

V SEMINÁRIO DISCENTE PPGS-UFRGS 2016

A Sociologia diante de
novos fluxos e
velhos muros

ANAIS



Programa de Pós-Graduação em Sociologia

**ANAIS DO V SEMINÁRIO DISCENTE
DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA DA UFRGS, 2016**

Carla Michele Rech
Brenda de Fraga Espindula
Lorena Cândido Fleury
Aline Passuelo de Oliveira
Ana Julia Guilherme
Guillermo Omar Orsi
José Eduardo Gomes
Liciane Barbosa de Mello
Roney Marques

Organizadores

Porto Alegre
2017

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

S471 Seminário Discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS
(5. : 2016 set. : Porto Alegre, RS).

Anais do V Seminário Discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS, 2016: a sociologia diante de novos fluxos e velhos muros [recurso eletrônico] / Carla Michele Rech et al. (Organizadoras). — Dados eletrônicos. — Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UFRGS, 2017.
1586 p.

Requisitos do sistema: Adobe Reader.
Modo de acesso: World Wide Web

Contém artigos completos.
ISBN on-line: 978-85-66094-31-2

1. Sociologia. 2. Sociedade. 3. Políticas públicas. I. Rech, Carla Michele.

CDD 300

Catálogo na publicação: Juliani Menezes dos Reis – CRB 10/2268

EXPEDIENTE

Comissão Científica

Profa. Dra. Cinara Lerrer Rosenfield
Prof. Dr. Fernando Coutinho Cotanda
Prof. Dr. Jalcione Almeida
Profa. Dra. Letícia Maria Schabbach
Prof. Dr. Luciano Joel Fedozzi
Profa. Dra. Marilis de Lemos Almeida
Prof. Dr. Sandro Ruduit Garcia
Profa. Dra. Vanessa Marx
Aline Passuelo de Oliveira - Doutoranda PPGS/UFRGS
Brenda de Fraga Espindula - Doutoranda PPGS/UFRGS
Carla Michele Rech - Doutoranda PPGS/UFRGS
Diogo Schmidt - Doutorando PPGS/UFRGS
Graziela Pandolfo - Doutoranda PPGS/UFRGS
Marciele Vasconcelos - Doutoranda PPGS/UFRGS
Paola Stuker - Doutoranda PPGS/UFRGS
Ricardo Oliveira - Doutor PPGS/UFRGS
Vinicius Foletto Bevilaqua - Doutorando PPGS/UFRGS

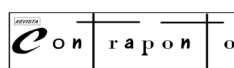
Comissão de Organização

Coordenadora: Profa. Dra. Lorena Cândido Fleury
Aline Passuelo de Oliveira - Doutoranda PPGS/UFRGS
Ana Julia Guilherme - Mestranda PPGS/UFRGS
Brenda Espindula - Doutoranda PPGS/UFRGS
Carla Michele Rech - Doutoranda PPGS/UFRGS
Guillermo Omar Orsi - Mestrando PPGS/UFRGS
José Eduardo Gomes - Mestrando PPGS/UFRGS
Liciane Barbosa de Mello - Mestranda PPGS/UFRGS
Roney Marques - Mestrando PPGS/UFRGS

Realização



Apoio



SUMÁRIO

Apresentação	1
---------------------------	----------

GRUPO DE TRABALHO

Sociedade e Conhecimento

Ações Afirmativas e Ensino Superior: trajetória acadêmica de diplomados da UFRGS beneficiados pela política de cotas.....	4
Da Reprodução e Para Além Dela: Classes Sociais e Educação.....	24
Educação, produção de conhecimento e tecnologia.....	38
Desigualdades sociais na Educação Superior - um estudo de caso.....	53
Perfil e mercado de trabalho dos doutores egressos do programa de pós-graduação em geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: 2008-2016.....	72
Deambulando por trilhos da Orquestra Geração – Contornos sociológicos sobre trajetórias de vida dos atores sociais até à emergência de novas disposições e variações individuais.....	87
Sociedade do Conhecimento e Educação: análise sobre a elaboração de políticas públicas para a inserção de Tecnologias de Informação e Comunicação na instituição escolar.....	100
A ciência como campo de disputas: a pesquisa sociológica nos Programas de Pós-Graduação Multidisciplinares em Ciências Ambientais.....	111
A Profecia Sociotécnica: Políticas de inteligência para o controle e monitoramento de desastres ambientais.....	129
Partidos políticos e redes sociais: a utilização das novas mídias digitais no Rio Grande do Sul durante a campanha eleitoral de 2014.....	145
Entre a Laicidade e a Religião: Portugal um mosaico de valores.....	166
O nível formal do conceito de Opção Religiosa: agnósticos, religiosos, deístas e ateus.....	179
Concepções de Ciência: estado da arte e questões pendentes.....	196
O STF e os conflitos morais: apontamentos possíveis a partir da sociologia da moral.....	212
Para repensar a palavra: nuances simbólicos entre o fato e ficção.....	229
O habitus masculino hegemônico: articulando Elias e Bourdieu.....	246
Da relação indivíduo/sociedade à relação sistema/entorno: algumas reflexões sobre a teoria de Niklas Luhmann.....	259
O REAL e o VIRTUAL: a realidade aumentada do Pokémon Go.....	274
Qualidade de vida, estética e reparação: a produção de conhecimento a partir das cirurgias plásticas.....	289

GRUPO DE TRABALHO

Sociedade, Participação Social e Políticas Públicas

A política urbana no Brasil de 1988 a 2015: Apontamentos a partir do programa Minha Casa Minha Vida.....	304
Desterritorialização da Vila Chocolate – Porto Alegre/RS: processo histórico de remoção e reassentamento.....	320
“Pessoa de Bicicleta”: Processos de Reivindicação de Direitos e Promoção do Uso da Bicicleta Como Meio de Transporte em Porto Alegre.....	333
A atuação do cicloativismo no processo de formação da agenda política de Mobilidade Urbana em Porto Alegre/RS.....	351
Trajетórias militantes e ativismo: uma análise das estratégias de ação militante.....	365
Policiamento a eventos de protesto no Brasil: repertórios e modelos policiais no ciclo de protestos de Junho de 2013 na cidade de Porto Alegre.....	380
Emoções e Performances: As manifestações contra a corrupção em Porto Alegre.....	394
Quem manda e quem obedece no ciberespaço?.....	411
O papel da previdência na constituição do campo de assistência social no Estado Brasileiro	424
Empoderamento e autonomia das mulheres beneficiárias do programa bolsa família em Porto Alegre: o caso da Restinga.....	441
O sistema das principais políticas públicas de proteção de crianças e adolescentes em situação de rua no município de Porto Alegre.....	459
Articulação Federativa no Rio Grande do Sul: estudo da implementação de consórcios públicos.....	470
Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel: reflexão sobre as mudanças nos referenciais da política e suas implicações junto aos agricultores familiares pobres.....	480
Percepção da elite burocrática do Brasil e do Uruguai sobre políticas públicas de combate à pobreza e redução da desigualdade.....	497
Descentralización de la educación superior: la cara positiva de la oleada descentralizadora de los años noventa en la argentina.....	510

GRUPO DE TRABALHO

Sociedade, Ruralidade e Ambiente

A Palmeira-Juçara no litoral norte do Rio Grande do Sul e o Desenvolvimento Rural: práticas, novidades e redes sociotécnicas.....	514
“Não adianta vir o progresso para 10 e destruir para mil”: a Rio Grande Mineração em São José do Norte.....	523

Territórios camponeses e quilombolas: espaços de luta e resistência.....	541
Disputa por el uso del agua para generación de energía de la hidroeléctrica caldera, Oriente Antioqueño, Colombia Algunas reflexiones sobre investigación en marcha.....	554
O Protocolo Agroambiental Paulista: uma proposta de (in)sustentabilidade nos canaviais paulistas.....	573
A institucionalização da produção orgânica no Brasil – Reflexões a partir da certificação participativa no âmbito da Rede de Agroecologia Ecovida (RS).....	585
A (in)eficiência das políticas públicas para o meio ambiente.....	600
Mercados enraizados e tradição: um possível diálogo entre agricultura familiar e desenvolvimento local.....	612
A reforma agrária na Amazônia: Um breve debate.....	624
Política, mercado e agricultura familiar: Pronaf agroecologia.....	641
Os impactos das mudanças das organizações produtivas urbanas sobre o meio rural: estudo de caso.....	656

GRUPO DE TRABALHO

Trabalho e Sociedade

A organização do trabalho na Brigada Militar e a produção social do sofrimento psíquico em soldados e sargentos.....	672
Auto gestión del dolor en la corrida de calle: el cuerpo como proyecto en el paradigma de auto emprendimiento.....	685
Trabalho imaterial e atualização do discurso de classe em Antonio Negri.....	700
Lazer e ócio: experiências do tempo livre.....	719
A autonomia da vontade nas relações coletivas de trabalho: a percepção do campo jurídico, campo sindical e campo simbólico.....	753
Relações de trabalho de jornalistas autônomos.....	782
Os trabalhadores homens, em tempos flexíveis pertencem à classe ou a sorte de cada um?..	793
O preço do risco: a experiência dos mototrabalhadores em Pelotas-RS.....	809
Trabalho e Geração de renda nas classes populares a exemplo do grupo de catadores de resíduos.....	819
A sociedade de mercado no século XXI e seus desafios: trabalho, produtividade e desemprego	835

GRUPO DE TRABALHO

Violência, Criminalização, Cidadania e Direito

Entre trajetórias, desejos e (im)possibilidades: projetos de futuro em jovens da socioeducação de meio aberto.....	852
“Prender para Reeducar”: a internação de adolescentes como mecanismo de neutralização da pobreza.....	868
Nas margens do trabalho e do crime: Uma reflexão sobre jovens no meio aberto.....	888
Egressos das unidades de internação socioeducativas: Para onde vão?.....	897
Mortalidade dos Adolescentes em Conflito com a Lei.....	902
Entre anjinhos e diabinhos: análise sobre o PROTEJO do Quadrante Nordeste de Canoas.....	914
Comercialização de órgãos: a (im)possibilidade da regulamentação diante de princípios fundamentais constitucionais.....	926
O Estatuto do Juiz em Ebulição.....	942
O Fazer policial: investigações de homicídios cometidos por policiais.....	956
A prática policial e a seletividade punitiva: um olhar sobre as ações de repressão ao crime de tráfico de entorpecentes na cidade de Porto Alegre.....	973
Desigualdade, violência e busca de justiça social: caso de linchamentos públicos na cidade da Beira – Moçambique (2007-2015).....	989
Direitos sociais, Desenvolvimento Humano e Vulnerabilidade: características da urbanização de Porto Alegre.....	996
Terrorismo: análise e crítica a Lei nº 13.260/16.....	1013
A força do pré-construído no sistema penal: seletividade e punição dos socialmente indesejáveis.....	1024
Violações dos direitos humanos em tempos de governos de centro-esquerda: uma comparação entre a Argentina e o Brasil (2003-2015) através dos informes da Anistia Internacional (AI).....	1039
Expansionismo penal na sociedade do risco: análise crítica das consequências da expansão do direito penal.....	1052
O abolicionismo penal na América Latina.....	1065

GRUPO DE TRABALHO

Sociedade e Economia

Mobilidade social no Brasil: os microempreendedores e a importância atribuída ao governo para as suas recentes conquistas socioeconômicas.....	1081
A Feira de Agricultores Ecologistas: uma reflexão sobre agenciamentos de mercado.....	1095
Novas configurações do capital simbólico: Estudo preliminar sobre disposições intrínsecas às ocupações informacionais no Projeto Radiografia do Brasil Contemporâneo.....	1106

A construção do mercado e das trajetórias dos cervejeiros artesanais.....	1123
Mercado de Seguros Ambientais e sua legitimação: Contribuições na busca por um Desenvolvimento Sustentável.....	1140
A Economia Simbólica das Arquibancadas – Impressões Etnográficas.....	1154
Relações de cooperação entre grandes e pequenas e médias empresas em parques tecnológicos do Brasil.....	1170
A Construção Social dos Parques Científicos e Tecnológicos: o caso do ZENIT/UFRGS.....	1188
Redes de Interação e Acesso a Recursos Sociais na Economia Criativa: <i>survey</i> em Porto Alegre	1200
Notas sobre o uso de financiamentos coletivos para viabilização de projetos culturais.....	1211
Cineastas, Estado e mercado: a produção de longas-metragens no Rio Grande do Sul.....	1229
Arte e cidade: novas configurações sócio espaciais na era pós-industrial.....	1253
Como pensar o desenvolvimento? Considerações epistemológicas sobre o processo de investigação.....	1261
Desafios da governança urbana na modernidade líquida. A Modernidade que ameaça a Cidade da Cidadania.....	1272
A mobilidade urbana nas perspectivas da cidade-mercadoria e da cidade- inclusiva.....	1292
O poder público de Jaguarão/RS e as orientações de desenvolvimento do Governo Federal	1309
Economia global do crime: uma breve análise das consequências da mundialização da economia para a África.....	1327

GRUPO DE TRABALHO

Minorias Sociais: estigmatização, discriminação, desigualdade e resistência

A inserção das mulheres no Café Aquários: uma análise interseccional de gênero em um espaço historicamente marcado pela homossociabilidade masculina.....	1345
Mulheres na rua: experiências práticas e desafios.....	1359
Violência Sexual: um estudo sobre o processo de categorização policial de agressores e vítimas na Delegacia de Defesa da Mulher da cidade de Araraquara/SP.....	1371
A herança patriarcal como impulsionadora do elevado índice de mulheres HIV+ no distrito de Xai-Xai em Moçambique.....	1386
Agenciamentos e protagonismo nos coletivos Dulcinéia Catadora e Sopapo de Mulheres...	1398
Gênero e ensino superior: a presença feminina nos cursos de graduação da UFRGS entre 1970-2015.....	1412
O racismo cultural contra os imigrantes haitianos no Rio Grande do Sul, um estudo a partir do caso de Lajeado.....	1423

O desaparecimento de Alain: movimento e pertencimento na vida de um migrante.....	1438
Senegaleses em Caxias do Sul: o passado encontra o presente.....	1459
Tendências contemporâneas da migração brasileira e venezuelana na fronteira norte do Brasil: Impressões sobre a construção da fronteira cultural.....	1470
(Des)territorialização camponesa e hidroelétricas no leste de Antioquia Colômbia.....	1491
Política contra e a partir do Estado: uma etnografia com o jornal Boca de Rua em Porto Alegre/RS.....	1503
As práticas do ativismo feminino popular: as Promotoras Legais Populares no SIM-Tudo Fácil	1520
Faces da pobreza rural em comunidades quilombolas de São Lourenço do Sul/RS.....	1532
Resistindo as remoções forçadas da Copa do Mundo na cidade de Porto Alegre: possibilidades e obstáculos à crítica pública.....	1546

Apresentação

A sociedade brasileira tem passado por grandes transformações. Em uma conjuntura de ampliação do acesso aos bens de consumo, que até pouco tempo estavam disponíveis a uma parcela reduzida da população, emerge também um novo contexto político com grandes manifestações, que tomaram as ruas desde 2013. Tendo seu ápice no mês de junho, no Brasil, estas manifestações constituem um fenômeno recente e complexo, ainda a ser compreendido pela literatura (DOWBOR; SZWAKO, 2013).

As pesquisas já publicadas sobre esse recente fenômeno abordam diversos temas, como os processos de engajamento e organização dos atores das manifestações (SILVA, 2014), a conjuntura socioeconômica que permitiu a eclosão dos protestos (ŽIŽEK, 2013), os conflitos violentos ocorridos entre manifestantes e policiais (TAVARES DOS SANTOS; TEIXEIRA, 2014) e o papel desempenhado pelas mídias na cobertura aos atos (LIMA, 2013). Forte destaque aparece para a discussão a respeito das novas tecnologias informacionais e suas influências neste processo, ao contribuírem para um fluxo de conhecimento e de intercâmbio cultural nunca antes experimentado, favorecendo mudanças nos valores, no comportamento e nas práticas políticas.

No entanto, o novo ainda convive com o “velho”. Ainda somos uma sociedade com forte desigualdade socioeconômica, na qual as minorias sociais são silenciadas e marginalizadas. A análise dos dados do IBGE quanto à distribuição espacial de pessoas a partir de sua autodeclaração racial sugere um padrão de segregação racial nas cidades brasileiras, e, conforme destacado recentemente pela mídia, a cidade de Porto Alegre parece ser a capital mais segregada do país¹. Segundo Paulo Roberto Soares, pesquisador do Observatório das Metrópoles gaúcho, o município realizou sucessivas reformas urbanas que expulsaram negros e pobres das áreas centrais, configurando “uma história particular em termos de urbanização” (SOARES, 2016). Mesmo na universidade este encontro entre o “novo” e o “velho” pode ser observado, ocasionado eventualmente inclusive conflitos violentos, como a agressão, recentemente, de um aluno indígena da Universidade Federal do Rio Grande do Sul em frente ao Diretório Central de Estudantes da mesma instituição.

¹Ver reportagem “O que o mapa racial do Brasil revela sobre a segregação no país”, publicado pelo Nexo Jornal em 9 de dezembro de 2015. Disponível em <https://www.nexojornal.com.br/especial/2015/12/16/Oque-o-mapa-racial-do-Brasil-revela-sobre-a-segregação-no-país>; acesso em maio de 2016.

Entretanto, dados do IBGE nos mostram que o percentual de negros no ensino superior passou de 10,2% em 2001 para 35,8% em 2011, o que nos impulsiona a analisar de que forma está se dando a integração dessa população nesse meio.

Tendo em vista este contexto, o V Seminário Discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS, com a temática “*A sociologia frente a novos fluxos e velhos muros*”, buscou criar um espaço de reflexão e debate sobre o papel da sociologia neste atual contexto. Nesse sentido, o título e as Mesas Redondas do seminário proposto foram pensados a partir da dualidade criada: por um lado, temos a histórica segregação social e racial, fruto da herança escravocrata, experimentada no Brasil e na América Latina por minorias como negros e indígenas, historicamente afastados de espaços como as universidades e; por outro lado, temos a aprovação crescente de políticas de cotas sociais e raciais que buscam integrar esse contingente populacional a espaços outrora reservados às classes médias tradicionais e elites. Como as novas formas de ativismo podem contribuir para o enfrentamento dessas questões? Como estes fenômenos têm ocorrido e têm sido interpretados em países com histórico e conjunturas econômicas e sociais próximas ao do Brasil, em especial em outros países da América Latina? Foram estas as temáticas e questões que orientaram o debate e instigaram a reflexão a ser realizada neste evento.

Esta publicação contém os anais dos trabalhos apresentando no Seminário, conforme o Grupo de Trabalho no qual participaram. Boa leitura!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DOWBOR, Monika; SZWAKO, José. Respeitável público... Performance e organização dos movimentos antes dos protestos de 2013. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n.97, p.43-55, nov. 2013.

ŽIŽEK, S. Problemas no Paraíso. In: MARICATO, E. [et al.]. **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

TAVARES DOS SANTOS, J. V.; TEIXEIRA, A. N. Atores sociais jovens nos protestos de 2013. In: CATTANI, Antonio David (org.). **#protestos: análises das ciências sociais**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2014.

SILVA, M. K.. #vemprarua: o ciclo de protestos de 2013 como expressão de um novo padrão de mobilização contestatória? In: CATTANI, Antonio David (org.). **#protestos: análises das ciências sociais**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2014.

LIMA, V. A. de. Mídia, rebeldia urbana e crise de representação. In: MARICATO, Ermínia [et al.]. **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

SOARES, Paulo Roberto R. A região metropolitana de Porto Alegre nos (des)caminhos da metropolização brasileira. In: FEDOZZI, Luciano; SOARES, Paulo R.R.. **Porto Alegre: transformações na ordem urbana**. Rio de Janeiro : Letra Capital : Observatório das Metrôpoles, 2015.

Grupo de Trabalho
Sociedade e Conhecimento

Ações Afirmativas e Ensino Superior: trajetória acadêmica de diplomados da UFRGS beneficiados pela política de cotas¹

Wagner Lemes do Nascimento²

Inserido nas discussões sobre as políticas de ações afirmativas, esta pesquisa teve por intuito analisar o efeito do sistema de cotas sobre o acesso ao ensino superior. Para tanto, analisamos os dados estatísticos produzidos pela UFRGS sobre o ingresso e permanência de estudantes cotistas e investigamos, através da realização de entrevistas semiestruturadas, a trajetória acadêmica de egressos cotistas - tanto negros quanto brancos - da Faculdade de Direito da referida universidade, com o fito de compreendermos o impacto das cotas sobre a desigualdade racial no ensino superior. Pudemos verificar o aumento de estudantes de escola pública e autodeclarados negros nesta universidade, além de não haver grande disparidade entre o desempenho de alunos ingressantes pelas cotas e aqueles que ingressaram pelo acesso universal. Em relação à trajetória acadêmica dos egressos, constatamos a semelhança de suas trajetórias e disposições, além de não se revelar práticas discriminatórias de cunho racial no ambiente universitário. No entanto, é necessário ressaltar o caráter preliminar deste trabalho, sendo necessária a realização de uma pesquisa mais extensa e de maior envergadura.

Palavras-Chave: ações afirmativas; cotas; ensino superior; trajetória acadêmica; desigualdade racial

Introdução

Com a necessidade crescente de aumento da escolarização das populações e de aquisição de maiores competências para enfrentar o mercado de trabalho, a educação torna-se um instrumento cada vez mais importante para a mobilidade social dos indivíduos, sobretudo àqueles oriundos de camadas sociais atingidas pelas desigualdades sociais e raciais existentes em nosso país. Essas desigualdades têm expressão em distintos espaços da sociedade, tais como no sistema educativo - sobretudo no nível superior. Como proposta para a reversão desse quadro desigual e para promover a inclusão e diversidade, a criação e instituição de ações afirmativas, mormente no acesso às universidades, entraram para a agenda pública.

¹ Este artigo é uma adaptação da monografia intitulada "Depois do Castelinho: os egressos da Faculdade de Direito da UFRGS beneficiados pela política de cotas e sua inserção profissional" (NASCIMENTO, 2015).

² Mestrando em Sociologia e Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

A implementação de políticas afirmativas em um país como o Brasil - onde o racismo constitui um dos elementos estruturantes da desigualdade social - pode consistir em importante instrumento para a promoção da justiça social e diminuição das disparidades raciais existentes entre brancos e não brancos. A implementação de políticas inclusivas voltadas para o ensino superior público brasileiro permite a democratização deste nível de ensino, através do acesso e permanência de grupos sociais aliados do ambiente universitário.

Segundo o Censo 2010, a população negra³ representava 50,7% dos brasileiros; no entanto, a mesma sofre desvantagem em diversas esferas sociais, tais como os campos educacional e profissional. Ao analisar os indicadores sociais referentes à situação social dos negros, Silva (2013) destaca que, em relação à educação, há disparidade racial entre brancos e negros em todos os níveis de ensino, com predominância no ensino superior. A população negra, dentre os brasileiros, possui menor escolaridade em todos os níveis de ensino, enfrentando as piores condições de aprendizagem e maior nível de defasagem escolar. Essa situação é preocupante, posto que a educação, principalmente no seu nível superior, constitui um dos principais determinantes de acesso a posições de maior remuneração e status em nossa sociedade. Para Hasenbalg (1999), o núcleo das desvantagens que os brasileiros negros sofrem localiza-se no processo de aquisição educacional. Assim sendo, torna-se relevante analisar o impacto da política de cotas sobre o acesso ao ensino superior.

Perante o exposto, a política de cotas fornece a possibilidade da superação de barreiras sociais imputadas aos negros, permitindo aos mesmos o aumento de seu capital cultural através da obtenção de um diploma acadêmico. No presente trabalho, fizemos uma análise dos efeitos dessa política afirmativa tanto em relação ao acesso ao ensino superior quanto sobre a discriminação racial existente nesse nível de ensino. Para tanto, realizamos pesquisa bibliográfica concernente ao tema, além de entrevistas com diplomados da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

³Nesta pesquisa, utilizamos a definição de população negra proposta pelo IBGE, a qual abarca a soma de pretos e pardos.

Procedimentos metodológicos

Para a realização desta pesquisa de cunho qualitativo, realizamos um estudo de caso. A opção por esse método se justifica por ele ser recomendado a objetos marcados pela contemporaneidade e oferecer uma abordagem mais profunda dos fenômenos estudados (YIN, 2001). Como veremos a seguir, articulamos diferentes técnicas de pesquisa, tais como análise de documentos e a realização de entrevistas semiestruturadas.

No primeiro momento da pesquisa, realizamos uma revisão bibliográfica sobre o tema das ações afirmativas - especificamente da política de cotas - no Brasil, em geral, e na UFRGS, em particular. Esta técnica tem por finalidade colocar o pesquisador em contato direto com os materiais produzidos sobre o tema (MARCONI, 1986).

Em um segundo momento, foram analisados os relatórios produzidos pela Comissão de Ações Afirmativas da UFRGS (CAF/UFRGS) sobre a implementação da política de cotas nesta universidade a partir do ano de 2008. Analisamos os relatórios que englobam os períodos de 2008 a 2012 e de 2013 a 2014. Com isso, objetivamos melhor compreender o campo social em que os egressos pesquisados estavam inseridos.

No terceiro momento deu-se a produção dos dados primários, através da realização de entrevistas semi-estruturadas com sete bacharéis em Ciências Jurídicas e Sociais (4 autodeclarados brancos, 2 autodeclaradas negras e 1 autodeclarada parda) diplomados pela UFRGS e beneficiados pela política de cotas. Os entrevistados são jovens, tendo de 23 a 31 anos de idade, tendo a maioria se formado no tempo normal do curso, ou seja, cinco anos.

O significado das ações afirmativas

Em sentido geral, ações afirmativas são entendidas como políticas focais que alocam recursos em benefício de pessoas pertencentes a grupos discriminados e vitimados pela exclusão social, financeira e racial tanto no passado quanto no presente. Trata-se de medidas que têm por objetivo combater discriminações econômicas, étnicas, raciais, de gênero ou de casta, visando ao aumento da participação de minorias no processo político, no acesso à educação, saúde, empregos, materiais, redes de proteção social e/ou no reconhecimento social (FERES JÚNIOR, DAFLON, 2015).

As políticas afirmativas possuem um caráter ativo, posto que atuam na promoção da igualdade de oportunidades, promovendo a defesa de indivíduos que potencialmente são discriminados. Nesse sentido, elas agem tanto como uma prevenção à discriminação quanto como uma reparação de seus efeitos. Desta feita, ações afirmativas podem ser compreendidas como ações de incentivo e suporte para grupos específicos de pessoas que, de alguma forma, venham garantir a igualdade de oportunidades e de tratamento (PIOVESAN, 2005; FERES JÚNIOR, DAFLON, 2015).

Nesse sentido, as ações afirmativas podem ser entendidas como políticas de aplicação prática, tendo por objetivo a promoção de melhores condições entre pessoas pertencentes a grupos discriminados socialmente. Para Gomes (2001), essas políticas têm por intuito concretizar a igualdade material substantiva, constituindo-se em um objetivo constitucional a ser alcançado tanto pelo Estado quanto pela sociedade civil. Conforme o autor, a " igualdade de direitos não é, por si só, suficiente para tornar acessíveis a quem é socialmente desfavorecido as oportunidades de que gozam os indivíduos socialmente privilegiados" (idem, pg. 130). A igualdade, pois, não deve ser pensada como um direito formal, uma teoria, mas sim como uma igualdade de fato.

Cabe ressaltar que além do caráter provisório, as políticas afirmativas englobam distintas modalidades de ações. Como observa Heringer (2002) essas políticas atuam em diversas áreas, perpassando o mercado de trabalho (setor público, privado e terceiro setor); as compras e contratos governamentais e a educação (ensino fundamental, médio e superior).

Ações afirmativas no ensino superior público brasileiro: as cotas na UFRGS

A distância existente entre brancos e negros evidencia o caráter desigual do sistema educacional brasileiro. Ao analisar os indicadores sociais referentes à situação social da população negra, Silva (2013) destaca que, em relação à educação, há disparidade racial entre brancos e negros em todos os níveis de ensino. No ano de 2010, apenas 14% dos jovens entre 18 e 24 anos cursavam o ensino superior, sendo a frequência de jovens brancos 2,5 vezes maior se comparada com a de jovens negros. Ainda assim, Silva (2013) aponta que este foi o nível que experimentou maior redução da desigualdade racial, sobretudo porque possuía os patamares mais adversos⁴.

⁴ Em 2000, a frequência líquida da população negra neste nível de ensino correspondia a apenas um quinto da taxa da população branca (IBGE/CENSO, 2010).

As primeiras políticas de ações afirmativas para o ensino superior foram implementadas em 2001, com a iniciativa da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e a Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), em âmbito estadual, sendo seguida pela Universidade Federal de Brasília (UnB) no ano de 2003, em âmbito federal. Nesse primeiro momento, as políticas afirmativas foram implementadas de forma descentralizada, possibilitando uma grande variedade de experiências (OLIVEN, 2007).

Na UFRGS, a política de ações afirmativas foi aprovada em 2007, entrando em vigor no vestibular de 2008. Através da Decisão nº 134/07, o Conselho Universitário (CONSUN) desta universidade instituiu o Programa de Ações Afirmativas por um período de 4 anos. A modalidade utilizada foi a de reserva de vagas, sendo elas distribuídas da seguinte maneira: 1) 30% das vagas destinadas para estudantes de escola pública⁵; 2) das quais 15% seriam reservadas para estudantes de escola pública autodeclarados negros⁶; 3) além da criação de 10 vagas anuais para estudantes indígenas⁷.

Em se tratando do ingresso, a política de cotas causou mudanças na UFRGS já no primeiro ano de sua implementação. Houve significativo aumento de egressos de escola pública entre os classificados de todos os cursos de graduação, passando de 31,53% do total, em 2007 (último ano de ingresso sem as cotas), para 49,87%, em 2008 (UFRGS/Relatório, 2013).

No ano de 2012, foi aprovado em âmbito federal o decreto que regulamenta a Lei nº 12.711/2012, também conhecida como Lei de Cotas. O decreto prevê que todas as universidades públicas federais e os institutos técnicos federais reservem, no mínimo, 50% de suas vagas para estudantes que tenham cursado todo o ensino médio em escolas da rede pública, com distribuição proporcional das vagas entre pretos, pardos e indígenas, somando-se a isso o critério da renda familiar *per capita* de até 1,5 salários mínimos.

Tendo em vista que a UFRGS designava, desde 2008, 30% de suas vagas para as cotas, além de adotar a modalidade de cota social com subcota racial, houve uma fácil adequação de seu modelo de reserva de vagas às exigências da Lei 12.711. A única

⁵Ao menos metade do ensino fundamental e a totalidade do ensino médio.

⁶No momento da matrícula, a autodeclaração é assinada junto à Comissão de Graduação do curso. É neste momento, também, que o aluno irá apresentar a documentação comprobatória de escolarização no ensino público.

⁷Esses estudantes são indicados por suas respectivas comunidades, os quais prestam uma prova especial para classificação e ingresso.

diferença foi a adoção do critério de renda econômica e a consequente inclusão de duas novas modalidades de ingresso.

Ao mensurar o impacto da Lei de Cotas sobre as universidades federais nos anos de 2013 e 2014, o Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (GEMAA, 2013) aponta para a ampliação na oferta de vagas nessas instituições na ordem de 34%. Houve também um forte incremento no total de vagas destinadas a pretos, pardos e indígenas, tendo um aumento de 176% entre os anos de 2012 e 2013.

Isto posto, verifica-se a potencialidade da política de cotas e as transformações que vem causando no ensino superior a nível nacional. Concordamos com Feres Júnior *et al* (2015) quando diz que "é somente a partir de uma nova concepção de educação superior, que coloca em primeiro plano as questões da democracia e da inclusão, que começamos a tratar das chagas causadas pela discriminação racial e pela desigualdade social que assolam o nosso país" (FERES JÚNIOR, DAFLON, 2015, p. 41).

Os egressos da Faculdade de Direito da UFRGS beneficiados pela política de cotas e suas famílias

Em relação à escolaridade dos pais de nossos entrevistados, constata-se um capital educacional relativamente alto. Das sete mães, três possuem ensino superior completo, uma possui ensino superior incompleto, uma possui ensino fundamental completo e uma possui ensino fundamental incompleto. Dos seis pais, três possuem ensino superior completo, um possui ensino superior incompleto e dois possuem ensino médio completo. Samara⁸, ingressante na UFRGS pelas cotas sócio-raciais, nunca conheceu o pai, portanto não sabe sua escolaridade. Além disso, dentre todos os entrevistados, foi a primeira de sua família a ingressar no ensino superior. Todos os outros possuem no mínimo um familiar que teve acesso a esse nível de ensino.

Os entrevistados contaram com o apoio e incentivo familiar para cursar o ensino superior, sendo que, com exceção de Gustavo - ingressante pelas cotas sociais - nenhum teve a necessidade de trabalhar anteriormente à entrada na faculdade. Uma vez que o ingresso no ensino superior, sobretudo nas universidades públicas, demanda alta

8 Com o fito de manter o sigilo em relação às identidades de nossos entrevistados, todos os nomes aqui utilizados são fictícios.

preparação, o ingresso precoce no mercado de trabalho constitui um empecilho para a consecução desse objetivo.

As famílias dos diplomados entrevistados propiciaram aos seus filhos estabilidade o suficiente para que os mesmos pudessem dedicar-se aos estudos, tratando-se, pois, de configurações familiares estruturadas. De acordo com Souza (2009), famílias estruturadas são aquelas constituídas por pessoas capazes de oferecer uma situação de vida estável e emocionalmente equilibrada às suas crianças (SOUZA, 2009, *apud* GONÇALVES, 2015).

A minha família é de classe média. Os meus pais sempre priorizaram oportunizar pra gente os estudos, em compensação a gente nunca passou uma temporada na praia. Mas necessidade também nós nunca passamos (Janaína, pai advogado; mãe dona de casa).

Gustavo relata que, em sua família, nunca houve "grandes luxos", porém tinha estabilidade econômica e relativo conforto. Ainda que tenha começado a trabalhar cedo, como instrutor de inglês, diz que nunca precisou contribuir para a renda familiar.

A situação nunca foi frouxa, mas sempre foi suficiente. O único momento que eu lembro da minha família passar dificuldades foi antes do Plano Real. Que aí tudo era realmente bem contado, mas naquela época eu era muito novo pra trabalhar. Quando eu comecei a trabalhar a gente já tinha um conforto modesto, então eu não precisava contribuir. Tudo o que eu ganhava eu gastava comigo (Gustavo, pai e mãe são professores).

Ficou evidente em todas as entrevistas a influência familiar para que os egressos almejassem cursar o ensino superior. Oriundos, em sua maioria, de famílias de classe média, os entrevistados tiveram o incentivo e a estabilidade necessária para que pudessem se preparar para os estudos.

Escola e preparação para o ensino superior

Os entrevistados são oriundos de escolas públicas, municipais ou estaduais, critério necessário para se ter acesso à política de cotas. A maioria dos interlocutores avaliam as escolas em que frequentaram como medianas, sobretudo no ensino médio. As maiores dificuldades enfrentadas referem-se à falta de professores, alto índice de greves e a superficialidade dos conteúdos ministrados.

Ricardo e Jéssica fizeram uma avaliação positiva de sua trajetória escolar. Ambos são oriundos do Colégio Militar, um dos melhores colégios do Rio Grande do Sul⁹. De acordo com suas falas, todo o seu ensino médio teve como foco exclusivo a preparação para o vestibular da UFRGS.

O colégio em que eu estudei a partir do terceiro ano tem uma formação bem voltada pra UFRGS (...) o terceiro ano é bem voltado pro vestibular da UFRGS, as provas são dessa forma, da forma como são as provas da UFRGS, e a gente era bem inteirado do que tava acontecendo (Jéssica, ex-cotista social, estudou no Colégio Militar).

A fala de Jéssica sobre a formação obtida no Colégio Militar encontra apoio no relato de Ricardo:

O Colégio Militar é aquilo, sempre UFRGS, UFRGS, UFRGS (...) no terceiro ano as quatro provas semestrais são imitações da UFRGS: quatro dias de provas, quatro horas e meia de provas, a mesma numeração de matérias, o mesmo número de questões. Eles têm inclusive o papelzinho pra tu marcar, eles tem o leitor pra fazer a leitura, o mesmo papel de redação (...) então assim, não tem chance de tu não escolher alguma coisa pra fazer. Tu vai fazer UFRGS ou outra coisa que seja à altura. Também tem muita meritocracia, né "nós somos o melhor colégio, aprovamos 80% dos alunos..." (Ricardo, ex-cotista social, estudou no Colégio Militar)

Ricardo, em decorrência da preparação que teve para o vestibular, acreditava que não precisaria das cotas. No entanto, acabou por se candidatar no vestibular através da reserva de vagas:

Eu acabei marcando (a opção de ingresso por reserva de vagas) porque "ah, vai que cole", e no fim eu precisei das cotas pra entrar. Tinha 70 vagas na época e a minha colocação acho que foi 81, alguma coisa assim, e daí as cotas me puxaram pra dentro dos 70. O uso das cotas não era intencional. Por eu ser do colégio militar achei que não eu não fosse precisar das cotas, muitos amigos meus não precisaram. Eu acabei precisando (Ricardo).

⁹Das escolas do Rio Grande do Sul, o Colégio Militar teve o 3º melhor desempenho na prova do ENEM 2014, ficando atrás apenas do Colégio Politécnico da UFSM e do Colégio Leonardo da Vinci Alfa. Disponível em: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2015/08/rs-tem- apenas- uma- escola- entre- 100- melhores- do- enem- 2014.html>

A realização de cursinho pré-vestibular foi o principal recurso mobilizado por nossos interlocutores para que tivessem acesso ao ensino superior. Com a alta competitividade do vestibular, fazer um curso preparatório torna-se imperativo. Como aponta Souza (2009), o pré-vestibular tornou-se uma instituição praticamente universal, na medida em que a maioria dos que pleiteiam uma vaga ao ensino superior precisam dela. Nas palavras do autor, o pré- vestibular cria, desnecessariamente, "um grande abismo onde deveria ser plana e curta a distância entre o Ensino Médio e o Ensino Superior (SOUZA, 2009, p. 120). Enquanto para alguns entrevistados a realização de cursinho constituiu-se numa forma de compensar o fraco ensino obtido na escola, para aqueles que estudaram no Colégio Militar serviu como efeito multiplicador a um ensino fortemente orientado para a entrada na UFRGS.

Ao serem perguntados sobre as motivações para cursar o ensino superior, todos disseram que cursar uma faculdade era um objetivo mesmo antes da implementação da política de cotas. Alguns entrevistados usaram a palavra "sempre" e "natural", referindo-se ao ensino superior não como um sonho, mas como fato.

Desde sempre. Muito estímulo quando eu era criança. Meus pais sempre me estimularam muito, nunca foi opção não fazer a faculdade (Janaina, pai advogado).

Já ia ser inevitável fazer (a faculdade). E desde sempre, eu falo sempre desde que eu tô no colégio, a UFRGS sempre foi a opção que eu escolhi. Mesmo se eu não tivesse passado direto do ensino médio pra faculdade eu teria feito mais um ano de estudos pra tentar de novo o vestibular na UFRGS (...) Fazer o ensino superior eu acho que foi uma coisa que eu sempre pensei, assim, desde que eu era pequena. Tinha essa coisa de entrar na escola, ia ser muito natural ir pra uma faculdade. Até porque eu tenho irmãos e todos eles são formados também, então eu acho que eu não ia fugir desse caminho (Jéssica, os pais são funcionários públicos).

No relato de Luísa mais uma vez aparece a influência familiar não apenas para o ingresso na UFRGS, mas especificamente para o curso de Direito.

Desde sempre, com certeza, desde sempre. Meu pai é advogado também, mas ele não exerce, trabalha na Caixa Federal. E a minha mãe é engenheira. Então desde sempre foi meio que uma realidade fazer uma faculdade. Cresci ouvindo isso. E o Direito também foi uma coisa que meio

que eu cresci ouvindo: "vai fazer Direito, porque é um curso muito bom, porque te abre muita oportunidade pra concurso". Como eu sou de uma família de funcionários públicos, minha mãe trabalha no Banrisul, então eu cresci ouvindo: "vai fazer direito, tu vai gostar e tem muita oportunidade pra concurso e vai te dar estabilidade" (Luísa).

Eu acho que a realidade que eu vivo hoje, e a que eu sempre vivi na verdade, é quase impossível conhecer alguém do meu ciclo que não esteja em uma faculdade ou vá entrar, ou que não esteja estudando pra cursinho. Tenho amigas que estão estudando ainda, que não passaram, ou que são mais novas. Tenho muito amigo formado já também, trabalhando ou que não tão trabalhando, mas tão procurando emprego, enfim. Então é meio natural (...) Dos meus primos não tem nenhum que não tá na faculdade, todos fizeram. Ninguém pensou em não fazer, todo mundo se esforçou pra poder pagar e fazer. Tu acaba conhecendo gente que não fez, talvez não teve a oportunidade de fazer ou que não quis, mas é bem raro. É muito pouco provável (Jéssica).

Nessas falas podemos perceber o que Bourdieu (1991) denominou como experiência dóxica do mundo, referindo-se à consonância entre a estrutura mental dos indivíduos e a estrutura objetiva nos quais os mesmos estão inseridos. O que se pode ver é um consenso entre as esperanças subjetivas das entrevistadas - cursar o ensino superior - e as estruturas objetivas, ou seja, as condições necessárias para a realização desse objetivo. A faculdade, pois, é vista como algo natural.

No entanto, Cássia e Samara, detentoras de baixo capital cultural, tinham, também, o ensino superior como alvo a ser perseguido. Cássia por incentivo da irmã, primeira de sua família a ingressar em uma universidade. Foi a partir daí que Cássia passou a vislumbrar a universidade como uma possibilidade.

Assim, eu sempre tive vontade de fazer a graduação, mas eu só acreditei que era possível quando a minha irmã passou. E emitindo a minha opinião pessoal, eu acho que esse é o mecanismo mais interessante das cotas: quebrar com essa ideia que só algumas pessoas privilegiadas podem ter acesso. Porque a minha irmã ela não era uma pessoa extremamente inteligente, ela se esforçou e ela conseguiu. Eu comecei a acreditar que eu poderia (entrar na UFRGS) por ver o exemplo dela. Eu tenho familiares,

primos mais jovens, que tentaram também porque eu consegui. Então eu acho que é um ciclo bem interessante (Cássia, ex-cotista social).

No caso de Samara, que não possui qualquer familiar com ensino superior, havia o incentivo dos patrões de sua mãe, detentores de alto capital econômico e cultural. Ao acompanhar a mãe em seu trabalho, Samara passou a ter acesso a uma realidade aonde a educação constituía um valor a ser alcançando, despertando a vontade de trilhar esse mesmo caminho, a despeito das barreiras que sua posição social imputava. Samara aponta como referencial a filha de uma das patroas da mãe, a qual era promotora.

Na verdade, sei lá, algumas pessoas pensam assim: "ah, se der eu vou fazer". Pra mim eu sempre pensei "eu vou fazer". Eu via aquilo, porque como a minha mãe não tem tanta escolaridade eu me baseava muito pelos patrões dela, que sempre me propiciaram, sempre estimularam. Então eu achava que era um caminho normal pra eu seguir, pra eu conseguir me sustentar. Então eu acho que desde sempre tinha isso na minha cabeça, que eu ia cursar o ensino superior (Samara).

O que podemos concluir é que todos os nossos entrevistados (ainda que alguns com maiores dificuldades) tiveram as condições necessárias para a realização do ensino superior, tendo o apoio familiar para a consecução desse objetivo.

A política de cotas na perspectiva dos egressos

Todos os entrevistados têm uma avaliação favorável sobre a política de cotas, trazendo à tona distintos argumentos para sua defesa. Enquanto os entrevistados brancos apontam que essa política precisa ser uma medida temporária, devendo existir enquanto a qualidade do ensino público for ruim, os egressos não-brancos enfocam, por um lado, a desigualdade existente entre negros e brancos na sociedade e, por outro, o aspecto simbólico da política, ao criar a possibilidade de que negros ocupem espaços de poder, não apenas na universidade, mas também no mercado de trabalho.

Concordo com as cotas enquanto os colégios públicos forem ruins, como é hoje em dia. Porque assim, as pessoas realmente não teriam chance de entrar (na universidade). Os colégios que custam mil e quinhentos por mês fazem um direcionamento muito

melhor do que qualquer colégio municipal, estadual, sei lá. (...) Concordo enquanto os colégios forem ruins pra dar uma chance pra pessoa entrar na faculdade e direcionar a vida dela da melhor maneira possível, porque senão acaba tendo que ir, sei lá, pra uma faculdade que tem que pagar e daí se enche de dívidas... eu acho isso péssimo. Eu acho que a universidade deveria ser pra todos, deveria todo mundo poder entrar e todo mundo ter a mesma chance. Só que a gente sabe que nem todo mundo tem a mesma chance (Ricardo, branco).

Jéssica tem a mesma opinião, considerando a política de cotas como uma possibilidade para aqueles que, diferentemente dela, não tiveram um ensino forte ao longo de sua trajetória escolar.

Eu acho que o ideal seria que não precisasse ter. Acho que todo mundo pensa isso. Eu acho que quem não tem cotas e teve que entrar de forma tradicional assim, acho que se sente também muito prejudicado, né?. Eu realmente acho que, como é que eu vou dizer, eu fico feliz por ter tido as cotas e ter entrado na faculdade, mas eu entendo o lado de quem estudou mais pra estar ali. Eu acho que o ideal seria não ter, mas eu fico pensando que eu ainda tava numa posição privilegiada por ter estudado num colégio forte. Mas e as outras pessoas que são cotistas, e são a maioria no caso, e não estudou e tá ali porque se esforçou bastante e teve essa ajuda, assim. Eu acho muito interessante isso, bacana mesmo, que abriu a possibilidade de mais gente entrar na faculdade (Jéssica, branca).

Laura, por outro lado, enfoca no público negro e de sua baixa representatividade no ensino superior. Para ela, ao se garantir o acesso à população negra nesse nível de ensino, torna-se uma questão de interesse pessoal permanecer e concluir a graduação.

Eu acho que ela tá fazendo um papel muito bom, muito importante com relação a essa questão da representatividade. Eu acho que realmente é a questão que o governo sempre bateu na tecla, sempre incentivou, que é questão de tu dar a mesma oportunidade de acesso pra pessoa, porque tu conseguindo colocar aquela pessoa que não tem oportunidade lá dentro, se ela tiver interesse ela vai atrás, ela vai conseguir tanto quanto uma outra pessoa que teve mais condições, mais, entre aspas, facilidade pra chegar naquele lugar (Luísa, negra).

A fala de Janaína também é exclusivamente focada para a questão racial. Por conta disso, acredita que o critério para ser beneficiário da política, para os negros deveria ser independente do critério de renda.

Eu acho que falta essa inserção do negro na sociedade, independentemente de renda. Por exemplo, onde eu trabalho a negra sou eu. Eu e as faxineiras. Então eu acho que essa falta de visibilidade do negro em posições boas de trabalho parece que é um recado da sociedade dizendo: "olha, lugar de negro não é aqui". Não é ganhando bem, não é em cargos bons. Por isso eu defendo que a política de cotas pra negros tinha que ser independente de renda, de condições sociais, enfim (Janaína, parda).

É interessante notar que as duas entrevistas negras (Luísa e Samara) e a entrevistada parda (Janaína) trazem exemplos pessoais para fundamentar sua defesa das cotas. Para Samara, a desigualdade dos negros é fruto de um processo histórico, processo esse que têm reflexos até hoje. Diz que a condição de sua mãe, empregada doméstica, advém desse ciclo de exclusão. As falas das entrevistadas remetem para as desigualdades de cunho racial existentes na sociedade brasileira e o papel de políticas afirmativas para a reversão desse quadro. Além disso, apontam para o papel simbólico da política de cotas ao possibilitar a valorização da identidade negra. Como observa Feres Júnior (2013), as políticas afirmativas assumiram uma dupla função: a de política redistributiva e identitária, ligadas a questões de reconhecimento social.

A discriminação racial na perspectiva dos egressos - Os debates sobre a política de cotas no interior da Faculdade de Direito

A condição de cotista dos entrevistados era conhecida por todos os seus colegas, porém, nunca foi motivo para discriminação. Aos serem questionados, todos disseram não ter sofrido tratamento diferenciado, tampouco ter presenciado algum caso do tipo. No entanto, relatam que a política era discutida pelos estudantes, havendo posicionamentos favoráveis e contrários.

No máximo, assim, às vezes alguém fazia alguma brincadeira, tipo: "eu estudei tanto tempo pra entrar e tu entrou direto". Mas assim, nunca com um tom de

discriminação, eu nunca me senti ferida. Foi bem tranquilo. E nunca vi por parte de nenhum colega fazerem com ninguém. Claro que tem as discussões sobre as cotas e tal, e as pessoas contra e a favor, mas nada assim pessoal, apontando pra pessoa (Jéssica, branca)

Assim como Jéssica, Luísa aponta que por mais que houvesse discussões sobre a política de cotas no ambiente universitário, sempre foi de maneira respeitosa, não resvalando para atitudes discriminatórias em relação aos cotistas.

Sempre foi muito boa, nunca me senti discriminada, nem diminuída, nem rejeitada, nem isolada, nem nada, ao contrário. Nem digo só na minha turma, em toda a faculdade. Agora mudou um pouco porque tem essa questão do ingresso na metade do ano, mas antigamente, como era uma turma por ano, a faculdade inteira era muito próxima. Então todo mundo se conhecia, todos os veteranos ajudavam muito os bixos. Eu sempre conversei com meus colegas de outros anos e eles mesmos me ajudavam, me passavam cadernos, me indicavam livros... sempre tive um contato muito próximo. Me senti muito bem recebida, muito bem acolhida por todos. E assim, não tem como separar ninguém, tanto dentro da minha turma como dos outros anos. Claro que tem uma pessoa ou outra que tu possa não gostar, não te dar muito bem, mas não por uma questão racial, por questão de tu gostar da pessoa ou não. Referente a essa questão das cotas, de ser discriminado ou não, eu só tive experiências boas, positivas (...) Inclusive me sentia bem recebida por alguns colegas, claro, têm pessoas ali que não são favoráveis, são contrárias às cotas. Tinha um colega que era bem assim à favor da meritocracia, mas nós sempre debatemos, nós sempre discutimos isso com muito respeito. Nunca me senti isolada, discriminada, qualquer tipo de coisa por ser uma cotista, por ser defensora das cotas, nem nada. Ao contrário, até acho que esses debates serviram pra mudar minha opinião e construir essa ideia que eu tenho hoje em dia que nós estávamos conversando no início, da importância de tu ter a cota racial especificamente. Fortaleceu mais a minha ideia (Luísa, negra).

De acordo com o relato de alguns entrevistados, um dos debates ocorridos na Faculdade de Direito dizia respeito à entrada de estudantes do Colégio Militar através da

política de cotas. Janaína menciona a importância de políticas inclusivas voltadas para o ensino superior, mas questiona o efeito da política de cotas na Faculdade de Direito, posto que, em sua opinião, a maioria dos ingressantes por essa modalidade teriam condições de ingressar na universidade através do acesso universal. Essa questão, no entanto, necessita ser melhor investigada.

Eu acho que é uma política muito importante, tanto quanto é o Prouni. Acho muito importante. É uma política inclusiva, embora no Direito eu não tenha visto tanto isso acontecer porque tinha muito cotista que tinha condições de, de repente pagar por uma particular, ou então de ter passado sem as cotas se estudasse um pouco mais, sei lá. É que pelo menos no meu ano metade dos cotistas era do colégio militar, isso era uma coisa que incomodava na época. Metade dos cotistas do direito noturno era do colégio militar, exatamente a metade, contando cotas de escola pública e cotas raciais (Janaína).

Jéssica também aponta para o fato de que na Faculdade de Direito há muitos estudantes do Colégio Militar que ingressaram através da política de cotas, reconhecendo a disparidade entre a qualidade do ensino que teve em comparação às outras escolas públicas do estado.

Meus primeiros amigos na faculdade eram quem tava no colégio comigo. Isso é uma disparidade até. Eu não sei como é nos outros cursos, mas no Direito muita gente é do colégio militar. E eu acho que a gente acaba levando uma vantagem em relação às outras escolas públicas, por ser mais forte o colégio e preparar bem para o vestibular da UFRGS. Então assim, primeiro dia de aula, apresentação de alunos, dez por cento da turma era do colégio militar. Todo mundo se conhecia, enfim, e acabava que a gente dominou todas as cotas, quase todas (Jéssica, estudou no Colégio Militar).

Esses relatos nos fazem refletir sobre o potencial inclusivo da política de cotas em cursos de maior prestígio. Tendo em vista que essa política tem por intuito minorar desigualdades educacionais, promovendo o acesso de grupos que, supostamente, não teriam como ingressar nesse nível de ensino, é de que se questionar até que ponto esse objetivo é cumprido.

Das duas entrevistadas negras, nenhuma relatou ter sofrido discriminação racial. Os egressos autodeclarados brancos também disseram não ter presenciado, tampouco

ouvido falar, sobre práticas discriminatórias de cunho racial. Esses relatos não contrariam as teorias sociológicas sobre o tema das relações raciais no Brasil, país em que, diferentemente dos Estados Unidos, possui um "racismo cordial", difícil de ser verificado (TELLES, 2003; MELLO, 2005; GUIMARÃES, 2012). Além disso, o mito da democracia racial persiste em nossa sociedade. Janaína, autodeclarada parda, foi a única entrevistada a relatar ter sofrido discriminação racial. Sua fala expressa de forma clara a maneira como a discriminação aqui se manifesta.

No mercado de trabalho não porque eu nunca tinha procurado, mas no colégio sim, aquele olhar diferente. O brabo é isso, porque no Brasil o racismo, discriminação, não é uma coisa tão palpável, tão objetiva como é, por exemplo, nos Estados Unidos, que é uma coisa muito descarada. É um olhar atravessado, um olhar de desdém, aquela olhada dos pés à cabeça. Um segurança já me mandou tirar o capuz dentro do shopping. E isso na minha família é um pouco presente porque o meu pai é negro. Todo mundo misturado, então eu saí parda, mas a minha irmã mais nova é negra, a irmã do meio é bem branquinha, então é uma mistura. A gente meio que sofre junto quando vê essas coisas. A minha irmã mais nova sofreu muito, nossa. De chegar em casa chorando do colégio. Então é muito triste mesmo, muito triste. E eu acredito que nenhum branco consiga imaginar o que é. É uma coisa interessante é que, por eu ser parda, para algumas coisas eu sou negra e para outras eu sou branca, é uma coisa muito engraçada de notar. A família do meu companheiro é toda italiana, de Bento Gonçalves. Quando eu conheci eles, eles me tratavam como negra, eles não gostaram muito no começo. Senti assim uma certa resistência. Só que é engraçado, eles vão te conhecendo melhor e parece que tu muda de cor, é incrível, um fenômeno. Outra coisa interessante é que se eu estiver mal vestida em qualquer lugar eu vou ser olhada dos pés à cabeça como se fosse: "ah, essa moreninha aí". Se eu estiver bem vestida o olhar é outro. Sinceramente, nunca pesquisei nada sobre isso; na psicologia talvez tenha alguma teoria sobre isso, mas eu sinto isso. Se eu estiver mal vestida eu vou ser tratada de um jeito; se eu estiver bem vestida eu vou ser tratada de outro. E a sensação que eu tenho é que não tem a ver com a roupa. É que parece que eu mudo de status conforme eu estiver (Janaína).

Ao ser questionada sobre a maneira como lida com a discriminação, a fala de Janaína aponta para a mobilização de seu capital cultural como estratégia antirracista.

Eu não baixo a cabeça. Eu me imponho de alguma maneira. Não dá pra deixar, né? Não dá pra deixar. Eu me imponho de alguma maneira. Ou mostro que sou mais inteligente que a pessoa,

geralmente eu saio por aí. Puxo algum assunto que eu sei que a pessoa não vai saber, tento mostrar que sou uma pessoa articulada. Não é no sentido de fazer barraco, mas no sentido de me impor um pouco, de não baixar a cabeça (Janaína).

Como pudemos ver, apenas Janaína relatou ter sofrido discriminação racial, ainda assim, a discriminação não se deu no ambiente universitário. Todos os entrevistados foram unânimes em suas falas ao dizer não ter sofrido nenhum tipo de discriminação; no caso dos brancos por conta de sua condição de cotistas e dos negros por conta da questão racial. No entanto, é necessário ressaltar que além de Samara - que se autodeclara parda - entrevistamos apenas duas diplomadas negras. Há a necessidade de se realizar mais entrevistas com diplomados negros.

Considerações Finais

Através da realização desta pesquisa, procuramos analisar o efeito do sistema de cotas sobre o acesso ao ensino superior. Para tanto, analisamos os dados estatísticos produzidos pela UFRGS sobre o ingresso e permanência de estudantes cotistas e investigamos, através da realização de entrevistas semiestruturadas, a trajetória acadêmica de egressos cotistas - tanto negros quanto brancos - da Faculdade de Direito da referida universidade, com o fito de compreendermos o impacto das cotas sobre a desigualdade racial no ensino superior. A escolha do curso deu-se pelo seu caráter distintivo, propiciando a ocupação de uma posição social de maior prestígio social e remuneração relativamente mais alta.

A política de cotas é uma modalidade de ação afirmativa que tem por principal objetivo garantir o acesso de grupos discriminados - social e racialmente - no ensino superior. Em relação a essa questão ao analisarmos os dados secundários produzidos pela Comissão de Ações Afirmativas da UFRGS, pudemos constatar que no período inicial da implementação da reserva de vagas nesta universidade, entre 2008 e 2011, era baixa a ocupação das vagas destinadas aos candidatos autodeclarados negros, sobretudo em cursos de prestígio. Essa realidade só passou a mudar nos últimos anos, havendo uma melhoria na situação desses candidatos.

Ao analisarmos a trajetória acadêmica dos diplomados beneficiados por essa política, constatamos a semelhança de suas trajetórias e disposições, além de os

entrevistados não relataram nenhum tipo de discriminação: os autodeclarados brancos não sofreram tratamento diferenciado por serem cotistas, e as autodeclaradas negras não expuseram ter sofrido discriminação de cunho racial. Em relação ao desempenho acadêmico, não foram apontadas dificuldades de acompanhamento do curso em relação aos colegas ingressantes pelo acesso universal. Essas narrativas encontram apoio nos dados produzidos pela UFRGS, os quais apontam para o fato de haver desempenho semelhante entre estudantes cotistas e não-cotistas desta universidade.

Cabe ressaltar, porém, que a maioria dos entrevistados são oriundos de famílias de classe média, tendo, antes de ingressar na universidade, um capital cultural e econômico relativamente alto. Com exceção de uma entrevistada, todos possuem no mínimo um familiar com ensino superior completo. Dois entrevistados, inclusive, são oriundos do Colégio Militar, considerado um dos melhores colégios do estado, possuindo uma preparação fortemente voltada para o ingresso na UFRGS. Para além disso, mais de um entrevistado salientou os debates existentes na Faculdade de Direito sobre a ocupação de vagas reservadas para as cotas por estudantes oriundos do referido colégio. Retomamos então a questão sobre o potencial inclusivo da política de cotas em cursos de maior prestígio: no caso da Faculdade de Direito da UFRGS, dado o perfil dos nossos entrevistados, o impacto da política de cotas parece ter sido modesto. Cabe ressaltar, no entanto, o caráter preliminar deste trabalho, sendo necessária a realização de uma pesquisa mais extensa e de maior envergadura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. Estruturas sociais e estruturas mentais: in **Teoria & Educação**, 3º ed., 113-119. 1991.

Daflon, Verônica Toste; Feres Júnior, João; Campos, Luiz Augusto. “Ações afirmativas raciais no ensino superior público brasileiro: um panorama analítico”. In **Cadernos de Pesquisa** (Fundação Carlos Chagas. Impresso), v. 43, pp. 302-327. 2013.

FERES JÚNIOR, J.; DAFLON, V.T.; RAMOS, P. MIGUEL, L. O impacto da lei nº 12.711 sobre as universidades federais. Levantamento das políticas de ação afirmativa (GEMAA), IESP - UERJ, setembro, 2013. p. 1-34.

FERES JÚNIOR, João;CAMPOS, Luiz Augusto ; DAFLON, V. T. Ação afirmativa, raça e racismo: uma análise das ações de inclusão racial nos mandatos de Lula e Dilma. **Revista de Ciências Humanas** (Viçosa), v. 2, p. 399-414, 2013.

GOMES, Joaquim Benedito Barbosa. **Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade**: o direito como instrumento de transformação social: a experiência dos EUA. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

GONÇALVES, Fernando Gonçalves de. Sucesso no campo escolar de estudantes oriundos de classes populares: estrutura e trajetórias. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015.

HASENBALG, G. A.; SILVA, N. D. V. (Eds.). **Relações Raciais no Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1992.

HERINGER, Rosana. Ação afirmativa e combate às desigualdades raciais no Brasil: o desafio da prática. XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Minas Gerais. Nov. 2002.

MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas**; amostragem e técnicas de pesquisa; elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo, 1986.

MELLO, Luciana Garcia de. A Discriminação racial em números e palavras - estudo sobre a participação de negros e brancos no mercado de trabalho gaúcho. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

NASCIMENTO, Wagner Lemes do. Depois do Castelinho: os egressos da Faculdade de Direito da UFRGS beneficiados pela política de cotas e sua inserção profissional. Trabalho de Conclusão de Curso em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015.

Silva, Tatiana Dias. Panorama social da população negra. In: **Igualdade Racial no Brasil - Reflexões no Ano Internacional dos Afrodescendentes, durante a programação da sexta edição do Latinidades – Festival da Mulher Afro Latino Americana e Caribenha**. Rio de Janeiro: IPEA, 2013.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Editora UFMG, 2009.

SOUZA, João Vicente Silva. Alunos de escola pública na Universidade Federal do Rio Grande do Sul: portas entreabertas. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação, PPGEduc-UFRGS. 2009.

TELLES, Edward. "Início no Brasil e fim nos EUA?". **Estudos Feministas**, vol. 4, nº 1, IFCS/UFRJ.1996

UFRGS, UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Programa de Ações Afirmativas da UFRGS: 2008-2012. Comissão de Acompanhamento dos Alunos do Programa de Ações Afirmativas. Comissão ad hoc de Avaliação do Programa de Ações Afirmativas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013.

UFRGS, UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL Relatório Anual do Programa de Ações Afirmativas 2013-2014. Coordenadoria de Acompanhamento do Programa de Ações Afirmativas, 2014.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

Da Reprodução e Para Além Dela: Classes Sociais e Educação

Bernardo Mattes Caprara¹

O objetivo deste trabalho é procurar avançar nos debates sobre as relações entre classes sociais e educação formal. Na Sociologia, os estudos de Pierre Bourdieu marcaram uma parte das pesquisas e teorias sobre a temática, salientando o impacto da escola para a reprodução das desigualdades de acesso aos bens e recursos escassos nas sociedades modernas. A partir da década de 1980, esse arranjo crítico ganhou a concorrência de investigações que destacam o papel ativo dos estabelecimentos educacionais, seja transmitindo saberes, seja mitigando a influência entre a origem social e o sucesso escolar. Pesquisas recentes retomam as constatações de Bourdieu, fazendo lembrar que o campo escolar segue contribuindo para a reprodução dos privilégios de classe. Ficam em aberto, porém, exames que analisem os mecanismos práticos conformadores das relações no interior dos espaços escolares e definidores das trajetórias estudantis. Este trabalho contribui discutindo a teoria dos capitais de Bourdieu e seus vínculos com a educação, arguindo a noção de *habitus* e reconstruindo o seu potencial heurístico, caracterizando as disposições dos agentes de modo menos limitativo. Por fim, sugere o conceito de “contradição”, esquecido na Sociologia crítica, como elo viável à teoria de Bourdieu, a fim de pensar a persistência das desigualdades de classe na educação e incluir mais agência no esquema do autor – fomentando a possibilidade de transformação social.

Palavras-Chave: Classes sociais – Educação – Sociologia da Educação.

INTRODUÇÃO

Nos últimos séculos, as sociedades humanas passaram a se organizar em sociedades capitalistas, em que há a presença das três instituições fundamentais da modernidade, disseminadas ao redor do mundo como “artefatos prontos”: o Estado, o mercado e a sociedade civil. Nesse tipo de sociedade, a disputa pelo acesso aos espaços de poder e pelo acesso aos bens e recursos escassos, bem como ao reconhecimento social, ocorre diariamente e movimenta a própria vida coletiva. Só que essa nem sempre é uma pauta transparente. Pelo contrário, trata-se de uma espécie de luta simbólica opaca, que muitas vezes não é percebida pelas pessoas no curso das suas próprias vidas cotidianas (SOUZA, 2015).

Meu objetivo neste artigo se divide em dois: primeiro, discorrer sobre os aspectos relevantes na literatura acerca das relações entre as classes sociais e a educação, com o foco na reprodução social. Isso significa pensar nos estabelecimentos escolares como

¹Doutorando no PPG Sociologia UFRGS, Professor de Ciências Sociais na UFFS – Campus Erechim.

instituições importantes para a manutenção da organização de uma dada formação social, no âmbito da modernidade. Depois, passo a explorar as fissuras do argumento da reprodução social e indicar possibilidades sociológicas de tratamento da temática, à medida que apresento a categoria “contradição” para refletir sobre as oportunidades de produção cultural no interior da escolarização. Tal configuração teórica desponta nos trabalhos de Sallum Jr. (2005) e Bertonceo (2016), e é a partir da proposta dos referidos autores que articulo as reflexões deste artigo.

CLASSES SOCIAIS, EDUCAÇÃO E REPRODUÇÃO SOCIAL

A literatura sobre as relações entre classes e educação é bastante vasta e complexa. São múltiplas as perspectivas, as teorias, as estratégias metodológicas e as bases de dados utilizadas. Recentes achados de pesquisa sancionam teses que indicam a persistência da influência da classe social na educação formal, ainda que possa ser verificada uma queda na associação entre origem social e realização educacional (RIBEIRO, 2011). Famílias que se localizam em posições de classe privilegiadas se mostram capacitadas a obter melhores condições para ascensão social ou, pelo menos, a permanência da posição de classe dos seus filhos (RIBEIRO, 2009).

Se os avanços nas modelagens analíticas e metodológicas guiados para descrever e mensurar as relações entre origens, destinos e resultados educacionais são notáveis na Ciência Social contemporânea, os debates não avançaram muito no que concerne à reconstrução dos mecanismos e dos processos que facultariam a explicação dos dados empíricos arrolados. Bertonceo (2016, p. 161) distingue duas abordagens para balizar as discussões sociológicas recentes sobre as formas como a classe conforma as trajetórias escolares e sociais dos indivíduos. A primeira se apoia na tradição do Programa de *Nuffield* e salienta o chamado mecanismo de aversão ao risco. A segunda está vinculada aos trabalhos de Pierre Bourdieu e acentua o mecanismo do capital cultural e das disposições para crer e agir.

Os trabalhos dos pesquisadores da Universidade de Oxford, no *Nuffield College*, entendem as diferenças de classe nos resultados educacionais e nas probabilidades de mobilidade social como um produto da agregação de ações individuais, regido por uma racionalidade de tipo instrumental. Tomando como premissa que os indivíduos usam

como referência para os seus desejos e projetos futuros a sua posição social de origem (BOUDON, 1981), entende-se que as suas escolhas no ambiente educacional se encaminham pela tentativa de minorar os riscos de mobilidade descendente ou de desclassificação social (GOLDTHORPE, 1996, 2007).

Nessa ótica, os indivíduos portariam percepções diferenciadas sobre os níveis mínimos aceitáveis no que se refere aos resultados educacionais. Entre tais indivíduos, a percepção sobre um estágio mínimo a alcançar na escolarização é variável, na medida em que procuram objetivos semelhantes perante oportunidades e dificuldades variáveis, que remetem às suas posições na estrutura de classes. Suas escolhas acabam sendo estratégias adaptativas diante da estrutura de oportunidades e dificuldades que constroem ou não os indivíduos conforme as suas posições de classe e as estratégias que adotam para reduzir os riscos de “descer” de posição.

O que unifica essas pesquisas é a adesão à teoria da ação racional, com o foco nos ditos “efeitos secundários” sobre os destinos educacionais. A distribuição desigual de oportunidades no ambiente escolar seria fruto da agregação das ações individuais e de grupos sociais dotados de desiguais quantias e tipos de recursos capacitados a garantir a reprodução social de geração em geração (BERTONCELO, 2016, p. 163). Basicamente, esses trabalhos têm se debruçado a analisar a persistência e a mudança nas diferenças de oportunidades educacionais entre grupos sociais distintos ou, ainda, procuram analisar as formas pelas quais as estruturas institucionais e as regulações dos sistemas de ensino atingem a distribuição de oportunidades educacionais.

Assim como os estudos derivados do Programa de *Nuffield*, a linhagem de pesquisas sobre classes sociais e educação fundada nos trabalhos de Pierre Bourdieu constrói o objeto de análise tentando identificar as diferenças de classe nos resultados educacionais e a natureza e intensidade dos investimentos escolares de acordo com diferentes estratégias de reprodução social. No entanto, esta tradição se distingue precisamente no mote dado a distribuição desigual de capitais entre os indivíduos e classes. Mais do que isso, enseja uma ênfase nas disposições para crer em algo e agir desta ou daquela forma, o *habitus*, substrato das diferentes práticas de classe (BERTONCELO, 2016, p. 164).

Bourdieu (1996, 2008) desenha a sociedade moderna com a imagem de um espaço social, no qual os agentes se localizam em diferentes posições relativas, segundo a distribuição de propriedades entre eles. Essas propriedades se forjam enquanto recursos de

poder e remetem às quatro formas de capital passíveis de serem apropriadas pelos agentes. Trata-se do capital econômico (variadas formas de recursos econômicos), do capital cultural (conhecimentos incorporados, títulos escolares institucionalizados ou posse de bens culturais objetivados), o capital social (relações sociais que facilitam ou dificultam a realização de objetivos) e o capital simbólico (a maneira como o indivíduo é percebido pelos outros, o que depende dos demais recursos que o agente detém). Os capitais são recursos importantes para que os agentes disputem as lutas simbólicas nos diferentes campos. Eles podem ser monopolizados e, em certos casos, transmitidos ou convertidos.

No contexto das relações entre classes e escola, o capital cultural se destaca como recurso essencial para o êxito dos agentes na educação formal. O capital cultural descreve os “instrumentos de apropriação dos bens simbólicos que uma formação social seleciona como dignos de serem desejados e possuídos”. Isso significa que a “naturalidade” para lidar com a “alta cultura”, expressa pelo volume do capital cultural dos agentes, tende a fazer crescer as chances dos estudantes galgarem resultados satisfatórios nas suas trajetórias acadêmicas (BOURDIEU, 2007, 2008).

Os agentes não se localizam no espaço social possuindo as mesmas “ferramentas” para a familiaridade com a comunicação pedagógica cara à escolarização, ou ainda para maximizar os seus desempenhos educacionais. Considerando as posições que os agentes ocupam no espaço social e as trajetórias que desenvolvem para chegar até elas, para permanecer ou evoluir, os agentes incorporam (“tornam corpo”) díspares esquemas de disposições para acreditar em algo ou agir de tal maneira, o que sedimenta o seu *habitus*, mecanismo de condução das “escolhas” que os agentes fazem na vida em sociedade. Nesse sentido, o *habitus* é uma estrutura estruturada, porque resulta de condicionamentos sociais que remetem a uma classe específica de condições de existência, ao mesmo tempo em que é uma estrutura estruturante, porque se faz um princípio gerador de práticas múltiplas e de limitadas improvisações (BOURDIEU, 1996). As características do *habitus* delimitam uma espécie de homogeneidade entre as práticas dos agentes localizados em posições próximas do espaço social, o que engendra as suas práticas de classe, que não dependem da intencionalidade dos agentes. Além disso, as características do *habitus* indicam um ajustamento pré-reflexivo das pretensões subjetivas dos agentes com as probabilidades objetivas de sucesso educacional, um “senso prático” entre o que é o provável, o que é possível e o que efetivamente deve vir a acontecer.

Tanto a perspectiva do Programa de *Nuffield*, quanto a de Bourdieu, assemelham-se na maneira pela qual constroem o objeto que analisam (BERTONCELO, 2016). Elas partem da ideia de que os estabelecimentos escolares e os próprios sistemas de ensino como um todo contribuem para a reprodução das relações desiguais entre classes sociais e impactam, em vista disso, a reprodução da estrutura distributiva dos bens e recursos escassos disponíveis na vida em sociedade. Essa forma de construir o objeto tem encontrado resistência e visões alternativas nos estudos que realçam a importância de se olhar para as relações transcorridas por dentro do espaço escolar.

Pode-se chegar, portanto, a uma consideração sintética e provisória, mas importante. Agrupamentos familiares em posição de classe elevada tendem a obter relativo êxito na busca por manter os seus privilégios sociais com o passar do tempo. A escola é uma instituição que pode auxiliar nesse movimento de reprodução da desigualdade social. Apesar de reformas educacionais e universalizações de acesso a níveis fundamentais da educação formal, o fato é que os estabelecimentos educacionais não se configuram automaticamente enquanto um meio de ascensão social, sem necessariamente ajudar os indivíduos das classes populares que trazem seus “talentos” e “esforços” para dentro das escolas ao caminho da mobilidade ascendente de classe (BRINT, 2006).

Acredito que a contribuição central nesse campo de pesquisa precisa passar pela tentativa de analisar a persistência das desigualdades de classe na educação formal sem fazer da escola um mecanismo obrigatório de reprodução social. Os aspectos que esta tradição de estudos sobre as desigualdades de classe e suas relações com a educação formal deixam em aberto dizem respeito ao escrutínio das condições sociais de gênese e transmissão das disposições fundamentais para uma inserção qualitativa nas lógicas dos estabelecimentos escolares.

“CONTRADIÇÃO” E INCONSISTÊNCIAS ESTRUTURAIS: EDUCAÇÃO PARA ALÉM DA REPRODUÇÃO SOCIAL

As ideias dominantes nos estudos citados até aqui dão conta da tentativa de compreender o papel da escola e dos sistemas de ensino para a reprodução das relações desiguais entre classes sociais e para a reprodução da própria estrutura de distribuição dos recursos materiais e simbólicos na vida em sociedade. Essa perspectiva revela um lado

importante do fenômeno, mas encobre ou negligencia outros, ficando sem explicar satisfatoriamente os casos de sucesso escolar de estudantes de classes populares (LAHIRE, 1997).

O edifício teórico de Bourdieu pressupõe um ajuste estreito entre a experiência social dos agentes (posição objetiva de classe e trajetória) e as disposições para crer e agir (*habitus*). Tal estreiteza deixa no ar uma impossibilidade de entender as fissuras que têm o potencial de estancar ou modificar o processo de reprodução social. De fato, para Bourdieu (2008) as relações objetivas de força, que são estabelecidas na real desigualdade de recursos entre as classes sociais, têm consigo uma grande probabilidade de reprodução dinâmica por meio do *habitus* de classe.

Entretanto, o mesmo Bourdieu salienta que subsiste sempre “algo de vago e indeterminado” nas ocorrências da vida em sociedade. Em contato com o atributo da pré-reflexividade dos esquemas de percepção do mundo, essa indeterminação oferece uma lacuna na qual a luta política pode prosperar e a disputa para deixar as categorias de percepção dominantes como estão ou modificá-las se potencializa no espaço social. Para que isso aconteça, são propícios os momentos de crise, em que a *illusio* (“crença no jogo”) fica suspensa temporariamente e as premissas não-discutidas dos agentes atingem o âmbito discursivo e podem sofrer embates e contestações (CROSSLEY, 2003).

Permanece, com isso, a questão de fundo que as análises das relações entre posições objetivas de classe e desempenho educacional não têm condições de perceber, em função tanto da forma como pensam o objeto (BERTONCELO, 2016), quanto porque o seu ângulo de investigação não permite: o que faz com que em determinadas circunstâncias a educação formal confirme a expectativa analítica de reprodução das relações desiguais de classe previstas em tantos casos empíricos e o que faz com que em outras determinadas circunstâncias isso não aconteça? Mais: como a teoria sociológica crítica pode explicar a ambiguidade da escolarização enquanto uma experiência social de produção cultural e transmissão de conhecimentos e, paralelamente, enquanto uma instituição do moderno capitalismo que tem papel relevante na reprodução das desigualdades de classe?

Penso que Brasília Sallum Jr. (2005) contribui para o estudo das classes sociais e sua homologia com atividades simbólicas adicionando a noção de “contradição”, proveniente dos textos de Marx, ao arcabouço teórico de Bourdieu. O ajuste estreito que Bourdieu sugere entre posições objetivas, *habitus* e práticas de classe, mesmo deixando uma lacuna

para o imponderável e indeterminado, colocaria sua teoria em dificuldade para explicar as variações de conduta entre membros de uma mesma classe. Não parece haver condições de se encontrar apenas em Bourdieu a resposta para essa dificuldade.

Nessa direção, o acréscimo de Sallum Jr. à teoria bourdieusiana pode ser promissor. O conceito de contradição está presente nos escritos de Marx com o desiderato de indicar a existência de “inconsistências” na estrutura das sociedades capitalistas. São essas inconsistências que fomentam a potencialidade de conflitos e transformações nessas formações sociais. O ponto central do pensamento de Marx quanto à relação entre classes e contradição está situado em “O Capital”, a obra máxima da “teoria crítica do capitalismo” (SALLUM JR., 2005, p. 34).

As classes aparecem como esteio do processo de reprodução do capital, que consiste num processo contraditório. No processo de reprodução do capital, as liberdades e igualdades atinentes às relações entre os indivíduos, no âmbito da circulação de mercadorias, comutam-se no seu contrário, numa relação de sujeição e desigualdade entre classes. Para manter a sobrevivência num sistema capitalista de circulação de mercadorias, os trabalhadores gastam seus salários adquirindo mercadorias. O consumo dessas mercadorias reproduz a si próprios, enquanto corpos e mentes que demandam determinados produtos. Dessa forma, não podem ficar sem trabalho, isto é, sua liberdade está condicionada à escolha do indivíduo proprietário dos meios de produção (capitalista) ao qual venderá, outra vez, a sua força de trabalho. A liberdade de não vender a força de trabalho existe apenas no nível da abstração, na medida em que, ao não vendê-la, o desemprego, a fome e a degradação social tendem a se fazer consequências imediatas. Do ponto de vista coletivo, de classe, os trabalhadores se configuram sujeitados à classe dominante, amarrados a ela por meio de “fios invisíveis” cuja força é análoga a que mantinha presos os escravos romanos aos seus senhores. O substrato da liberdade contratual seria, portanto, a sujeição de uma classe em relação à outra, a sujeição total dos trabalhadores aos capitalistas (MARX, 1975).

Conforme o capital investido nos meios de produção passa a ser resultado da exploração do sobre-trabalho alheio (mais-valia), as relações de igualdade na esfera da circulação de mercadorias começam a se fundamentar numa relação de desigualdade crescente entre classes. “Assim, a apropriação do trabalho sem troca é o fundamento da igualdade na troca” (SALLUM JR., 2005, p. 36). Precisamente é essa contradição, localizada

no âmago da experiência social dos trabalhadores, intrincada às suas consequências na vida coletiva, que abre sem parar as possibilidades do conflito entre classes sociais. O *modus operandi* das sociedades capitalistas produz, de forma reiterada, as contradições capacitadas a afrontar a dinâmica de saber e poder dominantes. A própria experiência de cada classe de indivíduos, situada de maneira distinta na estrutura societária, não deixa de ser ambígua e dinâmica, visto que o capitalismo é vincado em bases contraditórias (MARX, 1975; SALLUM JR., 2005).

É a definição de *habitus* de classe, de Pierre Bourdieu, que autoriza a suplantar as ideias de “classe em si” e “classe para si”, tão caras às teorias marxistas tradicionais. O *habitus* faculta a suplantar essas ideias em virtude da ênfase que designa para o sentido prático e simbólico dos dominados, mesmo que a consciência e a reflexividade não sejam elementos primordiais no escopo da teoria bourdiesiana. Fornecer à noção de *habitus* a adição da categoria “contradição” pode concretizar subsídios para pensar a teoria de classes de Bourdieu sob o diapasão de uma teoria da ação coletiva (SALLUM JR., 2005, p. 39).

Se for verdade que as posições e trajetórias das classes e dos agentes, sejam elas aproximadas ou não nos “endereços” do espaço social, levam o potencial de explicar as possíveis variações das disposições para crer e agir (*habitus*) no interior de uma mesma classe social, elas ainda assim podem deixar lacunas nesse debate. Com efeito, a experiência social de cada classe tende a ser ambígua e dinâmica, em função de que as formações sociais capitalistas seriam contraditórias e cíclicas na sua estrutura. É essa ambiguidade interposta na experiência das classes sociais, em função das contradições do funcionamento capitalista, que amplificariam os esquemas de pré-reflexividade de percepção e de disposições para crer e agir que conformam o *habitus* de classe.

Bertoncelo (2016, p. 169) argumenta que “(...) os agentes (sobretudo os alunos) que ocupam o espaço escolar vivem a reprodução social – sobretudo, a possibilidade de ascensão social pela via escolar – como uma experiência contraditória”. O aspecto da produção cultural no interior da escola e como essa produção pode servir para mediar a influência das contradições sociais sobre as ações dos indivíduos merece atenção mais de perto. Nem os autores do Programa de *Nuffield*, nem Bourdieu logrou investigar essa dimensão com profundidade. Os primeiros, por acharem que as desigualdades de classe derivam de escolhas individuais, terminam por retirar a voluntariedade da ação no seu todo, quando a remetem a uma simples adaptação à estrutura de oportunidades e aos

obstáculos que constroem os indivíduos. Bourdieu, por sua vez dono de uma teoria crítica que acredito mais sofisticada, por vezes parece encerrar o *habitus* num universo muito restrito, em que temos pouco espaço para iluminar e debater as contradições que perfazem as experiências sociais dos agentes e se relacionam com as disputas às voltas das categorias simbólicas de percepção do espaço social.

O trabalho etnográfico produzido por Paul Willis (1991) no interior de uma escola inglesa, frequentada pelos filhos da classe operária, é uma investigação sobre os “insucessos” escolares desses jovens que reconstrói a forma pela qual eles erguem uma cultura de resistência à escola, uma contracultura escolar. Isso se dá pela reelaboração de aspectos comuns de uma espécie de “cultura operária” incorporada nas práticas da comunidade e das famílias. O estudo traz a possibilidade de encontrar subsídios para uma via capaz de explicar a reprodução das desigualdades de classe na educação formal e, no mesmo diapasão, trazer à tona a produção cultural de práticas que inovam normas, valores e classificações e se forjam através da assimilação e da subversão dos significados e valores hegemônicos (BERTONCELO, 2016).

A reconstrução do cotidiano dos *lads*, alunos que mais desafiavam e resistiam à escola, mostra como a contracultura reengendrava, de modo muito particular, as características da cultura associada à classe operária. Tais características significavam coisas como o machismo, o tratamento rude, a objeção ao trabalho intelectual e o reconhecimento do trabalho manual, a aversão à autoridade e a propensão a fazer piadas e rir dos outros. Os *lads* faziam questão de não se relacionar com os estudantes considerados aceitadores da ordem escolar, pois a sua postura quanto ao conteúdo e a instituição valia como um marcador social nas dinâmicas de sala de aula.

O que Willis (1991) chama de “penetrações culturais”, os impulsos de uma forma cultural que demonstram dimensões da realidade das condições de existência, possibilitados pela contracultura escolar, sempre se viam estancados, ao menos em parte, por múltiplas restrições, como a divisão trabalho manual/trabalho intelectual e a divisão de trabalho entre os sexos. Conjugando os efeitos da instituição escolar, do individualismo e das mentalidades dos jovens, havia uma fissura, sob o prisma simbólico, entre o que se pensava a respeito do trabalho manual e do trabalho intelectual. Isso mantinha velada a natureza comum da exploração de ambas as formas de trabalho em sociedades capitalistas. Somava-se a isso a predominância patriarcal e a fissura entre trabalho manual e intelectual,

para então se desdobrar uma inversão de valores da ideologia dominante. Se na totalidade social o trabalho com o intelecto lograva mais apreço e *status*, para os *lads* o trabalho manual representava, conforme a classe operária inglesa da época, a superioridade do ambiente masculino. O trabalho intelectual se assemelhava a inferioridade social das mulheres e deveria ser descartado.

Decorrencia disso era a valorização do trabalho manual como símbolo das características próprias masculinas e a fonte apropriada para as referências que moldam a identidade e autoestima. De modo incongruente, os jovens da classe operária inglesa aderiam com entusiasmo ao trabalho manual, o que, em consequência, conferia-lhes posições inferiores na estrutura de classes, mesmo que eles imputassem conotações favoráveis ao trabalho que exerciam. O “fracasso” escolar dos *lads* era quase deliberado, visto que suas práticas de resistência à instituição escolar faziam de si mesmos agentes da situação e coordenadores das suas próprias experiências (WILLIS, 1991). Dito de outra maneira, a contracultura manifesta na resistência à escolarização se apoiava na valorização do trabalho manual e se afirmava enquanto uma pretensa superioridade moral desses estudantes. Suas práticas conformavam formas culturais inspiradas na cultura operária inglesa, retraduzidas para o cenário educacional, e serviam como componentes mediadores entre suas experiências contraditórias de classe e suas ações.

Nos Estados Unidos, as pesquisas de Jay MacLeod (1987) viram que as práticas de resistência escolar assumiam modos diferentes de manifestação. A menor combatividade da classe operária estadunidense teria menos força para subverter e penetrar o sistema cultural do país, em face à presença muito consensual de alguns valores e classificações simbólicas. O autor sugere que é por essa razão que as práticas de resistência escolar nos Estados Unidos quase nunca conseguem fugir ao ideário de sucesso hegemônico. Os “fracassados” são acusados de indivíduos desajustados, que, em geral, se entregam as drogas e ao álcool. O antagonismo aos regramentos escolares é seguido pelo reconhecimento do valor simbólico dos estabelecimentos educacionais e pela individualização do “fracasso”, o que move relações ambivalentes com os saberes escolares (BERTONCELO, 2016, p. 104).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma rota interessante para tentar suprir as lacunas deixadas pelos estudos sobre a persistência das desigualdades de classe na educação formal pode ser o uso da nossa de “contradição”. Ela oferece a possibilidade de entender as dinâmicas entre a reprodução simbólica de classe por parte da escola e a abertura da mesma à mobilidade numa estrutura social capitalista. Se com a dupla mediação entre posição de classe e prática social, angariada nas categorias de *habitus* e campo, Bourdieu fornece a percepção de que as disposições geram práticas somente em relação com as estruturas objetivas do campo, ela acaba exigindo um ajustamento específico a experiência social dos agentes e o *habitus*. Mais do que isso, a estrutura da distribuição de recursos (relações objetivas de força) tem a tendência de ajeitar as disputas simbólicas, a partir das concepções dominantes de mundo, impostas e legítimas, e isso faz com que seja pequeno o espaço disponibilizado para a contingência e a indeterminação através da dupla mediação entre posição e prática (BERTONCELO, 2016, p. 172).

Para avançar nesse problema sociológico, a reintegração do conceito de “contradição”, originado da teoria marxista, pode ser útil para identificar aquilo que destaca Brasília Sallum Jr. (2005, p. 32), “a presença de ‘inconsistências’ na estrutura das sociedades capitalistas” que fomentam “suas fontes potenciais de conflito e transformação”. Intrincadas no capitalismo como sistema, as contradições organizam de modo dinâmico as experiências dos indivíduos, dando margem para conflitos sociais e para a produção cultural, inclusive no contexto educacional, seja através de “penetrações culturais” (WILLIS, 1991) ou das dinâmicas internas a essas instituições (SILVA, 1992). Nesse espaço, tornam-se possíveis as formações de novas categorias de percepção e segmentação do mundo. Seguindo Bourdieu, poder-se-ia afirmar que as contradições adicionam constantemente a possibilidade de “desajuste” entre as posições objetivas e as trajetórias dos agentes no espaço social e os esquemas de ação e percepção que edificam as suas práticas (BERTONCELO, 2016).

Não obstante, o entendimento das inconsistências e contradições próprias das modernas sociedades capitalistas possibilita a avaliação de um contexto mais “indefinido” nas relações de reprodução entre classes no espaço social bourdiesiano. Isso me parece um passo a mais na teoria sociológica e, portanto, a realização dos objetivos deste artigo.

Porém, sugiro ainda, para fechar este artigo, uma discussão sobre outros dois pontos, a serem aprofundados em trabalhos futuros.

O aporte oferecido por Frédéric Vandenberghe (2010) ao esquema teórico de Bourdieu ajuda a remexer os limites e alcances da noção de *habitus*. Ao concretizar a mediação entre um sistema de posições objetivas e as disposições subjetivas dos agentes, o *habitus* produz um demasiado “ajustamento fino”, como realça Bertonecelo (2016). No que tange ao *habitus*, Vandenberghe (2010, p. 65/66) encoraja uma “leitura transformativa” do conceito, propondo o “reconhecimento aberto da criatividade do *habitus*” e de sua “possibilidade de refletir sobre suas próprias determinações”. Essa postura poderia libertar o *habitus* do seu uso enquanto estratégia do determinismo e lhe alcançar uma feição um pouco mais voluntarista, favorecendo que o esquema de Bourdieu dialogue mais próximo da ação dos agentes e, portanto, mais próximo da transformação social.

De modo derradeiro neste artigo, penso que os trabalhos de Jessé Souza (2012, 2015), quando conectam a teoria de Bourdieu com as incursões de Charles Taylor (2013) pela “identidade do sujeito moderno”, tornam-se capazes de iluminar outra faceta a respeito das relações entre classes e educação. A reconstrução tayloriana de uma “hermenêutica da moralidade moderna”, um processo interpretativo e histórico sobre como chegamos, hoje, a acreditar que determinadas ações são corretas e outras não, pode trazer discussões ainda mais complexas a temática. Qual o papel da escola, em sociedades marcadas por contradições e inconsistências na sua estrutura, nas quais os agentes possuem esquemas de percepção e ação paradoxalmente abertos e limitados, e nas quais se reproduzem princípios morais que se relacionam à reprodução simbólica da vida coletiva? Há aí uma boa agenda de pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERTONCELO, Edison. Classes sociais, cultura e educação. **Revista Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, número 104, março de 2016.

BOUDON, Raymond. **A desigualdade das oportunidades**: a mobilidade social nas sociedades industriais. Brasília: Ed. da UNB, 1981.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas-SP: Papyrus, 1996.

_____. **Escritos de educação**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2007.

_____. **A Distinção**: crítica social do julgamento. Porto Alegre: Zouk, 2008.

BRINT, Steve. **Schools and societies**. Stanford: Stanford University Press, 2006.

CROSSLEY, N. From reproduction to transformation: Social movement fields and the radical *habitus*. **Theory, culture and society**, London-Sage, v. 20(6), 2003.

GOLDTHORPE, John. **On Sociology**. Stanford: Stanford University Press, 2007,

_____. Class analysis and the reorientation of class theory: the case of persisting differentials in educational attainment. **British Journal of Sociology**, n. 45, 1996.

LAHIRE, Bernard. **Sucesso Escolar nos Meios Populares**: As Razões do Improvável. São Paulo: Ática, 1997.

MACLEOD, Jay. **Ain't no makin' it**: Leveled aspirations in a low-income neighborhood. Boulder-CO: Westview, 1987.

MARX, Karl. **O Capital** – Livro, volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. Desigualdade de oportunidades e resultados educacionais no Brasil. **Revista Dados**, volume 54, número 1, Rio de Janeiro, 2011.

_____. **Desigualdade de Oportunidades no Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Argvmentvm, 2009.

SALLUM JR., Brasília. Classes, cultura e ação coletiva. **Revista Lua Nova**, São Paulo, 65, 11-42, 2005.

SILVA, Tadeu Tomaz da. **O que produz e o que reproduz em educação**: ensaios de sociologia da educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

SOUZA, Jessé. **A tolice da inteligência brasileira**: ou como o país se deixa manipular pela elite. São Paulo: Leya, 2015.

_____. **A construção social da subcidadania:** para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

TAYLOR, Charles. **As fontes do self:** a construção da identidade moderna. São Paulo: Loyola, 2013.

VANDENBERGHE, Frédéric. **Teoria social realista:** um diálogo franco-britânico. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2010.

WILLIS, Paul. **Aprendendo a ser trabalhador:** escola, resistência e reprodução social. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

Educação, produção de conhecimento e tecnologia

Felipe Andreolla ¹
Deloíze Lorenzet ²

Este artigo versa sobre a temática Educação Profissional, seu envolvimento com a pesquisa como princípio educativo e a produção de conhecimento, tecnologia e inovação decorrentes deste processo. Esta modalidade de ensino pública e federal por longo período permaneceu estagnada na sociedade brasileira, na última década passou a ocupar lugar central na agenda das políticas públicas e um dos objetivos vinculados a este propósito é a pesquisa aplicada e o desenvolvimento local e regional, com a finalidade de deslocar o lugar ocupado como consumidor de tecnologias e iniciar a assumir o espaço de produtor de tecnologias e inovações. É preciso ter ciência que este processo faz parte de um encaminhamento global, onde as relações sociais postas e em disputa operam para que existam países com hegemonia nessa área, incluindo a produção de patentes e maiores ganhos econômicos, e outros como polos que ofertam matéria-prima, com pouca tecnologia agregada. Neste contexto, o problema que levantamos é: de que maneira a Educação Profissional pode contribuir para que o Brasil altere sua condição de dependente e conquiste outro patamar? Para dar conta desta situação desafiadora subdividiremos este artigo em dois tópicos: o primeiro aborda o campo político, econômico e educativo de alguns países e sua relação com ciência e tecnologia, destacando o Brasil e o segundo contempla o investimento em Educação Profissional, ciência, cultura e tecnologia como alternativa para qualificar o trabalhador e estimular o progresso.

Palavras-Chave: Educação Profissional, Pesquisa, Desenvolvimento.

Considerações Iniciais

A história da Educação Profissional brasileira viveu momentos de abertura, implantação, rupturas, esquecimento, reformulações, expansão, limites e conquistas. O tema central deste artigo envolve a Educação Profissional por meio de sua atuação social na produção de conhecimento, no desenvolvimento de tecnologias e na inovação.

A origem da Educação Profissional pública e federal ocorreu pela abertura de 19 Escolas de Aprendizes e Artífices em 1909. Sua função era instruir para a realização de ofícios um grupo da população brasileira que estava à margem da sociedade de modo assistencialista. Por décadas vivenciou rupturas, momentos de esquecimento, outros de

¹Administrador com Formação Pedagógica, Especialista em Gestão da Educação Profissional, Supervisor de Educação e Tecnologia SENAI/RS, Mestrando em Educação (UFRGS).

²Pedagoga IFSul – Câmpus Av, Novo Hamburgo, Especialista em Psicopedagogia, Administração, Orientação e Supervisão Escolar, Mestre em Educação (UPF), Doutoranda em Educação (UFRGS).

reformulações e desenvolvimento até o ano de 2008, marco histórico concretizado pela institucionalização dos Institutos Federais.

O investimento nesta área educacional é estratégico ao protagonizar o projeto de qualificação para o trabalho, produção de pesquisas aplicadas, incentivo à inovação possibilitando maior produtividade e competitividade no mercado internacional, buscando redefinir a posição científica e tecnológica do Brasil no cenário mundial como país com economia emergente.

Frente a isso, o objetivo deste artigo científico é compreender o desenho do campo político, econômico e educativo de alguns países, dialogando sobre o caso brasileiro e analisar o processo em curso da Educação Profissional em seu papel de interlocução com a ciência, cultura, tecnologia e inovação.

Campo político, econômico e educativo de alguns países e o caso do Brasil

Ao analisarmos o cenário político, econômico e educativo mundialmente, constatamos que há países que lideram nas posições que somam estes fatores e se sobressaem como nações desenvolvidas e com potencial para célere progresso. Tais países conquistaram hegemonia nesta arena, neste jogo de disputas pela posse do poder político, econômico, cultural, científico e até militar.

A trajetória destes países que estão nas mais elevadas posições desta pirâmide se confirmam ao observarmos sua capacidade tecnológica, ao conhecermos seus investimentos em pesquisas e incubadoras, ao inventariarmos sobre o número de patentes registradas e a publicação de artigos científicos. Este conjunto de fatores também permeia a conquista da posse de significativo capital econômico, gerando riquezas. Entre os países hegemônicos deste campo, também identificados como países centrais, disputando as primeiras colocações, destacam-se: Estados Unidos, Alemanha e Japão. Como também outras potências com status significativo nesta área são: França, Reino Unido, Espanha, Portugal e Itália.

Estes países que lideram as inovações tecnológicas apoiam-se, também, em universidades, institutos de pesquisa, parques industriais tecnológicos com foco na construção e testagem de processos inovadores e empresas. Há uma articulação entre as necessidades evidenciadas, as limitações produtivas vivenciadas e a demanda pela qualificação e transformação da produção de conhecimentos, ciências, tecnologias e

produtos. Para Almeida (2014, p. 9) “a inovação é mais do que uma estratégia competitiva virtuosa, é parte de um projeto de desenvolvimento que visa alçar o país a um novo padrão de inserção internacional”. Outra concepção que especifica a inovação tecnológica é extraída do Dicionário de Políticas Públicas, e assim expressa:

A inovação tecnológica pode ser entendida como a capacidade de um sistema em criar produtos, serviços e processos, que a sociedade esteja disposta a adotar ou, mais simplesmente, a transformação do conhecimento em riquezas e salários. Inovação tecnológica compreende a introdução de produtos ou processos tecnologicamente novos e melhorias significativas em produtos e processos existentes. (CÂMARA, In: CASTRO; GONTIJO; AMABILE, 2012, p.282).

Cabe também pontuar que os países desenvolvidos anteriormente citados são referências pela produção tecnológica e o desenvolvimento, ocupam um espaço central, imperial. Os mesmos estão entre os endereços mais requisitados na busca por intercâmbios, nas parcerias de internacionalização de saberes. Enquanto que países periféricos, além da dependência científica vivem processos de subordinação econômica e cultural.

É preciso ter clareza que este processo de concentração científica e de desigualdade na produção de conhecimentos faz parte de um encaminhamento global, onde as relações sociais postas e em disputa operam para que existam países com hegemonia nessa área, incluindo a produção de patentes e maiores ganhos econômicos, e outros como polos que ofertam matéria-prima, com menor tecnologia agregada.

Além destes países com tecnologias de ponta, cujo reconhecimento é mundial, ainda há países emergentes, como é o caso dos Tigres Asiáticos, como: Coréia do Sul, Taiwan, Cingapura e Hong Kong. Tais países investiram pesadamente em ciência e inovação fortalecendo aceleradamente sua produção científica e tecnológica. Outro grupo político que organizou um processo de cooperação no intuito de elevar sua condição, na tentativa de sair da periferia deste sistema é o BRICS, constituído por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

Nestas circunstâncias, percebemos que há uma estratificação na tradição, nos investimentos em relação à ciência e a tecnologia, e de modo mais frágil, existem os países periféricos. Estes podem ser identificados como aqueles que exportam matéria-prima e consomem, importam tecnologias em caráter mais dependente de inovações externas. Este

fluxo não alimenta uma balança comercial favorável, pois exemplificando, necessitarão exportar toneladas de minério de ferro, ou outra matéria-prima, em troca da importação de algumas gramas de placas eletrônicas, de produtos com nanotecnologia, ou outros produtos desenvolvidos com altíssima tecnologia projetada.

Para Baumgarten (2006), a concentração da produção de tecnologia evidencia-se através de dados que não surpreendem: 97% dos gastos mundiais em pesquisa estão nos países centrais. Os países periféricos contribuem com 6% das patentes e invenções, sendo que destes 80% são de propriedade de empresas estrangeiras instaladas em seus territórios. Quando adquirimos produtos com tecnologia agregada necessitamos pagar mais caro por eles, pois os mesmos envolveram um ciclo de pesquisa, levaram mais tempo para serem projetados, produziram uma cadeia com a contribuição de trabalhadores de diversos segmentos em sua fabricação e os países produtores desta tecnologia tornam-se soberanos.

O fortalecimento de países centrais na questão da ciência e inovação forma um círculo vicioso ampliando sua produção econômica e resultando em operações de apropriação mais lucrativas, permitindo aos mesmos maiores investimentos. Assim, os países periféricos permanecem à margem deste processo de modernização. Os países periféricos localizam-se, sobretudo, nos territórios da América do Sul e Central, África e Ásia.

Outro aspecto que podemos evidenciar com este fenômeno da hegemonia científica é a “fuga de cérebros” de países periféricos para países centrais, onde há melhores condições científicas e a possibilidade de maior reconhecimento. Nem sempre nos países periféricos há postos de trabalho atrativos aos cientistas amplamente qualificados. Como também, muitas vezes são promovidos projetos que buscam selecionar estudantes que possuem alto desempenho cognitivo, diagnosticados como uma espécie de talento em potencial e como premiação recebem bolsas de estudos sendo convidados a migrar para estes países e nem sempre retornam aos países de origem. Ou até são promovidos programas como é o caso do “Ciências sem Fronteiras”, restrito à “áreas prioritárias”, criticado por Catani e Azevedo (2015, p.90), com o argumento de estar fortalecendo a “correia de transmissão da hegemonia dos países centrais”.

Outro fator que também podemos pontuar é que nem todas as áreas do conhecimento conseguem produzir ciência de modo a produzir patentes e obter credenciais econômicas. Para exemplificar: as ciências humanas e sociais possuem

dificuldades para barganhar recursos uma vez que não viabilizam a qualificação de um produto comercializável, frente a isso, muitas vezes são julgadas como inferiores e discriminadas em comparação com a potencialidade econômica das demais.

De modo elucidativo, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), conscientiza que um dos maiores desafios para o Brasil é desenvolver políticas a longo prazo para a educação, ciência e tecnologia que viabilizem melhores condições para a vida das pessoas e para a sociedade. Observa-se tal ênfase no excerto a seguir:

Eleger ciência, tecnologia e inovação como uma escolha estratégica para o desenvolvimento do país implica priorizar investimentos nesse setor, para recuperar seu atraso e avançar aceleradamente na geração e na difusão de conhecimentos e inovações, em especial quanto à sua incorporação na produção. Significa também advogar em prol da importância da ciência e tecnologia como fator de integração das demais políticas de desenvolvimento do Estado. (UNESCO, 2016).

Nesta mesma reivindicação há uma justificativa de que pela dimensão do país, pelas assimetrias que imperam de toda ordem e pelas dificuldades de elaborar e implantar políticas para o desenvolvimento científico e tecnológico que atendam às características e demandas regionais diferenciadas são observadas dificuldades complexas e de difícil solução com medidas que causem impacto a curto prazo, necessitando da coparticipação de todos os entes federativos (municípios, estados e federação), colaboração de entidades privadas e de consistência neste processo.

Adentrando na atuação do Ministério da Ciência e Tecnologia do Brasil, encontramos três publicações recentes que convergem nesta temática da Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I). A primeira: “Ciência, Tecnologia e Inovação: desafio para a sociedade brasileira”, de 2001, também conhecida como Livro Verde, foi produzida na gestão de Fernando Henrique Cardoso e é extensa em suas 306 páginas. Uma das considerações finais expostas é a seguinte:

As tarefas imprescindíveis e de longo prazo que se delineiam são a sustentação e o fortalecimento do esforço nacional em CT&I, como condições de desenvolvimento, bem-estar e soberania. Elas demandam conscientização e mobilização política, embasadas em uma visão de futuro do País e de sua posição no mundo, e pertinácia na execução de medidas transformadoras. O que se busca é construir

a capacitação em Ciência, Tecnologia e Inovação para responder e se antecipar às necessidades do País. (BRASIL, 2001, p.273).

A segunda publicação: “Livro Branco, Ciência, Tecnologia e Inovação”, lançada em junho de 2002, realizada no governo de Fernando Henrique Cardoso tem como diferencial incorporar a captação de recursos privados e a ampla parceria com empresas nos investimentos em ciência, tecnologia e inovação. Esta obra é mais sintética, possui 80 páginas e nas últimas páginas dedica-se a nove diretrizes estratégicas para enfrentar o desafio da inovação.

A terceira e última publicação, lançada no governo de Luís Inácio Lula da Silva, não realiza uma ruptura das demais, pois, buscou retratar os debates da 4ª Conferência de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável, concatenados em 2010, no Livro Azul. Este livro destaca algumas recomendações e áreas prioritárias que necessitam ser atendidas e conclui enfatizando a emergência de realizar uma revolução no cenário educacional.

A necessidade de uma revolução na educação, em todos os níveis, tornou-se unanimidade nacional. A baixa escolaridade da população brasileira constitui importante obstáculo ao desenvolvimento científico e tecnológico do País. Os grandes projetos previstos para a próxima década, nas áreas de petróleo, bioenergias, saúde, tecnologias de informação e comunicação, exploração sustentável dos biomas, entre outros, requerem um grande número de profissionais bem-qualificados nos níveis técnico e superior. E a formação desse contingente pressupõe uma educação básica de qualidade para todos os brasileiros. (BRASIL, 2010, p. 99).

O respectivo relatório esclarece que a universalização do Ensino Fundamental promoveu o efeito perverso da desvalorização dos docentes que recebem neste nível remuneração irrisória e provocou a redução drástica do nível de ensino. Na sequência incentiva o fortalecimento da Educação Profissional, Superior e os Programas de Pós-Graduação.

Em linhas gerais é apropriado realizarmos a comparação de que os investimentos em educação, ciência e tecnologia e a produção de conhecimentos são paralelos às posses do desenvolvimento socioeconômico de cada país. Assim, as credenciais políticas, econômicas e sociais de países desenvolvidos são condizentes com seus investimentos e proporcionam hegemonia em relação à competitividade científica e tecnológica. É

essencial ressaltar também que a produção do conhecimento deve buscar elevar a qualidade de vida da população e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Dando continuidade a esta reflexão, destinamos um espaço para tratar especificamente da Educação Profissional no Brasil como possibilidade de qualificar indicadores de ciência, cultura, tecnologia e inovação neste país.

Educação Profissional, ciência, cultura, tecnologia e inovação

Introduzimos esta unidade ressaltando que a Educação Profissional é uma modalidade de formação que possui ampla extensão, pois abarca desde a Educação Básica até a Educação Superior. A Educação Profissional pública no Brasil foi inicialmente pensada como estratégia para ocupar cidadãos que impediam o progresso desta nação no início do Século XX (1909), porém, no início do Século XXI (2008), é dada uma guinada radical a este trajeto e um processo de modernização é protagonizado por esta modalidade educacional.

É oportuno também resgatar que ao longo deste século um papel importantíssimo foi desempenhado pela iniciativa privada, abarcando cerca da metade das matrículas desta formação. Uma referência histórica para o tema deste artigo é a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) ocorrido em 22 de janeiro de 1942, pelo Decreto-Lei nº 4.048, do então presidente Getúlio Vargas, com a missão de formar profissionais para a incipiente indústria nacional.

Cabe salientar que no fim da década de 50, quando o presidente Juscelino Kubitschek acelerou o processo de industrialização, o SENAI já estava presente em praticamente todo o território nacional tornando-se referência de inovação e qualidade na área de formação profissional, servindo de modelo para a criação de instituições similares na Venezuela, Chile, Argentina e Peru.

Ao longo de sua história, o SENAI expandiu a assistência às empresas, investiu em tecnologia de ponta, instalou centros de ensino para pesquisa e desenvolvimento tecnológico. Com o apoio técnico e financeiro de instituições da Alemanha, Canadá, Japão, França, Itália e Estados Unidos.

Hoje, a instituição amplia a qualidade da Educação Profissional e o ensino superior de acordo com as necessidades da indústria, consolidando a metodologia SENAI e investe

também na ampliação da oferta de cursos de qualificação profissional e dos cursos técnicos de nível médio, por meio da educação à distância.

Outra questão relevante para a indústria que recebe uma atenção especial do SENAI é a prestação de serviços técnicos e tecnológicos e de consultoria para atender a demanda dos diferentes setores industriais. Além disso, o SENAI investe em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação de produtos e de processos para a indústria e tem a missão de promover a Educação Profissional e tecnológica, a inovação e a transferência de tecnologias industriais, contribuindo para elevar a competitividade da indústria brasileira. O SENAI atua diretamente com mais duas entidades organizacionais:

I) SESI – Serviço Social da Indústria foi criado em 1º de julho de 1946, é uma instituição aliada das empresas que tem a missão de promover a qualidade de vida do trabalhador e de seus dependentes, com foco em educação, saúde e lazer, além de estimular a gestão socialmente responsável da empresa industrial.

II) IEL - Instituto Euvaldo Lodi foi criado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) em 29 de janeiro de 1969 e hoje prepara as empresas brasileiras para um ambiente de alta competitividade, oferecendo soluções em gestão corporativa, educação empresarial e desenvolvimento de carreiras. O SENAI, SESI e IEL são instituições subordinadas à Confederação Nacional da Indústria.

Com a criação deste sistema iniciado pela indústria novas organizações foram criadas pelos setores produtivos (comércio, agricultura, transportes e cooperativas) que hoje formam o “sistema S” que veremos resumidamente:

a) SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio foi criado em 10 de janeiro de 1946, pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), por meio do Decreto-Lei nº 8.621, com o objetivo de promover a Educação Profissional para trabalhadores do setor de comércio e serviços.

b) SESC – Serviço Social do Comércio foi criado em 13 de setembro de 1946, pelo Decreto-Lei nº 9.853, com o objetivo de promover a qualidade de vida dos trabalhadores do setor de comércio e serviços.

c) SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas e Médias Empresas foi criado em 1972, com a missão de promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável dos pequenos negócios e fomentar o empreendedorismo, para fortalecer a economia nacional.

d) SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural foi criado pela Lei nº 8.315 de 23 de dezembro de 1991, nos moldes do SENAI e SENAC e regulamentado pelo Decreto nº 566, de 10 de junho de 1992, com o objetivo de promover a Educação Profissional para trabalhadores rurais.

e) SEST – Serviço Social de Transporte criado para promover a qualidade de vida dos trabalhadores do setor dos transportes.

f) SENAT – Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte criado para promover a educação profissional para trabalhadores do setor de transportes. O SEST e SENAT foram criados em 14 de setembro de 1993, pela Lei nº 8.706.

g) SESCOOP – Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo foi criado pela Medida Provisória nº 1.715, de 3 de setembro de 1998, regulamentado pelo Decreto nº 3.017, de 6 de abril de 1999, com o objetivo de promover o aprimoramento e desenvolvimento das cooperativas e capacitação profissional dos cooperados para exercerem funções técnicas e administrativas.

Neste espaço constituído por instituições da categoria administrativa pública e privada, a finalidade da Educação Profissional deve perseguir a formação dos trabalhadores e trabalhadoras, com base em princípios de cidadania, ética, ciência, cultura e tecnologia. Para alcançar estes objetivos deve desenvolver a formação pessoal, humana, ética, integrada com a formação profissional na perspectiva técnica. Nesta direção, as autoras Franzoi e Oliveira, afirmam:

O principal pressuposto da educação profissional é a ruptura da histórica dualidade entre cultura geral e técnica, através da integração do trabalho, da ciência, da técnica, da tecnologia, do humanismo e da cultura geral, na qual os conhecimentos tecnológicos não se contrapõem à formação humana, não se restringem ao trabalho, mas, ao contrário, articulam-se ao viver cotidiano dos seres humanos. (FRANZOI; OLIVEIRA, 2013, p.185).

Conforme é possível inferir, a Educação Profissional tem o trabalho como uma categoria central, como um princípio educativo, pois participa da natureza humana em seu processo de constituição e de aprendizagem. É um processo que vai além da transferência e reprodução de conhecimentos acumulados, mas que se afirma por meio de construção de saberes, formulações teóricas e práticas, através de vivências e experiências. Do mesmo modo, a tecnologia deve ter uma forma de apropriação e de construção que assim como a

ciência e a cultura, facilite os meios de vida cotidianos e os modos de produção, contribuindo com o desenvolvimento social, com o bem-estar coletivo e com a sustentabilidade ambiental.

A educação, de modo amplificado, é uma estratégia que visa à ascensão, tanto intelectual, cultural e profissional dos cidadãos, como também, é uma alternativa para consolidar um projeto de desenvolvimento socioeconômico.

Em relação a alguns países em desenvolvimento como o caso brasileiro, muitas vezes evidenciamos um descompasso entre a ciência produzida pela universidade, as demandas da indústria, do mercado e da sociedade brasileira, como um todo. A proposta de expansão da rede federal pela interiorização de campi das Universidades Federais e dos Institutos Federais é uma iniciativa, uma alternativa para incrementar a consolidação da ciência, tecnologia e pesquisa aplicada em diferentes territórios.

Nesse sentido, resgatamos as políticas educacionais que revelaram investimentos perenes consolidadas na gestão presidencial do Partido dos Trabalhadores. Tal gestão é iniciada pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva em 2003 e posteriormente é dada continuidade pela presidenta Dilma Rousseff. Enfatizamos o processo de expansão, interiorização e democratização da educação pública federal, principalmente, no tocante à expansão das Universidades Federais que passaram em 2002, de 45 universidades para 63 em 2015 e uma autorização da implantação de mais 5 universidades foi emitida em 09 de maio de 2016, contabilizando 68 universidades federais. De modo paralelo, até 2002 a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica contava com 140 campi das escolas técnicas, em 2014 alcançou a marca de 562 campi e com a autorização emitida em 09 de maio de 2016, da instalação de mais 41 campi de Institutos Federais, somando também dois CEFETs, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná, o Colégio Pedro II e 22 escolas técnicas, totalizamos 644 unidades em 2016, revelando um crescimento exponencial, não só na infraestrutura física, mas no aumento de servidores e na oferta de matrículas, oportunizando a democratização para a população carente de tais iniciativas.

É essencial destacar que os Institutos Federais surgem com significativa função social, incentivados a alavancar o desenvolvimento econômico regional do local onde se inserem e de buscar a pesquisa aplicada, ou seja, dedicar-se às soluções dos problemas que são constatados em seu entorno, otimizando processos e projetando medidas que levem ao progresso e a superação de tais situações desafiadoras.

As iniciativas acima descritas revelam uma aposta estratégica, sem precedentes na história das políticas públicas educacionais brasileiras. Nesta perspectiva é importante compreendermos a relação existente entre ciência, tecnologia e desenvolvimento. Uma complementa a outra, na tentativa de mapear situações desafiadoras e buscar transformá-las. Historicamente, o Brasil não possui tradição em desenvolver pesquisas de ponta nos segmentos mais rentáveis, em virtude disso, não possui um bom percentual de patentes registradas.

Frente a estas ponderações, retornamos ao problema inicial que nos levou a este estudo: de que maneira a Educação Profissional pode contribuir para que o Brasil altere sua condição de dependente e conquiste outro patamar?

Em linhas gerais, analisamos que a Educação Profissional deve incentivar a conquista da autonomia, tanto ao elevar a consciência crítica, intelectual e política quanto ao oportunizar condições de produzir seus meios de vida e de propiciar o desenvolvimento socioeconômico. No livreto sobre as Concepções e Diretrizes dos Institutos Federais são tecidas as seguintes considerações:

No governo federal, essa modalidade da educação vem sendo considerada fator estratégico não apenas na compreensão da necessidade do desenvolvimento nacional, mas também como um fator para fortalecer o processo de inserção cidadã para milhões de brasileiros. Nesse contexto, o Instituto Federal aponta para um novo tipo de instituição identificada e comprometida com o projeto de sociedade em curso no país. Representa, portanto, um salto qualitativo em uma caminhada singular, prestes a completar cem anos. Trata-se de um projeto progressista que entende a educação como compromisso de transformação e de enriquecimento de conhecimentos objetivos capazes de modificar a vida social e de atribuir-lhe maior sentido e alcance no conjunto da experiência humana, proposta incompatível com uma visão conservadora de sociedade. Trata-se, portanto, de uma estratégia de ação política e de transformação social. (BRASIL, 2010, p. 18).

De acordo com esta intencionalidade materializada neste documento, os Institutos Federais são instituições novas, correspondendo a um projeto de sociedade estratégico, diferenciado, progressista, transformador, superando as visões conservadoras.

Além desta missão institucional, os respectivos Institutos Federais são uma presença de educação pública, gratuita e de qualidade em territórios desassistidos por esta contribuição de escolarização federal. Ao mesmo tempo em que são desafiados a atuarem no ensino, pesquisa aplicada e extensão, devem subsidiar um projeto social mais inclusivo,

desenvolvido, minimizando as desigualdades. A seguir extraímos da Lei nº 11.892, de 2008 algumas finalidades e características que instigam a esta atuação.

Art. 6º Os Institutos Federais têm por finalidades e características: [...]

V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, **estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica**; [...]

VII - desenvolver programas de **extensão e de divulgação científica e tecnológica**;

VIII - realizar e estimular **a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico**; [...]

IX - promover a **produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais**, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente [grifo nosso]. (BRASIL, 2008).

Por meio deste recorte identificamos que a base legislativa que dá sustentação aos Institutos Federais tem uma proposta ousada, com delineamentos para o espírito crítico, a investigação empírica, pesquisa aplicada, divulgação científica e tecnológica, empreendedorismo, cooperativismo, tecnologias sociais, entre outros.

Dando continuidade é reforçado no Art. 7ª, acerca da preocupação com a contribuição para o desenvolvimento do entorno, da comunidade:

Art. 7º Observadas as finalidades e características definidas no Art. 6º desta Lei, são objetivos dos Institutos Federais: [...]

III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando **o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas**, estendendo seus benefícios à comunidade; [...]

IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com **ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos**; [...]

VI - ministrar em nível de educação superior: [...]

e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, **com vistas no processo de geração e inovação tecnológica** [grifo nosso]. (BRASIL, 2008).

Está evidenciado neste Artigo 7º que a Educação Profissional pública federal possui sustentação em dois pilares, o conhecimento e o mundo do trabalho, estendendo

sua colaboração em prol da sociedade. Neste campo desenvolverá suas ações com vistas a elevar culturalmente, tecnologicamente e descobrir soluções inovadoras. Este projeto está em curso no Brasil, porém, após a posse do Presidente Interino Michel Temer certa instabilidade está sendo propagada acerca da continuidade desta política, no que diz respeito à manutenção dos investimentos e a consolidação de alguns campi de Institutos Federais que ainda estão em fase de implantação.

Considerações Finais

Em linhas gerais este artigo buscou sistematizar algumas reflexões acerca do campo político, econômico e cultural que envolve a produção do conhecimento. Para cumprir com este propósito realizamos um resgate identificando alguns países que são referência na produção de ciência, incluindo a publicação de artigos científicos e considerados de excelência nas inovações tecnológicas, por meio do registro de patentes, incubadoras e pesquisas de ponta.

De modo geral, os países que lidaram as posições nestas credenciais são potências econômicas que investem fortemente em pesquisa. Assim como, os países que estão na periferia deste sistema são países dependentes e de certo modo subordinados às conquistas tecnológicas dos demais.

Apresentamos ainda um breve recorte histórico da Educação Profissional no Brasil (1909 – 2016), que ao longo deste período foi marcada pela dualidade pública e privada. Acrescenta-se que foram vivenciados momentos de fragmentação entre cultura geral e técnica e outros de integração. Pontuamos também que os Institutos Federais possuem uma proposta ousada, com delineamentos para o espírito crítico, a investigação empírica, pesquisa aplicada, divulgação científica e tecnológica, empreendedorismo, cooperativismo, tecnologias sociais, entre outros.

Por fim, destacamos na última parte que o Brasil demonstrou preocupação em desenvolver conhecimento, tecnologia e inovação por meio do projeto de expansão e interiorização da Rede Federal Científica e Tecnológica materializada com a criação dos Institutos Federais. É importante analisar que além da ascensão profissional dos cidadãos que estudam nestas instituições também buscam elevar a condição socioeconômica do Brasil como um todo, seu potencial competitivo através da pesquisa aplicada e do aprimoramento dos modos de produção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Marilis Lemos de. **Rede de inovação: a articulação de estado, empresa e universidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014.

AZEVEDO, Mário Luiz Neves de; CATANI, Afrânio Mendes. Educação Superior, Internacionalização e Circulação de Ideias: ajustando os termos e desfazendo mitos. In: CATANI, Afrânio Mendes; OLIVEIRA, João Ferreira de. (Org.) **Educação Superior e produção do conhecimento: utilitarismo, internacionalização e novo contrato social**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2015. P.69-92.

BAUMGARTEN, Maíra. Tecnologia. In: CATTANI, Antonio David; HOLZMANN, Lorena. **Dicionário de Trabalho e Tecnologia**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – um novo modelo em Educação Profissional e Tecnológica: concepção e diretrizes**. Brasília: PDE/MEC, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 20 ago. 2016.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Ciência, Tecnologia e Inovação: desafio para a sociedade brasileira**. Livro Verde. Brasília, MCT: 2001. Disponível em: <<http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/859/1/ciencia,%20tecnologia%20e%20inova%C3%A7%C3%A3o%20desafios%20para%20a%20sociedade%20brasileira.%20livro%20verde.pdf>>. Acesso em: 03 set. 2016.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Livro Branco - Ciência, Tecnologia e Inovação**. Brasília, MCT: 2002. Disponível em: <http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/720/1/livro_branco_cti.pdf>. Acesso em 03 set. 2016.

BRASIL. Planalto. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em: 06 set. 2016.

BRASIL. Portal. **Sistema S é forte aliado do empresário na capacitação de trabalhadores**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2012/02/sistema-s-e-estrutura-educacional-mantida-pela-industria>>. Acesso em: 10 set. 2016.

CÂMARA, Mauro Araújo. Verbete: Inovação tecnológica. IN: CASTRO, Carmen Lúcia Freitas de; GONTIJO, Cyntia Rubia Braga; AMABILE, Antonio Eduardo de Noronha. (Org.). **Dicionário de Políticas Públicas**. Barbacena: Ed UEMG, 2012. (p. 282-284). Disponível em: <<http://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/13076>>. Acesso em: 09 set. 2016.

FRANZOI, Naira Lisboa; OLIVEIRA, Maria Clarice de. Ensino, Pesquisa e Desenvolvimento Local na Formação de Trabalhadores. **Trabalho & Educação**. Belo Horizonte, v.22, n.3, set./dez, 2013. Disponível em: <<http://www.portal.fae.ufmg.br/revistas/index.php/trabedu/article/view/1730/1369>>. Acesso em: 01 set. 2016.

IEL. **História do Instituto Euvaldo Lodi**. Disponível em: <<http://www.portaldaindustria.com.br/iel/institucional/2015/05/1,1797/0-que-e-o-iel.html>>. Acesso em: 08 set. 2016.

SEBRAE. **Missão e História do Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas e Médias Empresas**. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/canais_adicionais/conheca_estrategia>. Acesso em: 08 set. 2016.

SENAI. **História do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial**. Disponível em: <<http://www.portaldaindustria.com.br/senai/institucional/2012/03/1,1776/historia.html>>. Acesso em: 09 set. 2016.

SESI. **História do Serviço Social da Indústria**. Disponível em: <<http://www.portaldaindustria.com.br/sesi/institucional/2012/03/1,1792/historia.html>>. Acesso em: 09 set. 2016.

UNESCO. **Políticas em Ciência e Tecnologia no Brasil**. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/natural-sciences/science-and-technology/science-and-technology-policy/>>. Acesso em: 04 set. 2016.

Desigualdades sociais na Educação Superior - um estudo de caso

LIMA, Marco Antônio de Oliveira¹
ROBERTT, Pedro²

Desde a segunda metade do século XX, principalmente, a educação vem sido propagada como uma forma de impulsionar o desenvolvimento social, permitindo boas chances de ascensão social para os indivíduos. Já nas últimas décadas desse século, começa a ser constatado que as desigualdades sociais de origem se traduzem em probabilidades diferenciais de acesso a essa educação, bem como acabam por estabelecer diferenças significativas na qualidade da educação recebida por cada parcela da população, de forma que quanto melhor a posição social de origem, melhor e mais prolongada tende a ser a educação recebida. Nessa linha de raciocínio, propõe-se aqui um estudo de caso na Universidade Federal de Rio Grande - FURG, através da análise estatística de dados socioeconômicos referentes a mais de 27.000 vestibulandos, dessa instituição, nos anos de 2007 e 2008. O trabalho tem como inspiração a sociologia da educação bourdieusiana, buscando sobretudo verificar como o capital econômico e o capital cultural tendem a influenciar na trajetória universitária dos avaliados, desde sua escolha de curso até a potencial conclusão (ou evasão) do mesmo, incluindo o desempenho escolar destes estudantes.

Palavras-chave: educação superior, desigualdade social, capital cultural, capital econômico, FURG.

Introdução

O Ensino Superior no Brasil teve surgimento apenas a partir de 1808, quando a família real fez aqui residência e criou estes estabelecimentos para a formação do quadro de funcionários de que necessitava. Antes disso, aqueles que desejassem continuar seus estudos deveriam procurá-los na metrópole (MENDONÇA, 2000; FÁVERO, 2006). Ao longo de todo o período imperial (1822-1889), à exceção de algumas poucas iniciativas isoladas, poucos cursos foram criados, tendo os governos imperiais se limitado principalmente a manter e regular aqueles já existentes. Foi apenas por volta de 1910 que surgiram as primeiras universidades brasileiras, como instituições livres, por iniciativa de setores da sociedade civil, e apenas em 1920 foi criada a primeira universidade estatal. A primeira metade do século XX foi marcada pelo surgimento de algumas universidades, sem autonomia, e uma crescente demanda por educação superior, aliada ao interesse governamental na formação de uma elite intelectual capaz de encabeçar a modernização

¹Mestrando em Sociologia, Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

²Doutor em Sociologia, Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

do país. A incapacidade da estrutura de Educação Superior vigente deu origem, em 1968, a uma Reforma ampla e profunda neste nível de ensino.

A Reforma de 1968 foi a forma pela qual o governo conseguiu atender à crescente demanda por Educação Superior, e resultou em diversas mudanças para o Ensino Superior brasileiro, dos quais destacamos uma: a partir de um novo estímulo às faculdades e universidades privadas, houve um crescimento vertiginoso destas instituições, à diferença do crescimento anterior, de 1945 a 1964, que se deu em sua maior parte através de instituições públicas (MARTINS, 2009). Simultaneamente, o governo militar investiu na Educação Superior pública de tal forma que esta se aproximasse cada vez mais de um ideal de excelência (tendo os melhores professores e a melhor infraestrutura), e em decorrência do processo de seleção em vigor – o exame vestibular –, acabava também angariando os “melhores” alunos – aqueles com melhor resultado na seleção. Como diversos autores (BRAGA, 1979; CUNHA, 1989; MARTINS, 2009) destacam, porém, as instituições privadas apresentavam um pior padrão de qualidade, o que estabeleceu uma dicotomia entre o ensino público, de qualidade, e o ensino privado “sucateado” – o primeiro, destinado aos melhores alunos, e o último para os “excedentes”.

Neves (2012, p. 6) destaca que a expansão do sistema ocorrida na década de 1990 e, particularmente, após 1994, deu-se, sobretudo, por uma nova explosão da demanda – diferente da expansão observada nas décadas de 1950 e 1960. Porém, este período contou com um aumento significativo dos estudantes de classes populares, o que só foi possível graças à relativa ascensão econômica propiciada pela estabilização da economia, sobretudo após 1994, com a implantação do Plano Real. Esta nova demanda fez intensificar os debates acerca da democratização do Ensino Superior.

A difusão do ideal da escola como promotora do progresso social e possibilitadora da mobilidade social não se deu recentemente, porém – teve início ainda na primeira metade do século XX, e podia ser encontrada em trabalhos acadêmicos da época (NOGUEIRA e NOGUEIRA, 2006, p. 12). Este interesse na relação entre desigualdades escolares e a estratificação social seria motivado, por um lado, pela grande quantidade de dados estatísticos que colocavam em questão a proposição de que a escola seria promotora do desenvolvimento social (NOGUEIRA e NOGUEIRA, 2006, p. 13). Este contexto estimulou a emergência de análises teóricas que questionavam o caráter meritocrático da

escola. Dentre estas novas propostas teóricas, encontrava-se a sociologia da educação de Pierre Bourdieu.

Bourdieu concebe a sociedade distribuída de acordo com a divisão, bastante desigual, das diferentes condições de existência a que ele se refere. Assim, os agentes estariam distribuídos naquilo que chama espaço social, um espaço constituído por diversas dimensões e no qual as diferentes posições são ocupadas pelos agentes. Cada dimensão é constituída por uma determinada característica classificadora, e cada posição é definida, portanto, por sua posição relativa em cada uma destas dimensões - o que equivale a dizer que as posições definem-se sempre em relação umas às outras de acordo com a posse maior ou menor de certas características.

Ao desvelar as características que ordenam o espaço social, Bourdieu utiliza-se do conceito de capital. O autor entende como capital não apenas a definição marxista, aplicada exclusivamente à economia, mas amplia para outras áreas este conceito, atribuindo em cada uma delas características homólogas ao capital econômico. Assim, Bourdieu fala também em capital cultural, capital social e diversos outros. Assim, os diferentes tipos de capital atuam como diferentes medidas de poder, das quais o agente pode dispor, em cada momento, de maneira a retirar o máximo proveito em um determinado campo. Este que, por sua vez, pode ser definido como uma subdivisão do espaço social, contendo regras próprias de funcionamento, relativamente autônomo e diferenciado de outros campos, cada qual valorizando diferentemente cada um dos tipos de capital.

Para Bourdieu, o sistema de ensino desempenha uma função técnica (BOURDIEU & PASSERON, 2013, p. 202) – transmite o capital cultural que será incorporado pelos alunos e avalia em que medida os mesmos incorporaram este capital, certificando essa incorporação através do diploma (ou certificando a falta dessa incorporação através da não concessão de um diploma). Mas a cultura transmitida pela escola é necessariamente arbitrária.

A seleção de significações que define objetivamente a cultura de um grupo ou de uma classe como sistema simbólico é arbitrária na medida em que a estrutura e as funções dessa cultura não podem ser deduzidas de nenhum princípio universal, físico, biológico ou espiritual, não estando unidas por nenhuma espécie de relação interna à “natureza das coisas” ou a uma “natureza humana” (BOURDIEU & PASSERON, 2013, p. 29).

Neste sentido, o autor fala em um arbitrário cultural. Mas considerando que os diversos grupos ou classes que compõem uma sociedade detém diferentes significantes, o sistema escolar seria incapaz de transmitir todos estes. Desta forma, é transmitido oficialmente apenas o arbitrário cultural dominante, isto é, “aquele que exprime o mais completamente, ainda que sempre de maneira mediata, os objetivos (materiais e simbólicos) dos grupos ou classes dominantes” (BOURDIEU & PASSERON, 2013, p. 30). As classes dominantes conseguem, por seu capital cultural mais elevado, garantir sua posição dominante e, com isso, garantir a legitimidade de seu capital, de forma que todo o capital cultural das demais classes é avaliado sempre com referência ao seu.

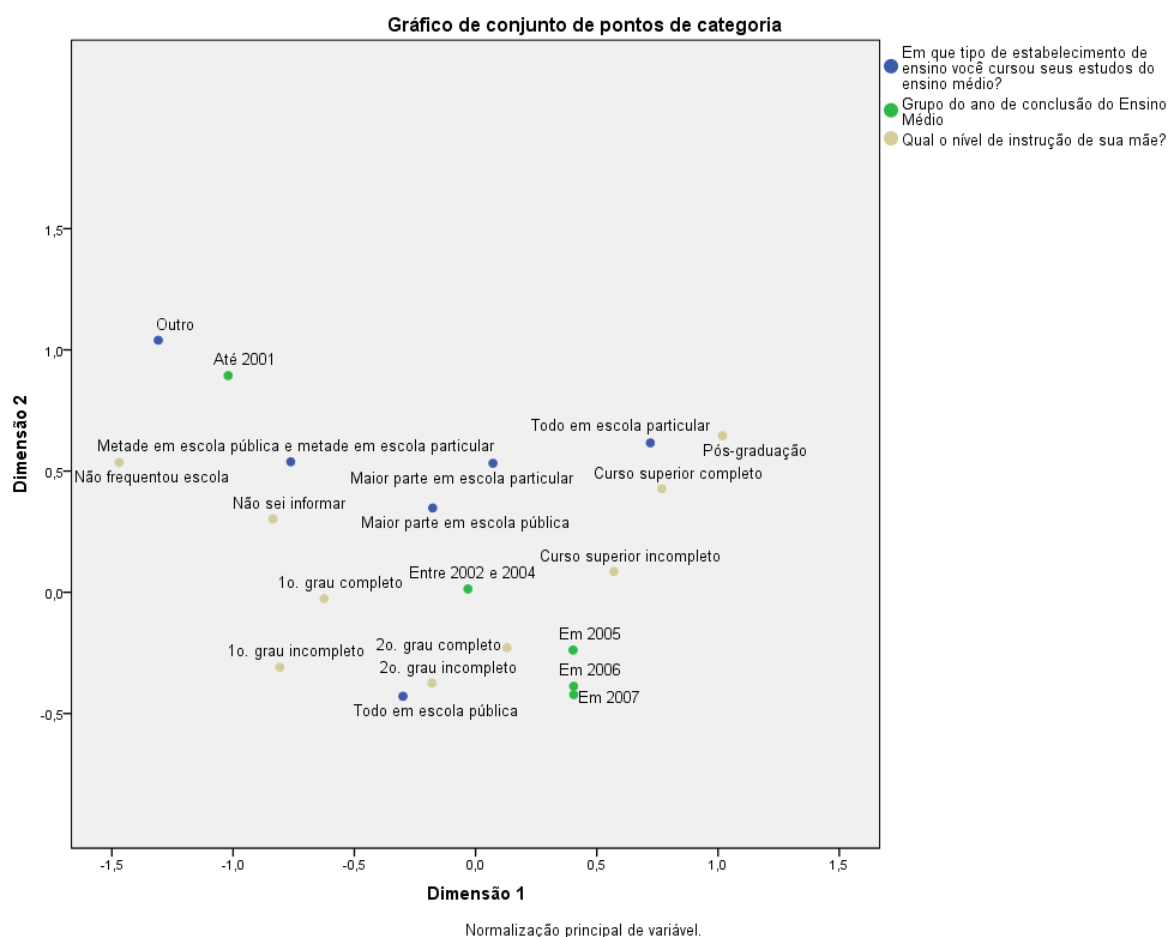
Assim, entende-se que por um processo de familiarização (BOURDIEU & PASSERON, 2013, p. 146) com o capital cultural exigido pelo sistema escolar, os alunos oriundos de classes dominantes demonstrem um desempenho superior aos demais - ou, de outra forma, entende-se por que a hierarquia do desempenho escolar reflete, grosso modo, a hierarquia social de origem dos estudantes. Estudantes oriundos de classes superiores (dotadas de maior volume de capital) tenderiam a demonstrar um melhor desempenho no sistema de ensino e, com isso, obter um melhor retorno de seu investimento em educação.

Neste sentido, a presente pesquisa propôs-se a pesquisar, em uma Universidade Federal brasileira (a Universidade Federal de Rio Grande), a influência dos capitais econômico e cultural sobre a trajetória acadêmica dos estudantes. Para isso, utilizaram-se dados colhidos pela própria instituição quando da realização dos Vestibulares de 2007 e 2008, e através do software IBM SPSS Statistics 24 foi utilizada a Análise de Correspondência Múltipla (ACM) para avaliar a relação entre os dados. Como técnica auxiliar também foi realizada a análise de diversas tabelas de contingência que relacionavam as variáveis de trajetória acadêmica e os diversos cursos, agrupados em 5 conjuntos, cada um correspondendo aproximadamente a 20% dos candidatos, organizados em ordem decrescente de demanda, de forma que o grupo 1 correspondesse aos cursos mais concorridos que agrupam os primeiros 20% (aprox.) dos candidatos, enquanto o grupo 5 corresponde aos últimos 20% dos candidatos, ou seja, agrupando os cursos menos concorridos. Discutiremos a seguir alguns dos gráficos obtidos através da ACM e algumas das tabelas de contingência.

Podemos observar no Gráfico 1 uma progressão em relação ao ano de conclusão do Ensino Médio, em que candidatos que o concluíram entre 2002 e 2004 são relativamente

mais comuns, e candidatos que o concluíram após 2004 são mais comuns que aqueles que o concluíram anteriormente a 2002. Filhos de mães com ensino superior completo estudaram integralmente em escola particular com mais frequência do que na escola pública, onde se concentraram com mais frequência filhos de mães com segundo grau completo ou titulação inferior. Candidatos com mães pós-graduadas são relativamente incomuns, assim como candidatos cuja mãe não é escolarizada. Nota-se também que candidatos que concluíram o ensino médio há mais tempo com maior frequência que os demais tendem a ter mães com menor escolaridade (e são eles também quem com mais frequência concluíram o ensino médio em algum estabelecimento que não seja público ou privado).

Gráfico 1 – Relações entre as categorias de ano de conclusão e tipo de escola do Ensino Médio e a escolaridade da mãe, dentre todos os candidatos

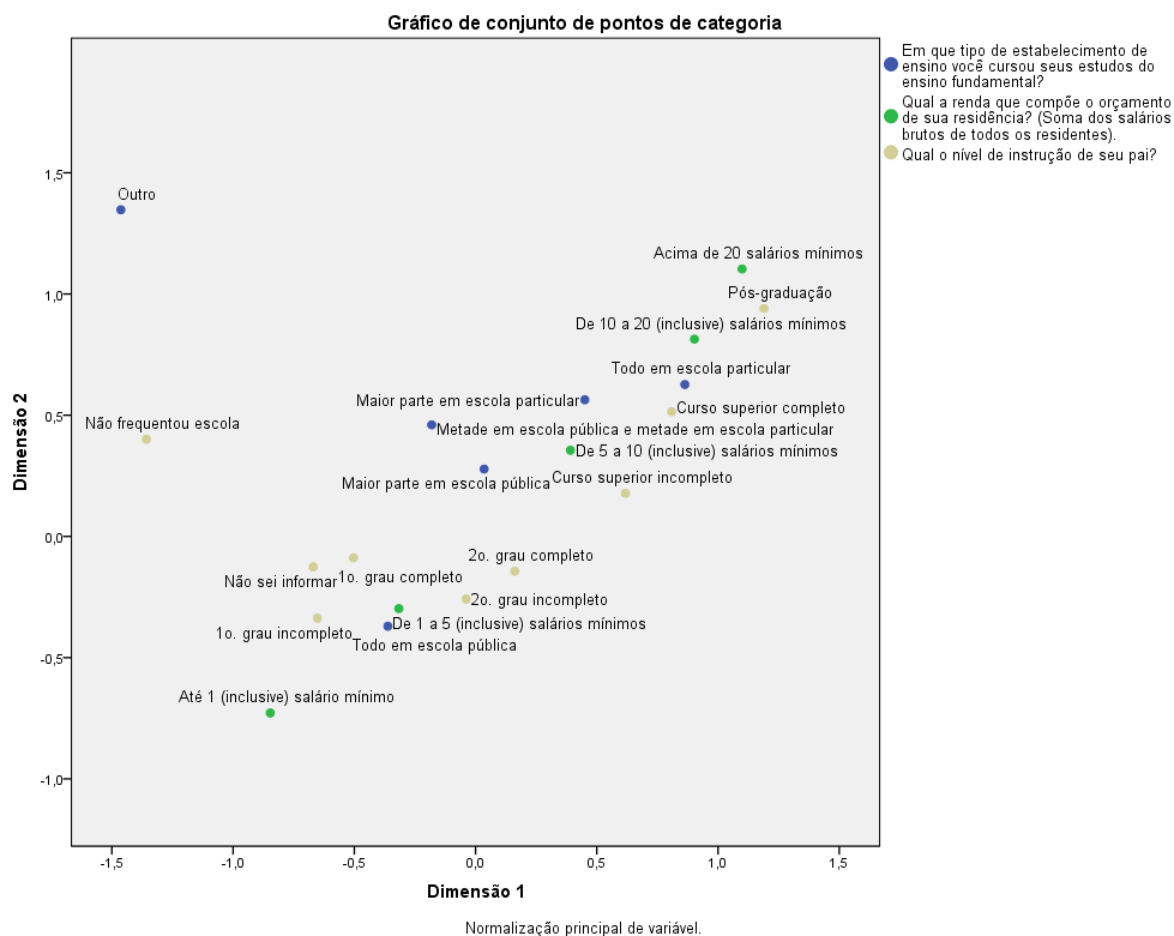


Fonte: Elaboração própria a partir de dados da FURG.

É possível perceber que à medida que “descemos” no gráfico, o tipo de escola da conclusão do ensino médio passa de particular para pública. À medida que nos deslocamos para baixo e para a direita, mais recente tende a ter sido a conclusão do ensino médio do candidato; e a escolaridade da mãe aumenta da esquerda para a direita no gráfico.

Podemos observar no gráfico 2 que a variável que mede o tipo de escola da conclusão do ensino fundamental tem, grosso modo, o mesmo comportamento daquele que mede o mesmo para o ensino médio; da mesma forma, a variável escolaridade do pai se comporta de maneira similar à da mãe. A renda familiar apresenta um comportamento praticamente linear, aumentando à medida em que se desloca para cima e para a direita no gráfico - grosso modo, acompanhando tanto o aumento na escolaridade dos pais quanto o deslocamento da escola pública para a privada.

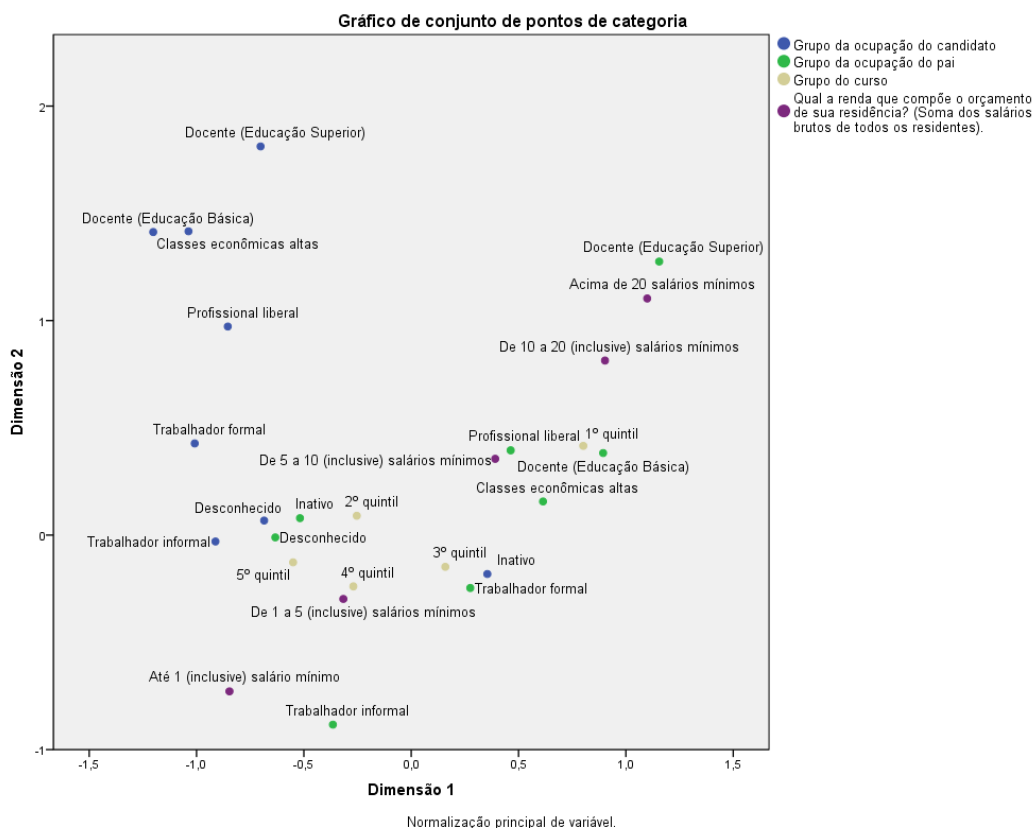
Gráfico 2 – Relações entre as categorias de escolaridade do pai, renda familiar e tipo de escola do ensino fundamental, dentre todos os candidatos



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da FURG.

Quanto à escolha de curso, podemos observar no gráfico 3 que o primeiro “quartil” de candidatos (composto apenas pelos candidatos ao curso Medicina) se diferencia de todos os demais e se posiciona em um ponto de maior volume total de capital; já o segundo e o terceiro quintil se posicionam numa posição intermediária em termos de renda ou escolaridade dos pais, não muito distantes do quarto e quinto quintis - mas mais do que isso, o que diferencia estes dois (assim como os dois próximos) é o tempo desde a conclusão do ensino médio e a categoria profissional do candidato. Na verdade, a distinção entre estes grupos se dá entre candidatos inativos ou ativos. Assim, ainda que tanto o segundo quanto o terceiro quintis incluam cursos tradicionais, de certo renome, o segundo, que concentra mais cursos noturnos, atrai mais candidatos mais velhos, que já contam com alguma profissão, do que o terceiro. O mesmo ocorre com o quarto e o quinto quintis – este, que agrega mais cursos noturnos, se aproxima mais de candidatos mais velhos que o quarto quintil.

Gráfico 3 – Relações entre as categorias de ocupações do candidato e seu pai, renda familiar e o curso escolhido, dentre todos os candidatos

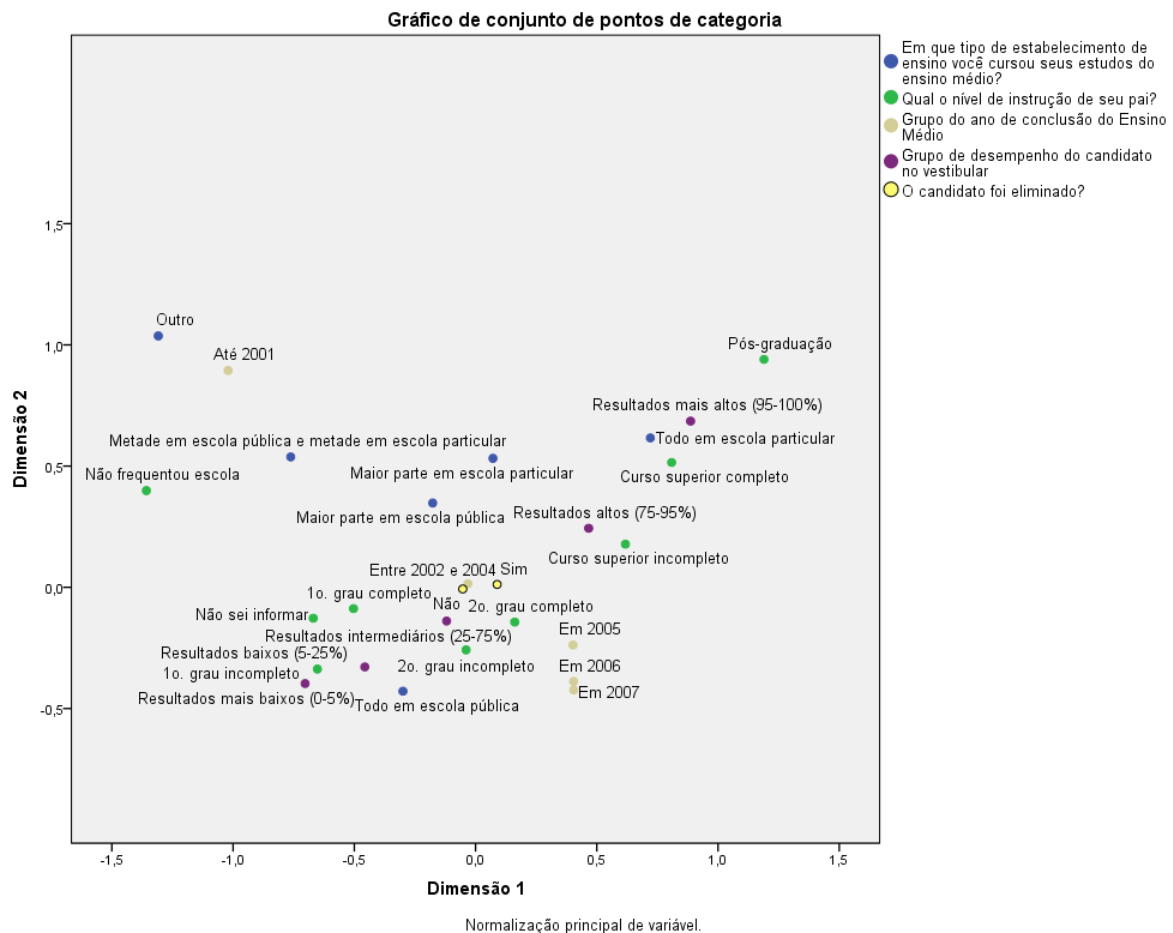


Fonte:

Elaboração própria a partir de dados da FURG.

Pode-se perceber que a exclusão do processo seletivo não apresenta grande variação em relação às demais variáveis (Gráfico 4) – ou seja, é pouco relevante se o candidato tem mais ou menos capital para ser excluído do vestibular, dadas as normas que regiam aqueles processos seletivos. Como são várias as causas possíveis para a exclusão, é possível que haja diferença mais significativa entre os diversos motivos da exclusão, mas não dispomos de indicadores para avaliar isso. Já a nota final obtida varia significativamente, em relação direta com renda familiar, escolaridade dos pais, tipo de escola em que estudou na educação básica, etc - o que equivale dizer, como já vimos, que varia de acordo com o curso escolhido.

Gráfico 4 – Relações entre as categorias de ano de conclusão e tipo de estabelecimento do ensino médio, instrução do pai, desempenho no vestibular e eliminação, dentre todos os candidatos



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da FURG.

A distribuição do desempenho dos candidatos em relação aos cursos (e, portanto, em relação ao seu volume de capital, como vimos) também pode ser vista na Tabela 1, onde vemos a variação das notas obtidas no vestibular, pelos candidatos não eliminados, entre os grupos de cursos. Podemos ver que à medida em que avançamos em direção aos cursos menos procurados (associados ao menor volume total de capital), a proporção de candidatos com notas altas diminui, enquanto aumenta a proporção de candidatos com notas baixas. Mais interessante, talvez, seja o fato de que nenhum dos candidatos do 1º quintil - o curso de Medicina - se encontra entre os candidatos de notas intermediárias ou abaixo.

Tabela 1 - Desempenho no Vestibular (para candidatos não eliminados), por grupos (quintis) de cursos

		Grupo de desempenho do candidato no vestibular					Total
		Notas mais baixas (5%)	Notas baixas (20%)	Notas intermed. (50%)	Notas altas (20%)	Notas mais altas (5%)	
Grupo do curso	1º quintil	0 (0,0%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	210 (30,2%)	485 (69,8%)	695 (100,0%)
	2º quintil	2 (0,1%)	108 (7,2%)	906 (60,0%)	488 (32,3%)	5 (0,3%)	1.509 (100,0%)
	3º quintil	41 (1,7%)	338 (14,3%)	1.321 (55,8%)	659 (27,9%)	7 (0,3%)	2.366 (100,0%)
	4º quintil	231 (8,4%)	801 (29,2%)	1.344 (48,9%)	365 (13,3%)	7 (0,3%)	2.748 (100,0%)
	5º quintil	231 (8,3%)	776 (27,8%)	1.486 (53,2%)	301 (10,8%)	1 (0,0%)	2.795 (100,0%)
Total		505 (5,0%)	2.023 (20,0%)	5.057 (50,0%)	2.023 (20,0%)	505 (5,0%)	10.113 (100,0%)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da FURG.

Na Tabela 2, por exemplo, vemos que a proporção de alunos com altas taxas de aprovação decresce à medida em que se vai dos cursos de maior demanda para os cursos menos procurados. Mais além, destaca-se o fato de que o primeiro grupo - o curso de Medicina - conta com mais de dois terços (71,4%) de seus alunos atingindo 100% de aprovação em disciplinas, o que significa dizer que mais de dois em cada três alunos não reprovaram em nenhuma disciplina, seja por notas baixas ou por infrequência, nem

recorreu ao trancamento de disciplinas. A diferença entre este grupo e os demais é flagrante: a segunda proporção mais alta (grupo 2) é ainda quase 3 vezes menor (24,1%).

Tabela 2 - Taxa de aprovação, por grupos (quintis) de cursos

		Grupo do percentual de aprovação				Total
		Menos de 50% de aprovações	De 50% a 90% de aprovações	De 90% a 99% de aprovações	100% de aprovações	
Grupo do curso	1º quintil	13 (8,4%)	9 (5,8%)	22 (14,3%)	110 (71,4%)	154 (100,0%)
	2º quintil	73 (20,5%)	108 (30,3%)	90 (25,2%)	86 (24,1%)	357 (100,0%)
	3º quintil	114 (20,9%)	164 (30,1%)	171 (31,4%)	96 (17,6%)	545 (100,0%)
	4º quintil	244 (31,0%)	212 (26,9%)	181 (23,0%)	151 (19,2%)	788 (100,0%)
	5º quintil	323 (36,3%)	276 (31,1%)	183 (20,6%)	107 (12,0%)	889 (100,0%)
Total		767 (28,1%)	769 (28,1%)	647 (23,7%)	550 (20,1%)	2.733 (100,0%)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da FURG.

Como podemos verificar na Tabela 3, para todos os grupos a maior proporção de alunos se concentrou sempre na categoria “No período previsto”, ou seja, houve maior tendência dos alunos a permanecerem pelo tempo idealizado pela instituição do que sair antes ou depois deste intervalo. Ainda assim, há diferença sensível entre o grupo 1 e os demais, no sentido de que neste grupo há uma concentração consideravelmente maior de estudantes que encerraram seu vínculo no período previsto, enquanto para os demais aumenta a proporção de candidatos que permaneceram na instituição por tempo maior ou menor; no caso daqueles que permaneceram mais tempo que o previsto, para os grupos 2 e 3 estes se concentraram mais na categoria “Até 120% do tempo previsto”, e para os grupos 4 e 5 a maior concentração se deu na faixa dos 120% a 150% do tempo previsto – o que indica que, provavelmente, quando nos aproximamos dos cursos com menor procura, aumenta o tempo de permanência em excesso.

Também aumenta a proporção de alunos que permanecem por apenas 25% do período previsto. Este grupo de alunos pode ser representado, sobretudo, por alunos desistentes antes de completar 1 ano de curso (ou até 1,5 anos em cursos de maior duração),

e em menor grau por alunos que concluem o curso nesse período, através do aproveitamento de estudos feitos anteriormente. Para uma melhor avaliação do significado deste indicador, deveremos avaliar a forma como os alunos de cada grupo costumam encerrar seu vínculo com a FURG (Tabela 4).

Tabela 3 - Tempo de permanência, por grupos (quintis) de cursos

		Grupo do tempo de permanência						Total
		Até 25% do período previsto	Mais de 25% e menos de 100% do período previsto	No período previsto	Até 120% do tempo previsto	Mais de 120%, até 150% do tempo previsto	Mais de 150% do tempo previsto	
Grupo do curso	1º quintil	9 (5,8%)	14 (9,1%)	115 (74,7%)	11 (7,1%)	5 (3,3%)	0 (0,0%)	154 (100,0%)
	2º quintil	19 (5,3%)	109 (30,5%)	146 (40,8%)	48 (13,4%)	19 (5,3%)	17 (4,8%)	358 (100,0%)
	3º quintil	43 (7,9%)	115 (21,1%)	216 (39,6%)	81 (14,9%)	55 (10,1%)	35 (6,4%)	545 (100,0%)
	4º quintil	70 (8,9%)	233 (29,6%)	281 (35,7%)	69 (8,8%)	86 (10,9%)	49 (6,2%)	788 (100,0%)
	5º quintil	122 (13,7%)	234 (26,3%)	290 (32,6%)	43 (4,8%)	153 (17,2%)	47 (5,3%)	889 (100,0%)
Total		263 (9,6%)	705 (25,8%)	1.048 (38,3%)	252 (9,2%)	318 (11,6%)	148 (5,4%)	2.734 (100,0%)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da FURG.

Tabela 4 - Situação final do aluno, por grupos (quintis) de cursos

		Situação do vínculo do estudante									Total
		Abandon o	Afastad o	Desligad o	Falecido	Formado	Jubilad o	Matricula do	Mudou Curso	Transferê ncia	
Grup o do curs o	1º quartil	11 (7,1%)	0 (0,0%)	2 (1,3%)	0 (0,0%)	137 (89,0%)	0 (0,0%)	3 (2,0%)	0 (0,0%)	1 (0,7%)	154 (100,0%)
	2º quartil	82 (22,9%)	0 (0,0%)	14 (3,9%)	0 (0,0%)	226 (63,1%)	0 (0,0%)	12 (3,4%)	10 (2,8%)	14 (3,9%)	358 (100,0%)
	3º quartil	114 (20,9%)	1 (18,0%)	28 (5,1%)	0 (0,0%)	361 (66,2%)	0 (0,0%)	13 (2,4%)	10 (1,8%)	18 (3,3%)	545 (100,0%)
	4º quartil	204 (25,9%)	0 (0,0%)	66 (8,4%)	0 (0,0%)	440 (55,8%)	1 (0,1%)	21 (2,7%)	23 (2,9%)	33 (4,2%)	788 (100,0%)
	5º quartil	323 (36,3%)	0 (0,0%)	70 (7,9%)	1 (0,1%)	394 (44,3%)	3 (0,3%)	31 (3,5%)	42 (4,7%)	25 (2,8%)	889 (100,0%)
Total		734 (26,9%)	1 (0,0%)	180 (6,6%)	1 (0,0%)	1.558 (57,0%)	4 (0,2%)	80 (2,9%)	85 (3,1%)	91 (3,3%)	2.734 (100,0%)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da FURG.

Primeiramente, se nota que a proporção de alunos que atingem a conclusão satisfatória do curso decresce à medida que o volume total de capital associado ao grupo dos cursos decresce, sendo que 89% dos estudantes do grupo 1 acabavam por se formar enquanto o grupo 5 é o único a apresentar uma proporção abaixo de 50%. Já a taxa de abandono do curso segue, grosso modo, o sentido inverso - enquanto no curso de Medicina 7,1% dos estudantes abandonaram o curso, este percentual chega a 36,3% nos cursos do grupo 5. Nas demais categorias, não existe muita variação entre os cursos - com exceção do curso de Medicina, que apresenta em geral taxas mais baixas de mudança de curso e transferência, por exemplo.

Analisando o conjunto das informações trazidas à luz pela pesquisa, podemos concluir, que a trajetória acadêmica modal dos estudantes, isto é, aquela com maior frequência percebida, varia entre os cursos de acordo com a demanda do curso - e, conseqüentemente, de acordo com o volume de capitais econômico e cultural associado aos seus estudantes. Podemos notar que em cursos mais procurados os estudantes, além de um melhor desempenho no vestibular, concluem com maior frequência o curso; com maior frequência também permanecem na instituição exatamente pelo tempo previsto, sem reprovações ou infrequências, e com um rendimento médio entre 7 e 8,5 (com um número considerável ainda alcançando notas maiores) - ou seja, alunos destes cursos com maior frequência apresentam uma trajetória acadêmica mais próxima daquela esperada pela instituição. Candidatos ao vestibular que apresentam menor capital se concentram em cursos menos procurados e onde os desvios em relação a esta trajetória esperada são maiores e mais comuns.

Pudemos verificar, portanto, que ainda na etapa mais recente do processo de democratização do ensino superior (na última década) a influência dos capitais econômico e cultural sobre a trajetória acadêmica se faz presente, mesmo em uma Universidade Federal - sendo estas instituições cruciais para as recentes políticas educacionais de inclusão.

Foram confirmadas nossas hipóteses: não só os capitais econômico e cultural têm estreita relação com a trajetória acadêmica, da forma aqui definida, como também apresentam, grosso modo, uma relação direta com o prestígio do curso. Tecemos, porém, algumas considerações a seguir.

Primeiramente, observamos que a demanda pelo curso, medida através do número de inscrições, se mostrou um bom indicador do prestígio social daquele curso – constatou-se que cursos tradicionais e de maior reconhecimento estão entre os melhores colocados em uma hierarquia dos cursos organizada de acordo com a demanda. Ainda, tal organização refletiu, grosso modo, as considerações de outros autores a este respeito nos trabalhos consultados.

Apesar disso, percebeu-se que outros fatores que afetam a demanda causam distorções nesta hierarquia. Podemos destacar, por exemplo, a questão do turno de oferecimento do curso em questão: a FURG contava, nos Processos Seletivos analisados, com quatro ofertas tanto pela manhã quanto pela noite - Ciências Contábeis, Direito, Letras Português/Espanhol e Pedagogia. Pudemos observar que dentre estes, os cursos diurnos sempre têm menor procura que os noturnos. No caso dos cursos de Ciências Contábeis e Direito, essa diferença entre a demanda pelo curso Diurno e pelo curso Noturno afasta os cursos de forma que estejam em grupos separados em nossa categorização segundo a demanda – mesmo que, formalmente, sejam iguais.

Sabendo-se, portanto, que cursos noturnos têm uma maior demanda, podemos entender porque o segundo e o terceiro grupos de cursos aparecem geralmente em posições invertidas entre si em nossos gráficos que, de outra forma, demonstrariam uma ainda maior homologia com a hierarquia dos cursos estabelecida pela demanda. Todos os cursos do segundo grupo são noturnos, ao passo que cinco dos seis cursos do terceiro são diurnos. Podemos certamente supor que parte da demanda para os cursos noturnos é oriunda não de uma opção irrestrita, mas de uma escolha limitada pelas circunstâncias (no caso, o horário de oferecimento do curso) – candidatos que trabalhavam à época da realização do vestibular, como vimos no capítulo cinco, apresentavam maior relação com cursos do grupo 2 do que os do grupo 3 (ainda que a ACM não revelasse ser grande esta diferença). Podemos supor que, além do volume total de capital, a maior ou menor liberdade entre as opções de curso parece ser um fator de grande relevância na trajetória acadêmica.

Ainda assim, há bons indícios para considerar que a demanda por um curso esteja atrelada a seu prestígio, ainda que, como já vimos, a escolha do curso esteja atrelada à estrutura de capitais dos candidatos. Este assunto certamente mereceria uma maior atenção em uma pesquisa futura.

Cabem ainda também algumas observações acerca de nossos indicadores de capital cultural e econômico, a começar pelo fato da variação nestes indicadores seguir, grosso modo, o mesmo sentido – ou seja, o aumento nos valores de um indicador está relacionado com o aumento nos valores do outro. Isso destoa do que foi observado por Bourdieu (2011) – o autor encontrou na sociedade francesa das décadas de 1960 e 1970 características que lhe permitiram afirmar que o capital econômico e o capital cultural se encontravam, ao menos para as classes dominantes e classes médias, em polos opostos de uma mesma dimensão. Em outras palavras, segundo Bourdieu, à medida em que nos deslocamos de uma posição marcada por elevado capital econômico em direção a outra, em que este capital é mais baixo, o capital cultural tende, proporcionalmente, a crescer. Ou seja, há uma distinção mais bem delimitada entre grupos que detém maior capital cultural e grupos que detém maior capital econômico.

A presente pesquisa, situada no sul do Brasil, no início do século XXI, chega a uma conclusão diferente: a única distinção realmente relevante é entre os detentores de maior volume total e aqueles despossuídos. A posse de maior capital cultural está associada à posse de maior capital econômico – ao menos entre os candidatos ao vestibular da FURG, já que a pesquisa nada pode inferir sobre aqueles que não se inscreveram ao vestibular. Alguns dos resultados de outras pesquisas na área podem corroborar esta ideia. Isso poderia implicar que, diferente da sociedade francesa, não haveria forte distinção entre os detentores de maior capital cultural ou econômico no Brasil. Seria importante, a partir dessa observação, avaliar a relação entre os capitais cultural e econômico no contexto da sociedade brasileira.

Não obstante, cabe ressaltar também que a ACM revelou a maior relevância dos indicadores de capital cultural e capital econômico em relação a todos os outros utilizados. Muitas destas outras variáveis dizem respeito à percepção do próprio candidato acerca de suas motivações (como, por exemplo, porque escolheu a instituição e o curso, se considerasse decidido ou não, o que o faria abandonar o curso). A presente pesquisa indica que estes fatores são de pouca relevância sobre a trajetória acadêmica – o condicionamento dos capitais cultural e econômico se sobrepõe a estas considerações supostamente individuais.

Apesar da pouca variação nos indicadores de desempenho, é possível destacar que o primeiro grupo de cursos – ou seja, o curso de Medicina – demonstrou um comportamento nestas variáveis significativamente distanciado dos demais. Em todos os

critérios, os alunos deste curso demonstraram o melhor desempenho entre todos os grupos. Com muito maior frequência que nos demais grupos, alunos do curso de Medicina atendem às expectativas da instituição se formando no período esperado, sem reprovações e com coeficiente de rendimento acima de 7. O curso se destaca desde antes do vestibular, já que seus candidatos costumam com maior frequência ser filhos de pais com elevada escolaridade e com profissões economicamente superiores.

É importante frisar também algumas questões a respeito das diferenças entre os cursos e da forma como os agrupamos. A separação dos cursos se fez necessária em nome da viabilidade da análise, e o estabelecimento do critério de separação em cinco grupos aproximadamente de mesmo tamanho de acordo com a ordem decrescente de demanda foi escolhido buscando observar se as variáveis analisadas apresentariam alguma relação com a demanda pelos cursos. Por um lado, tal escolha fez com que não pudéssemos levar em consideração a especificidade dos cursos – apesar de serem do mesmo grupo, por exemplo, Psicologia e Direito (noturno), ambos os cursos guardam diferenças importantes entre si. O que poderíamos dizer de alguns cursos de destaque na instituição, como o de Oceanologia? O agrupamento dos cursos impede que essas singularidades sejam percebidas. Por outro lado, esta escolha revelou-se produtiva, na medida em que revelou que o critério – demanda – apresenta uma relação considerável com a posse de capitais econômico e cultural. Ou seja: apesar das demais diferenças que esses cursos possam apresentar entre si, a similaridade dos mesmos em termos de demanda, aparentemente, faz com que atraiam candidatos com perfis similares e, portanto, que terão desempenhos similares caso selecionados. Isso poderá ser verificado através de uma análise que busque agrupar os cursos por características similares que não incluam a demanda.

É preciso salientar, entretanto, que todas as evidências aqui encontradas não se permitem generalizar – a ACM é uma técnica exploratória, não apropriada para a inferência estatística ou, no nosso caso, para traçar conclusões que ultrapassem os limites da população específica utilizada nesta pesquisa. Não obstante, os resultados aqui relatados corroboram aqueles encontrados por outros pesquisadores, no Brasil, e podem ajudar a indicar novos rumos para as pesquisas sobre o tema, sobretudo no que tange às pesquisas sobre desigualdades sociais e às análises de políticas públicas em educação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BONNEWITZ, Patrice. **Primeiras lições sobre a sociologia de P. Bourdieu**. Petrópolis: Vozes, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção: crítica social do julgamento**. 2ª ed. rev., Porto Alegre: Zouk, 2011.

_____. **O Poder Simbólico**. 9ª Ed, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 6ª Ed., Petrópolis: Vozes, 2013.

_____. **Os Herdeiros: os estudantes e a cultura**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.

BRAGA, Ronald. O ensino superior no Brasil: presente e futuro. In: CONSELHO DE REITORES DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS. **Estudos e Debates 2: Educação Superior brasileira**. Brasília: CRUB, pp. 09-50, 1979.

_____. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. 2001. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/10172.htm>. Acesso em 21/05/2015.

CATANI, A. (Org.); NOGUEIRA, Maria Alice (Org). P. Bourdieu, **Escritos de Educação**. 15. ed., Petrópolis: Vozes, 2014.

CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade Reformanda - O Golpe de 1964 e a Modernização do Ensino Superior**. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2007.

_____. O Ensino Superior no octênio FHC. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 24, n. 82, p. 37-61, abr. 2003.

_____. **Qual Universidade?** São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989 (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, 31).

CURY, Carlos Roberto Jamil. A desoficialização do ensino no Brasil: a Reforma Rivadávia. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 30, n. 108, pp. 717-738, out. 2009.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar**, Curitiba: Editora UFPR, n. 28, p. 17-36, 2006.

HAIR JR., J. F. *et al.* **Análise Multivariada de Dados**. 5ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2005, pp 32-38, 441-446.

LIMA, Afonso de Linguori Pessoa. Apresentação. In: CONSELHO DE REITORES DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS. **Estudos e Debates 2**: Educação Superior brasileira. Brasília: CRUB, pp. 7-8, 1979.

MARTINS, Carlos Benedito. A Reforma Universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 30, n. 106, p. 15-35, jan./abr. 2009.

MENDONÇA, Ana Waleska P. C. A universidade no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, nº 14, pp. 131-150, mai-ago 2000.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta. Ensino Superior no Brasil: expansão, diversificação e inclusão. In: **XXX Lasa International Congress Latin American Studies Association**, 2012, San Francisco. LASA 2012 / Toward a Third Century of Independence in Latin America, 2012.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta. Estudos Sociológicos sobre Educação no Brasil. In: MICELI, Sergio. (Org.). **O que ler na ciência social brasileira - 1970-2002**. São Paulo; Brasília: Editora Sumaré; CAPES, 2002, v. IV, p. 351-437.

NOGUEIRA, Maria Alice; NOGUEIRA, Claudio Marques Martins. **Bourdieu & a educação**. 2ª ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

OLIVEN, Arabela Campos. Histórico da Educação Superior no Brasil. In: SOARES, Maria Susana Arrosa (org.). **Educação Superior no Brasil**. Brasília: CAPES, 2002, pp. 31-42.

ORTIZ, Renato (org.). **A sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Olho D'Água, 2013.
PESTANA, Maria Helena; GAGEIRO, João Nunes. **Análise de dados para ciências sociais: a complementaridade do SPSS**. 4ª ed. Lisboa: Edições Sílabo, 2005, pp. 199-226.

ROTHEN, José Carlos. A Universidade de elite ou para todos? **Revista HISTEDBR Online**, Campinas, n.37, p. 109-122, mar.2010

_____. Os bastidores da Reforma Universitária de 1968. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 29, n. 103, p. 453-475, mai./ago. 2008.

Perfil e mercado de trabalho dos doutores egressos do programa de pós-graduação em geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: 2008-2016

Alynni Luiza Ricco Ávila¹

O Programa de Pós-Graduação em Geografia (POSGEA) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) situa-se entre um dos melhores do país desde a última avaliação trienal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). O presente trabalho visa responder ao seguinte problema de pesquisa: em que medida o investimento na carreira durante a trajetória formativa favorece a inserção de egressos de doutorado em postos acadêmicos e de pesquisa, considerando que o POSGEA tem como objetivo a formação de profissionais acadêmicos altamente qualificados? Este estudo busca compreender os fatores de trajetória que interferem no destino profissional dos 80 doutores egressos do POSGEA/UFRGS, no período de 2008/1 a 2016/1. A coleta de dados foi realizada através de questionários *on line*, com cerca de 40 questões, disponibilizados via plataforma Google Docs, no período de janeiro a junho de 2016. Os 67 questionários respondidos garantem o nível de confiança de 95% com margem de 5% de erro para a pesquisa. Os dados foram analisados descritivamente com o auxílio do software SPSS versão 18.

Palavras-chave: trajetória profissional; egressos; mercado de trabalho.

Introdução

A inserção profissional de egressos tem sido tema de pesquisas, na perspectiva de se verificar atuação dos ex-alunos oriundos dos mais diferentes cursos no mercado de trabalho. No entanto, a literatura consultada aponta para a existência de poucas informações sobre egressos das Instituições de Ensino Superior do país, inclusive no MEC (graduação) e na CAPES (pós-graduação).

Na área de Geografia, por exemplo, foi localizado apenas um artigo que relata a experiência, considerada pioneira, do Programa de Pós-Graduação em Geografia – UNESP/Rio Claro (SP) no estudo da “procedência, formação acadêmica e destino profissional dos egressos, dos níveis de Mestrado e Doutorado, no período de 1980 a 2008” (ORTIGOZA et al, 2012, p. 243).

¹Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGS/UFRGS).

Em 2010, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) lançou o “Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020”, com diretrizes para o avanço nas políticas de pós-graduação e pesquisa no Brasil; porém, neste documento, não há qualquer referência ao acompanhamento de egressos. Dito de outro modo, até o presente momento, a avaliação da pós-graduação está direcionada mais para o desempenho dos cursos e menos para o seu impacto na sociedade. Na visão de Suertegaray (2016, p. 57-58),

“...a ciência tem se pautado no processo de avaliação dos Programas de Pós-Graduação pelos parâmetros das ciências ditas ‘duras’; da mesma forma que é orientada, no processo de difusão do conhecimento, pela valoração de artigos qualificados, sobretudo internacionais, processo este resultante do objetivo do Estado brasileiro de inserção, de forma mais consistente, no ranking científico internacional”.

No ano de 2014, de acordo com o estudo desenvolvido pelo Centro de Estudos de Gestão Estratégica, 1954 cursos de doutorado estavam credenciados na CAPES, a maioria concentrada na Região Sudeste. Neste mesmo ano, foram concedidos 16.729 títulos de doutor no Brasil, nas nove grandes áreas do conhecimento, que se subdividem em 80 áreas. Apesar do número significativo de titulados, não se conhece o perfil dos egressos de forma sistemática e organizada.

No âmbito das pós-graduações da área de Geografia, grande área Ciências Humanas, o Programa de Pós-Graduação em Geografia (POSGEA) do Instituto de Geociências (IGEO) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) é o mais antigo Curso de Doutorado localizado no Rio Grande do Sul e o primeiro a ingressar no Programa de Excelência Acadêmica da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (PROEX/CAPES), situando-se entre um dos melhores Programas de Pós-Graduação em Geografia do país. Contudo, a instituição não acompanha a trajetória de seus egressos de forma sistemática.

O presente trabalho visa responder ao seguinte problema de pesquisa: em que medida a dedicação integral aos estudos durante a trajetória formativa favorece a inserção de egressos de doutorado em postos acadêmicos e de pesquisa, considerando que o POSGEA/UFRGS tem como objetivo a formação de profissionais acadêmicos altamente qualificados?

Objetivos

O objetivo geral desta pesquisa consiste em compreender os fatores de trajetória que interferem no destino profissional dos doutores egressos de um Programa de Pós-Graduação considerado de excelência acadêmica na avaliação da CAPES.

Para se contemplar o objetivo geral acima especificado, foram estabelecidos os objetivos específicos a seguir:

- a) Conhecer o perfil dos egressos detentores de titulação doutoral no que diz respeito à faixa etária, sexo, cor, escolaridade dos pais, formação acadêmica, entre outros;
- b) Caracterizar a situação de emprego e de nível salarial dos doutores egressos, assim como o grau de satisfação profissional e as perspectivas futuras;
- c) Mostrar a necessidade de se considerar a importância dos egressos nos processos de avaliação institucional, especialmente em se tratando da pós-graduação.

Material e Métodos

A presente pesquisa tem abordagem quantitativa. A população corresponde aos 80 doutores que se titularam no POSGEA, no período de 2008/1 a 2016/1. O procedimento inicial foi a solicitação, junto à Coordenação do POSGEA, dos dados destes egressos.

Os egressos foram contatados, majoritariamente, por meio de seus endereços eletrônicos. Definiu-se uma estratégia de localização mediante buscas de currículo na Plataforma Lattes ou contato telefônico para os casos em que a mensagem eletrônica retornasse. Em alguns casos, foram consultados inclusive ex-orientadores.

No início de 2016, foi enviado um questionário-piloto, acompanhado de uma breve carta de abertura, constituído de 40 questões simples, claras e sem ambiguidades, sendo 02 abertas e 38 fechadas, divididas em dados gerais (sexo, idade, cor), formação acadêmica e profissional (instituições de ensino, bolsas de estudos), situação de trabalho (carga-horária, faixa salarial, grau de satisfação).

O questionário final foi disponibilizado via online pela plataforma Google Docs, primeiramente em março 2016. Em abril, foram enviados novamente via correio eletrônico, numa tentativa de elevar os índices de resposta. Em maio, foram enviados mais uma vez, e também por meio de rede social, buscando-se maior adesão à pesquisa.

A vantagem dessa plataforma é a tabulação das respostas obtidas em uma Planilha Microsoft Excel. O uso de novas tecnologias da informação e comunicação na aplicação de

enquetes e questionários em indivíduos que possuem endereço eletrônico “pode ser uma forma muito produtiva de coletar dados, com baixo investimento em termos de tempo e de recursos financeiros” (SANTOS, 2009, p. 138).

Todavia, convém ressaltar que plataformas como a Google Doc e softwares como o SPSS são simples facilitadores no processo analítico de dados e, em hipótese alguma, substituem a tarefa do pesquisador na interpretação dos resultados. Na visão de Teixeira & Becker (2001, p. 114):

“Devemos entender esses sistemas como ferramentas, como catalisadores do processo de pesquisa e usar todas as possibilidades que são oferecidas. Cabe salientar que um programa é somente um meio facilitador, não um fim em si mesmo. Além disso, um programa jamais substituirá a criatividade, o bom senso e o olhar sociológico do pesquisador”.

No final do mês de junho, dos 80 egressos doutores do POSGEA, 67 haviam respondido ao questionário, o que corresponde a uma taxa de 83,75%, bastante superior às pesquisas realizadas via web. Como observa May (2004, p. 119):

“...a menos que as pessoas tenham um incentivo, seja pelo interesse no tema que a pesquisa trata ou alguma outra razão, os índices de resposta tendem a ser baixos, e não é rara a cifra de 40% de devoluções, ou quatro de cada dez pessoas que receberam o questionário”.

De fato, como estratégia para o aumento da adesão à pesquisa, foi doado, para cada respondente, um livro publicado pelo POSGEA, organizado por docentes do Programa, entre oito títulos a escolher. Estes livros foram postados nos Correios para o endereço dos interessados, junto a uma carta de agradecimento.

Os resultados foram processados, nesta primeira etapa da pesquisa, no programa SPSS, versão 18, disponibilizado pelo Centro de Processamento de Dados da Universidade através do Portal do Aluno, e analisados de forma descritiva, de acordo com as categorias mencionadas anteriormente.

Resultados e Discussão

Em linhas gerais, são majoritariamente autodeclarados brancos (85,1%). Identifica-se uma minoria de pardos (6%) e de negros (3%). Os demais, não se identificaram com

nenhuma das categorias, embora se tenha seguido a classificação utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Tabela 1 – Cor autodeclarada

Valid					

Fonte: elaboração própria.

Em sua maioria, concluíram o ensino médio em instituições de ensino públicas (79,1,8%), assim como obtiveram o diploma de graduação em instituições públicas federais de nível superior (65,6%).

Tabela 2 – Instituição em que concluiu o Ensino Médio

Valid					

Fonte: elaboração própria.

Tabela 3 – Instituição em que obteve o diploma de graduação em Geografia

Err					
Valid					

Fonte: elaboração própria.

Os doutores egressos do POSGEA residem no interior do Estado do Rio Grande do Sul (37,3%), em Porto Alegre (31,3%) e em cidades localizadas em outros Estados (26,9%). Apenas 1 egresso (1,5%) reside no exterior.

Tabela 4 – Cidade em que reside atualmente

Valid					

Fonte: elaboração própria.

Em relação à variável sexo, houve a predominância do sexo feminino (50,7%) em relação ao sexo masculino (49,3%).

Tabela 5 – Distribuição por sexo

Valid					

Fonte: elaboração própria.

Sobre este aspecto, Ferreira (2011, p. 09), destaca que:

“A democratização é hoje maior e elas já aparecem mais frequentemente em muitos projectos de investigação internacionais e na docência nas universidades. [...] No entanto, com poucas excepções, estão muito longe de conseguirem a paridade que se vai aconselhando noutros campos, a lembrar que a sociedade é constituída por homens e mulheres, por geógrafos e por geógrafas, como duas visões não antagónicas mas complementares sobre o mundo em que vivemos”.

No que diz respeito à idade, verificou-se um número maior de titulados na faixa etária de 36 a 45 anos, cujo percentual foi de 34,3%. Na sequência, predominaram os titulados na faixa de 46 a 60 anos (32,8%). Há também 2 egressos com mais de 60 anos (3%).

Tabela 6 – Distribuição por idade

Valid					

Fonte: elaboração própria.

Conforme levantamento realizado pelo Centro de Estudos de Gestão Estratégica (2016), esse dado vai ao encontro da idade média dos doutores em nível nacional, no ano de 2014 (37,5 anos) e dos doutores da grande área Ciências Humanas, que apresentam a idade média mais elevada (40,9 anos).

Foram identificados graduados (12,1%) e mestres (14,9%) oriundos de outras áreas do conhecimento que não a Geografia, demonstrando, assim, a característica multidisciplinar do POSGEA. Porém, o título de mestre em Geografia foi obtido junto ao próprio POSGEA por 44,8% dos participantes da pesquisa, demonstrando um elevado grau de endogenia em se tratando de doutorandos.

Tabela 7 – Instituição em que obteve o título de Mestre em Geografia

Valid					

Fonte: elaboração própria.

Aproximadamente metade dos egressos doutores usufruiu de bolsa de iniciação científica durante a graduação (50,7%) e de bolsa de estudos durante o mestrado (62,7%%).

Tabela 8 – Usufruiu de bolsa de iniciação científica

v					
Valid					

Fonte: elaboração própria.

Tabela 9 – Usufruiu de bolsa durante o mestrado

Valid					

Fonte: elaboração própria.

Em contrapartida, durante o doutorado, mais da metade (52,2%) não foi beneficiada com bolsa de estudos, uma vez que já estava inserida no mercado de trabalho (50,8%).

Tabela 10 – Usfruiu de bolsa durante o Doutorado

Durante a pós-graduação (Mest)					
Valid					

Fonte: elaboração própria.

Possivelmente em razão de exercerem atividade remunerada e, portanto, terem que conciliar trabalho e estudos (77,6%), grande parte destes doutores ultrapassou o prazo máximo de 48 meses para a conclusão do curso de doutorado, titulando-se, em média, dos 49 aos 60 meses após a primeira matrícula (47,7%).

Tabela 11 – Tempo para conclusão do Doutorado

Durante a pós-graduação (Mest)					
Valid					

Fonte: elaboração própria.

Tabela 12 – Dedicção parcial ou integral aos estudos durante a pós-graduação

Durante a pós-graduação (Mest)					
Valid					

Fonte: elaboração própria.

Por outro lado, todos os doutores egressos respondentes (100%) participaram de eventos com apresentação de trabalho e publicaram, tanto artigos científicos quanto capítulos de livros, à época de sua pós-graduação *stricto sensu*.

Tabela 13 – Número de eventos com apresentação de trabalho durante a pós-graduação

Durante a pós-graduação					
Valid					

Fonte: elaboração própria.

Tabela 14 – Número de artigos publicados durante a pós-graduação

Durante a pós-graduaç					
Valid					

Fonte: elaboração própria.

Ao longo do período pesquisado, observou-se um maior número de titulados no ano de 2014, com 15 doutores (22,7%), seguido do ano de 2015, com 13 doutores (19,7%). Já o menor número de titulados foi em 2008, com apenas 01 doutor (1,5%). Observa-se, ainda, que no período de 2008 a 2013, titularam-se mais da metade dos doutores egressos do POSGEA (51,5%).

Tabela 15 – Ano da defesa da Tese

Valid					

Fonte: elaboração própria.

Como o número de respondentes foi maior entre os egressos a partir de 2009, em especial de 2013 a 2015, supõe-se que a baixa adesão por parte dos egressos titulados em 2008 decorreu da dificuldade em localizá-los.

Tabela 16 – Ano de ingresso no Doutorado

Valid					

Fonte: elaboração própria.

Quanto aos tipos de instituição em que o egresso atua no mercado de trabalho, verificou-se que a maioria realizou concurso público (76,1%).

Tabela 17 – Meio de acesso à profissão atual

Valid					

Fonte: elaboração própria.

Constatou-se, também, que estão atuando profissionalmente, sobretudo em instituições de ensino superior (61,2%). Dos dados obtidos, 41 profissionais atuam como docentes em instituições de ensino e pesquisa de nível superior, públicas e privadas, 14 são professores das redes de ensino fundamental e médio, 02 trabalham em empresas privadas e 02 em institutos de pesquisa estaduais. Foram identificados apenas 02 profissionais em situação de desemprego (3%).

Tabela 18 – Área de atuação profissional

Valid					

Fonte: elaboração própria.

Como docentes de instituições federais de ensino superior, atuam sob o regime de dedicação exclusiva (56,7%), com vencimentos mensais superiores a dez salários mínimos nacionais (43,3%).

Tabela 19 – Número de horas semanais do emprego atual

Q1					
Valid					

Fonte: elaboração própria.

Tabela 20 – Renda em salários mínimos

Qual a					
Valid					

Fonte: elaboração própria.

Os resultados deste estudo estão de acordo com achados quanto ao predomínio da natureza pública do vínculo dos egressos. Pesquisa realizada na década de 80 e que abrangeu mestres e doutores de diversas áreas do conhecimento (SPAGNOLO & GUNTHER, 1986), mostrou que mais de 70% trabalhava em instituições de ensino superior de natureza pública.

No entanto, apesar de 61,2% destes egressos atuarem como docentes de universidades federais e sob o regime da dedicação exclusiva, conforme apresentado anteriormente, em termos de identidade profissional, eles preferem se apresentar somente como “professores de geografia” (28,4%), seguidos de “geógrafos e professores de geografia” (23,9%).

Tabela 21 – Apresentação profissional

Valid					

Fonte: elaboração própria.

O tempo de inserção mais citado no mercado de trabalho, por sua vez, foi de até 12 meses (44,8%), seguida de 13 a 24 meses (1,5%) e de 37 a 48 meses (1,5%). Os demais (47,8%) declararam que já estavam inseridos no mercado de trabalho antes mesmo da obtenção do título de doutor.

Tabela 22 – Tempo entre a obtenção do título de Doutor em Geografia e a inserção no mercado de trabalho

Qual o tempo entr					
Valid					

Fonte: elaboração própria.

As principais dificuldades encontradas pelos egressos doutores foram: falta de oportunidades (23,9%), concorrência (10,4%), remuneração salarial baixa (4,5%) e pouca experiência (1,5%). Já a grande maioria (56,7%) não encontrou dificuldades para se inserir no mercado de trabalho.

Tabela 23 – Principais dificuldades encontradas para inserção no mercado de trabalho

Quais as prin					
Valid					

Fonte: elaboração própria.

Em relação às perspectivas futuras, os doutores egressos do POSGEA almejam, em médio prazo, ser credenciados como docentes de Programas de Pós-Graduação (38,8%) e realizar pós-doutorado (28,4%).

Tabela 24 – Principal meta a médio prazo

Valid					

Fonte: elaboração própria.

Já em longo prazo, almejam, sobretudo, realizar pós-doutorado (49,3%). Velloso & Velho (2001) observaram que, em sua grande maioria, as perspectivas profissionais dos doutores é seguir por um curso de pós-doutorado por condição de bolsa e estar empregado, além de constante atualização profissional, para melhor colocação no mercado, quer seja no ensino superior, em atividades de pesquisa ou em atividades profissionais em empresas.

Tabela 25 – Principal meta a longo prazo

Valid					

Fonte: Elaboração própria.

Considerações finais

Embora de caráter parcial, os resultados do presente estudo indicam que os objetivos foram alcançados, ou seja, foram obtidas as informações de perfil e de inserção profissional dos doutores egressos do POSGEA. Convém salientar que um grande desafio desta pesquisa foi garantir um número superior a 80% de respondentes, levando-se em consideração que os questionários *on line* têm baixas taxas de resposta, embora seja uma abordagem cada vez mais utilizada.

Outros entraves para a realização desta pesquisa foram a falta de comunicação entre o egresso e o ex-orientador e com o Programa de modo geral, aliado ao desinteresse do egresso, em alguns casos, em manter atualizadas as informações da Plataforma Lattes. Verificou-se ainda que o POSGEA está consolidado como um importante centro de desenvolvimento e de disseminação da ciência geográfica, tanto em nível regional quanto nacional, podendo expandir suas ações para o contexto internacional.

Cabe salientar que esta pesquisa é apenas um ponto de partida que poderá contribuir com subsídios aos processos de acompanhamento de egressos nos programas de pós-graduação brasileiros, especialmente na área Geografia e na grande área Ciências Humanas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. **Mestres e Doutores 2015: estudos da demografia da base técnico-científica brasileira**. Brasília (DF); 2016.

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Plataforma Lattes**. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br>. Último acesso em: 26/07/2016.

FERREIRA, Maria Júlia. Mulheres Geógrafas na história da Geografia Moderna. Disponível em: < <http://www.fcsb.unl.pt/~egeo/?q=content/mulheres-geografas-na-historia-da-geografia-moderna>>. Acesso em: 20/08/2016.

MAY, Tim. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. Tradução: Carlos Alberto Silveira Netto Soares. 3. ed. Porto Alegre, Artmed, 2004.

Ministério da Educação (BR). Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - **Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPg 2011-2020** / Coordenação de Pessoal de Nível Superior. Brasília (DF): CAPES; 2010. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/sobre-a-capes/plano-nacional-de-pos-graduacao/pnpg-2011-2020>. Último acesso em: 26/07/2016.

ORTIGOZA, Sílvia Aparecida Guarnieri et al. **A atuação profissional dos egressos como importante dimensão no processo de avaliação de programas de pós-graduação**. Soc. & Nat., Uberlândia, ano 24 n. 2, 243-254, mai/ago. 2012.

SANTOS, Tania Steren dos. **Do artesanato intelectual ao contexto virtual: ferramentas metodológicas para a pesquisa social**. Sociologias, Porto Alegre, ano 11, n. 21, p. 120-156, jan./jun. 2009.

SPAGNOLO F., GUNTHER H. **Vinte anos de pós-graduação: o que fazem nossos mestres e Doutores? Uma visão geral**. Cienc Cultura. 1986;38(10):1643-62.

SPOSITO, Eliseu Savério et al. (Orgs.) **A diversidade da Geografia brasileira: escalas e dimensões da análise e da ação**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2016.

TEIXEIRA, Alex Niche & BECKER, Fernando. **Novas possibilidades de pesquisa via sistema CAQDAS**. Sociologias, Porto Alegre, ano 3, n. 5, jan/jun 2001, p. 94-114.

VELLOSO, J.; VELHO, L. **Mestrandos e doutorandos no país: trajetórias de formação**. Brasília: Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. 2001

Deambulando por trilhos da Orquestra Geração – Contornos sociológicos sobre trajetórias de vida dos atores sociais até à emergência de novas disposições e variações individuais

Rute Teixeira¹

Na pretensão da Orquestra Geração enquanto projeto de mobilidade social (LOPES, 2000), de qualificação do tecido e da prática cultural (SILVA, 2003), de desenvolvimento integrado e de envolvimento da população, é imperativo o contributo dos teóricos da sociologia nas áreas da cultura, da educação, das disposições e variações individuais. Incontornável a pertinência deste projeto na comunidade de música, na qual existe a possibilidade de que os atores, quando envolvidos e comprometidos na colaboração das práticas musicais, alcançarão transformações pessoais e sociais que terão grande impacto sobre suas vidas (DENORA, 2000). Neste estudo procuraremos aprofundar os formatos através dos quais os participantes concebem ou (re) constroem novos trilhos de atuação nas diferentes esferas socioeconómicas. Será nosso interesse mergulhar na teoria que LAHIRE (2005) desenvolve, em torno do conceito de ator plural, isto porque, o património disposicional de cada indivíduo é fundado em elementos heterogéneos de forças desiguais, coexistindo na mesma pessoa distintas disposições, resultantes dos diferentes contextos de socialização (família, escola, trabalho). Contudo, este estudo só será verdadeiramente sustentável se debatermos analiticamente as potencialidades do Estado Português em torno dos novos desafios, relativos às políticas públicas, no sistema de avaliação dos processos de (re) socialização dos agentes sociais envolvidos.

Palavras-Chave: Educação Artística, comunidade de música, orquestra Geração, disposições individuais.

Ao longo das décadas, o panorama da cultura artística portuguesa, foi pautada por um emaranhado turbulento de objetivos, projetos e práticas, longe de esboçarem um desenho político sustentável e determinado para acontecer num tempo mais distante. No fundo, tudo isto foi fruto da agitação provocada pelo fim da ditadura e pela vontade de agilizar a democracia e tudo aquilo que lhe assiste. Portugal seguiu as tendências dos

¹ Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal. Agência de financiamento: Fundação da Ciência e Tecnologia.

restantes países europeus, incrementando a produção massiva de bens de consumo cultural, de forma democrática, eloquente, crítica e reflexiva.

Desta forma, as representações culturais galopavam a um passo muito próximo do capitalismo de produção, induzido para a produção cultural em série, uniforme, indiferenciada e com poucos custos. Desta forma, os meios de produção cultural ocupavam patamares mínimos de execução, num cenário onde a escassez de infraestruturas e de financiamentos, tangenciava com a satisfação mínima de um público, sem grandes exigências ao cenário cultural, também este empobrecido, pela atuação de profissionais pouco qualificados. Portugal, tal como os países semiperiféricos, estaria a concretizar os primeiros passos, ainda que de forma incipiente, no desenvolvimento de políticas públicas de cariz cultural.

Segundo LOPES (2000), a esta primeira fase de se fazer política cultural em Portugal, seguiu-se na segunda geração, onde as preocupações com a esfera cultural centravam-se na democratização cultural, a partir de uma lógica difusora, que se equacionava através dos media ou da escola, meios transmissores e socializadores, por excelência. Aqui, há que ter em conta, o relevo destas estruturas, para a formação de públicos, cujo interesse, participação e usufruto cultural sejam uma realidade.

Esta ambição, implicaria um reforço da parceria entre os atores do tecido social local com as autarquias, agentes indispensáveis na dinamização da teia cultural, com capacidade de mobilização de mecanismos para a descentralização da cultura, através dos quais, a realização de eventos, aquisição de equipamentos e conceção de financiamento, poderia ser conduzida até á realidade local e comunitária. Porém, há que ressaltar que este esforço só chegará a “bom porto”, se existirem disposições capazes de proporcionar continuidade a uma prática cultural assídua e habitual.

Numa terceira etapa, LOPES (2000) considera que vivemos numa política de terceira geração, marcado pela democracia cultural. Segundo o autor, neste estágio cultural é crucial um trabalho, por vezes árduo, junto das escolas e associações, implicando um pleno 4 envolvimento da comunidade local, enquanto agentes ativos no usufruto dos seus direitos da cidadania democrática, através da captação dos seus quotidianos, encruzilhados com as inquietações estéticas nas mais diversificadas formas de expressão artística (LOPES, 2000).

Foi no século XXI, que a criatividade passou a ser encarada, não apenas, enquanto elo sustentador de uma economia cultural, mas também, enquanto reforço dos processos de inclusão social de grupos de risco, marginalizados ou excluídos. Fica patente, que estes processos sociais foram marcados por um vasto de conjunto de mudanças simbólicas e ideológicas, através das quais, as atividades artísticas adquiriram um papel fundamental na gestão e negociação de sociabilidades e políticas públicas, nas quais a arte se destaca enquanto instrumento de democratização cultural, de mudança social e de requalificação da cena cultural.

Desta forma, as Políticas Educativas e Culturais deverão ser concebidas, não enquanto fator suplementar de exclusão social, mas enquanto pilares, através dos quais o respeito pela versatilidade e diversidade cultural deverá contemplar, não só, os atores sociais que participam nos projetos artísticos, tal como as comunidades locais, reforçando a identidade social, de um público, até então esquecido na margem social.

A Orquestra Geração é um projeto da comunidade de música que emergiu em Portugal em 2007, envolvendo o programa EQUAL da União Europeia, a Câmara Municipal da Amadora (CMA), a Fundação Calouste Gulbenkian, o Conservatório Nacional de Música, o ACIME, tendo adotando as principais diretrizes do seu projeto homólogo na Venezuela, conhecido como El Sistema.

Centrado na ação e integração social através da Música, destinada primordialmente a crianças e adolescentes em situação de maior vulnerabilidade educativa e social inclusão social e mobilidade social, o projeto Português, seguindo os trilhos do venezuelano, tem no centro da sua filosofia, a crença de que as práticas musicais coletivas, ao erguerem-se enquanto força motriz (DENORA, 2000), promove o desenvolvimento de estratégias articuladas, capazes de responder às novas exigências atualmente reconhecidas como as mais adequadas à proliferação de novas competências pessoais, relacionais e culturais nos atores envolvidos que terão grande impacto nas suas vidas (DENORA, 2000;). PINTO RIBEIRO (2004) reforça esta ideia referindo que a música é uma prática pedagógica e de realização pessoal capaz de produzir imaginários e representação de grupos diferenciados no interior das comunidades, possibilitando o seu devir.

Utilizando a música como meio privilegiado de sociabilização, a Orquestra Geração contribuirá igualmente para a fixação dos jovens à escola, para romper com os circuitos de

exclusão provocados por meios economicamente deficitários e para uma imagem mais positiva da própria escola na representação mental das populações. Fica patente, que estes projetos de educação artística pretendem operar na esfera social, através da arte, apelando, desta forma, à ativação de dimensões, um pouco longínquos dos comuns campos de atuação destes públicos, que por momentos, se transformam em atores sociais, cujas estruturas de origem são reveladores de fragilidades de capitais, sobretudo o cultural.

Desta forma, as transformações sociais e culturais possibilitadas pelos projetos artísticos têm-se revelado fundamentais para que os atores envolvidos ocupem na sociedade, um espaço central, que habitualmente não lhes pertencia, na medida em que estavam alocados à margem, mas que lhes conferiu, neste jogo simbólico, poder de atuação e de intervenção, contrariando as estruturas de poder dominante.

Esta mudança de paradigma, articulada com o reconhecimento institucional do campo cultural em Portugal, por iniciativa do Estado Português, foi alicerçada por novos contornos que o campo artísticos foi adquirindo, tal como, o fomento económico á criação artística, tal como a emergência de apoios aos serviços educativos nas instituições culturais e a multiplicidade de lugares e atividades de carácter lúdico, dirigidos a crianças e jovens.

Esta nova fase das políticas culturais nacionais, não só demonstra uma visível inquietação em investir no social, tendo como cerne o investimento nas atividades culturais e artísticas. Projetos como o da Orquestra Geração são um exemplo de experiencias de educação artística positivas, isto porque, através da música, conseguiu-se alcançar uma maior sensibilização para a aprendizagem da arte enquanto pilar de sustentação na emergência de competências artísticas, até então inexistentes ou ambicionadas num imaginário pouco provável.

Desta forma, considera-se que a atuação destes projetos artísticos deverá ser objetiva, profunda e envolvente, de forma a motivar as crianças e os jovens envolvidos, proporcionando-lhes uma plena participação social e superação de carências em termos culturais. O projeto da Orquestra Geração vai ao encontro destas especificidades, ao ser concebido num ambiente de sustentabilidade, permitindo ao aluno, a condução do seu próprio percurso académico na música, quer pela escolha do instrumento e conseqüente currículo, quer pela oportunidade de construir uma carreira profissional no mundo

artístico, em áreas, nas quais a música está implícita, tais como, o cinema, o teatro ou a dança.

A música, enquanto elemento dinamizador das crianças e jovens, adquire um relevo primordial, quer na formação profissional e consequentes trajetórias no mundo do trabalho, quer no facto de se constituir num fator de diferenciação positivo, enquanto atividade de aprendizagem não-formal, difusa e acessível a todos.

Através do ensino de uma atividade artística, a Orquestra Geração pretende, além do referido anteriormente, promover, nos atores sociais envolvidos, o incentivo e o desenvolvimento de outras competências cruciais á vida em sociedade. Falamos no resgate de práticas sociais, tais como, a responsabilidade, o respeito, a exigência e o êxito, através da rigor que o estudo da música exige na vida de um individuo, e que por sua vez, se repercutirá no (re)florescimento de novos saberes. A capacidade de “imersão” numa prática musical regular, o estabelecimento de vínculos grupais, a “novidade”, o trabalho por objetivos, as regras e a sintonia que todo este projeto requer, implica que crianças e jovens, oriundos de ambientes sociais desfavorecidos e marginalizados, sejam projetados numa inversão de trajetórias de vida, até então marcadas por uma visão fatalista.

Numa simbiose onde se entrecruzam a escola, a música e a formação profissional, é patente uma ampliação não só de competências e de saberes, mas também de um crescimento de vontades e desejos, que por si, irão fortalecer a autoestima dos sujeitos, reforçando igualmente a equidade de oportunidades nos lugares de trabalho, equilibrando e aumentando a empregabilidade.

Assim sendo, as exigências individuais e coletivas impostas pela música, implica que esta deva ser entendida enquanto foco catalisador de competências que se estendem á vida quotidiana dos atores, permitindo, desta forma, uma rutura com um o ciclo de proliferação de determinadas práticas sociais, percecionadas como “problemáticas”, tais como o insucesso e o abandono escolar, desemprego, trajetórias desviantes e marginalizadas.

Estes projetos ao serem desenvolvidos na própria escola, fazendo da música o meio privilegiado de sociabilização, não só contribuirão para uma maior permanência das crianças e jovens na Instituição Escolar, como também para incrementar uma visão mais positiva da própria escola no imaginário simbólico das comunidades locais.

Nestes casos, a música passa a ser entendida por estes atores sociais, enquanto um instrumento de empowerment, capacitando os atores sociais não só com competências técnicas, mas também com competências relacionais, harmonizando, em muitos casos, as relações sociais, outrora marcadas pelo desencorajamento, desânimo e desmerecimento.

Ao aproximar os sujeitos das comunidades locais, a música surge enquanto um cenário social, que tende a incrementar as relações sociais, despertando a identidade, a coesão, a impermeabilidade, a ação e o espírito de grupo. Desta forma, a música passa a ser encarada enquanto instrumento de intervenção nas esferas pessoais e sociais, adotando um carácter crítico, reflexivo e transformador.

A participação destas crianças e jovens na Orquestra Geração oferece uma nova oportunidade de “projeção e ascensão social”, há uma aspiração a “novos mundos”, nos quais a música clássica se entranha, enquanto fator de diferenciação positivo dos contextos de origem. Para que tal aconteça é primordial, uma aproximação efetiva, de confiança e de proximidade á comunidade local, às famílias, aos indivíduos; um trabalho que poderá ser executado pelos técnicos facilitadores, que poderão ser habitantes dos locais que foram contemplados pelo Projeto, ou por assistentes sociais que executam funções a um nível mais estrutural, ou por investigadores sociais, que poderão desenvolver ações entre os técnicos facilitadores e as instituições já envolvidas, como as Câmaras Municipais ou outras entidades financiadoras.

Sendo a pretensão da Orquestra Geração atuar enquanto projeto de mobilidade social (LOPES, 2000), de qualificação do tecido e da prática cultural (SILVA, 2003), de desenvolvimento integrado e de envolvimento da população, torna-se imperativo que este trabalho seja orientado pelo princípio da igualdade e dignidade para todos os participantes; pelo incentivo à ligação da comunidade local através do diálogo e do estabelecimento de um compromisso, onde a expressão artística passa a ser encarada como uma base comum de entendimento de ação entre os vários atores sociais.

Desta forma, fica realçada a importância de sedimentar numa sociedade coesa, o direito a uma cidadania democrática. Uma das premissas contempladas pelo projeto Orquestra Geração, enquanto instrumento de mobilidade e de inclusão social, traduz-se na construção do direito á cidadania através da componente artística. Parte-se, assim, do pressuposto que a inclusão social está intimamente relacionada à existência de exclusão,

que advém das diferenças reais ou percebidas entre pessoas e que criam tensões que se encaminham em torno da discriminação e da intolerância.

Estamos perante uma questão muito pertinente na sociedade contemporânea e que tem gerado diversas discussões que pretendem apontar e colocar em prática soluções a longo prazo. Assim sendo, através do ensino e da prática musical, a Orquestra Geração, pretende ser um foco catalisador e impulsionador da cidadania democrática e, consequentemente do direito à igualdade no acesso à cultura.

Na sociedade contemporânea, torna-se um imperativo, a existência de diferentes formatos, no que concerne à questão da integração social, muitas vezes desajustada, provocada em si, por situações de pobreza, de insucesso e abandono escolar, de desemprego, de marginalidade e de isolamento. Neste sentido, falar de integração social e de cidadania torna-se uma temática fulcral no universo da Orquestra Geração, uma vez que pretende, através da aprendizagem da música, desenvolver competências técnicas, socioculturais e relacionais em crianças e jovens oriundos de realidades socioculturais menos favorecidas, com o intuito de inverter tais percursos de vida. Através da prática musical, este projeto pretende a construção de identidades baseadas na promoção de capacidades e apetências individuais, no desenvolvimento da autoconfiança, na promoção de relacionamentos interpessoais e intergrupais, na aproximação ao espaço urbano e no impulso à multiculturalidade.

Estas são dimensões basilares ao exercício dos direitos da cidadania democrática, no fundo, lugares onde se entrecruzam as aspirações e as oportunidades, campos de possibilidades criativas, outros horizontes sociais, que possibilitam aos seus protagonistas, interpretações inesperadas do mundo. Por outro lado, a Orquestra Geração traduz-se num instrumento que poderá ser um complemento aos currículos escolares, onde a componente artística, é cada vez menos abrangida; pilar fundamental na formação de crianças e jovens criativos e com um espírito crítico, fomentado pela inclusão através da arte, concedendo aos atores sociais envolvidos, uma especificidade de grupo, com características próprias e, com a noção de que estão a produzir algo de diferente, tanto a nível singular como coletivo.

A Orquestra Geração pretende afirmar os seus membros não enquanto sujeitos vulneráveis ou marginalizados, mas sim, como um grupo que se distingue pela diferença, por aquilo a que se propõe realizar, afirmando-se dessa forma, como um processo de

construção social de direitos e deveres e como instrumento de reconstrução de identidades e representações sociais; “multidimensional, envolvendo quer dimensões materiais da existência, quer dimensões subjetivas; e relacional, em dois sentidos: chama a atenção para a importância das pertenças sociais e, ao mesmo tempo, para a relação entre as pessoas e as instituições, nas quais se inscrevem os recursos e as regras que conferem o acesso aos direitos” (LOPES,2000 p.26).

A arte enquanto forma de integração social e de conquista pela cidadania é um dos trilhos que se pretende alcançar com os projetos de educação artística. No entanto, não podemos dissolvê-las do palco das relações sociais de pertença grupal, na medida em que estas, adquirem um amplo relevo no acesso a um vasto leque de recursos sociais, que permitem aos sujeitos “ participar sucessiva e simultaneamente em vários grupos ou instituições” (LAHIRE, 1998:14).

Assim sendo, quanto mais ampliada for a rede de conhecimentos e de relações sociais, maior é a quantidade de recursos que as crianças e jovens, deste projeto, usufruem a seu favor, enquanto mecanismos que incentivam a busca de aptidões e competências, até então perdidas ou adormecidas numa realidade imaginária, na qual o exercício da cidadania não deverá ser ilusório.

O capital social, aqui referido, como um instrumento de capacitação dos atores envolvidos na Orquestra Geração, pode funcionar também, como uma fonte de controlo social, sendo útil, sobretudo, aos pais, na medida em que são estabelecidas dinâmicas de entreajuda entre as famílias e a instituição escolar, o que poderá influenciar positivamente o desempenho destes atores, não só na escola, como também na interação com outros sujeitos e instituições da comunidade envolvente.

Estamos perante uma possibilidade de inversão de ciclos e trajetórias de vida, ligados á pobreza, ao insucesso escolar e à marginalidade, nos quais serão introduzidas novas conceções de vida, novos horizontes e, conseqüentemente o usufruto do exercício dos direitos de cidadania enquanto pilar de um Estado Democrático.

Com a Orquestra Geração, através da música, pretende-se uma compreensão profunda das diferenças entre os atores sociais e, por consequência, das suas identidades, bem como, como uma partilha de experiências, de forma a desfragmentar as divisões sociais,

específicas de grupos marcados pela segregação social. E uma vez que, neste projeto artístico os atores envolvidos são provenientes de diversas etnias, é fundamental focar a importância da Educação Intercultural, enquanto instrumento potenciador de uma Educação para a Cidadania, através da qual, deverá existir um compromisso, quer dos profissionais, bem como das instâncias públicas envolvidas.

A Educação Intercultural traduz-se num método de ensino e de aprendizagem que visa potenciar a pluralidade dentro de comunidades, onde a diversidade cultural é uma realidade. Educar para a cidadania é uma das metas da Orquestra Geração, na medida em que ao integrar alunos de diferentes culturas, num mesmo grupo artístico, atua simultaneamente, enquanto modelo multicultural, no que concerne ao respeito pela diversidade social e cultural dos sujeitos envolvidos; mas também enquanto modelo holístico, na medida, em que privilegia o diálogo, o convívio e o espírito de grupos entre todos os intervenientes.

Assim sendo, pode ser afirmando que, tendo em conta a escassez de oferta artística dos currículos escolares, estes projetos sociais de cariz artístico onde são integrados jovens desfavorecidos e que sofrem as adversidades da exclusão social, são um pilar fundamental para a corporalização de uma cidadania efetiva, na medida em que arte reflete uma manifestação de sensações, que priorizam uma ação disseminadora de valores que espelham a liberdade e a igualdade de oportunidades.

Embora a supremacia da arte seja ainda difícil de ser contabilizada, a inclusão social através da música poderá ser um prefácio para uma participação social ativa e, para um impacto social positivo na construção de direitos fundamentais, na medida em que se concentra num trabalho coletivo, onde o trajetos de vida são passíveis de serem renovados ou invertidos.

Assim, a Orquestra Geração incentiva não só o aprendizado musical, como também a participação em eventos culturais, fomentando, desta forma, a interiorização de um habitus favorável à construção da cidadania, favorecendo experiências diferenciadas aos seus participantes, possibilitam desta forma, uma nova gestão das suas personalidades e comportamentos, devido á capacitação de novos saberes e aptidões. A integração social através da aprendizagem da arte, é uma possibilidade plausível, na qual luta pela inserção

sociocultural de crianças e jovens segregados, se torna cada vez mais feroz, numa sociedade que ainda percebe tais contextos de vida como uma fatalidade irreversível.

Nesta investigação, que decorre no âmbito do doutoramento em Sociologia e financia pela Fundação da Ciência e da Tecnologia, tivemos o intuito de demonstrar a relevância desta problemática na sociedade contemporânea, que propomos a investigação comparada de três agrupamentos escolares: Apelação (projeto TEIP), Miguel Torga e Vialonga, em Lisboa, exemplos sólidos e funcionais do projeto; procurando analisar os processos de (re) socialização e de (re) estruturação dos trajetos de vida dos atores, em distintas dinâmicas sociais, após o término do seu percurso musical na orquestra.

Assim, pretende-se examinar os impactos deste *follow-up* na esfera das políticas públicas, refletindo as suas potencialidades e limitações, enquanto mecanismo facilitador de respostas às atuais exigências, ao nível da coesão e mobilidade sociais. Deste modo, salientamos a pertinência de uma metodologia de investigação mista na presente investigação, na medida em que esta analisa um fenómeno social sob diferentes perspetivas, enriquecendo todo o processo, uma vez que postula a complementaridade entre os métodos quantitativos e qualitativos.

Numa fase exploratória, optaremos pela presença do investigador nos três agrupamentos em destaque, onde este, através da observação participante em reuniões do Conselho Diretivo, irá dissecar a estrutura organizacional, forma de funcionamento, regime jurídico, missão e cultura dominante das escolas, onde as notas de terrenos permitirão a construção de um memorial de investigação.

Através de uma cuidadosa análise documental, debruçar-nos-emos, ainda, sobre um conjunto de fontes secundárias, tais como: legislação, projetos, programações e documentos já produzidos e que reforçarão a análise da autodefinição institucional. Seguidamente, iremos mergulhar na caracterização sociodemográfica da amostra em estudo, que consiste nos jovens que terminaram o seu percurso musical na orquestra até 2013, através da aplicação de um inquérito por questionário.

As questões vão reportar-se às suas opiniões, às suas atitudes, aos seus valores, resgatando as condições de socialização em contextos vários, particularmente o da orquestra e da escola. Na etapa seguinte, iremos aprofundar e debater, por um lado, as

representações sociais dos dirigentes e professores dos três agrupamentos escolares, bem como dos professores de música, no âmbito da definição e operacionalização das estratégias de intervenção com os atores sociais, pretendendo-se detetar e debater grandes linhas de convergência/divergência sobre o impacto da música na (re) construção social dos agentes envolvidos; e por outro, as representações sociais dos alunos sobre o impacto do seu percurso musical na orquestra, na (re) estruturação das suas trajetórias de vida em diferentes domínios (família, escola, trabalho), avaliando tais mudanças ao nível do desenvolvimento pessoal, das relações sociais e sustentabilidade cultural.

Aqui a entrevista em profundidade e semiestruturada aos agentes institucionais e alunos, será a técnica privilegiada; sendo este um processo de compreensão implicada, os discursos densos e contextualizados serão examinados através da análise de conteúdo. Desta forma, constituir-se-ão pontos de comparação entre os diferentes debates, demonstrando-se a pertinência da orquestra, enquanto foco potenciador de uma (re)qualificação das práticas culturais, de desenvolvimento integrado e de envolvimento da população.

Pretende-se que este projeto seja o resultado de uma vivência coletiva, onde os sujeitos possuem em si, através dos seus sistemas de disposições e dos múltiplos contextos onde se inserem, aquilo que LAHIRE(1998) designa por “dobras singulares do social”.

Nesta etapa de sistematização, seguiremos, a metodologia que o autor propõe nos seus estudos: a construção de retratos sociológicos de 8 a 12 alunos (representativos de percursos tipo anteriormente construídos através de uma análise estatística multivariada a partir dos dados do inquérito por questionário) que terminaram o seu percurso musical na orquestra até 2013. Os retratos sociológicos servem a pretensão desta investigação, pois através de uma entrevista biográfica e semidiretiva aos jovens, pretendemos apreender as matrizes incrustadas em cada individuo, enquanto produto de vivências de socialização passadas. Tentaremos perceber a forma como as disposições individuais se constituem e encaixam nos diferentes rostos sociais, permitindo consequentemente identificar as grandes regularidades sociológicas presentes nos trilhos traçados por estes agentes.

Através da entrevista aprofundada, haverá uma ativação de competência reflexivas, na medida em que os atores sociais são conduzidos á elaboração de uma (re)interpretação ativa e critica sobre a realidade objetiva, bem como dos seus constrangimentos. O retrato

sociológico será, o locus metodológico deste estudo, um dispositivo de articulação entre análise sociológica dos trajetos de vida dos jovens, da pluralidade de disposições e de contextos individuais (desenvolvimento pessoal e relacional, instrução, empregabilidade, práticas e consumos culturais) e, de uma narrativa em voz própria. Contudo, estes processos só serão verdadeiramente coerentes se apresentarmos a sua pertinência no desenvolvimento da sociedade contemporânea, enquanto foco potenciador de políticas públicas ligadas a lógicas de participação democrática, desenvolvimento estável, estruturado e corretor das disparidades sociais. Com o intuito de acrescentarmos maior reflexividade e um cruzamento de sinergias, forneceremos elementos conducentes á conceção analítica de medidas de carácter político, em torno de novos desafios, no que respeita ao sistema de avaliação dos processos de (re) socialização dos agentes sociais envolvidos em projetos como a Orquestra Geração, de forma a multiplicar o seu impacto no território. Numa derradeira fase de estruturação devolutiva, para além da redação final da tese, pretende-se animar três *workshops*, um em cada agrupamento escolar, com a presença de todos os agentes envolvidos na investigação, onde será apresentada uma sinopse crítica dos resultados, de forma a promover um debate alargado e reflexivo que será registado e objeto da nossa análise.

Para concluir, podemos afirmar, que este estudo irá focar-se, em geral, no estudo de dinâmicas de (i)mobilidade social, de qualificação territorial e do tecido e da prática cultural, através dos processos de ressocialização dos jovens que terminaram o seu percurso musical e, em particular, na análise de modelos de trajetórias de vida desses atores, em diferentes dimensões: instrução, empregabilidade, rede de sociabilidades e consumos culturais.

A pertinência da teoria de LAHIRE (2005) na análise das trajetórias de vida dos jovens que terminaram o seu percurso musical na Orquestra passa pela conceptualização das variações individuais como resultantes da interação entre a pluralidade de disposições incorporadas e combinatórias sempre diferentes e por isso “únicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DENORA, T. (2000). **Music is everyday life**. UK: Canbdrige University Press, 2000.

LOPES, J. **A Cidade e a Cultura: um estudo sobre práticas culturais urbanas**. Porto: Edições Afrontamento, 2000.

LAHIRE, B. **L'homme pluriel. Les ressorts de l'action.** Paris: Nathan,1998.

LAHIRE B. Logiques pratiques: le «faire» et le «dire sur le faire»", **L'esprit sociologique**, Paris: Éditions la Découverte,2005.

PINTO RIBEIRO. **Abrigos: condições das cidades e energia da cultura.** Lisboa: Edições Cotovia,2004.

Sociedade do Conhecimento e Educação: análise sobre a elaboração de políticas públicas para a inserção de Tecnologias de Informação e Comunicação na instituição escolar

Marília Müller Blank¹

O presente trabalho insere-se na pesquisa em andamento que visa investigar como procedem as orientações das políticas públicas para a inserção de Tecnologias de Informação e Comunicação nas instituições de ensino básico da rede pública brasileira, tendo como contexto as transformações ocorridas a partir da sociedade do conhecimento que modificaram as relações sociais e econômicas nos diversos âmbitos da vida humana, sendo o objeto de estudo desta pesquisa o Programa Nacional de Tecnologia Informacional – PROINFO. Com isso, o objetivo deste trabalho consiste em apresentar a reflexão realizada a partir de revisão bibliográfica sobre o papel do Estado e a elaboração de políticas públicas para o campo educacional com ênfase na inserção de TIC nas instituições de ensino básico e sua relação com a preparação do aluno como cidadão e agente na sociedade do conhecimento.

Palavras-chave: Tecnologia, Conhecimento, Educação, Políticas Públicas.

Diversos âmbitos da vida humana foram transformados a partir da emergência do mundo globalizado e da sociedade do conhecimento. Com a difusão das Tecnologias de Informação e Comunicação muitas atividades cotidianas foram dinamizadas, tornando as TICs como elementos facilitadores e muitas vezes fundamentais para a vida na contemporaneidade. Esta nova sociedade, denominada por Castells como “sociedade da informação” traz uma característica marcante que é a vida em rede, a conexão que aproxima os indivíduos, grupos e países e dinamiza as relações sociais, culturais e econômicas (1999).

Em meio ao advento da sociedade do conhecimento, um dos seguimentos sociais que tem seu papel modificado é a instituição escolar, sob a qual cada vez mais recai a condição de responsável por preparar o aluno para um mundo social e economicamente dinâmico, no qual deverá desenvolver aptidões para lidar com a vasta gama de possibilidades e diversidades de modo a obter seu lugar e constituir-se como cidadão ativo e autônomo.

¹Mestranda do Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – PPGS/UFRGS.

Compreender o lugar da escola na sociedade do conhecimento corresponde aos desafios que esta enfrenta em superar o modelo tradicional de ensino que a concebe como detentora do conhecimento e abrir-se para a utilização dos recursos tecnológicos que possibilitam atualmente infinidade de fontes de comunicação e informação.

A presente explanação propõe uma reflexão sobre a inserção de Tecnologias de Informação e Comunicação através de políticas públicas, buscando identificar quais ações apontam e como orientam para a inovação no meio escolar, de modo que a educação se constitua em uma prática para o desenvolvimento cidadão do aluno em meio a sociedade do conhecimento.

Para tanto, no primeiro momento será apresentada a reflexão sobre o desenvolvimento da sociedade do conhecimento e a difusão das TICs, pois é necessário compreender o contexto em que se vive para propor uma análise sobre as ações que interferem nesta realidade. Após, será apresentado um histórico das políticas públicas para a inserção de TICs na educação brasileira, com ênfase ao atual Programa Nacional de Tecnologia Educacional – PROINFO, buscando perceber as orientações e ações. Por último, realiza-se uma reflexão a partir do que constitui uma educação para a cidadania na sociedade do conhecimento, partindo da ideia de educação científica como caminho para a redução de desigualdades sociais e desenvolvimento da cidadania, conforme aponta Maria Lúcia Maciel (2005).

Sociedade do Conhecimento: a difusão das Tecnologias de Informação e Comunicação

Para compreender a discussão sobre o conceito de sociedade do conhecimento, é necessário recorrer aos acontecimentos históricos advindos da segunda metade do século XX com a crise no modo de acumulação capitalista e as estratégias de resposta a essa crise. Com isso, poder-se-á refletir acerca das transformações decorridas neste período que repercutiram significativamente nos campos econômicos e sociais, assim como em suas instituições.

Na década de 1960 o modelo de acumulação capitalista até então vigente entra em crise levando ao reordenamento das formas de organização do capital. Em resposta a crise, surgem duas estratégias: a globalização e a produção de bens de tipo radicalmente novos.

Com a primeira ocorre a financeirização acelerada e crescente da economia mundial e com a segunda ocorre a difusão de tecnologias de informação e comunicação. Estas duas estratégias configuram uma nova forma de relação entre economia, Estado e sociedade sintetizada na financeirização da economia, fortalecimento dos mercados frente ao Estado e na utilização intensiva de conhecimento e informação (BAUMGARTEN, 2005).

No contexto da sociedade do conhecimento, as tecnologias de informação e comunicação e o conhecimento são fundamentais, a primeira pela dinamicidade e o segundo como fator determinante de competitividade econômica, hegemonia política e mudança social. Assim, a produção e distribuição de informação e conhecimento ao mesmo tempo que se constitui como estratégia de desenvolvimento e inovação é reciprocamente necessário junto à redução de desigualdades sociais (MACIEL, 2005).

Maciel destaca que diferentes âmbitos da vida humana foram intensa e aceleradamente atingidos com as transformações decorridas da revolução científico-tecnológica e do desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação (TIC) ocorridos a partir da segunda metade do século XX, de acordo com a autora

essas transformações afetam profundamente os ambientes de pesquisa científica e tecnológica, bem como a indústria, as agências governamentais, as organizações não governamentais e todo o cotidiano da sociedade, desde o lazer e âmbito doméstico até o profissional (2005, p. 107).

Desse modo, o desenvolvimento tecnológico caracteriza-se como um processo de otimização, o qual se coloca como estratégia para políticas de crescimento, pois permite maior alcance de quantidade em menor tempo e com menor custo (MOLINA, p. 154, 2011). Nesta perspectiva, para Dowbor

as tecnologias estão gerando impacto em todo o universo social, e criando novas dinâmicas onde o conhecimento vai se tornando gradualmente central. A transformação envolve praticamente todas as áreas de atividade, economia, política, cultura, a própria organização do tecido social e das nossas relações, além de provocar uma mudança radical de como utilizamos o nosso principal recurso não renovável, o curto *tempo* da nossa vida (DOWBOR, p. 09, 2011).

Assim, Dowbor aponta que a tecnologia que hoje é tão presente no cotidiano gera transformações em diversos âmbitos da sociedade e que é permanente. Baseando a reflexão nesta ideia pode-se refletir que se torna necessário encontrar meios para lidar com a

tecnologia de modo que seja favorável para o desenvolvimento de uma sociedade mais igualitária que, ao invés de aumentar as desigualdades sociais seja ferramenta para a inclusão, cidadania e democracia.

Retomada histórica das Políticas Públicas para a inserção de Tecnologias de Informação e Comunicação na Escola

Existem propostas governamentais que, em uma primeira leitura, demonstram a preocupação em investir em uma educação significativa, que contemple a construção de conhecimentos aplicáveis dentro e fora da escola. Nesse contexto, com vistas à sociedade do conhecimento e ao mundo globalizado, a educação através da instituição escolar em nível básico (fundamental e médio) pode ser um caminho para o desenvolvimento por meio da formação de alunos qualificados e aptos a lidar com os desafios e as demandas do mundo contemporâneo. Compreendidas nesse cenário, estão as TICs, elementos chave no desenvolvimento da sociedade do conhecimento como difusoras de informação e conhecimento, podendo constituir-se meios para a inovação em diversos campos.

No campo educacional não é diferente. As TICs chegaram na instituição escolar principalmente como meio para a melhoria da qualidade educacional, uma vez que trazia recursos tecnológicos que superariam o ensino tradicional conteudista, ampliando as possibilidades pedagógicas em questão de metodologia e conteúdo curricular como pode-se perceber retomando alguns pontos históricos principais no desenvolvimento de projetos para o uso das TICs na educação brasileira.

Observa-se de acordo com Nascimento (2007), que as ações governamentais tem início em 1970 com o estabelecimento de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da nação. Com isso, surgiram a Comissão Coordenadora das Atividades de Processamento Eletrônico - CAPRE, a Empresa Digital Brasileira - Digibras e a Secretaria Especial de Informática - SEI, sendo esta última órgão responsável pela coordenação e execução da política nacional de informática, buscando fomentar a informatização da sociedade brasileira através da capacitação científica e tecnológica, promovendo a autonomia nacional através da consolidação da indústria nacional.

Em 1981, buscando alternativas para a inserção do computador na educação brasileira, é criado o *I Seminário Nacional de Informática na Educação* na Universidade de

Brasília – UNB, contando com especialistas representantes da SEI, MEC, Conselho Nacional de

Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, além de especialistas nacionais e internacionais da comunidade técnico-científica. A partir deste seminário foram lançadas recomendações para que as atividades de informática na educação tivessem como base valores culturais, sociopolíticos e pedagógicos, sendo o computador auxiliar no processo de ensino e aprendizagem e não substituto do professor. Após a realização deste seminário, representantes da SEI, MEC, CNPq e FINEP constituíram um grupo que elaborou os primeiros subsídios para o Programa Nacional de Informática na Educação, os quais no final do ano de 1981 se constituíram no primeiro documento voltado à inserção e utilização de informática na educação através de centros-piloto em cinco universidades brasileiras² a partir deste programa. Em 1983, foi criada a Comissão Especial nº 11/1983 – Informática na Educação, a qual tinha como finalidade principal

propor a orientação básica da política de utilização das tecnologias da informação no processo de ensino-aprendizagem, observando os objetivos e as diretrizes do Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto, da política nacional de informática e do Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do país, além de apoiar a implantação de centros-piloto, funções essas intimamente concernentes ao âmbito educacional (NASCIMENTO, 2007, p 17).

Ainda neste ano, foi aprovado o *projeto Educom*, o qual consistia em uma proposta interdisciplinar voltada à implantação experimental de centros-piloto para o desenvolvimento de pesquisas que coletassem subsídios para uma futura política setorial. Havia o interesse governamental de implantar os centros-piloto em universidades interessadas em desenvolver estas pesquisas através de ações integradas com escolas públicas. Porém, em 1984, a coordenação do Projeto Educom passa a ser responsabilidade do Centro de Informática do MEC – Cenifor, tendo em vista o interesse do MEC em assumir a coordenação do projeto e cabendo ao Cenifor a implementação, coordenação e supervisão técnica do Projeto. Com isso, o MEC tornou-se líder no processo de informatização da educação brasileira.

²As cinco universidades que compreenderam os centros-pilotos foram: a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

Em 1984, foram firmados os primeiros convênios com as universidades federais para a implantação dos centros-piloto. Em 1985, com o fim da ditadura militar ocorrem transformações de ordem administrativa e política. Com isso, a nova administração da Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa - Funtevê através da operação de desmonte do Cenifor leva o projeto Educom a uma situação insustentável financeiramente. Durante cinco anos, o projeto Educom produziu dezenas de materiais bibliográficos como teses, dissertações e artigos, além do desenvolvimento de *softwares* educacionais.

Uma nova fase para a informática na educação tem início em 1986 com a criação do Comitê Assessor de Informática na Educação da Secretaria de Ensino de 1º e 2º Graus Caie/Seps. Este comitê aprovou o Programa de Ação Imediata em Informática na Educação de 1º e 2º Graus o qual, entre outras ações, avaliou a situação dos centros-piloto do projeto Educom, concluindo que os centros vinham desenvolvendo as atividades competentes apesar da situação financeira difícil e, diante disto, reivindicando no relatório de avaliação apoio aos centros-piloto. Com isso, a Secretaria de Informática do MEC assume as ações de informática na Educação, com a coordenação e supervisão do projeto Educom.

A capacitação de professores para a utilização da informática na Educação ficou a cargo do Projeto Formar, tendo como principal objetivo a formação de professores através de dois cursos de pós-graduação *lato sensus* em Informática na Educação. A partir desta capacitação, estes professores, advindos de diversas secretarias estaduais de educação e das escolas técnicas federais, tinham como compromisso implantar junto a sua Secretaria de Educação um Centro de Informática Educativa – CIED, apoiado técnica e financeiramente pelo MEC. Em 1988 e 1989, foram implantados 17 CIEDs que atendiam alunos, professores e comunidade em geral, sendo um centro multiplicador de informática na educação.

Tendo como base as iniciativas e experiências produzidas, em 1989 é criado o Programa Nacional de Informática Educativa – PRONINFE que tinha como finalidade desenvolver a informática educativa no Brasil, através de projetos e atividades, articulados e convergentes, apoiados em fundamentação pedagógica sólida e atualizada, de modo a assegurar a unidade política, técnica e científica imprescindível ao êxito dos esforços e investimentos envolvidos (NASCIMENTO, 2007, p. 25). Nesta época, além do PRONINFE, havia o Plano de Ação Integrada – PLANINFE 1991/1993 – sendo que ambos consistiam em uma proposta que priorizava a capacitação de professores para a utilização dos recursos

informativos nas práticas educativas, proporcionando mudanças nos papéis da escola, professores e alunos.

Criado através da Portaria nº 522 de 09 de abril de 1997, pelo Ministério da Educação, o então Programa Nacional de Informática na Educação visava a utilização da tecnologia como ferramenta para enriquecer as práticas pedagógicas no ensino público fundamental e médio. Dez anos depois, através do Decreto nº 6.300 o PROINFO passa a constituir-se em Programa Nacional de Tecnologia Educacional, visando como principal objetivo promover o uso pedagógico de tecnologias de informação e comunicação nas redes públicas de educação básica (BRASIL, 2007).

Conforme as Diretrizes para o PROINFO divulgadas pelo MEC em julho de 1997 o programa segue quatro objetivos principais, os quais integrados apontam para a promoção de uma educação de qualidade desenvolvida de modo a preparar o aluno para o exercício pleno da cidadania em uma sociedade tecnologicamente desenvolvida, concebendo, para tanto, os recursos de informação e comunicação como ferramentas que auxiliam a prática pedagógica para esta finalidade.

A qualidade educacional no processo de construção do conhecimento é elucidada já no primeiro objetivo das Diretrizes formuladas em 1997, a qual é oportunizada através da introdução de melhorias, na busca de estratégias e no desenvolvimento de habilidades do educando neste processo (BRASIL, 1997). Desse modo, de acordo com as Diretrizes busca-se diversificar o processo de construção do conhecimento e suas metodologias o que implica, portanto, na inserção de Tecnologias de Informação e Comunicação no espaço escolar. Neste contexto, qualidade educacional compromete-se com equidade pois através da inclusão digital é oportunizado a todos, agentes envolvidos no processo educativo e comunidade em geral, o acesso à informação e seus meios para a produção de conhecimento (p. 03).

A escola é concebida pelo PROINFO como um ambiente no qual é possível criar uma nova *ecologia cognitiva* a partir da incorporação das novas tecnologias, promovendo, assim, a aproximação entre a escola e o mundo ao seu redor, na qual o aluno encontrará práticas semelhantes à sua vida na sociedade como um todo e que o preparará para o exercício da cidadania nos diferentes âmbitos como profissional, social, cultural, etc.

Nesse contexto, a inserção de tecnologias de informação e comunicação através do PROINFO visa também que a educação ao preparar o aluno para a vida nesta sociedade

dinâmica também se volte para o desenvolvimento científico e tecnológico expandindo o modo de produção e difusão de conhecimento.

Como quarto e último objetivo, o PROINFO prevê uma educação para uma cidadania global considerando a sociedade como tecnologicamente desenvolvida na qual através do acelerado modo de produção e compartilhamento de informação e comunicação (processo de globalização) são exigidos indivíduos que tenham a habilidade de comunicação, convívio, diálogo, interação, autonomia e criticidade (BRASIL, 1997).

Com o Decreto 6.300/2007, o PROINFO passa a promover o uso pedagógico dos recursos tecnológicos de informação e comunicação e não é mais concebido somente como ferramenta de auxílio pedagógico, devendo ser, desse modo incorporado nas práticas educativas. Se entende, portanto, que em 1997 entendia-se o PROINFO prioritariamente no sentido de equipar as escolas com as TIC's pois estava em desenvolvimento uma *nova sociedade* a qual a escola deveria acompanhar. Já em 2007, a ênfase recai na capacitação dos agentes educacionais e professores para que através destes os recursos tecnológicos sejam utilizados de modo efetivo.

A implementação do PROINFO se dá através da integração entre as esferas Federal, Estadual e Municipal. De acordo com o Decreto nº 6.300/2007, o Ministério da Educação enquanto esfera Federal tem como responsabilidade a implantação de ambientes tecnológicos equipados com computadores e recursos digitais e a disponibilização de conteúdos educacionais, soluções e sistemas de informações (Art. 3º, incisos I e III). Já aos Estados, Distrito Federal e Municípios tange a promoção de infraestrutura necessária à implementação e funcionamento dos ambientes tecnológicos do Programa, a capacitação de professores e agentes educacionais, a disponibilização de recursos humanos e condições necessárias para a capacitação e acompanhamento do Programa nas escolas e, ainda, o suporte técnico e manutenção dos equipamentos (Art. 4º, incisos I, II, III e IV). Ainda no Artigo 3º deste decreto, o inciso II aponta para a integração que deve haver entre Estados, Distrito Federal, Município e Federação para a promoção de programa de capacitação de agentes educacionais e de conexão dos ambientes tecnológicos à rede mundial de computadores (BRASIL, 2007).

Para seu funcionamento, o PROINFO conta com uma Coordenação Estadual e Núcleos de Tecnologia Educacional (NTE) situados em cada Estado da Federação. No Estado do Rio Grande do Sul, os Núcleos de Tecnologia Educacional consistem em

ambientes computacionais com uma equipe interdisciplinar de Professores Multiplicadores e técnicos qualificados para promover formação continuada e assessorar as escolas da rede pública estadual e municipal no uso pedagógico e técnico dos recursos tecnológicos.

Nota-se que os objetivos do PROINFO desde suas primeiras orientações em 1997 até os Projetos Estaduais de Informática na Educação, apontam para a promoção de melhorias na qualidade educacional, ou seja, a implementação das Tecnologias de Informação e Comunicação nas escolas de acordo com as normas que orientam o PROINFO podem, através da capacitação de professores e agentes educacionais, promover um processo de ensino e aprendizagem que vise preparar o educando para a sociedade do conhecimento na qual se vive atualmente, superando o ensino tradicional conteudista e promovendo, assim, a qualidade educacional e a preparação do aluno para a o exercício da cidadania na sociedade.

Educação para cidadania na sociedade do conhecimento

Através das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), notadamente a internet, se obtém uma diversa gama de conteúdos, possibilidades e meios de comunicação e interação. Contudo, ressaltando a afirmação de Dowbor que diz: “a conectividade permanente de todos com todos, e de todos com todo o conhecimento humano digitalizado, veio para ficar” (2011), é necessário perceber que os recursos informacionais, independentemente das possibilidades que oferecem sozinhos não são fatores de mudança social, por conseguinte, tampouco haverá transformações no meio educativo se a utilização das TIC não atentar para as práticas humanas que permeiam seu uso e crescem significado. Assim, ao contrário de uma visão determinista sobre a relação entre tecnologia e sociedade, considera-se que são os sujeitos em suas ações e nos significados que atribuem a estas e ao mundo social que darão rumo às transformações sociais.

A partir desta reflexão, entende-se que a presença de recursos tecnológicos na escola não garante inovações no modelo tradicional de ensino. Com isso, a inserção de TIC nas instituições escolares requer elementos que perpassam a materialidade do recurso tecnológico como computador, tablet, notebook ou acesso à internet, tornando-se necessária a percepção sobre como utilizar esses meios para que haja inovação no modelo

escolar voltada ao conhecimento e sua aplicação social para a cidadania e justiça social em uma realidade demarcada por imensas desigualdades socioeconômicas.

A partir disso, compreende-se que é necessário ao indivíduo desenvolver habilidades para a compreensão das diversas informações e maneiras de comunicação difundidas todos os dias através dos meios tecnológicos para que possa apropriar-se dos conteúdos e utilizá-los na vida em sociedade, constituindo-se cidadão.

O caminho para a inclusão social, econômica e política, assim como para o desenvolvimento da cidadania dependem de uma educação científica em amplo sentido, ou seja, incentivando que o entendimento do conhecimento científico seja ampliado aos diversos segmentos da sociedade, da escola ao trabalho, da criança ao adulto, de modo que sejam desenvolvidos a criticidade e a autonomia frente às diversas informações divulgadas, tanto para fins de incentivo a formação de novos pesquisadores, quanto para o entendimento do mundo complexo no qual se vive hoje (Maciel, 2005).

Maciel aponta que a educação científica tem como objetivos principais o desenvolvimento de cidadãos que possam utilizar o conhecimento científico e tecnológico em seu cotidiano assim como a formação de pesquisadores aptos a atuar nesse campo favorecendo o desenvolvimento do país. Porém, a autora ressalta que, em controvérsia a esses objetivos, se tem a produção de conhecimento cada vez mais especializada a qual é destinada a um público limitado e as baixas taxas de escolaridade que refletem no devagar avanço em estudos e desenvolvimento em C&T no Brasil (2005, p. 114).

Percebe-se, com isso, que a necessidade se encontra em preparar o aluno, já na escola, para o exercício da vida em sociedade, o qual inclui sua formação cidadã, cultural e econômica, desenvolvendo aptidões que o possibilitem desenvolver-se e contribuir para o desenvolvimento da sociedade. Nesse contexto, a autora destaca que os investimentos do poder público no Ensino Básico das últimas décadas contribuíram positivamente quanto a dados quantitativos, como aumento das taxas de matrículas, mas qualitativamente não se obteve avanços em relação a esta preparação do aluno (p. 114).

De encontro a isto, inserem-se as propostas de inserção de TICs na educação básica, como meio para a melhoria da qualidade educacional e preparação do aluno para a vida em sociedade. Porém, da mesma forma que o aumento das taxas de matrículas não garantem melhorias na qualidade educacional, a distribuição de recursos tecnológicos nas escolas não garante transformações nas práticas escolares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMGARTEN, Maira. Redes, conhecimento e inovação social *in*: BAUMGARTEN, Maira org. **Conhecimentos e Redes: sociedade, política e inovação**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

BRASIL. Decreto nº 6.300, de 12 de dezembro de 2007: Dispõe sobre o Programa Nacional de Tecnologia Educacional – PROINFO. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6300.htm>.

BRASIL. Programa Nacional de Informática na Educação – PROINFO Diretrizes. Ministério da Educação e do Desporto – MEC, Secretaria de Educação a Distância – SEED, Brasília: 1997.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz & Terra, 1999.

DOWBOR, Ladislau. **Tecnologias e Conhecimento: os desafios da Educação**. São Paulo: Vozes, 2011.

MACIEL, Maria Lúcia. Estímulos e Desestímulos à divulgação do conhecimento científico *in*: BAUMGARTEN, Maira org. **Conhecimentos e Redes: sociedade, política e inovação**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

MOLINA, Fernando Tula. Consumo tecnológico y educación tecnológica: fundamentos filosóficos para un proyecto futuro. In: **Revista Sociologias**, edição quadrimestral, ano 13, nº 26, Porto Alegre: UFRGS. IFCH, 2007, p. 154 a 175.

NASCIMENTO, João Kerginaldo Firmino do. **Informática aplicada à Educação**. Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

A ciência como campo de disputas: a pesquisa sociológica nos Programas de Pós-Graduação Multidisciplinares em Ciências Ambientais

Gabriel Bandeira Coelho¹

O presente artigo tem por objetivo apresentar o debate acerca das questões socioambientais enquanto objeto da ciência, cuja compreensão reivindica um olhar através da pesquisa multidisciplinar ou interdisciplinar. De imediato, salientamos que não faremos nenhuma distinção entre os dois termos mencionados, mesmo cientes de que significativa parte do estado da arte, sobre o tema, traz algumas distinções entre esses conceitos. Acreditamos, neste sentido, que a pluralidade conceitual a fim de explicar a interdisciplinaridade não enfrenta o que de fato deveria ser enfrentado, isto é, o problema da interdisciplinaridade não deve ficar restrito a uma questão conceitual, mas sim a uma efetiva prática interdisciplinar de produção do conhecimento. Em outros termos, o que deve ser enfrentado é justamente a cultura disciplinar da ciência e não a (re)semantização e a resignificação do conceito.

Disto isto, iniciamos esse artigo explorando a temática acerca da relação entre complexidade e interdisciplinaridade, cuja dependência é manifesta quando atentamos para a tessitura atual do universo social e natural. Além disto, enfatizamos a íntima relação entre o processo de consolidação da questão ambiental enquanto objeto científico e a emergência dos Programas Interdisciplinares, fomentados junto a CAPES, no final dos anos de 1990 no Brasil.

Por conseguinte, destacamos alguns importantes dados a respeito dos Programas Multidisciplinares em Ciências Ambientais, especialmente os Programas de Excelência (notas 6 e 7), com o objetivo de demonstrar a significativa relevância desses programas para o desenvolvimento da ciência brasileira, bem como da eminente necessidade de cooperação, de diálogo e de interação entre diversas áreas do conhecimento para compreensão e para problematização das questões socioambientais de cunho complexo.

¹Doutorando em Sociologia – PPGS/UFRGS.

Por fim, sem a intenção de finalizar o debate, mas sim de promovê-lo, salientamos algumas questões, como considerações finais, sobre a situação daquilo que chamamos de sub-representação da pesquisa sociológica nos Programas de Pós-Graduação Multidisciplinares de Excelência em Ciências ambientais, fomentados pela CAPES. Ademais, salientamos possíveis conjecturas que tem produzido este cenário de “periferização” da Sociologia nesses Programas.

O complexo e o interdisciplinar: uma relação necessária à questão ambiental

O pensamento moderno manteve-se profícuo até meados do século XX, quando passou a sofrer duras críticas devido ao seu caráter de fragmentação, de linearidade, de previsibilidade e de análise, que buscava a verdade segura e absoluta sobre os fenômenos, com base em um fundamento último. Assim, com o amplo desenvolvimento e a consolidação da Ciência Moderna, no que se refere às descobertas científicas e às produções tecnológicas, a partir dos séculos XVII, XVIII e XIX, esta entra no século XX apresentando a necessidade de rever seus pressupostos, dado seus significativos sinais de instabilidade e de fragilidade diante do tecido social o qual emergia neste período.

Em outras palavras, a atual dinâmica do universo social e do conhecimento científico tem apontado à fragilidade da *episteme* cartesiana – base epistemológica da ciência moderna – no que concerne à compreensão do intenso aumento de complexidade do mundo fenomênico, ao mesmo tempo em que demonstra-nos a possibilidade da emergência de um novo paradigma à compreensão dos fenômenos: o *paradigma da complexidade*. É com base nisto que observamos a pesquisa, como dimensão essencial da ciência, buscando saídas epistemológicas, metodológicas e políticas, com o objetivo de apreender, de compreender, de fato, a sistematicidade dos fenômenos complexos que têm se apresentado no mundo contemporâneo, especialmente se atentarmos para as questões socioambientais.

Tendo em vista a relação entre ciência moderna e conhecimento disciplinar ou “racionalidade monodisciplinar”, podemos afirmar que essa última possui suas regras e seus valores, isto é, cada disciplina encontra-se isolada, sem o esforço à interação com as demais disciplinas, evidenciando, assim, a compartimentação e a fragmentação como seus principais atributos e que há muito tem caracterizado o modo de operar da ciência. Nesse

sentido, as estruturas sociais que têm formado as disciplinas, construídas ao longo da história, desde a emergência do cartesianismo (do método dedutivo-indutivo, “Concepção Herdada”), são responsáveis, deste modo, por conduzir o olhar monodisciplinar, linear e fragmentado ao observarmos, enquanto pesquisadores, o mundo que se apresenta.

Todavia, atualmente, com a evolução da ciência através de novas perspectivas oriundas dos progressos da técnica, da tecnologia e da sociedade de modo geral, a cultura científica tem sofrido um abalo em suas estruturas conceituais tradicionais e disciplinares. Em outros termos, tal abalo representa “um desabamento das fronteiras semânticas utilizadas durante séculos para pensar o humano, suas relações consigo mesmo, com a matéria e com a natureza” (RAYNAUT, 2011, p. 75). O clima, por exemplo, anteriormente tratado como algo intangível à intervenção humana, como um dado natural, hoje é visto, pela comunidade internacional, como inextricavelmente relacionado às práticas humanas, tais como os modos de consumo, de produção, de poluição, etc. Dessa maneira, o clima, enquanto fenômeno a ser pesquisado, postula, de imediato, estudos a partir da cooperação e da interação, uma vez que variáveis econômicas, biológicas, antropológicas, físicas, químicas, entre outras, atravessam o problema climático de modo que os limites disciplinares não dão conta de tratá-lo em sua complexidade (RAYNAUT, 2011).

Maranhão (2010) salienta que problemas mundiais, especialmente no que diz respeito à degradação ambiental, ultrapassam e transcendem os limítrofes das fronteiras disciplinares do conhecimento científico. Ainda para a autora, a disciplinarização científica reduz a ação da ciência. Segundo Léle & Norgaard (2005, 972 *apud* Maranhão 2010, p. 562) “para analisar problemas complexos como a questão ambiental é preciso pensar nas comunidades científicas sem se restringir aos saberes compartimentalizados em disciplinas curriculares”. Ou seja, se a complexidade do tecido social tem se mostrado cada vez maior, a ciência não tem ficado estática perante a essa dinâmica, tornando-se, também, mais complexa. Essa característica reivindica uma nova postura científica que vá para além dos sistemas únicos e que ultrapasse os limites do conhecimento herdados da analítica cartesiana, lançando, a partir disso, olhares para o universo, seja ele natural ou social, de maneira plural e multifacetada.

A noção de complexidade, portanto, postula uma nova abordagem, tanto em nível epistemológico, metodológico e teórico, como também a necessidade de repensar a ideia de disciplina e os espaços disciplinares cristalizados que ditam a lógica da produção de

ciência e limitam o conhecimento científico a partir de suas fronteiras políticas e epistemológicas. Deste modo, “o pensamento complexo tenta religar o que o pensamento disciplinar e compartimentado separou e parcelarizou. Ele religa não apenas domínios separados do conhecimento, como também, dialogicamente, conceitos antagônicos, como ordem e desordem, certeza e incerteza (...)” (MORIN, 2006, p. 07).

Portanto, se as ferramentas disciplinares não têm dado conta da crescente complexidade do mundo fenomênico, faz-se necessário uma nova perspectiva que concentre seus esforços a fim de produzir um conhecimento não mais fragmentado, mas sim, integrado, coletivo, sinérgico, cooperativo, multidisciplinar e interdisciplinar. É com base nesta perspectiva que a multidisciplinaridade e a interdisciplinaridade² emergem como ferramenta teórica, metodológica e epistemológica com o intuito de conjugar os diferentes saberes, para assim, compreender de forma mais profícua e aprofundada os problemas de natureza complexa. Tal proeminência da interdisciplinaridade é ressaltada por Coimbra (2000, p. 65):

A interdisciplinaridade, doravante, é uma vocação necessária para a Ciência, como tal; não apenas para os seus cultores e aplicadores. A verdadeira Ciência não para em si; não se contenta com os objetos particulares de um saber, por mais valioso e indispensável que seja ele, porquanto tal objeto não é isolado de um contexto. Mais do que a consecução pura e simples de um determinado conhecimento, é a necessidade intrínseca de prosseguir que impõe à Ciência maior amplitude de horizonte (extensão) e mais profundo entendimento (compreensão). À medida que se ampliam os horizontes, impõe-se, por igual, o imperativo do aprofundamento.

Além disto, a interdisciplinaridade, para além de um plano meramente “ideal” de pesquisa e de compreensão da complexidade dos fenômenos, também é prática. É com base nisto que Pombo (2006, p. 225) argumenta que “a interdisciplinaridade existe,

²É importante destacarmos que o avanço do pensamento interdisciplinar foi marcado, também, de acordo com Alvarenga, Philippi Jr., Sommerman, *et al* (2011) pelo “I Seminário Internacional sobre ‘Pluri’ e Interdisciplinaridade”, realizado na Universidade de Nice, na França, do dia 7 ao dia 12 de setembro de 1970. Segundo os autores, o evento foi organizado pelo Centro de Pesquisa e Inovação do Ensino (Ceri), bem como pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). Este evento teve grande repercussão na comunidade científica mundial, uma vez que contou com a participação de representantes de 21 países e de cientistas de diversas áreas do conhecimento científico, como o renomado pensador francês, Jean Piaget. Esses representantes eram, em grande parte, adeptos das teorias sistêmicas e dos pressupostos estruturalistas, o que, mostra, de certo modo, o clima intelectual em torno da ideia de interdisciplinaridade, emergente na segunda metade do século XX (ALVARENGA; PHILIPPI JR; SOMMERMAN; *et al*, 2011).

sobretudo, como prática. Ela se traduz na realização de diferentes tipos de experiências interdisciplinares de investigação (pura e aplicada) em universidades, laboratórios, departamentos técnicos; na experimentação e institucionalização de novos sistemas de organização (...). Em um mesmo fio condutor argumentativo, Ribeiro (2015) afirma que a interdisciplinaridade enriquece a produção do conhecimento a partir da flexibilização da rigidez dos limites disciplinares, gerando, com isto, resultados mais frutíferos, tanto no nível acadêmico, quanto no nível social.

Ainda em tempo, no que diz respeito à definição de interdisciplinaridade, Etges (2011) enfatiza que o fazer interdisciplinar possui o papel de mediar a compreensão científica, bem como as formas de cooperação a nível crítico e criativo entre os cientistas. O autor afirma, também, que a interdisciplinaridade caracteriza-se por ser o princípio da compreensão da ciência para o cientista, da compreensão de suas perspectivas e também de seus limites. *“Portanto (...) ela é o impulso à busca de novos horizontes para a superação do atual constructo e a criação de um novo”* (ETGES, 2011, p. 85 – grifos do autor). Ademais, a interdisciplinaridade, enquanto ferramenta à pesquisa, conforme afirma Raynaut (2011), tem o papel central de produzir constantemente a dúvida e o processo de reconstrução em relação ao conhecimento.

Diante dos pressupostos mencionados, faz-se necessário olharmos para como o Brasil tem lidado com a pujança das dinâmicas sociais e estruturais que caracterizam o paradigma complexo em se tratando da pesquisa científica, especialmente em relação aos problemas socioambientais. Para Raynaut (2011), o Brasil desempenha um papel dianteiro no esforço para renovar e refazer o modo como se produz conhecimento. É por esse motivo, sobretudo, que os Programas da área multidisciplinar são os que mais têm crescido na última década³. O autor destaca, também, que um dos primeiros doutorados interdisciplinares surgiu tendo a questão ambiental como foco: o Curso de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento, na Universidade Federal do Paraná (UFPR), fundado em 1993.

Ao analisarmos a história do Programa supracitado, podemos identificar que ele surge como necessidade epistemológica frente ao cenário complexo e dinâmico que tem permeado as questões socioambientais. Segundo documento que aborda o histórico do

³“(...) De 1999 a 2014 houve um aumento extremamente significativo de 528,2% no que tange à criação, ao surgimento de novos Programas de Pós-Graduação Interdisciplinares no Brasil” (COELHO, 2015, p. 88).

curso de doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento, foi em 1987 que se deu um amplo e intenso reconhecimento da problemática ambiental, em decorrência da aprovação da proposta sobre o desenvolvimento sustentável pela ONU (BRASIL, 2016). O curso entrou em funcionamento em 1993 com o objetivo de “pensar a questão ambiental de forma a dar conta da gravidade e da complexidade com que se apresenta e para a qual as visões disciplinares tradicionais da ciência se mostravam claramente insuficientes (BRASIL, 2016) ⁴”.

É assim, nesse sentido, que a necessidade da formulação de pesquisas interdisciplinares, ultrapassando as fronteiras de disciplinarização, passa a ser central no campo da ciência, além de servir como estratégia para lidar com os sistemas complexos. Isto tem se evidenciado nas políticas governamentais de fomento à ciência, em que é possível destacar a formulação dos Programas de Pós-Graduação Interdisciplinares, principalmente no Brasil, fomentados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Esses programas emergiram no cenário de pesquisa do País a partir da década de 1990, mais precisamente em 1999, com a chamada Comissão de Área Multidisciplinar (CAM). Conforme aponta o documento da Área de avaliação Interdisciplinar (2013), a relevância da interdisciplinarização do conhecimento emerge da necessidade de se buscar soluções à resolução de novos problemas (complexos) de naturezas diferentes e com crescentes níveis de complexidade, oriundos da dinâmica do próprio avanço da ciência e da tecnologia (CAPES, 2013).

Programas Multidisciplinares em Ciências Ambientais: uma nova forma do fazer científico?

Conforme temos abordado ao longo do presente trabalho, a complexidade do mundo fenomênico e da tessitura social tem aumentado robustamente nas últimas décadas. Dada essa dimensão, de cunho epistemológico, a comunidade científica brasileira tem focado – apesar das barreiras políticos-institucionais⁵ – seus olhares a essa dinâmica ampla e complexa do mundo contemporâneo que, por sua vez, necessita de um olhar

⁴Disponível em: <http://www.ppgmade.ufpr.br/historico/>. Acesso em 26 de Julho de 2016.

⁵Não é nosso intuito, neste trabalho, aprofundar as questões de viés externalista ou político-institucional no que concerne à produção de conhecimento científico. Para uma discussão mais detalhada do tema ver COELHO (2015) e RODRIGUES (2007).

multifacetado proporcionado pela inter ou pela multidisciplinaridade enquanto prática de pesquisa. Com efeito, é na figura da CAPES que iremos encontrar os primeiros e os atuais esforços em busca da consolidação e da ampliação da pesquisa inter e multidisciplinar no Brasil.

Segundo Marlize Rubin Oliveira (2011), a criação dos Programas multidisciplinares foi reflexo, dentre outros fatores, da “Conferência Rio 92”, devido à centralidade do debate em torno da relação sociedade e natureza. Tal perspectiva demonstra-nos, mais uma vez, como a emergência da problemática ambiental na ciência brasileira se confunde com o surgimento dos Programas de Pós-Graduação multidisciplinares no cenário de pesquisa brasileiro no final da década de 1990.

De acordo com o documento da área de avaliação em ciências ambientais, publicado em 2013, esta última surgiu, em 1999 – não com esse nome –, a partir da migração de alguns Programas de outras áreas de avaliação. Em um primeiro momento de sua existência, a área era constituída por Programas de Pós-Graduação ligados às questões de cunho ambiental, presentes na área Interdisciplinar, como a Câmara I de Meio Ambiente e Agrárias, além de Programas oriundos das áreas de Engenharia I e III, Ciências Agrárias e Ciências Biológicas I. Em outras palavras, entre os anos de 1999 e 2010 ainda não existia o atual nome da área em Ciências Ambientais. Os Programas que hoje constituem essa área faziam parte da Câmara I (Meio Ambiente e Agrárias) da área de avaliação interdisciplinar (CAPES, 2013).

Nesse sentido, o surgimento da área de Ciências Ambientais tem como data simbólica, segundo CAPES (2013), o dia 5 de junho de 2011, ou seja, o dia do meio ambiente. Frente a isto, a relevância da introdução dessa área no âmbito da avaliação da CAPES deu-se, especialmente a partir da necessidade de que a crescente e a ampla complexidade dos problemas ambientais deveria ser compreendida e apreendida a partir de um olhar multi ou interdisciplinar (CAPES, 2013). Conforme justifica o documento da área de Ciências Ambientais – CAPES (2013) –,

A natureza complexa da problemática ambiental pede diálogos não só entre disciplinas próximas, dentro da mesma área do conhecimento, mas entre disciplinas de ciências diferentes, bem como com outras formas de saberes, oriundos de culturas heterogêneas. Daí a relevância de novas formas de produção de conhecimento. Diante disso, desafios teóricos e metodológicos colocam-se para as ciências ambientais (CAPES, 2013, p. 01).

Em verdade, os representantes da área em ciências ambientais, junto à CAPES, argumentam que esta área não decorre de um mero somatório ou de uma combinação entre diferentes ciências. “É intrínseca a ela, à sua origem, a interdisciplinaridade, isto é, trata-se mais de uma abordagem de construção de conhecimento partindo de uma complexidade ambiental que se deseja compreender e desenvolver” (CAPES, 2013, p. 01). Portanto, podemos perceber que a área de ciências ambientais tem como principal intuito promover o diálogo e a interface entre diversas áreas do conhecimento, a fim de estimular a diversidade científica com vistas à busca de resolver problemas complexos, característicos quando falamos em questões ambientais. Outro elemento relevante é o fato de que as palavras-chave que norteiam a área de ciências ambientais também evidenciam a pluralidade deste campo de pesquisa. São elas: meio ambiente; desenvolvimento, recursos naturais; ecologia; políticas públicas; planejamento; gestão; tecnologias e educação. Podemos perceber, a partir disto, que é rico o diálogo que pode ser promovido e instigado no espaço de pesquisa em ciências ambientais. Campos como da economia, da administração, da antropologia, da física, da ecologia, dentre outros, flexibilizam suas fronteiras em prol de um diálogo mais profícuo a fim de compreender e de lidar com questões ambientais de natureza complexa.

Quando da sua criação, em 1999, a área das Ciências Ambientais, chamada até 2011 de Meio Ambiente e Agrárias (Câmara I da área interdisciplinar) contava com 16 Programas. Atualmente este número é de 117, evidenciando, assim, a significativa expansão da temática ambiental, calcada no olhar multifacetado, no pano de fundo da ciência brasileira (CAPES, 2013). Em outros termos, a proporção deste significativo aumento é de 731% nos últimos 17 anos.

Tendo em vista uma abordagem pormenorizada em relação aos Programas da área em Ciências Ambientais, apresentamos alguns dados a fim de ilustrar e explorar a constituição e a consolidação da questão ambiental no clima de pesquisa brasileiro. Logo abaixo, o Quadro 1 demonstra-nos o panorama geral da distribuição dos Programas da área de Ciências Ambientais.

Quadro 1 - Nº total de Programas e Cursos da área em Ciências Ambientais CAPES

		Total de Programas de pós-graduação					Totais de Cursos de pós-graduação			
Nome	Área de Avaliação	Total	ME	DO	MF	ME/DO	Total	ME	DO	MF
CIÊNCIAS AMBIENTAIS	CIÊNCIAS AMBIENTAIS	117	50	5	31	31	148	81	36	31

Fonte: CAPES (2016). ME: mestrado; DO: doutorado; MF: mestrado profissional.

Destaca-se no Quadro 1, acima, que, nos 117 Programas estão alocados, ao todo, 148 Cursos de Pós-Graduação, sendo 81 mestrados, 36 doutorados e 31 mestrados profissionais. Esses números salientam o quão a pesquisa relacionada aos temas ambientais mostra-se frutífera no País. Abaixo, apresentamos o Quadro 2 com o objetivo de salientar a divisão desses 117 Programas a partir de suas notas.

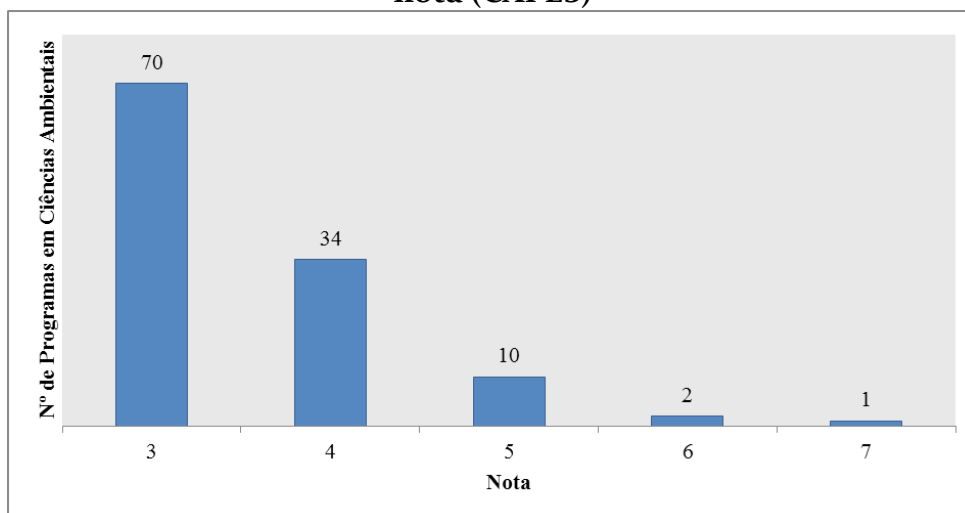
Quadro 2 - Nº de Programas em Ciências Ambientais de acordo com a nota CAPES

Nota	Nº de Programas em Ciências Ambientais
3	70
4	34
5	10
6	2
7	1

Fonte: Elaborado pelo autor.

O Quadro 2 mostra-nos, então, que 59,8% dos Programas da área de avaliação em Ciências Ambientais possuem a nota mínima 3. Com a nota 4 temos 29% dos Programas. 6,2% é a representatividade dos Programas com nota 5. No que se refere aos Programas considerados de excelência, ou seja, os Programas com notas 6 e 7, esses apresentam, respectivamente, 1,7% e 0,85% do total dos 117 Programas de Pós-Graduação em Ciências Ambientais. Por conseguinte, apresentamos o Gráfico 1 abaixo, com o intuito de demonstrar como se dá a distribuição dos Programas Multidisciplinares na área das Ciências Ambientais, com base em suas notas dadas pela CAPES.

Gráfico 1: Ilustração do número total de Programas em Ciências Ambientais por nota (CAPES)



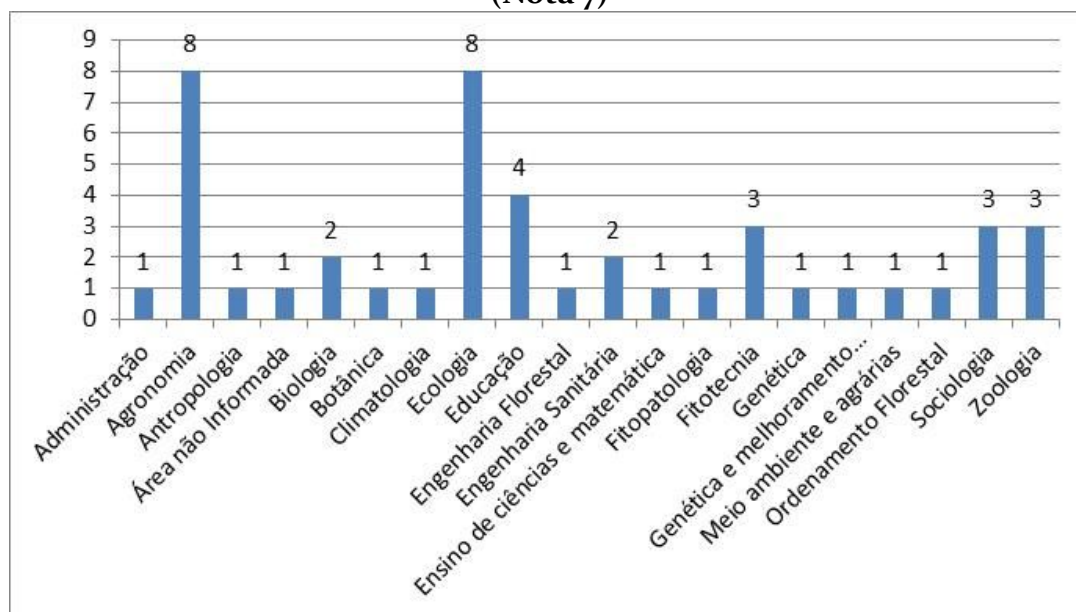
Fonte: Elaborado pelo autor.

Ainda no que se refere aos Programas de excelência⁶ da área em Ciências Ambientais apresentamos os gráficos a seguir, os quais ilustram alguns dados quantitativos que merecem destaque e atenção sobre a distribuição dos professores por área nos PPG Multidisciplinares em Ciências Ambientais de Excelência. São eles: Ecologia Aplicada, da USP; Ciência Ambiental, também da USP; e Desenvolvimento Sustentável da UNB. Optamos por analisar brevemente os Programas de Excelência, pois, conforme a avaliação da CAPES, são Programas internacionalmente reconhecidos, além de possuírem papel proeminente para o desenvolvimento da ciência no País. Não obstante, os Programas de excelência possuem padrões diferenciados (nota 6) e altamente diferenciados (nota 7) – formação de doutores e produção intelectual – em relação aos demais Programas da mesma área de avaliação, bem como atuação análoga a dos centros internacionais de excelência de pesquisa na área (CAPES, 2013). Podemos perceber, assim, que os 3 Programas com notas 6 e 7 estão localizados em duas grandes capitais do Brasil: Brasília e São Paulo. Isto pode estar relacionado ao fato de que a pesquisa brasileira de ponta,

⁶“As notas 6 e 7 são reservadas exclusivamente para os Programas com doutorado que obtiveram nota 5 e conceito ‘Muito Bom’ em todos os requisitos (Proposta do Programa, Corpo Docente, Teses e Dissertações Produção Intelectual e Inserção Social) da ficha de avaliação e que atendam a três condições: **nota 6**: predomínio do conceito ‘Muito Bom’ nos itens de todos os quesitos da ficha de avaliação, mesmo com eventual ‘Bom’ em alguns itens; nível de desempenho (formação de doutores e produção intelectual) diferenciado em relação aos demais programas da área; e desempenho equivalente ao dos outros centros internacionais de excelência na área (internacionalização e liderança). **Nota 7**: conceito ‘Muito Bom’ em todos os itens de todos os quesitos da ficha de avaliação; nível de desempenho (formação de doutores e produção intelectual) altamente diferenciado em relação aos demais programas da área; e desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência na área (internacionalização e liderança)” (CAPES, 2013, p. 54).

oriunda da pós-graduação, encontra-se centralizada, sobretudo se atentarmos para os Estados da região sudeste⁷. Região esta responsável por alocar, atualmente mais de 500 programas de excelência, distribuídos majoritariamente nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, respectivamente. Seguem, dessa maneira, os gráficos referentes à distribuição das áreas, por docência, nesses Programas.

Gráfico 2: Distribuição dos docentes por área no curso de Ecologia Aplicada (USP) (Nota 7)



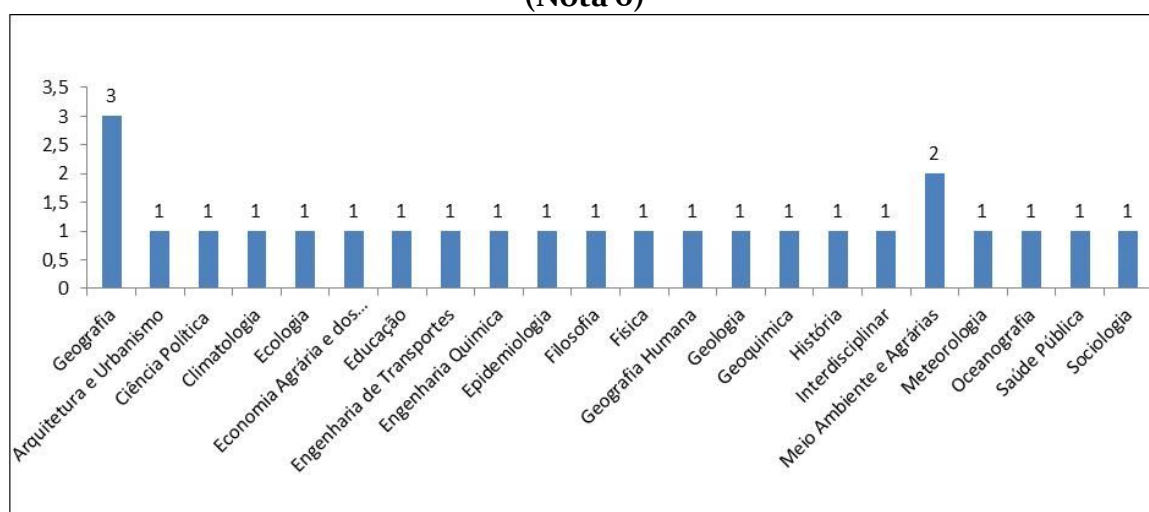
Fonte: Elaborado pelo autor.

No Gráfico 2, acima, percebemos uma maior concentração das áreas de Agronomia e Ecologia no Programa em Ecologia Aplicada da Universidade de São Paulo (USP), totalizando – somados – 16 Docentes dos 45 totais, ou seja, uma representação de 35,6%. Por conseguinte, levando em consideração que Antropologia, Educação e Sociologia fazem parte da área de Ciências Humanas, essa última aparece com uma representatividade de

⁷Especificamente em relação aos dados estatísticos dos Cursos de Pós-Graduação no Brasil conforme os números da CAPES (2014), temos o seguinte cenário: atualmente, o Brasil possui, ao total, 5.674 Cursos de Pós-Graduação, sendo 3.158 mestrados, 1.943 doutorados e 573 mestrados profissionais. Por conseguinte, no que diz respeito às notas desses Programas, temos que: 1.504 Programas possuem nota 3; 2.163 Programas possuem nota 4; 1.182 Programas possuem nota 5; 535 Programas possuem nota 6 e, por fim, 290 Programas possuem nota 7. Não obstante, podemos, também, ilustrar as regiões de concentração desses Programas a partir de suas notas. Assim, em relação aos Programas com nota 3, temos que: 147 estão localizados na região Centro-oeste; 383 na região Nordeste; 120 na região Norte; 535 na região Sudeste e 313 na região Sul. Os Programas com nota 4 estão distribuídos da seguinte maneira: 209 na região Centro-oeste; 473 na região Nordeste; 115 na região Norte; 971 na região Sudeste e 445 na região Sul. Os Programas com nota 5 dividem-se em: 50 na região Centro-oeste; 165 na região Nordeste; 18 na região Norte; 678 na região Sudeste e 263 na região Sul. Os Programas com nota 6 estão dispostos da seguinte forma: 24 na região Centro-oeste; 46 na região Nordeste; 06 na região Norte; 335 na região Sudeste e 124 na região Sul. Por fim, os Programas com nota 7 estão divididos em: 04 na região Centro-oeste; 00 na região Norte; 02 na região Nordeste; 244 na região Sudeste e 40 na região Sul (CAPES, 2012).

17,7%, num total de 8 Docentes, com destaque para a Educação que possui 4 docentes. As áreas da Biologia e da Engenharia Sanitária representam cada uma 4,4%. Administração, Botânica, Climatologia, Engenharia Florestal, Ensino de ciências e Matemática, Fitopatologia, Genética, Genética e Melhoramento Florestal, Meio Ambiente e Agrárias e Ordenamento Florestal, representam, isoladamente 2,2% das áreas, com apenas 1 docente. Por fim, a Fitotecnia e a Zoologia, cuja representatividade é de 3 docentes, possuem, cada uma, um percentual de 6,6%.

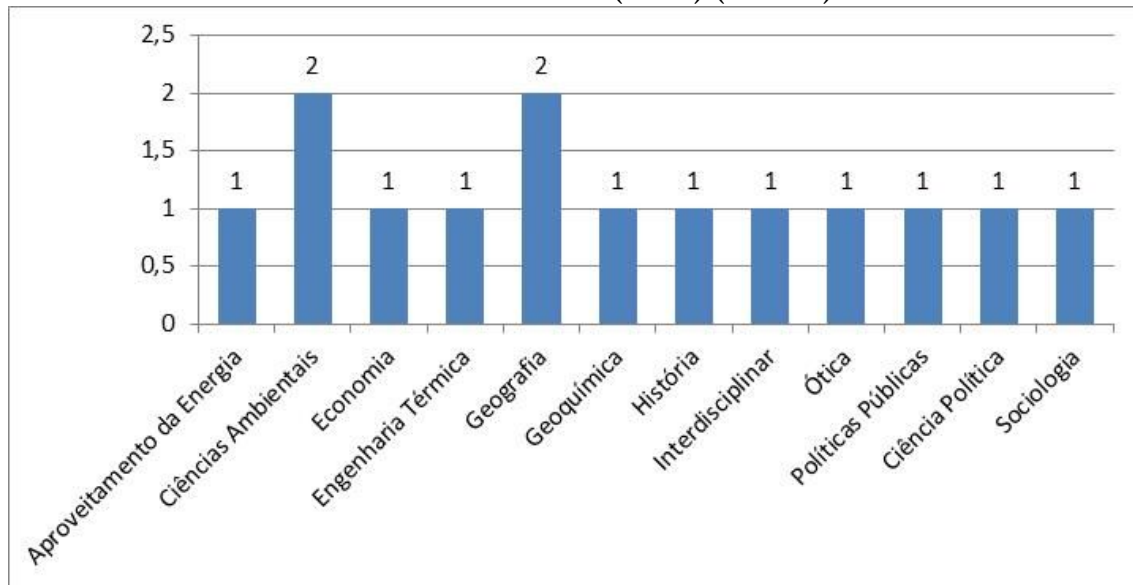
Gráfico 3: Distribuição dos docentes por área no curso de Ciência Ambiental (USP)
(Nota 6)



Fonte: Elaborado pelo autor.

O Gráfico 3 demonstra-nos uma distribuição mais equânime entre as áreas que formam o Programa em Ciência Ambiental, da Universidade de São Paulo (USP). A área que mais concentra Docentes é a Geografia, com 3 professores, num total de 25, isto é, 12%. Posteriormente, Meio ambiente e Agrárias possuem a segunda maior concentração, com 2 Docentes, com uma representatividade de 8%. As demais áreas apresentam 1 Docente, cada, com uma representação de 4%. Portanto, podemos inferir que o Programa mencionado possui uma divisão significativa entre as áreas do conhecimento científico. Tanto a área das engenharias, da saúde e das humanas possuem a mesma representatividade, com exceção da geografia e da área de meio ambiente e agrárias que apresentam uma representatividade maior, como já havíamos salientado.

Gráfico 4: Distribuição dos docentes por área no curso de Desenvolvimento Sustentável (UNB) (Nota 6)



Fonte: Elaborado pelo autor.

O Gráfico 4 apresentado mostra-nos, assim como o Gráfico 3, uma distribuição mais diluída entre as áreas do conhecimento que formam o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável, da Universidade de Brasília (UNB). Dos 14 Docentes deste Programa, 2 são da área da Geografia e 2 das Ciências Ambientais, representando, cada, 14,9% do total de Docentes. As demais áreas do conhecimento possuem 1 Docente, evidenciando um percentual de 7,14% para cada uma delas. Dos três Programas de excelência que compreendem a área multidisciplinar em ciências ambientais, este Programa, no que tange ao número de professores, é o menor.

Não há um índice ou um indicador que meça o grau de interdisciplinaridade a partir da distribuição dos professores/pesquisadores num Programa de Pós-Graduação. O que podemos inferir, a partir do que destacamos é que alguns Programas apresentam uma “melhor” distribuição entre as áreas. Somente uma pesquisa mais aprofundada, com entrevistas aplicadas aos coordenadores, aos docentes e aos discentes desses Programas seria capaz de evidenciar algumas importantes questões, sobretudo político-institucionais, que subjazem à prática integradora nesses ambientes de pesquisa.

Diante dos dados apresentados, podemos perceber que área multidisciplinar em Ciências Ambientais tem-se consolidado no âmbito da pesquisa brasileira, uma vez que o número de Programas nesta área, fomentados pela CAPES, tem aumentado desde sua criação. Parece-nos existir, nesse sentido, uma necessidade epistemológica, por parte da

comunidade científica do País em tratar as problemáticas ambientais, em sua dimensão complexa, a partir de um olhar multidisciplinar ou interdisciplinar, haja vista que o modelo disciplinar encontra-se limitado, por causa de suas fronteiras, para lidar e para resolver problemas complexos.

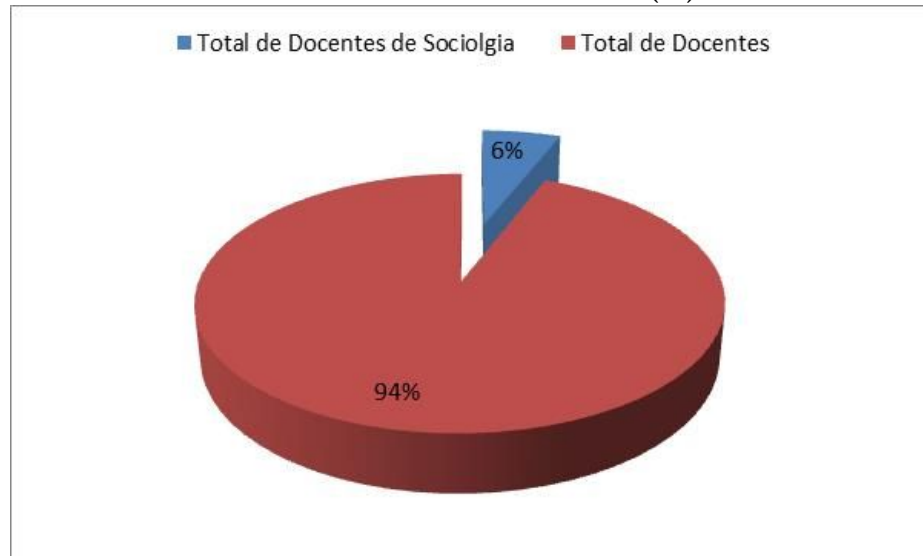
Essa necessidade também é evidenciada se atentarmos para o edital⁸ da Revista Brasileira de Pós-Graduação (RBPG), juntamente com a CAPES, publicado em 16 de dezembro de 2015, o qual apresenta a temática acerca dos potenciais dos ecossistemas brasileiros no desenvolvimento do Brasil. Segundo a própria chamada no site da CAPES, este edital tinha como objetivo incentivar produções e reflexões no que tange às funções e aos serviços ambientais dos ecossistemas brasileiros. Além disto, buscava também, proporcionar um espaço onde possa ser incentivada a formulação de teorias que abordam o papel dos ecossistemas para o desenvolvimento do Brasil, bem como compartilhar experiências internacionais que, de algum modo, corroborassem ao desafio de superar os problemas ambientais e, sobretudo, incentivar a contenda interdisciplinar na produção de ciência no que concerne aos ecossistemas brasileiros e seus potenciais para o desenvolvimento nacional (CAPES, 2015).

O espaço da pesquisa sociológica nos Programas Multidisciplinares em Ciências Ambientais

O Gráfico 5 abaixo destaca a porcentagem referente ao número de Docentes de Sociologia nos 3 Programas observados na área de Ciências Ambientais. Num universo de 84 Docentes, 5 são Sociólogos, o que demonstra uma representatividade de 6%. Destes 5 Docentes, 3 estão lotados no Programa de Ecologia Aplicada (USP), 1 no Programa de Ciência Ambiental (USP) e 1 no Programa em Desenvolvimento Sustentável (UNB).

80 O edital contemplava as seguintes temáticas: Desenvolvimento econômico e ecossistemas brasileiros; Coexistência de ambientes naturais e ambientes agrícolas nos ecossistemas brasileiros; Ecossistemas e a recuperação dos recursos hídricos; Ecossistemas brasileiros e materiais não convencionais para a construção civil; Segurança hídrica e sustentabilidade em regiões semiáridas; Urbanização, dinâmica demográfica e desenvolvimento regional nos ecossistemas brasileiros; Qualidade de vida e ambiental nas cidades; Produção de conhecimento sobre o uso sustentável dos ecossistemas brasileiros: aplicações e políticas públicas; Formação de recursos humanos e uso sustentável da biodiversidade nos ecossistemas brasileiros; Papel das ciências ambientais para proteção e uso sustentável dos ecossistemas brasileiros; Papel da pós-graduação na conciliação entre desenvolvimento econômico e conservação da biodiversidade. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/sala-de-imprensa/rbpg/61-editais-rbpg/7768-rbpg>. Acesso em 16 de agosto de 2016.

Gráfico 5: Representatividade da Sociologia nos Programas Multidisciplinares em Ciência Ambiental de Excelência (%)



Fonte: Elaborado pelo autor.

Diante disto, com o objetivo de problematizar a “periferização” da Sociologia nos Programas Multidisciplinares de excelência em Ciências Ambientais, a qual destacamos no gráfico acima, elencamos alguns questionamentos que serão problematizados em futuros e breves trabalhos, quais sejam: a) Por que a pesquisa Sociológica, enquanto um subcampo do macro campo ciência, encontra-se em situação periférica ou de sub representação – no que diz respeito ao número de pesquisadores apresentados – na pesquisa nos Programas de Pós-Graduação multidisciplinares em ciências ambientais e interdisciplinar de excelência? b) Que fatores internos e externos – epistemológicos, políticos, sociais e históricos – à Sociologia, enquanto campo científico, têm desencadeado este cenário (nos Programas multidisciplinares), o qual estamos definindo como periférico quando a comparamos com as demais Ciências, observadas nos gráficos anteriores? c) A Sociologia seria possuidora de uma fronteira disciplinar significativamente rígida e conservadora, a ponto de não conseguir traduzir-se para as demais áreas do conhecimento, fazendo dela uma disciplina incomensurável conceitualmente? d) Quais são as implicações desta sub-representação, dessa situação periférica para o próprio campo sociológico de pesquisa no Brasil?

Para tanto, diante destas indagações lançamos algumas hipótese a título de considerações finais para este trabalho, mas cientes de que são conjecturas em fase inicial que merecem maior detalhamento e estudo. Nesse sentido, acreditamos, primeiramente que a situação de sub-representação (de periferização) da Sociologia no que tange ao seu

espaço nos Programas Multidisciplinares é decorrente de aspectos ligados ao conflito e ao poder, sobretudo as disputas políticos-institucionais entre nichos disciplinares há muito consolidados e institucionalizados no campo da pesquisa brasileira. Em outros termos, mesmo com os redobrados esforços forjados para a consolidação da interdisciplinaridade, a partir do reconhecimento de uma natureza complexa a ser compreendida, a ciência brasileira ainda encontra-se pautada na agenda, no discurso tradicional da disciplinarização do conhecimento, isto é, no paradigma da previsibilidade, da ordem e da certeza absoluta e universal. Por conseguinte, inferimos que a pesquisa sociológica encontra significativas dificuldades para lidar com problemas complexos, pois está alicerçada na matriz tradicional da ciência, tornando-se assim, incomensurável (conceitualmente) com pesquisas ou demais disciplinas que buscam operar integradas no desafio de solucionar problemas complexos.

Por fim, muito embora possamos observar parte da comunidade científica internacional preocupada com o futuro da sociedade, especialmente no que diz respeito a questões ambientais, a Sociologia, por sua vez, não atende ao paradigma do “imediatismo” ou do “utilitarismo” da sociedade capitalista contemporânea, ou seja, ela não consente as necessidades de produção e de consumo atualmente, pelo contrário, problematiza-as, fazendo com que o campo sociológico absorva o rótulo de disciplina que “problematiza demais”. Esse rótulo que, de certo modo, adquire um sentido e, portanto, confere uma identidade à Sociologia, também é um fator social que produz o cenário de periferização da mesma. Em outros termos, uma vez considerado que a ciência opera intimamente conectada à lógica produtivista da sociedade contemporânea, transformando, assim, a própria ciência em negócio, a Sociologia perde espaço na pesquisa, pois não atende a essas necessidades mercadológicas e tampouco ela é relevante para o crescimento e para o desenvolvimento desta ciência (produtivista).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVARENGA, Augusta T. de.; PHILIPPI JR, Arlindo; SOMMERMAN, Américo; *et al.* Histórico, fundamentos filosóficos e teóricos-metodológicos da interdisciplinaridade. In: PHILIPPI JR, Arlindo; SILVA NETO, Antônio J. **Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia e inovação**. Barueri: Manole, 2011. p. 03-68.

_____. **Protocolo de Quioto**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/clima/convencao-das-nacoes-unidas/protocolo-de-quioto>. Acesso em 29 de Agosto de 2016.

CAPES. **Documento da Área Interdisciplinar**. Brasília, 2013. Disponível em: http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/Interdisciplinar_doc_area_e_comiss%C3%A3o_block.pdf Acesso em: 19/03/2014.

_____. **Documento da Área Ciências Ambientais**. Brasília, 2013.

COELHO, Gabriel B. **CAPES e o fomento aos Programas de Pós-Graduação Interdisciplinares: Um olhar a partir dos Estudos Sociais da Ciência**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UFPEL, 2015.

COIMBRA, José de Ávila Aguiar. Considerações sobre a Interdisciplinaridade. In: A. Philippi Jr.; C. E. M. Tucci, D. J.; Hogan, R. Navegantes (Orgs). **Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais**. São Paulo: Signus Editora, 2000, p. 52-70.

ETGES, Noberto J. Ciência, interdisciplinaridade e educação. In: JANTSCH, Ari Paulo; BIANCHETTI, Lucídio (orgs) **Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito**. Petrópolis, Vozes, 2011, p. 60-94.

MARANHÃO, TATIANA P.A. Produção Interdisciplinar de conhecimento científico no Brasil: temas ambientais. In: **Revista Sociedade e Estado** - Volume 25 Número 3 Setembro/Dezembro 2010, p. 561-580.

MORIN, Edgar. Abertura. In: CASTRO, Gustavo de; CARVALHO, Edgard de Assis; ALMEIDA, Maria da Conceição de. **Ensaio de Complexidade**. Porto Alegre: Sulina, 2006, p. 7-8.

OLIVEIRA, Marize Rubin. **Produção de Conhecimento Científico: pós-graduação interdisciplinar (*stricto sensu*) na relação sociedade/natureza**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (UFRGS). Porto Alegre, 2011, 167f.

POMBO, Olga. Práticas interdisciplinares. In: **Sociologias** / Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Porto Alegre, ano 8, nº15, jan/jun 2006, p. 208-249.

RAYNAUT, Claude. Interdisciplinaridade: mundo contemporâneo, complexidade e desafios à produção e à aplicação de conhecimentos. In: PHILIPPI JR, Arlindo; SILVA NETO, Antônio J. **Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia e inovação**. Barueri: Manole, 2011. p. 69-105.

RIBEIRO, Wagner Costa; ZANIRATO, Silvia Helena. Dilema da gestão e produção do conhecimento interdisciplinar: uma contribuição do Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da USP. In: PHILIPPI JR, Arlindo; SILVA NETO, Antônio J.

Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia e inovação. Barueri: Manole, 2011. p. 672-693.

RODRIGUES, Leo Peixoto. Obstáculos Epistemológicos e Sociológicos à Interdisciplinaridade. In: RODRIGUES, Leo Peixoto. (Org.). **Sociedade, Conhecimento e Interdisciplinaridade: abordagens contemporâneas.** 1ed. Passo Fundo - RS: Universidade de Passo Fundo, 2007, v. 1, p. 19-46.

A Profecia Sociotécnica: Políticas de inteligência para o controle e monitoramento de desastres ambientais

Marize Schons¹

Nos anos de 2011 e 2012, um grande fluxo de investimento foi desencadeado pelo Governo Federal a fim de promover a criação de um sistema de dados sobre desastres no Brasil para contribuir na gestão dos riscos e na resposta desses eventos. As políticas de inteligência e seus artefatos configuram modelos de ação, protocolos, diretrizes que estabelecem os riscos a serem estimados, gerenciados, avaliados, monitorados e comunicados. Dessa forma, a incerteza pode ser compreendida em termos de conhecimento e controle. Essas práticas são importantes janelas para a análise de questões que envolvem a criação de uma agenda prioritária, os fluxos orçamentários, acomodação dos fenômenos ambientais através ciência e as atividades do Estado que visam a integração e o bem-estar. Esse amplo sistema técnico de informação, portanto, expõe ações de comprometimento com o futuro, surgindo como uma pauta política emergente. Essa pesquisa, portanto, se trata de uma proposta de estudo sobre como os processos de comunicação, monitoramento e mapeamento de desastres transformam o debate ambiental e as ações de governança, tendo como universo a produção de conhecimento científico centralizado em ambientes administrativos estatais orientadas para a gestão dos riscos.

Palavras-chave: desastres, gestão de risco, ciência, sociologia ambiental.

Introdução

Os riscos são “variáveis projetadas” através de um sistema de confiança em peritos especializados em verificar, prever, medir, estimar e informar possibilidades de desastres (BECK, GIDDENS E LASH. 1991). A sociedade pós-disciplinar (RABINOW, 1984) acomoda uma série de transformações de tecnologias sociais e gerenciamento administrativo quanto à prevenção de desastres através de uma abordagem instrumentalizada da natureza e dos indivíduos por especialistas. Os riscos são assim, tema dos avanços científicos e tecnológicos organizados como redes de inteligibilidade complexas, atentos às formas de enfrentamento, superação e prevenção de crises.

Anualmente, cerca de 30% de seus municípios decretam situação de emergência ou Estado de Calamidade Pública (VALENCIO, 2010). De acordo com a Estratégia Internacional de Redução de Desastres (UNDP; ISDR, 2004 apud INPE, 2009) o risco pode

¹Doutoranda PPGS/UFRGS.

ser definido como a probabilidade de perdas esperadas, resultantes da interação entre as ameaças/perigos e as vulnerabilidades.

A primeira parte desse artigo irá apresentar uma discussão teórica inicial sobre o tema das políticas públicas de gerenciamento de riscos e desastres. A segunda parte do artigo pretende levantar informações sobre o recente no investimento em políticas de inteligência através do Ministério da Integração Nacional para o monitoramento e mapeamento de áreas de risco, apresentando uma contextualização sobre o processo de institucionalização de centros de pesquisa para o monitoramento de desastres no Brasil.

Ciência, riscos e políticas públicas: uma discussão inicial

Segundo a discussão clássica sobre o tema, o crescente processo de modernização reflexiva desencadeia a percepção dos riscos (GIDDENS, 1991) que tem se colocado como uma das mais importantes questões contemporâneas. As narrativas científicas são instrumentos cognitivos, e o ritual científico – medição, amostragem estatísticas, disputas de validade – são importantíssimas para esse processo de reconhecimento social do risco.

Desastres são experiências limites na vida social. Segundo Beck, os riscos não obedecem a uma segregação de classe², mas são como uma "guilhotina de consternação generalizada" (BECK, 2010:7). A modernidade e a lógica industrial trazem a dimensão de um homem individualizado e racional; da separação total da natureza e da cultura, da ideia de controle da natureza através da ciência e da razão. Entretanto, Beck propõe uma outra modernidade emergente, uma modernidade reflexiva, pela qual as consequências do sistema industrial colocam em cheque as principais estruturas ideológicas, imaginárias, simbólicas e materiais do modo de produção industrial.

Tendo em vista que “a história da conscientização e do reconhecimento social dos riscos, coincide com a história da desmistificação das ciências” (BECK, 2010:72); os riscos

²A sociedade de risco tem uma nova forma. Ao dizer que a produção e distribuição social dos riscos é democrática, não quer dizer que essa produção e distribuição seja universal e homogênea. Entretanto, o risco não obedece imediatamente uma lógica de distribuição de riqueza. (113) de certa forma, sua amplitude extrapola classe e estratos sociais e fronteiras nacionais. Entretanto não nega, de maneira nenhuma, as desigualdades marcantes da sociedade industrial e pós-industrial. E essa dimensão é tanto de desigualdade de recursos, quanto da desigualdade de informação (com a reflexão sobre o poder da ciência e o controle político a partir de dados produzidos sobre a natureza, assunto abordado na segunda e na terceira parte do livro "Sociedade de Risco".

não são apenas consequências do modo de produção industrial, mas na objetivação narrativa produzidas pela reflexividade científica.

A “mudança global” e a ideia de uma natureza em constante transformação têm justificado a intervenção do poder público e o estabelecimento de hierarquias, prioridades e compromissos políticos, baseados em uma ação contemplada simbolicamente pelo caráter de urgência pública, emergência e calamidade. Uma gestão que não é só do risco e do desastre, mas também da incerteza e da segurança. Deste modo, a informação produzida pelo emergente sistema técnico de informação é carregada pelos símbolos do perigo e do seguro.

Mary Douglas (1982) afirma que existe uma disputa dos peritos para definir quais os riscos devem ser considerados e aqueles que podem ser ignorados pela população. Se há um conhecimento sobre quais os riscos que exigem maior atenção, este conhecimento não atinge um consenso, seja entre a comunidade política, seja entre a comunidade científica, seja entre a população.

A divisão da sociedade entre leigos e peritos (GIDDENS, 1991) através da responsabilidade da ciência em definir o que é risco, produz uma politização da natureza (ALONSO; COSTA, 2002), desvinculando o conceito de responsabilidade da “prudência” e assumindo a forma de uma abordagem preventiva proporcionada pelo conhecimento científico (BRUNET, DELVENNE, JORIS, 2011:178)

O risco é uma questão pública e a sua percepção provoca uma crise nas bases tradicionais e positivistas da ciência. Essas definições contribuem para a visão construcionista que estuda como a ciência se relaciona com as escolhas políticas, convertendo os problemas sociais em questões públicas (HANNIGAN, 1997)

Bruno Latour (1994) entende que a divisão da tarefa tradicional de gestão da natureza por cientistas e gestão da sociedade pelos políticos, tem se tornado cada vez mais incapaz de dar conta da proliferação dos “híbridos”.

Dessa forma, misturando “reações químicas” e “reações políticas” (LATOURE, 1994:7) é possível entender o conceito de ciência não fundada sobre idéias, mas sim sobre uma prática (LATOURE, 1994:30) e que produz híbridos e se estabelece através de controvérsias e disputas. Ainda que cientistas continuem a serem os principais atores da política de Ciência e Tecnologia, eles tiveram que dividir palco com servidores públicos (*policy-makers*) e com políticos na definição de prioridades (VELHO, 2011).

Entretanto, são diversas as questões que delineiam os produtos das políticas públicas de inteligência como o status do problema na agenda política local e nacional, o perfil dos peritos, a participação da sociedade civil afetada, os marcos jurídicos, os documentos e assim por diante. Portanto, o monitoramento das dinâmicas do “natural” expõe articulações emergentes que envolvem humanos e não humanos.

O tratamento simétrico da diversidade de atores humanos e não humanos na rede sociotécnica expõem o protagonismo do artefato tecnológico e a estreita relação entre cientistas, servidores, agendas políticas, agendas de pesquisa, agências de fomento, equipamentos de laboratório, conceitos, pluviômetros, mapas, computadores, juristas e políticos.

O ambiente não se coloca apenas como uma realidade social a ser investigada, mas como uma abordagem que pressiona mudanças epistemológicas e teóricas nas ciências sociais (ALMEIDA, PREMEBIDA, 2014:16) através de variações ontológicas na noção de natureza e cultura, bem como no foco de atração de alianças e disputas em constante elaboração entre os atores sociais (ALMEIDA, PREMEBIDA, 2014:17) evidenciando que a relação entre sociedade e a natureza demonstram novos caminhos de análise.

Dessa forma, quando a natureza se transforma em um complexo objeto técnico (ROQUEPLO, 1983:18), cria uma relação específica entre sociedade-natureza, configurando uma articulação entre conflitos ambientais através de sua politização. Os serviços de inteligência emergem como uma nova demanda de organização setorial, de atores do mundo político, administrativo, científico e civil.

As “culturas de auditoria”⁴ e sua relação com a “governança global” expõe os indivíduos a uma série de indicadores que pretendem demonstrar de forma científica e

³É possível afirmar que a questão ambiental começou a ser percebida como uma questão pública internacional nos anos de 1960, quando os desafios da degradação ambiental e os limites do crescimento econômico foram evidenciados. Esse processo foi consolidado durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, em 1972. No mesmo ano o Clube de Roma, ONG Internacional composta principalmente por representantes do setor privado e academia, comissionou um estudo chamado “Os limites do Crescimento” [...] Em 1984, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento criado pelas Nações Unidas realizou um estudo sobre a degradação ambiental e as políticas ambientais que resultou em um Relatório Nosso Futuro Comum. O objetivo do estudo era propor meio de harmonizar o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental. (FURTADO, Fabiana e STRAUTMAN, Gabriel. 2014, pág. 221. In: ZHOURI, Andréa e VALENCIO, Norma (org). Formas de Matar Morrer e Resistir).

⁴DAVIS, Kevin E; KINGSBURY, Benedict e MERRY, Sally E. “Indicators as a Technology of Global Governance”. In: Law & Society Review. Volume 46, número 1, 2012 KIPNIS, Andrew B. “Audit Cultures. Neoliberal governmentality, socialist legacy, or technologies of governing?”. In: American Ethnologist. Vol. 35, n. 2, 2008. MERRY, Sally E. “Measuring the World: indicators, human rights and global governance. In: Current Anthropology. Vol. 52 (3), abril de 2011. STRATHERN, Marilyn (Ed.). Audit cultures: anthropological studies in accountability, ethics, and the academy. London, Routledge, 2000.

imparcial a eficiência ou ineficiência da gestão pública. E a pesquisa pretende entender o uso e os processos de criação destes mecanismos e o modo como eles afetam a distribuição de poder.

As auditorias, ou nesse caso, o mapeamento e o monitoramento dos riscos, seriam uma forma específica de governança global que se dá através da informação e que se pretende imparcial e científica. Além disso, o uso dos indicadores por “agentes de governo” é uma importante fonte para que os governantes adquiram sua autoridade.

As políticas de inteligência e seus artefatos

Define-se inteligência (ligado a noção de estratégia) como um “conjunto das ações coordenadas de busca, tratamento e distribuição para uso da informação útil para os atores econômicos” (Decreto nº 4.376, de 2002). Não obstante, como uma “atividade de obtenção e análise de dados e informações, e de produção e difusão de conhecimento, dentro e fora do território nacional, relativos a fatos e situação de imediata ou potencial influência sobre o processo decisório da ação governamental, a salvaguarda e a segurança da sociedade e do Estado” (RODRIGUES-JÚNIOR, 2011:2)

Nos anos de 2011 e 2012, um grande fluxo de investimento foi desencadeado pelo Governo Federal a fim de promover a criação de um sistema de dados sobre desastres no Brasil para contribuir na gestão dos riscos e na resposta desses eventos.⁵ Para tanto, a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC, instituída por meio da edição da Lei nº 12.608/2012 garantiu a responsabilidade do governo federal para capacitar as instituições competentes, neste caso, a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (SEDEC) e o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) a fim de monitorar processos geofísicos e seus fatores condicionantes.

Essa política, prevista no Plano Plurianual (2012 - 2015), denominado Plano Mais Brasil⁶, a partir da agenda ligada à política de infraestrutura através do programa de “Planejamento Urbano, Habitação, Saneamento e Usos do Solo” estabeleceu: a) a expansão

⁵Segundo documentos oficiais do Congresso CONSAD de gestão pública realizado em Brasília em 2013, as motivações para esses investimentos no monitoramento e prevenção de desastre pode ser atribuída a desastres de grande magnitude e de grande impacto social que ocorreram em anos anteriores. Três desses grandes eventos merecem menção: enxurradas na região do Vale do Itajaí, em 2008; enxurradas em Alagoas e Pernambuco, em 2010; e enxurradas e movimentos de massa na Região errana do Rio de Janeiro, em 2011. (Citado nas referências bibliográficas ao final do projeto).

⁶Disponível em: <http://ppamaisbrasil.planejamento.gov.br/sitioPPA/>. Data de acesso: 23/09/2015.

dos mapeamentos geológico-geotécnico que priorize os municípios afetados por desastre⁷ (inundações, enxurradas e deslizamentos) a fim de orientar a ocupação do solo; b) a promoção da prevenção de desastres nos municípios suscetíveis; c) o monitoramento das ocupações urbanas; d) a promoção de uma política preventiva nos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Defesa Civil em todos os níveis federativos, e e) a estruturação de um sistema de suporte para decisões e alerta de desastres naturais.

Concomitantemente a isso, e em conjunto com o lançamento do Plano Nacional da Gestão de Riscos e Respostas a Desastres, nasce o CENAD (Centro Nacional de Gerenciamento de Risco e Desastres), que fora criado em 2005, porém reinaugurado em agosto de 2012, como instituição responsável no gerenciamento da prevenção e resposta de crises, subordinado ao Ministério da Integração Nacional, através da SEDEC.

Atuando paralelamente, o Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (CEMADEN), ligado ao Ministério de Ciência e Tecnologia, o CENAD, subordinado ao Ministério da Integração, trabalha 24 horas por dia, de modo a promover o intercâmbio constante de dados de eventos severos e seu risco de ocorrência, bem como de informações de cenários de desastres, obtendo-os junto às Coordenadorias Municipais de Defesa e Proteção Civil (COMPDECs) a possibilidade de alertas articulados produzidos no CEMADEN.

Ainda, para um melhor desenvolvimento de seus objetivos e diretrizes, o Plano Nacional de Defesa Civil contempla a expansão da rede de observação nacional, com a instalação de radares, pluviômetros, estações fluviométricas, sensores de deslizamento, estações agrometeorológicas e sensores de umidade do solo, possuindo relações formais com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), o Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC/INPE), o Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) e o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAN).

⁷A Secretaria Nacional de Defesa Civil (SEDEC), diferencia os desastres de acordo com a evolução (agudo e crônico), a intensidade (acidentes, médio porte e muito grande porte) e origem (natural, humana e misto). Os desastres de origem natural podem ser siderais (meteoros e corpos celestes), relacionados à geodinâmica terrestre (eólica, temperaturas extremas, precipitação hídrica, sismológica, vulcanológica, erosão do solo) e relacionados com desequilíbrios na biocenose (pragas animais e vegetais); os desastres humanos podem ser de natureza tecnológica (indústria, transportes, construção civil, incêndios, produtos perigosos, demográficos, energético e de outros recursos), de natureza social (ecossistema urbano e rural, convulsões sociais e conflitos bélicos) e de natureza biológica (doenças transmitidas por vetores biológicos, pela água e/ou alimentos, por inalação, pelo sangue ou secreções orgânicas e por outros mecanismos); os desastres mistos representam a combinação de mais de uma forma de desastre.

A partir dessas medidas, ocorre também a consolidação do Sistema Integrado de Informações Sobre Desastres (SziD). Um espaço virtual que integra os diferentes produtos de pesquisa criados através do projeto de Mapeamento de Riscos no país. Um projeto que contempla 821 municípios prioritários com orçamento inicial (para a primeira fase) de R\$ 8.104.565,68.

O Mapeamento de Risco engloba o Mapeamento das Susceptibilidades (ação que ficou a cargo do Serviço Geológico Brasileiro – CPRM) e o Mapeamento das Vulnerabilidades (ação de responsabilidade da SEDEC), sendo articulado com a Agência Nacional de Águas – ANA, contribuindo com o mapeamento de inundações por meio de sua ação de mapeamento de risco de inundações graduais.

O mapeamento refere-se na identificação das áreas de risco, assim como oferece modelos cartográficos que indicam níveis de vulnerabilidade social e suscetibilidade ambiental, configurando-se, portanto, em um instrumento técnico georreferenciado (baseado em parâmetros territoriais e temporais) construído a partir de indicadores previamente estabelecidos, delimitando geograficamente os riscos e fornecendo mapas temáticos para contemplar a formação de bancos de dados (com informações históricas, situacionais e probabilística sobre esses eventos).

Os mapas produzidos são artefatos que orientam a atuação de peritos e a formação das agendas políticas de grande escala. Contribuem, portanto, no aperfeiçoamento da legislação de segurança, pareceres em laudos ambientais, programas pedagógicos, fluxo de capital para outros níveis federativos, investimento de infraestrutura de contenção e barragens e assim por diante. Essas práticas e instrumentos não se baseiam apenas no caráter preventivo, mas também delimitam modelos de ação, resposta e recuperação da situação de desastre.

O sistema de informação integrado (SziD) reúne a diversidade de dados produzidos, tendo como prerrogativa a estruturação de um sistema ágil de alerta e resposta para atendimentos aos acidentes, dispondo de informações para contextos locais qualificando uma tentativa de transparência na gestão de recursos por meio da informatização desses processos através da plataforma virtual.

Esse sistema de informação integrado ligado à SEDEC é a plataforma virtual mediadora dos registros de “Reconhecimento Federal de Situação de Emergência e Estado de Calamidade Pública”, ferramenta legal exclusiva do Ministério da Integração, para

dispor de recursos financeiros aos municípios em situação de emergência e calamidade que, posterior à criação do SziD, ocorre através da plataforma, sendo o instrumento intermediário acionado pelo município (ou estado) para o reconhecimento federal da situação de desastre.

Com isso, as práticas para avaliação, identificação, prevenção e controle dos riscos são importantes janelas para a análise de questões que envolvem a criação de uma agenda prioritária, os fluxos orçamentários mediante a identificação e reconhecimento da vulnerabilidade regional, os caminhos das informações produzidas por peritos, o modelo de tomada de ação, as controvérsias científicas e a diversidade teórico-metodológica sobre essas pesquisas, as transformações nos protocolos de segurança, a busca (nem sempre eficaz) por acomodação dos fenômenos ambientais através ciência e as atividades do Estado que visam a integração e o bem-estar.

Esse amplo sistema técnico de informação, portanto, expõem ações de comprometimento com o futuro, surgindo como uma pauta política emergente que geram disputas dentro de um quadro de poder e que redirecionam os modos de governo e os modelos de compromisso⁸.

Por essas razões, os mapas produzidos são representações de grande potência sobre a natureza; e a política pública georeferenciada apresenta uma dinâmica interdisciplinar e intersetorial que transforma a estrutura institucional, os modelos tecnológicos e as normativas quanto a ocupação do solo⁹, articulando diversos atores como cientistas, políticos, servidores públicos, civis, tecnologias, softwares, computadores, satélites e assim por diante, configurando-se como uma demanda social explícita e que desenvolve novos ordenamentos para a gestão territorial, regimes organizacionais e visibilidade institucional.

⁸Art. 20 É dever da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios adotar as medidas necessárias à redução dos riscos de desastre. Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012.

⁹Utiliza-se como exemplo de tais normativas quanto à ocupação do solo, o §3º, do art. 12, da Lei 6.766/79, que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências: Art. 12. O projeto de loteamento e desmembramento deverá ser aprovado pela Prefeitura Municipal, ou pelo Distrito Federal quando for o caso, a quem compete também a fixação das diretrizes a que aludem os arts. 6º e 7º desta Lei, salvo a exceção prevista no artigo seguinte (...) § 3º É vedada a aprovação de projeto de loteamento e desmembramento em áreas de risco definidas como não edificáveis, no plano diretor ou em legislação dele derivada.

A ciência do bem-estar e a responsabilidade do Estado

No material disponibilizado pelo Ministério da Integração Nacional em relação ao histórico da Defesa Civil no Brasil consta que as primeiras ações, estruturas e estratégias de proteção e segurança dirigida a população no Brasil e no mundo, foram resultado dos países envolvidos na Segunda Guerra Mundial, sendo a Inglaterra, através da “CIVIL DEFENSE”, pioneira nessas ações após ataques às cidades e centros industriais ingleses, que causaram perdas significativas à população civil¹⁰.

No Brasil, também com raízes na Segunda Guerra Mundial, atribui-se o começo da Defesa Civil após o ataque aos navios militares Baependi, Araraquara e Aníbal Benévolo no litoral de Sergipe e do vapor Itagiba torpedeado pelo submarino alemão U-507, no litoral do estado da Bahia em 1942. Ainda segundo esse histórico, a morte de 36 passageiros civis e 20 tribulantes fez com que a população brasileira fosse às ruas exigindo do governo uma resposta imediata aos ataques.

A Defesa Passiva Antiaérea é alterada para Serviço de Defesa Civil em 1943, sob supervisão da Diretoria Nacional do Serviço da Defesa Civil, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores¹¹. Entretanto, esse órgão foi extinto em 1946.

No final dos anos 60 (em 1966 e 1967) é atribuído às enchentes no Estado da Guanabara; deslizamentos na Serra das Araras, no Rio de Janeiro; e inundações na cidade de Caraguatatuba em São Paulo a “*motivação para montar um Grupo de Trabalho no Estado de Guanabara*” para estudar a articulação dos diversos órgãos estaduais em situação de catástrofes.

Esse grupo elaborou um Plano Diretor de Defesa Civil estadual, criando coordenadorias regionais no Brasil. E é no Estado de Guanabara que a primeira Defesa Civil Estadual foi instituída.

Na mesma época, foi criado no Ministério do Interior o Fundo Especial para Calamidades Públicas (FUNCAP) e o Grupo Especial para Assuntos de Calamidades Públicas (GEACAP) que é referido como o *embrião da Secretaria Nacional de Defesa Civil*. Mas apenas em 1988, o Sistema Nacional de Defesa Civil é inaugurado.

¹⁰<http://www.mi.gov.br/defesacivil>. Acesso em 10 de junho de 2016.

¹¹Ministério que antecedeu o Ministério do Interior, que por sua vez, antecedeu o atual Ministério da Integração Nacional.

A Defesa Civil é um órgão criado como uma instituição estratégica para redução de riscos e desastres e para atender os compromissos estabelecidos pela Assembléia da ONU, que determina a partir de 1990 o início da “*Década Internacional para Redução dos Desastres Naturais (DIRDN)*”¹².

Na mesma época, Foi lançada a Política Nacional de Defesa Civil – PNDC para a redução de desastres ainda naquele ano, que estabeleciam metas e programas através de quatro pilares *prevenção, preparação, resposta e reconstrução*. Uma das principais metas desse plano consistia na reestruturação da SEDEC e na codificação e tipificação de desastres *atenta a realidade Brasileira*¹³. Entretanto, em 1990 o Ministério do Interior foi extinto pela reforma ministerial, e a recém-inaugurada Secretaria Especial de Defesa Civil passa ser atribuição do Ministério do Planejamento e Orçamento.

Na década de noventa, manuais foram produzidos, principalmente, a partir do empenho do Doutor Antônio Luiz Coimbra Castro, um dos grandes nomes da área dos desastres no Brasil, fundador do CEPED de Santa Catarina e autor da coleção de livros da Secretaria Nacional de Defesa Civil nessa década. Essas são obras essenciais para a institucionalização do vocabulário oficial sobre desastres no Brasil.

Professor Castro foi quem fomentou a idéia de investir em centros de pesquisas especializados em desastres a fim de mediar às relações entre conhecimento técnico e desenvolvimento de políticas públicas e que o CEPED SC acabou sendo modelo para a criação dos outros centros pelo Brasil.

A Ciência como Motor do Progresso (Pós Guerra até anos 60) consagrava a ciência como um empreendimento autônomo, sem responsabilidade por dados ou resultados da pesquisa (Velho, 2011). Entendia-se que era possível realizar uma produção de conhecimento livre de valores e influências sociais. Tendo o Estado como principal financiador da ciência, essa também foi a época para a criação de conselhos de pesquisa, apesar da autonomia dos profissionais pesquisadores da época. Nas décadas de 60 e 70, a ciência e a tecnologia, assim como suas relações com a sociedade, tornaram-se objeto de

¹²“O objetivo central da campanha era a redução de perdas de vidas, danos e transtornos sócio-econômicos, especialmente nos países em desenvolvimento, provocados por desastres naturais como escorregamentos, terremotos, erupções vulcânicas, tsunamis, inundações, vendavais, seca e desertificação, incêndios, pragas, além de outras calamidades de origem natural”. <http://www.mi.gov.br/defesacivil>. Acesso em 10 de janeiro de 2016.

¹³O Codar codificou e caracterizou 154 desastres possíveis de ocorrer no Brasil.

estudo dando origem aos Estudos Sociais da Ciência (Velho, 2011). O que foi fundamental para as mudanças profundas quanto ao seu entendimento.

A degradação do meio ambiente e a concentração de renda eram apontadas como evidências de que a ciência não era socialmente neutra (Velho, 2011:123) e passou-se acreditar que os pesquisadores não deveriam ter total autonomia para decidir sua agenda de pesquisa, mas deveriam trabalhar em problemas relevantes para a sociedade (principalmente as demandas do mercado). Dessa forma, o mercado criaria a demanda por tecnologia, e as necessidades dos consumidores incentivarariam o desenvolvimento científico.

O foco da política de Ciência e Tecnologia era oferecer incentivos para que os pesquisadores trabalhassem em problemas relevantes para o setor produtivo¹⁴ e criariam oportunidades para a transferência de tecnologia (Velho, 2011:125). Os conselhos de Pesquisa começam a apoiar o desenvolvimento tecnológico e os cientistas, agora, passam a dividir palco com servidores públicos na definição de prioridades. Entre os anos 80 e 90, “a ciência como fonte de prioridade” levou a questionar mais profundamente os compromissos do cientista em relação ao seu trabalho. (Velho, 2011:127).

Os instrumentos institucionais de financiamento buscam apoiar projetos interdisciplinares e interinstitucionais, com ênfase para programas de colaboração entre o setor público e o privado. Os atores principais da política de Ciência e Tecnologia, agora, não são somente cientistas, mas uma multiplicidade de atores sociais como servidores públicos e políticos. (Velho, 2011:127).

No paradigma do século XXI, ainda em construção, são os órgãos internacionais conduzem diretrizes de uma ciência atenta para bem estar da sociedade. Essa tendência leva os pesquisadores a considerarem as diferenças culturais, o desejo das populações, as características locais, admitindo, assim, muitas formas de conhecimento. Entretanto, isso não quer dizer que não existe nenhuma forma de autoridade epistêmica da ciência em relação à outros saberes.

É a construção de uma ciência culturalmente situada (Velho, 2011:130), que incorpora conhecimentos locais e abre espaço para especificidades nacionais na produção. A partir da retomada de um enfoque nacional, as demandas de mercado perdem espaço para objetivos

¹⁴É de infraestrutura como, por exemplo, o setor energético.

socialmente definidos, visto que a política de CTI¹⁵ passa ter o foco no bem estar social, incorporando um papel de articulador, regulador, facilitador para garantir a conectividade dos múltiplos atores.

A apropriação reflexiva do conhecimento, dinamizando radicalmente a vida social através do fluxo de informações constantes, tece uma complexa dialética entre a realidade social da ciência (Leff, 2006:288) tentando refletir, de maneira integradora, diferentes e difíceis processos que são técnicos, culturais, sociais, institucionais, políticos, econômicos e jurídicos.

A tecnologia possui autoridade institucional, garantida pelos indicadores e recursos avaliativos por parte dos órgãos do Estado. Porém, essa autoridade começa a ser questionada por uma ciência sensível sociologicamente, geopoliticamente tática, que reconhece compromissos morais e que cria modelos para o bem-estar social através da política emancipatória vinculada a uma política da vida de autorrealização (Giddens, 1991:170).

Considerações Finais

As políticas de inteligência e seus artefatos configuram modelos de ação, protocolos, diretrizes que estabelecem os riscos a serem estimados, gerenciados, avaliados, monitorados e comunicados. Dessa forma, a incerteza pode ser compreendida em termos de conhecimento e controle (BORRAZ, 2008).

A tecnociência politizada (como uma resposta política à problemas ambientais na sociedade e suas expectativas) serve como uma ferramenta estratégica, através dos artefatos científicos, para decisões, obras estruturais e prioridades financeiras, expondo, assim, um processo decisório baseado na expectativa de eficiência de atores subpolíticos

¹⁵Sigla para Ciência Tecnologia e Inovação.

(como técnicos, servidores e cientistas) que tomam decisões em um mundo de fronteiras indeterminadas (LATOURE, 1994). Nesse sentido, o CENAD caracteriza-se como uma esfera subpolítica e híbrida em expansão como uma instância de poder que é política, administrativa e científica.

Logo, a projeção da natureza (ou a profecia) é um processo de politização (BORRAZ, 2014) e de emergência de peritos especializados, visto que a convocação dos especialistas¹⁶ evoca o protagonismo da linguagem científica, dos seus artefatos, dados e de um plano de comunicação da informação. Entretanto, esse sistema produz níveis de responsabilização¹⁷; incertezas sociais e políticas, disputas de poder criando, assim uma região discursiva controversa, mesmo que a prática científica tenha como preferência em formular uma linguagem que busca a universalidade geralmente por meio de formalização matemática, obtida através de avaliações quantitativa estatísticas (LUZ, SABINO, MATTOS, 2013:239) tendo como objetivo contribuir para a governabilidade ambiental global (ULLOA, 2011).

A ciência não se coloca mais como um livre pensar, mas como um fenômeno que se articula com outras redes e fluxos – agenda política, agências financiadoras, interesses públicos e interesses privados (RABINOW, 1999). A formação de subjetividades identificadas com uma cultura tecnológica¹⁸ expõe uma dinâmica da tecnociência e materializa novas configurações de mundo (PREMEBIDA, NEVES, ALMEIDA, 2011) e moralidades específicas. A incerteza mensurada, através da “profecia” científica, se torna um operador para negociações, regimentos, fluxos financeiros, novas responsabilizações e modelos organizacionais de gestão através de uma rede sociotécnica complexa e controversa.

Dessa forma, esse artigo foi uma tentativa inicial de levantar questões iniciais sobre a ciência do bem estar da sociedade (VELHO, 2011) que garante através da informação ser o articulador, regulador, facilitador e mediador entre os mais variados atores e instituições,

¹⁶ No dia 28 de junho de 2012, o CENAD ampliou seu quadro de funcionários com especialistas por meio de um concurso específico para atuação no Centro. O intuito foi reunir, em um só lugar, profissionais de diferentes segmentos para proporcionar condições adequadas de segurança à população em áreas de risco, complementando as iniciativas dos governos estaduais e municipais durante momentos de crise. Entre as especialidades do corpo técnico estão: Analistas em Defesa Civil, Analistas de Sistemas, Engenheiros, Geólogos, Meteorologistas, Químicos, Assistentes Sociais e Estatísticos. Disponível em: <http://www.mi.gov.br/web/guest/defesa-civil/cenad/apresentacao>. Acesso: 19/09/2015

¹⁷ A responsabilização e a sua dimensão, tanto para os atores públicos quanto os privados dependerão da análise específica do caso.

¹⁸PREMEBIDA, NEVES, ALMEIDA (2011).

cria especialistas do bem-estar e se refere a um modelo de ciência que pretende atingir objetivos socialmente definidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Jalcione; PREMEBIDA, Adriano. **Histórico, relevância e explorações ontológicas da questão ambiental**. Sociologia. Porto Alegre, ano 16, nº 35, jan/abr. 2014, p. 14-33.

ALONSO, A; COSTA, V. Ciências Sociais e meio ambiente no Brasil: um balanço bibliográfico, **BIB**, n.53, 2002.

BECK, Ulrich. **Sociedade de Risco: Rumo a uma outra modernidade**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2010.

BORRAZ, OLIVER. **“Les politiques du risqué”**. Paris: Presses de Sciences Po, 2008.

BRUNET, Sébastien; DELVENNE, Pierre; JORIS, Geoffrey; O princípio da precaução como ferramenta estratégica para redesenhar a (sub)política. Compreensão e perspectivas da ciência política de língua francesa. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 13, nº 26. Jan./abr. 2001, p. 176-200.

CLARKE, Robin e KING, Jannet. **O Atlas da Água**. São Paulo: Publifolha, 2005.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. El estado y sus márgenes. **Etnografías Comparadas**. Cuadernos de Antropología Social. Nº 27, 2008.

DAVIS, Kevin E; KINGSBURY, Benedict e MERRY, Sally E. “Indicators as a Technology of Global Governance”. In: **Law & Society Review**. Volume 46, número 1, 2012.

DOUGLAS, Mary. **Como as instituições pensam**. São Paulo: Edusp, 2007.

FLEURY, L.; ALMEIDA, J; PREMEBIDA, A; “O ambiente como uma questão sociológica: conflitos ambientais em perspectiva”. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 16, n.35. 2014, p. 34-82.

Flick, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3a ed., J. E. Costa, Trad. São Paulo: Artmed. 2009.

GIDDENS, Anthony. **As Consequências da Modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

GIDDENS, Anthony, BECK, Ulrich e LASH, Scott. **Modernidade Reflexiva**. São Paulo: UNESP, 1991.

HANNIGAN, John A. **Sociologia ambiental: a formação de uma perspectiva social**. Lisboa: Piaget, 1997.

KIPNIS, Andrew B. "Audit Cultures. Neoliberal governmentality, socialist legacy, or technologies of governing?". In: **American Ethnologist**. Vol. 35, n. 2, 2008.

LUZ, Madel; SABINO, Cesar; MATTOS, Rafael. A Ciência como Cultura do Mundo Contemporâneo: a utopia dos saberes das (bio)ciências e a construção midiática do imaginário social. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 15, no 32, jan./abr. 2013, p. 236-254.

MERRY, Sally E. "Measuring the World: indicators, human rights and global governance. In: **Current Anthropology**. Vol. 52 (3), abril de 2011.

RABINOW, Paul. **Antropologia da Razão**. Rio de Janeiro: Relume Ed., 1982.

RODRIGUES-JÚNIOR, Antonio Luiz. A inteligência epidemiológica como modelo de organização em saúde. TEMAS LIVRES FREE THEMES. Apresentação final apresentado em 13 de janeiro de 2011.

ROQUEPLO, P. **Penser la technique**. Paris: Seuil, 1983.

SCHONS, M. Os limites da política da vida e da morte: As narrativas sobre desastres ambientais. In: **ReACT - Reunião de Antropologia da Ciência e Tecnologia**, 2015, Porto Alegre.

STRATHERN, Marilyn (Ed.). **Audit cultures: anthropological studies in accountability, ethics, and the academy**. London, Routledge, 2000.

ULLOA, Astrid. A ecogovernamentalidade e suas contradições. **Ecopolítica**, vol.1, p. 26-42, 2011.

VALENCIO, Norma. **Sociologia dos Desastres**. São Paulo. UFSCAR, 2003.

VELHO, L. Research capacity buildings for development: from old to new assumptions. **Science, Technology and Society**, v.9, n.2, p. 172-207, 2004.

VEYRET, Yvette. **Os Riscos**. São Paulo: Editora Contexto, 2003.

WEBER, Max. **Ciência e política: duas vocações**. São Paulo: Martin Claret, 2003.

WEBER; Max. Economia e sociedade:fundamentos da sociologia compreensiva. Trad. ZHOURI, Andréa e VALENCIO, Norma. **Formas de Matar, Morrer e Resistir**. Minas Gerais: UFMG, 2014.

LEGISLAÇÃO

BRASIL. Decreto nº 4.376 de 13 de setembro de 2002. Dispõe sobre a organização e o funcionamento do Sistema Brasileiro de Inteligência, instituído pela Lei no 9.883, de 7 de

dezembro de 1999, e dá outras providências. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4376.htm

_____, Lei nº 12.608, Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12608.htm

SÍTIOS ELETRÔNICOS

Secretaria Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional. Disponível em:
<http://www.integracao.gov.br/defesacivil>

Sistema Integrado de Informações sobre Desastres: S2ID. Disponível em:
<http://s2id.mi.gov.br/>

VI Congresso de Gestão Pública. Disponível em: <http://consadnacional.org.br/wp-content/uploads/2013/05/072-A-ATUA%C3%87%C3%83O-DA-SECRETARIA-NACIONAL-DE-DEFESA-CIVIL-SEDEC-NA-GEST%C3%83O-DE-RISCOS-E-RESPOSTA-A-DESASTRES-NATURAIS.pdf>

Partidos políticos e redes sociais: a utilização das novas mídias digitais no Rio Grande do Sul durante a campanha eleitoral de 2014

Natália Sanches Taffarel¹

Paulo Sérgio Peres²

O surgimento da Internet 1.0 e, depois, da Internet 2.0 com as Redes Sociais provocou drásticas mudanças no ambiente político-eleitoral, obrigando os partidos a processarem uma nova evolução adaptativa. Acostumados a um padrão de comunicação e relação com a sociedade estabelecido pelos meios de comunicação tradicionais, que impunham uma interação unidirecional, vertical e centralizada, os partidos políticos agora precisam investir em um novo padrão, multidirecional, horizontal e descentralizado. Além disso, precisam aprender a se comunicar com as novas gerações, do mundo eletrônico virtual, para se reconectarem com a sociedade e esse novo contingente de eleitores. Em que medida os partidos políticos estão conseguindo se adaptar a esse novo habitat? Os partidos têm investido em formas inteligentes e eficientes de utilização da Internet e das Redes Sociais? Para responder a tais perguntas, o presente trabalho analisa o uso do Facebook pelos principais partidos que disputaram o governo do estado do Rio Grande do Sul nesta eleição de 2014. Os dados mostram que os partidos estão investindo cada vez mais na Rede para interagir com seus eleitores, mas seu uso ainda não é tão eficiente a ponto de aproveitar todo o potencial dessas novas ferramentas de comunicação.

Palavras-Chave: Partidos Políticos e Internet, Redes Sociais, Facebook, Eleições de 2014, Eleições no RS.

Introdução

A partir dos anos 1990 teve início uma profunda mudança no ambiente eleitoral, alterando drasticamente a comunicação das organizações partidárias com a sociedade. A responsável por essa transformação foi a Internet. Constituída, inicialmente, como uma modalidade de comunicação direta entre os indivíduos, a Internet converteu-se rapidamente no centro de quase toda forma de sociabilidade. De forma também bastante rápida, a Internet viria a ser uma das principais plataformas da competição política e partidária (XENOS et. al 2008; REEDY; WELLS, 2008). Mas, ocorre que o uso do potencial comunicacional da Internet pelos partidos esbarra em alguns obstáculos, já que aborda

¹Mestranda em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

²Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (2005), Professor no professor adjunto do Departamento de Ciência Política na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

uma nova cosmologia aos partidos, habituados ao padrão de comunicação tradicional em que há um claro e rígido emissor, de uma parte, e receptores passivos, de outra. Além disso, a crise de representação e legitimidade que vinha atingindo os partidos desde o final dos anos 1970 é então agravada por essa inadequação dos partidos e sua inabilidade para lidar com as novas demandas e as novas linguagens e hábitos culturais. Desse modo, os partidos vêm investindo nessas ferramentas, mas de forma ainda tímida e pouco inteligente. No caso do Brasil, as redes sociais começaram a ter atuação intensiva na campanha eleitoral de 2010. Em 2014, as Redes entraram de forma ainda mais demarcada na competição, de forma que é possível dizer que houve uma campanha no espaço real e outra no espaço virtual da Internet.

Diante disso, o tema central deste artigo é a relação entre os partidos políticos e a Internet, mais especificamente a utilização das Redes Sociais pelos partidos. De maneira mais específica, a proposta é apresentar um estudo delimitado ao caso do Rio Grande do Sul na disputa para o cargo de governador, com o foco concentrado nos três principais competidores – o PP, o PT e o PMDB. A intenção é avaliar como esses partidos utilizaram as redes sociais em suas campanhas no que se refere ao impacto de suas páginas no Facebook enquanto muniçadoras de informação para sua rede e o quanto essa era aberta e abrangente ou fechada e voltada apenas para os simpatizantes. Para tanto, o artigo está organizado em dois momentos. No primeiro é contextualizado como a evolução dos partidos em sua relação com a sociedade envolveu constantes adaptações aos instrumentos de comunicação disponíveis. Será destacado que a emergência da Internet coloca um grande desafio às organizações partidárias no que se refere à sua interação com o ambiente eleitoral. No segundo, é apresentada a análise do uso do Facebook pelos partidos selecionados durante as eleições de 2014 no RS. Inicialmente, são discutidos brevemente o enquadramento teórico e a abordagem metodológica. Na sequência, são analisados os dados para cada partido individualmente.

A Evolução dos Partidos e os Impactos da Emergência da Internet

A Competição Partidária e a Relação dos Partidos com a Sociedade

Desde seu surgimento no final do século XIX, os partidos políticos modernos enfrentaram vários desafios que os obrigaram a adotar sucessivas estratégias evolutivas

para sobreviverem em um ambiente eleitoral cada vez mais competitivo. Por um lado, essas sucessivas e, muitas vezes, drásticas mudanças no *habitat* político ocasionaram a extinção de várias organizações partidárias que não conseguiram responder eficazmente às transformações; por outro, essas mudanças provocaram o aparecimento de novos tipos de organização. Reconstruindo a trajetória, Duverger (1970, p.20) chamaria a atenção justamente para o fato de que, “em seu conjunto, o desenvolvimento dos partidos parece associado ao da democracia, ou seja, à extensão do sufrágio popular e das prerrogativas parlamentares”. Diante dessa drástica alteração ambiental, os grupos políticos perceberam a necessidade de se organizarem de uma forma mais estruturada e eficiente. Por esse prisma, então, os partidos predominantes em meados do século XIX originaram-se do próprio sistema parlamentar, como resultado da agregação dos interesses de políticos notáveis. Esses partidos tinham pouca estrutura organizacional e sua atividade era meramente parlamentar e eleitoral, pois, embora o sufrágio ainda fosse consideravelmente restrito, sua gradual ampliação obrigou tais partidos a se preocupar cada vez mais com a arregimentação de eleitores. Esse era um tipo de organização que o autor denominou de *partido de quadros* que “trata de reunir pessoas ilustres para preparar eleições, conduzi-las e manter contato com os candidatos. (...) (DUVERGER, 1970, p.100).” Entretanto, a crescente demanda por direitos políticos provocaria uma mudança radical naquele ambiente político europeu. O sufrágio foi-se ampliando de tal modo que as eleições tornaram-se cruciais para a conquista do poder; o ambiente político, enfim, ficou altamente inclusivo e competitivo. Nesse contexto, surgiria um novo tipo de organização, mais bem adaptada ao ambiente democrático – o *partido de massas*, que segundo Duverger (1970, p.100), “caracterizam-se pela atração que exercem sobre o público, um público pagante que permite à campanha eleitoral escapar às servidões capitalistas, junto a um público que ouve e que age, que recebe uma educação política e aprende os meios de intervir na vida do Estado”. Dito de outra forma, o *partido de massas* tem origem na própria sociedade civil, pois resulta da organização política da classe trabalhadora e com a finalidade de conquistar o Poder Legislativo. Suas atividades não se restringiriam apenas às eleições, pelo contrário, seriam intensivas e permanentes. Essa dinâmica acabou provocando uma ruptura dramática na lógica do jogo político e na relação entre o sistema político e a sociedade. Os partidos tiveram então que evoluir, organizando-se de forma cada vez mais complexa e burocrática, especializando-se na intermediação da sociedade

como o Estado, assim como na captura de adeptos, simpatizantes e, principalmente, eleitores (KATZ; MAIR, 2002, 1995, 1993).

Contudo, as organizações partidárias não cessariam sua transformação, como se o partido de massas fosse o ponto final da evolução partidária. O aparecimento dos meios de comunicação de massas, nos anos 1920-1960 – como os jornais de notícias, o rádio e, finalmente, a televisão –, suscitaria novas e profundas alterações no ambiente externo aos partidos. Nesse contexto a competição eleitoral acirrou-se ainda mais e os partidos tiveram que discursar para uma audiência maior e ideologicamente mais abrangente. Para vencer as eleições, os partidos teriam que se comunicar de maneira simultânea com toda a sociedade e atrair o maior número possível de eleitores. Emergia ali nos anos 1960 um novo tipo partidário, voltado exclusivamente à caça de quaisquer votos, de todos os votos de todos os grupos sociais. Os partidos se tornaram cada vez mais parecidos e fazem alianças e acordos que acabam descontentando todas as bases eleitorais. Conseqüentemente, reduz-se a atuação e a nitidez das oposições partidárias, num cenário em que existem oponentes que disputam o poder, mas não oposições com políticas realmente alternativas.

Mas os partidos vêm enfrentando outra ameaça à sua longevidade enquanto uma instituição representativa – a emergência da *Internet* e seus efeitos nos mais variados aspectos das relações sociais e políticas. Com a chegada da *Internet* e, mais recentemente, das redes sociais, os ecossistemas político e eleitoral começaram a ser submetidos a drásticas alterações, obrigando os partidos a promover novamente uma modificação estrutural no diálogo com os eleitores. A partir desse momento, as ferramentas de comunicação evoluíram em seu papel de produtoras de conhecimento, e, além de pautar parte dos debates públicos, passaram a articular um novo ambiente de discussão entre os partidos políticos e a sociedade.

O Surgimento da Internet e seu Impacto nas Organizações Partidárias

Até meados dos anos 1990, a comunicação política era exclusivamente baseada na mídia tradicional. Essa relação com a sociedade estava então limitada a um fluxo unidirecional: o leitor e o telespectador apenas recebem a informação, sem possibilidade de real interação. Havia, portanto, uma relação estática e hierárquica entre receptor e emissor. Obviamente, ainda é para esses meios de comunicação que a maioria das propagandas eleitorais são desenvolvidas; e ainda é por intermédio desses instrumentos

que os candidatos tornam-se conhecidos de uma larga parcela da população. Contudo, esse padrão de comunicação unidirecional foi superado pela multipolaridade da interação permitida pela *Internet*, rompendo a rígida hierarquia emissor-receptor. Nesse novo cenário, os partidos foram surpreendidos pela rapidez e interconectividade da sociedade que se comunica e que, cada vez mais, vive em rede (CASTELLS, 2013; 2004; 2003; 2000). Ademais, a *Internet* é um meio colaborativo com altos índices de deslocalização e horizontalidade e é por meio dela que atividades sociais se tornaram infinitamente mais rápidas e amplificadas. Na política, isso afetou positivamente a realização de articulações e conversas com diversas organizações, incluindo os partidos. Nesse caso, as vantagens dos meios eletrônicos em rede são inúmeras, desde a redução dos custos de deslocamento até a economia de tempo na busca de informação e interação. Isto contribui para a participação daquele cidadão que quer expressar suas opiniões e deseja ver seus interesses representados, sem que seja necessário se deslocar ou participar de algum grupo social previamente construído (BITENCOURT; GAUTIER, 2013). Sem dúvida, as redes sociais facilitam esse novo padrão de relação interpessoal e de interação com a política, pois são estruturas de agrupamentos pessoais que carregam consigo um novo modelo de produzir conhecimentos de forma altamente descentralizada e cooperativa. É uma ferramenta com uma forte tendência a estabelecer uma interconexão geral das informações, por meio de tecnologias digitais que promovem um novo espaço de sociabilidade.

Exatamente por esse potencial, e pelos efeitos já observados no uso da *Internet* e das redes sociais na política, os especialistas nos estudos da relação entre os meios de comunicação e os processos políticos vêm se dedicando com maior atenção aos impactos da Rede nos partidos, nas eleições e nos governos. De modo geral, predomina nesses estudos uma perspectiva positiva em relação ao potencial uso da *Internet* pelos partidos políticos já que a sua utilização eficaz poderia levar as organizações partidárias à superação da crise de legitimidade e representação que vêm caracterizando sua relação com a sociedade desde o final dos anos 1970. Esse desinteresse pelos partidos resultou, inclusive, em declínios importantes nas taxas de comparecimento às urnas em diversas democracias mais antigas. Fieldhouse et. al (2007) mostra, por exemplo, que, em 22 países da Europa, entre 2000 e 2006, a abstenção eleitoral foi 25% maior entre os eleitores com menos de 25 anos. Esse otimismo ganha respaldo de algumas pesquisas que mostram que quanto maior o envolvimento com atividades políticas na *Internet*, maior a probabilidade dos indivíduos

se envolverem também com atividades fora da Rede (Cf. WELLMAN et. al 2001). A expectativa, portanto, é a de que o desinteresse dos jovens pelos partidos e as eleições possa ser revertido pelo uso eficiente da *Internet* pelas organizações partidárias (ZHANG;SELTZER, 2010; LUPIA;PHILPOT, 2005). Obviamente, os partidos não estão alheios a todo esse processo e já perceberam há algum tempo duas coisas importantes: A primeira é que enfrentam um desgaste crescente junto à sociedade; a segunda é a profunda transformação social ocorrida mais intensamente, nos últimos dez anos. Por isso, a *Internet* foi absorvida pelos partidos praticamente desde seu início, embora seu uso estivesse longe de ser pleno e eficiente. O grande desafio para os partidos seria posto nova cosmologia trazida pelas Redes Sociais. Sem ter decifrado plenamente essa lógica inovadora das relações sociais, os partidos ainda fazem uso limitado e ineficiente dessa ferramenta (SELTZER; ZHANG, 2001; BORTREE; SELTZER, 2009; SWEETSER et. al, 2008).

Com relação ao acesso à *Internet* e ao uso de Redes Sociais, os números são impressionantes: segundo informações da PNAD 2014, enquanto o crescimento populacional do país foi de 9,7% entre 2004 e 2013, o crescimento do acesso à Rede foi de 144%. Em 2005, cerca de 21% dos brasileiros tinha acesso à *Internet*; já em 2011, apenas seis anos depois, a proporção subiu para 46,5%. A previsão para 2018 é de que 68% dos brasileiros, ou seja, 142 milhões de pessoas, tenham acesso à Rede. Dessa população, a faixa etária que mais tem acesso é a dos jovens. Destes, considerando-se os que têm entre 10 e 20 anos, cerca de 74% acessa a *Internet*. Em sua maioria, esse acesso se dá em busca das Redes Sociais, principalmente o *Facebook*.³ Segundo dados divulgados no primeiro trimestre de 2014, pelo próprio *Facebook*, do total de 107 milhões de internautas do país, cerca de 90 milhões possuem conta nessa Rede Social. Ou seja, de cada 10 internautas, 8 são usuários do *Facebook*. Destes, 59 milhões acessam sua conta diariamente e gastam cerca de 98% de seu tempo de navegação nessa Rede Social.

Diante desses números, torna-se evidente que as Redes Sociais, com destaque para o *Facebook*, são espaços virtuais a serem ocupados pelos partidos e pelas campanhas eleitorais. Em 2010 já foi possível perceber um uso pouco mais intensivo das Redes Sociais no processo eleitoral, embora não tão eficiente. Em 2014 as Redes Sociais entraram de vez

³O *Facebook* é uma rede social que surgiu em 2004 nos Estados Unidos, dentro da Universidade de Harvard, e cresceu exponencialmente a partir de 2012. É uma estrutura interativa em que os usuários podem participar e discutir por meio de páginas de grupos de interesses comuns. Atualmente, o *Facebook* é a maior Rede Social do mundo, com mais de 1 bilhão de usuários conectados.

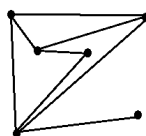
na campanha eleitoral e representaram um espaço alternativo de intensa mobilização e debate político.

Análise do Uso das Redes Sociais pelos Partidos no Rio Grande do Sul

Enquadramento Teórico e Metodológico

A análise que se segue tem como fundamento a teoria das redes [*network theory*]. Trata-se do estudo da estrutura dos *grafos*, enquanto modelos de relações pareadas entre objetos. Sua análise leva em consideração suas componentes básicas, ou seja, *vértices* ou *nós* e linhas conectoras, as *arestas*. Desde os anos 1970 esse tipo de abordagem vem sendo cada vez mais utilizada em análises que buscam identificar padrões de relação que conectam os atores sociais num conjunto complexo de interações no âmbito de um sistema social (FREEMAN, 2004). Em termos metodológicos, a análise de rede consiste em fazer um mapeamento gráfico das relações interpessoais com a finalidade de classificá-las de acordo com sua direção e impacto. No caso de uma Rede Social, como o *Facebook*, cada nó representa um perfil ou uma página. As relações entre os perfis são representadas pelas linhas que os unem, ou seja, as *arestas* que fazem as conexões entre os *nós*. Cada *aresta* retrata um tipo de ação de cada perfil ou usuário, tais como compartilhamento de informação, comentários ou cliques no “curtir”. Portanto, os *grafos* são representações gráficas de uma rede interativa, conforme a ilustração abaixo, com os *nós* e as *arestas*.

Figura 1. Exemplo de Grafos Simples de Redes de Relações Sociais



Fonte: Elaboração Própria

Quanto mais complexa a rede de relacionamentos, mais intrincada sua representação visual. Um elemento básico para a interpretação dos *grafos* são os *clusters*, ou seja, os conjuntos de *nós* conectados por *arestas* de forma bastante demarcada. Os *clusters* são importantes porque mostram a formação e a densidade de grupos com interesses comuns, com afinidades temáticas. O presente estudo utilizará esse enfoque teórico e metodológico para analisar o uso do *Facebook* pelos principais competidores pelo governo do estado do

Rio Grande do Sul – o PP, o PT e o PMDB. O objetivo é avaliar em que medida esses partidos conseguiram interagir e se comunicar com perfis que se situam fora de sua rede de amigos já estabelecida. Sem dúvida, interagir com apoiadores e simpatizantes que fazem parte da rede de interesses do partido é importante para reforçar sua posição, reafirmar sua mensagem e seu programa, motivar militantes e eleitores cativos. Porém, transcender sua base de apoio é crucial para a vitória eleitoral do partido, o que significa que a ampliação de sua rede de relacionamento ou mesmo a penetração em outras redes é o que implica no uso eficiente do potencial dessa Rede Social.

Para realizar essa análise, os dados utilizados foram obtidos a partir do próprio *Facebook* por intermédio de um aplicativo chamado *Netvizz*,⁴ que disponibiliza informações sobre as redes de interação de todas as páginas da rede pessoal dos usuários [todas as páginas que cada perfil curtiu]. Ao acessar o aplicativo *Netvizz v1.01*, foram extraídas as informações das páginas de cada partido no *Facebook*, sendo esses dados convertidos num arquivo .zip em formato gdf, pronto para ser utilizado na construção de *grafos*. Esses dados foram analisados por meio de um programa chamado *Gephi* (gephi.org), um *software* livre de visualização interativa de dados e que contempla redes sociais e sistemas complexos e dinâmicos.⁵ Os dados para a construção dos *grafos* foram colhidos no dia 10 de novembro e são referentes à movimentação das páginas nos últimos 30 dias, ou seja, de 10 de outubro a 10 de novembro. Isso significa que a análise abrange o segundo turno, quando a disputa se concentrou em dois partidos, o PT e o PMDB, além do PP durante o primeiro turno.

Como se perceberá, para analisar as atividades dos partidos nas redes, o trabalho contará, primeiramente, com a apresentação de um *grafo*, composto por objetos e conjuntos representando informações apresentadas por diagramas. Essa estrutura é desenvolvida por conexões que podem estar espalhadas de forma distante, quando há pouca similaridade, ou bastante próxima e agregada, transparecendo a unificação na rede. Quanto mais fortes as relações entre os indivíduos, maiores os níveis de semelhança entre eles e uma conseqüente aproximação e agrupamento dos elementos presentes na imagem. Nas páginas analisadas, o conjunto está bastante próximo, evidenciando afinidades entre

⁴https://apps.facebook.com/netvizz/?fb_source=search&ref=ts&fref=ts

⁵Essa é uma ferramenta para explorar e entender *grafos* que atua de forma complementar aos tradicionais programas estatísticos. Começou a ser desenvolvida em 2008, inicialmente na University of Technology of Compiègne, por estudantes de diversos países. Para maiores informações, acessar: <http://gephi.github.io/features/> e <http://en.wikipedia.org/wiki/Gephi>.

os usuários que acessam as redes dos partidos políticos. Os objetos analisados serão os *nós*, representando as atividades desempenhadas pelos usuários, e as *arestas*, retratando as conexões entre essas atividades e os usuários. Nesse caso, os itens coloridos representam as atividades de maior engajamento e importância da página; ou seja, com mais comentários, cliques na opção “curtir” e compartilhamentos. Ao final, será possível relacionar o que já está sendo feito de forma eficiente nas redes pelos partidos com o que ainda é realizado de maneira superficial.

Contexto Eleitoral

A disputa eleitoral para o governo do estado do Rio Grande do Sul em 2014 envolveu sete candidatos: Tarso Genro (PT), candidato à reeleição, Ana Amélia Lemos (PP), José Sartori (PMDB), Vieira da Cunha (PDT), Roberto Robaina (PSOL), Estivaleta (PRTB) e Humberto Carvalho (PCB). Ana Amélia liderou a disputa durante quase todo o primeiro turno, seguida por Tarso Genro em segundo lugar. Porém, a uma semana da votação, ocorreu um reviravolta surpreendente, com Tarso Genro assumindo a dianteira e Sartori ultrapassando Ana Amélia. Contrariando as pesquisas de véspera do primeiro turno e até a “boca de urna”, o resultado final trouxe outra virada, com o candidato Ivo Sartori na frente de Tarso Genro. A votação dos três principais competidores no primeiro turno foi a seguinte: Sartori com 40,40%, Genro com 32,57% e Ana Amélia com 21,79%. O segundo turno começou de forma amplamente favorável ao candidato Sartori. Além disso, conforme mostravam diversas pesquisas, a maioria dos eleitores que haviam votado em Ana Amélia estavam mais inclinados a votar agora em Sartori. Esse movimento foi reforçado pelo apoio que Ana Amélia deu explicitamente ao candidato do PMDB. Mesmo com melhor desempenho nos debates e apesar da inexistência de um programa de governo claro por parte da coligação de Sartori, não houve surpresas dessa vez. Tarso Genro não conseguiu ser reeleito, mantendo a “tradição” estabelecida no estado desde a redemocratização de nunca conduzir pela segunda vez consecutiva ao cargo de governador o titular em exercício. O resultado final do segundo turno foi o seguinte: Sartori com 61,21% dos votos e Tarso Genro com 38,79%.

Uma das características importantes das eleições deste ano de 2014 foi o uso mais intensivo da Internet pelos candidatos a todos os cargos, inclusive as Redes Sociais, principalmente o *Twitter* e o *Facebook*. Durante seu governo, Tarso Genro chegou a tentar

uma maior aproximação com os cyberativistas e promoveu debates e outras atividades em sua página. Na campanha, os três principais candidatos ao governo no estado recorreram às Redes Sociais para uma série de atividades de propaganda e até de “contrapropaganda”.

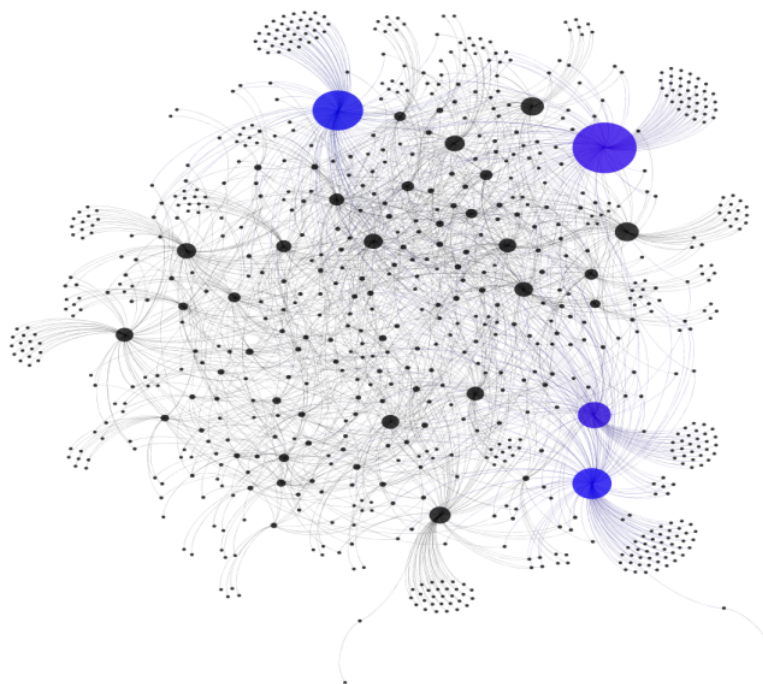
Análise do Uso do Facebook pelos Partidos

Partido Progressista (PP)

O Partido Progressista é muito relevante na política gaúcha. Dentre os analisados, é o segundo maior em número de filiados no estado, com aproximadamente 250 mil pessoas. Sua página no Facebook se chama “Progressistas RS”, e foi criada em 23 de abril de 2014, na cidade de Porto Alegre. É palco para discussões políticas e conta com um público que, em média, possui entre 25 e 34 anos. Na descrição, a página se apresenta como uma ferramenta administrativa do partido: “Progressistas RS é a página oficial do Partido Progressista no RS. Neste espaço será possível acompanhar as atividades do partido em todo o estado.”

A imagem a seguir foi obtida por meio do *software netvizz*, mostrando as principais interações da página dos Progressistas RS, apontando as principais conexões e abrangência. Os nós e arestas em azul são os principais articuladores ou postagens de maior influência, que alcançam um grande número de internautas.

Figura 2. Grafo da Abrangência da Página do Partido Progressista no Facebook



Fonte: Facebook, coletado de 10/10 a 10/11 de 2014.

Como se pode observar, o *grafo* revela uma página com pouco engajamento e uma restrição de alcance nítida. Os *nós* coloridos, que são os mais relevantes, não dominam grande parte das interações que, por sua vez, revelam conexões fracas e isoladas. Além disso, o agrupamento dos *nós* e a presença de um só grupo traduz uma característica importante: é uma rede que serve para fortalecer relações previamente existentes. É possível observar que a rede do PP no RS, além de atuar de forma pouco interativa, relaciona-se tão somente com pessoas que já são simpatizantes do partido.

A candidata do PP, Ana Amélia Lemos, no início, liderava as pesquisas de intenção de voto, mas acabou em terceiro lugar nas urnas. Não é possível atribuir ao uso pouco eficiente das Redes Sociais a responsabilidade por sua derrota; contudo, é possível cogitar que o uso mais inteligente dessas novas ferramentas de comunicação poderiam ter ajudado a pelo menos melhorar seu desempenho eleitoral. A sua atuação em rede revelou claramente uma comunicação morna e com pouca interatividade, evidenciada pela ausência de legendas e chamadas ao público. Com baixa adesão dos usuários da Rede, as postagens do primeiro momento da disputa não conferem à página uma importância política significativa e revelam um baixo engajamento e desmobilização virtual durante o período de maior efervescência política nas redes sociais, as campanhas eleitorais. Portanto, ao adotar um caráter mais informativo-administrativo, o PP utilizou sua página no Facebook de forma tímida em um dos momentos de maior mobilização política no país. A ênfase em características mais institucionais não se mostrou eficiente para atrair os internautas para o debate político. Desse modo, a utilização da mídia digital, especialmente as Redes Sociais, foi muito limitada. O Partido Progressista, na verdade, recorreu à Internet 2.0 de modo tradicional, para estabelecer uma comunicação unidirecional, o que não permitiu estabelecer relações de acordo com o novo padrão informacional das Redes Sociais.

O Partido dos Trabalhadores

A página do Partido dos Trabalhadores no *Facebook* se chama PTRS e foi criada em 10 de maio de 2012, na capital gaúcha. É um espaço que proporciona a discussão política com maior facilidade. Seu público também tem idade média de 25 a 34 anos. Ao descrever a página, o partido a apresenta de forma genérica: “É a página oficial do Partido dos Trabalhadores (Rio Grande do Sul). Sob a responsabilidade da Secretaria de Comunicação

do PT – RS”. O *grafo* do PT, apresentado abaixo, sugere uma página relativamente ativa. O vermelho do mapa, com os *nós* e *arestas*, mostram as atividades de maior engajamento da página, e demonstram uma interação superior quando comparada ao PP. Além disso, podemos visualizar uma interconexão generalizada, por meio dos *nós* presentes na periferia da imagem. Todos eles, bastante atados, evidenciam uma página mais atrativa e com uma relação mais forte não apenas entre o partido e o eleitor, mas também entre os vários internautas a partir interesses comuns.

Figura 3. Grafo de Abrangência da Página do Partido dos Trabalhadores no Facebook



Fonte: Facebook, coletado de 10/10 a 10/11 de 2014.

No entanto, assim como ocorreu com o PP, a visualização mostra uma atuação restrita do PT, focada sobremaneira nos usuários que já são simpatizantes do partido. Isso fica claro pela proximidade com que os dados estão dispostos, revelando a presença de interesses compartilhados entre os seguidores da página. Em resumo, a Rede Social está sendo utilizada como uma ferramenta de diálogo num processo de fortalecimento de laços entre simpatizantes e internautas já ativos politicamente.

Durante o processo eleitoral, a página do PT esteve bastante presente na Rede desde o início da campanha, atualizando informações com frequência, publicando atividades do partido e operando com foco voltado para a competição pelo governo. Tentando reforçar o vínculo com o governo federal, a campanha do PT enfatizou que a candidata à Presidência da República, Dilma Rousseff, foi a mais votada no estado, na tentativa de capitalizar esses votos no segundo turno. O partido começa, então, a usar a frase “Dilma lá e Tarso aqui”, repetida até o final da campanha. E as postagens mostram que, de fato, boa parte dos que acessam suas páginas têm afinidades com o partido.

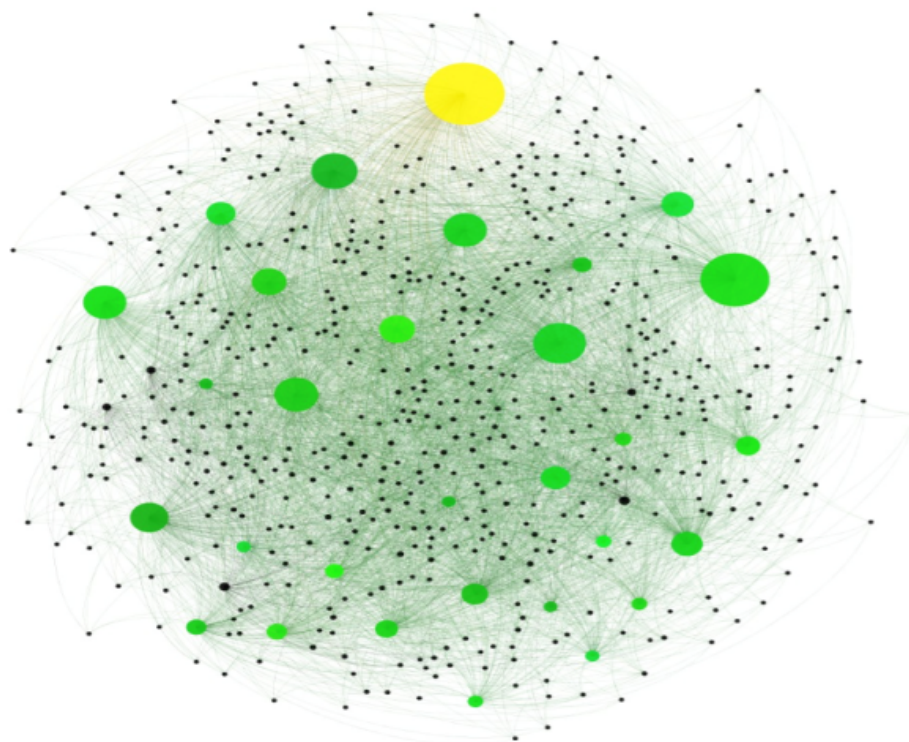
Por fim, o dia 27 de Outubro, logo após a derrota do partido no segundo turno, ocorre um movimento em sua Rede: o partido atingia 4.450 curtidas, um número pequeno diante do número de usuários, mas maior do que o obtido pelo PP.

É possível constatar, portanto, que o PT utilizou as Redes Sociais a seu favor durante a corrida eleitoral de 2014, porém não explorou nem perto seu potencial, e pecou ao não emitir nenhuma nota sobre o resultado das eleições estaduais. Por outro lado, o partido demonstrou um crescimento importante no tamanho de sua Rede, evidenciado pelo número de adesões de novos internautas, apesar do partido ter menor número de filiados (em 2014) no estado em comparação com o PP e o PMDB.

O Partido do Movimento Democrático Brasileiro

O PMDB é um dos partidos mais tradicionais no RS, com o maior em número de filiados – cerca de 303 mil. Sua página no Facebook se chama “PMDB RS”, e foi criada em 29 de maio de 2013. As informações apresentam o perfil da seguinte forma: “O PMDB tem lado. Tem cara. Tem você!”. A impacto do PMDB nas Redes Sociais durante as eleições de 2014 no estado pode ser visualizado no *grafo* a seguir. Os *nós* e as *arestas* coloridos são os de maior importância e, como se vê, dominam a imagem, retratando uma rede mais ativa do que as do PP e do PT. As conexões fortes significam a consolidação de diálogos por intermédio de sua página, com pessoas de interesses similares. Esse é, portanto, o mapa de um partido atuante junto aos seus eleitores. É necessário levar em conta também que a simpatia dos eleitores pelo candidato do PMDB facilitou a presença do partido nas Redes. No entanto, mais uma vez, a presença de um só grupo de nós revela que quem busca os partidos nas Redes Sociais já são indivíduos ativos politicamente ou simpatizante da do partido.

Figura 4. Grafo da Estrutura de Relações da Página PMDB RS no Facebook



Fonte: Facebook, coletado de 10/10 a 10/11 de 2014.

Na eleição de 2014, o PMDB lançou para o governo do estado o candidato José Ivo Sartori, ex-prefeito da cidade de Caxias do Sul, que, no início da disputa, aparecia em terceiro lugar nas pesquisas. No segundo turno, acabou eleito governador com uma larga diferença nos votos. Quando o candidato ainda aparecia com um baixo número de intenção de votos, logo no começo da campanha eleitoral, o partido revelava uma rede morna que trazia chamadas para *hashtags*,⁶ como a “Vemcomsartori”, presente até o final da campanha. No dia 05 de Outubro, o candidato do PMDB foi a grande surpresa. Um candidato que estava em terceiro lugar superou seus adversários e apareceu na frente no final do primeiro turno. A mobilização na página teve uma explosão de comentários de apoio, antes restritos e isolados.

⁶Segundo o *Facebook*, as *hashtags* transformam palavras, tópicos e frases em *links* clicáveis nas publicações da sua Página ou Linha do Tempo pessoal. Isso ajuda as pessoas a encontrar publicações sobre assuntos de seu interesse.

Figura 5. Publicação na Página do PMDB após o Resultado do Primeiro Turno, em 06/10/2014



Fonte: Página do PMDB RS no Facebook.

Mais uma vez, os administradores da página do partido compartilharam momentos com seus apoiadores, promovendo um fortalecimento de relações bidirecionais. Em consequência, o número de pessoas falando sobre o PMDB RS atingiu grandes proporções, juntamente com o número de curtidas, também ascendente, atingindo 5.258. Dias após toda essa exaltação, alguns episódios na Rede tornaram as atividades do partido no *Facebook* menos rotineiras. Dois vídeos divulgados de forma viral tiveram uma repercussão extremamente negativa para o candidato do PMDB.

Conclusão

Os dados apresentados no trabalho mostram que os partidos analisados estão investindo recursos para instrumentalizar as Redes Sociais como plataformas de comunicação auxiliares em suas campanhas eleitorais. O *grafos* analisados, entretanto, mostraram que essa ferramenta ainda é utilizada de forma pouco eficiente, pois os partidos constroem Redes pouco abrangentes, voltadas a um círculo mais fechado de simpatizantes. A presença de um único *cluster* revela uma rede unida de interesses similares entre os internautas já integrados. Essa afinidade entre os que visitam as redes partidárias significa que estes investem na reafirmação dos compromissos dos partidos com os eleitores. São

cidadãos conectados em busca de um espaço para ratificar suas opiniões e discutir com internautas que possuem ideologias semelhantes, além de estreitar relações com seus partidos preferenciais e suas principais lideranças. Ao levar em conta as observações qualitativas das postagens, as principais atividades das páginas são marcadas muito mais pela presença de opções “curtir” do que por “comentários”.

No período analisado, as páginas Redes Sociais dos partidos foram utilizadas com o foco voltado exclusivamente ao processo eleitoral, servindo de plataforma para a divulgação de conteúdo, de um modo ainda pouco interativo. A página dos Progressistas RS foi a menos interativa, apresentando um caráter mais convencional e administrativo. Não se investiu numa campanha realmente personalizada e a flexibilidade da conectividade da Rede foi subutilizada pelo seu perfil no *Facebook*, principalmente por causa da formalidade com que a página foi conduzida. Já o PT procurou estabelecer um novo modelo de conexão, promovendo uma interessante rede de discussão entre os seus frequentadores. Porém, sua página não “conversa” com seus eleitores e tampouco conseguiu atingir segmentos de interesses distintos para conduzir a página de forma personalizada. A página do PMDB, em especial, conseguiu conduzir a campanha no RS de forma mais interativa, debatendo diretamente com seus eleitores e facilitando a troca de informações entre os interessados. Todavia, o PMDB também não conseguiu oferecer uma campanha personalizada, sem atingir grupos de interesses distintos.

Em suma, os partidos políticos do Rio Grande do Sul se adaptando, embora lentamente, aos novos meios de comunicação. Eles enfrentam uma resistência muito grande da população e isso faz com que seu crescimento nas Redes não seja tão expressivo quanto os de suas lideranças. Contudo esse é um dos motivos pelos quais a permanência e a utilização frequente dessa rede é um ponto fundamental para a promoção da afinidade partidária e da consolidação das instituições políticas na sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSANGE, Julian. *Cypherpunks: liberdade eo futuro da Internet*. Boitempo Editorial, 2013.

BAUMGARTNER, J. and MORRIS, J. (2010). “Social Networking Web Sites and Political Engagement of Young Adults”, *Social Science Computer Review*, 28/01, pp. 24-44.

BORTREE, D. and SELTZER, T. (2009). "Dialogic Strategies and Outcomes: An Analysis of Environmental Advocacy Groups' Facebook Profiles", *Public Relations Review*, 35/03, pp. 317-319.

BOWLER, S. and FARREL, D. (Eds.) (1992). *Electoral Strategies and Political Marketing*. Basingstoke: MacMillan.

BRIONES, R. et. al (2011). "Keeping up with the Digital Age: How the American Red Cross Uses Social Media to Build Relationships", *Public Relations Review*, 37/01, pp. 37-43.

CASTELLS, Manuel. *A Galáxia Internet: reflexões sobre a Internet, negócios e a sociedade*. Zahar, 2003.

CASTELLS, Manuel. *A era da informação: economia, sociedade e cultura*. In: *A Sociedade em rede*. São Paulo : Paz e Terra, 2000. v. 1.

CASTELLS, Manuel. *The network society: A cross-cultural perspective*. 2004.

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Jorge Zahar Editor Ltda, 2013.

BITENCOURT, Sandra; GAUTIER, Tiago. *Comunicação Pública e Internet: Limites e amplitudes no ambiente digital*. In: COCCO, Giuseppe (org). *Gabinete Digital: Análise de uma experiência*. Porto Alegre: Companhia Riograndense de Artes Gráficas (CORAG), 2013.

CETIC. Disponível em: <http://cetic.br/tics/usuarios/2013/total-brasil/C5/>. Acesso em 25.11.2014

CETIC. Disponível em: <http://cetic.br/tics/usuarios/2013/total-brasil/C1/>. Acesso em 25.11.2014

CHADWICK, A. and HOWARD, P. (2009). "Introduction: New Directions in Internet Politics Research"; In: CHADWICK, Andrew; HOWARD, Philip N. (Ed.). *Routledge handbook of Internet politics*. Taylor & Francis.

CLICRBS. Disponível em: <http://wp.clicrbs.com.br/laurna/2014/10/16/%E2%80%AA%E2%80%8Elaurna%E2%80%AC-chama-na-chincha-jose-ivo-sartori-candidato-a-governador-do-rs/?topo=13,1,1,1,13>. Acesso em: 01.11.2014

DAVIS, R. et. al (2009). "The Internet in U.S. Election Campaigns"; In: CHADWICK, Andrew; HOWARD, Philip N. (Ed.). *Routledge handbook of Internet politics*. Taylor & Francis.

DUVERGER, M. (1970). *Os Partidos Políticos*. Rio de Janeiro: Zahar.

FACEBOOK. PMDB RS. Disponível em: <https://www.facebook.com/rspmdb?fref=ts>. Acesso em 09.10.2014

FACEBOOK. PTRS. Disponível em: <https://www.facebook.com/13ptrs?fref=ts>. Acesso em 09.10.2014

FACEBOOK. PROGRESSISTAS RS. Disponível em: <https://www.facebook.com/progressistas.rs?fref=ts>. Acesso em 09.10.2014.

FARREL, D. and WEBB, P. (2000). "Political Parties as Campaign Organizations"; In: DALTON, R. and WATTENBERG, M. (Eds.), *Parties Without Partisans*. Oxford: Oxford University Press.

FIELDHOUSE, E. et al. (2007). "Something About Young People or Something About Elections? Electoral Participation of Young People In Europe with Evidence from a Multilevel Analysis to the European Social Survey", *European Journal of Political Research*, 46/06, pp. 797-822.

FREEMAN, Linton C. *The development of social network analysis: A study in the sociology of science*. Vancouver: Empirical Press, 2004.

GIBSON, R. and WARD, S. (2000a). "Conclusions: Modernizing Without Democratizing"; In: GIBSON, R. and WARD, S (Eds.), *Reinvigorating Democracy? British Politics and the Internet*. Aldershot: Ashgate.

_____(2000b). "New Media, Same Impact? British Party Activity in Cyberspace"; In: GIBSON, R. and WARD, S. (eds.), *Reinvigorating Government? British Politics and the Internet*. Aldershot: Ashgate.

_____(1999). "Party Democracy Online: UK Parties and New ICTs", *Information Communication and Society*, 2/3, pp. 340-367.

_____(1998). "UK Political Parties and the Internet: Politics as Usual in the New Media?", *Harvard International Journal of Press Politics*, 3/3, pp. 14-38.

GRANOVETTER, Mark S. *The strength of weak ties*. *American journal of sociology*, p. 1360-1380, JSTOR. 1973.

GUEORGUIEVA, V. (2008). "Voters, MySpace and YouTube: The Impact of Alternative Communication Channels on the 2006 Election Cycle and Beyond", *Social Science Computer Review*, 26/03, pp. 288-300.

HARDY, B.; JAMIESON, K. and WINNEG, K (2009). "Wired to Fact: The Role of the Internet in Identifying Deception During the 2004 U.S. Presidential Election"; In: CHADWICK, Andrew; HOWARD, Philip N. (Ed.). *Routledge handbook of Internet politics*. Taylor & Francis.

IBOPE. Disponível em: <http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/paginas/cai-a-confianca-dos-brasileiros-nas-instituicoes-.aspx>. Acesso em: 07.09.2014.

KATZ, R. and MAIR, P. (2002). "The Ascendancy of the Party in Public Office: Party Organizational Change in Twentieth-Century Democracies"; In: GUNTHER, R.;

MONTERO, J. and LINZ, J. (Eds.), *Political Parties: Old Concepts and New Challenges*. Oxford: Oxford University Press.

_____(1995). "Changing Models of Party Organization and Party Democracy: The Emergence of the Cartel Party", *Party Politics*, 01/01, pp. 05-28.

_____(1993). "The Evolution of Party Organizations in Europe: The Three Faces of Party Organization", *American Review of Politics*, 14, pp. 593-618.

KAVANAGH, D. (1995). *Election Campaigning: The New Marketing of Politics*. Oxford: Oxford University Press.

KIRCHHEIMER, O. (2012). "A Transformação dos Sistemas Partidários na Europa Ocidental", *Revista Brasileira de Ciência Política*, 07/01, pp. 349-388.

LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. *Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*. DP&A, 2001.

LEE, Timothy B. 40 maps that explain the internet. VOX, 2014. Disponível em: <http://www.vox.com/a/internet-maps#list-9>. Acesso em 20 de junho de 2014.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

LINTON, Freeman. *THE DEVELOPMENT OF SOCIAL NETWORK ANALYSIS A STUDY IN THE SOCIOLOGY OF SCIENCE*. SP Empirical Press. 2004.

LUPIA, A. and PHILPOT, T. (2005). "Views from Inside the Net: How Websites Affect Young Adults' Political Interests", *The Journal of Politics*, 64/04, pp. 1122-1142.

LYNCH, K. and HOGAN, J. (2012). "How Irish Political Parties are Using Social Networking Sites to Reach Generation Z", *Irish Communications Review*, 13, pp. 83-98.

MAcKEY, J. (2010). "Gadgets, Gismos, and the Web 2.0 Election"; In: HENDRICKS, J. and DENTON, R. (Eds.), *Communicator-in-Chief: How Barack Obama Used New Media Technology to Win the White House*. Lanham: Lexington Books.

MALINI, Fabio e Antoun, Henrique. *A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais*. Porto Alegre: Sulina, 2013.

McNAIR, B. (2009). "The Internet and the Changing Global Media Environment"; In: CHADWICK, Andrew; HOWARD, Philip N. (Ed.). *Routledge handbook of Internet politics*. Taylor & Francis.

MICHELS, R. (2001). *A Sociologia dos Partidos Políticos*. Lisboa: Antígona.

NIXON, P. and JOHANSSON, H. (1999). "Transparency Through Technology: A Comparative Analysis of the Use of the Internet by Political Parties"; In: HAGUE, B. and LOADER, B. (Eds.), *Digital Democracy*. London: Routledge.

NORRIS, P. (2000). *Virtuous Circle*. Cambridge: Cambridge University Press.

PALFREY, J. and GASSER, U. (2008). *Born Digital: Understanding the First Generation of Digital Natives*. New York: Basic Book.

PANEBIANCO, A. (2005). *Modelos de Partido*. São Paulo: Martins Fontes.

PAPACHARISSI, Z. (2009). “The Virtual Sphere 2.0: The Internet, The Public Sphere, and Beyond”; In: CHADWICK, Andrew; HOWARD, Philip N. (Ed.). *Routledge handbook of Internet politics*. Taylor & Francis.

PASQUIER, Martin. Engagement, contents and fans on Facebook (Netvizz/Gephi). Disponível em: <http://martinpasquier.com/2012/11/25/engagement-contents-and-fans-on-facebook-mapping-the-relationships-with-netvizz-and-gephi/>. Acesso em 12 de novembro de 2014.

PERES, P. (2008). “Revisitando a Teoria Geral dos Partidos, de Maurice Duverger”, *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB*, 68/02, pp. 17-58.

SCHUMPETER, J. (1961). *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.

SCUP. Horários nobres das redes sociais, Quarta edição. Disponível em: <http://scup.com/ideas/horarios-nobres-redes-sociais#facebook>. Acesso em 15 de novembro de 2014.

SECOM - SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Pesquisa Brasileira de mídia 2014: Hábitos de consumo de mídia pela População Brasileira. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/download/PesquisaBrasileiradeMidia2014.pdf>. Acesso em 16 de julho de 2014.

SECUNDADOS. Disponível em: <http://secundados.com.br/dados-da-internet-no-brasil/>. Acesso em 25.11.2014.

SELTZER, T. and ZHANG, W. (2011). “Toward a Model of Political Organization: Public Relations, Antecedent and Cultivation Strategy Influence on Citizens’ Relationships with Political Parties”, *Journal of Public Relations Research*, 23/01, pp. 24-45.

SEY, Araba; CASTELLS, Manuel. 16. From media politics to networked politics: the Internet and the political process. *In: The Network Society*, p. 363, 2004.

STANYER, J. (2009). “Web 2.0 and the Transformation of New and Journalism”; In: CHADWICK, Andrew; HOWARD, Philip N. (Ed.). *Routledge handbook of Internet politics*. Taylor & Francis.

SWANSON, D. and MANCINI, P. (Eds.) (1996). *Politics, Media and Democracy*. Westport: Praeger.

SWEETSER, K. et al. (2008). "Intermedia Agenda Setting in Television, Advertising, and Blocs During the 2004 Election", *Mass Communication and Society*, 11/02, pp. 197-216.

SWEETSER, K and LARISCY, R. (2008). "Candidates Make Good Friends: An Analysis of Candidates' Uses of Facebook", *International Journal of Strategic Communication*, 2/3, pp. 175-198.

TOLBERT, C. and McNEAL, R. (2003). "Unraveling the Effects of the Internet on Political Participation", *Political Research Quarterly*, 56/02, pp. 175-185.

TRAVERS, Jeffrey; MILGRAM, Stanley. An experimental study of the small world problem. *Sociometry*, v.32, n.4, p.425-443, 1969.

WATTS, Duncan J. Network, Dynamics, and the Small-World Phenomenon. *American Journal of Sociology*, v.105, n.2, p.493-527, 1999.

WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. Editora Cultrix, 2004.

YOUTUBE. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5szyxWuX5hg>. Acesso em: 01.11.2014.

WARD, S. and GIBSON, R. (2003). "Online and On Message? Candidate Websites at the 2001 General Elections", *British Journal of Politics and International Relations*, 5/11, pp. 1-18.

WARD, S; GIBSON, R. and NIXON, P. (2003). "Parties and the Internet: An Overview"; In: GIBSON, Rachel Kay; NIXON, Paul G.; WARD, Stephen J. (Eds.). *Political parties and the Internet: net gain?*. Routledge, 2003.

WRING, D. (1996). "Political Marketing and Party Development in Britain", *European Journal of Marketing*, 30, pp. 100-111.

ZHANG, W. and SELTZER, T. (2010). "Another Piece of the Puzzle: Advancing Social Capital Theory by Examining the Effect of Political Party Relationship Quality on Political and Civic Participation", *International Journal of Strategic Communication*, 4/3, pp. 155-170.

Entre a Laicidade e a Religião: Portugal um mosaico de valores

Ana Carine Cerva¹

Neste artigo pretende-se demonstrar os resultados parciais das pesquisas de Doutorado em Sociologia, no qual se realiza a imersão ao tema da religiosidade em um país constitucionalmente laico: Portugal. Investiga-se a relação entre a identidade religiosa Católica portuguesa e os ideais de um Estado Democrático e Laico instituídos com o final do Estado Novo em 1974. Desde o início do estudo acompanham-se tanto as celebrações tradicionais religiosas denominadas Festas do Espírito Santo, quanto à reconfiguração no campo social, político, cultural e jurídico ocorrida após a separação entre o Estado e a Igreja. Durante este período houve duas pesquisas empíricas. A primeira no decorrer das Festas dos Tabuleiros, ou Festas do Espírito Santo, em Tomar em julho de 2015, e a segunda durante as Festas da Rainha Santa Isabel em Coimbra em julho de 2016. Realizaram-se Observações Participantes das festividades e Entrevistas Semiestruturadas com pessoas ligadas às instituições religiosas, ateístas e acadêmicas. Investiga-se a presença da religião no espaço público português no contexto contemporâneo, além de questões sobre o pluralismo, a liberdade e a tolerância religiosa. Sonda-se ainda a possibilidade de Portugal possuir configuração de um país Pós-Secular.

Palavras-chave: Religião, Catolicismo, Laicidade, Pluralismo, Pós-Secular.

Introdução

A instauração de um quadro político democrático em Portugal, com a recente revolução de 1974, associada aos efeitos da secularização e da globalização, proporcionam uma recomposição do cenário religioso no país lusitano, o qual demonstra um grau de diversidade dos universos religiosos. A reconfiguração do convívio entre as diversas crenças na sociedade portuguesa põe em questão o desafio do pluralismo na modernidade (VILAÇA, 2006, p. 117).

Este artigo trabalhará o tema do pluralismo na sociedade portuguesa em uma perspectiva tridimensional, conforme a proposta de Ole Riis (1999), a qual aborda de forma concomitante a questão da tolerância religiosa, das representações e da liberdade religiosa, examinadas respectivamente no plano macro-societal, no intermediário e no individual ou micro. Todavia, tal ensaio, discorrerá, de forma especial, acerca da dimensão da tolerância religiosa na comunidade lusitana.

¹Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Os assuntos abordados no título “Entre Laicidade e a Religião: Portugal um mosaico de valores” orientarão as seções a seguir, uma vez que se propõe um diálogo sobre as mudanças do contexto religioso de Portugal entre o primeiro quartel do século XIX e o pós 25 de Abril de 1974, as quais projetam um cenário de pré-disposição à pluralização na sociedade portuguesa. Concorde-se com Vilaça, quando ela declara que “O pluralismo não é um dado adquirido. O Pluralismo é um desafio para a modernidade – talvez um dos mais importantes – porque exige a capacidade de gerir a diferença pela prática da intercompreensão permanente” (VILAÇA, 2006, p. 267).

Na primeira parte tratar-se-á da relação entre o Estado e a Igreja Católica no período compreendido entre a Revolução Liberal e o início e instauração da I República e, as reconfigurações instauradas pelo Estado Novo até chegar a recente conquista do regime democrático português. No segundo item discutir-se-á a reconfiguração da religião após o término do Estado Novo. Na terceira seção far-se-ão considerações sobre as comemorações dos 500 anos de beatificação da Rainha Santa Isabel no espaço público de Coimbra e o diálogo travado com o Presidente da Associação Ateísta Portuguesa no ano de 2016. Por fim, discutir-se-á sobre o mosaico de valores de uma sociedade que se projeta ao pluralismo.

Laicidade em Portugal: uma separação laica não absoluta

A revolução Liberal de 1820 instaura um cenário de anticlericalismo em Portugal. As correntes do pensamento da Revolução Francesa e do constitucionalismo inglês e americano, tanto no plano político quanto no jurídico influenciam a afirmação dos valores de liberdade, de igualdade e os princípios democráticos do modelo de governação e de representação parlamentar. A tutela da liberdade de consciência traz implicações à secularização do poder político e a laicização das instituições no cenário de liberdade religiosa. A abolição da Inquisição em 1821 e a instauração da Constituição de 1822 marcam a nova fase histórica e social da época (VILAÇA, 2006, p. 135).

O processo secularizador em Portugal teve como primeira medida a expulsão dos jesuítas do país lusitano, quase um século antes da Revolução Liberal, por meio de um decreto de Marquês do Pombal em 1759. As elites políticas intelectuais desenvolvem um sentimento de antijesuitismo, com a Revolução Liberal (1820-1834), que se une a um

sentimento de anticongregacionismo, resultando “na extinção das ordens religiosas e na nacionalização dos bens das congregações em 28 de Maio de 1834” (CATROGA, 2010, p. 360).

Com a instauração da República em 05 de Outubro de 1910, o novo regime decretou a separação das Igrejas do Estado e realizou mudanças significativas, uma vez que se estava ciente “de que o Estado poderia construir uma realidade nova”, e acreditava-se “que o problema religioso constituía a chave de todos os males da sociedade portuguesa” (CATROGA, 2010, p. 364).

As transformações ocorreram em um breve espaço de tempo, de outubro de 1910 a abril de 1911, tais como, a renovação da expulsão das ordens religiosas; a extinção dos feriados religiosos e a introdução de outros feriados civis; a supressão do ensino religioso nas escolas; a lei do divórcio; a lei de Separação das Igrejas do Estado; o fechamento da Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra. E a Constituição Republicana de 1911 legitimou todas estas questões (CATROGA, 2010, p. 365; AZEVEDO, 2001, p. 63).

Todavia, o ambiente de confronto entre a Igreja e o Estado apresentado no início da I República, suavizou-se desde o ano de 1917 com as modificações instauradas a partir do presidente Sidónio Paes, sejam elas, o restabelecimento da diplomacia do Estado com a Santa Sé e a reforma da lei de Separação (VILAÇA, 2006, p. 142-43; AZEVEDO, 2001, p. 105-6). Outro fenômeno religioso que emerge em Portugal é o renascimento da devoção popular mariana com a crença nas aparições de Fátima, em maio e outubro de 1917.

As transformações das primeiras décadas do século XX geraram a insatisfação dos meios católicos e conservadores que culminaram com a crise da I República e o golpe militar de 28 de Maio de 1926. A constituição de 1933 solidifica uma orientação ideológica notadamente católica e Fátima passa a ser o símbolo da união do Estado Novo e da Igreja (VILAÇA, 2006, p. 143).

Apesar de a Constituição estodonovista manter intactos os princípios de liberdade religiosa e de consciência estabelecidos pela lei de 1911, a revisão constitucional de 1935 incluiu “os princípios e a moral cristã, tradicionais do País”, os quais implicaram o ensino público orientado à confissão católica. Alguns anos mais tarde o governo estabelece com a Santa Sé a Concordata de 1940, que institui “a obrigatoriedade do Estado em financiar a presença da Igreja Católica em domínios como as escolas públicas, as forças armadas ou os

asilos” (VILAÇA, 2006, p.144). A Concordata impedia, ainda, o divórcio dos casamentos católicos e autorizou a exibição de símbolos católicos no ambiente escolar.

A Constituição de 1933 nunca assumiu a confessionalidade de forma explícita (CATROGA, 2001, p. 367). Embora o primeiro período do Estado Novo traduzisse em uma adesão generalizada do catolicismo português a Salazar, depois da II Grande Guerra assinala-se a “um distanciamento de muitos católicos em relação ao regime” (VILAÇA, 2006, 146).

O desenvolvimento econômico e urbano da segunda metade da década de 1950, e o consequente alinhamento as ideias, os valores e as expectativas modernas afetaram tanto a sociedade quanto o interior da própria Igreja. Todavia, o elemento chave de todas as mudanças foi o Concílio Vaticano II que desencadeou as reformas tanto no ponto de vista litúrgico e cultural, quando organizacional interno, como na abertura a outras confissões, através de um diálogo ecumênico que se confrontou com a estrutura tradicional da Igreja Católica em Portugal. O país lusitano, também, enfrentava o crescimento da contestação social e o problema da guerra colonial - em Angola, Moçambique e Guiné - no princípio da década de 1960 (CATROGA, 2001, p. 367-8).

O fim do Estado Novo em 1974 e a aprovação, após dois anos, da nova Constituição da República Portuguesa não indicava de forma explícita, ao contrário da francesa, a sua não confessionalidade (CATROGA, 2001, p. 369). Somente em 2004 ocorrerão algumas reformas no tocante as questões de religiosidade, da isenção de impostos e dos princípios de liberdade e de igualdade religiosas.

Somente com a Lei da Liberdade Religiosa de 2001 esclareceu-se que o Estado português não adotaria nenhuma religião, apesar de a Igreja Católica possuir privilégios justificados pelo costume, como o monopólio do ensino religioso nas escolas, a assistência espiritual nas Forças Armadas, nos hospitais e nas prisões, além da Concordata dar-lhe vantagens dentro do mercado religioso (CATROGA, 2001, p. 370).

Fernando Catroga considera que Portugal, tal como a Itália e a Espanha tem sido um típico caso de “quase laicidade” (2001, p. 370). Já Helena Vilaça designa que a França e Portugal são os únicos países que pertencem ao regime de “separação absoluta”, visto que ambas as repúblicas consagram o princípio de independência do Estado em relação às comunidades religiosas, “num espírito de laicidade”. A denominação de “separação laica”

não necessariamente ocorre de forma absoluta² em Portugal (HASQUIN, 1994 apud VILAÇA, 2006, p. 150-1).

Em finais dos anos 1990 cria-se, conforme visto anteriormente, a Lei de Liberdade Religiosa que será aprovada em 2001 pela Assembleia da República, a partir da aplicação de suas ideias começam a acelerar as mudanças do cenário religioso na sociedade portuguesa por meio da atuação dos atores envolvidos no campo político e religioso. Entre estas transformações ressaltam-se:

[...] as liberdades de expressão e manifestação facultadas, desde 1974, pelo quadro democrático; [...] a pulverização dos grupos religiosos e a visibilidade das confissões antigas, fenômeno que originará novos protagonistas e concorrência no mercado de bens religiosos; a integração de Portugal na União Europeia e respectivo acompanhamento, por parte dos dirigentes políticos, da discussão que, àquela escala, se faz do fenômeno religioso atual, necessidade de revisão da Concordata com a Igreja Católica nas matérias que foram entendidas como inadequadas ao momento presente (VILAÇA, 2006, p. 152).

De um contexto de inexistência de pluralismo de credos, ao logo dos séculos, o pós 25 de Abril proporciona o impulso à proliferação de Novos Movimentos Religiosos – NMRs- e surgimento de debates sobre o pluralismo e a tolerância. A partir da democratização tardia e da independência das colônias portuguesas o país começa a mudar o seu panorama religioso.

De um cenário monolítico à diversidade religiosa

Este capítulo tem o propósito de formar elementos para configurar a autonomia do campo religioso minoritário quando confrontado com a dicotomia maioria/minoria, a fim de não somente se limitar as estatísticas, mas demonstrar a visibilidade simbólica destes grupos. O novo ambiente democrático trouxe uma relativa estabilização aos grupos

²A pesquisadora Helena Vilaça trabalhar com a designação de Hasquin, o qual expõe que: “dentro dos regimes separatistas, a Alemanha, caracteriza-se por um sistema de paridade entre a Igreja Católica e as Igrejas Evangélicas”, na qual realizou concordata com a primeira e acordos com as outras Igrejas, através de um mecanismo de colaboração bilateral entre os Estados e as Igrejas. Ainda dentro destas modalidades de separação, mas com variantes estão “a Irlanda, a Holanda, a Bélgica, o Luxemburgo e as regiões de Alsace e Moselle, a Itália e a Espanha.” Destaca-se que estes dois últimos países estabeleceram, recentemente, acordos entre as comunidades religiosas, após longo período em que o catolicismo mereceu estatuto de religião oficial. Apenas a França e Portugal, consagram o princípio de independência do Estado em relação às comunidades religiosas, “num espírito de laicidade” (VILAÇA, 2016, p 150-51).

religiosos pré-existent, pela ótica estatística, e “uma diversificação e aumento do mercado de bens religiosos” (VILAÇA, 2006, p. 193). O artigo proposto não tem o objetivo de analisar com minúcias as alterações do universo religioso minoritário, mas sinalizar que um mosaico de posições frente à religião começa a configurar-se em Portugal nas últimas décadas. O Inquérito sobre as “Identidades Religiosas em Portugal: Representações, Valores e Práticas” de 2011³ apresenta a religião católica como majoritária, mas demonstra uma significativa fração de pessoas que se autodesignam crentes, mas sem religião, indiferentes, ateus, agnósticos e uma diversidade opções autointituladas a outras religiões.

Tabela 1. Classificação religiosa dos portugueses em 2000

Posição religiosa atual	N	%
Crente, mas não tem religião	177	4,6
Indiferente	123	3,2
Agnóstico	86	2,2
Ateu	158	4,1
Católico	3052	79,5
Evangélico	84	2,2
Outro protestante	6	0,2
Ortodoxo	20	0,5
Muçulmano	12	0,3
Testemunha de Jeová	49	1,3
Igreja Universal do Reino de Deus	3	0,1
Outra religião cristã	30	0,8
Outra religião não cristã	14	0,4
Ns/Nr	23	0,6
Total	3837	100

Fonte: Elaborado pela autora.

O problema sociológico que se apresenta frente a este cenário não é saber em que circunstância emergiu essa diversidade de grupos religiosos minoritários, mas analisar se esta multiplicidade pode ser “um indicador das tendências e recomposições sociais da sociedade portuguesa” (VILAÇA, 2006, p. 174).

³Inquérito sobre as “Identidades Religiosas em Portugal: Representações, Valores e Práticas”, 2011. Resumo do relatório apresentado na Assembleia Plenária da Conferência Episcopal Portuguesa, em Fátima 16 a 19 de abril de 2012, realizado pela Universidade Católica Portuguesa – UCP pelo Centro de Estudos e Sondagens de Opinião & Centro de Estudos de Religiões e Culturas e Coordenado pelo professor Dr. Alfredo Teixeira com o patrocínio da Conferência Episcopal Portuguesa. Disponível em: <http://www.esb.ucp.pt/sites/default/files/images/inquerito_2011_resumo.pdf>. Acesso em 15 set. 2016.

As mudanças proporcionadas pelo ambiente democrático de liberdade religiosa, somadas ao fim do colonialismo moçambicano e guineense e o avanço dos movimentos migratórios das últimas décadas da Europa contribuíram para o indicativo de multiplicidade do universo religioso em Portugal. A configuração de religiosidade, cada vez mais diversificada, integra um conjunto de valores que compõem um dos traços da modernidade (VILAÇA, 2006, p. 262).

Ao acompanhar esta ideia pretende-se lidar neste artigo com os valores da religião e sua relação com a instituição da moral nas sociedades Ocidentais, sem despi-la de seu conteúdo racional. Mesmo que a laicização das autoridades políticas possa ser considerada como uma viga mestra do processo de secularização, ainda assim é inconcebível pensar a modernidade sem a participação da religião (ARAUJO, 2013, p. XVII).

Para a doutora em Teologia a professora portuguesa Tereza Toldy a presença da religião na vida moderna requer uma análise complexa (TOLDY, 2013, p. 23). Partindo desta inquietação observam-se nas pesquisas empíricas de Doutorado, no país lusitano, algumas manifestações religiosas, entre elas, o culto à Rainha Santa Isabel de Coimbra e as Festas ao Espírito Santo. No entanto, concomitante as observações participantes realizadas procura-se analisar as visões das pessoas anticrenças acerca da sociedade portuguesa.

Religião e Laicidade: a santidade em debate

Durante a pesquisa exploratória em Portugal nos anos de 2015 e 2016 fez-se uma coletânea de informações sobre a vida e a morte da rainha Isabel de Aragão, as celebrações atuais do culto a sua santidade e o panorama da religião, do catolicismo e da laicidade em Portugal. A escolha da santa católica deveu-se tanto pela sua trajetória religiosa e política junto a seu marido, o rei de Portugal Dom Dinis (1279-1325), quanto pela promoção do culto ao Espírito Santo em Portugal, como pela realização de valores morais na sociedade portuguesa nos dias atuais.

O debate sobre os valores morais elaborados pelo culto da rainha Santa será objeto de investigação de minha Tese de Doutorado. Estuda-se a realização de valores em uma sociedade a partir do conceito de exemplaridade ou força de exemplo do filósofo Alessandro Ferrara (FERRARA, 2008) e a gênese dos valores a partir dos estudos do antropólogo da religião Joel Robbins (ROBBINS, 2015).

Na cidade de Coimbra ocorre o maior culto público à rainha Santa Isabel em Portugal, uma vez que seu corpo encontra-se depositado no ataúde de prata na Igreja da rainha Santa localizado no convento Santa Clara-a-Nova. No ano de 2016 transcorreram as celebrações dos 500 anos de sua Beatificação, com a realização de três procissões históricas pelas ruas da cidade. As festas à rainha Santa acontecem tradicionalmente no mês de julho, devido ao fato de sua morte ter acontecido em 04 de julho de 1336. Além das procissões, houve as missas solenes e a visitação dos fiéis ao túmulo no qual estava exposta a mão incorrupta da santa.

Em meio aos momentos de efervescência geral (DURKHEIM, 2009, p.417) das manifestações religiosas à Santa houve inúmeros atos de fé, desde as práticas de penitências demonstradas nas procissões de pés descalços, de cadeira de rodas até as de joelhos no percurso do andor da santa.

Embora se estivesse envolvida no mundo das visões dos crentes, procurou-se fazer um distanciamento, a fim de que se pudesse alcançar o universo das anticrenças. Para que isso ocorresse realizou-se um deslocamento da lente da pesquisa e, na cidade da efervescência, fez-se uma entrevista com o presidente da Associação Ateísta Portuguesa. Na tentativa de compreender sua visão sobre a religião no espaço público no Estado democrático português, perguntou-se como ele via a realização de três procissões alusivas à Rainha Santa Isabel nas ruas de Coimbra.

Embora eu pense que é um abuso uma ocupação tão demorada no espaço público, aceito-a como uma liberdade de associação e de manifestação, como considero legítima uma manifestação sindical, uma manifestação profissional, ou de desempregados ou outra qualquer. Também considero uma procissão como uma manifestação de um culto [...], de um culto particular na via pública. Portanto, digamos que considero mais uma manifestação de liberdade, de liberdade de um Estado democrático, do que propriamente uma atitude de provocação à laicidade do Estado (Entrevista concedida por ESPERANÇA, Carlos, 2016).

Compreende-se o seu posicionamento como uma atitude autorreflexiva da condição democrática de Portugal na atualidade. Seu ponto de vista pode associar-se a uma atitude pós-secular de tolerância das sociedades pluralistas de constituição democrática, na qual exigem tanto dos crentes uma compreensão da cultura política liberal, quanto à mesma

compreensão dos descrentes no relacionamento com os religiosos (HABERMAS, 2007, p. 55).

No prosseguimento da conversa expôs-se o pensamento de Habermas ao presidente da Associação Ateísta e obteve-se a seguinte explicação:

Eu penso que uma das grandes vantagens do ateísmo moderno é não ser intrinsecamente anticlerical. Não estou a ver nenhum membro da Associação Ateísta capaz de interromper uma cerimônia religiosa, fosse como fosse. Seguramente que ficaria muito magoado se um sócio da Associação Ateísta, da qual sou fundador, ficaria muito penalizado se um ateu o fizesse, exatamente por seu ateísmo, interrompesse uma cerimônia religiosa ou fosse incorreto para um crente de qualquer religião.

Vê-se no presidente uma modernização da consciência pública, dado que para ele tanto o pensamento secular quanto o religioso são manifestações de liberdade do Estado democrático e, portanto, pode coexistir no mesmo espaço público. As ideias deste ateu repercutem no discurso de uma sociedade pós-secular (HABERMAS, 2007, p. 51-2).

Ao seguir esta compreensão visualiza-se como um desafio sociológico a análise das teorias da secularização e da pós-secularização na sociedade portuguesa, uma vez que as pesquisas sobre a religião e a modernidade indicam que Portugal é modernamente um país que pode ser considerado secularizado, religioso e católico (DIX, 2010; TOLDY, 2013).

Para Vilaça (2006) a maior parte dos estudos sobre a matéria da religião em Portugal é promovida por instituições católicas ou investigadores ligados a elas, ou seja, tais pesquisas podem ter um viés confessional. As análises sociológicas da sociedade portuguesa, mesmo atentas aos números apresentados por estas pesquisas, estão ausentes de uma teorização que problematize os conceitos, tais como, o de secularização de acordo com a realidade social do país lusitano (VILAÇA, 2006, p. 126).

Pensa-se conforme Vilaça (2006) que o “pluralismo é um desafio para modernidade”, uma vez que o pluralismo configura-se como múltiplos centros sagrados coexistindo reflexivamente, nos quais possa haver caminhos para o estabelecimento de valores específicos, valores morais, ideais de tolerância necessários ao convívio solidário das sociedades modernas (Vilaça, 2006, p. 267).

Conclusão: entre as tesselas e os elos da tolerância

Chega-se ao fim deste artigo, no entanto, confronta-se novamente com as ideias apresentadas no título “Entre a Laicidade e a Religião: Portugal um mosaico de valores”. Considera-se o mosaico como um embutido de pequenas tesselas, ou peças quadrangulares coloridas que formam um desenho. Utiliza-se desta analogia como forma de ilustrar a hegemonia da religião católica no país lusitano, todavia, com o novo cenário político as confissões religiosas mais antigas reestruturam-se e os novos grupos religiosos minoritários proliferam-se (Anexo 1). Se a sociedade portuguesa aponta para a diversidade do universo religioso o alcance de uma sociedade pluralista se dará quando cada indivíduo for capaz de reconhecer que o mundo da vida quotidiana é tão real para si próprio quanto para os outros (VILAÇA, 2006, p. 266).

Por fim, mostra-se um desafio para um cientista social estudar a temática do pluralismo religioso em Portugal, não se detendo apenas às estatísticas, mas investigando também os universos simbólicos individuais e coletivos destes dois mundos. Inclui-se a questão da tolerância entre as visões dos católicos, dos não crentes, dos crentes sem religião e dos pertencentes a outras religiões, para pesquisar a possibilidade de configurações pós-seculares na sociedade portuguesa e indícios de consciência reflexiva acerca da diversidade de crenças e anticrenças. A propósito, já foram identificadas outras atitudes de reflexividade em relação ao pluralismo religioso da sociedade portuguesa, mas deverão ser tratadas em um próximo momento.

Anexo 1- Representação do mosaico da diversidade religiosa de Portugal



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, Luiz Bernardo Leite. Apresentação à edição brasileira. In: HABERMAS, Jürgen. **Fé e Saber**. Tradução Fernando Costa Mattos. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

AZEVEDO, Carlos Moreira, dir. **Dicionário de História Religiosa de Portugal**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000. ISBN 972-42-2383-3. Vol. 2. Disponível em: <<http://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/13494>>. Acesso em 14 de set. 2016.

AZEVEDO, Carlos Moreira, dir. **Dicionário de História Religiosa de Portugal**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000. ISBN 972-42-2416-3. Vol. 3. Disponível em: <<http://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/13494>>. Acesso em 14 de set. 2016.

CATROGA, Fernando. **Entre deuses e Césares: secularização, laicidade e religião civil**. – uma perspectiva histórica. 2ª ed. Coimbra: Edições Almedina, 2010.

DIX, Steffen. As esferas seculares e religiosas na sociedade portuguesa. **Análise Social**, vol. XLV, n. 194, 2010. Disponível em <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1268306960Y6kEE8vd8Li59CA4.pdf>> Acesso em 12 set. 2016.

DURKHEIM, Émile. **As Formas Elementares da Vida Religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

FERRARA, Alessandro. **The Force of the Exemple**: Explorations in the Paradigm of judgment. New York: Columbia University Press, 2008.

HABERMAS, Jürgen. **Fé e Saber**. Tradução Fernando Costa Mattos. I. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

HASQUIN, Hervé. L'État et les Églises dans l'Europe communautaire – à propos du financement des cultes. IN: DIERKENS, A. Pluralisme religiex et läicités dans L'Union Européenne. Bruxelas: Éditions de l'Université de Bruxelles, 1994.

RIIS, Ole. Modes of Religious Pluralism under Conditions of Globalisation. **IJMS: International Journal on Multicultural Societies, UNESCO**, vol. 1, n.1, 1999. Disponível em: <www.unesco.org/shs/ijms/vol1/issue1/art2>. Acesso em 10 set. 2016.

ROBBINS, Joel. Onde no mundo estão os valores? Exemplaridade, Moralidade e Processo Social. In: **Sociologias**. UFRGS, n. 39, ano 17, maio/ago, 2015.

TOLDY, Martinho Tereza. A Secularização da sociedade portuguesa no contexto das modernidades múltiplas. **Didaskalia**, nº 43. Revista da Faculdade de Teologia de Lisboa, 2013.

VILAÇA, Helena. **Da Torre de Babel à Terras Prometidas: pluralismo religioso em Portugal**. Porto: Edições Afrontamentos, 2006.

ENTREVISTA NARRATIVA

ESPERANÇA, Carlos. **O Culto à Rainha Santa Isabel: reflexões sobre Religião, Catolicismo, Secularização e Pós-Secularização em Portugal** (título provisório do Projeto de Tese). Coimbra, 2016. 1 arquivo mp3 (1h24min). Entrevista concedida a Ana Carine Cerva.

O nível formal do conceito de Opção Religiosa: agnósticos, religiosos, deístas e ateus

Ricardo Cortez Lopes¹

Este trabalho trata de uma revisão do conceito de opção religiosa, que vamos desdobrar em duas dimensões: (a) a dimensão formal (na qual da relação do indivíduo com o seu sagrado se dá em termos filosóficos-axiomáticos e que não tem uma dimensão ritual pronunciada) e (2) a dimensão estrutural (no qual o sagrado já conta com um ritual que corresponde às crenças e tem uma comunidade moral baseada em atos). Nesse artigo, vamos nos focar nessa primeira dimensão filosófica-axiomática, que vai gerar os grupos/attitudes agnóstico, religioso, deísta e ateu, concebidos através de seu sagrado a partir de uma análise documental.

Palavras-Chave: Opção Religiosa, Sagrado, Sociologia formal

1. Introdução

A religião é um importante fator a ser considerado na compreensão do comportamento de um indivíduo. O caso brasileiro é muito especial nessa faceta, o que ficou muito claro quando assistimos – alguns de nós bestializados - a justificação do voto de certos parlamentares (nem todos da bancada evangélica) a favor e contra o impeachment da Ex-presidente Dilma Roussef a partir da justificação de uma vontade divina. Essa é uma das evidências mais gritantes de que a religião está irremediavelmente presente na esfera pública brasileira.

Em países em que há uma forte tradição religiosa - como é o caso do Brasil - essa mistura se torna mais problemática. Porque não há apenas a confusão da religião com a esfera pública por parte de agentes - há a própria formação da segunda a partir da primeira (MONTERO, 2006). Nesse sentido, distinguir operacionalmente o que é religião do que é público - se esse também não for uma forma de sagrado - se torna bastante dificultado, mesmo que ambos os conceitos possuam um lastro filosófico-cultural tão extenso. Sem essa delimitação a deliberação é trabalhada em termos estereotipados e o debate acaba bastante prejudicado e inconclusivo.

¹Doutorando em Sociologia pelo PPGS UFRGS. Membro do Núcleo de Estudos da Religião (NER) e do grupo Cultura Digital e Mídias Móveis.

Nesse sentido, propomos aqui refletir e aprofundar um desses entes, o da religião, justamente para ajudar nessas distinções. Mas vamos partir do ponto de vista no que a religião “toca” o público: o conceito de opção religiosa, e não sua concepção “pura”. Vamos observar que, quando se desvincula da religiosidade a legitimidade política de um estado, produz-se esse híbrido que é a opção religiosa. Assim a religião passa a poder circular no espaço público de maneira coesa com esse sistema, e está incorporada (porém dormente) nos seres privados.

Apesar de podermos apreciar um proselitismo muito alarmente por parte de muitos políticos, acreditamos que é com essa variedade do conceito religião que o debate público pode se tornar frutífero de fato. Porque, se esses políticos trazem de maneira muito explícita essa mistura público-privado, ainda há uma série de fenômenos que são menos “gritantes” e que passam batidos por serem considerados menos ameaçadores para a herança cultural moderna, embora sejam prejudiciais ao modelo de uma mesma maneira.

Para essa empreitada, dividimos o conceito de opção religiosa em duas dimensões, segundo aportes da sociologia simmeliana: uma dimensão da forma e uma dimensão do conteúdo, escalonados a partir do conceito de sagrado. Depois de argumentarmos nesse sentido, apresentamos uma análise documental que dá suporte empírico a nossa argumentação. Mas primeiramente começemos com o conceito de religião, que ainda está presente no conceito de opção religiosa, mesmo que não componha sua totalidade.

2. Religião e Opção Religiosa na literatura

O conceito de religião pode ter muitas definições possíveis, desde uma visão materialista-histórica até uma interpretação mais niilista. Adotaremos aqui uma perspectiva que parte do sociólogo Émile Durkheim. A definição deste último pode ser considerada de extração mais funcionalista, e se baseia na suposição de que todas as religiões são compostas por um conjunto de crenças - representações e estados de opinião - e de ritos - modos de ação determinados que correspondem a essas crenças (DURKHEIM, 1996: 67). Segundo esse mesmo autor, a distinção entre o sagrado e o profano é endêmica do pensamento religioso em relação a outros pensamentos (DURKHEIM, 1996: 68), e ele sustenta o seu estudo sobre o totemismo na Austrália definindo a religião como um sistema de crenças e de práticas relativas ao sagrado que une seus membros em uma comunidade

moral chamada igreja (DURKHEIM, 1996: 79). Vamos notar que se trata de uma definição formal que enquadra e define o fenômeno religioso nas mais diversas manifestações empíricas. Já o conceito de opção religiosa pressupõe um contexto específico, que é o dos processos (ou tentativas) de secularização dos séculos passados, no qual o religioso é considerado como um assunto pessoal e não público, o que dá margem para a permissão de um pluralismo.

Portanto, o conceito de opção religiosa só é formulável em um ambiente de pluralismo religioso. Nele, não há uma interconexão entre o estado e uma religião monopolizadora da legitimidade do segundo em relação à sociedade civil. A desvinculação referida produz uma mudança estrutural que permita a emergência de publicidade para outros grupos religiosos (STEIL, 2001: 116) antes marginalizados, que passam também a competir por fiéis (MARIANO, 2003: 246). Charles Taylor pensa esse processo em si de maneira mais globalizada quando se refere ao Ocidente: para ele há uma passagem de uma sociedade na qual a fé é ingênua – porque inquestionável – para uma sociedade onde a fé é uma opção (TAYLOR, 2010: 15). É nesse ambiente menos monopolizado com relação à uma religião “nacional” que se torna possível a existência de opções religiosas, que, teoricamente, devem conviver entre si em paz na esfera pública.

Vamos ler esse segundo conceito usando o primeiro como pressuposto. Nem todos os autores que chamamos para falar de opção religiosa fizeram essa manobra, então essa pode ser uma contribuição muito nossa. Mas para proceder tal manobra é preciso começar definindo o conceito de sagrado.

3. Sagrado

Resumidamente, o sagrado é, antes de tudo, uma característica que se vincula a diferentes objetos², uma espécie de força que instiga respeito, e que só pode ser compreendida em contraposição à noção de profano (que é tudo o que foi feito por mãos humanas, como veremos adiante). Vamos nos referir aqui a um sagrado que é moral, porque lida com escolhas do indivíduo.

²Gostamos de utilizar como analogia para clarificar esse conceito de sagrado a lenda de Aquiles. Este herói grego foi banhado no Rio Estige quando criança e tornou seu corpo invulnerável - ou seja, um sagrado imune a ataques mundanos e profanos. A única parte não banhada foi a de seu calcanhar, que passou a ser o seu ponto fraco e foi por onde foi efetivamente morto por uma flecha envenenada.

A ideia moral aqui entendida enquanto uma ideia que é sagrada, um tipo especial de ideia a respeito do que é o bem e o mal e que tem a capacidade de determinar a ação dos sujeitos nesta ou naquela direção.

Para Durkheim, ideais são ideias – e as ideias compõem o mundo social – que não coincidem necessariamente com o real no sentido metafísico do termo, “tratando-se [, assim,] de uma representação criada socialmente e que vive na consciência coletiva” (WEISS, 2011: 200). Esse ideal seria absoluto e intocável, e é criado por cada sociedade em um determinado momento de sua existência – o ideal, portanto, não é nem atemporal e nem universal – e em determinadas pré-condições. Essas ideias se formam a partir de um complexo de acontecimentos que incluem a colocação em xeque de ideais a partir de momentos de crises, seguido pela criação subsequente de novos ideais morais.

Não nos interessa aqui descrever o processo da gênese desses ideais, mas sim entender como eles se tornam sagrados. Para Durkheim, explicar a origem do ideal pressupõe explicar a origem do sagrado, porque o sagrado surge de uma ideia que foi gestada em um momento em que as forças sociais criativas estavam em curso. A vida coletiva se intensifica e isso gera algo novo e superior, que é mais sublime do que se passa na vida ordinária, e eleva os sentimentos individuais e coletivos. Assim como o ideal, o sagrado superpõe, soma, acrescenta no real. Atribui as coisas que o circundam propriedades que elas não possuem para exprimir de forma mais tangível as sensações que antes foram experimentadas em maior intensidade, no momento em que o ordinário se transformou o extraordinário de maneira provisória.

Uma vez que os ideais morais são representações coletivas sobre um fim sendo perseguido, eles deixam de ser simples representações (ideias) e viram ideais. Por isso o sagrado é um ideal e um ideal é um sagrado. E, apesar do papel crucial que o sagrado cumpre nessa dinâmica, ele não é formulado com clareza por Durkheim. O esforço intelectual de Durkheim nas *Formas Elementares da Vida Religiosa* é o de entender melhor a religião a partir da compreensão de suas partes mais elementares, ou seja, as suas crenças e os seus ritos, e o sagrado não aparece com tanta clareza.

Tal como já apreciamos, as crenças são estados de opinião, representações, que cristalizam os ideais que se nutre a respeito das coisas. As crenças circunscrevem os domínios do sagrado e do profano. Uma vez que a crença é uma forma de classificação, sagrado e profano são um modo de classificação. Ou seja, a crença fundamental não é a

existência de um deus ou de uma vida pós-morte, mas sim a de que o mundo possui um caráter dual. Nesse sentido, é o sagrado que define a religião, e não o contrário. O sagrado seria superior e é inviolável, e não dependeria da religião para existir. Por isso é possível existir um sagrado laico.

Por essas razões, o sagrado está ligado ao grupo, de modo que hoje em dia, com o multiculturalismo, muitos sagrados convivem no mesmo espaço público (WEISS, 2013: 398). O sagrado está ligado também a noção de autoridade moral, que “[...] parece ser anterior, pois é dessa autoridade que brota o caráter sagrado das coisas e o sentimento de sagrado que elas inspiram, que, na verdade, é uma emanção dessa autoridade mesma”(WEISS, 2011: 400). Isso porque:

[...] os imperativos que constituem as regras morais são representações coletivas que de um lado expressam o ideal e, de outro, regulamentam a ação. Por isso, tanto as regras quanto o ideal aparecem como sagrados, como invioláveis, na medida em que essas representações aparecem como sendo investidas da força oriunda dos processos que as constituíram. Assim podemos retornar à noção de respeito e entender em que sentido ele é uma reação emotiva que experimentamos em virtude da força psíquica engendrada pela vida em grupo que, em última análise, é o que funda a ideia de autoridade moral (WEISS, 2011: 401)

As forças criativas – e não transcendentes – é que concedem o caráter de autoridade moral, e é a presença dessas forças em algo que torna sagrado esse algo (WEISS, 2011:401). Mas, mesmo assim, as coisas sagradas pertencem a um mundo não visível e não disponível para os sentidos (JONES, 2013: 207). E as coisas sagradas conseguem dar materialidade a essa característica, daí a sua distinção daquilo que é profano. O profano é tudo aquilo que é feito por mãos humanas, que não é a *acheiropoiete* (que é o sagrado em si). O profano é a não-transcendência, é aquilo que é feito por mãos humanas (LATOUR, 2008: 116).

Operacionalmente, portanto, vamos pensar o sagrado das opções religiosas como resultante de efervescências de determinados grupos, que estabelecem ideais morais sagrados que vão ser compartilhados dentro de uma sociedade em que já há outros sagrados circulando.

4. O sentido formal e estrutural de opção religiosa

O outro lado que vamos trazer para complexificar um pouco o conceito de opção religiosa será a sociologia formal de George Simmel (1858-1918). Este sociólogo não estava preocupado com as grandes instituições, sejam elas de poder, de opressão ou de coesão. Sua preocupação estava circunscrita mais nas relações desenvolvidas no cotidiano da interação. O que faz de sua obra uma sociologia compreensiva das formas. Formas que seriam, para ele, o objeto da sociologia (MOCELIN, 2016: 51). Porque a forma descreve um impulso à, que conduz a uma interação (SIMMEL, 2016: 60). Já o conteúdo é aquilo que existe concretamente no mundo social e que preenche a vida dos sujeitos com conteúdo objetivo (SIMMEL, 2006: 60). Dotados dessas duas dimensões, retomemos e transformemos o conceito de opção religiosa. Ele passa, assim, a ter duas dimensões, e não apenas descreve uma série de itens disponíveis para a livre escolha.

Começemos pela dimensão formal. Nessa dimensão, a relação do indivíduo com o seu sagrado - que não precisa ser um sagrado religioso - se dá em termos filosóficos-axiomáticos³. Ou seja, há a existência de um enunciado simples que buscam responder a questões existenciais tais como, por exemplo, “*Deus existe*” ou “*o universo contém tudo que há*”, “*o sentido da vida*”, etc.

É essa a dimensão que abre caminho para crenças e práticas que venham a se acoplar na dimensão do conteúdo, que veremos mais adiante. Vai se construir uma comunidade moral em torno do compartilhamento desse axioma, mesmo que atores possam vir a discordar na dimensão do conteúdo. Um exemplo bem trivial poderia ser o cristianismo: a proposição axiomática é de que Jesus Cristo seria a ligação com Deus, e o conteúdo seriam as variedades do cristianismo como o catolicismo, protestantismo, neopentecostalismo, etc.

Procedamos agora para a dimensão do conteúdo, que abordaremos muito brevemente. Depois de estabelecida a dimensão formal a partir do axioma, já se acoplam outras crenças, acompanhadas de práticas rituais correspondentes, que constituem em uma performance. Performance que reforça e relembra os laços já estabelecidos.

³O axioma é uma premissa considerada verdadeira sem ser comprovada.

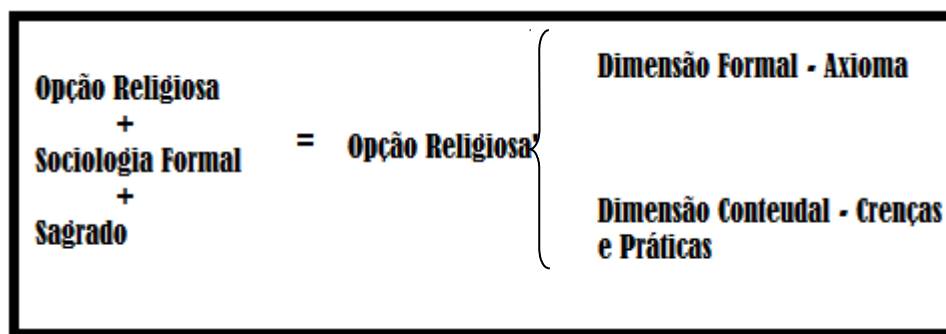


Figura 1: esquematização do conceito de opção religiosa

5. As opções do ponto de vista formal: uma análise documental

Vamos abordar quatro opções do ponto de vista formal. Primeiramente começaremos pela religiosidade e pelo deísmo, para depois passarmos pelo agnosticismo e por fim pelo ateísmo. Vamos observar que essas formas são partilhadas por comunidades morais ao longo do tempo, e estão longe de ser uma escolha apenas individual.

É curioso notar que algumas dessas opções formais não são estudadas, ou são estudadas muito pouco pelas ciências sociais. Esse é o caso especialmente daquelas que se declaram publicamente não-religiosas (MONTERO, DULLO, 2014). Para proceder essa revisão precisamos lançar mão de um dicionário de filosofia e de um dicionário de filosofia da religião e de apologética⁴ para começar a discutir alguns termos, que apareceram inexplorados na literatura.

5. 1. Religiosos

Inserimos nesta definição os religiosos praticantes e não-praticantes, uma vez que estamos lidando estritamente com o sagrado que compartilham que vem antes desses dois elementos.

Não definiremos o termo religião novamente neste espaço. Vimos que diferentes religiões possuem diferentes crenças e diferentes práticas correspondentes, o que confere uma riqueza empírica sem igual para o estudo do fenômeno religioso do ponto de vista do conteúdo.

⁴Área da teologia que busca convencer o interlocutor sobre a existência e a causalidade de Deus.

O sagrado dos religiosos não está necessariamente calcado na ideia de Deus. Isso seria restringir muito sua riqueza, pois existem muitos conteúdos religiosos que não possuem essa ideia de um Deus e que são religiosos da mesma maneira - tal como já nos alertava Weber ao se referir ao budismo (WEBER, 2009: 281). Preferimos localizar esse sagrado na ideia de que a natureza é um ente causado por um terceiro - portanto, sobrenatural -, e que daí surgem entidades das mais variadas manifestações possíveis, que são a base de diferentes conteúdos.

5.2. Deístas

Quando lidamos com os atores em trabalho de campo, necessitamos utilizar a linguagem menos técnica para que nos façamos entender. É exatamente o caso dos deístas. Porque estes, ao afirmarem que acreditarem em Deus sem possuir uma religião, estão se identificando com o deísmo, mesmo que não possuam conscientemente uma conexão intelectual com essa longa tradição.

A fronteira entre esta categoria e a categoria dos religiosos não praticantes aparentemente parece bem borrada. Afinal, ambos não comungam de crenças e práticas de um conteúdo. A diferença, basicamente, é a que existem algumas crenças que acabam adentrando a região da forma, mas que ficam sem o correspondente na sua prática.

Acreditar em Deus sem anexar a ele a um sistema de crenças e práticas é uma tendência bem forte em um contexto multicultural. Isto porque ocorre uma desinstitucionalização religiosa, e a pertença religiosa fica mais difusa do que concentrada em instituições. Por conta dessas implicações, as crenças se descolam das suas respectivas práticas, daí Taylor denominar a nossa época de pós-durkheimiana (por conta da definição que associava fortemente crenças e práticas). Neste cenário, a crença metafísica na existência de um Deus sem as coerções de uma comunidade em prol de participação nas práticas parece não gerar fortes comoções com outras opções.

Mas o deísmo teve sua origem em um contexto em que não havia essa desinstitucionalização dos tempos atuais. E, mais: possui uma longa tradição de intelectuais importantes como pertencentes a essa variável formal. Assim define Abbagnano (2004: 237):

[O deísmo é uma] Doutrina de uma religião natural ou racional não fundada na revelação histórica, mas na manifestação natural da divindade à razão do homem. O D. é um aspecto do Iluminismo, de que faz parte integrante. Mas as discussões em torno do D. foram iniciadas pelos chamados platônicos de Cambridge, especialmente por Herbert de Cherbury em sua obra *De Veritate*.

É possível perceber que o deísmo é um aspecto do Iluminismo, porque o sentimento religioso se volta justamente para uma religião natural ou racional. Esse ponto de partida é um

Ponto de vista segundo o qual Deus criou o mundo, mas não o sustenta providencialmente. Em outras palavras, apesar de Deus existir, ele não interage com a criação. O termo é também usado para descrever a convicção de que a verdadeira religião é a religião natural fundamentada na razão e não em alguma revelação especial detentora de autoridade (EVANS, 2004: 40)

Ou seja, a existência de deus seria uma evidência natural - porque racional - e não revelada. Nesse sentido, não seria necessário haver uma revelação com um sistema de crenças embutido para se sustentar a crença em um deus, muito menos a prática integradora deste com uma comunidade crente.

No entanto, apesar da inexistência de um grupo que se una em volta de algo publicamente defensável, mesmo assim há uma grande variabilidade de grupos dentro dos deístas:

Note-se, porém, que em relação ao conceito de Deus nem todos os deístas estavam de acordo. Enquanto os deístas ingleses atribuem a Deus não só o governo do mundo físico (a garantia da ordem do mundo), mas também o do mundo moral, os deístas franceses, a começar por Voltaire, negam que Deus se ocupe dos homens e lhe atribuem a mais radical indiferença quanto ao seu destino. Todavia, a "religião natural" de Rousseau é uma forma de D. mais próxima da inglesa porque atribui a Deus também a tarefa de garantir a ordem moral do mundo. Em todo caso, o que há de peculiar ao D., em relação ao teísmo, é a negação da revelação e a redução do conceito de Deus às características que lhe podem ser atribuídas pela razão. Essa é a distinção estabelecida entre D. e teísmo por Kant (ABBAGNANO, 2004: 237)

É de se notar, no entanto, que existem deístas que fazem uma elaboração muito grande para sustentar filosoficamente a sua opção. E outros deístas que apenas o são, em uma atitude agnóstica que desequilibra para o lado de acreditar em Deus, que não estabelecem maiores teorizações sobre o assunto. Vivem suas vidas práticas com a tranquilidade de terem assentado seus pés em uma verdade segura (e sagrada!).

Acreditamos que esse seja o caso da maioria dos deístas que não são filósofos engajados, que em verdade tem suas concepções como resultado da nova paisagem espiritual que se estabeleceu e que permite a existência de deístas. Porque vivemos em uma era da autenticidade, onde a pessoa desfrutaria da liberdade de escolher entre opções possíveis:

Quais são as características dessa nova paisagem espiritual? A primeira é uma que todo mundo irá saudar: a derrubada de barreiras entre diferentes grupos religiosos, a desconstrução dos muros em volta de guetos onde estes existiam [...] Porém, o outro lado disso constitui um declínio. Os resultados externos e mensuráveis são o que se pode esperar: o primeiro, o aumento do número daqueles que se declaram ateístas, agnósticos ou que afirmam não ter religião, e isso em muitos países [...] Porém, para além disso, o leque de posições intermediárias amplia-se muito: muitas pessoas desligam-se da prática ativa, mas ainda declaram-se pertencentes a alguma confissão ou *crentes em Deus* [...] Danièle Hervieu-Léger fala de uma “*decouplage de la croyance et de la pratique*” [...]. Grace Davie fala de “*crer sem pertencer*”. O estreito elo normativo entre certa identidade religiosa, a fé em certas proposições teológicas e uma prática-padrão não vigora mais para um grande número de pessoas (TAYLOR, 2010: 602)

Portanto, trata-se do ambiente ideal para uma maior proliferação do deísmo. O interessante é que se poderia cogitar que essa condição mais individualista desta forma poderia ser mais proliferada em uma situação em que o mundo do trabalho se mostra bastante presente na vida das pessoas, absorvendo-lhes uma boa parte de seu tempo livre. Nesse sentido, seria mais interessante possuir um sagrado que não exigisse a contrapartida da prática, no intuito de se garantir a sobrevivência material do sujeito. Mas essa é uma reflexão que exigiria testes empíricos mais rigorosos.

O sagrado deísta está ligado com a aceitação da existência de Deus, com uma ligação que independe do seguimento de rituais. É basicamente a *concessão* da existência de Deus,

mas não seria uma questão que suscitaria tantos questionamentos posteriores, últimos e extremos. A manutenção status de crente estaria ligado mais à persistência desse pressuposto do que propriamente no cultivo de crenças anexas e de práticas.

5.3. Agnósticos

O agnosticismo é uma posição religiosa que tem origem de uma posição filosófica, que foi aplicada desde uma dimensão epistemológica até uma posição existencial. Para tornar menos confusa essa afirmação, observaremos com mais cuidado o percurso dessa transformação, para depois nos focarmos no interior dessa opção religiosa e o seu sagrado.

É certo que houve *gnósticos* durante a Antiguidade, mas o nosso interesse aqui são os agnósticos. Todavia, como estamos utilizando o prefixo grego “a”, talvez seja interessante começar pelo gnosticismo:

Define-se de um modo geral o gnosticismo como toda a tendência e pretensão de conseguir o saber absoluto, sem que isso signifique sempre o acesso ao mesmo por via puramente racional ou intelectual: mas antes mística e estética. Usualmente chamam-se gnósticos a uma série de pensadores que elaboraram grandes sistemas teológico-filosóficos durante os primeiros séculos da era cristã, nos quais se encontram misturadas as especulações do tipo neoplatônico com os dogmas cristãos e as tradições judaico-orientais (FERRATER, 2001: 121)

Ou seja, existiria um saber absoluto e ele seria acessível por meio de via mística ou estética, e não apenas encontrável pela razão ou pelo intelecto puro. É uma concepção “otimista” quanto ao alcance de conhecimento de caráter absoluto, de causa última, porque ele é alcançável ao fim e ao cabo. O que é a sua resposta axiomática: o agnosticismo, em um primeiro momento, vai negar esse acesso ao conhecimento último, ou ao menos negar a possibilidade de as maneiras de análise desenvolvidas até o momento darem conta deste objeto.

Os agnósticos até enxergam as perguntas últimas (metafísicas e axiomáticas) como existentes. Aliás, elas *devem* ser respondidas, não há um abandono completo da busca por suas elucidações.

Mas os agnósticos não conseguem vislumbrar suas soluções através das soluções oferecidas pelas ciências ou pelas religiões:

Esse termo foi criado pelo naturalista inglês Thomas Huxley em 1869 para indicar a atitude de quem se recusa a admitir soluções para os problemas que não podem ser tratados com os métodos da ciência positiva, sobretudo os problemas metafísicos e religiosos. O próprio Huxley declarou ter cunhado esse termo "como antítese do 'gnóstico' da história da Igreja, que pretendia saber muito sobre coisas que eu ignorava" (ABBAGNANO, 2004: 23)

É interessante que o termo acaba sendo remetido para a religiosidade a partir do uso feito por Charles Darwin:

Esse termo foi retomado por Darwin, que se declarou agnóstico em uma carta de 1879 - Desde então o termo foi usado para designar a atitude dos cientistas de orientação positivista em face do Absoluto, do Infinito, de Deus e dos respectivos problemas, atitude essa marcada pela recusa de professar publicamente qualquer opinião sobre tais problemas (ABBAGNANO, 2004: 23)

Assim, esses problemas – o Absoluto, o Infinito, Deus - são deixados em suspenso, acompanhado por um posicionamento de não se manifestar publicamente sobre eles. Porque a realidade seria a inacessibilidade das razões últimas:

Assim, foi chamada da agnóstica a posição de Spencer, que, na primeira parte dos Primeiros princípios (1862), pretendeu demonstrar a inacessibilidade da realidade última, isto é, da força misteriosa que se manifesta em todos os fenômenos naturais. O fisiólogo alemão Du-Bois Raymond, num texto de 1880, enunciava Os sete enigmas do mundo (origem da matéria e da vida; origem do movimento; surgimento da vida; organização finalista da natureza; surgimento da sensibilidade e da consciência; pensamento racional e origem da linguagem; liberdade do querer), em face dos quais ele achava que o homem estava destinado a pronunciar um *ignorabimus*, já que a ciência nunca poderá resolvê-los (ABBAGNANO, 2004: 23)

Essa palavra também pode ser aplicada ao sistema kantiano, mas essa discussão não é nem de longe o nosso interesse. O mais importante é a seguinte premissa: o agnóstico silencia diante de questões que não possuem, no seu entender, uma solução definitiva. É útil aqui chamarmos a definição de um dicionário de filosofia da religião:

Conceito que não afirma a crença em Deus (teísmo) nem nega a existência dele (ateísmo), mas evita o juízo de valores. É útil para distinguir o “agnóstico modesto” – que se diz incapaz de resolver a questão da existência de Deus – do “agnóstico militante” – que afirma a impossibilidade de decidir essa questão e advoga a suspensão do juízo de valores como única postura racional (EVANS, 2004: 9).

Ou seja, um dos agnósticos, o modesto, individualiza sua solução, enquanto o militante a expõe para a interação social. Mas a questão da incapacidade da solução está muito presente, daí a utilização do prefixo grego negativo “a” seguido de “gnose”, que é “conhecimento” em grego.

A Associação Brasileira de Ateus e Agnósticos - que é uma organização que divulga ideias laicas - congrega também agnósticos em sua formação, de modo que as ideias desse grupo poderiam ser considerada uma expressão pública dos ideais agnósticos. Todavia, essa seria uma enunciação sustentada juntamente com os ateus. Não encontramos de maneira não-associada nenhuma exposição pública sobre o agnosticismo, o que explica em parte o fato de não encontrarmos pesquisas acadêmicas sobre essa posição.

Mas qual seria, então, o sagrado do agnosticismo? Acreditamos que possa estar focado na ideia de dúvida. É a dúvida que é dotada de inquestionabilidade, que se mostra muito forte diante de argumentações e contra-argumentações de outras opções. É a dúvida que dá a segurança, por mais que seja uma resposta provisória, porque é justamente ela que deixa a abertura para o verdadeiro conhecimento, sempre alocado no futuro.

5.4. Ateus

Do ponto de vista do espaço público, Montero e Dullo (2014: 61) afirmam que o ateísmo experimenta uma condição de invisibilidade social por conta de (1) a formação cultural brasileira ser eminentemente católica e (2) pela forma como o ateísmo se posiciona no debate público. Esse contexto guia para um comportamento:

[...] no intuito de especificar e dar visibilidade a sua posição, os ateístas desenvolvem suas campanhas no próprio campo das lutas religiosas. Embora se apresente como uma posição de combate ao teísmo e a toda forma de “religião”, a mobilização pública da associação se organiza na chave política do “pluralismo religioso”: por um lado, reivindicando liberdade de

expressão e de crença, direito constitutivo da liberdade religiosa; por outro, parafraseando, em sua luta contra o “preconceito”, os modos de defender as minorias religiosas por meio de slogans tomados de empréstimo do vocabulário político das lutas de minorias raciais e sexuais (MONTERO, DULLO, 2014: 61)

A bibliografia concebe o ateísmo como uma negação na crença em um (ou mais) “ser não tangível todo-poderoso” e em ritos de fé - não suspendendo o seu juízo quanto a isso, como faria uma atitude agnóstica. Segundo os ateus, as posições que reconhecem estes aspectos não tomariam como base de julgamento os mecanismos de comprovação científica ou mesmo empírica, o que justificaria sua refutação imediata e óbvia (CONESA, 2011: 582). Nicola Abbagnano (2004: 87), afirma que o pensamento ateísta “É, em geral, a negação da causalidade de Deus”. O ateísmo pode ser compreendido em diferentes momentos históricos (ABBAGNANNO, 1998:?, CONESA, 2011: 580), pois cada período histórico possuiria ideias que vigoraram em determinada conjuntura com mais força do que outras.

Mas é somente no século XIX que o pensamento do ateísmo moderno é sistematizado, de modo que é possível distinguir-se muitos tipos de ateísmo, entre eles o especulativo, o prático e o militante (SIEGMUND APUD CRUZ, 2010: 145), e também a variação entre ateísmo forte - aquele que busca uma fundamentação metafísica não-deísta - e ateísmo fraco - aquele que busca apenas erradicar Deus sem “colocar” nada em seu lugar (HAUGHT apud CONESA, 2011: 549).

Como afirmamos anteriormente, a opção do ponto de vista formal se define por responder a questões metafísicas específicas. Diferentemente do agnosticismo, que agrega algumas crenças ao seu axioma, o ateísmo agrega algumas práticas. A mais comum delas, que é quase um rito de passagem, é a iconoclastia ou a negação da religiosidade “herdada” culturalmente, uma vez que a possibilidade de um ateu ser socializado dentro de alguma religiosidade é muito grande antes de ele vir a se tornar um ateu de fato.

O sagrado ateu, portanto, é laico, porque se baseia na natureza como ente não-causado, daí o seu porto seguro estar no conceito renascentista de evidência. Considerar o sagrado ateu como coincidindo com a ciência em si é uma perspectiva muito limitada, porque é possível adotar-se ou uma perspectiva relativista ou mesmo niilista para se exercer o ateísmo. Posteriormente, quando o ateísmo é expresso publicamente,

percebemos que a evidência como metodologia e análise acaba se tornando uma crença. Por fim, esse sagrado pressupõe a existência apenas do natural (do físico), e não do sobrenatural.

6. Considerações finais

Neste texto buscamos reconfigurar o conceito de opção religiosa - a partir da sociologia simmeliana e do conceito de sagrado - e realizar uma análise documental sobre o seu resultante: a dimensão formal do conceito de opção religiosa. Por fim, abordamos algumas variedades a partir desse movimento.

Esperamos, a partir desta breve contribuição, complexificar o debate público, que não pode mais ser lido nos velhos termos modernos do dualismo religião-política. É a colocação do debate nesses termos antiquados que permite que se erijam uma série de dogmatismos (tanto religiosos como laicos) estabelecidos sobre o velho - e sempre presente - valor da piedade, inconsciente no saber coletivo brasileiro. Se alguns atores desejam a laicidade como um projeto, vai ser preciso que ela seja reconfigurada para ser viável nesses novos tempos, que decididamente não são os tempos seculares no qual a religião se alojaria no interior dos indivíduos. É só com o desenvolvimento dessa “inteligência coletiva” que vai ser possível escapar de afirmações esdrúxulas - e embasantes de preconceito - como a de que o ateísmo é uma religião e a de que a religião é um ateísmo.

Concluimos a presente preleção esperando estabelecer um sentido possível - mas não definitivo - para interpretar o fenômeno religioso, que mais parece ser um “saco de gatos” de interior indistinguível. Por mais que seja grandiosa a complexidade de tal objeto, acreditamos que abandoná-la à um relativismo - que volta sua atenção para apenas uma religiosidade - ou a um ceticismo pessimista - que desincentiva tentativas classificatórias - não seja a função das ciências sociais. Como já dissemos, pretendemos incentivar (e não *resolver*) o debate a partir dessa classificação, o que envolve desacomodar e discutir. Não temer o contraditório - por questões de ego pessoal ou de acesso a cargos - e fomentar a discussão: eis a função que pensamos para as ciências sociais, ainda mais no caso da sociologia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Diccionario de filosofía**. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 2004.
- CONESA, Francisco. El nuevo ateísmo: exposición y análisis. **Scripta theologica**, v. 43, n. 1, p. 547-592, 2011.
- CRUZ, Raimundo José Barros. Oito teses sobre processo de secularização da cultura ocidental: indicações de momentos e teóricos chave. **Espaço Acadêmico**, v. 10, n. 114, p. 141-148, 2010.
- DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália**. São Paulo : Martins Fontes, 1996.
- EVANS, C. Stephen. **Dicionário de apologética e filosofia da religião**. São Paulo: Vida, 2004.
- FERRATER, Mora. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Loyola, 2001.
- JONES, Susan Stedman. **Durkheim reconsidered**. Nova Jersey: John Wiley & Sons, 2013.
- LATOURET, Bruno. O que é iconoclash? Ou, há um mundo além das guerras de imagem?. **Horizontes Antropológicos**, v. 14, n. 29, p. 111-150, 2008.
- MARIANO, Ricardo. Efeitos da secularização do Estado, do pluralismo e do mercado religiosos sobre as igrejas pentecostais. **Civitas**, v. 3, n. 1, 2003.
- MOCELIN, Daniel Gustavo. O olhar de Simmel: uma sociologia sobre as formas sociais e a sociabilidade humana. In: MEIRELLES, Mauro, MOCELIN, Daniel Gustavo, RAIZIER, Leandro. **Atores sociais, diversidade e identidade**. Porto Alegre: Cirkula, 2015.
- MONTERO, Paula. Religião, pluralismo e esfera pública no Brasil. **Novos Estudos**, n. 74, p. 47-65, 2006.
- MONTERO, Paula; DULLO, Eduardo. Ateísmo no Brasil: da invisibilidade à crença fundamentalista. **Novos Estudos**, São Paulo, v. 23, n. 100, p. 57-79, 2014.
- SIMMEL, George. **Questões fundamentais de Sociologia**. Tradução de P. Caldas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- STEIL, Carlos Alberto. Pluralismo, modernidade e tradição: transformações do campo religioso. **Ciencias Sociales y Religión**, Porto Alegre, ano 3, n. 3, p. 115-129, oct. 2001.
- TAYLOR, Charles. **Uma era secular**. São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS, 2010.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.

WEISS, Raquel Andrade. **Émile Durkheim e a fundamentação social da moralidade.** 2011. 280 f. Tese (Doutorado em Filosofia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2011.

Concepções de Ciência: estado da arte e questões pendentes

Júlio César Baldasso¹

A proposta do artigo é expor a linha de pesquisa que investiga as concepções de natureza da ciência. Esta tem sido desenvolvida há décadas por pesquisadores do Ensino em Ciências, os quais partiram de questionamentos sobre a relevância do meta-conhecimento, para chegar às pesquisas sobre concepções de ciência. Entende-se por concepção de ciência as ideias estabelecidas e divulgadas sobre as características fundamentais da ciência. Entre tais características, os pesquisadores apresentam que o conhecimento é socialmente construído, é mutável, é influenciado pela sociedade e cultura, como também, que existe uma multiplicidade de métodos científicos e justificativas quanto a importância da teoria para as pesquisas. Percebem-se, então, as influências advindas de estudos da Epistemologia e da Filosofia, História e Sociologia da Ciência. O intuito do trabalho é oferecer um panorama das principais pesquisas realizadas sobre concepções de ciência, especialmente nos Estados Unidos da América e no Brasil. Objetiva-se uma reflexão tanto no âmbito teórico quanto empírico, de modo a apontar os caminhos de investigação possíveis, metodologias utilizadas e dados disponíveis, visando a inserção de tal problemática em uma pesquisa sociológica.

Palavras-Chave: Concepções de ciência, natureza da ciência, construção do conhecimento.

INTRODUÇÃO

A produção de conhecimento e tecnologias foi, e continua sendo, relevante para a manutenção da vida humana e para a sua melhoria em diversos aspectos – de organização, saúde, moralidade, legalidade, etc. Esta produção foi baseada em diversos sistemas que foram se transformando durante a história. Pode-se citar, como exemplos, o conhecimento místico, o conhecimento filosófico, o conhecimento tradicional, o conhecimento eclesiástico e o conhecimento científico. Estes sistemas de conhecimento coexistem em nossa sociedade, sem embargo, alguns deles se institucionalizaram enquanto saberes formais reconhecidos pela Igreja, nos monastérios, e pelo Estado, nas universidades (BURKE, 2003).

¹Mestrando em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Mesmo que estes conhecimentos coexistam na sociedade, participando da vida social e propondo explicações do mundo, houve uma importante revolução paradigmática no século XVII que começou um processo para maior legitimação do conhecimento científico, levando-o a um patamar de maior aceitação, principalmente por ser observável e testável a partir de um método² constituído por regras e procedimentos (RICHTER; DORNELLES, 2013). Esta revolução, chamada de Revolução Científica, foi um processo de inovação intelectual que rejeitava a tradição clássica e a medieval, inaugurando uma “nova filosofia”, também conhecida como “filosofia natural” ou “filosofia mecânica”, possuindo líderes como Galileu e Newton (BURKE, 2003). Tal revolução teve desdobramentos tanto nos ideais de produção de conhecimento confiável, quanto na construção de novas informações, teorias e tecnologias que transformaram a própria ciência como também a sociedade.

Após a Revolução Industrial, a ciência e a tecnologia constituíram uma forte relação com o desenvolvimento socioeconômico, havendo um mútuo condicionamento entre eles (BAUMGARTEN, 2013a). Também, percebe-se que desde os fins de século XX, os processos de produção e difusão de conhecimentos geram transformações econômicas, políticas, sociais, culturais e institucionais nas mais diversas sociedades, tornando a ciência e a tecnologia, como também as inovações, peças fundamentais na competição pela busca do progresso e da supremacia econômica (*ibid.*). Sendo assim, atualmente, de forma consciente ou não, vivemos em um mundo no qual a ciência e a tecnologia estão presentes em todos os espaços, de forma constante. Esta presença diz respeito tanto aos ideais, como o de autonomia – sendo a razão, e especialmente a razão instrumental, características chave para a sua compreensão e prática (SCHNEEWIND, 2005) –, como também diz respeito ao mundo material com novos instrumentos, sistemas, e artefatos (BAUMGARTEM, 2013a). Além disto, a ciência também está presente no Estado, com técnicas de seleção de funcionários, nas justificativas e aplicações de políticas públicas, gerenciamento econômico, espionagem e segurança, e até mesmo com políticas de popularização da própria ciência, tecnologia e inovação, reforçando a relevância destas para a sociedade moderna (PRODANOV, 2013). Sem embargo, tal relevância não é

²Durante muito tempo foi considerado a existência do método científico, no singular. Atualmente, as abordagens da Sociologia, História e Filosofia da Ciência questionam tal existência e propõem uma multiplicidade metodológica. Sem embargo, segundo as pesquisas que serão expostas a seguir, a maioria dos alunos, professores de ciência e cientistas ainda utilizam o discurso positivista do método científico.

percebida com a mesma intensidade nos discursos midiáticos e conversas cotidianas da população (*ibid.*). Ainda, segundo Gama e Zanetic (2009), há canais de divulgação científica e empresas de marketing e vendas que distorcem os potenciais da ciência e sua real aplicabilidade quando afirmam que determinada teoria ou determinado resultado de um produto é “cientificamente comprovado”.

Haja vista a relevância que a ciência possui na atualidade, este artigo pretende expor a linha de pesquisa que investiga as concepções de natureza da ciência³. Esta tem sido desenvolvida há décadas por pesquisadores do Ensino em Ciências, os quais partiram de questionamentos sobre a relevância do conhecimento sobre o conhecimento (meta-conhecimento), para chegar às pesquisas sobre concepções da ciência. Tais pesquisas foram influenciadas por estudos e debates entre filósofos e historiadores da ciência, incorporando também ideias da epistemologia. Para tal, o artigo está organizado em três partes: a primeira introduz a noção de alfabetização científica e os estudos sobre concepções de natureza da ciência; a segunda expõe alguns resultados obtidos em pesquisas realizadas com alunos, professores e cientistas; por fim, a terceira parte traz a possibilidade destes estudos serem feitos a partir de uma abordagem sociológica.

ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA E CONCEPÇÕES DE NATUREZA DA CIÊNCIA

A ciência enquanto tema de ensino nas escolas europeias e americanas começou a tomar relevância e chamar a atenção de profissionais da ciência e de organizações, tanto científicas quanto políticas, desde o século XIX (VIEIRA, 2013). Este debate foi tomando consistência e apresentando divergências a partir da crescente relevância dos descobrimentos científicos que se intensificaram no século XX, principalmente durante as Guerras Mundiais e a Guerra Fria, gerando, por um lado, o medo pelas tecnologias destrutivas que a ciência possibilitava criar, e, por outro, a importância no âmbito econômico, político e de segurança nacional que a ciência e a tecnologia possuíam (*ibid.*).

Estas mudanças nas possibilidades e repercussões das ciências na vida cotidiana das pessoas geraram um debate intenso sobre como deveria ser inserido o ensino de ciências nas escolas e o que significaria “literacia científica”, conceito que começou a ser pautado

³Por mais que a noção de natureza da ciência seja passível de amplo debate, preferiu-se utilizar, na maioria das vezes, o termo consagrado das pesquisas da área. Os pesquisadores utilizam as siglas NdC (natureza de ciência), CNC (concepção de natureza de ciência) e, em inglês, NOS (nature of science) ou VNOS (views of nature of science).

desde a metade do século passado. Segundo Vieira (*op. cit.*), o conceito de literacia científica não é consensual, enquanto alguns a defendem como quantidade de conteúdos específicos e informações sobre “o método científico”, numa visão positivista, outros defendem que deveria ser incorporado o debate sobre filosofia e história da ciência, além de apresentação sobre a heterogeneidade metodológica. Em uma revisão bibliográfica sobre alfabetização científica (SASSERON; CARVALHO, 2011), as autoras observam que existe uma diversidade de termos para se referir ao conhecimento sobre ciências, apontando a utilização, em diversos idiomas, de termos como: letramento científico, enculturação científica e alfabetização científica. Por mais que exista um debate sobre o termo mais adequado, as autoras concluem que os principais autores estão em acordo sobre os objetivos que almejam, os quais foram separados em três eixos estruturantes: 1) compreensão básica de termos, conhecimentos e conceitos científicos fundamentais, trabalhando também a construção dos conhecimentos científicos; 2) compreensão da natureza das ciências e dos fatores éticos e políticos que circundam sua prática, percebendo a constante transformação da ciência; 3) entendimento das relações existentes entre ciência tecnologia, sociedade e meio ambiente, identificando a relação e mútuo condicionamentos entre estas esferas. Outra pauta observada na revisão é o interesse comum na formação cidadã das pessoas para ação e atuação na sociedade.

Este debate e os interesses que envolvem a alfabetização científica geram até hoje lutas por definição curricular do ensino em ciências. Diversas associações como a *National Science Teacher Association* (NSTA), a *American Association for the Advancement of Science* (AAAS), a *British Association for the Advancement of Science* (BAAS), como também programas de avaliação internacional ou nacional de alunos, como o PISA, pautam, direta ou indiretamente, seus objetivos e ideais com a educação científica, como também método e conteúdos (CACHAPUZ, 1999; PRESTES; CALDEIRA, 2009; VIEIRA, 2013).

Tais lutas por uma definição curricular já foram observadas em outras rupturas de paradigmas sobre educação em ciências, principalmente nos anos de 1950 e 1983, tendo como consequência reestruturações nos currículos escolares: enquanto até 1950 se ensinava ciência de uma forma mais crítica, relacionando a ciência com a sociedade, a partir de 1950 se deu mais atenção ao conteúdo científico e uma importante ênfase no rigor e no método científico; em 1983 houve outra mudança, retomando a relação entre sociedade e ciência, e

incluindo a tecnologia (VIEIRA, 2013). Inserido no grupo que pauta a relação entre sociedade e ciência, a noção de “natureza da ciência” (NdC), ou, em inglês, “*nature of science*” (NOS), foi se constituindo paralelamente ao debate sobre ensino em ciências, já que tais autores propunham maior participação da história da ciência e da filosofia da ciência como parte integrante nas disciplinas científicas, as quais geralmente se restringiam aos conteúdos específicos de cada área (PRESTES; CALDEIRA, 2009; MEDEIROS; FILHO, 2000). Percebe-se a relevância do debate no contexto brasileiro quando se analisam os “Parâmetros Curriculares Nacionais” (PCNs) e não se encontram a história, filosofia e sociologia da ciência integradas de forma sistemática nos currículos de ciências (PRESTES; CALDEIRA, 2009).

Nos estudos sobre natureza da ciência se percebe um esforço em questionar os posicionamentos tradicionais, e, até mesmo, antiquados, mais aproximados de um positivismo ou de um indutivismo ingênuo. Parece existir uma forte intenção de inclusão da filosofia e história da ciência dentro dos elementos constituidores de uma concepção bem informada⁴ sobre natureza da ciência (MOURA, 2014). Segundo Moura, a natureza da ciência “é entendida como um conjunto de elementos que tratam da construção, estabelecimento e organização do conhecimento científico” (*ibid.*, p. 32), abrangendo questões internas como método científico e a relação entre experimento e teoria, como externas, tratando da influência dos elementos sociais, culturais, religiosos e políticos. Como afirma Miller *et al.* (2010), não há uma única definição consensual sobre o que é a natureza da ciência, porém existe consenso sobre alguns elementos que devem ser incluídos nesta noção. Miller utiliza Lederman *et al.* (2002) para definir tais elementos, estes seriam: a ciência e o conhecimento científico é baseado no empírico, o conhecimento científico é sujeito a mudanças conforme o tempo, é baseado/apoiado em teorias, a criatividade é fundamental no fazer científico, a subjetividade está presente nas pesquisas, e, como algo feito por humanos, é influenciado pela sociedade, pela cultura, como também pelos valores e religiões. Segundo Gil *et al.* (2001), pode-se separar cinco características essenciais no trabalho científico: 1) admite-se o pluralismo metodológico, 2) rejeita-se a visão empírico-indutivista, aceitando a dependência teórica da observação; 3) reconhece-se

⁴Todos estudos encontrados que se inserem no debate de natureza da ciência desenvolvem análises a partir de uma noção normativa sobre a natureza da ciência. Os mais diversos autores analisam seus dados propondo conclusões sobre o nível de informação sobre a ciência – bem informado ou mal informado – ou de concepções inadequadas sobre ciência.

o papel das hipóteses, sendo percebidas como tentativas de respostas que devem ser submetidas a testes rigorosos, nunca sendo estabelecidas de maneira absoluta, ou seja, aceita-se a natureza conjectural do conhecimento, 4) evita-se o reducionismo experimentalista, esperando uma coerência global junto a uma sistematização e unificação dos conhecimentos científicos; 5) reconhece-se e compreende-se o caráter social das atividades científicas.⁵

Os diversos pesquisadores de concepções de natureza da ciência utilizam estes aspectos consensuais para investigar as concepções de alunos, professores de ciência, cientistas e currículos escolares, além de estudos sobre a relação entre as concepções destes atores. Alguns resultados de pesquisas na área são expostos a seguir.

RESULTADOS DE PESQUISAS

Partindo dos indicadores supracitados, percebeu-se em pesquisas focadas no ensino primário e secundário que a maioria dos professores e estudantes são geralmente incongruentes com o ideal da concepção sobre natureza da ciência – ou como diriam os autores: *with more broadly accepted views of NOS* (LEDERMAN, 1992; RYAN; AIKENHEAD, 1992). Percebeu-se também que estudantes de cursos de graduação classificados como científicos e estudantes de cursos de graduação classificados como não-científicos, possuem percepções epistemológicas muito similares sobre ciência, tendo ainda, em alguns itens, informações que os estudantes de cursos não-científicos demonstram uma concepção mais aproximada do ideal proposto pelos pesquisadores (LIU; TSAI, 2008).

A partir da pesquisa realizada por Pujalte et al. (2014) sobre investigações sobre imagens inadequadas de ciência e do científico, percebeu-se alguns estudos e dados de terceiros que se mostram relevantes: Lederman em um estudo de 2006 afirma, partindo de diversos estudos, que os estudantes de ensino fundamental e médio e os professores destes níveis não possuem uma imagem adequada sobre a natureza da ciência, também afirma que não há interesse em incorporar debates sobre ciência e a natureza de ciência nas aulas; em diversos estudos, realizados entre 2001 e 2007, demonstra-se que as revistas em quadrinhos expõem imagens distorcidas dos cientistas e da ciência, tal qual se repete em

⁵Fica clara a influência de Popper, Kuhn, Lakatos e outros filósofos da ciência (EL-HANI, 2006).

desenhos animados, na literatura, no cinema, na TV e na publicidade; percebeu-se que a imagem dos cientistas é mais positiva em países com menor estrutura econômica e tecnológica relativa, como Uruguai, em comparação com países como a Noruega; também se percebeu que meninos e meninas possuem imagens distintas sobre a ciência e a profissão do cientista, apontando um provável traço de permanência de socializações primárias e da infância. Outro estudo realizado no exterior, que reforça as informações até agora apresentadas, foi realizado por Vieira (2007), demonstrando que estudantes cabo-verdianos possuem pouco contato com a ciência, mesmo por meios informais, e que conhecem e definem melhor o termo “tecnologia”. O termo ciência muitas vezes era confundido com tecnologia, demonstrando que a fronteira entre elas não é clara. A metade dos estudantes afirmava que os cientistas deveriam ser neutros e não deveriam deixar suas crenças religiosas, políticas e morais interferirem no seu trabalho.

No Brasil foram realizados estudos sobre concepção de ciência com estudantes de graduação (SCHEID *et al.* 2007; SCHEID *et al.*, 2009), com professores (CAETANO; NETO, 2005), em produções científicas de livros didáticos (SILVA e AIRES, 2014), e entre alunos de escola secundária, tese defendida por Jaqueline Pinafo (ClickRBS, 2016)⁶. Os estudos de Scheid *et al.* (2007; 2009) demonstram a existência de uma concepção inadequada sobre ciência, na qual percebe-se a ciência enquanto corpo organizado de conhecimento, e não enquanto processo de construção de conhecimento. Segundo os autores, percebeu-se uma “presença de concepções de ciência impregnadas de ideias positivistas” (SCHEID *et al.*, 2009). Segundo o ClickRBS (2016) a pesquisa de Jaqueline Pinafo demonstrou que os jovens se interessam em estudar ciências porém não procuram carreiras científicas, também apontou um desconhecimento sobre as diversas áreas do conhecimento e de como se faz ciência. O estudo com livros didáticos (SILVA; AIRES, 2014), demonstrou um resultado mais promissor, predominando artigos que questionavam visões positivistas sobre a ciência, abordando com maior frequência o pluralismo metodológico e a relevância da teoria frente as análises empíricas.

Na maioria dos estudos acima expostos, foram utilizados questionários para a coleta de informações. Tais questionários já vêm sendo aplicados há décadas, além de terem sido objeto de debates e discussões, como também de diversas transformações (MILLER *et al.*, 2010). Os questionários que estão sendo mais utilizados são o *Student Understanding of*

⁶Tese ainda não disponível online.

Science and Scientific Inquiry e o *Views of Nature of Science*, porém existem outros questionários reconhecidos, tais como o *Science Attitudes Questionnaire*, o *Test of Understanding Science*, o *Science Process Inventory*, o *Nature of Science Test*, o *Nature of Scientific Knowledge Scale*, o *Views on Science-Technology-Society*, entre outros (*ibid.*). Percebe-se que todos seguem a tendência já mencionada de serem normativos e se proporem a testar o conhecimento sobre o tema. Faz-se necessário expor que estes questionários seguem um padrão de perguntas que podem ser agrupadas em indicadores relevantes para o estudo sobre concepção de natureza de ciência: 1) observação e inferências, 2) transformações das teorias científicas, 3) leis científicas e teorias científicas, 4) influências sociais e culturais nas ciências, 5) subjetividade pertencente à prática científica, 6) imaginação e criatividade na investigação científica, e 7) metodologia da investigação científica.

É relevante apresentar duas críticas abordadas em Harres (1999), as quais expõem a) problemas metodológicos e b) problemas de definição epistemológica em pesquisas realizadas no século XX. O segundo ponto parece ter sido mais debatido e solucionado, dado que os autores em seus artigos expõem mais claramente quais pressupostos eles tomam como mais adequados. Porém, os problemas metodológicos parecem continuar, estes consistem principalmente na falta de representatividade de algumas amostras, seja pela falta de critério na seleção dos respondentes, seja pelo número muito baixo de respondentes, como também se observou a falta de testes estatísticos que demonstrem a significância dos resultados. Este problema metodológico pode ser considerado um argumento a favor de uma pesquisa similar realizada por sociólogos, haja vista a tradição em pesquisas quantitativas sobre opiniões, percepções e concepções, possibilitando críticas mais precisas relacionadas ao método e à teoria.

ABORDANDO AS CONCEPÇÕES DE CIÊNCIA A PARTIR DA SOCIOLOGIA

O debate sobre como e o que é possível conhecer existe e se intensifica de tempos em tempos nos debates filosóficos, passando por epistemólogos – muitas vezes com formação em física –, e chegando aos sociólogos com seus estudos sobre sociologia do conhecimento e da ciência. Neste caminho observaram-se diversas abordagens e perspectivas sobre os potenciais e limites da ciência.

Considerando que a educação e a ciência são algumas das ferramentas que temos para transformar – como também, reproduzir – o mundo, tornaram-se relevantes as pesquisas sobre concepções de ciência que os educadores das áreas das ciências naturais possuíam e compartilhavam com seus alunos. Com intuito de expandir estes estudos e, também, de gerar um possível contraponto, a fim de reforçar ou questionar os resultados das pesquisas realizadas até então, propõe-se uma pesquisa com fundamentação e abordagem sociológica

A preocupação sociológica com o conhecimento se percebe desde os clássicos (BURKE, 2003, RICHTER; DORNELLES, 2013). Marx, Durkheim e Weber refletiram, mais rapidamente ou mais detidamente, sobre a produção do conhecimento e suas relações com o contexto social – ideia fundamental para a sociologia do conhecimento e da ciência até hoje. As formulações teóricas apresentadas não se encontravam no cerne da produção reconhecida desses autores. Mesmo no caso de Durkheim, isto ocorreu tardiamente⁷. Desse modo, persistia uma abordagem da ciência por meio de perspectivas filosóficas. Por exemplo, em meados do século XIX, enquanto a posição positivista era o paradigma dominante, alguns filósofos refletiram e debateram sobre como se construía, se sustentava e se transformava o conhecimento (PREMEBIDA *et al.*, 2011, CHALMERS, 2011). Somente na virada do século os problemas filosóficos foram analisados por abordagens de cunho sociológico, realizadas por Max Scheler, Karl Mannheim, Ludwik Fleck e Robert Merton (*ibid.*). Scheler foi o criador da expressão “sociologia do conhecimento” (RICHTER; DORNELLES, 2013), Mannheim foi o idealizador do primeiro programa metodológico para análises via sociologia do conhecimento (*ibid.*), enquanto Fleck ficou desconhecido até seu resgate na publicação de Bloor sobre o Programa Forte da Sociologia do Conhecimento, ou, o Programa Empírico do Relativismo, por fim, Merton formulou a ideia de uma sociologia da ciência.

Estudos localizados na perspectiva da sociologia da ciência se consolidaram entre os anos 1940 e 1960. Tais “estudos sociais sobre ciência e tecnologia” (ESCT) “se caracterizam pelo estudo da estrutura, mudanças e organização da comunidade científica, da cientometria e do papel dos cientistas na sociedade” (PREMEBIDA *et al.*, 2011, p. 25). Tais investigações foram realizadas por reconhecidos pesquisadores, como: Pierre Bourdieu,

⁷A obra “Formas Elementares da Vida Religiosa” teve seu reconhecimento e operacionalização de conceitos e ideias em pesquisas empíricas tardiamente, principalmente na Sociologia (ROSATI; WEISS, 2015).

Bruno Latour, Michel Callon, Steven Shapin, Trevor Pinch, Harry Collins, Karin Knorr-Cetina, entre outros (*ibid.*).

Segundo Premebida (*et al.*, 2011), os programas e abordagens recentes centralizam suas questões na dependência do conhecimento científico ao contexto social, em como os agentes não-humanos são relevantes frente ao papel do sujeito ou do cientista, na organização dos elementos em uma rede e como estes adquirem forma e são interdependentes, na distribuição de recursos para a construção de fatos científicos e, também, em como entidades que formam tal fato científico adentram nas discussões cotidianas e na agenda pública. Por exemplo, Shapin e Schaffer afirmam a partir da noção das três tecnologias – tecnologias materiais, tecnologias sociais e tecnologias literárias – que estão relacionadas à produção do conhecimento e objetos científicos, que a ciência não é uma simples relação intensa entre teoria e empiria (experimentos), mas é algo constituído por diversos fatores como: experiência acadêmica, equipamentos empregados na experiência, rede institucional, método(s) utilizado(s), acesso a recursos materiais e conceituais, conhecimento dos meios de publicação e outros tipos de capitais científicos (*ibid.*).

Apesar dos estudos sociais sobre ciência e tecnologia estarem se consolidando cada vez mais dentro das pesquisas sociológicas, faz-se necessário enfatizar que é um campo de disputas e diversas divergências. Desde o Programa Forte de Bloor (1998), passando pelas teorias de ator-rede e distinção entre teoria pronta divulgada e a teoria em processo (LATOURE, 2000), pesquisas sobre controvérsias científicas exploradas por Collins e Pinch (2010), chegando a propostas sobre uma nascente ciência pós-moderna (SANTOS, 2008), como também de uma sociologia crítica da ciência (JARVIE e AGASSI, 2011), percebe-se uma pluralidade de concepções sobre abordagem a ser realizada nos estudos sobre ciência, como também uma heterogeneidade de concepções sobre ciência ideal e ciência real. Isto gera uma sensação de reafirmação da analogia entre o golem e a ciência:

O golem é uma criatura da mitologia judaica. É um humanoide feito de barro e água pelo homem, com encantos e feitiços. Ele é poderoso. E vai se tornando mais poderoso com o passar dos dias. Obedece a ordens, faz seu trabalho e protege você da constante ameaça do inimigo, mas é desajeitado e perigoso. Sem controle, pode destruir os alicerces com sua agitada vitalidade. Ele é um bobo pesadão que

desconhece tanto sua força como ao grau da sua falta de jeito e ignorância. (COLLINS; PINCH, 2010, p. 3)

Deve-se recordar que é um golem feito por diversas pessoas, com diferentes objetivos e noções filosóficas, epistemológicas e morais. Alguns se sentem protegidos, outros se sentem ameaçados, alguns querem manter este golem à solta, outros querem repreendê-lo, ou, ao menos, acalmá-lo. Por mais divergentes que sejam os autores, algo que não foi percebido, durante a realização desta pesquisa, é a negação da relevância, do poder e da continuação da ciência e da tecnologia, ou como geralmente é chamada atualmente, da tecnociência.

Devido a grande divergência sobre o que é ciência, sobre como ela deveria ser praticada e/ou divulgada, sobre o papel que teve e terá na história da sociedade, supõe-se que é relevante um estudo que se dedique a investigar as concepções sobre ciência entre futuros professores e pesquisadores, ou seja, entre futuros divulgadores ou criadores de conhecimento científico ou de conhecimentos cientificamente orientados. Partindo do pressuposto de que as concepções epistemológicas e filosóficas são indissociáveis da prática científica, acredita-se que um estudo sobre compreensões e concepções do que é ciência, pode esclarecer sua prática, identificando motivações e possibilidades do fazer científico no espaço universitário.

Seguindo esta lógica, Collins e Pinch (2010) afirmam que o ensino de ciência é importante, pois esta possui várias utilidades na vida cotidiana, ainda mais para aqueles que em algum momento se tornarão pesquisadores e terão que saber tanto sobre o conteúdo quanto sobre o fazer científico. Mesmo em abordagens críticas da ciência, como visto em Baumgarten (2013a, 2013b, 2015), expõe-se o quanto as decisões em ciência e tecnologia produzem consequências comerciais, estratégicas, sociais e ambientais, e por este motivo a formação de uma cultura científica é necessária para a criação de mediações entre quem produz ciência e tecnologia e a sociedade. Por este motivo deveríamos refletir mais sobre o conhecimento que produzimos, evitando ações equivocadas e políticas inadequadas, sendo que mesmo na universidade, debate-se pouco sobre a própria prática (*idem*, 2013b).

Essas considerações nos conduzem à ideia de que inclusão social, econômica, política e desenvolvimento da cidadania dependem, hoje

em dia, da educação científica, do conhecimento social sobre a ciência e a tecnologia, de uma relação mais íntima entre o senso comum e a ciência, de forma a desmistificar a tecnociência, aproximar a produção da ciência e tecnologia das necessidades sociais, democratizar informações e obter apoio político para a produção de conhecimentos científicos e a ampliação de possibilidades tecnológicas, construindo mediações entre as instâncias produtoras de ciência, tecnologia e inovação (CT&I) e a sociedade. (BAUMGARTEN, 2013b, p. 973)

Partindo destas posições, imagina-se que o primeiro passo a ser dado é realizar uma pesquisa dentro da própria universidade, utilizando-se dos indicadores propostos nos estudos sobre natureza da ciência, como também realizar a inclusão de novos indicadores apropriados dos estudos sociológicos sobre ciência, tecnologia e sociedade. Isto possibilitaria reconhecer quais são as concepções mais presentes para posteriormente propor políticas ou eventos que permitam a difusão e reflexão sobre a ciência que está sendo produzida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após uma revisão do debate sobre sociologia da ciência e suas possibilidades de pesquisa, como também dos estudos empíricos realizados nos últimos anos sobre concepções de natureza da ciência, percebeu-se uma área de investigação sociológica ainda por ser explorada. Tal área estabelece vínculos sobre ensino e pesquisa, como também demonstra forte relação com debates epistemológicos.

As pesquisas realizadas se demonstram geograficamente localizadas, nos Estados Unidos da América principalmente, como também localizadas dentro dos programas de pós-graduação em ensino de ciências, majoritariamente compostos por pesquisadores das ciências naturais. A entrada da sociologia neste espaço se faz relevante pelo potencial analítico menos normativo a respeito das concepções de ciência e por oferecer maior ênfase na formação e distribuição destas concepções nas diferentes áreas de conhecimento. É importante salientar que há a vantagem do treinamento do cientista social em pesquisas com pessoas, possuindo conhecimentos sobre coleta e análise de dados, seja quantitativos,

seja qualitativos, como também a já existência de questionários que poderão ser utilizados e adaptados.

Acredita-se que um estudo sociológico sobre concepções de ciência na pós-graduação poderia oferecer dados relevantes para melhor conhecer este público que possivelmente se converterá em pesquisadores profissionais. Isto possibilita repensar o currículo e políticas universitárias sobre educação e extensão, promovendo eventos sobre a ciência e debates decorrentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMGARTEN, M. Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento (verbete). In: IVO, A. B. (org.). **Dicionário Desenvolvimento e questão Social – 81 problemáticas contemporâneas**. Editora Annablume, p. 53-58, 2013a.

BAUMGARTEN, M. Divulgação e Comunicação de Ciência e Tecnologia como instrumentos para Inovação Social na América Latina. In: SARTI, Ingrid; PERROTTA, Daniela; LESSA, Mônica Leite; CARVALHO, Glauber Cardoso (Orgs.). **Por uma integração ampliada da América do Sul no século XXI**. V. 2, Rio de Janeiro: PerSe, p. 967-977, 2013b.

BAUMGARTEN, M.; LIMA, L. S. DE. Inovação, inovação social e comunicação pública de ciência e tecnologia: o caso da Wikipédia e sua rede de atores. In: LIMA, M. C.; JR., A. A.; ANDRADE, T. N. DE (orgs.). **Comunicação, Tecnologia e Ambiente**. [s.l.] Hucitec, p. 69-91, 2015.

BLOOR, David. **Conocimiento y Imaginario Social**. Barcelona: Gedisa Editorial, 1998.

BURKE, Peter. **Uma História Social do Conhecimento: de Gutenberg a Diderot**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CACHAPUZ, António Francisco. Epistemologia e Ensino das Ciências no Pós-Mudança Conceptual: análise de um percurso de pesquisa. **II Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências**, Valinhos – SP, 1999.

CAETANO, H.; NETO, A. J. Natureza e ensino da ciência: investigando as concepções de ciência dos professores. **Enseñanza de las Ciencias**, Barcelona, p. 1-5, 2005. (Número Extra. VII Congreso Internacional sobre Investigación en Didáctica de las Ciencias).

CHALMERS, Alan Francis. **O que é ciência afinal?** 2ª ed., São Paulo: Brasiliense, 2011.

ClickRBS. Pesquisa aponta desinteresse dos jovens pela carreira científica. Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/vida-e-estilo/educacao/noticia/2016/06/pesquisa-aponta->

desinteresse-dos-jovens-pela-carreira-cientifica-5866044.html>, acesso em 15 de junho de 2016.

COLLINS, Harry; PINCH, Trevor. **O Golem**: o que você deveria saber sobre ciência. 2 ed., Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

EL-HANI, Charbel Niño. Notas sobre o Ensino de História e Filosofia da Ciência na Educação Científica de Nível Superior. In: SILVA, Cibelle Celestino (org.). **Estudos de História e Filosofia das Ciências**: subsídios para a aplicação no ensino. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2006.

GAMA, Leandro Daros; ZANETIC, João. Reflexões epistemológicas para o ensino de ciências: questões problematizadoras. **VII ENPEC – Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências**, Florianópolis, 2009.

GIL-PÉREZ, Daniel; FERNÁNDEZ-MONTORO, Isabel; CARRASCOSA-ALÍS, Jaime; CACHAPUZ, António; PRAIA, João. Para uma imagem não deformada do trabalho científico. **Ciência & Educação**, v. 7, n. 2, p. 125-153, 2001.

HARRES, João Batista Siqueira. Uma Revisão de Pesquisas nas Concepções de Professores sobre a Natureza da Ciência e suas Implicações para o Ensino. **Investigações em Ensino de Ciências**. V. 4, n. 3, p. 197-211, 1999.

JARVIE, Ian; AGASSI, Joseph. Por uma sociologia crítica da ciência. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, n. 26, jan./abr. 2011.

LATOUR, Bruno. **Ciência em Ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: UNESP, 2000.

LEDERMAN, Norm G. Student's and teacher's conceptions of the nature of science: a review of the research. **Journal of Research in Science Teaching**, v. 29, n. 4, 1992.

LEDERMAN, Norm G.; ABD-EL-KHALICK, Fouad; BELL, Randy L.; SCHWARZ, Renée. Views of Nature of Science Questionnaire: toward a valid and meaningful assessment of learners' conceptions of nature of science. **Journal of Research in Science Teaching**, v. 39, n. 6, 2002.

LIU, Shiang-Yao; TSAI, Chin-Chung. Differences in the scientific epistemological views of undergraduate students. **International Journal of Science Education**, v. 30, n. 8, 2008.

MEDEIROS, Alexandre; FILHO, Severino Bezerra. A natureza da ciência e a instrumentação para o ensino da física. **Ciência e Educação**, v. 6, n. 2, p. 107-117, 2000.

MILLER, Marie C. D.; MONTPLAISIR, Lisa M.; OFFERDAHL, Erika G.; CHENG, Fu-Chih; KETTERLING, Gerald L. Comparison of Views of the Nature of Science between Natural Science and Nonscience Majors. **CBE – Life Sciences Education**, v. 9, Spring, 2010.

MOURA, Breno Arsioli. O que é Natureza da Ciência e qual sua Relação com a História e Filosofia da Ciência?. **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 32-46, jan./jun., 2014.

PREMEBIDA, Adriano; NEVES, Fabrício Monteiro; ALMEIDA, Jalcione. Estudos Sociais em Ciência e Tecnologia e suas Distintas Abordagens. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, n. 26, jan./abr. 2011.

PRESTES, Maria Elice Brzezinski; CALDEIRA, Ana Maria de Andrade. Introdução. A importância da história da ciência na educação científica. **Filosofia e História da Biologia**, v. 4, p. 1-16, 2009.

PRODANOV, Cleber Cristiano. Ciência, tecnologia e inovação: ferramentas para o desenvolvimento da sociedade. In: MEIRELLES, M.; MOCELIN, D. G.; RAIZER, L.; PEDDE, V.; SCHWEIG, G. R. (Orgs.). **Sociologia: trabalho – ciência – cultura – diversidade**. Porto Alegre: CirKula, 2013.

PUJTAL, Alejandro Patricio; BONAN, Leonor; PORRO, Silvia; ADÚRIZ-BRAVO, Agustín. Las imágenes inadecuadas de ciencia y de científico como foco de la naturaleza de la ciencia: estado del arte y cuestiones pendientes. **Ciênc. Educ.**, Bauru, v. 20, n. 3, p. 535-548, 2014

RICHTER, Vitor Simonis; DORNELLES, Rodrigo Ciconet. Ciência e processo de produção do conhecimento. In: MEIRELLES, M.; MOCELIN, D. G.; RAIZER, L.; PEDDE, V.; SCHWEIG, G. R. (Orgs.). **Sociologia: trabalho – ciência – cultura – diversidade**. Porto Alegre: CirKula, 2013.

ROSATI, Massimo; WEISS, Raquel. Tradição e autenticidade em um mundo pós-convencional : uma leitura durkheimiana. **Sociologias**, v. 17, n. 39, p. 110-162, 2015.

RYAN, Alan G.; AIKENHEAD, Glen S.. Students' preconceptions about the epistemology of science. **Science Education**, v. 76, n. 6, 1992.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Um Discurso Sobre as Ciências**. 5 ed., São Paulo: Cortez, 2008.

SASSERON, Lúcia Helena; CARVALHO, Anna Maria Pessoa. Alfabetização Científica: uma revisão bibliográfica. **Investigação em Ensino de Ciências**. V. 16, n. 1, p. 59-77, 2011.

SCHEID, Neusa Maria; FERRARI, Nadir; DELIZOICOV, Demétrio. Concepções sobre a natureza da ciência num curso de ciências biológicas: imagens que dificultam a educação científica. **Investigações em Ensino de Ciências**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, 2007.

SCHEID, Neusa Maria John; PERSICH, Gracieli Dall ostro; KRAUSE, João Carlos. Concepção de natureza na ciência e a educação científica na formação inicial. **VII ENPEC – Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências**, Florianópolis, 2009.

SCHNEEWIND, Jérôme B. **A Invenção da Autonomia**. São Leopoldo, Editora Unisinos, 2005.

SILVA, Elda Cristina Carneiro; AIRES, Joanez Aparecida. Análise das visões sobre a natureza da ciência em produções científicas que se reportam a livros didáticos. **Filosofia e História da Biologia**, São Paulo, v. 9, n. 2, 2014.

VIEIRA, Nuno. Concepção de Ciência: Estudo de caso de um grupo de alunos cabo-verdianos a frequentar a universidade lusófona. **XV Colóquio AFIRSE – Complexidade: um novo paradigma para investigar e intervir em educação?** Portugal, 2007.

VIEIRA, Nuno. Educação Formal de Ciências: prioridade para cientista ou para o cidadão? **Revista Pedagógica**, v. 15, n. 31, jul./dez. 2013.

O STF e os conflitos morais: apontamentos possíveis a partir da sociologia da moral

Gustavo Schütz¹

Nos marcos dos novos estudos da sociologia da moral, este trabalho visa a contribuir para o entendimento acerca do modo como a maior instituição do poder judiciário (STF) resolve os importantes conflitos morais da sociedade brasileira. Para tanto, este trabalho debruça-se em análise empírica dos votos dos ministros acerca da ADIn 3.510, que julgou a constitucionalidade das pesquisas científicas com células-tronco embrionárias. Procura-se verificar como *máximos postulados sagrados* – seja a defesa da vida a partir da concepção, seja o direito à livre expressão científica – de *grupos secundários tradicionais* distintos se relacionam e são articulados pelos juízes da corte. A partir da metodologia da leitura estrutural e análise de discurso textual, verificou-se em pesquisa ainda parcial que os ministros fundamentam seus votos de maneira consideravelmente mais ampla que a esperada em fundamentações jurídicas estritas. Nesse sentido, a partir de revisão bibliográfica de autores que tratam do encontro da racionalidade jurídica com valores morais plurais presentes na sociedade contemporânea, expõe-se o quanto a atividade dos juízes transcendem as práticas previstas pelo positivismo jurídico. O artigo tece, finalmente, reflexões acerca da legitimidade das decisões tomadas pela corte superior, assim como apontamentos acerca do déficit sociológico que perpassam as contemporâneas teorias do direito.

Palavras-chave: direito; ADIn 3.510; sociologia da moral; racionalidade jurídica

Introdução

Este artigo, fruto de pesquisa ainda em fase introdutória, visa a analisar a partir dos aportes teóricos da sociologia da moral, o modo como o judiciário brasileiro julga casos de conflitos morais a que é demanda por meio de ADIns – Ações Diretas de Inconstitucionalidade. Para tanto, se fará inicialmente contextualização das razões que deram ensejo ao crescente número de conflitos morais que são submetidos à deliberação judicial assim como as razões que permitiram ao judiciário ter suas competências consideravelmente aumentadas nas últimas décadas. Finaliza-se o artigo com apontamentos sobre como a sociologia da moral pode contribuir na elucidação da questão acima levantada através de breve análise da ADIn 3.510 que julgou a constitucionalidade das pesquisas com células tronco embrionárias em 2008.

¹Mestrando Sociologia, PPGS/UFRGS, CAPES.

Para que se possa bem entender as profundas relações entre conflitos morais e decisões jurídicas faz-se necessário primeiramente nos debruçarmos brevemente sobre as principais características da profunda crise por que passam a quase totalidade das sociedades contemporâneas. Somente através de tal explicitação é que poderemos expor de modo consistente a perspectiva de análise e referencial teórico aqui adotado. Assim, se poderá investigar o contexto empírico e institucional em que se inserem os debates sobre decisões judiciais acerca de dilemas morais contemporâneos.

Já não são apenas os estudos empíricos de ponta das ciências humanas que percebem a existência de crise nos diversos âmbitos e relações das sociedades contemporâneas. Este é fenômeno por demais debatido – em jornais, livros, discursos políticos, etc – para ser considerado condizente apenas ao debate acadêmico. Os episódios críticos dessa crise geral ocorrem em intervalo de tempo cada vez menor e com apresentam intensidade cada vez maior no imaginário e nas ações de parte significativa grupos sociais.

Tomaremos esse dado como evidente. Dado o pouco espaço, não nos deteremos aqui a fundamentá-lo empiricamente, ainda que tal empreendimento seja necessário. Contudo, neste trabalho nos debruçaremos sobre as questões propriamente morais que fazem com que esta crise possa também ser entendida enquanto crise de valores. Ainda introdutoriamente, afirmamos que essa dimensão da crise é evidenciada pela grande dificuldade que as sociedades contemporâneas apresentam para encontrar consensos morais mínimos entre os grupos que a compõem, mas que, no entanto compartilham valores opostos.

A fim de atingir este objetivo, seremos levados a revisar trabalhos empíricos e teóricos sobre a crise do sistema político das sociedades atuais – especialmente o Poder Judiciário – assim como a as contribuições feitas por estudiosos do direito acerca do modo como tal conjuntura instável reverbera no campo jurídico e em sua produção normativa. Faz-se necessário recheiar com características sobremaneira mais substantivas a simples constatação da existência de uma crise, para que possamos vislumbrar as implicações deste fenômeno geral sobre o objeto empírico particular analisado brevemente na parte final deste artigo.

Caracterização da crise

As razões que fazem da crise atual fenômeno tão multifacetado, extensos e com incidência sobre as mais diversas áreas, devem ser buscadas nas bases do modelo que, de diferentes modos e sob a influência de diferentes circunstâncias, foi aplicado em praticamente todas as sociedades ocidentais pelo menos desde o século XIX. Nesse sentido, é a modernidade enquanto projeto que está em crise. Se tal fato não é novo e já foi previsto, medido e constatado por diferentes e consagrados estudos, é inquietante perceber que as instituições que tem a competência formal para solucionar os problemas oriundos dessa ruptura paradigmática são justamente as que são, intrinsecamente, modernas.

A forma como está organizado o sistema judicial brasileiro, por exemplo, diz respeito ao modo de organização do poder do Estado concebido nos auspícios da modernidade, assim como faz também referência ao tipo de racionalidade específico de tal período. Entendemos, portanto o STF e sua atividade aqui analisada como expressão institucional do projeto moderno, esta calcada sobre a divisão entre o que é Direito e o que seja moral. Em tal modelo a lei deve ser seguida, seja qual for seu conteúdo, se a mesma estiver passado por todas etapas formais que lhe conferem legitimidade – proposição por ator eleito, aprovação no legislativo, sanção presidencial, etc.

Nesse sentido, a disposição com que as mais diversas escolas dogmáticas e teorias contemporâneas do Direito questionam essa forma positivista e formalista de se compreender o Direito, contrasta com a incapacidade dessas mesmas escolas e teorias de construir alternativas consequentes permitam, com eficiência, se avançar para além dos marcos dessa principal escola jurídica moderna (RODRIGUEZ, 2013). Esta incapacidade, portanto, ao mesmo tempo em que ajuda a caracterizar a crise que pretendemos analisar, pode também ser explicada pelo fato de que são essas mesmas instituições modernas que deveriam – ou melhor, que tem a competência – solucionar ou, ao menos, reformar os problemas apresentados pelo paradigma moderno.

Constatadas essas dificuldades, nos alinhamos com aqueles que entendem que o modo específico como a racionalidade foi constituída no período moderno está na base da crise geral da modernidade a que nos propomos a analisar sucintamente. Nesse sentido, para Ferrara é a virada linguística que escancara os dilemas aos quais o projeto moderno de sociedade viu-se vinculado e aos quais não pode apresentar saídas suficientemente satisfatórias.

“I understand what goes under the name of the “Linguistic Turn” as a cultural *Gestalt switch* consisting essentially in the awareness of the formative, as opposed to instrumental, function of language and of the inescapable dimension of *contextuality* that surrounds all our theoretical and practical claims. Such awareness of justness of norms and actions can be claimed, assessed or contested only against the background of shared conceptual schemes, and that there exist an *irreducible* plurality of such conceptual schemes.” (1998, pg 38)

Frente a tal conjuntura intrincada o autor descreve os quatro caminhos possíveis de serem tomados por aqueles que reconheceram o impacto causado pela virada linguística sobre as estruturas da racionalidade moderna. Alguns desses caminhos não apresentam sequer alternativas substanciais à crise, outros visam a fincar pé na margem ainda firme do projeto moderno. Ainda que o autor se filie ao quarto modelo por ele apresentado – onde inclui também teóricos como Rawls e Habermas - o próprio reconhece que nenhuma das alternativas apresentadas parece ser consistente o bastante para fazer frente aos desafios contemporâneos. Portanto, o relevante a ser apreendido dessa análise sobre do impacto que a virada linguística causou sobre o projeto moderno é que a questão passa a ser colocada em termos ontológicos e epistemológicos.

Não se está em crise porque supostamente a visão materialista impede que se reconheça a legitimidade normativa de arranjos morais calcados em verdades reveladas (CITAR TEXTO SOCIOLOGIAS). A crise de valores tem sua razão de ser, pois a forma de conhecer o mundo própria da modernidade não apresenta mais condições de fornecer respostas suficientemente válidas sobre grande diversidade de questões que julgamos ser moralmente relevantes. Isto ocorre pois, ainda que o modelo de racionalidade moderno exija por apenas uma e única resposta válida aos diferentes problemas, quando nos debruçamos sobre as questões morais atuais e seus dilemas parece não ser mais possível afirmar que há sempre uma e única resposta mais correta. Ou seja – e esta é a questão central aqui – a crise por que passamos é também crise do conhecimento. Tal conjuntura faz, dessa maneira, com que as diferentes narrativas teleológicas percam sua força mobilizadora na sociedade (PIERUCCI, 1998). Faz com que percam a capacidade de conferir significado às vidas que os indivíduos sabiam – já através da racionalidade moderna – ser sem sentido.

Ao transferir a contextualização da crise para sua expressão sobre a organização da política – dado que é em tal âmbito que se deve, segundo o projeto moderno, encontrar soluções aos conflitos sociais e morais – percebemos que sua caracterização está de acordo com o entendimento de que, como afirma Gargarella (2013), a crise do sistema político não se deve apenas a questões como corrupção ou problemas econômicos e sociais. A crise do sistema político está calcada sim sobre a forma de articulação e organização do sistema representativo, que não pode – dado as razões e racionalidades que perpassam sua formação – manter sua legitimidade frente às demandas dos diferentes grupos que interagem e conflitam na sociedade atual.

Assim, percebe-se com clareza a encruzilhada em que se encontra as sociedades atuais. Se o sistema político representativo, expressão do modo de organizar a política está em crise, o poder que parece receber maiores condições para solucionar ou ao menos decidir sobre os conflitos de valores que se evidencia entre os diversos grupos é o Judiciário, justamente o poder menos representativo. Como veremos logo abaixo, esse aumento de poder do Judiciário não pode ser explicado de maneira simples, estando ligadas diversas condicionantes. No entanto, essa relação entre os poderes não deixa de constituir em exemplo da crise de valores que toca a modernidade enquanto projeto.

Em uma última abordagem, uma vez que se está aqui trazendo a tona algumas das fissuras do projeto moderno – o que mantém a análise no âmbito das estruturas sociais – poderia se perguntar se outras esferas da vida social não poderiam contribuir na busca por alternativas às contradições evidenciadas. É nesse sentido que Robbins questiona onde no mundo estão os valores (2015), examinando se poderíamos atribuir à cultura peso explicativo importante, dado que capaz de criar e reproduzir valores morais norteadores as ações dos indivíduos. Afirma o autor, no entanto, que “investigar onde estão os valores em nossa sociedade implica em deixar de lado a afirmação de que eles existem no âmbito de um fenômeno duradouro e regularmente reproduzido chamado cultura” (ROBBINS, 2015. p. 169).

Assim, claro fica que a crise de valores por que passam as sociedades atuais é multidimensional e apresenta consequências, como vimos, seja no campo político, seja no campo jurídico. O que se percebe de modo central é a grande incapacidade do modelo vigente de lograr apresentar soluções consequentes para os conflitos morais a que são

chamados a resolver. Tal incapacidade parece dever-se a não percepção sobre a profundidade das questões abertas pela virada linguística e a crise da modernidade.

Pode-se perceber a centralidade a temática do pluralismo e a necessidade de incluí-lo no interior dos modelos e teorias da justiça e do direito vigentes, como tem sido feito e debatido por importantes correntes teóricas da filosofia do Direito, sobretudo – no entanto, sem passar pelo debate da sociologia da moral. Ainda que a o Poder Judiciário seja um só e as leis devam ser válidas a todos, a pluralidade de respostas possíveis aos conflitos morais que se tornam judicializados trás questões importantes ao debate. Uma versão aprofundada das concepções sobre pluralismo faz-nos perceber que não há mais nem mesmo um centro preponderante e legitimado de valores que se estende à toda sociedade. Nesse sentido, não é o caso que há no interior de uma mesma sociedade que compartilha de um número suficientemente bem definido de valores, outros diferentes valores que representam grupos menores que pretendem ter seus sistemas morais reconhecidos.

Se este fosse o caso, as teorias do reconhecimento ou mesmo as que focam na necessidade de distribuição constituiriam respostas suficientes. No entanto, dado que tais modelos terminam por buscar definições formais a enunciados morais – a fim de escapar da armadilha que visa a esconder a historicidade dos valores social ao se propor conceitos universais – acabam ainda por endossar a percepção de que há núcleo de valores formais a serem defendidos (HONNETH, 2003).

Como alternativa a essa questão, a abordagem que utilizamos aqui acerca da crise moral por que passam as sociedades atuais utiliza-se da noção de sociedades sem centro, onde não se pode mais destacar um centro moral dominante. Os grupos morais que convivem no interior de uma mesma sociedade civil não mais legitimam e fundamentam seus atos tendo por base um mesmo conjunto de valores. Assim, as relações morais no interior de um mesmo arranjo social seriam dadas de modo que:

O cenário contemporâneo, ao menos na maior parte das sociedades ocidentais, é o de sociedades sem centro, no sentido de que são territórios marcados por uma pluralidade de grupos com seus próprios centros. [...] A distinção básica que podemos sugerir aqui é entre grupos secundários tradicionais e não-tradicionais. (ROSATI; WEISS, 2015, p. 132)

Entendem-se os grupos secundários tradicionais como sendo aqueles que se organizam em torno de um dado conjunto de valores morais próprios, ou máximos

postulados sagrados; enquanto os grupos secundários não-tradicionais são aqueles cujas relações internas não são perpassadas por base moral coesa. Os máximos postulados sagrados (SHILS, 1975), dessa maneira, são entendidos como o conjunto de valores morais que servem de referência normativa às práticas dos integrantes dos grupos constituídos em torno desses postulados. Trata-se, portanto, de uma dimensão simbólica da vida coletiva que tem consequências práticas importantes na estruturação da ação dos indivíduos e sua consequente relação com outros indivíduos, grupos sociais e instituições políticas.

A crise de valores e as instituições judiciárias brasileiras

Para que possamos utilizar essas contribuições da sociologia da moral ao objeto empírico aqui proposto, faz-se necessário primeiramente contextualizar como questões propriamente morais se relacionaram no espaço histórico e territorial onde está inserido tal objeto empírico. Nesse sentido, a percepção sobre o arranjo moral das sociedades atuais, dado que é sobremaneira mais dinâmico e descentralizado moralmente, recebe contornos ainda mais agudos em contexto latino-americano, onde a conjuntura histórica e social trás matizes culturais e políticas diversas das verificadas no hemisfério norte. É relevante o trabalho de Gargarella (2014) que visou a investigar as que ideologias e alianças políticas forjaram as diferentes cartas constitucionais outorgadas ou promulgadas nos países do continente. O que percebe o autor é que existência de uma regular - e contraditória - aliança liberal-conservadora na confecção e aprovação da maioria das cartas constitucionais da América Latina tem como principal ponto de afinidade a disposição em frear os arranjos constitucionais defendidos pelos chamados republicanos.²

Tal arranjo tem central importância para que possamos compreender também as razões que fazem com que a crise institucional que atinge a organização dos poderes dos países do continente e suas cartas constitucionais tem seu fundamento nas diferentes concepções normativas que expressam esses três grandes blocos - liberais, conservadores e

²Certamente poderíamos eleger outras referências bibliográficas para mapearmos os entornos da crise de valores por que passa as sociedades latino americanas e brasileira. A escolha sobre este texto se dá, no entanto, por sua capacidade e disposição em tecer ligações causais entre tal diagnóstico e as instituições políticas e judiciárias da região - e tal recorte está de acordo com o objeto empírico aqui selecionado.

republicanos. Ou seja, tem seu fundamento em questões que são, sobretudo, morais³.

Nesse sentido, Gargarella:

Alguien podría decir, por lo demás, que existe un valor en esa convivencia entre valores tan diferentes, dentro de la Constitución. Ocorre que – sigue el argumento – en sociedades plurales, como las nuestras, no puede esperarse ni resuelta deseable que la Constitución refleje exclusivamente una cosmovisión, un proyecto de organización común. Puede tener sentido, entonces, contar con una Constitución que refleje la diversidad social existente y sus tensiones. El problema con este argumento, sin embargo, resulta sencillo de entrever: nadie niega el valor de contar con compromisos constitucionales diferentes, propios de sociedades plurales. El problema surge a partir de los modos en que incorporar a la Constitución tales valores (2014, p. 301)

Complementando o autor, poderíamos dizer que a questão a ser respondida não diz respeito apenas ao modo de se incorporar na constituição os diferentes valores que perpassam as sociedades plurais e sem centro. O problema também se faz presente ao modo como as instituições atualmente vigentes farão uso desses diferentes valores positivados nas Cartas Constitucionais. Qual o critério a ser seguido pra que o Judiciário privilegie um grupo de valores em detrimento de outro? Sobretudo, qual a fundamentação/justificativa para tal escolha? Estas são questões de fundamental importância a serem respondidas por meio de pesquisa empírica sobre decisões importantes e paradigmáticas dessa importante instituição.

Nesse sentido, torna-se imprescindível, se quisermos bem conhecer o modo como tais questões são decididas, que entendamos antes as razões históricas e sociais que permitiram ao judiciário alcançar papel de destaque nas sociedades atuais. Para tanto, faremos a seguir breve exposição bibliográfica – sobretudo oriundas da Ciência Política – que auxiliam na caracterização deste poder de Estado assim como contribuem a explicar as razões do aumento de sua importância nos últimos anos. Expõe-se também, de maneira mais detida, as características das principais atividades do órgão máximo do judiciário

³Nesse sentido, de modo breve expomos a ligação que Gargarella (2014) traça entre essas três correntes políticas e os valores morais defendidos por cada uma delas: os conservadores estariam preocupados em defender os valores da ordem entendida enquanto *status quo*; os liberais estariam sensíveis a proteger os valores que entendem o indivíduo enquanto centro moral, e portanto estariam propensos a defender a sua liberdade individual, liberdade econômica, seu direito à propriedade, etc. E por último, os republicanos entenderiam que os valores a serem afirmados e protegidos são aqueles compartilhados pelas coletividades, o que faz com que os mesmos defendessem as liberdades individuais mas somente na medida em que o indivíduo é entendido enquanto ser social, e com relevância moral inferior à da coletividade.

brasileiro, com foco sobre que tipo de ADIns decide o Supremo Tribunal Federal e como é tal decisão.

Como opera o STF brasileiro?

Como em um número grande de países (HIRSCHL, 2013), também no Brasil quem tem a competência formal para decidir de modo final sobre a constitucionalidade ou não de uma prática ou restrição moral positiva em lei, é o Judiciário. Além desta competência, o poder judiciário tem acumulado outras, dado das reformas judiciárias das últimas décadas – notadamente a de 2004. Nesse sentido, e em acordo com a percepção de que as instituições representativas estão intensamente tocadas por crise de valores, o modelo seguro de Ginsburg (2003) afirma que quanto mais incerto e pluralista é o processo político, maior a probabilidade de empoderamento do Judiciário.

Mas para tanto, é necessário que sejam dadas ao Judiciário, através de reformas aprovadas pelo legislativo e Executivo, competências formais que permitam tal empoderamento. No caso brasileiro, a grande extensão dos atores com legitimidade ativa para propor ADIns – que foi ainda aumentada com a EC nº45 de 2004 - faz com que seu modelo seja um dos mais amplos do mundo (ARANTES, 2005). Ou seja, faz com que a suprema corte brasileira disponha de acesso mais fácil à propositura de demandas que visem arbitrar acerca da constitucionalidade dos diferentes diplomas legais, por parte de diferentes setores da sociedade civil e política. Soma-se a esse fato, a escolha do constituinte originário de dotar o STF com sistema híbrido de revisão judicial, o que faz com que tenhamos no Brasil a possibilidade de controle difuso e concentrado de constitucionalidade das leis.

No entanto, isso não significa que os ministros do STF trabalhem continuamente para revisar as decisões dos outros poderes, em postura de ativismo judicial. Ao contrário, a taxa de rejeição final das ADIns é de quase 90% (TAYLOR, 2008), ainda que já se tenha revertido decisões legislativas importantes. O que se pode perceber, dessa maneira, é que ainda que o Judiciário brasileiro tenha condições para exercer grande controle constitucional ativo – ou seja, contrariando as decisões legislativas sancionadas pelo executivo – pouco faz nesse sentido.

Conforme afirma Oliveira em estudo sobre as ADIns e a agenda do supremo, 62% dos casos julgados pelo STF entre 1988 e 2014, dizem respeito a administração da

burocracia estatal (nas categorias “agentes públicos” com 40%; “administração pública” com 15% e “administração da justiça” com 7%). Tal constatação estatística justifica constatação jocosa de que o órgão máximo do judiciário brasileiro, no que diz respeito ao instituto das ADIns, seria na prática o “Supremo RH” (OLIVEIRA, 2016), dado que ocupa-se majoritariamente em emitir juízo final sobre competências dos órgãos estatais e cargos públicos, salários de servidores, etc. O relevante a ser notado aqui é que essa percepção sobre o papel que têm as decisões do STF na administração da burocracia estatal esta em profunda sintonia com as características do projeto moderno analisadas acima – características essas que dão ensejo também a crise moral por que passam as sociedades atuais.

Ainda que seja fundamental expor tais características sobre o STF para que possamos bem compreender sua função corriqueira na estrutura estatal brasileira, não são esses casos que interessam a este artigo. Conforme exposto acima, visamos a entender como o Judiciário brasileiro resolve conflitos morais, entendidos esses como expressão social da crise por que passam as sociedades sem centro. Portanto, nosso foco estará restrito às decisões acerca dos direitos civis e sociais.

Essas temáticas, no entanto, representam um pequeno grupo das ADIns julgadas com decisão final no STF. Oliveira (2016) agrupou tais ADIns no grande grupo “sociedade civil” que representam 15% do total das ADIns com decisão final pelo STF de 1988 a julho de 2014. A temática dos direitos sociais representam 48% das decisões deste grupo e as referentes aos direitos civis, 13%. Dado que a grande maioria das questões referentes aos direitos sociais decididas por meio de ADIns no STF dizem respeito aos direitos trabalhistas, neste trabalho entendemos que os conflitos morais julgados pelo STF estão sobretudo no âmbito dos direitos civis.

É justamente neste aspecto que o ativismo do judiciário parece fazer-se sentir com maior intensidade, justificando as acusações recheadas de ironia de que estaríamos vivendo sobre uma “supremocracia” (VIEIRA, 2008). Assim, o judiciário parece estar mais disposto a decidir sobre importantes questões sociais e morais, que são de fundamental importância para a qualidade dos vínculos morais tecidos entre os indivíduos. Ainda conforme o estudo citado, nas decisões sobre de ADIns referentes ao grande grupo “sociedade civil”, em 62% dos casos decididos em plenário, o STF julgou procedente a demanda que questiona o dispositivo legal, demonstrando assim forte ativismo judicial

(KOHNER). Neste particular, no entanto, faz-se necessário expor a ponderação (HIRSCHL, 2013) de que tal aumento decisório das supremas cortes está ligado a baixa disposição real dos políticos eleitos de lidar com assuntos intrincados e promover políticas públicas que de fato contribuam para a construção de uma solução possível ao problema concreto, dado que tal disposição trará provavelmente custos negativos à sua imagem frente a determinado grupo de eleitores.

Dessa forma, ainda que estatisticamente sejam poucas as ADIns que tratam sobre tais temas, percebe-se que a centralidade de suas pautas, seu potencial mobilizador de grupos sociais e de promotor de sentido a suas práticas, assim como a disposição dos ministros do STF em reformar as decisões dos outros poderes, faz com que este constitua tema central a ser analisado. Este é o caso de diferentes julgamentos, como o que trata da legalidade do casamento homoafetivo, debatido pelo Conselho Nacional de Justiça em 2013; das cotas raciais, decidido pelo STF através da ADPF 186 em 2014; do aborto de anencéfalos, debatido pelo STF na ADPF 54 em 2012; do financiamento empresarial de campanhas políticas decidido pelo STF através da ADIn 4650 em 2015; do porte de drogas para uso individual e privado debatido pelo STF através da RE 635659, que ainda está tramitando. Neste trabalho, no entanto, nos deteremos apenas em breve análise sobre a ADIn 3.510 que julgou a constitucionalidade das pesquisas com células-tronco embrionárias.

Qual o papel da sociologia da moral frente a essas questões?

Até aqui tratamos das razões da crise por que passam as sociedades atuais, visando a compreender como tal fenômeno afeta as instituições do poder judiciário e consequentemente suas decisões sobre contendas morais que perpassam a relação entre diferentes grupos sociais que compartilham de uma mesma esfera pública. Procuramos expor as condicionantes estruturais que perpassam o judiciário brasileiro e sua atividade decisória, evidenciando o quanto suas insuficiências e ações têm relação com o projeto moderno e o contexto de crise que atualmente se apresenta. Debruçaremos agora sobre as possíveis contribuições que os aportes da sociologia da moral podem promover para auxiliar a compreensão dessa questão que tem se tornado cada vez mais relevante no cenário atual. Para tanto, necessitaremos brevemente explicitar os caminhos tomados por

esse campo particular da disciplina de sociologia e em que medida se pode relacioná-lo com a temática do Direito e Judiciário.

Ainda que a moral seja tema marcadamente presente em todas as obras clássicas da sociologia, o estudo específico da moral ficou por muitos anos em modo estacionário (HITLIN, 2015), sendo que sua retomada vigorosa foi dada apenas algumas décadas atrás. Contudo, disciplinas como a psicologia, antropologia e biologia promoveram grandes avanços em pesquisas empíricas na área, fazendo com que o debate esteja pautado entorno de seus pressupostos e metodologias. Nesse sentido, se a sociologia desejar contribuir de modo relevante com a área, terá de dialogar também com esses campos, entendendo a moral enquanto fenômeno interdisciplinar.

Tal contexto e agenda de pesquisa do campo fazem, no entanto, com que os debates sobre a moral se distanciassem sobremaneira dos debates sobre instituições e sobre o direito. Se nos primórdios do estudo da disciplina os textos legais eram utilizados como fontes de primeira ordem para a fundamentação de pesquisas sobre os desenvolvimentos morais das sociedades – como faz Durkheim em “A Divisão do Trabalho” – hoje há poucos estudos do tipo existem na área. O debate sobre a relação entre direito e moral – como se dá, de que tipo é, e qual sua intensidade – é dominado pela filosofia do direito, já com extensos trabalhos desde o pós-guerra. Isso, pois na disciplina da sociologia, ainda que o campo jurídico seja objeto constante de estudos e pesquisas, nas mesmas o ponto de investigação principal não está sobre a moral e sua relação com o direito, ou seja, sobre a normatividade socialmente legitimada das normas jurídicas; por outro lado, os estudos de sociologia sobre o judiciário parecem estar mais interessados em entender o direito como campo autônomo de disputas, como dispendo de lógica sistêmica própria, ou como dispositivos de dominação.

Nesse sentido, faz-se necessário expor os caminhos possíveis à investigação que auxiliem a sociologia investigar tal âmbito do direito e sua relação com a sociedade. Esclarece-se primeiramente que esta parte final do artigo é fruto de pesquisa ainda em fase exploratória, sendo que se investiga a abordagem que permita melhor apreender o fenômeno pretendido, qual seja: analisar o modo como o STF decide sobre conflitos eminentemente morais a que são demandados por meio de ADIns. Dado ser a fundamentação dos votos exigência legal para a validade de qualquer decisão jurídica, nela o juiz dota de substancialidade e concretude as razões por que decide do modo elegido.

Assim, perguntar como os juízes fundamentam seus votos parece alternativa relevante. Se para muitos casos tal fundamentação não é mais que um modelo padrão de texto - dadas as semelhanças entre os casos concretos julgados - são nos chamados casos difíceis que a fundamentação se torna etapa decisória sobremaneira mais relevante. É nela que a racionalidade da decisão judicial e sua conformidade com o Direito posto deve ser expressa. Os casos propriamente morais decididos em ADIns acima citados configuram em sua maioria justamente exemplos desses casos difíceis.

Ainda sobre a necessidade de se estudar de maneira detida e metodologicamente consequente as fundamentações que oferecem os juízes a seus votos, é relevante a colocação de Rodriguez sobre o modo como tais fundamentações, agregadas, formam os acórdãos:

As decisões colegiadas são decididas por votação sem que haja a redação de uma decisão oficial da corte. Por esta razão denomino a jurisdição brasileira de *justiça opinativa* e afirmo que sua legitimidade está mais ligada ao funcionamento institucional do Poder Judiciário como um todo do que à racionalidade de sua argumentação ou ao carisma individual dos juízes. (2013, pg. 63)

Tal situação acima descrita acima já pode ser evidência nos votos da ADIn 3.510. Esta ação analisou o artigo 5º da lei 11.105/05, que regulamenta a realização de pesquisas com células tronco embrionárias no Brasil. O conflito foi estabelecido entre setores da sociedade civil que consideravam que pesquisas com células tronco lesavam o princípio da dignidade humana (notadamente a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB) e entre grupos que defendem a liberdade de expressão científica e grupos de deficientes físicos que seriam os possíveis beneficiários diretos por tais pesquisas. O STF terminou por não reformar o dispositivo legal aprovado pelo Congresso Nacional e aprovado pela Presidência, no entanto a votação foi apertada - seis votos a cinco. Na fundamentação dos votos, é frequente referências *ad hoc* a autoridades externas, que muitas vezes referem-se à outros países e portanto outra legislação. Pôde-se perceber também entre os votos citação de poemas - de Fernando Pessoa - que, na concepção do ministro, auxiliaria na apreensão do objeto que deu ensejo à lide em questão - qual seja, a caracterização do embrião humano como pessoa humana ou não.

Ainda, em várias partes do acórdão os ministros fizeram uso de teorias filosóficas normativas para justificar seu voto e posicionar-se. Quem de modo mais claro utilizou-se

dessa estratégia foi a então ministra Ellen Gracie que, em decisão de apenas seis páginas, atribuiu sua decisão à teoria utilitalista de Bentham, alegando simplesmente que o prejuízo causado ao embrião justifica-se pelo benefício maior promovido aos destinatários das pesquisas com células tronco embrionárias – deficientes físicos, pessoas portadoras de doenças crônicas, etc.

No entanto, e seguindo o pensamento de Rodriguez, fica claro que as fundamentações dos juízes pouco dialogam entre si, não sendo aprofundadas nem sequer tratadas questões suscitadas por votos contrários. Os acórdãos não formam mais que a soma dos votos dos ministros, dificultando a sua utilização como jurisprudência ou delimitação clara dos motivos que fizeram a corte realmente decidir como decidiu. Essa realidade da atividade jurisdicional brasileira relaciona-se profundamente com as causas da crise por que passa tal instituição, dado que suas decisões terminam por dificultar a compreensão, dado que não passam da transcrição corrida dos votos e conversas entre os ministros durante a sessão no plenário. Assim, o Judiciário mantém sua racionalidade distante da realidade do cidadão comum, afastando-o do processo, mantendo a percepção de que constitui instituição hierárquica alijada da realidade social (GARAPON, 1997).

Resta ainda outra característica/estratégia de análise das ações dos juízes do STF nesses casos difíceis que também endossa o argumento de que essas são decisões de cunho moral – para além de serem também jurídicas e políticas. Mapear a postura dos juízes, o modo como lidam com os autos antes e depois dos julgamentos, pode constituir em importante informação empírica que permita-nos inferir sobre o grau de legitimidade que os próprios ministros reconhecem às decisões proferidas pela Corte que fazem parte.

Nesse sentido, tem-se a postura do ministro Menezes-Direito no julgamento da referida ADIn, que depois de proferir seu voto contrário às pesquisas de células tronco embrionárias, ao ver perceber que seria voto vencido na corte, visa a inserir na decisão final série de condicionantes à constitucionalidade da norma. Condicionantes que na prática invalidariam a eficácia do texto legal aprovado pelo próprio STF. Podemos citar ainda outro caso, o do ministro Gilmar Mendes que manteve pedindo vistas sobre a votação sobre a constitucionalidade do financiamento eleitoral de campanhas por um ano e cinco meses, restringindo a atividade jurisdicional da Corte, contra o próprio regimento interno do órgão. Dado que a época do fato, muitos dos ministros já haviam votado favoráveis pela procedência do pedido de inconstitucionalidade submetido pela OAB, e outros já haviam

adiantado seus votos – ainda que não os tivessem proferido – estava patente que o financiamento privado de campanhas eleitorais seria considerado inconstitucional, algo que contrariava a percepção do ministro. Também nesse caso, portanto, houve por parte do magistrado atitudes que caracterizam inconformidade suficientemente grande com a decisão majoritária a ponto de fazer com que se buscasse enfraquecer sua eficácia ou retardá-la ao máximo. Reconstrução da postura dos ministros indicariam portanto, que essas questões podem ser entendidas como morais, uma vez que não estão disponíveis à barganha, ao contrário de questões e conflitos propriamente políticos, sobre os quais sempre é possível, por definição, negociar-se.

Percebe-se, portanto, que a análise da fundamentação dos votos dos ministros do STF sobre casos difíceis, assim como o mapeamento das movimentações feitas com os autos do processo, afim de retê-lo ou inserir no mesmo condicionantes, etc, constituem importantes instrumentos para que se possa analisar o modo de proceder do STF quando este é chamado a resolver sobre conflitos eminentemente morais. Tais instrumentos, uma vez aplicados sobre o material empírico delimitado poderão fornecer importantes informações que permitam aprofundar os conhecimentos da sociologia da moral sobre o Judiciário, que como vimos, constitui importante instituição no cenário de crise por que passam as sociedades atuais.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, Rogério. Constitutionalism, the expansion of Justice and the Judicialization of Politics in Brazil. SIEDER, Rachel; SCHJOLDEN, Line; ANGEL, Alan. **The judicialization of Politics in Latin America**. New York: Palgrave Macmillin, 2005.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Presidência. **Ação Direta de Inconstitucionalidade n 3.510**. Requerente: Procurador-Geral da República. Requerido: Congresso Nacional. Relator: Min. Ayres Britto. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/geral/verPdfPaginado.asp?id=611723&tipo=AC&descricao=Inteiro%20Teor%20ADI%20/%203510>>

FERRARA, Alessandro. **Reflective Authenticity**. London: Routledge, 1998.

GARAPON, Antonie. **Bem julgar**: ensaio sobre o ritual judiciário. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

GARGARELLA, Roberto. **La sala de máquinas de la Constitución**: dos siglos de constitucionalismo en América Latina (1810-2010). Buenos Aires: Editora Katz, 2014.

GARGARELLA, Roberto. **La crisis de la representacion política**. Ciudad de Mexico: Fontamara, 2013.

GINSBURG, Tom. **Judicial Review in new Democracies**: Constitutional Courts in Asian Cases. Cambridge University Press, 2003.

HIRSCHL, Ran. Epiloque: courts and democracy between ideals and realities. In: **Representation**, V. 3, n. 49, p. 361-373, 2014.

HITLIN, Steven. Os Contornos e Entornos da nova Sociologia da Moral. **Revista Sociologias**. Porto Alegre, ano 17, nº 39, mai/ago, 2015.

OLIVEIRA, Fabiana Luci. Agenda Suprema: Interesses em disputa no controle de constitucionalidade das leis no Brasil. **Revista Tempo Social**, São Paulo, v. 28, nº 1, abril, 2016.

PIERUCCI, Antônio. Secularização em Max weber - a contemporânea serventia de voltarmos a acessar aquele velho sentido. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 13, nº 37, Jun., 1998.

ROBBINS, Joel. Onde no mundo estão os valores? Exemplaridade, Moralidade e Processo social. **Revista Sociologias**. Porto Alegre, ano 17, nº 39, mai/ago, 2015.

RODRIGUEZ, José Rodrigo. **Como decidem as cortes**. Rio de Janeiro: editora FGV, 2013.

ROSATI, Massimo; WEISS, Raquel. Tradição e autenticidade em um mundo pós-convencional: uma leitura durkheimiana. **Revista Sociologias**. Porto Alegre, ano 17, nº 39, mai/ago, 2015.

SHILS, Edward. **Center and Periphery: Essays in Macrosociology**. [S.l.]: University of Chicago Press, 1975.

TAYLOR, Matthew. **Judging policy: Courts and policy reform in democratic Brazil**. Stanford; Stanford University Press, 2008.

VIEIRA, Oscar Vilhena. Supremocracia. **Revista Direito FGV**, São Paulo, v. 4, nº 2, 2008.

Para repensar a palavra: nuances simbólicos entre o fato e ficção

Erlon Roberto Adam¹

Este ensaio visa tratar da evolução vocabular do fato ao fetiche, objetos de estudo da psicanálise, sociologia e História, dentre outras áreas científicas. Esses vocábulos passam por diferentes matizes semânticos, chegando à ficção e à ficcionalização, presentes nas produções estético-literárias. Consciente desse processo de (re)significação da palavra, são considerados alguns apontamentos sobre a produção estética do romance histórico e como este evoluiu para uma ficcionalização. Por fim, apontamentos sobre o Orientalismo são utilizados para questionar incorporação científica da palavra feitiço pelo Ocidente, sob o vocábulo de fetiche.

Palavras-Chave: Fato histórico, Ficção, Fetiche, Ficcionalização literária.

O FICCIONAL LITERÁRIO E O FATUAL HISTÓRICO

Fictício ou ficção. Estes dois vocábulos servem comumente para designar o que não é verdadeiro ou não correspondente à realidade. Desde suas origens no latim, estão intrinsecamente voltados ao imaginário, ao fabuloso e ao aparente, a algo criado a partir da mente humana. São muitas declinações originárias da língua motriz do Lácio: *fictiu*, *fictum*, além de *factitius*, que se referia a algo feito artificialmente. Essas variações chegaram às línguas ocidentais modernas com significado próximo ao dos significantes originários. O antônimo dessas palavras era *factu*, que originou *feito* e *fato*. Os fatos evocam àquilo que existe, às coisas verdadeiras e às ações de circunstâncias passíveis de serem comprovadas.

Ainda que *factu* seja uma palavra de tradição latina, documentá-lo como fenômeno real é a tentativa dos historiadores, desde seus primórdios na Grécia Antiga. Como exemplo, há Heródoto e Tucídides na Grécia do século V a.C. Eles negaram a experiência mítica ao se afastarem de narrativas imaginadas, ficcionais. Na mitologia grega, a trombeta de Clio, musa da História, que tocava para sua mãe Mnemosine, deusa da Memória, já não lhes soava mais tão sedutora e inspiradora. No entanto, é importante salientar que

Heródoto e Tucídides não são o princípio da escrita da história; são apenas os primeiros historiadores de quem possuímos os textos integrais. Tornam-se os primeiros com os quais começa a questão

¹Mestrando em Letras, Estudos de Literatura, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras – UFRGS.

que nos perturba: por que não considerar pertencentes à mesma linguagem homérica? (LIMA, 2006, p. 32).

Aristóteles se preocupa em distinguir a unidade de ação da unidade poética, ambas arraigadas ao Uno. Para ele, o Uno é o mito, em sua totalidade objetiva, ao contrário do sendo comum limitador de que se refira a apenas uma pessoa. A unidade poética é narrada pelo poeta, representando aquilo que poderia ter acontecido, dentro de padrões de verossimilhança que lhe conferem caráter de verdade. Aristóteles no Capítulo IX de *Poética* diz:

[...] a função do poeta é descrever, não a coisa que aconteceu, mas um tipo de coisa que pode acontecer, ou seja, o que é possível como provável ou necessário. A distinção entre historiador e poeta não está em uma prosa escrita e versada, ou seja, poder-se-ia colocar o trabalho de Heródoto em verso, que ainda seria uma espécie de história; pois consiste realmente nisto, descrevendo a coisa que tem sido, enquanto o outro, um tipo de coisa que poderia ser. Daí a poesia é algo mais filosófico e de cunho mais grave do que a História, já que as suas declarações são de natureza universais, enquanto os de história são singulares [...] (ARISTOTLE, 2013: IX tradução nossa).

Talvez os historiadores não queiram ser concebidos sob uma perspectiva homérica. Daí reside a sua recusa de não narrar conforme a Musa, mas a partir das investigações que reuniram ou do que viram, ainda que seus depoimentos sejam passíveis de contestação. A explicação fatural perde seu caráter mítico, mas o ato de narrar permanece. Assim, de acordo com Nunes (1998), as diferenças entre o a narrativa ficcional e a narrativa histórica passam a contrastar entre si a partir do momento em que a segunda se afasta do mito. Contudo, na Idade Média, o ato de narrar retoma parte de sua visão mítica. Os ingleses deste período distinguiram a História Sagrada (History) da história profana (story).

No Medievo a História não deixava de ser história, como crônica de fatos que também podiam ser feitos legendários. Os autores desses feitos memoráveis, membros de uma mesma linhagem de gigantes, sobre cujos ombros, segundo a imagem de Bernard de Cartres, os anões do período poderiam enxergar mais longe, chamavam-se Carlos Magno e Heitor, Príamo e Salomão, homens de um passado remoto, mas indistinto da época na qual o cronista os lembrava (NUNES, 1998, p. 10).

Os renascentistas do século XVII mantiveram essa dicotomia da História. No século XIX, a retomada dos estudos da retórica grega abriu espaço para uma nova bifurcação: a História-arte e a História-ciência.

A História-arte é sobretudo uma narrativa de acontecimentos, que os recria como se fossem presentes. Fazendo do historiador “um contemporâneo sintético e fictício” do que ocorreu, fornece-nos imagens do passado, recuperado, tornado visível. Ela não se exime, portanto, do esforço da imaginação projetiva, que acusa a vivência particular do historiador, parente próximo do artista (loc. cit.).

Os textos literários, por sua natureza ficcional, passaram a ser distintos dos textos científicos, que são geralmente relacionados ao fatural, à realidade, a exemplo dos históricos. A oposição entre o real, fatural, e o irreal, fictício, pressupõe uma sabedoria subentendida, um conhecimento que reside na dicotomia das epistemes científica e filosófica, de um lado, e o senso comum e mítico, de outro. “A determinação nitidamente ontológica atuante neste tipo de “saber tácito” caracteriza a ficção justamente pela eliminação dos predicados que serão atribuídos à realidade” (ISER, 2002, p. 957).

Indiferentemente de a História residir no fatural, e a Literatura no ficcional, ambas são expressões da linguagem humana. Elas sintetizam e recapitulam o objeto do ser humano dotado de projeções e subjetividades. Conforme Nunes (1998, p. 16), “como o romance, a História seleciona, simplifica e organiza, resume um século numa página”. Este autor ainda afirma que os trabalhos do historiador e do romancista não diferem se pensados sob o ponto de vista da imaginação. Suas diferenças residem essencialmente no quanto o historiador pretende que sua imaginação seja verídica.

Na dimensão episódica, que é cronológica, o tempo é relativo à sucessão dos fatos ou acontecimentos da história, que tem princípio, meio e fim: dado o começo, ela se desenvolve de maneira a exigir, de acordo com a *aptidão da história para ser seguida* (2), uma conclusão. Mas esta já cabe na dimensão do todo, que é a da unidade da história, alçada à generalidade um tema, e que, não cronológica, encadeando o fim ao começo e o começo ao fim, corresponde a uma *totalidade temporal*. A síntese, que restitui a atividade configuradora, preenche, completando a *aptidão da história para ser seguida*, a *compreensão narrativa*. Nas duas dimensões, o tempo é inerente a essa compreensão (NUNES, 1988, p. 13, grifos do autor).

Assim, o discurso da História, por longo tempo, reservou para si o *status* de verdade (NUNES, 1988, p. 16). Seu campo de estudo situou-se no fatural, implicando um abismo temporal e material pretensamente intransponível. Erigiu-se um discurso que tinha como objetivo central trazer à tona o passado, aquilo que já não mais é, nem virá a ser. A História negava o próprio devir histórico, naquelas tangências das coisas que poderiam ter sido ou

que viriam a ser. Essa negação das possibilidades, porém, gera uma espécie de paradoxo, na medida em que a tentativa exaustiva de buscar a realidade como ela é torna-se algo excessivamente artificial, ou seja, fictício, no sentido filológico da palavra latina, que será melhor analisado na seção seguinte.

Com efeito, o texto literário e o histórico fingem. É um fingimento da realidade que representam e reproduzem. A diferença reside na medida em que o ato de fingir uma realidade, está explícito na tessitura fictícia, enquanto que a veracidade do fático está legitimada por um discurso da episteme, propondo-se a descrever a realidade tangível.

Quando a realidade repetida no fingir se transforma em signo, ocorre forçosamente uma transgressão de sua determinação correspondente. O ato de fingir é, portanto, uma transgressão de limites. Nisso se expressa sua aliança com o imaginário. Contudo, o imaginário é por nós experimentado antes de modo difuso, informe, fluido e sem um objeto de referência. Ele se manifesta em situações inesperadas e daí que de advento arbitrário, situações que ou se interrompem ou prosseguem noutras bem diversas (ISER, 2002, p. 958).

Nesse “fingimento”, o texto ficcional possui componentes do real, reproduzindo a realidade, em um imaginário mimético. Aristóteles pensa na poesia que, em suas diferentes espécies, é a expressão estética que parte da representação do mito. Na linha aristotélica, a epopeia, a tragédia, a poesia ditirâmbica e grande parte da aulética são imitações. Suas diferenças estão situadas em três aspectos diversos da imitação, quanto a meios, modos e objetos. Essas expressões poéticas imitam diferentes coisas, que, numa concepção aristotélica, exprimem em cores e figuras. Aristóteles trata da origem aparente da poesia. Ele sugere duas causas para tanto. Em uma, “o imitar é congênito ao homem (e nisso difere dos outros viventes, pois, de todos, é ele o mais imitador, e, por imitação, aprende as primeiras noções), e os homens se comprazem imitando” (1991). A outra causa se refere à experiência da contemplação prazerosa das imagens mais exatas das coisas, mesmo aquelas que, no mundo tangível e real, nos causariam repugnância.

Está claro que a origem da poesia foi devido a duas causas, cada uma delas a partir da natureza humana. A imitação é natural para o homem desde a infância, sendo esta uma de suas vantagens sobre os animais inferiores, já que é a mais imitativa criatura no mundo, aprendendo primeiro com a imitação. E também é natural a todos gozar dos trabalhos da imitação. A verdade desse segundo ponto se mostra pela experiência: ainda que os objetos em si mesmos pareçam

dolorosos de serem vistos, temos prazer em ver suas mais realísticas representações na arte [...] (ARISTOTLE, 1991, p. 2318), tradução nossa).

Contudo, o ato de imitar precisa ser convincente para proporcionar prazer. Deve então haver uma estrutura que parte do modelo do mito trágico. A exemplo disso, na parte VII, Aristóteles considera “a construção adequada da fábula ou da trama” apresentando que é necessário para uma narrativa ações completas, compostas de início, meio e fim. De fato, “uma trama bem construída não pode iniciar ou terminar em qualquer momento ou a bel prazer” (op. cit.). Ele alerta, no entanto, sobre o limite estabelecido pela própria natureza da história que, quanto mais longa, de maneira coerente, concomitante a seu todo, mais fina é em sua razão de magnitude. “De modo geral, uma extensão que permite ao herói passar por uma série de proações ou estágios necessários de um infortúnio à felicidade, ou da felicidade ao infortúnio, e que permita ser o limite para a magnitude da história” (ARISTÓTELES). Deve haver, com essa delimitação, uma relação de causa e efeito, em que uma coisa produz ou leva a outra, assim como a ficção levou ao fetiche.

DO ROMANCE HISTÓRICO À FICCIONALIZAÇÃO DA HISTÓRIA

Como foi apontado anteriormente, o limite entre o histórico e o literário é objeto de devaneios, reflexões e introspecções desde a Antiguidade Clássica. Neste sentido, A Poética de Aristóteles delinea as fronteiras entre a Literatura, cujo exemplo aristotélico é a poesia, e a História, no que concerne a natureza daquilo que é narrado, seja em prosa, verso ou fábula. Aristóteles observa que a diferença entre os eventos narrados por literários e historiadores. Sua distinção não corresponde à estrutura textual das narrativas, mas na preocupação em poder legitimar ou não aquilo que é narrado.

Contudo, a vivência do autor, concomitante à confecção ficcional, não faz de sua obra um texto histórico. De fato, *Os Persas* apresenta a Batalha de Salamina, em que os gregos, liderados por Temístocles, vencem o exército de Xerxes, sendo que a perspectiva da obra busca reconstruir a perspectiva do exército inimigo. Dessa forma, Ésquilo utiliza a verossimilhança ao narrar fatos que ele imaginou terem sido possíveis de acontecer do outro lado da batalha.

O historiador estadunidense Hayden White (1994) aponta que, no Ocidente, a historiografia até fins do século XVIII, ainda continha elementos ficcionais semelhantes a

esse exemplo da Grécia Antiga e que produção historiográfica só se desvincula dessa retórica no período Iluminista. Nesse contexto, teóricos oitocentistas admitiam a diferença entre “fato” e “ficção”, reconhecendo a importância de abordar em relatos históricos apenas eventos reais, filtrando os fantasiosos. Porém, mesmo com esse reconhecimento, “em geral não viam na historiografia uma representação dos fatos não desvirtuada por elementos de fantasia [...] e reconheciam a inevitabilidade de um recurso a técnicas ficcionais na representação de eventos reais no discurso historiográfico” (WHITE, 1994, p. 138).

No começo do século XIX tornou-se convencional, pelo menos para os historiadores, identificar a verdade com o fato e considerar a ficção o oposto da verdade, portanto, um obstáculo ao entendimento da realidade e não um meio de aprendê-la. A história passou a ser contraposta à ficção e sobretudo ao romance, como a representação do ‘real’ em contraste com a representação do ‘possível’ ou apenas ‘imaginável’. E assim nasceu o sonho de um discurso histórico que consiste tão somente nas afirmações factualmente exatas sobre o domínio de eventos que eram (ou foram) observáveis em princípio, cujo arranjo na ordem de sua ocorrência original lhes permitisse determinar com clareza o seu verdadeiro sentido ou significação (idem, p. 139).

Essa distinção que White aponta passa a ser empregada por historiadores como norma para a compreensão da verdade. Surge, então, uma perspectiva dicotômica em que a ficção seria “um obstáculo ao entendimento da realidade e não um meio de apreendê-la” (loc. cit.). Assim, os antigos contrapontos aristotélicos se acentuam, negando-se as similaridades estruturais entre os discursos narrativos e históricos.

Assim, a modalidade do romance histórico dava uma releitura do passado. Sua importância residia em propor uma outra versão da História, fornecendo perspectivas alternativas àquela consolidada em meios oficiais. O ato subversivo da Literatura ao desafiar a História invade as brechas e as lacunas que fogem à alçada do discurso histórico.

Wolfgang Iser (1990, pp. 939) aponta que é comum associar o término ficção com o âmbito narrativo da literatura. No entanto, ele aponta que ambos os significados compreendem a “sobreposições”, em que a mentira se sobrepõe à verdade, enquanto o trabalho literário se sobrepõe ao mundo real incorporado. Essa premissa desde Platão, de que os poetas mentem, encontrou oposição no Renascimento, quando Sir Philip Sidney (1990, p. 29, apud ISER, 1990, p. 939) assinalou que “O Poeta... nada afirma, e, dessa forma, nunca mente”; tal como não fala do que é, mas sim do que deveria ser. Assim, Iser aponta o

entendimento da ampla diferença que apresenta tal modo de sobreposição em respeito à mentira.

Nesse processo de mudanças dos tratamentos dados ao fato histórico e a ficção, surge a matiz da ficcionalização. De acordo com Iser (idem, p. 943) Ficção e ficcionalização² compreendem uma dualidade, cuja natureza depende do contexto. Esse processo de duplicação resulta na literatura, tem as fronteiras da sua realidade contextual seus próprios modos e precede suas formas de realização. Iser destaca que esse cruzamento de fronteiras pode ser concebido como a característica principal do processo de ficcionalização, pois o mentiroso precisa ocultar a verdade, mas de modo que a verdade esteja potencialmente presente na máscara que a disfarça. Nas ficções literárias, os mundos existentes se sobrepõem e, apesar de que são ainda individualmente reconhecíveis, estão postos no contexto que os causa estranhamento.

Iser (1990, p. 940) ainda aponta que, se as ficções possuem, em primeira instância, uma carga antropológica, parece difícil desvinculá-las de uma base ontológica para sua inevitabilidade epistemológica. Esta pode ser uma das razões pelas que não é possível falar de uma ficção como tal, porque só pode ser descrita mediante suas funções. Isto é, as manifestações de seu uso e os produtos resultantes disso aparecem evidentes inclusive para uma observação superficial. De fato, na epistemologia encontram-se as ficções como pressuposições; na ciência elas são hipóteses: as ficções proveem os fundamentos para imagens do mundo (word-pictures). Inclusive, os supostos que guiam nossas ações são, a sua vez, ficções. Em cada um desses casos, a ficção tem uma tarefa diferente a realizar: com as propostas epistemológicas é uma premissa; com as hipóteses é uma prova (test); com as imagens de mundo é um dogma, cuja natureza ficcional deve permanecer oculta se as bases não forem prejudicadas; e com as ações humanas é antecipação.

À medida que o significado se liberta daquilo que designa, volta-se livre para outros usos. Iser (op. cit.) comenta que o significado deve ser considerado como uma metáfora, atraindo algumas realidades ocultas à luz; então, claramente, abre-se um espaço de jogo entre o significado manifesto e o latente. É este espaço de jogo o que faz da ficcionalidade

²Wolfgang Iser utiliza o vocábulo *fictionalizing*, que foi traduzido para *ficcionalização*. O autor emprega originalmente o vocábulo como um processo contínuo, um devir que não conclui as inerências do ser humano, na configuração e, apresentação d esi mesmo ante si mesmo. Por essa razão, o tempo verbal do gerúndio em inglês proporcionaria essa ideia de continuidade. Em Língua Portuguesa, poder-se-ia traduzir perfeitamente como *ficcionalizando*, mas por questões de fluidez textual e diálogo com outros trabalhos concomitantes a este assunto, optou-se pelo neologismo *ficcionalização*, que vem a corresponder à ação contínua da ficcionalidade.

literária uma matriz para gerar significados. Agora bem, o que é dito e o que é mentalizado podem correlacionar-se diferentemente, e de acordo como sejam vinculados, podem derivar continuamente novos significados desde o manifesto e o latente.

Em contrapartida, a ficcionalização ilumina um modo diferente, conforme uma disposição básica humana, capaz de se manifestar em si mesma. Para Iser (op. cit., p. 955), se o Uno mesmo humano é o ponto de encontro de suas múltiplas funções, as ficções literárias mostram aos seres humanos como aquele que eles fazem de si mesmos e aquilo que entendem que são eles mesmos. Para este propósito, o Uno deve sair de si mesmo, de forma que possa exceder suas próprias limitações. Portanto, pode-se descrever a ficcionalidade literária como uma conspícua modificação da consciência, que torna acessível o que meramente sucede nos sonhos. O sonhador está inevitavelmente atado ao mundo que ele crê, mas a ficcionalização na literatura permite libertar-se dessas ataduras. As ficções literárias que se mostram a si mesmas “*como se*”, se revelam como uma aparência oposta a um ser; mostram que nossa habilidade de transmutar a si mesmo em diferentes formas não pode ser reificada. Ao mesmo tempo, esta aparência permite constantemente à humanidade inventar-se a si mesma, novamente. E, finalmente, mostra que não há um último marco de referência para o que se faz de si através da ficção, mesmo quando a ficcionalidade funciona como uma extensão do ser humano e da impressão de que é em si mesma um marco de referência tal.

Portanto, a mentira e a literatura sempre contêm dois mundos: a mentira incorpora a verdade e o propósito pelo qual a verdade tem que se esconder, enquanto as ficções literárias incorporam uma realidade identificável, sujeita a um ato que se remodela de forma imprevisível. Assim, quando se descreve a ficcionalização como um ato de sobreposição, deve-se ter em mente que a realidade sobreposta não fica atrás: se mantém presente, pelo que incute à ficção com uma dualidade transferível a diferentes propósitos.

FETICHE, FEITIÇO E ORIENTALISMO

Quantas coisas, em um maravilhoso livro, seriam escritas, narrando a vida e as aventuras de uma palavra! Sem dúvida uma palavra recebeu várias impressões dos eventos para os quais foram utilizadas; dependendo dos locais que foi empregada, uma palavra despertou diferentes tipos de impressões em diferentes pessoas, mas isto não é mais grandioso ainda do que considerar uma palavra em seu triplo

aspecto de alma, corpo e movimento? (BALZAC, apud SAID, 2003, p. 131, tradução nossa).

As relações entre o fatural e fictício, estudadas anteriormente, fazem parte desse amplo processo de desenvolvimento da palavra. À medida que elas se desenvolveram, em um devir histórico, vieram a ser feitiço e fetiche. No entanto, ao longo deste processo consolidam-se estigmas e arquétipos que passam a servir de discursos legitimadores para a dominação do outro. Um exemplo disso é o feitiço: à medida que os portugueses avançaram pela costa africana no séc. XV, entraram em contato com tribos animistas que incorporaram fictício e ficção a suas línguas. As línguas ocidentais, como o português, reincorporaram-na agora com o sentido mítico e religioso de feitiçaria, sinônimo para bruxaria. O geógrafo anglo-germânico Ravenstein (1901) esclarece em uma nota de rodapé de *As estranhas aventuras de Andrew Battell* a origem dessa palavra:

Os chamados fetiches (de feitiço, uma palavra portuguesa que significa feitiçaria) não se referem a ídolos, mas a encantos e amuletos, geralmente conhecidos como nkisi, nkisi ou mukishi. Há nkisi peculiar a um distrito, aldeia ou a família; encantos e amuletos para proteger o utente ou possuidor (SAID, 2003, p. 25, tradução nossa).

Em um trecho dessa biografia do viajante Andrew Battell, há uma descrição do rei da etnia bakongo de Loango. Como explicado em diferentes momentos nesta dissertação, Battell é um mercenário que sai de Essex, na Inglaterra, em 1589. Ele parte em viagem pelo Atlântico, passa pelo Brasil, até chegar à Foz do Rio da Prata, na Argentina, chega ao Reino de Angola, adentra pelo Rio Kwanza, até que, entre 1590 e 1591, chega à região de Loango, que atualmente compreende a República Democrática do Congo.

[...] o rei também é um bruxo, e crê em dois ídolos que estão em Longo. Um é chamado de Mokisso à Longo, o outro é chamado de Checocke. Este último é uma imagem de um preto pequeno, e se detém em uma pequena casa em um vilarejo chamado Kinga, que se detém na pista de aterragem de Longo. Esta casa de Checocke permanece na estrada, e os que andam pelo caminho batem palmas, que é a cortesia do país. As que estão artesãos, como pescadores, caçadores e bruxas, oferecem a este ídolo, para que tenham boa sorte [...]. [Ele] às vezes vem no meio da noite, para se incorpora em alguns de seus adoradores: às vezes em um homem, às vezes em um menino ou em uma mulher. E então eles entram em frenesi pelo espaço de três horas; e tudo o que a pessoa freneticamente fala é a vontade de

Checocke. Então, eles fazem um grande banquete e dança em sua casa (RAVENSTEIN, 1901, pp. 48-49, tradução nossa).

O caráter mágico da palavra *fetish* seria incorporado pelo Ocidente de tal forma que, no século XIX, os franceses passam a utilizá-la no âmbito científico como fetiche. Freud e Marx empregam-na em seus estudos ao buscarem a compreensão de objetos geradores de ideologias e de desejos sobre o sujeito.

Said aponta que é preciso distinguir entre a tendência universal de todas as culturas para impor "algumas correções na dura realidade, transformando uma soma de objetos mal definidos em unidades de conhecimento", um processo "perfeitamente natural" pelo qual o mente humana resiste ao assalto que produz o estranho; e a tendência especial de certas culturas para impor "transformações completas sobre outras culturas, recebidas não como elas são, mas como eles devem ser para beneficiar o destinatário" (SAID, 2003, p. 67).

Neste sentido, estudo filológico tem fundamental importância na concepção do Oriente pelo Ocidente. Isso porque, enquanto surgir a consciência no Ocidente sobre o peso das palavras, as designações de Oriente assumem-se um vasto campo de significados, associações e conotações que não estão relacionadas a um significado real do Leste, mas a associações mentais circunspectas ao significante da palavra.

A Filologia problematiza – em si mesma, seu praticante, o presente. Encarna-se, com isso, uma condição peculiar de ser moderno e europeu, uma vez que nenhuma destas duas categorias tem verdadeiro significado sem haver relação com uma cultura anterior estrangeira [...]. O que Nietzsche também vê é a filologia como algo carregado, feito no sentido viconiano como um sinal de empreendimento humano, criado como uma categoria de descoberta humana, autodescoberta, e originalidade (BALZAC, p. 4, apud SAID, p. 133, tradução nossa).

É neste âmbito filológico do orientalismo que se incluem alguns dos estudos freudianos e marxistas. Um deles é o emprego da palavra "fetiche", analisada anteriormente para designar fenômenos, até certa ordem, negativos da relação entre subjetividade e objetividade ou entre sujeitos e objetos que os cercam. De fato,

[...] a linguagem brutal de Freud e dos seus discípulos mais ortodoxos irritou muitas vezes os leitores bem-pensantes. De fato, esta brutalidade de linguagem resulta de um mal-entendido: não era a sexualidade em si que irritava, era a ideologia construída por Freud sobre a «sexualidade pura». Fascinado pela sua missão — ele pensava ser o Grande Esclarecido, quando afinal não passava do

Último Positivista — Freud não podia dar-se conta de que a sexualidade jamais foi «pura», que ela foi sempre e em todo o lado uma função polivalente cuja valência primeira e talvez suprema, foi a função cosmológica; que traduzir uma situação psíquica em termos sexuais não é de modo algum humilhá-la, pois, exceto para o mundo moderno, a sexualidade foi em todos os tempos uma hierofania e o ato sexual um ato integral (ELIADE, 1979, p. 15).

Dessa forma, o Sistema de ficções ideológicas faz o Orientalismo. Esse processo tem sérias implicações, pois transcende a esfera intelectual em direção à política. De fato, o “Leste” é uma entidade constituída e sua noção de realidade torna-se muito mais ampla do que a percepção espacial e temporal que o Ocidente possa compreender. Para explicar o espectro real e a realidade do antagonismo, sob um viés marxista, Žižek (2010), aponta uma tensão que leva a certo distanciamento da noção de ideologia. Nesse interim, entre “espontaneidade” e imposição organizada, ele pretende afirmar que os traços ideológicos são universais, sendo o indivíduo submetido às ideologias sem ter a capacidade por si mesmo de perceber que está inserido nelas. Dessa forma, a negação ou aceitação da matéria ficcional, ou seja, o fetiche, seria um artifício para levar a doutrinações ideológicas, em que “fetichismo” passa a ser um termo religioso que designa a idolatria “falsa”, antagonica à crença verdadeira:

[...] para os judeus, o fetiche é o Bezerro de Ouro; para um partidário do espiritualismo puro, fetichismo designa a superstição “primitiva”, o medo de fantasmas e outras aparições espectrais etc. E a questão, em Marx, é que o universo da mercadoria proporciona o suplemento fetichista necessário à espiritualidade “oficial”: é bem possível que a ideologia “oficial” de nossa sociedade seja o espiritualismo cristão, mas sua base real não é outra senão a idolatria do Bezerro de Ouro, o dinheiro. Em suma, o que Marx frisa é que não há espírito sem fantasmas dos espíritos, não há espiritualidade “pura” sem o espectro obscuro da “matéria espiritualizada” (ROSE, 1989, pp. 25-39, apud ŽIŽEK, 2010, p. 25).

Slavoj Žižek também problematiza um apontamento lacaniano sobre como Marx inventou o sintoma. Para tanto, ele sugere uma homologia entre os métodos interpretativos de Marx e de Freud, no que tange ao fetichismo como mercadoria e o sonho. Entende-se, aqui, fetichismo da mercadoria como “uma relação social definida entre os homens, que assume aos olhos deles a forma fantasiosa de uma relação entre as coisas” (MARX, p. 132, apud ŽIŽEK, 2010, p. 54).

Barthes (1987, p. 37) refere-se ao texto como um objeto de *fetich*e que escolhe seu autor e leitor. “O texto me escolheu, através de toda uma disposição de telas invisíveis, de chicanas seletivas: o vocabulário, as referências, a legibilidade etc.”. O autor não estaria por trás dessa produção textual, mas imerso a ela, da necessidade de sua figura, “que não é nem sua representação, nem sua projeção” (loc. cit.).

Os sistemas ideológicos são ficções (fantasmas de teatro, diria Bacon), romances – mas romances clássicos, bem providos de intrigas, crises, personagens boas e más (o romanesco é coisa totalmente diversa: um simples corte instruturado, uma disseminação de formas: o maya). Cada ficção é sustentada por um falar social, um socioleto, ao qual ela se identifica: a ficção é esse grau de consistente que uma linguagem atinge quando pegou excepcionalmente e encontra uma classe sacerdotal (padres, intelectuais, artistas) para a falar comumente e a difundir (BARTHES, op. cit., p. 37).

O fetich, por sua origem na ficcionalização do objeto, tornaria a interpretação da realidade dúbia. Por isso, entre a análise freudiana do sonho e a interpretação marxista da mercadoria, é necessário se afastar do deslumbramento fetichista do “conteúdo” supostamente oculto pela forma. A diferença entre esses dois estudos é que no marxismo, o olhar ideológico é imparcial, já que lhe escapa a totalidade de relações sociais, na medida em que, no viés lacaniano, a ideologia designa a totalidade voltada a apagar os sinais de suas próprias contradições. A ideologia estaria voltada ao esquecimento e à memória apenas daquilo que lhe convém nas relações sociais. “No marxismo, o fetich oculta a rede positiva de relações sociais, ao passo que, em Freud, o fetich oculta a falta (“castração”) em torno da qual se articula a rede simbólica” (ŽIŽEK, 2010, p. 327).

Kristeva (1989), ao se utilizar da psicanálise para compreender o processo criativo do escritor, contrapõe depressão e melancolia, apontando um paradoxo entre os dois termos: a perda, o luto e a ausência não apenas impulsionam e sustentam o ato imaginário de forma permanente, como também o ameaçam e o comprometem, de tal forma que “ao renegar-se essa mágoa mobilizadora erija-se o fetich da obra” (FREUD, 1969, apud KRISTEVA, 1989, p. 48).

Assim, a negação da melancolia pelo autor leva ao fetichismo daquilo que ele produz. Em contrapartida, aquele que se deixa consumir pelo sentimento melancólico é quem melhor combate a “demissão simbólica que o envolve” (KRISTEVA, op. cit., p. 48). Para

tanto, a recusa, segundo entendimento dessa autora, é a negação do significante, bem como dos “representantes semióticos das pulsões e dos afetos” (loc. cit.).

Segundo Freud, a recusa ou desmentido (*Verleugnung*) aplica-se à realidade psíquica que ele considerava como sendo da ordem da percepção. Essa recusa seria coisa usual na criança, mas torna-se o ponto de partida de uma psicose no adulto, pois aplica-se à realidade externa. Entretanto, e posteriormente, a recusa encontra o seu protótipo na recusa da castração e se especifica constituindo o fetichismo! Nosso alargamento ao campo da *Verleugnung* freudiana não muda a sua função de produzir uma clivagem no sujeito: por um lado, ele recusa as representações arcaicas das percepções traumáticas, por outro reconhece simbolicamente o seu impacto e tenta tirar as suas consequências (idem, pp. 47-48).

No entanto, a concepção humana transforma o objeto que recusa. É um fetichismo que substitui a recusa da dor psíquica consecutiva à perda de equilíbrio biopsíquico, após a perda de um objeto, pela atuação de novos significantes. Esta negação está voltada para um registro intrapsíquico – semiótico e simbólico – da falta que acarreta, “seja ela fundamentalmente uma falta de objeto ou, posteriormente, erotizada como uma castração da mulher” (ibidem, p. 48). Dessa forma, “o valor recusado do significante depressivo traduz uma impossibilidade de realizar o luto do objeto e que, em geral, [...] é acompanhada por um fantasma de mãe fálica” (loc. cit.).

A recusa do significante apoia-se numa recusa da função paterna que, precisamente, garante a imposição do significante. Mantido em sua função de pai ideal ou de pai imaginário, o pai do depressivo é despojado do poder fálico atribuído à sua mãe. Seduzindo ou sedutor, frágil e atraente, esse pai mantém o sujeito na paixão, mas não lhe prepara a possibilidade de uma saída pela idealização do simbólico. Quando esta intervém, ela se apoia no pai materno e toma o caminho da sublimação (KRISTEVA, 1989, p. 48).

A recepção dessa experiência imaginária, ficcional, não ocorre como um simbolismo teológico ou numinoso³, mas como uma catarse por um excesso de sentido. Para os ocidentais, a aptidão geradora tem a potencialidade de se transferir ao momento e local onde se perdeu, sem a necessidade de interferência do pensamento cristão. Residem, portanto, traços da gênese mítica grega e romana não apenas no processo criativo, como

³Segundo Mircea Eliade, “o numinoso singulariza-se como qualquer coisa de *ganz andere*”, expressão empregada a partir das formulações do livro *Das Heilige* (1917), teólogo protestante Rudolf Otto (1869-1937). Seu sentido está direcionado para essência grandiosa das coisas, não semelhante ao humano ou mesmo ao cósmico.

também nas construções ideológicas, sejam utópicas (voltadas ao futuro desejado), sejam ucrônicas (voltadas a um passado hipotético). Preconcepções canonizadas a partir de arquétipos axiológicos de sensualidade, esplendor e crueldade, ou até mesmo a incorporação de conceitos filosóficos, míticos e do senso comum orientais pelo Ocidente legitimam generalizações sobre um Oriente aparentemente vulnerável e subjugável. Neste âmbito, Mircea Eliade afirma que “é a tendência de toda a «forma histórica» para aproximar-se o mais possível do seu arquétipo, mesmo quando foi realizada num plano secundário, insignificante: este fenômeno verifica-se em todo o lado na história religiosa da humanidade” (ELIADE, 1979, p. 118).

Os arquétipos externos, de modo mais específico do Ocidente para o Oriente são denominados de orientalismo por Edward Said (2003). De modo geral, este autor define que o conceito de “orientalismo” vai além de um ingênuo ou inocente discurso epistêmico voltado a estudar civilizações e costumes orientais. A prática por trás de sua construção discursiva se encontra na dominação econômica do outro, depois de conhecer suas estruturas culturais e sociais. Dessa forma, o Ocidente domina de forma contínua o oriente, sob pontos de vista políticos, sociológicos e psicológicos. O orientalismo é, dessa forma, uma disciplina que compõe um conjunto de instituições compostas por ocidentais especialistas em “orientais”.

Mircea Eliade (1979, p. 11), para apontar como o Simbolismo é assimilado na Europa Ocidental, aborda o contato cultural europeu com o Oriente. Ele afirma que o simbolismo coincide com o aparecimento da Ásia no horizonte da História ocidental. Até determinado momento, havia grupos étnicos que não tinham seu espaço na história oficial, “senão fugazmente e por alusões (como os Oceanianos, os Africanos, etc.) preparam-se por sua vez para entrar nas grandes correntes da história contemporânea, e sentem-se já impacientes por fazê-la”.

Não que exista qualquer relação causal entre o aparecimento do mundo «exótico» ou «arcaico» no horizonte da história, e o renovo de favor verificado na Europa, em relação ao conhecimento simbólico. Mas acontece que este sincronismo foi particularmente feliz; estranha-se o fato de a Europa positivista e materialista do século XIX ter conseguido sustentar o diálogo espiritual com culturas «exóticas» quando estas, sem exceção, se pretendem seguidoras de vias de pensamento que não o empirismo ou o positivismo. Aí está pelo menos uma razão para esperar que a Europa não fique paralisada perante as imagens e os símbolos que, no mundo exótico,

ocupam o lugar dos nossos conceitos ou os veiculam e os prolongam. É extraordinário como de toda a espiritualidade europeia duas mensagens apenas interessem *realmente* aos mundos extra-europeus: o cristianismo e o comunismo. Ambos, de maneira diversa, é certo, e em planos nitidamente opostos, são soteriologias, doutrinas da salvação e, portanto, misturam «símbolos» e «mitos» a uma escala que não tem semelhante senão na humanidade extra-europeia (ELIADE, 1979, p. 11.).

“O nexos de conhecimento e poder que cria “o Oriental” e, ao mesmo tempo, o anula como uma criação humana é [...] uma questão acadêmica [...]” (idem, p. 29). De fato, “para falar de espacialização acadêmica como um “campo” geográfico é, no caso de Orientalismo, um tanto revelador, já que é pouco provável imaginar um campo simétrico que se possa chamar de Ocidentalismo” (SAID, 2003, p. 50).

Said estabelece seus apontamentos para denunciar a rede de racismo, estereótipos culturais, imperialismo político e ideologia desumanizada que se ergue sobre o árabe ou o muçulmano. Porém, estes estudos são passíveis de serem ampliados a outras sociedades igualmente subjugadas cultural e economicamente. A intenção do livro *Orientalismo* é, dessa forma, romper com esse círculo vicioso, para formar uma nova relação que elimine definições de “Oriente” e “Ocidente”. Parece que, habitualmente, o conceito de “Oriente” se direciona ao orientalismo. Este fenômeno ocorre em diferentes esferas, sejam acadêmicas, de cunho científico, ou popular e mítica, de cunho imaginativo, sendo uma ideia formada por “Ocidente” com a intenção de dominá-lo. No entanto, Said assina que “Oriente” vem a ser uma ideia da qual não se possa estabelecer correspondentes plenos pelo Ocidente, pois a dita realidade será sempre mais rica do que os ocidentais possam conceber.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Orientalismo é a hegemonia das ideias europeias sobre oriente. Ideias “que reiteram a superioridade europeia sobre um Oriente atrasado. Assim, o feitiço africano é erotizado, ficcionalizado ou visto como sinônimo para uma dominação social. Com isso, anulam a possibilidade de que um pensador mais independente possa ter diferentes pontos de vista sobre a matéria. Said considera um erro tratar o discurso cultural ocidental no Oriente como “meramente decorativo ou “superestrutural”. Sua esperança seria ilustrar “a formidável estrutura da dominação cultural e, especificamente para povos antes

colonizados, o perigo e as tentações de empregar esta estrutura em si mesmo ou em outros” (SAID, 2003, p. 25).

O *Orientalismo* de Said permite compreender que, à medida que algo aparentemente estranho e distante se torna mais familiar, surge a dominação do exótico. Ao invés de parar de julgar as coisas, porque são completamente estranhas ou completamente conhecidas, surge uma nova categoria intermediária que permite ver novas realidades, vistas pela primeira vez como versões previamente conhecidas da realidade.

E, assim, definitivamente, está a atitude Orientalista, em geral. Isto vem acompanhado de magia e de mitologia, sendo que o autoconteúdo autolegitima o carácter de um sistema fechado [...], por uma vez, por todo o tempo, por razões ontológicas, que nenhum material empírico pode desalojar ou alterar (idem, p. 70, tradução nossa).

Assim, o “Oriente” não apenas passa a ser adaptado às exigências axiológicas (morais, éticas e estéticas) do cristianismo ocidental, como também tem sua formação epistemológica (conhecimentos míticos, filosóficos e de senso comum) reinterpretados pelo cientificismo do “Ocidente”. Com a reinterpretação espacial, quando um orientalista viajava ao país, ao se especializar naquele espaço, transportava decisões abstratas e imutáveis sobre a “civilização” estudada, a exemplo do fetiche freudiano e marxista, que não são mais do que o emprego pejorativo para o vocábulo feitiço.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARISTOTLE. **Poetics**. Oxford: Oxford Clarendon Press, 2013. (Gutenberg Project Ebooks). Trad. Ingram Bywater. Disponível em: << <http://goo.gl/Y9kyT8>>. Acesso em: 13 jan. 2016.

_____. **The Complete Works of Aristotle**: The revised Oxford translation. New Jersey: Princeton University Press, 1991. (Vol. II). Trad. Jonathan Barnes.

AUERBACH, Erich. **Mimesis**: La representación de realidad en la literatura occidental. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1995. Trad. I. Villanueva; E. Ímaz.

BARTHES, Roland. **O prazer do texto**. São Paulo: Perspectiva, 1987. Trad. J. Guinsburg.
ELIADE, Mircea. **Imagens e símbolos**. Lisboa: Arcádia, 1979.

ISER, WOLFRANG. **Os atos de fingir ou o que é fictício no texto ficcional**. In: LIMA, Luiz Costa (org.) Teoria da literatura em suas fontes. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

KRISTEVA, Julia. **Sol Negro**: depressão e melancolia. 2 ed. Rio de Jan.: Rocco, 1989.

LIMA, Luiz Costa (org.). **Teoria da literatura em suas fontes. Vol. 2. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira**, 2002. (p.957).

NUNES, Benedito. **Narrativa histórica e narrativa ficcional**. In: RIEDEL, Dirce Côrtes (org). **Narrativa: ficção e história**. Rio de Janeiro: Imago, 1988.

SAID, E. W. **Orientalism**. London: Penquin Books: 2003.

WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso**: ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: EDUSP, 1994.

WORTON, Michael; STILL, Judith (Ed.). **Intertextuality**: theories and practices. New York: Manchester University Press, 1990.

ŽIŽEK, Slavoj (org.). **Um mapa da Ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.

O habitus masculino hegemônico: articulando Elias e Bourdieu

Isadora Campregher Paiva¹

Norbert Elias e Pierre Bourdieu são conhecidos pela sua utilização da categoria “*habitus*”. Os dois o fazem de modo diferente: o primeiro fala do *habitus* de toda uma sociedade; o segundo, de diferentes *habitus* conforme o campo social ao qual se pertence. Apesar das diferenças de escopo, para ambos o termo serve como um mediador entre a ação individual e o constrangimento das estruturas. Tanto Elias como Bourdieu têm, porém, um viés masculino em suas análises. O *habitus* do povo alemão, por exemplo, que Elias estuda em “Os Alemães” (1989), é claramente um *habitus* principalmente do homem alemão. Bourdieu se volta para essa questão explicitamente em “A Dominação Masculina” (2001). Neste livro, sua utilização do termo “*habitus* masculino” demonstra uma amplitude para além dos campos, se assemelhando, assim, ao conceito como utilizado por Elias. Neste trabalho, buscarei articular os dois conceitos na direção de construir uma ideia de *habitus* masculino hegemônico. O termo hegemônico é, aqui, inspirado na “masculinidade hegemônica” de Raewyn Connell (1995) que o utiliza para deixar claro que existem diversos tipos de masculinidades subordinadas (a homossexual, por exemplo), mas que a masculinidade hegemônica exerce um poder normativo constrangedor sobre todas as outras. A exemplo de Elias e Bourdieu, a análise teórica não será divorciada do trabalho empírico. Para isso, será analisado como exemplo o processo de mudança do *habitus* masculino hegemônico alemão entre a unificação e o entreguerras.

Palavras-chave: Bourdieu; Elias; habitus; masculinidades; Alemanha.

Introdução

O conceito de *habitus* tem uma longa história nas ciências humanas. É uma tradução latina da grego *hexis*, que foi utilizado por Aristóteles para designar características do corpo e da alma adquiridas em um processo de aprendizagem, e que orienta a ação dos indivíduos (SETTON, 2002). Mais tarde foi também utilizada por autores como Weber, Durkheim e Mauss (BOURDIEU, 1983a). Apesar desta longa história, os sociólogos Norbert Elias e Pierre Bourdieu são especialmente conhecidos pela sua utilização do conceito de *habitus*, embora cada um o empregue com um propósito particular. Apesar de Elias ter escrito antes de Bourdieu, ele ficou conhecido muito tempo depois de seus principais escritos, e o termo ainda é principalmente associado ao francês.

¹Mestranda em Sociologia pela UFRGS, bolsista CNPq.

Embora cada um o utilize a sua maneira, no seu âmago o conceito designa um sistema de disposições que influenciam as percepções e ações dos membros de determinado grupo em sua navegação do mundo social, servindo de mediação entre a ação individual e o constrangimento das estruturas. Apesar disso, os dois autores o empregam de maneira distinta: Elias fala do *habitus* de toda uma sociedade enquanto Bourdieu emprega o termo para designar diferentes *habitus* conforme o campo (espaço de relações objetivas) a que se pertence.

É relevante destacar que os dois não são teóricos “puros”, e inclusive demonstravam aversão a qualquer teoria que não estivesse a serviço da pesquisa empírica. Assim, o conceito de *habitus* não é desenvolvido por si, e sim como uma ferramenta de análise do mundo social. Por isso, as próprias diferenças no emprego de cada autor não são tanto diferenças de significado da palavra, mas de usos em contextos diferentes. Elias, como sociólogo histórico, a usa para descrever os *processos* de construção de comportamentos no longo prazo, inclusive para um contexto nacional. Bourdieu, mais presentista, a utiliza principalmente para falar das estruturas corporificadas em diferentes grupos dentro de sua sociedade atual (STEINMETZ, 2011).

A exemplo de Elias e Bourdieu, a análise teórica não será divorciada do trabalho empírico. Para isso, será analisado como exemplo o processo de mudança do *habitus* militar alemão entre a unificação do país (1871) e o início da Segunda Guerra Mundial.

O conceito de *habitus* em Bourdieu e Elias

O conceito de *habitus* foi primeiro utilizado por Elias em *O Processo Civilizador* (ELIAS, 2011), cujo original é de 1939, enquanto Bourdieu o adaptou pela primeira vez em seu posfácio de 1967 ao trabalho *Arquitetura Gótica e Escolatismo*, de Erwin Panofsky (BOURDIEU, 1967).

O conceito serve para resolver o velho problema sociológico da dicotomia entre agência e estrutura: os comportamentos dos atores são determinados pelas estruturas? Se sim, quem as constrói? O *habitus* é moldado pela estrutura e gera ação, assim quando as pessoas agem e demonstram agência elas simultaneamente refletem e reproduzem a estrutura social. Dito isso, os mecanismos que formam o *habitus* são altamente flexíveis e mutáveis, particularmente quando indivíduos enfrentam novas situações. Assim, o termo é

capaz de escapar de um determinismo vulgar. Nem resultado de livre-arbítrio, nem determinado pelas estruturas, ele é criado por uma interação entre as duas coisas durante o tempo: se por um lado o *habitus* é moldado por eventos passados e estruturas, por outro, o *habitus* molda essas práticas e estruturas, além de condicionar nossas percepções destas.

Para Bourdieu, *habitus* é: “um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações” (BOURDIEU, 1983b). É uma espécie de grade de leitura pela qual percebemos e julgamos a realidade, ao mesmo tempo que produtor de nossas práticas. O *habitus* é composto por duas partes: *ethos* (princípios ou valores em estado prático, forma interiorizada e não consciente da moral) e *hexis* (disposições corporais inconscientes). Cada “campo” favorece o desenvolvimento de um *habitus* próprio, que se inscreve de maneira visceral e inconsciente no comportamento das pessoas que dele fazem parte.

O *habitus* é construído no processo de socialização, um processo que, apesar de nunca ter fim, não é uniforme porque a socialização tem múltiplas fases, com diferentes graus de penetração. Assim, o *habitus* capta o modo como a sociedade se deposita nas pessoas sob a forma de disposições duráveis, capacidades treinadas, e modos de pensar, agir e sentir, e capta também as respostas criativas dos agentes às solicitações do meio social envolvente, respostas essas que são guiadas pelas disposições apreendidas no passado:

Os condicionamentos associados a uma classe particular de condições de existência que produzem *habitus*, sistemas de disposições duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, ou seja, como princípios geradores e organizadores de práticas e de representações que podem ser objetivamente adaptadas ao seu objetivo sem supor a intenção consciente de fins e o domínio expreso das operações necessárias para alcançá-los, objetivamente “reguladas” e “regulares” sem em nada ser o produto da obediência a algumas regras e, sendo tudo isso, coletivamente orquestradas sem ser o produto da ação organizadora de um maestro (BOURDIEU, 2011, p. 87).

O aspecto de classe para Bourdieu é particularmente importante para a formação de diferentes *habitus*, embora seja um conceito de “classe” que vai além do puramente econômico, dando bastante importância para a questão cultural/educacional na divisão dos campos. Ao contrário de Elias, ele não se debruça sobre as questões de *habitus* que

transcendem as classes a não ser para afirmar que, muitas vezes, alguns aspectos do *habitus* da classe dominante podem ser absorvidos pelas classes mais baixas, o que gera um impulso por parte da classe dominante para se distinguir do grupo que a imita (BOURDIEU, 2007). Ou seja, mesmo a propagação de determinadas disposições são um efeito do poder da classe dominante sobre outros grupos. Elias, em contraste, não vê esta propagação da mesma maneira. Algumas características comuns podem representar o *habitus* de uma comunidade como um todo, transcendendo distinções de classe. Dada essa distinção, faz sentido que Bourdieu trate tanto das primeiras instituições socializadoras, como a família e a escola (que tem um papel importante na formação do chamado *habitus primário*), enquanto Elias foque principalmente na formação inicial não dos indivíduos, mas do Estado-nação.

Apesar de abrir espaço para as mudanças ao constatar que o *habitus* é flexível, Bourdieu foi criticado por ser um “teórico da reprodução”, explicando bem como os processos de dominação se perpetuam, mas não como as coisas mudam (STEINMETZ, 2011). Steinmetz busca defender o autor destas críticas, afirmando que, longe de ter uma postura determinista ahistórica, Bourdieu teve uma forte formação histórica e era agudamente consciente da mudança. Ele afirma também que os principais conceitos de Bourdieu, entre eles o de *habitus* e campo, são inerentemente históricos. Por exemplo, uma sociedade precisa ter uma concentração de poder institucionalizada para que campos existam, afinal a característica principal do campo é o esforço de criar algum grau de autonomia frente aos poderes dominantes da sociedade como um todo (como o Estado ou a classe economicamente dominante) para uma certa prática especializada (*ibid.*, p. 54). Este nível de institucionalização é característica da sociedade europeia capitalista, não sendo um conceito ahistórico.

Steinmetz complementa que Bourdieu abre espaço com seu conceito de *hysteresis* para a noção de que o *habitus* pode estar desalinhado com atuais demandas por ter se mantido após as condições que o criaram não se exercerem mais. O autor chega a criticar Bourdieu, porém, por conter “elementos residuais de evolucionismo social e teoria da modernização” (p. 58) em seus escritos, contudo sustenta que não é a base do seu pensamento.

Outra característica apontada por Steinmetz para defender o caráter histórico de Bourdieu é sua insistência em uma teoria e empiria conectadas:

A Sociologia histórica é definida, no mínimo, pela recusa da teoria geral – da ideia de que um só mecanismo causal pode explicar qualquer evento histórico – e uma disposição a explorar sobredeterminação, conjecturas, acidentes e o evento único e sem precedentes. (...) [I]sto preserva a singularidade do evento – especialmente o evento não-trivial que altera estruturas – enquanto também busca explicar o evento em termos de uma conjuntura de cadeias causais separadas que se interceptam contingencialmente (*ibid.*, p. 59).

Apesar das defesas de Steinmetz, fica claro que o próprio Bourdieu separava a Sociologia da História em função do presentismo ou não de seu objeto. A frase citada pelo próprio Steinmetz, em que Bourdieu afirma que gostaria que a história se tornasse uma sociologia histórica e que a sociologia se tornasse uma história social do presente subentende que o objeto da sociologia é, ao contrário da história, o presente:

[A] sociologia e a história têm o mesmo objeto, e poderiam ter os mesmos instrumentos teóricos e técnicas para construí-lo e analisá-lo: eu posso dizer que uma das minhas batalhas mais constantes com *Actes de la recherche en sciences sociales*, em particular, visa promover a emergência de uma ciência social unificada, onde a história seria uma sociologia histórica do passado e da sociologia uma história social do presente (BOURDIEU, 1995, p. 111, tradução minha)².

Neste aspecto, Elias tem uma posição contrastante. Para ele, a grande diferença entre história e sociologia é que a primeira se preocupa principalmente com acontecimentos únicos e excepcionais; a sociologia, em contraste, se preocuparia com os grandes processos mundanos, e trataria de compará-los e teorizar sobre eles. Em relação a questão da análise comparada de mudanças nas relações de gênero em particular, Elias tinha o seguinte a dizer sobre a análise sociológica versus a histórica propriamente dita:

O estudo histórico do passado, dirigido como é para o particular, impede comparações; o estudo sociológico as facilita. No nosso próprio tempo uma discussão animada está ocorrendo em relação à balança de poder entre os sexos. Mas existe uma tendência a considerar mudanças na balança de poder entre os sexos de maneira completamente voluntarista, como se ela dependesse apenas na boa vontade, ou

²No original: [L]a sociologie et l'histoire ont le même objet, et pourraient avoir les mêmes instruments théoriques et techniques pour le construire et l'analyser: je peux dire qu'un de mes combats les plus constants, avec *Actes de la recherche en sciences sociales* notamment, vise à favoriser l'émergence d'une Science sociale unifiée, où l'histoire serait une sociologie historique du passé et la sociologie une histoire sociale du présent.

alternativamente na má vontade, das pessoas envolvidas. (...) Mas se alguém estiver disposto a fazer um pouco de esforço para se distanciar de questões contemporâneas, pode encontrar uma tal maneira sociológica de lidar com mudanças passadas na balança de poder entre os sexos, útil para compreender problemas atuais. Dessa maneira, pode entender melhor as mudanças na balança de poder entre os sexos nunca pode ser efetuada ou compreendida sem levar em conta o desenvolvimento geral da sociedade (ELIAS; MENNELL; GOUDSBLOM, 1998, p. 212)³.

Quanto ao conceito de *habitus*, Elias o utiliza de modo mais amplo e histórico que Bourdieu, como o conjunto de maneiras de pensar e agir de uma sociedade que são incorporadas subconscientemente. Ele compara, assim, a sociedade como um todo a um indivíduo, e o trabalho do sociólogo ao de um terapeuta:

[O]s sociólogos enfrentam neste caso uma tarefa que recorda ainda que a uma boa distância, a tarefa a que Freud se dedicou,. Ele tentou mostrar a conexão entre a conseqüência da canalização de pulsões dominadas por conflitos no desenvolvimento de uma pessoa e o seu *habitus* resultante. Mas também existem conexões análogas entre o destino e as experiências a longo prazo de um povo e seu *habitus* social em qualquer época subsequente. (...) Em ambos os casos, trata-se de trazer de volta à consciência, muitas vezes face a uma forte resistência, coisas que foram esquecidas (ELIAS, 1996b, p. 30).

Ele busca construir, assim, uma espécie de psicologia histórica social. Se o projeto de Bourdieu atenta para a socialização do indivíduo, Elias busca investigar o processo de socialização de uma configuração social como um todo. No lugar de uma noção egocêntrica de sociedade, ele sugere que os indivíduos devem ser compreendidos dentro de teias de interdependência ou configurações de muitos tipos, tais como famílias, escolas, cidades, camadas sociais ou Estados. O termo configurações busca destacar que o ponto de partida de toda investigação sociológica é uma pluralidade de indivíduos interdependentes. Estas configurações são irreduzíveis, ou seja, nem se pode explicá-las em

³No original: "Historical study of the past, directed as it is towards the particular, oft impedes comparisons; sociological study facilitates them. In our own time a lively discussion is taking place with regard to the balance of power between the sexes. But there is a tendency to consider changes in the balance of power between the sexes in a wholly voluntaristic manner, as if it depended entirely on the goodwill, or alternatively the ill will, of the people concerned. (...) But if one is willing to make a little effort to distance oneself from contemporary issues, one may perhaps find such a sociological way of dealing with past changes in the balance of power between the sexes helpful in understanding present problems. In that way one may understand better that changes in the balance of power between the sexes can never be effected or understood without regard to the overall development of society".

termos que impliquem que elas têm algum tipo de existência independente dos indivíduos, nem em termos que impliquem que os indivíduos, de algum modo, existem independentemente delas (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 184).

Para ilustrar esta interação entre o fato de a configuração ser socialmente construída por indivíduos, mas ainda sim ter uma realidade concreta, ao invés de mera construção mental para fins analíticos, Elias usa o exemplo da dança. Podemos ver diferentes configurações móveis de pessoas interdependentes na pista (que variam conforme o estilo da dança), e cada configuração é relativamente independente dos indivíduos específicos que a formam, mas não de indivíduos em si. Seria absurdo dizer que as danças são construções mentais abstraídas das observações de indivíduos considerados separadamente. Da mesma maneira que as pequenas configurações da dança mudam - tornando-se ora mais lentas, ora mais rápidas - o mesmo ocorre com as sociedades. E ao mesmo tempo em que mudam as configurações, se alteram também as estruturas de personalidade dos seres humanos envolvidos (ELIAS, 2011, p. 240-241).

É dentro dessas configurações que é formado o *habitus*. Pelo termo, Elias afirmava entender mais ou menos o que o senso comum chama de “segunda natureza”. Para ele,

[*Habitus*] se refere àqueles níveis da nossa construção de personalidade que não são inerentes ou inatos mas que são habituados de modo extremamente profundo em nós mesmos pelo aprendizado através da experiência social do nascimento em diante - tão profundamente habituados, de fato, que parecem “naturais” ou inerentes até para nós mesmos. Parece que o nosso *habitus* individual guia nosso comportamento; porém, o *habitus* em si é formado e continua a ser moldado em situações sociais, marcado por diferenciais de poder específicos, e essas situações, por sua vez, estão imbricadas em estruturas sociais maiores, que mudam com o tempo⁴. (ELIAS; MENNELL; GOUDSBLOM, 1998, p. 15, tradução minha).

Em *O Processo Civilizador*, o autor ilustra como uma série de mudanças na estrutura da sociedade afetaram o *habitus* dos indivíduos. As principais tendências que Elias identifica são os processos de “psicologização”, racionalização e internalização de pressões sociais através da vergonha e embaraço. O “processo civilizador” é,

⁴ No original: [*Habitus*] refers to those levels of our personality makeup which are not inherent or innate but are very deeply habituated in us by learning through social experience from birth onward - so deeply habituated, in fact, that they feel “natural” or inherent even to ourselves. It seems that our individual *habitus* guides our behavior; but, then, *habitus* itself is formed and continues to be molded in social situations, marked by specific power differentials, and those situations, in turn, are embedded in larger social structures which change over time.

principalmente, a mudança da necessidade de coação externa dos agentes (realizada por outros membros da sua sociedade) para uma coação interna.

No caso de *Os Alemães* (ELIAS, 1996b), ele escreve o que chamou de "biografia" de uma sociedade-Estado. O subtítulo do livro delinea sua tentativa de retratar "A luta pelo poder e a evolução do *habitus* nos séculos". O autor descreve o seu objetivo:

A questão central é como os destinos de uma nação ao longo dos séculos vêm a ficar sedimentados no *habitus* de seus membros individuais. Os sociólogos enfrentam neste caso uma tarefa que recorda, ainda que a uma boa distância, a tarefa a que Freud se dedicou. Ele tentou mostrar a conexão entre a consequência da canalização de pulsões dominadas por conflitos no desenvolvimento de uma pessoa e o seu *habitus* resultante. Mas também existem conexões análogas entre o destino e as experiências a longo prazo de um povo e seu *habitus* social em qualquer época subsequente (*ibid.*, p. 30).

O autor considera um sujeito composto por várias "camadas", produtos de experiências vividas ao longo de uma trajetória de vida. Este *habitus*, a composição social dos indivíduos, constitui o solo do qual brotam as características pessoais mediante as quais um indivíduo difere dos outros membros de sua sociedade. (ELIAS, 1996a). A ideia de indivíduos decidindo, agindo e "existindo" com absoluta independência um do outro é um produto artificial do homem, característico de um dado estágio do desenvolvimento de sua autopercepção. Depende parcialmente de uma confusão de ideais e fatos e, até certo ponto, da materialização de mecanismos de autocontrole individuais – da separação dos impulsos emocionais individuais frente ao aparelho motor, do controle direto sobre os movimentos corporais e as ações (ELIAS, 2011, p. 239).

Fica claro, porém, que tanto Elias como Bourdieu têm um viés masculino em suas análises. Quando Elias (1989), fala do *habitus* do povo alemão este é um *habitus* principalmente do *homem* alemão. O grande exemplo que o autor utiliza para demonstrar a diferença no grau de militarização dos alemães em relação a outros europeus é a popularidade do duelo na Alemanha do século XIX. Ora, o duelo claramente não é uma característica do *habitus* feminino. Já Bourdieu trata o tema explicitamente em "A Dominação Masculina" (2001) fala de um *habitus* masculino, ou seja, um guia comportamental que existe além dos campos mais específicos. Essa utilização do termo é

mais compatível com a de Elias, particularmente na sua utilização para o *habitus* do homem alemão (que claramente não é o mesmo da mulher).

Apesar das diferenças no conceito de *habitus* de cada autor, creio que há espaço para uma utilização conjunta dos dois, afinal tanto Elias como Bourdieu o empregam no sentido de mecanismos subconscientes de ação que segue um processo de socialização baseado em estruturas historicamente desenvolvidas.

A lacuna entre esses dois autores pode ser preenchida pelo conceito de “masculinidade hegemônica” (CONNELL, 2005). A autora defende que masculinidades são extremamente diversas, mas que em cada sociedade existe uma hierarquia entre elas. Mesmo que poucos homens se encaixam no modelo de masculinidade hegemônica (na prática, tão inatingível que nenhum homem real pode preencher todas as características), todos os homens estão sujeitos à pressão normativa deste ideal. Desta maneira, podemos dizer que a masculinidade hegemônica cria uma força que constrange o comportamento dos homens, incentivando um *habitus* específico (no sentido de Bourdieu), que permite acumular mais capital simbólico.

Connell trabalha esses termos de maneira abstrata ao invés de descritiva, definindo-os em termos da lógica do sistema patriarcal (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2005). Apesar de não fazer uma análise histórica, ela defende que relações de gênero, assim como as hierarquias em que estão inscritas, estão sujeitas a mudança. Masculinidades hegemônicas, da mesma maneira, podem ser modificadas, com disputas entre diferentes paradigmas e substituições de formas antigas de masculinidade por novas.

Por mais que Connell defenda que o termo “masculinidade hegemônica” esteja sujeito a mudanças históricas, não é por acaso que alguns de seus críticos não entenderam isso e a acusaram de essencialista (*idem.*). Isso porque, ao contrário de Bourdieu e Elias, ela escreveu um trabalho de abstração teórica para ser aplicado separadamente da pesquisa empírica. A crítica de Elias e Bourdieu a esse tipo de teorização se mostra contundente neste caso. Assim, uma utilização do termo “masculinidade hegemônica” para explicar como o *habitus* de um grupo minoritário (os militares) pode exercer tamanho poder normativo sobre toda a população que pode se tornar base do *habitus nacional*, como defende Elias. A partir dessa teoria, abordarei a questão das mudanças no *habitus masculino hegemônico* na Alemanha, entre sua unificação e a II Guerra Mundial.

O *habitus* militar alemão

Nesta seção, buscarei delinear a maneira como o *habitus* militar se estabeleceu na Alemanha, defendendo que, se inicialmente ele era o *habitus* de um grupo específico – restrito ao campo militar, no sentido Bourdieusiano – ele eventualmente se transforma no *habitus* de uma nação no sentido de Elias. Ainda assim, a generalização de Elias parece esquecer que por mais espalhado que fosse o *habitus* militar, ele continuava sendo acessível apenas para homens.

Apesar de não ter como foco explícito a masculinidade, Elias foi um dos grandes autores a tratar do tema, particularmente em “*Os Alemães*” (ELIAS, 1996b). O livro é uma análise do processo de formação do *habitus* do povo alemão, que Elias acredita ser galgado em uma cultura mais militar que a de outros países (as comparações são em geral com a Inglaterra, Holanda e França). Para o autor, esse militarismo está relacionado à unificação tardia da Alemanha, feita por via militar e baseada no controle do Estado formado quase que exclusivamente por uma burocracia aristocrata (com valores mais associados ao militarismo) até a instauração do governo Nacional-Socialista. O grande exemplo que Elias investiga para provar seu ponto é o dos duelos, que no século XIX já haviam sido proibidos na Inglaterra e França, enquanto na Alemanha após a unificação em 1871 ganharam força crescente, com participação não só de homens nobres (como era de praxe em outros países), mas também de classe média.

Elias aponta algumas peculiaridades do processo de formação do Estado alemão que afetaram a formação de seu *habitus* nacional. Estas peculiaridades giram em torno da fragilidade estrutural germânica frente seus vizinhos, que foi minando o grandioso Sacro Império Romano-Germânico. O fato dos germânicos serem um bloco intermédio entre os latinos e eslavos, somado a disputas no interior da configuração de Estados germânicos, gerou instabilidade e divisões das áreas periféricas do bloco germânico. Os germânicos viram um processo oposto ao de seus vizinhos ocorrer durante a era moderna: enquanto França, Inglaterra, Espanha, Rússia (entre outros) iam aos poucos se unificando, o antigo Sacro Império Romano-Germânico passava por um processo de desintegração em direção a um sistema de principados. Este período foi de muita instabilidade para os germânicos, com guerras religiosas, a Guerra dos Trinta Anos, a invasão de Napoleão, etc. Todas

contribuem para um sentimento de impotência dos alemães, e de vergonha frente ao seu passado grandioso do “Primeiro Reich”.

Neste período, a unificação era o grande ideal burguês, afinal a instabilidade e as barreiras entre principados eram prejudiciais à economia. A burguesia adotou ideais liberais similares aos de países que viam como mais avançados nesta trajetória contra o sistema ainda bastante feudal da Alemanha. Neste período, a classe média era quase totalmente impedida de acesso à atividade política e militar (por muito tempo, quase sinônimos). Com forte influência do humanismo e liberalismo, rejeitavam as atitudes e valores militares aristocráticos, vistos como retrógrados. Essa configuração particular de conflito de classes é muitas vezes ignorada hoje em dia, pois este tipo de conflito de classes não condiz com o tipo mais comum nos séculos XIX até XXI, entre burguesia e proletariado. Em parte esta disputa não é tão compreensível porque é mais que econômica: é também política e civilizacional.

Os métodos pacíficos defendidos pela burguesia não foram, porém, capazes de atingir seus objetivos. A Alemanha será finalmente unificada em 1871, sob o comando de um Estado dinástico e autoritário. Elias chega a afirmar que a vitória na guerra que marca a unificação alemã em 1871 é não somente uma vitória da Prússia sobre a França, como também uma vitória da aristocracia sobre a burguesia, da via militar sobre a via liberal. Essa vitória também tem um efeito sobre o *habitus*. Dada a maneira pela qual a unificação foi feita – após várias vitórias através de guerras arriscadas –, a conduta militar passou a ser altamente respeitada e idealizada. Se no período clássico a literatura e filosofia alemãs demonstravam o alto antagonismo entre as duas classes, após 1871, os modelos militares vão penetrando cada vez mais as classes médias alemãs.

Elias escolhe o duelo como instituição a ser analisada para julgar a maneira como o *habitus* militar se espalha na Alemanha. Inicialmente uma instituição da cultura internacional nobre – dado não só o treinamento de esgrima e tiro que esse grupo recebia desde cedo, como também a importância dada para honra –, o duelo tem uma queda de importância em outros países europeus com a ascensão da classe média, e passa inclusive a ser contra a lei no século XIX na França e Reino Unido. Um movimento oposto ocorria na Alemanha, porém, com a classe média, particularmente nas universidades, participando de duelos e subscrevendo a toda a cultura de disciplina que o acompanhava.

Escolhi o duelo como um símbolo de uma síndrome cultural específica (...), um incentivo socialmente regulamentado à violência. Estudantes e oficiais eram os principais expoentes da cultura do duelo. Estavam acostumados a uma ordem estritamente hierárquica e, por conseguinte a uma ênfase sobre a desigualdade entre pessoas (*ibid.* p. 30).

Apesar de muitos burgueses terem adotado o estilo militar nobre, Elias afirma que esses modelos foram muitas vezes mal compreendidos por uma classe média que não passou pelo mesmo processo civilizador que constrangia a nobreza. Acabaram convertendo-se em uma classe média conservadora-nacionalista, e apoiando o uso ilimitado do poder e da violência (*ibid.*, p. 27).

Ao se unificar, aparentemente, o jovem país estava finalmente em pé de igualdade com o resto da Europa. Ele nasce, porém, como um estado tardiamente absolutista, que ainda tem que lidar com rivalidades dinásticas, algumas das quais contribuem para o início da Primeira Guerra Mundial. A derrota neste conflito foi particularmente traumática, sentida como um regresso ao tempo de fraqueza, com exércitos estrangeiros ocupando o país. Para muitos, a única saída para esta humilhação era através de uma nova guerra. A República de Weimar tinha uma base frágil, formada pela massa de trabalhadores social-democratas associada aos membros da minguante classe média liberal, entre os quais muitos eram judeus. A maioria da classe média e alta estava na oposição. Sem o apoio das massas, porém, não poderiam mudar o regime.

A expansão de modelos militares para a classe média é importante para entender a ascensão de Hitler. A burguesia convertida em conservadora-nacionalista o apoiou, em parte porque ele tinha a capacidade de mobilizar a massa e vender a esperança de retornar ao passado grandioso através do III Reich. O nazismo representa uma nova expansão do *habitus* militar, agora também para o proletariado: *ethos* que valoriza a honra, pureza de linhagem, sacrifício em nome do coletivo e contrários a um pensamento econômico individualista maximizador (considerado “judeu”), aliado a uma *hexis* de corpos saudáveis, fortes e sincronizados.

Conclusão

A concepção de *habitus* de Bourdieu é focada nos diferentes campos, que são em grande parte determinados por questões de classe. Elias, por sua vez, fala do *habitus* de uma nação, ou até mesmo de grupos maiores, como a “civilização ocidental”. Por mais que

estas duas utilizações do conceito tenham escopos diferentes, creio que seja possível articulá-las. Utilizando o exemplo do *habitus* militar alemão, poderíamos dizer que, inicialmente, ele é um *habitus* no sentido bourdieusiano da palavra, característico do campo da aristocracia militar prussiana. A vitória deste grupo nas guerras de unificação, porém, foi não só material, como simbólica: os ideais da aristocracia, entre eles o militarismo, foram adotados pela burguesia. No entreguerras, ele é novamente alargado, desta vez pelo governo nazista, que espalha um ideal militar para toda a população. Assim, um *habitus* que inicialmente era de um grupo específico, passa a ser o *habitus* masculino de uma nação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, P. Postface. In: PANOFKY, E. **Architecture gothique et pensée scolastique**. Paris: Editions de Minuit, 1967. p. 161.

_____. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983a.

_____. **Pierre Bourdieu: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983b.

_____. Sur les rapports entre la sociologie et l'histoire en Allemagne et en France.

_____. **Actes de la recherche en sciences sociales**, v. 106, n. 1, p. 108–122, 1995.

BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre: Zouk, 2007.

BOURDIEU, P. **O Senso Prático**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996a.

_____. **Os Alemães: A luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996b.

_____. **A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

_____. **O Processo Civilizador: Uma História dos Costumes**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. v. 1.

ELIAS, N.; MENNELL, S.; GOUDSBLOM, J. **On Civilization, Power, and Knowledge: Selected Writings**. [s.l.] University of Chicago Press, 1998.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

SETTON, M. DA G. J. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Rev. Bras. Educ**, n. 20, p. 60–70, ago 2002.

STEINMETZ, G. Bourdieu, Historicity, and Historical Sociology. **Cultural Sociology**, v. 5, n. 1, p. 45–66, 1 mar. 2011.

Da relação indivíduo/sociedade à relação sistema/entorno: algumas reflexões sobre a teoria de Niklas Luhmann

Everton Garcia da Costa¹

Pode-se afirmar que durante o século XX, os debates teóricos e epistemológicos da sociologia estiveram centrados em um ponto específico: a relação ação e estrutura, indivíduo e sociedade. Em geral, de um lado, as “teorias da estrutura” sustentavam que as instituições da sociedade possuíam um caráter coercitivo, de modo que se impunham nas formas de pensar e de agir dos atores sociais. Do outro lado, as “teorias da ação”, calcadas sobre uma matriz epistemológica hermenêutica, atribuíam ênfase aos fatores motivacionais e subjetivos relacionados às ações individuais. A partir da década de 1980, no entanto, tornou-se cada vez mais evidente que uma abordagem unilateral, seja pelo lado da ação, ou pelo lado da estrutura, não sustenta uma análise sociológica coerente com a realidade das sociedades contemporâneas. Nessa época, começam a surgir novos modelos teóricos, cujo objetivo principal era o de articular ação e estrutura, reconciliando as tradições teóricas macro e microsociológicas. A teoria dos sistemas sociais desenvolvida por Niklas Luhmann pode ser tomada como um desses modelos. Adotando uma postura sistêmica radical, Luhmann propõe a substituição de dicotomias clássicas das ciências sociais, como ação/estrutura, indivíduo/sociedade, pela relação sistema/entorno.

Palavras-chave: Ação e estrutura. Indivíduo e sociedade. Sistema e entorno. Teoria dos Sistemas.

Introdução

No decorrer do século XX, os debates teóricos e epistemológicos das ciências sociais, em geral, e da sociologia em específico, estiveram centrados em torno de uma discussão particular: a relação entre ação e estrutura, indivíduo e sociedade, objetividade e subjetividade. De forma mais precisa, as discussões sociológicas estiveram polarizadas. Em um dos polos, encontravam-se as escolas de viés macrosociológico, as quais partiam do argumento de que os atores sociais nascem em um contexto estrutural que lhes é anterior e que condiciona, de maneira imperativa, sua forma de pensar e de agir no mundo. No polo oposto, as escolas de viés individualista não negavam a existência de padrões de conduta social a priori, no entanto, defendiam que tais padrões (estruturas) são oriundos de ações individuais.

¹Estudante de Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em Ciências Sociais e Licenciado em Letras pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Integrante do Grupo de Estudos sobre Universidade - GEU Sociologia/UFRGS. Bolsista Capes. Email: eve.garcia.costa@gmail.com.

Nas três últimas décadas do século passado, no entanto, tornou-se cada vez mais evidente que os enfoques unilaterais, seja pelo lado da ação, seja pelo lado da estrutura, eram muito limitados e não conseguiam sustentar uma investigação científica coerente com a realidade das sociedades contemporâneas. Com efeito, a partir da década de 1980, emergem novos modelos teóricos, representados por autores como Bourdieu, Giddens, Berger e Luckmann, os quais buscaram articular ação e estrutura.

Norteados por esta linha de raciocínio, o trabalho ora apresentado tem por objetivo refletir acerca do modo como a relação indivíduo e sociedade está configurada na teoria dos sistemas sociais desenvolvida por Niklas Luhmann. Adotando uma postura teórica radical, a qual rompe com a tradição humanista da sociologia, Luhmann substitui dicotomias clássicas das ciências sociais, tais como ação/estrutura, indivíduo e sociedade, pela relação *sistema/entorno*. Mais do que isso, o sociólogo alemão retira o ser humano de sua posição de prestígio no centro da sociedade, e o coloca no entorno. A seu ver, a sociedade não é constituída por homens, mas por comunicações.

Ação e estrutura: as raízes epistemológicas da sociologia

A sociologia, disciplina do conhecimento científico, possui como seu objeto de estudo a sociedade moderna. A relação da sociologia com o seu objeto ocorre de forma retroalimentada, isto é, na medida em que a sociedade moderna passa por transformações, a disciplina, inevitavelmente, precisa se reinventar para manter seu poder de explicação (Neves, 2009). Isso implica dizer que, como o objeto sociológico está em permanente processo de mudança, a sociologia vê-se obrigada, a todo o momento, a problematizar e ressignificar seus conceitos, referenciais teóricos e métodos de análise.

Como mencionado, ao longo do século XX, as discussões teóricas e epistemológicas da sociologia estiveram polarizadas. Em um dos polos, as escolas de viés macrossociológico, como o funcionalismo e o estruturalismo, defendiam que a tarefa do sociólogo consistia em identificar o modo como as instituições da sociedade se impõem, coercitivamente, sobre as decisões e comportamentos individuais. Do outro lado, as escolas de viés individualista defendiam que a pesquisa sociológica deveria se deter em analisar os atores sociais, o modo como interagem, e a subjetividade por trás de seu agir social.

Essa distinção básica entre ação e estrutura, escolas macro e micro, encontra-se, na verdade, na própria gênese da sociologia. Pode-se observar isso ao analisar as três matrizes epistemológicas sobre as quais a disciplina se desenvolveu, isto é, o positivismo, a hermenêutica e o materialismo dialético, matrizes estas, as quais fundamentam o pensamento teórico de cada um dos “pais fundadores” da sociologia, respectivamente, Durkheim, Weber e Marx.

A dimensão macroestrutural do pensamento de Durkheim (2007) é observável na sua conceituação de fato social. Segundo a definição clássica do sociólogo francês, os fatos sociais consistem em formas de conduta e de pensamento exteriores às consciências individuais, que se impõem de modo imperativo e coercitivo sobre o sujeito. Em outras palavras, os fatos sociais são as próprias estruturas, as instituições da sociedade. Para Durkheim, eram elas que, justamente por seu caráter coercitivo e objetivo, deveriam constituir a unidade de análise da pesquisa sociológica.

Por sua vez, a dimensão macro presente no pensamento marxista encontra-se na relação base/superestrutura. Cabe lembrar, que uma das principais teses de Marx era a de que as relações concretas de produção constituem a base sobre a qual se desenvolve a superestrutura da sociedade. Norteados por este argumento materialista, o pensamento marxista tradicional desenvolveu-se sob a hipótese de que uma análise social efetiva, de caráter científico, deve, inevitavelmente, levar em consideração o caráter estrutural desempenhado pela economia no processo de reprodução da vida social.

Por seu turno, Weber (2009) defendeu que a unidade de análise da sociologia deveria ser a ação social, sendo esta entendida como aqueles comportamentos dotados de um sentido subjetivo, isto é, praticados pelos indivíduos levando em consideração as ações ou opiniões dos outros. Para Weber, ao sociólogo caberia identificar e interpretar o sentido por trás das ações sociais, no âmbito do contexto histórico e cultural em que foram praticadas.

Como se pode ver, o pensamento teórico dos três autores clássicos da sociologia já apontava em direção a duas formas diferentes de abordagem, uma macrosociológica (as estruturas econômicas em Marx, e os fatos sociais em Durkheim) e outra microsociológica (a ação social weberiana). No entanto, o debate entre macro/micro, ação/estrutura, consiste em uma discussão epistemológica própria do século XX, mais precisamente, do período pós-guerra.

No contexto norte-americano, o debate ação e estrutura surgiu como uma reação ao pensamento funcionalista de Talcott Parsons. Entre as décadas de 1940 e 1950, Parsons (1982) construiu um esquema conceitual voltado à análise da relação entre o sistema de regras institucionalizadas (sistema social) e os processos motivacionais (ação social) organizados em torno desse sistema. Ao elaborar tal esquema, Parsons foi pioneiro na tentativa de articular ação e estrutura. Seu objetivo foi o de acabar com “as escolas em conflito”, por meio da articulação entre idealismo e materialismo, por um lado, e ação voluntária e determinação estrutural, por outro (Alexander, 1987, p. 7).

Entretanto, pode-se afirmar que a proposta parsoniana de síntese não obteve sucesso, uma vez que seu modelo pendia muito mais para uma investigação macro, direcionada à análise das instituições sociais e das funções por elas desempenhadas no interior do organismo social. Com efeito, por um lado, o pensamento de Parsons serviu como norte para o desenvolvimento de escolas de macroteorização, como o estrutural-funcionalismo, o qual atribuía ênfase ao caráter coercitivo das estruturas sociais sobre as consciências individuais. Por outro lado, em reação a esse movimento, surgiram escolas radicais de microteorização, calcadas sobre uma matriz epistemológica pragmática e fenomenológica, as quais centravam suas análises nos comportamentos individuais (como o interacionismo simbólico e a etnometodologia) (Alexander, 1987).

Por sua vez, no contexto europeu, o debate teórico entre ação e estrutura teve como palco principal de desenvolvimento a França, tendo sido motivado, de forma fundamental, pelos trabalhos estruturalistas. Paralelamente ao momento em que Parsons desenvolvia seus trabalhos nos Estados Unidos, surgia na França um grupo de jovens intelectuais, os quais se apropriaram dos pressupostos epistemológicos da linguística moderna saussuriana para contrapor a filosofia existencialista de Jean Paul Sartre.² De um modo geral, os pensadores estruturalistas defendiam a tese de que, por trás das práticas sociais e das consciências particulares, haveria uma série de estruturas simbólicas inconscientes. Com efeito, na abordagem estruturalista, o ser humano era visto como um ser passivo, cuja

²A filosofia existencialista de Sartre retoma as ideias de *cogito* e de sujeito transcendental, oriundas do cartesianismo. Com elas, Sartre recolocou o homem como centro do mundo. Segundo seu argumento principal, o ser humano não possui nenhuma essência constitutiva *a priori*; o que o torna humano é a sua própria existência: o homem é o próprio *ser-no-mundo*. A filosofia sartreana causou grande alvoroço no clima intelectual da França nos anos 40 e início da década de 50. Segundo Dosse (2004, p. 19), Sartre tornou-se uma “estrela”, “era a figura tutelar dos intelectuais no pós-guerra”.

mente era determinada, de forma coercitiva, pelas estruturas sociais. Caberia, portanto, ao pesquisador, identificar e analisar tais estruturas.

Os enfoques micro e macro transformaram os debates da sociologia e fundamentaram boa parte dos trabalhos empíricos de médio alcance realizados até meados do século passado (Alexander, 1987). Todavia, logo a confiança depositada em ambas as abordagens começou a declinar. Isso porque, tornou-se cada vez mais evidente que os enfoques unilaterais, seja pelo lado da ação, seja pelo lado da estrutura, eram muito limitados: às abordagens micro, caberia estabelecer uma investigação mais ampla, que levasse em conta, no momento da análise, o todo social; já às abordagens macro, caberia afastar-se das teorizações abstratas e aproximar-se da realidade empírica (Neves, 2009). A busca pela superação desse obstáculo epistemológico passava, inevitavelmente, pela articulação entre ação e estrutura.

O novo movimento teórico: a busca pela articulação entre ação e estrutura

Na segunda metade do século XX, criou-se um consenso mínimo no meio da teoria social e sociológica de que uma abordagem teórica unilateral – seja pelo lado da ação, ou pelo lado da estrutura – matinha insustentável uma investigação científica consistente. Conseqüentemente, a partir da década de 80, começaram a surgir novos modelos de teorização, cujo objetivo era o de articular a macro e a microteoria, isto é, o caráter estrutural e objetivo das instituições sociais e a dimensão particular e subjetiva das ações individuais. Alexander (1987) denominou essa nova forma de pensamento como o “novo movimento teórico”. Conforme suas palavras:

Na década presente [a de 80], começa a tomar forma um modo surpreendentemente diferente de discurso teórico. Estimulada pelo fechamento prematuro das tradições micro e macro, essa fase é marcada por um esforço de juntar novamente a teoria sobre a ação e a estrutura. Essa tentativa vem sendo feita dentro de cada uma das tradições hoje dominantes, de ambos os lados da divisão micro/macro (Alexander, 1987, p. 13).

Inúmeros são os autores que fizeram parte desse novo movimento. Não se pretende, aqui, abordá-los de forma pormenorizada e tampouco entrar no mérito de seus trabalhos.

Antes disso, o intuito é o de mostrar como essas propostas teóricas deram um novo rumo às investigações sociológicas.

Dentre as tentativas mais contundentes em superar os obstáculos epistemológicos inerentes à dicotomia ação e estrutura, no campo da teoria sociológica, é imprescindível destacar os trabalhos de Pierre Bourdieu. O “núcleo duro” que sustenta a teoria bourdesiana é o argumento de que a relação entre ação/estrutura, indivíduo/sociedade, ocorre de forma interdependente. Para Bourdieu (2004), as sociedades são constituídas por campos, isto é, por estruturas sociais simbólicas³ que se apresentam como instrumento de conhecimento e de comunicação, e que estabelecem uma realidade objetiva, a qual acaba por construir uma ordem gnosiológica do mundo, ou seja, uma concepção de espaço, tempo e verdade que cria um determinado grau de consenso entre os indivíduos. Apesar de serem estruturas sociais objetivas, os campos são construídos, historicamente, pela subjetividade inerente à prática cotidiana dos agentes sociais. Com efeito, ao mesmo tempo em que os indivíduos são estruturados pela dimensão objetiva das instituições sociais, suas práticas subjetivas acabam estruturando essas mesmas instituições. Há, portanto, em Bourdieu, uma clara relação de interdependência entre ação e estrutura, subjetividade e objetividade.

Tal relação de interdependência entre ação e estrutura também é proposta, de maneira muito semelhante, na Teoria da Estruturação desenvolvida por Giddens. O “núcleo duro” que sustenta a teoria giddensiana é a noção de *dualidade da estrutura*, ou seja, a tese de que a “constituição de agentes e estruturas não são dois conjuntos de fenômenos dados independentemente – um dualismo –, mas representam uma dualidade” (Giddens, 2003, p. 30). Assim, Giddens também reconhece que há, de fato, na sociedade, uma dimensão estrutural e objetiva garantidora da ordem. Tal ordem, no entanto, não deve ser vista como independente do conhecimento – prático e discursivo⁴ – que os atores

³Em síntese, os campos são microcosmos no interior de um macrocosmo (a sociedade). Mesmo que estejam sob a influência das leis do macrocosmo, os campos e subcampos possuem relativa autonomia e funcionam segundo leis próprias. As pressões externas, as quais são inevitáveis, só operam por intermédio do próprio campo, ou seja, são mediatizadas por sua lógica interna. Segundo Bourdieu (2004), quanto maior for o grau de autonomia de um campo, maior será seu poder de refração, isto é, de retraduzir as pressões externas para a lógica interna.

⁴Segundo Giddens, os agentes sociais são dotados de dois tipos de consciência, uma prática e outra discursiva. A consciência prática está relacionada ao que os atores sabem sobre suas próprias ações e as ações de outrem, mas que não conseguem expressar discursivamente. Por sua vez, a consciência discursiva se relaciona àquilo que os atores são capazes de expressar discursivamente acerca de suas ações e das ações dos outros. Assim, na perspectiva de Giddens a cognoscitividade dos agentes a respeito de si mesmos, dos outros e do contexto social em que vivem ocorre através de sua percepção do mundo de forma prática e discursiva.

possuem a respeito de suas ações sociais. Cada indivíduo sabe muito bem o que faz, sem conhecer, necessariamente, as consequências diretas e indiretas do seu agir. Além disso, a ordem social também não deve ser tomada como coercitiva e externa às consciências individuais – ao contrário da proposta de Durkheim. Primeiro, porque ao mesmo tempo em que restringe, ela acaba por facilitar/orientar o comportamento social dos agentes. Segundo, pois são as próprias ações sociais praticadas pelos agentes, no decorrer da história, que constituem a ordem social. Para Giddens (2003), essa relação de *feedback* entre ação e estrutura é a base fundante do processo de reprodução da vida social no tempo-espaço.

Estes dois empreendimentos teóricos – o de Bourdieu e o de Giddens – concederam novos contornos à teoria social. Muito mais do que simplesmente articular ação e estrutura, ambos os modelos deram à pesquisa sociológica um poderoso e inovador aparato conceitual. Na teoria de Bourdieu, encontramos noções como as de campos, *habitus*, capital social, violência simbólica, bens simbólicos dentre outros; no modelo de Giddens, estão disponíveis os conceitos de consciência prática e discursiva, sistemas peritos, monitoração reflexiva, dualidade da estrutura etc. Estas noções, enquanto categorias analíticas, viabilizam uma investigação sociológica capaz de analisar – ao mesmo tempo e sem cair em uma dimensão unilateral – o caráter objetivo e estrutural das instituições sociais, assim como o caráter subjetivo e particular das ações sociais.

Cabe destacar que os esquemas de Bourdieu de Giddens são apenas duas das inúmeras propostas explicativas que emergiram no âmbito do novo movimento teórico. Dentre estes trabalhos, também merecem destaque: a teoria da ação comunicativa desenvolvida por Habermas (1989), a qual defende que a capacidade comunicativa e crítica dos agentes sociais é capaz gerar um determinado grau de consenso sobre as normas que constituem os sistemas da sociedade; a teoria do discurso, elaborada por Laclau e Mouffe (2015), os quais vão em direção radicalmente oposta às ideias habermasianas, ao defenderem que a base sobre a qual está ancorada a reprodução da vida social não é o consenso, mas antes, o conflito, isto é, as disputas políticas travadas pelos sujeitos sociais na busca pela hegemonia; a teoria desenvolvida por Berger e Luckman (2004), os quais sustentam que a relação entre o ser humano e a realidade social ocorre de forma

Giddens argumenta, inclusive, que a cognoscitividade dos agentes é tamanha, de modo que “Não há mecanismo de organização social ou de reprodução social identificado por analistas sociais que atores leigos não possam também conhecer e incorporar ativamente ao que fazem” (Giddens, 2003, p. 231).

interdependente: o desenvolvimento do homem depende do meio social, da mesma forma como a reprodução do meio social depende das ações humanas.⁵

Como se pode observar, a teoria social e sociológica, nas últimas décadas do século XX, ficou marcada pelo desenvolvimento de uma pluralidade de trabalhos, bastante diversificados entre si e ancorados sobre diferentes matrizes epistemológicas. O ponto de toque desses trabalhos é, justamente, a busca pela articulação entre ação e estrutura.

A teoria dos sistemas sociais

O ponto de partida adotado por Luhmann ao construir sua teoria é a constatação de que a sociologia, como disciplina científica do conhecimento, passa por uma grave crise teórica. Aos olhos do sociólogo alemão, essa crise se deve, num primeiro momento, ao fato de que tanto a literatura especializada como as reuniões acadêmicas realizadas na área ao redor do mundo têm como referência fundamental os clássicos da disciplina: Marx, Weber, Simmel e Durkheim. “A impressão que resulta daí é a de que toda a teia conceitual da sociologia esgotou-se com esses nomes” (Luhmann, 2009, p. 35).⁶

Além disso, Luhmann sustenta também que a crise teórica da sociologia se deve ainda a um obstáculo epistemológico: *o apego a um conceito humanístico de sociedade, que tem como referência essencial o ser humano*. Segundo o autor, este apego tem se sustentado no temor de que, caso não se concentre no indivíduo, a sociologia ficará sem objeto de estudo, o que colocaria em xeque sua existência enquanto ciência. Todavia, Luhmann defende que a construção de uma teoria sociológica não pode partir desse fundamento antropológico, por motivos relativamente simples. Primeiro, porque existem bilhões de pessoas no mundo, cada uma diferente da outra, então, “o que se quer dizer quando se fala do homem?” (Luhmann, 1998, p. 15). Segundo, porque os seres humanos são

⁵Para Berger e Luckman (2004), o processo de constituição do ser humano ocorre em correlação com o ambiente. Isso implica dizer, que o humano se constitui como ser tanto na sua relação com o meio natural, mas também e principalmente, na relação com o meio social e cultural, o qual determina a direção do seu desenvolvimento orgânico. O homem, portanto, não pode ser compreendido fora do contexto social em que seu desenvolvimento foi determinado. No entanto, Berger e Luckman defendem que este contexto social é constituído pelos próprios seres humanos, em conjunto social.

⁶É importante ressaltar que Luhmann não nega a importância e as contribuições teóricas dos clássicos para a sociologia, pelo contrário: defende que eles, ainda hoje, disponibilizam algumas teorias de médio alcance, principalmente para o uso na pesquisa empírica. A crítica do autor é a de que não há nos clássicos uma descrição teórica coerente com os problemas sociais e a complexidade característica da sociedade contemporânea.

constituídos, basicamente, por duas dimensões: uma fisiológica (enzimas, células) e outra psicológica (consciência, pensamento), sendo que nenhuma delas, obviamente, pode constituir a unidade de análise da sociologia.

Nesse sentido, se o indivíduo não pode ser tomado como objeto de estudo da sociologia, tampouco o pode o conceito genérico de sociedade, enquanto uma totalidade constituída por homens. Para Luhmann, a unidade da investigação sociológica precisa emergir da relação entre indivíduo e sociedade. De forma mais precisa, deve ser aquilo que vincula, de maneira processual, os seres humanos no tempo-espço, ou seja, deve ser a *comunicação*.

É necessário ressaltar, inicialmente, que o conceito luhmanniano de comunicação difere, em muito, da acepção tradicional do termo. No uso comum, assim como nas principais correntes teóricas, a comunicação geralmente é entendida como um processo por meio do qual ocorre a *transmissão* de informações. De forma mais precisa, um emissor A transmite uma informação a um destinatário B. Após este processo, A e B passariam a ter/saber a mesma informação. Pode-se, no entanto, fazer várias objeções a esta acepção. A principal delas reside na seguinte questão: como é possível identificar se A e B realmente sabem a mesma coisa após o processo comunicativo? Ou, em outras palavras, como é possível identificar se aquilo que B *entendeu* é o mesmo que A quis comunicar? Em casos particulares, envolvendo um número muito limitado de indivíduos, até se poderia verificar empiricamente estas questões. Todavia:

Quanto mais se pensa na diversidade empírica de cada indivíduo, mais difícil é concluir que a comunicação consiste na utilização de uma igualdade ou de uma semelhança. Evidentemente, um observador pode estabelecê-las, mas, do ponto de vista elementar, só é possível confirmar que houve comunicação, mas não se podem especificar as igualdades dos conteúdos comunicacionais nos indivíduos particulares (Luhmann, 2009, p. 296).

Em contrapartida à abordagem tradicional, Luhmann sustenta que a comunicação é um acontecimento emergente, o qual ocorre mediante a síntese de três seleções: a) seleção do ato de comunicar; b) seleção da informação a ser comunicada; c) seleção que ocorre no ato de entender (ou não) a informação e o ato de comunicar.⁷ “Nenhum desses

⁷É necessário destacar, que estes três elementos básicos constituintes da comunicação – informação, ato de comunicar e ato de entender – só podem ser analisados, separadamente, na observação do processo comunicativo. Durante o acontecimento real da comunicação, no entanto, estas três seleções são

componentes, isoladamente, pode constituir a comunicação. Esta só se realiza quando essas três sínteses se efetuam” (Luhmann, 2009, p. 297).

A seleção da informação e do ato de comunicar competem a Alter; por sua vez, a seleção no ato de entender compete a Ego. Nesse sentido, se Ego não entender o ato de comunicar (o *porquê* de Alter ter comunicado) e o conteúdo informado (o *que* foi comunicado por Alter), então, não há comunicação. Deve-se ressaltar, entretanto, que o entendimento não significa que Ego tenha de saber exatamente os motivos que levaram Alter a comunicar, e tampouco que ele saiba precisamente aquilo que Alter quis informar. Antes disso, o ato de entender se refere ao próprio entendimento que Ego realizou sobre estas duas seleções.

No interior das sociedades modernas, as comunicações individuais acabaram se conectando umas às outras, processo que levou à formação de gigantescos sistemas sociais de comunicação. Segundo Stichweh (2012, p. 29) “Por meio da conectividade sequencial de um sem número de comunicações, se chega aos processos de formação de sistema.” Desta forma, os sistemas que constituem a sociedade, isto é, o direito, a economia, a educação, a religião, a ciência etc., são vistos, desde a abordagem luhmanniana, como *sistemas de comunicação*.

A sociedade sem homens: a teoria escandalosa de Luhmann

A teoria dos sistemas sociais sustenta que a sociedade não é constituída por seres humanos, mas antes, por comunicações. Como afirma Izuzquiza (2008), a teoria “escandalosa” de Luhmann volta-se à investigação de uma sociedade sem homens.

A tese de Luhmann, como já mencionado, é a de que os seres humanos são constituídos por duas dimensões básicas, uma fisiológica, e outra psicológica. Nenhuma delas, de fato, constitui o social: a sociedade não é produzida por enzimas e tampouco por pensamentos. O que dá forma à sociedade são as interações entre os seres humanos, ou seja, é a comunicação, mais precisamente, os sistemas de comunicação.

Para Luhmann, os sistemas que compõem a sociedade têm como característica principal a autopoiesis⁸, isto é, são sistemas operacionalmente fechados, os quais possuem

indissociáveis.

⁸A noção de autopoiesis foi desenvolvida na década de 1970 pelos biólogos chilenos Humberto Maturana e Francisco Varela, vindo a influenciar, decisivamente, os rumos do pensamento sistêmico contemporâneo.

a capacidade de auto-organizar seus processos internos de maneira autorreferente. Em outras palavras, um sistema autopoietico é uma unidade que consegue demarcar os limites que o diferenciam do meio. Ao traçar essa fronteira, o sistema pode observar tanto o entorno, quanto a si mesmo, podendo realizar, assim, as mudanças internas necessárias para manter ou otimizar seu funcionamento.

Luhmann afirma que há no mundo três tipos de sistemas autopoieticos: a) os sistemas vivos; b) os sistemas de consciência; c) os sistemas sociais. Os sistemas vivos são os organismos biológicos. Eles possuem a capacidade de construir os próprios componentes físico-químicos responsáveis pelo seu funcionamento. Consequentemente, eles conseguem se manter em relativo estágio de equilíbrio sistêmico. Um exemplo disso é o controle da temperatura corporal que ocorre em alguns animais. No caso do ser humano, a temperatura padrão do corpo gira em torno de 36°C. Para mantê-la estável, o processo de evolução fez com que o organismo humano desenvolvesse mecanismos de controle, como por exemplo: a sudorese, a camada de gordura subcutânea, a dilatação/contração dos vasos sanguíneos periféricos etc.

Por sua vez, os sistemas psíquicos são as consciências individuais. Elas operam por meio dos pensamentos, “os quais se reproduzem recursivamente em uma retícula fechada sem contato com o entorno” (Corsi; Esposito; Baraldi, 2006, p. 206). Ainda que sejam oriundas das redes neurais do cérebro, as consciências são formadas exclusivamente por pensamentos, ou seja, os pensamentos formam a si mesmos. Por serem operacionalmente fechadas, acessar o interior das consciências é uma impossibilidade. Da mesma forma, elas nunca interagem entre si diretamente. Com efeito, não é possível saber o que se passa na consciência de uma pessoa; pode-se, no máximo, tentar observar o modo como ela se manifesta através do comportamento e das formas de se expressar desse indivíduo.

Por último, os sistemas sociais são sistemas de comunicação. Eles operam por meio da reprodução recursiva de comunicações. Desse modo, ao mesmo tempo em que são constituídos por uma rede incomensurável de comunicações parciais, eles são também a

Conforme as palavras dos autores: “*Uma máquina autopoietica é uma máquina organizada como um sistema de processos de produção de componentes concatenados de tal maneira que produzem componentes que: i) geram os processos (relações) de produção que os produzem através de suas contínuas interações e transformações, e ii) e constituem a máquina num espaço físico.* Por conseguinte, uma máquina autopoietica continuamente é específica e produz sua própria organização através da produção de seus próprios componentes sob condições de contínua perturbação e compensação dessas perturbações. Podemos dizer então que uma máquina autopoietica é um sistema homeostático que tem a *sua própria organização* (Maturana; Varela, 2003, p. 69) [grifos dos autores].

própria condição de possibilidade para que estas comunicações surjam. Isso implica dizer, que a *comunicação gera comunicação*.

O primeiro aspecto a se considerar em relação à definição luhmanniana de sistema social, é que ao abordar esses sistemas como organismos autopoieticos, aceita-se que eles são operacionalmente fechados, ou seja, que possuem relativa autonomia para se auto-organizar visando à manutenção dos seus objetivos internos. Consequentemente, aceita-se também que tais sistemas não podem ser modificados, diretamente, desde o exterior. O meio até pode pressionar o sistema em determinada direção. Entretanto, toda transformação pela qual passa um sistema social é realizada por ele próprio, tendo como referência a conservação do seu funcionamento. Isso quer dizer, que o sistema político, ou o sistema jurídico, por exemplo, não podem alterar de forma direta o sistema de educação; no máximo, podem buscar pressioná-lo para tentar conduzi-lo a esta ou aquela direção, o que poderá ou não se concretizar.⁹

O segundo aspecto a se considerar em relação aos sistemas sociais, refere-se ao fato de que, ao aceitá-los como autopoieticos, aceita-se também que tudo aquilo que não for o próprio sistema, deve ser tomado como entorno, incluindo os próprios seres humanos. Esta, sem dúvidas, é uma das teses mais polêmicas da teoria luhmanniana, a qual tem lhe rendido muitas críticas. Para Luhmann, o sistema da sociedade, enquanto conjunto de todas as comunicações possíveis, não é constituído por seres humanos.

Com esse argumento, Luhmann rompe não apenas com a uma tradição sociológica humanista, a qual defende que a sociedade é composta por pessoas, mas também com a tradição antropocêntrica do Iluminismo europeu. Na *Metafísica dos Costumes*, por exemplo, Kant defendeu que o homem não deve ser tomado como meio, mas como fim: “O homem, e, duma maneira geral, todo o ser racional, existe como fim em si mesmo, não só como meio para o uso arbitrário desta ou daquela vontade” (Kant, 2007, p. 68). Luhmann vai ao encontro desta tese ao sustentar que os seres humanos, na verdade, são o meio dos sistemas da sociedade: “Os sistemas sociais são formados por ações dirigidas pela

⁹Certamente, há medidas que, se adotadas, podem colocar em risco a autopoiesis do sistema. Quando uma decisão política extra acadêmica estabelece a forma como deverá ser realizado o processo seletivo do vestibular, ou então, que as instituições de educação superior deverão reservar certo número de vagas para determinados candidatos, sem se considerar, no entanto, as peculiaridades de cada uma dessas instituições, pode-se estar colocando em risco a autonomia da universidade e, até mesmo, a própria autopoiesis do sistema.

expectativa, não por homens. Para os sistemas, os homens são sempre meios” (Luhmann, 1973, p. 82).

A as ideias de Luhmann causam um verdadeiro mal-estar ao deslocar radicalmente a posição ocupada pelos seres humanos em relação à sociedade. Como ressalta Hans-Georg Moeller (2012), no livro *The Radical Luhmann*, o sociólogo de Bielefeld “insulta” a tradição antropocêntrica da filosofia ocidental ao retirar o homem do centro da sociedade. Moeller afirma ainda que a guinada teórica encabeçada por Luhmann no deslocamento do ser humano no interior da teoria social é semelhante ao giro teórico causado Copérnico, Darwin e Freud na cosmologia, na biologia e na psicologia, respectivamente.

Ele [Luhmann] segue deslocamentos não-antropocêntricos anteriores que ocorreram na cosmologia (Copérnico), biologia (Darwin) e psicologia (Freud). Sem surpresa, este insulto, assim como os de seus antecessores históricos, tem sido percebido por muitos como escandaloso e continua a fazer Luhmann uma persona non grata em alguns campos ideológicos (MOELLER, 2012, p. X).

Ante ao insulto e ao mal-estar causados pela teoria “escandalosa” de Luhmann, uma parcela da recepção crítica da obra do autor tem denunciado que a teoria dos sistemas sociais se trata de um modelo tecnocrata, anti-humanista, e, até mesmo, positivista. Esta, no entanto, consiste numa visão simplista e bastante equivocada do pensamento do autor. O deslocamento do ser humano do centro para o entorno da sociedade concede ao modelo conceitual de Luhmann uma riqueza teórica ímpar, a qual os críticos do autor normalmente não têm percebido. Com esse deslocamento, abre-se uma fissura no social; a sociedade perde seu núcleo, seu fundamento ontológico. Criam-se, com efeito, inúmeras possibilidades de observação da sociedade.

Além disso, ao deslocar o homem de sua posição de prestígio, Luhmann dá novos contornos à problemática ação/estrutura, indivíduo/sociedade. Em primeiro lugar, o sociólogo alemão sustenta que esta é uma relação de interdependência: o entorno psíquico (os seres humanos) é o meio essencial para a emergência da comunicação (a sociedade), da mesma forma que o entorno comunicativo é o meio essencial para a interação entre os sistemas de consciência. De fato, esta não é uma tese inteiramente nova, posto que, desde a década de 1980, uma série de autores como Bourdieu, Giddens, Habermas, dentre vários outros, tem defendido que a relação entre indivíduo e sociedade ocorre de maneira

interdependente. O que a tese de Luhmann tem de inovadora é o argumento de que os sistemas sociais e os sistemas psíquicos são organismos *autopoiéticos*.

Ao abordar a sociedade e os seres humanos como sistemas operacionalmente fechados que atuam como entorno um do outro, Luhmann concede autonomia tanto aos sistemas sociais, como aos indivíduos. Com efeito, os sistemas da sociedade não podem intervir diretamente nas consciências humanas, podendo no máximo, orientá-las. Da mesma forma, o contrário também se aplica: os indivíduos não podem intervir diretamente no processo de funcionamento dos sistemas sociais; podem, no máximo, irritá-los, sendo que toda transformação pela qual passa um sistema é realizada por ele próprio, tendo como objetivo último a manutenção da sua autopoiésis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDER, Jeffrey. O novo movimento teórico. **RBCS**, São Paulo, v. 4, n. 1, 1987. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_04/rbcs04_01.htm. Acesso em: 22 set. 2016.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção Social da Realidade**. Tratado de Sociologia do Conhecimento. Petrópolis: Vozes, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**. Por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Ed. Unesp, 2004.

CORSI, Giancarlo; ESPOSITO, Elena; BARALDI, Claudio. **GLU: Glosario sobre la teoría social de Niklas Luhmann**. Cidade do México: Universidad Iberoamericana, 2006.

DOSSE, François. **História do Estruturalismo**. O campo do signo, 1945/1966. São Paulo: Ensaio, 1993. v. 2.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HABERMAS, Jürgen. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

IZUZQUIZA, Ignácio. **La sociedad sin hombres**. Niklas Luhmann o la teoría como escándalo. 2. ed. Barcelona: Anthropos Editorial, 2008.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista**. Por uma política democrática radical. São Paulo: Intermeios, 2015.

LUHMANN, Niklas. **Sistemas Sociales**: Lineamentos para uma teoria general. 2.ed. Rubí (Barcelona): Anthropos; México: Universidad Iberoamericana; Santafé de Bogotá: CEJA, Pontificia Universidad Javeriana, 1998.

_____. **Introdução à Teoria dos Sistemas**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. **De máquinas y seres vivos**: autopoiesis, la organización de lo vivo. Buenos Aires: Lumen, 2003.

NEVES, Fabrício. **Bíos e Techne**: Estudo sobre a construção do sistema de biotecnologia periférico. 347f. 2009. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

PARSONS, Talcott. **La estructura de la acción social**. Madrid: Guadarrama, 1982.

STICHWEH, Rudolf. El concepto de sociedad mundial. Génesis y formación de estructuras de un sistema social global. In: CADENAS, Hugo; MASCAREÑO, Aldo; URQUIZA, Anahí. **Niklas Luhmann y el legado universalista de su teoría**. Aportes para el análisis de la complejidad social contemporánea. Santiago: Ril Editores, 2012, p.23-48.

WEBER, Max. **Economía y sociedad**. Esbozo de sociología comprensiva. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 2002.

O REAL e o VIRTUAL: a realidade aumentada do Pokémon Go

Gabriela Ramão de Freitas¹

O presente artigo propõe uma análise de como o virtual, neste caso o videogame, está influenciando na vida real. A temática deste artigo, bem como da futura dissertação de mestrado, é os jogos digitais, ou videogames, na sociologia. Em que pese, antes de prosseguir, faz-se um adendo, de que o pesquisador deve despir-se do pré-conceito de que videogame ou game (ambas as terminologias estão corretas no português brasileiro segundo o MEC) é algo infantil ou como algo meramente voltado para o entretenimento. Ressalta-se que este trabalho é multidisciplinar visto que ele dialoga com várias áreas do saber. O objeto do estudo é o game de realidade aumentada Pokémon Go, sendo que a metodologia empregada para a realização deste trabalho foi a realização de um estudo de caso deste game. Propõem-se em fazer uma análise de como este videogame “mexeu” com a realidade ou, para o sociólogo Garry Crawford, a *real life*. Adianta-se que o principal resultado encontrado, desta análise de caso, foi que o game Pokémon Go causa um sentimento de, entre os jogadores do mesmo, euforia e frustração.

Palavras-Chave: Realidade virtual, virtual, videogame, real, Pokémon Go.

INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda, em parte, os conceitos que estão presentes na dissertação de mestrado cujo título é “Diferenciação, gosto e motivação no consumo dos games”, pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Neste artigo será abordado um estudo de caso referente ao videogame Pokémon Go, lançado neste ano, e que “mexeu” com o ato de jogar um game em smartphones; visto que o mesmo é um videogame de realidade aumentada.

Justifica-se a emergência de um estudo de caso deste jogo, pelo fato que há uma carência de estudos na sociologia que abordem a grande área dos videogames. Faz-se um adendo, antes de prosseguir, que em português brasileiro, segundo o Ministério da Educação (MEC/BR), os jogos digitais podem ser chamados de videogames ou games, ambas terminações estão corretas (PETRY, 2014). Entretanto eles não podem ser chamados de jogos eletrônicos

[...] todo jogo eletrônico pode englobar outros tipos de jogos que não utilizam uma tela para sua visualização, como o

¹Mestranda pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), CAPES, e-mail: ramao.gabriela@gmail.com

antigo Genius, lançado pela primeira vez no Brasil em 1980 [...] cujo objetivo era acertar a sequência de sons e luzes determinada pela máquina.” (SANTOS, 2010: 10).

Ademais, o campo empírico dos videogames é vasto. No que tange a questões sociológicas, para elucidar o leitor, os games podem ser estudados em indagações como o seu mercado de trabalho, as relações de trabalho que há neles, questões de gênero, como auxílio na aprendizagem e - mais recentemente - no auxílio a recuperação de pessoas doentes; entre outros assuntos correlacionados ao ambiente dos videogames. Em que pese isso vai depender da criatividade do pesquisador. Bem como o pesquisador deverá, sumariamente, abandonar o pré-conceito de que game é algo voltado somente para o entretenimento; pois o game insere-se em áreas educacionais, cooperativas, empresariais e da saúde, como fora colocado no seminário que discutiu a indústria dos games

“A indústria de jogos digitais tem sua importância relacionada não somente à sua capacidade de geração de emprego e renda, mas também pela vocação de promover a inovação tecnológica, que transborda para os mais diferentes setores da economia: arquitetura e construção civil, publicidade e publicidade, as áreas de saúde, educação e defesa, treinamento e capacitação, etc.” (GEDIGames, 2014: 6).

O objeto de análise deste artigo é o game de realidade aumentada Pokémon Go. Este videogame faz parte de uma franquia de mídia consagrada de Pokémon, que possui diversos mangás, animes, filmes, jogos físicos, videogames, etc; que pertence a *The Pokémon Company*, corporação associada a Nintendo. A história do *pokémon* é “é centrada em criaturas fictícias chamadas ‘*Pokémon*’, que os seres humanos capturam e os treinam para lutarem um contra o outro como um esporte.” (WIKIPEDIA), das criaturas a mais conhecidas é o Pikachu.

Concluiu-se, após análise do estudo de caso, que este videogame de realidade aumentada proporcionou aos jogadores uma experiência de ansiedade, pela demora em ser lançado no país, e de frustração, ao tornar-se repetitivo.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento do artigo foi realizado um estudo de caso, oriundo do questionário para elaboração da dissertação de mestrado, bem como material empírico oriundo de outros estudos da autora. O estudo de caso compreende em ser uma metodologia de caráter qualitativo, sendo o seu objetivo a “descrição ou reconstrução precisa dos casos” (FLICK, 2013: 75). Para Ponte, o estudo de caso consiste em ser

“[...]uma investigação que se assume como particularista, isto é, que se debruça deliberadamente sobre uma situação específica que se supõe ser única ou especial, pelo menos em certos aspectos, procurando descobrir a que há nela de mais essencial e característico e, desse modo, contribuir para a compreensão global de um certo fenómeno de interesse.” (PONTE, 2006: 2).

Já para Gil o estudo de caso é

“[...]um estudo empírico que investiga um fenómeno atual dentro do seu contexto de realidade, quando as fronteiras entre o fenómeno e o contexto não são claramente definidas e no qual são utilizadas várias fontes de evidência.” (GIL, 2009: 58).

O outro material empírico utilizado é oriundo do trabalho de conclusão de curso em bacharelado em ciências sociais. Para a realização deste trabalho de conclusão foi utilizado a aplicação de questionário *on-line* entre 04 de agosto de 2014 a 13 de novembro de 2014 resultando em 103 respostas de jogadores brasileiros. Deste trabalho foi aproveitada a questão “O que você considera ruim nos jogos que joga?”, visto que o game Pokémon Go, no estudo de caso, apresentou aquilo que os jogadores detestam em um game, que é a repetição.

E, por fim, foi utilizada uma vasta literatura para a elaboração deste artigo. Esta literatura compreende-se das áreas que vão da filosofia ao game designer. Bem como o recorte temporal e espacial deste estudo compreende-se o ano de 2016 e a cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, respectivamente.

PROBLEMA DE PESQUISA

A referida problemática usada para este artigo, não possui vínculo direto com a dissertação de mestrado; visto que foi um fenômeno, o lançamento do game Pokémon Go, que ocorreu durante a elaboração da dissertação e ao qual chamou-me atenção. Por conseguinte a problemática de pesquisa é: “Como ocorre a interação virtual e real no game Pokémon Go?”. Sendo que os objetivos da investigação são os seguintes:

- Analisar o game Pokémon Go e seus jogadores;
- Analisar a jogabilidade do game e;
- Acompanhar a relação dos jogadores com o game.
- Após isso, foi realizada a escrita científica da relação do game e os jogadores.

CONCEITUANDO O JOGO E VIDEOGAME

Antes de efetuar a análise dos dados, deve-se fazer a abordagem do conceito de jogo, sendo este fundamental para poder entender-se o conceito de videogame. Após conceitua-los, será feita uma abordagem sucinta dos conceitos de real, virtual e realidade aumentada.

Conceito de jogo

O conceito de jogo é muito amplo, por isso faz-se necessário realizar um recorte, ou seja, neste trabalho será abordado os autores clássicos deste conceito, o historiador e filósofo holandês Johan Huizinga e o sociólogo francês Roger Caillois. Além de abordar, sucintamente, alguns autores contemporâneos como, a saber, o *designer* de game, educador e teórico de videogame Jesper Juul, e Katie Salen e Eric Zimmerman sendo ambos professores universitários, *game designer* e teóricos.

Antes de entrar na abordagem teórica de Huizinga, quero fazer uma pequena abordagem da palavra jogo. Esta tem origem etimológica da palavra latina “*jocus*”², que significa “gracejo, brincadeira, divertimento”. Entretanto o jogo pode ser uma atividade física ou intelectual, que integra um sistema de regras, podendo ser um jogo individual, em grupos e - com o mundo virtual- global.

Um dos primeiros autores a contextualizar o conceito de jogo foi o historiador e filósofo holandês Johan Huizinga (1872 – 1945) com sua obra *Homo Ludens*, de 1938. Na perspectiva deste autor, o jogo constituiu-se como uma atividade universal e anterior à

²Retirado do site Significados. Disponível em: < <http://www.significados.com.br/jogo/>>

própria cultura humana (2001), além de colocar que o “jogo constitui uma das principais bases da civilização” (2001:7).

“Encontramos o jogo na cultura, como um elemento dado existente antes da própria cultura, acompanhando-a e marcando-a desde as mais distantes origens até a fase de civilização [...] Em toda a parte encontramos presente o jogo, como uma qualidade de ação bem determinada e distinta da vida ‘comum’”. (HUIZINGA, 2001: 6).

Para este autor o jogo é anterior a cultura humana e que foi através do jogo que a civilização humana surge “[...] no jogo e pelo jogo que a civilização surge e se desenvolve” (HUIZINGA, 2001: 3). Em que pese, não será abordado à amplitude do conceito de jogo deste autor, mas fica a indagação sobre o papel do jogo dentro da sociedade, seja o jogo político, econômico, entre outros.

Huizinga vai conceituar o jogo como sendo

“[...] uma atividade livre, ficando conscientemente tomada como ‘não séria’ e exterior à vida habitual, mas ao mesmo tempo capaz de absorver o jogador de maneira intensa e total. É uma atividade desligada de todo e qualquer interesse material, com a qual não se pode obter qualquer lucro. Ela é praticada dentro de seus próprios limites de tempo e espaço de acordo com regras fixas e uma maneira ordenada. Promove a formação de agrupamentos sociais, que tendem a se cercar de sigilo e sublinhar a sua diferença em relação ao mundo comum, por disfarce ou outros meios” (HUIZINGA, 2001: 12-13).

Ainda sobre o conceito do autor, ele vai ponderar cinco características que o jogo apresenta que são:

- a) O jogo é livre praticada nos momentos de ócio do indivíduo;
- b) O jogo não é vida “corrente” nem vida “real” porque é uma evasão (ou fuga) da vida real;
- c) Há uma distinção entre o jogo e a vida “comum” porque existe um começo e um fim para ele assim como há uma fronteira espacial entre ele e a vida “real”;
- d) O jogo “cria ordem e é ordem” se configurando nela própria;
- e) No jogo há o fato da imprevisibilidade, a incerteza e o acaso dele gerar tensão, porque há regras no jogo que o irão defini-lo o que será possível e o que é permitido ou não fazer.” (FREITAS, 2016: 5).

O sociólogo Roger Caillois (1913 – 1978) discorda, em parte, da teoria do conceito de jogo proposto por Johan Huizinga, mas ambos os autores concordam que todo jogo é regido por regras e é livre. Caillois traz um elemento novo para este conceito, para ele todo jogo produz alienação, ou seja, o indivíduo perde parte de sua identidade

“[...] quando não há uma divisão clara entre sonho e realidade, quando o sujeito, lentamente, pôde encarnar perante si mesmo, uma personalidade diferente, quimérica, envolvente, que reivindica direitos exorbitantes no que respeita a uma realidade necessariamente incompatível com ela. Chega o momento em que o alienado, aquele que se tornou outrem se esforça desesperadamente por negar, admitir ou destruir esse sólido adorno, que para ele é inconcebível, provocante.” (CAILLOIS 1990: 71).

Roger Caillois vai definir o conceito de jogo como sendo uma atividade “[...] que é essencialmente: livre (voluntária), separada (no tempo e espaço), incerta, improdutiva, governada por regras, fictícia (faz-de-conta).” (1990: 10-11). Ademais, faz parte de sua definição seis categorizações propostas pelo mesmo.

“a) Agon: descritos como jogos competitivos, que requerem habilidade e treinamento; b) Alea: jogos de azar ou sorte (jogos de aposta como roleta ou loterias); c) Mimicry: jogos que chamamos de ‘faz de conta’, para simular ou participar de um papel; d) Ilinx (vertigem): jogos que induzem tontura ou desorientação; e) Ludus: jogos baseados em regras; f) Paidia: jogos de final aberto, jogos espontâneos e improvisados, comumente pensados como jogos “verdadeiramente criativos”. (FREITAS, 2016: 6).

Após abordar os conceitos clássicos de jogo, passa-se a abordar três autores contemporâneos. O primeiro é o professor da *University of Copenhagen* Jesper Juul, que critica as definições de jogo clássicas. Para ele o jogo

“[...] um sistema baseado em regras que resultam em algo variável e quantificável, onde os diferentes resultados possuem diferentes valores, onde o jogador coloca esforço para obter estes resultados, sente-se emocionalmente ligado a este resultado, sendo o lugar onde as consequências da atividade são negociáveis.” (JUUL, 2005: 36).

Já para os game designer e teóricos da área, Katie Salen e Eric Zimmerman, desenvolvem uma definição deste conceito que pode ser aplicável a qualquer tipo de jogo.

Segundo eles “Aplica-se a todos os tipos de jogos, desde jogos de computador e videogame até jogos de salão e esportes” (SALEN, ZIMMERMAN, 2012: 96). A sua definição de jogo é

“[...] um sistema no qual os jogadores se envolvem em um conflito artificial, definido por regras, que resulta em um resultado quantificável. Os elementos chave dessa definição são o fato de que um jogo é um sistema, os jogadores interagem com o sistema, um jogo é um exemplo de conflito, o conflito nos jogos é artificial, as regras limitam o comportamento dos jogadores e definem o jogo, e cada jogo tem um resultado quantificável ou objetivo.” (SALEN, ZIMMERMAN, 2016: 99).

Nota-se que todos os autores analisados neste trabalho reforçam em suas definições a presença da regra. Em que pese, na literatura que abrange este conceito, alguns autores vão excluir a ideia de regra em jogo.

Conceito de videogame, virtual e realidade virtual

Após está breve introdução do conceito de jogo, abordando alguns dos principais autores, mas não todos porque é inviável analisa-los em um artigo, passa-se a abordar, de maneira sucinta, a definição de videogame. Contudo, fazem-se algumas ponderações. A primeira refere-se a não definição de diversas modalidades de games, mas somente do game da modalidade realidade aumentada. Segundamente, que todo o jogo digital encontra-se, necessariamente, em uma realidade virtual, está consiste em ser algo

“[...] que se pode tocar e sentir, ouvir e ver através dos sentidos reais não só como ouvidos ou olhos imaginários. Agora podemos juntar o pensamento à ‘mão mente’. Penetrando na tela com a luva virtual, a mão real transforma-se numa metáfora técnica, tornando tangíveis as coisas que anteriormente eram apenas visíveis. A partir de agora podemos querer tocar os conteúdos do pensamento. Antes da invenção da RV³ ninguém imaginaria o conceito de ‘uma mão mental!’” (KERCKHOVE, 1997: 80 apud ALVES, 2005: 31-32).

E, por último, ponderar o que é o virtual, ao qual os games inserem-se. O virtual compreende em ser “modo de ser fecundo e poderoso, que põe em jogo processos de

³Tradução do texto: “[...]is a rule-based system with a variable and quantifiable outcome, where different outcomes are assigned different values, the player exerts effort in order to influence the outcome, the player feels emotionally attached to the outcome, and the consequences of the activity are negotiable.”

RV: sigla para Realidade Virtual.

criação, abre futuros, perfura poços de sentido sob a platitude da presença física imediata.” (LÉVY, 1996: 12).

O filósofo Pierre Lévy em seu livro “O que é o Virtual?” (1996, 1999), colocará que o virtual e o real não são oponentes. Neste livro ele vai trabalhar com o conceito de virtual, já citado, e de realidade virtual, usando como exemplo a semente de uma árvore.

“A palavra virtual pode ser entendida em ao menos três sentidos: o primeiro técnico, ligado a informática, um segundo corrente e um terceiro filosófico. O fascínio suscitado pela realidade virtual decorre e, boa parte da confusão entre estes três sentidos. Na acepção filosófica, é aquilo que existe em potência e não em ato, o campo de forças e de problemas que tende a resolver-se em uma atualização. O virtual encontra-se antes da concretização efetiva ou formal (a árvore está virtualmente contida no grão). No sentido filosófico, o virtual é obviamente uma dimensão muito importante da realidade. Mas no uso corrente, a palavra virtual é muitas vezes empregada para significar a irrealidade – enquanto a ‘realidade’ pressupõe uma efetivação material, uma presença tangível. A expressão ‘realidade virtual’ soa tão oxímoro, um passe de mágica misterioso. Em geral acredita-se que uma coisa deva ser ou real ou virtual, que ela não pode, portanto, possuir as duas qualidades ao mesmo tempo. Contudo, a rigor, em filosofia o virtual não se opõe ao real, mas sim ao atual: virtualidade e atualidade são apenas dois modos diferentes da realidade. Se a produção da árvore está na essência do grão, então a virtualidade da árvore é bastante real.” (LÉVY, 1999: 47).

Após pontuar o virtual, realidade virtual, passa-se ao videogame. Há uma diferença entre ele e os demais jogos físicos.

“A principal diferença entre os videogames e seus precursores não-eletrônicos é que os videogames acrescentaram automação e complexidade – eles podem sustentar e calcular regras do jogo por si só permitindo, por meio disso, mundos de jogos mais profundos; além de permitir a manutenção do ritmo do jogo. Assim, videogames criaram novos mundos, mais tempos-reais e mais jogos individuais (*single player*) que os jogos não-eletrônicos.” (JULL, 2001 apud ZAMBON, CARVALHO, 2013: 59).

Segundo a *Digital Games Research Association* (DiGRA⁵), o videogame pode ser definido conforme a utilização de *bit* e *bytes* em cada jogo; são eles que definem a qual geração os games pertencem.

O videogame tem como definição ser uma nova forma de mídia, que possui como característica principal a interatividade entre o homem e a máquina.

“[...] uma mídia que tem potencial interativo que seduz os seus usuários na medida em que permite ao jogador criar e navegar em mundos virtuais que promovem desafios constantes, exigindo que sejam tomadas decisões com certa agilidade, que podem possibilitar o desenvolvimento de estratégias cognitivas, como planejamento e antecipação, bem como, as funções cognitivas da memória, da atenção, da percepção, da imaginação.” (ALVES, 2007:12).

No caso do game Pokémon Go essa interação torna-se, pode se dizer, entre o real e o virtual de uma forma mais densa. E, para encerrar, a socióloga e psicóloga da personalidade norte americana Sherry Turkle (1989) colocara que os videogames são uma janela para um novo tipo de intimidade com as máquinas. Ela chama esta intimidade de cultura do computador nascente, que é uma cultura de regras e simulação, com ideias de mundos construídos, sendo “governados por regras”. Nota-se que em todas as definições, tanto para jogo e videogame, a regra está sempre presente.

ANÁLISE DO GAME POKÉMON GO

Como enunciado na metodologia, o game em análise é o Pokémon Go, sendo este um videogame de realidade aumentada. Esta modalidade de game proporciona a interação entre a realidade do jogador com o ambiente virtual do jogo, mediado através de um smartphone. Pode-se dizer, simploriamente, que a realidade aumentada inclui, em tempo real, elementos virtuais no universo físico da realidade através de um dispositivo apto a realizar isso.

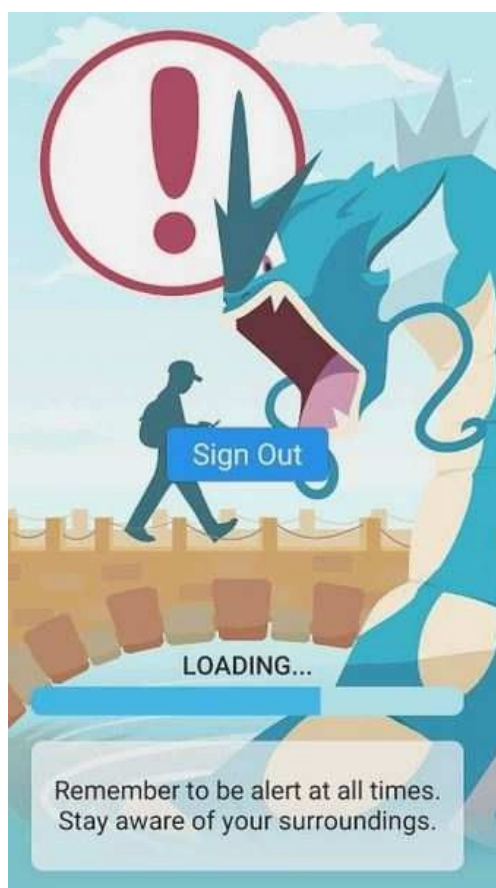
O game Pokémon Go vai proporcionar ao jogador uma maior imersão, interação e envolvimento dele com o game. A concepção de imersão, aqui abordada, “está relacionada com o objetivo de mostrar que o usuário, quando imerso no ambiente virtual, pode propiciar-se a sensação de estar dentro do ambiente.” (RODRIGUES; PORTO, 2013: 101). No caso do game em específico, o jogador somente conseguirá jogá-lo se ele se locomover

em busca de *pokémons*. Como interação, compreende-se a capacidade do smartphone compreender o *login* do usuário no game e as modificações que o mesmo realiza em tempo real no mundo virtual (RODRIGUES; PORTO, 2013). Já o envolvimento liga-se ao

“[...] grau de estimulação para o comprometimento de uma pessoa com determinada atividade, podendo ser ativo (participar de um jogo, visualizar um ambiente virtual) ou passivo (ler um livro, participar de uma cirurgia virtual)” (RODRIGUES; PORTO, 2013: 101).

Ao inicializar o game, aparece a seguinte notificação (Figura 1), onde o usuário é obrigado a lê-la e apertar o botão *ok* para conseguir executar o game. Isso ocorrerá todas as vezes que o jogador executar o videogame.

Figura 1. Tela de inicialização



Fonte: Game Pokémon GO; arquivo pessoal.

Nota-se que é uma notificação singela, às vezes não seguida pelos jogadores, que acabam machucando-se ao não olharem por onde andam. No momento em que o jogo entra em execução, será pedido que o jogador “crie⁴” seu *avatar*⁷. A tela, em questão, será esta (Figura 2):

Figura 2. Tela de criação de avatar



Fonte: Game Pokémon GO; arquivo pessoal.

Após o jogador definir as características que mais lhe agradem para o seu personagem, é iniciado o game. Na primeira vez que o jogador executa o game, será sugerido ao mesmo, que capture um dos três *pokémons*, que podem, ser visto na imagem abaixo, ou se o jogador os ignorar, como colocou o indivíduo que foi estudo de caso, irá aparecer o *pokémon* mais popular entre os jogadores que é o Pikachu, imagem ao lado (Figura 3).

⁴Coloquei entre aspas visto que o jogador jamais cria ou monta o seu personagem, mas escolhe um visual que mais lhe agrade dentro dos tipos determinados pelos programadores e designer do game em questão. Avatar: se caracteriza “como uma pessoa virtual (jogadores) e de diferentes comunidades virtuais, que inclui uma representação gráfica de um modelo estrutural de corpo, modelo de movimento, modelo físico, etc” (ALVES, 2005: 29-30).

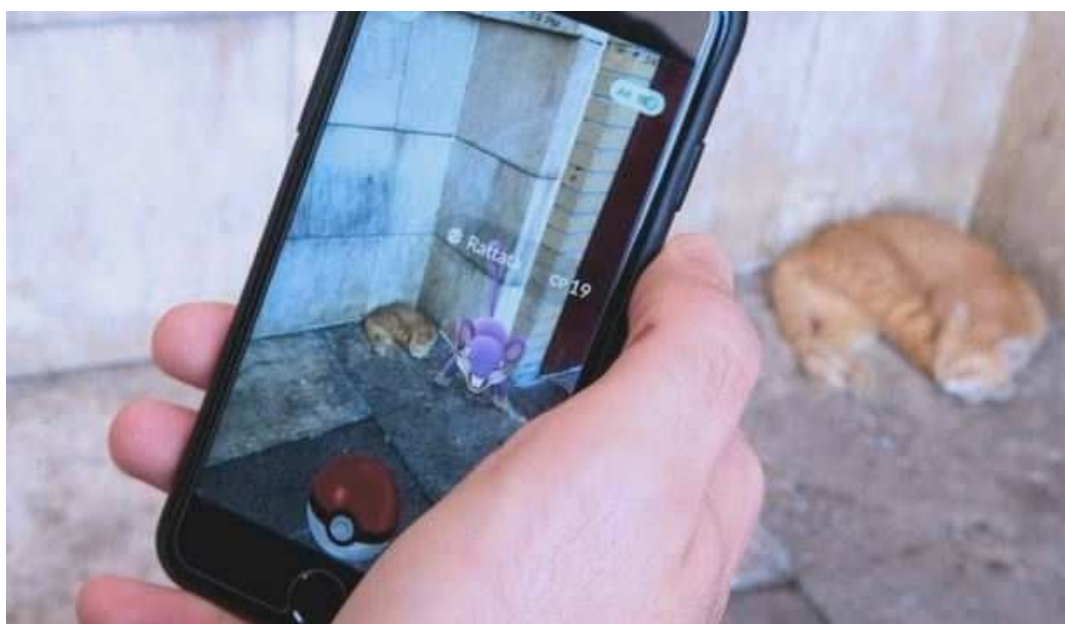
Figura 3. Tela de captura



Fonte: Game Pokémon GO; arquivo pessoal.

As imagens até o momento, colocadas para ilustrar como é este game, estão em ambientes virtuais. A imagem abaixo (Figura 4), demonstra como ocorre a interação real – virtual ao capturar um *pokémon*. Do lado direito está o gato, dormindo, e no centro está o jogador, com seu smartphone, tentando capturar o *pokémon* que está ao lado do gato. Este game “brinca” com o triângulo proposto por Lacan do real, imaginário e simbólico. Principalmente quando o imaginário ganha uma dimensão real ao surgir na tela do *smartphone* do jogador.

Figura 3. Tela de interação real-virtual



Fonte: Game Pokémon GO; arquivo pessoal.

A jogabilidade do game consiste em forçar o jogador a se locomover e capturar *pokémons*. Algo monótono, que provocou o sentimento de frustração em seus jogadores. No estudo de caso, o jogador desejou, muito, jogar este game no momento em que foi anunciado a sua data de lançamento no Brasil. Em que pese, após uma semana, ele desistiu do jogo

“Enjoei, jogo chato, não curto jogo em que tu avança sem ser realmente bom em alguma coisa, pra mim, jogo tem que depender das tuas habilidades, não da quantidade de tempo livre que tu tem ou outras coisas.” (Jogador de Pokémon Go.).

Nota-se que o este game proporcionou um sentimento de euforia e frustração. Euforia por sê-lo um game de realidade aumentada de uma franquia extremamente famosa do Pokémon, principalmente na década de 1990. O jogador almeja conseguir jogar este game, principalmente pelo fato da franquia Pokémon ter feito parte, em algum momento, da sua infância. Este desejo acaba tornando-se um sentimento de angustia, em não saber se o seu celular ou smartphone, estará apto a executar tal videogame.

Há o sentimento de frustração ocorre em dois momentos. O primeiro, quando o celular não está apto a executar o game por ser ‘antigo’. Devido a isto, o jogador busca, por outros meios, conseguir fazer com que o mesmo ‘rode’ em seu smartphone. Esta busca por outros meios ocorre através de conversação com amigos - que tiveram o mesmo problema, mas o jogo ‘rodou’ - em busca de informações, ou seja, em busca de ‘emuladores’ para que o jogo seja executado. Entretanto ele não encontra isto e acaba entrando em contato com a empresa fabricante do smartphone. O segundo momento da frustração ocorre ao joga-lo, ou seja, o jogo torna-se repetitivo demais, por conseguinte cai em um dos fatores que levam os jogadores a desistirem que é a repetição insistente em modo de jogabilidade.

O estudo de caso demonstrou que o jogador do game Pokémon Go foi, neste caso, do frenesi, da ânsia, em joga-lo ao total desinteresse e frustração. Este videogame proporcionou ao jogador a sensação de dois polos antagônicos.

CONCLUSÃO

O game Pokémon Go interage, em parte, com o triângulo proposto por Jacques Lacan entre o real, imaginário e simbólico. O real em Lacan é atrelado ao imaginário, neste game o real (indivíduo, smartphone, ruas, etc.) atrela-se ao imaginário do *avatar* Pokémon, ele não existe, mas em alguns casos é inspirado em animais, e, através do virtual, aqui entendido como o campo do simbólico em Lacan, surge na tela do smartphone. Nota-se aqui que o simbólico depende do real, ou seja, o virtual só existe devido ao indivíduo.

Este videogame movimenta, também, o campo do conceito de jogo. Primeiramente porque ele vai exercer um poder dominador (TURKLE) sobre o jogador, ou seja, a máquina 'domina' ele ao proporcionar uma profunda imersão do jogador no game. E, também, por ela interagir entre o real e o virtual. Sendo que a interação é um dos requisitos do conceito de jogo para a maioria dos teóricos.

Outro fato é a força da regra no jogo. Todos os jogadores que não cumprem as regras são banidos do game, não podendo retorna-lo. A regra é extremamente rígida. E a regra é fundamental no conceito de jogo. E, por fim, o sentimento de frustração que o game trouxe que é a repetição, algo que é muito criticado pelos jogadores de diversas modalidades de videogame.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Lynn. **Nativos digitais: games, comunidades e aprendizagens**. Disponível em <
https://www.institutoclaro.org.br/uploads/nativosdigitais_lynnalves.pdf> acessado em: 18 de junho de 2014.

_____. **GAME OVER: Jogos eletrônicos e violência**. São Paulo: Futura, 2005.
CAILLOIS, Roger. **Os jogos e os homens: a máscara e a vertigem**. Lisboa: Cotovia, 1990.
GEDIGames. **I Censo da indústria Brasileira de Jogos Digitais**. Disponível em: <
http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/seminario/seminario_mapeamento_industria_gameso42014_RelApoioCensoIndustriaBrasileiradeJogos.pdf> acessado em 06 de abril de 2014.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PONTE, João Pedro (2006). **Estudos de caso em educação matemática**. Bolema, 25, 105-132.

HUIZINGA, Johan. **Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

JUUL, J. Half Real. **Video Games between Real Rules and Fictional Worlds**. Cambridge, MA: MIT Press, 2005.

_____. **Games Telling stories? A brief note on games and narratives**. *Game Studies*, v. 1, n. 1, 2001.

_____. Site do autor disponível em: < <https://www.jesperjuul.net/> > acessado em: 15 de novembro de 2015.

LÉVY, Pierre. **O que é o virtual**. São Paulo: ED. 34, 1996.

PETRY, Luís C. **Relatório 10ª Vocabulário de Jogos Digitais**. Disponível em: < http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/seminario/seminario_mapeamento_industria_games042014_Relatorio10a_Vocabulario_Jogos.pdf > acessado em 06 de abril de 2014.

RODRIGUES, Gessica P.; PORTO, Cristiane de M. Realidade Virtual: conceitos, evolução, dispositivos e aplicações. In: **Interfaces gráficas – Educação**. Aracaju, Vol. N.09, JUNHO DE 2013. P- 97 -109. Disponível em: < <http://openrit.grupotiradentes.com/xmlui/bitstream/handle/set/395/REALIDADE%20VIRTU%20AL.pdf?sequence=1> > acessado em: 20 de setembro de 2016.

SANTOS, Hélia V. A. **A importância das regras e do gameplay no envolvimento do jogador de videogame**. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

TURKLE, Sherry. **O segundo EU – os computadores e o espírito humano**. Lisboa: Presença, 1989.

ZAMBON, Pedro S.; CARVALHO, Juliano M.. **Reflexões para uma abordagem de games enquanto indústria criativa**. Disponível em: < <http://www.sbgames.org/sbgames2013/proceedings/industria/07-full-paper-indtrack.pdf> > acessado em: 05 de setembro de 2014.

SITES

WIKIPEDIA. Pokémon. Disponível em < <https://pt.wikipedia.org/wiki/Pok%C3%A9mon> > acessado em: 18 de setembro de 2016.

Pokémon. Site oficial. Disponível em < <http://www.pokemon.com/us/> > acessado em: 18 de setembro de 2016.

Qualidade de vida, estética e reparação: a produção de conhecimento a partir das cirurgias plásticas

Marcelle Schimitt¹

Este trabalho versa sobre a íntima relação entre tecnologias, modelos corporais e “aprimoramentos” estéticos a partir de uma perspectiva Feminista e dos Estudos Sociais da Ciência. Serão abordadas as instabilidades entre os discursos médicos, de pacientes e proposições presentes em artigos científicos da área da cirurgia plástica. A partir de entrevistas, análise documental e observação de eventos acadêmicos, buscamos uma reflexão não apenas acerca dos efeitos materiais produzidos pelas cirurgias plásticas como também sobre a formação dos cirurgiões, suas concepções de normalidade, restauração, estética e funcionalidade. Assim, foi possível observar que repetidamente é enfatizada a estreita relação entre bem estar, qualidade de vida e estética. Além disso, o borramento das fronteiras do que é entendido por cirurgias plásticas estéticas e cirurgias plásticas reparadoras faz com que um mesmo procedimento assuma múltiplas versões, o que nos leva a uma reflexão acerca das contingências relativas à materialização desses corpos. Por fim, propomos que uma reflexão antropológica acerca das cirurgias plásticas nos leva a pensar a ciência e os padrões estéticos vigentes de forma mais reflexiva e interligada às mais diferentes nuances do social. O corpo, nessa perspectiva, assume materialidades que extrapolam a dicotomia já tão desgastada entre o “natural” e “construído” desafiando-nos a pensar, assim, a partir de uma noção de multiplicidade.

Palavras-Chave: Estudos Sociais das Ciências, Cirurgias Plásticas, Materialidades Múltiplas.

Iniciando a discussão

Este trabalho abarca reflexões bastante iniciais que surgiram ao decorrer da pesquisa que estou desenvolvendo por ocasião de minha dissertação de mestrado em Antropologia Social. Assim, inicio apresentando brevemente a temática mais geral a qual tenho dedicado minhas investigações e análises. Trata-se, de maneira bastante sintética, de uma reflexão acerca das múltiplas materialidades produzidas através das cirurgias plásticas. Estes procedimentos, entretanto, serão pensados a partir de uma ótica mais abrangente que perpassa uma análise não só dos procedimentos e dos efeitos materiais produzidos por eles como também a formação dos cirurgiões plásticos, suas concepções de

¹Mestranda, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social.

normalidade, restauração, estética e funcionalidade. Neste trabalho, entretanto, me deterei a abordar as instabilidades entre os discursos médicos, de pacientes e proposições presentes em publicações da área da cirurgia plástica com o intuito de rascunhar um breve desenho que, acredito, ilustra um caminho possível de discussão sobre as cirurgias plásticas no contexto específico do Brasil.

Entendo ser pertinente, a fim de melhor situar o(a) leitor(a,) apresentar rapidamente alguns dados que demonstram a amplitude e o alcance das cirurgias plásticas no país. De acordo com o “International Survey on Aesthetic/Cosmetic Procedures Performed in 2009”, no ano de 2009 foram realizados 17.295.557 procedimentos estéticos por cirurgiões plásticos em todo o mundo. Deste total, 3.031.146 (17,5%) nos Estados Unidos e 2.475.237 (14,3%) no Brasil. Em 2010, o número total de procedimentos diminuiu para 14.106.852, sendo 3.008.880 (21%) deles efetuados nos Estados Unidos e 1.584.620 (11%) no Brasil. No ano seguinte, 2011, foi registrado o total de 14.707.827, dos quais 3.105.246 (21,1%) realizados nos Estados Unidos e 1.447.213 (9,8%) no Brasil. O ano de 2013 é um marco em relação às estatísticas relativas às cirurgias plásticas por ser a primeira ocasião em que o Brasil supera os Estados Unidos em números absolutos em termos de procedimentos cirúrgicos, como é possível observar nos dados a seguir:

Total de procedimentos realizados no ano de 2013 - 11,599,336

Total de procedimentos cirúrgicos por país

Estados Unidos- 1,452,356 (12,5%)

Brasil- 1,491,721 (12,9%)

México- 486,499 (4,2%)

Alemanha- 343,479 (3,0%)

Espanha- 213,297 (1,8%)

Total de procedimentos por país:

Estados Unidos- 3,996,631 (17,0%)

Brasil- 2,141,257 (9,1%)

México- 884,353 (3,8%)

Alemanha- 654,115 (2,8%)

Espanha- 447,177 (1,9%)

Em 2014 o número total de procedimentos aumenta novamente em números gerais, chegando a 17.459.118, sendo 4.064.571 (20%) nos Estados Unidos e 2.058.505 (10,02%) no Brasil. A respeito dos procedimentos cirúrgicos, apesar de ficar atrás dos Estados Unidos –

diferentemente do ano anterior – o Brasil cresceu em termos de percentagem, concentrando 13% das cirurgias plásticas estéticas mundiais. Abaixo, algumas estatísticas acerca dos países que se destacaram no ano de 2014:

Total de procedimentos por país (cirúrgicos e não cirúrgicos)
Estados Unidos- 4.064.571 (20,1%)
Brasil- 2,058.505 (10,2%)
Japão- 1,260.351 (6,2%)
Coreia do Sul- 980.313 (4,8%)
México- 706.070 (3,5%)

Tendo como base os dados apresentados acima, é importante atentar para o fato de que, apesar de outros países apresentarem um grande número de procedimentos realizados, em todos os anos, tanto o Brasil quanto os Estados Unidos, não somente aparecem na segunda e primeira posição, como também apresentam números imensamente superiores aos terceiros, quartos e quintos colocados. Podemos sugerir, então, que estes dois países, de acordo com os dados, são referência no que diz respeito às cirurgias plásticas estéticas e estão longe de cederem seus postos neste ranking.

Apesar de inúmeras buscas, não foram localizados dados e referências precisas sobre as cirurgias plásticas estéticas em anos anteriores a 2009 no contexto internacional. Além disso, de acordo com ISAPS Global Statistics, que se apresenta como a única organização que coleta dados respectivos a cirurgias plásticas em amplitude global, não há estudos sobre o ano de 2012 e o documento referente a 2015 ainda não tem divulgação prevista.

Além disso, diferentemente de como se organiza institucionalmente a especialidade da cirurgia plástica nos Estados Unidos - onde são compilados os dados que foram apresentados - no Brasil, não há diferenciação entre cirurgias plásticas estéticas e reparadoras – ao menos de acordo com a Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica. Sendo assim, os dados que foram apresentados dizem respeito apenas aos procedimentos entendidos como exclusivamente estéticos e que foram realizados em clínicas particulares do país. Os dados referentes a cirurgias plásticas efetuadas no contexto do Sistema Único Saúde (SUS) não foram encontrados até o momento. Tem-se a pretensão de melhor compreender tais questões e como ocorre esta possível divisão dos dados. Contudo, neste

trabalho, me detenho apenas a evidenciar estes números a fim de ilustrar a expressiva presença do Brasil em tal ranking.

Algumas Considerações Teóricas e Epistemológicas

Com o intuito de refletir acerca das cirurgias plásticas de uma maneira que extrapole uma abordagem que se detenha apenas a uma análise que perfaça a ótica da “construção social”, este trabalho propõe uma discussão que atravessa as reflexões de autoras com Mol (2008), M’charek (2010;2014) e Haraway (1995;2000) a fim de tratar o *borramento* das fronteiras do que é entendido por cirurgias plásticas estéticas e cirurgias plásticas reparadoras, no sentido em que entende-se que um mesmo procedimento pode vir assumir múltiplas versões, o que nos leva a uma reflexão acerca das contingências relativas à materialização desses corpos.

Para Mol (2008), “Política Ontológica” relaciona-se com a perspectiva que compreende que a realidade não antecede as práticas, mas que estas últimas auxiliam na sua conformação. Desse modo, a realidade é compreendida como algo aberto e permeável, passível de controvérsias e contestação. As novas realidades que emergem através de tecnologias podem ser compreendidas como ontologias que, nos termos de Mol (2008), são compreendidas como produzidas histórica, cultural e materialmente e, desse modo, resultam em múltiplas. A realidade enquanto múltipla baseia-se, conforme a autora, na metáfora da performance e da intervenção, no sentido em que essas imagens nos sugerem algo que é passível de constantes interferências. Não há, então, o entendimento da realidade enquanto algo que possa ser “visto” de diferentes ângulos e por olhares diversos, mas sim algo que é manipulado através de práticas e instrumentos que lhe conferem formas mais ou menos estáveis e duradouras. Assim, Mol (2008) sugere diferentes versões de objeto e não apenas diferentes perspectivas sob um objeto único. Tal proposta, mesmo que de maneira parcial, será tomada como ponto de partida para este trabalho, não no sentido de ser transposta de maneira planificada e direta, mas como fonte de inspiração para uma breve reflexão acerca do campo.

Sugiro, com base nas entrevistas, observações de eventos e análises documentais até então realizadas, que uma mesma intervenção cirúrgica pode ser performada de múltiplos modos. Ou seja, materialmente ela assume diferentes variações que se relacionam entre si.

Tal reflexão ainda é bastante inicial e requer aprofundamentos. Entretanto, provisoriamente, poderíamos propor pensar as cirurgias plásticas como algo que extrapola uma mera modificação material do corpo que repercutiria na subjetividade daquela(e) que realiza esses procedimentos. Em vez disso, podemos compreender estas práticas como algo que performa uma realidade material do corpo enquanto de múltiplas formas.

Há inicialmente o que diz respeito à funcionalidade, ou seja: aquilo que de acordo com médicos entrevistados seria o primeiro ponto a ser preconizado a se planejar uma cirurgia plástica. Mas esta funcionalidade, advertem eles, está relacionada, na grande maioria das vezes, a aspectos considerados por eles como estéticos. Há, de fato, uma separação entre aquilo que abarca o estético e funcional mas, ao mesmo tempo, existem atravessamentos entre eles. No trecho abaixo podemos observar a tentativa de uma explicação didática e bastante sintética a respeito das diferenças entre cirurgias estéticas e reparadoras:

A cirurgia plástica divide-se em cirurgia plástica estética e cirurgia plástica reparadora mas, em grande parte das vezes, a cirurgia é estético-reparadora. (...) O que é cirurgia estética? É a cirurgia que corrige os defeitos que não comprometem a função do organismo (do todo ou de uma parte dele) ou sua integridade. O que é cirurgia reparadora ou reconstrutora? É aquela que corrige defeitos que comprometem a função ou a integridade do organismo. Uma cicatriz feia, por exemplo, é um defeito estético e a cirurgia para sua correção é estética, mas se a cicatriz estiver impedindo ou dificultando o movimento de um braço, por exemplo, passa a ser um defeito pertencente à cirurgia reparadora (MARTIRE,p.15).

Poderíamos, desse modo, refletir de que forma um mesmo procedimento vem a ser performado enquanto reparador em um caso e estético em outro. Existe um exemplo que, por algum motivo, está presente no discurso de diferentes médicos entrevistados. Trata-se da comparação entre dois diferentes casos, ambos relacionados a cirurgias de colocação de próteses de silicões em mulheres. A diferença entre eles está nas mulheres que realizaram tais procedimentos. A primeira, uma menina de 20 anos que, segundo os médicos, encontra-se em idade reprodutiva e possui mamas muito pequenas. A segunda, uma senhora de 70 anos que sofreu uma mastectomia em decorrência de um tumor na mama. Qual destes casos - questionam os médicos - se trataria de um procedimento estético e qual seria uma cirurgia plástica reparadora? A resposta mais sensata, segundo os cirurgiões, seria reparador e estético, respectivamente. Ou seja, a prótese de silicone colocada em uma mulher de 70 anos que, consoante os médicos, certamente não tem mais

uma vida sexual ativa seria um procedimento de cunho muito mais estético e eletivo do que o primeiro caso, visto que a mulher de 20 anos teria a função reprodutiva certamente afetada pelo pouco volume mamário, bem como a procura por um parceiro dificultada. Isto é, o que conformaria uma cirurgia como mais ou menos estética ou reparadora está fortemente relacionado às contingências diversas que muitas vezes escapam ao entendimento.

As questões tratadas acima também podem ser melhor observadas em um trecho do livro “Princípios e Prioridades em Cirurgia Plástica” de Oswaldo de Castro:

Baseando-se a cirurgia plástica prioritariamente na anatomia e na fisiologia, por princípio, devem ser considerados ambos os aspectos harmonicamente e não de maneira unilateral. A inter-relação entre a forma e a função deve ser sempre levada em conta. Considerando a forma e a função de uma maneira genérica, esta é prioritária.(CASTRO, 1997,p.43).

Na cirurgia estética pura, a configuração anatômica tem primazia. Na reconstrução mamária (cap 18), obviamente, não se cogita a função. O único objetivo é restaurar a forma, com finalidade de ordem estética, embora seja uma cirurgia reparadora. Na mastoplastia redutora (cap.17), evidentemente, a prioridade da forma ou da função está na dependência da faixa etária da paciente. Tratando-se de paciente jovem, há um equilíbrio entre a forma e a função. A mastoplastia de aumento tem por meta, logicamente, a estética. Em muitas situações, a cirurgia reconstrutiva e a estética conjugam-se harmonicamente, tornando-se impossível separar-se uma da outra. O portador de prognatismo ou de promaxilismo tem um aspecto grotesco, má oclusão dentária que não lhe permite boa mastigação, tem má dicção (sigmatismo) e, eventualmente, disfunção de ATM. A mandibuloplastia ou maxiloplastia, nesse caso, é uma cirurgia estética e funcional (CASTRO, 1997,p.43).

O exemplo acima nos leva refletir, também, de que modo as pacientes são “escolhidas” ou concebidas como mais ou menos emergenciais nesses tipos de procedimentos. Tal questão ganha contornos ainda mais sensíveis quando levamos em consideração que boa parte dessas cirurgias são realizadas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e que os parâmetros e considerações acima expostos são decisórios na triagem dos pacientes, visto que as cirurgias reparadoras são obviamente priorizadas. Enfim, concepções relacionadas à formação dos médicos, perspectivas pessoais, contingências

históricas e políticas, a idade e estado civil da mulher entre tantos outros fatores performam realidades completamente diferentes a partir de um mesmo procedimento a ser realizado. Certamente tal questão não se relaciona de maneira íntima com a abordagem apresentada por Mol (2008). Contudo, a autora nos sugere formas alternativas, menos ingênuas e mais situadas de refletir sobre as cirurgias plásticas.

Amade M'charek (2010) propõe, com base em Latour (2005), a leitura de algumas questões apresentadas no artigo "Fragile Differences" a partir das noções de *matters of fact* e *matters of concern*. A primeira delas envolveria o apagamento dos processos que produzem dada diferença, assim como o background de práticas que são invisíveis mas cruciais para a sua existência. *Matters of concern*, diferentemente, abarcaria questões morais e éticas e as várias práticas que auxiliam na conformação das diferenças. Segundo M'charek (2010), elas são bagunçadas, historicamente situadas, infinitamente complexas e estão engajadas em formas contraditórias, ou seja, elas precisam ser povoadas. *Matters of concern* seriam os efeitos da difração de Donna Haraway, aqueles que abarcam complexidade e situacionalidade.

Nesse sentido, poderíamos nos engajar na tentativa de refletir sobre as cirurgias plásticas e certas padronizações corporais e estéticas em termos de materialização de investimentos ideológicos e não apenas como construção social, de maneira semelhante ao que M'charek (2010) nos sugere no que diz respeito aos casos por ela apresentados. Assim como Marcus (relato abordado em "Fragile Differences", 2010) ou mesmo as diferenças de sexo e gênero apresentados pela autora, as materialidades relativas às intervenções cirúrgicas não são sedimentadas. Elas podem não apenas serem desfeitas através de outras intervenções, como também podem ganhar múltiplas formas ao decorrer das relações que estabelecem. Não se trata de afirmar que a perspectiva de M'charek (2010) pode ser meramente "aplicada" a uma análise das cirurgias plásticas, mas sim que algumas questões abordadas pela autora podem nos indicar caminhos possíveis e conexões interessantes e menos óbvias. Assim como Mol (2008), M'charek (2010) nos leva a refletir sobre as diferenças no sentido de superação da construção social e nos incita a pensar a materialidade de maneira menos estável e mais permeável.

No artigo "Fragile differences, relational effects: Stories about the materiality of race and sex", M'charek (2010) também versa sobre a relacionalidade das identidades e como

elas produzem ou desmantelam práticas específicas. Assim, a autora atenta para uma abordagem que não entende as diferenças como entidades dadas, mas sim como efeitos que vêm à tona a partir de práticas relacionais. Desse modo, a materialidade não é fato consumado, mas a configuração através da qual as diferenças podem ou não serem pronunciadas. Todas essas enunciações devem-se, segundo a autora, à influência de Donna Haraway e Annemarie Mol, ambas também citadas neste trabalho.

Consoante Haraway (1995), objetos em si não pré-existem, e o que chamaria de atores materiais semióticos têm seus limites materializados na própria interação social. Assim, aponta ainda que a visão é sempre mediada por tecnologias específicas de visão - que podem também ser teorias - , de modo que toda visão é parcial e incorporada. Para tanto, recorre ao exemplo da difração, fenômeno que, diferentemente da reflexão e refração, não mapeia onde as diferenças aparecem, mas mapeia onde os efeitos surgem. Logo, M'charek (2010), a partir de Haraway, sugere que a diferença é um efeito de interferências - assim como a difração - bem como um efeito de tecnologias e práticas.

Imagino ser possível pensar as diferenças e aproximações entre o “estético” e o “reparador” a partir das noções propostas acima, isto é, promulgadas na prática. Assim também, M'charek (2010) recorre a Mol a fim de explicitar a multiplicidades dos objetos. Segundo Mol, os objetos são múltiplos - como antes já mencionado - o que permite a coexistência de diferentes versões de um mesmo objeto. Nos sugere, desse modo, que miremos nas atividades e intervenções de modo que, contrastando diferentes práticas nos deparamos com variantes de um objeto. Essas diferentes versões intervêm umas nas outras através de um “trabalho de coordenação” que auxilia na prevenção para que um objeto não deixe de ser ou existir. Essa coordenação e dependência me parecem muito evidentes quando colocamos em questão as noções de “estético” e “reparador” que, diferentemente do que é defendido por muitos, não é apenas uma diferença de perspectiva histórica e social. Essas diferenças assumem efeitos materiais densos e que merecem reflexões mais demoradas.

M'charek (2010) sugere que as diferenças e semelhanças não estão dadas por si só, nem são coisas que podem ser “descobertas”, mas, diferentemente, são promulgadas em momentos de tensão. Essas diferenças, defende a autora, não estão sempre materializadas no corpo, de maneira que podem se materializar nas próprias relações que as produzem. As diferenças, nessa perspectiva, seriam efeitos de interferências em práticas específicas.

Enfim, M'charek (2010) propõe que pensemos as diferenças não como meras representações, mas como interferências que conformam interesses e práticas. Ainda conforme a autora (2014), as “formas” que os objetos têm adquirido ao longo de estudos recentes são, em boa medida, atemporais, imagens imóveis ao invés de coisas que mudam ao longo do tempo e, em decorrência disto, não fazem visíveis as histórias que contêm dentro deles. Tal abordagem é algo que, na presente pesquisa, não é algo que faça sentido no que tange às análises, à medida que, como foi possível observar a partir, principalmente, das entrevistas dos médicos, estes procedimentos não caracterizam realidades estáveis e muito menos são intervenções aplicadas a objetos entendidos como passivos. Como próprio nome designa, são “cirurgias plásticas”. Isto é, trata-se de uma base – o corpo – que é maleável, moldável. Por certo, poderíamos pensar o cirurgião como aquele que detém a agência maior e que age sobre esse corpo que, apesar de “plástico”, é passivo às modificações. Entretanto, é bastante evidente que o corpo do qual tratamos é um corpo que extrapola uma noção de “natureza” imóvel, pronta para ser moldada pela “cultura”. Muito além de ser conformado pelos procedimentos médicos-cirúrgicos, o corpo também performa ou constitui o que seria a própria intervenção cirúrgica, os médicos e as noções de estético e reparador.

Instabilidades entre o reparador e o estético a partir dos discursos médicos e de pacientes

As inúmeras cirurgias plásticas possíveis de serem realizadas hoje no Brasil parecem ganhar contornos múltiplos se forem analisadas a partir do discurso de médicos e de pacientes. Tais procedimentos, são, em boa medida, entendidos como estéticos, ao menos por aquelas(es) que se submeteram a estes. Entretanto, apesar das pacientes não terem nenhuma hesitação em admitirem que os realizaram por razões puramente estéticas, os cirurgiões plásticos parecem titubear ao se referirem aos procedimentos desta forma. Assim, o que irá “bagunçar” os limites entre o que é entendido como estético e reparador são, pelo que pude observar até o momento, as categorias “psi”. Ou seja, autoestima, qualidade de vida, bem estar. De maneira bastante simplista, a noção de saúde como um bem estar físico, psíquico e social é o que explica - no discurso dos médicos - a forma como todos as cirurgias plásticas “estéticos” seriam, de alguma maneira, também reparadoras.

No que tange a esse ponto, Alexander Edmonds nos auxilia em uma discussão mais situada acerca do caso específico das cirurgias plásticas no Brasil. Edmonds (2009) reflete criticamente sobre o que para ele se traduz em uma racionalidade psicoterapêutica no que diz respeito à realidade dessa especialidade médica no país. A “filosofia” da saúde, segundo o autor, faz com que os pacientes internalizem uma noção psicoterapêutica da saúde de modo que questões como medicina e cosmética tornem-se confusas. Eu adicionaria que, para os médicos, essa relação aparece ainda mais intrincada, ao menos nos discursos a que tive acesso. O conceito de saúde da OMS - “saúde é o mais completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de enfermidade” (Constituição da Organização Mundial da Saúde (OMS/WHO) - 1946) é algo muito difundido nos enunciados dos médicos e, em boa medida, é utilizado para justificar as cirurgias plásticas de maneira geral como algo que diz respeito primeiramente à saúde. Em nenhum momento nega-se que esses procedimentos não visem uma melhora estética. O que está em jogo é que a própria “harmonia” dos contornos da face e do corpo é algo que está estreitamente relacionado à saúde.

Eduardo Chem, cirurgião plástico e presidente da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica - Regional RS, em entrevista concedida a mim aponta que:

Tu sabe que não existe limites entre o que é reparador e o que é estético. Vou te dar um exemplo: uma pessoa que não tem mama, perdeu uma mama por um câncer e foi mastectomizada e tirou uma mama. Ela precisava fazer uma reconstrução de mama. Isso, tu acha que é estético ou reparador? Reparador, porque ela não tem a mama e gostaria. Mas ela não tem nenhuma doença, ela tá bem, já fez a sua radio (radioterapia), sua quimio (quimioterapia), sua cirurgia. Ela tá tranquila, tá bem. Mas ela precisa fazer essa cirurgia. Ela não precisaria pra vida dela, mas ela gostaria de fazer essa cirurgia do ponto de vista estético para aumentar a autoestima dela. Uma paciente de 65 anos que tem o rosto envelhecido, ela gostaria de fazer uma ritidoplastia, uma cirurgia de face, isso é uma cirurgia estética ou reparadora? Tu acha que é estética? Mas por que não? Ela se sente, hm...com baixa autoestima, se sente envelhecida, e ela quer fazer uma reparação da face. Então depende do ponto de vista de quem vê. Pode ser, do ponto de vista de quem tá de fora, de quem vai fazer a reconstrução de mama, de uma reparação; e de quem vai fazer a cirurgia de face, estética. Mas não necessariamente se nós analisarmos de outras maneiras isso pode ser invertido também. Então, o limite entre a reparadora e a estética, não existe um divisor de águas nisso. Muitas cirurgias nós fazemos do ponto de vista de reparação, de reconstrução, a maioria delas pós-trauma, pós-câncer, enfim. E algumas estéticas, pra aumentar a autoestima, levantar a mama de uma moça que não tem mama ou levantar a mama de uma moça que em decorrência da gestação a mama caiu, excesso de pele no abdômen de uma pessoa que emagreceu. Agora, pós cirurgias bariátricas, então, a gente

pode considerar isso uma cirurgia estética ou uma cirurgia reparadora para melhorar a qualidade de vida. O limite é impreciso.

Psiquiatra e professora titular da Universidade Federal, Carolina Blaya estuda, entre tantos outros temas, a relação entre cirurgias plásticas e *qualidade de vida*. Mesmo não sendo da área cirurgia, ela apresenta um discurso muito próximo ao que foi apresentado pelos cirurgiões plásticos (11 entrevistados até o momento)

O conceito de reparador é quando tu está tentando reparar uma função, um exemplo que se usa muito é a da prótese de silicone. Então, a função da mama é uma função de amamentação e uma função sexual, então uma menina de 20 anos que tem uma mama muito pequena para botar uma prótese de silicone ela poderia estar restabelecendo a função sexual dela, enquanto a uma mulher de, sei lá, 70 anos que não tem mais uma vida sexual, por exemplo, é viúva, fez uma mastectomia em decorrência de um câncer o restabelecimento da função... não vai mais amamentar e qual é a função? Esse limite acaba sendo muito tênue.

Como apresentado inicialmente, os discursos de médicos e pacientes parecem destoar entre si. Ou seja, enquanto para os cirurgiões, e mesmo para a psiquiatra entrevistada, há uma necessidade bastante latente de afirmar as intervenções enquanto duplamente benéficas – em termos reparadores e estéticos – para as pacientes é muito evidente que os procedimentos performados são, em boa medida, embelezadores. A seguir alguns trechos de entrevistas realizadas:

Eu tinha os peitos muito pequenininhos, horrível. Eu odiava, odiava. Eu sempre quis colocar. Sim, foi por uma questão estética. Eu via todo mundo com os peitos de fora e eu sem nada. (Deyse, 26 anos)

Ah, eu não contei pra ninguém, mas acho que pra ti é interessante, porque foi junto. Além do silicone eu fiz aqui do ladinho (apontando para a cintura), não sei qual é o nome. Acho que é lipo... (liposculptura? Porque são pequenas incisões) É. Mas foi só nesse pontinho aqui. Eu fiz no mesmo momento, na mesma cirurgia. (Tu coloca como estético ou reparador?). Ah, eu coloco como estético, as duas. Pra mim é estético. (Roberta, 25 anos)

No que tange à literatura médica, um artigo publicado no ano de 2009 e que serve de referência para várias outras publicações abarca, em boa medida, o que já foi evidenciado em discursos médicos através de entrevistas realizadas. Ou seja, a *qualidade de vida* aparece como uma categoria que explicaria a importância das cirurgias plásticas dentro do escopo do cuidado com a saúde. Entretanto, no artigo em questão, os autores são enfáticos em pontuar que a *qualidade de vida* foi analisada tendo como base procedimentos

estéticos. Nesse sentido, nota-se uma dessemelhança no que tange aos enunciados que emergem através de entrevistas, em que os cirurgiões pontuam a importância de se refletir a especialidade médica e os procedimentos em sua totalidade, não os diferenciando entre estéticos e reparadores. Abaixo, um trecho do artigo em questão, “Estudo prospectivo da avaliação da qualidade de vida e aspectos psicossociais em cirurgia plástica estética” (2009):

Para aferir de maneira objetiva a importância da Cirurgia Plástica estética tentou-se neste trabalho analisar a qualidade de vida e os aspectos psicossociais dos pacientes submetidos a tais procedimentos. No sentido amplo da palavra: Saúde não significa somente a ausência de doença, e sim o bem estar físico e social, tornando a cirurgia plástica estética o elo para esse bem estar. (PITANGUY, 2009 p. 357).

Enfim, enquanto *qualidade de vida*, para os médicos, parece ser algo indispensável para um cotidiano plenamente saudável; no contexto das pacientes, sentir-se plenamente adequada ou bela fisicamente está mais próximo a algo que extrapola uma noção de saúde e parece tratar-se de algo a mais, algo que habitaria a esfera do *bem estar* mas que excederia um cotidiano de cuidados com a saúde.

É importante ressaltar que os apontamentos presentes neste trabalho dizem respeito a uma gama muito maior de entrevistas realizadas ao longo de todo este ano com mais de 25 interlocutores. Entretanto, para fins de exemplificação, foram utilizados apenas os trechos acima expostos. Estes não caracterizam a totalidade das entrevistas realizadas, muito menos pretendem apresentar um quadro geral do que seria a “realidade” das cirurgias plásticas na cidade de Porto Alegre – local onde está sendo realizada a pesquisa referente à dissertação de mestrado que deu origem ao recorte apresentado neste trabalho. Além disso, apesar de não aparecer de maneira evidente, as proposições presentes nesse artigo baseiam-se também em eventos acadêmicos que acompanhei durante os meses de abril, maio e junho deste ano. Todos eles foram propostos por Ligas Acadêmicas da Cirurgia Plástica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre. Nestes eventos foram abordados temas relativos, preponderantemente, aos princípios fundamentais das cirurgias plásticas e configuraram-se como uma porta de entrada para as entrevistas posteriormente realizadas com os

cirurgiões plásticos e residentes em cirurgia plástica de hospitais filiados a ambas as universidades.

Alguns apontamentos finais

Este trabalho se propôs a discutir as instabilidades entre os discursos médicos, de pacientes e proposições presentes em publicações científicas da área da cirurgia plástica a fim de tentar refletir sobre estes procedimentos a partir de uma perspectiva que extrapola uma noção de *construção social*. A partir de entrevistas, análise documental e observação de eventos acadêmicos, busquei uma reflexão não apenas acerca dos efeitos materiais produzidos pelas cirurgias plásticas como também sobre a formação dos cirurgiões, suas concepções de normalidade, restauração, estética e funcionalidade. Assim, foi possível observar que repetidamente é enfatizada a estreita relação entre bem estar, qualidade de vida e estética. Além disso, o borramento das fronteiras do que é entendido por cirurgias plásticas estéticas e cirurgias plásticas reparadoras faz com que um mesmo procedimento assuma múltiplas versões, o que nos leva a uma reflexão acerca das contingências relativas à materialização desses corpos.

Nesse sentido, entende-se que uma reflexão antropológica acerca das cirurgias plásticas nos leva a pensar a ciência e os padrões estéticos vigentes de forma mais reflexiva e interligada às mais diferentes nuances do social. No que diz respeito a uma discussão acerca da ciência, não poderíamos deixar de citar o que é proposto por Donna Haraway.

Assim como Mol (2008) e M'charek (2010), Haraway (1995) também pretende ir além da construção social como explicação primeira e central. O conhecimento parcial como forma de objetividade nos incita a um olhar mais crítico acerca dos saberes e nos alerta para a localização daquele que auxilia na produção de saberes específicos. Ou seja, o comprometimento com identidades - mais ou menos móveis - desloca a maneira como concebemos a construção do conhecimento. Além disso, a noção de identidades não unificadas enfraquece nossas certezas acerca dos "objetos" e "interlocutores" e sugere-nos uma abordagem mais cuidadosa e aprofundada.

Enfim, Haraway (1995;2000) inspira a pesquisa em desenvolvimento em um sentido menos específico do que as outras duas autoras supracitadas, mas nem por isso menos central. A forma como a autora concebe o conhecimento científico auxilia-nos no sentido

se refletir acerca das produções acadêmicas produzidas no âmbito das cirurgias plásticas e os enunciados médicos de modo mais aprofundado e atentando para as tecnologias de visão disponíveis. Muito antes de M'charek e Mol, Haraway tem pensado as materialidades de forma pouco convencional e, dessa forma, não entendo como seja possível compreender questões concernentes a esse tema sem cruzar por suas considerações. Por fim, o corpo, na perspectiva das autoras citadas (M'charek, Mol e Haraway), assume materialidades que extrapolam a dicotomia já tão desgastada entre o “natural” e “construído” o que nos incita a refletir a partir de uma noção de multiplicidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTRO, Oswaldo de. **Princípios e prioridades em cirurgia plástica**. São Paulo: Findo Editorial Byk, 1997. 176 p

Datafolha, Cirurgia Plástica no Brasil, 2009. Disponível em: <http://www2.cirurgiaplastica.org.br/wp-content/uploads/2012/11/pesquisaz2009.pdf> > último acesso em: 28 de agosto de 2016

EDMONDS, Alexander. No Universo da Beleza: Notas de campo sobre cirurgia plástica no Rio de Janeiro. In: GOLDENBERG, Mirian (Org.). **Nu e Vestido: Dez antropólogos revelam a cultura do corpo carioca**. Rio de Janeiro: Record, 2002. p. 189-262.

HARAWAY, Donna (1992) Promises of monsters: A regenerative politics for inappropriate/d others. In: Grossberg L, Nelson C and Treichler P (eds) **Cultural Studies**. New York and London: Routledge, 295-337.

HARAWAY, Donna. 1995. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. In **Cadernos Pagu** (5): pp. 07-41.

HARAWAY, Donna J. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX . In: **Antropologia do Ciborgue – as vertigens do pós-humano**. Belo Horizonte, Ed.Autêntica, 2000.

International Survey on Aesthetic/Cosmetic (ISAPS 2014). Disponível em:<http://www.isaps.org/Media/Default/global-statistics/2015%20ISAPS%20Results.pdf>> último acesso em: 28 de agosto de 2016.

International Survey on Aesthetic/Cosmetic (ISAPS 2013). Disponível em: <http://www.isaps.org/Media/Default/globalstatistics/2014%20ISAPS%20Global%20Stat%20Results.pdf>. > último acesso em: 28 de agosto de 2016.

International Survey on Aesthetic/Cosmetic (ISAPS 2011). Disponível em: <http://www.isaps.org/Media/Default/global-statistics/ISAPS-Results-Procedures-2011.pdf> >último acesso em: 28 de agosto de 2016.

International Survey on Aesthetic/Cosmetic (ISAPS 2010). Disponível em: <http://www.isaps.org/Media/Default/global-statistics/ISAPS-Results-Procedures-2010.pdf>. > último acesso em: 28 de agosto de 2016.

International Survey on Aesthetic/Cosmetic (ISAPS 2009). Disponível em:<http://www.isaps.org/Media/Default/global-statistics/ISAPS-Results-Procedures-2010.pdf>. > último acesso em: 28 de agosto de 2016

LATOUR, Bruno. **What is the Style of Matters of Concern?** Assen: Van Gorcum, 2005

MARTIRE Jr., Lybio. **O Alcance atual da Cirurgia Plástica**. 21. ed. São Paulo: Astúrias, 2005.

M'CHAREK, Amade. Fragile differences, relational effects: Stories about the materiality of race and sex. **European Journal of Women's Studies**.17(4) 1 –16. 2010.

M'CHAREK, Amade. Race, Time and Folded Objects: The HeLa Error. **Theory, Culture & Society**, November 2014 vol. 31 no. 6 29-56.

MOL, A. Política ontológica. Algumas ideias e várias perguntas In: Nunes, João Arriscado e Roque, Ricardo (org.) (2007/no prelo) **Objectos impuros. Experiências em estudos sociais da ciência**. Porto: Edições Afrontamento. Tradução de Gonçalo Praça. Publicado originalmente como “Ontological Politics. A word and some questions”, in Law, John e Hassard, John (org.) (1999) Actor Network Theory and After, Blackwell/The Sociological Review.

**Grupo de Trabalho
Sociedade, Participação Social
e Políticas Públicas**

A política urbana no Brasil de 1988 a 2015: Apontamentos a partir do programa Minha Casa Minha Vida

Janaína Ruviaro da Silva (UFRGS)¹
Luciano Joel Fedozzi (UFRGS)²

Fruto de pesquisas de uma tese de doutorado em andamento, este trabalho tem como objetivo apresentar uma proposta para a análise da trajetória recente da política urbana brasileira: seus processos, avanços e recuos, adotando o programa habitacional Minha Casa Minha Vida (MCMV) como objeto empírico de investigação. Insere-se no âmbito das discussões acerca da relação entre habitação e o direito à cidade. O objetivo deste esforço teórico-analítico é duplo. Por um lado, busca contribuir para os modelos de análise de políticas públicas, e, por outro lado, procura compreender a relação entre a democracia participativa no Brasil e a produção de políticas públicas. O estudo vem sendo operacionalizado através da abordagem teórica localizada na interseção entre os debates sobre a produção de políticas públicas, democracia participativa e a produção do espaço urbano e de indicadores empíricos capazes de demonstrar os limites impostos pelo programa MCMV à promoção do direito à cidade. A estratégia de pesquisa adotada até o momento está baseada fundamentalmente na pesquisa documental.

Palavras-Chave: Políticas públicas, política urbana, habitação, Minha Casa Minha Vida.

Introdução

A complexidade do contexto no qual o Brasil produz políticas públicas requer sofisticados procedimentos de interpretação. A trajetória contemporânea das políticas públicas exige novos referenciais teóricos e metodológicos, além dos repertórios tradicionalmente mobilizados. Deve-se considerar, por exemplo, a pluralidade interativa dos atores e das instituições envolvidos em tais processos. Entender esse contexto “[...] requer olhar para a história distinta das relações Estado-sociedade em cada área de política pública, uma das formas pelas quais podemos apreender a heterogeneidade do Estado brasileiro” (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014, p.346).

¹Mestra em Sociologia. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Vincula-se à linha de pesquisa “Sociedade, Participação Social e Políticas Públicas” e integra o Grupo de Pesquisa “Democracia Participativa, Esfera Pública e Cidades” desta mesma instituição. Bolsista Capes.

²Doutor em Sociologia. Professor do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Coordena o Grupo de Pesquisa “Democracia Participativa, Esfera Pública e Cidades” desta mesma instituição.

Produto de uma tese de doutorado em andamento, este trabalho tem como objetivo apresentar uma proposta para a análise da trajetória recente da política urbana brasileira: seus processos, avanços e recuos, adotando o programa habitacional Minha Casa Minha Vida (MCMV) como objeto empírico de investigação. A escolha empírica justifica-se pelo caráter estratégico que o programa MCMV tem ocupado na estratégia de desenvolvimento econômico adotada no país, com mais intensidade a partir de 2007 com o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)³.

O objetivo deste esforço teórico-analítico é duplo. Por um lado, busca contribuir para os modelos de análise de políticas públicas em geral, e, por outro lado, procura compreender a relação entre as características da democracia participativa no Brasil e a produção de políticas públicas, especificamente no que tange a sua formulação e implementação. Para alcançar tais objetivos, metodologicamente o estudo mobiliza perspectivas teóricas que ajudam a compreender a trajetória da política urbana, além de indicadores empíricos capazes demonstrar de forma mais consistente os limites impostos pelo programa MCMV à consolidação da agenda da reforma urbana⁴.

A partir da pesquisa bibliográfica e documental realizada até o momento desta apresentação, dentre os principais indicadores a serem trabalhados na tese⁵, destacam-se:

- a) conformidade do programa MCMV com a legislação urbana e fundiária;
- b) estrutura normativa do programa MCMV e a legislação referente à habitação;
- c) legislação urbanística e a localização dos conjuntos habitacionais do programa no espaço das regiões metropolitanas;
- d) forma de implementação e execução do programa MCMV;
- e) relação do programa MCMV com o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS);
- f) relação entre a localização dos empreendimentos do programa MCMV e o direito à cidade;

³Caracteriza-se por investimentos públicos para infraestrutura voltada à produção, tais como portos, ferrovias, rodovias, usinas geradoras de energia, etc. (MARICATO, 2011; CARDOSO, ARAGÃO, 2013; LOUREIRO; MACÁRIO; GUERRA, 2014).

⁴Neste trabalho, entende-se por agenda da reforma urbana a unificação das demandas de diversos segmentos sociais, dentre os quais destacam-se os movimentos populares, entidades profissionais e acadêmicas, organizações não-governamentais (ONGs), políticos progressistas, entre outros (MARICATO, 2011; FERNANDES, 2010; SAULE JÚNIOR; UZZO, 2009), - que ao longo de décadas lutam pela ampliação do direito à cidade através da democratização do acesso ao espaço, bens e serviços urbanos.

⁵Aqui encontram-se listados os principais indicadores trabalhados na elaboração da tese. Para fins desta apresentação apenas alguns deles serão problematizados mais à frente.

g) papel desempenhado pelo setor privado na formulação e execução do programa MCMV;

h) articulação do programa habitacional com a infraestrutura urbana mais ampla.

O recorte temporal do estudo refere-se ao período imediatamente posterior à promulgação da Constituição Federal de 1988 até o ano de 2016⁶. É nesse período que foram criadas as bases jurídicas, urbanísticas e institucionais na direção da reforma urbana. Além disso, o recorte temporal abrange, por um lado, o processo de reforma do Estado liderado pelo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC/1994-2001) do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), que reduziu atribuições e funções estatais, principalmente na área social, e as transferiu para a iniciativa privada ou pública não-estatal (BRESSER PEREIRA, 1997; PASSARINHO, 2010). Por seus “aspectos antinacionais e antipopulares”, a chamada reforma do Estado dos anos 1990, introduziu o receituário neoliberal oferecido pelo Consenso de Washington, promovendo sistematicamente privatizações e retirando mecanismos de controle estatal sobre os fluxos externos de capitais (PASSARINHO, 2010, p.8). Por outro lado, é no interior desse mesmo período histórico que ocorre a mudança na orientação política no Governo Federal, representada pela vitória de Luiz Inácio Lula da Silva (LULA) e da coalizão de forças políticas lideradas pelo Partido dos Trabalhadores (PT) nas eleições presidenciais do ano de 2002 – e que se estende até o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 31 de agosto de 2016 – modificando, num primeiro momento, as características dos programas de diversas áreas de políticas públicas implementados pelo Estado, principalmente quanto a sua forma e conteúdo.

Contextualizando a entrada da política urbana na Constituição Federal de 1988

Dentre as diversas formas e perspectivas possíveis que o estudo da política urbana possibilita no Brasil, optou-se por iniciar apresentando o contexto da sua entrada na Constituição Federal de 1988.

A falta de mecanismos constitucionais democráticos para tratar da questão urbana, aliada às práticas de intervenção governamental de forma centralizada, tecnocrática e excludente, num contexto de acentuadas desigualdades sociais, transformaram as décadas

⁶A alteração da data que consta no título do trabalho e em relação a ideia inicial do estudo deu-se a partir dos recentes acontecimentos políticos que culminaram no impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 31 de agosto de 2016.

que antecederam a formação da Assembleia Constituinte, em 1987, num ambiente fértil para pressões populares que reivindicavam melhorias nas condições de vida urbana. Nesse sentido, merece destaque o Movimento Nacional de Reforma Urbana (MNRU)⁷ que reuniu diferentes segmentos sociais em torno de alguns elementos prioritários para a política urbana que ganharam unanimidade, tais como a gestão democrática e a função social das cidades. A bandeira do MNRU tratava-se de uma proposta distributivista, cuja pretensão era influir sobre a gestão urbana por meio de um sistema de “práticas participativas de planejamento e de gestão governamental, instrumentos de intervenção urbanística e normas de regulação fundiária e ambiental” (CARRIELLO FILHO, 2011, p.57). Tais elementos foram organizados em torno dos 23 artigos que formaram a proposta de Emenda Constitucional de Iniciativa Popular, subscrita por 131 mil eleitores e apresentada à Assembleia Nacional Constituinte em 1987 (MARICATO, 2010; BASSUL, 2010).

Embora a maioria dos artigos propostos pela Emenda de Iniciativa Popular não foi aprovada pela Constituinte, dois artigos (art. 182 e art. 183) acabaram por compor o Capítulo⁸ Da Política Urbana na Constituição Federal promulgada em 1988, introduzindo as bases jurídico-políticas iniciais para a promoção da tão almejada reforma urbana e ampliando as

⁷Para informações mais detalhadas do histórico de formação e atuação do MNRU, consultar publicações de Maricato (2010, 2011) e Bassul (2010).

⁸Constituição da República Federativa do Brasil - TÍTULO VII – DA ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA - Capítulo II – Da Política Urbana

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 1º O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§ 2º A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

§ 3º As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

§ 4º É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:

I – parcelamento ou edificação compulsórios;

II – imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;

III – desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

Art. 183. Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

§ 1º O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil.

§ 2º Esse direito não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez.

§ 3º Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião.

possibilidades políticas da participação dos cidadãos no planejamento urbano (CARVALHO, 2009).

Após a inserção do referido Capítulo na nova Constituição, diversos dispositivos entraram gradativamente em vigor no sentido de atender as reivindicações pela democratização da gestão das cidades. No plano das leis e regulamentações, avanços significativos foram alcançados em relação aos procedimentos de gestão, provocando otimismo e confiança nos ativistas da reforma urbana. Além disso, com a descentralização administrativa e a institucionalização da participação popular iniciada pelos governos locais, criou-se um contexto de expectativa positiva quanto às possibilidades de ampliação do controle social sobre as políticas públicas e seus potenciais distributivos.

Contudo, é importante registrar que logo em seguida – no decorrer dos anos 1990 até início dos anos 2000 – também avançaram e foram postas em prática muitas das ideias neoliberais oferecidas pelo Consenso de Washington. Sob a forma de Reforma do Estado, configurou-se um processo paradoxal para a agenda da reforma urbana, por um lado, e, por outro, cenário instigante do ponto de vista da análise sociológica.

Dispositivos da Política Urbana após inserção do capítulo na Constituição Federal

Em relação aos instrumentos da reforma urbana, no final do segundo governo FHC foi promulgada a Lei Federal nº10.257 de 10 de julho de 2001⁹, que ficou conhecida como Estatuto da Cidade, regulamentando os Artigos 182 e 183 da Constituição Federal. No primeiro ano de gestão do presidente Lula, em 2003, foi criado o Ministério das Cidades e realizada a primeira Conferência Nacional das Cidades para discutir a formulação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. No ano de 2004, a partir das resoluções da Conferência Nacional foi criado o Conselho Nacional das Cidades como órgão consultivo do Ministério das Cidades e o Programa Nacional de Regularização Fundiária Urbana. Finalmente, em 2005 foi aprovado o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), sob a Lei Federal nº11.124¹⁰, que implicou a criação de um fundo e de um conselho específico com participação social, além de

⁹Destaca-se que ficou 13 anos tramitando no Congresso até ser aprovado para regulamentar os capítulos da Constituição.

¹⁰O projeto de criação do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) havia sido apresentado pela sociedade civil ainda em 1991, contendo assinatura de um milhão de eleitores, conforme Maricato (2011).

condicionar o repasse de recursos federais à existência de planos habitacionais, conselhos e fundos estaduais e municipais.

Segundo a análise de Cardoso e Aragão (2013), a lógica da criação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social seria fortalecer os órgãos públicos municipais e estaduais para a implementação de políticas habitacionais. Os Fundos de Habitação de Interesse Social seriam os mecanismos que permitiriam aos municípios alavancar recursos próprios e potencializar os recursos federais ou estaduais que lhes fossem repassados. “Ao mesmo tempo os Conselhos Gestores dos Fundos locais promoveriam uma maior participação da sociedade civil em relação à definição sobre a alocação e ao uso dos recursos aportados para HIS” (CARDOSO, ARAGÃO, 2013, p. 32).

Em 2007 o governo federal lança o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e no seu bojo, em 2009, - como medida anticíclica para evitar efeitos ainda mais nefastos da crise de internacional de 2008 iniciada nos Estados Unidos” - lança o programa habitacional Minha Casa, Minha Vida (MCMV), cuja meta inicial era a construção de um milhão de moradias. O governo justificava aliar ao caráter anticíclico, a ampliação do acesso à moradia (FIX, 2011).

Com essas medidas, é possível perceber que se desloca de um cenário de cortes do financiamento público, austeridade e privatizações iniciado nos anos 1990 – o próprio Estatuto das Cidades ficou 13 anos tramitando no Congresso para ser aprovado apenas em 2001 – para um cenário, cuja oferta de financiamento habitacional foi reorganizada a partir de 2004 e 2005, sob a liderança do Ministério das Cidades e que se intensificou a partir de 2009¹² com o programa MCMV.

Após a breve exposição dessa nova conjuntura, encontram-se elementos razoáveis para a reflexão das seguintes questões: Por que colocar os programas habitacionais no centro da análise pode fornecer profícua interpretação da política urbana? Quais as principais

¹¹Para informações detalhadas sobre o estopim da crise nos EUA e seus efeitos no Brasil, características, semelhanças e diferenças consultar as obras de Mariana Fix (2011) e Raquel Rolnik (2015). Uma bibliografia mais completa pode ser encontrada nessas publicações.

¹²Conforme apresentado por Mariana Fix (2011, p. 134-135), “o volume de recursos cresceu significativamente combinando diversas fontes, como o Orçamento Geral da União, o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), o Tesouro Nacional e, principalmente, o FGTS. Os recursos foram acrescidos com o FNHIS em cerca de R\$ 1,3 bilhão por ano. Uma série de outras medidas contribuiu para aumentar os financiamentos pelo FGTS e estabelecer metas em relação à destinação⁴⁸³, resultando no aumento de recursos às faixas de renda de até 3 salários mínimos. Esses financiamentos incluem o programa Carta de Crédito Individual, com modalidades que permitem aquisição de imóvel novo, usado e até mesmo materiais de construção”.

dimensões que devem ser consideradas na análise da trajetória da política urbana no Brasil entre 1988 e 2016? Como podemos compreender a pluralidade de atores e intuições envolvidos nessa trajetória? É buscando responder essas questões que a seguinte sessão deste texto foi desenvolvida. Respondê-las significa cumprir com os objetivos inicialmente propostos: contribuir com os modelos de análise de políticas públicas em geral e compreender a relação entre democracia participativa no Brasil e a produção de políticas públicas urbanas.

Colocando o programa “Minha Casa Minha Vida” no centro da trama urbana

Em relação à primeira questão que buscamos responder, dentre a complexidade envolvida no espaço urbano contemporâneo, o foco nos programas habitacionais pode oferecer uma interpretação profícua da política urbana por representarem os próprios processos de produção e de consumo nas cidades. Conforme Cardoso e Lago (2013, p.1) “a habitação, como condição indispensável à vida humana, é abrigo, e como condição da reprodução ampliada da vida social, é também cidade”. Ou seja, a habitação supõe o acesso aos serviços, aos equipamentos, ao trabalho e a todas as práticas definidas socialmente como necessárias ao bem-estar urbano. Para Cariello Filho (2011, p.6), a habitação tem relação de causa e efeito com praticamente tudo que “se refere ao espaço e ao ambiente produzidos pela sociedade: não é questão exclusiva das cidades e de sua população, mas é nas áreas urbanas que ela toma proporções mais dramáticas”.

É importante registrar que o fato de existir significativo arcabouço jurídico e urbanístico favorável à formulação e implementação de políticas públicas de forma descentralizada e compartilhada com a população, a adoção desta fórmula nem sempre ocorre de modo imediato na prática administrativa. As formas tradicionais de exercício de poder nas cidades podem persistir às inovações institucionais. Inúmeros estudos têm mostrado que as ações do governo federal, nos últimos anos, não têm se refletido na ampliação do acesso à cidade, na melhoria da mobilidade urbana e do transporte público e na redução das condições precárias de moradia para parcela significativa da população (ROLNIK et al., 2015, ROLNIK; KLINK, 2011, ROLNIK, 2009, MARICATO, 2011, BONDUKI, 2009). Contrariamente ao que se esperava com a mudança na orientação política do governo federal iniciada em 2003.

Durante o governo Lula, além das mudanças na composição política inicial do Governo Federal e do Ministério das Cidades¹³, a implementação do maior programa habitacional ocorreu de forma centralizada, tecnocrática e sem respeitar a institucionalidade participativa existente. Apesar dos fóruns participativos continuarem existindo, essa forma de ação política “diminuiu a importância da participação institucionalizada na tomada de decisões” (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2015, p. 337).

O programa Minha Casa Minha Vida, lançado em 2009, é emblemático desse processo de inflexão. Formulado e implementado sem consultar fóruns específicos - como o Conselho das Cidades (ConCidades) e o Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (CGFHIS) -, dissociado dos instrumentos de gestão previstos pelo Estatuto da Cidade, e, no momento em que o Plano Nacional de Habitação Popular (Planhab) estava praticamente finalizado, configura-se como inflexão na agenda da reforma urbana que se presumia estar em curso no país. O Planhab estava previsto na Lei n. 11.124/05 que estruturou o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e foi elaborado a partir da ampla participação da população em diversos seminários realizados em cada região do país (BONDUKI, 2009; CARDOSO, ARAGÃO, 2013; FIX, 2011; MARICATO, 2011; MARICATO, SANTOS, 2006; ROLNIK, 2009).

Diante dessa conjuntura, a estratégia metodológica de colocar o programa MCMV no centro da trama urbana é justificada por três fatores principais: i) pelo montante de recursos públicos que o programa mobiliza; ii) pela extensão das metas propostas e seus respectivos impactos no espaço urbano e, iii) a recusa em consultar a arquitetura participativa construída desde a Constituição de 1988 até a elaboração do Planhab em detrimento da pressão dos atores do mercado imobiliário.

Esses grupos de pressão - localizados em posições privilegiadas do campo político-econômico na sociedade brasileira - têm ocupado cada vez mais espaço nas decisões em torno do desenho dos programas de políticas públicas implementados no espaço construído das cidades (FIX, 2011; ROLNIK, 2015; ROLNIK et al., 2015, LOUREIRO; MACÁRIO; GUERRA, 2014, CARDOSO; ARAGÃO, 2013). De acordo com Fix (2011, p. 140) “o volume de

¹³Em especial a substituição do ministro Olívio Dutra do PT, em julho de 2005, ex-prefeito de Porto Alegre, responsável por tornar a cidade mundialmente conhecida pelas práticas de gestão participativas e tradicionalmente engajado na luta pela construção de políticas de Estado de caráter democrático e popular por Márcio Fortes do PP no contexto do chamado mensalão. Márcio Fortes “provinha de uma tradição política bastante distinta, descrita por entrevistados como baseada em relações personalistas, bilaterais e mesmo clientelistas (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2015, p. 337).

subsídios que o pacote ofereceu na sua primeira edição, 34 bilhões de reais, era de fato inédito na história do país: nem mesmo o BNH¹⁴ dirigiu tantos recursos à baixa renda numa única operação”. Com isso,

“O Minha Casa Minha Vida alçou a habitação a — problema nacional de primeira ordem, mas o definiu segundo critérios do capital, ou da fração do capital representada pelo circuito imobiliário, e do poder, mais especificamente, da política eleitoral. O programa articula um problema social real e importante, a falta de moradias dignas, à mobilização conformista do imaginário popular e aos interesses capitalistas. Responde, a um só tempo, a problemas *de acumulação*, por meio da injeção de recursos no circuito imobiliário (construção de edificações e construção pesada, indústria de materiais e componentes, mercado de terras) *e legitimação*, ao responder à pressão das lutas sociais do ponto de vista da demanda por habitação e por emprego” (FIX, 2011, p.141, grifos nossos).

O principal programa federal que impacta a estrutura do espaço urbano brasileiro, desloca, portanto, as prioridades da política habitacional para a esfera econômica, sobrepondo-se à promoção o direito à cidade. O programa habitacional MCMV, estratégico da atuação federal nas cidades, ao receber a maior parte dos recursos públicos, e, portanto, ter maior capacidade de execução¹⁵ do que aqueles que legalmente contemplam os princípios da função social da cidade e da propriedade, opera como mecanismo que traz obstáculos à consolidação da política urbana mais ampla.

Por essas razões, argumenta-se que o processo que levou a adoção da política habitacional como política de desenvolvimento - por meio de acordo entre o Estado e os mercados imobiliário e financeiro - pode ser compreendido levando-se em consideração o modelo de desenvolvimento econômico adotado no país a partir de 2003. O referido modelo, que conjuga elementos híbridos neoliberais e neodesenvolvimentistas (RIBEIRO, 2013; BRUNO, 2010; DELGADO, 2010) foi intensificado a partir de 2007, com o lançamento do PAC,

¹⁴O Banco Nacional de Habitação (BNH) foi constituído imediatamente após o golpe militar de 1964 e perdurou até 1986, quando foi extinto após falência do modelo de financiamentos. Além de oferecer o modelo único da casa própria, o objetivo de sua criação foi também abrir oportunidades de emprego para as massas de trabalhadores semiespecializados e movimentar a construção civil e a indústria de construção, forças paralisadas na economia brasileira, conforme referido por Fix (2011) citando Trindade que viria assumir a presidência do BNH. Referências detalhadas sobre o BNH podem ser encontradas nas obras de FIX (2011) e Rolnik (2015).

¹⁵Segundo FIX (2011, p. 140) “o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, que deveria concentrar todos os recursos da política habitacional de modo a uniformizar os critérios de acesso, ficou também fora do MCMV, exceto na modalidade —Entidades, restrita a 1,5% do subsídio público. Diferentemente, o pacote direciona os recursos para um fundo público secundário e sem conselho, o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), mais maleável e desregulado, utilizado para a faixa de 0 a 3 salários mínimos”.

cuja justificativa do governo era evitar efeitos ainda mais perversos da crise econômica internacional. Ou seja, os recuos da política urbana - representados de forma emblemática pela execução do MCMV- exige a compreensão da estratégia¹⁶ de desenvolvimento econômico adotada pelo governo Lula, assim como do contexto político que reabriu oportunidades para o protagonismo do mercado na elaboração e execução da política habitacional.

Nesses termos, formula-se a resposta para a questão sobre quais as principais dimensões que devem ser consideradas na análise da trajetória da política urbana no Brasil entre 1988 e 2016? As duas variáveis: estratégia de desenvolvimento econômico (DINIZ, 2011, 2009; RIBEIRO, 2013; BRUNO, 2010; DELGADO, 2010) e o contexto político (HOWLLET, RAMESH, PERL, 2013) são fundamentais para compreender as características dos programas de políticas públicas implementados e suas implicações para o desenvolvimento da política mais ampla a qual estão atrelados. Neste trabalho, essas variáveis são de suma importância para a compreensão da relação entre programas habitacionais e política urbana.

Para Gottdiener (2010), a produção do espaço urbano envolve tanto o Estado quanto o mercado e compete aos cientistas sociais entenderem essa relação, na medida em que o Estado tem adquirido papel significativo na construção e manutenção do crescimento das cidades, fundamentalmente a partir da segunda metade do século XX. Para Kowarick (1979, p.55), “o ‘problema’ habitacional não pode ser analisado isoladamente de outros processos socioeconômicos e políticos mais amplos, não obstante nele se condensar um conjunto de contradições específicas”. A contribuição deste trabalho para os modelos de análise de políticas públicas é justamente apontar a importância de se incluir a estratégia de desenvolvimento econômico adotada pelos governos e o contexto político no qual tal estratégia se desenvolve como dimensões transversais que perpassam todo e qualquer modelo de análise da implementação de políticas públicas.

A estrutura argumentativa desenvolvida, localiza-se, portanto, na interseção dos debates sobre a produção de políticas públicas, a democracia participativa e a conformação do espaço urbano.

¹⁶Segundo Magalhães (2010, p.19) “a estratégia de desenvolvimento define, dentro de perspectiva de longo prazo e com base na prévia determinação de setores prioritários, os meios e modos de eliminar o atraso econômico. O modelo econômico descreve as ações desenvolvidas no contexto de uma estratégia, podendo, assim, ser considerado como sinônimo.

Características da democracia no Brasil e a produção de políticas públicas

Nas democracias contemporâneas os gestores governamentais precisam, ao menos aparentemente, atender aos anseios de diferentes grupos sociais, muitas vezes contraditórios e conflitivos, que precisam ser constantemente harmonizados e que são inerentemente instáveis (HOWLLET, RAMESH, PERL, 2013). Desse modo, podemos compreender a pluralidade de atores e intuições envolvidos nessa trajetória – objeto da terceira questão a ser respondida - a partir da conciliação forçada entre democracia e capitalismo que exige do Estado momentos de permeabilidade às pressões de uma pluralidade de atores para manutenção da ordem política e econômica da sociedade, que tem no espaço urbano a materialização de sua reprodução. A permeabilidade estatal às pressões sociais vai desde o atendimento das demandas dos movimentos sociais até a concessão aos interesses dos atores dos mercados imobiliário e financeiro (HOWLLET; RAMESH; PERL, 2013).

No atual contexto político e econômico brasileiro, o Estado tem respondido às pressões sociais e do mercado com programas que atendem a esses interesses divergentes. No âmbito da política urbana, a criação do Fundo Nacional para Habitação por Interesse Social e o lançamento do programa Minha Casa Minha Vida ilustram essa situação (ROLNIK et al, 2015, LOUREIRO; MACÁRIO; GUERRA; 2014, CARDOSO; ARAGÃO, 2013, MARICATO, 2011).

Considerações finais: sobre os limites impostos pelo programa MCMV à promoção do direito à cidade

A partir do estudo atento das principais pesquisas e publicações acadêmicas analisadas até momento (MARICATO, 2010, 2011; MARICATO, SANTOS, 2006; FIX, 2011; ROLNIK, 2009, 2015; ROLNIK et. all., 2011; ROLNIK, KLINK, 2015; BONDUKI, 2008, 2009; CARDOSO, ARAGÃO, 2013; RIBEIRO (2013), DOMINGUES, 2015; LOUREIRO, MACÁRIO, GUERRA, 2014) é possível identificar os efeitos predatórios do programa MCMV na estruturação do espaço urbano¹⁷.

¹⁷Registra-se que alguns desses estudos também apontam efeitos positivos do programa, principalmente quando foram realizadas pesquisas qualitativas em relação à percepção dos cidadãos contemplados com o financiamento casa própria. No entanto, não é o caso discorrer aqui sobre esses resultados pois estamos preocupados com os efeitos do programa na dinâmica espacial das cidades.

Comparando os resultados dessas pesquisas com alguns dos indicadores inicialmente propostos, percebe-se o distanciamento da efetivação do direito à cidade em diversas situações: na forma de implementação e execução do programa que passou ao largo da institucionalidade participativa existente desde a constituição de 1988; o programa recebe a maior parte do montante dos recursos destinados à construção privada de moradias em detrimento dos programas voltados a entidades associativas ou cooperativas de moradores. Por conta da provisão mercadológica dos terrenos, a localização dos empreendimentos para as faixas de menor renda se localizam nas periferias das grandes cidades e, conseqüentemente em áreas desprovidas de infraestrutura urbana adequada. Além disso, áreas rurais gradativamente vão se transformando em áreas urbanas, expandindo a fronteira de especulação imobiliária, e muitas vezes, aumentando os preços de toda a circunferência no interior da zona de expansão, acarretando em custos ao poder público, na medida que toda a rede de bens e serviços urbanos necessita ser expandida. O pacote foi lançado sem estímulo à ocupação de imóveis vagos construídos, “apesar dos inúmeros edifícios vazios existentes nos centros urbanos e das políticas urbanas já elaboradas para favorecer seu uso, prevalece, assim, a lógica de produção que interessa ao setor da construção” (FIX, 2011, p. 143).

Ao invés da aplicação dos instrumentos de democratização do acesso à terra urbana através dos planos de regularização fundiária e reforma urbana, procurou-se maximizar os lucros por meio de operações especulativas com a terra. “A tendência é que parte do fluxo de capitais viabilizado com o aumento do crédito seja capturado na forma de renda da terra” (FIX, 2011, p. 142).

Conforme destaca Bonduki (2008), a questão habitacional não pode ser equacionada apenas com a oferta de novas unidades de moradia, mas requer ações articuladas com as políticas fundiária, de saneamento, transporte, mobilidade, etc. que apenas podem ser implementadas pelo poder público como bens públicos coletivos. A análise crítica de Cariello Filho (2011) indica que relações sociais e econômicas se modificam, as formas de exercício do poder estatal também se alteram, mas a essência dos processos de manutenção da ordem econômica vigente se mantém quase intocáveis, dando pouco espaço para transformações estruturais na direção da redução das desigualdades urbanas e democratização de acesso aos espaços públicos.

Nesse sentido, Estado, economia, políticas públicas e espaço urbano estão cada vez mais conectados na economia política das sociedades democráticas contemporâneas, o que

exige rigor metodológico, além de criatividade sociológica para compreender e conceituar esses fenômenos que se apresentam com novas roupagens, embora com a mesma essência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABERS, R.; SERAFIM, L.; TATAGIBA, L. Repertórios de interação estado-sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na Era Lula. **Dados**. v.57, n.2, p. 325-357. 2014.

ALFONSIN, B. M. Elementos para pensar o direito à cidade sustentável na nova ordem jurídico-urbanística brasileira. In.: MUSSI, A. Q.; GOMES, D.; FARIAS, V. de O. (Org.). **Estatuto da Cidade: os desafios da cidade justa**. Passo Fundo: IMED. v. 1, p. 34-46. 2011.

BARROS, A. M. F. B.; CARVALHO, C. S.; MONTANDON, D. T. O Estatuto da Cidade comentado. In.: CARVALHO, C. S.; ROSSBAH, A. (Orgs.). **O Estatuto da Cidade comentado**. São Paulo: Ministério das Cidades: Aliança das Cidades. p. 91-118. 2010.

BASSUL, J. R. Estatuto da Cidade: a construção de uma lei. In.: CARVALHO, C. S.; ROSSBAH, A. (Orgs.). O Estatuto da Cidade comentado. São Paulo: Ministério das Cidades: Aliança das Cidades. p. 71-90. 2010.

BONDUKI, N. **Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula**. Paper digital. p. 70 - 104. 2008. Disponível em: http://www.usjt.br/arq.urb/numero_01/artigo_05_180908.pdf. Acesso em 10 de 01 de novembro de 2015.

BONDUKI, N. G. Do Projeto Moradia ao Programa Minha Casa Minha Vida. TD. Teoria e Debate, v. 82, p. 1. 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas constitucionais nº1/1992 a 88/2015, pelo Decreto legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas constitucionais de revisão nº 1 a 6/1994. Brasília: Edições Câmara. Câmara dos Deputados. ed. 46. 2015.

BRASIL. **Política Nacional do Desenvolvimento Urbano**. Texto para discussão número 1. 2004.

BRUNO, M. Endividamento do Estado e setor financeiro no Brasil: interdependências macroeconômicas e limites estruturais ao desenvolvimento. In.: _____. **Os anos Lula: Contribuições para um balanço crítico 2003/2010**. Rio de Janeiro: Garamond. p. 71 - 107. 2010.

CARDOSO, A. L.; LAGO, L. “O programa Minha Casa minha Vida e seus efeitos territoriais”. In.: CARDOSO, A. L. (Org.). **O Programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais**. Rio de Janeiro: Letra Capital, p. 9-16. 2013.

CARDOSO, A. L.; ARAGÃO, T. A. Do fim do BNH ao Programa Minha Casa Minha Vida: 25 anos da política habitacional no Brasil. In.: CARDOSO, A. L (Org.). **O Programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais**. Rio de Janeiro: Letra Capital, p. 17- 65. 2013.

CARIELLO FILHO, O. **As políticas federais de habitação no Brasil (1964 a 2002) e a reprodução da carência e da escassez da moradia dos trabalhadores**. 2011. Tese (doutorado) – Universidade de Brasília. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Brasília. 2011. 208f.

CARVALHO, S. N. de. Condicionantes e possibilidades políticas do planejamento urbano. In.: VITTE, C. de C. S; KEINERT, T. M. M. **Qualidade de vida, Planejamento e Gestão Urbana: Discussões Teórico- Metodológicas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. Cap.1. p.21-67. 2009.

DELGADO, G. C. Desigualdade social no Brasil. In.:____. **Os anos Lula: Contribuições para um balanço crítico 2003/2010**. Rio de Janeiro: Garamond. p. 413 - 418. 2010.

DI GIOVANNI, G. Estruturas Elementares das Políticas públicas. **Cadernos de Pesquisa**. N. 82, NEPP, Unicamp. 2009. Disponível em http://www.nepp.unicamp.br/nepp_2.5/pdfs/livrosdonepp/pdfs/caderno82.pdf. Acesso em 20 de julho de 2015.

DINIZ, Eli. O Contexto Internacional e a Retomada do Debate sobre Desenvolvimento no Brasil Contemporâneo (2000/2010). Rio de Janeiro: **DADOS**, v. 54, n. 4, p. 493 - 531. 2011.

DINIZ, Eli. Globalização, Estado e Trajetórias nacionais: Dilemas do Desenvolvimento e o Futuro do Brasil. In: SICSU, J.; CASTELAR, A. **Sociedade e Economia: Estratégias de Crescimento e Desenvolvimento**. Brasília: IPEA, 2009. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livro_sociedadeeeconomia.pdf. Acesso em 26 de agosto de 2015.

DOMINGUES, F. Renda da terra, expansão da fronteira imobiliária, gentrificação e exclusão no Brasil (2009-2015). UFRGS. (no prelo).

FERNANDES, E. O Estatuto da Cidade e a ordem jurídico-urbanística. In.: CARVALHO, C. S.; ROSSBAH, A. (Orgs.). **O Estatuto da Cidade comentado**. São Paulo: Ministério das Cidades: Aliança das Cidades. p. 55-70. 2010.

FILGUEIRAS, L.; PINHEIRO, B.; PHILIGRET, C.; BALANCO, P. Modelo Liberal-Periférico e bloco de poder: política e dinâmica macroeconômica nos governos Lula. In.: MAGALHÃES, J. P de A. et all. (Orgs.). **Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010**. Rio de Janeiro: Garamond. 2010. P. 31-70.

FIX, M. **Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil**. Tese de Doutorado defendida pela Universidade Estadual de Campinas. Ano de Obtenção: 2011.

GOMIDE, A. de Á.; PIRES, R. R C. Capacidades Estatais e Democracia: a abordagem dos arranjos institucionais para análise de políticas públicas. In.:____. (Orgs.). **Capacidades**

estatais e democracia: arranjos institucionais de políticas públicas. Brasília: IPEA, p.15-28, 2014.

GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano.** São Paulo: EDUSP. 2 ed. 2010.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume. 2005.

HILL, M. HUPE, P. **Implementing Public Policy.** London: SAGE. 2009.

HOWLETT, M.; RAMESH, M.; PERL, A. **Política pública, seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral.** Tradução de Francisco G. Heidemann. Rio de Janeiro: Elsevier. 2013.

KOWARICK, L. **A espoliação urbana.** Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1979.

LOUREIRO, M. R.; MACÁRIO, V.; GUERRA, P. H. Democracia, arenas decisórias e políticas públicas: o Programa Minha Casa Minha Vida. In.: GOMIDE, A. de Á.; PIRES, R. R C. (Orgs.). **Capacidades estatais e democracia: arranjos institucionais de políticas públicas.** Brasília: IPEA, p.113-134, 2014.

MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: Planejamento urbano no Brasil. In.: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (Orgs.). **A cidade do pensamento único.** Petrópolis: Vozes. 2002.

_____. O Estatuto da cidade periférica. In.: CARVALHO, C. S.; ROSSBAH, A. (Orgs.). **O Estatuto da Cidade comentado.** São Paulo: Ministério das Cidades: Aliança das Cidades. p. 5-22. 2010.

_____. **O impasse da Política Urbana no Brasil.** Petrópolis: Vozes. 2011.

MARICATO, E.; SANTOS J. O. Construindo a política urbana: participação democrática e o direito à cidade. **Teoria e Debate.** n. 66. abr./jun. 2006.

MAGALHÃES, J. P. de A. Estratégias e modelos de desenvolvimento. In.: MAGALHÃES, J. P de A. et all. (Orgs.). **Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010.** Rio de Janeiro: Garamond. 2010. P. 19-34.

PASSARINHO, P. Apresentação. In.: MAGALHÃES, J. P. de A.; FILGUEIRAS, L.; PINHEIRO, B. (Orgs.). **Os anos Lula: Contribuições para um balanço crítico 2003/2010.** Rio de Janeiro: Garamond. p.7 - 18. 2010.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **A Reforma do Estado dos anos 90: Lógica e Mecanismos de Controle.** Cadernos MARE-Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. Caderno1. Brasília-DF,1997.

RIBEIRO, L. C. de Q. **Cidade, Nação e Mercado: gênese e evolução da questão urbana no Brasil.** 1998. Paper digital. Disponível em <http://www.lcqribeiro.pro.br/wp-content/uploads/2011/03/Cidade-Na%C3%A7%C3%A3o-e-Mercado-g%C3%AAnese-e-evolu%C3%A7%C3%A3o-da-quest%C3%A3o-urbana-no-Brasil.pdf>. Acesso em 10 de setembro de 2015.

_____. **Transformações na Ordem Urbana na Metrópole Liberal -Periférica: 1980/2010. Hipóteses e estratégia teórico-metodológica para estudo comparativo.** Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles/ INCT / FAPERJ / CAPES/ CNPq. 2013.

RIBEIRO, L. C. Q.; SANTOS JUNIOR, O. A. (Orgs.). **As metrópoles e a questão social brasileira.** Rio de Janeiro: Revan, Fase. 2007.

ROLNIK, R. **Guerra dos Lugares.** São Paulo: Boitempo. 2015.

ROLNIK, R. **Democracia no fio da navalha: Limites e possibilidades para a implementação de uma agenda de reforma urbana no Brasil.** Rio de Janeiro: **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v.11; n.2, p.31-50, nov. 2009.

ROLNIK, R.; KLINK, J. **Por que as nossas cidades continuam tão precárias?** São Paulo: **Novos Estudos – CEBRAP**. N. 89, p. 89-109. Mar./2011.

ROLNIK, R. et all. **O Programa Minha Casa Minha Vida nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas: aspectos socioespaciais e segregação.** São Paulo: **Cadernos Metrópole**. v. 17, n. 33, p. 127-154, maio. 2015.

SAULE JÚNIOR, N.; UZZO, K. **A trajetória da reforma urbana no Brasil.** 2009. p. 259-270. Paper digital. Disponível em <http://www.redbcm.com.br/arquivos/bibliografia/a%20trajectoria%20n%20saule%20k%20uzzo.p>. Acesso em 10 de novembro de 2015.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos.** São Paulo: Cengage Learning. 2 ed. 2013

TIRELLI, C. **As contribuições da sociologia relacional para as análises das Organizações Sociais do Campo da Assistência: O caso da Rede Parceria Social/RS.** Santa Cruz do Sul: **REDES**. v. 19, ed. especial, p. 25-43, 2014.

Desterritorialização da Vila Chocolateiro – Porto Alegre/RS: processo histórico de remoção e reassentamento

Nanashara D'Ávila Sanches¹
Dr. Paulo Roberto Rodrigues Soares²

As remoções de comunidades carentes de seus territórios de origem podem ser relacionadas aos conceitos de desterritorialização e reterritorialização. Normalmente, a desterritorialização é analisada através do processo de mundialização econômica e principalmente sob um viés cultural. Contudo, o processo de desterritorialização traz ainda mudanças materiais no espaço social, especialmente no espaço urbano. Em nosso caso de estudo, trata-se de um processo de higienização e valorização dos espaços centrais da cidade, que expulsa as populações mais pobres, estando relacionado a um projeto de cidade de espaços homogêneos e socialmente mais segregados e fragmentados. Buscando analisar esta dinâmica e suas consequências, este trabalho resgata o processo histórico de remoção da Vila Chocolateiro, realocada do centro para a periferia da cidade de Porto Alegre, além de seu processo de reterritorialização. Para cumprir tal propósito, foram utilizados documentos do Departamento Municipal de Habitação de Porto Alegre, além de relatos de antigos e novos moradores da Vila Nova Chocolateiro, coletados após a remoção. Por fim, buscamos fotografias que auxiliassem na análise de reconstrução da identidade da nova comunidade em formação.

Palavras-Chave: Desterritorialização, reterritorialização, remoção, reassentamento, Vila Chocolateiro.

Introdução

Consolidada a partir da década de 1980, a Vila Chocolateiro (VC) localizava-se em um terreno público, nas proximidades da Câmara de Vereadores de Porto Alegre (vide Figura 01). De acordo com a Associação de Geógrafos – Seção Porto Alegre, a comunidade era constituída, mormente, por pessoas em situação de rua (AGB-POA, 2011). Contudo, diversos relatos de moradores mais antigos apontam que famílias passaram a ocupar a área a partir da década de 1970 (CAZANOVA, 2012).

¹ Doutoranda em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), INCT/CNPq.

² Doutor em Geografia Humana, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), INCT/CNPq.

Figura 01 - Localização do território de origem da Vila Chocolateão:



Fonte: Imagem GoogleEarth, 2015. Elaborado por: Nanashara D'Ávila Sanches.

Os órgãos públicos próximos à Vila são responsáveis pelo abundante descarte diário de materiais recicláveis, fator que garantiu o gradual estabelecimento e aumento do número de famílias que ali moravam e que tinham como base de sua renda a catação e triagem de tais resíduos. Este cenário mudou no ano de 2000, quando a Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região pediu a reintegração de posse do terreno no qual se localizava a VC.

Tal decisão, que determinou a reintegração do terreno pela União, também promoveu o aumento da VC como um todo. Este não é um fenômeno incomum. De acordo com SMOLKA (2003, p.279), não é raro a afluência de ocupantes em assentamentos informais a partir da regularização ou inserção deste em um programa habitacional.

Para o reassentamento, em 2009 o Departamento Municipal de Habitação de Porto Alegre (DEMHAB) realizou um Projeto de Trabalho Técnico e Social (PTTS), conforme exigência constitucional (melhor regulamentada pela Portaria Nº 21 de janeiro de 2014). À época, o PTTS da VC apontava para um número de 187 moradias e 25 residências de uso misto utilizadas, além de fins de moradia, para armazenamento e comércio de resíduos, totalizando 225 famílias, compostas por 732 pessoas. Contudo, apenas 181 residências foram construídas

na Vila Nova Chocolatão (VNC), localizada nas proximidades do município de Viamão (vide Figura 02).

Figura 02 - Localização da Vila Nova Chocolatão:



Fonte: Google Earth e Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

Elaborado por: Nanashara D'Ávila Sanches, 2015.

Ao analisarmos documentos referentes à remoção, encontramos ata de assembleia realizada em outubro de 2010 na Câmara de Vereadores, na qual é apresentado o levantamento realizado pela CONTERRA Construções e Terraplanagens (construtora responsável pela construção da VNC). O levantamento indicava a existência de 170 moradias na VC. De acordo com representante da CONTERRA, em 2010 foi realizada uma atualização dos dados disponibilizados pelo DEMHAB em 2009, encontrando mais 18 construções.

Ressalta-se que os números apresentados pelo DEMHAB e pela CONTERRA são dissimilares e que o número de habitações destinadas às famílias na VNC, que resultaram em 181, estão baseados em critérios arbitrários, que não consideram a totalidade da VC em 2010.

Ainda de acordo com o documento, aqueles que não seriam contemplados com habitações na VNC iriam ser inseridos em apartamentos do Programa Minha Casa, Minha Vida do governo federal, o que não ocorreu de forma plena. Trabalhos relativos ao caso da VC, como o de Giani Cazanova já citado, trazem casos de pessoas que após a remoção, foram para a VNC, mas retornaram ao centro e no ano de 2012 encontravam-se em situação de rua. Para verificar o que havia ocorrido com algumas das famílias da VC, membros do Grupo Assessoria

e Justiça Popular do Serviço de Assessoria Jurídica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (GAJUP/SAJU-UFRGS), do qual esta autora fazia parte, entraram em contato com uma das pessoas que chamaremos aqui de “D” em 2013. Assim como as 44 famílias que iriam ser encaminhadas para o Programa Minha Casa, Minha Vida, “D” relatou que após a remoção, recebeu auxílio (aluguel social) durante um ano, período em que morou na Restinga. Após esse período ela foi despejada e até 2013 alternava entre morar “de favor” e na rua.

A partir destas informações, concluímos que o reassentamento da VC foi realizado a partir de informações distorcidas e que seu planejamento abria possibilidade de muitos moradores perderem os poucos direitos que haviam garantido no centro da cidade.

Isto é reforçado pelos dados obtidos em questionários realizados para a dissertação de mestrado de Nanashara D. Sanches (2016), intitulada “A desterritorialização da Vila Chocolateiro no contexto de fragmentação do espaço urbano de Porto Alegre”. Para a dissertação, foram coletados dados de 72 residentes da VNC. De acordo com estes dados, dos moradores antigos da VC que permaneceram na nova localidade, 94% afirmam que não escolheram o bairro Morro Santana para morar e ainda, 45% dos entrevistados alegaram que não participaram da construção do PTTS. Giza-se que 35% dos entrevistados alegaram que participaram da elaboração do PTTS, mas que suas ideias e sugestões não foram aceitas. Por fim, 20% alegaram que participaram e que suas ideias foram aceitas.

De acordo com o PTTS, não houve reuniões com todos os moradores da VC, mas sim com as lideranças comunitárias, apenas. A programação das ações realizadas para o reassentamento faz parte do Eixo de Organização e Mobilização Comunitária (MOC) do PTTS que determina as seguintes ações, conforme Tabela 01.

Tabela 01 - Quadro de quantificação das ações do Eixo de Organização e Mobilização Comunitária para o Reassentamento da Vila Chocolateão:

ATIVIDADES DE MOC		Nº DE AÇÕES
ANTES DO REASSENTAMENTO	1. Visitas para aproximação para conhecimento sobre a realidade e expectativas da comunidade.	04
	2. Reuniões mensais entre os órgãos da PMPA responsáveis pelos eixos: MOC-ESA-GTR.	11
	3. Elaboração de relatórios mensais	10
	4. Aplicação de instrumento de pesquisa para realização de diagnóstico socioeconômico	181
	5. Reuniões mensais da equipe de trabalho do DEMHAB.	11
	6. Reuniões mensais entre e equipe técnica do DEMHAB e a empresa contratada.	10
	7. Visitas na região do loteamento com o grupo de trabalho para conhecimento da realidade.	02
	8. Reuniões intersecretarias da PMPA.	06
	9. Reuniões com lideranças locais para socialização do trabalho a ser desenvolvido.	04
	10. Visitas domiciliares (conforme as ações planejadas)	600
	11. Reunião para apresentação dos Projetos Arquitetônico, Urbanístico e Social e escolha da Comissão de Acompanhamento de Obras.	01
	12. Reuniões com grupos de famílias (06 grupos de 30 famílias).	12
	13. Plantão Social semanal	40
	14. Reuniões de articulação com entidades que prestam ou podem prestar atendimento a esta população.	02
	15. Reuniões entre a equipe técnica e a Comissão de Acompanhamento de Obras.	07
	16. Encontros para realização do Curso de Capacitação de Lideranças.	10
	17. Evento cultural e pedagógico de interesse da comunidade.	01
	18. Reunião com Comissão de Acompanhamento de Obras e lideranças para apresentação da proposta de distribuição das U.H.	01
	19. Assembleia com os moradores para escolha e eleição final do nome do loteamento, apresentação da distribuição das U.H. e orientações sobre a mudança.	01

Fonte: PTTS/DEMHAB, 2010.

Conforme as ações planejadas via PTTS, não há indícios da participação dos moradores no desenvolvimento do projeto de construção das habitações na nova localidade. Esta participação limitou-se à assembleia para a escolha do nome do loteamento, como demonstrado no próprio PTTS.

Outros materiais corroboram para essa distância entre o planejamento do reassentamento e os moradores da VC, como demonstra o testemunho do Sr. Adenir Rosa, falecido em 2015 e que foi registrado no documentário “555 Chocolateão” (2012). De acordo

com Adenir, não foram dadas opções à comunidade, vindo sempre do Poder Público as soluções já prontas:

“Sobre a mudança daqui pra lá eu não tô [sic] gostando nada. Nada, nada, por causa que o seguinte, as casas tão mal feitas e tão comprada num terreno onde que eles não vieram pegar um líder comunitário se gostaram do terreno ou não; simplesmente compraram o terreno, fizeram a casa, não vieram pegar mais um líder aqui pra ver se agradaram das casas ou não. Não procuraram nas mesmas casas quantos moram nas casas, porque eles vieram com aquelas casa lá com dois quartos, um quarto de casal e um quarto de solteiro. Vamos fazer uma comparação que na minha casa eu tenho cinco filhos. Três gurias na faixa dos 9 aos 14 anos e tenho dois guris na faixa de 8 a 9 anos. Onde é que vou botar meus filhos? É uma coisa que eles não entenderam.” (Trecho do documentário 555 Chocolatão, 2012).

A fim de agregar mais relatos a este trabalho, participamos da atividade organizada pelo GAJUP junto ao Fórum Social Mundial, intitulada: A Vila Chocolatão Denuncia no FSM+15. Participaram da atividade duas lideranças comunitárias da VC: Marlene Isabel Guedes Queiroz, conhecida na comunidade por Dona Lena, e José Luiz Ferreira, o Seu Luiz.

A proposta era levar para a Faculdade de Direito da UFRGS um debate composto por diferentes saberes relativos à remoção da VC. A partir disto, fizemos gravações de áudio, transcritas e analisadas para este trabalho.

A primeira intervenção foi feita por Marlene, que trouxe como relato:

Meu nome é Marlene Isabel Guedes Queiroz, moradora há quase 30 anos da Vila Chocolatão. E por mim eu não teria saído de lá porque era melhor pra trabalhar, tudo, só que tinha os incêndios, os ratos, alagamentos. Nós tinha [sic] sede, na nossa Vila [Nova Chocolatão] nós não temos sede. Nós tínhamos ônibus que era melhor pra gente se locomover no centro. O posto de saúde também era melhor, o centro de saúde, né? Era melhor. Tudo era melhor no centro de Porto Alegre. E nos removeram de lá. O porquê, até hoje eu não entendi, se existe há 30 anos a Vila.

O questionamento de Marlene é pertinente. O tempo em que a VC se consolidou é extenso e não foi considerado antes da remoção. Cinco anos após a remoção, Marlene aborda sucintamente os principais problemas que não foram resolvidos no reassentamento da VNC. O acesso a trabalho, à renda, à saúde e ao transporte eram garantidos na VC, apesar das péssimas condições de habitação em que estavam inseridos. Mesmo relembrando tais condições, Marlene afirma “Era melhor. Tudo era melhor no centro de Porto Alegre”.

Luiz analisa o reassentamento como uma “bagunça”. De acordo com ele:

Olhe bem, a maioria de estudantes fazem um estudozinho de como é possível fazerem uma bagunça absoluta e levar ao mundo isso como um exemplo, um exemplo de reassentamento. Olhem bem, eu estava no Rio de Janeiro, eu sou gaúcho, e eu estudei em seminário, e lá eu fiz filosofia. [...] Eu morei 20 anos no Rio, e eu nunca tinha ido em favela, é perigoso. Era e hoje é muito mais.

No Rio de Janeiro, Luiz entrou em contato com moradores de favelas que trabalhavam com reciclagem. Este episódio marcou a vida de Luiz. Ao retornar do Rio de Janeiro para Porto Alegre, Luiz procura apoio na Câmara de Vereadores, questionando a existência da VC ao lado de tal prédio e como nada era feito em relação a isto. Luiz foi morar na VC e afirmou que:

Em 2009, dois jovens foram lá e perguntaram se a gente queria ajuda, e aí, junto com o pessoal do Guarnieire (Paulo Guarniere presidente da Associação Comunitária do Centro Histórico de Porto Alegre) e do GAJUP e nós ali, a gente começou a se organizar e aí nos fundamos uma associação. Antes não tinha associação. Fundamos uma associação e a gente começou a usar [nossos] talentos.

Juntos, Marlene e Luiz organizaram diversas atividades artísticas na VC, que foram lembradas ao longo do relato de Luiz. Devido à falta de uma sede para a Associação de Moradores da VNC, estas atividades não ocorrem mais. Luiz atenta para os problemas no cumprimento do PTTS que garantia a construção de um espaço de confraternização na VNC. Para ele, o PTTS não foi realizado.

Iria ser ótimo isso, se não existisse o governo, esse governo. Como esse governo existe, atrapalhou tudo. Eu peguei alguns documentos pra não acharem que estou contando história. (...) Aqui tem alguns documentos importantíssimos. Um diz que: ‘uma unidade habitacional foi cedida para realização de atividades comunitárias’. [Leitura de parte do PTTS] Esse é do governo, do município isso. Aí, no outro diz assim: ‘termo de permissão de uso de imóvel público’ [Leitura do termo de concessão da biblioteca da VNC para a ONG Cirandar, autorizado pela Prefeitura de Porto Alegre]. Aí eles dão pra uma ONG isso. Bota confusão! O cara diz que nós tínhamos lugar, uma casa lá que eles iam arrumar e depois eles dão por escrito, com a maior cara de pau do planeta, ele dá por escrito isso a uma ONG. [...] ‘uma unidade habitacional foi cedida para realização de atividades comunitárias’[Leitura do PTTS]. Mentira!

Tais relatos trazem alguns indicativos dos problemas que ocorreram após o reassentamento da VNC. Além da falta de participação dos moradores na elaboração do projeto de realocação, parte do que foi acordado e apresentado aos moradores da VC não foi cumprido. No centro da cidade, o antigo território onde formou-se a VC foi dividido. Parte foi concedida a uma empresa que gerencia estacionamentos na cidade de Porto Alegre. Tivemos dificuldade de obter fotografias do estacionamento, conforme Fotografia 01.

Fotografia 01– Parte do território da Vila Chocolate em 2016, atualmente estacionamento:



Fonte: Arquivo pessoal.

A maior parte do território de construção da VC, contudo, está sem nenhuma utilização, conforme a Fotografia 02. Não há acesso ao terreno, que está gradeado e cujos portões foram trancados com cadeados.

Fotografia 02 – Terreno da Vila Chocolate em 2016:



Fonte: Acervo pessoal.

No novo território, a VNC se reestrutura a passos pequenos. O processo de reterritorialização pode ser observado através da modificação das residências feitas pelos seus moradores. De fato, várias moradias já foram modificadas na VNC (Vide Fotografias 03, 04 e 05). Trata-se de uma apropriação do novo território, assim como de uma necessidade, dadas às demandas apresentadas pelos entrevistados da VNC. A maioria dos entrevistados para a dissertação de Sanches (2016) afirmou que pretende modificar a moradia e que tornou-se necessário construir mais peças nas residências devido à insuficiência de espaço das moradias, além da necessidade de realizar reformas elétricas, hidráulicas e estéticas (piso e pintura).

Fotografia 03 - Residencial Nova Chocolate em 2011 – Casas padronizadas:



Fonte: Skyscrapercity. Disponível em:

http://s1200.photobucket.com/user/avillex2/media/Nova_Vila_Chocolato_.jpg.html Autor desconhecido, 2011.

Fotografia 04 - Residências da Vila Nova Chocolate em 2013:



Fonte: Jornal do Comércio – Versão Online (21/10/2013).

Fotografia 05 - Residências da Vila Nova Chocolatão em 2015:



Fonte: Arquivo pessoal.

Considerações finais

De forma geral, podemos dizer que a questão da habitação é um reflexo das desigualdades da sociedade capitalista. Foi esta premissa que impulsionou a produção deste trabalho. Apesar de ser um direito garantido constitucionalmente e internacionalmente ser considerado básico para o exercício da cidadania, garantir habitação digna ainda é um desafio para a sociedade ocidental.

A desigualdade socioeconômica reflete-se espacialmente, e como visto, pode ser analisada através da remoção de comunidades carentes e a consequente segregação residencial que estas remoções geram. O que justifica a remoção da Vila Chocolatão para as bordas da cidade? Não seria possível realocá-la no centro da cidade?

A miséria da Vila Chocolatão, ao lado da Câmara de Vereadores, demonstra não só o descaso do poder público como um todo perante as populações carentes, mas a falta de políticas públicas de planejamento urbano e de moradia. Por outro lado, a remoção aponta para a tendência de higienização do centro de Porto Alegre e o caráter que é dado às remoções

na cidade, que lançam à periferia diversas comunidades carentes que porventura habitam áreas centrais. Para compreendermos como isto ocorre, procuramos averiguar os impactos de uma remoção, através do relato de moradores e dados institucionais e jurídicos relativos a uma remoção específica, a da Vila Chocolatão.

Assim, analisamos dados de questionários respondidos por 72 moradores da Nova Vila Chocolatão e obtivemos como principais resultados: ao entrar em processo de regularização ou em um programa habitacional, usualmente uma comunidade cresce. Torna-se um desafio incorporar todos no processo de regularização, sob risco de, ao não fazê-lo, manter moradores recentes na rua, como ocorreu na Vila Chocolatão. Há de se considerar aqueles que optem por não entrar em um programa habitacional que promova uma remoção, mas no caso da Vila Chocolatão, o número díspar entre quantidade de famílias e de habitações a serem construídas mostrou-se uma das principais preocupações da comunidade; um projeto de remoção deve ser realizado conjuntamente com a comunidade que será realocada. Isto não ocorreu por completo na Vila Chocolatão e o próprio projeto demonstra isso, ao considerar principalmente a apresentação e socialização do projeto à comunidade, em detrimento da construção coletiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

555 **CHOCOLATÃO**. Equipe: Marcos Andrade Neves, Arthur Lang, Arlei Damo, Paola Morais, Talita Eger. Porto Alegre, 2012. Disponível em: . Acesso em: 28 de dez. de 2015.

ASSOCIAÇÃO DE GEÓGRAFOS BRASILEIROS – SEÇÃO PORTO ALEGRE. **Lauda técnico socioeconômico do processo de reassentamento da Vila Chocolatão**. Porto Alegre, 2011. 110 p. Disponível em: . Acesso em 05 de set. de 2014. BRASIL. Ministério das Cidades. Portaria nº 21, de 22 de janeiro de 2014. Aprova o Manual de Instruções do Trabalho Social nos Programas e Ações do Ministério das Cidades. Brasília, DF, 2014.

CAZANOVA, G. C. **A Invisibilização da pobreza em Porto Alegre/RS: uma análise a partir da Vila Chocolatão**. 2012. 89 f. (Trabalho de Conclusão de Curso, Faculdade de Ciências Jurídicas). UFRGS, Porto Alegre, 2012.

DEM HAB, **Projeto de trabalho técnico social: Vila Chocolatão**. Porto Alegre, 2010.

SANDER, I. Moradores cobram avanços na Vila Nova Chocolatão. **JORNAL DO COMÉRCIO**. Porto Alegre, 21 de out. de 2013. Disponível em: . Acesso em: 30 de dez. de 2015.

SANCHES, N. D. **A DESTERRITORIALIZAÇÃO DA VILA CHOCOLATÃO NO CONTEXTO DE FRAGMENTAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE PORTO ALEGRE/RS**. 2016. 147f. (Dissertação de Mestrado). UFRGS, Porto Alegre, 2016.

SMOLKA, M. Regularização da ocupação do solo urbano: a solução é parte do problema, o problema é parte da solução. In: ALFONSIN, B; FERNANDES, E. (Org.). **A Lei e a ilegalidade na produção do espaço urbano**. Belo Horizonte: DelRey, 2003. p.255-291.

“Pessoa de Bicicleta”: Processos de Reivindicação de Direitos e Promoção do Uso da Bicicleta Como Meio de Transporte em Porto Alegre

Felipe Prolo¹

Luis Vivanco aponta para um movimento contemporâneo de “reconsideração da bicicleta” em contextos urbanos, que promove uma rediscussão acerca da mobilidade e das cidades. Um movimento de retorno a uma tecnologia precedente à do automóvel que deve ser entendido no contexto histórico no qual se insere. O tema remete ao tratamento da mobilidade urbana nas Ciências Sociais acerca das cidades. Desde a relação com o individualismo, passando por uma crítica à perspectiva modernista, até a privatização dos espaços e meios de circulação e do disciplinamento por parte do Estado enquanto entraves para a vida urbana que vêm a ser subvertidos ou confrontados. Em Porto Alegre, há formas de engajamento que pautam a questão da mobilidade em bicicleta, como o caso da ONG Mobicidade, agregando-se a um processo que teve mudanças após o caso do atropelamento em um evento do movimento Massa Crítica em 2011. Este trabalho visa refletir, a das práticas dessas formas de associação, esse processo que vai além da questão da mobilidade em si, envolvendo uma relação entre cidade, Estado e perspectivas de autonomia.

Palavras-chave: mobilidade urbana, Estado, cidade, políticas públicas, ativismo.

Um “Retorno” da Bicicleta

Em Porto Alegre, vê-se formas de associação entre pessoas que estão se engajando na defesa e promoção do uso da bicicleta enquanto uma alternativa à centralidade do automóvel como meio de transporte, o que constitui-se enquanto universo de pesquisa deste trabalho. A ideia da inscrição da bicicleta enquanto meio de transporte remete às discussões sobre mobilidade, sociabilidade, individualismo e tecnologias influentes nas formas de interação no cotidiano. Trata-se de um fenômeno relativamente recente do modo como se apresenta, que não ocorre somente em Porto Alegre, nem exclusivamente no Brasil, mas sim encontra-se difundido em diversas cidades pelo mundo, constituindo-se no que Luis Vivanco denominou como um fenômeno de “reconsideração” da bicicleta (2013).

Vivanco buscou inscrever na Antropologia o interesse pela questão da bicicleta, tema que tem atraído pouco interesse da disciplina, conforme o autor. As pesquisas referentes ao

¹Doutorando em Antropologia Social, PPGAS-UFRGS, CNPq.

tema encontram-se concentradas na Europa e América do Norte, e majoritariamente desenvolvidas em disciplinas de planejamento e engenharia de transportes, com grande enfoque quantitativo (p. 67). A limitação dessas pesquisas – e o potencial da Antropologia – é a ausência de tratamento da relação entre “cidade”, “pessoas” e “bicicletas”, resultando em análises centradas em formas de planejamento que por si promovam soluções, em um modelo do tipo “construa-que-eles-virão” (p. 69).

Essa “reconsideração” da bicicleta insere-se em um contexto atual de mobilidade em centros urbanos com uma concentração de pessoas cada vez maior, nas quais a questão de “como chegar a algum lugar” tem ganho maior relevância (VIVANCO, 2013 p. 60-61). Além disso, há o contexto de cidades com baixa densidade populacional, com exigência de deslocamentos por grandes distâncias, e ainda uma ideologia de desestímulo ao uso da bicicleta, a considerando como insegura, prejudicial ao trânsito, “atrasada” e voltada apenas para o lazer (p. 63).

A bicicleta pode ser entendida como uma espécie de “lente” para perceber-se dilemas contemporâneos (VIVANCO, 2013), propiciando conjuntamente novas formas de organização social (OLIVEIRA, 2013). Uma nova perspectiva de cidade, de viver a cidade, de estar em contato com outras pessoas, e a percepção dos entraves causados pela motorização excessiva. A bicicleta não se encerra em si mesma, enquanto mera tecnologia, mas tem sua significação dependente do contexto no qual ela é utilizada. Inclusive, Vivanco defende que enquanto objeto físico uma bicicleta só é parcialmente realizada. Sua completude se dá somente em conjunto com um ciclista (VIVANCO, 2013, p. 43). A consideração desse conjunto, e de que a pessoa que é a “energia” que gera o movimento, contestando-se a ideia de “usuário de bicicleta”, foi uma perspectiva relatada por um interlocutor que parece ser interessante nessa discussão, ligando-se a concepção de “transporte ativo”, enquanto modais de transporte não motorizados, que não envolve somente a bicicleta.

Atualmente, a bicicleta está sendo reconsiderada enquanto uma alternativa justamente ao automóvel, como meio para reformular-se a constituição dos meios urbanos e as maneiras de se relacionar em tais contextos. Com base nisso, Vivanco defende que então responder “o que é uma bicicleta” acaba sendo uma pergunta difícil. “O que é?” depende do “quando” da bicicleta, devido às variantes tecnológicas e sociais que envolvem a relação entre humano e bicicleta (p. 40).

As práticas de engajamento em prol da bicicleta em Porto Alegre podem então ser encaradas inspirando-se na perspectiva de Vivanco. O “quando” da bicicleta em Porto Alegre envolve portanto a relação entre as políticas públicas para a mobilidade (ou ausência dessas) e sua aplicação (ou falta dela), bem como das possibilidades de engajamento específicas desenvolvidas que podem ser relacionadas a outras variantes. Além disso, temos no caso de Porto Alegre uma mudança no cenário de engajamento pela bicicleta após o incidente do atropelamento no evento da Massa Crítica em 2011.

O presente artigo trata de uma pesquisa em andamento acerca de práticas em torno da promoção e reivindicação de direitos uso da bicicleta como meio de transporte na cidade de Porto Alegre. O contato com tais práticas partiu da aproximação com a Associação pela Mobilidade Urbana em Bicicleta – Mobicidade. Através do acompanhamento de eventos, reuniões, e de entrevistas individuais, tem se desenvolvido um aprendizado sobre um contexto de ações que vão além da própria associação - no contato com outras iniciativas - e além da questão da bicicleta em si.

Sobre a Visibilidade da Bicicleta: Caso de Porto Alegre

No tocante a questão geral sobre “mobilidade” no Brasil, conforme Xavier, (2011, p. 108-109), a Constituição de 1988 foi pioneira em ter incluso nos seus termos uma “política urbana”, com a definição de que cidades com mais de 20 mil habitantes deveriam ter um Plano Diretor. Mas uma questão específica de “mobilidade” veio em 2001, com o Estatuto das Cidades, estabelecendo diretrizes para planos de mobilidade em cidades com mais de 500 mil habitantes. Uma mudança significativa ocorreu com o Conselho das Cidades de 2005, que incluiu o termo “mobilidade”, além de “transporte”, agregando com isso perspectivas acerca de direitos e acessibilidade. Já em 2007 foi lançada a Política Nacional de Mobilidade Urbana, incluindo questões como a necessidade de planos de mobilidade para cidades com mais de 20 mil habitantes, foco no transporte não-motorizado e a participação de outros atores em sua elaboração, como a Associação Nacional do Transportes Públicos – ANTP e o Movimento Pelo Direito ao Transporte Público – MDT, dentre outras organizações, como ONGs e movimentos sociais.

Lied (2014) chamou a atenção para a inclusão de discussões sobre a bicicleta na atuação do Ministério das Cidades nos anos 2000, mas que já há uma publicação do

Ministério dos Transportes intitulada de Manual de Planejamento Ciclovitário, que data de 1976. No caso de Porto Alegre, o Plano Diretor Ciclovitário - PDCI, elaborado a partir de uma pesquisa realizada no ano de 2008, passou a constar nos planos plurianuais no município a partir de 2010.

Mas ainda conforme Lied (2014), Silva (2011) e membros da Mobicidade com os quais tenho tido contato, uma sensibilização sobre a questão da bicicleta enquanto meio de transporte, no contexto de Porto Alegre, só foi gerada a partir do incidente do atropelamento de ciclistas durante uma manifestação do movimento Massa Crítica, em 25 de Fevereiro de 2011.

O movimento Massa Crítica tem sua origem nos Estados Unidos, com sua primeira edição ocorrido em 1992 em São Francisco, Califórnia, idealizada por ativistas pela bicicleta, como Chris Carlsson, a partir de uma reunião da San Francisco Bike Coalition (SILVA, 2011, p. 10).

A Massa Crítica envolve a reunião de ciclistas em dias e horários específicos com o intuito de fazerem um percurso pela cidade, ocupando as vias por onde passam e interferindo com isso no cotidiano de circulação com automóvel nesses momentos. É uma representação de uma concepção alternativa sobre trânsito, “[...] é um movimento que celebra a bicicleta como meio de transporte alternativo, assim como outros veículos de propulsão humana” (SILVA, p. 10).

Trata-se de um movimento que se caracteriza pela ausência de hierarquias estabelecidas, não havendo figuras individuais que exerçam um caráter de representação. Uma perspectiva política que agrega uma questão ecológica (no sentido de preservação do ambiente) e de organização política através da bicicleta (SILVA, 2011, p. 11). Silva chegou a fazer uma comparação entre a forma de organização política do Massa Crítica com a das tribos indígenas estudadas por Pierre Clastres, no sentido de que uma não adesão a um “Estado” ocorre por uma recusa, e não por incapacidade ou exclusão.

Enquanto Silva entende que o Massa Crítica trata-se de um movimento que passou pontuar a questão da mobilidade a partir de uma perspectiva ambiental, culminando em um processo de ressignificação da bicicleta (p. 11), Veeck considerou mais complicado desenvolver uma definição para o movimento, embora também tenha buscado um ponto de equilíbrio considerando a heterogeneidade de pessoas participantes, numa convergência quanto ao sentido de “fazer se sentir presente” (VEECK, 2013, p. 53).

Em 25 de Fevereiro de 2011, por volta das 19h, durante uma edição da Massa Crítica em Porto Alegre, quando o mutirão de ciclistas passava pela esquina da Rua José do Patrocínio com a Rua Luiz Afonso, no Bairro Cidade Baixa, ocorreu um infeliz incidente. Ricardo Neis, guiando um automóvel e tendo seu prosseguimento impedido pelo mutirão de ciclistas à sua frente, em dado momento arranca velozmente com seu veículo em direção àquelas pessoas, atropelando várias, e fugindo do local em seguida. Felizmente, não houve vítimas fatais nesse incidente, que ganhou repercussão na imprensa (CORREIO DO POVO, 25/02/2011; G1, 26/02/2011). Algo que também influenciou na notoriedade do ocorrido foi o fato de que o exato instante da ocorrência do atropelamento acabou sendo filmada².

Ricardo Neis foi uma das pessoas que mais fez pela bicicleta em Porto Alegre. Essa ideia, que soa um tanto absurda, foi contada em tom jocoso por membros da Mobicidade quando me aproximei da associação em 2015. O evento do atropelamento, em vez de provocar um clima de pânico e insegurança entre a parcela da população usuária de bicicleta, tanto para participar dos eventos do Massa Crítica como para circular cotidianamente pela cidade, teve o efeito contrário: mais pessoas passaram a participar das edições do Massa Crítica. Não só esse evento específico, mas o próprio “ativismo” em prol dos direitos ao uso da bicicleta foram impulsionados, bem como o espaço conquistado no diálogo com o poder público (SILVA, 2011, LIED, 2014).

Lied (2014) classificou incidente do atropelamento como um “evento-crise”, promotor de uma visibilidade e sensibilidade sobre a questão do direito ao uso da bicicleta, que propiciou à Massa Crítica maior espaço para interlocução e participação na discussão sobre a implementação do Plano Diretor Ciclovitário (p. 38) que “ainda não vinha sendo implementado, mesmo constando no Plano Plurianual (PPA) da cidade [...]” (p. 28). Antes do atropelamento, participantes do Massa Crítica já haviam tentado formas de contato com a Prefeitura Municipal e a Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC, como através de cartas e abaixo-assinados reivindicando melhor estrutura ciclovitária e campanhas educativas, sem sucesso (SILVA, 2011, p. 32).

Após o incidente do atropelamento, chama a atenção do fato de terem surgido na cidade de associações formalizadas com o intuito de incentivar e reivindicar o direito ao uso da bicicleta. Em Dezembro de 2011, surgiu a Associação dos Ciclistas de Porto Alegre – ACPA e em Junho de 2012 foi fundada a Mobicidade.

²Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CoRQ8LCGfTo>>. Último acesso: 26 de Julho de 2016.

Experiências com a Mobicidade: Perspectivas e Práticas

A Mobicidade teve a peculiaridade de surgir após um incidente envolvendo um movimento caracterizado por uma concepção de organização horizontal, sem lideranças, sem definições burocráticas junto ao poder público. Eis que surge após o atropelamento uma pessoa jurídica a partir da iniciativa de pessoas participantes do Massa Crítica.

As histórias que escutei sobre a origem da Mobicidade trataram do fato de que a associação surgiu pela iniciativa de um grupo de pessoas que, após o incidente do atropelamento, viram a necessidade de uma pessoa jurídica que pudesse representar a demanda do uso da bicicleta enquanto meio de transporte. Não houve o intuito de “substituir” o movimento Massa Crítica, ou de questionar sua efetividade em relação à sua proposta, mas de agregar ao cenário de Porto Alegre outras formas de atuação.

A criação de uma pessoa jurídica, na forma de associação, também não envolveu uma descrença com as concepções de organização horizontal, sem lideranças, que a Massa Crítica apresenta. Em uma das primeiras conversas que tive com membros da associação, me foi esclarecido que os registros da associação tem como finalidade somente obter legitimidade burocrática no diálogo com as representações da prefeitura.

O princípio que comumente é manifesto pelos membros da Mobicidade que estão na associação a mais tempo é o do “consenso”. Em que consiste esse consenso? É algo atrelado a ideia de que a associação não atua com a definição de projetos gerais em relação aos quais se convoca todos os membros para atuarem. Cada membro pode propor um projeto, a ser desenvolvido a partir da associação, e procurar dentre os membros quem teria interesse em contribuir para a sua execução. As pessoas podem propor projetos e participar de outros na medida em que tiverem a disponibilidade e se sentirem confortáveis para tanto. O consenso não é relacionado ao fato de todos os membros concordarem em participar dos projetos propostos. Na verdade, se trata da não discordância de que projetos sejam desenvolvidos pela Mobicidade da forma proposta, estejam envolvidos ou não no projeto. Caso alguém se sinta desconfortável com certa proposta e manifeste essa discordância, o projeto não tem continuidade.

“A anarquia é boa, mas não é fácil”. A fala de um membro, que introduziu as dificuldades de organização coletiva com os pressupostos mencionados anteriormente, foi

uma das situações que indicou a relação de membros da associação com anarquismo, mesmo que posteriormente tenha percebido que a Mobicidade não se trata de uma associação especificamente “anarquista”, mas envolve uma heterogeneidade de concepções políticas das quais é resultante.

Trata-se de uma experiência que remete a um contexto histórico de “sociabilidades emergentes” sobre as quais trataram Daniel de Bem e Cássio Brancaleone, acerca do Movimento Passe Livre – MPL que veio a atuar nas manifestações de Junho de 2013 no Brasil (2013). Contexto relacionado à emergência de um pluralismo nas formas de ativismo após a experiência socialista soviética. Nesse processo, foram retomadas as concepções anarquistas de luta política, não necessariamente por organizações que se reconhecem enquanto anarquistas, mas também através de algumas concepções dessa vertente que foram assimiladas por grupos diversos, como questões de horizontalidade, autonomia, independência e apartidarismo.

A questão da autonomia também aparece nas concepções de membros da Mobicidade, sendo feita um interessante relação com o papel do poder público:

A base de tudo é a gente convencer as pessoas de que elas são os verdadeiros atores das vidas delas e que o que acontece na rua, na comunidade delas, na cidade delas, tem a ver com a atitude delas em relação a isso. O que talvez seja o primeiro passo, principal e mais difícil. Porque ser cidadão, tu é cidadão a vida toda. Tu não é cidadão na hora que tu vota, tu não é cidadão na reunião do condomínio, só. Agora, o poder público tem o papel importante de potencializar essas coisas. Se eu tenho o poder público voltado para negócios, voltado para os interesses do poder econômico, eu não vou criar estruturas que incitem a participação das pessoas, para que elas se enxerguem podendo participar daquilo. Vou criar outras coisas, vou criar esvaziamento, que é o que os caras estão fazendo hoje [...] Se o poder público te dá condições de tu te sentir um agente transformador, as coisas caminham um pouco melhor. Se o poder público não te dá, tu ainda consegue, mas é mais difícil, ainda entra nessa linha que nós estamos fazendo aqui, que é se organizar em associações, e aí depende de convencimento, muito forte. Como com a comida: tu entra no supermercado, ou no McDonald's, o que tu vai encontrar? Vai encontrar industrializados, processados, gordura, açúcar... bom, tu vai comer aquilo ali. É o teu ambiente. Agora se tu vai em uma feira, o ambiente é outro. O ambiente em que a gente vive e propicia “isso” ou “aquilo” e fica mais fácil negar uma coisa ou outra (Trecho de Entrevista).

A ideia de que as pessoas devem ter autonomia para gerirem suas vidas na cidade e a de que, para tanto, são necessárias condições prévias. Uma lacuna deixada pela figura do Estado é percebida e tem seu preenchimento almejado por organizações como a Mobicidade. Ao mesmo tempo, busca-se exigir uma postura do poder público que atenda a demandas da população. Portanto, não se trata de que somente que o poder público tenha que atender a demandas, nem que uma população, em grupos, comunidades, ou sejam quais forem as unidades que poderiam ser consideradas, devam agir à parte desse poder público. É uma forma de colocar as coisas que torna complicado colocar-se aquela questão sobre se certos movimentos agem “contra” o Estado ou “pelo” Estado. Também pode nos fazer pensar o quanto concepções de “autonomia” excluem necessariamente uma noção de “Estado”.

Uma questão que pode ser relacionada é sobre as políticas cicloviárias enquanto pauta reivindicada por associações como a Mobicidade. Uma das principais discussões que acompanhei foi sobre o não cumprimento do previsto no Plano Diretor Cicloviário. Enquanto que o plano prevê a construção de 490 km de ciclovias em Porto Alegre, até 2015, com seis anos desde a aprovação do plano, foram feitos apenas 30 km. É um ponto que também alimenta o embate com representantes da associação com a Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC, assim como em relação ao uso da verba do Fundo Municipal de Apoio à Implantação do Sistema Cicloviário – FMASC³.

Um membro da Mobicidade me contou em uma conversa que a discussão sobre ciclovias é do tipo “o que veio primeiro? O ovo ou a galinha?": primeiro deve haver estrutura cicloviária para aumentar o uso da bicicleta ou é o crescimento da demanda que deve motivar a construção da estrutura apropriada? Essa pessoa disse ter levado muito tempo para se convencer de que a primeira alternativa que é a mais viável. Sua opinião é a de que Porto Alegre já teria chegado ao seu limite de uso “espontâneo” da bicicleta, a despeito da falta de infraestrutura adequada. Para que mais pessoas deixem de usar automóveis para usarem bicicletas, deve haver antes uma estrutura cicloviária que atenda às necessidades.

“Se ainda botassem alguma coisa na TV em algum intervalo em horário nobre, mostrando como fazer pra respeitar ciclistas, eu ia tá me lixando pra ciclovia. Mas nem isso os caras fazem...”. Essa frase que escutei acrescenta uma concepção de que a demanda por

³Fundo instaurado a partir da Lei Complementar Municipal 744 de 2014, atendendo ao artigo 24 da Lei Complementar 626 de 2009, que se trata do Plano Diretor Cicloviário Integrado. A regulamentação do fundo envolve a formação de um conselho gestor e também uma contrapartida de empreendimentos construídos na cidade na implementação de trechos de ciclovias.

ciclovias também remete a uma lacuna deixada pelo poder público em termos de “educar” a população sobre a questão. Na Mobicidade pude ver que há consenso na medida em que ninguém se opõe que a associação reivindique estrutura cicloviária, mas também não ouvi nenhum discurso defendendo que essa seria a melhor solução. Porém, paralelamente à reivindicação de ciclovias, também há a reivindicação do direito de compartilhar as vias de circulação em bicicleta. Nisso, há cobranças frente ao poder público quanto a uma fiscalização do cumprimento do artigo 201 do Código de Trânsito Brasileiro que obriga motoristas de veículos automotores a tomarem uma distância de 1,5m em relação a ciclistas ao ultrapassá-los(as).

Entre as práticas que partem ou que são apoiadas, ao menos, pela Mobicidade, há as que envolvem a reivindicação frente ao poder público para o atendimento de demandas específicas, e as que envolvem a elaboração de projetos e levantamento de dados, seja para compor ações à parte da administração municipal, seja para apresentar a esta última propostas de ações possíveis.

Os processos de reivindicação se manifestam através dos espaços de representação conquistados em conselhos, como o já mencionado FMASC, o Grupo de Trabalho Veículos de Propulsão Humana – Bicicleta junto ao DETRAN-RS e a Junta Administrativa de Recursos de Infrações – JARI. Também houve participação no GT “Rua Para as Pessoas”, instituído pela prefeitura Municipal de Porto Alegre na última gestão, para discutir-se um projeto de ampliação de espaço de circulação para pedestres em algumas ruas do Centro Histórico da cidade, proposto a partir de uma parceria entre a Mobicidade e o escritório de arquitetura oE1. Algo que demonstra também a postura da associação de não somente reivindicar ações, mas também de formulá-las e propô-las. O que foi também o caso do projeto “E Se Aqui Fosse Uma Praça?”, um evento organizado para chamar a atenção para uma proposta da associação de reestruturar uma bifurcação existente na esquina da Rua Irmão José Otão com a Rua Barros Cassal, no bairro Bom Fim. Não foi somente a reivindicação de que se fizesse essa alteração no trecho, como também fez-se um projeto de como seria essa implementação.

Além da formulação de projetos, práticas da associação também voltam-se para o interesse na produção de dados. Um exemplo é o do aplicativo “Dá Pra Atravessar?”, que possibilita que usuários marquem pontos da cidade em que existe dificuldade de travessia, seja pela demora, seja pela segurança. O aplicativo interage com adesivos colados em diversos pontos da cidade. Os dados enviados pelos usuários, via aplicativo, são remetidas pela

Mobicidade à EPTC, que pode analisar esses dados e considerar a possibilidade de alteração nos trechos indicados. Outra iniciativa relacionada à produção de dados ocorreu através de uma parceria com outra associação, a ONG Transporte Ativo - TA, do Rio de Janeiro. Trata-se de uma organização voltada para a “qualidade de vida através da utilização de meios de transporte à propulsão humana nos sistemas de trânsito”⁴. Essa associação fez parceria com associações de algumas cidades, vinculadas à questão da bicicleta em diversas cidades brasileiras, para promover uma pesquisa sobre o perfil de ciclistas, em âmbito nacional (TA, 2015). As cidades envolvidas foram: Aracaju, Belo Horizonte, Brasília, Manaus, Niterói, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

O interesse da associação por dados remete a um interesse pela visibilidade da demanda. Saber a proporção de ciclistas, suas dificuldades, suas necessidades, os perigos que enfrentam, são informações a serem apresentadas aos órgãos públicos como forma de reivindicação. Trata-se de uma inscrição através da linguagem burocrática dos aparelhos do poder público. Que tanto a prefeitura como a população de Porto Alegre “vejam” os ciclistas, que saibam em que consiste a mobilidade em bicicleta, os benefícios considerados pela utilização desse modal, mas também uma visibilidade para que sejam tomadas medidas que garantam a segurança de quem pedala.

A defesa da inscrição da bicicleta enquanto modal no trânsito da cidade não implica no entendimento de que esse modal deve ser regulado tal como os motorizados (o uso do capacete é “recomendado”, mas há oposição a uma ideia de que seja obrigatório, por exemplo). A perspectiva de adesão a uma linguagem burocrática do poder público enquanto forma de inscrição política envolve concepções de “autonomia” que não correspondem a uma ideia de “anonimato”. Uma invisibilização das demandas de quem se move com bicicleta é visto como um problema em um ambiente de trânsito violento. O anonimato, nesse caso, não é visto como algo que dá mais segurança, ou mesmo liberdade, mas é a condição na qual sente-se uma vulnerabilidade. E para tratar dessas vulnerabilidades, o engajamento pela difusão do uso da bicicleta defende que é importante, para quem pedala, “ser visto”.

O ser visto vem desde o nível burocrático, no empenho e na cobrança quanto a produção de dados, nas ações de visibilidade da causa, como no âmbito cotidiano de pedalar pelas ruas da cidade. Foi o caso quando contatei a Bike Anjo⁵, iniciativa que envolve

⁴<http://transporteativo.org.br/wp/sobre/quem-somos/>.

⁵Bike Anjo surgiu na cidade de São Paulo em 2010. Ampliou-se para outras cidades com o passar do tempo e tornou-se pessoa jurídica em 2013. Atualmente também é serviço disponível em outros países, como Equador,

voluntários para ajudarem pessoas a se deslocarem com bicicleta, desde ensinarem quem ainda não sabe andar de bicicleta até acompanhar pessoas no trânsito e dar dicas de trajetos. Dada minha inexperiência com bicicleta no trânsito, pedi auxílio na plataforma da iniciativa. A pessoa que me acompanhou me deu várias indicações no sentido de garantir minha visibilidade: anda no meio da faixa e não junto ao meio-fio; fazer sinal com o braço para indicar deslocamento lateral; olhar para trás, buscando contato visual com motoristas antes de realizar deslocamentos (“Normalmente, quando eles te olham, eles param”). Até mesmo em relação ao uso do capacete. “É bom, mais para ser visto”. “É melhor ter luz do que capacete”.

Além da questão da visibilidade, tais iniciativas como a do Bike Anjo referem-se a discursos em torno de uma concepção de “autonomia”. Não em um sentido de “independência”, em um nível individual, mas de condições criadas coletivamente para determinadas práticas. É o caso também demonstrado pela atuação do Libélula Ações Transformadoras, formado inclusive por pessoas que também são membros da Mobicidade, que propõe iniciativas como a do Biciponto, ideia de disponibilização de painéis com ferramentas para reparo de bicicletas em estabelecimentos comerciais da cidade que aceitam estabelecer parceria para o projeto, bem como um aplicativo de celular com dicas e contatos de oficinas e de taxistas que se dispõem a transportar bicicletas. Outro caso é o da Cidade Bicicleta, iniciativa de oficina comunitária, fundada em 2010 e que teve de interromper suas atividades em 2013, mas tem perspectivas de retornar em breve, a partir de um projeto de refundação promovido desde 2015.

Nas descrições feitas neste texto, pode-se perceber que as iniciativas de engajamento não se resumem a reivindicação de direitos de quem já pedala, mas há empenho para difundir essa possibilidade para mais pessoas. Além disso, nem todas as práticas se voltam exclusivamente para a mobilidade em bicicleta. Nas primeiras conversas que tive com membros da associação, não houve defesa da bicicleta como o meio “universal” de mobilidade. A bicicleta simbolizaria e seria uma forma de promover o questionamento sobre as transformações profundas necessárias para o trânsito e a cidade. Concepção que um membro também reforçou em dado momento: “a gente não acha que todo mundo vai andar de bicicleta, que isso vai resolver [...] o que vai resolver é transporte de massa [...] a bicicleta,

Portugal, Austrália, França e EUA. Fonte: <<http://www.bikeanjo.org>>).

por si só, não faz nada”. Trata-se de um engajamento que discute, através da questão da mobilidade, concepções de “cidade”.

Assim como as práticas que se tem acompanhado nessa pesquisa remetem para aspectos além da bicicleta, e mesmo além da mobilidade em si, as questões suscitadas pelo campo remeteram à busca por um referencial teórico que também ultrapassasse essas dimensões, promovendo reflexões que relacionam cidade com formas de engajamento político (como o anarquismo) e com o planejamento para além da perspectiva de técnicos urbanistas, envolvendo a figura do Estado.

Mobilidade, Cidade e Estado: Perspectivas Teóricas

A discussão sobre a relação entre bicicleta e engajamento revela uma discussão acerca de concepções de cidade. A ideia de uma “Sociologia Urbana” (VELHO, 1967, p. 3) surge colocando a ideia de “cidade” enquanto um fenômeno a ser compreendido. Mas a cidade, como nos lembra Lefebvre, preexiste aos processos de industrialização. Não se trata mais da “Cidade-Estado” da Antiguidade, mas do desenvolvimento de complexos sistemas fechados, cenário no qual a ideia de “cidade” se distingue das ideias de “sociedade” e de “Estado” (LEFEBVRE, 2001, p. 13). A “cidade” que se tornou tema de interesse das Ciências Sociais foi a cidade “moderna”, enquanto uma das marcas do que pode se chamar de “civilização” (WIRTH, 1967, p. 89). A delimitação do contexto histórico sobre que tipo de “cidade” veio a ser problematizada chama a atenção para a relevância de não cair-se no erro de associar diretamente uma concepção essencial de “cidade” ou “urbanização” com industrialização e desenvolvimento capitalista, embora esses dois últimos sejam processos de extrema relevância para a compreensão do que se constituíram enquanto “cidades” em um cenário contemporâneo (WIRTH, 1967, LEFEBVRE, 2001, CAIAFA, 2002).

As abordagens pioneiras dessa cidade moderna, entendida enquanto um “habitat do homem civilizado” (PARK, 1967, p. 26), sob a ótica das Ciências Sociais, buscaram a compreensão do fenômeno urbano como resultante de uma organização “física” quanto “moral” (p. 27). uma ideia de “cidade moderna” enquanto complexo organicamente constituído, denso e baseado em uma complexa divisão do trabalho, resultante de acelerados processos de imigração e de industrialização, culminando no desenvolvimento de formas específicas de vida social, um modo de vida “urbano”.

Esse complexo foi pensado pelo pioneiros relacionando a questão da multiplicidade, expressa em termos de processos de diferenciação e segregação nos meios urbanos, à constituição de formas de “individualismo” e de “impessoalidade”, decorrentes de uma dissolução de formas de relação específicas (PARK, 1967, WIRTH, 1967). Para esses autores, a mobilidade urbana pode ser destacada como influente nesse fenômeno, quando novas tecnologias de transporte, que propiciaram mais eficiência, velocidade e alcance da mobilidade cotidiana das pessoas, enquanto fator que estimulou o desenvolvimento das cidades, teve a contrapartida de tornar as relações mais casuais e instáveis.

Muito tempo depois de Simmel, Park e Wirth, a questão do individualismo e processos de diferenciação relacionado às cidades segue sendo tema de discussão. Bauman (2009) apontou um “fracasso” do projeto moderno em garantir o controle total na prevenção dos “riscos” e um sentimento de abandono por parte do Estado colocaram-se como fatores que influenciaram uma busca por meios privados de promoção da segurança que resulta em uma crescente renúncia em relacionar-se com os “outros” (os “estrangeiros”). Holston (1993), em seu estudo sobre a constituição de Brasília, abordar as “subversões” ao planejamento da cidade de Brasília/DF por parte de seus habitantes, e propôs uma crítica ao modernismo, em relação ao seu caráter desistoricizante (numa busca por romper com uma ordem presente através de uma projeção de um futuro) identificável nos projetos de urbanização que desconsideraram os diversos agentes e suas intenções. É a contradição também apontada por De Certeau, que fala sobre como a vida urbana tensiona com as estratégias socioeconômicas e políticas referentes ao planejamento urbano (DE CERTEAU, 1994, p. 174).

Em *Morte e Vida nas Grandes Cidades*, Jane Jacobs responsabiliza os planejadores urbanos pelos fracassos de suas tentativas de tratar dos problemas das cidades justamente por negligenciarem como a cidade se constitui de fato, em suas relações cotidianas, e apegarem-se a questões de comportamento e aparência, “[...] from anything but cities itself” (JACOBS, 1963, p. 6). Cidades mais densas, com as pessoas em maior contato, em maior convivência (o que também vem a gerar mais segurança), e o entendimento de que a cidade é algo complexo e que deve ser entendido em sua complexidade. As cidades devem ter densidade, ou seja, não com pessoas coexistindo em meios a grandes espaços vazios as separando por ruas sem interação, como no “sonho” de Le Corbusier (JACOBS, p. 24) e seu lema “morte à rua”. Ideia de complexidade e densidade que se opõe à perspectiva que Jacobs identifica nos planejadores das cidades modernas, de entenderem que a complexidade é uma

desorganização e que a solução seria simplificá-la. A autora tece uma crítica à ideia que vincula automóveis com os principais problemas da cidade, e mesmo do trânsito em si. Além de ser classificado pela autora mais como “sintoma” do que causa dos problemas das cidades, incluindo os de segregação no espaço urbano (como em relação aos pedestres), Jacobs indica que as falhas nas estratégias para solucionar os problemas de trânsito estão intimamente ligadas aos problemas de planejamento das cidades como um todo. “They do not know what to do with automobiles in cities because they do not know how to plan for workable and vital cities anyhow – with or without automobiles” (JACOBS, 1963, p. 7). O problema do excesso do número de automóveis deve ser discutido em outros termos que não o da consideração do automóvel enquanto “vilão”, já que um número excessivo de cavalos ou mesmo bicicletas podem ocasionar resultados similares (p. 346).

Janice Caiafa segue por essa linha, tendo dentre seus trabalhos dois que são diretamente relacionados à questão do trânsito pela perspectiva do sistema de transporte público, já citados anteriormente neste texto. Uma pesquisa sobre as viagens de ônibus no Rio de Janeiro (2002) e uma coletânea que envolve trabalhos sobre o transporte público tanto do contexto anteriormente citado como o de Nova York (2007). Em ambas as obras, relatando sobre as situações de interações entre pessoas na condição de passageiras de ônibus, discute o modo como o domínio público, situado nessa circularidade que forma a peculiaridade das cidades, enquanto fator que propicia a produção de alteridades, bem como o modo como a privatização de espaços desse domínio tem o efeito oposto. O aspecto comunicativo aparece como central para balizar a defesa da produção de alteridades justamente em espaços de circulação e contato entre “desconhecidos”. O “outro”, o “desconhecido”, é que o oferece possibilidade de experimentar o mundo, pois tais possibilidades só existem no mundo na forma como são expressas. Por isso que a privatização de espaços seriam prejudiciais para o potencial de sociabilidade das cidades e o de transformação social ao limitarem essa heterogeneidade de possibilidades.

Considerando que a diversidade de encontros entre desconhecidos é justamente aquilo que dá mais riqueza à vida cidadina, processo que tem como empecilho os processos de privatização dos espaços da cidade, Caiafa atribui à figura do automóvel a participação nessas privatizações. Porém, ainda não seria o automóvel “em si”, mas os processos de apropriação do espaço decorrentes da forma como seu uso é feito.

A negligência quanto à complexidade das cidades e a perspectiva de simplificá-las, como apontou Jacobs, vai portanto além da perspectiva dos planejadores urbanos. Conforme James Scott (1998), o processo de simplificação como forma de controle é característica dos próprios processos de Estado. O autor elaborou uma análise sobre os estados modernos, centrada na noção de “legibilidade”, enquanto medida fiscal e administrativa que visa medir, codificar e simplificar as coisas em um determinado território.

Ao apontar como processo de estado atuam, Scott também revela seus limites e fraquezas. Uma delas já foi apontada: a dificuldade de controlar aquilo que não é legível. Outra se refere aos limites das práticas de simplificação no cotidiano. Nisso, o autor traz como crítica à Le Corbusier a perspectiva de Jane Jacobs, na qual relações cotidianas e locais possibilitam lidar com as lacunas deixadas pela simplificação e com a não total “onipresença” do estado (p. 117).

As práticas cotidianas nos espaços urbanos portanto não são envolvidas por completo pelas tentativas de controlá-las. A importância de estudos dessas práticas é justamente para conseguir compreender suas complexidades e os limites das perspectivas de planejamento. Entende-se como relevante trazer o ente “Estado” para essa discussão não só para pensar sobre esses limites, mas como essas tentativas de controle são confrontadas e as possibilidades de associação entre indivíduos no meio urbano que apontam para essa direção.

No caso das formas de engajamento em prol da bicicleta que tenho acompanhado, as práticas, desenvolvendo determinados pressupostos sobre “autonomia”, envolvem também aproximações com agentes do Estado. Tais aproximações ocorrem basicamente em torno de práticas que buscam a “visibilidade”, como na produção de dados estatísticos, formulação e apresentação de projetos. Um domínio da linguagem burocrática da administração pública como parte dos processos de reivindicação.

A questão da visibilidade nas formas de engajamento remete à questão das relações com o Estado em termos de “legibilidade”. Conforme Scott (1998), a noção de “legibilidade”, enquanto medida fiscal e administrativa, visa medir, codificar e simplificar as coisas em um determinado território. Assim como a floresta foi tornada legível na organização das formas de sua exploração (p. 36-37), comunidades humanas também o foram, o que denuncia a ação do estado como um agente colonizador. Com as cidades não foi diferente.

Para Scott, simplificar é um mecanismo que cria possibilidades de controlar, ao mesmo tempo em que tensiona com a complexidade do cotidiano de distintas comunidades. A

ilegibilidade, portanto, é para o autor um recurso para autonomia política em relação ao estado (p. 54). Mas há concepções que divergem dessa perspectiva. Das e Poole (2004) tratam da legibilidade abordando processos que lidam com a ilegibilidade, mas do Estado, que pode ser revelada nos estudos sobre as “margens” da atuação estatal. Se Scott atribui como potencial emancipador de uma “comunidade” a sua ilegibilidade, Das atribui à ilegibilidade do estado seu potencial de dominação. Esse processo ocorre no que a autora denomina como “desculpa”, quando o estado se pauta na ilegibilidade de seus mecanismos racional-burocráticos para uma população para defender-se de suas reações, através de ideias como “irracionalidade” e “pânico” (DAS, 2004, p. 245). A partir disso, poderíamos então considerar que aderir à linguagem burocrática do estado (como no caso das estatísticas) não pode ser encarada como essencialmente colocar-se “à mercê” do estado, mas sim como forma de revelá-lo, possibilitando outras formas de inscrição política e luta, como apontou Schuch (2015).

Vemos que tanto em termos de estudos sobre “a cidade” como especificamente sobre a mobilidade, surgem questões quanto à correlação entre sociabilidade e tecnologia, que acabam sendo confrontadas pelas perspectivas de governo, planejamento e mercado.

Considerações Finais

Há um caminho ainda a ser percorrido é há mais coisas que gostaria de ter incluído neste texto. As experiências do cotidiano de uma associação voltada para questões sobre mobilidade abriram um leque de possibilidades. Não é apenas sobre bicicleta, nem somente sobre mobilidade. Podemos pensar que nem se resume a ser sobre “cidades”. Envolve uma série de questões que conectam rotinas que se inscrevem no cenário político de Porto Alegre e nos revelam possibilidades: sobre formas de engajamento, sobre relação com o Estado, sobre busca por formas de autonomia. Não é apenas sobre bicicleta, mas a todo momento, nesse processo, ela se fez presente. Algo que tensiona com uma tendência a deixar-se de lado a relação feita entre sociabilidade e tecnologia e centrar-se em perspectivas de engajamento político em um sentido mais amplo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANCALEONE, Cassio; DE BEM, Daniel Francisco. **As rebeliões da tarifa: reflexões sobre economia moral e o anarquismo**. In: Encontro anual da ANPOCS, 37., 2013. Águas de Lindóia/SP. ISSN 2177-3092. Disponível em: <http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=8601&Itemid=459>. Acesso em: 20 set. 2016.

CAIAFA, Janice. **Jornadas urbanas: exclusão, trabalho e subjetividade nas viagens de ônibus na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

_____. **Aventuras na cidade: ensaios e fotografias**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

CORREIO DO POVO. **Ciclistas são atropelados por carro no bairro Cidade Baixa**. Porto Alegre. 25 de Fev. de 2011. Disponível em: <<http://www.correiodopovo.com.br/Noticias/?Noticia=261933>>. Acesso em: 20 set. 2016.

DAS, Veena & POOLE, Deborah (eds). **Anthropology in the margins of the state**. Santa Fe: School of American Research Advanced Seminar, 2004.

DAS, Veena. The Signature of the State: The Paradox of Illegibility. In: DAS, Veena & POOLE, Deborah (eds). **Anthropology in the margins of the state**. Santa Fe: School of American Research Advanced Seminar, 2004.

DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

G1. Grupo de ciclistas é atropelado em Porto Alegre. 26 de Fev. de 2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2011/02/grupo-de-ciclistas-e-atropelado-em-porto-alegre.html>>. Acesso em: 20 set. 2016.

HOLSTON, James. **A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

JACOBS, Jane. **Death and life in great american cities**. New York: Vintage Books, 1963.

LIED, Luiz Felipe Cassol. **História da política pública para a bicicleta: pedalando o Plano Direto Cicloviário de Porto Alegre (2008-2014)**. Trabalho de Conclusão. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, 2014.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

OLIVEIRA, Danielle Soares Pires de. **“De bike eu vou”: um estudo antropológico sobre o uso da bicicleta em Porto Alegre**. Trabalho de Conclusão. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, 2013.

PARK, Robert Ezra. **A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano**. In: VELHO, Otávio Guilherme. **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

SCHUCH, Patrice. A Legibilidade como Gestão e Inscrição Política de Populações: notas etnográficas sobre a política para pessoas em situação de rua no Brasil. In: FONSECA, Claudia e MACHADO, Helena (Orgs). Ciência, Identificação e Tecnologias de Governo. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2015.

SCOTT, James. Seeing Like a State. How Certain Schemes to Improve the Human Condition Have Failed. New Haven and London: Yale University Press, 1998.

SILVA, Renata Signoretti da. Formas contemporâneas de ativismo político: etnografia do movimento Massa Crítica. Trabalho de Conclusão. Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, 2011.

VEECK, Sara Soares. O uso da bicicleta: mobilidade urbana e disputa de território em Porto Alegre. Trabalho de Conclusão. Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, 2014.

VELHO, Otávio Guilherme. O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

VIVANCO, Luis Antonio. Reconsidering the bicycle: an anthropological perspective on a new (old) thing. New York: Routledge, 2013.

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, Otávio Guilherme. O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

XAVIER, Giselle Noceti Ammon. O desenvolvimento e a inserção da bicicleta na política de mobilidade urbana brasileira. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, 2011.

A atuação do cicloativismo no processo de formação da agenda política de Mobilidade Urbana em Porto Alegre/RS

Danielle Soares Pires de Oliveira¹

Em 2009, foi aprovado o Plano Diretor Cicloviário Integrado de Porto Alegre. A ocorrência do movimento Massa Crítica na cidade e de um atropelamento coletivo sofrido em 2011 iniciou um debate público dando maior visibilidade ao tema. Após um ano do atropelamento, foi realizado o 1º Fórum Mundial da Bicicleta e os atores cicloativistas percebem a necessidade de estarem mais organizados para que pudessem também reivindicar institucionalmente, sendo criadas novas associações com o objetivo de representá-los na defesa pelo uso da bicicleta e melhorias na mobilidade urbana, constituindo assim uma rede de atores com grande capacidade de mobilização, utilizando variados repertórios extrainstitucionais e institucionais. O estudo parte da seguinte pergunta: Como os atores da rede cicloativista atuam através do desenvolvimento de diferentes repertórios de ação no sentido de construir o uso da bicicleta como tema relevante da agenda de mobilidade urbana em Porto Alegre? Através do método de reconstrução de processos, o uso de entrevistas semiestruturadas com atores referenciais no âmbito da rede cicloativista e atores estatais, análise de documentos e levantamento de notícias, pretende-se analisar como os atores da rede cicloativista atuaram no processo de construção do uso da bicicleta como tema relevante da agenda de mobilidade urbana em Porto Alegre.

Palavras-Chave: cicloativismo, mobilidade urbana, políticas públicas.

Introdução

A emergência da discussão e de políticas orientadas para o uso da bicicleta como alternativa de transporte se dá em um contexto em que as cidades brasileiras vivem um momento de crise da mobilidade urbana. Em resposta a esta situação crítica, agentes da sociedade e do Estado passam a exigir uma mudança, mais ou menos radical, do paradigma baseado no transporte individual motorizado (BRASIL, 2007). É neste contexto que se observa uma mobilização de segmentos da sociedade civil e do Governo Federal para viabilizar o uso da bicicleta que se materializa no anteprojeto de lei da Política Nacional de Mobilidade Urbana.

Em 2009, foi aprovado pela Lei Complementar 626/2009 o Plano Diretor Cicloviário Integrado (PDCI) de Porto Alegre. A ocorrência na cidade do movimento Massa Crítica (*Critical Mass*), um dos movimentos cicloativistas mais conhecidos mundialmente, e do

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação de Sociologia da UFRGS.

atropelamento coletivo sofrido por participantes em um evento em 2011, cujo ocorrido teve uma repercussão mundial, iniciou um debate público dando maior visibilidade ao tema.

O presente artigo apresenta resultados preliminares da dissertação de mestrado “A atuação do cicloativismo no processo de formação da agenda política de mobilidade urbana em Porto Alegre/RS”, ainda em andamento, que tem como objetivo central analisar como os atores da rede cicloativista atuaram no processo de formação da agenda política de mobilidade urbana em Porto Alegre. Para a consecução deste objetivo, o projeto de pesquisa definiu como um dos procedimentos metodológicos a serem utilizados o método reconstrução de processos (PT – *process tracing*), devido à necessidade de procedimentos que permitam reconstruir a atuação da rede cicloativista, identificando e analisando os repertórios utilizados. Esse método detém um grande potencial para fazer inferência causal em casos isolados (inferências dentro do caso) e nos permite estudar mecanismos causais da ciência social (Beach; Pedersen, 2011).

Esse método de reconstrução de processos é operacionalizado a partir das seguintes técnicas de coleta de dados: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental com um levantamento de notícias publicadas na mídia, a realização de entrevistas semiestruturadas com ativistas e atores referenciais no âmbito da rede cicloativista que participam ou participaram do Massa Crítica e das associações além de membros do Poder Público como, por exemplo, arquitetos que atuaram na constituição ou na implantação do Plano Diretor Cicloviário Integrado na Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC) e funcionários do Departamento estadual de trânsito (Detran-RS) que atuam como coordenadores do Grupo de Trabalho de Segurança para Ciclistas². Enquanto primeiro esforço de sistematização e apresentação dos dados coletados na pesquisa até o presente momento, este trabalho se constitui fundamentalmente em um texto descritivo que visa apresentar alguns dos achados empíricos da pesquisa que deverão ser analisados em profundidade futuramente.

Esse estudo buscou incluir diversos repertórios de ação coletiva, abrangendo desde repertórios extrainstitucionais (como protestos e eventos promovidos pelos atores cicloativistas e pelo movimento Massa Crítica) até repertórios institucionais (como reuniões,

²Grupo de trabalho instituído pela Portaria Detran/RS nº 254-2015 para pensar políticas direcionadas aos ciclistas, composto por técnicos de diversas áreas do Detran/RS e entidades ligadas à causa, tem como principal preocupação a segurança, mas visa também estimular o uso dessa solução alternativa de meio de transporte. Entre as entidades representadas, estão a Mobicidade, Lappus, Gramado de Bicicleta e a ACPA. Disponível em: <http://www.detran.rs.gov.br/conteudo/35347/grupo-de-trabalho-vai-discutir-politicas-para-ciclistas-no-estado>
Acesso em: 10 set. 2016.

audiências, conselhos e grupos de trabalhos com o Poder Público e envio de cartas abertas e solicitações).

Como referencial teórico, o artigo busca aproximar as literaturas de movimentos sociais e da ação coletiva com a literatura do campo das políticas públicas, sob o Modelo dos Fluxos Múltiplos, ou *Multiple Stream Model* (MSM), proposto por John Kingdon (2014), pois como esse modelo estabelece a estrutura básica dos três fluxos (dos problemas, das soluções ou alternativas e da política), ele permite organizar o estudo no sentido de compreender como os atores da rede cicloativista atuam em cada fluxo no processo de formação da agenda política de mobilidade urbana em Porto Alegre. Portanto, também com base na literatura do campo de movimentos sociais e ativismo e, mais especificamente, na chamada Teoria do Processo Político, argumenta-se que a rede cicloativista atua nos diferentes fluxos relacionados ao processo de formação da agenda política através do desenvolvimento de diferentes repertórios de ação.

Para atender estes objetivos, o trabalho encontra-se estruturado da seguinte forma: introdução, explicando os objetivos da pesquisa; a segunda seção com uma breve apresentação da rede cicloativista e suas formas de atuação em porto alegre; a terceira seção com os procedimentos metodológicos abordando brevemente uma entrada e o destaque do tema na mídia e a última seção é finalizada com a apresentação dos resultados preliminares da pesquisa e pretensões futuras de análise mais aprofundada.

2. A rede cicloativista em Porto Alegre e suas formas de atuação

Os atores cicloativistas em Porto Alegre possuem uma luta mais ampla do que apenas a reivindicação de melhorias para o uso da bicicleta, pois deseja melhorias na mobilidade urbana como um todo, buscando melhores condições para os pedestres e no transporte público, além de um melhor aproveitamento dos espaços públicos. Conforme Xavier (2011) nos apresenta a respeito do cicloativismo:

Cicloativismo é o termo usado para a atividade de militância política que se manifesta através de diversos movimentos sociais em defesa de melhores condições para o uso da bicicleta na cidade, assumindo caráter reivindicatório ou contestatório junto à sociedade e ao Estado. É conhecido na língua inglesa como *Bicycle Advocacy* (XAVIER, 2011, p. 210).

Ao completar um ano do atropelamento coletivo sofrido por participantes da Massa Crítica, a rede cicloativista organiza o 1º Fórum Mundial da Bicicleta em Porto Alegre, trazendo para o debate pessoas consideradas referências mundiais no cicloativismo como o criador da Massa Crítica em São Francisco, Chris Carlsson, e Mona Caron, artista da Massa Crítica de São Francisco, conhecida por pintar painéis que retratam a poesia da bicicleta na vida das pessoas. Nesse momento, os atores dessa rede cicloativista começavam a perceber a importância de estarem organizados e de sua capacidade de mobilização. Assim, começam a sentir a necessidade de estarem mais organizados para que pudessem também reivindicar institucionalmente a conquista de suas demandas, sendo criadas na cidade novas associações a partir do ano de 2012 com o objetivo de representar os ciclistas e cicloativistas na defesa pelo uso da bicicleta e melhorias na mobilidade urbana como a Associação dos Ciclistas de Porto Alegre (ACPA) e a Associação pela Mobilidade Urbana em Bicicleta (Mobicidade). A Associação de Ciclistas da Zona Sul (ACZS) já existia desde 1994 na cidade, mas atuava em um âmbito mais esportivo do que com demandas cicloativistas mais gerais como a melhoria na mobilidade urbana na cidade.

Através de uma análise preliminar dos dados coletados através da realização das entrevistas, foi possível perceber que a maioria dos entrevistados acredita que a questão da institucionalização como a criação de associações representativas em 2012 veio da necessidade de ter alguma organização que pudesse representar e falar em nome dos interesses do cicloativismo, já que a Massa Crítica não possui representantes ou uma hierarquia formalizada, possuindo uma organização mais horizontal. Outro fator citado é o âmbito burocrático do Estado exigir um CNPJ de uma organização ou associação para que haja respostas às solicitações e questionamentos realizados ou que pudessem ser representados em Conselhos e reuniões como de grupos de trabalho.

Essas associações e movimentos bem como outros grupos e indivíduos constituem uma rede de atores que operam em diferentes níveis e possui uma grande capacidade de mobilização, utilizando variados repertórios extrainstitucionais e institucionais visando pressionar o Poder Público para o atendimento de suas demandas bem como mostrar para a sociedade de que é possível a construção de um novo modelo de cidade, feita para as pessoas e não somente aos veículos motorizados. Como podemos ver com Silva (2014), em relação à combinação de formas de ação fora e dentro do âmbito institucional:

Observando as organizações e ativistas que conformam as redes movimentalistas no Brasil, é claramente perceptível a combinação, em maior ou menor grau, de repertórios confrontacionais com outras formas de ação – muitas delas institucionais – que não são apenas esporádicas, mas também conformam padrões definidores do que são estes movimentos (SILVA, 2014, p. 13).

Pois alguns atores referenciais na rede do cicloativismo de Porto Alegre participam (ou participaram em algum momento) de movimentos como o Massa Crítica que possuem repertórios mais contestatórios ao mesmo tempo em que atuam nas associações e participações institucionais. Para compreender e analisar as formas (tais como: protestos, ocupações de espaços públicos, elaboração de abaixo-assinados, envio de cartas, e-mails e participação em reuniões promovidas pelo Poder Público) de como os atores da rede cicloativista se mobilizam e atuam, recorre-se neste trabalho ao conceito de repertório definido por Tilly (1995, p. 26) como “a palavra repertório identifica um conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e encenadas através de um processo relativamente deliberado de escolha”. Como podemos ver com Jasper (2016) a respeito de tais ações:

Há centenas de ações disponíveis aos manifestantes, mas estes tendem a se concentrar num pequeno número de atividades conhecidas. Tilly chamou isso de repertório compartilhado por diferentes movimentos em determinado país num determinado período, pois em sua longa perspectiva histórica ele podia ver o quanto eles haviam mudado no mundo moderno. Os novos protestos seguem repertórios existentes por diversas razões. Os ativistas possuem o know-how necessário para levá-los adiante, em parte porque indivíduos passam de um movimento para outro, levando consigo seu conhecimento pessoal (JASPER, 2016, p. 58).

Segundo Kingdon (2014), há fluxos independentes entre problemas (*problems*), soluções ou alternativas (*policies*) e a política (*politics*). Para esse reconhecimento do problema deve acontecer algo que chame a atenção dos participantes de um processo decisório, o que normalmente ocorre por meio de três mecanismos básicos: indicadores; eventos focalizadores (*focusing events*), crises e símbolos; e feedback das ações governamentais. Dessa forma, a pesquisa propõe-se analisar como os atores cicloativistas atuam na demonstração de problemas e crises para tomar destaque no Estado, na sociedade e

na mídia, como um problema que precisa ser considerado relevante e deter de mais atenção pelos tomadores de decisão.

Conforme o autor (2014), no fluxo das soluções (*policies stream*), são debatidas propostas de alternativas e soluções sobre problemas, sendo revistas e discutidas novamente. Assim, visa-se compreender como se dá a atuação de atores e organizações cicloativistas no debate de alternativas e soluções sobre os problemas como, por exemplo, através da participação e colaboração em espaços institucionais do Estado.

O fluxo da política (*policy stream*) para Kingdon (2014) é composto de fatores como mudança de humor ou clima nacional (*national mood*), opinião pública, mudanças partidárias ou ideológicas no Congresso com a eleição de novos políticos, mudanças de administração ou pressão de grupos de interesse ou um lobby poderoso. Nesse estudo, analisa-se como os atores cicloativistas buscam incidir no fluxo da política, por exemplo, através de diferentes tipos de ações de pressão que visam destacar a relevância do tema e buscando sensibilizar e alterar a opinião pública.

Como repertórios de ação extrainstitucionais utilizados pelos atores cicloativistas estão os protestos realizados pelos atores cicloativistas, tanto protestos devido ao atropelamento coletivo ou outros atropelamentos e mortes de ciclistas que nesse caso penduram uma bicicleta branca no local de atropelamento, as chamadas *Ghost Bikes*, quanto protestos para chamar a atenção do governo e da sociedade, questionando ações do Poder Público e reivindicando mais respeito e melhorias. Tais atores também realizam Bicletadas, pedalando e levando faixas, cartazes e folhetos, a Vaga Viva, ação que realizam ocupando uma vaga de carro, para mostrar que a cidade também é deles e não somente dos carros, a Pedalada Pelada em que os participantes afirmam tirarem a roupa para pedalar não só para mostrar suas fragilidades enquanto veículo, mas que são frágeis enquanto seres humanos, ou seja, pedalando em prol de mais direitos no trânsito e promovendo uma visão de segurança do trânsito.

Como repertórios que possuem algum tipo de relação com o âmbito institucional do Poder Público, ou seja, mais institucionalizados e que poderiam ser considerados também como pertencentes a uma incidência no fluxo da política como uma pressão de grupos de interesse, analisando-se sob conceitos utilizados por Kingdon (2014) ou no fluxo das soluções e alternativas pelo fato dos indivíduos também apresentarem sugestões e propostas de estudos com soluções e alternativas nos âmbitos estatais, apresentando-se com a participação

dos atores e organizações cicloativistas em reuniões e audiências promovidas pelo Poder Público, em Grupos de Trabalho de órgãos públicos como na Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC), em âmbito municipal ou no Departamento estadual de trânsito (Detran-RS) denominado de Grupo de Segurança para Ciclistas, em âmbito estadual ou a participação no Conselho Gestor do Fundo Municipal de Apoio à Implantação do Sistema Cicloviário (FMASC), instituído pelo Projeto de Lei Complementar do Executivo (PLCE) 010/13³.

Outro tipo de repertório é o envio por parte das associações de cartas abertas a membros e tomadores de decisão estatais além da mídia. O movimento social de hoje tenta enviar mensagens a uma variedade de públicos, especialmente seus próprios membros, reais e potenciais, mas também a parlamentares, a outras agências do Estado e à mídia (JASPER, 2016, p. 42). Em relação aos diversos âmbitos e arenas em que os atores cicloativistas atuam, podemos ver com esse autor a combinação de repertórios de manifestações e protestos voltados a influenciar e chamar a atenção da sociedade, da mídia e dos governantes assim como a participação em debates e audiências públicas:

Além dos tribunais e das batalhas legislativas, as arenas comuns incluem: manifestações públicas voltadas para influenciar participantes, passantes, mídia e governos; eleições cujos resultados os manifestantes esperam influenciar; debates sobre temas de interesse público realizados por meio de livros, artigos, debates sobre temas de interesse público realizados por meio de livros, artigos, blogs e outros veículos; audiências públicas em que representantes de grupos de protesto dão seus testemunhos; paredes de prédios que os manifestantes cobrem com grafites ou cartazes; eventos de mídia como convenções políticas, coroações ou cerimônias de posse nas quais os manifestantes podem ganhar alguma atenção se agitarem o ambiente (JASPER, 2016, p. 189).

3. Procedimentos metodológicos: a entrada e o destaque do tema na mídia

Como um dos procedimentos metodológicos da pesquisa, foi realizado um levantamento de notícias no jornal Zero Hora, em que foram selecionadas 312 publicações em que continham notícias ou notas referentes ao tema do uso da bicicleta para verificar como esse tema entra na agenda do debate público. O período selecionado para o levantamento das notícias publicadas foi do ano de 2009 ao ano de 2015 e os seguintes termos de palavras-chave:

³Projeto que altera o art. 24 e revoga o § 2º do art. 32 da Lei Complementar nº 626, de 15 de julho de 2009 – que institui o Plano Diretor Cicloviário Integrado e dá outras providências –, e inclui Anexo 6 na Lei Complementar nº 626, de 2009, criando o Fundo Municipal de Apoio à Implantação do Sistema Cicloviário (FMASC) e instituindo seu Conselho Gestor.

ciclovias – ciclovias - Plano Diretor Cicloviário – Plano cicloviário – BikePOA - bicicleta – bicicletada – Massa Crítica - protestos -- cicloativismo – cicloativistas.

Em relação à variedade de arenas e âmbitos nos quais os atores atuam, a mídia jornalística também é uma delas pelo fato de também utilizarem esses meios de comunicação como canais de expressão de demandas e propostas, como podemos ver com Jasper (2016):

Um parlamento é um exemplo de arena estratégica. Os tribunais são outra arena, especialmente bem definida, com regras claras sobre quem pode participar e o que pode fazer. A mídia jornalística é outra arena, menos claramente definida, em que os atores se confrontam a respeito de quais declarações e imagens vão aparecer nos websites, nas transmissões de televisão e nos jornais impressos. Os manifestantes geralmente promovem suas causas em várias arenas ao mesmo tempo. Bloqueados em uma delas, podem tentar em outra, buscando aquela em que seus recursos e sua equipe tenham mais vantagens (tal como procurar o ponto mais alto num campo de batalha). Uma sociedade moderna oferece dezenas de arenas a potenciais manifestantes (JASPER, 2016, p. 39).

Optou-se por realizar a busca nesse período pelo fato de que em 2009 ainda não havia ocorrido o fato do atropelamento coletivo ao Massa Crítica que ocorreu em fevereiro de 2011 e a pesquisadora acreditava que a ocorrência desse fato havia ampliado e destacado o tema na mídia além do fato de que no ano de 2009 foi o ano em que aprovado o Plano Diretor Cicloviário Integrado, permitindo assim verificar como o tema era tratado na mídia antes e após o atropelamento. Para categorizar os períodos, foram coletadas reportagens do Jornal Zero Hora que tivessem como conteúdo alguma relação com o uso da bicicleta e a estrutura cicloviária na cidade bem como os atores cicloativistas. Assim, selecionando essas palavras-chave poderia ser verificado como o tema entrou no debate público sob a hipótese de uma maior repercussão gerada na mídia após a ocorrência do atropelamento coletivo. Optou-se por realizar a busca nessa mídia impressa por ser um jornal de grande circulação e pela pesquisadora considerar o sistema de busca pelo jornal impresso mais confiável do que no sistema on-line através do site da Zero Hora. Como critério de seleção para análise, selecionou-se dois formatos de publicações: notas e notícias. Como critério de utilização do formato na pesquisa, foram consideradas notas os textos menores que quatro linhas e notícias os textos maiores que quatro linhas.

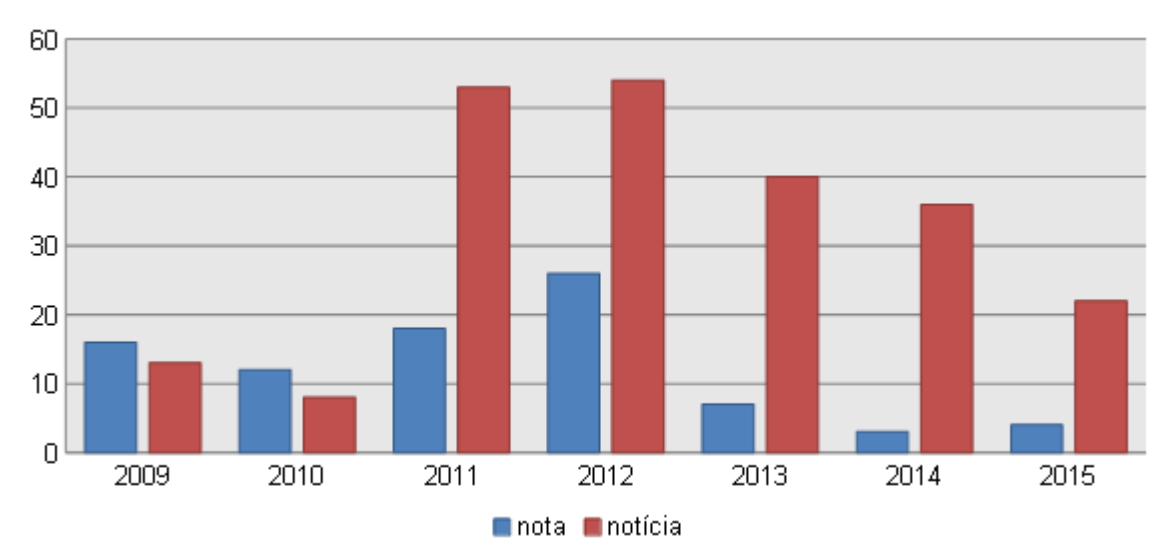
Com o material de mídia coletado no levantamento na Zero Hora, para verificar como o tema aparecia quantitativamente em cada período e a forma com que ele vinha sendo abordado na mídia foi mudando, foram feitas tabelas e gráficos para demonstrar a quantidade de notícias e notas, bem como o total de publicações sobre o tema em cada ano (de 2009 a 2015, período selecionado para análise), permitindo após uma comparação com o número de publicações nos demais anos. A seguir, são representados por meio de uma tabela (Tabela 1) e através de um gráfico (Gráfico 1), permitindo visualizar os formatos dos materiais publicados pelo jornal Zero Hora ao longo de cada ano:

Tabela 1: Publicações ano x formato

Ano	nota	notícia	Total Geral
2009	16	13	29
2010	12	8	20
2011	18	53	71
2012	26	54	80
2013	7	40	47
2014	3	36	39
2015	4	22	26
Total Geral	86	226	312

Fonte: autoria própria

Gráfico 1: Formato das publicações em cada ano



Fonte: autoria própria.

Ao analisarmos a tabela e o gráfico 1, que relaciona o formato de publicação em cada ano, pode-se perceber que nos anos de 2009 e 2010, o formato que apresentava maior número de notas ao invés de notícias publicadas sobre o tema e ainda assim nesse período apresentava um número bem inferior de publicações se comparadas com o número das publicações dos anos seguintes. Outro fato importante a ser destacado é que a partir do ano de 2011 aumenta muito o número de publicações, principalmente de notícias, salientando o fato de que a maioria das publicações a partir desse ano possuem o formato de notícias ao invés de notas, ou seja, o tema que era mais abordado através de notas passa a ser tratado em textos maiores enfatizando mais o destaque. Acredita-se que esse fator esteja relacionado ao fato de que em fevereiro de 2011 ocorreu o atropelamento coletivo ao movimento cicloativista Massa Crítica e a partir daí a mídia começa a cobrir mais o ocorrido bem como seus desencadeamentos nos anos de 2011 e 2012. A partir de 2012, o volume de publicações sobre o tema começa a cair, diminuindo gradativamente até o ano de 2015, apesar de ainda ter como volume maior o formato de notícias ao invés de notas publicadas.

Outro fator que a pesquisadora acredita em relação à análise é que no ano de 2009 como o cicloativismo ainda não estava bem constituído e destacado enquanto um grupo ou movimento, portanto quase não aparecem falas e entrevistas com ciclistas ou atores cicloativistas, por isso o mais número de publicações no formato de notas. Percebe-se que o movimento Massa Crítica começa a aparecer apenas de forma muito tímida no ano de 2010 através de notas pequenas publicadas numa coluna chamada Bike no Caderno Sobre Rodas, do jornalista Poti Silveira Campos, que informava que no dia tal teria a Massa Crítica na cidade saindo no seguinte ponto de encontro e horário, além de explicar um pouco o que era o evento na primeira vez que foi citada.

Em relação à temática tratada em cada publicação, foram geradas tabelas separando-se em categorias mais abstratas que poderiam ser relacionadas com formatos de enquadramentos e fluxos e apresentando números mais significativos a partir do agrupamento: Temática de ciclovias e estruturas para o uso da bicicleta: publicações que se referem ao Plano Diretor Cicloviário Integrado, às ciclovias, ao BikePOA ou estruturas para uso da bicicleta. Exemplo: Plano cicloviário de Porto Alegre ficou no papel (Zero Hora, 02.03.2011); Temática de atropelamentos e problemas de mobilidade urbana: buscou-se separar as publicações que se referiam à cobertura da mídia sobre o atropelamento coletivo, atropelamentos e mortes de ciclistas e problemas de mobilidade urbana no trânsito em Porto

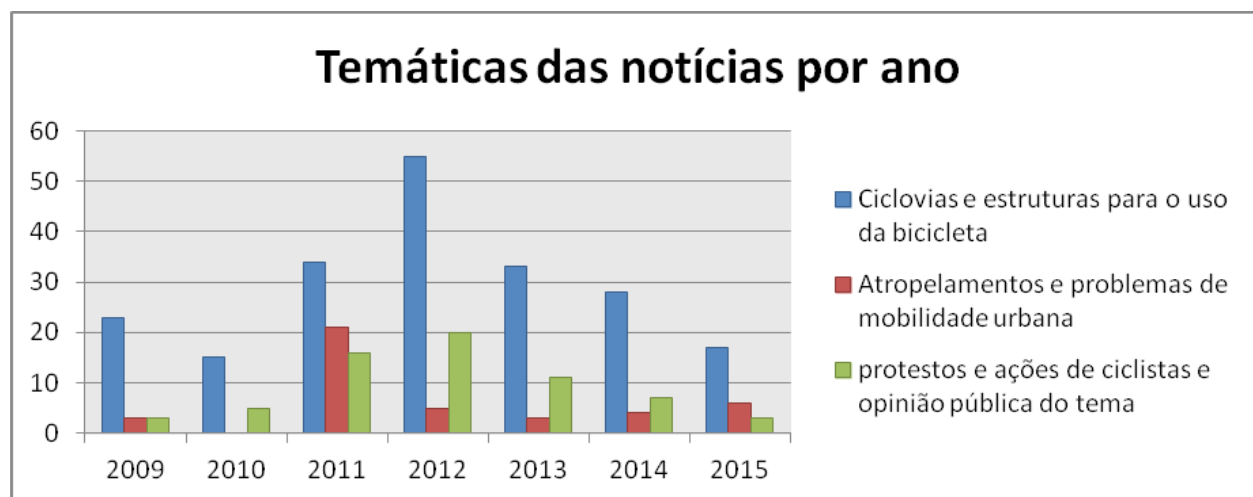
Alegre. Exemplo: Atropelamento coletivo expõe conflito nas ruas (Zero Hora, 26.02.2011);
 Temática de protestos e ações de ciclistas e opinião pública do tema: publicações que se referiam à pressão dos atores cicloativistas como os protestos e ações promovidas por tais atores na sociedade, à opinião pública e à cobertura de construção do tema na mídia.
 Exemplo: Ciclistas promovem protesto na Capital (Zero Hora, 12.04.2011).

Tabela 2: Temática das publicações em cada ano

Ano	Ciclovias e estruturas para o uso da bicicleta	Atropelamentos e problemas de mobilidade urbana	Protestos e ações de ciclistas e opinião pública do tema	Total
2009	23	3	3	29
2010	15	0	5	20
2011	34	21	16	71
2012	55	5	20	80
2013	33	3	11	47
2014	28	4	7	39
2015	17	6	3	26
Total Geral	205	42	65	312

Fonte: autoria própria.

Gráfico 2: Temática das publicações em cada ano (de 2009 a 2015)



Fonte: autoria própria.

Os gráficos e tabelas acima relacionados à temática demonstram que em todos os anos predominam o maior número de publicações da temática de ciclovias e estruturas para o uso da bicicleta, acredita-se que tal fator esteja relacionado ao fato de que a partir de 2009 foi crescendo gradativamente na medida em que novas ciclovias começam a ser implantadas na cidade juntamente com a cobertura da mídia em relação à implantação do Plano Diretor Cicloviário, aprovado em 2009, e seus desencadeamentos (reuniões com o Poder Público e questionamentos em relação à aplicação dos 20% das multas da EPTC) assim como a criação do serviço de aluguel de bicicletas BikePOA a partir de 2012, ano em que percebe-se um relevante aumento no número de tais publicações dessa temática.

No ano de 2011, ano em que ocorreu o atropelamento coletivo, é o período em que, não por acaso, mais aparecem publicações enquadradas na temática de atropelamentos e problemas de mobilidade urbana, pois esse tema foi amplamente repercutido na mídia, apesar de não superar o volume de publicações relacionadas às ciclovias e estruturas para o uso da bicicleta, pois o destaque do tema também envolve se debater mais a respeito de alternativas e soluções para tais problemas.

4. Conclusões e Apontamentos Preliminares

Com as informações coletadas no trabalho de campo e analisadas até o momento, foi possível perceber que o tema começa a entrar na mídia a partir de um evento focalizador, utilizando um conceito do Kingdon (2014), como o atropelamento coletivo sofrido por participantes de um evento da Massa Crítica em fevereiro de 2011. Pois entre os anos de 2009 e 2010 o tema aparece pouco na mídia e a maioria das publicações que aparecem são no formato de notas, ao invés de notícias, ou seja, textos menores que quatro linhas. Percebe-se que as organizações e os atores cicloativistas atuam de diferentes formas, utilizando variados repertórios em três principais âmbitos: no Estado, na sociedade e na mídia assim como buscam incidir em cada fluxo.

A partir deste momento, pretende-se seguir na pesquisa com uma análise mais aprofundada que permita verificar como a percepção dos entrevistados na incidência desses atores cicloativistas em cada fluxo, apresentando a constituição da rede e analisando sua atuação através do método de reconstrução de processos em dois processos específicos: antes e pós-atropelamento coletivo, considerado pelos próprios entrevistados um marco estrutural

no cicloativismo, não somente na cidade de Porto Alegre como no país inteiro, sob a hipótese de alteração no modo como se organizam e atuam, pelo fato de terem se institucionalizado através das associações, permitindo assim a participação formal em espaços institucionais do âmbito do Poder Público, porém isso não significa que repertórios extrainstitucionais sejam abandonados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEACH, Derek. PEDERSEN, Rasmus Brun. **What is process tracing actually tracing?** The three variants of process tracing methods and their uses and limitations. University of Aarhus, Seattle, Washington, Estados Unidos. 2011.

BENNETT, Andrew. CHECKELII Jeffrey T. **Process Tracing: From Philosophical Roots to Best Practices.** IN: **Process Tracing in the Social Sciences: From Metaphor to Analytic Tool**, Chapter 1. Seattle, Washington, Estados Unidos. 2012.

BRASIL. Lei Federal 12.587, de 3 de janeiro de 2012. **Política Nacional de Mobilidade Urbana.** Brasília DF, 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12587.htm> Acesso em: 2 out. 2015.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Caderno de Referência para Elaboração de Plano de Mobilidade Urbana.** Brasília: Secretaria Nacional de Transportes e da Mobilidade Urbana, 2007a. Disponível em:<<http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSEMOB/Biblioteca/LivroPlanoMobilidade.pdf>> Acesso em: 25 mar. 2015.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Caderno de Referência para Elaboração de Plano de Mobilidade por Bicicleta nas Cidades.** Brasília: Secretaria Nacional de Transportes e da Mobilidade Urbana, 2007b. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSEMOB/Biblioteca/LivroBicicletaBrasil.pdf>> Acesso: 25 mar. 2015.

JASPER, James M. **Protesto: uma introdução aos movimentos sociais.** Tradução de Carlos Alberto Medeiros. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2016. 244p.

KINGDON, John. **Agendas, Alternatives and Public Policies.** 2ª ed. Boston: Pearson Education. 2014.

PORTO ALEGRE. **Lei Complementar nº 626/2009.** Institui o Plano Diretor Ciclovário Integrado e dá outras providências. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/eptc/usu_doc/lei_complementar_626_alterada_pela_lc_710_pdc.pdf> Último acesso em: 20 set. 2013.

SILVA, Marcelo Kunrath. **Atores, Espaços e Repertórios: a atuação dos movimentos sociais através das fronteiras da sociedade civil e do Estado.** In: Ilse Scherer-Warren; Lígia Helena

Hahn Lüchmann. (Org.). **Movimentos Sociais e Engajamento Político: trajetórias e tendências analíticas**. 1ª ed. Florianópolis: Editora UFSC, 2015, v. 1, p. 133-160.

TILLY, Charles. Contentious repertoires in Great Britain, 1758-1834. In: TRAUGOTT, Mark (ed.). **Repertoires and cycles of collective action**. Durham: Duke University Press, 1995.

XAVIER, Giselle Noceti Ammon. O Cicloativismo no Brasil e a Produção da lei de Política Nacional de Mobilidade Urbana. **Revista Eletrônica dos Pós-graduandos em Sociologia Política da UFSC**. vol. 3 n. 2 (2), janeiro-julho/2007, p. 122-145

_____. **O desenvolvimento e a inserção da bicicleta na política de mobilidade urbana brasileira** / Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Santa Catarina, 2011.

Trajetórias militantes e ativismo: uma análise das estratégias de ação militante

Sara Talice Santos Bastos¹

Neste trabalho buscamos analisar os diferentes tipos de ação militante. Para tanto analisamos a trajetória de sete ativistas que possuem diferentes estratégias de ação militante. Com base na teoria do Processo Político duas dimensões de análise foram utilizadas na pesquisa, o enquadramento interpretativo (percepção dos ativistas sobre a realidade na qual pretendem atuar) e as estruturas de oportunidade de ação (oportunidades efetivas de atuação que os ativistas dispõem). A pesquisa mostrou que a dimensão enquadramento interpretativo é extremamente significativa para a escolha das estratégias de ação (repertórios de ação) dos militantes, principalmente os enquadramentos sobre o Estado e os partidos políticos. A pesquisa resultou na criação de tipologias de ação militante.

Palavras chave: Movimentos Sociais; Trajetórias Militantes; Repertórios de ação; Quadros Interpretativo.

Introdução

Em 1978, na cidade de São Paulo, em frente ao Teatro Municipal, o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR) iniciou uma nova onda de protesto negro no Brasil. Inspirados em movimentos como pelos direitos humanos nos Estados Unidos e a independência de países africanos, negras e negros de todo o Brasil uniram-se ao movimento fundado em São Paulo, e, em plena ditadura, recomeçaram a luta racial no país.

O momento vivido por estes ativistas era de uma 'lenta de gradual' reabertura política. Essa conjuntura permitiu o surgimento de movimentos, associações e até partidos políticos. Tornando assim, os anos 1980 propício para a criação e ampliação dos movimentos sociais. Durante esses anos, a luta contra a ditadura impulsionou os movimentos sociais à, articulando-se, tomarem as ruas e lutarem pela democracia. Lutando 'pelo direito a ter direitos'.

Já na década de 1990, com o fim da ditadura, o projeto político iniciado após a redemocratização foi de participação da sociedade civil. Abriram-se formas de participação institucionais que possibilitaram aos movimentos um lugar de discussão de propostas para o Estado.

¹Mestranda do Programa de Pós Graduação em Sociologia, UFRGS.

Apesar do espaço dado aos movimentos não ser de centralidade nos espaços de decisão governamental, ao contrário, esses espaços eram, na sua maioria, secundarizados e sem grande poder de voto, as políticas participativas possibilitaram um novo repertório de ação aos movimentos sociais, o de interação com o Estado.

A conjuntura política dos anos 1990 possibilitou então, a ampliação dos movimentos sociais e a participação desses nas decisões governamentais, apesar da participação ser mais representativa do que de fato deliberativa.

Quanto ao movimento negro, os repertórios de ação do movimento negro eram múltiplos. Os ativistas do movimento negro utilizaram diversos repertórios para a inclusão das demandas do movimento no poder público. Desde protestos públicos (repertórios de confronto) até a atuação em gabinete (repertório de infiltração no Estado). (Leitão, 2012)

Em 1983, no governo do estado de São Paulo, Ivair Alves dos Santos, militante do movimento negro, assumiu o primeiro órgão governamental criado com a função de atender a população negra. Mostrando assim que já em 1980 o movimento negro utilizava a estratégia de uso das estruturas estatais.

Leitão (2012) mostra que muitas Organizações de Movimentos Sociais brasileiras constituídas entre o final de 1970 e o início dos anos 1980 utilizaram a atuação por dentro do Estado como um repertório de ação dos movimentos. Para tanto, os movimentos usaram intensamente a atuação partidária como um de seus repertórios de ação, construindo relações de articulação e/ou permeação com o objetivo de fortalecer as demandas do movimento e construir canais de expressão institucional das mesmas.

Os partidos de cunho mais progressista, como o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) foram utilizados pelos ativistas do Movimento Negro como espaços de atuação política em defesa das causas do movimento. O PT, em particular, por ser um partido fundado por ativistas de Organizações de Movimentos Sociais (OMSs) sindicais e populares com o sentido de dar voz às suas causas, tornando-se assim o partido com maior intersecção com os movimentos sociais, foi identificado como um mecanismo de canalização das reivindicações desses setores, inclusive do movimento negro. Logo, a intersecção movimento negro e PT acabou por se tornar recorrente, com a presença de muitos militantes caracterizados por uma inserção múltipla: nas organizações do movimento negro e no partido.

Leitão (2012) observa que a participação dos ativistas das OMSs do movimento negro nos partidos implicou, em maior ou menor grau, na incorporação de demandas das OMSs em programas e agendas partidárias, que se expressa, por exemplo, na constituição de comissões raciais dentro dos partidos. Atuação esta que permitiu novos repertórios de atuação, tal como aquele que Falleti (2010) denominou de "infiltração do Estado": a ocupação de posições na estrutura estatal por parte de ativistas de movimentos sociais.

Podemos observar então que durante dos anos de 1980 e 1990, o movimento negro apresentou mudanças significativas nos seus repertórios de ação, dado a conjuntura política e as oportunidades que se apresentaram aos movimentos, como a inserção das suas demandas por meio da participação institucional ou pela articulação com partidos. O movimento passou de uma externalidade ao Estado a uma inserção, ainda que secundarizada, nos governos.

Apesar dessa participação institucional, Leitão (2012) coloca que o movimento negro, durante essas duas décadas, não abandonou o repertório de confronto, utilizando as manifestações de rua como forma de protesto e reivindicação das suas causas. As manifestações pelos Cem Anos da Abolição em 1988 e a Marcha Zumbi dos Palmares em 1995 são prova desse fato. Assim, durante dos anos de 1980 e 1990, o movimento negro utilizou uma ampla gama de repertórios de ação - repertórios de confronto, cooperação e infiltração - a fim de inserir as suas demandas no Estado.

Leitão (2012) coloca que muitas das análises feitas sobre os movimentos sociais ignoram os casos de intersecção com os partidos políticos e a ação por dentro da estrutura estatal. Segundo o autor, este fato prejudicou sobremaneira as análises dos movimentos sociais em contextos nos quais tais intersecções assumem importância na conformação dos movimentos, como é o caso do Brasil.

Sabe-se, então, que o movimento negro utilizou-se e ainda se utiliza de diversas estratégias de ação, desde estratégias institucionais (repertórios de 'infiltração' e de 'cooperação' com o Estado) até estratégias extra institucionais (repertórios de confronto). A nossa pesquisa visa compreender como os ativistas escolhem esses repertórios. Como eles decidem que estratégias utilizar e por quê?

A partir da teoria do Processo Político, distinguimos duas variáveis que, segundo essa teoria, se relacionavam com os repertórios de ação militante, as oportunidades políticas e os quadros interpretativos dos atores.

Os atores da Teoria do Processo Político propõem que, para explicar os repertórios de ação, necessita-se observar as oportunidades de mobilização que o movimento dispõe para a ação. Observando se o ambiente que se encontra é aberto ao movimento, ou se, ao contrário, é um ambiente hostil ao movimento. A teoria do Processo Político também utiliza o conceito de enquadramento, com esse conceito eles observam que, dependendo dos enquadramentos (compreensões da realidade social), os repertórios dos movimentos tendem a se modificar. Utilizando-se dessa teoria, estudamos, a partir das trajetórias dos militantes, os diferentes tipos de repertórios de ação (repertórios de confronto, cooperação e infiltração).

Dada a especificidade do nosso objeto, como já ressaltado acima, a intersecção do movimento com outras esferas - os partidos e o Estado - pensamos que a atuação dos militantes por dentro dessas esferas, modificaria as estruturas de oportunidades dos movimentos. Constituímos a nossa pesquisa, então, enfatizando as oportunidades que os ativistas dispõem como dimensão explicativa dos repertórios de ação dos militantes. Pensando que as oportunidades dos ativistas (as oportunidades de atuação por dentro do Estado e dos partidos) levariam os ativistas a optar por repertórios mais institucionais, de cooperação e infiltração, e cada vez menos de confronto.

Como objeto de pesquisa, optamos por estudar as trajetórias de alguns militantes do Movimento Negro Unificado/RS que transitaram/transitam ou atuam nas intersecções entre o movimento - partido - Estado, analisando as suas diferentes trajetórias e repertórios de ação. Escolhemos esse movimento, por este ser conhecido pela sua intersecção com o Estado e com os partido.

Repertórios de ação, oportunidades políticas e enquadramento interpretativo

Os teóricos da Teoria do Processo Político focaram a sua análise dos movimentos sociais, assim como a Teoria da Mobilização Política, nos meios que os movimentos dispõem para a mobilização. Mc Adam (1999) enfatiza que as ações coletivas precisam de três fatores centrais para se desenvolverem: oportunidades políticas; estruturas de mobilização e enquadramentos interpretativos (p.27).

As *Estruturas de Oportunidade Políticas* (EOP) são os recursos externos ao movimento, que podem facilitar ou dificultar a mobilização. As mudanças no cenário político, a inclusão de novos atores políticos ou societários, o apoio de um partido ou a alianças com

atores com mais poder de decisão ou prestígio são oportunidades políticas que se abrem ao movimento e possibilita novos caminhos para a ação coletiva.

O confronto é muito mais relacionado a oportunidades de ação coletiva – e limitado por restrições a ela – do que por fatores sociais e econômico persistentes experimentados pelas pessoas. O confronto aumenta quando as pessoas obtêm recursos externos para a submissão e encontra oportunidades para usá-lo. Ele também aumenta quando as pessoas se sentem ameaçadas por custos que não podem arcar ou que ofendem o seu senso de justiça. Os desafiantes encontram oportunidades de apresentar suas reivindicações quando se abre o acesso institucional, quando surgem divisões nas elites, quando os aliados se tornam disponíveis e quando declina a capacidade de repressão do Estado. Quando isso se combina com a percepção do alto custo da inação, as oportunidades produzem episódios de confronto político (Tarrow, 2009:99).

A EOP traz para o centro da análise da ação coletiva o contexto político em que os atores estão atuando, possibilitando a explicação do porque, em alguns momentos históricos temos o surgimento de ações coletivas e em outros temos um aparente desaparecimento das reivindicações, ou de um determinado tipo de reivindicações. A EOP ajuda a entender também as diferenças de repertórios de ação dos movimentos, que fazem uso de determinado repertório de ação dado o contexto político em que ele está inserido.

Tarrow (2009) afirma que há pelos menos cinco mecanismos que influenciam nas Oportunidades Políticas dos movimentos sociais, são eles: (1) abertura institucional; (2) divisão entre as elites; (3) disponibilidade de aliados fortes e influentes; (4) declínio da capacidade de repressão do Estado e (5) existência de atores organizados e prontos para a ação (Tarrow, 2009).

O modelo de Tarrow nos permite pensar como, por exemplo, a abertura ou o fechamento de determinados espaços institucionais podem influenciar os movimentos sociais, facilitando ou dificultando a ação da sociedade civil. Permite problematizar como as mudanças nas estruturas de poder, novas coalizões políticas partidárias, por exemplo, podem alterar drasticamente as chances efetivas de conquistas dos movimentos sociais.

Apesar do modelo de EOP possibilitar a análise do contexto político que se insere a ação coletiva, ele apresenta fragilidades quando utilizado para análise da ação coletiva brasileira. O problema dessa abordagem se encontra na percepção teórica dos autores do Processo Político que caracteriza a ação dos movimentos sociais sempre como externa ao

Estado. Compreendendo os movimentos sociais como ‘outsider’, distantes da política institucionalizada e do poder do Estado.

Os movimentos sociais brasileiros, porém, apresentam uma configuração distinta. Cada vez mais as análises sobre a ação coletiva brasileira trazem a tona o que podemos chamar de ‘interpenetração’ entre sociedade civil e Estado – Silva (s/data, 2010, 2014) Silva e Oliveira (2011), Gutierrez (2015), Lavalle (2015), Abers, Serafim, Tatagiba (2014); Abers, Bulow (2011), Leitão (2012) entre outros.

Analisando a implementação de políticas para a economia solidária no estado (RS), Oliveira (2011) observou que a inserção de militantes na estrutura estatal modificou as oportunidades políticas do movimento. Segundo o autor “é preciso ressaltar que no caso brasileiro os mesmos indivíduos e grupos alcançam o governo e possibilitam a abertura das oportunidades, são os mesmos que transitam entre os partidos políticos, os movimentos sociais, ONGs e diversas outras organizações da sociedade civil” (p.52). É possível perceber que os militantes utilizam-se do aparato estatal, adentrando no Estado e abrindo eles mesmos as oportunidades políticas para o movimento social.

Dado a percepção de que, na realidade brasileira, as oportunidades políticas dos movimentos está interligada, como já sinalizado por Tarrow, à ascensão de coligações políticas partidárias, e, como colocado pelas pesquisas brasileiras, com a interpenetração entre Sociedade Civil e Estado, é necessário refletir também sobre o conceito de **repertórios de ação militante**.

Definido por Charles Tilly como “um conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e postas em ação por meio de um processo relativamente deliberado de escolha” (Alonso, 2009 *apud* Tilly, 1995, p. 26), o conceito de repertório de ação é comumente utilizado tanto em pesquisas internacionais como em pesquisas brasileiras para analisar as estratégias de ação dos movimentos sociais.

No modelo proposto pelos autores da TPP, os repertórios de ação já eram visto de uma perspectiva relacional. Charles Tilly vai colocar que a análise dos repertórios deve levar em consideração o contexto em que o movimento está inserido, que o determinado repertório foi acionado. Tilly vai colocar-se como questão central para a análise dos repertórios de ação as oportunidades políticas, pois diferentes regimes políticos oportunizam ou requerem diferentes repertórios de ação dos movimentos sociais.

Apesar de compreender que diferentes contextos possibilitam, e até exigem, diferentes repertórios de ação, os autores da TPP, sempre entenderam os repertórios de ação como externos à política institucionalizada, pois como já mostramos acima, a TPP pressupõe que os movimentos são ‘outsider’ ou ‘desafiadores’ e estejam em confronto com os ‘detentores do poder’ (política institucionalizada).

A constatada ineficácia de abordagens que delimitam os espaços dos movimentos sociais como ‘outsider’ a política institucionalizada para o contexto brasileiro, fez com que autores como Rebecca Abers, Lizandra Serafim e Luciana Tatagiba (2014) propusessem adaptações ao conceito de repertórios de contestação de Tilly para pensar a especificidade do caso brasileiro.

[...] o caso brasileiro desafia esta concepção pela contínua atuação dos movimentos no interior do Estado e a partir da forte interação com agentes públicos, sobretudo em cenários nos quais se identifica compartilhamento de projetos políticos (Dagnino, 2002) [...] Isto faz com que seja necessário não apenas “teorizar sobre como os movimentos sociais constroem vínculos de colaboração com o Estado”, mas também “como às vezes movimentos sociais buscam alcançar seus objetivos trabalhando a partir de dentro do aparato estatal” (Abers, Serafim e Tatagiba: 07).

Conceitos como o de ‘repertório de interação’ de Abers, Serafim e Tatagiba (2014) ou o de ‘infiltração’ de Falletti (2010) nos possibilita analisar a intersecção entre a sociedade civil e o Estado sem precisar recorrer a sentidos pouco sociológicos como o de ‘cooptação’. Permite nos pensar quais são de fato as estratégias dos movimentos sociais. Como eles agem afinal.

Quadros interpretativos

Erving Goffman traz para a sociologia o conceito de *frames*, que seriam quadros ou molduras interpretativas. Para Goffman as análises dessas molduras serviriam para dar inteligibilidade aos processos de interação e significação dos atores individuais em contextos determinados.

[...] marcos [quadros] “denotam esquemas de interpretação que capacitam os indivíduos a localizar, perceber, identificar e rotular ocorrências que tem a ver com suas vidas e o mundo com um todo” (Benford e Snow, 2000:614).

Esses quadros seriam como manifestações da mente, elementos ativados para interpretar os acontecimentos cotidianos e para estabelecer os padrões de conduta.

Benford e Snow (2000) trazem para a análise dos movimentos sociais o conceito de *frames* desenvolvido por Erving Goffman. Os frames seriam quadros ou molduras interpretativas utilizados pelos indivíduos para dotar de sentido a realidade. Para Goffman, as análises dessas molduras serviriam para dar inteligibilidade aos processos de interação e significação dos atores individuais em contextos determinados.

Silva, Cotanda e Pereira (2013) colocam que as molduras interpretativas da ação coletiva (MIACs) são compostos por três dimensões:

1. *Diagnóstico*: interpretação do problema social, identificação dos “culpados” e determinação da fronteira entre “nós” e “eles”.
2. *Prognóstico*: apontamento de soluções para o problema e definição de planos de ação;
3. *Motivacional*: construção de mensagens que estimulem os indivíduos a engajar-se no movimento.

Naujorks (2011) utiliza o conceito de alinhamento de quadros interpretativos de Tarrow, para explicar os processos de reenquadramento dos problemas sociais que acontecem na interação com outros ativistas.

assim, o quadro interpretativo sai da dimensão individual e passa a ser tratado a partir da coletividade, configurando-se como, para usar as palavras de Goffman, esquemas de interpretação coletivos que capacitam as organizações a formularem o problema social a ser enfrentado. (Silva, 2013: 41).

Os quadros interpretativos não se encontram prontos para serem utilizados por um movimento; ao contrário, Mc Adam, McCarthy e Zald colocam que os movimentos produzem enquadramentos interpretativos sobre a sua demanda, construindo identidades comuns e elegendo inimigos e aliados.

Perfil dos entrevistados

Apresento aqui um sucinto relato sobre o perfil dos militantes entrevistados. O perfil apresenta as principais dimensões de análise da pesquisa, sendo observada a trajetória dos militantes, as suas múltiplas inserções e os seus principais repertórios de ação.

Entrevistado I

A primeira entrevistada possui uma trajetória bastante linear. Começou a sua militância no sindicato, onde atua até hoje, e posteriormente ingressou no MNU. Não apresenta uma trajetória de militâncias múltiplas, não possuindo atuação nem em partidos políticos e nem no Estado.

Entrevistado II

A segunda entrevistada apresenta uma trajetória de militância múltipla. Iniciou a sua militância racial no partido político (PT) e posteriormente ingressou no MNU. Atua também no Estado como gestora de políticas raciais, como FG² (Função Gratificada). Atua também no partido nas comissões raciais.

Entrevistado III

O terceiro entrevistado não possui uma trajetória de múltipla militância. Ele iniciou a sua militância no partido político (PT) que ajudou a fundar, posteriormente ingressou no MNU. Nunca atuou no Estado e nem nas comissões raciais do partido. Afastou-se do partido e também do MNU por divergências ideológicas.

Entrevistado IV

O quarto entrevistado possui uma trajetória de múltipla militância. Iniciou a sua militância no MNU e posteriormente ingressou no partido (PT). Participa das comissões raciais do partido (PT) e já participou do conselho racial do estado (RS).

Entrevistado V

O quinto entrevistado também possui uma trajetória de múltipla militância. Iniciou a sua trajetória no partido (PT) e posteriormente ingressou no MNU. Atuou no Estado como CC (Cargo Comissionado)³. Posteriormente afastou-se do PT e ingressou no PCdoB. O militante se afastou do MNU por diferenças ideológicas.

Entrevistado VI

A sexta entrevistada possui também uma trajetória de múltipla militância. Iniciou a sua trajetória no partido (PT) e posteriormente ingressou no MNU. Afastou-se do PT e vinculou-se ao PSTU, que se afastou também posteriormente. Atualmente não atua mais em partidos, somente no MNU e no Sindicato da sua categoria. Atuou no Estado como funcionária técnica e participa do conselho racial da sua cidade.

Entrevistado VII

²FG (Função Gratificada): Cargo oferecido pelo partido governante a funcionários de organizações estatais.

³Cargo Comissionado: Cargo de confiança oferecido pelo partido, ou por representantes de partidos eleitos, para atuação dentro do poder público.

O sétimo entrevistado também possui uma trajetória de militância múltipla. Iniciou a sua trajetória no partido e no MNU ao mesmo tempo. Atua no partido dentro das comissões raciais e também no Estado como vereador.

Apresentamos na tabela abaixo as principais dimensões da pesquisa.

	Militância no MNU	Militância em Partidos	Atuação no Estado	Militância em outras organizações	Repertórios de ação
<i>Entrevistado I</i>	Sim	Não	Não	Sim	Confronto
<i>Entrevistado II</i>	Sim	Sim	Sim	Não	Infiltração
<i>Entrevistado III</i>	Não	Não	Não	Sim	Confronto
<i>Entrevistado IV</i>	Sim	Sim	Não	Não	Cooperação
<i>Entrevistado V</i>	Não	Sim	Não	Sim	Cooperação/confronto
<i>Entrevistado VI</i>	Sim	Não	Sim	Não	Infiltração
<i>Entrevistado VII</i>	Sim	Sim	Sim	Sim	Cooperação/infiltração

*Tabela produzida pela pesquisadora

Pré análise dos dados

As entrevistas mostraram que os entrevistados apresentam uma diversidade de trajetórias e repertórios bem distintos, mas que todos em algum momento tiveram intersecção com partidos políticos, dado esse que me chamou muito a atenção.

A diferença estava nas decisões de estratégias dos atores, alguns optaram pela permanência no partido a fim de implementar dentro do partido as lutas raciais, outros optaram pela ação dentro das estruturas do Estado utilizando os partidos para tanto. Outros ainda decidiram se afastar dos partidos e atuar no Estado como técnico, por não perceber os partidos como apoiadores da causa negra. Teve ainda ativista que decidiu por se afastar tanto do partido como do MNU por perceber o movimento como cooptado pelo partido optando por formar outra organização de luta racial que não possui intersecção com partidos. Outro ativista afastou-se do MNU e do partido pelo mesmo motivo, mas, diferentemente do anterior, filiou-se a outro partido e propõe fazer a sua luta racial a partir desse espaço. Outro

ativista mesmo participando do partido nunca se utilizou do mesmo para fazer a sua luta, se mantendo externo ao partido e ao Estado.

Essa análise prévia das entrevistas me fez repensar o projeto de pesquisa. A minha hipótese era que a entrada dos ativistas nos espaços do partido e do Estado modificavam os repertórios dos militantes, fazendo-os optar por repertórios mais institucionais. As entrevistas, porém, me levaram a questionar essa hipótese, pensando que talvez não sejam os espaços que modificam os repertórios dos ativistas, mas, ao contrário, a dimensão dos *enquadramentos* dos ativistas que levam eles a utilizar certos espaços e repertórios e a rejeitar outros espaços e repertórios, tornando-os ilegítimos.

Por exemplo, a entrevistada II possui uma trajetória militante bastante institucional, possuindo atuação tanto no partido (PT) como possui também um cargo na estrutura estatal como coordenadora de políticas raciais. Na sua fala percebemos uma compreensão dos partidos como uma ferramenta para a implementação de políticas raciais, essenciais ao povo negro. Percebemos também na sua fala sobre o Estado, a compreensão de que a forma mais eficaz de implementação de um projeto político para o povo negro é de fato possuindo um cargo na gestão.

Já no caso da entrevista III nós já percebemos uma compreensão completamente diferente. Na visão desse entrevistado tanto os partidos como o Estado são estruturas branquealizadas que funcionam para a manutenção do racismo. Entendendo que a atuação do movimento negro por dentro dessas esferas faz com que o movimento esfrie e perca a sua eficácia.

Esses dados me levaram a pensar em uma perspectiva diferente da proposta do projeto de pesquisa, não mais pensar os espaços como instituições constrangedoras à ação dos militantes, mas pensar os quadramentos dos militantes como centrais para a definição dos espaços e das estratégias de atuação dos militantes. Mudança essa que toca na premissa epistêmica da pesquisa, que antes colocava nas estruturas sociais peso explicativo para a ação dos indivíduos, agora em uma perspectiva interacionista, propõe uma análise das concepções dos indivíduos sobre a realidade social como base para a compreensão das suas ações.

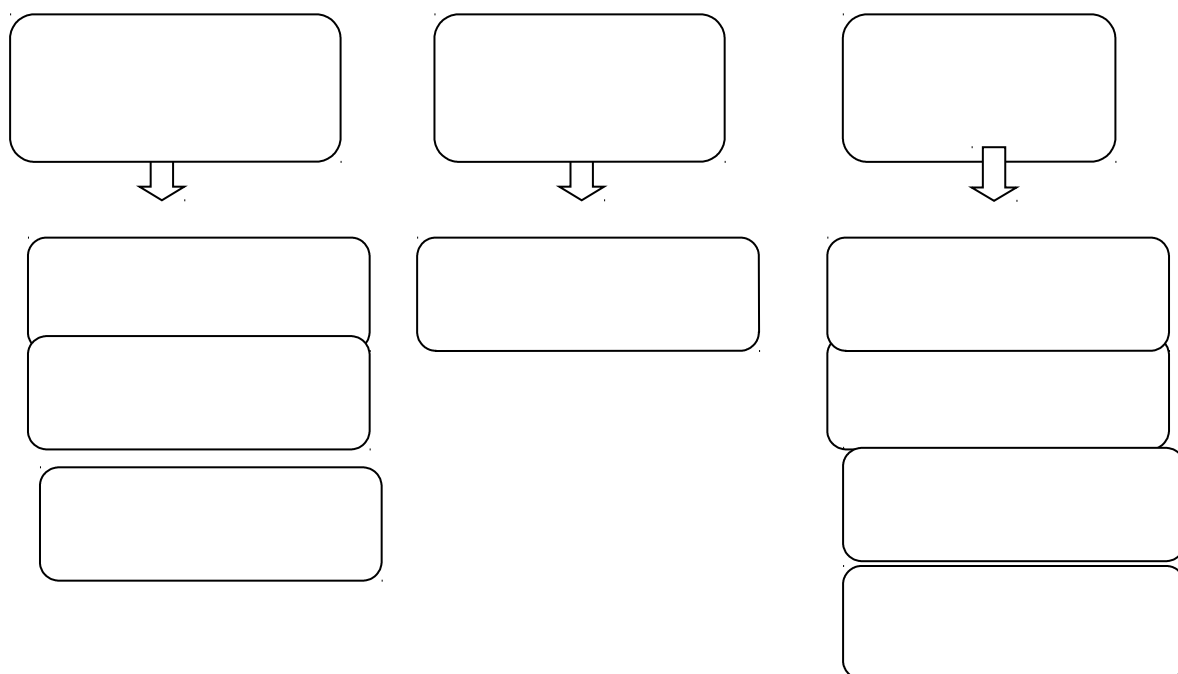
CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados obtidos no campo não corroboraram com a hipótese de pesquisa, ao contrário, os dados me levaram a problematizar a própria premissa epistêmica do projeto. As

entrevistas me possibilitaram desconstruir o meu olhar e me propuseram outro caminho de análise para os dados. Em vez de perguntar *como as instituições constroem os indivíduos?* Perguntamos *como os indivíduos compreendem a realidade a sua volta e assim decidem agir?*

Adaptada a essa nossa perspectiva de análise e vista a diversidade de trajetórias e enquadramentos dos atores entrevistados visualizamos a possibilidade de construir uma tipologia de ação militante com base nas três dimensões centrais do projeto: o enquadramento, a trajetória e os repertórios de ação dos militantes.

A tipologia foi criada a partir da análise dos enquadramentos dos ativistas sobre as esferas de atuação que propomos analisar: o movimento, o partido e o Estado. A partir da pergunta: *Para os ativistas por onde se produz a mudança?* A tipologia foi criada segundo a estrutura da figura abaixo.



A partir da análise das dimensões apresentadas foi produzida uma tipologia de quatro tipos de ação militante: o *institucional*, o *participativo*, o *confrontativo* e o *cooperativo*.

- *Institucional*

A percepção dos ativistas é que a mudança se dá através da ação por dentro do Estado. (repertório de infiltração no Estado).

- *Participativo*

A percepção dos ativistas é que a mudança se dá através da participação do movimento nas arenas institucionais de participação, como a atuação em conselhos, conferências. (repertórios de interação).

- *Confrontativo*

A percepção dos ativistas é que a mudança se dá através do movimento com repertórios extra-institucionais. (repertórios de confronto).

- *Cooperativo*

A percepção dos ativistas é que a mudança se dá através do partido inserindo as demandas do movimento na agenda do partido. (repertório de cooperação).

Os dados, apesar de já terem possibilitado a construção dessa tipologia, de maneira nenhuma foram esgotados. Há aspectos ainda não analisados, como por exemplo, quando os repertórios de fundem, quando há atores que utilizam dois ou mais repertórios distintos. Outro aspecto que se apresenta para a análise são as divergências entre enquadramento e a trajetória dos ativistas, à análise das divergências entre a fala dos entrevistados e suas ações concretas. Além desses aspectos, outra porta analítica que se abre a partir dos dados colocados é a análise das trajetórias de militâncias múltiplas. A permanência de ativistas em vários espaços simultaneamente, as divergências que esses espaços possuem e como os ativistas lidam com elas.

Concluimos que, mesmo em uma análise prévia dos dados, já é possível mostrar uma grande variedade de formas de ativismo que se apresentam na esfera dos movimentos sociais. Vimos também que essas formas de ativismo e que as escolhas dos repertórios estão em maior grau condicionado pelos enquadramentos que os militantes possuem da realidade social do que pelas esferas que eles atuam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABERS, Rebecca Neaera; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. Repertórios de Interação Estado-Sociedade em um Estado Heterogêneo: A Experiência na Era Lula. **Dados**, vol. 57, nº2, p.325 a 357, 2014.

ABERS, Rebecca Neaera; von BÜLOW, Marisa. Movimentos Sociais Na Teoria e Na Prática: Como Estudar o Ativismo Através Da Fronteira Entre Estado e Sociedade?. **Sociologias**, 13 (28), p.52-84, 2011.

ALONSO, Ângela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, 76, p.49-86, 2009.

ALONSO, Angela. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. **Sociologia & Antropologia**, Ano 2, Volume 3, p.21-41, 2012.

- BANASZAK, Lee Ann. Inside and outside the state: movement insider status, tactics, and public policy achievements. In: MEYER, David S. (Ed.). **Routing the Opposition: Social Movements, Public Policy, and Democracy**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2005.
- BENFORD, Robert D.; SNOW, David. Framing processes and social movements: and overview and assessment. **Annual Review of Sociology**. 26. P. 611- 639.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de Sociologia do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 1973
- CAREGNATO, R.C.A; MUTTI R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Contexto Enfermagem**, Florianópolis, vol. 15, nº 4, p. 670-684, out/dez 2006.
- CORCUFF, P. (2001). **As novas sociologias – construções da realidade social**. Bauru: EDUSC.
- ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador. Uma História dos Costumes**. Vol.I. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- FALLETI, Túlia G. Infiltrando o Estado: a evolução da reforma da saúde no Brasil- 1964-1988. In: **Estudos Sociológicos**, Araraquara, Vol. 15, 2010.
- GOLDSTONE, Jack A. (ed.). **States, parties, and social movements**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. (Introduction)
- GUTIERRES, Kelen Alves. Projetos políticos, trajetórias e estratégias: a políticas de assistência social entre o partido e o Estado. Tese de doutorado. 2015. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMPI, Campinas.
- LEITÃO, Leonardo Rafael dos Santos. Oportunidades Políticas e Repertórios de Ação: o movimento negro e a luta de combate à discriminação racial. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Tese de Doutorado, 2012.
- LERBACH, Brena Costa. Abordando itinerários de atvistas a partir da sociologia das carreiras militantes. **Em Tese**, Florianópolis, v.11, n.2, jul./dez., 2014.
- MELUCCI, Alberto. **A invenção do Presente: Movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis: Vozes.
- MISCHE, Ann. De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política. In: **Revista Brasileira de Educação**, nº 05-06, p. 134-150, 1997.
- NAUJORKS, Carlos José. Processo identitário e engajamento: um estudo a partir do movimento de saúde do trabalhador no Rio Grande do Sul. Tese de doutorado. 2011. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS. Porto Alegre.

OLIVEIRA, Gerson de Lima. Permeabilidade e transito institucional: a relação entre sociedade civil e Estado a partir das trajetórias de militantes- gestores nas políticas de economia solidárias no Rio Grande do Sul- os casos de Porto Alre (1996- 2004) e do Governo Estadual (1999- 2002). Dissertação de Mestrado. 2011. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS. Porto Alegre.

SILVA, M. K. ; Sociedade Civil e Construção Democrática: do maniqueísmo essencialista à abordagem relacional. **Sociologias** (UFRGS), v. 8, p. 156-179, 2006.

SILVA, Marcelo Kunrat/h. De volta aos movimentos sociais? - Reflexões a partir da literatura brasileira recente. **Revista Ciências Sociais Unisinos**, v. 46, p.2-9, 2010.

SILVA, Marcelo Kunrath. Atores, Espaços e Repertórios: a atuação dos movimentos sociais através das fronteiras da sociedade civil e do Estado. No prelo.

SILVA, Marcelo Kunrath; COTANDA, Fernando Coutinho; PEREIRA, Matheus Mazzilli. Erving Goffman e a Ação Coletiva: contribuições do conceito de molduras interpretativas para o estudo de movimentos sociais. Trabalho apresentado no XVI Congresso Brasileiro de Sociologia, Salvador, 2013.

SILVA, Marcelo Kunrath; OLIVEIRA, Gerson de Lima. A face oculta(da) dos movimentos sociais: trânsito institucional e intersecção Estado-Movimento - uma análise do movimento de economia solidária no Rio Grande do Sul. *Sociologias*, 13(28), p.86-125, 2011.

SNOW, David; MC ADAM, Doug. Identity work processes in the contexto of social movements: clarifying the identity/movement nexus. In: Sheldon Stryker: Timothy J. Owens; Robert White. *Self, Identity, and Social Movements*. Minnesota: University of Minnesota Press.

TARROW, Sidney. **Poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

Quadros
Inter-Estados
Movimento

Trajectoria dos
Espaços
Movimentos

Repertórios de
Construção
Ação
Confronto

Policciamento a eventos de protesto no Brasil: repertórios e modelos policiais no ciclo de protestos de Junho de 2013 na cidade de Porto Alegre

Eduardo Georjão Fernandes¹

Gabriel Guerra Câmara²

O trabalho apresenta como tema central uma reflexão acerca da(s) forma(s) como o policiamento, no Brasil, tem atuado diante de eventos de protesto. Especificamente, a pesquisa é guiada pelos seguintes questionamentos: Quais os repertórios utilizados pelo aparato policial durante o ciclo de protestos de 2013, no Brasil? Qual(is) o(s) modelo(s) de policiamento colocados em ação? A necessidade de discussão dessa temática advém de duas lacunas identificadas pelos autores: uma de caráter teórico e outra de âmbito empírico. Assume-se, neste ponto, a hipótese de que, assim como não há um campo de estudos consolidado no Brasil sobre policiamento a protestos, não se desenvolveu, historicamente, um modelo específico, prático, de atuação policial para o acompanhamento de ações de movimentos sociais. Por outro turno, há uma série de estudos de âmbito internacional que tratam dessa temática, com destaque para os estudos de Donatella Della Porta, Olivier Fillieule e Jennifer Earl. Metodologicamente, é apresentada, em um primeiro momento, uma revisão teórica dos estudos sobre policiamento a protestos. Em seguida, é analisado mais detidamente o caso do policiamento aos protestos ocorridos em Porto Alegre, durante o ciclo de manifestações de 2013. Para tanto, foram analisadas notícias do jornal Zero Hora, na cobertura aos eventos e, também, realizadas entrevistas com agentes policiais e manifestantes. Concluímos que há uma disputa valorativa em torno dos repertórios e dos modelos de gestão de eventos de protesto. Foram identificados dois modelos, que se guiam por diferentes critérios de bem a ser protegido no curso do protesto: um baseado na defesa da integridade física dos manifestante, e um segundo pautado pela defesa do patrimônio.

Palavras-Chave: Policiamento a protestos, Repertórios, Ciclo de Manifestações de 2013.

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo central produzir uma reflexão acerca da(s) forma(s) como o policiamento, no Brasil, tem atuado diante de eventos de protesto. A necessidade de discussão dessa temática advém de duas lacunas identificadas pelos autores: uma de caráter teórico e outra de âmbito empírico. Nesse sentido, verifica-se que, no país, abordar a temática da atuação policial em protestos pressupõe a intersecção de duas grandes áreas de estudos em ciências sociais, e que tem produzido conjuntos distintos de pesquisas: a

¹Mestre e Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela UFRGS. Bacharel em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

²Mestre e Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bacharel em Ciências Sociais pela UFRGS.

sociologia da ação coletiva e os estudos de sociologia da violência e sua reflexão sobre a segurança pública. Em virtude de diferentes contextos de formação e das delimitações teórico-metodológicas de cada campo, essas subáreas da sociologia brasileira pouco ou praticamente não dialogaram, verificando-se, hoje, poucos trabalhos que produzem intersecções entre essas duas áreas e temáticas.

Por um lado, os autores dedicados aos estudos da ação coletiva no Brasil tendem a adotar os movimentos sociais como objeto a ser analisado, colocando o foco em questões relacionadas exclusivamente aos atores coletivos e aos agentes sociais, ativistas e militantes, que constroem e compõe os movimentos. No Brasil, o campo de estudo da ação coletiva constituiu-se, de forma mais ampla, no período de redemocratização, no curso dos anos 1980 e início dos anos 1990. À época, a principal referência teórica era a sociologia de Touraine, para explicação do surgimento dos “novos” movimentos sociais. Essa perspectiva, definida como teoria dos novos movimentos sociais (TNMS), atribui relevância às demandas simbólicas em torno da ação coletiva, com ênfase em questões de identidade e reconhecimento. Além de Touraine, destaca-se a apropriação de ideias de autores como Habermas e Melucci (ALONSO, 2009). Após um período de relativa baixa na produção teórica sobre movimentos sociais no Brasil entre os anos 1990 e 2000 (dado o caráter secundário que os processos de mobilização assumiram em relação aos temas da institucionalização de demandas sociais e da consolidação da democracia), recentemente presencia-se a retomada de estudos sobre a ação coletiva. Principalmente a partir do ciclo de manifestações de 2013, presencia-se o retorno do interesse pelos movimentos sociais, empírica e teoricamente. Atualmente, esse campo no Brasil tem produzido uma série de pesquisas fundamentadas na Teoria do Processo Político (TPP), a qual se centra tanto na explicação de processos macropolíticos quanto nos aspectos culturais da ação coletiva.

A TPP de forma contemporânea articula-se em torno da perspectiva da *contentious politics* (SILVA, 2010). Mesmo que tenha com princípio analítico a “indissociabilidade entre a política institucional e a conflitualidade política por fora das (e, por vezes, contra as) instituições” (SILVA, 2010, p. 5), ao tomar os movimentos sociais e/ou ativistas e militantes como objeto, as análises por ela orientadas acabam por desconsiderar a influência da ação policial (dimensão da política institucional) no próprio desenvolvimento e consecução das ações coletivas no espaço público (dimensão da conflitualidade social e política). A polícia, em raros momentos considerada, acaba frequentemente tomada como ator secundário ao

confronto político e é pensada como a instituição responsável unicamente pela repressão social.

Ao mesmo tempo, a sociologia da violência no Brasil conforma como objeto de análise, em um primeiro momento, o próprio fenômeno da violência brasileira como uma violência caracterizada, e formatada, por processos sociais e históricos *sui generis* da sociedade nacional (PINHEIRO, 1991). Posteriormente, com a concretização da abertura política, uma discussão sobre os formatos institucionais da segurança pública no país, voltadas à uma análise da instituição policial, ganha corpo (PINHEIRO, 1997).

O diagnóstico da literatura que analisa a polícia brasileira é marcado por uma verificação da reprodução, por parte dessa instituição, dos métodos de ação e da cultura institucional vinculadas ao período da ditadura, período que seria a expressão no âmbito do Estado, segundo Pinheiro (1997), das relações de poder e violência que perpassariam a sociedade brasileira ao longo de sua história. Nesse sentido, a instituição policial se torna o foco de análise dos sociólogos da violência brasileiros, que demonstram como essa instituição possui uma série de características, tais como culturas institucionais próprias (TAVARES DOS SANTOS, 2009), hierarquias legais - entre oficiais e praças, por exemplo - que se transfiguram em delimitações nas relações sociais também no nível simbólico, e que demarcam fronteiras de relacionamento, por exemplo, entre os próprios agentes policiais, produzindo espaços separados de socialização no interior da mesma instituição. Ainda, estão presentes nessas instituições, interpretações variadas (em disputa) da realidade social, que podem vir a produzir disputas políticas no interior da própria instituição e, também, embora não esgotando a discussão, esses autores apresentam dimensões do trabalho policial que estão ligadas à dinâmicas que a polícia estabelece com a sociedade em virtude de seu poder discricionário, e que vão além das orientações legais do Estado, dificultando a fiscalização e o controle do trabalho da polícia (TAVARES DOS SANTOS, 2009).

Entretanto, mesmo com a produção dessa rica caracterização sociológica acerca da polícia, a literatura não analisou as relações que existem entre essas dimensões e sua influência no policiamento a protestos no Brasil. Assim, não há um conjunto expressivo de pesquisas, com força para constituir um campo de debates articulado entre a sociologia dos movimentos sociais e da ação coletiva e a sociologia da violência, a qual engloba os temas da segurança pública e do policiamento. Essa constatação parece estar entrelaçada a uma lacuna de ordem empírica: assume-se, neste ponto, a hipótese de que, assim como não há um campo

de estudos consolidado no Brasil sobre policiamento a protestos, não se desenvolveu, historicamente, nas instituições policiais do Brasil, um modelo de atuação específico para o acompanhamento a ações de movimentos sociais. Se, por um lado, podem ser apontadas características de atuação policial brasileira no enfrentamento a crimes “individuais” (mesmo que algumas características, como a seletividade sobre a população jovem, pobre e negra como objeto da ação policial, demonstrem fragilidades na consolidação de um modelo democrático na gestão da violência), no caso da relação da polícia com movimentos sociais sequer pode ser apontado, *a priori*, qualquer modelo de atuação que informe o presente estudo. Há, assim a possibilidade de articulação entre essas, hoje, discussões teórico-metodológicas distintas.

Por outro lado, o contexto internacional, há uma série de estudos, principalmente entre autores europeus e estadunidenses, que tratam do policiamento em eventos de protesto, conforme se verificará nas seções seguintes. Diante desse contexto, e levando em consideração a hipótese de que as lacunas teórica e empírica acima referida estão mutuamente implicadas, demonstra-se a necessidade de desenvolvimento dessa área de estudos, a partir da realidade e da complexidade social brasileira. Para tanto, adotamos como objeto empírico a atuação policial da Brigada Militar³ durante o ciclo de protestos de junho/julho de 2013 na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul. A pesquisa é guiada pelos seguintes questionamentos: Quais os repertórios utilizados pelo aparato policial durante o ciclo de protestos de 2013 em Porto Alegre? Qual(is) o(s) modelo(s) de policiamento a protesto colocados em ação nesse contexto?

Metodologicamente, para o desenvolvimento do trabalho, é apresentada, em um primeiro momento, uma revisão da literatura dos estudos europeus e estadunidenses sobre policiamento a protestos. Atribui-se relevância para a discussão (consolidada entre autores vinculados à TPP) em torno dos conceitos de repressão e de repertórios policiais. A seguir, relacionado aos repertórios, mas em um nível de abstração superior, demonstra-se um conjunto de tipologias da ação policial na administração de eventos de protesto.

Posteriormente, é analisado mais detidamente o caso do policiamento aos protestos ocorridos em Porto Alegre, durante o ciclo de manifestações de 2013. Para tanto, foram analisadas notícias do jornal Zero Hora⁴ na cobertura aos eventos. Também, foi realizada

³Denominação institucional da polícia militar do Estado do Rio Grande do Sul.

⁴Zero Hora é um veículo mantido pelo Grupo RBS e reconhecido por ser “o maior jornal do Rio Grande do Sul”, devido à sua estrutura e à sua longevidade. O Grupo RBS “forma o maior grupo do setor de comunicações do

entrevista com o Comandante-Geral da Brigada Militar (BM) do Rio Grande do Sul à época, Coronel Fábio Duarte Fernandes. Esse segundo momento, de análise qualitativa do conteúdo, busca mapear quais os repertórios utilizados pelo policiamento durante os atos e qual(ais) o(s) modelo(s) de policiamento que fundamenta(m) a escolha pelos referidos repertórios.

Revisão dos estudos sobre policiamento a protestos

As revisões da literatura produzidas por Earl (2003; 2011) apresentam o estado da arte no estudo da temática. De modo geral, os estudos internacionais que se centram nas interações entre policiamento e ação coletiva são amplos e variados, havendo um avanço considerável nos últimos 30 anos. Ainda assim, identificam-se lacunas teóricas, como aquela gerada pelo desenvolvimento de novas tecnologias de informação, com o desenvolvimento de dinâmicas *online* tanto de mobilização quanto de controle (EARL, 2011).

Muitos estudos tratam das ações policiais como variáveis dependentes, buscando-se explicar por que os graus e os tipos de repressão variam no tempo, conforme modificam-se as condições de determinado contexto. Essa espécie de pesquisa predomina na literatura. Outros estudos tratam a ação policial como variável independente, considerando-se a repressão uma importante chave-interpretativa para a explicação dos processos de mobilização. Neste último caso, trata-se de entender quais as consequências que a atuação policial produz (EARL, 2011).

Especificamente para os fins deste trabalho, diante da amplitude da temática, serão delimitados conceitos operacionais e abordagens teóricas considerados relevantes no debate internacional. Apresentaremos, em síntese, duas dimensões analíticas presentes nessa literatura: repertórios policiais e tipologias da ação policial.

Para além da repressão: repertórios policiais

Os estudos sobre a atuação policial em protestos de mobilização tratam do conceito de “repressão”. Uma definição para esse conceito pode ser encontrada em Stockdill (1996). Segundo o autor, repressiva é “qualquer ação adotada por autoridades para impedir a mobilização, molestar e intimidar ativistas, dividir organizações, e fisicamente atacar,

país, fora do Eixo Rio-São Paulo” (BIZ, 2003, p. 31) e atualmente é líder na área de comunicação dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, contando com mídias em diversos formatos: rádio, televisão, jornal e plataformas digitais. Nacionalmente, o Grupo RBS é afiliado à Rede Globo, considerada o “maior conglomerado empresarial da América Latina” (BIZ, 2003, p. 31).

prender, aprisionar, e/ou matar participantes de um movimento” (*tradução nossa*) (STOCKDILL, 1996). Tilly, por sua vez, apresenta, para o termo “repressão”, uma definição mais ampla: “qualquer ação por outro grupo que aumenta o custo da ação coletiva de um grupo competidor” (*tradução nossa*) (TILLY, 1978). O mérito da conceituação de Tilly é que ela não se restringe a ações levadas a cabo por autoridades, nem a ações (físicas) visíveis, centrando-se em atos que geram dificuldades para a efetivação de mobilizações.

Buscando um conceito que não seja tão restrito quanto o de Stockdill nem tão amplo quanto o de Tilly, Earl propõe a seguinte definição:

Por ora eu adoto uma relativamente ampla (mas ainda bastante consensual) abordagem e define repressão como uma ação estatal ou privada dirigida a prevenir, controlar ou constranger a ação coletiva não institucional (exemplo: protesto), incluindo sua iniciação (*tradução nossa*) (EARL, 2011, p. 263).

Embora o conceito de “repressão” seja de uso comum na literatura pesquisada, entendemos que este não é o conceito mais apropriado para abordar as relações entre ação policial e mobilizações. Isso porque, quando se fala em “repressão” (no sentido de prevenção, controle ou constrangimento da ação coletiva, conforme a definição de Earl), pressupõe-se que a ação policial visa, necessariamente, dificultar a concretização da ação coletiva (“aumentar os custos” da mobilização, nos termos de Tilly). Porém, a despeito de essa relação conflitiva entre policiamento e mobilizações ser um fenômeno recorrente (principalmente em países que tiveram sua história recente marcada por regimes autoritários e ditatoriais, como é o caso do Brasil), entendemos que não se pode estabelecer, *a priori*, que a ação policial aumenta os custos da ação coletiva. Além de alguns trabalhos demonstrarem que o policiamento pode tanto arrefecer quanto estimular a ocorrência e o aumento de protestos (ALMEIDA, 2003, 2008; JENKINS & SCHOCK 2004; ONDETTI 2006; WHITE 1989), contextos democráticos favorecem ações policiais que, ao menos em tese, não buscam dificultar a mobilização, mas sim garantir sua ocorrência. Vislumbrar as instituições policiais como opostas a ativistas pode colocar os atores em posições estanques e, assim, impedir que o pesquisador identifique elementos analíticos que questionem/complexifiquem tal polarização.

Como resultado da opção por não se operacionalizar o conceito de repressão, torna-se necessário adotar outro conceito para que se trata das ações policiais. Pode-se, para tanto,

recorrer à própria literatura de movimentos sociais e ao conceito de “repertório”. Ao estudar as diversas formas como os atores sociais organizam-se e se manifestam publicamente, Tilly (1978) identificou formas consolidadas (padrões) de concretização da ação coletiva. Segundo Hill e Rotchild:

Os indivíduos, baseados em períodos passados de conflito com um grupo particular ou com o governo, constroem um protótipo de protesto ou tumulto que descreve o que fazer em circunstâncias particulares e também oferece uma base lógica para esta ação (HILL; ROTCHILD, 1992, p. 192).

Embora a ideia de repertórios tenha sido formulada para estudo dos padrões de ativismo, entendemos que ela pode ser também aplicada para as ações policiais. Assim como os atores engajados em ações coletivas desenvolvem “protótipos” de atuação (visando que a adoção desses modelos atinjam os fins do movimento), as instituições policiais igualmente constroem repertórios específicos de interação com os movimentos sociais. Assim, a opção por determinados tipos de ação (exemplo: uso de bombas de efeito moral, prisão de manifestantes) constitui repertórios, que serão adotados preferencialmente em relação a outras ações possíveis, a depende do contexto das mobilizações. As forças policiais dispõem, assim como os ativistas, de um “catálogo” de ações a serem tomadas. Portanto, neste estudo, quando se trata das diversas ações levadas a cabo pelas forças de policiamento, trabalha-se com o conceito de repertórios policiais.

Tipologias da ação policial

Enquanto os repertórios abordam as ações específicas levadas a cabo pelas instituições policiais em processos de mobilização, pode-se dizer que o conjunto da utilização de determinados repertórios, no curso do tempo, produz determinados modelos (tipologias) de atuação policial. Ou seja, enquanto os repertórios tratam dos instrumentos de ação utilizados, as tipologias representam diretrizes mais amplas de atuação policial.

Para tratar das formas como são desenvolvidas as ações de contenção às mobilizações, autores têm proposto diferentes tipologias da repressão. A maior parte dessas tipologias centra-se na severidade da atuação repressiva (de modo a distinguir ações de traços autoritários daquelas mais vinculadas a valores democráticos). Destaca-se, dentre tais

tipologias, a proposta de Della Porta (1996), que estabelece dimensões para análise do grau de severidade do policiamento.

O conceito de “estilo de policiamento a protestos” (*protest policing style*) é desenvolvido por Della Porta e Fillieule (2004) para compreensão das táticas, estratégias e modelos utilizados por instituições de policiamento em mobilizações sociais. Ao estudar protestos na Europa e nos Estados Unidos, Della Porta e Fillieule (2004) descrevem uma tendência, a partir da década de 1980, de desenvolvimento de estratégias menos repressoras e mais fundamentadas na negociação com ativistas. Tal diretriz é concretizada por espécies de “sistemas de gestão da ordem pública” (*public order management systems – PMOS*), baseados na padronização de protestos e na diminuição da probabilidade de ocorrência de situações não previstas pelo policiamento.

Enquanto determinadas tipologias centram-se no grau de severidade da ação policial, outras classificações buscam identificar as características das dinâmicas dos diferentes de tipos de repressão. A tipologia apresentada por Earl (2003) é um exemplo paradigmático dessa espécie de procedimento analítico. A autora entende que ações repressivas podem ser categorizadas segundo os seguintes critérios: 1. Identidade do agente repressivo (agentes do Estado fortemente conectados às elites políticas nacionais; agentes do Estado pouco conectados às elites nacionais; agentes privados); 2. Caráter da ação repressiva (coerção física; canalização da repressão por meios não fisicamente coercivos – exemplo: restrições legais); 3. Se a ação repressiva é observável ou não (observável; não observável).

Esses são alguns exemplos dentre várias tipologias já formuladas por diferentes autores dedicados ao estudo da ação policial em eventos de protesto. No presente trabalho, não se adotara, como ponto de partida, uma tipologia *a priori*, mas se identificará quais os repertórios utilizados no caso estudado.

O ciclo de manifestações de 2013: contextos e interações

As manifestações ocorridas no curso de 2013, com ápice no mês de junho, no Brasil, constituem um fenômeno recente e complexo, ainda a ser compreendido pela literatura (DOWBOR; SZWAKO, 2013). Ao longo de todo o mês de junho (e posteriormente, em menor escala, em julho) foram realizados inúmeros protestos, motivo pelo qual os meios de comunicação e a literatura científica adotaram nomenclaturas específicas para tratar desse

período de mobilizações. Entre as denominações prevalentes, destacam-se os termos “jornadas de junho” e “onda de manifestações”. Neste trabalho, opta-se pela utilização da expressão “ciclo de manifestações”, para caracterização do conjunto de eventos ocorridos em 2013, no Brasil⁵.

Nas manifestações de Porto Alegre, um dos temas centrais decorrentes dos protestos, assim como em outras capitais do país, consistiu na existência de tensões entre ativistas e o aparato policial. Embora o repertório central utilizado por ativistas, no curso das manifestações, tenha sido a realização de passeatas, foram registradas situações de utilização de repertórios de confronto (TARROW, 2009; DELLA PORTA, 2008), com a produção de danos a patrimônios públicos e privados (principalmente o ataque a instituições consideradas simbólicas do “capitalismo global”, como bancos e multinacionais), por indivíduos identificados pelo uso das táticas *Black Blocs*. Por outro lado, a atuação policial, no acompanhamento aos protestos, foi caracterizada pela utilização de instrumentos de dispersão, como bombas de efeito moral e balas de borracha. Segundo informações publicizadas pelo “Artigo 19”, pelo menos 2.608 pessoas foram detidas no ciclo de protestos, além de terem sido registradas 07 mortes⁶.

Para análise do policiamento aos protestos do ciclo de manifestações de 2013, foram selecionadas notícias de cobertura a todos os eventos de protesto ocorridos em junho (dias 13, 17, 20, 24, e 27 daquele mês), em Porto Alegre. O veículo midiático selecionado foi Zero Hora, dada sua relevância como canal de comunicação em Porto Alegre⁷. Foram analisadas as notícias cujo conteúdo consistiu na descrição das dinâmicas de interação entre manifestantes e aparato policial durante os eventos. Ainda, utilizamos como fonte a entrevista realizada com o Comandante-geral da BM Coronel Fábio Duarte Fernandes.

Para análise dos dados, foi realizada análise de conteúdo (BARDIN, 2010) das notícias e da entrevista. Para tanto, foi utilizado o software de pesquisa NVIVO. Buscou-se categorizar os repertórios policiais identificados para, em seguida, proceder-se à categorização dos modelos que orientaram as estratégias de administração policial no ciclo de protestos.

⁵O “ciclo” é entendido como “uma fase de conflito acentuado que atravessa um sistema social, com uma rápida difusão da ação coletiva de setores mais mobilizados para outros menos mobilizados; com um ritmo rápido de inovação nas formas de confronto; com a criação de quadros interpretativos da ação coletiva, novos ou transformados; com uma combinação de participação organizada e não-organizada; e com sequências de fluxos intensificados de informação e de interação entre os desafiantes e as autoridades” (TARROW, 2009, p. 182).

⁶<http://artigo19.org/>

⁷Conscientes da presença de orientações e visões de mundo que balizam a construção das notícias desse veículo de comunicação específico, adotaremos as notícias como fonte primária, não nos atendo, aqui, sobre o processo de construção da notícia. Para uma discussão desse processo, ver Fernandes (2016).

Pudemos perceber, na análise das notícias, a presença recorrente de um roteiro de interação entre manifestantes e policiais. Em todos os eventos de protesto, foram identificados, por um lado, repertórios de dano ao patrimônio público e privado por ativistas e, por outro, a utilização de instrumentos de dispersão de multidões pela polícia. Segundo Zero Hora, os protestos de forma geral iniciavam-se “pacificamente” e eram dissuadidos no momento em que se estabeleciam dinâmicas de confronto entre manifestantes e policiais.

Especificamente quanto aos repertórios policiais, foi utilizado um conjunto de recursos técnicos tradicionalmente mobilizados em situações que envolvem um grande número de pessoas, mas que não necessariamente se caracterizariam como eventos de protesto, como, por exemplo, conflitos em estádios de futebol. O desconhecimento de modelos de policiamento direcionados à gestão de eventos de protesto no Brasil, no formato do ciclo de 2013, é expressa na entrevista do Coronel Fábio:

A dinâmica do movimento era uma dinâmica desconhecida até então pra polícia no Brasil. E aqui no Rio Grande do Sul não era diferente, porque o movimento não tinha uma liderança específica, [...] os sindicatos, os partidos políticos estavam fora, ou pelo menos... não fora, mas eles não tinham identidade. Então isso dificultava muito a relação, porque quando tu tem um sindicato, um partido político ou uma liderança identificada, tu dialoga com aquela liderança e tu sabe... “o movimento vai por aqui...”. Tu pactua... “as ações, o movimento, a marcha, ou a caminhada vai se dirigir por aquela ou tal rua, vai até tal local”, enfim, mas como não tinha isso, era muito complexo, era muito difícil. Então tu tinha que distribuir efetivos nos mais variados pontos que o setor de inteligência detectava para ver onde é que a manifestação podia ir, mas como isso os próprios líderes do movimento tinham dificuldade de estabelecer, eles disputavam essa liderança por ocasião do momento da manifestação, então era muito difícil. (grifos nossos)

Em geral bombas de gás lacrimogêneo foram prioritariamente utilizadas. Por um lado, essa arma produz efeitos de irritação química sobre o corpo e, por outro, provoca reações de temor quanto às consequências de aproximação com o aparato policial. Um segundo repertório recorrente, segundo os dados de Zero Hora, foi a realização de prisões de manifestantes (23 no dia 13 de junho, 38 no dia 17 e 83 no dia 24). Eventualmente, teriam sido

utilizados outros repertórios, tais como o uso de balas de borracha e de armas *taser*. O uso desses repertórios tende a gerar efeitos de desmobilização nos eventos de protesto.

Com a consolidação do ciclo de protesto, aos repertórios policiais focados no controle de multidões foram se agregando novas estratégias e formas de gestão que não passam e não se produzem necessariamente no momento do protesto, mas se dão institucionalmente no interior dos aparatos de Estado. Essas técnicas caracterizam-se por serem guiadas por uma lógica preventiva e não ostensiva de policiamento, e não necessariamente envolvem apenas agentes policiais. Tais estratégias podem envolver um conjunto de órgãos burocráticos que contribua com informações e recursos ao Estado no trabalho de gestão de processos de mobilização social, anterior e posteriormente aos atos de protesto. Dentre essas técnicas, foram utilizados o monitorando de potenciais “depredadores” e o rastreamento de diálogos e mensagens por meio de redes sociais. Além disso, em um evento de protesto foram entregues aos ativistas “folhetos informativos” sobre a segurança na manifestação. Embora tenham sido parcialmente incorporadas, as estratégias preventivas não substituíram os repertórios de dispersão, havendo uma simultaneidade no uso desses diferentes repertórios.

A justificação para a utilização dos conjuntos de repertórios acima descritos operou-se, como apontado nas falas de representantes da BM e do ex-governador do Estado, consistiu na diretriz de “garantir a segurança das pessoas poderem se manifestar democraticamente” (fala do Coronel Silanus, referente ao protesto do dia 13). O fundamento da atuação policial consistiria na necessidade de preservar vidas e permitir a ocorrência da manifestação. Assim, o modelo de policiamento teria como critério bens específicos a serem protegidos – vida e democracia. Por outro lado, as práticas preponderantemente adotadas (uso recorrente de bombas de gás lacrimogêneo e número relevante de manifestantes presos) explicitam uma tensão entre a garantia da vida/do direito à manifestação e a preservação de patrimônios materiais, desde estabelecimentos comerciais e contêineres de lixo (segundo o chefe do setor de Comunicação Social da BM à época, tenente-coronel Eviltom Pereira, a BM não iria “tolerar depredação” nos atos de protesto). Ou seja, trata-se de um conflito valorativo, pois ao mesmo tempo em que, em âmbito discursivo, defende-se a integridade dos manifestantes, a dimensão prática denota a prevalência da defesa do patrimônio.

As ações de dispersão (justificadas pela necessidade de defesa do patrimônio), dadas suas consequências de desmobilização sobre os protestos, foram objeto de críticas e

denúncias por parte de ativistas e instituições no curso do ciclo de manifestações. Órgãos como a Defensoria Pública, o Ministério Público e a OAB receberam denúncias de abuso policial e se posicionaram publicamente contrários aos possíveis excessos da ação policial nos protestos. Concomitantemente, a “violência policial” foi adotada, nos eventos derradeiros de junho, como uma pauta das mobilizações, demonstrando disputas interpretativas em torno das interações entre ativistas e aparato policial.

A ocorrência de diferentes e concomitantes repertórios de gestão dos processos de mobilização social relaciona-se à existência de disputas acerca das orientações que guiam esses processos de gestão. Essa disputa envolve um conjunto de atores em interação no espaço público, mas se dá também internamente à instituição policial. Ou seja, os próprios órgãos policiais não são homogêneos, mas apresentam uma diversidade de concepções da ação policial. Essa disputa interna durante o ciclo de manifestações de junho de 2013 é explicitada na fala do Coronel Fábio.

era uma questão doutrinária da instituição e que houve. A relação, digamos assim, como nós estávamos mudando concepções, ou seja, a Brigada era uma instituição que ia lá pra agredir, pra resolver o problema, pra acabar com a bagunça, vamos dizer assim, e nós não tínhamos essa diretriz, ou seja... “não, o cara quer se manifestar? Ele tem o direito de se manifestar. Ele não pode exceder aquele direito a prejudicar o outro e tal” [...]. E os próprios soldados também, porque diziam “não, agora não pode bater nas pessoas. Não pode mais atirar bala de borracha. Como é que nós vamos fazer?” Entendeu? Então tu rompe com um paradigma, que “isso... não. É isso mesmo. Não tem que bater nas pessoas. Nós temos que criar mecanismos técnicos para impedir que elas façam o que estão fazendo”. Então isso, foi, digamos assim, um momento de tensão muito forte.

Segundo a entrevista com o coronel Fábio, a estratégia adotada pela BM nessas circunstâncias seria a busca pelo controle ao acontecimento, com a coleta de informações que confeririam certa previsibilidade ao ato: a identificação, de modo preciso, das organizações que estariam à frente da manifestação e o conhecimento do trajeto e dos repertórios adotados ao longo do protesto. Porém, como foi verificado nas notícias de Zero Hora, o desenvolvimento formas preventivas de intervenção em protestos (serviços de inteligência, rastreamento de informações) não foi consolidado em 2013.

A disputa revela uma diversidade de repertórios e modelos possíveis de intervenção em grandes multidões, tendo 2013 sido um evento disparador da necessidade de discussões sobre essa temática no Brasil. Os diferentes modelos em disputa pautaram-se pelo critério do bem a ser protegido (integridade dos manifestantes/direito à manifestação e defesa do patrimônio), denotando-se um conflito valorativo interna e externamente às instituições policiais. Retomando-se as lacunas teórica e empírica apresentadas ao início do texto, reafirma-se a necessidade de estudos que levem em conta as disputas presentes nas instituições policiais quanto aos modelos de gestão de mobilizações sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, P. D. *Opportunity organizations and threat-induced contention: protest waves in authoritarian settings*. *Am. J. Sociol.* 109(2):345-400, 2003.

_____. *Waves of Protest: Popular Struggle in El Salvador, 1925-2005*. Minneapolis: Univ. Minn. Press, 2008.

ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova*, São Paulo, 76, p.49-86, 2009.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. 4a. ed. Lisboa: Edições 70, 2010.

BIZ, O. RBS, A hegemonia no Sul. In: GUARESCHI, P.; BIZ, O. [org.]. *Diário Gaúcho: que discurso, que responsabilidade social?* Porto Alegre: Evangraf, 2003.

DELLA PORTA, D. *Research on Social Movements and Political Violence*. *Qualitative Sociology*, v. 31, p. 221-230, 2008.

_____. *Social Movements and the State: Thoughts on the Policing of Protest*. In: MCADAM, D.; MCCARTHY; ZALD, M. (ed.). *Comparative Perspectives on Social Movements*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

_____. *Social Movements, Political Violence, and the State: A Comparative Analysis of Italy and Germany*. New York: Cambridge University Press, 1995.

DELLA PORTA, D.; FILLIEULE, O. *Policing Social Protest*. In: SNOW, D. A.; SOULE, S. A.; KRIESI, H. [ed.]. *The Blackwell Companion to Social Movements*. Malden: Blackwell Publishing, 2004.

DOWBOR, M.; SZWAKO, J. Respeitável Público: *Performance* e organização dos movimentos antes dos protestos de 2013. *Revista Novos Estudos*, ed. 97, nov. 2013.

EARL, J. *Political Repression: Iron Fists, Velvet Gloves and Diffuse Control*. *Annu. Rev. Sociol.*, v. 37, p. 261-284, 2011.

_____. *Tanks, Tear Gas, and Taxes: Toward a Theory of Movement Repression*. *Sociological Theory*, v. 21, n. 1, 2003

FERNANDES, E. G. **Campos de batalha jornalística: os enquadramentos construídos por Zero Hora, Diário Gaúcho e Sul21 na luta pela (i)legitimidade do ciclo de manifestações de 2013, em Porto Alegre/RS**. 2016. 300f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016a.

HILL, S.; ROTCHILD, D. *The impact of Regime on the Diffusion of Political Conflict*. In: MIDLARSKY, M. (org.). *The Internationalization of Communal Strife*. Londres: Routledge, 1992.

JENKINS, J. C.; SCHOCK, K. *Political process, international dependence, and mass political conflict: a global analysis of protest and rebellion, 1973-1978*. *Int. J. Sociol.* 33(4):41-63, 2004.

ONDETTI, G. *Repression, opportunity, and protest: explaining the takeoff of Brazil's landless movement*, *Lat. Am. Polit. Soc.* 48(2):61-94, 2006.

PINHEIRO, P. S. Autoritarismo e transição. *Revista da USP*, v. 9, março, abril, maio 1991.

_____. Violência, crime e sistemas policiais em países de novas democracias. *Tempo Social*, v. 9, n. 1, maio 1997.

_____. De volta aos movimentos sociais? – Reflexões a partir da literatura brasileira recente. *Ciências Sociais Unisinos*, v. 46, p. 2-9, 2010.

STOCKDILL, B. C. *Multiple Opressions and Their Influence on Collective Action: The Case of the AIDS Movement*. PHD. dissertation, Department of Sociology, Northwestern University, Evanston, 1996.

TARROW, S. **Poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. **Violências e conflitualidades**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2009.

TILLY, C. *From Mobilization to Revolution*. Reading, Mass.: Addison-Wesley, 1978.

WHITE, R. W. *From peaceful protest to guerilla war: micromobilization of the provisional Irish republican army*. *Am. J. Sociol.* 94(6):1277-302, 1989

Emoções e Performances: As manifestações contra a corrupção em Porto Alegre¹

Camila Farias da Silva²

O trabalho apresenta uma proposta de pesquisa sobre as dinâmicas da ação coletiva, especificamente a relação entre emoções e repertórios de ação, expressa nas performances públicas de contestação. Tem como objetivo compreender como as emoções presentes em manifestantes conformam performances de contestação e como, por sua vez, as performances produzem emoções nos atores envolvidos. Para tal, serão estudadas as performances e emoções presentes nas manifestações que ocorreram em Porto Alegre, em 2015 e 2016, com o tema da corrupção e “pró-impeachment”, protagonizadas por setores que historicamente não fazem uso da manifestação de rua como parte de seu repertório de ação. O desenho da pesquisa se dividirá em duas etapas, a primeira, a explicação da produção das performances pelas emoções, já a segunda, a produção de emoções a partir das performances desenvolvidas. Para esses dois momentos serão analisadas notícias da mídia impressa e vídeos divulgados na internet. Também pretende-se realizar entrevistas semi-estruturadas e grupos focais. Essa proposta problematiza uma visão marcadamente utilitarista, pragmática e/ou estratégica das performances de protesto, que as vê como um meio ou instrumento para atingir um determinado fim prático da organização/movimento. Sem negar que haja isto, a problematização desloca a atenção para a dimensão emotiva das performances que, ao mesmo tempo, expressam e produzem emoções dos/nos participantes.

Palavras-Chave: Emoções, Performances, Manifestações.

Introdução

O ciclo de protestos de 2013 foi caracterizado por uma diversidade de atores, multiplicidade de demandas e diferentes formas de ação (SILVA, 2016). Disputas sobre os significados e liderança das manifestações marcaram a dinâmica do processo de contestação. Um ativismo ligado a uma direita ideológica apresentou centralidade nessa disputa (ANTUNES, 2013; SINGER, 2013; MARENCO, 2014; TATAGIBA; TRINDADE; TEIXEIRA; 2015; SILVA, 2016). Esses setores se mantiveram fortemente mobilizados nos anos seguintes, sustentando demandas contra a corrupção e o impeachment da presidenta Dilma Rousseff - uma aliança entre setores da elite brasileira em oposição ao governo³ (SINGER, 2015;

¹Artigo realizado a partir do projeto de pesquisa de doutorado.

²Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFRGS, bolsista CAPES.

³Pesquisas sobre perfil dos manifestantes nas manifestações de março de 2015: <https://gpopai.usp.br/pesquisa/120415/> <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1603885-maioria-foi-as-ruas-contr-a-corrupcao-diz-datafolha.shtml> <http://institutoamostra.wix.com/instituto-amostra> (Porto Alegre) <http://www.institutoindex.com.br/> (Porto Alegre) - Acessado em 01/09/2016.

VELASCO e CRUZ; KAYSEL; CODAS, 2015). A análise de Silva e Baiocchi (2015) realizada para o jornal American Aljazeera caracteriza as manifestações como uma reação conservadora:

Uma causa diferente uniu as mobilizações deste mês. Os manifestantes podiam ser ouvidos gritando como na Guerra Fria slogans anti- comunistas , exigindo o impeachment da presidente Dilma Rousseff e até mesmo exigindo a intervenção do exército na política interna . Trinta anos após o fim da ditadura militar do Brasil , Dilma Rousseff e seu partido de centro-esquerda, o Partido dos Trabalhadores (PT), enfrentam um desafio crescente da direita. [...] O que explica essa hostilidade? Os protestos no último fim de semana devem ser entendidos como parte de uma reação conservadora crescendo no Brasil contra anos de redistribuição dirigidos pelo PT. A hostilidade da elite e de classe média em relação às minorias , os pobres e seus patronos políticos, agora vêm à tona de forma sem precedentes.⁴

Apesar dos esforços atuais, o campo de estudos de movimentos sociais ainda carece de instrumentos teóricos e metodológicos adequados para estudar o ativismo ligado a direita, os pesquisadores tendem a estudar processos de contestação ligados a tendências políticas de esquerda (JASPER, 2016). No Brasil, um campo de reflexão sobre a direita ainda é muito insipiente (VELASCO e CRUZ; KAYSEL; CODAS, 2015).

Pretende-se contribuir na superação dessas limitações a partir do estudo das manifestações contra a corrupção e pelo impeachment da presidenta Dilma Rousseff durante os anos de 2015 e 2016. Esse estudo se dará principalmente a partir de uma abordagem cultural para análise de processos de mobilização. Entende-se que o ser humano tem múltiplas motivações, sendo assim necessário uma perspectiva cultural para tornar suas ações inteligíveis (JASPER, 2016).

Nessa abordagem a análise se centrará em uma dimensão específica da cultura: as emoções. Parte da ação coletiva ainda pouco conhecida da literatura nacional, ao estudar as implicações das emoções nos processos de mobilização, é apresentada para o campo acadêmico de movimentos sociais uma alternativa a algumas dicotomias presentes no campo como racional x irracional, estrutura x indivíduo (JASPER, 2011).

Na literatura norte-americana e europeia, durante muito tempo, as críticas a análise racional e a análise estrutural, dos processos de mobilização, foram limitadas à defesa das temáticas da “cultura” e da “identidade”. Porém, as emoções da ação coletiva foram ainda mais

⁴“Brazil’s elites are revolting”: <http://america.aljazeera.com/opinions/2015/3/brazils-elites-are-revolting.html> (tradução da autora) – Acessado em 01/09/2016.

negligenciadas. Recentemente, elas retornaram com força no ambiente das pesquisas (GOODWIN; JASPER; POLLETA; 2007). Vinte anos atrás, as emoções são quase totalmente ausentes das agendas acadêmicas da política, protesto e movimentos sociais. Nos anos seguintes, as emoções de toda espécie reapareceram na pesquisa sobre movimentos sociais, em um fluxo ainda crescente de artigos e livros (JASPER, 2011, p. 143).

Essa “onda” conservadora trouxe as ruas as cores que representam o Brasil, associadas a discursos, expressos em cartazes e palavras de ordem, contra o Governo Federal (ainda que demonstrem descontentamento com o sistema político como um todo chegando a pedir uma intervenção militar, como mencionado anteriormente) e ataques pessoais a presidenta. Cartazes com alusões a morte de Dilma Rousseff, de violência sexual, mensagens meritocráticas, anticomunistas, compuseram as manifestações. Por outro lado, mensagens de mudança, de amor ao país, de esperança, também fizeram as manifestações. Indignação, vergonha, ódio, orgulho, admiração, pertencimento, amor, medo, são algumas das emoções que produzem as mensagens, uma estética específica e as ações desenvolvidas, nesses eventos de protesto.

As emoções fazem parte da vida social assim como os significados cognitivos e os valores morais. São relativamente premeditados, não são irrupções acidentais da irracionalidade. As respostas emocionais estão tão em função de um contexto externo como em função de profundos estados afetivos. As emoções integram todas ações coletivas, tanto emoções afetivas, como de reação a fatores externos, fazem parte de todas fases do protesto. Ajudam a explicar como os indivíduos se engajam nas manifestações ou grupos específicos, assim como, outras são geradas durante o protesto, em relação a seus membros e as instituições presentes. As preexistentes emoções e as produzidas durante a manifestação, produzem respostas ao evento, descobertas e decisões (JASPER, 1998).

Entende-se, então, a importância das emoções como uma das dimensões da ação coletiva. Estudar as emoções na conformação dos eventos de protesto, compreender essa relação, se faz necessária para a compreensão dos processos de mobilização. O olhar aqui será direcionado para as formas do fazer reivindicatório, tentando elaborar uma explicação para as emoções presente nesse fenômeno e sua relação com performances públicas de contestação.

Portanto, não será estudado um movimento social (enquanto ator) específico, mas sim eventos de protesto. Nesse evento será feito o recorte da forma como esse se apresenta. A partir do conceito de repertório de ação coletiva, definido como “as maneiras através das quais

as pessoas agem juntas em busca de interesses compartilhado” (TARROW, 2009, p.51) proponho estudar o a relação das emoções com as performances que compõe os repertórios de contestação,

performance suplanta rotina como unidade mínima do repertório, [...] Conceito relacional, não substantivo.[...] sentidos são inapartáveis das práticas, por isso, o melhor acesso a eles é a análise de performances.[...] privilegia a capacidade dos atores de selecionar e modificar as performances de um repertório [...] ao contexto de sentido daquele grupo, naquela sociedade. O repertório só existe encarnado em performances confrontacionais (ALONSO, 2012, p. 32).

A partir do estudo dos eventos narrados acima e seus desdobramentos busco analisar como se dá a relação entre as emoções e as performances públicas de contestação. O projeto problematiza uma visão marcadamente utilitarista, pragmática e/ou estratégica das performances de protesto, que as vê como um meio ou instrumento para atingir um determinado fim "prático" da organização/movimento. Sem negar que haja isto, a problematização desloca a atenção para a dimensão emotiva das performances que, ao mesmo tempo, expressam e produzem emoções dos/nos participantes.

Significados culturais, performances e emoções

Cultura é significado: como entendemos o mundo, incluindo a compreensão de nossos próprios motivos e ações. Não podemos entender de que forma tomam-se decisões estratégicas senão pelos significados culturais que estão disponíveis ou inventados. As decisões são filtradas pela cultura. A cultura é composta de pensamentos, sentimentos e princípios morais comuns, juntamente com as representações físicas que criamos para expressá-los ou moldá-los (JASPER, 2016, pág. 25). É por meio de processos culturais que damos significado ao mundo, que compreendemos a nós mesmos e aos outros (GOODWIN; JASPER; POLLETA; 2007).

A cultura tem três componentes principais: a cognição, que diz respeito as palavras, crenças, afirmações, distinções, enquadramentos, identidades coletivas, narrativas, táticas, etc. - formas de aproveitar compreensões culturalmente constituídas de como agir - Vivencia-se ideias por meio de ações; as emoções, que nos enviam sinais e nos ajudam a processar

informações, avaliar nossas situações e formular métodos de ação, aprendemos onde e quando mostra-las e denomina-las- compreendemos melhor as situações pela via do sentimento que pelo pensamento consciente; e a moral, que são um conjunto de princípios e intuições. Todos esses componentes são separados apenas para fins de análise, pois estão em constante relação, não podem ser entendidos sem as implicações que produzem uns aos outros (JASPER, 2016, pág. 26-27).

Os significados culturais são expressos, principalmente, através de ações (JASPER, POLLETA, 2011; JASPER, 2016). Toda ação é física, portanto é necessário examinar as formas pelas quais a ação é corporificada: como ela é percebida por alguém, como parece a outras pessoas, os limites do que o corpo pode fazer e como dois indivíduos fazem a mesma coisa de maneiras diferentes. Agimos em determinados lugares: se tornam arenas quando realizamos atividades políticas, já tem expectativas e tradições, possibilidades e impossibilidades físicas. A ação se baseia em significados: nós entendemos o que estamos fazendo e também atribuímos significados aquilo que os outros fazem. Ação aproxima pessoas e objetos: roupas, barricadas, vinagre, jornalistas, polícia (compõe a manifestação) (JASPER, 2016, p. 51).

A performance é uma ação que tem como objetivo influenciar, de algum modo, outros participantes da situação (GOFFMAN, 2013, p. 28). As performances “falam” com o público, incorporam informações, sentimentos e moralidade, destinadas a inspirar (ALEXANDER, 2011).

Um conjunto de performances compõe um repertório de ação, compartilhado por diferentes movimentos em determinados lugares e em um determinado período (TILLY, 2006; 2008). Protestos tendem a seguir um conjunto de performances – repertório - já existentes por uma série de razões: primeiro pelos ativistas já possuírem um *know-how*, além disso se um tática é conhecida provavelmente tem mais legitimidade e finalmente porque algumas ações são mais fáceis do que outras dados os recursos e arenas disponíveis (JASPER, 2016). Apesar das emoções parecerem muito distantes do cálculo estratégico, desempenham um papel central em todas as escolhas⁵.

Emoções são fenômenos incorporados, situados no corpo (sem que signifique que sejam naturais). São lembradas desde cedo como parte de um contexto de interação social, e não são pensadas de forma isolada. As emoções tornam-se partes de esquemas ou padrões de

⁵Tende-se a não considerar o papel das emoções nas escolhas principalmente devido a histórica oposição entre corpo/mente, emoção /razão. Ver sobre em Lutz, 2008.

ação aprendidos em interação com o ambiente social e cultural, que são internalizados no início da infância e acionados de acordo com cada contexto. O aprendizado de como, quando e por quem certo sentimento deve ser manifestado incluem expressões faciais, gestos e posturas (REZENDE; COELHO, 2010).

Nas ciências sociais, os autores tentam demonstrar como as emoções são socialmente construídas e não apenas respostas automáticas do corpo humano⁶. As emoções para além de simples sensações, são ações ou estados da mente que só fazem sentido em determinadas circunstâncias (JASPER, 1998, pág. 400). As emoções, nessa abordagem, são mais uma construção de significados sociais compartilhados, do que estados psicológicos automáticos. As emoções tem objetos (nós temos medo *de* alguma coisa), assim, dependem de entendimentos cognitivos. Isso permite um processo de aprendizado e adaptação. São, então, condicionadas por nossas expectativas que derivam do conhecimento sobre o mundo (JASPER, 1998; GOODWIN; JASPER; POLLETA; 2007).

As emoções estão presentes em todas ações sociais. Por outro lado, apenas recentemente que passaram a ocupar centralidade nas análises dos processos sociais. Até então, faziam parte de forma periférica ou não apareciam nas teorias (JASPER, 2011; GOODWIN; JASPER; POLLETA; 2007).

Até os anos 70, a literatura sobre movimentos sociais dava centralidade as emoções. Porém, o entendimento acerca do papel das emoções nas manifestações dizia respeito ao caráter irracional dos manifestantes. Através de um entendimento psicologizante, acreditava-se que os manifestantes eram imaturos e indevidamente emocionais, talvez resultado de problemas mal resolvidos no estilo edipiano. Essa associação das emoções com a irracionalidade continua tendo implicações nas ciências sociais (JASPER; POLLETA; 2007).

Como resposta a esses estudos, dos anos 60 aos anos 90, surge uma nova vertente teórica, na qual coloca sob a lente da racionalidade os processos de mobilização, principalmente influenciada pela teoria de mobilização de recursos. Assim, esses processos partiriam de escolhas racionais, negando totalmente as emoções (JASPER, 2011).

Descontentes com a análise racional dos movimentos sociais, no final dos anos 80, uma virada cultural no campo, novamente traz as emoções para as discussões. Os autores porém, davam ênfase a fatores cognitivos, sendo as emoções um tanto quanto periféricas nas

⁶DURKHEIM, 1984; ELIAS, 1993; FOUCAULT, 1977; GIDDENS, 2002; MAUSS, 1974; 1980; SIMMEL, 1987; 1993; VELHO, 1986.

análises. O conceito de identidade coletiva, por exemplo, popularizou-se em parte por trazer as paixões por traz da cultura, mas isso foi definido como uma questão cognitiva de formação de fronteiras, e pouco se trabalhou em como as emoções interferem nesse processo. No entanto, a virada cultural abriu caminhos para a incorporação das emoções no estudo dos movimentos sociais (JASPER; POLLETA; 2007).

Dimensões de análise⁷

Vimos que as emoções são fenômenos incorporados (situados no corpo) que expressam significado culturais aprendidos. Para o estudo das emoções se faz necessário, então, identificar como esses significados assumem forma (e que tipo) na vida cotidiana, como esses significados se tornam compreensões sobre o mundo e como nosso corpo processa essas informações.

PORTADORES FÍSICOS

Os significados assumem formas físicas:

Quadro 1: Portadores físicos de significados

Palavra	Portadores mais comuns, articuladas a conversas íntimas. Palavras escritas permitem que sejam salvas ao longo do tempo e transportadas a lugares distantes. Nomear é um uso das palavras que permite que enxergamos um fenômeno até então não percebido.
Imagem	Tem sua própria iconografia.
Livros	Incluem palavras e imagens. Podem ser transportados e reúnem muitos detalhes (provas com argumentos). Tem um propósito simbólico para além da difusão de informações: trazem respeitabilidade intelectual, provas para sustentar suas afirmações.
Grafites	Vantagem anônima de utilizar espaços públicos visíveis para transmitir uma mensagem breve
Música	Papel central no protesto, ao transmitir mensagens por meio de letras, concisos

⁷Toda essa seção foi realizada com base em JASPER, 2016 e JASPER; POLLETA, 2011.

	resumos de visões políticas. Absorve o corpo inteiro.
Artes performáticas	Como dança e teatro, utilizam um outro tipo de vocabulário no qual corpos e movimento expressam vários significados.
Corpo Humano	Nossas posturas, gestos, olhares, falam com nossos públicos.
Ambiente construído	Prédios, rodovias, jardins, parques, aeroportos, estações de trem, monumentos, memoriais, cemitérios, etc., moldam a forma como nos sentimos e pensamos a respeito do mundo

Fonte: Jasper, 2016

CORPO

O corpo é um portador físico de significado. Para a realização dessa pesquisa terá uma atenção especial por ser especialmente, mas não apenas, expresso nas performances. Por meio dos nossos corpos que vivenciamos sentimentos sobre o mundo. Coletamos informações por pequenos processos incluindo todos nossos sentidos. Transmitimos declarações por meio de vitrines corpóreas: roupas, acessórios, expressões. Concretizamos nossas intenções por meio de nossos corpos.

PORTADORES FIGURATIVOS

As mensagens que os portadores físicos de significados transmitem são reunidas em diferentes formas figurativas que tem como objetivo atrair a atenção e provocar um impacto sobre os públicos.

QUADRO 2: Portadores figurativos de significados

Máximas e provérbios	Formulações concisas moldam nosso senso comum
Piadas	Um tom agressivo pode ser usado contra os poderosos
Hinos e Slogans	Tão curtos quanto máximas, costumam ser criados para apresentar um diagnóstico político
Enquadramentos	Um tipo de metáfora subjacente que inclui o diagnóstico de um problema, sugere soluções e, com sorte, motiva a ação.
Identidades coletivas	Passamos a nos sentir parte de um grupo

	em termos cognitivos, emocionais e morais, e estamos dispostos a agir em favor dele.
Personagens	Heróis, vilões, vítimas são componentes indenitários que portam avaliações morais e sugerem as emoções que devemos sentir em relação a esses atores.
Narrativas	As histórias tem personagens que fazem coisas uns aos outros, um enredo que combina essas ações, um sentido de tempo que liga ações sucessivas, começo, meio e fim, e algum tipo de moral ou avaliação.
Fatos	Afirmações supostamente simples sobre a realidade que são incorporadas as narrativas, enquadramentos e desempenho dos personagens, dando-lhes maior plausibilidade.
Regras e leis	Instruções sobre como agir também são declarações simbólicas sobre o que é normal e moral.
Ideologias	Sistemas elaborados de ideias, identidades, narrativas, enquadramentos, slogans, fatos e outros elementos que se destinam a explicar o mundo e sugerir ações.

Fonte: Jasper, 2016.

INTERAÇÕES

Contudo, é somente por meio das ações que esses significados são transformados em sentimentos e compreensões sobre o mundo. Pessoas portam objetos para interagir entre si por uma variedade de propósitos. Os significados vem a luz mediante a esses envolvimentos. As manifestações (que por si já são interações) são compostas por alguns processos interativos:

QUADRO 3: Tipos de interação

Rituais	Destacam significados-chave para os participantes. Também tem objetivo de provocar emoções.
Espaços livres	Oferecem lugar para inventar nomes, debater táticas, articular suas reivindicações, sem resistência (centros comunitários, escolas, igrejas, bares, etc.). Podem ser “incubadoras” de protestos.

Atos discursivos	Realizamos com a linguagem: incluem fatos afirmativos, comandos, promessas, nomeações, provocações, expressam sentimentos, etc. As palavras reunidas em declarações constituem formas de ação. Atos discursivos não são realizados unicamente por meio de palavras, mas com outros gestos.
------------------	--

Fonte: Jasper, 2016.

PROCESSOS SENTIR-PENSAR

Uma emoção é um rótulo verbal que aplicamos a um conjunto de sentimentos conhecido. Há centenas de processos subjacentes que afetam nossos sentimentos, todas processam informações sobre o que se passa, nos ajudam a lidar com o mundo, são chamados de processos de sentir-pensar.

QUADRO 4: Tipo de emoções

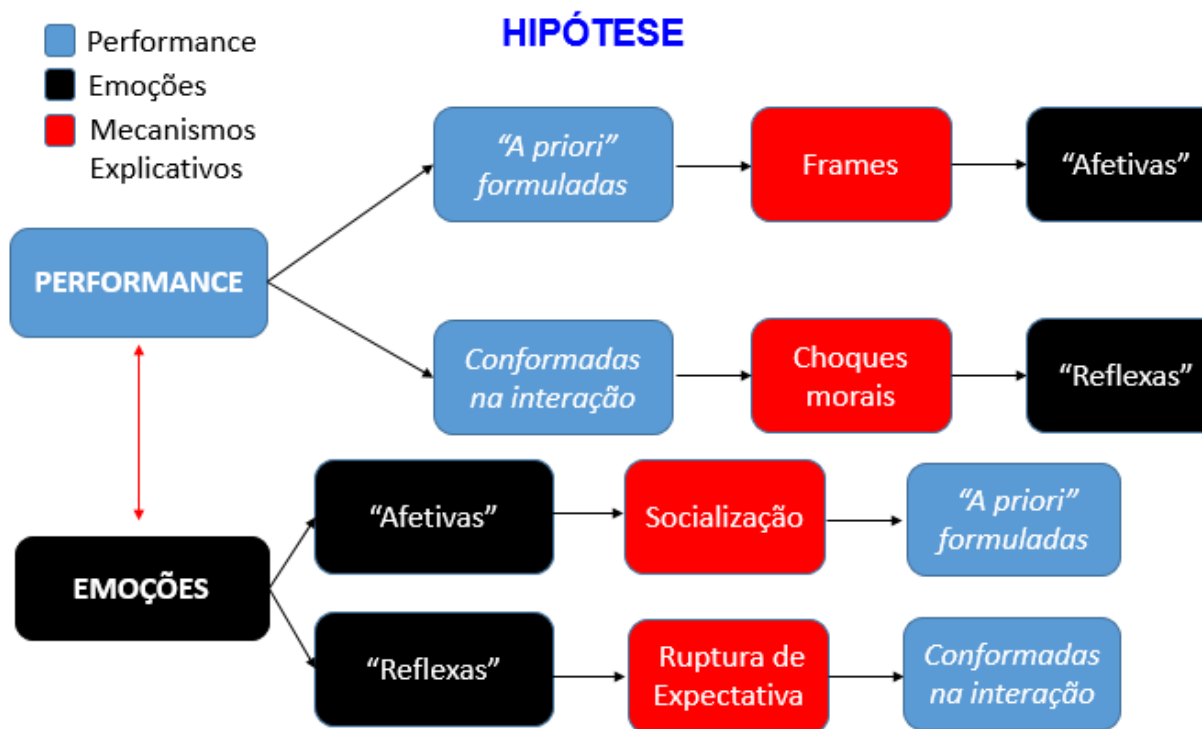
Impulsos	Necessidades corporais urgentes que superam outros sentimentos e atrações até serem satisfeitas: fome, vícios, necessidade de urinar ou defecar, exaustão, dor, desejos, etc.
Emoções reflexas	Respostas automáticas, bastante rápidas, a eventos e informações: raiva, medo, alegria, surpresa, choque, desprezo, etc.
Estados de espírito	Sentimentos estimulantes e desestimulantes que persistem em diferentes ambientes e normalmente não sofrem objeções diretas. Podem ser alteradas por emoções reflexas.
Lealdades ou compromissos afetivos	Sentimentos relativamente estáveis, positivos ou negativos, sobre pessoas ou objetos, como amar e odiar, gostar e desgostar, confiar ou desconfiar, respeitar ou desprezar.
Emoções morais	Sentimentos de aprovação ou desaprovação (inclusive em relação a nós mesmos e nossas ações) com base em intuições ou princípios morais, como vergonha, culpa, orgulho, indignação, afronta e compaixão.

Fonte: Jasper, 2016.

Emoções e performances: uma relação de coprodução

A partir da literatura e trabalhos prévios foi formulada a seguinte hipótese que funcionará como um guia para pesquisa:

FIGURA 1: Hipótese



Fonte: autoria própria.

Acredita-se que a relação entre performance e emoções se dá através de uma coprodução. As performances públicas de contestação realizadas nos eventos de protestos produzem emoções no público que acompanha o evento. Por outro lado, as emoções, presentes nos atores que realizam o evento de protesto, produzem performances públicas de contestação.

PERFORMANCES-EMOÇÕES

A performance é realizada no sentido de influenciar o outro envolvido na ação (GOFFMAN, 2013; ALEXANDER, 2011). Assim que, as performances públicas de contestação, tem como função, de certa forma, sensibilizar outras pessoas para a causa e, para além disso,

influenciar nas ações de seus opositores para resultar em ganhos e alcançar os objetivos do protesto. Como as performances produzem emoções, está expresso na seguinte hipótese:

- As performances acionam no espectador emoções que podem sensibilizá-los para a causa do protesto, ou, por vezes, fazer o contrário, dependendo da função para qual é desempenhada. Esse processo ocorre a partir de mecanismos como produção de enquadramento e os choques morais. Performances formuladas a priori são pensadas a partir de determinados objetivos: demonstrar que as condições existentes são injustas é essencial para a afirmação do protesto. Assim, “no enquadramento da injustiça, a paixão por justiça é preenchida por raiva sobre a existente injustiça” (JASPER, 1998). Faz-se necessário, então, demonstrar essa situação injusta. A construção da corrupção enquanto problema nacional, faz parte desse processo. Os manifestantes em suas performances, por sua vez, precisam afirmar esse enquadramento, portanto, trazem imagens do que historicamente simboliza corrupção, mensagens contra a corrupção, vestem roupas de presidiários e mascaras daqueles que julgam corruptos, durante a manifestação. Da mesma forma, demonstram o orgulho pelo país e demonstram acreditar que é possível melhorar, representado nos símbolos nacionais, bandeiras e palavras de ordem. Assim, tentam fazer com que as “normas abstratas de justiça ganhem poder das emoções positivas no contraste com uma situação injusta e emoções negativas associada a elas, exercem poder de motivação daqueles que observam”. (JASPER, 1998). Esse tipo de performance, a partir da produção de enquadramentos, tende a acionar emoções do tipo afetivas, pois dizem respeito a sentimentos estáveis sobre pessoas ou objetos já presentes. Performances criadas durante a interação (que não foram pensadas anteriormente) geralmente são respostas a situações imprevistas. Essas performances, a partir de um mecanismo de produções de “choques morais”, tendem a acionar emoções reflexas. Quando não se espera, por exemplo, que haja uma bandeira identificada com a oposição no espaço em que se dá a manifestação, procura-se associar aquele símbolo a ações pejorativas e a criação de um alvo específico. Assim, as pessoas envolvidas sentem uma tensão com o que moralmente acreditam e como reação a essa situação, emoções reflexas são acionadas, como raiva e indignação. Nas manifestações pesquisadas, configuravam uma ligação entre o problema da corrupção e o Governo Petista, tentando fomentar um sentimento de indignação moral e o alvo específico.

EMOÇÕES-PERFORMANCES

Os manifestantes realizam um tipo de performance afim de atingir determinados objetivos. Essa escolha que por muito tempo foi vista como apenas estratégica-racional, também é realizada em função de fatores emocionais.

- Emoções do tipo afetivas tendem a produzir performances a partir da socialização que os manifestantes passaram em sua vida. A hostilidade ao PT, por exemplo, traduz-se nas mensagens de ódio e ações (como queimar símbolos que relacionam ao partido). Tendem a vir principalmente da trajetória dos atores, que socializados em instituições onde adquiriram certos valores e passaram por experiências específicas (nesse caso valores conservadores, meritocráticos, por exemplo) - formulam suas estratégias dando forma a essa hostilidade em performances públicas de contestação formuladas a priori para serem realizadas no evento. Enquanto, performances formuladas durante o protesto, na interação, as emoções são reação a alguma situação que ocorre durante o protesto, sendo em relação a algo, pode-se gerar um sentimento de ódio durante a presença de um manifestante opositor, ou o discurso não esperado da presidenta, por exemplo, é, então, canalizado em mensagens proferidas na fala (gritos de ordem) para a retirada desse manifestante, ou, em ações como “bater painéis” durante o discurso da presidenta. Portanto, essas performances tendem a ser produzidas a partir de emoções que partem de uma reação (emoções reativas) a um evento inesperado, ou seja, uma ruptura de expectativa, esperava-se algo durante uma interação que não ocorre, ou ocorre de maneira inesperada.

Como fazer? Pensando a respeito dos procedimentos metodológicos

Essa pesquisa está baseada na proposta epistemológica e ontológica da “explicação por mecanismos”, adotada por teóricos de movimentos sociais tais como McAdam, Tarrow e Tilly (2001). Em oposição à explicação causal clássica, essa perspectiva defende que, uma correlação entre fenômenos não é uma explicação suficiente da realidade, sendo necessária, ainda, a compreensão dos motivos pelos quais dois fenômenos estão associados, ou seja, dos mecanismos que geram a associação entre A e B. Neste caso, não será suficiente relacionar emoções e performances específicas, será necessária a compreensão dos mecanismos que produzem essa relação.

Para o estudo dos mecanismos que produzem a relação entre emoções e performances serão estudados eventos de protesto em Porto Alegre, que tiveram a corrupção e o impeachment como tema dessas manifestações, nos anos de 2015 e 2016. A escolha dessas manifestações diz respeito a sua relevância para o contexto político atual, além de serem manifestações de massa e com uma carga emotiva clara em sua configuração e, finalmente, por ser protagonizada por setores que historicamente não fazem uso da manifestação de rua como parte de seu repertório de ação. A escolha do período diz respeito a todas manifestações que ocorreram com as temáticas da corrupção e do impeachment, com visibilidade nacional e internacional.

Seguindo o problema construído e as hipóteses formuladas, o desenho da pesquisa se dividirá em duas etapas, a primeira, a explicação da produção das emoções pelas performances, já a segunda, a produção de performances a partir das emoções. Para esses dois momentos é necessário a identificação das performances e mapeamento das emoções.

Para realizar a identificação das performances serão utilizadas fontes jornalísticas, serão analisadas todas as notícias de dois jornais que fizeram cobertura desses protestos (a princípio, a escolha é o jornal Zero Hora e o jornal Sul 21, por serem jornais de perspectivas diferentes, para ter acesso a abordagens diferentes, imagens e descrições distintas) e vídeos divulgados na internet. Enquanto, para mapear as emoções, também serão utilizadas as mesmas fontes e grupos focais⁸ com manifestantes afim de identificar emoções possíveis presentes nesses eventos. O olhar será direcionado aos portadores físicos de significado (em especial o corpo) e a processos de sentir-pensar (dimensões de análise descritas anteriormente).

Na primeira etapa da pesquisa, para identificar quais são os mecanismos que operam nas manifestações na produção de emoção nos atores envolvidos a partir das performances, também serão realizadas entrevistas semi-estruturadas, pensando nas intenções, significados e estratégias das performances, assim como sua recepção, simbologias, sensibilização e respostas às performances. Com atenção ao processo de construção de enquadramento e choques morais. A observação terá como foco, a princípio, portadores de significado, os componentes da interação e os processos de sentir-pensar. Poderá se realizar uma análise na mídia impressa (os mesmos jornais que serão utilizados para a identificação de performances

⁸Pretende-se nas entrevistas e grupos focais utilizar imagens e áudios para a sensibilização dos entrevistados como um recurso para trabalhar as emoções.

e mapeamento das emoções na etapa 1) e material publicado pelos manifestantes, nessa etapa.

Na segunda etapa da pesquisa, para identificar como as performances (a priori e na interação) nos eventos de protesto estudados produzem emoções afetivas e reativas (respectivamente) serão realizadas entrevistas semi-estruturadas. Compondo o roteiro de entrevistas duas dimensões principais, a trajetória pessoal e política do manifestante, e seu envolvimento com o protesto. Com atenção as experiências prévias de socialização dos manifestantes, nos valores e significados aprendidos e nas situações imprevistas do protesto. Percebendo portadores de significado e com atenção aos componentes da interação (dimensões de análise descritas anteriormente).

Desafios ao se trabalhar com emoções

Um dos desafios do estudo das emoções é tornar esse fenômeno, subjetivo, categorizável. As categorias servem como um guia, para orientar os pesquisadores, porém, entende-se que a vida social não se dá de forma isolada, separada e fechada, como, aparentemente, as categorias podem indicar. O modelo de hipótese construído para essa pesquisa, por exemplo, se apresenta todo fragmentado e por etapas, porém, a ocorrência dos fenômenos estudados não seguem uma temporalidade, acontecem conjuntamente, a todo momento, sem uma ordem definida. No entanto, afim de tornar o fenômeno inteligível, são adotadas e criadas categorias. Realiza-se durante toda a proposta de pesquisa um esforço de evidenciar categorias e dimensões que servirão para auxiliar na análise posteriormente. Contudo, entende-se que essas categorias (e dimensões) não são fechadas, ao realizar a pesquisa empírica certamente serão tensionadas, novas surgirão, algumas nem mais farão parte do estudo.

Por fim, outro desafio, talvez o mais importante, encontra-se na dificuldade de “captar” as emoções nos atores e eventos estudados. Entende-se que não é possível aqui uma rigorosidade nas definições dos tipos de emoções encontradas, mas sim aproximações possíveis. Uma das propostas desse projeto é avançar em um instrumento metodológico capaz de identificar e categorizar essas emoções a partir de uma abordagem interdisciplinar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, Ricardo. As rebeliões de junho de 2013. *OSAL Observatorio Social de América Latina*, Año XIV, Nº 34, p.37-49, noviembre de 2013
- ALEXANDER, J. **Performative Revolutions in Egypt**. Londres: Bloomsbury Academic, 2011
- ALONSO, Angela. Repertório segundo Charles Tilly: História de um conceito. In: **sociologia&antropologia** | v.02.03: 21 – 41, 2012
- DURKHEIM, Émile. **As regras elementares do método sociológico**. São Paulo: Nacional,1984.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1977.
- GOFFMAN, Erving. **A Representação do Eu na Vida Cotidiana**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- JASPER, M. J. Emotions and Social Movements: Twenty Years of Theory and Research. **Rev. Sociol.** 2011.37:14.1–14.19
- _____.The Emotions of Protest: Affective and Reactive Emotions in and around Social Movements. **Sociological Forum**, Vol. 13, No. 3. (Sep., 1998), pp. 397-424
- JASPER, M.J.; POLLETTA, F.; GOODWIN, J.Emotional Dimensions of Social Movements. IN: **The Blackwell Companion to Social Movements/** edited by David A. Snow, Sarah A. Soule, and Hanspeter Kriesi. USA:Blackwell Publishing Ltd, 2007
- JASPER, M, J. e POLLETTA, F. **Passionate Politics: Emotions and Social Movements**. London: Chicago Press, 2001.
- MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. In:_____. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: EPU, 1974. p. 37-184
- _____. A expressão obrigatória dos sentimentos. In: FIGUEIRA, S. (org.). **Psicanálise e Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980. p. 56- 63
- MARENCO, André. “As duas caudas de Gauss: minorias, protestos e representação política”. In: CATTANI, Antonio David (Org.). **#protestos: análises das ciências sociais**. Porto Alegre: Tomo, 2014
- McADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. **Dynamics of contention**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- REZENDE, B. C.; COELHO, C. **Antropologia das Emoções**. Rio de Janeiro: FGV, 2010

- SILVA, Camila F. **Inovação nos Repertórios de Contestação: O confronto em torno do transporte público em Porto Alegre**. Dissertação de Mestrado, 184f; il. Orientador: Dr. Marcelo Kunrath Silva Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul/PPG Sociologia, 2016.
- SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio G. (org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- _____. **Filosofia do amor**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- SINGER, André. Brasil, Junho de 2013 - Classes e ideologias cruzadas. *Novos Estudos*, 97, p.23-40, novembro/2013.
- SINGER, André. Cutucando Onças com Varas Curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). *Novos Estudos*, 102, p.43-71, julho/2015.
- TARROW, Sidney. **O Poder em Movimento: Movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- TATAGIBA, Luciana; TRINDADE, Thiago Aparecido; TEIXEIRA, A. C. C.; "**CorruPTos**" **Um ensaio sobre protestos à direita no Brasil (2007-2015)**, 04/2015, II Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas, Vol. ., pp.1-29, Campinas, SP, Brasil, 2015.
- TILLY, Charles. **Regimes and repertoires**. Chicago: University of Chicago Press, 2006.
- _____. **Contentious performances**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- _____. **From mobilization to revolution**. Addison-Wesley Pub. Co., 1978
- VELASCO e CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (orgs.). **Direita, volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015

Quem manda e quem obedece no ciberespaço?

Fabricio Solagna¹

As narrativas sobre a criação da Internet ajudaram a consolidar uma imagem de uma rede distribuída, sem controle central e com caráter rizomático. Parte desta narrativa é tributária da concepção política e técnica dos técnicos percursores da rede. No entanto, os processos e instituições que exercem a governança são bem delimitados e exercem poder e influência na expansão e desenvolvimento da rede. O fato novo é que o modelo de governança que se tornou hegemônico no final da década de 90, chamado de *multistakeholder*, imputou novos desafios de compreensão de como se forma a autoridade sobre áreas específicas da rede mundial de computadores. O *multistakeholderism* é um arranjo em que múltiplos setores interessados dividem poder a fim de estabelecer parâmetros mínimos de gerência sobre a rede. A questão é que este modelo está em constante disputa e entre atores privados, governos e sociedade civil. Este trabalho se propõe a apresentar os resultados iniciais da pesquisa de doutorado, qualificada recentemente, que busca compreender o subcampo da governança a partir da literatura de políticas públicas, mais especificamente através do *advocacy coalition framework* (ACF). O objetivo é compreender como ideias e crenças sobre o que é e como deveria funcionar o ciberespaço são variáveis explicativas da movimentação política nas entidades de governança globais e locais.

Palavras-Chave: Governança da Internet, Políticas Públicas, multissetorialismo, Participação Política, Ideologia

1. Introdução

Embora a origem do termo ciberespaço não necessariamente esteja ligado com o uso de tecnologia, a palavra se transformou uma metáfora da comunicação eletrônica e um sinônimo de Internet depois da popularização do romance *Neuromancer*, de William Gibson, na década de 80, e do manifesto pela independência do ciberespaço, lançado na década de 90, por John Perry Barlow². Desde então as disputas do ciberespaço alternam no pêndulo por mais liberdade e por mais controle, entre corporações, governo e organizações da sociedade civil.

O próximo mês de outubro pode ser simbólico para a Internet. É a data prevista para que o governo norte-americano não tenha mais poder de supervisão sobre uma parte importante da implementação de políticas da rede. O processo, chamado de Transição-IANNA, se delongou por dois anos quando, em meio as denúncias de espionagem global

¹Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul com bolsa CAPES.

²A declaração completa pode ser lida em: <https://www.eff.org/cyberspace-independence>.

promovidas por Edward Snowden, os EUA anunciaram que estavam dispostos a deixar de ter papel de veto, nunca usado, nas decisões sobre o gerenciamento de uma parte importante dos chamados recursos críticos da rede.

O verbo “pode” no início do parágrafo anterior não foi fortuito. Depois da fase de negociação com especialistas, técnicos e representantes de diversos países, uma forte oposição de congressistas republicanos pede que os EUA não percam o controle da rede³.

Parece irônico pois esse processo significará um papel ainda menor de qualquer Estado no processo de governança da rede. Para alguns é o coroamento de um processo chamado multissetorial ou *multistakeholder*, onde diversos atores interessados tomam parte num complexo e burocrático processo de decisão. Para outros, é a fase final da privatização do ciberespaço.

No Brasil, a principal entidade de formulação das políticas de governança da Internet se dá pelo Comitê Gestor da Internet (CGI.br). Este trabalho se debruça a entender as origens, intersecções e protagonismo na esfera global, na consolidação do modelo de governança multissetorial implementado por essa entidade desde a década de 90.

2. O que é a governança da Internet e como se organiza

A governança da rede é uma polêmica longamente datada. As principais disputas iniciaram na década de 1990 quando a Internet começou a ter importância global em torno da definição das instituições que controlariam os principais recursos rede. Desde então o assunto vem sendo tratados em fóruns globais como o Internet Government Forum e em um grupo especializado da ONU chamado World Summit on the Information Society (WSIS) (DENARDIS, 2014; MUELLER, 2002; MALCOM, 2008; RADU, et. al, 2010, KLEINWÄTCHER, 2006; GOLDSMITH e WU, 2006).

Em sentido amplo, a governança da rede se refere às regras, agendas e instituições relacionadas ao gerenciamento de algum recurso da Internet, instrumentalizada em diferentes níveis ou camadas (infraestrutura, conteúdo, social, etc). Em sentido mais restrito e pragmático, a governança se refere aos recursos críticos, ou seja, aos protocolos técnicos de comunicação e alocação de nomes e números da rede.

³O Senador Ted Cruz chegou a lançar um vídeo afirmando que o Governo Obama estaria “dando” a Internet para países como China, Irã e Rússia: https://www.cruz.senate.gov/?p=press_release&id=2702

A Internet tem um caráter dual: ainda que não tenha um controle central sobre a circulação de conteúdo e que sua infra-estrutura seja distribuída, a alocação dos chamados nomes e números é feita de maneira vertical. Para que o endereço www.ufrgs.br seja acessível tanto no Brasil como no Japão, é necessário um índice global, chamado de Domain Name System (DNS). Além disso, para que a Internet seja uma “rede de redes”, consensos mínimos sobre protocolos de comunicação é necessária. Para isso, uma coordenação mínima é necessária para que os mesmos parâmetros sejam seguidos em qualquer instância da rede.

São mais de três décadas de polêmicas em torno da autoridade sobre os arranjos técnicos e políticos da rede. Trata-se de uma nova arena onde os poderes políticos e econômicos buscam demarcar novas fronteiras. Alguns autores pontuam que a Internet estaria inaugurando uma nova fase pós-Westphaliana na medida em que as soberanias nacionais são a todo momento colocadas em xeque, quando entidades transnacionais tem mais poder de definição política que os próprios estados-nação (MALCON, 2008; LA CHAPELLE, 2011).

Neste contexto o modelo de gestão *multistakeholder* é evocado como um cânone fundamental para a estabilidade e legitimidade da condução global da rede. Ao mesmo tempo, sua implementação é arbitrária. É, em grande medida, o compartilhamento de poder limitado entre representantes de diversos segmentos sociais, sem regra de equilíbrio consensual, priorizando essencialmente figuras corporativas, governamentais, terceiro setor e comunidade acadêmica especializada.

A concepção mais aceita na literatura sobre o que é o modelo *multistakeholder* é a definição proferida por Kofi Anan em 2005, quando estabeleceu uma agenda sobre o tema na ONU:

“Internet governance is the development and application by Governments, the private sector and civil society, in their respective roles, of shared principles, norms, rules, decision-making procedures, and programmes that shape the evolution and use of the Internet”.
(Relatório do Working Group on Internet Governance, 2005)

Em geral a origem do modelo multissetorial é tributada como a forma original da organização informal e do espírito da criação da Internet, dentro dos círculos acadêmicos, na fase seminal da rede (CERF, RYAN E SENEGES, 2014). Ao mesmo tempo, a organização de múltiplos atores em áreas setoriais também é verificada em organismos como a Organização

Internacional do Trabalho (OIT) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (ALMEIDA, GETSCHKO, e AFONSO, 2015). Outros analistas interpretam este modelo como um reflexo das políticas implementadas no final da década de 90 pelos EUA (CHENOU, 2014).

O grande problema, segundo Denardis e Raymond (2013), é que a visão teleológica do multissetorialismo criou sérios problemas. Primeiro porque ele é elevado a um valor próprio, segundo, porque ele nem sempre pode não ser apropriado por todas as instâncias. Em geral, percebe-se que a experiência tem apresentado duas grandes características: os Estados têm sido pouco envolvidos ou envolvidos sem poder de decisão e as decisões têm sido guiadas por questões técnicas ou em função do mercado. Isso se torna ainda mais problemático em países do sul global, ou porque estão alinhados aos países centrais em função de outras agendas bilaterais, ou porque se alinham a países periféricos para se contrapor aos formatos de coordenação múltipla, como forma de supostamente garantir sua soberania.

Alguns países se aglutinaram em arenas dominadas pelo modelo de telecom, como aconteceu em 2012, no World Congress on Information Technology (WCIT). O mesmo aconteceu no Wuzhen Summit, de iniciativa do governo Chinês. Este foi um jogo de poder entre nações que foi traduzido como uma colisão de duas “ideologias” (multilateralismo e multissetorialismo) e que ainda não estão totalmente resolvidas (GONZALES, 2016).

Na visão de Chenou (2014) que estudou a fundo a formação da Internet Corporation for Assigned Names and Numbers (ICANN), uma das principais entidades de governança global, o desenvolvimento da governança da Internet e do multissetorialismo teria se apoiado em um discurso excepcionalista em que os EUA teriam capacidades indubitáveis de garantir a estabilidade e desenvolvimento técnico da Internet. A partir de uma leitura gramsciana, o autor argumenta que atualmente haveria um senso comum em torno do multissetorialismo, que abarcaria diversos agentes e organizações.

Para ele, quatro elites especializadas teriam consensualizado em torno do modelo no processo de instauração da governança global da Internet: uma elite técnico/científica, com destaque para os técnicos fundadores da rede; uma elite corporativa, principalmente as empresas focadas em tecnologia do Vale do Silício, com seus lucros advindos de propriedade intelectual; uma elite norte-americana especializada, arregimentada em torno das instâncias norte-americanas de governança como a ICANN, e; uma elite política global, dispersa em em órgãos multilaterais mas que advogam favoravelmente pelo multissetorialismo. O autor faz

este estudo a partir de uma análise de redes entre os atores-chave que conduziram o debate no final da década de 90 e início dos anos 2000.

Esses atores promoveriam um discurso focado na liberdade individual e na proteção da propriedade privada, no sentido de criar, a partir da Internet, novos mercados. Também exaltariam um discurso ciberlibertário, que apregoaria que a Internet teria criado um novo mundo no qual as regulações existentes seriam desnecessárias. Por fim, estaria presente um discurso sobre a Internet como bem-público global que deveria ser protegido das burocracias institucionais. Essas quatro elites compartilham significados a fim de excluir outros debates como soberania e intergovernamentalismo.

Estas diferentes posições sobre o modelo de governança refletem, em grande medida, os diferentes projetos políticos sobre o desenvolvimento da Internet. A posição do Brasil neste contexto é destacada. Pode-se dizer que o país inaugurou o arranjo institucional *multistakeholder* antes mesmo de ter este nome, em 1995. Isso ocorreu, de fato, quando foi criado o Comitê Gestor da Internet (CGI.br) juntamente com a inauguração da exploração da Internet no país, de forma concorrencial, antes mesmo da privatização do setor de telecom. O CGI.br é composto por 21 membros, 9 representantes do setor governamental, 4 do setor empresarial, 4 do terceiro setor, 3 da comunidade científica e tecnológica e 1 representante de notório saber em assuntos de Internet⁴.

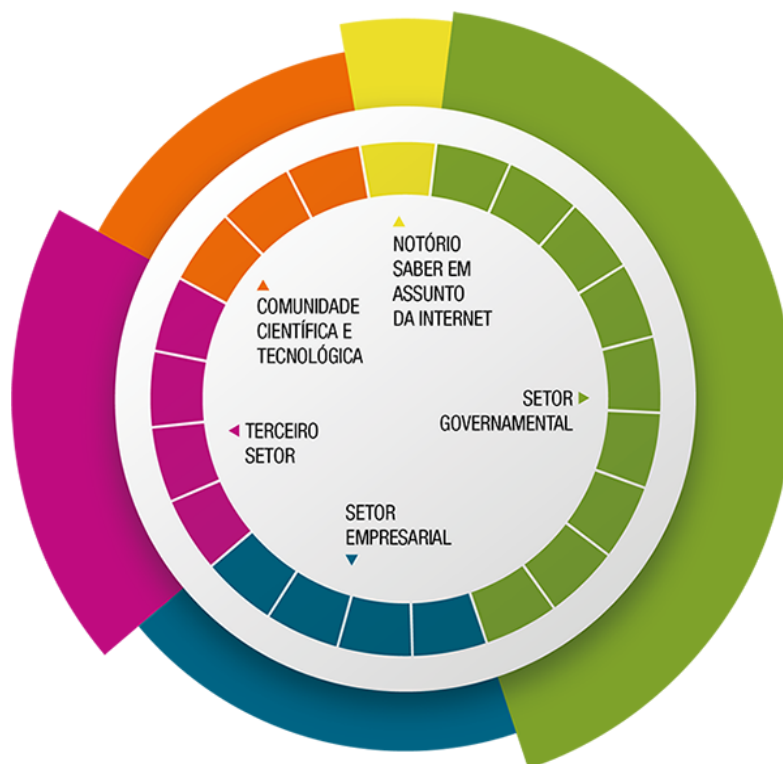
Entre outras funções, cabe à entidade propor normas, procedimentos, diretrizes e padrões técnicos em relação à regulamentação, uso operacional e desenvolvimento da Internet no Brasil. O comitê também tem um braço executivo, o Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br) que é responsável por gerenciar o domínio “.br”, ou seja, a atribuição de nomes e números referente ao país. Outra iniciativa da entidade é o Fórum da Internet no Brasil, um espaço de discussão multissetorial temático, aberto ao público, que ocorre anualmente de maneira itinerante. Depois da aprovação do Marco Civil da Internet em 2014 a entidade passou a ser responsável por propor diretrizes para a fiscalização da neutralidade de rede e normas para guarda de registros de comunicação na Internet.

É uma arena onde as diversas questões sobre governança são colocadas e discutidas em busca de consensos. O consenso seria uma pretensa capacidade de todos os setores aceitarem

⁴A atual composição do CGI.br foi estabelecida pelo Decreto Nº 4.829, de 3 de setembro de 2003, da Presidência da República.

e se engajarem nas decisões tomadas. Por conta disso, os processos costumam ser demorados, mas que, em geral, resultam em decisões sólidas e aceitas por todos os setores envolvidos.

Figura 1: Composição do CGI.br



Fonte: site www.cgi.br/membros

O CGI.br sobreviveu e se transformou nos governos de diferentes orientações políticas (neoliberal e pós-desenvolvimentista). Na sua origem, no Governo Fernando Henrique Cardoso, a influência da sociedade civil ajudou a definir uma arena política de maioria não-governamental (CARVALHO, 2006). Em 2003, no Governo Lula, a forma de composição do conselho foi alterada para abrigar mais membros e permitindo a eleição através de colégio eleitoral voluntário para as entidades da sociedade civil, setor empresarial e setor acadêmico. Os desafios para o governo pós-Dilma ainda estão por ser mapeados, num contexto de muitas incertezas.

Anastácio (2015) fez alguns apontamentos sobre o funcionamento do multissetorialismo brasileiro aplicado no CGI.br. Apesar da entidade agregar visões plurais de todos os setores envolvidos no ecossistema da Internet no país, poderia estar deixando alguns setores subrepresentados. A autora evidenciou uma baixa rotatividade de alguns dos

conselheiros, o que é verificado nos sistemas multissetoriais na área da Internet. O risco eminente, segundo ela, é formação uma elite participativa.

No Brasil a Internet teve origem a partir da iniciativa de professores vinculados a instituições acadêmicas que almejavam trocar informações com as redes recém constituídas em outros países, principalmente nos EUA e na Europa. A primeira tentativa, não frutífera, aconteceu na UFRGS. A professora Liane Tarouco tentou conectar a universidade a ARPANET em Stanford em 1977. O custo da conexão internacional inviabilizou o projeto. No início da década, junto com outras instituições, lançou-se o primeiro projeto de interligar diversas universidades numa rede acadêmica, chamada Rede Sul Teleprocessamento (RST). O projeto tinha uma proposta muito semelhante a rede norteamericana, porém não saiu do papel. Outras tentativas só iriam acontecer na década de 80 com a UFRJ, PUC/RJ, FAPESP.

Ocorre que o relacionamento entre os interesses acadêmicos e as iniciativas de telecomunicação do Governo Federal não foram exatamente suaves. O sistema de telecomunicações era de controle estatal, coordenado pelo sistema Embratel/Telebrás. Esta característica ainda é uma marca que persiste nos discursos e nas ideias sobre políticas públicas no setor. Há uma série de atores que utilizam a memória deste momento de controle estatal como forma de se opor a políticas públicas específicas.

A interligação com a Internet para o público em geral, fora da academia, só viria acontecer por iniciativas localizadas com a articulação de atores-chave de setores não-governamentais. Nesse contexto a atuação do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) foi decisiva.

Carlos Afonso trabalhava junto com Herbert de Souza (Betinho) e estava inserido numa rede internacional de ONGs por conta da Eco-92. Ele e outras pessoas viabilizaram uma conexão com as Bulletin Board System (BBS) e a Internet para que as entidades pudessem enviar informações para seus países sede. A partir dessa iniciativa, Afonso fundou o Alternex, primeiro provedor de conexões privadas para ONGs e instituições não acadêmicas.

Segundo Carvalho (2006, p. 115), Afonso se denominava o “guerrilheiro do IP”, frente às negativas da Telebrás e Embratel em realizar conexões privadas para provedores. A Embratel reivindicava o monopólio das conexões internacionais e estava disposta a fazer a chamada última milha, ou seja, a conexão dos usuários finais com a Internet. Por esse motivo, havia fortes embates entre acadêmicos, entidades da sociedade civil e as operadoras de telecom

estatais da época. Ao mesmo tempo houve uma aproximação decisiva entre *policymakers* e esses atores proeminentes das redes de dados no Brasil.

Foi nesse contexto que nasceu a ideia de uma instituição ou arena multiparticipativa. De fato isso se ancorava na ideia de ampliação dos espaços públicos não estatais em voga na década de 90 e funcionava muito bem para se contrapor a ideia de uma estatização da rede.

É nesse sentido que abordar o multissetorialismo na Internet no Brasil se conecta a uma discussão sobre o desenvolvimento de políticas públicas e participação no contexto da transformação do Estado a partir do desafio de novas instâncias de governança. O caso brasileiro tem contornos ainda mais específicos na medida que o CGI é muitas vezes questionado por privilegiar uma composição majoritária da sociedade civil em detrimento dos representantes do governo.

3. Como estudar a governança da Internet: esforços teóricos

Quando se fala em políticas públicas da governança da Internet, em grande medida está tratando-se de disputas de ideias sobre como esta política deve funcionar. Por esse motivo parece fundamental que esta emergência de embates sobre crenças sobre a política seja o foco central de um estudo sobre as características da governança da rede.

Os trabalhos clássicos nesta área de governança da Internet estão situados no campo das relações internacionais e da ciência política, focando principalmente nos aspectos institucionais e formais (MUELLER, 2002; DENARDIS, 2015). A contribuição deste trabalho, no campo da Sociologia, é emergir outro objeto de pesquisa, especificamente a disputa ideológica em torno das ideias sobre política e democracia em jogo na definição de regras e significados da governança da Internet Brasileira. Este trabalho se inspira, de maneira geral, no trabalho feito por Chenou (2014).

Parte-se do pressuposto que a política pública deve ser compreendida para além do chamado triângulo de ferro (governo, parlamento e grupos de pressão). O *framework* de *ideas-based* trata como a disputa sobre significados é central e influenciam na construção da política. Baseando-se na literatura de redes, parte do pressuposto que as alianças, preferências e orquestração dos atores pode ser compreendida de maneira relacional (MAJONE, 1989; STONE, 1997; FISHER, 2009). Como metodologia central para compreender este cenário,

propõe-se utilizar o modelo de coalizões de defesa (Advocacy Coalition Framework ou ACF), proposto por Sabatier (1989), associado ao conceito de poder e ideologia.

As coalizões de defesa são comunidades políticas semi-autônomas em que os atores compartilham um conjunto de crenças e atuam desenvolvendo ações coordenadas durante um longo período de tempo no subsistemas da política pública. O que diferencia a ACF de outras abordagens é que ela parte do princípio que as coalizões se formam pela articulação de *stakeholders* que compartilham os mesmos interesses, tanto gerais quanto específicos.

Esses interesses são traduzidos como crenças, que funcionam como um amálgama que deixa a coalizão em pé, para além de um interesse de cálculo racional. Os autores desta teoria advogam que a política em si é o resultado das crenças materializadas. É por isso que, em última instância, as ideias governam as políticas (SABATIER e JENKINS-SMITH, 1993).

No que se pode entender de subsistema de governança da Internet no Brasil, há diversas coalizões que tornaram-se bastante evidentes nos momentos de maior disputa no campo, como no caso do processo de aprovação do Marco Civil da Internet, por exemplo.

Na formação do CGI, em 1995, a bibliografia mostra que a atuação de certos atores-chave da sociedade civil foi fundamental para o desenho da entidade, como forma de afastar uma coalizão formada em torno das empresas estatais de telecomunicação (CARVALHO, 2006). Ao mesmo tempo, em diversos momentos no decorrer dos 20 anos de existência do sistema atual de governança, o setor de telecomunicação, agora completamente privatizado, é interessado em ter mais possibilidade de definição de regras de gerenciamento sobre a rede, exercendo sua influência na principal agência de regulação, a ANATEL.

Como afirmam Denardis e Raymond (2013), o sistema de governança da Internet, como um todo, é um excelente exemplo do poder de *policy communities* em moldar e influenciar a elaboração de uma política pública. No caso da governança brasileira, é possível perceber que em 20 anos uma comunidade se formou em torno do CGI.br, tensionando para que suas atribuições mudem conforme a força de cada coalizão na arena política.

Embora o modelo ACF tenha potencial explicativo já testado em diversos setores da política, este trabalho se propõe a expandir o conceito de crenças para além de um mapeamento instrumental de preferências. Para isso é incorporado o conceito de ideologia no sentido utilizado por Eric Wolf (1999) e o conceito de senso comum de Gramsci (2001), como forma de compreender a formação e composição das coalizões.

Wolf liga os conceitos de ideologia e poder para compreender o curso de ação que as pessoas ou os grupos tomam. O leque de opções dos atores nas arenas políticas é dado pelo contexto histórico em que estes estão inseridos. Gramsci pontua como os processos de hegemonia se dão a partir da formação de consensos entre as elites políticas, tornando-se um senso comum. O que aproxima Sabatier, Wolf e Gramsci neste trabalho é a compreensão de que há uma matriz cultural que explica a formação de grupos (coalizões).

Ainda, oriundo do framework ACF, há um tipo de ator com papel especialíssimo chamado *policy broker*. Trata-se de indivíduos que funcionam como intermediadores ou negociadores entre as diversas coalizões. Eles seriam as figuras necessárias para articular pontos de contato entre os grupos conflitantes a fim de assegurar a estabilidade da política. Os *brokers* são mais que burocratas, são indivíduos capazes de conjugar esforços das coalizões, mesmo que conflitantes, a fim de colocar o sistema para funcionar.

No caso específico deste estudo interessa identificar os *brokers* capazes de encapsular os conflitos mais gerais sobre a governança da Internet para manter a estabilidade no sistema multistakeholder. Na condução da governança brasileira interessa saber quem são e como atuam os *brokers* que defendem o multissetorialismo como ideologia, afinal estes indivíduos personificam o amálgama do sistema da política pública vigente nos últimos 20 anos no Brasil.

A partir do processo etnográfico, pretende-se selecionar atores relevantes pela técnica *snowball* combinado com um estudo de análise de redes, a fim de mapear os atores dentro das coalizões, a partir da metodologia de grafos. Em análise de políticas públicas, esta técnica é bastante utilizada no estudo das *policy networks*.

A partir deste caminho teórico e metodológico, o resultado do estudo de doutorado buscará responder quais ideias e coalizões foram e continuam relevantes nos processos de institucionalização da governança da Internet no Brasil. Este primeiro esforço buscará elucidar um bastante latente no contexto dos estudos de governança, mas pouco abordados diretamente.

Como segunda tarefa, a pesquisa de doutorado buscará responder de que maneira o modelo de governança multistakeholder brasileiro pode ser explicado pela influência de atores específicos que se constituíram como *brokers* das coalizões existentes desde a criação do CGI.br. Este é um desdobramento da perspectiva da abordagem relacional. Em certa medida, o estudo dos atores-chave e lideranças tem sido bastante clássicos nas pesquisas

sobre governança. Ao mesmo tempo, diversos atores fundamentais para a consolidação das políticas públicas nem sempre são evidenciados. São os atores capazes de fazer as ligações entre as coalizões e realizar a negociação política. Num ambiente onde o objetivo é a busca de consensos entre diversos *stakeholders*, o papel deste tipo de ator se torna fundamental para a explicação do modelo multissetorial.

Há diversos trabalhos de investigação da área de TI e políticas públicas que apontam para interessantes características no cenário brasileiro. A vinculação entre especialistas, *hackers* e militantes de movimentos sociais teria proporcionado uma dinâmica distinta no cenário de TI e Internet local nos últimos anos. Algumas pesquisas demonstram que o discurso sobre tecnologia teria sido vinculado como estratégia de independência e superação tecnológica nos últimos anos, como forma de ressignificar investimentos e desenvolvimento de políticas públicas setoriais (EVANGELISTA, 2005; SHAW, 2011).

Por esse motivo, a hipótese inicial é que o multissetorialismo brasileiro nasceu com contornos diferentes das instituições globais. A mudança de orientação política depois de 2003 consolidou ainda mais o modelo vigente e lança o desafio de compreender quais ideias estavam em jogo com o reforço de uma arena multiparticipativa na gestão da Internet, quando houve uma guinada em todas as políticas públicas da área. Os estudos exploratórios mostram que havia um entendimento que o espaço do CGI era compreendido como uma instância de participação social, na interpretação dos *brokers* da época. Por esse motivo, se combinava com a ampliação das esferas de participação evidenciadas na primeira década de gestão dos Partidos dos Trabalhadores.

Entretanto, a segunda fase da gestão do PT foi que se consolidou o maior protagonismo do CGI, principalmente com a aprovação do Marco Civil da Internet. Mesmo assim sua estrutura e condição institucional frágil foi mantida, alterada apenas por decreto. A hipótese é que neste período as coalizões se alteraram, mudando assim também a conjuntura em disputa.

4. Considerações finais

Embora exista uma percepção geral de que a rede é um espaço sem regulação, a Internet é um ambiente que configura uma “rede de controle”, nos termos definidos por Galloway (2004), em que as regras estabelecidas pelos coletivos técnicos e políticos condicionam os meios legítimos e possíveis do seu uso.

Por um lado, a Internet é uma rede com padrões técnicos abertos, de fácil expansão e que não está limitada às fronteiras regionais ou nacionais. Por outro, esses próprios padrões e protocolos configuram formas verticalizadas de regulação que influenciam na forma como as pessoas se relacionam com o artefato técnico.

No plano local, o modelo de governança brasileiro é citado por diversos pesquisadores e *insiders* como referência internacional sobre multissetorialismo. Não por menos o país já foi sede de diversos eventos da área e os principais especialistas locais participam ativamente de instâncias globais de governança.

Acredita-se, portanto, que esta abordagem pode dar novas respostas não só do ponto de vista do estudo de caso, mas construir achados empíricos capazes de estabelecer comparações. Trata-se de perseguir um devir sociológico de construir possibilidades de generalização a partir do exercício de pesquisa sobre um caso concreto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, V.; GETSCHKO, D.; AFONSO, C. The Origin and Evolution of Multistakeholder Models. **IEEE Internet Computing**, v. 19, n. 1, p. 74–79, 2015.

CARVALHO, M. S. R. M, **A trajetória da Internet no Brasil: do surgimento das redes de computadores à instituição dos mecanismos de governança**. Dissertação (Mestrado em Ciências de Engenharia de Sistemas e Computação). COPPE/UFRJ. Rio de Janeiro-RJ, 2006.

CERF, V. G., RYAN, P. S., SENEGES, M. Internet Governance is Our Shared Responsibility. **A Journal of Law and Policy for the Information Society**, n. 10. v.2. p. 1–42. 2014. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/abstract=2309772>. Acesso em: 12/12/2015.

DENARDIS, L. **The global war for internet governance**. London, 2014.

DENARDIS, L.; RAYMOND, M. Thinking clearly about multistakeholder internet governance. **Eighth Annual GigaNet Symposium**, 2013. p. 1–18. Disponível em: <http://www.phibetaiota.net/wp-content/uploads/2013/11/Multistakeholder-Internet-Governance.pdf>.

EVANGELISTA, R. A. O movimento software livre do Brasil. **Horizontes Antropológicos**, n. 41, p. 173–200, 2014.

GALLOWAY, A. R. **Protocol: how control exists after decentralization**. Massachusetts, Londres: MIT Press Cambridge, 2004.

GOLDSMITH, J.; WU, T. **Who Controls the Internet?: Illusions of a Borderless World**. Oxford University, 2006

- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**, vol. 1. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001
- KLEINWÄTCHER, W. **The History of Internet Governance**. In: OSCE. *Governing the Internet: Freedom and Regulation in the OSCE Region Vienna, Austria*, OSCE, 2007, pp. 41-64. Disponível em: < <http://www.osce.org/fom/26169> > Acessado em: 15 out. 2015.
- LA CHAPELLE, B. **Multistakeholder Governance - Principles and Challenges of an Innovative Political Paradigm**, em: *Internet Policy Making*. Wolfgang Kleinwächter. Editor. Berlin 2011
- MAJONE, G. **Evidence, Argument and Persuasion in the Policy Process**. New Haven: Yale University Press, 1989
- MALCOLM, J. **Multi-Stakeholder Governance and the Internet Governance Forum**. Australia: Terminus Press, Perth, 2008,
- MUELLER, M. L. **Ruling the Root: Internet Governance and the Taming of Cyberspace**. MIT Press. Cambridge, Massachusetts, 2002.
- RADU, R., CHENOU, J. M., e WEBER, R. H. **The Evolution of Global Internet Governance: Principles and Policies in the Making**. Zurich, Switzerland: Springer, 2014
- SABATIER, P. A. **Theories of the Policy Process**. Boulder, CO: Westview Press, 1999
- SABATIER P. A.; JENKINS-SMITH, H C.. **Policy Change and Learning**. Boulder, CO: Westview Press, Inc 1993
- RAYMOND, M.; DENARDIS, L. Multistakeholderism: anatomy of an inchoate global institution. **International theory**, 2015. n. May 2015, p. 1-45. Disponível em: <http://www.scopus.com/inward/record.url?eid=2-s2.0-84929692949&partnerID=tZOtx3y1>.
- RELATÓRIO do **Working Group on Internet Governance**. Organização das Nações Unidas, 2005. Disponível em: <http://www.wgig.org/docs/WGIGREPORT.pdf>
- SHAW, A. Insurgent Expertise: The Politics of Free/Libre and Open Source Software in Brazil. **Journal of Information Technology & Politics**, v. 3, n. 8, p. 253-272, 2011.
- WOLF, E. **Envisioning Power**. University of California Press, 1999.

O papel da previdência na constituição do campo de assistência social no Estado Brasileiro

Gustavo Conde Margarites¹

O trabalho pretende responder a seguinte pergunta: qual o papel do setor de previdência social na constituição da assistência social como um campo específico de política pública no Estado brasileiro? O estudo utiliza a Teoria dos Campos de Ação Estratégica como o objetivo de analisar como a dinâmica interna de um campo pode alterar a estrutura de outros campos com os quais ele se relaciona. No caso empírico em questão, a dinâmica interna de um campo estatal pode ser definitiva para o surgimento de um outro espaço de mesma natureza. Tem-se a hipótese de que, embora contexto política de redemocratização e a participação dos profissionais do Serviço Social tenham relevância, a atuação de burocratas do setor da previdência social foi fundamental na definição da assistência como uma política pública específica, apartada dos demais setores de políticas sociais. Adotou-se como procedimento metodológico a análise de conteúdo das atas de reuniões do Grupo de Trabalho para Reestruturação da Previdência Social (GT/MPAS), responsável por elaborar uma proposta para a reestruturação das políticas de proteção social Brasileira no pós-ditadura. Os resultados indicam que o GT/MPAS produziu a primeira proposta de separação das áreas da previdência e assistência social, considerando pioneiramente a assistência como um direito de todos e um dever do Estado.

Palavras-Chave: Políticas Públicas; Assistência Social; Previdência Social.

1. Introdução

Os governos federais petistas marcaram um momento de fortalecimento do setor de assistência social. A criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Plano Nacional de Assistência Social (PNAS), em 2004, e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em 2011, representam o ápice de um longo desenvolvimento institucional na área (JACCOUD et. al., 2009). Essa trajetória foi viabilizada por um conjunto de mudanças que permitiu o rompimento com a duradoura tradição filantrópica que imperava na área e sua substituição pela perspectiva da assistência social como um direito do cidadão. Essa reconfiguração estabeleceu as especificidades da política de assistência, definiu suas funções e público-alvo, e reconheceu o dever estatal de prover de maneira sistemática os serviços e benefícios nesse domínio, o que viabilizou a constituição da área de assistência social como um campo de políticas públicas dentro do Estado brasileiro.

Desde os tempos do império, a postura estatal perante o auxílio aos “necessitados” foi errática. De maneira geral, o governo atuava como apoiador financeiro de obras sociais de

¹Doutorando em Sociologia, UFRGS, Capes.

entidades privadas por intermédio de subsídios ou isenções. Os tipos de ações assistenciais que seriam realizadas eram definidos por entidades filantrópicas, em sua maioria com vinculação à Igreja Católica, com pouca ou nenhuma coordenação governamental. A assistência social não era vista como obrigação do Estado. As ações se baseavam no princípio do dever moral de ajuda ao próximo (JACCOUD et al, 2009).

As primeiras intervenções públicas sistemáticas voltadas à área de assistência social remontam à década de 1930, durante o governo Vargas (JACCOUD et al, 2009). Sem romper com a lógica filantrópica vigente, a administração federal iniciou a regulação do apoio estatal às entidades beneficentes. Em 1935, criou-se um conselho de notáveis de caráter consultivo composto por especialistas no tema e representantes governamentais. Além de ordenar as subvenções estatais e auxiliar a entidades, era função desse conselho realizar estudos sobre a “questão social” no Brasil (MESTRINER, 2008). Em 1938, conselho de notáveis foi ampliado e tornou-se órgão do Ministério da Educação, passando a se chamar Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS). Esse órgão é considerado como marco inicial da presença da assistência social na administração estatal federal (CARRO, 2008).

Durante a Era Vargas, em 1942, também foi criada a Legião Brasileira de Assistência (LBA). Dirigida pela primeira-dama Darcy Vargas, inicialmente a instituição tinha como finalidade o auxílio às famílias dos pracinhas da Força Expedicionária Brasileira que participaram da Segunda Guerra Mundial. Após o fim da guerra, sua atuação foi redirecionada para o auxílio de mães e crianças necessitadas (SPOSATI, 2007). Embora a LBA tenha se transformado na maior entidade estatal de assistência social do Brasil, mantinha-se a lógica da assistência aos desamparados como um ato de vontade e não como um dever estatal, pois sua atuação se dava de maneira discricionária e sem qualquer garantia legal da obrigatoriedade de seus serviços.

O panorama da assistência social no Brasil permanece estável até o final da década de 1960, durante a ditadura militar. Nesse período, iniciou-se o que Netto (2005) denomina modernização conservadora: hipertrofia estatal para o enfrentamento da “questão social” pelo Estado sem romper com as práticas tradicionais na assistência. Seguindo a lógica tecnocrática que preponderava no governo militar, a LBA foi transformada em fundação, em 1969, e incluída no Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS), em 1977, com o objetivo de ampliar sua atuação e de racionalizar sua administração (BAPTISTA, 1998). O vínculo entre assistência e previdência esteve presente desde a estruturação do sistema

previdenciário brasileiro na década de 30. A LBA, por exemplo, era financiada com recursos de contribuição previdenciária, mesmo que suas ações fossem destinadas também para não-segurados. A sobreposição das duas políticas se acentuou com a ampliação de alguns benefícios a não contribuintes da previdência. É o caso da Renda Mensal Vitalícia (RMV), benefício custeado e administrado pela estrutura da previdência, apesar de não ser destinados a seus segurados.

A redemocratização marcou o início da transformação do setor da assistência social no Estado brasileiro. Diversas forças se articularam com o objetivo de reestruturar as políticas sociais no país. Nesse momento, a alternativa de separação entre a assistência e a previdência social adquiriu força. A formalização dessa opção ocorreu durante os debates no Grupo de Trabalho para a Reestruturação da Previdência (GT/MPAS). Criado em 1986 pelo presidente José Sarney e vinculado ao Ministério da Previdência e Assistência Social, o GT/MPAS reuniu representantes do governo e da sociedade civil com o objetivo discutir a reestruturação da proteção social brasileira, em especial do setor previdenciário, após o fim do governo militar. Posteriormente, a proposta de desvinculação entre assistência e previdência apresentada pelo GT norteou as discussões sobre proteção social na Assembleia Constituinte, embasando a concepção de assistência social como dever do Estado e direito do cidadão consagrada no texto constitucional.

O presente trabalho tem como objetivo demonstrar como a dinâmica interna da área da previdência - substanciada pelas deliberações do GT/MPAS - foi o ponto de partida para a estruturação da assistência social como um setor de política pública, superando seu status residual e atrelado à previdência. Defende-se a ideia de que atores provenientes dos campos profissional e acadêmico do serviço social tiveram papel decisivo principalmente para regulamentação desse direito com a Lei Orgânica da Assistência Social. Contudo, o desencadeamento inicial do processo foi protagonizado por atores e demandas próprias do campo estatal previdenciário, que antecederam e pavimentaram a participação dos atores vinculados ao serviço social para a conformação do setor de assistência social no Estado brasileiro.

Tendo em vista o objetivo apresentado, tomamos como objeto de pesquisa os debates e deliberações do Grupo de Trabalho para Reestruturação da Previdência. Adotamos como procedimento metodológico análise documental das atas e transcrições das 11 reuniões realizadas e dos relatórios e outros documentos que subsidiaram as atividades do GT/MPAS.

Posteriormente, realizamos uma análise de conteúdo com o auxílio do software NVivo. A finalidade dessa análise foi agrupar de maneira sistemática os principais temas debatidos e posições defendidas no decorrer dos trabalhos do grupo e, dessa forma, determinar quais foram as propostas relacionadas à assistência social que foram apresentadas e qual a importância desse tópico no conjunto dos temas debatidos.

O foco teórico do trabalho recai sobre a formação de novos campos estatais. Esta é uma das principais preocupações da teoria dos campos de ação estratégica de Fligstein e McAdam (2012). Dentre os elementos destacados pelos autores para explicação de processos de mudanças e surgimento de novos campos de ação estratégica, está a interação entre campos próximos e a influência das atividades internas desses campos. A presente pesquisa utiliza como referencial teórico a teoria dos campos de ação estratégica para compreender de que maneira a dinâmica interna do campo da previdência colaborou para o surgimento e estruturação do campo de assistência social.

2. Conformação de novos campos e a teoria dos campos de ação estratégica

Campos de ação estratégica são ordens sociais de nível meso com dinâmica própria, onde atores com variados recursos buscam vantagens. Esses espaços são locais de disputa constantes entre os dominantes – que possuem maior influência para determinar os caminhos do campo – e os desafiantes – que, possuindo menos recursos, articulam uma visão alternativa à dos dominantes com objetivo de substituí-los.

Os autores definem os campos de ação estratégica como

Unidades fundamentais da ação coletiva na sociedade. Um campo de ação estratégica é uma ordem social construída de nível meso na qual atores (que podem ser individuais ou coletivos) estão sintonizados e interagem um com os outros com base em entendimentos compartilhados (o que não quer dizer consensual) sobre os propósitos do campo, a relação com os outros do campo (incluindo quem tem mais poder e por que), e as regras que governam as ações legítimas do no campo (FLIGSTEIN; MCADAM, 2012, p. 9, tradução nossa).

A constituição e sustentação dos campos de ação estratégica ocorrem por meio do compartilhamento de alguns entendimentos básicos. O primeiro deles é a definição do objeto de disputa do campo. Os atores que pertencem a um campo, independentemente de sua posição, partilham a percepção do que está em jogo naquela arena e, a partir disso, orientam suas ações. O segundo entendimento compartilhado diz respeito ao conjunto de atores que

pertencem ao campo e a noção da hierarquia existente entre eles. Os membros de um campo têm mapeados quem são os componentes daquela arena e qual a distribuição de poder entre eles, isto é, quem são os dominantes e quem são os desafiadores. Por meio desse mapa compartilhado, constituem-se percepções sobre quem são possíveis aliados ou opositores aos seus objetivos. O terceiro entendimento se refere às regras sobre a ação dos atores no campo. Dependendo da posição que um indivíduo ocupa, certas formas de ação são consideradas legítimas ou não. Os parâmetros para o julgamento de legitimidade são compartilhados pelos participantes do campo. O último entendimento compartilhado faz referência aos diferentes quadros interpretativos pelos os quais atores coletivos percebem a realidade do campo. Em um campo, existem diversos quadro interpretativos compartilhados. Normalmente, esses quadros refletem a posição que os atores ocupam dentro do campo. O quadro compartilhado por atores com mais poder não é o mesmo do quadro daqueles com menor capacidade de influência. O compartilhamento de um quadro interpretativo é fundamental para o engendramento de ações coletivas dentro do campo.

A teoria dos campos de ação estratégica é tributária ao conceito de campo de Pierre Bourdieu, considerado pelos autores da TCAE como o responsável pela ideia de situar a ação em espaços sociais de nível meso. Contudo, Fligstein e McAdam (2012) apresentam interesses divergentes aos do sociólogo francês. Enquanto a teoria de Bourdieu atenta para os mecanismos de reprodução e estabilidade no campo, o objetivo central da TCAE é entender os processos de mudança nessas arenas circunscritas. Para isso os autores postulam que é necessário avançar em relação ao esquema teórico bourdiano. Dentre os aspectos mais importantes levantados por Fligstein e McAdam (2012), está o foco sistemático na imersão do campo em um conjunto de relações com os demais campos. Esse é um elemento fundamental para a explicação da mudança proposta pelos autores e serão basilares para o presente estudo.

Para a TCAE, o Estado é um sistema de campos, ao qual as formulações gerais da teoria podem ser aplicadas. A principal diferença entre campos estatais e não-estatais está na autoridade que o Estado possui para definir as regras de interação pública. A concepção de Estado para a TCAE vai ao encontro dos modelos de análise de políticas pública que atentam para a produção de políticas públicas em esferas setorializadas com relativa autonomia e dinâmica própria. De acordo com essas perspectivas, com o crescimento da organização do Estado e da complexidade da sociedade, a construção das decisões políticas não ocorre mais em lugares centrais tradicionalmente definidos, como o parlamento e os partidos políticos,

mas sim em subsistemas descentralizados (SABATIER; WEIBLE, 2007) que reúnem uma miríade de atores interessados em influenciar as políticas públicas de um determinado setor (JOHN, 1999). Um processo semelhante a esse é denominado por Jordan (1990) subgovernos: os centros de atividades nos quais atores especializados e com interesses em uma área operam em um processo complexo (devido ao mosaico de grupos envolvidos) e informal (pois, se distingue dos espaços tradicionais da política).

Devido a capacidade de formular e impor normas, os campos estatais podem moldar mudanças e estabilidades em campos não-estatais. Contudo, isso não significa que campos não-estatais não possuem influência sobre a estrutura de campos que compõem o Estado. Atores sociais podem pressionar por uma redefinição na forma de organização do Estado, acarretando na possível constituição de novos campos nessa esfera. Transformações na sociedade podem obrigar o Estado a reestruturar seus campos para regular os novos aspectos da vida social. Portanto, para compreensão do surgimento de novos campos estatais, deve-se considerar, além da relação entre os campos estatais existentes, a interação com os campos não-estatais (FLIGSTEIN; McADAM, 2012).

A criação de campos estatais também pode decorrer da extensão de novos direitos ou de novas legislações.

Um conjunto de novos campos estatais emerge como um produto indireto da expansão da regulação legal para novas arenas e grupos da sociedade. A conferência de novos direitos e proteções legais é inevitavelmente acompanhado por conflitos e disputas e pela criação de um novo campo estatal para salvaguardar os ganhos atingidos” (FLIGSTEIN; McADAM, 2012, p. 69, tradução nossa).

Esse aspecto é de especial importância para a pesquisa proposta, já que o surgimento do campo da assistência social no Estado brasileiro foi desencadeado a partir das diretrizes propostas pelo GT/MPAS, que embasou a elaboração de um novo regramento legislativo que atribuiu novos direitos, impelindo a criação do campo estatal da assistência social.

3. Previdência e assistência na proteção social brasileira

A estruturação da previdência social no Brasil tem como ponto de partida a Lei Eloy Chaves de 1923, que instituiu a Caixa de Aposentadoria e Pensão (CAP) para os trabalhadores ferroviários. Posteriormente as CAPs foram estendidas para outras categorias profissionais e chegaram ao número de 33 em 1926 (CARRO, 2008). Apesar de receberem o nome de

categorias profissionais, as CAPs eram administradas por empresas e destinadas apenas aos seus trabalhadores. Essas iniciativas eram sustentadas pela contribuição de patrão e empregado e por uma taxa cobrada dos consumidores de bens e serviços produzidos por essas empresas (OLIVEIRA; FLEURY, 1989).

A Lei Eloy Chaves garantia, além de benefícios pecuniários, o provimento de serviços – em sua maioria, relacionados à saúde – aos seus segurados. De acordo com Oliveira e Fleury (1989), o período de 1923 a 1930 pode ser considerado a primeira fase da previdência social brasileira, cujas principais características se resumiam nos seguintes pontos: inclusão de serviços junto aos benefícios pecuniários, liberalidade para que cada CAP determinasse quem seriam seus beneficiários e liberalidade na definição dos critérios de aposentadoria.

Concomitantemente à estruturação da previdência, as ações assistenciais da Igreja Católica foram fortemente expandidas. As entidades sociais religiosas, como instituições de amparo a órfãos, internatos e asilos, se espalharam pelo país. Com incremento no número de entidades, o governo criou a Junta de Auxílios e Subvenções, que tinham como objetivo fiscalizar essas instituições (CARRO, 2008). Apesar dessa iniciativa, a regulação estatal das subvenções e isenções concedidas às entidades filantrópicas ganhou vigor somente em 1935, com a lei de declaração de utilidade pública para organizações sem fins lucrativos. Também nesse ano, foi criado informalmente um colegiado de representantes da sociedade que estudavam a “questão social” – tema que crescia de importância com a aceleração da urbanização no país – e opinavam sobre as subvenções oferecidas pelo Estado às associações benemerentes. Em 1938, o colegiado foi formalizado com a constituição do Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), um órgão consultivo, responsável pela certificação de entidades beneficentes e composto por um conjunto de “notáveis” da área. As instituições filantrópicas tinham acesso aos incentivos governamentais por meio da certificação do CNSS (CÔRTEZ, 2013).

Paralelamente à construção do CNSS, o Estado brasileiro ampliava suas responsabilidades no setor da previdência social. Em 1931, o governo passou a supervisionar as CAPs. Em 1933, foram criados os Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs), autarquias organizadas em função de categorias profissionais para promover a proteção dos trabalhadores. No ano de 1935, as CAPs foram extintas e toda a administração da previdência social ficou sob a égide estatal (FARIAS, 1997). O modelo dos IAPs estava baseado na proteção social resguardada para o mundo do trabalho e operada através da lógica do seguro. Aqueles

que integravam categorias profissionais regulamentadas e que possuíam carteira assinada seriam amparados no caso de eventualidades que impedissem o provimento de seu sustento e de sua família (BOSCHETTI, 2008). Para o financiamento dos IAPs, criou-se a chamada contribuição tripartite que incluía a participação do Estado junto com as contribuições patronais e dos trabalhadores.

Santos (1979) conceitua esse modelo de proteção social como “cidadania regulada”. Somente eram considerados sujeitos de direitos sociais aqueles que estavam inseridos no mercado formal regulamentado pelo Estado – minoria dos trabalhadores brasileiros daquele período. Aqueles que buscavam seu sustento fora mercado formal estavam excluídos de qualquer forma de proteção estatal.

Também no governo Vargas, em 1942, com o objetivo inicial de apoiar as famílias dos pracinhas brasileiros que haviam se alistado para lutar na Segunda Guerra Mundial, foi criada a Legião Brasileira de Assistência (LBA). O sucesso dessa iniciativa fez com que a LBA se transformasse em uma entidade estatal de assistência às classes mais desfavorecidas do país. A LBA possuía um caráter inovador, já que estendia os serviços estatais para os não segurados. Entretanto, a sua ação era desenvolvida por voluntários, sem qualquer pretensão de generalização dos serviços e fortalecimento da área por parte do governo. Não havia a intenção de operar fora da lógica da filantropia e nem de garantir direitos ao seu público-alvo. Sua atuação era discricionária e baseada na boa vontade de seus integrantes (SPOSATI, 2007).

Inicialmente a LBA estava vinculada ao Ministério da Justiça e ao Ministério das Relações Exteriores. Contudo, a principal fonte de financiamento de suas ações eram os recursos da previdência social (CARRO, 2008). O Ministério do Trabalho, responsável pelo recolhimento das contribuições previdenciárias, repassava 0,5% dessas receitas à LBA, o que demonstra a imbricação entre previdência e assistência. A posição da assistência social como um apêndice da previdência é acentuada em 1969, quando a LBA é transformada em fundação e vinculada ao Ministério do Trabalho e da Previdência (BOSCHETTI, 2008).

De 1945 a 1964, a LBA expandiu suas atividades, chegando a 90% dos municípios brasileiros. A instituição se consolidou como uma organização dotada de estrutura administrativa, recursos humanos e patrimônio. Sua atuação abarcava creches, orfanatos, hospitais e centros comunitários, cursos profissionalizantes e subvenções a instituições beneficentes. Contudo, as ações continuavam sendo discricionárias, sem qualquer garantia de direitos aos que estavam excluídos do sistema previdenciários (CARRO, 2008).

A LBA se consagrou, assim, como uma “estranha” instituição pública de assistência social que executava ações em todo o país com recursos orçamentários e doações, mas que sustentava sua intervenção, fundamentalmente, em princípios da beneficência e benevolência privadas. Talvez ela represente o mais nítido exemplo de simbiose público-privado que marca as relações sociais brasileiras no campo da assistência social. Os relatórios anuais da instituição afirmavam que seu objetivo era estender alguns serviços sociais aos trabalhadores e à população pobre excluída da previdência social. Foi dessa forma que a LBA foi se consolidando como uma instituição vinculada e, ao mesmo tempo, paralela ao sistema previdenciário brasileiro. (BOSCHETTI, 2008, p. 52)

A construção de um sistema unificado de previdência social no Brasil teve início no governo militar. Em 1966, como objetivo racionalizar a administração previdenciária e neutralizar os grupos políticos que controlavam os institutos desde a Era Vargas, os IAPs foram extintos. Para coordenar as políticas previdenciárias, foi criado o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). Em 1974, foi criado o Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), ao qual se integrou a LBA, tendo o status de fundação. Esse ministério aglutinava as áreas de saúde, previdência e assistência social sob o mesmo comando administrativo. Em 1977, foi criado Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social, composto pelo o INPS, o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS), a LBA e Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), dentre outras instituições (NETTO, 2005).

Nota-se que, associado ao esforço de reorganizar a estrutura administrativa da proteção social brasileira, estava a intenção de separar a gestão saúde, previdência e assistência social. O INPS se dedicava aos serviços e benefícios dos segurados. O INAMPS cuidava dos serviços de saúde, que progressivamente caminhavam para a universalização. A LBA tratava da assistência aos pobres não-segurados. A FUNABEM era responsável pelo atendimento aos menores abandonados e infratores. Apesar disso, a separação funcional não se refletia no financiamento das áreas, que continuavam dependendo dos recursos de contribuição previdenciária.

Para a estruturação do aparato burocrático da assistência social, a constituição do LBA como fundação e a criação da FUNABEM representaram passos importantes.

A partir de 1974, com a ênfase alcançada pela política social no discurso oficial, a direção da LBA sofreu modificações. Ao lado do papel tradicional de “mãe dos pobres”, antes ocupados pelas

primeiras-damas, passou a incorporar uma racionalidade técnico-administrativa. Como consequência, buscou elaborar um corpo conceitual, definir a população alvo e as ações prioritárias. (SPOSATI; FALCÃO; FLEURY, 1989, p. 65)

Apesar da guinada tecnocrática, Sposati (1991) considera a LBA como um exemplo da fluidez entre o público e o privado na área de assistência social. Ao mesmo tempo em que a fundação era composta por profissionais com formação técnica, também contava com a atuação de voluntários, revelando que a adoção do viés burocrático não representou uma ruptura com paradigma da filantropia.

A expansão de direitos sociais foi utilizada pela ditadura como meio de compensar a supressão de direitos políticos e individuais (BOSCHETTI, 2008). Nesse sentido, destacam-se a inclusão dos trabalhadores rurais na previdência social pelo Programa de Assistência Rural (PRORURAL) em 1971 e a criação da Renda Mensal Vitalícia (RMV) em 1974. Através do PRORURAL, os trabalhadores do campo foram incluídos na previdência social sob uma lógica assistencial, uma vez que não era exigida nenhuma forma de contribuição para o acesso aos benefícios. O modo de inclusão dos trabalhadores rurais demonstra a opção pelo hibridismo entre os modelos do seguro e da universalização como forma de adaptar o sistema previdenciário à estrutura ocupacional brasileira.

O hibridismo também está presente na concessão da Renda Mensal Vitalícia (RMV), benefício mensal no valor de 50% do salário mínimo destinado a idosos com mais de 70 anos. Para receber o RMV, o idoso deveria ter baixa renda e, no mínimo, 12 meses de contribuição previdenciária ou 5 anos de exercício de atividade remunerada. Ou seja, a definição do público-alvo do RMV aliava critérios da assistência social e previdenciários. Foi no contexto de ambiguidades de modelos de proteção social que ocorreu a transição da ditadura militar para o regime democrático.

4. A discussão sobre assistência no grupo de trabalho para a reestruturação da previdência social

Com o fim do período militar, iniciou-se um processo de reestruturação das políticas sociais no país. No campo previdenciários, o principal espaço de discussão e elaboração de novas diretrizes para o setor foi o Grupo de Trabalho para a Reestruturação da Previdência Social (GT/MPAS). O GT foi criado pela Presidência da República a pedido do ministro de

previdência e assistência social, Raphael de Almeida Magalhães. No documento encaminhado ao presidente solicitando a formação do grupo, o ministro destaca a dívida social acumulada durante o período autoritário e a necessidade de se reformular a previdência para garantir padrões mínimos de justiça social (BRASIL, 1986). Junto com o decreto de criação do GT, o presidente José Sarney encaminhou ao Congresso Nacional uma mensagem na qual reafirmava o compromisso com a “questão social” e salientava a importância do grupo para a racionalização dos gastos previdenciários. De acordo com o decreto, o intuito do GT era realizar estudos e propor medidas para reestruturação das bases de financiamento da Previdência Social e para reformulação dos planos de benefícios previdenciários. O grupo possuía apenas função consultiva, sem qualquer obrigação do governo acatar suas sugestões (BRASIL, 1986a).

A composição do grupo contava com a participação de representantes governamentais, dos trabalhadores, dos empregadores e de especialistas na área da previdência. A presidência estava a cargo do cientista político Wanderley Guilherme dos Santos, uma das referências no debate acadêmico sobre cidadania e proteção social no Brasil. A secretaria-executiva ficou sob a responsabilidade da secretária adjunta do MPAS. Os Ministérios do Trabalho e da Fazenda, o Gabinete da Presidência, e a Secretaria de Planejamento da Presidência eram os outros órgãos governamentais com assento no GT. A representação dos trabalhadores era dividida entre dois representantes urbanos (Central Única dos Trabalhadores e Central Geral dos Trabalhadores) e dois rurais (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura e Trabalhadoras Rurais). Ainda estavam presentes dois representantes dos aposentados e pensionistas (BRASIL, 1986a). Apesar da previsão da presença de três representantes dos empregadores, nenhum deles compareceu às reuniões.

O decreto presidencial que cria o GT/MPAS indicou três grandes eixos temáticos para a condução dos debates: as bases de financiamento previdenciário, os planos de benefícios, e os sistemas de informação e fiscalização da previdência. Em nenhum momento, o decreto mencionou diretamente o tema da assistência social (BRASIL, 1986a). Entretanto, o MPAS já demonstrava intenções produzir uma discussão mais ampla que englobasse tanto a assistência social como a assistência médica. Para isso, foram instituídas comissões internas com o objetivo de discutir esses temas. No caso da assistência social, uma semana após a criação do GT/MPAS, formou-se a Comissão de Reestruturação da Assistência Social, sob coordenação da Secretaria de Assistência Social do MPAS e composta por dois membros da LBA, FUNABEM e

da Fundação Abrigo Cristo Redentor (FACR)². O objetivo final da comissão era elaborar um relatório com diagnóstico da situação atual da assistência social brasileira e sua relação com a previdência e sugerir medidas a serem apreciadas pelo GT/MPAS (BRASIL, 1986c).

De um modo geral, as discussões no GT/MPAS foram norteadas pela necessidade de se universalizar a cobertura da previdência para todos as categorias trabalhadores e pela iniciativa de elaborar um novo conceito de seguridade social. O debate desses dois tópicos foi constantemente permeado pelo consenso de que era preciso a formação de um bloco de serviços e benefícios básicos que amparasse qualquer cidadão brasileiro necessitado, independente de contribuição previdenciária, e que isso fosse custeado não por recursos da previdência, mas pelo orçamento fiscal da União. Em parte, essa reivindicação refletia um posicionamento histórico da burocracia previdenciária brasileira de defesa da perspectiva beveridgiana de proteção social. Desde a década de 1940, o debate entre os modelos bismarckiano e beveridgiano começou a exercer influência sobre os burocratas da previdência, acentuando a tensão entre o sistema de proteção social vigente ancorado na lógica do seguro (modelo bismarckiano) e a proposta de um conjunto de serviços básicos destinados a toda população (modelo beveridgiano). Embora a previdência brasileira permanecesse sob a lógica de seguros, a defesa do ideário de Beveridge pela burocracia previdenciária brasileira perdurou e foi relevante na reconfiguração da seguridade social durante a década de 1980 (HOCHMAN, 1987; BOSCHETTI, 2008).

Além da influência de Beveridge, a necessidade de equilibrar as contas previdenciárias foi central para a adoção dessa demanda. Em função da dependência de trajetória imposta pelo modelo de cidadania regulada, que condicionava o acesso a serviços social às contribuições previdenciárias, o campo da previdência concentrava a maior parte do aparato de proteção social brasileira. Com a expansão dos benefícios previdenciários *stricto sensu* para públicos de não-contribuintes - como os trabalhadores rurais, por exemplo - pressionando o orçamento da previdência, os atores vinculados ao setor passaram a defender que as políticas não destinadas ao trabalhador segurado fossem custeadas por outros recursos que não os de contribuição. A alternativa de separação entre fontes de financiamento da previdência e das demais políticas também incluía a assistência social, mesmo que os valores reservados ao setor totalizassem apenas 1,8% do orçamento da previdência (MAZZOLI, 1986).

²A Fundação Abrigo Cristo Redentor era uma instituição de longa permanência de idosos, vinculada ao governo federal.

Tanto a concepção sobre a necessidade de um conjunto mínimo de serviços sociais para todos quanto a reivindicação de que as políticas sociais não voltadas para os segurados fossem custeadas diretamente pela União foram objeto de consenso entre os componentes do GT/MPAS desde a primeira reunião. As divergências que existiram no grupo se restringiram aos detalhes do plano de benefícios exclusivo para os segurados. Como reflexo dessa consonância, aprovou-se por unanimidade a criação de um plano contributivo indireto, que estendida a Renda Mensal Vitalícia (RMV), antes restrita aos trabalhadores rurais e aos urbanos com contribuições parciais, para todos os residentes sem capacidade contributiva com mais de 65 anos ou inválidos (BRASIL, 1986b).

A proposição do plano contributivo indireto ensejou outro debate: a RMV deveria ser considerada um benefício da previdência ou da assistência social? Esse ponto foi o objeto de discordância entre os participantes de GT. Alguns acreditavam que, por ser um benefício custeado por recursos não-previdenciários e voltado para os necessitados e não para os contribuintes, a RMV deveria ser entendida como assistencial. Por outro lado, outros argumentavam que esse benefício deveria ser considerado previdenciário por ser continuado, já que a assistência seria responsável apenas por ações pontuais de alívio de necessidades momentâneas. Subjacente a essas posições, estava em discussão as definições de previdência e assistência social. Preponderou a segunda posição conforme podemos verificar no relatório final do GT/MPAS.

Por Previdência Social (ou seguro social) entende-se: programa de proteção social (ou seguridade social) de cujo custeio o trabalhador participa mediante **contribuições individuais**, em correspondência a riscos sociais definidos, ou é custeado por outras fontes.

Por Assistência Social (ou serviços sociais) entende-se: programa de proteção social (ou seguridade social) de várias modalidades, **não correspondentes a um risco social definido, no conceito do seguro social, e de prestação descontinua** (BRASILb, 1986, p. 24, grifo nosso).

A discussão específica sobre assistência social se concentrou em dois eixos temáticos que se sobrepunham: 1) como se diferenciaria a assistência social da previdência; 2) como deveria ser o financiamento da assistência. Das 157 referências à assistência social feitas nas 11 reuniões do GT, 51 abordavam a definição conceitual e 41 tratavam do financiamento da assistência. Com exceção da divergência sobre a vinculação setorial da RMV, as manifestações

apontavam para uma mesma direção: a necessidade de retirar a assistência do orçamento previdenciário, sem que isso evitasse a expansão dos serviços assistenciais.

Os trabalhos do GT/MPAS foram embasados no parecer apresentado pela Comissão de Reestruturação de Assistência Social. De acordo com o diagnóstico exposto pela comissão, entre os problemas da assistência brasileira estavam a ausência de fontes definidas de recursos para área e a sobreposição de funções entre os órgãos considerados de assistência. A comissão salientou o prejuízo acarretado pelas ambiguidades nas definições do que é assistência social e as conseqüentes confusões com o sistema previdenciário. Tais constatações indicam que os profissionais dos órgãos de assistência social também estavam interessados na separação entre as duas áreas. Recomendou-se ao GT a adoção das seguintes diretrizes: que os recursos para assistência social fossem majoritariamente oriundos do orçamento fiscal; que se elaborasse um planejamento em conjunto entre LBA, FUNABEM e FACR, evitando a multiplicação de serviços similares; que se executasse a descentralização político-administrativa, definindo papéis e responsabilidades nos diferentes níveis de governo (BRASIL, 1986d).

A maioria dos posicionamentos da comissão foi acatada pelo GT/MPAS. A exceção foi a possibilidade de o orçamento da assistência ser complementado por recursos previdenciários. Essa diretriz se chocava com a exclusividade do uso das contribuições para financiamento de benefícios de seguro social, uma das principais premissas que orientavam o grupo. Apesar dessa rejeição, a posição do GT era favorável à permanência da área da assistência social no âmbito institucional do MPAS. O grupo propôs a formação de um grande órgão de assistência social, que seria vinculado ao Ministério da Previdência³. Os recursos destinados à assistência seriam centralizados em um fundo de assistência social. O GT recomendou ainda a adoção de uma política efetiva de descentralização de poder decisório e administrativo com participação dos beneficiários em nível local (BRASIL 1986b).

Reafirmando sua posição a favor expansão de políticas sociais para os públicos não-segurados pela previdência, o relatório final destacava a visão da assistência social como um direito do cidadão e um dever do Estado. Para atingir esse ideal, o GT ressaltou a importância da superação das práticas assistencialistas e do rompimento com o status residual que as iniciativas de assistência historicamente ocuparam no Estado brasileiro (BRASIL, 1986b).

³Durante os debates, foram aventadas as possibilidades de criação do Ministério do Bem-Estar ou do Ministério da Seguridades Social. Todavia, essas alternativas foram abandonadas no decorrer dos trabalhos.

Esses elementos, que posteriormente orientaram redação do texto constitucional e da LOAS, foram formalizados de maneira pioneira, no âmbito estatal, por esse grupo, o que nos permite situar nesse momento histórico o ponto de partida para o rompimento institucional com a tradição da filantropia.

5. Considerações finais

O entendimento de que a assistência social deveria constituir um campo estatal apartado das demais políticas sociais é formalizado pela primeira vez pela proposta do GT/MPAS. Por essa constatação, podemos afirmar que as iniciativas internas ao campo estatal da previdência nesse sentido antecederam as de campos societários afetos à assistência. Tal percepção é reforçada pela baixa participação de atores vinculados à assistência social durante o processo constituinte e pelo papel relevante que alguns burocratas integrantes do GT/MPAS tiveram na elaboração do texto constitucional. Embora algumas propostas fundamentais do grupo, como separação total entre recursos de contribuição e o custeio de políticas não-previdenciárias, tenham sido rejeitadas na Assembleia Constituinte, as ideias da assistência social como direito do cidadão, dever do Estado e uma política conceitualmente distinta da previdência defendidas pelo GT foram basilares para a conformação do setor no período pós-redemocratização.

A análise das atas, transcrições e demais documentos produzidos pelo GT/MPAS possibilitaram a identificação duas crenças motivadoras para a adoção dessa visão sobre assistência social. A primeira delas está relacionada a concepções mais amplas sobre os deveres estatais: é dever do Estado prover um conjunto de serviços e benefícios básicos para a totalidade de seus cidadãos. A segunda crença diz respeito ao funcionamento específico do campo da previdência: é necessário dedicar os recursos oriundos das contribuições previdenciárias exclusivamente para os benefícios de seguro social. O entrelace dessas duas concepções compartilhadas impulsionou um posicionamento a favor do fortalecimento da assistência social como uma política social necessária para o contexto brasileiro, com finalidade própria e apartada da previdência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. MPAS. E.M. n. 28 de 13 de maio de 1986. In: BRASIL. **Rumos da Nova Previdência**: anais do Grupo de Trabalho para a Reestruturação da Previdência Social. Tomo I. Brasília, 1986.

BRASIL. Decreto n. 92.654 de 15 de maio de 1986. Cria o Grupo de Trabalho para reestruturação da Previdência Social e dá outras providências. In: BRASIL. **Rumos da Nova Previdência**: anais do Grupo de Trabalho para a Reestruturação da Previdência Social. Tomo I. Brasília, 1986a.

BRASIL. Relatório Final do Grupo de Trabalho para a Reestruturação da Previdência Social. In: BRASIL. **Rumos da Nova Previdência**: anais do Grupo de Trabalho para a Reestruturação da Previdência Social. Tomo I. Brasília, 1986b.

BRASIL. MPAS. Portaria n. 3.764, de 21 de Maio de 1986. In: BRASIL. **Rumos da Nova Previdência**: anais do Grupo de Trabalho para a Reestruturação da Previdência Social. Tomo II. Brasília, 1986c.

BRASIL. Relatório da Comissão de Apoio à Reestruturação da Assistência Social. In: BRASIL. **Rumos da Nova Previdência**: anais do Grupo de Trabalho para a Reestruturação da Previdência Social. Tomo II. Brasília, 1986d.

BAPTISTA, Tatiana. Seguridade Social no Brasil. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 49, n. 3, p.99-119, set. 1998.

BOSCHETTI, Ivanete. **Seguridade social e trabalho**: paradoxos na construção das políticas de previdência e assistência social no Brasil. Brasília: Letras Livres, 2008.

CARRO, Silvina. **A Assistência Social no Universo da Proteção Social**: Brasil, França, Argentina. 2008. 250 f. Tese (Doutorado) - Curso de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

CÔRTEZ, Soraya. Brazil's National Council for Social Assistance and the policy community supporting social assistance as a right. In: VAITSMAN, Jeni; RIBEIRO, José; LOBATO, Lenaura (Org.). **Policy Analysis in Brazil**. UK: Polity Press, 2013.

FARIAS, Pedro César Lima de. A seguridade social no Brasil e os obstáculos institucionais à sua implementação. **Cadernos Enap**, Brasília, n. 11, p.1-98, 1997

FLIGSTEIN, Neil; MCADAM, Doug. **A Theory of Fields**. New York: Oxford University Press, 2012.

HOCHMAN, Gilberto. Aprendizado e difusão na constituição de políticas: a previdência social e seus técnicos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.3, n.7, p. 84-98, 1987

IPEA. 15 anos de gasto social federal notas sobre o período 1995 a 2009. **Comunicado do IPEA**. nº 98. Brasília: IPEA, 2011.

JACCOUD, Luciana; HADJAB, Patricia; CHAIBUB, Juliana. Assistência Social e Segurança Alimentar: entre novas trajetórias velhas agendas e recentes desafios (1988-2008). In: IPEA. **Políticas Sociais: acompanhamento e análise - Vinte Anos da Constituição Federal - Volume 2**. Brasília: IPEA, 2009.

JOHN, Peter. **Analysing public policy**. Pinter: Londres, 1999.

JORDAN, Grant. Sub-Governments, Policy Communities and Network: Refilling the Old Bottles? **Journal of Theoretical Politics** v. 2, n. 3, p 319 – 338, 1990.

MAZZOLI, Márcia. Políticas, diretrizes e orçamentos da previdência para 1986. In: BRASIL. **Rumos da Nova Previdência: anais do Grupo de Trabalho para a Reestruturação da Previdência Social**. Tomo II. Brasília, 1986.

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a Filantropia e a Assistência Social**. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: Uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

OLIVEIRA, Jaime de Araújo; FLEURY, Sonia. **(Im)Previdência Social: 60 anos de história da previdência no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1989.

SABATIER, Paul; WEIBLE, Christopher. The advocacy coalition framework: innovations and clarifications. In: SABATIER, Paul (ed.), **Theories of the policy process**. Westview Press: Boulder. 2007.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. Campos, 1979.

SPOSATI, Aldaíza. **A Assistência Social no Brasil: 1983-1990**. São Paulo: Cortez Editora, 1991

SPOSATI, Aldaíza. **A Menina LOAS: um processo de construção da Assistência Social**. 3. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

SPOSATI, Aldaíza; FALCÃO, Maria do Carmo; FLEURY, Sonia. **Os Direitos (dos Desassistidos) Sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

Empoderamento e autonomia das mulheres beneficiárias do programa bolsa família em Porto Alegre: o caso da restinga

Mariana Weber Dias¹

O presente estudo tem como tema a mulher e seu papel dentro da sociedade atual no contexto da desigualdade social brasileira. Seu objetivo é o de investigar a mulher dentro do programa de política social Bolsa Família (BF) tendo como foco dois pontos principais: a autonomia da mulher dentro do âmbito privado e a autonomia no âmbito público conquistada através do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). A hipótese lançada nesse estudo é que as beneficiárias se empoderam através do recebimento do benefício, gerando autonomia nas ações dentro do âmbito privado, mais que no âmbito público, através do PRONATEC. Para construção do estudo buscou-se entender como as mulheres analisadas sentem-se em relação ao BF no que tange a autonomia pública e privada. Para isso, foram realizadas entrevistas com as beneficiárias do BF na cidade de Porto Alegre, no bairro Restinga, também se fez necessário traçar um perfil seguindo dados do Observatório de Políticas Sociais do Estado do Rio Grande do Sul (2014) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2015), a fim de estabelecer uma análise mais completa do estudo. Os resultados alcançados mostram que dentro do âmbito privado a autonomia se dá na tomada de decisões e, principalmente, onde empregar o benefício, já dentro do âmbito público pode-se constatar que as mulheres beneficiárias entrevistadas não estão alcançando autonomia através do PRONATEC.

Palavras-Chave: Bolsa Família, Autonomia, Mulher, Desigualdade Social.

Introdução

O papel da mulher na sociedade, o empoderamento feminino e a desigualdade social são assuntos diretamente ligados à realidade brasileira hoje. Dentro do contexto recente de mudanças e avanços sociais a mulher vem se destacando. Sua autonomia e poder de decisões dentro da família têm contribuído para esse processo. Além disso, dentro de famílias de baixa renda, vê-se crescer a autonomia da mulher, seja na tomada de decisões perante os filhos ou, a mulher como fonte de sustento da família.

No Brasil vivemos em uma realidade desigual e que carece de programas e incentivos que ajudem a diminuí-la, o papel do Estado é fundamental para desenvolver ações que busquem incentivos e soluções para essa realidade. Nesse contexto as políticas sociais são de grande relevância, elas se constituem em um subconjunto de políticas públicas realizadas

¹Bacharela em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

pelo governo, com o intuito de proteção social através da distribuição de benefícios para famílias em situação de vulnerabilidade econômica.

A política pública é a revelação da ação do Estado em determinado período histórico, estabelecida por um governo constituído por um conjunto de programas e projetos que parte da sociedade (políticos, técnicos, organismos da sociedade civil e outros) propõe para a sociedade como um todo (HÖFLING, 2001, p.2).

Dentro das políticas sociais estão os programas de transferência de renda. No Brasil eles surgiram a partir de iniciativas municipais que ao longo do tempo foram se disseminando através de ações do governo federal (RABELO, 2011).

Hoje um Programa de transferência que está em evidência, por sua ampla cobertura no Brasil, é o Programa Bolsa Família (BF). Ele funciona com o objetivo principal de beneficiar famílias com renda familiar inferior a R\$77,00 mensais, e atua dentro do Plano Brasil sem Miséria.

O Plano Brasil sem Miséria foi criado para superar a extrema pobreza no país, sempre tendo em vista que a pobreza não se resume a uma questão de renda. Segurança alimentar e nutricional, educação, saúde, acesso a água e energia elétrica, moradia, qualificação profissional e melhora da inserção no mundo do trabalho são algumas das dimensões em que a pobreza se manifesta. E todas elas são prioridades no Plano (Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), 2015).

Dentro do Programa Bolsa Família encontra-se um fator fundamental para construção do estudo: a quantidade de mulheres que recebem o auxílio em relação à de homens. No Brasil, no ano de 2015, no Programa Bolsa Família, a porcentagem de mulheres que recebem o auxílio é de 56,2%, em comparação aos 43,8% de homens MDS (2015). No Rio Grande do Sul (RS) esse dado se confirma 57,2% são mulheres, enquanto 42,8% são homens. A cidade de Porto Alegre comporta o maior número de beneficiários do Programa no RS, são 49.702 famílias cadastradas, sendo 11,6% mulheres as responsáveis por receber o auxílio e 10,1% homens, em um total retirado da porcentagem de todo o estado MDS (2015). Como se pode observar no estado do RS, o número de mulheres beneficiárias demonstra um valor maior que o total do país, o que justifica a escolha do estudo, às mulheres beneficiárias como ator principal de análise. No caso específico, foram analisados dados das beneficiárias do bairro

Restinga, localizado em Porto Alegre. Além disso, o Bolsa Família conta com mais uma variável que constrói o estudo, a inserção das mulheres beneficiárias dentro do mercado de trabalho, e a continuação de seus estudos. O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) é vinculado ao BF, o público alvo do PRONATEC são os jovens a partir de 16 anos, e adultos cadastrados no Cadastro unificado das famílias beneficiárias do Programa BF.

Dado o contexto da desigualdade no Brasil, do Programa Bolsa Família, e do papel da mulher dentro do Programa é que o problema de pesquisa é proposto. O objetivo do problema de pesquisa é de investigar como o Programa BF influi na vida das mulheres beneficiárias, e se o programa ajuda a promover uma autonomia nessas mulheres. O problema visa dois aspectos principais: a questão da autonomia das mulheres no mundo privado, em suas famílias, e a questão da autonomia no mundo público, através do acesso ao PRONATEC.

Para concluir tal objetivo, foi utilizado como embasamento teórico o conceito de empoderamento, a partir de SEN (2000) com o papel da mulher na condição de agente social. SEN (2000) discute a questão da *condição de agente e bem-estar* das mulheres na promoção das mudanças sociais e ZORZI (2008) através do conceito de empoderamento.

A justificativa, para o estudo, está baseada na relevância das ações governamentais para diminuição da desigualdade social, e nas mudanças que essas ações geram na vida das beneficiárias. Além disso, estudar o papel da mulher e seu empoderamento, bem como superar as privações de liberdades através do Bolsa Família, justifica-se na medida em que gera o desenvolvimento de capacidades das pessoas pobres e excluídas socialmente (SEN, 2000). Além de mostrar a mulher como protagonista nas decisões do âmbito familiar, na administração de recursos e no âmbito público com incentivo a continuidade de seus estudos.

A metodologia utilizada para elaboração desse estudo teve inicialmente caráter quantitativo, através de fontes já existentes, como o banco de dados do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e de dados do Observatório de Políticas Sociais do Estado do Rio Grande do Sul (2014), e para aprofundar algumas questões específicas utilizou-se o caráter qualitativo. Em um primeiro momento foi realizado um levantamento dos dados referentes à quantidade de beneficiários em Porto Alegre/RS, que foi realizada através das bases de dados do MDS (2015). A região escolhida para o estudo foi a do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Restinga, bairro de Porto Alegre. Tendo em vista que os dados quantitativos não englobavam o caso

específico do estudo, foi necessário utilizar o método de entrevistas. Foram realizadas entrevistas do tipo semi - estruturadas, que segundo PINTO e GUAZZAELI (2008) o método de entrevistas é muito utilizado em casos em que os dados fornecidos acerca do assunto estudado não forem suficientes para análise. Também se utiliza esse método de entrevistas semi- estruturadas visando o caráter narrativo das respostas dos entrevistados. Foram realizadas oito entrevistas seguindo o critério: entrevistar somente mulheres e que estavam recebendo o Bolsa Família. Em um primeiro momento ocorreu a tentativa de realizar as entrevistas no CRAS Restinga, porém não foi possível aplicar as entrevistas no local, pois a aproximação com as beneficiárias era muito dificultada, as beneficiárias pareceram desconfiadas e com um certo receio sobre a proposta de responder a entrevista. Logo após essa primeira tentativa, em um segundo momento, foi procurado um local no bairro Restinga em que tivessem beneficiárias, mas que elas se mostrassem mais acessíveis. Com isso as entrevistas foram aplicadas em uma organização que trabalha no bairro, a Sociedade Espírita Caravaneiros da Fraternidade (SECF), entidade que atua dentro do bairro auxiliando os moradores, com doações de alimentos, roupas e utensílios domésticos. O universo de pesquisa se restringiu às famílias ali atendidas, e que também eram atendidas nos CRAS da região.

BOURDIEU (2010) escreve que para construção do objeto:

Não é possível evitar a tarefa de construir o objeto sem abandonar a busca por esses objetos pré- construídos, fatos sociais separados, percebidos e nomeados pela sociologia espontânea ou “problemas sociais” cuja pretensão a existirem como problemas sociológicos é tanto maior na medida em que têm mais realidade social para comunidade dos sociólogos (BOURDIEU, 2010. p. 47).

Após essa primeira etapa do problema de pesquisa, da justificativa e da metodologia, foi construída a hipótese a ser verificada na pesquisa de campo. O estudo partiu da hipótese: de que as beneficiárias se empoderaram através do recebimento do benefício, gerando autonomia nas ações dentro do âmbito privado, mais que no âmbito público, através do PRONATEC.

Dada à construção do processo, o estudo se propõe a investigar o problema de pesquisa a partir de cinco tópicos: I. A mulher e a sociedade: Uma breve análise histórica de desigualdade de gênero; II. Empoderamento feminino dentro do mundo privado e público; III.

Condicionalidades do Programa Bolsa Família e o Pronatec; IV.As beneficiárias, suas vozes e o trabalho para elas; V. Conclusões.

A mulher e a sociedade: Uma breve análise histórica de desigualdade de gênero

O papel da mulher dentro da sociedade é um tema que está em constante transformação. Ao longo de décadas pode-se ver diversas interpretações e atribuições às mulheres. Seu papel social mudou ao longo do tempo e sua maneira de ser vista socialmente também. Uma forma de ilustrar a transformação social que a mulher tem vivido, ao longo das décadas, seria abordar a questão da divisão primitiva do trabalho. Enquanto o homem pescava ou caçava, a mulher cuidava das tarefas domésticas, como tecer ou jardinagem, essas eram consideradas tarefas de grande produtividade naquela época segundo BEAUVOIR (1970) e desempenhavam um papel importante e respeitado dentro da vida econômica, e esse panorama só muda quando a propriedade privada aparece, na medida que o homem se torna “dono” de tudo, inclusive da mulher que pertencia ao âmbito privado:

A mesma causa que assegurara à mulher sua autoridade anterior dentro da casa, seu confinamento nos trabalhos domésticos, essa mesma causa assegurava agora a preponderância do homem. O trabalho doméstico da mulher desaparecia, então, ao lado do trabalho produtivo do homem; o segundo era tudo, o primeiro um anexo insignificante. (BEAUVOIR, 1970. p. 74)

Nessa nova configuração a mulher torna-se oprimida, surgindo a família patriarcal, baseada na propriedade privada e fruto de toda desigualdade de gênero enfrentada pela mulher, até os dias de hoje. Por volta do século XIX, o trabalho doméstico pode ser considerado como sendo predominantemente feminino. O conjunto de ideias e imposições às mulheres que também é refletido até hoje.

BEAUVOIR (1970) mostra a mulher como diretamente ligada à maternidade, como se para ela não existisse outra opção a não ser ter filhos:

É impossível assimilar muito simplesmente a gestação a um trabalho ou a um serviço, como o serviço militar. Viola-se mais profundamente a vida de uma mulher, dela exigindo-se filhos, do que regulamentando as ocupações dos cidadãos: nenhum Estado ousa jamais instituir o coito obrigatório. No ato sexual, na maternidade, a mulher não empenha

somente tempo e forças mas ainda valores essenciais. (BEAUVOIR, 1970. p.78 a 79)

A mulher é vista como um modo de reprodução, de tal forma que, é impossível encarar a mulher como apenas uma força de trabalho, ou seja, apenas como uma trabalhadora. É como se essa opção não existisse, essa visão ainda é muito comum nos dias atuais. No caso do Programa Bolsa Família, objeto desse estudo, a maternidade está diretamente implicada nas condicionalidades e no respeito às individualidades para o recebimento do benefício.

O que se faz relevante é que para receber o auxílio à mulher deve ter uma série de responsabilidades com os filhos, devendo manter a criança na escola, além de regulares e devidos cuidados médicos. Reforçando atribuições sempre associadas às mulheres e quase nunca associadas aos homens. Mantendo o papel da mulher diretamente ligado ao mundo privado.

Para ocorrer à mudança, da mulher somente como mãe para a mulher como agente social, BEAUVOIR (1970) fala sobre a sua emancipação e que, para ela acontecer é necessário que obtenha direitos jurídicos iguais ao do homem, além de deixar de ser vista somente como uma trabalhadora do âmbito doméstico.

Essa percepção de BEAUVOIR traz uma contribuição importante para o objeto de estudo: a mulher não somente como mãe, dentro do mundo privado doméstico, mas como trabalhadora e com uma mudança no papel dentro da sociedade. As condições de buscar um trabalho, fora do mundo privado, sua independência financeira e a sua autonomia para estudar ou escolher como melhor definir seu futuro.

Para concluir pode-se dizer que, ao longo dos séculos, o papel da mulher e sua representatividade social mudaram. Hoje, a mulher é vista socialmente e economicamente como um agente ativo e importante dentro da sociedade, na maior parte do mundo. Ainda que essa discussão esteja evoluindo, e precise de mais algumas décadas para se chegar a um ideal igualitário na divisão social de gênero, é possível ver um progresso acontecendo.

A partir dessa breve análise histórica do papel da mulher e as desigualdades de gênero enfrentadas, faz-se a necessidade de aprofundar o conceito de empoderamento, que está amplamente presente nas discussões feministas. Esse conceito busca ilustrar a questão feminista e trazer essa discussão para o mundo das beneficiárias do Programa Bolsa Família, a fim de mostrar a autonomia da mulher em diferentes situações e condições. O próximo tópico tem como objetivo discutir o conceito de empoderamento.

Empoderamento feminino dentro do mundo privado e público

O seguinte tópico do estudo propõe trazer o papel da mulher como *agente ativo de mudança*, e a mulher como protagonista dentro da sociedade. SEN (2000) traz a *condição de agente e bem-estar* feminino, e ilustra que o bem-estar para ser alcançado, esse que não é de direto, visto a desigualdade enfrentada socialmente pela mulher, deve acontecer através de mudanças e que essas mudanças devem ter as mulheres como agentes. “*As privações relativas de bem - estar para as mulheres decerto estavam – e estão - presentes no mundo em que vivemos claramente têm importância para a justiça social, incluindo a justiça para as mulheres.*” (SEN, 2000 p. 222)

O protagonismo da mulher em sua vida é um fator importante no alcance do bem-estar, ter sua renda independente, ter um emprego que seja fora de casa, assim como tomar *decisões dentro e fora da família*, são ações que fortalecem a mulher como agente individual, e ainda, fortalecem a noção de poder e autonomia nas ações cotidianas, enaltecendo a noção de empoderamento feminino.

O que SEN (2000) mostra é que quando isso não ocorre, a mulher que trabalha somente dentro de casa, muitas vezes, não sabe as privações que sofre no âmbito familiar. Em muitos casos a mulher considera que seu trabalho dentro de casa, não é algo “útil” por não trazer um recurso financeiro para a família, o que faz com que a família a diminua, e conseqüentemente a mulher se sinta diminuída. Quando a mulher passa a ter sua própria renda ela assume a posição de *agente de mudanças*, seja na sua própria vida ou nas mudanças sociais, tendo uma voz ativa perante as suas decisões. Além disso, a questão da propriedade de bens, colocada por SEN (2000), que se adquiridos da renda própria da mulher, faz com que ela se sinta e seja mais empoderada nas decisões dentro da família.

A questão da mulher como agente de mudanças está ligada ao problema de pesquisa proposto. SEN (2000) engloba todas as questões levantadas e enriquece a análise das mulheres no Programa Bolsa Família. A questão do empoderamento da mulher perante o recebimento do Bolsa Família, fazer a mulher ter o poder de decidir como aplicar o dinheiro, exercendo sua autonomia. E ainda, quando a mulher se capacita e estuda através do PRONATEC ela se empodera fora da família, no mundo público, conquistando um espaço de aprendizagem e capacitação profissional.

O estudo que traz contribuições importantes para discutir o empoderamento das beneficiárias é o de RODRIGUES, SCHABBACH e MARX (2014). Nesse artigo é analisado o empoderamento feminino através do Programa RS Mais Igual, parte do Programa Estadual de Erradicação da Extrema Pobreza do Governo do Estado do Rio Grande do Sul (RS), o qual destaca o papel da mulher e o reforço do estigma como responsável pelo cuidado da família. No mesmo sentido ZORZI (2008), expõe que o empoderamento gerado pelo auxílio é de grande importância e que as mulheres analisadas manifestam um *aumento na autoestima por se sentirem capazes de gerir o processo de seu trabalho*. (ZORZI, 2008, p. 4). A pesquisa realizada pelo Observatório de Políticas Sociais do Rio Grande do Sul sobre o Programa RS Mais Igual é de grande relevância para o tema. Nesta pesquisa foram aplicados 113 questionários com beneficiários. Os resultados alcançados apontam de maneira positiva as mudanças geradas na vida das beneficiárias, em relação à autonomia dada por serem as responsáveis por receber o auxílio.

Com a participação no Programa RS Mais Igual, está em processo o empoderamento das mulheres beneficiárias, no sentido de adquirirem poder sobre decisões importantes de sua vida, de seus filhos, família e comunidade, e de atuarem como agentes promotoras de bem-estar (RODRIGUES, SCHABBACH e MARX, 2014 pág. 53).

Para fim de definir o conceito desse estudo, foi utilizado o empoderamento a partir da visão de ZORZI (2009) associada a RODRIGUES, SCHABBACH E MARX (2014), e ao conceito de *bem-estar* de SEN (2010). No intuito de buscar o empoderamento das beneficiárias através da tomada de decisões, e nas transformações da mulher como *agente ativo de mudança*.

Cabe ressaltar que a discussão do empoderamento e do que as beneficiárias recebem/sentem é de extrema sutileza. Definir um sentimento, uma satisfação ou até um jeito da sociedade olhar de outra forma, para aquela mulher se dá de forma tênue. A autonomia das beneficiárias, e a feminina, é um grande avanço para a nossa sociedade. Porém a visão dessas mulheres como pessoas, a partir do conceito de cidadania, merece atenção, e um observador capaz de enxergar que nessas mulheres vive o desejo de serem reconhecidas, de terem seu espaço dentro da sociedade, uma vez que, para estudos como o de RABELO (2011) a questão da cidadania vem antes na vida dessas mulheres, muito antes do empoderamento feminino, é uma questão de cidadania e de respeito ao próximo. O presente estudo buscou esse olhar

atento, e também atenção delicada às questões que envolvem a vida das mulheres que foram entrevistadas, e que constituem o universo desse estudo. No tópico seguinte buscaremos apresentar, e mostrar, a maneira que o Programa Bolsa Família e o PRONATEC funcionam como influem, e como intervêm na vida das mulheres beneficiárias estudadas.

Condicionalidades do Programa Bolsa Família e o Pronatec

O Programa Bolsa Família funciona com o objetivo de beneficiar famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. Hoje ele atinge todo território brasileiro e funciona através de uma transferência direta de renda, integrando o Plano Brasil sem Miséria *que tem como foco de atuação os milhões de brasileiros com renda familiar per capita inferior a R\$ 77,00 mensais e está baseado na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos* (Ministério do Desenvolvimento Social, 2015). O programa foi criado no ano de 2003, e é regulamentado pela LEI nº 10.836 de 9 de janeiro de 2004.

Além disso, outro fator relevante para construção do estudo é que no Brasil, no ano de 2015, a porcentagem de mulheres que recebem o auxílio é de 56,2% em comparação aos 43,8% de homens MDS (2015). Ao longo dos anos essa variável dentro do programa vem se confirmando. Nos últimos anos o número de mulheres que são responsáveis por receber o auxílio vem se destacando, sempre em número maior em relação aos homens. Na cidade de Porto Alegre - RS, local onde foi aplicado o estudo, a porcentagem de mulheres beneficiárias é de 57,2% , já demonstrando um valor maior que o total do país.

Dentro desse contexto, a escolha pelo Programa Bolsa Família para o estudo se dá pelo fato de o programa ser um agente de mudança social, e também, de colocar as mulheres à frente das decisões, gerando autonomia nas escolhas para a aplicação do auxílio dentro da família. Para receber o auxílio do programa é necessário seguir algumas regras pré-estabelecidas pelo Governo Federal, são as chamadas condicionalidades.

As condicionalidades são uma série de deveres que o responsável pelo cartão deve seguir para continuar a receber o auxílio. Elas são baseadas em direitos básicos de qualquer cidadão: saúde, educação e assistência social. Na educação crianças de 6 a 17 anos devem ter acompanhamento da frequência escolar, que deve ser de 75% ou mais, ele ocorre até cinco vezes ao ano, acompanhando cada bimestre. Na saúde são dois períodos, cada um em um semestre, ou seja, de 6 em 6 meses devem ter um acompanhamento médico. Quando a

família descumpra algum desses requisitos ela entra em um processo de 4 etapas definidas pelo MDS: *A advertência, o bloqueio, a suspensão e o cancelamento.*

Um aspecto interessante para discussão desse estudo, dentro das condicionalidades, é que muitas vezes essas obrigações que as condicionalidades impõem ficam como responsabilidade das mulheres. A obrigação de levar os filhos à escola, a levar ao médico a ir até os CRAS. É como se de certa forma o Bolsa Família reforçasse o papel da mulher como a única responsável pelos filhos, isentando um pouco o papel do pai dentro da vida das crianças. Alguns estudos apontam para esse quesito, que se faz relevante para a análise, o papel da mulher no Programa Bolsa Família é muito discutido no sentido de que ele reafirma o papel da mulher na tradicional associação a maternidade e a família. MARIANO (2009), entre outros estudos, analisam essa posição, da mulher com o papel de cuidar dos filhos e assumir as responsabilidades dentro do âmbito familiar. Essa posição não pode ser desconsiderada, no momento em que a mulher assume a família e as obrigações em manter as *condicionalidades* do programa.

O Programa Bolsa Família traz as condicionalidades para vida da mulher, mas também dá autonomia para essas mulheres. O programa segue a lógica de que o responsável pelo cadastro é que precisa manter as condicionalidades, mas a ele também é empregado à responsabilidade de receber o auxílio. Na medida em que somente essa pessoa poderá utilizar o dinheiro recebido, é como se fosse uma troca, com o intuito de garantir que os filhos estejam na escola e frequentando o posto de saúde. Quanto à autonomia, que o programa oferece as beneficiárias, que pode ser analisada pelo âmbito privado, quando se trata de assuntos como os filhos, também pode ser vista pelo âmbito público, que nesse estudo está sendo estudado a partir do PRONATEC.

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) é um programa vinculado ao Bolsa Família, todos os cursos ofertados para os beneficiários são gratuitos, e as beneficiárias do Bolsa Família recebem o material didático e um auxílio para transporte e alimentação. Um relatório recente, o Relatório inclusão produtiva urbana: o que fez o PRONATEC / bolsa formação entre 2011 e 2014, de julho de 2015, do Ministério de Combate à Fome (MDS) 2015 e do Ministério da Educação, observa que os avanços alcançados, dados pelo PRONATEC, entre os anos de 2011 a 2014, mostram que o perfil de estudantes pertencentes ao Bolsa Família é formado por 71,9% de mulheres, sendo que 14% estão na faixa dos 22 aos 25 anos, seguidas das mulheres de 35 aos 44 anos com 10,5%, ou

seja, mulheres na faixa empregatícia. O estudo revela que ao longo dos anos o percentual vem crescendo, e que a quantidade de mulheres inscritas supera o número de homens. Além disso, o fator idade influencia na maneira de como a mulher vem buscando uma condição melhor de vida através do estudo.

Este estudo buscou analisar essa característica nas entrevistas, se o programa está ajudando as beneficiárias, e se elas se sentem empoderadas estudando e trabalhando, e tendo oportunidades para construir um futuro melhor. A seguir serão analisadas as entrevistas buscando a compreensão dos fatores levantados ao longo do processo.

As beneficiárias, suas vozes e o trabalho para *elas*

Como parte fundamental, para a obtenção dos resultados desse estudo, foram realizadas entrevistas com as beneficiárias do Programa Bolsa Família. Para iniciar a análise se fez necessário à compreensão do universo das beneficiárias, que foi realizado através do entendimento das questões que englobam o local de aplicação das entrevistas.

As entrevistas foram realizadas em uma instituição no bairro Restinga, região extremo-Sul de Porto Alegre, a Sociedade Espírita Caravaneiros da Fraternidade (SECF). No local escolhido para a aplicação dos questionários é realizado um trabalho assistencial junto à comunidade. As entrevistas foram realizadas aos sábados pela manhã, justamente por ser o período em que há uma maior movimentação de pessoas, devido a grande carência material das pessoas, muitas famílias recebem o auxílio do Programa BF. Para a escolha das entrevistadas foi realizado, em um primeiro momento, um levantamento do número de mulheres que recebem o Bolsa Família, porém como o local não possuía esse controle, foi realizada uma contagem, nos sábados, dia em que as entrevistas foram aplicadas. As mulheres que recebiam o Bolsa Família ficaram em torno de vinte, sendo que oito foram entrevistadas.

Após essa primeira aproximação do local em que essas mulheres vivem /frequentam foram realizadas as entrevistas. As entrevistadas foram abordadas enquanto esperavam para o atendimento na SECF. A amostra foi escolhida conforme a disponibilidade delas.

Em um segundo momento, a análise se iniciou, com a elaboração de um quadro representando o perfil das entrevistadas, visando uma melhor compreensão do estudo. O seguinte quadro comporta a idade, cor/raça, escolaridade e trabalho:

Quadro 1- Perfil das beneficiárias entrevistadas – Porto Alegre/RS – Novembro, 2015

Nº entrevistada	Idade	Cor/ Raça autodeclarada	Nº Filhos	Escolaridade	Trabalho
1	40	parda	5	Ensino Fund. Inc. (Continua EJA)	Não
2	57	branca	5	Ensino Fund. Inc. (Continua EJA)	Sim (Catadora de latinha)
3	26	negra	5	Ensino Fund. Inc.	Não
4	24	negra	1	Ensino Fund. Inc.	Sim (Carrinho de reciclagem)
5	28	parda	3	Ensino Fund. Inc.	Sim (Faxina)
6	49	parda	2	Ensino Fund. Com.	Não
7	47	negra	8	Ensino Fund. Inc.	Não
8	35	branca	6	Ensino Fund. Inc.	Não

Fonte: Elaboração própria

O perfil traçado, das mulheres entrevistadas, comporta uma faixa etária de 24 a 57 anos. Três das entrevistadas se autodeclararam negras, três pardas e duas brancas. A faixa de filhos ficou entre 01 a 08 filhos, sendo que três entrevistadas possuíam 5 filhos. A escolaridade das beneficiárias não varia muito, a maioria possui o Ensino Fundamental incompleto, com uma variação de anos de estudo de 01 a 08 anos, e três entrevistadas trabalham.

Esse perfil se assemelha muito ao que foi mostrado pelo Observatório de Políticas Sociais do Estado do Rio Grande do Sul, no Relatório Técnico Parcial: Síntese dos resultados obtidos, de 2014, sobre o programa RS Mais Igual. No relatório analisado é possível ver que o perfil das beneficiárias entrevistadas para o presente estudo é muito similar ao do total do RS. O Relatório é constituído por 170 entrevistas no total e todas foram realizadas com mulheres.

A maioria das mulheres entrevistadas pelo Observatório encontra-se na faixa de 21 a 40 anos, e possuem o Ensino Fundamental Incompleto, o mesmo perfil mostrado nas entrevistadas para esse estudo. Com relação ao número de filhos também foi encontrado uma variação, das entrevistadas apenas 02 ficavam na faixa de 01 a 02 filhos, enquanto que no perfil do total do RS essa faixa fica com o percentual mais elevado, de 53,7%.

É importante analisar que essa faixa etária, que contempla dos 21 a 40 anos, está inserida na faixa da população economicamente ativa, segundo dados do IBGE (2015). Porém as entrevistadas, quando analisadas pelo seu grau de escolaridade, também se enquadram no

perfil de pessoas que estão em *menor* número dentro das economicamente ativas. O que mostra uma variação no perfil, ou seja, ao mesmo tempo em que estão dentro da idade mais ativa economicamente, também estão dentro do grau de escolaridade mais baixo, o que implica a colocação no *menor* número economicamente ativo. Nos dados do Observatório (2014) essa característica se reforça. As mulheres entrevistadas comportam o mesmo perfil em que as entrevistadas para o presente estudo. A comparação se faz interessante visto que mesmo em um universo pequeno, de apenas oito entrevistadas, a caracterização do perfil é muito semelhante a de um estudo maior realizado em todo RS. Contudo, o presente estudo tem por objetivo mostrar algumas características das entrevistadas, diferentes do Relatório analisado.

Para complementar o estudo, outra fonte de dados que mostra grande interesse do estudo é o IBGE, na pesquisa mensal sobre mercado de trabalho de outubro de 2015. Nessa pesquisa pode-se observar que a escolaridade em conjunto com a idade implicam no fator trabalho. É estimado que os anos de estudos das entrevistadas variem de 01 ano até 08 anos, e que esse fator tem influência direta com a relação trabalho e renda da família em que se insere.

Embora os fatores levantados deixem evidentes que as entrevistadas comportam uma faixa ativa, e que os anos de estudos influenciam sobre não estarem inseridas no mercado de trabalho, também se faz importante ressaltar que há algumas variáveis a considerar: não estão inseridas no mercado de trabalho, e os dados não contemplam. Como descreve a entrevistada de número 3:

- Olha... Tá aqui na minha carteira (de trabalho).
- Não precisa ser necessariamente de carteira assinada..
- Não, trabalhei só de carteira mesmo.
- Três empregos é isso?
- O último eu fiquei mais de dois anos. Quase dois, um e nove.
- E qual que ficou mais tempo? Esse que é quase dois anos?
- É porque... é num... no motel..
- O que tu fazia lá?
- Eu era camareira , saí por causa do meu nenê que é intolerante a lactose.. ele depende só de mim (pra se alimentar). (Entrevistada de número 3)

Esse exemplo contempla o universo das entrevistadas, todas falaram que ter filhos influencia diretamente no trabalho. Que os filhos dependem exclusivamente delas para os cuidados e para o sustento. A entrevistada de número 3, por exemplo, tinha um bebê de

apenas 11 meses, e não podia deixar em creches, porque o bebê era intolerante à lactose. Além disso, muitas argumentam que não há vagas nas creches públicas para todas.

É preciso um conjunto de esforços para que essa mulher, que também é mãe, consiga sair de casa em busca de um empoderamento no âmbito público. Quando indagadas diretamente sobre o Bolsa Família, todas afirmaram que o benefício ajuda, mas que não é o suficiente, pois não garante uma independência, como mostra a entrevistada de número 5:

- Você se sente mais independente? De que forma?
- Na verdade não, porque é muito pouco né.. não tem nem como tu te sentir independente com R\$ 200 reais. Mas na verdade não.. a verdade é uma ajuda bem pouco que não dá pra quase nada.. na verdade eu acho que não, consideraria que não.. (Entrevistada de número 5).

O que reforça isso é que as entrevistadas quando indagadas pela questão do estudo responderam apontando com os mesmos problemas, pois com toda a responsabilidade, com os filhos a depender somente dos cuidados delas, argumentam com a dificuldade em conseguir manter a relação filhos, trabalho e estudos.

No entanto, a questão levantada como hipótese no início do estudo não se confirmou, nas entrevistas realizadas, a hipótese de que as beneficiárias ganhavam autonomia com o Bolsa Família através do incentivo aos estudos pelo PRONATEC. Para se confirmar que essa é uma realidade seria preciso estudos mais aprofundados, este estudo apenas traz o resultado de oito entrevistas realizadas, o que não é suficiente para confirmar de fato essa hipótese dentro de todo o universo das beneficiárias do Programa BF. Vale ressaltar: nenhuma entrevistada estudava pelo PRONATEC, e apenas uma o conhecia, aquela que frequenta o EJA, ela também manifestava um grande interesse em estudar pelo programa.

A vontade de estudar ficou nítida nas entrevistas, a forma com que as entrevistadas falaram dos estudos foi muito encantadora. Os motivos para quererem voltar a estudar variaram entre buscar um emprego melhor e aprender para ajudar os filhos na escola.

Igualmente como foram as respostas quanto ao trabalho, nas questões do Programa BF, todas falaram principalmente sobre os filhos. A abrangência do mundo privado na vida das beneficiárias compreende-as sobre tudo. Muitas falavam que somente os filhos importavam, e que era para eles o Bolsa Família, era para eles que viviam. É evidente que isso se explica pela falta de se ter um sustento, um jeito de alimentar, vestir e educar os filhos. No entanto para as beneficiárias a questão do âmbito privado era predominante em suas vidas. Todas ficavam em

casa e cuidavam dos filhos. Apenas as duas entrevistadas que estudavam, através do EJA, mostravam uma maior interação com o âmbito público, embora pequena.

Os dados analisados, elaborados a partir dos relatos das beneficiárias, podem conduzir a conclusão de que a autonomia no âmbito público ainda não é suficiente na vida delas apesar do Programa BF, e por mais esforços que façam em se vincular ao PRONATEC. Para que isso de fato ocorra é necessário um conjunto de melhorias na vida das beneficiárias. Das entrevistadas nenhuma possuía o Ensino Fundamental completo, o que retrata uma dificuldade maior em acessar o PRONATEC, uma vez que para ter acesso, as beneficiárias precisam ter terminado o Ensino Médio. Além disso, a questão dos filhos ainda é muito forte, é uma sobrecarga, e a responsabilidade com eles ainda recai inteiramente à mulher. Das entrevistadas apenas uma possuía um companheiro que morava com ela, as outras sequer recebiam pensão alimentícia.

Uma conclusão que os resultados das entrevistas apontam é para as dificuldades para encontrar um lugar para os filhos ficarem durante o período dos cursos das mães; possuir um trabalho de tempo integral (manhã e tarde) e organizar horários para realizar um dos cursos que são oferecidos. Observa-se que a maior dificuldade para estudar é não ter onde ou com quem deixar os filhos durante o período das aulas. Seria importante pensar que embora o Bolsa família ajude financeiramente é inegável que o alcance do programa ainda é pouco quando se trata em ajudar a mulher a ter a autonomia para buscar a profissionalização e sair do âmbito privado. A complementação do auxílio, com por exemplo, ampliação no número de vagas nas creches faria muita diferença nesse caso, pois a vontade de estudar, de trabalhar e buscar autonomia está presente nas entrevistas. As entrevistadas se mostraram mulheres fortes que buscam apenas o sustento e respeito a seus filhos e que muitas vezes deixaram de lado a sua própria autonomia para alcançar isso. Essa conclusão e as outras alcançadas pelo presente estudo serão discutidas no próximo tópico.

Conclusões

As conclusões do presente estudo se dividem dentro dos dois pontos principais delimitados no início da pesquisa: O da autonomia da mulher dentro do mundo privado e o da autonomia no mundo público, através do acesso ao PRONATEC. Para compreensão dos fenômenos é importante ressaltar que a análise partiu dos conceitos de ZORZI (2009)

associada a RODRIGUES, SCHABBACH E MARX (2014), e ao conceito de *bem-estar* de SEN (2010), buscando o empoderamento das beneficiárias através da tomada de decisões e nas transformações da mulher como *agente ativo de mudança*.

A conclusão do estudo é que as mulheres mesmo após começarem a receber o Bolsa Família tem dificuldade em alcançar a autonomia no âmbito público. O programa é para elas uma forma de alimentar os filhos e de mantê-los na escola. Embora o Bolsa Família não tenha como objetivo pensar na autonomia das beneficiárias no mundo público, pois a superação das privações de liberdades através do Programa Bolsa Família, é importante na medida em que gera o desenvolvimento das capacidades das pessoas pobres e excluídas socialmente. (SEN, 2000). Dando a elas uma autonomia em gerenciar o benefício e aplicá-lo da maneira que julgarem correta o que poderia indicar uma autonomia somente no âmbito privado.

Quando analisamos a autonomia das beneficiárias no âmbito privado as respostas das entrevistadas também ficam em torno dos filhos. A autonomia neste caso se dá na tomada de decisões e principalmente na de onde empregar o benefício, que sempre é destinado aos filhos. Analisar a autonomia que o Bolsa Família gerada, nesses casos, acaba por ser muito sutil, visto que a maioria das entrevistadas não tinham companheiro/ marido, o que faz com que as mulheres a situação de gestora da casa, dos filhos, etc.

A conclusão que podemos chegar é a importância da mulher beneficiária e a sua relação de única responsável pelos filhos, de modo que não consegue ter a sua própria autonomia para estudar ou ter um emprego. O que deveria entrar na discussão sobre o Programa Bolsa Família é o direito dessas mulheres poderem se inserir no âmbito público, através do trabalho e da formação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. 4ª edição. São Paulo: Difusão Européia do Livro. 309p.

BOURDIEU, Pierre. *Ofício de Sociólogo: Metodologia da pesquisa na sociologia*. 7ª Edição Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. 340p.

BRASIL. Lei Federal nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004. *Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências*. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. Poder Executivo, Brasília, DF, 12 jan. 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/lei/10.836.htm. Acesso em: 11 junho 2015.

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS SOCIAIS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - Centro de estudos internacionais sobre governo (CEGOV) - *Relatório Técnico Parcial: Síntese dos resultados obtidos*. Disponível em:

< https://www.ufrgs.br/cegov/files/pub_61.pdf >. Acessado em 26 de novembro de 2015.

HÖFLING, E. de M. *"Estado e políticas (públicas) sociais"*. Cadernos CEDES, Campinas, v.21, no 55, nov. 2001.

INDICADORES Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - *Pesquisa Mensal de Emprego/ outubro 2015*. Disponível em:

<[ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho e Rendimento/Pesquisa Mensal de Emprego/fasciculo indicadores_ibge/2015/pme_201510pubCompleta.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Mensal_de_Emprego/fasciculo_indicadores_ibge/2015/pme_201510pubCompleta.pdf)>. Acessado em 20 de novembro de 2015.

MARIANO, Silvana Aparecida. *Gênero e combate à pobreza: programa bolsa família. Estudos Feministas*. Vol. 17 no. 3 Florianópolis Sept./Dec. 2009.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br>> Acessado em 20 de Maio de 2015

_____. *Aplicações*. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-data/misocial/tabelas/mi_social.php> Acessado em 04 de outubro de 2015.

_____. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagidata/METRO/metro_ds.php?p_id=72&p_ibge=4&p_geo=0&p_ibge=43&p_geo=0&p_search=Porto%20Alegre> Acessado em 01 de outubro de 2015.

_____. *Bolsa família*. Disponível em: < www.mds.gov.br/bolsafamilia > Acessado em 15 de julho de 2015.

_____. *Brasil sem miséria*. Disponível em: < <http://mds.gov.br/assuntos/brasil-sem-miseria/o-que-e> > Acessado em 07 de outubro de 2015.

_____. *Cursos de qualificação profissional*. Disponível em: < <http://mdspravoce.mds.gov.br/cursos-de-qualificacao-profissional> > Acessado em 23 de agosto de 2015.

_____. *Condicionalidades Bolsa Família*. Disponível em:<<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/gestao-do-programa/condicionalidades>> Acessado em 05 de outubro de 2015.

_____. *Perguntas Frequentes Bolsa Família*. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntasfrequentebolsafamilia/condicionalidades/beneficiario/codicionalidades>> Acessado em 10 de junho de 2015.

MINISTÉRIO DE COMBATE À FOME E MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Inclusão produtiva urbana: o que fez o PRONATEC / bolsa formação entre 2011 e 2014*. Disponível em: < http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/Caderno%20de%20Estudos%20Pronatec%20-%2024.pdf >. Acessado em 15 de agosto de 2015.

OBSERVA POA- *Porto Alegre em Análise / Bairro Restinga*. Disponível em: < <http://portoalegremanalise.procempa.com.br/?regioes=93,0,0> >. Acessado em 14 de novembro de 2015.

PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. 348 p.

PORTO ALEGRE. Assistência Social. Disponível em: < http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc/default.php?p_secao=118#Endere_os > Acessado em 09 de outubro de 2015.

PINTO, Céli Regina Jardim; GUAZZELI, Cesar A. Barcellos. (Org.) *Ciências Humanas: pesquisa e método*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008. 148 p.

PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO (PRONATEC). Disponível em: < <http://pronatec.mec.gov.br/institucional-90037/o-que-e-o-pronatec> >. Acessado em 07 de outubro de 2015.

RABELO, Mercedes. *Redistribuição e reconhecimento no Programa bolsa família: a voz das beneficiárias*. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2011.

RODRIGUES, Alexandre Ben; SCHABBACH, Letícia Maria; MARX, Vanessa. *Cidadania, empoderamento feminino e promoção familiar através das políticas sociais de transferência de renda*. In.: Políticas Para Família, Gênero e Geração / Jurema Gorski Brites, Leticia Schabbach, organizadoras – Porto Alegre : UFRGS/CEGOV, 2014.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 409 p.

ZORZI, Analisa. *Uma análise crítica da noção de empoderamento com base no acesso das agricultoras ao Pronaf mulher em Ijuí- RS*. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

O sistema das principais políticas públicas de proteção de crianças e adolescentes em situação de rua no município de Porto Alegre

Catarina Elóia da Rosa Machado - Uniasselvi¹

Felícia Moraes - Uniasselvi²

Geralda Alcantara Migliavaca - Uniasselvi³

Maria Clara Machado - Uniasselvi⁴

O sistema das principais políticas públicas de proteção de crianças e adolescentes em situação de rua no município de Porto Alegre. A garantia de direitos sociais é um desafio vivido diariamente pela sociedade civil e órgãos governamentais competentes. Desvendar essa realidade é uma constante preocupação para quem quer construir uma política de assistência social que realmente garanta a população de rua uma proteção necessária e efetiva. Proteção essa, garantida por lei, mas que nem sempre é cumprida ou até mesmo aceita pelos que por ela são assistidos ou deveriam ser. Em Porto Alegre os serviços, programas e benefícios são geridos através da FASC levando em conta as necessidades de diferentes ações do conjunto de políticas públicas sociais executadas por ações governamentais ou não, trazendo assim a união da sociedade civil e governo na tentativa de enfrentar essa grave crise socioeconômica vivenciada todos os dias, por essa população que se encontra na rua ou em situação de vulnerabilidade. Para elucidar melhor toda essa problemática apresentamos gráficos e entrevistas com especialistas na área social que mostram a realidade dessa população no município de Porto Alegre.

Palavras-Chave: população de rua; políticas públicas; proteção de crianças e adolescentes.

Introdução

Esse paper apresenta pesquisas bibliográficas sobre o sistema das principais políticas públicas de proteção às crianças e adolescentes em situação de rua no município de Porto Alegre, na sequência irá apresentar todos os serviços envolvidos que são CRAS, CREAS, Conselhos Tutelares e a Rede Conveniada que seguem as premissas do SUAS.

No desenvolvimento desta pesquisa serão apresentadas as premissas, diretrizes e metas a serem alcançados no Decreto 7053/2009 que orienta toda a política pública da população de

¹Catarina Elóia da Rosa Machado, curso superior em tecnologia de Gestão Pública, Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI, orientadora Professora Fernanda Aguiar.

²Felícia Moraes, curso superior em tecnologia de Gestão Pública, Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI, orientadora Professora Fernanda Aguiar.

³Geralda Alcantara Migliavaca, curso superior em tecnologia de Gestão Pública, Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI, orientadora Professora Fernanda Aguiar.

⁴Maria Clara Machado, curso superior em tecnologia de Gestão Pública, Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI, orientadora Professora Fernanda Aguiar.

Rua. Será identificado o papel do gestor deste sistema que é a FASC- Fundação de Assistência Social e Cidadania e toda a sua rede de atuação. Apresentará conceitos e índices de vulnerabilidade social e fatores de risco desta população no município de Porto Alegre.

1. A construção da política pública para população em situação de rua

1.1 Sua Origem

No Brasil, a Assistência Social foi ao longo dos anos realizados pelas Instituições religiosas, quer na zona urbana ou rural, e era utilizada como moeda de troca política na mediação com os coronéis. No estado varguista foram criadas grandes instituições como a Legião Brasileira de assistência Social- LBA⁵... Esta política de assistência porém foi cunhada como visão do favor, a serviço da manutenção da miséria e dos interesses das elites brasileira , constituindo o que conhecemos por assistencialismo. Somente na década de 80 e com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e que se inaugurou um padrão de proteção social afirmativo de direitos, direito de cidadania, começando assim uma superação de valores ultrapassados.

2.2 Evolução desta política pública

A política pública da população em situação de rua está diretamente envolvida no âmbito da assistência social. A partir de 2006, no âmbito federal, criou-se um Grupo de Trabalho Interministerial, por ordem do Presidente da República (Decreto de 25/10/2006) que coordenou a elaboração de estudos e propostas de políticas públicas para a inclusão social da população de rua. Outra iniciativa do governo Federal foi à realização da pesquisa Nacional Censitária e por Amostragem da População em Situação de Rua, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social Combate Fome- MDS⁶ com o intuito de mapear a população em situação de rua e dar subsídios as ações governo previstas na PNAS⁷.

⁵LBA é a sigla de Legião Brasileira de Assistência, uma entidade filantrópica fundada em 1942 por Darcy Vargas, primeira-dama naquela época. A sigla também significa *Little Big Adventure*, um jogo de aventura também conhecido no Brasil como *Twinsen 's Adventure*.

⁶Ministério do Desenvolvimento Social Combate à Fome- MDS A criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), ocorrida em 2004, é resultado da vontade política de tratar a superação da pobreza e da fome como uma das principais prioridades do país.

⁷Política Nacional de Assistência Social – PNAS busca incorporar as demandas presentes na sociedade brasileira no que tange à responsabilidade política, objetivando tornar claras suas diretrizes na efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado.

2.3 Resultado da evolução política pública

Um dos resultados desses processos foi à criação da Política Nacional para a Inclusão Social da População em Situação de Rua que vigora desde o final de 2009 (Decreto 7.053, de 23/12/2009 publicado no Diário Oficial da União), com a pretensão de assegurar aos moradores de rua acesso às políticas públicas de saúde, educação, previdência social, trabalho renda, moradia, cultura, esporte e lazer.

2.4 DECRETO Nº 7.053/09, de 23 de dezembro de 2009

O Decreto 7053/09, considera em situação de rua o grupo populacional que possui em comum a extrema pobreza, os vínculos familiares interrompidos, fragilizados com a falta de moradia regular que utiliza os espaços públicos e áreas abandonadas como forma de moradia e sustento, às vezes de forma temporária ou permanente, bem como os albergues para pernoite temporária ou como moradia provisória.

Conforme DORNELLES *et al*, (2012, p. 27), existe um mundo da **população de rua**:

O que chamamos de “mundo” da população em situação de rua – para definir suas práticas e experiências – é permeado de mobilidades e, por vezes, rupturas, que marcam as vidas pessoais e de grupos parentais que vivem nessa condição. Embora a situação de rua seja, de fato, resultado de processos sociais, históricos e subjetivos bastante complexos e multicausais, para o indivíduo colocado nessa situação social, o início desse processo muitas vezes se dá a partir de ruptura(s) nas dimensões afetiva, profissional, social, familiar e, outras vezes, é promovido por fatores imponderáveis relativos à saúde ou à dependência de produtos diversos, como álcool, remédios ou drogas.

Importante ressaltar algumas das premissas do Decreto que são: a valorização e respeito à vida, cidadania, atendimento humanizado e universal, além do respeito a todas as condições sociais, gêneros e raças.

Na prática este decreto promove direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais visando minimizar os efeitos da situação da população de rua.

Um dos objetivos do Decreto é assegurar o acesso de maneira simples, seguro e amplo aos serviços e programas que agregam as políticas públicas de saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda.

3 O gestor do sistema da política pública- fundação de assistência social e cidadania

As informações aqui contidas foram obtidas via internet no site: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc/default.php?p_secao=115 e também em entrevista *in loco* na Fundação de Assistência e Cidadania (FASC) com as educadoras sociais Aline Espindola Dornelles, Julia Obst. A Fundação de Assistência Social e Cidadania é um órgão pertencente à Prefeitura de Porto Alegre que comanda diversas unidades de atendimento da capital onde promovem a inclusão social de crianças, adolescentes, moradores de rua, idosos, famílias e pessoas portadoras de deficiência física. A FASC tem como missão garantir o desenvolvimento de ações destinadas ao apoio, orientação e acompanhamento às famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos.

A FASC desde a municipalização da Assistência Social em Porto Alegre implantou e desenvolveu Programas voltados ao atendimento e apoio às famílias em vulnerabilidade social e pessoal sendo uma retaguarda a garantia dos direitos das crianças e adolescentes como preconiza o ECA⁸ – Estatuto da Criança e Adolescente.

3.1 Estrutura da Fundação de Assistência Social e Cidadania

A estrutura da FASC se constitui da seguinte forma:

Na Proteção Social Básica, encontramos o CRAS⁹, que atua como principal porta de entrada do Sistema Único de Assistência Social-SUAS¹⁰.

Na Proteção Social Especial existem duas modalidades de complexidade, a média e a alta. Na média complexidade encontramos CREAS¹¹, que tem como objetivo desenvolver ações de proteção as famílias e indivíduos que se encontram em situação de violação de direitos. Na

⁸ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente **LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990.** Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.

⁹O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública estatal descentralizada que atua como a principal porta de entrada do Sistema Único de Assistência Social (Suas), dada sua capilaridade nos territórios e é responsável pela organização e oferta de serviços da Proteção Social Básica nas áreas de vulnerabilidade e risco social.

¹⁰SUAS - A IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em Dezembro/2003 em Brasília/DF, apontou como principal deliberação a construção e implementação do Sistema Único da Assistência Social – SUAS, requisito essencial da LOAS para dar efetividade à assistência social como política pública.

¹¹CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social - é um serviço público de Assistência Social, regionalizado, que tem por objetivo desenvolver ações de proteção e acompanhamento às famílias e indivíduos que se encontram em situação de violação de direitos.

alta complexidade, temos os Albergues, Acolhimento Institucional e Repúblicas, Casas Lares e Acolhimento Institucional.

Conforme André Kist(2009), apud Michelle Birnfeld da Luz(2009), esta é a definição dos serviços CREAS:

Serviço de proteção e atendimento especializado a famílias e indivíduos (PAEFI); Serviço especializado em abordagem social; Serviço de proteção social adolescentes em cumprimento de medida sócio educativa de liberdade assistida (LA), e prestação de serviço à comunidade (PSC); Serviço de proteção social especial para pessoas com deficiência, idosos e suas famílias. (BRASIL, 2009, p.66).

Além dos serviços acima citados, existe a parceria com o Conselho Tutelar que é uma equipe constituída por cinco pessoas idôneas, que conhecem e tem experiência na área da criança e do adolescente, família, comunidade e/ou direitos humanos, escolhidas pela sociedade para atender casos de crianças ou adolescentes ameaçados ou violados em seus direitos, e tomar as providências adequadas para efetivar esses direitos. É um órgão importante da municipalização do atendimento, pois trata-se de uma equipe (ou equipes, pois os municípios podem ter tantas quantas forem necessárias ou possíveis) autônoma e independente, que cobrará dos responsáveis pela efetivação dos direitos elencados no ECA, encaminhando, quando necessário, práticas de atos ilegais ou criminosos à Justiça.

Dentro do sistema de gestão da política pública executado pela FASC, existe também, as Redes Conveniadas junto a Fundação para a prestação de todos os atendimentos a população em situação de rua no município de Porto Alegre. Essas redes são divididas em 13 regiões, conveniadas com Organizações Não Governamentais (ONGS).

4 O decreto 7.053/09 política nacional para população em situação de rua

Em pesquisas complementares sobre o tema proposto neste trabalho, trouxemos a opinião de Elizandro Sabino, advogado, vereador e presidente da frente parlamentar da Criança e do Adolescente, e de Aline Roza, especialista de Diretos da Criança e Adolescentes, coordenadora do Projeto Ação Rua.

SABINO Elizandro. **Entrevista cedida sobre o Decreto 7.053/09**, Porto Alegre, 13 nov. 2015.

O Decreto nº7.053/09 institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, entretanto, a sua promulgação não indica, necessariamente, a objetivação de resultados práticos.

Primeiramente, há de se vislumbrar o descompasso entre teoria e prática, que sendo comum, acaba por influenciar, inclusive, o Poder Legislativo e, neste caso, o Poder Executivo no uso restrito de suas atribuições, quando na criação e análise de normas.

Imperioso destacar que, para a propositura de qualquer norma, necessário que se faça um estudo sobre a aplicabilidade da norma pretendida, bem como, a origem de recursos a financiarem a proposta.

O que se evidencia, e essa situação perdura de forma a prejudicar todas as Casas Legislativas, assim como, o Poder Executivo, na pessoa da Presidente da República, é o descompromisso entre a previsão da norma e sua aplicabilidade.

No caso específico do Decreto 7.053/09, este é incluído nas atribuições exclusivas da Presidente da República, vide art. 84, VI, alínea a da Constituição Federal:

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

[...]

VI – dispor, mediante decreto, sobre:

a) organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos;

O Decreto criou, desde sua promulgação, o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, assim como, Comitês regionalizados. Também, mais que isso, objetivou um desenvolvimento de políticas públicas que viabilizem a mudança de um paradigma social, qual seja a situação dos moradores de rua.

Resta, neste breve análise, verificar se há ou não aplicabilidade no Decreto. A resposta é sim, pois o primordial objetivo do Decreto é mudar o panorama cultural brasileiro, no que tange a situação da população em situação de rua, para promover um novo pensamento, bem como, criando uma política pública, a fim de criar órgãos de acompanhamento e monitoramento desta parcela da população. Fica evidente a intenção, bem como, o atingimento de parte do objetivo do Decreto, qual seja a mudanças de paradigmas.

Todavia, como em qualquer norma, sua aplicabilidade esbarra na má gestão governamental, o que na prática, acaba por gerar pouca aplicabilidade ao Decreto. Temos, neste caso, uma aplicabilidade mitigada.

5 Conceitos de vulnerabilidade social e fatores de risco

Segundo MORALES (2006), o conceito de vulnerabilidade social, remete à ideia de fragilidade e de dependência que se vincula a situação de crianças e adolescentes, principalmente as mais pobres. E, contudo, os fatores de risco que incidem sobre a vida deles não se restringem aos problemas da exclusão social, mas envolvem também os relacionamentos entre crianças e adultos, que ocorrem tanto no espaço público quanto no privado. Por isso, a necessidade de considerar não apenas os problemas de inserção social, mas de pensar a socialização e sua relação com os direitos da criança e do adolescente. Existe uma relação entre vulnerabilidade e os fatores de risco que podem ser provenientes de problemas no lar, na escola, no bairro, e outros.

Em pesquisa ao tema constata-se a escritora e professora Irenen Rizzini, da PUCRJ¹², referente ao livro “Vidas nas Ruas”, e a Revista Mais Humana, Nº5, de Agosto de 2003, resposta à pergunta, porque essas pessoas estão na rua?

Pouco se sabe sobre todos os motivos que levam essas crianças para a rua. Depoimentos das próprias crianças revelam que, além da necessidade de ganhar dinheiro, há outras pressões que mereceriam ser aprofundadas. Elas relatam graves conflitos em suas relações mais próximas intra e extra familiares, envolvendo, com frequência, episódios de abuso sexual e diversas formas de violência. Acusação de que a família é negligente por permitir e até incentivar que seus filhos permaneçam nas ruas é simplista e insuficiente para explicar a origem do problema. Ela é, na verdade, parte constitutiva do problema, que se reproduz em ciclos geracionais, a medida em que a violência também esteve muito presente nas infâncias dos membros adultos das famílias.

A resposta à pergunta, traz vários motivos das crianças em situação de rua, que merecem atenção dos pesquisadores do tema.

¹²PUCRJ - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro é uma instituição de direito privado sem fins lucrativos que prima pela produção e transmissão do saber, baseando-se no respeito aos valores humanos e na ética cristã, visando acima de tudo o benefício da sociedade.

5.1 Índices de vulnerabilidades infanto-juvenil

Segundo a pesquisa realizada pela Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, com a participação da Denise Legendre e Ben-Hur Rafael Deporte Costa, e conforme o Censo Demográfico 2000, a população porto-alegrense cresceu 7,6% a uma taxa de 0,9% ao ano no período 1991-2000, chegando a 1.360.590 habitantes. A densidade demográfica é de 2.745 habitantes/km².

A razão de dependência, que indica a relação entre as pessoas potencialmente dependentes (crianças e adolescentes de 0 a 14 anos e idosos com 65 anos e mais) e a população potencialmente produtiva (pessoas de 15 a 64 anos), declinou de 50,5% em 1991 para 45,8% em 2000. Ou seja, em Porto Alegre há 45,8 crianças, adolescentes e idosos para cada 100 pessoas em idade produtiva. Para se estabelecer uma comparação, no Brasil e no Rio Grande do Sul a razão de dependência é de 54,9% e 49,8%, respectivamente. 28,34% da população tem entre dos 0 a 18 anos, e estão distribuídas nas regiões de Orçamento Participativo⁷, conforme tabela abaixo:

Tabela 01- Agregação e pesos do índice de vulnerabilidade social infanto-juvenil - Rio Grande do Sul - 2000

Dimensões	Peso	Variáveis	Peso	Indicadores	Peso
Ambiental	0,01	Acesso ao Saneamento Básico	1	taxa de esgoto não- adequado	0,45
				taxa de água não- adequado	0,35
				taxa de coleta de lixo não- adequado	0,20
Cultural	0,27	Acesso à Escolaridade	1	taxa de pessoas entre 10 a 14 anos não-alfabetizados	0,37
				taxa de pessoas entre 15 e 19 anos não-alfabetizados	0,31
				taxa de distorção idade-série do ensino fundamental	0,20
				taxa de distorção idade-série do ensino médio	0,12
Econômica	0,34	Acesso à Renda	1	taxa de responsáveis por domicílio sem rendimento	0,42
				taxa de responsáveis por domicílio com renda até dois salários mínimos	0,25
				taxa de responsáveis com até 19 anos de idade	0,33
Segurança à Sobrevivência	0,37	Acesso à Saúde	0,24	taxa de mortalidade infantil	0,94
				taxa de crianças e adolescentes com AIDS	0,06
		Acesso à Seg. Nutricional	0,21	taxa de mulheres responsáveis por domicílio não- alfabetizadas	0,50
				taxa de mães com menos de 20 anos	0,50
		Segurança contra Violência	0,18	taxa de homicídios de crianças e adolescentes	1,00
		Acesso a Direitos	0,37	taxa de crianças e adolescentes em situação de rua	1,00

Fonte: http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu_doc/indice.pdf

A tabela 01 traz a pesquisa do projeto Granpal¹³ do índice de vulnerabilidades sociais do Rio Grande do Sul, desenvolveu essa ferramenta para potencializar pesquisas sobre os indicadores de vulnerabilidade infanto-juvenil.

Considerações Finais

Este trabalho traz a discussão sobre crianças e adolescentes em situação de rua. Para entender toda essa problemática o grupo fez pesquisa de campo no gestor público principal do sistema das políticas públicas, a Fundação de Assistência Social e Cidadania no município

¹³GRANPAL - Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre, GRANPAL, foi fundada em 12 de julho de 1985, no município de Campo Bom (RS). A Associação foi criada com o propósito de ampliar o diálogo entre os municípios, com um espaço para debates e decisões políticas capazes de representar os interesses dos municípios da região, promover a cooperação e buscar soluções para problemas comuns. A GRANPAL reúne 14 municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre que representam 25% do eleitorado, 26% da população do Estado e 1/3 do PIB gaúcho.

de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul, que é responsável por administrar toda a rede atendimento desta população.

Além do gestor do sistema dessa política, também entrevistamos profissionais que estão diretamente envolvidos no programa de enfrentamento de crianças e adolescentes em situação de rua. Aline Roza, especialista de direitos da criança e adolescente, coordenadora da região Cruzeiro e Cristal do Projeto Ação Rua, que atua em parceria com a FASC para enfrentar dessa problemática. A entrevistada trouxe todo um relato da criação desse programa que executa essa política no município de Porto Alegre, onde enfatizou que o objetivo desse programa é reforçar o vínculo familiar a ponto de que essa criança e adolescente saiam da situação de rua e retornem ao convívio familiar e com sua comunidade.

A entrevista foi fundamental para entendermos todo o sistema de gestão dessa política pública de população em situação de rua. Entre vários depoimentos, um sensibilizou profundamente o grupo, de uma mãe carroceira que ao ser questionada sobre seu filho não estar na Escola e sim trabalhando na carroça respondeu, que para ela era o certo e digno, pois durante toda a sua vida ela trabalhava na carroça com sua mãe e foi sustentada assim, e é desta forma que ela continua mantendo seus filhos. Com esse depoimento da entrevista verificamos que a situação de rua é muito mais complexa, pois é também uma consequência de um histórico familiar e precisa ser tratado em conjunto com a família e o sistema.

Constatamos que as políticas existem, mas de fato estão longe de alcançar o objetivo pleno, pois a demanda é muito grande e são muitos os motivos que levam a essa situação, tais como: maus-tratos, prostituição, droga, estupro, alcoolismo, dificuldades de aprendizagem, famílias desestruturadas, trabalho infantil e depressão. Apesar de todas essas vulnerabilidades, essas crianças e adolescentes sonham e tem expectativas de vida, continuar estudando, ter um trabalho, construir família, enfim, ser feliz.

Diante desse cenário, entendemos que precisamos avançar para enfrentar essa situação e executar melhor essa política pública, e uma das formas eficaz, é ampliar o diálogo no poder público, trazer uma diretriz para cada secretária envolvida, avançar na saúde, no cuidado com as famílias, pois muito do que é realizado é por sensibilidade de pessoas que se dispõe atender essa população mesmo sem estar envolvido diretamente nos programas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FLEURI, Sonia. **Políticas Sociais e Democratização do Póde Local**: artigo sobre políticas sociais, Rio de Janeiro, 2001.

FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA. **Proteção Social Especial**. Porto Alegre. Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc/default.php?p_secao=139
Acesso em: nov. 2015.

COSTA, Ana Paula Motta; CRAIDY, Carmem Maria, et al. **Medida Socioeducativa entre A&Z**: medidas sócioeducativas. Porto Alegre: Editora Evangraf Ltda, 2014.

RIZZINI Irene. Vida nas ruas: Trajetórias de vida de crianças e adolescentes nas ruas do Rio de Janeiro. **Mais Humana**, Rio de Janeiro, nº 5, agosto. 2003.

SCHUCH, Patrice; et al. **A Rua em Movimento**: debates acerca da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre. Porto Alegre: Didática Editora do Brasil, 2012.

SIERRA, Vânia Morales; MESQUISTA, Wania Amélia. **Vulnerabilidades e Fatores de Risco na Vida de Crianças e Adolescentes**. São Paulo em Perspectiva, v. 20, n. 1, p. 148-155, jan./mar. 2006.

Articulação Federativa no Rio Grande do Sul: estudo da implementação de consórcios públicos

Lizandro Lui¹
Letícia Maria Schabbach²
Luciana Leite Lima³

O presente trabalho se propõe a discutir questões como coordenação federativa e implementação de políticas públicas. Para isso, pretende-se analisar a formação e os modos de funcionamento dos consórcios públicos em funcionamento no estado do Rio Grande do Sul. A pesquisa encontra-se ainda na sua fase inicial, em busca de referências bibliográficas e aproximação do objeto empírico. Os consórcios públicos foram institucionalmente criados com a Lei Federal nº 11.107/2005 que regula as atividades referentes ao consorciamento de entes. Todavia, experiências de cooperação interfederativa já existiam antes dessa data – apesar de carecer de regulação específica. Os consórcios foram criados a fim de possibilitar que entes federados – União, Estados e Municípios – articulem-se entre si para resolver problemas comuns. Essa configuração institucional promove então uma série de mudanças e necessidades de cooperação e coordenação na entrega de bens e serviços por parte do Estado – o que comumente se chama implementação Políticas Públicas. A proposta aqui apresentada pretende estudar essa configuração institucional e como ela opera. A literatura especializada enfatiza há décadas essa problemática juntamente com a questão federativa. Dessa forma, compreender que papel os consórcios públicos exercem no Estado possibilitará compreender esse aspecto ainda pouco explorado. Pretende-se, por questões de logística, focar nos consórcios estabelecidos no Rio Grande do Sul.

Palavras-Chave: Políticas Públicas, Federalismo, Articulação Interfederativa, Implementação de Políticas Públicas..

Introdução

Abordar o campo de políticas públicas dentro da Sociologia é se apropriar do postulado de Souza (2006) - estudar o Estado em ação – e tentar desenvolver em uma pesquisa situando agentes sociais, interesses articulados, instituições, contextos e conflitos. Diversos estudiosos têm se preocupado em compreender o processo de formulação, avaliação e implementação das políticas públicas no Brasil a partir do final da década de 1980. Alguns pontos importantes são elencados por Lotta et.al (2014) para enfatizar a importância desse período para as políticas públicas: a entrada de um novo período democrático; a criação de políticas de saúde

¹Mestre em Sociologia. Doutorando do Programa de Pós Graduação em Sociologia da UFRGS.

²Professora do Programa de Pós Graduação em Sociologia da UFRGS.

³Professora do Programa de Pós Graduação em Políticas Publicas UFRGS.

de âmbito universal como o SUS; a criação de fóruns, conselhos e comitês de participação popular; um intenso processo de descentralização de inúmeras políticas públicas e uma nova configuração federativa onde os municípios foram elevados ao grau de entes federados. Todos esses fatores também são pontuados por Abrúcio (2005) e Arretche (2012) como importantes no sentido de que eles apontam para uma nova configuração do Estado, da política e das relações Estado e Sociedade.

A pesquisa que aqui se pretende empreender está situada dentro de uma tradição de estudos que se preocupam em estudar as relações federativas, implementação de políticas públicas e interação entre Estado e Sociedade. Todavia, para cumprir com os objetivos do evento Seminário Discente e dada a fase ainda de concepção de um projeto de pesquisa de doutorado, o presente texto se preocupará em mostrar, em primeiro lugar, o que alguns autores vêm falando sobre o assunto e, ao mesmo tempo apresentar a proposta de pesquisa a partir do debate sobre o universo de pesquisa empírico escolhido pelo pesquisador.

Pretende-se inserir em alguns espaços de articulação interfederativas existentes no estado do Rio Grande do Sul. São eles: Comissões Intergestores Regionais de Saúde (CIR) e os Consórcios Intermunicipais de direito público existentes. Esses espaços caracterizam-se pela agregação de diversos agentes governamentais (municípios, estado e União) preocupados em elaborar políticas de abrangência regional, não restritas somente aos municípios mas construir algo conjunto e implementar de forma coordenada e cooperativa. Há importantes trabalhos sobre o campo e, a partir deles, buscar-se-á desenvolver o problema de pesquisa.

O movimento de descentralização das políticas públicas nas últimas décadas e a sistemática atribuição aos municípios e estados das funções de entrega de bens e serviços públicos veio sendo analisado por inúmeros pesquisadores de várias áreas (Saúde, educação, meio ambiente, transporte, etc). Ao longo dos anos, iniciativas de articulação interfederativas vieram sendo implementadas – um caso foi estudado por Daniel (2001) sobre a Região Metropolitana de São Paulo. Contemporaneamente, há um conjunto importante de estudos que se dedicam a compreender as experiências existentes dos consórcios públicos e as CIR. A ideia básica é: em muitos casos, os problemas que os municípios têm que enfrentar extrapolam seus territórios e, muitos não têm recursos ou capacidades técnicas suficientes para tratarem seus problemas sozinhos. A articulação permitiria então que saídas aos problemas comuns aos entes sejam tratadas em espaços institucionais que agreguem os interessados. A legislação avançou no sentido, criado em 2005 a chamada Lei dos Consórcios

que regula as atividades. Antes disso, a área da saúde com o SUS já vinha demonstrando avanços, muito no sentido de organizar a oferta de hospitais e serviços de saúde de alta, média e baixa complexidade pelo território. Recentemente, a criação das Comissões Intergestores Regionais de Saúde (CIR) veio para reforçar que os problemas, recursos e demandas vinculados à área devem ser trabalhados regionalmente, de forma conjunta entre os municípios e não de forma compartimentalizada na lógica do “cada município por si”.

A maior parte dos estudos sobre o federalismo e relações interfederativas é oriunda de outras áreas e na Sociologia esse diálogo é ainda incipiente. A maioria dos estudos faz uma análise bastante teórica ou se baseando em documentos oficiais, dados estatísticos, etc. O que se pretende com a pesquisa é, tendo em vista o que já se escreveu sobre o tema, identificar os *sujeitos* inseridos nesses processos de negociação, compreender a dinâmica de funcionamento dos fóruns e de que forma questões de coordenação e cooperação se efetivam. A partir de técnicas como a observação de cunho etnográfico, análise de documentos e entrevistas com os agentes envolvidos, pretende-se abordar metodologicamente o campo.

Autores, discussões e conceitos

O objetivo dessa parte é apresentar as ideias principais que constituem a área de estudo. Nesse momento da pesquisa, não estamos preocupados com uma revisão sistemática da literatura, mas sim apresentar as principais ideias.

Um conjunto de atores, entre eles Lotta et.al.. (2014) pontuam que a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 e ao longo da década de 1990, o contexto institucional brasileiro foi marcado por significativas transformações, sobretudo no eixo das políticas sociais, cujas transformações estão associadas à transferência de um conjunto bastante expressivo de atribuições e competências para os níveis subnacionais de governo. Autores como Abrúcio (1998) e Arretche (2012) atribuem o processo de descentralização das políticas públicas no Brasil em oposição ao período do regime militar, com o objetivo de tirar o poder do governo central e transferir aos entes subnacionais o encargo de decidir e pensar as políticas públicas. A criação de um novo ente federado – o município – combinado com o processo de descentralização de políticas públicas num país extremamente heterogêneo e com diferentes capacidades técnicas e potencial de arrecadação de recursos trouxe inúmeros

desafios para o Estado. Esse processo foi estudado por inúmeros cientistas sociais, preocupados em compreender as dinâmicas que se apresentavam.

Segundo Lotta et.al. (2014:3) o trabalho de coordenação de políticas públicas e das relações entre os entes federados apresentam mudanças ao longo das décadas de 1990 e 2000. Conforme os autores:

Esse movimento de coordenação, que pode ser observado em algumas políticas desde a década de 1990 e, em outras, a partir dos anos 2000, expressa-se na formulação de políticas, programas e planos nacionais, assim como na constituição de sistemas únicos, em que se busca a integração das ações dos diferentes entes governamentais(...) Desde a Constituinte, “o país vive um processo de construção das instituições de um federalismo cooperativo e descentralizado, que supõe competências compartilhadas e um processo permanente de negociação dos termos de cooperação” Almeida (2000).

Abrúcio et.al (2013) pontuam que o novo *status* federativo também gerou um estímulo à fragmentação, com uma grande multiplicação do número de municípios. Esse fenômeno foi algo extremamente impactante visto que, em menos de 10 anos, o número de municípios no Brasil quase dobra, chega a mais de 5 mil. A grande parcela, com menos de 20 mil habitantes, tem baixa capacidade para arrecadação de recursos, poucas capacidades técnicas e é dependente dos repasses da União. Os autores também enfatizam que outro problema importante foi que a nova situação de conferir mais autonomia aos municípios veio sem a construção de incentivos à coordenação e à cooperação entre os entes federativos. O principal ponto enfatizado pelos autores é que os municípios são muito heterogêneos, o mero repasse de funções e responsabilidades pode resultar na manutenção ou piora da desigualdade entre os cidadãos no acesso aos bens e serviços públicos. Dessa forma, formas de articulação entre os entes pode de algum modo, facilitar o acesso a bens e serviços. O conceito de municipalismo autárquico que Abrucio e colegas usam é oriundo do trabalho de Daniel (2001). O conceito era usado para compreender uma ideia errônea de que as prefeituras seriam capazes de formular todas as políticas públicas. Esse conceito refletia muito a situação que na época do estudo de Daniel (2001) via-se no Brasil: uma baixa construção de mecanismos de coordenação federativa, deixando os municípios sobrecarregados de funções.

Abrucio et.al. (2013) vão pontuar que os estudos sobre coordenação federativa ficaram por muito tempo em segundo plano – seja porque na realidade prática a articulação entre os

níveis de governo custou para acontecer, seja porque o tema da implementação de políticas públicas chamou mais a atenção dos pesquisadores em detrimento dos arranjos de coordenação e cooperação entre entes. Deve-se ter em mente que, segundo os autores, o federalismo é uma forma de organização territorial do poder do Estado que define e estabelece como as partes da nação vão se relacionar entre si. O princípio da autonomia e da interdependência rege, então, as relações entre os entes. Pretende-se elaborar uma pesquisa que supra as carências que a literatura vem apresentando sobre a temática. A formulação proposta por Abrucio et.al. (2013) carece, aos olhos de um pesquisador da área da sociologia, de agentes sociais, de relações e conflitos entre indivíduos. Fatores como desigualdades regionais, carências técnicas e de recursos financeiros são levados em consideração pelos autores sem, contudo, estar aplicado dentro de uma realidade social específica.

Apesar da crescente atribuição de competências aos entes subnacionais, alguns autores têm contestado a ideia de descentralização e coordenação federativa. Sobre esse processo, autores como Abrucio (2005) e Arretche (2012) argumentam que a União tem executado um papel de intensa coordenação de políticas públicas e centralização de recursos, colocando em cheque a ideia de descentralização de políticas públicas. A separação entre *policy makers* e *policy decision makers* elaborada por Arretche (2012) apresenta uma divisão muito nítida das esferas que tem poder e competência para decidir as formas e os rumos das políticas e as esferas encarregadas pela sua execução prática.

Abrucio (2006) ironiza o termo “descentralização”, afirma que a palavra é algo que em si tem ganhado um sentido positivo a priori no Brasil. O autor pontua que poucos pesquisadores até então pararam para entender o efeito da descentralização na federação. A questão das desigualdades regionais entre os municípios e regiões e a carência de capacidades financeiras e técnicas para implementar políticas públicas é algo que o autor enfatiza muito ao longo do seu texto. A proposição de pensar como esse processo é executado pelos agentes inseridos no Estado, levando em consideração as regras do jogo e o desenho institucional

Uma questão importante para pensar em articulação interfederativa e nos incentivos para que a coordenação e parceria entre os entes federados ocorra para a implementação de políticas públicas, é pensar que a própria configuração eleitoral não incentiva, em primeiro momento, a cooperação intermunicipal visto que questões como accountability e votação eleitoral não operam dessa forma. Segundo Abrucio et.al (2013:139)

Em primeiro lugar, os governantes locais não querem ceder poder sem ter certeza sobre as consequências para sua carreira política e para a própria autonomia da cidade. Além disso, do ponto de vista eleitoral, os ganhos e as perdas só serão computados no plano municipal. Ainda no que se refere à competição partidária, é bom recordar que muitos prefeitos concorrem ao cargo de deputado estadual ou federal contra os alcaides das municipalidades vizinhas. E, por fim, a competição pode ser mais interessante do que a colaboração.

Tendo em vista do SUS é uma política de saúde investigada por muitos pesquisadores e ser tocante a população (na questão política eleitoral) a área foi a que mais foi alvo de consorciamento no Brasil pelos dados disponibilizados pelo MUNIC 2015. A própria organização dos serviços de referência e das complexidades (alta, média e baixa complexidade) fez com que os municípios e estados trabalhassem de forma conjunta desde o início dos anos 1990 nesse sentido. Todavia, Abrucio et.al. (2013) pontuam que outros temas como educação e meio ambiente tem avançado na agenda dos consórcios e exigido respostas que demandem articulação interinstitucional.

Consórcios e Articulações interfederativas: reflexões sobre estudos de caso para a construção de uma proposta de pesquisa.

Alguns estudos de caso sobre consórcios foram encontrados e, a partir deles, pretende-se elaborar um conjunto de questões que podem ser pertinentes na proposta de estudo aqui apresentada. No estado do Rio Grande do Sul encontram-se em funcionamento um conjunto de consórcios estabelecidos pelos municípios (alguns em parcerias com a esfera estadual, outros com a esfera federal). Um dos consórcios mapeados até o momento concentra-se na Região do Vale do Rio dos Sinos – na Região Metropolitana de Porto Alegre. Esse consórcio tem como objetivo pensar o saneamento básico e questões de ordem ambiental na região. Os 26 municípios que o compõe o consórcio pactuaram um protocolo de intenções conjunto, onde se comprometem a executarem atividades de forma conjunta e coordenada. Há mais de 10 anos o consórcio foi fundado e os fóruns conta com a presença de prefeitos e outros agentes governamentais. Os municípios se consorciam de forma autônoma com o objetivo de atender as demandas regionais. Há vários consórcios no estado, muitos deles voltados a área da saúde

e educação principalmente. A ideia central é que se trata de um fórum onde há a negociação de forma conjunta, coordenada e regionalizada de políticas públicas.

Outra forma de articulação entre entes federados existentes são as Comissões Intergestores Regionais (CIR), criadas para organizar e dividir os municípios dos estados do Brasil em regiões. No Estado do Rio Grande do Sul, existem 30 CIR segundo o site da Secretaria Estadual de Saúde. Nessas comissões o objetivo é pensar de forma regional a implementação de políticas de saúde, transferências de recursos para os serviços e pensar numa rede de referência de pacientes entre os níveis de complexidade. A criação das CIR de certo modo, funciona como algo alternativo ao movimento de descentralização aos municípios visto que atua não pensando cada município de forma individual mas sim na gestão regional. Assim como os consórcios, as CIR são fóruns de discussão e negociação interfederativas. Como proposta de pesquisa, caberia eleger alguns consórcios e CIR e inserir-se nesses fóruns num primeiro momento a fim de compreender suas dinâmicas de funcionamento, principais agentes sociais envolvidos e como eles negociam seus interesses. Após isso, um diálogo mais aprofundado com os agentes que ali se inserem parece ser algo bastante coerente no intuito de conhecer melhor as percepções daqueles que ali se inserem.

Importantes estudos foram feitos no Brasil com esse objeto empírico – os consórcios. Muitos após 2005 quando os mesmos passaram a ter uma base legal mais sólida e as experiências de consorciamento, bem como os estudos sobre o tema, expandiram-se. Os estudos elencados abaixo pontuam importantes questões teóricas e mais pragmáticas sobre o tema.

A partir de 88 há uma transferência bastante grande de competências para os níveis subnacionais de governo e criação de mais um ente: o município. Há uma tentativa de construção de um federalismo cooperativo e descentralizado. Lotta et.al. (2014) pontuam as inúmeras desigualdades existentes no Brasil na questão da gestão pública e capacidades estatais. Pela disparidade entre os municípios no que toca a arrecadação e competências institucionais, técnicas e administrativas, os autores pontuam que isso interfere na capacidade de resposta as demandas da população. Ou seja, há municípios muito bem equipados, com maiores recursos e outros extremamente pequenos e dependentes das transferências federais. Lotta e colegas discutem um movimento de fortalecimento do governo federal no sentido de coordenar políticas e diretrizes nacionais a serem implementadas pelos estados e municípios. Os autores apresentam que ainda é controverso o

entendimento em relação à recentralização ou a coordenação federativa visto que os principais incentivos, induções e repasses de recursos aos Estados e municípios dependem da União. (LOTTA et.al., 2014, p.6).

Os autores concluem, analisando nove políticas públicas que o atual contexto federativo brasileiro anda em direção a um movimento de coordenação federal visto que o governo federal apresenta incentivos à adesão dos entes subnacionais as políticas públicas e programas nacionais. Ao refutar a ideia de recentralização cogitada por alguns autores, Lotta et.al (2014) apresentam a ideia de que combinado com os incentivos a adesão, o governo federal também exige a contrapartida dos municípios como a institucionalização de conselhos e fundos (no caso da área da saúde, os conselhos devem ter participação da sociedade civil). Dessa forma, o governo federal garante que as políticas criadas em âmbito federal cheguem aos municípios.

Segundo Strelec e Fonseca (2012) implantou-se a partir da década de 1990, uma guerra fiscal entre os entes federados – tendo em vista a concentração majoritária da União pelos recursos. Os autores apontam que a predação federativa, expressa como ação de ausência de incentivos de cooperação e de coordenação foi, paradoxalmente, acompanhada pela associação consorciada de municípios que sentiram, por motivações diversas, a necessidade de cooperar (STRELEC E FONSECA, 2012:137). Essas iniciativas de cooperação entre municípios são ressaltadas pela literatura como bastante inovadoras, mas ao mesmo tempo, bastante dispersas e com experiências pontuais. O estudo empreendido pelos autores mostra como os consórcios surgiram no Estado de São Paulo e, ao longo dos anos, foram ganhando maior segurança institucional pela institucionalização da Lei dos Consórcios de 2005. A referida Lei legaliza, legitima e institucionaliza formas de cooperação e de coordenação, em contraste tanto à ausência de incentivos legais como à lógica do “cada um por si”.

Lotta e Favaretto (2016) apresentam uma ideia interessante que pode servir de aporte metodológico para a pesquisa aqui proposta. Com base na diferenciação construída por Arretche (2012) entre *Policy Making* (quem tem autoridade formal e responsabilidade sobre a política) e *Policy Decision Making* (quem tem autonomia para tomar decisões sobre as políticas) os autores questionam-se como os entes federados se relacionam e se responsabilizam no processo de formulação e execução das políticas públicas. Tendo em vista que os consórcios são espaços que ficam acima dos municípios e abaixo dos estados na escala territorial e neles concentra-se vários agentes estatais, questiona-se qual é a margem de manobra ou a capacidade de pautar agendas é interessante.

Santos e Gionavella (2014) numa pesquisa realizada no estado da Bahia dentro de uma Comissão Regional Intergestora de Saúde identificam uma série de problemas e desafios que o consorciamento e a negociação entre os entes traz. Em primeiro lugar, pode-se situar as estratégias de governança local tem como objetivo de reunir os sujeitos responsáveis pela tomada de decisão a fim de promover uma negociação dos recursos e implementação de políticas na região.

Machado (2013) aponta que dentro de um contexto institucional em que o Pacto de Gestão de 2006 a ideia da regionalização da saúde começa a ser trabalhada ao invés da ideia de municipalização somente. Em relação a dinâmica de ação que vinha sendo empreendida pelo Ministério da Saúde, o Pacto de Gestão apresenta importantes inovações. A ideia proposta pelo autor é pensar a disposição dos agentes governamentais para cooperar no desenvolvimento de políticas que requer o compartilhamento de ações para a realização de objetivos. A portaria ministerial de 2006 fala de uma regionalização solidária e cooperativa – o que leva a pressupor que vai se criar mecanismos para que isso ocorra. Abordar essa proposta dentro de um universo empírico mostra-se bastante pertinente para entender os mecanismos de funcionamento dessas instancias.

Numa inserção exploratória, identificou-se que há um consórcio existentes na Região do Vale do Rio dos Sinos, no Rio Grande do Sul (PRÓSINOS). Na reunião acompanhada, realizada na FAMURS, identificou-se que muitas das pautas levantadas eram, na verdade, preocupações em se adequar a legislação federal. Dentro dos consórcios haveria então uma preocupação em trabalhar de forma conjunta, a fim de economizar nos gastos. A pauta principal era a política de meio ambiente, saneamento básico e gestão de resíduos sólidos. Não pude identificar iniciativas dos representantes dos entes no sentido de criar uma política em conjunto, mas sim, tentar se adequar as que já existem. Dessa forma, voltando a diferenciação entre policy making e policy decusion making entende-se que o poder de decisão e agenda maior está concentrado no governo federal e os entes subnacionais tem um poder de discricionariedade circunscrito. Cabe, todavia, um aprofundamento tanto teórico quanto empírico do objeto em questão para entender de forma mais aprofundada a temática.

Considerações finais

A sociologia do estado, ou sociologia política, possibilita uma compreensão do modo de funcionamento do Estado. É papel da Sociologia inserir-se dentro dessa instância e entender

de que forma regras – formais e informais – operam, são instituídas e como os agentes sociais relacionam dentro desse campo.

O campo de estudos que o projeto de insere é ocupado por muitos pesquisadores de diversas áreas. Pretende-se desse modo, contribuir com o campo de estudos a partir de uma pesquisa realizada na área da Sociologia. A questão federativa mostra-se muito importante para o campo bem como a negociação entre os agentes que representam esses entes federados.

O presente texto foi escrito no intuito de ser um primeiro esboço de uma agenda de pesquisa que se pretende iniciar. Ainda há muito o que definir, bem como uma metodologia de pesquisa adequada a ser definida. O primeiro contato com o campo foi exitoso, o que dá esperanças de conseguir executar um diálogo com os agentes sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRUCIO, Fernando Luiz; FRANZESE, Cibele; SANO, Hironobu. Trajetória recente da cooperação e coordenação no federalismo brasileiro: avanços e desafios. **República, Democracia e Desenvolvimento**, p. 129, 2013.

ARRETCHE, Marta. Democracia, federalismo e centralização no Brasil. In: Democracia, federalismo e centralização no Brasil. Fiocruz, 2012.

DANIEL, Celso. "Autonomia municipal e as relações com os estados e a União." *Federalismo na Alemanha e no Brasil*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer 22, 2001.

LOTTA, Gabriela; FAVARETO, Arilson. Desafios da integração nos novos arranjos institucionais de políticas públicas no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, v. 24, n. 57, p. 49-65, 2016.

MACHADO, José Ângelo. Pacto de gestão em Saúde: até onde esperar uma regionalização solidária e cooperativa? IN: HOCHMAN, Gilberto, Carlos Aurélio Pimenta de Faria. "Federalismo e políticas públicas no Brasil." *Federalismo e políticas públicas no Brasil*. Editora Fiocruz, 2013.

SANTOS, Adriano Maia dos, GIOVANELLA, Ligia. Governança regional: estratégias e disputas para gestão em saúde. *Revista de Saúde Pública* 48.4 (2014): 622-631.

STRELEC, Thamara; FONSECA, Francisco. Alcances e Limites da Lei dos Consórcios Públicos um balanço da experiência consorciava no estado de São Paulo. Cadernos Adenauer, São Paulo, vol. 4, pp. 1-15, 2011.

Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel: reflexão sobre as mudanças nos referenciais da política e suas implicações junto aos agricultores familiares pobres

Maria Elza Soares da Silva¹

O artigo se propõe a discutir as principais mudanças ocorridas nos referenciais da política do biodiesel e suas principais influências no alcance da meta de inclusão dos agricultores familiares pobres na cadeia produtiva do biodiesel. A análise aqui proposta é resultado da revisão de literatura realizada para o projeto de tese, cuja centralidade do debate está na dimensão social do Programa Nacional de Uso de Produção do Biodiesel- PNPB. Inicialmente, partimos do pressuposto de que o programa PNPB é marcado pelo envolvimento de uma multiplicidade de atores, o que dificulta a identificação exata, de todas as clivagens de produção de ideias responsáveis pelas mudanças que ocorreram nos dez anos de implementação do PNPB. Para melhor compreendermos essas mudanças procuramos articulá-las à atuação dos principais fóruns de produção de ideias implicados diretamente no programa: agricultura familiar, Governo e empresas. Por fim, acredita-se que o peso dos dois últimos fóruns, contribuiu para transformar o PNPB numa estratégia de complementação da renda dos agricultores que já estavam satisfatoriamente incluídos no mercado, bem como, acelerou o processo de captura do programa pela soja, uma vez que, aprovado a mistura obrigatória, esta demandou pelo aumento da escala de produção e participação efetiva de uma cadeia produtiva estruturada como se apresenta a soja.

Palavras-chave: Biodiesel. Inclusão Social. Agricultura familiar. Agronegócio.

Introdução

O Biodiesel entra na matriz energética brasileira no ano de 2003 através do Programa Nacional de Uso de Produção do Biodiesel- PNPB. Foram três décadas de tentativa de inclusão dessa alternativa de combustível renovável a partir da mamona, demonstrando que essa oleaginosa seria capaz de diminuir as desigualdades regionais, bem como minimizar as distorções econômicas e sociais entre a agricultura patronal e a familiar, um problema que de acordo com Schneider (2010) está historicamente enraizado na estrutura agrária brasileira.

É importante salientar que o biodiesel percorreu um longo caminho até conseguir comprovar sua viabilidade para a matriz energética dos biocombustíveis do Brasil. Estudos assinalam que na década de 1980² o Governo adota algumas iniciativas isoladas em prol do biodiesel, mas com descontinuadas (Azevedo (2010)). Para Barcelos (2015) o contexto político desse período não apresentava abertura à institucionalização das ideias de vanguarda para

¹Mestre em Antropologia, doutoranda do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, bolsista CAPES.

² Trataremos com maiores detalhes na próxima seção.

políticas públicas, como as do pesquisador Expedito Parente que foi um defensor incansável do biodiesel como um combustível social. Ainda nessa perspectiva analítica, Azevedo (2010) assinala que na década de 1980 havia uma concentração de esforços por parte do Governo para consolidar o setor industrial sucroalcooleiro numa importante estratégia para alavancar a economia agrícola do Brasil e diminuir a dependência de combustível fóssil, uma vez que o passava-se pela segunda crise mundial do Petróleo. Com efeito, somente com a mudança no cenário político nos anos 2000 foi que o biodiesel entrou na agenda política, sendo institucionalizado como um combustível ambiental, social e estratégico para a matriz energética do Brasil (Parente, 2009).

Nesse contexto, é importante não perdemos de vista as disputas por investimentos no setor dos biocombustíveis, uma vez que o mercado era de exclusividade da agroindústria e da agricultura patronal, em outras palavras, a agricultura familiar, sobretudo a pobre e extremamente pobre estavam à margem desse mercado e dos investimentos públicos. Corroborando com a ideia de disputas Grisa e Niederle (2013, p.104) nos chamam à atenção para não considerar uma política pública apenas quando suas ações e decisões passam a formar um todo coerente, estabilizado em normas e instrumentos, ou seja, é importante considerar que existe um processo anterior de disputas normativas que interessa, sobretudo, aos estudos sobre formulação de políticas públicas e que precisam ser contextualizadas para melhor compreensão das mudanças nos seus referenciais (FOUILLEUX, 2011; GRISA E NIEDERLE, 2013).

Conforme os marcadores temporais acima mencionados, para esse artigo pretende-se destacar as principais mudanças que ocorreram na formulação do PNPB, adotando-se a proposta analítica dos fóruns de produção de ideias como uma variável explicativa para as mudanças (Fouilleux, 2011), partindo do entendimento que as ideias são institucionalizadas, defendidas e encarnadas pelos atores. (FOUILLEUX, 2011). Na perspectiva dos referenciais Grisa e Niederle (2013) assinalam que essas mudanças são motivadas por disputas que envolvem a produção de ideias dos fóruns, cujos atores envolvidos nessas disputas criam representações que sustentam esses referenciais. Para os autores, nessa abordagem as ideias não são tomadas como dadas, pelo contrário, a “preocupação central está nos processos de construção das ideias e como elas institucionalizam-se em políticas públicas” (GRISA; NIEDERLE, 2013, p. 100).

O artigo está organizado em cinco seções, além da introdução. Primeiro, descrevemos as principais ideias que foram institucionalizadas no referencial inicial da política do biodiesel. Segunda seção, apresentamos aos limites do alcance da meta social conforme desenho inicial do programa. Na terceira, buscou-se apresentar de forma genérica três fóruns de fóruns de produção de ideias identificados por esse estudo e última seção, abordamos as principais mudanças ocorridas nas instruções normativas dos programa, bem como seus principais desdobramentos quanto à inclusão do agricultor familiar pobre ou extremamente pobre na cadeia produtiva do biodiesel, seguida das conclusões.

A Política Nacional do Biodiesel: da produção de ideias à institucionalização

Nos últimos 30 anos o Brasil tem se destacado no cenário mundial como referência na produção de biocombustíveis. O etanol de cana-de-açúcar produzido no Brasil, por exemplo, é considerado um biocombustível avançado no que diz respeito ao uso de tecnologias sustentáveis e investimentos em pesquisas. Mas, essa política não contribuiu para a inclusão dos agricultores pobres³, pelo contrário, contribuiu para aumentar o abismo produtivo no campo, pela concentração de terras, dos meios de produção e políticas de crédito rural. Destarte, a pequena agricultura, como era denominada, se manteve às margens das políticas públicas voltadas para a produção de biocombustíveis.

No contexto energético global o Brasil desfruta de uma condição privilegiada para a produção de biocombustíveis, uma vez que possui extensas áreas de terras férteis, clima propício, recursos humanos abundantes além de ter desenvolvido grande expertise tecnológica na área de biocombustíveis renováveis, no entanto, apesar do etanol já ser utilizado como combustível desde 1920, foi somente com o advento do Proálcool em novembro de 1975 que seu papel ficou claramente definido enquanto política pública com objetivo de reduzir a dependência do petróleo na balança de pagamento do país, que na ocasião era de 80% do petróleo que consumia (LEITE; LEAL; 2007). Isto posto, o Brasil passa a ser reconhecido, mundialmente, pelo seu pioneirismo na produção de energia renovável em larga escala, feito esse, que só foi possível graças à intervenção do Estado através da política de crédito voltada aos

³A FAO/INCRA (1995, 1996 e 2000) estratificaram os produtores rurais conforme seu nível de renda, sendo considerado mais pobres aqueles com rendimentos inferiores a 3 mil por ano. Em termos práticos, 85,49% dos agricultores familiares no Brasil se encontram na fração dos extremamente pobres ou pobres intermediários. Ademais, destaca-se do total nacional dos agricultores extremamente pobres, 64,89% encontram-se na região Nordeste (AQUINO; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2016).

industrias do agronegócio para a construção do complexo parque industrial, além de um mercado de consumo consolidado (BARCELOS, 2015, p.79).

A questão de fundo que a literatura tem colocado no centro do debate sobre os bioetanol é que, para ele ter se tornado um biocombustível economicamente viável, do ponto de vista do custo de uso para o consumidor final, foi necessário a ação do Estado⁴ com programas de crédito rural focado no segmento mais favorecido da agricultura brasileira, a patronal, seguida de investimentos em plantas de usinas e tecnologias, favorecendo empresários do agronegócio. E à margem dessa política, estavam os pequenos agricultores, embora, não seja nossa pretensão, a suscitar a análise polarizadas, que de um lado, estão os agricultores familiares e do outro, os a agricultura patronal.

O que pretendemos, sem muitas pretensões é provocar uma reflexão sobre o caráter seletivo e concentrador das políticas públicas para o desenvolvimento rural e agrícola no Brasil (AQUINO; GAZOLLA E SCHNEIDER, 2016). Dessa maneira, contextualizar as disparidades econômicas entre os segmentos da agricultura, contribui para a aproximação explicativa das variáveis que tem contribuído para as desigualdades de acesso e permanência dos agricultores familiares em determinadas políticas públicas. Para Aquino, Gazolla e Schneider (2016), por exemplo, a política de crédito rural conduzida pelo Estado tem contribuído para manter e até aumentar o abismo produtivo que predomina no campo. Quando na verdade, uma das proposta dessa política era minimizar as disparidades econômicas e sociais, o que, na análise dos autores não está ocorrendo, graças ao caráter concentrador dessas políticas e à capacidade de mobilização dos atores envolvidos na política.

Na década de 1970 para levar a diante a defesa da entrada do biodiesel na matriz energética do Brasil, o pesquisador Expedito Parente, considerado o “pai do biodiesel⁵” se empenha em demonstrar para o Governo através de teste com o bioquerosene para a aviação, que o país poderia ser referência na produção de biodiesel, inclusive com a diversificação de matéria-prima e envolvimento direto da agricultura familiar, desde que, ao implementar a política, levasse em consideração as diferenças regionais e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil (PARENTE, 2012; SCHNEIDER, 2010). Contudo, apesar de comprovada a

⁴Para a análise do PNPB sempre que nos referirmos ao Estado, tomaremos como referência o conceito de “Estado em ação” cunhado por Jobert e Muller (1987) que em linhas gerais é o “Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade” (p.108).

⁵Termo utilizado na comunidades científicas para se referirem ao pesquisador Expedito Parente.

viabilidade técnica do biodiesel para a matriz energética do Brasil, o tema não adquire contorno de uma política pública nacional, se resumindo na implementação de ações pontuais.

Para tanto, no ano de 1990 o biodiesel volta ao centro do debate sobre energia renovável, e a mamona é apresentada como uma das alternativas de biomassa com capacidade de inserção da produção oriunda da agricultura de base familiar nas regiões mais carentes do Brasil. Todavia, conforme Leite e Leal (2007), Tibúrcio, (2011) e Barcelos (2015) mais uma vez a entrada do biodiesel na agenda política é adiada em razão da redução do preço do petróleo, que nesse período colocava em dúvida a viabilidade econômica dessa alternativa energética, uma vez que, o custo de produção do biodiesel a partir da mamona superava o custo de produção do diesel fóssil.

Assim, destaca-se que desde a década de 1970 o Estado brasileiro vem estimulando o desenvolvimento de novas fontes energéticas, mais especificamente, com a produção do etanol, beneficiado o segmento privilegiado da agricultura. Com efeito, somente no início dos anos 2000 é que o biodiesel consegue ser incorporado efetivamente no debate nacional, sendo apresentado à sociedade e ao Governo pelo seu caráter social, ambientais, econômico e estratégico na matriz energética do Brasil (TIBURCIO, 2011; MATTEI, 2013).

Nesse novo cenário, os argumentos em defesa do biodiesel deixaram de ter um viés meramente econômico e estratégico, com vistas à redução da dependência do petróleo e fortalecimento da uma cadeia produtiva, para se constituir numa proposta que Parente (2012) denominou como “um combustível social, plural e coletivo”⁶. Nessa perspectiva analítica, Parente (2012) fazia referência à capacidade de diversificação das fontes de matéria prima, bem como, criar possibilidades de inclusão dos agricultores pobres na cadeia produtiva do biodiesel, fornecendo matéria prima de acordo com as características produtivas e regionais dessa categoria. Para o idealizador do biodiesel no Brasil, a chave do sucesso do programa estaria na implementação de políticas diferenciadas para atender aos diferentes estilos de agriculturas existentes no Brasil.

O PNPB é criado e coordenado pelo Ministério de Minas e Energia (MME) e integrado a órgãos como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Petrobras e Embrapa, além do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), cujo objetivo é estruturação da cadeia

⁶ Biodiesel, um sucedâneo para o óleo diesel, de forma plural, coletiva. Em vez de concentrador de riqueza, um combustível distribuidor de riqueza (PARENTE, 2012; 2007).

produtiva do biodiesel no Brasil, com vista a: 1) Reduzir as importações de diesel e, portanto, gerar divisas para o País; 2) Implantar um programa sustentável, com inclusão social por meio da geração de emprego e renda para agricultura familiar; 3) Aumentar a competitividade e qualidade do suprimento; 4) Diversificar as matérias-primas, explorando as potencialidades regionais, para Produção do biodiesel.

Para Abramovay e Magalhães (2007) o PNPB representa um mercado que começa a se formar a partir de uma intervenção governamental que estimula a participação de agricultores familiares em sua matriz produtiva e que pretende incentivar o uso de matérias-primas até então pouco empregadas. (ABRAMOVAY, 2007, p.2). Sobre o ineditismo do mercado de biodiesel o autor ressalta importância do “conjunto de forças” do PNPB para integrar dois atores historicamente antagônicos, a agricultura patronal e os agricultores familiares no Brasil.

Para Abramovay (2007) a diferença na proposta do PNPB está nos contratos que são públicos, monitorados socialmente, regulamentados pelo governo e sujeito a negociações que não se limitam à empresa e aos agricultores. Nessa proposta, os sindicatos não são apenas organizações de defesa dos interesses dos agricultores, mas participantes ativos na formulação e na execução dos contratos. Além disso, a permanência dos vínculos entre empresas e agricultores não vem da especificidade de ativos envolvidos nas operações (Abramovay; Magalhães, 2007, p.20). Para cumprir a dimensão social, o programa formulou a constituição de um arranjo institucional envolvendo órgãos governamentais, empresas e organizações sociais, estimulando processos de formação de associações e cooperativas para facilitar a operacionalização das ações.

Os fóruns da agricultura familiar, científico e de comunicação tiveram importante participação nos debates para a institucionalização do instrumento normativo para assegurar a participação dos agricultores familiares pobres na cadeia produtiva do biodiesel. Destarte, cria-se o Selo Combustível Social (CSC) através do decreto Presidencial nº 5.297, de 06 de dezembro de 2005.

O Selo Combustível Social (SCS) é concedido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA à unidade industrial produtora de biodiesel que cumpre os critérios descritos nas suas normativas sobre o tema⁷, e que confere ao seu possuidor o caráter de promotor de

⁷Atualmente a norma que estabelece regras para concessão, manutenção, renovação e cancelamento do Selo Combustível Social é a Instrução Normativa do MDA nº 01 de 19 de fevereiro de 2009.

inclusão social dos agricultores familiares enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-PRONAF (MDA, 2005).

A concessão do Selo Combustível Social permite ao produtor de biodiesel ter acesso a alguns benefícios como acesso à alíquotas de PIS/PASEP e COFINS com coeficientes de redução diferenciados para o biodiesel variando de acordo com a matéria prima adquirida e região da aquisição⁸, reserva de mercado de 80% do volume de biodiesel comercializado via leilões da ANP no Brasil⁹, acesso à melhores condições de financiamento no BNDES, Banco da Amazônia (BASA), Banco do Nordeste (BNB) e Banco do Brasil, entre outros (MDA, 2005).

Como contrapartida destes benefícios, os proprietários das usinas processadoras do biodiesel assumem a obrigação de celebrar previamente contratos de compra e venda de matérias primas com os agricultores familiares¹⁰ enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF ou com suas cooperativas e com anuência de entidade representativa da agricultura familiar, assegurar capacitação e assistência técnica gratuita aos agricultores com contratos, e adquirir um percentual mínimo de matéria prima destes para produção de biodiesel. Para o PNPB a dimensão social do programa é institucionalizada pelo SCS e os fóruns da agricultura familiar, comunicação e científico forma de fundamental importância para essas normatização.

Os limites de intervenção do PNPB: críticas ao alcance social do desenho inicial da política

Os biocombustíveis tornaram-se alvo de políticas públicas por apresentar possibilidades de minimizar os impactos negativos no meio ambiente, gerar inclusão social, viabilidade política e semelhança com os petrocombustíveis, permitindo sua inserção no mercado através da infraestrutura e consumo já existente (AZEVEDO et al., 2011).

A partir das discussões do fórum da agricultura familiar e empreendedores de políticas públicas, a geração de renda e inclusão dos agricultores familiares pobres através da implementação do Selo Combustível Social, torna-se o referencial da política para o alcance

⁸Ver [Decreto Nº 5.297, de 6 de dezembro de 2004](#); [Decreto Nº 6.458, de 14 de maio de 2008](#) e [Decreto Nº 6.606, de 21 de outubro de 2008](#).

⁹Ver [Resolução Nº 5, do CNPE, de 3 de outubro de 2007](#).

¹⁰ Agricultores familiares para a política do Biodiesel são aqueles que praticam atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar econômica do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

da dimensão social do PNPB, ou seja, a política foi formulada pela defesa da ideia de que seria possível criar 180 mil empregos para cada 1% de substituição do diesel pelo biodiesel produzido a partir da agricultura familiar (Holanda, 2012). No entanto, mesmo com a adição de 7% de substituição o número de empregos ainda está aquém da expectativa original do programa que era atingir 300 mil agricultores familiares em todo o Brasil, tendo como prioridade as regiões Norte, Nordeste e semiárido do Brasil.

Para Holanda (2012) umas das dificuldades para a geração de renda pela agricultura familiar pode ser explicada pela ineficiência da sua produção, uma vez que, trata-se de pequenas propriedades e que não haveria ganhos de escala suficientes para justificar a concentração da produção das oleaginosas, como ocorre nas grandes propriedades ou uma agricultura familiar mais consolidada. No entanto, sabe-se que a influência do fórum empresarial tem contribuído para que o programa esteja dependente da soja e com a concentração dos agricultores na região sul do Brasil.

O incentivo à diversidade de produção de matéria prima também se apresentou como uma limitação da intervenção da política. A produção de ideias que provocaram mudanças nas instruções normativas do programa, são resultados do forte *lobby* executado pelos atores que representam segmento empresarial do agronegócios dos biocombustíveis e a boa articulação política com o MAPA, este por sua vez representado pelo fórum empresarial. Ademais, o programa continua a promover o debate sobre a inclusão social da agricultura familiar a partir da produção de matéria primas de base diversificada, mas, na prática o programa se converteu em monocultivos de soja, atendendo, sobretudo, os agricultores familiares mais estruturados e excluindo os mais pobres.

Essas divergências constatadas, suscitaram diversos debates sobre a natureza de uma política pública que pretende incluir a agricultura familiar na cadeia produtiva do biodiesel com o estímulo à diversificação das fontes de matéria prima. Mas, na prática estudos e relatórios do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, demonstram que a soja representa atualmente a principal fonte de matéria-prima para o biodiesel no Brasil e que os agricultores no nordeste não estão conseguindo se manter no programa. Ainda de acordo com Holanda (2012) é ineficiente querer abastecer as usinas de biodiesel com pequena produção familiar, uma vez que ficaria muito caro tanto para o consumidor quanto para os cofres públicos. São muitas as dúvidas e poucas as respostas sobre a eficiência e eficácia da política nacional do biodiesel no que tange aos alcances sociais por ela proposta.

As críticas construídas pelo fórum científico e da agricultura familiar aos referenciais do Programa Nacional do Uso e Produção do Biodiesel PNPB dizem respeito ao não alcance social da política, mais especificamente à implementação do Selo Combustível Social (SCS). De acordo com Mattei (2012) implementar uma política que se propõe aliar grupos historicamente antagônicos, como o agronegócio e a agricultura familiar é desafiador para os gestores públicos e para as organizações sociais envolvidas, pois, nem sempre os resultados são equitativos, haverá sempre uma tendência à produção de monocultivos, expropriação da terra, subordinação dos agricultores às regras produtivas e comerciais regidas pelo capital industrial, nesse contexto, evidenciado pelo controle das grandes processadoras do biodiesel (MATTEI, 2012).

Os atores sociais ligados ao fórum da agricultura familiar, responsáveis pela articulação dos agricultores familiares com a indústria processadora do biodiesel avaliam que “produzir biodiesel a partir da soja, inviabiliza parte significativa dos agricultores familiares que estão em assentamentos rurais, aqueles com pequenas propriedades e acima de tudo os que estão nas áreas mais empobrecidas, sem recursos tecnológicos, sem organização social e pouco representados pelas suas entidades, como os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, cooperativas, associações e as federações da agricultura (FETAGRI – MT, 2015). Esses mesmos atores sociais argumentam que o PNPB tem apresentado falhas na sua implementação, sobretudo, quando as empresas beneficiadas com o Selo Combustível Social adotam o mesmo modelo de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER tanto para os agricultores do Sul do país quanto para os agricultores do semiárido do nordeste.

Assim, os referenciais do PNPB vem passando por constantes mudanças influenciadas pela pressão do fórum empresarial, a exemplo, podemos citar a atuação da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais – ABIOVE que vem pressionando o governo dos percentuais do uso compulsório do biodiesel, decisão essa que favorece as indústrias. Corroborando com essa ideia, Fouilleux (2011) reconhece que a política é levada à mudança quando os protagonistas ameaçam sair, causando assim, a desestabilização da política. Por exemplo, nos referenciais iniciais do Programa não havia a exigência do uso compulsório para o biodiesel, essa normatização só ocorre devido à pressão que o governo passa a receber através dos atores sociais ligados à indústria do biodiesel. Ademais, essa mudança em particular limita a participação da agricultura familiar como protagonistas no processo de produção de matéria prima e acesso ao mercado do biodiesel, porque os mais pobres não

possuem capital para investir na produção em escala. Para Fouilleux (2011) esses momentos surgem as conversões dos fóruns políticos em arenas cujas negociações passam a ocorrer. Ademais, estamos tratando de um processo de negociação assimétrico, na qual o poder de barganha dos industriais do biodiesel é relativamente maior que dos atores ligados à agricultura familiar.

Outro ator importante do fórum empresarial que tem contribuído para as mudanças no referencial da política do PNPB é Associação dos Produtores de Biodiesel do Brasil – Aprobio. Esta por sua vez, argumenta junto aos fóruns de produção de ideias que o biodiesel depende da soja porque no Brasil ainda não foi identificado nenhuma oleaginosa com escala de produção capaz de superar a produção dessa oleaginosa (APROBIO, 2016). A capacidade de articulação e poder de negociação desses atores tem provocado mudanças capazes de transformar o PNPB num programa de monocultivo da soja, caso a ideia de que “não existem culturas semelhantes à soja” seja institucionalizada. Ademais, esses discursos produzidos nos fóruns são conduzidos por grupos de interesses ligados a agroindústria do biodiesel.

Nos últimos cinco anos o fórum empresarial tem colocado em pauta discussões sobre a viabilidade do biodiesel com capacidade de incluir agricultores familiares pobres. A ideia do biodiesel como biocombustível social e coletivo, mais democrático e com condição de eliminar a miséria do campo, com forte investimento na diversificação da produção de oleaginosas foi introduzida pelo fórum científico e defendida pelo fórum da agricultura familiar.

Por fim, as ideias parecem circular de um fórum para outro, conforme estudos de Fouilleux (2011) existe uma hierarquização por importância econômica que tornam o programa do biodiesel numa arena na qual as disputas parecem não ocorrer. Mas que ocorrem, sobretudo na disputa por cargos no governo. Nesse contexto, percebe-se a fragilidade da participação do fórum da agricultura nas decisões que implicam diretamente no alcance da meta social do programa. Parte significativa das mudanças que ocorreram na política mais excluiu que incluiu os agricultores familiares, sobretudo, os mais pobres conforme referencial da política, ou seja, os que mais precisam, são justamente os que estão ficando de fora.

Ao trata dos referenciais, Grisa (2012) ressalta que dependendo da política pública e da multiplicidade dos atores envolvidos, torna-se difícil identificar os mediadores responsáveis pelo referencial. Essa é uma das dificuldades que também se apresenta no PNPB, mas,

também consideramos que parte das mudanças que ocorreram nas referências da política é resultado das pressões que o Governo têm recebido do fórum empresarial, sobretudo, no aumento da mistura compulsória e na entrada de novas matérias primas, como o sebo animal, última mudança que ocorreu na instrução normativa do programa, no final do ano de 2015.

O biodiesel e as disputas em jogo: governo, empresas e agricultura familiar

Governo

Parte da crítica à implementação do PNPB recai sobre a ação dos atores do setor público encarregados da execução da política, que de acordo com Azevedo (2010; 2012) são insuficiente para garantir o alcance dos objetivos de inclusão social. O autor assinala que o volume de recurso disponível para o programa no período de 2004 a 2012 privilegiava o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) com 38,4% em detrimento do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) com apenas 19% para alavancar as ações para atingir os agricultores familiares pobres. Esses recursos foram destinados às instituições universidades e institutos de pesquisa, seguidos de associações de produtores rurais e ONGs de prestação de serviços sociais, Secretarias Estaduais de Ciência e Tecnologia e Prefeituras. (Azevedo, 2011).

O Governo Federal na gestão do Partido dos Trabalhadores (PT), apesar de entusiasta política do biodiesel na ideia institucionalizada da dimensão social do programa, cujos agricultores familiares mais pobres pudessem ser incluídos na cadeia produtiva do biodiesel, demonstrou dificuldades para manter os referências da política na sua proposta inicial que era a geração de renda, diversificação da matéria prima e diminuição das desigualdades regionais.

Para Muller (2004) o jogo de negociações e interesses políticos tendem a prevalecer na arena das disputas por recursos e as normas observadas entre o real e o desejável definem mudanças dos referências de uma política pública, trazendo ali aspectos dos valores e crenças defendidos pelos formuladores ou conforme Fouilleux (2011) pelos fóruns de produção de ideias.

Nesse jogo de interesses podemos citar a atuação do fórum empresarial que através das suas entidades representativas como a ABIOVE, por exemplo, passaram a pressionar o Governo para tornar obrigatório o uso compulsório do biodiesel. Essa decisão impactou diretamente na permanência dos agricultores pobres, uma vez que estes não possuem escala

de produção e nem recursos para investir na produção mecanizada, ou seja, quem termina sendo beneficiado com essa decisão são os empresários e os agricultores familiares mais capitalizados.

Os diferentes resultados gerados pela implementação do PNPB no Nordeste e Sul do Brasil poderiam ser explicados a partir da análise de que “la aplicación de los regulamentos por diferentes entidades y em distintos lugares implica que la implementación no és uma sola, sino plural; existe um juego com la regla” (Deubel, 2002, p.109). O “jogo com as regras” tem sido constantemente utilizado como estratégia por parte dos atores implementadores, visando o atingimento da meta inicial do programa e as alterações para a sua adequação ao interesse do que Fouilleux (2011) chamou de “modelo intelectualmente dominante”¹¹. Esses modelos também estão presentes no PNPB, uma vez que as empresas em troca de benefícios fiscais levam aos agricultores familiares pacotes tecnológicos que não consideram a realidade social e produtiva dos agricultores e conduzem o programa de desenvolvimento rural num modelo de programa de desenvolvimento agrícola.

Agricultores familiares

As entidades representativas da agricultura familiar tem empreendido forças no sentido de legitimar os contratos de compra e venda assinados pelos agricultores, mas de acordo com a representante da CONTAG/NE pouco tem sido as conquistas das entidades quando partem para uma negociação, cujo recursos em pauta terminam favorecendo a implementação do PNPB em regiões com cadeias produtivas mais estruturadas. Nesse enfrentamento de poderes entre o agroindústria e a agricultura familiar pobre, as ideias que prevalecem são dos setores com maior poder de negociação. Para compreender que os interesses são construções sociais que mobilizam crenças e representações acerca do mundo, de modo que para defendê-los é necessário criar representações sobre o objeto, executar operações intelectuais de decodificação e recodificação da realidade, acionando ideias e sistemas de cognição (GRISA, 2010; JOBERT, 2004; FOUILLEUX, 2003).

Preliminarmente, esse levantamento bibliográfico nos sinaliza que o fórum de produção de ideias da agricultores familiares pouco tem interferido na institucionalização normativa das mudanças que ocorreram nos referenciais setorial do PNPB. Se assim fosse, a

¹¹Referência às trocas de pesquisas agrônômicas por financiamentos. E que isso resultava em enquadrar a agricultura em modelos ditos modernos, especializados, entre outros.

mudanças que ocorrem não privilegiariam os setores mais capitalizados da agricultura familiar e patronal. No campo da normatividade da política nos parece ser algo distante da compreensão dos atores que os representam, como os Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR. Estes últimos alegam eles não participam da discussão da formulação e reformulação da política do biodiesel, o que cabe a eles é fiscalizar e os contratos, mas na maioria das vezes essas entidades não possuem capacidades operacionais para realizá-la.

As mudanças na regra do jogo e da natureza do debate (Fouilleux, 2012) na experiência da França provoca mudanças imediatas e até mesmo mudanças na relação e hierarquia das prioridades dos atores. No caso do Brasil os debates ainda são distantes da realidade dos atores que estão na base da ação da política e, pelo contrário, as prioridades passam a ser invertidas a favor dos atores com maior representação política e manutenção das relações de poder e aliança política.

Empresários

Ao refletirmos sobre o PNPB enquanto política pública é preciso considerar que “envolve mais que um conjunto de decisões; ela envolve atores sociais (homens políticos, funcionários de todos os níveis, grupos de interesses etc.) que constroem uma ordem local, conforme referenciado por Muller e Surel (2004, p.22) ao citar Friedberg (1993), uma ordem social é uma “construção política relativamente autônoma que opera, em seu nível, a regulação dos conflitos entre os interessados, e assegura entre eles a articulação e a harmonização de seus interesses e seus fins individuais, assim como dos interesses e fins coletivos.” Para tanto, é importante analisar o conjunto dos atores que são afetados/beneficiados pela ação do Estado, considerando que a participação destes na elaboração e ação da política pública ocorre de forma e graus variados (Muller e Surel, 2004).

Conforme mencionado anteriormente, o *lobby e expertise* do segmento empresarial envolvidos na implementação da dimensão social do PNPB tem contribuído com a produção de ideias que ocasionaram mudanças significativas nos referenciais da política de modo que suas ideias fossem institucionalizadas a favor do segmento do agronegócio. De acordo com Azevedo (2011) as regras do Selo Combustível Social sofreram quatro modificações prejudiciais aos objetivos de inclusão social do agricultor familiar na cadeia produtiva do

biodiesel e que estas foram empreendidas graças à capacidade de mobilização do setor industrial do biodiesel, sendo elas:

Em 2007, foi flexibilizada a exigência do Selo Combustível Social para a participação nos Leilões da ANP, penalizando os agricultores familiares: em cerca de 15% do biodiesel adquirido nos dezoito Leilões, não foi exigido o Selo; 2. Em 2008 a alíquota zero de PIS/Pasep e Cofins, antes restrita à mamona e palma, foi estendida para qualquer matéria-prima produzida por agricultores familiares no Norte e Nordeste/Semiárido; 3. Em 2008 reduziu-se a alíquota máxima de PIS/Pasep na produção de biodiesel com matérias-primas de agricultores não cadastrados no Pronaf (de R\$ 217,96 por m³ para R\$ 177,95 por m³) diminuindo a atratividade de adquirir matérias-primas de pequenos agricultores; 4. Em 2008, alteraram-se os percentuais mínimos de aquisição de matérias-primas de agricultores familiares no Nordeste/Semiárido: os 50% exigidos nessas regiões caíram para 30%; por outro lado, no Norte e Centro-Oeste a proporção subiu de 10 para 15% (AZEVEDO, 2011, p.8).

As alterações na orientação normativa do PNPB de acordo com os estudos realizados por (Azevedo, 2010; 2011; Flexor, 2012; Mattei, 2013; Vedana, 2015; Sousa, 2012) ocorreram de maneira a prejudicar os agricultores excluídos, considerados pelo PNPB. Entendemos que a alteração dos percentuais mínimos pode ser interpretada como uma decisão política de favorecimento às indústrias do biodiesel com ênfase na produção de soja. Poderíamos discutir os motivos que levaram o governo a alterar os valores em regiões com a cadeia produtiva da soja já estruturada, como é o caso do Mato Grosso ao invés de investir em novas alternativas para a região nordeste pudesse atingir o percentual mínimo de produção de matéria prima.

Por fim, acredita-se que o jogo de interesses e as negociações políticas tem contribuído para que o PNPB tenha sofrido tantos ajustes em apenas 10 anos de implementação. De um lado, acredita-se que o Governo precisa manter as empresas constantemente interessadas em viabilizar a meta de inclusão do agricultor familiar na produção do biodiesel, mas, do outro está operando sempre em favor das empresas e esquecendo de formular propostas de adesão e permanência daqueles agricultores que mais necessitam da intervenção do Estado.

Conclusões

Concluimos que parte das mudanças ocorridas na política do biodiesel é resultado da disputa de fundos públicos travada entre os Ministérios do Desenvolvimento Agrário – MDA, Ministério da Agricultura Pesca e Abastecimento - MAPA, gerando um movimento concentrador da política, gerando um relação assimétrica nos recursos de poder dos atores sociais interessados direto ou indiretamente no mercado do biodiesel. Para Jobert e Muller (1987) não é possível analisar o contexto de mudanças de uma política pública sem levar em consideração que a noção de referencial setorial é resultado da compreensão de valores, jogo de interesses, peso nas instituições e estratégia dos atores.

Ao tratarmos de políticas públicas é importante reconhecer que todas elas possuem contradições entre o desenho inicial do projeto e os resultados alcançados na sua implementação (GRISA;2010). Ademais, precisamos reconhecer que o PNPB apesar dos diferentes resultados apresentados nos dez anos de implementação, vem tentando se manter, mesmo diante da pressão dos setores industriais, a meta social do programa que consiste na inclusão dos agricultores familiares pobre na cadeia do biodiesel, incentivo à diversificação das culturas das oleaginosas com capacidade da escala de produção e redução das desigualdades regionais.

A essas regras têm sido alteradas em função dos grupos de pressão do setor industrial do biodiesel para ampliação do percentual da mistura compulsória do biodiesel no petrodiesel. Para cada aumento do percentual do biodiesel regulamentado pelo Governo, distancia o programa do atingimento da meta inicial que é a de inclusão do agricultor familiar pobre e diminuir as desigualdades regionais. Assim, parte-se do entendimento que a relação de poder dos grupos de interesses influencia na produção de ideias capazes de promover alterações nos referenciais de uma política.

Por fim, essa relação de força do mercado sobre o PNPB é uma questão que merece atenção, pois, esse reconhecimento das entidades que representam os empresários passam a ser reconhecidos como produtores de ideias Fouilleux (2011) sobre o biodiesel, influenciando na “fabricação dos referenciais” (Fouilleux, 2012). O problema que persiste no programa é que embora possua uma multiplicidade de atores envolvidos, apenas um segmento está protagonizando e fazendo valer suas ideias e “influências particulares sobre as negociações” (Fouilleux, 2011).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. MAGALHÃES, R. **O acesso dos agricultores familiares ao mercado do biodiesel: parcerias grandes empresas e movimentos sociais.** In: Conferência da Associação Internacional de Economia Alimentar e Agroindustrial. Londrina, Anais AIEA, 2008.

AQUINO, J. R. de; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. **Dualismo no Campo e Desigualdades na Agricultura Familiar Brasileira.** In: 54 CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 8, 2016, Maceió/AL. Anais. (CD-ROM).

AZEVEDO, A. M de Martineiro de. **Análise Top-Down e Bottom-up de um programa de inovação tecnológica na área de energia: O Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB).** Campinas, SP. UNICAMP, 2010.

AZEVEDO, A. M de Martineiro de; ARCHER, R; MULLER, P. N. **Análise Top-Down e Bottom-up de um programa de inovação tecnológica na área de energia: O Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB).** Lima, Peru. XIV CONGRESSO LATINO-IBEROAMERICANO DE GESTÃO TECNOLÓGICA – ALTEC, 2011.

BARCELOS, M. **Uma Política Social na Área de Biocombustíveis? A Trajetória do Programa Nacional de Produção de Biodiesel (PNPB).** 39º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 2015.

FLEXOR, G. **Políticas públicas, atores e regras: uma perspectiva neoinstitucionalista da dinâmica do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel.** Desenvolvimento em Debate, v. 1, n.2, p. 25-45, 2010.

FOUILLEUX, E. Analisar a mudança: políticas públicas e debates num sistema em diferentes níveis de governança. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, v. 19, n.1, abr., 2011.

GRISA, C. As políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: um ensaio a partir da abordagem cognitiva. **Desenvolvimento em Debate**, v. 1, n. 2, p. 83-109, 2010.

GRISA, C. **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias.** Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2012. (Tese de Doutorado).

HOLANDA, A. Biodiesel e inclusão social. Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, Brasília, 2012.

MULLER, Pierre; SUREL, Yves. **A análise de políticas públicas.** 2 ed., Pelotas (RS): Educat, 2004.

NIEDERLE, A. Paulo; GRISA, Cátia. **Ideias e valores: a análise da ação pública a partir das interfaces entre a abordagem cognitiva e a economia das convenções.** Revista Política & Sociedade. Petrópolis, vol.12 n.23. Jan/abr de 2013.

SCHNEIDER, S. **Reflexões sobre diversidade e diversificação agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural.** Revista RURIS, Campinas/UNICAMP/SP, v. 4, n. 1, mar. 2010, p. 85-131.

TIBURCIO, A, Breno. **Atores sociais, agricultura familiar e desenvolvimento territorial: uma análise do PNPB.** 2011 (Tese) 181 f.

Percepção da elite burocrática do Brasil e do Uruguai sobre políticas públicas de combate à pobreza e redução da desigualdade

Elisa Mendes Vasconcelos¹

A literatura tem ressaltado a necessidade de trabalhos com as elites para que a Sociologia possa compreender melhor como a pobreza e a desigualdade são produzidas. Há uma carência de estudos com os mais ricos. Muitos destacam ainda a relevância de estudos comparativos entre diferentes países acerca da percepção das elites sobre políticas sociais, já que elas desempenham papel decisivo na formulação e implementação de políticas públicas. Nesse trabalho procurei analisar a percepção da elite burocrática do Brasil e do Uruguai sobre políticas públicas de combate à pobreza e redução da desigualdade. Adotei a definição de elite burocrática como os ocupantes dos cargos do mais alto escalão do Executivo Federal. A metodologia utilizada foi a análise de um survey aplicado em 2013 por uma equipe do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre a Desigualdade (NIED/UFRJ) no Brasil e por uma equipe da Universidad de La República no Uruguai, com uma amostra de 60 entrevistados em cada país. Resultados preliminares apontaram que no Uruguai a elite burocrática está mais disposta a contribuir com soluções coletivas para reduzir a desigualdade social.

Palavras-chave: elite burocrática, percepção, pobreza, desigualdade, políticas públicas.

Introdução

No presente artigo, intento comparar a percepção da elite burocrática do Brasil e do Uruguai sobre políticas públicas de combate à pobreza e redução da desigualdade. Por diversas razões, que serão explicitadas mais adiante, há uma carência de literatura sobre elites nas Ciências Sociais. Assim, pesquisas com uma perspectiva mais descritiva sobre a forma como essas elites percebem determinadas questões têm relevância, no sentido de alargar o conhecimento sociológico sobre um grupo social ainda pouco estudado.

A pesquisa que originou esse artigo foi iniciada por mim ainda na graduação, entre 2013-2014, quando integrava o Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre a Desigualdade (NIED), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)*. Ao integrar o NIED, tive acesso a um banco de dados, construído a partir de um survey, para um projeto de pesquisa com elites no Brasil, Uruguai e África do Sul.

¹Bacharel em Ciências Sociais pela UFRJ. Atualmente, mestranda em Sociologia pela UFRGS. Agência financiadora.: Cnpq * Na ocasião, fui orientada pelas professoras Elisa Reis e Graziella Moraes, e o resultado do trabalho que desenvolvi sob a orientação das duas professoras foi apresentado na Jornada de Iniciação Científica da UFRJ (2014) e no Congresso Brasileiro de Sociologia (2015).

Como recorte, optei em analisar os dados do banco de dados referentes ao Brasil e ao Uruguai. A pesquisa que desenvolvi durante a graduação serviu como ponto de partida para meu projeto de dissertação de mestrado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Basicamente, meu interesse gira em torno da elite burocrática, constituída pelos ocupantes dos cargos do mais alto escalão do Executivo Federal.

O texto está dividido da seguinte forma: em um primeiro momento, parto dos fundamentos teóricos para, um pouco depois, esmiuçar as questões metodológicas. Em seguida, procuro responder à questão geral de investigação e analisar os resultados encontrados com base nos dados do survey. Finalizo reconhecendo a limitação de uma pesquisa descritiva com survey, mas também apontando possíveis contribuições.

Elites, desigualdades e políticas públicas

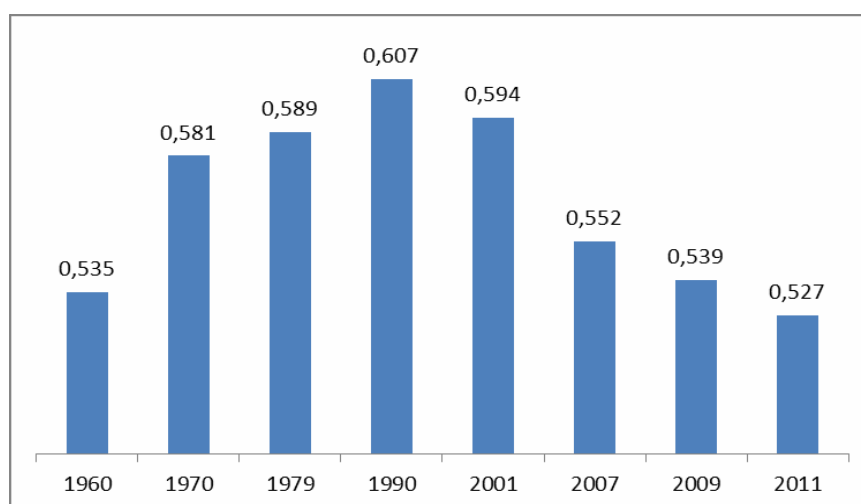
Grosso modo, na Sociologia encontramos duas perspectivas de problematização da desigualdade e da pobreza. A perspectiva predominante é aquela que enfatiza mais a dimensão objetiva de medição desses problemas sociais, tal qual o acesso a serviços e a renda per capita. Vamos denominá-la abordagem material. A outra perspectiva- que vem ganhando espaço nas últimas décadas- ressalta os aspectos subjetivos de medição da pobreza e da desigualdade, como, por exemplo, a forma como os diferentes segmentos sociais percebem esses problemas. A essa segunda perspectiva vamos denominar abordagem cultural. Na abordagem material, é comum encontrarmos pesquisadores que utilizem indicadores sociais de medição da pobreza e da desigualdade. O indicador de medição da desigualdade mais conhecido e utilizado é o G , o coeficiente de Gini, embora sua adoção seja bastante criticada. O referido coeficiente varia de 0 a 1 e, quanto mais próximo de 0, mais igualitário é o país; quanto mais próximo de 1, mais desigual. De acordo com dados do Banco Mundial, o Brasil ocupa destacada posição no ranking dos países mais desiguais do mundo, ficando na 12ª posição. Na América Latina é o quarto país mais desigual. O Uruguai, por contraste, é o país mais igualitário da região.

A América Latina é o continente mais desigual do mundo e, muito embora o Uruguai não seja tão igualitário quanto parece ser quando o comparamos com países de outras regiões do planeta, a comparação com o Brasil é bastante pertinente. Historicamente, ambos os países tiveram relações bem diferentes com o fenômeno da desigualdade social.

Estudos comparativos ressaltam que, enquanto ao longo da história econômica do Brasil a desigualdade foi sempre a regra, no Uruguai teria tendido mais para a exceção. A desigualdade só passou a crescer muito e a preocupar no Uruguai a partir da década de 1990 (LÓPEZ 2013). Por oposição, no Brasil a concentração de renda é um fenômeno persistente. O padrão da desigualdade se mantém praticamente estável ao longo da história econômica brasileira (FRAGOSO, 2002).

O gráfico seguinte destaca essa persistência, apresentando o coeficiente de Gini brasileiro, por década, desde os anos 1960. Tomando-se como medida comparativa a década de 1960, nota-se que de lá até 2009 o Brasil tornou-se mais desigual, tendo em vista que até este ano o país não tinha registrado um coeficiente de Gini inferior ao auferido em 1960. Essa situação só se reverteu em 2011.

Gráfico 1- Visão de Longo Prazo da Desigualdade (Gini)



Fonte: Ipea a partir dos microdados da PNAD, PME e Censo / IBGE e Langoni 1973.

Essa dimensão objetiva de medição da desigualdade vem sofrendo severas críticas. Para muitos, a renda é uma variável bastante questionável para explicar a “*distância social entre as elites e os pobres*” (MORAES SILVA & LÓPEZ, 2015), bem como insuficiente para traduzir o que os indivíduos da mesma classe social têm em comum (SOUZA, 2010). Afinal, os grupos sociais não são diferenciados apenas pela renda, mas também por “*fronteiras simbólicas*” (LAMONT & MOLNAR, 2002).

Nesse cenário, a abordagem cultural vem adquirindo destaque. Sem embargo, ela não é recente nas Ciências Sociais. Já na década de 1950, por exemplo, Banfield (1958) valeu-se do conceito de familismo amoral para explicar a pobreza persistente no sul da Itália.

Alguns anos depois, Lewis (1975) identificou a “cultura da pobreza” como um obstáculo para as famílias pobres ascenderem socialmente.

Duas justificativas principais são mobilizadas pelos pesquisadores que adotam essa abordagem. A primeira diz respeito ao fato dela contribuir para que sejam derrubados mitos sobre orientações culturais, como argumentam Small, Harding e Lamont (2011). O já aludido trabalho de Lewis (1975) tentou demonstrar como equivocadamente os valores dos pobres eram vistos como a causa da pobreza. Com relação ao Brasil, temos exemplos de trabalhos empíricos com a população beneficiária do Bolsa Família. Trabalhos como os de Soares (2012) puseram em evidência que o entendimento de que a transferência de renda incentivaria os pobres a terem mais filhos, na verdade, não passava de puro mito.

A segunda justificativa é que, ao trazer à tona a dimensão da cultura, a dimensão subjetiva de medição da desigualdade contribui para que sejam compreendidos os valores e percepções mobilizados por determinada população e a melhor formulação de políticas públicas. A literatura põe em evidência que a percepção equivocada de uma determinada realidade cultural pode levar a políticas públicas ruins e ineficazes (SMALL, HARDING E LAMONT, 2011).

Para além da dimensão adotada, a literatura existente sobre pobreza e desigualdade nas Ciências Sociais também pode ser organizada de acordo com o objeto de análise, que pode ser ou os grupos sociais mais pobres, ou os mais ricos. Os pobres são o objeto de predileção dos cientistas sociais, seja porque eles são mais acessíveis a participar de pesquisas, seja porque os sociólogos não querem passar pelo desconforto de entrevistar as elites, que tendem a encará-los com hostilidade (PINÇON; PINÇON- CHARLOT, 2007). Afinal, os grupos sociais mais ricos apreciam a descrição. Ao passo que “os pobres se deixam descrever” (PINÇON; PINÇON- CHARLOT, 2007), os “ricos se escondem” (MEDEIROS, 2005).

Devido a essas questões, há escassos trabalhos nas Ciências Sociais sobre as elites, fala-se em um grande “silêncio”. A literatura alerta para a necessidade de pesquisas com os que estão no topo da hierarquia social (CATTANI, 2009; 2014), pois as elites possuem papel decisivo na implementação de políticas públicas e, por esta razão, é fundamental que elas sejam estudadas para que a desigualdade possa ser mais bem entendida (REIS, 2000). Sabe-se muito pouco sobre como as elites percebem a desigualdade, especialmente nos países menos desenvolvidos (REIS & MOORE, 2005). Um dos trabalhos pioneiros sobre percepção

de elites foi o de Sidney Verba et al (1987). No referido trabalho, os autores destacaram o papel estratégico que as elites desempenham na sociedade, conferindo centralidade à percepção e valores das elites sobre a ideia de igualdade. O estudo comparativo envolveu a percepção das elites nos Estados Unidos, Japão e Suécia, com diferentes segmentos, como burocratas, empresários, líderes de organizações sociais, entre outros.

Ainda na década de 1980, Abraham De Swaan, inspirado na noção de percepção de interdependência, apresentada no livro *O processo civilizador*, de Norbert Elias, argumentou que a emergência do Estado de Bem Estar Social na Europa e nos Estados Unidos foi resultado do papel das elites.

Debruçando-se sobre a história da emergência dos Estados de Bem- Estar Social europeu e norte-americano, o autor verificou que foi quando as elites desses países sentiram- se afetadas pela pobreza que passaram a dirigir esforços no sentido de coletivizar a responsabilização pelo problema, vendo como necessária a intervenção do agente público para garantir educação, saúde, previdência e combate à fome e às epidemias. Um exemplo mencionado no livro foi o caso da epidemia de cólera. O autor descreve como os membros das elites perceberam que soluções individuais para combater a calamidade eram ineficientes, fazendo emergir a necessidade da intervenção do agente público para garantir saneamento e a prevenção da doença. Essa intervenção era necessária para assegurar a colaboração compulsória dos indivíduos, via tributação, a um problema coletivo, que não poderia ser resolvido individualmente. A colaboração compulsória via Estado Nacional evitava o problema dos “free riders”- pessoas que não colaboram, mas que se beneficiam das soluções a um problema que é de todos.

Em síntese, o argumento do trabalho é de que quanto mais as elites estiverem conscientes das ameaças (revolta social, epidemias, por exemplo) e/ou oportunidades (ganho eleitoral, por exemplo) que os pobres podem apresentar, mais estarão inclinadas a agir. A consciência social seria algo necessário para impulsionar soluções coletivas e públicas aos problemas sociais.

O conceito de consciência social, apresentado no referido estudo, diz respeito a uma noção de interdependência entre os diferentes setores sociais, de que a pobreza tem efeitos externos sobre as elites e que esta tem responsabilidade sobre a condição dos mais pobres. Esses efeitos externos da pobreza podem ser vistos pelas elites tanto quanto ameaças ou como oportunidades. As elites se dão conta de seu papel como integrantes de

uma elite e, como tal, de que seu papel na estrutura social implica alguma responsabilidade pela condição dos mais pobres. Em outras palavras, a consciência social seria resultado da combinação da percepção sobre como a pobreza afeta os não pobres, sobre a responsabilidade das elites em agir e sobre a viabilidade de adotar medidas para combater a pobreza.

Reconhecer o papel crucial das elites na implementação de políticas públicas não significa negar a importância dos demais segmentos sociais. O comportamento das elites é reativo às pressões e lutas sociais (REIS, 2000). Acusações de que trabalhos que dão demasiada importância ao papel das elites são elitistas são equivocadas, pois estudar elites não significa defendê-las, tampouco querer manter o status quo.

Obviamente, o conceito de elites é rodeado de controvérsias. Há quem o considere pouco preciso, amplo demais e quem condene seu emprego, pois, segundo a defesa de alguns, ele seria etimologicamente aristocrático.

O termo se tornou amplamente utilizado na literatura social e política no final do século XIX, adquirindo status de conceito por meio da obra de pensadores da escola que passou a ser conhecida como elitista. Os cânones do elitismo clássico são Vilfredo Pareto (1848-1923), Gaetano Mosca (1858-1941) e Robert Michels (1876-1936).

Nesse trabalho, baseando-me em pesquisas anteriores, adoto uma definição institucional de elites, como um grupo minoritário que controla recursos políticos e simbólicos por ocuparem determinadas posições institucionais (REIS & MOORE, 2005). Nessa concepção, a elite não constitui um grupo homogêneo, mas sim é formada por segmentos ou setores de elites, como políticos, sindicais, econômicos, militares, intelectuais ou burocráticos.

Por elite burocrática, que é o segmento que interessa nesse trabalho, entendo como o grupo que ocupa os mais altos cargos da burocracia do Executivo Federal. Esses cargos são denominados no Brasil de Direção e Assessoramento Superior (DAS) 5 e 6 e respondem diretamente ao Ministro da pasta em que a pessoa ocupa o cargo. No Uruguai, os DAS 5 e 6 equivalem aos cargos de Diretor de Ministério. Tanto no Brasil quanto no Uruguai esses cargos são de livre nomeação e exoneração. Tais cargos existem no mundo inteiro e há uma considerável literatura nacional e internacional produzida sobre essas pessoas. O termo para defini-las pode variar muito, ora aparecendo como elite burocrática, ora como elite estratégica, dirigentes públicos ou simplesmente burocratas.

A literatura disponível no Brasil sobre as pessoas que ocupam esses cargos não é de tão grande vulto como a literatura internacional, mas dispomos de excelentes pesquisas quantitativas e qualitativas sobre os DAS 5 e 6. Algumas dessas pesquisas enfocam a percepção dessa elite burocrática em um período datado, como durante o mandato de determinado governo presidencial (DINIZ, & BOSCHI, 2011); outras comparam essa elite burocrática com outros segmentos de elites nacionais e estrangeiras (REIS, 2000; REIS & MOORE, 2005). Há ainda pesquisas que comparam o papel da elite burocrática e os critérios de nomeação em dois governos em que o Presidente da República tenha sido de partidos políticos diferentes (D'ARAÚJO, 2011; 2009).

Os DAS 5 e 6 não são nem exatamente políticos e nem técnicos, mas sim cargos híbridos (ABERBACH, PUTNAM & ROCKMAN, 1981). Isso porque os critérios de nomeação podem ser políticos, técnicos ou uma mistura dos dois, dependendo do partido político que está no poder (D'ARAÚJO, 2011). Os ocupantes desses cargos podem persuadir na adoção ou no rechaço de diversas estratégias políticas (SKRENTNY, 2006, pg. 1763). Em suma, essa elite burocrática possui poder decisório e não apenas cumpre ordens. Os DAS 5 e 6 são estrategistas políticos e não apenas técnicos do governo (MOORE, 1995).

O papel decisivo na implementação das políticas públicas desempenhado pela elite burocrática é algo muito ressaltado na literatura. Para alguns pesquisadores, mostrar o que pensam as pessoas que participam do próprio Estado pode iluminar as análises sobre os princípios que guiam a sua atuação (GOULART, 2014). Olsen (2005), também destaca que é necessário compreender as atitudes das pessoas que fazem parte da administração estatal, mostrando como expressam seus valores e a sua forma de governo. O pressuposto desse trabalho é que as percepções dos que ocupam cargos de comando no Estado têm impacto na formulação e implementação de políticas públicas.

Percepção da elite burocrática do Brasil e do Uruguai sobre pobreza e desigualdade

O survey que analisei fez parte da pesquisa “Fronteiras Sociais e Culturais entre as elites e os pobres”, do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre a Desigualdade (NIED), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A pesquisa foi coordenada pelas professoras Elisa Reis e Graziella Moraes. Essa pesquisa teve como objetivo medir a percepção de três segmentos de elites sobre pobreza e desigualdade. Os questionários foram aplicados numa

amostra de 60 entrevistados em cada um dos segmentos de elite burocrática, política e empresarial, totalizando 180 entrevistas em cada país que fez parte da pesquisa. Os países integrantes foram: Brasil, Uruguai e África do Sul.

Essa pesquisa não foi a primeira desse tipo a ser conduzida no Brasil com segmentos de elites. Em 1993, como parte da pesquisa intitulada “Elites Estratégicas e Dilemas do Desenvolvimento (IUPERJ)”, Maria Regina Soares de Lima e Zairo Borges Cheibub conduziram a aplicação de um survey com 54 congressistas, 95 empresários, 82 líderes sindicais e 89 altos administradores públicos, totalizando 320 entrevistas. Os resultados dessa pesquisa foram utilizados nos trabalhos de Lima e Cheibub (1994) e Reis e Cheibub (1996), Reis e Moore (2005) e Reis (2000).

Como recorte de pesquisa, escolhi trabalhar apenas com a elite burocrática do Brasil e do Uruguai. Os questionários foram aplicados em 2013 com uma amostra de 60 entrevistados em cada um desses países, totalizando, portanto, 120 entrevistas. Esse grupo era formado por secretários-executivos, chefes de gabinete, subsecretários, diretores de departamento, coordenador-geral e ouvidores. A amostra privilegiou aqueles que faziam parte de setores da área de desenvolvimento, agricultura e comércio.

No Brasil, o survey foi conduzido por uma equipe do NIED/UFRJ e, no Uruguai, por uma equipe da Universidad de La Republica (Udelar). O questionário aplicado foi o mesmo nos dois países, com as mesmas perguntas nos respectivos idiomas nacionais. A amostra era composta pelos ocupantes dos cargos do mais alto escalão do Executivo Federal. A aplicação do survey foi face-a-face e era composto por 180 questões, a maioria fechada, e as poucas perguntas abertas foram codificadas posteriormente.

Com relação às técnicas de seleção, a amostra foi aleatória simples, contando com uma listagem aleatória de substituições para o caso de recusa. No Brasil, a delimitação da população foi feita considerando-se a soma dos ocupantes de cargos DAS 5 e 6 em âmbito Federal e, no Uruguai, como a soma dos ocupantes do cargo de diretor nos Ministérios.

Vale ainda uma ressalva conceitual em relação à definição dos termos pobreza e desigualdade. Na maioria das vezes, sobretudo quando me refiro à percepção das elites, tomo os dois termos como aproximados, quase sinônimos, apesar de saber que não compartilham o mesmo significado. Assumo essa postura tendo em vista as pesquisas sobre percepção de elites de Reis e Moore, que alertaram para o fato de as elites se referirem aos

dois termos como sinônimos e, quando indagadas sobre a diferenciação entre pobreza e desigualdade, não conseguem definir com clareza.

A pergunta geral que eu busquei responder com esse trabalho, resultado da pesquisa que realizei na iniciação científica, foi: Qual a percepção da elite burocrática do Brasil e do Uruguai sobre políticas públicas de combate à pobreza e redução da desigualdade? Para tanto, concentrei-me em algumas perguntas do survey, que buscavam responder às seguintes questões: 1) o que pensam sobre o principal objetivo do país a médio prazo; 2) qual a percepção sobre políticas sociais de distribuição de renda e investimento em saúde e educação; 3) se estão ou não dispostos a pagar mais impostos para a eficácia das políticas que consideram viáveis e/ou desejáveis; 4) a que atribuem às causas e consequências da pobreza;

5) o que pensam sobre quais medidas devem ser adotadas para combater a pobreza e reduzir a desigualdade; e 6) a quem atribuem a responsabilidade em solucionar esses problemas.

A primeira similaridade encontrada foi a postura favorável a grande parte do conjunto de políticas sociais elencadas no questionário, tanto no eixo da distribuição de renda, quanto no eixo de investimentos em saúde e educação. A pobreza e a desigualdade parecem ser assuntos de grande importância para as duas elites burocráticas. Assim, por exemplo, interrogados sobre qual deveria ser o objetivo mais importante para o país a médio prazo, os entrevistados tenderam a conferir papel central à erradicação da pobreza e diminuição da desigualdade.

Tal postura favorável também foi corroborada pela resposta à seguinte pergunta: Você é favorável às políticas de distribuição de renda? Tanto no Brasil quanto no Uruguai, mais de 90% da amostra respondeu favoravelmente a essa pergunta.

Outro dado interessante foi que a maioria dos entrevistados dos dois países demonstrou disposição em pagar mais impostos para a eficácia das políticas que consideraram viáveis e/ou desejáveis. Essa maioria foi, todavia, significativamente superior no Uruguai do que no Brasil, alcançando mais de 90% das respostas, ao passo que no Brasil foi pouco mais de 50%. Eu interpretei esses dados da seguinte forma: os entrevistados dos dois países atribuem centralidade às questões sociais, mas a elite burocrática uruguaia demonstra maior disposição em contribuir com soluções coletivas para a eficácia das políticas públicas. Isso talvez possa indicar a existência de uma noção de responsabilidade social maior na elite burocrática uruguaia do que na brasileira.

No que diz respeito à causa mais importante da pobreza, destacaram-se duas respostas no Brasil: o não cumprimento das funções sociais por parte do Estado e, assim como no Uruguai, o menor preparo educacional dos pobres. No Uruguai, outro tipo de resposta que ganhou destaque foi o desenvolvimento econômico insuficiente. O não cumprimento das funções sociais por parte do Estado como principal causa da pobreza não atingiu destaque entre os entrevistados uruguaios. As respostas que alcançaram maior evidência foram o “menor preparo educacional dos pobres” e o “desenvolvimento econômico insuficiente”.

Com relação às consequências da pobreza, os dados indicaram uma convergência para a violência e a criminalidade como mais apontada. As respostas sugerem que as duas elites, em alguma medida, sentem-se afetadas pelas consequências da pobreza, já que a violência e a criminalidade foi um tipo de resposta que se destacou.

Quanto às iniciativas identificadas para redução da desigualdade, uma eficiência maior dos serviços públicos sociais foi a resposta mais destacada no Brasil. Serviços públicos sociais mais eficientes, mais gastos públicos em programas sociais e um imposto de renda mais progressivo foram indicados pelos entrevistados uruguaios como medidas centrais para redução da desigualdade. Essas duas últimas medidas também alcançaram relevância entre os entrevistados brasileiros.

Outro dado que se destacou no Uruguai foi a indicação de um imposto de renda mais progressivo como principal iniciativa para a redução da desigualdade. Além disso, a indicação do imposto sobre grandes fortunas também se sobressaltou como medida. Esses dados são interessantes, na medida em que apontam para uma inclinação em colaborar com soluções coletivas ao problema da desigualdade.

Suponho que esses resultados evidenciam uma diferença na percepção das duas elites burocráticas. A elite burocrática uruguaia atribuiu grande importância aos problemas sociais e sentiu-se responsável, em alguma medida, em contribuir para que esses problemas sejam solucionados, como, por exemplo, por intermédio de impostos. Já a elite burocrática brasileira foi mais incoerente: considerou de grande relevância os problemas sociais, mas não demonstrou responsabilização por esses mesmos problemas. A todo o momento, foi o Estado que foi mobilizado como o grande culpado pelas mazelas sociais.

Todavia, apesar dessa divergência, as duas elites burocráticas responsabilizaram inteiramente o Estado pelo combate à pobreza e redução da desigualdade. Quando

perguntadas sobre quem consideram o responsável pela luta contra a pobreza, 80% dos entrevistados de ambos os países afirmaram que é o Estado.

Certamente, essas conclusões acerca da elite burocrática brasileira não surpreendem muito. Elisa Reis (2000; 2005) em pesquisas com as elites brasileiras, já havia demonstrado a ausência de uma *consciência social* entre nossas elites, necessária para impulsionar soluções coletivas e públicas aos problemas sociais, a exemplo do que ocorreu na Europa, com a emergência do Welfare State (DE SWAAN; 1988). É quando comparamos com o Uruguai que esses dados tornam-se mais interessantes. Neste país, a elite burocrática também responsabiliza o Estado pelo combate à pobreza, mas demonstra certa *consciência social* (no sentido empregado por De Swaan), na medida em que coletiviza algumas soluções para esses problemas.

Considerações finais

Qualquer método de pesquisa que seja adotado em uma pesquisa depende da pergunta que o pesquisador queira responder. O survey é um tipo de método quantitativo empregado para medir algo. Não pode ser utilizado para explicar processos, pois não consegue captar isso. Ciente das limitações dessa metodologia pondero que os dados que apresentei aqui foram mais em caráter exploratório do que uma pesquisa aprofundada no banco de dados. Além disso, as conclusões que levantei a partir dos dados sugerem certas suspeitas que tenho, respaldadas no que a literatura relata sobre a elite burocrática. Essas conclusões não podem ser sustentadas somente pelos dados do survey, já que a amostra contou com um n muito pequeno, que inviabiliza qualquer correlação estatisticamente significativa. Elas têm mais um caráter de indícios que me orientam para uma pesquisa mais aprofundada, a qual pretendo desenvolver na dissertação de mestrado.

Nesse sentido, a interpretação que fiz dos dados foi uma tentativa de relacionar a diferença que parece haver na percepção da elite burocrática do Brasil e do Uruguai com a literatura disponível sobre elites. Desse modo, esforcei-me em encontrar uma relação entre essa diferença e o conceito de consciência social, apontado pela literatura como elemento relevante para a emergência do Estado de Bem-Estar Social. Se de fato a elite burocrática uruguaia é mais disposta a coletivizar a responsabilidade em combater a pobreza e reduzir a desigualdade, isso talvez ajude a explicar porque o Uruguai é um país mais igualitário que o

Brasil, além de corroborar o argumento de alguns de que há uma correlação entre a consciência social das elites e distribuição social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABERBACH, Joel D; PUTNAM, Robert D.; ROCKMAN, Bert A. **Bureaucrats and politicians in western democracies**. Harvard University Press, 1981.

BANFIELD, Edward. (1958) **The Moral Basis of a Backward Society**. New York: Free Press.

CATTANI, Antonio David. **Riqueza e desigualdades**. CADERNO CRH, Salvador, v. 22, n. 57, p. 547-561, Set./Dez. 2009.

D'ARAÚJO, Maria Celina. “**PSDB e PT e o Poder Executivo**.” *Desigualdade & Diversidade – Dossiê Especial*, pp. 65-100, 2011.

DE SWAAN, Abraham. (1988). **In care of the Sate**. Oxford: Oxford University Press.

DINIZ, E. e BOSCHI, R. (2011). “**Brasil, Uma Nova Estratégia de Desenvolvimento? A percepção de elites do Estado (2003-2010)**”, trabalho apresentado em primeira versão no seminário da ALAS, Recife, setembro.

FRAGOSO, João. **Para que serve a história econômica? Notas sobre a história da exclusão social no Brasil**. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 29, 2002, p 3-28.

GOULART, Bárbara. **Visões do estado: percepções de dirigentes públicos nos últimos 20 anos (1993-2013)**. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro; Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.

LAMONT, Michelle & MOLNAR, Virag. (2002). **The study of boundaries in the social sciences**. *Annual Review of Sociology*, 28, p. 167-195.

LEWIS, Oscar. (1975) **Five Families: Mexican case studies in the culture of poverty**. New York: Basic Books.

LIMA, Maria Regina Soares; CHEIBUB, Zairo Borges. **Elites estratégicas e dilemas do desenvolvimento**. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1994.

LÓPEZ, Matias. **The state of poverty: Elite perceptions of the poor in Brazil and Uruguay**. *Internacional Sociology*, Vol. 28, nº 351, 2013.

MEDEIROS, Marcelo. (2005). **O que faz os ricos ricos: o outro lado da desigualdade brasileira**. São Paulo: Hucitec.

MORAES SILVA; Graziella & LÓPEZ; Matias. **“Brazilian people” in the eyes of elites: repertoires and symbolic boundaries of inequality.** Revista Sociologia e Antropologia: Rio de Janeiro, vol 5, 01, p 157-182, Abril, 2015.

OLSEN, Johan P. **“Maybe it is time to rediscover bureaucracy.”** Journal of public administration research and theory, v. 16, n. 1, p. 1-24, 2005.

PINÇON, Michel; PINÇON-CHARLOT, Monique. **Sociologia da alta burguesia.** Sociologias, Porto Alegre, ano 9, nº 18, jul./dez. 2007, p. 22-37

REIS, Elisa P; CHEIBUB, Zairo B. **“Burocratic, Political, culture and democratization in Brazil”.** Nova Economia, v6, n 1, p 143-162, 1996.

_____, Elisa. **Percepção das Elites sobre Pobreza e Desigualdade.** Revista Brasileira de Estudos de Ciências Sociais, Vol. 15, nº 42, 2000.

_____, Elisa. P. & MOORE, Mick. **Elite Perceptions of poverty and inequality.** Londres: Zed Books, 2005.

SKRENTNY, John D. **“Policy-Elite Perceptions and Social Movement Success: Understanding Variations in Group Inclusion in Affirmative Action,”** American Journal of Sociology. Vol. 111. pg. 1762-1815, 2006

SOARES, Serguei. **“Bolsa Família, its design, its impacts, and possibilities for the future”.** Working Paper nº98, fevereiro de 2012.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SMALL, Mario Luis; HARDING, David & LAMONT, Michelle. (2011). **Reavaliando cultura e pobreza.** Sociologia & Antropologia, 1/2, p. 91-118.

VERBA, Sidney et al. (1987). **Elites and the idea of equality: a comparison of Japan, Sweden and the United States.** Cambridge, MA: Harvard University.

Descentralización de la educación superior: la cara positiva de la oleada descentralizadora de los años noventa en la argentina

Lucía Mariel Benavídez Lo Bello⁴

El presente ensayo se propone explorar la creación de las universidades del Conurbano bonaerense en el período 1989-1995, en el marco de la descentralización de la educación superior como una política sectorial del Estado central. Para ello, se intentará demostrar que, a pesar de que el caso de la educación superior no fue estudiado en tanto política descentralizadora como sí lo fueron los servicios de salud y la educación media, la creación de dichas universidades constituye un ejemplo de descentralización política en tanto democratización educativa. Para enmarcar esta hipótesis se utilizarán los trabajos de Sergio Bossier (1990), Agustín Gordillo (2013), Claudia Serrano e Ignacia Fernández (2005). En segundo lugar, se tomará la creación de la Universidad Nacional de Tres de Febrero como estudio de caso para reafirmar su aspecto descentralizador y a su vez, visualizar las relaciones intergubernamentales entre el Gobierno central, la universidad y el Municipio de Tres de Febrero, incluyendo la participación protagónica de la comunidad. Finalmente, se verá por qué la creación de las universidades del Gran Buenos Aires representa el lado positivo de la oleada descentralizadora de la época estudiada.

Palabras claves: Descentralización, universidades federales, Conurbano bonaerense.

La creación de las Universidades Federales del Conurbano Bonaerense⁵: ¿un caso de descentralización?

Los años noventa en la Argentina pueden ser considerados como “la década de la descentralización”. En el marco de la modernización del Estado de acuerdo a políticas neoliberales según las cuales el mismo era un actor ineficiente, varios servicios que antes dependían directamente del Estado federal, fueron trasladados a las arcas provinciales y municipales⁶ en aras de reducir el gasto público, siendo los casos de la salud y la educación media los más ilustrativos (y conflictivos) de este período. Pero, ¿qué sucedió en el plano de la educación superior?

⁴Estudiante de la carrera de Ciencia Política, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires.

⁵Las denominaciones “Conurbano Bonaerense” y “Gran Buenos Aires” corresponden al conjunto de partidos que rodean a la Ciudad Autónoma de Buenos Aires, capital del país. El concepto de “partido” se refiere a una unidad de división administrativa exclusiva de la provincia de Buenos Aires compuesta por ciudades y localidades. Los partidos que conforman el Conurbano bonaerense son: Avellaneda, General San Martín, Hurlingham, Ituzaingó, José C. Paz, Lanús, Lomas de Zamora, Malvinas Argentinas, Morón, Quilmes, San Isidro, San Miguel, Tres de Febrero, Vicente López, Almirante Brown, Berazategui, Esteban Echeverría, Ezeiza, Florencio Varela, La Matanza, Merlo, Moreno, San Fernando y Tigre.

⁶Los términos “provincia” y “municipio” corresponden a los de “estado” y “ciudad” en Brasil respectivamente. A su vez, cuando se hable de “Universidades Nacionales” se hará referencia a las “Universidades Federales”.

Entre los años 1989 y 1995 se asistió también a una reforma y a una expansión de la institución universitaria en el país. En ese marco, fueron creadas siete universidades federales, seis de las cuales se ubicaron en el Conurbano bonaerense⁷: universidades de La Matanza y Quilmes (1989), General San Martín (1992), General Sarmiento (1993), Lanús y Tres de Febrero (1995)⁸.

Ahora bien, ya que el nacimiento de dichas universidades no constituye un traspaso del ámbito federal al provincial o municipal (de hecho no se trata de un traspaso sino de una creación), y que además, con esta política el gasto público destinado a las universidades no disminuyó, sino que incrementó, ¿se puede hablar entonces de la reforma universitaria de los años noventa como de una política descentralizadora? Para ello, y debido a la gran polisemia del concepto, conviene aclarar primero qué se entiende por descentralización para los fines de este trabajo.

Al respecto Sergio Bossier postula que este concepto implica “*reconocer competencias a organismos que no dependen jurídicamente del Estado. Los organismos descentralizados deben tener personalidad jurídica, presupuesto y normas de funcionamiento propias.*” (1990: 8). El hecho de que el autor diga en su definición que las competencias son reconocidas a organismos que *no dependen jurídicamente del Estado* puede prestarse a confusiones ya que las universidades federales dependen del Estado central. Por lo tanto, se considera más pertinente la definición de Agustín Gordillo que, considerando a las universidades públicas federales como **entes estatales (federales) descentralizados**⁹, aduce que “*la descentralización aparece cuando la competencia se ha atribuido a un nuevo ente, separado de la administración central, dotado de personalidad jurídica propia y constituida por órganos propios que expresan la voluntad del ente.*”(2013: 3). De este modo, si se tiene en cuenta lo que propone la Ley de Educación Superior 24521 (LES) sancionada en 1995, se puede comprobar que las universidades federales poseen todas las características de los entes estatales descentralizados y que su creación constituyó un caso de descentralización según la definición adoptada por Gordillo.

En primera instancia, tanto en el artículo 29 de la LES como en el artículo 75 inciso 19 de la Constitución Nacional argentina, se declara la autonomía de las instituciones

⁷A las seis universidades del Conurbano hay que sumarle la de Villa María, provincia de Córdoba.

⁸Todas ellas llevan el nombre del partido en el que se encuentran ubicadas.

⁹Tienen personalidad jurídica propia, reciben sus recursos del presupuesto general, su patrimonio es estatal (público), tienen la facultad de administrarse a sí mismos sin recurrir a la administración central y son creados por ley del Congreso de la Nación.

universitarias. Esto implica que tienen la potestad de dictar y reformar sus propios estatutos, definir sus órganos de gobierno y elegir sus autoridades, y de administrar sus bienes y recursos, entre otras cosas. Más adelante, la mencionada ley también prescribe que “*Las instituciones universitarias nacionales son personas jurídicas de derecho público, que solo pueden crearse por ley de la Nación, con previsión del crédito presupuestario correspondiente...*” (LES, 1995: art. 48). A su vez, en el artículo 59 se afirma la autarquía económico-financiera de las universidades lo cual les permite administrar su patrimonio (que pertenece al Estado central) y aprobar su presupuesto. Todo esto les da a las instituciones universitarias el carácter de entes públicos descentralizados habilitados para recibir atribuciones y la capacidad de toma de decisiones del Estado central.

Más aún, retomando a Bossier (1990) y teniendo en cuenta algunas de las causas económicas, sociales y políticas de la instauración de las universidades del Conurbano se puede agregar que se trató de diferentes tipos de descentralización:

- o **Funcional:** implicó el reconocimiento de competencias específicas o delimitadas a sólo un sector de actividad, al ente descentralizado, o sea, a la universidad.
- o **Territorial:** supuso un traspaso de poder decisonal a órganos cuyo ámbito de actuación o cuya jurisdicción estaba constituido por un territorio o localidad, en este caso, las ciudades. Esto se relaciona estrechamente con el protagonismo que tuvo lo local en este proceso. Si se presta atención tan sólo a los nombres de las nuevas universidades (tomados de los partidos donde estas se radicaron), se puede observar un claro localismo en los mismos. En efecto, analizando los proyectos institucionales y estatutos de los nuevos establecimientos, se deduce que su misión es “*constituirse en proyectos educativos que atiendan las necesidades sociales y económicas de la región donde tienen influencia*” (Accinelli y Macri, 2015: 2). Del mismo modo, el carácter territorial de la descentralización tuvo sus raíces en la gran concentración de estudiantes en las dos principales universidades de la zona: la Universidad de Buenos Aires (UBA) y la Universidad Nacional de La Plata. En el período estudiado, estos establecimientos concentraban el 36% de la matrícula universitaria nacional (MCE 1995) y más de la mitad de los alumnos de la UBA provenían del Conurbano bonaerense (García de Fanelli, 1997).

- o **Instrumental**: estuvo al servicio de algunos fines y susceptible entonces de toda clase de reservas en cuanto a su conveniencia, oportunidad y costos. Al respecto, se puede observar un trasfondo político en la reforma universitaria de los años noventa. Teniendo en cuenta que los gobiernos de las universidades públicas tradicionales pertenecían a la Unión Cívica Radical, el peronismo (Partido Justicialista) entonces en el gobierno, se encontró con un obstáculo para impulsar sus reformas. Es por ello que García de Fanelli argumenta que la creación de las Universidades del Gran Buenos Aires fue parte de una estrategia que consideraba más fácil crear un nuevo sistema que modificar el vigente, ya que no sólo esta política fue impulsada desde el Ministerio de Cultura y Educación, sino que además las nuevas instituciones fueron gobernadas por académicos oficialistas miembros del PJ (1997: 21). Pero no se equivoca Bossier al afirmar que *“la descentralización es una cuestión instrumental para todos”* (1990: 13), ya que no hubo sólo una presión desde arriba para esta política sectorial, sino que además se produjo en respuesta a las demandas de la sociedad civil, lo cual nos introduce en un cuarto tipo de descentralización.

- o **Descentralización política como devolución democrática** (Serrano y Fernández, 2005): se trata de una respuesta *“a la creciente y universal demanda de cuerpos organizados de la sociedad civil (muchos de ellos de naturaleza territorial) por mayores espacios de autorrealización, que supone tanto descentralización (cesión de poder) como autonomía (campos específicos de competencia).”* (Bossier, 1990: 5) . En este sentido, se ubica aquí la demanda de sectores sociales (y de sus líderes locales) excluidos de la educación superior hasta entonces, que reclamaban por instituciones universitarias de calidad en sus territorios.

Desde este último aspecto se estudiará a continuación el caso particular de la creación de la Universidad Nacional del partido de Tres de Febrero para dilucidar por qué la fundación de las universidades del Conurbano bonaerense se trató de una política de inclusión y democratización y, por lo tanto, de una conquista de la sociedad civil.

La Universidad Nacional de Tres de Febrero como cristalización de la democratización de la educación superior.

Dando por sentado que el surgimiento de la Universidad Nacional (Federal) de Tres de Febrero (UNTREF) aplica a todos los tipos de descentralización antes mencionados, se enfatizará en el último: la descentralización política como devolución democrática.

La UNTREF fue creada en 1995, por la Ley Federal 24495 en el marco de un diagnóstico negativo sobre el funcionamiento del sistema universitario y sus instituciones realizado por las autoridades del entonces Ministerio de Cultura y Educación (MCE).¹⁰ De este modo, se observó que existía un problema *estructural* del sistema en relación a los planes de estudios excesivamente largos y no adecuados “a las demandas nuevas del medio y a los cambios tecnológicos y del mercado de trabajo.” (García de Fanelli, 1997: 16). Siguiendo esta línea, es que la arriba mencionada Ley de Educación Superior, promueve en el artículo 4, inciso g “una adecuada diversificación de los estudios de nivel superior, que atienda tanto a las expectativas y demandas de la población como a los requerimientos del sistema cultural y de la estructura productiva.” Esto implicó que no sólo era necesaria la descentralización de la educación superior a nivel estructural, sino también en el plano de la currícula, resaltando la necesidad de crear nuevas carreras que se ajustaran mejor a las imposiciones del medio.

Pero el caso de la UNTREF respondió primordialmente a las demandas de su comunidad motorizadas por el municipio, y no sólo a una política del Estado central. Entonces, fue en ese contexto y atendiendo a las demandas sociales y económicas específicas de Tres de Febrero, que se desarrolló el proyecto institucional de creación de la UNTREF, el cual se analizará a continuación.

Proyecto Institucional

Este documento elaborado por el Dr. César Lorenzano¹¹, fue presentado en 1997 ante la Comisión Nacional de Evaluación y Acreditación Universitaria (CONEAU) y buscó justificar desde una perspectiva social, regional e institucional la creación de la UNTREF, haciendo énfasis en la función social de la institución. De este modo, se resaltó como objetivo principal atender a las características socioculturales y económicas de la zona, para lo cual se realizó un minucioso estudio sociodemográfico del partido de Tres de Febrero en base al cual se

¹⁰Jorge Rodríguez era el titular del Ministerio y Juan Carlos del Bello era el Secretario de Políticas Universitarias.

¹¹Director del Departamento de Ciencias Sociales y Profesor Titular de Filosofía de la Ciencia, UNTREF.

diagnosticó una insuficiencia de la oferta educativa en el Conurbano y en el municipio en particular.

En ese entonces, el partido de Tres de Febrero contaba con una población de 352.000 habitantes (en su mayoría de clase baja y media baja) de los cuales el 12 % tenía formación secundaria completa, y el 6,5 % terciaria y universitaria, egresando del nivel medio aproximadamente seis mil alumnos por año, los que llegaban a veinticuatro mil por año considerando la zona amplia de influencia de la universidad¹². Ante la escasa oferta académica antes mencionada, una gran proporción debía emigrar hacia la UBA, perdiendo recursos y tiempo en el proceso, y recargando aún más la demanda educativa de esa institución, sin contar que debido a la preponderancia de las ofertas educativas tradicionales, los alumnos se inclinarían hacia las carreras con mayor índice de inscriptos, sobrecargando áreas ya sobrepobladas, y generando egresados con escasas posibilidades de inserción laboral, fuente de frustraciones personales y sociales (Proyecto Institucional UNTREF, 1997).

De este modo, la UNTREF fue creada (así también como su estructura curricular) “con el objetivo de llevar educación de calidad al Gran Buenos Aires”, “con, por y para la sociedad” (véase sitio web UNTREF: <http://untref.edu.ar/>), atendiendo a las demandas educativas de los sectores más significativos e incorporando a primeras generaciones de jóvenes a la educación superior¹³, promoviendo así la movilidad social y favoreciendo la desconcentración de la matrícula de las universidades y carreras tradicionales. Por estos motivos, es que el nacimiento de la UNTREF (en representación de las otras cinco universidades creadas en el período) es considerado como un hito de descentralización política como devolución democrática implicando un espacio de autorrealización para la sociedad civil¹⁴.

Pero el estudio de caso de la UNTREF no sólo presenta la particularidad de la gran atención prestada a las demandas socioculturales y económicas de la región, sino que también

¹²De acuerdo al Censo Nacional de Población y Vivienda de 1991.

¹³El 86% de los alumnos de la UNTREF son primeras generaciones de estudiantes universitarios en sus familias (véase sitio web UNTREF: <http://untref.edu.ar/>).

¹⁴Es importante mencionar que en la Argentina no existe el examen vestibular de las universidades federales de Brasil. De acuerdo al artículo 7 de la Ley de Educación Superior 24521 el ingreso es libre e irrestricto: “*Todas las personas que aprueben la educación secundaria pueden ingresar de manera libre e irrestricta a la enseñanza de grado en el nivel de educación superior. Excepcionalmente, los mayores de veinticinco (25) años que no reúnan esa condición, podrán ingresar siempre que demuestren, a través de las evaluaciones que las provincias, la Ciudad Autónoma de Buenos Aires o las universidades en su caso establezcan, que tienen preparación o experiencia laboral acorde con los estudios que se proponen iniciar, así como aptitudes y conocimientos suficientes para cursarlos* satisfactoriamente.

Este ingreso debe ser complementado mediante los procesos de nivelación y orientación profesional y vocacional que cada institución de educación superior debe constituir, pero que en ningún caso debe tener un carácter selectivo excluyente o discriminador.”(1995)

se caracteriza por la articulación entre el municipio, la universidad y la comunidad que se dio para el armado de esta institución. En el apartado siguiente se analizará esta peculiaridad en el marco de las relaciones intergubernamentales.

Los protagonistas de la creación: municipio, universidad y sociedad civil

La creación de la Universidad Nacional de Tres de Febrero devino de la conjunción de dos fuerzas, una impulsada desde el Gobierno federal y otra, más potente aún, emergida desde la propia comunidad y respaldada por el municipio y sus líderes políticos. Según Jordana, *“la fragmentación de responsabilidades de una política pública entre distintos niveles de gobierno (...) conduce (...) a que se configure un cierto tejido de relaciones intergubernamentales. (...) Por relaciones intergubernamentales, se entiende el establecimiento de sistemas de conexión entre distintos niveles de gobierno, tengan o no tengan estos sistemas un carácter institucionalizado.”*(2003: 3).

Una vez impulsada esta política desde el Gobierno central de forma descendente, configurando lo que Cingolani llamaría “relaciones intergubernamentales central-locales o jerárquicas” (2001: 4), fue la propia comunidad motorizada por el municipio quien tomó las riendas en el asunto. Por lo tanto, lejos de ser la fundación de la UNTREF solamente una política sectorial impuesta desde arriba en el marco de una reforma estructural del sistema federal de educación superior -acción centro-periferia-, se trató de una movilización en conjunto entre el municipio, la universidad y la comunidad -desde la periferia hacia el centro- (Jordana, 2003), donde esta última fue el espíritu, conformando un caso de relaciones intergubernamentales inter-locales u horizontales (Cingolani, 2001: 13).

El análisis de las características sociodemográficas del municipio implicó más que un mero estudio académico. En este caso, la comunidad de Tres de Febrero fue directamente interpelada para la participación en la creación de la universidad, no sólo por la institución sino también por el entonces intendente (prefeito) Hugo Curto¹⁵. A pesar de que esto está plasmado en el artículo 52 del Estatuto de la universidad (*“se mantendrá una permanente interrelación entre las actividades de la Universidad, la realidad regional, los valores culturales y los actores sociales de la comunidad.”*), y en el artículo 56 de la LES (*“Los estatutos podrán prever la constitución de un consejo social, en el que estén representados los distintos sectores*

¹⁵Miembro del Partido Justicialista, gobernó el Partido de Tres de Febrero durante 24 años (desde 1991 hasta 2015).

e intereses de la comunidad local, con la misión de cooperar con la institución universitaria en su articulación con el medio en que está inserta. Podrá igualmente preverse que el Consejo Social esté representado en los órganos colegiados de la institución.”), es interesante observar cómo se plasmó la legislación en la realidad.

A partir de una entrevista realizada a Clara Barja¹⁶, se pudo revivir cómo fue la participación de la comunidad y del municipio de Tres de Febrero en la creación de la UNTREF y descubrir por qué la universidad es de vital importancia para los habitantes de la zona. *“La comunidad fue el espíritu de la creación de la universidad”*, cuenta Clara. Una vez que las demandas fueron escuchadas por los líderes políticos de la zona, ambos actores (municipio y comunidad) comenzaron a establecer vínculos cada vez más cercanos.

Desde la intendencia (prefeitura) y la universidad se convocó a representantes de la sociedad (artistas, educadores, comerciantes, Cámaras de Industria y Comercio y jóvenes) y se conformaron comisiones “pro universidad” bajo el lema “la universidad que queremos”. El objetivo del municipio fue conocer las necesidades y propuestas de los diferentes sectores de la población con respecto a la universidad. En estas reuniones de hasta quinientas personas que se realizaban en la municipalidad y en clubes de barrio, también participaban el Intendente Hugo Curto, Lorenzo Pepe¹⁷ y concejales (vereadores) de todos los partidos políticos. *“Hasta qué punto fue el compromiso desde la intendencia que muchos pensaban que la universidad era municipal (...). Desde el 95’ hasta el 97’ que se normaliza y comienza a funcionar la UNTREF, siempre estuvo detrás la comunidad motorizada por el municipio. Fue una participación conjunta más allá del color político. La gente quería la universidad, era una necesidad concreta”*, cuenta Clara. Paradójicamente, el papel más débil lo jugó la universidad, desde donde no se realizaron muchas acciones para su normalización sino hasta la elección de Aníbal Jozami como rector normalizador¹⁸. *“La universidad existe por Jozami”*, agrega Clara, dando cuenta que fue a partir de su llegada que la universidad se sumó a las estrechas relaciones entre la comunidad y el municipio. Antes de eso, el anterior rector, Palacios Hidalgo, no había hecho mucho por la universidad, por lo cual, al no haberse presentado la documentación correspondiente ante la CONEAU en los plazos estipulados, desde el MCE se

¹⁶Ciudadana del partido de Tres de Febrero y miembro del Consejo Federal de Educación al momento de la creación de la UNTREF. Actualmente forma parte del Área de Extensión y Relación con la Comunidad de dicha universidad.

¹⁷Diputado nacional por el PJ.

¹⁸Proveniente del PJ. Actual rector de la UNTREF.

proponían cerrarla. *“Fue por la acción independiente de la comunidad y por el municipio que prestó los espacios y otorgó recursos que la universidad no cerró”,* afirma Clara.

De este relato se puede observar que la creación de la UNTREF fue una política de Estado impulsada desde el Gobierno central pero que fue tomada como propia por el municipio en respuesta a las fuertes demandas de la comunidad por una universidad de calidad en el territorio, en pos de mayor inclusión social. En los hechos, las relaciones más fuertes que se generaron no fueron entre la Nación y la universidad o entre el Gobierno central y el local, sino entre la comunidad, el municipio y la universidad (relaciones inter-locales) en búsqueda de mayores espacios de autorrealización para los habitantes de la zona. Hoy en día la UNTREF continúa con esa lógica inclusiva que le dio origen (apoyada por el municipio), cristalizada en sus programas de becas o bolsas (ayudas económicas por falta de recursos y no basadas en meritocracia), y de relación con la comunidad.

A modo de cierre

A través del presente estudio, se ha explorado la creación de las universidades del Conurbano Bonaerense en el marco de la descentralización como una política sectorial del Estado central. Para ello, primero fue necesario comprobar que esta política representó efectivamente un acto de descentralización, para lo cual las argumentaciones se respaldaron en las teorías de Agustín Gordillo, Sergio Bossier, Claudia Serrano e Ignacia Fernández. De este modo, se corroboró que las universidades federales son entes estatales factibles de ser objeto de la descentralización del Estado central.

Luego, se revisó puntualmente a través de los motivos por los cuales fueron creadas estas universidades dentro de una reforma del sistema de la educación superior, cómo esta política abarcó casos de descentralización funcional, territorial, instrumental y política como devolución democrática. En primer lugar, se hizo mención a la gran concentración estudiantil en las universidades y carreras tradicionales de Buenos Aires y La Plata por lo cual fue necesario ampliar estructural y curricularmente la oferta institucional educativa promoviendo una descentralización **funcional** y **territorial**. A su vez, frente a un escenario político donde los gobiernos de las universidades tradicionales estaban en manos de la Unión Cívica Radical, el peronismo en el poder buscó crear nuevas instituciones en municipios afines y con gobiernos compuestos por académicos oficialistas para de algún modo poder contrarrestar el poder de los radicales. En ese sentido, se trató de una descentralización **instrumental**, no

sólo para el Partido Justicialista, sino también para la comunidad y líderes políticos del conurbano que lograron hacer efectivas sus demandas. A los fines de este ensayo, la atención se centró en el último tipo de **descentralización política como devolución democrática** para analizar el caso puntual de la Universidad Nacional de Tres de Febrero y poder demostrar que su creación constituyó un hito de descentralización educativa y cultural que al impulsar la inclusión de sectores poblacionales que hasta entonces habían permanecido al margen de la educación superior, pudo erigirse como un suceso de devolución democrática y conquista de la sociedad civil.

A su vez, se hizo hincapié en el aspecto **local** de este proceso que incluyó una fuerte articulación entre el municipio, la universidad y la comunidad. Más allá de que las nuevas universidades fueron creadas en las arcas de la Nación, fue el municipio el que “tomó la posta” junto a la universidad para construir una institución educativa afín a los requerimientos socioculturales y productivos de Tres de Febrero. Pero la comunidad también se erigió como un actor importante en este proceso, ya que lejos de jugar un rol pasivo, fue interpelada para actuar, a la vez que ella también interpeló al gobierno municipal y a las autoridades de la UNTREF para defender sus demandas inclusivas constituyéndose en el espíritu de este proceso. Es así, que en este caso particular puede verse con claridad por qué la creación y puesta en funcionamiento de esta universidad, además de constituir un caso de relaciones intergubernamentales jerárquicas y horizontales a la vez, representa un hito de descentralización política como devolución democrática. La UNTREF es una conquista de la comunidad. Tal vez podría haber sido creada sin la participación plena que tuvo la población, pero definitivamente no hubiese tenido el valor simbólico (además del material) que tiene hoy en día esta institución; sus programas de becas y de extensión y su influencia en la estructura productiva del municipio son una prueba fehaciente de ello. Su creación no sólo permitió que muchos jóvenes llegaran a ser primeras generaciones de estudiantes universitarios en sus círculos familiares, sino que ésta fue su conquista, la conquista de la comunidad.

Finalmente, por todo lo dicho es que se puede concluir que la descentralización de la educación superior constituyó la cara positiva de la oleada descentralizadora de los años noventa. Al contrario de los casos de la educación media y la salud que despertaron una crisis y fuertes críticas a las políticas descentralizadoras del Estado central, el caso de las nuevas universidades implicó un proceso de democratización educativa y cultural en el cual muchos

sectores postergados conocieron la educación superior y las posibilidades de inserción en el mercado laboral y de movilidad social que esta acerca. Así, es que se inició un proceso aún en desarrollo mediante el cual la universidad debe consagrarse definitivamente como ámbito de inclusión social y de equidad abandonando sus características feudales de antaño que sólo contribuyen a reproducir las desigualdades sociales y a dejar la educación de calidad en pocas manos.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACCINELLI, Adriana. y MACRI, Alejandra: La creación de las Universidades Nacionales del Conurbano Bonaerense: análisis comparado de dos períodos fundacionales, **V Congreso Nacional e Internacional de Estudios Comparados en Educación de la SAECE**, trabajo n°103, Buenos Aires, junio de 2015.

BOSSIER, Sergio: La descentralización: un tema difuso y confuso. Documento de Trabajo del ILPES, N°5, Santiago de Chile, 1990.

CINGOLANI, Mónica: Las relaciones intergubernamentales central-locales e inter-locales y la gestión de servicios descentralizados, **VI Congreso Internacional del CLAD sobre Reforma del Estado y de la Administración Pública**. Panel: Reformas federales en áreas estratégicas de gobierno en América Latina. Buenos Aires, 5-9 de noviembre del 2001.

GARCÍA DE FANELLI, Ana María: Las nuevas universidades del conurbano bonaerense: misión, demanda externa y construcción de un mercado académico. **Documento Cedes/117 Serie Educación Superior**, Buenos Aires, 1997.

GORDILLO, Agustín. (2013): **Tratado de derecho administrativo y obras selectas**, Tomo I: Parte General, Capítulo XIV: “Clasificación de los entes públicos.”, Buenos Aires, 2013. Disponible en <http://www.gordillo.com/>. Acceso 3 de septiembre de 2016.

JORDANA, Jacint: Las relaciones intergubernamentales en la descentralización de las políticas sociales, **Fundación CIDOB**, Descentralització i Polítiques Socials a Amèrica Llatina: Dilemes polítics i estratègies de gestió pública, Universitat Pompeu Fabra, Barcelona, 3 y 4 de abril de 2003.

Proyecto Institucional UNTREF, 1997: disponible en <http://www.untref.edu.ar/documentos/Proyecto%20Institucional%20UNTREF.pdf>. Acceso 3 de septiembre de 2016.

SERRANO, Claudia y FERNÁNDEZ, Ignacia: Estudio comparativo: descentralización de las políticas y programas de reducción de la pobreza en América Latina, **Documento de Trabajo, BID**, junio de 2005.

LEYES Y ESTATUTOS CONSULTADOS:

Constitución Nacional argentina, **Infoleg**, 1994. Disponible en <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/o-4999/804/norma.htm>. Acceso 3 de septiembre de 2016.

Ley de Educación Superior 24521, **Infoleg**, 1995. Disponible en <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/25000-29999/25394/texact.htm>. Acceso 3 de septiembre de 2016.

Ley de creación de la Universidad Nacional de Tres de Febrero 24495, **Infoleg**, 1995. Disponible en <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/20000-24999/23172/norma.htm>. Acceso 3 de septiembre de 2016.

Ley de Educación Nacional 26206, **Infoleg**, 2006. Disponible en <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/verNorma.do?id=123542>. Acceso 3 de septiembre de 2016.

Ley Federal de Educación 24195, **Infoleg**, 1993. Disponible en <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/15000-19999/17009/texact.htm>. Acceso 3 de septiembre de 2016.

Estatuto de la UNTREF: disponible en <http://untref.edu.ar/secciones-institucional/presentacion/normativa-institucional/>. Acceso 3 de septiembre de 2016.

OTRAS FUENTES:

Entrevista a Clara Barja, ex miembro del Consejo Federal de Educación. Actualmente forma parte del Área de Extensión Universitaria de la UNTREF.

**Grupo de Trabalho
Sociedade, Ruralidade e
Ambiente**

A Palmeira-Juçara no litoral norte do Rio Grande do Sul e o Desenvolvimento Rural: práticas, novidades e redes sociotécnicas

Leonardo Medeiros de Jesus¹

O artigo refere-se à dissertação de mestrado acadêmico em andamento no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS) na linha de pesquisa das dinâmicas socioambientais no espaço rural. Os objetivos principais da pesquisa visam analisar e compreender a dinâmica das práticas, a produção de novidades e as redes sociotécnicas entre os agricultores familiares e os demais atores sociais que se relacionam com o uso da palmeira-juçara em sistemas agrofloretais de base ecológica a partir de estudos de caso nos municípios de Osório, Maquiné, Três Cachoeiras, Itati e Mampituba no Litoral Norte do Rio Grande do Sul. Os dados empíricos estão sendo coletados a partir das técnicas de observação participante, entrevistas, registro de áudio e fotografia. O referencial teórico-analítico tem como base a abordagem construtivista da Perspectiva Orientada ao Ator, a produção de novidades, o conceito de agência e redes. Os resultados preliminares da pesquisa de campo indicam que a produção de novidades (técnico-produtivas, construção social dos mercados e dispositivos coletivos) e as redes sociotécnicas (Rede Juçarae Rede Ecovida de Agroecologia) emergem das ações e práticas sociotécnicas dos atores sociais aliando os princípios de conservação ambiental e da produção agroflorestal no processo de desenvolvimento rural local e territorial.

Palavras-chave: palmeira-juçara, novidades, redes sociotécnicas, agricultura familiar.

INTRODUÇÃO

A palmeira-juçara (*Euterpe edulis* Mart.) também denominada comumente no Sul do Brasil como ripeira, palmitreiro ou içara, é uma espécie nativa do bioma Mata Atlântica com distribuição geográfica entre as regiões norte do Estado do Rio Grande do Sul (RS) até o sul do Estado da Bahia. A partir da década de 30 a população da palmeira-juçara foi drasticamente reduzida Pupo (2007), devido às atividades extrativistas de corte do estipe (caule das palmeiras) para obtenção do “palmito” tornando a espécie ameaçada de extinção em relação ao seu estado de conservação. O uso sustentável da palmeira-juçara nos sistemas agrofloretais (SAFs) de base ecológica no litoral norte do Rio Grande do Sul alia os princípios de conservação ambiental e da produção agroflorestal a partir das

¹Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS) – Bolsista CAPES.

práticas sociotécnicas realizada pelos agricultores familiares e demais atores sociais envolvidos neste contexto.

Segundo Wives et al. (2015, p.14), aproximadamente 500 famílias de agricultores dedicam-se à produção ecológica com a utilização de sistemas agroflorestais na região do litoral norte do RS. O processamento de frutos da palmeira-juçara segundo Souza (2015, p.25), tornou-se realidade em diversos municípios da região sul e sudeste do Brasil a partir de diversas iniciativas simultâneas no ano de 2000. Conforme Favreto et al. (2005), a comercialização da polpa de juçara oportuniza aos agricultores melhores condições e alternativas de geração de renda quando comparado a extração do palmito; e segundo Macfadden (2005) a polpa de juçara tem uma boa aceitação do produto no mercado com qualidades semelhantes e até mesmo superior a polpa de açaí da Amazônia comercializada no Sul do Brasil.

Ao que se refere ao esclarecimento e consenso da legislação ambiental dos atores sociais envolvidos com a palmeira-juçara, Medaglia (2010) afirma que até o ano de 2008 havia dúvidas sobre as disposições legais sobre a coleta de frutos de juçara não havendo a possibilidade de esta atividade ser realizada de forma regulamentada. Em detrimento deste fato, em abril do respectivo ano as ONGs ANAMA e o Centro Ecológico Litoral Norte e o grupo de pesquisa DESMA/UFRGS apresentaram esta pauta ao Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (CERBMA) o qual assumiu a função de discutir em um fórum proposições e soluções para o tema da coleta de frutos de juçara. De abril a setembro os atores sociais de diversos segmentos debateram sobre as estratégias apresentando em agosto em uma reunião plenária do CERBMA o “Projeto Piloto para o Manejo Sustentável dos Frutos da Palmeira-Juçara”.

No que se refere aos arranjos institucionais sobre a valorização do fruto da palmeira-juçara, Medaglia (2010) destaca:

Em nível nacional, a utilização dos frutos da palmeira-juçara tem sido o tema de um esforço coordenado de instituições governamentais e não-governamentais através do projeto Rede Juçara, que integra iniciativas dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Rio de Janeiro. O projeto trabalha questões relativas ao monitoramento da atividade, diagnósticos sobre os “gargalos” na legislação ambiental e sanitária e questões ligadas à comercialização do produto. Do Rio Grande do Sul, as ONGs do Grupo Proponente do Projeto

Piloto (ANAMA e Centro Ecológico) fazem parte da Rede, assim como o DESMA/UFRGS (p.37).

No que concerne sobre a cadeia de beneficiamento e comercialização dos frutos da palmeira-juçara, segundo Köhler e Brack (2016) no âmbito estadual e nacional (Rede Juçara) diversos grupos, associações e instituições de pesquisa estão se articulando para o estabelecimento de uma “*Cadeia de Valor de Produtos da Sociobiodiversidade*” para consolidação e valorização da palmeira-juçara. Atualmente aproximadamente cinquenta famílias de agricultores estão envolvidas com o manejo conservacionista e o uso sustentável dos frutos da palmeira-juçara em SAFs de base ecológica no litoral norte do RS.

O referencial teórico-analítico utilizado no desenvolvimento da pesquisa de mestrado tem como base a abordagem construtivista da Perspectiva Orientada ao Ator (POA) e a produção de novidades concebidas pelos autores sociólogos Norman Long e Jan Douwe van der Ploeg da Universidade de Wageningen na Holanda. Conforme Gonzalez et al. (2014, p.105) a POA tem como base os estudos antropológicos de Max Gluckman referente a hibridização cultural onde os grupos sociais dominantes incorporam práticas de distintos processos aos quais estão imersos, porém mantém outras práticas dos seus respectivos conhecimentos e detém a capacidade de agir nos espaços de manobra.

A utilização da POA como um arcabouço teórico-metodológico busca compreender as expectativas e interesses dos atores sociais e como estes exercem sua capacidade de agência a partir de suas reflexões e ações. No que concerne à capacidade agência dos atores sociais Long (2007) observa que a agência humana é central na compreensão das noções de estrutura e ator. Esta noção confere individualmente a capacidade de processar as dinâmicas das relações sociais estabelecendo modos distintos e eficientes de interação com as adversidades do cotidiano.

A abordagem das novidades pode ser compreendida como um processo contínuo de soluções para problemas ou entraves, assim como a capacidade de criar novas soluções de eficiência do uso dos fatores produtivos e das práticas sociotécnicas na agricultura. As novidades conforme Ploeg (2008) não são apenas relacionadas com ferramentas ou artefatos no processo produtivo, podendo estar associadas com as formas de organização da produção e com a criação e consolidação de dispositivos coletivos e arranjos institucionais.

Na relação dos atores sociais com a palmeira-juçara identifica-se a emergência de novidades, e nesse sentido, o projeto de pesquisa tem como objetivo principal compreender e analisar as práticas sociotécnicas dos atores sociais (ênfase nos agricultores familiares como protagonistas deste processo) na produção de novidades técnico-produtivas, construção social dos mercados e dispositivos coletivos advindas do uso sustentável da palmeira-juçara nos sistemas agroflorestais de base ecológica a partir de estudos de caso em seis municípios na região do litoral norte do RS.

METODOLOGIA

O procedimento metodológico da pesquisa tem como base a abordagem indutiva onde os dados empíricos estão sendo analisados qualitativamente. Os dados primários foram obtidos nos municípios de Osório, Maquiné, Três Cachoeiras, Itati e Mampituba na região do Litoral Norte do Rio Grande do Sul entre os meses de maio de 2016 a janeiro de 2017 com base na observação participante.

Ao longo da pesquisa de campo, seguindo os atores, participei de dias de campo, oficinas, seminários, encontro de pesquisa e extensão, feiras, colheita e beneficiamento do fruto da juçara com agricultores, visitas em agroindústrias familiares, cooperativas (Coopet, Econativa) e estabelecimentos rurais de agricultores familiares. Foram realizadas entrevistas com atores-chaves das instituições e grupos de pesquisa: Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (Fepagro Litoral Norte), escritórios municipais da Emater/Ascar-RS, Núcleo de Estudos em Desenvolvimento Rural Sustentável e Mata Atlântica (DESMA/UFRGS) e das organizações não-governamentais (ONGs) Centro Ecológico Litoral Norte e Ação Nascente Maquiné (ANAMA).

Na operacionalização da pesquisa de campo foram utilizados os seguintes instrumentos: diário de campo, roteiro de entrevistas semiestruturadas aplicados com atores-chaves e agricultores familiares, registros de áudio das entrevistas e levantamento fotográfico. Os dados secundários foram obtidos através de pesquisa documental e revisão bibliográfica de trabalhos de conclusão, dissertações e teses correlatas ao tema de pesquisa.

RESULTADOS PARCIAIS E DISCUSSÃO

No mês de maio de 2016 visitei o município de Três Cachoeiras/RS para conversar com a engenheira agrônoma extensionista do escritório municipal da Emater/Ascar-RS e visitar a Agroindústria Morro Azul. A extensionista me indicou como referência os agricultores familiares ecologistas Marcos Evaldt Medeiros, Nei Behenck Dimer, Izaías Becker e Marcelo Nunes Vieira que trabalham com o manejo da palmeira-juçara na Comunidade do Morro Azul.

Chegando a comunidade do Morro Azul fui visitar o agricultor Marcos Medeiros. O agricultor me relatou sobre suas atividades agrícolas no cultivo de banana em SAFs de base ecológica, as atividades relacionadas ao manejo da palmeira-juçara (época de colheita/coleta, beneficiamento para obtenção da polpa e comercialização) em seu estabelecimento familiar e sobre o cronograma das atividades de comercialização nas Feiras Ecológicas nos bairros Menino Deus e Auxiliadora em Porto Alegre.

O agricultor é sócio da Associação dos Colonos Ecologistas da Região de Torres (ACERT) e da Rede Ecovida de Agroecologia e sua safra de frutos de Juçara é destinada para o beneficiamento de polpa pela Agroindústria Morro Azul vizinha ao seu estabelecimento rural.

Na conversa com o agricultor Nei Dimer sobre a importância da palmeira-juçara em sua propriedade, ele destacou que acredita que o conhecimento e a informação sobre o uso do fruto da palmeira-juçara para o beneficiamento da polpa, o potencial nutricional entre outros usos (medicinal, uso para ração animal, artesanato, entre outros) foram escondidos “suprimidos” da população para que as pessoas não tenham acesso à riqueza social, econômica, cultural e ambiental gerada pelo uso da palmeira-juçara.

O agricultor vem manejando a palmeira-juçara desde o início dos anos 90 e relatou que aprendeu com seu pai, também agricultor, que tinha o costume de preservar a palmeira em suas áreas de cultivos, pois percebia que as aves se alimentavam do fruto. Ele também destacou sobre o potencial que a semente do fruto da palmeira-juçara pode prover para o uso na ração animal. O agricultor pegou uma semente do fruto da juçara e quebrou-a com um martelo me mostrando no interior da semente o endosperma de cor esbranquiçada e comentou sobre a possibilidade de triturar e/ou torrar a semente relatando que a mesma é muito desperdiçada após o beneficiamento sendo apenas uma

pequena parte destinada a produção de mudas e para semeadura a lançar nos SAFs e nas áreas de capoeira (regeneração da vegetação nativa), áreas de preservação permanente e de reserva legal.

Na visita a Agroindústria Morro Azul que está situada no estabelecimento rural da Família Becker realizei uma caminhada interpretativa com o agricultor e com a extensionista da Emater/Ascar-RS onde pude observar as áreas agrofloretais com espécies frutíferas, como: citros, banana, goiaba e palmeiras-juçara. Ao longo da caminhada o agricultor relatou algumas informações técnicas sobre o manejo da palmeira-juçara (média da produção anual, época de colheita na região, desafios e planos para o futuro na agroindústria familiar). A produção de polpa de açaí de juçara pela agroindústria em 2015 foi de aproximadamente 8.000 kg e para o ano de 2016 estimava-se o volume de 10.000 kg de polpa.

Em 2009 a polpa de juçara começou a ser ofertada para aproximadamente 750 estudantes da rede municipal de ensino através dos programas de alimentação escolar das escolas (GONÇALVES et al., 2011).

Os programas de alimentação escolar podem ser potentes instrumentos de desenvolvimento e fortalecimento locais pela aquisição de alimentos diretamente dos agricultores familiares. A comunidade escolar se beneficia nesta relação devido a aquisição de alimentos em consonância com a cultura e os hábitos alimentares locais (FAO, 2017).

A inserção da polpa de açaí de juçara na alimentação escolar pelas compras institucionais dos produtos de agricultores familiares pelo Programa Nacional da Alimentação Escolar – PNAE foi identificada como uma novidade em nível de nicho relacionada ao acesso aos mercados sociais conquistado pelos agricultores familiares e demais atores sociais de Três Cachoeiras.

Os resultados preliminares da pesquisa de campo indicam que as práticas sociotécnicas dos atores sociais relacionadas ao uso da palmeira-juçara resultam na emergência de novidades (manejo, beneficiamento, comercialização da polpa do fruto da juçara, acesso a mercados institucionais, feiras, cooperativas de consumidores, chuva de sementes de juçara para a restauração florestal, formação de associações e estabelecimento de agroindústrias familiares) e no estabelecimento e inserção nas redes

sociotécnicas (Rede Juçara e Rede Ecovida de Agroecologia) aliando os princípios de conservação ambiental e produção agroflorestal.

Segue abaixo um quadro cronológico elaborado a partir do levantamento de pesquisa documental referente aos eventos e encontros técnicos sobre a temática da palmeira-juçara e os atores sociais no litoral norte do RS entre os anos de 2008 e 2016:

A Palmeira-Juçara e os atores sociais no litoral norte do RS (cronologia de eventos, reuniões técnicas, oficinas, encontros e projetos)	
2008	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto piloto para o manejo sustentável dos frutos da palmeira-juçara – ONG Anama, Centro Ecológico, DESMA/UFRGS no âmbito do Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (CERBMA)- agosto/setembro
2010	<ul style="list-style-type: none"> • Oficina de legislação ambiental – Manejo da Palmeira-Juçara – 10 de agosto – Dom Pedro de Alcântara/RS • I Encontro da Rede Juçara – Polpa de Juçara e Comunidade – 09 e 10 de novembro – Registro, Vale do Ribeira/SP • Seminário de Frutas Nativas do RS: manejo, beneficiamento e comercialização – Porto Alegre/RS – 06 de dezembro
2011	<ul style="list-style-type: none"> • 2º Festa da Juçara – Maquiné/RS – 05 a 08 de março • Oficina de beneficiamento de frutos da Juçara – Amadecom e Associação Içara – Três Forquilhas 11 de agosto • Palmeira-Juçara e Comunidades: Manejo Sustentável e promoção da cadeia de valor dos frutos – subprograma Projetos Demonstrativos – PDA Mata Atlântica – Dezembro
2012	<ul style="list-style-type: none"> • Oficina de construção participativa de diretrizes de manejo sustentável da Palmeira-Juçara – 04 e 05 de julho em Porto Alegre/RS • Festival da Juçara – Dezembro em Morrinhos do Sul/RS
2013	<ul style="list-style-type: none"> • Oficina de despolpa de frutas nativas – ONG Anama – Escola Rural de Osório/RS- Maio
2014	<ul style="list-style-type: none"> • 3º Chuva de Sementes de Juçara – Voo Livre – Morro da Borrúsia, Osório/RS – 21 de Novembro • Curso de Açaicultor – PRONATEC e COOMAFITT em Dezembro, Três Forquilhas/RS.
2015	<ul style="list-style-type: none"> • 4º Chuva de Sementes de Juçara – Voo Livre – Morro da Borrúsia, Osório/RS – 24 de Fevereiro • Feira da Biodiversidade de Maquiné/RS – 06 de junho

<ul style="list-style-type: none"> • III Encontro do Polo Sul da Rede Juçara (Litoral Norte/RS) – Centro Ecológico, D.Pedro de Alcântara/RS – 22 de setembro • Oficina temática em Agricultura Sustentável e Adequação Ambiental: boas práticas no processamento de juçara – IFRS Campus Osório/RS – 06 de outubro • Feira da Biodiversidade de Três Cachoeiras/RS – 09 de outubro
2016
<ul style="list-style-type: none"> • Territórios e Agroflorestas em Rede – Osório/RS – 14 a 16 de Julho • Encontro de Pesquisa e Extensão do Território Litoral do Rio Grande do Sul – 18 a 19 de Agosto

A relação dos atores sociais (agricultores familiares, extensionistas, pesquisadores, estudantes e consumidores) com a palmeira-juçara, de certo modo propiciam a formação e sustentação de conexões dissolvendo a linha de fronteira entre as dimensões do social e o natural. Nesse sentido, pelo enfoque teórico-metodológico da Perspectiva Orientada ao Ator, da produção de novidades e das redes sociotécnicas, o uso sustentável da palmeira-juçara em SAFs de base ecológica pode ser compreendido como um fenômeno híbrido (social, natural e tecnológico) mobilizando ações, intervenções e interações entre os atores envolvidos. A relação das práticas sociotécnicas dos atores sociais envolvidos com a palmeira-juçara representa um papel central na aprendizagem coletiva, na construção de conhecimento tácito e científico, na valorização dos modos de vida e na autonomia dos agricultores familiares no processo de desenvolvimento rural no litoral norte do Rio Grande do Sul.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FAVRETO, R.; GUTERRES, L. M.; CORBELLINI, L. M.; SCHIRMER, C. **Cultivo e manejo da Palmeira Juçara no Rio Grande do Sul**. FEPAGRO/ANAMA/PGDR/PMM, Maquiné, 2005. 10 p. il. (cartilha)

GONÇALVES, A. L. R. **Inclusão da Polpa do Açaí de Juçara (*Euterpe edulis Martius*) na Alimentação Escolar do Município de Três Cachoeiras/RS**. Três Cachoeiras/RS, 2011. p.12

GONZALEZ, S. R. et al. A Perspectiva Orientada ao Ator em estudos sobre o Desenvolvimento Rural – **Revista Perspectivas Rurales**. Universidade Nacional Costa Rica, Nueva época, ano 13, n.25, p.101-121, setembro de 2014.

KÖHLER, M., BRACK, P. Frutas Nativas no Rio Grande do Sul: cultivando e valorizando a diversidade. **Revista Agriculturas**. Rio de Janeiro, v.12, nº2, junho, 2016.

LONG, N. **Sociologia del desarrollo**: una perspectiva centrada en el actor. Buenos Aires: El Colegio de S. Luis/CIESAS, 2007. 504 p.

MACFADDEN, J. **A produção de açaí a partir do processamento dos frutos do palmitero (*Euterpe edulis Martius*) na Mata Atlântica**. 2005. 100 f. (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, 2005.

MEDAGLIA, V. R. Filosofia do meio ambiente e gestão compartilhada da biodiversidade da Mata Atlântica: debates públicos sobre a coleta de frutos da palmeira-juçara no Rio Grande do sul. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, 2010.

Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO/Brasil) **Curso Agricultura Familiar na América Latina e Caribe: Setor chave para a segurança alimentar**. Disponível em: <<http://www.fao.org/alc/cursos/af/>>. Acesso em: 05 ago.2016.

PLOEG, J. D. van der; **Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização** / Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. 378 p.

PUPPO, P. S. S. **Manejo de frutos de palmeira juçara (*Euterpe edulis M.*) para a obtenção de polpa e sementes como produtos florestais não madeireiros (PFNM) em mata atlântica** / Paulo Sergio Sgroi Puppo. -- Campinas, SP: [s.n.], 2007.

SOUZA, S. E. X. F. **Manejo de *Euterpe edulis Mart.* para a produção de polpa de fruta**: subsídios à conservação da biodiversidade e fortalecimento comunitário. Tese de doutorado. Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”. ESALQ, 2015.

WIVES, D. G. et al. Resiliência social na Floresta Atlântica do Rio Grande do Sul: o uso dos sistemas ecológicos na produção de banana – **Revista do Desenvolvimento Regional (Faccat)** Taquara/RS, v.12, n.1, jan/jun, p.11-26, 2015.

“Não adianta vir o progresso para 10 e destruir para mil”: a Rio Grande Mineração em São José do Norte

Gabriella Rocha de Freitas¹

O início do século XXI marcou vários países sul-americanos pela chegada ao poder de governos de esquerda. Apesar da adoção de medidas de combate à pobreza, a concepção de desenvolvimento ancorada nas noções de progresso e crescimento econômico permaneceu presente. Tal modelo é marcado pela inclinação à exportação de produtos primários, sendo denominado de neoextrativismo. Em São José do Norte, município localizado no Rio Grande do Sul, está em processo de licenciamento ambiental a instalação da empresa Rio Grande Mineração. Essa localidade possui 26.290 habitantes e uma economia baseada na agricultura familiar e na pesca artesanal. O sentimento dos nortenses de que o município é atrasado faz com que empreendimentos externos sejam desejados. Entretanto, a instalação da mineradora é rejeitada. Dessa forma, o trabalho pretende responder a seguinte pergunta: quais são as motivações dos atores locais para rejeitarem tal empreendimento, apesar da promessa e do desejo por desenvolvimento? Foram realizadas 30 entrevistas com lideranças locais do meio rural. Identificou-se que a rejeição à mineradora se deve à preservação do principal meio subsistência desses atores e, principalmente, à manutenção da sua relação com a natureza, uma vez que rechaçam a indenização pela exploração de suas terras, ainda que careçam de recursos financeiros.

Palavras-Chave: Neoextrativismo, Crescimento Econômico, Desenvolvimento.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho insere-se no debate crítico sobre o desenvolvimento, tomando-se como referência as contribuições do pós-desenvolvimento. O foco de estudo são as motivações dos atores locais para rejeitarem a instalação de uma mineradora no município de São José do Norte, apesar da promessa e do desejo pelo desenvolvimento.

O discurso em favor do desenvolvimento, apesar das suas controvérsias, apresenta grande capacidade de renovação e de continuidade. Caminhos plurais e heterogêneos tomados pelo desenvolvimento – como desenvolvimento sustentável, desenvolvimento territorial, desenvolvimento participativo, etc. – contribuíram para a crença de que cada nova ideia equivalesse a uma concepção original (RIST, 2008; RADOMSKY, 2011).

¹Bacharel em Ciências Sociais, Mestre em Sociologia e Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS. Bolsista Capes.

Apesar da hegemonia exercida pelo desenvolvimento, a partir dos anos 1980, alguns autores (FERGUSON, 1990, 1994; ESCOBAR, 1995, 2005; RIST, 2008) passaram a produzir estudos críticos do desenvolvimento. Embora com diferenças de orientações teóricas, esses autores buscam demonstrar que o desenvolvimento é um discurso historicamente construído e que sob a justificativa de melhorar a vida de populações pobres, tem causado intervenções com impactos negativos para as populações locais. Denominou-se essa perspectiva de pós-desenvolvimento.

O término da polarização do mundo entre Estados Unidos e União Soviética provocou importantes rearranjos do sistema mundial, abrindo caminho para a consolidação de novas ideologias e utopias. Aponta-se como “inauguração do desenvolvimento” o discurso de posse do presidente norte-americano Harry Truman, em 1949. Esse discurso afirmou que a assistência técnica já concedida a partes da América Latina seria estendida para outros países. Pela primeira vez o adjetivo subdesenvolvido – como sinônimo de áreas economicamente atrasadas – foi utilizado em um texto de grande circulação (RIST, 2008).

A utilização do termo subdesenvolvido marcou uma mudança fundamental na concepção de desenvolvimento. Passou-se do entendimento do desenvolvimento como um fenômeno de polarização Norte/Sul, de acordo com a oposição entre colonizador/colonizado para a dicotomia desenvolvido/subdesenvolvido. Essa alteração substituiu o domínio da Europa sobre as colônias pelo imperialismo norte-americano. Agora, os países subdesenvolvidos poderiam se tornar desenvolvidos desde que seguissem os preceitos norte-americanos, uma vez que o subdesenvolvimento não é o oposto de desenvolvimento, mas apenas sua forma incompleta (RIST, 2008). Segundo Rist (2008, p. 13, tradução nossa):

“Desenvolvimento” consiste em um conjunto de práticas, às vezes aparecendo em conflito uma com a outra, que exige – para a reprodução da sociedade – a transformação geral e a destruição do meio ambiente e das relações sociais. O seu objetivo é aumentar a produção de mercadorias (bens e serviços) voltadas, por meio da troca, à demanda efetiva.

Segundo a narrativa presente na maior parte dos livros de História, a Metade Sul² do Rio Grande do Sul foi responsável pela prosperidade econômica do estado em grande parte do século XIX – com a produção do charque em Pelotas –, entretanto, perde importância no século seguinte dando início ao estabelecimento da dicotomia Norte *versus* Sul. A Metade Norte era a parte desenvolvida do Rio Grande do Sul, apresentando uma industrialização nascente e policulturas dinamizadas em pequenas propriedades e a Metade Sul a parte atrasada, marcada pela monocultura e grandes extensões de terra nas mãos de poucos proprietários (MOLIN; FIGUEIREDO; TOGEIRO, 2014; TILLMANN *et al.*, 2012).

São José do Norte é um município pertencente à Metade Sul que possui uma população de 26.290 habitantes (FEE, 2014) e a peculiaridade de ser quase isolado geograficamente, dispondo de um único acesso através da BR-101³ pela cidade Tavares – o acesso por Rio Grande ocorre através do canal Miguel da Cunha, na Lagoa dos Patos por onde são realizadas travessias de balsa para os automóveis e de lancha para os pedestres. A economia nortense baseia-se na pesca artesanal e na agricultura familiar, tendo como principal atividade a produção a cebola (IBGE, 2006).

Atualmente, a empresa Rio Grande Mineração (RGM) encontra-se em processo de licenciamento ambiental para a extração dos minérios ilmenita, rutilo e zirconita no município nortense⁴. O principal argumento mobilizado para a aceitação do empreendimento pela população local é o fomento ao desenvolvimento de São José do Norte. Nesse discurso, destaca-se a criação de empregos, o aumento na arrecadação de impostos e a consequente melhoria dos serviços públicos, que configuram um problema histórico no município. Apesar do forte desejo pelo desenvolvimento e pela vinda de empreendimentos externos que possam fomentá-lo, a população rural rejeita a atividade minerária. Assim, o presente artigo pretende compreender as motivações dos atores do meio rural para rejeitarem tal empreendimento, apesar da promessa e do desejo pelo desenvolvimento.

²A Metade Sul é formada pelas mesorregiões Sudeste, Centro Ocidental e parte das mesorregiões Metropolitana de Porto Alegre e Centro Oriental, abarcando 105 municípios, de um total de 497 municípios que compõem o Rio Grande do Sul.

³Conhecida como Estrada do Inferno, a BR-101 foi concluída somente em 2009.

⁴A instalação da Rio Grande Mineração é a terceira tentativa de implantação de um empreendimento minerário em São José do Norte. A primeira tentativa ocorreu na década de 1970 e a segunda na década de 1990. Ambas as tentativas foram barradas pelo licenciamento ambiental.

São José do Norte divide-se em três distritos que são compostos por regiões rurais denominadas localidades. A maior parte dessas localidades organiza-se em associações. Existem 16 associações no município, além de uma cooperativa de produtores de cebola (COOAFAN) e de pescadores artesanais (COOPANORTE) e de um grupo de agroecologia (ECONORTE⁵). Foram realizadas 30 entrevistas semiestruturadas com lideranças do meio rural com destaque nessas organizações – 20 agricultores e 10 pescadores – juntamente com a análise da transcrição da audiência pública referente ao projeto de mineração realizada no município nortense no dia 04 de dezembro de 2014.

Além da introdução e da conclusão, o artigo divide-se em três seções. Na seção a seguir, será realizada uma breve reflexão sobre o pós-desenvolvimento e de sua relevância ao denunciar os efeitos reais das intervenções do desenvolvimento. Nessa seção também será apresentado o argumento do Grupo Modernidade/Colonialidade de que sob o discurso do desenvolvimento se perpetua uma lógica colonial. Na segunda seção será abordado o conceito de neoextrativismo visando a demonstrar o contexto de expansão das atividades extrativistas nos governos latino-americanos denominados progressistas que chegaram ao poder a partir dos anos 2000. Por fim, serão apresentados os resultados empíricos da pesquisa.

1. OS EFEITOS REAIS DO DESENVOLVIMENTO

Nos últimos 50 anos, podemos distinguir nas Ciências Sociais três momentos relacionados à teorização sobre o desenvolvimento: a teoria da modernização entre os anos 1950 e 1960; a teoria da dependência entre 1960 e 1970 e; os estudos críticos do desenvolvimento entre 1980 e 1990. Os estudos críticos do desenvolvimento, onde podemos situar o pós-desenvolvimento, sugeriram como uma tentativa de superação das perspectivas anteriores (ESCOBAR, 2005).

Amparada na dicotomia “tradicional-moderno”, a teoria da modernização destacava os elementos empíricos que marcariam a passagem do estado tradicional para o moderno, por meio da transferência de tecnologias, conhecimentos e recursos provenientes das regiões desenvolvidas. Essa passagem seria indicada por incrementos no Produto Interno Bruto (PIB), diminuição da população considerada marginal ao sistema

⁵O Grupo de Agroecologia mantém uma feira semanal de produtos orgânicos no centro da cidade.

de produção e ganhos contínuos de produtividade. Tal perspectiva possuía receituários simples e homogêneos a respeito de como os países subdesenvolvidos deveriam se desenvolver (RADOMSKY, 2014).

A teoria da modernização sofre suas primeiras críticas a partir do desenvolvimento da teoria da dependência – de influência marxista – que plantou as raízes do subdesenvolvimento. Essa perspectiva enfatizava os efeitos contraditórios do desenvolvimento, mostrando que o conflito de classes no capitalismo criava desigualdades. O desenvolvimento, na abordagem marxista, seria algo positivo, pois ao mostrar as contradições do capitalismo ajudaria na implantação de uma sociedade comunista. Neste sentido, as políticas e programas de desenvolvimento seriam problemáticos porque resultavam do próprio capitalismo.

O pós-desenvolvimento se diferencia das duas correntes anteriores ao mostrar que o problema não está na ineficácia da modernização, tampouco, naquilo que o desenvolvimento não faz. A questão do pós-desenvolvimento consiste naquilo que o desenvolvimento executa. Segundo os autores dessa perspectiva (ESCOBAR, 2005, 1995; RIST, 2008; FERGUSON, 1990, 1994) o que o desenvolvimento faz é “instrumentalizar, mercantilizar, intervir na vida das pessoas, planejar, modificar e colonizar os modos de vida tradicionais, criar programas ‘de cima para baixo’, quantificar resultados e construir realidades por meio de diagnósticos e relatórios” (RADOMSKY, 2014, p. 170).

Conforme destaca Ferguson (1990), para não realizar gastos elevados, as agências de desenvolvimento optam por padronizar pacotes de desenvolvimento, resultando na homogeneização de populações altamente heterogêneas. Isso permite que tratem o desenvolvimento com objetivos adequados aos seus pacotes. Ademais, raramente os problemas de desigualdade são tocados pelas intervenções de desenvolvimento, uma vez que interferindo nos conflitos locais não conseguiriam estabelecer as alianças necessárias para colocar seu projeto em prática.

Entretanto, o principal efeito das intervenções de desenvolvimento consiste na transformação da natureza essencialmente política do desenvolvimento em um objeto de conhecimento. Isso faz com que os projetos de desenvolvimento produzam um mundo reificado de práticas discursivas dissociada das lutas reais e das aspirações dos sujeitos envolvidos no processo. O desenvolvimento funciona como uma máquina antipolítica que despolitiza as intervenções de desenvolvimento fazendo com que o conhecimento

especializado seja legitimado frente aos conhecimentos locais, servindo de justificativa para a não participação da população local nas decisões. Essa máquina despolitiza alguns temas que deveria enfrentar e inventa problemas com os quais sua expertise pode lidar visando, portanto, à preservação de certas formas de dominação (FERGUSON, 1990).

O que aproxima as diferentes abordagens do pós-desenvolvimento é a crítica ao modelo de desenvolvimento planejado que exerce hegemonia desde o século XX e a busca pela desconstrução do discurso do desenvolvimento. O objetivo desses estudos é que o desenvolvimento deixe de ser o princípio organizativo da social. Alguns autores dessa perspectiva como Arturo Escobar (1995, 2005) buscam abrir espaço para diferentes discursos que não sejam tão mediados pela ideia de desenvolvimento eurocêntrica, focando nas resistências alternativas produzidas por movimentos sociais ao se encontrarem com os projetos de desenvolvimento ou por grupos autônomos, a partir de situações locais isoladas da lógica do capital e da ação estatal.

1.1 O Desenvolvimento e a Manutenção da Colonialidade

A partir do final dos anos 1990, intelectuais latino-americanos formaram o Grupo Modernidade/Colonialidade com o objetivo de radicalizar o argumento pós-colonial. Segundo esses autores (QUIJANO, 2005, 2014; ESCOBAR, 1995; DUSSEL, 2005) a base do desenvolvimento reside nos fundamentos da Modernidade.

Enrique Dussel (2005) destaca a existência de dois conceitos de Modernidade. O primeiro consiste na ideia de uma Modernidade emancipatória, sendo concebida como uma “saída” da imaturidade por um esforço da razão. O segundo conceito baseia-se numa visão de Modernidade em um sentido mundial que teve início a partir do surgimento de uma história mundial, com o estabelecimento do sistema-mundo. Esse sistema iniciou-se com a expansão portuguesa durante o século XV e com o descobrimento da América Espanhola, possibilitando que todo o planeta se tornasse o lugar de uma só História Mundial.

A noção hegemônica de Modernidade compreendida como uma “saída” da imaturidade por esforço da razão, possui uma visão eurocêntrica do processo posto que os acontecimentos que marcam o seu início e posterior desenvolvimento – como a Reforma e a Revolução Francesa – são eventos intra-europeus. Essa Modernidade serviu como

justificativa para o exercício da violência, uma vez que a civilização moderna europeia autodescrevendo-se como mais desenvolvida e superior, possuía como exigência moral a obrigação de desenvolver os primitivos e bárbaros. Caso os primitivos resistissem ao processo civilizador do europeu moderno era justificável o exercício da violência – tal como o ocorrido durante o período colonial (DUSSEL, 2005).

Dessa forma, os autores do Grupo Modernidade/Colonialidade argumentam que mesmo com o fim do colonialismo, as sociedades periféricas permaneceram sendo tratadas a partir da sua funcionalidade em relação aos países centrais. Ou seja, ocorreu a manutenção de um discurso de dominação que insiste na representação do “outro” inferior e carente de civilização (ESCOBAR, 2005). Apesar de o subdesenvolvimento ser compreendido como uma fase incompleta do desenvolvimento e não mais como uma oposição bárbaro/civilizado, levar o progresso a locais atrasados permaneceu como justificativa para a prática da violência contra populações locais.

Colonialidade do poder é um conceito desenvolvido por Aníbal Quijano para demonstrar que as relações de colonialidade nas esferas econômicas e políticas se perpetuaram até os dias atuais (BALLESTRIN, 2013). Essa colonialidade configura um dos elementos constitutivos da Modernidade – o seu lado obscuro. Por meio da colonialidade do poder, o sistema social baseado na distribuição de identidades sociais superiores e inferiores passou a ser concebido como próprio pelos grupos dominados, fazendo-os estabelecer estruturas de poder organizadas em torno de relações coloniais (QUIJANO, 2014). Nesse sentido, projetos de desenvolvimento que levariam o progresso para regiões consideradas atrasadas continuam se reproduzindo internamente aos países do Terceiro Mundo (QUIJANO, 2005).

2. O NEOEXTRATIVISMO

A partir do final da década de 1990, a eleição de presidentes de partidos de centro-esquerda na América do Sul marcou mudanças profundas na atuação do Estado. Em comum entre esses países, destaca-se o retorno de um Estado forte e condutor do processo de desenvolvimento tendo a exportação de produtos primários como a sua principal estratégia de crescimento econômico. Destaca-se também o reconhecimento da necessidade de um papel atuante do Estado perante a problemática da pobreza.

Embora a esquerda latino-americana historicamente questionasse⁶ os estilos de desenvolvimento convencionais, baseados na ideia de progresso e crescimento econômico, ao chegar ao poder não provocou substanciais nesses modelos. Verifica-se inclusive a intensificação de práticas extrativistas a partir da criação de novos setores, como dos monocultivos para exportação – produção de soja, reflorestamento para fabricação de celulose, etc. (GUDYNAS, 2009).

O extrativismo atual, ou neoextrativismo, difere-se daquele praticado durante as décadas de 1980 e 1990. Anteriormente, o Estado era apenas um espectador e as empresas desfrutavam de uma liberalização de fluxos de capital e de flexibilização de regulações trabalhistas e ambientais. No neoextrativismo, o Estado é um ator-chave tanto na captação dos recursos, quanto em intervenções diretas e indiretas sobre os setores extrativistas. Mantem-se, todavia, o extrativismo como motor do crescimento nacional⁷ (GUDYNAS, 2009).

A ênfase no extrativismo apresenta-se associada ao financiamento de programas de combate à pobreza, juntamente com um desenvolvimento concebido como sinônimo de crescimento econômico. A captação dos excedentes do extrativismo para o financiamento de programas sociais – característica para se afirmar no campo ideológico da esquerda – confere legitimidade política e social à prática. Nesse sentido, a redução da pobreza justificaria o retorno financeiro de um desenvolvimento de base primária, com pouca industrialização, baixa geração de empregos e altos impactos sociais e ambientais (GUDYNAS, 2010).

Os projetos minerários frequentemente ignoram os territórios pré-existent e ocupados por comunidades indígenas ou camponesas, causando profundos impactos territoriais. Ademais, o protagonismo do Estado não resulta na melhora em lidar com as populações afetadas ou na redução dos impactos ambientais (GUDYNAS, 2009).

Se, no período de influência do neoliberalismo na América do Sul, durante a década de 1990, a prioridade do Estado foi a busca pela estabilidade econômica, deixando o debate sobre estratégias de desenvolvimento no segundo plano. Agora, sob a justificativa de financiamento para os programas de combate à pobreza, continua-se sem discutir os

⁶A Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), organização que influenciou a esquerda latino-americana, criticava a dependência exportadora das economias subdesenvolvidas.

⁷Apesar do protagonismo do Estado, a ênfase na exportação de matérias-primas contribui para a manutenção de uma inserção subordinada no mercado internacional.

estilos de desenvolvimento e a necessidade de reformas estruturais mais profundas. Discute-se como utilizar os recursos advindos do extrativismo, não seus impactos sociais e ambientais. Argumenta-se que os impactos devem ser aceitos como “sacrifícios” em troca de benefícios para toda a nação e se acusa aqueles que resistem aos empreendimentos minerários de serem contra o progresso (GUDYNAS, 2009, 2010).

3. SÃO JOSÉ DO NORTE E O DESENVOLVIMENTO

O estabelecimento da dicotomia Norte versus Sul, sendo o Norte a parte moderna e desenvolvida em oposição ao Sul atrasado e subdesenvolvido, fez com que a própria população de São José do Norte reproduzisse tal concepção. A existência de carências nas áreas de educação, saúde, saneamento básico, telefonia e internet favorece o sentimento da população local de que o município nortense é atrasado e carente de um desenvolvimento baseado nas noções de progresso e crescimento econômico. Nesse discurso, o atraso ancora-se em três aspectos: a) monocultura da cebola; b) isolamento geográfico e; c) falta de empregos.

A manutenção da monocultura da cebola é concebida como um dos principais fatores responsáveis pelo “atraso” da região, pois vem dificultando a manutenção de muitas famílias no meio rural. Os agricultores familiares relatam a dificuldade de abandonar a monocultura, apesar da queda nos rendimentos nos últimos anos. Embora estudos (DOS SANTOS, 2007) destaquem a questão do apego, uma vez que o retorno financeiro proporcionado pela cebolicultura em épocas anteriores permanece no ideário dos agricultores mais velhos que ainda esperam que a atividade possa recuperar o preço atingido no passado, deve-se destacar o risco e as dificuldades que a decisão por diversificar a produção implica. São recorrentes os relatos de agricultores que sofreram prejuízos financeiros ao tentarem diversificar. Além de o município apresentar um mercado de consumo pequeno, o comércio local adquire mercadorias de Rio Grande, que produz em maiores quantidades e com preços mais atrativos. Por outro lado, vender em Rio Grande implica no aumento de gastos para a realização da travessia de lancha, contribuindo para a configuração do isolamento geográfico como outro aspecto do atraso.

O isolamento geográfico faz com que haja um forte desejo pelo estabelecimento de uma ligação a seco com Rio Grande. Seus possíveis aspectos negativos como o aumento

populacional e da violência são visto como “um mal necessário” frente à livre circulação com um município que dispõe de uma infraestrutura melhor – acesso a atendimento médico de maior gravidade, universidades, etc. O fim do isolamento também facilitaria na ida diária de um grande contingente de trabalhadores nortenses que são empregados em Rio Grande frente à falta de oportunidades no seu município de origem.

A justificativa de que empreendimentos externos criam empregos causa uma grande aceitação entre a população local. O reflorestamento de pinus, por exemplo, que teve início no município na década de 1970, apesar dos impactos sociais e ambientais – a seca de lagos devido a grande absorção de água e a disseminação desenfreada ocupando terras produtivas – é concebido como uma iniciativa benéfica devido à criação de empregos. Quando a safra da cebola ou a pesca estão muito ruins, os trabalhadores ocupam empregos temporários no reflorestamento de pinus configurando uma estratégia para se manter no campo.

A partir do início dos anos 2000, a retomada da indústria naval no Brasil passou a figurar como uma possibilidade para a retomada do desenvolvimento da “região-problema” do Rio Grande do Sul. Impulsionados por novas descobertas de petróleo, juntamente com a decisão do Governo Federal de descentralizar a construção naval, são instalados polos navais pelo território brasileiro. Rio Grande foi um dos municípios escolhidos para sediar essa indústria e em 2006 deu início à construção da plataforma P-53 para extração de petróleo na camada do pré-sal.

São José do Norte, devido a sua proximidade geográfica, recebeu a instalação do Estaleiro do Brasil (EBR) que integra o Polo Naval do Rio Grande. O EBR iniciou sua instalação em 2013 e está realizando a integração da plataforma P-74⁸. Estimam-se retornos de US\$ 420 milhões para o município nortense e a criação de seis mil empregos diretos e 18 mil indiretos (CONEXÃO MARÍTIMA, 2013).

A instalação de um estaleiro em São José do Norte acompanhou o discurso de que esse empreendimento fomentaria o desenvolvimento do município, fazendo com que fosse amplamente aceito e desejado pela população local. Esse desejo justifica-se pelas suas promessas do desenvolvimento: geração de empregos e renda e melhoria nos serviços públicos. Tais promessas fizeram com que o EBR fosse tomado como uma “tábua de

⁸A P-74 chegou a São José do Norte em agosto de 2016.

salvação”, já que “pior do que está, não tem como ficar”, como ressaltaram alguns entrevistados.

A instalação de um estaleiro em São José do Norte e suas conseqüentes demandas é incompatível com a realidade local, sobretudo, com relação à população rural. A despeito do discurso de geração de postos de trabalho, o nível de escolarização existente no município impossibilita a absorção de grande parte da mão de obra local disponível. 53,1% dos nortenses possuem apenas o ensino fundamental incompleto e 21,3% da população é analfabeta (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2015).

O empreendimento de construção naval também implicou na remoção de 50 famílias do entorno do estaleiro. Segundo relatos dos entrevistados, a maior parte das famílias foi bem remunerada, entretanto, ressalta-se o fato de serem pescadores que moravam na beira da Lagoa dos Patos, fazendo com que a mudança de seu local de residência impacte diretamente no seu modo de vida e de subsistência. Apesar do desejo de alguns moradores de permanecerem no local, não ocorreu uma resistência coletiva contra as remoções.

Se, num primeiro momento, a vinda do estaleiro foi acompanhada de um grande entusiasmo, logo após o início do funcionamento do empreendimento – com a construção dos módulos para as plataformas – esse entusiasmo cedeu lugar à frustração. As principais promessas de desenvolvimento não se cumpriram. Além da baixa absorção de mão-de-obra nortense, a população local ocupa postos de trabalho de baixa qualificação e, portanto, com remunerações inferiores aos demais trabalhadores. Ademais, o aumento de impostos⁹ não se refletiu na melhoria dos serviços públicos.

Apesar do conhecimento dos impactos causados pelo estaleiro, o desejo pelo desenvolvimento manteve-se existente. Tal como demonstra o pós-desenvolvimento, a despeito dos sucessivos fracassos, as promessas e experiências do desenvolvimento permanecessem sendo reproduzidas. O desenvolvimento pode ser compreendido como uma crença social, uma vez que configura uma certeza coletiva. A crença pode facilmente tolerar contradições, já que não pode ser refutada. A literatura demonstra que os erros são sempre atribuídos a falhas humanas, portanto, o desenvolvimento – e o seu desejo – não está em discussão (FLEURY, 2013).

⁹A Prefeitura acusa o estaleiro de depositar parte do ISSQN (Imposto sobre serviço de qualquer natureza) no Rio de Janeiro e não no município nortense. Atualmente o processo tramita na justiça.

3.2 A Rio Grande Mineração

Desde 2013, está em processo de licenciamento ambiental a instalação da empresa Rio Grande Mineração (RGM) em São José do Norte. A RGM é detentora de direitos minerários distribuídos ao longo de uma faixa de aproximadamente 80 km do município, denominada Complexo Atlântico Sul. Devido a sua magnitude, dividiu-se esse Complexo em quatro projetos independentes: Retiro, Estreito, Capão do Meio e Bujuru. Atualmente, apenas o Projeto Retiro encontra-se em processo de licenciamento ambiental. A escolha por essa localidade deve-se a sua proximidade da estrutura portuária e logística do Porto do Rio Grande e das estruturas urbanas de São José do Norte e de Rio Grande (CPA, 2014).

A localidade do Retiro é uma área de proteção ambiental habitada por 35 famílias de pescadores artesanais e agricultores familiares localizada na beira da Lagoa dos Patos. Nessa região encontra-se um lixão onde por décadas foi depositado o lixo do município. Embora o principal foco da extração de minério seja o Retiro, o empreendimento estende-se por aproximadamente 30 quilômetros atingindo outras localidades¹⁰.

O Projeto Retiro prevê a extração de aproximadamente 325 mil toneladas anuais dos minérios ilmenita, rutilo e zirconita¹¹ por um período de 21 anos. A relevância do empreendimento baseia-se na insuficiência da produção de tais minérios no mercado interno brasileiro e no aumento de sua demanda com o crescimento da economia. A Mina de Guaju, no município de Matraca, na Paraíba, é a única fonte produtora nacional desses minérios e vem apresentando uma diminuição de suas reservas. Portanto, o Projeto Retiro reduziria a importação e a dependência do Brasil desses minerais garantindo a autossuficiência do mercado nacional de ilmenita e rutilo, mesmo após o fechamento da Mina de Guaju (CPA, 2014).

A justificativa para a instalação do empreendimento minerário apresenta dois argumentos. O primeiro refere-se ao abastecimento do mercado nacional dos minérios a serem explorados, ou seja, ao atendimento de uma necessidade da nação brasileira. O segundo argumento refere-se a sua capacidade de fomentar o desenvolvimento de São

¹⁰O Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (EIA/RIMA) não especifica a quantidade de famílias a serem atingidas pelo empreendimento.

¹¹A ilmenita é utilizada na produção de pigmentos para tintas com aplicação em plásticos, papéis, alimentos e etc. O rutilo é aplicado na produção de eletrodos para soldas e a zirconita é utilizada principalmente em fundições, cerâmicas e refratários (CPA, 2014).

José do Norte. Estima-se que a instalação da RGM crie 1500 empregos durante o período das obras e 350 durante a fase de funcionamento. Dos impostos anuais de R\$ 70 milhões, em torno de 10% irá para o município (CPA, 2014).

Na audiência pública sobre o Projeto Retiro realizada em São José do Norte, a fala de um representante da empresa RGM destacou o empreendimento como “pautado pelos melhores princípios do desenvolvimento sustentável”. Conforme sua definição

(...) diversificação da economia é um fator de sustentabilidade de primeira ordem. Isso é exatamente o que o nosso projeto busca. Se você tem o polo naval em fase de maré baixa, tu tem a mineração para ajudar, se tu tem excesso de chuva e a tua pesca não dá, se tu tem problema na construção de resina e etc. Essa diversidade da economia é o que te dá sustentabilidade isso é o que a população nortense vai ter de benefício com o final do projeto no final das contas.

O fato de um empreendimento de exploração de recursos naturais se autodenominar sustentável demonstra a capacidade que o desenvolvimento apresenta de aceitar qualquer discurso. Todavia, deve-se destacar que o desenvolvimento representa uma visão de mundo específica, baseada nos princípios de racionalidade econômica, exploração dos recursos naturais sem se preocupar com sua renovação e a busca pelo lucro (PERROT, 2008).

Os agricultores familiares e pescadores artesanais destacam que apesar de serem contra a instalação da mineradora, não são contra o desenvolvimento¹². Para esses atores, um projeto de exploração de recursos não renováveis é prejudicial não só à natureza como também às comunidades locais, portanto, não acreditam nesse tipo de progresso. Não adianta a mineração criar empregos a serem ocupados pela população urbana – que dispõe de uma escolaridade mais elevada – e causar destruição para o campo. Embora a vocação do município seja o setor primário, há carência de investimentos nesse setor.

A rejeição ao empreendimento minerário tem como causa principal os seus possíveis impactos ambientais. Embora muitos atores locais possuam baixa escolaridade e por vezes pouco conhecimento dos impactos da mineração¹³, por lidarem diretamente

¹²Está em andamento também um projeto para a instalação de um parque eólico no município. Por ser um empreendimento com pouco impacto ambiental é amplamente aceito e desejado pela população local.

¹³O desastre ambiental ocorrido em 2015 no município de Mariana, em Minas Gerais, após o rompimento de uma barragem da mineradora Samarco aumentou a rejeição à RGM e contribuiu para que aqueles que não tinham uma opinião formada por falta de conhecimento se colocassem contra o empreendimento.

com a natureza, eles detêm um amplo conhecimento ambiental da sua realidade. Entre os temores dos moradores destaca-se a salinização da água e a contaminação do solo tornando-o improdutivo. A não utilização de produtos químicos durante o processo de mineração é vista com grande desconfiança.

A gente tem um terreno arenoso. A gente vai fazer um buraco e já desbarranca na hora. Mas eles falam que usam um produto que eles jogam na hora e vai endurecendo aquela barranca de areia. Que produto químico é esse? Isso é farinha de trigo? Não é. É alguma coisa muito forte pra aguentar uma areia que a gente vai fazer um buraco e logo já fecha. Eles vão jogar um negócio ali que ficar um concreto (presidente de uma associação de agricultores familiares).

Outro aspecto relevante refere-se ao futuro. Em razão de alguns moradores produzirem muito pouco devido à idade avançada, poderia ser desejável o recebimento de uma indenização, tal como prevê a RGM. Entretanto, destacam a necessidade de se pensar nas gerações futuras, uma vez que o empreendimento minerário é concebido como um risco para a manutenção no campo frente aos impactos ambientais. Os agricultores e pescadores ressaltam o fato da sua atividade estar presente na família há muitas gerações e o desejo de que isso continue se perpetuando. Ainda que a dificuldade financeira configure uma realidade no meio rural nortense, o que está em disputa é a manutenção de determinado modo de vida que não pode ser mantido se o uso da terra for prejudicado.

Os agricultores e pescadores de São José do Norte destacam a importância desempenhada pela Procuradoria da República de Rio Grande, representada pela Dra. Anelise Becker, na luta contra a mineração. A Procuradora da República, além de ter sido uma das responsáveis pelo impedimento da realização do Projeto Bujuru, durante os anos 1990, confere legitimidade à resistência ao empreendimento, uma vez que é vista como alguém que detém conhecimento e autoridade. Os atores do meio rural ressaltam que o fato de possuírem baixa escolaridade contribui para que rejeição ao Projeto Retiro seja deslegitimada. Suas críticas à mineração são enfraquecidas com a acusação de serem contra o progresso do município e qualificadas como egoístas. Tal situação reflete o conceito de máquina antipolítica, segundo o qual o desenvolvimento despolitiza a discussão acerca do desenvolvimento, deslegitimando determinados conhecimentos.

A possibilidade de instalação de um empreendimento minerário em São José do Norte demonstra que apesar do forte desejo pelo desenvolvimento, os agricultores familiares e pescadores artesanais não estão dispostos a enfrentar tudo em nome do desenvolvimento. A instalação de uma atividade minerária significa colocar em risco o modo de vida no campo e a relação com a natureza da qual advém o sustento.

CONCLUSÃO

Por integrar a Metade Sul, região historicamente conhecida como parte atrasada do Rio Grande do Sul, os habitantes de São José do Norte acabam reproduzindo o discurso de que o município é atrasado e carente de desenvolvimento. Dessa forma, os empreendimentos que se utilizam do discurso do desenvolvimento como justificativa para sua instalação são aceitos e desejados pelos nortenses. É nesse contexto que ocorreu a instalação do estaleiro EBR a partir de 2013.

As expectativas frustradas com o funcionamento do estaleiro com a remoção de famílias, a baixa absorção da mão-de-obra local e a falta de melhorias nos serviços públicos não abalaram o desejo pelo progresso. Essa insistência demonstra o poder de continuidade do discurso do desenvolvimento a despeito dos seus sucessivos fracassos, tal como destaca o pós-desenvolvimento. Apesar de também justificar sua instalação a partir do fomento ao desenvolvimento do município, ao contrário dos demais empreendimentos, a mineração é rejeitada.

Os agricultores familiares e pescadores artesanais destacam que apesar da rejeição ao empreendimento minerário, não são contra o desenvolvimento de São José do Norte. Parece existir um limite para o desejo pelo desenvolvimento que tolera apenas determinados impactos negativos. Nesse sentido, colocar em risco o seu meio de subsistência, não é aceito. A natureza não consiste apenas no principal meio de subsistência, mas está fortemente vinculada ao modo de vida dos atores do meio rural, motivo pelo qual as indenizações previstas pela RGM são rechaçadas a despeito das dificuldades financeiras enfrentadas.

Finalmente, caberia destacar o caráter despolitizante do discurso do desenvolvimento, no qual o conhecimento perito deslegitima os conhecimentos locais. A resistência dos agricultores familiares e pescadores artesanais ao empreendimento

minerário é acusada de ser ir contra o progresso da nação frente à necessidade econômica dos minerais a serem extraídos e do desenvolvimento de São José de Norte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/perfil/sao-jose-do-norte_rs>. Acesso em 20 de agosto de 2015.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**. Brasília, nº 11, maio-ago, p. 89-117, 2013.

CONEXÃO MARÍTIMA: Feira do Polo Naval RS. Rio Grande: Editora Conexão Marítima, v. 95, fev. 2013.

CONSULTORIA, PLANEJAMENTO E ESTUDOS AMBIENTAIS. **Relatório de Impacto Ambiental**. Projeto Retiro. São José do Norte, abril, 2014.

DOS SANTOS, Jefferson Rodrigues. Análise do processo de especialização produtiva e da crise do sistema de produção de cebola em São José do Norte – RS. **Sinergia**, Rio Grande, v. 2, n. 11, p. 53-65, 2007.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 24-32.

ESCOBAR, Arturo. **Encountering Development: The Making and Unmaking of the Third World**. New Jersey: Princeton University Press, 1995.

_____. El “postdesarrollo” como concepto y práctica social. In: MATO, Daniel (Org.). **Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización**. Caracas: Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, Universidad Central de Venezuela, 2005. p. 17-31.

FERGUSON, James. **The anti-politics machine: “development, Depoliticization, and bureaucratic power in Lesotho”**. Cambridge, New York: Cambridge University Press, 1990.

_____. The Anti-Politics Machine: "Development" and Bureaucratic Power in Lesotho. **The Ecologist**, [S.I], v. 5, n. 24, p.176-181, september/october, 1994.

FLEURY, Lorena. **Conflito ambiental e cosmopolíticas na Amazônia brasileira: a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte em perspectiva**. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGS/UFRGS). 2013.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (FEE). **Resumo Estatístico Municípios**. 2014. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_municipios.php?letra=A>. Acesso em: 09 dez. de 2015.

GUDYNAS; Eduardo. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo. Contextos y demandas bajo el progresismo sudamericano actual. In: SCHULDT *et al.* (org.). **Extractivismo, política y sociedad**. Quito: CAAP, nov., 2009.

_____. Las nuevas intersecciones entre pobreza y desarrollo: tensiones y contradicciones de la sociedad civil y los gobiernos progresistas. **Surmanía**. Bogotá, nº 4, set. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário**. 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/>>. Acesso em: 03 de out. de 2015.

MOLIN, Naiara Dal; FIGUEIREDO, Cesar Alessandro Sagrillo; TOGEIRO, Thiago Bessa Puccini Novaes. Caracterização Socioeconômica e Política dos Municípios de Pelotas e de Rio Grande. In: MOLIN, Naiara dal; FIGUEIREDO, César Alessandro Sagrillo (Org.). **Políticas Públicas e Desenvolvimento nos Municípios Gaúchos de Pelotas e Rio Grande**. Porto Alegre: Cirkula, 2014. p. 13-41.

QUIJANO, Aníbal. Dom Quixote e os Moinhos de Vento na América Latina. **Estudos Avançados**. São Paulo, vol 19, nº 11, jan/jun 2005.

_____. **Cuestiones y horizontes**: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidade/descolonialidad del poder. Buenos Aires: CLACSO, 2014.

PERROT, D. Quem impede o desenvolvimento “circular”? (Desenvolvimento e povos autóctones: paradoxos e alternativas). **Cadernos de campo**, São Paulo, 17, p. 219-232, 2008.

RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo. Desenvolvimento, Pós-Estruturalismo e Pós-Desenvolvimento: A crítica da modernidade e a emergência de "modernidades" alternativas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 75, n. 26, p.149-162, fev. 2011.

_____. Pós-desenvolvimento e estudos rurais. In: CONTERATO, Marcelo A.; RADOMSKY, Guilherme F. W.; SCHNEIDER, Sergio (Org.). **Pesquisa em Desenvolvimento Rural**: Aportes Teóricos e Proposições Metodológicas. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2014. Cap. IX. p. 167-182.

RIST, Gilbert. **The history of development: from western origins to global faith**. 3rd ed. London: Zed books, 2008.

TILLMANN, Eduardo A. *et al.* Análise das Diferenças Regionais do Estado do Rio Grande do Sul. In: 6º ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, 2012, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: PUCRS, 2012, p. 1 - 13.

Territórios camponeses e quilombolas: espaços de luta e resistência

Ricardo Costa de Sousa¹
Catiane Cinelli²

O presente texto visa trazer reflexões acerca da luta pelo território Camponês e Quilombola, uma vez que o Brasil é marcado pela história de libertação destas populações. A partir deste marco, o objetivo se circunscreve em apresentar o significado da terra para os quilombolas e camponeses, como territórios de luta e resistência. O problema se dá em descrever e ressignificar um direito violado em detrimento do capital ligado aos modos de Produção do Agronegócio e de Projetos Aeroespaciais nestes referidos territórios. Apresentam-se como ponto de partida para esta discussão os resultados das pesquisas de Sousa (2014) quando trata das populações quilombolas e Cinelli (2012; 2016) ao abordar a temática das mulheres camponesas. Ambos os autores realizaram uma revisão e imersão bibliográfica e documental sobre o alargado campo de produção que aborda a questão da territorialidade. Como resultados das pesquisas empreendidas, afirma-se que para as Comunidades Quilombolas e Camponesas a terra representa o direito de ter um território para viver. Ainda dizemos que para estas comunidades a terra é um local permeado de história de lutas, de resistências, de afirmação identitária, de modos de vida, em que os saberes ultrapassam os tempos, e no qual se cultiva e se reinventa a cultura coletiva de solidariedade.

Palavras-chave: Território, Camponeses/as, Quilombolas, Resistência, Luta.

INTRODUÇÃO

O trabalho intitulado “*Territórios camponeses e quilombolas: espaços de luta e resistência*” propõem-se a apresentar reflexões acerca da luta pelo território, uma vez que o Brasil é marcado pela história de libertação das populações camponesas e quilombolas. A partir deste marco, o objetivo se circunscreve em apresentar o significado da terra para os quilombolas e camponeses/as como territórios de luta e resistência.

Em busca de alcançar o objetivo ora proposto optamos pelo materialismo histórico-dialético enquanto método. A pesquisa participante orienta a metodologia, com algumas características da pesquisa-ação, da observação participante ou militante. Assim chegamos a escrita deste trabalho, que explicita a história de resistência e de

¹Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), bolsista Cnpq; militante do Centro de Cultura Negra Negro Cosme (CCNNC); ricardo_lut@hotmail.com

²Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); militante do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC); katimmc@gmail.com

enfrentamento de homens e mulheres camponeses/as na busca por possibilidades de construir outros modos de vida. Desta maneira, o problema se dá em descrever e ressignificar um direito violado em detrimento do capital ligado aos modos de Produção do Agronegócio e de Projetos Aeroespaciais nestes referidos territórios.

Apresentamos como ponto de partida para esta discussão resultados da pesquisa de Sousa (2014) quando trata das Comunidades Quilombolas no município de Alcântara, Estado do Maranhão e de Cinelli (2012; 2016) ao abordar a temática das mulheres camponesas organizadas em Santa Catarina e Bahia. Ambos os autor e autora realizaram uma revisão e imersão bibliográfica e documental sobre o alargado campo de produção que aborda a questão da territorialidade.

A bibliografia utilizada nos permite apresentar aproximações quanto aos enfrentamentos vivenciados cotidianamente pelas Comunidades Camponesas e Quilombolas pelo direito a um bem comum, a terra, um direito violado em detrimento do capital ligado aos modos de Produção do Agronegócio, como também aos Projetos Aeroespaciais.

É importante dizer que, tanto no passado, quanto no presente, os quilombos representaram e ainda representam território de luta e resistência. A resistência dos quilombolas diz respeito ao direito a terra, espaço onde se materializa saberes culturais, modos de vida e sobrevivência. Deste modo, os quilombolas resistem à desapropriação compulsória para a ampliação do Centro de Lançamento de Alcântara.

Do mesmo modo, os territórios camponeses são espaços de luta e resistência pela autonomia na produção, pelo acesso e permanência na terra, ou pela reforma agrária, por uma Educação do Campo e condições dignas de viver. Desta forma, enfrentam, com sua experiência de organização e produção, o agronegócio e o modelo capitalista. As mulheres camponesas, no entanto, com suas produções agroecológicas mostram que há outras formas de estar e de viver no mundo e no campo, para além da maneira ditada pelo agronegócio. Elas experienciam outras relações com a terra, com a natureza, com as pessoas e com todos os seres vivos.

Ao apresentar os diferentes modos de operacionalizar nossas pesquisas pretendemos realizar cruzamento entre os resultados obtidos, com a finalidade de fortalecer as discussões sobre a temática anunciada, mesmo correndo os riscos que implicam essa intersecção.

Territórios camponeses e quilombolas: espaços de luta e resistência

Abordar esta temática nada tranqüila é um esforço que nos parece necessário e urgente, pois a terra tanto para as Camponesas, quanto para os Quilombolas é mais que um espaço físico, representa as bases de uma organização social economicamente fundamentada em laços familiares e de vizinhança. Portanto, a terra não é apenas um espaço territorial em si mesmo, mas um espaço de trabalho, de relações pessoais e coletivas relacionadas com a dignidade do ser humano.

Guimarães (2009) nos lembra que não podemos deixar de lado a história de mais de 300 anos de muita luta e resistência dos povos que buscavam se fixar na terra, distantes dos núcleos agrícolas principais, porque eram expulsos devido aos investimentos em extensas plantações e na criação de gado, por parte dos grandes senhores. Ainda destaca: “a pequena propriedade camponesa somente vai surgir muito tempo depois, quando o rígido sistema latifundiário começa a decompor-se”.

Para tal discussão é importante nos situarmos no momento histórico em que vivemos, onde os/as camponeses/as e os quilombolas de todas as regiões do país, segundo Aly Junior (*et al*, 2008) enfrentam muitos problemas, como latifúndios improdutivos, terras públicas federais e estaduais griladas, posseiros não titulados, pequenos proprietários e trabalhadores expulsos do campo pelo processo de concentração de capital na agricultura, o que ocorre também com as populações indígenas e as comunidades quilombolas expulsas de terras que ocupavam há mais de um século. A partir do que até aqui fora explicitado podemos afirmar que o Brasil tem uma história marcada pelo latifúndio. O país o modelo de economia com base na agricultura praticada em grandes propriedades de terra, ou melhor, dizendo aqueles que ainda se mantêm. Confirma esta análise:

A economia da sociedade global [...] é uma economia de mercado, e sempre o foi; as grandes plantações produziram sempre para a exportação, e sua organização exigiu elementos muito diferentes, tanto do ponto de vista econômico quanto do ponto de vista da mentalidade dos próprios indivíduos envolvidos. À sombra dessa economia predominante – porque era a que aparecia como mais importante –, desenvolveu-se a outra, que permitiu que sobrevivessem famílias destituídas dos haveres necessários para formar os grandes latifúndios

produtivos; e, como é regra geral, aquelas foram muito mais numerosas que as abastadas... As comunidades em questão levam uma existência rude, grosseira, em que, como já salientamos, o dinheiro é pouco utilizado (Queiroz, 2009, p. 58).

Com base no excerto percebemos duas formas distintas de estar na terra, à primeira baseia-se em atividade regida pelas formas de solidariedade existente e nas pequenas Unidades de Produção e a segunda que se observa são as das grandes fazendas. Conta que, nestas Unidades de Produção, o trabalho era realizado em coletividades, de diferentes formas, como mutirão, muxirão, batalhão, ou qualquer outro nome. Constatamos esta característica do trabalho coletivo em nossas pesquisas de campo.

Estas pequenas Unidades de Produção, e/ou pequenos lotes de terra em que os laços com a terra são intensos, são também alvos de fazendeiros (ligados a plantações de soja, milho e outros) e de empresários ligados a diferentes empreendimentos (como a construção de barragens, bases de lançamentos de foguetes e outros). Estas pequenas propriedades se tornaram ainda mais cobiçadas após a publicação do Decreto de lei Nº 3.365, de 21 de junho de 1941. O referido decreto em seu Art. 2º trata do processo de desapropriação, mediante declaração de utilidade pública em que todos os bens poderão ser desapropriados pela União, pelos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios (BRASIL. 1941).

Utilizando-se deste decreto o estado do Maranhão aprovou o Decreto de Nº 7.820 em 12 de setembro de 1980 assinado pelo então governador João Castelo que garantia ao Ministério da Aeronáutica uma área de cinquenta e dois mil hectares para a instalação da Base Espacial, local onde viviam duzentas famílias de trabalhadores rurais de várias comunidades tradicionais (SAULE JÚNIOR, 2003, p. 15). Assim, se efetivou o deslocamento de famílias residentes principalmente no meio rural em nome do “desenvolvimento do país”³.

Em relação ao decreto para desapropriação das terras, ditas para fins de utilidade pública, Choairy (2000, p. 69) diz que esse processo vem “[...] gerando uma situação que

³O projeto foi apresentado, pelos oficiais da Aeronáutica, como a redenção da economia de Alcântara. Essa versão foi legitimada por uma verdadeira rede que contava com cientistas, jornalistas, órgãos oficiais em seus diversos níveis, políticos, empresários etc., incansáveis na defesa das justificativas do Projeto e no devaneio das vantagens sociais e econômicas, diretas e indiretas, que adviriam para a população de Alcântara, como a geração de empregos, maior circulação de dinheiro no município e oferecimento de serviços públicos como distribuição de água, energia elétrica etc. (CHOAIRY, 2000, p. 68).

tem se tornado comum e marcante na história dessa região: a expropriação de vasta população ocupante dessas terras e sua posterior realocação para outras áreas, com graves consequências sociais”.

Consequências estas de todas as ordens⁴, como exemplo o deslocamento de camponeses/as. Vale lembrar que estas pessoas ao serem deslocadas para outras áreas se deparam muitas vezes com terras arenosas, inférteis para o plantio, logo não contribuem para sua sobrevivência. Igual problemática ocorre com os quilombolas, que sendo deslocado para outras áreas têm a pesca inviabilizada, pois algumas ficam em áreas impróprias para realizarem suas atividades habituais de subsistência e ainda complementa-se a situação outro grave problema, terras pouco produtivas e distanciamento da cidade de Alcântara. É inegável que todas estas questões dificultam a vida dos moradores daquelas localidades.

Assim, quando descrevemos sobre interesses de “utilidade pública” temos a intensão de evidenciar a posição de empresas nacionais e internacionais ao adotar a costumeira tática do silêncio, muito utilizada no país quando se trata da implantação de grandes projetos que possam desencadear reações negativas, principalmente ao se tratar de desapropriação de populações camponesas e quilombolas (SOUSA, 2014).

Se por um lado, temos o desrespeito da Aeronáutica quanto ao deslocamento compulsório de Comunidades Quilombolas de Alcântara para outras áreas com a finalidade de implantação e ampliação de Projetos Aeroespaciais, por outro, temos enfrentamento das Comunidades Camponesas ao Agronegócio⁵ e da construção de hidrelétricas. Afetando sobremaneira ambas as populações, no que diz respeito à terra e

⁴Agravou-se a situação dos Quilombolas em 1991 a partir de um novo Decreto Presidencial que declarou de utilidade pública a implantação outra área de dez mil hectares, aumentando a área da Base para 62 mil hectares. Nesse momento, cerca de cinquenta por cento do município de Alcântara já havia sido ocupado pela CLA, estimando-se que cerca de 3.600 famílias estavam dentro da área da Base Espacial. Com esse texto, criou-se uma série de embargos de natureza jurídica, com graves prejuízos às comunidades, já que todos os processos saíram da Justiça Estadual para a jurisdição da Justiça Federal, sediada em São Luís (SAULE JÚNIOR, 2003).

⁵O chamado agronegócio constitui-se numa articulação empresarial para produção / financiamento / comércio/exportação de produtos agrícolas. [...] fazem parte: grandes proprietários de terras, empresários da indústria, comércio e serviços, associados aos bancos, que emprega setores de máquinas, produção agrícola, industrialização, distribuição e serviços. [...] associa a produção agrícola e industrial, os setores comercial, bancário e de serviços, gerando, portanto, poucas vagas para trabalhadores assalariados. [...] a face oculta do agronegócio é a de ser uma modalidade histórica de (re) produção e acumulação do capital, tendo, na concentração fundiária e na violência, dois dos pilares que estruturam as relações sociais de produção e de poder na sociedade brasileira” (RIBEIRO, 2011, p. 28).

seus modos de produção. É importante ressaltar que estes grandes projetos visam apenas o lucro, o capital.

A respeito deste assunto denuncia Hobsbawm (1995), o domínio do capital financeiro também promove a desruralização do mundo ignorando os limites dos recursos naturais não renováveis. Atualmente, no século XXI há poucas populações para serem expulsas do campo (expropriadas)⁶.

Ao se referir aos modos de produção capitalista, Gorender (2002) diz que a agricultura não é simplesmente agricultura, ela é também um ramo industrial como qualquer outro. Mas há uma peculiaridade que na agricultura é impossível de se eliminar, o problema da terra, visto que a terra constitui-se um recurso limitado e insubstituível. Partindo destas problemáticas as mulheres camponesas pesquisadas, a quem o acesso a terra foi negado historicamente, ainda desenvolvem com muita resistência formas orgânicas e agroecológicas de agricultura, visando à continuidade do planeta. Desta maneira, demonstram que a agricultura familiar é possível⁷.

Sabemos que a opção dominante hierárquica dos países, como o Brasil, cuja economia se sustenta na produção de artigos primários, oriundos do trabalho da/com a terra, ou que agregam pouca tecnologia contribuem para tal situação, pois a grande parte da produção se destina à exportação, através do agronegócio. Este por estar associado ao poder e à propriedade de grandes extensões de terra (latifúndios) não permite ações favoráveis a estas populações. Lembramos que este poder além de econômico se amplia para a política, impedindo a aprovação de leis que venham a beneficiar os trabalhadores (as) do campo, indígenas, ribeirinhos e quilombolas.

A este respeito, Art. 68 da Constituição Federal diz: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a

⁶Com efeito, para resolverem as dificuldades recorrentes das estagnações cíclicas, os capitalistas fomentam em cada ocasião uma desruralização parcial do mundo. Ora, e se não restarem mais populações para desruralizar? Hoje nos aproximamos desta situação. As populações rurais, ainda há pouco fortes na própria Europa, desapareceram totalmente de muitas regiões do mundo e diminuem em toda a parte. (...) A consequência é clara. Não haverá mais populações de baixa renda para compensar os salários altos dos setores previamente proletarizados. Com efeito, o custo do trabalho aumentará no mundo inteiro sem que os capitalistas possam evitar (HOBSBAWM, 1995, p. 246).

⁷Agricultura familiar é, ao mesmo tempo, unidade de produção, de consumo e de reprodução e, portanto, funciona mediante uma lógica de produção combinada de valores de uso e de mercadoria. Objetivando sua reprodução. Obviamente se trata de uma lógica diferente daquela que impulsiona a agricultura capitalista (COSTABEBER; CAPORAL, 2003, p. 10).

propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, 1988). Contudo, tal aparato legal pouco efeito surtiu até hoje.

Assim como ocorre com os quilombolas, ocorre semelhante situação com as famílias Camponesas. Suas propriedades têm dado lugar a grandes empreendimentos/investimentos, com produções de monocultura e com alto índice de uso de agrotóxicos⁸ com o agronegócio. Em meio a este contexto, a terra se configura como território em disputa para camponeses/as e quilombolas. Estes, no entanto se organizam e lutam por um espaço de trabalho e vida digna, se articulando entre si para que aconteça a superação destas contradições.

Contradições estas que segundo Aly Junior (et al, 2008) fazem parte do processo de constituição brasileira, onde a questão da terra sempre esteve frente a conflitos, e, com o agronegócio esses se aprofundam, pois se por um lado com a luta os/as trabalhadores/as conquistaram suas terras, por outro são expulsos mais uma vez de seus territórios em nome de um desenvolvimento econômico, onde o lucro ou o desenvolvimento, tanto com as plantações como de outros empreendimentos como o Aeroespacial estão acima da vida.

Os conflitos territoriais em nome do lucro causam o descontentamento dos quilombolas quanto ao deslocamento compulsório com fins de executar e apoiar atividades espaciais, testes científicos e experimentos de interesse do Ministério da Aeronáutica, relacionados, portanto, com a política nacional de desenvolvimento espacial (SOUSA, 2014), retomando o termo anteriormente mencionado, atividades que “estão acima da vida”. Podemos caracterizar este descontentamento ao nos referirmos às chamadas agrovilas⁹ da seguinte forma:

⁸Segundo o *Dossiê ABRASCO*, a ampliação do número de substâncias químicas listadas na portaria que define os critérios de qualidade da água para o consumo humano reflete, ao longo do tempo, a crescente poluição do processo produtivo industrial que utiliza metais pesados e solventes, do processo agrícola que usa dezenas de agrotóxicos e fertilizantes químicos, e do processo de desinfecção doméstica, que utiliza muitos produtos poluentes. Essa ampliação pode levar à naturalização, e conseqüente banalização, da contaminação, como se essa grave forma de poluição fosse legalizada (CARNEIRO, 2015, p. 68).

⁹ No caso das agrovilas implantadas pelo CLA, já não parece ser possível, em virtude da limitação dos recursos disponíveis às famílias deslocadas, a manutenção de regra de residência duolocal ou norma, segundo a qual noivo e noiva devem permanecer em seus locais originais, mantendo aí residências. Os lotes oficialmente destinados às famílias, com apenas 16 hectares, mal permitem a reprodução simples. Tem-se o enfraquecimento dos grupos familiares que permanecem nas agrovilas, cujos filhos e filhas contraem matrimônios em outros povoados onde passam a residir. Um dos exemplos seria a relação entre as famílias de pescadores de Brito e aquelas das agrovilas como Só Assim e Peru, onde passaram a vender o pescado. As relações no sistema de parentesco aqui só podem ser devidamente entendidas se relacionadas às condições de acesso aos recursos naturais e às estratégias de sobrevivência adotadas pelos grupos em face da situação de escassez resultante do Plano de Reassentamento do CLA (ALMEIDA, 2006, p. 150).

Áreas distantes do mar e isto impossibilita a prática da pesca, logo os agentes sociais que antes pescavam para consumo próprio e até vendiam uma parte do excedente da produção pesqueira, hoje se encontram na posição de consumidores e/ou revendedores de pescado; Os grupos em que seus territórios originais possuíam terras amplas e suficientes para a reprodução, incorporavam áreas de uso comum conjugadas com áreas individuais e praticavam um conjunto de atividades peculiares à pequena agricultura tradicional; Os lotes tem uma área muito pequena para a prática da agricultura social e historicamente consolidada no âmbito dos grupos sociais, posto que foram dimensionados para a efetivação de práticas agrícolas, ou seja, para o plantio de hortaliças; Os solos dos lotes são fracos, erodidos, de baixa fertilidade e ácidos (LINHARES, 1999, p. 111).

Estas informações possibilitam pensar nas mudanças que aconteceram em detrimento do deslocamento compulsório. Imaginemos outras populações, como as indígenas e ribeirinhas que resistem e lutam pelo direito a terra, enfim, todo deslocamento compulsório gera conflitos territoriais. Assim, emerge a necessidade de pensarmos numa outra globalização, uma globalização que assuma o papel de respeito às populações que desenvolvem atividades com a terra, para sobrevivência, para o bem comum de suas comunidades.

Nas palavras de Santos (2010, p. 166) é possível a construção de outra globalização, de forma de superação dessa sociedade, “outra história a partir dos vetores “de baixo” é tornada possível”. Esta possibilidade pode ser vista, a partir de organizações que se encontrem e reflitem sobre as possibilidades e os caminhos para a mudança dos paradigmas da sociedade, como exemplo, a partir de nossas pesquisas temos a Via Campesina, que resiste e luta em meio aos conflitos, por outro modo de vida no campo, respeitando a natureza e sua diversidade de vida e as relações que naqueles espaços são vivenciadas.

De acordo com Pérez (2001) o meio rural é um território cuja população desenvolve diversas atividades, em diferentes setores como: agricultura, pequenas e médias empresas, comércio, serviços, pesca, extração de recursos naturais, artesanato, entre outras. Com isso as populações vão ressignificando aqueles espaços, como território vivo de cultura, solidariedade, vivência das crenças e tradições, procurando formas harmoniosas de relação com a biodiversidade, com os solos, a terra, as águas, os ecossistemas e as plantas.

Para exemplificar esta forma de manuseio com a terra Cardoso (2004, p. 62) diz que na Comunidade de Castelo:

Além da atividade agrícola a comunidade pratica a pesca em grande escala, que é tanto para ampliar sua fonte de alimentação como para ser vendido o excedente, constituindo-se assim numa atividade econômica bastante lucrativa para a comunidade. Na atividade pesqueira, merece destaque a produção de camarão, bagre, curvina, tainha, bandeirado, peixe pedra e outros. As demais formas de ampliação da renda da comunidade dão-se através da eventual caça de animais selvagens, venda de animais domésticos a exemplo de porcos e galinhas e ainda a produção de carvão.

Em relação à Comunidade de Cajueiro, localizada em uma agrovila devido ao deslocamento compulsório, Cardoso (2004, p. 67) descreve que:

As atividades econômicas da mesma são o cultivo de produtos agrícolas, como a mandioca, milho arroz e feijão, no sistema de roça. A problemática está na falta de espaço para o plantio das roças e a própria dificuldade da terra que não é propícia para o desenvolvimento da agricultura. Quanto à atividade da pesca, a dificuldade é ainda maior, pois a comunidade hoje se encontra distante do litoral para a realização da mesma.

As duas comunidades apresentadas simbolizam o contraste vivenciado por cada uma. A primeira não sofreu o deslocamento compulsório, enquanto a segunda teve que se deslocar para a agrovila Cajueiro. Na busca pela sobrevivência, a comunidade continua lutando por terras melhores para o plantio e cultivo dos produtos citados. É nítido nestas análises o contraste existente entre as comunidades que não sofreram com o deslocamento compulsório e aquelas que não sofreram. As divergências em relação à terra são bastante acentuadas.

Da mesma forma que as comunidades quilombolas lutam e resistem em seu território camponês¹⁰, as mulheres camponesas, organizadas no Movimento de Mulheres Camponesas, também estão defendendo e construindo suas experiências de resistência e

¹⁰O *território camponês* é o *espaço de vida do camponês*. É o *lugar* ou os lugares onde uma enorme diversidade de culturas camponesas constrói sua *existência*. O *território camponês* é uma unidade de produção familiar e local de residência da família, que muitas vezes pode ser constituída de mais de uma família. Esse território é predominantemente agropecuário, e contribui com a maior parte da produção de alimentos saudáveis, consumidos principalmente pelas populações urbanas (Fernandes, 2012, p. 744).

de enfrentamento diante do sistema capitalista e patriarcal. Esta iniciativa das mulheres indica a possibilidade de construção de outros modos de vida.

Desta forma, o território camponês e quilombolas aqui compreendido não é o espaço do agronegócio, mas sim o lugar de enfrentamento a esta forma de produção capitalista e desenvolvimentista. De acordo com Cinelli (2016) as mulheres camponesas despertam para a produção agroecológica a partir da discussão e conscientização de que vivem numa sociedade de classes e que a classe dominante se impõe no campo com o agronegócio.

Quanto mais as mulheres se conscientizam de seu papel social e da importância do seu espaço mais elas lutam por seus territórios, resistindo ao modelo de produção dominante com suas experiências de produção, que parte da realidade vivida. Quando em grupo, discutem sobre a organização e a produção de alimentos saudáveis, se organizam no território da comunidade e cada uma em suas unidades, tanto produzem, quanto elaboram formas de comercialização dos produtos, em feiras diretas, além de participarem de programas que fortalecem a forma de vida camponesa.

Neste sentido, ser camponês/a está muito ligado à cultura e identidade, não somente à produção. O que vem ao encontro da pesquisa efetuada por Ribeiro (2010, p. 74-77), a qual conclui que o campesinato brasileiro, com origens africana e indígena, tem a tradição do trabalho cooperativo e da ajuda mútua e que aqueles/as que lutam por reformas estruturais buscam alternativas de vida, de trabalho e de participação política.

Por todo o exposto até o momento afirma-se a extrema relevância em conhecer e expor a causa da luta das Comunidades Quilombolas e Camponesas pela posse de suas terras, que representam a história de vida do seu povo e do Brasil.

Considerações

Abre-se esta seção lembrando que as comunidades camponesas e quilombolas têm suas particularidades no que diz respeito à forma de constituição e também de vivência. No entanto, se assemelham no tocante a história de luta e resistência por um território vivo, em constante construção e movimento em prol da vida. Organizamos as considerações finais deste texto em três eixos que serão elencados logo abaixo.

Primeiro, entendemos que as relações dos quilombolas e camponeses com a terra possibilitam manter laços organizativos de enfrentamento e luta, seja ela política ou cotidiana. É importante dizer que, tanto no passado, quanto no presente, os quilombos e o campo, com suas peculiaridades, representam território de luta e resistência. A resistência é pelo direito a terra, espaço aonde se materializa saberes culturais, modos de vida e sobrevivência.

Segundo, podemos afirmar que para as Comunidades Quilombolas e Camponesas a terra representa, não só o direito de um território para viver, mas, um território que é permeado de história de lutas, de resistências, de afirmação identitária, de modos de vida, em que os saberes culturais ultrapassam os tempos, as gerações dos descendentes de escravos e dos imigrantes, cultivando e reinventando a cultura coletiva de solidariedade.

Terceiro, asseguramos que tanto para as camponeses/as, quanto para os quilombolas, a terra tem um significado intenso, pois, concordamos com Fiabani (2007, p. 5) quando diz que a terra, “não deve ser apenas tomada como forma física, mas também como espaço das relações sociais, como reveladora das estratégias de sobrevivência, como palco de uma cultura própria, como direito à preservação de uma cultura e organização social específica”.

Por fim, ambos são territórios apresentados nestes três eixos de experiências com a terra e se constituem em expressões de resistências quilombolas e camponesas. A busca por construir novos fazeres, novos modos de pensar, de produzir e de viver, contra um sistema opressor de desenvolvimento e lutando por uma autonomia enquanto grupo, marcam e sintetizam a história destes dois segmentos sociais, responsáveis pela constituição da história deste país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Os quilombolas e a base de lançamento de foguetes de Alcântara: laudo antropológico**. Brasília: MMA, 2006.

ALY JÚNIOR, Osvaldo [et al]. **Questão Agrária e Agricultura em São Paulo: elementos de diretrizes do Incra-SP**. In: FERNANDES, Bernardo Mançano (org.). **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 05 out. 2015.

BRASIL. **Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941**. Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3365.htm>. Acesso em: 29 mar. 2014.

CARDOSO, Maria da Graça Reis. **A Educação nas Áreas Remanescentes de Quilombos no Maranhão**: um estudo da realidade educacional das comunidades negras rurais de Castelo e Cajueiro no município de Alcântara. São Luís: UFMA, 2004. Dissertação (mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2004.

CARNEIRO, Fernando Ferreira (org.). **Dossiê ABRASCO**: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

CHOAIRY, Antonio César Costa. **Alcântara vai para o espaço**: dinâmica da implantação do Centro de Lançamento de Alcântara. São Luís: Edições UFMA, PROIN(CS), 2000.

CINELLI, Catiane. **O educativo na experiência do Movimento de Mulheres Camponesas**: resistência, enfrentamento e libertação. 2016. 186 f. Tese (Tese de Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2016.

_____. **Programa de sementes crioulas de hortaliças: experiência e identidades no Movimento de Mulheres Camponesas**. 2012. 113 f. Dissertação (Mestrado em Educação nas Ciências). Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ), Ijuí, 2012.

COSTABEBER, J. A.; CAPORAL, F. R. Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável. In: VELA, H. (Org.). **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável no Mercosul**. Santa Maria: Editora da UFSM/Pallotti, 2003. p.157-194.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Território Camponês. In: CALDART, Roseli Salette; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012.

FIABANI, Adelmir. O quilombo antigo e o quilombo contemporâneo: verdades e construções. São Leopoldo/RS: **Anais do XXIV Simpósio Nacional de História da Associação Nacional de História (ANPUH)**, 2007. Disponível em: <<http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Adelmir%20Fiabani.pdf>>. Acesso em: 25 de set. 2013.

GORENDER, Jacob. Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. In: STÉDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária hoje**. 3.ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

GUIMARÃES, Alberto Passos. Formação da pequena propriedade: intrusos e posseiros (1963). In: WELCH [et al.]. **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. Parte I – O debate nos anos 60. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p. 45-55.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos**. O breve século XX, 1914 - 1991. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

LINHARES, Luís Fernando do Rosário. **Terra de preto, terra de santíssima: da desagregação dos engenhos à formação do campesinato e suas novas frentes de luta**. São Luís, UFMA, 1999. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 1999.

RIBEIRO, Marlene. Educação do Campo e Escola Ativa: contradições na política educacional no Brasil. **Educação em Revista**. Marília/SP: UNESP, v. 2, nº 2, p. 23-40, jul./dez., 2011.

_____. **Movimento camponês, trabalho e educação: liberdade, autonomia emancipação: princípios/fins da formação humana**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PÉREZ, Edelmira. **Hacia una nueva visión de lo rural**. Buenos Aires: CLACSO, 2001. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20100929011414/2perez.pdf>, acesso em: 13 de maio de 2016.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. Uma categoria rural esquecida (1963). In: WELCH [et al.]. **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. Parte I – O debate nos anos 60. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p. 57-72.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 19.ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SAULE JÚNIOR, Nelson (org). **A situação dos direitos humanos das comunidades negras e tradicionais de Alcântara**. O direito à terra e à moradia dos remanescentes de quilombos de Alcântara, MA - Brasil. Relatório da Missão da Relatoria Nacional do Direito à Moradia Adequada e à Terra Urbana. São Paulo: Instituto Pólis, 2003.

COSTA DE SOUSA, Ricardo. **História da educação da população negra no município de Alcântara**. Porto Alegre: UFRGS, 2014, 152 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

Disputa por el uso del agua para generación de energía de la hidroeléctrica caldera, Oriente Antioqueño, Colombia Algunas reflexiones sobre investigación en marcha

Claudia Patricia Zuluaga Salazar¹
José Aníbal Quintero Hernández²
Jalcione Almeida³

La región del Oriente Antioqueño posee una de las mayores riquezas hídricas del país, situación que ha posibilitado el asentamiento de grandes proyectos hidroeléctricos, generando conflictos por el uso del agua. A través de un ejercicio etnográfico y apoyado por revisión bibliográfica se identificó inicialmente un proceso histórico que da cuenta que en los años 70 del siglo XX, como la época en que iniciaron estas grandes obras. En los años 80, la población se manifiesta en desacuerdo por el proceder de empresas generadoras, emergiendo movimientos cívicos que lucharon por un proceder justo, poco después fueron exterminados a través de hechos violentos. Para los años 90 la incursión guerrillera en contra del sistema energético, agudizó el conflicto y con el objetivo de someter estos grupos, el Estado entra en la región con la fuerza militar del ejército. Para finales de los 90 e inicios del 2000 se presenta la confrontación entre grupos guerrilleros, paramilitares y ejército, afectando a toda la población. En este último período se presenta el mayor número de casos de violación a los derechos humanos, con desplazamientos forzados, torturas, desapariciones, asesinatos, incluyendo los extrajudiciales por parte del ejército. Actualmente esta región está proyectada para el desarrollo de pequeñas centrales hidroeléctricas. Específicamente en los municipios de Granada y San Carlos, municipios afectados directamente por la central Calderas, se describe y se analiza brevemente cuáles han sido las disputas por el uso del agua, identificando sus actores, sus discursos y los hechos injustos que se han generado. El análisis preliminar aquí propuesto se apoya en Boltanski que permite describir las narrativas que los sujetos hacen de sus experiencias y los ajustes que éstas sufren a lo largo del tiempo; también permite introducir un análisis del argumento al sentido y la relación entre justicia e injusticia.

Palabras claves: Conflicto, sociología pragmática, hidroeléctricas, Oriente Antioqueño, Colombia.

¹ Estudiante de Maestría en Desarrollo Rural, Universidad Federal Rio Grande do Sul. E-mail: cpzuluaga@gmail.com

² Estudiante de doctorado en Desarrollo Rural, Universidad Federal Rio Grande do Sul. E-mail: qhjose@hotmail.com

³ Profesor titular e investigador de los programas de Pós-Graduação en Desenvolvimento Rural (PGDR) e Sociologia (PPGS), ambos de la Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Investigador CNPq. Coordinador del grupo de investigación Tecnologia, Meio Ambiente e Sociedade (TEMAS) - www.ufrgs.br/temas

Introducción

En Colombia, la región del Oriente del departamento de Antioqueño posee una de las mayores riquezas hídricas del país, situación que ha posibilitado el asentamiento de grandes proyectos hidroeléctricos. Bajo la lógica de progreso visto únicamente como desarrollo económico, poco consideradas las dinámicas sociales y naturales locales, esta situación ha generado conflictos por el uso del agua para la generación de energía, los cuales se han agudizado en diferentes períodos históricos.

En este contexto, por un lado, grupos históricamente invisibilizados surgen como protagonistas de movimientos de lucha contra grandes proyectos hidroenergética, construyendo acciones y estrategias que buscan fisurar las estructuras hegemónicas extremadamente coercitivas que los circundan y les quitan o dificultan la posibilidad de realizar la reproducción socioeconómica y la reproducción de su medio natural. De otro lado, las empresas hidroeléctricas, respaldadas por el Estado, han impuesto sus proyectos sin una concertación clara y justa con las comunidades locales.

Queriendo analizar específicamente las afectaciones que se presentaron con la Central Hidroeléctrica de Calderas en el Municipio de Granada, se hace necesario profundizar en la historia del complejo hidroeléctrico del Oriente Antioqueño. Esta mirada histórica permite entender que las diferentes situaciones que se han presentado en los diferentes tiempos, algunos bajo confrontaciones armadas, disputas territoriales, en últimas dan cuenta de una larga disputa por el uso del agua para la generación de energía entre las poblaciones locales y los grandes inversionistas. Hoy, se sigue presentando proyectos hidroenergéticos que continúan excluyendo a la población pero ya con un nuevo formato, de pequeñas centrales hidroeléctricas.

La sociología pragmática de Luc Boltanski da sustento teórico para entender lo que allí acontece, una disputa por el uso del agua en la que, por un lado, los campesinos víctimas de los proyectos realizan las críticas apoyados en hechos que consideran injustos y de otro lado las empresas y el Estado justifican sus hechos basados en el desarrollo, una sola forma de ver el mundo imponiendo los poderes hegemónicos del capital.

Se utilizó una metodología cualitativa para comprender el proceso de disputa por el uso del agua, a través de un ejercicio etnográfico, en el que se hizo parte de la vida cotidiana de los campesinos, acercándonos al entendimiento de su forma de ver lo que les

rodea; igualmente se hicieron entrevistas semiestructuradas para entender sus vivencias históricas y sus vivencias actuales. La revisión bibliográfica aportó, en su mayor parte, informaciones históricas.

El artículo se divide en cuatro partes, además de la introducción. En la primera parte se presenta una breve revisión sobre el debate de la sociología pragmática, y su relevancia para el análisis sociológico, En la segunda parte se hace una contextualización de la Central Calderas dentro del complejo hidroeléctrico del Oriente Antioqueño. En la tercera parte se hace la discusión en torno a la disputa por el uso del agua. Para finalizar, se tienen unas consideraciones finales.

El marco de la sociología pragmática como apoyo al análisis sociológico

Dentro del campo de estudio de los conflictos, la teoría de las justificaciones permite pensar en tensiones críticas, al tiempo que ofrece herramientas para dar cuenta de las visiones y confrontaciones en el debate de las hidroeléctricas tal como es nuestro interés. Así dentro de un orden de justicia, en la cual predomina la producción de energía hidroeléctrica.

Frente a tal panorama y de manera específica lo que ocurre en el Oriente de Antioquia con la hidroeléctrica Calderas, comprender las posiciones planteadas por cada uno de los actores involucrados en el conflicto del proyecto, en esta investigación se tiene en cuenta el análisis a partir de los postulados del sociólogo Luc Boltanski y colaboradores (BOLTANSKI 2000; BOLTANSKI y THEVENOT, 1999). Este autor y los colaboradores parten del supuesto de que todos los actores tienen buenas razones para actuar y consideran que esas razones, definidas como capacidades críticas, están sustentadas en un sentido de justicia que es importante para ellos y que, de una u otra manera ha sido ofendido o vulnerado. Dicha ofensiva, ocasiona a su vez, que las personas ejerzan su capacidad de crítica ya sea de manera individual o colectiva.

Lo anterior es de vital importancia pues este postulado nos ayuda a reconocer el valor de la palabra tanto en campesinos como técnicos de las diferentes instituciones y de esta manera tratar de interpretar sus interpretaciones acerca de la situación que han enfrentado por décadas. Desde la perspectiva de una -sociología de la crítica- se considera

que la competencia para criticar o para denunciar no es un patrimonio exclusivo del sociólogo:

Todos los actores disponen de capacidades críticas, todos tienen acceso, aunque en grados desiguales, a recursos críticos, y los utilizan de un modo casi permanente en el curso ordinario de la vida social. (BOLTANSKI, 2000, p. 53).

Siguiendo este orden de ideas, los individuos interpretan su realidad haciendo uso de su capacidad crítica, sin esperar a que el sociólogo lo haga, y por ello, éste debe intentar comprender esas explicaciones de la realidad que construye el actor. Así en nuestro caso de estudio, podemos decir que este constituye una pequeña muestra de la capacidad crítica, pues los individuos y las organizaciones se manifiestan en torno de un proyecto de desarrollo.

Esta sociología pragmática toma distancia de las sociologías críticas. Para BOLTANSKI (2000, p 53), las sociologías críticas no aceptan las operaciones críticas de los actores como objeto de análisis, por el contrario, para la sociología pragmática ese enfoque es esencial para la comprensión de la sociedad y considera que todos los actores disponen de capacidades críticas, todos tiene acceso, aunque en grados desiguales, a recursos críticos, y los utilizan de un modo casi permanente en el curso ordinario de la vida social. Boltanski aclara que no solamente son grandes causas, a las que se hacen públicas mediante la prensa o en otros medios de comunicación, sino también a la comunicación entre personas del común:

No nos referimos aquí solamente a las grandes causas públicas, a las denuncias formuladas por instituciones de representación política y hechas públicas en la prensa o en los otros medios de comunicación, sino también a la multitud de acusaciones de iniquidad que se transmiten de boca en boca, en los lugares públicos, los talleres o las oficinas, los pasillos o las cafeterías. Basta con estar atento para oír ese rumor incesante que atestigua la indignación, el dolor y también la inquietud suscitados por el sentimiento de injusticia y que manifiesta la capacidad de las personas de ejercer su sentido de la equidad (BOLTANSKI, 2000. p53).

En suma, la sociología de la crítica es pragmática en la medida en que se interesa en ver cómo los actores intentan constituir una realidad que se sostenga, aportando argumentos y pruebas que apoyen sus interpretaciones y haciendo un trabajo de selección

sobre los hechos que deben ser considerados como necesarios y aquellos que pueden ser tomados en cuenta como contingentes al momento de tratar de hacer inteligible una situación. La sociología de la crítica tiene también un carácter mucho más comprensivo que explicativo, dado que el sociólogo no impone una interpretación más fuerte, sino que apunta a explicitar y aclarar las palabras de los actores, formuladas muchas veces de forma veloz y lacónica. (GUERRERO; RAMÍRES, 2011).

Es preciso insistir sobre el hecho de que la justicia, la crítica y la justificación no han sido tratados por Boltanski de forma independiente, sino como un trío de temas inseparables, dado que todo reclamo de justicia (o lo que es igual, toda denuncia de una injusticia) comporta en sí mismo(a) -así sea de manera implícita- una crítica a un orden establecido. Asimismo, es muy corriente -o al menos posible- que en el mundo social las operaciones críticas se vean acompañadas de operaciones de justificación, puesto que la justificación es la manera como un actor puede responder o prevenir la crítica de otro. Ahora, tanto en el ejercicio de la crítica como en el ejercicio de la justificación las personas expresan valores morales (valores de justicia) que tienen importancia para ellas. Esto quiere decir que es posible tomar la crítica y la justificación como dos facetas distintas, pero vinculadas a la justicia. (GUERRERO; RAMÍRES, 2011. p. 43).

En este caso, como afirma Boltanski y Thevenot, si quisiéramos tener en cuenta las reivindicaciones de los actores cuando estos denuncian la injusticia social, critican las relaciones de poder o desvelan las razones ocultas de sus adversarios debemos concebirlos como dotados de una habilidad para diferenciar maneras legítimas e ilegítimas de presentar las críticas y justificarlas (BOLTANSKI; THEVENOT, 1999. p.10). Se trata de comprender las gramáticas que dan soporte a las demandas o pretensiones de los actores y sus propias verdades legitimadoras que dan sentido a la crítica y su justificación.

BOLTANSKI y THEVENOT (1999) consideran que los actores están dotados más o menos de flexibilidad y de capacidad de justificar y criticar sus acciones y de movilizarse en favor de la justicia en torno de lo deseable. Este proceso ocurre sobretudo en momentos de discordia cuando las personas se dan cuenta. Para la teoría pragmática, el hecho de darse cuenta tiene un doble significado, primero apunta con un movimiento reflexivo interior y segundo para una performance en el mundo exterior.

En momentos críticos, cuando los actores perciben que no están en el curso normal de la realidad, son estos momentos que constituyen, generalmente, momentos de

discusiones, de críticas, intercambios de argumentos y se encuentran a sí mismos como sujetos de justificación, bien del lado de quien hace la crítica (necesita producir justificaciones a fin de sustentar la crítica), o bien sea de quien sufre la crítica (para defender su causa necesita sustentar sus acciones). En este caso los actores ponen en juego su sentido de normalidad y de justicia, los cuales se encargan ellos mismos de hacer denuncias o protestas en pro del ideal de justicia que pretenden reclamar (BOLTANSKI, 2000). Sin embargo para que las pruebas y argumentos enunciados tengan validez, las personas requieren establecer una relación de equivalencias que les sea externa, es decir, los actores en disputa deben coincidir en la definición de elementos comunes con respecto de la situación que los enfrenta (BOLTANSKI; THEVENOT, 1999).

La Central Calderas en el Complejo Hidroeléctrico del Oriente Antioqueño

El Oriente de Antioquia tiene un total de 23 municipios, pero se podría decir que existen dos áreas, una articulado al centro, es decir, cerca de Medellín, la capital departamental, relacionada con la subregión “Altiplano”, está asociada con el desarrollo urbano e industrial, presentación de bienes y servicios; y la otra que comprende la área de estudio (embalses y bosques), asociada con la periferia territorial, con vocación campesina en producción de café, caña panelera, hortalizas, cacao y producción en pequeña escala de ganado, entre otras. En la subregión Embalses se ubican los proyectos hidroeléctricos, se presenta baja calidad de vida y ha sido severamente afectada por la marginalización.

La unión de los proyectos hidroenergéticos conforma el Complejo Hidroeléctrico del Oriente Antioqueño. Este complejo aprovecha las aguas y las condiciones topográficas de las cuencas de los ríos Nare y Guatapé con las centrales hidroeléctricas Guatapé, Jaguas, Playas y San Carlos. Y los ríos Tafetanes y Calderas en la Central Calderas y San Carlos. Tiene una capacidad total de 2.397 Megavatios (MW) y aporta 29% de la energía para el país y el 73% del total para Antioquia.

La Central hidroeléctrica de Guatapé tiene una capacidad 560MW, ubicada entre los municipios de Guatapé y El Peñol, entró en funcionamiento en 1971. Central San Carlos, 1.240MW, ubicada en el municipio de San Carlos, la primera etapa entró en funcionamiento en 1984 y la segunda en 1987. Jaguas 170MW, localizada en jurisdicción de

los municipios de San Rafael, San Roque, Alejandría, Concepción y Santo Domingo, inició operaciones en 1988. Central Playas 200MW, localizada entre los municipios de San Rafael y San Carlos, inició operaciones en 1988. Central Calderas 23 MW, localizada entre los municipios de Granada y San Carlos, inicio operaciones en 1988, con capacidad total de 2.193MW. (Quintero, 1997). Las centrales Guatapé y Playas son de propiedad de Empresas Públicas de Medellín, empresa de nivel municipal, y las centrales San Carlos, Jaguas y Calderas son de Interconexión Eléctrica Generadora (Isagen), empresa público-privada hasta el 14 de enero del 2016, momento en el cual la Nación vendió el 57% de sus acciones al consorcio canadiense Brookfield Asset Management.

Específicamente la Central Hidroeléctrica Calderas, ubicada entre los municipios de San Carlos y Granada, fortalece el principal complejo hidroeléctrico del Oriente Antioqueño, no solamente aporta al complejo 23 MW, sino que también la desviación de parte de las aguas de los ríos Tafetanes y Calderas, que inicialmente es aprovechado por esta centra, aumenta el caudal del río San Carlos, lo cual permite aumentar en 32,8 MW la generación de energía de la central de San Carlos, la más potente del país.

Disputas por el uso del agua

La Hidroeléctrica Calderas se ha convertido en epicentro de controversia entre los diferentes actores sociales, algunos de ellos directamente afectados, otros, los representantes de las empresas, los gobiernos locales de la cuenca y en general las organizaciones sociales y ONGs que intervienen de forma más o menos visible en el conflicto. El debate desde las empresas esta mediatizado por un proceso de transnacionalización asociado a proceso de globalización y de otro lado los actores locales que intentan su permanencia en el lugar continuando su proyecto de existencia.

Trataremos de comprender los procesos de movilización política de las poblaciones sometidas al desplazamiento generado por los conflictos ocurridos por la Hidroeléctrica Calderas buscando entender como el conflicto ha transcurrido en un proceso histórico a través del cual se incluyen los actores e instituciones que están involucradas. -Así se trata de dar cuenta de las operaciones críticas y operaciones de justificación que se han desarrollado en estos momentos históricos-. Inicialmente se trata de la instalación del proyecto hidroeléctrico que tiene las expectativas de responder a los intereses

corporativos internacionales alineándose a un proceso del capital con intereses prioritarios para el desarrollo del país.

La exploración del complejo hidroeléctrico inicia en el año 1926 con los primeros estudios del río Nare como potencial energético. Para 1960 se inició la compra de las primeras tierras urbanas y rurales, las cuales fueron inundadas posteriormente con la construcción de la presa y del primer embalse del complejo –Guatapé-. En 1963 quedó concluido el estudio básico del proyecto, y al año siguiente se presentó la respectiva solicitud de financiación para su ejecución al Banco Internacional de Reconstrucción y Fomento -BIRF- hoy Banco Mundial, la cual se constituyó en la primera operación crediticia celebrada en Colombia por esa entidad. (Construdata, 2016).

Aquí se puede considerar que la dinámica del Banco Mundial se convierte en uno de los principales actores políticos de este contexto, pues es el agente financiador mediante el empréstito a Empresas Públicas de Medellín. Este banco fue creado en 1946 y se ha convertido en un “agente del desarrollo”, manejando diferentes discursos a través del tiempo: “reducción de la pobreza” (discurso de 1968 a 1981), de “ajustamiento estructural” (1981-1986) el de la “buena gobernanza” en la década de los noventa y más reciente el de “desarrollo sustentable” (1990-2000). (MAGALHAES, 2007, p.59). A partir de 1996, con el informe del banco mundial, se estima que entre 1986 y 1995 se presentó un desplazamiento obligatorio de 80 a 90 millones de personas provocado por obras de infraestructura (llamados “proyectos de desarrollo”) (MAGALHAES, 2007, p.81).

Este empréstito permitió la materialización de los proyectos, los cuales iniciaron con la compra de las tierras. Fue el comienzo de una alarga confrontación entre los pobladores locales y las empresas promotoras del nuevo modelo de desarrollo y fue a partir del primer proyecto de este complejo, El Peñol- Guatapé que se vislumbró la forma de operar. A lo largo de toda la historia se ha encontrado una relación entre los proyectos y las muertes de personas que estuvieran bloqueando el desarrollo de los mismos:

Don Demetrio Galeano, era un médico reconocido en el pueblo (El Peñol), le cobraba las consultas sólo a quien tenía con qué pagarlas, pero si era necesario atendía gratis a aquellos que lo necesitara e incluso les costaba los medicamentos. Era dueño de una finca muy grande, con muy buenos suelos para la agricultura. El hombre se negaba a vender su tierra porque consideraba que eso era algo así como

cortar sus raíces. La negativa del anciano a vender se había convertido en la resistencia más grande para el desarrollo del proyecto que, según Empresas Públicas de Medellín (EPM), llevaría el progreso a la región, pero que, según los campesinos, los condenaría al hambre. Don Demetrio fue asesinado el 19 de enero de 1965. Algunos años más tarde iniciaron las investigaciones donde lograron demostrar que quién le disparó fue un cabo de la Policía y que la gerencia de EPM estaba detrás de la planeación del crimen (Zapata, 2014, p 12-13).

Las comunidades, inconformes con las irregularidades, relacionadas con la forma de negociar las tierras y sobre todo, ante la incertidumbre de lo que sobrevendría al represamiento, se organizaron y consiguieron que se firmara un contrato entre los municipios y la empresa.

En 1969 se hizo una conciliación de un contrato entre el municipio del peñol y empresas públicas, para fijar políticas para la compra de tierras, sustitución de la cabecera por otra, plan de desarrollo a 10 años y para fijar unas políticas y unas fechas. Ese contrato fue el primero que se hizo para regular todas las relaciones de una comunidad con una empresa de energía como era EPM, el contrato recibió luego muchas reclamaciones, se cumplió en un 50%. (Trecho de entrevista: presbítero Francisco Ocampo, abril del 2016).

A pesar de la lucha de las comunidades, en enero de 1970, se inició el llenado del primer proyecto del complejo sin haberse cumplido los acuerdos ya firmados:

Las aguas inundarán una extensión de más de 48 km², la calidad de las tierras inundadas son muy superiores a las que quedan, pues son planas y semiplanas, aptas para la agricultura y ganadería. En la zona que queda, hay pequeñas parcelas planas y semiplanas pero con un gran porcentaje de terreno pendiente, que no sería suficiente para el desarrollo normal de la industria agropecuaria. (Gobernación De Antioquia, Archivo, 1969 En: López, 2009).

Desde el punto de vista teórico, es importante comprender que las justificaciones de los actores e instituciones cuando se integran en esta perspectiva crítica, los actores al cuestionar, denuncian y protestan por el rompimiento de la normalidad, con lo que se tiene un ideal de justicia que ellos pretenden reclamar. De hecho los argumentos y pruebas que se tienen en la disputa tienen presupuestos valorativos sobre los cuales se

rige una determinada colectividad política, social, cultural y situacional. (BOLTANSKI, 2000).

Las denuncias, quejas y reclamos de la población afectada constituyen las operaciones críticas, la crítica tiene en cuenta situaciones de denuncia pública por la injusticia que considera un conjunto de recursos gramaticales, los que buscan poner en cuestión la in-justicia.

Así con la llegada de las hidroeléctricas, la relación de las empresas con las comunidades de en este caso de la Hidroeléctrica Calderas, tienen múltiples enfrentamientos; las comunidades no habían participado en la construcción de los proyectos que son importantes:

Lo que decían en ese momento, el de la construcción de los embalses, era de que a nosotros nos iba a ir muy bien. Apareció el movimiento cívico con la comunidad organizada y comenzó a reclamar los derechos cuando vieron las mentiras que ellos estaban haciendo, en las propuestas se reclamaban los derechos a las tierra, viendo que había mucha gente que había salido y prácticamente se había gastado la plática del territorio que le habían vendido, entonces la gente salía a protestar porque le estaban violando los derechos humanos. (Trecho de entrevista: Campesino afectado del municipio de San Carlos, agosto del 2003).

Los diferentes enfrentamientos y manifestaciones de desacuerdo se concretizan en la década de los 80, con el surgimiento de los Movimientos Cívicos del Oriente. Fue una forma organizativa de la comunidad para enfrentar los efectos económicos y sociales generados por el proyecto hidroeléctrico regional. La inundación total del primer proyecto del complejo (municipio de El Peñol) y de bastas tierras aptas para el cultivo, las negociaciones represivas e injustas, así como la llegada masiva de personas foráneas trajo consigo descomposición social, pérdida de tierras, desempleo y un alto costo en las tarifas de los servicios públicos.

No obstante, para la instauración de un modelo satisfactorio de una denuncia pública de injusticia, para tener la posibilidad de éxito, es decir para ser escuchada Boltanski considera que los agentes necesitan realizar un proceso de de-singularización de la denuncia delante de la opinión pública, para poder partir de lo particular a lo general y

encontrar una causa universal. En este sentido la generalización puede contar o no con el apoyo de conjuntos de recursos colectivos. (BOLTANSKI, 2000).

Esta fue la estrategia de las comunidades, unirse a través del movimiento cívico y realizar las denuncias de hechos que las personas consideraban injustos. Fue una forma de luchar por sus territorios, por no permitir que los despojara de su espacio vital, que comprende todos los arreglos naturales y sociales que se fueron gestando a través del constante intercambio a lo largo de la historia.

Estos movimientos cívicos generaron tanto impacto y aceptación colectiva que se convirtieron en otro tropiezo para el normal desarrollo de los proyectos hidroeléctricos, por tal motivo fueron desarticulados. Boltanski (2000) considera que cuanto menos acceso tiene la víctima a recursos colectivos que le permitan objetivar sus quejas y desingularizar la relación que mantiene con quien es causa de su problema, más tienden las persecuciones mismas que sufre a adoptar formas incorporadas, como se ve en el caso de las denuncias que hacen referencia a violencias físicas o mentales, e incluso a maniobras diversas apuntadas a afectar las fuerzas vitales.

Así, los “Movimientos cívicos”, como se denomina a esta organización regional que confronta las hidroeléctricas y se convierte en la mayor fuerza organizativa en este proceso histórico de protesta, fueron desarticulados a finales de la década de los ochenta, cuando grupos armados paramilitares confrontaron estos movimientos dándoles muerte a sus líderes.

El que se oponía a la construcción de los embalses lo mataban, después de una protesta a los líderes les dejaban una boleta bajo la puerta de su casa, los asesinaban en la plaza del pueblo o en la propia casa. (Trecho de entrevista: Campesino afectado del municipio de San Carlos, marzo del 2016).

Estos años de represión contra los líderes de los Movimientos Cívicos coinciden con la llegada de las guerrillas de las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC) y el surgimiento de uno de los frentes del Ejército de Liberación Nacional (ELN) que emprendieran una feroz lucha contra la fuerza pública y establecieran un fuerte control de muerte contra quienes eran considerados que tenían vínculos con el Estado o con la fuerza pública. Muchos de los líderes de los movimientos cívicos conformaron los grupos armados en diferentes momentos de la historia:

Hacia parte del concejo (Municipio de San Luis) por el movimiento cívico, generaron cada vez más presión sobre mí, entonces, viene la orden de los paramilitares de Ramón Isaza de matarme, en últimas, me di cuenta es que nos iban a matar, de hecho mataron a algunos. Muchos de nosotros en el Carlos Alirio (1989 ELN), nos mantuvimos por odio a los paramilitares, por el maltrato que hacían, porque el ejército hacía masacres y demás. (Trecho de entrevista: Guerrillero preso, Vélez, 2015).

En ese momento (1997) yo era el presidente del Concejo de San Carlos y a raíz de esa arremetida violenta de los paramilitares me fui para la guerrilla del ELN, otros se exiliaron. Parte del frente Carlos Alirio Buitrago, nace producto de esos movimientos cívicos del Oriente antioqueño. (Trecho de entrevista: Guerrillero del ELN preso, abril del 2016).

Yo no me hice guerrillero porque me gustaba irme para la guerrilla o porque me gustaban las armas, yo me fui para la guerrilla como una necesidad social, como una forma de lucha, entre las múltiples que hay y que yo la vi como una posibilidad de construir una sociedad diferente, yo no me fui para la guerrilla porque me parecía una vacanería estar uniformado y con un fusil, no, nunca fueron mis aspiraciones, fueron las condiciones sociales, las condiciones que me impuso el Estado. (Trecho de entrevista: Guerrillero del ELN preso, abril del 2016).

Frente a este panorama, los teóricos de la justificación observan los litigios, disputas, contiendas, escenas de todo tipo, en las cuales la grandeza relativa de las personas es públicamente colocada en pauta. Con la finalidad de analizar las operaciones críticas (denunciar, disputar, acusar, justificar, etc.), Boltanski y Thevenot construyeron un modelo pragmático basado en la competencia de juzgamiento que los actores manifiestan sin recurrir a la violencia, teniendo los valores generales de las ciudades y apoyándose sobre los objetos comunes, los “dispositivos” (VANDENVERGUE, 2006, p. 326). Esta situación, sin embargo, no es el caso del Oriente Antioqueño, allí los movimientos sociales que surgieron en los años 80 como respuesta al crecimiento de las desigualdades, ante la represión, algunos de sus líderes se incorporaron a los grupos armados. Diferente a lo que BOLTANSKI (2009) plantea con el crecimiento de las desigualdades y el reaparecimiento de la miseria en las sociedades ricas, allí permitieron

el surgimiento de movimientos sociales a mediados de la década de los ochenta y adoptaron una forma de acción humanitaria.

Así, las comunidades campesinas se ven obligadas a convivir en medio del conflicto armado, con tomas guerrilleras a zonas urbanas de los municipios, sabotaje de las elecciones municipales con el secuestro a representantes de las instituciones nacionales e internacionales.

En la década de los 90 también se tiene confrontaciones campesinas con las hidroeléctricas, ahora con la construcción de las torres que transmiten la energía. Algunas comunidades haciendo paros y bloqueos de vías, buscan un proceso de negociación con las empresas, que mediante proyectos económicos se lograra resarcir en parte lo perdido. Los líderes fueron también asesinados por los grupos paramilitares:

Mataban a los más líderes que reclamaban las promesas de unos cultivos...les mandaron un par de sicarios, llamados paramilitares y lo mataron para que no hubiera quien presionara. A la señora que lideraba el proyecto de heliconias también la mataron porque ella era una persona muy luchadora por la comunidad. (Trecho de entrevista: Campesino afectado del municipio de San Carlos, agosto del 2003).

De acuerdo con los pobladores del municipio de San Carlos, en 1998, los grupos paramilitares establecen campamentos en predios de las centrales hidroeléctricas. Así el 23 de marzo de 1998 cerca de una central hidroeléctrica hicieron la primera masacre, asesinaron a cinco personas (El Colombiano, Medellín, Marzo 25 de 1998, p.7A), hecho que originó el enfrentamiento entre los grupos guerrilleros y los paramilitares éstos últimos con apoyo del ejército colombiano.

De esta manera se intensifican los desplazamientos y la muerte de líderes campesinos (El Mundo, Medellín, Enero 9 de 1999, p. 6; El Colombiano, Medellín, Enero 22 de 2002), en general, para este momento, toda la población era vulnerable a condiciones de guerra, muerte y bombardeos (El Mundo, Octubre 16 de 1999, p. 6). Se intensifica la voladura de la infraestructura eléctrica y de vías de comunicación. (El Colombiano, Medellín, Abril 7 de 2002, p 7ª; marzo 13 de 2002, p. 6), bloqueos de la autopistas Medellín-Bogotá. (El Colombiano, Medellín, septiembre 4 de 2001, p. 7).

Todas las torres de allá las volaron, las levantaban y las volvían a volar, nos tocaba ver cuando caían al suelo, uno sentía la

explosión y ahí mismo salía a mirar y claro era una torre y la veíamos caer, como quedaban tan cerquita de donde nosotros. (Trecho de entrevista: Campesino afectado del municipio de Granada, febrero de 2016).

Con este panorama se puede decir que todos los actores armados emplearon estrategias diferentes, las guerrillas centraron sus estrategias en ataques contra la infraestructura de las vías de comunicación y torres energéticas, muertes selectivas, secuestros, y ataques a puestos de policías. Los paramilitares hicieron el mayor número de masacres y torturas principalmente en zonas urbanas de los municipios que controlaban, generando terror en la población, también con muertes selectivas, bloqueo de alimentos para los campesinos, saqueos. El ejército y la policía, no solo preparaban el terreno para que los paramilitares llegaran, sino que también ignoraban sus acciones y en muchas ocasiones participaba de forma similar, con muerte a la población, en la mayoría de los casos mostrándolos como falsos positivos, también bloqueaban los alimentos.

Uno no podía llevar más de cinco libras de arroz, porque o sino decían que era para la guerrilla, muchas veces bajaban la gente aquí en El Carmelo, paraban los carros y decían “bájense hijuetantas que los vamos a matar a todos”, eso fue muy verriendo, uno se venía de la casa y creía que no volvía. (Trecho de entrevista: Campesina afectado del municipio de Granada, febrero de 2016).

En el 2002, entró a la presidencia Uribe e hizo una intervención en el Oriente, metió 7 batallones y eso generó una guerra entre la guerrilla y los militares y con el argumento de acabar con la guerrilla se llevó un a mucha gente civil por delante, se presentó un desplazamiento tremendo de la gente, un bloqueo terrible, allá no había quién le entrara a uno una libra de sal, ni un kilo de carne, nada porque los paramilitares establecieron todo un sistema de control casi que de la zona, los domingos hacían los retenes afuerita de Granada y ahí requisaban la gente y el que tenían para matar, ahí lo bajaban y lo mataban. (Trecho de entrevista: Líder comunitario del municipio de San Carlos, marzo de 2016).

Al otro si me lo sacaron de aquí junto con una pelada de 17 años con la que él convivía. A todo dos se los llevaron y los mataron. Eso fue un domingo, yo no estaba aquí, yo tenía un negocito por ahí por Buenos Aires y cuando me llamaron que se habían llevado los muchachos, ¡bendito sea Dios! hasta aquí contamos con ellos. Y que quién había sido?, que el

ejército. Y si, se los llevaron, los llevaron hasta por allá al Chocó, los volvieron y los trajeron a matarlos aquí en la vereda, a la muchacha la mataron en el patio de la escuela y a él lo mataron allí donde vive Javier. Al lunes a las 11 am vino el helicóptero y los levantó, después que los mataron los uniformaron y los presentaron por la televisión con fusil y que muertos en combate y los enterraron como NN⁴. (Trecho de entrevista: Campesino afectado del municipio de Granada, febrero de 2016).

La crisis se puede constatar con la información oficial del municipio de Granada, se tienen evidencia que entre 1997 y 2005 el total de víctimas desplazadas fue de 14.389 (72% de la población). Teniendo en cuenta que el total de la población de Granada en 1988 fue de 20.000, entre 500 y 600 personas fueron asesinadas, se reportaron 11 masacres donde fueron asesinadas 67 personas, se presentaron 49 víctimas con ejecuciones extrajudiciales y 81 casos de desapariciones forzadas; también se reportaron 77 víctimas de minas antipersonas, de las cuales 20 murieron y 136 casos de saqueos contra la propiedad privada. El panorama es muy similar en el municipio de San Carlos: en 1985 se tenía una población de 29.156 personas, ya para el año 2013 se tenía un total de 13.000. (GOBERNACIÓN DE ANTIOQUIA, 2013).

Al cuestionar los efectos de los grandes proyectos sobre la población campesina, MARTÍNES (2003) resalta que:

No se trata de introducir nada en la vida de nadie. Aquí se trata de proyectos económicos de envergadura, como hidroeléctricas, vías, planes de colonización, de gran impacto social y ambiental, más que no tiene por destinatario las poblaciones locales. Su presupuesto es la remoción de esas poblaciones (...). No se trata de introducir nada en la vida de las poblaciones, más de despojarlos de lo que poseen como vital en su sobrevivencia, no sólo económico: tierras y territorios, medios y condiciones de existencia material, social, cultural y política. Es como si ellas no existieran o existiendo, no tuviesen derecho al reconocimiento de su humanidad. (MARTÍNES, 2003, p. 61-63).

La amenaza a los campesinos por un modelo de desarrollo universalizado, global, propuesto por empresas nacionales y transnacionales, sobre la lógica estrictamente económica, con la apropiación de los “recursos naturales” y humanos, generando

⁴ NN: persona muerta con desconocimiento de su nombre.

conflictos y desigualdades sociales, por medio de exclusión, expropiación y destrucción territorial, no ha parado. En el año 2011 el Banco de Iniciativas Regionales para el Desarrollo de Antioquia, realizó un estudio donde identificó el potencial hidroeléctrico en Antioquia, de 23.947 MW, sólo para el Oriente identificaron 5.806,43 MW (BIRD, 2011). Actualmente se tienen 53 solicitudes de licenciamiento ambiental para la construcción de pequeñas centrales hidroeléctricas (PCH), de las cuales 35 ya han sido otorgadas y cuatro se encuentran en construcción. (CORNARE, 2016).

La privatización del sector energético cada día es mayor; la mayor parte de las solicitudes de las PCH han sido realizadas por particulares y en enero de este año el gobierno nacional vendió el 56% de las acciones que tenía en Isagen.

No solo ha vendido la generación de energía, sino que Isagen por ser una agencia del Estado ha recibido unos privilegios que entonces los recibe el particular, es decir, toda la legislación hidroeléctrica se ha construido en la lógica de que ese operador es el Estado, esos privilegios que son del Estado los recibe ahora un privado, pero además Isagen es propietaria de predios públicos, predios baldíos, ha recibido el permiso para el manejo de aguas, tiene un patrimonio arqueológico muy importante que lo ha coleccionado en la construcción de todas las líneas, es decir hay cosas muy importante que se van y sobre todo pensando en este momento, yo pienso que casi todos lo tenemos claro que el recurso natural más estratégico en estos momentos se llama agua, yo no creo que haya un país en el mundo, sensato, que esté dispuesto a vender el agua, o sea, vender los derechos sobre el agua, es terrible que nosotros hayamos tomado una decisión de esas. (Trecho de entrevista: Representante ONG, marzo del 2016).

Para algunos es claro que la violencia vivida entre finales del 90 hasta el 2005, hizo parte de lo que se tiene proyectado para el territorio y que hoy se vislumbra a través de la expansión y de privatización del sector hidroeléctrico de la región, ahora con proyectos de Pequeñas Centrales Hidroeléctricas realizados en su mayoría, por particulares.

Lo que hubo entre el 2000 y el 2005 en el Oriente Antioqueño, eso fue un claro propósito de preparar el terreno para lo que ahora se viene, la avalancha de micro centrales y de centrales hidoreléctricas. Y claro lo que uno dice es que necesitaban el territorio para entrar con toda esa infraestructura energética. (Trecho de entrevista: Líder comunitario del municipio de San Carlos, marzo de 2016).

Hay otras empresas que se metieron a estropear las cuestiones del agua, daño si van a causar esas hidroeléctricas, el impacto más grande lo veo en las áreas donde van a pasar los túneles. Las mayores dificultades con la empresa ha sido el incumplimiento, yo mande dos cartas a CORNARE (Corporación Autónoma Regional de los Ríos Rionegro Nare), nos están ensuciando las aguas, se están muriendo los peces en el río. (Trecho de entrevista: Campesino afectado del municipio de Granada, febrero del 2016).

Para nosotros es una segunda etapa de esa confrontación social y armada que estaba viviendo, ya no con las armas pero si apropiándose de elementos que diría uno es de una propiedad colectiva. (Trecho de entrevista: Líder comunitario del municipio de Granada, marzo de 2016).

Yo pienso que parece que hubiera sido un pacto, a mí me da la impresión de que fue un pacto para hacer volar la gente, que desocuparan, ellos quieren que todo sea monte. Yo no entiendo porque los gobiernos quieren apropiarse de todo, dejar como al pueblo sin nada. (Trecho de entrevista: Campesino afectado del municipio de Granada, febrero del 2016).

De esos hechos del 90 al día de hoy, las causas por las cuales se generaron esos hechos no han cambiado, al contrario, me parece se viene agudizando mucho más, en ese momento hubo una gran cantidad de gente que se peleó la posibilidad de vivir diferente, en el momento la gente tiene mucho temor, pero va a llegar un punto donde la gente se va a volver a empoderar y se va a pelear por todos los medios la posibilidad de vivir diferente a como viven hoy, existe un gran riesgo que el conflicto que sufrió la región se vuelva a reventar, me parece que el revisar todos estos hechos tiene que servirnos, yo no sé de qué forma, para impedir eso, nosotros que estuvimos en estos hechos lamentables, que participamos directamente, me parece que tenemos un gran compromiso de hacer todo lo que esté a nuestro alcance para evitar que eso suceda, porque fueron muchas las atrocidades que nos tocó vivir, nos tocó presenciar y yo particularmente quisiera que eso no volviera a pasar. (Trecho de entrevista: Guerrillero del ELN preso, abril del 2016).

Consideraciones finales

Durante el desarrollo de los primeros proyectos del Complejo Hidroeléctrico del Oriente Antioqueño, se identificaron episodios de luchas comunitarias (años 1970-1980), seguido de hechos de violencia (años 1980), donde las víctimas fueron en su mayoría, los líderes de los movimientos que buscaban que se les incluyera en las decisiones sobre los nuevos rumbos que tomarían sus territorios, evitando las visibles injusticias que se estaban cometiendo contra los pobladores.

En la actualidad, “después del conflicto”, para muchos el desarrollo de proyectos de Pequeñas Centrales Hidroeléctricas (PCH), es una visible continuación de la expropiación del territorio pero ya sin armas.

Las hidroeléctrica establecida, han afectado considerablemente a los campesinos en sus prácticas sociales y sus actividades de la vida cotidiana, sus valores, percepciones significados y sentido de ver la vida.

La implantación de la hidroeléctrica ha generado una confrontación que ha traído como consecuencia el desplazamiento de la población no solamente durante la construcción de los emprendimientos, sino que los desplazamientos han sido una constante durante varias décadas.

Los hechos de violencia agudizados entre 1997 y 2005, en las cercanías de la Central Calderas, deben ser analizados haciendo una contextualización no solo historia del Complejo Hidroeléctrico del Oriente Antioqueño, sino también observando los nuevos rumbos que está tomando el territorio.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIRD - Banco de Iniciativas Regionales para el Desarrollo de Antioquia. (2011). Potencial Hidroeléctrico de Antioquia. Inventario, perspectivas y estrategias. Gobernación de Antioquia y Escuela de Ingeniería de Antioquia.

BOLTANSKI, L. (2000). El amor y la justicia como competencias. Tres ensayos de sociología de la acción. Buenos Aires: Amorrortu. p 53.

BOLTANSKI, L; Thévenot, L. (1999). The sociology of critical Capacity, Sage Publications, London, p. 359-377.

CONSTRUDATA. (2016). Central Hidroeléctrica de Guatapé: obra de ingeniería del siglo XX.

<http://www.construdata.com/BancoConocimiento/G/guatapepremio/guatapepremio.asp>. Acceso 15/05/2016.

CORNARE - Corporación Autónoma Regional de las cuencas de los ríos Negro y Nare. (2016). Expediente general de energía. <http://www.cornare.gov.co/>. Acceso: 20/06/2016.

FREIRE, J. (2013). Uma caixa de ferramentas para a compreensão de públicos possíveis: um arranjo de sociologias pragmatistas. *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 12, n. 36, p. 720-736.

GOBERNACIÓN DE ANTIOQUIA. (2013). Anuario Estadístico de Antioquia.

GOBERNACIÓN DE ANTIOQUIA. Oficio No 0441. Diciembre 9 de 1969. Caja 234. En: LOPEZ, J. El atardecer de la modernización: La historia del megaproyecto hídrico GUATAPÉ- PEÑOL en el noroccidente colombiano, años 1960/1970. En: *Ecos de Economía* No. 28 Medellín, abril de 2009 p. 75-108. Disponible en: <http://www.redalyc.org/pdf/3290/329027278003.pdf>. Acceso el 14 de mayo de 2016.

GUERRERO B; RAMÍREZ A. (2011). La justicia, la crítica y la justificación. Un análisis desde la perspectiva de la sociología pragmática. *Revista Colombiana de Sociología* vol. 34, N 1 enero - junio, ISSN 0120-159 X Bogotá - Colombia p. 41 - 73. <http://www.revistas.unal.edu.co/index.php/recs/article/view/23139>. Acceso 23/06/2016

MAGALHAES, S. (2007). Lamento e dor. Un análisis socioantropológico do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens. Tesis de doctorado. Belem, Brasil. <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/1952>. Acceso 07/07/2016.

MARTÍNES, J. (1993). A Chegada do estranho. São Paulo: HUCITEC. QUINTERO, J. (2007). Efectos de las políticas públicas del sector eléctrico en la participación de las organizaciones comunitarias del Oriente Antioqueño - estudio de caso - Asociación Campesina del Oriente Antioqueño - ACOA. En: *Cuadernos de Desarrollo Rural*, núm. 58, enero-junio, p. 101-127 Pontificia Universidad Javeriana Bogotá, Colombia.

VANDENBERGUE, F. (2006). Construção e crítica na nova sociologia francesa. *Sociedade e Estado*, Brasília, v.21, n. 2, maio/ago. p.315-366.

VÉLEZ S. (2015). Una vida, muchas historias. Historia de vida de un combatiente, hoy preso político del ELN, en el marco del conflicto en el oriente antioqueño Trabajo de grado para optar al título de magíster en ciencias políticas Universidad de Antioquia instituto de estudios políticos maestría en ciencias políticas. Medellín.

ZAPATA, R. (2014). Crónicas del Destierro. Oriente Antioqueño: El color púrpura del progreso. Medellín, Periferia, p 12 y 13.

O Protocolo Agroambiental Paulista: uma proposta de (in)sustentabilidade nos canaviais paulistas

Ana Carina Sabadin¹

Ao ganhar forma pelos recursos naturais, o rural torna-se um lugar privilegiado para se compreender o plano simbólico e prático das novas demandas ambientais que, por sua vez, agregam ao meio ambiente uma questão política e, ao mesmo tempo, transformam os espaços rurais em alvos de políticas de regulamentação socioambiental. A exemplo disso, tem-se o Protocolo Agroambiental, voltado à lavoura canavieira paulista que visa, sobretudo, um “ajuste de conduta” do setor sucroalcooleiro em termos socioambientais, a partir da elaboração de diretivas que conduzam a lavoura canavieira a uma “produção sustentável”, em especial, no que se refere à eliminação gradativa da prática da queima da palha da cana-de-açúcar. Isso posto, discute-se aqui que o referido protocolo pode ser encarado enquanto um meio do setor incorporar as críticas voltadas aos problemas socioambientais que desencadeia - que perpassam questões inerentes à qualidade de vida da população, ao trabalho dos cortadores de cana e à poluição do ar, do solo e da água -, sem necessariamente resolvê-los, indo de encontro à insustentabilidade da produção sucroalcooleira. Para tanto, a pesquisa em tela debruçou-se sobre o levantamento e análise de documentos resgatados na Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, bem como nos acervos online da UNICA (União da Indústria de Cana-de-açúcar).

Palavras-Chave: Protocolo Agroambiental Paulista, produção sucroalcooleira, degradação socioambiental, queimadas, sustentabilidade.

Introdução

Como resultado de uma sensibilização da sociedade pós-industrial, teve-se a emergência de uma concepção de meio ambiente enquanto portador de uma obrigação de caráter eminentemente político (JOLLIVET, 1997). Ele passa, então, a se tornar objeto de uma preocupação social específica, atrelada às novas maneiras com as quais os indivíduos passam a apreender e contestar o mundo natural ao seu redor.

Esta nova forma de apreender e contestar a realidade socioambiental dá início a um processo que McCormick (1992) chamou por politização do meio ambiente, no qual a questão ambiental passa a ser considerada pela política internacional como um tema relevante de sua agenda, o que veio por abrir espaço e dar legitimidade ao debate sobre a regulamentação do acesso e uso dos recursos naturais, e mobilizar diferentes agentes e

¹Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPGS/UFSCar, Universidade Federal de São Carlos, CNPq.

grupos sociais, o que inclui Estados nacionais e agências multilaterais (MARTINS, 2008; 2015).

É nesse contexto que os espaços rurais se constituem enquanto um foco para pensar e problematizar as novas demandas ambientais, visto que as atividades concernentes nesses espaços são desenvolvidas de maneira notável sobre tais recursos. Ao ganhar forma a partir deles, o rural torna-se um lugar privilegiado para se compreender o plano simbólico e prático de questões que agregam ao meio ambiente uma dimensão política, tornando-se alvo de políticas de regulamentação socioambiental (JOLLIVET, 1997). Da mesma forma, tais políticas ainda se apresentam como um cenário fértil para se pensar a articulação entre a temática rural e ambiental, como se pretende observar na lavoura canavieira do estado de São Paulo.

Tomando essa articulação como norte, discorrer-se-á sobre uma política de regulamentação socioambiental específica dessa lavoura, qual seja, o Protocolo Agroambiental Paulista, no sentido de problematizar sua proposta frente à continuidade, e até mesmo à criação, de impactos ambientais ocasionados em decorrência dessa monocultura.

Tal regulamentação foi firmada entre a União da Indústria da Cana-de-açúcar (UNICA) e as Secretarias de Agricultura e Abastecimento e do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, em 2007, e visa um “ajustamento de conduta” do setor sucroalcooleiro, posto que cria diretivas referentes ao uso da água, à proteção de matas ciliares, e, também à eliminação gradativa das queimadas. Nesse sentido, tem a finalidade de desenvolver ações que estimulem a produção “sustentável” do açúcar, do etanol e da bioenergia, trazendo maior visibilidade a esses produtos tanto no mercado nacional quanto internacional, sem deixar que a imagem negativa de degradação socioambiental, que permeia a produção da cana-de-açúcar no país, afete a imagem do setor.

A problemática aqui levantada, no entanto, é que o referido protocolo pode ser encarado enquanto um meio do setor sucroalcooleiro incorporar as críticas voltadas aos impactos socioambientais que ele mesmo desencadeia, mas sem necessariamente resolvê-los, indo de encontro à insustentabilidade da produção da cana-de-açúcar, e, por consequência, do etanol, como se pretende discutir nesta comunicação.

Para dar conta disso, o texto segue amparado pela pesquisa bibliográfica e documental, esta última realizada no Departamento de Desenvolvimento Sustentável da

Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo (DDS/SMA-SP), bem como nos sites da SMA² e da UNICA³. Em sequência, (a) discute-se a proposta do Protocolo Agroambiental Paulista para, posteriormente, (b) apresentar a continuidade e a criação de novos impactos socioambientais ocasionados pelo setor sucroalcooleiro, a fim de (c) questionar a ideia de “produção sustentável” proposta pelo Protocolo.

O Protocolo enquanto incorporador de críticas socioambientais

A internalização das preocupações de cunho ambiental por parte das instituições políticas pode ser interpretada como uma maneira de conciliar o crescimento econômico com a resolução de problemas ambientais, celebrando a economia de mercado e enfatizando a “colaboração” e o “consenso” entre as partes envolvidas, a partir da assinatura de protocolos, do cumprimento de regulamentações, etc. (BLOWERS, 1997).

Em vista disso, acaba-se por atribuir ao próprio mercado a capacidade institucional de resolver a degradação ambiental a partir de propostas de substituição das matrizes energéticas não renováveis por fontes renováveis, como o etanol, “economizando”, assim, o meio ambiente e abrindo mercado para novas tecnologias consideradas como limpas. Vê-se como dada a capacidade de “superar a crise ambiental fazendo uso das instituições da modernidade, sem abandonar o padrão da modernização” e “sem alterar o modo de produção capitalista de modo geral” (LENZI, 2000, p. 66 e 75).

Nesse sentido, mais do que trazer o princípio da sustentabilidade à produção sucroalcooleira e mudar os padrões produtivos, além de conter as denúncias e ações judiciais voltadas ao setor no referente à utilização da prática das queimadas e às condições de trabalho dos cortadores de cana (Andrade Júnior, 2013,2016; Silva, 2011; Silva e Martins, 2010), a proposta de trazer as preocupações ambientais ao debate político consiste, inclusive, em preparar o terreno à abertura de mercados consumidores mais exigentes.

²<http://www.ambiente.sp.gov.br/>

³<http://unica.com.br/>

A formalização de acordos, compromissos voluntários⁴ e a adoção de “boas práticas”, como o próprio Protocolo Agroambiental, tendo, ainda, a colaboração de outros agentes, sindicatos, empresas de certificação, de maquinários, indústria automobilística, etc., ajuda a coagir os porta-vozes que têm por objetivo justificar os processos capitalistas em termos do bem comum (GAMEIRO, MARTINS, 2014). Assim, pode-se compreender a criação do protocolo em questão como um meio de promover um produto, usando como justificativa seu menor potencial poluente quando comparado à gasolina; beneficiando não só os moradores próximos aos canaviais e os trabalhadores cortadores de cana, devido ao fim das queimadas⁵, mas, inclusive, o espaço social como um todo, com menores emissões de gases provenientes dos automóveis (SAIANI e PEROSA, 2016).

Nesta operação de justificação, o capitalismo incorpora boa parte dos valores em nome dos quais é criticado, sem questionar o próprio princípio de acumulação e a exigência do lucro, ou, nos termos de Boltanski e Chiapello (2009, p.63):

O preço que a crítica deve pagar por ter sido ouvida, pelo menos parcialmente, é ver que uma parte dos valores por ela mobilizados para opor-se à forma assumida pelo processo de acumulação foi posta a serviço dessa mesma acumulação.

Com isso, entende-se que a proposta de formulação de uma série de diretivas, a partir de exigências incorporadas por ambos os setores (Secretarias e UNICA), visou tornar o “ajustamento de conduta” do setor sucroalcooleiro factível, voltando-se àquilo que Boltanski e Chiapello (2009) entendem por operação de justificação, na qual o capitalismo incorpora suas próprias críticas.

Dentre as diretivas apresentadas no documento redigido, construídas em decorrência dos “diálogos” entre as partes envolvidas, para além da antecipação dos prazos da eliminação gradativa das queimadas previstos pela Lei n.11.241⁶, destacam-se a

⁴A adesão ao Protocolo é voluntária, feita por meio do envio de um ofício à Secretaria do Meio Ambiente, bem como da elaboração de um plano de ações que contenha medidas a serem tomadas a fim de atingir as metas propostas a partir das diretivas apresentadas no Protocolo, que enfatizem a necessidade de se criar ações voltadas à mitigação dos impactos ambientais que o setor sucroalcooleiro provoca, especialmente no que diz respeito àqueles causados à biodiversidade das áreas de plantio e à utilização da prática da queimada da palha da cana-de-açúcar (SÃO PAULO, 2007).

⁵O “fim” das queimadas é assim compreendido, pois ao se eliminar as queimadas, o corte manual torna-se inviável, tendo a necessidade de se mecanizar a colheita da cana, realizada de forma “crua”, sem necessidade de queima.

⁶Essa lei estadual, de 19/09/2002, previu a eliminação das queimadas para os anos de 2021 às áreas mecanizáveis e de 2031 às não mecanizáveis. O Protocolo Agroambiental adiantou esses prazos para 2014 e 2017, respectivamente.

proteção das nascentes de água das áreas rurais e das áreas de mata ciliar nas propriedades canavieiras; a implementação de planos técnicos de conservação do solo e dos recursos hídricos; a adoção de “boas práticas” para o descarte de embalagens de agrotóxicos e, também, para a minimização da poluição atmosférica decorrente dos processos industriais (SÃO PAULO, 2007).

A abrangência das diretivas criadas para dar corpo ao Protocolo Agroambiental está bem mais articulada à tentativa de reconduzir o setor sucroalcooleiro, ou de “ajustar sua conduta” frente aos recursos naturais mobilizados para dar conta de constituir a imagem de uma produção sustentável. Incorporou-se ao constructo do protocolo, portanto, diretivas relacionadas aos problemas ambientais já apontados como relevantes, o que prejudicaria na imagem do etanol caso não se tivesse pensado em todas estas dimensões, isto é, o próprio documento poderia ser alvo de críticas por não elencar diretivas que contivessem determinados impactos ambientais, bem como a cobertura de aspectos como o consumo de água, recuperação de matas ciliares e conservação do uso do solo.

A certificação, no entanto, é renovada ano a ano, o que permite a reestruturação das metas que, por ventura, não foram alcançadas. Para além disso, de acordo com Andrade Júnior (2016), os prazos não são de cumprimento obrigatório e não existe, inclusive, previsão de sanções. As usinas signatárias recebem em troca um certificado, o Certificado Etanol Verde, que corresponde a seu “ajustamento” frente às diretivas propostas pelo Protocolo, isto é, sua conformidade socioambiental, “certificando a produção canavieira para brasileiro e ‘inglês ver’” (ANDRADE JÚNIOR, 2016, p.38). A expressão cunhada pelo autor, nesse caso, denota a ideia de que tal Protocolo foi criado “apenas como algo a ser mostrado”, e “para manter as aparências (Freitas e Mozine, 2015) e, nesse sentido, o certificado, resultante da assinatura do Protocolo, encoberta as ações degradantes socioambientalmente, funcionando enquanto uma operação de justificação, nos termos de Boltanski e Chiapello (2009).

A continuidade da degradação socioambiental nos canaviais paulistas

A criação do Protocolo Agroambiental é significativa para se compreender a apropriação da agenda ambiental por parte do setor sucroalcooleiro. Seu discurso passa, então, a compor questões que anteriormente não eram tidas como pautas do setor, mas

que, de certa forma, tiveram que ser tomadas para que se criasse melhores justificações de continuidade da produção sucroalcooleira no estado.

Além disso, tais questões são sustentadas pelo discurso da Secretaria do Meio Ambiente do estado de São Paulo que possui autoridade e legitimidade frente aos assuntos abordados no Protocolo Agroambiental. Sustenta-se, assim, a crença de que essa política de regulamentação socioambiental pode ser encarada como uma solução dos problemas ambientais ocasionados pelo setor, como bem observado no levantamento dos documentos, que depositaram no Protocolo a possibilidade de ser um verdadeiro “ajuste de condutas” e de melhorias socioambientais a partir, inclusive, de uma conversão tecnológica da colheita da cana-de-açúcar, que vem passando do corte manual ao mecanizado, dispensando o uso da prática das queimadas, responsável por um leque de impactos socioambientais, decorrentes da poluição atmosférica..

Contudo, pensar nas mudanças no padrão tecnológico, por sua vez, assim como já vivenciado pela Revolução Verde, não se vê distante de erradicar a degradação socioambiental, mas, ao contrário, intensificam-se, ou até mesmo criam-se impactos. No caso da produção sucroalcooleira, o pacote de inovações comporta (a) a criação de sementes geneticamente modificadas, a fim de melhorar a qualidade da cana colhida crua, visando alcançar melhores benefícios do que aquela colhida queimada; (b) o uso intensivo de agrotóxicos, como herbicidas e fungicidas, na tentativa de conter as pragas anteriormente eliminadas a partir das queimadas; e, além disso, (c) o desenvolvimento de máquinas colheitadeiras, altamente computadorizadas, que demandam a criação de outras funções na lavoura.

Marca-se, assim, um período de transição na produção sucroalcooleira: trabalhadores e máquinas coexistem no cenário do rural contemporâneo (SILVA, 2011). De um lado, nas áreas de difícil acesso às máquinas colheitadeiras - que cortam a cana crua, sem queima - persistem tanto o uso das queimadas quanto a manutenção dos trabalhadores cortadores de cana; por outro, nas áreas onde já se foi possível mecanizar, evidenciam-se, inclusive por parte de autoridades científicas, outros impactos socioambientais decorrentes da introdução das máquinas colheitadeiras.

Um destes impactos é a compactação, tida como um processo físico no qual é perdida a estrutura do solo, ocasionada pelo tráfego das máquinas e tratores pesados, além do excesso de água utilizada na produção, especialmente na lavagem da cana

cortada. O segundo, ainda pouco explorado, diz respeito ao uso do diesel como combustível que permite o funcionamento dessas máquinas e, com isso, acarreta poluição atmosférica em proporções ainda não contabilizadas. Para além disso, a utilização de derivados de petróleo na produção do biocombustível, lançado com a justificativa de se tornar um produto alternativo aos combustíveis derivados de petróleo pode ser considerada como uma incoerência.

Já no que concerne ao trabalho manual, constituindo-se um terceiro impacto, pontua-se a criação de novos postos, devido às tarefas exigidas pela mecanização - tal como a retirada das pedras antes do tráfego das máquinas e das bitucas (restos de cana) pós a colheita - que continuam por manter as condições degradantes de trabalho como as dos cortadores de cana (SILVA, 2011). Chega-se, de acordo com Silva (2011), à conclusão de que a mecanização não elimina o trabalho manual, mas sim, cria um contingente de trabalhadores ocultos, que fogem às vistas dos meios de comunicação e do Ministério Público.

As questões relacionadas ao trabalho na produção sucroalcooleira, embora tenham grande peso no debate sobre a proibição das queimadas no estado, não são mencionadas no Protocolo Agroambiental, a não ser quando se pontua que o setor sucroalcooleiro emprega um grande contingente de trabalhadores. As questões concernentes ao trabalho ficaram sob responsabilidade da UNICA, a partir de seu Projeto Renovação, cujo *slogan* é “Adeus ao facão!”, criado, junto à FERAESP (Federação dos Empregadores Rurais Assalariados do Estado de São Paulo), à Fundação Solidaridad e algumas empresas da cadeia produtiva, tais como a Syngenta, Case IH, Iveco e FMC, com o apoio do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) (UNICA, 2016), a fim de capacitar os trabalhadores desempregados, voltando-se ao desempenho de outras funções nas usinas, bem como de outros setores, como a construção civil. Vê-se, com isso, a preocupação somente em redirecionar os ex- cortadores de cana a outras funções, e não de melhorar as condições de trabalho daqueles que ainda trabalham no corte, ou então, daqueles que vão ocupar estes novos postos gerados pela mecanização.

Esses impactos, de imediato, corroboram para o questionamento da noção de sustentabilidade incorporada pelo setor sucroalcooleiro a partir da assinatura do Protocolo Agroambiental. Tal questionamento permitiria evidenciar a contínua

deterioração da produção, mostrando até que ponto as forças produtivas se converteram em forças destrutivas, pois colocam em questão a própria reprodução do capital através da degradação das condições de produção (O'CONNOR, 1994).

Questionando a noção de “sustentabilidade”

Refletir acerca dessa sustentabilidade, que denota à produção da cana-de-açúcar e ao etanol um caráter “ambientalmente correto”, requer evidenciar as contradições sob as quais se debruça a produção sucroalcooleira, tangenciando relações entre capital-trabalho, bem como entre capital-natureza.

A expansão da monocultura da cana, por sua vez, vê-se sustentada pelo avanço da indústria à agricultura, principalmente em decorrência da Revolução Verde. Entretanto, as consequências de avanços como esse já puderam ser evidenciadas nos estudos de Marx que, tratando do período da Revolução Industrial, já era possível apontar para um redirecionamento das relações do homem com a natureza. Tal redirecionamento, ao modificar os modos de interação dessas relações, refletiria sobre a degradação do trabalho e da natureza.

Tendo isso em vista, uma breve reflexão sobre a (in)sustentabilidade do capitalismo no pensamento marxiano e marxista pode dar respaldo para se pensar a persistência da degradação socioambiental decorrente da produção aqui evidenciada, bem como para se crer nas impossibilidades de uma produção capitalista ser considerada como sustentável, o que se aproximaria do metabolismo social entre a sociedade e a natureza, ao contrário de como acontece, e de como propõe o Protocolo Agroambiental.

De acordo com o autor, a diferença entre os homens e os animais se dá quando os primeiros começam a produzir seus próprios meios de subsistência e, desse modo, a produção passa a ser vista como uma fonte de recriação das necessidades humanas (MARX, 1987). Sob essa perspectiva, a ação de transformar a natureza externa constitui o processo de trabalho, e seu efeito sobre a natureza interna se manifesta na forma como se estabelecem as relações sociais de produção. Segundo Marx (1996, p.297),

Acima de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. [...] Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza.

O processo de transformação da natureza externa, o qual se refere o autor, envolve sua conversão em riqueza material, uma vez apropriada pela sociedade humana. Já o processo de transformação do próprio ser social – a natureza interna – implica na conversão da riqueza material em riqueza social, – isto é, riqueza segundo os critérios históricos de cada sociedade – além das formas determinadas de divisão social do trabalho, de relações de produção e outras formas de organização e consciência.

Nesse sentido, o processo de metabolismo social, referido por Marx, o qual transforma o exterior por meio do trabalho, ao mesmo tempo em que modifica o interior, tem como resultado uma mudança no próprio valor de natureza: este passa a ser submetido pelo valor que a sociedade humana o atribui por meio das relações sociais de produção e, com isso, tem-se, as bases de expansão do próprio capital.

Sob essa perspectiva, a forma histórica da relação da sociedade com a natureza determina tanto o conteúdo da conformação estrutural de uma sociedade quanto na forma de domínio da natureza às necessidades humanas produzidas socialmente. Tendo isso em vista, o autor afirma que o que requer explicação não é a apropriação da natureza pelos seres humanos, mas sim o processo histórico por meio do qual se aliena a existência humana dos condicionantes naturais necessários para se reproduzir, que só é compreendido na relação entre o trabalho assalariado e o capital.

Ao criar a indústria, o modo de produção capitalista acaba por redimensionar as relações do homem com a terra. Segundo Foladori (2001), é possível identificar duas fases do desenvolvimento do capitalismo na agricultura na obra de Marx, as quais contribuem para a compreensão dessa alienação entre o homem e o meio exterior: a primeira delas consiste no desenvolvimento extensivo e, a segunda, no intensivo. Essas duas fases representaram, respectivamente, o avanço da produção capitalista e a inversão de volume cada vez maior de capital sobre a mesma extensão de terra.

Tendo em vista essas considerações, compreende-se que o trabalhador, no processo de acumulação de capital, vai sendo excluído do conjunto dos materiais de reprodução de

sua existência e transformando sua força de trabalho em mercadorias, a serviço do capital. O ritmo de trabalho passa a ser definido, com isso, não mais pela natureza, mas sim pelo próprio capital, contribuindo para a separação entre o homem e a natureza. À vista disso, tem-se como resultante dessa separação, o aparecimento do proletariado que, subordinado ao modo capitalista de produção, distancia-se da natureza.

Ademais, visto que a relação entre capital e trabalho é marcada por um antagonismo – posto que o capital se nutre da exploração do trabalho –, pode-se considerar que, ao entrar em contradição com o capital, o trabalho acaba por entrar em contradição com a própria natureza. Nesse sentido, a perda da identidade orgânica do homem com a natureza se daria a partir da contradição do trabalho com o capital, gerando uma perda da identificação do homem com a natureza. Tem-se, com isso, a ocorrência de uma “fratura metabólica”, a qual se expressa por meio do afastamento e da desarticulação da sociedade e da natureza cada vez mais evidenciada, dando espaço à insustentabilidade no sistema capitalista.

Considerações finais

Considerando que as relações entre sociedade e natureza - sociedade capitalista e meio ambiente - se estabelecem a partir de formas históricas das práticas produtivas, convém trazer essa perspectiva à produção sucroalcooleira do estado de São Paulo a fim de questionar a sustentabilidade presente na proposta do Protocolo Agroambiental.

A noção de sustentabilidade, se pensada a partir de uma perspectiva marxiana, compreenderia uma superação da alienação dos homens com o trabalho e a natureza, o que não ocorre com a real proposta da produção sustentável, colocada em prática pelo Protocolo Agroambiental.

Como visto, independente de uma reconfiguração de algumas práticas produtivas, persiste uma continuidade nos processos de degradação socioambiental. Nesse sentido, o que se observa a partir dessa e de outras propostas embasadas pela sustentabilidade da produção é que elas mascaram a degradação socioambiental inerente ao modo de produção capitalista, baseado na criação de valores excedentes e no processo de acumulação de capital. Com isso, a “estampa verde”, proposta pelo Protocolo Agroambiental, acaba por alcançar novos mercados, e consagrar o progresso técnico que

internaliza e neutraliza as condições degradantes da produção dos agrocombustíveis, intensificando essa fratura metabólica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE JÚNIOR, José Roberto Porto. De. **Lutas ecossociais no contexto do agronegócio canavieiro: (re)ordenação social nas lutas contra a queima da cana-de-açúcar e por uma reforma agrária ambientalizada**. 2013. 291 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2013.

_____. Onde tem fumaça tem fogo: As lutas pela eliminação da queima da cana-de-açúcar. 1 ed. São Paulo - SP: FAP-UNIFESP, 2016. 304 p.

BLOWERS, *Andrew*. Environmental policy: ecological modernization or the risk society. **Urban studies**, v.34, n.5-6, p.853-34, 1997.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Éve. O novo espírito do capitalismo. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

FOLADORI, Guillermo. **Limites do desenvolvimento sustentável**. Campinas: Editora da Unicamp- SP: Imprensa Oficial, 2001.

FREITAS, Tiago Ávila Martins; MOZINE, Augusto Cesar Salomão **Towards a lusophone political ecology: assessing ‘para inglês ver’ environments**. In: BRYANT, Raymond L. The International Handbook of Political Ecology. London. Edward Elgar Publishing, 2015, p. 604-618.

GAMEIRO, Mariana Bombo Perozzi; MARTINS, Rodrigo Constante. Da mercantilização da natureza à criação de mercadorias verdes. REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão, Araraquara, v. 8, n. 2, jan./jun. 2014.

JOLLIVET, Marcel. **Vers un rural posindustriel : Rural et environnement dans huit pays européens**. Paris : L’Harmattan, 1997.

_____. **Agriculture et environnement: réflexions sociologiques**. In: _____ Pour une science sociale à travers champs : paysannerie, ruralité, capitalisme. Paris: Arguments, 2001. p.358 -367.

LENZI, Cristiano Luis. A Teoria Social sob o Signo Ecológico: a modernização ecológica frente à modernização reflexiva de Anthony Giddens e Ulrich Beck, In **Revista de Estudos Ambientais**, Blumenau, v.2,n.1, jan.abr. 2000, p. 61-78.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Coordenação e revisão Paul Singer. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Os Economistas, livro 1).

_____. **Manuscrtos Econômicos e filosóficos de 1844**. Terceiro Manuscrito. In Marx, Karl. Os pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

_____. **O capital: crítica da economia política**. Coordenação e revisão Paul Singer. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1986. (Os Economistas, livro 3, tomo 1).

MARTINS, Rodrigo Constante. **A construção social do valor econômico da água: estudo sociológico sobre agricultura, ruralidade e valoração ambiental no estado de São Paulo**. 2004. 256p. Tese (Doutorado em Ciências da Engenharia Ambiental). Escola de Engenharias de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos – SP, 2004.

_____. Poder e Legitimidade nos enunciados ambientais contemporâneos. **Oficina dos CES** (Universidade de Coimbra), n. 312, Agosto de 2008.

_____. O estatuto da questão agrária na governança socioambiental. In: **Estud. Soc. E Agric.**, Rio de Janeiro, Ano 21, v. 2, outubro/2013, p. 270-288.

_____. A classificação disciplinar no mercado dos enunciados ambientais. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.30 n.87, fevereiro/2015, p. 97-113.

MCCORMICK, John. **Rumo ao Paraíso: a história do movimento ambientalista**. Rio de Janeiro, RJ: Relume-Dumará, 1992.

SAIANI, Carlos Cesar Santejo; PEROSA, Bruno Benzaquen. Saúde Respiratória e Mecanização da Colheita da Cana-de-Açúcar nos Municípios Paulistas: a importância do Protocolo Agroambiental. **RESR**, Piracicaba - SP, v. 54, n. 01, p. 29-50, jan./mar. 2016.

SÃO PAULO. **Lei n. 11.241, de 19 de setembro de 2002**. Dispõe sobre a eliminação gradativa da queima da palha da cana-de-açúcar e dá providências correlatas. Diário Oficial do Estado de São Paulo, São Paulo, 20 set. 2002. Disponível em: <<http://governo-sp.jusbrasil.com.br/legislacao/94008/lei-11241-02>>. Último acesso em: 19 de setembro de 2016.

_____. Secretaria do Meio Ambiente. **O protocolo ambiental**. 2007c. Disponível em: <<http://www.ambiente.sp.gov.br/etanolverde/protocoloagroambiental.php>>. Acesso em: 03 de abril de 2016.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. O trabalho oculto nos canaviais paulistas. In **Perspectivas**, São Paulo, v. 39, jan./jun, 2011. p. 11-46.

_____; MARTINS, Rodrigo Constante. A degradação social do trabalho e da natureza no contexto da monocultura canavieira. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, v. 12, n. 24, p. 196-240, ago. 2010.

A institucionalização da produção orgânica no Brasil – Reflexões a partir da certificação participativa no âmbito da Rede de Agroecologia Ecovida (RS)

Jéssica Maria R. Lucion¹

Este trabalho objetiva discutir acerca da institucionalização da produção orgânica no Brasil, considerando os avanços e limites que as certificações operam na estabilização desse mercado. Essa institucionalização ocorreu de duas formas principais: em primeiro lugar, através da internacionalização das normas da produção orgânica transformando as redes locais em redes internacionais, e em segundo lugar, o deslocamento das normativas locais e internacionais para normas nacionais e, posteriormente, internacionais, culminando na ascensão dos processos de certificações orgânicas. Para trazer a tona essas questões, lanço mão de um estudo de caso realizado junto a pequenos agricultores que mobilizam uma certificação participativa, onde o controle da produção é feito pelos próprios agricultores. Esse modelo já é reconhecido pelo estado brasileiro, mas ainda enfrenta muitas dificuldades. Ao mesmo tempo em que abre alguns mercados para esses agricultores (como o acesso aos mercados institucionais), devido ao seu formato cria barreiras para outros (como grandes redes de supermercados e exportação). O que objetivo mostrar com esse caso é como uma lógica doméstica (modos tradicionais de produção e compreensão sobre a produção orgânica) se tenciona com uma lógica industrial, representada pelos regimes de certificação que restringem as normas orgânicas à especificação dos insumos aceitáveis e não aceitáveis e impõem a necessidade de inspeção e padronização.

Palavras-chave: Produção orgânica, Certificação, Certificação participativa.

Introdução

As chamadas agriculturas alternativas ou sustentáveis² surgem a partir de preocupações decorrentes das consequências da segunda revolução agrícola, marcada, principalmente, pela mecanização e motorização dos sistemas produtivos, bem como pela introdução da quimificação na produção através dos adubos e fertilizantes. Esses novos modelos produtivos, também denominados *modernização agrícola* ou *agricultura convencional*, que se alastraram mais intensamente após a Segunda Guerra Mundial,

¹ Bacharela e Mestra em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

² Que abrangem a agricultura biodinâmica, biológica, orgânica, natural, permacultura e agroecologia (Ehlers, 1996).

promoveram uma intensa padronização das práticas agrícolas traduzidas na promessa de que o aumento da produção acabaria com a fome e ofereceria alimentação farta e barata para as populações. Apesar dos robustos ganhos econômicos desse período não serem comparáveis a de nenhum outro momento histórico, esses avanços não aconteceram sem a perpetuação das desigualdades econômicas, sociais e de trabalho, o acentuamento da pobreza, o encurralamento dos pequenos produtores, a poluição e a degradação ambiental.

É por essas razões que se visualiza o delineamento de alternativas produtivas que se colocam na contramão dos processos de modernização agrícola questionando sua incapacidade de alimentar adequadamente a população e produzir sem causar danos irreversíveis ao meio ambiente. Muitos intelectuais³ buscaram soluções para esses problemas através de alternativas que tornassem possível o desenvolvimento de um modelo agrícola ecológico, que respeitasse o limite biológico dos ecossistemas. A partir da década de 1940 esses modelos alternativos experimentam difusão e expansão em vários países, inclusive com a formação de associações de produtores e consumidores, mas é na década de 1970 que esse movimento, popularmente conhecido como da *agricultura orgânica*, expande-se consideravelmente juntamente com os sistemas de conformidade orgânica e o Movimento Internacional da Federação da Agricultura Orgânica (IFOAM)⁴.

Ao longo das últimas quatro décadas, a agricultura orgânica vem passando por constantes processos de regulamentação que ocorreram de duas formas principais: em primeiro lugar, através da internacionalização das normas da produção orgânica transformando as redes locais em redes internacionais, e em segundo lugar, o deslocamento das normativas locais e internacionais para normas nacionais e, posteriormente, internacionais, culminando na ascensão dos processos de certificações orgânicas.

³ Segundo Ehlers (1996) e Paulus (1999) alguns desses intelectuais são Rudolf Steiner, filósofo e educador suíço, o biólogo suíço Hans Müller, o agrônomo inglês Albert Howard, e Masanobu Fukuoka, biólogo francês. Paulus (1999) enfatiza que o mérito desses intelectuais foi o de sistematizar e fundamentar teoricamente essas experiências, pois a adubação orgânica é uma prática milenar em países como Índia e China, e também foi praticada pelos povos nativos da América, África e Oceania.

⁴ A Federação Internacional de Movimento da Agricultura Orgânica (IFOAM) criada em 1972 na França. Atualmente está presente em 118 países e conta com, aproximadamente, 800 associados. Seu objetivo é agrupar associações da agricultura orgânica e estabelecer normas, válidas internacionalmente, para a agricultura e certificação orgânica a partir do método de certificação por terceira parte. Link para acesso: <http://www.ifoam.org/>

No Brasil, o aparato legal para a produção e certificação orgânica implantado a partir da década de 1990 foi influenciado pelas normativas internacionais. Desde esta época, os atores envolvidos com a agricultura orgânica no país demonstram resistência em aceitar normas construídas por padrões externos que não refletem a realidade brasileira onde a necessidade de certificar os produtos é imposta como a única forma de garantia da conformidade orgânica dos produtos, além das normas técnicas de produção consideradas inadequadas para a realidade climática e geográfica do país.

Levando em conta esse cenário, o objetivo deste trabalho é produzir algumas reflexões sobre esse processo de institucionalização considerando os impactos dele decorrentes para os pequenos produtores. Em outras palavras, trata-se de pensar como uma lógica doméstica (modos tradicionais de produção e compreensão sobre a produção orgânica) se tenciona com uma lógica industrial, representada pelos regimes de certificação que restringem as normas orgânicas à especificação dos insumos aceitáveis e não aceitáveis e impõem a necessidade de inspeção e padronização.

Para trazer a tona essas questões, lanço mão de um estudo de caso realizado junto a pequenos agricultores associados à Rede de Agroecologia Ecovida⁵ que mobilizam uma certificação participativa onde o controle da produção é feito pelos próprios agricultores, em contraposição ao modelo de certificação por auditoria ou terceira parte. Em síntese, o que gostaria de demonstrar é que a “importação” de normas internacionais não adaptadas à realidade local pode trazer consequências para o desenvolvimento local e para o mercado interno de produtos orgânicos devido aos custos financeiros e organizacionais que acarreta. Nesse sentido, a adoção de normas construídas a partir de outras realidades pode acarretar para pequenos produtores e empresários rurais dificuldades de inserção no mercado, favorecendo, por outro lado, os grandes produtores.

⁵ A Rede toma corpo na década de 1990 no sul do Brasil e envolve-se com programas de ação que possibilitem a conversão de pequenos agricultores aos moldes da agricultura ecológica. Ela visa, entre outros objetivos, desenvolver e multiplicar as experiências baseadas na agroecologia e ter uma marca/selo que expressem esse comprometimento (REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA, 2001).

A institucionalização da produção orgânica no Brasil e o surgimento das certificações

Conforme brevemente mencionado, a agricultura orgânica vem passando por constantes processos de regulamentação. De acordo com Fonseca (2005), o mundo dos orgânicos transformou-se de redes locais de produção e consumo, basicamente informais, para um sistema de comércio global regulado e formal que liga locais distantes de produção, comercialização e consumo. Essa formalização buscaria atender as exigências do público consumidor em relação à conformidade orgânica, a produção e a comercialização passam, nesse sentido, por uma construção jurídica que envolve o reconhecimento de critérios de “qualidade” orgânica.

Esses processos ocorreram, em primeiro lugar, através da internacionalização das normas da produção orgânica a partir da criação de IFOAM em 1972. Em segundo lugar, essa regulamentação deslocou-se para normativas nacionais. Nesse ponto é importante considerar que as regulamentações europeia e norte-americana passaram a ser tomadas como modelo em outras regiões, deslocando as normativas novamente para parâmetros internacionais e culminando na formação de um sistema de comércio globalizado e na ascensão dos processos de certificação.

No Brasil, até a década de 1990 a necessidade de regulamentação da produção orgânica tinha resposta na atuação de associações de agricultores, ONGs, cooperativas de consumidores e técnicos que estavam atentos às normas estabelecidas no âmbito internacional. Segundo Medaets e Fonseca (2005), no final da década de 1980 iniciam-se no país tentativas de exportação, principalmente para a Alemanha, de cacau e açúcar orgânico. Diante disso, os países importadores passam a pressionar o Brasil para que adote um modelo de certificação legalmente reconhecido. A Diretriz 2.092, que trata da comercialização de alimentos orgânicos nos países membros, promulgada pela União Europeia em 1992, aumenta as exigências para que países como o Brasil continuassem exportando produtos orgânicos para a Europa⁶.

⁶ Tomando como modelo a legislação europeia, o Brasil adota como sistema de certificação o modelo conhecido como certificação por auditoria ou terceira parte. A auditoria por terceira parte atua mediante a avaliação de conformidade, ou seja, avalia se os requerimentos específicos para a produção orgânica estão sendo cumpridos. Neste sentido, considerando que os consumidores não podem verificar a conformidade do produto, as certificações de conformidade são indispensáveis para o público consumidor, elas atestam se o produto atende às suas expectativas (MEDAETS; FONSECA, 2005). É importante ressaltar que esta modalidade de avaliação ocorre por uma organização, pública ou privada, independente daquela destinada

Diante da pressão, cria-se o Comitê Nacional de Produtos Orgânicos (CNPOrg) em 1995, com representantes das ONGs atuantes em torno da produção orgânica naquele momento. As questões debatidas durante os dois anos de atuação do comitê giravam em torno da necessidade de se regulamentar a certificação de produtos orgânicos e qual modelo de certificação deveria ser adotado. Desde essa época, os movimentos em torno da agroecologia questionavam o modelo de normalização que vinha sendo construído a partir de padrões externos onde, entre outros aspectos, a certificação era apresentada como única forma de atestar a conformidade orgânica dos produtos. Em síntese, para esses atores as regulamentações levadas a cabo a partir de instituições internacionais não refletiam a realidade brasileira, pois não levavam em conta as especificidades dos pequenos produtores envolvidos com a produção orgânica.

No âmbito da Rede de Agroecologia Ecovida, por exemplo, segundo Laércio Meirelles, agrônomo e integrante da Rede, a ideia da certificação chegou com um grupo de alemães que traziam ideias e contavam a experiência das certificações que estavam em curso na Europa na década de 1990. Neste momento, a Feira da cooperativa COOLMEIA⁷, hoje extinta, mas ainda reconhecida pela sua atuação em relação à agricultura ecológica, já existia há dois anos sem nenhuma cobrança com relação à certificação por parte do público consumidor. Muitos dos representantes dessas ONGs eram contra a certificação em decorrência das pressões de mercado, mas com o passar do tempo aceitaram a ideia de uma certificação participativa, levada a cabo pelos seus técnicos e agricultores integrantes. A certificação participativa é forjada na relação de proximidade entre produtor e consumidor, ao invés de passar por uma auditoria realizada por terceiros, a produção é reconhecida por um processo de credibilidade construído junto ao consumidor e na relação com outros produtores, um controle que ocorre constantemente.

O que se pretende com esse tipo de iniciativa é estabelecer um sistema de certificação que não dependa exclusivamente do exame realizado por um técnico ou auditor externo, e onde seja dada aos produtores a oportunidade de participar de um processo cujo resultado lhes afeta diretamente. A aplicação deste sistema prevê, como o próprio nome indica, que os

a produção que se busca verificar, a utilização de um órgão independente se dá pela necessidade de que o mesmo não esteja envolvido nos processos produtivo e comercial. A confiança na qualidade do produto é intermediada pelo organismo certificador.

⁷ Segundo Viola (1987) a cooperativa advém de uma comunidade urbano-rural que atuava em feiras e restaurantes na região metropolitana de Porto Alegre, se organizava em torno dos princípios do cooperativismo auto gestionários e seus membros eram muito ativos no movimento ecológico gaúcho.

atores envolvidos assumam um compromisso tácito e pleno com os princípios da produção ecológica, assim como um papel ativo na supervisão de todas as etapas do processo (Caldas *et al.*, 2012, p. 457).

A certificação participativa realizada pela Rede Ecovida pode ser definida como um processo de geração de credibilidade em rede realizado de forma descentralizada, respeitando as características locais, que visa aprimorar a agroecologia e assegurar a qualidade dos seus produtos através da participação, aproximação e compromisso entre os agricultores, os técnicos e os consumidores. [...] está alicerçada no processo de interação e controle social (REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA, 2007, p. 38).

A ideia de uma certificação participativa, no entanto, não agrada a todos. No âmbito do CNPOrg é possível perceber, então, o delineamento de dois grupos: os partidários da certificação por auditoria e os partidários da certificação participativa. Dessas divergências nascem novos conflitos que culminam, em 1996, em projetos de lei não construídos com a participação de todas as ONGs então atuantes no comitê. Em 1997 começam a se definir as normas técnicas para a produção orgânica e em 1999 o Ministério da Agricultura e do Abastecimento⁸ publicou a Portaria 505/1998, para apreciação da sociedade, dando origem no ano seguinte na Instrução Normativa 07/1999. A Instrução Normativa 07/99 não só delimita as condições para considerar um sistema produtivo como orgânico, mas também as condições do seu controle de qualidade: a certificação deve ser realizada a partir do modelo de certificação por terceira parte. Ao adotar este modelo de reconhecimento de produtos, o Estado brasileiro assume a posição de não reconhecer como orgânica a produção oriunda de um sistema produtivo não certificado ou certificado de forma participativa.

Durante a realização do Encontro Nacional de Agroecologia (ENA) realizado em 2002, foi proposta a retomada das discussões sobre a regulamentação da produção orgânica com foco em um processo coletivo e amplo, criou-se, então, um grupo de trabalho com o objetivo de avaliar possíveis reformulações na legislação em curso, o Grupo de Agricultura Orgânica (GAO). A partir das articulações do GAO, elabora-se uma minuta de projeto de lei submetida ao 2º Encontro Nacional do Grupo de Agricultura Orgânica, a partir do qual se obtém certo consenso no entorno dessas questões.

⁸ Atualmente denominado Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Daí resulta a Lei 10.831, instituída em 2003 e conhecida como a Lei dos Orgânicos, que se assemelha muito a IN 07/99 do Ministério da Agricultura e Abastecimento. A Lei dos Orgânicos também prevê que a certificação da produção orgânica deve ser feita por “organismo reconhecido oficialmente”, ressaltando-se que, até a promulgação da presente lei, apenas as empresas certificadoras eram reconhecidas pelo estado brasileiro. A lei de 2003 traz, no entanto, um avanço, pois passa a tornar facultativa a certificação para os produtores que comercializem de maneira direta.

O não reconhecimento da certificação participativa acabou mobilizando uma crítica em relação à certificação por terceira parte por considerar, principalmente, que nesses regulamentos os critérios de qualidade foram reduzidos às normas técnicas de produção e rotulagem, deixando para trás concepções mais amplas levadas em conta pelas redes nacionais quando das primeiras iniciativas de produção orgânica. Isso representaria tensões existentes entre uma lógica doméstica e uma lógica industrial (FONSECA, 2005; BYÉ; SCHMIDT, 2001; SYLVANDER, 1998). Na busca pelo reconhecimento legal da certificação participativa, alguns conflitos são travados na esfera pública. As pressões dos grupos de interesse dão origem ao Decreto 6.323/2007 que regulamenta a Lei Federal 10.831/2003. O Decreto cria o Sistema de Avaliação da Conformidade Orgânica (SisOrg), composto por entidades da administração pública, bem como organismos de avaliação da conformidade orgânica (OACs)⁹ credenciados pelo MAPA.

Uma das principais novidades deste Decreto é instituir o sistema participativo de qualidade orgânica que reconhece e torna legítima a atuação dos organismos participativos, como a Rede de Agroecologia Ecológica, que avaliam a conformidade da produção orgânica ou ecológica. Neste sentido, o estado brasileiro passa a reconhecer como organismos de reconhecimento tanto os Sistemas de Conformidade Orgânica (SCO), quanto os Sistemas Participativos de Garantia (SPG).

Levando em conta esse cenário, o trabalho tem como objetivo principal produzir algumas reflexões em torno do processo de institucionalização da agricultura orgânica no Brasil considerando os impactos dele decorrentes para os pequenos produtores no que se refere, principalmente, a necessidade de adoção de sistemas de certificação. Trata-se de pensar como uma lógica doméstica se tenciona com uma lógica industrial e de que forma

⁹ As OACs são pessoas jurídicas responsáveis por verificar a conformidade da produção orgânica, de acordo com os regulamentos técnicos, fornecendo a certificação e a permissão para uso do selo de conformidade orgânica.

a adoção de um modelo de certificação participativo poderia dar conta dessas tensões e conflitos.

Certificar para que(m)? Tensões entre diferentes lógicas

Conforme mencionado, o processo de regulamentação da produção orgânica no Brasil não ocorreu sem o estabelecimento de disputas, seja pelo significado do que é orgânico, pelos critérios de construção da qualidade orgânica ou pelos modelos de certificação adotados. No que diz respeito a isso, os movimentos em torno da agroecologia sinalizam tensões e resistência em aceitar normalizações construídas e impostas a partir de outras realidades.

Buscando compreender se existem alternativas para a regulamentação da produção orgânica nos moldes adotados face à inadequação da realidade nacional aos mesmos, sem que isso acarrete na exclusão de pequenos produtores, Fonseca (2005) visualiza três hipóteses principais. Em primeiro lugar, considera que as instituições internacionais não levam em conta as especificidades dos países de baixa renda, dificultando a entrada dos pequenos produtores nos mercados, acabando por favorecer os grandes empresários. A segunda hipótese é de que o processo de institucionalização da produção orgânica caminha para a validação da qualidade do produto final, enquanto na gênese dos movimentos em torno da temática esse conceito de qualidade era tomado como algo mais amplo.

Desaparecem, por exemplo, as garantias da conformidade dadas pelo produtor ou pelo comprador nos procedimentos de avaliação e se consagra a certificação do produto e não do processo. Ao mesmo tempo, desaparecem os critérios relativos aos aspectos sociais nas regulamentações técnicas [...] (Ibid., p. 10).

Por fim, a autora apresenta a ideia de que a regulamentação que está sendo implantada no Brasil poderá dificultar a manifestação de outros mecanismos de certificação, historicamente estabelecidos no país, como a certificação participativa. Para Fonseca (2005), de uma maneira geral, a evolução dos princípios e da regulamentação da produção orgânica representam tensões entre as convenções doméstico-cívicas e as convenções industrial-mercantis (BOLSTANKI; THÉVENOT, 1991).

Estas ficam nítidas nos argumentos de diferentes membros da IFOAM contra a internacionalização do comércio de produtos orgânicos e os controles rígidos que passam a fazer parte do dia a dia dos pequenos produtores e Ocs [Organismos de Certificação] que, à época desta mudança, eram os verdadeiros dinamizadores deste mercado e dos conceitos. A incorporação das normas de rede nos regulamentos, principalmente no que tange as normas técnicas de produção e, mas mais do que isto, os controles para garantia da qualidade, mudam definitivamente o universo das redes de produção, comercialização e consumo da AO [Agricultura Orgânica] (FONSECA, 2005, p. 179).

Na linha desta discussão, Byé e Schmidt (2001) apontam os “efeitos perversos” dos mecanismos de reconhecimento na agricultura orgânica. Para os autores, as exigências mercantis e técnicas impostas através dessas normas poderiam acabar excluindo do mercado os pequenos produtores, ou conduzindo-os a uma situação de extrema dependência: essas regulamentações impactariam sobre a liberdade de escolha dos produtores e nas suas capacidades de organizar suas propriedades de acordo com as suas referências.

Para Sylvander (1997), o surgimento de dispositivos regulamentares, como os selos de certificação, representa a passagem da agricultura ecológica de uma lógica doméstica/inspirada (onde a qualidade remete a identidade dos produtos/produtos singulares) para a lógica industrial. O autor considera que estas mudanças tenham três consequências principais: a marginalização das redes tradicionais de agricultura orgânica e o enfraquecimento dos seus princípios fundadores; sua industrialização (adoção de métodos industriais para resolver conflitos); e a criação de um nicho de mercado que obriga a padronização dos produtos. Além disso, a agricultura ecológica ficaria reduzida a dimensões técnicas e verificação de procedimentos.

Nesse sentido, enfatizo a ideia de Fonseca (2005) de que o processo de institucionalização da agricultura orgânica representa tensões existentes entre uma lógica doméstica e industrial. Para trazer a tona as questões apresentadas, lanço mão de um estudo de caso realizado junto a pequenos agricultores associados à Rede de Agroecologia Ecológica que mobilizam uma certificação participativa. A amostra operacional da pesquisa que embasa esse trabalho foi composta por agricultores pertencentes à Rede de

Agroecologia Ecovida através do Núcleo Vale Rio do Pardo, Núcleo Sul e Núcleo Litoral-Solidário localizados no Rio Grande do Sul.

Dos agricultores entrevistados, a média geral de tempo de certificação é de dois a três anos. Para a maioria, a opção pela certificação foi devido às imposições legais que exigem para que os produtores possam inserir seus produtos em qualquer mercado indireto (supermercados, cooperativas, mercados institucionais, entre outros). Além disso, alguns apontam que a certificação é uma forma de comprovação de que a propriedade é ecológica, buscando coibir fraudes por parte de alguns produtores convencionais que vendem seu produto como ecológico, dando, assim, um respaldo para os consumidores. A maioria dos agricultores não considera que a certificação tenha possibilitado um aumento nas suas rendas, mas possibilitou a entrada em novos mercados, antes inacessíveis devido à falta da certificação.

A certificação participativa é compreendida pelos agricultores entrevistados como um processo coletivo e participativo que tem a importante função de incluir o agricultor no processo de verificação, permitindo que este desenvolva sua autonomia. Além disso, é considerada como um importante espaço para trocas de conhecimentos e experiências entre esses agricultores, ao contrário da certificação por terceira parte que é compreendida como um processo individual, onde o agricultor não tem contato com os demais e trabalha sozinho. Ademais, ela seria inviável para a agricultura familiar uma vez que seus custos financeiros são muito elevados, ao contrário da certificação participativa que tem como custo a própria premissa da participação.

A certificação por auditoria estaria mais voltada para a construção de um *marketing* sobre a ideia do produto orgânico. Além disso, prevaleceria a compreensão dos produtos orgânicos enquanto mercadoria, um produto, ao contrário dos agroecologistas que veem seus produtos como alimentos. Nesse sentido, é importante destacar que a certificação participativa é vista como um modelo que certifica processos, ao contrário da certificação por auditoria, que certificaria produtos.

Quando questionados sobre o formato participativo de certificação desenvolvido pela Rede de Agroecologia Ecovida, os agricultores enfatizam a importância de este processo ser realizado por agricultores e não por técnicos (certificação por auditoria), pois segundo eles, estes não tem competência suficiente para avaliar se a produção é ecológica. Essa distinção aponta para os dois tipos de *experts* definidos por Bessy e Chateauraynaud

(2014): o auditor de uma certificadora é considerado um profissional que não pertence ao contexto que estará avaliando, aplica procedimentos rotineiros e parte de generalizações para verificar se uma propriedade é ou não orgânica (lógica industrial); o agricultor que vistoria uma propriedade em grupo a partir da certificação participativa é dotado de conhecimentos específicos sobre aquela produção e sua avaliação é contextualizada com cada realidade que vistoria (caráter local/ lógica doméstica).

Neste sentido, pode-se perceber que a questão da *expertise* é muito cara à certificação participativa, isto porque ela questiona a legitimidade de um auditor externo (certificação por auditoria – *expert* do tipo 1) para avaliar a conformidade orgânica de uma propriedade. Os defensores da certificação participativa acreditam que apenas indivíduos envolvidos com aquela atividade podem fazer tal avaliação, por essa razão a certificação participativa tem caráter maleável e apresenta diferentes formas de atuação, dependendo do contexto onde se aplica (*expert* tipo 2). Na certificação participativa a experiência sensorial é muito valorizada, pois o conhecimento tácito, adquirido pelos agricultores na experiência, funciona como uma forma de atestado.

Nesse sentido, ponto que merece destaque nas tensões produzidas entre a lógica doméstica e industrial diz respeito à ideia de inspeção externa (auditoria) e olhar externo, ou revisão por pares, nomenclatura dada às vistorias que ocorrem por parte dos agricultores na certificação participativa.

A revisão de pares, exatamente isso, é o contrário da certificação por terceira parte que diz que não pode vocês mesmos se certificarem, tem que eu vir de fora porque eu sou idôneo, sou neutro e vou verificar se vocês fazem o que dizem que fazem, nós dizemos “Não, os pares se visitando mutuamente geram um tipo de controle que é tão ou mais eficiente que esses por terceira parte” (Laércio Meirelles, Agrônomo e integrante da Rede Ecovida).

É exatamente por ser um controle comunitário, rotineiro, que é *tão ou mais eficiente*, como alguns agricultores informaram, a certificação participativa é um controle constante, ao contrário da certificação por auditoria onde a vistoria é mais esporádica. Nesse sentido, a certificação participativa representa uma crítica à adoção de técnicas produtivistas que rompem com os laços comunitários, e a adoção crescente de diplomas e

certificados, em contraposição a legitimidade do conhecimento tácito, adquirido na experiência.

Isso não faz, no entanto, com que a produção orgânica passe, rigorosamente, de uma lógica doméstica para a industrial, mas buscaria associar as duas através da adoção de uma certificação participativa. Boltanski e Thévenot (1991) pensaram a *city* industrial a partir dos trabalhos de Saint-Simon. Esta cidade seria a analogia de uma *máquina* cujas partes (órgãos) cumpririam diferentes funções. Aqui a grandeza é estabelecida com base na eficácia, nesse sentido, grandes são aqueles que conseguem dominar as técnicas, ferramentas e objetos que lhe são próprios. É claro que, de certa forma, a própria adoção de um processo de certificação, mesmo que participativo, remete a adoção de padrões industriais, pois a certificação remete a uma forma de medida, um teste realizado para “comprovar” se os produtos são realmente ecológicos.

Na busca de um equilíbrio entre estas lógicas, Sylvander (1997) sugere a formação de instituições coletivas com a finalidade de estabelecer as regras de qualidade (industrial) e o incentivo à constituição de relações entre os indivíduos envolvidos (doméstica). Essa parece ser a intenção da certificação participativa desenvolvida pela Rede de Agroecologia Ecológica. Nessa direção, seria mais interessante pensar que essas tensões se traduzem, ao mesmo tempo, em compromissos entre essas lógicas que dá, por sua vez, sustentação a esse dispositivo.

Considerações finais

No decorrer deste trabalho, aludi ao processo de institucionalização da produção orgânica no Brasil e a implicação que a adoção de normas estrangeiras, não correspondentes com a realidade brasileira, pode ter para os pequenos produtores rurais. Entre outras implicações, a adoção de modelos de sistemas de reconhecimento da qualidade orgânica pode levar ao distanciamento entre produtores e consumidores, privando os pequenos produtores das vantagens por eles construídas historicamente (relação de proximidade e confiança com os consumidores), e, de certa forma, burocratizando ou estatizando estas relações (BYÉ; SCHMIDT, 2001). Além disso, pode trazer consequências para o desenvolvimento local e para o mercado interno de produtos orgânicos devido aos custos financeiros e organizacionais que acarreta.

Diante dessas imposições, delineou-se no Brasil um campo de disputas em torno da adoção dos sistemas de certificações da produção orgânica. Os atores historicamente envolvidos com a agricultura ecológica posicionaram-se contrários ao modelo de certificação por terceira parte mobilizando uma crítica a este e pautando pelo reconhecimento da certificação participativa. Conforme visto, na certificação participativa a produção é reconhecida por um processo de credibilidade construído junto ao consumidor e na relação com outros produtores, um controle que ocorre constantemente, o olhar externo ou revisão por pares. Além disso, a certificação participativa, apesar de se posicionar criticamente a certificação por terceira parte (questionamento a lógica industrial e enfatizando a lógica doméstica), opera uma espécie de compromisso entre diferentes lógicas, buscando associar regras de qualidade à realidade local dos produtores.

Compreendo que o selo advindo desse processo de certificação participativa possua um poder de duas dimensões: um *poder externo*, na medida em que se relaciona ao circuito de circulação desse produto (agenciamento da mercantilização), e um *poder interno* que tem relação com o próprio processo de certificação participativa e suas implicações para a vida desses agricultores. Esse poder interno consiste no caráter participativo da certificação que possibilita ao agricultor envolver-se no processo e trocar experiências com seus pares. A certificação participativa pode ser compreendida então como componente de um *espaço sociotécnico*, definido por Sauborin (2009) como:

o lugar e as circunstâncias que servem de suporte privilegiado para os encontros entre aqueles atores sociais quem mantêm elos de proximidade de densidade suficiente para poder falar e realizar intercâmbios sobre assuntos e objetos técnicos vinculados a seu trabalho (Ibid., p. 201).

Durante as entrevistas, os agricultores informaram que o maior benefício da certificação participativa não são as vantagens econômicas (acesso a mercados, por exemplo), o ganho está no caráter participativo, no processo coletivo, na troca de experiências e na rede de solidariedade que se forma entre esses agricultores. Por essa razão, considera-se que o selo tem um poder externo e um poder interno, de representar esse trabalho de certificação que serve de apoio para a sustentação dessa gramática, pois fica claro que ao permitir a troca de experiências, as visitas nas propriedades e o diálogo, a certificação participativa e a Rede de Agroecologia Ecovida contribuem para a criação de

laços entre esses agricultores, para a construção do conhecimento agroecológico e para a permanência destes dentro do estilo de vida agroecológico. Essa permanência é possibilitada pela certificação participativa tanto em relação à possibilidade de acesso a determinados mercados como pelo controle que opera durante o processo de certificação e que permite ao agricultor corrigir erros, adequar-se a normas e ir assimilando o modo de ser da agroecologia.

Nesse sentido, os benefícios da certificação participativa e a sua representação em um selo, podem ter mais ganhos internos que externos aos grupos certificados. Por essa razão, o selo, além de dispositivo de coordenação de mercados, de julgamento ou de confiança, também pode representar um modo de vida e atuar como dispositivo de reconhecimento desses grupos, o que não confere autenticidade para um produto em si, mas para um processo, um modo de fazer, o modo de fazer agroecológico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BESSY, C.; CHATEAURAYNAUD, F. **Experts et faussaires**. Pour une sociologie de la perception. Paris: Petra, 2014.

BOLTANSKI, L.; THÉVENOT, L. **De la justification: Lês économies de la grandeur**. Paris: Gallimard, 1991.

BRASIL. Ministério da Agricultura e do Abastecimento. Instrução Normativa nº 7, de 17 de Maio de 1999.

_____. Lei n. 10.831, de 23 de dezembro de 2003.

_____. Decreto n. 6.323, de 27 de dezembro de 2007.

BYÉ, P.; SCHMIDT, W. Agricultura familiar no Sul do Brasil – de uma exclusão produtivista a uma exclusão certificada? **Estudos Sociedade e Agricultura**. n. 17. Outubro, 2001. p. 104 – 118.

CALDAS, N. V., SACCO DOS ANJOS, F., BEZERRA, A. J. A., CRIAD, Encarnación A. Certificação de Produtos Orgânicos: Obstáculos à implantação de um sistema participativo de garantia na Andaluzia, Espanha. **Rev. Econ. Sociol. Rural**. Brasília, Vol. 50, Nº 3, p. 455-472, 2012.

EHLERS, E. **Agricultura Sustentável: Origens e perspectivas de um novo paradigma**. São Paulo: Livros da Terra, 1996.

FONSECA, Maria Fernanda de Albuquerque Costa. **A institucionalização dos mercados de orgânicos no mundo e no Brasil: Uma interpretação.** Seropédica: UFRuralRJ. ICHS. CPDA. 2005.

MEDAETS, J. P.; FONSECA, M. F. **Produção orgânica: regulamentação nacional e internacional.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário – NEAD, 2005.

PAULUS, Gervásio. **Do padrão moderno à agricultura alternativa: Possibilidades de transição.** Universidade Federal de Santa Catarina – Curso de Pós-Graduação em Agroecossistemas (Dissertação de Mestrado). Florianópolis, 1999.

REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA. **Rede Ecovida de Agroecologia.** Passo Fundo, 2001. Fôlder.

_____. **Uma identidade que se constrói em Rede.** Caderno de Formação 01. Lapa: Rede Ecovida de Agroecologia, 2007.

SAUBORIN, E. **Camponeses do Brasil.** Entre a troca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SYLVANDER, B. Le rôle de la certification dans les changements de régime de coordination: L'agriculture biologique, du réseau à l'industrie. **Revue d'économie industrielle.** Vol. 80. 1997. p. 47-66.

VIOLA, E. O movimento ecológico no Brasil (1974 – 1986): Do Ambientalismo à Ecopolítica. PÁDUA, J. (org.) **Ecologia e política no Brasil.** Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; IUPERJ, 1987.

A (in)eficiência das políticas públicas para o meio ambiente

Fernanda Dias dos Santos¹

Éverton de Oliveira Cabral²

Jussara Cabral Cruz³

Angela Maria Mendonça⁴

O trabalho apresenta o resultado da aplicação de questionário às entidades-membros do Comitê de Bacia do Rio da Várzea, com o objetivo de apontar alguns dos problemas enfrentados na gestão e possíveis soluções para os mesmos. A Bacia é caracterizada por pequenas propriedades rurais, com uso múltiplo do solo, destacando-se o cultivo de soja, trigo e milho, assim como avicultura e suinocultura. O papel do Comitê da Bacia do Rio da Várzea, norteia-se no acompanhamento da implementação das ações planejadas, por meio de mecanismos para verificação dos resultados, se os mesmos são satisfatórios aos usuários dos recursos hídricos e se as demandas são atendidas. As entidades-membros apontaram os problemas enfrentados na gestão dos recursos hídricos, como o uso excessivo de agrotóxicos, lançamentos de esgotos domésticos, destruição de mata ciliar, efluentes oriundos dos confinamentos de animais, e propuseram algumas soluções como educação ambiental, programas de recuperação de áreas degradadas e práticas alternativas de uso e ocupação do solo.

Palavras-Chave: Gestão, Recursos Hídricos, Comitês.

INTRODUÇÃO

As políticas sociais são compreendidas como concessões feitas pelo Estado com a pretensão de restabelecer o equilíbrio social por meio de ações de redistribuição de renda, com o propósito de melhorar o bem-estar da população (PASTORINI, 1997). Dentre as inúmeras necessidades que o ser humano tem, a qualidade de vida é um dos mais imprescindíveis.

Como forma de garantir a qualidade e a quantidade dos recursos hídricos para as futuras gerações, criou-se a Lei 9.433, de 08 de janeiro de 1997 onde, priorizou-se o abastecimento humano e a dessedentação animal em casos de escassez. No entanto, para

¹Engenheira Florestal, Mestranda Do Programa de Pós Graduação em Engenharia Florestal, Universidade Federal de Santa Maria, CAPES.

² Graduando em Jornalismo, Universidade Federal de Santa Maria.

³ Engenheira Civil, Professora Dr^a Associada, Universidade Federal de Santa Maria.

⁴Engenheira Florestal, Mestre em Engenharia Ambiental, Universidade Federal de Santa Maria.

os demais usos, os critérios de uso das águas foram definidos caso a caso, em função das peculiaridades regionais dos comitês.

O Sistema de Gestão de Recursos Hídricos no Brasil tem-se ampliado com a formação dos Comitês de Bacias Hidrográficas. Com a necessidade de estabelecer diretrizes para a formação e funcionamento do Comitê de Bacias Hidrográficas, instituiu-se o Decreto nº 2.612 de 3 de junho 1998 em conformidade com a Lei 9.433/97 e com os critérios estabelecidos na Resolução nº 5, de 10 de abril de 2000 do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

No Estado do Rio Grande do Sul, a Lei nº 10.350 de dezembro de 1994, instituiu o Sistema Estadual de Recursos Hídricos composto, entre outros, pelos comitês de bacia (Lei 10.350/94), com as seguintes atribuições: adequar a gestão dos recursos hídricos às diversidades físicas, bióticas, demográficas, econômicas, sociais e culturais de sua área de abrangência, exercer uma gestão participativa, com participação social, de modo a democratizar a gestão dos recursos hídricos, a compartilhar o poder de decidir. Isto requer do poder público, assim como dos usuários e da sociedade civil, a capacidade de compartilhar responsabilidades. Também cabe aos comitês amenizar conflitos entre os diferentes atores sociais envolvidos, a fim de que as necessidades sejam atendidas, mas sempre levando em consideração a conservação das águas (Meier, 2011).

O Comitê da Bacia do Rio da Várzea foi criado pelo Decreto nº 43.488, de 08/12/2004, abrange 55 municípios e uma área de 9.463,46 Km², e tem como membros entidades representativas dos Usuários da Água, População da Bacia Hidrográfica e dos Órgãos da Administração Direta, Estadual e Federal, relacionados com os recursos hídricos, conforme dispõe os artigos 13, 14 e 15 da Lei Estadual no 10.350/1994 e o artigo 3º do Decreto no 37.034/1996. Através da Resolução Estadual nº 41/2007, os membros do Comitê reúnem-se ordinariamente, a cada dois meses, convocado pelo Presidente, com antecedência mínima de 10 dias, e extraordinariamente, sempre que se fizer necessário, com antecedência mínima de 72 horas, no Município sede de Frederico Westphalen – RS. As reuniões do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio da Várzea são públicas, sendo instaladas com a presença de no mínimo, um terço dos representantes das entidades com direito de voto, e as decisões são tomadas por maioria simples do quorum mínimo (Diário Oficial, 2007).

Para analisar a eficiência das políticas públicas no Comitê da Bacia do Rio da Várzea, o presente trabalho teve o objetivo de apontar algumas problemáticas visualizadas pelos representantes das entidades-membro, e assim propor modificações em algumas ações que venham a fomentar e fortalecer a aplicabilidade de gerenciamento deste Comitê.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A água, por ser um recurso ambiental, tem sua importância como bem necessária à vida, à economia e ao bem-estar da sociedade. Essa característica faz com que seja necessária uma gestão especial. As considerações que permeiam as leis nacional e estaduais de recursos hídricos das últimas décadas apareceram da necessidade de enfrentamento à crescente escassez quali-quantitativa, nascida da falta de regulação do uso dos recursos hídricos, e como consequência o uso além da disponibilidade e perda de qualidade.

Segundo Pena (2013), com o crescimento populacional e, principalmente, com a disseminação da agricultura moderna, a água vem sendo consumida de forma cada vez mais ampla e intensificada. Por outro lado, a poluição e o uso não sustentável da natureza causam a diminuição de sua disponibilidade. Em muitos locais, a instabilidade política e tensões entre governos por causa da água já são fato.

Conforme Machado (2003), as políticas públicas em discussão no Brasil conduzem para a implantação de instituições que contam com a participação da sociedade, pois o modelo anterior, que aplicava responsabilidades unicamente nas mãos do Estado, encontra-se ultrapassado. Vem daí a necessidade de mudanças que foram inseridas nas políticas de recursos hídricos brasileiras. Essas políticas formam, assim, uma novidade no campo normativo ao inserir voz à sociedade civil como elemento do poder de decisão, juntamente com o Estado e os Municípios onde se localiza a bacia hidrográfica.

Formalmente, o aprimoramento do sistema brasileiro de gerenciamento de recursos hídricos depende da habilidade do exercício da cidadania. Para Dagnino (2002), desde então mudou-se o conceito cidadania, apontando para uma compreensão humana de sociedade na qual seus membros são entendidos como “sujeitos portadores de direitos”. A introdução do direito participativo na gestão dos recursos hídricos traz como maior

desafio, para o comitê de gerenciamento, o fortalecimento da inserção da sociedade no modelo de governança.

Segundo Tundisi (2008), o gerenciamento integrado, preditivo com preferências e otimização de usos múltiplos deve ser inserido no nível de bacias hidrográficas com a finalidade de descentralização do gerenciamento e dar oportunidades de participação de usuários, setor público e privado. Educação da sociedade em todos os níveis e preparativo de gestores com inovações é outra necessidade no desenvolvimento da gestão de recursos hídricos no século XXI.

Fadul et al (2012), diz que do ponto de vista da descentralização as discussões não progridem no sentido de uma ponderação mais crítica, mas se voltam para expor o fato existente, atendo-se a confrontar as experiências expostas à teoria e, em alguns casos à experiência internacional. Sposati(2009) relata que os estudos até então realizados têm deixado a desejar, assim como nos demais casos, por não proporcionarem uma relação entre as questões sociopolíticas e as deficiências no modelo de descentralização. E, menos ainda, apresentam alguma alternativa para adequação dos modelos de descentralização existentes.

Segundo a Agência Nacional de Águas (2011), para discutir sobre comitês de bacia hidrográfica no Brasil é necessário entrar e compreender a complexidade desse universo. É falar de algo que está em movimento e que, embora tenha uma representação inicial, se modifica invariavelmente conforme a conjuntura da política de gestão dos recursos hídricos. O exercício de instalação e funcionamento do comitê de bacia é um dos exemplos da grande mudança na conjuntura das políticas públicas no País. As regras legais e a composição do Estado têm se adequado para dividir a posse de gerenciar as águas.

No Brasil, devido a sua extensão o sistema hídrico brasileiro foi dividido em regiões hidrográficas, conforme Resolução CNRH 32/2002 (CNRH, 2002), que servem para orientar, fundamentar e implementar a Política Nacional de Recursos Hídricos Segundo o site da ANA (ANA, 2016) existem hoje 199 comitês instalados, os quais diferem no tamanho da área de ação, na representação, nas experiências particulares.

A deliberação de constituição de um comitê de bacia hidrográfica, precisa se amparar na real necessidade de existência de um colegiado dessa dimensão, considerando-se sempre o conjunto da bacia hidrográfica, os empenhos políticos e

econômicos, o nível de disposição da sociedade, a estrutura jurídica que regulamenta as instâncias de poder e as junturas entre as políticas públicas. São essas condições que determinam se o comitê terá sustentabilidade política, legal e financeira (WOLKMER, 2013).

Conforme Tedeschi (2003), os comitês precisam de apoio técnico e administrativo para exercer a contento seus papéis e segundo a Lei 9.433/97, quem ampara técnica e administrativamente o comitê é sua Agência de Água e ela só poderá ser criada após o estabelecimento da cobrança pelo uso da água e com a verificação de sua viabilidade financeira, pois os comitês devem ter uma composição de suporte que permita o desenvolvimento de suas atividades da forma mais eficiente para dar efeito às ações por ele determinadas.

No Rio Grande do Sul, a criação dos Comitês de Bacias Hidrográficas tem como marco a Lei Estadual 10.350/94 (SRH, 1994), que incluem também as adaptações dos comitês pré-existentes à Lei. O órgão máximo de planejamento, processos de decisão e execução é o Sistema Estadual de Recursos Hídricos (SERH), sendo que sua estrutura é composta pelo Conselho de Recursos Hídricos (CRH-RS), responsável pela formulação da Política Estadual de Recursos Hídricos, Departamento de Recursos Hídricos (DRH) e Fundação Estadual de Proteção Ambiental, responsáveis pela outorga, fiscalização e monitoramento. Os Comitês de Bacias Hidrográficas são responsáveis por encaminhar propostas para a elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos. No Rio Grande do Sul, de acordo com a Lei 10.350/94, existem três Regiões Hidrográficas: a região do rio Uruguai, com 11 Bacias Hidrográficas, a região do Guaíba, com 9 Bacias Hidrográficas e a região do Litoral, com 5 Bacias Hidrográficas, sendo que cada bacia hidrográfica tem como instrumento de planejamento um plano de gestão dos recursos hídricos, onde são instituídas metas de qualidade e quantidade para as águas da bacia, estabelecidos critérios para o uso dessas águas e ações indispensáveis para alcançar esses fins.

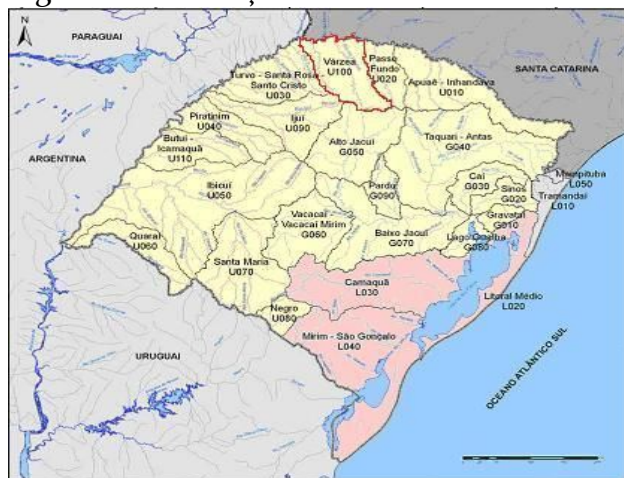
MATERIAIS E MÉTODOS

Localização e caracterização da área de estudo

A Bacia Hidrográfica da Várzea está situada ao norte do Estado do Rio Grande do Sul, entre as coordenadas geográficas 27°00' a 28°20' de latitude Sul e 52°30' a 53°50' de longitude Oeste. Abrange a Província Geomorfológica Planalto Meridional. A bacia tem

área de 9.463,46 Km², abrangendo 55 municípios, com população avaliada em 323.924 habitantes, sendo o seu comitê criado pelo Decreto nº 43.488, de 08 de dezembro de 2004.

Figura 1: Localização da Bacia do Rio da Várzea.



Fonte: Relatório anual sobre a situação das bacias hidrográficas do RS – SEMA (2008).

As cidades abrangidas pela Bacia do rio da Várzea são Almirante Tamandaré do Sul, Alpestre, Ametista do Sul, Barra da Guarita, Barra Funda, Boa Vista das Missões, Caiçara, Carazinho, Cerro Grande, Chapada, Constantina, Coqueiros do Sul, Coronel Bicaco, Cristal do Sul, Derrubadas, Dois Irmãos das Missões, Engenho Velho, Erval Seco, Frederico Westphalen, Gramado dos Loureiros, Iraí, Jaboticaba, Lajeado do Bugre, Liberato Salzano, Miraguaí, Nonoai, Nova Boa Vista, Novo Barreiro, Novo Xingu, Palmeira das Missões, Palmitinho, Passo Fundo, Pinhal, Pinheirinho do Vale, Planalto, Pontão, Redentora, Rio dos Índios, Rodeio Bonito, Ronda Alta, Rondinha, Sagrada Família, Santo Antônio do Planalto, São José das Missões, Sarandi, Seberi, Taquaruçu do Sul, Tenente Portela, Novo Tiradentes, Três Palmeiras, Tiradentes do Sul, Vicente Dutra, Vista Alegre e Vista Gaúcha.

A bacia possui extensão de aproximadamente 140 km no sentido Norte-Sul e 70 km no sentido Leste-Oeste, atenuando no extremo Sul para 40 km, caracterizando assim, uma bacia de forma alongada. Possui uma vazão média anual de 276,51 m³/s, sendo os fundamentais cursos de água os arroios Sarandi, Goizinho e os rios da Várzea, Porã, Barraca, do Mel, Guarita e Ogaratim (ECOPLAN, 2007).

Os principais usos da água na bacia que se destacam são a irrigação, a dessedentação animal e ao fornecimento humano. As atividades econômicas são predominantemente agrícolas, destacando-se o cultivo de soja, trigo e milho, assim como

avicultura e suinocultura. Destaca-se também o potencial hidrelétrico desta bacia e as atividades de mineração (SEMA, 2010). Atualmente, a bacia aporta 12 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) em operação, habilitadas pelo Estado do Rio Grande do Sul, além de mais 10 PCHs em processo de licenciamento. Tanto em números absolutos (t/ano) como específicos (t/ano/km²), a bacia do rio da Várzea é uma das maiores produtoras de dejetos suínos do Rio Grande do Sul, destacando-se em relação aos aspectos incluídos à poluição hídrica de procedência animal, pois a bacia exibe uma alta taxa, de cerca de 50 suínos/Km² (ECOPLAN, 2007). A Bacia do Rio da Várzea contempla três Unidades de Conservação: duas sob administração estadual e uma sob administração do municipal, sendo a mesma localizada no município de Dois Irmãos das Missões.

O Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio da Várzea é formado por 40 representantes titulares: dezesseis entidades representam o grupo dos Usuários da água (40%), dezesseis da População (40%) e oito do Poder Público (20%) (CBHV, 2010),

Segundo a Resolução n° 41/07, que cria o comitê, as atribuições do Comitê da Bacia do Rio da Várzea são: aprovar o Plano da Bacia e acompanhar a sua implementação, apreciar o relatório anual sobre a situação dos recursos hídricos no Estado, propor ao órgão competente o enquadramento dos corpos de água da Bacia, aprovar os valores a serem cobrados pelo uso da água, realizar o rateio do custo das obras a serem executadas na Bacia, aprovar os programas de investimentos em serviços e obras da Bacia e compatibilizar os interesses dos usuários e resolver eventuais conflitos em primeira instância.

Metodologia de pesquisa e avaliação

Elaboração do instrumento de pesquisa

A pesquisa foi realizada por meio de questionário objetivo, que segue metodologia inicial proposta por Matzenauer (2003) e modificado por Ravanello (2007). Os questionários foram destinados aos integrantes do Comitê da Bacia do Rio da Várzea, os quais têm poder de decisão sobre as ações da Bacia. Os questionamentos se referem às principais demandas da Bacia, assim como aos principais problemas e conflitos que são gerados a partir da baixa disponibilidade do recurso hídrico. As questões levantadas são algumas das perguntas que geram as discussões nas reuniões do Comitê, visto que as mesmas são o anseio da população que é usuária da água. As entidades-membros s

puderam expor as visões sobre as prioridades de uso da água, sobre problemas enfrentados pela falta de água, além de apontar possíveis soluções para amenizar os conflitos existentes acerca das decisões, sendo as mesmas levadas em pauta nas reuniões de comitê.

A aplicação do questionário aconteceu em meio digital por meio de correio eletrônico, no período de abril a junho de 2016.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O questionário aplicado aos membros do Comitê da Bacia do Rio da Várzea permitiu identificar algumas preocupações dos membros do comitê.

Quanto à qualidade da água do Rio Uruguai e seus afluentes, os respondentes apontaram que sua utilização pode ser feita para dessedentação animal, utilização na agricultura, atividades de lazer como pesca, sendo que os maiores problemas citados para a bacia do Várzea foram lançamento de agrotóxicos, lançamento de esgotos da criações animais. Isto está de acordo com pesquisas desenvolvidas em afluentes do Rio da Várzea (Mendonça et. Al.,2012), onde os autores constataram que a contaminação da água é devido ao excesso de nitrogênio total, à lixiviação de produtos orgânicos e à produtos químicos utilizados como insumos de produção nas lavouras e na criação de suínos.

As entidades-membros apontaram que as dificuldades para solucionar os problemas que afetam a população vão desde a falta de planejamento e de coordenação do uso da água pelos usuários, até a falta de informação acessível, sendo que população em geral não possui esclarecimentos sobre a importância da preservação da água e falta de planejamento do uso do solo (lavoura e gado) e fiscalização pelos responsáveis legais (governo municipal e estadual).

Em casos de seca, as prioridades identificadas e citadas pelos membros do comitê foram abastecimento público, manutenção da vida aquática, florestamento, preservação para futuras gerações seguido da dessedentação animal.

Algumas ações foram apontadas pelos membros do comitê para que sejam melhoradas as condições das águas da Bacia, tanto em qualidade quanto em quantidade. Dentre elas destacam-se preservação de ecossistemas importantes como banhados e nascentes, planejamento e controle do uso e ocupação do solo na região através de

planejamento das Prefeituras Municipais, restrição à instalação de atividades que causem poluição, controle da extração de argila/solo dos taludes dos rios através de fiscalização da FEPAM e controle do desmatamento.

A execução de algumas obras, apontadas pelos respondentes, também traria melhorias para as condições da água, como por exemplo, tratamento dos esgotos domésticos urbanos e rurais através da construção de redes coletoras e estações de tratamento de esgotos, destinação adequada do lixo através da construção de aterros sanitários e da coleta seletiva, promoção do tratamento parcial de drenagens de estábulos, pocilgas, aviários e utilização de esterqueiras para o aproveitamento dos resíduos nas lavouras.

Quanto aos problemas com os recursos hídricos, é inevitável que se reporte aos causadores de tais problemas. Quando questionados sobre os responsáveis pelos problemas referentes ao recurso hídrico da Bacia, as respostas apontaram para o setor agrícola e setor de mineração, seguido pelo setor de abastecimento público / esgotamento sanitário e a drenagem urbana.

Porém, quando se trata de problemas, é necessário também apontar soluções. Assim, foram propostas algumas ações prioritárias pelos entrevistados como: ter mais cuidado com a disposição do lixo, participar de programas de gestão de recursos hídricos, participar de programas de educação ambiental e incentivar outras pessoas a fazê-lo e auxiliar em programas de recuperação das margens dos rios.

No entanto, segundo entrevista com um membro do Comitê, o plano de Gerenciamento da Bacia do Rio da Várzea já está em processo de elaboração, com estratégias de ações a serem realizadas de forma participativa e representativa onde a população terá representatividade atuante nas tomadas de decisões.

CONCLUSÃO

O papel principal dos Comitês é o de definir prioridades para a gestão das águas, enquanto cabe às suas agências de bacia a implementação dessas prioridades. Porém, na prática a execução das recomendações dos comitês tem ficado sob a responsabilidade de órgãos públicos, mediante contratação de firmas privadas, o que muitas vezes requer tempo de execução e implementação de obras.

Como resultado de um consulta aos membros do comitê do Rio da Várzea, obteve-se como principais demandas de água na bacia o abastecimento da população e a dessedentação animal. Já os problemas apontados referem-se principalmente à agricultura e a utilização de agrotóxicos, seguido pelo lançamento de efluentes.

A participação dos usuários nas representações de comitê é o impulso inicial para que a gestão aconteça, onde a população usuária do recurso hídrico esteja envolvida nas decisões que cabem aos órgãos competentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANA, 2016. <http://www.cbh.gov.br/EstudosTrabalhos.aspx#not-estaduais>. Acesso em 18 de setembro de 2016.

ANA – Agência Nacional de Águas. **Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil**. Informe 2015.

ANA – Agência Nacional de Águas. **O Comitê de Bacia Hidrográfica**. Cadernos de Capacitação em Recursos Hídricos. Brasília/ DF – 2011.

BARBOSA, E. M. **Direito de águas: arranjo jurídico-institucional, política e gestão**. 2012.

BORSOI, Z. M. F., TORRES. S. D. A. **A Política de Recursos Hídricos no Brasil**. Disponível em <http://rash.apanela.com/tf/IEEE/rev8o6.pdf>. Acesso em 15 de junho de 2016.

C. V. M. **O gerenciamento integrado dos recursos hídricos como problema socioambiental**. Ambiente & Sociedade 1999. Consulta: 14 de junho de 2016. Disponível em www.redalyc.org

CBHV - **Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio da Várzea**. Comitê Várzea. 2010.

CERQUEIRA, L. S., FADUL, É., VITÓRIA, F. T., & MORAIS, J. L. M. D. **Produção científica em Gestão de Recursos Hídricos no Brasil no período de 2002 a 2011: uma análise da sua contribuição para o setor**. Gestão & Planejamento-G&P, 17(2). 2016.

CURY, J. F. **A Gestão Integrada de Bacias Hidrográficas: A Abertura de uma oportunidade para o Desenvolvimento Sustentável do Alto Paranapanema (1994-2004)**. Tese de Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 350p, 2005.

DAGNINO, Evelina (Org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ECOPLAN ENGENHARIA. Ltda. **Plano Estadual de Recursos Hídricos do Rio Grande do Sul**. Relatório Síntese da Fase A – Diagnóstico e Prognóstico Hídrico das Bacias Hidrográficas do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 146p, 2007.

FADUL, E., CERQUEIRA, L. S., VITÓRIA, F. T., MORAIS, J. L. M. de , ARAUJO, M. L. DE. **A. Gestão de Recursos Hídricos no Brasil no período de 2002 a 2011: uma análise da sua contribuição para o setor**. Encontro de Administração Pública e Governo. 2012. Disponível em <http://www.anpad.org.br>. Acesso em 22 de maio de 2016.

FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL HENRIQUE LUIZ ROESSLER – FEPAM, U100 – Várzea. Disponível em: http://www.fepam.rs.gov.br/qualidade/bacia_uru_varzea.asp . Acesso em 17 agosto. 2016.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Diário Oficial da União**._ANO LXV PORTO ALEGRE, QUINTA-FEIRA, 1º DE NOVEMBRO DE 2007 Nº 208. Resolução Nº 41/07. 2007.

KEMERICH ET AL. (2015) **Bacia hidrográfica do rio da Várzea - RS: o papel do órgão gestor**. HOLOS, Ano 31, Vol. 2 73.

MACHADO, C. J. S. **Recursos Hídricos e Cidadania no Brasil: Recursos Hídricos e Cidadania no Brasil: Recursos Hídricos e Cidadania no Brasil: Limites, Alternativas e Desafios**. Ambiente & Sociedade – Vol. VI nº. 2 jul./dez. 2003.

MATZENAUER, H. B. **Metodologias Multicritério de Avaliação de Alternativas para o Planejamento de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas – Uma Abordagem Construtivista**. 453 p. Tese (Doutorado em Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

MEIER, M. A. **A conjuntura dos instrumentos da política estadual de recursos hídricos do estado do Rio Grande do Sul**. 238p. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Naturais e Exatas, Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, RS, 2011.

MENDONÇA, A. M.; ROSA, G. M. ; GABRIEL,M. ; WASTOWSKI, A. D ; SPOHR, R. B. . Impactos ambientais: antropização na micro bacia Lajeado do Pardo -RS. In: 3º Congresso Internacional de Tecnologia para o Meio Ambiente, 2012, Bento Gonçalves. III Congresso Internacional de Tecnologia para o Meio Ambiente, 2012.

PENA, R. F. A. **"Conflitos pela água no mundo"**; *Brasil Escola*. Disponível em <http://brasilecola.uol.com.br/geografia/conflitos-pela-agua-no-mundo.htm>. Acesso em 18 de julho de 2016.

RAVANELLO, M. M. **Análise Técnica, Legal e Social para Subsídios à Outorga de Direito de Uso dos Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Ibicuí – RS.** 130p. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Maria. RS. 2007.

SECRETARIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – SEMA. **Bacia Hidrográfica do Rio da Várzea, 2010.** Disponível em: www.sema.rs.gov.br Acesso em 14 de junho de 2016.

SILVA, C. H. R. T. **Recursos Hídricos e Desenvolvimento Sustentável no Brasil.** Núcleo de Estudos e Pesquisas. Consultoria Legislativa. Disponível em <http://www.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos>.

SPOSATI, A. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva. **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil.** 2009.

TEDESCHI, W. **Gestão intergovernamental da política de recursos hídricos: estudo de caso da dinâmica do Comitê para a Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul–CEIVAP.** Tese de Doutorado. Dissertação de Mestrado. UFMG. 2003.

TUNDISI, J. G. **Recursos hídricos no futuro: problemas e soluções.** Estudos Avançados 22 Edição, 2008. Disponível em <http://www.scielo.br>. Acesso em 20 de maio de 2016.

WOLKMER, M. de F. S.; SCHEIBE, L. F.; HENNING, L. A. **A Política Nacional de Recursos Hídricos: Fundamentos e Objetivos Estratégicos que Orientaram a Estruturação do Projeto Rede Guarani/Serra Geral.** CAMPO JURÍDICO, v. 1, n. 2, p. 35-56, 2013.

PASTORINI, A. **Quem mexe os fios das políticas?** Avanços e limites da categoria “concessão-conquista”. Serviço Social e Sociedade. 53ª Edição. São Paulo: Editora Cortez, 1997.

DO SUL, RIO GRANDE. Lei no 10350 de 30 de dezembro de 1994. Institui o Sistema Estadual de Recursos Hídricos e regulamenta o artigo 171 da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul. **Diário oficial do Estado do Rio Grande do Sul**, 1994.

DO SUL, RIO GRANDE. Decreto Estadual nº 37.034, de 21 de novembro de 1996. **Regulamenta o art, v. 18.**

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE **Conjuntos de normas legais: recursos hídricos /** Ministério do Meio Ambiente. 7ª ed. Brasília: MMA, 2011. 640 p.

Mercados enraizados e tradição: um possível diálogo entre agricultura familiar e desenvolvimento local

Ana Paola Malicheski Victoria¹

Este trabalho tem como tema a dinâmica da produção e comercialização de alimentos orgânicos na feira livre. Como os agricultores constroem estes mercados e quais os valores envolvidos e agregados à produção e comercialização. Para tanto compreender estes mercados pelo viés da tradição na perspectiva do produtor vem a esclarecer, para este e novos estudos, a relevância dos mercados alternativos e das cadeias curtas de comercialização, na promoção de estratégias que envolvam o cruzamento dos saberes e afazeres dos agricultores familiares em novas esferas mercantis. A tradição no espaço das feiras gera novos padrões de competitividade e qualidade aos produtos comercializados, é uma alternativa aos agricultores familiares, destacando-se por fortalecer a produção agrícola nas pequenas propriedades agregando valor ao produto e perpetuando relações solidárias oriundas dos seus territórios. A tradição pode ser entendida aqui como um valor social que promove mecanismos de confiança e consegue neste modelo de mercado também transformar-se em valor monetário. O campo escolhido para o estudo foi às feiras livres de alimentos orgânicos na cidade de Pelotas. Esta pesquisa tem como objetivo identificar a presença da tradição como um valor socialmente construído e transformado em oportunidade de renda no processo de comercialização dos produtos, nas feiras livres de alimentos orgânicos, localizadas na cidade de Pelotas. As técnicas utilizadas serão: a observação participativa, com registros fotográficos e entrevistas semiestruturadas. Será executado um estudo comparativo entre as feiras selecionadas, tendo como objetivo apresentar as similaridades e diferenças, comparando-as no que diz respeito ao objetivo do projeto.

Palavras chave: tradição, feira livre, mercados enraizados.

A articulação econômica, política e social que envolve a esfera de relações sociais do produtor rural possui uma dinâmica própria de resistência e adaptação ao novo: as transformações do mundo moderno. As pressões externas da mudança orientam-se e adaptam-se na ação social nestas unidades familiares, gerando uma forma própria incorporada no território onde residem, trabalham e constroem cotidianamente um sentido para a unidade produtiva e as questões familiares que se mesclam com novas configurações do espaço rural.

O processo de desenvolvimento de uma região compreende a utilização de mecanismos que impulsionem os setores estratégicos, na busca da melhoria das

¹Bel. e Lic. em Ciências Sociais, Esp. Em Direito Ambiental, Mestranda do PPG em Sociologia/UFPel. Linha: Desenvolvimento e Meio Ambiente. Bolsista da CAPES. Email:paolavictoria237@gmail.com

condições de vida de seus habitantes. Para pensar o desenvolvimento em uma concepção ampla, que seja sustentável e justo é necessário que o entendamos como um processo inclusivo e coerente no que se refere a utilização dos recursos naturais e sociais. Quando pensamos em desenvolvimento sustentável pressupõe-se qualidade e não quantidade. Os efeitos positivos e negativos dos processos de produção, distribuição e comercialização dos produtos a serem comercializados devem ser compartilhados por todos os integrantes desta rede.

No que se trata de qualidade, ela pode ser percebida em muitas dimensões, neste caso será abordada no processo que envolve o mercado de alimentos orgânicos e o seu crescimento nas últimas décadas. Pensar a qualidade além do produto que será consumido e das necessidades do mercado, mas, expandi-la ao processo pretérito e futuro dos impactos desta produção. Produzir de forma justa e sustentável é uma necessidade que se impõe aos mercados como um fator de competitividade.

Sendo assim, para agregar no sistema de produção valores como a qualidade incluímos na discussão sobre mercados e competitividade a importância dos territórios e das relações entre os produtores e consumidores, pois, sendo a qualidade estendida a algo que circula e se forma no ambiente do imaginário dos atores envolvidos neste espaço social de compra e venda de alimentos. Ela torna-se fruto de uma relação que envolve resgates de uma história recente e ainda viva na memória dos consumidores e também pode ser criada idilicamente, para agregar ao produto comercializado um valor monetário.

O desenvolvimento sustentável pressupõe o fortalecimento dos territórios e uma ampla mudança no sistema vigente de produção de alimentos em larga escala. A produção de alimentos em baixa escala por produtores locais pressupõe a inclusão de novos valores aos mercados, dentre eles está a qualidade nutricional e a qualidade social desta produção. Ao incluir fatores de valoração positiva nestes produtos e de inserção nos mercados de proximidade contribuimos de certa forma para o crescimento de um sistema de produção justo e que reflete em desenvolvimento local e regional.

Uma vez valorizadas as potencialidades locais, busca-se através da cooperação, da confiança e da tradição, uma maior integração da comunidade nos mercados, aprimorando os seus sistemas de produção com uma participação efetiva nos espaços políticos e nas relações sociais que envolvem a produção e o consumo de alimentos. Apropriar-se dos desafios que envolvem a construção de um mercado que aproxima e

resgata valores adormecidos nas relações mercadológicas, impulsiona de certa forma a qualidade no processo de produção e não somente no produto. Nas muitas dimensões da qualidade, neste caso, no que se refere a produção e distribuição dos alimentos, podemos pensar o fortalecimento dos territórios e o empoderamento destas comunidades como uma estratégia para o desenvolvimento sustentável.

Segundo Polanyi, os indivíduos e suas relações estão imersos em instituições culturais historicamente construídas, para ele uma economia para ser social tem que ser dirigida pela sociedade que a compõe, desta forma, propõe uma desincrotação da economia formadora de preços e desvinculada da sociedade. Para ele, o mercado é uma forma de integração entre os indivíduos, mas, para isto tem que ser um mercado que emerge e organiza-se pela sociedade e para a sociedade.

Nos mercados enraizados, a troca mercantil traduz-se em um mercado formador de preço, onde instituições não econômicas influenciam ações econômicas. O que valoriza o produto e enraíza o homem neste sistema que o rodeia e o compõe são as suas necessidades e o seu patrimônio social e a interação entre as comunidades que formam os mercados. A economia está submersa em suas relações sociais. As relações pessoais recíprocas fundamentam as relações de troca que são baseadas em costumes, leis, religião, magia, ritos, danças, festas e outros recursos utilizados para estabelecer e reproduzir estas trocas tornando-as um ato social e participativo. Nos mercados enraizados a economia integra-se com o comportamento dos indivíduos.

O comportamento econômico segundo Polanyi deve ser semelhante entre os grupos, devem ser simétricos, não é uma troca direta, mas, uma cultura constituída no qual o grupo se reproduz. Gerando uma compensação que não é imediata. As motivações humanas que estão além da econômica já existiam previamente na estrutura social e é determinada na opinião de Polanyi pela simetria das relações, sendo assim, a forma de condução das pessoas é gerada pela estrutura pré-existente na sociedade. Na economia enraizada as relações de troca no que se refere ao preço dos produtos, relacionam-se com a reciprocidade que pressupõe uma certa igualdade ou reconhecimento entre os integrantes, sofrem menos influencia do mercado externo e são formadoras do mercado imerso. Neste modelo as relações de confiança constroem e sustentam a economia.

Nos mercados enraizados pressupõe-se que a vida econômica deve ser analisada tendo como ponto de partida os atores e as suas representações. Os cálculos econômicos

são elaborados a partir de suas redes sociais e da sua capacidade de transformar signos em mercadoria, traduzindo os valores em mecanismos de qualidade de confiança em normas e regras para a construção destes mercados e a tradição em valor agregado ao produto. Fica então a reflexão neste estudo sobre qual a estratégia utilizada pelos agricultores familiares em consolidar estes valores nos mercados locais.

Neste cenário de contradições entre o mercado clássico e o novo mercado, onde as relações de troca estão fundamentadas em valores da agroecologia e da economia de rede, surge o fortalecimento e o crescimento do comércio de alimentos orgânicos nas feiras livres. Segundo pesquisa realizada pela IPD Orgânicos, realizada em 2011:

As feiras livres orgânicas que realizam vendas diretas ao consumidor, existentes em vários municípios brasileiros, assumem grande importância para o fortalecimento da agricultura familiar, pois estes representam mais de 80% dos produtores orgânicos no Brasil (Censo Agropecuário 2006, IBGE).

Os sistemas alimentares que operam baseados em monoculturas fornecendo matérias-primas para a produção de alimentos ultraprocessados ou para rações usadas na criação intensiva de animais, dependem de grandes extensões de terra, do uso intenso de mecanização, do alto consumo de água e de combustíveis, do emprego de fertilizantes químicos, sementes transgênicas, agrotóxicos e antibióticos e, ainda, do transporte por longas distâncias tornam-se insustentáveis e seus danos irreversíveis surgem de forma avassaladora, transformando-se em risco social, ambiental, econômico e político. Assim, a necessidade de ação imediata e eficaz por parte dos empreendedores, dos cidadãos, do estado e da ciência entram nas pautas dos mais variados setores da sociedade nacional e internacional. Os grandes sistemas de produção alimentícia e a segurança alimentar tornam-se foco destas discussões.

Ao entendermos que estes sistemas de produção e distribuição sejam socialmente e ambientalmente sustentáveis surgem os mercados de proximidade e assim, as cadeias curtas de comercialização enquanto alternativa de consumo para quem busca qualidade, confiança e um sistema de produção justo e inclusivo ao comprar alimentos. As cadeias curtas de comercialização fomentam estes valores transformando o ato de alimentar-se em um ato político. Não se trata de opor-se aos sistemas alimentares das grandes redes de

distribuição com forte poder de negociação e reduzida capacidade de gerar confiança ao consumidor, mas de trazer ao consumidor e ao produtor uma alternativa, um novo espaço de produção e comercialização e desta forma um mercado que minimiza os riscos.

“O ato de alimentarmo-nos não mais se encontra restrito a esfera doméstica e íntima, mas é um ato coletivo, consciente e fundamentado em escolhas. Neste sentido, a comida permanece um meio de reciprocidade que, ao constituir relações significantes em diferentes níveis e de diferentes tipos, se transforma em um novo objeto político contemporâneo, já que muitas relações constituídas por e através da sua mediação são também relações de poder, devendo ser analisadas como tal.” (Portilho, Castañeda e Castros, 2011).

Entender a dinâmica deste mercado pela perspectiva da sociologia e das relações que fundamentam estes atores e seus acordos, nos leva a necessidade de também interpretar as regras, buscar na sociologia embasamento teórico para compreender como são construídas e internalizadas nas relações sociais. Construir desta forma “interfaces entre categorias analíticas complementares” (Nierdele, 2013, 461). Segundo Nierdele, na Sociologia das Convenções estes acordos entre atores geram regras e normas que são produto de uma ordem negociada localmente no interior de uma rede social.

“...em suma, o argumento aqui apresentado sugere que a institucionalização de atributos qualitativos permite que um grupo social estabeleça princípios de equivalência sem os quais as trocas econômicas são impraticáveis. Assim, representações e classificações estabilizam-se e passam a operar sem que os atores tenham plena consciência do que ocorre. Mas, em determinados momentos críticos, esses princípios são questionados e novos valores podem entrar em cena, redefinindo a percepção que as pessoas possuem sobre os objetos em questão. Uma nova definição de qualidade será instaurada após um amplo processo de negociação, em que os atores sociais precisam recorrer a valores para legitimar seus interesses e as transformações sociais, econômicas, culturais e técnicas que eles trazem consigo.” (Nierdele, 2013, 461).

Este tema foi escolhido pela autora com o intuito de reforçar os debates sobre os mercados que orientam-se por relações econômicas que partem de um contexto social e suas racionalidades. Para os agricultores familiares que encontraram nestes mercados

uma alternativa de renda e reprodução social é importante que novos estudos sejam desenvolvidos. Entender a lógica, que o agricultor familiar utiliza para orientar e agregar valor a um produto nesta nova tendência de mercado reforça de certa forma, a valorização do agricultor familiar e dos seus meios de produção. Além de promover o crescimento e solidificação destes mercados e dos atores envolvidos no processo.

As cadeias curtas de comercialização surgem com a realocização do alimento em busca de qualidade. Nestas novas praticas de compra e venda de alimentos emergem uma relação de proximidade, possibilitando relações de troca (mercantis) mais pessoais, fundamentadas em relação de confiança. Neste espaço de interação e sociabilidades que resgatam e transportam valores das relações pessoais para as relações mercadológicas, surgem os mercados enraizados, também conhecidos por *embeddeness* (Polanyi).

A discussão sobre os mercados enraizados proporciona a sociologia um novo campo de estudo, pois, os mercados enraizados ou mercados de proximidade, invertem a lógica utilitarista do mercado como campo de ação e estudos da economia. Estes mercados reconhecem-se em uma visão objetivista da sociedade, renegando as subjetividades inerentes ao processo. Os mercados enraizados enquanto construções sociais é um espaço em que se podem converter em lucro os territórios e os circuitos sociais em que os agricultores estão envolvidos.

Na opinião de Cassol (2013), a confiança não emerge da interação social estabelecida pelos atores, mas dos valores compartilhados entre eles, sendo assim, problematizar os processos através dos quais as economias estão enraizadas e tornando-as imersas é o que se propõe esta pesquisa. Compreender nas racionalidades rotineiras que envolvem a comercialização dos alimentos por parte dos agricultores/feirantes na banca da feira livre de alimentos orgânicos na cidade de Pelotas, através das suas praticas e discursos, a presença da tradição enquanto valor monetário agregado ao produto é o objetivo desta pesquisa.

Segundo Polanyi, a tradição tem raiz na forma de como o conhecimento é produzido, distribuído, controlado e avaliado pela ciência, ela é um aprendizado ativo de ambos os lados, ela é transferida, é uma relação de troca. Para que a tradição se perpetue é necessária uma relação de confiança, de compromisso e compartilhamento. Sendo um processo ativo é na relação de confiança que a tradição é compartilhada, ela não pode ser transferida e sim construída. É um tipo de conhecimento resultante da pratica

inconsciente e da oralidade consciente, transmitida por meio de rotinas ao longo do tempo.

Nesta mesma linha de interpretação sobre o que vem a ser tradição, Hobsbawn afirma que “o objetivo e a característica das “tradições”, inclusive as inventadas, é a invariabilidade.”(10) Para o autor a tradição inventada é uma reação a uma situação nova, com referências ao passado, numa conexão através da repetição. Uma tradição é criada quando a sociedade passa por uma transformação rápida e necessita de novos padrões, geralmente as antigas tradições já não se encaixam mais tornando-as incompatíveis. Segundo Hobsbawn, mesmo estando adormecidos alguns vínculos com o passado eles podem ser reativados.

No caso dos mercados enraizados e das cadeias curtas de comercialização, no contato face-a-face entre o consumidor e o agricultor/feirante o passado e as memórias que envolvem o alimento e o modo de produção dos mesmos, proporcionam um resgate da tradição como algo positivo, ela empresta ao alimento uma sensação de qualidade e confiança. Para Hobsbawn “as tradições inventadas são sintomas importantes e, portanto indicadores de problemas que outra forma poderiam não ser detectados nem localizados no tempo. Eles são indícios.” (21) . o pesquisador deve ter o cuidado de observar os itens que foram selecionados para se criar esta nova tradição, estas tradições inventadas podem ser uma mescla de itens que ainda pertencem ao espaço público ou privado e servem de certa forma a alguma atividade ou esfera. O estudo destes caminhos e conflitos são importantes para a consolidação destes novos mercados.

Para a elaboração deste projeto além de revisão na literatura existente foi feita uma pesquisa exploratória em uma das feiras a serem estudadas, o critério de seleção desta feira foi o fato de ser a mais antiga na cidade, nesta feira trabalham agricultores/produtores que se distribuem nas outras feiras no decorrer da semana. Esta feira acontece no sábado pela manhã, tem um grande público de consumidores e é a mais diversificada em produtos. Foi feita uma observação com anotações em caderno de campo, registro fotográfico e também uma entrevista com questionário composto de questões abertas e objetivas, aplicado aos agricultores/feirantes.

Alguns fatores se mostraram com bastante relevância, entre eles está o referente à fundação da feira: a motivação e o seu vínculo com uma instituição religiosa e não com movimentos sociais conforme hipótese inicial. O tempo de criação da feira de alimentos

orgânicos, as suas motivações e as suas transformações reificam a relevância desta pesquisa para entender estes espaços que proporcionam uma relação dialética entre o rural e o urbano, podendo desta forma, contribuir para a teoria dos mercados enraizados. Outro fator que apareceu em uma das entrevistas mostrando-se emblemático foi o conflito, que surgiu na fala do entrevistado dois, entre a sua atividade antiga e a atual, no que se referem à tradição, suas memórias e a segurança econômica. Justificando e tornando imperativo o desenvolvimento desta pesquisa, para desvendar possíveis obstáculos de crescimento deste mercado e consolidação desta economia.

Uma questão que estará presente no decorrer do trabalho sempre sendo investigada e debatida é sobre a aplicação da técnica de captar e registrar a tradição no momento da venda do produto, nos referencias que estão presentes de forma consciente ou inconsciente na rotina da feira, para desta forma, poder registrar nas relações que envolvem a produção e a comercialização deste produto, que por conta da tradição torna-se um produto especial e diferenciado.

Por consulta bibliográfica o entendimento de que a tradição está relacionada com o modo de fazer é resultado dos saberes que envolvem a produção e estão associados a propriedade, aos insumos de produção, etc...refere-se ao conhecimento que uma sociedade tem de si mesma. Transformando a tradição em um valor coletivo, que só existe em uma relação social.ao mesmo tempo que é material transformado em um produto tradicional é imaterial pois é fruto de representações coletivas. Sendo assim, para se pensar a tradição obrigatoriamente tem que ter um dialogo entre dois ou mais atores envolvidos, ela encontra resposta se houver um reconhecimento entre eles.

Baseada nesta afirmação foram elaborados os critérios de escolha das feiras onde será desenvolvida esta pesquisa, Nas quintas-feiras á tarde serão feitas as observações na feira livre, localizada no Largo do Mercado Público no centro da cidade, onde existe um fluxo de pessoas intenso e diversificado. Das duas feiras a serem estudadas esta é bastante antiga e reconhecida, está vinculada a uma associação e é praticamente o mesmo grupo que a integra desde a sua fundação. Encontra-se próximo as universidades, aos prédios públicos, ao centro comercial, a praça central, ao mercado publico, dos pontos de ônibus que proporcionam a circulação de pessoas a todos os bairros da cidade inclusive da zona rural. Parecendo-me a mais democrática, com mais visibilidade e por conseguinte, de mais fácil acesso.

A outra feira onde serão feitas as observações será a mais nova feira de alimentos orgânicos na cidade de Pelotas, acontece nas terças-feiras pela manhã, ainda esta em processo de consolidação como ponto de venda, localizada no estacionamento do Fórum, em um bairro afastado do centro, ao contrário da feira anterior o fluxo de pedestres é pouco, o transporte publico é bem especifico do bairro, está próxima ao shopping center e no caminho para a praia do Laranjal. Os integrantes da feira são agricultores familiares, não necessariamente pertencem a uma associação ou cooperativa, alguns pertencem a uma rede de economia solidaria com venda virtual e outros são independentes. Tornando este espaço de estudo muito interessante para que possamos evidenciar diferenças e semelhanças entre estes grupos, que neste caso é bastante diversificado e estão ainda em fase de construção de uma identidade de grupo.

A técnica utilizada será uma observação participativa, com registros fotográficos e entrevistas. Será executado um estudo comparativo entre as feiras selecionadas tendo como objetivo apresentar as similaridades e diferenças, comparando-as no que diz respeito ao objetivo do projeto.

Estes novos mercados não são abstratos e nem isolados de perspectiva de lucro, de certa forma em suas dinâmicas distintas, incluem novos valores as relações mercadológicas. Eles revertem a abstração das relações dos mercados convencionais em um espaço de trocas objetivas entre atores individuais no exercício das suas liberdades. O sucesso destes mercados está na sua eficiência em ser este espaço que opera acima das imposições de um mercado clássico (desenraizados) e da reapropriação de um mercado que historicamente se realiza na desarticulação do homem e dos meios de produção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Entre deus e o diabo: mercado e interações humanas nas ciências sociais. *Tempo Social. Revista de sociologia da USP, SP, USP*, vol. 16, nº 2, pp35-64, 2004.

ALMEIDA, Jalcione. Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. (orgs.). *Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável*. 1ed. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS), 1997. p. 33-55.

AQUINO, Giovanna. *ASPECTOS SOCIAIS DO COTIDIANO DAS FEIRAS LIVRES: UM ESTUDO ETNOGRÁFICO EM TERRITÓRIO PORTUGUÊS E EM SOLO BRASILEIRO*.

Maringá Management: Revista de Ciências Empresariais, v. 9, n.2, - p. 49-64, jul./dez. 2012.

AS-SILVA, Jackson Ronie, ALMEIDA, Cristóvão Domingos de, Guindani, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais Ano I , Número I , Julho de 2009.

AZEVEDO, Elaine. Reunião sobre agricultura orgânica e familiar ocorrida em Juazeiro (BA) no III Encontro Nacional de Agroecologia 2014.

BAQUERO, Marcello. CAPITAL SOCIAL. A outra economia/Antônio David Cattani (Org.). Porto Alegre. Veraz editores, 2003. 1º edição.

BEDUSCHI, Luis Carlos. Participação, aprendizado social e desenvolvimento em regiões rurais. Programa de pós-graduação em ciência ambiental da Universidade Federal de São Paulo. 2006.

BONI, Valdete e QUARESMA, Silvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC . Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80. www.emtese.ufsc.br.

CARVALHO, Maria Claudia Veiga Soares; LUZ, Madel Therezinha; PRADO, Shirley Donizete. Comer, alimentar e nutrir: categoria analíticas instrumental no campo da pesquisa científica. Ciência & Saúde Coletiva, Jan, 2011, Vol.16(1), p.155(9).

CASSOL, Abel Perinazzo. Redes Agroalimentares Alternativas: Mercados, Interação Social e a construção da confiança. Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociologia no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Orientador: Sergio Schneider. 2013.

CASTAÑEDA, Marcelo. Teorias das Práticas na Análise do Consumo. Ciências Sociais Unisinos, São Leopoldo, Vol. 46, N. 3, p. 248-255, set/dez 2010.

CORDEIRO, Veridiana Domingos. Por uma sociologia da Memória: Análise e interpretação da teoria da memória coletiva de Maurice Halbwachs. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

FINATTO, Roberto Antônio; SALAMONI, Giancarla. Agricultura familiar e agroecologia: perfil da produção de base agroecológica do município de Pelotas/RS. Soc. nat. (Online) vol.20 no.2 Uberlândia Dec. 2008.

GAZOLLA, Márcio; PELEGRINI, Gelson. A Construção Social dos Mercados pelos Agricultores: o caso das agroindústrias familiares. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Campo Grande, 48º Congresso SOBER. 2010.

HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. Traduzido do original francês. LA MEMOIRE COLLECTIVE (2.a ed.). Presses Universitaires de France, Paris, França, 1968. Desta edição: 1990. Edições Vértice.

HOBSBAWN, Eric & RANGER Terence (orgs.). A Invenção das Tradições. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. Págs. 9-23.

KAUFMAN, D. A força dos “laços fracos” de Mark Granovetter no ambiente do ciberespaço. Galaxia (São Paulo, Online), n. 23, p. 207-218, jun. 2012.

NIERDELE, Paulo André Economia das Convenções: subsídios para uma sociologia das instituições econômicas .Ensaio FEE, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 439-470, dez. 2013.

NIERDELE, Paulo André; SCHUBERT, Maycon Noremberg; SCHNEIDER, Sergio. Agricultura familiar, desenvolvimento rural e um modelo de mercados múltiplos. In Scheila Doula, Ana Louisie Fiúza, Erly Cardoso Teixeira, Janderson dos Reis, Andre Luis Lima (Org.). A agricultura familiar em face das transformações na dinâmica recente dos mercados. 1 ed. Viçosa: Suprema, 2014, v.1,p.43-68.

PORTILHO, Fátima, CASTAÑEDA M. Consumo e política: neomodernismo e reflexividade social. Anais do XVI Congresso Brasileiro de Sociologia. Rio de Janeiro; 2009.

RUSCHEINSKY, Aloísio. Sustentabilidade Ambiental, consumo e cidadania. Resenha de Fatima Portilho. Revista Brasileira de Ciências Sociais - v. 22, n. 64, junho, 2007, pp.179-182.

SACCO DOS ANJOS, Flávio; CALDAS, Nádia Velleda; CAETANO, Maria Regina Costa. “Pluriatividade e Sucessão Hereditária na Agricultura Familiar. UFPel. 2006. Pelotas/RS. Questões Agrárias, Educação no Campo e Desenvolvimento”. XLIV CONGRESSO DA SOBER

SANTOS, Jaqueline Sgarbi. Dilemas e desafios na valorização de produtos alimentares tradicionais no Brasil: um estudo a partir do Queijo do Serro, em Minas Gerais, e do Queijo Serrano, no Rio Grande do Sul. 2014. 260f. Tese (Doutorado em Agronomia) - Programa de Pós- Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

SCARABELOT, Maristela; SCHNEIDER, Sérgio. As Cadeias Agroalimentares Curtas e Desenvolvimento Local – Um Estudo de Caso no Município de Nova Veneza/SC. Revista Faz Ciência. Volume 14 – Número 19– Jan/Jun 2012 - pp. 101-130. Disponível em 05/05/2016 em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/fazciencia/article/view/8028>

SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para políticas públicas. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, DF, v. 31, n. 2, p. 227-263, maio/ago. 2014.

SEN, Amartya. 2000. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras.
SCHUTZ, Glauco. As cadeias produtivas dos alimentos orgânicos comercializados na Feira da Agricultura Ecológica em Porto Alegre/RS: lógica de produção e/ou distribuição. Dissertação (PPGA/CEPAN/UFRGS). 2001.

THOMPSON, E.P.. Costumes em Comum. São Paulo. Cia das Letras. 1998.

A reforma agrária na Amazônia: Um breve debate

Ana Cláudia F. Nogueira¹
Jose Carlos G. dos Anjos²

A história da reforma agrária no Brasil se confunde com a da Amazônia, uma vez que após o golpe de 1964 aquela consolidou seu valor estratégico para o Estado brasileiro. Com o slogan “Uma terra sem homens, para homens sem-terra” o Estado usa a Amazônia para tentar diminuir o déficit fundiário e colonizar uma área que sempre teve medo de perder, sem incomodar as elites rurais (TOURNEAU & BURSZTIN, 2010). A ilusão criada para motivar uma massa de homens e mulheres desvalidos e diminuir a tensão agrária, sobretudo no nordeste brasileiro, fez da reforma agrária um dispositivo de poder que cria e mantém na Amazônia espaços de colonialidade que conservaram as relações de poder a que já eram submetidas às populações nativas, e que passaram a ser os migrantes assentados na região. Essa contrarreforma agrária ou reforma agrária marginal (GARCIA, 1973), com características marcadamente colonizadoras, não cumpriu sua função social, mas contribuiu para que os sujeitos rurais vivam até hoje em condições de insegurança alimentar, fundiária, social, econômica, etc. Desta forma é pertinente argumentarmos como esses assentamentos e suas populações são reconhecidos pelo Estado? Por que a vida cotidiana manifestada nesses espaços põe em questão a premissa que todos são iguais independente do seu credo, cor, raça? (BRASIL, 1988). Estes questionamentos evidenciam a possibilidade dos assentamentos rurais estarem inseridos na duplicidade do discurso colonial, aqui representado pelo Estado.

Palavras-Chave: assentamento-reforma agraria-colonialidade

A questão agrária não é uma história recente. Na Roma antiga (sec. III a.C) durante a segunda guerra púnica os soldados eram convocados para a guerra e permaneciam muito tempo fora de suas terras. As guerras, portanto, tornavam-se mecanismo que facilitava a concentração de terras e o empobrecimento das populações camponesas já que as famílias dos soldados não conseguiam pagar os impostos e as vendiam ou perdiam, além das terras conquistadas serem anexadas ao império romano:

¹Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS. Professora na Universidade Federal do Amazonas. Colaboradora do NUPEAS. Bolsista FAPEAM.

²Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor no Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS.

A terra constituía, numa sociedade basicamente agrária como era a romana, o investimento mais seguro e que proporcionava maior prestígio social. As terras foram se concentrando nas mãos dos mais ricos – eram as terras que os pobres vendiam, perdiam ao vencer as hipotecas ou das quais eram expulsos até pela violência. Terras que precedentemente eram cultivadas por homens livres eram transformadas em empreendimentos agrícolas (...) (CORASSIN, 2008, p. 18).

De acordo com Corassin (2008) os primeiros movimentos relacionados à reforma agrária foram exercidos pelos irmãos Graco como uma tentativa de restauração do “equilíbrio social rompido pelas mudanças resultantes da expansão imperialista de Roma no Mediterrâneo” (p.09). Para amenizar esta situação Tibério Graco apresentou a Lei Agrária que objetivava resolver os problemas dos cidadãos camponeses e uma das principais metas desta lei era “o direito do cidadão a propriedade das terras conquistadas com a sua participação” (Ibid, p. 48). Tibério acreditava que a propriedade deveria ser dividida igualmente entre todos e aqueles que excediam o limite estipulado de terra deveriam devolver ao Estado este limite; e uma vez recuperadas deveriam ser distribuídas às pessoas pobres (Ibid). Mas o Senado não aceitou esta medida e Tibério foi morto. Este cenário nos diz muito sobre a importância política e econômica da terra enquanto fonte de riqueza, como mercadoria, como mecanismo de poder, enquanto parte da história da humanidade. A concentração de terra pelas classes dominantes, não é, portanto, um novo fenômeno, sua utilização:

continua a se fazer hoje, como no passado, não em função da população que nela trabalha e exerce suas atividades, e sim essencialmente e em primeiro lugar, em função de interesses comerciais e necessidades inteiramente estranhas àquela população (PRADO, 2000, p. 50).

Nas Américas, como nos demais continentes colonizados, a questão agrária é fruto do próprio processo de colonização. Na América Latina em particular, a luta pela distribuição simétrica da terra perpassa historicamente por modificações e substituições nos sistemas políticos e econômicos que mantêm uma cadeia tradicional de poder. No livro *Sociologia da Reforma Agrária na América Latina* (1973), Antonio Garcia nos apresenta as tipologias e dificuldades da reforma agrária presente na região, trazendo ao debate não somente a questão colonizadora latino-americana, mas também como na

maior parte dos países a questão agrária está atrelada a expansão do capitalismo e do neoliberalismo:

La problemática varía, desde luego, en los países latinoamericanos para los que la reforma agraria es la puerta de entrada a los primeros estádios de la industrialización y del sistema nacional de mercado y en los países para los que la industrialización es la puerta de entrada a la reforma agraria, ya que en los primeros la fuerza motora es la presión campesina sobre la tierra y en los segundos el núcleo dinámico se transfiere a la presión nacional sobre la tierra, más exactamente, a las fuerzas sociales articuladas con los procesos de urbanización, metropolización, industrialización y expansión del Estado. En uno outro casp – países com fisonomía eminentemente rural o países com fisonomia eminentemente urbana –, el mecanismo del bloqueo de la revolución insdustrial está constituído por la estrutura agraria latifundista, en la que se refugian las normas idologicas correspondientes a esa forma histórica de vida llamada sociedad colonial (p. 77).

Diante desde cenário pode-se problematizar que no Brasil é desde a chegada dos Europeus em terras brasileiras que se busca a organização e a distribuição fundiária. Possivelmente a primeira tentativa do que se pode chamar de regularização fundiária no país foi à criação das Capitánias Hereditárias, haja vista que a “tarefa de administrar a colônia mostrava-se extremamente difícil para Portugal já que o país não priorizava seus setores mais produtivos” (AZEVEDO E SERIACOPI, 2005, s/p).

Como havia sido feito nas ilhas do Atlântico, a colônia portuguesa brasileira foi então dividida em doze capitánias ou donatárias, que eram faixas fixas de terra. Estas capitánias foram entregues aos particulares para que as administrassem e explorassem economicamente. No entanto, a falta de recursos dos donatários na maioria das capitánias acarretou resultados medíocres, impedindo entre outras coisas a exploração lucrativa da capitania.

Como os donatários não eram insetos de impostos insere-se nas capitánias o sistema de sesmarias: “a doação de grandes extensões de terra a particulares” (SILVA, 1991, p. 25). Talvez o sistema de sesmarias tenha sido a primeira tentativa de repartição de terras, mesmo não sendo justa socialmente e expropriando do direito a terra as populações nativas, uma vez que só era beneficiário aquele que possuía relações com os

nobres portugueses em Portugal. Segundo Liberato (2008) este sistema tinha como objetivo doar as terras a determinados donatários³ a fim de colonizar e dar produtividade a mesma, para que assim o poder público tivesse lucros. Assim surgem os primeiros latifúndios escravistas.

No entanto, no início do século XIX, em 1822 foram suspensas as concessões da Carta de Sesmarias. Vale apenas lembrar que os colonos que tinham a posse legítima de uma sesmaria muitas vezes não conseguiam cumprir com todas as exigências estabelecidas no contrato da terra, como manter a produtividade da mesma. Estes colonos então arrendavam suas terras a pequenos lavradores que não tendo a posse da mesma produziam e pagavam pelo seu uso, dando origem a figura do posseiro⁴. Com a extinção do contrato de sesmarias estes posseiros acabaram sendo beneficiados, passando a ter legitimamente a posse da terra em que trabalhavam.

Só em 1850 o Império tentou colocar ordem no campo, editando a Lei de Terras, Lei Nº. 601, de 18 de setembro de 1850⁵, que possibilitou uma nova forma de aquisição de terra, ou seja, “primeiro o agente entra na propriedade, pública ou privada, cultiva-a, realiza melhorias e somente então seu título é reconhecido” (Ibid, p. 38). Contudo, um de seus dispositivos - proibindo a ocupação de áreas públicas e determinando que a aquisição de terras só pudesse ocorrer mediante pagamento em dinheiro - reforçou o poder dos latifundiários ao tornar ilegais as posses de pequenos produtores e excluindo da possibilidade do acesso a terra os negros libertos. A terra se tornou uma mercadoria, e isso contribuiu para o aumento da desigualdade social estabelecendo dessa forma a compra como a única forma legal de adquirir a terra (MIRALHA, 2006).

Neste mesmo período, de 1850, o Brasil ainda possuía como principal mão-de-obra o trabalho escravo. Neste cenário teremos a promulgação da Lei Eusébio de Queiroz, Lei

³Donatários: No sistema de capitanias hereditárias (1534) a terra era considerada uma capitania, então cada uma possuía um responsável, ou seja, um donatário que era escolhido pelo rei de Portugal. Os donatários eram pessoas escolhidas com o intuito de fiscalizar e cuidar da terra, sendo assim recebiam terras através de doação feitas por Dom João III e tinham como objetivo permitir o acesso dos colonos (ligado ao dono da terra por meio de um contrato) a terra. Os colonos trabalhando na terra poderiam torná-las produtivas, gerando assim o crescimento da agricultura. Fonte: (<http://www.dicio.com.br/donatario/>).

⁴O que está de posse de uma terra devoluta (vago/desocupado). Disponível em: (<http://www.dicio.com.br/donatario/>).

⁵Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais. bem como por simples título de posse mansa e pacífica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias de nacionais e de estrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara.

nº 581, de 4 de setembro de 1850⁶, que proibia o tráfico negreiro, no entanto “o Império cuidou para que trabalhadores, nacionais ou imigrante, não tivessem acesso à propriedade e se sujeitassem ao trabalho em terras alheias” (CARVALHO, 2008, p. 35). Dessa forma, os escravos “livres” estavam sujeitos a trabalhar em fazendas e lavouras de café, sendo assim submetidos ao sistema patriarcal,

de um lado, restringia-se o acesso às terras (devolutas ou não) apenas àqueles que tivessem dinheiro para comprá-las. De outro, criavam-se as bases para a organização de um mercado de trabalho livre para substituir o sistema escravista (SILVA, 1991, p.25).

No ano de 1889 há a promulgação da República, mas pouca coisa mudou no que tange ao uso social da terra, a “terra continua sendo um fator de status e poder [...] permitindo o poder absoluto dos proprietários de terras para com os despossuídos” (LIBERATO, 2008, p. 49). Assim, caso o proprietário perdesse a sua terra ele tinha direito de reavê-la de qualquer pessoa que tenha tomado posse da mesma sem sua autorização, determinando assim a terra como “um direito sagrado e inviolável” (Idem, *ibidem*, p.48).

A revolução de 1930, que põe fim a Velha República, traz ao cenário explicitamente a intranquilidade social que a questão fundiária estava provocando, ou seja, tornando mais evidente o crescimento indevido de latifúndios que não eram “produtivos” (OSÓRIO SILVA, 1997, *apud* SOUZA, 2008). Durante esse período a industrialização é gerada a partir da substituição de importação e a agricultura brasileira deveria abastecer os principais centros urbanos

Com a Nova república a Constituição de 1934 passou a prever que “a propriedade tem, antes de tudo, uma função social e não poderá ser exercida contra o interesse coletivo” (art. 114). Assim, é percebido que há um novo conceito sobre o termo “propriedade” que significava além do direito de propriedade também o direito coletivo de

⁶Dom Pedro, por Graça de Deos, e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil: Fazemos saber a todos os Nossos Subditos, que a Assembleia Geral Decretou, e Nós Queremos a Lei seguinte. Art. 1º As embarcações brasileiras encontradas em qualquer parte, e as estrangeiras encontradas nos portos, enseadas, ancoradouros, ou mares territoriaes do Brasil, tendo a seu bordo escravos, cuja importação he prohibida pela Lei de sete de Novembro de mil oitocentos trinta e hum, ou havendo-os desembarcado, serão apprehendidas pelas Autoridades, ou pelos Navios de guerra brasileiros, e consideradas importadoras de escravos. Aquellas que não tiverem escravos a bordo, nem os houverem proximamente desembarcado, porêm que se encontrarem com os signaes de se empregarem no trafico de escravos, serão igualmente apprehendidas, e consideradas em tentativa de importação de escravos (...).

todos àqueles que nela habitam, e não o direito somente do proprietário. Esta questão evolui e na Constituição de 1946 além de já está prevista o interesse social, agora a mesma tinha o dever de atender o bem-estar social o que significaria que a propriedade estaria destinada aos interesses da sociedade (LIBERATO, 2008). Mas este “interesse da sociedade” sempre esteve direcionado a manutenção do latifúndio e das oligarquias rurais.

Desta forma, é somente em meados das décadas de 1950 e 1960 que o debate sobre a reforma agrária no Brasil ganha discussões mais abertas, sendo tratado pela sociedade. A modernização das relações “atrasadas” herdadas do sistema colonial, que se manifestavam como uma virtualidade maior no campo era vista como um imperativo para as principais forças sociais em disputa. Nestas décadas existiu uma ampla mobilização social no que tange a busca pela reforma agrária como, por exemplo, as Ligas Camponesas que contestavam as desigualdades sociais e a grande concentração fundiária existente no Brasil. Esses movimentos ganham mais forças a partir do momento em que João Goulart (1961-1964) se torna presidente (MIRALHA, 2006). É no governo de João Goulart que a reforma agrária se torna pauta nacional, os movimentos civis rurais passam a se organizar em sindicatos e federações; os direitos trabalhistas são estendidos aos trabalhadores rurais por meio do Estatuto do Trabalhador Rural⁷; e é criada a Superintendência de Reforma Agrária – SUPRA. No entanto, a posição do governo João Goulart em relação a reformas estruturais no Brasil ocasionou o rompimento com grupos políticos do centro, o que abriu caminho para o golpe militar.

O problema agrário contemporâneo tem sua origem na natureza e forma adotada pelo processo de ocupação do território brasileiro desde seu descobrimento, assumindo um *status* de “pecado original”. Enquanto outros países, em momentos de ruptura histórica, adotaram legislação apropriada para corrigir as distorções decorrentes da concentração da propriedade da terra, no Brasil isto não ocorreu (BUAINAIN, 2003).

O déficit de terra é um problema social que não sofreu alterações substanciais nem durante os principais processos de êxodo rural. Para Medina (1971) o êxodo provocado em toda América Latina pela abertura de estradas que passaram a unir os setores primários ao industrial, mais as condições de pobreza no campo promoveram seu esvaziamento aumentando as disputas pelo mercado de terra e o latifúndio. Esse fenômeno é observável

⁷Lei nº 4.214 - de 2 de março de 1963 - DOU de 22/3/63. Revogado pela Lei nº 5889, DE 08/06/1973.

no Brasil principalmente durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956 a 1961). Mas o inchaço dos centros urbanos e a proletarização da população rural não diminuiu o déficit de terra que no início dos anos de 1970 era de 1,3 milhões de famílias demandantes de terra somente no nordeste brasileiro (CARDOSO E MULLER,1978 apud TOURNEAU¹ e BURSZTYN, 2010).

Aos “avanços” que se sucederam pode-se numerar a instituição em 30 de novembro de 1964 da Lei 4.504, chamada de Estatuto da Terra; a instituição em 04 de novembro de 1966 pelo Decreto nº. 59.456 do primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária, que, no entanto, não saiu do papel; e a criação em 9 de julho de 1970, por meio do Decreto nº. 1.110, do INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, resultado da fusão do IBRA - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária e do INDA - Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário, ambos criados em 1964 em substituição ao SUPRA. Este conjunto de ações legalizam o que pode ser nomeado como o primeiro sistema estrutural para a reforma agrária. Nascendo assim, o órgão que seria responsável pela execução da reforma agrária no país, principalmente na Amazônia, mas que por ironia ou autoritarismo traz em seu nome a não obsoleta ideia de colonização:

Tão importante como a legislação sobre a reforma agrária, são os órgãos destinados a realizá-la. Entre uma lei e sua execução, particularmente em casos como este da reforma agrária, vai uma distância muito grande. (...) nos projetos e planos de reforma agrária que têm sido propostos, o pensamento é de um departamento administrativo federal centralizado e essencialmente burocrático. Parece-me ilusão supor que um órgão deste seja capaz de levar a tempo, ou sequer dar impulso sério à reforma. A imensidade do país, a variedade e a complexidade das situações que se apresentam no campo brasileiro, tornam imprescindível uma larga descentralização e grande flexibilidade dos aparelhos administrativos incumbidos de aplicar a reforma e realizar seus objetivos (PRADO JR, 2000, p. 124).

No entanto, com o Regime Militar governando o país durante vinte anos a reforma agrária que viria estaria longe dos anseios das populações rurais sem terra e dos trabalhadores rurais. Como acrescenta Carvalho (2004):

A antítese histórica desses ideais políticos e das proposições à favor da reforma agrária de interesse popular foi a persistente

proposta das classes dominantes, desde a década de 50 do século passado, de modernização agrícola sem reforma agrária, conforme a compreensão que essas classes possuíam e possuem das funções da agricultura no âmbito do pensamento funcionalista norte-americano, proposta essa que se materializou nas sucessivas modernizações tecnológicas de ampla parcela dos estabelecimentos rurais implantadas de cima para baixo com o apoio irrestrito dos organismos do Estado, desde o fomento agrícola pelo crédito rural massivamente desencadeado a partir de meados da década de sessenta do século passado até as recentes reformas macroeconômicas e políticas neoliberais a favor do capital multinacional e a aprovação da lei de biosegurança que consagra, ora direta ora indiretamente, os organismos geneticamente modificados e o caráter oligopolista das empresas multinacionais na oferta de insumos (p. 115).

A concepção de reforma agrária utilizada pelo INCRA foi estabelecida de acordo com o Estatuto da Terra, que regula a execução da reforma agrária e política agrícola. A priori o Estatuto objetivava atender aos princípios de justiça social, do desenvolvimento rural sustentável e ao aumento de produção. Complexificando esta questão Chagas (2012) traz que:

O problema agrário, no enquadramento teórico do desenvolvimento rural, seria atendido por uma reforma agrária distributivista, nos limites estritos dos Projetos de colonização e para o problema da “*distorção fundiária*”, a solução seria a opção pela “*empresa rural*”, em oposição retórica à ideia de latifúndio, potencializando, sobretudo para o norte do país, a indisfarçável estratégia de reconcentração fundiária na mão de empresários e principalmente especuladores imobiliários. Mantinha-se intocável a secular e desigual estrutura fundiária do país. Em outras palavras, ajeitava-se politicamente a “*tensão social*”, como problema social enfrentado no cenário nacional e de outro lado amoldava-se o interesse da burguesia agrária e patronal (p. 83).

Para Sabourin (2009) há uma sucessão de oportunidades desperdiçadas no que diz respeito ao diálogo entre o Estado e a sociedade civil organizada em relação à reflexão sobre a reforma agrária, estas oportunidades “abrange as políticas e legislações ao longo da história fundiária do Brasil independente” (p. 112). Neste sentido, para Barbanti “muitos estudiosos da sociedade brasileira vêem, na questão agrária, o principal obstáculo

econômico e social ao desenvolvimento do conjunto do Brasil e ao exercício pleno da cidadania no país” (2006, p.33).

Passado o período militar e com a reabertura democrática do Brasil, em 1985, o então Presidente José Sarney aprova o I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) que tinha como objetivo geral desempenhar uma distribuição de terra adequada, de acordo com o desenvolvimento do país, diminuindo assim o latifúndio, para que fosse possível atender os direitos dos trabalhadores rurais, dando-os uma melhor produtividade e uma melhor condição de vida. A aprovação deste plano e todo seu conteúdo foi objeto de conflitos políticos no governo Sarney. A primeira versão do plano foi rejeitada sendo submetida a uma comissão de revisão pertencente ao Conselho Nacional de Segurança, que tinha entre seus membros representantes ruralistas. A previsão inicial de assentar 1,4 milhões de famílias até 1989 fora reduzida a 250 mil famílias, onde foram assentadas 21.367 até 1987. As tensões criadas durante o primeiro governo após a abertura democrática só deixam em evidência que a questão agrária no Brasil é cerceada por uma rede de interesses latifundistas, que de todas as maneiras inviabilizou a discussão sobre uma reforma agrária justa na nova Constituição e dando força a criação da União Democrática Ruralista-UDR.

A apresentação do II PNRA foi realizada durante a Conferência da Terra em Brasília em 2003, e contou com a participação de servidores, técnicos e dos movimentos sociais. Apesar de ter planos mais ambiciosos possuía metas semelhantes ao antigo, como: desdobramento do Plano Nacional de Reforma Agrária em planos regionais; definição de áreas prioritárias para efeitos de reforma agrária; obtenção de terras em áreas de conflito, onde haja concentração de acampamentos de sem-terra; assentamento dos trabalhadores preferencialmente nas áreas onde se encontram; reformulação do aparato jurídico; primazia absoluta à desapropriação como forma de obter terras; valorização do cooperativismo e do associativismo rural; recuperação de assentamentos antigos; fortalecimento do INCRA; e amplo envolvimento dos movimentos sociais.

O II PNRA propõe uma nova visão sobre a Reforma Agrária e expressa que através de uma política justa e equitativa poderá ser modificada a estrutura agrária existente no Brasil, mas para isso será necessário é preciso a:

[...] Democratização do acesso a terra, desconcentrando a estrutura fundiária, e ações dirigidas a impulsionar uma nova

estrutura produtiva, fortalecendo os assentados da Reforma Agrária, a agricultura familiar, as comunidades rurais adicionais e superando a desigualdade de gênero. Esta profunda mudança no padrão de vida e de trabalho no meio rural envolve a garantia do crédito, do seguro agrícola, da assistência técnica e extensão rural, de políticas de comercialização, de agroindustrialização, de recuperação e preservação ambiental e de promoção da igualdade (II PNRA, 2003, p. 08).

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, por meio do censo agropecuário de 2006, apontam que 2,7% das terras destinadas a agropecuária possuíam até dez hectares (minifúndios), enquanto que 43% das terras eram destinadas a fazendas com mais de mil hectares (latifúndios). Estes dados desdobram ainda outras questões como a grande concentração de produção de grãos para a exportação como é o caso da soja, ainda de acordo com o censo⁸. Até o presente século vemos a concentração de terras nas mãos de poucos enquanto a agricultura que mata a fome do brasileiro é feita em solos de menor qualidade de produção.

A organização do espaço destinado à reforma agrária por meio de assentamentos rurais criados ou reconhecidos pelo INCRA é muito mais que “uma tentativa de atenuar a violência dos conflitos sociais no campo, principalmente a partir da primeira metade dos anos 80” (BERGAMASCO E NORDER, 2001, p.9). Esta problematização habilita o debate sobre o papel destes espaços, juridicamente instituídos na constituição do Estado brasileiro e no desenvolvimento do país. Inúmeros são os trabalhos no campo das ciências sociais que tem posto as condições dos assentamentos rurais no Brasil em debate (Schmitd et al, 1998; Medeiros & Leite, 2004 e 2009; Leite et al, 2004; Martins, 2003 e 2009).

Constata-se por meio desses estudos que uma parte dos assentamentos criados fora resultado de um longo processo de organização por meio de entidades e movimentos sociais que participam dos processos políticos locais para reivindicar seus direitos e assim poder ter acesso a terra (BERGAMASCO E NORDER, 2001). Mas, grande parte dos assentamentos existentes foi criada de forma desordenada, sem infraestrutura adequada, assistência técnica e educação de qualidade:

⁸Censo Agropecuário 2006, IBGE 2009.

O assentamento representa um novo momento na vida das famílias ao culminar em uma trajetória de luta pela terra. Contudo, as precárias condições de infra-estrutura com que alguns assentamentos são criados implicam novos desafios, em que a postura reivindicatória dos assentados e sua capacidade de exercer pressão pelo atendimento de suas demandas [...] (BENEDETTI, 2004, p. 87).

Os assentamentos podem ser vistos como uma forma de levar o estado ou o município a um crescimento significativo social e economicamente, pois com sua consolidação deveria haver “o aumento da população municipal, em alguns casos, ampliação do mercado de trabalho e de consumo, dinamizando o comércio local, incremento da arrecadação de impostos, etc” (MEDEIROS, 2003, p. 85-86 *apud* CARDOSO, 2010, p. 05). Assim sendo, existiriam novas possibilidades de geração de emprego e uma nova forma de promover o espaço rural. Mas o que se percebe em grande parte dos assentamentos tutelados pelo INCRA é o desequilíbrio quanto a responsabilidades sobre os assentamentos, e um difícil diálogo entre as prefeituras e o próprio governo federal:

Assim, após a conquista da terra, inicia-se uma nova luta, agora pela consolidação da posse da terra, pela obtenção de condições econômicas e sociais mais favoráveis ao estabelecimento destes trabalhadores rurais enquanto produtores agrícolas (BERGAMASCO e NORDER, 2001, p.10).

O INCRA⁹, possibilita através da criação de assentamentos uma transformação no meio rural. Mas em que consiste esta transformação? Para Martins, et al (2009) “um dos problemas é, sem dúvida, nos vários assentamentos, o conjunto de dificuldades de uma inserção social que não flui automaticamente do ato de assentar e do acesso à terra” (p. 39). A constituição de um assentamento rural nunca é homogênea, principalmente naqueles criados na região norte do país. São homens e mulheres com histórias de vida diferentes, credos, etnias, posição política, entre outras características culturais e sociais.

O texto publicado por David, et al (1997) sobre o I Censo Brasileiro da Reforma Agrária realizado com dados de até 1996 traz importantes questões sobre as condições de assentamentos, principalmente quando os autores avaliam a metodologia e o tempo empregado (dois meses) para que as instituições parceiras do INCRA realizassem o

⁹Disponível em: <http://www.incra.gov.br/node/14454>

recenseamento. Neste trabalho algumas dificuldades vividas pelos assentados da reforma agrária puderam também ser verificadas pelos pesquisadores:

A realização do recenseamento propriamente dito enfrentou inúmeras dificuldades materiais, decorrentes principalmente de problemas institucionais do Incra: desatualização ou mesmo inexistência de listas de beneficiários e mapas dos limites dos projetos, meios de locomoção deficientes etc. Apesar de conhecer as dificuldades de acesso ao campo no período das chuvas, o Incra definiu o prazo de realização do censo coincidindo com a estação de chuvas. Outro fator que influenciou negativamente o trabalho de recenseamento e, portanto, a qualidade das informações, foi o prazo escasso de dois meses estipulado pelo Ministério Extraordinário de Política Fundiária para sua realização (p. 43).

A história da reforma agrária no Brasil se confunde com a da Amazônia, uma vez que após o golpe de 1964 esta região consolidou seu valor estratégico para o Estado brasileiro. Com o slogan “Uma terra sem homens, para homens sem terra” o Estado usa a Amazônia para tentar diminuir o déficit fundiário e colonizar uma área que sempre teve medo de perder. Sem incomodar as elites rurais (TOURNEAU & BURSZTIN, 2010).

A ilusão criada para motivar uma massa de homens e mulheres desvalidos e diminuir a tensão agrária, sobretudo no nordeste brasileiro, fez da reforma agrária um dispositivo de poder durante o regime militar, que inverteu a lógica moderna da descolonização criando e/ou mantendo na Amazônia espaços de colonialidade que conservaram as relações de poder a que já eram submetidas às populações nativas, e que passaram a ser milhares de migrantes assentados na região. Ou seja, essa contrarreforma agrária ou reforma agrária marginal (GARCIA, 1973), com características marcadamente colonizadoras, realizada até meados de 1980, não cumpriu sua função social, mas contribui para que os sujeitos¹⁰ rurais, já alijados dos seus direitos, vivassem até hoje em condições de insegurança alimentar, fundiária, social, econômica, etc.

¹⁰Existem formas de análise cultural hoje, na sua maioria inspiradas por Foucault ou outras linhas de pensamento pós-estruturalista, que enfatizam as maneiras pelas quais os discursos constroem os sujeitos e as posições dos sujeitos (...) Mas os sujeitos em questão naqueles tipos de análise são definidos em grande parte em termos de localizações (“posições do sujeito”) políticas (geralmente subordinadas) e identidades políticas (geralmente subordinadas) – subalternas (no sentido britânico/histórico) a mulher, o outro racializado e assim por diante. Esse não é, de forma alguma, um exercício sem importância, mas é diferente da questão da formação de *subjetividades*, estruturas complexas de pensamento, sentimento, reflexão, e similares, que fazem dos seres sociais sempre algo mais do que meros ocupantes de posições particulares e portadores de identidades particulares (p. 385). Sherry B. Ortner. *Subjetividade e crítica cultural*. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 375-405, jul./dez. 2007.

Para a Amazônia o Estatuto da Terra foi o dispositivo jurídico que balizou todo processo de colonização na região, e justificou os projetos de integração e desenvolvimento que estavam atrelados a este modelo de contrarreforma do governo militar. A política de “distribuição” de terras no Brasil sempre partiu da premissa de “distribuir algumas terras, para não distribuir a terra”, como afirmou Ianni (1979). É inegável que no Brasil nunca foi possível falar em desenvolvimento sem que a questão agrária estivesse presente. Isto pode ser comprovado em dois principais momentos da economia brasileira. O primeiro momento no final do século XIX e início do XX com predomínio do setor primário, e seu elemento principal o café, e o segundo em meados da década de 1960, quando houve a modernização do latifúndio, ocasionando a migração de milhares de pessoas para as grandes cidades.

Em se tratando de assentamentos rurais na Amazônia (e aqui chamaremos de Amazônia somente a área que compreende os estados da região norte) os números da reforma agrária são bastante significativos. Apesar da região amazônica possuir somente 15% da população rural do país, e menos de 25% dos assentamentos rurais, o número de famílias assentadas corresponde a aproximadamente 55% do total de famílias assentadas pelo INCRA no país. Se comparados as regiões sul e sudeste, teríamos 405.000 famílias assentadas na Amazônia e 75.944 assentadas nas duas regiões¹¹. Esta comparação é importante porque estamos falando das regiões mais povoadas do país.

Mas onde estão os assentamentos e quem são os assentados rurais na Amazônia? No primeiro momento de colonização da Amazônia o governo militar objetivou ocupar com assentamentos as principais rodovias da região, o que ocorreu. Mas a maior parte dos assentados não conseguiu se adaptar as condições climáticas da região e acabou abandonando seus lotes. Neste cenário os principais programas da década 1970 foram o Programa de Integração Nacional – PIN e o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste – Proterra:

O PIN teve o objetivo de colonizar a Amazônia, a partir da rodovia Transamazônica, atraindo o povo nordestino para aquela região. No entanto, o impacto desse programa foi muito pequeno se comparado às metas propostas e aos recursos alocados. O Proterra também teve pequeno alcance no que diz respeito ao número de famílias assentadas, além do

¹¹Dados retirados do site: www.painel.incra.gov.br/sistemas/index/php em maio de 2015.

pagamento das terras ter sido feito a vista, em dinheiro, contrariando o previsto por lei (SPAROVEK, 2003, p. 12)

A maioria dos assentamentos na região amazônica está¹² no estado do Pará perfazendo um total de 1.055 assentamentos, seguido por Tocantins 377, Rondônia 217, Acre 159, Amazonas 144, Roraima 67 e Amapá 50. O que há de interessante neste dado é que claramente a concentração de assentamentos se dá nos estados com maior número de rodoviárias federais, significando que os migrantes que participaram da ocupação da Amazônia nas chamadas colonização dirigida e “espontânea” se direcionaram para os espaços amazônicos de mais “fácil” acesso.

A formação populacional destes assentados está condicionada ao lugar onde esta se assentou. Nas regiões próximas as rodovias, temos migrantes oriundos do nordeste, sul e centro-oeste do país. Nas regiões mais afastadas, e aquelas que o acesso só pode ser realizado por via fluvial teremos migrantes nordestinos que chegaram a Amazônia no I e II Ciclo da Borracha, descendentes destes migrantes, alguns migrantes das demais regiões do país e as populações nativas (ribeirinhos, extrativistas...). É interessante ressaltar que a população nativa da região viveu sob muito tempo em regime de posse em áreas situadas em propriedade privada ou da União, e que neste sentido não sendo proprietários da terra onde trabalhavam a demanda por esta sempre esteve em alta. Há, portanto, dentro da própria região um fluxo migratório em busca de áreas para assentamentos.

O texto “A qualidade dos assentamentos da reforma agrária” (2003) apresenta informações importantes sobre a condição dos assentamentos no Brasil e em especial na região amazônica. Trazendo ao debate informações referentes ao índice de qualidade de vida – QV de sua população, que levou em consideração condição de moradia, acesso a serviços de saúde e educação, acesso a energia elétrica e água potável, acesso a esgoto, acesso a moradia e acesso a estradas internas. Estas informações reproduzem os dados que se tem feito contínuos no Brasil: a região amazônica sempre apresenta indicadores abaixo da média nacional. Os indicadores gerados reforçam o que já se vê na prática quando se faz pesquisa nos assentamentos na região: a confirmação da negligência a educação, principalmente na etapa do ensino médio; a dificuldade de acesso a saúde; e as péssimas condições das estradas nos assentamentos.

¹²Dados retirados do site: www.painel.incra.gov.br/sistemas/index/php em maio de 2015.

O II PNRA que a estabelece que a “*reforma agrária é uma ação estruturante, geradora de trabalho, renda e produção de alimentos, portanto, fundamental para o desenvolvimento sustentável da nação*” (BRASIL, 2003). Neste sentido é urgente que se compreenda que não houve um processo de colonização e outro de reforma agrária na Amazônia. A reforma agrária na região foi uma ferramenta do processo sistemático de colonização que esta região sofreu e sofre. É preciso assim, olhar para dentro dos assentamentos amazônicos já instalados e a partir dos sujeitos que ali se re-significam pensar em como transformar distribuição de terra numa verdadeira reforma agrária.

Um estudo onde a produção subjetiva dos sujeitos assentados amazônicos fosse evidenciada poderia demonstrar as contradições sociais e econômicas que caracterizam o Brasil e sua dimensão continental. Com isso, seria possível problematizar como os sujeitos rurais, na condição de assentados da reforma agrária, são situados na nação, e de que maneira criam estratégias de sobrevivência fora de um projeto de nação universal. Possibilitando se evidenciar as produções subjetivas e a constatação da construção de vidas, num novo significado dialético do que é estar dentro da nação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO, G. e SERIACOPI, R. **História – Série Brasil**. Ática. São Paulo 2005.
- BERGAMASCO, S. M e NORDER, L. A. C. **O que são assentamentos rurais**. Editora Brasiliense: Coleção Primeiros Passos, São Paulo 2001.
- BENEDETTI, A. C. **Os impactos dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul**. In: **Assentamentos rurais: Mudança Social e Dinâmica Regional**. Mauad. Rio de Janeiro, 2004.
- BARBANTI, S. **Retorno à terra: como ele afetivo e meio de sobrevivência nos assentamentos rurais**. Musa Editora: FAPESP. São Paulo 2006.
- BRASIL. **II Plano Nacional de Reforma Agrária: paz, produção e qualidade de vida no meio rural. Edição Especial para o Fórum Social Mundial 2005**. Disponível em: http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/PNRA_2004.pdf. Acesso em: 05 jan. 2014.
- BUAINAIN, A. M. e PIRES, D. **Reflexões sobre Reforma Agrária e Questão Social no Brasil**. 2003. Disponível em: < <http://www.abda.com.br/texto/AntonioBuainain.pdf>>.

CARDOSO, L. de F. **A luta pela terra no triângulo mineiro: reflexões a partir do assentamento Fazenda Nova Tangará, Uberlândia (MG)**. In: Anais XVI Encontro Nacional dos Geógrafos. Crise, práxis e autonomia: espaços de resistências e de esperanças Espaço de Diálogos e Práticas. Porto Alegre, 2010.

CARVALHO, H. M. de. **Política Compensatória de Assentamentos Rurais como Negação da Reforma Agrária**. Revista Nera. Ano 7, nº. 5, agos/dez, ISSN 1806-6755, 2004.

CARVALHO, H. L. **A trajetória de vida dos assentados de primavera e Belo Monte**. Dissertação apresentada à Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Franca, 2008.

CELENTANO, D. (org). **A Amazônia e os objetivos do Milênio 2010**. Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia/IMAZON. ISBN 978-85-86212-34-5. Belém, 2010.

CHAGAS, A. M. das. **Emergência dos direitos territoriais frente ao direito de propriedade fundiária: do colonialismo jurídico à pluralidade de direitos**. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Programa de Pós-Graduação em Direito. São Leopoldo, 2012.

CORASSIN, M. L. **A reforma Agrária na Roma Antiga**. Editora Brasiliense. São Paulo, 2008.

GARCIA, A. **Sociologia de la reforma agrária em América Latina**. Amorrortu editores. Buenos Aires, 1973.

LIBERATO, G. P. A. **Reforma Agrária - Direito Humano Fundamental**. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2008.

MARTINS, J. de S. **O sujeito da reforma agrária (estudo comparativo em cinco assentamentos)**. In: Travessias – a vivência da reforma agrária nos assentamentos. 2ª. edição. Editora da UFRGS. Porto Alegre, 2009.

MEDINA, C. A. de. **Ao latifúndio pouco importa que o camponês se vá**. Revista Brasileira de Reforma Agrária/ABRA. nº. 2 a 4. Campinas, 1971.

MIRALHA, W. **Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje**. Revista NERA, ano 9, nº. 8, Rio de Janeiro, 2006, ISSN 1806-6755.

PRADO JUNIOR, C. **A questão agrária no Brasil**. 5º ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Tradução: Leonardo Milani. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SILVA, J. G. da. **O que é questão Agrária**. 14ª edição. Editora Brasiliense. São Paulo, 1991.

SOUZA, Luciana Rosa de; PEREIRA, Fernando da Silva. **Problematização da reforma agrária como política social no Brasil em anos recentes.** In: SOBER: XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Rio Branco: 2008.

SPAVOREK, G. (org). A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira. Editora Páginas & Letras. ISBN: 85-86508-26-8. São Paulo, 2003.

TOURNEAU, F. M. Le. e BURSZTYN, M. **Assentamentos rurais na Amazônia: contradições entre a política agrária e a política ambiental.** Revista Ambiente & Sociedade. Campinas. V. XIII, n. 1, jan/jun, 2010.

Política, mercado e agricultura familiar: Pronaf agroecologia

Fabrizio Moraes Fernandez¹

Nelton Moreira Souza²

Patrícia Rodrigues Chaves da Cunha³

Nos últimos anos percebemos uma acessão das temáticas ligadas ao entendimento dos fenômenos políticos e seus reflexos nos diversos seguimentos no campo das ciências humanas e sociais, bem como os impactos de sua territorialização na dinâmica rural-urbana. O artigo tem por objeto refletir sobre o ciclo de implementação da política pública do Programa Nacional da Agricultura Familiar – Pronaf Agroecologia. O nosso desafio vai além do reconhecimento do problema e da colocação na pauta da agenda governamental, busca focar na implementação da política pública. Para o desenvolvimento metodológico desta abordagem, alguns passos foram articulados, dentre estes destacamos o levantamento do material bibliográfico, a revisão teórica sobre a temática e o levantamento de dados. Será utilizado o trabalho inicial de Harold Laswell nas ciências políticas (policy sciences) que foi aperfeiçoado no processo político-administrativo proposto por Gary Brewer, no que tange: 1) Reconhecimento do problema (montagem da agenda); 2) Propostas de solução (formulação da política); 3) Escolha da solução (tomada de decisão política); 4) Efetivação da solução (implementação da política); 5) Monitoração dos resultados (avaliação da política), onde há exemplo do Fórum da Agricultura Familiar que reúne mais de 100 entidades em Pelotas/RS entre organizações e órgãos governamentais. Essas políticas são efetivadas na forma de financiamento que passam pela cultura da produção e da implementação para realizar o cultivo ecológico. Deste modo, a abordagem tende a verificar o que o governo pretende fazer e o que, de fato, realmente faz.

Palavras-Chave: Ciclos da política pública, Agricultura, Pronaf, Agroecologia.

Introdução

A disciplina de política pública nasce nos Estados Unidos da América rompendo com a tradição europeia de análise do Estado passando para um estágio de produção dos governos. Deste modo, a análise das políticas públicas – surgiram como forma para restringir gastos, racionalizando o papel do governo com visões Keynesianas do pós-

¹Mestrando em Ciência Política, UFPel. fabriziomoraesfernandez@gmail.com

²Doutorando em Ciência Política, UFPel. moreirasouza48@gmail.com

³Doutora em Ciência Política; Docente do programa de Pós-graduação em Ciência Política da UFPel. patchavescunha@gmail.com

guerra de 1945. A restrição econômica e o investimento em políticas sociais forçaram a administração pública a pensar o ajuste fiscal no sentido receita – despesa.

Portanto, os pressupostos de análise científica surgem com a ideia de que política pública é aquilo que os governos fazem ou deixam de fazer (DYE, 1984). A área de política pública, dentro da Ciência Política, segue os passos de James Madison sobre o foco na natureza e nos estudos das instituições; Thomas Paine e Alexis de Tocqueville, que viam nas organizações locais a virtude cívica para promover o ‘bom’ governo; e assim buscar compreender porque os governos procuram ou optam por determinadas ações. Celina Souza (2006) chama atenção para política pública como produto da Guerra Fria e da tecnocracia; ela cita autores como Robert McNamara e a utilização da teoria dos jogos para promover uma reflexão de como a guerra pode ser conduzida de maneira racional.

Dentro desse escopo surge os ‘primeiros’ ou fundadores da área de políticas públicas: Harold Laswell, Herbert Simon, Charles Lindblom e David Easton. Laswell (1936) introduz o termo *policy analysis* e abre o diálogo nas ciências sociais sobre a aproximação do conhecimento científico e a interação com a produção empírica. A forma de diálogo entre grupos de interesse, cientistas sociais e governos é o foco de Laswell. O autor sustentava a teoria que as massas seguiam lideranças, inclusive fazendo referências da psicologia e a questão da liderança política (partindo da ideia de ‘quem ganha, o que, quando e como’). Nessa concepção, Laswell defendeu a constituição da análise científica do governo (*policy analysis*), na formulação da ‘ciência do governo’, que busca entender os efeitos dos contextos sociais e políticos que cercam as políticas. Ao levantar o questionamento – o que são políticas públicas? – apresenta definições e conceitos como o de Mead (1965), que define dizendo que é um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas. O de Lynn (1980), que a define como o conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. O de Peters (1986), que comenta que as políticas públicas são a soma das atividades de governo e da delegação que influenciam na vida do cidadão. Enquanto Dye (1984) define que política pública é o que o governo escolhe fazer ou não fazer, com base teórica fortemente influenciada por Bachrach e Baratz (1962).

Neste sentido, os subníveis de política pública habitam territórios de várias disciplinas, vários ‘olhares’, desdobra-se em sistemas de acompanhamento e avaliações de planos, programas e projetos. Entre os modelos de formulação e análise existem os

propostos pelos autores Lowi (1964 e 1972); Cohen, March e Olsen (1972); Sabatier e Smith (1993); Baumgartner e Jones (1993), e pelo 'novo gerencialismo público'. Assim, Theodor Lowi nos salienta que a política pública faz a política e divide-se em quatro arenas: 1) distributiva; 2) regulatória; 3) redistributiva; e 4) constitutiva. A distributiva gera aspecto mais individual e não se preocupa com a limitação de recursos; a regulatória é onde se envolve a burocracia com políticos e grupos de interesse; a redistributiva é o formato que impõe ganhos para um maior número de pessoas e perda para grupos sociais; e, a constitutiva, é a que lida com vetos e apoios dentro do sistema político através de procedimentos.

Deste modo, a visão de um processo incremental de Lindblom, Caiden e Wildavisky (MELO, 1999) consideram que as ações seriam apenas incrementais ou marginais, desconsiderando a mudança política como forma de ação. As instituições moldam as definições dos decisores. Eles agem, não apenas pelo autointeresse, mas também por uma concepção mais ampla com regras, identidades e ideias. São “definições construídas e conhecidas antecipadamente e aceitas” (MARCH; OLSEN *apud.* SOUZA, 2006, p.38). Assim, define quatro elementos para essa formulação: 1) a própria política pública; 2) a política (*politics*); 3) a sociedade política (*polity*); e 4) instituições (onde a política pública é desenhada/implementada). O foco analítico da política pública e do tipo de problema que a política visa corrigir, percorre na chegada desse problema ao sistema o político (*politics*) e à sociedade política (*polity*), passa pelas instituições que irão modelar a decisão e assim atingir a fase de implementação da política pública.

Assim, várias foram às contribuições de diversos autores ao longo de 1970 e 1980 mostraram que os modelos de ciclos de política de 1950 eram racionais e lineares demais. Os vários níveis de governo, o mapeamento de cada configuração, de cada política específica, construíam a compreensão desses detalhes. Dos autores da segunda geração, Pressman e Wildavsky (1973) sustentaram que a implementação transformaria substancialmente as políticas (a decisão seria a etapa central se o processo de implementação fosse perfeito). A defesa da centralidade da implementação foi complementada posteriormente. Os decisores não seriam capazes de estabelecer políticas desde cima (*top-down*), mas também de baixo, das estruturas organizacionais (*bottom-up*).

Nesse sentido, a implementação seria uma “ordem negociada” (MARQUES *apud*. BARRET, 2004, p.33). A defesa mais forte da realização de políticas foi formulada por Lipsky (1984) a respeito da denominação chamada ‘burocracias de nível de rua’. Após estudar nos anos de 1960 e 1970 sobre burocracias, sustentou que, em qualquer política, existe a discricionariedade que é, segundo Lipsky, a adaptação de regras e procedimentos da política para a sua aplicação final. Os implementadores são, portanto, decisores.

Outra vertente sobre implementação de políticas desenvolveu-se, a partir de 1970, sendo que alegavam que os grupos de interesse com muita frequência gerariam políticas. Heclo (1978) denominou de *issue networks* o método de análise de redes sociais para estudo de políticas públicas. As redes de políticas foram chamadas de *implementation structures* e posteriormente de *policy networks* (denominando políticas públicas específicas). A literatura nacional tem desenvolvido trabalhos na área promovendo análises da importância das redes pessoais dos burocratas na implementação de políticas, chamada de *policy communities*.

Inseridos no debate global sobre as formas degradantes de produção e a preservação do meio ambiente, os agricultores familiares brasileiros aproveitaram a janela de oportunidades política aberta (KINGDON, 2003) para incutir suas demandas na agenda pública brasileira. Como um dos resultados apresentados pelo governo para as demandas colocadas criou-se no Brasil o PRONAF. O programa Pronaf Agroecologia é constituído por uma linha de Crédito para o Financiamento de Custeio para Agroecologia. É possível caracteriza-lo como uma forma redistributiva e regulatória de política pública para cancelar uma parcela antes não contemplada por um governo central que antes não reconhecia a atuação por uma parte da população produtiva, preocupada com ações de preservação, conservação e sistema limpo de produção agrícola, agora reconhecida como modelo alternativo na produção de alimentos.

A Política Pública no Pensamento Brasileiro

A história do pensamento público brasileiro, segundo Marcus André Melo (1999), se confunde com a história de reflexão sobre o Estado nacional. As bases lançadas por Oliveira Viana, Azevedo Amaral, e contribuições posteriores de Faoro e o Instituto Superior de Educação de Barretos (escola ISEB) também definem espaços para a política

pública no Brasil. O *state building brasileiro* fez voltar à atenção da pesquisa social brasileira sobre a questão do papel do Estado. A primeira onda de produção acadêmica, no início da década de 1960, trata o Estado brasileiro de forma monolítica. A produção empírica, progressivamente, dá lugar a uma discussão de política ou áreas de políticas, tendo uma ligação estreita com a era desenvolvimentista e de uma crescente legitimidade intelectual do ideário liberal.

No Brasil, observa-se um campo incipiente e uma trajetória de estudos comuns à europeia continental, de maneira que as ciências sociais se distanciaram da gestão de governo e onde a análise de políticas esteve associada a entidades governamentais. A primeira universidade nacional voltada para análise de políticas públicas foi A Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP), da Fundação Getulio Vargas (FGV), fundada em 1952, criou o primeiro curso de mestrado da área em 1967 (Warlich, 1967), sob inspiração dos cursos de mestrado em Administração Pública dos EUA. Esses, na década de 60, haviam se convertido em cursos de políticas públicas, no âmbito do “movimento de análise de políticas públicas” (ALLISON, 2008; FARAH, 2011 *apud*. FARAH, 2016).

O tema política pública foi incorporado também pela Ciência Política, disciplina que então se institucionalizava no país. Em 1967, foi criado o primeiro mestrado em Ciência Política, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), ao qual se seguiu, em 1969, o mestrado do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Também nesse caso, foi grande a influência dos EUA por meio de universidades norte-americanas e do apoio da Fundação Ford (Forjaz, 1997).

É destaque também o Núcleo de Estudos de Políticas Públicas (NEPP), em 1984, vinculado à Universidade Estadual de Campinas – SP. A instituição, no âmbito associativo, tem como referência o ano de 1983, com a fundação da Associação Brasileira de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), mostrando avanços na área através do Grupo de Trabalho de Políticas Públicas na comunidade de pesquisa universitária.

O modelo brasileiro, derivado da forma contributiva no sistema de seguridade, é apontado por Aureliano & Draibe como “meritocrático-clientelista” (MELO, 1999 p.74). A análise de políticas desse período tem sua problematização sobre os tipos de clientelas de políticas e impacto sobre estrutura social e família. Os estudos também versam sobre processo decisório onde a Ciência Política mais se empenhou em pesquisar. Uma

contribuição importante é a publicação de *Cidadania e Justiça* de Wanderlei Guilherme dos Santos, ano de 1979. O tratamento da cidadania e da justiça distributiva de Santos introduz a noção de cidadania regulada, ou seja, o debate sobre a política social passa a ser observado a partir da literatura do desenvolvimento político americana. Santos combina desenvolvimento político e mecanismos de estruturação de demandas. No Estado brasileiro, a expansão da cidadania social acontece com o reconhecimento pelo Estado de demandas de natureza ocupacional, com a regulamentação das profissões, da carteira de trabalho e do sindicato público – que formam os três elementos que definem “cidadania” (MELO, 1999, p.76). Esse período registra o “direito das profissões e as profissões só existem via regulamentação estatal” (MELO, 1999, P.76).

A regulamentação – que Santos chamou de ordem de produção – precedeu as iniciativas governamentais. Com isso, a política social produz desigualdades entre grupos ocupacionais e estratificações, já que explora ações de corporativismo e política social. Reis argumenta, criticamente e corretamente, segundo Melo, a avaliação positiva de uma cidadania não-regulada. A regulamentação estatal é inerente à própria extensão da cidadania, seja sua dimensão civil, política ou social. Reis critica Santos (1977) questionando sobre contribuições e benefícios na previdência social brasileira e que resulte do corporativismo ou do autoritarismo. De acordo com Reis, esse mecanismo é inerente à ideia de seguro social praticada em várias democracias contemporâneas e sanciona uma situação criada pelo mercado, e que o Estado não pode ser criticado como perverso se ele (o Estado) apenas chancela um estado de coisas criado pelo mercado.

Santos (1979) conclui que a política social emergiu como instrumento em um contexto de baixa institucionalização liberal, estabelecendo assim uma dicotomia entre a área legislativa e a burocracia estatal. O legislativo se converte em um local de irresponsabilidades, onde “se propõe políticas sociais redistributivas como se fossem distributivas” (MELO, 1999, p.78) e a burocracia estatal se mostra envolvendo capital, trabalho, alocação de custos e benefícios de políticas sociais. A orientação empírica aos poucos foi substituindo ensaios generalistas, produzindo uma literatura mais especializada sobre políticas públicas. Essa temática produziu uma relação entre regime político e produção de políticas, que foi alimentada pelo processo de democratização e da nova institucionalidade pluralista.

A questão é: se a manutenção de regras e procedimentos produz uma cultura política específica, como a efetividade e eficácia de políticas se manifesta? A descentralização de políticas públicas e a verificação de *policy legacies*⁴ proposta por Arretche em 1998; a reflexão do conceito de ‘povo’ e a ideia de ‘a quem pode o poder, a quem não pode a participação’ provocada por Reis no mesmo ano; as análises de capital social nas comunidades de baixa renda de Putnam (1999); boa parte dos autores impulsionam o objeto da política social brasileira de uma ação estatal, segundo Melo, para uma ação, ainda embrionária, para a sociedades civil.

Assim, a agenda brasileira foi amplamente discutida por Almeida, Melo e Diniz (1997), sendo a questão da paralisia decisória e a agenda *overload*, segundo Melo (1997), resultante de excessos de demandas democráticas, comprometendo a questão da governabilidade. Esse argumento foi sustentado por uma inspiração huntingtoniana, onde o excesso de demandas distributivas e participação apresentava baixa capacidade de processamento, saturando a agenda pública brasileira.

Outro ponto é a implementação, ocasionando pouca capacidade de privilegiar ou legitimar decisões, deixando a decisão em si sem sua legitimidade. Diniz apresenta a questão dos processos decisórios que passou a ser concebida na discussão do corporativismo e do neocorporativismo nas Câmaras Setoriais, levantando a ideia de que a paralisia decisória na Nova República se revelou como um “hiperativismo decisório” (MELO, 1999, p.87).

Assim, O Pronaf soma-se ao pensamento de cientistas sociais brasileiros na medida em que busca reduzir desigualdades sociais, valorar a cidadania e a qualidade de vida no campo através do acesso ao crédito de custeio e investimento. A tomada de decisão por parte do governo central ao criar o programa visa legitimar os processos decisórios de fóruns e debates participativos para atender o público-alvo e estancar a paralisia decisória que existia até o presente momento da redemocratização.

A formulação da política pública para produção de alimentos no Brasil democratizado, portanto, abrange um número muito maior de atores sociais do que os chamados *policy makers*. É possível falar em uma política pública com formulação do tipo *bottom-up*. Tal característica tem consequências para implementação do Programa, uma

⁴Legado institucional de uma área de política sobre uma nova política (cf. também, nessa linha, Vera S. Coelho, 1996)

vez que, as organizações e os novos mercados exigem a ação do governo para implementação do programa Pronaf.

O Mercado e o Fórum da Agricultura Familiar e a Implementação do Pronaf Agroecologia

A partir das reflexões supracitadas, adentraremos ao campo das políticas públicas para a agricultura familiar, que se projetou nos anos de 1990, com reconhecimento de uma classe antes negligenciada pelos governos. Com isso, o pequeno e médio agricultor torna-se um ator social que obteve acesso às políticas públicas e acesso ao crédito. O desenvolvimento sustentável, surgido nos anos de 1970, impulsionou o conceito de ecodesenvolvimento e “constitui-se na mais abrangente tentativa já realizada de orientar para um novo padrão de desenvolvimento para o século XXI, cujo alicerce é a sinergia da sustentabilidade ambiental, social e econômica” (ALVES *et al.*, 2016, p.03).

De acordo, com Alves (2016), a Agricultura Natural, a Agricultura Orgânica, a Agricultura Biológica, a Agricultura Biodinâmica, a Permacultura e a Agroecologia fazem parte de um processo vivo presente no território Sul da Zona Sul do Rio Grande do Sul. É um dos espaços que constitui um processo social, cultural e ecológico que forma uma dinâmica de resistência na produção de alimentos em “uma região marcada historicamente por um modelo de desenvolvimento excludente, baseado em latifúndios e na monocultura” (ALVES *et al.*, 2016, p.04). Em 1994 foi criado o Fórum da Agricultura Familiar e que hoje é um espaço consolidado na formação de práticas que privilegiam o desenvolvimento sustentável e de ações agroecológicas na região Sul do RS e tem como objetivos:

1)A partir das dificuldades encontradas buscar soluções conjuntas para superar essas dificuldades. 2)A partir da realidade local implementar o desenvolvimento sustentável do território e apoiar a implementação de políticas públicas estruturantes; 3)Encaminhar as propostas discutidas e aprovadas nas reuniões às instâncias competentes, constituindo-se numa representação política regional reconhecida pelo trabalho desenvolvido. (...) São 24 Municípios: Aceguá, Arroio do Padre, Arroio Grande, Candiota, Canguçu, Capão do Leão, Cerrito, Chuí, Cristal, Herval, Hulha Negra, Jaguarão, Morro Redondo, Pedras Altas, Pedro Osório, Pelotas, Pinheiro Machado, Piratini, Rio Grande, Santana da Boa Vista, Santa Vitória do Palmar, São José do Norte, São Lourenço do Sul e Turuçu. Estes

municípios ocupam uma área de 39,9 mil quilômetros quadrados, com uma população a cerca de 870.054 habitantes, sendo que, são 122.774 (14,11% do total) de habitantes na área rural, sendo que, são: 32.942 são agricultores Familiares e 3.697 famílias assentadas. (ALVES, 2016, p.07)

Portanto, o Fórum conta com organizadores como CAPA⁵, Embrapa⁶ e atualmente o Nedet⁷. As reuniões do Fórum ocorrem todas as segundas terças-feiras de cada mês e este processo consagrou ações de implementação e tomada de decisões de maneira mais incisiva através do Programa Territórios da Cidadania Zona Sul pelo governo federal a partir de 2008.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf é uma das políticas públicas influenciadas pelo programa participativo do governo federal nos territórios das unidades da federação. Conforme destacam Schneider; Cazella e Mattei (2009, p. 23 – 24):

O programa nasceu com a finalidade de prover crédito agrícola e apoio institucional aos pequenos produtores rurais. Foi produto de uma reformulação em 1995, pelo governo Fernando Henrique Cardoso, do Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (Provap) criado em 1994 durante o governo Itamar Franco. Essas modificações deram origem ao Pronaf, em 1996, cuja institucionalização ocorreu através do Decreto Presidencial n. 1.946 datado de 28/07/96. (RECH. 2013, p.50)

Deste modo, a região Sul do país tem a sua parcela de contribuição para as mudanças ocorridas no Pronaf através de organizações articuladas na contestação de políticas para a agricultura familiar. O Pronaf foi o reconhecimento nos anos de 1990 pelo governo da existência de uma nova categoria social e de um segmento que hoje avança para um novo modelo de transição – o agroecológico – que deve superar limitações de produção e que, para isso, depende de políticas públicas de investimento em tecnologia de produção verde, assistência técnica e extensão rural (Ater) e visão sistêmica para a agricultura familiar.

A produção livre de agrotóxicos é uma forma que vai além da produção de alimentos; é a forma de garantir alimento saudável com práticas culturais resgatadas na

⁵Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor vinculado à Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil.

⁶Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

⁷Núcleo de Extensão e Pesquisa em Desenvolvimento Territorial vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

propriedade do próprio agricultor. Nesse contexto, organizações promovem encontros e trocas de sementes crioulas livres de modificação transgênicas, preservando a genética das plantas. Isso ocasiona para consumidores qualidade de vida e para o agricultor a certeza de um desenvolvimento sustentável em sua propriedade, bem como a sua própria qualidade de vida no campo. Do mesmo modo, a Embrapa Clima Temperado de Pelotas tem colaborado com o sistema agroecológico com “o Marco Referencial de Agroecologia da Embrapa (2006), a denominação de Agricultura Ecológica surgiu como forma de traduzir a variedade de manifestações do que vinha sendo tratado como Agriculturas Alternativas” (ALVES, 2016, p.10).

Já em 2004, o governo federal no Rio Grande do Sul, conforme consta no relatório do mês de julho, selecionou pela SDT/MDA, cinco territórios rurais a serem apoiados, entre eles a região sul do estado, passando a ser denominado como Território Zona Sul do Estado/RS, área correspondente à de abrangência do Fórum. (RECH, 2013, p.97). Podemos considerar que dois momentos foram marcantes para o Fórum da Agricultura Familiar e para a política pública de resistência de produção agroecológica: os anos de 2004 e de 2008. O reconhecimento por parte do governo federal dos territórios no RS, dentre eles o território Sul em 2004; e o programa Territórios da Cidadania em 2008 que reuniu diversas ações do poder central em um único programa. Estas ações possibilitaram a participação de organizações civis e a inserção de atores sociais na elaboração ao longo do tempo de ações no sistema de produção ecológico na agenda governamental.

O aperfeiçoamento da ação do Pronaf contemplou a partir de 2014 o Pronaf Agroecologia⁸. Através da portaria nº 38 o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) instituiu o modelo de base sistêmico, ou seja, a biodiversidade e a qualidade de vida que são preponderantes para que o processo possa acontecer. O agricultor que deseja produzir alimentos agroecológicos e orgânicos deve contar com a participação do técnico de assistência técnico e extensão rural (Ater) que acompanha e assina o projeto junto ao agente financeiro. A linha de crédito possui atrativos como juros baixos e prazo de

⁸ **Produção de base agroecológica:** é aquela que busca otimizar a integração entre capacidade produtiva, uso e conservação da biodiversidade e dos demais recursos naturais, equilíbrio ecológico, eficiência econômica e justiça social, abrangida ou não pelos mecanismos de controle de que trata a Lei nº 10.831, de 2003, e sua regulamentação. **Transição agroecológica:** é a passagem da maneira convencional de produzir – com agrotóxicos e técnicas que agridem a natureza – para novas maneiras de fazer agricultura com tecnologias de base ecológica. Essa nova forma busca proporcionar de maneira integrada a produção agrícola, o respeito e a conservação da natureza, sem deixar de lado a meta de proporcionar uma melhor qualidade de vida às pessoas, sejam elas consumidores ou produtores. (Fonte: MDA)

carência para pagamento. A transição para este modo de produção está em sua fase de implementação em diversas regiões do país, mas conta com o diferencial de valor agregado a um produto agrícola de qualidade diferenciada.

Ao mesmo tempo, é uma política pública que promove a redução do uso de agrotóxicos, substituindo práticas convencionais por usos alternativos de produção como rotação de culturas e cultivos de cobertura. Dessa forma, questiona a forma predominante de produção agrícola no país, que utiliza agrotóxico de forma excessiva. Um mercado promissor, mas que apresenta desafios para o ciclo de implementação em política pública, visto que os agroquímicos estão próximos ao modelo de produção conhecido por grande parte dos agricultores brasileiros e subsidiado por grupos internacionais que detém o mercado de insumos. O debate levantado no Fórum da Agricultura Familiar de Pelotas-RS tem fortalecido pautas na agenda dos governos, tanto em ações de divulgação quanto ao processo de implementação de sistemas agroecológicos, propondo, por exemplo, a elaboração de uma usina de compostagem coletiva regional.

Para tanto, o caminho encontrado pelo agricultor através do Fórum da Agricultura Familiar está sendo o de solicitar ao poder público o zoneamento de áreas livres de agrotóxicos, já que agroquímicos tem tramitação legal em nosso país. Com isso, a resistência e o fortalecimento através da educação ambiental de processos de produção têm contribuído para uma mudança cultural no território Sul do RS. O desafio é que esta proposta avance na agricultura familiar, o que não acontece na produção em culturas de larga escala. Conforme, Michael Howlett, M. Ramesh e Anthony Perl (2013), a tomada de decisão tem escolhas positivas, negativas e não decisões e fazem com que a implementação seja perfeita ou não, no caso das políticas públicas. O aperfeiçoamento da política pública implica na tomada de novas decisões decorrentes dos limites apresentados na implementação, neste caso, o mais importante deles para garantir a sobrevivência da política é a proteção da produção agroecológica de agentes pesticidas utilizados em outras formas de produção agrícola.

Já para Forester (1984), há cinco estilos possíveis de tomada de decisão para implementação de políticas públicas: “de otimização [quando são atendidas as condições], satisfatório [há limitações cognitivas], de sondagem [problema vago, pouco relevante], de barganha [muitos atores e interesses envolvidos] e organizacional [vários

atores e cenários, mas também muitos problemas para implementação da política como ações complexas e informações incompletas]” (HOWLETT, RAMESH e PERL, 2013, p. 175).

Dados da Agência Embrapa de Informação Tecnológica de Brasília – DF mostram que o consumo de agrotóxicos nas lavouras brasileiras, por unidade de área cultivada, a média geral no Brasil passou de 0,8 kg i.a.⁹ ha⁻¹, em 1970, para 7,0 kg i.a. ha⁻¹, em 1998. Informação do Ministério do Meio Ambiente confirma que o Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo. Para mudar isso, a inserção do poder público e ações de implementação de políticas públicas é ponto chave fundamental.

Considerações Finais

Ao verificar o modelo Pronaf Agroecologia podemos observar que existem caminhos seguidos por grupos de resistência ao sistema de produção, até então apresentado para o agricultor brasileiro, que mudou o seu modelo de produção, principalmente com a Revolução Agrícola de 1950 com a produção extensiva de culturas e uso indiscriminado de agrotóxicos.

Para o programa Pronaf Agroecologia o processo decisório de políticas públicas no Brasil, que privilegiou a produção em larga escala e de caráter industrial, interferem naquilo que Howlett, Ramesh e Perl chamam de “condução” das políticas e, conseqüentemente, na adoção de modelos de formulação de políticas públicas. Os modelos racional e incremental têm sido privilegiados, sendo o primeiro, um comportamento de política onde o que mais interessa é atingir os objetivos através de ações positivas e iluministas. Já no modelo incremental procura o modelo próximo da vida real e as barganhas e “concessões mútuas entre os tomadores de decisão autointeressados” (HOWLETT, RAMESH e PERL *apud*. Edwards, 2013, p. 165).

Entretanto, no Pronaf Agroecologia podemos verificar os estilos citados por Forester (1984) nos diversos estágios dos diversos territórios brasileiros. Isso porque, ao estabelecer as linhas de créditos em rede nacional através de bancos públicos foi facilitado o acesso do agricultor ao Programa, e a exigência de acompanhamento técnico com indicação de agências responsáveis, como a Embrapa, caracteriza a otimização do processo inicial de implementação. A incorporação a um modelo de programa de política similar já existente, o Pronaf, facilita o entendimento da política, mas a setorização de um

⁹i.a. : ingrediente ativo.

modo específico de produção, que precisa atender especificações, pode apresentar a implementação como satisfatório [há limitações cognitivas]. A inovação da forma de produção, os marcos regulatórios necessários, a rede de fiscalizações ou atestados de procedência exigidos, a fragilidade econômica dos produtores, e a abertura desse novo mercado consumidor fazem da implementação do programa em seus primeiros anos, e em algumas regiões do país atualmente, serem visto como uma política do tipo sondagem [problema vago, pouco relevante]. Mas, principalmente, a permanência e aperfeiçoamento do Programa Pronaf Agroecologia demonstram, através do papel desempenhado pelo Fórum da Agricultura Familiar, que a implementação da política pública é fruto da barganha [muitos atores e interesses envolvidos], que se soma ao estilo organizacional [vários atores e cenários, mas também muitos problemas para implementação da política como ações complexas e informações incompletas].

De tudo exposto até o momento, o que há de compensar para ser utilizado na prática no país é que o processo de implementação de um sistema agroecológico de produção em larga escala através de uma política pública versa sobre a tomada de decisão que está em todos os seus ciclos (1-agenda; 2-formulação da política; 3- tomada de decisão; 4- implementação da política; 5- avaliação da política) e que as relações de poder definem o conjunto de subsistemas, que são o conjunto de atores ou sociedade que estão ativamente determinados com a regulação de uma política pública.

No entanto, Estado, capital e produção não convergem em sintonia, no mesmo passo, mas destacam níveis macrossociais que efetivam problemas para novas construções sociais de inclusão de novos grupos com objetivos em parte até agora contingenciados pelo Estado. Por isso, o Estado brasileiro está sendo exigido no protagonismo de ações, na atuação de justiça social e financiamentos para um crescimento social e econômico homogêneos. Porém, as estratégias adotadas necessitam de análise de grupos (atores) e de estruturas (instituições) para superar a barreira burocrática entre grupos que tem o poder de ação nos processos de decisão e, por conseguinte, nos rumos do país e de seu crescimento como nação.

As políticas setoriais formaram avanços, a exemplo do Fórum da Agricultura Familiar em Pelotas-RS, mas devido à dimensão continental do país, as ações do governo central também obtiveram resistências, tanto de instituições como de atores que defendem seus interesses econômicos. Isso ocasiona avanços não equânimes e, uma

mesma política pública, não tem a mesma eficiência, mesmo tendo um processo padrão de implementação, e talvez por isso mesmo, em territórios diversos, como é o caso do acesso e de implementação do Pronaf Agroecologia.

Deste modo, o sucesso do sistema de produção orgânico e agroecológico dependem de suas regionalidades, mas também de lugares de resistência que tencionam as políticas públicas de governo que detém o poder de decisão sobre sua implementação e continuidade. A atitude de fazer ou não fazer está diretamente ligada à política de grupos de resistência de agricultores, organizações e cidadãos envolvidos com a qualidade de vida no campo e com a oferta de produtos agrícolas livres de agroquímicos. É um trajeto que envolve várias mãos e que apresenta como alternativa o zoneamento de área livre de agrotóxicos em conjunto com a educação ambiental na cidade e no campo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Rosângela C. (org.); ALVES, Marina C.; REICHERT, Lírio J.; MERHEB, Matheus; FERNANDES, Lúcio André de O. O Fórum de Agricultura Familiar na Região Sul do RS: Agriculturas de base ecológica – espaços rurais potenciais para o desenvolvimento do turismo rural sustentável no território. **XI Congresso da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção**. Pelotas, jul./2016.

ARRETCHE, Marta T. S. **Políticas Sociais no Brasil**: descentralização em um Estado federativo. Rev. bras. Ci. Soc. [online]. 1999, vol.14, n.40, jun./99.

FARAH, Marta Ferreira Santos. (2016). **Formação em política pública no Brasil**: das iniciativas pioneiras dos anos 60 à institucionalização do “campo de públicas”. Estudos Políticos, 49, pp. 192-215. DOI: 10.17533/udea.espo.n49a11.

GOMES, Marco A. F.; SPADOTTO, Cláudio A. **Agrotóxicos no Brasil**. Disponível em: <http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/agricultura_e_meio_ambiente/arvore/CONTAG01_40_210200792814.html>. Acessado em: 08 de set. 2016.

GUADAGNIN, João Luiz. O crédito rural do Pronaf e a transição agroecológica: a visão governamental. **Agriculturas**, v.7, n.º2, 2010. Disponível em: <http://www.agriculturesnetwork.org/magazines/brazil/financiamento-da-transicao-agroecologica/o-credito-rural-do-pronaf-e-a-transicao/at_download/article_pdf>. Acessado em: 08 de set. 2016.

HOWLETT, M; RAMESH, M; PERL, A. **Políticas públicas**: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

KINGDON, J. W. **Agendas, alternativas and public policies**. 2. ed. Ann Arbor, : University of Michigan, 2003.

MARQUES, Eduardo e FARIA, Carlos Aurélio. **A política pública como campo multidisciplinar**. São Paulo: Editora Unesp; Rio De Janeiro: Editora Fiocruz, 2013.

MDA. **Cadernos da Agricultura Familiar**, V. 1 – Pronaf Agroecologia Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_3/pso4.pdf>. Acessado em: 08 de set. 2016.

MDA. **Caderno Pronaf Agroecologia**. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/CADERNO_PRONAF_AGROECOLOGIA_FINAL.pdf>. Acessado em: 08 de set. 2016.

MELO, Marcus A. Estado, governo e políticas públicas. In: Sérgio Miceli (org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. São Paulo: Sumaré, 1999.

MMA. **Agrotóxicos**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/seguranca-quimica/agrotoxicos>>. Acessado em: 08 de set. 2016.

RECH, Carla Michele. **A trajetória do Fórum da Agricultura Familiar da região Sul do RS: entre mediações e (re) configurações**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pelotas - UFPel, 2013.

RODRIGUES, Marta Maria A. **Políticas Públicas**. São Paulo: Publifolha, 2013 – (Folha Explica).

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n° 16, jul/dez, 2006.

Os impactos das mudanças das organizações produtivas urbanas sobre o meio rural: estudo de caso

Alexandre Aloys Matte Júnior¹

A temática deste artigo está relacionada ao impacto do meio urbano sobre o rural, apresentando um estudo de caso sobre essa relação no município de Igrejinha/RS, grande produtor calçadista, sendo seu objetivo analisar o impacto das mudanças nas organizações produtivas da cidade sobre a produção e comercialização de insumos dos agricultores do município, influenciando seu nível de renda e volume de produção. Para tanto, utilizou-se a metodologia de estudo de caso, sendo considerada descritiva em relação aos objetivos e mista referente à abordagem do problema. O trabalho é amparado por uma revisão bibliográfica, buscando dar sustentação ao tema, e, posteriormente, por pesquisa documental realizada no Sindicato dos Trabalhadores Rurais e na Prefeitura Municipal ambas de Igrejinha, além da aplicação de questionário em 25 produtores rurais participantes da Feira do Produtor, que comercializam seus insumos à população igrejinhense em vários pontos da cidade. Os resultados são parciais e ainda não contemplam todos os objetivos, uma vez que a pesquisa encontra-se em curso, mas, até o momento, apontam a predominância de sistemas de produção de base familiar, contando com propriedades de, em média, nove hectares. Frisa-se a grande variedade de cultivos, mas predominando a olericultura. Na sequência, a pesquisa avaliará os impactos urbanos sobre a produção e comercialização dos agricultores de Igrejinha.

Palavras-chave: impacto, urbano, rural, produção, agricultores.

Introdução

A cidade de Igrejinha/RS, tem sua economia baseada essencialmente na indústria calçadista. Apesar de dispor de atividades diversificadas, movimentadas também por indústrias de pequeno e médio porte, além de comércios, a maior parcela de renda e empregos da população está concentrada no setor coureiro-calçadista, contando com grandes expoentes do setor. Tal evolução da indústria calçadista provocou o êxodo rural, principalmente nas décadas de 70 e 80, diminuindo drasticamente a população rural do município (MORAIS, 2012).

O setor calçadista representa um importante diferencial na economia, não só de Igrejinha, mas do Brasil. Conforme dados apresentados pela APICCAPS - Associação

¹Mestrando do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara - FACCAT. E-mail: alexandrejr14o8@gmail.com

Portuguesa dos Industriais de Calçado, Componentes, Artigos de Pele e seus Sucedâneos - (2014) em seu anuário com dados referentes à 2011, a representação brasileira no ranking dos maiores produtores de calçados no mundo ainda é grande, conquistando a terceira posição, em um segmento amplamente dominado pelos países asiáticos, principalmente a China. A entidade também aponta, dentro desse panorama, o Rio Grande do Sul como o terceiro maior exportador de calçados de nosso País, representando 13,4% do número de pares remetidos ao exterior em 2013, porém, os que geram maior resultado entre todos os estados brasileiros, totalizando US\$ 387,06 milhões em virtude do maior valor agregado dos produtos exportados.

Porém, com as dificuldades enfrentadas pelo setor nos últimos anos, decorrentes principalmente em virtude da globalização, tornando a concorrência enorme a nível mundial no campo das exportações, em grande parte devido aos baixos custos de produção conquistados pelos países asiáticos, o setor calçadista foi impactado, resultando no fechamento de empresas e extinção de postos de trabalho (MATTE JR, MORAIS, SELLITO; 2016). Segundo Calandro e Campos (2013), as maiores perdas ocorreram nos municípios onde a estrutura industrial é concentrada na atividade coureiro calçadista, enfrentando graves problemas em relação a crise no setor, resultando em desemprego e expressiva perda de participação no PIB do Rio Grande do Sul. Dentro desse panorama, em uma região com predominância da atividade industrial calçadista, o fechamento de fábricas e aumento do índice de desemprego acaba desacelerando a economia local e influenciando diretamente os comércios e giro de produtos no mercado. Além disso, tais impactos também afetam o setor rural. A parcela de produtores rurais de Igrejinha é de base familiar, comercializando seus produtos em feiras organizadas em diversos bairros da cidade, onde encontram importante oportunidade de ampliar sua renda através da comercialização dos produtos de suas propriedades. Com a diminuição da taxa de empregos, existe então a possibilidade disso impactar diretamente na comercialização, produção e renda dos pequenos agricultores igrejinhenses.

Dessa forma, esse artigo tem como objetivo analisar o impacto das mudanças nas organizações produtivas da cidade sobre a produção e comercialização de insumos dos agricultores do município, influenciando seu nível de renda e volume de produção. Como objetivos específicos da pesquisa, estabelece-se: a) analisar as características de propriedade e produção dos agricultores de Igrejinha/RS; b) analisar se as mudanças no

nível de produção e emprego das indústrias igrejinenses impactam sobre a renda e comercialização dos agricultores de Igrejinha/RS e c) evidenciar as estratégias adotadas pelos pequenos agricultores a fim de amenizar possíveis impactos e influências.

Assim, a relevância desse estudo evidencia-se através do estudo da agricultura familiar no município gaúcho. A agricultura familiar desempenha papel importante para o território em que está inserida, tanto no âmbito social quanto econômico. Conforme Gobbi e Pessoa (2009), a agricultura familiar passou a receber mais atenção a partir da década de 90, ressaltando-se sua influência na geração de renda, emprego e melhorias da população rural. Wagner, Gehlen e Wiest (2004) defendem sua importância através da diversificação de fontes de renda, já que, em sua maioria, as propriedades contam com outras criações e culturas, o que dá amparo para que permaneçam nesse modelo e no meio rural.

O restante deste artigo está organizado da seguinte forma: a seção 2 apresenta os conceitos de agricultura familiar e dos espaços rural-urbano, necessários para embasamento deste estudo; a seção 3 traz a caracterização da cidade de Igrejinha e a região onde está inserida; a seção 4 traz os procedimentos metodológicos empregados. Já a seção 5, apresenta os resultados obtidos até o momento e análises de dados realizada. Por fim, apresentam-se as conclusões parciais obtidas após o desenvolvimento da pesquisa.

Agricultura familiar

O conceito de agricultura familiar, no Brasil, é relativamente recente, uma vez que esteve em constante evolução, recebendo diversas conotações. Como características da agricultura familiar, Neto e Basso (2005), Couto (2013) e Gobbi e Pessoa (2009) definem que esta caracteriza-se pela família ser proprietária da terra e dos meios de produção, assumindo o trabalho no seu estabelecimento produtivo, assegurando-se a alimentação da família através do próprio processo de diversificação de cultivo. O tamanho da propriedade é estabelecido pelo que a família pode explorar com base em seu próprio trabalho, associado a tecnologias e meios dos quais dispõe (NETO, BASSO, 2005). Schneider (2001) diz que esta pode ser entendida como um grupo social que compartilha um mesmo espaço (não necessariamente uma mesma habitação) e possui em comum a

propriedade de um pedaço de terra, ligados por laços de parentesco entre si, podendo pertencer à esse coletivo membros não consanguíneos. O coletivo, a família, organiza a produção e gerencia a propriedade, estabelecendo estratégias individuais e coletivas que visem garantir a reprodução social. Além disso, Denardi (2001) frisa o fato de a gestão da propriedade, como por exemplo dos meios produtivos e fluxos financeiros, ser realizada pelo próprio núcleo familiar, podendo contar ou não com a terceirização de atividades.

A conquista de mercado por parte dos produtores de base familiar gera impacto favorável principalmente as regiões do interior do país, evitando o êxodo rural através da geração de trabalho e renda, tornando-se um instrumento de desenvolvimento social (GOBBI, PESSOA, 2009). Neto e Basso (2005) afirmam que, é possível enxergar a diferença proporcionada pela geração e divisão de renda em áreas com predominância da pecuária e agricultura familiar, onde também ocorre um fácil acesso à terra, resultando na ampliação da renda e em melhores condições à população da região em que está inserida.

Para Abramovay e Veiga (1999), a agricultura familiar exerce papel fundamental no que diz respeito a segurança alimentar e ocupação da população rural. Além Disso, o portal da Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (2016) cita que, no Brasil, o setor engloba 4,3 milhões de unidades produtivas, o que representa 84% do total, e 14 milhões de pessoas ocupadas, representando cerca de 74% do total das ocupações, distribuídas em 80.250.453 hectares (25% da área total). A produção que resulta da agricultura familiar se destina basicamente para as populações urbanas, locais, garantindo a segurança alimentar e nutricional (Embrapa, 2016).

Como forma de minimizar impactos externos do mercado e promover uma forma mais organizada de participação no mercado, Costa et al (2015) destacam a organização dos produtores, principalmente os que utilizam base familiar de produção, através de sindicatos e, em diversos casos, cooperativas, centralizando a produção e proporcionando maior poder de venda e negociação junto a compradores e vendedores de insumos, necessários ao manejo do rebanho.

A situação atual da agricultura familiar brasileira resulta de um processo histórico, passando por diversas transformações, ficando, por um bom tempo, a margem dos investimentos governamentais, preocupados em direcionar esforços aos grandes latifúndios e à produção de bens para exportação. De igual forma, a modernização da agricultura brasileira nas décadas de 60 e 70 colaborou com o êxodo rural, uma vez que

privilegiou as commodities destinadas ao mercado externo (MATTEI, 2014). Após a atuação de movimentos sociais ligados ao campo, liderados principalmente pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), a agricultura familiar emergiu na década de 90, passando a fazer parte da pauta de esforços governamentais. O governo reconhece o potencial e capacidade da agricultura familiar de se adaptar a situações diversas e contribuir para o desenvolvimento econômico, sendo que os aspectos econômicos, sociais, ecológicos e culturas devem ser levados em conta na busca de soluções não excludentes e visando o desenvolvimento local (CARNEIRO, 1997).

Além disso, Veiga (2006) e Favareto (2006) sinalizam uma “nova ruralidade”, caracterizada pela conservação da biodiversidade e aproveitamento econômico de suas paisagens e espaços naturais através das diversas formas de turismo, impulsionadas pela grande procura do ecoturismo. Assim, em vez de desaparecer, como expressavam teorias sobre o futuro da relação entre rural-urbano, o ambiente rural se integra por meio tanto da unificação dos diferentes mercados (de trabalho, de produtos e serviços, e de bens simbólicos) como também por meio da criação de instituições que regulam as formas de uso social destes espaços. Tais constatações trazem a ideia do novo rural, valorizado pelos indivíduos principalmente por contar com traços intocados da natureza, refletindo assim na produção de suas propriedades, uma vez que tornam-se cada vez mais valiosas à qualidade da vida e bem-estar (VEIGA, 2006).

Características de Igrejinha e região

Procurando entender a dinâmica regional, torna-se importante caracterizar o meio em que a cidade de Igrejinha situa-se. Utilizando como recorte a divisão dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES), a cidade de Igrejinha encontra-se dentro do COREDE Paranhana-Encosta da Serra. O COREDE Paranhana-Encosta da Serra, segundo Morais (2012), foi criado em 02 de junho de 1993 e formalizado em 1994, sendo composto inicialmente por onze municípios, até a inclusão da cidade de Picada Café no COREDE Hortênsias, em 2002. Possui uma população total estimada em 217.017 habitantes, dispostos em uma área de 1732,8 km², conforme dados da Fundação Estadual de Estatística - FEE (2016). A região do COREDE em questão é dividida em duas microrregiões, sendo a composição da região do Paranhana, situada no vale do rio de

mesmo nome, pelos municípios de Igrejinha, Parobé, Rolante, Riozinho, Taquara e Três Coroas, e na região da Encosta da Serra, onde engloba os municípios de Lindolfo Collor, Presidente Lucena, Santa Maria do Herval e Morro Reuter (MORAIS, 2012). Frisa-se a grande densidade demográfica da região, uma vez que a densidade do estado do Rio Grande do Sul é de 38,1 hab/km² e a apresentada pelo COREDE é de 121,3 km/km² (FEE, 2016).

Focando na microrregião do Paranhana, Morais (2012) discorre sobre a colonização da região, que tem como característica básica a vinda, inicialmente, de imigrantes alemães, que se identificavam principalmente como a produção agropecuária e industrialização derivada do calçado, sendo essa uma marca da região. Galvão (1999) cita que os primeiros colonizadores eram provenientes da região do Hunsrück, na divisa com a França. O autor também diz que, em 1855, o vale já abrigava cerca de 400 famílias, dedicadas especialmente a agricultura e agropecuária, mas que alguns alemães já possuíam conhecimento sobre o fabrico de sapatos, chinelos e tamancos, iniciando-se assim um pequeno nicho de produção de calçados sob encomenda. O autor ainda diz que a partir da década de 40, com a diminuição das exportações de piretro, a região passou a dedicar-se à fabricação de arreios e calçados.

Uma das principais características do setor coureiro-calçadista é a necessidade de grande número de processos, o que acaba gerando a necessidade de volume de mão de obra necessária, já que diversas tarefas são praticamente artesanais (GALVÃO, 1999). Levando tais afirmações em consideração, Morais (2012) afirma que, a partir da década de 70, observa-se um deslocamento populacional das zonas rurais para os centros urbanos, sendo que aproximadamente 68% da população da região já estava residindo na zona urbana, o que proporcionou uma alavancagem no setor coureiro-calçadista, onde os moradores foram atraídos pela oferta de empregos e outros fatores, como educação, saúde e infraestrutura. O Quadro 1 demonstra o número de população urbana e rural, baseados em dados do Censo 2010, evidenciando a grande discrepância e o fenômeno de êxodo rural ocorrido desde a década de 70.

Quadro 1 – Dados demográficos do COREDE Paranhana-Encosta da Serra

Município	Área (Km ²)	Dens. Demográfica (hab/Km ²)	População		
			Urbana	Rural	Total
Igrejinha	136,8	231,4	30190	1470	31660
Lindolfo Collor	33,1	158,1	4287	940	5227
Morro Reuter	88,1	64,5	4841	835	5676
Parobé	109,0	472,4	48633	2869	51502
Presidente Lucena	49,4	50,3	1511	973	2484
Riozinho	239,3	18,1	2748	1582	4330
Rolante	297,0	65,6	15310	4175	19485
Santa Maria do Herval	139,2	43,5	4362	1691	6053
Taquara	457,1	119,5	45266	9377	54643
Três Coroas	185,5	128,5	20546	3302	23848

Fonte: Morais (2012)

Nota-se, através de avaliação do Quadro 1, que a maior diferença entre população urbana e rural concentra-se nas cidades em que a atividade industrial desenvolveu-se intensamente, principalmente no âmbito coureiro-calçadista, citando-se em especial as cidades de Igrejinha, Parobé e Três Coroas. Dessa forma, o setor industrial passou a ser o centro gerador de renda e a disponibilidade de mão de obra foi um fator motivador à instalação de um grande número de empresas na região. Galvão (1999) afirma que, em 1993, a participação da indústria no PIB da região já chegava a 63,73%, enquanto a participação da indústria no estado do RS era de 36,54%. Além disso, Morais apud. RUMOS 2015 (2012) cita o fato de o COREDE Paranhana-Encosta da Serra possuir uma das menores extensões rodoviárias (115,4 km), o que facilita a proximidade entre empresas, fornecedores e entidades. Seus índices de acessibilidade são considerados ótimos, pois 90% da população encontra-se a menos de 5 quilômetros de uma rodovia pavimentada pertencente à rede rodoviária do Estado, no caso, as ERS 239 e 115 na microrregião do Paranhana e a BR 116 na microrregião da Encosta da Serra.

Além da indústria, o comércio varejista tem se desenvolvido desde a década de 90, conforme Galvão (1999), derivado principalmente da atividade coureiro-calçadista, destacando-se lojas e comércios localizados às margens da rodovia que liga a microrregião

do Paranhana à Região das Hortênsias, caracterizada pelo intenso turismo. Também cresceram empresas ligadas ao setor de papel e papelão, produtoras de embalagens para os calçados, além de indústrias ligadas ao setor metal-mecânico, um importante apoio ao setor calçadista. Trata-se de um setor com efeito importante de multiplicação sobre os setores de plásticos, metais, químico, entre outros (MORAIS, 2012).

O município de Igrejinha

Como um dos principais polos do setor coureiro-calçadista da região do Paranhana destaca-se a cidade de Igrejinha. O site da Prefeitura de Igrejinha (2016) afirma que, em sua área total de 136,8 km², a natureza privilegia a cidade, contando com atrações naturais e culturais, conservando ambientes intactos, com núcleos de mata atlântica, possuindo seu vale cortado pelas águas do Rio Paranhana, além de vários riachos e nascentes. Também possui diversas cascatas localizadas na zona rural.

Conforme o site do IBGE (2016), Igrejinha pertence à Microrregião Gramado-Canela e à Mesorregião Metropolitana de Porto Alegre. A localização do município é privilegiada, uma vez que se encontra no centro das três regiões mais populosas do estado: a região metropolitana de Porto Alegre, a região metropolitana de Caxias do Sul e litoral norte gaúcho, o que contribuiu para seu desenvolvimento, principalmente pela facilidade no escoamento de seus produtos. Seu principal acesso é pela RS-115, havendo também a RS-020 como alternativa. Como municípios limítrofes, apresentam-se Taquara, Três Coroas, Parobé, Nova Hartz e Santa Maria do Herval. Atualmente, o núcleo urbano da cidade é composto por 15 bairros, havendo também 11 localidades, situadas na zona rural do município. De acordo com a FEE (2016), o município conta com 34091 habitantes, com dados referentes a 2014, e um PIB per capita de R\$ 39351,46, referente ao mesmo período. A Figura 1 demonstra a posição do município dentro da região do Paranhana.

Tem sua economia baseada na produção industrial, principalmente de calçados e confecções em couro e bebidas, preenchendo cerca de 50% de sua economia. Além da produção de calçados e componentes, frisa-se a planta industrial da Brasil Kirin, uma das grandes empresas produtoras de cerveja e refrigerantes do Brasil (FEE, 2016).

Figura 1 – Município de Igrejinha/RS



Adaptado do site do IBGE (2016)

Focando em sua história, conforme o site do Portal Municipal (2016) a região onde se situa Igrejinha teve como primeiros habitantes os índios Caingangues. O portal da Prefeitura de Igrejinha (2016) diz que no ano de 1847, Tristão José Monteiro, comerciante que fundara em 1846 Taquara do Mundo Novo, chegou a esta altura do vale para proceder à demarcação dos lotes de terra que venderia, a seguir, a colonos e imigrantes”. O desbravador fundou vários grupos, dentre eles o núcleo da “Casa de Pedra. Esta denominação vem do fato de Tristão Monteiro ter ali construído uma grande casa de alvenaria, a primeira e única do vale, a qual, em alemão, se chamava “Stein Haus”, onde foram instalados a capatazia e o armazém de abastecimento dos primeiros colonos e do pessoal que procedia a mediação das terras dessa região (PORTAL MUNICIPAL, 2016). As terras eram propícias à agricultura e cobertas de mato espesso, embora bastante montanhosas, pois, se estendiam até a encosta da serra. Eram ricas em madeira de lei e fauna. Posteriormente, colonos alemães vindos de São Leopoldo fixaram-se nessa colônia, espalhando-se aos poucos pelas margens do rio, rumo ao norte. Segundo o mesmo portal, o nome oficial da cidade deriva da construção de uma pequena igreja de madeira, em 1863, sendo a única da região e servindo de ponto de referência a tropeiros e viajantes. No ano de 1964, a cidade emancipou-se de Taquara, no dia 1º de junho.

Metodologia

Através da metodologia da pesquisa, tem-se como objetivo descrever os procedimentos utilizados na realização da pesquisa, sendo nessa etapa realizado o processo de definição de como ela será conduzida. A pesquisa é básica em relação a sua natureza, podendo ser caracterizada como descritiva levando-se em conta seus objetivos. Com relação ao processo de pesquisa, o método utilizado foi o misto. A pesquisa foi baseada em um estudo de caso único, sendo que tem como característica apoiar-se em questões relacionadas a “como” e por que” afim de proporcionar entendimento ao pesquisador.

A pesquisa pode ser dividida em duas partes. A primeira parte da coleta de dados foi concretizada a partir de pesquisa documental, em observância ao uso de informações de órgãos públicos e sindicais (como registros e base de dados não acessíveis ao público em geral), realizada no Sindicato dos Trabalhadores Rurais e na Prefeitura Municipal ambas de Igrejinha, buscando informações complementares sobre o município de Igrejinha e relacionadas ao meio rural e seus produtores, bem como possíveis detalhes sobre os projetos destinados a essa classe. A segunda parte da coleta de dados ocorre através de visita às feiras de produtores e aplicação de um questionário aos chefes de cada família buscando caracterizar estes produtores e avaliar os possíveis impactos do meio urbano sobre o rural. O questionário possui 13 questões, tanto qualitativas (semi-estruturadas) quanto quantitativas (fechadas), sendo aplicado a 25 chefes de família. Analisando-se as respostas, faz-se necessário o uso da estatística descritiva para melhor organizar as informações e apresentar de forma mais dinâmica os dados coletados.

Resultados

Dentro da primeira parte da coleta de dados, ocorreu a análise documental, através de pesquisa no acervo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e da Prefeitura Municipal de Igrejinha. Segundo análise documental realizada junto a sede da prefeitura de Igrejinha, a divisão territorial urbana foi formalizada através da Lei Municipal nº441 de 1977, que criou inicialmente 7 bairros.

A mesma análise documental ainda permitiu averiguar como se sucedeu o desenvolvimento industrial na cidade, sendo que consta a informação de que, por volta de 1930, foi iniciada a primeira empresa de fabricação de calçados e artefatos de couros. A partir desse ano, teve-se um grande aumento no número de empresas atuantes nesse ramo. As indústrias calçadistas de Igrejinha produzem cerca de 19 milhões de pares de calçados ao ano, focando principalmente o mercado de calçados femininos. Isso equivalente a mais de 2,5% de todo o volume de calçados fabricados no país, empregando cerca de 5,5 mil pessoas. Constatou-se que a cadeia coureiro-calçadista representa mais de 53% no valor de retorno de ICMS ao município, utilizando dados de 2015. Além disso, na relação das 59 maiores empresas com valor adicionado de ICMS, figuram 41 empresas de produção de calçados e insumos ligados a esse setor. Tais dados demonstram a importância de toda produção coureiro-calçadista para a cidade de Igrejinha. Ainda, de acordo com os documentos disponibilizados pela prefeitura, a economia de Igrejinha compõe-se da seguinte forma (aproximadamente): agricultura – 1%, indústria – 50% e comércio/serviços – 49%. Em relação a características e dados dos agricultores igrejinenses não se encontraram evidências relevantes, apenas os bairros em que ocorrem as feiras dos produtores, que são Centro, XV de Novembro, Bom Pastor, Figueiras e Viaduto.

Em análise documental realizada junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Igrejinha foi possível conseguir um maior volume de dados e informações relativas aos produtores rurais da cidade, presentes em seus arquivos, compostos em sua maioria por informativos, projetos e memorandos.

Foi possível levantar que existem cerca de 300 famílias agricultoras na cidade de Igrejinha, com suas propriedades localizadas nos territórios do interior do município, como as localidades de Solitária Alta e Baixa, Voluntária Alta e Baixa, Rochedo, Serra Grande, Três Irmãos e Linha Caloni. Há variação entre o tamanho de suas propriedades, uma vez que vão de 5 a 30 hectares, mas, em média, as propriedades possuem nove hectares. Todos são considerados microprodutores de base familiar, sendo que a cultura predominante é a da olericultura, porém, as plantações apresentam variação conforme o microclima existentes, mas os registros não apresentam maiores informações. De acordo com os registros, a produção destes produtores é consumida dentro do próprio município, pois parte é comercializada à população em bairros das cidades, dentro das feiras de

produtores, e a maior parcela é destinada a Secretaria de Educação de Igrejinha, onde os produtos são utilizados na merenda das escolas municipais de Igrejinha, através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que consiste na transferência de recursos financeiros do Governo Federal, em caráter suplementar, ao município para a aquisição de gêneros alimentícios dos produtores familiares, destinando-os à merenda escolar e garantindo renda aos produtores rurais da cidade. Também, constata-se a permanência das famílias no campo, uma vez que não houve variação no número de associados ao Sindicato nos últimos quatro anos.

Em relação às feiras de produtores, foi possível constatar que 25 famílias de produtores igrejinhenses são feirantes, dispostas em cinco bairros da cidade, procurando-se escalonar o trabalho para melhor atender toda a população. O esquema de bairros e escalas se localiza da seguinte forma:

Quadro 2 – Bairros, número de famílias e dias de feiras de produtores

Bairro	Nº famílias feirantes	Dias de feira
Centro	14	Terças e quintas-feiras, sábados
Figueiras	3	Quartas-feiras, sábados
XV de Novembro	3	Terças e quintas-feiras, sábados
Bom Pastor	3	Segundas e sextas-feiras, sábados
Viaduto	2	Terças-feiras, sábados

Fonte: o autor (2016)

O projeto de feiras de produtores nasceu tendo em vista a necessidade do Agricultor de ter agregação de renda, sendo uma iniciativa conjunta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Prefeitura Municipal, EMATER e dos próprios agricultores, com o objetivo de ser uma alternativa de comercialização de seus produtos. O Sindicato presta apoio constante em toda a cadeia, desde a organização das feiras, busca de melhorias nas estruturas destas, até a comercialização. Já a prefeitura presta apoio através da compra de insumos para merenda escolar, citada anteriormente, e da disponibilização de terreno e estrutura física fixa para a realização das feiras dos produtores. Os documentos encontrados atestam que as feiras mantêm a mesma dinâmica desde sua criação, em meados da década de 90, contando praticamente com o mesmo número de famílias responsáveis, porém, há um planejamento do Sindicato para ampliar o número de feiras,

atendendo assim uma maior parcela da população, mas ainda são necessárias definições em relação aos bairros em que estarão localizadas.

A pesquisa junto aos produtores feirantes de Igrejinha encontra-se em curso, através da aplicação de questionário aos mesmos.

Considerações finais

A presente pesquisa teve como principal objetivo analisar o impacto das mudanças nas organizações produtivas da cidade sobre a produção e comercialização de insumos dos agricultores do município, influenciando seu nível de renda e volume de produção. Finalizada a primeira parte da coleta de dados, os resultados são parciais e ainda não contemplam todos os objetivos, uma vez que a pesquisa encontra-se em curso, mas, até o momento, apontam a predominância de sistemas de produção de base familiar, contando com propriedades de, em média, nove hectares. Frisa-se a grande variedade de cultivos, mas predominando a olericultura.

Em vista da produção dos pequenos agricultores ser utilizada para merenda escolar, contempla-se a afirmação de Abramovay e Veiga (1999), quando afirmam que a agricultura familiar oferece segurança alimentar à população. A própria existência das feiras e possibilidade de ampliação do atendimento à comunidade igrejinense podem sugerir que a diminuição no número de empregos e dificuldades do setor calçadista, principal segmento da cidade e região, não impactam os agricultores de Igrejinha, podendo evidenciar a importância dada pela comunidade à produção advinda das propriedades rurais do município. Tal suposição pode encontrar amparo em Veiga (2006) e Favareto (2006), quando estes afirmam que há tendência de valorização do espaço rural nos dias de hoje, através de uma nova concepção do espaço rural.

Contudo, visto a existência de poucos documentos relacionados ao processo e volume de comercialização dos produtores feirantes, procurar-se-á coletar tais dados empiricamente, através da aplicação dos questionários, na segunda fase da coleta de dados. Espera-se que, com tais informações, seja possível contemplar os objetivos de pesquisa estipulados, avaliando in loco os impactos urbanos sobre a produção e comercialização dos agricultores de Igrejinha.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R.; VEIGA, J. E. Novas Instituições para o Desenvolvimento Rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). IPEA. **Texto para discussão n° 641/Convênio FIPE/IPEA 07/97**. Brasília, 1999. Disponível em <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2617/1/td_0641.pdf>. Acesso em: 09 set 2016.

APICCAPS – ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE CALÇADO, COMPONENTES, ARTIGOS DE PELE E SEUS SUCEDÂNEOS, Disponível em <http://www.apiccaps.pt/c/document_library/get_file?uuid=7d10300e-b8eo-40ae-b9be-246e4327714c&groupId=10136>. Acesso em: 19 set 2016

CALANDRO, M. L.; CAMPOS, S. H.. Arranjo Produtivo Local calçadista SinosParanhana. Relatório I. Porto Alegre: FEE, 2013. **Relatório do Projeto Estudo de Aglomerações Industriais e Agroindustriais no RS**. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/publicacoes/relatorios/>>. Acesso em 09 set 2016.

CARNEIRO, M. J. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. **Estudos Sociedade e Agricultura**, N. 8, Rio de Janeiro, 1997. Disponível em <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/oito/carneiro8.htm>> Acesso em 12 set 2016.

COSTA, V. S. et al. Análise de custos a partir da cadeia do valor do leite e seus derivados na região Seridó do Rio Grande do Norte. **Revista Ambiente Contábil**, Natal, v.7, n.1, jan-jun., 2015. Disponível em <<http://periodicos.ufrn.br/ambiente/article/view/5602/5060>> . Acesso em 25 jun. 2016.

COUTO, A. T. Agricultura familiar e produção leiteira: análise do sector cooperativo leiteiro da região norte de Portugal e do setor familiar produtor de leite no sul do Brasil. **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia, v.23, n.2, jul-dez, 2003. Disponível em <<https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/4178/3672>>. Acesso em 23 jun. 2016.

DENARDI, R. A. Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. **Agroecol. e Desenv. Rur.Sustent.** Porto Alegre, v.2, n.3, jul/set 2001. Disponível em <http://www.emater.tche.br/docs/agroeco/revista/ano2_n3/revista_agroecologia_ano2_n3_um3_parte12_artigo.pdf> Acesso em 09 set 2016.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA. Disponível em <<https://www.embrapa.br/embrapa-no-ano-internacional-da-agricultura-familiar>> Acesso em 24 jun 2016.

FAVARETO, A. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**. Tese de Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, 2006.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (FEE). Disponível em <<http://www.fee.tche.br>>. Acesso em: 13 de abril de 2016.

GALVÃO, C. A. Sistemas Industriais Localizados: O Vale do Paranhana - Complexo Calçadista do Rio Grande do Sul. Texto para discussão N° 617. **Textos para Discussão**

IPEA. Brasília, 1999. Disponível em <http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0617.pdf> Acesso em 13 de abril de 2016.

GOBBI, W; A. O; PESSOA, V. L. S. A pecuária leiteira e a agricultura familiar em Ituiutaba (MG): as transformações na comunidade da Canoa. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, ano 11, v.1, n.19, 1º semestre, p. 79-110, 2009. Disponível em <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/1405/1195>> . Acesso em 22 jun. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Disponível em <www.ibge.gov.br> Acesso em 20 de abril de 2016.

MATTE JR, A.A.; MORAIS, R. T.; SELLITO, M. A. Internacionalização de uma empresa calçadista por lojas fidelizadas: estudo de caso. **Revista Geintec**, São Cristóvão, V. 6, N.2, p. 2991-3004. Disponível em <<http://www.revistageintec.net/portal/index.php/revista/article/view/675/649>>. Acesso em 19 set 2016.

MATTEI, L. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Rev. Econ. NE**, Fortaleza, v. 45, p. 71-79, 2014 (suplemento especial). Disponível em <http://www.bnb.gov.br/documents/80223/205365/ren_2014_6_lauro_v2.pdf/72b45117-194f-4a4b-8bid-58b1f893af40> Acesso em 09 set 2016.

MORAIS, R. T. **Gestão Democrática como instrumento de planejamento estratégico regional**: Estudo das experiências no Conselho Regional de Desenvolvimento Paranhana-Encosta da Serra. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Doutorado, Universidade de Santa Cruz do Sul, 2012.

NETO, B. S.; BASSO, D. A produção de leite como estratégia de desenvolvimento para o Rio Grande do Sul. **Desenvolvimento em questão**,3(5), 53-72. 2005. Disponível em <<http://www.redalyc.org/pdf/752/75230504.pdf> > Acesso em 22 jun 2016.

PORTAL MUNICIPAL – FAMURS. Disponível em <<http://www.portalmunicipal.org.br/entidades/famurs/municipio/historia.asp?iIdEnt=5523&iIdMun=100143188>> Acesso em 13 de abril de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGREJINHA. História. Disponível em <<http://www.igrejinha.rs.gov.br/p.asp?i=6&c=Cidade>> Acesso em 13 de abril de 2016.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, N. 16, p. 164-184, Rio de Janeiro, 2001. Disponível em <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/dezesseis/schneid16.htm>> Acesso em 12 set 2016.

VEIGA, J. E. Mudanças nas relações entre espaços rurais e urbanos. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, V. 3, N. 1, p. 123-149, Taubaté, 2006. Disponível em <<http://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/22/19>>. Acesso em 09 set 2016.

**Grupo de Trabalho
Trabalho e Sociedade**

A organização do trabalho na Brigada Militar e a produção social do sofrimento psíquico em soldados e sargentos

Alexandra Estefânia Regner da Silva¹

Este trabalho é fruto da pesquisa que está sendo desenvolvida no Curso de Mestrado em Sociologia, o estudo é de natureza qualitativa e se configura a partir da relação existente entre a organização do trabalho na Brigada Militar e o sofrimento psíquico de policiais militares, especificamente soldados e sargentos. A literatura que fundamenta este projeto aponta que o estado de tensão aliado ao desgaste físico e emocional quando se tornam constantes na vida de um trabalhador como o policial militar podem trazer diversos prejuízos a sua saúde. Assim a questão central deste projeto é: como a organização do trabalho na Brigada Militar contribui para a produção do sofrimento psíquico de soldados e sargentos, quais as características desse processo de trabalho, como ele é vivenciado? E quais as resistências que estes trabalhadores utilizam diante das tensões pelas relações de e no trabalho. A proposta é apresentar algumas provocações a partir do material coletado no campo e alguns caminhos e reflexões na construção deste estudo.

Palavras-Chave: Trabalho, Policial Militar e Sofrimento Psíquico.

Conforme Cattani e Holzmann (2011) o trabalho assegura a satisfação das necessidades de produção e reprodução humana, é uma prática universal e uma realização social que define múltiplos condicionamentos e possibilidades. De acordo com cada contexto histórico pode se configurar em relações sociais marcadas pelos efeitos de poder, dominação e pela exploração; possuindo valores simbólicos negativos; mas também pode expressar coesão, consentimento e prazer com a criação de uma obra coletiva, ou seja, pode ser marcado pela opressão, mas também gerar satisfação e reconhecimento.

Estes autores também ressaltam que até antes da metade do século XX que todo aparato legal e de direitos sociais que protegia o trabalho foi sendo desmantelado como parte das estratégias da reestruturação produtiva, reflexo da globalização financeira e das privatizações do patrimônio público. Surgiram outras modalidades de inserção na esfera produtiva (trabalhadores por conta própria, em tempo parcial, com contratos temporários

¹Mestranda em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

etc.), formas fragilizadas que de certa maneira sustentam a tese da crise do mundo do trabalho e da perda da sua centralidade na vida dos indivíduos.

Já Cotanda (2011) afirma que apesar das mudanças no mundo do trabalho, o mesmo permanece ocupando um espaço importante na formação das sociedades modernas, enquanto elemento constitutivo de nossas subjetividades, identidades e vínculos sociais. Se manifesta de forma heterogênea, e funciona como parâmetro de qualidade de vida das populações. Expressa relações de poder e uma cultura de valores que se modificam no tempo e no espaço.

Para Antunes (2011) o trabalho “pode ser definido como o exercício de uma atividade vital, capaz de plasmar a própria produção e a reprodução da humanidade, uma vez que é o ato responsável pela criação dos bens materiais e simbólicos socialmente necessários para a sobrevivência da sociedade (ANTUNES, 2011, p. 433) ”.

Pioli (2010) refere que o trabalho se faz como elemento-chave na constituição da identidade social, com significações que vão além da simples venda da força de trabalho por salário, como a visibilidade, o reconhecimento social, o sentimento de pertencimento a um grupo social, o acesso a direitos sociais pode levar a realização.

Sennett (1999) em sua obra *A corrosão do caráter* relata que essas mudanças no mundo do trabalho não interferem apenas nos processos e nas relações de trabalho, mas também nos valores que antes se faziam presentes, no novo capitalismo flexível não existe espaço para solidariedade e confiança. Em sua ânsia pelos resultados, está gerando uma sociedade impaciente e concentrada apenas no momento imediato, onde se vende a ideia de que ninguém precisa e nem depende de ninguém, as pessoas são descartadas com muita facilidade. E a substituição da rotina burocrática pela flexibilidade no trabalho não foi acompanhada pela liberdade e pela emancipação do indivíduo, mas sim pela elaboração de novas formas de dominação. São esses valores amorais que contribuem para corroer o caráter humano.

Assim podemos descrever que em sociedades industriais onde o capitalismo se faz presente os efeitos que tem trazido ao longo de suas crises e transformações no mundo do trabalho vão desde: o reforço no individualismo, a competição, a perda dos laços sociais, o reforço na ideia do imediatismo, do instantâneo, a sensação de instabilidade constante, a dificuldade de se pensar num futuro a longo prazo e a perda de sentido no trabalho, somando esses predicados encontramos uma sociedade narcisista, egocêntrica e injusta.

O tema desta pesquisa se configura a partir da relação existente entre a organização do trabalho na Brigada Militar e o sofrimento psíquico de policiais militares, especificamente soldados e sargentos da Brigada Militar. O desejo de pesquisar sobre o trabalho do policial militar parte da minha trajetória profissional, enquanto servidora pública, assistente social do Hospital da Brigada Militar de Porto Alegre (HBMPA). Ao longo de seis anos como assistente social neste hospital foi possível observar de perto um fenômeno recorrente na instituição: a internação psiquiátrica destes profissionais motivada por questões como dependência química, depressão, ideação e tentativa de suicídio, estresse entre outros. O que me fez questionar as condições de saúde desta categoria profissional para exercer suas atribuições, tentando compreender de que maneira essa manifestação da subjetividade está relacionada com o desempenho da sua atividade profissional.

Na base da estrutura hierárquica da Brigada Militar se encontram os soldados que ocupam os mais baixos postos e logo acima os sargentos que junto com os primeiros formam a divisão dos praças. As condições de trabalho destes dois segmentos também são mais precárias e sua remuneração também é mais baixa se comparada com a categoria dos oficiais.

O conceito de organização de trabalho utilizado se estende como os modos e as formas como o trabalho é dividido em tarefas e prescrito para ser executado por trabalhadores separados por hierarquias dentro de uma empresa ou instituição. Correspondendo a divisão do trabalho, relação com os colegas e hierarquia; “... os modos organizacionais vão facilitar ou dificultar a execução do trabalho, interferindo de maneira importante na qualidade das relações que se estabelecem entre os indivíduos no ambiente laboral e, por extensão, na qualidade de vida” (COSTA, 2011, p. 474).

Já as condições de trabalho referem-se aos meios e os fatores ambientais como: espaço, equipamentos e instrumentos, ambiente físico (luz, temperatura, ruído), tempo, horário e outros.

Uma das disciplinas e metodologias de trabalho que se debruça sobre a relação entre a saúde mental e o trabalho é a psicodinâmica do trabalho, criada no início da década de 80 tendo como um dos seus principais percursores e disseminadores Christophe Dejours (1994) que compreende que as principais dimensões que caracterizam o que se

entende por organização do trabalho são: a divisão do trabalho, o conteúdo da tarefa, o sistema hierárquico, as modalidades de comando e as relações de poder.

Para Djours (1994) o sofrimento é uma luta entre funcionamento psíquico e mecanismos de defesa diante de pressões organizacionais desestabilizantes, no meio dessa luta é que o sofrimento pode vir a surgir, provocando experiências dolorosas permeadas por sentimentos de angústia, medo, vergonha, humilhação e insegurança. Busca também compreender as consequências das organizações e dos modelos de gestão do trabalho sobre o aparelho psíquico.

A psicodinâmica do trabalho utiliza também os conceitos ergonômicos de trabalho prescrito (aquilo que foi determinado, o modo como deve ser, seja verbal ou por escrito) e trabalho real (a maneira como o trabalho é realmente executado).

Para ele, [Dejours] o sofrimento é um espaço clínico intermediário que marca a evolução de uma luta entre funcionamento psíquico e mecanismo de defesa por um lado e pressões organizacionais desestabilizantes por outro lado, com o objetivo de conjurar a descompensação e conservar, apesar de tudo, um equilíbrio possível, mesmo se ele ocorre ao preço de um sofrimento, com a condição de que preserve o conformismo aparente do comportamento e satisfaça os critérios sociais de normalidade. (MERLO, 2011, p. 281).

O Manual de Doenças Relacionadas ao Trabalho (Brasil, 2001) apresenta a estimativa da Organização Mundial da Saúde (OMS) de que os transtornos mentais menores acometem cerca de 30% dos trabalhadores e os transtornos mentais graves, cerca de 5 a 10%, decorrentes de fatores relativos à organização do trabalho, como a divisão e parcelamento das tarefas, as políticas de gerenciamento das pessoas e a estrutura hierárquica organizacional.

A atuação da polícia tem sido posta em xeque constantemente pela mídia, não só pelo aumento da violência², mas por ações ineficazes, levando ao descrédito e à visão negativa da sociedade sobre esta³, aliado a isso há também a questão das condições de trabalho do policial que passa por um processo de precarização.

² Taxa de homicídios em Porto Alegre é superior às de Rio e São Paulo. Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2015/08/taxa-de-homicidios-em-porto-alegre-e-superior-as-de-rio-e-sao-paulo-4824113.html>.

³ O 7º Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2013 aponta que 70,1% das pessoas entrevistadas em seis estados não confiam nas polícias. Pesquisa realizada pela FGV. Disponível em: http://www.forumseguranca.org.br/storage/download//anuario_2013-corrigido.pdf.

Silva e Vieira (2008) afirmam que, pelo fato da polícia ser uma instituição estatal que tem como objetivo a prestação de serviços de segurança pública, a sua atividade sofre pressões decorrentes tanto da organização do trabalho quanto dos fenômenos sociais.

Amador (2010) afirma também que a atividade policial devido as pressões e ao grande risco os coloca no limite entre o controle e o descontrole podendo os levar a prática da violência.

Os princípios básicos de reprodução da hierarquia dentro da polícia militar são: a antiguidade no posto e promoção por mérito. A busca por ascensão é concorrida entre os profissionais e justamente por poucos serem contemplados, também gera ansiedade e frustração. Sabe-se também que o julgamento passa por preferências pessoais das autoridades. Minayo, Souza e Constantino (2008) em estudo realizado no Rio de Janeiro com policiais militares, apontam que o estresse do profissional policial se relaciona com o modelo hierárquico da organização, onde as decisões se concentram nas chefias tirando dos subordinados a possibilidade de criar e decidir. Há também a questão das condições insatisfatórias de realização do trabalho, além do sentimento de falta de reconhecimento social.

Considerando os efeitos do trabalho sobre a vida material e subjetiva dos trabalhadores o presente projeto de pesquisa tem como objeto de estudo compreender como a organização do trabalho existente na Brigada Militar se relaciona como o sofrimento psíquico de soldados e sargentos da referida instituição. Assim a questão central deste projeto é: Como a organização do trabalho na Brigada Militar contribui para a produção do sofrimento mental de soldados e sargentos, quais as características desse processo de trabalho, como ele é vivenciado? E quais as resistências que estes trabalhadores utilizam diante das tensões?

Já o objetivo geral se refere a compreender a relação entre a organização do trabalho da Brigada Militar e o sofrimento psíquico de soldados e sargentos. E os específicos:

- a. Identificar e descrever o processo de trabalho de soldados e sargentos em um Batalhão da região metropolitana.
- b. Descrever o cotidiano de trabalho de soldados e sargentos numa dada localidade de trabalho.
- c. Identificar as fontes de tensão e sofrimento de soldados e sargentos no trabalho.

d. Compreender quais os mecanismos/estratégias utilizados por estes trabalhadores para lidarem com as tensões relacionadas a organização e os processos de trabalho existentes na instituição.

Conforme Deslandes, Minayo e Malaquias (2003), a experiência do sofrimento no trabalho policial, pode estar associada aos seguintes fatores:

Precariedade das condições de trabalho, divisão e padronização das tarefas, escassa utilização do potencial criativo e técnico do trabalhador, rigidez hierárquica, ingerências políticas, centralização da informação, falta de participação nas decisões que lhe afetam, não reconhecimento e a baixa perspectiva de crescimento profissional entre outros (DESLANDES, MINAYO e MALAQUIAS, 2003,p.193).

Na mesma linha, Oliveira e Santos (2010), afirmam que a soma do cansaço físico e a falta de equilíbrio emocional podem levar esses profissionais a assumirem atitudes irracionais durante situações extremas, prejudicando assim o desempenho do exercício profissional. Em que a perda é uma realidade na vida deste profissional visto que o mesmo tem que saber lidar com a morte das vítimas, dos criminosos, dos próprios companheiros de trabalho e também com a ideia de que sua própria vida corre perigo.

Segundo Silva e Vieira (2008), no período de 1995 a 1998, a junta médica da PM do Estado da Paraíba homologou 74 reformas por invalidez, das quais 41,9% foram por motivos de ordem mental.

Gischewski (2005) em estudo realizado na Polícia Militar do Estado de Minas Gerais identificou um alto índice de internações de policiais militares em hospital psiquiátrico do município de Barbacena – MG, chegando a 35,3% entre os anos de 1999 a 2003, sendo o principal motivo de internação o alcoolismo.

Gomes (2015) em estudo recente aponta que no primeiro semestre deste ano 50% dos afastamentos de serviço (licenças de saúde) efetivados pela Junta Médica da Brigada Militar se deram devido a transtornos psiquiátricos. Neste mesmo estudo a autora buscou identificar a incidência de mortes de policiais militares por suicídio e por confronto no período de 2005 a 2014. O resultado a que chegou foi de que mortes por suicídio ao longo deste período foram 49 casos no total enquanto que decorrentes do confronto policial em serviço foram 22 casos.

Os brigadianos morrem 2,23 vezes mais por suas armas do que em confrontos em serviço. Portanto, investir em saúde mental e prevenção de suicídio é tão importante quanto investir em equipamentos de segurança como coletes à prova de balas. Embora o tema seja revestido de estigma, a prevenção e a redução dos índices só podem ser atingidas mediante a divulgação do assunto e a conscientização de comando e efetivo sobre o problema (GOMES, 2015, p. 18).

Diferente da maioria das pessoas o policial militar tem acesso constante a arma de fogo, e ao estar vivenciando um sofrimento mental intenso, onde há risco de ideação suicida, as chances de chegar ao ato aumentam rapidamente por ter os meios necessário para executar o plano. O próprio treinamento militar incentiva a autossuficiência e a rapidez nas decisões diante de situações limites, o que pode prejudicar o seu julgamento e a reflexão (Gomes, 2015).

Para Minayo, Assis e Oliveira (2011), estes profissionais não estão acostumados com o atendimento psicológico, havendo muito preconceito em relação aos que procuram apoio, como se eles estivessem admitindo que estão se tornando loucos. Oliveira e Santos (2010), reforçam afirmando que,

Essa assistência ocorre, na maior parte das vezes, quando a iniciativa de encaminhamento parte a pedido do militar, o que dificilmente ocorre, devido à preocupação do mesmo com a postura dos demais membros ou quando o policial se envolve em alguma ocorrência e passa a demonstrar problemas decorrentes desta. Diante disso, o militar é afastado de suas funções por determinado período para que seja possível a realização de uma avaliação mais detalhada de seu quadro clínico e psicológico. Esse procedimento, muitas vezes, é considerado pelo policial como uma punição, ou até mesmo como sinal de fraqueza (OLIVEIRA e SANTOS, 2010, p. 247).

Segundo Muniz (1999) os mundos que os policiais militares visitam e que constituem o seu próprio **mundo policial** são difíceis de descrever e duros de explicar, são desagradáveis de assistir e de frequentar por muito tempo.

É preciso “ter estômago” para socorrer um homem anônimo caído na calçada sufocando-se em seu próprio vômito. É preciso segurar a sensação de náusea diante de cenas nas quais se encontram indivíduos mutilados, corpos baleados feito peneiras e cadáveres em decomposição (MUNIZ, 1999, p. 160).

Já o Manual de Doenças Relacionadas ao Trabalho (Brasil, 2001) alerta para uma gama de fatores que favorecem para um ambiente de trabalho adoecedor.

Ambientes que impossibilitam a comunicação espontânea, a manifestação de insatisfações, as sugestões dos trabalhadores em relação à organização ou ao trabalho desempenhado provocarão tensão e, por conseguinte, sofrimento e distúrbios mentais. Frequentemente, o sofrimento e a insatisfação do trabalhador manifestam-se não apenas pela doença, mas nos índices de absenteísmo, conflitos interpessoais e extratrabalho. Os fatores relacionados ao tempo e ao ritmo de trabalho são muito importantes na determinação do sofrimento psíquico relacionado ao trabalho. Jornadas de trabalho longas, com poucas pausas destinadas ao descanso e/ou refeições de curta duração, em lugares desconfortáveis, turnos de trabalho noturnos, turnos alternados ou turnos iniciando muito cedo pela manhã; ritmos intensos ou monótonos; submissão do trabalhador ao ritmo das máquinas, sob as quais não tem controle; pressão de supervisores ou chefias por mais velocidade e produtividade causam, com frequência, quadros ansiosos, fadiga crônica e distúrbios do sono (BRASIL, 2001, p. 161-162).

No cotidiano de trabalho, surgem dilemas pessoais que evidenciam parte dos desdobramentos vividos entre o trabalhador e o ambiente laboral, algo que pode implicar em tensão e sofrimento psíquico, conforme Merlo (2011), a doença do trabalho corresponde,

(...) toda patologia na qual o trabalho é o responsável principal ou tem um papel preponderante no seu aparecimento, ainda que exista no indivíduo alguma disfunção patológica prévia. Os agravos à saúde no trabalho vão desde o acidente súbito, até o leve distúrbio psíquico ou mesmo o pré-patológico sofrimento psíquico ligado ao trabalho, tal como conceituado pela Psicodinâmica do Trabalho. Quando se pensa em trabalho, habitualmente os aspectos econômicos e sociais nele envolvidos são os mais visíveis. Porém, o trabalho pode, também, ser fonte de sofrimento e adoecimento (MERLO, 2011, p. 133).

Neste estudo, de caráter qualitativo, o trabalho de campo foi desenvolvido em uma Companhia da Brigada Militar situada na cidade Porto Alegre onde foi realizada observação de campo durante o mês de maio e entrevistas semi-estruturadas com a utilização de gravador, com três soldados e quatro sargentos no mês de julho.

A Companhia possui 61 policiais lotados no local, sendo que o previsto seria 191, são (42) soldados, (15) 3º sargentos, (1) 1º sargentos, (1) tenente, (1) capitão e (1) major. O saguão da companhia é o local onde é feito o atendimento operacional a população, seja prestando informação ou atendendo vítimas. No balcão de atendimento normalmente tem uma dupla de policiais que fica no apoio aos colegas que estão no policiamento ostensivo. Os 3º sargentos ficam na execução e coordenação dos soldados e o 1º sargento fica na fiscalização geral. O capitão e o tenente assessoram o major na questão do planejamento e coordenação da equipe. Ali registram boletim de atendimento e boletim de ocorrência, os casos de flagrante são encaminhados para o Palácio da Polícia.

Durante o dia há policiais a pé, duplas de bicicletas e grupos em carros realizando o patrulhamento com o intuito de inibir atividades ilícitas, crimes e manter a ordem no espaço público, também atendem as chamadas via rádio. À noite a ronda é feita apenas de carro devido o contexto ser é muito distinto do dia, as ocorrências são em menor número, mas os riscos aumentam, as principais abordagens se referem aos estabelecimentos noturnos os conhecidos “inferninhos”, roubo de carro, tráfico de drogas, brigas devido as pessoas estarem alcoolizadas e furtos.

No mês de maio foi iniciado o processo de observação no campo e depois em julho retornei novamente para encerrar as entrevistas. A observação que consistia em observar o processo de trabalho de soldados e sargentos a partir do balcão de atendimento, registrando as situações que presenciadas, mas também conversando e questionando informalmente sobre as dúvidas que surgiam. Em alguns momentos também fui entrevistada ou interrogada por alguns policiais que ficam curiosos com a minha presença. O registro deste material foi feito em diário de campo, a observação foi importante para que aqueles trabalhadores aos poucos se sentissem à vontade com a minha presença, foi um momento preliminar antes do processo das entrevistas. Abaixo a Tabela 1 com o perfil dos entrevistados.

Tabela 1. Perfil dos policiais entrevistados

Entrevistados	Sexo	Idade	Graduação	Escolaridade	Tempo de Serviço	Turno de trabalho	Estado civil
P1	M	29	Soldado	Superior incompleto	6 anos	Noite	Casado

P2	M	29	Soldado	Superior completo	4 anos	Dia	Casado
P3	M	29	Soldado	Ensino médio	7 anos	Noite	Casado
P4	M	53	3º Sargento	Ensino médio incompleto	33 anos	Dia	Solteiro
P5	M	45	3º Sargento	Ensino médio	22 anos	Dia	Casado
P6	M	48	3º Sargento	Superior incompleto	23 anos	Noite	Casado
P7	M	46	1º Sargento	Superior completo	25 anos	Dia	Casado

Fonte: Elaboração da autora.

Segue em destaque alguns pontos levantados pelos entrevistados se referem a deficiência na formação ao ingressarem na Brigada Militar, que teoricamente deveria ser o momento de preparo para o ingresso na vida profissional.

“(…) ali a gente vê as deficiências da brigada, a gente vê muita coisa assim arcaica, tipo, o tempo de formação é muito pouco. A gente sai pra rua sem saber muita coisa. A gente aprende na rua mesmo. A escola mesmo começa na rua. Documentação, pegar adicional, isso aí é tudo na rua. E... Até aquele instinto assim de policial, a gente só adquire na rua, infelizmente é só na rua”. SOLDADO VERMELHO

“Ainda estava comentando com um colega hoje que os cursos, né, na Brigada, infelizmente não preparam né o pessoal para atividade. A gente vai aprender depois na rua, com os colegas, que tem mais experiência”. SARGENTO AMARELO

Outro ponto destacado pelos policiais se refere as condições de trabalho que atualmente estão cada vez mais precárias como se pode notar em alguns relatos, o que demonstra a falta de investimento na segurança pública.

“Pra nós da linha de frente, principalmente do policiamento comum, é precário. É sempre tipo assim, quando vem pra Brigada, parece que primeiro, né, serve todos menos as linhas

de frente aqui. O que sobra vem pra linha de frente. Colete vai pra BOE, pra não sei o que, até pra quem é das unidades de apoio né, pega um colete novo (...). É sempre assim. viatura, armas (...) Tipo fardamento já comprei, coturno, coldre, sempre tem alguma coisinha, um apetrecho que tu tem que comprar, porque nem sempre tem...”. SARGENTO VERDE

“A viatura, quem sofre com uma viatura em condições ruins é a população, que não vai poder ir em alta velocidade buscar um veículo. Um prisma... que nem esses prismas que tão quase tudo estragado já...”. SOLDADO AZUL

“... o maior problema é a falta de efetivo, que a situação só não está pior devido o reforço da Operação Avante”. SARGENTO LARANJA

Os estudos que fundamentam este projeto assinalam vários fatores que ao se tornarem constantes na vida de um trabalhador como o policial militar podem trazer diversos prejuízos a sua saúde e desencadear um processo de sofrimento psíquico. Os breves relatos acima demonstram a precarização pela qual passa o trabalho do policial militar.

França (2016) ao estudar a polícia militar do estado da Paraíba alega que a formação não contribui para o processo de reflexão e sim para a ética da disciplina e da obediência, pois no cotidiano profissional o policial militar se depara com inúmeras situações e dilemas que perpassam juízo de valor, onde cada um julga e age a seu modo.

Frente à ausência da faculdade de refletir e julgar, além de pensar por si mesmos, os agentes policiais militares se conformam a serem subjetivados por processos pedagógicos ‘objetificadores’, baseados em prescrições de condutas e pensamentos padronizadores e atrelados a técnicas específicas como a disciplina. Além disso, a obediência estrita naturaliza o sentido de pertencimento a um quadro hierárquico que referencia a aceitabilidade às ordens sem refutá-las para não diminuir a sua força, fazendo da presença da violência um componente que perturba os nossos sentidos, dado que os policiais militares agem em nome do Estado, com o discurso de que devem manter a paz (...). (FRANÇA, 2016, p. 75).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O material coletado na pesquisa de campo segue em processo de análise e a pesquisa bibliográfica também, sendo assim não é possível formular com mais densidade as considerações, tendo em vista que a fase atual é de início da elaboração da dissertação.

A literatura apresentada até o momento apontou vários indicativos que podem contribuir para o sofrimento psíquico de policiais militares e que estão intimamente ligados à atividade profissional. Além disso, demonstram uma ausência de projetos focados na prevenção e o estigma muitas vezes de quem procura ajuda. Assim o referencial utilizado em sua maioria aponta uma forte relação entre o sofrimento mental e o trabalho diante de determinados contextos profissionais.

É possível afirmar que houve uma convergência entre a proposta de pesquisa, o trabalho de campo e a literatura utilizada, possibilitando sim a reflexão sobre o tema de pesquisa e os objetivos propostos, levando a alguns apontamentos e caminhos para a análise e construção da dissertação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADOR, Fernanda S. Trabalho, Sofrimento e Violência: o caso dos policiais militares. In: Jorge Castellá Sarriera. (Org.). **Psicologia Comunitária - Estudos Atuais**. 3ed. Porto Alegre: Sulina, 2010, v., p. 75-101.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho. In: CATTANI, A. D. HOLZMANN, L. **Dicionário de Trabalho e Tecnologia**. 2. ed. Porto Alegre: Editora Zouk, 2011. p. 432-437.

CATTANI, A. D. HOLZMANN, L. **Dicionário de Trabalho e Tecnologia**. 2. ed. Porto Alegre: Editora Zouk, 2011.

COTANDA, Fernando C. Trabalho, sociedade e sociologia. In: HORN, Carlos H.; COTANDA, Fernando C.(orgs). **Relações de trabalho no mundo contemporâneo: ensaios multidisciplinares**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. p. 41-60.

COSTA, Lorena G. Organização do trabalho, sofrimento psíquico e doença mental: uma estreita relação nos ambientes produtivos no moderno capitalismo. In: HORN, Carlos H.; COTANDA, Fernando C.(orgs). **Relações de trabalho no mundo contemporâneo: ensaios multidisciplinares**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. p. 499-528.

DEJOURS, Christophe; ABDOUCHELE, Elisabeth; JAYET, Christian. **Psicodinâmica do Trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho**. São Paulo: Atlas, 1994.

DESLANDES, Suely F.; MINAYO, Maria C. de S.; MALAQUIAS, Juaci V. Prazer e sofrimento: fontes de realização e de desgaste. In: MINAYO, Maria C. de S.; SOUZA,

Edinilsa Ramos de. (orgs). **Missão investigar: entre o ideal e a realidade de ser policial**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003. p. 193 – 206.

FRANÇA, Fabio G. Pensar ou obedecer? - Desafio da educação em direitos humanos para os policiais militares. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, v. 4, p. 63-81, 2016.

GISCHEWSKI, V. R. **O abuso do álcool entre policiais-militares: um estudo de caso**. Monografia (Especialização em Psicologia do Trabalho). 2004. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. 2004. 143 f.

GOMES, Denise A. R. **Incidência e perfil de suicídios na Brigada Militar de 2005 a 2014**. Artigo. Trabalho de conclusão do Curso Avançado em Administração Policial. 2015.

MERLO, A. Doença do trabalho. In: CATTANI, A. D. HOLZMANN, L. **Dicionário de Trabalho e Tecnologia**. 2. ed. Porto Alegre: Editora Zouk, 2011.

MINAYO, Maria C. de S. et al. Impacto das atividades profissionais na saúde física e mental dos policiais civis e militares do Rio de Janeiro. **Ciência & saúde coletiva**, Rio de Janeiro, 16 (4), 2011, p. 2199 – 2209.

_____; SOUZA, Edinilsa Ramos de; Constantino, Patricia. **Missão prevenir e proteger: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

Ministério da Saúde do Brasil. **Doenças relacionadas ao trabalho: manual de procedimentos para os serviços de saúde** /organizado por Elizabeth Costa Dias; colaboradores Idelberto Muniz Almeida et al. – Brasília: Ministério da Saúde do Brasil, 2001.

MUNIZ, J. **Ser policial é sobretudo uma razão de ser: cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – IUPERJ: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1999.

OLIVEIRA, Katya Luciane de; SANTOS, Luana Minharo dos Santos. Percepção da saúde mental em policiais militares da força tática e de rua. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 12, no 25, set./dez. 2010, p. 224-250.

PIOLLI, EVALDO. Sofrimento e reconhecimento: o papel do trabalho na construção da identidade. **REVISTA USP**, São Paulo, n.88, p. 172-182, dezembro/fevereiro 2010-2011.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Rio-São Paulo: Record, 1999.

SILVA, Maurivan Batista; VIEIRA, Sarita Brazão. O processo de trabalho do militar estadual e a saúde mental. **Saúde soc**, São Paulo, v. 17, n. 4, p. 161 – 170. 2008.

Auto gestión del dolor en la corrida de calle: el cuerpo como proyecto en el paradigma de auto emprendimiento¹

Valentina Iragola Cairoli²

El principal objetivo de esta propuesta es reflexionar sobre las construcciones discursivas del dolor en cuanto formas de normalizar diferencias. En la medida en que el sentido y valor atribuidos al dolor varía según orientaciones colectivas, se procura analizar la corrida de calle como una práctica deportiva que, dirigida a la clase media profesional, contribuye en la construcción de subjetividades que buscan/encuentran placer mediante la superación del dolor. En estos términos, la construcción simbólica del dolor y las diferentes posibilidades de lidiar con el mismo, contribuyen a la reproducción normativa de jerarquías que valorizan cuerpos fuertes y capaces. A partir de una investigación etnográfica con dos grupos de corrida en la ciudad de São Carlos-SP, fue posible observar que esta práctica deportiva se consolida como una biopedagogía de construcción de corporalidades y subjetividades activas, flexibles y resistentes a los desafíos de la vida cotidiana. A partir de la auto gestión del dolor, mediante la búsqueda de alcanzar límites corporales siempre en movimiento, el corredor se materializa en el contexto de una matriz discursiva para trabajar/superar el dolor corporal, emocional y afectivo, el cual proporciona herramientas valorizadas en el mundo laboral, y más precisamente en lo referente al paradigma del *Management* empresarial. En esta línea, la propuesta consiste en pensar sobre formas de conexión entre cuerpos, sensaciones y dominación, y así, las construcciones discursivas vinculadas al dolor como forma de incorporación de herramientas que posicionan a las personas en lugares diferentes.

Palabras clave: Corrida, Dolor, Diferencias, *Management*.

Introducción

Circulando al bajar el sol por cualquier ciudad de occidente, no podemos dejar de notar la presencia de personas corriendo, algunas con vestimentas más coloridas que otras, con o sin celulares amarrados al brazo y conectados a los oídos, solas o acompañadas. La ocupación del espacio público por personas practicando algún tipo de deporte es un

¹El presente trabajo es resultado parcial de la investigación que viene siendo desarrollada por la autora en el marco de su disertación de Maestrado, presentado el día 6 de setiembre en el Examen de Qualificação.

²Mestranda em el Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UFSCar, São Carlos SP. Bolsista Capes. Actualmente participante em el Grupo de Pesquisa Sexualidade e Entretenimento, coordinado por el Prof. Dr. Jorge Leite Jr.

fenómeno que ha crecido en las últimas décadas, consolidándose la corrida de calle, para el año 2011, como uno de los deportes más practicados³.

Mi interés en estudiar corridas surge ya hace varios años, estando la práctica presente en mi entorno cotidiano desde que acompañaba a mi padre los domingos de mañana a eventos competitivos. Desarrollar una investigación de maestría me dio la oportunidad de reflexionar a respecto de una pregunta que me acompaña hace tiempo: ¿por qué las personas corren? Con esa pregunta inicial me sumergí en un mar de lecturas que analizan desde las construcciones de la corporalidad hasta la consolidación de una sociedad que, como afirma García Ferrando (1998), se encuentra cada vez más *desportivizada*⁴. Todavía con esta pregunta en mente, me uní a un grupo de corrida de la ciudad de São Carlos en el mes de setiembre de 2015, con la finalidad de realizar un trabajo etnográfico. A partir de abril del año 2016 cambié de grupo, tras haber alcanzado un punto de saturación con el primero, participando activamente hoy en día.

La corrida de calle es una práctica deportiva que comienza a tener furor en Estados Unidos a partir de la década de 1970, momento en el cual se produce el fenómeno que hoy en día conocemos como el "*boom* de las corridas de calle". Este fenómeno se expande e invade las grandes ciudades brasileras unas décadas después, a partir de los años 1990. Para comprender el desarrollo de este fenómeno, precisamos describir brevemente algunas consideraciones sobre el contexto político y social que lo incubó.

Breve historia de las corridas de calle

La primera corrida de calle en São Paulo, conocida como São Silvestre, se realiza en el año 1925. Estas competencias no eran de acceso libre, en la medida en que mujeres y menores de edad por un lado no estaban habilitados a competir. A su vez, solo a partir de 1979, la São Silvestre se libera a la participación de nuevos corredores, ya que hasta ese entonces estaba destinada a la participación solo de aquellos que habían sido clasificados en una prueba selectiva o que representaban algún Estado del país. Un dato que sirve para

³Una investigación desarrollada por la consultora Deloitte (2011) concluye que para el año, la corrida de calle en Brasil es el segundo deporte más practicado, teniendo el fútbol el podio en primer lugar.

⁴Haciendo referencia al proceso de secularización por el que han pasado los deportes, encontrándose hoy plenamente integrado en la sociedad secular.

ilustrar este aumento de la población es que en la São Silvestre de 1975 cruzan la línea de llegada 242 corredores, población que para el año 2005 alcanza los 13. 421. Otro movimiento que podemos apreciar es el aumento de número de pruebas, que pasa de 34 en el año 1982 a 218 en 2005 (OLIVERA, 2010). Esto tiene que ver con un proceso de racionalización y popularización por el que transitan los deportes como la corrida, con el desarrollo de técnicas para mejorar los rendimientos, la creación de revistas específicas sobre la temática, el incremento de profesiones con ese fin, y también con la mercantilización de la práctica. En torno a la misma, surgen y se multiplican productos y servicios, desde calzados adaptados a todos los pies, hasta empresas de asesoría deportiva, gestando la idea de que cualquier cuerpo puede correr.

Este aumento de la popularidad de la corrida, se produce de la mano con el incremento de la valorización del movimiento corporal y de imágenes de nuevos tipos físicos promovidos sobre todo a partir de 1950-70 en los medios de comunicación, ya sea el cine, y posteriormente la televisión, como por el auge y desarrollo de medios especializados (revistas, libros o sitios web para corredores). Con la influencia del cine y el desarrollo de la televisión y el video casete, se generalizan las exhibiciones musculares, y se desarrolla lo que Courtine (1995) denomina la cultura visual del músculo. Promovido por una industria y un mercado que desenvuelven diversas prácticas de masa, se construye una cultura de la apariencia en los Estados Unidos, que da sustento al mercado del músculo, y al consumo de bienes y servicios destinados a la mantención del cuerpo.

El desarrollo y exhibición muscular se generaliza, junto con un conjunto de lógicas como sufrir mientras se distrae, la noción de cuerpo pensado como máquina, manipulable y sobre todo, la idea de que cada individuo es gestor de su propio cuerpo, lo cual se sustenta por una obsesión de involucramiento con el mismo. A pesar de esta tendencia a la generalización, esas prácticas se representan desigualmente según grupos sociales, edades y género, y tienden a asociarse con el estilo de vida de una clase joven profesional en ascenso, con fuerte sentimiento de superación personal, los llamados yupis (COURTINE, 1995).

La propuesta de Kenneth Cooper, conocida popularmente como método Cooper, lleva al mercado de consumo técnicas de entrenamiento militar. Sus manuales consolidan una sistematización del método practicado por militares y creado por un médico, conjugando las dos instituciones más importantes en términos de legitimidad discursiva

para hablar del buen uso del cuerpo. Y este método a su vez, ingresa en el comercio abriéndose a un público de consumidores mayor. Con la publicación de cada libro posterior, Cooper va organizando manuales de entrenamiento para personas de mayores rangos etarios, mujeres y niños.

La popularidad de los libros de Cooper en el mercado es un reflejo del proceso de medicalización por el cual pasamos los sujetos, aquel proceso mediante el cual nuestra salud se transforma en nuestra propia responsabilidad. Las personas somos responsabilizadas por nuestra propia salud, transformándose la prevención en una cuestión moral. Estos libros, no solo definen cierto estado de "bienestar", asociando salud con alimentación y actividad física, sino que al definir cómo ser una "persona saludable", producen y reproducen performativamente perfiles identitarios, así como recetas para atingirlos. El papel del mercado en la configuración de estos ideales médicos es de suma importancia, articulando y ofreciendo al público en lenguaje claro e imperativo, la seductora posibilidad de alcanzar un ideal de sujeto.

A partir de los años 70 comienzan a proliferar empresas de organización de eventos deportivos, y se multiplican las pruebas de corrida. Las empresas de ropa deportiva aumentan creando sitios de internet para grupos de corrida, llamadas de *comunidades on line*. Las empresas invierten cada vez más en el rubro de calzados e introducen en el mercado nuevas tecnologías para crear necesidades e intereses del público. Con el acceso a la televisión, se infiltran en el seno de los hogares programas para promover estas estéticas corporales, y sobre todo, la asociación de determinadas corporalidades con representaciones identitarias idealizadas. Varios autores (MIRA, 2004; OLIVEIRA, 2010 y LANDA, 2011) atribuyen a la promoción de un estilo de vida ascético de los programas de Jane Fonda, quien defiende el esfuerzo y dedicación como camino para conquistar "la buena forma", como algo que está al alcance de todas las mujeres.

Su libro "Mi programa de buena forma", afirma Mira (2001) se torna un discurso central de la cultura femenina, manteniendo la dicotomía femenino-masculino pero reformulándola, sustituyendo la disciplina doméstica por una pública. El auto control afirma la autora, luego del decline de la segunda onda feminista, pasa a ser ejercido sobre el propio cuerpo, y en este contexto, Fonda toma notoriedad como líder de aptitud física. Con su nombre son producidos y vendidos millones de libros y discos, además de una cadena de gimnasios en torno que hoy en día ya se encuentran cerradas. Su libro de

gimnasia llega a varios países, entre los cuales se encuentra Brasil. La autoridad mundial de la actriz resulta de su propio cuerpo, estando "en forma" a los 60 años.

En Brasil la actriz Yoná Magalhaes vendría a reproducir el mismo proceso que Jane Fonda en Estados Unidos. La actriz lanza por primera vez en 1986 la revista *Boa Forma* luego de posar para *Playboy* con sesenta años. Junto con *Saúde* se consolidan según Mira (2001) como íconos en la promoción de estilos de vida activos y saludables. En 1992 comienzan a circular *Forma Física* de la editora Efecê, conteniendo materiales sobre deportes y actividades físicas para ambos sexos. Ya en los años 90 los puestos de venta se encontraban llenos de esas revistas, y según Mira, la preocupación por la estética prevalece sobre la cuestión de la salud, pero sin ser incompatibles, ya que el padrón de belleza cambia para el natural y saludable, de preferencia asociado a actividades que produzcan placer. Los temas básicos de la revista pasan a ser ejercicio físico y dieta.

En estos términos, tanto la actividad física como la alimentación se transforman en símbolos identitarios, como se ilustra en el fragmento de una entrevista realizada a un corredor.

Dependendo também de como é o meu treino eu faço alimentação, porque a nutricionista passa todo ne? Se eu vou correr mais de 20 km minha alimentação é um pouco diferente. O que tem que comer antes, tudo isso aí, eu sigo a lista essas coisas viu? Assim, porque eu gosto entendeu? Eu acho interessante, porque eu acho que a pessoa é o que se alimenta. A pessoa é aquilo que se alimenta no esporte. Não adianta a pessoa achar que vai correr, não vai tomar água e vai correr para ficar magrinho. Eu não penso desse jeito entendeu? (Entrevista a Silvio)

Se promociona así la idea de que el cuerpo es la única realidad sobre la cual el individuo, y solo él tiene control, al tiempo que se asocia con modelos identitarios, siendo cada vez más representado como reflejo de una esencia interior, como reflejo de identidades.

Autogestión del "dolor normal" y placer de superación

Maratonas são provas para bons planejadores, capazes de a todo instante calcular a energia gasta e avaliar a que ainda resta para chegar ao final. É uma prova democrática que exige de

todos a mesma sabedoria. Do primeiro ao último colocado, cada qual testará o limite de suas forças. Um pequeno erro no cálculo da velocidade dos quilómetros iniciais pode levar à marca de um tempo medíocre ou à exaustão paralisante, na metade do caminho (VARELLA, 2015, p. 73)⁵

El sujeto de la corrida es representado como la unidad indispensable del modelo empresarial, como una empresa, contenedora de una serie de recursos escasos que deben organizarse para llegar a una meta, y luego a la siguiente. La administración de la motivación se conjuga con la administración de la velocidad, del esfuerzo, de la emoción para llegar a la meta. En este sentido, el sujeto-cuerpo es entendido como un capital, como su propia fuente de satisfacción, su propia fuente de placer.

En el contexto de una cultura empresarial, tendiente a transformar a los individuos en sujetos-capital (FARIAS DE VASCONCELLOS, 2015), podemos proponer que la práctica de corrida constituye una biopedagogía, tendiente a aumentar el auto gobierno de las conductas, de los movimientos corporales, de las subjetividades. Una vez que resulta preciso formar capital de competencia, en un contexto de formación social con base en el modelo de la empresa, la corrida se construye como una práctica de organización de la corporalidad y la subjetividad en función de una forma empresarial de racionalidad. Cada movimiento corporal es pensado y corregido para obtener los mayores beneficios, percibidos como placer o emoción por alcanzar las metas propuestas. Los músculos también son percibidos desde esta misma lógica, bajo una estética que los valoriza positivamente si contribuyen a mejorar tiempos o aumentar distancias. Son identificados como recursos moldeables para atingir objetivos, y son cuestionados cuando no se adaptan a los mismos. El "exceso de musculatura" es percibido como un obstáculo en la práctica.

La competencia, por otro lado, es relatada en términos de competencia consigo mismo, es una carrera por mejorar el rendimiento, por la superación constante de la velocidad o distancia anterior, relatada en términos de un "vicio", un "virus" que hace siempre querer más. Podemos ver que en esta actividad se consolida la valoración del interés por la superación personal, movilizado como normativa moral. A partir de lo anterior resulta ineludible realizar una distinción a respecto de su vinculación con las clases medias. Considerando los costos de inscripciones a grupos y competencias, además

⁵Drauzio Varella es un médico paulista, conocido popularmente por tener un espacio en el programa Fantástico (canal Globo) Las referencias a su libro "Correr" surgen en campo.

del conjunto de servicios y productos ofrecidos vinculados con las mismas, podemos afirmar que la corrida es una práctica identificada con valores y posibilidades de consumo de una clase media, lo cual es afirmado en las entrevistas en términos de auto identificación.

En el contexto de un paradigma empresarial de auto emprendimiento, la capacidad de resistencia proporcionada por el entrenamiento físico (caracterizado por la alteración de momentos de estrés corporal y descanso) se transforman en un capital discursivo y corporal. Ese capital discursivo se representa como la posibilidad de auto infligir dosis de dolor corporal para superarlo.

As dores nas pernas eram como torniquetes que apertavam progressivamente as panturrilhas e a face anterior das coxas. Os que vinham de trás me ultrapassavam com facilidade. Ao atingir o quilometro 40, exausto, senti que não conseguiria chegar ao fim. Não tive dúvida de que seria mais sensato desistir. O problema é que terminar a prova andando, para quem imaginava completa-la em tempo recorde, tem sabor de derrota (VARELLA, 2015, p. 10).

Así, la alusión al dolor fue una de las primeras cuestiones que llamó mi atención cuando inicié el trabajo de campo. Corredorxs siempre están comentando sobre molestias en partes específicas del cuerpo (principalmente en las piernas), lo que han hecho a respecto o las sesiones de fisioterapia a las que acuden para superar determinado dolor. Con el pasar del tiempo, conseguí identificar una distinción entre un tipo de dolor considerado "bueno" o "normal", aquel asociado al agotamiento causado por el mismo entrenamiento y otro que genera miedo, vinculado a lesiones, a la posibilidad de que el cuerpo se vea fragilizado, lo cual puede ocasionar un alejamiento de la actividad.

El "dolor normal", considerado positivo, es entendido como agotamiento corporal. Producto del sacrificio, del esfuerzo realizado por la actividad misma. Esto puede ilustrarse en un fragmento de mis anotaciones en el diario de campo.

Ana llegó cuando estábamos reunidos en torno a la mesa plegable, se dispuso a realizar movimientos para alongar y comentó que le dolía mucho el cuerpo, que le molestaba hasta para sentarse en el inodoro, debido a todo lo que estaba entrenando. El entrenador en tono de broma contestó que eso era bueno.

Muchas veces las referencias al sacrificio del entrenamiento son incrementadas por las adversidades del entorno, muy importantes en el contexto de la corrida, ya que se realiza al aire libre. Este hecho se consolida como uno más de los componentes que resultan atractivos para corredorxs, siendo una distinción con los espacios cerrados de las academias. Lluvia, sol, viento, subidas y bajadas, se consolidan como desafíos característicos de la práctica, reafirmando un carácter doble en relación con la naturaleza: como fuente de desafíos, y como proveedora de espacios de conexión consigo mismo y placer.

El dolor es así reproducido como necesario y antecedente para sentir placer, tal como lo relata un corredor del primer grupo, quien afirma que "la gratificación de la victoria y la adrenalina de la llegada hacen valer todo el esfuerzo". Otra ilustración interesante de esta relación entre dolor y placer aparece en uno de los artículos de la revista *Contra Relógio*⁶, titulado "Comprades: dolorida, porém muito gratificante", haciendo referencia la ultra maratón de África del Sur, de 89 kilómetros.

Considerando que todo entrenamiento consiste en procesos de infringir al cuerpo rutinas cíclicas de estrés y descanso para llevarlo al límite (FERNANDEZ VAZ, 1999), el dolor estaría indicando que el cuerpo alcanzó este lugar que a su vez es movedizo. La "recompensa" por ese estímulo, descrita como "sensación de éxtasis", "libertad" o "sentimiento único", vendría a significar el placer de llevar las capacidades al límite. Algunos ejemplos resultarán ilustrativos de la sensación a la cual me estoy refiriendo.

Mientras corríamos Carla, su cuñado y yo, ella comentaba que se sufre mucho durante el entrenamiento, pero que resultaba muy "gostoso" (en sus propios términos), una vez que llegaba en casa y tomaba un baño. Afirmó que posteriormente a los entrenamientos se sentía con más voluntad para conversar en su casa, y hacer las cosas que debía. Por ese motivo adoraba las noches posteriores a los entrenamientos (Diario de campo, 1 de octubre de 2015).

Por otro lado, a fin de año durante la confraternización con el primer grupo, conversábamos Marco (47 años), Aline (52) y yo. Les pregunté por qué corrían, y Marco me dijo que se trataba de un sentimiento que no podía entender nadie que no corriera, que era un sentimiento de éxtasis que sólo lo proporcionaba la corrida. Él ya había practicado ciclismo, pero afirmaba que no era lo mismo, debido a que se precisaba pedalear más

⁶Contra Relógio, julho de 2012 N° 226.

tiempo para sentir esa adrenalina, que el efecto de la corrida era más rápido. Posteriormente me recomendó el libro de Varella, (2015) y me afirmó que para entender ese sentimiento debía leer ese libro, ya que lo describía muy bien (Diario de campo, 6 de diciembre de 2015). Así que al mismo me dirigí intentando comprender a qué se referían con ese "sentimiento único"

Correr é experimentar **a liberdade suprema**, é voltar aos tempos de criança. Uma vez por semana, há 26 anos, atendo doentes em cadeias de São Paulo. A proximidade com os dramas de mulheres e homens que a sociedade considera a escória odiosa que nos tira o sossego nas ruas, trancada feito bicho nas prisões brasileiras, trouxe para mim uma **compreensão da vida**, do comportamento e da alma humana, que seria inacessível sem essa vivencia.

Depois de ver dez homens trancados numa cela de seis metros quadrados, dia e noite, durante meses de tédio, dormindo em turnos sobre folhas de papelão, correr no parque ao amanhecer do dia seguinte é experimentar no corpo a quintessência do significado da palavra "liberdade".

Sair da cama para a poltrona, andar até o banheiro, movimentar o dedo do pé do lado paralisado, ficar livre da sonda nasogástrica e tomar cinco colheres de sopa são eventos que os pacientes comemoram com grande alegria, porque lhes dão a esperança de que sairão do estado de fragilidade em que se encontravam. Atravessada essa fase, no entanto, reassumem o cotidiano se levar em consideração a saúde, bem ao qual só atribuímos valor se escasseia. (VARELLA, 2015, p. 202)

Varella escenifica la sensación de libertad, asociándola a la niñez. Utiliza la imagen de la niñez en oposición al adulto que toma consigo las responsabilidades de la vida adulta, recurso que genera un sentimiento de identificación con las exigencias de autorrealización de una clase media urbana. Las imágenes de "criança" o "natureza", (identificada con el parque) representan la oposición a esa vida cotidiana que las caracteriza. Finalmente, para reforzar el contraste entre movimiento y no movimiento, el autor del libro propone dos imágenes de escenarios que se caracterizan por la limitación del movimiento físico, la cárcel y el hospital, terminando con una frase que resalta el carácter moral de la responsabilidad de sí ante la fragilidad del cuerpo.

El fantasma de la lesión, miedo al dolor paralizante

Por otro lado, podemos identificar un miedo asociado a cuerpo que se lesiona, que se fragiliza. En este sentido, podemos afirmar que mientras el dolor auto infringido consecuente al agotamiento del entrenamiento (dolor que se auto coloca para sentir la satisfacción de su superación) es valorizado positivamente como generador de fuerza corporal y moral, otro tipo de dolor, aquél ocasionado por la fractura del cuerpo, resulta una cuestión a temer.

Se trata de un miedo construido en torno a las lesiones, en la medida en que las mismas pueden alejar corredorxs de la actividad. En esta línea, Andrea (35 años), a quien conocí en un entrenamiento colectivo realizado mensualmente en Dahma⁷, me contó que corría hacía 6 meses, pero que al poco tiempo de comenzar había tenido que parar por lastimar su pantorrilla. Tal lesión la tuvo "parada" (sin correr) durante 4 meses. Afirmaba que era una lástima ya que ahora era como comenzar todo de nuevo, "arrancar de cero". Me cuenta que ha realizado otros deportes, pero que correr era lo que más le gustaba. Que corría por estrés, ya que tenía un trabajo muy estresante y que iba a seguir haciéndolo mientras pudiese, aunque sabía que algún día iba a tener que parar porque tenía problemas en la columna (Anotaciones del diario, 4 de octubre de 2015).

En otra experiencia, entrenando con uno de los grupos, Fernando (de 51 años) nos recomendó a otras personas y a mí (iniciantes) aprovechar a participar de competencias de corta y de media distancia, afirmando que era lo mejor, que cuando se llegaba a correr 42 kilómetros uno dejaba de encontrar sentido en participar de aquellas, debido a que se corría el riesgo de lesionarse y perder todo el entrenamiento que se venía haciendo para corridas de larga distancia. Así que nos recomendó correr todas esas pequeñas carreras que hay, antes de "llegar a la maratón". (Diario de campo, 26 de febrero de 2016).

Sofrer uma lesão por acidente é uma coisa, por estupidez, é outra, muito mais frustrante... Voltei a correr quando faltavam apenas duas semanas para a prova, dessa vez, atento para corrigir a posição do pé direito. Havia perdido quinze dias preciosos, voltado bem mais devagar e, ainda por cima, com medo. Lamentei a falta da orientação de um preparador

⁷Los entrenamientos colectivos son organizados mensualmente por un docente de Educación Física. Estos se realizan en el parque Dahma y participan personas de diferentes grupos de corrida, ciclismo o natación. Tienen lugar los días domingos en el horario de la mañana, y su inscripción se realiza por mail, cobrándose una suma que varía según modalidad y distancias recorridas. O en algunos casos se cobra un alimento no perecedero.

experiente, com um programa de treinamento bem planejado.
(VARELLA, 2015, p. 25)

En relación con las lesiones, se construyen un conjunto de discursos, médicos por un lado, así como artículos de las revistas especializadas. Como lo ilustra la cita, las lesiones suelen asociarse a responsabilidad de corredorxs, por no correr adecuadamente, por no consultar un profesional a respecto de la técnica. No es cuestionada la actividad en sí misma como ocasionadora de lesiones, sino la forma de realizarla.

Lesões.... Corredor tem muita dor na canela, joelho, panturrilha. Isso todo acaba sendo uma cadeia assim, falta de força, de alongamento, de preparo... Daí acaba compensando mais de um lado que de outro... Então cada um deve ter o corpo bem trabalhinho, bem fortalecido para correr o resto da vida sem problema nenhum. Sem ter que parar de correr para tratar uma possível fratura, uma possível tendinite... alguma coisa...
(Entrevista Igor, corredor y entrenador)

Las revistas específicas sobre corrida que ofrece el mercado también contienen artículos sobre lesiones, presentándolas como una posibilidad de alejamiento de la práctica. Veamos el siguiente encabezado de un artículo titulado *O futuro é brilhante: como preparar uma volta saudável e feliz à corrida, não importa quanto tempo você tenha ficado longe*, de la revista Runner's⁸.

Em um mundo perfeito, nada ficaria entre você e a corrida. Mas a vida encontra um jeito de te tirar do asfalto de vez em quando. Um estudo recente descobriu que mais de um a cada dez corredores tiveram uma lesão em um período de três meses – e muitos outros deixaram de correr pelos mais diversos motivos: o nascimento de um filho, alguns quilos a mais ou simplesmente por falta de pique. Se você parou de correr há mais de duas semanas, vai precisar de um retorno em planejado aos treinos.

Como se puede apreciar, la lesión es representada como un posible motivo de paralización de la corrida. Ya sea para evitarlas como para trabajar sus consecuencias, entran en juego asesores, propuestas de ejercicios para mejorar la postura, y ejercicios recreativos, como fueron realizados en los dos grupos de corrida.

Consideraciones finales

⁸Abril/2016, edición 89.

A partir de un trabajo etnográfico en andamiento, con dos grupos de corrida, conseguí identificar discursos asociados con una auto-colocación de metas, así como una gestión de los recursos fisiológicos para alcanzar las mismas. Consegui identificar por otro lado, una doble construcción simbólica del dolor: como la superación del sacrificio causado por la realización del esfuerzo y desgaste que implica el entrenamiento en corrida, constituyendo una forma no sólo de fortalecimiento corporal, sino también anímico. Por otro, el miedo ante la posibilidad del dolor ocasionado por una lesión parece ser un miedo ante la pérdida de control de ese cuerpo, que ya no puede realizar la actividad.

Para analizar estas dimensiones tomaré como referente en primer lugar los trabajos de Le Breton (1999), quien afirma acerca del carácter social y discursivo del dolor. El autor afirma que no existe dolor sin sufrimiento, es decir, en sus palabras, "sin significado afectivo que traduzca el desplazamiento de un fenómeno fisiológico al centro de la conciencia moral del individuo" (LE BRETON, 1999, p.12). El dolor es interpretado por el autor como una defensa contra la hostilidad del mundo, siendo que la lucha contra este y su superación recuerdan al individuo el precio de la existencia, resultando la manifestación más notable encontrada en la ideología del Progreso.

Mientras el goce o el placer marcan una experiencia familiar, cotidiana, el dolor es vivido como algo extraño, que rompe con esa cotidianeidad, por ese motivo, el dolor sería un momento de la existencia en que el individuo confirmaría la impresión de que su cuerpo le es extraño. Ahora bien, ¿cómo interpretar, desde esta perspectiva, la realización de una práctica que implica la búsqueda del dolor corporal mediante sistemáticos estímulos de esfuerzo corporal?

É no silêncio da corrida que me **encontro comigo mesmo**. Passo uma, duas horas, sem falar nem ouvir os outros, atento ao ritmo da respiração, ás contrações dos músculos da perna, ás pisadas, ás mudanças de velocidade e ás dores que porventura apareçam, contato com o corpo impossível de manter durante os afazeres diários (VARELLA, 2015, p. 100).

Es mediante el dolor que el sujeto parece ser consciente de su existencia corporal, lo cual nos lleva a preguntarnos, ¿por qué? Los sujetos, afirma Le Breton, atribuyen al dolor un sentido y un valor diferente según las orientaciones colectivas propias del medio en que viven, por lo cual, entre un contexto social y otro los sujetos no sufren del mismo modo ni

en el mismo momento. Considerando que toda sociedad le confiere sentidos y valores a diferentes formas de dolor, podemos ver que lo que llamamos anteriormente como "dolor normal", y particularmente la incorporación de las habilidades necesarias para su superación, son percibidas como un criterio diferenciador de fortaleza física y moral.

En diálogo con una investigación realizada por Gonçalves, Turelli y Fernandez Vaz (2012), quienes, analizando los dispositivos de subjetivación presentes en la realización de tres prácticas deportivas (atletismo, ballet y lucha), podemos afirmar que el dolor, como ensayo de aproximaciones a la muerte, al mismo tiempo que se torna necesario para el fortalecimiento del cuerpo, debe por eso mismo ser soportado, ignorado y a veces transformado en fuente de goce. En la práctica de corrida, el goce es encontrado en la superación del dolor. Las prácticas de consumo como esta, dirigida a un público de clase media, contribuyen a la construcción de subjetividades que buscan placer mediante la superación del dolor, o mejor, que valoran positivamente la búsqueda de placer mediante la superación del sacrificio causado por el dolor del esfuerzo físico.

Corredorxs parecen encontrarse en el cálculo permanente de una búsqueda de un límite corporal, negociando entre la búsqueda de alcanzar el máximo de rendimiento físico, pero realizando los cálculos necesarios para no lastimar el cuerpo y así, verse alejados de la actividad. La superación del dolor, representando capacidad de resistencia, se encuentra en el centro de una resignificación del antiguo lema liberal de búsqueda siempre del mayor placer posible, materializando un tipo de subjetividad que típicamente idealmente podemos clasificar como neoliberal.

A partir de lo expuesto, podríamos pensar en las consecuencias políticas de la construcción del dolor que, como afirma Adrián Scribano (2007) es social. En términos de dispositivos de regulación y de mecanismos de soportabilidad social, la construcción discursiva del dolor y las diferentes posibilidades de lidiar con él contribuyen a la reproducción normativa de jerarquías que valorizan cuerpos fuertes, cuerpos capaces de auto gestionar la superación del dolor, representados en cuerpos de deportistas. De esta forma, lidiar con el dolor, o aprender a transformarlo en fuente de placer, se transforma en un capital discursivo incorporado en las subjetividades de quienes practican corrida, contribuyendo a construir cuerpos y personalidades consideradas fuertes. En torno a soportar el dolor, a la incorporación auto buscada del sacrificio, se construye una malla normativa que valora positivamente a quienes lo siguen, conformándose todo un mercado

de consumo de servicios y productos disponibles para quienes quieren y pueden seguir ese proyecto de vida, o como decíamos anteriormente "enviarse bien".

Tomando a Scribano, podemos afirmar que mientras en algunos sectores sociales el dolor "hace callo", es decir, es aceptado, llevando a las personas a convivir con resignación el dolor, el sacrificio; en otros contextos, de clase media y sobre todo profesional, el dolor es buscado, planeado y organizado, siendo el placer encontrado en su superación "clave para ser libre, para ser feliz". Las posibilidades discursivas de narrar la experiencia de sacrificio se transforman en un capital que posiciona a los sujetos en diferentes situaciones de oportunidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARREIRO GONCALVEZ, M.; TURELLI, F.C.; FERNANDEZ VAZ, A. Corpos, dores, subjetivações: notas de pesquisa no esporte, na luta, no balé. *Movimento*. Porto Alegre, v. 18, n. 03, p. 141-158, jul/set 2012.

COURTINE, J.-J. Os stakhanovistas do narcisismo. Body-building e puritanismo ostentatório na cultura americana do corpo. In SANT'ANA, D. (Org.) *Política do corpo: elementos para uma história das práticas corporais*. São Paulo: estação Liberdade, 1995, p. 81-114.

DELOITTE. Muito além do futebol: estudo sobre esportes no Brasil. Disponible em: <file:///C:/Users/user/Downloads/Pesquisa_Esportes_Deloitte_2011.pdf> Acceso en: 18 de mar. 2016.

FARIA DE VASCONCELOS, M.F. Cuidado com corpos: um olhar (de gênero) para políticas de saúde. *Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 371-388, maio/agosto 2015. Disponible en: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/38863/29343>> Acceso en: 20 jun.2016.

FERNANDEZ VAZ, A. Treinar o corpo, dominar a Natureza: notas para uma análise do esporte com base no treinamento corporal. *Cadernos Cedes*, ano XIX, nº48, p. 89-108, agosto, 1999. Disponible en: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v19n48/v1948a06.pdf>>. Acceso en: 14 jul.2015.

GARCIA FERRANDO, M. Sociología del deporte. Madrid: Alianza Editores, 1998.

LANDA, M. I. *Las tramas culturales del Fitness en Argentina: los cuerpos activos del ethos empresarial emergente*. 2011. 344 f. Tese (Estudios de Doctorado en Teoría Literaria y Literatura Comparada) Facultad de Filosofía y Letras, Universitat Autònoma de Barcelona, Barcelona.

LANDA, M.I.; MARENGO, L.G. El cuerpo del trabajo en el capitalismo flexible: lógicas empresariales de gestión de energías y emociones. In. *Cuadernos de Relaciones Laborales*, v. 29, n. 1, pp. 177-199, 2011b

LE BRETON, D. *Antropología del dolor*. Barcelona: Editorial Seix Barral, S.A, Córcega, 1999

MIRA, M. C. Da higiene à musculação: esboço para um estudo das mudanças nas concepções e práticas corporais através da história da educação física. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 28º, 2004.

MIRA, M.C. *O leitor e a banca de revistas: a segmentação no século XX*. São Paulo: Olho d'Água/FAPESP, 2001.

OLIVEIRA, S.N. *Lazer sério e envelhecimento: loucos por corrida*. 2010. 101 p. Tese (Mestrado) –Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

SCRIBANO, A. La Sociedad hecha callo: conflictividad, dolor social y regulación de las sensaciones. In. SCRIBANO, A. (Comp.) *Mapeando Interiores*. Cuerpo, Conflicto y Sensaciones. CEA-UNC – Jorge Sarmiento Editor, 2007, p. 118-142.

VARELLA, D. *Correr: o exercício, a cidade e o desafio da maratona*. São Paulo: Campanha das Letras, 2015.

Trabalho imaterial e atualização do discurso de classe em Antonio Negri

Êmerson dos Santos Pirola¹

Antonio Negri é conhecido por propor um “Marx além de Marx”, um marxismo adequado ao mundo contemporâneo. Estaríamos no pós-fordismo, onde o mundo do trabalho, as relações de produção e as forças produtivas se modificaram – o trabalho devém imaterial. Negri utiliza um aporte marxiano para analisar a realidade da produção e da reprodução e poder dar um discurso adequado à realidade de classe atual: o conceito de “multidão” é introduzido a fim de englobar as novas formas de trabalho e, numa abordagem thompsoniana, onde a classe existe porque luta antes de lutar porque existe, as novas formas de luta. Propõe-se esclarecer como a produção e a classe se conectam, como o trabalho imaterial resulta na multidão, que não é um conceito (apenas) político. O trabalho imaterial deve ser o paradigma pois o método marxiano de identificar tendências afirma que deve-se pensar a partir da centralidade da forma mais desenvolvida – deve-se investigar as formas mais avançadas do capitalismo, não ter como norma uma configuração de trabalho já colocada em segundo plano por esse modo de produção. Hoje a maior parte do custo de “produção” está no marketing, na logística, no design, não no custo de produção material (matéria prima e salário do produtor material). É essa forma de trabalho que dá ao autor os meios para afirmar a sua concepção e classe e nomeá-la: multidão – que, não coincidentemente, não tem no chão de fábrica o principal local de luta, mas num terreno aberto e múltiplo, sendo a metrópole o paradigma.

Palavras Chave: trabalho imaterial, biopolítica, Antonio Negri, Multidão, discurso de classe.

Introdução

Com a queda do Muro de Berlim e o desmantelamento dos regimes socialistas do Leste Europeu e a conjunta, e talvez consequente, difusão do ideário neoliberal pelo mundo a crítica do capitalismo ganhou certo status de interdito. Durante certo período um discurso crítico do capitalismo e de sua democracia liberal-parlamentar era automaticamente interpretado como uma defesa do socialismo. Este último, em vasta literatura denominado socialismo real, devido aos terrores do stalinismo, sua insustentabilidade econômica, falta de democracia e pluralidade partidária, foi considerado um resquício do passado, um erro superado – a história havia chegado ao fim,

¹Mestrando em Filosofia pela PUCRS. Bolsista CNPq. E-mail: emerson.pirola@acad.pucrs.br.

o capitalismo vencido e se tornado o único horizonte razoável². Diante disso, a luta política se diluiu em várias lutas de minorias sociais, de reivindicação e reconhecimento identitárias: das mulheres, dos negros, de cunho religioso, de sexualidade etc. Quanto às lutas de cunho econômico podemos dizer, genericamente, que foram limitadas a termos de faixa salarial e poder de consumo e, quando muito, diante das crescentes flexibilização, terceirização e precarização do emprego das economias pós-fordistas e neoliberais, buscou-se algum tipo de direito ao trabalho e ao trabalho digno. Nesse contexto, porém, as antigas concepções de classe social que imperaram nas esquerdas desde Marx e Engels, que focalizavam a classe explorada, o proletariado, como a classe antagônica à burguesia, detentora dos meios de produção, e que viria a se tornar O Sujeito revolucionário e destruir o cerne mesmo da sociedade capitalista perderam cada vez mais espaço, tanto academicamente quanto nos próprios grupos e partidos militantes. O discurso de classe, ao menos enquanto marxista e revolucionário, se tornara anacrônico e antidemocrático, visto que, na perspectiva do binarismo típico da Guerra Fria o capitalismo havia provado ser o sistema político democrático e eficaz em crescimento e desenvolvimento econômico. Restaram para as esquerdas, então, as chamadas lutas reformistas, que buscavam melhorar a condição dos trabalhadores no capitalismo, mas não mais superá-lo – o antigo projeto de “humanizar o capitalismo”.

Paralelamente ao processo acima descrito e, de certa forma, correlacionado a ele, ocorreu a transição do que Foucault chama de *sociedades disciplinares* ao que Deleuze chamará de *sociedades de controle*. Nas primeiras os indivíduos circulavam em espaços fechados, como a escola, a fábrica, o hospital, a casa, tendo a prisão como estrutura paradigmática. Nas sociedades disciplinares se estava sempre recomeçando as atividades ao passar de um espaço a outro. Por outro lado, “num regime de controle nunca se termina nada” (DELEUZE, 1992a, p. 216). A disciplina se dava nos “interiores”, já o controle se dará “ao ar livre” (DELEUZE, 1992b, p. 220). A fábrica deixa de ser central e começa a ganhar espaço a figura da empresa: agora os indivíduos não mais trabalham em um espaço, estudam em outro, descansam em outro. As atividades tendem a se tornar contínuas, se estendendo no tempo e nos diferentes espaços – se trabalha em casa e na escola, se estuda e se aperfeiçoa na empresa, “generaliza[-se] de fato a forma empresa no interior do corpo ou do tecido social” (FOUCAULT, 2008, p. 331), levando a “empresa” ao espaço aberto.

²A mais famosa dessas posições é a de Francis Fukuyama (1989).

Essas transformações sociais são de difícil datação histórica, podendo ser lidas antes como uma tendência das sociedades contemporâneas - tendência, porém, que acontece de diferentes formas e com diferentes intensidades dependendo do período ou das localidades em questão. Além disso, deve-se atentar que o nascimento de uma forma nova de poder, o das sociedades de controle, por exemplo, não acaba com as formas anteriores, apenas os submete colocando-as a serviço da mais recente. Ainda assim, não sem deixar de notar a perspectiva europeia desses autores, os acontecimentos políticos de Maio de 1968, bem como a subsequente década de 70 com um ciclo de lutas com características similares sobretudo na Itália, são geralmente tomados como indicativo dessas mudanças sociais – as décadas de 60 e 70 podem ser, então, genericamente tomadas como uma época de transição. Imerso nesse contexto e em meio a essas transformações, um grupo de pensadores italianos foca suas pesquisas na dimensão do trabalho e de suas lutas, bem como em suas metamorfoses. Esses pensadores, genericamente identificados como *operaístas*³, perceberão que a passagem da disciplina para o controle é acompanhada de uma transformação do “operário-massa”, industrial, para o que chamarão de “operário-social”, terciarizado – o chão de fábrica perde centralidade na medida em que a própria sociedade devém local de produção, “fábrica-social”.

Dos pensadores operaístas Antonio Negri é o que mais se destacará na posterioridade. Tendo como influências principais o *operaísmo* italiano, a obra marxiana, Espinosa, Foucault, Deleuze e Guattari, Negri, agora acompanhado de seu ex-aluno Michael Hardt, tentará pensar as condições de luta política na era “pós globalização”. Uma convergência de análises lhes faz afirmarem estarmos hoje em um momento histórico *pós-moderno*⁴: o trabalho, antes hegemonicamente material, devém imaterial; a soberania, antes do Estado-nação, passa ao *Império*; da disciplina passa-se ao controle; do fordismo passa-se ao pós-fordismo (ou ainda, da economia industrial à pós-industrial); da produção fabril passa-se à produção de modos de vida, produção biopolítica ou bioprodução.

³Dentre outros: Antonio Negri, Raniero Panzieri, Mario Tronti, Alberto Asor Rosa, Massimo Cacciari, Romano Alquati. Para uma sucinta apresentação do *operaísmo*: (COCCO, 2013a, p. 39-45).

⁴“Quando incapazes de expressar com segurança a enorme importância dessa mudança, às vezes definimos precariamente o que está acontecendo como o ingresso na pós-modernidade. Reconhecemos a pobreza dessa descrição, mas ocasionalmente a preferimos às outras, porque pelo menos a pós-modernidade indica a notável mudança na História contemporânea.” (HARDT; NEGRI, 2001, p. 257). É importante diferenciar, entretanto, a afirmação de o momento histórico atual ser definido como “pós-modernidade” da defesa de um pensamento ou de uma filosofia identificados como “pós-modernos”. A segunda é geralmente utilizada de maneira depreciativa.

(HARDT; NEGRI, 2001). Nesse quadro, seguindo um caminho singular e criativo a partir da problemática marxiana, Negri proporrá o conceito de *multidão* como um conceito de classe adequado às relações de trabalho e ao modo de exploração do capitalismo contemporâneo, bem como às novas lutas sociais. É nesse contexto que é necessário pensar a luta de classes. Dessa forma, como nosso objetivo aqui é uma exposição sobre a *Multidão*, se faz necessário um mínimo entendimento do que seria o polêmico e problemático conceito de *Império*, visto que em termos bastante gerais e abstratos são esses os dois polos do antagonismo de classe: *Multidão* e *Império*. O último é, no capitalismo globalizado, o novo detentor da soberania: não é que o Estado-nação não exista mais ou que não tenha mais importância, porém a soberania, de fato, tende a deixar de ser sua. É importante notar que não se trata do imperialismo próprio do período moderno, onde as potências europeias e os Estados Unidos dominavam a economia global e colonizavam outros países. Que é o *Império*, então? É uma nova lógica de governabilidade global, onde o Estado-nação perde poder e se submete ao poder econômico de grandes corporações, multinacionais, bolsas de valores, órgãos internacionais como FMI, OMC, Banco Mundial etc. – ao poder capitalista, em última instância, financeiro⁵. É assim que Negri explica a decadência do *welfare state* de tipo keynesiano e, juntamente, da Social Democracia (NEGRI; HARDT, 2001) – poderíamos acrescentar, acompanhando Giuseppe Cocco, (o principal articulador, no Brasil, dessa linha de pensamento que podemos chamar genericamente de “pós-operarismo”) os projetos desenvolvimentistas, que “não tem mais nenhuma *chance* de ser uma saída viável dos *impasses* neoliberais” (COCCO, 2000, p. 38. Grifos do autor). Salientamos, enfim, o estatuto de *tendência* conferido à existência do Império – “Quando dizemos que o Império é uma *tendência*, queremos dizer que é a única forma de poder que será capaz de preservar a atual ordem global de maneira duradoura” (NEGRI; HARDT, 2014b, p. 11. Grifo dos autores).

Diante da constatação dessas transformações, porém, apesar de alguns mal entendidos, Negri não adere aos discursos já aludidos do fim da história ou, menos ainda, do fim do trabalho – o fato de o trabalho se modificar não significa que ele perde importância para o entendimento e a crítica da sociedade. Por outro lado, percebe que conservar as teorias e o léxico da tradicional esquerda marxista dos séculos XIX e XX, que

⁵No restante do artigo não nos referiremos mais ao “Império”, mas ao “Capital”, visto que pretendemos uma discussão mais classista do que geopolítica. Via de regra, porém, os conceitos podem ser sobrepostos.

pensava o proletariado apenas enquanto operário industrial e o trabalho do chão de fábrica como paradigmático, se torna anacrônico – seria discursar sobre um objeto e um sujeito que já não existem ou, pelo menos, não são centrais. Como coloca Giuseppe Cocco, para manter a importância conceitual e metodológica dos processos de trabalho no mundo contemporâneo deve-se evitar os discursos do “fim do trabalho” e, igualmente, os discursos que se negam a perceber o que mudou – “apreendemos a centralidade do trabalho renovada por sua transformação. O trabalho continua no cerne das relações sociais de produção exatamente porque passou por uma radical metamorfose ontológica” (COCCO, 2014, p. 73). É apenas partindo das mudanças e do contexto pós-moderno, como definido acima, que é possível pensar efetivamente um horizonte de lutas, visto que quando tomado o trabalho de tipo fordista típico de certa tradição marxista como o paradigma imutável cai-se ou numa perspectiva de fim do trabalho (deste trabalho) e num possível fim da história – posição teórica neoliberal; ou em uma posição reformista, nostálgica e, por vezes, retrógrada – posição de um marxismo engessado. Em que constituem então, essas transformações nas formas de trabalho?

Trabalho imaterial

O conceito de *trabalho imaterial* foi introduzido no debate da sociologia do trabalho e do marxismo por Antonio Negri e Maurizio Lazzarato em 1991 em um artigo intitulado *Trabalho imaterial e subjetividade* (In: 2013). Esse texto, como indica Cocco, constitui “um verdadeiro programa de trabalho teórico e empírico” (2013a, p. 32) que, eu acrescento, coloca a problemática que seguirá a ser desenvolvida nos trabalhos de Negri (e Hardt) até hoje. O título indica precisamente a investigação que perpassa o texto inteiro: propõe-se pensar como o que é identificado como “trabalho imaterial”⁶ – afetivo, comunicativo, intelectual, gestor – produz subjetividades diferentes das do trabalho tradicionalmente ligado ao regime fordista. Através de uma aproximação de Foucault e Deleuze, autores consagrados por pensarem, cada um a seu modo e nos seus termos, a “produção de subjetividade”, com o Marx dos *Grundrisse* e seu conceito de *general intellect* os autores afirmam estarmos diante de uma mudança estrutural no modo de

⁶Para evitar mal entendidos ou críticas ligeiras: “Devemos enfatizar que o trabalho envolvido em toda a produção imaterial continua sendo material – mobiliza nossos corpos e nossos cérebros, como qualquer trabalho. O que é imaterial é o *seu produto*. Reconhecemos que a este ponto a expressão *trabalho imaterial* é muito ambígua.” (HARDT; NEGRI, 2014, p. 150. Grifo dos autores).

funcionamento da exploração capitalista. Essa nova configuração, chamada precariamente de pós-fordista, apresenta-se com as seguintes condições de possibilidade:

1 – O trabalho se transforma integralmente em trabalho imaterial e a força de trabalho em ‘intelectualidade de massa’ (os dois aspectos que Marx chama *general intellect*). 2 – A intelectualidade de massa *pode* transformar-se em um sujeito social politicamente hegemônico. (LAZZARATO; NEGRI, 2013, p. 51. Segundo grifo meu).

Da hegemonia do trabalho imaterial segue-se direta e necessariamente uma nova produção de subjetividades. Seguindo o método marxiano, da mesma forma que com o conceito de Império, o trabalho imaterial é apresentado enquanto tendência – isso significa duas coisas que, talvez, não estavam claras no momento da produção desse texto, mas que se esclarecerão no desenvolvimento do trabalho de Negri: 1 – é algo em constituição, em movimento; 2 – afirma uma tendência não só do que é imediatamente identificado como trabalho imaterial *stricto sensu* (o trabalho intelectual de um professor ou o comunicacional de um marqueteiro, por exemplo), mas uma lógica que se aplica à todas as formas de trabalho “anteriores” (HARDT; NEGRI, 2014b). Dessa forma, o trabalho produtivo de tipo fordista de produção de um sapato, por exemplo, será “arrastado” pela lógica do trabalho imaterial e comunicacional, visto que o principal elemento de valorização desse produto não é o tempo de trabalho gasto em sua produção material, mas a carga “imaterial” colocado na produção de seu significado. Tomando um exemplo simples mas significativo, na valorização de um tênis Nike ou um chinelo Havaianas importa mais a produção de sua “marca” (*branding*) do que a matéria prima e o salário dos trabalhadores que produziram o objeto material (COCCO, 2014). Como coloca Cocco, “Trabalho *imaterial* significa que as atividades que geram valor são aquelas cognitivas, comunicativas, linguísticas e afetivas que formam essa ‘alma’ que o capital precisa fazer baixar no chão de fábrica.” (2014, p. 76. Grifo do autor). Essa “alma do imaterial” é a difusão social da valorização através dos modos de vida, da produção e sequente exploração das subjetividades.

Subsunção formal e subsunção real

Acreditamos que essas teses se tornam mais claras, ainda que ao mesmo tempo a sua materialidade se torne menos localizável e mais difusa, quando avançamos outro conceito fundamental para as análises de Negri, o de *subsunção real*. Subsunção é o modo marxiano de falar, de maneira geral, da relação entre o trabalho e o Capital - o primeiro é subsumido ao segundo. Porém Marx identifica dois tipos de subsunção: subsunção formal e subsunção real. A segunda seria a subsunção própria do capitalismo desenvolvido de forma plena, enquanto a primeira seria a de um capitalismo ainda em constituição. Podemos compreender a “transição” de uma forma de subsunção à outra a partir de dois elementos distintos – distintos formalmente, visto que se dão conjuntamente em um mesmo processo: 1 – a expansão do Capital para todo o globo (aspecto extensivo); 2 – a expansão da exploração capitalista a todo o corpo social e a todo o tempo de vida (aspecto intensivo). Na subsunção formal temos um capitalismo historicamente centrado na Europa e na América do Norte que se expande através do colonialismo e de um processo contínuo de acumulação primitiva – aqui, o capitalismo crescente está em uma constante relação com um seu “fora”, com mundos ainda não capitalistas, que vão sendo acoplados à esse modo de produção (HARDT; NEGRI, 2001). Esse mesmo capitalismo se reproduz enquanto Capital através da subsunção formal do trabalhador ao seu regime de tempo de trabalho e produção de mais-valor⁷ através do salário: se o trabalhador trabalha X horas ele só receberá X subtraído de Y, Y sendo a parte que fica para o capitalista, o lucro. A subsunção real, por outro lado, em termos geopolíticos coincide com o momento no qual o Capital já não se relaciona com um “fora” colonial ou um “fora” a ser subsumido: todo o globo, toda a forma de produção existente e todas as diferentes culturas e territórios são colocadas em uma relação capitalista. A conjuntura capitalista atual e, por isso, a utilizada nas contribuições de Negri seria esta última, na qual

os processos de *subsunção*⁸ *real* do trabalho ao capital não contam com o exterior e não envolvem os mesmos meios de

⁷Mario Duayer nota que o termo “Mehwert” significa, literalmente, “mais-valor”. “Uma vez que não é tradução literal de ‘Mehwert’, o uso de ‘mais-valia’ teria de ser justificado teoricamente. Essa tarefa é impossível, pois, como ‘valia’ nada significa nesse contexto, não há como justificar ‘mais-valia’ do ponto de vista teórico pela simples anteposição do advérbio. Ademais, além de ser uma tradução ilícita, a expressão ‘mais-valia’ converte uma categoria de simples compreensão em algo enigmático, quase uma coisa. Produção capitalista, como se viu, é produção de valor, e produção de valor tem de ser produção crescente. Portanto, produção capitalista é, por definição, produção de mais-valor.” (2011, p. 23).

expansão. Mediante a subsunção real, a integração do trabalho ao capital torna-se mais intensa do que extensa, e a sociedade é cada vez mais moldada pelo capital (HARDT; NEGRI, 2001, p. 276. Grifo do autor).

É aqui que a subsunção formal do trabalho ao capital através da relação de mais-valor salarial começa a vacilar e deixa de ser a tendência. Na subsunção real é toda a vida que é colocada sob o jugo do Capital. É das relações de produção da própria sociedade, na reprodução da própria vida, que o Capital extrairá valor, não sendo mais o tempo de trabalho formal o principal elemento da relação econômica de exploração – tempo de trabalho e tempo livre se confundem, trabalho e vida tendem a se identificar: aqui se trabalha o tempo inteiro, seja pegando um ônibus (para ir ao emprego formal ou não), utilizando uma rede social, assistindo um filme, saindo com os amigos ou lendo um livro – Toda essa produção de vida é, através de múltiplos circuitos, parasitada pelo Capital.

É aqui que o trabalho imaterial se torna tendencialmente hegemônico. A subsunção formal mantida através da expansão espacial, sobretudo pelo colonialismo, que pôde manter relativamente estável um regime disciplinar do trabalho, visto que podia ceder a certas reivindicações das lutas da classe trabalhadora de tipo fordista, não pôde mais sustentar-se com o fim de suas condições de possibilidade geopolíticas. Dessa forma, cedendo às lutas contra o trabalho disciplinar dos anos 60 e 70 (na Europa e nos EUA, sobretudo), o Capital reorganizou-se a fim de explorar as novas formas de trabalho mais “autônomas”, intelectuais e descentralizadas. Conjugado com a crescente difusão de tecnologias da informação cada vez mais acessíveis, o Capital expandiu o terreno de sua exploração para fora da fábrica e da formalidade, subsumindo então, de um só golpe, todo o globo e todo o tempo de vida: em uma palavra, subsunção real. Como nome político, na esteira de Foucault, podemos chamar esse processo de Biopoder: “O Biopoder é outro nome da subsunção real da sociedade ao capital, e ambos são sinônimos da ordem produtiva globalizada.” (HARDT; NEGRI, 2001, p. 389-7). Se quisermos, então, podemos reservar a subsunção real como a forma econômica de abarcar esse processo global e Biopoder como a política, porém, como os dois elementos atualmente tendem a se identificar, estamos diante de sinônimos.

⁸A tradução brasileira de Império (HARDT; NEGRI, 2001), por Berilo Vargas, traduziu “real subsumption” como “submissão real”. Como prefiro utilizar a forma “subsunção real”, visto que ela preserva certo sentido hegeliano-marxiano com mais força, modifico as eventuais citações desse termo.

A subsunção real, porém, na medida em que transfere a relação “capital-trabalho” para fora dos muros da fábrica, transformando toda a sociedade em local de produção e todo trabalho em trabalho produtivo, trabalho que produz valor ao capital, acaba por engendrar uma confusão efetiva entre o “capital constante” (“trabalho morto”) e o “capital variável” (“trabalho vivo”). Para André Gorz, que em seu último trabalho entrou na problemática do trabalho imaterial⁹, “a economia deixa de dominar a sociedade, as forças e as capacidades humanas deixam de ser *meios* de produzir riqueza; elas são a riqueza, ela mesma. (...) A diferença entre produzir e se produzir tende a se apagar” (2005, p. 62. Grifo do autor). Como a exploração explora a própria reprodução social, seus circuitos de comunicação e circulação, ela acaba por depender diretamente do que “está na cabeça das pessoas” – não estamos mais diante de uma relação entre um operário qualquer e uma máquina X (meio de produção-capital constante separado do produtor), onde se trabalhará uma quantidade determinada de horas e se receberá apenas uma parte; estamos diante de uma (re)produção difusa que se dá em rede, na qual parte fundamental dos nós dessa rede são o que possui o capital constante: o conhecimento, os afetos, a “matéria prima” de que o capitalismo pós-fordista necessita para aumentar capital. No limite, o próprio humano devém o capital constante. Justamente porque o Capital depende cada vez mais desse capital imaterial difuso socialmente, desse *general intellect*, que ele se coloca em uma situação perigosa, visto que os trabalhadores já não são totalmente despossuídos como no regime fordista. Aqui eles podem produzir diretamente através dos meios de produção social. Nisso encontra-se o potencial de classe das novas formas de trabalho. O que é produzido e o que produz se confundem, entretanto, para o bem e para o mal:

no modo de produção imaterial que caracteriza a nossa época é muito difícil diferenciar a produção de mercadorias e a reprodução social de subjetividades, porque não há novas mercadorias sem novas demandas e tampouco há reprodução da vida sem um desejo singular. (NEGRI, 2003, p. 168).

⁹Giuseppe Cocco atenta que anteriormente Gorz havia tido contato e comentado a literatura de Negri e Lazzarato, mas de maneira crítica, definindo as teorias do trabalho imaterial como puro teorismo (COCCO, 2014). Em *O Imaterial* (2005 [2003]), por outro lado, Gorz “assume definitivamente essa literatura como referência para apreender metamorfoses do capitalismo e os horizontes da crítica da era da globalização e do conhecimento” (COCCO, 2013b, p. 8).

O Capital, pois, precisa encontrar formas de extrair valor dessa produção “independente” e autônoma, que não se dá na formalidade do emprego. De fato, ele as têm encontrado explorando os afetos e os modos de vida intensamente.

Dessa forma, é evidente que o contexto de subsunção real, ainda que tenha colocado como secundário o regime disciplinar, não é um mundo pós-trabalho ou uma forma de sociedade onde o trabalho se torna “democrático” ou “livre”. Não se trata, por outro lado, de fazer qualquer economia do sofrimento e afirmar que em momento X ou Y estávamos em condições melhores. Trata-se, antes, de partir teoricamente do contexto atual, de um mundo gerido pela governamentalidade biopolítica e pela exploração biocapitalista (NEGRI, 2015a) para pensar as possibilidades de luta e de construção de antagonismo de forma coerente. Como Marx afirma em seu mais importante texto metodológico, “a anatomia do ser humano é uma chave para a anatomia do macaco” (MARX, 2015, p. 58) – Deve-se pensar a partir da forma econômica mais avançada, visto que “o capitalismo sempre foi uma coexistência de diversos modos de produção, comandados, organizados e explorados pelo mais desterritorializado (...) dentre eles” (LAZZARATO, 2013, p.111). Na situação atual deve-se adotar o paradigma do trabalho imaterial exatamente por este ser o mais desterritorializado, a forma mais sofisticada de produção que é, ao mesmo tempo, o principal alvo da exploração capitalista.

Como visto, a subsunção real acaba colocando toda a vida no jugo do capital, e toda a produção de vida lhe gera “mais-valor”, não mais centralmente através do lucro extraído pela relação salarial (formal), mas por uma série de mecanismos difusos. A passagem para a subsunção real se reflete, por fim, em termos sociológicos relativamente claros, em uma diminuição tendencial do trabalho formal de tipo clássico: o pleno emprego keynesiano, onde não raro mantém-se o mesmo emprego até a aposentadoria, perde espaço para uma lógica de terceirização e de contratos de serviço típicas do neoliberalismo - “uma das características do pós-fordismo é a de difundir socialmente o trabalho ao mesmo tempo em que o emprego formal diminui” (COCCO, 2000, p. 36). Outro ponto importante: a lógica do trabalho, mesmo o formal, é cada vez mais a da prestação de serviços com tempo determinado – nesse sentido, o trabalho em geral se terciariza. Como bem coloca Giuseppe Cocco, “na era da empregabilidade o melhor emprego é aquele que não acontece” (*passim*).

Nesse contexto, em que não apenas a subsunção real se sobrepõe à subsunção formal, e a própria formalidade deixa de ser hegemônica, um dos principais mecanismos de extração de valor, além de um dos mais visíveis, é a relação de dívida generalizada. O endividamento, seja pessoal ou dos Estados-nação (que não deixam de ser dívidas nossas, indiretamente, visto que o dinheiro que flui para o pagamento infinito das dívidas públicas vem de cada um de nós, pobres) é cada vez mais condição de produção, de investimento em empregabilidade. A necessidade de investir em estudos, formação continuada, material de trabalho (computadores, meios de comunicação, smartphones etc.), além da necessidade de manter relações afetivas positivas com possíveis parceiros de trabalho (seja pessoal ou virtualmente), nos coloca a obrigação de trabalhar para poder trabalhar. Para se manter “empregável” investe-se tempo e dinheiro em aprimoração – esses investimentos são, muitas vezes, possibilitados por algum sistema de crédito ou financiamento (como o Fies, no Brasil), que coloca o endividado em uma relação simultânea de subjugação política e de exploração econômica. Agora

o coração dessa nova relação de trabalho não é mais a ‘forma salário’, mas a ‘forma renda’. Enquanto para o trabalho assalariado canônico o ‘princípio da realidade’ é representado pelo seu patrão, o trabalhador autônomo [da empregabilidade] depende diretamente do seu banqueiro e do seu cobrador. (LAZZARATO, 2013, p. 109).

A situação de estar endividado é um constante lembrete da necessidade de manter-se trabalhando, é uma forma de imperativo moral; do outro lado dessa relação, o Capital na figura do rentista extrai valor do nosso trabalho de Sísifo através de juros, via de regra, pouco simpáticos. Hoje a exploração se dá principalmente pela dívida, “no fato de que 99 por cento da população está sujeita – deve trabalho, deve dinheiro, deve obediência – ao 1 por cento restante. (...) a generalidade crescente do endividamento marca um retorno a relações de servidão que remontam a outro tempo” (HARDT; NEGRI, 2014a). É nessa relação de dívida onde mais fica clara a identificação entre o econômico e o político, podendo-se falar, inclusive, de uma nova forma de “Casta” que vive da acumulação por renda. Aqui, finalmente, diante da confusão-identificação contemporânea entre o político e o econômico, passamos ao conceito proposto por Negri e Hardt: a Multidão.

Multidão

Multidão é um conceito que possui duas dimensões simultâneas - 1) ontológica: trans-histórica e constituinte, que Negri fará a genealogia desde Maquiavel, dando grande importância a Espinosa¹⁰. É “a multidão do ponto de vista da eternidade” (HARDT; NEGRI, 2014b, p. 285) – eternidade e trans-historicidade que devem sempre ser entendidas como *no presente*, a multidão como a condição de possibilidade imanente de um ato que constitua mundo; 2) de classe, política: enquanto manifestação histórica, no mundo contemporâneo, onde se faz necessária uma análise “das condições culturais, jurídicas, econômicas e políticas que hoje tornam possível a multidão” (HARDT; NEGRI, 2014b, p. 286). É essa segunda a que nos interessa aqui.

Definir a multidão como conceito de classe social na linha do pensamento marxista é uma tarefa que vem acompanhada de dificuldades. Tradicionalmente, para o marxismo, o conceito de classe explorada no capitalismo é o de proletariado, que foi historicamente reduzido à sua expressão concreta como operário industrial. Tendo como característica universal o emprego formal assalariado essa classe era facilmente identificável. Além disso, havia grande identidade cultural e política entre os seus membros: via de regra vinham dos mesmos extratos sociais e prestavam sua jornada de trabalho diária confinados em um mesmo espaço: na fábrica. Mesmo quando essa classe é concebida apenas como “proletariado”, este sendo definido pela liberdade no duplo sentido de ser livre de qualquer vínculo de servidão política e livre de possuir meios de trabalho, assim, colocando num mesmo patamar os proletários agrários e os proletários industriais (evidentemente, com uma maior coesão interna à cada grupo), a classe era definida basicamente como em uma relação formal entre capital e trabalho. Para além do debate sobre as melhores conceituações das classes no regime fordista, o que importa notar aqui é a enorme homogeneidade que era apreendida no “proletariado” e, sobretudo, no operário industrial. Existia algum forte senso de identidade que permitia à classe a característica de lutar como unidade – daí o poder histórico demonstrado pelos Partidos e sindicatos.

A Multidão, por outro lado, caracteriza-se por uma diferença interna, uma heterogeneidade – ela é um amálgama de singularidades diferentes que lutam em comum contra um mesmo inimigo – “e com singularidades queremos nos referir aqui a um sujeito

¹⁰Ver: NEGRI, 1993; NEGRI, 2015b.

social cuja diferença não pode ser reduzida à uniformidade, uma diferença que se mantém diferente” (HARDT; NEGRI, 2014b, p. 139). Lutar em comum, portanto, não é o mesmo que apagar as diferenças de cada elemento, mas preservar as mesmas como forma e força de luta. A multidão, então, deve ser diferenciada do “povo” e da “massa” e é exatamente por seu caráter “diferencial” que ela leva vantagem sobre esses dois. O “povo” é o nome político dado pelas formas de soberania à multidão a fim de poder capturá-la, é a submissão da diferença à uma identidade, do múltiplo ao uno; “massa”, por outro lado, é a operação similar efetuada pelo Capital – é o nome econômico que captura a multidão e dilui as suas singularidades em uma massa amorfa e indiferente (HARDT; NEGRI, 2014b). Sempre que um porta-voz do poder de Estado ou do Capital fala em povo ou em massa, podemos ter certeza de que algo e alguém está sendo deixado de fora. Como Glauber Rocha já afirmava: “O Povo é o mito da burguesia” (ROCHA, 1981, p. 219. Grifo do autor).

A Multidão, portanto, como pretendemos afirmar, é um conceito de classe – não apenas uma forma de conceber o poder político no social:

A multidão é um *conceito de classe*. A multidão, de fato, é sempre produtiva e está sempre em movimento. Quando for considerada do ponto de vista temporal sincrônico, a multidão é explorada na produção e, mesmo quando for vista do ponto de vista espacial diacrônico, a multidão é explorada enquanto constitui sociedade produtiva, cooperação social para a produção (NEGRI, 2003, p. 164. Grifo do autor).

Assim, deve-se atentar para a estreita relação entre ela e o mundo do trabalho antes apresentado. A definição de uma classe social em sentido marxiano passa por dois momentos formalmente distintos: a identificação do modo de trabalho e da correlata posição na relação antagonista (entre explorado e explorador) e a pesquisa sobre esses mesmos sujeitos em suas formas de luta e organização (na verdade, o que torna possível falar em uma “classe”). Como resume Matteo Mandarini na introdução a um livro de 1985 escrito por Negri e Guattari, em que já estão presentes fortes insights que virão a ser desenvolvidos posteriormente,

a noção de composição de classe reúne dois aspectos: um aspecto técnico, que envolve uma análise do mundo da produção, sua transformação, e os efeitos sobre o sujeito do trabalho, incluindo o desenvolvimento de um certo nível de necessidades e desejos. O segundo aspecto, a composição política, refere-se às formas que este primeiro - pelo menos

parcialmente, determinado tecnologicamente - pode ser apropriados politicamente (MANDARINI, 2010, p. 19. Tradução minha.)

O mundo da produção sobre a hegemonia do trabalho imaterial, como vimos, é a própria reprodução social. É a produção da vida mesmo que o modo de produção capitalista explora. Dessa forma, o “local técnico” da classe trabalhadora atual é a sociedade aberta, a sociedade de controle, para falarmos como Deleuze. Como a classe típica do fordismo tinha seu tempo de trabalho restrito à jornada fabril e na fábrica o principal local de luta e de composição de classe, a multidão possui na metrópole (o “avatar” central da atual bioprodução) o seu local de composição e de luta (NEGRI, 2010). Nessa perspectiva, as lutas por “direito à cidade” que vêm crescendo mundialmente nos últimos anos, com o Brasil tendo suas maiores manifestações de rua deste século (pelo menos) desencadeadas pela questão da acessibilidade e qualidade do transporte público, são lutas de classe. Quando se fala que a metrópole ocupa o lugar da fábrica não se está sendo metafórico: é pela metrópole ser, em tempos de biopoder, o local de “Produção” (abarcando produção, circulação e consumo - reprodução)¹¹ por excelência que as lutas têm ocorrido com frequência e intensidade crescentes nesse e por esse terreno. As lutas por condições e qualidade de vida geral conceitualmente não são separadas das lutas econômicas – visto que se está a trabalhar o tempo inteiro, inclusive a trabalhar para poder trabalhar, as reivindicações por melhores transportes urbanos, serviços de formação, comunicação, são lutas “trabalhistas”.

Por fim, atentamos que Negri se coloca em uma perspectiva thompsoniana na qual é o fazer-se da classe importa antes que sua posição em uma dada estrutura – “a classe não é nem uma forma abstrata, nem uma categoria da relação salarial. (...) A classe operária não emerge e não luta porque existe. Ao contrário, existe porque luta”. (COCCO, 2013a, p. 41). Ou ainda: “A classe é determinada pela luta de classes. (...) mas as classes que importam são as definidas pelos lineamentos de luta coletiva. (...) A classe é um conceito

¹¹Como Marx desenvolve em sua *Introdução de 1857*, todos esses elementos se determinam mutuamente, constituindo o que podemos chamar de “produção”: “o consumo também medeia a produção ao criar para os produtos o sujeito para o qual são produtos. Somente no consumo o produto recebe o seu último acabamento.” MARX, 2015, p. 45). Algo que Deleuze e Guattari desenvolvem, a partir de Marx e Bataille, de forma “herética”, certamente, com o seu “*tudo é produção: produção de produções*, de ações e de paixões; *produções de registros*, de distribuições e de marcações; *produções de consumos*, de volúpias, de angústias e de dores. Tudo é de tal modo produção que os registros são imediatamente consumidos, consumados, e os consumos são diretamente reproduzidos.” (2010, p. 14. Primeiro grifo meu). Acredito que, *provavelmente*, Negri não se colocaria muito distante dessas posições de *O Anti-Édipo*.

político, em suma, na medida em que uma classe é e só pode ser uma coletividade que luta em comum” (HARDT; NEGRI, 2014b, p. 144). Dessa forma, é o segundo momento da composição da classe, o seu colocar-se politicamente, que realmente faz Negri definir multidão como o conceito de classe próprio ao contemporâneo. As diversas referências aos movimentos de “alter-globalização”, como o Zapatismo (HARDT; NEGRI, 2001), às lutas de Seattle em 1999, à “batalha de Gênova” contra a reunião da cúpula do G8 em 2001 (HARDT; NEGRI, 2014b), bem como às mais recentes movimentações da “primavera árabe”, do Occupy Wall Street e da Espanha do 15 M e dos “indignados” (HARDT; NEGRI, 2014a; NEGRI, 2015b) (acrescentaríamos na mesma linha de raciocínio, o Junho brasileiro [COCCO, 2014]), dão embasamento as teses sobre a multidão – “Não propomos o conceito como uma diretiva política – ‘Formem a multidão!’ -, e sim como uma maneira de dar um nome ao que já está acontecendo e de entender a atual tendência social e política” (HARDT; NEGRI, 2014b, p. 285). São presentes nesses eventos os principais pontos aqui desenvolvidos: é o próprio sangue da reprodução social (*general intellect*) que, através das redes (“virtuais” e “materiais”) estendidas para muito além dos locais de trabalho e de enclausuramento de tipo disciplinar, constitui as condições da luta. Correlacionalmente, presenciamos uma fuga das instituições tradicionais de luta classista, como o sindicato e o partido. Enquanto essas formas operavam pela lógica da centralização e unidade, “a ordenação em rede, em contrapartida, baseia-se na pluralidade *contínua* de seus elementos e redes de comunicação, de tal maneira que a redução a uma estrutura de comando centralizada e unificada é impossível.” (HARDT; NEGRI, 2014b, p. 120. Grifo dos autores). Seria necessária a criação de novas formas de organização ou, o que seria o mesmo com outras palavras, que o partido político e os sindicatos se reinventem a fim de respeitar essa multiplicidade que constitui a classe em luta.

Apontamentos críticos

Para além de um projeto político embasado em uma ontologia da multiplicidade e da singularidade, elementos sem dúvida influentes no pensamento de Negri (bem como de vários outros pensadores da segunda metade do século XX para cá), o que mais interessa em termos marxistas (e sociológicos) são as condições de possibilidade de emergência de uma forma de pensar a classe e as lutas sociais nesses termos. O que pretende-se chamar de multidão demonstra-se de forma empírica como uma forma nova de organização e de

luta. Enquanto as lutas de classe de tipo fordista eram centradas na figura do operário industrial e nas reivindicações com respeito à relação capital-trabalho de tipo formal, sendo as demais lutas (raciais e de gênero, por exemplo) ou excluídas ou admitidas enquanto submetidas à contradição fundamental, a econômica,¹² o que temos visto nos novos movimentos sociais é uma cada vez maior forma de luta múltipla. Em diversos processos atuais, sejam os mais “acontecimentais” como o Junho de 2013 ou os mais estendidos, como as ocupações urbanas, por exemplo, vemos uma luta disseminada por diversas localidades e efetuada por diversos grupos diferentes¹³. Na perspectiva marxiana aqui aludida essas formas de luta são reflexo da disseminação do trabalho produtivo, de uma bioprodução submetida ao biopoder.

Ponto positivo dessa perspectiva, mas possivelmente problemático para um aporte sociológico, é a ideia básica de que o capitalismo pós-fordista extrai valor de forma difusa – é preciso estar atento ao fato de que se afirma-se que toda a produção social é “vampirizada” pelo Capital, não queremos com isso dizer que as formas de trabalho formal e fordista e suas respectivas lutas não possuem validade. Igualmente, esse suposto da bioprodução não deve ficar apenas no nível abstrato – é preciso estudar as lógicas múltiplas utilizadas pelo Capital para a extração desse valor, bem como suas especificidades. Aludimos sobretudo ao paradigma da empregabilidade e do endividamento, talvez a forma atual mais visível, mas é exatamente por estarmos em um regime de acumulação biopolítico que existe um sem número de campos de estudo sobre essa relação.

O trabalho de Negri (e de seus parceiros intelectuais) mostra-se uma das formas mais frutíferas de utilização do aporte marxiano para pensar o mundo do trabalho e as possibilidades de um discurso classista que abarque as metamorfoses próprias do contemporâneo. Sua abertura ao trabalho de pensadores em geral excluídos pela tradição marxista, como Foucault e Deleuze, que podemos classificar grosseiramente como “filósofos da diferença”, o ajuda a respeitar as múltiplas subjetividades em luta que se depara o pesquisador atual. A multidão então, tem a pretensão de abarcar em um conceito

¹²Ver, por exemplo: o relato de Mariza Correa (2001) sobre a relação tensa entre os movimentos feministas (ou “de mulheres”) com o Partido Comunista na década de 70, além de uma total exclusão de pautas de sexualidade desviante; o artigo de Antonio Guimarães (2008) sobre a negativa ou nula recepção da obra de Frantz Fanon no Brasil e a falta de espaço para reflexões sobre raça e racismo nos espaços de esquerda e na década de 60.

¹³Negri e Hardt chegam a afirmar: “A multidão também é um conceito de raça, gênero e diferenças de sexualidade.” (2014b, p. 141).

uma gama enorme e aberta de singularidades que não se submetem à uma lógica ou à uma identidade dadas – contra o povo e contra a massa; contra o Estado e contra o Capital. Por outro lado, por não ser um conceito sociológico¹⁴, mas filosófico e aberto à constituição política, a multidão pode se tornar genérica ou turva em demasia e, paradoxalmente, ao mesmo tempo em que o ponto mais benéfico de seu uso é a preservação da singularidade de cada elemento que luta em comum, podemos cair, se não tomarmos o devido cuidado, justamente em um apagamento dessa diferença, subsumindo todas enquanto “a multidão”. Nesse sentido, é importante não reduzir “a multidão” a um objeto de estudo inerte e fechado, visto que, nesse sentido, a multidão não existe – A multidão é o que ela faz de si. Definir os sujeitos dos novos ciclos de luta como singularidades que agem em comum contra um mesmo inimigo, o jugo do Capital sobre toda a vida social, deve ser uma afirmação do potencial criador que aumenta exponencialmente justamente pela soma de diferenças.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COCCO, Giuseppe. **Trabalho e Cidadania – Produção e direitos na era da globalização**. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. Introdução. In: LAZZARATO, M.; NEGRI, A. **Trabalho imaterial: Formas de vida e produção de subjetividade**. Tradução de Monica de Jesus Cesar. 2ª ed., Rio de Janeiro: Lamparina, 2013a, p. 32-46.

_____. Introdução à 2ª edição. In: LAZZARATO, M.; NEGRI, A. **Trabalho imaterial: Formas de vida e produção de subjetividade**. Tradução de Monica de Jesus Cesar. 2ª ed., Rio de Janeiro: Lamparina, 2013b, p. 7 – 31.

CORREA, Mariza. **Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal**. Cad. Pagu [online]. 2001, n.16, pp. 13-30. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a02.pdf>> Acesso em setembro de 2016.

_____. **KorpoBraz – Por uma política dos corpos**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

DELEUZE, Gilles. “Controle e Devir”. In: **Conversações**. Trad. de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1992a, p. 209-218.

¹⁴Algo afirmado pelo próprio autor: “o conceito de multidão não é um conceito sociológico” (NEGRI, 2015a, p. 82). Da mesma forma, sobre o trabalho: “E como apreender o trabalho deste modo, ou seja, não como objeto sociológico, mas como sujeito político?” (NEGRI, 2012, p. 41).

_____. Post-Scriptum sobre as sociedades de controle. In: **Conversações**. Trad. de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1992b, p. 219-226.

DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. **O Anti-Édipo – capitalismo e esquizofrenia 1**. Tradução de Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Editora 34, 2010.

DUAYER, Mário. Apresentação. In: MARX, K. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política**. Tradução de Mario de Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 11-24.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FUKUYAMA, Francis. **The end of History**. The National Interest, summer, (1989). Disponível em: <<https://ps321.community.uaf.edu/files/2012/10/Fukuyama-End-of-history-article.pdf>>. Acesso em setembro de 2016.

GORZ, André. **O Imaterial: Conhecimento, Valor e Capital**. São Paulo: Annablume, 2005.

GUIMARÃES, Antonio S. A. **A recepção de Fanon no Brasil e a identidade negra**. *Novos Estudos*, CEBRAP 81, julho 2008 pp. 99-114.

HARDT, Michael. & NEGRI, Antonio. **Império**. Tradução de Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **Declaração: Isto não é um manifesto**. Tradução de Carlos Szlak. N-1 publications, 2014a.

_____. **Multidão: Guerra e democracia na era do Império**. Tradução de Clóvis Marques. 4ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2014b.

LAZZARATO, Maurizio. Trabalho autônomo, produção por meio de linguagem e *general intellect*. In: LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. **Trabalho imaterial: Formas de vida e produção de subjetividade**. Tradução de Monica de Jesus Cesar. 2ª ed., Rio de Janeiro: Lamparina, 2013, p. 107 – 121.

LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. **Trabalho imaterial: Formas de vida e produção de subjetividade**. Tradução de Monica de Jesus Cesar. 2ª ed., Rio de Janeiro: Lamparina, 2013.

MANDARINI, Matteo. Organising Communism. In: GUATTARI, Félix; NEGRI, Antonio. **New Lines of Alliance, New Spaces of Liberty**. New York: Autonomedia, 2010.

MARX, Karl. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política**. Tradução de Mario de Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

NEGRI, Antonio. **A anomalia selvagem: poder e potência em Spinoza**. Tradução de Raquel Ramallete. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

_____. **Cinco lições sobre Império**. Tradução de Alba Olmi. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____. **Dispositivo metrópole. A multidão e a metrópole**. Lugar Comum, nº 25-26, dez. 2010, p. 201-8.

_____. **É possível ser comunista sem Marx?**. Tradução de Barbara Szaniecki. Lugar Comum, nº 31, fev. 2012, p. 33-41.

_____. **Biocapitalismo: entre Spinoza e a constituição política do presente**. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: Iluminuras, 2015a.

_____. **O poder constituinte: ensaio sobre as alternativas da modernidade**. Tradução de Adriano Pilatti. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015b.

ROCHA, Glauber. **Revolução no Cinema Novo**. Rio de Janeiro: Alhambra/Embrafilme, 1981.

Lazer e ócio: experiências do tempo livre

Júlio Ruas

Neste trabalho pretende-se abordar o tema do lazer, de modo a conceituar tal fenômeno enquanto forma de utilização do tempo livre tipicamente moderna, observável nas sociedades industrializadas e urbanizadas. A partir de tal elucidação, buscaremos estabelecer as relações e as rupturas entre o conceito moderno de lazer e o conceito antigo de ócio através de uma análise das formas de experiência do tempo livre nas sociedades não-modernas, ou seja, nas sociedades ditas antigas ou “primitivas”. Portanto, para fins analíticos, neste ensaio determinamos duas modalidades de experiência do tempo livre, a saber: lazer e ócio, sendo que este último ganha dois sentidos distintos para se referir às atividades não-produtivas das sociedades antigas e primitivas.

Palavras-chave: modernidade, trabalho, lazer, ócio

Introdução: Um debate antigo

O tema do não-trabalho foi abordado por vários pensadores em diferentes épocas e lugares. Na Antiguidade Clássica, filósofos como Sócrates, Platão, Aristóteles, Sêneca debateram sobre quais seriam os benefícios e os malefícios da ociosidade para o homem e para a sociedade. Durante a Idade Média, a vagarosa rotina monástica levou os sacerdotes a questionarem em que medida o ideal religioso de vida contemplativa poderia, ao invés de ligar os crentes a Deus, os fazer recair nos pecados da indolência e da preguiça. Na aurora dos tempos modernos, autores como Montaigne e, posteriormente, Shopenhauer refletiram sobre os perigos e as virtudes de uma existência livre das necessidades ordinárias que aprisionam o homem a obrigações diversas. Assim, pode-se dizer que as discussões filosóficas sobre a disponibilidade de tempo são tão antigas quanto as reflexões sobre a necessidade de trabalhar.

As observações sociológicas sobre o lazer chamam atenção para sua historicidade, de modo que o fenômeno é entendido como forma específica de relação com o tempo disponível para além do trabalho social, forma que vem à tona com a modernidade. Cabe então nos questionarmos como se deu a emergência da concepção e das práticas de lazer na modernidade e qual suas possíveis relações com a noção de ócio.

Para fazermos uma análise sobre o lazer e o ócio, é importante que consideremos, brevemente, a etimologia das duas palavras. Sabe-se que “lazer” vem do latim *Licere*; que significava “licença”, “permissão”, “ser lícito”. O termo *licere* era utilizado na antiguidade para se referir ao tempo disponível entre um trabalho e outro, era uma espécie de direito concedido pelos romanos aos seus escravos, que durante o *licere* poderiam se dedicar voluntariamente à atividades não laborais. A política que ficou conhecida como *panis et circenses* pode ser considerada uma das consequências necessárias das demandas originadas pela instituição do *licere* dos escravos (Ver: Marinho, 1979).

A palavra ócio tem raízes distintas da palavra lazer. Na Grécia Antiga o tempo ocioso era considerado condição necessária para o desenvolvimento de habilidades e de valores importantes da cultura grega; poder dedicar-se ao ócio era requisito para a educação dos jovens; não por acaso, como nota Dumazedier, “a palavra *Scholé* queria dizer, simultaneamente, ociosidade e escola” (2008: 27). O ócio, neste sentido, era mais do que uma licença do trabalho produtivo, ele era o tempo para o desenvolvimento das atividades honoríficas daquela sociedade. As atividades do filósofo, do político ou do artista não eram consideradas propriamente trabalho, e muito menos lazer, elas eram expressão de *scholé*.

Apesar de lazer e de ócio terem origens e significados consideravelmente distintos ainda existe muita confusão entre os dois termos. Sendo assim, interessa-me fazer uma análise que apure a relação entre os dois conceitos e entre as práticas associadas a eles. Para tanto, recorrerei a trabalhos sociológicos, antropológicos e historiográficos que indiquem os aspectos que caracterizam a experiência e as concepções de lazer, ócio e tempo livre em sociedades modernas e não-modernas.

Sobre as condições necessária para o surgimento do lazer

Ao longo dos últimos dois séculos, houve uma multiplicação de atividades diversas com funções recreativas, de divertimento, de repouso e de entretenimento, inseridas em intervalos de tempo divididos por períodos de trabalho, como as férias, os feriados e os fins de semana. De acordo com J. Dumazedier, tal proliferação se deve primordialmente a três fatores, sendo eles: o elevado desenvolvimento industrial urbano associado à sofisticação dos meios tecnológicos-científicos; a intensificação da pressão de grupos políticos e sociais reivindicantes de espaços e de leis que favorecessem as práticas de lazer; a diminuição do

controle exercido pelas instituições religiosas, políticas e familiares sobre o tempo livre dos indivíduos. A seguir analisaremos a relação do lazer com cada um destes três fatores.

O primeiro fator que, segundo o autor francês, favoreceu o desenvolvimento do lazer – o fator industrial-urbano vinculado ao melhoramento dos meios tecnológicos e científicos – merece especial atenção. A meu ver, este fator pode ser chamado de “o fator econômico”. De acordo com Dumazedier,

“Antes de mais nada a produção do tempo livre, invólucro que contém o tempo de lazer, é, evidentemente, o resultado de um progresso da produtividade, proveniente da aplicação das descobertas científico-técnicas; todos os economistas concordam quanto a este ponto, de Marx a Keynes” (2008: 55).

As Ciências Econômicas durante muito tempo buscaram averiguar em que medida a divisão do trabalho e a automação possibilitariam a liberação do tempo e do esforço humano dedicados ao trabalho produtivo. De tal sorte que, o desenvolvimento tecnológico dos meios de produção foi considerado pela economia neoclássica possibilidade para a eliminação de certa parcela do trabalho diário. Adam Smith, por exemplo, afirmava que a divisão crescente do trabalho permitiria o desenvolvimento mais eficiente de uma maquinaria específica para cada procedimento requerido pelo processo de produção, isto poderia aliviar em alguma medida o peso do trabalho das costas dos homens, das mulheres e das crianças.

Marx, tal como Smith, reconheceu a possibilidade de diminuição das horas de trabalho por meio da aplicação de descobertas tecnológicas – feitas quer por cientistas profissionais quer por leigos – à produção industrial. Contudo, não podemos nos esquecer de que a análise histórica marxista mostra exaustivamente como o desenvolvimento tecnológico da maquinaria, na época em que o capitalismo ainda engatinhava, permitiu a exploração cada vez maior do tempo e da produção da massa de trabalhadores.

A história do nascimento da sociedade capitalista mostrou que, durante muito tempo, a tecnologia de produção criou apenas a *possibilidade*, mas nunca a *realidade* da diminuição da quantidade de trabalho para a maioria da população. Em *Principles of political economy*, de 1848, o pensador John Stuart Mill já colocava sob suspeita os efeitos libertadores da automação sobre a quantidade de trabalho: “É duvidoso que as invenções mecânicas feitas até agora tenha aliviado a labuta diária de algum ser humano”. Convém

esclarecer que, na teoria de Marx, o desenvolvimento tecnológico em si mesmo não é, de modo algum, considerado o responsável pelo aumento do tempo de trabalho observado nas sociedades industrializadas dos séculos XVIII e XIX. A tendência de crescimento da jornada de trabalho, que Marx denunciou na sociedade industrial nascente, não é considerada decorrência direta da mecanização, mas da aplicação capitalista dessas novas técnicas produtivas ao processo de produção. A passagem da manufatura para a indústria, indiscutivelmente, reduziu o tempo de trabalho necessário para produzir determinada mercadoria, entretanto, tal elevação da produtividade, orientada pela lógica capitalista, não teve como efeito a redução da jornada de trabalho, mas sim o aumento constante da produção de mercadorias através da exploração de trabalho além do tempo mínimo necessário. Marx escreve que, “no modo de produção capitalista o trabalho necessário só pode constituir uma parte da jornada de trabalho, e a jornada de trabalho, portanto, nunca pode reduzir-se a esse mínimo” (2011: 270). Disso resulta,

“o paradoxo econômico que torna o mais poderoso meio de encurtar o tempo de trabalho [a máquina] no meio mais infalível de transformar todo o tempo da vida do trabalhador e de sua família em tempo de trabalho de que pode lançar mão o capital para expandir seu valor” (MARX, 2011: 465).

Logo no início do capitalismo, observaram-se os efeitos degradantes da superexploração do trabalho em longas jornadas. De imediato surgiram tensões no interior da sociedade capitalista, que apontavam para os malefícios sociais dessa superexploração e para a necessidade, não apenas humanística, mas também logística, de conservação da força de trabalho disponível. Marx já percebia que:

“Há primeiro o limite físico da força de trabalho. [...] Durante uma parte do dia, o trabalhador deve descansar, dormir; durante outra, tem de satisfazer necessidades físicas, alimentar-se, lavar-se, vestir-se. Além de encontrar esse limite puramente físico, o prolongamento da jornada de trabalho esbarra em fronteiras morais. O trabalhador precisa de tempo para satisfazer necessidades físicas e espirituais [...]. Por isso, as variações da jornada de trabalho ocorrem dentro desses limites físicos e sociais” (2011: 270).

É provável que a dinâmica da economia política capitalista, a saber: a exploração de trabalho excedente para a produção de valores-de-troca, a transformação da própria força

de trabalho em mercadoria e a conseqüente necessidade de conservação desta mercadoria cujas limitações do consumo são de ordem física e social – que por sua própria natureza necessita consumir para poder ser consumida –, seja a responsável pelo surgimento do lazer enquanto forma particular de experiência do tempo livre na Era Industrial.

É somente a partir da definição de uma jornada de trabalho social que se cria, negativamente, uma definição de tempo livre. A ideia ainda hoje muito comum segundo a qual o tempo livre deve ser conquistado sobre tempo de trabalho – de que o primeiro aumenta na proporção inversa do segundo – é o sintoma de uma situação sócio-histórica na qual “o estabelecimento de uma jornada normal de trabalho é o resultado de uma luta multissecular entre o capitalista e o trabalhador” (Marx 2011: 312); neste sentido, a quantidade de tempo livre – que, de acordo com Dumazedier, seria pré-condição para a existência do lazer – dependeria de certa negociação constante entre forças políticas com interesses econômicos contraditórios. No capítulo de *O Capital* intitulado “A Jornada de Trabalho”, Marx expõe da seguinte maneira a oposição de interesses entre capitalistas e trabalhadores envolvidos na transação de tempo/trabalho: “O tempo em que o trabalhador trabalha é o tempo durante o qual o capitalista consome a força de trabalho que comprou. Se o trabalhador consome em seu proveito o tempo que tem disponível, furta o capitalista” (2011: 271). Este tipo de relação de produção faz com que o disputado tempo livre do trabalhador, e o lazer nele inserido, se tornem oportunidade para a recomposição da força individual desgastada pela rotina de trabalho, e também, espaço para a expressão mais ou menos espontânea de interesses individuais - parafraseando Marx, para o consumo em proveito próprio do tempo que se tem disponível.

Chegamos agora ao segundo fator que, de acordo com Dumazedier, possibilitou a emergência do lazer. Para o autor, o desenvolvimento do lazer decorre – além do avanço industrial e técnico-científico da economia moderna – da ação política de trabalhadores reivindicantes do direito ao lazer. De acordo com Dumazedier, foi Paul Lafargue quem escreveu, já em 1883, o primeiro panfleto a favor do lazer dos operários (2008: 20). O reconhecimento do lazer como um direito de todos pode ser exemplificado ainda pelo artigo XXIV da *Declaração Universal dos Direitos Humanos* no qual encontramos a seguinte diretiva: “toda pessoa tem direito a repouso e lazer, inclusive a limitação razoável das horas de trabalho e férias periódicas remuneradas”.

As lutas políticas trabalhistas em torno da redução das horas de trabalho ocorrem há quase duzentos anos. Marx já percebia que, “o prolongamento desmedido da jornada de trabalho, produzido pela maquinaria nas mãos do capital, ao fim de certo tempo provoca (...) uma reação da sociedade, que, ameaçada em suas raízes vitais, estabelece uma jornada normal de trabalho, legalmente limitado” (2011: 467). Ora, se o lazer depende, por um lado, da resistência política do proletariado diante de jornadas de trabalho muito longas impostas pelo modo de produção capitalista - como afirmam tantos sociólogos do lazer e do trabalho - nós veremos a seguir que, por outro lado, ele [o lazer] também se constitui como um reforço do mesmo sistema produtivo na medida em que fomenta o consumo de mercadorias necessário para a continuidade de um processo produtivo aparentemente irrefreável.

É sabido que durante e depois das duas Guerras Mundiais houve um tremendo avanço da produtividade industrial, tal avanço não se deu apenas no interior indústria bélica que alimentava as batalhas, mas também em vários setores não ligados diretamente a produção material do conflito. Os novos métodos de produção desenvolvidos pela indústria norte-americana aumentaram a eficiência produtiva e operacional das empresas. A intensificação da organização administrativa e o minucioso controle e divisão das funções envolvidas no processo de trabalho industrial são tidos como os fatores responsáveis pelo aumento da produtividade que distingue o modelo de produção em série que ficou conhecido como fordista do processo de trabalho que o precedeu. Tem-se então uma situação na qual a superprodução da indústria precisa ser absorvida por um mercado capaz comprá-la. Qual mercado consumidor será esse? Será a própria classe trabalhadora que, graças às políticas sociais de combate à pobreza - intensificadas em função dos efeitos nefastos das Guerras Mundiais - às leis trabalhistas e ao relativo aumento salarial, se torna, nas horas vagas, classe consumidora. Foi neste contexto que o lazer passou a fazer parte do conjunto de políticas sociais que visavam, grosso modo, a fomentação do consumo coletivo, a redução da pobreza e o combate à marginalidade. Deste momento em diante, o lazer se configurará como um artifício necessário para a manutenção de certo equilíbrio da estrutura político-econômica. Tempo de trabalho e tempo de lazer serão, por assim dizer, as duas faces de uma mesma moeda: o modo de produção industrial moderno. Enquanto o primeiro diz respeito à produção de bens e de serviços, o segundo oferece as condições para o consumo dessa produção. Por mais que reconheçamos o papel da luta organizada de

grupos de trabalhadores no estabelecimento do tempo e das condições do lazer, pontos de vista como este lançam novamente a suspeita de que, mesmo em seu lazer, o trabalhador ainda é refém de uma dinâmica que não está a seu serviço, mas a serviço daqueles que detêm o controle do sistema produtivo.

No ensaio, *Americanismo e Fordismo*, Antonio Gramsci mostra como as iniciativas de Henry Ford no que diz respeito ao controle do tempo desocupado e da vida privada de seus empregados eram, mais que expressão de sua religiosidade puritana, parte do interesse objetivo-prático-logístico de “conservação, fora do trabalho, de um certo equilíbrio psicofísico que impeça o colapso fisiológico do trabalhador” (2008: 68). O autor italiano ressalta a ligação entre o processo de racionalização do trabalho, que marca o taylorismo e o fordismo, e a política da *Lei Seca* adotada pelos Estados Unidos no período de 1920 a 1933. Anos antes do Estado norte-americano proibir o consumo de bebidas alcoólicas, já havia por parte de certos empregadores estadunidenses o interesse em conhecer os hábitos étlicos e eróticos de seus operários. Segundo Gramsci, “as investigações dos industriais sobre a vida íntima dos operários, os serviços de inspeção criados em algumas empresas para controlar a *moralidade* dos operários são necessidades do novo método de trabalho” (2008 :66). Com o tempo, as iniciativas privadas dos industriais em conhecer e intervir – na verdade, conhecer para intervir – na vida particular dos operários se tornaram medidas mais gerais de uma política estatal. “E eis que a luta contra o álcool, o agente mais perigoso de destruição das forças de trabalho, se torna função do Estado” (Gramsci 2008:68). Pode ser que, as políticas antidrogas que foram adotadas amplamente no decorrer do século XX sejam também decorrências dessas “necessidades do novo método de trabalho”. De qualquer forma, o que se observa com o aperfeiçoamento da linha de montagem realizado por Ford é o refinamento e a proliferação dos métodos de investigação, das técnicas de vigilância e dos procedimentos de controle da vida privada e do tempo livre dos trabalhadores.

Se o lazer é uma conquista política de agentes interessados em satisfazer necessidades de socialização, de relaxamento ou em realizar atividades físicas compensatória, que reparariam o desgaste gerado pelo trabalho ou se, distintamente, o lazer atende a interesses não explícitos por parte dos empregadores e do Estado em controlar o tempo disponível dos seus empregados, não se sabe. O mais certo, entretanto, é que o lazer nas sociedades industriais de meados do século XX passou a ser parte

integrante de um “programa geral de qualidade de vida do cidadão”. O lazer, enquanto parte deste “programa”, se torna alvo de um planejamento meticuloso, realizado por profissionais de diversas áreas como a medicina, a psicologia, a fisioterapia, a sociologia, a terapia ocupacional, a educação física, etc. Deste ponto em diante passa-se a pensar no “rendimento” das atividades que ocupam o tempo de lazer, não apenas no sentido de querer saber se elas podem aumentar ou comprometer a capacidade do trabalhador produzir mais e melhor no futuro, mas também no sentido de descobrir e promover os benefícios biossociais que tais atividades podem trazer. O planejamento do tempo e das práticas de lazer passou a ser encarado como uma forma de luta contra diversos males tanto físicos e quanto sociais, desde a depressão, o alcoolismo e a obesidade, por exemplo, à delinquência juvenil, à desorganização familiar, à falta de coesão social. A organização do lazer, mais que uma necessidade própria da economia produtiva pós-Ford, se torna um dos elementos a ser tratado por políticas sociais mais amplas, de tal forma que, o lazer aparece agora como promotor da saúde, da cidadania, da educação, da democracia, etc. Alguns autores chegam a afirmar que, através do planejamento da recreação e do lazer se chegaria à solução do conflito entre capital e trabalho. Esta perspectiva faz do lazer uma espécie de compensação da alienação do trabalho cujos objetivos seriam: a recomposição física e mental do indivíduo desgastado pelo trabalho em excesso; a manutenção de certo equilíbrio político-econômico entre capital e trabalho, entre produção e consumo; e a prevenção de comportamentos considerados desviantes, subversivos ou mesmo doentios; nela “usa-se o lazer com o mesmo espírito com que se toma um remédio” (Ferreira 1959: 29).

O terceiro fator social que, segundo Dumazedier, reforçou o crescimento do lazer foi a diminuição da regulação social exercida sobre os indivíduos, por parte de instituições políticas, religiosas e familiares. Nas palavras do autor: “a regressão do controle social pelas instituições básicas da sociedade (familiares, socio-espirituais e socio-políticas) permite ocupar o tempo liberado principalmente com atividades de lazer” (1973: 60). Para uma análise das condições possibilitadoras do surgimento do lazer ter-se-ia, então, de considerar – para além da dinâmica econômica e da ação de grupos políticos – o impacto que diversas instituições sociais exercem sobre o tempo dos indivíduos. Este tipo de abordagem pode ser notada nos escritos de Michel Foucault sobre as técnicas de extração do tempo. Em *A verdade e as formas jurídicas*, ele afirma que por volta do começo do

século XIX observa-se o surgimento de inúmeras instituições voltadas para o controle do tempo dos indivíduos, de modo que fosse cada vez mais possível a transformação desse tempo em tempo de trabalho. Nas palavras do autor,

são necessárias duas coisas para que se forme a sociedade industrial. Por um lado, é preciso que o tempo dos homens seja colocado no mercado, oferecido aos que o querem comprar, e comprá-lo em troca de um salário; e é preciso, por outro lado, que este tempo dos homens seja transformado em tempo de trabalho. É por isso que em uma série de instituições encontramos o problema e as técnicas da extração máxima do tempo. (2003: 116)

É por isso que, segundo o autor, “vemos multiplicar-se, então, instituições em que o tempo das pessoas se encontra controlado, mesmo não sendo efetivamente extraído em sua totalidade, para tornar-se tempo de trabalho” (2003:117).

As diversas instituições modernas, chamadas por Foucault de “instituições de sequestro”, passaram a controlar as atividades dos indivíduos, não somente no decorrer do tempo de trabalho social, mas inclusive ao longo dos períodos de lazer e desemprego, para que assim tais indivíduos pudessem manter-se sempre disponíveis para um futuro recrutamento pelo mercado. De acordo com o autor francês,

“o tempo do operário, não apenas o tempo do seu dia de trabalho, mas o de sua vida inteira, poderá efetivamente ser utilizado da melhor forma pelo aparelho de produção; é assim que sob a forma destas instituições aparentemente de proteção e de segurança se estabelece um mecanismo pelo qual o tempo inteiro da existência humana é posto à disposição de um mercado de trabalho e das exigências do trabalho. A extração da totalidade do tempo é a primeira função destas instituições de sequestro. Seria possível mostrar, igualmente, como nos países desenvolvidos este controle geral do tempo é exercido pelo mecanismo do consumo e da publicidade” (2003: 118).

A interpretação foucaultiana levanta contra Dumazedier a suspeita de que a emergência do lazer na modernidade não se deva propriamente a uma “regressão do controle social” exercido pelas instituições “básicas da sociedade”, tais como a família ou a igreja, mas sim a uma reorganização dos vetores de pressão social que atuam sobre tais instituições e, portanto, sobre seus membros. Foucault mostra como após o século XVIII, as instituições modernas – tais como a escola, o hospital, a fábrica – passaram a atuar de

modo cada vez decisivo na orientação das práticas desenvolvidas pelas instituições “pré-modernas”; assim, uma família não pode mais regular sozinha e como bem pretender o tempo e as práticas de seus membros. Dumazedier percebeu esta diminuição da autonomia da família no que se refere ao controle total do tempo de seus membros, mas ele parece ter desconsiderado o fato de que novas instituições passaram a atuar sobre a família, fazendo com que o tempo livre desta se dirigisse a práticas diferentes das práticas pré-modernas.

As investigações metódicas sobre o lazer e a realização de políticas sociais de lazer se consolidaram e se intensificaram a partir do desenvolvimento da indústria fordista e, principalmente, a partir da difusão da chamada *política de bem-estar social* que se estabeleceu após as Guerras Mundiais. É neste contexto que vemos se multiplicar uma série de instituições, tanto públicas quanto privadas, cujo papel social é a promoção, comercial ou gratuita, do lazer. Este lazer, institucionalizado ou capitalizado, será planejado com o objetivo de e justificado por meio do cumprimento de certas funções consideradas mais ou menos importantes para a manutenção da saúde física, mental e produtiva dos indivíduos e, por consequência, de toda a sociedade. Além disso, o lazer se torna um serviço oferecido por inúmeras empresas privadas especializadas na produção e na comercialização deste tipo de produto. É notável, portanto, que o dispositivo *lazer* possui flexibilidade e maleabilidade suficientes para se adaptar tanto à interesses de mercado quanto às programações de Estado, de modo que se pode afirmar que, por conta de seu papel econômico e político, o lazer é um dispositivo institucional duplamente útil.

Ócio e trabalho na escala dos valores

A oposição entre tempo livre e jornada de trabalho, tão comum nas sociedades industrializadas, pode ser encarada como um sinal da relação penosa dessas sociedades com o trabalho produtivo. O trabalho social parece ser experimentado como coerção social, não como disposição pessoal espontânea. É possível, inclusive, rastrear as origens dessa noção do trabalho social como algo penoso e coercitivo na cosmologia cristã. Não obstante, de acordo com Max Weber, as sociedades capitalistas modernas ocidentais são marcadas por uma ética que vê no trabalho um fim virtuoso em si mesmo. A ética do trabalho, que caracteriza o “*espírito do capitalismo*”, é defensora da ideia de que o

indivíduo tem o *dever moral* de se interessar pelo aumento de suas posses e de seus ganhos. Nas palavras de Weber, a violação de tal ditame “é tratada não apenas como desatino, mas como uma espécie de falta com o dever” (2004: 45). Segundo o autor alemão, o desenvolvimento do capitalismo moderno só foi possível na medida em que havia um *ethos* peculiar – ou seja, um conjunto de valores e de crenças motivadoras de determinadas formas de conduta social – que privilegiava a atividade produtiva como aspecto central da vida dos indivíduos em detrimento dos dispêndios ostentatórios e do *dolce far niente* que caracterizavam as atitudes das elites tradicionais da Idade Média e da Antiguidade.

Para a ética protestante, orientada por princípios ascéticos, a riqueza só será condenável na medida em que fizer o indivíduo recair nas tentações maliciosas do prazer e do ócio. Segundo Weber,

“efetivamente condenável em termos morais era, nomeadamente, o *descanso* sobre a posse, o gozo da riqueza com sua consequência de ócio e prazer carnal (...) A *perda de tempo* é, assim, o primeiro e em princípio o mais grave de todos os pecados. Nosso tempo de vida é infinitamente curto e precioso para 'consolidar' a própria vocação. Perder tempo com sociabilidade, com 'conversa mole', com luxo, mesmo com o sono além do necessário à saúde – seis, no máximo oito horas – é absolutamente condenável em termos morais” (2004: 143).

Diferentes pensadores concordaram que a sociedade burguesa possui, como um de seus traços diferenciadores em relação às sociedades aristocráticas do passado, uma ética de valorização do trabalho e de desvalorização da ociosidade. Marx, Nietzsche, Lafargue e, em certa medida, Weber viveram o século XIX, “o século do trabalho” (Lafargue 2003: 29). Apesar das profundas diferenças no que diz respeito às referências teóricas de cada um desses pensadores, todos eles detectaram e destacaram uma mudança normativa ocorrida a partir do desenvolvimento da Era Moderna, a saber: a ascensão da moral burguesa do trabalho e o declínio da moral aristocrática da ociosidade. Cada um deles a seu modo indicou que, durante a modernidade, o ócio passa a sofrer de uma certa má consciência, ao passo que o trabalho se eleva a condição de ação virtuosa. Dois movimentos simultâneos com trajetórias aparentemente opostas. Creio que a concepção de lazer ganhou força, e, de certa forma, se tornou a concepção dominante, precisamente, neste contexto de glorificação do trabalho e condenação do ócio. Enquanto o ócio parece ter se tornado uma espécie de atavismo perigoso, lazer se tornou um direito de todos.

Quem, em nossos dias, vive de modo ocioso, quem não trabalha ou não precisa trabalhar, é, geralmente, considerada uma pessoa incompleta ou é, como costuma-se dizer, um sujeito indigno, uma vez que o trabalho é julgado como aquilo que dignifica o homem. No entanto, Nietzsche nos lembra de que nem sempre foi assim:

“Ora, antes era o inverso: o trabalho sofria de má consciência. Alguém de boa família escondia seu trabalho, quando a necessidade o fazia trabalhar. O escravo trabalhava oprimido pela sensação de fazer algo desprezível: o próprio 'fazer' era desprezível. 'A nobreza e a honra estão apenas no *otium* e no *bellum* [na guerra]': assim falava a voz do preconceito antigo!”

Embora a origem do ócio seja nobre - e a do lazer seja pobre - inúmeros elementos parecem indicar que, hoje, o ócio talvez não seja mais levado em tão alta consideração. Escutemos rapidamente essa “voz do preconceito antigo” de que fala Nietzsche. A demonstração da capacidade de evitar o trabalho produtivo era o que distinguia as classes aristocráticas do restante da sociedade - que trabalhava para garantir sua subsistência e, concomitantemente, a ociosidade daqueles que a obrigavam trabalhar. O trabalho produtivo estava associado à condição daquelas pessoas que não detinham o poder pecuniário ou político de se abster dessa atividade, era considerado, portanto, sinônimo de fraqueza e de sujeição a um senhor. Nas palavras de T. Veblen, “Ele [o trabalho produtivo] é, portanto, marca de inferioridade, sendo considerado indigno do homem em sua plena capacidade” (1988: 21). Em contrapartida, a ociosidade, isto é, o tempo despendido em atividades não-industriais e honoríficas era, para as sociedades antigas, a expressão da distinção entre aqueles que eram dotados de plenos poderes sobre si mesmos e aqueles submetidos à vontade de outrem. Isto quer dizer que o ócio era tratado como algo próprio das sociedades divididas por regras de estamento; este ócio dependeria então de uma estratificação social rígida, pautada em geral pela proveniência familiar ou local dos indivíduos. Nesse sentido, nascia-se ocioso ou, para utilizarmos a expressão de Veblen, nascia-se membro da “classe ociosa”. Uma forma possível de entendermos este tipo de ócio das sociedades antigas é pensá-lo como sendo “concentrado” (isto é, ele está limitado à um setor especial da sociedade, a elite), em distinção ao ócio “difuso” que, a meu ver, ocorre em sociedades onde não há uma divisão em estamentos ou classes econômicas. A análise feita sobre o ócio neste trabalho se referiu até agora, exclusivamente, à ociosidade das sociedades ditas “antigas” ou “pré-modernas” (ex. A Europa feudal, a Grécia e Roma

Antigas, Japão Feudal...). A seguir, analisaremos esta forma de vivência da ociosidade que não depende da exploração econômica de uma classe por outra que nada produz, para tanto teremos em vista as sociedades ditas “primitivas”.

Segundo Marshall Sahlins, em “A sociedade Afluente Original”, a antropologia durante muitos anos compreendeu mal a economia das sociedades nômades caçadoras e coletoras. As sociedades com este modo de produção eram consideradas miseráveis do ponto de vista material; a miséria dos “primitivos” decorreria de sua baixa competência tecnológica, o que, por sua vez, os impeliria ao constante esforço pela sobrevivência. Deste modo, não lhes restaria quase nenhum tempo livre. Sahlins nos mostra que o que ocorre na economia caçadora e coletora é exatamente o inverso disso. Nas palavras do autor de *Cultura na Prática*,

“não há nenhuma serventia na convenção de que os caçadores e coletores desfrutam de pouco lazer em virtude das tarefas voltadas para a mera sobrevivência. É assim que costumam explicar as deficiências evolutivas do Paleolítico, ao passo que o Neolítico é enaltecido por todos por sua oferta de lazer. Mas as fórmulas tradicionais poderiam ser mais verdadeiras se fossem invertidas: a quantidade de trabalho (*per capita*) aumenta com a evolução da cultura, enquanto o tempo de lazer diminui” (2007: 143).

É verdade que todas as chamadas “civilizações antigas” - como, por exemplo, a egípcia, a grega, a romana, a chinesa, a asteca - eram sedentarizadas e possuíam agricultura de regadio e/ou pastoreio; além disso, elas possuíam um Estado - instituído seja pela força ou seja pelo carisma - governado por uma classe social específica que não se dedicava diretamente à atividade produtiva. Ou seja, tomando a *Teoria* de Veblen como referência, as civilizações antigas estratificadas por estamento possuíam uma classe especial cujo papel era, basicamente, o governo, o sacerdócio, a guerra, a educação e a arte, esta classe superior não se dedicava diretamente à produção dos recursos necessários à manutenção da vida material. Havendo uma “classe ociosa”, elas eram, portanto, sociedades do “ócio concentrado”. A instituição de uma “classe ociosa” é acompanhada evidentemente pela determinação de uma classe produtora cuja função será, por sua vez, gerar as bases materiais necessárias à subsistência dela mesma e da “classe ociosa”. Podemos pensar a classe dos servos e escravos das sociedades antigas como sendo aquela

classe que, para poder comer mal e dormir pior, alimenta a ociosidade do inimigo que a explora.

A revolução neolítica que trouxe o surgimento das cidades-estados e, por conseguinte, da aristocracia que as governava, só permitiu a liberação do tempo livre em termos relativos, pois que para se manterem ociosas tais classes dominantes dependiam da exploração do trabalho excedente de outros, o que por sua vez aumentava a quantidade média de trabalho por pessoa, uma vez que as classes ociosas geralmente eram uma pequena minoria do contingente demográfico. Observa-se que, em termos absolutos, o desenvolvimento tecnológico não garante a liberação das horas de trabalho nas sociedades agricultoras e sedentárias.

Para Sahlins, há margem para escolha na adoção de técnicas produtivas; os povos nômades, por exemplo, teriam optado por não submeterem-se a um modo de produção agrícola:

“Curiosamente, os hadza, ensinados pela vida e não pela antropologia, rejeitam a revolução neolítica para *preservar* seu ócio. Embora cercados por lavradores, até recentemente recusavam-se a adotar a agricultura, “principalmente sob a alegação de que isso implicaria muito trabalho árduo” (2007: 134).

Segundo o antropólogo, a baixa produção dos povos ditos “primitivos” não decorreria de uma deficiência técnica, mas sim de uma recusa da lógica - ou da “ideologia” - da acumulação. Podemos supor que, não havendo a valorização da produção de excedentes, dificilmente seria possível a adoção de técnicas e relações de produção que exigissem trabalho escravo ou alienado. Em outras palavras, a economia das sociedades ditas “primitivas” parece ser mais influenciada pelo valor que elas dão ao trabalho produtivo, do que pelo potencial de sua capacidade tecnológica.

A despeito do potencial produtivo que a tecnologia dos povos indígenas apresentava, pode-se dizer que essas sociedades atribuíam um certo limite à sua economia. No texto *A economia primitiva*, P. Clastres afirma o seguinte sobre o tipo de limitação que determina o tamanho da produção nas sociedades “primitivas”:

“O MDP [modo primitivo de produção] assegura [...] à sociedade primitiva uma abundância medida pela igualização da produção às necessidades, ele funciona tendo em vista a

total satisfação delas e recusando ir mais além. Os selvagens produzem para viver, não vivem para produzir” (2011: 172).

A economia primitiva, diferentemente da economia de mercado, tem como princípio a produção voltada para o consumo imediato – ou seja, para a total satisfação das necessidades dos próprios produtores – é uma economia cujo objetivo não é de modo algum a obtenção de lucro através da troca de excedentes. Em função do caráter próprio deste tipo de economia, digamos, antiexcedente, e também em função da estrutura política não estatal que a engendra, parece difícil afirmar que os indivíduos que dela participam experimentem a oposição entre tempo livre e jornada de trabalho que marca experiência moderna do tempo ou que eles categorizem seu tempo em termos de tempo de trabalho, férias, fins de semana, feriados. Seria possível falar de lazer em tal situação? Não seria a noção de *ócio* mais adequada para se referir a este tipo de relação e de experiência com o tempo?

Não havendo, nas sociedades ditas “primitivas”, a distinção entre uma classe trabalhadora e uma classe ociosa - que explora o trabalho da primeira para livrar-se completamente dessa atividade - pode-se pensar que em tais sociedades o *ócio* seja experimentado por todos, uma vez que não há nem alienação do tempo nem da produção de uma classe por outra. Podemos considerar também que, em função do caráter generalizado desse *ócio*, ele pode ser considerado uma espécie de “*ócio difuso*”, distintamente do “*ócio concentrado*” das sociedades antigas com aristocracia e, portanto, com Estado.

Conclusão

Em termos de cronologia, as partes deste artigo sobre o lazer e o *ócio* foram organizadas de forma invertida: ou seja, a análise partiu do estudo sobre o tempo livre das sociedades modernas, industrializadas e urbanizadas. Seguiu-se, a partir daí, em direção ao estudo do tempo livre das sociedades antigas (com Estado, isto é, com aristocracia e, portanto, com “classe ociosa”) tidas como protótipo a partir do qual decorreu a constituição das sociedades modernas; nessa sociedades o tempo livre foi definido como “*ócio concentrado*”, uma vez que apenas um setor da sociedade tinha plenas condições de

experimentá-lo. Por fim, passou-se à análise do tempo livre das sociedades ditas “primitivas”, neste caso ele foi compreendido como sendo um “ócio difuso”, pois que tais sociedades não possuem nem uma classe ociosa (que desfrute exclusivamente de uma ociosidade completa) nem uma classe trabalhadora (que aliene seu trabalho a outra através da escravidão ou do trabalho assalariado).

Procurei indicar como o lazer se articula com as condições econômicas, políticas e institucionais que se estabelecem na modernidade, e como ele se imiscui nas relações de poder próprias da moderna sociedade industrial.

Abordei a questão da posição ético/moral da ociosidade nas sociedades modernas e pré-modernas. A partir daí, busquei evidenciar o processo de relativa desvalorização do ócio na modernidade em relação a sua condição antiga. Por fim, tentei sugerir o conceito de “ócio concentrado” para se referir à experiência do tempo livre nas sociedades antigas estratificadas por regras de estamento.

Por fim, tomando as informações passadas pela antropologia política e pela antropologia econômica como referência, busquei compreender como se dá a vivência do tempo livre em sociedades politicamente descentralizadas cuja economia é principalmente baseada na caça e na coleta.

Através desse “recuo evolutivo” eu pude perceber que o tempo livre aumenta à medida que se “retrocede” a formas mais “primitivas” de sociedade. Sendo assim, em termos quantitativos de disponibilidade de tempo, a análise feita aqui se mostrou progressiva. Ora, a sociedade moderna, principalmente aquela dos primeiros séculos do capitalismo, séculos XVIII e XIX - ponto de partida de minha análise - desfrutava de menos tempo livre que qualquer uma das outras duas espécies de formações sociais que foram analisadas na sequência. No que concerne à detecção do trágico decréscimo da disponibilidade de tempo à medida que as sociedades avançam em direção à modernidade, eu gostaria de, rapidamente, voltar a citar o trabalho de Marx, porque talvez ele tenha sido o primeiro sociólogo a chamar atenção para o fato de que,

“condições monstruosas de trabalho constituíam exceção no mundo antigo. Mas, quando povos cuja produção se encontra nos estágios inferiores da escravatura, da corvéia etc. entram num mercado mundial dominado pelo modo de produção capitalista, tornando-se a venda de seus produtos ao exterior o interesse dominante, sobrepõe-se aos horrores bárbaros da

escravatura, da servidão etc. a crueldade civilizada do trabalho em excesso” (2011: 274).

Se “condições monstruosas de trabalho constituíam exceção no mundo antigo” como afirmava Marx, no mundo “primitivo” elas tampouco existiam. As sociedades “primitivas”, principalmente aquelas nômades caçadoras e coletoras, desfrutaram de um tempo livre muito maior que qualquer sociedade antiga ou industrializada. A respeito das sociedades nômades, Sahlins (2007) aponta que:

“as informações sobre os caçadores e coletores do presente etnográfico – especificamente sobre os que se encontram em ambientes marginais – sugerem uma média de três a cinco horas de produção alimentar por dia, por trabalhador adulto. Os caçadores cumprem um horário de banqueiros, expressivamente menor que o dos modernos operários da indústria (sindicalizados), que com certeza aceitariam uma semana de trabalho de vinte e uma a trinta e cinco horas” (2007: 142).

Sahlins conclui,

“Pode-se alegar, de modo convincente, que os caçadores e coletores trabalham menos do que nós; e, em vez de ser uma labuta contínua, a busca de alimento é intermitente, o lazer é abundante e há uma quantidade maior de sono diurno *per capita*, anualmente, do que em qualquer outra condição de existência social” (2007: 120).

A passagem do trabalho escravo ao trabalho assalariado não garantiu por si só a redução do tempo de trabalho. Mesmo em alguns países considerados desenvolvidos observa-se, em pleno século XXI, a superexploração do trabalho excedente em longas jornadas que, apesar de serem corroboradas pela legislação, não deixam de ser desumanas. Nos países em vias de desenvolvimento, o trabalho escravo ilegal perdura no meio rural e avança em direção às cidades superpovoadas; ele é com frequência denunciado na construção civil, na indústria têxtil, na indústria madeireira, na mineração, no trabalho doméstico...

Poderia se pensar que as revoluções burguesas, com suas profundas implicações políticas e econômicas na sociedade moderna, libertaram e igualaram os indivíduos nos seguintes sentidos: primeiro, os libertaram da sujeição ao senhor aristocrata ocioso;

segundo, os igualaram, porque transformaram tanto o escravo quanto o senhor em trabalhadores profissionais orientados por uma lógica mercantil tipicamente burguesa. Seria então o ócio uma categoria em vias de extinção?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CLASTRES, P., *Arqueologia da Violência*. Trad.: Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2011.
- DUMAZEDIER, J., *Sociologia Empírica do Lazer*. Trad.: Sílvia Mazza e J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- DUMAZEDIER, J. *Lazer e Cultura Popular*. Trad.: Maria de Lourdes Santos Machado. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- FERREIRA, A. *Lazer Operário – um estudo de organização social das cidade*. Ed. Progresso. Salvador, 1959.
- FOUCAULT, M. *A verdade e as formas jurídicas*. Trad. Roberto Machado e Eduardo Jardim Morais. - Rio de Janeiro : NAU Editora, 2003.
- GRAMSCI, A. *Americanismo e Fordismo*. Trad.: Gabriel Bogossian. – São Paulo : Hedra : 2008.
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política: livro I*. Trad.: Reginaldo Sant' Anna. - 28ª. ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- MARINHO, I.P. *Raízes etimológica, histórica e jurídica do lazer*. Brasília, DF: Empresa Gráfica e Jornalística Horizonte, 1979.
- NIETZSCHE, F., *A Gaia Ciência*. Trad.: Paulo César de Souza - São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- SAHLINS, M., “A Sociedade Afluente Original” in *Cultura na Prática*. Trad.: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007
- VEBLEN, T., *A Teoria da Classe Ociosa: um estudo econômico das instituições*. Trad.: Olívia Krähenbül. Ed.: Nova Cultural, 1988.
- WEBER, Max. *A Ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. Trad. José Marcos Mariani. São Paulo : Companhia das Letras, 2004.

A modalidade de Pessoa Jurídica como situação de trabalho e ideal de profissional independente: trajetórias profissionais sob um novo olhar metodológico

Berenice de Lemos Silva Salvador/a¹

Este trabalho objetiva analisar e compreender as transformações e arranjos contratuais de trabalho, e de que maneira são institucionalizadas as novas formas de contratos trabalhistas. O capitalismo flexível apresenta como um dos seus processos a terceirização, assim surgindo as novas composições como o autoempreendedorismo, estes são observados nas modalidades como a MEI (micro empreendedor individual) e os trabalhadores com Contratos de Pessoa Jurídica, que são cada vez mais frequentes e próximos à realidade do trabalhador. Na maioria das vezes, o trabalhador enxerga no autoempreendedorismo, um modo de se manter atuante econômica e socialmente, em vistas da crise de emprego. O recorte de análise é focado nas trajetórias individuais de alguns trabalhadores sob a modalidade de PJs. Na sociologia do trabalho são pouco discutidos quais fatores determinam, que um trabalhador qualificado abra mão de todas garantias trabalhistas e opte por sua auto-gestão e auto responsabilidade em detrimento de sua segurança jurídica e social. Isso implica em lançar um olhar sociológico, não somente no que se refere às relações formalizadas e acordadas com as leis trabalhistas, mas especialmente, sobre a trajetória individual de cada trabalhador.

Palavras-chave: trajetórias individuais; autoempreendedorismo; capitais; Pessoa Jurídica.

Introdução

Este trabalho faz parte da dissertação de mestrado que encontra-se em construção. Tem como objetivo central analisar as transformações ocorridas no mundo do trabalho nas últimas décadas, tendo como proposta compreender os novos arranjos contratuais de trabalho, ou mais especificamente, de que maneira estão sendo institucionalizadas as novas formas de contratos de trabalho no período mais recente. Para isso, analisam-se: o auto-empendedorismo, as modalidades como a MEI² (micro empreendedor individual) e os trabalhadores com Contratos de Pessoa Jurídica³, que são cada vez mais frequentes e

¹Mestranda, Universidade Federal de Pelotas, CAPES.

² Mei- Micro Empreendedor Individual- é a pessoa que trabalha por conta própria e que se legaliza como pequeno empresário. A [Lei Complementar nº 128, de 19/12/2008](#) criou condições especiais para que o trabalhador conhecido como informal possa se tornar um MEI legalizado. Disponível em: <http://www.portaldoeempreendedor.gov.br/mei-microempreendedor-individual>, Acesso em: 14/6/2016.

³ Pessoa Jurídica- Conforme consta na Dissertação de ORBEM (2015 p.70-71): “Assim, a prática da pejetização veio se tornando uma imposição do empresariado, que acredita em uma escala de custos do trabalho, estando o emprego no topo da pirâmide, depois o autônomo e por fim a contratação de serviços prestados por empresas, isto é, uma pessoa jurídica prestadora de serviços, que acaba tendo o menor custo direto, pois como o contrato é interempresarial, não gera direitos trabalhistas e recolhimentos previdenciários para o

próximos à realidade do trabalhador. O recorte de análise é focado nas trajetórias individuais de alguns trabalhadores sob a modalidade de Pessoa Jurídica. Como parte de uma sustentação teórica-metodológica, este trabalho está ancorado na proposta metodológica de Bernard Lahire (2004).

Ainda são pouco discutidos na sociologia do trabalho, os fatores que determinam, que um trabalhador qualificado abra mão de todas garantias trabalhistas e opte por sua auto-gestão e auto responsabilidade em detrimento de sua segurança jurídica e social. Isto não nega, que muitas vezes são as próprias empresas que levam o trabalhador a abandonar sua condição contratual subordinada e criar sua própria empresa, o que configura um modelo mais coercitivo de ingresso nessa modalidade contractual.

Segundo ROSENFELD; ALMEIDA (2014), a discussão sobre as regras que regem o trabalho é amplamente discutida e questionável, em relação ao seu significado social. Para as autoras o aumento do autoempendedorismo, pode ser compreendido “tanto em termos de uma maior autonomia (subordinação e salários), quanto de uma autogestão de si que alivia o peso das proteções sociais” (ROSENFELD; ALMEIDA, 2014, p. 250). As novas necessidades do mercado de trabalho no Brasil sofreram transformações com a reestruturação produtiva do capital no nível mundial. Assim, as relações de trabalho no modo de produção capitalista vêm sofrendo contínua alteração. Essas mudanças nas relações de trabalho entre empresas e trabalhadores verificam-se também nos arranjos contratuais.

A partir da década de 1970, começou um amplo processo de reestruturação do capital, que se estendeu em escala global, onde se pode presenciar uma mudança de comportamento do mercado de trabalho, que se fundamenta na ideia de flexibilidade. A implementação de novos modelos de gestão e organização do trabalho se baseia na flexibilidade funcional e numérica da força de trabalho, no envolvimento subjetivo do trabalhador, no trabalho realizado em equipe, na polivalência, e também na mobilização de competências e habilidades cognitivas e relacionais, as quais estariam em contraste com o modelo fordista-taylorista⁴/ tradicional. A flexibilidade do mercado de trabalho,

tomador de serviços”.

⁴ O advento do fordismo/taylorismo revela, que a empresa que muda radicalmente a organização da produção, para ser mais eficaz e adaptar-se à demanda, assume a liderança da indústria, conquistando fatias do mercado e se tornando dominante.

decorrente do processo de modernização produtiva, está, por sua vez, promovendo - para alguns autores - uma precarização do emprego através da terceirização, do subemprego, do aumento da jornada de trabalho, da redução de salários, da perda dos benefícios sociais, trazendo dificuldades de requalificação e, por consequência, um distanciamento do mercado formal de trabalho. Antunes (1999) analisa que a atual tendência do mercado de trabalho é reduzir o número de “trabalhadores centrais” e empregar cada vez mais uma força de trabalho que ingresse facilmente no mercado de trabalho e seja demitida sem custos.

A reestruturação produtiva - consequência em parte da crise capitalista global iniciada nos anos 1970 -, tem como referência inovações que já existiam nos anos de 1950, na produção industrial no Japão. Assim o Ocidente, foi surpreendido com a elevada produtividade e qualidade dos produtos, ficando conhecido mundialmente como “modelo japonês”. Segundo Robertt (2009), a reestruturação produtiva é resultante de um processo de reorganização da economia, que inclui maior internacionalização, deslocamento de empresas e mudanças técnicas e organizacionais (ROBERTT, 2009).

Desta forma, as empresas flexibilizaram seus contratos e, em muitos casos algumas funções existentes foram extintas da produção, porém sendo repassadas através de contratos, para outras empresas, trabalhadores temporários, e indivíduos sob a modalidade de empresa jurídica.

Destarte, as novas modalidades de contratos de trabalho, mais pontualmente, os contratos de Pessoa Jurídica, estão sendo cada vez mais praticadas e difundidas entre os trabalhadores e os empregadores. Surgindo assim, a necessidade que na sociologia do trabalho, se lance um novo olhar sob as trajetórias individuais dos trabalhadores e como sua chegada nessa modalidade contractual vai estar relacionada com a situação do trabalho e com a adesão ao ideal de perfil profissional. Diante de toda uma literatura empresarial sobre empreendedorismo e sobre a autonomia dos indivíduos pretende-se problematizar que essa possibilidade não é direta, que ela está associada a forma pela qual esses indivíduos chegaram a essa situação em termos mais autônomos ou em termos mais coercitivos e que justamente o capital cultural e econômico deles e toda sua trajetória social são decisivos para ver as suas variações. Assim sendo, o objeto desta pesquisa será o trabalhador com contrato de Pessoa Jurídica (PJ), e suas trajetórias que o conduziram a realizar essa forma de contrato, como via de acesso para sua realização econômica, pessoal

e profissional. O que conduz ao problema: quais são os diferentes capitais e disposições, que os indivíduos mobilizam na sua atividade como pessoa jurídica? Ou ainda, quais relações se verificam entre capitais e disposições e um determinado ideal de profissão independente ⁵na sua atividade como empresa individual? Concretamente, o problema de pesquisa consistirá em observar as relações estabelecidas no tema em pessoas que trabalham, em diversas atividades, com a modalidade de Pessoa Jurídica, na cidade de Pelotas e proximidades.

Particularidades entre: Autoempreendedorismo, MEI e Contrato de Pessoa Jurídica

É importante estabelecer as diferenças que cada uma dessas categorias contém, todas são formas de trabalho que estão presentes no cenário nacional. A opção por uma, ou outra, vai depender de vários fatores, pelos quais os indivíduos são levados em um determinado momento fazer essa opção.

O autoempreendedorismo, pode ser definido como uma forma de trabalho, onde os indivíduos buscam uma maneira de inserção social no mercado de trabalho, não mais na forma de emprego. Na maioria das vezes esse fato ocorre devido a própria realidade em que se encontra esse indivíduo, assim, ele pode buscar um trabalho por diversos fatores como: uma real necessidade de inclusão no mercado do trabalho; pode estar ligado a fatores individuais cognitivos de cada um, bem como oportunidades de inserção no mercado de trabalho, desempenho pessoal, etc.; subjetivos, estes mais ligados ao desejo consciente em realizar algo, projeções pessoais, perspicácia, etc.

De acordo com Rosenfield e Almeida (2014), pode-se definir como:

O autoempreendedorismo é aqui compreendido como uma forma de trabalho que não mais coincide com uma forma de emprego, embora possa ser definido como um tipo de autoemprego. Isto porque diz respeito à passagem do trabalhador à condição de autoempreendedor, de maneira que o contrato de trabalho dá lugar a

⁵ Ideal de profissão independente: para Florence Weber (2009), representa o trabalho “fora do trabalho”, ou seja o trabalho paralelo que segundo a autora: “pode ter dois significados: ou representa o início da colocação em prática de uma estratégia de Ascensão social via mobilidade social via mobilidade profissional, ou configura tão somente o prolongamento da bricole, manutenção sem futuro profissional de práticas anteriores à proletarianização” (FLORENCE WEBER, 2002, p.118).

um contrato de prestação de serviço ou oferta de um produto próprio, sem as proteções tradicionais do direito do trabalho e dos direitos sociais típicos de um cidadão hipossuficiente em uma relação assimétrica por definição – tal qual a do trabalho assalariado (ROSENFELD; ALMEIDA, 2014, p. 250).

Essa forma de inserção no mercado de trabalho sempre existiu, desta maneira, o autoempreendedorismo não é algo novo. O que realmente é inovador, é a forma de como vem sendo institucionalizada em nosso país. Nas últimas décadas o autoempreendedor vem obtendo um reconhecimento, tanto em relação a legalização do seu trabalho, ou com a relação simbólica, que pode ser constatada através da Micro Empresa Individual (MEI).

A MEI foi criada através de políticas públicas, tendo como objetivo principal, tirar da informalidade vários trabalhadores autônomos e prestadores de serviço, que se encontravam em segmentos informais e sem uma real valorização de suas atividades profissionais. Esses trabalhadores eram vistos pelo Estado, como trabalhadores irregulares, e sem nenhuma proteção social, jurídica e econômica. Através da MEI, esses trabalhadores deixam a invisibilidade, passando a terem direitos e deveres, semelhantes aos demais trabalhadores formais, obtendo uma visibilidade social, econômica e jurídica, com possibilidades reais de crescimento socioeconômica, podendo se auto-gerir e investir em sua própria qualificação profissional. Rosenfield e Almeida (2014) discorrem sobre a MEI ter como objetivo:

[...]prioritário encorajar a criação de novas empresas formais a fim de estimular a atividade econômica e formalizar empreendimentos informais já existentes, além de favorecer a formalização de trabalhadores autônomos e informais que não exerçam atividades de natureza intelectual, artística e cultural. Com esse intuito, o Estado brasileiro reduziu a carga fiscal e as formalidades burocráticas a fim de tornar mais atraente a articulação entre formalização individual e pagamento de impostos. A exoneração de impostos permite pagar tão somente um valor fixo mensal (ROSENFELD; ALMEIDA, 2014, p. 257).

Orbem (2015), traz um olhar sobre a forma jurídica das questões trabalhistas e dos “pejotas” (PJs), abordando a Jurisprudência, os Direitos do Trabalho e Direito Civil, e como essas novas formas de contratos estão sendo vistas e tratadas, conforme a nossa Legislação Trabalhista, contribuindo para uma reflexão sobre o surgimento das “novas” relações de

trabalho consideradas “atípicas”, em resposta às necessidades do mercado de trabalho, em decorrência da organização do trabalho e da nova ideologia do trabalho. No âmbito jurídico a Pejotização é vista como uma forma encontrada para burlar a lei. Desta forma, as empresas deixam de recolher para o estado contribuições, que conforme a autora relata que a pejotização:

[...]faz uso de um contrato de prestação de serviços de natureza civil para execução de serviços personalíssimos por meio de uma pessoa jurídica. Tal prática se apresenta como um contrato individualista, regido pelo Direito Civil, que transpassa a ideia da liberdade, da igualdade, da autonomia e da mobilidade, para que a pessoa se transforme em empresário de si mesmo. Uma relação de trabalho que se opõe as amarras da relação de emprego, as garantias, as proteções, a segurança, [...] (ORBEM, 2015 p. 15).

De acordo com Castro (2015) - que obteve dados em sua pesquisa com “pejotas” que atuam no setor TI - existem alguns passos a serem dados, para que um PJ possa ser contratado: ao ser contratado como PJ, a primeira coisa a ser feita é a abertura de uma empresa - todo processo dura em média até 6 meses⁶-, alguns optam em abrir uma microempresa individual no sistema simples⁷. A autora também relata que “Por trás desse padrão geral, há uma série de desdobramentos, relacionados a normas e regras não institucionalizadas formuladas pelas empresas e por arranjos e articulações postos em prática pelos trabalhadores” (CASTRO, 2015, p. 61).

Segundo a autora, muitas vezes a pessoa ao ser contratada como PJ, não possui uma empresa ou tem intenção de abri-la; as empresa em alguns casos, se responsabilizam pelos custos de abertura da empresa - mas nem sempre cumprem o combinado- assim, muitos optam por não abri-la; sem possuir uma empresa, um PJ recorre a compra de notas fiscais de outras empresas, para receber seus salários, esse mesmo fato ocorre quando o PJ espera pela abertura da empresa, e necessita receber o seu salário. Segundo Castro (2015), nenhuma destas “manobras”, são legais de acordo com o sistema tributário brasileiro,

⁶Tempo necessário para providenciar a documentação, registro na junta comercial, nas Receitas Federal e Estadual e na Prefeitura Municipal - todos com custos decorrentes de pagamentos de taxas- alguns utilizam os serviços de contadores, para execução deste processo (CASTRO, 2015, P. 60).

⁷Sistema Integrado de pagamento de Imposto e contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - criado pela Lei nº 9.317 de 1996, que no governo Lula, passou a ser chamado de Super Simples, cujo objetivo era estimular o empreendedorismo simplificando o recolhimento de tributos e facilitando a abertura de micro e pequenas empresas. Ficando o valor em média de 6% sobre o total da nota emitida para as empresas, ou seja, paga-se 6% de impostos sobre o valor total da renumeração combinada (CASTRO, 2015, p. 61).

porém, são bastantes utilizadas como forma de burlar os custos com o contador e com a abertura da empresa.

A flexibilidade como ancora dessas novas modalidades de trabalho

Segundo Boltanski e Chiapello (2009), a partir dos anos 1980, a principal estratégia lançada pelas empresas foi à *flexibilidade*, onde todas as incertezas do mercado foram transferidas para os assalariados, subcontratados e prestadores de serviços.

A flexibilidade, segundo os autores, se apresenta sob duas formas: flexibilidade interna: “[...], baseada na transformação profunda da organização do trabalho e das técnicas utilizadas (polivalência, autocontrole, desenvolvimento da autonomia etc.)” e a flexibilidade externa, que pode ser vista como: “[...] organização do trabalho em rede, na qual empresas "enxutas" encontram os recursos de que carecem por meio de abundante subcontratação e de uma mão de obra maleável em termos de emprego [...]” (BOLTANSKI; CHIAPELLO 2009, p. 240), onde os empregos se apresentam de várias formas, tais como: precários, temporários, trabalho autônomo. Por sua vez, no que se refere ao tempo trabalhado (horas), essas se classificam como: horas trabalhada ou jornada de trabalho, podendo ser realizadas através do tempo parcial, ou sob forma de horários variáveis.

Conforme Boltanski e Chiapello (2009), a terceirização, a subcontratação, os contratos temporários, e outras formas contratuais são as principais causas dessa precariedade, originando a diminuição dos empregos fixos, e o aumento do número de trabalhadores externos, fazendo elevar a taxa dos empregos terceirizados e o volume das atividades temporárias, flexibilizando os contratos de trabalho em relação às horas trabalhadas bem como o tempo de serviço, e até mesmo a contratação por tarefas. Os autores através de suas análises sobre essas transformações ocorridas na França, possibilitam uma contextualização com a realidade brasileira.

Rosenfield e Almeida (2014), colocam que entre os anos de 1960 e 1970 não existiam programas públicos de emprego e renda no Brasil, esses programas só foram entrar na agenda nos anos de 1980, por via de processo na elaboração da Constituinte realizada nesse período. Mas somente na década de 1990 que foi regulamentado, assim garantindo criação das políticas de emprego e renda. As autoras explicam que:

[...] o processo de reestruturação produtiva e modernização tecnológica levados a cabo nos anos 1980 e 1990, no Brasil, promoveu uma profunda reformulação dos padrões de produção, que incluíam tecnologias poupadoras de mão de obra e estratégias de externalização de partes da produção. [...] a grande novidade da década foi que, embora a produção aumentasse seu ritmo, o nível de emprego não respondia na mesma proporção. A outra via foi a do crescimento dos trabalhadores autônomos, aqueles por conta própria, donos de pequenos negócios, que passaram a engrossar as denominadas formas atípicas de trabalho. Estas mudanças suscitaram um debate sobre a necessidade de alargar o espectro das políticas, de forma que não só o mundo do emprego fosse contemplado, aceitando trabalhadores não vinculados ou não oriundos do mercado formal de trabalho (RODENFIELD; ALMEIDA, 2014, p. 255).

Segundo Robertt (2012), todas essas transformações no mundo do trabalho, apresentadas pelos autores Boltanski e Chiapello, seriam profundas e permanentes, bem como o aparecimento de novas categorias que surgiram não somente no intuito de ressaltar as mudanças técnicas e organizacionais que se procederam. Entre as novas noções que apareceram, estão as de “[...] de envolvimento, de novos regimes de competência ou de mobilização dos trabalhadores, de polivalência e de multifuncionalidade” (ROBERTT, 2012, p.96).

O autor ressalta, que para entender todas essas transformações é necessário compreender algumas questões, tais como: as transformações do capitalismo; o surgimento de um novo modelo de trabalhador, associado ao capitalismo cognitivo e a reestruturação do trabalho em esfera global. Tudo isso leva, à necessidade de uma reflexão sobre as características do trabalho atualmente (ROBERTT, 2012).

Para Robertt (2012), existem duas perspectivas, entre os diversos autores que traduzem as transformações do capitalismo e do trabalho: alguns “sustentam que o capitalismo é um fenômeno de longa duração” e está “associado ao advento da modernidade que teve um caráter mundializado desde seus inícios”; já “há quem considere que o capitalismo apresenta hoje uma dimensão global que se configura como uma nova realidade material e cognitiva” (ROBERTT, 2012, p. 97).

Todo discurso apresentado por alguns autores aqui citados, servem para o exercício de uma reflexão. Pode-se perceber, que as transformações ocorreram de forma tardia no Brasil, as mesmas se apresentaram em contextos diferentes das que ocorreram em outros

países, como foi aludido através de Boltanski e Chiapello no período francês. O Brasil por sua heterogeneidade cultural, social e econômica, apresentou, e vem apresentando uma diversidade de arranjos contratuais. Os mesmos são percebidos e demonstrados pelas autoras Rosenfield; Almeida, Castro e Orbem.

A presença do Estado pode ser alcançada através da regulamentação das novas modalidades, mesmo assim, ocorre uma variação da sua aplicação, tanto por parte do trabalhador, como também por parte das empresas. Esses fatores são explicados através da representação de cada categoria profissional.

Porém Bernard Lahire, nos oferece uma outra possibilidade de entender as ações individuais dentro de um mesmo contexto social.

Bernard Lahire e as ações dos indivíduos nos contextos sociais

Enquanto que para Bourdieu (1983) o indivíduo - quando faz parte de um conjunto - é definido como “agente social”, para Lahire (1997) é definido como “ator social”. Lahire propõe um modelo teórico, a partir da possibilidade de prever a forma de como os indivíduos podem se comportar em sociedade, através das influências sociais que são incorporadas ao longo de suas trajetórias.

A seguir recupera-se a visão do autor sobre o campo:

Los buenos conceptos sociológicos son aquellos que aumentan la imaginación científica y, al mismo tiempo, obligan a realizar tareas empíricas inéditas, actos de investigación que sin ellos el sociólogo jamás habría llegado a realizar. Considerado a partir de tal definición, sin lugar a dudas el concepto de campo es útil para la investigación sociológica. No obstante, puede resultar pertinente una parte de las propiedades que, según Pierre Bourdieu, caracterizan los campos (autonomía, relatividad, interés, libido, illusio, etc.) y ponerse de acuerdo en una parte de las exigencias teóricas requeridas para construir estos microcosmos sociales (modo de pensamiento realacional o estructural), sin por ello estar totalmente convencido de que dichas propiedades y exigencias sean propias más que de las configuraciones históricas que tal concepto designa, y de que la teoría de los campos agote la realidad de la diferenciación social (LAHIRE, 2005, p.29-30).

Para Lahire (1997), Bourdieu (1983) refere-se em seu conceito de habitus, que os indivíduos de acordo com seus gostos (estilo de vida, capitais adquiridos) pertencem a um

determinado campo. Assim o habitus é classificador e determina o pertencimento a uma determinada classe social. De acordo com Lahire (1997), isso pode ser útil para ilustrar modelos macrossociológicos, no momento que reúne propriedades mais ligadas a um determinado grupo social, porém, pode fornecer uma ideia errônea, a partir de que “[...] deixou de ter o estatuto de ilustração, mas que é tomado por um caso particular do real (LAHIRE,1997, p. 22).

Cada ator singular, apresenta uma realidade menos uniforme e não tão simples, sendo que nas investigações, quando são obtidos dados de um determinado grupo social - como os que medem as atitudes, propriedades, opiniões, etc.- não se fornece o que cada indivíduo, participante desse grupo ou categoria, ou até mesmo, uma parcela entre eles, possuem em sua maioria, ou totalidade destas propriedades.

Nesse sentido Lahire nos mostra, que mesmo entre os sociólogos, na maioria das vezes, não se busca na população estudada o ator (indivíduo) que pertence a uma determinada categoria em estudo. Isso leva ao autor indagar: “Que fazer dos atores que não combinam a totalidade das propriedades que caracterizam o grupo no seu conjunto? Operários não qualificados que leem muito mais do que era esperado e que vem subverter a problemática teórica [...]” (LAHIRE,1997, p. 22).

Quando Lahire (1997) descreve sobre a problemática teórica, está se referindo, à teoria concebida por Bourdieu, referente aos sistemas de disposições, onde o autor acrescenta:

O que é que prova que a subjetividade não funciona por simples empilhamento ou armazenamento de conhecimento e de experiências mais do que por síntese e unificação? Se o postulado (que deveria ser uma hipótese) de coerência e de homogeneidade dos diferentes tipos de experiências incorporadas (sob forma de esquemas) é, sem dúvida alguma, intelectualmente mais sedutor do que o da dispersão, da explosão ou da fragmentação generalizada (e devemos perguntar-nos quais são os fundamentos sociais do exercício de um tal poder de sedução), deve contudo, encontrar no trabalho empírico elementos de confirmação (LAHIRE,2002, p.23).

A visão de homogeneidade está presente também, para Lahire, nas pesquisas de História e Antropologia. Percebe-se isso quando antropólogos referem-se a tribos, sociedades, etc. por eles estudadas como sendo homogêneas, onde as situações encontradas são homólogas a todas as outras pesquisadas. Isso poderá levar à ideia que

seria possível “reconstruir, no estudo de uma só situação, um modelo reduzido ou a metáfora da sociedade no seu conjunto” (LAHIRE, 2002, p. 24).

Ao construir os perfis culturais individuais, o autor está propondo um trabalho em escala individual, onde é possível entender a posição do indivíduo em sociedade através de suas múltiplas influenciadoras sociais, as quais orientam as suas ações e escolhas. Em seu trabalho sobre os perfis culturais, Lahire (2004) leva-nos a pensar que nada é verdadeiramente oculto ao olhar comum, todos somos capazes de observar todas as variações e mudanças de atitudes ou de comportamento, contradições, suas ambivalências (tanto pessoais, como dos outros), onde o autor a respeito da “instituição sociológica” discorre:

[...] nenhuma posição social – fora a da instituição sociológica – dá a oportunidade de manter o olhar nessas variações permanentemente e de extrair daí todas as consequências lógicas e sociológicas necessárias em matéria de compreensão do social (LAHIRE, 2004, p. 102).

O autor coloca que uma categoria, ao obter um reconhecimento positivo dos direitos à ela associados ou a um grupo reivindicado, pode gerar um “encurrallamento monoidentitário indesejável”, ao mesmo tempo que, uma categorização ou agrupamento, idealizado pelo sociólogo na intenção de “apreender determinantes sociais”, poderá resultar um “freio ao conhecimento das complexidades sociais” (LAHIRE, 2004, p. 107).

Lahire (2004) esclarece também, que a Sociologia em escala individual, por ele proposta, não tem como principal objetivo ater-se somente aos casos estatisticamente atípicos e improváveis. Além disso, não se deve criticar o programa de pesquisa que: “evita restringir-se ao estudo, interessante mais secundário, e mesmo marginal, de exceções estatísticas” (LAHIRE, 2004, p. 119). Ou seja, em quaisquer que sejam seus comportamentos, o indivíduo, até mesmo aquele mais ajustado à cultura do seu grupo, ir-se-á encontrar, em algum momento, do lado das margens estatísticas, das exceções, tendo o seu comportamento igualado à maioria de qualquer membro de um outro grupo. Quando um sociólogo despreza as margens ou as exceções estatísticas, ocorre uma perda não somente das bordas do quadro, como também do quadro na sua totalidade (LAHIRE, 2004, p. 119).

Sendo assim, a singularidade individual e as exceções estatísticas, ambas encontradas com frequência nas estatísticas, não possuem nada de excepcional, e conforme o autor nos descreve:

[...] elas são o que há de mais comum e, no fim das contas, afetam a quase totalidade dos indivíduos que compõem os diferentes grupos. Ao constatar estatisticamente o caráter geral da singularidade cultural (relativa) de casos individuais, o sociólogo pode afirmar que essa singularidade possui pelo menos uma das grandes propriedades do fato social segundo Durkheim, isto é, o fato deve ser “geral em toda a sua extensão de uma sociedade dada” (LAHIRE, 2004, p. 119).

O autor mostra que as pesquisas estatísticas podem revelar uma realidade não tão conclusiva como pode parecer em um primeiro olhar. Estatisticamente é possível chegar a uma equivalência, por exemplo, entre algumas famílias, e as que se encontrarem nas mesmas linhas, ou nas mesmas colunas de quadros estatísticos (semelhanças do ponto de vista estatístico: capital escolar, capital econômico). Contudo, essa equivalência pode desaparecer ou diminuir, sensivelmente, se mudarmos o foco para os casos particulares, ou seja, para a singularidade de qualquer caso, no momento em que se consideram, as coisas no detalhe.

Nesse momento o sociólogo irá mostrar: “[...] aquilo que os modelos teóricos fundados no conhecimento estatístico e na linguagem das variáveis ignoravam ou pressupunham: as práticas e as formas de relações sociais que conduzem ao processo de “fracasso” ou de “sucesso”” (LAHIRE, 1997, p. 32).

Segundo Lahire (1997, p.32), quando lidamos com seres sociais, estabelecer um “elo” entre os capitais (econômico, cultural, social, político, etc.) ou qualquer outro tipo de recurso e os desempenhos ou situações, por exemplo escolares, poderá ser expresso somente através de metáforas. O autor completa que:

Não se trata de capitais que circulam, mas seres sociais que, nas relações de interdependência e em situações singulares, fazem circular ou não, podem “transmitir” ou não, as suas propriedades sociais. Dessa forma, nunca devemos esquecer que estamos diante de seres sociais concretos que entram em relações de interdependência específicas, e não “variáveis” ou “fatores” que agem na realidade social (LAHIRE, 1997. p.32-33).

O autor ao propor que devemos levar em consideração os seres sociais em relações de situações singulares, e não serem vistos somente como atores pertencentes a um

determinado campo, se afasta nesse ponto de Bourdieu. Para Lahire (1997, p. 33), a teoria dos campos não demonstra interesse com a vida fora do campo, onde se encontram os agentes, e que lutam dentro desse campo. Nessa teoria, indivíduos, práticas, interações, etc., podem ou não constituir um campo. Lahire (1997, p. 33) descreve:

Ao construir contextos mais restritos, somos logicamente levados-se não quisermos passar ao largo daquilo que constitui a grande parte da riqueza dos materiais que a pesquisa produz – a desconstruir as realidades que os indicadores objetivos nos propõem, a heterogeneizar o que havia sido, forçosamente, homogeneizado em uma outra construção do objeto.

Em sua obra *Retratos Sociológicos: disposições e variações individuais*, Lahire (2004) retrata a necessidade ou “ausência” de trabalhos que incluam os indivíduos em diversos cenários. O autor questiona os sociólogos que se interessam menos pelo ator que “age” do que pela “ação” como tal, independente da história que esse ator efetuou. Esses são nomeados como sociólogos do ator “sem passado”. Por sua vez, Lahire (2004, p. 23) argumenta que: “As novas regras do método sociológico” exigem que o sociólogo sempre se mantenha o mais próximo possível das formulações e interpretações dos atores, acrescentando em relação as “novas regras”: “ainda que, em última análise, todas elas visam a subordinar a relação do pesquisador à dos atores”.

Aplicação do dispositivo metodológico de acordo com Lahire

Conforme a literatura que trata sobre empreendedorismo e autonomia, é possível constatar que essa possibilidade não é direta, que estaria associada à maneira em que cada indivíduo aderiu a essa atividade. O argumento das hipóteses, é que existem dois grupos mais visíveis que estão presentes na modalidade de Pessoa Jurídica. O primeiro grupo, são os que chegam a essa modalidade de emprego de forma autônoma; enquanto que o segundo grupo é composto pelos indivíduos que são levados de forma coercitiva a tomar essa decisão.

Com base nesses argumentos, busca-se através da metodologia criada por Bernard Lahire – que está presente em seu livro “*Retratos Sociológicos*” – aplicar esse dispositivo que tem como objetivo principal julgar em que medida algumas disposições sociais são ou não transferíveis de uma situação para outra, desta forma permitindo medir o grau de

heterogeneidade ou homogeneidade das disposições, essas disposições são incorporadas pelos atores sociais ao longo de suas trajetórias de vida. Ele parte das questões teóricas e metodológicas e as trabalha de forma reflexiva, além de se utilizar da repetição das entrevistas com o mesmo entrevistado.

Os entrevistados para este trabalho, estão sendo escolhidos de acordo com a disponibilidade- repetir por 2 vezes - para aplicação dessa metodologia. São trabalhadores que se encontram em contrato de PJs, todos localizados na metade sul do Rio Grande do Sul: são dois corretores de imóveis da cidade de Bagé-RS; um engenheiro da construção civil e metalurgia, de Pelotas-RS; dois trabalhadores – a serem contatados – da indústria naval da cidade de Rio Grande-RS e uma funcionária de uma indústria da cidade de Pelotas. A princípio serão 6 (seis) trabalhadores. Serão feitas anotações etnográficas, onde de acordo com o modelo de Lahire, consiste em anotações e observações, buscando entender as trajetórias sociais desses atores sociais, que não podem ser compreendidas fora desta perspectiva, onde procura-se encontrar o sentido que esses trabalhadores conferem as suas ações.

Considerações e Conclusões Provisórias

Ao utilizar-se uma metodologia “inovadora” - na sociologia do Trabalho – busca-se uma forma diferente de análise em relação aos diversos trabalhos que vem sendo realizados. Uma nova forma de olhar o trabalhador (ator social), não que as outras formas de abordagens sobre essa temática apresentem falhas, ou não respondam a realidade social. É um novo olhar, que busca apreender a variação social dos comportamentos dos trabalhadores (indivíduos), segundo os contextos de suas ações, oportunizando uma contextualização e comparação entre comportamentos. De acordo com Bernard Lahire, os trabalhos em escala individual do social possibilitam definir o indivíduo como uma realidade social, decorrentes de sua realidade, contextos e disposições, onde “ele” - em determinados cenários – insere sua ação. Consiste em estudar o mesmo indivíduo em seus diferentes contextos, suas ações no mundo social, onde cada indivíduo diferencia-se dos outros indivíduos, assim sendo, este trabalho pretende olhar o indivíduo (trabalhador) e analisar a sua trajetória social, que culminou com sua opção por se tornar um PJ, ao mesmo

tempo, comparar com outras trajetórias de PJs, assim contextualizando e comparando- as entre si.

De acordo com os autores aqui citados, podemos perceber que o contrato de Pessoa Jurídica tem sua regularização junto aos órgãos competentes e ao Estado de direito. Pode-se também verificar, que essa forma de contrato, também é utilizada para forjar outras situações diferentes das previstas na lei que regulamenta essa atividade. A terceirização no Brasil está cada vez mais presente, existindo uma linha tênue entre os trabalhadores formais e informais, onde na maioria das vezes, não depende somente do trabalhador a escolha da sua forma de contrato. A informalidade e a formalidade do trabalho desde sempre estiveram presentes no nosso país, representando um papel importante na nossa economia, a flexibilização foi uma característica presente nas relações de trabalho, porém para os trabalhadores mais qualificados, a escolha sempre foi em manter vínculos mais estáveis, optando por contratos regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

Desta forma, através dos primeiros contatos com os informantes (trabalhadores) para as entrevistas deste trabalho, pode-se concluir que: os PJs são trabalhadores qualificados, assim, o estudo sobre suas trajetórias individuais, podem apontar os fatores que foram determinantes para escolha desta modalidade de contrato. Ainda será possível aferir se, o ideal de profissional independente é uma escolha, ou foi forjado em algum momento de sua trajetória sócio profissional; se o contexto do mercado de trabalho, contribuiu para uma adesão coercitiva – para se manter no mercado de trabalho –, ou foi por iniciativa autônoma, buscando maior liberdade de horários, maiores ganhos, possibilidades de crescimento profissional.

Conforme foi citado a priori, este trabalho encontra-se em construção, os dados aqui descritos tem como base uma revisão de literatura, artigos, etc., também são frutos de uma pesquisa exploratória (referente a utilização da metodologia de Lahire), e algumas informações obtidas na fase inicial das entrevistas.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho** – Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo, Ed. Boitempo, 1999.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Éve. **O Novo Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Trad. Jeni Vaitsman, Rio de Janeiro. Marco Zero, 1983.

CASTRO, Bárbara. **A Gestão Informal de Contratos Atípicos: o caso dos PJs do setor de TI**. In: ARAÚJO, A.; NUNES, J. (Org). Trabalho, Trajetórias e Identidades. São Paulo, Annablume, 2015. p. 57-71.

LAHIRE, Bernard. **Sucesso escolar nos meios populares: razão do improvável**. São Paulo, Palas Athena, 1997.

_____ **O Homem plural. Os determinantes da ação**. Petrópolis, Vozes, 2002.

_____ **Retratos Sociológicos: disposições e variações individuais**. Porto Alegre, Artmed, 2004.

_____ **A Cultura dos Indivíduos**. Porto Alegre, RS. Artmed, 2004.

_____ **A Cultura dos Indivíduos**. Porto Alegre, RS. Artmed, 2004.

_____ Patrimônios individuais de disposições. Para uma sociologia a escala individual. **Sociologia, Problemas e Práticas**. 2005.

_____ **El trabajo sociológico de Pierre Bourdieu: deudas y críticas**. LAHIRE, B. (org). Buenos Aires, Argentina. Siglo XXI, 2005.

ORBEM, Juliani. **A construção Sociojurídica da Pejotização e o espírito do capitalismo**. 2015.194 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

ROBERTT, Pedro. **Trabalho e reestruturação produtiva: entre lutas e negociações**. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária, 2009.

_____ **O Trabalho de Uma Época de Pós-Reestruturação**. In: RODRIGUES, L.; SPOLLE, M. (Org). Sociologia: Conexões Pertinentes. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária, 2012. P. 95-113.

ROSENFELD, Cinara; ALMEIDA, Marilis. Contratualização das Relações de Trabalho: embaralhando conceitos canônicos da sociologia do trabalho. **Revista Ciências Sociais Política % Trabalho: Bahia**, nº 41, p. 249-276, out/2014.

WEBER, Florence. **Trabalho Fora do Trabalho: Uma etnografia das percepções**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

A autonomia da vontade nas relações coletivas de trabalho: a percepção do campo jurídico, campo sindical e campo simbólico

Rubens Soares Velhinho

Boletim do FMI, de 23 de maio de 1994: [...] Uma flexibilidade aumentada do mercado de trabalho – a despeito de sua má reputação, já que a expressão é um eufemismo que remete a reduções de salários e demissões – é essencial para todas as regiões que empreendem reformas em profundidade. Os governos europeus não devem deixar que os temores suscitados pelas consequências de sua ação sobre a distribuição de renda os impeçam de lançar-se com audácia numa reforma profunda dos mercados de trabalho. A flexibilização destes últimos passa pela mudança do seguro-desemprego, do salário mínimo legal e das disposições que protegem o emprego (FORRESTER, 1997, p. 93).

Introdução

Neste artigo será discutido o papel do sindicato na defesa dos direitos dos trabalhadores e dos direitos sociais em função do desmantelamento da proteção social por parte do Estado. A participação do sindicato passa por sua inserção social na vida institucional, via diálogo social tripartite e negociação coletiva. Porque a partir do final dos anos 80, inúmeras iniciativas de promover a modernização e adequação da legislação trabalhista e sindical ao cenário em que prevalece a globalização¹ da economia e o receituário neoliberal² apontam para a diminuição da intervenção do Estado. Estas propostas têm sido amplamente discutidas entre trabalhadores, empresários e representantes do Estado gerando pontos de convergência e de divergência.

¹É um processo no qual a vida social nas sociedades é cada vez mais afetada por influências internacionais com origem em praticamente tudo, de lações políticos e de comércio exterior à música, estilos de vestir e meios de comunicação de massa comuns a vários países. JOHNSON, Allan G. Dicionário de Sociologia. Rio de Janeiro: Zahar, 1997, p. 117.

²Aqui se entenda o conjunto de princípios ordenados para o ajuste estrutural do mercado, que consiste basicamente nas seguintes regras básicas: liberalização do mercado e do sistema financeiro, fixação dos preços pelo mercado, fim da inflação (“estabilidade macroeconômica”) e privatizações (CHOMSKY, 2006).

O Estado passou a dialogar com representantes de entidades empresariais e entidades sindicais como forma de construir uma agenda social que contemple a ambos. Estas iniciativas objetivam a construção de espaços de concertação social, baseados em experiências europeias e da América Latina, com o intuito de construir consensos, compatibilizar o crescimento econômico e da produção com distribuição de renda, justiça social e defesa da empregabilidade.

Esse processo de diálogo tem sido pautado por relações tensas, pois os empresários almejam dentre suas expectativas, alterar a legislação trabalhista a fim de modernizá-la. E dessa forma torna-la compatível com as atuais exigências do mercado que permita a redução de custos trabalhistas e ganho de competitividade frente às empresas de outros países, garantindo a manutenção de postos de trabalho. Já os trabalhadores e suas lideranças sindicais enxergam nestas medidas de flexibilizando e/ou desregulamentação dos direitos trabalhistas, a instauração da precarização de direitos conquistados no decorrer do tempo. Todavia, a Central Única dos Trabalhadores e os empresários enxergam na negociação coletiva de trabalho um instrumento adequado de composição entre o capital e o trabalho, na medida em que ela possibilita a adequação da legislação trabalhista à conjuntura socioeconômica.

Para analisar como os trabalhadores e seus respectivos representantes sindicais enxergam as relações coletivas de trabalho, escolheu-se como referente empírico a CUT. Tal escolha deve-se ao fato de ser esta a maior e mais representativa das centrais sindicais brasileiras³. O foco da pesquisa é direcionado às iniciativas e manifestações que buscam fortalecer a negociação coletiva com o condão de prevalecer o negociado sobre o legislado:

³Cf. Lei 11.648 de 31/03/2008. As centrais sindicais para ter o seu reconhecimento junto ao Ministério do Trabalho e Emprego elas precisam cumprir os seguintes requisitos: contar com a filiação de, no mínimo, cem sindicatos distribuídos nas cinco regiões do País; que a filiação em pelo menos três regiões do País de, no mínimo, vinte sindicatos em cada uma; a filiação de sindicatos em, no mínimo, cinco setores de atividade econômica; e a filiação de sindicatos que representem, no mínimo, sete por cento do total de empregados sindicalizados em âmbito nacional.

os PLs 5.483/2001⁴, 1.463/2011⁵, 4.193/2012⁶ e 8.294/14⁷, o Anteprojeto do ACE⁸ (controvertido) apresentado pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, filiado a CUT, a Medida Provisória do Programa de Proteção ao Emprego⁹, os dois acórdãos¹⁰ do STF e um do TST¹¹, “As 101 Propostas” da Confederação Nacional das Indústrias¹² e o Documento “Uma ponte para o futuro” da Fundação Ulysses Guimarães¹³ vinculada ao PMDB. Porque segundo alguns juristas e sociólogos estas iniciativas objetivam flexibilizar a lei mediante

⁴Altera o art. 618 da CLT, flexibilizando-a quando os direitos nela assegurados não estiverem contidos em convenção ou acordo coletivo. Disponível em: <http://www.diap.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6007:criticas-iniciais-ao-projeto-de-lei-n-5483-de-2001-do-poder-executivo&catid=46&Itemid=207>. Acesso em: 11 de Nov. 2015.

⁵Institui o Código do Trabalho, prevendo a adoção da prevalência do negociado sobre o legislado, como forma de flexibilizar, sendo garantidos os direitos mínimos. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=504200>>. Acesso em 28 de Nov. 2015.

⁶Altera a redação do art. 611 da CLT, para dispor sobre a eficácia das convenções e acordos coletivos de trabalho. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1012271&filename=PL+4193/2012>. Acesso em: 11 de Nov. 2015.

⁷Acrescenta parágrafo único ao art. 444 da CLT assegurando a livre estipulação das relações contratuais de trabalho, desde que “I – o empregado for portador de diploma de nível superior e perceber salário mensal igual ou superior a duas vezes o limite máximo do salário-de-contribuição da previdência social; ou II – o empregado, independentemente do nível de escolaridade, perceber salário mensal igual ou superior a três vezes o limite máximo do salário-de-contribuição da previdência social”. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=858732>>. Acesso em: 28 de Nov. 2015.

⁸Garante ao sindicato profissional, habilitado pelo MTE e a uma empresa do setor econômico correspondente, estipular, com segurança jurídica, condições específicas de trabalho. Disponível em: <http://www.smabc.org.br/Interag/temp_img/%7B016A7A92-EDB2-48D8-8734-F9C3617D2E1A

[/7D_cartilha_ace_v4_nova.pdf](http://www.smabc.org.br/Interag/temp_img/%7B016A7A92-EDB2-48D8-8734-F9C3617D2E1A)>. Acesso em: 12 de Nov. 2015.

⁹Medida Provisória 680/2015, convertida na lei 13.189 de 19/11/2015. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos2015-2018/2015/Lei/L13189.htm>. Acesso em: 06 de Abr. 2016. Acontece que quando da análise da MP pela Comissão Mista da Câmara dos Deputados, foi aprovada emenda objetivando fazer prevalecer o negociado sobre o legislado. Disponível em <http://www.diap.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=25565:prevalencia-do-negotiado-sobre-o-legislado-o-que-fazer&catid=45&Itemid=204>. Acesso em: 06 de Abr. 2016.

¹⁰Repercussão geral no Recurso Extraordinário, Agravo nº 647.651/SP, em 1º de agosto de 2012, reconhecendo a necessidade de negociação coletiva no caso de demissão coletiva. Disponível em <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudenciarepercussao/verPronunciamento.asp?pronunciamento=4077977>. Acesso em: 06 de Abr. 2016. E a decisão do Pleno do STF, com repercussão geral, reconhecendo que é válida a cláusula que dá quitação ampla e irrestrita de todas as parcelas decorrentes do contrato de emprego, mediante PDI ou PDV regulado mediante acordo coletivo. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=290618>>. Acesso em: 12 de Nov. 2015.

¹¹Acórdão da Seção Especializada em Dissídios Coletivos do TST no ED-RODC-30900-12.2009.5.15.0000, em 04/09/2009, determinando a necessidade de negociação coletiva no caso de demissão coletiva. Disponível em <<http://tst.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/5353045/recurso-ordinario-em-dissidio-coletivo-rod-309001220095150000-30900-1220095150000>>. Acesso em: 06 de Abr. 2016.

¹²Documento elaborado pela CNI com o objetivo discutir e apresentar sugestões de como diminuir ou eliminar a rigidez da legislação trabalhista, o excesso de burocracia e de obrigações e a insegurança jurídica. Disponível em <<http://www.portaldaindustria.com.br/cni/imprensa/2012/12/1,8640/cni-propoe-101-medidas-para-modernizar-relacoes-trabalhistas-incluindo-fim-de-norma-criada-para-ferroviarios-nos-anos-30.html>>. Acesso em: 11 de Nov. 2015.

¹³Documento datado de 29/10/2015 propondo as convenções coletivas prevaleçam sobre a lei, salvo quanto aos direitos básicos.” Disponível em: <<http://www.fundacaoulysses.org.br/>>. Acesso em 28 de Nov. 2015.

negociação coletiva que assegure a prevalência do negociado sobre o legislado, inclusive a do ACE.

No que diz respeito aos caminhos metodológicos seguidos, em primeiro lugar, trata-se aqui de uma pesquisa qualitativa. Para tal, lançou-se mão de pesquisa bibliográfica da literatura jurídica e sociológica relacionada aos estudos do mundo do trabalho e de pesquisa documental, na qual oradores representando os mais diversos grupos de interesse manifestaram suas posições sobre o tema: no seminário¹⁴ referente ao PL 5.483/2001 e na audiência pública¹⁵ referente ao PL 4.193/2012 na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados. A esse respeito, lançou-se mão da técnica da análise de conteúdo, procurando identificar termos recorrentes nas falas dos atores sociais que permitissem constatar pontos de divergência e convergência.

Dessa forma, os objetivos desta pesquisa são compreender como a CUT, principal central sindical brasileira, tem tratado o tema da negociação coletiva para regular as relações de trabalho no Brasil e como um dos principais interlocutores. E como as demais centrais sindicais, o Judiciário Trabalhista, o Ministério do Trabalho e Previdência Social, o Ministério Público do Trabalho e os representantes patronais alinham-se ou distanciam-se de sua posição.

A regulação das relações de trabalho e da legislação sindical

O modelo de regulação adotado pelo Brasil é o legislado, como forma de o Estado garantir uma cobertura social e uma rede de proteção aos trabalhadores, conforme sustentado pela Escola da Regulação Francesa. Conforme Boyer (2009) e Lipietz (1991) essa iniciativa passa a considerar o assalariamento como a regra das relações de trabalho. Todavia, Ruy Braga (2003) afirma que a Escola da Regulação caracteriza-se como uma corrente reformista que aposta na colaboração de classe (pacto salarial) como forma de produzir um novo equilíbrio no pós-fordismo.

¹⁴Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados. Evento: Seminário nº: 001328/01 Data: 13/11/01, Início: 9h37min, Término: 14h56min, Duração: 5h19min. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ctasp/documentos/notas-taquigraficas/nt13112001.pdf>>. Acesso em: 05 de Mar. 2016.

¹⁵Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados. Evento: Audiência Pública. Reunião nº: 2.140/2013. Data: 3/12/2013. Local: Plenário 14 das Comissões. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas_sociais/140930_bps22_cap6.pdf>. Acesso em: 11 de Mar. 2015.

Antes do governo Vargas (1930), houve algumas legislações esparsas tratando das relações de trabalho como, por exemplo, o decreto legislativo 1.637¹⁶ e a lei Eloy Chaves¹⁷. Com a chegada de Vargas ao poder, amparado na ideologia, dá-se início a regulamentação pública das relações de trabalho e da legislação sindical, de forma mais sistemática. O ponto de partida foi a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, tendo Lindolfo Collor como Ministro do Trabalho (1930-1932). Posteriormente, veio o decreto-lei de 1939 de influência da Carta Del Lavoro (1927)¹⁸, que posteriormente foi incorporado a CLT. De acordo com Arouca (2013), o impacto da ideologia corporativista compartilhada pelo trabalhismo, objetivava inibir a autonomia e liberdade sindical por meio da unicidade sindical compulsória¹⁹.

A CLT (1943) influenciada pela Encíclica Rerum Novarum (1891)²⁰ contém mecanismos e repertórios de ativação que inibem o sistema capitalista, agindo como espaço de controle contra excessos por parte do capital. O antídoto está no princípio protetivo do trabalhador, considerando os direitos dos trabalhadores como de ordem pública, irrenunciáveis e indisponíveis. A Era Vargas foi decisiva na construção do modelo corporativista, legislado e não contratual que está cediço na CLT. É por isso que até hoje debate-se se as legislações trabalhistas e sindicais decorreram de dádiva varguista ou resultado de lutas por parte dos trabalhadores, ao que Paranhos (1999) denomina como roubo da fala e em mito da doação e French (2001) em consenso corporativista. Santos (1979) entende que a regulação estatal experimentada no Brasil produziu uma cidadania regulada e não a cidadania social, pois a cidadania conferida aos trabalhadores deu-se como promessa de inserção social. Baylos (1999) sustenta que os direitos dos trabalhadores não se convertem num “direito do capitalismo, mas o direito que põe limites ao sistema

¹⁶Decreto legislativo de 05 de janeiro de 1907 que regulamentou a sindicalização de todas as profissões (BIAVASCHI, Magda Barros. O Direito do Trabalho no Brasil – 1930- 1942: a construção do sujeito de direitos trabalhistas. São Paulo: LTr : Jutra – Associação Luso-Brasileira de Juristas do Trabalho, 2007, p. 202).

¹⁷Lei 4.682 de 24 de janeiro de 1923 e que previu a criação de caixas de aposentadoria e pensão para os trabalhadores vinculados as empresas de viação férrea. Esta legislação também previu a proteção dos trabalhadores em caso de acidentes de trabalho e a estabilidade decenal (*Ibid*, p. 203).

¹⁸Documento referente ao Estado fascista italiano e que primava pela intervenção estatal nos movimentos sociais como forma de controla-los. Isso explica porque os sindicatos brasileiros até hoje são chancelados pelo Estado, como por exemplo, a obrigatoriedade de registro sindical junto ao MPTS e a contribuição sindical compulsória.

¹⁹Imposta por lei, na Constituição Federal, artigo 8º, inciso II e na Consolidação das Leis do Trabalho, artigo 511 e o enquadramento sindical estabelecido no artigo 577. Ou seja, só poderá existir um único sindicato na mesma base territorial e em área não inferior a de um Município.

²⁰Escrita pelo Papa Leão XIII como reação da Igreja Católica ao avanço do modelo socialista, dando como resposta a necessidade dos Estados-nações combaterem aos problemas sociais, dando um caráter mais humano as relações entre capital e trabalho.

capitalista” (*Ibid*, p. 69). Conforme French (2001) os trabalhadores brasileiros são “afogados em leis”, uma vez que o trabalhador para garantir seus direitos tem que ir a Justiça do Trabalho. Por isso Cardoso e Lage (2007) falam em relações de classe juridificadas e judicializadas.

A modernização da legislação do trabalho e sindical: a crise do modelo regulado público

Com a reestruturação produtiva e sob o impacto do neoliberalismo e da globalização, as relações de trabalho tornaram-se contingentes e precárias. O debate, desde então, será se as medidas de modernização das relações de trabalho irão significar flexibilização de adaptação ou um flexibilização de desregulamentação. Cardoso e Lage (2007) advertem que foi a partir da atual Constituição que a flexibilização de direitos trabalhistas pode ocorrer na hipótese de redução salarial e de redução da jornada de trabalho²¹. Ou seja, apesar dos direitos trabalhistas ganharem *status* constitucional, mesmo assim passam a surgir algumas exceções reguladas em lei²². E a regulação das relações de trabalho por lei ou instrumentos coletivos de trabalho²³ passa a dividir espaço com a regulação por súmulas²⁴ dos Tribunais Regionais do Trabalho²⁵ e do Tribunal Superior do Trabalho²⁶. Essas súmulas têm como papel reinterpretar a lei considerando de acordo com a realidade sócio jurídica das relações de trabalho.

Como forma de readequar as relações de trabalho a essa realidade, Robortella (1994) e Romita (s/ano) defendem que o Direito do Trabalho de hoje não guarda qualquer relação com aquele existente nos primeiros cinquenta anos do século XX, pois o perfil do

²¹Artigo 7º, incisos VI e XIII.

²²“1) a compensação de horários dentro dos limites constitucionais; 2) a redução de jornada de trabalho; 3) a exclusão ou inclusão do tempo in itinere em jornada; 4) a jornada de tempo parcial; 5) o número de horas extras compensáveis; 6) a condição de gerentes e exercentes de cargos de confiança; 7) a duração dos intervalos; 8) os dias de concessão nos quais recairá o repouso semanal; 9) o período que se caracteriza como noturno; 10) o percentual do adicional noturno; 11) a forma de marcação de ponto; 13) o contrato por prazo determinado.” ROSA, 2003, s/número).

²³Acordos e convenções de trabalho, dissídios coletivos.

²⁴São decisões reiteradas com interpretações uniformes sobre determinado direito previsto em lei.

²⁵São vinte e quatro TRTs em todo o Brasil, sendo um por estado, exceto São Paulo que está dividido com o TRT de Campinas. Os TRTs vem a ser a segunda instância de tramitação do processo trabalhista.

²⁶O TST, com sede em Brasília-DF e jurisdição em todo o território nacional, é órgão de cúpula da Justiça do Trabalho nos termos do artigo III, inciso I, da Constituição da República, cuja função precípua consiste em uniformizar a jurisprudência trabalhista brasileira. Ele é composto por vinte e sete Ministros, com mais de 30 anos de idade e menos de sessenta e cinco anos, no momento de suas nomeações. Nesta composição existem membros da advocacia, Ministério Público do Trabalho e Magistratura Trabalhista. Disponível em <<http://www.tst.jus.br/institucional>>. Acesso em: 05 de Fev. 2016.

trabalhado (*ethos*) mudou. Diante dessa constatação os dois autores defendem a maior flexibilidade dos direitos trabalhistas e a possibilidade de empregadores e trabalhadores, sem a participação do Estado, estabelecerem relações de trabalho de forma diversa ao estratificado em lei. Dessa forma surgem oposições entre o princípio da proteção e o princípio da flexibilização ou entre o princípio autoritário e corporativista e o princípio da democracia. Para tanto, os dois autores propõem o afastamento do princípio da proteção em benefício do princípio da liberdade de trabalho.

Murilo Carvalho Sampaio Oliveira (2009), por sua vez, se contrapõe à defesa dos dois autores de que a saída está na viragem ontológica do Direito do Trabalho, não mais importando a defesa do trabalhador e, sim, do emprego. Para ele, a crise da subordinação e o embate antagônico entre as correntes flexibilista e protecionista, tornam necessário uma nova forma de conceber e aplicar o princípio da proteção, com o reforço assegurado pelos princípios constitucionais trabalhistas. O papel assegurado ao Direito do Trabalho é de regular as relações de trabalho, tendo no seu viés protetivo o antídoto contra a flexibilização dos direitos do trabalhador e a precarização das condições de trabalho.

Baylos (1999) sustenta que cabe aos sindicatos mediar a crise, seja econômica e/ou social, e isso pode se concretizar pela concertação social que vem a ser “processos decisórios complexos que configuram um sistema centralizado de co-decisão trilateral através de consultas e acordos, com efeitos normativos” (*Ibid*, p. 82). O autor defende que o sindicato busque ampliar sua influência para além da sua categoria e com isso, tenha o poder de influenciar demandas sociais, econômicas e políticas e dessa forma se constituir “como um instrumento de canalização e pacificação social” (*Ibid*, p. 82). Campero *et al* (1984) acompanha esse entendimento sustentando que a melhor forma dos sindicatos estabelecerem estratégias em momentos de crise consiste em reinventar suas formas de atuação a fim de lhes garantir o protagonismo: “Parece, então, claro que cumpre ao sindicalismo partir para a identificação de uma estratégia ativa que o insira, com capacidade de influência, na nova realidade” (CAMPERO *et al*, 1994, p.80).

Negociação coletiva e a prevalência do negociado sobre o legislado: um exercício de alteridade sindical

A negociação coletiva tem sua origem no movimento socialista fabiano na Inglaterra (1883). Nasar (2012), Gorostiza (2003) e OIT (2011) fazem menção à importância da sociedade fabiana e do casal Sidney e Beatrice Webb na liderança do movimento sindical, como forma de organizar estratégias de mobilização capazes de obter conquistas trabalhistas. O grupo dos fabianos tinha como membros mais exponenciais Sidney e Webb e George Bernard Shaw, e posteriormente, passou a contar também com Beatrice Webb. Este grupo também vislumbrava dar fim às injustiças econômicas e sociais, defendendo a ideia de que a transição do capitalismo para o socialismo poderia ser realizada por meio de pequenas e progressivas reformas.

A intenção dos fabianos seria “introduzir gradualmente o socialismo impregnando toda a existência das forças da sociedade com ideais e princípios coletivistas” (NASAR, 2012, p. 142). Avessos à institucionalidade partidária propugnavam mudanças graduais, tiveram papel importante na formação do movimento trabalhista britânico. Embora, ao longo do tempo, o movimento sindical tenha passado a enxergá-los como incentivadores de práticas paternalistas em favor dos trabalhadores.

Dessa forma a negociação coletiva converteu-se num instrumento importante de interlocução entre sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais em todas as partes do mundo capitalista. Aqui no Brasil, a CUT a partir da sua fundação buscou introduzir iniciativas para empoderar a negociação coletiva de trabalho, tendo como primeira experiência a Câmara Setorial. No início dos anos 90, por iniciativa de Vicentinho, então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, dirigiu-se até a matriz da Ford em São Bernardo do Campo para construir junto com a representação da empresa uma saída viável capaz de evitar o desemprego em massa. E posteriormente, a mesma central sindical tentou introduzir o contrato coletivo que de acordo com Siqueira Neto (1991) teria como finalidade ser instrumento adequado de concertação entre o capital e o trabalho contando com a exigência de atores sociais legitimamente representativos dos seus grupos. Adalberto Cardoso (2003) enxergou nessa última proposta, a possibilidade da prevalência do negociado sobre o legislado, lembrando

que ela representou no setor automotivo “importantes inovações nas relações trabalhistas” (CARDOSO, 2003, p. 52), apesar de expressar:

Alguém já disse que é da natureza dos bons acordos que todos saiam perdendo. No mundo globalizado, o contrato coletivo livremente negociado, flexível e passível de revisão sempre que o interesse mais forte for contrariado, é a panaceia para o mal dos acordos congressuais: no mercado, longe das incertezas do jogo político, o mais forte pode sair ganhando sempre. Em nome da eficiência (*Ibid*, p. 98).

Portanto, cada vez ficava mais claro que pelo menos algumas mudanças seriam necessárias nas relações de trabalho e a partir do ano 2000, começam a ganhar corpo propostas e manifestações judiciais dispendo sobre a prevalência do negociado sobre o legislado. A esse respeito destacam-se os PLs 5.483/2001, 1.463/2011, 4.193/2012, 8.294/14 e 4962/2016; a Medida Provisória do Programa de Proteção ao Emprego; os dois acórdãos do STF e um do TST; “As 101 Propostas” da CNI; o Documento “Uma ponte para o futuro” da Fundação Ulysses Guimarães vinculada ao PMDB e o Anteprojeto do ACE, apresentado pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, filiado a CUT.

De certa forma, até então já existiam possibilidades previstas em lei que permitiam aos trabalhadores celebrarem acordo com o empregador perante as Comissões de Conciliação Prévias (CCPs)²⁷ organizadas pelos sindicatos ou empresas. Até hoje persiste a possibilidade do trabalhador ou seu respectivo sindicato celebrarem acordo judicial homologado pelo Juiz do Trabalho²⁸. O mesmo poderia ocorrer perante as Comissões de Mediação de conflitos individuais organizadas nas Delegacias Regionais do Trabalho de cada Estado²⁹. Ou também, nos Termos de Ajuste de Conduta firmados pelo MPT. Em todos esses casos o trabalhador ou seu sindicato podem negociar direitos em detrimento do caráter público da lei trabalhista com a anuência por parte do Estado. Mas ao que

²⁷Criadas, em 12/01/2000, estas comissões não têm caráter obrigatório, e sua atribuição é tentar a conciliação extrajudicial dos trabalhadores em suas demandas individuais do trabalho. As CCPs podem ser criadas pelos sindicatos, pela empresa ou grupo de empresas, conforme a Lei 9.958, de 2000 que incluiu na CLT os artigos 625-A a 625-H e foram regulamentadas pelas Portarias 329/2002 e 230/2004 do MTE. Se a CCP for “instituída no âmbito da empresa será composta de, no mínimo, dois e, no máximo, dez membros”, composta paritariamente com cinco membros escolhidos pela empresa e os outros cinco pelos trabalhadores com mandato de um ano, sendo permitida uma recondução. Já a “Comissão instituída no âmbito do sindicato terá sua constituição e normas de funcionamento definidas em convenção ou acordo coletivo” (artigos 625B e 625C). Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9958.htm>. Acesso em: 09 de Dez. 2015.

²⁸A conciliação no âmbito da Justiça do Trabalho está prevista nos artigos 764, 831 e 850, todos da CLT. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm>. Acesso em: 09 de Dez. 2015.

²⁹Instituídas pela Portaria nº 3.122 de 05/07/1988 e pelo Decreto nº 99.244, de 10/05/1990. Disponível em <http://www3.mte.gov.br/mediacao/pub_4794.pdf>. Acesso em: 09 de Dez. 2015.

parece, o cerne da questão está muito mais vinculada ao fato da regulação das relações de trabalho ser de exclusividade do Estado (regulação pública) e residualmente regulada diretamente pelo capital e o trabalho.

Mas tanto as propostas apresentadas como as decisões proferidas pelo STF e o TST têm provocado manifestações por parte de sociólogos, juristas, entidades de classe e de pesquisa e assessoramento. Os representantes da Associação Nacional dos Magistrados Trabalhistas (ANAMATRA), da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas (ABRAT) e da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) firmaram posição contra o PL 5.483/01 sob a alegação de que o mesmo promoveria a precarização das condições de trabalho e colocaria os trabalhadores em situação de vulnerabilidade, vejamos:

[...] Por último, Juízes do Trabalho, advogados e membros do Ministério Público externam a convicção de que a flexibilização à custa da restauração do princípio liberal da autonomia da vontade, determinará a sujeição dos trabalhadores brasileiros aos interesses do economicamente mais forte, significando golpe fatal nas conquistas sociais, feitas ao longo de décadas.³⁰

E a CUT encaminhou a OIT consulta sobre o PL 5.483/01, obtendo a seguinte resposta:

Respondendo a consulta apresentada pela CUT, a OIT, através do diretor do departamento de Normas Internacionais do Trabalho, Jean-Claude Javillier, condenou formalmente o projeto de flexibilização do artigo 618 da Consolidação das Leis do Trabalho (P.L n. 5.483/01, na Câmara, e agora sob o n. 134/01, no Senado). A Organização Internacional do Trabalho considera que o projeto, caso transformado em lei, afrontará diversas convenções da OIT reconhecidas pelo Brasil, eis que as convenções e acordos coletivos de trabalho teriam força superior às convenções internacionais ratificadas por nosso país. O documento da OIT foi encaminhado ao governo brasileiro e às centrais sindicais, e condena a possibilidade de que os acordos coletivos contenham 'disposições que impliquem menor nível de proteção do que prevêm as convenções da OIT ratificadas pelo Brasil.³¹

³⁰Revista **Consultor Jurídico**, 16 de outubro de 2001, 20h39. Disponível em <http://www.conjur.com.br/2001-out-16/entidades_sao_acordos_sobreponham_clt>. Acesso em: 20 de Set. de 2015.

³¹GARCEZ, Maximiliano Nagl. O desrespeito do governo FHC às normas internacionais do trabalho - Condenação da OIT ao projeto de flexibilização da CLT. Disponível em <www.assessoriaopt.org/CondenacaoOIT.doc>. Acesso em: 05 de Mar. 2016.

O sociólogo Krein em entrevista sobre o PL 4.330/2012³² se coloca contra todas as iniciativas de flexibilizar a legislação trabalhista, como é o caso do projeto de lei que amplia as possibilidades de terceirização da prestação de trabalho. Os sociólogos do trabalho Antunes (2013)³³, Druck (2012)³⁴ e Ruy Braga (2013) se manifestaram contra as propostas do PL 5.483/2001 e do ACE. Antunes (2013) em entrevista concedida à TV Carta Maior pronunciou-se contra o ACE, alegando que “o princípio do negociado se sobrepondo ao legislado acaba com os direitos sociais do trabalho”. Graça Druck (2012) afirma que o ACE segue a mesma linha do PL 5.483/01 e salienta: a proteção social e a garantia dos direitos através da legislação e das instituições que operam o direito do trabalho são, mais do que nunca, indispensáveis nos dias atuais. E Ruy Braga (2013), em entrevista à Folha de São Paulo, falou sobre direitos dos trabalhadores e o desemprego, colocando-se contra o ACE, apesar de reconhecer a necessidade de mudanças na CLT:

É preciso mudar a CLT em vários pontos. Mas, não naqueles advogados por empresários e sindicalistas governistas. Para a esmagadora maioria dos trabalhadores que não está representada por sindicatos fortes, a predominância do negociado sobre o legislado significa perda de direitos. Aqueles que clamam pela reforma da CLT pensam apenas em flexibilizar o trabalho. Na realidade, a força de trabalho brasileira é muito barata e nosso mercado de trabalho excessivamente flexível. É necessário reformar a CLT para garantir mais liberdade sindical e mais direitos aos trabalhadores. Necessitamos de uma cláusula contra a demissão imotivada. Os trabalhadores precisam de mais direitos, não de menos.³⁵

A ABRAT³⁶ organizou Tribunal Popular do Júri para julgar a conveniência e viabilidade da proposta do ACE, a qual foi declarada como um retrocesso em desfavor dos trabalhadores, uma medida flexibilizante e capaz de precarizar as relações de trabalho. E as

³²KREIN, José Dari. PL 4330: Submissão absoluta dos trabalhadores aos desígnios do capital. Disponível em <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/542160-0-pl-4330-submissao-absoluta-dos-trabalhadores-aos-designios-do-capital-entrevista-especial-com-jose-dari-krein>>. Acesso em: 11 de Fev 2016.

³³Entrevista a TV Carta Maior em 18 de junho de 2013. Disponível em <<http://ronaldmansur.blogspot.com.br/2013/06/ricardo-antunes-o-trabalho-e-o.html>>. Acesso em: 11 de Fev. 2016.

³⁴Acordo Coletivo de Trabalho com Propósito Específico é a negação dos direitos trabalhistas. Disponível em <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/512572-acordo-coletivo-de-trabalho-com-proposito-especifico-e-a-negacao-dos-direitos-trabalhistas-entrevista-com-graca-druck>>. Acesso em: 11 de Fev. 2016.

³⁵Entrevista na Folha de S. Paulo: Trabalhadores precisam de mais direitos e desemprego deve subir, diz sociólogo. Disponível em <<http://blogconvergencia.org/?p=802>>. Acesso em: 11 de Fev. 2016.

³⁶ABRAT organizou na sexta-feira (7/12), em Belo Horizonte, um debate para discutir a proposta do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC em favor da prevalência do negociado sobre legislado em negociações trabalhistas. Disponível em <http://www.alal.com.br/materia.asp?cod_noticia=6105>. Acesso em: 05 de Mar. 2015.

centrais sindicais FS, UGT, CTB e NCST³⁷ também se posicionaram contra a proposta do ACE e a iniciativa do governo Dilma de levar em frente à reforma da CLT para prever a hipótese de prevalência do negociado sobre o legislado, segundo entendimento destas centrais.

Em relação ao ACE, o atual presidente da CUT, Vagner Freitas (2012)³⁸, pronunciou-se a respeito da polêmica de alguns entenderem essa proposta como sendo da CUT e permitindo a prevalência do negociado sobre o legislado. Ele esclareceu que a defesa deste projeto não passa pela autorização de redução de salários e nem permite a flexibilização da legislação trabalhista, embora reconheça que esta última se encontra desatualizada. Também deixou claro que a proposta ainda estaria sendo debatida internamente na central e não haveria consenso sobre ela.

A CNI na sua Agenda Legislativa (2012, p. 100)³⁹ também se posicionou a favor das propostas que estabeleceriam a prevalência do negociado sobre o legislado, considerando que fortalecer a negociação coletiva trará “eficiência, qualidade e redução de custos”. Esta confederação, no mesmo documentou, defende que os empresários apostem em vias extrajudiciais de solução de conflitos como forma facultativa, até porque entende que com a negociação coletiva prevalecendo sobre a lei, os princípios de equidade e justiça estarão preservados.

O atual presidente do TST, em seu discurso de posse, afirmou que a intervenção excessiva do Estado na regulação das relações de trabalho pode ser prejudicial à economia. Para o Ministro o papel da Justiça do Trabalho é proferir decisões que garantam a dignidade do trabalhador, desde que compatibilizada com a empregabilidade e “sustentabilidade das empresas”, como forma de garantir a paz social. Defendeu que a reforma da legislação trabalhista passa pela necessidade de ela ater-se “fundamentalmente os direitos comuns a todos os trabalhadores”.

³⁷Disponível em <http://metalurgicos.org.br/noticias/dialogar-com-as-centrais-faz-bem-a-democracia/>, 16 julho 2012. Acesso em: 29 de Jul. 2015.

³⁸O ACE e a desinformação da mídia. Por desinformação ou má-fé, a grande mídia vem publicando matérias equivocadas e distorcidas sobre o ACE – Acordo Coletivo Especial. Escrito por: [CUT MT](#). Vagner Freitas - Presidente da CUT Nacional. Publicado em: 25/09/2012. Disponível em <<http://www.cut.org.br/imprimir/news/9584a84c3572a0536c6f2b3854b2931e/>>. Acesso em: 29 de Jul. 2015.

³⁹Confederação Nacional da Indústria. CNI lança Agenda Legislativa da Indústria 2013. Disponível em <<http://www.portaldaindustria.com.br/cni/imprensa/2013/04/1,12712/cni-lanca-agenda-legislativa-da-industria-2013.html>>. Acesso em: 29 de Abr. 2015.

No sentido de prestigiar a negociação coletiva, o TS alterou o texto da Súmula 277⁴⁰, em setembro de 2012, como forma de incentivar o diálogo entre capital e trabalho. E fez isso declarando a ultratividade da norma coletiva⁴¹, ao declarar que os direitos trabalhistas assegurados em acordo ou convenção coletiva de trabalho ficam fazendo parte do contrato individual de trabalho enquanto não houver novo acordo ou convenção coletiva de trabalho. Até a OIT demonstra preocupação com a necessidade de garantir mais espaço a negociação coletiva, conforme as Convenções 87 e 98, denominadas no cenário mundial como “87 and 98”. E na Convenção 154 defende que a negociação coletiva de trabalho, livre e voluntária tem como objetivo impedir a submissão do trabalhador ao seu empregador, além de humanizar a relação capital e trabalho. Hansenne (*in* CAMPERO *et al*, 1994) observa que num cenário de profundas transformações socioeconômicas que impactam no mundo do trabalho, é necessário “assegurar a partilha equitativa dos resultados” (*Ibid*, p. 9).

Considerando todo esse debate, a posição da CUT sempre foi no sentido de fortalecer a negociação coletiva. Para tanto, a central faz menção à cláusula de ajuste de setor que se coaduna com o princípio da adequação setorial negociada, com o patamar mínimo civilizatório e com o princípio da vedação do retrocesso no Direito do Trabalho. Pois conforme Delgado (2004) são partes estruturais do regramento constitucional, os princípios e regras de proteção à pessoa humana e ao trabalho, considerando que ao valorizar o trabalho está se valorizando o próprio ser humano. Assim, o princípio da adequação setorial negociada harmonizaria a cláusula normativa com a norma legal, sendo possível, em regra, ampliar direitos, podendo reduzi-los somente nas hipóteses previstas em lei, conforme o previsto na CLT⁴². Reis (2010) ao abordar a questão do

⁴⁰Súmula nº 277 do TST. CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO OU ACORDO COLETIVO DE TRABALHO. EFICÁCIA. ULTRATIVIDADE (redação alterada na sessão do Tribunal Pleno realizada em 14.09.2012) - Res. 185/2012, DEJT divulgado em 25, 26 e 27.09.2012. As cláusulas normativas dos acordos coletivos ou convenções coletivas integram os contratos individuais de trabalho e somente poderão ser modificadas ou suprimidas mediante negociação coletiva de trabalho. Disponível em <http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas_com_indice/Sumulas_Ind_251_300_.html#SUM-277>. Acesso em: 10 de Dez. 2015.

⁴¹“A ideia básica da ultraatividade das normas coletivas trabalhistas consiste no reconhecimento de situações em que esgotado o prazo previsto de vigência da norma, esta deve continuar a produzir efeitos até que outra posterior determine sua cessação”. (PESSOA; PAMPLONA FILHO, 2010, p. 45)

⁴²Art. 9º - Serão nulos de pleno direito os atos praticados com o objetivo de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação dos preceitos contidos na presente Consolidação.

Art. 444 - As relações contratuais de trabalho podem ser objeto de livre estipulação das partes interessadas em tudo quanto não contravenha às disposições de proteção ao trabalho, aos contratos coletivos que lhes sejam aplicáveis e às decisões das autoridades competentes.

princípio da vedação do retrocesso no Direito do Trabalho alega que as normas internacionais ratificadas sobre direitos humanos, a Constituição e a CLT são o anteparo contra qualquer tentativa de precarizar ou desregulamentar as relações de trabalho. Por que:

[...] o princípio da progressividade dos direitos sociais, concebido no domínio teórico do Direito Internacional dos direitos humanos, enuncia o compromisso internacional dos Estados promoverem, no máximo de seus recursos disponíveis, a proteção da pessoa humana em sua dimensão econômica, social e cultural. Pelo princípio da progressividade dos direitos humanos de caráter econômico, social e cultural, vincula-se a atividade legiferante nacional ao progresso ininterrupto das condições de proteção à pessoa humana na sua dimensão social, sendo juridicamente inviável a eliminação dos padrões sociais já estabelecidos, sem a correspondente criação de um conjunto normativo compensatório e qualitativamente mais vantajoso (REIS, 2010, p. 21).

As percepções dos atores sociais e entidades envolvidas com as relações de trabalho sobre como concebem a modernização da legislação trabalhista

O material empírico conta de doze entrevistas realizadas na pesquisa, sendo que dentre os entrevistados estão dirigentes de centrais sindicais e de alguns sindicatos, advogados trabalhistas defensores de trabalhadores ou empregadores e juízes trabalhistas. Os dois dirigentes são vinculados a duas das principais centrais sindicais do país, os outros dirigentes sindicais são vinculados a alguns dos sindicatos de atuação destacada não só em Pelotas como na região sul. Os advogados trabalhistas além de atuarem junto a entidades de trabalhadores ou de empresários exercem algum tipo de liderança junto aos advogados trabalhistas. E o desembargador federal do trabalho tem destacada atuação junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, além de ter atuado antes do ingresso na magistratura como sindicalista em sindicato de trabalhadores.

Art. 468 - Nos contratos individuais de trabalho só é lícita a alteração das respectivas condições por mútuo consentimento, e ainda assim desde que não resultem, direta ou indiretamente, prejuízos ao empregado, sob pena de nulidade da cláusula infringente desta garantia. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm>. Acesso em: 07 de Dez 2015.

Em adição a isto, também foram analisadas as falas de diversos atores sociais no seminário sobre o PL 5.483/2001⁴³ e na audiência pública sobre o PL 4.193/2012⁴⁴, ambos realizados na CTASP da Câmara dos Deputados. No seminário apresentaram-se sete debatedores, sendo três manifestações de Ministros do TST, uma do representante da ANAMATRA, um da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), um da ANPT e um do DIAP. Todavia também foi concedida a palavra a nove deputados federais⁴⁵, três representantes de centrais sindicais – CUT, CGT⁴⁶ e CGTB⁴⁷; três representantes de confederações de trabalhadores – CNTC⁴⁸, CNTI⁴⁹ e CNTA⁵⁰. Na audiência pública, foram representadas sete entidades patronais – CNA⁵¹, CNS⁵², CNI⁵³, FEBRAC⁵⁴, CNS⁵⁵, FENAVIST⁵⁶, CNS⁵⁷; cinco são de centrais sindicais – CTB⁵⁸, UGT⁵⁹, FS⁶⁰, NCST⁶¹ e CUT; também se fazendo presentes um representante do DIEESE, um da ANAMATRA, um do MTPS e dois deputados federais⁶².

Na totalidade das falas e entrevistas destacam-se a recorrência de alguns temas para pensar a análise das falas: 1 Sobre as expectativas dos advogados, empresários e sindicatos de trabalhadores a respeito da regulação das relações de trabalho no Brasil; 2 Sobre a flexibilização do Direito do Trabalho brasileiro; 3 Sobre a insegurança jurídica do Direito do Trabalho brasileiro; 4 Sobre a fragilidade dos sindicatos e a vulnerabilidade dos trabalhadores para negociarem; e 5 Sobre a prevalência do negociado sobre o legislado e o ACE.

⁴³Requerimento 83/2001 CTASP encaminhado pela Deputada Federal Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM).

⁴⁴Requerimento 4193/2012 CTASP encaminhado pelo Deputado Federal Roberto Santiago PSD/SP.

⁴⁵Deputados Federais Jair Meneguelli (PT/SP), Paulo Paim (PT/RS), João Paulo (PT/PB), Pedro Celso (PT/DF), Nelson Pellegrino (PT/BA), Avenzoar Arruda (PT/PB), Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM), Aldo Arantes (PCdoB/GO) e Vivaldo Barbosa (PDT/RJ).

⁴⁶Central Geral dos Trabalhadores.

⁴⁷Central Geral dos Trabalhadores no Brasil.

⁴⁸Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio.

⁴⁹Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria.

⁵⁰Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

⁵¹Superintendência Técnica da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil.

⁵²Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo.

⁵³Confederação Nacional da Indústria.

⁵⁴Federação Nacional das Empresas de Serviços e Limpeza Ambiental.

⁵⁵Confederação Nacional de Serviços.

⁵⁶Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores.

⁵⁷Confederação Nacional de Saúde.

⁵⁸Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil.

⁵⁹União Geral dos Trabalhadores.

⁶⁰Força Sindical.

⁶¹Nova Central Sindical de Trabalhadores.

⁶²Deputados Federais Assis Melo (PCdoB/RS) e Dr. Grilo (PSL/MG).

Sobre as expectativas dos advogados, empresários e sindicatos de trabalhadores a respeito da regulação das relações de trabalho no Brasil

Os depoimentos dos representantes sindicais deixam bem claro que a regulação das relações de trabalho pelo Estado é um componente importante para proteger os trabalhadores frente aos empregadores. O sentimento dos sindicalistas é que o Estado intervindo nas relações de trabalho é capaz de garantir proteção aos direitos sociais e trabalhistas. Destaca-se que os entrevistados expressam o sentimento de que os direitos trabalhistas se caracterizam como um marco mínimo civilizatório (DELGADO, 2008).
Vejam os:

A CLT vem seguidamente sofrendo ataques, tentativas de modificação, só que nunca é para melhorar. . Eu acho que a CLT precisa ser melhorada, mas para acrescentar mais artigos, proteger mais o trabalhador e não para se flexibilizar. Os bancários mesmo tem uma convenção coletiva de trabalho que é muito superior a CLT. Só que isso em função de várias décadas de lutas que se conseguiu, que essas conquistas fossem parar dentro da CLT. Mas, a tentativa patronal é sempre no sentido de aumentar jornada, retirar direitos, então é sempre no sentido de tentar precarizar mais a vida do trabalhador (Entrevistado 2, dirigente sindical de sindicato de trabalhadores vinculado a CUT).

Eu não acho que a CLT seja uma velha descartável. Acho que é uma jovem senhora de 70 anos que pode e deve ser aperfeiçoada, fazer cirurgia plástica, uns retoques, botar botox (Representante da FS, audiência pública da CTASP, PL 4.193/2012).

Essa insistência em afirmar que a CLT é velha [...]. Ela é uma legislação absolutamente ajustável. É evidente que toda legislação precisa de aperfeiçoamento. O mundo da CLT não era o mundo das tecnologias, mas, do ponto de vista de legislação, ela se ajusta (Representante da CUT, audiência pública da CTASP, PL 4.193/2012).

A posição dos representantes de entidades sindicais diverge da posição defendida pelos representantes de entidades empresariais e do advogado que assiste entidades empresariais. Vejam os:

Mas, no mundo moderno, de competitividade global, essa legislação trabalhista com regras rígidas e onerosas impede ou dificulta a efetiva melhoria da competitividade, impactando diretamente na sustentabilidade das empresas e na geração de emprego (Representante da CNI, audiência pública da CTASP, PL 4.193/2012).

Eu acho que uma modernização, é o termo que eu prefiro, até porque a maioria das regras já sofreram inúmeras alterações pontuais, mas mesmo assim há muitas regras que são lá de 43 onde o mundo era outro. Ainda com várias mudanças que houve quantos regimes diferentes de trabalho nós temos hoje na indústria, nos serviços por necessidades que não estão albergados? (Entrevistado 8, advogado trabalhista de entidades empresariais).

Nestes depoimentos de representantes empresariais verifica-se que os representantes empresariais demonstram afinidades em suas falas, trazendo questões como a de que a legislação hermética se contrapõe a competitividade do mercado, resultando em dificuldades para as empresas e no comprometimento da empregabilidade.

Sobre a flexibilização do Direito do Trabalho brasileiro

Os depoimentos dados pelos representantes da ANAMATRA e da ANPT demonstram que qualquer iniciativa de flexibilização de direitos tem relação direta com as crises enfrentadas pelo sistema capitalista. Vejamos:

O pensamento hegemônico liberal exige condições de trabalho compatíveis com a modernidade econômica e com o mercado. A partir daí, todo o processo de mudança da legislação no Brasil foi pautado pela flexibilização dos direitos do trabalho, com uma tendência à precarização do trabalho (Representante da ANAMATRA, seminário da CTASP, PL 5.483/2001).

A flexibilização das normas coletivas não pode servir de amparo para mascarar a supressão de direitos já incorporados ao patrimônio dos trabalhadores (Representante da ANPT, seminário da CTASP, PL 5.483/2001).

Os representantes de entidades sindicais sustentam posição contrária a flexibilização dos direitos trabalhistas:

[...] esse receituário de flexibilização e de retirada do Estado no sentido de buscar precarização das relações de trabalho tem

claramente o objetivo do lucro fácil e contribui em um médio e longo prazo para desestruturação da sociedade. Eu conversei com amigos que atuam em um determinado setor, empregados da área de agência de publicidade em que há uma flexibilização de jornada de trabalho e esses amigos tem uma carga horária semanal mensal por conta, digamos assim, da implantação de um banco de horas informal, não é formal, não há um acordo coletivo que permita e que regule esse banco de horas, mas há um banco de horas implementado nessa ou naquela agência de publicidade, ele tem uma carga horária de 55 horas semanais de segunda sexta-feira, o que é um conceito de prestação de trabalho que é pré-revolução industrial (Entrevistado 5, advogado trabalhista de sindicatos vinculados a CUT).

Nós somos contra este projeto de lei (PL 4.193/2012, grifo do autor) porque atende única e exclusivamente aos interesses patronais e não aos interesses dos trabalhadores, da sociedade (Representante da FS, audiência pública da CTASP, PL 4.193/2012).

O representante de entidade empresarial alega a necessidade de que a legislação trabalhista sofra ajustes capazes de respeitar a autonomia privada coletiva numa negociação com a entidade de empregadores:

[...] E é por isso que a Confederação Nacional da Indústria apoia esse projeto (PL 4.193/2012, grifo do autor), ressaltando, contudo, que são necessários alguns ajustes finos para deixar, de forma clara e objetiva, sem qualquer margem de interpretação, de modo a limitar a livre e legítima vontade das partes sobre o que negociar. Com essa regra, poderia se negociar o percentual do Adicional de Periculosidade? É importante deixar claro aquilo que se quer negociar, que não há restrições para as partes negociarem (Representante da CNI, audiência pública da CTASP, PL 4.193/2012).

Sobre a insegurança jurídica do Direito do Trabalho brasileiro

O sentimento de insegurança jurídica é objetivamente expressado em várias das falas. Toma-se como acréscimo ao conteúdo das falas, o documento elaborado pelo IPEA em 2003⁶³. O entrevistado que é dirigente sindical, enxerga os juízes trabalhistas como

⁶³Texto para discussão Nº 966 de jul. 2003. JUDICIÁRIO, REFORMA E ECONOMIA: A VISÃO DOS MAGISTRADOS Armando Castelar Pinheiro Rio de Janeiro, julho de 2003. IPEA. Item 5 Causas da morosidade e da falta de previsibilidade das decisões judiciais, p. 22-31.

sendo identificados com a visão empresarial e por isso a Justiça do Trabalho não consegue em suas decisões atender as expectativas dos trabalhadores:

O que eu vejo é que a justiça hoje é notadamente patronal, claro que existem exceções, evidente que existe, mas ela é totalmente patronal, eu não vejo a justiça como se diria, fazendo justiça mesmo, ela tem um lado e ela defende o seu lado seriamente e não é a toa que a FEBRABAN patrocina encontro de juízes, faz seminários e em muitos casos diz até como eles devem agir nos conflitos entre banco e bancário, então eu não concordo (Entrevistado 2, dirigente de sindicato vinculado a CUT).

Os representantes de entidades empresariais e do MTPS, de forma uníssona, fazem menção a insegurança jurídica frente à intervenção do MPT e as decisões exaradas pelos juízes trabalhistas:

Quando tomamos conhecimento deste projeto (PL 4.193/2012, grifo do autor) nós passamos a ter um alívio muito grande, porque o que nós estamos vivendo hoje no Brasil, com a insegurança jurídica com que passaram a ser tratadas as convenções coletivas, que têm sido desrespeitadas pelo Poder Judiciário, é algo inaceitável, já que, como aqui bem dito, celebrar convenção coletiva é resultado de dezenas de centenas de horas de trabalho, de dedicação de trabalhadores e empresários que se debruçam sobre uma realidade e constroem soluções que só esses atores sabem definir. Um Juiz do TRT, das Varas do Trabalho, não tem a menor ideia do que se passa na vida, no dia a dia, no chão de uma fábrica, na relação de um supermercado, de um posto de serviço, de qualquer desses lugares, porque lá nunca estiveram. Assim, teremos um instrumento legal, uma legislação que nos trará segurança jurídica para que as convenções coletivas continuem a ser celebradas, levando benefícios às categorias de trabalhadores para as empresas e para a sociedade com um todo (Representante da FENAVIST, audiência pública da CTASP, PL 4.193/2012).

Nós temos que aprofundar esse debate para que fique claro o que é possível negociar sem reduzir direitos. É fato que há hoje insegurança jurídica em algumas questões fundamentais. Eu não consigo acreditar que os representantes dos trabalhadores das indústrias montadoras do Brasil, que têm sindicatos fortes, quase todas têm representação sindical dentro da empresa, 30 anos, 40 anos de comprovada defesa dos trabalhadores, estão fragilizando o direito. Esses trabalhadores estão sendo ingênuos? Estão sendo enganados nas suas condições de trabalho ou estão vendo o todo? Então, a

gente tem questões a serem enfrentadas, sim, inclusive no que é possível negociar. No entanto, começar em questões pontuais é um risco. Não queremos a intervenção da Justiça do Trabalho nas negociações coletivas, nós só queremos se houver acordo (Secretário de Relações do Trabalho do MTPS, audiência pública da CTASP, PL 4.193/2012).

Mas nem todos os representantes de entidades de trabalhadores comungam da ideia defendida pelo dirigente sindical acima e que enxerga os juízes trabalhistas comprometidos com os empresários:

Eu não tenho dúvida que a magistratura sempre tem que julgar olhando a questão social, promovendo a justiça social. Porém, evidentemente ela tem limites e todos nós que lidamos no dia a dia com a legislação sabemos que nós temos limites. Eu não concordo com essa afirmativa de que é em detrimento a segurança jurídica, não, os juízes julgam e quando julgam sob essa ótica especificamente eles examinam a questão legal também, quer dizer, não pode julgar para causar a insegurança jurídica. Bom, se via de regra uma decisão lá pelas tantas o procurador da empresa ou do representante do sindicato empresarial entende que aquela decisão realmente causa insegurança jurídica. Bom, existem todos os remédios processuais pra que ele busque a reforma daquele julgado e daquela decisão, agora a decisão foi dada em cima de fatos e fundamentos que levaram o juiz a ter absoluta tranquilidade de julgar daquela forma e ponto, este é um estigma que os juízes chamados progressistas carregam em sua vida (Entrevistada 3, advogada trabalhista de defesa dos trabalhadores)

Não sou um jurista, nem um operador da área do direito, tudo o que eu aprendi foi no dia a dia, na luta política mesmo, compreendo que o papel do juiz, que uma lei, aquilo que está escrito, permite qualquer tipo de interpretação e, portanto, o que talvez alguns chamem de segurança jurídica na verdade é defesa de uma interpretação porque um juiz pode buscar outra interpretação pra fazer justiça social. Eu creio que é o papel sim do judiciário ter uma interpretação favorável a justiça social. Por que tem que ser favorável sempre aos interesses econômicos? (Entrevistado 4, dirigente de federação de trabalhadores vinculada a CUT).

Nestes depoimentos é expresso o sentimento de que os juízes trabalhistas têm sua atuação pautada pela justiça social. Ou seja, do confronto entre os princípios da livre iniciativa e o da dignidade da pessoa humana do trabalhador, deve prevalecer este último.

Sobre a fragilidade dos sindicatos e a vulnerabilidade dos trabalhadores para negociarem

Nota-se nos depoimentos que é recorrente o sentimento de que nem todos os sindicatos estão aparelhados para o enfrentamento com as entidades empresariais. Melhor dizendo, os sindicatos não estariam suficientemente fortes para se contrapuser aos empresários quando for necessário assim como para negociar de igual para igual:

Conhecemos a matéria, lidamos no dia-a-dia com ela e sabemos que na atual situação, em que não existe pleno emprego e garantia contra dispensa, em que o empregador admite e dispensa a seu bel-prazer, em que não existem sindicatos fortalecidos, em que proliferam sindicatos não representativos das categorias que pretendem representar, alteração dessa natureza constituirá a pá de cal no Direito do Trabalho brasileiro, já tão flexibilizado ao longo do tempo (Representante da ANAMATRA no seminário da CTASP referente ao PL 5.483/2001).

Há um fato que define quem fica com a maior força, com a maior fatia, a força e o poder. A negociação é uma ficção se não houver como pressuposto o equilíbrio de forças. Quando não há esse equilíbrio, o mais poderoso dita as condições que mais lhe interessam. No mundo real do trabalho, não existe o equilíbrio de forças. O poder dos patrões é imensamente superior ao dos empregados. Assim, não há negociação sem que esse desnível de forças seja contrabalançado. É preciso verificar se os atores da negociação coletiva estão preparados para assumir seu papel (Representante da ANPT no seminário da CTASP referente ao PL 5.483/2001).

Nosso País, com diferenças abissais de distribuição de renda e de oportunidades, tem de resgatar a dignidade dos irmãos que mais necessitam. Não é novidade no movimento sindical brasileiro, muito menos na OAB, a discussão sobre o contrato coletivo de trabalho e a negociação coletiva como instrumento preferencial de resolução dos conflitos. Isso não é novidade. Só haveria jeito de implantar o regime de negociação no País em duas condições básicas: com sindicatos fortes e uma legislação mínima de sustento. Mesmo assim teríamos de nos preocupar muito com as exceções que necessariamente deveriam ser feitas para aquelas categorias sem condições de se organizar porque o Brasil ainda não alcançou graus mínimos, básicos de educação para nosso cidadão. Li uma vez uma entrevista de um dirigente sindical muito conhecido, o Vicentinho. Ele resumiu bem em uma frase o que pode ser a negociação entre partes desiguais. Dizia o Vicentinho que o tipo de negociação que se quer apresentar a nós é a negociação do pescoço com a

guilhotina. Acho que essa frase resume muito bem a negociação com partes em desequilíbrio. Se temos parte do sindicalismo preparada, a maior parte não está (Representante do Conselho Federal da OAB, no seminário da CTASP referente ao PL 5.483/2001).

O conjunto das falas acima permite uma conclusão de que mesmo com todo o arcabouço de direitos trabalhistas e sociais um dos problemas enfrentados pelos trabalhadores e sindicalistas está no fato do Estado e parte do campo jurídico e campo sindical lhes enxerga como relativamente incapazes. Ou seja, trabalhadores e sindicalistas não teriam condições de decidir e agir necessitariam que alguém tenha que decidir e agir por eles. Dessa forma, para parte do campo jurídico o são considerados relativamente incapazes⁶⁴ (VENOSA, 2001). Tanto o Estado quanto parte do campo jurídico e campo sindical não enxergam o sindicato e o trabalhador como uma pessoa (física e jurídica) capaz de dirigir a própria vida, fazer as escolhas que entendem corretas e através do dialogo firmar compromissos com o empregador.

As falas dos representantes das entidades empresariais manifestam a posição de que os sindicatos já possuem condições de negociar com os empresários, visto que o dinamismo das relações de trabalho exige maior espaço de negociação direta entre capital e trabalho:

Nós não podemos mais ficar naquela situação de que o empregado é o coitadinho. Não são coitadinhos; são pessoas sérias, inteligentes, com líderes maiúsculos, pessoas que sabem o que dizem, que sabem o que querem. Nós temos que ter esta consciência: os nossos empregados são absolutamente bem representados. Eles não estão sozinhos. Vocês representam muito bem os empregados. (Representante da Confederação Nacional de Serviços – CNS, audiência pública da CTASP, PL 4.193/2012).

Se nossas representações sindicais não têm competência para sentar à mesa, vamos treiná-las, vamos dar maior autonomia para elas, vamos dar maiores condições de trabalho para que possam fazer a negociação. (Representante da FENAVIST, audiência pública da CTASP, PL 4.193/2012).

⁶⁴Os relativamente incapazes não podem praticar alguns atos ou exercício de alguns direitos (art. 4º do Código Civil. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em 27 de Jan. 2016.

Sobre a prevalência do negociado sobre o legislado e o ACE

Os limites ou não da negociação coletiva são motivo de polêmica, porque para alguns atores sociais a maior liberdade de negociação tem haver com a diminuição da atuação estatal e o reconhecimento de prevalecer o negociado sobre o legislado. Outros atores sociais enxergam a atual legislação trabalhista como o mínimo de direitos garantidos aos trabalhadores e que há espaço para flexibilizar direitos para melhor adaptá-los as necessidades conjunturais. Por isso se falar em cláusula de ajuste de setor, o princípio da adequação setorial negociada (ASSE *in* SANTOS (coord), 2006; DELGADO, 2004) e o princípio da vedação do retrocesso no Direito do Trabalho (REIS, 2010). Por isso o tema é extremamente polêmico entre sindicalistas, trabalhadores, empresários, juristas e sociólogos:

Entre os direitos fundamentais dos trabalhadores rurais e urbanos encontra-se o do reconhecimento às convenções e aos acordos coletivos de trabalho. A Constituição valorizou as convenções e os acordos coletivos, dizendo que eles são reconhecidos. Logo, se o tema for esse, ele constará da pauta da ata para ser deliberado. É isso que será levado à mesa de negociações. O que se leva a uma mesa de negociações é a vontade dos trabalhadores, reproduzida numa assembléia geral, a ser realizada na forma da lei e concretizada em documentos escritos (Ministro Almir Pazzianotto, Presidente do TST, seminário da CTASP, PL 5.483/2001).

Os direitos são divididos em dois: os que são inegociáveis e aqueles que são negociáveis. Os negociáveis são os que não estão na Constituição Federal e quem perde com isso é o trabalhador brasileiro. Ninguém questiona a respeitabilidade e o reconhecimento que as leis brasileiras e a nossa Carta Magna têm em relação a acordos e convenções coletivas, disposto no art. 7º da Constituição Federal (Deputada Federal Vanessa Grazziotin, seminário da CTASP, PL 5.483/2001).

As falas dos representantes empresariais se mostram um tanto articuladas entre si, além de muito bem fundamentadas para defender a necessidade de prevalecer o negociado sobre o legislado:

Nós entendemos que esse PL faz com que a negociação coletiva seja elevada a um patamar que merece ficar, que é exatamente, não digo flexibilizar, possibilitar que os direitos dos trabalhadores sejam preservados e que a forma como eles serão disponibilizados, seja dentro das características dos diferentes

setores da economia e das regiões, e também levando em consideração que questões de microempresas, empresas de pequeno porte e empresas de grande porte sejam contempladas (Representante da CNS, audiência pública da CTASP, PL 4.193/2012).

A Confederação elaborou um parecer, que deve ter sido entregue por nossa assessoria, em que nós nos posicionamos favoravelmente ao PL nº 4.193. Isso porque ele nada mais é do que um complemento ao art. 7º, inciso XXVI, da Constituição da República, que reconhece as convenções e os acordos coletivos do trabalho. [...] Mas nós entendemos que esse PL faz com que a negociação coletiva seja elevada a um patamar que ela merece ficar, que é exatamente, não digo flexibilizar, possibilitar que os direitos dos trabalhadores sejam preservados. E que a forma em que serão disponibilizados seja dentro das características dos diferentes setores da economia e das regiões, e também levando em consideração que questões de microempresas, empresas de pequeno porte e empresas de grande porte sejam contempladas. (Representante da CMC, audiência pública da CTASP, PL 4.193/2012).

As falas dos representantes do MTPS e do DIEESE são bastante esclarecedoras porque remetem a ideia de que como está hoje estruturada a legislação trabalhista e sindical não há espaço para o fortalecimento da representação sindical e da negociação coletiva:

Todos defendem o fortalecimento da negociação coletiva, defendem que precisamos ter uma legislação de sustento da negociação coletiva no Brasil. Para isso precisamos enfrentar a questão sindical. Não é possível pensar em negociações coletivas decentes, de qualidade com 10.500 sindicatos de trabalhadores no Brasil. Qual é o melhor caminho? Repito: para as relações de trabalho modernas é necessário o diálogo social, a negociação dessas mudanças necessárias no arcabouço sindical do Legislativo brasileiro (Secretário de Relações do Trabalho do MTPS, audiência pública da CTASP, PL 4.193/2012).

Parece-me que há acordo no sentido de que a negociação é o principal instrumento para regular as relações de trabalho, ancorada numa proteção legal básica. Segunda diretriz – acho que seria importante considerarmos: nós estamos vivendo um momento de oportunidade de fazer grandes transformações no Brasil. E, ao mesmo tempo e contraditoriamente, nós estamos jogando para a Justiça a solução de todos os nossos conflitos, talvez, dando um testemunho da incapacidade política de a sociedade dar conta do desafio que ela tem pela frente. Não será pela Justiça que nós colocaremos este País na trajetória do

desenvolvimento e da superação das desigualdades que o Lourenço colocou. Se nós queremos favorecer a negociação, nós temos que pensar quem é esse sujeito coletivo. E o nosso sistema de relações de trabalho não dá ao sindicato o poder de equilibrar a relação de força entre empresariado e trabalhadores. Alguns instrumentos que já foram levantados aqui são essenciais, e estão lá também definidos, seja na representação, seja na formulação do instrumento, seja no papel da relação entre o acordo e a legislação – e isso nós precisamos tratar de forma articulada. O que sai desse acordo tem que dar segurança e tranquilidade para a vida sindical. Se o que sair dali aumentar o conflito, o resultado disso é contra tudo o que nós estamos querendo construir. E o objetivo não é nem precarizar nem inviabilizar as empresas. Se não é esse, se nós não queremos inviabilizar as empresas, se as empresas não querem precarizar o trabalho, acho que aí tem um campo para construir o acordo. Se for o contrário, não vai haver acordo. Mas se há acordo nesse campo, e nós queremos desenvolver, criar emprego de qualidade, aumentar a renda, criar formalização e proteção para as empresas e para os trabalhadores, temos que achar um sistema (Diretor do DIEESE, audiência pública da CTASP, PL 4.193/2012).

Os representantes de entidades sindicais se manifestam contra a proposta de prevalência do negociado sobre o legislado, o que pode ser ilustrado pelo depoimento com a seguinte argumentação:

Eu só seria favorável se no Brasil estivesse vigorando as convenções da OIT, porque o que a gente tem visto é que sempre que existe essa possibilidade, não é para se ter ganhos, pelo contrário, é para precarizar ainda mais a legislação. Então, com as condições hoje do país eu sou contrário, sou contrário porque precariza, e se for olhar ainda quem propôs fica mais claro ainda qual é o objetivo do projeto e existe esse projeto no Congresso de um deputado que é um empresário e ruralista. (entrevistado 2, dirigente de sindicato de trabalhadores vinculados a CUT).

O entrevistado 12, advogado trabalhista de entidades sindicais vinculadas a CUT, contribui em esclarecer que a proposta do ACE não é unanimidade dentro da CUT e nem defende a prevalência do negociado sobre o legislado:

O ACE é uma proposta surgida no âmbito do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, filiado a CUT. Trata-se de sindicato com experiência e importância na história do sindicalismo no Brasil e na própria fundação e construção da CUT. A proposta não chegou a ser debatida e deliberada nas instâncias internas da CUT. De outro lado, a proposta do ACE tem como premissa a

representação no local de trabalho, a negociação por empresa, uma qualificação de representatividade e o ajustamento de condições de trabalho pela via da negociação coletiva. É simplista dizer que o ACE se equivale à prevalência do negociado sobre o legislado e equipará-lo a alguns modelos já propostos no Brasil. Primeiro porque nos casos em que se propôs a prevalência do negociado sobre o legislado, simplesmente se autorizava a construção de acordos coletivos ou convenções coletivas, sem qualquer controle de representatividade ou limites de aplicação. Segundo que a proposta do ACE nasce da experiência de negociação de um setor específico que pratica a negociação coletiva no âmbito de sua representação. Em todo o caso, é de se dizer que não há consensos construídos acerca do ACE no interior da Central única dos Trabalhadores. [...] A CUT não tem resolução sobre o ACE. O tema é controvertido internamente. (entrevistado 12, advogado trabalhista de sindicatos de trabalhadores vinculados a CUT)

Considerações finais

Mesmo considerando que os direitos trabalhistas são direitos fundamentais⁶⁵ ancorados nas regras de direitos humanos, tratados e convenções internacionais e que por isso não podem ser suprimidos ou rebaixados, não há qualquer óbice às possibilidades de flexibilização de adaptação. Parte do movimento sindical, no qual se inclui a CUT, representantes empresariais e advogados entendem que é necessário que haja espaço garantido para que empresários e trabalhadores possam negociar e firmar consensos, considerando a conjuntura socioeconômica. Ou seja, a dinâmica do capitalismo traz à tona a prevalência do negociado sobre o legislado. Por isso, várias das falas acima analisadas defende em alguma medida a necessidade de modernizar a legislação trabalhista e sindical. Todavia, a compreensão do que seja esta modernização é um tanto distinta entre as entidades sindicais e estas e entidade empresariais, mas vislumbra-se que o caminho está em dar mais espaço para que a regulação pública conviva com a regulação privada.

As principais inferências retiradas do confronto entre teoria e empiria é que a forma como a legislação trabalhista e sindical foi concebida a partir do governo Vargas faz com que trabalhadores e sindicalistas esperem sempre do Estado à proteção e solução de todos os problemas enfrentados nas relações de trabalho. Mesmo que em um primeiro momento, parte das lideranças sindicais expresse posição contrária a uma regulação

⁶⁵Título II dos direitos e garantias fundamentais Constituição, com destaque os artigos 5º a 8º.

pública estatal que fragiliza a negociação coletiva, diante do avanço da lógica da reestruturação produtiva, passaram a ver na CLT e nos direitos trabalhistas garantidos na Constituição um conjunto mínimo de garantias a serem asseguradas. A legislação trabalhista extremamente hermética faz com que a proteção estatal tutele em demasia e sufoque as iniciativas por parte dos trabalhadores e sindicalistas.

Há espaço para convivência entre a regulação pública e regulação privada, com a mitigação do princípio da proteção e do princípio da irrenunciabilidade, considerando a autonomia privada coletiva. A indisponibilidade dos direitos trabalhistas, a qual impede a renúncia ou a transação para suprimir vantagens em favor do trabalhador, tem na flexibilização de adaptação uma via de garantir a empregabilidade com o mínimo de efeitos negativos em desfavor dos trabalhadores. Por isso as falas de parte das representações de juízes, procuradores do trabalho e advogados de que as relações entre capital e trabalho são assimétricas. Os trabalhadores e suas lideranças sindicais estão em situação de desvantagem em relação aos empresários, devido ao recuo do desemprego e a queda na representatividade sindical.

Existem clivagens dentro do movimento sindical, que estão concretizadas na disseminação de centrais sindicais e sindicato. Mesmo diante das falas de juristas, sociólogos, dirigentes sindicais e entidades representativas de classe, pode-se constatar que a CUT não capitulou aos interesses dos empresários, apesar de certa convergência de posições entre ela e setores empresariais. A nova estratégia de atuação sindical adotada a partir do III CONCUR e denominada por Jácome Rodrigues (1995) como “cooperação conflitiva” é prova da não capitulação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AROUCA, José Carlos. **Organização Sindical no Brasil/ passado, presente, futuro (?)**. São Paulo: LTR, 2013.

BAYLOS, Antonio. **Direito do Trabalho: modelo para armar**. São Paulo: LTr, 1999.

BOYER, Robert. **Teoria da regulação. Os fundamentos**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

BRAGA, RUY. **A nostalgia do fordismo: modernização e crise na teoria da sociedade salarial**. São Paulo: Xamã, 2003.

CAMPERO, Guillermo *et al.* **Os atores sociais no novo mundo do trabalho**. São Paulo: LTr; Brasília, DF: OIT, 1994.

CARDOSO, Adalberto Moreira. **A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2003.

CARDOSO, Adalberto; LAGE, Telma. **As normas e os fatos: desenho e efetividade das instituições de regulação do mercado de trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

DELGADO, Mauricio Godinho. **Princípios de direito individual e coletivo do trabalho**. 2ª edição. São Paulo: LTr, 2004.

_____ **Curso de Direito do Trabalho**. 7ª ed. S.P: Editora LTr, 2008.

GOROSTIZA, José Luis Ramos. **Beatrice Webb y su influencia como economista en Contribuciones a la Economía**, octubre 2003. Disponível em <<http://www.eumed.net/ce/jlrg-webb.htm>>. Acesso em: 11 de Fev. 2016.

FRENCH, John. **Afogados em leis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

LIPIETZ, Alain. 21 **Audácia: uma alternativa para o século**. São Paulo: Nobel, 1991.

MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. **Valorização da negociação coletiva e flexibilização das normas legais trabalhistas**. Ver. Jur., Brasília, v. 8, n. 79, p.01-07, jun./jul., 2006.

NASAR, Sylvia. **A Imaginação Econômica: gênios que criaram a economia moderna e mudaram a história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 110-159.

OLIVEIRA, Murilo Carvalho Sampaio. **(Re)pensando o princípio da proteção na contemporaneidade**. São Paulo: LTr, 2009.

PARANHOS, Adalberto. **O roubo da fala – Origens da ideologia do trabalhismo no Brasil**. São Paulo. 1ª Edição, Boitempo Editorial, 1999.

REIS, Daniela Muradas. **O princípio da vedação do retrocesso no direito do trabalho**. São Paulo: LTr, 2010.

ROBORTELLA, Luiz Carlos Amorim. **O moderno direito do trabalho**. São Paulo: LTr, 1994.

RODRIGUES, Iram Jácome (organizador). **O novo sindicalismo: vinte anos depois**. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____ **Sindicalismo e Política: a trajetória da CUT (1983 a 1993)**. São Paulo: LTr, 2011.

_____ **O Sindicalismo Brasileiro: da confrontação à cooperação conflitiva**. São Paulo em Perspectiva, 9 n 3, SEADE, volume 1995, p. 116-126.

ROMITA, Arion Sayão. **O Princípio da Proteção em Xequê**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Ver_36/artigos/Art_Arion.htm>. Acesso em: 04 de Mar. 2015.

ROSA, Vivian Quimelli. **A prevalência do negociado sobre o legislado**. Disponível em <<http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/1089/A-prevalencia-do-negociado-sobre-o-legislado>>, 2003. Acesso em: 1º de Mar. de 2015.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e Justiça**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SIQUEIRA NETO, José Francisco. **Contrato Coletivo de Trabalho – Perspectiva de rompimento com a legalidade repressiva**. 1ª Edição, 1991, São Paulo: LTR Editora.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito civil: parte geral**. São Paulo: Atlas, 2001.

Relações de trabalho de jornalistas autônomos

Carina Kunze

No contexto do paradigma de produção da era da informação vemos emergir novas formas de relações de trabalho. No caso do trabalhador da área de comunicação, o desenvolvimento das tecnologias digitais permite que apenas um profissional realize suas atividades de onde estiver com um pequeno dispositivo multifuncional. Porém, este trabalho vem cada vez mais sendo feito nas grandes corporações de mídia por trabalhadores sem vínculos trabalhistas regidos pela CLT, como freelancer's. Mesmo assim, alguns profissionais se beneficiam desta autonomia para realizar projetos próprios, valorizando o controle sobre seu tempo e liberdade criativa. Em entrevistas exploratórias pudemos observar que há quem escolha esta forma de trabalho na busca por reconhecimento, autoexpressão, ou por melhor adaptar sua profissão na dinâmica do mercado, e também há exemplos de relação do tipo “CLT disfarçado” e de fragmentação e individualização dos trabalhadores. Assim, vemos que o trabalho autônomo nesta categoria demonstra um embaralhamento na linha entre uma flexibilidade positiva, com maior humanização, democratização e horizontalidade das relações de trabalho, e uma flexibilidade negativa, com aumento da exploração do trabalhador, precarização de suas condições de trabalho e subsunção de direitos conquistados.

Palavras-chave: Trabalho Autônomo, Comunicação, Flexibilidade, Sociologia.

Este artigo se refere a minha experiência de pesquisa durante período em que participei como bolsista de iniciação científica na área da sociologia do trabalho, orientada pela professora Cinara Lerrer Rosenfield /UFRGS, inserida no grupo de pesquisa GTeR – Trabalho e Reconhecimento, do IFCH/ UFRGS, no qual investiguei as relações de trabalho de jornalistas autônomos.

No contexto das mudanças no sistema capitalista pós industrial e diante do paradigma tecnológico de produção da era da informação, vemos emergir na sociedade mudanças em relação às formas de organização, as estruturas produtivas e relações de trabalho.

O desenvolvimento das mídias de informação permite ao profissional de comunicação realizar suas atividades de onde estiver com um dispositivo multifuncional que cabe no seu bolso. Mas, apesar das facilidades advindas dessas ferramentas de trabalho, empresas de comunicação têm cada vez mais contratado apenas um profissional,

como PJ, para cumprir múltiplas tarefas. Mesmo assim, alguns profissionais se beneficiam da possibilidade da formalização como autônomo para viabilizar a realização de projetos próprios.

Essa flexibilidade nas relações de trabalho, a princípio, pode ser positiva, quando apontando para uma maior humanização, democratização, planificação e horizontalidade das relações de trabalho, com autonomia e participação nos processos criativos, como também pode ser negativa, com aumento da exploração do trabalhador, precarização de suas condições de trabalho e subsunção de direitos conquistados.

Assim, esta pesquisa busca identificar e compreender as relações de trabalho que envolvem o trabalhador autônomo formalizado da área da comunicação. Para isso, foram realizadas entrevistas semi estruturadas em uma pesquisa exploratória com jornalistas de diferentes segmentos na área de comunicação (notícias, cinema, fotografia e coluna de opinião) de Porto Alegre/RS, em que são analisadas a dinâmica de trabalho destes profissionais, a motivação e a forma de ingresso no trabalho autônomo, as formas de inserção no mercado, de remuneração, de vínculo de trabalho, de relação com contratante e seus pares, seus horários, organização de trabalho, tempo livre, condições e ferramentas de trabalho.

Pudemos observar que há um embaralhamento nas relações trabalhistas destes profissionais, nos seus ideais de trabalho bom e ruim e na fronteira entre flexibilidade positiva e negativa na categoria. Entre eles, observa-se em comum a tentativa de adaptação às mudanças no campo do jornalismo, busca por reconhecimento e por autonomia identitária.

Trabalho Autônomo

“A condição de autônomo ou trabalhador por conta própria é uma das modalidades que vão se expandindo em substituição ao contrato estável. O trabalhador por conta própria é, presumidamente, dono do seu tempo e do fazer profissional, patrão de si mesmo, gozando de liberdade e autonomia frente a qualquer agente econômico, ao contrário de quem trabalha sob o estatuto de assalariado e que deve se submeter à autoridade e à hierarquia da organização empresarial da produção de bens ou de serviços que o emprega.” (Holzmann, 2013).

O trabalhador autônomo tem de ser um empreendedor de si mesmo, responsável por sua própria produção, autopromoção, arcando com os custos de contribuição para a previdência, plano de saúde, situação que gera certa insegurança. Porém, muitos trabalhadores se beneficiam da possibilidade de ter autonomia para realizar projetos próprios, valorizando o controle sobre seu tempo, meios de produção, escolha de atividades e liberdade criativa.

Porém, como afirma Holzmann (2013), “a condição de trabalhador por conta própria, no contexto atual de organização econômica, pode não ser o trabalhador autônomo e empreendedor do ideário neoliberal, mas um trabalhador submetido à lógica, ao controle e à exploração do capital sob a máscara enganadora da autonomia.”

Flexibilidade

Tendo o empreendedorismo como base ideológica, o trabalho autônomo, presente na sociedade a bastante tempo, ganha nova roupagem, formalizada. Cada vez mais, o estímulo político para a formalização dos trabalhadores autônomos no país, a partir da constituição de Pessoa Jurídica, levanta questões sobre os limites dos conceitos e dimensões de análise que utilizamos para refletir sobre as situações de flexibilidade positiva e negativa nas relações de trabalho.

“A chamada “flexibilidade” acaba por transferir aos trabalhadores o peso das incertezas do mercado. Como mão de obra maleável, seja em termos de horário, de jornada de trabalho ou de vínculo empregatício (como empregos temporários, precários ou trabalho autônomo), esses profissionais não têm podido planejar suas vidas em termos econômicos e em termos afetivos.” (Fígaro 2013)

A flexibilidade nas relações de trabalho pode ser negativa, quando se observa aumento da exploração do trabalhador, da precarização das suas condições de trabalho e a subsunção de seus direitos conquistados, a “incerteza em relação às condições de trabalho e de rendimento, perda de garantias de acesso aos direitos laborais e às proteções sociais vinculadas ao trabalho, instabilidade e insegurança.” (Holzmann 2013).

“A definição de *trabalho precário* contempla pelo menos duas dimensões: a ausência ou redução de direitos e garantias do trabalho e a qualidade no exercício da atividade. Na primeira, considera-se o retrocesso em relação a conquistas não constitucionais, (...) decorrentes da flexibilização ou da supressão dos direitos laborais legais. Na segunda, consideram-se a relação entre ganhos e quantidade de trabalho e, complementarmente, aspectos de qualidade ligados diretamente ao exercício da atividade.” (Holzmann, 2011)

Porém, pesquisas têm demonstrado a existência de uma “flexibilidade qualificante, sob a qual se abrigam pessoas com alta escolaridade, com perspectivas de desenvolvimento profissional e mobilidade ascendente, exercendo atividades bem remuneradas e que demandam habilidades complexas” (Holzmann 2013). Assim, a flexibilidade pode ser considerada positiva quando aponta para uma perspectiva de autonomia de realização e de participação nos processos criativos (Rosenfield 2011).

Jornalismo

A relação do profissional da área da comunicação com o mercado de trabalho tem tido mudanças no Brasil com o aumento dos chamados “freelancer's” nos anos 90, a partir da promulgação da Lei do Bem, 11.196/05, que estimula a prestação de serviço individual intelectual, e da Lei Complementar 128/08, que criou condições especiais para que o trabalhador possa se tornar um Micro Empreendedor Individual, inserindo-o em um contrato baseado não na CLT, mas no Código Civil.

Jornalistas cumprem os mais diferentes papéis nessa diversificada profissão e estão cada vez mais, por escolha, necessidade ou imposição do mercado, aderindo a este tipo de relação de trabalho, formal, porém sem vínculo permanente e com contrato por tempo determinado. Jornalistas são prestadores de serviço intelectual, produzem um trabalho intangível, muitas vezes unicamente para mídias digitais. São profissionais autônomos qualificados, com curso superior, muitas vezes contratados para trabalhar apenas em determinados projetos e eventos.

Existem diversos exemplos de casos em que a justiça trabalhista brasileira reconheceu vínculo de trabalho de profissionais do jornalismo contratados como PJ, o chamado “freela fixo”, considerado uma aberração profissional e jurídica (Rainho, 2008).

Em um destes casos, a advogada do Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal, Fernanda Rocha, assim se posiciona sobre o que caracteriza o vínculo:

“Há relação de emprego quando a prestação de serviços se dá com regularidade, o empregado não pode se fazer substituir, há pagamento regular de remuneração, há subordinação e fiscalização quanto ao horário e trabalho apresentado, enfim, quando a relação empregado-patrão restar caracterizada.” (FENAJ, 2014)

Em pesquisa realizada recentemente em São Paulo a respeito da realidade dos jornalistas da região, as autoras assim se posicionam: “Com relação às relações trabalhistas, eles atuam sem vínculo, terceirizados e precarizados, trabalhando muitas horas e com baixos salários.” (Lima 2012).

O desenvolvimento das mídias de comunicação permite ao profissional realizar suas atividades de onde estiver com um dispositivo multifuncional que cabe no seu bolso. Mas, apesar das facilidades advindas dessas ferramentas de trabalho, empresas de comunicação têm cada vez mais contratado apenas um profissional, como PJ, para cumprir múltiplas tarefas, sobrecarregando o trabalhador, diminuindo a qualidade do seu trabalho e da sua vida pessoal e privando-o de direitos trabalhistas.

“Não há dúvida de que a informatização agilizou o processo de trabalho. Mas também intensificou os horários de fechamento e a pressão sobre o jornalista, que hoje trabalha muito mais: ele se pauta, entrevista, escreve, fotografa e filma. Quem está nas redações vê o tempo e a equipe reduzidos, controlados e apenas o trabalho ampliado. (...) O jornalista deveria fazer as reportagens; o fotógrafo e o cinegrafista, registrar o momento; e o diagramador, montar o jornal e acompanhar a gráfica. Mas não é o que ocorre: um jornalista produz o trabalho de três, às vezes quatro profissionais. E ganha apenas um salário para isso.” (Lima 2012)

De acordo com a pesquisa, para os jornalistas que trabalham em casa

“É ainda mais difícil separar a vida pessoal da profissional (...) o lar deixa de ser um local prazeroso, de descanso e lazer. “As novas tecnologias permitem que se trabalhe de qualquer lugar. Sem perceber, o profissional está trabalhando mais, fora do expediente, ou nos finais de semana. Ler jornal, ouvir rádio e assistir à televisão é diversão ou trabalho? Resposta difícil para um jornalista.” (Lima, 2012)

Objetivos

Esta pesquisa busca identificar e compreender as relações de trabalho que envolvem o trabalhador autônomo formalizado da área da comunicação, como estes atuam no campo da comunicação, por que estes profissionais optaram por trabalhar sob esta forma de vínculo e se esta relação de trabalho possui flexibilidade positiva ou negativa em relação aos indicadores utilizados.

Metodologia

Em pesquisa exploratória, realizada entre 2013 e 2015 com cinco profissionais que trabalham em diferentes segmentos na área de comunicação (notícias, cinema, fotografia, assessoria de comunicação e coluna de opinião), aplicamos entrevistas semi estruturadas, gravadas e transcritas, com jornalistas autônomos formalizados como pessoa jurídica, em Porto Alegre/ RS.

O roteiro de questões da pesquisa exploratória realizada compreendeu questionamentos baseados nas dimensões de análise criadas neste estudo, envolvendo a trajetória de vida do entrevistado, em específico sobre como chegou à sua profissão e quais suas experiências de trabalho; como se inseriu no trabalho autônomo e quais suas experiências na prestação de serviço individual; qual tipo de vínculo tem com a empresa ou cliente que o contrata no momento da entrevista e de que forma e para quem ele presta contas de seu trabalho; como é sua dinâmica de trabalho: horários, organização de trabalho, ambiente, tempo livre, que outras coisas faz na vida, férias e etc; quais as condições de que dispõe para realizar seu trabalho, como faz para divulgá-lo e como é a sua relação com chefe e colegas.

Dimensões de análise

- **Motivação/ Forma de Ingresso no Trabalho Autônomo**
- **Formas de Inserção no Mercado:** divulgação do serviço.
- **Forma de Vínculo**
- **Forma de Remuneração**

- **Relação Hierárquica:** da relação com seus pares e com seu contratante.
- **Autonomia de Conteúdo:** da parcela de criação sobre o que é produzido a partir da demanda do contratante.
- **Autonomia Operacional:** do tempo, cronograma de trabalho, horários, metas, tempo livre, das condições materiais e ferramentas de trabalho, do ambiente de trabalho e da forma como ele é realizado.

Entrevistas

Entrevistada nº1: Mulher, 21 anos, formada em jornalismo em 2013. Trabalha 8h diárias na redação jornalística de uma agência de publicidade, principalmente com reportagens e editoração de notícias e artigos sobre moda, saúde e comportamento, relacionadas a um produto que a agência em que ela trabalha tem a conta para divulgar no mercado. Seu contrato é através de seu PJ/ MEI, por tempo indeterminado, das 9h às 18h, recebe salário mensal equivalente ao dos contratados como CLT na mesma empresa.

Entrevista nº2: homem, 32 anos, formado em comunicação social em 2005, atua como hoje como PJ MEI desde 2013, está produzindo um documentário e fazendo serviços temporários como editor, animador, filmador e fotógrafo.

Entrevista nº3: homem, 31 anos, formado em educação física há 10 anos atrás, fotógrafo esportivo e de fotojornalismo, atuando no momento da entrevista em um contrato verbal para cobertura de evento artístico internacional na cidade, atuando entre 6 e 7 horas por dia por um salário durante por 2 meses, como autônomo PJ, categoria Simples, cadastrado desde 2011. Está constituindo uma agência fotográfica para venda de fotografias on line. Também vende suas fotos para outras agências.

Entrevista nº4: Homem, 49 anos, formado em filosofia, com mestrado e doutorado por concluir, trabalha como jornalista na editoria de política de um veículo de comunicação em mídia virtual com portal na internet. Tem contrato verbal e trabalha na empresa há 10 anos, como PJ desde 2001. Também é colunista em outros dois veículos virtuais semanalmente e faz trabalhos freelancer como repórter.

Entrevista nº 5: Mulher, 30 anos, formada em jornalismo, trabalha com assessoria de comunicação em coletivo com profissionais da área que atuam junto a artistas e também produz conteúdo para site de advocacia por demanda. Tem PJ MEI desde 2014.

Resultados

As respostas aos questionamentos feitos nas entrevistas foram sistematizadas no quadro abaixo:

	Caso 1	Caso 2	Caso 3	Caso 4	Caso 5
Vínculo	Agência de notícias	Documentário	Fotógrafo Freelancer	Colunista	Assessoria de comunicação
Ingresso no trabalho autônomo	Imposição do contratante	Nota fiscal	Abrir agência de fotografia	Imposição do contratante	Nota fiscal
Motivação	Não buscou	Liberdade de Criação e Tempo	Liberdade de Criação e Tempo	Não buscou	Liberdade de Tempo
Autonomia de Conteúdo	Não tem	Tem	Tem pouco	Tem	Pouco
Relação Hierárquica	Rígida	Flexível	Pouco Flexível	Pouco Flexível	Flexível
Autonomia Operacional	Não tem	Tem	Tem	Tem pouca	Tem
Remuneração	Salário	Por trabalho	Por foto ou projeto	Salário e projeto	Por trabalho e projeto
Inserção no Mercado	Não busca	Boca-a-boca	Divulgação internet	Não busca	Não busca

Análises Preliminares

Analisando o conteúdo das entrevistas observamos que todos os entrevistados demonstraram tendência a melhor adaptarem sua metodologia de trabalho e melhor administrarem sua profissão frente a nova dinâmica do mercado como autônomos. Através do desenvolvimento e popularização das mídias tecnológicas, observamos ser possível a realização de projetos cinematográficos e fotográficos dos entrevistados 2 e 3 e também a possibilidade de trabalhar em casa, prezada pelos entrevistados 4 e 5.

Há em comum entre os entrevistados uma busca por autonomia identitária, reconhecimento, autoexpressão através da criação e autorrealização no trabalho, principalmente nos casos 2 e 3. Pudemos observar que os entrevistados 2 e 3 demonstraram preocupação em realizar seu trabalho da melhor forma possível por que “seu nome é a sua vitrine”, que chamará novos trabalhos. A autonomia criativa e de tempo, mesmo que reduzida, parece ter peso para atrair o profissional com perfil empreendedor para a prestação de serviço individual. No caso 4 observa-se existência de maior autonomia criativa e operacional do que no caso 1. Porém, em situação de doença por que passou o entrevistado 4 em 2012, teve de trabalhar nesta condição por não ter dispensa remunerada.

Nos casos 2, 3, 4 e 5 ocorre uma clara mistura dos tempos de trabalho com os de lazer e de descanso e o profissional na verdade acaba trabalhando muito mais dos que as 8h diárias definidas pelo direito trabalhista.

Conclusões Parciais

Ocorre um movimento de incentivo do Estado e das empresas para o crescimento da relação de trabalho autônoma, o que pode ser positivo para diversos trabalhadores. Porém, da forma como se tem apresentado nas relações de trabalho nesta categoria, muitas vezes institucionalizando a instabilidade para diminuir gastos com mão-de-obra, abre brechas para situações em que todas as dinâmicas são iguais às de alguém contratado como celetista, porém, sem serem pagos os benefícios e cumpridos os direitos devidos, conhecido como “CLT disfarçado”, a exemplo da entrevistada 1.

O boom da chamada “pejutização” (crescimento de inscrições de pessoas jurídicas prestadoras de serviço com CNPJ), para muitos que não dispõem de recursos mobilizáveis e oportunidades, em um país tão desigual quanto o Brasil e em um campo de trabalho tão competitivo, muitas vezes se mostra como mais uma forma de trabalho precarizado na dinâmica do mercado capitalista.

Alguns dos elementos que precisam ser mais aprofundadamente estudados no decorrer do futuro desta pesquisa são o aparente embaralhamento nas relações trabalhistas destes profissionais, assim como os ideais de trabalho bom e ruim e a fronteira entre flexibilidade positiva e negativa na categoria.

Entre os entrevistados observa-se em comum uma tentativa de adaptação às mudanças no campo do jornalismo, devendo ser explorada mais a fundo a relação com a evolução da tecnologia e dos saberes e ferramentas de trabalho no campo, assim como aprofundar o entendimento sobre a busca por reconhecimento e por autonomia identitária presentes na trajetória da carreira profissional dos entrevistados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, Henrique. **O trabalho imaterial no debate contemporâneo**. In: Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II, org. Antunes, Ricardo, pag. 105. Boitempo, São Paulo, 2013.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**. São Paulo, Boitempo, 2000.

CATTANI, Antonio David, HOLZMANN Lorena (orgs.). **Dicionário de trabalho e tecnologia**. 2. ed. Porto Alegre, RS: Zouk, 2011.

DUARTE, Filipe Vincensi. **Gestão de si e empreendedorismo: o microempreendedor individual e as novas formas de inserção no mercado de trabalho**. Trabalho de Conclusão do Bacharelado em Sociologia na UFRGS, 2011.

FENAJ. **TRT reconhece vínculo de jornalista contratado como PJ**. Notícia publicada em 12/07/2014, 11:05. Disponível em <<http://www.fenaj.org.br/materia.php?id=4137>>. Último acesso 17 de out. de 2014.

FÍGARO, Roseli. **Atividade de comunicação e trabalho dos jornalistas**. E-compós, Brasília, v.16, n.1, jan./abr. 2013.

FÍGARO, Roseli. **Comunicação e trabalho para mudanças na perspectiva sociotécnica**. Revista USP, São Paulo, p. 97-107, jun./jul./ago. 2010.

HOLZMANN, Lorena. **O Trabalhador por Conta Própria no Brasil**. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, v.34, n.124, p.119-137, jan./jun. 2013.

KOVÁCS, Ilona. **Novas formas de organização do trabalho e autonomia no trabalho**. Sociologia, Problemas E Práticas, n.º 52, 2006.

LAZZAROTO, Maurizio e NEGRI, Antonio. **Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade**. Lamparina, Rio de Janeiro, 2013.

LIMA, Cláudia do Carmo Nonato. **Comunicação e mundo do trabalho do jornalista: o perfil dos jornalistas de São Paulo a partir da reconfiguração dos processos produtivos da informação**. Dissertação de Mestrado, ECA/USP, 2010.

LIMA, Cláudia do Carmo Nonato. **Formação, relações de trabalho e novos processos produtivos: o discurso de jovens jornalistas de São Paulo**. Comunicação & Inovação, São Caetano do Sul, v. 13, n. 25:(53-60) jul-dez 2012.

LIMA, Francisco Meton Marques de. **A prestação de serviço sem vínculo de emprego – Lei nº 11.196/05: O retorno ao princípio da Autonomia da Vontade**. Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região. Teresina, v.4, n.1, p. 63, jan./dez. 2007.

RAINHO, João Marcos. **Jornalismo Freelance: Empreendedorismo na comunicação**. Summus, 2008.

ROSENFELD, Cinara L. **Trabalho decente e precarização**. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 23, n. 1. 2011.

Os trabalhadores homens, em tempos flexíveis pertencem à classe ou a sorte de cada um?

Eliane de Moura Martins¹

Neste artigo pretendemos problematizar a relação da estruturação de uma identidade individual e coletiva de trabalhador, com o reconhecimento social da pertença comum a um conjunto de valores sociais, no recorte do gênero masculino, tendo como pano de fundo contexto do Brasil no modelo de acumulação fordista periférico que permitiu aos trabalhadores um sentir-se integrado socialmente na promessa da sociedade salarial, da cidadania regulada, promessa esta, que no modelo de acumulação flexível, implantado nas últimas duas décadas, encontra-se desconstituída. Essa problematização pretende lançar luz sobre dimensões da questão de que na ausência de uma promessa de integração social, de pertença a um conjunto de valores, em tempos de profundas transformações, impera a lógica da nova gramática, onde os trabalhadores são impelidos à perspectiva do sujeito gestor de si mesmo, competidor, empreendedor, logo uma gramática que pressupõe um alto nível de desvinculação social, com isso como e em quais elos sócio políticos os sujeitos sociais poderão reconhecer-se como parte de uma identidade coletiva de trabalhadores, ou simplesmente como mais um, jogado a sua própria sorte?

Palavras-Chave: Identidade, Reconhecimento, Integração Social.

No Brasil, um dos primeiros elementos que sociologicamente precisamos ter em mente, quando pensamos temas ligados ao trabalho, é que a história do trabalho não iniciou com o processo de modernização urbano industrial do começo do século XX. O trabalho no Brasil inicia com a colonização portuguesa, na violência do latifúndio, na pobreza da monocultura e na desumanização do trabalho escravo, exportando, ou simplesmente saqueando as riquezas locais e continentais, enviando-as para as metrópoles ou impérios de cada período histórico, coisa que até os dias de hoje, alterou-se epidermicamente apenas.

Para considerarmos os impactos destes quatrocentos anos de trabalho escravo, contribuem em muito as reflexões de Adalberto Cardoso (2010) que investiga as razões da

¹Graduação em História pela UFSM, mestrado em Sociologia e em fase de doutoramento pela UFRGS, bolsista CAPES.

magnitude e da persistência da desigualdade social da grande massa de trabalhadores na ordem capitalista no Brasil e com isso sua dificuldade em estruturar uma matriz identitária capaz de interpretar sentidos comuns de práticas sociais. O que Souza (2012) em outras palavras tem designado de “*ralé*” estrutural, termo usado para chamar a atenção e não para ofender, de um contingente humano esquecido há gerações, percebido como carente ou como perigoso.

Com este pano de fundo, objetivamos problematizar os aspectos de reconhecimento e de pertença a uma identidade coletiva de trabalhadores, na atualidade, sob a lógica da sociedade do trabalho flexível, a qual não rompeu com as heranças da sociedade do trabalho do passado escravista, como a degradação do trabalho manual, mas as incorporou, mantendo ou rebaixando as condições de existência de grandes contingentes humanos, presos a escravidão da subsistência cotidiana. Uma realidade que pode ser lida como consequência do que Coutinho (1989) afirma ao observar que todas as opções concretas enfrentadas pelo Brasil, em relação a transição para o capitalismo, desde a Independência, Proclamação da República, Revolução de 1930, golpe de 1964, encontram solução “pelo alto”, ou seja, elitista e antipopular.

As soluções “pelo alto” são frutos da não revolução popular, ainda que de caráter democrático burguesa, que enfrentasse o latifúndio e a dependência do imperialismo. Uma condição histórica que em Gramsci, segundo Coutinho (1989) passa pela “revolução passiva”, ou seja, na ausência de uma revolução popular e unitária, as classes dominantes, diante das crises e reações populares, propõem modificações e novas transformações reais, o que torna a atuação política organizada mais complexa em direção a uma construção de identidade afirmativa, coletiva, consciente enquanto classe trabalhadora, capaz de projetar e perseguir um projeto de sociedade e de país, considerando ainda que grandes setores populares seguiram e seguem politicamente marginalizados, sem espaços na esfera pública de negociação de seus interesses.

Cardoso (2010) defende que o Estado moderno, capitalista, brasileiro nasceu pobre, fraco e violento, em sua estrutura administrativa e burocrática, dependente das oligarquias locais e regionais, as quais nem conseguia taxar a produção e mal arrecadava impostos dos produtos de exportação, os quais dependiam da agência dos mercados internacionais, sob os quais não tinha controle. A única esfera estatal que chegou até as grandes massas foi a repressão a levantes populares e a institucionalização horizontal e vertical da violência.

Esse Estado fraco, dependente, violento e pobre, que foi legado a República, arrastava os compromissos políticos e de poder com as oligarquias agrárias, como o de não regular e não interferir na gestão da força de trabalho escrava ou não. Um Estado “moderno”, incapacitado para instituir mecanismos liberais de proteção social de cunho universalista e que ele próprio, Estado, tornou-se o motor de criação e manutenção de hierarquias e desigualdades sociais, e mais ainda segundo Cardoso (2010).

(...) entre nós o Estado foi construído tendo como principal contraponto os *inimigos internos*: os escravos, o povo pobre e a sedição federalista. Um Estado liberal, portanto, construído contra seu próprio povo, ou armado para se proteger dele, (Cardoso, p. 87, 2010).

Ao resgatarmos alguns dos aspectos do Estado, sem a intenção de agregarmos aqui teorias do Estado, estamos buscando compreender sob qual realidade operou a categoria de taylorismo primitivo no Brasil, usada por Braga (2013), no sentido de contextualizar minimamente que no início dos anos de 1900, havia um movimento de instituições em torno da racionalização do recente, instável e precário trabalho industrial. Mas era uma racionalização que não conseguia abarcar e implantar os valores liberais modernos, um exemplo disso foi o investimento das elites, especialmente no sudeste do país, com a imigração de força de trabalho europeia, constituída de pessoas “brancas e civilizadas” em detrimento dos brasileiros, os *inimigos nacionais*, marcados pelo passado escravista.

Outra marca desse processo foi à extrema pobreza em que se encontravam as massas de trabalhadores urbanos em especial, que Cardoso (2010) demonstra com os dados da expectativa de vida que em 1930, era de 37,3 anos para as mulheres e de 35,7 anos para os homens, os quais obtinham salários individuais tão baixos e insuficientes, que mulheres e crianças precisavam trabalhar para garantir a sobrevivência das famílias. É um período de profunda crise econômica e social em que a aliança de forças e grupos políticos constituídos para conduzir o destino da Primeira República encontrava-se esgotada, criando as condições para uma recomposição política em torno de algo novo, um projeto de nação, pela primeira vez.

É nesse contexto de crise nacional e internacional, dos anos de 1930 que o Brasil inicia a sua trajetória em direção a uma primeira e talvez ainda única promessa de cidadania salarial, com o papel marcante desempenhado por Getúlio Vargas, em um tipo

de “revolução passiva” que irá inaugurar esse capítulo ainda em aberto em nossa história. A obra de Vargas buscava a “promoção do homem brasileiro”, resgatando-o do esquecimento das instituições civilizatórias as quais o abandonaram a própria sorte, para com isso integra-lo no projeto de cidadania pelo trabalho formal. Vargas se defronta com reivindicações dos trabalhadores como salário mínimo, férias pagas, direito a aposentadoria, as acolhe ao preço da imposição de uma legislação sindical copiada da *Carta del Lavoro de Mussolini*, que anulava a autonomia sindical, aprisionando-a ao aparelho do Estado.

Em Cardoso (2010), estão os elementos que compuseram esse embate ideológico desse período e aqui de modo sumário, elencamos algumas de suas ideias principais, as quais corroboram com o processo de preparação para o ingresso do Brasil no caráter do desenvolvimento fordista periférico, e aos elementos que darão base ao modo de regulação chamado de populista e que ocorreu segundo Braga (2013) no período de 1943 a 1964. O fordismo periférico tenta absorver, sem reformas estruturais os conflitos classistas, oriundos das heranças do trabalho escravo, da instituição do fraco e pobre Estado liberal moderno e da inserção reiteradamente dependente e subordinada do país na divisão internacional do trabalho.

O projeto de promoção do homem brasileiro de Vargas inicia por retirar da ilegalidade questões relativas ao trabalho e ao social, com a Constituição de 1932. O Estado Varguista ao apresentar-se com um projeto, com uma ordem jurídica, afirmou pela primeira vez a ideia de *nação* com um projeto em curso de construção nacional afirmando pela primeira vez que nele havia lugar para os trabalhadores, ainda que suas organizações sindicais, estivessem prisioneiras do Estado e que as organizações políticas vivessem sob a clandestinidade na maior parte desse período. Mesmo nessa contradição Vargas impôs às elites a visão de que os trabalhadores não eram corpos descartáveis e sim pessoas em relação, afetando a lógica da indiferença e do não reconhecimento do outro. As elites locais vivenciaram essa posição de Vargas com desconfiança, medo, violência e preconceito e com a imposição de que esses preceitos ficariam restritos ao trabalho urbano, formal, preservando as oligárquicas rurais da implantação da nova legislação trabalhista.

Esta “jovem” ideia de cidadania, regulada para o universo do trabalho, legalmente reconhecido no ambiente urbano, afirmava ainda que de modo limitado o direito à construção de uma identidade positiva do trabalho que Cardoso (2010) aponta como uma

promessa de incorporação social das massas em um projeto de nação. Massas, contingentes humanos até então invisíveis pelos modos de regulação anteriores, finalmente envolvidos em uma promessa que alargava o horizonte de expectativas de inclusão na sociedade salarial e de uma práxis social, mais integrada coletivamente. Para termos um pouco mais clara essas dimensões o alcance e os limites desse processo é importante trazer parte do conceito de cidadania regulada que o autor adota a partir de Wanderley Guilherme dos Santos, o qual reproduzimos:

(...) são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer das ocupações reconhecidas e definidas em lei. A extensão da cidadania se faz, pois, via regulamentação de novas profissões (...) a cidadania está embutida na profissão e os direitos do cidadão restringem-se aos direitos do lugar que ocupa no processo produtivo, tal como reconhecido por lei. Tornaram-se pré-cidadãos, assim todos aqueles cuja ocupação a lei desconhece. (Cardoso, p.218, 2010)

O espectro de direitos dessa promessa de sociedade salarial passou pela instituição do salário mínimo, por regulação da jornada de trabalho, do descanso remunerado, férias, aposentadoria, organização sindical controlada pelo Estado. Todas, regulações inéditas na vida dos trabalhadores brasileiros, emergem como possibilidade de pertencer à comunidade de direitos, ao mundo da proteção social, do reconhecimento social, mas também emergem de um longo e perseverante processo de lutas políticas dos trabalhadores.

Eram espectros de direitos que reconheciam a desigualdade de forças nas relações entre capital e trabalho e que o polo do trabalho, estava em situação de inferioridade de poder, subordinado a condição exclusiva de vendedor de força de trabalho e nada mais, portanto deveria ser protegido. O papel de proteção cabia ao Estado que no caso brasileiro a partir da era Vargas, passa a constituir uma máquina pública para poder cumprir com a tarefa de mediador dessa relação, em uma lógica dualista aparente. Segundo Braga (2013) o dualismo entre agrário atrasado e urbano moderno foi na verdade uma unidade dialética. O fordismo periférico necessitava de uma numerosa força de trabalho para uma intensa forma de exploração e necessitava de meios de subsistência, esses elementos foram fornecidos pelo mundo rural, além de que os proprietários rurais não foram alijados das estruturas de poder e dos benefícios trazidos pela industrialização, desse modo o fordismo

periférico não necessitou destruir o antigo modo de acumulação, mas o incorporou e o transformou “pelo alto”.

Ainda caracterizando o fordismo periférico que segundo Braga (2013) passa pelo mercado mundial, estruturado através da combinação entre nações capitalistas desenvolvidas e subdesenvolvidas em um sistema de trocas mercantis autocondicionantes. Um mercado que no processo de industrialização que seguiu após a II Guerra Mundial colocou países como Portugal, Espanha, Grécia, México, Brasil entre outros na condição de um fordismo de caráter periférico, que no caso brasileiro, ocorreu segundo o autor no período entre 1950 a 1990, e foi caracterizado por:

O caráter “periférico” desse sistema social advinha do fato de que os níveis mais qualificados da fabricação e, sobretudo, dos setores de engenharia permaneciam exteriores a esses países. Além do mais, do ponto de vista dos mercados de consumo de bens duráveis, a dinâmica econômica estaria concentrada na elevação do poder aquisitivo das classes médias locais à custa do declínio da capacidade de consumo dos trabalhadores – inflação, elevação da produtividade do trabalho, degradação salarial, rotatividade da força de trabalho... Ou seja, os ganhos de produtividade alcançados pela mecanização, não eram repassados aos salários dos operários, contribuindo para reforçar o exército de proletários e semiproletários subempregados por meio da contenção das necessidades dos trabalhadores (...) o modelo de desenvolvimento fordista periférico apoiou-se em uma articulação da política de substituição de importações com a mudança do conteúdo das exportações rumo aos bens de consumo durável somado a uma retomada das importações de bens de capital dos países centrais. Assim ao longo do segundo pós-guerra o fordismo periférico teria se transformado no modelo de desenvolvimento predominante naqueles países. (Braga, p.21, 2013).

Aliada a estas características o autor também destaca o caráter do despotismo fabril, dirigido tanto por executivos estrangeiros, quanto por empresários brasileiros em relação às condições de trabalho, precárias no que dizia respeito ao acesso a comida, água, atrasos nos pagamentos dos salários, maus tratos dos supervisores, falta de assistência médica, demissões injustificadas. O caráter despótico da fábrica se fortalece após o golpe de 1964, com base na aliança empresarial-policial especializada em destruir qualquer início de militância nas bases. Por outro lado a repressão alimentou a solidariedade operária que

percebia na mobilização em torno das grandes greves a única possibilidade de alcançar a melhores condições de vida.

Esse modelo de desenvolvimento ocorrido no Brasil, fortemente subalterno à dinâmica das economias centrais, dependente de sua matriz tecnológica, inserido de modo subordinado na divisão internacional do trabalho, foi possível como afirma Cardoso, devido às características fundacionais do Estado capitalista liberal nacional, pobre, fraco e violento, que Vargas tenta modernizar, “pelo alto” com uma aliança política parcial que compõe com urbano e rural, um processo de modernização conservadora.

Em Braga (2013) há uma complexa exposição histórica e sociológica das diferentes leituras que analisaram os posicionamentos dos trabalhadores ao longo do século XX, diante desse processo. Foram compreendidos como “passivos”, diante de seus precários vínculos com o trabalho e precárias condições econômicas e sociais de vida e justamente por isso, sem tempo e recursos para participar de atividades organizativas e políticas, logo por isso não engajavam-se em mobilizações e reivindicações coletivas sindicais ou partidárias. Outra posição defendia que as classes subalternas, fragilizadas pelo baixo nível cultural e educacional, eram “manipuladas” por líderes carismáticos e com isso reforçava de outro modo à ideia de que os trabalhadores eram inabilitados para a ação política.

Das posições dos trabalhadores e suas respectivas análises nos interessa nesse momento, os argumentos que Braga (2013) resgate, desde as análises de Chico de Oliveira, que se contrapuseram a estas leituras sociológicas ao defender uma leitura da sociologia aplicada, pública e crítica do trabalho, sobre a *inquietação operária*, em sua prática política alimentada por um classismo em estado prático², onde os interesses materiais devem ser compreendidos como o primeiro nível das relações de força política. Nesse sentido a inquietação dos trabalhadores em torno de questões materiais, referidos pelo autor, estão em sintonia com o quadro a respeito das precárias condições de vida, informado por Cardoso.

Nesse sentido Braga trabalha argumentos na defesa da hipótese de que a promessa da sociedade salarial, de superação do subdesenvolvimento foi frustrada pelo fordismo periférico que expressou a inserção dependente do país na estrutura da divisão

²A noção de classismo prático em Braga é inspirada em Gramsci e refuta qualquer aproximação com o determinismo econômico, mas alerta que é o momento realista, o terreno dos interesses materiais, mas cujo destino histórico de transição para relações políticas de classe depende de uma série de recursos como tradição político-organizativa, o desenvolvimento da cultura política nacional, o nível ideológico do grupo dirigente.

internacional do trabalho. Mas, segundo o autor, isso não impediu e nem afastou os trabalhadores de auto organizarem-se de forma progressiva em uma prática política, que foi capaz de pressionar o Estado e o capital para fazer cumprir a promessa de cidadania salarial.

Portanto, sim os trabalhadores foram capazes de passar de uma aparente acomodação à ação política coletiva e reivindicativa e com isso esgarçaram os limites do modo de regulação populista que vigorou entre 1943 e 1964 e o modo de regulação autoritário de 1964 a 1984. Entendendo os modos de regulação como um complexo de instituições e leis responsáveis por reproduzir os conflitos inerentes entre a relação capital e trabalho e considerando que a regulação autoritária foi uma consequência dos limites do populismo que não podia negar a incorporação real de parte da pressão popular pelos compromissos com este, mas encontrava-se em seu limite, pois os avanços seguintes exigiriam reformas estruturais o que os grupos dominantes não estavam e seguem não estando dispostos a ceder.

A regulação autoritária do regime militar vai ser pressionada por uma nova práxis social, que emerge de um jovem movimento sindical, migrante, católico, com princípios da família patriarcal firmes, acessando o emprego, mantendo a família coesa e transmitindo valores positivos do trabalho no e do interior das promessas do fordismo periférico, sobretudo, intensificados pela explícita contradição do período do “milagre econômico”, que ocorre entre 1968 a 1973, com taxas de crescimento econômico entre 10 e 12% ao mesmo tempo em que a insatisfação com as precárias condições materiais de vida, se avolumavam.

Este novo sujeito, em especial masculinos, adultos, mais brancos do que negros, ocupantes de frações dos setores profissionais mais qualificados, mais bem remunerados e mais estáveis da grande indústria metalúrgica de automóveis e da indústria química, que encontrava sentido na promessa da sociedade salarial, vai buscar elevá-la, atualizando, rompendo e superando o velho sindicalismo “pelego”, sendo capaz de forjar e implementar novas perspectivas de projetos coletivos, na direção da bandeira de Vargas do projeto de nação, ainda incompleto.

Vale salientar que o processo da promessa de cidadania salarial, regulada, na prática jogou milhares de pessoas do campo para a cidade, em degradantes condições de moradia, insegurança nas condições de trabalho, levando-as a estabelecer relações de solidariedade,

desde a construção de suas próprias casas, em regime de mutirão, o que também servia para baratear o custo da força de trabalho até movimentos de pressão organizada e coletiva para forçar o poder público a que estendesse os serviços urbanos básicos como energia elétrica e água potável. As massas proletarizadas, viviam no cotidiano as experiências da discriminação de origem, de raça, social, carestia alimentar, tudo isso compôs o cenário e o estado de inquietação permanente que foi se desenvolvendo no subsolo social, amadurecendo e explodindo em ciclos de greves tanto nos anos de 1960 e como nos anos de 1970, cada vez mais amplos e articulados.

Desse modo, após os ciclos de greves do final dos anos de 1970, com a abertura da ditadura militar, no início dos anos de 1980, emergem da classe trabalhadora, um conjunto de ferramentas políticas e organizativas, como o Partido dos Trabalhadores, a Central Única dos Trabalhadores, o Movimento Sem Terra, a Central dos Movimentos Populares, envolvidos com pautas econômicas contra a carestia e com uma pauta política e democrática das Diretas Já e da Constituinte Cidadã. Havia sido formado um caldo cultural, político, ideológico, cozido nesse longo processo de inquietação social que vai ser capaz de propor uma repactuação social e política, apontando as possíveis soluções para a crise econômica e social que assolava o período, também chamado de década perdida.

O novo pacto social, sistematizado e simbolizado através da Constituição Cidadã de 1988, continha basicamente três grandes acordos, entre as forças vivas das classes sociais, os quais passavam por; retomar o crescimento econômico, ou seja, fazer cumprir a promessa da sociedade salarial, restabelecer a democracia e diminuir os índices de pobreza das grandes massas. Destes três pontos, basicamente apenas a democracia eleitoral foi restabelecida nos anos de 1990, de resto os outros dois elementos vieram a ser enfrentados nos anos 2000 pelos governos Lula e Dilma, em um cenário político rebaixado de mudanças sociais em torno de um pacto de conciliação de classes, onde todas as medidas de reformas estruturais e a clássica batalha de ideias foram renegadas.

Enquanto o Brasil, em sua década perdida, esgrimava com sua própria história que insistia e insiste em resolver as contradições e os conflitos sociais “pelo alto”, a conjuntura internacional da crise do sistema capitalista, iniciada na década de 1970 nas economias centrais, avançava a passos largos, rumo à periferia do sistema em um contexto complexo que nos limites deste espaço não comporta uma análise, mas apenas uma ponte, no que diz respeito ao ingresso do país na agenda neoliberal de solução dos problemas estruturais

da crise capitalista. O Brasil em 1988 acertava as contas internamente entre as classes sociais, com um novo pacto político de ampliação da cidadania salarial, para além dos muros do mundo do trabalho, alcançando finalmente mínimos sociais universalistas. Também emergia novamente uma perspectiva de projeto político de país, com base em reformas estruturais, através do Partido dos Trabalhadores que em 1989 perde eleitoralmente uma oportunidade histórica.

A derrota eleitoral de Lula em 1989, a queda do Muro de Berlim no mesmo ano, que significou uma derrota, ideológica, política e cultural para a esquerda global e a introdução da agenda neoliberal no Brasil, marcam e inauguram a década de 1990, para Oliveira (2004) tratou-se politicamente nessa década de uma nova ofensiva liberal conservadora, sob as empresas públicas e privadas, o Estado, os sindicatos, os partidos políticos, os movimentos sociais e demais organizações da sociedade civil. Todos estes elementos de longe podem ser considerados simplórios e já resolvidos teoricamente e empiricamente, o seu desenrolar esta em curso e em disputa política.

A marca mais severa desse processo pode ser sentida no mundo do trabalho com o desmonte de direitos trabalhistas conquistados ao longo de anos, a flexibilidade das contratações, da remuneração, da jornada de trabalho, o peso das terceirizações, o peso do desemprego estrutural, da informalidade em massa, a revolução tecnológica da microeletrônica, novas técnicas de gestão e produção, as privatizações do patrimônio público, a lógica da concorrência da competitividade, vão produzindo o que Harvey (1993) e Alves (2011) (2013) irão chamar de captura da subjetividade dos trabalhadores e seus consentimentos espúrios propiciados pela emulação da produção simbólica e concreta do medo, medo do desemprego, medo do não acesso à renda e ao consumo, a moeda de troca nessa relação, foi e segue sendo o consentimento aos rebaixamentos do estatuto do trabalho.

Desde a década de 1990, o ideário neoliberal impõe uma exploração mais intensa e demasiada ao trabalho, renovando uma relação mais profunda de subordinação, através de um trabalhador cooperativo, flexível, consensual, participativo, que consente em esquecer-se de seus direitos para manter o emprego, com tempo determinado de contrato de trabalho. Um trabalhador que é mobilizado pela empresa, pela gestão, pela cultura cotidiana a esvaziar sua memória de direitos, seu pertencimento social coletivo, suas raízes históricas, sua memória de tradições, lealdades, costumes para entregar-se no voo livre da

colaboração, do consentimento, na forma generalista de dedicação, ou seja, disponível, polivalente para atuar em diferentes necessidades, em ambientes de equipe, para o sucesso da empresa e de sua produção enxuta.

Um trabalhador educado para uma extrema racionalidade na produção enxuta, mas somente na linha de produção, produz bens cada vez com menor tempo de uso e ao mesmo tempo, um sujeito que é educado, impelido, motivado a resolver e a encontrar prazer e felicidade no consumo irracional, descartável e descompromissado, impregnado de liberalismo individual. Sob esse dilema material e cultural como foi se dando transformações nas formas de construção de identidades coletivas, nas formas de simbolizar vínculos e sentimentos de pertença a uma classe, a um projeto sociedade e de país?

Essa questão complica-se ao ser recortada sob o ângulo do gênero masculino que foi mobilizado no período do fordismo periférico, para a linha de frente do processo de acesso a cidadania salarial, foi o primeiro a ser incorporado na sociedade protegida dos direitos do mundo do trabalho, à custa da reprodução social não qualificada feminina, negra e jovem. O ser masculino, construído socialmente, culturalmente empoderado pela lógica patriarcal de dominação, controle e poder que impera a pelo menos uns sete mil anos, é este ser que nos últimos vinte anos viu-se em primeira mão, jogado, descartado individualmente e em massa para fora do mundo protegido da cidadania salarial.

Essa mesma reestruturação da produção, que enxuga as grandes plantas industriais, com demissões massivas de operários qualificados, irá por outro lado inovar e ampliar uma gama elevada de serviços, das mais variadas ordens, em geral postos de trabalho, precarizados, de baixa qualificação profissional, baixos níveis salariais, altos índices de rotatividade, baixos níveis de proteção legal, os quais serão ocupados em sua maioria por mulheres, pobres e que ao longo dos anos vão tornando-se chefes de família.

O que aconteceu com este sujeito empoderado simbolicamente e fracassado socialmente? Como os seus filhos, que cresceram em meio ao desespero do desemprego estrutural, da falta da renda, da explosão dos índices de violência nos grandes centros urbanos, interpretaram essa realidade? Como a geração nascida nesse período interpretou e interpreta a velha e desgastada promessa da sociedade salarial nesse breve intervalo de tempo do neodesenvolvimentismo lulista? Essa fase reascendeu essa promessa em quais termos?

Optamos por uma narrativa sumária desse contexto e sem maiores citações, por isto estar fartamente documentado na sociologia crítica nacional e internacional, com certo nível de consenso, de modo que a síntese e as questões referidas acima tem o objetivo de resgatar o sentido da reflexão da hipótese defendida por Rui Braga de que os trabalhadores brasileiros ao longo do século XX não eram nem, manipulados, nem passivos e o autor inspirado em Gramsci defende a ideia do “fatalismo dos fracos”, ou seja, a inquietação social, como sendo um estado que antecede a transformação dos subalternos em protagonistas de sua própria história (Braga, p.130, 2012).

Em meio a essa crise estrutural do sistema do capital, que opera medidas cada dia mais agudas em torno da retirada de direitos, da elevação da produtividade do trabalho, sofisticando medidas de coerção, fragmentando trajetórias de trabalho, produzindo uma gramática meritocrática em relação ao universo do trabalho, com os termos empreendedor, gestor de si mesmo, esvaziando promessas, projetos e horizontes sociais e coletivos de classes, de país, de sociedade, restando ao ser social, um presente incessante, sem passado e sem futuro, preso a uma lógica de integração social pelo nível de acesso ao consumo. Neste cenário, perguntamos como ou por quais eixos é possível ressignificar um processo de reconhecimento social e afirmação de identidade coletiva, em torno de um horizonte social de futuro?

Em linhas muito gerais, nesse espaço, tratamos reconhecimento social como produto de bases normativas, ou seja, normas que originam-se de regras, produzidas na socialização de costumes, princípios religiosos, políticos, artísticos, cívicos, enfim normas, que vem da memória histórica, da linguagem. Regras que são aprendidas socialmente como algo que devem ser respeitadas, como construções coletivas do modo de ser, do comportamento humano, enfim uma cultura, mas esta dialeticamente e irreduzivelmente não foge de embasamentos concretos e materiais das condições objetivas de vida.

Compreendemos identidade, também em linhas gerais, como parte da articulação da relação de um ser em si, em suas condições históricas, políticas, materiais e subjetivas, com os outros, mediados por um conjunto de interações e trocas. Enfim relações sociais, que nesse caso nos interessa destacar em seu diálogo com o recorte da construção identitária tecida internamente ao mundo do trabalho do capitalismo contemporâneo, baseado em relações flexíveis, informais, desvinculadas, instáveis, vazias, precárias, que

produzem um estar no mundo, permeado por condições provisórias, descontinuadas em termos de acumulação de experiências com o outro, construção de laços de confiança e lealdade com o outro, no tempo e no espaço.

Desse modo o reconhecimento social que requer uma condição de normatividade das relações sociais, as quais também são materiais e históricas, compartilha no longo tempo valores, significados, símbolos, laços, ética, vínculos, forjando uma gramática que torna capaz a conjugação de um “nós”, ou seja, forja um sujeito coletivo. Mas em não havendo relações de longo prazo, no mundo do trabalho e suas condições objetivas para compartilhar valores sociais, resta voltarmos o olhar para os espaços iniciais de nossa socialização e nesse caso percebermos também os limites e as possibilidades de um processo político pedagógico de reconstituição de laços sociais, em torno da conjugação de um novo e adequado “nós” a esse contexto histórico.

Jessé de Souza (2012) chama a atenção para o processo de identificação de classes como algo para muito além do econômico, como algo que passa por estilos de vida e por uma visão de mundo “prática”, que se torna corpo e em grande medida é “inconsciente”, ou seja, pré-reflexivo e que é diferente de classe para classe. Nas classes médias, os filhos desde a tenra idade são socializados, vendo o pai ler o jornal, a mãe lendo um romance, o irmão mais velho desmistificando qualquer problema de informática, falando inglês em um ambiente de identificação afetiva e emocional que torna esse cenário privilegiado em algo natural.

Nestas precondições morais, emocionais, materiais emerge um sujeito disciplinado, competitivo, produtivo, empreendedor, onde o mérito individual o lança quilômetros na frente na corrida social, onde os indivíduos das classes subalternas são percebidos como culpados por sua má sorte, partindo na competição social de pontos remotos, precários, atrasados. Indivíduos que não só são simplesmente desprovidos de capital cultural e econômico, mas nas palavras de Jessé, desprovidos, esse é o *aspecto fundamental*, das precondições sociais, morais e culturais que permitam essa apropriação (Jessé, p. 25, 2012). Essa perspectiva de Souza nos religa ao parágrafo de perguntas acima, onde perguntamos que sujeito social e político emerge dessa realidade.

Dito isto, se as classes médias são socializadas em meio a um ambiente “natural” de privilégios e se os subalternos nem possuem as precondições de apropriação social e moral para uma condição de vida digna, restaríamos aguardar a barbárie social, sem alimentar

maiores esperanças. Por outro lado, a vida humana, processual, contraditória, dialética e, sobretudo, histórica, porque feita pela ação humana, pode construir pela ação, pela atividade intencional humana, outros caminhos. Nesse sentido o movimento da inquietação social seguramente existe, embora nem sempre seja percebido como tal, pela sociologia crítica, pela historiografia. Talvez essa inquietação aparece na forma de índices de violência, nos 50% da força de trabalho operando no mercado informal, ingresso massivo de novos crentes nas igrejas pentecostais, matança da juventude negra nas periferias, altos índices de acidentes de trânsito, no feminicídio de a cada três horas uma mulher ser assassinada no Brasil, enfim dados públicos que dizem do quanto a sociedade brasileira esta explodindo em conflitos em contradições.

Essas contradições podem ser desenvolvidas na perspectiva de Gramsci (1987) ao considerar que todos somos filósofos, todos os seres sociais, expressam três características filosóficas; a linguagem e esta é mais do que palavras, são conceitos, visões de mundo e expressam uma cultura, o senso comum, cujo núcleo é racional e concentra as forças, não deixando-se levar por instintos e impulsos violentos, o senso comum identifica a causa exata, simples, imediata, limitada, sem se deixar divagar, seu núcleo sadio é o bom senso e a religião popular que são as crenças e os modos de ver e agir unificados, são normas de conduta adequadas a concepção de mundo.

Essas três características aparentemente simples, devem compor um esforço empírico e teórico em desvendar o pensamento atual da força de trabalho brasileira, ou seja, as visões de mundo dos trabalhadores em tempos de acumulação flexível, em tempos de desfiliação de tradições e identidade coletivas. Desvendar sua linguagem requer escutar a origem e o sentido de suas palavras, compreender, inquerir e problematizar as leituras feitas sob seus “tijolaços” de senso comum, um senso comum que não tem história, documentos, registros mas é uma fonte de referências, debaixo do senso comum, há uma massa de saberes e ações populares, de resistências, de sobrevivência, de simbolizações, de registros de como ficar vivo socialmente, mas a leitura desse universo não esta nas bibliotecas.

Um exercício político pedagógico que seja capaz de partir da compreensão destes três níveis, no âmbito do trabalho do desenvolvimento de uma nova cultura política nacional, em diferentes níveis e grupos sociais, desde as massas populares, aos núcleos dirigentes, políticos intelectuais, culturais. Trata-se de recriar movimentos políticos ou

espaços políticos, públicos que possam interpretar, ler, captar a linguagem, as crenças, os modos de agir, vivos em diferentes níveis da inquietação social, problematizando e desmistificando as “culpas”, historicizando os impedimentos, as proibições da entrada do povo brasileiro na condução de sua própria história.

Historicizar quem quer e porque quer que a cidadania brasileira seja transformada em consumidora, passiva, espectadora, antiprogressista, que acredita não precisar dos outros. Historicizar e enfrentar a dimensão de justiça, o que compreendemos por justiça e como podemos e devemos busca-la. Fraser (2007) aponta que a justiça requer por princípio a *paridade participativa* e define paridade como a condição de ser um *par*, de estar em *igual* condição com os outros e de *partir* do mesmo lugar.

Para isso a autora defende que é preciso três condições, primeiro a condição objetiva, que envolve a estrutura econômica, da distribuição de recursos que assegure a independência e a voz dos participantes. Segundo, a condição intersubjetiva, onde os padrões institucionalizados de valorização cultural expressem igual respeito a todos os participantes e assegurem igual oportunidades de alcançar a estima social³. E em terceiro a condição política, que trata dos procedimentos para a tomada de decisões cuja alternativa é aumentar a democracia.

No Brasil estamos longe da paridade preconizada por Fraser, longe de compartilharmos um conceito de justiça, de projeto de sociedade e de país, nos afastando dia após dia dos acordos pactuados na Constituição de 1988, de democracia, de diminuição da pobreza e de superação da crise econômica. Mas é também por isso que precisamos decifrar a inquietação social, que esta aí, interpretar seus símbolos, sua moral, sua lógica aparentemente simples do senso comum, mas que no fundo repousa, sob um tipo de conhecimento, que no mínimo é o conhecimento da sobrevivência, portanto não é qualquer conhecimento.

As perguntas servem para nortear esse processo de busca e recriação de um novo ciclo, de um novo e rejuvenescido salto da inquietação social para novas e adequadas ferramentas político organizativas, para esse momento histórico. As perguntas e as teorias, precisam andar juntas com uma prática social, capaz de dar sentido e complementar uma e

³A autora dialoga com Honneth e difere respeito de estima social. Respeito, como sendo devido universalmente a todas as pessoas em virtude da humanidade partilhada e estima é conferida em função das características específicas conquistadas pelas pessoas e sempre carece de atribuição de sentido.

outra e ambas alimentar não apenas um nível de esperanças, mas alimentar uma caminhada em direção a um horizonte de dignidade, justiça e bem viver.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Giovanni. **Dimensões da Precarização do Trabalho** ensaios de sociologia do trabalho. Bauru, Projeto Editorial Praxis, 2013.

_____. **Trabalho e Subjetividade** o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo, Boitempo Editorial, 2011.

BRAGA, Rui. A política do precariado do populismo a hegemonia lulista. São Paulo, Editora Boitempo, 2012.

CARDOSO, Adalberto. A construção da sociedade do trabalho no Brasil uma investigação sobre a perspectiva secular das desigualdades. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2010.

COUTINHO, Carlos Nélon. Gramsci um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1989.

FRASER, Nancy. **Da redistribuição ao reconhecimento?** Dilemas justiça numa era “pós-socialista”. Cadernos de campo, São Paulo, n. 14/15, p. 231-239, 2006.

_____. **RECONHECIMENTO SEM ÉTICA?** Lua Nova, São Paulo, 70: 101-138, 2007.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da História**. São Paulo, Civilização Brasileira, 7ª edição, 1987.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo, Edições Loyola, 1993.

OLIVERIA, Eurenice. Toyotismo no Brasil desencantamento d fábrica, envolvimento e resistência. São Paulo, Expressão Popular, 2004.

SOUZA, Jessé. **Os batalhadores brasileiros. Nova classe média ou nova classe trabalhadora**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2ª edição, 2012.

O preço do risco: a experiência dos mototrabalhadores em Pelotas-RS

João Matheus Soares Miranda¹

O trabalho visa compreender sociologicamente as fundamentais motivações que levam os indivíduos a exercerem o trabalho de motoboys e mototaxistas na cidade de PelotasRS, considerando os riscos diários enfrentados na profissão, como os rotineiros acidentes e frequentes casos de roubos sofridos por esses trabalhadores, bem como a percepção destes em relação ao aspecto econômico e a sua construção identitária. Constituem, tais indivíduos, uma categoria de trabalho que normalmente é relegada àqueles que não encontram no mercado formal e “tradicional” de emprego, um conjunto de condições minimamente satisfatórias. Mas quanto realmente vale o risco de ser um mototrabalhador? Os acidentes, o aspecto da saúde e segurança do trabalho, a violência urbana e a insegurança cotidiana, são questões que se pretende abordar reflexivamente, sob o enfoque de “novas morfologias do trabalho”, informalidade e precarização. Analisa-se ainda, os aspectos motivacionais que colaborem ou demonstrem ser essenciais para o exercício da profissão, utilizando técnicas de entrevistas buscando na oralidade a identificação do mototrabalhador, abordando os aspectos culturais e sociais que constituem a sua história de vida; remonta também à dinâmica do trabalho, a percepção identitária, as consequências do estigma e os desdobramentos sociais oriundos do trabalho de risco.

Palavras-Chave: mototrabalhador, motoboy, mototaxista, trabalho, risco.

A dimensão das relações que envolvem as questões do trabalho sofreu significativas transformações ao longo da história. As novas morfologias do capitalismo, dos seus modelos de gestão e o avanço de preceitos neoliberais nas últimas décadas, enseja a impressão ao senso comum de que o aspecto financeiro é o único combustível que organiza e determina o trabalho dos indivíduos.

Abordando as relações de trabalho por uma perspectiva meramente econômica, o homem estaria fadado a valores sociais constituídos basilarmente pelo economicismo, afirmativa que pretendemos desconstruir ao longo do trabalho. Pelo menos no que tange ao exercício da profissão dos motoboys e mototaxistas em Pelotas, a referida afirmativa economicista é uma "meia verdade", um ponto de partida para compreendermos o que vai além de um novo padrão de consumo dos trabalhadores. A renda obtida pelo trabalho é, portanto, ponto nevrálgico que desperta a inicial e necessária pergunta a qual delimita a

¹Mestrando do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas.

pesquisa: o aspecto econômico é a principal motivação dos trabalhadores das motocicletas?

A dinâmica das cidades, a pressa e o tempo exíguo tornaram possíveis o surgimento e adequações de diversas profissões. O ofício do motoboy surgiu ressignificando o ultrapassado “*office boy*”, antigo responsável por pequenos trabalhos realizados em favor das empresas, normalmente nos centros urbanos. Diante do crescimento da demanda pelos serviços e o próprio crescimento das cidades, o indivíduo a pé não conseguia mais suprir e cumprir com as ordens de serviço. Surge, portanto, a figura do motoboy, equipado na motocicleta e pronto para percorrer distâncias maiores, em menor tempo e com um custo reduzido, levando o produto ao destinatário final.

O mototaxista, que transporta pessoas, por sua vez, é uma atividade que encontra uma limitação maior por conta da legislação, o que faz com que nem todas as cidades tenham o serviço. Ainda assim, por conta da demanda imposta especialmente nas pequenas e médias cidades, carentes de transporte público efetivo, a regularização da atividade encontra boa aceitação.

Em Pelotas, as duas atividades são demandadas diariamente, com muita frequência e significativa importância para o funcionamento da região. Ainda que o trabalho entre motoboy e mototaxista possa ser confundido por algumas características semelhantes, abordaremos as diferenças que constituem esses mototrabalhadores.

O termo “informalidade” e os seus respectivos significados foram por muitas vezes objeto de estudo de diversas áreas do conhecimento, que encontravam no tema uma espécie de enfoque central da dinâmica da modernidade. Podemos lembrar, por exemplo, que tentar construir uma noção sólida do termo, foi um desafio aceito não só pela Sociologia, nossa referência, mas também resultou em tentativas de assimilação e construção de um arcabouço teórico por parte de juristas e economistas.

Por conta do interesse de diversas matizes científicas sobre as características da informalidade na sociedade de trabalho capitalista, a cunhagem de conceitos, bem como as acepções do tema, por uma consequência lógica das segmentações distintas que se debruçaram sobre o assunto, são inúmeras. No entanto, ainda que o tema já tenha sido explorado com bastante perspicácia e competência em diversos trabalhos, a dinâmica que o capitalismo impõe à sociedade do trabalho, proporciona novas releituras e impressões sobre o tema, que inevitavelmente precisam ser evidenciadas.

Em decorrência das novas concepções que criamos e recriamos sobre "a forma de trabalhar", diante das diferentes morfologias apresentadas pelo capitalismo e os seus desdobramentos em nossas vidas, a abordagem sobre a informalidade parece ganhar fôlego e uma renovada legitimidade. Especialmente devido aos novos rumos que o modelo econômico vicejante impõe parece ser necessário observar com atenção as dinâmicas que surgem e dão novas perspectivas ao mundo do trabalho.

A tentativa de nortear conceitualmente a informalidade parece que foi sendo dificultada ao longo dos anos, com o avanço do capitalismo e as suas formas de expressão e sociabilidade. A discussão do termo fora configurada para dar conta de compreender "as dificuldades e distorções da incorporação dos trabalhadores ao processo produtivo em contextos nos quais o assalariamento era pouco generalizado", embora o entendimento conceitual do termo tenha ajudado a avançar nos aspectos cognitivos, acabou expressando muito mais "o que a informalidade não era" do que uma categorização restrita. (SILVA, 2002, p.142 - 149).

A Organização Internacional do Trabalho-OIT inaugurou no ano de 1969 o Programa Mundial de Emprego que programaticamente visava estabelecer metas estratégicas para o desenvolvimento industrial dos países da periferia do capitalismo, buscava como resultado final a diminuição da pobreza e desigualdade extrema, identificadas nos estudos. A constatação aferida é de que diante de economias nada competitivas e pouco industrializadas, a mão de obra não empregada recorria a trabalhos de pequena escala e organização (CACCIAMALI, 2000, p. 154-155). Surgia, portanto, importantes pistas que indicavam o comportamento dos indivíduos que não dispunham de um lugar na lógica formal de assalariamento. A informalidade ali encontrada demonstrava ser uma espécie de guarda-chuva social, tentando garantir o mínimo àqueles que do mercado de trabalho nada teriam a esperar.

Ainda que não tenhamos gestado grandes inspirações empreendedoras no processo histórico de formação do Brasil, hoje, é possível dizer que há certa fascinação em ser "chefe de si", ou melhor, não possuir chefe. É bem verdade que a aura a iluminar o sonho empreendedor brasileiro é exemplificada e calcada nos exemplos e casos de sucesso. Ser um investidor autônomo, dotado do total controle e investimento sobre a atividade, sem qualquer tipo de subordinação. (SOUZA, 2009, p.276)

É um tipo ideal que dificilmente é atingido por quem empreende, pelo menos sem a devida formalização e adequações referenciadas pelo Estado. No entanto, mesmo longe da formalização, dos investimentos, empréstimos, isenções e assistência que um negócio devidamente inscrito na Junta Comercial consegue com maior facilidade, é possível dizer que "negócios por conta própria ou trabalhadores por conta própria" ajudam a dispor novos sentidos ao processo de informalidade.

Quando levamos em consideração as noções básicas gestadas pelo capitalismo, o caminho do lucro também passa pela redução de custos, que podem ser diversos e dependerão de qual ramo se trata o empreendimento. Com a ofensiva neoliberal, o mercado de trabalho brasileiro também arrazoou cortes e reavaliou dinâmicas do trabalho e emprego. A regra de contenção de custos e diminuição de despesas para o aumento de receitas parece ter reorganizado o mundo do trabalho brasileiro sobre uma perspectiva de flexibilização que em regra não agrada o comum trabalhador. E é completamente compreensível visto que as mudanças pautadas pelo discurso neoliberal afetam diretamente o que costumeiramente acreditávamos ser direitos intocáveis, inamovíveis.

A terceirização é um exemplo claro de como uma condição imposta pela suposta versatilidade necessária do capitalismo reconfigura as relações de trabalho e são incorporadas no ordenamento jurídico. As novas formas de contratação que fogem à regra do tempo indeterminado do contrato também são cada vez mais frequentes e aceitáveis.

O caso dos mototrabalhadores talvez seja uma das únicas situações onde a cartilha da redução de custos do capitalismo global tenha sido em parte vantajosa também para o trabalhador. Explica-se: quando determinada empresa contratava um motoboy para a realização dos serviços de entrega, por força de lei, deveria, no mínimo, pagar o salário estabelecido, descontar a contribuição previdenciária e outros impostos, além do depósito do FGTS. Somase, também, o custo da motocicleta, sua manutenção e combustível. Além disso podemos fazer referência aos casos de acidentes de trabalho que incidiriam não somente na contratação de outro trabalhador em caso de afastamento de um motoboy acidentado, como no direito de estabilidade de emprego assegurado ao acidentado quando retornasse às atividades. E não colocamos na conta a possibilidade de uma possível fatalidade no exercício da função e na provável indenização judicial que a família do motoboy reivindicaria.

Em contrapartida ao trabalho o motoboy formalmente contratado receberia exclusivamente o seu salário (que possivelmente seria o mínimo). Os motoboys, pelo menos em Pelotas, percebem que pelo fato de poderem trabalhar por conta própria, recebendo de diversos clientes e de acordo com a produção de cada "corrida", são melhores remunerados do que se trabalhassem com a carteira assinada.

A razão econômica é fundamental para o desempenho de uma função, qualquer que seja a área de atuação, independente de qualificação e escolarização. O que torna o caso dos mototrabalhadores pelotenses emblemático é como a remuneração percebida é inversamente proporcional à sua qualificação e escolarização. Um indivíduo que por vezes nem o ensino médio completou, dificilmente conseguirá um emprego com um salário relativamente bom, ainda mais em uma cidade de pobre dinamismo econômico como Pelotas.

O trabalho sobre a moto é permeado por uma dinâmica própria, de valores específicos e códigos de conduta construídos ao longo das jornadas de trabalho, da convivência, do costume. Os mototrabalhadores constituem uma nova formação de categoria que absorve diferentes indivíduos com um passado de empregos socialmente protegidos que, por diferentes razões, encontraram na motocicleta uma possibilidade de trabalho e renda diante de um afastamento da centralidade do mercado. Estamos tratando de uma categoria de trabalhadores que se constrói da fragmentação de uma classe não escolarizada, da impossibilidade de uma incorporação social vinculado ao emprego protegido, da cidadania que a carteira de trabalho assinada trazia aos indivíduos.

Passado o primeiro impacto positivo que o retorno financeiro do trabalho individual proporciona, outros fatores ajudam a incrementar e consolidar as vantagens percebidas pelos mototrabalhadores. Exatamente aqui, a lógica meramente economicista dá lugar aos aspectos subjetivos de satisfação em desempenhar determinado cargo ou função remunerada. A ideia de que a ação humana é voltada unicamente para a maximização dos seus interesses pela perspectiva do dinheiro, não encontra guarida plena entre os trabalhadores motociclistas.

A formação do *homo economicus*, pelo menos no caso dos mototrabalhadores em Pelotas, sofre uma metamorfose que os inclina a ver a profissão por outro paradigma. Palavras simbolicamente fortes como liberdade e autonomia ganham peso nas vozes ouvidas. Podemos dizer que o começo do ofício se dá por questões relacionadas ao

dinheiro, normalmente a falta dele, mas fica cada vez mais evidente que a permanência na profissão é garantida por questões que sobrepõe o espectro financeiro.

O aumento da renda não implica necessariamente em um novo pertencimento de classe, ascensão na estratificação social. O fato dos mototrabalhadores ganharem mais dinheiro do que jamais perceberam nos empregos anteriores não os coloca em um processo distintivo em relação às pessoas que normalmente circundam o seu núcleo familiar e de amizades. Ainda que o rendimento pelo seu trabalho determine uma fissura na hipossuficiência econômica quase natural aos trabalhadores não qualificados, não há indícios de manifestações ou incorporações mais drásticas de outros capitais que não o econômico. Esse é um bom indício que diferencia os novos batalhadores da classe média, estabelecida historicamente pela incorporação desde o "berço" de estímulos e exemplos que privilegiam outras formas de capitais.

O conceito de precariedade não pode ser denominado pela simples constatação de condições e valores impostos juridicamente. Os trabalhos informais, por exemplo, possuem no seu cerne a precariedade por não apresentarem respaldo sob perspectivas da legalidade e do ordenamento jurídico, sendo, normalmente, o último refúgio de sobrevivência de trabalhadores que só encontram nas franjas da informalidade condições de conquistar alguma renda. No entanto, com a flexibilização dos direitos trabalhistas e o avanço de políticas de desoneração dos custos empregatícios, o conceito de "trabalho/emprego" precarizado começou a abarcar até mesmo funções resguardadas e endossadas pela normatização do Estado.

Assim, é possível dizer que, um trabalhador, ainda que tenha os mais básicos direitos trabalhistas e previdenciários respeitados pela condição de "formalizado", pode ser encarado pela perspectiva mais protecionista como "precário". A terceirização é, por exemplo, a forma de precarização mais discutida no "mundo do trabalho no Brasil", envolvendo pensamentos distintos que divergem sobre as formas que se deve dar no intuito de tornar o mercado interno mais dinâmico e competitivo.

Como já fora explicado, um trabalho pode ser socialmente protegido e ainda assim ser considerado precário. Mas e no caso dos mototrabalhadores a ausência das prerrogativas tradicionais de vínculo de emprego, trabalhando por conta própria, os torna trabalhadores precários? A resposta para a referida pergunta dependerá muito mais de convicções políticas sobre como se percebe as condições e gestão do trabalho e emprego, do que uma

regra clara, pronta, delimitadora do que se enquadra ou não em um possível rol de trabalhos precários.

Os mototrabalhadores carregam no seu histórico profissional experiências de baixos salários e pouca valorização sobre suas atividades enquanto trabalhadores formalmente contratados. No rompimento com a ordem contratualista gerencial do emprego socialmente protegido, pelos mais diversos motivos, os mototrabalhadores integram uma nova categoria de trabalho que se distingue das experiências anteriores pela perspectiva da renda. Contudo, o aumento percebido no exercício da nova atividade só é devido pelo aumento substancial da carga de trabalho.

As jornadas de labor que anteriormente giravam pela média de 8 horas diárias (com intervalo intrajornada), algumas vezes mais quando na construção civil, transformaram-se em, no mínimo, 12 horas de trabalho, normalmente sem o devido tempo para alimentação ou descanso (no máximo esticam as pernas nos velhos sofás dos pontos ou se alongam nos bancos das motocicletas entre um serviço e outro). Surge o primeiro paradoxo: só conseguem ganhar o dinheiro que ganham porque trabalham como trabalham. São indissociáveis na profissão de mototrabalhador, tempo e dinheiro.

O trabalho que exercem os profissionais das motocicletas pode ser considerado um dos escassos casos em que indivíduos pouco escolarizados conseguem obter do seu trabalho significantes que vão além da necessidade do labor pela subsistência e do reconhecimento identitário pelo trabalho. Nós encontramos ali indivíduos que além de enxergarem o seu lugar no mundo pela perspectiva do que fazem, não conseguem sequer se imaginar atuando em outra função.

A questão transcende o pertencimento pelo trabalho e adentra na satisfação pessoal em fazer o que realmente gostam e descobriram fazer bem. Cabe, aqui, demonstrar que apesar de se constituírem como motoboys ou mototaxistas por fatores de indisponibilidade de ofertas e opções, foi no gosto pela prática do trabalho que deixar a profissão não é momentaneamente cogitada. Eles não sonharam em ser mototrabalhadores, mas hoje, salvo se forem ser donos do próprio negócio, não querem deixar de ser.

Os mototrabalhadores (motoboys e mototaxistas) são apontados como indivíduos desprovidos de chances ou oportunidades de ascender, suprimidos por sua posição de base em uma possível análise de pirâmide social. São inseridos em um conjunto de outros serviços que realmente sofrem com o quase inescapável destino da imobilidade social por

conta da baixa ou inexistente escolarização ou profissionalização. A dificuldade de ingresso no mercado formal de trabalho ou o desemprego repentino condicionam uma necessidade de ação dos trabalhadores, através de novas alternativas.

Surge, portanto, a chance de trabalhar com a moto, um jeito simples e eficaz de trazer dinheiro para dentro de casa. Sob uma perspectiva econômica, não estar sob o véu do emprego socialmente protegido, ainda que fatores precarizantes da atividade possam ser elencados, vira apenas um detalhe, ou pela retórica dos mototrabalhadorees ao longo das suas experiências, uma vantagem.

Até começarem a desempenhar a função nas motos, os trabalhadores se enxergavam com baixa estima, fadados à vida de poucas escolhas e oportunidades, trabalhando e vivendo tangenciados pelo valor do salário mínimo. Como motoboys ou mototaxistas a percepção financeira sobre o novo trabalho aflora rapidamente e o discurso da liberdade da profissão favorece ainda mais o "gosto" em ser mototrabalhador. O que antes era uma ação motivada pela falta de opções, se tornou em uma certeza fortemente reiterada, ao menos no nível do discurso: persistir com a moto é a verdadeira escolha.

O sonho de uma vida mais estabilizada financeiramente, a satisfação de alguns desejos de consumo cotidianamente vinculados ao padrão social de felicidade da "classe média", o acesso ao crédito comprovado pela nova e substancial renda, são todos elementos constituintes de uma formação de trabalhadores que sob a perspectiva de Souza (2012) poderiam ser localizados entre a "ralé" e os "novos batalhadores", dependendo do caso concreto. Os mototrabalhadorees em Pelotas parecem ter feito esse caminho de transição, vivendo uma experiência de "ralé" até o momento que o trabalho com a moto começa a render cada vez mais financeiramente, elevando-os ao novo patamar econômico.

Os indivíduos que antes viviam para trabalhar e trabalhavam para viver, sem gozar de nenhuma benesse do dinheiro ganho pelo trabalho, com a nova condição financeira estabelecida pelo trabalho com a moto, sentiram o gosto de ir além das quitações das contas básicas para a manutenção de suas casas. Não que eles tenham mais tempo para usufruir das novas conquistas, pelo contrário, trabalham cada vez mais, mas diferentemente da ralé precarizada o dinheiro pelo trabalho sobra ou ganha poder de crédito direto.

Resumidamente, podemos dizer que continuam vivendo para trabalhar e trabalhando para viver, mas com a vantagem de que há um sentido lógico para a vida de sacrifícios.

Enquanto à "ralé" o esforço de trabalhar dia após dia não era recompensado senão pela manutenção da dignidade obtida pelo trabalho honesto, como mototrabalhadores a realidade experimentada parece ser outra.

A primeira mudança sentida com o novo trabalho diz respeito ao aspecto econômico. É possível que o mototrabalhador consiga perceber logo no primeiro mês como motoboy ou mototaxista um aumento de renda comparado ao período que trabalhava com "carteira assinada". O aumento substancial da renda é um sinal dado com muito entusiasmo pelos trabalhadores em questão, e, ainda que deva ser trabalhado sob certas limitações conceituais, ajuda a compreender como a profissão se estabelece.

A baixa escolaridade desses indivíduos, em tese, seria fator limitador de uma condição favorável de inserção e permanência no mercado de trabalho. O fato de logo no primeiro período, dentro de uma profissão que deveria ser temporária, conseguirem um retorno financeiro jamais obtido, faz com que revejam o status de temporariedade do trabalho. Os tempos de dinheiro "contado" e somente no início de cada mês, deu lugar ao que os mototrabalhadores consideram uma vantagem de trabalhar autonomamente com a moto: o dinheiro na mão, todo dia e muito mais do que anteriormente.

O trabalho que exerce os profissionais das motocicletas, pode ser considerado um dos escassos casos, em que indivíduos pouco escolarizados conseguem obter do seu trabalho significantes que vão além da necessidade do labor pela subsistência e do reconhecimento identitário pelo trabalho. Nós encontramos ali, indivíduos que além de enxergarem o seu lugar no mundo pela perspectiva do que fazem, não conseguem sequer se imaginar atuando em outra função.

A questão transcende o pertencimento pelo trabalho e adentra na satisfação pessoal em fazer o que realmente gostam e descobriram fazer bem. Cabe, aqui, demonstrar que apesar de se constituírem como motoboys ou mototaxistas por fatores de indisponibilidade de ofertas e opções, foi no gosto pela prática do trabalho que deixar a profissão não é momentaneamente cogitada. Eles não sonharam em ser mototrabalhadores mas hoje, salvo se forem ser donos do próprio negócio, não querem deixar de ser.

Os mototrabalhadores em Pelotas demonstram ser uma categoria de trabalhadores que, embora marcados pela distinção entre motoboys e mototaxistas, expressam uma relação diferente com a sua atividade em relação a outros grupos de trabalhadores que carregam as mesmas marcas da não qualificação profissional e baixa escolaridade.

Enquanto outros batalhadores lutam insistentemente para a subsistência e uma melhor condição econômica, trabalhando na informalidade absoluta, precariamente ou pessimamente remunerados, sem satisfação e retorno qualitativo de renda execrável, os mototrabalhadores conseguem destacarse pela conquista do binômio: renda e satisfação.

Todos os fatores de risco e jornadas de trabalho extenuantes são colocados em segundo plano pelos mototrabalhadores, especialmente por serem conhecedores do que o mercado de trabalho oferece (ou não) aos pouco escolarizados. As próprias experiências anteriores endossam o desejo e as vantagens do trabalho com a moto, sendo, para os trabalhadores, a única possibilidade efetivamente disposta para uma vida mais tranquila economicamente. É justamente na excepcionalidade do caso dos mototrabalhadores em Pelotas que a presente proposta de reflexão se sustenta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CACHIAMALI, Maria Cristina. **Globalização e processo de informalidade. Economia e Sociedade.** Campinas (14): 153-174, jun.2000.

CARDOSO, A. M. **A construção da Sociedade do Trabalho no Brasil: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

CARDOSO, A. M. **Ensaio de sociologia do mercado de trabalho brasileiro.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

SILVA, Luiz Antônio Machado. **Da informalidade à empregabilidade (reorganizando a dominação no mundo do trabalho).** Caderno CRH, Salvador, nº37, p.81-109, jul/dez 2002.

SOUZA, J. **Ralé brasileira: quem é e como vive.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009

SOUZA, J. **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

Trabalho e Geração de renda nas classes populares a exemplo do grupo de catadores de resíduos

Débora Rinaldi ¹

O presente estudo aborda o tema trabalho e geração de renda no grupo de catadores de resíduos. Após um processo de quase dois anos de acompanhamento social e produtivo de famílias de catadores vinculadas ao Programa municipal Todos Somos Porto Alegre, vi a necessidade de aprofundar através da pesquisa social os conhecimentos adquiridos a campo referentes tanto à realidade desses trabalhadores como também às políticas públicas voltadas a eles. Neste contexto surge então a pergunta que guia a presente pesquisa: como se constitui a relação dos catadores de resíduos com a sua atividade produtiva? Tal questionamento nos remete igualmente à discussão sobre a qualidade das políticas públicas de trabalho e renda voltadas às classes populares. No que corresponde à metodologia de pesquisa, aplico o método de narrativas biográficas, assim como ele é hoje desenvolvido pela socióloga Gabriele Rosenthal na Sociologia Interpretativa. A presente pesquisa contribui com o tema trabalho e renda no grupo de catadores a partir de uma abordagem metodológica pouco aplicada no Brasil, estimada, porém, pelo seu caráter sistemático de análise e pela qualidade dos resultados que vem gerando no meio acadêmico.

Palavras-Chave: Catadores, políticas públicas, trabalho, renda, narrativa biográfica.

Introdução

A presente pesquisa aborda o tema Trabalho e renda no grupo de catadores de resíduos e se encontra em fase inicial. O método de pesquisa aqui adotado, denominado *narrativas biográficas*, faz parte de uma série de instrumentos de pesquisa de tradição interpretativa dentro da sociologia, e respeita uma metodologia bastante específica de geração de hipóteses a campo e de análise dos dados. O embasamento teórico que acompanha a pesquisa também é introduzido de uma forma diferente em comparação às abordagens tradicionalmente dedutivas, uma vez que ele é colocado de lado durante a

¹Débora Rinaldi é mestranda em Ciências Sociais na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) sob orientação do Prof. Dr. Hermílio Santos e Bolsista CAPES.

imersão no campo e é somente introduzido na pesquisa para a discussão e comparação dos resultados obtidos.

Devido, portanto, ao estágio inicial em que se encontra a presente pesquisa e à metodologia nela aplicada, o presente artigo tratará sobre o processo de desenvolvimento da pesquisa contextualizando primeiramente o leitor no seu tema, problema e justificativa. Dando continuidade à contextualização da pesquisa, irei trazer para a discussão o tema das políticas públicas de trabalho e renda no Brasil, como forma de aproximar mais o leitor a essa temática. Em seguida gostaria de apresentar o método e a metodologia aplicados na pesquisa, assim como também um exemplo de sua aplicação na Alemanha. Por fim, irei apresentar os meus primeiros passos em campo e uma pequena síntese do presente artigo, o qual tem também como objetivo convidar os interessados na temática “*trabalho e geração de renda nas classes populares*” a pensar a pesquisa social voltada para esse tema, como também para a formulação de políticas públicas.

Contexto da pesquisa

No início do semestre de 2016, dei início à fase de planejamento da presente pesquisa que tem como *tema* “trabalho e geração de renda no grupo de catadores de resíduos”. Nela, meu interesse é guiado pela ótica social sobre a relação do catador com a sua atividade produtiva, ou seja, o *problema* que orienta esta pesquisa questiona: como se constitui a relação dos catadores de resíduos com a sua atividade produtiva?

O interesse pela temática surge num processo de um pouco mais de dois anos de acompanhamento de trabalhadores e seus familiares em projetos sociais de cunho socioeconômico. O maior contato que tive com essa temática, foi no *Programa Todos Somos Porto Alegre*, projeto este executado pela Prefeitura de Porto Alegre entre os anos de 2012 e 2016 e que atua no acompanhamento social e produtivo de trabalhadores oriundos da reciclagem.² O acompanhamento dos trabalhadores é realizado com base em encaminhamentos sociais e produtivos, que focam no acesso a políticas públicas de inclusão social como Bolsa Família ou Aluguel Social, como também no acesso a políticas

²Governança. Programa Todos Somos Porto Alegre. **Prefeitura de Porto Alegre**, Porto Alegre, 2013. Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smg/default.php?p_secao=127. Acesso em: 09 jun. 2016.

ativas de emprego voltadas a formação profissional e encaminhamento para o mercado de trabalho³.

Em campo, pude perceber como muitas dessas ações sociais e de emprego, voltadas aos trabalhadores de classes populares, são pensadas e executadas de forma desconectada com a realidade dos sujeitos. Para citar alguns exemplos vivenciados, tínhamos homens e mulheres que verbalizavam ter interesse nos cursos, mas a organização familiar não permitia que eles aproveitassem a oportunidade, porque os filhos não tinham onde ficar nos horários inversos da escola ou porque a família não conseguia organizar a sua rotina. Também tivemos uma série de situações em que os cursos ofertados acabavam exigindo um nível de escolaridade totalmente incompatível com a escolaridade dos sujeitos. Outro ponto a se observar, era o curto tempo que se investia na preparação do acompanhamento das famílias, o que implicava diretamente na construção de um olhar simplificado e nivelador sobre os trabalhadores e suas relações sociais. Esse olhar nivelador se mostrava bastante presente principalmente no discurso público, em que se argumentava o desejo dos trabalhadores de sair da reciclagem, por ser essa uma atividade insalubre. Esse argumento foi desconstruído a cada nova conversa com os catadores, que, por sua vez, tampouco tinham uma postura majoritária que objetivasse a permanência na reciclagem. O cenário que se constituía aos nossos olhos fazia referência a um grupo bastante heterogêneo de trabalhadores, em que uma parte buscava o reconhecimento e a permanência no seu trabalho, e a outra objetivava a sua inserção em cursos de formação e no mercado de trabalho formal. Entre essas duas perspectivas havia certamente ainda muitas variações, mas o que é importante destacarmos aqui, é o fato de que o discurso político, assim como as ações públicas, se mostravam em grande parte incompatíveis com a realidade dos sujeitos.

Motivada por essa discrepância entre trabalhadores e políticas públicas, iniciei em campo um estudo qualitativo sobre os diferentes perfis dos trabalhadores que pudesse evidenciar a relação destes com sua atividade produtiva. No estudo, eu e meus colegas pudemos identificar dois tipos de catadores bem diferentes, os quais chamamos *Catador Clássico* e *Catador Situacional*⁴. O *Catador Clássico* se destaca por possuir uma forte

³Ver mais sobre políticas ativas de trabalho e renda na página 6.

⁴Os perfis dos catadores estão documentados num relatório sobre o perfil dos trabalhadores e seus territórios produzido por mim enquanto integrante da equipe Sul Centro Sul no ano de 2015 para o Programa TSPOA. Esse relatório nunca foi publicado, mas seu conteúdo continua sendo pesquisado pelo Programa TSPOA. Os dados necessários para este estudo foram em parte obtidos a partir do Banco de Dados do Programa TSPOA e

identidade construída com a catação. Ele é organizado, conhece seus fornecedores e seu material. Ele é um empreendedor, possuindo uma renda média de 1,500 reais ao mês, valor este que é 3 vezes superior a renda dos catadores situacionais que se encontra em torno de 400 reais ao mês. O Catador Situacional se caracteriza por ver na catação uma forma de garantir o sustento quando este estiver fora do mercado de trabalho formal ou sem a possibilidade de realizar “bicos”. Esse catador verbaliza em geral não querer ficar na catação, buscando sempre possibilidades de retornar ao mercado de trabalho formal.

Este estudo realizado junto ao Programa TSPOA é o que venho aprofundar no meu projeto de pesquisa. Através de entrevistas *narrativas biográficas*, quero aprofundar as análises qualitativas sobre a relação dos catadores com a sua atividade produtiva e isso de forma biográfica, isto é, buscando na trajetória do indivíduo a gênese dessa relação como também os cursos de ação tomados a partir dela. Portanto, a presente pesquisa se *justifica* pela possibilidade de contribuir com uma nova abordagem metodológica, estimada por seu caráter sistemático de análise e pela qualidade dos resultados que vem gerando no meio acadêmico. Sobretudo, o aprofundamento qualitativo deste estudo parece essencial para a construção e a formulação de políticas públicas de trabalho e renda voltados para essa população. Por isso, antes de introduzir ao leitor o método de narrativas biográficas, gostaria de apresentar um apanhado geral sobre as políticas públicas de trabalho e renda formuladas até hoje e isso em especial para a população aqui pesquisada.

Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil

No Brasil as políticas públicas de trabalho e renda nascem de forma paralela à constituição de um mercado de trabalho (POCHMANN, 2012). Assim como em vários países europeus ou americanos, o processo de industrialização e o enriquecimento das economias nacionais no início do século XX possibilitaram a constituição de um mercado de trabalho formal, favorecendo a geração de trabalho e renda principalmente nos centros urbanos. No que corresponde à experiência brasileira, o desequilíbrio da oferta de trabalho no campo e na cidade forma um excedente de mão de obra nos centros urbanos, que é precariamente acompanhado por políticas sociais e de trabalho. Portanto, a estruturação

através de conversas realizadas com os catadores nos seus atendimentos.

do mercado de trabalho formal já se inicia no Brasil apresentando problemas de desestruturação, levando à marginalização e ao empobrecimento de uma parte dos trabalhadores.

Portanto, até os anos 80 o governo brasileiro pouco identificou a necessidade da introdução de políticas públicas de trabalho e isso em parte devido à situação econômica favorável da época. Os primeiros sinais de apoio ao trabalhador podem ser constatados no Brasil a partir de 1929, no momento em que governo começa a assegurar leis sociais e trabalhistas aos trabalhadores. Mas foi somente a partir do final dos anos 60 que iniciam-se políticas públicas de amparo ao desempregado com a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) em 1967, seguida pela fundação do Sistema Nacional de Emprego (SINE) no ano de 1975 e a criação do Seguro-desemprego em 1986, com ampliação até aos dias atuais sobre novas categorias de trabalhadores, como por exemplo, as domésticas. Essas políticas públicas para o trabalhador são diferenciadas pela literatura atual entre *políticas ativas e passivas*. As políticas passivas de trabalho e renda são aquelas voltadas à segurança do trabalhador em caso de perda da vaga de trabalho, como por exemplo, o FGTS e o Seguro-desemprego. Já as políticas ativas de trabalho e renda são aquelas que oferecem suporte ao trabalhador em fases de desemprego ou não, possibilitando que este melhore sua qualificação através de cursos profissionalizantes. Além do aperfeiçoamento profissional, os trabalhadores recebem suporte para a sua (re-)colocação no mercado de trabalho através do intercâmbio de informações entre o governo e empresas. O maior exemplo desse tipo de política ativa no Brasil é a constituição do SINE, que funciona como intermediador entre trabalhador e empresa, realizando a captação das vagas e o encaminhamento dos trabalhadores para cursos profissionalizantes e para o mercado de trabalho.

Com a constituição do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) em 1988 foram possíveis novos investimentos em programas de qualificação profissional. Assim, em 1995 surge a ampliação de ofertas de qualificação profissional através do Plano Nacional de Formação Profissional (Planflor)⁵. Além do Planflor, surgem também mais tarde o Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger) e o Programa de Emprego (Proemprego). Todas essas políticas ativas de trabalho e renda têm em comum a

⁵Em 2003, o Planflor se torna no governo Lula o Plano Nacional de Qualificação (PNQ) e em 2011 é ampliado no governo Dilma como Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

qualificação dos trabalhadores para o mercado de trabalho. No que corresponde o estímulo de geração de emprego e renda tanto no campo como na cidade, inicia-se também em 1995 a concessão de empréstimos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDS), que é ampliada em 2003 e aplicada em conhecidas iniciativas como a da Economia Solidária e da Agricultura Familiar, entre outros.

A partir de 2000 destacam-se também no contexto nacional políticas públicas de trabalho voltadas aos jovens, como a Lei da Aprendizagem, e políticas de educação profissional do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Enquanto a Lei da Aprendizagem (2005) garante ao jovem o acesso ao primeiro emprego e conseqüentemente à qualificação profissional, o Pronatec (2011) visa à qualificação técnica de jovens do Ensino Médio, a qualificação profissional de jovens e adultos que querem melhorar a sua formação e a qualificação profissional do público em situação de vulnerabilidade social, dentro do Plano Brasil Sem Miséria (PORTAL BRASIL, 2014).

Se avaliarmos a trajetória das políticas públicas de trabalho e renda no Brasil, desde as suas primeiras ações de políticas passivas e ativas, podemos observar, a partir de 1990, a formação gradativa de um sistema público de emprego mais articulado e que se constitui até hoje por políticas passivas de amparo ao trabalhador, por políticas ativas de prestação de serviços e disponibilidade de crédito (TAFNER, 2006). Esse sistema público de emprego apresenta, porém, uma série de dificuldades, voltadas não somente para a baixa integração de políticas de trabalho, econômicas e sociais, como também para a pouca atenção que se dá a grande heterogeneidade do perfil dos trabalhadores.

No que correspondem às políticas sociais, essas se dão muitas vezes sem se olhar para o mercado de trabalho. Embora existam políticas na atualidade, como a Lei da Aprendizagem e Pronatec Brasil Sem Miséria, que visam também à qualificação profissional de jovens e adultos em situação de vulnerabilidade social, na prática há pouca articulação entre acompanhamento social, formação profissional e oportunidades no mercado de trabalho. Cada qual desses processos se dá na prática de forma individual e fragmentada. Muitas vezes, os trabalhadores não conseguem acessar as oportunidades de formação porque não possuem a escolaridade exigida ou a situação familiar não permite. Ações diferenciadas para esses trabalhadores são poucas, com exceção de algumas iniciativas ligadas à Economia Solidária e à constituição de Cooperativas de trabalhadores (ALMEIDA, 2008). Pois, o que resultará investimentos em políticas sociais, se essas não são

combinadas com ações que possibilitem aos sujeitos a conquista de sua autonomia? E o que significa investimentos em políticas de trabalho e renda quando se trata de uma população que nasce e cresce privada do sistema educacional e econômico? Essas são algumas questões que a meu ver ainda recebem pouca atenção por parte dos agentes públicos.

As políticas ativas de trabalho, por sua vez, ignoram em grande parte essa heterogeneidade de trajetórias e perfis dos trabalhadores, orientando suas políticas de formação a partir das demandas de qualificação das empresas e da indústria. Se olharmos para o mercado de trabalho, observamos que o grupo de pessoas economicamente ativas, porém, desempregadas, formam um grupo bastante heterogêneo. Trata-se de jovens, homens, mulheres, idosos, refugiados, brancos ou negros, afastados do mercado de trabalho de forma temporária ou desde sempre excluídos. A heterogeneidade entre esses grupos exige políticas públicas diferenciadas, mas articuladas num sistema integrado. Não existe inclusão social somente mediante o trabalho, como não existe trabalho sem um olhar sobre a realidade dos sujeitos. Logo, relações causais entre desemprego e baixa qualificação já não são suficientes para pensarmos políticas públicas e soluções a longo prazo. Faz-se necessário que aprofundemos nosso conhecimento sobre as realidades desses sujeitos para que, a partir daí, possamos pensar políticas integradas e articuladas, tendo em vista a experiência, o conhecimento, as dificuldades e possibilidades dos trabalhadores.

Com a expansão dos Programas de qualificação profissional que resultam em 2011 na elaboração e execução do Pronatec no Brasil, observo uma maior atenção por parte do governo brasileiro de elaborar políticas públicas de trabalho e qualificação para grupos específicos, como por exemplo, para a população de baixa renda. O Pronatec Brasil Sem Miséria passa ser assim, uma das poucas políticas no nível nacional voltadas para a qualificação dessa população, mas que carece ainda de avaliações mais precisas para que possamos identificar sua eficácia e diretrizes a serem melhoradas⁶. No nível municipal gostaria ainda de citar o Programa Todos Somos Porto Alegre, que surge em 2012 para realizar o acompanhamento social e produtivo de trabalhadores que ganham a vida através da reciclagem de resíduos na cidade de Porto Alegre. A ideia do Programa, assim como

⁶ Algumas e pouco precisas informações sobre o Programa Pronatec e seus resultados alcançados, encontramos em CADERNOS DE ESTUDOS. Desenvolvimento social em debate. Nº. 24. Inclusão produtiva urbana: o que fez o Pronatec/Bolsa Formação entre 2011 e 2014.

também prevê o Programa Pronatec/BSM, é de integrar acompanhamento social, através de Técnicos e Educadores sociais, com formação profissional dos trabalhadores e encaminhamento para vagas no mercado de trabalho.

Observando, porém, a forma como essas políticas acima citadas são conduzidas, gostaria de destacar a tendência de como essas políticas sociais e de trabalho acabam rompendo com a trajetória dos sujeitos à medida que possuem como ponto de partida de suas ações o presente do sujeito, isto é, sua situação como desempregado. Como ele chegou ao desemprego, sobre isso pouco se sabe. A gênese desse problema acaba ficando em geral na superfície das ações públicas, sem ser tocado. No momento em que ignoramos a trajetória dos sujeitos, cortamos com o seu passado. Pois, talvez seja isso que as políticas públicas sugerem: o início de uma vida nova, a mudança, a quebra com o passado, um futuro construído no vazio.

Metodologia e método

O método de pesquisa biográfica possui uma longa tradição nas Ciências Sociais. Na sociologia um dos primeiros estudos realizados com base em material biográfico se remete a William Isaac Thomas e Florian Znaniecki da Escola de Chicago, que pesquisam e publicam, entre 1914 e 1920, seus estudos sobre migração (ROSENTHAL, 2014). Enquanto o método de pesquisa biográfica ganha força principalmente na Sociologia nos Estados Unidos e na Alemanha no decorrer do século XX, essa é abordada pela Sociologia do Brasil somente de forma marginal e isso a partir dos anos 40 (SANTOS, OLIVEIRA, SUSIN, 2014). Florestan Fernandes (1945) e Eunice Durham (1960) são exemplos de estudiosos dessa época que aplicaram métodos de histórias de vida nas suas pesquisas. Passando, portanto, por diferentes fases de aplicação na Sociologia do Brasil, com um significativo recuo nos anos 90, a pesquisa qualitativa de cunho biográfico ganha novamente presença no meio acadêmico a partir dos anos 2000, através de trabalhos de estudiosos como Ana Maria Melo Negrão, Wivian Weller e Hermílio Santos (SANTOS, OLIVEIRA, SUSIN, 2014).

Dentro das diferentes abordagens do método biográfico, decidi trabalhar com o método de *narrativas biográficas*, como ele é hoje aplicado pela socióloga alemã Gabriele

Rosenthal⁷. Mas quais são as ideias que pressupõem essa metodologia e como o método é aplicado? O método de narrativa biográfica faz parte do conjunto de métodos de pesquisa social elaborado a partir dos fundamentos teóricos da Sociologia Interpretativa, a qual leva como um dos seus principais pensadores, o sociólogo Alfred Schutz. Mas foi na Alemanha nos anos 70 que a pesquisa social interpretativa ganha, através do método de *entrevistas narrativas* de Fritz Schuetze, uma técnica de entrevistas mais detalhada, segura e preocupada com o processo de descoberta. Atualmente este método se encontra bastante difundido na Alemanha, onde segue sendo fortemente desenvolvido e aplicado pela socióloga Gabriele Rosenthal.

No que diz respeito aos seus pressupostos teóricos, a Sociologia interpretativa parte “da ideia de que os indivíduos agem com base nas suas interpretações da realidade social, a qual, por sua vez, é continuamente produzida na interação, mas de acordo com determinadas regras” (ROSENTHAL, 2014, p.49). Diferente de teorias funcionalistas ou estruturalistas nas Ciências Sociais, a Sociologia interpretativa tem como ponto de partida de análise o sujeito, aquele que age no e sobre o social. O indivíduo é, assim, o fio condutor que levará ao social. Segundo essa linha teórica, os sujeitos agem de acordo com suas interpretações da realidade e os significados que a elas atribuem. A realidade social, por sua vez, se produz e reproduz na interação social. Logo, significados e interpretações têm como base estoques de conhecimento coletivamente compartilhados, internalizados no processo de socialização e manuseados de acordo com as experiências de vida dos sujeitos (ROSENTHAL, 2014). Assim toda a situação vivida pelos sujeitos na vida cotidiana busca referência a esses elementos, que constituem o *sistema de relevância* dos indivíduos. Portanto, para o cientista social poder entender a realidade dos sujeitos, suas ações e preferências, ele terá que acessar esse sistema de relevância, sem o qual não poderá explicá-la.

Em sintonia com esses pressupostos teóricos se faz, então, necessário que o cientista social se guie em campo a partir de dois importantes princípios: o *princípio da abertura* e o *princípio da comunicação*. No que corresponde ao princípio da comunicação, o pesquisador deve sempre levar em conta os métodos cotidianos de comunicação dos sujeitos que se orientam por um sistema de regras (ROSENTHAL, 2014). A ação dos

⁷Ver ROSENTHAL, Gabriele. **Pesquisa social interpretativa: uma introdução**. 5. ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2014.

sujeitos é guiada pelo enquadramento que eles fazem de uma determinada situação. Portanto, a forma como esses se apresentam estará diretamente ligada com a interpretação que fazem sobre determinada situação. Enquanto o entrevistador encara a entrevista como uma pesquisa científica e objetiva, o entrevistado poderá ver nela um momento oportuno para apresentar algo de uma determinada forma. Se a realidade social se constitui em processos de interação, a situação da entrevista sempre é uma construção conjunta daquele momento entre o entrevistado e o entrevistador. Mas esses enquadramentos podem mudar no sentido que a situação mude na interpretação dos sujeitos. O princípio da comunicação permite que, como cientistas sociais, tenhamos consciência do significado que a situação da entrevista tem para o sujeito e o que esse aspecto implica na leitura dos nossos dados.

Já o princípio da abertura diz respeito a uma série de premissas voltadas à forma como o pesquisador inicia a pesquisa, conduz ela e lida com as informações geradas no campo. Resumidamente isso significa dizer que a *pergunta* que guia a pesquisa deve ser aberta e pode ser modificada no processo da pesquisa. As *hipóteses* da pesquisa são geradas a campo durante o processo investigatório e a *amostragem teórica* ocorre durante a pesquisa. O *levantamento das informações* também deve ser realizado de forma aberta, isto é, o entrevistador trabalha com perguntas abertas, permitindo que o entrevistado conduza e estruture o seu relato de forma autônoma. Aqui podemos observar uma importante diferença em comparação a outros métodos de pesquisa qualitativa que procedem em geral de forma dedutiva. Pois, o princípio da abertura pressupõe que se proceda de forma abductiva, isto é, a abordagem teórica só acontece depois da estruturação do objeto de pesquisa a campo, que se dá através da geração e verificação de hipóteses no processo de pesquisa, assumindo para si uma lógica da descoberta. Logo, o princípio de abertura significa trabalhar da forma mais livre possível, abrindo mão de um método estruturado de acordo com nossos pressupostos (ROSENTHAL, 2014).

Outro importante diferencial deste método é o fato de o levantamento e a análise dos dados ocorrerem de forma paralela. No que corresponde à análise dos dados, esta é realizada de forma sequencial, passo a passo, respeitando a estrutura da narrativa elaborada pelo sujeito. A análise dos dados pode ser dividida em 1) análise sequencial dos dados biográficos, formulação e verificação de hipóteses, 2) análise de texto e do campo temático, formulação e verificação de hipóteses, 3) contraste da história de vida narrada e vida vivenciada e 4) construção tipológica.

Tanto o primeiro como o segundo passo da análise dos dados são os momentos em que hipóteses são formuladas, testadas, mantidas ou refutadas em cima do texto transcrito. Enquanto o primeiro passo faz referência à *vida vivenciada* do indivíduo, o segundo passo busca apreender, através do campo temático, *a vida narrada*, isto é, a forma como o indivíduo se apresenta no presente da entrevista. No que corresponde à análise da vida vivenciada, busca-se entender através da biografia do sujeito a gênese do surgimento de determinado fenômeno. Já a vida narrada nos permite compreender como esse fenômeno, surgido no passado, foi se conservando e/ou modificando na interpretação do sujeito até o momento atual. Para essa análise se faz necessário a busca pelo campo temático trazido pelo sujeito, isto é, os temas através dos quais o sujeito constrói sua autoapresentação. Cada um desses procedimentos é realizado de forma separada ao cabo que, num terceiro passo, eles serão contrastados, para que entendamos a possível diferença entre o vivenciado no passado e o que isso se tornou para o sujeito no presente, podendo aparecer novas informações até ali não visíveis. Por isso é imprescindível nessa fase do processo de análise que o pesquisador se mantenha aberto para o novo e não instrumentalize o procedimento exclusivamente para a verificação das hipóteses (ROSENTHAL, 2014). Após a conclusão dos resultados pela comparação por contraste, é possível que se construa tipos a partir dos casos reconstruídos. A análise dos dados se destaca principalmente por oferecer ao pesquisador um instrumento sistemático, possível de controle, que segue, em primeiro lugar, uma lógica da descoberta e não da verificação.

A aplicação desse método pode ser encontrada em uma série de estudos realizados tanto na Alemanha quanto atualmente no Brasil, abordando os mais variados temas, como violência, nazismo, desemprego, imigração, entre outros. Em seguida irei apresentar ao leitor um estudo realizado na Alemanha com jovens em situação de desemprego e baixa qualificação, em que a o método de narrativas biográficas é aplicada.

Aplicação do método de narrativas biográficas em estudos com jovens no mercado de trabalho

Exemplos da aplicação do método de narrativas biográficas podemos encontrar em um estudo encomendado pela Fundação *Deutsche Jugendmarke e.V* de Halle, na Alemanha, em que são investigados os efeitos que o acompanhamento social de jovens,

dentro de um projeto socioeducativo, tem sobre a trajetória profissional dos mesmos. Trata-se de jovens que passaram por processos de evasão escolar, com dificuldade de incluir-se em oportunidades de aprendizagem e que acabaram iniciando sua vida adulta sem perspectivas profissionais. O estudo foi realizado entre 2004 e 2005 e tinha como objetivo não somente entender o efeito que o projeto socioeducativo resultou nos jovens, mas também de sugerir, a partir da experiência realizada pelas pesquisadoras com as entrevistas, instrumentos eficazes para a condução de conversas no acompanhamento social.⁸

No estudo, foram entrevistados 28 jovens, entre 16 e 27 anos, que participaram durante seis meses das medidas socioeducativas, sendo que foram entrevistados tanto jovens que tiveram alguma inclusão escolar ou de trabalho após a finalização do projeto, como também jovens que não tiveram nenhuma inclusão. O estudo teve o objetivo de analisar a) as constelações sociais e biográficas que se mostram fomentadoras e/ou prejudiciais para a integração dos jovens a longo prazo no mercado de trabalho, b) as possíveis técnicas de condução de conversas que ativam e apoiam a iniciativa do jovem e c) poder fazer sugestões de um método de condução de conversas, extraídas a partir da experiência das entrevistadoras com os jovens, que possam ser aplicadas na prática social.

Olhando para alguns resultados do estudo podemos identificar uma das grandes vantagens que o método narrativo-biográfico traz consigo: o fato de conseguir alcançar relações causais que vão além daquelas unilineares. Assim, diferente de como se pensou inicialmente no programa socioeducativo, foi possível identificar que a inclusão dos jovens no mercado de trabalho, após a finalização do programa, não se deu de forma efetiva. Pois, embora mais da metade dos jovens tenha encerrado o programa tendo alguma inclusão positiva, esse sucesso não significou mudanças nos seus modos de ação, que pudessem, a longo prazo, possibilitar uma mudança biográfica efetiva. Apesar do sucesso escolar ou profissional, verificou-se nesses jovens a permanência de comportamentos destrutivos e modos de ação que impediam o desenvolvimento da autonomia (ROSENTHAL ET AL., 2006).

Em relação à aplicação das entrevistas, essas demonstraram causar efeitos positivos nos jovens no que corresponde o despertar pela busca de autorreflexão crítica sobre sua

⁸ROSENTHAL, Gabriele et al. **Biographisch-narrative Gespräche mit Jugendlichen**. Chancen für das Selbst- und Fremdverstehen. Oplanden: Barbara Budrich, 2006.

biografia, história familiar e atual situação, se observando uma crescente autocompreensão, fomentando a autonomia. O método se destaca principalmente pela capacidade de aprofundamento e sistemática sobre os dados levantados, possibilitando que aquilo que normalmente fica na superfície do fenômeno, possa ser analisado de forma complexa ou até mesmo desconstruído.

O método não possui, porém, somente implicações no que correspondem os processos de autocompreensão (*Selbstverstehen*) e sim também nas possibilidades de compreensão do outro (*Fremdverstehen*). Como mostram os resultados da pesquisa, muitos traumas vividos pelos jovens, experiências essas responsáveis por mudanças bruscas de biografia, passavam despercebidas pelo acompanhamento dos assistentes sociais e pedagogos, uma vez que estes atuam explicitamente a partir e em cima dos problemas escolares e de ocupação sofridos pelos jovens no presente. Tal abordagem se apresenta também problemática porque ela reforça a percepção negativa que o jovem já tem sobre si mesmo. Uma abordagem que parte da biografia do sujeito tem absolutamente outro efeito sobre ele, pois ela não se concentra de forma fragmentada em cima do problema. Assim, numa condução narrativa de conversa, tanto locutor como interlocutor não terão somente acesso aos momentos difíceis da trajetória do locutor, mas também aos seus momentos bons, aos seus portos seguros e suas competências. Além disso, a pressão constante pela busca de soluções para os problemas do presente acabam não permitindo que ambos, jovem e assistente social, possam encontrar e entender a gênese das dificuldades escolares.

Meus primeiros passos a campo

No começo do segundo semestre de 2016, iniciei minhas atividades em campo. A minha primeira entrevista aconteceu numa comunidade na zona Norte de Porto Alegre com uma catadora de resíduos de 25 anos, mãe de quatro filhos e casada com um rapaz de 34 anos, também catador. Na primeira fase de procura por informantes, decidi não buscar catadores que eu já havia conhecido através do Programa TSPOA para evitar que a minha relação com eles pudesse prejudicar a qualidade das entrevistas. Mas já nas minhas primeiras buscas, percebi que dessa forma seria muito mais difícil acessar meus

informantes, uma vez que os catadores que eu buscava na rua verbalizavam não ter tempo para participar da entrevista, pois estavam em horário de trabalho. Além disso, percebi que demoraria muito tempo para construir um laço de confiança com meus entrevistados, o que me motivou novamente a buscar meus contatos de catadores. Nessa primeira fase, percebi que uma relação de confiança é muito mais importante do que a distância emocional que se tenta ter com seus entrevistados.

Foi assim que entrei em contato com Aline⁹, catadora e antiga aluna de um curso profissionalizante que ajudei a elaborar e executar na época que atuava no programa. Seguindo o método e a metodologia da pesquisa de narrativas biográficas, o processo de documentação de informações referentes à interação do pesquisador com o informante já inicia antes mesmo da entrevista, isto é, desde o início do primeiro contato com o entrevistado até o momento da entrevista e pós-entrevista. No meu caso, como já possuo contato com Aline desde o início de 2016, também escrevi algumas linhas sobre a minha experiência com ela na época do curso. Essas informações são documentadas em um *memo* (memorial) e servirão para a primeira formulação de hipóteses e mais tarde para a reconstrução do caso. Eu já tive dois momentos de entrevista com Aline, que duraram cada em torno de 2 horas. Aline é bastante comunicativa, o que permitiu que bastante material fosse gerado para a análise.

O próximo passo será analisar os primeiros memorandos através de uma análise global, em que os dados do entrevistado e dos familiares são apresentados e em que a história de vida apresentada pelo entrevistado é reconstruída de maneira breve. A análise global também é essencial para o desenvolvimento das próximas entrevistas, pois é ela que irá me ajudar a decidir quem eu deverei entrevistar na sequência e isso em compatibilidade com meu tema de pesquisa. Além da amostragem teórica, a análise global servirá também para a elaboração das primeiras hipóteses formuladas a campo, permitindo que eu já possa estudar a possibilidade da construção do primeiro tipo, aquele que dará início ao estudo comparativo entre as entrevistas.

A minha primeira experiência com o método de narrativas biográficas a partir do presente estudo está me mostrando que é possível pesquisar um tema bastante específico através de perguntas de pesquisa totalmente abertas. Embora o entrevistado saiba qual o motivo da pesquisa e qual tema me interessa, ele tem liberdade para estruturar sua fala e

⁹Nome modificado por motivos de anonimato da informante.

trazer seu sistema de relevância. Esse aspecto parece também permitir que a situação da entrevista ganhe um caráter mais “natural”, comparável a uma interação da vida cotidiana, e menos de uma típica entrevista.

O método de narrativas biográficas produz tendencialmente um material bastante volumoso e isso já pude perceber nas minhas primeiras duas entrevistas. E como todo o material é analisado, isto é, nada que foi dito pelo entrevistado é deixado de fora da análise, ela demonstra ser bastante trabalhosa.

Considerações finais – método e políticas públicas

Este artigo teve como objetivo aproximar o leitor da pesquisa aqui proposta, apresentando o desenvolvimento do estudo, desde seu início em março de 2016 até o presente momento. Além disso, busquei apresentar um apanhado geral sobre as principais políticas públicas de trabalho e renda até hoje desenvolvidas no Brasil e isso em especial para a população aqui pesquisada. Uma breve análise sobre a trajetória dessas políticas demonstra como a oferta de qualificação é niveladora, não levando em conta as diferentes realidades que os trabalhadores oriundos da reciclagem ou em geral das classes populares podem apresentar.

Os cursos de qualificação ofertados ainda de forma escassa para essa população têm forte orientação em cima das necessidades de empresas e da indústria, tornando praticamente inexistentes os cursos profissionalizantes que correspondam à realidade dos sujeitos, com todas as suas implicações. Esse aspecto sugere igualmente uma maior articulação entre as diferentes políticas, que visem à autonomia dos sujeitos e não o eterno círculo vicioso entre formação e inclusão sem sucesso no mercado.

Motivada por essa disparidade, busquei na academia um método de pesquisa social que pudesse dar conta do estudo sobre a relação desses catadores com a sua atividade produtiva de forma mais profunda e detalhada. Para isso, aplico o método de narrativas biográficas, a qual permite estudar o fenômeno social da reciclagem a partir da sua gênese. A experiência com o método é ainda recente, mas já é possível constatar a qualidade da interação entre entrevistado e entrevistador.

A Sociologia interpretativa nos coloca, portanto, à disposição um instrumento capaz de buscar, a partir da biografia dos indivíduos, a gênese e o desenvolvimento de

fenômenos sociais, com o objetivo de se aperfeiçoar as políticas de trabalho propostas para os grupos e desenvolver técnicas eficazes de acompanhamento social, que tirem os sujeitos de sua posição passiva como usuários de políticas públicas, para o seu real protagonismo, como sujeitos que possam compreender e refletir a sua realidade em direção à maior autonomia. Para isso, se faz necessário que as políticas considerem a trajetória dos sujeitos, sem tentativas de rompimento entre passado e presente, possibilitando a construção de ações futuras. Conhecendo seu público alvo de forma mais profunda, as políticas públicas poderão também aplicar seus recursos financeiros de forma mais eficaz.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Livia Disconsi Wolitz De. **Geração de trabalho e renda**: "remando contra a maré". 2008. 212 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

EM CADERNOS DE ESTUDOS: Desenvolvimento social em debate. nr. 24. **Inclusão produtiva urbana: o que fez o Pronatec/Bolsa Formação entre 2011 e 2014**.

POCHMANN, Marcio. Rumos da política do trabalho no Brasil. In: SILVA E SILVA, M. O. D. e YAZBEK, M. C. (Ed.). **Políticas Públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. 3. São Paulo: Cortez, 2012. p.37-58.

Governança. Programa Todos Somos Porto Alegre. **PREFEITURA DE PORTO ALEGRE**, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smg/default.php?p_secao=127>. Acesso em: 09 jun. 2016.

Políticas públicas asseguram mais trabalho e renda aos brasileiros. **PORTAL BRASIL**, Brasília: 2014. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2014/05/politicas-publicas-asseguram-mais-trabalho-e-renda-aos-brasileiros>>. Acesso em: 27 maio 2016.

ROSENTHAL, Gabriele. **Pesquisa social interpretativa**: uma introdução. 5. ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2014.

ROSENTHAL, Gabriele et al. **Biographisch-narrative Gespräche mit Jugendlichen**. Chancen für das Selbst- und Fremdverstehen. 1. Opladen: Barbara Budrich, 2006.

SANTOS, Hermílio; OLIVEIRA, Patrícia; SUSIN, Priscila. Narrativas e pesquisa biográfica na sociologia brasileira: revisão e perspectivas, **Civitas**, vol. 14, nr. 2, p. 359-382, 2014.

TAFNER, Paulo. **Brasil o estado de uma nação**. Mercado de trabalho, emprego e informalidade. Rio de Janeiro: IPEA, 2006.

A sociedade de mercado no século XXI e seus desafios: trabalho, produtividade e desemprego

Nelton Moreira Souza,¹

Eliete Barbosa de Brito Silva²

Caroline Bianca Graeff³

O artigo discute a precarização social do trabalho no Brasil, a partir da transição do século XX para o século XXI, momento em que profundas transformações na dinâmica econômica em decorrência dos processos de reestruturação produtiva, da integração globalizada dos mercados financeiros, da internacionalização das economias, da desregulamentação e abertura dos mercados consumidores e das políticas econômicas e sociais, vêm apreendendo de forma acelerada e diferenciada vários setores da população trabalhadora. Essas mudanças geram novas tensões, incertezas, aprofundamento das desigualdades sociais e da exclusão social, observa-se que este processo de transformações, tendências e continuidades ou reconfigurações pode ser analisado sob a égide da precarização social do trabalho. As filiais de empreendimentos multinacionais em território brasileiro podem ser emblemáticas para a análise desta precarização. Frente à alta velocidade da série produtiva, várias multinacionais de diferentes ramos estão submetendo seus funcionários a condições de trabalho precárias que afrontam os direitos e a dignidade da pessoa humana. Recente caso ocorrido em uma multinacional que obrigava os funcionários a usar fralda geriátrica proibindo-os de ir ao banheiro, serve de exemplo de tal precarização. Casos como esse seguem se repetindo no atual contexto de mundialização, marcado pela busca incessante de produtividade e a hegemonia do capital financeiro, de uma nova reestruturação da produção do trabalho e de um “novo espírito do capitalismo”. Diante disso, pode-se constatar que vivenciamos um momento de grandes mudanças no mundo do trabalho (reestruturação produtiva, flexibilização da legislação trabalhista, precarização do trabalho etc.), as quais nos permitem identificar as contradições da vida do trabalhador contemporâneo emerso nesta nova complexidade social.

Palavras-Chave: Trabalho, Desemprego, Produtividade, Sociedade, Precarização.

Introdução

O presente artigo discute a precarização social do trabalho a partir da transição do século XX para o século XXI e sua intensificação nas últimas décadas. Aborda as profundas transformações na dinâmica econômica em decorrência dos processos de

¹Doutorando em Ciência Política, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas. CAPES/CNPQ E-mail: moreirasouza48@gmail.com

²Doutoranda em História, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás. E-mail: elietebarbosa1@hotmail.com

³ Doutoranda em Ciência Política na Universidade Federal de Pelotas, UFPEL, RS.

reestruturação produtiva, da integração globalizada dos mercados financeiros, da internacionalização das economias, da desregulamentação e abertura dos mercados consumidores e das políticas econômicas e sociais, aspectos que vêm apreendendo de forma acelerada e diferenciada vários setores da população trabalhadora.

Essas mudanças geram novas tensões, incertezas, aprofundamento das desigualdades sociais e da exclusão social. Observa-se que este processo de transformações, tendências e continuidades ou reconfigurações pode ser analisado sob a égide da precarização social do trabalho. Da mesma forma, evidencia-se como a desregulamentação ou a flexibilização da legislação trabalhista pode colaborar para a desintegração da relação laboral e prover, na contramão dos direitos sociais, uma afronta à dignidade da pessoa humana, devendo se analisar com cautela os desafios que surgem também na esfera jurídica quando trata-se deste novo contexto social.

Dessa forma, como metodologia para o desenvolvimento deste artigo adotou-se revisão bibliográfica acerca da precarização social do trabalho a partir das transformações advindas com a transição do século XX para o século XXI e sua intensificação a partir da década de 90. Ainda, traçou-se alguns aspectos legais que tendem a contribuir para o aprofundamento do problema e, por fim, para ilustrar o tema proposto, problematizou-se alguns casos emblemáticos: Nissam, Tyson Foods e Pilgrim's Pride, Walmart e o caso de Catalão em Goiás.

Diante disso, pôde-se constatar que vivenciamos um momento de grandes mudanças no mundo do trabalho (reestruturação produtiva, flexibilização da legislação trabalhista, precarização do trabalho etc.), as quais nos permitem identificar as contradições da vida do trabalhador contemporâneo emerso nesta nova complexidade social. Portanto, pretende-se contribuir para uma reflexão acerca do atual contexto de mundialização, marcado pela busca incessante de produtividade e a hegemonia do capital financeiro, de uma nova reestruturação da produção do trabalho e de um “novo espírito do capitalismo”. Entretanto, vivemos um momento de crise econômica global. Assistimos dia a dia à diminuição na oferta de postos de trabalho em todas as partes. Tal contexto gera grande angústia no que tange ao mundo do trabalho formal. Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho/OIT, algumas economias desenvolvidas continuam, neste ano de 2016, a

registrar altos índices de desemprego. Ainda segundo a OIT, as economias emergentes são as mais afetadas neste contexto de crise global.

De acordo com levantamentos realizados pela organização em 2015, o número final de desemprego foi estimado em 197,1 milhões. Em 2016 está previsto um aumento de cerca de 2,3 milhões, o que levaria o número a 199,4 milhões. Já em 2017, mais 1,1 milhão de desempregados provavelmente serão adicionados ao registro global³. Em países como a Espanha, Irlanda e Estados Unidos, nos quais a legislação trabalhista é mais flexível, a crise de desemprego foi sentida mais fortemente. No Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE, avaliam os índices de desemprego trimestralmente. A publicação dos dados aponta para um aumento na casa de 11,2% no trimestre encerrado em abril de 2016⁴.

O quadro acima exposto força muitos trabalhadores a aceitar empregos com baixa remuneração ou mesmo empregos temporários para garantia de sobrevivência. Tal situação reforça a fragilidade do trabalhador frente ao mercado de trabalho. Esta condição é histórica. Desde que perdeu o controle sobre os meios de produção, o trabalhador tem se colocado cada vez mais nas mãos dos detentores do capital. Esta relação entre trabalhador e empregador no ambiente de trabalho deve ser pensada em consonância com o contexto histórico e econômico presente nas variadas sociedades.

No que tange ao universo do trabalho, o grande marco na transformação das relações foi a Revolução industrial. Até então, o trabalhador detinha o controle sobre todas as etapas de produção de riquezas. Após a referida revolução, o mesmo foi alienado de sua condição de determinar o valor a ser pago pelo bem produzido. Para além dessa impossibilidade, este trabalhador foi, cada dia mais, conduzido a uma especialização de sua mão de obra. Se antes dominava todo o processo de fabrico, doravante, conhecia apenas etapas desse processo. À medida que se especializava em determinada função, seu salário ia sendo minado. Recebia quantias irrisórias, resultando em uma precarização do trabalho.

³Cf. Relatório World Employment and Social Outlook – Trends 2016 (WESO) da Organização Internacional do Trabalho/OIT. Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/oit-desemprego-global-projetado-para-aumentar-em-2016-2017/>> Acesso em: 20/07/2016

⁴Cf. Relatório de dados sobre o índice de desemprego no Brasil publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE em 31/05/2016. Disponível em: < <http://ibge.gov.br/home/>> Acesso em: 19/07/2016.

Na análise de tal contexto observamos que a partir da Revolução Industrial a vida do trabalhador encontra-se atrelada a sua rotina de trabalho. As jornadas de então eram no mínimo extenuantes. Os operários das fábricas enfrentavam períodos de trabalho em torno de 10, 12 ou até mesmo 18 horas. O que significa dizer que o trabalho regulamentava sua vida, não sobrando muito tempo para momentos de lazer. O ambiente de trabalho nas fábricas era regido por normas próprias. Dito de outra forma, a ausência de uma legislação que amparasse de forma universal os trabalhadores das fábricas, viabilizava a existência de diversas regras. Cada uma delas adequadas aos interesses dos detentores do capital. O que se traduzia em normas extremamente rígidas a serem cumpridas pelos trabalhadores.

Neste primeiro momento, o da expansão industrial, os trabalhadores das fábricas eram, invariavelmente, membros de uma mesma família. Estes aí se empregavam em busca de aumentar os rendimentos familiares. Assim, tornava-se comum que esposo, esposa e filhos submetidos às regras extenuantes das fábricas tivessem sua vida social inviabilizada. A rotina de trabalho os sugava a ponto de terem, inclusive, sua saúde comprometida. Neste momento, os espaços destinados ao desenvolvimento das atividades laborais eram insalubres. Não havia uma preocupação em tornar salutar o ambiente das fábricas,urgia isso sim, auferir lucros.

Neste cenário avançou o século XIX. Este pode ser apontado como sendo o século da aceleração industrial, da concentração de capital e da formação de grandes monopólios. A Inglaterra, a França e a Alemanha são exemplos basilares de países que fortaleceram sua economia neste período. São, não por acaso, nestes países, em específico na Inglaterra e na Alemanha, que as organizações de trabalhadores encontraram terreno profícuo para sua existência.

A industrialização resultou na intensificação da urbanização das cidades. Os meios de transportes foram impactados por esse processo. No final do século XIX os automóveis haviam substituídos os meios de transporte tradicionais. Assim as indústrias tinham melhores condições para fazer escoar sua produção. Entretanto, não se pode afirmar que o referido processo de urbanização tenha sido planejado. Ele se impõe à medida em que as necessidades ditadas pelo ritmo da indústria se visibilizam.

Cada vez mais presente nas relações econômicas, o sistema capitalista conhece uma solidificação no final do século XIX início do XX. Os bancos, as indústrias, os

comércios e o mercado financeiro ganham maior importância no cenário econômico. Tal cenário faz emergir duas novas classes sociais, a do empresário e a do operário. O primeiro, detentor do capital; o segundo ofertava sua mão de obra. Concomitante a estes fatos, novas relações de trabalho irão permear o ambiente laboral. Pelo exposto, em termos da contemporaneidade, é lícito afirmar que as relações de trabalho permeiam as relações sociais. Orientam as transformações no ambiente urbano. Dois são os fatores que marcaram as relações de trabalho em fins do século XIX, início do XX e que se encontram imbricados na lógica expressa. A necessidade de racionalizar a linha de produção e a ânsia por auferir maiores lucros.

Para alcançar tais objetivos, a racionalização no processo de produção e o aumento nos lucros, torna-se premente um maior controle do tempo gasto na linha de produção por parte dos operários. Outra necessidade evidenciada era a redução nos custos de produção para gerar maiores lucros aos capitalistas. A fórmula empregada foi um rígido controle exercido sobre os trabalhadores. Estes tinham sua mobilidade no local de trabalho cerceada. As jornadas de trabalho tornaram-se mais extenuantes.

Chegamos ao século XXI com relatos de exploração da capacidade de produção de trabalho dos sujeitos por parte dos detentores do capital. Agora como dantes, a busca é por aumentar a capacidade produtiva mediante a redução de custos. Donde se infere que a lógica do trabalho sofreu poucas alterações no curso dos séculos XIX e XX. Quer seja em um modelo taylorista, fordista ou toyotista a intensificação do trabalho e a contenção do trabalhador levam a uma alienação deste último. Resultando em uma má exploração de sua mão de obra.

O presente texto buscou discutir as relações de trabalho estabelecidas no século XXI, apresentando seu contexto histórico nos séculos XIX e XX. Encontra-se estruturado em três partes, a saber: Introdução, na qual relatamos o contexto do mundo do trabalho dos séculos XIX e XX; uma segunda parte onde abordamos a intensificação da precarização do trabalho a partir da década de 1990, com enfoque para os aspectos jurídicos que contribuem para essa precarização; e por fim, em uma terceira etapa trouxemos alguns casos recentes, que tomaram a mídia, como o da obrigatoriedade do uso de fraldas geriátricas e outros para exemplificar e ilustrar a precarização exposta nos itens anteriores. Pelas incursões realizadas somos instados a assinalar que o trabalho é a base para a sobrevivência humana em uma sociedade capitalista.

A ascensão de uma sociedade de mercado e a precarização social do trabalho

As reformas neoliberais implementadas a partir da década de noventa no Brasil com a intensificação do processo de globalização, visando uma reestruturação de mercado voltada para a abertura mundial de capital e a industrialização em massa, transformaram as relações sociais e intensificaram a exploração da força laboral desencadeando uma maior precarização e instabilidade das relações trabalhistas. Esta nova dinâmica de trabalho contribuiu para a constituição de um cenário de degradação do mercado de trabalho, com um aumento no índice de desemprego e uma profunda "deterioração dos contratos salariais devido à expansão da informalização e da terceirização nas grandes empresas, visando reduzir custos". (ALVES, 2009)

Diante da intensificação desta precarização do trabalho diversos fatores sócio-estruturais sofreram inevitável abalo, tais como: a flexibilização do trabalho, o aumento da informalidade e da terceirização, a redução da força sindical, instabilidade e exclusão social, desemprego, aumento da carga de trabalho e da aferição de horas extras e, conseqüentemente, redução do tempo de convívio familiar e social.

Os elementos de precarização do trabalho indicados antes (perda do poder de barganha sindical, crescimento do desemprego total, expansão dos contratos de assalariamento precário/flexibilizado) se traduzem, no plano da estatística social, na perda da participação do trabalho na renda nacional. Por exemplo: no período de 1992 a 1998, a repartição do PIB entre trabalho, capital e administração pública demonstra uma significativa inversão de posições. Por exemplo, a remuneração dos empregados (trabalho) que em 1992 era de 44%, cai para 36%, em 1998. A proporção do excedente operacional bruto (capital) que era de 38% em 1992, sobe para 44%, em 1998. O rendimento dos trabalhadores autônomos estagnou-se no período em torno de 6% (DIEESE, 2002). Enfim, são elementos objetivos de precarização do trabalho que atingem o conjunto do proletariado brasileiro, alterando o metabolismo social do trabalho no Brasil. (ALVES, 2009)

Na América Latina, segundo dados da OIT, "o setor informal situa-se entre 40% e 70% do mercado de trabalho, com uma taxa de crescimento anual superior a 4%" (GOMEZ, 1999). Tal aspecto reforça a precarização laboral advinda com a intensificação

e aceleração da produção em massa e com a instalação de grandes multinacionais que buscam um mercado de alta concorrência mundial.

Mudanças e lacunas na legislação trabalhista também contribuem para este cenário e trazem a tona desafios desta nova realidade social. Uma das mais polêmicas formas de flexibilização do trabalho, a terceirização, constitui um problema social que se agrava frente a uma legislação inconsistente e lacunosa. A terceirização corresponde a prática de substituição de funcionários regularmente contratados por trabalhadores terceirizados, ou seja, contratados por intermédio de uma empresa terceirizadora. Assim, transfere-se certas atividades (atividades secundárias ou de meio, que não correspondam a atividade fim da empresa contratante) a pessoas físicas ou jurídicas prestadoras de serviços, diminuindo os encargos trabalhistas inerentes a contratação regular de um funcionário, bem como responsabilidades sobre obrigações trabalhistas e de segurança do trabalho.

Esta prática, longe de ser novidade, vem sendo intensificada em nosso país desde a década de noventa e corresponde a uma parte substancial do atual mercado de trabalho. De acordo com um estudo da CUT em parceria com o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o total de trabalhadores terceirizados em 2013 no Brasil correspondia a 26,8% do mercado formal de trabalho, somando 12,7 milhões de assalariados. (CUT, 2014) Pesquisa realizada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) no ano de 2010 aponta que os funcionários terceirizados recebiam em média, 27% a menos do que os empregados diretamente contratados e que desempenhavam a mesma função. Ainda, observou-se que os trabalhadores terceirizados eram submetidos a uma jornada de trabalho 7% maior e permaneciam empregados por menos da metade do tempo. (PENA)

Assim, a flexibilização gerada pela terceirização acarreta danos aos trabalhadores que envolvem diversos fatores como a piora nas condições de trabalho, rotatividade de ambiente diante da falta de vínculo com a empresa contratante, aumento da jornada de trabalho, diminuição do salário, falta de representação dos trabalhadores terceirizados e dificuldade na organização dos empregados para lutas por melhorias e direitos, supressão do vínculo social com colegas de trabalho, falta de perspectiva de ascensão no cargo, além da falta de qualificação profissional haja vista a rotatividade e o desinteresse na qualificação específica. Nesse sentido Oliveira:

Os diversos atores da arena de regulação do mercado de trabalho operavam sob a lógica da globalização dos mercados e da inserção do país em um espaço diferente do ocupado pelos países desenvolvidos. Desse modo, o empresariado destacava como um dos benefícios da terceirização a mobilidade do emprego da mão de obra, tornando a produção flexível e ajustada à demanda de produtos e serviços, com possibilidade de incremento da taxa de lucro. Por outro lado, essa manipulação unilateral tem efeito imediato sobre os trabalhadores como a diminuição das condições gerais de trabalho e, em especial, do nível dos salários. (DROPPA e OLIVEIRA, 2012, p. 82)

Para agravar tal situação a legislação trabalhista não regula a prática da terceirização. Esta falta de regulação gera incertezas e precariedade nas condições de trabalhador. Até o momento a terceirização possui como embasamento legal apenas decisões jurisprudenciais e Súmulas dos Tribunais, resultando em uma falta de garantias e proteção frente aos direitos sociais e trabalhistas. Ainda, o Projeto de Lei nº. 4330/2004⁵ que regula a terceirização e esta sendo votado no Congresso Nacional prevê um agravamento ainda maior na situação da precarização dos postos de trabalho, abrindo o leque ao possibilitar a terceirização de atividade fim e não apenas atividade meio.

Outro capítulo jurídico que aponta para uma deteriorização do cenário laboral é a flexibilização da jornada de trabalho de algumas categorias, tema que tem sido alvo de grandes críticas e debates na sociedade. Quando se fala na expressão “jornada de trabalho” imperioso esclarecer que "refere-se ao tempo despendido com o trabalho remunerado executado pelo trabalhador para um empregador, mediante um contrato regular de prestação de serviço, que pode ser o tempo diário, semanal, mensal ou anual". (MOCELIN, 2011, p.102)

A Constituição Federal de 1988 e a CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas estabelecem como jornada máxima de trabalho 8 horas diárias e 44 horas semanais, e o exercício de até 2 horas extras diárias a serem remuneradas com o acréscimo de 50% do valor da hora normal em caso de acordo de prorrogação, sistema de compensação ou necessidade imperiosa, que se consubstancia em casos de força maior, conclusão de serviços inadiáveis e a recuperação das horas de paralisação.

⁵O Projeto de Lei nº. 4330/2004, de autoria do Deputado Federal Sandro Mabel do PL/GO, foi votado pela Câmara dos Deputados em 08/04/2015 e encontra-se aguardando votação pelo Senado Federal

Porém, tal regra não é absoluta sendo permitido a flexibilização destes horários a partir de um acordo individual ou coletivo fixado através de banco de horas ou compensação anual, turno ininterrupto de revezamento, além de horários alternativos ou jornadas de trabalho especiais de algumas categorias como o regime 12/36, ou seja 12 horas de trabalho diário seguidos de 36 horas de descanso.

Cumprir mencionar que o termo flexibilização da jornada de trabalho pode ser aferido de forma positiva significando uma maior autonomia ao funcionário no que tange ao horário trabalhado, ou seja, uma flexibilização da jornada prevista na CLT em favor do trabalhador, podendo, inclusive, significar uma redução da carga horária diária ou horários alternativos que visem uma maior qualidade e efetividade do trabalho prestado. Contudo, deve-se tratar o tema com cautela frente à possíveis efeitos contrários.

A flexibilização ou diminuição da rigidez na aplicação da regra que estabelece o horário de trabalho pode acarretar em um aumento excessivo e ilegal da aferição de horas extras ou uma flexibilização que acabe significando uma falta de regulação e fiscalização, transformada em uma jornada extensa e maléfica à saúde e a vida social do trabalhador, com a conseqüente diminuição de direitos sociais e trabalhistas. Observa-se que o aumento da jornada de trabalho, ainda que sob o ditame legal das 2 horas extras diárias permitidas, surge de enalço com a necessidade de aumento da produtividade e redução de custos com empregados. Torna-se mais viável ao empregador o pagamento de horas extras do que arcar com todos os encargos que geram a contratação de mais um empregado.

A flexibilização da norma que regula a jornada de trabalho pode, dessa forma, conduzir a uma diminuição de direitos e uma precarização da relação laboral. A possibilidade de fixação de jornada alternativa por meio de acordo individual é um aspecto amplamente criticado diante da hipossuficiência em que se encontra o empregado que, frente a necessidade de manutenção do seu vínculo laboral pode ver-se impelido a aceitar condições precárias de trabalho.

Ainda, a flexibilização da jornada, em alguns casos como o da fixação de turno ininterrupto de revezamento, pode conduzir a malefícios à saúde do trabalhador. Turno ininterrupto de revezamento pode ser conceituado como uma sucessão de turnos entre os trabalhadores em empresas que necessitam de atividade ininterrupta. O trabalhador,

assim, poderá trabalhar tanto no turno da manhã quanto no da tarde ou no da noite dependendo do dia ou da escala semanal, havendo um rodízio estipulado pela empresa para os turnos trabalhados e, portanto, sem a existência de um horário permanente.

O desgaste físico, a falta de padrão fixo e de um horário convencional de trabalho traz diversos malefícios como a alteração constante da rotina do empregado e o desregulamento de seu relógio biológico. Assim, diante da especificidade desta jornada especial, a mesma deve ser reduzida ao máximo 6 horas diárias, como forma de compensar o desgaste físico e mental do trabalhador e a rotina biológica e familiar do mesmo. Tais exemplos demonstram como a problemática e os desafios que esta sociedade de mercado, voltada para a produtividade em massa e para a intensificação da produção, pode gerar tensões e aprofundar as desigualdades sociais e a exclusão social:

A exclusão social, em sua configuração multifacetada, manifesta-se na subtração de direitos humanos fundamentais, como o trabalho regular, condignamente remunerado, e a educação formal progressiva de crianças e adolescentes impelidos a ingressar precoce e precariamente no trabalho. Implica a negação da equidade, da justiça e da cidadania, dando origem a um amplo leque de categorias excluídas. (GOMEZ, 1999)

Frente ao exposto deparou-se nas últimas décadas com diversos casos emblemáticos os quais ilustram a degradação das condições de trabalho que assolam a sociedade submersa no capitalismo neoliberal e na política de mercado macroeconômica. As constantes violações aos direitos trabalhistas e humanos da classe trabalhadora na contemporaneidade se apresentam corriqueiramente, como se tivéssemos vendo um retrocesso ao período de revolução industrial porém ressignificado na modernidade sob a lógica produtivista de uma economia neoliberal globalizada. Os dados publicados no dossiê da Revista Metal e da Revista Fórum no primeiro semestre de 2016 apontam vários relatos e denúncias envolvendo multinacionais de capital estrangeiro no descumprimento de direitos trabalhistas e humanos em países do continente Americano, em especial no Brasil.

Porém, nesta política econômica neoliberal, em que a globalização e o mercado ditam as regras dos processos produtivos, diversas são as violações ocasionadas à classe trabalhadora, concomitante a esta lógica. Como, por exemplo, a montadora automobilística de capital japonês – NISSAN, a qual responde a acusação de violação de

direitos trabalhistas e humanos movida pela *United Auto Works Union (UAW)*, maior sindicato de trabalhadores do setor automotivo nos EUA, sob a acusação de coagir seus funcionários da fábrica situada no município de Canton, Mississippi, a usarem fralda geriátrica.

De acordo com os relatos de trabalhadores e colaboradores da fábrica, estes foram orientados pela direção a usarem fraldas geriátricas com o intuito de inibir as constantes interrupções na jornada de produção com idas ao banheiro. Tais atos de violação aos direitos reverberaram pelo mundo, sendo que, em fevereiro deste ano, houveram várias manifestações no Rio de Janeiro em frente ao Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos – Rio 2016, contra as violações e condições de trabalho subhumanas impostas pela multinacional nos EUA, uma vez que esta era uma das marcas patrocinadoras do evento esportivo coordenado de Federação Interacional de Futebol (FIFA), realizado no Brasil. (REVISTA METAL, 2016).

Entretanto, este não é um caso isolado mas, pelo contrario, uma realidade que se repete todos os dias nos países do continente americano em especial no cone sul, condicionados a esta lógica de mercado. Outro caso emblemático envolvendo multinacionais em cenário internacional é o caso do setor aviário envolvendo as multinacionais *Tyson Foods* e *Pilgrim's Pride*, ambas pertencentes à companhia brasileira de processamento de alimentos JBS. Elas aparecem no relatório publicado pela Oxfam América em maio de 2016, no qual a organização denunciou o fato de que a imensa maioria dos trabalhadores do setor aviários nos EUA são forçados a usarem fraldas geriátricas em ambiente de trabalho. Vale salientar que as multinacionais supracitadas pertencentes a grupo JBS correspondem a 30% do setor de processamento de aves em território norte americano (OXFAM AMÉRICA, 2016).

De acordo, com o relatório da Oxfam América foram realizadas centenas de entrevistas com funcionários da linha de produção das maiores empresas do processamento desse setor e, com base nessas entrevistas, a Oxfam alegou a inadequação nas pausas no trabalho as quais, de acordo com o relatório, violam as leis norte-americanas de segurança no trabalho. Tais violações e descumprimentos aos direitos trabalhistas e humanos ocorrem também em território brasileiro. O caso mais emblemático refere-se à rede internacional de supermercados Wal Mart que apresenta um histórico de violações aos direitos humanos. Os abusos já foram relatados em

estudos e pesquisas divulgados no livro *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil*, fruto do processo de pesquisa e organização do professor titular de Sociologia no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Ricardo Antunes.

De acordo com os estudos do autor, foram detectadas várias denúncias do uso de fraldas geriátricas e restrição de uso de banheiros por trabalhadores empregados por multinacionais. “Há abusos desse gênero documentados, tramitando na Justiça do Trabalho no Brasil”. Ainda, constatam-se tais práticas também em relatos confidenciais por funcionárias de empresas do seguimento de lingerie, no município de Catalão estado de Goiás, coletados através de pesquisa de campo realizada no município.

De acordo com estes relatos as funcionárias eram instadas a não tomarem água para não sentirem a necessidade de ir ao banheiro, haja vista possuírem apenas um número X de vezes em que poderiam ir ao banheiro, três vezes ao dia, por exemplo, em uma jornada de 8 horas ou mais de acordo com a demanda de produção. Muitas relataram que em decorrência dessas condições de trabalho adquiriram infecções no trato urinário e problemas renais. Diante destas questões foi questionado às funcionárias porque não denunciaram a empresa e a resposta corriqueira foi a seguinte “Eu trabalho aqui e se denunciar nunca mais ninguém me contrata” (Fragmento de entrevista - trabalho de campo Catalão-GO, 2016).

Frente a isto, evidencia-se o quão importante se torna aprofundar um estudo na averiguação das consequências que as grandes mudanças no mundo do trabalho (reestruturação produtiva, flexibilização da legislação trabalhista, precarização do trabalho, entre outras) geram na vida social e nos direitos humanos do trabalhador, que se vê a mercê desta sociedade de capital global e produção em massa.

Considerações Finais

De acordo como esse panorama supracitado, que se faz presente em pleno o século XXI, constata-se que estamos imerso a um cenário profundamente contraditório e agudamente crítico. Seja pelo fato que o trabalho ainda se configura como uma mola propulsora para criação de valor, retroalimentando o seu sentido de perenidade em uma lógica assustadora, perversa que retrata o seu traço de superfluidade, na qual o protótipo

dos precarizados, flexibilizados, temporários, se dilatam ao enorme exército de desempregados e desempregadas que se expende recentemente pelo mundo. Sendo, que atualmente, mais de um bilhão de trabalhadores, homens, mulheres e jovens, são vítimas das vicissitudes dos trabalhos precarizados, instável, temporário, terceirizado, nos quais centenas de milhões têm seu cotidiano afetado e condicionado pelo desemprego estrutural (ANTUNES, 2005).

Já, no outro lado da balança, cada vez mais estes trabalhadores e trabalhadoras, encontrasse menores oportunidades de emprego, configurando-se uma crescente tendência de precarização do trabalho em escala local, regional e global. Que se estende dos “Estados Unidos da América ao Japão, da Alemanha ao México, da Inglaterra ao Brasil” Ou seja, a precarização, o desemprego estrutural se alastra de forma acelerada.

Portanto, podemos dizer que estamos diante uma nova morfologia, que se compreendem desde os operários industriais e rurais clássicos até as novas mutações, das levas de proletariados do mundo, os novos fluxos de terceirizados, subcontratados, temporários que se fazem presente nos três níveis da escala (ANTUNES, 2005). Ou seja, os trabalhadores e trabalhadoras de telemarketing e call Center, dos motoboys que desafiam a morte em ruas e avenidas dos grandes centros urbanos, dos digitalizadores e escrivão que laboram (e se lesionam) nos bancos das corporações, dos assalariados do fast food, dos trabalhadores da construção civil, dos hipermercados e shopping Center etc.

Assim, esta nova dinâmica, evidencia um nítido contraste entre as modalidades de trabalho mais desregulamentadas, e as legislações trabalhistas, ocasionando uma massa de trabalhadores, que se desloca do trabalho assalariado formal registrado para trabalhadores desregulamentados no mercado informal. Ou seja, em pleno o século XXI, era da informatização do trabalho, do fazer maquinal e digital, estamos admitindo a época da informalização do trabalho, dos terceirizados, precarizados, subcontratados, flexibilizados, trabalhadores em tempo parcial, do cyberproletariado, conforme Ursula Huws (2003).

Portanto, o desemprego se torna corriqueiro, a precarização tende a naturalizar-se, o rebaixamento salarial e a perda de direitos crescentes, essas características começam a se apresentarem de forma frequente como um retrato da classe trabalhadora. Decorrentes do processo de liofilização organizacional (Castillo, 1996) o qual se

entrelaça ao mundo empresarial, onde os trabalhos vivos são eliminados, sendo substituídas pelo maquinário técnico-informacional-digital presente no trabalho morto.

De acordo, com João Bernardo (2004), além de atuar por meio de várias máquinas, no mundo do trabalho hoje constatamos também a ampliação do que Marx chamou de trabalho imaterial, conduzido nas esferas da comunicação e informação, próprias da dinâmica social das metrópoles globalizadas, dos logos, das marcas, do simbólico, do supérfluo. Bem como nos setores de serviços públicos, como saúde, energia, educação, telecomunicações, previdência etc, também sofrem com à máxima da mercadorização, que vem afetando fortemente os trabalhadores do setor estatal e público (ANTUNES, 2005).

Deste modo, é evidente a precarização da classe trabalhadora na contemporaneidade, seja pelo fato da intensificação das formas de extração de trabalho, que ampliam-se as terceirizações, bem como as noções de tempo e de espaço, que são metamorfoseadas e tudo isso acarreta profundas mudanças na dinâmica do capital produzir as mercadorias, sejam elas materiais ou imateriais, corpóreas ou simbólicas na lógica neoliberal vigente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Giovanni. **Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal – Precarização do trabalho e redundância salarial**. Rev. Katál. Florianópolis v. 12 n. 2 p. 188-197 jul./dez. 2009. Universidade Estadual Paulista (Unesp), Marília. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-49802009000200008>. Acesso em: 15 set. 2016.

ANTUNES, RICARDO: **O Caracol e sua Concha: Ensaio sobre a Nova Morfologia do Trabalho**, Ed. Boitempo, São Paulo, 2005.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho** - 3.ed. São Paulo: Boitempo, 2000. 261p.

BERNARDO, JOÃO: **Democracia Totalitária: Teoria e Prática da Empresa Soberana**, Ed. Cortez, São Paulo, 2004.

CASTILLO, JUAN J.: **Sociología del Trabajo**, CIS, Madrid, 1996.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES - CUT. **Terceirização e desenvolvimento: uma conta que não fecha: / dossiê acerca do impacto da terceirização sobre os trabalhadores e propostas para garantir a igualdade de direitos / Secretaria Nacional de Relações de Trabalho e Departamento Intersindical de Estatística e Estudos**

Socioeconômicos. São Paulo, 2014. Disponível em: <https://www.cut.org.br/system/uploads/ck/files/Dossie-Terceirizacao-e-DesenvolvimentoLayout.pdf>. Acesso em: 15 set. 2016.

DROPPA, Alisson; OLIVEIRA, Walter. **O judiciário trabalhista brasileiro e a questão da terceirização dos serviços**. Revista Perspectivas, São Paulo, v. 41, p. 81-104, jan./jun. 2012. Disponível em: Acesso em: 14 set. 2016.

DRUCK, Graça. **TRABALHO, PRECARIZAÇÃO E RESISTÊNCIAS: novos e velhos desafios?** Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v24nspe1/ao4v24nspe1.pdf>. Acesso em: 15 set. 2016.

LARANJEIRA, S. MARIA. **As Transformações do Trabalho num Mundo Globalizado**, Sociologias, Porto Alegre, ano 2, nº 4, jul/dez 2000, p.14-19.

GOMEZ, Carlos Minayo; THEDIM-COSTA, Sonia Maria da Fonseca. **Precarização do trabalho e desproteção social: desafios para a saúde coletiva**. *Ciênc. saúde coletiva* [online]. 1999, vol.4, n.2, pp.411-421. ISSN 1413-8123. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81231999000200015>. Acesso em: 15 set. 2016.

HUWS, URSULA: **The Making of a Cybertariat (Virtual Work in a Real World)**, Monthly Review Press/The Merlin Press, Nova Iorque/Londres, 2003.

LUKÁCS. G.: **As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem**, in **Temas de Ciências Humanas**, São Paulo, Ed. Ciências Humanas, no. 4, 1978.

MAIA, KATIA. **Cada vez mais desigual ?**. Revista Oxfam, São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/Oxfam%20Brasil%20-%20Cada%20vez%20mais%20desigual.pdf>>. Acesso em: 18 junho. 2016

MARX, KARL: **O Capital**, Vol. 1/1, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1971.

MARX, KARL: **Manuscritos Econômico-Filosóficos**, Boitempo Editorial, São Paulo, 2004.

MOCELIN, Daniel Gustavo. **Redução da jornada de trabalho e qualidade dos empregos: entre o discurso, a teoria e a realidade**. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 19, n. 38, p. 101- 119, fev. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v19n38/v19n38ao7.pdf>. Acesso em: 12 de set. 2016.

NOGUEIRA, CLAUDIA: **O Trabalho Duplicado**, Ed. Expressão Popular, São Paulo, 2006. NOGUEIRA, CLAUDIA: **A Feminização no Mundo do Trabalho**, Ed. Autores Associados, Campinas, 2004.

NAVES, Flavia. **Trabalho e trabalhadores nas sociedades contemporâneas: outras lentes sobre invisibilidades construídas** - 1. ed. - Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

PENA, Rodolfo F. Alves. **Terceirização e trabalho**. Brasil Escola. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/geografia/terceirizacao-trabalho.htm>>. Acesso em 16 set. 2016.

REVISTA METAL, **Multinacionais obrigam funcionários a usar fralda e proíbem ida ao banheiro**. Revista Metal, São Paulo, nº5, 2016. Disponível em: <<http://www.metallerevista.com.br/>>. Acesso em: 18 junho. 2016.

VASAPOLLO, L.; ARIOLA. J.: **L'uomo precario nel disordine globale**, Jaca Book, Milão, 2005.

VASAPOLLO, L.: **O Trabalho Atípico e a Precariedade**, Ed. Expressão Popular, São Paulo, 2005.

**Grupo de Trabalho
Violência, Criminalização,
Cidadania e Direito**

Entre trajetórias, desejos e (im)possibilidades: projetos de futuro em jovens da socioeducação de meio aberto

Bruna Rossi Koerich¹

Esse trabalho parte de uma dissertação de mestrado em andamento, sob a orientação da Dr^a Fernanda Bittencourt Ribeiro, realizada com financiamento CAPES/PROSUP. A pesquisa insere-se no contexto das intersecções entre juventudes, adolescências e violências, em especial, na figura dos adolescentes em conflito com a lei. Na última década, o tema ganhou destaque no âmbito acadêmico focalizando as medidas socioeducativas de privação de liberdade. Apesar de maioria no sistema socioeducativo, as medidas executadas em meio aberto são tema quase inexistente nas ciências sociais. Visando visibilizar essas experiências e partindo do entendimento de que o discurso preponderante nas diretrizes do sistema socioeducativo é o de possibilitar futuros distanciados da prática infracional, essa pesquisa objetiva analisar a construção de projetos de futuro de jovens da socioeducação de meio aberto, compreendendo quais os elementos que ancoram essa construção. Metodologicamente, optou-se por uma inserção etnográfica e entrevistas com jovens de uma unidade de execução de meio aberto, situada no município de Canoas (RS), reconhecido pela redução dos índices de violência a partir de uma política de segurança pública que potencializa ações preventivas. Por tratar-se de uma pesquisa em andamento seus resultados são ainda parciais, mas pode-se notar que elementos como o consumo e a defesa de uma masculinidade baseada na ‘honra’ são centrais para a construção dos projetos de futuro desses jovens.

Palavras – chave: Medidas socioeducativas; Socieeducação de meio aberto; projetos de futuro.

Introdução

Essa pesquisa insere-se em um contexto de debate onde são possíveis, e presentes, intersecções entre juventudes, adolescências e violências. Em especial, enfoca-se as discussões acerca de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

As medidas socioeducativas são previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, promulgado em 1990, e compõe o sistema terciário de proteção a crianças e adolescentes no Brasil. A sua existência atende a exigência da Doutrina de Proteção Integral que prevê

¹ Bacharela em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; Coordenadora da “Casa da Cidadania Mathias Velho e Harmonia”, da Secretaria Municipal de Segurança Pública e Cidadania de Canoas (RS). Pesquisa com financiamento CAPES/PROSUP.

que sejam assegurados e protegidos os direitos de todas as crianças e adolescentes que vivem no país.

Segundo essa doutrina, as medidas socioeducativas (MSE) deveriam visar, sobretudo, o processo de responsabilização do adolescente infrator, sendo adotadas medidas diferenciadas de acordo com a gravidade da infração. O que observamos, contudo, é que muitas vezes as MSE seguem uma lógica de culpabilização, que criminaliza a pobreza, uma vez que a gravidade do ato infracional não é a única questão levada em consideração na escolha da medida a ser executada.

Segundo dados do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, havia, em 2012, cerca de 20.000 adolescentes em cumprimento de MSE em regime fechado, e cerca de 80.000 em cumprimento nas modalidades de meio aberto.

Devido à complexidade envolvida nas execuções de privação de liberdade, essa modalidade ganhou significativo destaque na produção das ciências sociais no Brasil, especialmente na última década.

Por outro lado, apesar das MSE executadas em meio aberto abarcarem um número considerável de adolescentes e jovens, a temática é pouco abordada em âmbito acadêmico, tornando-se basicamente um debate inexistente nas ciências sociais.

Essa pesquisa, ao contrário, concentra-se nos jovens em cumprimento de MSE de meio aberto, analisando a partir de uma inserção em uma unidade de execução, suas trajetórias e a construção de seus projetos, mediadas por um processo de coprodução de caminhos de futuro entre esses jovens e os técnicos da referência de sua medida.

Assim, o objetivo que guia essa pesquisa é o de compreender os elementos que são mobilizados no processo de construção de projetos de futuro por esses jovens, entendendo esses projetos não como algo sistematizado e organizado e sim como um conjunto de desejos e expectativas sobre o futuro.

Com o intuito de operacionalizar esse trabalho, foi necessária a delimitação do *locus de pesquisa*. Levando em consideração que o acesso à informação de cunho tão pessoal e subjetivo é dificultado pelas barreiras da desconfiança e do medo, parti do entendimento de que a convivência diária e o vínculo já estabelecido com os jovens seria uma ferramenta importante de garantia de viabilidade dessa análise.

Assim, os jovens analisados nesse processo são os que estiveram em cumprimento de medida socioeducativa de prestação de serviço à comunidade na Casa da Juventude

Mathias Velho e Harmonia desde outubro de 2014, período em que assumi a coordenação do projeto.

Ciente de que o papel de coordenadora e o de pesquisadora não são o mesmo, mesmo que por vezes se confundam, defendo aqui que essas atividades são complementares, desde que essa dupla atuação fique explícita para todos os envolvidos. Como a unidade de execução aparece, nessa pesquisa, mais como cenário do que como objeto de pesquisa, o prejuízo da dificuldade de afastamento pareceu ser compensado pela possibilidade de identificar a construção dos projetos de futuro emergindo do cotidiano.

Partindo de uma perspectiva sócioantropológica com inspiração etnográfica, além das observações diárias registradas em diários de campo, estão sendo realizadas entrevistas semiestruturadas com dez jovens em cumprimento de medidas socioeducativas por diferentes atos infracionais.

As transcrições das entrevistas e os diários de campo são analisados pela ótica da Análise Temática, por meio de processos graduais de redução e construção de paráfrases de síntese até se chegar em referenciais de codificação.

Por questões de proteção aos participantes da pesquisa, seus nomes verdadeiros foram substituídos por nomes fictícios, escolhidos por eles mesmos na maioria dos casos, ou por mim quando não houve preferência de sua parte. A realização da pesquisa foi autorizada tanto pela Fundação executora da Casa da Juventude, quanto pela Secretaria Municipal de Segurança Pública e Cidadania.

Ao inscreverem-se nas atividades da Casa da Juventude, os jovens ou os responsáveis, no caso de adolescentes, autorizam (ou não) que as informações de suas trajetórias possam ser utilizadas como meios de pesquisa, desde que respeitado seu anonimato. Todos os adolescentes e jovens observados durante a prática etnográfica autorizaram esse uso. Os adolescentes e jovens que participaram do processo de entrevista narrativa assinaram, também, um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Atualmente, a pesquisa encontra-se em fase de finalização do processo de entrevistas e de sistematização dos diários de campo utilizados para registro das observações. Sendo, assim, as análises constantes nesse trabalho parciais em relação aos objetivos da dissertação que o embasa.

Juventudes, adolescências e projetos de futuro

O tema da juventude ganhou destaque recentemente não apenas nos trabalhos acadêmicos das ciências humanas, mas também na formulação de políticas públicas. Essa fase da vida é, muitas vezes, entendida como um período de transição dotado de contradições e instabilidades que poderiam tornar os jovens mais susceptíveis a problemas sociais como a violência e o desemprego. (Sposito; Corrochano, 2005).

Diversas são as abordagens possíveis em relação à essa temática, e aqui serão apresentadas três diferentes perspectivas, por acreditar que são particularmente interessantes para o problema de pesquisa apresentado no desenvolvimento dessa pesquisa. São elas: a perspectiva cronológica, na forma como é mais comumente utilizada na formulação de políticas públicas; a perspectiva psicológica ancorada em uma concepção de adolescência como momento de indecisão; e a perspectiva sociológica com enfoque nos marcadores de transição para a vida adulta.

Antes de iniciar a apresentação das três abordagens, é importante salientar a premissa de diversidade, já bastante consolidada nos estudos acerca de juventude e adolescência, com a defesa de um olhar sensível que permita que as similaridades encontradas nessa parcela da população não encubram especificidades de classe, gênero e raça/etnia. Assim, diferentes perspectivas de estudo sobre a juventude partem do esforço de entender a juventude a partir do contexto histórico, analisando de que forma a estrutura social vivenciada pelos jovens possibilita as singularidades ou especificidades enfrentadas por esse grupo.

A primeira abordagem com quem aqui discuto é a que trabalha o conceito de *juventude* a partir de sua concepção cronológica. Mais do que no âmbito acadêmico, essa abordagem é particularmente presente em marcos legais e na formulação de políticas públicas. As divisões etárias são entendidas a partir do contexto social e histórico que cristaliza faixas de idade no tocante a processos humanos e, portanto, ao acesso a determinados direitos.

A definição de categorias etárias, embora por vezes arbitrária, é necessária quando pensamos na elaboração de políticas especializadas e mesmo na construção de normas legais. Não há como pensar a operacionalização de uma política para a juventude (ou

mesmo *com* a juventude), sem uma definição do que se entende por juventude. Da mesma forma, há poucos meios de viabilizar uma política que se utiliza apenas de critérios identitários para a definição de *juventude*, por exemplo.

A necessidade da existência dessas categorias, contudo, não torna menos importante as tensões existentes na sua execução prática. As fronteiras dessas categorias acabam reservando particularidades que são vivenciadas de diferentes formas.

As políticas públicas para adolescentes e jovens no Brasil apresentam uma trajetória complexa e difusa e, muitas vezes, os marcos legais e a formulação de políticas adotam critérios diferentes, gerando um desconforto em relação às bordas dessas categorias em operadores e, especialmente, nos próprios jovens e adolescentes.

Assim, compreender a abordagem cronológica é especialmente importante para pesquisas que, como essa, tem como contexto políticas e ações públicas. Contudo, para que sua utilização faça sentido torna-se necessário a utilização de outras perspectivas concomitantemente.

Em contexto da socioeducação, é fundamental a discussão de elementos da teoria da adolescência, bastante ligada à área da saúde, em especial a psicologia, como período marcado por instabilidades e incertezas.

Para a entidade internacional OPS - Organização Panamericana de Saúde, a adolescência é compreendida como período no qual se aceleram o desenvolvimento cognitivo e a estruturação da personalidade, compreendendo um período de pré-adolescência vivido entre os 10 e os 14 anos e adolescência propriamente dita, dos 15 aos 19 anos (WALSELFISZ, 1998).

No campo da psicologia, existe certo consenso produzido acerca das inconstâncias que marcam o momento da adolescência. Para Jerusalinsky (2004), a adolescência pode ser entendida como um “estado de espírito”, caracterizado pela indecisão “que encontra-se na beira do se decidir”, marcado pela passagem de um momento de proteção (infância) para o momento de exposição (vida adulta). Esse processo é bastante marcado por uma sensação de sofrimento e instabilidade, característica da descoberta sobre a necessidade de produzir-se no mundo.

O entendimento da adolescência como período importante no processo de desenvolvimento da subjetividade embasa as discussões no meio socioeducativo, conforme observamos no seguinte trecho, extraído de material da Escola Nacional de Socioeducação:

Entendemos que a adolescência se caracteriza como fenômeno histórico e social que continua a se transformar ao longo da história da nossa sociedade (...)Do ponto de vista sociocultural, a adolescência pode ser considerada como importantíssimo período de desenvolvimento da subjetividade, no qual as experiências psicossociais se articulam aos processos biológicos. (YOKOY DE SOUZA, 2016. pag. 6)

Autores como Coimbra, Bocco e Nascimento (2005) chamam a atenção para o fato de a concepção de adolescência como uma etapa de desenvolvimento marcada por dúvidas e sofrimento acaba por incentivar uma prática individualista, onde cada adolescente seria responsável por suas escolhas e por *decidir-se*. Esse estímulo serviria, assim, aos propósitos dominantes de homogeneização e imobilização ao reificar determinadas práticas sociais.

A concepção psicológica de adolescência também recebe críticas no sentido de que ao supô-la como uma etapa de desenvolvimento, marcada pela indecisão, forjaria, às etapas subsequentes, uma identidade baseada na decisão e na estabilidade, o que a prática da vida cotidiana contestaria com facilidade.

As críticas apresentadas acerca da concepção psicológica de adolescência não tornam a sua utilização menos propícia para a discussão socioeducativa, assim como tampouco o faz o fato de ter encontrado fraca *identidade adolescente* na realização do campo de pesquisa. Aqui figuram apenas como justificativa para minha maior aproximação com a concepção sociológica a ser exposta a seguir, mesmo que profundamente marcada pelas discussões supracitadas.

Os conceitos de *adolescência* e *juventude* guardam diversidades epistemológicas e tem origens em áreas de saberes diferentes. Para Waiselfisz (1998), enquanto a *adolescência* é um conceito da área as saúde, *juventude* é considerada uma categoria sociológica, constituída por um processo sociocultural de preparação dos indivíduos para o papel social de adulto.

Assim, utilizo nesse trabalho o termo juventude para me referir ao período passível de atendimento socioeducativo, que vai desde os 12 até os 21 anos², mesmo que o Estatuto da Juventude o defina como período entre os 15 e os 29 anos. Prefiro pensar na juventude como um momento marcado pela construção de projetos e expectativas de futuro, portanto, ancorado em uma perspectiva sociológica do termo.

2 Nos casos de medidas referentes à atos infracionais cometidos antes da maioridade.

O uso do conceito *juventude* marca também uma postura política, de entendimento desse como um ator coletivo, sujeito a construções em contexto de possibilidades e de impossibilidades, marcados por seu momento histórico e por sua origem social, um sujeito dotado de sentimentos positivos e negativos, de vulnerabilidades e potencialidades, de decisões e indecisões, e não marcado necessariamente por um sofrimento biologicamente inscrito.

Assim, conforme Coimbra, Bocco e Nascimento (2005), é preciso subverter a concepção de *adolescência* na forma como é utilizada em escala hegemônica e a substituí-la pela concepção de *juventude*.

Subverter a noção de *adolescência* é uma ação política importante nesse momento em que há tanta insistência em individualizar e interiorizar as questões sociais, e em *psiquiatrizar* e criminalizar os ditos desvios das normas impostas a todos nós. O conceito de *juventude* poderia permitir a abertura de espaços para a diferença que existe nos processos e nos acasos dos encontros (...)Sabemos que a simples troca de palavras, de *adolescência* para *juventude*, não nos garante a quebra de naturalizações, uma vez que, sendo o conceito de *juventude* uma construção social, pode também ser instituído e capturado. No entanto, a aposta nas multiplicidades e diferenças para questionar o conceito de *adolescência* pode funcionar como uma estratégia contra as capturas e produções impostas por saberes que se apoiam em uma realidade normatizada, que eliminam a possibilidade do acaso e que se pretendem neutros. Quando definimos alguém como adolescente, podemos estar colocando em suspenso suas multiplicidades de existência e construindo uma definição que impede que os desenhos de novos fluxos e de vida ganhem força de expansão. Por outro lado, ao operarmos, por exemplo, com o conceito de *juventude* em nossas práticas, constituído e atravessado por fluxos, devires, multiplicidades e diferenças, talvez possamos perceber não mais um adolescente infrator, mas sim um jovem no qual a linha da infração é apenas uma a mais dentre tantas outras que o compõem. (COIMBRA; BOCCO; NASCIMENTO, 2005. P.7)

Partindo de autores como Bourdieu (1983), para quem a *juventude* é uma categoria arbitrária, e deve ser entendida de maneira relacional, levando em consideração as definições das categorias de *não-juventude*, uma das formas mais utilizadas pela literatura no campo das ciências sociais é compreender os marcadores de momentos da vida como

processos. Dessa forma, tornam-se usuais estudos que investigam os processos de transição da juventude para a vida adulta com o intuito de compreender melhor essas categorias em uma perspectiva sociológica.

Conforme Camarano e Mello (2006), os estudos recentes têm demonstrado que os processos de transição vivenciados pela atual geração são mais complexos e menos previsíveis se comparados aos processos das gerações anteriores. Essa complexidade não permite uma visão linear dos fatores entendidos como fundamentais da passagem para a vida adulta. Ainda conforme a autora, três são os eventos principais encarados como marcadores dessa transição, quais sejam: independência econômica, saída da casa dos pais, e constituição de família. Não há consensos sobre qual desses eventos é o definidor da passagem para a vida adulta, assim como não há consensos sobre o que exatamente define esses eventos. Entretanto, boa parte da literatura aceita que esses eventos são interligados e se relacionam intimamente com outros como a saída da escola e a parentalidade.

Esse processo de transição para a vida adulta aparece, então, como um momento de construção de projeções e expectativas sobre o futuro. Apesar de os projetos guiarem ações e marcarem as trajetórias individuais a todo o momento, há períodos da vida em que a construção de projetos aparece com maior ênfase. Para Almeida (2010), a construção de projetos de vida encontra-se particularmente presente no processo de transição da juventude para a vida adulta. É nesse momento que as expectativas em relação às esferas profissionais e pessoais são analisadas visando uma conciliação entre elas.

É importante, contudo, salientar que os projetos não são baseados apenas em expectativas, e sim, são construídos a partir de uma relação com a realidade, com o possível. É nesse sentido que Velho (1999) utiliza a noção de *projeto* inscrita entre possibilidades concretas e expectativas individuais “*evitando um voluntarismo individualista agonístico ou um determinismo sociocultural rígido*” (p.40).

Na relação complexa entre as possibilidades e as vontades é que vão sendo tecidas as trajetórias de vida, permitindo espaços para constantes mudanças. Conforme Souza (2007):

Se as condições de desigualdade entre os indivíduos limitam o campo de possibilidades e de escolhas, sempre deixam margens de manobra, através das quais os homens podem se movimentar socialmente e promover mudanças, mesmo que pequenas, em seu meio (p.34).

Analisando essas tensões, Tavares (2009) afirma que as trajetórias juvenis se conformam a partir de duas hipóteses.

Os jovens, no anseio por conhecer o mundo e conquistar autonomia podem expandir as margens ou ocupar os interstícios dos lugares sociais onde vivem e, com isto, reinventar trajetórias dissonantes de seu grupo social. Ou, por outro lado, podem ficar ancorados no lugar social de origem, confirmando os limites que cerceiam a vida das gerações mais velhas (p.2).

Assim, a construção/reorientação dos projetos de vida e de futuro estão presentes com maior importância a adolescência e a juventude, uma vez que – em geral – é nessa fase de vida que escolhas importantes são tomadas orientadas pela construção de um futuro imaginado e sonhado.

Em parte, esse processo de construção de utopias e negociações com as possibilidades concretas, muito típicas dessa fase da vida, pode ser marcado por grandes processos de rupturas e tensões, propiciando, assim, consolidações de vulnerabilidades.

Conforme aponta Camarano sobre a relação entre juventude e processos de escolhas, dando margem para processos de construção de vulnerabilidades:

Por um lado, a juventude constitui-se em uma fase da vida vulnerável *per se*, pois é quando muitas das características dos indivíduos são delineadas, o que ocorre, muitas vezes, em situações de conflitos e rupturas. Isso pode aumentar ou diminuir a vulnerabilidade dos jovens, mas não deixa de ser um momento de buscas e definições. A obrigatoriedade das escolhas nessa fase, no entanto, não é necessariamente acompanhada pelo amadurecimento psicossocial dos jovens, os quais, na maior parte das situações, não dispõem de informações e experiência suficientes para fazer opções que repercutirão em seu futuro” (Camarano, 2006, p. 15).

A análise dos projetos de futuro aparece como uma oportunidade, inclusive, de observar esses aspectos de tensão entre vontades e possibilidades apreendidas pelo jovem de acordo com o seu contexto social.

Projeto de futuro: a tensão entre desejos e possibilidades no contexto da socioeducação

Entendido como ferramenta de atuação no ambiente socioeducativo, o processo de construção do projeto de futuro por parte dos jovens, mediados em seus atendimentos com os técnicos de execução, permite uma compreensão das prioridades e expectativas de cada jovem.

A conclusão da escolarização básica surge como diretriz no trabalho socioeducativo. Contudo, essa expectativa aparece de forma ambígua nos jovens entrevistados. Inicialmente, são presentes discursos sobre a necessidade do estudo. Ao mesmo tempo, verifica-se uma dificuldade de permanência no ambiente escolar

(...) É que é isso, todo mundo sabe que se o cara não estudar, ele não vai ser ninguém. Assim, pro cara conseguir um trampo decente, tem que estudar. Mas é ruim ficar na escola. Chega uma hora que o cara nem aprende mais, e aí ter que ficar estudando com as crianças, não é pra mim (Antônio, 19 anos).

A evasão escolar é uma constante observada nos entrevistados. A forma da organização escolar, não condizente com a realidade desses jovens, somada à trajetória de abandono escolar também por parte de seus pais, contribui para que a expectativa da conclusão do ensino básico não ganhe prioridade nos projetos de futuro desses jovens.

Quando aparece, o projeto de aumento da escolaridade surge como uma forma de inserção menos precária no mercado de trabalho. Contudo, para alguns jovens, o aumento da escolarização não é visto como suficiente para uma inserção digna no mundo do trabalho.

Tem gente que não adianta estudar, né? Mesmo se eu estudasse, não sei se ia adiantar. Trabalho também tem muito que ver com os contatos que o cara tem, né? Tem gente que nem estuda e consegue uns trabalho massa, né? (Lucas, 18 anos).

A escola, como local de sociabilidade, também deve ser entendida dentro do contexto de afirmação de identidades juvenis que, no caso dos jovens entrevistados, são bastante marcadas pela lógica do consumo. Assim, os poucos jovens que conseguem manter-se na escola, têm o seu cotidiano escolar atravessado pelos padrões de consumo do território.

Tô faltando a escola porque choveu e molhou meu tênis, e não tem como eu ir sem tênis. Todo mundo vai de tênis, como é que eu vou de chinelo? Não rola. Às vezes eu pego o tênis emprestado do meu vizinho, a gente reveza, um dia ele vai, outro dia eu vou (...) (Bernardo, 16 anos).

É f*** o cara ir pra escola sem caderno, sem lápis, com os tênis furado. Todo mundo ficando rindo, tirando sarro. Aí eu já fico brabo e xingo todo mundo. Por isso que tô sempre com registro de briga na escola. Os cara ficam querendo tirar uma onda com quem não tem as mesmas coisas que eles (Hugo, 14 anos).

A inserção no campo de pesquisa demonstrou que o consumo é um dos elementos mais mobilizados pelos jovens no processo de construção do seu projeto de futuro. Em vários momentos, ao pensar o futuro, os jovens pensam nos bens materiais que desejam possuir.

Quando eu penso assim no futuro, em quem eu quero ser, eu penso nas coisas que que quero ter, né? Eu quero me vestir bem, quero poder comer uns lanche massa, quero poder andar de carro e pá. Na real, todo mundo quer viver bem, é isso que todo mundo deve querer quando pensa o futuro (Marcos, 18 anos).

Assim, a inserção em atividades ilícitas aparece, na maioria dos casos, como forma de garantir o acesso a bens de consumo.

Durante a realização de um grupo de debate com quatro jovens em cumprimento de medida socioeducativa, Anderson (19 anos) disse: “Essa idéia de que a gente trafica a rouba para comer é história que criaram, dona. Nunca me faltou nada dentro de casa, comida, essas coisas, minha mãe sempre botou na mesa. O cara precisa de dinheiro mesmo é pra comprar os ‘bagulho’ próprio, um tênis, um moletom” (...) (Diário de campo, dezembro de 2015).

Na construção dos projetos de futuro, a forte presença do consumo parece contribuir para escolhas relacionadas à permanência da prática infracional.

É que assim, dona, hoje eu *trampo* o quê, 4, 5 horas por dia e tiro o suficiente pra viver sereno, ta entendendo? O cara consegue tirar uns 300 por dia, na tranqüilidade. Aí se eu for trabalhar em outra coisa, vai ser no quê? Vou *trampar* numa obra, ou no MAC, todo santo dia, o dia todo, pra ganhar bem menos que isso, né?! (Henrique, 17 anos).

Quando o cara rouba ou trafica, ele tá pensando nas coisas que ele pode conseguir. É mais momento, assim. É mais momento e menos maldade. Quando tu tá indo pra *biqueira*, tu não pensa direito no que tu vai fazer, pensa no que tu vai conseguir (...) Eu roubava ou traficava pra sair mesmo, fazia uns *correzinho* pra garantir a festa, pra fazer bem a noite (Bernardo, 16 anos).

O consumo aparece associado, não raras vezes, a momentos de conquista de relações afetivas.

Conversando com os meninos sobre as necessidades de consumo, especialmente as referentes ao uso de roupas de marca, Anderson me diz que as marcas nas roupas garantem a sorte na hora da conquista. Segundo ele, “as mina não vão querer ficar com o cara que não tem nada. Pra pegar, o cara tem que ter, tem que ser patrão”. (Diário de campo, dezembro de 2015).

A argumentação do jovem também sugere uma construção sexista de pensamento, onde a mulher aparece associada a um interesse financeiro, e o homem como sujeito provedor de posses. Em outros momentos, os jovens afirmam a necessidade de “bancar geral na noite”, ao se referir a gastos de mais de 2 mil reais em uma noite em casas noturnas de Porto Alegre.

A sistematização preliminar do campo tem sugerido o consumo como uma forma de afirmação de uma *masculinidade*, típica do território. A baixa presença de jovens do sexo feminino no ambiente socioeducativo dificulta a compreensão de como esse fenômeno é visto por elas. As poucas meninas que participaram da pesquisa, contudo, corroboram parcialmente esse entendimento. Além disso, também no caso delas os ganhos provenientes de práticas infracionais eram utilizados, sobretudo, para a compra de roupas.

Aí eu tava lá e via as guria sempre bem vestida, sempre na beca. E eu quis também, né? Só que como minha mãe não podia me dar nada daquilo, percebi que eu ia ter que correr por mim pra poder ficar bonita (...) Mas gastava mais mesmo em roupa, porque comida e festa os guris que tem que bancar, né?! Eu não gasto muito quando saio, só ganho tudo (Larissa, 17 anos).

Assim, a prática infracional é vista pelos jovens como forma de saída da tensão entre desejos e possibilidades, ao proporcionar o acesso a bens de consumo que dificilmente seriam conquistados de outra forma.

Essas práticas, contudo, geram novas tensões e dilemas em relação aos projetos de futuro, pela possibilidade de alteração na expectativa de sobrevivência. Em diversos momentos, os jovens expressam a sua compreensão sobre o aumento do risco de morte ‘precoce’ gerado pela recorrência em práticas infracionais. A preocupação com o futuro de longo prazo parece não ganhar prioridade na vida de vários desses jovens, como demonstra essa fala de Marcos (18 anos): “Morrer todo mundo vai um dia.”

Contudo, a ausência de preocupação com o futuro em longo prazo é vivenciada de duas formas diferentes. Por um lado, os jovens com inserções pontuais em práticas infracionais apresentam expectativas longínquas distantes de uma realidade possível, e com trajetórias de inserção profissional em atividades lícitas que os permita ter *ganhos* parecido com os conquistados por atividades infracionais.

(...) Hugo me disse que tem expectativa de ter um bom trabalho. Que, no futuro quer *ser trabalhador*. Disse, também, que almeja algum trabalho em escritório, um trabalho “sem muito esforço”. Disse que quer se formar em alguma faculdade “quando crescer”. Converso com ele sobre como a continuidade do ensino formal é importante para esses planos. O jovem apenas posterga as obrigações necessárias para o alcance dessa expectativa: “Daqui alguns anos eu penso nisso, sora”. (Diário de campo, novembro de 2014).

O meu sonho mesmo é ser milionário. Acho que esse é meu projeto de vida. Queria ser milionário e aí minha vida ia ser bem diferente. É isso que eu quero: poder comprar as coisas todas que eu quero, comer o que eu quiser, poder ter tudo. É isso que é meu projeto. (Bernardo, 16 anos)

De forma diferente, os jovens que apresentam uma trajetória contínua na prática infracional, tendo histórico de cumprimentos de várias medidas e de passagens por unidades de privação de liberdade, apresentam projetos baseados na “ascensão” dentro das atividades ilícitas. Esses jovens verbalizam freqüentemente que são “casos perdidos” e que no caso deles, não existem outras possibilidades de futuro.

Eu não tenho mais jeito, já era. Eu não tenho escolha. Era isso ou não ter as coisas que eu tive. E agora, não é bem assim pro cara querer uma coisa diferente. Não adianta ficar sonhando, imaginando como as coisas poderiam ser. O que interessa é como elas são. Ninguém vive de futuro, o cara nunca sabe. Pode fazer tudo certinho, só ralar a vida toda e morrer cedo também.

Não tem como saber. Não adianta ficar sonhando nada, dona.
(Henrique, 17 anos).

Já desisti já, sora. Acho que vocês tinham que fazer a mesma coisa. Deixar pra lá porque eu só faço coisa errada. Devo ter um problema na cabeça, ou sei lá o quê. Mas não vai mudar. Sonhar não é pra mim, sora. (Marcos, 18 anos).

Se, por um lado, os jovens que podem ser encaixados na tipologia de jovens com inserções pontuais na criminalidade, tendem a uma maior valorização do desejo futuro, negando as suas tensões com o campo de possibilidades que hoje se coloca em suas trajetórias, os jovens com trajetórias contínuas em práticas infracionais *tendem o pêndulo* para os limites de possibilidades impostos por sua conjuntura, construindo projetos com pouca margem para o desejo.

Considerações Finais

Não sendo possível tecer considerações finais, uma vez que o trabalho encontra-se ainda em andamento, proponho aqui realizar uma breve síntese dos resultados preliminares que a sistematização do campo tem trazido.

A sistematização parcial do campo sugere que os principais elementos mobilizados pelos jovens em cumprimento de medida socioeducativa de meio aberto na construção dos seus projetos de futuro são o consumo e uma espécie de *honra* expressa pela afirmação da masculinidade.

A análise preliminar permitiu identificar duas tipologias de jovens, no tocante à construção de seus projetos de futuro: uma ligada aos jovens com inserções pontuais em práticas infracionais, e outro com uma trajetória infracional contínua.

Os primeiros caracterizam-se por projetos de um futuro “idílico”, sem uma grande preocupação de mediação com as possibilidades concretas, dando margem para uma análise *voluntarista* do processo de construção de projetos de futuro.

Os demais, caracterizados pela reincidência e práticas infracionais como formas principais de sociabilidade, apresentam projetos de continuidade de *criminalidade*, alegando ser a “única possibilidade” demonstrando um espaço limitado para o desejo, contribuindo para uma visão *determinista* desse processo.

É necessário o aprofundamento da análise, à luz do amparo teórico das ciências sociais, no sentido de compreender com mais lucidez as tensões entre desejos e possibilidades no processo de construção de projetos de futuro desses jovens, bem como dos elementos que fundamentam essa construção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Rachel de Castro. **O valor do trabalho para a juventude contemporânea na elaboração de projetos de vida**. Tese (doutorado). PUC – Minas. Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais. Belo Horizonte, 2010.

BOURDIEU, Pierre. A Juventude é apenas uma palavra. In: **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p. 112-121.

CAMARANO, Ana Amélia (Org). **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?** Rio de Janeiro: IPEA, 2006.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. **Juventudes no Brasil: vulnerabilidades negativas e positivas**. I Congresso da Associação Latino Americana de População – ALAP. Caxambu (MG), 18 a 20 de setembro de 2004.

COIMBRA, Cecília; BOCCO, Fernanda; NASCIMENTO, Maria Livia do. Subvertendo o conceito de adolescência. **Arquivos brasileiros de psicologia**. Nº 57, 2005, p.2-12.

COSTA, Aline Bogoni. **Projetos de futuro na aposentadoria**. 2009. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2009.

JERUSALINSKY, Alfredo Nestor. Adolescência e Contemporaneidade. In: Conselho Regional de Psicologia 7ª Região. **Conversando sobre Adolescência e Contemporaneidade**. Porto Alegre: Libretos, 2004.

LYRA, Diogo. O Big Stick do Morro: Juventude, tráfico e virtude. In: **Encontro Anual da ANPOCS – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais**. 36º, 2012. Águas de Lindóia, SP.

MATEOS, Paula Helena. **Narrativas de la violencia** :las vocês infanto-adolescentes como parrhesia.Ciudad Autónoma de Buenos Aires : CLACSO, 2015.Libro digital, PDF - (Red CLACSO de posgrados)

SOUZA, Adriana Barreto de. Biografia e escrita da História: reflexões preliminares sobre relações sociais e de poder. **Revista Universitária Rural**: Série Ciências Humanas. Seropédica, RJ: EDUR, v.29, n.1, p.27-36, jan-jul, 2007.

SPOSITO, Marília Pontes. Juventude, crise, identidade e escola. In: DAYRELL, J. (Org.). **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1996. p. 96-104.

TAVARES, Maurício Antunes. Entrelaçamento entre campo de possibilidades e trajetórias de vida: a questão da escolarização dos jovens no interior de Pernambuco. In: Simpósio Internacional Processo Civilizador, XII, 2009, Recife.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose**: antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

WASELFSZ, Júlio Jacobo. **Mapa da violência**: Os jovens no Brasil. Brasília: Secretaria Nacional da Juventude, 2014.

YOKOY DE SOUZA, Tatiana. **Adolescência e juventude: questões contemporâneas**. Escola Nacional de Socioeducação. Curso: Núcleo Básico. 2016.

“Prender para Reeducar”: a internação de adolescentes como mecanismo de neutralização da pobreza

Betina Vier¹

Este trabalho analisa decisões judiciais de aplicação e manutenção da medida socioeducativa de internação, buscando identificar a forma de utilização do argumento de reeducação, a fim de verificar se a segregação de adolescentes de fato é norteadada pelo ideal reeducador, o qual é trazido pelas atuais legislações relacionadas ao tema, ou se, em verdade, é utilizado no sentido para tornar o Sistema Penal Juvenil um mecanismo de neutralização da pobreza. Para o desenvolvimento de tal investigação, inicialmente disserta-se acerca das mudanças econômicas e seus reflexos nos sistemas penal e penal juvenil, bem como sobre a legitimidade, ou não, desses sistemas. Após, é traçado breve evolução histórica da legislação sobre criança e adolescente, destacando a mudança paradigmática da Doutrina da Situação Irregular para a Doutrina da Proteção Integral, para enfim focar-se na análise das decisões, a qual delimita-se em dois pontos, quais sejam: a valoração do contexto familiar dos adolescentes e o nível de disciplina exigido desses.

Palavras-chave: Sistema penal juvenil. Segregação. Reeducação. Controle social. Neutralização da pobreza.

Os direitos penal e penal juvenil como instrumentos de neutralização da população pobre

Para compreender a história do encarceramento, é imprescindível confrontar-se com as mudanças econômicas ocorridas no decorrer dos séculos. Conforme Giorgi, a economia contribui para definir a fisionomia dos diversos sistemas punitivos que se sucederam ao longo da história, de modo que a superestrutura ideológica da pena pode ser deduzida da estrutura material das relações de produção (GIORGI, 2006, p. 27). Isto ocorre, pois a estrutura material de uma sociedade transparece a geografia das relações de domínio e subordinação e possibilita que as classes dominantes acelerem o processo de consolidação das instituições sociais que detém condições de favorecer a sua permanência e reprodução (GIORGI, 2006, p.38).

Nesse sentido, vislumbra-se que com a afirmação do modo de produção capitalista e da sociedade industrial, no século XIX, em que o desemprego existia em índices muito pequenos e a situação de desemprego era temporária, os desempregados configuravam um

¹ Bacharel em Direito pela PUCRS.

“exército de mão-de-obra”. Ou seja, era preciso preparar essas pessoas para reassumirem o emprego, o que era reconhecidamente tarefa dos poderes público (BAUMAN, 1998, p. 50).

Assim, o poder público lidava com os desempregados através do estado de bem-estar social, por meio de dispositivos de previdência, os quais eram concebidos como uma forma de “seguro coletivo”. O estado de bem-estar era responsável por “arcar com os custos marginais da corrida do capital pelo lucro” (BAUMAN, 1998, p. 51). Paralelamente a isso, na mesma lógica de preparação para o trabalho, a prisão representava à época uma forma de reeducar e disciplinar para o trabalho fabril aqueles que estavam não estavam afeitos à lógica então vigente, e que então cometiam delitos.

A pena de prisão passou então a ser pensada a partir das necessidades da sociedade produtivista centrada na figura da fábrica (ANITUA, 2008, p. 232), de modo que “a prisão nasce diretamente justificada pelas necessidades disciplinares” (ANITUA, 2008, 203). Assim, a pena de prisão consolidava-se como um dispositivo orientado à produção e à reprodução de uma subjetividade operária (GIORGI, 2006, p. 44). Neste contexto, no qual a capacidade de trabalho era o parâmetro para o juízo de boa conduta, estruturou-se como característica do modelo capitalista industrial a execução penal voltada à reeducação (MELOSSI; PAVARINI, 2010).

O referido paradigma econômico, entretanto, foi substituído pelo capitalismo contemporâneo, pós-industrial, nascido da mudança do modelo de acumulação, marcado pela flexibilização tanto da produção quanto do consumo. Neste novo modelo, o antigo padrão produtivo, fordista e taylorista, o que significou o declínio de uma ética do trabalho e, de modo decisivo, a perda da centralidade da atividade ocupacional como elemento constitutivo das identidades sociais, de modo que o consumo passaria a constituir-se enquanto base da nova organização social (RETONDAR, 2015).

Nesta nova forma de organização do capitalismo, diante do avanço tecnológico e do capitalismo especulativo, desenvolveu-se o desemprego seja estrutural. Conforme Bauman, hoje há um setor da população, que cresce cada vez mais, que provavelmente jamais reingressará na produção e, portanto, não possui nenhum valor para os que dirigem a economia, os quais não têm interesse em manter seus custos (BAUMAN, 1998, p. 51). Como consequência deste panorama, os dispositivos da previdência, passam a ser estigma dos “incapazes e imprevidentes” (BAUMAN, 1998, p. 52).

Assim, uma vez substituída a sociedade construída sobre o processo produtivo pela sociedade centrada no consumo, coloca-se, agora, os indivíduos em campos opostos (BAUMAN, 1998, p. 53-56). Desse modo, estigmatizam-se os pobres – os consumidores falhos – como sendo o indesejável da sociedade, aquilo que se gostaria de não enxergar. Este cenário de desemprego estrutural, em que há uma parte população que o mercado de trabalho não tem como absorver, e de exclusão e estigmatização dos pobres, coincide com o abandono explícito da função reeducativa da pena de prisão (KILDUFF, 2010, p. 240-249).

Assim, não havia mais espaço para o ideal de reinserção, de forma que ele foi substituindo por uma filosofia gerencial, conforme a qual a prisão serve somente para isolar e neutralizar categorias “desviantes ou perigosas” por meio de uma vigilância padronizada e uma gestão aleatória dos riscos cuja lógica evoca mais a retirada dos “dejetos sociais” do que o trabalho social (WACQUANT, 2003, p. 247).

Há uma população indesejável, que pode pôr em risco a estrutura do capitalismo – os pobres e excluídos – em razão disso, os detentores do poder direcionam o sistema penal para essas pessoas. Assim, o sistema penal passa a operar no sentido de neutralizar a população pobre, através da pena de prisão, de modo a constituir-se como um instrumento de gestão da miséria. A operacionalização desta lógica, conforme Alessandro Baratta, dá-se através da seletividade penal, ou seja, da maior chance que determinados indivíduos têm de serem definidos e controlados como desviantes (BARATTA, 2002, p. 164), o que se observa tanto no sistema penal, quanto no sistema penal juvenil. Para o autor, as classes dominantes, detentoras do poder, utilizam as leis para criminalizar especial e mais severamente as condutas transgressoras típicas da população pobre, processo denominado pelo autor como “criminalização primária”. A seletividade do sistema penal operacionalizada pela criminalização primária, é acentuada pela “criminalização secundária” (BARATTA, 2002, p. 165), que consiste na escolha realizada pelas agências policiais a respeito de quais crimes e quais pessoas serão objeto da sua ação, dentro de um universo de criminalidade em que não há como agir no sentido de que a todos crimes seja aplicada a sanção prevista. Esta escolha é condicionada pelo poder de outras agências como a de comunicação social e as políticas (ZAFFARONI, 2009, p. 55). A esse respeito, De Giorgi:

O recrutamento da população carcerária ocorre com base na identificação (mas melhor seria dizer “invenção”) das classes de

sujeitos consideradas produtoras de risco, potencialmente desviantes e perigosas para ordem constituída. (...) Isso significa, concretamente, que categorias inteiras de indivíduos deixam virtualmente de cometer crimes para se tornarem, elas mesmas, crime (GIORGI, 2006, p. 97-98).

Assim, a partir da concepção de “risco” e “periculosidade” da população pobre, desembocando em um direito penal do autor, a prisão aparece como um mero depósito dessa população. Nesse contexto, o sistema penal, bem como o sistema penal juvenil, figura como instrumento de gestão e neutralização da miséria.

“Prender para reeducar”: a ausência de legitimidade do discurso jurídico socialmente falso

Zaffaroni entende o sistema penal como uma complexa manifestação de poder social, o qual se pretende racionalmente planejado, sendo o discurso jurídico-penal (ou o saber penal, ou “ciência penal”) a construção teórica que pretende explicar tal planejamento. Assim, tem-se que somente a partir de um discurso jurídico-penal racional é que o sistema penal seria legítimo, ou seja, “o discurso jurídico-penal seria racional se fosse coerente e verdadeiro” (ZAFFARONI, 2001, p. 16). A referida racionalidade depende de dois pontos, quais sejam i) a coerência interna do discurso jurídico penal e ii) o seu valor de verdade quanto à nova operatividade social. Ocorre, que é possível que mesmo o discurso jurídico-penal fundamentado antropologicamente e sem contradições em seus enunciados não seja legítimo.

Assim, além dos requisitos para a legitimidade do discurso jurídico-penal já explicitados, requer-se também que este seja observado, ao menos em alguma medida, na realidade (ZAFFARONI, 2001, p. 18). Somente é verdadeiro o discurso-jurídico que satisfaz os dois níveis da verdade social, o abstrato e o concreto, caso não satisfaça um ou ambos, o discurso será falso (ZAFFARONI, 2001, p. 19). Neste sentido, Zaffaroni afirma:

Portanto o discurso jurídico penal socialmente falso também é perverso: torce-se e retorce-se, tornando alucinado um exercício de poder que oculta ou perturba a percepção do verdadeiro exercício de poder. Em nossa região marginal, é absolutamente insustentável a racionalidade do discurso jurídico-penal que de forma muito mais evidente do que nos países centrais, não cumpre nenhum dos requisitos de

legitimidade. (...) Atualmente, é incontestável que a racionalidade do discurso jurídico penal tradicional e a consequente legitimidade do sistema penal tornaram-se “utópicas” e “atemporais”: não se realizando em lugar algum e em tempo algum (ZAFFARONI, 2001, p. 19).

A partir da base teórica elaborada por Zaffaroni, a que se faz a análise da realidade. Conforme visto no ponto anterior deste trabalho, “o verdadeiro exercício de poder” instrumentalizado através do sistema penal é a neutralização da população pobre. Entretanto, o discurso jurídico penal oficial, que identificamos como falso, prega ainda a pena de prisão como sendo um meio para a reeducação do sujeito encarcerado, o que se desprende de uma simples leitura da Lei de Execuções Penais (LEP) e, no âmbito da Justiça Penal Juvenil, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e da Lei 12.594 de janeiro de 2012, que instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).

A execução da medida socioeducativa, inclusive a de internação, é compreendida atualmente como forma de “correção, disciplina e educação”. Entendemos que esse discurso não apresenta nenhuma correspondência com a realidade, ao menos em relação à medida de privação de liberdade. Isso porque é demonstrado historicamente que a pena prisão não é meio eficaz para “reeducação” e, portanto, tampouco para a reinserção.

Assim, uma vez que a segregação é inapta para alcançar o fim de reeducar e este se configura como o discurso jurídico vigente no Sistema Penal Juvenil, verifica-se que ele não cumpre, pelo menos, o nível concreto da necessária “verdade social” referida anteriormente.

Desse modo, entendemos que o discurso jurídico relativo à responsabilização de adolescentes, no que tange a privação de liberdade enquanto um instrumento de reeducação é falso e, portanto, não possui legitimidade.

Evolução da legislação sobre crianças e adolescentes

Antes de prosseguirmos à análise das decisões judiciais que demonstram o que foi trazido até então neste trabalho, faz-se necessário uma breve digressão histórica. Conforme Mendez², a história do direito juvenil pode ser dividida em três momentos: de

² MENDEZ, Emílio Garcia. Adolescentes e responsabilidade penal: um debate latino americano. Disponível em: . Acesso em: 23 maio 2016.

caráter penal indiferenciado, de caráter penal tutelar e de caráter penal juvenil. Na vigência do momento do caráter penal indiferenciado, praticamente não havia distinção no tratamento dispensado a crianças, adolescentes e adultos. Durante a vigência do caráter penal tutelar, desenvolveu-se no Brasil a Doutrina da Situação Irregular, firmada pelo Código de Menores. Esta legislação inaugurou no país o tratamento da criança e do adolescente através do binômio carência/delinquência (SARAIVA, 2013), ou seja, os indivíduos que eram sujeitados à sua “proteção” eram muito específicos, eram aqueles identificados como “em situação irregular” (CARVALHO, p. 19).

A chamada “situação irregular” poderia ser caracterizada tanto pela conduta pessoal, através da prática de infrações ou “desvios de conduta”, quanto por condições causadas pela família ou pela sociedade, como em casos de maus-tratos ou abandono. Assim, a criança ou o adolescente era enquadrado como em situação irregular, indistintamente da sua condição de carência ou delinquência. Na medida em que essas crianças e adolescentes tidos como “em situação irregular” demandavam “proteção” foram concedidos poderes muito amplos ao juiz, desprezando-se inclusive garantias de direito material e processual, historicamente construídas com o fim de evitar o arbítrio, a injustiça e a violação dos direitos individuais.

Uma vez que o Código de Menores não estabelecia qualquer diferenciação entre as vítimas de violação dos seus direitos fundamentais e autores de um ato ilícito, eram todos considerados em “situação irregular”. Uma vez enquadrados nesta categoria, todos menores ficavam sujeitos às mesmas medidas. Conforme refere Martha de Toledo Machado, a lógica que fundamentava esse paradigma e as suas práticas era a máxima de que as crianças desvalidas necessariamente iriam praticar crimes no futuro (MACHADO, 2006, P. 98).

Assim, surge a ideia de que o tratamento deve ser preventivo, e quando possível, anterior à prática do crime. Negava-se, deste modo, que as crianças e adolescentes tivessem livre-arbítrio, bem como a possibilidade de auto-transformação. (MACHADO, 2006, p. 99). Deste contexto, observa-se que como resposta a problemas majoritariamente de origens estruturais, como a pobreza, a miséria e a exclusão social, o Estado oferecia uma única alternativa: a segregação involuntária (CARVALHO, 2012, p. 20). Essa medida, tida como um “tratamento” acabava por estigmatizar uma parcela específica da juventude, restando,

assim, evidenciado o caráter discriminatório e seletivo da Doutrina da Situação Irregular (COSTA, 2012, p. 129).

Em 13 de julho de 1990 foi sancionada a Lei n.º 8.069, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Tal documento pormenorizou o sistema especial de proteção já previsto pela Constituição, concretizando os contornos dos direitos fundamentais e buscando implementar instrumentos para a sua proteção, sedimentando a vigência da Doutrina da Proteção Integral no país. Segundo Mario Volpi, o Estatuto indicou uma importante mudança, estabelecendo a prevalência do processo socioeducativo, conforme o qual a criança e o adolescente têm suas dignidade e subjetividade respeitadas (VOLPI, 2001, p. 34).

No tocante aos adolescentes em conflito com a lei, o ECA caracterizou-se pela ideia de responsabilização. Esta etapa, ao menos na legislação, significou uma definitiva ruptura com o arbítrio e o tratamento discricionário dispensado aos adolescentes em conflito com a lei (VOLPI, 2001, p. 35). O ECA elencou três princípios mestres a serem observados na aplicação de medidas socioeducativas: o da brevidade, acerca do tempo em que o adolescente ficará submetido ao poder punitivo do Estado; o da excepcionalidade, devendo a medida de privação de liberdade ser a última alternativa; e o respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento (SARAIVA, 2013, p. 101).

Em janeiro de 2012 foi sancionada Lei n.º 12.594, que instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), que reafirma o caráter pedagógico das medidas socioeducativas, sem negar a sua natureza sancionatória³. Tais legislações, ECA e SINASE, indiscutivelmente representaram imenso avanço na proteção dos direitos da criança e do adolescente. Entretanto, na prática revela-se que entre o direito assegurado na lei e o realizado no cotidiano ainda existe uma enorme distância (VOLPI, 2001, p. 35).

A finalidade pedagógica da medida de internação utilizada como mecanismo de gestão e neutralização da pobreza

Ainda é comum, devido a equívocos de interpretação da norma, a aplicação das medidas socioeducativas direcionadas à responsabilização penal juvenil nos moldes do

3 MIRANDA, Aurora mélia Brito. Adolescentes em Conflito com a Lei e Direitos Humanos: desafios para implementação do Sinase. Disponível em: . Acesso em: 27 maio 2016.

antigo paradigma tutelar (COSTA, 2005, p. 90). Conforme Emílio García Mendez, existe uma dupla crise do Estatuto da Criança e do Adolescente: uma crise de implementação e uma crise de interpretação. A primeira é relativa à precariedade de orçamento e de recursos humanos (MENDEZ, 2005), enquanto que a segunda, de explicação muito mais complexa, diz respeito às permanências da lógica menorista (MENDEZ, 2006, p. 16). Elucida o autor que a referida crise de interpretação do ECA vincula-se especialmente com aquelas práticas tidas como “boas” no âmbito do antigo paradigma, ou seja, aquelas que se apresentam mais em nome do amor e da compaixão do que em nome da própria repressão. Embora tais práticas apresentem-se em uma roupagem progressista, são, em verdade uma permanência da cultura do subjetivismo e da discricionariedade (MENDEZ, 2006, p. 17). Ou seja, persiste a lógica de que o adolescente não é sujeito de direitos, mas objeto de intervenção estatal, que viria para o seu bem. Isto pode ser observado no discurso de Eliana Athayde⁴, conforme a qual as unidades de internação seriam “escolas no seu sentido mais pleno”, sendo que a internação seria em verdade uma intervenção na formação dos adolescentes envolvidos em práticas delituosas, buscando “ajudar a caminhar” (ANCED, 2007, p. 24). Ou seja, deturpa-se a finalidade pedagógica das medidas em simples necessidade de “melhorar o jovem”.

Temos, portanto, que a finalidade pedagógica da medida de internação, sobretudo como é compreendida na prática pelos operadores do sistema penal juvenil, acaba por aprofundar a seletividade inerente ao sistema. Observa-se que a compreensão de que é possível e necessário o “melhoramento” do adolescente através da medida de internação, recai, quase que exclusivamente sobre aqueles jovens acusados do cometimento delitos ligados ao incremento patrimonial, como tráfico de drogas, roubo e furto.

Assim, a partir do que foi anteriormente abordado, iremos analisar dois pontos em que entendemos estar manifesta a função de gestão e neutralização da pobreza a que serve a segregação de adolescentes, quais sejam: a valoração negativa do contexto familiar para a eleição da medida socioeducativa a ser aplicada, e a indisciplina dos adolescentes internados, mesmo quando trivial, utilizada para justificar a manutenção da sua segregação.

4 Eliana Athayde, na época da publicação do texto citado, era Coordenadora da Fundação de Direitos Humanos Bento Rubião e Coordenadora da Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente (ANCED).

“Prender para reeducar”: o contexto familiar enquanto fundamento da internação

Verifica-se que o contexto sociofamiliar no qual está inserido o jovem expressa elevada importância na determinação da medida socioeducativa mais adequada. Nesse sentido, o trecho de acórdão proferido pela Sétima Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Porto Alegre:

No caso, vê-se que, além de ter cometido ato infracional grave (roubo), o jovem Luis Felipe é “imaturo, procura se vitimizar, alegando que pratica os atos infracionais em função de sua situação, principalmente a de dependência química e a vivência na rua. Não apresenta crítica condizente à gravidade de sua conduta delitiva nem compreende a pertinência da medida. **A situação familiar é de grande fragilidade, o jovem não conta com apoio, limites e afeto por parte dos pais**, como destacado pelo nobre Juiz de Direito, Dr. Marcelo Maiton Rodrigues (fls. 16/18). No relatório avaliativo consta que Luis Felipe **vive em contexto familiar vulnerável e que se encontra envolvido em facções criminosas**, situações que possibilitam a reincidência infracional (fls. 9/15). (Acórdão nº 70058108903, p. 04) (Grifo nosso).

No caso do trecho a cima, foi mantida a medida de internação, utilizando-se como fundamento, entre outros, o “contexto familiar vulnerável” do adolescente, situação que, segundo a decisão, possibilita a reincidência infracional. Assim, resta evidente que há uma valoração do ambiente familiar, que se relaciona com a escolha da medida aplicada, de modo que o contexto em que vive o adolescente, tem tanta, e por vezes até mais, importância na decisão do magistrado, do que o próprio ato infracional cometido.

Neste contexto, verifica-se que a vulnerabilidade familiar somente é referida em relação às famílias de baixa renda, na medida em que ela é trazida à baila exclusivamente quanto aos delitos caracteristicamente cometidos pela população pobre, ligados ao incremento patrimonial, como tráfico de drogas, roubo e furto. Ao contrário, quanto aos delitos que não apresentam ligação com a situação de pobreza, o contexto familiar parece não ter relevância para o juízo dos magistrados. Nesse sentido, cabe realizarmos a análise comparativa de dois acórdãos proferidos pela Sétima Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Segue o primeiro:

Além disso, **há informes no sentido de que a genitora de Guilherme não demonstra motivação e nem**

disponibilidade para atender o filho. (...) tendente a ingressar no mundo das drogas, **necessitando de controle imediato**, até mesmo porque a genitora demonstra falta de conhecimento sobre o problema pelo qual o filho vem passando. As famílias de ambos os jovens não vêm conseguindo desempenhar o papel protetivo que lhes cabe e que os adolescentes tanto necessitam nesse momento. (Acórdão 70049332828, Sétima Câmara Cível, TJ/RS).

Nesta decisão, relativa à adolescente internado em razão do cometimento do ato infracional de roubo, a manutenção da medida de privação de liberdade foi justificada, entre outros fatores, pela suposta falta de motivação e disponibilidade da mãe do adolescente em atendê-lo. A internação do jovem é fundamentada ainda na necessidade de proteção a qual, segundo o acórdão, não estaria sendo desempenhada satisfatoriamente pelos pais, mas o será pela instituição. Em contrapartida, em decisão acerca de duplo homicídio culposo de trânsito, delito que não é ligado à pobreza no imaginário social, não há qualquer referência ao contexto familiar do adolescente:

Por conseguinte, a medida socioeducativa imposta na sentença de primeiro grau é adequada e proporcional à gravidade do ato infracional em questão, sendo incabível o abrandamento pretendido em razão a evitar-se que, no cumprimento de eventual medida mais branda, encontre o representado novos estímulos à reiteração de ato infracional cuja prática se pretende combater. Importante tecer que as medidas sócio-educativas também possuem caráter sancionador, além de obedecer ao critério da proporcionalidade. Não se deve contribuir para incutir no adolescente infrator a consciência da impunidade, diante do abrandamento da resposta estatal frente a uma conduta ilícita grave. Sua ressocialização será possível, somente, diante de uma resposta do Estado compatível com a gravidade do ato cometido, capaz de incutir nele a consciência da existência de regras e da necessidade de sua observância e respeito. A imposição de limite eficaz poderá ensejar reflexão acerca do comportamento antissocial e da necessidade de efetiva mudança de conduta. (Acórdão 70043599554)

Como se vê, ao adolescente que cometeu duplo homicídio culposo, tendo atropelado duas pessoas, foram impostas as medidas socioeducativas de liberdade assistida e prestação de serviço à comunidade. Ocorre que mesmo a decisão sendo no sentido de não abrandar a medida já imposta, a fundamentação foca-se apenas no ato praticado,

preocupando-se somente com a proporcionalidade. Assim, em relação ao delito que não é vinculado à pobreza, não se verifica um direito penal juvenil autoral, como ocorre no caso analisando anteriormente. Diante disso, questiona-se: porquê o contexto familiar somente é valorado em alguns casos, relacionados à delitos específicos?

Parece-nos que no caso anterior, o magistrado conclui que “as famílias de ambos os jovens não vêm conseguindo desempenhar o papel protetivo”, unicamente em razão do próprio cometimento do delito pelos adolescentes. Assim, embora se discorde de tal abordagem, parece que seria coerente com a postura adotada naquela ocasião, que no presente caso houvesse referência semelhante. Do mesmo modo, na decisão antecedente, fundamentase a aplicação de medida mais gravosa na necessidade “controle imediato” do jovem pelo Estado, já que a família não estava cumprindo este papel, enquanto que no acórdão último não há qualquer referência nesse sentido, apesar de que, seguindo a lógica anterior, também seria coerente referir um eventual descontrole dos pais sobre o adolescente, visto que ou seria possível considerar foram omissos, ou permitiram que o adolescente utilizasse veículo automotor mesmo sem possuir habilitação para tanto.

Assim o contexto familiar, especialmente de carência ou violência, é utilizado para justificar a imposição de medidas socioeducativas mais graves, sobretudo a medida de internação. Verifica-se nas decisões não só a presença do discurso reeducador, mas também a exposição de que o cumprimento deste objetivo depende, nos casos da população pobre, do afastamento do contexto familiar, seja porque este estaria à estimular a criminalidade, seja porque estaria sendo falho no seu “dever de controlar” ou de “proteger” o adolescente. Ou seja, através da camuflagem de que se estaria agindo em prol do bem do adolescente, pune-se com mais severidade e com fundamentação alheia à conduta do adolescente.

O trecho, embora seja referente ao Código de Menores, de 1979, é plenamente aplicável à atualidade. Isto porque, conforme já referido, apesar da paradigmática mudança demarcada pelo advento do ECA, persiste a lógica da doutrina da situação irregular: a institucionalização do jovem provindo de “família desestruturada”, sempre a família pobre, faz-se necessária para “o bem do adolescente”, que precisa ser “educado”. Tal afirmação resta demonstrada na seguinte decisão:

No caso, vê-se que, além de ter cometido os referidos atos infracionais de natureza grave, **os objetivos constantes no**

plano individual de atendimento ainda não foram atendidos integralmente, conforme assinala o respectivo relatório avaliativo. Nessa linha, observa-se que no item da escola, Osvandré ainda necessita ampliação da capacidade intelectual e do potencial de aprendizagem, embora efetivamente tenha obtido uma melhora. Nos itens cursos, projetos, espiritualidade, cidadania, esporte, cultura, lazer e recreação, o interno apresentou resultados satisfatórios. **Quanto ao contexto das relações familiares, vê-se que o local em que o seu núcleo familiar reside é permeado por situações de violência, prejudicando a construção de novas perspectivas. Na área da psicologia, há referência acerca do histórico familiar vivenciado por Osvandré, marcado por inúmeros problemas, especialmente quanto à ausência da figura paterna, na medida em que a sua genitora não consegue impor-lhe limites.** Em relação à mudança de conduta e de planos para sua vida, mostra-se ambivalente, alternando no desejo de prosseguir em curso profissionalizante ou em seguir os estudos. Demonstra, contudo, momentos de desesperança em relação ao seu futuro, dizendo que possui muitos inimigos e que “não viverá por muito tempo”. Consta que o seu irmão adquiriu armas para que se proteja no caso de progressão da medida, não tendo a genitora apresentado qualquer interesse em alterar o seu domicílio, tampouco preocupação com a segurança do filho. (Acórdão 70060125259, p. 04)

O trecho colacionado refere-se à decisão que manteve a medida de internação. Chama atenção a relação que se estabeleceu entre o contexto familiar do adolescente e o não atendimento integral dos objetivos do plano individual de atendimento (PIA), colocando-se o primeiro como causa do segundo. Tal conexão mostra-se bastante perigosa, posto que a partir dela é possível depreender que os objetivos do PIA, e, por conseguinte, a progressão de medida, somente seriam alcançados a partir de uma mudança no contexto familiar do adolescente, o que se mostra absolutamente desarrazoado, uma vez que pune-se o adolescente, mantendo-o internado, em razão de uma situação sem qualquer vinculação com o delito cometido e que independe completamente dele.

Além disso, a decisão mostra-se arbitrária e alheia à realidade ao sugerir que a mãe não se importa com a segurança do filho, unicamente porque não muda de residência, que segundo o magistrado, está localizada em um local violento. Ao tecer tal consideração, o julgador ignora completamente as questões econômicas e a ruptura de vínculos comunitários, além de outras inúmeras questões que envolvem uma mudança de

residência. Quanto ao contexto descrito, vale referir, ainda, que há no Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como no SINASE, medidas previstas para resolver a fragilidade do ambiente familiar, além de redes municipais de assistência social preparadas para buscar amenizar os danos decorrentes de situações familiares marginalizadas. Assim, a opção pela privação de liberdade do adolescente em detrimento da utilização de toda a articulação do sistema socioeducativo, para resolver a sua questão familiar, demonstra a concretização do que foi abordado no primeiro capítulo: o argumento da necessária “responsabilização” através da privação de liberdade serve unicamente à gestão e neutralização da população pobre.

“Prender para reeducar”: a indisciplina enquanto fundamento da internação

A proposta pedagógica da medida de internação, pela qual supostamente se alcançará a “melhora” do adolescente se dá através da sua submissão a um código de regras e hierarquias, estabelecidos de acordo com a compreensão dos dirigentes ou dos profissionais envolvidos na execução da medida, na mais ampla discricionariedade (ROSA, 2007, p. 229-230). Verifica-se, portanto, que na aplicação da medida socioeducativa de internação, o “projeto pedagógico” representa, sobretudo, o disciplinamento dos adolescentes.

Assim, tomando como premissa uma disciplina, estabelecida enquanto projeto pedagógico, mas que em verdade mostra-se absolutamente arbitrária, analisar-se-á algumas decisões de manutenção da medida de internação proferidas pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Destaca-se, inicialmente, o trecho do acórdão 70052404274, de fevereiro de 2013:

(...) ainda, que “conforme o relatório técnico o adolescente manteve acompanhamento sistemático junta à equipe técnica, tem boa capacidade de vinculação e está motivado a refletir sobre os seus atos infracionais. A família tem participado do processo socioeducativo com visitas sistemáticas da genitora que sempre solicita atendimento técnico e orientação. Quanto ao comportamento institucional, cabe referir que, **embora esteja sempre disponível para ajudar na ala e não tenha havido nenhum envolvimento disciplinar, Gabriel demonstra baixa tolerância, não sabendo esperar, além disso, não aceita ser cobrado, evidenciando-se, muitas**

vezes, desrespeito aos agentes socioeducadores. Com base nessas informações podemos destacar que ainda não atingido os preceitos do art. 25, inciso I da Lei 12.594/12, vez que o documento avaliativo demonstra a razoável vinculação familiar, rendimento escolar e profissional ainda inferiores, bem como estar em construção um plano de vida mais de acordo com os preceitos sociais sugeridos pela comunidade. (Acórdão nº 70052404274, p. 03-05)

Neste caso, observa-se que a decisão judicial concluiu pela manutenção da medida mais grave, com fundamento, entre outros fatores, na impaciência do adolescente, comportamento que, como refere o próprio acórdão, sequer gerou ocorrências disciplinares.

No mesmo sentido, o acórdão 70065854770, de 2016, mantém a internação, com motivação na “instabilidade emocional” da adolescente e no descumprimento de regras:

A decisão guerreada manteve a medida de internação sem possibilidade de atividades externas, embasando-se no mais recente relatório avaliativo, que **sugeriu pela manutenção da medida, asseverando, em síntese, que a jovem em alguns momentos demonstra instabilidade emocional, descumprindo as regras a ela impostas (fls 40-44).** Assim, ainda que a representada tenha apresentado certos resultados positivos durante o cumprimento da medida, o laudo avaliativo concluiu pela manutenção da medida aplicada, entendendo prematura a progressão. **Diante desse contexto, não tem cabida, in casu, a substituição da medida socioeducativa de internação sem direito a atividades externas por outra, porque a adolescente ainda precisa do auxílio da equipe técnica para que reflita sobre a sua conduta.**(Acórdão nº 70065854770)

No acórdão colacionado, o julgador, apoiado no parecer técnico, vincula a indisciplina da jovem à suposta incipiente reflexão acerca do ato infracional cometido, concluindo que ela deve continuar internada para que aprofunde tal reflexão com a ajuda da equipe técnica. Além disso, aparecem também como fundamentos da manutenção da segregação a instabilidade emocional e o descumprimento de regras. Depreende-se das decisões que qualquer manifestação de contrariedade quanto às regras disciplinares das instituições, mesmo que não configurem infração digna de instauração de procedimento administrativo, implica em juízo negativo quanto ao “comportamento institucional” do

adolescente, culminando muitas vezes, na manutenção da medida de privação de liberdade.

Tem-se, portanto, que simples contrariedades aos regramentos disciplinares são consideradas problemáticas de tal maneira que justificam a manutenção da segregação dos adolescentes. Verifica-se, assim, que comportamentos típicos de adolescentes, tratados com naturalidade do ambiente externo, quando expressados por adolescentes em privação de liberdade são interpretados como relacionados à sua “trajetória criminosa”, fazendo-se necessária, assim, a sua total extirpação, de modo “a tornar o adolescente apto ao convívio em sociedade”. Tal lógica verifica-se claramente no Acórdão 70064971070 de 2016:

Ainda, segundo apontou a equipe técnica, embora Diego venha recebendo auxílio dos diversos segmentos institucionais, com grande investimento para que possa superar suas dificuldades, **o jovem não adere aos tratamentos, apresentando comportamento impulsivo, primitivo, atuador, desafiador e indiferente não apenas em relação às regras/normas institucionais, mas também em relação à medida socioeducativa.** A respeito dos atendimentos, referiu-se que, malgrado o adolescente tenha juízo crítico de sua conduta, disse que não aceitará situações cotidianas em relação aos seus pares, em clara demonstração da **sua busca de força e poder, demonstrando sobreposição perante os demais reeducandos, buscando liderança, respeito e domínio** (fls. 128/137). Neste esteio, na esteira da conclusão do parecer técnico, por certo, se mostra prematura a progressão de regime, pois ainda não foi atendido o desiderato ressocializador da medida. Pelo contrário, é caso de transferência do adolescente para outro local, para que seja inserido em ambiente de maior contenção externa. (Acórdão 70064971070)

Na decisão colacionada o comportamento “impulsivo” e “desafiador” do adolescente, bem como a sua busca por liderança, força e respeito é justificativa, não só para a manutenção da medida de internação, como para a sua transferência para um ambiente de “maior contenção externa”. As condutas descritas no trecho acima, bem como nos demais acórdãos colacionados, como “instabilidade emocional”, impaciência e comportamento refretário são comportamentos tidos como característicos da adolescência

pela sociedade, o que é depreendido, por exemplo, pelo difundido uso do termo “aborrecente”⁵. Neste sentido David E. Zimmerman, médico psiquiátrico, afirma:

Um traço comum dos adolescentes é que, pelo fato de estarem com um pé na condição de criança e com outro na de um quase adulto, aparecem muitos conflitos entre os seus sentimento de dependência e independência, de obediência e de rebeldia, de aceitação nas normas familiares e sociais que lhe são conhecidas e a busca de soluções, as vezes com o caráter de revolucionárias reformas sociais e de hábitos costumeiros. Tudo isso costuma provocar uma instabilidade emocional, uma aparência de ser um rebelde transgressor, porém, na verdade, esse adolescente está procurando construir o seu sentimento de indentidade que ainda está algo confuso e indefinido dentro dele, logo, ele está em um estado de crise. (ZIMERMAN, 2007, p. 131)

Vê-se que o descrito no trecho, harmoniza-se com o princípio do respeito à peculiar condição de pessoas em desenvolvimento presente no artigo 6º do ECA⁶, o qual, conforme visto nas decisões colacionadas, é de todo desrespeitado. Assim, tem-se que embora seja natural o comportamento “anti-social” por adolescente, este é negado ao adolescente internado, pelo argumento da reeducação, conforme o qual é necessário docilizar o adolescente (ROSA, 2007, p. 227). Neste sentido, Alexandre Morais da Rosa aufere que o adolescente em conflito com a lei somente seria deixado em paz – seria dada a possibilidade de progressão de medida - quando aceita a intervenção estatal disciplinadora, a partir da qual acabará “aniquilado em sua subjetividade, docilizado” (ROSA, 2007, p. 228).

Portanto, a finalidade pedagógica da medida socioeducativa de internação, manifesta-se, na prática, somente enquanto instrumento de “melhoramento” do adolescente, o qual para alcançar o referido objetivo deve submeter-se passivamente a qualquer imposição disciplinar arbitrária. Verifica-se, assim, nas intervenções

5 Os comportamentos referidos, entendidos enquanto característicos da adolescência podem ser verificados em fontes tanto acadêmicas, quanto populares, o que demonstra que é de amplo entendimento a nossa afirmação. Ver: AVILA, Sueli de Fatima Ourique de. A adolescência como ideal social. In: SIMPOSIO INTERNACIONAL DO ADOLESCENTE, 2., 2005, São Paulo. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000082005000200008&lng=en15&nrm=abn>. Acesso em: 03 jun. 2016. “A instabilidade emocional do adolescente é tema do JC Debate”. Disponível em: <<http://www.cenaaberta.com/2015/08/a-instabilidade-emocional-do.html>>.

6 Artigo 6º. Na interpretação desta Lei levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento.

“pedagógicas”, na seara da Infância e da Juventude uma intolerância à autonomia, demonstrando-se autoritárias na medida em que impõe ao adolescente um padrão de comportamento, “um modelo de adolescente “chapa branca”, fiel cumpridor das orientações paternas (que sempre querem o bem dos filhos), das normas jurídicas (que não lhe são explicadas) e das autoridades sociais (que não acredita e que é obrigado a dissimular)” (ROSA, 2007, p. 229).

Assim, a “reeducação” do adolescente internado parece não visar unicamente à extirpação dos comportamentos que julga criminosos, mas também aqueles próprios da adolescência. É imposta uma distinção entre os jovens “incluídos”, cujos comportamentos rebeldes são justificados e os adolescentes excluídos, dos quais é cobrada uma postura adulta e madura. É, portanto, estabelecida uma diferenciação entre os que têm direito a adolecer dos que não tem (SARAIVA, 2006, p. 24).

Vislumbra-se a operacionalização do Direito Penal do Inimigo (JAKOBS, 2009), de Jakobs: enquanto que ao adolescente “padrão” é assegurada a cidadania – e o direito de adolecer –, ao adolescente “inimigo”, que rompeu com as regras, justificam-se imposições arbitrárias, como a aplicação e a manutenção da medida de privação de liberdade justificadas na sua indisciplina.

Diante de todo o exposto, infere-se que a indisciplina dos jovens internados, utilizada como fundamento da manutenção da sua segregação, aparece enquanto manifestação do ideal de reeducação, o qual, conforme já trabalhado, é impossível de ser realizado através da segregação, de modo que se trata de discurso jurídico falso e, portanto, ilegítimo. Assim, tem-se que o argumento da indisciplina para a manutenção da internação é tão somente mais um modo de operacionalização da função de neutralização e gestão da pobreza.

Assim, é notável que as equipes técnicas e os magistrados entendem que a função pedagógica da medida socioeducativa somente estará satisfatoriamente cumprida quando o adolescente porta-se de maneira ordeira, sem indispor-se de nenhuma forma com às regras a ele estabelecidas, aceitando-as religiosamente, mesmo que não tendo participado, em nenhum grau, da sua elaboração. Ou seja, exige-se do adolescente um comportamento não questionador, acrítico.

Adolescente encarcerados: a neutralização da pobreza

Conforme é possível verificar nas decisões colacionadas, o contexto familiar supostamente vulnerável e a indisciplina dos adolescentes são utilizados como justificativa para a sua segregação, uma vez que, tais situações fariam jus à intervenção institucionalizadora do Estado, com o fim de reeducar e proteger o adolescente. Além das referidas, há um universo de outras situações, que dizem respeito a quem é o adolescente, e não ao ato infracional cometido, que são também utilizadas como fundamentação da segregação.

Assim, vislumbra-se um direito penal juvenil autoral, conforme o qual o adolescente é julgado por quem ele é. Nesse sentido, qualquer coisa serve como fundamento para a internação, desde impaciência, instabilidade de humor, baixo rendimento escolar, até imaturidade. Conclui-se, a partir disso, que a função pedagógica da medida socioeducativa de internação é realizada na prática como mera institucionalização disciplinadora, não havendo uma real reeducação, em nome da qual se segrega os adolescentes. Tem-se que a medida socioeducativa de internação é aplicada somente em casos específicos, relativos ao cometimento de delitos relacionados com a pobreza e com justificações arbitrárias. Desse modo, vislumbra-se claramente que a segregação desses jovens é um instrumento de neutralização e gestão da população pobre.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVILA, Sueli de Fatima Ourique de. **A adolescência como ideal social**. SIMPOSIO INTERNACIONAL DO ADOLESCENTE, 2., 2005, São Paulo. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC00000000820050_00200008&lng=en&nrm=abn>. Acesso em: 03 jun. 2016.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de (Org.). **Verso e Reverso do controle penal: (des)aprisionando a sociedade da cultura punitiva**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2002.

ANITUA, Gabriel Ignacio. **Histórias dos pensamentos criminológicos**. Tradução Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2008.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 10. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP : Editora da Unisversidade Estadual de Campinas, 2005.

- BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal: introdução à sociologia do direito penal**. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2002.
- BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- CARVALHO, Salo. **Direitos da criança e do adolescente no Brasil: da doutrina da situação irregular à doutrina da proteção integral**. In: CRAIDY, Carmem. *Processos Educativos com Adolescentes em conflito com a lei*. Porto Alegre: Mediação. 2012.
- COSTA, Ana Paula Motta. **As garantias Processuais e o Direito Penal Juvenil: como limite na aplicação da medida socioeducativa de internação**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.
- COSTA, Ana Paula Motta. **As garantias processuais e o direito penal juvenil**. 1. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.
- COSTA, Ana Paula Motta. **Os adolescentes e seus direitos fundamentais: da invisibilidade à indiferença**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.
- COSTA, Ana Paula Motta; EILBERG, Daniela Dora (orgs). **Justiça Juvenil na contemporaneidade**. Porto Alegre: DM, 2015.
- FONSECA, Claudia Lee Williams. *Fabricando Famílias*. In: CABRAL, Claudia (Org). **Acolhimento Familiar: experiências e perspectivas**. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 39 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- GIORGI, Alessandro De. **A miséria governada através do sistema penal**. Rio de Janeiro: Revan: ICC, 2006.
- JAKOBS Günther ; CANCIO MELIÁ, Manuel. **Direito penal do inimigo: noções e críticas**. 4. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009. *JC Debate*”. Disponível em: <<http://www.cenaaberta.com/2015/08/a-instabilidade-emocional-do.html>>
- KILDUFF. O controle da pobreza operado através do sistema penal. Ver. *Katál. Florianópolis* v. 13. n. 2., p. 240-249, jul/dez 2010.
- KOERNER JÚNIOR, Rolf. “A menoridade é carta de alforria? In: VOLPI, Mario (org.). **Adolescentes privados de liberdade: A normativa nacional e internacional & Reflexões acerca da responsabilidade penal**. São Paulo: Cortez, 2011.
- MACHADO, Martha de Toledo. Sistema especial de proteção da liberdade do adolescente na Constituição Brasileira de 1988 e no Estado da Criança e do Adolescente. In: ILANUD. *Justiça, Adolescente e Ato Infracional: socioeducação e responsabilização*. São Paulo: ILANUD, 2006.
- MENDEZ, Emilio García Mendez. Problemas centrales de la responsabilidad penal juvenil em America Latina. IN: COSTA, Ana Paula Motta. EILBERG, Daniela Dora (Orgs). **Justiça juvenil na contemporaneidade**. Porto Alegre: DM, 2015.

- MENDEZ, Emílio Garcia. **Adolescentes e responsabilidade penal: um debate latino americano**. Disponível em: <<https://www.mprs.mp.br/infancia/doutrina/id114.htm>>. Acesso em 23 maio 2016.
- MENDEZ, Emílio Garcia. Evolução Histórica do Direito da Infância e Juventude. In: ILANUD; ABMP; SEDH, UNFPA (orgs.). **Justiça, adolescente e ato infracional: socioeducação e responsabilização**. São Paulo: ILANUD, 2006.
- MIRANDA, Aurora mélia Brito. **Adolescentes em Conflito com a Lei e Direitos Humanos: desafios para implementação do Sinase**. Repositório Institucional PUCRS. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10923/7875>>. Acesso em: 27 maio 2016.
- PAULA, Liana de. Justiça Juvenil. In: Renato Sérgio de Lima, José Luiz Ratton e Rodrigo Ghringhelli de Azevedo (Orgs.). **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.
- RETONDAR, Anderson Moebus. **A (re)construção do indivíduo: a sociedade de consumo como "contexto social" de produção de subjetividades**. Scielo. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So102-69922008000100006>. Acesso em: 02 jun. 2015.
- RIZZINI, Irene. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.
- ROSA, Alexandre Moraes. **Introdução crítica ao ato infracional: princípios e garantias constitucionais**. Rio de Janeiro: Lumen, 2007.
- SALDANHA, Marcel di Carlo Osterlund. **Quem é o "bom socioeducando"? Análise dos critérios do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul para conceder ou negar progressão de medida socioeducativa**. Repositório Institucional PUCRS. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/112007>>. Acesso em: 31 maio 2016.
- SARAIVA, João Batista Costa. **Adolescente com conflito com a lei: da indiferença à proteção integral: uma abordagem sobre a responsabilidade penal juvenil**. 4 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2013.
- SARAIVA, João Batista da Costa. **Compêndio de Direito Penal Juvenil. Adolescente e ato infracional**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Ed., 2006.
- SCHUCH, Patrice. **Práticas de justiça : antropologia dos modos de governo da infância e juventude no contexto pós-ECA**.
- SHECAIRA, Sérgio Salomão. **Sistema de garantias e o direito penal juvenil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.
- VOLPI, Mario. **Sem liberdade, sem direitos: a experiência da privação de liberdade na percepção dos adolescentes em conflito com a lei**. São Paulo: Cortez, 2001.
- ZAFFARONI, Eugênio Raúl. **Em busca das penas perdidas**. Rio de Janeiro: Revan, 2001.
- ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PERANGELI, José Henrique. **Manual de direito penal brasileiro**. Vol.1. Parte geral. 8. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.
- ZIMERMAN, David E. **Psicanálise em Perguntas e Respostas: Verdades, mitos e tabus**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

Nas margens do trabalho e do crime: Uma reflexão sobre jovens no meio aberto

Maurício Mayora Alves¹

Trata-se de uma pesquisa exploratória realizada na Casa da Juventude Mathias Velho, onde realizo estágio. Partindo de uma perspectiva etnográfica utilizo, sobretudo, a observação participante. Boa parte da bibliografia sobre violência no Brasil parte de uma perspectiva *carreirista* do crime, onde o ainda adolescente começaria sendo “aviãozinho”, praticando pequenos furtos e conforme o tempo ele iria crescendo na “carreira” e se envolvendo cada vez mais com a criminalidade. As observações realizadas apontam para outro caminho possível. Os jovens das periferias brasileiras estão à margem da sociedade. Dos 18 jovens que cumprem a medida na Casa da Juventude, um número considerável trabalha de maneira informal no bairro em que vivem. Nas explicações dos jovens para esses trabalhos informais aparecem semelhanças com as explicações para a inserção na criminalidade: o consumo como forma de afirmação da auto-estima, o lazer baseado na ostentação. Assim como eles estão à margem do mercado formal de trabalho, também estão inseridos de forma marginal na criminalidade. O envolvimento no crime de boa parte dos jovens é na forma de “bico”. Há um atravessamento de uma cultura de consumo comum entre os jovens das periferias brasileiras que permite a justificação de suas ações. A pesquisa procura refletir sobre os jovens que hora trabalham na fruteira da esquina hora escondem uma arma para o vizinho como uma maneira de afirmação na sua comunidade.

Palavras – chave: Medidas socioeducativas; crime; trabalho.

Introdução

Esse artigo é uma sistematização de observações feitas com jovens em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto. Considero as observações um ponto de partida para uma futura pesquisa que contará com um maior aporte teórico.

Os jovens em questão cumprem a medida socioeducativa na Casa da Juventude Mathias Velho/Harmonia. O projeto da Secretaria de Segurança e Pública e Cidadania do Município de Canoas, executada pela Fundação La Salle, aposta na prevenção como uma estratégia de diminuição dos índices de violência juvenil no território. A Mathias Velho é o bairro mais populoso do município de Canoas. Para além de sua localização geográfica

¹ Estudante de bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Estagiário de Ciências Sociais da “Casa da Cidadania Mathias Velho e Harmonia”, da Secretaria Municipal de Segurança Pública e Cidadania de Canoas (RS).

distante do centro, pode-se considerar um bairro periférico pela sua origem e pelo estigma que seus moradores carregam. O projeto tem como meta atender os jovens de 12 a 24 anos, moradores desse território que estejam expostos aos *fatores de risco para a violência urbana*, oferecendo oficinas de arte e cultura, oficinas de cidadania e atendimentos psicossociais.

De acordo com o Marco Conceitual do PNUD, existem fatores que podem ser considerados de risco para a violência.

Identificaram-se diversos fatores que podem ser considerados como causa da violência, visto que, com sua presença, aumentam as possibilidades de as pessoas incorrerem em atos ou feitos violentos. Eles são sociais, culturais ou espaciais, tais como armas, álcool, grupos populacionais vulneráveis (SERRATO, 2007, p.7).

Partindo do Marco Conceitual do PNUD, a equipe técnica da Casa da Juventude desenvolveu critérios para definir o público alvo do projeto: Estar em cumprimento de medida socioeducativa; Ser egresso do sistema prisional; Ser egresso do sistema de medidas socioeducativas; Possuir familiar no sistema prisional; Possuir familiar no sistema de medidas socioeducativas; Estar evadido do sistema formal de ensino; Possuir alta distorção idade/série; Ter sido atendido pelo conselho tutelar; Ter histórico de violência intra-domiciliar; Estar em situação de vulnerabilidade econômica extrema; Possuir relações de proximidade com o tráfico de drogas; Ter vivenciado situações de abuso sexual; Possuir familiar ou amigo próximo vítima de homicídio.

Desde o início do ano, o público prioritário de atendimento são os jovens em cumprimento de MSE, que representam a metade dos atendimentos do projeto. Os jovens cumprem quatro horas semanais, sendo três horas de oficinas e uma hora de atendimento individual com um técnico do projeto. Dois perfis de jovens em cumprimento de MSE destacam-se: jovens com trajetória infracional consolidada; jovens com inserção pontual criminalidade.

Boa parte da bibliografia sobre violência no Brasil parte de uma perspectiva carreirista do crime, onde a criança ou o adolescente começaria sendo “aviãozinho”, praticando pequenos furtos até ir ascendo na “carreira” criminal.

O trabalho abordará os jovens com uma inserção pontual na criminalidade. Aqueles jovens que estão à margem tanto da escola, do mercado formal de trabalho e dos demais

serviços públicos quanto estão à margem da criminalidade no território em que vivem. Essa inserção pontual na criminalidade tem como pano de fundo um habitus de consumo que perpassa os jovens do território, possibilitado um trânsito entre as identidades de jovem infrator e jovem trabalhador.

Partindo de uma perspectiva etnográfica, a observação participante é a grande ferramenta utilizada no trabalho. Por conta de minha atividade como estagiário do projeto estou em constante interlocução com os jovens nos intervalos das oficinas assim como tive a oportunidade de realizar atendimentos individuais com dois jovens durante os três meses de execução de suas medidas. Tenho também acesso a sistematização dos atendimentos realizados por outros profissionais da Casa da Juventude.

Realizarei dois estudos de caso com os jovens em que fui técnico de referência de suas medidas. Para além da troca mútua de conhecimento e da relação de confiança que estabelecemos os atendimentos que realizei com os dois jovens durante o tempo de suas medidas geraram um material com muitas informações úteis anotadas em um diário de campo.

Os nomes dos jovens participantes da pesquisa foram alterados por questões de proteção. Importante ressaltar que todos os jovens observados na prática etnográfica autorizaram esse uso bem como a Fundação executora do projeto e a Secretaria Municipal de Segurança Pública e Cidadania.

Um olhar sobre duas trajetórias juvenis

Maicon chegou em maio na Casa da Juventude para cumprir 4 meses de MSE. Seu ato infracional foi roubo. Durante os atendimentos relatou que estava dirigindo para um amigo realizar um assalto. Além de fazer um favor para um amigo foi uma boa oportunidade para ganhar um dinheiro extra. Desde o início do cumprimento de sua MSE ele compareceu regularmente, fato não muito comum entre os demais jovens. Relatou que seu pai o acompanhou de perto durante o período da medida, controlando a sua frequência.

O amigo do assalto, que tem uma trajetória infracional consolidada, cumpre a sua medida na Casa da Juventude também. Chegou a participar de algumas oficinas junto com Maicon. Embora tenham envolvimento diferentes com a criminalidade, os dois

apresentavam semelhanças em seus estilos de vida baseado no consumo como forma de autoafirmação.

Maicon parou de estudar na sétima série há dois anos. Disse que parou de estudar para começar a trabalhar e conseguir dinheiro para se manter. Em nenhum momento Maicon se mostrou disposto a voltar a estudar. Sempre relatou a dificuldade de conciliar o trabalho com o estudo.

É que a escola é muita ladaia. Acho que não vai me ajudar muito no futuro. Eu até tentei no início do ano uma vaga no EJA noturno perto de casa, mas não tinha vaga. Aí os outros que tem são muito longe, nem vale a pena. E agora com o serviço é que eu não vou voltar. Não dá tempo. Depois que o cara se acostuma a ter o dinheiro dele não quer ficar sem. (Maicon, 17 anos)

Durante todo o período da medida Maicon trabalhou de maneira informal em uma fruteira do território. Chama a atenção a sua pesada carga horária de 12 horas diárias de trabalho. Isso lhe rende um salário considerável para um jovem de 17 anos. Um salário praticamente igual ao do seu pai que é vigilante noturno.

Maicon mora em casa com seu pai, sua mãe e seu irmão. A mãe cuida da casa e o irmão trabalha na mesma fruteira, porém com carteira assinada o que lhe possibilita uma carga horária menor de trabalho. Nota-se que a família possui uma relação de interdependência financeira, o próprio Maicon disse que deixa mais da metade do salário para as despesas de casa.

O que sobra de seu rendimento Maicon gasta em roupas, tênis, boné, em melhorias na sua moto e em festas. Em todos os momentos a possibilidade de consumo aparece como a motivação para trabalhar tanto e seus desejos para o futuro estão sempre relacionados com a ampliação de seu poder aquisitivo.

O cara gasta em roupa pra poder chegar de igual. Se tu vai pro centro mal vestido todo mundo te olha torto. E aqui na Mathias nem te olham direito. Então eu gosto de comprar roupa boa, de marca pra todo mundo ver que eu consigo comprar os bagulho pra mim. (Maicon, 17 anos)

Até mesmo suas atividades de lazer estão relacionadas com o consumo. É comum entre os jovens da Mathias se reunirem em ruas sem saída, aonde cada um chega com seu carro ou sua moto. Lá escutam música, consomem drogas e avaliam os carros e as motos

das outras pessoas. “Agora eu tenho uma motinha pequena, uma “cjzinha”, mas um dia ainda vou ter uma “fau” grandona. Aí vou chegar botando a banca. Pessoal vai escutar o barulho e vão ver que eu to chegando.” (Maicon, 17 anos)

Outra particularidade do território são as sociais. As sociais são festas realizadas em pequenos comércios locais como oficinas mecânicas, lavagens, fruteiras. Embora seja barato o preço do ingresso, segundo Maicon é indispensável estar em cima da mesa o *kit* com bebidas que chega a custar mais de 400 reais.

Roger também chegou em maio para o cumprir 3 meses de MSE. Chegou ao projeto junto com mais quatro jovens que participaram de um roubo e de uma depredação da escola em que estudavam. Roger relatou que não ficou com nenhum dos materiais roubados da escola e que foi mais pela empolgação dos amigos.

O caso ficou conhecido, pois um vídeo do roubo foi amplamente divulgado por um programa televisivo conhecido pelo seu sensacionalismo. Roger é o único que não aparece nas imagens, outro jovem envolvido que o entregou. Um jovem branco que aparece nas imagens pegou menos tempo de MSE do que Roger que é negro.

Apesar de apresentar uma defasagem idade/série na escola, Roger não pretende largar os estudos. Disse que é importante seguir no colégio para no futuro ter um bom emprego. Seu grande sonho para o futuro é ter uma pequena fazenda para cuidar dos animais.

Roger tem doze irmãos. Boa parte mora no mesmo terreno. Relatou a dificuldade que enfrenta com os sobrinhos que vivem mexendo em suas coisas. O jovem mora na mesma casa com a mãe e outro irmão que regula com a sua idade. Demonstrou mágoa com o irmão mais velho, que mora em uma casa localizada no mesmo pátio, pois esse não deixa que seus amigos frequentem a casa e também por conta de uma briga quando Roger estragou o celular do irmão deixando-o cair na rua.

Durante o período no projeto Roger não se mostrou tão afetado pelo *hábitus* do consumo comum aos jovens do território. Sempre se vestiu com roupas simples e sem marcas, ao contrário da maioria dos jovens do projeto.

Roger se mostrou insatisfeito por não ter seu próprio dinheiro e reclamou da falta de um emprego. Fazia alguns bicos em obras, mas assim como Maicon mais da metade do que ganhava ficava com sua mãe para ajudar nas despesas de casa.

Depois de um fim de semana Roger surpreendeu a todos quando relatou um assalto realizado. Junto com um primo que tinha acesso à arma os dois assaltaram uma pessoa na rua roubando um celular.

Minha mãe tinha brigado comigo porque eu dormi na casa da minha namorada e não avisei ela. Como eu ia avisar se não tenho celular? Falei isso pra ela e pedi um celular. Ela disse que agora não tinha dinheiro pra comprar e ainda me colocou de castigo. Ai quando contei pro meu primo ele disse que tinha um jeito de resolver isso. Ele foi até a casa dele e quando voltou me mostrou a arma. Eu fiquei com um pouco de medo, mas fui. Ficamos dando uma banda de moto até achar alguém pra assaltar. Ai eu vi um gurizão tipo da minha idade com o celular na mão na parada de ônibus, meu primo encostou a moto e eu desci com a arma falando pra ele me passar o celular. (Roger, 15 anos)

Após o assalto apareceu um problema. O celular estava bloqueado e Roger não conseguia usá-lo. Ninguém do seu círculo de amizade sabia como desbloquear o celular. Mais uma vez o primo entra em cena.

Falei pro meu primo que o celular tava bloqueado. Ele tentou mexer ali na hora, mas não conseguiu arrumar. Ai ele pegou o celular da minha mão e disse que conhecia um cara que fazia isso. Depois de uma semana ele voltou com o celular desbloqueado já e até com um chip. Minha mãe perguntou onde eu tinha conseguido o celular e eu disse que era uma celular antigo de um amigo. Acho que ela acreditou. (Roger 15 anos)

Uma semana depois, enquanto jogava futebol na escola, Roger teve seu celular furtado de dentro da mochila. Dessa vez a mãe lhe emprestou o aparelho dela. Roger disse que sentiu muito medo na hora do assalto e que agora iria comprar um novo assim que conseguisse um emprego. Quando concluiu sua MSE Roger tinha uma entrevista agenda no *Bob's*.

Habitus de consumo em jovens na socioeducação no meio aberto

O conceito de *habitus* de Pierre Bourdieu rompeu com a oposição entre objetivismo e subjetivismo ao captar “a interiorização da exterioridade e a exteriorização da interioridade.” Essa relação dialética é importante, porque ao mesmo tempo em que o

sujeito é formado pelos “valores” da sociedade ele cria novos “valores” a partir de suas práticas cotidianas.

De acordo com Loic Wacquant, o hábitus combina princípio de sociação e individuação:

Sociação porque as nossas categorias de juízo e de ação, vindas da sociedade, são partilhadas por todos aqueles que foram submetidos a condições e condicionamentos sociais similares (assim podemos falar de um hábitus masculino, de um hábitus nacional, de um hábitus burguês, etc.); individuação porque cada pessoa, ao ter uma trajetória e uma localização únicas no mundo, internaliza uma combinação incomparável de esquemas. (WACQUANT, 2007, p 65-66.)

O hábitus fornece ao sujeito disposições que guiam as suas ações, mesmo que nem sempre as ações sejam racionais ou estratégicas. Wacquant segue a explicação:

Porque é simultaneamente estruturado (por meios sociais passados) e estruturante (de ações e representações presentes), o habitus opera como o “princípio não escolhido de todas as escolhas” guiando ações que assumem o caráter sistemático de estratégias mesmo que não sejam o resultado da intenção estratégica e sejam objetivamente “orquestradas sem serem o produto da atividade organizadora de um maestro (WACQUANT, 2007, p.65).

Assim, ao falar de um hábitus de consumo, estou falando de um hábitus específico de um lugar, de uma geração e de um contexto histórico. Os jovens em cumprimento de MSE na Mathias Velho tornam esse hábitus de consumo em um estilo de vida que orienta suas ações.

Bourdieu (2013) afirma que as lutas pelas apropriações de bens econômicos ou culturais são feitas através de lutas simbólicas pela apropriação dos sinais distintivos, pela conservação ou subversão dos princípios de classificação das propriedades distintivas. No entanto, o problema que o autor aponta é que as classes dominadas não enfrentam a luta simbólica.

Em um artigo intitulado “Reconstrução do estilo de vida das classes populares em A distinção de Pierre Bordieu: reflexões teóricas para pensar o Brasil contemporâneo”, a autora Ana Rodrigues Cavalcanti Alves, explica como o estilo de vida das classes dominadas contém um reconhecimento dos valores dominantes:

Bourdieu afirma que, como a adaptação a uma posição dominada implica sempre uma forma de aceitação da dominação, é possível enumerar diversos traços do estilo de vida das classes dominadas que contém uma forma de reconhecimento dos valores dominantes, nem que seja através do sentido da incompetência cultural ou fracasso. Um dos indícios da imposição da definição de bens dignos de serem possuídos é a presença de “substitutos em saldo”, uma vez que, na ausência de qualquer consumo de luxo, o estilo de vida das classes populares se caracteriza pela presença de um grande número de substitutos desses bens raros, como espumantes em vez de champanha, courino no lugar de couro. Ademais, o autor aponta uma dependência inevitável da auto-estima dos indivíduos das classes populares com relação aos sinais do valor social, tais como o estatuto profissional e o salário(...)

A falta de um planejamento para o futuro é uma característica marcante nos jovens observados. Eles não estão preocupados com valores sociais do tipo alta escolaridade, um bom emprego, uma família constituída. Eles não acumulam capitais pensando em um benefício em longo prazo. *A presentificação é a regra.*

Os jovens da Mathias não estão atrás de substitutos. Seja através de contravenções ou através de uma longa e árdua jornada de trabalho eles vão atrás dos mesmos bens simbólicos, traduzidos em roupas, tênis, bonés, relógios, motos, carros, bebidas. Esse hábitus de consumo presente no território deixa nebulosa as identidades de jovem “infrator” e jovem “trabalhador”.

Considerações finais

Como se trata de uma sistematização parcial do campo observado, não será possível tecer considerações finais. Apontarei aqui alguns caminhos que pretendo seguir pesquisando até o final da graduação.

As observações sugerem que boa parte dos jovens em cumprimento de medida socioeducativa na Casa da Juventude tem um envolvimento marginal com a criminalidade. Ao contrário do senso comum, que identifica no jovem “infrator” o grande responsável pela violência urbana, a pesquisa em andamento aponta para outro caminho. O mesmo jovem que trabalha 12 horas por dia é o que eventualmente pratica algum crime como forma de complementação do poder aquisitivo ou até mesmo para fazer um favor a um amigo. Muito

mais que uma identidade “infratora” ou “trabalhadora” é o habitus de consumo que norteia a subjetividade desses jovens.

A aquisição de bens simbólicos por parte dos jovens observados não visa benefícios futuros. Está muito mais relacionado com o presente e com a afirmação da auto-estima dos jovens. Em todas as suas falas o consumo aparece como primordial para o reconhecimento das outras pessoas. Maicon fala que veste roupas de marca para “chegar de igual no centro” e na Mathias vestir tais roupas é requisito para ser visto.

Faz-se necessário um maior amparo teórico para aprofundar a análise. No artigo foi sistematizado as observações da exteriorização em forma de ação desse habitus. É preciso entender como acontece a interiorização do habitus de consumo para uma melhor compreensão desses jovens.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. Reconstrução do estilo de vida das classes populares em A Distinção de Pierre Bourdieu: reflexões teóricas para pensar o Brasil contemporâneo. In: **Congresso Anual da ANPOCS**, 38º, Caxambu – MG, 2009

BORDIEU, Pierre. “Gosto de classe e estilo de vida”. In: ORTIZ, R. **Pierre Bordieu**. São Paulo, Ática, Coleção Grandes Cientistas Sociais, 1983. v.39.

_____. “O Mercado de Bens Simbólicos”. In: MICELI, S (Org). **A economia das trocas simbólicas**. Tradução de Sérgio Miceli. 2 ed. São Paulo, Perspectiva, 1987.

_____. **A distinção – crítica social do julgamento**. São Paulo, Editora Zouk/Edusp, 2013.

SERRATO, Héctor Riveiros. **Rumo a uma política integral de convivência e segurança cidadã na América Latina: Marco conceitual de interpretação – ação**. Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento, 2007

WACQUANT, Loic. “Esclarecer o habitus”. **Educação & linguagem**. N. 16. 2007. P 63-71.

Egressos das unidades de internação socioeducativas: Para onde vão?

Vinicius Mauat da Silva¹

A violência hoje apresenta novas nuances e reconceitualizações, incluindo em seu contexto novas formas que antes eram normais nas relações sociais. Uma das faces da violência que ganha espaço crescente nos meios de comunicação e em nossa sociedade contemporânea é a relação entre criminalidade e juventude. Todavia, quando os adolescentes surgem na condição de protagonistas, suas ações merecem muito mais destaque que quando assumem o papel de vítimas. A televisão expõe um alto grau de periculosidade às esferas de produção cultural, à democracia e à vida política, na medida em que surge como o principal meio de disseminação de uma violência simbólica que protege os interesses de uma classe hegemônica, mas de forma sutil e invisível, fazendo prevalecer um julgamento parcial da realidade. Este trabalho apresenta as análises e resultados iniciais da pesquisa “Mortalidade dos Egressos da FASE-RS”, cujo objetivo é descrever a população internada nas unidades da FASE de Porto Alegre no período 2002-2012.

Palavras-Chave: Adolescentes. Unidades de Internação. Ato Infracional. Mortalidade.

Introdução

Segundo a definição da Organização Mundial da Saúde (OMS), a violência é o uso de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação (KRUG et al, 2002). A multiplicidade de formas que a violência assume nas sociedades modernas traz um novo conjunto de questões sociológicas que norteiam a busca de seu significado social e cultural. Amplamente disseminada e dramatizada de maneira global pelos meios de comunicação, a violência difusa assume *status* de questão social mundial, inserindo sua discussão na pauta política de países de diversos continentes (TAVARES DOS SANTOS, 2002).

¹ Bacharel em Direito, Oficial de Justiça da Infância e da Juventude, Mestre em Saúde da Criança e do Adolescente\UFRGS.

Trata-se de um fenômeno que acompanha a história da humanidade, sendo que suas manifestações apresentam múltiplas formas, de acordo com os aspectos culturais e nuances sociais da época (MINAYO, 2003; ADORNO 1995).

No campo específico dos mecanismos de exclusão e manutenção da estrutura social, merece destaque a denominada Escola da Reação Social, cujo pensamento – de forma bastante sintética – abandona uma visão meramente positivista (que parte da definição de crimes como dado posto e inquestionável) e adota uma visão fenomenológica, indagando por que ao longo da história algumas condutas são enquadradas como infração e por que apenas parte dos atores sociais que a protagonizam são selecionados pelos mecanismos de controle penal, que se inicia na polícia ostensiva e se encerra no poder judiciário (BARATA, 2002).

No Brasil, uma das características da violência que tem merecido espaço crescente nos meios de comunicação e em nossa sociedade contemporânea é a relação entre criminalidade e a adolescência. Quando os adolescentes surgem na condição de protagonistas, suas ações merecem muito mais destaque que quando assumem o papel de vítimas. A defesa de punições severas frequentemente aponta atos gravíssimos praticados por adolescentes às vésperas de completar 18 anos, situações que constituem raras exceções.

No Estado do Rio Grande do Sul, esta parcela da população muito mais morre do que mata, surgindo como autores de apenas 8% das ocorrências policiais (OLIVEIRA, 2001). No mesmo sentido, Teixeira (2005) aponta que em 2002 os homicídios praticados por adolescentes somavam cerca de 1.200 casos, enquanto mais de dezenove mil teriam sido vítimas do mesmo crime.

Necessário ressaltar, ainda, que no começo da década os adolescentes institucionalizados na extinta Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor (FEBEM) em virtude do ato infracional furto/roubo representavam 67% do total, enquanto aqueles autores de homicídios representavam apenas cerca de 8,5% (FEBEM, 2000).

Embora a opinião pública, de um modo geral, tenha a impressão de que um dos impulsionadores da criminalidade seja protagonizada pelos adolescentes, não é este o quadro que a realidade reflete. No campo da mídia, entre os anos de 1998 e 2003, o aumento da exploração do tema “criminalidade juvenil” cresceu 1.300% nos 50 maiores

jornais do país, segundo estudo elaborado pela Agência de Notícias dos Direitos da Infâncias (ANDI).

Já a televisão expõe um alto grau de periculosidade às esferas de produção cultural, à democracia e à vida política, na medida em que surge como o principal meio de disseminação de uma violência simbólica que protege os interesses de uma classe hegemônica, mas de forma sutil e invisível. Através da televisão e demais meios de comunicação de massa, atinge-se um grande público, mas o discurso é restrito e pouco aprofundado, subtraindo do expectador informações necessárias ao exercício de seus direitos democráticos (BOURDIEU, 1997).

A denominada violência simbólica é promovida partindo de um discurso midiático que reforça a representação dos adolescentes como protagonistas da violência, concedendo espaço somente a assuntos relacionados à criminalidade e violência, negligenciando temas como esporte e cultura. (RAMOS; PAIVA, 2007).

“Os perigos que mais tememos são imediatos: compreensivelmente, também desejamos que os remédios o sejam – ‘doses rápidas’, oferecendo alívio imediato, como analgésicos prontos para o consumo.” (BAUMAN, 2008, p. 149).

Assim, compreende-se o sentimento que norteia o imaginário popular acerca da dimensão exagerada de atos infracionais atribuída aos adolescentes. Como costuma ocorrer com o sistema repressivo dirigido aos adultos, a população clama e nossos legisladores buscam o Direito Penal como substituto de políticas públicas, no intuito de através dele corrigir discrepâncias históricas e estruturais da sociedade. Mercantiliza-se o medo e vendem-se ilusões. O Direito Penal passa a ter um cunho eminentemente político, desprezando a técnica e as informações estatísticas, e fomentando uma falsa sensação de segurança, formando aquilo que se denominou de politização do Direito Penal (CALLEGARIS; WERMUTH, 2010).

Como apoio a essas desesperadas utilizações do Direito Penal como solução para questões complexas, existe um grande segmento da sociedade indignada com o que denomina de impunidade. Frequentemente, a ansiedade pública e o verdadeiro pânico social que se instalam não são acompanhados de uma real elevação da criminalidade, mas criadas como uma oportunidade para que parlamentares e governo possam

apresentar uma resposta célere e eficaz para aplacar a insatisfação pública (TONRY, 2006).

Adolescência

A visão da adolescência possui alguns aspectos em comum. Se observado dentre diferentes culturas e distintas épocas, notamos que seu marco inicial é a puberdade, ao fim da infância, que traz características universais e visíveis. Logo após, surge a adolescência, trazendo consigo um agrupamento de transformações que englobam fatores psíquicos, físicos, culturais e sociais. Não raramente tal etapa é acompanhada por riscos, crises e outros sentimentos conflituosos que intrinsecamente permeiam o amadurecimento nos seus campos físico e psicológico (DE FREITAS, 2002; ESTEVAM et al., 2009).

A palavra adolescência deriva do verbo latino *adolescere*, cujo significado pode ser compreendido como “crescer” ou ainda “crescer até a maturidade”. Compreende-se dentro do período da adolescência o lapso de vida do indivíduo entre a puberdade e a virilidade (NETTO, 1976). Do ponto de vista sociológico, seria a transição da dependência infantil para a autossuficiência adulta. Cronologicamente, inicia por volta de 12 ou 13 anos e se prolonga até os 21 anos, período que costuma se encerrar mais cedo em sociedades mais primitivas (MUUSS, 1974).

A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), a Organização Mundial da Saúde (OMS, 1990), e o Ministério da Saúde (1989) delimitam a adolescência entre os 10 e os 19 anos e a juventude dos 15 aos 24 anos. Já para o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), classificação utilizada neste trabalho, a adolescência abrange a fase dos 12 aos 18 anos de idade.

Trata-se de um período de assimilação de regras e valores da vida em sociedade, aquisição de autonomia e surgimento de maturidade física e psíquica, assumindo um novo papel na vida adulta. De maneira geral, iniciará com as mudanças corporais da puberdade e termina com a inserção social, profissional e econômica na sociedade adulta (FORMIGLI et al., 2000). Não por acaso, no Brasil e no exterior, a adolescência e a infância são assuntos recorrentes desde o século XIX, sendo abordado por médicos,

juristas, políticos, cronistas, jornalistas e escritores em geral, os quais a denominavam “questão social” (ALLVIM; VALLADARES, 1988).

Em condições normais, a adolescência já se trata de um período conturbado do desenvolvimento, onde cada um adquire uma nova visão de si mesmo, transição cercada por autoafirmação, rebeldias, contradições e ambivalências. Calligaris (2009) caracteriza a adolescência como uma “moratória mal justificada”, na medida em que há uma mescla entre confusão de papéis, reconhecimento da própria autonomia e a dificuldade natural em formar uma identidade própria.

Para Aberastury e Knobel (1981), a adolescência seria um “processo de luto”, onde há uma resistência à perda das condições infantis e, ao mesmo tempo, uma dificuldade em aceitar o mundo e a realidade adulta que surge, e com este contexto obviamente as modificações biológicas que acompanham o processo.

São justamente essas diferentes realidades que produzem vários grupos, com comportamentos e valores distintos, sendo possível afirmar que “há diversos mundos e diversas formas de ser adolescente” (SERRA, 1997). Esses diferentes mundos e seus elementos é que irão compor a trajetória social do adolescente. Trajetórias sociais são compostas por processos de estruturação ou desestruturação de referências e patrimônios, através de articulação ou desarticulação de relações sociais em tempo e espaço determinados, onde são produzidas mudanças nas formas de reprodução e identificação social (FALEIROS, 1999).

No caso do adolescente em conflito com a lei, em muitos casos, há um histórico de situações de risco pessoal e social, violência e sofrimento por trás da violência e infrações praticadas por jovens (AMARO, 2003). A fragilidade social possui papel significativo ao desenvolvimento infantil, à medida que impõe a precarização e deterioração das relações afetivas e parentais, através de espaços familiares exíguos, reduzida ou nenhuma privacidade, falta de alimentos, e problemas de ordem econômica, todos elementos geradores de stress e danosas ao desenvolvimento infantil (AZEVEDO; GUERRA, 1993).

A vulnerabilidade social torna-se determinante para a exposição da criança ou adolescente à uma série de fatores de risco. Risco é “todo tipo de evento negativo de vida que, quando presente, aumenta a possibilidade de o indivíduo apresentar problemas físicos, sociais ou emocionais” (YUNES; ZSYMANSKI, 2001). Há consenso de que

isoladamente a presença de um destes fatores não é capaz de justificar o cometimento do ato infracional. A busca por este nexos causal somente poderia ser explicada pela complexa cadeia de eventos que compõe a trajetória de cada adolescente (CUNHA, 2000; GARBARINO, 2005; SHOEMAKER, 2010; SILVA; HUTZ, 2002), cujo ingrediente principal parece ser o sofrimento de violência (AMARO, 2003).

A vulnerabilidade social é tratada aqui como o resultado negativo da relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos atores, sejam eles indivíduos ou grupos, e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas, culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade. Esse resultado se traduz em debilidades ou desvantagens para o desempenho e mobilidade social dos atores. (ABRAMOVAY et al., 2002, p. 13).

Sob esta ótica, e considerando a complexa teia de transformações que permeia a adolescência, é necessário considerar que os jovens inseridos neste processo e que pertencem à famílias de menor poder aquisitivo possuirão maiores dificuldades em interagir nas esferas convencionais de sociabilidade estabelecidas.

Zygmunt Bauman (2003) centra a questão nas diferenças econômicas, acentuando o abismo existente entre as diferentes formas de ser adolescente. Afirma que sociologicamente o processo de exclusão não ocorrerá por uma ótica racial, mas sim pelo fato de que “ser pobre em uma sociedade rica implica em ter o status de uma anomalia social e ser privado de controle sobre representação e identidade coletiva”.

É importante evitar uma visão reducionista, no sentido de associar pobreza e criminalidade, ideia já combatida por CAMPOS (1978, 1980, 1987), PAIXÃO (1984), ZALUAR (1985), BORDINI e ADORNO (1989), seja como rotulação ou ainda associação estatística, o que traz incertezas quanto à relação causa-efeito. Em diferentes momentos, Zaluar (1994, 1998, 1999 e 2001) já apontava as consequências das desigualdades históricas no Brasil e seus efeitos na vulnerabilidade dos jovens pobres.

Mortalidade dos Adolescentes em Conflito com a Lei

A Constituição Federal de 1988 inaugurou uma nova visão sobre a criança e o adolescente, conferindo-lhes a condição de sujeitos de direitos (DE AZAMBUJA, 2006). Com o objetivo de efetivar a implementação do sistema de atendimento infanto-juvenil

previsto na Constituição Federal, surgiu o Estatuto da Criança e do Adolescente, primeira legislação dos países da América Latina a reproduzir as normas internacionais da Doutrina da Proteção Integral (SARAIVA, 2002).

Segundo dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente, “considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal”, a seguir esclarecendo que seu texto se aplica aos menores de dezoito anos. Crimes e contravenções penais são espécies do gênero “infração penal”, e estão previstos em legislações esparsas e no Código Penal. O critério classificatório para tal divisão depende de opções de política criminal, mas, via de regra, infrações mais graves serão crimes e infrações menos graves serão contravenções penais.

A definição de criança e adolescente, estão contidas no art. 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente (lei 8069\90): “Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade”. Logo, todos aqueles com até 18 anos incompletos, autores de infrações penais, terão praticado um ato infracional e sua conduta será regulada através do texto proposto pelo ECA, com a aplicação de medidas socioeducativas.

O estudo de populações juvenis apresenta geralmente dificuldades de amostragem, engajamento e rastreamento, acentuadas por características relacionadas ao estilo de vida desta faixa etária (KOSKY et al.,1996; SILBEREISEN et al., 1995)

Já a mortalidade possui associações específicas, sendo sua relação com egressos do sistema penal juvenil um tema ainda pouco explorado. Sabemos que a mortalidade atinge as diferentes classes sociais de forma assimétrica, revelando que não representa um fenômeno puramente biológico (BLACK et al., 1985).

A posição dos indivíduos na estrutura social já revelou associações específicas. Goldani e colaboradores verificaram que na cidade de Ribeirão Preto a área mais pobre apresentava um acréscimo contínuo de mortalidade. Regiões economicamente desiguais também apresentaram associação entre o maior coeficiente de mortalidade infantil a famílias de baixa renda (GOLDANI et al., 2001).

Há poucas pesquisas que tenham se dedicado especificamente sobre a questão da mortalidade destes adolescentes (BLACK, 1985; CARDIA, 2003; GLUECK, 1950), sendo que há um número crescente de artigos relacionando esta população a formas precoces

de óbito (COFFEY et al., 2003; BERTOLOTE et al., 2004; COFFEY et al., 2003; CRAWFORD, PRINCE, 1999; GLUECK, 1950).

Metodologia

Estudo observacional descritivo em adolescentes em conflito com a lei internados nas unidades da Fundação de Atendimento Socioeducativo de Porto Alegre (FASE-RS), entre 1º de janeiro de 2002 e 31 de dezembro de 2012. O corte correspondeu à última data de desligamento dos indivíduos das unidades. No caso de reentrada(s) na instituição, foi adotado como critério o último desligamento.

A inclusão no estudo não implica efetiva condenação à cumprimento de medida socioeducativa, pois os adolescentes podem ter sido provisoriamente internados antes da sentença ser prolatada, pelo prazo máximo de 45 dias. As informações foram extraídas do banco de dados da Assessoria de Informação e Gestão (AIG) da FASE/RS, cuja guarda e armazenamento é realizado pela Companhia de Processamento de dados do Estado do Rio Grande do Sul (PROCERGS).

Neste estudo estão incluídos adolescentes que foram internados (na forma provisória ou através de sentença) em qualquer uma das unidades de Porto Alegre-RS. Foram excluídos adolescentes que não indicavam filiação materna e\ou data de nascimento, ou ainda aqueles que as indicavam de forma incompleta. Após, foi realizado um cruzamento entre o nome completo do adolescente e as informações do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do RS, disponibilizado pelo Núcleo de Informações em Saúde (NIS). Foram comparados, além do nome, a data de nascimento e filiação materna, a fim de excluir a possibilidade de homônimos.

As variáveis quantitativas foram descritas em medianas e valores mínimo e máximo, na hipótese de não se tratar de uma distribuição normal. A descrição dos dados foi realizada por meio de frequências absolutas (n) e relativas (%). O teste de significância utilizado para a diferença entre as proporções foi o teste qui-quadrado. Resíduos ajustados maiores que 1,96 ($\alpha = 0,05$) foram considerados estatisticamente significativos, indicando a existência de associação local positiva entre as variáveis.

Resultados

Foram submetidos à medida de internação nas unidades da FASE-RS de Porto Alegre, entre janeiro de 2002 e dezembro de 2012 8.365 adolescentes. Destes, 75 (0,89%) foram excluídos em virtude da inexistência de informações sobre a data de nascimento e/ou filiação materna. 8.290 permaneceram no estudo.

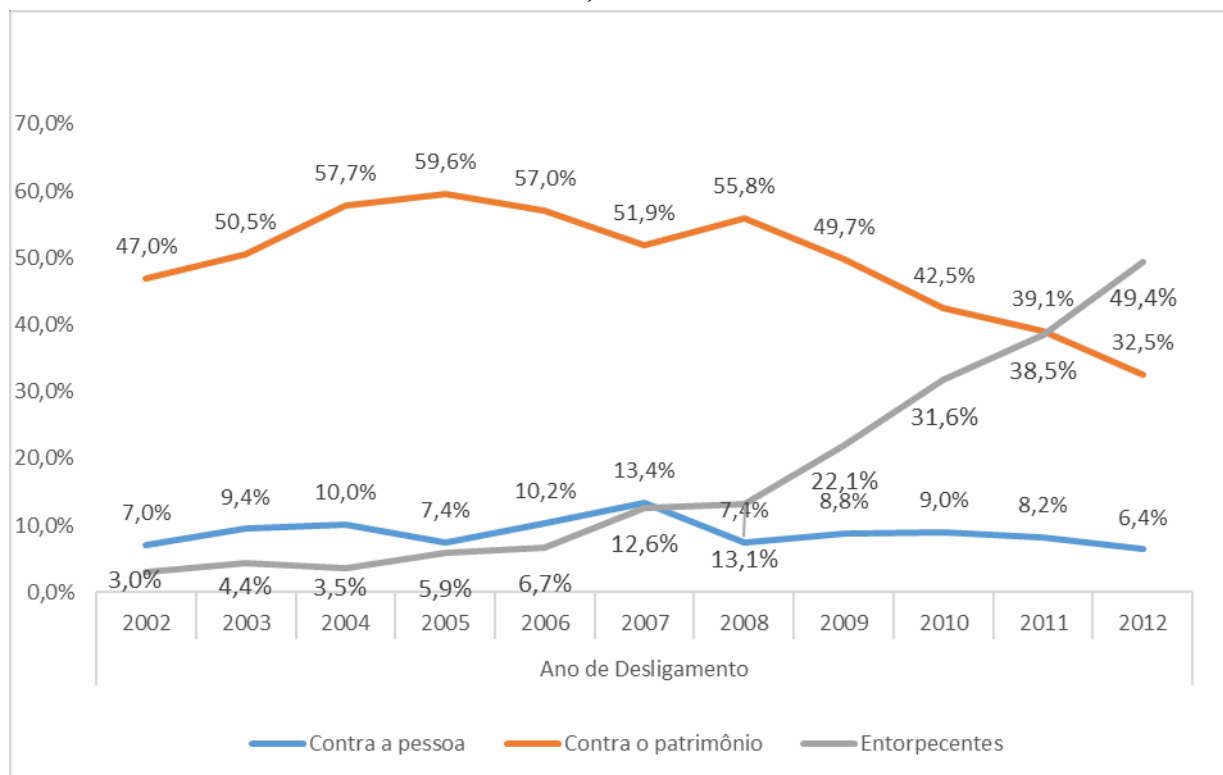
A mediana de internação total foi de 48 dias, variando de 1 a 1832 dias. A mediana de idade foi de 17,1 anos, variando de 12 a 21 anos e 7490 eram do gênero masculino (90,3%). São adolescentes predominantemente brancos e envolvidos em atos infracionais patrimoniais. 4000 (48,3%) permaneceram por menos de 45 dias internados e a maior parcela possui apenas um ingresso no sistema de internação juvenil.

Na categoria “outros atos infracionais” estão incluídos aqueles que atentam contra a liberdade sexual (estupro (57) e atentado violento ao pudor (35 casos)), que equivalem a 1,6% dos atos infracionais.

Há resquícios da doutrina da situação irregular, com 2 adolescentes internados por terem sido “vítimas de agressão”, 2 por “miséria”, 2 por “falta de moradia”, 1 por “risco de vida” e 1 por “problemas com os pais”.

As internações motivadas por entorpecentes passaram de 3% para 49,4% no período. Dentro desta categoria, que incluiu 1299 adolescentes, 1257 foram internados por ato infracional análogo ao tráfico de drogas.

Gráfico 1 - Motivo da internação – unidades FASE\RS – 2002-2012



Fonte: Elaboração própria.

Foram localizados 784 adolescentes com óbito registrado até dezembro de 2014 (9.450\100.000). O desfecho óbito relacionou-se com as variáveis gênero masculino, motivo da internação (evasão) e número de entradas (3 ou mais).

Quadro 1. Relação entre indicadores demográficos e processuais e óbito de adolescentes internados. 2002- 2012. Porto Alegre, RS (n=8290)

Variável (n=8290)			Óbito		
	n	%	n	%	P
Cor da pele					0,832
Branca	4368	53,7	413	9,5	
Não Branca	3763	46,3	361	9,6	
Não informado	159	1,9			
Gênero					< 0,001
Masculino	7490	90,3	756	10,1*	
Feminino	800	9,7	28	3,5	
Motivo da Internação					< 0,001

Contra a pessoa	522	8,7	45	8,6	
Contra o patrimônio	2776	46,5	249	9	
Entorpecentes	1299	21,7	98	7,5**	
Não relacionado à ato	222	3,7	15	6,8	
Outros	1156	19,3	157	13,6*	
Não Informado	2315	27,9			
Tempo total de internação					< 0,001
<45	4000	48,3	323	8,1**	
45 - 180	1467	17,7	147	10	
180-360	826	10	97	11,7	
360 - 720	1370	16,5	145	10,	
>720	627	16,5	72	11,5	
Idade de internação					0,056
12-15 anos	727	8,8	51	7	
15-18anos	6042	72,9	581	9,6	
18-21 anos	1521	18,3	152	10	
Internações					< 0,001
1 entrada	4861	58,6	392	8,1**	
2 entradas	1810	21,8	184	10,	
≥ 3 entradas	1619	19,5	208	12,8*	

Fonte: Elaboração própria.

* Associação positiva pelo teste de resíduos ajustados a 5% de significância

** Associação negativa pelo teste de resíduos ajustados a 5% de significância

Como homicídios foram consideradas todas as agressões intencionais com resultado morte, abrangendo as classificações X85 a Y09 da 10ª Classificação Internacional de Doenças (CID 10). Dentro desta categoria, as mortes por arma de fogo correspondem a 601 casos (76,7%). As intervenções legais caracterizam-se por serem traumatismos infligidos pela polícia - ou os demais agentes legais - durante a execução de prisões de transgressores da lei, repressão de tumultos, a manutenção da ordem, ou outras ações legais. As intervenções legais ocorreram preponderantemente por arma de fogo (5 casos), sendo uma através de instrumento pérfuro-contundente.

Quadro 2: Classificação do óbito dos adolescentes internados.2002-2012. Porto Alegre\RS.

Causa do óbito	N	%
Homicídios	639	81,5
HIV	33	4,2
Doenças	24	3,1
Acidente de transporte	25	3,2
Suicídio	19	2,4
Arma de Fogo - Intenção indeterminada	11	1,4
Causas mal definidas ou não	10	1,3
Intervenção Legal	6	,8
Afogamento	4	,5
Outras causas	13	1,7
Total	784	100,0

Fonte: Elaboração própria.

Dentre os 784 adolescentes com óbito registrado, cerca de 81% foram vítimas de homicídio. Outros estudos já haviam apontado o homicídio como causa de óbito mais comum desta população (LAUB, VAILLANT, 2000; SAILAS et al., 2005).

Os homicídios possuem uma padronização jurídica universal, funcionando como um índice para que possamos mensurar o espaço que a violência ocupa em um determinado espaço social e o risco de seu desfecho para sua população (Schabbach, 2011). Egressos geralmente já apresentam uma precária rede de proteção e apoio, característica que costuma acentuar suas vulnerabilidades. O acúmulo de carências, a escassez de fatores de proteção e o baixo acesso à direitos como educação, saúde e moradia também já foram associados aos homicídios de jovens (CARDIA, 2003).

No Rio Grande do Sul, os percentuais de homicídio para a população total passaram de 1830\100.000 para 2190\100.000 entre 2002 e 2012. Na população jovem, esta oscilação foi entre 3590 e 4270 (para 100 mil habitantes) (DATASUS, 2015). No Brasil, a taxa de homicídios para a população total é de 2740\100.000, e para a população jovem é de 5450\100.000 (WASELFSZ, 2014).

Em Marion County, Indiana, Aalsma et al, realizaram um estudo de coorte retrospectivo de jovens envolvidos no sistema penal juvenil ou adulto. Foram incluídos 49.479 adolescentes e verificadas 518 mortes. Em seu estudo, o pesquisador buscou associar o grau de envolvimento com o sistema de justiça e a mortalidade. As taxas de mortalidade variaram de 90 a 313\100.000 (esta última encontrada em adolescentes julgados pelo sistema penal adulto). Ou seja: quanto mais o sistema de aproxima de um perfil encarcerador, maior é a associação com a vulnerabilidade e a mortalidade, não sendo suficientemente esclarecida a relação causa-efeito (AALSMA, 2015).

Em 2014, Teplin e colaboradores elaboraram pesquisa com 1829 participantes, e um tempo de observação de 16 anos, verificando que apenas 111 adolescentes haviam morrido (6000\100.000) (TEPLIN, 2015). Na presente pesquisa, 81,5% dos adolescentes morreram vítima de homicídio (n=784). A pesquisa de Aalsma evidenciou que 48,2% dos adolescentes morreram desta forma (n=518) e no estudo de Teplin este percentual foi de que 68% (n=111).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AALSMA, Matthew C. et al. Mortality of youth offenders along a continuum of justice system involvement. **American journal of preventive medicine**, v. 50, n. 3, p. 303-310, 2016.

ABERASTURY, a.; KNOBEL, m; **Adolescência Normal**: um enfoque psicanalítico; porto alegre; artes médicas; 1981.

ABRAMOVAY, Miriam et al. **Juventude, Violência e Vulnerabilidade Social na América Latina**: desafios para políticas públicas. Brasília: UNESCO, 2002.

ADORNO , T. **Educação e Emancipação**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995

ADORNO, Sérgio; BORDINI, E. B. T. Reincidência e reincidentes penitenciários em São Paulo, 1974-1985. In:**Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 03, n. 09, 1989.

AGENCIA de Notícias dos Direitos da Infância. **Balas perdidas**: um olhar sobre o comportamento da imprensa brasileira quando a criança e o adolescente estão na pauta da violência. Brasília: ANDI, 2001.

AMARO, Sarita. **Crianças vítimas de violência: das sombras do sofrimento à genealogia da resistência**: uma nova teoria científica. Editora AGE Ltda, 2003.

AZEVEDO, Maria Amélia, et al. **Incesto ordinário**: a vitimização sexual doméstica da mulher-criança e suas conseqüências psicológicas. *Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento* (1993): 195-209.

BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal**: introdução à sociologia do direito penal. Tradução de Juarez Cirino dos Santos. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2002.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **Medo líquido**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BERTOLOTE, José Manoel et al. Psychiatric diagnoses and suicide: revisiting the evidence. **Crisis**, v. 25, n. 4, p. 147-155, 2004.

BLACK, Donald W.; WARRACK, Giles; WINOKUR, George. Excess mortality among psychiatric patients: the Iowa Record-Linkage Study. **Jama**, v. 253, n. 1, p. 58-61, 1985.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Tradução: Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

CALLEGARI, André Luís; WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi. **Sistema penal e política criminal**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

CALLIGARIS, Contardo. **A adolescência**. Publifolha, 2009.

COELHO, Edmundo Campos. A criminalização da marginalidade e a marginalização da criminalidade. **Revista de Administração Pública**, v. 12, n. 2, p. 139, 1978.

COELHO, Edmundo Campos. **A criminalidade urbana violenta**. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1987. CAMPOS COELHO, Edmundo. Sobre sociólogos, pobreza e crime. Rio de Janeiro, v.23, n3. 1980.

CARDIA, Nancy; PERES, Maria FT; SANTOS, P. C. Jovens, violência fatal, superposição de carências e mercado de trabalho. **Núcleo de Estudos sobre Violência, USP**. v. 22, 2005.

COFFEY, Carolyn et al. Mortality in young offenders: retrospective cohort study. **Bmj**, v. 326, n. 7398, p. 1064, 2003.

CRAWFORD, M. J.; PRINCE, M. Increasing rates of suicide in young men in England during the 1980s: the importance of social context. **Social science & medicine**, v. 49, n. 10, p. 1419-1423, 1999.

CUNHA, J. M a saúde do adolescente no contexto da ação socioeducativa. in l. m. Brito (ed.), **Jovens em conflito com a lei** (pp. 127-140). Rio de Janeiro: Eduerj. 2000.

DATASUS. Departamento de Informática e Informação do Ministério da Saúde. Informações de Saúde. Disponível em: www.datasus.gov.br Acesso em 30 ago. 2016.

DE AZAMBUJA, Maria Regina Fay. 10. Violência sexual intrafamiliar: é possível proteger a criança?. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 5, n. 1, p. 1-19, 2006.

DE FREITAS, Luiz Alberto Pinheiro. **Adolescência, família e drogas: a função paterna e a questão dos limites**. Mauad Editora Ltda, 2002.

ESTEVAM, I. D., COUTINHO, M. P. L. & ARAÚJO, L. F. Os desafios da prática socioeducativa de privação de liberdade em adolescentes em conflito com a lei: Ressocialização ou exclusão social? **Psico - PUCRS**, 40 (1), 64-72. 2009

FALEIROS, Vicente de Paula (Coord.). **Estratégias em Serviço Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

FEBEM - FUNDAÇÃO PARA O BEM-ESTAR DO MENOR. (2000), RELATÓRIO ANUAL.

FORMIGLI, Vera Lúcia Almeida; COSTA, Maria Conceição Oliveira; PORTO, Lauro Antonio. Avaliação de um serviço de atenção integral à saúde do adolescente Evaluation of a comprehensive adolescent health care service. **Cad. Saúde Pública**, v. 16, n. 3, p. 831-841, 2000.

GARBARINO, James. Lost boys: Why our sons turn violent and how we can save them. **Social Work Diagnosis in Contemporary Practice**, p. 360, 2005.

GLUECK, Sheldon; GLUECK, Eleanor. Unraveling juvenile delinquency. **Juv. Ct. Judges J.**, v. 2, p. 32, 1950.

GOLDANI, Marcelo Zubaran et al. Infant mortality rates according to socioeconomic status in a Brazilian city. **Revista de Saúde Pública**, v. 35, n. 3, p. 256-261, 2001.

KOSKY, Robert John; SAWYER, Michael Gifford; FOTHERINGHAM, Michael. The mental health status of adolescents released from custody: a preliminary study. **Australian and New Zealand Journal of Psychiatry**, v. 30, n. 3, p. 326-331, 1996.

KRUG, Etienne G. et al. The world report on violence and health. **The lancet**, v. 360, n. 9339, p. 1083-1088, 2002.

LAUB, John H.; VAILLANT, George E. Delinquency and mortality: a 50-year follow-up study of 1,000 delinquent and nondelinquent boys. **American Journal of Psychiatry**, 2000.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de. **Violência sob o olhar da saúde: a infrapolítica da contemporaneidade brasileira**. Fiocruz, 2003.

MUUSS, Rolf. **Teorias da adolescência**. Belo Horizonte: Interlivros, 1974.

NETTO, Samuel Pfromm. **Tecnologia da educação e comunicação de massa**. Livraria Pioneira Editora, 1976.

OLIVEIRA, C. S. **Sobrevivendo no inferno: a violência juvenil na contemporaneidade**. porto alegre: sulina. 2001.

PAIXÃO, Antônio Luiz; CAMPOS COELHO, Edmundo. **Caracterização da População Prisional em Minas Gerais e Rio de Janeiro**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1984.

RAMOS, Silvia e PAIVA, Anabela. **Mídia e Violência: Novas Tendências na Cobertura de Criminalidade e Segurança no Brasil**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

SAILAS, Eila S. et al. The mortality of young offenders sentenced to prison and its association with psychiatric disorders: a register study. **The European Journal of Public Health**, v. 16, n. 2, p. 193-197, 2006.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. Microfísica da violência, uma questão social mundial. **Ciência e cultura**, v. 54, n. 1, p. 22-24, 2002.

SARAIVA, João Batista Costa. **Direito penal juvenil: adolescente e ato infracional: garantias processuais e medidas socioeducativas**. Livraria do Advogado Editora, 2002.

SCHABBACH, Leticia Maria. Os Homicídios no Sul do Brasil: tendências e perfil das vítimas. **O Panorama dos Homicídios no Brasil**, p. 91.2011.

SERRA, E. Adolescência: perspectiva evolutiva. Em Anais do VII Congresso INFAD (pp. 24-28). Oviedo (Espanha). Sifuentes.

SHOEMAKER, Donald J. **Theories of delinquency: An examination of explanations of delinquent behavior**. Oxford University Press, 2010.

SILBEREISEN RK, Robins L, Rutter M. Secular trend in substance use: concepts and data on the impact of social change on alcohol and drug abuse. In: **Rutter M, Smith DJ, eds**. Psychosocial disorders in young people, Chichester: John Wiley, 1995

SILVA, D. F. M. & HUTZ, C. S. abuso infantil e comportamento delinvente na adolescência: prevenção e intervenção. in HUTZ, C.S., (org). **Situações de risco e vulnerabilidade na infância e na adolescência: aspectos teóricos e estratégias de intervenção** (pp.151-185). são paulo: casa do psicólogo. 2002.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente; MACHADO, Elisabeth Mazon. Violência, juventude e reconstrução dos laços sociais. **Rev. bras. psicoter**, v. 12, n. 2/3, p. 238-251, 2010.

TEIXEIRA, Maria de Lourdes. Considerações teóricas: até quando. **Relatório Final do projeto Medidas SócioEducativas em meio aberto. O Adolescente e o Futuro: nenhum a menos. Conselho Federal de Psicologia e Secretaria Especial de Direitos Humanos, Brasília, 2005.**

TEPLIN, Linda A. et al. Early violent death among delinquent youth: a prospective longitudinal study. **Pediatrics**, v. 115, n. 6, p. 1586-1593, 2005.

TONRY, Micheal H. **Thinking about crime: sense and Sensibility in American Penal Culture**. Oxford: Oxford University Press, 2006.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. Os jovens do Brasil: mapa da violência 2014. **Brasília: FLACSO, 2014.**

YUNES, M. A. M. & Szymanski, H. **Resiliência: noção, conceitos afins e considerações críticas**. In J. Tavares (Ed.), Resiliência e Educação (pp. 13-42). São Paulo: Cortez. 2001.

ZALUAR, A. **Condomínio do diabo**. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ/Revan, 1994.

ZALUAR, A. Para não dizer que não falei de samba. Os enigmas da violência no Brasil. In: SCHWARTZ, L. (Org.). **História da vida privada**, v.4. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

ZALUAR, A. Violência e criminalidade: saída para os excluídos ou desafio para a democracia? In MICELI, S. (Org.). **O que ler para conhecer o Brasil**, v.1, São Paulo: Anpocs, 1999.

ZALUAR, A.; LEAL, M. C. Violência extra e intramuros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.16, n.45, 2001.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta**: As organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1985.

Entre anjinhos e diabinhos: análise sobre o PROTEJO do Quadrante Nordeste de Canoas

Lívio Silva de Oliveira¹

A cidade de Canoas, na região metropolitana de Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do sul, foi um dos municípios que adotaram uma nova proposta de segurança pública no Brasil. Os Territórios de Paz (TDP) foram implantados a partir do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), do governo Federal, em 2007, sendo que no município gaúcho o projeto foi implantado em 2009, no bairro Guajuviras. O PRONASCI tinha como objetivo a mudança do paradigma reativo para o paradigma cidadão de segurança pública, indicando a promoção, afirmação e garantias de direitos civis para que o direito penal fosse o último recurso a ser mobilizado. O critério para a implantação dos TDP era as altas taxas de homicídio nas áreas periféricas, sendo o perfil mais recorrente das vítimas de violência letal era de homens jovens e negros. Nesse sentido, a construção social de tipos ideais pode estigmatizar determinados sujeitos, o que pode criminalizar a conduta dos mesmos, problematizando os objetivos e as aplicações do PROTEJO, que teve mudanças na sua abrangência territorial a partir de 2013, quando o TDP foi transformado em quadrante nordeste. Trata-se de um recorte da pesquisa realizada para a dissertação de mestrado.

Palavras-chave: Território - Juventude - Criminalidade - PRONASCI.

Introdução

Em 2007, o governo federal lançou o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), sob a responsabilidade do Ministério da Justiça. O PRONASCI foi apresentado como a forma mais sistematizada de uma série de tentativas locais no sentido de constituir um paradigma de segurança cidadã a partir de uma matriz nacional, ou seja, ações de promoção, afirmação e garantias de direitos de cidadania com o objetivo de prevenir conflitos que ocasionem situações de violência e qualificar a repressão destes atos violentos. Portanto, o PRONASCI é uma proposta de segurança pública no Brasil que não se encerre apenas nas ações policiais.

¹ Doutorando do PPGS/UFRGS.

Nesse sentido, o PRONASCI foi estruturado no modelo de *estado rede*, que articulam os três entes federativos – União, estado e município – para formulação e efetivação de políticas de segurança pública conjugadas com projetos sociais, com a capacitação de agentes de segurança e de participação da população civil na temática da segurança. O objetivo principal do PRONASCI era a redução das taxas de letalidade. Dessa forma, foram identificadas áreas de vulnerabilidade social nas quais os atos de violência letal eram recorrentes, o que indicou o fator território como componente a ser considerado. Outro ponto identificado foi a recorrência do perfil das vítimas letais: jovens, do sexo masculino, de áreas periféricas e pardos/negros. Assim, o carro-chefe do PRONASCI foi o projeto Territórios de Paz (TDP), que seria o guarda-chuva de outros projetos constituintes da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres, contra a juventude, sujeitos sociais mais vulneráveis às violências.

A experiência do Território de Paz do bairro Guajuviras no município de Canoas, região metropolitana de Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul, é considerada exitosa e modelo a ser seguido pelos resultados obtidos pelas premissas apresentadas pelo PRONASCI. Implantado no ano de 2009, com investimento em capacitação da Guarda Municipal e em tecnologia dos seus aparelhos através da prefeitura, com trabalho integrado à comunidade da Brigada Militar e da Polícia Civil do Rio Grande do Sul, e projetos sociais na localidade, que em dois anos de implantação (2009-2011) os índices de criminalidade foram reduzidos em 73,6% na taxa de homicídios, no primeiro semestre de 2009. Esse dado estatístico é indicativo para análise que se verifica que no ano 2009, o bairro possuía a taxa de 20% do total de homicídios em Canoas (AZEVEDO et al, 2013. P. 286). A taxa de homicídios no município de Canoas em 2011 foi de 7,4%, sendo que a redução na taxa de homicídios em Guajuviras teve redução de 66,7% no mesmo período (idem. P. 286). No entanto, o projeto estava sujeito a alterações por variados motivos, como abrangência de público, falta de definição jurídica do papel do município na área de segurança pública e de mudanças eleitorais por se tratar de ações de governo.

A alteração se deu no ano de 2013, com a transformação do TDP do Guajuviras para Território de Paz – quadrante nordeste. O objetivo dessa mudança foi proporcionar aos moradores dos bairros vizinhos ao Guajuviras pudessem participar dos cursos de formação dos projetos sociais. Um desses projetos é o Projeto de Proteção dos Jovens em Território Vulnerável (PROTEJO), em consonância com uma das premissas do PRONASCI no que se

refere a um dos seus públicos-alvo: “*jovens de 15 a 24 anos à beira da criminalidade, que se encontram ou já estiveram em conflito com a lei; presos ou egressos do sistema prisional; e ainda os reservistas, passíveis de serem atraídos pelo crime organizado em função do aprendizado em manejo de armas adquirido durante o serviço militar*”². Porém, essas afirmativas indicam a possibilidade de criminalização de determinados comportamentos e estigmatizar determinados sujeitos sociais. Neste sentido, o presente artigo tem como objetivo compreender como podem ser subjetivadas as ações objetivas por parte dos gestores do PROTEJO para a dinâmica de trabalho deste projeto, a partir da metodologia da Criminologia Cultural e do Interacionismo simbólico.

Entre a vitimização letal e a carreira criminal: interpretações sobre a juventude periférica brasileira a partir do caso de Canoas/RS

A construção social de um território violento é demarcada por um fator determinante: a possibilidade concreta de ser vítima de uma violência letal. O homicídio é o ato mais reprovável em quase todas as sociedades e culturas, sendo este ato criminalizado. Ademais, o homicídio possui uma cifra oculta muito baixa pelo fato de sua efetivação demandar de ações violentas, via de regra. Portanto, esse conjunto de medo e incerteza é definido pelo criminalista britânico Jock Young como insegurança ontológica, quando o indivíduo não tem a certeza de sua continuidade biográfica e adota condutas mais defensivas e conservadoras para sua manutenção (YOUNG, 2002. Pp. 33-34). Nesse sentido, o território pode ser entendido como lugar de exclusividade para que não haja essas ações condenáveis por uma classe dominante, demandando, na afirmativa de Young (2002), uma espécie de *cordão sanitário* para que não haja o contato das elites com os marginalizados, o que indica os contornos de patologia de comportamentos reprováveis e que devem ser evitados dentro de um processo civilizador. É válido observar que os crimes violentos não se restringem ao homicídio, mas a um conjunto de ações que podem acarretar o resultado morte.

Neste tocante, os Territórios de Paz foram apresentados como um projeto que in de enfrentamento ao crime violento, em especial os homicídios, em áreas periféricas com histórico de violência. Esse processo se daria por meio de um conjunto de intervenções

2 Sítio do Ministério da Justiça. Verbete: PRONASCI.

sociais juntamente com o policiamento comunitário nessas áreas com uma taxa elevada de homicídios. A taxa de homicídios no Brasil no período de 30 anos (1980-2010) teve um crescimento de 591,5% nas ocorrências na modalidade “*disparo de armas de fogo*” envolvendo jovens entre 15 e 29 anos, o recorte etário indicado nas premissas do PRONASCI. No ano de 2010, ápice etário de vitimização letal por arma de fogo correspondeu a idade de 21 anos, em uma taxa de 56,4% de mortes por 100 mil habitantes no país (WAISELFISZ, 2013. P. 35). Já em escala progressiva, no período de 1980-2010 houve um aumento exponencial na taxa de mortalidade juvenil, que saltou de 9,1% para 42,5% por 100 mil jovens em trinta anos, com seu ponto culminante em 2003 (43,5%). No mesmo período, as taxas da população não jovem passam de 3,5 óbitos em para 10,7, o que representa um crescimento de 7,2 pontos percentuais (idem. P.34). O recorte etário é somado aos aspectos étnicos e de gênero, além da própria condição social para identificar o perfil das vítimas.

As taxas de homicídio tão elevadas entre jovens demandaram uma atenção do Poder Público para que se tomem medidas referentes a garantir, promover e afirmar o direito à vida desse segmento social. Esse fato não podia mais ser ignorado pela sua abrangência na sociedade. A reavaliação dos procedimentos de segurança pública, para um paradigma de prevenção e não mais de reação, entram no cerne dos Territórios de Paz, na formulação de políticas e projetos nessa área referentes à juventude como público-alvo e suas especificidades. No caso do bairro Guajuviras, o histórico de violência letal foi sendo construído atrelado ao tráfico de drogas na região. Dessa forma, o PROTEJO do Guajuviras tinha, inicialmente, como público-alvo os moradores daquela localidade.

A maior confusão que havia era que o público entendia o PROTEJO e a Casa das Juventudes, estrutura física, eram uma coisa só, segundo os agentes envolvidos nos projetos para a juventude. São dois projetos sociais diferentes que ocupam a mesma estrutura física e possuem os mesmos educadores. Ambos os projetos fazem parte da Secretaria Municipal de Segurança Pública e Cidadania de Canoas. A configuração do TDP – quadrante nordeste indicou com nitidez a diferença entre os projetos.

A turma 2/2013 do PROTEJO teve como objetivo atender o público do quadrante nordeste de Canoas. Além disso, o projeto apresentou uma temática a partir das premissas redigidas pelo Ministério da Justiça. Outro aspecto ao que os agentes observaram foi a necessidade de auxílios para passagens e alimentação para os alunos do novo curso. Além

da bolsa oferecida pelo projeto em si, essa medida indicou que a turma do quadrante nordeste teria um tempo maior de deslocamento até a Casa das Juventudes, em comparação àqueles que moram em Guajuviras. Portanto, o PROTEJO é o curso de formação de 18 meses para os jovens que se enquadrem no perfil do público-alvo do PRONASCI, no qual eles recebiam uma bolsa de R\$ 180,00 durante este período.

A Casa das Juventudes tem como prioridade os jovens do bairro Guajuviras. O projeto apresenta uma característica mais flexível, já que seu conteúdo inclui as demandas trazidas pelos jovens da localidade. Assuntos que se referem à sexualidade e à drogadição são exemplos citados pelos agentes dos projetos no tocante às demandas do público dos projetos. As atividades da Casa das Juventudes incluem oficinas gratuitas para os interessados em participar das mesmas, mas não oferecem bolsas para àqueles que se matriculam nessas atividades. Em linhas gerais, as oficinas ministradas em Guajuviras versam sobre a temática cultural (música, dança, teatro, etc.) e a temática do empreendedorismo³.

A Casa das Juventudes está descrita no sítio oficial da Prefeitura de Canoas como *“um espaço de formação humana, de promotores da cultura de paz, bem como espaço de convivência com a diferença e a diversidade”*⁴. Nesse sentido, *“este projeto visa a ampliação da qualidade de vida das e dos jovens na perspectiva da coletividade, orientada pela construção da segurança comunitária”*⁵, segundo o seu enunciado oficial. Com isso, a ideia de consolidação da Casa das Juventudes de Guajuviras como modelo de política voltada para o público jovem, na qual se encontram o estímulo para interações sociais para que haja melhorias na qualidade de vida, está baseada *“a partir do respeito à identidade e à diferença, com fortalecimento da cidadania, da autonomia responsável e construção da segurança pública e cidadã”*⁶.

O objetivo geral da Casa das Juventudes pelo poder público municipal é o fortalecimento do projeto como centro de referência tanto para os jovens, quanto para a comunidade. Segundo a prefeitura, a oportunidade de novas experiências de vida os e as jovens atendido(a)s pelo projeto proporcionam uma interação social diversificada. Essa interação tem como propósito a apropriação de novos conhecimentos por parte dos

3 Fonte: sítio oficial da Prefeitura de Canoas. <http://www.canoas.rs.gov.br/site/noticia/visualizar/id/6757>

4 Fonte: sítio oficial da Prefeitura de Canoas. Verbete: casa das juventudes. <http://www.canoas.rs.gov.br/site/noticia/visualizar/id/6757>

5 Idem.

6 Ibidem.

assistidos. Com isso, a expectativa apresentada nas premissas oficiais desse projeto se evidencia no ponto ao qual os jovens “reelaborem suas próprias experiências e sua visão de mundo e, ao mesmo tempo, se reposicionem quanto sua inserção social, sócio-profissional e profissional”⁷.

Em oposição ao PROTEJO, a Casa das Juventudes não oferecia remuneração para aqueles que ingressam em suas oficinas. Com a nova turma do quadrante nordeste, a Casa das Juventudes passou por reformulações. Entretanto, em certa medida, o objetivo de ser referência entre os jovens e a comunidade pareceu ter sido alcançado. Segundo a coordenação geral do projeto, os jovens buscavam de maneira significativa as oficinas oferecidas pela Casa das Juventudes, mesmo com a perda de continuidade do projeto inicial. Ademais, esta diferença entre o PROTEJO e a Casa das Juventudes acarretou alguns conflitos entre os assistidos dos projetos. Os agentes identificaram a bolsa como principal atrativo para a participação dos jovens no PROTEJO.

A Casa das Juventudes ainda apresentava outra dimensão social. Tendo em vista que a maior parte dos pais trabalha fora de casa, o tempo ocioso dos jovens seria passado no projeto. Esse ponto foi importante para analisar e compreender o sentido da Casa das Juventudes para o Guajuviras, na perspectiva dos agentes envolvidos no projeto.

Por um lado, há uma expectativa de otimização do tempo do jovem para algo “útil” e se afaste da possibilidade de se encontrarem à beira da criminalidade. A declaração de um dos agentes do TDP – Quadrante nordeste, morador do bairro Guajuviras há quase três décadas, foi indicativa nesse aspecto: “a ênfase desses projetos é nos ‘diabinhos’. Os anjinhos já estão bem encaminhados”, completando que viu muitos garotos que cresceram e conviveram com ele na vizinhança morrerem de forma violenta. Para concluir, ele relata que Guajuviras era um bairro muito violento, principalmente pela ação do tráfico de drogas, o que colocou como meta do Território de Paz a redução na taxa de homicídios.

Nesse ponto, as afirmativas de Jock Young sobre as representações sociais do crime são um prisma de análise para o caso do Guajuviras. As mudanças na quantidade quanto na qualidade do crime, dando forma ao discurso público sobre criminalidade, seja na Esfera Pública, nos meios de comunicação de massa e no âmbito doméstico (YOUNG, 2002. p. 55). Young afirma que os crimes são construídos socialmente, problematizando este

7 Fonte: sítio oficial da Prefeitura de Canoas. Verbete: Objetivo Geral. <http://www.canoas.rs.gov.br/site/noticia/visualizar/id/6757>

conceito. Em vez de distinguir claramente o que é ou não crime, é mais fácil definir comportamento tolerado e comportamento criminalizado, afirma Young. O crime e o desvio são áreas de conflito e de debate, pela variação de tempo e entre os grupos sociais diferentes como ponto de referência. Nesse sentido, Young trabalha com a construção social de *bodes expiatório* nas representações sociais do crime (idem. p. 36). Essa construção apresenta forte conotação social e racial, evidenciando alguns tipos de exclusão na sociedade, que puderam ser identificados concretamente no caso do Guajuviras.

O papel do Estado é analisado por Young, pelo prisma do sistema de justiça criminal. Apesar da universalidade do crime, há uma seletividade do sistema. Segundo Young, a partir da visão tradicional da Criminologia, a criminalidade concentra-se nas camadas sociais mais pobres e marginalizadas e sendo o maior número de ocorrências entre os jovens do sexo masculino. Essa teoria é frágil, por desconsiderar os crimes mais especializados, ou seja, os que não envolvem violência física de forma direta. O crime como endêmico na sociedade, afirma Young, tem ênfase no seu viés de classe de maneira sistemática, que pode ser verificado no enfoque jurídico. A justiça individualizada se perde e grupos sociais inteiros são considerados suspeitos de maneira coletiva. Esse processo aponta os critérios de seleção do sistema de justiça criminal para o ato punitivo, sendo observado o limite de vagas do sistema penitenciário. No entanto, o Estado, observa Young, é considerado incapaz de proteger seus cidadãos da criminalidade, o que oportuniza medidas mais punitivas ao colocar um maior número de pessoas sob supervisão penal. Portanto, a criminalidade passa a ser uma questão central na política institucional (YOUNG, 2002. p.77).

O conceito de estigma é complementar às afirmativas da corrente da criminologia cultural de Young para identificarmos os sentidos das ações no Guajuviras e as dimensões de algumas valorações morais nos projetos que visam a juventude. O estigma, segundo Erving Goffman, inicialmente era um conceito que remetia a sinais corporais identificadores de traidores, escravos e criminosos na Grécia antiga (1978, p. 11). Este conceito foi estendido para as dimensões religiosas, étnico-raciais, sociais, políticas, socioeconômicas e desvios de caráter com o passar do tempo. Goffman afirma que há uma crença que o estigmatizado não é completamente humano (idem. p 15). O rol de categorias sociais estigmatizadas é maior em comparação ao uso primário do termo. Podem ser incluídos nessa série de desvantagens, perfis das mais diversas ordens: deficientes físicos,

homossexuais, negros, prostitutas, doentes mentais, imigrantes, viciados, alcoólatras, desempregados, entre outros (Ibidem. p.14). Ou seja, o estigma pode ser adquirido ou ser de nascença. Em síntese, o estigma é um atributo depreciativo que pode confirmar ou não a normalidade de outra pessoa, um tipo especial entre atributo e estereótipo, indicando uma carreira moral, defende Goffman.

Goffman afirma que o estigma faz parte da interação entre indivíduos concretos, na qual os indivíduos na situação de desvantagem podem reproduzir valores sociais que reforcem os atributos depreciativos que o identificam socialmente (1978, p. 149). Em síntese, o estigmatizado e quem o estigmatiza são partes complementares entre si, um não existe sem o outro, defende Goffman (idem. p.146). Ele apresenta três tipos de estigma: visíveis, invisíveis e de reputação. Cabe lembrar que esses três tipos podem incidir sobre o mesmo indivíduo, o que ocasiona comportamentos de evitação pública e códigos de desidentificação, para que não haja situações constrangedoras que envolvam os estigmatizados. Esse comportamento é motivado pelo temor de chantagens que podem sofrer, tanto pela sua vida atual quanto sua vida pregressa, argumenta Goffman (ibidem. p.88).

O estigma social de comportamentos considerados desviantes de determinados jovens pareceu ser norteador de condutas subjetivas dos agentes dos projetos e dos formuladores das premissas do PRONASCI. A ideia que ampliou a margem para interpretação foi “*à beira da criminalidade*” no texto do PRONASCI sobre as políticas para o público jovem. Apesar de ter sido seguida por situações concretas, o texto não indica nenhuma forma de relação causal direta entre as situações descritas com a aproximação do crime. Nesse sentido, cabe a interpretação de potencialidade dos jovens de territórios periféricos se tornarem um criminoso, como se estivesse exposto a uma espécie de patologia. Apesar das ações do estado com o objetivo de reduzir a taxa de homicídios serem extremamente positivas, a efetivação delas passa por nuances que apontam dois aspectos nítidos no caso de Canoas: (i) a noção de tipos ideais de suspeitos e/ou potenciais futuros criminosos pelas relações sociais e (ii) a ideia de inserção no trabalho formal passa por um processo civilizador pré-estabelecido.

De fato, as perspectivas de inserção no mercado de trabalho formal é um indicativo de possibilidades e de amplitude de horizontes sociais dos jovens das periferias. Além disso, as demandas materiais desse público específico parecem ser mais emergenciais, o

que pode oportunizar e favorecer ações para que os postos de menor remuneração e de menor tempo de educação serial no mercado formal sejam ocupados por estes jovens. No entanto, essa dinâmica pode ser um delimitador de potencialidades, como as artísticas e intelectuais, por, por exemplo, deixar em segundo plano os debates sobre formação universitária e ações afirmativas de acesso ao ensino superior e, dessa forma, ser um instrumento de reprodução de desigualdades e esses jovens seguirem sendo um exército de reserva para o mercado formal de trabalho. Além disso, essa perspectiva nos faz refletir sobre como o trabalho e o estudo, através dessa perspectiva utilitarista, podem ser entendidos como fatores de controle social, apesar de os dois serem uma janela de oportunidades de transformação social.

A criminalização de comportamentos considerados desviantes é um fator preponderante para as diretrizes do PRONASCI, no sentido de prevenção. A estrutura social baseada no consumo atinge sobremaneira a parcela mais jovem da sociedade. Apesar das diferenças de classes sociais, a ideia do consumo é difundida de maneira igual aos jovens. Dessa forma, a introdução precária dos jovens de periferia no trabalho formal e também informal pode ser um estímulo para a entrada para o mundo do crime organizado, especialmente o narcotráfico, o que pode aumentar o risco de vida para esses jovens. Ainda assim, é uma perspectiva seletiva que fortalece o estigma social por dar margem para uma expectativa fatalista de que o jovem de periferia, como no caso do Guajuviras, fosse mais propenso ao crime. De fato, a situação de vulnerabilidade dos jovens de periferia demanda políticas e ações específicas para este público, no entanto não é só este jovem que comete crime, indicando, também, que o estado formule ações universais para a prevenção da violência do público jovem de maneira universal, tendo em vista que os jovens de classe média e de classe alta também cometem atos criminosos e de violência. Seguindo o argumento de Young e de Goffman, o que foi identificado no contexto brasileiro, tendo o caso de Canoas como recorte amostral, a ideia de seletividade pela construção de uma identidade social deteriorada que inverte a presunção da inocência de um e referenda a situação de cidadania plena de outro, jovens de classes mais populares e jovens de classes média/alta, respectivamente.

Por fim, a descontinuidade dos projetos por fatores políticos também indicou o perfil plural do quadrante nordeste. A ideia do Guajuviras ser um bairro violento coletivizou não só os jovens, mas os moradores de maneira geral, o que gerou conflitos de

convivência. O próprio bairro tem setores “*mais nobres*”, denotando as divisões sociais que podem cristalizar no imaginário social a criminalização de comportamentos desviantes como “endiabrados” e que podem contaminar os “anjinhos”. Dessa forma, não há só uma dimensão meramente formal na aplicação dos projetos como o PROTEJO – quadrante nordeste e a Casa das Juventudes do Guajuviras. Essa efetivação também passa por interpretações subjetivas dos agentes inseridos no contexto social da localidade, que podem reproduzir ou não a visão externa sobre aquele território e apropriá-las como suas.

Conclusões

O Território de Paz foi apresentado dentro do PRONASCI como um projeto que tinha como objetivo a redução das taxas de homicídios em territórios vulneráveis. Nesse sentido, foi identificada a regularidade do perfil das vítimas: homens, jovens, negro/pardos e moradores de periferia. A matriz nacional proposta pelo Ministério da Justiça foi aplicada em vários municípios do país, com especial destaque para Canoas. O bairro de Guajuviras teve uma redução significativa nas ocorrências de violência letal, o que chamou a atenção de autoridades e de estudiosos do tema de segurança pública. A proposta dos TDP apontou, porém, a possibilidade de descontinuidade por não se caracterizar como política de estado, apesar de ter indicado possibilidade de experiências alternativas no enfrentamento à violência letal no país, modalidade criminal que registrou altos níveis de ocorrência.

O público mais vulnerável da violência homicida foi o jovem de periferia. Nesse sentido, os projetos exemplificados no caso de Guajuviras visavam atender este segmento para afastá-lo do mundo do crime. Apesar da proposta de preservação da vida dessa parcela da juventude ser extremamente positiva, foram identificadas algumas reproduções de estereótipos e estigmas sociais em relação a este público por parte dos agentes dos projetos. Nesse sentido, os projetos indicaram um teto de ações que fortaleceram mais a ideia de cidadania de consumo do que a cidadania plena. Ou seja, a introdução dos jovens no trabalho formal seria uma ferramenta eficaz para apartá-los da vida do crime, mas não consideraram outras possibilidades de ampliação para a autonomia social deste segmento, como acesso ao ensino superior. Ademais, a perspectiva seletiva de público-alvo dos projetos pareceu fortalecer mais os estigmas e o aprofundamento das diferenças entre os

jovens da mesma localidade, em vez de uma ideia de inserção e integração do jovem na sociedade, ao demarcar comportamentos “endiabrados” e “angelicais”, sendo que os primeiros seriam mais propensos ao recrutamento pelo crime organizado. Contudo, é inegável que a proposta de uma política específica para estes jovens, como a experiência de Guajuviras, é interessante socialmente, demandando de reformulações periódicas pelas próprias dinâmicas sociais, não só as da política eleitoral.

Finalmente, a experiência do TDP – Quadrante Nordeste indicou um quadro de desigualdade ainda muito profunda no acesso aos direitos no contexto brasileiro. A juventude periférica ainda está vulnerável às violências não só físicas, mas também simbólicas dos processos de exclusão social. Ademais, esse quadro indica uma cidadania fraturada que não só o coloca em risco de vida, mas também na possibilidade de morte simbólica, como no caso das prisões e/ou apreensão de menores, o que reforça o estigma e o condena a uma pena de vida pela sua condição de classe, de raça e de gênero.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Rodrigo; RATTON, José Luiz; KERBER, Aline; VASCONCELLOS, Fernanda; SANTOS, Mariana; DAL SANTO, Rafael; OLIVEIRA, Patrícia; ANDRADE, Rayane. **As políticas públicas no âmbito municipal: uma análise das cidades de Canoas/RS e Jaboatão dos Guararapes/PE**. In: Pensando a segurança pública. V. 3, Políticas públicas: análises e diagnósticos. Brasília: Ministério da Justiça, 2013.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (Brasil): <http://portal.mj.gov.br>

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOAS: www.canoas.rs.gov.br

WASELFISZ, Julio. **Mapa da violência 2013: Mortes matadas por armas de fogo**. Flacso-Brasil, 2013.

YOUNG, Jock. **A sociedade excludente – exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente**. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

Comercialização de órgãos: a (im)possibilidade da regulamentação diante de princípios fundamentais constitucionais

Emile Steffens¹

Transplante é o procedimento médico cirúrgico que visa a transferência de um órgão, tecido ou parte do corpo, de um indivíduo sadio (doador), para outro indivíduo doente (receptor), visando à preservação da vida humana e à efetivação do princípio da dignidade humana. Assim, tem-se um número de pessoas na lista única de transplantes inversamente proporcional ao número de doadores e, partindo dessa situação, surge a possibilidade da comercialização de órgãos, em que pessoas buscam melhores condições de vida, tanto por parte de quem vende, quanto por quem compra. No estudo realizado, inicialmente, são desenvolvidas noções basilares médico-jurídicas sobre o transplante, abordando princípios e direitos fundamentais, bem como disposições gerais da Lei 9.434/1997. Na sequência, é analisada a comercialização de órgãos diante da preservação da vida, pautando seu aproveitamento como um direito humano, a lista única para transplantes e o direito à burla como estado de necessidade, para ao fim, averiguar a (im)possibilidade jurídica da regulamentação do comércio de órgãos humanos. Nesse sentido, conclui-se que a comercialização de órgãos não pode ser legalizada, sob pena de mercantilizar e coisificar o corpo humano, desprezando o princípio da dignidade humana, bem como em face da inobservância do texto constitucional, que veda a comercialização de órgãos em seu artigo 199, § 4º, e do direito fundamental à vida.

Palavras-chave: Transplante de órgãos. Comercialização de partes do corpo humano. Princípio da dignidade humana. Direito fundamental à vida.

Introdução

A comercialização de órgãos é um tema instigante e polêmico tanto na área médica, quanto na ética e na jurídica. Desse modo, há diversos aspectos relevantes no que tange à possibilidade de legalização desse comércio, dentre eles, salienta-se o princípio da dignidade humana e a autonomia do indivíduo, bem como a preservação da vida, que devem ser sopesados antes de qualquer discussão acerca do assunto.

O número de pessoas que falecem em uma fila de transplante, na espera de uma segunda chance para a vida, é imensurável. Perante tal situação, surgem polêmicas acerca do direito fundamental à vida, bem como sobre a falta de informação e de incentivo à doação de órgãos, que poderia ser a solução para esse problema.

¹ Centro Universitário Univates.

Assim, é de se considerar de importância do estudo dessa temática, principalmente pelo fato de a comercialização ilícita de órgãos ser uma prática mais usual do que se imagina. Em que pese a existência de uma legislação específica, ainda que de forma compacta, o transplante e a doação de órgãos não vêm sendo amplamente abordados no âmbito jurídico. Ademais, a comercialização ilícita é pouco exposta pela mídia, fazendo acreditar que não faz parte de nossa realidade.

Nesse diapasão, objetivo do artigo é analisar a (im)possibilidade jurídica da comercialização de órgãos humanos para fins de transplante, direcionando-se à resolução da seguinte problemática: a regulamentação do comércio de órgãos é possível, bem como será eficaz para suprir a necessidade de órgãos para transplantes, considerando o princípio da dignidade humana e o direito fundamental à vida?

Uma provável hipótese para esse questionamento apresenta-se através da possibilidade da comercialização de órgãos vir a ser uma possível atenuante para a extensa lista de pessoas na fila para transplantes, que, muitas vezes, não conseguem sobreviver até receber um órgão para transplante. Ainda, por estar em questão um bem jurídico indisponível, a vida, é de caráter fundamental a análise da (im)possibilidade da regulamentação desse comércio.

Imprescindível salientar, desde já, a vedação expressa da Constituição Federal para tal prática, em seu artigo 199, § 4º, bem como da Lei de Transplantes de Órgãos, fundamentada no artigo 15.

Noções preliminares e princípios constitucionais relacionados ao transplante de órgãos

O transplante de órgãos é visto por muitas pessoas como uma última chance de vida. Tal situação torna plausível os esforços demandados pela ciência e pelo direito, a fim de viabilizar a preservação da vida humana, bem jurídico inestimável e primordial, garantido pela Constituição Federal.

A ciência e o direito sempre andaram de mãos dadas. No entanto, constantemente, a ciência está além do direito. Delmanto, Delmanto Júnior e Delmanto (2014, p. 381) afirmam que “a cada nova descoberta científica, o legislador é desafiado a lhe dar regulamentação jurídica”. Especialmente na área médica, tem-se um processo extraordinário nas últimas

décadas. No que concerne aos transplantes, aqueles que antes eram considerados perigosos, de alto risco, hoje estão cada vez mais estáveis e seguros.

Com o intuito de compreender os transplantes, bem como sua legislação específica, Lei nº 9.434/1997, cumpre, inicialmente, abordar alguns conceitos e definições que serão de suma importância para a compreensão do presente tema.

Transplante é o procedimento médico-cirúrgico, que visa à transferência de um órgão, tecido ou parte do corpo, de um indivíduo sadio, que é denominado doador, para outro indivíduo doente, o receptor, visando ao reestabelecimento da saúde deste.

Poderá ser realizado de dois modos: *inter vivos* (doador e receptor vivos) e *post mortem* (doador falecido e receptor vivo). Para que seja possível a realização do transplante, no caso *post mortem*, é imprescindível que seja constatada a morte encefálica, a qual é regulamentada pelo Conselho Federal de Medicina.

De forma sintética, Sá (2003), ensina que o critério essencial para o diagnóstico de morte encefálica é cessação irreversível das funções do encéfalo, incluindo o tronco encefálico, no qual estão situadas as estruturas responsáveis pela manutenção dos processos vitais autônomos.

O transplante não é somente um ato de bondade do homem. Desde que um órgão é doado até a realização de seu transplante estão intrinsecamente ligados os direitos fundamentais concernentes ao doador e ao receptor, como o direito à vida, à dignidade humana e a liberdade e disposição ao próprio corpo (SILVA E SPENGLER NETO, 2005).

Importante salientar que, é de grande dificuldade minimizar a um conceito ou fórmula abstrata e genérica a dignidade da pessoa humana, ou seja, conceber uma delimitação específica de seu âmbito de proteção/incidência. No entanto, isso não significa que não se deva buscar tal definição, sendo que esta, não obstante, alcançará pleno sentido apenas quando colocada no plano concreto, como ocorre, em regra, com o restante dos princípios e direitos fundamentais (SARLET, 2005).

De acordo com Bitencourt (2014), o princípio da dignidade humana é considerado bem supremo e basilar aos demais direitos fundamentais, motivo pelo qual, passa a atrair valores constitucionais para si. Nunes (2010, p. 63) assevera que “a dignidade nasce com a pessoa. É-lhe inata. Inerente à sua essência [...]. O ser humano é digno porque é”.

Por sua vez, a Carta Magna, em seu artigo 5º, *caput*, garante a intangibilidade do direito à vida, a qual é um bem jurídico tutelado como direito fundamental básico. Tal

direito é outorgado ao ser humano desde a concepção, condicionado ao nascimento com vida, permanecendo agregado até a morte, bem como é inerente a toda e qualquer espécie humana, independentemente do modo de nascimento, da condição de ser, de estado físico ou psíquico (BITTAR, 2000).

O direito à vida é apreciado como um direito humano por todas as declarações internacionais, o qual surge como o mais relevante, por ser requisito imprescindível para a aquisição e o exercício dos demais direitos. Desse modo, explica-se seu tardio acréscimo na Constituição Federal por seu valor como símbolo, independentemente de reconhecimento pelo ordenamento jurídico (XAVIER, 2007).

Diante de tal panorama, conforme leciona Oliveira (2013), tem-se o princípio da autonomia da vontade, que é pressuposto essencial para a validade da doação de órgãos. Logo, só será válida a manifestação se a intenção se der de forma clara e livre. O sentido altruísta e a vontade de ajudar o próximo é o que rege a doação, podendo tal conceito ser equiparado com a solidariedade, na medida em que aquele que dispõe de algo que lhe pertence, o faz a título de bondade, classificando-se assim, a doação como pura, eis que não há qualquer natureza de troca.

Desse modo, verifica-se que o princípio da autonomia da vontade está intimamente ligado ao consentimento do receptor/doador, nos termos do artigo 10 da Lei de Transplantes, na medida em que este é imprescindível, sendo que, ante sua ausência tem-se como inviável a realização do transplante.

Ademais, imprescindível tecer breves considerações acerca da Lei de Transplantes – Lei n. 9.434/1997, que aduz que os órgãos, tecidos e partes do corpo humano poderão ser dispostos, para fins de transplantes, de duas formas: post mortem e inter vivos, reguladas nos capítulos II e III, respectivamente.

A Lei de Transplantes, em seu artigo 9º, assevera que:

Art. 9º. É permitida à pessoa juridicamente capaz dispor gratuitamente de tecidos, órgãos e partes do próprio corpo vivo, para fins terapêuticos ou para transplantes em cônjuge ou parentes consangüíneos até o quarto grau, inclusive, na forma do § 4º deste artigo, ou em qualquer outra pessoa, mediante autorização judicial, dispensada esta em relação à medula óssea.

O objetivo desse artigo é proibir, categoricamente, a venda de órgãos, tecidos ou partes do corpo. Tal proibição é imprescindível, na medida em que visa à proteção de

pessoas hipossuficiente, mais vulnerável ao aliciamento dos traficantes de órgãos (DELMANTO, DEMANTO JÚNIOR E DELMANTO, 2014).

Outrossim, a Lei preocupou-se em assegurar que não será permitida a doação, em casos que, mediante realização de exames prévios, restar comprovada a debilidade ou comprometimento da saúde e das atividades do doador, garantindo, assim, o direito à integridade do corpo humano, nos termos do artigo 20 do Decreto nº 2.268/1997, que regulamenta a lei em tela.

A regulamentação do comércio de órgãos perante o direito à vida e o princípio da dignidade humana

Diante do expressivo número de pessoas que falecem à espera de um órgão, surge uma prática ilícita: a comercialização de órgãos humanos. Contudo, como tentativa de amenizar o número de pessoas e a dor das famílias daqueles que perdem uma segunda chance de viver, contrapõe-se a essa situação ilícita um direito fundamental, garantido constitucionalmente: a vida.

Nesse ponto está pautada a importância da análise do assunto, na medida em que se faz necessário colocar na balança duas situações de peso: a comercialização de órgãos, vedada pela Carta Magna e em legislação específica, *versus* o direito à vida, garantido constitucionalmente a todos, sem ressalvas.

O direito à vida, ao lado do princípio da dignidade humana, é elemento basilar ao ser humano, sendo este irrevogável e absoluto. Assim, sendo o transplante de órgãos um meio de garantir a vida, ou ainda, de garantir melhores condições de vida, pode-se concluir que o transplante de órgãos, mais especificadamente, o aproveitamento de órgãos, pode ser visto com um direito humano fundamental.

Acerca da questão preservação da vida e transplantes de órgãos, Parrili *in* Chaves (1986, p. 47) ensina que “se um dos fins do Direito é hierarquizar os interesses em conflito, não deve prevalecer aquele que decide enterrar um corpo para sua decomposição, ou autorizar sua incineração, quando elementos desse cadáver são exigidos para preservar uma vida”.

Desse modo, percebe-se que se trata de uma questão de grande relevância, não somente por versar acerca de direitos de personalidade e autonomia da vontade do *de*

cujus, ou da família, mas, sim, por tratar de um meio de preservação da vida, que poderá ser alcançado quando a sociedade abrir mão do receio de submeter seu ente querido a um transplante, seja por medo de que este possa vir a ser vítima do tráfico de órgãos, ou seja por desconhecimento da lei e dos procedimentos acerca dessa questão tão importante, que é o transplante de órgãos.

Os transplantes de órgãos humanos podem ser considerados como a mais extraordinária conquista das ciências médicas. Araújo (2006) declara que esta técnica pode salvar vidas e recuperar a saúde de muitos seres humanos, sendo que este procedimento médico-cirúrgico visa ao reestabelecimento da saúde do paciente, bem como à preservação da vida.

No que concerne aos transplantes, princípios e a questão da preservação da vida humana, oportuno trazer à tona as palavras de Santos (2000, p. 31):

O Direito Constitucional relaciona-se com a Bioética, pois o profissional da área jurídica, ao se deparar com as novas indagações, em decorrência das novas tecnologias, deve sempre decidir a questão baseado nos princípios constitucionais de dignidade da pessoa humana, inviolabilidade do corpo humano e direito absoluto à vida. Algumas vezes, sem dúvida, essa decisão será muito difícil, pelo fato de serem aplicáveis ao mesmo caso vários princípios. Deve, entretanto, o juiz decidir qual princípio, no caso concreto, prevalecerá. Vale dizer, interpretar a norma.

Nesse contexto, Sá (2003) é categórica ao afirmar que, quando se busca a preservação da vida, esta deverá ser visada tanto para o receptor, quanto para o doador, sob pena de se estar incorrendo nas sanções de homicídio, tipificado no artigo 121 do Código Penal. É inviável que seja antecipada a morte de uma pessoa, não esgotando todas as possibilidades terapêuticas para salvá-la, visando possibilitar a cura de outro ser humano.

Assim, percebe-se a formação do trinômio *transplante de órgãos X direitos fundamentais X preservação da vida humana*. Desse modo, deverão estes ser sopesados a fim de garantir a eficácia dos transplantes, sendo devidamente observados os direitos fundamentais e princípios constitucionais, buscando sempre a preservação da vida humana.

Como principal meio para a efetivação de transplantes, e conseqüentemente, da preservação da vida, tem-se a lista única, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 9.434/1997, com as alterações introduzidas pela Lei nº 10.211/2001.

A ordem da lista se dá pela data de inscrição do receptor, contudo, não será somente adotado o critério cronológico. Deve-se considerar, ainda, a compatibilidade do organismo do receptor com o órgão a ser recebido. Quanto à histocompatibilidade, serão prioritários os casos mais sérios (TEIXEIRA E BAÊTA, 2004).

Para Lamb (2000, p. 178), “uma distribuição de órgãos para transplantes, clara e imparcial, exige imperativos éticos e políticos para a gerência eficiente da distribuição de órgãos que transcendem fronteiras nacionais”. Outrossim, a problemática para que seja alcançado um sistema equânime não foi resolvida. Tal questão é um problema que vai muito além da ética dos transplantes, na medida em que se está diante de uma questão essencial, a distribuição justa de recursos.

Contudo, assinala-se que, com a lista única de transplantes, o que se objetiva é a efetivação da busca pela distribuição justa, através do princípio da igualdade. No entanto, Lamb (2000) aduz que a aplicação deste princípio gera diversas problemáticas na atualidade, ante a imensa dificuldade de manter a igualdade quando não há órgãos disponíveis para atender a todos que dele necessitam, a fim de preservar sua vida ou reestabelecer sua saúde.

De acordo com os relatórios de estatística da Associação Brasileira de Transplante de Órgãos (ABTO, 2016, texto digital), estima-se que em junho de 2016, a lista única contava com 33.199 pessoas na espera para um transplante, em nível nacional. Já no Rio Grande do Sul, 1.163 pessoas esperam por uma nova chance de vida.

Contudo, à frente de particularidade e um tempo notadamente expressivo na espera de um órgão, “aqueles que se vêem na iminência de ter sua vida ceifada pela moléstia que os acomete não tiveram outra alternativa, senão buscar socorro e guarida no Poder Judiciário, onde pugnam pela burla na famigerada fila de espera” (LIMA, 2006, texto digital).

Diante de tal situação, acabou sendo imposto ao Judiciário a decisão sobre a realização emergente de um transplante. Independente do teor dessa decisão, poderá restar caracterizada uma injustiça, pois não assegurou o direito à vida para todos, na

medida em que possivelmente existirão outras pessoas em condições iguais, ou ainda, piores do que daquele que buscou o Poder Judiciário (LIMA, 2006).

O princípio norteador dos transplantes, no que concerne à lista única, conforme já mencionado, é o Princípio da Justiça. Teixeira e Baêta (2004, p. 94) lecionam que ele determina o dever de igualdade de tratamento entre os homens e no que diz respeito ao Estado, este deverá possibilitar uma distribuição justa de recursos para a saúde e visa ao acesso equânime a todos aqueles que buscam no transplante de órgãos uma esperança de vida. No entanto, “isto não se traduz em tratar a todos de modo igual, pois são diferentes as situações clínicas e sociais, mas os valores essenciais e constitucionais como a vida, o respeito e a dignidade da pessoa humana devem sempre prevalecer”.

Assim, verifica-se que, ainda que não totalmente eficiente, a lista única é imprescindível para efetivação do direito à saúde, ainda que não para todos. Importante ressaltar que o Poder Judiciário possibilita àquele doente enfermo postular judicialmente a “burla” à lista de órgãos, desde que não seja injustificada.

A lista única de espera, ainda que não impeça diretamente, vem enfrentando a comercialização de órgãos de modo efetivo. Assim, diante da exploração da lista única, torna-se necessário analisar a liberdade do indivíduo de comercializar seu próprio corpo, burlando a lista sem o acesso ao Poder Judiciário, ante seu estado de necessidade, bem como do futuro receptor.

A liberdade de vender partes do próprio corpo humano está pautada no princípio da autonomia da vontade e no direito a partes separadas do corpo humano, ou quais são intimamente ligados entre si, e com o transplante de órgãos.

Bittar (2000) leciona que, em busca da preservação da vida e da saúde, bem como na pesquisa e cura de doenças, tem-se como elemento primordial a disposição do próprio corpo, ficando a preceito do profissional da saúde habilitado seu uso, respeitado o consentimento do interessado ou de seu representante. No entanto, importante referir que o estado de necessidade é tido com ressalva, devendo ser respeitado.

Percebe-se que é ilícita a disposição da vida e da integridade física de outrem, sem seu consentimento ou contra a vontade deste. Desse modo, verifica-se a contraposição de dois princípios em contraste: o princípio da autonomia e o princípio da indisponibilidade da vida e da integridade física (SANTOS, 2000).

Com base na proposta de um mercado de órgãos humanos, surge um argumento comum: a necessidade oriunda da instabilidade entre a demanda e a oferta. Nesse sentido, Berlinguer e Garrafa (2001) afirmam que a criação desse mercado, ainda que restrito, e a insistência na tentativa de legitimá-lo e expandi-lo, induz ao descrédito na ciência e na medicina, criando insegurança quanto ao conjunto dos transplantes, desencorajando as doações e majorando o desequilíbrio entre a necessidade e a disponibilidade de órgãos.

Cabe referir que a liberdade de vender-se e o estado de necessidade está pautada em duas situações: a) a liberdade, elencada na autonomia da vontade, do indivíduo sadio de vender parte de seu corpo, mais especificadamente, órgãos, na medida em que este, em situação de hipossuficiência, de falta de recursos financeiros, vê na comercialização de órgãos um modo de melhorar sua vida na questão econômica; b) o indivíduo enfermo, como uma última esperança no intuito de preservar, ou ainda, melhorar as condições de sua vida, visualiza a solução no mercado ilícito de órgãos, idealizando tal situação como estado de necessidade.

Diante de tais circunstâncias, imprescindível abordar o estado de necessidade, o qual tem fulcro no artigo 24 do Código Penal, que dispõe que: “Considera-se em estado de necessidade quem pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se.”

Salienta-se que, conforme entendimento de Nucci (2014), o estado de necessidade possui os seguintes requisitos: a) presença de perigo atual; b) involuntariedade na geração do perigo; c) perigo ou lesão inevitável; d) proteção/preservação de direito próprio ou alheio; e) proporcionalidade do sacrifício do bem ameaçado; e f) ausência de dever legal de enfrentar o perigo.

Ao aplicar a situação da comercialização de órgãos como meio de preservação da vida diante do estado de necessidade, verifica-se que, analogicamente, os requisitos estabelecidos pelas alíneas *a*, *b*, *d*, e *f* estão devidamente caracterizadas. Contudo, as condições previstas nas alíneas *c* e *e* não estão cristalinamente evidenciadas.

Senão vejamos: Diante da questão da inevitabilidade do perigo e lesão, indaga-se: a venda/compra de órgãos humanos é o único meio de assegurar a preservação da vida àquele que necessita de um transplante de órgãos, e tal situação é o único artifício que resta ao hipossuficiente para ascender economicamente?

Quanto ao requisito elencado por Nucci, a proporcionalidade do sacrifício do bem ameaçado, surge o questionamento: é proporcional praticar ato ilícito, a comercialização de órgãos, para preservar a própria vida, ou ainda, no caso do “doador-vendedor”, a fim de melhorar sua situação econômica e, conseqüentemente, qualidade de vida de sua família? Tais questões serão analisadas na seqüência, com o intuito de deliberar acerca da problemática central do presente artigo.

A comercialização de órgão humanos é uma dura realidade que afeta uma quantidade de pessoas inimaginável, em especial, quando se fala no âmbito internacional. À vista disso, surge uma questão de suma importância: a legalização do comércio de órgãos humanos. No entanto, conforme já elucidado, essa prática é vedada pela nossa Constituição Federal. Destarte, emerge a necessidade de analisar acerca da possibilidade, ou impossibilidade, da regulamentação dessa comercialização ilícita.

Conforme entendimento de Diniz (2009), a comercialização de órgãos é incontrolável, na medida em que há uma insaciável sede de lucro e casos de pessoas com baixo poder aquisitivo que, na esperança de atenuar sua miséria, vendem seus órgãos para pessoas ricas, tornando, assim, a mercantilização uma triste realidade de nossa sociedade.

Acerca dos relatos relacionados com o tema em epígrafe, importante trazer à tona as palavras de Delmanto, Delmanto Júnior e Delmanto (2014, p. 390):

Após a escravidão, abolida formalmente em nosso país em 1888, negociar órgãos, tecidos e parte do corpo humano é o que há de mais abjeto, transformando pessoas e seus corpos em coisas precificadas. Há notícia da existência de organizações criminosas transnacionais especializadas na prática desse crime, seja cooptando pessoas em situação de vulnerabilidade, seja sequestrando-as e extraindo os seus órgãos sem o seu consentimento. Como se vê, a capacidade do ser humano para a prática do mal não tem limites, merecendo severa repressão penal.

Nesse mesmo sentido, de suma importância abordar a comparação feita por Berlinguer (1993) entre o mercado de corpos humanos na época da escravidão e o mercado atual, que abrange as seqüências de DNA, os embriões para uso experimental e os órgãos para transplante.

Berlinguer (1993) afirma que, para ele, não há diferença substancial. A diferença que há é a de objetos, na medida em que, no primeiro caso, o comércio dizia respeito ao corpo

num todo, e no caso atual, o corpo é fragmentado em partes, sendo que cada uma é utilizada com a finalidade de caráter terapêutico ou científico, mas sobretudo, para fins mercantis. Salienta, ainda, que existe uma diferença quanto ao procedimento, sendo que na escravidão a organização do mercado se dava somente de forma brutal, especialmente com o uso de força, ao passo que o mercado de órgãos necessita da interferência da medicina e da ciência biológica. Ausente essa colaboração, o mercado de órgãos não subsistiria, na medida em que são imprescindíveis centros altamente aparelhados, bem como profissionais especializados.

Diniz (2009, p. 352) traz à tona as seguintes questões: “Suas consequências morais, éticas e jurídicas não serão mais negativas do que os benefícios que poderia trazer? A mercantilização de estruturas humanas não seria um desrespeito à dignidade da pessoa humana?” Posicionando-se assim, pela inconstitucionalidade da comercialização, preservando o altruísmo desse gesto tão nobre.

Contudo, há autores que defendem a comercialização. Castro (2002) afirma que, enquanto a doação de órgãos mediante alguma espécie de recompensa não for revelada com uma atividade lícita e legítima, os doadores tenderão a camuflar sua cooperação. Assim, essas pessoas continuarão vulneráveis e hipossuficientes diante dos intermediários (médicos e traficantes) inescrupulosos, num mercado clandestino, recebendo cuidados negligentes.

Outrossim, o que mais se mostra relevante é a contribuição para a criação de laços entre o doador e o receptor; “o motivo é que compensar os doadores é algo que confirma um alto nível de valorização proporcional ao sacrifício que eles fazem e transmite a mensagem de que não se está tirando vantagem de seu altruísmo” (CASTRO, 2002, p. 431).

Bortoloti (2007) considera que há milhares de pessoas na espera de órgão, sendo que a fila pode durar de três a dez anos. Este obstáculo vem estimulando a comercialização, que, em que pese proibido por lei específica e constitucionalmente, vem sendo a única e última solução para os enfermos que já se encontram desesperados, em virtude de ver seu tempo de vida passar sem poder fazer nada.

O mesmo autor aduz que existem razões humanitárias para a comercialização de órgãos, em especial por parte de quem comprar. Contudo, a lei é rígida e cristalina ao vedar a proibição e, para conseguir frear os traficantes de órgãos, o Estado deverá agir com celeridade, a fim de impedir que o desespero seja a propulsão para o traficante.

Revela-se de suma importância destacar as palavras de Garrafa (1993, texto digital) acerca dos argumentos utilizados por doutrinadores que defendem a comercialização de órgãos:

A linha de argumentação aqui defendida vai muito além do raciocínio reducionista que discute de forma isolada a salvação de alguns poucos milhares de vidas humanas; pela sua importância e pelos reflexos que certamente acarretará, influenciará diretamente nas formas de viver e morrer da humanidade e, de certo modo, no futuro da própria humanidade. A questão da comercialização de estruturas e órgãos humanos, portanto, permeia em um dos principais marcos de referência filosófico-ético-morais dos próximos séculos. Os cientistas e demais defensores da implantação de teorias de mercado neste delicadíssimo campo talvez não estejam se dando conta de que as suas palavras e ações de hoje fatalmente interferirão em outras questões ainda muito mais profundas do que aquelas que se referem somente aos transplantes e doações de tecidos e órgãos humanos. E estas outras questões, quando explodirem, estarão fora dos seus insignificantes alcances, mas, mais do que nunca, dentro de suas significativas responsabilidades.

No entanto, ainda que com vários doutrinadores defendendo a comercialização, há vozes aguerridas que lutam contra essas propostas, que buscam, de todo modo, legalizar um procedimento totalmente destoante à prática médica. Se legitimado, este procedimento poderá alterar bruscamente a abordagem humana, que, orgulhosamente, a medicina consegue manter. Especialmente, porque as questões de bioética e comércio de órgãos humanos excederam as fronteiras da área médica em si mesma, na medida em que os profissionais da medicina devem analisar o assunto com uma cautela maior ainda, pois erros cometidos poderão suscitar consequências imprevisíveis e, de certo modo, até mesmo irreversíveis. Nesse momento, os compromissos axiomáticos da medicina serão reivindicados pela humanidade (GARRAFA, 1993).

Neste viés, Lima (2012) refere que a legalização do mercado de órgão não irá solucionar a situação financeira do doador, o qual somente despendará maiores gastos com a saúde. Outrossim, tal mercado não seria aproveitado por todos que carecem de um órgão, na medida em que grande parte deles não possui recursos financeiros para isso, bem como, diante da impossibilidade do Estado custear estes tipos de tratamentos a todas as classes, a solução é o estímulo de doações altruístas por meio de políticas públicas.

Conclusão

O transplante de órgãos é um procedimento que visa à preservação da vida humana, baseado na solidariedade e no altruísmo do ser humano. Nesse sentido, a exploração da (im)possibilidade da comercialização de órgãos, deu-se com base em princípios, sendo enfatizado o princípio da dignidade humana e o direito à vida.

Assim, adota-se a ideia de Lima (2012) ao referir que a regulamentação do comércio de órgãos vai em direção oposta ao ordenamento jurídico brasileiro, na medida em que tal prática é enfaticamente proibida pela Constituição da República Federativa do Brasil, em seu artigo 199, § 4º. Ainda que tal artigo não está incluído no rol das cláusulas pétreas previstas no artigo 60, § 4º da Carta Magna, sustenta-se a equiparação deste com a indisponibilidade do corpo, a qual decorre do artigo 5º da Constituição, que é considerado cláusula pétrea. Desse modo, ante a inviolabilidade do corpo, tem-se como inadmissível a mercantilização de órgãos. Assim, nem mesmo por meio de emenda seria possível legalizar o comércio de órgãos na legislação brasileira.

Salienta-se, ainda, que tal discussão não é novidade; desde o século passado, alguns doutrinadores e estudiosos ocupavam-se em legalizar esse comércio, bem como outros uniam forças e argumentos a fim de barrar essa proposta. Contudo, essa discussão não está nem perto do fim.

Dentre os argumentos favoráveis à legalização da mercantilização de órgãos, sobressai-se a ideia de Castro (2002), de que diante de um gesto tão nobre como é a doação de órgãos, o indivíduo deve ser recompensado, sob pena de desvalorizar o sacrifício do indivíduo, difundindo a mensagem está aproveitando-se indevidamente de seu ato altruísta.

No entanto, os doutrinadores que vão contra a regulamentação do comércio de órgãos, encontram amparo no fato de que, o artigo 199, § 4º da Carta Magna, que veda a comercialização de órgãos humanos, é norma constitucional originária. Desse modo, enfatiza-se que o STF não admite a tese de normas constitucionais inconstitucionais, ou seja, aquelas normas advindas do poder constituinte originário.

Por fim, nesse panorama, conclui-se pela impossibilidade jurídica da regulamentação do comércio de órgãos, na medida em que tal situação acabaria por criar uma mercantilização do corpo humano, desrespeitando a Constituição Federal e seus princípios. Importante salientar, ainda, que se estaria diante de uma irreverência ao

princípio da dignidade humana, bem como do direito fundamental à vida, sendo ambos considerados basilares e indisponíveis ao ser humano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABTO. Associação Brasileira de Transplantes de Órgãos. **Registro Brasileiro de Transplantes**. Ano XXI, nº 1. São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://www.abto.org.br/abtovo3/default.aspx?mn=515&c=900&s=0&friendly=registro-brasileiro-de-transplantes-estatistica-de-transplantes>>. Acesso em: 15 set. 2016

ARAÚJO, Eliana da Silva. **Transplantes de órgãos e tecidos humanos, e seus limites ético-jurídicos em defesa da Dignidade da pessoa humana**. Dissertação (Mestrado em Direito) – UNIFIEO – Centro Universitário Fieo, Osasco: 2006. Disponível em: <http://www.unifieo.br/files/download/site/mestradodireito/bibliotecadigital/dissertacaoes2006/diss_eliana_araujo.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2016.

BERLINGUER, Giovanni. **A mercadoria final: a comercialização de parte do corpo humano**. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

_____. Corpo humano: mercadoria ou valor? **Estudos avançados**. São Paulo, v. 7, n. 19, p. 167-192, dez. 1993. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141993000300005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 06 ago. 2016.

BITTAR, Carlos Alberto. **Os direitos da personalidade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal: parte geral** 1. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

BORTOLOTTI, Marcelo. O corpo à venda. **Revista Veja**. Ed. 2009, São Paulo: 2007. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/230507/p_108.shtml>. Acesso em: 06 maio 2015.

CASTRO, Leonardo de. Transplantes: altruísmo e reciprocidade. In: GARRAFA, Volnei; PESSINI, Leocir (Org.). **Biodireito: poder e injustiça**. São Paulo: Loyol, 2002. P. 427-432.

CHAVES, Antônio. **Direito à vida e ao próprio corpo**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1986.

DINIZ, Maria Helena. **O estado atual do biodireito**. 6. ed. rev., aum. e atual. São Paulo: Saraiva, 2009

Freire de Sá e Bruno Torquato de Oliveira Naves (Coord). Belo Horizonte: Del Rey, 2004. P. 91-123.

XAVIER, Luciana. **Direito à vida**. Publicado em 10/04/2007. Disponível em: <http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=245>. Acesso em: 16 maio 2015.

O Estatuto do Juiz em Ebulição

Marcelo Rubin de Lima¹

As transformações econômicas e sociais provocadas pela globalização e pela ampliação das possibilidades de comunicação, notadamente a internet, têm colocado o estatuto do juiz em um processo de constante transformação. Isso faz do juiz um ator de primeiro plano na cena social e objeto de intensas discussões em quase todas as democracias ocidentais. Este artigo busca contribuir para este debate apresentando questionamentos, críticas e conceitos utilizados na análise do impacto da globalização sobre a ação do juiz, como é o conceito “comércio entre juízes” de Allard e Garapon, que se refere à troca de exemplos e conceitos entre os magistrados de diferentes países. No Brasil, temos como exemplos desse fenômeno a Operação Lava Jato que buscou sua inspiração no caso italiano mãos limpas e a teoria alemã do Domínio do Fato usada como fundamentação para o julgamento do Processo do Mensalão. Nossa hipótese de trabalho é que as questões complexas que a globalização coloca para a análise do estatuto do juiz reforçam os aspectos eminentemente políticos desse ator. Analisaremos as principais noções e conceitos sobre o estatuto do juiz na sociedade a partir da obra de Julie Allard, filósofa do direito e diretora do Centro de Direito Público da ULB, Universidade Livre de Bruxelas. Este artigo faz parte da pesquisa de doutorado sanduíche que foi realizada em 2015 na ULB com apoio da CAPES e sob orientação da professora Allard.

Palavras-Chave: Juiz Globalização Estatuto

Assim como os frutos nascem diversos, e os animais, os homens também nascem mais ou menos belicosos, justos, temperantes e dóceis: aqui levados pelo vinho, alhures pelo roubo ou pela devassidão; aqui inclinados a superstição, alhures a descrença; aqui a liberdade, lá à servidão; capazes de produzir ciência ou arte, grosseiros ou engenhosos, obedientes ou rebeldes, bons ou maus, segundo os induz a orientação do lugar onde vivem, e tomam um novo comportamento se mudarem de lugar, como as árvores² (MONTAIGNE, 2009, p.702).

Introdução

Neste trabalho vamos analisar sob o prisma sociológico as mudanças nas concepções sobre a ação do juiz na sociedade. A presença do juiz como um ator de primeiro plano na cena social é alvo de muitas controvérsias e as discussões sobre este tema não se limitam ao

¹ Doutorando do PPGS – UFRGS, bolsista CAPES.

² Neste texto, todas as citações do francês foram traduzidas pelo autor.

estudo do direito e envolvem diferentes abordagens teóricas e metodológicas. Nosso objetivo não é fazer um inventário exaustivo de todas as possibilidades e versões que o estatuto do juiz possa ter. Neste trabalho, vamos trazer para a discussão alguns fundamentos do estatuto do juiz na sociedade e as críticas que são dirigidas a estas noções. Evidenciaremos as críticas que o estatuto do juiz enfrenta para demonstrarmos os impasses que cercam as diferentes concepções sobre o magistrado. Por fim, apresentaremos o conceito de “comércio entre juízes” que se refere às transformações que o fenômeno da globalização do direito impõe ao estatuto do juiz. A globalização do direito é descrita aqui como um fator de emancipação do magistrado perante o seu ordenamento jurídico e político. Descreveremos questões que este fenômeno impõe ao trabalho do magistrado a partir da obra de Julie Allard e Antoine Garapon (2006) “Os juízes na mundialização: A nova revolução do direito”. Mostraremos que as oscilações nas concepções sobre a ação do magistrado e a universalização da função terceira desempenhada por ele reforçam os aspectos políticos do seu agir.

Questões sobre os alicerces que fundamentam o estatuto do juiz na sociedade

Paulatinamente, e em conformidade com os trabalhos pioneiros de Sadek (2004 a, 2004 b, 1995) e Vianna *et al.* (1997, 1999)³, verificamos que a figura tradicional do juiz como a de um ator social imparcial que defende a ordem e os costumes perde força e cede espaço para outras definições. Isso ocorre porque a imagem da magistratura como um grupo social de perfil fechado se transforma com a maior presença de mulheres e com a maior diferenciação social dos seus membros, o que abre a possibilidade para o surgimento de distintas posições jurídicas e políticas no corpo da magistratura. Fenômeno antigo e de alcance global, o crescimento da presença do juiz na cena política é frequentemente invocado com os exemplos da juíza da Suprema Corte dos Estados Unidos, Ruth Bader Ginsburg, conhecida por seu trabalho na defesa dos direitos dos homossexuais e das mulheres, do Ministro Joaquim Barbosa, o primeiro negro a assumir o cargo de presidente do Supremo Tribunal Federal, STF, do juiz italiano Antônio Di Pietro que conduziu o rumoroso caso conhecido como “Mãos Limpas” na Itália e que hoje inspira as ações do juiz Sergio Moro nas investigações da operação Lava Jato. Este também é o caso do Ministro do

3 Vianna, Burgos, Salles (2007).

STF Gilmar Mendes, que ao participar de um congresso de uma faculdade brasileira em Lisboa⁴ colocou a mídia portuguesa diante dos problemas do impeachment da presidenta Dilma⁵. Desta forma, a imagem do magistrado como um ator que exerce um poder discreto, encarregado de verificar a conformidade das ações dos litigantes com relação às regras contidas nos códigos legais perde força e abre espaço para outras perspectivas.

Nas sociedades democráticas, o estatuto do juiz suscita muitas contradições devido às diferentes visões que existem sobre o fazer do magistrado. As representações idealizadas da figura do juiz são correntes. Segundo Allard (2009), o magistrado se localiza em uma verdadeira encruzilhada de expectativas sociais, assim, para alguns ele deve ser intransigente e duro em suas decisões, já outros pensam que o juiz deve ter a sensibilidade do perdão. Ainda, enquanto alguns esperam que o magistrado julgue com cuidado e calma demonstrando estima pela lei, outros querem a velocidade e a precisão de uma máquina. Outra dificuldade que se coloca é a manutenção da imparcialidade frente à expectativa de que o magistrado demonstre compaixão com o sofrimento da pessoa desprotegida. E assim, temos descrições do juiz que lembram uma máquina de julgar, o cavaleiro da justiça ou do apaziguador compreensivo com o sofrimento alheio. A impossibilidade de cumprir todos estes papéis demonstra que a sociedade espera muitas vezes o impossível do juiz. Também podemos pensar que, perante os outros atores sociais, o magistrado possui um estatuto que não é tão claro e nem tão firme, pois a imagem e função do juiz está em constante movimento e transformação devido a questões que transcendem o seu próprio ordenamento jurídico.

Entretanto, no processo jurídico, a posição do magistrado tem um função clara e específica, Allard (2009), seguindo Ricoeur (1995), comenta que o juiz no processo possui a posição do terceiro imparcial, aquele que não faz parte e assim não representa nenhuma causa em questão. Em segundo lugar, o juiz diz o justo, ou seja, ele é o responsável por dizer a verdade no processo. Em terceiro lugar, o juiz é habilitado a autorizar uma forma de violência qualificada de legítima, pois sua decisão está em conformidade com as normas e assim, ele fala em nome do direito. Em quarto lugar, o juiz deve proporcionar um lugar

4 Trata-se do IV Seminário Luso-Brasileiro de Direito Constitucional. No site da Faculdade de Direito de Lisboa: <http://www.fd.ulisboa.pt/iv-seminario-luso-brasileiro-de-direito-constitucional/> ; site do promotor brasileiro do evento: <http://www.idp.edu.br/imprensa/3210-iv-seminario-luso-brasileiro;> Acesso em: 28 ago. 2016.

5 No site:
http://www.jornaldenegocios.pt/economia/mundo/americas/detalhe/protagonistas_da_impugnacao_de_dilma_juntam_se_em_portugal.html; Acesso em: 28 ago. 2016.

neutro onde as partes possam se reconciliar impedindo desta forma a tentação da vingança e a vontade de fazer justiça com as próprias mãos. Afinal, mesmo que um sofrimento não possa equivaler a uma quantia ou a uma pena, em algum momento e lugar as partes terão que dar por encerrado o conflito.

A descrição destes elementos, que é seguidamente repetida como um mantra, representa uma inspiração de primeira hora da filosofia e sociologia política, a ideia de que a harmonização dos conflitos sociais pode se dar pela descrição de fatos e exposição de argumentos frente a um terceiro, equidistante das partes, que dirá o justo e a verdade. Isso descreve o fazer técnico do magistrado. Noção tipicamente moderna, que separa o direito da política e que tem no juiz “boca da lei” de Montesquieu o exemplo mais lembrado. O juiz visto como aquele que apenas aplica a regra de forma discreta. Desse modo, a descrição técnica do estatuto do juiz, ao sobrevalorizar as questões de direito, esvazia o conteúdo político do magistrado e, embora os magistrados não gostem de admitir, suas funções são políticas. Afinal, Portanova (2000), o juiz é um agente como qualquer outro agente do Estado que é investido em sua função por critérios políticos estabelecidos na Constituição. Segundo Allard (2009), decorrem deste encobrimento do fazer político do magistrado questões como: quanto mais escondida, mais fora de controle será esta atividade. Outra questão que Allard (2009) destaca é que, no fundo, o conceito de juiz “boca da lei” evita a questão principal para a sociedade que é: como julgar bem? Contudo, todo ordenamento jurídico que segue a cultura do direito continental europeu, a *civil law*, como é o direito brasileiro, se sustenta sobre a noção de que o legislador ao fazer a lei afasta a política do direito. A seguir, descreveremos outros três pilares que fundamentam a concepção do magistrado na sociedade. Faremos isso apresentando as principais características de cada concepção e suas respectivas críticas, fonte da ebulição do estatuto do juiz.

Um fundamento comumente evocado, quando se problematiza o estatuto do juiz na sociedade, é a representação mitológica do contrato social. A visão romântica que descreve o percurso que levou os indivíduos livres a se submeterem voluntariamente a um conjunto de regras gestadas como se fossem em comum acordo⁶. Neste sentido, temos a noção de que processos históricos resultaram num ciclo político virtuoso que foi plasmado em constituições, que por sua vez, possuíam um germe civilizador apoiado sobre dois conceitos fundamentais: a representação popular e a proteção dos direitos individuais.

6 Para uma exposição da relação entre o início das constituições e as teorias democrática ver Arato (1997).

Decorre desses fatores a noção de que todos os membros de uma sociedade são os autores da lei. Neste modelo, seguindo Garapon (1996) e Koerner (2013), o juiz possui o papel de protetor do pacto fundador, o ator social que deve assegurar a realização dos elevados princípios estabelecidos na constituição. Contudo, a realidade tem se apresentado mais complexa, e as diversas minorias étnicas, religiosas e linguísticas que compõem os Estados democráticos nos lembram que o contrato social e seus conceitos abstratos estão longe de responder minimamente aos problemas do cotidiano de nossas democracias. Decorre disso a percepção de que algo não anda como deveria, nem no ordenamento jurídico, nem no político. As dificuldades de fazer valer o direito à moradia, tanto por vias políticas quanto jurídicas, são um exemplo deste mal-estar.

O segundo alicerce que fundamenta o estatuto do juiz na sociedade é uma noção capital da ordem jurídica moderna, a ideia de que, com auxílio da razão, se pode produzir um código legal completo, com muitos artigos, capaz de reger a totalidade dos problemas sociais. Neste caso, as únicas normas jurídicas relevantes são as leis. A primazia da lei e sua anterioridade lógica é chamada de legicentrismo. Neste modelo, o juiz apenas segue a lei e, se acaso ele deva fazer uma interpretação da lei, ele deve mantê-la estritamente no seu sentido original. Segundo esta posição, o juiz deve interpretar a lei com parcimônia, sem grandes arroubos criativos, pois a lei possui uma lógica própria que é anterior ao caso julgado e que responde perfeitamente aos problemas levantados no litígio. Desta forma, o conceito de centralidade da lei coloca a regra acima de qualquer opinião. A lei é vista como algo que não deixa dúvidas a serem resolvidas, pois ela é completa e assim refratária a divergências. Para Allard (2009), a crença reta na supremacia e eficiência da lei também representa um dos principais motivos para a transformação das concepções do juiz na sociedade:

Verifica-se a seguir que o declínio da lei, hoje dessacralizada, põe em cheque o legicentrismo. Por diversas razões, em especial a complexidade do mundo, a lei perdeu sua legitimidade e sua eficácia: mostra-se inadaptada para oferecer respostas eficazes aos problemas que surgem neste mundo tecnológico, em plena evolução. Ou ela chega muito tarde ou é demasiado nacional, lá onde os problemas como a ecologia ou a Internet são universais. Em muitos casos, entre os quais o da incompletude de uma lei, espera-se que o juiz resolva este déficit (ALLARD, 2009, p. 10).

Por fim, como terceiro alicerce do fazer do juiz na sociedade está o princípio de separação entre os poderes de Montesquieu. Esta noção é fonte de mudanças radicais nas concepções sobre o juiz. O sistema de contrapesos entre os poderes fez surgir o que Cappelletti (1989, 1993) denominou o terceiro gigante, ou seja, um Poder Judiciário reforçado, com presença social marcante e que é capaz de controlar o legislador mastodonte e o leviatanesco administrador. Decorre disso, a necessidade de reforçar o sistema judiciário com funções inéditas. Foi isso que permitiu transformar o juiz em uma peça chave da cena política dos Estados democráticos. Esta visão trás consigo a noção de que a justiça é uma demanda social e que só a intervenção do magistrado pode resolver. O que devemos grifar aqui é que os termos superlativos usados por Cappelletti (1989, 1993) denotam dois aspectos, primeiro, o ineditismo de um Estado democrático que busca se colocar em todos os lugares da vida social e, em segundo lugar, as enormes esperanças depositadas no fazer do juiz. Allard (2009) comenta que o desejo romântico de justiça é antigo, ela destaca que Aristóteles (1991, p. 105) já pensava que “recorrer ao juiz é recorrer à justiça, pois a natureza do juiz é ser uma espécie de justiça animada”. Posteriormente, na idade média, os cristãos também compartilhavam uma sobrevalorização do juiz quando consideravam o magistrado como aquele que faria na terra a justiça de Deus. Desta forma, Allard comenta que:

Nós podemos pensar portanto que a autonomia crescente dos magistrados e a valorização atual do juiz visam a ressacralizar a justiça, para reencontrar um pouco da transcendência perdida no momento da laicização da sociedade. Mas esta paixão pelo juiz pode também conduzir a impasses. O entusiasmo ingênuo pelo poder da justiça pode jogar contra a própria justiça. De fato, as expectativas a respeito do juiz, notadamente como assegurador dos direitos do homem, são as vezes desmedidas e correm o risco de refletir uma imagem impotente do juiz. Esperávamos Deus e descobrimos humanos, demasiados humanos (ALLARD, 2009, p. 12).

Como vimos, as concepções que apoiam o estatuto do juiz na sociedade são também uma das fontes do crescimento das expectativas sociais quanto as ações do magistrado. Além disso, as críticas destas noções evidenciam sombreamentos na ação do juiz que proporcionam a valorização dos papéis de protetor da constituição, aplicador da lei ou poder de Estado. Estas características colocam o magistrado no centro das tensões sociais e desta forma percebemos uma crescente autonomização do juiz perante o seu sistema

jurídico, o Estado e a sociedade. Por isso, Allard (2009) questiona se esta maior presença do juiz na sociedade coincide verdadeiramente com o progresso da democracia.

Esta preocupação ganha força quando percebemos que a globalização do direito atua como um elemento que potencializa a autonomia do juiz frente aos demais atores sociais. Isso ocorre porque as fontes supranacionais do direito são uma alavanca que descola o magistrado do seu Estado e de seus sistemas de controle jurídicos. A seguir, descreveremos alguns aspectos da influência da globalização do direito no estatuto do juiz na sociedade. Faremos isso expondo algumas características do conceito de “comércio entre juízes” que é pensado para descrever as trocas entre magistrados de diferentes culturas jurídicas.

A globalização do direito como fator de mudanças no estatuto do juiz na sociedade

Desde o fim da Segunda Guerra, a partir do julgamento de Nuremberg, Garapon (2002), percebemos a intensificação das trocas entre magistrados de diferentes culturas jurídicas. No princípio, este processo ocorreu principalmente em espaços institucionais, mas logo ele se expandiu para locais não institucionais. Como espaços institucionais de trocas entre culturas jurídicas, podemos citar a academia. Englemann (2008) pesquisando o número de professores de direito que foram estudar no exterior, em 2006, contabilizou 123 juristas⁷ em estudos de pós-graduação. Por sua vez, Almeida (2015) demonstra as influências de processualistas italianos na “Escola Processual Paulista” e a influência destes intelectuais nas reformas da justiça no Brasil, processo iniciado com a redemocratização brasileira. Estes exemplos comprovam a força e o alcance da academia como uma das principais instituições que divulga teses e argumentos jurídicos em escala mundial. Outros espaços institucionais de trocas entre as tradições jurídicas são os fóruns que promovem os acordos internacionais sobre as normas do direito. No Brasil, o ministro do STF Gilmar Mendes⁸ argumenta, em seu julgamento, que a globalização provocou a abertura das ordens jurídicas nacionais, e assim, os tratados internacionais passam a ser reconhecidos como supralegais, ou seja, acima das leis nacionais, porém abaixo da constituição, este é o

7 Englemann (2008) utilizou em sua pesquisa dados da Plataforma Lattes e do CNPQ e detectou que 27 professores de direito foram para a França, 23 para Itália, 21 para os Estados Unidos e 19 para a Alemanha. Ainda, 62 foram realizar estudos de Doutorado, 49 de Pós-Doutorado e 10 de Mestrado.

8 Decisão do STF, 2008, nos RE 466.343-SP

caso dos direitos humanos. Assim, temos por um lado um reforço da sintonia do direito brasileiro com os principais princípios internacionais do direito, e por outro lado, temos um elemento que confirma a autonomia do magistrado perante os agentes políticos nacionais, pois este não precisa seguir cegamente o legislador nacional.

Embora mais comuns na tradição do *common law*⁹, as sentenças também são um espaço institucional de trocas entre diferentes culturas jurídicas. Neste caso, a internet tem um papel marcante, pois ela representa uma fonte quase infinita de jurisprudências que podem ser utilizadas nas citações cruzadas entre os tribunais. Fato que abre uma série de possibilidades para a ação do juiz. Frydman (2007) destaca que no direito comparação é razão e, neste sentido, o diálogo entre sentenças permite que o magistrado componha seu julgamento com um apanhado de casos semelhantes, fato que além de ajudar no seu julgamento, também fornece uma legitimidade complementar a sua decisão, afinal, ao recorrer à utilização de uma citação internacional, de uma corte importante ou de um juiz representativo, o magistrado demonstra seu conhecimento abrangente sobre outras culturas jurídicas o que ajuda a validar sua decisão perante as partes em litígio, seus pares e seu sistema político.

Entretanto, quando a utilização de sentenças cruzadas não é explicitada, nos casos em que ela é derivada das relações interpessoais entre os magistrados, em contatos que ocorrem fora dos espaços institucionais, como é o caso das redes sociais na internet, por exemplo, nestes casos, temos uma interação não institucional, pois a citação cruzada é informal e oculta. E assim, as citações cruzadas representam uma zona de transição entre diálogos institucionais e não institucionais. Justamente por isso, as citações não institucionais provocam diversos questionamentos, Frydman (2007) observa que, embora corrente, as citações de outras cortes ocorrem de forma desigual e seletiva. Além disso, surgem dúvidas quanto à metodologia utilizada na busca das citações emprestadas de outras ordens jurídicas. As buscas na internet não teriam uma sistematização adequada e seriam confiadas apenas à sorte e ao acaso. Como consequência disso, as citações cruzadas representariam mais uma estratégia argumentativa do juiz, que a intenção de construir um ordenamento de sentenças que possa ser objeto de um estudo comparado, como são os estudos comparativos descritos nos cânones da ciência jurídica.

9 A tradição do direito inglês e norte-americano.

A noção de que as trocas entre as diferentes culturas jurídicas não se dão apenas nos espaços institucionais coloca em questionamento a ideia de que a globalização do direito é um processo inexorável que conduzirá inevitavelmente a uma organização mundial das regras e normas. A visão de que estão em construção os arcabouços de uma única comunidade jurídica humana que será a responsável de impor pela razão e os costumes uma nova ordem garantidora da justiça e da paz. Allard e Garapon (2006) se opõem a esta ideia. Para os autores, a perspectiva de um direito global carrega a visão de uma justiça extremamente hierarquizada que funcionaria como um sistema derivado do direito tradicional. Porém, isso pode significar apenas que a cultura jurídica de um determinado país será expandida para a escala global e nada mais. Para os autores há uma diferença fundamental entre o direito interno de um Estado e a configuração de uma globalização da justiça relacionada com a intensa comunicação entre juízes de diferentes países que veremos a seguir.

A globalização do direito, na visão proposta, não ocorre de forma reta, direta e ordenada como um sistema fechado. Ao contrário, este processo é descentralizado, não hierárquico, informal e acéfalo. Um processo que produz um reservatório normativo não estruturado, mas que por nascer a partir da intensa comunicação entre os juízes é considerado como válido por diversos atores sociais. Temos, assim, um processo real, que é ao mesmo tempo paradoxal, pois se apresenta incompleto, às vezes contraditório, sem um objetivo comum, nem o compromisso de construir uma nova ordem jurídica universal. As descrições de um direito único, totalizante e universal em vias de construção também pode ser criticada pelo fato de que os Estados só possuem o monopólio da produção do direito oficial, Rojo nos lembra que:

Os Estados não são a única forma de organização social. Nossas mesmas sociedades modernas só se encontram parcialmente estatizadas. Existem grupos organizados (além e aquém do Estado) e, esses grupos, criam seu próprio direito, que confirma o direito estatal ou se aparta dele. A ordem jurídica estatal não está só, como se pensa e ensina frequentemente; se superpõe a diversas ordens jurídicas infra estatais (as dos grupos secundários) ou é vizinha de outras como os “códigos de conduta” das empresas multinacionais (ROJO 2004, p. 82).

Assim, para melhor percebermos os processos da globalização do direito, é necessária uma análise menos ingênua e mais realista deste fenômeno. E por isso, Allard e Garapon

(2006) direcionam sua atenção não para o fenômeno da internacionalização das normas jurídicas, mas sim, para o próprio trabalho dos juízes, pois (ALLARD; GARAPON, 2006, p. 8) “os juízes são hoje provavelmente os agentes mais ativos da globalização da justiça e, por conseguinte, os engenheiros da sua transformação”. Quanto aos motivos deste intercâmbio os autores comentam que:

As razões que levam juízes a encetarem intercâmbios entre eles são múltiplas: podem, certamente, estar à procura da melhor decisão possível, mas podem, igualmente, estar a agir devido a uma preocupação com a sua reputação ou sob pressão dos seus governos para atrair investimentos, para tornar a lutar contra a insegurança interna mais eficaz ou para apaziguar a opinião pública do país que se mostra revoltada com a inação do governo. Portanto, o *comércio entre juízes* nem sempre é, longe disso, desinteressado. Sem sermos demasiado simplistas, podemos identificar dois factores que alimentam esta dinâmica de mundialização da justiça: uma resposta a diversas necessidades, primeiro que tudo, e um objetivo ético, em segundo lugar (ALLARD; GARAPON. 2006, p. 37).

Desta forma, para analisar o fenômeno em pauta, os autores apresentam o conceito de “comércio entre juízes”. Um conceito que deve ser lido para além do sentido de comércio dado por Montesquieu e, neste caso, o comércio não garante de forma alguma, a brandura dos costumes. Por isso, os fenômenos que este conceito contempla estão, na maior parte das vezes, à margem dos mecanismos institucionais, são trocas e influências mútuas que não são evidentes e não possuem um encadeamento lógico e racional. Para os autores:

O comércio entre juízes não pode ser exclusivamente entendido numa perspectiva de diálogo entre espíritos esclarecidos e abertos: ele também reveste formas mais concorrenciais e mais conflituosas. Os juízes não se encontram apenas na vanguarda da elaboração de um direito comum ou de uma espécie de esperanto judicial, eles podem igualmente ser os instrumentos de uma luta de influência muito mais azeda (ALLARD; GARAPON. 2006, p. 43).

Neste sentido, o principal mérito do conceito de “comércio entre juízes” é que ele é, ao mesmo tempo, original e realista o suficiente para proporcionar análises mais apuradas da ação dos juízes tanto globalmente quanto localmente. Este conceito permite incluir na análise das ações dos juízes questões como a luta por influência no direito mundial e as disputas comerciais entre Estados e empresas multinacionais. O conceito permite

interpretar a globalização do direito como um palco onde se encenam diversas manobras que visam tanto a solução de um problema profissional do juiz, quanto a disputa entre Estados por influência no cenário internacional. Um dos indicativos destas disputas citado pelos autores está no fato de que entre os dez maiores escritórios de advogados de Paris apenas três são franceses.

O que o conceito de comércio entre juízes destaca são os aspectos paradoxais e contraditórios que a globalização do direito apresenta, um processo que possui uma dupla hélice formada por uma esperança de um mundo comum mais justo e ao mesmo tempo por um desejo de dominação. É entre esta tensão que se constrói, a partir do julgamento de um juiz, um reservatório de decisões jurídicas que, por acumulação, permite que aflorem algumas sentenças e análises que, mesmo à revelia de seus autores, são aplicadas em conflitos que se dão em diferentes partes do globo. Desta forma, a decisão do magistrado da África do Sul pode ser relacionada com um princípio do direito belga que é uma bandeira de luta de um movimento social canadense. Isso coloca a posição do magistrado como uma estratégia de ação dos movimentos sociais com pautas globais, principalmente dos movimentos que defendem bandeiras controversas como o direito à eutanásia, ao aborto, à afirmação de diferenças culturais e sexuais ou à liberação do cultivo da *cannabis*. Neste sentido, Allard e Garapon concluem que:

O comércio entre juízes demonstra que, mais que o direito, é provavelmente a função terceira desempenhada pelos juízes que tende a universalizar-se com a mundialização. Esta função é indissociável dos cânones do processo justo e imparcial, ou seja, de um juiz independente, de uma defesa livre e de uma argumentação contraditória. Na medida em que não existe um legislador mundial, são frequentemente os juízes que têm, eles próprios, de garantir estes princípios [...] Para além dos aspectos processuais puramente técnicos, esta convergência é prova evidente de uma percepção comum da função judicial como função arbitral e como palco de articulação entre princípios abstractos e uma realidade histórica (ALLARD; GARAPON. 2006, p. 107).

E assim, associada à universalização da “função terceira desempenhada pelos juízes” está a concepção do magistrado como o garantidor de princípios que derivam de um hipotético legislador mundial. Um legislador que não existe e, justamente por isso, revela a posição eminentemente política do magistrado perante a sua sociedade. Este aspecto faz

crescer a importância do juiz no cenário político dos países democráticos porque ela autonomiza a ação do juiz perante seu sistema político e jurídico.

Consideração finais

Nos últimos anos, o cenário político brasileiro foi abalado por decisões de juízes que têm em sua origem elementos derivados de outras culturas jurídicas. Entre os exemplos mais visíveis deste fenômeno estão os casos do “Mensalão”¹⁰ em que o Ministro do STF Joaquim Barbosa utilizou os princípios da teoria conhecida como “Autoria e domínio do fato” (em alemão: *Täterschaft und Tatherrschaft*) do jurista alemão Claus Roxin¹¹. Outro exemplo já citado é o caso do juiz Sergio Moro, que devido a operação “Lava-Jato” entrou para a lista da prestigiosa revista Time¹² que escolheu o juiz como um dos 100 líderes mundiais mais influentes de 2016. Para justificar a escolha o editor internacional da revista comenta que a “*Operation Car Wash*” é criticada por não seguir o devido processo legal, contudo, a matéria destaca que as táticas agressivas e ousadas de Moro possuem aceitação popular. O que queremos destacar aqui é que o editor Brian Walsh, critica a ação jurídica de Moro e valoriza sua ação política, e não por acaso, seus colegas da lista são quase todos presidentes e políticos de diferentes nações¹³. Não menos visíveis na mídia internacional são os casos de magistrados brasileiros que proíbem o funcionamento de redes sociais controladas por capital norte-americano¹⁴. Neste caso, o juiz para resolver um problema de sua jurisdição interdita o acesso de todos os brasileiros a um programa de internet que é usado como meio de comunicação. Fato que demonstra o alcance das ações de um juiz e seu deslocamento das pressões dos demais atores sociais. Estes exemplos indicam que, devido a grande autonomia deste ator social, a análise de suas ações devem contemplar outras dimensões, como a de árbitro de conflitos que se dão fora do fórum e de suas tradições culturais. Nestes casos o conceito de “comércio entre juízes” é uma importante chave explicativa para as pesquisas sobre a ação do juiz na sociedade.

10 O “Mensalão” foi um caso de corrupção no Brasil que foi julgado em 2012 e resultou na prisão dos presidentes dos principais partidos que sustentaram o governo Lula.

11 No site: https://en.wikipedia.org/wiki/Claus_Roxin; Acesso em: 04 fev. 2016.

12 No site: <http://time.com/4302096/sergio-moro-2016-time-100/>; Acesso em: 28 ago. 2016.

13 No site: <http://time.com/collection/2016-time-100/leaders/>; Acesso em: 28 ago. 2016

14 No site: http://www.lemonde.fr/pixels/article/2016/05/02/bresil-la-justice-bloque-whatsapp-pour-72-heures_4912381_4408996.html; Acesso em: 28 ago 2016.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARATO, Andrew. Construção constitucional e teorias da democracia. Revista Lua Nova. São Paulo, n. 42, 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n42/ao2n42.pdf>> . Acesso em: 29 nov. 2011.

ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco (Os Pensadores v. 2). 4. ed. São Paulo, Nova Cultural, 1991.

ALLARD, Julie. Le juge en France, un statut en pleine évolution? Paris, Archives de philosophie du droit, Dalloz, 2009.

ALLARD, Julie; GARAPON, Antoine. Os juízes na mundialização. A nova revolução do direito. Lisboa, Instituto Piaget, 2006.

ALMEIDA, Frederico de. Intelectuais e reforma do Judiciário: os especialistas em direito processual e as reformas da justiça no Brasil. Rev. Bras. Ciênc. Polít. Brasília, n.17, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522015000300209&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 04 set. 2015.

CAPPELLETTI, Mauro. Juízes Irresponsáveis? Porto Alegre, Editora SAFE, 1989.

CAPPELLETTI, Mauro. Juízes Legisladores? Porto Alegre, Editora SAFE, 1993.

ENGELMANN, Fabiano. Estudos no exterior e mediação de modelos institucionais: o caso dos juristas brasileiros. Rev. Sociol. Polit. Curitiba, v.16, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782008000300011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 04. set. 2015.

FRYDMAN, Benoît. (2007). Le dialogue international des juges et la perspective idéale d'une justice universelle. Le dialogue des juges. Les cahiers de l'Institut d'Etudes sur la Justice, Bruxelles, ULB, 2007. Disponível em: <http://www.philodroit.be/IMG/pdf/B._FRYDMAN_-_Conclusion_-_Le_dialogue_international_des_juges_-_30_mars_2007.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2016.

GARAPON Antoine. Le gardien des promesses. Justice et démocratie. Paris, Odile Jacob, 1996.

KOERNER, Andrei. Ativismo Judicial?: Jurisprudência constitucional e política no STF pós-88. Novos estud. - CEBRAP, São Paulo, n.96, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002013000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 abr. 2015.

MONTAIGNE, Michel de. Les Essais, Livro II, cap. XII. Paris, Quarto Gallimard, 2009.

PORTANOVA, Rui. Motivações ideológicas da sentença. Porto Alegre, Livraria do Advogado Editora, 2000.

RICOEUR, Paul. Le juste. Paris, Editions Esprit, 1995.

ROJO, Raul Enrique. Em defesa de um novo ato de julgar e de fazer respeitar a lei: Juízes e promotores face à descentralização. Porto Alegre, Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul, n. 53, 2004.

SADEK, Maria Tereza Aina. Judiciário: mudanças e reformas. *Estud. av. São Paulo*, v.18, n. 51, 2004 a. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So103-40142004000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 09 set. 2013.

SADEK, Maria Tereza Aina. Poder Judiciário: perspectivas de reforma. *Opin. Publica, Campinas*, v.10, n.1, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So104-62762004000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05 fev. 2014.

SADEK, Maria Tereza Aina. *O judiciário em Debate*. São Paulo, Idesp, Editora Sumaré, 1995.

VIANNA, Luiz Jorge Werneck et al. *Corpo e alma da magistratura brasileira*. Rio de Janeiro, Editora Revan, 1997.

VIANNA, Luiz Jorge Werneck. *A judicialização da política e das relações sociais no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Revan, 1999.

VIANNA, Luiz Jorge Werneck; BURGOS, Marcelo Baumann; SALLES, Paula Martins. Dezessete anos de judicialização da política. *Tempo soc.*, São Paulo, v.19, n. 2, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So103-20702007000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 set. 2013.

O Fazer policial: investigações de homicídios cometidos por policiais

Camila B. Chiapetti¹
Dra. Letícia M. Schabbach²

Este trabalho é um projeto de dissertação que visa problematizar como os dispositivos de controle da atividade policial do poder público reiteram a violência policial. Utilizando conceitos de Pierre Bourdieu problematiza-se que o habitus policial enquanto estrutura e enquanto fenômeno estruturante da violência policial perdura nas instituições policiais, apesar das mudanças de paradigma legal do modo de policiamento. Objetivando assim, compreender como as estruturas de controle policial (interno e externo) do Rio Grande do Sul respondem a violência letal policial. Propõe-se a análise dos processos de homicídios cometidos por policiais para compreender os mecanismos da investigação que balizam a estrutura policial do RS bem como entrevista junto a agentes envolvidos na elaboração e investigação desses casos.

Palavras-Chave: Violência, Violência Policial, Violência letal policial, Habitus.

Contextualização

A Carta Magna (1988) brasileira está posta como uma constituição democrática e igualitária assegurando direitos sociais, entre eles, é garantido a igualdade entre homens e mulheres, a liberdade de crença e consciência, a propriedade privada, a inviolabilidade da casa, que não haverá tortura nem tratamento desumano, que a prática de racismo seja considerado crime, enfim os direitos da dignidade da pessoa humana (Art. 5 da Constituição de 1988), cabendo ao Estado brasileiro assegurar tais direitos. O país está instituído como um Estado Democrático de Direito, no qual deve aplicar e respeitar as liberdades civis, tal como previsto pela Constituição Federal, que está amplamente balizado nos direitos humanos e nas garantias fundamentais da população.

Não obstante, as práticas sociais e as normas legais no Brasil, muitas vezes, não estão em consonância entre si, seja pela população, seja pelos representantes do Estado. Sendo as polícias, instituições que tem por responsabilidade exercer, organizar e garantir a segurança pública, muitas vezes, a primeira a suprimir tais direitos. O Comitê Interamericano de Direitos Humanos – a CIDH - da Organização dos Estados Americanos

¹ Mestranda, PPGS/UFRGS, CAPES.

² Professora Doutora do PPGS/UFRGS.

(1997) expôs que as polícias brasileiras já foram apontadas diversas vezes por violar de maneira sistemática os direitos instituídos no Brasil, tendo em vista, a existência de um sistema que assegura a impunidade de tais violações, tais práticas são reconhecida pelo próprio governo, como apontado no Plano Nacional de Direitos Humanos (1996).

Nessa perspectiva, a organização policial na sociedade brasileira vai se caracterizar por um campo de forças sociais que se estrutura a partir de três posições: o exercício da violência legítima, a construção do consenso e as práticas de excesso de poder, a violência ilegítima. (TAVARES DOS SANTOS, 1997. p.164). Faz-se importante ressaltar que a prática policial supõe determinado uso da força física, para assim realizar o trabalho da manutenção e da ordem social, no entanto, há um conflito latente no âmago destas instituições: qual seria a violência legítima e qual seria a violência ilegítima no que tange o uso da força policial?

Soma-se a esta problematização o surgimento, cada vez mais comum, de relatos de uso excessivo de violência por parte de policiais, seja no Brasil ou no mundo, evidenciando a dúvida da legitimidade dos atos de uso da força policial entre os indivíduos nos diferentes continentes. Ao longo da história brasileira a legitimidade do uso da força policial foi produzida como forma de controle social das elites e da própria força policial (COSTA, 2011), na cultura de que a violência é um recurso (válido) para a resolução dos conflitos (TEIXEIRA, 2011). Apesar da troca de paradigma constitucional em 1988, a herança histórica brasileira perdurou, o que resultou numa contínua e cíclica perda de confiança nas instituições de justiça e nas instituições policiais oriundas da ineficiência do sistema policial e judicial aliado aos obstáculos no acesso à justiça (Adorno, 2002). Conforme relatório da Anistia Internacional a polícia brasileira é a polícia que mais mata no mundo³, apontando que a maioria dos policiais não é punida (ou investigada) por mortes em confronto (Roque, 2015). Temos assim uma “nova questão social mundial”: a ineficácia policial frente à violência que se faz difusa, e pelo desenvolvimento da criminalidade violenta (Tavares dos Santos, 2009).

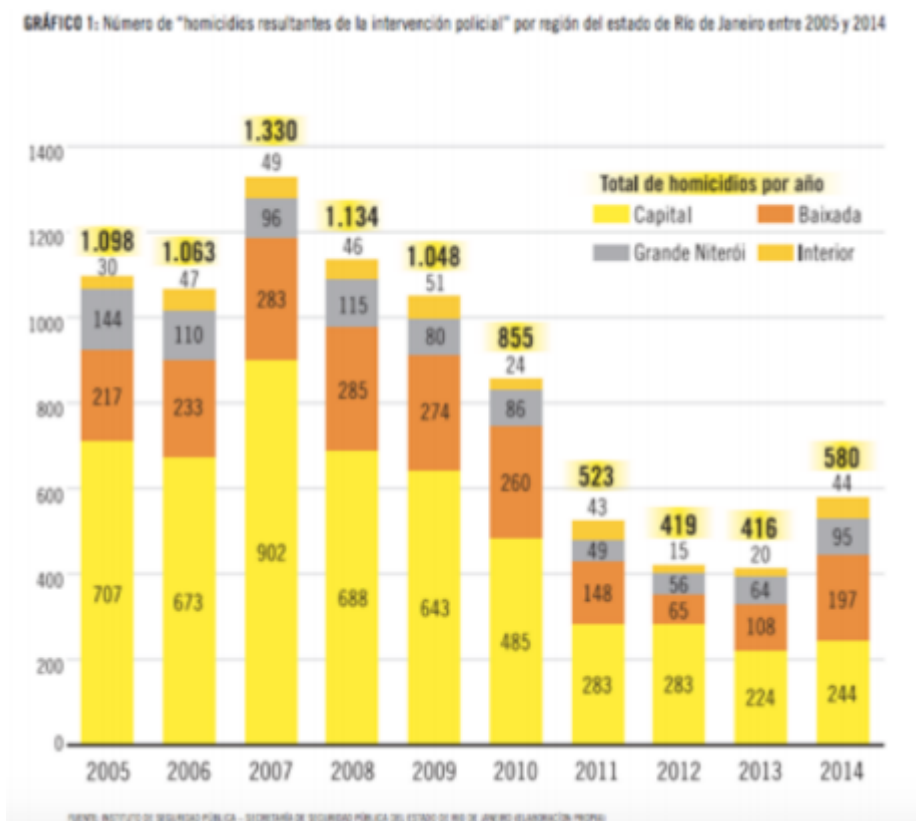
Um exemplo extremo da polícia brasileira é o do que ocorre com a Polícia Militar do estado do Rio de Janeiro. Em que estudos e relatórios, como o relatório da Anistia Internacional (AI), apontam que “na llamada guerra contra las drogas la Policía Militar [do estado do Rio de Janeiro] ha venido empleando fuerza letal de forma innecesaria y excesiva,

3 Ressalta-se que é também uma das polícias que mais morre.

lo que ha ocasionado la muerte de miles de personas en los últimos 10 años. Las autoridades usan a menudo el término jurídico “acto de resistencia” (... que hace referencia as mortes causadas por agentes de policia estando de servicio y en las que se esgrime la justificación de la legítima defensa) como cortina de humo para encubrir homicidios perpetrados por los policias” (AI, 2015, p.4)⁴.

No estudo da Anistia Internacional (AI) realizado na cidade do Rio de Janeiro foi apontado que entre os anos de 2005 e 2014 ocorreram 5.132 registros de homicídios cometidos por policiais em serviço. No ano de 2014, aproximadamente, 1 em cada 6 homicídios registrados na cidade foi cometido por policiais em serviço. Como podemos notar no Imagem 1 os dados oficiais diminuíram signitivamente a partir de 2011.

Imagem 1: Número de “homicídios resultantes da intervenção policial” por região do estado de Rio de Janeiro entre 2005 e 2014. (AI, 2015, p. 32).



Fonte: AI, 2015.

4 Na chamada “guerra contra as drogas” a Polícia Militar vem usando força letal de forma desnecessária e excessiva, o que ocasionou a morte de milhares de pessoas nos últimos 10 anos. As autoridades muitas vezes usam o termo jurídico-legal “ato de resistência” (... que faz referencias as mortes causadas por policiais em serviço e a qual é alegadas como justificativa de legítima defesa é) como uma cortina de fumaça para encobrir mortes perpetuadas por policiais. (Tradução da autora).

Tais informações apresentam uma realidade discrepante em que questões como o modelo de policiamento, de treinamento policial e de justiça emergem em conjunto ao debate de Estado Democrático de Direito. Assim, o que este relatório da Anistia propõe e conclui é que a investigação desses casos seja efetiva e não tratada com parcialidade e

[q]uando los agentes de seguridad pública emplean la fuerza, y en particular cuando muere una persona a consecuencia de ello, debe emprenderse de inmediato una investigación efectiva, independiente e imparcial, capaz de determinar la responsabilidad individual y los errores institucionales que causaron la muerte. La diferencia en el tratamiento que se da a los homicidios resultantes de la intervención policial –que no son investigados por la División de Homicidios– frente a otros casos de homicidio compromete la debida investigación de los primeros. (AI,2015, p. 68)⁵.

Ressalta-se as já pensadas proposições da constituição de 1988 que evidenciam a tentativa de controle dos abusos policiais a partir do surgimento de Ouvidorias de Polícia e do desenvolvimento das Corregedorias de policias (tentativa de controle externo e controle interno, respectivamente). No entanto, o que é vislumbrado é um sistema permissivo a tais fenômenos em que a responsabilização de possíveis erros não é discutida (e muitas vezes negada), fazendo com que o modos de perceber, de sentir, de fazer e de pensar o fenômeno perdure entre os diferentes integrantes da corporação, muitas vezes como uma forma de sub-cultura, originando um sistema próprio em que as tentativas de controle (interno e externo) se demonstram ineficientes.

Os abusos policiais perduram nas sociedades contemporâneas, seja democrática, seja autoritária, atualmente, com a popularização e a “democratização” da cultura digital, relatos (em diferentes formatos de mídia) de abusos policiais podem e são rapidamente compartilhados pelo mundo ajudando a problematizar a complexidade do cotidiano e especificamente: as atitudes das instituição responsável pela segurança de todos os cidadãos. A internet transformou-se assim em uma ferramenta importante e com potencial de ajudar na consolidação da democracia (Lévy, 2010).

5 Quando agentes de segurança pública usam a força, especialmente quando uma pessoa morre, como consequência disso, deve ser realizada imediatamente uma investigação efetiva, independente e imparcial, capaz de determinar a responsabilidade individual e os erros institucionais que causaram a morte. A diferença no tratamento dado ao homicídio resultante da intervenção policial, que não são investigados pela Divisão de Homicídios frente a outros casos de assassinatos compromete uma adequada investigação do homicídio resultante da intervenção policial. (Tradução da autora).

Problemática de pesquisa

Esse trabalho visa desvelar como as estruturas burocráticas do poder público, suas instituições e suas hierarquias reiteram o habitus da violência policial. Desta forma problematiza-se como as crenças compartilhadas (*illusio*) entre as diferentes instituições responsáveis pelo controle policial constroem uma resposta para os processos de violência letal cometido pelos servidores da segurança pública. Tendo como instituições centrais envolvidas o Ministério Público, a Corregedoria da Brigada Militar e os responsáveis pela investigação⁶ dos casos de homicídios.

Justificativa

Em uma tentativa de melhor controlar tais casos de excesso policial foi aprovada a Lei 9.299/1996 à qual determinou que processos envolvendo policiais militares não mais fossem submetidos a Justiça Militar e sim a Justiça Comum⁷. A mudança de lei reestabeleceu o princípio do qual todos os crimes devem ser julgados pela mesma esfera jurídica, a Justiça Comum (Sudbrack, 2008). No entanto, como apontado por Sudbrack (2008) um número significativo de processos envolvendo possíveis excessos policiais acabam sendo arquivados. Desta forma este trabalho propõe-se a realizar um estudo acerca da realidade gaúcha no que tange o uso da violência letal policial, tendo em vista os poucos estudos acerca do assunto e a crescente preocupação social para com a segurança pública. Uma vez que:

[o] controle do uso da força deveria ser a essência de qualquer Estado que se pretenda democrático e de direito, mas no Brasil ainda é um tema cercado de tensões. Trata-se de uma questão sensível para as instituições policiais ainda não acostumadas à prestação de contas e controles externos e, sobretudo, atreladas a práticas pautadas pela lógica do enfrentamento e da garantia da ordem acima de direitos. E, ainda, uma questão tão cara

6 Policiais civis ou militares (Inquérito Policial Militar - IPM) e em alguns casos ambos “as investigações levadas a cabo pela Polícia Civil dependem de quem sejam os envolvidos na instauração do inquérito. Numa ocorrência em que haja vítimas civis oriundas dos estratos mais baixos da população e em que o(s) réu(s) seja(m) policial(is) militar(es), pode haver uma combinação tácita entre as duas polícias para que haja omissão de fatos ou demora na apreciação e entrega dos relatórios ao Ministério Público”(SUDBRACK, 2008 – pg. 38).

7 A Lei 9.299/1996 “Altera dispositivos dos Decretos-leis nº s 1.001 e 1.002, de 21 de outubro de 1969, Códigos Penal Militar e de Processo Penal Militar, respectivamente”. (BRASIL, 1996).

para uma sociedade que manifesta a cada momento sua percepção de medo, alimentada tanto pela violência quanto pela falta de confiança nas instituições do Estado. Discutir o tema da letalidade na ação policial é condição necessária para aproximar as instituições policiais da comunidade e romper uma espiral de violência que naturaliza os homicídios em nossa sociedade. Começemos com a produção e divulgação de melhores dados sobre o número de pessoas feridas e mortas em ação policial, dados que permitiriam calcular o índice de letalidade (número de pessoas mortas em confronto pelo número de pessoas feridas em confronto) de nossas polícias e analisar a legitimidade e eficácia de nosso padrão de policiamento. (BRASIL, 2016 – pg. 16).

Com a perspectiva de colaborar com o debate sobre a violência policial, de maneira a cooperar com a construção dos dados acerca do assunto. Assim, ajudando a tensionar as mudanças do paradigma policial do uso imperativo da violência como padrão compartilhado entre os diferentes agentes da instituição.

Objetivos

Compreender como as estruturas de controle policial (interno e externo) do Rio Grande do Sul respondem a violência letal policial a partir dos mecanismos acionados nas investigação das mortes cometidas por policiais, identificando as argumentações utilizados nas investigações de homicídios no Rio Grande do Sul.

- I. Identificar a série histórica do número de casos de homicídio cometidos por policiais militares e civis no Rio Grande do Sul.
- II. Analisar os modelos investigativos desenvolvidos e as conclusões para destes casos;
- III. Investigar o entendimento e a diferenciação de violência legítima e de violência ilegítima na investigação de homicídios proveniente das instituição policiais;
- IV. Calcular o índice de letalidade policial.

Hipóteses

A violência policial durante muito tempo perdurou no modelo de governo como instrumento político lícito para se fazer governar, a herança deixada por esse modelo de

governo conservou a premissa de não responsabilização civil, criminal e administrativa de policiais que cometam o homicídio. A mudança no marco legal do modelo de policiamento e o de investigação de homicídios cometidos por policiais não alterou significativamente o *habitus* policial.

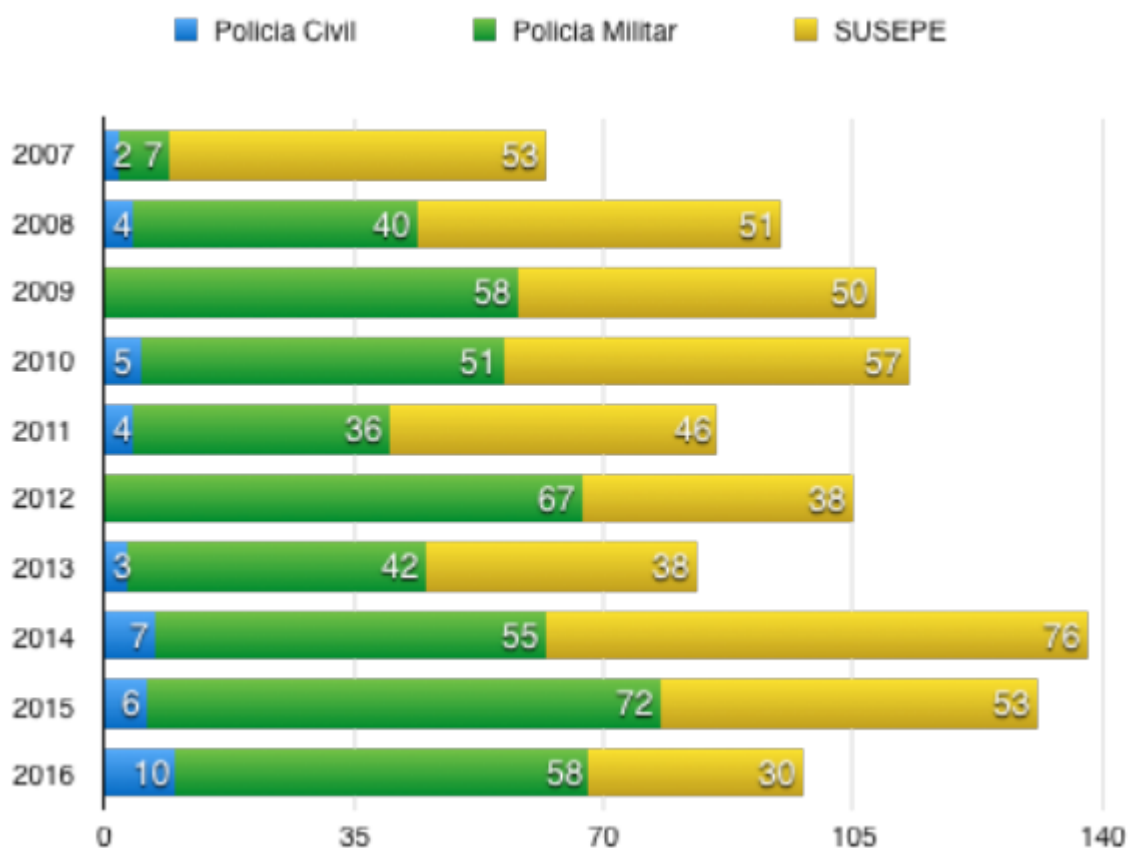
Bem como não há o adequado acompanhamento desses servidores (psicológico ou cursos reorientadores de práticas) para policiais que porventura tenham sido acusados, investigados ou responsabilizados por homicídios ou outros tipos de violências policiais. Devido a fatores - como o grande número de casos, poucos profissionais capacitados, brechas interpretativas legislativas, baixos incentivos na carreira - casos de homicídio no Brasil não conseguem ser devidamente esclarecidos, o trabalho de investigação desses crimes é árduo e muitas vezes acaba sendo preterido determinados casos. Assim entendo que a violência policial nunca deixou de ser usada como instrumento de controle social e mais especificamente como instrumento de controle da Ordem Social, utilizando a premissa do controle da criminalidade para lançar mão da pena capital no Brasil.

Metodologia

A categoria da violência letal foi escolhida por esta pesquisadora devido ao caráter irrevogável e inegável do uso da violência por parte de policiais. Uma vez que outros tipos de violência estão constantemente sendo interpretados e reinterpretados⁸, como por exemplo os casos de agressão que tendem a ser subnotificados devido ao amplo entendimento do conceito de agressão - dependendo da interpretação pode se referir a tortura, tentativa de homicídio, uso de força física, abuso de autoridade, entre outros. Desta maneira faz-se evidente qual é o delito cometido por policiais que está em discussão.

8 Não negando o amplo debate relativo a conceituação de homicídios cometido por policiais, como a utilização de “auto de resistências” ou “morte decorrente de intervenção policial” ou outros termos, que no fim possuem o mesmo entendimento final: homicídio cometida por agentes da segurança pública. Mas sim, pretendo evitar debater a diferença jurídica da social-prática entre o que diferencia uma acusação de agressão, tortura, tentativa de homicídio, abuso de autoridade, entre outras categorias.

Gráfico 1: Mortes de Civis declaradas pela Secretaria de Segurança Pública no Rio Grande do Sul (SSP/RS) 2007-2016/1 – números absolutos.



Fonte: Dados Estatísticos SSP/RS. Elaboração própria.

Nota 1: Os dados de 2016 equivalem aos registros do primeiro semestre de 2016 (jan-jul). Nota 2: O número de mortes da SUSEPE inclui os dados oficiais de presos mortos dentro dos presídios gaúchos, excluindo as causas naturais.

Uma vez escolhida a categoria foi analisado os dados referentes a letalidade policial disponibilizados pela Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul (SSP/RS). Conforme o Gráfico 1, os dados apresentados pela SSP/RS apontam que o maior número de mortos ocorre dentro das prisões gaúchas (instituição responsável SUSEPE), no entanto, conforme os dados disponibilizados pela Secretaria, apenas uma das mortes foi categorizada como tendo ocorrido com base devido ao confronto policial⁹, por tanto essa modalidade de violência letal dos agentes de segurança pública estadual não será analisada neste estudo. Da mesma forma, é apresentado os casos de civis mortos pela intervenção da

⁹ As categorias estipuladas pela SSP/RS incluídas no dado da SUSEPE são Confronto Policial, Confronto Interno, Confronto Externo, Morte Acidental, Suicídio e Motivos não informados

policiais civil que, por representar um baixo número absoluto, também será preterido para abarcar a instituição policial com o maior número absoluto de homicídios: a Polícia Militar do Rio Grande do Sul, mais conhecida como Brigada Militar. Desta forma pretende-se analisar os casos de homicídios em oriundos da intervenção da polícia responsável pelo policiamento ostensivo, em outras palavras, pela polícia responsável pelo policiamento do dia-a-dia.

Estima-se que para responder a pergunta problema é necessário realizar a análise cursiva da investigação de casos de homicídios cometidos por policiais no estado do Rio Grande do Sul. A análise cursiva se torna importante pois é cristalização da estrutura da violência policial, bem como pode sugerir as mudanças na estrutura de investigação de violência letal policial. Como apontado por Gil (2011):

[t]odas as sociedades estão continuamente mudando. Mudam as estruturas e as formas de relacionamento social, bem como a própria cultura da sociedade. Para captar os processos de mudança, não basta, portanto, observar as pessoas ou interrogá-las acerca de seu comportamento. Nesse sentido é que as fontes documentais tornam-se importantes para detectar mudanças na população, na estrutura social, nas atitudes e valores sociais etc. (GIL, 2011, p. 153-154).

Para tanto propõe-se incursão nas instituições responsáveis pelo controle interno e externo. Realizando tanto a observação participante (e os caminhos percorridos até a concessão de utilização dos dados) quanto a própria análise cursiva, primeiro na Defensoria Pública do Estado junto ao Centro de Referência em Direitos Humanos (CRDH) - que vem assumindo o papel do Ministério Público de controle efetivo externo, a Corregedoria da Brigada Militar como principal instituição de controle interno da Polícia Militar do Rio Grande do Sul e o arquivo morto do Ministério Público. Foi realizada tentativa de campo exploratório junto à Ouvidoria da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, mas os responsáveis sugeriram encaminhar a demanda de pesquisa para a própria SSP/RS.

Concomitante as incursões nas instituições de controle externo pretende-se realizar entrevista semi-estruturada com atores centrais no processo de controle interno e externo das policias nas instituições citadas a cima, para assim poder problematizar como a instituição do qual fazem parte se comporta frente a violência policial letal. Enquanto instrumento de coleta de dados, as entrevistas são “bastante adequada para a obtenção de

informações acerca do que as pessoas sabem, crêem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram, bem como acerca das suas explicações ou razões a respeito das coisas precedentes (Selltiz et al., 1967, p. 273)". (GIL, 2011, p. 109).

Referencial teórico

Este estudo propõe-se a analisar o que Collins (2007) aponta como entendido pela sociedade como violência “boa” – “good’ violence - which is not seen as violence at all, when it is carried out by authorized state agents—is not subject to analysis since it is part of normal social order”¹⁰ (COLLINS, 2007, p.2). No entanto, a autoridade policial passa a ser problematizada quando o agente deixa de ser visto como o representante da lei e é visto como mais um agente social violento. Fazendo com que a credibilidade vinculada ao caráter presumido de legitimidade da instituição policial imbuí-se.

A partir da perspectiva bourdieusiana este trabalho rejeita “a ideia de que o fenômeno social é unicamente produto das ações individuais” (THIRY-CHERQUES, 2006, pg.30) dos policiais. Mas sim, de uma estrutura que denega a violência policial, que historicamente foi estruturada de forma que perpetue a violência policial como prática aceita.

Os conceitos a serem abordados em Bourdieu seguem a lógica de que

[a] dinâmica social [que] se dá no interior de um /campo/, um segmento do social, cujos /agentes/, indivíduos e grupos têm /disposições/ específicas, [...] /habitus/. O campo é delimitado pelos valores ou formas de /capital/ que lhe dão sustentação. A dinâmica social no interior de cada campo é regida pelas lutas em que os agentes procuram manter ou alterar as relações de força e a distribuição das formas de capital específico. Nessas lutas são levadas a efeito /estratégias/ não conscientes, que se fundam no /habitus/ individual e dos grupos em conflito. Os determinantes das condutas individual e coletiva são as /posições/ particulares de todo /agente/ na estrutura de relações. De forma que, em cada campo, o /habitus/, socialmente constituído por embates entre indivíduos e grupos, determina as posições e o conjunto de posições determina o /habitus/. (THIRY-CHERQUES, 2006, pg.31)

¹⁰ 9 “Violência boa – não é vista no geral como violência quando é realizada por agentes estatais autorizados não é sujeita a análise, uma vez que faz parte da ordem social normal.” (Tradução da autora).

Assim, a violência policial se dá no interior do campo policial cujo o habitus policial é compartilhado entre diferentes agentes da segurança pública estadual. Este habitus policial é delimitado por diferentes valores. Bourdieu define que o habitus é composto pelo ethos “valores em estado prático, não-consciente, que regem a moral cotidiana”, pela “héxis, os princípios interiorizados pelo corpo: posturas, expressões corporais, uma aptidão corporal que não é dada pela natureza, mas adquirida” e pelo “eidos, um modo de pensar específico, apreensão intelectual da realidade” (idem, p.33). Uma vez que eles são “estruturas (disposições interiorizadas duráveis) e são estruturantes (geradores de práticas e representações)” (idem, p.33). Mas também “[o] habitus é infraconsciente. É como uma segunda natureza, parcialmente autônoma, já que histórica e presa ao meio. Isto quer dizer que ele nos permite agir em um meio dado sem cálculo ou controle consciente” (idem, p. 34). De forma que a proposta deste estudo é a de desvelar algumas das formas das “ilusões (illusio) necessárias ao funcionamento e à manutenção do sistema” da violência policial reproduzido entre as instituições de controle policial.

Faz-se necessário ressaltar que existe a prerrogativa de que a corporação policial possui o direito do uso da força física com o fim de aplicar a lei ou para defender a si mesmo ou a outro de perigo iminente (JOBARD, 2011. p. 239). Esta modalidade comumente é denominada de “violência legítima” já que a violência é utilizada para o bem comum da sociedade e balizada nas legislações. Como comenta Adorno (2002):

[...] a violência legítima é justamente aquela cujos fins - assegurar a soberania de um Estado-nação ou a unidade ameaçada de uma sociedade - obedece aos ditames legais. Portanto, o fundamento da legitimidade da violência, na sociedade moderna, repousa na lei e em estatutos legais. Aqueles que estão autorizados ao uso da violência o fazem em circunstâncias determinadas em obediência ao império da lei, isto é, aos constrangimentos impostos pelo ordenamento jurídico. (ADORNO, 2002. p.8).

No entanto, podemos perceber que concomitante a esta violência legítima (e até certo ponto necessária para a realização das atribuições policiais) ocorre a denominada violência ilegítima. Vê-se que a violência policial junto ao habitus policial (e em sua héxis) são fenômenos que no momento em que ocorrem cristalizam três dimensões: (1) a lógica situacional de preferir o uso da violência, (2) a sujeição da força física ao Direito, conforme o artigo 12 da declaração dos direitos do Homem e do cidadão, (3) a arbitragem destas

situações pela justiça. (JOBARD, 2011. pg. 237). Destarte, constata-se a crise no credenciamento de autoridade (Ricoeur, 2008) às instituições policiais, uma vez que “existe um espaço excepcional de autoridade concedida à polícia, onde a norma rotineira e a decisão excepcional são distintas e a norma jurídica e a violência física se reconciliam, tornando uma norma e fato” (RONDON, 2014. p.318).

O que vemos é uma polícia despreparada e, muitas vezes, abusiva. A violência exercida por membros das polícias civis e militares tem como origem uma cultura do ofício de policial marcado pela cultura da dominação masculina, pelo machismo, a cultura de ‘homem de fronteira’ e do policialherói. No processo de socialização policial, no caso de várias Academias de Polícia Militar, ao lado do currículo oficial, vigora um currículo oculto que apequena o valor da educação formal e sobrevaloriza a experiência profissional (ALBUQUERQUE, 1999; ALBUQUERQUE, C.L. de & MACHADO, E.P. 2001, pg. 214-236).

Por um lado, esta cultura se forma a partir de uma discriminação e uma estigmatização do homem rural, definido como rústico, ‘grosso’, ‘primitivo’ e violento. Por outro, nas áreas urbanas, as representações sociais desta cultura da violência se fundam em uma imagem do ‘criminoso virtual’: o homem pobre, jovem, negro e favelado, em qualquer circunstância, será o suspeito, o abordado, o alvo preferencial. (TAVARES DOS SANTOS, 2014. pg.21-22).

A teoria sociológica, de forma geral, deu pouco importância ao fenômeno dos delitos (Pegoraro, 2015), muitas vezes o deixando as margens das teorias macrosociológicas. Barrington Moore (1987) dirá que existe no ser humano uma necessidade de diferenciação e que tal necessidade será um dos principais impulsionadores para o surgimento do que classificamos como delitos. Já Merton (1980) aponta um importante fenômeno que contribui para o crescente número dos delitos (que poderá se transformar em violência) o de que muitas sociedades são baseadas em valores ocidentais que possuem como “meta cultural” o enriquecimento pessoal, sendo a forma legítima de alcançar essa meta o sistema meritocrático – que se baseia na premissa de que todos possuem as mesmas condições iniciais – para ascender socialmente na pirâmide da mobilidade social (Giddens, 2000). Assim certas condutas desviantes surgiram como formas adaptativas das contradições estruturais da realidade social, uma vez que a maneira “legítima” de alcançar tal meta não seria acessível a todos (Merton, 1980).

Desta forma, surge o último ponto a ser abordado neste projeto, o do amplo apoio a este tipo de violência (letal policial) por indivíduos integrantes da sociedade civil. Que em determinados momentos legitima o modo de agir e o habitus policial. A eliminação do “bandido”, em uma sociedade que fica cada vez mais violenta, é aplaudida por segmentos da sociedade que não encontra respostas das autoridades competentes. Assim, a morte ou o desaparecimento de indivíduos pela polícia, cujo pressuposto é que sejam bandidos pode

ser amplamente desejados. Ele [o bandido] é agente de práticas criminais para as quais são atribuídos os sentimentos morais mais repulsivos, o sujeito ao qual se reserva a reação moral mais forte e, por conseguinte, a punição mais dura: seja o desejo de sua definitiva incapacitação pela morte física, seja o ideal de sua reconversão à moral e à sociedade que o acusa (MISSE, 2010. p. 17).

A tendência jurídica seria a de a violência explicitada vir à tona, nos procedimentos administrativos desses “ilegalismos”. No entanto, esses mecanismos usualmente renegam a materialidade da violência policial como algo ilícito, de maneira que a maioria dos processos de homicídios cometidos por policiais tendem a ser arquivados pelas instituições responsáveis pelo controle da atividade policial (como apontado na tese de Sudbrack, 2008). Dessa forma outras perguntas perduraram acerca da atividade e do fazer policial seria a falta de reconhecimento da violência policial admitir o fracasso do ofício da polícia?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANISTIA INTERNACIONAL. Mataste mi hijo. Disponível em: . Acesso em: 18 jul. 2016.

BRASIL. Constituição Federal - Art. 5, Constituição Federal de 1988. Disponível em Acesso em 25 ago. 2015.

BRASIL. Daniel Cerqueira. Ipea. Atlas da Violência 2016. Brasília: Ipea, 2016. Nota Técnica n. 17. Disponível em: . Acesso em: 16 set. 2016.

BRASIL. Lei nº 9299, de 07 de agosto de 1996. Lei Nº 9.299, de 7 de Agosto de 1996.. Brasília, Disponível em: . Acesso em: 18 set. 2016.

BOURDIEU, P. Razões práticas: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996. 6. CIDH, Comissão Interamericana de Direitos Humanos (OEA). Relatório Sobre a Situação dos

Direitos Humanos no Brasil - A Violência Policial, A Impunidade e o Foro Privativo Militar Da Polícia. Disponível em: Acesso em 24 ago. 2015.

COLLINS, Randall. Violence. Princeton: Princeton University Press, 2007. Disponível em Acesso em 28 ago. 2015. 8. COSTA, Naldson Ramos da. Modelo operacional, violência policial e democracia. In: Violência e Cidadania: práticas sociológicas e compromissos sociais. Porto Alegre. Sulina. Editora UFRGS. 2011 (pp. 252-269).

FOUCAULT, M. Vigiar e Punir - História da violência nas prisões. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2013.

GIDDENS, A. Sociologia. Porto Alegre: Artmed, 2000. 11. GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2011.

GOFFMAN, E. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1975.

GOFFMAN, E. La mise en scène de la vie quotidienne. Paris. Minnut, 1973.

HUGHES, Everett C. Good People and Dirty Work. In: Social Problems of Oxford University Press. Vol. 10, No. 1 (Summer, 1962), pp. 3-11. Disponível em Acesso em 28 ago. 2015.

JOBARD, Fabien. Abusos Policiales: La fuerza pública y sus usos. Buenos Aires, Prometeo Libros, 2011.

LEVY, Pierre. A Inteligência Coletiva: por uma antropologia do ciberespaço. 6ed. São Paulo: Editora Loyola, 2010.

LIMA, Renato Sérgio de; SINHORETTO, Jacqueline and BUENO, Samira. A gestão da vida e da segurança pública no Brasil. Soc. estado. [online]. 2015, vol.30, n.1, pp. 123-144. Disponível em: . Acesso em 28 de set de 2015.

LIMA, Renato Sérgio; BUENO, Samira; SANTOS, Thandara. Opinião dos policiais brasileiros sobre reformas e modernização da segurança pública. In: Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 2014. Disponível em: . Acesso em 30 de set de 2015.

MESQUITA NETO, Paulo. Violência policial no Brasil: abordagens teóricas e práticas de controle. In: Cidadania, justiça e violência/ Organizadores Dulce Pandolfi...[et al]. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999. p.130-148 Disponível em: . Acesso em: 26 jul. 2016.

MISSE, M. Crime, Sujeito E Sujeição Criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria de “bandido”. Lua Nova, São Paulo, n.29, p. 15-38, 2009. Disponível em: . Acesso em: 26 jul. 2016.

MISSE, M. Malandros, marginais e vagabundos: a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: Iuperj. 1999.

MOORE, B. Injustiças: as bases sociais da obediência e da revolta. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

PEGORARO, Juan S. Los Lazos Sociales del Delito Económico y el Orden Social. Buenos Aires: Editora Universitaria de Buenos Aires, 2015.

PINHEIRO, P.S.; IZUMINO, E. A.; FERNANDES, M.C.J. Violência Fatal: conflitos policiais em São Paulo (81-89). Revista USP, Dossiê Violência, n.9, 1991.(pg. 95-112).

RICOEUR, Paul. O Paradoxo da autoridade. In: O Justo. São Paulo, Martins Fontes, 2008, vol. 2, pp. 101-118.

RONDON FILHO, Edson Benedito. Segurança, Território, População (Resenha) Foucault, Michel. Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008 (Coleção tópicos). Sociologias, Porto Alegre, n. 28, p.370-380, dez. 2011. Disponível em: . Acesso em: 26 jul. 2016.

ROQUE, Atila. Quando o Estado mata em nome da segurança. Anistia Internacional (Brasil), 2015. Disponível em .Acesso em 28 de set de 2015.

SUDBRACK, Aline Winter. A violência policial e o Poder Judiciário: estudo sobre a (i)legitimidade da ação violenta da polícia e a impunidade. 2008. 278 f. Tese (Doutorado) - Curso de Sociologia, Ifch, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: . Acesso em: 16 set. 2016.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. Dilemas do Ensino Policial: das heranças às pistas inovadoras in Segurança Cidadã. Porto Alegre, Tomo Editorial, 2014.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. Violências e conflitualidades. Porto Alegre. Tomo Editorial, 2009.

TEIXEIRA, Alex N. Televisão, hipercrimes e violências na Modernidade tardia. In: Violência e Cidadania: práticas sociológicas e compromissos sociais. Porto Alegre. Sulina. Editora UFRGS, 2011 (pp.39-55).

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. Rev. Adm. Pública, Fev 2006, vol.40, no.1, p.27-53. ISSN 0034-7612

A prática policial e a seletividade punitiva: um olhar sobre as ações de repressão ao crime de tráfico de entorpecentes na cidade de Porto Alegre

Bernardo Coldebella¹

A presente proposta situa-se dentro da perspectiva dos estudos sobre criminalização e seletividade punitiva, interessa-se em saber por que determinadas populações (geralmente jovens, pessoas de baixo nível socioeconômico e de pouca instrução formal) figuram como o perfil mais recorrente nas ocorrências policiais ligadas ao tráfico de drogas. Pretende-se explorar até que ponto as práticas policiais cotidianas, presentes nas ocorrências registradas na 3ª Delegacia de Pronto Atendimento (3ª DPPA) de Porto Alegre podem contribuir para a compreensão do fenômeno estudado. A partir da discussão sobre seletividade punitiva e a vulnerabilidade social dos apreendidos, questiona-se: como as atividades de repressão ao crime de tráfico de drogas desempenhadas pela Polícia Civil de Porto Alegre podem ajudar a explicar a seletividade que atinge determinados grupos sociais? Espera-se responder a pergunta através da observação do cotidiano da delegacia, contando com presença contínua do pesquisador no local de trabalho. Serão realizadas entrevistas com os agentes a fim de analisar as percepções dos mesmos sobre o objeto de pesquisa, além da coleta de dados nos inquéritos policiais concluídos no ano de 2015 arquivados no local. Inicialmente é levantada a hipótese de que a maioria das operações de repressão ocorre em comunidades de baixa renda e em contextos de vulnerabilidade social.

Palavras chave: Seletividade; Polícia Civil de Porto Alegre; tráfico de drogas; inquéritos policiais; vulnerabilidade social.

Introdução

A presente proposta de pesquisa situa-se dentro da perspectiva dos estudos sobre criminalização e seletividade punitiva, interessa-se em saber por que determinados grupos de pessoas, tais como: jovens; pessoas de baixo nível socioeconômico; e de instrução, parecem ser o perfil mais recorrente nas ocorrências ligadas ao tráfico de drogas. Pretende-se explorar até que ponto as práticas policiais, refletidas no cotidiano da delegacia, podem responder por essa seletividade, bem como saber de que forma os agentes encarregados de aplicar a lei percebem o problema. Através da coleta de informações nos inquéritos produzidos referentes ao tráfico de entorpecentes (artigo 33 da Lei 11.343/2006) no período de 2013 a 2015, da observação das atividades policiais no interior da delegacia e da realização

¹ Aluno do segundo semestre do Mestrado em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

de entrevistas com os agentes, espera-se poder obter uma visão aprofundada das atividades do Departamento de Investigação do Narcotráfico (DENARC) de Porto Alegre.

O fenômeno da seletividade é observado direta ou indiretamente por diversos estudos que problematizam a violência urbana, tais como (BARATTA, 1999; BOITEUX, 2009; ZAFFARONI, 1998; ZALUAR 2002; WACQANT, 2003; ZACCONE, 2007; JESUS, 2011; KANT DE LIMA, 1989; THOMPSON, 2007) Percebe-se que a seletividade nas práticas policiais, que se refletem também mais tarde, na esfera penal, tende a agir com mais ou menos intensidade em função da situação socioeconômica do acusado. O mesmo se observa nos crimes relacionados ao tráfico de drogas “servindo a política de drogas apenas como um meio puramente simbólico de proteção à saúde pública, mantendo, na prática, a tradição brasileira de repressão e controle social punitivo dos mais pobres e excluídos” (BOITEUX, 2009, p.43).

O Departamento Estadual do Narcotráfico (DENARC) atua no estado do Rio Grande do Sul através de delegacias especializadas localizadas em diversas cidades, incluindo Porto Alegre. Segundo informações do site institucional da polícia civil, as ocorrências atendidas envolvendo entorpecentes são encaminhadas exclusivamente para a 3ª Delegacia de Pronto Atendimento (3ª DPPA) onde são processados os flagrantes que posteriormente são remetidos ao judiciário. Através da coleta de dados nos inquéritos concluídos no período de 2013 a 2015, pretende-se investigar quais as características dos apreendidos bem como se desenvolvem as ações da delegacia estudada, buscando compreender como se dá a seletividade observada em diversos estudos realizados em outros locais do país.

A perspectiva adotada para a apreensão do objeto a partir do campo empírico consistirá na análise quanti-qualitativa dos dados presentes nos inquéritos policiais, entrevistas realizadas e observações do cotidiano da delegacia. A forma como se pretende operacionalizar a pesquisa, configura uma abordagem pouco presente nos estudos observados, que em geral apresentam abordagens socio-históricas que contemplam as origens do fenômeno e sua difusão na sociedade. A ideia proposta pretende ir além da simples constatação empírica da existência do fenômeno, busca compreender de que forma ele ocorre nas práticas da instituição responsável pela execução da política de repressão ao tráfico de drogas.

Apesar do direcionamento dado pela existência de uma vasta gama de estudos que dão conta da problemática da seletividade punitiva, a utilização de uma abordagem de coleta quantitativa em documentos oficiais é pouco usual, aqui é considerada profícua, tendo em vista a representatividade de tais peças, os inquéritos policiais abarcam uma parcela significativa de todo o processo, este que parte desde a captação dos criminosos, feita pelas forças policiais (Polícia Civil ou Polícia Militar) até as remessas ao ministério público

Realizamos uma pesquisa no ano de 2013 que abrangeu os inquéritos referentes à Lei 11.343/06 localizados na Delegacia especializada em furtos roubos entorpecentes e carros (DEFREC) da cidade de Santa Maria, onde foi possível examinar as ocorrências referentes à lei 11.343/06 atendidas pela delegacia no ano de 2012, em linhas curtas, foi observado que dentre as 160 ocorrências registradas no ano de 2012, 40% delas envolviam jovens entre 16 e 25 anos, 67% possuíam apenas o ensino fundamental. No quesito socioeconômico, 80,9% dos acusados foram registrados como “pobre” nos inquéritos.

Quanto à cor da pele, 74,5% dos acusados foram declarados como sendo brancos, 18,71% como pardos e 7,10% como negros. Segundo dados agrupados a partir das tabelas referentes ao Censo demográfico realizado pelo IBGE, em 2010 a população branca representava 80,9% do total, parda 10,16% e negra 8,42%. Isso representa, à primeira vista, uma proporcionalidade entre o número de acusados segundo etnia, o que vai de encontro ao que a literatura apresenta, ocasionando uma tensão que precisará ser analisada mais profundamente. Nesse momento a parte qualitativa da análise terá espaço, na medida em que será necessária uma apreensão de fatores para além dos números, sobre como os inquéritos são confeccionados e até que ponto eles representam a realidade das práticas policiais. Tão importante quanto os números obtidos, será a análise dos documentos para além do que neles está escrito², buscando compreender como operam os agentes de segurança pública no combate ao tráfico de drogas.

Estudos sobre a juventude envolvida em conflitos violentos que se reproduzem nas comunidades pobres da cidade do Rio de Janeiro apontam para o fenômeno que figura como tema central desta pesquisa, a relação entre situações de vulnerabilidade social tais

2 Na pesquisa realizada na Delegacia Especializada em Furtos Roubos Entorpecentes e Carros (DEFREC) de Santa Maria, foi possível observar mais de uma vez a ocorrência de informações intrigantes, por exemplo, quando da citação da alcunha dos acusados (informação presente por padrão nos inquéritos) mais de uma vez estas faziam referência à cor da pele do indivíduo como sendo supostamente negra, no entanto nos inquéritos tais constavam como sendo brancos.

como: situações de pobreza ou miséria extrema; dificuldades de acesso a serviços públicos e ao mercado de trabalho formal, agem como facilitadoras no envolvimento dos jovens com o tráfico de drogas (ZALUAR, 2002; BATISTA, 2003). Segundo Zaccone (2007) a maior parte da repressão exercida pela polícia no combate ao tráfico de drogas fica restrita aos contextos sociais vulneráveis, em geral comunidades de baixa renda, onde o alcance da polícia é maior devido a não haver, na prática, as mesmas restrições de acesso. A polícia legalmente tem acesso livre às vielas e becos onde ocorre o comércio ilegal das drogas. As ações da polícia, em virtude da atual política de repressão direta ao tráfico de drogas, na medida em que acontecem mais frequentemente em determinados locais, atingindo os mesmos grupos, funciona como um instrumento de estigmatização que favorece o fenômeno que pretendemos abordar nesta pesquisa, ao rotular locais e indivíduos a polícia reforça o estereótipo do traficante naquele local, que o delegado sintetiza como “preto, pobre, favelado” (ZACCONE, 2007, p.57). Esses são pontos importantes para a construção da problemática que buscaremos explorar através da coleta de dados nos procedimentos policiais.

A pesquisa busca aproximar-se de outros estudos sobre as atividades de repressão exercidas pelas agências estatais de controle da criminalidade, diferenciando-se de outras pesquisas realizadas principalmente pelo lócus de pesquisa escolhido. O fenômeno da seletividade se apresenta em estudos recentes realizados em outras capitais tais como Rio de Janeiro (BOITEUX, 2009) e São Paulo (JESUS, 2011). Esses estudos analisam as práticas judiciais aplicadas aos acusados de crimes envolvendo entorpecentes através da análise da utilização de dispositivos legais, tais como a prisão preventiva, para tanto os autores lançaram mão de técnicas como entrevistas e análise documental.

A pesquisa situa-se dentro de uma perspectiva semelhante a outros estudos sobre as atividades de repressão exercidas pelas agências estatais de controle da criminalidade, diferenciando-se de outras pesquisas realizadas principalmente pelo contexto espacial estudado. O fenômeno da seletividade se apresenta em estudos recentes realizados em outras capitais tais como Rio de Janeiro (BOITEUX, 2009) e São Paulo (JESUS, 2011). Tais estudos analisam as práticas judiciais aplicadas aos acusados de crimes envolvendo entorpecentes, através da análise da utilização de dispositivos legais, tais como a prisão preventiva

A partir dessa discussão, que diz respeito aos crimes de tráfico de drogas, a questão da vulnerabilidade social dos sujeitos apreendidos e suas características físicas, questiona-se: como a seletividade punitiva, a partir da vulnerabilidade social dos envolvidos, opera na prática policial nas investigações e repressão ao narcotráfico em Porto Alegre? Ou seja: é possível constatar nos inquéritos alguma característica, ou grupo de características, compartilhadas pelos acusados de crimes envolvendo entorpecentes, que possa evidenciar o fenômeno da seletividade punitiva pela prática policial em Porto Alegre?

Conforme consta no parágrafo 4º do artigo 144 a da Constituição Federal, cabe à polícia civil a função de polícia judiciária, ou seja, esta é encarregada da primeira investigação, coleta de provas e indícios para a formação de culpa dos acusados. O inquérito é o documento produzido no decorrer do processo de investigação, onde o delegado busca reunir elementos que comprovem o crime cometido através do processo de formação de culpa. O inquérito é posteriormente remetido para o poder judiciário, que é responsável pela próxima fase do processamento (AZEVEDO; VASCONCELLOS, 2011, p.63). O inquérito representa uma peça fundamental para a ação penal, uma vez que é nas informações coletadas durante a investigação que será baseada a ação penal posterior

Através da análise dos dados obtidos nos inquéritos policiais, entrevistas e observação dentro da delegacia durante o período de 2013 a 2015 procura-se estudar a polícia civil enquanto participante ativo e crucial no fenômeno que pretendemos observar. Assim como os estudos citados anteriormente usaram agências diferentes dentro da esfera de execução penal sem, no entanto, perder a possibilidade comparativa, pretende-se coletar nos inquéritos informações que permitam observar fatores semelhantes que figuram no tema central desta pesquisa, que pretende entender não somente como se caracterizam os indivíduos apreendidos e as ações da polícia, mas também busca elementos para compreender como ocorre o processo de criminalização. Pretende-se utilizar um locus diferente das pesquisas citadas anteriormente, buscando principalmente compreender quais as especificidades das práticas de uma instituição que acumula as funções judiciária e de polícia, representando para nós um campo fértil, pois proporciona a interseção entre a captação dos criminosos e o posterior processo de institucionalização.

A polícia, através de suas atividades, atua como agente estatal responsável pela captação de criminosos que serão posteriormente processados na esfera penal, a prática das instituições policiais no Brasil apresenta uma característica inquisitorial marcada pela

discricionariedade dos agentes “Como essas atividades são exercidas inquisitorialmente, a polícia e a população vigiada e investigada- particularmente as classes baixas- não desenvolvem relações de confiança recíproca e incondicional”. (KANT DE LIMA, 1989, p.71).

Entende-se que, à polícia não cabe o julgamento das ocorrências atendidas, conforme apontado por Kant de Lima (1989), ainda assim a atividade policial desempenha papel fundamental no processo de seleção, sendo que o procedimento de cada etapa posterior vai ser diretamente influenciada pelos elementos reunidos durante a fase de investigação e confecção do inquérito. A polícia, através de suas atividades, representa a linha de frente na captura de criminosos que serão processados na esfera penal, essa captação acontece de forma seletiva, segundo o autor, devido também à discricionariedade das práticas policiais, que em seu âmago apresentam essa característica. O processo de seleção que, na prática, cabe à polícia, gera uma inversão na estrutura do aparelho repressor, sendo que toda a ação do poder judiciário passa a ter “delimitadas as suas faixas de atuação pela polícia, que, na realidade das práticas informais, decide quem vai ser processado e julgado criminalmente” (KANT DE LIMA, 1989, p.82)

A partir da discussão desenvolvida pelos autores citados, sobre seletividade punitiva no que diz respeito aos crimes de tráfico de drogas e a questão da vulnerabilidade social dos sujeitos apreendidos, questiona-se: como as atividades da DENARC de Porto Alegre, refletidas em suas práticas cotidianas e documentos oficiais, podem ajudar a explicar a seletividade que atinge com mais frequência determinados grupos sociais

Hipóteses

A fim de um direcionamento do levantamento inicial, a partir de evidências teóricas e empíricas, são levantadas duas hipóteses: existe maior probabilidade de sofrerem ações por parte da polícia os moradores de comunidades pobres do que aqueles residentes em áreas nobres; nos últimos anos houve um aumento na participação de mulheres nas ocorrências de tráfico de drogas, principalmente em decorrência da atuação no artigo 35 da Lei Nº 11.343/2006 (associação para o tráfico de drogas)

Justificativa

O tráfico de drogas hoje é o crime que mais encarcera no país, tendo ultrapassado os crimes contra o patrimônio, que tradicionalmente eram os tipos de crimes mais comuns pelos quais ocorria o encarceramento. Segundo dados do relatório do Ministério da Justiça disponibilizado através da plataforma INFOPEN referentes ao ano de 2014, a população carcerária no Brasil era equivalente a um total de 503.685 presos, Sendo que 72.344 estavam presos por tráfico de drogas. O célere aumento da massa carcerária ocorrido nos últimos anos, principalmente devido ao crime de tráfico de drogas levanta diversas questões sobre o atual modelo de política de drogas.

Conhecer como atua a instituição responsável pela captação e processamento inicial daqueles que posteriormente farão parte dessa massa carcerária é um dos aspectos relevantes para que se repense as estratégias de enfrentamento do problema, não somente das dificuldades infraestruturais reconhecidas no sistema carcerário brasileiro, mas sobre como esses indivíduos que são privados de liberdade nessas instituições fizeram seu caminho até lá. Entende-se que a importância de buscar os motivos pelos quais atualmente o crime de tráfico de drogas encarcera tanto, consiste não somente em diminuir a população carcerária, mas também entender os problemas sociais que levam os acusados a fazerem parte dos inquiridos que esperamos analisar.

Confrontar os dados obtidos por outras pesquisas, com as constatações teóricas que constroem o argumento do viés racial e socioeconômico das atividades das instituições a serem estudadas, permitirá que a pesquisa traga uma perspectiva diferenciada para testar as teses trazidas nos estudos tanto teóricos quanto empíricos produzidos ao longo da evolução do tema, além permitir uma análise apurada do caso local, gerando dados utilizáveis para pesquisas posteriores, o estudo produzirá estatísticas que inexitem, inclusive dentro das próprias corporações, nesse caso podendo ser utilizadas pelas próprias agências envolvidas.

Considera-se um diferencial desta pesquisa o fato dela focar um campo empírico pouco explorado, o estudo de uma delegacia específica nos permite uma visão mais detalhada das práticas por ela realizadas. Acreditamos que é possível analisar as práticas policiais através da coleta de dados nos documentos produzidos em cada uma de suas etapas formando um conjunto representativo da rotina de instituição. Considera-se

importante para a pesquisa esse aspecto, devido às características funcionais da polícia, a qual as funções desempenhadas são consideradas fundamentais para a análise do fenômeno que se pretende observar.

Referencial Teórico

O conflito é objeto de análise desde os fundadores da sociologia, o processo de socialização de Simmel lembra da importância do conflito na construção da coesão. A luta de classes de Marx tem local especial na análise das conflitualidades inerentes à desigualdade econômica. Durkheim buscou entender as funções da sociedade como resultado de um todo gerado pela solidariedade entre os indivíduos. Weber ao mesmo tempo preocupava-se em entender as ferramentas utilizadas pelos homens para controlar uns aos outros e o Estado a ambos. No Brasil, atualmente, diversos pesquisadores têm se dedicado à temática da violência, da criminalidade e os aparelhos repressores representantes do Estado, com estes encontramos muitos elementos que servem para auxiliar o desenvolvimento da nossa proposta.

Na atualidade as discussões sobre a violência, a criminalidade e os aparelhos repressores representantes do Estado, bem como o viés socioeconômico observado nas estruturas punitivas, têm sido objeto da sociologia. A relação entre tráfico de drogas e comunidades pobres nos faz pensar além da indução reducionista, sobre a qual de alguma forma todos os trabalhos que citamos nos previnem, a relação entre pobreza e criminalidade vai além de: pessoas que vivem em contextos vulneráveis têm maior probabilidade de se tornarem criminosos. A questão desenvolvida é que pessoas que vivem em contextos vulneráveis têm maior probabilidade de serem criminalizadas. Da perspectiva sociológica, a análise da relação entre vulnerabilidade social e criminalização, bem como as atividades das instituições de controle, são objeto de intenso interesse. Em uma época marcada por um acelerado processo de mudança social em que novas tipificações de conflito surgem constantemente oriundas do processo de mundialização das sociedades modernas.

Tavares dos Santos (2009) busca analisar a problemática da violência e o conflito concebendo a sociedade contemporânea como sendo o resultado de um processo acelerado de mudança na estrutura social que vem ocorrendo nas últimas décadas, em grande parte devido aos avanços tecnológicos que marcam o período. A falência das instituições

tradicionais de socialização e as de controle, como a escola e a polícia, desencontro de valores tradicionais com as novas realidades advindas do processo de mundialização das sociedades modernas, modifica e cria novos tipos de conflitos que representam um campo de interesse para a sociologia da conflitualidade. No que tange aos diversos tipos de violência, seja aquelas praticadas contra o estado, ou por ele próprio “pode-se verificar empiricamente na sociedade brasileira a seletividade social das vítimas: trabalhadores urbanos, moradores de bairros populares, pais, crianças, mulheres, jovens, negros, índios”(TAVARES DOS SANTOS, 2009, p.148).

Esta seletividade está presente também no trabalho policial, neste, ocorre principalmente através da discricionariedade inerente à função de polícia, vem se tornando objeto frequente de análise por parte da sociologia. Kant de Lima (1989) parte da perspectiva que “a prática da vigilância requer o uso de critérios policiais para selecionar criminosos potenciais de cidadãos respeitadores da lei. No exercício de suas funções de vigilância e investigação, espera-se que a polícia previna e reprima a criminalidade e, mesmo, prenda criminosos” (KANT DE LIMA, 1989, p.71) A discricionariedade inerente à função de policial, é fortemente influenciada pela cultura e estruturação inquisitorial de suas práticas cotidianas, que caracterizam seu trabalho “Como essas atividades são exercidas inquisitorialmente, a polícia e a população vigiada e investigada- particularmente as classes baixas- não desenvolvem relações de confiança recíproca e incondicional”. (KANT DE LIMA, 1989, p.71). A discricionariedade inerente à função de polícia incumbe a instituição da “difícil tarefa de selecionar quais indivíduos têm "direito" aos seus direitos constitucionais e ao processo acusatório, enquanto "pessoas civilizadas", e quais não têm” (KANT DE LIMA, 1989, p.78).

Zaluar (2002) considera que a pobreza é uma variável que facilita o aliciamento de jovens por parte das organizações criminosas. A pobreza aliada a fatores como a baixa escolaridade, falta de estrutura familiar e o cenário de violência urbana, representam o ambiente ideal para que esses jovens vejam no crime uma oportunidade de ascensão social e aquisição de bens de consumo, aos quais não teriam acesso caso não recorressem a esse tipo de atividade. A proximidade dos jovens com contextos onde a criminalidade e a violência, onde o conflitos com os órgãos estatais de repressão fazem parte do cotidiano, onde o Estado se faz presente predominantemente através de ações violentas de repressão, contribuem para que a criminalidade configure uma alternativa para tais jovens. Dessa

forma, a partir do conceito de seletividade e discricionariedade pretende-se desenvolver a pesquisa proposta.

Os jovens encarcerados pelo crime de tráfico de drogas são em geral pertencentes aos estratos mais baixos da estrutura social. Percebe-se que o contexto violento, a exclusão social e a guetização de comunidades, contribui para o envolvimento de jovens com atividades criminosas, tornando-os a principal população no sistema carcerário. Essa relação “revela-nos a presença de uma estreita relação entre a “cultura do gueto” e o sistema carcerário, já que a maior parte da população dos presídios advém de comunidades pobres, geralmente localizadas nas periferias das cidades” (ROSA, 2009, p. 375). A partir dessa rotina de exclusão e marginalização, onde parecem poucas as possibilidades e perspectivas de inclusão em atividades integradoras, o jovem pobre, estigmatizado, rotulado e excluído, encontra no crime a perspectiva de ascensão a qual não possuiria sem ele, tornando-se assim o inimigo a ser combatido em nome do bem estar dos não cidadãos “a medida em que o processo seletivo do “criminoso” pressupõe a seleção de situações conflituosas ou de fatos considerados socialmente negativos que não são necessariamente violentos, mas considerados desviantes ou fora de uma moralidade padrão (ROSA, 2009, p.381).

Percebe-se que a seletividade nas práticas policiais e no sistema punitivo em geral, através das atividades desempenhadas em cada uma de suas esferas, tende a agir com mais ou menos rigor em função da situação socioeconômica do acusado, agindo mais rigorosa e pesadamente quanto mais vulnerável ele é. O mesmo se observa nos crimes relacionados ao tráfico de drogas “servindo a política de drogas apenas como um meio puramente simbólico de proteção à saúde pública, mantendo, na prática, a tradição brasileira de repressão e controle social punitivo dos mais pobres e excluídos” (BOITEUX, 2009, p.43).

A perspectiva interacionista vem sendo utilizada por estudiosos da criminalidade, principalmente no sentido de compreender como a sociedade escolhe seus criminosos, em outras palavras, a criminalização dos sujeitos e como o sistema punitivo alicerçado no direito penal atinge os diferentes estratos sociais. a teoria do etiquetamento e os estudos sobre o desvio, o estigma da violência e do tráfico de drogas nas comunidades carentes, são pensados a partir de perspectiva onde as representações dos sujeitos sobre outros sujeitos é a questão central para entender suas ações. Vale-se disso para pensar as construções feitas pelos agentes de polícia quanto à própria atividade e sobre a figura do “traficante”. Os desdobramentos desses conceitos célebres nas ciências sociais e jurídicas deram ensejo

para o surgimento ou (ressurgimento) da criminologia enquanto instrumento para se pensar a como a desigualdade social influencia na ocorrência dos delitos.

A criminologia da reação social, ou criminologia crítica surge como uma resposta às abordagens criminológicas precedentes, fortemente influenciadas pelo positivismo científico e que buscavam explicações centradas na figura do criminoso. A criminologia crítica transporta o foco de análise do criminoso para a estrutura social na qual se inclui a figura do delinquente, buscando uma abordagem que prioriza a análise estrutural do fenômeno da violência, os processos de criminalização, através da estigmatização e etiquetamento aos quais se sujeitam os criminalizados. Foi a partir do interacionismo simbólico de Herbert Mead que autores como Howard Becker e Erving Goffman desenvolveram respectivamente suas teorias sobre o etiquetamento, o estigmas e a identidade deteriorada. Alessandro Baratta, além das influências já citadas, adota a perspectiva marxista, através de uma visão do sistema penal enquanto um instrumento de controle das classes subalternas, aborda influência do poder econômico sobre o sistema penal e como isso pesa contra aqueles mais economicamente vulneráveis

Baratta (2002), propõe que se pense a maneira como consideramos o crime, os criminosos e as conseqüentes estruturas punitivas, além de como a desigualdade econômica influencia na ação dos aparelhos punitivos, o deslocamento do foco, do indivíduo para a estrutura em que ele se inclui, a sua posição no espectro social, são o ponto central da discussão “na perspectiva da criminologia crítica a criminalidade não é mais uma qualidade ontológica de determinados comportamentos de determinados indivíduos, mas se revela, principalmente, como um status atribuído a determinados indivíduos”. (BARATTA, 2002, p. 161).

O arcabouço disponível até o momento permite o delineamento inicial do enquadramento teórico da pesquisa, a presença de estudos célebres que tratam tangencialmente do assunto a ser abordado dá ensejo para comparações contextuais, atualizações estatísticas e novas perspectivas metodológicas.

Procedimentos Metodológicos

Pretende-se realizar um estudo através de abordagens quantitativas e qualitativas a fim de compreender como opera uma delegacia de polícia específica, responsável exclusiva

pelo processamento inicial de todos os flagrantes de tráfico de drogas ocorridos na cidade de Porto Alegre, a 4ª Delegacia de Pronto Atendimento (3ª DPPA).

Através da coleta de dados nos inquéritos policiais de repressão a crimes envolvendo tráfico de entorpecentes (artigo 33 da Lei Nº 11.343/2006) concluídos no período de 2013 a 2015, produzidos pela divisão de narcóticos da polícia civil da cidade de Porto Alegre, espera-se poder traçar o perfil dos acusados bem como características contextuais das ocorrências. Tendo em vista o grande número de registros que esperamos encontrar, talvez seja necessário recorrer a amostragens aleatórias a exemplo do que fizeram (RUSSO, 2002; LUZ, 2012) ao invés do método censitário aplicado na pesquisa por nós realizada anteriormente. As informações a serem coletadas na pesquisa proposta dizem respeito principalmente ao contexto em que ocorreram os fatos relatados nos inquéritos, bem como; local onde ocorreu o fato; como são relatados os fatos pela diligência responsável atuante no momento da apreensão; cor da pele; gênero; idade; escolaridade; local de residência; situação laboral; presença de antecedentes criminais; presença de cúmplices e a incidência do art. 35 da (associação para o tráfico); testemunhas presentes.

Busca-se investigar elementos contextuais no desenvolvimento das ações policiais como: presença de testemunhas; qual força policial realizou e como ocorreu a abordagem; local da ocorrência; tipo de droga apreendida; quantidade e forma de acondicionamento da substância ilícita apreendida; presença da utilização do recurso da prisão preventiva além de informações referentes às características pessoais e vida pregressa dos acusados, tais como: cor da pele; gênero; idade; escolaridade; local de residência; situação laboral, passagens policiais anteriores. Não se espera poder, de qualquer forma, generalizar os dados obtidos, somente a perspectiva comparativa com outros estudos. Para auxiliar-nos neste aspecto, o caráter comparativo deste trabalho pretende fundamentar a tese de que os crimes envolvendo entorpecentes, por suas características difusas e amplamente observáveis na maioria dos territórios, adquire uma característica estrutural que o torna semelhante nas diversas localidades.

A definição de população jovem configura um desafio terminológico para o trabalho, sendo que diversas agências e órgãos internacionais acabam por utilizar intervalos de idade diferentes dependendo do direcionamento das pesquisas. No Brasil o IBGE considera como jovem a população compreendida na faixa entre os 15 aos 24 anos

(IBGE, 1999), a OMS e ONU estabelecem em seus diversos programas diferentes faixas etárias para o termo “jovem”, segundo informações do United Nations Department of Economic and Social Affairs UNDESA (2013), a UNICEF define dos 15 aos 24, o fundo para a juventude (UN habitat) define o intervalo entre 15 e 32 anos.

Tendo em vista essa indefinição de critérios, optou-se por adotar uma faixa adaptada ao contexto e ao objeto de estudo, devido ao fato de que, no Brasil, as especificidades legais referentes às competências das delegacias de polícia são afetadas em razão da imputabilidade penal dos apreendidos. Os menores de dezoito anos são encaminhados para a Delegacia de Polícia Para a Criança e o Adolescente (DPCA). Nosso intervalo iniciará aos 18 anos, indo até a idade de 32 anos, nessa faixa etária se concentram a maioria dos casos, conforme dados obtidos em pesquisas anteriores.³

Através das entrevistas, busca-se explorar a percepção dos agentes de polícia sobre o objeto de estudo, a lei de drogas e tráfico de drogas, bem como a presença maciça de jovens, pessoas de baixa escolaridade e moradores de bairros pobres nas ocorrências. Inicialmente através de entrevistas abertas que poderão dar lugar a entrevistas com roteiro semi-estruturado, que serão posteriormente transcritas para análise no software Nvivo, buscando encontrar as relações entre as percepções dos entrevistados e o que consideram serem as causas dos problemas referentes às indagações da pesquisa. A presença contínua no interior da delegacia de polícia busca observar detalhes dos procedimentos que, devido à natureza documental dos inquéritos, não poderiam ser auferidos. Se espera que a presença do pesquisador no ambiente de trabalho propicie ocasiões para entrevistas com os agentes e mesmo com os detidos que por ventura possam estar presentes no local.

Resultados Preliminares

Até o momento, através do levantamento bibliográfico e tendo sido realizados os primeiros contatos, pode-se observar que há um interesse considerável por parte dos agentes sobre o objeto de pesquisa, ao que tudo indica, não haverá maiores empecilhos

3 Segundo dados da pesquisa realizada na Delegacia Especializada Em Furto Roubo Entorpecente e Captura (DEFREC) em Santa Maria/ RS, referente ao ano de 2012, em 36% dos casos os indivíduos indiciados tinham entre 18 e 24 anos, ao todo 65% tinham no máximo 31 anos. A pesquisa realizada por Jesus et alli (2011) obteve que 75,6% dos acusados de crimes envolvendo entorpecentes na cidade de São Paulo no ano de 2010 tinham menos de 29 anos.

para a realização das entrevistas ou para o acesso a aqueles inquiridos já concluídos. O levantamento bibliográfico feito até o momento permitiu o delineamento do marco teórico a ser utilizado, os estudos sobre a criminalização da pobreza e da juventude servirão como as margens pelas quais fluirá a análise dos dados a ser feita, ainda não há elementos suficientes para que se possa fazer uma discussão sobre as hipóteses levantadas, todavia, por tratarem-se de fenômenos bastante conhecidos do dia-a-dia, espera-se que elas se confirmem ao menos parcialmente no decorrer do estudo. Os próximos passos consistirão na realização de entrevistas em profundidade com os agentes, além da observação de plantões policiais e da coleta de dados numa amostra dos inquiridos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Sérgio. A criminalidade urbana violenta: um recorte temático. **ANPOCS**, Rio de Janeiro, n. 35, p.3-24, 1993.

ANGARITA CAÑAS, Pablo Emilio (Coord.). **Drogas, policías y delincuencia: otras miradas a la seguridad ciudadana en América Latina**. Buenos Aires, CLACSO, 2015. E-Book. ISBN 20978-987-722-080-3. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20150626015959/Drogas.pdf>>. Acesso em: 25 de julho de 2016.

AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de; VASCONCELLOS, Fernanda Bestetti de. O inquirido policial em questão: situação atual e a percepção dos delegados de polícia sobre as fragilidades do modelo Brasileiro de investigação criminal. **Soc. Estado**, Brasília, v. 26, n. 1, p.59-75, abr. 2011.

BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal**. 2 ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1999.

BATISTA, Vera Malaguti. **Difíceis ganhos fáceis: Drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003. 152 p.

BOITEUX, Luciana et al. **Tráfico de drogas e constituição**. Brasília: Ministério da Justiça, 2009. E-book. ISSN 2175-5760. Disponível em: <http://participacao.mj.gov.br/pensandoodireito/wpcontent/uploads/2012/11/01Pensando_Direito.pdf>. Acesso em: 19 de julho de 2016.

BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional (2014), **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias Infopen**. Brasília: Ministério da Justiça. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/noticias/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf>> Acesso em: 19 de julho de 2016.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004. 107 p.

IBGE. **População Jovem no Brasil**. Rio de Janeiro: Ibge, 1999. 54 p. (II). Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6686.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2016.

JESUS, Maria Gorete Marques de; OLIVEIRA, Amanda Hildebrand; THIAGO, Pedro Lagatta; ROCHA, Thadeu da. **Prisão provisória e lei de drogas: um estudo sobre os flagrantes de tráfico de drogas na cidade de São Paulo**. 2011. 154 f. Tese (Doutorado) - Curso de Sociologia, Núcleo de Estudo da Violência, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

LIMA, Roberto Kant de. Cultura jurídica e práticas policiais: a tradição inquisitorial. **Rev. Bras. Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 10, p. 65-84, jun. 1989.

LUZ, Richardson dos Santos. **Na trilha das drogas ilícitas: gênese das carreiras criminais no Rio Grande do Sul**. 2012. 121 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Sociologia, Ifch, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

ROSA, Pablo Ornelas. Juventude das prisões mascaradas como alvo das políticas criminais de drogas. **Surveillance In Latin America: Vigilância, Segurança e Controle Social**, Curitiba, p.369-384, mar. 2009.

RUSSO, Mauricio. **Velhas práticas: seletividade e impunidade. A violência policial militar em Porto Alegre no início do século XXI**. 2005. 101 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

SANTOS, José Vicente Tavares dos; TEIXEIRA, AlexNiche (Orgs.). **Conflitos Sociais e Perspectivas da Paz**. Porto Alegre: TOMO, 2012. 427 p.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Violências e conflitualidades**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2009. 176 p.

THOMPSON, Augusto. **Quem são os criminosos?: O crime e o criminoso: entes políticos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007. 177 p.

UNDESA. **Definition of youth**. Nova Iorque: United Nations Publication, 2013. 3 p. Disponível em: <<http://www.un.org/esa/socdev/documents/youth/factsheets/youth-definition.pdf>>. Acesso em: 14 jul. 2016.

WACQUANT, Loic. **Punir os pobres: uma nova gestão da miséria nos Estados Unidos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003. 168 p. Tradução de: Eliana Aguiar.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1967. 523 p. Tradução de: Waltensir Dutra.
ZACCONE, Orlando. **Acionistas do nada: quem são os traficantes de drogas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007. 140 p.

ZAFFARONI, Eugenio Raul. **Em busca das penas perdidas: a perda da legitimidade do sistema penal**. Rio de Janeiro: Revan, 1991. 283 p. Tradução de: Vânia Romano Pedrosa e Amir Lopez de Conceição.

ZALUAR, Alba. **Da revolta ao crime S/A**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2002. 129 p.

Desigualdade, violência e busca de justiça social: caso de linchamentos públicos na cidade da Beira – Moçambique (2007-2015)

José Joaquim Franze¹

Os linchamentos são ações populares ritualizadas, caracterizadas pela execução de supostos criminosos através de torturas físicas, com objetivo de sentenciá-los. A sua reiterada ocorrência na cidade da Beira, torna apreensível aos poderes governativos e a sociedade civil, sugerindo debates a nível acadêmico e político com intuito de procurar conter a sua ocorrência. Neste contexto, nos propusemos entender a sua distribuição social e espacial, suas motivações, bem como a sua relação com os processos de controlo social da criminalidade. Em Moçambique, as práticas de linchamentos têm seu enquadramento no tipo legal de crime, tendo em conta a intenção e o resultado final que os atos de linchar produzem. Embora não exista uma lei avulsa específica, pode se enquadrar como tentativa de homicídio ou homicídio qualificado, previstos e puníveis pela lei moçambicana, mas infelizmente a semelhança do Brasil, as suas investigações foram caracterizadas pelo silêncio das testemunhas, gozando supostamente de uma espécie de imunidade no seio da justiça formal (GARLAND, 2005). Martins (1995) explica que, no Brasil, a própria polícia sempre teve dificuldades em obter informações sobre os seus autores. Empiricamente, este ato é o resultado de insatisfação popular, não só pelo modo de como tem se praticado o crime, mas de insurgir-se aos que, mesmo podendo evitá-lo, não o fazem de forma eficiente e eficaz. Para eles, linchar é a solução eficaz encontrada de responder ao sistema de justiça criminal que se situa longe de si, funcionando de forma absurda para quem se destina servir.

Palavras - chave: Linchamento, desigualdade, violência e justiça.

Introdução

O presente artigo tem como tema "análise crítica de linchamentos públicos em Moçambique, caso particular da cidade, Beira, no período de 2007 a 2015".

Atualmente as formas de como tem ocorrido os linchamentos em Moçambique, olhando para as suas conseqüências nefastas, tornam-nos apreensivos e fazem com que se procure formas de melhor explicar a sua gênese, assim como formas de minimizar o seu impacto social, uma vez que em algum momento é praticado na presença de menores de idade, representando uma transmissão de valores imorais dos mais velhos para os mais novos, remetendo-nos ao que Sutherland (1949) denominou de associação diferencial.

¹ Mestrando em Sociologia, UFRGS.

Socorrendo-nos das análises de entendimento de diversas pessoas que direta ou indiretamente vivenciaram estas práticas e também por meio de análise documental e pesquisa bibliográfica, chegou-se à ilação de que nestas cidades existe um conjunto de elementos situacionais, tais como condições estruturais dos bairros periurbanos descritas como deterioradas.

A abordagem teórica desenvolvida centra-se na análise do fenômeno não somente como um problema de ordem e de segurança públicas, mas também como um fato inerente ao processo de manutenção das relações sociais na comunidade, uma vez que este fenômeno propicia cada vez mais a degradação de valores morais. Foi neste diapasão que nos propusemos entender empiricamente a essência do linchamento nesta segunda cidade moçambicana, as suas motivações bem como a sua relação com os processos de controlo social formal da criminalidade e informal, neste caso, a atuação dos dispositivos tradicionais de controlo comunitário.

Os números mostram que de 2000-2012, centenas de pessoas foram linchadas em todo o país, com maior enfoque nas cidades de Maputo, Beira, Chimoio e Nampula. No entendimento de Serra (2008) isso se deve às grandes desigualdades sociais verificadas nestas cidades em comparação com as outras, caracterizadas pela pobreza extrema em nível dos seus bairros da periferia, por um lado. Por outro lado a presença massiva de veteranos de guerra.

Linchamento

O termo linchamento tem origem etimológica em "lynch", nome genuíno de um norte-americano, *Charles Lynch*, proprietário de uma extensa área de terras na Virgínia que, em virtude de em 1790 ter implementado práticas ilegais de punição de transgressões às regras locais. Essas práticas consistiam na agressão física aos suspeitos de violarem tais regras, para tal amarrava-os numa árvore grande que se localizava defronte de sua casa (TOLNAY & BECK, 1995). Fower (1995) descreve o linchamento como prática de "imposição de pena" a um indiciado de ter praticado o crime, feita por um "tribunal" constituído por autoridades ilegais.

Com base nos elementos comuns constantes nas definições de Garland (2005), Martins (2015) e Souza (1999), podemos definir o linchamento como sendo ações violentas e coletivas de fazer justiça através de julgamentos arbitrários, caracterizados pela execução

sumária de pessoas supostamente consideradas criminosas, ou efetivamente acusadas de crime, através da participação de multidões e sem intervenção de autoridades legais.

Este comportamento mostra o descontentamento popular em relação ao crescimento generalizado das violações das regras de convivências locais ou da criminalidade nas suas comunidades, resultante da ineficácia do funcionamento de órgãos formais e informais de controle social na prevenção destes fenômenos.

Conforme Verma (2007), um indivíduo fazendo parte de um grupo, o seu processo de tomada de decisão é alienado pelos objetivos coletivos. Ainda diz que as emoções dominam o comportamento do indivíduo, e este passa a agir sem o senso do certo e do errado, enquanto elemento do grupo. É nesta mesma linha de pensamento que Martins (1996) considera que os participantes agem como se a sua capacidade racional fosse dominada pela vontade coletiva de atuar para alcançar objetivos consensualmente propostos.

Evolução dos Linchamentos no mundo e em Moçambique

Conforme a explicação de Tolnay e Beck (1995), a prática de linchamentos emergiu no século XVIII, e teve aderência popular no Sul dos Estados Unidos da América, nos finais do século XIX. De acordo com Garland (2005), as primeiras cenas de torturas e queima de suspeitos de crimes praticadas em forma de cerimônias e espetáculos públicos, teriam registrado-se nos finais da década de 90. É neste contexto histórico que autores como Garland (2005), Martins (1995) e Waldrep (2008) consideram que, para além de estarem associados à acusação de prática de crime, os linchamentos estavam certamente imbuídos de intenções raciais. Por meio de violência privada, estes atos dissuadiam os negros americanos de usufruir de direitos legais. Através dessas práticas, os linchadores procuravam lembrar-lhes que sempre ocupariam a posição mais infima da esfera política e social. Por outro lado Waldrep (2008) considera que os linchamentos praticados por multidões refletiam tentativa dos brancos preservarem as linhas de castas e seus privilégios, impondo aos negros a inferioridade e a sujeição.

Não só, mas também essas práticas viriam ter como vítimas os latinos americanos, judeus e outros grupos de imigrantes. No mesmo diapasão Martins (2015) defende que seria injusto afirmar que os linchamentos eram práticas exclusivamente dirigidas contra

negros, porque em caso de violação das regras morais, os brancos também eram vitimizados, sendo essa uma forma de manter e impor o acatamento das normas locais.

Estas práticas fizeram com que, segundo Souza (1999), na história dos linchamentos, os Estados Unidos da América fossem considerados como o país com maior número de ocorrências registradas. A partir dos Estados Unidos da América, as práticas de linchamentos estenderam-se progressivamente a outros países, particularmente da América Latina. Nessa esteira de pensamento, Martins (1995) assinala a sua ocorrência no Brasil, nos finais do século XIX, predominantemente nas zonas urbanas caracterizadas por condições estruturais precárias, descrevendo-as como atos de crueldade praticados contra um suspeito de ter praticado o crime.

O linchamento em Moçambique está associado a um sistema informal de justiça, em que os cidadãos por conta própria, sentindo ineficácia da polícia e de instituições formais de justiça, procuram fazer justiça com as próprias mãos. Há vários casos em que criminosos diretamente acusados pela população, sobretudo nas periferias da cidade, são levados à polícia, mas dias depois são vistos andando livremente pelas ruas. Isso foi criando um sentimento de revolta na população. Portanto, nesse caso, o linchamento chega a ser o culminar de um conflito entre a sociedade e o Estado, a partir do momento que a população sente que o Estado não se faz presente nos problemas do cotidiano das pessoas, sobretudo das camadas mais pobres.

Conforme Serra (2008) estes casos ocorreram inicialmente na cidade de Maputo, capital do país, tendo-se expandido posteriormente para outros centros urbanos, como as cidades de Beira, Maputo, Nampula e Chimoio. De acordo com este estudo, os linchamentos viriam a atingir proporções jamais vistas nos anos de 2007 e 2008. Distinguindo-se das orientações raciais, uma das características fundamentais dos linchamentos nos Estados Unidos, relativamente a Moçambique, assim como ao Brasil, os fatores motivacionais dos atos de linchamento são transformações políticas e assimetrias sociais, ligadas ao recrudescimento da criminalidade.

Este pensamento de Serra é partilhado pelos autores (GARLAND, 2005; MARTINS, 1995) ao salientar que os linchamentos sempre foram caracterizados por torturas físicas e queima de vítimas e ainda acrescentam que estiveram na origem deste fenómeno, profundas transformações político-sociais e questões de criminalidade, tendo em conta que muitas das suas vítimas foram sempre acusadas de práticas criminosas. Os

linchamentos constituem uma prática contrária às leis formais, cuja consumação carece de responsabilização criminal.

Enquadramento Jurídico de Linchamentos

Conforme Garland (2005) os linchamentos assumem o caráter de homicídios, mas as suas investigações foram caracterizadas pelo silêncio das testemunhas, gozando supostamente de imunidade no seio da justiça formal.

Por outro lado, Martins (1995) explica que, no Brasil, a própria polícia sempre teve dificuldades em obter informações sobre o crime e indicar os seus autores. Os residentes preferem optar pelo silêncio mesmo para a identificação da pessoa linchada, ainda que a conheça. No ponto de vista de Garland (2005), este silêncio implica uma expressão de sentimento de solidariedade e espírito de grupo entre os participantes, em face da responsabilização criminal pelo ato.

Em Moçambique, as práticas de linchamentos têm seu enquadramento no tipo legal de crime, tendo em conta a intenção e o resultado final que os atos de linchar produzem. Embora não exista uma legislação avulsa específica, pode se enquadrar como tentativa de homicídios, homicídio frustrado ou homicídio qualificado, previstos e puníveis nos termos dos Artigos 350º e 351º, circunstâncias 1ª, 2ª e 6ª, do código penal moçambicano.

O fato embaraçoso no ordenamento jurídico moçambicano, é que quando muitas pessoas tomam parte de um ato criminal, como no linchamento, a responsabilização é seguida de uma avaliação da contribuição que cada uma delas teve na ação. Esta formalidade acontece em estrito respeito ao princípio da “individualidade” da responsabilidade criminal, conforme tenham sido autores, cúmplices e encobridores, segundo o estabelecido no Artigo 19º, em conjugação com o Artigo 28º, do código penal moçambicano. Esta avaliação não tem sido efetuada com sucesso, nos casos de linchamentos, porque muita das vezes os que lincham saem após o ato, estando presentes apenas os curiosos, que, no fundo não conseguem explicar como é que tudo começou e nem identificar os participantes, deixando muitas vezes esse tipo de casos impunes.

Segundo Serra (2008), esta lacuna na disposição legal faz com que a responsabilização criminal por prática de linchamento se mostre como tarefa difícil. Fora disso, à semelhança do Brasil e dos Estados Unidos, o processo de investigação também se depara com o silêncio das testemunhas e participantes. Perante esta dificuldade, os

promotores destes atos têm grandes chances de ficarem impunes e, se são responsabilizados, a pena aplicada é mais branda em relação à aplicada, por exemplo, a um homicídio qualificado.

Este pensamento é partilhado por Souza (1999) ao considerar que para além de incentivar a reprovação das instituições formais de controlo social, as dificuldades de responsabilização criminal dos autores de linchamentos incentivam o recurso às formas privadas de fazer a justiça fora do controlo do Estado.

Conclusão

As ações populares que terminam em linchamento são interpretadas como forma de fazer a justiça retributiva face ao fracasso demonstrado pelo Estado na solução dos problemas de segurança e da justiça criminal. Os atos ilícitos supostamente cometidos pelas vítimas, na maioria dos casos de linchamentos são crimes patrimoniais de menor gravidade e não violentos, tratando-se neste caso de reação desproporcional e desmedida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BINFORD, Leigh. **A failure of normalization: Transnational migration, crime and popular justice in the contemporary neoliberal Mexican social formation**. Social justice. Pro Quest Criminal Justice.1999,p.123-144

GARLAND, David. **The limits of sovereign state: Strategies of crime control in contemporary society**. 1996.p. 445-471.

GARLAND, David. **Penal excess and surplus meaning: Public torture, lynching's in twentieth-century America**. Low and society review. Pro Quest Criminal Justice.2005,p.793-833

MARTINS, J. Souza (1995). **As condições do estudo sociológico dos linchamentos no Brasil**,1995.

MARTINS, J. Souza. **Linchamento, o lado sombrio da mente conservadora**. 1996, p. 11-26 Tempo social – Ver. Sociol. São Paulo

MARTINS, J. Souza . **Linchamento, o lado sombrio da mente conservadora**. São Paulo, 2014.

MARTINS, J. Souza . **Linchamentos**. Justiça popular no Brasil. São Paulo, 2015.

MOÇAMBIQUE. **Constituição da República de Moçambique**. Imprensa Nacional de Moçambique. Maputo, 1990

SERRA, Carlos dir. **Linchamentos em Moçambique: Uma desordem que apela à ordem**, Maputo V I, Imprensa Universitária,2008

SERRA, Carlos dir. **Linchamentos em Moçambique: O kwhiri que apela à purificação**, Maputo, V II, Imprensa Universitária,2009

TOLNAY, Stewart & Beck. E. M (1995). **A festival of violence: An analysis of southern lynchings**. University of Illinois Press. Urbana and Chicago, 2007,p.1882-1930

VERMA, Arvind . **Anatomy of riots: A situational crime prevention approach**. 2007.p. 201-221.

Direitos sociais, Desenvolvimento Humano e Vulnerabilidade: características da urbanização de Porto Alegre

Nina Becker¹

Este trabalho faz parte de um dos estudos que compõe o Mapa dos Direitos Humanos, do Direito à Cidade e da Segurança Pública de Porto Alegre 2015, elaborado e publicado pela Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana (CEDECONDH) da Câmara Municipal de Porto Alegre em dezembro de 2015. O estudo, de caráter teórico e inédito nos parlamentos brasileiros, é uma análise dos resultados do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) nas Unidades de Desenvolvimento Humano (UDH) e nas Regiões do Orçamento Participativo (ROPs) do município de Porto Alegre, que acabaram por demonstrar as desigualdades existentes em nível intramunicipal no que se refere ao desenvolvimento socioeconômico e no acesso aos direitos. Com o objetivo de apresentar um diagnóstico das áreas mais carentes do município, observou-se que as noções de vulnerabilidade social, pobreza multidimensional e desenvolvimento humano são percebidas apenas como conceitos teóricos, sendo pouco utilizadas para a formulação de políticas públicas. A hipótese inicial, apresentada no Mapa, de que a segregação espacial é um forte condicionante da condição de pobreza, é demonstrado pelos dados extraídos do IDHM e IVS, e possui influência nos níveis de bem-estar dos cidadãos.

Palavras-chave: desenvolvimento humano; vulnerabilidade social; direitos humanos.

Introdução

A Constituição Federal brasileira, lei máxima do país, estabelece no Título I, Dos Princípios Fundamentais, Capítulo II, dos Direitos Sociais, que:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Além destes direitos sociais, que devem ser garantidos por todos os níveis de governos e da sociedade civil, a Constituição garante ainda em seu Artigo 5º os direitos à igualdade e à não discriminação dos direitos e liberdades fundamentais, bem como os

¹ Licenciada em Ciências Sociais pela UFRGS (2010/2), assessora técnica da Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana (CEDECONDH) da Câmara Municipal de Porto Alegre no ano de 2015.

direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, visando a melhoria de sua condição social em seu Artigo 7º. No âmbito da política urbana, fica estabelecido também que:

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes

Desta forma, temos a constituição de diretrizes gerais que auxiliam no desenvolvimento urbano com vistas ao fortalecimento da função social da propriedade e da cidade, fundando-se no bem-estar de seus habitantes. O pleno desenvolvimento de uma sociedade só é possível no respeito aos direitos sociais fundamentais, bem como na realização dos direitos humanos inerentes, como preconiza a Declaração Universal dos Direitos Humanos quando afirma que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos.”

Pensar o planejamento urbano é mais do que expressar o projeto de cidade desejado: o olhar das políticas públicas deve estar ciente não só dos equipamentos e serviços necessários ao bem-estar da população como também deve respeitar o conceito de desenvolvimento social como um todo.

Neste estudo, analisamos dois aspectos fundamentais na constituição do desenvolvimento social: 1) o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), com suas abrangentes dimensões; e 2) o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), descrevendo outras dimensões de exclusão social presentes no município. Ao conjunto dos índices, também analisamos dois indicadores que retratam a vulnerabilidade econômica presente nas unidades de desenvolvimento municipais, dando visibilidade aos pontos problemáticos e desiguais constituintes da ordem urbana.

Identificar estes elementos é fundamental para que se possa atuar de maneira a sanar os problemas sociais do município, com planejamento e respeito à diversidade e à democracia participativa, ainda por conquistar-se em Porto Alegre por meio da mobilização popular, observação social e respeito aos direitos humanos.

Desenvolvimento Humano em Porto Alegre

O conceito de desenvolvimento humano foi apresentado pela primeira vez em 1990, no primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). No relatório, o economista paquistanês Mahbub ul Haq e o economista Amartya Sen apresentaram também a medida deste desenvolvimento, que foi chamado de Índice de Desenvolvimento Humano - ou IDH. O conceito de desenvolvimento humano foi então definido como um processo de ampliação da liberdade de escolhas das pessoas, relacionado às suas capacidades e oportunidades para atingirem a vida que desejam ter ou se tornarem aquilo que desejam ser.

Este conceito se popularizou ao mesmo tempo em que o IDH passou a ser utilizado como medida do grau de desenvolvimento de um país, contrapondo-se a medida utilizada até o momento, o Produto Interno Bruto (PIB). Isso porque o PIB é um indicador que reflete apenas a dimensão econômica, de quanto uma sociedade produz ou pode produzir, mas não leva em conta o aspecto humano desta sociedade, reproduzindo ou reforçando algumas desigualdades. Para tratar do desenvolvimento traduzido em conquistas concretas para as populações (a melhoria do acesso aos serviços de saúde e educação, a ampliação da participação política, a redução das desigualdades de renda e oportunidades de emprego, por exemplo), então, o conceito de desenvolvimento humano coloca no centro da análise o bem-estar das pessoas e modifica a maneira como pensamos e lidamos com o desenvolvimento, seja em nível local, nacional ou internacional.

O IDH abrange três dimensões universais, que juntas se tornam as medidas do desenvolvimento humano de uma sociedade. Essas dimensões são:

- Saúde, medida pela expectativa de vida ao nascer;
- Educação ou acesso ao conhecimento, medida em dois indicadores: i) média de anos de estudos da população adulta (com mais de 25 anos) e ii) expectativa de anos de escolaridade para crianças na idade de iniciar a vida escolar;
- Padrão de Vida, medida da renda per capita expressa em poder de paridade de compra.

O IDHM

A partir de 2012, o PNUD Brasil, o Ipea e a Fundação João Pinheiro passaram a calcular o IDH Municipal (ou IDHM), para adequar as diferenças locais dos mais de 5 mil municípios brasileiros. Esse cálculo foi realizado a partir das informações dos três últimos Censos Demográficos do IBGE – 1991, 2000 e 2010 – e conforme a malha municipal existente em 2010.

Mas ainda era necessário compreender as idiossincrasias presentes nos maiores municípios brasileiros, pois a construção de um único índice global acabava por apagar as diferenças existentes entre as menores localidades dentro destes municípios, os bairros ou regiões. As três instituições assumiram então o novo desafio de calcular o IDHM em nível intramunicipal das regiões metropolitanas do país – por meio das Unidades de Desenvolvimento Humano (UDH). As UDH, segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil “foram delineadas buscando gerar áreas mais homogêneas, do ponto de vista das condições socioeconômicas, do que as áreas de ponderação do IBGE.” Isto é, elas são construídas para captar as situações relacionadas com o desenvolvimento humano dentro dos espaços municipais, que antes ficavam escondidos ou sobrepostos pelas médias municipais agregadas.

Então o IDHM brasileiro considera as mesmas três dimensões do IDH Global – longevidade, educação e renda - adequando a metodologia ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. A análise do desenvolvimento humano nos municípios e regiões metropolitanas brasileiros se torna mais precisa sobre os mesmos fenômenos estudados em âmbito global.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) é de 0,762, em 2010, o que situa essa RM na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). A dimensão que mais contribui para o IDHM da RMPA é a Longevidade, com índice de 0,855, seguida de Renda, com índice de 0,797, e de Educação, com índice de 0,649.

Dentro da Região Metropolitana, quando analisamos apenas o município de Porto Alegre, temos o IDHM, em 2010, alcançando 0,805, situado na faixa de Desenvolvimento Humano Muito Alto (IDHM entre 0,800 e 1). Neste caso, a dimensão que mais contribui

para o IDHM do município é a Renda, com índice de 0,867, seguida de Longevidade, com índice de 0,857, e de Educação, com índice de 0,702.

Além da regionalização pelas UDHS, Porto Alegre possui uma regionalização própria, feita pelas Regiões do Orçamento Participativo (ROPs). Também é possível analisar por esta regionalização os indicadores presentes no Atlas de Desenvolvimento Humano. Dentro destas, a Região Centro é a que apresenta o maior IDHM, com 0,935, índice considerado de Desenvolvimento Humano Muito Alto. A Região Nordeste é a que apresenta o menor IDHM, com 0,638, situado na faixa de Desenvolvimento Humano Médio. Ao analisar cada unidade e região as desigualdades começam a ficar evidentes dentro do município.

O Índice de Vulnerabilidade Social – IVS

Em paralelo à construção do IDHM, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) coordenou a construção de um índice de vulnerabilidade social que fosse capaz de dar mais evidência a outros indicadores disponibilizados pela plataforma do Atlas de Desenvolvimento Humano. Assim nasceu o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), que procura “dar destaque a diferentes situações indicativas de exclusão e vulnerabilidade social no território brasileiro, numa perspectiva que vai além da identificação da pobreza entendida apenas como insuficiência de recursos monetários”.²

Uma característica importante da pobreza urbana, por exemplo, consiste na *segregação espacial* como forte condicionante da própria condição de pobreza. O acesso à infraestrutura domiciliar básica, à segurança pública, a disponibilidade de espaços públicos, entre outros, influencia os níveis de bem-estar de pessoas e famílias, e está intimamente ligado às dinâmicas internas dos municípios. Conforme o Atlas da Vulnerabilidade Social nos Municípios Brasileiros:

Em sua forma extrema, a segregação residencial cria, de um lado, “guetos” de famílias pobres ou que comungam de determinados fatores que as tornam vulneráveis à pobreza e, de outro, áreas que concentram as parcelas da população com altíssimos níveis de riqueza.

Deste modo, a construção do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) traz dezesseis indicadores estruturados em três dimensões que, de maneira complementar ao IDHM,

² Atlas da Vulnerabilidade Social nos Municípios Brasileiros, Brasília: IPEA/2015, p. 12.

permite mapear a vulnerabilidade e exclusão social dos municípios e Unidades de Desenvolvimento Humano (UDHs) das principais regiões metropolitanas (RMs) do país.

Quadro 1 - Dimensões e indicadores utilizados na construção do IVS

IVS	
Dimensão	Indicador
Infraestrutura Urbana	Percentual de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados
	Percentual da população que vive em domicílios urbanos sem serviço de coleta de lixo
	Percentual de pessoas que vivem em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo e que gastam mais de uma hora até o trabalho no total de pessoas ocupadas, vulneráveis e que retornam diariamente do trabalho.
Capital Humano	Mortalidade até um ano de idade
	Percentual de crianças de 0 a 5 anos que não frequentam a escola
	Percentual de pessoas de 6 a 14 anos que não frequentam a escola
	Percentual de mulheres de 10 a 17 anos de idade que tiveram filhos
	Percentual de mães chefes de família, sem fundamental completo e com pelo menos um filho menor de 15 anos de idade, no total de mães chefes de família
Capital Humano	Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade
	Percentual de crianças que vivem em domicílios em que nenhum dos moradores tem o ensino fundamental completo
	Percentual de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e possuem renda domiciliar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo (2010), na população total dessa faixa etária
Renda e Trabalho	Proporção de pessoas com renda domiciliar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo
	Taxa de desocupação da população de 18 anos ou mais de idade
	Percentual de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal
	Percentual de pessoas em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo (de 2010) e dependentes de idosos
	Taxa de atividade das pessoas de 10 a 14 anos de idade

Fonte: Atlas da Vulnerabilidade Social nos Municípios Brasileiros, 2015. Elaboração própria.

As noções de vulnerabilidade social e exclusão, assim como as de “necessidades básicas insatisfeitas”, “pobreza multidimensional” e “desenvolvimento humano”, precisam estar na agenda política de todos os níveis de governo brasileiros. Estas noções são, antes de tudo, políticas, por mais que muitas vezes se realize um esforço para não percebê-las como tais.

A Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) apresentou um IVS relativo ao ano de 2010 de 0,270, numa pequena melhora com relação ao índice em 2000, que era de 0,355. Pode-se entender que o IVS passou da faixa de Vulnerabilidade Social Média para Vulnerabilidade Social Baixa, o que é um avanço. Os conjuntos de indicadores que mais contribuíram para esta mudança foram IVS Renda e Trabalho (2000=0,331 e 2010=0,190, uma diferença de 42,6%) e IVS Capital Humano (2000=0,402 e 2010=0,297, uma diferença de 26,1%). O IVS Infraestrutura Urbana também teve redução, porém mais baixa, de 0,333 em 2000 para 0,322 em 2010.

No município de Porto Alegre (separado da Região Metropolitana), o IVS relativo ao ano de 2010 foi de 0,249, enquadrado na faixa de Vulnerabilidade Social Baixa. Este índice também representou avanço com relação ao resultado analisado para o ano de 2000, que era de 0,324, dentro da faixa de Vulnerabilidade Social Média. Assim como na RMPA, as dimensões que mais contribuíram para a diminuição do índice foram IVS Renda e Trabalho (2000=0,288 e 2010=0,161, uma diferença de 44,1%) e IVS Capital Humano (2000=0,355 e 2010=0,263, diferença de 25,9%). O IVS Infraestrutura Urbana apresentou uma pequena redução, de 0,329 em 2000 para 0,322 em 2010, muito semelhante ao mesmo processo da Região Metropolitana.

Diferentemente do IDHM, na composição do IVS as dimensões com maior participação são justamente as responsáveis pelo maior indicador de vulnerabilidade e exclusão e sugerem a necessidade de mais atenção e investimento do poder público, para que ajudem a diminuir globalmente o IVS. De qualquer forma, estudar as formas como a vulnerabilidade social está presente nas menores unidades de planejamento urbano, os bairros e regiões, auxilia no combate à desigualdade e exclusão social de forma efetiva e concreta.

Análise dos indicadores de Porto Alegre

Na análise dos indicadores de Porto Alegre por Regiões do Orçamento Participativo (ROPs) e por Unidades de Desenvolvimento Humano (UDHs), foram selecionados alguns indicadores que fazem parte dos índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e de Vulnerabilidade Social (IVS). É importante salientar que nem todos os indicadores possuem dados consolidados, o que acaba por dificultar a análise de forma global. Este estudo não pretende criar uma nova ferramenta de análise, mas observar algumas áreas

consideradas críticas para construir políticas de respeito aos direitos fundamentais dos cidadãos.

O quadro a seguir mostra os indicadores que serão utilizados neste estudo, todos disponíveis para consulta através do portal do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, já referenciado aqui anteriormente.

Quadro 2 - Indicadores divididos por dimensão e índice relativo

Índice	Dimensão	Indicador
IDHM	Saúde	Esperança de vida ao nascer
	Educação	Frequência escolar
		Escolaridade
Renda	Renda <i>per capita</i>	
IVS	Infraestrutura Urbana	Domicílios com banheiro e água encanada
		Domicílios com coleta de lixo
	Capital Humano	Crianças de 0 a 5 anos fora da escola
		Crianças de 6 a 14 anos fora da escola

Fonte: Elaboração própria.

Análise dos indicadores do IDHM de Porto Alegre

Porto Alegre possui um IDHM de 0,805, superior ao mesmo indicador referente à Região Metropolitana de Porto Alegre (0,762), ao estado do Rio Grande do Sul (0,746) e ao Brasil (0,727). Ao passo que estes últimos se situam na faixa de Desenvolvimento Humano Alto, o município de Porto Alegre ao superar os 0,800 pontos atinge a faixa de Desenvolvimento Humano Muito Alto. Ainda assim, a análise de cada um dos indicadores nas regiões e UDHs consegue apresentar um diagnóstico melhor das desigualdades presentes em nível intramunicipal.

O primeiro indicador a ser analisado é o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Longevidade, composto pelo indicador esperança de vida ao nascer. No Brasil, o IDHM Longevidade é 0,816. Em Porto Alegre, o IDHM Longevidade subiu de 0,748 em 1991, passando por 0,811 em 2000 e chegando a 0,857 em 2010, acima da média nacional.

Dentre as regiões do orçamento participativo aquela que apresenta o maior IDHM Longevidade é o Centro, chegando a 0,929. A região que apresenta o menor índice, abaixo inclusive da média nacional, é a região Nordeste, com 0,778. Ao observarmos com mais detalhe as Unidades de Desenvolvimento Humano (UDHs) da cidade, temos o maior

indicador empatado em oito (8) unidades (sendo cinco na região Centro, além de uma no bairro Belém Novo, uma no bairro Belém Velho e a região do Parque Germânia, no bairro Vila Ipiranga), com 0,952 e o menor indicador aparece empatado em 21 UDHS (duas nas Ilhas, três no bairro Mário Quintana, três na Restinga, duas no bairro Santa Tereza, duas no bairro Sarandi, três no bairro Vila Nova, além do bairro São Geraldo, Vila Santo André no bairro Humaitá, Loteamento Santa Terezinha no bairro Floresta, Vila Chocolate no bairro Praia de Belas, e Vila Esperança no bairro Belém Novo), todas com 0,763.

A esperança de vida ao nascer é demonstrada pelo número médio de anos que as pessoas viveriam a partir do nascimento, mantidos os mesmos padrões de mortalidade do ano de referência. No Brasil, a média de anos é de 73,9 anos e em Porto Alegre a média chega a 76,4 anos, novamente superior à média brasileira. Dentre as ROPs aquela que apresenta a maior esperança de vida ao nascer é o Centro, com 80,7 anos, e a Região que apresenta a menor, abaixo inclusive da média nacional, é a Nordeste, com 71,7 anos. Dentro das Unidades de Desenvolvimento Humano (UDHS) da cidade, o maior valor do indicador encontra-se empatado nas mesmas oito (8) unidades, com média de 82,1 anos, e o menor valor do indicador é 70,75, presente nas mesmas 21 UDHS descritas no IDHM Longevidade.

O IDHM Educação é a segunda dimensão analisada, da qual fazem parte dois subíndices: 1) a escolaridade da população adulta e 2) o fluxo escolar da população jovem. No Brasil, este é o componente do IDH que mais avançou entre os anos de 1991 e 2010 em termos absolutos (0,358) e relativos (128%). Esse avanço é fruto, especialmente, do aumento do fluxo escolar de crianças e jovens, que avançou cerca de 156% nas duas últimas décadas. Ainda assim, o IDHM Educação é a dimensão que apresenta o menor valor absoluto do IDH brasileiro - 0,637.

Em Porto Alegre acontece o mesmo. O IDHM Educação iniciou a série histórica com 0,494 em 1991, evoluindo para 0,612 em 2000 e finalmente 0,702 em 2010, alcançando a faixa de IDHM Alto. Foi a dimensão do IDHM que mais avançou em termos absolutos (0,208) e relativos (42,1%), mas assim como no cenário nacional, é a dimensão que apresenta o menor valor absoluto do IDHM.

A análise dos subíndices aponta onde está a diferença: enquanto o indicador de frequência escolar pondera quatro indicadores percentuais (a. população de 5 e 6 anos frequentando a escola; b. população de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental; c. população de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo; d. população

de 18 a 20 anos com ensino médio completo), o indicador de escolaridade da população adulta se referencia apenas no percentual de adultos (acima de 18 anos) que possui o ensino fundamental completo. Na análise dos dados de Porto Alegre é possível perceber uma relação intrínseca entre o segundo indicador e as outras dimensões do IDHM (Longevidade e Renda), enquanto o mesmo não ocorre da mesma forma com o primeiro indicador.

Sobre a frequência escolar temos novamente o melhor valor na ROP Centro, com 0,88, enquanto o pior índice está na ROP Nordeste, com 0,51, este último constando como abaixo da média nacional, que é de 0,69. O valor nacional é, inclusive, superior ao valor da média do município, que encontra-se em 0,68. Na análise das UDHS, o melhor valor absoluto apresentado é 0,95 no bairro Cidade Baixa. Empatados na última posição, apresentando o pior valor de 0,46, temos onze UDHS: Vila Biriba no bairro Agronomia; Loteamento Princesa Isabel no bairro Azenha; Vila Cristal; Vila Laranjeiras no Morro Santana; Restinga Velha e Vila Baltimore/Costa Gama/Barro Vermelho na Restinga; Vila Tronco II no Santa Tereza; Vila Dique I no São João; Loteamento do Bosque e Jardim Pôr do Sol/Fraternidade no bairro Sarandi; e Condomínio Cristal II na Vila Nova. Este indicador apresenta resultados mais espalhados pelo município, o que requer um olhar global para as políticas públicas de frequência escolar.

Com relação à escolaridade da população adulta, Porto Alegre tem um índice de 0,75, índice superior ao indicador nacional que aponta 0,55. Dentre as ROPs, novamente o destaque vai para o Centro, com um indicador de 0,91, enquanto o pior valor fica com a ROP Ilhas, com o valor de 0,39, novamente abaixo da média nacional. Observando o indicador através das UDHS, temos seis unidades que apresentam os maiores registros (bairros Boa Vista, Chácara das Pedras, Mont'Serrat, Jardim Isabel, além das unidades Dea Coufal/Parque Residencial Knorr/Jardim do Sol no bairro Ipanema e Av. Ijuí/Grêmio Náutico União no bairro Petrópolis), com 0,95. Entre as piores UDHS encontram-se praticamente as mesmas 21 relacionadas no IDHM Longevidade (duas nas Ilhas, três no bairro Mário Quintana, três na Restinga, duas no bairro Sarandi, três no bairro Vila Nova, além da Vila Nazaré no bairro São Sebastião, Vila Dique I no bairro São João, Vila Santo André no bairro Humaitá, Loteamento Santa Terezinha no bairro Floresta, Vila Chocolate no bairro Praia de Belas, Vila Amazônia no Rubem Berta, Vila Ecológica no Santa Tereza e

Vila Esperança no bairro Belém Novo), com um índice de 0,37. É possível perceber a influência da baixa escolarização nas regiões de periferia da cidade.

No Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Renda, o domínio sobre recursos para garantir um padrão de vida com acesso a necessidades básicas como água, alimento e moradia é medido pela renda mensal *per capita*. O índice pode apresentar variações consideráveis do ano de 2010 para 2015, especialmente por conta da diferença entre os valores praticados dos salários mínimos e da inflação. Em 2010, o município possuía um valor de 0,867 no indicador, e era um dos 620 (11%) municípios do país com IDHM Renda superior ao do Brasil (0,739). Na série histórica, Porto Alegre apresentou o IDHM Renda de 0,779 no ano de 1991 e 0,830 no ano 2000, tendo uma taxa de crescimento de cerca de 3% ao ano ao longo das duas últimas décadas.

Observando mais de perto o indicador de renda *per capita*, expresso em Reais (R\$), temos novamente a ROP Centro apresentando o maior valor dentro da cidade, com média de R\$ 3.646,91 em 2010. Novamente também a ROP com o menor valor é a Nordeste, com média de R\$ 469,88 em 2010. O valor da média municipal é de R\$ 1.758,27, enquanto naquele ano a média nacional ficou em R\$ 793,87. Observando as UDHs intramunicipais, vemos que as 21 unidades já citadas anteriormente como tendo os mais baixos indicadores de escolaridade e longevidade se repetem aqui, com uma renda mensal *per capita* de cerca de R\$ 385,91 em 2010. Da mesma forma, as mesmas oito unidades que apresentam maior IDHM Longevidade no município (bairros Bela Vista, Moinhos de Vento, Três Figueiras, além das regiões da rua Mário Carvalho no bairro Belém Novo, André Puente no bairro Independência, Ganzo e Visconde do Herval no Menino Deus, IPA no Rio Branco e Iguatemi/Germânia na Vila Ipiranga) apresentam também a maior renda mensal *per capita*, de R\$ 7.216,42. É possível perceber a relação intrínseca entre a renda e o acesso à saúde e educação, expresso pela conformidade dos indicadores.

Análise dos indicadores do IVS de Porto Alegre

O Índice de Vulnerabilidade Social é um instrumento extremamente recente de análise da realidade social no país. Por estar ainda em consolidação, alguns indicadores não possuem valores para as Unidades de Desenvolvimento Humano (UDHs), utilizadas como padrão de espacialidade também para esta ferramenta, assim como não está disponível ainda a consulta dos indicadores e do índice separados por Região do

Orçamento Participativo (ROP), como havíamos trabalhado até agora. Desta forma, iremos utilizar alguns indicadores semelhantes, já pesquisados pelo Observatório da Cidade de Porto Alegre (ObservaPOA).

O IVS de Porto Alegre, como já aludido anteriormente, teve uma diminuição de 0,075 pontos entre os anos de 2000 e 2010, representando uma melhoria de 23,1% no índice global. Na primeira marcação do índice, em 2000, o município teve o valor do índice de 0,324 ligeiramente mais baixo do que o do estado do Rio Grande do Sul, que era de 0,327, mas esta situação se inverteu no segundo ano da série histórica, em 2010, quando os 0,249 pontos de Porto Alegre encontravam-se acima dos 0,234 do RS.

A primeira dimensão que analisaremos dentro do IVS é a de Infraestrutura Urbana. No Rio Grande do Sul, a média é de 0,170 em 2010 e no Brasil o índice é de 0,295. Em Porto Alegre, esta é a dimensão que menos avançou dentro da série histórica, passando de 0,329 em 2000 para 0,322 em 2010, uma melhoria de 2,1%.

O IVS Infraestrutura Urbana utiliza três indicadores já descritos, dois quais vamos utilizar dois como referência para este estudo, adaptando sempre que possível para os dados disponíveis com mais precisão.³

Sobre o percentual da população residente em domicílios com banheiro e água encanada, o Brasil apresenta uma média de 87,16% em todo o território nacional. Em Porto Alegre, a Região do Orçamento Participativo que apresenta o mais alto valor é a ROP Centro, com 99,53% no indicador. A pior delas encontra-se na ROP Ilhas, com 81,57% dos domicílios, abaixo da média nacional.

Na análise feita pelo ObservaPOA na Revista Observando, o percentual de domicílios com esgotamento sanitário adequado e o percentual de domicílios com abastecimento de água adequado encontram-se separados, o que ajuda a demonstrar os problemas enfrentados na cidade. Podemos observar que todas as Regiões do Orçamento Participativo possuem percentual de domicílios com abastecimento de água adequada superiores a 90%, enquanto o percentual de domicílios com esgotamento sanitário adequado é bem variável.

3 O IVS Infraestrutura Urbana utiliza os indicadores: a) Percentual de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados; e b) Percentual da população que vive em domicílios urbanos sem serviço de coleta de lixo. Em nossa análise, adaptamos estes indicadores para a) Percentual da população em domicílios com banheiro e água encanada e b) Percentual da população em domicílios com coleta de lixo.

Com relação ao indicador de população que vive em domicílios com coleta de lixo, Porto Alegre possui um alto índice do destino adequado do lixo, com um total de 99,64% dos domicílios atendidos. No Rio Grande do Sul este índice também é bem alto, chegando aos 99,24%. Na esfera intramunicipal, duas ROPs se destacam por apresentarem coleta de lixo em 100% dos domicílios: Região Cristal e Região Sul. Ambas são próximas, e se encontram na Zona Sul da cidade. Próxima às duas áreas, a Região Glória é a que apresenta o percentual mais baixo do indicador, com 98,28% dos domicílios atendidos, ainda superando o índice nacional, que é de 97%.

Com relação às UDHS, o indicador da população que vive em domicílios com coleta de lixo é o melhor entre todos os analisados: das 335 UDHS de Porto Alegre, 150 unidades possuem 100% dos domicílios nesta condição e outras 137 unidades com o índice acima de 99%. 12 UDHS, no entanto, apresentam os valores mais baixos, de 96,58%, localizadas no Sarandi (3), DC Navegantes, Vila Nossa Senhora da Glória no bairro Cascata, Vila Maria da Conceição no Partenon, Restinga Velha, São Martilho no bairro Cristal, Mário Quintana, bairro Serraria e Vila dos Sargentos, e Vila Silva Paes no bairro Teresópolis. Ainda assim, o percentual de lixo acumulado no entorno dos domicílios é um fator preocupante, e está bem presente em algumas Regiões da cidade.

A próxima dimensão do IVS é a de Capital Humano, que se referencia em dois elementos ou estruturas que determinam as perspectivas (atuais e futuras) da inclusão social dos indivíduos: educação e saúde. Os indicadores utilizados, no entanto, são diferentes dos utilizados na composição do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. O IVS Capital Humano utiliza oito indicadores na sua composição, mas nesta análise iremos utilizar apenas dois, como aludido anteriormente, quais sejam: a) Percentual de crianças de 0 a 5 anos que não frequentam a escola; b) Percentual de pessoas de 6 a 14 anos que não frequentam a escola.⁴

O subíndice IVS Capital Humano é de 0,263 no município de Porto Alegre, um dos mais baixos da RMPA. Comparado aos subíndices do Rio Grande do Sul (0,300) e do Brasil (0,362), o município enquadra-se na faixa de Baixa Vulnerabilidade Social, enquanto os

4 Os demais indicadores utilizados na composição do IVS Capital Humano são: mortalidade até um ano de idade; percentual de mulheres de 10 a 17 anos de idade que tiveram filhos; percentual de mães chefes de família, sem fundamental completo e com pelo menos um filho menor de 15 anos de idade, no total de mães chefes de família; taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade; percentual de crianças que vivem em domicílios em que nenhum dos moradores tem o ensino fundamental completo; e percentual de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e possuem renda domiciliar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo (2010), na população total dessa faixa etária.

outros estão na faixa de Média Vulnerabilidade Social. Na série histórica, Porto Alegre evoluiu cerca de 26% do ano 2000, quando apresentava o subíndice de 0,355, para o ano referência de 2010.

Os dois indicadores analisados referem-se ao elemento da educação dentro do IVS Capital Humano, e só não se encontram juntos pois se referem a dois níveis de ensino diferentes no Brasil. Primeiramente, analisamos o percentual de crianças de 0 a 5 anos que estão fora da escola, ou seja, da educação infantil. Além do indicador apontado pelo Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, pertencente ao Índice de Vulnerabilidade Social, utilizaremos também o estudo realizado pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS) publicado em 2014 chamado *Radiografia da Educação Infantil no Estado do Rio Grande do Sul em 2013*, que apresenta dados atualizados como o percentual de atendimento na creche e na pré-escola, e o número de vagas a criar para o atendimento das metas do Plano Nacional de Educação e da Emenda Constitucional nº 59 de todos os municípios do RS.

No Brasil, o percentual de crianças de 0 a 5 anos de idade que estão fora da escola é de 56,85%; no Rio Grande do Sul, o mesmo indicador é de 64,6%. Em Porto Alegre, o percentual de 2010, referente ao IVS, era de 59%, situada na 15ª posição entre os municípios da RMPA. Já no estudo do TCE-RS, referente ao ano de 2013, o percentual diminuiu para 50,25%, situando o município na 207ª posição entre os 497 municípios do estado. A demanda de vagas necessárias para atingir a meta do PNE é de quase de 16 mil vagas.

Na análise intramunicipal, utilizamos os percentuais disponíveis no Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, referentes à 2010, pois são os únicos disponíveis para tais espacialidades. Nas Regiões do Orçamento Participativo, a Região Centro apresenta o melhor percentual, de 41% e a Região Nordeste o pior percentual, com 73,7%. Dentro das UDHS, oito unidades apresentaram o melhor valor, de 26,2%: bairro Santana, bairro Farroupilha, bairro Praia de Belas, Marquês do Pombal no bairro Floresta, Vasco da Gama na Independência, Jardim Lindóia, Parque do Sol no Jardim Sabará e Country Club no Passo d'Areia. Os piores valores são apresentados em 21 UDHS sendo: Arquipélago (2), Mário Quintana (3), Restinga (3), Sarandi (2), Vila Nova (3) e ainda Vila Esperança no bairro Belém Novo, Loteamento Santa Terezinha no Floresta, Vila Santo André no Humaitá, Vila Chocolatão no Praia de Belas, Vila Amazônia no Rubem Berta, Vila Dique I

no São João e Vila Nazaré no bairro São Sebastião, todas com o percentual de 79,14% no indicador.

Já o indicador de percentual de crianças de 6 a 14 anos de idade fora da escola apresenta percentuais bem menores, provavelmente por influência da obrigatoriedade do Ensino Fundamental, o que provoca uma maior oferta de vagas pelo poder público de todos os níveis. A média percentual nacional é de 3,31% de crianças fora da escola, e no Rio Grande do Sul é de 2,76%. Porto Alegre, no entanto, possui um percentual acima da média do estado e do país, com 3,37%.

No município de Porto Alegre, temos que a ROP Sul apresenta o melhor indicador, de 1,74% enquanto a ROP Lomba do Pinheiro apresenta o pior indicador, com 6,99%. Dentre as Unidades de Desenvolvimento Humano, onze apresentam o melhor indicador, que é de 0%. São elas: Centro Histórico, Higienópolis, Boa Vista, Chácara das Pedras, Mont'Serrat, Jardim Isabel, Vila Assunção, Vila Conceição, Mariante no bairro Rio Branco, e as unidades Coronel Marcos e Dea Coufal no bairro Ipanema. O pior indicador foi localizado nas mesmas 21 UDHS do indicador anterior, referente ao percentual de crianças de 0 a 5 anos fora da escola, com 8,05% de crianças de 6 a 14 anos fora da escola.

Quanto à dimensão Renda e Trabalho do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), seus indicadores já foram descritos no Quadro 1.1. A dimensão IVS Renda e Trabalho é a que o município de Porto Alegre tem o melhor índice, ou seja, a menor vulnerabilidade, estando na 5ª posição entre os municípios da RMPA. O IVS Renda e Trabalho é de 0,161 em Porto Alegre, e foi a dimensão que mais evoluiu dentro do Índice entre os dois anos de referência: 44,1% desde o ano 2000, quando a dimensão estava em 0,288.

Considerações finais

De forma geral, podemos perceber a relação existente entre os indicadores do IDHM dentro do município, relacionando uma maior renda com mais acesso às oportunidades de promoção da saúde e educação; uma maior escolaridade relacionada ao incremento da renda; e a longevidade aumenta onde os demais indicadores também apresentam valores elevados. Esta relação também está presente na relação da infraestrutura urbana, analisada a partir dos indicadores do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS): as regiões que apresentam infraestrutura insuficiente e aumento significativo

da população são as mesmas que possuem menor renda, mais crianças fora da escola e menos acesso aos serviços de saúde. Estas áreas merecem mais atenção do poder público.

A hipótese que orienta o estudo realizado no Mapa dos Direitos Humanos, do Direito à Cidade e da Segurança Pública de Porto Alegre 2015 é a de que a segregação espacial pode ser um fator condicionante das desigualdades sociais presentes no município. Quando observamos a análise dos indicadores e, principalmente, ao cruzá-los entre si, foi possível visualizar que muitas vezes as mesmas regiões, bairros ou unidades encontravam-se com os melhores e piores índices, evidenciando a hipótese inicial. Não por acaso, a Região Centro é a que apresenta os melhores indicadores, onde estão os principais e mais antigos equipamentos públicos e também onde a concentração de renda é maior. Na outra ponta, as Regiões Nordeste, Lomba do Pinheiro e Ilhas, todas na periferia da cidade, apresentaram os piores indicadores.

Por fim, o diagnóstico do desenvolvimento humano e da vulnerabilidade social presentes em nível intramunicipal é importante para a promoção e qualificação das políticas públicas, mas também para desvelar as desigualdades que se escondem quando são analisados apenas os índices globais. O planejamento urbano precisa entrar na agenda pública com a preocupação das transformações da dinâmica populacional, como por exemplo o aumento da população idosa, que requer atenção especial nas áreas de promoção da saúde, mobilidade urbana, previdência e seguridade social. Porto Alegre é a capital brasileira com o maior percentual de idosos, com 15% da população com mais de 60 anos. Por outro lado, a preocupação com o sistema de garantia de direitos, com acesso pleno de todos os cidadãos aos direitos sociais, deve ser também uma política pública com efetividade numa cidade verdadeiramente democrática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Atlas da Vulnerabilidade Social nas Regiões Metropolitanas Brasileiras / editores: Marco Aurélio Costa, Bárbara Oliveira Marguti. – Brasília : IPEA, 2015.

Atlas da Vulnerabilidade Social nos Municípios Brasileiros / editores: Marco Aurélio Costa, Bárbara Oliveira Marguti. – Brasília : IPEA, 2015.

Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em <www.atlasbrasil.org.br>.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Emenda Constitucional nº 90, de 15 de setembro de 2015. Dá nova redação ao art. 6º da Constituição Federal, para introduzir o transporte como direito social. In: CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em 23 de outubro de 2015.

FEDOZZI L.; SOARES, P. R. R. (org.) **Porto Alegre: transformações na ordem urbana**. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2015.

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro. – Brasília: PNUD, Ipea, FJP, 2013.

OBSERVANDO: **Revista do Observatório da Cidade de Porto Alegre**. Secretaria Municipal de Governança Local. v.4, n.1. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2014.

Portal Atlas da Vulnerabilidade Social. Disponível em <<http://ivs.ipea.gov.br/ivs/pt/>>

Terrorismo: análise e crítica a Lei nº 13.260/16

Pedro Henrique Pavanatto¹

Laura Girardi Hypolito²

O combate ao terrorismo é uma pauta claramente contemporânea. Apesar de não ter sido inventada após o 11 de setembro de 2001, foi a partir dessa data que se tornou forte. É terrorista quem rechaça, por princípio, a legitimidade do ordenamento jurídico, e por isso persegue a destruição dessa ordem. Essa definição não é única, pois não só o conceito como a definição de terrorismo representa a grande dúvida, como o caos que o fenômeno do terrorismo provoca na nossa ordem jurídica. Nessa senda, Zaffaroni afirma que o correto seria crimes de destruição maciça e indiscriminada. O termo terrorismo a priori configura uma expressão juridicamente nebulosa. Mesmo assim combatê-lo tornou-se obsessão dos Estados Ocidentais. Em verdade, o conceito de terrorismo mereceu destaque enquanto fenômeno criminal mundial, como prática de atos nefastos onde as vítimas não eram especificadas, ou seja, cuja ideia era lesar de forma aleatória e indiscriminada os cidadãos de um determinado país. Então, importa salientar que o verdadeiro clímax deste fenômeno deu-se a partir do 11 de Setembro de 2001, com o 11 de Março em 2004 e o 7 de Julho de 2005. A percepção do perigo terrorista, em todas as sociedades, depende de fatores como o contexto e a forma pela qual os governos projetam as ameaças e sua importância para a população. Quando os governos intensificam as ameaças, há uma predisposição das sociedades para um medo maior, e este fato as condiciona a aceitar medidas que contradizem os valores sociais fundamentais, corroem liberdades civis e restringem direitos humanos. O Brasil, principalmente a partir dos eventos globais que sediou e sediará preocupou-se em regulamentar o inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal, disciplinando o terrorismo, através da Lei 13.260/16. Adotando o seguinte conceito para tanto: “Art. 20 O terrorismo consiste na prática por um ou mais indivíduos dos atos previstos neste artigo, por razões de xenofobia, discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia e religião, quando cometidos com a finalidade de provocar terror social ou generalizado, expondo a perigo pessoa, patrimônio, a paz pública ou a incolumidade pública”. Percebe-se nesse contexto que o Estado Brasileiro assumiu um papel na “guerra ao terror”, entretanto é necessária fazer uma análise crítica das quebras de garantias penais e processuais penais que isso poderá ocasionar. Lembrando que de que o que é terrorismo para alguns é heroísmo para outros. Por mais que a máxima possa parecer banal, ela representa os pontos de vista contrastantes sobre o fundamento de legitimidade daqueles que recorrem à violência como meio de atingir um resultado de poder.

Palavras-Chave: Terrorismo, Lei nº 13.260/16, Contraterrorismo.

- 1 Mestrando em Ciências Criminais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais (PPGCCrim) da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Especialista em Ciências Penais da PUCRS. Membro do Grupo de Pesquisa Linguagem, Cognição e Processo Penal, sob a coordenação da Prof.^a Clarice Beatriz da Costa Söhnngen. Advogado Criminalista. Bolsista CAPES. E-mail: pavanatto.pedrohenrique@gmail.com
- 2 Advogada, Especialista em Ciências Penais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Integrante do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas de Segurança e Administração da Justiça Penal (GPESC). E-mail: laura.hypolito@yahoo.com.br. Telefone: 054 99749780. Orientador: Professor Dr. Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo.

Algo sobre Terrorismo e os Estados Unidos da América

Busca-se, em princípio, uma definição para o termo terrorismo, o qual é muito debatido e uma definição para ele ainda está longe de surgir, mas não só o conceito de terrorismo representa a grande dúvida, como todo o caos que o fenômeno do terrorismo provoca na nossa ordem jurídica. É terrorista quem rechaça, por princípio, a legitimidade do ordenamento jurídico, e por isso persegue a destruição dessa ordem³. Essa definição não é única e Zaffaroni já contra argumenta afirmando que o correto seria crimes de destruição maciça e indiscriminada. O termo terrorismo a priori configura uma expressão juridicamente nebulosa⁴. Mesmo assim combatê-lo tornou-se obsessão dos Estados Ocidentais.

Em verdade, o fenômeno terrorista mereceu destaque mundial, como prática de atos nefastos onde as vítimas não eram especificadas, ou seja, cuja ideia era lesar de forma aleatória e indiscriminada os cidadãos de um determinado país. Então, importa salientar que o verdadeiro clímax deste fenômeno deu-se a partir do 11 de setembro de 2001, com o 11 de março em 2004 e o 7 de julho de 2005⁵, depois destes atos terroristas o fenômeno nunca mais perdeu a primazia devido a todas as guerras que o seguiram e ainda estão em curso, bem como os atentados praticados pelo grupo paramilitar Estado Islâmico.

A percepção do terrorismo se dá de diversas maneiras, e irá partir-se do modo adotado pelos Estados Unidos da América como padrão para uma posterior análise do modo em que o Brasil editou sua legislação de combate ao terror.

A partir do 11 de setembro de 2001, o sistema penal estadunidense encontrou um inimigo de certa substância no terrorismo. Ao mesmo tempo, tomou emprestada a prevenção do discurso penal legitimante e pretendeu apresentar a guerra contra o Iraque como preventiva. Como nunca antes, fica evidente a identidade do poder bélico com o poder punitivo na busca desesperada do inimigo. Apropriou-se, então, da nebulosa ideia de terrorismo, que não alcança definição clara e, por conseguinte, abarca condutas de gravidade muito diferentes, porém justifica medidas repressivas que permitem revigorar a

3 JAKOBS, Günther; MELIÁ, Manuel Cancio. **Direito Penal do Inimigo** – Noções e Críticas. Porto Alegre: Livraria do Advogado, Org./Trad. André Luís Callegari e Nereu José Giacomolli, 2009, 36 p.

4 ZAFFARONI, Eugênio Raul. **O inimigo no direito penal**. Rio de Janeiro: REVAN, 2007. 16 p.

5 FERNANDES, Hélène Marine Serra. **O Direito Penal do Inimigo: Reconfiguração do Estado de Direito**. Dissertação de Mestrado. Universidade do Porto, 2011.

velha estrutura inquisitorial⁶. Ressalta-se aqui que antes de enviar tropas ao Iraque, Donald Rumsfeld declarou que a “guerra será vencida quando os norte-americanos voltarem a se sentir seguros”, entretanto o que aconteceu foi o oposto, pois enviar tropas ao Iraque elevou a sensação de insegurança nos EUA e no restante do mundo⁷.

Cumprir entender, o porquê que o termo terrorismo nunca foi bem definido. Por mais de três décadas o governo dos Estados Unidos se opôs à adoção de um conceito compreensivo de terrorismo, pois as suas políticas de Estado, englobando tanto governos republicanos como democratas, vêm definindo terrorismo num sentido amplo. Os Norte-Americanos optaram por uma solução fragmentada, incluindo convenções separadas sobre sequestros de aviões, raptos, sequestros de diplomatas, uso de explosivos, financiamento de terrorismo e terrorismo nuclear, isso se deu a partir do *Patriotic Act*⁸. Além disso, aparece de maneira clara na “*military order*”, promulgada pelo presidente dos Estados Unidos no dia 13 de novembro de 2001, e que autoriza a “*indefinite detention*” e o processo perante as “*military commissions*” dos cidadãos suspeitos de envolvimento em atividades terroristas⁹.

Esse autoritarismo norte-americano demonstra uma deterioração cultural, cujo, fica evidenciado perigoso abandono dos princípios que fundaram a ideia atual de democracia. O país do multilateralismo de Wilson hoje é o campeão do unilateralismo e sua política, isolacionista em matéria de compromissos internacionais e intervencionista como polícia planetária, é semelhante aos totalitarismos que provocaram o colapso da Liga das Nações nos momentos que precederam a Segunda Guerra Mundial. Os EUA não prestam contas perante os tribunais internacionais, pois não ratificam os tratados que podem comprometê-los. Quanto ao sistema penal, o país que difundiu as garantias processuais pratica hoje o inquisitório mais declarado¹⁰.

A percepção do perigo terrorista, como dada pelos EUA, intensificando as ameaças predispõe a sociedade um medo, que sem dúvida é o desencadeador de uma diminuição das garantias constitucionais e penais sendo que este fato as condiciona a aceitar medidas que contradizem os valores sociais fundamentais, corroem liberdades civis e restringem

6 ZAFFARONI, Eugênio Raul. **O inimigo no direito penal**. Rio de Janeiro: REVAN, 2007. 65 p.

7 BAUMAN, Zygmunt. **Medo Líquido**. Rio de Janeiro : Zahar, 2008. 133p.

8 BASSIOUNI, M. Cherif. Terrorismo: O persistente dilema da legitimidade. **Revista Liberdades**. São Paulo, nº 6, Abril, 2011.

9 AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção: homo sacer, II, I**. São Paulo: Boitempo, 2004. 20 p.

10 ZAFFARONI, Eugênio Raul. **O inimigo no direito penal**. Rio de Janeiro: REVAN, 2007. 64 p.

direitos humanos¹¹. Quando isso ocorre, a perda para a sociedade é muitas vezes maior que as ameaças das quais estão diante. Nesses casos, os terroristas obtêm uma vitória moral somente porque esses governos perderam a mais alta razão moral pela qual foi formado todo o pensamento democrático liberal do ocidente¹².

A partir deste cenário de guerra ao terror, fica claro que esta apresenta traços de estado de exceção, buscando solucionar o problema cria-se um estado de guerra permanente com um significado biopolítico do estado de exceção como estrutura original em que o direito inclui em si o vivente por meio de sua própria suspensão¹³.

Logo, as políticas adotadas pelos EUA, tornam-se a práxis e pretendem-se como exigências internacionais de adoção de legislação penal e processual penal de exceção em todos os países. A necessidade de defender-se, por certo não mais de atos concretos de homicídio em massa e indiscriminados, mas sim do nebuloso terrorismo.

Contraterrorismo à Brasileira: Comentários à Lei nº 13.260/2016

Trazendo para o contexto brasileiro vemos que houve uma necessidade de respostas às exigências internacionais, capitaneadas pelos EUA, e o Brasil, principalmente a partir dos eventos globais que sediou e sediará preocupou-se em regulamentar o inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal, disciplinando o terrorismo, através da Lei nº 13.260/16.

Aqui também importa salientar, como fator desencadeador de uma nova legislação, os movimentos reivindicatórios de 2013 - envolvendo inicialmente o transporte público e culminando no combate a corrupção, com uma difusão gigantesca das pautas iniciais - estes grupos sociais adotaram muitas vezes instrumentos de combate, muito como resposta à falta de preparo e a clara violência institucional traço e prática da polícia militar, além disso, a ausência de uma regulação, já que a famigerada Lei de Segurança Nacional não cabia dentro de um Estado que se pretende Democrático e de Direito, foram os impulsos desta nova legislação. Sem dúvida esse fenômeno foi responsável por uma rápida produção legislativa a exemplo do crime de corrupção ser equiparado a hediondo, a nova

11 BASSIOUNI, M. Cherif. Terrorismo: O persistente dilema da legitimidade. **Revista Liberdades**. São Paulo, nº 6, Abril, 2011.

12 BORRADORI, Giovanna. **Filosofia em tempo de terror**: diálogos com Habermas e Derrida. Trad. Roberto Muggiati. Zahar : Rio de Janeiro.

13 AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**: homo sacer, II, I. São Paulo: Boitempo, 2004. 20 p.

Lei das organizações criminosas, e nesse bojo a Lei nº 13.260/16 que busca tipificar atos terroristas.

O artigo, agora, pretende tecer uma breve análise dogmática da lei em questão. Vê-se que o conceito dá-se no Art. 2º da Lei, adotando “O terrorismo consiste na prática por um ou mais indivíduos dos atos previstos neste artigo, por razões de xenofobia, discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia e religião, quando cometidos com a finalidade de provocar terror social ou generalizado, expondo a perigo pessoa, patrimônio, a paz pública ou a incolumidade pública”.

Importante perceber, as razões como sendo de discriminação, xenofobia, preconceito e as finalidades terror social ou generalizado, vemos que essas finalidades estão totalmente ligadas ao medo, sendo demasiadamente abstratas e abertas.

Passando aos atos terroristas apontados na pelo § 1º do mesmo art. 2º, necessária sua citação:

I - usar ou ameaçar usar, transportar, guardar, portar ou trazer consigo explosivos, gases tóxicos, venenos, conteúdos biológicos, químicos, nucleares ou outros meios capazes de causar danos ou promover destruição em massa;

[...]

IV - Sabotar o funcionamento ou apoderar-se, com violência, grave ameaça a pessoa ou servindo-se de mecanismos cibernéticos, do controle total ou parcial, ainda que de modo temporário, de meio de comunicação ou de transporte, de portos, aeroportos, estações ferroviárias ou rodoviárias, hospitais, casas de saúde, escolas, estádios esportivos, instalações públicas ou locais onde funcionem serviços públicos essenciais, instalações de geração ou transmissão de energia, instalações militares, instalações de exploração, refino e processamento de petróleo e gás e instituições bancárias e sua rede de atendimento;

V - atentar contra a vida ou a integridade física de pessoa

Logo, podemos extrair do texto legal que se trata de crime de perigo concreto com os bens jurídicos pessoa (vida e integridade corporal), patrimônio, paz pública ou a incolumidade pública (sentimento de segurança = famosa paz pública) que deve ser ancorada no próprio princípio da liberdade e da democracia, algo complexo na teoria do bem jurídico que ainda carece de estudos mais aprofundados. Além disso, o Art. 2º faz expressamente menção à palavra perigo, tratando-se, portanto, de Crime de Perigo Concreto e, não de Perigo Abstrato. Ainda se considerarmos perigo como uma coisa só a

diferenciação entre perigo concreto e perigo abstrato é pertinente. Essa pertinência se dá em função de toda crítica acadêmica despendida aos crimes de perigo abstrato (considerados crimes formais ou de mera conduta), mas também do ponto de vista pragmático, com o perigo como elemento típico faz com que a análise do perigo seja feita *ex post*, ou seja, cabe a verificação se a conduta gerou ou não um perigo de dano no caso concreto. Processualmente, isso gera um ônus para o Ministério Público nesse particular.

Outro ponto é quanto a pena, quando aponta a punição de 12 a 30 anos além das sanções da ameaça e a violência. Aqui, são violadas as garantias dos *ne bis in idem* e o princípio da consunção, pois, os crimes-meios (violência ou ameaça) são ritos de passagem para o crime fim (terrorismo). Ademais, se ausente o dolo específico remanescerá a punição pela conduta criminosa simples.

Além disso, pelos tipos penais incriminadores estarem todos ligados aos art. 2º (Crimes do art. 3º, 5º e 6º) penso ser errônea e muito perigosa à leitura dos crimes desta lei como de perigo abstrato.

Por outro lado é muito importante o §2º do art. 2º que afirma:

O disposto neste artigo não se aplica à conduta individual ou coletiva de pessoas em manifestações políticas, movimentos sociais, sindicais, religiosos, de classe ou de categoria profissional, direcionados por propósitos sociais ou reivindicatórios, visando a contestar, criticar, protestar ou apoiar, com o objetivo de defender direitos, garantias e liberdades constitucionais, sem prejuízo da tipificação penal contida em lei.¹⁴

Este paragrafo assume uma distinção importante, pois retira dos atos apontados como terroristas os movimentos sociais, reafirmando a Constituição Federal o exercício da democracia, alicerçada no art. 5º da Constituição Federal de 1988, que trata dos direitos e deveres individuais e coletivos, com destaque para os incisos II, IV, XVI e XVII:

“Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...] II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei; [...] IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato; [...] XVI - todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente

¹⁴ BRASIL. Lei nº 13.260/2016, de 16 de março de 2016.

de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente; [...] XVII - é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar”¹⁵.

Importa ainda citar de maneira breve o art. 3º que aborda crimes ligados aos atos terroristas “Promover, constituir, integrar ou prestar auxílio, pessoalmente ou por interposta pessoa, a organização terrorista”¹⁶ que prevê pena de cinco a oito anos, e multa. Este crime tem uma característica de auxílio ao ato terrorista ou a associação terrorista. Tal artigo segue uma tendência amplamente criticada pela doutrina penal, pois adota o que se convencionou chamar de “Direito Penal do autor”, desapegado do paradigma da punição pela prática de um fato e cada vez mais preocupado com a punição de um *status* do sujeito, neste caso, pertencimento a um determinado grupo. Um retrato do direito penal preventivo¹⁷.

O exemplo mais claro da adoção do paradigma do Direito Penal do Inimigo está no art. 5º, *in verbis*:

“Art.5º Realizar atos preparatórios de terrorismo com o propósito inequívoco de consumir tal delito:

Pena - a correspondente ao delito consumado, diminuída de um quarto até a metade.

§ 1º Incorre nas mesmas penas o agente que, com o propósito de praticar atos de terrorismo:

I - recrutar, organizar, transportar ou municiar indivíduos que viajem para país distinto daquele de sua residência ou nacionalidade; ou.

II - fornecer ou receber treinamento em país distinto daquele de sua residência ou nacionalidade.

§ 2º Nas hipóteses do § 1º, quando a conduta não envolver treinamento ou viagem para país distinto daquele de sua residência ou nacionalidade, a pena será a correspondente ao delito consumado, diminuída de metade a dois terços”¹⁸.

Esse dispositivo traz em seu caput a possibilidade de adiantamento da intervenção penal, permitindo a punição dos atos preparatórios, o que condiz à tentativa de

15 BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

16 BRASIL. Lei nº 13.260/2016, de 16 de março de 2016.

17 CALLEGARI, André Luís ... [ET AL.]. **O Crime de Terrorismo** : reflexões críticas e comentários à Lei de Terrorismo: de acordo com a Lei nº 13.260/16. Porto Alegre : Livraria do Advogado Editora, 2016. P. 99.

18 BRASIL. Lei nº 13.260/2016, de 16 de março de 2016.

implementação de um Direito Penal voltado ao futuro, de caráter preventivo ao fato. Essa medida apenas reforça o caráter simbólico do direito penal e demonstra suas suscetibilidade em atender demandas generalizantes e eficientista. Isso sem dúvida é fruto de uma característica expansionista a política criminal e do direito penal que rechaça o “velho paradigma iluminista” de direito penal como *ultima ratio*¹⁹.

Finalizando estes breves comentários, ainda é importante pontuar que toso os crimes previstos nesta lei podem ser equiparados a hediondos, isto porque, percebe-se isso de forma sistemática e com o art. 5º XLIII da Constituição Federal. Percebe-se nesse contesto que o Estado Brasileiro assumiu um papel na “guerra ao terror”, entretanto é necessária fazer uma análise crítica das quebras de garantias penais e processuais penais que isso poderá ocasionar.

Outra abordagem ou tentativa racional de diminuição do fenômeno terrorista: Reflexões conclusivas

A algumas respostas poderiam ser dadas de forma mais efetiva no combate ao terrorismo. Entre elas é a de que os governantes nunca devem aumentar o medo da sociedade e a espera por um ataque. Isso não quer dizer renunciar a quaisquer medidas de prevenção e controle, porém, quando um líder eleva o medo na sociedade, ele faz o que o terrorista deseja, pois aceita a vulnerabilidade social e também aumenta a reputação do grupo terrorista²⁰.

Foi assim que Osama Bin Laden e a al-Qaeda tornaram-se inimigos em evidência da América. É o reconhecimento extraordinário o *status* de tais pessoas e de tais grupos cujo único mérito é patrocinar a violência e, ocasionalmente, levá-la adiante com sucesso. Esse *status* concede à pessoa ou ao grupo o tipo de reconhecimento e sucesso que tanto desejam. Pior ainda, isso é um incentivo para grupos semelhantes tentarem igualá-los, como no caso de Abu Musab Al-Zarqawi, no Iraque, que, antes de se tornar o braço direito de Bin Laden, fazia parte de uma categoria dissidente e, por último o Grupo Terrorista Estado Islâmico. A última coisa que um grupo terrorista quer é uma reação governamental que reduza sua importância, pois a exata proposta dos ataques de terror-violência é criar

19 CALLEGARI, André Luís ... [ET AL.]. **O Crime de Terrorismo** : reflexões críticas e comentários à Lei de Terrorismo: de acordo com a Lei nº 13.260/16. Porto Alegre : Livraria do Advogado Editora, 2016. P. 100.

20 BASSIOUNI, M. Cherif. Terrorismo: O persistente dilema da legitimidade. **Revista Liberdades**. São Paulo, nº 6, Abril, 2011.

um desequilíbrio na sociedade que demonstre sua vulnerabilidade e crie uma ruptura na normalidade. A realização dessas propostas dá *status* ao grupo terrorista, habilidade de negociação e aumenta a possibilidade de obter certos resultados desejados. Quando há uma reação exagerada, que aumente os níveis de medo reduza os direitos civis e, muitas vezes, permite abusos, os governos perdem sua reputação ética no conflito e tornam menor sua destreza para atingir uma prevenção efetiva e o controle da situação e, ultimamente, o combate legítimo da atividade terrorista²¹.

Nesse sentido, os governos deveriam fazer para diminuir a força de um grupo terrorista é o de nunca elevar o *status* destes atos. Em outras palavras, quando ocorre um atentado terrorista, isso deve ser encarado como um problema criminal qualquer, e não como a declaração de uma guerra, pois quando altos escalões do governo estão envolvidos, introduz-se uma dimensão política que dificilmente pode ser contida, e tal retórica política ultrapassa os níveis da repressão criminal efetiva dentro da legalidade²².

No entanto, isso não pode ser entendido como uma restrição ao uso de todos os meios disponíveis permitidos em lei para proteger, prevenir, controlar o terrorismo. Nem se deve entender que, no que se refere à atividade de confronto criminal, não haja lugar para regras militares e estratégias de inteligência. Todas as forças da sociedade devem ser reunidas para assegurar os objetivos de proteção e prevenção²³.

Como visto, é evidente que a proclamada “guerra ao terror” está sendo falha. Pois, não está aumentando a sensação de segurança dos cidadãos de determinados países mais visados pelos grupos terroristas, como também, não vem diminuindo o número de adeptos às práticas violentas contra o sistema estabelecido. A Lei brasileira tem clara inspiração no direito penal do inimigo do alemão Jakobs e já nasce com um potencial de quebra de garantias imenso.

Deve-se evitar que o tratamento penal dado ao indivíduo terrorista ultrapasse os limites do ordenamento político criminal, da constituição e da política de estado, pois o desprezo a tais limites na crença que está Lei será aplicada apenas e exclusivamente a terroristas nos levará a atentados graves aos Direitos Humanos e aos ideais que formam

21 BASSIOUNI, M. Cherif. Terrorismo: O persistente dilema da legitimidade. **Revista Liberdades**. São Paulo, nº 6, Abril, 2011.

22 BASSIOUNI, M. Cherif. Terrorismo: O persistente dilema da legitimidade. **Revista Liberdades**. São Paulo, nº 6, Abril, 2011.

23 BASSIOUNI, M. Cherif. Terrorismo: O persistente dilema da legitimidade. **Revista Liberdades**. São Paulo, nº 6, Abril, 2011.

nosso país, pois, sabe-se que existem inúmeras possibilidades de erro que estão sujeitos os operadores da estrutura coercitiva estatal. Um direito penal do inimigo, posto em praticas contra terroristas, irá justamente aniquilar aquilo que o terrorista busca com seus atos, i.e., o próprio estado democrático de direito é abalado quando leis antiterroristas violam o que é o núcleo da nossa sociedade que busca a justiça através da democracia e o direito²⁴.

Logo, as reações contemporâneas ao terrorismo internacional demonstram que os Estados do Ocidente, não adotam essas medidas racionais, pelo contrário, e isso gera graves consequências para a paz e a segurança. Os crimes de destruição maciça e indiscriminada são expressões de violência brutal que, na opinião dos internacionalistas, configuram crimes de lesa-humanidade, os quais por sua vez, são respostas a outras violências e assim poderíamos continuar até Adão e Eva ou até o primeiro golpe que o hominídeo deferiu contra outro, sem chegar a nenhuma solução com vistas a uma convivência racional no futuro²⁵.

Finalmente, cumpre a devida lembrança, de que o que é terrorismo para alguns é heroísmo para outros. Por mais que a máxima possa parecer banal, ela representa os pontos de vista contrastantes sobre o fundamento de legitimidade daqueles que recorrem à violência como meio de atingir um resultado de poder²⁶.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção: homo sacer**, II, I. São Paulo: Boitempo, 2004.

BASSIOUNI, M. Cherif. Terrorismo: O persistente dilema da legitimidade. **Revista Liberdades**. São Paulo, nº 6, Abril, 2011.

BAUMAN, Zygmunt. **Medo Líquido**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BORRADORI, Giovanna. **Filosofia em tempo de terror: diálogos com Habermas e Derrida**. Trad. Roberto Muggiati. Zahar: Rio de Janeiro.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 13.260/2016, de 16 de março de 2016.

²⁴ CALLEGARI, André Luís... [ET AL.]. **O Crime de Terrorismo: reflexões críticas e comentários à Lei de Terrorismo: de acordo com a Lei nº 13.260/16**. Porto Alegre : Livraria do Advogado Editora, 2016. P. 121.

²⁵ ZAFFARONI, Eugênio Raul. **O inimigo no direito penal**. Rio de Janeiro: REVAN, 2007. 16-17 p.

²⁶ BASSIOUNI, M. Cherif. Terrorismo: O persistente dilema da legitimidade. **Revista Liberdades**. São Paulo, nº 6, Abril, 2011.

CALLEGARI, André Luís... [ET AL.]. **O Crime de Terrorismo**: reflexões críticas e comentários à Lei de Terrorismo: de acordo com a Lei nº 13.260/16. Porto Alegre : Livraria do Advogado Editora, 2016.

FERNANDES, Hélène Marine Serra. **O Direito Penal do Inimigo**: Reconfiguração do Estado de Direito. Dissertação de Mestrado. Universidade do Porto, 2011.

JAKOBS, Günther; MELIÁ, Manuel Cancio. **Direito Penal do Inimigo** – Noções e Críticas. Porto Alegre: Livraria do Advogado, Org./Trad. André Luís Callegari e Nereu José Giacomolli, 2009.

ZAFFARONI, Eugênio Raul. **O inimigo no direito penal**. Rio de Janeiro: REVAN, 2007.

A força do pré-construído no sistema penal: seletividade e punição dos socialmente indesejáveis

Guilherme Baziewicz de Carvalho e Silva ¹

Usando como instrumento de fundamentação metodológica, a aproximação entre as conclusões de Pierre Bourdieu quanto à força do pré-construído nas estruturas do campo jurídico, aquelas de inalterabilidade funcional e adaptação repetitiva dos métodos de seleção dos indivíduos passíveis de controle pela segregação carcerária denunciadas por Michel Foucault e posteriormente Eugenio Raúl Zaffaroni, se passa a análise das funções seletivas presentes em determinados dispositivos legais da individualização e execução da pena, buscando demonstrar que passados mais de duzentos anos do marco constitutivo da secularização e laicização do Estado, ainda restamos atrelados a moral vigente de quem cria e concentra as diversas espécies de capitais constituintes do ente estatal. Na contemporaneidade, ela se traduz a partir de uma redução de complexidades de conteúdo maniqueísta ditada por interesses alheios ao bem estar social da maioria, pela construção de bodes expiatórios com o intuito específico de racionalização do universo excludente das sociedades de consumo socialmente seletivas. Inobstante a certeza de tais premissas, e a concretude epistemológica de falibilidade do sistema carcerário, este segue o curso de uma mutabilidade às avessas, na medida em que sua constante reforma, longe de romper com antigas práticas ineficientes do ponto de vista do discurso oficial, lhes dá uma nova aparência exterior, permanecendo imutável em sua essência. A compreensão destas assertivas no desenvolvimento da pesquisa que se propõe, busca também a conscientização dos riscos em que se pode recair pela influência de conceitos falseáveis de relativização das garantias constitucionais, como pretexto para o controle da criminalidade.

Palavras-Chave: Sociologia do Direito, Criminologia, Seletividade, Controle Social, Criminalização.

Introdução

Os processos que originaram a criação da categoria “delinquente” e que impulsionaram a criminologia positivista, administrativa e o controle social, são indissociáveis das transformações econômicas que iriam consolidar a sociedade ocidental capitalista a partir da troca de guarda entre o sistema feudal servil e o capitalista industrial. Trata-se, portanto da mudança da produção feudal servil para a capitalista, constituída durante três séculos e que teve seu desiderato na segunda metade do século XVIII. Assim, o câmbio operado na ordem econômica feudal e conseqüente maneira de apropriação da

¹ Mestrando em Ciências Criminais do Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PPGCCRIM/PUCRS.

mão de obra ocasionaram massivo contingente de população marginal nos centros urbanos europeus, diante de um êxodo do campesinato nunca visto antes e inexistente na Idade Média ².

Durante a Idade Moderna a miséria toma conta da Europa. Contra os famintos que infringem a lei para sobreviver malogram toda forma de respostas penais. A partir de então, já no século XIX, com a concentração urbana e o êxodo dos camponeses por mão de obra nas indústrias, coexistiam antagonicamente em um único espaço, a riqueza do capital e a miséria dos migrantes. Reproduziu-se então a técnica de ocupação territorial das colônias, criando-se a instituição de controle disciplinar do poder punitivo³. A ordem era de repartição das individualidades, sua restrição e divisão no espaço, classificando-as, usando-as com o maior rendimento possível, treinando e condicionando seu comportamento. Aqueles que não fossem passíveis de tal enquadramento passavam pela neutralização e transformação do “suplemento” penitenciário.

E é o penitenciarismo consolidado na modernidade recente (auxiliado por outras instituições do controle social informal como os meios de comunicação de massa), que constroem a personagem do delinquente, inserida entre a individualização e a execução da pena. A individualização como neutralização do sujeito. A execução como transformação. Da interação deste processo advém o modelo do sujeito construído pela própria maquinaria corretiva, a fim de servir como premissa de aplicação do poder de punir. Diante da individualização da pena, o delinqüente é uma unidade biográfica, cerne de “temibilita”, representante de uma espécie de anomalia que deve ser curada, transformada pela execução penal, a fim de servir, ou então ser neutralizada pelos métodos da execução, fortalecendo seu caráter delinquente e sua exclusão social em definitivo da sociedade. Algo que a princípio não era visto como a solução final até a segunda metade do século XX⁴.

Tanto na individualização, quanto na execução da pena, ainda são relevados valores essencialmente morais, com notória carga valorativa excludente e seletiva. A correlação entre direito e moral no universo penal, inerente ao jusnaturalismo teológico, deixou sua herança ileso, efetuando uma constante intervenção jurídica no campo do

2 ANITUA, Gabriel Ignácio, História dos pensamentos criminológicos. 1.^a ed. Rio de Janeiro: Revan, 2008, p. 64-65.

3 ZAFFARONI, Eugenio Raúl. La palabra de los muertos: conferencias de criminologia cautelar. 1.^a ed. Buenos Aires: Ediar, 2011, p. 96.

4 YOUNG, Jock. A sociedade excludente: exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente. 1.^a ed. Rio de Janeiro: Revan, 2002, p. 91-95.

pensamento, criminalizando e punindo os indivíduos por opções pessoais, idéias e convicções, relevadas pelo sistema de classes. Pecado e crime possuem o mesmo significado valorativo⁵.

A seletividade e punição dos socialmente indesejáveis se dá então pela normalização de seu conteúdo pela força do pré construído no direito. Conforme Pierre Bourdieu, apenas se pode referir a uma “ciência rigorosa do direito”, quando se toma como objeto de investigação a chamada ciência jurídica⁶. A partir daí se tem a compreensão do direito enquanto reflexo objetivo das relações de força existentes, onde se expressam as resoluções econômicas e os interesses dos dominantes⁷. Deste modo apreende-se que são notórios os elementos subjetivos do direito penal do autor na redação do artigo 59 do Código Penal. Estes elementos acabam por permitir o perfazimento de ilações pelo magistrado que permeiam a matéria de prevenção geral ou defesa social, de cunho sabidamente antidemocrático, por permitir a individualização da pena fora do caso concreto, qualificando o desvio pelo caráter antissocial e imoral da conduta, diante da inserção para análise na aplicação da pena base, dos antecedentes, da conduta social e da personalidade do réu.

O fenômeno se repete na execução penal, servindo de exemplo os dispositivos legais do artigo 52 da Lei nº. 7.210/1984, alterado pela Lei nº. 10.792/2003, que criou o Regime Disciplinar Diferenciado, buscando demonstrar que passados mais de duzentos anos do marco constitutivo do sistema pensilvânico de segregação pelo confinamento solitário, a concretude epistemológica de falibilidade da pena de prisão, não interrompeu a funcionalidade de seu curso por uma mutabilidade às avessas, na medida em que sua constante reforma, longe de romper com antigas práticas ineficientes do ponto de vista do discurso oficial, lhes dá uma nova aparência exterior, permanecendo imutável em sua essência.

Condenado, apátrida, delinquente, inimigo: a construção do bode expiatório

Na segunda metade do século XIX, com a consolidação da pena de prisão como resposta penalógica na idade contemporânea, se constrói a figura do delinqüente via categorização das classes perigosas. Se mirarmos para o momento histórico imediatamente

5 CARVALHO, Salo de. Antimanual de criminologia. 5.ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 207.

6 BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p. 209.

7 Idem, p. 210.

anterior, iremos nos deparar com o pensamento iluminista do século XVIII, cuja reforma penal visava essencialmente implementar uma nova tecnologia e economia do poder de punir⁸, mas que omite da criminalização e do controle, o interior do ser humano em sua totalidade, ou seja, sua essência e sua personalidade psicofísica.⁹ Com a chegada do século XIX e o desenvolvimento coincidente das doutrinas positivistas, espiritualistas, éticas, idealistas, assim como nas suas distintas manifestações estatísticas, a criminalidade acaba voltando ao foco como objeto de qualificação, inquirição e tratamento penal sob a hodierna rotulagem da “periculosidade”, da “capacidade de delinquir”, do “caráter do réu”, do “tipo criminal”, da “infidelidade” ou de outros termos equivalentes¹⁰.

A inoculação do encarceramento no sistema penal não trouxe nenhuma espécie de reação violenta, justamente por manufaturar delinquência, possibilitando à justiça penal, “um campo unitário de objetos”, examinado como “ciências”, e, portanto, lhe autorizando “funcionar num horizonte geral de “verdade” ”¹¹. É sim como condenado, e com a intenção de ponto de serventia dos mecanismos punitivos, que o infrator se monta como objeto de “saber possível”. A categoria de delinquente é convergente aos efeitos das atividades destas instituições de controle social. O indivíduo muito embora possa praticar um comportamento punível, só será retaliado pela atuação institucional, quando obter esta categoria, esta casta¹².

O caráter nominativo e simbólico que toma forma a partir da análise do infrator é inerente as relações sociais do ser humano. Desde tempos imemoriais, a comunidade humana precisa identificar e julgar seus malfeitores. Muito embora o pensamento dos reformadores do século XVIII tenha contribuído para a confirmação do Estado laico secularizado, Rosseau, por exemplo, defendia que “todo malfeitor, atacando o direito social, torna-se, por seus crimes, rebelde e traidor da pátria; a conservação do Estado é então incompatível com a sua; um dos dois tem que perecer, e, quando se faz perecer o culpado, é menos como cidadão que como inimigo”¹³.

8 FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: história da violência nas prisões. 19.^a ed. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 76

9 FERRAJOLI, Luigi. Direito e razão: teoria do garantismo penal. 2.^a ed. São Paulo: Revista dos tribunais, 2006, p. 442

10 Idem, p. 442-443.

11 FOUCAULT, Michel. Op. cit., p. 214.

12 BARATTA, Alessandro. Criminologia Crítica e crítica do direito penal: introdução à sociologia do direito penal. 6.^a ed. Rio de Janeiro: Revan, 2002, p. 86.

13 ROSSEAU, Jean Jacques, apud FOUCAULT, Michel. Op. cit., p. 76.

Celso Lafer aborda esta ruptura dos direitos fundamentais do status civitas construída pelos reformadores referindo-se a categoria de ‘apátrida’ que não se encerraria apenas como modo de diferenciar nacionais e estrangeiros, e sim como maneira de perdimento das unidades vinculantes com a ordem jurídica do Estado, despindo-o, o apátrida, da jurisdição e da legalidade. Desta maneira se retiraria o status de cidadão daquele, declarando-lhe como morto civil¹⁴.

No momento em que são expurgados da comunidade política, passam a não possuir mais segurança no que diz respeito a direitos não mais reconhecidos pela ausência de pertencimento a comunidade. Efetivamente, perdem a proteção comunitária e voltam ao estado de natureza. Esta peculiaridade revigora o conceito de Friedlosigkeit (perda da paz), pena mais grave do arcaico direito penal germânico, predominante entre os séculos V a XI, que se resumia a remover a tutela social do infrator, de maneira que qualquer indivíduo podia tramar contra sua integridade física, ou até mesmo a sua vida impunemente. ¹⁵ Não por acaso a conceituação de apátrida se harmoniza com a conceituação do inimigo jakobsiano, servindo de instrumento para o controle social dos excedentes. Conforme ensina Foucault:

(...) o criminoso designado como inimigo de todos, que têm interesse em perseguir, sai do pacto, desqualifica-se como cidadão e surge trazendo em si como que um fragmento selvagem de natureza; aparece como o celerado, o monstro, o louco talvez, o doente e logo “anormal”. É a esse título que ele se encontrará um dia sob uma objetivação científica, e o tratamento que lhe é correlato ¹⁶.

Por outro lado, aspectos nominativos heterogêneos no decorrer da história da sanção penal na sociedade humana, no que concerne aos infratores da norma, podem, no entanto, apresentar certo caráter de similaridade quanto à natureza e efeito na aplicação da pena, mas não necessariamente de maneira totalmente homogênea. Hegel conceituava que a pena retributiva que se buscava no contrato social era permeada por um limite e poderia ser aplicada tanto a amigos, quanto a inimigos. Entretanto, existiam indivíduos que não possuíam qualquer utilidade como mão de obra potencial no mercado, assim como, outros

14 LAFER, Celso apud CARVALHO, Salo de. Pena e garantias. 3.^a ed. Rio de Janeiro: Lúmen júris, 2008, p. 152.

15 ZAFFARONI, Eugenio Raúl, PIERANGELI, José Henrique. Manual de direito penal: parte geral. 1.^a ed. São Paulo: Revista dos tribunais, 1997, p. 191.

16 FOUCAULT, Michel. Op. cit., p. 85.

que além de não terem utilidade, eram consideravelmente perigosos para o setor hegemônico. Desta maneira, era curial a feitura de uma ideologia que angariasse a imposição de uma pena ilimitada a estes infratores, como forma de neutralização ¹⁷.

Racionalização reiterativa e isomorfismo penalógico

O sofrimento que nossos sistemas penais produzem está tão presente que o discurso jurídico penal não pode mais esconder seu desbaratamento através do que Zaffaroni nomina como “antiquado arsenal de racionalizações reiterativas ¹⁸”. Ao longo da história do sistema e da técnica carcerários, o que se revelou foi à reiteração das práticas penitenciárias, em um movimento onde as críticas internas, fomentam uma nova hipótese, que não dá conta dos problemas e fracassa por adotar fórmulas já utilizadas anteriormente, em um movimento circular de reutilização de antigos paradigmas. Basta se analisar a história dos regimes penitenciários para se constatar esta assertiva. Grifo aqui para o regime de isolamento celular.

Estranhamente, a história do encarceramento não segue uma cronologia ao longo da qual se sucedessem logicamente: o estabelecimento de uma penalidade de detenção, depois o registro de seu fracasso; depois a lenta subida dos projetos de reforma, que chegariam à definição mais ou menos coerente de técnica penitenciária; depois a implantação desse projeto; enfim a constatação de seus sucessos ou fracassos. Houve na realidade uma superposição ou em todo caso outra distribuição desses elementos. E do mesmo modo que o projeto de uma técnica corretiva acompanhou o princípio de uma detenção punitiva, a crítica da prisão e de seus métodos aparece muito cedo, nesses mesmos anos de 1820-1845; ela, aliás se fixa num certo número de formulações que – a não ser pelos números – se repetem hoje sem quase mudança nenhuma. ¹⁹

Portanto, a chamada ‘ciência penitenciária’ não pode se dissociar das constantes crises que marcaram sua história desde o início, e das tentativas críticas de superação destas crises. O problema se encontra nas constantes frustrações destas tentativas de superação. A reedição de técnicas penitenciárias e do projeto corretivo como resposta ao próprio fracasso. A crítica sempre se instala em dois caminhos: o de que a prisão não

¹⁷ ZAFFARONI, Eugenio Raúl, PIERANGELI, José Henrique. Op. cit, p. 284.

¹⁸ ZAFFARONI, Eugenio Raúl. Em busca das penas perdidas: a perda de legitimidade do sistema penal. 4.^a ed. Rio de Janeiro: Revan, 1999, p. 12.

¹⁹ FOUCAULT, Michel. Op. cit., p. 221.

corrige e de que a técnica penitenciária ao propor ser corretiva acaba perdendo sua natureza punitiva, pois a verdadeira técnica penitenciária advinha da rigidez. Que a prisão é um equívoco econômico pela onerosidade de sua organização e pela delinquência que não rechaça²⁰.

O caráter isomorfo das reformas penitenciárias se dá pela reiteração de suas técnicas na contemporaneidade, dada a precocidade do movimento de reforma da prisão, que longe de nascer de um atestado de fracasso, é contemporânea da própria pena, fazendo parte de seu programa, afinal desde o começo comprometeu-se com “mecanismos de acompanhamento” que deveriam corrigi-la, mas que fazem parte de seu funcionamento por aderência histórica²¹.

Do século XIX ao XX, similares hipóteses se repetem como solução de uma reforma usualmente falha, através de discursos homogêneos desde o século XIX, até o movimento de defesa social, que convergem nas rebeliões dos detentos na segunda metade do século XX. Revela-se então dúvida sobre a suposta falibilidade congênita da pena de prisão, se esta não seria uma engrenagem de seu funcionamento, e a conclusão foucaultiana da existência de um método de quatro termos, que opera de maneira sincronizada e historicamente acabou se antecipando e se sobrepondo a simples privação da liberdade:

(...) o “suplemento” disciplinar da prisão – elemento de sobreponder; a produção de uma objetividade, de uma técnica, de uma “racionalidade” penitenciária – elemento do saber conexo; a recondução de fato, se não a acentuação de uma criminalidade que a prisão devia destruir – elemento de eficácia inversa; enfim a repetição de uma reforma que é isomorfa, apesar de sua “idealidade”, ao funcionamento disciplinar da prisão – elemento de desdobramento utópico. É este conjunto complexo que constitui o “sistema carcerário” e não só a instituição da prisão, com seus muros, seu pessoal, seus regulamentos e sua violência. O sistema carcerário se junta numa mesma figura discursos e arquitetos, regulamentos coercitivos e proposições científicas, efeitos sociais e utopias invencíveis, programas para corrigir a delinquência e mecanismos que solidificam a delinquência.²²

A concepção foucaultiana relacionada à problemática prisional estabeleceu um sólido conteúdo reflexivo sobre as construções epistemológicas da criminologia tradicional

20 Idem, p. 223.

21 Ibid., 197-198.

22 FOUCAULT, Michel. Op. cit., p. 225.

e as íntimas estruturas de poder, quando demonstra que o sistema de punição erigido pela sociedade ocidental foi aferido pelo saber criminológico estabelecido na ideia da pena clínica e correcional. Saber que permeia desde a concepção legislativa, perpassando a jurídica, até a executiva, como forma de defesa das intervenções punitivas e com a desculpa de uma agenda ressocializadora ²³.

Entretanto, na modernidade recente, vencido o paradigma do “outro” desviante na sociedade inclusiva fordista²⁴, alguém que deveria ser “ressocializado”, emerge o bode expiatório²⁵ da sociedade excludente pós-fordista, a partir das três últimas décadas do século XX²⁶, determinando a majoração dos níveis de exclusão.

Jock Young, apropriando-se das considerações de Claude Lévi-Strauss em *Tristes Trópicos* (no sentido de que enquanto as “sociedades primitivas” lidam com estrangeiros e desviantes engolindo-os, sendo antropofágicas, as sociedades modernas seriam andropoêmicas, pois vomitam os desviantes, encerrando-os em instituições especiais) ²⁷, constrói o sentido “bulímico” do sistema penal na modernidade recente, posto que agora a solução final para os bodes expiatórios inaproveitáveis para a sociedade de consumo pela impossibilidade de conversão à categoria de consumidor, seria a mera e definitiva exclusão pelo cárcere. No entanto, é preciso que esta segregação tenha uma aparência natural, o que ocorre a partir da utilização das categorias jurídicas pré-construídas presentes no direito.

A força do pré-construído nas categorias jurídicas como perfazimento do controle social

O direito não é ontologicamente a norma jurídica, a doutrina ou a jurisprudência. É o resultado da concorrência que os juristas enfrentam, mesmo sem ter percepção disto, para determinar de maneira universal a noção de direito correta, e sendo assim, totalmente arbitrária. Longe de ser natural, a ciência jurídica foi produzida historicamente²⁸. Os juristas detêm a capacidade reconhecida de interpretar o direito, enquanto visão legítima

²³ CARVALHO, Salo de. *Antimanual de criminologia*. 5.ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 245.

²⁴ YOUNG, Jock. *A sociedade excludente: exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente*. 1.ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2002, p.21.

²⁵ *Idem*, p. 46-49.

²⁶ *Ibid*, p. 22-24.

²⁷ *Idem*, p. 91.

²⁸ ROCHA, Álvaro Filipe Oxley da. *Violência simbólica: o controle social na forma da lei*. 1.ª ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014, p. 107.

do mundo social, o que configura as razões tanto de sua autonomia relativa²⁹, quanto do efeito simbólico de desconhecimento, que configura na crença de sua autonomia em relação a pressões externas, fazendo com que o sistema de normas jurídicas pareça aos que o estabelecem e aos que a ele estão sujeitos, como “totalmente independente” das relações de fora que ele pune e consagra³⁰.

Esta aparência natural de instituições como o direito, diga-se, “instituição instituída”, se deve justamente pela propagação de estruturas mentais, métodos de percepção e pensamento³¹, que se parecem naturais, justamente por serem produzidas, garantidas e impostas pelo Estado, e utilizadas de forma espontânea a todas as peculiaridades do cotidiano. É a reprodução da ótica do Estado e sua aceitação pela criatura, pelo ser estatizado, através da apreensão cognitiva de sua naturalidade³². A aceitação de legitimidade das metodologias e dos conceitos jurídicos aplicáveis se encontra no desconhecimento coletivo de sua natureza arbitrária. O direito longe de ser “puro”, é sim produto da dinâmica social³³.

As formas pré-concebidas de seletividade carcerária nas categorias jurídicas do sistema penal tiveram seu alvorecer nas próprias estruturas de formação do Estado Contemporâneo. Quando Bourdieu complementou a conceituação formalizada por Max Weber³⁴, argumentando que o Estado mais do que ser uma comunidade humana, era um “x” a ser estabelecido, que reivindicaria com sucesso o monopólio não só da violência física, mas também da violência simbólica em um território e sobre sua população³⁵, nos presenteia com instrumentos práticos para afirmar que o Estado também reflete a seletividade e construção do delinqüente em suas estruturas, e que o monopólio da violência simbólica pelo Estado, se exerce também pela seletividade e etiquetamento, levado ao extremo na figura do condenado, transformado em ex-presidiário, e/ou reincidente. Sendo assim estas estruturas reflexivas da seletividade e do etiquetamento se encontram presentes no direito, em diálogo com as premissas foucaultianas.

Pelo direito ser instituição do Estado, e sabendo-se que ele é aceito como natural, apesar de sua arbitrariedade, por conta do desconhecimento coletivo, também a violência

29 Idem, p. 67-106.

30 BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico, p. 212.

31 BOURDIEU, Pierre. Razões práticas sobre a teoria da ação. 11.ª ed. Campinas: Papirus, 1997, p. 97-98.

32 Idem, p. 91-92.

33 ROCHA, Álvaro Filipe Oxley da. Op. cit, p. 108.

34 WEBER, Max. Ciência e política: duas vocações. 4.ªed. São Paulo: Martin Claret, 2002.

35 BOURDIEU, Pierre. Razões práticas sobre a teoria da ação, p. 97.

simbólica de seletividade e etiquetamento se encontra refletida nas estruturas das disposições doutrinárias, legislativas e jurisprudenciais, sendo aceitas e interpretadas como “verdades” científicas pelos juristas. Assim a falta de percepção da violência simbólica enquanto violência, também é característica comum a quem a exerce, e se expressa exatamente no poder de instilar “disposições duráveis”, “princípios de visão e divisão”, conforme suas estruturas, que são muitas vezes absorvidas com complacência pelos juristas³⁶.

No caso do sistema penal podemos tomar como exemplo dois dispositivos específicos, um relativo à individualização da pena, outro relativo ao asobermamento punitivo em sua execução.

Para individualizar a pena o magistrado utiliza-se fundamentalmente de dois artigos do Código Penal, o artigo 59 em conjunto com o artigo 68. O artigo 59 prevê que o magistrado atendendo à culpabilidade, aos antecedentes, à conduta social, à personalidade do agente, aos motivos, às circunstâncias e conseqüências do crime, bem como ao comportamento da vítima, estabelecerá, conforme seja necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime as penas aplicáveis, suas quantidades e o regime inicial de cumprimento, além de eventual suspensão da pena privativa de liberdade³⁷.

Torna-se tarefa fácil apreender as funções de seletividade e etiquetamento pré-construídas inseridas no texto de lei pelos elementos subjetivos inseridos no artigo 59 do Código Penal, sendo estes muito menos a culpabilidade, cujo poder discricionário do juiz poderia ser usado de maneira limitada, para analisá-la considerando apenas o fato e não o autor, mas incisivamente a equivocada inserção para análise na aplicação da pena base dos antecedentes, da conduta social e da personalidade do réu.

O dispositivo elencado, criminologicamente encarna o fenômeno nominado como direito penal do autor, ínsito a sistemas totalitários, em que as pessoas são punidas em razão de sua “personalidade criminosa”, pelo perigo que sua “personalidade” representaria à sociedade³⁸. A análise da conduta social e da personalidade do agente também se demonstra equivocada por reclamar a análise do agente pelo que ele é e não pelo que ele fez, influenciado o aumento da pena com base nestes elementos subjetivos.

36 ROCHA, Álvaro Filipe Oxley da. Op. cit, p. 114.

37 BRASIL. Código Penal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2848.htm
Acesso em: 10 set. 2016.

38 DELMANTO, Celso, DELMANTO, Roberto, DELMANTO, Roberto Júnior, DELMANTO, Fábio M. de Almeida. Código Penal Comentado. 15.^a ed. Rio de Janeiro – São Paulo: Renovar, 2007, p. 186.

Uma vez individualizada a pena e prolatada a sentença em definitivo, para além do carácter exclusivamente seletivo em dispositivos preconcebidos no direito penal, há um referente à execução penal, quando o então delinqüente se transforma em condenado, que encarna a assertiva foucaultiana de isomorfismo do sistema de segregação carcerária, especificamente o artigo 52 da Lei nº. 7.210/1984, alterado pela Lei nº. 10.792/2003, que criou o Regime Disciplinar Diferenciado. Porém antes de referir especificamente a funcionalidade do dispositivo em questão, cumpre referir à sua clara inspiração e exemplo de “antiquado arsenal de racionalizações reiterativas” referido por Zaffaroni: o sistema pensilvânico ou celular.

O sistema celular nasceu na Pensilvânia, quando os quakers, através de sociedades estabelecidas com “os mais respeitáveis cidadãos da Filadélfia”, construíram por intermédio de constituição legislativa, a primeira prisão norte-americana, a Walnut Street Jail, determinando-se que fosse erguido um prédio celular no jardim da prisão (preventiva) de Walnut Street, construída em 1776, para perfectibilizar a aplicação do “solitary confinement” aos apenados. O objetivo era a reforma das prisões em um movimento que inclusive teve a participação de Benjamin Franklin, influenciado pelas ideias de John Howard, substancialmente no que toca ao isolamento do preso, elemento essencial do sistema celular pensilvânico. Com clara influência moral e religiosa e inspirada nas ideias de Howard e Beccaria, a instituição baseava-se na oração, no isolamento celular e na total abstinência de bebidas alcoólicas, aplicando-se ainda uma rigorosa lei de silêncio. O sistema de isolamento celular, no entanto, não foi primeiramente aplicado por completo a todos os apenados, vez que o isolamento em celas individuais era imposto apenas aos considerados mais perigosos, sendo que os demais eram mantidos em celas comuns, permitindo ainda que trabalhassem em conjunto durante o dia.

Entretanto a experiência se mostrou um verdadeiro fracasso a partir do enorme crescimento da população carcerária ali recolhida. Em consequência disto, foram erigidas mais duas prisões onde os apenados eram presos separadamente: a penitenciária Ocidental, Western Penitentiary, em Pittsburgh, no ano de 1818, formulada em conformidade com a arquitetura panóptica; prescrevendo isolamento absoluto e proibição de trabalho, e a penitenciária Oriental, Eastern Penitentiary, no ano de 1829, conforme desenho de John Haviland; onde o isolamento individual foi moderado, possibilitando apenas alguma espécie de trabalho dentro da cela. O aspecto fundamental desta medida de

cumprir a pena se estabelecia, portanto, no isolamento celular dos intervalos, a obrigação do silêncio absoluto, a meditação e a oração ³⁹.

Foucault ensina que não é o respeito à legislação ou o medo de punição que influenciam o comportamento do condenado no sistema pensilvânico, mas o trabalho de sua consciência. Uma submissão complexa no lugar de um treinamento não aprofundado, ao invés de uma troca de atitude, uma de moralidade. A prisão pensilvaniana opera a correção de consciência e a contínua contemplação da arquitetura silenciosa, onde a cela se transforma em tumulto provisório, proliferam os mitos da ressurreição e o catolicismo restabelece seu discurso ⁴⁰.

Pois o texto do artigo 52 da Lei nº. 7.210/1984, que regula a execução penal, encarna a reiteração do velho sistema pensilvânico pelo isolamento solitário, excluindo o caráter reformador do agente, posto que não interessa mais como solução, a finalidade transformadora no suplemento carcerário, e sim uma função essencialmente excludente, priorizando o controle de excedentes em forma completamente divergente de isolamento do indivíduo encarcerado, etiquetado como ameaça à segurança nacional. O RDD adota assim modelos essencialmente sub-humanos de execução da pena, substancialmente a cumprida em regime fechado, reestilizando antigas práticas do século XIX, em um regime integralmente fechado *plus*.⁴¹

Revigora a necessidade, não mais de condicionar ou normalizar condutas, mas sim suprimir e rejeitar. “Num lugar onde a sedução do mercado atinge a todos simultaneamente, mas apenas alguns estão capacitados para saborear o banquete; aos outros – redundantes e inúteis – nada resta senão a exclusão.” ⁴²

O RDD surge assim como um dos novos instrumentos legislativos de controle dos indesejáveis, como forma de execução da pena que inova, não inovando, repetindo fórmulas há muito ultrapassadas, instituindo em o isolamento celular vivenciado pelos condenados nas penitenciárias brasileiras. Se em um passado não tão remoto existia a defesa de contrapor a bizarra realidade do sistema carcerário pátrio utilizando-se da LEP, com a alteração provocada pela Lei nº. 10.792/03, a catástrofe é integrada ao texto,

39 BITENCOURT, Cezar Roberto. Falência da pena de prisão: causas e alternativas. 2.^a ed. São Paulo: Revista dos tribunais, 1993, p. 61-62.

40 FOUCAULT, Michel. Op. cit., p. 201.

41 CARVALHO, Salo de. Pena e garantias, p. 292.

42 FREIRE, Christiane Russomano. A violência do sistema penitenciário brasileiro contemporâneo: O caso RDD (regime disciplinar diferenciado). Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, 2004, p. 57-58.

constituindo para os esquecidos apátridas, a sina eternizada por Francisco Buarque de Holanda no Hino de Duran ⁴³.

(...) E se definitivamente a sociedade só te tem desprezo e horror. E mesmo nas galeras és nocivo, és um estorvo, és um tumor. A lei fecha o livro, te pregam na cruz, depois chamam os urubus.

Conclusão

Considerando-se que a formulação dos institutos penais de seleção dos indivíduos passíveis de controle pela segregação carcerária, sofre da influência de elementos subjetivos agregadores da chamada culpabilidade do autor, permeados por caracteres advindos de valores maniqueístas comuns a moral judaico cristã, ao discurso antropofilosófico penal, e daqueles oriundos da sociedade ocidental baseada no consumo e na troca de mercadorias, socialmente seletivos, se constrói uma especificidade a partir da aplicação destes institutos, aos sujeitos objeto deste propósito, havendo historicamente, a construção do modelo de indivíduo passível de controle, transformação, neutralização e exclusão, institucionalizando o caráter delinquente dos segregados.

Inobstante a secularização e laicização da sociedade ocidental a partir do final do século XVIII, os métodos judiciais e penitenciários, especificamente quanto à individualização e execução da pena, funcionalmente repetíveis e adaptáveis, possuem o intuito de fomentar, instrumentalizar e manter o controle, transformação, neutralização e exclusão das massas excedentes, garantindo o status quo político e sócio econômico das classes dominantes. Especificamente quanto à individualização e execução da pena: o artigo 59 do Código Penal, assim como o artigo 52 da Lei n.º 7.210/1984 funcionam como institutos a serviço deste paradigma.

Diante da constatação de que caminhamos para a adoção massiva de medidas inspiradas cada vez mais em uma legislação de pânico, onde são suprimidas garantias individuais em nome da segurança pública, cumpre proclamar a necessidade de defesa do Estado Democrático de Direito, lastreado por um sistema constitucional sólido e efetivo em seus freios e contrapesos, limitadores do poder punitivo. Isto porque longe da interpretação do direito enquanto ciência jurídica, a compreensão de que ele é produto da dinâmica social, a partir de sua objetificação, instrumentaliza a certeza de que deve ser

⁴³ HOLANDA, Francisco Buarque de. *Ópera do Malandro*. 1.ª ed. São Paulo: Círculo do livro, 1978.

construído para proteger individualidades, a partir da alteridade, e com o fito de servir ao bem estar social.

Entretanto, a defesa de um sistema constitucional e legislativo garantidor, não pode se dar de maneira isolada, sob pena de não possuir valor extensivo, de não agregar concretude em sua execução, restando sem materialização efetiva. Parece-nos que a ele deveriam ser somadas essenciais reformas de base que primassem pela inclusão social, pela educação e pela disseminação cultural.

A permanecer a ascensão do populismo punitivista, embasado pelas concepções do renascimento do positivismo criminológico, da criminologia administrativa e atuarial, com foco na gestão de riscos andropoêmica, estaremos fadados ao retrocesso e a ver ascender além de legislações de terror, mais uma vez, uma “re-reforma” isomorfa do sistema penitenciário, como “um cachorro que tenta morder o próprio rabo”. Nada mais apropriado, diante da irracionalidade das concepções aqui criticadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANITUA, Gabriel Ignácio. **História dos pensamentos criminológicos**. 1.^a ed. Rio de Janeiro: Revan, 2008;

BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e crítica do direito penal: introdução à sociologia do direito penal**. 6.^a ed. Rio de Janeiro: Revan, 2002;

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Falência da pena de prisão: causas e alternativas**. 2.^a ed. São Paulo: Revista dos tribunais, 1993;

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001;

_____. **Razões práticas sobre a teoria da ação**. 11.^a ed. Campinas: Papyrus, 1997;

BRASIL. **Código Penal**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2848.htm Acesso em: 10 set. 2016;

CARVALHO, Salo de. **Antimanual de criminologia**. 5.^a ed. São Paulo: Saraiva, 2013;

_____. **Pena e garantias**. 3.^a ed. Rio de Janeiro: Lumen juris, 2008;

DELMANTO, Celso, DELMANTO, Roberto, DELMANTO, Roberto Júnior, DELMANTO, Fábio M. de Almeida. **Código Penal Comentado**. 15.^a ed. Rio de Janeiro – São Paulo: Renovar, 2007;

FERRAJOLI, Luigi. **Direito e razão: teoria do garantismo penal**. 2.^a ed. São Paulo: Revista dos tribunais, 2006;

- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. 19.^a ed. Petrópolis: Vozes, 1999;
- FREIRE, Christiane Russomano. **A violência do sistema penitenciário brasileiro contemporâneo: o caso RDD (regime disciplinar diferenciado)**. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, 2004;
- HOLANDA, Francisco Buarque de. **Ópera do Malandro**. 1.^a ed. São Paulo: Círculo do livro, 1978;
- ROCHA, Álvaro Filipe Oxley da. **Violência simbólica: o controle social na forma da lei**. 1.^a ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014;
- WEBER, Max. **Ciência e política: duas vocações**. 4.^aed. São Paulo: Martin Claret, 2002;
- YOUNG, Jock. **A sociedade excludente: exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente**. 1.^a ed. Rio de Janeiro: Revan, 2002;
- ZAFFARONI, Eugenio Raúl, PIERANGELI, José Henrique. **Manual de direito penal: parte geral**. 1.^a ed. São Paulo: Revista dos tribunais, 1997;
- ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Em busca das penas perdidas: a perda de legitimidade do sistema penal**. 4.^a ed. Rio de Janeiro: Revan, 1999;
- ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **La palabra de los muertos: conferencias de criminología cautelar**. 1.^a ed. Bue

Violações dos direitos humanos em tempos de governos de centro-esquerda: uma comparação entre a Argentina e o Brasil (2003-2015) através dos informes da Anistia Internacional (AI)

Maxmiler Campos da Costa¹

Argentina e o Brasil foram e são atores importantes na América Latina, dos quais pretendo comparar a história recente destes dois países, considerando a *capacidade dos estados* em produzir políticas de proteção aos direitos humanos em um ciclo de governos de centro-esquerda. Através dos informes produzidos pela Anistia Internacional (AI), pode-se problematizar em que medida houve uma ampliação (ou diminuição) da proteção aos direitos nestes dois Países e quais continuam sendo violados. A comparação preliminar indica que não houve significativa mudança nas violações, demonstrando uma histórica criminalização dos defensores dos direitos humanos.

Palavras-chave: Violações dos Direitos Humanos, Governos de Centro-Esquerda, Argentina, Brasil.

Introdução

Nas últimas décadas, a América Latina conheceu um ciclo político diferente: governos progressistas comandaram seus países. Pode-se dividir em duas frentes: Bolívia, Equador e Venezuela, que aprofundaram suas políticas no sentido de mudanças constitucionais. Uma segunda frente mais moderada: Argentina, Brasil, Chile e Uruguai. Ou seja, uma “Revolução Silenciosa” (Reid, 2007).

Levando em conta que a Argentina e o Brasil são atores importantes na Região, pretendo comparar a história política recente destes dois governos de centro-esquerda, considerando a *capacidade dos estados* em produzir e proteger as políticas para os direitos humanos.

Partindo das semelhanças, cujos governos foram caracterizados como progressistas pela literatura especializada, é possível colocar alguns questionamentos. Quais são as diferenças que se podem identificar nos casos argentino e brasileiro? Quais direitos humanos foram violados? Quais as implicações políticas nos dois Países?

Para tanto, o objetivo será comparar quais os direitos humanos que foram violados durante estes últimos treze anos. Busca-se analisar a capacidade estatal, através de governos progressistas em uma democracia, na promoção e proteção aos direitos. Para

¹ Mestrando em Ciência Política – UFRGS.

tanto, de maneira inicial utiliza-se os relatórios produzidos pela Anistia Internacional (AI) entre 2003 e 2015, como fonte histórica.

A comparação preliminar indica que não houve significativa mudança nas violações, demonstrando uma histórica criminalização dos defensores dos direitos humanos. Em resumo, o artigo está dividido em três partes: contextualização dos governos argentino e brasileiro (2003-2015). Depois, defino a categoria dos “direitos humanos”. Após, a comparação por ano das violações dos direitos humanos em ambos os Países.

Governos de Centro-Esquerda na Argentina e no Brasil (2003-2015)

Argentina e Brasil possuem processos semelhantes: políticos, históricos, sociais, econômicos e culturais. Desde a Colonização, Independência, formação dos Estados Nacionais, advento da República, Populismo, Ditaduras Militares-Civis até o retorno à democracia (Bethell e Roxborough, 1996; Donghi, 1975; Fausto e Devoto, 2004; Ianni, 1975; Romero, 2006; Sader, 1982; Wasserman, 1992; Weffort, 1978).

Nos anos 1990, ambos Países foram afetados pela globalização, cujos cenários foram de implementações de governos neoliberais (Petras, 1999): capacidades interventivas dos Estados foram diminuídas, privatizações e submissão ao Consenso de Washington. No Brasil: Fernando Collor de Melo, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. Já na Argentina: Carlos Menem, Fernando de la Rúa, Adolfo Rodríguez Saá e Eduardo Duhalde.

Na sequência, governos progressistas chegaram aos Estados, o que vem se consolidando como um ciclo diferente no sentido da proteção e promoção dos direitos humanos: Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) e Dilma Rousseff (2011-?), no Brasil (Fishlow, 2011; Holston, 2013; e Singer, 2002), Néstor Kirchner (2003-2007) e Cristina Fernández de Kirchner (2007-2015), na Argentina (Iazzetta, 2011; Ollier, 2010; Rivarola, 2013; Rodríguez, 2014; e Varesi, 2014).

Em síntese, por governos de centro-esquerda (progressistas, em última análise) entendo todos aqueles que: buscam uma maior igualdade tanto no aspecto socioeconômico, quanto gêneros e etnias. Privilegiam o Estado como instrumento para transformar a sociedade, apostando na ampliação e proteção dos direitos humanos, especialmente os direitos sociais (Braga e Amaral, 2012; Castañeda, 2006; Levitsky e Roberts, 2011; e Weyland, 2009 e 2010).

Direitos Humanos

A construção política de uma noção dos direitos humanos, no “Lulismo” (Lula e Dilma) e “Kircherismo” (Néstor e Cristina), é decorrência da internacionalização ocorrida nos anos 1990. Através dos aportes do Banco Mundial, no sentido de “políticas internacionais para o desenvolvimento” (Dezalay e Garth, 2008, p. 152). A partir disso, a fonte de dados utilizada neste trabalho, pode ser caracterizada como uma organização não-governamental ativista no campo dos direitos humanos: Anistia Internacional (AI).

Sem desconsiderar as especificidades de cada país (Brasil e Argentina), aparentemente a atuação da AI, tanto no Brasil, quanto na Argentina é semelhante. Se por lado a defesa dos direitos é importante; por outro lado, o entrelaçamento de redes mundiais às locais, geralmente têm ocasionado tensões entre autoridades e ativistas. Não raro, opiniões do tipo: “direito dos ‘manos’, direitos dos ‘bandidos’” são divulgadas nos meios de comunicação e amplificadas por autoridades policiais e políticas.

De certa maneira, os direitos humanos no Brasil e na Argentina, aproximam-se mais como afirmação do direito internacional (Guilhot, 2011, p. 226), na tentativa de afirmação de uma luta contra as injustiças estatais. Muito alicerçado nos tratados internacionais e na Carta da ONU. O art. 28 da Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948 prevê que:

Todo homem tem direito a uma ordem social e internacional em que os direitos e liberdades estabelecidos na presente Declaração possam ser plenamente realizados”. Esta afirmação ressalta, em primeiro lugar, a importância da institucionalização dos direitos humanos para a ordem interna e internacional. Há, na realidade, um verdadeiro direito à institucionalização dos direitos humanos que abrange o âmbito doméstico e as relações externas.

Por direitos humanos entende-se um conjunto de direitos, liberdades, igualdades fraternidades inerentes às pessoas e que são relacionados com regimes democráticos. Em um viés político-jurídico, pode-se classificá-los em quatro gerações, afirmando também sua historicidade:

1ª) Geração: liberdades públicas, os direitos políticos básicos, institucionalizados a partir da Magna Carta de 1215 do Rei João Sem Terra, *Habeas Corpus Act* (1679) e a *Bill of Rights* (1688), em que representam os direitos civis do povo = *liberdade*; **2ª)**

Geração: nascidos na Revolução Industrial (século XIX), buscaram estabelecer melhorias nas condições sociais do(a) trabalhador(a) e ganham relevo no pós-guerra (1919 com a Constituição alemã de Weimar e com o Tratado de Versalhes (criação da Organização Internacional do Trabalho), em que representam os direitos sociais, culturais e econômicos do povo = *igualdade*; 3ª) **Geração:** em decorrência da globalização da economia, avanços tecnológicos e científicos, como as viagens espaciais, a robótica, a *internet*, esta geração busca a preservação da qualidade de vida, tutelando o meio ambiente, permitindo-se o progresso sem detrimento da paz e da autodeterminação dos povos através de interesses metaindividuais (difusos), onde representam os direitos de solidariedade = *fraternidade*; e 4ª) **Geração:** direito dos povos, segundo Norberto Bobbio, decorrentes do avanço da engenharia genética, direitos da preservação da própria existência humana, contra a globalização desenfreada, direito à democracia e à informática = *direitos dos povos*.

Sem desconsiderar outras declarações importantes de direitos humanos: Direitos de Virgínia de 1776 (direito à vida, propriedade, legalidade e liberdade religiosa); Independência dos EUA de 1776 e Constituição dos EUA de 1787, que limitavam o poder estatal através da implantação do devido processo legal (*due process of law*); Direitos do Homem e do Cidadão (França, 1789); e Constituição Mexicana de 1917, que acentuava a reforma agrária e delimitava uma série de direitos sociais.

Em 16 de dezembro de 1966, a Assembleia Geral adotou e abriu à assinatura, ratificação e acessão do Pacto dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, o Pacto dos Direitos Cívicos e Políticos e o Protocolo Facultativo. O Pacto sobre os Direitos Sociais, Econômicos e Culturais e o Pacto sobre os Direitos Cívicos e Políticos entraram em vigor em 1976, quando se completou o número mínimo de ratificações exigido. Entre as convenções cabe destacar (Trindade, 1991, p. 639):

Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1965); Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (1979); Convenção sobre os Direitos Políticos da Mulher (1952); Convenção Relativa à Luta contra a Discriminação no Campo do Ensino (1960); Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio (1948); Convenção sobre a Imprescritibilidade dos Crimes de Guerra e Crimes de Lesa-Humanidade (1968); Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou

Degradantes (1984); Convenção sobre os Direitos da Criança (1989); Convenção Internacional sobre a Eliminação e a Punição do Crime de Apartheid (1973); Entre as Declarações merecem ser lembradas: a Declaração sobre os Direitos da Criança (1959); a Declaração sobre a Eliminação de Qualquer Forma de Discriminação Racial (1963); a Declaração que proíbe a Tortura, o Tratamento Cruel e Desumano (1975); a Declaração sobre a Eliminação de Todas as Formas de Intolerância e Discriminação com base na Religião ou Crença (1981).

Em síntese, baseando-se na Segunda Conferência Internacional de Direitos Humanos realizada pela ONU, em Viena (1993), pode-se considerar os direitos humanos como universais, indivisíveis e interdependentes, enfatizando: a universalidade dos direitos civis e sociais; o **papel fiscalizador das entidades não-governamentais**; a co-responsabilidade na promoção dos direitos fundamentais; e o desenvolvimento como condição para a manutenção da democracia.

Neste sentido, a AI, enquanto organização não-governamental, cumpriu um papel importante de fiscalização dos Estados argentino e brasileiro, no período em que houve governos de centro-esquerda. Apontando as violações dos direitos humanos, de certo modo, até mesmo ajuda os governantes a direcionar suas políticas para a promoção e proteção aos direitos humanos.

Violações dos Direitos Humanos na Argentina e no Brasil (2003-2015)

Brasil e Argentina têm aspectos semelhantes quando relacionados aos direitos humanos. A trajetória até o retorno à democracia demonstrou uma preocupação com as liberdades políticas e civis. Acima de tudo, a liberdade de expressão subtraída por regimes autoritários. Porém, as desigualdades socioeconômicas ainda dificultam a efetivação dos direitos humanos na sua plenitude.

A unidade de análise do trabalho abrange o Brasil e a Argentina. Trata-se, portanto, de pesquisa qualitativa com método comparativo histórico (Bendix, 1996; Moore Jr., 1980; Scopckol, 2004; Tilly, 1984; e Vale, 2015). Buscando analisar um tempo histórico de curta duração (Braudel, 1958) das violações dos direitos humanos, procurei analisar os informes anuais produzidos pela Anistia Internacional (2003 e 2015).

As violações dos direitos humanos encaixam-se na perspectiva atual da “Nova Sociologia Histórica” (Monsma, 2016). Uma temática atualizada, mas com um fundamento histórico, levando em conta a universalidade dos direitos do homem (e das mulheres). Ultrapassando os momentos iniciais da Sociologia Histórica com seus fundadores (Marx, Weber e Durkheim).

Da mesma maneira, deixando para o passado diversas correntes e ondas da Sociologia Histórica:

Ano do Informe / Países / Violações dos Direitos Humanos	<i>Argentina</i>	<i>Brasil</i>
2004	Tortura e maus-tratos em delegacias de polícias, inclusive de menores; Criminalização da pobreza	Tortura e maus-tratos; Mortes de jovens negros pela polícia; Homicídios cometidos pela polícia através de “esquadrões da morte”; Ataque à polícia de São Paulo pelo PCC; Violência contra população indígena; Violência e conflitos territoriais
2005	Tortura e maus-tratos por forças estatais; Forte repressão contra manifestações; Busca de resolução da impunidade advinda do cometimento de violações dos direitos cometidas no passado (Ditadura Militar-Civil)	Graves violações: polícia responsável por diversos fatos, utilizando a tortura e maus-tratos como prática institucional e corrupção; Questões indígenas e agrárias com grande quantidade de ativistas camponeses e sindicalistas vítimas de violência; Busca de resolução da impunidade advinda do cometimento de violações dos direitos cometidas no passado (Ditadura Militar-Civil)
2006	Presos em péssimas condições, uso excessivo da força contra manifestantes e grupos indígenas; Continuidade de uma política para anular leis do passado autoritário (1976-1983)	A população brasileira, principalmente índios e excluídos socialmente continuam sofrendo constantes violações; A polícia continua torturando, com execuções extrajudiciais e com uso excessivo da força; Condições degradantes dos presídios; Conflitos agrários, resultando em 37 trabalhadores rurais mortos

2007	Condições penitenciárias não melhoraram; Julgamento de repressores de violações do passado; Violações na terra e dos direitos indígenas	Altos índices de violações cometidas pelas forças de seguridade pública: tortura segue sendo sistemática; O acesso à terra continua um foco de violações; Diversos casos de trabalho em condições de escravidão
2008	Repressão violenta contra manifestações populares; Maus-tratos contra camponeses e indígenas; Continuidade do fim da impunidade por violações cometidas no passado	Comunidades marginalizadas seguem sofrendo violações pela polícia e por grupos armados; Justiça penal colabora na violação, pois não há recursos suficientes para evitar abusos em presídios e casas de detenção de menores; Ataque à ativistas rurais e indígenas; Trabalho forçado e exploração; Violações dos direitos das mulheres
2009	Despejos forçados de povos indígenas; Diversos processos relacionados com violações do passado continuam a esperar por justiça; Acusações contra a o uso excessivo da força por parte da polícia contra manifestantes e conflitos agrários; Péssimas condições dos cárceres	Desigualdade socioeconômica continua sendo uma das maiores do mundo, ocasionando a violações de diversos direitos; População mais pobre continua sofrendo violência da polícia e de grupos armados; Violações contra indígenas e camponeses; Defensores criminalizados
2010	Comunidades indígenas expulsas de suas terras; Continuidade de juízos por violações do passado, tendo as testemunhas sofrido ameaças; Condições precárias, violência, superlotação, falta de serviços de saúde adequados, tortura e outros maus-tratos foram relatados nas prisões e nos centros de detenção das províncias de <i>Santiago del Estero</i> e <i>Mendoza</i> ; A violência baseada em gênero continuou causando sérias preocupações	Agentes policiais continuaram a usar força excessiva e a praticar execuções extrajudiciais e torturas com impunidade. O sistema de detenção caracterizava-se por condições cruéis, desumanas e degradantes, e a tortura prevalecia; Diversos agentes de aplicação da lei foram acusados de envolvimento com o crime organizado e com grupos de extermínio; Povos indígenas, trabalhadores sem terras e pequenas comunidades rurais continuaram a ser ameaçados e atacados por defenderem seus direitos fundiários. Defensores dos direitos humanos e ativistas sociais foram alvos de ameaças, de ataques e de acusações

		politicamente motivadas, apesar de o governo ter estabelecido um plano nacional para a proteção dos defensores de direitos humanos.
2011	Mulheres e meninas que engravidaram em consequência de estupro continuaram a enfrentar obstáculos significativos para realizar abortos legais; O uso excessivo da força pela polícia e as condições desumanas das prisões ainda eram motivo de grave preocupação. Prosseguiram as ações judiciais contra indivíduos responsáveis por violações de direitos humanos cometidas durante os regimes militares.	As comunidades que vivem em situação de pobreza continuaram a enfrentar uma série de abusos dos seus direitos humanos, como despejos forçados e falta de acesso a serviços básicos. Apesar de algumas cidades registrarem redução na taxa de homicídios, o índice de violência criminal e policial permaneceu elevado nas favelas, agravando ainda mais a situação de desigualdade; Tortura, superlotação e condições degradantes continuaram a caracterizar os sistemas penitenciários adulto e juvenil; A falta de controle efetivo sobre o setor resultou em distúrbios que provocaram diversas mortes. Povos indígenas, quilombolas e trabalhadores sem terras enfrentaram ameaças, intimidações e violências em decorrência de disputas por terra. Defensores dos direitos humanos continuaram correndo perigo, tendo dificuldades para obter proteção do Estado
2012	Houve progressos significativos nas investigações e nos processos judiciais por violações dos direitos humanos cometidas durante o regime militar. Povos indígenas foram ameaçados com a expulsão de suas terras tradicionais. O acesso a abortos legais continuou difícil.	Apesar de avanços importantes em termos de políticas de segurança pública, os agentes de aplicação da lei continuaram a usar a força de modo excessivo e a praticar torturas e execuções extrajudiciais. Grupos de extermínio e milícias continuam a causar preocupação. Superlotação extrema, condições degradantes, tortura e outros maus-tratos foram registrados nos sistemas penitenciários adulto e juvenil, assim como em carceragens das delegacias de polícia. Nas áreas rurais, conflitos

		<p>por terras resultaram no assassinato de diversos ativistas rurais e ambientais. Pistoleiros contratados por proprietários de terras continuaram a atacar comunidades indígenas e quilombolas com impunidade. Milhares de pessoas foram despejadas à força para dar lugar à instalação de grandes obras de infraestrutura.</p>
2013	<p>Mulheres que engravidaram em consequência de estupro continuaram a enfrentar obstáculos para ter acesso a abortos legais, apesar de uma decisão da Corte Suprema afirmando esse direito; O direito dos povos indígenas à terra ainda não se efetivou. Prosseguiram os julgamentos para acabar com a impunidade por violações cometidas durante o Regime Militar (1976-1983).</p>	<p>A incidência de crimes violentos permaneceu alta. Muitas vezes, a resposta das autoridades envolveu força excessiva e torturas. Jovens negros ainda constituíam uma parte desproporcional das vítimas de homicídio. Houve denúncias de torturas e maus-tratos no sistema carcerário, que se caracterizou por condições cruéis, desumanas e degradantes. Trabalhadores rurais, povos indígenas e comunidades quilombolas (descendentes de escravos fugitivos) sofreram intimidações e ataques. Remoções forçadas em áreas rurais e urbanas continuaram sendo motivo de grave preocupação.</p>
2014	<p>As mulheres continuaram enfrentando dificuldades para fazer abortos legais. A discriminação contra os povos indígenas ainda causava preocupação. Os tribunais julgaram crimes cometidos durante a ditadura militar. Denúncias de tortura não foram investigadas.</p>	<p>Homicídios cometidos pela polícia e a tortura ou outros maus-tratos de pessoas detidas. Jovens negros moradores de favelas, trabalhadores rurais e povos indígenas corriam maior risco de sofrer violações; Protestos que tomaram o país, sobretudo na época da Copa do Mundo, geralmente foram reprimidos com uso excessivo da força pelas forças de segurança. Detenções arbitrárias e tentativas de criminalizar manifestantes; Homossexuais ainda são discriminados por orientação sexual ou identidade de gênero; Alguns avanços foram feitos no</p>

		sentido de enfrentar a impunidade pelas graves violações de direitos humanos cometidas na época da ditadura (1964-1985).
2015	Mulheres e meninas enfrentaram dificuldades para ter acesso a abortos legais. A discriminação contra os povos indígenas continuou causando preocupação. Pessoas suspeitas de ter cometido crimes durante a ditadura militar (1976 a 1983) foram a julgamento. Denúncias de tortura e outros maus-tratos não foram investigadas.	Homicídios cometidos pela polícia, tortura e maus-tratos de pessoas presas. Jovens negros moradores de favelas corriam maiores riscos; As forças de segurança, com frequência, usaram força excessiva para reprimir manifestações; Conflitos por terras e recursos naturais provocaram a morte de dezenas de pessoas; Comunidades rurais e seus líderes continuaram a sofrer ameaças e ataques de proprietários de terras, principalmente no Norte e Nordeste do país. LGBTI continuaram a enfrentar discriminação e violência.

Fonte: Elaboração do autor.

Considerações Finais

Há mais semelhanças do que diferenças entre Argentina e Brasil. As violações dos direitos humanos são uma constante histórica e os governos de centro-esquerda foram tímidos na proteção e promoção dos direitos fundamentais do ser humano, principalmente no enfrentamento das práticas policiais, que continuam torturando e usando a força excessiva contra manifestações populares.

A história da América Latina, especialmente da Argentina e do Brasil, é um processo constante de violações aos direitos humanos. Estas aumentam em tempos de regimes autoritários, também constantes nas repúblicas argentina e brasileira. A novidade foi que em um ciclo de governos de centro-esquerda, cujos programas seriam de proteção aos direitos, não conseguiu se concretizar de maneira efetivo.

Outras variáveis podem explicar a tímida proteção aos direitos: sociedades muito conservadoras, ainda ligadas aos regimes autoritários, na Argentina (1976-1983) e no Brasil (1964-1985), que chancelam a violência policial, o racismo, as desigualdades socioeconômicas em nome da moral e dos bons costumes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANISTIA INTERNACIONAL. **Informes anuais sobre o Estado dos Direitos Humanos no Mundo (2003-2015)**. Disponível em: www.amnesty.org/es.

BENDIX, Reinhard. **Construção Nacional e Cidadania**. São Paulo, Unesp, 1996.

BETHELL, Leslie e ROXBOROUGH, Ian. **A América Latina entre a Segunda Mundial e a Guerra Fria**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa e AMARAL, Oswaldo E. do. **Governos de Esquerda e a Qualidade da Democracia na América Latina: Notas de Pesquisa**. 36º Encontro Anual da Anpocs, 2012.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a História**. *Annalles E.S.C.*, nº 4, out.-dez. 1958, *Débats et Combats*, pp. 725-753.

CASTAÑEDA, Jorge. **Latin America's Left Turn**. *Foreign Affairs*, New York, may/june, 2006.

CASTORIADIS, Cornelius. **As encruzilhadas do labirinto: os domínios do homem**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DEZALAY, Y. & GARTH, B. **Las paradojas de un imperialismo de la virtud cívica: de la internacionalización de los derechos humanos a la profesionalización del activismo jurídico**. In: SANTAMARIA, A.& VECCHIOLI, V.(org.) *Derechos humanos en América latina: Centro de Estudios Políticos e Internacionales-CEPI/ Ed. Un del Rosario: Bogotá, 2008*.

DONGHI, Tulio Halperin. **História da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

FAUSTO, Bóris e DEVOTO, Fernando. **Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (19850-2002)**. São Paulo: Ed. 34, 2004.

FARIA, José Eduardo. **Os direitos humanos e o dilema latino-americano às vésperas do século XXI**. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n.38, p.53-60, mar.1994; cf. PINHEIRO, Paulo Sérgio; GUIMARÃES, Samuel Pinheiro, (Org.). *Direitos humanos no século XXI*. Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 1998. 2 v. [Seminário realizado nos dias 10 e 11 de setembro de 1998, no Rio de Janeiro]; cf. TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. *Tratado de direito internacional dos direitos humanos*. Porto Alegre: Fabris, 1997. v.1, p.177-206.

FISHLOW, Albert. **O Novo Brasil**. São Paulo: Saint Paul Editora, 2011.

HOLSTON, James. **Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

GUILHOT, Nicolas. **Limitando la soberanía o produciendo gobermentalidad? Dos modelos de Derechos Humanos en el discurso político de Estados Unidos**. *Revista Política*. V. 49 n. 211. *Dossie Derecho, justicia y política* (<http://www.revistapolitica.uchile.cl/index.php/RP/article/viewFile/16745/17441>).

- IANNI, Octávio. **A formação do Estado Populista na América Latina**. Civilização Brasileira, 1975.
- IAZZETTA, Osvaldo. **Estado, democracia y ciudadanía en la Argentina poscrisis 2001**. Buenos Aires: Prometeo, 2011.
- LEVITSKY, Steven e ROBERTS, Kenneth (Ed.). **The Resurgence of the Latin American Left**. Baltimore: Johns Hopkins, 2011.
- MALAMUD, Andrés e LUCA, Miguel de. **La Política en tiempos de los Kirchner**. Buenos Aires: Eudeba, 2011.
- MONSMA, Karl. **A nova sociologia histórica: contextos, trajetórias, eventos e complexidade na análise da mudança social**. In: RIBEIRO, Maria Theresa (org.) *Dimensão Histórica da Sociologia: dilemas e complexidades*. Curitiba: Editora Appris, 2016 (prelo).
- MOORE JR., Barrington. **As origens Sociais da Ditadura e da Democracia**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1980.
- OLLIER, María Matilde. **Kirchner al poder institucional e informal (2003-2010)**. Revista Temas y Debates. ISSN 1666-0714, año 14, número 20, octubre 2010, pp. 39-58.
- PETRAS, James. **Neoliberalismo: América Latina, Estados Unidos e Europa**. Blumenau: FURB, 1999.
- REID, Michael. **Forgotten Continent: The Battle for Latin America's Soul**. New Haven: Yale Univ. Press, 2007.
- RIVAROLA, Dolores Rocca. **Relaciones y definiciones de pertenencia en los conjuntos oficialistas o bases de sustentación activa de Lula (2002-2006) y Kirchner (2003-2007): Principales argumentos**. Revista Temas y Debates. ISSN 1666-0714, año 17, número 26, julio-diciembre 2013, pp. 39-75.
- RODRÍGUEZ, Darío. **Los nuevos jefes democráticos. Carlos Menem y Néstor Kirchner en clave comparada**. Revista Temas y Debates. ISSN 1666-0714, año 18, número 28, julio-diciembre, 2014, pp. 31-54.
- ROMERO, Luis A. **História contemporânea da Argentina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.
- SADER, Emir. **Um rumor de botas: Ensaio sobre a militarização do estado na América Latina**. São Paulo: Polis, 1982.
- SINGER, André. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Cia. das Letras, 2012.
- SKOCPOL, Theda e MISKOLCI, Richard. **A imaginação histórica da sociologia**. In: *Estudos de Sociologia*, Araraquara, 16, 7-29, 2004.
- TILLY, Charles. **Big structures, large processes, huge comparisons**. New York: Russel Sage Foundation, 1984.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **A proteção internacional dos direitos humanos**. São Paulo: Saraiva, 1991.

WASSERMAN, Cláudia. **História Contemporânea da América Latina**. Porto Alegre: EDUFRGS, 1992.

WEBER, Max. **La política como profesión**. Madri: Editora Biblioteca Nueva, 2007.

WEYLAND, Kurt. **The rise of Latin America's two lefts: Insights from rentier state theory**. Comparative Politics, New York, v. 41, n. 2, p. 145-164, 2009.

_____. **The Performance of Leftists Governments in Latin America: Conceptual and Theoretical Issues**. In: WEYLAND, Kurt; MADRID, Raúl; HUNTER, Wendy (Ed.). *Leftists Governments in Latin America: Successes and Shortcomings*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 2010.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. 1978.

VALE, Hélder Ferreira do. **Temporality, causality and trajectories: comparative historical analysis in social and political sciences**. Revista Debates, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 61-87, jan.-abr. 2015.

VARESI, Gastón. **La construcción de la hegemonía kirchnerista en Argentina (2003-2007)**. Revista Temas y Debates. ISSN 1666-0714, año 18, número 28, julio-diciembre 2014, pp. 57-80.

Expansionismo penal na sociedade do risco: análise crítica das consequências da expansão do direito penal

Letícia Burgel¹

O presente artigo pretende realizar uma breve análise crítica acerca da expansão do Direito Penal na sociedade do risco, problematizando as consequências dessa demasiada expansão. Assim, far-se-á uma análise do impacto que a sociedade do risco tem dentro do direito penal, exemplificando através do próprio direito brasileiro, por meio de alguns tipos legais, passando para um momento de questionamento e reflexão do papel que o Direito Penal exerce na contemporaneidade. O que se busca neste estudo é analisar criticamente os desdobramentos do expansionismo penal, partindo-se da premissa de um Direito Penal fundado no princípio da ofensividade que visa a proteção de bens jurídicos com dignidade penal.

Palavras-Chave: Expansionismo Penal; Sociedade do Risco; Bem jurídico; Ofensividade.

Introdução

Diante da complexidade das relações na sociedade contemporânea e do desenvolvimento tecnológico desenfreado, o homem passa a estar exposto a uma série de riscos antes inexistentes, os quais podem representar um perigo para a vida em sociedade, acarretando inúmeras lesões. Riscos, estes, até então desconhecidos, uma vez que não se dispunha da técnica para desenvolver as atividades que hoje são desenvolvidas. No entanto, enquanto alguns desses riscos se mostram essenciais para a manutenção e o desenvolvimento da vida na sociedade contemporânea, outros se mostram extremamente prejudiciais, uma vez que acarretam lesões que acabam por ocasionar um abalo insuportável na estrutura social.

Assim, com o declínio da sociedade industrial, surge uma nova forma de sociedade, a sociedade do risco. Essa sociedade é marcada pela exposição constante de seus membros a riscos, os quais são tidos, agora, sob uma ótica global, não podendo, muitas vezes serem controlados. O surgimento desses riscos traz consigo novos desafios para o Direito e, especialmente, para o Direito Penal, que terá de buscar uma nova fundamentação de modo

¹Mestranda em Ciências Criminais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais (PPGCCrim) da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Bolsista CAPES. Membro do Corpo Editorial da Revista de Estudos Criminais. Integrante do Grupo de Pesquisa Direito Penal Contemporâneo e Teoria do Crime, sob a coordenação do Prof. Dr. Fabio Roberto D'Avila. Pesquisadora integrante da linha de Sistemas jurídico-penais contemporâneos.

a tutelar novos bens jurídicos, os quais antes não tinham relevância penal, e de afastar a tutela de outros bens jurídicos, os quais, em que pese tenham uma importância na sociedade, não possuem dignidade penal.

A criação e produção de novos riscos conduz à expectativa de eliminação ou diminuição das situações perigosas, o que faz com que a política criminal seja vista como uma ponte de inserção desses riscos para dentro do direito penal, buscando, por meio do mesmo, prevenir eventuais danos que possam advir da criação desses riscos, ou seja, os seus efeitos colaterais; e garantir a punição daqueles que criaram um risco proibido. Diante da demanda – a qual é cada vez maior – por segurança, que se vê abalada pelos constantes riscos advindo das tecnologias, entrega-se ao direito penal o papel de garantidor da segurança da sociedade.

O reflexo disso é, de pronto, uma ampliação do direito penal, uma vez que se passa a exigir dele não apenas uma função minimalista – a qual consistiria na tutela de determinados bens jurídicos –, mas, sim, uma função promocional de valores, de modo que ele passa a servir como um garantidor das gerações futuras. Dessa forma, criam-se novos tipos penais, nos quais há uma antecipação da tutela penal cada vez maior, ao ponto de chegarmos à punição de atos preparatórios, onde não há nenhuma ofensa de relevância jurídico penal a bens jurídicos. Criam-se, cada vez mais, novos crimes de perigo abstrato, pois seria mais conveniente, do ponto de vista político-criminal, um direito penal que antecipa a proteção com o intuito de evitar o dano.

O legislador passa a ter um papel, cada vez mais, de destaque, uma vez que se criam leis penais em branco, ampliando-se mais ainda a tutela penal, não deixando claro, ademais, os motivos do legislador. O juiz também passa a ter mais poderes em suas mãos, abrindo-se margem para uma maior – e perigosa – discricionariedade, diante dos tipos indeterminados que o legislador concebe. Assim, o direito penal deixa de ser um direito penal, passando a ser quase que um direito administrativo, na medida em que se tem a criminalização de ilícitos administrativos, e não de ilícitos penais, bem como o fato de se tentar regular a vida dos cidadãos por meio do direito penal, o que deveria ser feito através do direito administrativo. Assim, diante da ineficiência das outras áreas do direito, transfere-se o ônus para o direito penal acreditando que ele tudo pode, tudo resolve, o que, de fato, não é verdade. A expansão do direito penal traz consigo, portanto, reflexos muito além do aspecto formal, muito além do aumento do encarceramento; ela traz consigo um

controle cada vez maior do Estado sobre o cidadão, o estabelecimento de condutas padrões; elementos estranhos ao direito penal para dentro do direito penal.

As novas tarefas delegadas para o Direito Penal na sociedade do risco não são fáceis de cumprir. Dessa forma, pretendemos, no presente trabalho, diante da grande complexidade que cada uma dessas tarefas possuem, atermo-nos apenas à segunda tarefa, qual seja, examinar o que não deve ser objeto de tutela do direito penal. Para tanto, faz-se necessário analisar a expansão do Direito Penal na sociedade pós-industrial. O surgimento de novos riscos juntamente com o punitivismo penal, o que acarretou uma enorme expansão do direito penal, a um direito penal máximo, a um direito penal do risco.

Assim, a dogmática penal clássica se vê desafiada, pois além de ter que determinar quais seriam os novos bens jurídicos dignos de tutela penal e as formas de fazê-lo, se depara com um direito penal voltado para um viés político criminal, que busca os fundamentos para o crime e para a pena na própria política criminal, um direito penal utilitário fundado no que se mostra político criminalmente mais útil, levando por terra as bases do direito penal clássico.

A sociedade do risco e a expansão do direito penal

O surgimento da sociedade do risco é apontado como a anunciação do fim de uma sociedade industrial, de onde os riscos provinham de acontecimentos naturais, hipóteses em que o Direito Penal não poderia atuar, ou de ações humanas próximas e definidas, para as quais a clássica tutela penal de bens jurídicos individuais era suficiente. No entanto, com o fim dessa sociedade e o surgimento da sociedade do risco, fundada em uma sociedade tecnologizada, massificada e global, em que nos deparamos com riscos de níveis globais, o direito penal se vê desafiado, e o seu papel é colocado novamente em cheque.²

A titulação do termo “sociedade do risco” se atribui aos estudos de Ulrich Beck e Niklas Luhmann. Para Luhmann, a sociedade do risco (*Risikogesellschaft*) seria fruto da industrialização, a qual produziria diariamente novos perigos para os cidadãos, gerando, assim, um fomento pelo melhoramento das condições de segurança. Diante disso, o direito penal que antes tinha a sua proibição limitada à proteção de bens jurídicos, passa a fundar-se com base em uma lógica de punição, onde primeiramente se criminalizaria uma

² ALFLEN, Pablo. O rico da técnica de remissão das leis penais em branco no Direito penal da Sociedade do Risco. In: *Polít. Crim.* n. 3, 2007. A7. p. 1-21.

conduta, para depois desvalorá-la socialmente. Fazendo, assim, o caminho inverso do direito penal clássico.³

Nesse sentido refere Mascarenhas Júnior:

Assim se tem observado um gradual abandono do protótipo de uma sociedade industrial antiga, onde a tutela dos bens jurídicos basicamente se preocupava com a preservação dos bens de natureza eminentemente individual e clássico, como a vida, a saúde, o patrimônio etc., por uma sociedade altamente tecnológica e complexa que não se sente mais amparada pelos tradicionais meios de defesa que o Direito Penal sempre ofereceu. Agora, a sociedade se vê vulnerável a novos gêneros de ameaça, de naturezas muitas vezes difusas, de caráter coletivo e que por tais razões, impõem a criação de novos bens jurídicos relacionados ao meio ambiente, ao mercado de capitais, ao processamento de dados etc.⁴

Alflen aponta, então, três etapas para que se possa compreender a forma como as transformações na sociedade afetaram o Direito Penal. A primeira fase apontada por ele, diz respeito à sociedade liberal do século XIX, onde o risco assumia a forma de acidente, ou seja, tratava-se de um acontecimento exterior e imprevisto, fonte do acaso, individual e repentino. A segunda fase surge com a noção de prevenção, que seria “*a atitude coletiva, racional e voluntária que se destina a reduzir a probabilidade de ocorrência e a gravidade de um risco (objetivável e mensurável)*.” Aqui, o risco passa a ser uma figura do acontecimento estatístico objetivado pelo cálculo da probabilidade, que, no entanto, é socialmente suportado. Assim, segundo Alflen, o domínio científico do risco se junta com o jurídico: “*cada pessoa vê ser-lhe reconhecido um direito generalizado à segurança.*” E a terceira fase, que ao ver do autor seria a atual, em que se fala em riscos de grandes magnitudes, catastróficos e irreversíveis, que frustrariam nossa capacidade de prevenção e domínio, restando a nós apenas a incerteza. Seria a própria sociedade que se colocaria constantemente em risco. A decisão teria aqui um papel elementar, uma vez que a mesma seria o pressuposto de um risco, e o fato de vivermos em uma sociedade determinada pela escolha de decisões arriscadas faria com que a sociedade fosse orientada por riscos.⁵

3 MASCARENHAS JÚNIOR, Walter Arnaud. *Aspectos gerais do risco na imputação objetiva*. Porto Alegre: Nuria Fabris, 2008. p. 63s.

4 MASCARENHAS JÚNIOR, Walter Arnaud. *Aspectos gerais do risco na imputação objetiva*. Porto Alegre: Nuria Fabris, 2008. p. 64.

5 ALFLEN, Pablo. O rico da técnica de remissão das leis penais em branco no Direito penal da Sociedade do Risco. In: *Polít. Crim.* n. 3, 2007. A7. p. 1-21.

A sociedade do risco impõe, assim, uma nova postura por parte do direito penal, o qual se vê desafiado a adequar-se a esta nossa sociedade. Assim, mostra-se necessária a criação de uma nova política criminal que abandone a função minimalista de tutela de bens jurídicos e que aceite essa nova função que teria o direito penal, uma “*função promocional e propulsora de valores orientadores da ação humana na vida comunitária.*”⁶ Diante disso, o direito penal passa a reagir a realidade que lhe é imposta, pois percebe que não pode esperar que ocorram lesões à humanidade para que então intervenha. Percebe-se, portanto, que o direito penal deve ser acionado quando houver um contributo significativo para o potencial perigo que poderá, no futuro, acarretar um resultado lesivo, pois se assim não o fizer o direito penal não terá eficácia alguma.⁷

Essa nova postura do direito penal na sociedade do risco conduz ao abandono dos seus fundamentos, deixando-se de lado a noção de bem jurídico e a sua base de legitimação, passando-se a legitimar a intervenção penal com base na máxima eficiência do sistema em face da redução de danos.⁸ A política criminal, surge, portanto, como uma ponte para a inserção desses riscos para dentro do direito penal, buscando, por meio deste, prevenir as consequências que possam advir dos riscos e seus efeitos colaterais. Há, assim, uma demanda cada vez maior da sociedade por segurança, a qual é abalada pelos novos riscos com os quais nos deparamos, de modo que se entrega ao direito penal o papel de garantidor da segurança da sociedade atual, e da existência das gerações futuras.

Análise crítica das consequências da expansão do direito penal

O Direito Penal passa, então, a estar condicionado às exigências próprias da sociedade do risco. Há, assim, uma ampliação do sistema penal, passando-se a exigir dele não apenas uma função minimalista que consistiria na tutela de determinados bens jurídico dotados de dignidade penal, mas, sim, uma função promocional de valores

6 FIGUEIREDO DIAS, Jorge de Figueiredo. *Direito penal: parte geral*. Tomo I: questões fundamentais: a doutrina geral do crime. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, Portugal: Coimbra Editora, 2007. p. 135.

7 FIGUEIREDO DIAS, Jorge de Figueiredo. *Direito penal: parte geral*. Tomo I: questões fundamentais: a doutrina geral do crime. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, Portugal: Coimbra Editora, 2007. p. 136.

8 FIGUEIREDO DIAS, Jorge de Figueiredo. *Direito penal: parte geral*. Tomo I: questões fundamentais: a doutrina geral do crime. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, Portugal: Coimbra Editora, 2007. p. 139.

orientadores vida em comunidade; valores que serviriam como garantidor das gerações futuras.

Tal fato implica, segundo Figueiredo Dias, uma alteração do modo de produção legislativa no que diz respeito à matéria penal, uma vez que se retira dos Parlamentos a reserva de competência neste domínio, atribuindo-se ao Executivo. Outra consequência dessa funcionalização do Direito Penal seria, segundo o doutrinador, a antecipação da tutela penal para estados prévios da lesão, correndo-se o risco de se perder a ligação entre aos destinatários da normas, a conduta proibida e o bem jurídico tutelado; sem mencionar as alterações em nível dogmático, em que se atenuaria, ou até mesmo abandonaria, princípios básicos do direito penal, como a individualização da responsabilidade, a imputação objetiva e subjetiva, dentre outros.⁹

De pronto podemos questionar se seria a função do Direito Penal apenas promover valores de uma sociedade? O Direito Penal pode ser tido como um mero objeto de política criminal voltado para a garantia de um futuro melhor? Deve o Direito Penal olhar para o futuro, ou deve ele olhar para o fato que aconteceu no passado? Estes são apenas alguns dos questionamentos que se pretende levantar ao longo do presente estudo.

Como consequência dessa função promovedora do Direito Penal, que visa proteger as gerações futuras, nota-se uma maior antecipação da tutela por parte do direito penal; o que antes era criminalizado apenas em casos de dano, passa a ter relevância jurídico penal quando cria um perigo. Há, portanto, uma ampliação no número de crimes de perigo, especialmente nos crimes de perigo abstrato, onde o bem jurídico não tem que estar dentro do raio do perigo gerado pelo agente. Passa-se a rejeitar o Direito Penal de resultados, que atua de forma repressiva, ou seja, apenas após o dano, pois seria político criminalmente mais conveniente um Direito Penal que antecipa a proteção do bem jurídico e evita, portanto, o dano.

Essa ampliação do Direito Penal de mostra de forma clara em algumas últimas alterações legislativas. A nova Lei de Terrorismo, Lei nº 13.260 de 2016, é um exemplo claro da expansão do Direito Penal, e da sua antecipação de tutela, o que é perceptível no artigo 5º da Lei, que prevê a punição de atos preparatórios. Assim prescreve o dispositivo: “Art. 5º *Realizar atos preparatórios de terrorismo com o propósito inequívoco de consumir tal*

9 FIGUEIREDO DIAS, Jorge de Figueiredo. *Direito penal: parte geral*. Tomo I: questões fundamentais: a doutrina geral do crime. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, Portugal: Coimbra Editora, 2007. p. 138s.

*delito: Pena - a correspondente ao delito consumado, diminuída de um quarto até a metade.*¹⁰

Outros exemplos de antecipação de tutela podemos encontrar no Anteprojeto de Código Penal, como, por exemplo, o artigo 394: “Art. 394. Deixar de prestar assistência ou socorro, quando possível fazê-lo, sem risco pessoal, **a qualquer animal** que esteja em grave e iminente perigo, ou não pedir, nesses casos, o socorro da autoridade pública: Pena – prisão, de um a quatro anos.”, o tipo penal previsto no artigo 412: “Art. 412. **Comercializar motosserra** ou utilizá-la em florestas e nas demais formas de vegetação sem licença ou registro da autoridade competente: Pena - prisão, de três meses a um ano.”, e o tipo penal previsto no artigo 413: “Art. 413. Penetrar em Unidades de Conservação conduzindo substâncias ou instrumentos próprios para caça ou para exploração de produtos ou subprodutos florestais sem licença da autoridade competente: Pena - prisão, de seis meses a um ano.”¹¹ (grifo nosso)

Um dos problemas que podemos apontar no que diz respeito ao artigo 394, que criminaliza a omissão de socorro a animal, é a imprecisão do tipo penal, na medida em que se atribui o dever de socorrer qualquer animal que esteja em perigo. Assim, podemos questionar se há o dever de socorrer o animal que não possui dono e está transitando na rua, pois se assim for, diversas pessoas poderiam ser enquadradas no respectivo tipo penal, uma vez que as grandes cidades são tomadas por cães de rua, pombas, ratos, dentre outros animais. Dessa forma, o fato de não se determinar quais animais deveriam ser socorridos amplia o tipo penal de forma a abarcar as mais absurdas condutas.

No artigo 412, temos a criminalização da venda de motosserra. Ora, não seria este tipo penal a antecipação da tutela penal a um ponto que sequer há ainda um *desvalor* da ação, pois ao nosso ver não há relevância penal o ato de vender uma motosserra. É claro que podemos perceber que a intenção do legislador é evitar o delito que virá ocorrer após a compra da motosserra, no entanto não nos parece que a conduta daquele que vende uma motosserra tenha ofensividade para o bem jurídico em questão. Há um antecipação demasiada do curso causal, o que nos parece remeter a um tipo penal que consiste na

10 BRASIL. Lei nº 13.260 de 16 de março de 2016. Regulamenta o disposto no inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal, disciplinando o terrorismo, tratando de disposições investigatórias e processuais e reformulando o conceito de organização terrorista; e altera as Leis nºs 7.960, de 21 de dezembro de 1989, e 12.850, de 2 de agosto de 2013. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 16 de mar. de 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13260.htm>. Acesso em: 19 set. 2016.

11 BRASIL. Anteprojeto de Código Penal. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=110444&tp=1>>. Acesso em: 19 set. 2016.

verdade em uma mera ordenação, ou seja, trata-se não de um ilícito penal, mas sim de um ilícito administrativo. O artigo 413, por sua vez, é mais um exemplo da punição dos atos preparatórios, antecipando-se, novamente, a tutela penal.

A criminalidade do risco teria, ao ver de Figueiredo Dias, três tendências político-jurídicas. A primeira delas seria a ampliação da tutela de bens jurídicos supra-individuais, ocasião em que o bem jurídico deixaria de ser o centro de gravidade do direito penal; a criminalização da inobservância de deveres de conduta e organização, desloca-se o Direito Penal do *desvalor* do resultado para o *desvalor* da ação; e a reconsideração do conceito de culpabilidade, com o intuito de abarcar as pessoas jurídicas.¹²

Observa-se, ainda, um aumento das leis penais em branco e de tipos indeterminados, o que amplia ainda mais a tutela penal, uma vez que não deixa claro os motivos do legislador. Aliado a isso, vemos ainda ao aumento de crimes formais, o faz com que o dano deixe de ter a importância que um vez teve; o Direito Penal deixa, portanto, de ser um Direito Penal da lesão, e passa a ser um Direito Penal do risco.

O deslocamento do Direito Penal para o *desvalor* da ação traz consigo alguns problemas. Não que o *desvalor* da ação não seja relevante para a configuração do ilícito, mas, ao nosso ver, apenas a existência do mesmo não se mostra suficiente para a configuração de um ilícito penal. Para que possamos falar em ilícito penal é necessário, ademais, um *desvalor* do resultado, o qual consiste na lesão ao bem jurídico – lesão esta que estaria representada por meio do dano ou do perigo. Assim, o resultado, assim como a ação, seria, ao ver de D’Avila a pedra angular do ilícito penal.¹³

Além disso, faz-se mister, ainda, que entre o *desvalor* da ação e o *desvalor* do resultado exista uma relação de essencialidade, de modo que se possa determinar a existência de um nexos entre ambos. Contudo, nota-se que alguns tipos penais tem como objeto apenas o *desvalor* da ação, inexistindo o *desvalor* do resultado, na medida em que a conduta em si não acarreta nenhum tipo de lesão a bem jurídico algum, não possuindo, assim, relevância para fins de direito penal, motivo pelo qual poderíamos questionar a validade desse tipo de norma, pois não abarcaria os elementos essenciais do ilícito-típico.

12 FIGUEIREDO DIAS, Jorge de Figueiredo. *Direito penal: parte geral*. Tomo I: questões fundamentais: a doutrina geral do crime. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, Portugal: Coimbra Editora, 2007.

13 D’AVILA, Fabio Roberto. Filosofia e direito penal. Sobre o contributo crítico de um direito penal de base onto-antropológica. In: *Ofensividade em direito penal: escritos sobre a teoria do crime como ofensa a bens jurídicos*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2009. p. 51.

Nota-se, portanto, que o Direito Penal começa a se aproximar, cada vez mais, do direito administrativo, tomando para si tarefas que antes eram de outras áreas do direito e, diante da ineficiência, bem como do descrédito, dessas áreas, delega-se tudo ao Direito Penal na esperança de que ele poderia dar conta de tudo; de que o Direito Penal seria a solução para todos os problemas da sociedade, o que nos parece deveras equivocado. Dessa forma, questiona-se se a ampliação do direito penal abarcando, cada vez mais, ilícitos administrativos seria legítima.

A resposta a esse questionamento seria, ao nosso ver, negativa. De acordo com D'Avila, os interesses administrativo não podem configurar um bem jurídico penal, não sendo, portanto, substrato suficiente para o surgimento de uma incriminação. Para que se possa aceitar a existência de um ilícito-típico no âmbito do Direito Penal faz-se necessário dois níveis de valoração. O primeiro consiste em verificar a existência de um bem jurídico penal que será o objeto de proteção da norma; e o segundo consiste na verificação da existência de ofensividade como resultado jurídico da relação entre a conduta típica e o objeto de tutela da norma.¹⁴

Assim, ao ver de D'Avila, o Direito Penal teria como função a tutela subsidiária de bens jurídicos dotados de dignidade penal. Dessa forma, toda e qualquer incriminação que vá além dos limites da ofensividade não seria, a seu ver, um interesse político criminal legítimo. Nesse sentido, o autor critica aqueles que alegam a necessidade de prevenir ofensas a bens primários, coletivos e institucionais, em razão de uma necessidade político criminal, de modo que não seria necessária a existência de uma ofensa para que se configurasse o delito, pois a necessidade da existência do delito se fundaria na evitação da ocorrência de uma eventual ofensa a um bem jurídico.¹⁵

O ilustre Professor vai ainda mais longe, afirmando que a infração administrativa representa um ilícito no qual as características penais estariam presentes, no entanto, de forma mais branda. Assim, ele procura distinguir entre o bem jurídico do ilícito penal e o bem jurídico do ilícito administrativo. Para D'Avila, o bem jurídico do ilícito penal existiria

14 D'AVILA, Fabio Roberto. Filosofia e direito penal. Sobre o contributo crítico de um direito penal de base onto-antropológica. In: *Ofensividade em direito penal: escritos sobre a teoria do crime como ofensa a bens jurídicos*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2009. p. 53s.

15 D'AVILA, Fabio Roberto. Teoria do crime e ofensividade. O modelo de crime como ofensa ao bem jurídico. In: *Ofensividade em direito penal: escritos sobre a teoria do crime como ofensa a bens jurídicos*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2009. p. 74.

independentemente da proibição, ao passo que o do ilícito administrativo dependeria da proibição para existir.¹⁶

Nessa concepção não poderíamos conceber valores demasiadamente voláteis como, por exemplo, a segurança e a ordem, como elementos necessários para sua recepção como bens jurídicos legítimos, pois se tratam de conceitos onicompreensivos, que abarcariam tudo, ou seja, conceitos de amplitude excessiva.¹⁷ Dessa forma, segundo o entendimento de D'Avila, não poderíamos falar em um ilícito penal legítimo sem ao menos uma possibilidade não insignificante de dano ao objeto jurídico da norma, ou seja, sem ao menos uma ofensa-de-cuidado-de-perigo. Nesse sentido, as normas de trânsito, por exemplo, não poderiam ser tidas como um ilícito penal, uma vez que a sua razão de ser reside em interesses de política criminal direcionados à obtenção de padrões comportamentais, tendo, ademais, um cunho pedagógico, sendo desprovidas de ofensividade.¹⁸

Conclusão

Por todo o exposto, nota-se que a complexidade da sociedade contemporânea desemboca em uma crise dos fundamentos das categorias tradicionais do Direito Penal.¹⁹ Contudo, essa crise não deve ser encarada apenas de maneira negativa, pois é na crise se desenvolve a crítica e, por conseguinte, a superação. A crise proporciona, assim, aquilo que é o mais característico do homem, o pensar, o refletir.

16 D'AVILA, Fabio Roberto. Direito Penal e Direito Administrativo. Elementos para uma distinção qualitativa. In: *Ofensividade em direito penal: escritos sobre a teoria do crime como ofensa a bens jurídicos*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2009. p. 90s.

17 D'AVILA, Fabio Roberto. Direito Penal e Direito Administrativo. Elementos para uma distinção qualitativa. In: *Ofensividade em direito penal: escritos sobre a teoria do crime como ofensa a bens jurídicos*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2009. p. 99.

18 D'AVILA, Fabio Roberto. Direito Penal e Direito Administrativo. Elementos para uma distinção qualitativa. In: *Ofensividade em direito penal: escritos sobre a teoria do crime como ofensa a bens jurídicos*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2009. p. 101.

19 Importante apontar a distinção feita com maestria pela Professora Raquel Lima Scalcon entre fundamento e função: “*Fundamento* do Direito Penal é o seu ‘porquê’, isto é, a razão ou a justificativa que visa a sustentar e a legitimar a sua existência. Dito de outro modo, o fundamento busca dar conta da seguinte pergunta: por que justamente optar pelo Direito Penal e não por alternativas extrapenais, considerando que o recurso a ele é apenas uma das possíveis respostas (...) a um problema oriundo da realidade social. (...) Exemplificativamente, tanto a noção de ofensa a bens jurídicos com dignidade penal quando a de justiça material poderiam ser apontadas como fundamento do Direito Penal. (...) *Função* do Direito Penal é o seu ‘para quê’, isto é, são os fins e os objetivos que ele tem sido – e que será – chamado a cumprir e a concretizar. Logo, a função busca dar conta da seguinte pergunta: para que serve o Direito Penal. (...) De forma exemplificativa, a tutela de bens jurídicos com dignidade penal poderia ser a função do Direito Penal (...)” (SCALCON, Raquel Lima. *Ilícito e Pena*. Modelos opostos de fundamentação do Direito Penal Contemporâneo. Rio de Janeiro: LMJ Mundo Jurídico, 2013. p. 5ss.)

O Direito Penal se torna, cada vez mais, o produto de um cálculo. Um cálculo de bens jurídicos, do *quantum* de penas, de custo-benefício. Há, portanto, uma conversão do Direito Penal e, por conseguinte, da dogmática penal ao pensamento que calcula referido por Martin Heidegger em seu escrito *Serenidade*.²⁰

Podemos questionar, diante da crise do Direito Penal com que nos deparamos, onde estaria o pensamento que medita em relação às coisas do Direito Penal? De acordo com João Alves Teixeira Neto, o pensamento que medita, no que diz respeito ao Direito penal, estaria na filosofia penal. Assim, a serenidade²¹ descrita por Martin Heidegger seria um ponto estabelecido entre a dogmática penal e filosofia penal.²²

Ao ver do autor, a utilização dogmática da dogmática penal seria uma utilização cega da técnica jurídica e acarretaria a morte do pensar. Essa utilização acredita que a própria dogmática jurídico-penal é a solução em si mesma, acredita que o pensamento que calcula é suficiente. Esse fenômeno pode ser visto de forma clara na crise que enfrentamos do Direito Penal, pois a política criminal lança mão de fundamentos e categorias da dogmática jurídico-penal com o intuito de alcançar determinados fins, sem refletir, no entanto, a respeito das consequências que daí podem advir.

A expansão do direito penal fundamenta-se em um pensamento que calcula pena, novos crimes, calcula a solução de problemas; mas esquece, contudo, de se ocupar dos problemas da solução, o que é objeto da filosofia, esquece, portanto, de pensar. Contudo, o fato de estarmos vivendo uma crise do Direito Penal não quer dizer que tudo está perdido,

20 Esse pensar típico das ciências, é um pensar que conta com circunstâncias dadas. Trata-se de cálculos, calculamos determinado resultado com uma finalidade previamente determinada. Esse pensamento calcula mesmo que não esteja trabalhando com números, ele não para, corre continuamente de um estado para outro estado seguinte, não se detendo em momento algum, nem mesmo para meditar. (HEIDEGGER, Martin. *Serenidade*. Lisboa: Pensamento e Filosofia. p. 4.)

21 A Serenidade (*Gelassenheit*) é, na concepção de HEIDEGGER, “desvencilhar-se da ditadura da razão e depor a dominação do raciocínio, isto é, livrar-se dos vencilhos da lógica e abandonar-se ao mistério da realidade. *Gelassenheit*, como uma vigência sempre por vir em todo o desafio para pensar, não traduz o pensamento como conquista, nem da salvação nem do poder. Outro é o modo de ser nesta dinâmica do ‘querer o não-querer’, na qual o pensamento é entregue a uma iluminação repentina e súbita que salta como um todo simples. No modo de ser do diálogo, portanto, se processa uma busca de pensar na medida em que se desce até as raízes misteriosas do próprio pensar, a saber, o modo estranho de dar-se, retraindo-se do todo simples do ser. Habitar nesta dinâmica assentada e enraizada na imensidão, profundidade e ternura do país e da paisagem abissal do ser é colher e acolher o pensar na originalidade de sua terra natal: Serenidade.” (JOAQUIM PINTO, Antonio. Serenidade e a essência do pensar. Considerações em torno ao discurso *Gelassenheit* de M. HEIDEGGER. Dissertação de mestrado. Pontificium Athenaeum Antonianum. Facultas Philosophiae, 2002. p. 17.)

22 TEIXEIRA NETO, João Alves. A serenidade para com as coisas do direito penal: no limiar entre o pensamento que medita e o pensamento que calcula. In: **Revista de Estudos Criminais**, v. 48, p. 197-208, 2013.

pois, segundo Teixeira Neto, é no próprio ato de avistar a utilização dogmática da dogmática penal que se encontraria o germe da salvação. Assim, quando mais dilatada estiver essa utilização da dogmática penal, mais próxima ela estaria do seu fim, pois mais visível ficaria e, por conseguinte, mais vulnerável à percepção do pensamento que medita, o qual seria capaz de salvar o Direito Penal e a dogmática penal do pensando que calcula e, portanto, da “bondade” da política criminal.²³

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALFLEN, Pablo. O rico da técnica de remissão das leis penais em branco no Direito penal da Sociedade do Risco. In: *Polít. Crim.* n. 3, 2007. A7. p. 1-21.

BRASIL. Lei nº 13.260 de 16 de março de 2016. Regulamenta o disposto no inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal, disciplinando o terrorismo, tratando de disposições investigatórias e processuais e reformulando o conceito de organização terrorista; e altera as Leis nºs 7.960, de 21 de dezembro de 1989, e 12.850, de 2 de agosto de 2013. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 16 de mar. de 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13260.htm>. Acesso em: 19 set. 2016.

BRASIL. Anteprojeto de Código Penal. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=110444&tp=1>>. Acesso em: 19 set. 2016.

D’AVILA, Fabio Roberto. Direito Penal e Direito Administrativo. Elementos para uma distinção qualitativa. In: *Ofensividade em direito penal: escritos sobre a teoria do crime como ofensa a bens jurídicos*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2009.

D’AVILA, Fabio Roberto. Filosofia e direito penal. Sobre o contributo crítico de um direito penal de base onto-antropológica. In: *Ofensividade em direito penal: escritos sobre a teoria do crime como ofensa a bens jurídicos*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2009.

D’AVILA, Fabio Roberto. Teoria do crime e ofensividade. O modelo de crime como ofensa ao bem jurídico. In: *Ofensividade em direito penal: escritos sobre a teoria do crime como ofensa a bens jurídicos*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2009.

FIGUEIREDO DIAS, Jorge de Figueiredo. *Direito penal: parte geral*. Tomo I: questões fundamentais: a doutrina geral do crime. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, Portugal: Coimbra Editora, 2007.

HEIDEGGER, Martin. *Serenidade*. Lisboa: Pensamento e Filosofia.

²³ TEIXEIRA NETO, João Alves. A serenidade para com as coisas do direito penal: no limiar entre o pensamento que medita e o pensamento que calcula. In: *Revista de Estudos Criminais*, v. 48, p. 197-208, 2013.

JOAQUIM PINTO, Antonio. Serenidade e a essência do pensar. Considerações em torno ao discurso *Gelassenheit* de M. HEIDEGGER. Dissertação de mestrado. Pontificium Athenaeum Antonianum. Facultas Philosophiae, 2002.

MASCARENHAS JÚNIOR, Walter Arnaud. *Aspectos gerais do risco na imputação objetiva*. Porto Alegre: Nuria Fabris, 2008.

SCALCON, Raquel Lima. *Ilícito e Pena*. Modelos opostos de fundamentação do Direito Penal Contemporâneo. Rio de Janeiro: LMJ Mundo Jurídico, 2013.

O abolicionismo penal na América Latina

Osmar Antônio Belusso Júnior¹
Luiza Correa de Magalhães Dutra²
Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo³

O presente trabalho tem como objeto de pesquisa analisar como o movimento abolicionista é pensado e praticado na realidade dos países de capitalismo periférico da América Latina, tendo em vista que os sistemas penais desta região se revelam de forma mais violenta, menos sutil e intimamente ligados a um paradigma de dominação e dependência com os países de poder hegemônico central. Para isso, em um primeiro momento realizaremos um levantamento bibliográfico dos autores europeus clássicos, especificamente através das contribuições de Hulsman, Christie e Mathiesen, com o fim reunir uma base sólida sobre os pressupostos, as propostas e as práticas do movimento. A partir disso, examinaremos a literatura especializada latino-americana, possibilitando o enfrentamento dos principais desafios e apostas próprias da nossa região marginal. Assim, através das leituras realizadas, evidencia-se a importância tanto da promoção de reflexões sobre o movimento abolicionista, ainda com escassa produção científica na América Latina, quanto da necessidade de situá-lo diante da realidade de cada país, afastando a mera importação e reprodução teórica acrítica.

Palavras-Chave: Justiça Criminal, Abolicionismo Penal, América Latina

Introdução

Falar em abolição é falar em rompimento, em extinção de uma determinada prática, instituição, modo de pensar ou viver. Tentar demarcar, desde o princípio, um conceito relativamente aberto para se referir ao abolicionismo é tarefa fundamental para que se consiga efetivamente compreender a complexidade deste movimento. Isto porque o abolicionismo parece ser um movimento tão estranho a delineamentos conceituais artificiais que em muitos aspectos exclui qualquer tentativa de fixação de limites ao seu conteúdo.

Neste trabalho, nos ateremos ao abolicionismo que diz respeito à deslegitimação

1 Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais (PUCRS).

2 Graduanda em Ciências Jurídicas e Sociais (PUCRS), Bacharela em Ciências Sociais (UFRGS), Especialista em Segurança Pública, Cidadania e Diversidade (UFRGS).

3 Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PUCRS), Professor titular da PUCRS, atuando nos Programas de Pós-Graduação em Ciências Criminais e em Ciências Sociais, Pesquisador INCT-Ineac, Conselheiro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

da justiça criminal tradicional. Trataremos do movimento social e teórico que juntou forças a partir da década de 1980, com preponderância dos países escandinavos e da Holanda, mas sem se deixar restringir, que busca a “*más radical deslegitimación del sistema carcelario y la propia lógica punitiva*” (ANITUA, 2005, p. 431). Ou seja, ao abolicionismo em sentido mais amplo, que almeja a superação de todo o paradigma punitivo e não somente de algumas categorias, uma vez que o objeto de sua crítica é sistema penal em seu conjunto (DE FOLTER apud ANDRADE, 2012, p. 255).

Igualmente, não se tratará de “*outros abolicionismos em sentido estrito, historicamente existentes, como a abolição da pena de morte e da escravidão*” (DE FOLTER apud ANDRADE, 2012, p. 255), tão somente do abolicionismo que tem como escopo o sistema penal, mas sem descuidar da multiplicidade de lutas e discursos que o compõem.

Para isso, realizaremos uma breve análise acerca dos autores abolicionistas clássicos e suas propostas, com o fim de reunirmos uma base segura sobre o que constitui esse movimento para, em seguida, expormos como ele é pensado e praticado na realidade marginal da América Latina, objeto central deste trabalho.

Os abolicionismos penais europeus

Não existe o abolicionismo no singular, enquanto uma corrente teórica una e sólida. O que existe é um movimento social e acadêmico extremamente heterogêneo, ao ponto de não ser possível classificá-lo ou atribuí-lo a uma pessoa fundadora, posto que os abolicionismos e os abolicionistas são diversos (PASSETI In: BATISTA; KOSOVSKI, 2012, p. 67).

Assim, autores contemporâneos têm preferido adotar o termo “abolicionismos penais”, no plural, justamente para ressaltar a sua composição heterogênea. Existem, de fato, diversos abolicionismos, que variam conforme seus métodos, seus discursos de deslegitimação, suas táticas de rompimento e, inclusive, seus fins. Como se analisará adiante, tais leituras do movimento incluem aproximações com o minimalismo penal, aceitações de determinadas condutas decorrentes de reivindicações de movimentos sociais organizados, abolição do próprio Estado, responsabilização de violações a direitos humanos, entre outras (ÁVILA; GUILHERME, 2015, p. 71).

É neste sentido que adverte Sebastian Scheerer, ao afirmar que “*hay poco consenso*

entre los autores que pueden ser considerados 'abolicionistas'" (SCHEERER apud CARVALHO, 2013, p. 244). Este pouco consenso a que se refere o autor, no entanto, não se traduz em total ausência de pressupostos mínimos para se caracterizar um movimento. É possível observar que a corrente abolicionista, apesar de suas variações, questiona a própria necessidade da intervenção estatal através do Direito Penal.

Por isso, não há nenhuma pretensão aqui de classificá-los exaustiva e matematicamente, como se constituíssem objeto certo e acabado. Todavia, não podemos nos furtar de explorar as ideias de alguns pensadores que inegavelmente constituíram marcos importantes da história do movimento abolicionista sob pena de incorrer, no mínimo, em irresponsabilidade acadêmica.

A variante fenomenológica de Louk Hulsman

Louk Hulsman é o autor mais trabalhado quando se fala em abolicionismo penal – e por vezes o único. Isto se deve ao fato de ser dele a primeira tentativa de sistematizar um modelo abolicionista (CASTRO, 2005, p. 140). De início, julgamos necessário expor o local de fala do autor através da abordagem de Gabriel Ignacio Anitua:

También Louk Hulsman había sufrido em carne propia los efectos de la mayor expansión del sistema punitivo, la llevada a cabo por el régimen nazi. En 1944 fue arrestado com su familia por la policía colaboracionista y enviado a Alemania em tren, del que pudo escapar para participar luego de la resistencia. (ANITUA, 2005, 432)

Por isso, Hulsman é expresso em seu objetivo: o que almeja é a abolição total do sistema penal (HULSMAN; CELIS, 1997, p. 91). Zaffaroni sinteticamente reúne três motivos essenciais que levam o autor a militar pela superação do sistema repressivo: (i) é um sistema que distribui, de maneira intrinsecamente desigual, sofrimentos estéreis; (ii) não obtém nenhum resultado positivo na sociedade e, especialmente, sobre as pessoas envolvidas diretamente no conflito e; (iii) é um mecanismo poderoso e incontrolável (ZAFFARONI, 2001, p. 98).

Ao longo de suas obras, Hulsman tece considerações que se conjugam facilmente com as proposições da criminologia crítica (ANITUA, 2005, p. 434). Para ele, o crime é uma ideia puramente artificial, criada pela lei, isto é, pelo homem. Segundo o autor:

O que há em comum entre uma conduta agressiva no interior da família, um ato violento cometido no contexto anônimo das ruas, o arrombamento de uma residência, a fabricação de moeda falsa, o favorecimento pessoal, a receptação, uma tentativa de golpe de Estado, etc.? Você não descobrirá qualquer denominador comum na definição de tais situações, nas motivações dos que nelas estão envolvidos, nas possibilidades de ações visualizáveis no que diz respeito à sua prevenção ou à tentativa de acabar com elas. (HULSMAN; CELIS, 1997, p. 64)

Em suma, o que se afirma é que o crime não é um fenômeno ontológico. Não é um dado que se extrai da natureza, algo que sempre existiu e que sempre existirá. É, por outro lado, um revestimento conferido para determinadas condutas que são selecionadas por deliberações humanas, modificando-se conforme tempo e local em que se encontram. Não é sinônimo de mau ou de errado. Não passa, na verdade, de uma valoração atribuída a certos fatos, mas que possui fortes consequências.

Aliado a isto, é importante ressaltar que tal valoração não é distribuída de forma racional ou uniforme. Existem comportamentos destrutivos e que causam danos há inúmeras pessoas que não são vistos como movimentos violentos, como é o caso das demissões em massa, do uso de métodos explorativos no mercado de trabalho, etc, em detrimento de condutas menos danosas, mas que são criminalizadas, como o vandalismo ou o furto.

Para o autor, quando a reação punitiva é acionada, exclui-se de antemão uma série de outros possíveis mecanismos, como medidas educativas, de assistência material ou psicológica, reparatórias, conciliadoras, compensatórias, terapêuticas, etc. (HULSMAN; CELIS, 1997, p. 100) Em que pese os defeitos que tais métodos possam apresentar quando em ação, seus resultados seriam, sem dúvidas, mais satisfatórios e jamais superariam as deformidades do sistema de justiça criminal, uma vez que é “*especificamente concebido para fazer mal*” (HULSMAN; CELIS, 1997, p. 88).

O que ocorre, no entanto, é justamente o contrário do que é enunciado pelo princípio orientador da intervenção mínima do direito penal (*ultima ratio*). Segundo a dogmática penal atual, tal princípio afirma que o sistema penal somente deve criminalizar e reagir a determinada conduta quando as demais formas de se resolvê-la forem ineficazes, incluindo alternativas não jurídicas. O que a realidade aponta é que este princípio,

geralmente elencado como “limitador do poder punitivo”, não passa de uma ilusão, um princípio fictício, um mero discurso legitimador. Quando se está diante de algum problema, a expectativa punitiva entra em cena e a primeira atitude é recorrer ao conceito de crime e à aplicação de uma sanção penal, até mesmo por parte de movimentos considerados como críticos e de esquerda⁴.

Por isso, para Hulsman, é fundamental compreender a ideia de empoderamento das partes, isto é, a retomada do conflito pelas pessoas envolvidas (atualmente também chamada de movimento pela privatização da justiça criminal). Aqueles que se encontram em conflito precisam recuperar o domínio do conflito e se encontrarem cara a cara (HULSMAN; CELIS, 1997, p. 102). Ainda que se insista na judicialização do conflito, o autor reconhece na justiça cível a capacidade para solucionar grande parte dos conflitos – até mesmo todos, com algumas modificações necessárias (HULSMAN; CELIS, 1997, p. 131).

A aposta de Hulsman, entretanto, se dá através de instâncias mais próximas dos envolvidos e que estejam atentas às suas necessidades reais, para além da dualidade autor-vítima da macroestrutura estatal (ZAFFARONI, 2001, p. 99). Porém, conforme o autor, este esforço por si só não é suficiente para se transcender a estrutura de pensamento punitiva, é necessário também buscar uma ressignificação do que se enxerga como crime e criminoso:

Ora, a prática demonstra que não basta procurar uma solução mais social do que jurídica para o conflito, o que é preciso sim é questionar a noção mesma de crime, e com ela, a noção de autor. Se não deslocarmos esta pedra angular do sistema penal atual, se não ousarmos quebrar este tabu, estaremos condenados, quaisquer que sejam nossas boas intenções, a não sair do lugar (HULSMAN; CELIS, 1997, p. 95).

Para isso, entende que é necessário o abandono das categorias próprias do sistema penal. É indispensável se preocupar em pensar novos termos, que comportem as novas definições. A mudança na linguagem é fundamental, pois ela carrega consigo uma carga social muito forte. Quando se fala em “crime” e “criminoso” uma série de gatilhos são ativados, trazendo à tona uma reação social negativa, instalada em cada pessoa através do preconceito (HULSMAN; CELIS, 1997, p. 95-96).

Apesar de não se bastar em si, a escolha de outras palavras é especialmente

4 Cf. KARAM, Maria Lúcia. A esquerda punitiva. Discursos Sediciosos: crime, direito e sociedade. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia. v. I, n. 1, 1996.

importante para o autor na medida em que representa uma rejeição ao seu sustentáculo mais básico, bem como uma maneira de se evitar a estigmatização naturalizada daqueles que são vistos como “delinquentes”. Desta maneira, surge pela primeira vez o termo “situação problemática”⁵ em detrimento de “crime” ou “delito” (HULSMAN; CELIS, 1997, p. 96). Para Hulsman, esta, sem dúvida, é uma maneira de se abolir o sistema penal dentro de cada pessoa, em todo lugar e em todo momento (HULSMAN; CELIS, 1997, p. 180).

A variante fenomenológica-historicista de Nils Christie

As ideias do abolicionista norueguês Nils Christie convergem em muitos aspectos com o pensamento de Hulsman, em que pese sua análise esteja mais inclinada a se fundamentar sob a perspectiva histórica – trabalhando com as poucas experiências existentes, como os modelos comunitários nórdicos (ZAFFARONI, 2001, p. 100).

A vida comunitária ocupa um papel central na sua obra. O autor argumenta como um sistema vertical como a justiça criminal representa um mecanismo de destruição das relações horizontais que se estabelecem no seio da comunidade (ZAFFARONI, 2001, p. 101). Por isso, a supressão viável do sistema repressivo se daria através da instalação de formas de justiça participativa e comunitária, com o claro intuito de reatar os laços rompidos pelo modelo atual (CARVALHO, 2013, p. 251).

De acordo com Anitua, o sociólogo e criminalista norueguês foi o teórico que mais trabalhou os modelos de justiça participativa – ou, pelo menos, a falta de participação na justiça criminal tradicional (ANITUA, 2005, p. 438). Conforme Anitua:

Además de insoportable antropológicamente, tampoco imponer dolor es lo mejor que puede hacerse en materia de control social. De hecho, el recurso a la inexistente categoría “natural” de “delito” se hace sólo cuando los individuos no se conocen. Entre conocidos siempre se busca otra manera de evitar violencias o de solucionar los problemas que pueden producirse. De esta manera, proponía buscar, con imaginación, alternativas al castigo, más que castigos alternativos o justificaciones alternativas al castigo. (ANITUA, 2005, p. 439)

5 Por outro lado, ressaltamos apenas a inquietação do autor Howard Zehr, que apontou que em determinadas ocasiões, especialmente as violações mais graves e danosas, o termo pode denotar algum grau de minimização do dano sofrido pela vítima. ZEHR, Howard. Trocando as lentes: um novo foco sobre o crime a justiça. São Paulo: Palas Athena, 2008. p. 173.

Para Christie, é fundamental compreender que o sistema penal se constrói em volta da ideia da produção de sofrimento e imposição intencional de dor (CHRISTIE, 1984, p. 7 *et seq.*). Assim sendo, argumenta que “*los sistemas sociales deberían construirse de manera que redujeran al mínimo la necesidad percibida de imponer dolor para lograr el control social*” (CHRISTIE, 1984, p. 15). O uso da expressão “reduzir ao mínimo” ao se referir à imposição de dor é uma demonstração de que o autor não milita pela abolição total do sistema penal, tendo em vista que em certos casos, extremamente excepcionais, a única medida cabível seria afastar o indivíduo do convívio social (ACHUTTI, 2014, p. 104).

De qualquer maneira, este instrumento vertical de imposição de dor deveria ceder lugar à construção de espaços informais de participação no conflito⁶. Para o autor, esforços neste sentido são imprescindíveis, uma vez que, em suas palavras, o conflito foi *roubado* pelo Estado (ACHUTTI, 2014, p. 126-127).

Para um novo modelo seria preciso abdicar da ideia de restrição de liberdade para que assuma o centro do conflito, como forma de resposta, a reparação ou indenização do dano causado (CARVALHO, 2013, p. 251). Este câmbio é necessário para que se possa verdadeiramente pensar nas necessidades da pessoa vitimizada. É com este foco que o autor expõe os *neighbourhood courts*: pequenos tribunais comunitários, composto por pessoas leigas, não profissionais e que sejam ligadas à comunidade (ACHUTTI, 2014, p. 106-107).

É importante ressaltar a posição do autor em obra mais recente, onde expressamente afirma não se encaixar na corrente abolicionista. Segundo Christie, existem problemas decorrentes da abolição total do sistema penal que entrariam em confronto com os processos de mediação e reconciliação. Em suma, existiriam pessoas, ofensores e vítimas, que não participariam espontaneamente destas vias alternativas ou, se participassem, o fariam sob algum grau de influência – como, por exemplo, comunidades estruturalmente patriarcais, nas quais muitas mulheres sofrem com um processo naturalizado de opressão (CHRISTIE, 2011, p. 124-125).

Além disso, o autor chega a afirmar que “*o entusiasmo pela mediação não pode perder de mira que os rituais e institutos penais cumprem importantes funções de proteção*”

6 Em sua obra, Christie refere que durante boa parte de sua vida buscou métodos para se solucionar conflitos. No entanto, admite que nem todo conflito pode (ou deve) ser solucionado. Deste modo, afirma que uma perspectiva mais ampla pressupõe uma atenção ao ato em si e não em seu resultado. Preferiria, assim, os termos “lidar com o conflito” ou “participar do conflito”. CHRISTIE, Nils. *Los límites del dolor*. Traducción de Mariluz Caso. Ciudad do México: Fondo de Cultura Económica, 1984. 125-126.

(CHRISTIE, 2011, p. 125). Para ele, o abolicionismo é um alvo inalcançável, mas a caminhada em sua direção pode representar muitos avanços (CHRISTIE, 2011, p. 130). É por essa razão que Christie se declara, na verdade, partidário do movimento minimalista (CHRISTIE, 2011, p. 131).

A variante marxista de Thomas Mathiesen

Desde a década de 1960, o sociólogo e filósofo norueguês Thomas Mathiesen vem reunindo esforços no sentido de organizar o movimento de pessoas presas em seu país, sendo o fundador do KROM (Organização Norueguesa Anti-Carcerária) (ANITUA, 2005, p. 436). Partindo de uma matriz nitidamente marxista, Mathiesen compreende o sistema penal como estritamente vinculado à estrutura de produção capitalista e, em razão disto, a abolição do sistema penal está intimamente ligada à superação de todas as estruturas repressivas da sociedade (ZAFFARONI, 2001, p. 99).

Para Zaffaroni, o abolicionista aposta em uma tática de retrocesso do poder gradual até a sua total supressão. Isto significa que o movimento abolicionista deve ser inquieto, insatisfeito com as eventuais contensões do poder punitivo. Para o autor, o abolicionismo deve se guiar ou aceitar ações imediatas parciais, mas tendo sempre em vista um viés político superador de limites, na forma de algo permanentemente *inacabado* (ZAFFARONI, 2001, p. 100). Segundo o autor:

Seus esforços para conceituar o “inacabado” e sua permanente insistência neste tema permitem-lhe traçar uma tática que não permanece neutralizada ou imobilizada por uma contra-estratégia de retrocessos parciais do poder, tais como as descriminalizações, as penas alternativas da prisão, etc. Para Mathiesen, o poder sempre procura estabelecer o que está “dentro” e o que está “fora”, de forma a envolver e bloquear o que está “fora” para colocá-lo “dentro”, através do uso de táticas de “retrocessos parciais” (ZAFFARONI, 2001, p. 100).

Isto assume um papel muito importante no movimento abolicionista, pois representa não só um plano de estratégia, como também possibilita uma aproximação com outras correntes que, apesar de não se identificar com o abolicionismo penal, compartilham diversos aspectos. Sobre este avanço, explica Anitua:

A partir de ese momento Mathiesen lograría resolver la difícil situación em la que se encontraban los críticos al sistema penal, que peligrosamente podían caer o em el inmovilismo temeroso de que cualquier reforma fuera cooptada por la legitimación del sistema que en definitiva se pretende abolir, o en el apoyo a “alternativas” que no hiciesen sino ampliar y relegitimar lo punitivo (ANITUA, 2005, p. 436).

Assim, a crítica do autor se refere ao contentamento e estagnação do movimento abolicionista frente às conquistas parciais, perdendo de vista o objetivo final (abolição total do sistema penal). Por este motivo, enxerga o abolicionismo penal como uma *revolução permanente e sem limite* (CARVALHO, 2013, p. 247). É uma luta inacabada. Para isto, pressupõe uma relação de *oposição* e de *competição* com o sistema penal, onde “a *oposição* requer uma *considerável diferença de pontos de vista sobre as bases teóricas do sistema*, e a *competição* requer uma *ação política prática fora do próprio sistema*” (ZAFFARONI, 2001, p. 100).

Em seus trabalhos, Mathiesen avalia os “escudos protetores da prisão”, os discursos de legitimação que escondem a irracionalidade e sustentam a instituição. Para o autor, os defensores do cárcere são os agentes da administração carcerária (diretamente envolvidos na tutela da instituição), os intelectuais e pesquisadores da criminologia oficial (que, na melhor das hipóteses, esboçam alguns protestos) e, principalmente, os veículos de comunicação (CARVALHO, 2013, p. 248). A comunhão destes atores resulta na inviabilidade de se revelar a crueldade do sistema penal, conforme expõe o autor:

As pessoas não sabem quão irracionais são nossas prisões. As pessoas são levadas a acreditar que as prisões funcionam. A irracionalidade verdadeira da prisão é um dos segredos melhor guardados em nossa sociedade. Se o segredo fosse revelado, destruiria as raízes do sistema atual e implicaria o começo de sua ruína (MATHIESEN, 2003, p. 98).

Visando a redução gradual do sistema penal, Mathiesen sustenta duas etapas importantes: descriminalização dos crimes contra o patrimônio e referente a drogas, que constituem os dois maiores propulsores do superencarceramento, e o direcionamento de políticas sociais destinados às necessidades das pessoas que sofreram alguma violência. Esta última proposta gira em torno da superação da lógica atual que, conforme a gravidade

da agressão, maior será pena. Em sua proposta, quanto maior a violência percebida pelos sujeitos, maior será o amparo estatal, ou seja, é preciso abrir mão de uma escala punitiva e considerar seriamente uma escala de apoios, munida de diversos mecanismos, como proteção econômica, abrigos protetivos, etc. (CARVALHO, 2013, p. 249).

Como é pensado o abolicionismo penal na América Latina

Como já explícito em nosso objetivo, no presente trabalho não pretendemos realizar tão somente um levantamento bibliográfico da literatura padrão do abolicionismo penal, oriunda particularmente do norte da Europa, o que, por si só, como apresenta Carlos Alberto Elbert, o torna alvo de uma série de críticas relacionadas ao seu surgimento em sociedades consideradas “idílicas”, com poucos habitantes e muito bem-estar e cultura (ELBERT, 2009, p. 136)

Nosso intuito é localizar o estudo nesta região marginal. Em razão de sua posição periférica, a América Latina enfrenta a experiência penal de forma diversa dos países do capitalismo central. Diferentemente destes países, que em decorrência da passagem do Estado de Bem-Estar Social para um Estado Penal, em que os serviços sociais tornam-se instrumentos de vigilância, controle e estocagem das pessoas excedentes no mercado de trabalho⁷, na região periférica o que se sucede é “*um genocídio em marcha*” (ZAFFARONI, 2001, p. 65).

Segundo Zaffaroni, nas décadas passadas houve o predomínio de teorias que afirmavam que o “desenvolvimento” dos países de capitalismo central seria “centrífugo”, isto é, se estenderia para as demais regiões subdesenvolvidas, auxiliando-as a alcançar o “progresso”. Este entendimento foi fortemente desacreditado durante os últimos anos de estagnação econômica e, inclusive, declínio de produto bruto. Ao contrário do sustentado, o capitalismo teria o caráter “centrípeto”, ou seja, de centralizador e acumulador de capital, acarretando tão somente no aumento da distância entre centro e periferia, metrópole e colônia (ZAFFARONI, 2001, p. 64).

Assim, rompendo com o que poderia se chamar de “paradigma do desenvolvimento”, cresce uma corrente teórica que aponta um “*paradigma da dependência*”.

⁷ Sobre o tema Cf. WACQUANT, Loic. Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

Tal corrente considera que os fenômenos vivenciados na região marginal não são semelhantes aos existentes na região central, mas, sem dúvida, deles derivam. É por esta razão que não é possível compreender e oferecer propostas a partir das categorias dos países centrais (ZAFFARONI, 2001, p. 64-65).

Sobre isso, importante a exposição do autor brasileiro Darcy Ribeiro sobre os conceitos de aceleração evolutiva e incorporação histórica:

Por aceleração evolutiva entendemos os processos de desenvolvimento de sociedades que renovam autonomamente seu sistema produtivo e reformam suas instituições sociais no sentido de transição para um outro modelo de formação sociocultural, como povos que existem por si mesmos. Por atualização ou incorporação histórica designamos os procedimentos pelos quais esses povos atrasados na história são enxertados compulsivamente em sistemas tecnologicamente mais evoluídos, com perda de sua autonomia ou, inclusive, com sua destruição como entidade étnica (RIBEIRO apud ZAFFARONI, 2001, p. 65).

É em virtude desta ideia de incorporação histórica que não podemos falar em determinados momentos históricos tão naturais ao ideário do senso comum, como feudalismo, pré-capitalismo ou até mesmo capitalismo latino-americano em sentido estrito. Estes e outros períodos foram etapas próprias dos países centrais, respondendo as suas necessidades específicas, restando para os países periféricos a sua imposição, longe de se constituírem dinâmicas independentes (ZAFFARONI, 2001, p. 66).

Em contrapartida, é preciso pontuar que os Estados latino-americanos também possuíam interesse em resolver seus problemas regionais de resistência à moral da disciplina e em se incorporar no cenário político-científico internacional, aceitando as ideias que os países hegemônicos difundiam, de acordo com o grau de inserção de cada sociedade latino-americana na divisão internacional do trabalho (DEL OLMO, 2004, p. 293).

A partir disso é que podemos compreender a gênese e o desenvolvimento da criminologia latino-americana que, não por acaso, foi até anos muito recentes estritamente ligado ao positivismo criminológico europeu, em específico o italiano. Zaffaroni, apenas a título exemplificativo, cita os percussores da criminologia na Argentina e no Brasil: José Ingenieros e Raimundo Nina Rodrigues, respectivamente, autores que possuem obras

extremamente vinculados à ideologia etiológica (ZAFFARONI, 2001, p. 42-43). Essa estrutura de pensamento, segundo o autor, perdurou por anos até ser mitigada em maior ou menor grau, sem, contudo, ser eliminada:

Desde o final da última guerra mundial – e apesar dos tardios surtos racistas, como o boliviano e alguns outros –, o discurso criminológico moderou suas expressões abertamente racistas, mantendo-se numa linha “etiológica” que, apesar de pretensamente mais “científica”, não oculta, de forma alguma, sua raiz positivista e periculosista (ZAFFARONI, 2001, p. 43).

O cenário parece mudar somente com o fortalecimento de uma nova corrente: a criminologia da reação social. Novamente, conforme o autor argentino:

Com o aparecimento da criminologia da reação social na América Latina, manifestou-se – com maior evidência do que nos países centrais, em razão da violência operativa mais forte ou menos sutil de nossos sistemas penais marginais – a falsidade do discurso jurídico-penal. Por outro lado – e, talvez esta tenha sido sua contribuição mais importante – esta criminologia neutralizou por completo a ilusão do suposto defeito conjuntural, superável num nebuloso futuro (ZAFFARONI, 2001, p. 35).

Deste modo, a criminologia da reação social prepara o terreno para outros movimentos deslegitimantes se desenvolverem ao evidenciar que os problemas do sistema penal – como a seletividade, a estigmatização, a reprodução da violência, o alto índice de reincidência, a verticalização social e a destruição de relações horizontais, etc. – são, na verdade, estruturais do seu exercício de poder, intrínsecos ao seu funcionamento (ZAFFARONI, 2001, p. 15).

Assim, é importante compreender que as violações de direitos humanos perpetradas pelos sistemas penais latino-americanos não decorrem puramente da nossa posição de periferia do capitalismo central, mas da própria estrutura deste sistema. Nas palavras de Zaffaroni: “o exercício de poder dos sistemas penais é incompatível com a ideologia dos direitos humanos” (ZAFFARONI, 2001, p. 147). A insurgência necessária para este genocídio em andamento, por outro lado, é que deve ser própria da região.

Enquanto o Estado de Bem-Estar Social nunca foi uma realidade na América Latina – embora a região, por fazer parte da periferia capitalista, tenha financiado o bem-estar dos países do centro de poder hegemônico –, as consequências do controle social

sempre se revelaram especialmente brutais, tendo em vista que estes países não possuíam a disposição uma série de recursos e benefícios sociais e materiais consolidados em suas sociedades. Nesse sentido, a conjuntura econômica e social encontrada em nossa região marginal, aliada aos efeitos cruéis deste controle, possibilitou um aumento expressivo no público-alvo do sistema penal: os pobres (ÁVILA; POSTAY In: POSTAY, 2012, p. 52).

Frente a esta realidade marginal, Lola Aniyar de Castro entende que uma sociedade somente conseguiria suprimir totalmente o seu sistema penal se possuísse uma série de profundas condições democráticas, isto é, para além das formulações das instituições, referindo-se desde a sua estrutura social, econômica e cultural (CASTRO, 2007, p. 147). Por outro lado, considerando este cenário explicitamente malsucedido (ou bem-sucedido, a depender dos objetivos propostos ao sistema penal), os autores Keymer Ávila e Maximiliano Postay expõem a importância de se constituir um movimento abolicionista na América Latina:

Los sistemas penais latinoamericanos se caracterizan, entre otras cosas, por la disparidad respecto a los discursos jurídico-penales y su realidad operativa, que es suma y evidentemente violenta, mucho menos sutil que la de los países centrales. Las patéticas condiciones de la vida carcelaria, la prisión preventiva como casi único castigo, la violencia policial normalizadora, las ejecuciones extrajudiciales, y un largo etcétera, hacen que la realidad de los sistemas penales latinoamericanos sea más deslegitimante que cualquier teoría o postulado técnico-académico (ÁVILA; POSTAY In: POSTAY, 2012, p. 52).

Acreditando que a própria realidade dos sistemas penais latino-americanos seja suficiente para sustentar uma aposta pela abolição do sistema penal, uma vez que se encontrariam plenamente deslegitimados pelos seus efeitos tão severos, os autores afirmam que o discurso e a prática abolicionista se configuram atualmente como um meio necessário para se buscar a redução da violência na América Latina, social e, principalmente, institucional (ÁVILA; POSTAY In: POSTAY, 2012, p. 54).

A luta abolicionista diante da nossa margem deve ocorrer também para não encerrar a própria matriz em erros experienciados por diferentes correntes. Segundo os autores, as pessoas – de carne e osso – em sintonia com ambas as suas facetas sensitivas e racionais, devem protagonizar as situações problemáticas que encontrarem, igualmente únicas, sob pena do abolicionismo se aproximar de propostas tão conhecidas que tiveram a

pretensão de soluções universais (ÁVILA; POSTAY In: POSTAY, 2012, p. 55).

Assim, esse movimento precisaria se pautar por um desmantelamento progressivo do sistema de justiça criminal tradicional, como forma de luta de médio e longo prazo, por intermédio de uma agenda que vise a descriminalização gradual – particularmente dos delitos diretamente responsáveis pelo encarceramento em massa, como os crimes patrimoniais e aqueles ligados a entorpecentes –, ao lado de contribuições para o desenvolvimento de métodos diversos para a resolução de conflitos, em especial os que promovam o encontro entre as pessoas envolvidas. De igual modo, o engajamento através da redução dos âmbitos de atuação das agências do sistema penal, como, por exemplo, através do minimalismo penal, bem como o incentivo efetivo de se construir uma maneira de encarar e assimilar a vida através de uma postura não punitiva, sem dúvida, são passos a serem dados em direção à redução da violência do Estado na América Latina e, por consequência, à abolição dos seus sistemas penais (ÁVILA; POSTAY In: POSTAY, 2012, p. 55-56).

Considerações finais

O presente trabalho buscou responder o problema de pesquisa e alcançar os seus objetivos, mas sem possuir a pretensão de que os esforços aqui reunidos representassem um estudo exaustivo do tema, principalmente em função da ampla quantidade de bibliografia existente sobre o assunto – considerando que majoritariamente se constitui como literatura estrangeira e, por isso, de difícil acesso.

As pautas abolicionistas compõem um assunto que merece espaço no debate nacional, não para se buscar soluções prontas e fechadas, importadas a partir de contextos históricos, sociais, econômicos e culturais essencialmente diversos da realidade latino-americana, mas para situar o tema regionalmente e, principalmente, propor indagações e formular inquietações próprias de suas vivências.

Observamos que esse movimento, conforme explica Edson Passetti, não se constitui na forma de escola ou corrente de pensamento, mas sim como uma ampla associação de ativistas que lutam contra desigualdades e violências, manejando conviver com as suas divergências internas e lidando, de forma conjunta, na formulação de práticas

alternativas voltadas para a obstrução de castigos (PASSETTI In: BATISTA; KOSOVSKI, 2012, p. 67-68).

Acreditamos, assim, ter cumprido com a proposta inicial de verificar como o abolicionismo penal é pensado na região periférica da América Latina frente aos países do centro de poder hegemônico. Como vimos, o movimento abolicionista se coloca como um instrumento de contenção da violência estatal – tão transparente em nossa região. Para tanto, referem os autores que a luta deve se pautar por uma agenda minimalista, através da descriminalização das principais figuras delitivas responsáveis pelo encarceramento em massa – como já mencionado, os crimes patrimoniais e os ligados a entorpecentes ilícitos –, enquanto se incentiva a implantação e desenvolvimento de métodos diversos para o enfrentamento dos conflitos (ÁVILA; POSTAY In: POSTAY, 2012, p. 55-56).

A militância pelo fim do sistema penal deve ser um caminho progressivo e não deve impedir a defesa de maiores direitos e garantias, leis penais mais brandas, a descriminalização de condutas, a inserção de carga horária destinada a capacitação frente a pautas ligadas a direitos humanos nas academias de policias militares, etc. Isso porque o abolicionismo penal além de meta, como refere Passetti, é também uma estratégia, um percurso a ser trilhado lado a lado entre pessoas de diferentes matizes (PASSETTI In: PASSETTI, 2012, p. 27-28).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACHUTTI, Daniel. **Justiça restaurativa e abolicionismo penal**. São Paulo: Saraiva, 2014.
- ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Pelas mãos da criminologia: o controle penal para além da (des)ilusão**. Rio de Janeiro: Revan, 2012.
- ANITUA, Gabriel Ignacio. **Historias de los pensamientos criminológicos**. Buenos Aires: Del Puerto, 2005.
- ÁVILA, Gustavo Noronha de.; GUILHERME, Vera M. **Abolicionismos penais**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.
- BATISTA, Nilo; KOSOVSKI, Ester (Orgs.). **Tributo a Louk Hulsman**. Rio de Janeiro: Revan, 2012.
- CARVALHO, Salo de. **Antimanual de criminologia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
- CASTRO, Lola Aniyar de. **Criminologia da libertação**. Rio de Janeiro: Revan, 2005.
- CHRISTIE, Nils. **Los límites del dolor**. Traducción de Mariluz Caso. Ciudad de lo México: Fondo de Cultura Económica, 1984.

- _____. **Uma razoável quantidade de crime**. Rio de Janeiro: Revan, 2011.
- DEL OLMO, Rosa. **A América Latina e sua criminologia**. Rio de Janeiro: Revan, 2004.
- ELBERT, Carlos Alberto. **Novo manual básico de criminologia**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.
- HULSMAN, Louk; CELIS, Jacqueline Bernat de. **Penas perdidas: o sistema penal em questão**. 2. ed. Niterói: Luam, 1997.
- MATHIESEN, Thomas. A caminho no século XXI – abolição, um sonho impossível? **Revista Verve**, n. 4, 2003.
- PASSETTI, Edson. **Curso livre de abolicionismo penal**. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2012.
- POSTAY, Maximiliano E. (comp.). **El abolicionismo penal en América Latina: imaginación no punitiva y militancia**. Buenos Aires: Del Puerto, 2012.
- WACQUANT, Loic. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007.
- ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Em busca das penas perdidas**. Rio de Janeiro: Revan, 2001.
- ZEHR, Howard. **Trocando as lentes: um novo foco sobre o crime a justiça**. São Paulo: Palas Athena, 2008.

Grupo de Trabalho
Sociedade e Economia

Mobilidade social no Brasil: os microempreendedores e a importância atribuída ao governo para as suas recentes conquistas socioeconômicas

Adriano Gustavo Zerbielli ¹

Nos últimos anos, foram implementadas no Brasil algumas medidas (o rígido controle da inflação, a valorização real do Salário Mínimo, o estímulo à concessão de crédito e a implementação de políticas públicas voltadas aos mais economicamente vulneráveis, entre outras) que possibilitaram que processos de mobilidade social ocorressem no país em todos os níveis. Neste sentido, em meio à formação de um cenário interno favorável à prática econômica, ocorreu o surgimento de uma série de empreendimentos de todos tipos e tamanhos que tiveram um importante papel neste período de prosperidade que o Brasil passou recentemente. No entanto, o empreendedor possui alguns traços que o fazem creditar seu sucesso profissional ao seu mérito pessoal sem levar em consideração elementos externos da sua atuação profissional. Neste sentido, este trabalho tem por finalidade apresentar um esboço preliminar de um trabalho de campo, para uma dissertação de Mestrado, que trata da importância que microempreendedores atribuem à atuação governamental no que disse respeito às suas recentes conquistas socioeconômicas e o conseqüente processo de mobilidade social no qual foram submetidos.

Palavras-chave: mobilidade social, prática econômica, microempreendedores.

Introdução

O Brasil atravessou recentemente uma nova fase de crescimento que teve início com o advento do Plano Real. A implantação de muitas reformas institucionais e medidas macroeconômicas possibilitaram o controle da hiperinflação, alterando o conturbado cenário econômico que fez parte da realidade brasileira principalmente na década de 1980 e no início da década de 1990.

É extremamente válido mencionar que a estabilidade na esfera econômica pode ser apontada apenas como o primeiro grande fato que contribuiu, especialmente na última década, para o desenvolvimento de toda uma conjuntura que possibilitou uma melhoradas

¹Graduado em Administração de Empresas (Faculdade Senac – RS); aluno do Curso de Mestrado em Sociologia (UFRGS) na linha de pesquisa *Sociedade e Economia*; aluno do Curso de História (UFRGS); possui Especialização em Estratégia e Relações Internacionais Contemporâneas do PPGEEI: Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais (UFRGS) e atua também atualmente como pesquisador do Núcleo Porto Alegre do Observatório das Metrôpoles.

condições de vida de uma grande parcela da população brasileira, sobretudo os estratos sociais mais vulneráveis economicamente. Neste sentido, foram importantes as políticas voltadas para o crescimento econômico e redistribuição de renda colocadas em prática pelo governo Lula.

Cattani (2013) afirma que o novo governo eleito no final de 2002 imediatamente iniciou uma política social distinta de seus predecessores estruturando o seu planejamento basicamente em dois eixos: valorização do salário mínimo (que concerne a 1/3 da força de trabalho e serve de referência para as faixas superiores) e estabelecimento de políticas públicas dirigidas aos mais desprovidos: “com auxílios diretos condicionados e melhorias de serviços públicos, tais como educação e saúde. Entre 2003 e 2012, o salário mínimo teve valorização de 66%” (CATTANI, 2013, p. 118).

Segundo Pochmann (2012), percebeu-se ainda que o Brasil tinha conseguido combinar, durante os mandatos presidenciais de Lula (2003-2010), maior ampliação da renda *per capita* com a redução no grau de desigualdade na distribuição pessoal da renda. Além disso, verificou-se a recuperação da participação do rendimento do trabalho na renda nacional acompanhado pela melhora generalizada da situação do exercício do trabalho, com diminuição do desemprego e crescimento do emprego formal.

Esta redução na taxa de informalidade do trabalho no Brasil, ao longo da primeira década dos anos 2000, refletiu diretamente na evolução dos rendimentos. A existência de um patamar mínimo de remuneração (o Salário Mínimo) determinava a base dos rendimentos daqueles assalariados com menor poder de negociação, menos qualificação ou com empregos em setores de atividades ou regiões com menores níveis de rendimentos (BRASIL, 2010).

Além desses processos internos vinculados as opções políticas do governo, o país se beneficiou de uma conjuntura externa favorável, especialmente com a elevação do preço das *commodities* primárias, sem a qual as políticas de ampliação da infraestrutura, crescimento econômico e de redistribuição de renda, assentada no aumento do gasto público, não teriam se sustentado.

Neste sentido, Pochmann (2012) menciona que a diversificação dos parceiros comerciais permitiu reduzir o peso das exportações para os países ricos (2/3 em 2002, para menos de 50% em 2009) e aumentou a ênfase nas relações Sul-Sul na qual a China passou a ser o principal parceiro comercial, posto ocupado anteriormente pelos Estados Unidos. Não

resta dúvida de que:"a conjuntura internacional no início do período Lula era favorável à expansão dos negócios brasileiros" (RINALDI, 2012, p. 49).

Este conjunto de fatores acarretou o surgimento de um cenário favorável a novas ondas de mobilidade social ascendente em todos os níveis que, independentemente da denominação que venham receber, é um dos fenômenos socioeconômicos mais significativos que acompanhamos na sociedade brasileira nos últimos anos:

Entre os anos de 2002 e 2008, a participação da "faixa C" na população brasileira passou de 44,19% para 51,89%, resultando, portanto, em um aumento de 17,03%. A faixa de renda mais elevada ("AB") correspondia a 12,99% da população em 2002, passando para 15,52% em 2008, o que configura um aumento de 19,46%. Já as faixas de renda mais baixas ("D" e "E"), que em 2002 somavam 42,82 da população, em 2008 caíram para 32,59%. Assim, as faixas de menor renda diminuíram sua participação, e as faixas de renda média e alta aumentaram sua presença da distribuição de renda da população brasileira(SALATA & SCALON, 2015, p. 376).

Souza e Lamounier (2010) mencionam ainda o papel do empreendedor neste contexto de transformação econômica caracterizado por empreendimentos de vários tamanhos e diferentes ramos de atividades. Os autores também incluem neste contexto o trabalho por conta própria e sem uma formação específica como os prestadores de serviços de reparação e manutenção (a exemplo de pedreiros, pintores, eletricitas, entre outros) ou o trabalho realizado na própria casa (a exemplo de produção de alimentos, da confecção e reforma de roupas, das cabeleireiras e manicures, entre outras).

Discussão acerca da estratificação social na atualidade

Bourdieu (2008) refez o percurso dos clássicos, em especial Karl Marx e Max Weber, a fim de atualizar a investigação sociológica sobre a estrutura das classes sociais que constituem um determinado espaço social nas sociedades contemporâneas. Para tal, o autor apoia-se em Marx na proposição de um *quantum* de capital geral daquelas classes e grupos que ocupam o ápice do espaço social. Mas também apoia-se em Weber, quando esse teoriza sobre o papel de status e de honra, para construir a ideia de que as classes sociais contemporâneas, ao contrário de serem definidas somente pelo aspecto econômico, também possuem elementos culturais e simbólicos:

Algo como uma classe ou, de modo mais geral, um grupo mobilizado para e pela defesa de seus interesses, não pode existir senão ao preço e ao termo de um trabalho coletivo de construção inseparavelmente teórico e prático; mas nem todos os agrupamentos sociais são igualmente prováveis e esse artefato social que é sempre um grupo social tem tanto mais oportunidades de existir e subsistir de maneira durável quanto mais próximos no espaço social (o que vale também para uma unidade fundada sobre uma relação afetiva, amorosa ou amistosa, seja ela ou não socialmente sancionada). Dito de outro modo, o trabalho simbólico de constituição ou de consagração necessário para criar um grupo unido (imposição de nomes, de siglas, se signos de adesão, manifestações públicas etc.) tem tanto mais oportunidades de ser bem-sucedido quanto mais os agentes sociais sobre os quais ele se exerce estejam inclinados - por sua proximidade no espaço das relações sociais e também graças às disposições e interesses associados a essas posições - a se reconhecerem mutuamente e a se reconhecerem em um mesmo projeto (político ou outro) (BOURDIEU, 2008, p. 50-51).

Com relação a chamada "nova classe média", existem pesquisas e estudos como, por exemplo, o relatório produzido em 2008 pelo pesquisador Marcelo Neri, que apontou que 52% da população brasileira estava inserida nesta "nova classe" até aquele momento:

Impulsionados pelo aumento do emprego e da renda, em condições de inflação baixa e crédito farto, milhões de brasileiros puderam aumentar nos últimos anos o seu poder de compra e começaram a adquirir a casa própria e automóvel (símbolos mais vistosos de ingresso na classe média), além de uma vasta gama de bens de consumo (SOUZA & LAMOUNIER, 2010, p.2).

No entanto, um dos primeiros intelectuais a questionar a existência de uma "nova classe média" brasileira foi Jessé Souza. No seu livro *Os Batalhadores Brasileiros: Nova classe média ou nova classe trabalhadora?* (2012), o autor faz uma reflexão baseada numa extensa pesquisa empírica que tem a clara finalidade de "desconstruir" esta ideia de que o Brasil está se tornando um país de classe média:

(...) fala-se o tempo todo de classes sociais sem que se "compreenda" o que elas são. Classes sociais não são determinadas pela renda - como para os liberais - nem pelo simples lugar na produção - como para o marxismo clássico -, mas sim por uma visão de mundo "prática" que se mostra em todos os comportamentos e atitudes como esclarecidas, com exemplos concretos acessíveis a todos (...). Associar classe

média à renda é “falar” de classes, esquecendo-se de todo o processo de transmissão afetiva e emocional de valores, processo invisível, visto que se dá na socialização familiar, que constrói indivíduos com capacidades muito distintas. Mas é por conta desse tipo de pseudociência que associa classe a renda, uma associação que mais encobre que explica, que é possível falar-se de “nova classe média” sem a cerimônia que se fala no Brasil (SOUZA, 2012, p. 45-47).

Souza (2012) chega a afirmar que existe no Brasil uma "cegueira social" e que ela está relacionada com a cegueira que existe acerca das classes sociais que estruturam a realidade.

A discussão acerca daquilo que move os agentes

Max Weber e os conceitos de Ação Social e de Formas de Ação Social

Mocelin (2013) afirma que, na concepção de Weber, para que ocorra um processo efetivo de transformação social, devem ser levados em consideração não apenas os fatores econômicos como defendia Marx, mas também as ideias e os valores são igualmente necessários. Weber "concebia os indivíduos como agentes que são mobilizados por paixões e ideais e lhes atribuía habilidades e competência para agir e moldar seu destino" (MOCELIN, 2013, p. 35). Neste sentido:

Por 'ação' entende-se (...) um comportamento humano (...) sempre e na medida em que o agente ou os agentes o relacionem com um sentido subjetivo. Ação 'social', por sua vez, significa uma ação que, quanto a seu sentido visado pelo agente ou os agentes, se refere ao comportamento de *outros*, orientando-se por este em seu curso (WEBER, 2014, p. 3).

Cabe mencionar que existem ainda três formas de ação social de Weber que irão auxiliar neste estudo. Mocelin (2013) afirma que a *ação racional referente a fins* é aquela caracterizada pelo uso do cálculo, por parte do agente, para determinar os meios mais eficientes para a obtenção de um determinado objetivo. Trata-se, fundamentalmente, na racionalidade formal ou instrumental. Já a *ação racional referente a valores* é caracterizada, em seu curso, pela crença consciente do agente em ideias e visões de mundo baseadas muitas vezes nas concepções de dever, honra e dedicação a uma causa. Trata-se de uma forma de ação centrada na racionalidade substantiva ou numa determinada ética religiosa ou profissional. A *ação afetiva* é determinada em seu curso por estados emocionais,

crenças, fé, refletindo basicamente irracionalidades sem que o significado da ação se situe na instrumentalidade dos meios para se alcançar determinados fins.

Pierre Bourdieu e os conceitos de habitus e disposições

Bourdieu (2009) afirma que as diferentes posições no espaço social correspondem a estilos de vida, sistemas de desvios diferenciais que são a retradução simbólica de diferenças objetivamente inscritas nas condições de existência. Neste sentido, a socialização é caracterizada pela formação do *habitus* que o autor define da seguinte maneira:

Os condicionamentos associados a uma classe particular de condições de existência produzem o *habitus*, sistemas de *disposições* duráveis e transponíveis, estruturas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, ou seja, como princípios geradores e organizadores de práticas e de representações que podem ser objetivamente adaptadas ao seu objetivo sem supor a intenção consciente de fins e o domínio expresso das operações necessárias para alcançá-los, objetivamente "reguladas" sem em nada ser produto da obediência a algumas regras e, sendo tudo isso, coletivamente orquestradas sem ser o produto da ação organizadora de um maestro (BOURDIEU, 2009, p. 87).

O autor afirma também que sendo produto da história, o *habitus* produz as práticas individuais e coletivas, portanto da história, conforme aos esquemas engendrados pela história; ele garante a presença ativa das expectativas passadas que, depositadas em cada organismo sob a forma de esquemas de percepção, de pensamento e de ação, tendem, de forma mais segura que todas as regras formais e que todas as normas explícitas, a garantir a conformidade das práticas e sua constância ao longo do tempo (BOURDIEU, 2009).

Bonnewitz (2003) traz uma definição mais objetiva do que seria conceito de *habitus* de Bourdieu na qual a autora afirma que se trata de um sistema de disposições duradouras adquirido pelo indivíduo durante o processo de socialização. Estas disposições seriam atitudes, inclinações para perceber, sentir, fazer e pensar, interiorizadas pelos indivíduos em razão de suas condições objetivas de existência e que funcionariam como princípios inconscientes de ação, percepção e reflexão.

Dimensões de análise, indicadores e fontes de dados

Dimensões de Análise	Indicadores	Fontes de Dados
<i>Perfil socioeconômico do entrevistado e dos familiares que residem atualmente no mesmo domicílio</i>	<ul style="list-style-type: none"> -Idade, sexo e ocupação e membros que compõem grupo familiar e suas ocupações; -Nível educacional do entrevistado; -Nível educacional dos membros da família; -Condições objetivas de vida do bairro ou região em que reside o entrevistado (segurança pública, saneamento básico, acesso à educação e saúde, oportunidades de emprego etc.); -Condições objetivas de vida do entrevistado e sua família (casa própria, posse de bens duráveis, alimentação adequada etc.); -Renda do entrevistado; -Renda familiar. 	entrevistas
<i>Trajetória de vida e profissional do entrevistado e daqueles que o criaram</i>	<ul style="list-style-type: none"> -Origem dos pais e/ou outros responsáveis pela criação do entrevistado (cidade, estado, país); -Trajetória profissional dos pais e/ou outros responsáveis pela criação do entrevistado (ocupações); -Origem do entrevistado (cidade, estado, país); -O entrevistado é oriundo de família estruturada (presença domiciliar materna e paterna); -Condições objetivas de vida do entrevistado na infância e na juventude; -Trajetória profissional do entrevistado (ocupações ao longo da vida); -Trajetória educacional familiar (pais e/ou outros responsáveis pela criação do entrevistado); -Trajetória educacional do entrevistado. 	entrevistas
<i>Importância atribuída pelo entrevistado à conjuntura socioeconômica</i>	<ul style="list-style-type: none"> -Posicionamento do entrevistado referente às condições de vida nas décadas de 1980, 1990 (emprego, renda, consumo, etc.); -Percepção do entrevistado sobre período com 	entrevistas

<p><i>favorável à atividade econômica no país nos últimos anos</i></p>	<p>inflação elevada (década de 1980 e primeira metade década de 1990) e do período com a inflação controlada (segunda metade da década de 1990 em diante);</p> <p>-Posicionamento do entrevistado referente à condição de vida em meados dos anos 2000 (emprego, renda, consumo, acesso ao crédito etc.);</p> <p>-Posicionamento do entrevistado frente à conjuntura socioeconômica do país ao longo destes últimos 15 anos (melhorou, manteve-se estável ou piorou);</p> <p>-Posicionamento do entrevistado acerca da sua condição socioeconômica e de sua família (melhorou, manteve-se estável ou piorou);</p> <p>-Expectativa do respondente com a eleição de Lula (positiva, negativa, crença de que haveriam mudanças significativas na condição de vida do povo brasileiro); estas expectativas se confirmaram;</p> <p>-Posicionamento do respondente frente aos governos de Lula (bons, razoáveis, ruins, percepção positiva ou negativa frente ao tema da diminuição da pobreza no país);</p> <p>-Posicionamento do respondente frente aos governos de Dilma (bons, razoáveis, ruins, percepção positiva ou negativa frente ao tema da diminuição da pobreza no país);</p> <p>-Posicionamento do respondente frente às condições econômicas e políticas na sociedade brasileira atualmente;</p> <p>-Posicionamento do respondente acerca dos eventuais prejuízos ocasionados na esfera econômica nacional ocasionados pela atual crise política;</p> <p>-Posicionamento do respondente frente à importância da existência de um cenário socioeconômico nacional favorável para a manutenção do seu empreendimento;</p> <p>-Posicionamento do respondente acerca à diminuição da demanda de trabalho ou de ganhos em épocas marcadas por crises econômicas ou recessão;</p> <p>-Percepção do respondente sobre processos de mobilidade social (em todos os níveis) ocorridos no Brasil nas últimas duas décadas;</p> <p>-O respondente julga ter passado por um processo de mobilidade social ascendente ou descendente</p>	
--	---	--

	<p>neste período. Caso sim, qual o parâmetro utilizado para ter esta conclusão;</p> <p>-O respondente é conhecedor da existência pessoas que passaram por um processo de mobilidade ascendente nos últimos anos. Caso sim, estas pessoas consomem os seus produtos ou serviços.</p>	
<p><i>Importância atribuída pelo entrevistado às políticas públicas (de cunho social) enquanto razão apontada para explicar suas recentes conquistas socioeconômicas</i></p>	<p>-Posicionamento do entrevistado acerca da importância do governo para as pessoas terem conquistas socioeconômicas. Foi importante para o entrevistado;</p> <p>-Posicionamento do entrevistado frente ao Programa Bolsa Família (bom, ruim, contribuiu para a diminuição da pobreza no país ou estimulou a vagabundagem);</p> <p>-O entrevistado conhece pessoas beneficiárias pelo Programa Bolsa Família. Caso sim, consomem seus produtos ou serviços;</p> <p>-O entrevistado é beneficiário do Programa Minha Casa Minha Vida;</p> <p>-O entrevistado conhece pessoas beneficiárias pelo Programa Minha Casa Minha Vida;</p> <p>-Posicionamento do respondente frente ao Programa Minha Casa Minha Vida (bom, ruim, contribuiu para o combate do problema habitacional no país);</p> <p>-O entrevistado é beneficiário de programa voltado à educação técnica ou superior como, por exemplo, Política de Cotas, Enem, ProUni, Fies, Pronatec etc. Conhece pessoas beneficiadas por tais programas;</p> <p>-Posicionamento do entrevistado frente aos programas de Política de Cotas, Enem, ProUni, Fies, Pronatec etc. (bom, ruim, contribuíram para o combate ao problema educacional no país);</p> <p>-Posicionamento do entrevistado frente aos programas de Política de Cotas, Enem, ProUni, Fies, Pronatec etc. no que se refere na melhora na condição socioeconômica de uma parcela da população brasileira;</p> <p>-O entrevistado conta no seu empreendimento com funcionário atendido por um desses programas;</p> <p>Posicionamento do respondente frente à importância das políticas públicas, de cunho</p>	<p>entrevistas</p>

	social, colocadas em prática nos últimos anos no que disse respeito à melhora de sua condição de vida e/ou no seu processo de mobilidade social.	
<i>Importância atribuída pelo entrevistado às políticas públicas (voltadas ao empreendedorismo) enquanto razão apontada para explicar suas recentes conquistas socioeconômicas</i>	<p>-O entrevistado realizou cursos profissionalizantes gratuitos ou a baixo custo oferecidos pelo SINE, SENAI, SENAC e outras instituições ligadas ao Governo Federal;</p> <p>-Posicionamento do entrevistado frente à importância da realização destes cursos (bons, ruins, razoáveis, contribuíram para a qualificação profissional do entrevistado e para o sucesso do negócio);</p> <p>-O entrevistado conhece pessoas que realizaram cursos profissionalizantes gratuitos oferecidos pelo SINE, SENAI, SENAC e outras instituições conveniadas ao Governo Federal;</p> <p>-Caso sim, sabe se foram bons, ruins, razoáveis, contribuíram para a qualificação delas e para o sucesso de seus respectivos negócios;</p> <p>-O entrevistado buscou algum tipo de apoio técnico junto ao SEBRAE (cursos, palestras, oficinas, consultoria etc.);</p> <p>-Posicionamento do entrevistado frente à importância deste apoio técnico obtido (bom, ruim, razoável, contribuiu para o estabelecimento, manutenção ou expansão do negócio);</p> <p>-O entrevistado conhece outras pessoas que buscaram estas formas de apoio junto ao SEBRAE. Caso sim, estas formas de apoio foram boas, ruins, razoáveis, contribuíram para o estabelecimento, manutenção ou expansão dos negócios destas pessoas;</p> <p>-O entrevistado buscou alguma forma de apoio econômico (financiamento, linha de crédito etc.) fornecidos por bancos públicos (Caixa Econômica Federal e/ou Banco do Brasil) voltados ao empreendedor;</p> <p>-Posicionamento do entrevistado frente à importância destas formas de apoio econômico para o estabelecimento, manutenção ou expansão do empreendimento do entrevistado);</p> <p>-O entrevistado conhece pessoas que recorreram a tais formas de apoio econômico (financiamento, linha de crédito etc.) fornecidos por bancos públicos (CEF e BB) voltados ao empreendedor;</p>	entrevistas

	<p>-Posicionamento do entrevistado frente à importância destas formas de apoio econômico para o estabelecimento, manutenção ou expansão dos empreendimentos destas pessoas);</p> <p>-Posicionamento do entrevistado relativo ao programa MEI (contribui efetivamente para a manutenção do empreendimento do entrevistado);</p> <p>-Benefício mais importante obtido pelo entrevistado por meio do programa MEI;</p> <p>-O entrevistado conhece outras pessoas que aderiram ao programa MEI. Caso sim, posicionamento relativo ao programa (contribuiu para o estabelecimento/manutenção/ampliação dos seus empreendimentos)</p> <p>-Posicionamento do entrevistado frente à importância das políticas públicas, voltadas ao empreendedor, no que disse respeito à melhora do padrão de vida e/ou no processo de mobilidade social pelo qual passou.</p>	
--	---	--

A elaboração do modelo interpretativo dos dados

Uma análise superficial dos dados obtidos mostrou que, dentre a amostra selecionada formada por 10 microempreendedores e analisada por meios de métodos qualitativos, existem dois posicionamentos distintos acerca da importância da ação governamental no processo que envolveu as recentes conquistas socioeconômicas destes empreendedores. Portanto, alguns indicadores, que fazem parte dos quadros de dimensões de análise propostos acima, foram selecionados para apontar, conforme os posicionamentos apresentados, quais serão os microempreendedores que irão compor os seguintes grupos:

1) o grupo formado por aqueles microempreendedores que atribuem importância, no processo de mobilidade social ascendente pelo qual passaram, aos governos federais de centro-esquerda que ocuparam o poder a partir de 2003.

2) o grupo formado por aqueles microempreendedores que não atribuem importância aos governos federais de centro-esquerda no que disse respeito suas recentes conquistas socioeconômicas.

Estes dois grupos seriam denominados de *variáveis explicativas*. O próximo passo será cruzar estes dois grupos (ou estas duas variáveis explicativas) com as denominadas, neste estudo, de *variáveis intervenientes* que seriam as seguintes:

a) *atividade profissional derivada de um hobby e atividade profissional tradicional* que se explica a sua utilização neste estudo devido ao fato de que alguns entrevistados apontaram que os governos federais de centro-esquerda, que governaram o país a partir de 2003, contribuíram para criar as condições macroeconômicas internas favoráveis à prática econômica. Fato este que, por consequência, pode ter possibilitado o surgimento de novos ramos de negócios além daqueles tradicionais já existentes antes do período estudado.

b) *empreendedores com até 40 anos de idade e empreendedores com mais de 40 anos de idade*. Estas variáveis se fazem necessárias pois houveram posicionamentos distintos acerca da importância da atuação governamental para o sucesso dos negócios dos empreendedores entrevistados na medida em que uns tiveram contato, tanto na esfera profissional quanto na pessoal, com períodos marcados por conjunturas socioeconômicas distintas ao longo da vida. Fato este que poderá ter um papel decisivo no posicionamento a ser referido acerca da melhora ou piora da conjuntura socioeconômica nacional nos últimos 15 anos.

c) *empreendimentos estabelecidos antes de 2003 e empreendimentos estabelecidos depois de 2003*. Estas variáveis se fazem importantes pelo fato de que também houveram posicionamentos diferenciados acerca das problemáticas propostas na medida que existem estudos que afirmam que no país, a partir de 2003, foram criadas internamente as condições para o crescimento econômico e o consequente processo de mobilidade social ascendente pelo qual passou um grande contingente populacional. Portanto, poderá ocorrer um posicionamento mais favorável à atuação governamental daqueles microempreendedores que abriram seus negócios antes de 2003 justamente por terem tido contato com um cenário econômico menos aquecido do que aquele surgido após a ascensão ao poder do presidente Lula.

d) *microempreendimentos de homens e microempreendimentos de mulheres*. Estas variáveis se fazem importantes neste estudo pelo fato de que a grande efervescência econômica no pós 2003 pode ter estimulado ou contribuído para que a mulher rompesse definitivamente algumas amarras historicamente estabelecidas que, por meio da prática

empreendedora, possibilitasse não apenas a realização profissional, mas também a independência financeira frente aos homens.

Portanto, com o cruzamento das chamadas *variáveis explicativas* com as *variáveis intervenientes*, será feita uma análise que pretende apontar o perfil dos microempreendedores que atribuem e aqueles que não atribuem importância às atuações dos governos federais de centro-esquerda no que diz respeito às suas recentes conquistas socioeconômicas e o consequente processo de mobilidade social no qual foram submetidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BONNEWITZ, P. **Primeiras lições sobre a sociologia de P. Bourdieu**. Petrópolis: Vozes, 2003.

BOURDIEU, P. **O senso prático**. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 2008.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **O Mercado de Trabalho Formal no Brasil nos Últimos 15 anos: avanços, mudanças e continuidades**. Uma leitura a partir da Rais. Brasília, 2010.

_____. Portal do Empreendedor. **Microempreendedor Individual - MEI**. Disponível em: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/mei-microempreendedor-individual>. Acesso em 15 set. 2015.

CATTANI, A. D. **A riqueza desmistificada**. Porto Alegre: Marcavisual, 2013.

MOCELIN, D. G. **Olhares fundadores: a sociologia de Marx, Durkheim e Weber**. In: Olhares Contemporâneos - Sociologia: trabalho, ciência, cultura, diversidade. Porto Alegre: Cirkula, 2013.

POCHMANN, M. **Nova classe média?: o trabalho na base da pirâmide social brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2012.

SALATA, A.; SCALON, C. **Do meio à classe média: como a "nova classe média" e a "classe tradicional" percebem sua posição social?**. Revista Ciências Sociais Unisinos, v. 51, n° 3, p. 375-386, set/dez. 2015.

SOUZA, A. de; LAMOUNIER, B. **A classe média brasileira: ambições, valores e projetos de sociedade**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

SOUZA, J. **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

RINALDI, Augusto Leal. **Os programas sociais e a inserção internacional do Brasil:** um estudo do governo Lula da Silva. *Século XXI - Revista de Ciências Sociais*, v. 2, n° 2, p. 45-72, jul/dez. 2012.

WEBER, M. **Economia e Sociedade**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014.

A Feira de Agricultores Ecologistas: uma reflexão sobre agenciamentos de mercado

Júlia Cardoni¹

O trabalho, ainda em andamento, trata de uma etnografia junto a Feira de Agricultores Ecologistas localizada na cidade de Porto Alegre. A FAE, como é chamada, é tida como referência no debate agroecológico do estado por seu pioneirismo e militância. A inserção em campo proporcionou dois eixos centrais na formulação da pesquisa. O primeiro deles refere-se a experiências junto a processos burocráticos, regularizadores e fiscalizadores do mercado agroecológico de feira que levou a reflexões sobre a *performance* dessa configuração e dos *agenciamentos* que se circunscrevem para a consolidação de um mercado agroecológico. Nesse sentido as reflexões de Michel Callon (2013) fornecem possibilidades de narrar as diversas esferas envolvidas na realização desse mercado. Por outro lado, o vínculo estabelecido junto a produtores ecologistas e consumidores possibilitou vivências agroecológicas em festejos organizados nas propriedades de feirantes. A ritualização e o envolvimento com a produção agroecológica nessas circunstâncias levou a reflexões sobre uma cosmologia agroecológica e a aprendizagem da natureza que também opera como um *agenciamento*.

Palavras-chave: agenciamentos mercadológicos, etnografia, feira agroecológica.

A etnografia em uma feira agroecológica tornou-se um horizonte de possibilidades da qual deixei ser levada. No horizonte, a estrutura de uma feira disposta por 44 bancas posicionadas em um percurso linear em uma longa quadra. Colocadas frente a frente, as bancas formam um corredor estreito por qual passam seus consumidores em ambos os sentidos. Neste ambiente, em que os corpos passantes eventualmente se encontram foi possível estabelecer vínculos.

O trabalho em questão, ainda em andamento, refere-se a uma etnografia em uma feira agroecológica localizada na cidade de Porto Alegre. A Feira de Agricultores Ecologistas (FAE) como foi intitulada é referência no debate ecológico do Estado do Rio Grande do Sul por seu pioneirismo e militância através da antiga cooperativa Coolmeia que a deu início. A Coolmeia foi uma cooperativa criada em 1989 por iniciativa de um grupo de agroecologistas e consumidores que buscavam novas formas de consumir e habitar a cidade. Em 2004 a cooperativa fechou mas a feira seguiu ocorrendo sob a organização da

¹Mestranda em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, bolsista Capes.

Associação Agroecológica. A atual associação se responsabiliza pela FAE, que ocorre em todos os sábado das 7h às 13h.

A etnografia na FAE me envolveu por diferentes esferas, o campo se deu através do acompanhamento das feiras e da Comissão de Feira e na sequencia abriu caminhos para imersões nas propriedades agroecológicas através de acampamentos festivos nas terras das famílias agricultoras. Dessa forma o estudo envolve reflexões sobre a construção de um mercado agroecológico, permeando questões sobre a burocratização colocada sobre uma feira agroecológica, discute os entendimentos da natureza que são negociados entre produtores, consumidores e poderes públicos e sobre a atribuição de significado ao alimento e a mercadoria nesse circuito singular.

Início de percurso: negociação, carta e assinatura

A Feira Agroecológica não era um local desconhecido, já havia frequentado diversas vezes mas sem identificar-me como consumidora, tratava de um passeio, uma atividade esporádica e com uma intenção quase turística mesmo que moradora da cidade de Porto Alegre desde o nascimento. A primeira vez que fui à Feira com o “intuito etnográfico” me senti deslocada, sem saber por onde começar e nem para quem me apresentar já que a feira possui uma estrutura aparentemente homogênea para os recém-chegados, criando dificuldades para identificar alguém que centralize sua administração e organização. Também tinha receio em fazer uma abordagem que não passasse desconfiança ou que bloqueasse as chances de um diálogo.

Foi com essa intenção que me dirigi a um segurança posicionado na entrada da Feira, ele vestia terno, sapatos pretos e uma camisa social azul turquesa que destoava no ambiente. Além do traje atípico para o contexto da Feira (feirantes e consumidores), possuía um crachá que o identificava como funcionário da FAE. Dessa forma, pareceu-me adequado perguntar a ele sobre alguma espécie de organização ou responsável pela montagem da Feira, especificamente a “ecológica”, como é chamada, localizada na primeira parta da quadra da rua José Bonifácio². Imediatamente, o homem mencionou o nome de “Alexandre” e se prontificou a procura-lo com o olhar esticado por cima de meus ombros.

²A rua José Bonifácio fica no limite dos bairro Bom Fim com o bairro Farroupilha, encostada na lateral do chamado Parque da Redenção.

Pedi para que eu o aguardasse que ele iria busca-lo para que eu pudesse explicar minhas intenções.

Passados aproximadamente cinco minutos, o segurança retorna ao lado de um homem magro de aproximadamente 40 anos, vestia jeans e camiseta e parecia ter se deslocado de alguma atividade na Feira para me atender. Foi ali, com Alexandre de braços cruzados na calçada da José Bonifácio, entre a banca de arroz e dos brotos que comecei a me explicar por intermináveis minutos sobre o que gostaria de trabalhar como estudante de mestrado na área de Antropologia Econômica.

Ao ouvir meus desejos de pesquisa, Alexandre me manda voltar com uma carta, assinada pela instituição que comprovasse minhas intenções e que expusesse todos as minhas responsabilidades como pesquisadora, incluindo o comprometimento em entregar o trabalho quando concluído. Afirmei que o trabalho seria finalizado nos próximos dois anos mas que minha palavra estava dada, estava disposta a participar assiduamente das atividades da FAE. A experiência de Alexandre e de outros membros da feira com pesquisas acadêmicas não foram muito positivas, em outras circunstâncias me alegaram que já haviam recebido diversos estudantes mas que não obtiveram retorno algum. A formalidade da carta serviu para que o comprometimento fosse selado e as devidas apresentações fossem feitas, ao fim e ao cabo esse ato facilitava minha entrada em campo pois dava um caráter de “pacto” para o início da pesquisa.

Na sábado seguinte voltei à Feira, dessa vez às 6h45 como Alexandre havia me informado. Nesse horário, anterior ao início da feira, produtores e produtoras agroecológicos se encontram para debater pautas sobre a organização da FAE e demandas da Associação Agroecológica. Era uma grande roda com uma média de 30 participantes posicionados em pé. Me uni ao grupo e imediatamente Alexandre me apresentou como pesquisadora da UFRGS e me passou a palavra para que eu mesma me apresentasse. Fui pega de surpresa, e, ainda sonolenta, expus meus intuitos de pesquisa. Afirmei que iria acompanhar a Feira e o grupo da Associação nos próximos dois anos com o objetivo de entender as relações econômicas e afetivas que se constituíam no espaço, me prontifiquei a ajudar no que fosse preciso e me coloquei a disposição para maiores questionamentos. Apesar de breve, esclareci de forma acessível as razões da pesquisa e os participantes da reunião movimentaram suas cabeças positivamente.

Na sequência daquele mesmo dia, ainda sem saber as diretrizes do estudo, Alexandre me informa sobre a existência de uma Comissão de Feira que é formada por um grupo de produtores e consumidores que se reúnem quinzenalmente para definir questões administrativas, éticas e educacionais da feira. Dessa maneira, passei a participar das reuniões da Comissão que deram início a etnografia e que no decorrer do campo me abriram novos caminhos e me levaram da feira às propriedades agroecológicas.

A Comissão de Feira: encontro de esferas de mercado

A Comissão de Feira é composta por quatro representantes de agricultores e agricultoras agroecológicas, dois representantes de consumidores e dois funcionários da Associação Agroecológica. A reunião ocorre quinzenalmente aos sábados das 8h às 10h paralelamente a ocorrência da feira.

Acompanhei por um ano e meio a Comissão de Feira, com uma variedade ampla de pautas que eventualmente se repetiam. A Comissão mediava diálogos entre consumidores e feirantes, definia os eventos que a feira ofereceria ao público nas datas comemorativas estabelecidas, criava estratégias de comunicação e fiscalizava o andamento das certificações dos feirantes e as regulamentações da SMIC (Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio), tendo autonomia para aplicar advertências e multas quando se julgasse necessário.

A experiência junto a Comissão de Feira proporcionou um entendimento amplo das condições que tornavam possível a *performance* daquele mercado. A leitura de Callon (2013) a partir do conceito de *agencements marchand* compõe os movimentos desse mercado, que a partir de uma série de agenciamentos se performa, seja a partir de documentos e cartas que circulam, ajustes de preços solicitados por consumidores, decisões éticas tomadas pelos produtores, fiscalizações de órgãos públicos e intervenções da mídia.

O acompanhamento das reuniões da Comissão de Feira, possibilitou um contato próximo com questões operacionais e éticas que configuram aquele mercado. Minha participação iniciou de forma sutil mas pude perceber que meu envolvimento silencioso na reunião ganhou confiança dos participantes nas circunstâncias em que fui imbuída de

escrever a ata, tendo maior abertura para questionar pressupostos e dialogar sobre as demandas e encaminhamentos.

A Comissão opera como uma espécie de núcleo regularizador do mercado por quais passam demandas ligadas as burocracias impostas por poderes públicos e outras burocracias criadas internamente através do regulamento da Associação Agroecológica. Nesses debates, duas questões centralizavam a discussão, por um lado a importância de uma fiscalização externa à feira pelos poderes públicos e por outro a autonomia de cada feira. Ao mesmo tempo em que essas questões são negociadas, as concepções de natureza e os pressupostos agroecológicos também *performam* essa configuração que compõe a FAE.

A reflexão a partir de Callon (2013) faz sentido nesse contexto pela multiplicidade de conexões que tornam possível a construção de um mercado de feira agroecológica, partindo da criação de uma concepção que se define como “produto agroecológico” em um contexto de comercialização que foge de um circuito tradicional.

Callon em “*Qu'est-ce qu'un agecement marchand?*” situa processos de mercado desde a passivação da mercadoria até a fixação de preços. O autor propõe a substituição do termo *marché* por *agecement marchand* na medida que essa nova noção desenvolve processos de “engenharia política” e configura uma diversidade ampla de mercados possíveis a partir de uma multiplicidade de agências.

Les activités marchandes supposent en effet que soit constituée une dissymétrie entre des choses (marchandises), dont la détermination de la valeur est un enjeu, et les agents qui sont engagés dans la fixation de cette valeur, en d'autres termes, et pour faire simple, entre des entités passives (transférables et appropriables) et des entités actives (qui mettent les biens en circulation). (CALLON, 2013, p. 347)

De acordo com Callon a construção da mercadoria é um processo conjunto que leva à passividade do produto como parte fundamental do agenciamento de mercado.

Le processus de passivation des biens, et les transformations qu'il implique, ne constitue pas une fin en soi. Comme le mot bien le dit, les choses ou objets qui sont passivés doivent in fine avoir un valeur (si possible positive) pour des agents qui, sur la base de cette évaluation décident de payer un certain prix pour se les approprier. (CALLON, 2013, p.352)

O autor fornece uma perspectiva interessante para pensar o mercado na feira agroecológica na medida em que situa a mercadoria em um circuito de avaliação que torna

possível atribuir categorias e valores que transformam o produto. O que se poderia chamar de mercadoria agroecológica passa por uma série de agenciamentos, desde a regulamentação da propriedade à certificação do produto, do alvará da SMIC, do regimento da FAE entre diversos outros selos e certificações para cada tipo de produção.³ Para além dos agenciamentos “institucionais” há outra série de elementos que entram no processo de atribuição de valor da mercadoria que se relaciona com esferas afetivas e com o ideário ecológico, como a partir da biografia do alimento (Kopytoff, 1986) que só são possíveis no contato de feira, mediante a presença do produtor ou produtora que se faz eficaz .

Seguindo a reflexão de Callon, a Comissão de Feira ocupa o espaço de centralização dos agenciamentos e entre os agenciamentos que se entrelaçavam nesse contexto, prevaleciam em demasia questões ligadas a regulamentação e certificação dos produtos na feira. A luta pela autonomia da feira a partir de sua auto fiscalização perdeu força frente as vistorias frequentes da SMIC que mantinha um diálogo moderado com os feirantes da FAE. A medida aplicada pela SMIC nas vistorias das bancas exigia a documentação referente a certificação orgânica⁴ e ao alvará para comercialização, além de selos que variam de acordo com a modalidade de produção.

A documentação exigida e a amplitude de singularidades de cada produção dificulta qualquer tipo de padronização como seria possível em produções industriais. A Lei dos Orgânicos como é chamada foi aprovada em dezembro de 2003 incluindo a produção, o armazenamento, a rotulagem, a certificação, a comercialização e a fiscalização do produtos de acordo com a legislação.⁵ Em dezembro de 2007 o governo regulamentou novos critério para o funcionamento da produção desde a propriedade rural até o ponto de venda. No ano de 2016 a SMIC recebeu um ofício do ministério da Agricultura exigindo a fiscalização de acordo com a Lei dos Orgânicos. O que ocorreu no contexto da FAE foi que algumas bancas possuíam irregularidades por estarem em “período de transição”, na conversão para agricultura orgânica e de acordo com o ofício, tais bancas não poderiam fazer parte da feira que se estabeleceu como exclusivamente orgânica. A mediação da Comissão de Feira junto

³Inclui-se SIM Vegetal e SIM Caseiro que dependem do tipo de produtos comercializado e dos processos produtivos para tal, a certificação é dada por município.

⁴O trabalho de Guilherme Radomsky (2010) descreve especificamente os processos de certificação orgânica. Sendo possível a partir de sistemas participativos, por auditorias ou por controle de venda direta

⁵Dados retirados do site do Ministério da Agricultura (<http://www.agricultura.gov.br/> acesso em 15 de setembro de 2016)

a SMIC criou uma possibilidade que não excluía os feirantes “em transição”, apenas os colocava do outro lado da rua da feira, demarcando geograficamente quem estava perfeitamente regulamentado e quem ainda estava em processo.



(Foto: Capa do jornal do bairro Bom Fim, Jornal Já de junho de 2016 com o título “Feira Ecológica sob cerco da fiscalização” em destaque)

As queixas dos feirantes se relacionavam a dissociação da lei com a realidade da produção agroecológica e a falta de informação referente a documentação exigida. Produtores com histórico de militância ecológica na feira desde o surgimento discursaram por autonomia enquanto outros aceitaram a imposição e agilizaram a documentação da forma que fosse possível.

Em uma das reuniões que acompanhei, Pedro Lovato, antigo produtor da feira “desde os tempos de Coolmeia” fez um reflexão interessante sobre o que chamou de “orgânicos Coca-Cola”, fazendo referencia a diferentes agenciamentos em conflito naquela ocasião, a oposição dos agenciamentos mercadológicos “regulamentadores” com os agenciamentos ligados as “concepções agroecológicas”, que é a razão que deu origem a feira.

O perigo do “orgânico Coca-Cola”

Estamos vivendo um momento importante na história (em referência aos processos de regulamentação). Estamos tão ocupados com documentação que acabamos por ser pautados ao invés de produzir nossas próprias pautas, isso faz com que a

gente perda qualidade. Estamos perdendo o perfume que a feira sempre teve, aquele espírito, aquela relação que sempre foi nosso diferencial. Deixamos isso de lado e estamos mergulhados no papel, na certificação, nos documentos. Chegou a hora de pensar nisso.

E seguiu:

A oferta de produtos orgânicos aumentou na cidade e temos que resgatar o nosso diferencial de sempre, temos que ser o exemplo para as novas feiras que estão surgindo. Está virando briga de interesses que não é o que somos como grupo. Este ano, no aniversário da feira, temos que puxar o aniversário não só pra festejar mas como um momento de reflexão. (Relato de Pedro Lovato, antigo produtor agroecológico, agosto de 2016).

Flavio, representante dos consumidores pede a palavra e relembra:

Os princípios motivadores antecederam a existência dessa feira, diferente das novas que vem surgindo em que os princípios estão sendo implementados depois. (Flávio, consumidor agroecológico e representante na Comissão de Feira, agosto de 2016)

Pedro sugere uma analogia:

A planta, pra ser resistente, ela tem que ter força no solo, nos princípios. A planta esta ficando feia, perdeu a raíz. A feira diminui o fluxo aqui, se pode notar. Nós não temos clientes, temos parceiros, ambos somos beneficiados desse processo mas perdemos o “ambos” porque o parceiro passou a ser cliente e está pagando caro, ele precisa voltar a ser beneficiário. A relação entre consumidor e produtor é muito mais profunda que uma variação de preço, é uma conexão. Tem gente que fica só no orgânico, nós temos que ir além, pela agroecologia. Se não formos nós nos preocupar com a agroecologia na nossa vida e na nossa produção não vai ser o ministério de sei lá o que que vai. Se nos acomodarmos vamos cair no orgânico Coca-Cola. (Relato de Pedro Lovato, antigo produtor agroecológico, agosto de 2016)

O relato feito por Pedro ao dialogar com colegas na reunião da Comissão de Feira revela o descontentamento com o agenciamento mercadológica que predominou na ocasião. A agroecologia, enquanto uma forma de ver o mundo, como é pontuada por agricultores engajados se distancia da configuração exigida por poderes públicos. O que está em jogo não é apenas a consolidação de um segmento de mercado em crescimento e regulamentado mas também concepções de natureza e de envolvimento com o alimento.

Agroecologia desinteressada

Seguidamente, ao apresentar relatos de campo em eventos acadêmicos ligados a sociologia e a antropologia, participantes me questionam sobre os interesses dos agroecologistas na criação de um nicho de mercado. Muitas vezes, inclusive, tenho a sensação de que os ouvintes das apresentações desconfiam da conduta dos agroecologistas em função dos discursos bem pensados, da fala bem elaborada e repleta de analogias com a natureza, como se fossem apenas discursos “interessados” (BOURDIEU, 2008). A preocupação com a estabilidade e o crescimento do nicho de mercado é um fato que também relaciona-se com a “missão agroecológica” de “desintoxicar a vida”.

Nesse sentido, se faz importante frisar que a feira se compõe por uma variedade de agroecologistas com diferentes envolvimento com os princípios da agroecologia. Encontram-se ali interesses e desinteresses que são mediados pela Comissão de Feira e que muitas vezes opera como um “centro pedagógico”, na tentativa de reeducar agricultores e agricultoras que demonstram uma conduta interessada demais para o contexto de “mercado justo” que se propõe.

Considerações finais

As considerações finais objetivam apenas consolidar percepções para que o debate possa ser amadurecido. Nesse breve texto trago apenas um exemplo de agenciamentos que configuram o mercado agroecológico e que entram em conflito em determinadas circunstâncias, mas que de forma geral, se complementam, e acabam por tornar possível a existência de feiras como a Feira de Agricultores Ecologistas. A Comissão de Feira ocupa um lugar de mediação de exigências internas e externas e constantemente debate questões que se apresentam em forma de dicotomias, da concepção trazida pejorativamente como “mercado de M maiúsculo” em oposição ao que se defende como “mercado justo” de trocas e de colaboração.

Há uma série de episódios de campo ao longo de um ano e meio de

acompanhamento da Comissão de Feira que ilustram tais conflitos. O trabalho pretende refletir sobre a estética e os discursos que permeiam a configuração da FAE e que atribuem valor a essa modalidade de consumo, traçando debates sobre economias morais e aprofundando discussões sobre os *agenciamentos* (CALLON, 2013).

Reconheço que há uma série de trabalhos sociológicos e antropológicos (Barbosa, 2009; Castaneda, 2010; Portilho, 2008; Radomsky, 2010) ligados ao consumo agroecológico e/ou orgânico que foram revisados e vejo a necessidade de discutir algumas distinções ligadas ao engajamento agroecológico que remete a concepções de vida e de conexão com a terra, podendo estar assimilada a noção de “cosmologia agroecológica” em oposição a um consumo ligado a moda que possui motivações individuais e egocêntricas, não se enquadrando em uma concepção mais ampla que ordena um entendimento de mundo.

Tais necessidades latentes de reflexão que o campo proporcionou aliada a teoria estudada me faz pensar sobre a construção de um trabalho que se estruture em três esferas. Se faz primordial uma descrição da feira como um mercado singular e de múltiplas sociabilidades (definindo públicos engajados e ocasionais) referindo as motivações existenciais que se revelam pela modalidade de consumo. Também pretende-se adentrar questões ligadas a Comissão de Feira como núcleo regularizador de mercado por onde circulam conflitos morais e econômicos e descrever os processos de atribuição de valor a produção agroecológica a partir de vivências nas propriedades junto as famílias agricultoras e aos consumidores. Ao fim e ao cabo o trabalho a ser elaborada está permeado por duas lógicas distintas que se sobrepõem, das lógicas de mercado que tornam possível a existência da feira frente as determinações regulamentadas e da concepção agroecológica que defende uma específica forma de vida aliada a sabedoria reconhecida na natureza.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAILLÉ, Alan. “O Dom entre o interesse e 'desinteressamento'”. In: Paulo Henrique Martins & Roberta Campos Bivar. *Polifonia do Dom*. Recife, Editora Universitária da UFPE, 2006, p. 25-65.

ANDERSON, Benedict: *Comunidades Imaginadas*. São Paulo. Cia das Letras, 2008.
Ariel Wilkis. “Os Usos Sociais do Dinheiro em Circuitos Filantrópicos. O Caso das ‘Publicações de Rua’”. *Mana* vol. 14, no 1, 2008, p. 205-233. [online]

BOURDIEU, Pierre. “A economia dos bens simbólicos”. In: *Razões Práticas*. Campinas, Papirus, 1996, p. 163-203.

BOURDIEU, Pierre. “O camponês e seu corpo”, *Revista de Sociologia e Política*, 2006

BLOCH, Maurice. Mary Douglas et les cacahuètes. *Terrain*, nº 65, pp. 206-211. 2015
Castañeda de Araujo, Marcelo. Ambientalização e politização do consumo e da vida cotidiana: uma etnografia das práticas de compra de alimentos orgânicos em Nova Friburgo/RJ / Marcelo Castañeda de Araujo, 2010.

Daniel, Miller. Consumo como cultura material. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 13, n. 28, dez. 2007. Disponível em <<http://www.scielo.br/scielo>

DOUGLAS, Mary. **Pureza e Perigo**. Ed. Perspectivas do Homem. São Paulo. 1991
Igor Kopytoff. “A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo”. In: Arjun Appadurai. *A vida social das coisas – as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói: Editora da UFF, 2000, p. 89-121.

Jérôme Maucourant (org.). *Essais de Karl Polanyi*. Paris:Seuil, 2008 [1947], p. 521-28.
Karl Marx. “A mercadoria”. In: *O Capital* [vol. I]. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, p. 79-93.

Karl Polanyi. “Faut-il croire au déterminisme économique”. In: Michele Cangiani e Luc Boltanski e Ève Chiapello. “De l’esprit du capitalisme et du rôle de la critique”. In _____ *Le nouvel esprit du capitalisme*. Paris: Gallimard, 2011, p. 3370

Marshall Sahlins. "O Pessimismo Sentimental e a Experiência Etnográfica". *Mana*, 1997, vol. 3 nº 1, p. 41-73 e *Mana*, 1997, vol. 3, nº 2, p. 103-150.

Max Weber. "O Espírito do Capitalismo" e "a Ascese e o Espírito do Capitalismo". In: *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo, Abril, 1974, p. 181-237.

Michel Callon. “Qu’est-ce qu’un agencement marchand?”. In: Michel Callon et al. *Sociologie des agencements marchands – Textes choisis* Paris: Presses des Mines, 2013, p. 325-440.

WAGNER, Roy. A invenção da cultura. Ed. Cosac Naify. São Paulo, 2009.

Novas configurações do capital simbólico: Estudo preliminar sobre disposições intrínsecas às ocupações informacionais no Projeto Radiografia do Brasil Contemporâneo

Rodrigo Campos Dilelio¹

O presente estudo visa expor a análise preliminar de entrevistas semiestruturadas durante o trabalho de campo, integrado ao projeto Radiografia do Brasil Contemporâneo, executado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA).

Nesta etapa, a pesquisa esteve dedicada a produção de informações básicas a respeito de semelhanças e diferenças na construção de disposições/capacidades dos entrevistados em integrar-se ao mundo do trabalho por meio de ocupações situadas no segmento da Tecnologia da Informação (TI). Além da referida categoria, a opção metodológica também recorreu à análise de categorias que se reportam ao universo da socialização “familiar” e “escolar”. Do ponto de vista de uma sociabilidade mais ampla dos sujeitos (para além da família), foi levado em conta ainda a tolerância ou intolerância diante de hábitos culturais, identificado a partir de respostas referentes a perguntas sobre “relações de gênero”, “sexualidade”, “religiosidade”. Por fim, a categoria “política” foi deduzida a partir de questões relacionadas às opiniões sobre políticas públicas e perfil do acesso a informação.

O critério para a escolha das entrevistas levou em consideração afinidades verificadas no âmbito das referidas ocupações, ou seja, a(s) atividade(s) das quais pessoas extraem recursos para viver. Este segmento econômico identificado como comum aos entrevistados é representado pelas experiências produtivas que estimulam modelos de negócios vinculados à ideia de consumo colaborativo (ABRAMOVAY, 2014).

Assim, foram selecionados casos que correspondessem a pessoas que produzam conteúdos por meio de plataformas virtuais em interface com usuários e aplicativos (*app's*), os/as programadores/as. Nesse tipo de ocupações, as relações produtivas não são pautadas pela hierarquia, mas geralmente em unidades produtivas descentralizadas, distintas dos modelos industriais tradicionais e seus modelos de negócios. No fundamental, elas não são

¹ Rodrigo Campos Dilelio, Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós Graduação em Sociologia da UFRGS, e pesquisador de Campo II (São Paulo).

reguladas por algum estatuto ou instituição consolidada perante os respectivos trabalhadores do segmento, bem como geralmente não necessitam da centralização de recursos físicos. Nesse sentido, são compreendidas como parte do fenômeno intrínseco à vigência de um paradigma Informacional de desenvolvimento (CASTELLS, 1999; 2003; 2013). Esse aspecto da discussão em tela, será tratado na primeira seção do produto e serve como referencial teórico metodológico para o debate.

Na segunda seção, constam a apresentação dos casos estudados, e uma análise comparativa dos mesmos, para fins de pensar a intensificação do estudo deste segmento de pessoas no conjunto total de entrevistados na pesquisa. Assim dentre as 15 entrevistas realizadas, foram selecionadas 4 entrevistas onde as pessoas estão ocupadas em trabalhos com as características anteriormente mencionadas. Elas serão apresentadas como casos específicos, e depois analisadas por meio da verificação de recorrências em suas narrativas, onde serão exploradas suas semelhanças e diferenças. Os casos serão apresentados como segue:

- [Caso 1 / código da entrevista: 127102] – **Sócio Gerente de uma *startup***;
- [Caso 2 / código da entrevista: 127103] – **User Experience, *app* de finanças pessoais**;
- [Caso 3 / código da entrevista: 127107] – **Operador em empresa Telecom**;
- [Caso 4 / código da entrevista: 127108] – **User Experience, *app* de finanças pessoais**.

A análise parte da identidade comum formada no âmbito da ocupação, embora o que esteja em questão é a formação do capital simbólico dessas pessoas, buscando encontrar elementos em suas condutas que apresentem ou não, características absorvidas no âmbito da socialização familiar e escolar, além de reflexos em seus hábitos culturais e preferências políticas. Assim, seria interessante do ponto de vista sociológico, identificar onde há dissonâncias e convergências entre e dentre os entrevistados. Ao que parece (e que pode servir a título de hipótese), os hábitos verificados nesse grupo, não obedecem aos padrões mais tradicionais de profissões regulamentadas; a trajetória é diferente, menos linear, embora haja uma certa cumulatividade de experiências que inclinam pessoas aparentemente preparadas ao exercício de profissional mais tradicional mais às profissões não regulamentadas. A curta distância entre do que também se chama chamam de precariado ou info proletário, os entrevistados atuam numa esfera produtiva que alegam ser marcada pela liberdade e pelo auto interesse.

Diante destas primeiras considerações, salta ao nosso cuidado uma questão: Por que a opção de pessoas por ocupações onde o saber prático precede as formações profissionais mais prestigiosas? Até onde a preferência por uma ocupação que requer saberes mais práticos é dirigida à solução de problemas contemporâneos da sociabilidade? Tentando tangibilizar a questão, Lawrence e Phillips (2009) afirmam que as pesquisas das áreas da administração e economia seguem enfocando problemas de gerenciamento de produtos tradicionais, marcados pelo problema da gestão escassa de meios, diferente das indústrias criativas e a produção comercial da cultura; para os referidos autores, caso os pesquisadores continuem a ignorar esse *tipo* de produtividade, seus focos de interesse acadêmico tendem a se tornar irrelevantes.

Para evitar esse equívoco, e adiantar a discussão sobre o paradigma Informacional de desenvolvimento, vamos verificar como são contadas as predisposições que pessoas ocupadas nessas profissões aportam à discussão em tela.

Algumas características do mercado da tecnologia da informação

Maicon Macedo (2011) explica que o mercado da tecnologia da informação é substanciado pelos *softwares*, que equivalem principalmente à i) infraestrutura e aos ii) sistemas operacionais (as ferramentas para manusear dados e os chamados *app's*).

A questão relevante para pensar a produção deste bem é o baixo valor de reprodução; quando falamos em fenômeno da virtualização da vida, ele é justificado pela vigência desta assertiva. A diferença desse produto em relação aos produtos “tradicionais”, vincula-se a fatores produtivos, nesse caso, o produto não se desgasta, embora sejadefácil reprodução, mas se torna rapidamente obsoleto.

Macedo (2011) afirma que há uma abundante oferta de empregos para desenvolvedores de *softwares*. Ao analisar os casos de pessoas ocupadas no segmento, verificou que as vantagens alegadas dizem respeito a possibilidade de se inserir no mercado sem ser necessariamente formado e a diversidade de fontes na busca por conhecimentos (como cursos, certificações, autodidata). Tais vantagens se relacionam com a ideia de usabilidade, dado que por características essenciais, como a intensificação do *feedback* e a interconectividade são gerados por processos humanos (problemas, melhoramentos) como

mentalizações que a tecnologia assimila e dá consequência no interior de uma rede e sistema que abriga, organiza e distribui dados.

Tal como Macedo (2011), a análise que segue também reivindica esta interpretação como referência histórico-explicativa sobre como essas mudanças ocorreram ao longo da afirmação do paradigma informacional de desenvolvimento (CASTELLS, 1999), sobretudo em economias nacionais onde prevalecem, a) maioria de trabalhadores na indústria de bens e serviços, indústria da informação, com imenso público consumidor destes; b) desenvolvimento de redes de produção e consumo numa dinâmica colaborativa, ou seja, desenvolvimento de estratégias específicas de prestação de serviços em colaboração com usuários ou consumidores de bens culturais; e, c) crescimento econômico sustentado na produtividade de bens tecnológicos em larga escala, a preços baixos no mercado interno, e competitivos no externo. Nessas sociedades, o fenômeno da articulação em rede e o desenvolvimento de circuitos colaborativos definiriam "como" e para "onde" as inovações tecnológicas seriam pensadas, numa perspectiva de maior cumplicidade entre a produtividade e consumo destes bens.

Para ampliar um pouco o escopo da contribuição teórica significativa para examinar o mesmo fenômeno, Antonella Corsani (2003) afirma que o referido processo equivale a passagem do fordismo ao pós-fordismo, e que pode ser lida como a “passagem de uma lógica pautada pela reprodução a uma lógica de inovação, de um regime de repetição a um regime de invenção”. Tal processo dependeria de variáveis como os contratos de trabalho que privilegiam o novo espaço da produção de ativos econômicos, quais sejam, as ideias, ou as chamadas externalidades (CORSANI, *et. al.*, 2000; *apud* GORZ, 2005), cujos modos de troca e de valorização têm sido apresentados pela ciência econômica. Em síntese, a questão colocada seria como identificar e/ou quantificar o processo criativo e quais contingências pesariam no processo de apropriação do valor percebido pelo produto das invenções.

Daqui em diante, o que se coloca é como seria a diferença entre a ocupação como “recurso específico” (temporal, submetido a ordenamento hierárquico da produtividade) e o trabalho como “cooperação e criação” (por projetos desenvolvidos) em ambientes onde a tecnologia funciona e se desenvolve numa perspectiva de adaptação constante, como expresso na idéia representada pelo *wetware*². Para Corsani (2003), isso diz respeito à

²Ver mais em Cocco *et al.*(2003; P. 9-10) que apresenta o sentido da expressão idiomática (do inglês) como conceito que separa as funções de *hardware* e *software* no corpo humano, traçando um comparativo com as diferentes funções do cérebro. No sentido proposto, o *hardware* diria respeito às condições estruturais do

capacidade de operacionalizar os sistemas *hardware* e *software* por meio de papel “produtivo” do consumo nessa etapa do capitalismo. Assim, as cadeias de valor seriam extensivas ao desenvolvimento da capacidade de dispor deste perfil de consumo, que em última instância garante perenidade aos produtos gerados a partir de idéias criativas.

Em apoio a esta interpretação, Leny Mrech (1995) afirma que as chamadas “funções psíquicas superiores” do pensamento são criadas, recriadas e transformadas em cada época histórica, pois o cérebro humano não seria uma estrutura imutável. Assim, é seguro afirmar que a “revolução informativa” reivindicada por José Terceiro ainda nos anos 1980, a popularização da *Internet* como espaço de socialização (STORCH, 1995) e realização de negócios eletrônicos (CASTELLS, 2003), tiveram papel crucial na mudança de uma mentalidade rústica e focada na repetição, em uma mentalidade tecnocultivada (TERCEIRO, 1996).

A rigor, o argumento mais cético em relação ao entendimento trazido ao debate especialmente substanciado pela contribuição de Castells (2001; 2003) se desenvolve por críticas à tendência de acumulação de capital (dinheiro, lucros, rentabilidade) numa elite dirigente formada em círculos de fruição [no sentido trazido por Veblen (1965) sobre a identificação das chamadas classes ociosas] que justificaria do ponto de vista moral a estratificação social não apenas como um fato natural, mas como igualmente legítima.

A esse respeito, Gorz (2005), desenvolve um assumido ceticismo sobre as transformações do conhecimento em capital imaterial, afirmando que esse processo traria à tona uma mudança na produção do capital fixo das empresas que o diferiria da “produção aliviada” (*lean production*). Sumariamente, essa produção aliviada se caracteriza por meio de circuitos por onde são produzidas inovações técnicas em processos produtivos ainda no âmbito da empresa (ou seja, não terceirizada), característica dos modelos industriais alemão e japonês do século XX (CASTELLS, 2001); assim, Gorz ataca aquilo que seria um novo arranjo produtivo onde os prestadores de serviço acumulam a contingência dos custos materiais da produção, incluindo a exploração de uma força de trabalho entendida como um “proletariado” vítima da informacionalização das atividades produtivas.

cérebro e suas unidades representativas invariáveis, como os neurônios, enquanto o *software* teria função correspondente nos processos mentais, como a assimilação de novas experiências que produzam impactos no desempenho dos *hardwares*.

Trata-se agora de impor uma nova divisão do trabalho não apenas somente entre os prestadores de trabalho, mas entre empresas e capitais. O capital material é abandonado aos “parceiros” contratados pela firma mãe, que por sua vez assume a condição de suserano: ele os força pela revisão permanente dos termos de seu contrato, a intensificar continuamente a exploração da mão de obra. Ela compra a um preço muito baixo, produtos entregues pelos contratados, e embolsa ganhos bastante elevados (no caso da Nike, por exemplo, quatro bilhões de dólares ao ano, apenas no que diz respeito às vendas nos EUA) revendendo-os já com sua marca. O trabalho e o capital fixo material são desvalorizados e frequentemente ignorados pela Bolsa, enquanto o capital imaterial é avaliado em cotações sem base mensurável (GORZ, 2000; 39).

É assim, que segundo Gorz (2005), ocorre a mediação do regime de exploração/dominação das elites, a partir do que ela se projetaria de duas maneiras, distanciando temporal e fisicamente uma massa de reprodutores de ideias, que por condições de vigência do poder de disposição de “direitos de reprodução” e “distribuição” (ou a indústria do *copyrights*), não acumularia em nova distribuição favorável ou equitativa em relação à lucratividade alcançada por bens de consumo e conteúdo culturais representativa dessa nova etapa produtiva do mundo do trabalho.

A mobilização dessa crítica às mudanças do centro da estratégia de acumulação de capital no controle da produção para a inventividade e processos que viabilizam a criatividade na produção de conteúdos, pode ser auferida na literatura dedicada a apresentar os agentes empreendedores do segmento tecnológico em suas manifestações mais tradicionais (típica ainda anos 1980 e princípios dos 1990). Tapscott (1997), alerta que embora seja possível falar em “alvorada da era da inteligência em rede”, o percurso dos agentes empreendedores no universo da nova economia mediada pelas relações virtuais se transcorreria demasiadamente entre promessas vagas e novos perigos [Gorz (2005), por exemplo, fala em processo de desumanização das relações sociais], mas, ainda assim, essas novas tecnologias da informação poderiam em tese ser responsáveis pela reinvenção de indivíduos, transformação das institucionalidades, e no caso das empresas, poderiam vir a se tornar “corporações virtuais”, o que revela uma ênfase significativa nas mudanças organizacionais previstas a partir da adesão ao ferramental das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC's).

Quanto a isso, uma coisa que precisa ser dita é que a centralidade da empresa apresenta sérios desafios. Uma leitura interessante, mas que está longe de ser dominante sobre a questão é o estudo de Campregher (2004), em que a autora não somente preserva a categoria do trabalho como essencial para compreender as mudanças tanto na produtividade quanto nos valores que orientam as condutas econômicas dos agentes em situação de mercado, como afirma também que muitos de profissionais qualificados podem assumir formas de auto organização antagônicas ao imperativo da lucratividade e do rentismo que viceja nas relações econômicas contemporâneas.

Outros entendimentos autores (ABRAMOVAY, 2014; e MASON, 2015), surgem na esteira encorajada pela disposição em abdicar do trabalho como categoria unidimensional. Assim, Mason e Abramovay não fizeram não usam a categoria trabalho centralmente, pois recorreram a dimensões mais amplas, não hierarquicamente inferiores a categoria mencionada. Contudo, suas conclusões são igualmente dramáticas para outra centralidade na peça explicativa sobre o desenvolvimento da economia do século XX, pois os próprios modelos de negócios empresariais estariam sendo desafiados. Logo, a discussão em torno do papel do seu uso potencialmente político das mídias e redes sociais demonstram capacidades de evitar o sujeitamento da sociedade a poderes arbitrários atribuídos comumente à sociedade que se funda no poder político legítimo ao e poder econômico.

Assim, passamos com maior interesse para verificar como nosso campo reage às questões colocadas por meio do roteiro de entrevistas do projeto que hora executamos.

Exposição e análise dos casos selecionados

[Caso 1] – Um homem, 26 anos, pernambucano, radicado em São Paulo. É formado em Direito. Filho de mãe psicanalista e pai administrador, Felipe nasceu e foi criado em meio às andanças do pai, administrador de um laboratório farmacêutico. Foi um nômade, tendo morado em diversas cidades, sempre sendo matriculado em bons colégios (privados). Iniciou seu negócio há pouco tempo, coisa de duas semanas (dezembro de 2015), de maneira contratualizada; se trata de uma câmara de arbitragem privada, bastante usual em contenciosos jurídicos entre grandes empresas. Esteve engajado no Movimento Brasil Livre, já foi financiado por instituições liberais e estagiou na Câmara de Comércio

Americana no Recife. Também atua como consultor do Partido Social Liberal do Pernambuco.

É o mais novo dos irmãos; segundo ele, sua personalidade é uma síntese do irmão, professor da faculdade de Letras e da irmã, jornalista. Seu pai, é apresentado como uma espécie de “última instância” do seio familiar, num regime “patriarcal” típico. As regras da casa não permitiam que ele descesse ao *play* do condomínio onde conjuntamente morava, pois a semana era dedicada aos estudos. As broncas mais simples, ficava ao encargo da mãe, e quando isso não resolvia, ela apenas dizia “oh, vou contar pro seu pai”. Seu pai viajava muito a trabalho. Crescido entre constantes mudanças de cidade, sempre estudou em colégios privados, tendo ingressado no domínio público da educação apenas quando entrou na tradicional faculdade de Direito da UFPE.

O entrevistado é o caçula da família, e brincava com o que tinha, jogava bola, mas nunca foi um praticante de esportes. Sempre teve apreço pela tecnologia, já na fase do amadurecimento, adolescência, usava muito o computador. Se auto definiu como “nerdizinho”, o brinquedo preferido era o Lego. Jogava RPG, mas por conta do interesse dos amigos. Hoje tem uma filha de menos de um ano (no mesmo dia da entrevista, ia para o Recife encontrá-la, embora ela more no Rio de Janeiro, com a mãe). Na escola, Felipe gostava de Biologia, sempre foi bom em História, gostava de Humanas, tendo chegado a pensar em fazer o curso de história. Como não queria ser professor, não se via nessa profissão, fez vestibular para faculdade de direito pra ver se passava; planejava que, se tivesse necessidade, estudaria mais para fazer outra coisa. Assume que nunca foi apaixonado pelo Direito.

O entrevistado mede sua relação com o dinheiro a partir da relação comparativa que estabelece com seus colegas de casa, ambos judeus. Então, define-se como um cara que não tem boa relação com dinheiro, embora goste de ter (e/ou da ideia de) ganhar mais dinheiro. Contudo, afirma não ter preferências por restaurantes; costuma sair para beber com amigos, faz festas em casa (há uma estante tomada por bebidas destiladas). Costuma ler muita coisa dos liberais, recentemente leu um texto de John Stuart Mill (*Sobre as Mulheres*). A família, é Católica, ele, define-se como agnóstico; em tom sarcástico, diz que de vez em quando olha para o céu e fala “olha, se tu existe, agora é a hora de fazer”.

No que diz respeito aos aspectos da conjuntura atual, o entrevistado é bem informado a respeito dos acontecimentos políticos mais recentes. Assumiu posição nos

eventos de 2013, tendo sido um dos fundadores do Movimento Brasil Livre. Fora do áudio da entrevista, afirmou que abandonou o movimento, mais por uma questão de “tocar a sua vida”. Entretanto, lamenta uma certa conservadorização do que ele viu nascer “libertário”. Mais recentemente, tem atuado como consultor do Partido Social Liberal do Pernambuco, que segundo o entrevistado, está em processo de reorganização no seu Estado natal.

[Caso 2] – Uma mulher, 34 anos, é ativista de coletivos culturais da cidade de São Paulo. É formada em moda. Na infância, frequentou bastante a fábrica de tecidos do pai. Trabalha atualmente como *User Experience* num aplicativo que orienta os usuários a manusear com sua renda. Atualmente, está empenhada em tornar mais amigável a superfície de contato do seu produto junto as “classes C e D”. De ascendência sírio libanesa a entrevistada se auto define como classe média “bem do meio mesmo”; sempre teve acesso aos dois principais jornais (Folha de São Paulo e Estadão), conviveu com a “pressão USP”, por ter uma espécie de obrigação cívica em ingressar nesta universidade. Costuma se utilizar das âncoras Renner e C&A, eventualmente encomenda algumas de suas roupas.

Moradora do centro (Vale do Anhangabaú), seus pais se ressentiram dela ter mudado para o centro da cidade. A entrevistada é uma pessoa desencucada. Foi uma aluna boa em humanas, mais ou menos em exatas e ciências biológicas.

Os pais vivem em Tatuapé. O pai é físico, mas não trabalha com isso, ainda possui a fábrica de tecidos. A mãe é formada em história, professora concursada do município de São Paulo. A meta do avô por parte de mãe era formar as filhas na faculdade, meta que conseguiu alcançar. A parte da família referente ao pai é da cidade de São Paulo mesmo; descendem de sírios libaneses. Montaram uma pequena fábrica de tecidos. Quem cuidava dela e do irmão durante parte da infância era a avó e a mãe. A avó ajudava muito no cuidado dela e do irmão. Iam para o colégio de ônibus e de carro; de carro com a mãe, que trabalhava meio período. A família é bem humorada, um traço que a entrevistada afirma ter assimilado em sua personalidade. A família tinha o hábito de ir ao cinema, de compartilhar sugestões de filmes, sugerir roteiros culturais pela cidade; “não assistiam filme *blockbuster*”.

Havia certa pressão social, no colégio (que no colegial era integral, na adolescência, um colégio católico) para entrar na USP. A entrevistada não ligava para isso e optou por trabalhar com moda. A entrevistada foi impedida de trabalhar com fotografia, os pais a ameaçaram dizendo que não ajudariam a pagar o equipamento. Sempre foi leitora de

livros, seu irmão não adquiriu o mesmo hábito, somente depois de velho. “Ele sempre foi mais de balada, meta de entrar na USP”. Isso gerou algum desconforto nela: “ele era tido como mais inteligente”, ainda que tímido, ela, “mais sociável”.

Em sua auto análise sobre o núcleo familiar, a entrevistada entende que os pais se tornaram mais conservadores, um estilo que atribui ao paulistano médio, na medida em que vão envelhecendo. Atribui isso ao fato da cidade não ser uma cidade de Porto, como é o caso do Rio de Janeiro, cidade portuária e uma cidade que, por esse raciocínio, pode fazer crer que seria mais sexualizada.

Sobre a opção pelo desejo de profissão, aos doze, treze anos, o pai dela a levava para a fábrica aos sábados, o que fez com que ela manuseasse desde cedo com tecidos, via os processos que os tecidos eram submetidos, até adquirir valor de uso, vestir as pessoas e garantir boa parte dos recursos da família.

A entrevistada se auto define como uma pessoa não consumista, excetuando eventuais exageros em relação a livros. Ela tem duas estantes cheias de livros. Pensa em trocar alguns, vender outros. Essa coisa de escambo, aparecem com força na entrevista.

[Caso 3] – Um homem, 26 anos, formado em Sistemas da Computação, não atua numa dimensão coletiva, do ponto de vista reivindicatório. Seu trabalho consiste em homologar e viabilizar as demandas por transmissão de conteúdo cultural (ou o chamado pacote de dados); o entrevistado é leitor de Mangá, tem várias prateleiras lotadas, compra Mangás até hoje.

O entrevistado não teve contato com os avós, apenas sabe que “eles vendiam coisas”, aos 5 anos todos já haviam morrido. O pai trabalhou em banco até os anos 1990, depois aposentou-se por LER (Lesão por Exercício Repetitivo), a mãe era enfermeira, funcionária pública. Pai e mãe cuidaram bastante do Vinícius, o mimaram muito, segundo ele mesmo. O relato sobre a relação com seu irmão evidencia um certo conflito entre ele, o irmão, e os pais. Hoje esse conflito se reflete na rejeição da namorada/companheira/esposa do irmão. O irmão tem 10 anos a mais que o entrevistado; foram nascidos e criados na zona leste.

Em casa a vida era divertida; a vida financeira era estável. Os pais puderam comprar casa na praia, que depois venderam, mas para comprar outra, “uma casa de verão em Sorocaba” (ele também comprou um terreno lá). Tinha um amigo japonês que o influenciou bastante nisso. Sobre o consumo, não tem vontade de comprar carro, mora

bem no centro justamente or isso, para ter acesso fácil ao transporte público, ainda que more perto da Cracolândia.

A primeira lembrança trazida pelo entrevistado foi a da professora Francisca, que levava memória de viagens para sala de aula, o que aparenta ter tido implicações naquilo que o entrevistado considera um trabalho ideal, onde ele poderia viajar bastante, conhecer outras culturas e outras línguas. Assim como o pai, ele era um sujeito bastante extrovertido, era conhecido no colégio e no bairro onde morava. Considera que a escola era muito boa, tinha uns 100 alunos, ele conhecia todo mundo, “os professores ensinavam bem”. Não se considerava inteligente “de jeito nenhum”.

Afirma ter lido trechos da Bíblia, não sabe qual parte mais gostou ou que mais chamou sua atenção. É da turma que afirma conversar com deus. Afirma não ter passado dificuldades, nem ter sido vítima de violências maiores, exceto uma vez, por defender uma amiga numa festa “ela estava com um cara, e lá pelas tantas ela não o queria mais, ele estava muito exaltado”, ele intercedeu e acabou levando um soco no rosto.

O processo de descoberta de sua preferência sexual por meninos teve implicações na forma como se relacionava com o mundo; era extrovertido, depois ficou mais introvertido. Gostava muito de computação, jogava muito *games*, e isso parece ter sido o funcional o suficiente para determinar seu ingresso no mundo do trabalho.

Sobre “relacionamentos”, entende que precisa haver tesão entre as pessoas. É favorável às políticas sociais em geral, a favor do aborto, união civil de pessoas do mesmo sexo. Não assiste TV, usa a internet (ele não tem TV). O problema do país é financeiro, a corrupção, embora não seja anti ninguém, nem a Lula, nem a FHC, pessoas da política brasileira que ele afirma conhecer pouco, o fernando Henrique por que “quando ele se candidatou”, “eu era uma criança”; sobre Lula, o comedimento do entrevistado em falar deve-se a uma desconfiança do que sai na internet, palco para brigas cada vez mais radicais, “como se fosse entre torcidas de time de futebol”, segundo o entrevistado.

[Caso 4] – Um homem, 32 anos, trabalha como programador no mesmo aplicativo que a entrevistada do Caso 2. Filho de pai Goiano, mãe professora, “meio quietão”; filho único. Pais com dupla jornada de trabalho, no limite da classe média-média, o que significa dizer que ele sempre morou em casa própria, exceto agora, que vive de aluguel. A Mãe, professora de colégio bom; O entrevistado aprendeu matemática pelo método japonês (o

cara foi parar na politécnica, na verdade teve uma breve estadia, como veremos). A mãe era a pessoa que mais impunha limites, o pai, contemplativo, parado.

O entrevistado foi vítima de *bullying* na escola, por ser meio gordinho. Buscou motivação nisso para superar a galera que se impunha na sociabilidade pela estigmatização dos outros; sempre foi muito autodidata, estudava por conta. Teve contato bem jovem com games. Abandonou a escola politécnica da USP para ingressar no curso de Design no Mackenzie, pois não se via feliz dedicando-se aos estudos para ter a “experiência de trabalho”, alcançada somente no fim do curso.

O entrevistado é o único que trabalha em casa. Revelou certos problemas em relação a isso, a insegurança que isso tem causado na companheira (mãe de outros dois filhos). Informa que costuma ficar bastante com o filho, ajudar em casa, mas dentro de uma divisão básica de tarefas, pareceu de fato que quem cuida da casa é a esposa. Chegaram a pensar em abortar a criança, mas pensando sobre a conjuntura familiar, o pai doente, em estado terminal de câncer, optou por ter filho.

Nunca foi cristão, não foi batizado. Teve contato com a religiosidade crística. Adota um discurso antifarisaico, tendo fugido desta sombra logo que pediram por contribuição financeira. Adepto de uma postura relativista sobre os efeitos da religiosidade, diferente do seu racionalismo marcante quando fala de questões econômicas.

Identifica uma mídia de massa, que não se aprofunda sobre quase nada, estabelecendo portanto uma relação de desconfiança com ela. Sua opinião sobre a conjuntura brasileira, vai além, um pouco, do senso comum produzido justamente pelo pensamento político da escola austríaca, capaz de mobilizar conceitos como “libertário” para se localizar no debate econômico mais recente, os desafios do Brasil, da sociedade brasileira.

“Qual que tu acha que é o principal problema do Brasil? O principal problema do Brasil, eu acho que é um pouco do, o que eu chamo de sebastianismo, né, não sei se tu conhece a história do Dom Sebastião, de Portugal?”

Entende a economia como uma espécie de reino da virtude, do conhecimento, da meritocracia. A saída seria investir numa educação básica de muita qualidade; traz a comparação com os EUA, bebendo na mesma fonte que o chamado liberalismo conservador que o professor Jessé Souza debateu de modo interessante quanto a suas consequências em seu último livro.

Análise

A seguir, damos consequência à seção que descreve a realidade empírica e com suporte analítico referenciado na seção anterior.

Sintoma mais geral a respeito da importância das categorias capazes de captar a transmissão do afeto e de um estigma de vigilância/acompanhamento na sociabilidade familiar, no que diz respeito nas disposições ameadas entre os entrevistados, onde todos afirmam estarem fazendo o que gostam e motivados a buscar mais conhecimentos naquilo que fazem, é que todos tiveram pais que acompanharam sua infância e ainda hoje estabelecem relações afetivas e intensas com os entrevistados. Como todos estão inserido numa escala que pode ser reconhecida como meia idade (entre 26 e 34 anos), isso não chega a ser uma surpresa. Entretanto, aqui não tivemos famílias mono parentais, não tivemos situação de abandono ou maiores privações.

Não foram registrados problemas com drogadição e álcool, embora todos tenham posições liberais sobre elas. Todos apoiam o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, legalização/descriminalização do aborto e das drogas. Logo, sua formação, embora tenham compreendido ambientes distintos, como famílias mais ou menos lideradas pela figura do pai, estes entrevistados a despeito dos valores concernentes a estas questões não necessariamente se vinculam a uma herança familiar, ou escolar, mas como contingência da própria natureza de suas ocupações e as suas capacidade de ter sucesso nelas. É lugar comum nos estudos do tema identificar a tolerância à diversidade de comportamentos e liberdade sobre o uso dos corpos entre pessoas que trabalham com tecnologia.

A violência física não esteve entre os recursos lançados pelos pais para impelirem os filhos a um cotidiano comprometido com tarefas educativas, embora no Caso 3, o entrevistado estivesse menos sujeito ao acompanhamento dos pais nas lições do colégio; aqui tivemos apenas recomendações esporádicas, o que não significa que houvesse menor engajamento dos pais na criação.

O Caso 3 também é ilustrativo por que foi encontrada uma ruptura na conduta de vida do entrevistado, que julgava-se uma pessoas mais impelida a sociabilidade, à imposição de sua presença via carisma, este sim herdado do pai. A motivação foi a sua sexualidade, pois segundo o entrevistado, “quando eu tive certeza que eu gostava de

meninos, fiquei mais na minha”. As sanções a este tipo de comportamento não surgiram em casa e também não parecem ter aparecido no colégio. O círculo de amizades do Caso 3 não é muito diversificado e tende a ser mais conjuntural, o entrevistado afirmou que vai “virando amigos de amigos”, e é comum os laços com os amigos intermediários perecerem mediante a intensidade das novas amizades.

O Caso 1 chama mais atenção pelo fato dele afirmar ser um *mix* dos seus irmãos, a irmã, jornalista, e o irmão filósofo, que organiza discussões na sala de casa, algo que o entrevistado carrega consigo na memória. Sua atuação política só não é menos intensa que o projeto no qual ele está vinculado. A interlocutora que me levou a ele, é bastante confiante que o aplicativo esboçado pelo entrevistado em questão deve catapultá-lo logo para o Vale do Silício, visto que todo o seu modelo de negócio é inspirado na tecnologia que faz do UBER uma potência no circuito colaborativo da economia. Contudo, não se firma entendimento, a partir disso, que essa modalidade de ação econômica orientada mais pela colaboração do que pela competitividade é tributária de rupturas com interesses empresariais mais amplos, e do qual o aplicativo UBER parece ser tão ilustre representante.

O Caso 2, em grande medida, pode ser utilizado para comparação com o Caso 4; primeiro porque trabalham no mesmo aplicativo, a entrevistada, no que pode ser chamado de assessoria para usabilidade, enquanto o Caso 4, na programação e no *design* do serviço. No Caso 2, a entrevistada foi estudar moda, opção que contrariou expectativas em relação a um suposto dever cívico em entrar na USP. A entrevistada se ressentiu do irmão ser considerado como mais inteligente, embora mais alienado; ela, deixou a casa dos pais desde cedo e decidiu morar sozinha, se virando, o irmão, mais vinculado aquele universo.

O Caso 4 é interessante porque apresenta de forma mais cristalina a trajetória não linear na opção pela profissão; iniciou os estudos para entrar na Politécnica da USP, passou, mas não quis dar sequência, pois gostaria de dar vazão as suas capacidades como programador, e desde que descobriu que poderia fazê-lo sem estar formado, decidiu priorizar o desenvolvimento do seu conhecimento de forma autodidata. Hoje, cursa a faculdade do *design* e quer sair do Brasil, dado o custo de vida e os serviços públicos muito ruins.

Em relação as questões religiosas e do hábito cultural, nenhum deles desenvolve relações mais significativas com uma religiosidade. A entrevistada do Caso 2 participou de cultos religiosos de matriz africana, ou de tradição africana, o entrevistado do Caso 4

frequenta círculos interessados em conhecer e debater a funcionalidade das religiões. No Caso 1, o entrevistado faz piada da existência de deus, mas, além de vacilante na afirmação de que deus não opera no mundo das coisas, definiu-se como agnóstico, o que aponta para uma certa importância da crença na separação entre corpo e espírito, que tem surgido para compreender como e quando essa significação é mobilizada para legitimar direitos deste perfil típico de pessoa.

No Caso 3, a afirmação de que lê trechos da bíblia não foi sustentada por nenhuma evidência de que tenha o feito, e ainda que o tenha, não soube dizer qual parte dela havia gostado mais. O “conversar com deus” parece uma coisa muito mais ligada a uma espécie de terapia socialmente instituída numa sociedade onde o indivíduo é cada vez mais impelido a adquirir um comportamento de empresa, mecanizado, embora a literatura estudada tenha apontado para uma postura mais liberta das injunções do trabalho. O Caso 3 foi o único a reclamar do cansaço do trabalho, embora esteja feliz nele; suas atividades quotidianas dão conta de que o dia a dia é um pouco mais duro. Talvez não por outro motivo, mas o entrevistado em questão é o que trabalha numa empresa de telefonia, que negocia pacotes de dados, além do serviço de telefonia, ou seja, o entrevistado está situado num ambiente, que segundo a literatura consultada, teria um dos seus pés firmados em relações de trabalho típicas do século XX, e outra, atenta ao crescimento da demanda e do interesse no mercado de produção, transmissão e armazenamento de bens e serviços culturais.

Do ponto de vista do posicionamento político, há uma diversidade importante a esse respeito. Enquanto no Caso 2, temos uma típica mulher interessada nos assuntos candentes do feminismo. Embora não tenha relatado casos de violência com homens, nem consigo e nem com amigas, a entrevistada afirma que os homens da idade dela esperam por mães, e não mulheres que ganham a sua vida. Usuária de aplicativos de encontros amorosos (os *dates*), é comum a conversa emperrar quando o assunto em questão é o tempo que ela terá de colocar à disposição da pessoa com quem ela imagina (ou quer) “ficar”. Nos demais casos, encontramos a situação do Caso 4, que afirma não conseguir separar questões de amor e sexo, e o Caso 1, que afirma ter diferenças importantes com o feminismo radical, dado que ele também oprime a luta das mulheres *trans*, além que, do ponto de vista do direito, traz uma série de implicações perante casos que remetem a denúncias de mulheres sem comprovação além de um “relato”. O entrevistado em questão

fez alusão a uma piada que ocorre na Califórnia, onde os homens tentam obter sempre o consentimento escriturado das meninas antes de praticar sexo. O machismo assumiu expressão significativa no relato do Caso 3, dado que ele foi vítima de uma pessoa que estava com uma amiga sua numa festa. O resultado, foi uma briga na festa, na qual tomou um soco. O entrevistado em questão não fez registro de ter sido atacado alguma vez, ainda que simbolicamente, por razões homofóbicas.

Considerações Finais

Os casos brevemente analisados foram produzidos, como antes referido, por meio de uma amostra que compunha um universo de 15 entrevistas. Para um melhor aproveitamento da imersão no campo, julga-se necessário um acréscimo de fontes secundárias mais atualizadas referente a esse segmento de atuação econômica (especificamente por parte dos entrevistados vinculados ao segmento da TI). Assim, seria oportuno e desejado, que pudéssemos ter acesso a entrevistas realizadas com pessoas envolvidas com a produção e difusão de novas tecnologias, pois, conforme aponta a seção anterior, as fontes primárias supramencionadas estão longe de estar saturadas, podendo, a partir de uma maior abrangência e intensificação da discussão a respeito da abordagem trazida, produzir um estudo mais coeso e útil ao interesse do projeto em descobrir as novas configurações em que as classes sociais se manifestam numa sociedade tão desigual quanto complexa, como é o caso da sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. A economia híbrida do século XXI. In: De baixo para cima. COSTA, Eliane; AUGUSTINI, Gabriela. (Versão eletrônica: www.debaixopraacima.com.br/a-economia-hibrida-do-seculo-xxi/ Acesso em fevereiro de 2016). Rio de Janeiro, dezembro de 2014.
- CASTELLS, Manuel. A Sociedade em rede. In: A era da informação: Economia, Sociedade e Cultura. Volume 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- _____. A Galáxia da Internet: Reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- _____. Redes de indignação e esperança: Movimentos Sociais na era da internet. 1ª edição, Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- COCCO, Giuseppe; GALVÃO, Alexandre Patez; SILVA, Gerardo. Capitalismo Cognitivo: trabalho, redes e inovação. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. COHN, 1991.

CORSANI, Antonella; AZAÏS, Christian; DIEUAIDE, Patrick. *Vers un capitalisme cognitif*. Paris: L'Harmattan, 2000.

CORSANI, Antonella. Elementos de uma ruptura: a hipótese do capitalismo cognitivo. In: *Capitalismo Cognitivo: trabalho, redes e inovação*. Org. Giuseppe Cocco, Alexandre Patez Galvão, Gerardo Silva (orgs.). Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FRIEDMAN, Thomas. *O Mundo é plano : uma breve história do século XXI*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

GORZ, André. *O Imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Anablume, 2005.

MACEDO, Maicon. *O Mercado de trabalho em tecnologias da informação: A inserção profissional dos desenvolvedores de software*. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Versão eletrônica: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/49103/000827129.pdf;sequence=1>, acesso em 03/2016. Porto Alegre, 2011.

MASON, Paul. *The End of Capitalism has begun*. Link para o texto na íntegra: <http://www.theguardian.com/books/2015/jul/17/postcapitalism-end-of-capitalism-begun>; link para a tradução do texto realizada por Glaucia Campregher, Professora as Faculdade de Economia da UFRGS: <http://pt.scribd.com/doc/274658652/O-fim-do-capitalismo-do-Paul-Mason>. *The Guardian*, Julho, 2015.

MRECH, Leny. Uma janela para o futuro. In: *O lado humano da comunicação eletrônica*. STORCH, Léa Waidergorn; COZAC, João Ricardo. *Relações Virtuais*. Petrópolis: Vozes, 1995. P. 283-292.

TAPSCOTT, Don. *Economia Digital*. São Paulo: Makron Books, 1997.

TAYLOR, Frederick W. *Princípios de Administração Científica*. 8ª edição. São Paulo : Atlas, 1995.

TERCEIRO, José B. *Sociedad Digital: Del homo sapiens al homo digitalis*. Madrid: Alianza Editorial, 1996.

VEBLEN, Thorstein. Capítulos: Ócio conspícuo; Consumo conspícuo. In.: *A Teoria da classe ociosa*. Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, 1965, p. 47-102.

A construção do mercado e das trajetórias dos cervejeiros artesanais

Andrey Felipe Sgorla¹

O projeto de pesquisa pretende analisar a construção do mercado de cervejas artesanais no Brasil a partir dos percursos de empresarialização de cervejeiros artesanais, dos valores e representações nos quais a partir de uma estrutura de oportunidades sociais, simbólicas, econômicas e de recursos permitem a transformação de um hobby em uma atividade empresarial. A estratégia metodológica inspirada no trabalho de Lahire por meio de entrevistas em profundidade explorar as diversas esferas da vida de seus entrevistados, e ao reconstruir as trajetórias de vida, retratar a construção do mercado de cervejas artesanais, enfatizando as semelhanças, as diferenças, as diversidades e continuidades, de um processo que está acontecendo globalmente, mas enraizado nos processos locais. A expansão de microcervejarias, ao longo da última década, é decorrente de um percurso de empresarialização de cervejeiros artesanais, que transformam um hobby de fazer cerveja em casa, em panelas, em uma nova carreira, reconvertendo suas trajetórias profissionais para a identificação como cervejeiro artesanal, responsável pela abertura de novas microcervejarias, utilizando-se do conhecimento e das habilidades aprendidas e desenvolvidas neste fazer artesanal.

Palavras-Chave: Cervejas artesanais, Cervejeiros, Empresarialização de si, mercado.

Introdução

Quando se entra em uma loja de cervejas ou em um supermercado, no corredor de cervejas, muitas vezes há dezenas de cervejas artesanais, sejam elas nacionais ou importadas. Além disso, as cervejas artesanais possuem um preço superior e são mais complexas que as tradicionais. O rótulo sobre uma garrafa de cerveja artesanal apresenta, muitas vezes, uma grande quantidade de informações, incluindo o estilo (p. ex., "American IPA"), amargor (p. ex., "IBU 55"), intensidade da cor (por ex., "30"), nome da cerveja (por ex., "Green Cow"), graduação alcoólica (por ex., "7,2%"), o nome da cervejaria (p. ex., "Dois Corvos") e tipo de copo para beber a cerveja (por ex., "tulipa"). Uma cerveja artesanal também apresenta, em seu rótulo, selos com prêmios recebidos em concursos nacionais e internacionais que, muitas vezes, agregam valor ao preço da cerveja. Os consumidores

¹Graduado em Ciências Sociais (Unisinos), Mestre em Ciências Sociais (PUCRS), Doutorando em Ciências Sociais (PUCRS).

precisam aprender sobre o complexo rótulo da cerveja e colocar os valores do diferencial entre as centenas de cervejas no mercado, na hora de adquirir o produto.

Os cientistas sociais, há muito tempo, reconheceram que transações econômicas envolvem mais do que uma simples troca de bens ou serviços por dinheiro, o que enfatiza o caráter simbólico de determinadas trocas econômicas (MALINOWSKI, 1976; GEERTZ, 2008; SAHLINS, 2003; DOUGLAS, 2004). Alguns autores têm trabalhado dentro da nova sociologia econômica, dando continuidade a esta tradição, examinando como valores culturais afetam a vida econômica, tanto nos processos de interação social, como nas dinâmicas dos mercados (ZELIZER 2009; VELTHUIS, 2005).

O mercado de cervejas artesanais é recente, e seu crescimento ocorreu na última década. Dados do Sebrae (2015) indicam a existência de 300 microcervejarias no Brasil; o site da Cerveja Artesanal Portuguesa indica a existência de 100 microcervejarias, sendo que, destas, vinte encontram-se em Lisboa. Ainda que as pioneiras deste modelo tenham 20 anos, como a cervejaria Dado Bier de Porto Alegre e, um pouco mais recente, a Cervejaria Sovina da cidade do Porto, em Portugal, a expansão deste mercado ocorreu nos últimos cinco anos, com a abertura, por exemplo, de doze microcervejarias em Porto Alegre e de grande parte das cervejarias artesanais portuguesas.

Inicialmente, este processo aconteceu nos Estados Unidos, com a abertura da primeira microcervejaria, Anchor Brewing Beer, no ano de 1971. O mercado cervejeiro estava concentrado em poucas cervejarias, que produziam uma cerveja intitulada “industrial”. As pequenas cervejarias nasceram para oferecer aos consumidores uma maior variedade em sabor, cor, espuma, nível de álcool e temperatura de servir. O termo microcervejaria indicava, no início, pequenas cervejarias, com produção reduzida, mas logo apontou uma nova atitude na fabricação de cerveja, com base na inovação, na criatividade e qualidade, especializada em ofertar produtos para um mercado específico. Posteriormente, este movimento espalhou-se para vários países, incluindo Itália, Alemanha, Dinamarca, Noruega, França, China, Japão, Austrália, Reino Unido, Bélgica e, mais recentemente, em Portugal, com o propósito de criar pequenas fábricas de cerveja de alta qualidade, que seguem tendências globais, regradas por estilos de cervejas, mas que são adequadas aos paladares e aos ingredientes dos locais em que estão inseridas.

Segundo Carroll e Swaminathan (2000), em seus estudos sobre microcervejarias americanas, os consumidores deste tipo de cerveja reagem fortemente contra os produtores

em massa, que ofertam um produto padronizado, de baixo custo e livre de falhas no processo de fabricação, alcançado através da pasteurização e buscam um valor de qualidade "autêntico" de cervejas artesanais, são muito sensíveis às qualidades organolépticas, matérias-primas e em busca de recursos tangíveis do produto em si, que são percebidos como priorizando outros valores e não apenas o lucro. O consumo de cervejas artesanais também está associado à experiência da degustação e da distinção, portanto, de um certo estatuto social - o paralelo de ser um aficionado por vinho, queijo, música ou arte.

A expansão de microcervejarias, ao longo da última década, é decorrente de um percurso de empresarialização de cervejeiros artesanais, que transformam um hobby de fazer cerveja em casa, em panelas, para o consumo próprio e para beber entre amigos, em uma nova carreira, reconvertendo suas trajetórias profissionais para a identificação como cervejeiro artesanal, responsável pela abertura de novas microcervejarias, utilizando-se do conhecimento e das habilidades aprendidas e desenvolvidas neste fazer artesanal, para a criação de novas receitas e testagem de novos ingredientes, com os quais são produzidos um pequeno número de garrafas para serem provadas para, posteriormente, serem colocadas no mercado.

Neste estudo o principal objetivo é analisar comparativamente a construção do mercado de cervejas artesanais em Porto Alegre e Lisboa, a partir dos percursos de empresarialização de cervejeiros artesanais, dos valores e representações nos quais, a partir de uma estrutura de oportunidades sociais, simbólicas, econômicas e de recursos permitem a transformação de um hobby em uma atividade empresarial.

Temos como objetivos específicos identificar os percursos de vida que levam os cervejeiros artesanais à empresarialização de si e sua inserção profissional nesta área? Que recursos/capitais sociais, simbólicos e econômicos são mobilizados e configuram essas trajetórias? Existirão diferentes configurações de trajetórias sociais e capitais mobilizados em termos de classe social e de gênero, considerando, nomeadamente, que se trata de uma atividade socialmente construída como masculina, com recorte de classe e de distinção social? Que sentidos e valores são atribuídos pelos cervejeiros artesanais ao seu trabalho e ao seu produto, na construção de sua identidade profissional? Que condições objetivas permitem a construção de novas carreiras profissionais no mercado de cervejas

artesanais? Que atores e processos econômicos, sociais e simbólicos atuam na construção de um nicho de mercado de cervejas artesanais?

Metodologia

Para elaborar esta pesquisa sobre os percursos de empresarialização dos cervejeiros artesanais e da construção social do mercado de cervejas artesanais, realizei incursões etnográficas no campo de pesquisa, por meio de mapeamento de cervejarias localizadas em Porto Alegre, e incursões netnográficas em grupos de cervejas artesanais no Facebook, páginas de cervejarias, perfis de cervejeiros e em grupos de e-mails, para acompanhar as discussões existentes nestes espaços e identificar quais as temáticas das publicações. Estas compreendem uma grande variedade de assuntos, tais como: eventos de degustação de cervejas, divulgações de cursos, novos rótulos de cervejas, novas cervejarias, processos de fabricação, tipos de maltes e de lúpulos, receitas, tributação de cervejas, processo de abertura de cervejaria, uma grande variedade de assuntos. Ao mesmo tempo, participei de eventos de degustação, de encontros organizados por Associações de Cervejeiros Artesanais que discutiram técnicas de produção de cervejas, tipos de insumos, harmonização de cervejas, equipamentos para produção e que promoveram uma troca de experiências entre cervejeiros.

A partir desta incursão inicial, definiu-se a estratégia metodológica para a realização da pesquisa, inspirada no trabalho de Lahire que procurou realizar entrevistas sucessivas em profundidade, explorando as diversas esferas da vida de seus entrevistados e, ao reconstruir as trajetórias de vida dos cervejeiros, explicar como as disposições que elas apresentam hoje foram construídas ao longo dessas trajetórias. Trata-se, assim, de “estudar o social à escala individual” (LAHIRE, 2002; 2005), através de concepções de indivíduo, retratadas na construção do mercado de cervejas artesanais. Desta forma, os percursos de vida à empresarialização de si e à inserção profissional dos cervejeiros artesanais, os recursos e capitais mobilizados, as questões de classes sociais e gênero, os sentidos e os valores, e as condições para a construção destas novas carreiras não se reproduzem da mesma forma e adquirem feições locais. Neste sentido, o estudo comparativo visa a enfatizar as diferenças entre os casos, usando-se da teoria para ajudar na identificação das diferenças e semelhanças relevantes.

Segundo Lahire, ao usar “um dispositivo metodológico inédito” que consiste na realização de entrevistas longas e sucessivas com cada um dos entrevistados sobre temáticas do mundo das cervejas e que, de forma geral, orienta a investigação para a obtenção do melhor conjunto possível de informações, evidências e indícios, com potencial de subsidiar interpretações adequadas acerca do “patrimônio de disposições” do pesquisado.

Segundo Lahire (1997, p.18), “a maneira pela qual construímos sociologicamente nosso objeto, leva-nos também a refletir sobre a pluralidade das formas de vida social e forma de pensamento e comportamento”. Desta forma, a pesquisa oportunizará a construção deste olhar, indo ao encontro da heterogeneidade e complexidade que são os contextos das trajetórias dos cervejeiros profissionais.

Neste sentido, esta proposta metodológica foca na compreensão de casos individuais por meio de entrevistas longas e sucessivas que possam ir além do discurso coerente que cada indivíduo tende a construir para se autojustificar sobre sua própria história. Esses fatores seriam variações observáveis num indivíduo – ao longo de sua trajetória de vida (intraindividuais) –, ou entre os indivíduos membros de uma mesma classe ou subclasse social (interindividuais), de comportamentos, gostos e atitudes, de acordo com este ou aquele contexto e que são significativas em relação a uma determinada disposição.

De acordo com Lahire (2006), a mudança de escala de observação oferece a imagem do mundo social que pode ser produzida por um olhar que examina as diferenças internas de cada indivíduo, as suas variações intraindividuais, e enfoca as diferenças entre classes sociais, denominadas de variações interclasses.

Os perfis apresentaram-se como um subsídio de análise teórico-metodológica, na tentativa de apresentar o que é singular, individual, suas relações e contradições para explorar as questões sociais e complexas que envolvem as relações sociais. A escrita dos perfis pressupõe uma prática que propicia “a leitura de um traço subjetivo (relação particular com os outros ou com certos tipos de situação) ou objetivo (posição social ou tipo de trajetória) próprio ao entrevistado” (LAHIRE, 2004, p.45).

A abordagem biográfica constitui uma tessitura de experiências vividas e narradas pelos sujeitos. As suas estórias constroem emoções, reflexões, imagens, reflexões, pensamentos, desejos e significados acerca de suas vidas - enfim, experiências vividas.

Para Dubet (1996), a experiência “é uma atividade cognitiva, uma maneira de construir o real e, sobretudo, de o verificar, de o experimentar” e “constrói fenômenos a partir de categorias do entendimento e da razão, é uma maneira de construir o mundo” (Dubet, 1996, p. 95). Todavia, ela “não é expressão de um sujeito puro, mas é socialmente construída” (idem, p. 103), pois somente “é reconhecida pelos outros, eventualmente partilhada e confirmada por outros (idem, p. 104)”. Portanto, “essa subjetividade não é pura questão individual” (idem, p.99). Desse modo, as experiências vividas evocadas nas narrativas biográficas são, antes de tudo, uma reflexão acerca do contexto social, elas são experiências narradas.

Segundo Dubar (2009, p. 226), “produções de sujeitos que se construíram falando”, a entrevista biográfica é, em si mesmo, um processo de construção identitária, porque é na história que cada um conta sobre si, que a identidade narrativa se constrói.

Segundo Ferreira (2014), a técnica qualitativa para compreendermos a experiência dos sujeitos pesquisado é

A aplicação da entrevista de tipo compreensivo pressupõe a obtenção de um discurso mais narrativo que informativo, resultado da intersubjetividade que se desenrola entre entrevistado e entrevistador. Tal exercício pressupõe, da parte do entrevistador, uma postura criativa e de improvisação na condução da entrevista, que requer artes e manhas específicas. (FERREIRA, 2014, p. 979).

Neste sentido, buscaremos uma compreensão sobre os saberes que os sujeitos constroem nas narrativas biográficas, compreendendo a experiência do outro e aprendendo com ela, construindo um conhecimento entre os saberes dos biografados como o do autor.

Empresários de si e identidade cervejeira

Os cervejeiros artesanais, ao definirem-se desta forma, podem ser designados empresários de si (ALVES, 2009), cuja forma identitária assenta na valorização do trabalho independente. A transação biográfica que a sustenta dá visibilidade a uma identidade para si como cervejeiro artesanal e que exerce uma profissão, na qual são atores imersos em uma estrutura de relações sociais que constrói uma identidade para si e para os outros,

relacionada com as suas cervejas e o mercado de cervejas artesanais. Esta identidade justifica-se através dos caminhos percorridos, das razões por que optaram pelo mundo dos empresários de si, pois pretendem obter seu reconhecimento relacionado com o contexto da fabricação de cerveja, através dos aspectos importantes da natureza do seu trabalho, que remetem a uma sensação de recompensa e satisfação encontradas na produção, que resulta em um produto distinguido pelas competências, na separação dos ingredientes, na elaboração das receitas, a paixão e o cuidado implantado em sua elaboração.

A identidade de empresário de si tem, no princípio da autonomia, o seu elemento-chave, ao mudar de carreira e valorizar o trabalho por conta própria, da flexibilidade de horário, do controle do ritmo de trabalho, da inexistência de relações hierárquicas, dos rendimentos instáveis, da crença numa relação virtuosa entre trabalho, mérito e salário e da responsabilização individual. Contudo, ser soberano de si próprio implica em assumir a total responsabilidade pelos respectivos sucessos e fracassos, e estes dependem quase exclusivamente do reconhecimento público das suas competências profissionais e da sua capacidade de se venderem enquanto produtos. As relações com os consumidores são, por isso, o espaço social de reconhecimento socioprofissional e a “marketização do eu”, a estratégia que permite ter sucesso num mercado fortemente concorrencial, o que implica não só vender-se como um produto, mas também gerir-se como uma empresa, e encerrar em si mesmo todas as áreas funcionais de uma empresa. Por isso, eles são responsáveis pela produção e pelo marketing, pela gestão de recursos humanos e pela gestão financeira. Eles definem o horário e a organização do trabalho; eles desenham campanhas de marketing; eles decidem sobre o seu investimento em formação e gerem autonomamente as suas carreiras; eles concebem estratégias de negócio que analisam e reformulam em função dos resultados. (ALVES, 2009).

O desejo de ser empresário de si dá visibilidade a um sistema de crenças que se fundamenta na autonomia e na iniciativa, da individualização e da responsabilização individual de que trata Beck (2011), na qual cada um é responsável por si, num mundo marcado pela incerteza, pelo risco e pela complexidade, que fundamentam-se com base num presente onde impera “o novo espírito do capitalismo” (Boltanski e Chiapello, 2009). Eles revelam o apoio aos novos modelos de organização do trabalho e aos princípios que os fundamentam; eles mostram a adesão às novas liturgias sociais: a performance, a soberania e a gestão de si. (ALVES, 2009).

Ao mesmo tempo, Claude Dubar (1998, 2005, 2009), ao conceitualizar identidade e formas identitárias, auxilia na compreensão dos significados que os atores atribuem ao processo de que são protagonistas, no qual essas identidades, como as definições que cada um constrói sobre si próprio, fundadas nas representações do mundo profissional e no lugar que ocupa nesse mesmo mundo. Estas identidades são o resultado da articulação de dois processos identitários: um processo biográfico que permite a construção de uma identidade “para si”, com base nas categorias oferecidas pelas várias instituições, e nas quais o sujeito se revê, e um processo relacional, através do qual se constrói uma identidade “para o outro”, assente no reconhecimento de saberes, competências e imagens de si, propostas e expressas pelos indivíduos nos sistemas de ação (DUBAR, 2005).

A construção desta identidade cervejeira está vinculada ao processo de criação de novas cervejarias, inserida no contexto de empreendedorismo, a partir da identificação de uma oportunidade decorrente de uma ideia inovadora, na qual (Valdez, Doktor, Singer, & Dana, 2011) criam-se novos empreendimentos, que envolvem um perfil individual empreendedor e criativo, tanto no sentido de criar uma cerveja única e inovadora, com a adição de novos ingredientes na elaboração das receitas. Neste processo de desenvolvimento, os cervejeiros não utilizam apenas habilidades físicas, mas conhecimento tácito (POLANYI, 2000) que, muitas vezes adquirido através de prática extensa e formação, permite explorar um conjunto de estímulos sensoriais e corporais, para saber o que fazer e, de modo intuitivo, quando fazê-lo (O'CONNOR, 2005).

O artesanato

O conceito de artesanato é utilizado para dar sentido a uma ampla variedade de recursos de trabalho utilizados pelos cervejeiros artesanais que se caracterizam pelos valores relativos à qualidade, atendimento, paixão, habilidade e atenção aos detalhes sensoriais, aromáticos, e na escolha dos ingredientes para elaboração das receitas. Podem trabalhar individual ou coletivamente, de forma colaborativa, e tendem a valorizar um ambiente de trabalho de autonomia em relação às suas práticas de trabalho e ao seu contributo criativo para o processo de produção.

O artífice explora essas dimensões de habilidade, empenho, compromisso e avaliação de um jeito específico. Focaliza a relação íntima entre a mão e a cabeça. Todo bom cervejeiro sustenta um diálogo entre práticas concretas e ideias; este hábito evolui para o

estabelecimento de hábitos prolongados que, por sua vez, criam um ritmo entre a solução e a detecção de problemas. (SENNETT, 2012).

Para Sennett (2012), todas as habilidades, inclusive as mais abstratas, começam como práticas corporais, e a compreensão técnica desenvolve-se através do poder da imaginação. O primeiro conhecimento viria através da mão que manuseia o objeto, o tato a serviço do conhecimento. A imaginação seria a capacidade humana, a partir da linguagem, que tenta orientar a habilidade corporal. Daí a ideia de uma conexão entre a mão e a cabeça, entre o pensamento e a ação. A utilização ou invenção de novas ferramentas viria complementar a exploração das possibilidades do objeto. Esse fato estimula ainda mais a imaginação do artesão, o qual aprende com as dificuldades que o objeto lhe impõe. A resistência e a ambiguidade resultam em uma experiência instrutiva na perspectiva de desenvolver o trabalho.

O trabalho artesanal, de acordo com Sennett (2012), apresenta três habilidades básicas: localizar, indagar e desvelar. A primeira seria a habilidade de encontrar a matéria, a segunda, a de pensar sobre as suas qualidades e, a terceira, a de ampliar seu significado. Para Sennett,, as possibilidades e as dificuldades de fazer bem as coisas aplicam-se ao estabelecimento das relações humanas. O que as pessoas precisam é praticar as relações interpessoais e aprender as habilidades de antecipação e revisão, a fim de melhorar tais relações, e aprender a trabalhar de forma cooperativa, compartilhando as informações. (SENNETT, 2012).

Os cervejeiros artesanais desenvolvem uma relação específica entre os saberes experienciados na prática, e seu trabalho não é só um meio para o fim que o transcende, pois suas ideias de artesanaria fundam-se em uma habilidade desenvolvida em alto grau, na qual, em dado momento, a técnica já não é mais uma atividade mecânica, mas que ele sente mais plenamente o que está fazendo, utilizando da reflexividade que dará um sentido a esta prática com muito mais profundidade. (DUBAR, 2009).

Os cervejeiros artesanais são os autores das receitas, responsáveis pela fabricação das cervejas; portanto, são vistos a desenvolver e executar um trabalho específico que se baseia em conceitos de habilidade e competência, do ambiente afetivo da cervejaria e da saída do seu trabalho sob a forma de cerveja, que é reconhecida e apreciada por outras pessoas. (PALMER et al., 2010). Os cervejeiros artesanais, por darem prioridade à criatividade, tanto no sentido de inovação, para criar algo novo e único, como também no sentido de

constantemente "criar" algo, através da qualificação, seleção, preparação e combinações de ingredientes e materiais. A identidade de cervejeiros artesanais é, por conseguinte, um processo complexo, para que ele seja formulado em todo espaço físico (a cervejaria), com os objetos materiais (matérias-primas, ingredientes, equipamentos, rótulos) e com os cervejeiros de outras cervejarias. Assim, os cervejeiros artesanais são os autores intelectuais e os gestores do desenvolvimento dos produtos e do mercado, junto às cervejarias.

Escolhas profissionais, estilos de vida e construção do mercado

No contexto contemporâneo, onde as escolhas profissionais aparecem cada vez mais associadas aos estilos de vida, a redescoberta valorização do trabalho como cervejeiro artesanal transformou o setor numa opção atraente para os jovens adultos, uma área inovadora e, ao mesmo tempo diferente, que passou a atrair um contingente de aspirantes de classe média e média alta, que mudaram seus percursos profissionais para trabalharem com cervejas artesanais.

Segundo Giddens, o estilo de vida

(...) pode ser definido como um conjunto mais ou menos integrado de práticas que um indivíduo adota, não só porque essas práticas satisfazem necessidades utilitárias, mas porque dão forma material a uma narrativa particular de autoidentidade." (GIDDENS,1997, p. 75).

Os estilos de vida tornaram-se uma das principais instâncias de construção de identidades, que afloram e ganham visibilidade no interior das práticas culturais. As maneiras de beber, comer, vestir, morar, associadas às escolhas literárias e artísticas, remetem a níveis de reconhecimento mais profundos - a classe social, a ocupação, mas também às opções éticas, políticas, estéticas e morais.

Neste processo, o cervejeiro artesanal vai ganhando visibilidade, com a abertura, a partir da última década, de novas cervejarias, a multiplicação de publicações especializadas (livros, jornais, revistas, guias e manuais), dos programas de televisão, congressos, eventos, escolas voltadas à formação de cervejeiros, sommeliers, que visam a consolidar uma cultura

cervejeira, irão produzir o discurso público indispensável para que se possa avaliar a cerveja, posicioná-la no mercado e construir interesse por esse produto, no qual o cervejeiro artesanal configura-se como agente cultural, como responsável por assinar e elaborar as cervejas artesanais, assim como o articulador da criação de associações e escolas de cervejas, pela experimentação e pela invenção estreitou as colaborações com outros cervejeiros, intensificou o processo de trocas, promovendo o fortalecimento de uma nova rotina e impulsionando uma nova maneira de pensar o trabalho do cervejeiro, a produção, o mercado e os tipos de cervejas (BUENO, 2013).

A expansão do consumo na sociedade contemporânea, de um modo geral, e no Brasil em particular, teve um impacto transformador na organização e na dinâmica das cervejas artesanais, que passou de setor associado aos ofícios e ao artesanato à esfera de produção cultural legitimada. Esse movimento levou a um reconhecimento e prestígio dos cervejeiros artesanais, associado a uma mudança de status (de artesãos a produtores intelectuais), indicando transformações correlatas no trabalho e no modo de produção. A sociedade de massa, a industrialização, a exigência de padrões pelo mercado e de normatizações pela indústria, transformaram as cervejas artesanais em universo valorizado e altamente complexo.

Da mesma forma, a literatura considera que os consumidores estão dispostos a pagar um prêmio para os produtos que lhes permitem sinalizar essa relação, em parte porque eles derivam do estado, os produtos, "os valores simbólicos" que, segundo Velthuis (2005), "changed the atmosphere of the marketplace and turned it from an art market proper into a commodity or investment market" (Velthuis, 2005, p.142). Os cervejeiros, assim como os Marchands de arte, fazem uso de associação de diferentes significados para as transações econômicas - artista/distribuidor, revendedor/coletor - a fim de "marcar e simbolizar relações sociais com os artistas e colecionadores" (VELTHUIS, 2005, p.75).

Carroll e Swaminathan (2000) destacam que produtores especializados, como no caso da cerveja artesanal, permitem aos consumidores manifestarem-se acerca da qualidade e da autenticidade do produto e, ao mesmo tempo, optarem por um produto especializado. Eles estão atribuindo ao consumo uma ação de autoexpressão, que implica também em distinção social.

Neste sentido, os gostos, na perspectiva bourdieusiana, confundem-se com a própria disposição estética:

[...] é também expressão distintiva de uma posição privilegiada no espaço social [...] Como toda espécie de gosto, ela une e separa: sendo o produto dos condicionamentos associados a uma classe particular de condições de existência, ela une todos aqueles que são produtos de condições semelhantes, mas distinguindo-os de todos os outros e, a partir daquilo que têm de mais essencial, já que o gosto é o princípio [...] daquilo que serve de base para se classificar a si mesmo e pelo qual se é classificado” (BOURDIEU, 2007, p. 56)

As preferências dos consumidores por um produto "autêntico" são, portanto, de certa forma, destacadas pelas características socialmente construídas. No caso da cerveja artesanal, a cor, o aroma, o estilo da cerveja, os ingredientes, o cheiro são atributos relevantes para identificar o produto e lhes são inferidas uma identidade que está associada a um cervejeiro, e que também contribuem para a identidade dos consumidores. Os cervejeiros artesanais das pequenas cervejarias têm mais probabilidades do que os seus concorrentes de maior porte de personalizar as suas ofertas para as necessidades do cliente, considerando que estes produtores atuam em nichos específicos, enquanto os grandes produtores atuam em grandes segmentos (CARROL et al. 2009), pois os produtores artesanais investem sua personalidade no objeto produzido, preocupam-se com o trabalho que estão realizando; ao mesmo tempo, os objetos produzidos são vistos como manifestações de sua identidade e que representam o encontro de habilidades cognitivas, manuais, ingredientes, ferramentas, equipamentos e o ambiente de produção, que garantem uma materialidade tangível, a ser saboreada e apreciada pelos consumidores.

Para Steiner (2006), o mercado como estrutura social é formado a partir da relação de confiança entre os atores que dele participam, além da história e da coordenação social existentes no próprio mercado, com suas estruturas, conflitos e dependências (ABRAMOVAY, 2004). Acredita-se, com isso, que a criação desse mercado deverá vir como resultado de um trabalho de coordenação da própria comunidade sobre si mesma, mesmo porque não é possível que ele surja como um resultado espontâneo (STEINER, 2006). Esse mercado leva em consideração os fatores relacionais, políticos, culturais e outros que intervêm na sua formação, paralelamente aos fatores econômicos. Nessa construção, um estudo importante é o relativo ao levantamento das referências comuns, tais como a origem da cerveja, a forma de produção e os atributos do produto, além dos atores sociais

que participam do processo e que farão parte do trabalho de construção do tipo de produto, a cerveja artesanal que será lançada no mercado.

É preciso assegurar-se de que os produtores não se comportem de maneira oportunista, para tirar vantagem das diversas formas de comercialização, (...) o que enfraqueceria o conjunto de produtores. (STEINER, 2006, p. 50).

A emergência de mercados se dá por “fatores relacionais, políticos, culturais etc., que intervêm largamente na formação dos mercados.

(...) a criação de um mercado, isto é, de uma oferta e de uma demanda que se encontram em um local específico. (...) ela resulta de um importante trabalho da sociedade sobre si mesma e não pode ser considerado como um resultado espontâneo. (STEINER, 2006, p. 49).

Pierre Bourdieu sugere que o estudo de um determinado espaço social passe pelo estudo dos principais agentes que atuam nele, como os capitais desses agentes influenciam a resultante das forças nesse espaço e, por sua vez, como esta, de certa forma, define a posição de cada agente no espaço. Segundo Bourdieu,

Os agentes criam o espaço, isto é, o campo econômico, que só existe pelos agentes que se encontram nele e que deformam o espaço na sua vizinhança, conferindo-lhe uma certa estrutura. Dito de outro modo, é na relação entre as diferentes “fontes de campo”, isto é, entre as diferentes empresas de produção, que se engendram o campo e as relações de força que o caracterizam. (BOURDIEU, 2005, p. 23).

O mercado é analisado como um fenômeno econômico, embutido numa estrutura de relações sociais que tanto podem ser tornadas maleáveis pelas forças da estrutura social e da ação coletiva, como ficar bloqueadas por essas forças (GRANOVETTER, 2003). As relações sociais influenciam a forma como o produto é visto, e ajudam no contato entre os produtores de cervejas artesanais e os consumidores, permitindo formar-se uma imagem acerca do objeto de consumo, baseada tanto nas propriedades intrínsecas do objeto, como na posição ocupada pelo produtor nesse conjunto de relações (PODOLNY, 1993).

Considerações Preliminares

É neste contexto que os cervejeiros artesanais lidam atualmente com os desafios contemporâneos do mercado de trabalho e da empresarialização de si como pessoa e profissional, quer da forma como novos segmentos de mercado são socialmente estruturados como alternativas, simultaneamente, laborais e de consumo, ao mesmo tempo em que o conjunto do seu trabalho envolve uma complexidade de subjetividades, estratégias e criativização, para produzir algo autêntico para se destacar em um mercado em crescente expansão.

O estudo preliminar, ao analisar as relações complexas entre indivíduo e sociedade, a partir dos cervejeiros artesanais, possibilita compreender os novos percursos profissionais, os estilos de vida, as trajetórias de cervejeiros artesanais, os novos processos de profissionalização dos jovens adultos, centrados em novas configurações do trabalho e em novas práticas, baseadas em valores como múltiplas competências, colaboração, criatividade, ludicidade e remetem às possibilidades do empreendedorismo, especialmente vinculadas a indústrias criativas, contribuirá com a elaboração de novos significados e visões sobre os processos de formação, aprendizagem e, de acordo com os novos percursos e modelos formativos em que se inserem, ao inserir-se de diferentes formas no mercado de trabalho.

O mesmo dialoga com as novas modalidades de transição de jovens para a vida adulta e de novos percursos profissionais, inseridos em uma conjuntura de mudanças estruturais, a mundialização da economia, a reorganização do trabalho e o recurso das novas tecnologias – nos quais os itinerários vitais tornam-se menos lineares, assim como os modelos coletivos tradicionais estão perdendo terreno para trajetórias pessoais cada vez mais individualizadas e pluralizadas, à propagação e variedade de formas de cultura juvenil e do consumismo, e com a mudança dos planos de organização da família, casamento e carreira, que produzem efeitos e exigem reflexões nas esferas econômicas, políticas, sociais e educacionais.

Estudar a empresarialização de si como um processo de produção de formas identitárias, compreender os significados que os atores atribuem ao processo de que são protagonistas, ao mesmo tempo refletir sobre o fenômeno de empreendedorismo como oportunidade de vida, assim como os processos de criatividade e profissionalização,

transformações da subjetividade, tomando como ferramenta central para os novos horizontes de inserção profissional de jovens adultos.

Os recentes movimentos de maximização de valores, que modificaram as esferas tradicionais do mundo do trabalho como competência, profissionalização, expertise e desempenho encontram-se aliados aos valores de criatividade, ludicidade, expressividade e do prazer, e as novas relações colaborativas, em contraponto a competitividade. Estes valores, articulados ao estudo do empreendedorismo articulam-se a crescente valorização do trabalho criativo, a educação para o empreendedorismo e o aperfeiçoamento tecnológico constituem a raiz, para que novos processos de inserção profissional, pela via da inovação, sejam efetivados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. Entre Deus e o diabo: mercados e interação humana nas ciências sociais. **Tempo Soc.** São Paulo , v. 16, n. 2, p. 35-64, Nov. 2004 .

ALVES, N. **Inserção Profissional e Formas Identitárias.** ed. 1. Lisboa: Educa/UI&DCE, 2009.

_____. 2008. **Juventudes e Inserção Profissional.** ed. 1. Lisboa: Educa/UI&DCE.

BARBOSA, L.. **Sociedade de Consumo.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BECK, U. Sociedade global de risco: na busca da segurança perdida. São Paulo: editora 34, 2011.

BECKER, H. **Mundos da arte.** Lisboa, Livros Horizonte, 2010.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, È. **O novo espírito do capitalismo.** São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BOURDIEU, P. A distinção – crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp, 2007.

_____. O Campo Econômico. **Política & Sociedade**, n. 6, 2005, pp. 15-57

BUENO, M. L. . Gastronomia e sociedade de consumo. Tradições culturais brasileiras e estilos de vida na globalização cultural. In **Manifestações artísticas e ciências sociais: Reflexões sobre arte e cultura material** (org. P. Reinheimer e S. Parracho Sant'Anna). Rio de Janeiro: CULTIS, UFRJ/Folha Seca, 2013

CARROLL, G. R., and SWAMINATHAN, A. Why the Microbrewery Movement? Organizational Dynamics of Resource Partitioning in the U.S. Brewing Industry. **American Journal of Sociology**, 106:715-62, 2000.

CARROLL, G. R. and WHEATON, D.R. The organizational construction of authenticity: An examination of contemporary food and dining in the U.S., **Research in Organizational Behavior** 29: 255-282, 2009.

CAMPBELL, C. The Craft Consumer: Culture, craft and consumption in a postmodern society. **Journal of Consumer Culture**, 5: 23, 2005.

DOUGLAS, M.; ISHERWOOD, B. **O mundo dos bens**: para uma antropologia do consumo. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2004.

DUBAR, C. **A crise das identidades**: a interpretação de uma mutação. São Paulo: Editora USP, 2009.

_____. **A socialização**: construção das identidades sociais e profissionais. São Paulo, Martins Fontes, 2005.

_____. Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos. **Educação & Sociedade**, 1998, 19(62), 13-30.

DUBET, F. **Sociologia da experiência**. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

FERREIRA, V. S. Artes e manhas da entrevista compreensiva. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 23, n. 3, p. 979-992, sep. 2014.

_____. Das Belas Artes à arte de tatuar: dinâmicas recentes no mundo português da tatuagem. In: ALMEIDA, M. I. M., PAIS, J. M. (orgs.). **Criatividade & Profissionalização. Jovens, subjectividades e horizontes profissionais**. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2013, pp. 55-99.

GARCIA-PARPET, M.-F. Mundialização dos mercados e padrões de qualidade: “vinho, o modelo francês em questão”. **Tempo Social**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 129-150, nov, 2004.

_____. *Estilos de vida e maneiras de beber*: a oferta dos bens de prescrição enológica. In: BUENO, M.L., CAMARGO, L.O.L. **Cultura e consumo**: estilos de vida na contemporaneidade. São Paulo: Editora Senac, 2008.

GEERTZ, C. **A interpretação da cultura**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GIDDENS, A. **Modernidade e identidade pessoal**. Lisboa: Oeiras, 1997.

GRANOVETTER, M. Ação econômica e estrutura social: o problema da incrustação. In: MARQUES, R.; PEIXOTO, J. (org.). **A Nova Sociologia Econômica**. Oeiras: Celta Editora, 2003.

LAHIRE, B. **Sucesso escolar nos meios populares**: as razões do improvável. São Paulo: Ática, 1997.

_____. **O homem plural: os determinantes da ação**. Petrópolis, RJ: Vozes 2002.

_____. **Retratos sociológicos. Disposições e variações individuais**. Porto Alegre, Artmed, 2004.

_____. Patrimônios individuais de disposições. Para uma sociologia à escala individual. In: **Sociologia**. Problemas e Problemáticas. N. 49, 2005.

_____. **A cultura dos indivíduos**. São Paulo, Artmed Editora, 2006.

- MALINOWSKI, B. C. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1976.
- O'CONNOR, E. Embodied knowledge: The experience of meaning and the struggle towards proficiency in glassblowing. **Ethnography** 6 (2), 183e204, 2005.
- PAIS, J. M.; FERREIRA, V. S. **Tempos e Transições de Vida: Portugal ao Espelho da Europa**. Coleção Atitudes Sociais dos Portugueses, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2010.
- PALMER, C., COOPER, J., BURNS, P. Culture, identity and belonging in the “culinary underbelly”. **Int. J. Cult. Tourism Hospit.** 4 (2), 311e326, 2010.
- PODOLNY, J. M. 1993. A Status-Based Model of Market Competition. **American Journal of Sociology** 98:829-72.
- POLANYI, Karl. **A grande transformação**. As origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- SAHLINS, M. **Cultura e razão prática**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Dados Disponíveis em: <http://www.sebrae.com.br/setor/comercio-varejista/o-setor/cenario-e-tendencia>, Acesso em julho de 2016.
- SENNETT, R. **Juntos**. Rio de Janeiro: Record, 2012.
- _____. **O artífice**. Rio de Janeiro: Record, 2012.
- STEINER, P. **A Sociologia Econômica**. São Paulo: Atlas, 2006.
- VALDEZ, M. E., DOKTOR, R. H., SINGER, A. E., & DANA, L.-P. Impact of tolerance for uncertainty upon opportunity and necessity entrepreneurship. **Human Systems Management**, 30(3), 145-153, 2011.
- VELTHUIS, O. **Talking Prices: Symbolic Meanings of Prices on the Market for Contemporary Art** (Princeton Studies in Cultural Sociology), 2005.
- ZELIZER, V. A. Dualidades perigosas. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 237-256, Apr. 2009.

Mercado de Seguros Ambientais e sua legitimação: Contribuições na busca por um Desenvolvimento Sustentável

Anne Pinto Brandalise¹

Esta comunicação visa apresentar uma reflexão inicial sobre nosso projeto de pesquisa junto ao programa de Mestrado em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas, no qual nos dedicamos a investigar e mapear o desenvolvimento do mercado de Seguros Ambientais no Rio Grande do Sul. Considerando o papel da Legislação Ambiental e a partir do referencial teórico da Nova Sociologia Econômica, que permite um olhar sobre os mercados como construções sociais, agregando, portanto, ao estudo econômico aspectos políticos, culturais, simbólicos e sociais, pretendemos apresentar o mapeamento inicial desse mercado e a sua legitimação social, ao discutir a formação de práticas de prevenção e precaução de riscos e danos e, em contrapartida, questionar o quanto a prática securitária pode reduzir o bem ambiental a um valor monetário.

Palavras-Chave: Mercados, Seguro Ambiental, Desenvolvimento Sustentável.

Introdução

O tema aqui proposto é uma reflexão inicial que visa investigar o surgimento e o crescimento dos mercados de Seguros Ambientais no Brasil, em especial no Estado do Rio Grande do Sul. De modo geral, nossa pesquisa pretende questionar de que forma este mercado se legitima, via a formação de práticas de prevenção e precaução de danos e em contrapartida, o quanto a prática securitária pode reduzir o bem ambiental a um valor monetário legitimado pelos discursos dos ideários de Desenvolvimento Sustentável e de Justiça Ambiental.

Entende-se aqui o bem ambiental, conforme a proteção dada pela Constituição Federal, no seu artigo 225, o qual determina como o “*meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida*”, (BRASIL. Constituição (1988)). Esta definição do bem é uma classificação de macrobem, por suas características de bem incorpóreo e imaterial, bem autônomo, difuso e de interesse

¹Mestrado em Sociologia-Universidade Federal de Pelotas.

público, insuscetível de apropriação exclusiva e indivisível. No entanto podemos também considerar o bem ambiental sob a perspectiva de microbem, considerando os elementos corpóreos que o compõe, o abuso do microbem configura degradação ambiental e pode configurar o dano a coletividade. (LEITE 2003. P. 242- 243).

Desse modo, essa comunicação pretende apresentar o mapeamento inicial do campo via uma perspectiva das teorias e instrumentos legais que nos conduzem a investigação proposta, em uma análise inicial dos referenciais e subtemas que ilustram o campo que pretendemos investigar.

No Brasil o mercado de Seguros especificamente os referentes a atividades de risco ambiental, tem, de acordo com Polido (2015), quatro estágios simbólicos, representativos do desenvolvimento do mercado. O primeiro em 1978, quando a Federação Nacional das empresas de Seguros e de Capitalização, desenvolveu um modelo de Seguro de Responsabilidade Civil Geral, com Condições Especiais para o Seguro de Riscos de Poluição do Meio Ambiente, em 1991, o Instituto de Resseguro do Brasil criou o Grupo de trabalho para elaboração de cláusulas específicas de condições gerais para o Seguro de Responsabilidade Civil Poluição Ambiental, em 2003 a Federação Nacional das empresas de Seguros e de Capitalização elaborou novo modelo de seguro ambiental, mas ainda sob os contornos estreitos da Responsabilidade Civil e só em 2004 a Seguradora AIG lançou no Brasil, um produto com modelo de apólices americanas, chamado de Responsabilidade por Danos de Poluição Ambiental e, assim, se tem início, de fato, a comercialização desta espécie específica de seguros no país. (Polido, 2015. P. 35- 36).

Observamos aqui a menção ao instituto da Responsabilidade Civil, o qual tem relevância em comparação com a Responsabilidade Civil por Dano Ambiental, sendo importante o discernimento acerca de ambas em razão das suas consequências ao sistema de proteção. Entretanto, esta questão será abordada com mais profundidade quando do estudo da tutela legal do Meio Ambiente.

No Estado do Rio Grande do Sul, não temos dados sobre a contratação desta espécie de Seguros, sendo assim, o que nos interessa é buscar compreender como se vem desenvolvendo aqui este mercado e como ele estaria ligado com a implementação de práticas que se insiram em um modelo de Desenvolvimento Sustentável.

Uma hipótese que trabalhamos é que a evolução deste mercado parece estar ligada a própria evolução da responsabilização legal ambiental, por isso incorporamos a

perspectiva do Direito Ambiental como forma de instrumentalizar o estudo da legislação. A tutela do Meio Ambiente em nosso sistema legal se calça no princípio do Poluidor Pagador e impõe penalidades e processos de responsabilização sobre três esferas a partir do evento danoso, sejam elas: administrativa, civil e penal.

O Princípio do Poluidor-Pagador foi recepcionado pela Constituição Federal no seu art. 225, parágrafo 3º, que prescreve:

“As atividades e condutas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, às sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados”. (BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988).

Considerando-se o atual modelo de desenvolvimento econômico amplia-se sobremaneira a geração de riscos, de danos e de impactos negativos ao Meio Ambiente e a saúde da população (BECK, 2010), convertendo-se parte destes resultados em ações judiciais ou processos administrativos por infrações ou crimes ambientais, o que exige um controle maior do uso de recursos ambientais e a necessidade de se precaver quanto a possíveis processos, tanto a partir de medidas de redução dos riscos, como no sentido de contratar seguradoras que possam cobrir eventuais prejuízos financeiros a partir da aplicação de multas ou obrigações de reparar o dano.

No entanto, se observa que há uma série de limitações e fragilidades nos órgãos de proteção ambiental, deficiências de ordem financeira, com carência de recursos e instrumentos de trabalho, pesquisa, perícia, ausência de profissionais qualificados para matérias específicas, conflitos de competência e diante das dificuldades enfrentadas nota-se um movimento na tentativa de tais órgãos eximirem-se da responsabilidade de agentes de Estado para proteção do Meio Ambiente.

Entre estas ações citamos um atual movimento de licenciamento a partir do ato declaratório para determinados tipos de empreendimentos. Como se o empreendedor se responsabilizasse pelos riscos individualmente. Salientamos que tal prática, ou nenhuma outra, conforme o nosso atual sistema legal, exime o Estado de sua corresponsabilidade quando anui com o licenciamento de atividades poluidoras. Outra questão é relativa aos projetos de lei que visam abreviar ou retirar a exigência dos procedimentos de Estudos de Impactos Ambientais, sob o argumento da morosidade com que eles se desenvolvem,

sendo que em nosso ordenamento não cabe o retrocesso em matéria ambiental, portanto são todas estratégias ilegais do ponto de vista da concretização do Estado de Direito Ambiental.

Com relação ao mercado dos Seguros Ambientais, conforme podemos apreender *a priori*, esse compreende, empresas que atuam em atividades de alto risco e impacto ambiental, as seguradoras, empresas que vendem a cobertura dos danos e prejuízos decorrentes de acordo com as cláusulas e apólices contratadas, o poder judiciário, o qual defere sentenças de condenação por responsabilidades civil e penal por danos ao meio ambiente, os órgãos do SISNAMA (Sistema Nacional do Meio Ambiente), as empresas de consultoria ambiental, o poder legislativo que promulga as leis de matéria ambiental e as penalidades a serem aplicadas e que serão cobertas pelas seguradoras de acordo com o caso concreto e ainda demais agentes que possamos identificar a partir desse estudo, para averiguar de que modo interferem direta ou indiretamente na legitimação desse mercado.

O contrato de Seguro Ambiental também pode gerar diferenças entre classes e portes de empreendimentos, os que podem poluir e segurar seus empreendimentos e os pequenos empresários ou cidadãos que não possam arcar com um seguro e acabam por sofrer de forma mais grave uma penalização. Neste sentido refletimos sobre a categoria de Justiça Ambiental, a equidade possível na aplicação dos dispositivos legais e a distribuição desigual das penalidades, as quais por um aspecto podem se tornar ineficazes com relação a empresas em que o lucro auferido supere o valor imputado a título de penalização.

Para a instrumentalização destes mercados é condição indispensável fazer previsões valorativas de possíveis danos. Estes valores são dados em parte por parâmetros legais através da legislação que define valores a títulos de multas, pelas sentenças condenatórias em matéria ambiental, as quais estipulam valores de indenizações ou reparações de danos e ainda os valores do risco, calculados geralmente pelas seguradoras ou empresas de auditoria ambiental. Para tanto existem disciplinas específicas utilizadas balizadoras e condutoras de cálculos específicos da matéria como a perícia ambiental, a contabilidade ambiental, economia ambiental ou do meio ambiente, economia ecológica. Nesse sentido, entendemos necessária a investigação sobre a aquisição de valor dos bens ambientais, a qual culmina com a estipulação legal de valores de referência, os quais acabam por calçar também os valores dos custos e as apólices na criação de um mercado de cobertura financeira dos Danos.

Outra questão atual que surge em torno desse instrumento é a possibilidade de obrigatoriedade do mesmo. Este tema vem sendo inclusive objeto de projeto de lei, pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, visando alterar a Lei 6.938/81, de Política Nacional do Meio Ambiente e implementar um seguro mínimo obrigatório ambiental o qual seria fixado em fase inicial do processo de licenciamento. (SENADO Federal, disponível em: <http://WWW25.senado.leg.br/web/atividade/materiais/-/materia/124325>).

Para tanto, questionamos a “lógica simbólica” (Bourdieu, 1989) que contribui para a constituição destes mercados e as fontes de sua legitimação via movimentos políticos, criações normativas, pressão de órgãos de proteção às causas ambientais que atualmente associam tal mercado ao lema do Desenvolvimento Sustentável e Justiça Ambiental. Desse modo, entendemos a importância que tais atores e instituições passam adquirir via o conceito de poder simbólico, isto é “... o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem.” (BOURDIEU, 1989: 07).

É deste modo, que essa proposta vem se desenvolvendo, ao refletir sobre o tema a partir dos referenciais teóricos da Nova sociologia econômica, temos um olhar sobre os mercados como construções sociais, considerando e agregando ao estudo econômico outros aspectos da sociedade, como o social, político, cultural, e simbólico.

A Nova Sociologia Econômica e os mercados de Seguros Ambientais

A Nova Sociologia Econômica, de modo geral, propõe um diálogo com a ciência econômica e dentre outras categorias, trata das dimensões sociológicas dos mercados, o que aqui nos interessa, visto que nosso foco é buscar compreender a lógica social desses mercados. Ela surge como uma crítica à análise dos fenômenos econômicos, em especial, do mercado e a racionalidade formal que orienta a lógica econômica do ponto de vista destes especialistas. Assim importa-nos aqui o estudo da NSE justo por ela se distinguir dos modelos de análise da economia, por ir além da ideia do mercado como lócus da racionalidade garantido e legitimado por instituições jurídicas racionais.

“... a NSE corresponde, em grande medida, a um projeto fluido desenvolvido por inúmeros investigadores (maioritariamente norte americanos) que, a partir do início dos anos 80 do século XX, dirigiram o melhor dos seus esforços na direção da

aplicação de uma matriz de conhecimento sociológico a fenômenos econômicos. É ponto adquirido que o impulso inicial desta linha de pesquisa terá sido dado pelo texto marcante de Harrison White (1981), centrado na discussão das origens sociais dos mercados.” (Marques, Rafael (2003), P.2).

Neste sentido, Granovetter (2003) torna-se reconhecido como proponente de uma metodologia para a disciplina e trata da teoria da incrustação (*embeddedness*) da seguinte forma: “o argumento de que os comportamentos e instituições em análise são tão condicionados pelas relações sociais, que conceitua-los como elementos independentes representa um sério equívoco.” (GRANOVETTER, Mark P. 69.).

Observa-se que um importante precursor desta teoria foi Karl Polanyi, o qual aponta entre seus diversos temas o problema da falácia economicista. O referido autor considera um erro igualar a economia humana com a forma de economia de mercado conforme conhecemos hoje. (POLANYI, 2012. P. 47).

Sob esta óptica alguns autores da NSE trabalham sobre o tema da construção social de mercados, entre eles, Parpet-Garcia (2004), que tratou da construção social do mercado de vinhos na França e do mercado de Morangos (2003) e Viviana Zelizer (1978) que tratou do surgimento “moral” do mercado de seguros nos Estado Unidos, avaliando como a vida foi “precificada” nos contratos que hoje chamamos de Seguro de vida. No Brasil, estudos recentes também são referência, como a Construção Social do mercado de madeiras certificadas na Amazônia brasileira, de Marcelo Sampaio Carneiro (2007), a Construção social de mercados e novos regimes de responsabilização no sistema agroalimentar, de Paulo André Niederle (2013) e A construção social do mercado olerícola na ótica da nova sociologia econômica, de Mazon, Marcia da Silva (2005).

Assim partimos dessas análises que consideram as estruturas sociais como resultado e também produto da interação entre os agentes, para refletir sobre a produção social da utilidade e do valor e esboçar como esses mercados são construídos simbolicamente.

Entendemos ainda que a criação deste mercado de seguros está vinculada a reflexões e teorias que determinaram a “sociedade de Risco”. Partindo de Beck (1944) e de outros debates em diferentes áreas do conhecimento podemos questionar como o mercado de seguros ambientais e de riscos são significativos na agenda do Desenvolvimento Sustentável. Torna-se necessário discernir o quanto a absorção e concretização dos

conceitos de risco e das formas de minimizar os seus impactos estão enraizadas nas noções e soluções dadas por uma lógica formal (Polanyi, 2012) advinda da economia clássica.

Apresentamos aqui a Nova Sociologia Econômica, como forma de conduzir nossa pesquisa correlacionando a presente teoria com a problemática proposta no sentido de compreender o quanto a interpretação do mercado através da NSE pode permitir reflexões complementares ao pensarmos Desenvolvimento Sustentável, considerando-se que as críticas propostas por esta, estão vinculadas a um modo de produção capitalista, o qual também é responsável pelo avanço da degradação ambiental e ampliação de riscos, de modo que entendemos oportuna a reflexão correlata destes temas permitindo um entendimento maior inclusive sobre as interseccionalidades destas questões. Entendemos que todo o estudo sobre a lógica dos mercados de Seguros Ambientais, pode nos trazer um modelo importante e representativo, para compreendermos a lógica de valoração dos bens ambientais, no presente modelo de Desenvolvimento e as possibilidades de aumento da proteção destes bens através do mercado.

Do Sistema legal de Proteção Ambiental a legitimação do mercado

Já em 1.500, logo do descobrimento do país, havia normas de proteção aos recursos naturais e a partir das Ordenações Afonsinas e Manuelinas de proteção à caça, riquezas minerais, corte de árvores, mas até então estas preocupações se pautavam ante o temor da escassez. Na Monarquia a Constituição de 1824 e depois, o código criminal de 1930, estipularam a proteção da cultura e um regime de penas para o corte ilegal de árvores, e, em 1.850 surgiram sanções administrativas para tal atividade. Até a década de 1980, há uma exploração desagregada do meio ambiente e ficava a cargo do código civil, a regulamentação destas questões e da solução dos conflitos. Neste mesmo período passa a haver um desenvolvimento em nível de conscientização ambiental, ante a publicação de obras, artigos científicos, edição de leis e ações do Ministério Público que repercutiram de forma benéfica para enaltecer o tema do Direito Ambiental. (SIRVINSKAS, 2002. P. 20).

A Constituição de 1.988 dedica um capítulo inteiro para tratar da questão ambiental, tamanha à proporção que já tomava o tema neste período. O capítulo sexto de nossa carta magna é inaugurado pelo art. 225, que reza:

“Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo para as presentes e futuras gerações.” (BRASIL. Constituição (1988)).

A Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, Lei nº 6938/81, inaugurou uma fase de preocupação integral com o meio ambiente e auxilia a efetivação do Art. 225 da Constituição. A tentativa de uma visão integrada do meio ambiente é desafio desta legislação e do Direito Ambiental, este não pode ser aplicado ante os moldes de nosso direito material e processual, porque exige a visão do todo, sistêmica, global, transindividual. O grande desafio dos juristas contemporâneos é superar o paradigma individualista porque a proteção jurisdicional do meio ambiente está numa nova perspectiva que visa solidariedade e colaboração dos indivíduos.

Desse modo, para a abordagem do tema dos Seguros Ambientais é necessário algum entendimento prévio da legislação ambiental no país e entre os institutos legais pertinentes ressaltamos aqui, o da Responsabilidade Ambiental porque este instituto se difere da Responsabilidade Civil do Código civil, e quando mencionamos uma breve evolução histórica do mercado no Brasil, observamos a fragilidade da Responsabilidade civil, utilizada pelo mercado de seguros Ambientais, tornando ineficiente a prática securitária sob esta perspectiva.

A responsabilidade civil, a qual regula e tutela as relações no âmbito das obrigações civis, exige para sua configuração a comprovação do nexos de causalidade e a averiguação da culpabilidade do agente, neste sentido não se presta a garantir de forma adequada a proteção pretendida por nosso sistema legal ao bem ambiental, sob a perspectiva dos Princípios de Prevenção e Precaução.

Já a Responsabilidade Civil Ambiental, artigo 14, §1º da Lei nº 6.938/81, recepcionado pelo artigo 225, parágrafos 2º e 3º da Constituição Federal, em seu parágrafo primeiro, excluiu a discussão a cerca da culpa, o que se caracterizou em uma responsabilização objetiva a cerca do Dano Ambiental.

Art 14 - Sem prejuízo das penalidades definidas pela legislação federal, estadual e municipal, o não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção dos inconvenientes e danos causados pela degradação da qualidade ambiental sujeitará os transgressores:

I - à multa simples ou diária, nos valores correspondentes, no mínimo, a 10 (dez) e, no máximo, a 1.000 (mil) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTNs, agravada em casos de reincidência específica, conforme dispuser o regulamento, vedada a sua cobrança pela União se já tiver sido aplicada pelo Estado, Distrito Federal, Territórios ou pelos Municípios.

II - à perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo Poder Público;

III - à perda ou suspensão de participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito;

IV - à suspensão de sua atividade.

§ 1º - Sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o poluidor obrigado, **independentemente da existência de culpa**, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade. O Ministério Público da União e dos Estados terá legitimidade para propor ação de responsabilidade civil e criminal, por danos causados ao meio ambiente.

Com relação aos instrumentos legais de proteção, pretendemos ao longo do trabalho explorá-los melhor, principalmente com relação a este tema da Responsabilização acrescentando a análise de outros instrumentos legais significativos quanto à matéria do risco e do dano ambiental.

Quanto ao poder legislativo, este, incumbido da edição de normas capazes de conter as ameaças aos recursos ambientais, desenvolveu ao longo dos anos um sistema de normas de proteção ambiental, o qual não foi codificado, o que gera complexidade para sua aplicação por exigir aos envolvidos no sistema de proteção ambiental a observação de muitas normas, esparsas, tanto normas federais, estaduais, municipais, como resoluções dos conselhos e órgãos ambientais das três esferas, como normas técnicas especializadas. Adiciona-se aí a existência de um Sistema de proteção ambiental, o SISNAMA, instituído pela Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981, regulamentada pelo Decreto 99.274, de 06 de junho de 1990, sendo constituído pelos órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e pelas Fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental, os quais também editam resoluções e normativas capazes de regular a matéria.

Quanto aos órgãos do SISNAMA, se observa grandes dificuldades operacionais, de modo que muitos dos conflitos que poderiam e deveriam ser dirimidos por estes, acabam

por serem levados ao poder judiciário. O fortalecimento deste sistema poderia ser uma alternativa a uma redução dos riscos e uma melhor resolução dos conflitos ambientais.

De outro lado, a população não parece reconhecer a sua condição de pertencimento ao meio ambiente, de modo que ela própria participa de conflitos sem reconhecer os riscos ambientais a que esta se submetendo ao criar situações que geram impactos de natureza ambiental. E também ao passo que não reconhece a relevância do seu impacto, também não se reconhece como agente capaz de dirimir os mesmos conflitos, de modo que delega ao poder judiciário fazê-lo. Observa-se, assim, uma quase exclusiva busca por resolução através da submissão destes ao poder judiciário. Ocorre que a dinâmica processual, tanto pela sua natureza procedimental, quanto por ineficiência do sistema judiciário e o abarrotamento deste, acaba por impedir um andamento adequado das causas a ele submetidas, não representando um instrumento adequado a resolução desta espécie de conflitos sociais.

No contexto de instrumentalização de novas práticas capazes de contribuir ou solucionar as demandas ambientais, é que parece se inserir a criação do instrumento de Seguro Ambiental o qual parece aproveitar-se desta oportunidade de cobrir o risco de perdas financeiras e ao mesmo tempo representar a inserção de práticas de prevenção e gestão ambiental as quais se tornam exigências para a contratação dos seguros.

A partir da NSE, como perspectiva da análise do Mercado de Seguros ambientais buscamos compreender a lógica do entrelaçamento das variáveis em torno da geração de riscos e danos ambientais bem como da judicialização das questões ambientais.

Assim, como primeira evidência temos que a ampliação de mecanismos de proteção ambiental poderia se legitimar a partir dos estímulos à informação, ampliação de capacidade dos agentes, cooperação e participação da sociedade para que haja a concretização de um Direito ao Meio ambiente equilibrado para as presentes e futuras gerações e um desenvolvimento humano ampliado e não mais calçado exclusivamente em interesses econômicos, o que significa o fortalecimento, do discurso de desenvolvimento sustentável. Isto posto, a própria lógica da construção social desse mercado vai além da ideia meramente econômica e agrega ao seu repertório questões sociais, atributos simbólicos, que lhe dão legitimidade.

Por fim nossa expectativa é de vislumbrarmos as estratégias da construção de um mercado de seguros, que nos remete a pergunta de partida: O mercado de seguros

contribui para a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável e justiça ambiental ou apenas segue uma dinâmica economicista, nos moldes da economia clássica significando apenas mais um produto para gerar lucro e significar um marketing verde para as atividades de risco?

Investigações preliminares sobre o Mercado de Seguros ambientais no Rio Grande do Sul

Em busca do reconhecimento do campo sobre o qual propomos nossos estudos, preliminarmente, obtivemos algumas informações sobre como este mercado específico se articula em nosso Estado, o Rio Grande do Sul. Na tentativa de mapeamento dos agentes, contatamos com alguns envolvidos, sendo que obtivemos informações e alguns registros na FEPAM, Fundação Estadual de Proteção Ambiental, no Sindicato das Seguradoras no Rio Grande do Sul, SINDSEG RS, e em duas das Seguradoras revendedoras de apólices referentes à cobertura de Riscos Ambientais.

Ao consultar a Fepam, discutimos a posição da fundação enquanto órgão licenciador no Estado no sentido de exigir ou não o Seguro para determinadas atividades, o que não ocorre, bem como, buscamos saber se havia registros nos processos de Licenciamento, sobre os empreendimentos possuírem ou não seguro independentemente de sua compulsoriedade. O órgão se manifestou no sentido de não ter controle desta informação e de que foi cogitada em algum momento esta consulta no formulário de pedidos de licenciamento, mas foi entendida inadequada a pesquisa, pois esta poderia constranger o empreendedor ou sinalizar uma expectativa de obrigatoriedade. Fomos informados de que o setor de atividades de transporte de cargas perigosas é o que em maior número e o que a maior tempo têm-se informações informais (visto que estas não são exigidas pelos órgãos), de que se utiliza desta espécie de Seguros. O que se confirma em consulta às seguradoras que informam preliminarmente que este é o setor de clientes mais significativo em nosso Estado.

Junto ao SINDSEG RS, realizamos uma pesquisa para verificar quais empresas vendedoras de seguros trabalhavam com esta espécie específica de produtos. Verificamos que das vinte e três seguradoras filiadas ao sindicato no Estado, apenas quatro delas trabalham, com o que chamam “produto”, sejam as apólices de cobertura referentes a Riscos por Danos Ambientais ao que chamam de RC (Seguros por Responsabilidade civil

Ambiental), neste sentido e reconhecendo orientações de suas matrizes, as corretoras desta espécie de seguros no estado reconhece que há um espaço amplo para a expansão deste mercado.

Conforme verificamos, de forma pormenorizada ao longo da pesquisa, as apólices têm modelos diversos de acordo com o tipo de atividades desenvolvidas, mas observa-se a exclusão de diversos fatores significativos consequentes de possíveis danos ambientais que não são cobertos. Neste sentido, considerando-se uma série significativa de excludentes possíveis, o mercado não contribuiria diretamente para uma recuperação de danos imediata ou no sentido de contribuir para sustentabilidade no uso ou recuperação de recursos ambientais.

As seguradoras contatadas confirmam o procedimento de auditorias para avaliações de Riscos que antecedem a venda das apólices e serve para constatar passivos ambientais das empresas, bem como adequar as necessidades do cliente às apólices oferecidas, neste sentido registram que as seguradoras no país não conseguem uma cobertura integral dos riscos ou danos ambientais. Além disso, ao que verificamos, nenhuma das corretoras de Seguros no estado do Rio Grande do Sul, tem autonomia de avaliação e venda destas apólices, todo o processo é realizado por profissionais do estado de São Paulo vinculados a matriz das Seguradoras.

Conclusão

Dado o crescente aumento dos conflitos em torno de demandas ambientais e consequentemente o aumento da necessidade de construção de novas soluções para estas questões, entendemos pertinente a reflexão sobre o surgimento do mercado de seguros ambientais e sua legitimação como forma de contribuição para um sistema de proteção, em especial, o mercado que iremos analisar.

O surgimento da prática de cobertura financeira por danos ambientais se constrói a partir da identificação dos riscos a que a sociedade atual se submete a partir do modelo de desenvolvimento econômico vigente.

Além disso, entendemos pertinente refletir sobre como se constituem os instrumentos de precificação da proteção ambiental, bem como a constituição dos Riscos e dos Danos adentra no debate do Desenvolvimento Sustentável e de que modo este

mecanismo passa a ser internalizado nas empresas a partir do incentivo das seguradoras para redução dos riscos.

Importa-nos ressaltar que, ao tempo que preparamos o presente artigo, nos deparamos no Brasil com o desastre ambiental por rompimento de barragem de extração de minério de ferro, no Estado de Minas Gerais, tendo causado impacto de grandes proporções, e além de causar mortes e prejuízos financeiros, também temos que considerar os danos emocionais e culturais aos sobreviventes, entre tantos danos que devem ser ainda inventariados. De modo que o tema referente à necessidade de investimentos e soluções para prevenção e contenção de desastres toma proporções significativas e nos convoca a reflexões diante da ineficiência social de nossos instrumentos de proteção.

O tema tem ganhado relevância, tendo a ONU (Organização das Nações Unidas), inclusive, através do PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), lançado os PSIs, (Princípios para Sustentabilidade em Seguros), criados a partir da Conferência Rio+ 20, que foi a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento sustentável, realizada em 2012 no Brasil. A iniciativa constitui-se em uma parceria público-privada, reunindo o PNUMA ao setor financeiro global.

A nossa questão, portanto, vai além dos aspectos jurídicos e econômicos, buscando esboçar como se dá a construção desse mercado de seguros ambientais via os aspectos políticos, culturais e simbólicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.
- BECK, Ulrich. Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: Ed. 34, 2010.
- BECKER, Howard. Evidências de Trabalho de Campo. In: BECKER, Howard. Métodos de Pesquisa em ciências sociais. São Paul: Hucitec, 1994, p. 65-99.
- BOURDIEU, Pierre. As Estruturas Sociais da Economia. Lisboa: Instituto Piaget, 2.001. (pg. 125-169).
- BOURDIEU, O poder simbólico, tradução de Fernando Tomaz. 1989. Memória e sociedade, Editora Bertrand Brasil SA. (pág. 4- 46).
- CARNEIRO, Marcelo Sampaio (2007), A Construção Social do mercado de madeiras certificadas na Amazônia brasileira: a atuação das ONGs ambientalistas e das empresas pioneiras. Sociedade e Estado, Brasília, v. 22, n. 3, p. 681-713. set./dez. 2007

COHN, Gabriel. O sentido da ciência. In Weber, Max. A “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais. São Paulo: Ática, 2006, p. 7 -12.

FURTADO, C. O Mito do Desenvolvimento Econômico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GATTARI, Félix, As três ecologias, Campinas, Papirus, 1993.

GRANOVETTER, Mark. “Ação Econômica e Estrutura Social: o Problema da Incrustação” In: A Nova Sociologia Econômica. Celta Editora, 2003.

LEITE, José Rubens Morato. Dano Ambiental: do individual ao coletivo, extrapatrimonial. 2 ed. Sessão Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2003

LEMIEUX, Cyril. Problematizar. In: PAUGAM, Serge (org.). A Pesquisa Sociológica. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015, p. 33 – 52.

LIMA, Jacob; GONDIM, Linda. A pesquisa como Artesanato Intelectual. Considerações sobre método e Bom Senso (2006). São Carlos: EdUFSCar.

MARQUES, Rafael (2003), “Introdução, os Trilhos da Nova Sociologia Económica”, in João Peixoto; Rafael Marques (Orgs.), *A nova sociologia económica*. Oeiras: Celta Editora, 1-67.

MAZON, Marcia da Silva (2005), A construção social do mercado olerícola na ótica da nova sociologia econômica: estudo de caso em Urubuci - Santa Catarina, em <http://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/102382>.

NIEDERLE, Paulo André (2013), Construção social de mercados e novos regimes de responsabilização no sistema agroalimentar, *Agriculturas* • v. 10 - n. 2 • junho de 2013

ONU Brasil, disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>

PARPET, Marie-France Garcia. Mundialização dos mercados e padrões de qualidade, “vinho, o modelo francês em questão”. Tradução de Paulo Neves. *Tempo Social revista de sociologia da USP*, v. 16, n. 2. 2004.

POLANYI. K. A subsistência do homem e ensaios correlatos. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2012. [Parte I, pp. 47-115].

POLIDO, Walter. Programa de Seguros de riscos ambientais no Brasil: estágio de desenvolvimento atual. 3. Ed. Rio de Janeiro : ENS-CPES, 2015.

PUTNAM, Robert D., Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. P. 13- 31.

SENADO, Federal. Disponível em: <http://WWW25.senado.leg.br/web/atividade/materiais/-/materia/124325>. Acesso em: 28/06/2.016.

SINDISEGESP, Para ONU, seguro deve ser agente de mudança ambiental. Risco Seguro -08/10/2015. Disponível em: <http://www.sindsegs.org.br/site/noticia-texto.aspx?id=20561>. Acesso em 04/11/2.015.

SEN, Amartya, Desenvolvimento como Liberdade, São Paulo: Companhia das letras 2010.

SIRVINSKAS, Luís Paulo. Manual de direito Ambiental. São Paulo: Saraiva 2002.

UICN, PNUMA, WWF, Cuidando do planeta Terra uma estratégia para o futuro da vida, São Paulo, 1991.

VEIGA, José Eli da, Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. P. 9-106.

WEBER. Max. As categorias sociológicas fundamentais da gestão econômica. Parte I, Cap. 2. Economia e sociedade. Brasília: UnB, 1999.

ZELIZER, Viviana. Human Values and the Market: The Case of Life Insurance and Death in 19th-Century America. *American Journal of Sociology*, Vol. 84, No. 3 (Nov., 1978), pp. 591-610.

A Economia Simbólica das Arquibancadas – Impressões Etnográficas

Gustavo César Arêas de Souza¹

Este trabalho visou investigar a natureza da relação entre Torcidas Organizadas e diretorias de clubes de futebol. Para tal, foi produzida uma etnografia. Tive como objeto de análise a torcida Young Flu, do Fluminense Football Club. Esta etnografia foi realizada em cerca de 1 ano, no qual acumularam-se viagens, entrevistas, amizades, perigos e uma nova visão a respeito do futebol. O futebol deve ser visto como “um fato social total”, conceito que pego emprestado de Marcel Mauss (2003), em que o social só é real quando está integrado a um sistema. Uma totalidade no sentido de que a sociedade inclui todos os fenômenos humanos de natureza econômica, cultural, política, religiosa, entre outros. E os esportes podem se encaixar perfeitamente como fatos sociais totais, ao menos os que são eleitos como os principais por suas comunidades. Percebi em minha pesquisa que recebem gratuitamente das diretorias uma cota de ingressos, estes que nas mãos das torcidas, tornam-se um instrumento de uma economia simbólica de ingressos. Esta forma de autofinanciamento engloba também atividades sociais, como eventos e viagens, além da venda de material esportivo com símbolos da torcida e do clube (com a licença gratuita destes também). Revelando-se assim, verdadeiras empresas geradoras de lucro e sugerindo, dessa forma, que existe uma relação de mercado compreendida como informal entre as Torcidas Organizadas e as diretorias de clube. Ser membro de Torcida Organizada garante certos direitos, o que contribui para internalizar um sentimento de pertencimento pelos quais outros não passam. Forjados nas viagens, nas brigas, no comércio, nas festas, nas prisões, nos “perrengues”, nos títulos e nas derrotas. São assim, criados laços de solidariedade, de cooperação e de distinção, uma espécie de espírito de corpo, perante os demais torcedores; assume-se um compromisso com rosto.

Palavras-chave: torcedores organizados, identidade, economia simbólica de ingressos.

Introdução

A Torcida Organizada pode ser entendida como um espaço de possibilidade de sociabilidade abordando as noções de cooperação, simbolismo, e alteridade. Uma metáfora de nossa sociedade condensada em um grupo de indivíduos que por diversos motivos se encontraram nesse espaço e agora congregam em comum os mesmos valores,

¹Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Ex-Bolsista Capes, Pesquisador da Fundação Casa Rui Barbosa – FCRB e Pesquisador voluntário do laboratório Núcleo de estudo e pesquisas sobre esporte e sociedade NEPESS-UFF

regras, símbolos, ainda que nem todos dividam as mesmas visões de mundo ou as mesmas atitudes dentro desse espaço.

Este sentimento, o sentimento de alteridade muito presente nos estudos da sociologia do esporte e que faz parte de toda imaginária que compõe a identidade de “ser torcedor”. Pode-se entender muitas vezes que torcer para “X” significa até mais torcer contra “Y”, e a recíproca se mostra verdadeira. Como o esporte moderno tem em suas origens simulações de batalhas e a visão de “nós” e “outros”, então o sentimento de diferenciação se faz, portanto, tão importante quanto o sentimento de pertença.

No entanto, não só o sentimento comum de fidelidade ao clube e hostilidade aos adversários sustentam o clubismo², sendo de alta relevância as representações que se faz do clube e da sua torcida, as identidades assumidas e como esses elementos dialogam com a história dos clubes. Analisar o clubismo como um código que encontra seu sentido e sua formação apenas no futebol seria deixar de refletir sobre as intrincadas tramas sociais que envolvem o modo como se pensam os clubes e como as torcidas se veem e são vistas.

A torcida propicia uma espécie de educação sentimental na acepção em que Geertz (1989) refletiu quando produziu brilhante trabalho etnográfico a respeito das brigas de galo em Bali, no sentido em que ela constitui um texto cultural capaz de promover certa educação sentimental. Entretanto, a Torcida Organizada efetua esta educação através de rituais que envolvem a festa, a alegria e o prazer, mas também a raiva e o desejo de vingança, sendo a questão da honra/masculinidade central nos discursos.

No caso em pauta, tratar a briga de galos como um texto é salientar um aspecto dela (na minha opinião, o aspecto principal) que, tratando-a como um rito ou como um passatempo, as duas alternativas mais óbvias, se tenderia a obscurecer: sua utilização da emoção para fins cognitivos. O que a briga de galos diz, ela o faz num vocabulário do

²“O vínculo exclusivo e imutável de um torcedor com seu clube estabiliza um sistema complexo chamado de clubismo, tomado aqui como um sistema articulado de crenças e de práticas que, que numa perspectiva arrojada, pode ser definido como um totemismo moderno” (DAMO, 2005, p. 61). Ainda que usados seguidamente como sinônimos, torcer e pertencer não são exatamente o mesmo. O primeiro serve para caracterizar tanto as adesões duradouras quanto as eventuais, ao passo que o pertencimento denota uma modalidade de envolvimento propriamente intensa, equivalente ao que os nativos caracterizam como „torcedor fanático“, „doente“, „cego“, etc. (Damo, 2008, p. 52). Desta forma, o clubismo pode ser relativizado, algo que acontece com os torcedores menos atenciosos ou envolvidos com a equipe. Contudo, mesmo o torcedor mais relapso internaliza determinadas normas. A mais elementar dentre elas é sobre a impossibilidade de torcer para um clube e ao mesmo tempo apresentar qualquer apoio ou afeto aos principais rivais.

sentimento – a excitação do risco, o desespero da derrota, o prazer do triunfo. Entretanto, o que ela diz não é apenas que o risco é excitante, que a derrota é deprimente ou que o triunfo é gratificante, tautologias banais do afeto, mas que é com essas emoções, assim exemplificadas, que a sociedade é construída e que os indivíduos são reunidos. Assistir a brigas de galos e delas participar é, para o balinês, uma espécie de educação sentimental. Lá, o que ele aprende, é qual a aparência que tem o ethos de sua cultura e sua sensibilidade privada (ou, pelo menos, certos aspectos dela) quando soletradas externamente em um texto coletivo; que os dois são tão parecidos que podem ser articulados no simbolismo de um único destes textos; e – a parte inquietante – que o texto no qual se faz essa relação consiste num frango rasgando o outro em pedaços, inconscientemente. (GEERTZ, 1989, p.317)

Meu trabalho de campo se inicia em meados de novembro de 2012, quando começo a entrar em contato com as primeiras testemunhas-chave desse projeto. Tinha planejado uma etnografia que percorresse os quatro times considerados grandes do Estado do Rio de Janeiro, Botafogo, Flamengo, Fluminense e Vasco, mas o tempo se mostrou curto para tal, e todas as condições me levaram a percorrer somente a torcida “Young Flu” do Fluminense, mas de forma profunda e com toda a dedicação possível.

A violência nos estádios está presente desde o começo do futebol e a violência das Organizadas tem sua escalada uma década após as formações dos coletivos jovens/organizados de arquibancada. Elas crescem na esteira de diversos fatores estruturais do nosso futebol e da nossa sociedade, e de uma modificação da cultura torcedora. Acredito que eu possa contribuir através de fatos que passei a observar a partir 2012, frutos da etnografia e com o auxílio das reflexões dos autores e estudiosos do assunto para entendê-lo de forma objetiva contribuindo com os estudos da sociologia do esporte e também destacando os vários lados que caracterizam a cultura de arquibancada, em especial das Torcidas Organizadas, assim como ressaltar o fundamental papel destas na luta contra a elitização do futebol, a beleza de seu espetáculo, dentre outros tantos aspectos que não são levados em conta no momento em que essas instituições são postas em debate.

Através de tanques, esquadrões, pelotões, exércitos, facções, falanges, gritos de guerra, *slogans*, ritualiza-se uma espécie de combate, os simulacros das batalhas que encontramos em campo passaram para as arquibancadas e outros ambientes de futebol.

O universo militar inspira as torcidas, fornecendo-lhes símbolos e imagens que, deslocados de seu campo original, são reapropriados de forma criativa. Isto quer dizer que certos sentimentos, relações e valores são, não apenas permitidos, mas especialmente colocados em destaque, explicitando a tensão e o antagonismo como constitutivos do relacionamento entre estes agrupamentos. A “Torcida Jovem do Flamengo” divide-se em *pelotões*, a “Fúria Jovem” do Botafogo em *canis*, a “Força Jovem do Vasco” em *famílias* e a “Young Flu” em *núcleos*. Para cada um dos segmentos existe um líder que pode ser indicado ou eleito (a depender da torcida) e cuja função é coordenar seu grupo, servindo como uma espécie de elo, fazendo mediação entre a Diretoria das organizadas e os componentes sob sua responsabilidade. Cabe a ele fazer reuniões, cadastrar componentes, podendo promover festas e churrascos para arrecadar o capital necessário à produção de seu próprio material como faixas, bandeiras e adesivos. Sempre que consideram necessário ou quando solicitado, os diretores comparecem às reuniões para reforçar sua autoridade e autonomia.

“Só a vitória nos interessa” – Objetivos gerais

Contrariando a tendência de uma lógica que se impõe na modernidade, baseada em relações impessoais, com poucos vínculos e paixões, o chamado mundo das relações líquidas (BAUMAN, 2001; GIDDENS, 2002), o “torcer” por um clube retrata valores tradicionais, em que o passado é honrado e os símbolos são valorizados, porque contêm e perpetuam a experiência de gerações.

Mas nem sempre o esporte ou ainda mais o futebol foram entendidos como objetos nobres de pesquisa. A despeito desse desprezo da tradição científica, Norbert Elias e Eric Dunning (1992) identificam nos “*paradigmas racionalizantes*”, a redução do “*campo de visão*” das ciências a um conjunto comparativamente estreito de atividades sociais, apesar de sua pretensão de tratar a sociedade em todo seu conjunto. Ou seja, para estes autores, as ciências sociais teriam se orientado para o campo restrito dos aspectos entendido como sério e racional da vida, o que teve como efeito a visão de que o divertimento, o prazer, o jogo, as emoções, a fuga da rotina e as tendências irracionais e inconscientes do homem tivessem merecido pouca ou nenhuma atenção no âmbito da teoria e da investigação sociológica. Assim, a busca de referências teóricas e metodológicas para o

estudo do futebol, tem necessariamente que passar pela interdisciplinaridade, e tem no estudo desses dois autores seu momento seminal. Nesse sentido, a obra de Norbert Elias estudando o processo civilizatório e suas análises produzidas sobre o esporte, em parceria com Eric Dunning nos oferece um bom ponto de partida.

Uma visão que atribui ao futebol a função social de lazer, associada à de tempo livre como tempo de ócio, de não trabalho, enfim, um “não-lugar” da política. E quando a política se faz em meio ao esporte se dar nesse tempo comum através da alienação, manipulação e atendendo a interesses de outra ordem que não a esportiva. De todo modo, aos poucos os estudos do campo vêm alargando o conceito de política, bem como problematizando a dicotomia simplista e funcionalista entre política e esporte.

A partir da espetacularização da prática, o futebol passou a contar com um número significativo de torcedores, que se identificaram com a modalidade, e posteriormente também podemos observar uma constante expansão do número de clubes adeptos da prática. Por fim passou a identificar-se com os referidos clubes, fenômeno denominado pelo antropólogo Arlei Sander Damo (2005) como clubismo. Isto foi necessário para que exista um sentimento de pertença do torcedor.

De acordo com Elias e Dunning as atividades de lazer, de ócio e de tempo livre possuem este caráter “quer se tome parte nelas como ator ou como espectador, desde que não se participe como se participasse numa ocupação especializada através da qual se ganha a vida” (ELIAS, DUNNING, 1992, p.110). Segundo este autor, a polarização lazer/trabalho em sua forma tradicional é inadequada, pois sugere que todo ou qualquer tempo que não é despendido no trabalho, trabalho tendo este como sentido de uma ocupação de tempo remunerado, ou seja, todo o tempo não livre, pode ser dedicado ao lazer, uma dimensão importante das sociedades modernas nas quais orientam-se para o prazer, tornando-se, assim, um campo de análise que requer e merece teorização e investigação. Desse modo, se a excitação é bastante reprimida na ocupação daquilo que se encara habitualmente como atividades sérias da vida, as ocupações de lazer fornecem um quadro imaginário que se destina a autorizar o excitamento, ao representar, de alguma forma, o que tem origem em muitas situações da vida real, embora sem seus perigos e riscos. Isto se deve ao fato de que a excitação e a emoção presentes nas atividades de lazer são limitadas por restrições civilizadoras.

Marcel Mauss (1979) contribui para este entendimento. Segundo o autor, os sentimentos são categorias sociais que variam de acordo com a grade classificatória de cada cultura e, por isso, devem ser entendidos como expressões coletivas em que o indivíduo aprende a experimentar; do contrário, seriam sempre iguais em sua manifestação. Assim considerando, o modo de expressar esse sentimento é, também, a forma de experimentá-lo, que só se torna possível porque faz parte de todo o repertório cultural do grupo.

O sentimento de identidade refere-se à imagem que a pessoa adquire ao longo da vida a respeito de si própria, imagem que constrói e apresenta, para acreditar na sua própria representação. Noções como risco e segurança, autocontrole, descontrole são fundamentais para se compreender as experiências de manifestações torcedoras e o sentido da paixão futebolística, estas noções fazem assim um conjunto de representações.

No trabalho de campo, pude observar que os torcedores organizados executam verdadeiros rituais antes, durante e depois das partidas de futebol. Bandeiras, músicas, coreografias e fogos de artifício são algumas das manifestações que ritualizam e embelezam o espetáculo esportivo. No caso específico da torcida “Young Flu”, quase que pontualmente, 10 minutos antes de qualquer partida, torcedores empunhando as suas bandeiras (algumas exaltando a própria Torcida Organizada, outras a jogadores considerados heróis do passado e do presente) correm em direção à arquibancada e são recebidos com gritos “Vem chegando a Playboyzada³, vem chegando a Playboyzada...”. Em jogos de maior vulto, são distribuídos centenas, talvez milhares de saquinhos de pó de arroz (na verdade, talco), para serem arremessados em direção ao campo toda a vez que o time pisa no gramado. E, assim, o cenário está montado para a plateia assistir.

³A alcunha “playboyzada”, que por muito tempo fora usada de forma depreciativa pelas torcidas dos clubes rivais, agora é apropriada e enaltecida como qualidade intrínseca da torcida do Fluminense. No entanto, as representações feitas pelos e sobre os torcedores não pode ser levada ao pé a letra, pois não servem para identificar a composição da massa torcedora. Assim, a importância dos estereótipos recai sobre como as representações E (?) norteiam o modo de agir das torcidas, suas rivalidades e seus discursos sobre elas próprias e sobre os adversários. Os fragmentos de história são utilizados como que a formar um fio condutor que liga o clube e seus torcedores do passado aos dias atuais, reforçando determinadas características, atitudes e afirmando conceitos do que é torcer para determinado time, numa relação em que a visão dos próprios torcedores está em constante embate com os ataques adversários e em reelaborações frequentes. Casos semelhantes são encontrados no Flamengo com o urubu, no Palmeiras com o porco, entre outros.

Método

Empreendi uma pesquisa de imersão na torcida “Young Flu”, do Fluminense Football Club, começando no final do ano de 2012, construindo pontes com testemunhas, coletando dados através de observação participativa, principalmente no período de tempo em que o clube em questão esteve disputando os campeonatos Carioca, Libertadores da América e Brasileiro, todos estes disputados no ano de 2013. Fiz uso de entrevistas semi-estruturadas com testemunhas-chaves eleitas pela disposição em participar do encaminhamento da pesquisa, assim como por sua representatividade junto a ela.

Esporte como problema sociológico

As Torcidas Organizadas e os esportes contemporâneos – assim como os megaeventos esportivos – são consequências de um fenômeno chamado “esportivização”, este começou no século XIX na Inglaterra e acompanhou a evolução e as mudanças do capitalismo mundial.

Vários fatores contribuíram para essa mudança, dentre eles o contínuo crescimento econômico da Inglaterra no século XIX, e a competência do Estado no controle e monopólio da violência, tornando assim o Estado inglês a única instituição responsável por esse controle (ELIAS, 1994). Elias ainda acrescenta que para o sucesso disso foi necessário um alto grau de controle individual e dos grupos sociais, no que diz respeito a não utilização da violência física. Contando com um alto grau de *autocontrole*, categoria demonstrada na teoria do processo civilizatório⁴, que foi elaborada por Norbert Elias a partir de observações, de longo prazo, das sociedades europeias e que, ainda hoje, é considerado um processo em contínua construção.

⁴ O processo civilizador é um conceito que versa sobre a historicidade do processo de mudanças das sensibilidades dos grupos sociais em longos períodos. Essa ideia de constrangimento interno e externo aos indivíduos ou grupos é central no conceito e na percepção da existência de códigos de conduta e sensações chanceladas socialmente, que estimula o juízo de valor social dos indivíduos. Esses constrangimentos versam, sobretudo, o uso da violência, podendo ser estendidas a ambientes públicos como nos privados e o controle dos sentimentos, que passam da frequente externalização das vontades para o comedimento. Elias identificou que as sociedades analisadas ao longo dos séculos desenvolveram representações sociais negativas, uma moral e leis que se não impedissem os atos violentos, o vendo de forma condenável que os tornavam repugnantes, regrados e determinavam espaços em que pudessem acontecer mediante normas específicas.

Sendo assim, para Elias existiria uma espiral de evolução, modelo apresentado em O Processo Civilizador; no entanto, não prevê um dia em que se alcançará o fim da violência na sociedade. Nesta análise, existe a percepção de que as determinações externas de controle da violência, bem com a internalização dessas normas pelos indivíduos, são condições fundamentais do processo histórico de complexificação das sociedades (ELIAS, 1994).

Neste aspecto podemos entender o futebol e o esporte para a sua funcionalidade na sociedade, pois quando se acredita que eles têm apenas o papel secundário, de tão somente proporcionar às populações uma prática física que visa manter a saúde e a qualidade de vida, muito semelhante e próxima ao sentido que lhe fora conferido no início do século XX quando da sua popularização, seria cair em uma explicação simplista. Esta hipótese se mostra em absoluto equivocada, pelo simples fato de que os esportes não atraem somente praticantes, mas também espectadores, o que no Brasil costumou-se chamar de torcedores. Elias nos esclarece que a função de manter a saúde é nada mais que um aspecto complementar, pois o principal sentido do futebol seria a função social que ele cumpre. Entendendo assim que o esporte, na concepção do autor desempenha a função de produzir satisfação, de liberar pulsões e tensões, que se as pessoas envolvidas na prática esportiva forem capazes de controlar seus impulsos libidinais, afetivos e sociais de forma espontânea, observando assim o êxito do processo civilizatório, este que depende até certo ponto de um autocontrole individual, nem muito forte, mas também tão debilitado.

Elias e Dunning (1992) entendem que quando o autocontrole é fraco, torna-se inviável para prática esportiva, pois o indivíduo pode desenvolver sentimentos como ódio contra os outros competidores ou mesmo contra os atletas que compõem sua própria equipe, casos de elevada excitação, que são considerados anormais na sociedade moderna. Por outro lado, pessoas que exercem sobre si mesmas um controle muito elevado das pulsões, não podem se enquadrar como praticantes das modalidades esportivas, uma vez que a própria competição impõe um caráter de oposição e consequente rivalidade entre adversários, inadequado para quem exerce um forte autocontrole (ELIAS; DUNNING, 1992).

O futebol, para que se desse como efetivo seu processo de *esportivização*, algo se faz muito necessário, o surgimento dos Clubes, que ainda no início desta atividade esportiva

eram apenas associações de cavalheiros, onde se discutiam, delimitavam e reconheciam regras para sua prática. Se analisarmos o contexto brasileiro, verificamos que não foram criados clubes, simplesmente os clubes que já existiam apenas incorporaram o futebol em seu leque de atividades sociais que eram praticadas.

Os times de futebol eram todos partes dos tradicionais clubes sociais que também promoviam outras atividades esportivas, sociais e recreativas. Essa estrutura permanece até hoje, haja visto que a maioria desses clubes ainda tem regatas, basquete, voleibol, natação, tênis, etc. Porém, o futebol tornou-se o esporte que dá prestígio e reconhecimento ao clube. (HELAL, 1997, p.46).

Quando Norbert Elias e Eric Dunning começaram a trabalhar juntos num dos principais estudos de sociologia do esporte, *A Busca da Excitação* (1992), ambos estavam de acordo com a sua importância como instrumento de regulação e gerenciamento das emoções, desempenhando um papel privilegiado no cotidiano das sociedades modernas, atuando assim no processo de civilização delas:

Violência, mimese, esporte e sociedade. Norbert Elias tenta demonstrar a relação entre sociedade e esporte. Suas análises sociológicas possuem um forte apoio no rigor das fontes históricas. Entender o esporte articulado com a dinâmica social possibilita que se vislumbrem detalhes específicos, tanto do próprio esporte, como da sociedade onde está inserido. (SOARES, 1995, p. 171)

Simoni Guedes (1977) considera o futebol no Brasil como “*instituição zero*”, contribuindo para esse debate. Para a autora, o futebol em nosso país deve ser entendido como um *símbolo flutuante* justamente porque não produziria consensos, ao menos não na sua totalidade, mas poder ser vislumbrado como um fenômeno cultural em que todos se articulam, com uma boa dose de especulação, cientificismo, magia e emoção, suas teorias e doutrinas, e que, literalmente, investem nas suas falas e saberes determinados valores que, aí sim, talvez produzam identidades em alguns níveis (GUEDES, 1977). Sendo assim um significante vazio, mas pleno de potencialidades de significação. Em outras palavras, no Brasil, o campo simbólico do futebol pode ser tomado como exemplo de muitas coisas diferentes: a tradicional metonímia da Seleção Brasileira como “o povo brasileiro em campo”, “pátria de chuteiras”, até as mazelas dos dirigentes de clubes e “cartolas” esportivos como metáfora da classe política e seus problemas de corrupção, má gestão, desvio de dinheiro público, passando pelo desempenho de cada jogador em

campo, metáfora de condutas privadas, honrosas ou desonrosas. O futebol no Brasil tem se apresentado como um veículo quase insuperável para a produção e reprodução de discursos sobre a nação e o povo brasileiro. Pode ser entendido como uma *zona livre* mas repleta de significados, assim sendo uma *instituição zero*.

Economia simbólica dos ingressos

Durante todo o meu trabalho de campo, pude observar o aumento do fluxo de torcedores da “Young Flu”, e sua diminuição, para além dos resultados em campo. Em tempos de aproximação com a diretoria do clube, havia mais ingressos disponíveis à Torcida, em tempos de relaxamento dessa relação, menos ou até nenhum. Neste tempo de um ano de etnografia, observei e defini a torcida “Young Flu” como de situação, porém não tendo seus membros oficialmente como parte da direção do clube, mas presentes (até por serem sócios e por isso com voz ativa na estrutura administrativa) no conselho deliberativo, sendo chefes de delegação na Copa Libertadores da América (o jogo em questão foi no Chile contra o time do Huachipato).

E como se daria essa economia simbólica de ingressos? A Torcida Organizada normalmente tem direito por parte das diretorias à uma cota de ingressos, destinados a ela de forma gratuita. Esses ingressos, uma vez nas mãos das torcidas, tornam-se uma forma de autofinanciamento, além das atividades sociais como festas, eventos e viagens, vendas de material como camisas, agasalhos, bonés, chapéus entre outros, tanto com o logo das torcidas, assim como material utilizando símbolos do clube de forma licenciada e também numa permissão gratuita, através das quais as torcidas se remuneram. As Torcidas Organizadas, que supostamente existem para dar apoio ao time de forma irrestrita e que seriam compostas por torcedores mais fiéis que outros, num código de valores diretamente ligados à masculinidade, vão muito além disso: são instituições num sentido jurídico sem fins lucrativos, mas também se mostram verdadeiras empresas geradoras de lucro. Em diversos jogos estive presente, adiquiri a entrada supostamente de forma gratuita, mas o bilhete é cobrado, no valor de meia entrada. Quando não na entrada do jogo, mas logo durante o intervalo. Pude perceber o meu nome anotado num rudimentar balancete contábil. Nas diversas vezes em que perguntei para o que servia

aquele documento, me foi respondido que era uma prestação de contas para alguém de dentro do clube. Porém, em alguns casos, entrei de forma gratuita e não me foi cobrado, fazendo com que o balancete em questão não fosse tão rigoroso.

Estes ingressos que são repassados às Organizadas de forma gratuita, como observamos, se transformam em um mecanismo que busca maximizar lucro, sendo estes cobrados no valor da meia entrada para quase todos os torcedores associados da Torcida. Ainda que de uma forma rudimentar e orgânica, deixando um ou outro passar batido, ou ainda a existência da cobrança de bilhetes por partidas passadas. É muito semelhante a estruturas capitalistas precárias, que estão as margens da sociedade, em que os limites da formalidade e informalidade são tênues, por exemplo, camelôs, guardador de carro, cambistas, etc.

Existem torcedores com mais prestígio dentro da Torcida que não pagam o ingresso, mas a regra é a cobrança da meia entrada.

O balancete rudimentar, a cobrança por ingressos acumulados de partidas anteriores, o privilégio de certos torcedores, o repasse das informações financeiras desse procedimento à “alguém lá dentro do clube”, tudo isso sugere que há uma relação de mercado entre as Torcidas Organizadas e as diretorias de clube, e uma economia simbólica de ingressos, no qual você participa dos lucros dela e se privilegia dos onus (o pagamento do bilhete gratuito) de acordo com seu status na Torcida Organizada e esta também pode ser compreendida como informal.

Como pude observar essa economia informal de ingressos se dá de uma forma simples, um “cambismo” semi-oficial. Transitam assim, entre a formalidade e a informalidade. Eles recebem ingressos, e não há nada de ilegal nisso, mas os revendem ao preço de meia entrada, com direito a fila específica no estádio com maiores facilidades. Sendo assim, têm retorno financeiro vendendo algo que lhes foi dado de forma gratuita, assegurando a entrada de membros mais destacados de forma gratuita. Esse “cambismo” tem uma estranheza que não pude descobrir em campo, há um controle de quem compra esses ingressos numa espécie de balancete contábil, e esse documento é remetido ao clube, ou a alguém no clube. Além de capitalizar a torcida, há pessoas dentro do clube que parecem enriquecer de forma estranha com essa política de doação/venda de ingressos.

Fazendo assim um duplo movimento, o primeiro que é capitalizar a torcida e permitir que algum dos “seus cabeça” viva desse “barato” que é torcer, o outro é reforçar a

hierarquia dentro dela, já que é um sinal de status perante seus pares quando se consegue o ingresso gratuito de forma gratuita.

Entendo que há diversos motivos para demonstrações de força por parte das Torcidas Organizadas, mas em meio ao campo e suas consequências notei um encaminhamento lógico em que a luta corporal e demonstrações de masculinidade se mostram bem efetivas e profícuas, havendo assim consequências indo além do simples ato de se mostrar mais homem que outros, sendo apropriadas para outros fins, ainda que de maneira inconsciente. Quando uma torcida é notoriamente violenta, sua reputação gera dois tipos de sentimentos, um de repulsa e outro de atração. O sentimento de repulsa afasta as pessoas comuns do estádio, gerando medo em famílias e alimenta o discurso jornalístico repetitivo a respeito do fenômeno das Organizadas. Porém esse sentimento ainda que em termos do discurso oficial nas Organizadas é rejeitado, não oficialmente é muito bem-vindo, pois quanto mais repulsa causada, de certa maneira mais força é alcançada. Portanto, a má fama de torcida violenta traz retorno em diversos sentidos: em termos políticos, há resultados em maior penetração no clube e maior grau de barganha para alianças com “torcidas irmãs”.

Pude perceber em campo que ao punir o clube de uma Torcida Organizada envolvida em um caso de violência ou vandalismo, ao em vez de enfraquecer as práticas negativas de barbárie de alguns torcedores das torcidas organizadas, pelo contrário reforça o poder das pessoas que fazem uso desse expediente e enfraquece os setores contrários a essa prática dentro das organizações, pois pressiona os clubes a se submeterem a exigências e demandas das Torcidas.

Torcedores Organizados x Sócio-Torcedores

A etnografia me mostrou, portanto, que fazer parte de uma Torcida Organizada ser mais “interessante” que ser sócio do clube, que é um tipo de relação mais fria e distante. O sócio-torcedor tem direito a regalias tais como ingressos mais baratos, promoções dentro e fora do estádio, mas mantêm-se ali uma relação entre cliente e prestador de serviço, uma relação fria, em que esse torcedor é compreendido pelo clube como um consumidor portador de certos direitos a serviços, na via contrária ocorre o mesmo, o clube se comporta como empresa e nessa relação em busca de otimização (pelo menos em tese) de

ganhos financeiros, procurando prestar da melhor forma os serviços prometidos em nome da fidelização, ou seja, a fidelização só vem após o serviço prestado, e isto somente quando com qualidade. O torcedor organizado por sua vez tem como premissa inicial já ser fiel ao clube, ou em muitos casos a torcida, essa fidelização não exigiria nada em troca, algo que durante o período em que a pesquisa foi desenvolvida deixou claro depender muito da posição que o indivíduo ocupa na agremiação.

O sócio-torcedor enfrenta fila para resgatar seus ingressos, e entra no estádio com os expectadores “comuns” no jogo, em clara desvantagem perante a Torcida Organizada, que tem sua catraca específica, ingressos sem fila, muitas vezes escolta policial para os jogos, etc.

Nos jogos ocorridos em qualquer um dos estádios dos quais visitei, pude observar que em cada catraca há grades separadoras com intuito de organização, uma racionalização da fila, e com a catraca das Organizadas não se faz diferente, também existindo essas grades separando em nome de uma maior organização. Ao primeiro olhar, todos são iguais, todos são separados pelas mesmas grades. Em jogos de grande expectativa e público, nas grades dos torcedores “comuns” (por onde o sócio é obrigado a entrar), pessoas se espremem e experimentam filas no mínimo desagradáveis, enquanto as grades da Torcida Organizada permanecem tranquilas, vazias e confortáveis. Quando em algum momento um torcedor comum “perdido” tenta entrar no estádio pela parte destinada e exclusiva das Organizadas, este é repreendido prontamente por funcionários do clube e policiais militares, que em certa quantidade são colocados a disposição para a manutenção deste privilégio, talvez em nome da segurança (?).

As Organizadas promovem eventos sociais, o clube não, a relação do sócio com o clube se limita basicamente aos jogos de futebol ou outras categorias esportivas e ao acesso às instalações físicas, como piscina por exemplo, não se promovendo uma integração social de pessoas afins. Enquanto isso, a organizada promove eventos, festas, churrascos, viagens, excursões; há uma construção de solidariedade entre semelhantes, um sentimento de cooperação que ao mesmo tempo também gera um sentimento de segregação, mas positivo. O torcedor de Organizada se sente superior aos demais, mais fiel e mais homem e diferente do comum, do chamado “povão”.

Quando o indivíduo faz parte desse grupo, criam-se laços de solidariedade, de cooperação e de distinção perante os demais, tem-se e assume-se um compromisso com o grupo. Porém, saliento que na arquibancada todos são bem-vindos para apoiar.

Conclusões

Podemos então entender que existe uma relação de dependência mediada, entre Torcidas Organizadas e Diretorias de Clube de Futebol, porque depende da vontade da direção de ajudar ou não determinada torcida em específico, ou até mesmo boicotar determinado agrupamento. Mediada porque necessita também do controle que “os cabeças” fazem dos seus para que o clube possa conseguir através dessa relação atingir seus interesses específicos, seja lá quais forem, ou seja, é uma relação de dependência mediada pelo grau de clientelismo que cada diretoria e torcida constroem em sua relação cotidiana.

Quebrando a mediação do interesse, “do jeitinho”, da troca de favores, a relação esfria, a Organizadora desestabiliza (migrando assim para o campo de oposição) e o ambiente do clube será muito conturbado. Normalmente, quando isso acontece, a direção não consegue se manter. Como exemplos históricos temos: Eurico Miranda no Vasco da Gama, Dualib no Corinthians e Patrícia Amorim no Flamengo. Muito se assemelha a relação construída no período Vargas entre governo e sindicatos. O governo favorece de alguma forma torpe a classe trabalhadora e o sindicato trabalha para que ela não lhe cause problemas. Em vez de “torcedores profissionais”, o que encontramos é uma “elite burocrática” no comando das torcidas.

As Torcidas Organizadas vivem sem o clube, essa é a conclusão que posso tirar desse mais de um ano de trabalho. Elas já viveram sem precisar do clube, nasceram e cresceram sem o seu apoio, na realidade, boa parte da historiografia pesquisada nos mostra que as Torcidas Organizadas (e sob a forma carioca de “Torcida Jovem”) aparecem no cenário do futebol profissional em oposição às diretorias de seus clubes e às formas organizadas de se torcer anteriores, tidas sempre como “vendidas” e “dependentes” – daí aparecem diversas organizadas com o nome de “Independente” –. Porém, estas mesmas que criticavam os modelos anteriores de relacionamento torcida/diretoria, por sua natureza clientelista, com o decorrer da história reproduzem e intensificam estas práticas.

A partir do que foi exposto, pergunta-se: que tipo de excitação está em jogo na relação torcedor/clube de futebol?

Como já foi mencionado, a excitação prazerosa provocada pelo caráter catártico e mimético do esporte, de sua prática e da condição torcedora, proporciona aos indivíduos sensações cada vez mais raras na vida cotidiana, e isso seria uma chave para entender o caráter dessa relação torcedor/clube. Frente a uma sociedade processualmente mais controlada, por meio do autocontrole individual e o controle dos aparelhos de Estado, a *catarse*, seria a oportunidade de, a partir do embate competitivo com o outro, condição para o futebol, produzir e liberar tensões, seja durante a prática ou no ato de torcer, trazendo consigo uma adesão sentimental que pode ser interpretada como uma imersão no jogo.

A busca da excitação é uma forma de procurar alívio da repressão social, ela acontece no tempo livre, durante o ócio ou no lazer. Neste caso, o lazer é definido como o processo amplo de criação de laços sociais e interdependência, diferente, por exemplo do mundo das obrigações sociais como escola, trabalho e família, onde ocorre esta repressão. No lazer, as formas de relação não são sistematizadas ou definidas de antemão como no trabalho, no lazer a busca de um descontrole medido, isto é, estes descontroles são, até certo ponto, permitidos ou ainda esperados.

Concluindo este trabalho, concordo com Roberto DaMatta (1982) quando ele diz entender o futebol brasileiro como um fato social total, e vê-lo como espelho do que é a sociedade brasileira, com seus méritos e defeitos, então não seria diferente nas arquibancadas. Os problemas que foram construindo e moldando nossa cultura de forma tão particular também aparecem em coisas ditas “não sérias”. Podemos ler o Brasil numa delegacia de polícia, num botequim, como também numa partida de futebol e em suas arquibancadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMAN, Zygmunt, **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001;

DAMO, A.S., **Do dom à profissão: a formação de futebolistas no Brasil e na França**. São paulo, Hucitec, 2005;

DAMATTA, Roberto, **Universo do futebol: esporte e sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Pinakotheke, 1982;

- DAMO, A.S., Dom, amor e dinheiro no futebol de espetáculo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, ano 23, n°66, fev/2008;
- ELIAS; DUNNING, **A Busca da Excitação**. Lisboa, Difel, 1992
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., vol 1, 1994;
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., vol 2, 1994;
- GEERTZ, Clifford, **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989;
- GIDDENS, Anthony. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2002;
- GUEDES, Simoni L., **O Futebol Brasileiro: instituição zero**. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Rio de Janeiro: 1977;
- HELAL, Ronaldo, **Passes e Impasses – Futebol e Cultura de Massa no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997;
- MAUSS, M. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003;
- MAUSS, M. **Ofício do Etnógrafo, Método Sociológico**. In: Cardoso de Oliveira, R, São Paulo: Ática, 1979;
- SOARES, Antônio Jorge. Institucionalização do esporte moderno: leitura de Nobert Elias. In: VOTRE, Sebastião; COSTA, Vera Lúcia Menezes. (Org.). **Cultura, atividade corporal & esporte**. Rio de Janeiro: Editora Central da Universidade Gama Filho, v. 1, p. 161-174, 1995;

Relações de cooperação entre grandes e pequenas e médias empresas em parques tecnológicos do Brasil

Felipe Möller Neves¹
Daniel Gustavo Mocelin²

A instalação de grandes empresas em parques tecnológicos pode ser considerada como uma vantagem para os pequenos e médios empresários, na medida em que se estabeleceriam relações de cooperação técnica e comercial entre tais agentes. A presença de grandes empresas de base tecnológica beneficiaria especialmente as pequenas e médias empresas de base tecnológica que surgem, crescem ou se hospedam nesses ambientes. No contexto de investigação do desenvolvimento do processo de inovação, parte-se da concepção de cooperação como fundamento das relações dinamizadas nos parques tecnológicos. As dimensões analisadas foram: ascensão de programas de transferência tecnológica; intercâmbios culturais; aprendizado técnico e geração de emprego. Resultados preliminares permitiram identificar quatro variações de cooperação. A tipologia foi elaborada a partir de casos de relações entre grandes empresas de base tecnológica e pequenas e médias empresas de base tecnológica, observados nos parques visitados.

Palavras-Chave: Cooperação; Parques Tecnológicos; Redes; Spillovers; Spin-Offs.

Introdução

Nos últimos anos, a instalação de parques tecnológicos e a presença de grandes empresas nesses ambientes tem crescido junto às universidades brasileiras. Na teoria, o surgimento de novos campos de geração de conhecimento poderia elevar os níveis de inovação, se supondo que o intercâmbio de conhecimentos e experiências de gestão da inovação entre os agentes fomentaria o desenvolvimento de novos produtos e serviços, impactando positivamente a realidade local (PNI, 2013).

A instalação de grandes empresas em parques tecnológicos pode ser considerada como uma oportunidade para os empresários iniciantes, na medida em que por meio de

¹ Felipe Möller Neves é Doutorando do PPGS da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e membro do Grupo de Pesquisa Sociedade, Economia e Trabalho (GPSET).

² Daniel Gustavo Mocelin é Doutor em Sociologia, Professor do Departamento de Sociologia e do PPGS da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Realiza pesquisas nas áreas de sociologia econômica e sociologia do trabalho.

relações de cooperação técnica e comercial poderiam alavancar seus negócios. Esse é um tema importante para compreender a realidade de Parques Tecnológicos, uma vez que tais iniciativas não se restringem à composição de condomínios de empresas, onde cada uma atua isoladamente sob a custódia de escritórios de transferência tecnológica. O que justifica tais experiências são as interações do setor produtivo com o campo científico e também as interações entre as próprias firmas.

Relações de cooperação entre instituições científicas e a iniciativa privada têm sido recorrentemente analisadas nesses ambientes voltados à promoção da inovação, mas ainda são poucos os estudos que se dedicam a aprofundar o entendimento sobre a natureza e as especificidades das relações que ocorrem entre as firmas instaladas nos parques.

Os parques tecnológicos são ambientes voltados para o desenvolvimento de tecnologias, serviços especializados e implantação de negócios inovadores, onde a produção do conhecimento se aproxima da geração de riqueza. Nestes locais, busca-se promover sinergias nas atividades de pesquisa científica, tecnológica e de inovação entre as empresas e instituições científicas, públicas e privadas, que possuem apoio institucional e financeiro dos governos federal, estadual e municipal, comunidade local e da iniciativa privada (LAHORGUE, 2005; ARBIX, 2010; PNI, 2013).

Seguindo uma tendência global em torno da concepção de que o desenvolvimento econômico depende cada vez mais da aplicação da pesquisa básica e do conhecimento em inovação, a literatura especializada no tema aponta que o surgimento de ambientes mais propensos à circulação de conhecimento e à interação técnica e econômica entre empresas e instituições de pesquisa tende a elevar os níveis de competitividade dos países. É partindo dessa concepção que muitos especialistas passaram a promover, especialmente nos países em desenvolvimento, as iniciativas de Parques Tecnológicos como fator decisivo para a vitalidade econômica no contexto atual, uma vez que o intercâmbio de soluções tecnológicas e de experiências comerciais entre as organizações envolvidas promoveria o desenvolvimento de novos produtos, processos e serviços, impactando na identificação de opções econômicas (Etzkowitz; Leydesdorff, 2000; Rossiter, 2003; Etzkowitz, 2009; Arbix, 2010).

Desta forma, não é difícil observar que todo o escopo programático da estruturação de um ambiente dessa natureza remete à concepção fundamental da *cooperação* como princípio articulador de ações voltadas à promoção da inovação, tendo como referência o

amadurecimento do empreendedorismo tecnológico e a formação sustentável de pequenas e médias empresas de base tecnológica. Há um reconhecimento explícito entre os estudiosos do tema sobre a heterogeneidade dos participantes envolvidos em redes de colaboração nos Parques Tecnológicos, e da fundamental conciliação de interesses ideais e materiais dos agentes envolvidos, universidades e empresas, pesquisadores e empresários, estudantes criativos e investidores; os quais também estabelecem nos parques relações com grandes empresas, de capital nacional e estrangeiro.

É precisamente sobre a análise das relações empresariais que se estabelecem entre as grandes e as pequenas e médias empresas de base tecnológica que nos debruçamos no presente estudo. Praticamente em todas as experiências de Parques Tecnológicos constata-se que são espaços onde empresas em fase de maturação – em que se destacam *startups* e *spin-offs* – convivem e muitas vezes procuram se relacionar de alguma maneira com *players* poderosos, grandes empresas estrangeiras, multinacionais ou estatais, alguns em atuação em cadeias globais, o que pode caracterizar uma vantagem competitiva ou até mesmo significar a sobrevivência do negócio.

Cabe investigar em que nível ocorre transferência efetiva de tecnologia, ou mesmo quais formas de aprendizado os agentes locais adquirem. Em outros termos, é fundamental conhecer ainda mais a natureza desse aprendizado, se trata-se de cooperação técnica, desenvolvimento conjunto de novos produtos, processos e serviços; ou se simplesmente o que há é um meio para que as grandes empresas de base tecnológica comercializem seus produtos a partir destes parques.

Portanto, o propósito da pesquisa é investigar a relação de cooperação entre grandes, e pequenas e médias empresas, especificamente neste caso, relacionadas ao ramo da Tecnologia da Inovação (TI), em dois parques tecnológicos do Rio Grande do Sul. Para tanto, pretende-se verificar junto aos informantes, se há, e como ocorrem, fenômenos como transferência tecnológica, intercâmbios de cultura organizacional na gestão da inovação entre os países, aprendizado técnico e geração de empregos e renda para os agentes locais. Assim, seria possível entender como aconteceriam processos dessa natureza, para que efetivamente houvesse benefícios para os agentes (SANTOS, TOLEDO e LOTUFO, 2009; ARBIX, 2010).

Tomando como ponto de partida a concepção de que as políticas de desenvolvimento e os programas de fomento à inovação se efetivam com base na

expectativa de que nos Parques Tecnológicos se formem relações bem sucedidas, na forma de alianças técnicas e/ou comerciais harmoniosas entre grandes, pequenas e médias empresas, convém observar de forma mais atenta como se manifesta efetivamente o comportamento desses agentes econômicos em situações de cooperação interfirmas. Neste sentido, o estudo mobiliza o conceito de cooperação, a fim de qualificar as relações entre empresas presentes nos parques. Empiricamente, a análise partiu de uma incursão exploratória sobre o fenômeno, e está centrada em evidências sobre as relações de cooperação entre pequenas e médias, e grandes empresas instaladas em Parques Tecnológicos situados junto a duas importantes Universidades privadas do estado do Rio Grande do Sul.

Cooperação: entre redes e relações de confiança

Cooperação é um conceito ou princípio amplamente debatido pelas Ciências Sociais, tendo ocupado centralidade no escopo das preocupações históricas acerca dos processos de integração e de transformação social. A concepção de cooperação sempre esteve explícita ou implicitamente colocada nos princípios epistemológicos nas diferentes perspectivas de explicação dos fenômenos sociais, acompanhando todo o processo de desenvolvimento das Ciências Sociais.

Como pressuposto interpretativo, a ideia de cooperação já estava presente na filosofia sociopolítica por meio da noção de contrato social (Rousseau, 2003), passando pela interpretação de clássicos da sociologia como fundamento de organização do processo produtivo e na formação da consciência de classe (Marx, 2004); sob o prisma da concepção de sociação, adotada enquanto caminho inverso da significação do conflito como fenômeno originário da desordem (Simmel, 1993); na compreensão do fenômeno da associação econômica como mecanismos de promoção das chances e oportunidades de vida (Weber, 1999); na explicação da ordem moral moderna como gênese da constituição de uma forma de solidariedade baseada na interdependência entre indivíduos e grupos (Durkheim, 1999).

De maneira genérica, o conceito de cooperação pode ser definido nos termos que seguem:

qualquer forma de trabalho em conjunto, em contraste com concorrência ou oposição. Em economia e história social o termo é empregado (como o adjetivo cooperativo) para descrever qualquer forma de organização social ou econômica que tem por base o trabalho harmônico em conjunto, em oposição à concorrência (DCS, 1987).

Para além dessa terminologia, o fenômeno da cooperação continua sendo amplamente debatido no contexto atual das Ciências Sociais, especialmente no campo da sociologia econômica e da sociologia das organizações (Axelrod, 1984; Coleman, 1990; Gambetta, 2000; Bacharach; Gambetta, 2001; Cook, 2001). Nestas áreas, a cooperação é estudada articuladamente a outros aspectos que servem como dimensões da sua interpretação, envolvendo noções como redes, laços, coerção, reciprocidade e confiança.

Colocado como problemática sociológica, a cooperação é discutida por alguns autores quando se evidencia o conhecimento incompleto acerca dos agentes em uma relação. Segundo Beckert (2007), as relações de mercado, as transações, a relação entre consumidor e vendedor, necessitam de conhecimento ou confiança mínima entre as partes para que ocorram. O autor aponta a existência da noção de risco como elemento chave para a manutenção da ordem social das relações. O não cumprimento potencial de contratos, ou o fato de um contrato estar incompleto, seria um dos motivos para a causa de uma relação de risco. Manter uma relação de confiança é fundamental para a estabilidade das relações de mercado (Beckert, 2007; Dimaggio, 2002).

Corroborando com essa discussão, Granovetter (2005) aponta que a estrutura de uma rede social terá influência na atuação dos indivíduos e na aceitação ou não de riscos nas relações de mercado. As redes são caracterizadas como estruturas de oportunidade, mas também como fonte de restrições. Segundo o autor, as relações econômicas são facilitadas entre as partes que se conhecem diretamente, ou cuja reputação conhecem indiretamente através de um terceiro. É a noção de confiança que perpassará as regras do jogo, de modo que experiências positivas em relações prévias, ou o reconhecimento de um agente confiável, servirão como parâmetro para a conduta de aceitação de um contrato de risco, diferentemente de uma relação que envolve indivíduos completamente estranhos uns aos outros.

A força de uma ligação entre agentes é definida como “uma combinação, provavelmente linear, de tempo, intensidade emocional, intimidade e serviços recíprocos”

(Granovetter, 1973, p. 1.361). No entanto, a partir de suas pesquisas, Granovetter ressalta que, em geral, costuma-se dar grande importância aos laços fortes. Porém, as ligações fracas possuem características importantes e podem ser mais interessantes nos processos de comunicação e difusão de informação, pois podem reduzir a redundância e trazer informações novas aos agentes mais rapidamente. Essa é a “força dos laços fracos”. Os laços fracos são decisivos porque estabelecem pontes entre redes, permitindo assim o acesso a universos sociais diversificados e a uma maior variedade de informações.

A economia institucional, a teoria dos jogos e a nova sociologia econômica trazem à tona um conjunto de mecanismos sociais adotados em relação à ação cooperativa, prevendo a possibilidade de falhas nas transações de mercado trazidas pela deserção do parceiro no negócio (Beckert, 2007). Perspectivas e horizontes orientam o tipo de ação adotada pelos agentes em uma relação de cooperação em que convergem interesses e se cristalizam práticas efetivas. Quanto mais a cooperação for reproduzida e ampliada, mais fluem conhecimento, informações e maior possibilidade de mobilizar recursos. Além disso, Gambetta (2000) destaca que a coerção pode ser vislumbrada como forma de assegurar a cooperação e evitar ou corrigir falhas nas interações. Segundo o autor, ameaças à segurança da relação de cooperação podem desencadear mecanismos de reforço e reprodução da confiança, perante acordos e regras previamente estabelecidos pelos participantes da relação.

Deve-se considerar inicialmente a contribuição da Nova Sociologia Econômica, que teoricamente estabelece que os agentes econômicos participam e se engajam estrategicamente em contextos relacionais, nos quais trocam ideias, experiências e intenções com outros (Granovetter, 1973). Eles não agem, portanto, sem a devida interpretação acerca do contexto onde atuam (Giddens, 2003; Fligstein, 2009), relacionando-se com outros em um processo cognitivo que lhes permite almejar desempenho habilidoso na criação de sistemas completamente novos de significados, fundamentados na indução da cooperação (Fligstein, 2009).

Sem entrar no mérito da intensidade dessas conexões, mas incorporando-as ao modelo interpretativo como um elemento chave para mensurar a variabilidade inerente às relações em jogo, a cooperação interfirmas é um fenômeno que precisa ser explicado pela racionalidade dos agentes tanto quanto por relações de confiança e solidariedade, e de dominação e consentimento. No âmbito da dimensão das relações de confiança e

solidariedade, as iniciativas de aproximação entre os agentes redundariam em ações maximizadas de cooperação, enquanto que no âmbito das relações de dominação e consentimento, as iniciativas de aproximação envolvem situações de poder e subordinação.

A cooperação interfirmas: o processo de consolidação da inovação

Autores como Powell (1990) definem todas as formas de organização e atividade empresarial como estruturas que não são independentes, mas que sempre estão de alguma maneira envolvidas em *networks* empresariais. Em estudo posterior, Powell e Smith-Doerr (1994) determinaram a coexistência de duas formas que as *networks* empresariais podem assumir. Inicialmente, essas redes podem estabelecer relações informais entre organizações, em que as ligações proporcionam força e autonomia aos participantes da rede, sem que se caracterize uma ligação regida contratualmente. Por outro lado, também podem se estabelecer relações de governança, em que estruturas das inter-relações existentes entre os diversos atores disseminam práticas que outros tendem a seguir.

Segundo Castells (1999), duas seriam as formas mais evidentes de relações entre empresas. Uma seria a de *redes de subcontratação*, em que as pequenas empresas ficariam sob o domínio econômico e tecnológico de grandes empresas. A outra forma seria a de *redes multidirecionais*, quando as pequenas empresas tomariam a iniciativa de estabelecer relações com outras empresas, grandes e mesmo com pequenas e médias, atuando em empreendimentos colaborativos. Na primeira forma ficariam em evidência relações de subordinação, ao passo que na segunda as relações seriam de efetiva cooperação.

Tais formas de relações variariam em diversos sentidos, por exemplo, por setor de atividade ou por determinações territoriais e geoeconômicas. Contudo, autores como Powell e Snellman (2004) estabelecem como fator decisivo a distinção entre níveis de intensidade e uso de conhecimento e de aplicação tecnológica envolvidos na atividade produtiva. Nesta concepção, parece evidente que a natureza das relações entre as empresas e a configuração das redes que se estabelecem entre as firmas depende fundamentalmente da experiência tecnológica em jogo e do nível de inovação característico dos ramos de atividade econômica.

Neste sentido é que se deve fundamentar a questão de como a *cooperação interfirmas* potencializaria a inovação. Como se viu, os estudos sobre o comportamento das

empresas apontam que ações de cooperação podem ampliar as chances de sucesso econômico bem como o potencial de inovação nas empresas. Manzo (2011) destaca que a captação de recursos é inacessível ou muito mais difícil para empresas que agem isoladamente, demonstrando a importância do caráter relacional para a promoção da inovação. Quando se consideram especificamente o caso das pequenas empresas, a capacidade de inovação é analisada com maior cautela, sendo apontadas como predominantemente de tipo incremental, traduzindo-se na incorporação de componentes técnicos aos produtos, na melhoria de processos e produtos e em novas combinações de conhecimentos existentes (Albizu et alli, 2011).

Neste sentido, as redes de colaboração formais e informais entre empresas seriam importantes estímulos para as atividades inovadoras, sobretudo para as empresas menores, em razão de facilitarem o intercâmbio de conhecimentos diversos e o acesso a recursos. A cooperação em atividades inovadoras pode ser verificada como um *trade-off* entre *spillovers*. Ou seja, as empresas geram e recebem *respingos* na relação com seus parceiros. Esse pode ser um fator decisivo para a aproximação das pequenas empresas com as grandes.

Em estudos acerca da cooperação em relações estabelecidas entre empresas e universidades, Hewitt-Dundas (2013) apontou a indústria como agente que busca um maior nível de acesso a recursos humanos e ao talento técnico, constatando correlações positivas nas relações entre cooperação, inovação e desempenho nos negócios.

Como observado, há diversos estudos sobre a questão das redes empresariais, mas há uma lacuna na bibliografia sobre a natureza do processo de *cooperação interfirmas* em Parques Tecnológicos, sobre como podem ser geradas oportunidades para os agentes envolvidos, se de fato pode ser observado algum grau de aprendizado técnico, criação de novas fontes de conhecimento, formação de vantagens competitivas, seja por meio de acordos de transferência tecnológica ou criação de novos negócios, intercâmbio de cultura organizacional e de gestão da inovação, compartilhamento de equipamentos, geração de empregos e renda para os agentes locais.

Desenvolvimento Econômico a partir da Inovação em Parques Tecnológicos

Na década de 1930, Schumpeter (1952; 1997) foi um dos pioneiros no estudo da inovação, considerando esse processo para fundamentar uma abordagem sobre a dinâmica econômica que considerava que a essência do capitalismo não está no equilíbrio, mas precisamente na superação do estado estacionário. A partir da observação de revoluções técnico-científicas que ocorreram entre a segunda metade do Século 19 e as décadas iniciais do Século 20, e dos ciclos econômicos a elas atrelados, Schumpeter defendeu o argumento de que as atividades inovadoras formam o principal eixo de propulsão da atividade econômica, uma vez que explicam como o sistema capitalista desenvolve suas forças produtivas.

Schumpeter (1997) trata o desenvolvimento como a execução de novas combinações de recursos produtivos, que são determinadas através de cinco situações-chave: (1) a introdução de um novo bem com o qual os consumidores ainda não se encontram familiarizados ou de um novo tipo de bem já existente; (2) a evolução de um novo método de produção ainda não testado, baseado em uma descoberta cientificamente nova; (3) a abertura de um novo mercado; (4) a conquista de uma nova fonte de suprimento de matérias primas e demais insumos; (5) e a execução da nova organização de qualquer indústria.

A interação entre universidade, empresariado e governo implica em transformações em cada uma das instituições envolvidas, tendendo a transformar as fronteiras que as separam, permitindo intercomunicação entre estes elos. Assim, as universidades deveriam estar balizadas por princípios relativos ao mercado, ao mesmo tempo em que as empresas deveriam incorporar a gestão de pesquisa, tipicamente acadêmica. Através da interação destes agentes, seria possibilitada a criação de um sistema de inovação sustentável e durável, típico da economia do conhecimento (Etzkowitz; Leydesdorff, 2000).

O conceito de Parque Tecnológico origina-se dos Estados Unidos da década de 1950, em Stanford, Califórnia (Cooper, 1971). Os Parques Tecnológicos baseiam-se na interação entre universidade e iniciativa privada, e possuem como meta a promoção de infraestrutura logística, técnica e administrativa, no auxílio a pequenas empresas no desenvolvimento de produtos, geração de maior competitividade, favorecimento à

transferência de tecnologias e na criação de um ambiente propício para a inovação (Lahorgue, 2005; Arbix, 2010).

Assim, os Parques Tecnológicos são considerados como ambientes que favorecem a aproximação, e potencializam a união de instituições públicas e privadas, centrados em empresas inovadoras, *startups* de base tecnológica, centros de tecnologia, institutos de pesquisas e universidades, que são tidos como instrumentos relevantes para a formação e o desenvolvimento de ambientes de inovação (Etzkowitz; Leydesdorff, 2000; Rossiter, 2003; Lahorgue, 2005; Bellavista; Sanz, 2009; Etzkowitz, 2009; Arbix, 2010).

Portanto, a partir de parques tecnológicos e das incubadoras presentes ou agregadas nestes locais, constitui-se como marcante a interação entre universidade e empresa, e a consequente geração de tecnologias que impulsionam o desenvolvimento econômico na sociedade da informação. Assim, tanto empresas *spin-off* (novas empresas derivadas no âmbito dos parques), quanto aquelas já consolidadas, interagem com o ambiente universitário, gerando conhecimento oriundo da academia para a produção (Etzkowitz, 2009).

Os parques tecnológicos e as relações de cooperação interfirmas

Pretende-se apresentar nesta seção, um esboço interpretativo sobre os padrões de *cooperação interfirmas* observados em dois Parques Tecnológicos no Rio Grande do Sul. Para a construção da matriz analítica apresentada, foram tomados como campo empírico situações de relação técnica, acordo comercial e interação tecnológica, revelados entre pequenas e médias, e grandes empresas. A matriz elaborada neste estudo foi construída a partir de uma primeira aproximação exploratória com o fenômeno, em que se recorreu a interpretações indutivas e dedutivas, a partir da narrativa de agentes entrevistados. Destaca-se também, neste esboço interpretativo, a influência de estudos da geografia e ecologia de populações, uma vez que a literatura tem amplamente referenciado a realidade dos Parques Tecnológicos como *habitats* de inovação.

Ao aproximar os casos empíricos sobre as relações entre pequenas e grandes empresas analisados, da teoria utilizada para interpretá-los, pôde-se inferir, ainda que de maneira preliminar, um mapeamento morfológico das formas como se manifesta a *cooperação interfirmas*.

Assim, aproximações estratégicas com grandes empresas por meio de projetos em parceria, participação conjunta em programas de fomento, acordos de representação comercial e uso da marca, são relações que estão eminentemente colocadas na expectativa das pequenas empresas sediadas nos parques. Para os agentes locais, tais aproximações se forjariam como oportunidades especiais para iniciar algum tipo de intercâmbio e de interação mais íntima com as grandes empresas. Desta forma, indicadores promissores para a análise das relações de cooperação entre os grandes *players* empresariais e as pequenas e médias empresas em Parques Tecnológicos brasileiros são: transferência tecnológica; intercâmbios de cultura organizacional; aprendizado técnico; geração de emprego e renda; agregação de conhecimento; utilização comercial da pesquisa científica; agregação de valor a produtos, processos e serviços; novas patentes; e inovações de cunho médio e radical (que gerariam maior impacto socioeconômico).

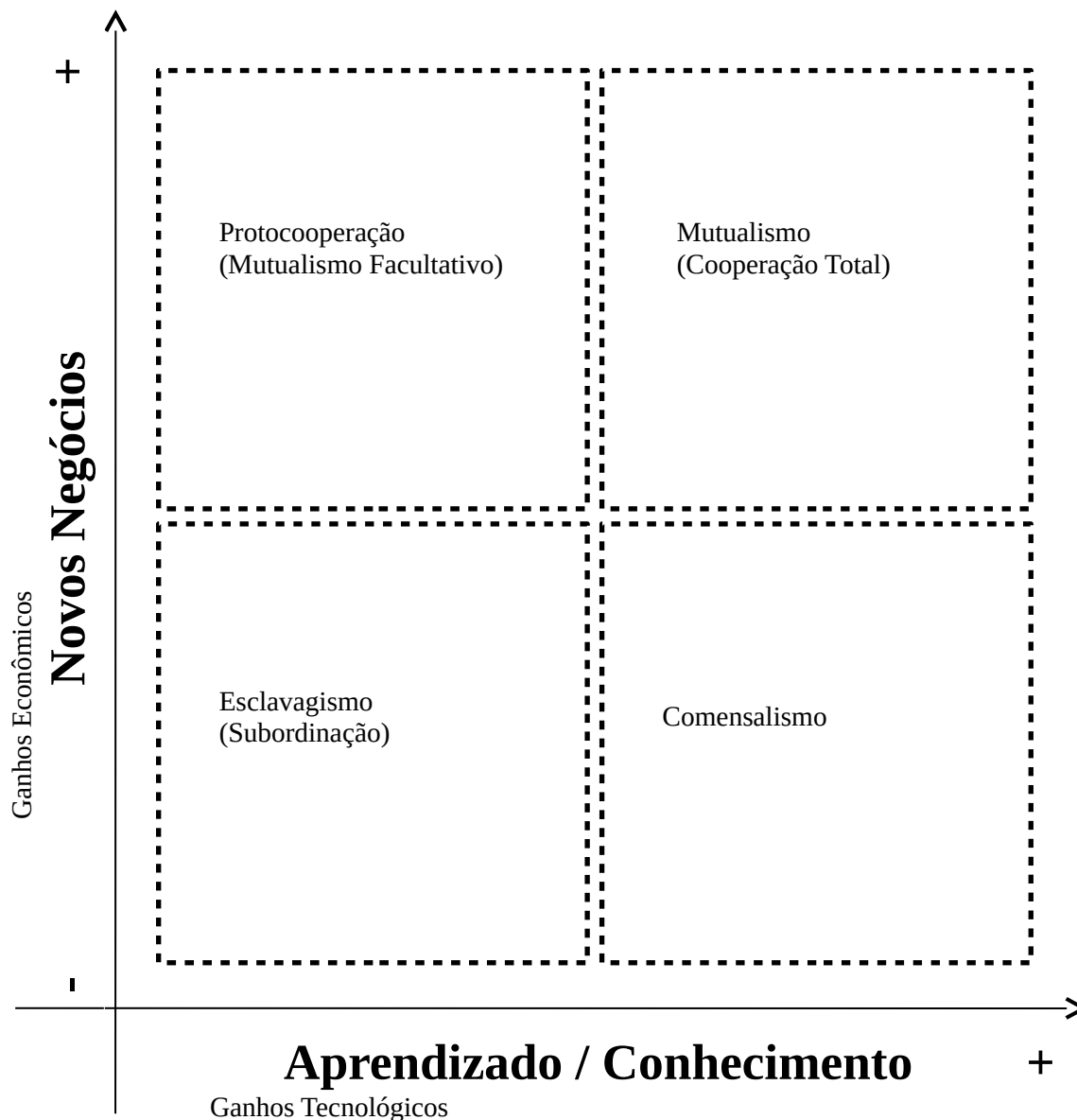
Pelo fato das relações entre grandes e pequenas e médias empresas possuírem variadas caracterizações, as mesmas precisaram ser analisadas à luz de indicadores que pudessem traduzir a motivação socioeconômica e em que grau as parcerias geram benefícios para os agentes envolvidos, especialmente desde a perspectiva das pequenas empresas de base tecnológica, por serem estas, em princípio, o lado mais interessado e ao mesmo tempo o menos forte da interação.

A opção metodológica para a construção de tipos foi por duas variáveis principais, que serviram para estabelecer uma matriz das formas de *cooperação interfirmas* identificadas. Ambas estão relacionadas à mensuração de diferentes tipos ganhos que as pequenas empresas têm a partir da aproximação e da interação com as grandes empresas. Esses ganhos podem ser fundamentalmente de dois tipos: econômicos e tecnológicos. Os ganhos econômicos são aqueles em que a relação de cooperação impacta diretamente em novos negócios e expansão comercial para ambos os participantes da relação, embora em termos de volume de ganho, um dos agentes pode estar sendo mais beneficiado do que o outro pela relação. Os ganhos tecnológicos são aqueles em que a relação de cooperação impacta diretamente em aprendizado técnico e apropriação de conhecimento para ambos os participantes da relação, embora um dos agentes possa estar aproveitando mais a relação.

Com base nessa estratégia investigativa, o estudo preliminar realizado em dois Parques Tecnológicos gaúchos subsidiou a identificação de quatro tipos de variações de

cooperação *interfirmas* entre as grandes empresas e as pequenas empresas de base tecnológica, conforme ilustra a Figura 1.

Figura 1: Matriz tipológica das relações de cooperação



Fonte: elaborado pelos autores.

A partir de algumas ocorrências identificadas na pesquisa empírica, foi possível identificar situações em que grandes empresas internacionais buscam se colocar comercialmente no mercado nacional a partir dos Parques Tecnológicos, e para tanto, estabelecem relações a fim de utilizar as pequenas empresas como representantes comerciais ou como prestadores de serviços acessórios. Desta observação, foi possível

identificar uma primeira forma de cooperação, denominada de **esclavagismo**, um padrão de interação entre firmas em que a relação de cooperação pode parecer à primeira vista como rudimentar, uma vez que ficaria em evidência o benefício econômico e comercial obtido pela grande empresa, ficando a pequena empresa em condição de dependência. Na cooperação escravagista, as pequenas empresas interagem com as grandes empresas para prestação de serviços, por meio de contratos comerciais. Neste tipo de cooperação, estabelece-se uma evidente relação de subordinação da pequena empresa, onde a interação está regida por cláusulas contratuais rígidas. Porém, as pequenas empresas estão participando de *networks* empresariais onde relações de governança são estabelecidas por uma empresa central, que lhe impõe novas práticas, no sentido exposto por Powell e Smith-Doerr (1994).

O escravagismo parece encontrar eco nas relações que Castells (1999) definiu como *redes de subcontratação*, porém esse padrão de relação escravagista pode evoluir e se transformar em uma relação de comensalismo, quando a pequena empresa for capaz de identificar caminhos para ampliar a relação com a grande empresa.

O **comensalismo** demonstra a situação em que as grandes empresas geram excedentes durante a interação, permitindo que as pequenas empresas se apropriem de tecnologias e conhecimentos e se ocupem de brechas de seu próprio mercado. Em alguns casos, as pequenas empresas assimilam resquícios tecnológicos a partir do aprendizado adquirido durante uma relação com a grande empresa, chegando ao ponto de reunir competências para imitar a empresa parceira, e até mesmo agir independentemente, em paralelo a sua relação com a parceira.

Na relação comensalista, fica evidente a situação identificada por Albizu et alli (2011), quando afirma que a capacidade de inovação das pequenas empresas é predominantemente de tipo incremental, traduzindo-se na incorporação de componentes técnicos aos produtos ou na melhoria de processos, sem maiores possibilidades de gerar novas combinações de conhecimentos. Para a pequena empresa, por menores que sejam os ganhos, constata-se a apropriação e assimilação por sua parte de carteiras de clientes e até mesmo de segredo tecnológico da companhia parceira, o que pode se transformar em um importante ativo para a manutenção dos negócios.

A **protocooperação** consiste na relação iniciante, ocasional, em que ambos os atores percebem-se beneficiados pela aproximação. Trata-se de uma relação em que se

busca conhecer o parceiro e avaliar a possibilidade de uma cooperação mais duradoura. A grande empresa pode realizar algum tipo de investimento na pequena empresa, seja na forma de treinamento técnico ou até mesmo no aporte de capital de risco; em alguns casos verifica-se participação societária da empresa grande na pequena. A parceira pode resultar em *spin-offs*, gerados a partir destas relações, culminando em novos negócios para as pequenas empresas, caracterizando elementos do que Dosi (1982) definiu como *knowledge spillover*. Destaca-se nesta relação a promoção de intercâmbios de cultura organizacional e aprendizado técnico para os agentes locais. O aspecto de caracterização dessa relação de protocooperação não se fundamenta no estabelecimento de relações contratuais. O elemento chave da relação é precisamente a formação de *networks* empresariais em que as ligações potenciais e efetiváveis proporcionariam força e autonomia às firmas em cooperação, no sentido colocado por Powell e Smith-Doerr (1994). Ambos os participantes sondam-se a fim de avaliar uma parceria e tentam encontrar um ponto comum de entendimento.

O **mutualismo** consiste na relação duradoura de cooperação entre grandes e pequenas empresas, havendo troca efetiva de tecnologia, conhecimento e experiências em gestão da inovação. As grandes empresas podem relacionar-se às pequenas por projetos em conjunto, como em casos de *joint ventures*, sociedades comerciais, relação de cooperação mútua, parcerias com propósitos conjuntos, verificando-se nestes casos a possibilidade do tipo de cooperação mutualista. Apenas no mutualismo as pequenas e grandes empresas aparecem diretamente associadas em projetos junto a agências e programas de fomento. A pequena empresa possui algum capital tecnológico de interesse da grande empresa, e a estratégia da pequena é a de estabelecer troca de conhecimentos e de tecnologia com a grande empresa, que possa alavancar seus negócios. Diferentemente do que argumentaram Powell e Snellman (2004), sobre a cooperação ter saldo mais positivo em setores onde a experiência tecnológica é maior, o que fica evidente através da relação mutualista é que a cooperação total decorre primeiramente da disposição das empresas parceiras – sobretudo das pequenas – em ampliarem seus horizontes tecnológicos. O que está em jogo no mutualismo é o alinhamento de perspectivas entre as empresas, ou seja, a confiança na relação cresce enquanto continuar aquecida a capacidade dos agentes de induzir um ao outro a inovar.

Cabe mencionar ainda que as situações de *cooperação interfirmas* caracterizadas nos termos aqui colocados – escravagismo, comensalismo, protocooperação e mutualismo, podem não ser definitivas, mas apresentar desenvolvimento simbiótico que pode levar a: maior independência comercial e tecnológica das pequenas empresas a partir de seu crescimento; ou ao estabelecimento de relações mais duradouras e evolucionárias em que ambas as empresas intensificam uma relação de trocas baseadas na confiança; e, até mesmo, um processo de assimilação da pequena empresa pela maior, em função de brilhantismo no desempenho comercial.

Concluindo o pensamento e as próximas agendas de pesquisa

O presente estudo buscou avançar no tema das relações entre empresas, tomando por referência situações de *cooperação interfirmas* em Parques Tecnológicos, os quais se tornaram, especialmente no caso do Brasil, objeto de promoção do desenvolvimento amplamente estimulado por políticas governamentais, nas últimas décadas. Embora haja diversos estudos realizados no país, que enfatizam a expansão e a importância da criação de ambientes de inovação junto às universidades, ainda são poucos os estudos que abordam os resultados efetivos proporcionados pelas relações que se estabelecem entre os agentes econômicos instalados nesses parques.

A principal contribuição de nosso estudo para a discussão sobre as relações entre empresas é acerca do esboço de uma matriz interpretativa que apresenta diferentes tipos de *cooperação interfirmas* verificados nos ambientes dos Parques Tecnológicos visitados. O fato a ser destacado é que a cooperação ocorre em quatro formas que puderam ser identificadas: escravagismo, mutualismo, protocooperação e comensalismo. Essa tipologia permite uma visão mais detalhada sobre as formas de relação entre pequenas e grandes empresas. Cabe ainda promover estudos de maior envergadura empírica que possam testar a tipologia desse modelo e ainda analisar como se distribuem proporcionalmente tais relações de cooperação em diferentes Parques Tecnológicos. Não nos colocamos na posição de identificar se uma dessas formas é melhor do que outra, pois não é possível antever as consequências econômicas individuais, desencadeadas pelas interações em pauta. Também fica em pauta para que novos estudos acompanhem o desempenho do

empreendedorismo intensivo em conhecimento ante o desenvolvimento de diferentes padrões de cooperação como identificado no estudo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBIZU, E. et alli. Innovación en las pymes industriales: una visión desde el modelo interactivo. **Revista Internacional de Organizaciones**, nº7, pp.17-43, 2011.

ARBIX, G. Caminhos Cruzados: Rumo a uma estratégia de desenvolvimento baseada na inovação. **Novos Estudos**. CEBRAP, nº 87, pp. 13-33, 2010.

AXELROD, R. **The Evolution of Cooperation**. New York: Basic Books, 1984.

BACHARACH, M.; GAMBETTA, D. Trust in Society. In: Karen S. Cook (ed.). **Trust in Society**. New York: Russel Sage Foundation, p. 148-184, 2001.

BECKERT, J. **The social order of markets**. Cologne: Max Planck Institute for the Study of Societies (MPIfG), 2007.

BELLAVISTA, J; SANZ, L. Science and technology parks: habitats of innovation: introduction to special section. **Science and Public Policy**. 36 (7), p. 499 510, 2009.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 2ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COLEMAN, J. S. **Foundations of Social Theory**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1990.

COOPER, A.C. Spin-offs and technical entrepreneurship. **IEEE Transactions on Engineering Management**. Vol. 18 (1), p. 2-6, 1971.

CORRÊA, R. L. Territorialidade e corporação: um exemplo. **In: Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1996.

COOK, K. S. **Trust in Society**. New York: Russell Sage Foundation, 2001.

DCS. **Dicionário de Ciências Sociais**. 2 ed. São Paulo: FGV/MEC, 1987.

DIMAGGIO, P. Endogenizing “Animal Spirits”: Toward a Sociology of Collective Response to Uncertainty and Risk. In: Mauro Guillén et alli. (eds.), **The New Economic Sociology**. New York: Russell Sage Foundation, p. 79-100, 2002.

DOSI, G. Techonological paradigms and techonological trajectories: a suggested interpretation of the determinants and directions of technical change. **Research Policy**. 1982.

- DURKHEIM, É. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- ETZKOWITZ, H. **Hélice Tríplice: universidade, indústria e governo: inovação em movimento**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.
- ETZKOWITZ, H.; LEYDESDORFF, L. The dynamics of innovation: from National Systems and “Mode 2” to a Triple Helix of university-industry-government relations. **Research Policy**. Nº 29, pp. 109-123, 2000.
- FLIGSTEIN, N. Habilidade social e a teoria dos campos. IN: MARTES, Ana Cristina Braga (Org.). **Redes e sociologia econômica**. São Carlos: EdUFSCar, 2009.
- GAMBETTA, D. Can We Trust Trust?. In: Gambetta, Diego (ed.) **Trust: Making and Breaking Cooperative Relations**. Department of Sociology. University of Oxford, p. 213-237, 2000.
- GIDDENS, A. **A Constituição da Sociedade** [1984]. 2ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, p. 331-438, 2003.
- GRANOVETTER, M. The Impact of Social Structure on Economic Outcomes. In: **Journal of Economic Perspectives**. Vol. 19, 33-50, 2005.
- GRANOVETTER, M. The strength of weak ties. **The American Journal of Sociology**. Vol. 78, 1973.
- HEWITT-DUNDAS, N. The role of proximity in university-business cooperation for innovation. **The Journal of Technology Transfer**. Abr. 38(2):93-115, 2013
- LAHORGUE, M. A. **Polos, Parques e Incubadoras – Instrumentos de Desenvolvimento do Século XX**. Brasília: ANPROTEC, 2005.
- MANZO, C. La sociologia dell’innovazione: economia, organizzazione, politiche e istituzioni. **Sociologia del Lavoro**. N. 122, p. 09-16, 2011.
- MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- PNI – Programa Nacional de Apoio às Incubadoras de Empresas e Parques Tecnológicos. **Estudo de Projetos de Alta Complexidade: indicadores de parques tecnológicos / Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico**. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – Brasília: CDT/UnB, 2013.
- POWELL, W. Neither Market nor Hierarchy: networks forms of organizations. **Research in Organizational Behavior**. Vol. 12, p. 295- 336, 1990.

POWELL, W.; SMITH-DOERR, L. Networks and Economic Life. In: SMELSER, N.J.; SWEDBERGER, R. (Org.). **The Handbook of Economic Sociology**. Princeton: University Press, p. 368-402, 1994.

POWELL, W.; SNELLMAN, K. The knowledge economy. **Annual Review of Sociology**. Vol. 30, p. 199-220, 2004.

ROSSITER, R. Networks, collaboration and the internationalization of small and medium-sized enterprises: an interdisciplinary perspective on the network approach. **Working Paper**. N° 03/33, Brandford, Out. 2003.

ROUSSEAU, J. **Do Contrato Social**. Coleção A Obra Prima de Cada Autor. São Paulo – SP: Editora Martin Claret, 2003.

SANTOS, M. E. R.; TOLEDO, P. T. M.; LOTUFO, R. A. (Orgs.). **Transferência de Tecnologia**: Estratégias para a estruturação e gestão de Núcleos de Inovação Tecnológica. Campinas: Komedi, 2009.

SCHUMPETER, J. A. **A Teoria do Desenvolvimento Econômico [1934]**. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

SIMMEL, G. A natureza sociológica do conflito. In: MORAES, E. (org.). **Simmel**. São Paulo: Ática, 1993.

WEBER, M. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Editora UnB; São Paulo: Imprensa Oficial, 1999.

A Construção Social dos Parques Científicos e Tecnológicos: o caso do ZENIT/UFRGS

Tamirez Galvão da Silva Paim¹

Os parques científicos e tecnológicos expressam empreendimentos institucionais de indução de ambientes de inovação onde estes não surgiram espontaneamente como os Distritos High Tech ou os “meios inovadores”. Acham-se em expansão no Brasil e em diferentes países em desenvolvimento, como parte de esforços de geração de inovação. Surgem integrados a universidades, mediante diferentes arranjos institucionais e estruturas de governança entre os atores implicados (universidades, empresas, governos, entre outros), que são ainda pouco conhecidos. A proposta do paper é debater e problematizar o processo de construção social de parques científicos e tecnológicos, recorrendo a chaves analíticas sugeridas pela nova sociologia econômica bem como a dados ilustrativos de pesquisa exploratória, documental e de campo, sobre a recente experiência de constituição do ZENIT-UFRGS.

Palavras-chave: inovação; parques tecnológicos; ZENIT-UFRGS; nova sociologia econômica.

O conceito de parque tecnológico surgiu nos Estados Unidos na década de 1950. Os primeiros parques tecnológicos foram instalados nas regiões do Vale do Silício, por meio do Stanford Industrial Park, atualmente Stanford Research Park, estabelecido em 1951, da Universidade de Stanford e na Rota 128. Dessa primeira experiência, surgiu o “modelo californiano” com a tomada de decisões descentralizadas, ligando as organizações às universidades e setores da alta tecnologia. Na década de 1970, na Europa, surge o modelo britânico focado em Science Parks, com forte participação das Universidades nas atividades de Pesquisa & Desenvolvimento e disponibilização de infraestrutura, privilegiando essas atividades em detrimento de atividades de produção. No Reino Unido, a Inglaterra é o país pioneiro da implantação dos parques com a fundação do Cambridge Science Park, baseado na experiência americana da Califórnia. A China cria seu primeiro parque tecnológico na Zona Experimental de Beijing, em 1988, em Zhongguancun, inspirado no modelo americano.

¹Mestranda em Sociologia pelo Programa de PósGraduação em Sociologia, especialista em Saúde do Trabalho pelo Programa de PósGraduação em Psicologia Social e Institucional e licenciada em Ciências Sociais/IFCH: todos pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Na França, diferentemente da experiência americana, o primeiro projeto de parque é construído em uma universidade localizada numa região sem tradição industrial. Esse modelo - denominado pela literatura de mediterrâneo e que também abrange Espanha, Itália e Portugal - visa ao desenvolvimento regional com grandes áreas de extensão, com a presença e intervenção do governo e empresas em conjunto com as universidades. No norte europeu, observa-se o “modelo escandinavo” que se caracteriza por empreendimentos de pequena e média extensão, com a participação das universidades, organizações públicas e iniciativa privada, bem como com destaque para autoridades públicas locais (ZOUAN, 2003). Com certa proximidade a esse modelo escandinavo, surge no Japão na década de 1980 um modelo de parque administrado por autoridades locais com foco em pequenas empresas e com visão regional. Na Austrália, Canadá e nos países da Europa continental há um movimento maior na constituição dessas áreas de inovação a partir da década de 1990.

Nesse contexto, a partir da década de 70, a universidade passou a ser pressionada para sua contribuição para o desenvolvimento econômico e social. O Insulamento da universidade era tido como um mecanismo de defesa contra o dirigismo e a captura da pesquisa por interesses particulares, advindos do mercado ou do universo da política (ARBIX e CONSONI, 2011). No Brasil, a versão “ tropicalizada ” do modelo linear contribuiu para o insulamento da universidade, aumentando o distanciamento das empresas, pois a nascente indústria brasileira beneficiou-se marginalmente do conhecimento gerado nas instituições de ensino e centros de pesquisa (ARBIX e CONSONI, 2011).

No Brasil em 1980, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) cria o Programa Brasileiro de Parques Tecnológicos, política pública em prol da inovação brasileira, buscando criar condições para o desenvolvimento econômico. Essa primeira configuração dos parques tecnológicos no país não deu o retorno esperado, tendo em vista os localizados em outros países considerados centros mundiais de inovação. Porém, os primeiros projetos de parques tecnológicos deram origem às primeiras incubadoras de empresas no Brasil (ANPROTEC, 2008).

Nos anos 2000, surge uma nova proposta mais abrangente de desenvolvimento com viés tecnológico, econômico e social: o dos parques científicos e tecnológicos. Localizados próximas às universidades e centros de pesquisa, almejando a criação e fortalecimento desses habitats de inovação em diferentes regiões do país, a iniciativa tem como base os

marcos legais da Lei da Inovação (2004) e a criação do Programa Nacional de Apoio às Incubadora de Empresas e aos Parques Tecnológicos (PNI) do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Destarte, os parques científicos e tecnológicos (com apoio governamental, das universidades e das empresas) apresentam uma expansão que, segundo pesquisa realizada pelo Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Universidade de Brasília e o MCTI, indicam 94 parques científicos e tecnológicos existentes no Brasil em 2013, em diferentes estágios de desenvolvimento.

Verificando o panorama dos parques científicos e tecnológicos no Brasil, segundo o Estudo de Projetos de Alta Complexidade: indicadores de parques tecnológicos (2014), observam-se dificuldades na passagem da fase de projetos e implantação dos parques para a fase operacional. O estudo citado acima constatou que a diminuição do tempo utilizado na fase de projeto parece ser essencial para agilizar a viabilização de um parque.

Frente aos desafios e responsabilidades dos parques científicos e tecnológicos, o Estudo de Projetos de Alta Complexidade: indicadores de parques tecnológicos (2014) indica que a geração de conhecimento e inovação possam trazer benefícios para a região, fomentar ambientes propícios à inovação, gerar benefícios à sociedade por conhecimento gerado, passando de uma missão para a prática, exigindo alto desempenho em inovação e gerando impactos positivos à comunidade.

Pensando a estrutura nacional, alguns estudos já indicam o impacto econômico e social verificado nas regiões ou nos próprios parques distribuídos pelo país. Na distribuição geográfica dos parques científicos e tecnológicos no Brasil, verifica-se, segundo o Estudo de Projetos de Alta Complexidade: indicadores de parques tecnológicos (2014), há uma predominância de habitats de inovação nas regiões Sudeste com 39 iniciativas (41,5%) e Sul com 35 (37,2%), indicando 4 de cada 5 iniciativas de parques científicos e tecnológicos nessas regiões. Em contrapartida, verifica-se um valor mais reduzido de iniciativas nas regiões Centro-Oeste com 8 (8,5%), Nordeste com 7 (7,5%) e Norte com 5 (5,3%). A prevalência das regiões Sul e Sudeste podem ser levadas em conta por ser as regiões mais habitadas e com maior Produto Interno Bruto per capita conforme o estudo.

No entanto, conforme o Estudo de Projetos de Alta Complexidade: indicadores de parques tecnológicos (2014), apenas 28 (29,8%) dos parques estão em operação. Isso significa que há obstáculos a serem superados, tendo em vista que 28 (29,8%) das

iniciativas ainda estão em fase de implantação e 38 (40,4%) em estágio de projeto. Ressalta-se que as regiões Sudeste e Sul apresentam a maior quantidade de iniciativas em todas as fases de desenvolvimento dos parques científicos e tecnológicos. Observa-se que as regiões Norte e Centro-Oeste não possuem nenhum parque em operação. A região Nordeste apresenta 4 parques em operação das 7, mas apresenta um estágio mais avançado de maturidade, segundo o estudo.

Na região Sul, a maior concentração de parques científicos e tecnológicos encontra-se no Rio Grande do Sul com total de 16 iniciativas no estudo realizado em 2013, com destaque para as fases de implantação (7) e de projeto (5) do total de 35 de toda região na época do estudo. Em operação, o Estado possui 4 parques científicos e tecnológicos (VALETEC, Campo Bom; TECNOSINOS, São Leopoldo; TECNOPUC, Porto Alegre; e ULBRATECH, Canoas).

Para as autoras (ARAUJO E FERRAZ, 2012) não há dúvidas que, no Rio Grande do Sul, os sistemas de incentivos do setor público alavancam o desenvolvimento e institui a governança no Estado, considerado a chave do sucesso. Segundo as analistas, essas políticas públicas governamentais oportunizam e motivam o desenvolvimento regional. O Estado do Rio Grande do Sul criou o Programa Gaúcho de Parques Científicos e Tecnológicos – Programa PGTec, um mecanismo de incentivo aos parques para promover as cadeias produtivas regionais, como os Arranjos Produtivos Locais – APLs e Polos, criando ambientes de inovação alinhados com as vocações regionais, entre outras normatividades voltadas para incentivos na área. Outro estudo (ROSENFELD E ALMEIDA, 2015), ao contrário, identificam diferentes modelos de parques no estado, o que as autoras chamam de "modelos" de incubadoras, coadunadas com as trajetórias históricas, políticas universitárias, formas e condições de inserção social de cada uma delas.

O Parque Científico e Tecnológico da UFRGS: o ZENIT

Nesse contexto de expansão e de diversidade de modelos e de arranjos de governança, constitui-se, mais recentemente, o Parque Científico e Tecnológico da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Este foi criado em 2012, surgindo com o intuito de fomentar o sistema de pesquisa, inovação e empreendedorismo da universidade, através de novas ideias que transformem o setor produtivo e levem produtos

e serviços inovadores à sociedade. Em 2015, houve uma mudança estratégica no conceito do parque, passando a se chamar Parque ZENIT². A proposta do parque científico e tecnológico da UFRGS adotou um modelo descentralizado, possibilitando que houvesse um aproveitamento das estruturas físicas disponíveis em nas unidades, laboratórios e recursos humanos nos quatro campi da universidade. Esta adoção do modelo misto de distribuição geográfica permitiu o melhor aproveitamento das muitas capacidades e estruturas já existentes dentro da universidade.

Apesar de recentemente o parque científico e tecnológico da UFRGS ter sido oficialmente fundado, em uma pesquisa exploratória em documentos e entrevistas junto ao exReitor da UFRGS, prof. Helgio Trindade, constatou-se que o projeto embrionário do parque surgiu na década de 90 com o desenvolvimento de projetos da UFRGS em parceria com o poder público (Prefeitura de Porto Alegre), universidades (PUC-RS e UNISINOS) e setor empresarial (FIERGS, SEBRAE, FEDERASUL). Com origem na visita do Reitor Helgio Trindade em maio de 1993 ao Polo Universitário e Científico de Grenoble, na França, em agosto do mesmo ano, veio a Porto Alegre, a convite da UFRGS e apoio da FAPERGS, Jean Marie Martin, Presidente do Polo de Grenoble. Na ocasião, foi possível avaliar as condições favoráveis da UFRGS e de outras instituições universitárias para sediar uma tecnópolis em Porto Alegre em parceria com o poder público e o setor empresarial.

Pensar o parque científico e tecnológico implica também pensar em incubação. Na UFRGS, constituiu-se a REITEC (Rede de Incubadoras Tecnológicas da UFRGS) que tem por objetivo acompanhar e apoiar as atividades das incubadoras da UFRGS. Conta-se, atualmente, com 5 incubadoras (Centro de Empreendimentos do Instituto de Informática – CEI, Incubadora Tecnológica Héstita, Incubadora Empresarial do Centro de Biotecnologia – IE-CBiot, ITACA Incubadora Tecnológica Empresarial de Alimentos e Cadeias e Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – ITCP). Nesse sentido, a sociologia

²O nome ZENIT foi inspirado em um termo científico, usado na matemática e na astronomia, que qualifica um “ponto imaginário” de um observador que se prolonga a partir da esfera celeste da Terra. Isso quer dizer que é uma posição sobre a qual o indivíduo encontra-se, especificamente, no ponto mais alto da órbita celeste para ver e observar a trajetória dos elementos e astros que o circundam, tendo um vasto horizonte para explorar e experimentar. Esse ponto chama-se zênite. A origem da escolha do nome decorre da busca por uma direção, um caminho a seguir, rumo, um campo de visão maior, significando que os indivíduos podem situar-se acima das possibilidades terrenas, ampliando suas capacidades dentro de um ambiente diferenciado com a combinação dos conceitos de ciência & tecnologia, inovação e empreendedorismo. Opta-se, portanto, por um nome expressivo e marcante para o seu contexto, juntamente com a união das qualidades e características intrínsecas a sua concepção, como: a comunicação, a tradição, a transversalidade, a integração, a qualidade de ser memorizável e pronunciável (em diferentes línguas), o valor criativo, marcante e atemporal (SITE DO PARQUE).

tem contribuído na construção do conceito, mediante o estudo, por exemplo, das diferentes redes implicadas no processo de inovação, bem como da construção de mecanismos mais interdependentes de governança da inovação. As redes tornam-se fontes não apenas de informação e conhecimento diversificado (tácito e codificado, local e global), mas também de confiança e de rápida reorganização frente às incertezas da inovação e instabilidades de mercado.

As incubadoras servem para auxiliar no desenvolvimento e comercialização de produtos e serviços de alto valor agregado, visando contribuir para o desenvolvimento de inovações e a melhoria da competitividade dos produtos e serviços no mercado, através de quatro formas: pré- incubação (processo de vinculação a uma incubadora através do desenvolvimento de projetos propostos por pessoas físicas ou jurídicas, desenvolvendo um plano de negócios para um produto, processo ou serviço); incubação (processo que desenvolve um empreendimento vinculado a uma incubadora, utilizando os serviços fornecidos e tem vínculo institucional, pode ser interna, utilizando espaço físico da incubadora, ou externa, utiliza espaço comum); graduação (é quando o empreendimento/empresa alcança desenvolvimento suficiente, habilitase para sair da incubadora e se instalar no mercado); e empresa associada (quando a empresa graduada continua com vínculo na incubadora através de duas formas: empresa graduada ou que utiliza ainda a infraestrutura ou os serviços oferecidos pela incubadora através de um instrumento legal, contrato). Na UFRGS, as incubadoras tecnológicas possuem um formato setorial, porque há a proximidade das incubadoras de empresas aos laboratórios possibilita uma maior sinergia entre a formação das equipes, da pesquisa e das empresas, tendo em vista utilizar seus espaços físicos prontos, enquanto que a estrutura física do parque não é construída. Têm por missão, também, apoiar projetos e empreendimentos de atividades de base tecnológica nas fases de implantação, crescimento, consolidação e fornecem e infraestrutura necessária para o funcionamento das empresas incubadas.

Algumas questões entram em conflito quando se pensa em inovação, incubação, como empresariamento, privatização, etc. Por isso, torna-se importante discutir esses fenômenos para desvendar também qual o papel de fato da universidade, se é produzindo conhecimento que possa transformar a sociedade ou reproduzir os conteúdos e experimentos. Refletir com os autores sobre o papel da inovação dentro da universidade torna relevante na construção de uma sociedade contemporânea e modernizada, bem

como na grandeza que possa vir a ser o ZENIT para a comunidade acadêmica bem como para a cidade ou região metropolitana de Porto Alegre.

Inovação e Governança: Perspectivas de Impactos às Empresas Incubadas

Os processos de inovação, segundo Arbix e Consoni (2011), passaram a valorizar a diversidade e a atividade coletiva, assim como as redes (locais, regionais, nacionais e internacionais) que tornaram ingênuas as aproximações com a imagem heroica do cientista inventor. E, no ínterim dos processos de internacionalização da economia e busca por novos capitais, a universidade passa a fazer parte desse processo por mediação de políticas públicas modernizantes científico-tecnológicas e inserção competitiva do país na economia mundial. Contudo, conforme os autores Silveira e Bianchetti (2016), a universidade foi modernizada e adaptada ao mercado, com a recente demanda de produzir conhecimento novo e inovador, formando novos quadros profissionais e de pesquisadores, particularmente na área científica e tecnológica, transferindo o conhecimento ao setor empresarial, através de um empresariamento da educação.

Portanto, quebrar as fronteiras tradicionais da racionalidade disciplinar que rege a produção acadêmica na busca de novas dinâmicas da geração de conhecimento com temas emergentes na sociedade tornou-se necessário. E, no debate sobre a universidade brasileira, muitas vezes é questionável o ataque a autonomia universitária (ARBIX e CONSONI, 2011). O setor público, as empresas brasileiras e as universidades, segundo os autores, ainda se encontram envolvidas num processo lento, incremental e de longo prazo, pois a educação superior, a pesquisa básica e a produção industrial caminharam por muitas décadas sem diálogo.

Por conseguinte, não se trata de incorporar a universidade na agenda do Estado ou de aceitar uma agenda corporativa, logo não se trata de interferir na autonomia universitária (ARBIX e CONSONI, 2011). A inovação, segundo Crevoisier (2003), não pode ser reduzida a um simples investimento em pesquisa e desenvolvimento ou pedido de patente, pode ser entendida como resultado de articulação dos recursos da empresa e do seu ambiente. Quanto às autoras Rosenfield e Almeida (2015), a inovação pode ser entendida como dependente dos laços de interação e formas de cooperação entre os atores que integram a rede, notadamente universidade, empresa, governo, incubadora, mercado.

No modelo da hélice tríplice, elaborado por Etzkowitz (2013), a universidade empreendedora tem um forte grau de autonomia, a fim de estabelecer sua própria direção estratégica, e participa de outras esferas institucionais, de forma igualitária, na formulação de projetos visando ao desenvolvimento econômico e social. Etzkowitz (2013) descreve o que seria uma universidade empreendedora: uma incubadora natural, que oferecendo estrutura de suporte a professores e alunos para que eles iniciem seus empreendimentos, que busca achados em pesquisa com potencial tecnológico e os coloca em prática. Para tanto, deve ser apoiada sobre quatro pilares.

Tem-se, portanto, segundo a literatura, diferentes modelos de parque e de sua governança. Para tanto, analisar o conceito de governança é importante para compreender o processo de constituição dos parques científicos e tecnológicos. Em países como Japão e Alemanha, o modelo nipo-germânico é baseado numa proposta de equilíbrio entre os atores envolvidos na organização e não somente dos acionistas, sendo objetivo coletivo, ou seja, os interesses de todos envolvidos como colaboradores, clientes e fornecedores. Uma universidade empreendedora possui, portanto, liderança acadêmica com visão estratégica, controle jurídico sobre os recursos acadêmicos (prédios e propriedade intelectual que resulta da pesquisa), capacidade organizacional para transferência de tecnologia por patenteamento, licenciamento e incubação e um ethos empreendedor entre os administradores, corpo docente e estudante (ETZKOWITZ, 2013).

Em relação à formação dos parques científicos e tecnológicos, os autores Gaino & Pamplona (2014) discutem as condições teóricas para a instalação e consolidação dos parques, mecanismos utilizados na promoção da inovação tecnológica e do desenvolvimento regional, através de uma abordagem teórica e exploratória, com análise de diversos conceitos e definições de parque tecnológico, constatando que essa diversidade decorre das diferentes realidades regionais e das variadas motivações dos stakeholders. O estudo enfatiza e adverte que há importantes limitações da ideia de que o sucesso do parque depende fundamentalmente da capacidade de cooperação e mobilização de recursos por parte dos agentes envolvidos (GAINO & PAMPLONA, 2014).

No artigo Modelo de Governança para Parques Científicos e Tecnológicos: Análise e Contexto (GIUGLIANI; SELIG & SANTOS, 2012), o estudo projetou o conceito de Governança Corporativa sobre a estrutura organizacional de um parque tecnológico no Brasil, dentro do domínio de ciência, tecnologia e inovação e foi submetido à verificação de

consistência em uma amostra formada por uma empresa de referência e um conjunto de parques científicos e tecnológicos brasileiros. Tendo como resultados um arcabouço inovador que permite a efetiva incorporação de boas práticas da governança aos processos dos parques, justificando a adoção de novas ações e mecanismos de suporte, monitoramento e controle, baseados nos princípios da Governança Corporativa, através da proposição de um modelo da governança para parques tecnológicos, através de um conjunto de mecanismos internos e externos para harmonizar a relação entre os Principais (shareholders) e os Agentes (gestores), levaram a conclusões positivas como viabilidade e a importância da abordagem da estrutura organizacional dos parques científicos e tecnológicos a partir de uma perspectiva mais ampla, para além das demandas relevantes da gestão (GIUGLIANI, SELIG & SANTOS, 2012).

No estudo apresentado por Costa & Tonelli (2015), os resultados demonstraram que não é possível afirmar que exista Gestão Corporativa de fato, uma vez que os espaços de colaboração são informais e com participação assimétrica dos atores nos dois parques tecnológicos investigados, um implementado e outro em fase de implementação. Ao mesmo tempo, segundo os atores, percebe-se que os construtores da Gestão Corporativa (mesmo não sendo conhecidos os atores) são legitimados como importantes para o sucesso do empreendimento (COSTA & TONELLI, 2015).

As implicações sociais dessas iniciativas ainda geram obscuridades que as bibliografias atuais não respondem. No levantamento realizado em 2014 (Estudo de Projetos de Alta Complexidade: indicadores de Parques Tecnológicos) observa-se dados das empresas que estão diretamente ligadas aos parques, tendo em vista a quantidade de emprego e o tipo de mão-deobra empregada, mas a literatura não dá conta de investigar ainda qual o impacto disso quando há o desligamento da estrutura física dos parques, ditas empresas graduadas, quando podem ou não deixar de usar a estrutura física desses centros de inovação. Outra questão importante é a indicação de em que medida há o prosseguimento ou não do networking e das redes de colaboração propiciadas ou não pelos parques. Portanto, esse estudo tem por objetivo não responder por completo um tema tão complexo, mas apontar caminhos para reflexão da academia e da sociedade acerca dos parques científicos e tecnológicos a partir do estudo de caso do ZENIT da UFRGS.

Segundo o Estudo de Projetos de Alta Complexidade: indicadores de Parques Tecnológicos (2014), analisando o impacto social gerado pelos parques científicos e

tecnológicos nos dados referentes à geração de emprego e renda, compõem à época um total de 939 empresas, número não atualizado após a citada pesquisa, numa concentração empresarial de 40% dos na região Sul, 32% na região Nordeste e com 25% na região Sudeste, sendo apenas 3% nas regiões Centro- Oeste e Norte, com concentração nos parques científicos e tecnológicos. O número de empregos nesses empreendimentos totaliza 32.237, sendo distribuídos entre institutos de pesquisa (1.797), gestão dos parques (531) e empresas instaladas nos parques (29.909), conforme os dados da pesquisa. Referente às principais áreas de atuação dos parques científicos e tecnológicos, o estudo indica que as maiores áreas de concentração estão na Tecnologia da Informação, setor de Energia, setor de Biotecnologia, seguidas pela área da saúde, petróleo e gás natural, telecomunicações, meio ambiente, economia criativa, etc.

No quesito qualificação profissional, o estudo acima citado, observa o caráter inclusivo dos ambientes de inovação, gerando tanto empregos qualificados, com formação elevada, como profissionais de ensino médio e básico. Dos 29.909 empregos gerados pelas empresas instaladas nos parques, 1.098 são ocupados por profissionais que possuem o título de doutor, 2.950 por profissionais com titulação de mestre, 2.364 por diplomados em cursos de especialização e 17.630 por diplomados com formação máxima em nível superior. Com formação no ensino médio, existem 5.323 profissionais e, no ensino básico, 544 profissionais.

Conclusão

O campo de Innovation Studies concebe, hoje, a inovação como um processo relacional (criação – desenvolvimento – uso) em percursos circulares e recursivos, reconhecendo não apenas a sua forma radical, mas também sua forma incremental e mesmo imitativa. Isso alerta para a diversidade de agentes e conhecimentos envolvidos cujos arranjos de suas interações se mostram tão complexos quanto, ainda, pouco conhecidos, em especial, nas situações em que estes não se formam espontaneamente.

Criados em ambientes artificiais, pouco se sabe sobre como se dá o arranjo de constituições desses ambientes, que são copiados de modelos do exterior como dos Estados Unidos ou Europa/França, por exemplo. Como estão em expansão pelo mundo, o que se sabe pela literatura é a busca por empreendimentos coletivos que visem melhorar a

economia de certas regiões que podem ter se formado natural ou artificialmente, por exemplo, o parque da UNISINOS, ou da PUC ou UFRGS, como é o caso de vários exemplos das universidades brasileiras, baseados em ciência, tecnologia e inovação.

Muitas lacunas estão abertas para serem esclarecidas ou fornecer novos elementos para discussão em relação aos parques científicos e tecnológicos. Estudar o parque da UFRGS, o ZENIT, como objeto de pesquisa tem por intuito desvendar indicações ou não de como se constituem os parques, quais modelos podem ou não promover maiores ou menores impactos para a sociedade. Não se sabe sobre como se constituem os modelos ou arranjos e sua governança: a literatura tende a caracterizar os modelos, inscrevendo-os em quadros nacionais, sem deter-se a como se chegou ao arranjo concreto. Portanto, no sentido de esclarecer essa lacuna e pensando o caso do ZENIT, o Parque Científico e Tecnológico da UFRGS, este paper visa analisar empiricamente e com base em documentos e entrevistas exploratórias, como se deu a constituição do mesmo, caracterizando o como um novo processo econômico ou um fenômeno emergente na sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANPROTEC. Portfólio de Parques Tecnológicos no Brasil. Brasília: ANPROTEC, 2008.

ARAUJO, Margarete Panerai e FERRAZ, Renata Dellaméa . Governança e inovação: programa dos parques tecnológicos. Revista Gestão Contemporânea. Porto Alegre, edição especial, 2012. Disponível em: <http://seer2.fapa.com.br/index.php/arquivo>

ARBIX, Glauco; CONSONI, Flávia. Inovar para transformas a universidade brasileira. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 26, N.77. Outubro, 2011.

COSTA, Hebe Andrade; TONELLI, Dany Flávio. Governança Colaborativa em parques Tecnológicos: estudos de caso em Minas Gerais. XVI Congresso Latino-Americano de Gestão da Tecnologia. Porto Alegre, Outubro 2015.

CREVOISIER, Olivier. A Abordagem dos meios inovadores: avanços e perspectivas. Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Vol. 4, N.7, p. 15-26. Set, 2003. Estudo de Projetos de Alta Complexidade: indicadores de parques tecnológicos / Centro de Apoio ao

Desenvolvimento Tecnológico. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – Brasília: CDT/UnB, 2014.

ETZKOWITZ, Henry. Hélice Tríplice: universidade-indústria-governo: inovação em movimento. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2013.

GAINO, Alexandre Augusto Pereira; PAMPLONA, João Batista. Abordagem teórica dos condicionantes da formação e consolidação dos parques tecnológicos. *Production*, v. 24, N. 1, p. 177-187, jan/mar. 2014.

GIUGLIANI, Eduardo; SELIG, Paulo; SANTOS, Neri do. Modelo de Governança para Parques Científicos e Tecnológicos: análise e contexto. XXII Seminário Nacional de Parques Tecnológicos e Incubadoras de Empresas e XX Workshop Anprotec. Foz do Iguaçu, Setembro de 2012.

Governança de Parques Científicos e Tecnológicos: análise comparativa entre um parque brasileiro e um canadense. XXXVIII Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro, 2014.

Rosenfield, Cinara Lerrer; Almeida, Marilis Lemos de. Modelos de incubação e processos de interação em universidades no Brasil. GUIMARÃES, Sonia Maria Karam (dir.); PECQUEUR, Bernard (dir). *Inovação, território, e arranjos cooperativos : Experiências de geração de inovação no Brasil e na França*. Marseille : OpenEdition Press, 2015.

SILVEIRA, Zuleide Simas da Sileira ; BIANCHETTI, Lucídio. Universidade moderna: dos interesses do Estado-nação às conveniências do mercado. *Revista Brasileira de Educação*. V. 21, N. 64. Jan-mar, 2016.

ZOUAIN, D.M. Parques Tecnológicos – propondo um modelo conceitual para regiões urbanas – o Parque Tecnológico de São Paulo. Tese (Doutorado) – Instituto de pesquisas Energéticas e Nucleares – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

Redes de Interação e Acesso a Recursos Sociais na Economia Criativa: survey em Porto Alegre

Lis Lucas¹

A economia criativa fundamenta-se no processo de geração, produção e transação mercantil de bens ou serviços cujo valor econômico e financeiro se baseia na sua originalidade ou autenticidade. Esse processo depende, crucialmente, da interação entre agentes para o acesso a recursos relevantes. O estudo analisa as relações que se estabelecem entre as redes de interação e colaboração e o acesso a recursos sociais relevantes no processo de criação de bens e serviços, bem como o potencial inovador em pequenos empreendimentos criativos na cidade de Porto Alegre. A estratégia metodológica da investigação consiste num levantamento estatístico (survey), complementado por entrevistas e documentos já acumulados e por bancos de dados disponíveis. O instrumento - aplicado online via Google Forms - reúne informações de 50 empresas: a) características gerais; b) redes de interação; e c) acesso a recursos sociais. Ao assumir o pressuposto relacional de que as redes de interação incidem na ação econômica, a hipótese em discussão na análise é de que os padrões de interação das empresas tendem a se correlacionar com o acesso a recursos sociais relevantes no processo de criação.

Palavras-Chave: Economia Criativa, Redes de Interação, Recursos Sociais, Inovação.

O presente trabalho de bolsa de iniciação científica integra-se ao projeto de pesquisa “Economia Criativa e Desenvolvimento em Porto Alegre”, financiado pelo CNPq/MinC/SEC (Chamada 80/2013 – Eixo Temático 6 Inovação em Cultura). O projeto originou-se em investigações antes realizadas pelo coordenador-proponente, Prof. Dr. Sandro Rudit Garcia (PPGSoc/UFRGS), desde a perspectiva processual e relacional da sociologia econômica.

A economia criativa fundamenta-se no processo de geração, produção e transação mercantil de bens ou serviços cujo valor econômico e financeiro se baseia na sua originalidade ou autenticidade. Esse processo depende, crucialmente, da interação entre agentes produtivos para o acesso a diversos insumos, materiais e conhecimentos, transformados em recursos relevantes (Comunian, 2012; Ramella, 2013). Além disso, o desenvolvimento desta economia está intimamente ligado a processos globais (regimes de propriedade intelectual, conhecimentos e tecnologias, padrões de competição, indução por

¹Graduanda em Ciências Sociais, UFRGS, BIC UFRGS.

organizações multilaterais). Isso suscita a questão de saber sobre os tipos de interações e colaborações acionadas pela pequena empresa criativa no acesso a recursos sociais pertinentes às suas atividades econômicas.

Richard Florida (2011) afirmou a existência de uma classe criativa demarcada por um *ethos*, que valorizaria a criatividade, a individualidade, o mérito, e que pensa ser importante a presença de regras comportamentais no processo criativo para existir inovação. O autor identifica um “centro hipercriativo” no conjunto de ocupações da classe criativa, envolvendo profissões ligadas à computação e matemática, à arquitetura e engenharia, às ciências biológicas, naturais e sociais, à educação, treinamento e biblioteconomia, e às artes, design, entretenimento, esportes e mídia. John Howkins (2013), também definiu a criatividade como característica primordial dos setores criativos e relacionou com o senso de competição, de determinação e de surpresa (ineditismo).

As indústrias criativas, segundo a UNCTAD (2010), se localizam no centro da economia criativa – a economia das cidades criativas –, um conceito subjetivo que evoluiu durante a última década. O Relatório de Economia Criativa utiliza-se de John Howkins (2013), que definiu 15 indústrias criativas (propaganda, arquitetura, artes plásticas, artesanato, design, moda, cinema, música, artes cênicas, setor editorial, pesquisa e desenvolvimento, software, brinquedos e jogos, TV e rádio e vídeo games). A classificação da UNCTAD para indústrias criativas se divide em quatro grandes grupos, que são divididos em nove subgrupos: patrimônio (expressões culturais tradicionais, locais culturais), artes (artes visuais, artes cênicas), mídia (editoras e mídias impressa, audiovisuais) e criações funcionais (design, novas mídias, serviços criativos).

O Manual de Oslo (1997), foi um dos mecanismos criados para compreender o processo de inovação e possibilitar a criação de políticas de inovação. O mesmo traz a ideia de um estudo de abordagem sistêmica sobre a inovação, que leve em consideração os processos interativos, pois esta é uma atividade complexa e diversificada, em que vários componentes interagem. Além disto, o documento propõe 4 tipos de inovação distintas: produto (bens ou serviços novos ou aprimorados), processo (métodos de produção ou comercialização novos ou aprimorados), organizacional (método organizacional nas práticas de negócio e na organização do local de trabalho) e de marketing (método de concepção ou promoção novo ou aprimorado).

O Projeto Sostenuto (2012), definiu as redes sociais como uma forma organizativa, capaz de determinar fonte de inovação de primeira ordem, através do intercâmbio de experiências, boas práticas, ideias e perspectivas de análises, informação e conhecimento. Segundo o mesmo projeto, a identificação e a integração de agentes estratégicos são fundamentais nos processos de inovação social.

Com a finalidade de indicar o que estaria em falta nos estudos baseados na teoria do ator em rede, Swedberg (2004) sugere um estudo que não esteja exclusivamente voltado para as relações sociais, que leve em consideração a vida econômica de uma empresa que possui prédios, máquinas e tudo mais. Para Comunian (2012), o estudo das interações, do uso prático dos recursos e uma abordagem centrada no agente criativo é capaz de explicar como a economia criativa funciona. Castells (1999), contribuiu para pensar os recursos intangíveis dentro das redes de interação, distinguindo a informação do conhecimento. O autor frisou a existência de um meio sistemático de comunicação capaz de transmitir conhecimentos –conjunto de declarações organizacionais sobre fatos ou ideias que apresentam um julgamento ponderado ou resultado experimental –.

Ao seguir as sendas abertas pelo trabalho de Granovetter (2007), os estudos sobre redes sociais têm contribuído para esclarecer as relações entre instituições. A proposta da “imersão” (*embeddedness*), enfatiza o papel das relações pessoais na origem da confiança, ou seja, os comportamentos são compelidos pelas interações.

Diferentes estudos (Uzzi&Spiro, 2005; Julien, 2010) têm matizado a inserção dos agentes em redes, conforme a quantidade, a densidade e a distância de suas interações: as redes de sinais fracos seriam propensas a ruídos de informação, mas com maior possibilidade de inovação; as redes de sinais fortes seriam propensas a informação confiável, porém, com possibilidade de redundância e estagnação. As redes de sinais complementarizam o estudo sobre a coesão das informações, mas antes disso se faz necessário descobrir a densidade da atuação dos vínculos. Por isso, este trabalho segue a abordagem teórica sobre as redes sociais de Francesco Ramella (2013), a qual compreende as redes informais (de tipo pessoal) e as redes formais (baseadas em contratos, relações organizacionais).

Burt (2004) advoga que o estabelecimento de novos vínculos capazes de superar “buracos estruturais” permitiria o acesso ao novo conhecimento e informação com conseqüente criação e inovação. O estímulo para a inovação estaria envolvido com pessoas

de fora da área de costume, mais precisamente pessoas intermediárias capazes de prever problemas de comunicação e de desenvolver pontes de vantagem. Chama a atenção sobre a existência de agência no processo de construção das redes e de captação da informação. Uzzi e Spiro (2005) argumentam que as redes criam comportamentos moldando o nível de conectividade e coesão entre os atores inseridos em um sistema, e que mesmo que a distância territorial impossibilite a comunicação com o ator “infectado” ainda existem ligações entre eles. Vedres e Stark (2010) avançam ao sugerir que o pertencimento a redes distintas cria um espaço de intercoesão entre grupos, em que o compartilhamento de riscos gera confiança para a nova combinação de recursos com a consequente geração de conhecimentos e produtos distintos. Formas sólidas de associação, para os autores, mantêm os membros unidos, torna o acesso pessoal. Assim, contribuindo para a criação de uma rede estável, que assegura, media transações complexas, gera padrões de comportamento entre as empresas e coibe pressões (conflitos, desordens, oportunismo ou má-fé). (Granovetter, 2007) Utilizando-se da ideia de buracos estruturais, Fernández Esquinas (2012) argumenta que os atores que se situam em lugares estratégicos, ou seja, nas brechas da estrutura social, são os capazes de aumentar a possibilidade de produzir inovações.

Proposta de trabalho

A proposta deste trabalho é analisar as relações que se estabelecem entre as redes de interação e colaboração e o acesso a recursos sociais relevantes no processo de criação de bens e serviços em pequenos empreendimentos criativos na cidade de Porto Alegre, bem como o potencial inovador de cada empresa. Assim, pretende-se responder quais os tipos de interações e colaborações acionadas no processo criativo para a obtenção de recursos e a geração de inovações?

A abordagem teórico-metodológico empregada refere-se ao enfoque relacional, desde a reconstrução de aspectos sociológicos de redes de interação “egocentradas”, diferindo, portanto, da análise estrutural da topologia de redes sociais totais (Maillochon, 2015).

Neste caso, a estratégia metodológica mista da investigação consiste num levantamento estatístico (*survey*) – a amostra estratificada aproxima-se da proporção de

estabelecimentos criativos em Porto Alegre, conforme dados da RAIS-CAGED/ MTE 2014 (Patrimônio 11%, Mídia 18%, Artes 13% e Criações funcionais 58%) –, complementado por entrevistas e documentos já acumulados e por bancos de dados disponíveis.

O instrumento de 17 perguntas abertas e fechadas – aplicado *online* via Google Forms, de modo presencial via questionário impresso e por telefone – reúne informações sobre: a) características gerais das empresas – expressas em ano de fundação, capital inicial, número de profissionais totais e com ensino superior completo; b) redes de interação das empresas – traduzidas em parcerias e colaborações acionadas para aquisição de recursos materiais e imateriais, vínculo com o cliente, nível de atuação e competição no mercado; e c) acesso a recursos sociais – traduzidas pelos indicadores e inserção em setor criativo, de proteção de propriedade intelectual, na inovação ou suspensão de produtos criativos.

Em 5 meses de coleta foram contatadas 180 empresas de Porto Alegre, mas apenas 50 responderam. Foi utilizado o programa NVivo para controlar a contagem das categorias de resposta. E o Excel para relacionar as quantidades de respostas selecionadas.

Os dados são analisados mediante a descrição de frequências dos indicadores acima, assim como pelo cruzamento entre algumas variáveis selecionadas. Ao assumir o pressuposto relacional de que as redes de interação incidem na ação econômica, a hipótese em discussão na análise é de que os padrões de interação das empresas tendem a se correlacionar com o acesso a recursos sociais relevantes no processo de criação. Quanto mais diversificados os vínculos externos das empresas, tanto maiores as chances de geração de bens e serviços criativos. Quanto menos diversificados forem esses vínculos, menores serão as chances de geração de produtos criativos, sendo as atividades econômicas mais focadas nas transações de produtos já existentes.

Resultados

As 50 empresas entrevistadas possuem produtos que pertencem aos setores criativos: Patrimônio (4 empresas – 8%), Artes (8 empresas – 16%), Mídia (7 empresas – 14%) e Criações funcionais (31 empresas – 62%). São empresas de pequeno e médio porte, com parte razoável de sócios e funcionários graduados, fundadas entre 2001 e 2015 a partir de capital próprio ou dos sócios, e que participam principalmente de um nível de parceria e competição local.

Para refletir sobre os tipos de redes acionadas para obter recursos e inovar, se faz necessário cruzar os dados das perguntas do questionário: “12. Quais as parcerias ou colaborações mais usadas no processo de criação-comercialização de produtos da empresa?”; “13. Quais são os principais insumos obtidos nas relações marcadas acima (pergunta 12)?”; “11. A empresa criou, aperfeiçoou produto, ou introduziu mudanças no processo de criação nos últimos 5 anos?”. Realizar o cruzamento da questão sobre as redes com a dos recursos, assim como a das redes com a inovação, buscou-se classificar em ordem crescente as interações, os insumos e as inovações. Estabelecer a posição espacial em um dos quadrantes conforme a relação mais formal para a produção, o recurso mais complexo e numerável ou a inovação mais complexa e organizacional, possibilita analisar a capacidade das redes para estimular a aquisição de determinados insumos e a geração de inovações. A divisão em quadrantes facilita a comparação de frequências.

As interações Familiar, Amigos e conhecidos, Clientes e usuários, e Relação estratégica por proximidade territorial são vínculos de aspecto pessoal que podem ser classificadas em redes informais. Já as colaborações com Concorrentes, Profissionais e/ou consultoria, Fornecedores e associações empresariais ou de classe, Parcerias com o governo e suas agências, e Parcerias com universidades e centros de pesquisa possuem características de relação organizacional, assim redes formais. As 50 empresas selecionaram ao menos uma rede informal, mas se também marcaram uma rede formal estarão concentradas no grupo das empresas com redes formais, deixando no grupo das redes informais apenas 14 que não selecionaram nenhuma parceria ou colaboração que compreende aspectos demasiadamente formais. Entre as 36 empresas com redes formais se incluem: 12 empresas que possuem mais redes formais do que informais, 13 empresas com a presença de redes formais mas que possuem majoritariamente redes informais, e ainda, 11 empresas que apresentam redes complexas – mesma quantidade de redes informais e formais, diversificadas –.

Os recursos Conhecimento, Experiência, "Feedback" do cliente ou usuário e Dados de pesquisa se caracterizam por serem imateriais, de valor inestimado. Já os recursos Software, Equipamentos, Novos funcionários, Financiamento e Modelo de negócio podem se classificar como recursos materiais por englobarem insumos enumeráveis.

Figura 1

12. Quais as parcerias ou colaborações mais usadas no processo de criação-comercialização de produtos da empresa? É possível marcar mais de uma opção.
 13. Quais são os principais insumos obtidos nas relações marcadas acima (pergunta 12)? É possível marcar mais de uma opção.

50 EMPRESAS

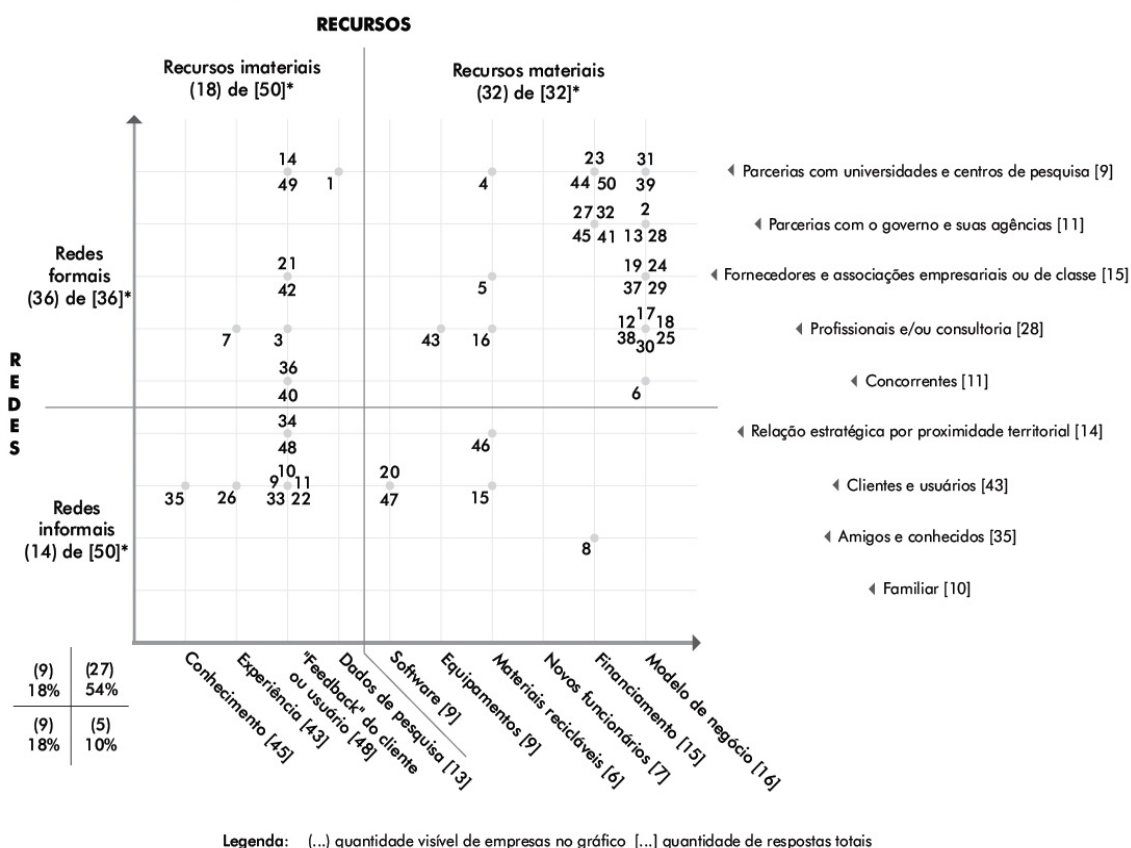


Figura 1 – Redes e Recursos

Fonte: Elaboração própria.

A Figura 1 reflete sobre a importância das relações formais para a aquisição de recursos materiais em uma empresa, já as empresas que indicaram apenas redes informais demonstraram maior número de aquisições de recursos imateriais. Tanto na quantidade de empresas dispostas na linha do gráfico como na quantidade de marcações totais das empresas o recurso imaterial mais adquirido é o “Feedback do cliente ou usuário” e entre os recursos materiais é o “Modelo de negócio”. A rede formal que possibilita o maior número de aquisições e a que tem mais marcações é a parceria entre “Profissionais e/ou consultoria”, já entre as redes informais é a colaboração entre “Clientes e usuários”. Em número de referências os recursos imateriais apareceram como os mais adquiridos nas relações selecionadas pelas empresas.

Descobrir a média de 4 recursos, conforme a soma de todos os insumos selecionados e a divisão por todas as 50 empresas, possibilitou perceber que cerca de 19 empresas estariam acima e 31 empresas abaixo da média. Também foi possível calcular que a cada nova rede se ganha 0,58 a mais da média em recursos.

50 EMPRESAS

Figura 2

12. Quais as parcerias ou colaborações mais usadas no processo de criação-comercialização de produtos da empresa? É possível marcar mais de uma opção.
 11. A empresa criou ou aperfeiçoou produto, ou introduziu mudanças no processo de criação nos últimos 5 anos? É possível marcar mais de uma opção.

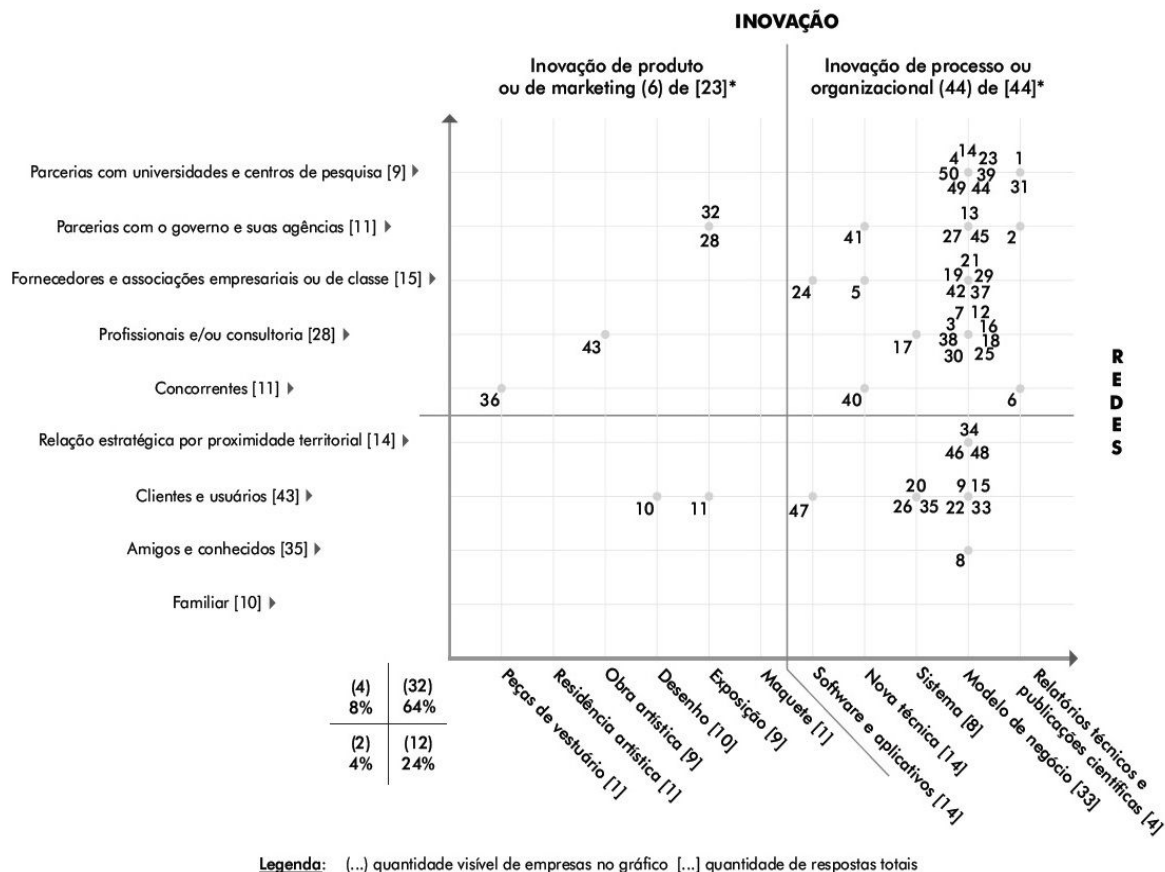


Figura 2 – Redes e Inovação

Fonte: Elaboração própria.

A Figura 2 mostra que as inovações mais propiciadas pelas redes formais e informais são as inovações de processo e organizacional. A inovação de maior complexidade selecionada pelas empresas e também a de maior quantidade de referências foi a de “Modelo de negócio”, e a principal rede que estar relacionada a este tipo de criação inovadora é a parceria entre “Profissionais e/ou consultoria”. Outro dado que distingue o

conjunto das empresas é que 27 empresas indicam não ter inovação de produto ou de marketing contra 6 que informaram não ter inovação de processo ou organizacional.

A média de 2 inovações, identificou que 13 empresas teriam inovado acima da média nos últimos 5 anos e 37 teriam volume igual ou abaixo da média. Tendo esses dados foi possível perceber que a cada nova rede se aumenta 0,39 sobre a média de inovações. Se comparado a aquisição de recursos, as redes possibilitam maior aquisição de recursos do que de inovação. Ressalta-se que uma inovação pode necessitar de mais de um recurso, como por exemplo, a implementação de uma maquete composta por ideias e insumos materiais variados que tem como finalidade testar a melhor apresentação de um produto ou a estruturação de um plano de marketing.

Outra pergunta do questionário contribui para pensar quais os insumos que faltam e causam a suspensão de projetos de inovação. Entre as 35 empresas que responderam já ter suspenso projetos, grande parte indicou como principal motivo recursos materiais como o custo do projeto, seguido da falta de pessoas, da incapacidade de absorção do projeto no mercado e da ausência de tecnologias para contribuir com os planos. Sendo os recursos materiais e as inovações de produto e de marketing os menos marcados na contagem total, pode-se argumentar que as inovações seriam geradas por recursos imateriais, já que a falta de recursos materiais aparece por duas vezes como sendo de difícil acesso.

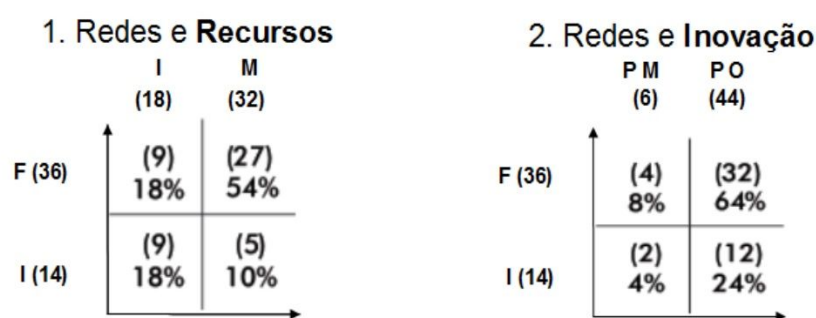


Figura 3 – A Concentração

Fonte: Elaboração própria.

A concentração de respostas confirma a existência de padrões nas interações sociais para a obtenção de recursos, e a ausência de uma dispersão ampla – presença de buracos

estruturais – afirma que as empresas criativas em geral são bem parecidas quanto a recursos e inovações. Visto que os recursos imateriais e as redes informais foram as respostas mais marcadas, e que as redes formais e os recursos materiais são opções indicadas pelos pressupostos teóricos e pelos dados da figura para garantir confiança nas relações e possibilitar produtos e serviços criativos, se faz necessário que o processo de criação seja diversificado. Quanto mais complexos forem os vínculos, maiores serão as chances de obter recursos relevantes para a geração e a transação econômica de produtos criativos, o que também faz com que o processo de criação seja composto por diferentes inovações. Os resultados são compatíveis com as hipóteses e o suporte teórico que prima pela diversificação de padrões de interação para o acesso a recursos e implementação de inovações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BURT, Ronald S. Structural holes and good ideas. *American journal of sociology*, v. 110, n. 2, p. 349-399, 2004.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede - A era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COMUNIAN, Roberta. Uma cidade criativa de tipo relacional: Para uma cartografia das ligações em rede entre os setores público, privado e sem fins lucrativos nas indústrias criativas. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 99, p. 99-124, 2012.

FERNÁNDEZ ESQUINAS, Manuel. Hacia un programa de investigación en Sociología de la innovación. *Arbor*, v. 188, n. 753, p. 5-18, 2012.

FLORIDA, Richard. **A ascensão da classe criativa: e seu papel na transformação do trabalho, do lazer, da comunidade e do cotidiano**. Porto Alegre, RS: L&PM, 2011.

GRANOVETTER, Mark. **Ação Econômica e Estrutura Social: o Problema da Imersão**. In RAE-eletrônica, v. 6, n. 1, Art. 5, jan./jun. 2007.

HOWKINS, John. **Economia criativa**. São Paulo: M. Books do Brasil, 2013.

JULIEN, Pierre-André. **As redes**. In: Empreendedorismo regional e economia do conhecimento. São Paulo: Saraiva, 2010. p.215-238.

MAILLOCHON, Florence. **Por que a análise das redes?** In: A Pesquisa Sociológica. Cap. 9. Coleção Sociologia. Editora Vozes, Petrópolis, 2015.

OECD, FINEP. **Manual de Oslo: Proposta de Diretrizes para a coleta**. Traduzida em 2004 pela FINEP. OECD, 1997.

RAMELLA, Francesco. **Sociologia dell'innovazione economica**, Bologna, Il Mulino, 2013.

SOSTENUTO, Proyecto. Tomo 1 - La Cultura como Factor de Innovación Económica y Social. **Cultural Economics Research Unit (Econcult)** – University of Valencia (Spain), the Med space. 2012.

SWEDBERG, Richard. Sociologia econômica: hoje e amanhã. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 16, n. 2, p. 7-34, 2004.

UNCTAD. Creative Economy: **Report 2010**. Genebra: Nações Unidas, 2010.

UZZI, Brian; SPIRO, Jarrett. Collaboration and creativity: The small world Problem. **American journal of sociology**, v. 111, n. 2, p. 447-504, 2005.

VEDRES, Balázs; STARK, David. Dobras estruturais: ruptura generativa em grupos sobrepostos. **Revista de Administração de Empresas**, v. 50, n. 2, p. 215, 2010.

Notas sobre o uso de financiamentos coletivos para viabilização de projetos culturais

Carolina Dalla Chiesa

Este trabalho versa sobre o **mercado de financiamentos coletivos** (também chamados de *crowdfunding*) com enfoque em uma modalidade específica: viabilização de **projetos culturais** como teatro, música, cinema, literatura e bens culturais em geral. Apresenta-se primeiramente um panorama amplo sobre financiamentos coletivos como contextualização e, após, pretende-se dar ênfase aos aspectos acerca dos financiamentos para a cultura, elaborando algumas comparações exploratórias entre *crowdfunding* e outros financiamentos existentes no Brasil. Argumenta-se que a escolha por este modo de financiamento de atividades culturais calca-se em uma sobreposição entre formas estatais e mercadológicas de suportar produções culturais, onde o *crowdfunding* se situa como um “mercado de nichos”. Serão apresentados dados exploratórios de campo, estatísticas e plataformas de financiamento coletivo atualmente em operação no Brasil. O **objetivo** deste trabalho, portanto, é de analisar o mercado de financiamentos coletivos com enfoque na viabilização de projetos da área da cultura como uma alternativa aos modos tradicionais de financiamento de projetos culturais e ponderar suas limitações.

Palavras-chave: *crowdfunding*, cultura, financiamento coletivo, mercado.

Introdução

O uso do financiamento coletivo para viabilização de projetos de toda sorte tem sido descrito como um mercado em expansão, que se comporta através de “nichos”, e que, em 2015, movimentou cerca de US\$ 34,4 bilhões em todo mundo (MASSOLUTION, 2015). Ainda que as estatísticas sobre este mercado sejam demasiadamente esparsas e não concentrem dados agregadamente (dada sua relativa novidade), algumas das categorias mais comuns podem ser citadas: cinema, música, quadrinhos e tecnologia, projetos comunitários. Dentre essas categorias, figura com bastante destaque a emergência de projetos culturais sendo financiados por meio de plataformas de financiamento coletivo, em que um grande número de pessoas faz apoios financeiros de baixo valor, de modo que o projeto possa ser concretizado.

Trata-se de um fenômeno interessante que esta modalidade de financiamento seja utilizada, por vezes, em conjugação aos financiamentos públicos e empresariais, outras

vezes, de forma excludente, a depender do interesse daquele que busca realizar tais projetos. Na esteira de diversas críticas realizadas aos sistemas de financiamento para a cultura no Brasil, o *crowdfunding* ganha relevância como uma alternativa viável e com suas características próprias. Entende-se que, no Brasil, a demanda por financiamento para cultura é potencialmente maior do que suas tradicionais formas de financiamento podem contemplar. É neste sentido que o financiamento coletivo adentra como uma alternativa. Cumpre destacar que não se trata de comparar moralmente uma ou outra forma de financiar as expressões culturais, mas de apresentar alternativas que se delineiam no cenário dos projetos culturais e de questionar: quais são as características do uso do financiamento coletivo para realização de projetos no campo da cultura?

Assim, a intenção deste trabalho é mostrar um panorama exploratório sobre os financiamentos coletivos no Brasil e no mundo e, após, focar as possibilidades para financiamento da cultura. Também se busca elencar algumas características sobre este modo de levantar recursos para elucidar seu funcionamento de modo que seja possível ao leitor estabelecer comparações e ponderar suas limitações.

Este trabalho exploratório é parte de uma dissertação de mestrado em andamento no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da UFRGS que objetiva analisar diferentes financiamentos coletivos com enfoque nas justificativas e narrativas elaboradas para criação deste mercado e dos projetos que nele transitam. Adversamente, o presente trabalho não enfoca tais narrativas, buscando, portanto, mostrar um cenário e apontar possíveis discussões.

Um pouco sobre financiamentos coletivos

De forma resumida, realizar um *crowdfunding*¹ significa solicitar dinheiro a pessoas (amigos, conhecidos, famílias e desconhecidos) para realizar um determinado projeto que, hipoteticamente, é de interesse daqueles que contribuem. Por meio de um *site*, uma pessoa ou um grupo de pessoas solicita apoio para algo que queira realizar durante um período que costuma variar de vinte a noventa dias em troca de uma recompensa que pode variar desde um simples “obrigado” até quotas de ações em uma empresa (a depender do tipo de projeto). Neste período, pessoas interessadas “na causa”, em suas recompensas ou apenas

¹ Junção das palavras “crowd”, multidão, e “funding”, arrecadação de recursos, em inglês.

no ato de apoiar financeiramente alguém próximo, entram na plataforma de *crowdfunding*, escolhem uma faixa de valor para apoiar e este dinheiro será debitado em suas contas bancárias.

Desde a entrada do *crowdfunding* no Brasil, mais de 80 plataformas já foram criadas², sendo que destas, sobraram 24 com campanhas ativas e poucas com grande movimentação de apoios e visitantes (ALVES, 2015). Dada a novidade do setor, também poucas são as pesquisas que buscam mapear as plataformas, suas arrecadações e enfoques, de modo que torna-se difícil compor um perfil acurado do cenário de *crowdfunding* no país, seus impactos financeiros e reais contribuições para o campo da cultura no país.

Atualmente, o recorde brasileiro de arrecadação de dinheiro é do valor de R\$ 791 mil, do projeto “Jornada pela Democracia”, lançado por amigos da ex-presidente do Brasil, Dilma Rousseff, em junho de 2016, com o objetivo de financiar viagens da presidente afastada (BLOG CATARSE, 2016). Comparativamente, este recorde é pequeno se compararmos o montante dos três maiores projetos já financiados por meio do Kickstarter (plataforma internacional), que totalizam US\$ 46 milhões. Estima-se também que, a cada hora, são investidos US\$ 87 mil em projetos de *crowdfunding* no mundo e que as categorias mais populares são: tecnologia, quadrinhos, jogos e música (THECROWDFUNDINGCENTER, 2016). Ao todo, em 2015, foram financiados US\$ 34,4 bilhões (MASSOLUTION, 2015) no mundo.

O Catarse, uma das principais plataformas nacionais, movimentou R\$ 32 milhões durante seus quatro anos, ou 0,1% do que deverá ser movimentado no mundo todo em apenas um ano (ALVES, 2015). Trata-se de um dado também evidente que os apoios em plataformas de financiamento coletivo estejam majoritariamente na região Sudeste e Sul (CATARSE, 2013), revelando um perfil de apoiadores de classe média, escolarizados, pós-graduados cujas sociabilidades largamente envolvem o uso das plataformas digitais.

São diversos os entrecruzamentos que o *crowdfunding* possibilita, como um campo empírico no qual se observam as relações que as pessoas estabelecem com o dinheiro. Este dinheiro, antes de ser mediado por plataformas *online*, perpassa diversas outras instâncias como a família, os amigos, círculos de sociabilidade secundários - uma vez que, muitas vezes, o apoio financeiro é realizado para “os conhecidos” - e que pode articular diferentes circuitos, a depender do que circula em cada projeto de *crowdfunding*. É neste sentido que

² No mundo, estima-se ter mais de 450 plataformas (CROWDSOURCING.ORG, 2013).

as plataformas de *crowdfunding* normalmente reiteram a existência de três principais círculos de influência: o primeiro (família e amigos próximos), o segundo (amigos mais distantes e conhecidos) e o terceiro (pessoas desconhecidas que podem se interessar pelo projeto em razão de sua temática).

No que tange à operação do financiamento coletivo por meio da plataforma, há também diversas modalidades através das quais um projeto pode ser proposto. Pode-se optar por uma **meta flexível** ou **fixa**: na primeira, se o valor arrecadado for menor que a meta estabelecida por quem criou o projeto, o proponente pode usufruir o que foi arrecadado mesmo assim; na versão fixa, também chamada de “tudo ou nada”, se o valor arrecadado for menor que a meta, o proponente não poderá retirar os recursos obtidos. Em alguns casos, pode-se realizar um apoio **recorrente**³, de modo que mensalmente o proponente do projeto receba recursos que são debitados regularmente na conta bancária do apoiador. Pode-se também prever ou não recompensas, o que varia conforme a política de cada plataforma.

Uma das diferenciações mais amplamente divulgadas sobre financiamentos coletivos é representada pela tipologia abaixo:

Figura 1: Tipos de Crowdfunding



Fonte: Oficina Catarse (2015)

É comum que participantes deste mercado façam a distinção entre os tipos supracitados, muito embora este seja apenas um ponto de vista entre outros. O *Equity Crowdfunding* destina-se ao apoio para criação de empresas, produtos, serviços ou empreendimentos imobiliários tendo a expectativa direta de retorno por meio de dividendos ou lucros a partir das operações mercantis futuras. Estima-se que as doações

³ Este modelo é utilizado pelas plataformas brasileiras Apoia.se e Benfeitoria. No caso da plataforma Apoia.se, o enfoque não se destina aos casos de resolução de problemas pessoais, e sim aos “criadores de conteúdos”: em sua visão, pessoas – oriundas do que pode-se chamar de uma “classe criativa” (FLORIDA, 2002) - que precisam de dinheiro para continuar suas atividades **artísticas, criativas ou culturais** e que retribuem aos apoiadores com a própria arte ou distribuição de conteúdo.

por meio do *crowdfunding* para criação de empresas e produtos já ultrapassara em montante de recursos o tradicional investimento em ações de capital de risco⁴ (*Venture Capital*) não realizado por meio da *internet*. No campo das “*start-ups*”, projetos de inovação e mesmo produtos culturais como jogos digitais, os financiamentos coletivos são também usados como instrumento para pré-teste⁵, ou seja, como forma de avaliar a aceitação de algum produto ou serviço, o que difere das intenções artísticas exploradas neste artigo e desvinculando-se relativamente do paradigma das dádivas (CAILLÉ, 2002; GOUDBOUT, 1999).

A modalidade de *Empréstimo* é entendida como um Microcrédito realizado pela internet, normalmente com viés filantrópico⁶. A modalidade de *Doação* é entendida como o formato de financiamento coletivo que não exige contrapartida a quem apoia determinado projeto e, portanto, muitas vezes, restringindo-se ao oferecimento de um espaço *online* para qualquer causa ou projeto. Por sua vez, o modelo de *Recompensa* trabalha com curadoria de projetos, com uma taxa de cobrança maior que o modelo anterior e, necessariamente, prevendo recompensas ao montante apoiado por uma pessoa física ou jurídica.

Internacionalmente, pode-se dizer que os financiamentos coletivos ganharam bastante destaque a partir da campanha de eleição presidencial de Barack Obama nos Estados Unidos, em 2008, dada sua estratégia de buscar apoio financeiro por meio de pequenas doações operacionalizadas em um *website*⁷. Embora houvesse plataformas de *crowdfunding* operando anteriormente, é a partir da eleição de Obama que este sistema de financiamentos passa a ser mundialmente conhecido.

Antes dessa campanha, em 2007, surgira a plataforma *Indiegogo*, cujo enfoque privilegiava suporte ao cinema independente e, logo após, em 2009, surgiu a *Kickstarter*, maior plataforma atualmente em volume de recursos. No Brasil, após cinco anos de funcionamento das primeiras plataformas de *crowdfunding* (*Vakinha* e *Catarse*, ambas iniciadas em 2011 e 2012, respectivamente), há uma proliferação de plataformas atendendo

4 O capital de risco é entendido como um investimento que alguém faz a uma empresa ou produto que apresenta alto risco, porém, elevado potencial de valorização. Este dado está presente na notícia acessível em: <http://www.forbes.com/sites/chancebarnett/2015/06/09/trends-show-crowdfunding-to-surpass-vc-in-2016/>

5 Neste sentido, Pinheiro, Muller e Barth (2014) entendem que o mercado de games pode utilizar-se do financiamento coletivo também como uma forma de teste de produtos. Conforme sua aceitação, pode-se proceder futuramente a projetos mais audaciosos.

6 Um exemplo deste tipo é a plataforma Kiva: www.kiva.org

7 O referido *crowdfunding* alcançou US\$ 631 milhões de arrecadação de doadores individuais.

a diferentes nichos, com variadas taxas de manutenção e funcionalidades oferecidas para quem deseja publicar um projeto.

Trata-se de uma narrativa bastante comum que os financiamentos coletivos representam um fenômeno essencialmente novo, permeado pelas tecnologias digitais e pelas possibilidades que a internet apresenta. Pode-se dizer que, de fato, as novidades estão encerradas no instrumento tecnológico que permite a troca à distância e determinadas *performances* publicitárias que objetivam divulgar o projeto em questão. Entretanto, a prática de financiar coletivamente algo não é em absoluto algo novo⁸. Apenas como exemplo pode-se citar dois projetos realizados antes do advento do *crowdfunding* que objetivavam apoiar artistas locais: o grupo britânico Marillion que, em 1997, arrecadou US\$ 60 mil para financiar sua turnê (HOBBS, GRIGORE e MOLESWORTH, 2016) e Nei Lisboa, músico de Porto Alegre, que nos anos 1980 realizou um financiamento coletivo por meio dos “neilibônus” para lançar um álbum de músicas (SPALDING, 2016).

De um modo ou de outro, pode-se dizer que qualquer arrecadação de recursos de um grande número de pessoas para realização de algo, pode ser chamada de *crowdfunding* ou financiamento coletivo, independentemente de seu meio de realização: pela *internet* ou fora desta. Isso contribui para ponderar a novidade e o entusiasmo tão incorporados nesta prática de financiamento, uma vez que apoios monetários ou não-monetários, doações diretas ou indiretas, rifas e outros se constituem prática já realizadas há muito tempo; algumas delas, características de classes populares e de universos religiosos.

Financiamentos coletivos como forma de apoio aos projetos culturais: *crowdfunding* e financiamentos públicos

Embora não existam muitas pesquisas explorando comparativamente o universo dos financiamentos coletivos para os projetos culturais e as outras formas estatais e privadas de suporte à cultura, podem ser levantados alguns dados e considerações acerca deste cenário.

Para visualizar algumas das principais categorias em uso no *crowdfunding* brasileiro, tem-se a imagem abaixo a partir das estatísticas da plataforma Catarse ao longo de seus

⁸ Pode-se citar o trabalho de Paul Veyne (2015) que resgata mecenatos e doações realizadas para grandes obras públicas no contexto romano.

quatro anos de existência. Em destaque, estão projetos das artes e cultura que, tradicionalmente, poderiam buscar recursos em editais públicos ou em empresas (através da chancela da Lei Rouanet).

Figura 2: Projetos por categoria no Catarse



Fonte: Blog Catarse (2015)

Alguns exemplos tidos como marcos destes mercados podem ser mostrados para elucidar e comparar suas características. No caso da produção audiovisual internacional, um dos exemplos mais famosos reside na captação de recursos para o filme baseado na série “Verônica Mars”, que em dez horas, captou mais de US\$ 2 milhões, finalizando sua captação com US\$ 5,7 milhões (KICKSTARTER, 2014). No Brasil, não há ainda exemplos de produções de grandes séries, porém, os financiamentos coletivos são usados para produções menores.

O cenário do mercado brasileiro de cinema normalmente concentra um pequeno número de filmes que retém a maioria dos rendimentos oriundos da venda direta de ingressos revelando um caso monopolístico, dificultando a entrada de novos competidores (VALIATI, 2010)⁹. Neste sentido, recorrer ao financiamento coletivo por meio de plataformas online tem se configurado uma saída para diversos projetos, conforme mostra o levantamento de Valiati (2013).

Já no caso do mercado de quadrinhos no Brasil têm-se revelações importantes, uma vez que a partir do uso do *crowdfunding*, foi possível perceber mudanças substanciais na

⁹ Ainda segundo Valiati (2010), no que tange à Lei de Incentivo à Cultura haveria um estrangulamento do sistema produtivo, uma vez que o incentivo governamental e a captação de recursos em empresas não são suficientes para cobrir os custos dos projetos.

produção e consumo desses materiais através de plataformas digitais (ainda que o produto final da revista em quadrinhos seja entregue em uma versão física ao apoiador em diversos casos de financiamentos coletivos). Em geral, verificam-se mudanças na diversidade da produção nacional, principalmente embasadas na independência dos produtores, desvinculados dos *publishers* (ALMEIDA, 2013). Tais mudanças, entretanto, não se restringem à produção de quadrinhos, mas se verificam em todos os outros casos em que eram necessários *publishers* obrigatoriamente para a distribuição de um produto: games, música e livros¹⁰.

Isto possibilita certa independência do artista em relação às grandes instituições distribuidoras do produto cultural, uma direta conexão do artista com seu público e eliminação dos intermediários no processo produtivo. Conforme mostra o item seguinte deste texto, devem ser feitas algumas ponderações a este modelo, dado que, muitas vezes o artista não inclui no orçamento do projeto de financiamento coletivo, sua própria remuneração, sendo destinado o montante apenas para custeio de impressão, diagramação, distribuição, entre outros, conforme o tipo de projeto.

Para fins de exemplificação, cabe mostrar dois recentes projetos realizados por músicos em Porto Alegre: um (de Ian Ramil) para viabilização de um álbum de música já em andamento e, o segundo (da banda Apanhador Só), para viabilização de uma turnê de apresentação das músicas no Brasil e finalizar com a criação do álbum.

Figura 3: Captação do Apanhador Só



Fonte: Catarse (2016)

¹⁰ Inspirados pela movimentação independente destes mercados, empreendedores lançam plataformas de nicho, como o *Bookstart*, voltado à publicação de livros.

Figura 4: Captação de Ian Ramil



Fonte: Catarse (2016)

No primeiro caso, a banda Apanhador Só arrecadou aproximadamente R\$ 103 mil excedendo sua meta, para custear suas viagens e gravações. No segundo caso, o músico Ian Ramil arrecadou aproximadamente R\$ 32 mil (também excedendo a meta) para custear a finalização do álbum de músicas. Em ambos os casos, as descrições do projeto são bastante detalhadas e incluem a programação de gastos prevista para cada projeto. Cumpre destacar que, em nenhum dos orçamentos apresentados, há o pagamento do próprio artista, de sua remuneração para sua subsistência. Também há uma preocupação em estabelecer relações mais próximas com o apoiador e de justificar a opção pelo financiamento coletivo, como fala a descrição do projeto do Apanhador Só no site do Catarse:

Acreditamos que o financiamento coletivo é a melhor forma de viabilizar esse projeto, por fazer da aproximação entre público e artista a força motriz para ideias serem colocadas em prática. E é justamente essa aproximação que faz o "na sala de estar" ser um formato tão especial pra nós. Sem grade, sem degrau, sem fosso entre banda e público. Sem intermediários, sem curadores, sem grandes patrocinadores. Banda, público e vontades. Financiamento e projeto funcionando sob a mesma lógica (Catarse, 2016)¹¹.

Desse modo, progressivamente o financiamento coletivo integra o rol de possibilidades disponíveis para financiar cultura no Brasil com suas características e peculiaridades. O financiamento da cultura é um tema que granjeia enorme debate em

¹¹ Nesse sentido, estas narrativas aproximam-se das considerações de Boltanski e Chiapello (1999), no sentido de reiterarem utopias da rede, da horizontalidade e da independência: formas contemporâneas de se praticar o capitalismo.

diferentes gestões do Ministério da Cultura desde seu surgimento, mas que fundamentalmente se estrutura na noção de que o Estado deve atuar como promotor de políticas públicas para bens culturais, ainda que esta prerrogativa em si possa ser pensada a partir de vários vieses (DURAND, 2001). Através do Sistema Nacional de Cultura, o Plano Nacional de Cultura e a Lei Rouanet, o Estado brasileiro busca dar vazão às prerrogativas constitucionais de 1988 acerca do princípio da cidadania cultural como direito fundamental (BRASIL, 1998). Para além dos mecanismos federais, podem ser notados os mecanismos estaduais e municipais por meio de editais que obedecem a critérios definidos em cada região ou tipo de produção cultural em foco. Embora tais mecanismos sejam sofisticados e busquem atender às demandas do país em torno da expressão cultural, devem-se notar alguns de seus constrangimentos.

Ao todo, se observados o Mecenato e o Fundo Nacional de Cultura¹² (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2016) em 2015, houve aproximadamente 11 mil projetos apresentados, 5 mil aprovados, 3 mil efetivamente apoiados, cujo valor no total é bastante menor do que o montante apresentado, conforme figura abaixo.

¹²“O Fundo Nacional da Cultura (FNC) foi criado pela Lei 8.313/1991, a Lei Rouanet. Ele deve garantir a oferta de apoios financeiros em linhas de incentivo que se comprometam com a descentralização regional, setorial e estética, abarcando as mais variadas expressões culturais brasileiras, potencializando toda a rede produtiva e promovendo a liberdade de criação” (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2015).

Figura 5: Dados da Lei Rouanet

SalaNet		Mecenato e Fundo Nacional da Cultura					20/09/2016
Comparativo por Ano							
Ano	Qtde Apres.	Qtde Aprov.	Qtde Apoio.	VI. Apresentado	VI. Aprovado	VI. Apoiado	
1993	19	10	2	18.710.859,87	13.969.236,77	21.212,78	
1994	74	91	7	98.228.196,17	114.775.297,55	533.751,57	
1995	1.378	69	153	767.885.258,48	96.043.243,26	41.668.264,65	
1996	3.773	2.552	624	2.130.370.530,80	1.612.596.208,73	195.030.104,41	
1997	7.535	3.011	1.299	3.694.960.473,06	1.528.013.048,41	330.880.156,33	
1998	6.559	3.669	1.258	3.005.725.978,41	1.590.098.542,21	310.451.086,40	
1999	8.281	3.346	1.221	3.403.419.394,93	1.495.505.214,92	311.002.975,35	
2000	6.406	3.174	1.292	2.710.416.568,51	1.382.569.111,80	461.049.131,24	
2001	8.393	2.840	1.540	3.352.307.615,43	1.359.242.185,05	514.264.879,32	
2002	8.969	4.476	1.527	4.125.303.358,95	2.271.888.163,89	483.168.167,75	
2003	7.163	4.222	1.543	3.901.944.691,33	1.937.670.619,59	461.157.590,14	
2004	7.637	5.304	2.041	5.034.932.459,30	2.536.717.914,78	592.570.649,33	
2005	12.553	6.739	2.476	8.171.660.147,70	3.251.761.180,95	859.571.783,84	
2006	9.766	6.997	2.933	6.127.225.022,67	3.489.017.305,99	932.496.915,30	
2007	11.972	6.876	3.234	7.689.261.607,32	3.491.268.734,96	1.230.705.156,83	
2008	10.814	7.212	3.163	9.195.256.092,41	4.170.588.300,62	1.098.978.771,77	
2009	9.184	5.078	3.042	8.912.745.529,66	3.149.814.814,55	1.137.319.568,69	
2010	13.573	7.874	3.417	7.649.683.757,83	5.464.645.117,32	1.457.140.463,99	
2011	14.066	7.787	3.752	6.936.703.972,04	5.457.239.672,65	1.351.713.286,78	
2012	10.015	6.435	3.588	7.019.714.468,42	5.469.452.614,82	1.302.487.770,31	
2013	11.556	6.464	3.481	8.451.742.387,00	5.591.129.414,78	1.331.552.331,68	
2014	14.428	6.065	3.326	7.370.530.111,22	5.782.322.096,91	1.352.724.210,88	
2015	11.275	5.458	3.151	6.653.007.701,18	5.252.058.274,20	1.219.403.184,95	
2016	3.551	2.661	1.475	3.951.810.550,21	1.815.387.862,68	423.875.071,91	
Total Geral	198.940	108.410	49.545	120.373.546.733,00	68.323.774.177,40	17.399.766.485,90	

Lei Rouanet (a partir de 2003)

Fonte: Ministério da Cultura (2016)

Alguns autores também apontam para uma tendência ao monopólio do financiamento das atividades culturais prestigiosas que detêm mais possibilidade de acesso a grupos empresariais, em detrimento de tantos outros projetos menores, locais e sem apelo comercial que não captam os recursos necessários para sua produção (LIMA, 2004; ALVES, 2011).

O Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) foi implementado pela Lei Rouanet em 1991 e é totalmente baseado em editais e incentivos fiscais. Não demorou para que os departamentos de *marketing* se apropriassem do sistema e passassem a usar a verba para trazer retorno de imagem para as grandes empresas. Essa dinâmica concentrou capital nas regiões mais ricas do país e viciou o sistema em beneficiar os artistas que trouxessem retorno de marca. Em 2015, 80% dos R\$ 1,17 bilhão captados via renúncia fiscal foram para projetos da região Sudeste (CARUSO, 2016).

A concentração de incentivos à cultura na região sudeste é uma das maiores distorções promovidas pelas políticas culturais de financiamento no Brasil. Um dos grandes argumentos para uso do *crowdfunding*, nesse sentido, centra-se na “capilarização” e “democratização” que este sistema possibilita, alcançando diferentes públicos em razão das possibilidades que a internet permite (BIER e CAVALHEIRO, 2015). Entende-se que, embora tais movimentações estejam vinculadas ao lucro da produção cultural (em diversos casos), haveria maior facilidade de produção e distribuição do produto cultural por meio do financiamento coletivo.

Podemos inferir que o conceito de indústria cultural, separado do viés político-ideológico da Escola de Frankfurt, segue atual nos dias de hoje, pois a mídia ainda é a responsável pela formação da identidade da população e o lucro ainda é o objetivo de grande parte da produção cultural. **Entretanto, a facilidade de interação e o acesso à internet estão democratizando o conteúdo** oferecido e fornecendo opções variadas, de forma que o diálogo entre o consumidor e o produtor seja estimulado (VALIATI, 2013).

Não obstante, uma vez que os maiores doações para *crowdfunding* também se concentram no sudeste do Brasil, este argumento perde força, a exemplo da pesquisa sobre o retrato do financiamento coletivo no Brasil em 2013-2014 (CATARSE, 2013). Ainda que esta pesquisa não possa ser reproduzida como um todo em 2016 (e inexistam outras pesquisas de tal alcance atualmente), nada aponta para uma mudança neste cenário em curto prazo.

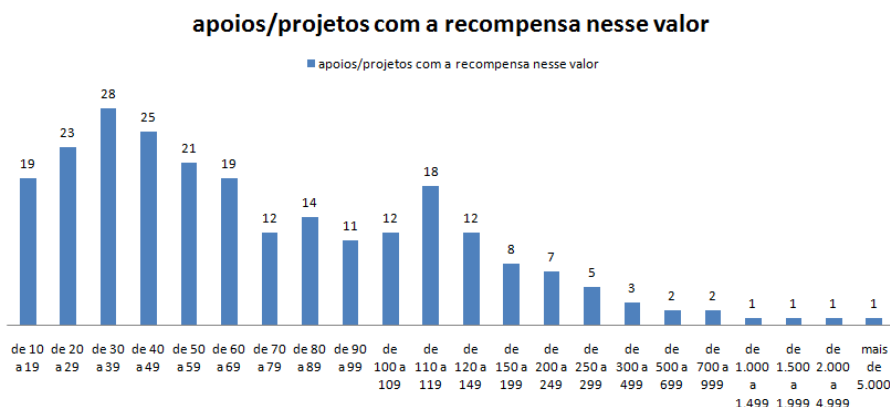
Uma das principais tentativas do Ministério da Cultura nos últimos anos foi buscar a tramitação e aprovação do “Procultura”: um projeto para modernizar e melhorar as formas de distribuição de recursos de orçamento direto da cultura e substituir a Lei Rouanet (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2015). Entende-se que os programas de maior resultado no campo da cultura (em âmbito Estatal) foram aqueles que apostaram na descentralização de sua execução e é neste sentido que o “Procultura” busca trabalhar¹³. Assim, segundo aponta Caruso (2016), àquele momento (a saber, de um ciclo de debates sobre políticas culturais na UFBA) o MinC aprovava uma possível conjugação de esforços

¹³ Cumpre destacar que o rompimento institucional ocorrido no governo federal em 2016 pode ter comprometido a continuidade de tal discussão a partir de projetos da gestão anterior do Ministério da Cultura.

entre o campo dos financiamentos coletivos e as políticas públicas para cultura, denotando um interesse em integrar esforços de Estado e Mercado. Este esforço embasar-se-ia no fato de que os financiamentos coletivos poderiam auxiliar na correção de distorções provocadas pela concentração regional de apoio financeiro à cultura.

O financiamento coletivo no Brasil tem vocação para pequenos valores, metas normalmente até R\$ 30 mil¹⁴, o que possivelmente revela tanto o perfil da maioria de projetos culturais quanto perfil de apoiadores (de baixo tíquete médio). Segundo Anthony Ravoni, do Catarse (DEFENDER, 2015), os projetos de pequenos orçamentos não costumam ser contemplados em editais. Isto, portanto, induz a uma série de produtores culturais brasileiros que se utilizem do financiamento coletivo para suportar seus projetos. Como resultado, tem-se um cenário de muitos projetos e pouco dinheiro, ou seja, valores baixos para cada projeto, tíquetes médios de baixo valor, conforme mostra o gráfico abaixo oriundo das estatísticas do Catarse:

Figura 5: Valor dos apoios



Fonte: Catarse (2014)

Neste sentido, cumpre destacar alguns aspectos sobre o uso do financiamento coletivo para financiamento de projetos culturais no Brasil no sentido de elucidar seu funcionamento, independentemente de se direcionarem aos projetos culturais ou outras categorias.

¹⁴ Segundo dados da plataforma Benfeitoria, apresentados em um curso sobre *crowdfunding* em 2016, 90% de seus projetos tem valores de até R\$ 30 mil reais.

Algumas características do mercado de financiamentos coletivos

A primeira delas refere-se a sua relativa **independência**, um atributo cativante no sentido de não tornar um projeto, empresa ou grupo de pessoas completamente dependente de uma instituição pública ou privada, ou mesmo de torná-lo “engessado” por restrições contratuais. Sua independência, ao mesmo tempo em que possibilita certa liberdade ao artista, também inculca mais responsabilidade sobre sua atuação, inclusive aquela de conseguir mensurar apropriadamente seus ganhos como artista, algo ainda incipiente nos sistemas de financiamentos coletivos, uma vez que muitos criadores não incluem o valor de sua remuneração nos pedidos de apoio. Isto também cria dependência do artista para com as outras formas de remuneração de sua vida: trabalhos outros, muitas vezes desvinculados de sua intenção artística principal.

A segunda característica importante do *crowdfunding* como meio de viabilização de projetos é sua **temporalidade**, uma vez que rapidamente os recursos podem ser levantados e colocados em prática para produção de um determinado produto ou serviço. Por outro lado, a temporalidade e sua independência condicionam os financiamentos a valores relativamente baixos, suficientes para o começo de uma empresa, projeto, associação, etc., mas não para sua continuidade em longo prazo.

Outro aspecto reside na necessidade de formação ou reiteração de **vínculos afetivos** que possibilitam ao projeto efetivamente ser financiado, seja com a família, amigos ou fãs do artista. Neste sentido, é ampla a literatura que busca desvendar este apoio que se sustenta em redes sociais (BOWDEN, 2008; COVA E COVA, 2002; GAMBETTI ET AL., 2012; MOLLICK 2012; HUI ET al., 2012), círculos de conhecidos e circuitos de consumo (ZELIZER, 2005). Na literatura sobre financiamentos coletivos, normalmente nomeia-se a expressão “Family and Friends” (FF)¹⁵ para representar os primeiros doadores de *crowdfunding*. É a partir deste primeiro momento que o proponente do projeto terá que lançar mão de uma série de estratégias e *performances*¹⁶ que convençam o possível doador a doar dinheiro para além de suas esferas mais próximas.

¹⁵Família e amigos. Como exemplo, Parker (2009) estima que 31% dos fundos das chamadas “start-ups” advém de amigos e família.

¹⁶O termo “performance” está sendo utilizado com base em Callon (2013). Tais estratégias e *performances* podem se manifestar na publicação de vídeos, peças publicitárias, textos, promoções, lembretes enviados, normalmente, por *email* ou por *Facebook*.

Considerações Finais

Este trabalho buscou apresentar um panorama sobre financiamentos coletivos e expor algumas discussões possíveis relativas ao seu uso para concretização de produções culturais, como alternativas aos financiamentos públicos e empresariais. Cumpre, entretanto, apontar que o financiamento coletivo para cultura não necessita se estabelecer como uma alternativa excludente, ou seja, é possível agregar financiamentos de outras fontes (tanto públicas quanto privadas) ao *crowdfunding* sem perder de vista suas limitações e possibilidades¹⁷.

Em um cenário de constrição do orçamento público, parece ser cada vez mais necessária a variação de fontes de financiamento, de modo a repensar as políticas culturais. Neste sentido, o trabalho deixa abertas diversas lacunas para pensar e verificar mais dados e fontes acerca das reais possibilidades que o *crowdfunding* abre para a viabilização das expressões culturais no país. Assim, seria possível compreender os financiamentos coletivos como uma possível política cultural fora do Estado? Para que isto se revele um cenário razoável, os financiamentos coletivos têm um longo caminho, a começar por sua regulamentação.

Por fim, cabe problematizar a narrativa de “novidade” dos financiamentos coletivos, uma vez que doações e apoios, em absoluto, não podem ser considerados como novidades, ainda que sua evidente diferença resida nas possibilidades da Internet. De certo modo, a reiteração de uma narrativa como tal suporta, cria e também *performa* (CALLON, 2013) um mercado com suas prerrogativas e características de modo a diferenciá-lo de outras formas de troca.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Victor José Pinto de. A Revolução da Independência: Catarse e Quadrinhos Independentes como Opção para O Mercado Editorial. **2ª Jornada Internacional de Histórias em Quadrinhos**. Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2013.

ALVES, Breno Castro. **A Seleção Natural do Crowdfunding no Brasil: hoje há mais arrecadação e menos plataformas**. Disponível em: <http://projetodraft.com/a-selecao-natural-do-crowdfunding-no-brasil-hoje-ha-mais-arrecadacao-e-menos-plataformas/>. Acesso em: 10 de dezembro de 2015.

¹⁷ Um dos exemplos nesse sentido é da plataforma *Partio*. Site na web: Partio.com.br.

ALVES, M.A. **Articulação entre cultura e mercado: a descentralização das políticas culturais**. XXVIII Congresso Internacional da Associação Latino-Americana de Sociologia (ALAS). Universidade Federal de Pernambuco, 2011.

BIER, Clerilei Aparecida e CAVALHEIRO, Ricardo Alves. Lei Rouanet X Crowdfunding: fomentando os empreendimentos culturais. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**. Rio de Janeiro, v.6, n.2, abr-jun, 2015.

BLOG CATARSE. **Há 4 anos mudando vidas**. Disponível em: <http://blog.catarse.me/ha-4-anos-mudando-vidas/#more-23554581455>. Acesso em 10 de setembro de 2015.

BLOG CATARSE. **Jornada pela Democracia bate todos os recordes do Catarse**. 2016. Disponível em: <http://blog.catarse.me/jornada-pela-democracia-bate-todos-os-recordes-do-catarse/>. Acesso em 02 de setembro de 2016.

BOLTANSKI, L. e CHIAPPELLO, E. **Le Nouvel Esprit du Capitalisme**. Paris: Gallimard, 1999.

BOWDEN, Jana Lay-Hwa The process of customer engagement: a conceptual framework. **The Journal of Marketing Theory and Practice**, Vol. 17 No. 1, pp. 63-74, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1998.

CAILLÉ, A. **Antropologia do Dom**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

CALLON, M. Qu'est-ce qu'un agencement marchand? In: CALLON, M. **Sociologie des Agencements Marchands**. Paris: Presses de Mines, 2013.

CATARSE. Explore Projetos Incríveis. Disponível em: https://www.catarse.me/explore?ref=ctrse_header. Acesso em: Acesso em 31 de janeiro de 2016.

CATARSE. **Jornada pela Democracia**. Disponível em: <https://www.catarse.me/dilma>. Acesso em 25 de agosto de 2016.

CATARSE. Retrato do Financiamento coletivo no Brasil 2013-2014 Disponível em: <http://pesquisa.catarse.me/>. Acesso em: Acesso em 31 de janeiro de 2013.

CARUSO, Felipe. **Ministério da Cultura vê distorções da Lei Rouanet como criminosas e quer incentivar crowdfunding**. Disponível em: <https://medium.com/crowdfunding-brasil/minist%C3%A9rio-da-cultura-v%C3%AA-distor%C3%A7%C3%B5es-da-lei-rouanet-como-criminosas-e-quer-incentivar-crowdfunding-4b29aaf2da56#.gtwhnwe7y>. Acesso em 10 de setembro de 2016.

COVA, Bernard e COVA, Veronique. Tribal marketing: the tribalisation of society and its impact on the conduct of marketing. **European Journal of Marketing**, Vol. 36 No 5/6, pp. 595-620, 2002.

CROWDSOURCING.ORG. **Reports**. Disponível em: <<http://reports.crowdsourcing.org>>. Acesso em: 12 de julho de 2013.

DEFENDER. **Cultura perde 33% de seu orçamento; pasta perde ao menos R\$ 1 bi com corte em 2015**. Disponível em: <<http://defender.org.br/tag/economia-criativa?print=print-search>>. Acesso em: 11 de setembro de 2016.

DURAND, José Carlos. Cultura como objeto de política pública. **São Paulo em Perspectiva**, v.15, n.2, São Paulo, Abr-Jun, 2001.

FLORIDA, Richard. **The Rise of the Creative Class**. And how it's transforming work, leisure and everyday life, Basic Books, 2002.

GAMBETTI, Rosella, GRAFFIGNA, Guendalina e BIRAGHI, Silvia. The grounded theory approach to consumer brand engagement: the practitioner's standpoint. **International Journal of Market Research**, Vol. 54 No. 5, pp. 659-687, 2012.

GOUDBOUT, J. **O Espírito da Dádiva**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

HOBBS, Jake, GRIGORE, Georgiana e MOLESWORTH, Mike. Success in the management of crowdfunding projects in the creative industries. **Internet Research**, v.26, n.1, 2016 pp. 146-166.

HUI, J.S., GERBER, E. e GREENBERG, M. Easy money? The demands of crowdfunding Work. **Segal Technical Report**, Vol. 12 No. 4, 2012.

KICKSTARTER. The Veronica Mars Movie Project. Disponível em: <<https://www.kickstarter.com/projects/559914737/the-veronica-mars-movie-project>>. Acesso em: 11 de setembro de 2016.

LIMA, C. Estratégias políticas no meio cultural. **FACOM – Revista da Faculdade de Comunicação da FAAP**, n. 12, São Paulo, 1º sem. 2004. Disponível em: <http://www.faap.br/revista_faap/revista_facom/facom_12/facom_12.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2015.

MASSOLUTION. **Crowdfunding industry report**. Crowdsourcing LLC, New York, NY, 2015.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Juca Ferreira pede pressa na tramitação de lei de incentivo à cultura**. Disponível em: http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset_publisher/OiKX3xlR9iTn/content/id/1271121. Acesso em: 20 de dezembro de 2015.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Fundo Nacional de Cultura**. Disponível em: http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset_publisher/OiKX3xlR9iTn/content/fundo-nacional-de-cultura. Acesso em: 20 de dezembro de 2015.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Salicnet**. Disponível em: <<http://sistemas.cultura.gov.br/salicnet/Salicnet/Salicnet.php>>. Acesso em: 19 de setembro de 2016.

MOLLICK, Ethan. The dynamics of crowdfunding: determinants of success and failure. **Journal of Business Venturing**, Vol. 29 No. 1, pp. 1-16, 2012.

PARKER, Simon. *The Economics of Entrepreneurship*. Cambridge University Press, 2009.

PINHEIRO, Cristiano Max Pereira, MULLER, Eduardo e BARTH, Maurício. A Tormenta de um crowdfunding de jogo brasileiro. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**. Brasília, v.17, n.3, set/dez, 2014.

SPALDING, Marcelo. **Uma nova forma de captação para projetos culturais**. Disponível em: <[http://www.digestivocultural.com/colunistas/coluna.asp?codigo=3594&titulo=Uma nova forma de captacao para projetos culturais](http://www.digestivocultural.com/colunistas/coluna.asp?codigo=3594&titulo=Uma%20nova%20forma%20de%20captacao%20para%20projetos%20culturais)>. Acesso em 10 de setembro de 2016.

THE CROWDFUNDING CENTER. Disponível em: <<http://www.thecrowdfundingcenter.com/data/categories>>. Acesso em: 10 de setembro de 2016.

VALIATI, Vanessa Amalia Dalpizzol. Crowdfunding e Indústria Cultural: as novas relações de produção e consumo baseadas na cultura da participação e no financiamento coletivo. **Verso e Reverso**, XXVII(64): 43-49, janeiro-abril, 2013.

VALIATI, Vanessa Amalia Dalpizzol. Crowdfunding no cinema brasileiro: um estudo sobre o uso do financiamento coletivo em obras audiovisuais brasileiras de baixo orçamento. **Tese de Doutorado**. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2013.

VALIATI, Leandro. **Economia da cultura e cinema: notas empíricas sobre o Rio Grande do Sul**. São Paulo: Terceiro Nome, 2010.

VEYNE, Paul. **Pão e Circo: sociologia histórica de um pluralismo político**. SP: UNESP, 2015.

ZELIZER, Viviane. Circuits in Economic Life. In: **The Economic Sociology of Capitalism**, edited by Victor Nee and Richard Swedberg, Princeton University Press, 2005, pp. 289-322

Cineastas, Estado e mercado: a produção de longas-metragens no Rio Grande do Sul

Vitáli Marques Corrêa da Silva¹

O Rio Grande do Sul se apresenta como um estado com alguma relevância na produção cinematográfica nacional, embora bastante atrás do eixo RJ-SP. Ainda assim, ele é o terceiro estado com mais títulos de longas-metragens lançados comercialmente entre 1995 e 2015, com 59 filmes. Neste trabalho, exploro parte de questões que integram minha dissertação em andamento em Antropologia. Nela enfoco realizadores de longas-metragens, visto que sua produção – ao contrário da de curtas – é mais complexa e tende a levar anos até o lançamento do produto final. Para que ela ocorra, é necessária a articulação entre diversos agentes, como diretores, roteiristas, produtores e equipe técnica; distribuidores, financiadores e exibidores; além do Estado por meio de editais e legislações do setor. Nesse sentido, questiono: como ocorrem as relações colaborativas entre os realizadores gaúchos com os agentes culturais, estatais e mercantis? Como os criadores percebem o mercado e o Estado, ao estar fora do eixo central de produção? Como buscam se legitimar enquanto realizadores? Para isso, realizei entrevistas abertas com cineastas gaúchos, de *status* e gerações distintos, a fim de apreender suas visões sobre a produção cinematográfica e a interface com o Estado e o mercado de bens simbólicos. O trabalho aponta para questões que devem ser aprofundadas.

Palavras-chave: cinema, Rio Grande do Sul, produção, Estado, mercado.

Introdução

Neste trabalho, pretendo explorar parte de questões que integram meu projeto de dissertação de Mestrado em Antropologia acerca da cena de produção cinematográfica porto-alegrense. Em face da variedade de formas e modalidades de fazer cinema no Rio Grande do Sul, optei desde antemão focar realizadores de longas-metragens, já que a produção de curtas no país é descentralizada e exige menos articulações de redes para sua viabilidade. Por outro lado, a produção de longas-metragens tende a levar anos até o lançamento do produto final no mercado, o que resulta num processo de sobreposição da esfera estatal, mercadológica e artístico-cultural.

¹Mestrando em Antropologia Social (UFRGS). Bolsista de Mestrado CAPES. Membro do Grupo de Antropologia da Economia e da Política (GAEP/PPGAS/UFRGS). Bacharel em Ciências Sociais (UFRGS). Orientador: Prof. Ruben Oliven.

Durante as etapas desse processo, diversos agentes sociais são necessários para a concretização do projeto, entre eles, diretores, roteiristas, produtores e demais membros da equipe técnica por um lado; por outro, agentes do mercado, tais como distribuidores, empresas privadas financiadoras e exibidoras, além da presença do Estado por meio de editais e legislações reguladoras do setor. Diante da complexidade das redes estabelecidas, algumas perguntas são levantadas: como ocorrem as relações e as negociações entre os membros da esfera “cultural” – os cineastas gaúchos, no nosso caso – com as esferas estatais e mercantis? De que forma os criadores veem o mercado e o Estado? Como entendem o impacto destes sobre a “autonomia” artística e a questão autoral?

Este artigo enfatizará o ponto de vista dos cineastas acerca desses questionamentos. Para isso, realizei entrevistas abertas com dois cineastas gaúchos, residentes em Porto Alegre, de *status* e gerações distintos: Carlos Gerbase, de 56 anos, e Zeca Brito, de 29 anos. O primeiro é reconhecido como um dos mais importantes cineastas do campo cinematográfico gaúcho, tendo sido responsável pela direção de vários curtas e longas-metragens desde o início da década 1980. Foi também sócio-fundador da Casa de Cinema de Porto Alegre. Por sua vez, Zeca é um jovem realizador que já dirigiu e escreveu alguns longas-metragens, além de curtas-metragens, e apresenta projetos importantes em andamento.

Antes de abordar os pontos de vistas desses diretores, este trabalho especifica o papel ocupado pelo cinema sul-rio-grandense em termos nacionais e oferece uma visão breve e geral do contexto de financiamento do cinema brasileiro como um todo.

O papel do RS no cinema nacional contemporâneo

O Rio Grande do Sul historicamente se apresenta como um estado importante em matéria de produção cinematográfica nacional, ainda que bastante atrás do eixo central. Em termos numéricos, excetuando-se Rio de Janeiro e São Paulo, ele é o estado com maior número de títulos de longas metragens lançados comercialmente nos últimos vinte anos.

Isso pode ser comprovado por documento divulgado no site oficial da Agência Nacional de Cinema (ANCINE). De acordo com essa série histórica, no período entre 1995-2014, foram lançados comercialmente no país 1.123 filmes de longa-metragem (ANCINE,

2015)². Levando-se em conta apenas o pertencimento territorial das produtoras majoritárias, constata-se que, do total de filmes, 555 (49,4%) foram realizados por produtoras cariocas, 373 (33,2%) por produtoras paulistas e 53 (4,7%) por produtoras gaúchas. Na quarta posição, está o estado de Minas Gerais com 30 filmes (2,6%), seguido de Pernambuco com 23 produções (2,0%) e Distrito Federal com 21 (1,87%).

O restante das películas, 67 produções (aproximadamente 6%), é a soma de filmes realizados pelas produtoras de 10 unidades federativas brasileiras (Bahia, Ceará, Paraná, Santa Catarina, Espírito Santo, Mato Grosso, Amazonas, Maranhão, Goiás e Sergipe). Para o período assinalado, onze estados brasileiros não tiveram nenhum filme lançado por produtoras locais, a maioria pertencente às Regiões Norte e Nordeste (Acre, Alagoas, Amapá, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima e Tocantins).

Analisando esses dados, é visível a grande disparidade regional na produção cinematográfica brasileira atual, em que, para o intervalo entre 1995 e 2014, 82,6% dos filmes foram realizados por empresas do eixo Rio – São Paulo, provavelmente representando cenários e imagens relativas àquela região do país. Por outro lado, a tabela revela que o Rio Grande do Sul ocupa a posição de terceiro estado que mais produz filmes no país. Isso mostra que, ainda que não possua posição principal na produção nacional, apresenta alguma importância em matéria de produção cinematográfica diante do resto do país, ao se excluir Rio de Janeiro e São Paulo. Em se tratando de películas gaúchas, a maioria esmagadora das produtoras localiza-se em Porto Alegre, o que demonstra também uma disparidade local.

A tabela de dados igualmente demonstra crescimento exponencial da produção cinematográfica brasileira. Durante todo o ano de 1995, apenas 14 filmes brasileiros foram lançados, sendo nove do RJ e cinco de SP. No ano seguinte, o número total de películas subiu para 18, das quais 12 foram realizadas por produtoras cariocas, três por produtoras paulistas, uma por produtora gaúcha, outra por produtora cearense e, por fim, uma por produtora capixaba. A realidade do ano de 2014 é bastante diferente: foram lançados comercialmente 114 filmes brasileiros, sendo 50 paulistas, 40 cariocas, oito gaúchos, cinco mineiros, entre outros. Contudo, o ano de maior produção cinematográfica na série

²Disponível em: <http://oca.ancine.gov.br/media/SAM/DadosMercado/2103-22052015.pdf>.

histórica assinalada foi o de 2013, quando foram produzidos comercialmente 129 filmes. Isso revela um crescimento de 821% na produção anual brasileira em dezessete anos.

Essa tendência de aumento na produção de filmes não é um fato isolado brasileiro. A Argentina é um país que, igualmente, vive uma retomada e uma internacionalização crescente de suas películas. O movimento de expansão da importância econômica e simbólica das chamadas indústrias culturais foi reparado por George Yúdice (2002). Ao analisar os números do início do milênio, o autor aponta que as indústrias culturais aportam ao PIB dos países ocidentais mais do que a indústria de bebidas, alimentos e construção. Ademais, são importantes na constituição de imaginários nacionais desses países. Tal movimento de incremento na produção de bens simbólicos no país, especialmente de filmes, reflete-se também em Porto Alegre, onde se aumentam o número de produtoras.

Por outro lado, o “boom” na produção cinematográfica brasileira tem suas particularidades, expressas pela aprovação de leis de fomento no início da década de 1990. É necessário também, antes de descrever o sistema de financiamento do cinema nacional, enfatizar o fato de que a posição majoritária de produção cinematográfica do Rio Grande do Sul não necessariamente se traduz num reconhecimento automático do estado enquanto polo de produção. Pernambuco e Minas Gerais, devido à visibilidade e fortes bilheterias de determinados filmes, também aparecem com frequência na disputa simbólica de terceiro polo de produção cinematográfica no país.

O financiamento do cinema brasileiro

Quando assumiu a presidência da República em 1990, uma das primeiras medidas adotadas por Fernando Collor de Mello foi extinguir a Embrafilmes, empresa pública produtora e distribuidora de filmes, além de terminar com o Ministério da Cultura e com as legislações de incentivo à produção do setor cinematográfico. O resultado foi a produção de apenas um único filme em 1992, o que revela a dependência do cinema brasileiro em relação ao Estado e as consequências negativas do desmonte da área cultural (Matta, 2010).

Posteriormente, duas leis foram lançadas e vieram incentivar a retomada do cinema brasileiro. Trata-se da Lei Rouanet (Lei Federal 8313/91) e Lei do Audiovisual (Lei Federal 8685/93), ambas baseadas na renúncia fiscal. A primeira abrange todas as atividades culturais e permite que pessoas físicas e jurídicas direcionem parte de seu imposto de

renda devido ao Estado para o financiamento cultural. As empresas podem destinar até 4% do imposto de renda - que iria para o Estado - para atividades culturais, ao passo que pessoas físicas destinar até 6% do imposto devido (Matta, 2010).

Já a Lei do Audiovisual engloba especificamente incentivos para o desenvolvimento de projetos audiovisuais, permitindo a destinação de até 6% das o Imposto de Renda devido pelas pessoas jurídicas para a produção de filmes. Um diferencial desta legislação é a possibilidade das distribuidoras internacionais investirem em películas nacionais até 70% sobre a remessa de lucros ao exterior, tornando-se, nesse caso, coprodutoras (Matta, 2010).

Com a instituição desses fomentos indiretos por parte do Estado, muitas produções foram feitas. Igualmente houve o lançamento, principalmente a partir dos anos 2000, de editais por parte do Ministério da Cultura, Secretarias Estaduais e Municipais para o desenvolvimento de projetos cinematográficos. Estes são o chamado fomento direto, cujos recursos são originários do orçamento dos entes federativos.

Cultura e mercado

A literatura socioantropológica tem um histórico de análise das condições sociais da produção de bens simbólicos. Muitas desses trabalhos enfatizam questões como surgimento de um campo autônomo, a relação dos artistas com o público consumidor, as regras de legitimação do artista e seu financiamento. Outra parte dos trabalhos enfoca a constituição da noção do artista enquanto gênio criador, individualista, à parte da vida social, ao passo que existem ensaios, mais vinculados à área de estudos literários, que põem em xeque a noção de autor.

Em “Mozart: Sociologia de um Gênio”, o sociólogo Norbert Elias faz uma grande discussão acerca de uma das questões clássica das ciências sociais, que é a da relação entre indivíduo e sociedade, algo também explorado em outros livros. Analisando a biografia de Mozart, Elias delinea o modo de vida dos músicos da época, mostrando que na Viena do século XVIII a noção de artista autônomo não existia (ELIAS, 1995). Os músicos, geralmente de origem burguesa, compunham, sob medida, para um consumidor aristocrata, que era seu patrono. Mozart, que queria maior autonomia para sua produção artística, recusou-se a essa submissão, tendo perambulado por diversas cortes europeias, sem nunca ter conseguido se fixar. A conclusão de Elias é que a estrutura social da época

era rígida e não permitia a emergência de noção de “artista autônomo”, o que se só se verificaria no século seguinte.

Por sua vez, Howard Becker, baseando-se na observação participante de músicos de *jazz* na década de 1950, nos Estados Unidos descreve também um descompasso entre as apreciações estéticas dos consumidores/financiadores, isto é, o grande público, e os músicos de *jazz* (BECKER, 2008). Diferentemente da patronagem do século XVIII, os artistas descritos por Becker se apresentam para um público anônimo. Contudo, o mercado é a contraposição do que os *jazzmen* gostariam de encarar: para a sobrevivência, eles precisam tocar, em shows, gêneros “comerciais” populares, isto é, vinculados à indústria cultural, dado que o *jazz* não é apreciado pelas platéias. O resultado disso é a constituição de uma identidade “*outsider*” pelos músicos e o reforço da recusa à aproximação de outros grupos sociais, considerados “caretas”.

Pierre Bourdieu, no capítulo “O mercado de bens simbólicos” de sua obra “A economia das trocas simbólicas”, também aborda questões relativas ao campo cultural, entre elas, os mecanismos de legitimação e consagração de bem simbólicos, ademais da hierarquia do campo de produção cultural (BOURDIEU, 2005). O sociólogo francês defende a existência de duas lógicas básicas de produção, circulação e consumo de bens simbólicos: a lógica da esfera de bens restritos e a da esfera de bens ampliados.

No primeiro caso, trata-se de seu modelo clássico dos campos, em que os produtores (artistas plásticos, músicos, etc.) encontram-se posicionados num campo relativamente autônomo no espaço social com regras próprias de legitimação. A consagração da obra de arte deve-se à avaliação dos pares, os quais são, ao mesmo tempo, consumidores e produtores, além de competidores. Já o segundo caso, o da esfera de bens ampliados, trata-se da própria indústria cultural: sob essa lógica, a credibilidade do produtor se dá pela opinião “do grande público” não-produtor e não-concorrente. A legitimidade se assenta em instâncias mais próprias ao sistema capitalista, como a expansão dos números de consumidores dos bens culturais. Bourdieu, em sua obra, tende a dar maior importância à análise da primeira esfera e a seus mecanismos de reprodução e estratificação, não desenvolvendo muito a análise da “indústria cultural”.

É necessário dizer que entre esses dois polos opostos existem posicionadas formas intermediárias e mistas. É o que parece ocorrer no cinema brasileiro. Essa opinião também é a de Renato Ortiz (1988). Por outro lado, como veremos, o “campo” cinematográfico

brasileiro é bastante diverso a ponto de não podermos defini-lo previamente. Ademais, sabemos que o Estado tem um papel importante no financiamento da produção cinematográfica nacional. Visto que a realização de longas-metragens no país envolve a constituição de relação dos criadores com o Estado e com o mercado, questiono acerca de como os realizadores porto-alegrenses entendem e percebem as negociações com essas esferas para além da cultural. Para nos aproximarmos empiricamente da questão, realizei entrevistas abertas com dois cineastas gaúchos de gerações e status diferentes na área.

Os entrevistados

O primeiro entrevistado foi Zeca Brito, cineasta de 29 anos, nascido em Bagé e residente em Porto Alegre há 12 anos³. Brito é diretor e roteirista, além de artista plástico. Graduou-se em Realização Audiovisual pela Unisinos, em 2006. Já realizou quatro curtas-metragens: *Um filme chamado Sfincter* (2006), *Um breve assalto* (2009), *Aos pés* (2009) e *O sabiá* (2010). Seus curtas foram premiados em festivais ao longo de todo o país e em Lisboa. Foi co-diretor e co-roteirista de *Entre as grades do poder*, documentário de média-metragem filmado no Presídio Central de Porto Alegre. Também escreveu e dirigiu dois longas-metragens, *O guri* (2011) e *Glauco do Brasil* (2015), o primeiro de ficção e o segundo um documentário. Atualmente dirige um filme de longa -metragem chamado “Em 97 era assim”, em fase de finalização, e espera a captação de recursos para iniciar as filmagens de “Legalidade”, longa que terá como pano de fundo a Campanha da Legalidade, de 1961.

O segundo entrevistado foi Carlos Gerbase, cineasta porto-alegrense de 56 anos⁴. Além de diretor e roteirista, Gerbase é professor de Cinema e Comunicação Social na PUCRS, tendo feito seu doutorado também na área de Comunicação. É uma das figuras mais reconhecidas da cinematografia do Rio Grande do Sul. É sócio-fundador da Casa de Cinema de Porto Alegre, produtora da qual fez parte de 1987 até 2010, que conta como associados Jorge Furtado, Giba Assis Brasil e Ana Azevedo. Em 2011, fundou sua atual produtora Prana Filmes. Realizou ao redor de dez curtas curtas-metragens desde 1979. Assina a direção e o roteiro dos seguintes longas-metragens: *Inverno* (1983, em Super-8), *Verdes anos* (1984), *Tolerância* (2000), *Sal de prata* (2005) *3 efes* (2007) e *Menos que nada*

³A entrevista ocorreu em janeiro de 2016 e durou aproximadamente uma hora e trinta minutos. Foi realizada numa cafeteria do Bairro Cidade Baixa, em Porto Alegre.

⁴A entrevista ocorreu também em janeiro de 2016 e teve duração de aproximadamente 50 minutos. Foi realizada na sala do cineasta na Faculdade de Comunicação da PUCRS.

(2012). Atualmente trabalha com o projeto “Bio”, um longa-metragem de ficção cuja trama se desenvolve a partir de memórias, o qual deve ser lançado em fins de 2016.

O ponto de vistas dos realizadores gaúchos

Um cineasta da nova geração

Um dos primeiros pontos interessantes que chama a atenção ao se analisar a biografia dos dois cineastas é o da formação técnica. Aprendendo a ser cineastas em gerações diferentes, podemos dizer que um vivenciou uma época de mais institucionalização e profissionalização do cinema no país – e no estado –, ao passo que o outro vem de uma formação mais autodidata e empírica, da época do Super-8⁵, sendo esse profissional, o Gerbase, um dos responsáveis pela institucionalização de um dos cursos de cinema no RS. Zeca Brito também trilhou o caminho de uma segunda graduação universitária, formando-se em Artes Visuais pela UFRGS em 2014. Segundo o jovem, isso veio do desejo de se aprofundar na área das artes visuais, a qual considera complementar ao cinema. Também atribui ao curso de artes um viés mais contestador da realidade social – o que considera inerente à arte – ao passo que vê determinado direcionamento ao “mercado hegemônico” na formação cinematográfica acadêmica por sua proximidade com um estilo de comunicação social hegemônica.

Acerca da realização de longas-metragens no Rio Grande do Sul, Gerbase e Brito coincidem que existem muitos modelos de realização e financiamento, e que ambos já passaram por mais de um. Zeca afirma que seu primeiro longa, *O guri* (2011), foi produzido de forma cooperativa, com baixíssimo orçamento, sem acessar os editais públicos e as leis de fomento. Foi uma película realizada em associação com amigos egressos da faculdade de cinema. A respeito dessa primeira experiência de longa-metragem, diz o seguinte:

O guri possibilitou a gente criar com uma motivação muito pura, sem as grades da academia, sem as censuras e os medos que o mercado nos impõe. Meu primeiro filme de longa-metragem é um filme bem ousado de linguagem, um filme que vai pra um caminho talvez até mais teatral, meio exagerado. (...) E foi o primeiro momento que me deparei com o mercado, porque depois... Fazer o filme foi muito difícil, porque optei por um modelo de produção exequível, palpável, dentro da realidade que eu tinha. (...) A gente foi por um caminho realizável, vamos fazer um filme de “guerrilha”, com material

⁵Tipo de câmera amadora popular nos anos 1970. O filme tinha 8 mm de largura, daí que deriva seu nome.

humano que a gente tem, com as histórias que a gente tinha na mão e tal. E foi muito difícil inserir esse filme num contexto de mercado.

A fala do jovem realizador é representativa de uma busca de autonomia estética. Ainda que valorize o saber-fazer que a universidade lhe proporcionou, Zeca busca ir além dos modelos já explorados pelo cinema e institucionalizados, visando experimentalismos de linguagem. Ao mesmo tempo, deseja não pensar nas “censuras” que o mercado pode colocar sobre o filme. Em última análise, busca a realização de sua ideia/roteiro de forma “pura” e autoral.

Mais adiante na entrevista, o jovem diretor também tece uma crítica à construção simbólica do cineasta brasileiro – não se eximindo de uma autocrítica também. Para ele, os diretores brasileiros, muitas vezes, tendem a se mostrar autocentrados e a produzir películas egocêntricas, isto é, não pensando no que o público deseja ver ou mesmo se estão sendo comunicativos. A seu ver, isso é um pouco da influência da figura do cineasta europeu sobre os realizadores brasileiros.

Ainda assim, pela fala de Zeca a respeito de seu primeiro filme, percebe-se um desejo de entrada de seu produto final no “mercado”, que, contudo, se lhe apresenta hermético. Isso devido às dificuldades de encontrar distribuidores e salas de exibição interessados. Uma das saídas que se deparou foi janelas de exibição alternativas, como o Canal Brasil, emissora da TV a cabo.

Se nessa primeira experiência Zeca realizou um longa cooperativo, ou de “guerrilha” como chama, posteriormente se deparou com um modelo “industrial”, oposto ao primeiro. Isso se deu quando foi assistente de direção de *O tempo e o vento*⁶, filme rodado em Bagé, produzido por uma produtora carioca, co-produzido por uma produtora gaúcha e pela Globo Filmes e estrelado por vários nomes famosos da Rede Globo. Nessa obra de orçamento astronômico para os padrões brasileiros – R\$ 14 milhões –, Zeca se deparou com um modelo de “linha de montagem”, onde cada movimento é planejado muitíssimo.

Na oposição entre essas duas formas de realização, o cineasta indica que a principal diferença – além dos orçamentos extremamente díspares – está no “afeto”, onde o cinema cooperativo se sustenta a partir dele e o industrial o sufoca diante dos planejamentos e previsibilidades esperadas. Essa contraposição entre afeto e mercado, algo que parece estar

⁶ *O tempo e o vento* (2012), de Jayme Monjardin, baseado na obra de Érico Veríssimo.

subjacente ao discurso do jovem cineasta, nos remete a uma discussão amplamente feita pela socióloga argentina Viviana Zelizer (2009), apesar de que ela enfatize sob o termo “afeto” outras relações de intimidade. Para a autora, é corrente para o senso comum (e para a academia) a noção de que dinheiro e afeto estão em domínios separados. A proposta de Zelizer é desvelar o quanto questões econômicas se imbricam com questões da esfera íntima e afetiva.

Por outro lado, a partir dessas experiências cinematográficas antagônicas, Brito buscou uma síntese entre esses dois modelos de produção, algo menos industrial, com mais afeto, mas, ao mesmo tempo, um pouco mais pragmático em termos de viabilidade de inserção em mercado. Para ele, o documentário de longa-metragem *Glauco do Brasil*, que resgata a vida e obra do artista plástico bajeense Glauco Rodrigues, é resultado dessa experiência acumulada de transitar em diferentes terrenos de produção de cinema.

Glauco do Brasil é um modelo que parte de todas essas experiências pra tentar chegar num meio termo. (...) É um modelo "semi de guerrilha". É um híbrido, o Glauco é um híbrido de modelos possíveis. (...) É uma realização mais artística, buscando mais um caminho autoral, sem ignorar, ou pelo contrário, sendo sempre presente a ideia de um produto final que tem ou pode dialogar com o público, que pode chegar ao público. Não um produto final fechado pro público. Acho que o Glauco é um exemplo disso... Um híbrido mesmo.

Contudo, Zeca Brito sabe que seu filme está fora do circuito das grandes salas de cinema devido à própria estrutura de circulação e exibição do cinema brasileiro. Ainda que tenha ganhado edital da Light. S. A., empresa privada de energia elétrica do Rio de Janeiro, e também tenha sido agraciado com edital da Secretaria de Cultura do RS, com verba para pós-produção em R\$ 100 mil reais, o diretor se mostra ciente de que o filme se direciona ao nicho de público de salas de cinema alternativas, como Guion e Casa de Cultura Mário Quintana, em Porto Alegre. Também será lançado comercialmente em São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Bahia. Para o lançamento, diante de um mercado dominado por filmes norte-americanos, o cineasta tem algumas estratégias. Entre elas, a principal é esperar passar o período de premiações do Oscar – fevereiro –, pois não há modo de competir com essas produções. E isso também representa uma estratégia para sair na imprensa: até a

realização do Oscar, possivelmente o seu espaço nas mídias seria muito pequena em termos de matérias jornalísticas.

A respeito das influências das grandes distribuidoras sobre o trabalho dos diretores de cinema, Zeca não considera que haja uma submissão destas a elas em termos de decisões. Porém reconhece que elas, no geral, estão presentes em todas as etapas do processo cinematográfico e tendem a opinar sobre o roteiro e, principalmente, a edição. Segundo o cineasta,

A participação do distribuidor é muito mais depois que o filme tá filmado. (...) Aí ele vai sentar no corte e vai dizer assim: “olha, esse seio de fora aqui faz com que a classificação de 14 vá pra 16 anos, aí eu vou perder muito dinheiro com isso; aí corta esse peito de fora, e insinua só, pois isso significa manter a classificação etária em 14 anos, e isso significa tantos milhões”. Tudo é calculado em dinheiro, entendeu? Quanto maior a classificação etária, menor o dinheiro que o filme vai colocar. O distribuidor só assina o filme depois que ele aprova o corte final. Isso é praxe. (...) O distribuidor diz: “acho que isso não está funcionando, acho que a gente tem que antecipar o problema pro minuto dois de filme se não o público sai da sala”.

Nesse trecho da fala do jovem cineasta, de exemplificação, percebemos a presença das empresas distribuidoras sobre o filme. Em especial, é de se destacar a lógica racional e instrumental presentes na figura do distribuidor, o qual busca maximizar o número de espectadores e, por extensão, o possível lucro futuro. Isso resulta em preocupações quanto às classificações indicativas que serão realizadas pelo governo e a faixa etária incluída e excluída com ela. As questões trazidas pelo distribuidor, no exemplo acima, também se revestem na tentativa dos empresários em fazer uma mediação entre a proposta do diretor e montador com as sensações possivelmente experimentadas pelo público. Porém, tais influências sobre a narrativa, parecem ser maiores à medida que há mais dinheiro no projeto, logo maiores preocupações comerciais.

Zeca Brito se mostra bastante crítico em relação aos papéis que as grandes distribuidoras ocupam no cinema atual. Para ele,

o distribuidor hoje é responsável pela padronização negativa do cinema brasileiro, que faz com que o modelo de sucesso seja comédias imbecis, comédias românticas, sem fundamento político nenhum, sem contestação social, sem revisão histórica, sem contestar desigualdades, colocando uma imagem de Brasil como se fosse um mundo perfeito da comédia

romântica. E é esse modelo hegemônico hoje que o distribuidor quer.

Nesse ponto, vemos que o cineasta atribui grande poder de agenda para as grandes distribuidoras internacionais, resultado da capacidade delas em pautarem as salas de cinema com produções padronizadas. Isso seria consequência da atual estrutura do campo cinematográfico, na qual os exibidores – geralmente, grupos multinacionais – cobram dinheiro das distribuidoras para exibir filmes em suas salas. Daí que os acordos entre exibidores e os distribuidores sejam o de disponibilizar títulos sabiamente rentáveis, as comédias românticas.

É notável também que, em que pesem os grandes públicos das comédias populares, o cinema brasileiro, em números totais, é responsável apenas em torno de 10% dos ingressos vendidos no país (MATTA, 2010) – dos quais a maioria esmagadora se trata das próprias comédias românticas. Diante desse quadro de hegemonia do produto norte-americano, Brito considera o Estado brasileiro apático:

O Estado está defasado, correndo atrás do prejuízo. O Estado como um todo, não só o estado do Rio Grande do Sul, como o Estado federativo brasileiro. A legislação é praticamente zero, não existe nenhuma legislação – assim como existe na agricultura, na pecuária – uma legislação que proteja o produtor local, o realizador, a matéria prima, no caso o cinema. É o contrário. A gente luta para ter um mínimo de espaço, enquanto que hegemonicamente o mercado é ocupado por produções internacionais, sem o menor critério, sem o menor retorno não só para o Estado, mas para os realizadores locais.

Nesse sentido, o cineasta reclama de ausência de uma legislação protecionista do cinema brasileiro, a qual poderia defendê-lo frente à concorrência do produto estadunidense hegemônico. Diante da minha lembrança de que há matéria legislativa que garante número mínimo de filmes brasileiros por ano, Brito desconversa e lembra que a maioria dos filmes que vão para as telas dos grandes conglomerados de exibição possuem capital internacional nas produtoras e são distribuídos por transnacionais, o que se traduz numa reserva de tela “falsa”.

Se por um lado o jovem cineasta ressenha-se de um maior controle do Estado na área cinematográfica, por outro parece reconhecer a importância de determinados

investimentos da União na área cultura. Isso pode ser visto pela relevância que entende a variedade de tipos de editais para o cinema brasileiro:

Cada vez mais se pensa na necessidade de se criarem editais de desenvolvimento [de roteiros]. E o governo federal tem sido, nos últimos quatro anos, bem efetivo nisso até. (...) Cada vez mais os editais são pra todas as etapas. Hoje em dia no Brasil a gente tem edital de desenvolvimento de projetos, desenvolvimento de roteiros, núcleos criativos (que é ainda mais amplo, é desenvolver o projeto em coletividade, ou seja, com trocas, com consultorias, não sei o que), edital de filmagem (pra quem já tem o projeto desenvolvido, pra quem já tá com o roteiro pronto) e editais de finalização (pra quem já conseguiu cumprir todas as etapas e precisa finalizar).

Percebe-se certa ambiguidade sobre a visão de um Estado em descaso com o setor, porém que, ao mesmo tempo, se aprimora na abertura de editais para diversas fases do processo de criação cinematográfica. Essa tensão pode ser explicada por meio da própria atuação governamental, de estimular uma cultura nacional e criar políticas para produzi-la, mas sem ter uma interferência maior nos processos de distribuição e exibição, que seguem num contexto de monopolização por parte de grandes conglomerados internacionais.

Se o Estado busca dar condições para produção local de cinema – ainda que deficitária, na opinião de pessoas da área –, é de se perguntar se a escolha de determinados projetos a ser financiados em detrimento de outros perpassa por uma lógica propriamente estatal do que é “cultural local/nacional autêntica”, o que poderia se sobrepor à autonomia estética dos criadores. Para Brito, as bancas de editais são as mais variadas possíveis e isso sempre influencia nas decisões. Mas crê que as decisões se deem, muitas vezes, mais em evitar publicidade negativa da seleção de projetos polêmicos ou politicamente incorretos; isto é, uma preocupação pela prestação de contas à sociedade.

A lógica do sistema público de criar mecanismos transparentes para o financiamento de projetos audiovisual também repercute na iniciativa privada, a qual pode destinar recursos devidos de imposto de renda através das Leis Rouanet e do Audiovisual. Assim, não é raro que empresas privadas estejam adotando a criação de editais privados para selecionar projetos em que investirão os seus impostos.

No caso da Light, a gente pegou dinheiro através de isenção de imposto, de Lei do Audiovisual, porém com uma participação... A gente encaminhou o projeto praa Light... Não foi um edital específico. Eles tinham uma verba de final de ano e eles tinham lá 20 projetos e eles iam escolher um pra dar o recurso. Eles escolheram o *Glauco*, porque tinha a ver com o Rio de Janeiro. Ou seja, tem a ver com a empresa de alguma maneira. Isso é público. Aí sai no diário oficial. Ou seja, se ela botar pro show do Zeca Pagodinho, vão cobrar dela na semana seguinte, entendeu? “Pra onde vai esse dinheiro?” “Ah, esse dinheiro vai...” Tem que ter uma finalidade.

Com essa fala de Zeca, vemos que, para ele, existe finalidade para o investimento dos impostos por meio das Leis de Audiovisual e Rouanet em produções culturais, com grandes empresas preocupadas com o impacto que terá a vinculação de sua marca com determinada atividade. O exemplo citado é o da Light S. A., empresa provida de energia do Rio Janeiro, a qual também deve ter se atraído pelo projeto de Glauco Rodrigues devido à relação forte que esse artista manteve com a cidade, nela residindo por muitos anos.

Em síntese, na entrevista, Zeca Brito expressa as percepções de um jovem ingressante no campo cinematográfico gaúcho acerca das relações dos cineastas com as esferas do Estado e do mercado. Oriundo de uma formação acadêmica em cinema, o realizador já experimentou diferentes maneiras de produção cinematográfica e, a partir dessas experiências, busca remodelar as formas de fazer cinema. É perceptível, no seu discurso, a procura por uma autonomia estética e artística em termos autorais, porém que, ao mesmo tempo, dialogue com o espectador. Para isso, está ciente da necessidade de criação de laços com o mercado, porém sem ter de adotar um modelo industrial de produção.

Na sua visão, a esfera do mercado não submete a sua criatividade; contudo, a representação do mercado cinematográfico é de que está estruturalmente fechado a formatos narrativos e estéticos para fora dos dominantes, os das comédias românticas, devido à lógica comercial dos oligopólios das *majors*. Daí resulta que a circulação em salas de cinema de obras “não-padronizadas” é muito restrita.

Por outro lado, no que se refere à esfera estatal, parece haver uma tensão em seu discurso. Tende a valorizar iniciativas e editais do governo federal, porém considera que existe uma ausência de políticas protecionistas efetivas por parte do Estado. Em última instância, pode-se perceber em sua fala que, embora nem sempre determinante, questões

relativas à lógica estatal, como a busca de evitar polêmicas, podem vir a interferir nos julgamentos das bancas de editais.

Um cineasta da antiga geração

Para o diretor de cinema Carlos Gerbase, existem muitas maneiras de produção e financiamento de longas-metragens no Brasil e admite que passou por mais de uma. No período de 2000 a 2010, ano que marca sua saída da Casa de Cinema de Porto Alegre, afirma que o financiamento de seus filmes estava baseado no modelo geral brasileiro, em que as produtoras captavam recursos dos impostos das empresas privadas por meio da Lei Rouanet e da Lei do Audiovisual. Era comum a associação da empresa produtora com uma grande distribuidora (*major*), que, valendo-se do artigo terceiro da Lei do Audiovisual, se tornavam coprodutoras, na medida em que destinavam recursos da remessa de lucros para produções brasileiras.

Gerbase afirma que esse modelo teve funcionalidade durante certo tempo. Longas como os seus *Tolerância* (2000) e *Sal de prata* (2005); *Houve uma vez dois verões* (2002), *O Homem que copiava* (2003) e *Meu tio matou um cara* (2004), de Jorge Furtado; e *Antes que o mundo acabe*, (2010) de Ana Luiza Azevedo, todos produzidos pela Casa de Cinema, são frutos desse modo de fazer cinema baseados nas legislações fiscais do setor. Conforme o diretor,

Esse modelo funcionou durante um certo tempo. Alguns desses filmes tiveram públicos razoáveis. (...) Esse modelo aí, me parece, não só aqui no Rio Grande do Sul, mas no Brasil, ele tá um pouco estagnado. Por quê? Porque tá muito difícil captar dinheiro da Lei do Audiovisual, da Lei Rouanet, e mesmo o tal do artigo terceiro, da Remessa de Lucros, os tipos [de filme] que tão sendo feitos mudaram muito.

O cineasta experiente relata que havia intersecção entre as películas realizadas pela sua produtora à época e o mercado. Porém, nota mudanças fortes no estilo de filmes resultantes das leis federais de incentivo. Acerca da influência do mercado nos filmes da Casa de Cinema, Gerbase diz que

Esses filmes todos eram pensados para o mercado – o que estava se pedindo de mercado –, que era pensar nas salas, pensar que dá pra botar um filme nas salas e ganhar dinheiro com isso. (...) Eram filmes de entre R\$ 1,5 milhão, R\$ 2 milhões

e R\$ 3 milhões. Talvez *Meu tio matou um cara* tenha chegado perto de R\$ 4 milhões de produção. Isso implica um filme com alguma ambição de mercado e com um lançamento razoável, num número de salas razoável. O que tô chamando de razoável? De 50 pra cima.

Analisando-se esse excerto, percebe-se presente a ideia de atender a um mercado consumidor e obter lucro com o bem simbólico. Diante de um orçamento considerado razoável para os padrões brasileiros, a expectativa era conseguir atingir faixas do mercado, contudo sem perder a questão autoral. Isso se visualiza melhor na fala seguinte:

Esses filmes que nós fizemos lá na Casa de Cinema, por exemplo, eram realizações que nós queríamos fazer: “eu tenho um roteiro, tenho uma história boa, vou fazer um filme bom. Ah, mas será que é pro mercado? Sei lá, depois a gente vê”. Uma maneira tradicional de fazer cinema, talvez seja uma maneira romântica. Me parece que hoje esses filmes são cada vez mais raros. O dinheiro grande de produção está entrando em filmes que já têm, desde o seu início, do seu projeto lá, uma grande vontade de inserção no mercado, que são essas comédias populares ou são filmes baseados em figuras históricas.

Se no outro trecho fica claro que havia a busca de rentabilidade do produto e de uma tentativa de atender o mercado consumidor, nesse percebemos que a motivação inicial era contar uma história boa em termos cinematográficos. Questões relativas ao mercado estavam em segundo plano, ou ainda, deveriam ser pensadas depois. Nesse sentido, parece estar subjacente ao discurso uma referência à autonomia do artista diante de sua arte frente à formação de redes pragmáticas necessárias para a viabilização do seu produto final. Gerbase ainda fala em uma visão “tradicional” e “romântica” do fazer cinematográfico. Talvez o “romantismo”, nesse ponto, possa ser compreendido em sua forma literal, referente ao movimento do século XIX, que propõe a arte livre dos imperativos do mercado – algo que Bourdieu atribui a sintetizada pela frase “arte pela arte”, indicativa de uma autonomização do campo (BOURDIEU, 1996). Porém, ao mesmo tempo, percebe-se uma lógica pragmática na busca por retorno financeiro no discurso do realizador audiovisual,

Também é interessante analisar a percepção do cineasta concernente à reconfiguração do mercado em termos de gêneros fílmicos (as comédias românticas). Para

ele, as grandes distribuidoras estão apostando em filmes que, desde o início tem “grande vontade de inserção no mercado” e possui retorno certo de público. Disso resulta difícil para outras formas de narrativas se lançarem nos mercados mais amplos – algo que acredita ter sido mais possível nos anos 2000. A partir dessa dificuldade de captação dos recursos fiscais das grandes empresas, Gerbase afirma ter ingressado em outro modelo de financiamento, assim como muitos cineastas. Segundo ele, De 2010 pra cá, o que tem acontecido, pra mim, pra minha produtora e pra grande maioria das outras produtoras cinematográficas é apostar num novo modelo de financiamento, que se chama Fundo Setorial do Audiovisual (FSA). Esse FSA funciona na base de editais, quer dizer, tu tá sendo julgado por pessoas e esse fundo setorial distribui dinheiro em várias pontas da cadeia produtiva. (...) A concorrência aumentou muito. Tem muito mais gente querendo fazer cinema do que antes, o que de certo modo é bom. As escolas de cinema acabaram colocando no mercado um monte de gente talentosa. (...) Como o tipo de captação de dinheiro das empresas e das *majors* diminuiu, esse mecanismo, o Fundo, tem sido o grande sustento para a produção do cinema brasileiro.

O Fundo Setorial do Audiovisual foi instituído pela Lei Federal 11.437, de 2006 e atende aos segmentos de produção e distribuição cinematográfica e televisiva. A principal diferença entre essa modalidade de financiamento e as leis de incentivos é que, enquanto as últimas se assentam na captação através de parte dos impostos que pessoas jurídicas e físicas devem ao governo federal, no fundo o Estado passa a investir diretamente em produções e a se tornar participantes nos lucros do empreendimento. Em outras palavras, o dinheiro investido em produções cinematográficas volta ao próprio fundo, caso o filme faça sucesso, diferentemente do modo de produção baseado na renúncia fiscal, em que o Estado não volta a ver o valor investido.

Em que pese indicar que muitas produtoras passaram a adotar o modelo do Fundo Setorial do Audiovisual, concorrendo aos editais, Gerbase também afirma que existe outro tipo de produção de longa-metragem ocorrendo em Porto Alegre, em que jovens cineastas fazem filmes tecnicamente bons com orçamentos baixíssimos. Muitos deles acessam a editais apenas de finalização, quando o filme já está filmado. Segundo o cineasta, essa maneira de fazer cinema tem se tornado frequente.

*Castanha e Beira-Mar*⁷. Esses dois filmes são exemplos de outra maneira de fazer cinema. Os caras filmam do jeito que dá. Filmam com R\$ 15 mil. Cooperativa. “Consegui uma câmera”. “Consegui um hotel não sei onde”. “Consegui restaurante pra dar um dinheiro”. “Vou fazer de qualquer jeito”. (...) Tem muita gente fazendo isso, filma, porque hoje com material digital, tu tem uma séria de atalhos que tu pode fazer, mantendo a qualidade com baixo custo. No tempo de filme de película, isso era impossível.

Esse trecho nos lembra o que Zeca Brito havia chamado de “filme de guerrilha”, isto é, um produto cinematográfico realizado entre amigos, cooperativamente e com orçamentos muito baixos. O elemento a mais que nos acrescenta Gerbase é a capacidade desses filmes de serem premiados internacionalmente em festivais, apesar de serem frutos de um processo de produção de orçamento compacto. Para ele, essa possibilidade advém da facilidade de acesso a meios técnicos digitais, de alta qualidade, na atualidade.

Mandam pros festivais internacionais. Vai pra Berlim, são selecionados, pronto, mudou a vida deles. Vai pro festival, não precisa nem ser o festival da mostra oficial, vai pra quinzena dos realizadores, mostra dos jovens realizadores, etc., vão pra lá, o filme passa numa tela imensa, bacana, e aí a vida deles muda. “Os guris do *Beira-Mar*. O que eles vão fazer? Qual o próximo projeto?” Bom, quem sabe tem um Fundo na Alemanha. (...) Esses filmes, antes de qualquer coisa, antes de ir pro mercado, eles sempre vão pro circuito de festivais. Eles tentam no festival ganhar um selo de legitimidade.

Nesse trecho, delinea-se a importância que os festivais e mostras de cinema assumem para os diretores, os quais buscam “um selo de legitimidade”. Essa expressão nos aponta o quanto para os cineastas os festivais funcionam como aquilo que Bourdieu chama de “instância de legitimidade e consagração” (BOUDIEU, 2005). Ao serem premiados nessas instâncias pelos pares, isto é por pessoas consideradas aptas em avaliar as produções por também as fazerem, os jovens realizadores tentam converter esse “selo” da esfera artístico-cultural em termos comerciais. Isso se dá em negociações com os donos das salas de cinema com o intuito de expandir os espaços de exibição de suas realizações.

⁷*Castanha* (2014), de David Pretto e *Beira-Mar* (2015), de Filipe Matzembacher e Marcio Reolon. Ambos os filmes participaram de importantes festivais internacionais.

Contudo, Gerbase afirma que as premiações não mudam a estrutura de funcionamento do mercado cinematográfico, o qual considera “extremamente restritivo”. Com uma premiação, os jovens realizadores, que antes lançariam o longa-metragem em três salas, pode agora apresentá-la em sete, por exemplo. Para o cineasta, raramente um filme que “nasce pequeno” consegue se tornar um “filme grande”. Ou seja, o orçamento é definidor do caminho que o filme vai trilhar, embora não necessariamente uma obra de muito dinheiro vá fazer sucesso. Por outro lado, um filme de orçamento mediano pode ser um sucesso, o que dificilmente ocorre com um filme pequeno. Segundo Gerbase, “[filmes médios] podem dar um pulinho um pouquinho maior, mas quem tá lá embaixo, pra sair desse lugar lá embaixo, é muito difícil. Ninguém acredita no filme”.

Todavia, conforme se depreende do discurso acima, um jovem realizador ganhar uma premiação significa ingressar no “mundo do cinema”. É nesse sentido que Gerbase indica que a produção atual de baixo orçamento, cooperativa, se diferencia do contexto de produção cinematográfica dos anos 1980, do qual participou o cineasta:

Nos anos 80 era o Super-8. O que tu tinha? No Super-8, tu partia do princípio que tu tava no mercado *underground*, tu tava condenado, para o bem ou para o mal. Porque o filme tinha apenas uma cópia. O filme era tecnicamente bastante precário. O filme não tinha a menor possibilidade de entrar em festivais internacionais. O filme passava onde tu passava. Mas eles estavam condenados a ser isso que eles são hoje: produtos *underground*. (...) Com o Super-8, a gente jamais conseguiria entrar no mundo do cinema.

As formas colaborativas de realização de cinema atualmente e as da década 1980 são parecidas, na medida em que se fazem filmes de modo cooperativo. Contudo, as consequências dos produtos finais são bem diferentes. Filmados digitalmente, os filmes de baixo orçamento hoje têm chances de ingresso no circuito internacional, ao passo que os cineastas da década de 1980 se encontravam numa posição de *outsiders*, sem chances de reconhecimento no mundo do cinema a não ser que passassem a produzir no modo 35 mm, como muitos o fizeram daquela geração, inclusive o entrevistado.

Conforme já dito, Gerbase percebe o mercado cinematográfico atual muito restritivo e de difícil contorno. Para conseguir muitas salas de cinema, o cineasta precisa, em suas palavras, se apresentar como “produto do mercado”. Essa expressão é bastante

intrigante, uma vez que o filme geralmente é o produto final do trabalho cinematográfico, e é o que se tenta colocar em circulação. Expor-se como um “produto do mercado” implicitamente leva à ideia de que o mercado faz agenciamentos, moldando as produções ou produzindo o produtor cultural. Gerbase pontua a importância de se associar a uma *major* para atingir uma fatia de consumidores mais amplos.

Eu diria: quando é que eu tive chance? Eu? Quando eu tava associado com a *Columbia [Pictures]*. Então eu fiz dois filmes: *Tolerância* e *Sal de Prata*. *Tolerância* teve um lançamento razoável, não mais do que isso, e fez na época de lançamento nas salas 100 mil espectadores. Com 100 mil espectadores, que hoje seria um super público, na época nós achamos mais ou menos, a gente esperava mais, o filme não pagou o lançamento. Não é o dinheiro da produção, não pagou o lançamento. O que significa isso? Que tu fica com uma dívida. Uma dívida contábil lá na *Columbia*. Só que eles têm o filme, eles ficam distribuindo, eles são uma distribuidora internacional. No caso do *Tolerância*, eles venderam o filme em toda América Latina, no México etc. No ano retrasado, em 2014, o filme começou a dar dinheiro.

O cineasta aponta que, apenas após catorze anos do lançamento, o filme pagou as dívidas contraídas com a distribuidora internacional, a qual investiu dinheiro na produção do longa-metragem, não se tratando este de recursos de isenção fiscal de Leis de Incentivo. Nessa fala, também se percebe a importância de uma exploração de outros mercados por uma *major*. Chama atenção também a referência que o cineasta de que com o contrato com distribuidora internacional foi quando ele teve “chance”, provavelmente, no sentido de alavancar mais a carreira.

Parece haver uma confluência entre o cineasta experiente e o cineasta mais novo, Zeca Brito, no que se refere ao predomínio das distribuidoras internacionais no mercado brasileiro e o poder de agenda que elas têm em matéria de exibição cinematográfica. Gerbase lembra também que conseguir uma associação com uma delas é extremamente difícil, sendo cada vez mais complicado no mercado brasileiro atual.

Acerca da autonomia do diretor frente a possíveis imposições das distribuidoras, o cineasta porto-alegrense afirma que, nos filmes da Casa de Cinema, as interferências das *majors* existiam em forma de “palpites”, mas sem afetar a autonomia do diretor. Conforme Gerbase,

Nos nossos [filmes], [era] palpite no roteiro, palpite na montagem, que acha que pode ser menor... Mas palpite. Nós tínhamos completa autonomia, nós tínhamos o filme na mão. O diretor é o diretor. Hoje não sei como é que tá. (...) Com certeza hoje os produtores palpitam muito mais do que antes. Esses filmes são feitos para o mercado. Basta ver os irmãos Gulanne falando, o próprio cara da Downtown. Enfim, essas distribuidoras nacionais grandes, com certeza elas acompanham o filme desde o seu início.

O cineasta atribui as interferências maiores a filmes mais direcionados previamente ao mercado, como os distribuídos pela Downtown. Ainda assim, acredita que o trabalho do diretor de cinema precisa lidar frequentemente com interferências, e que elas não necessariamente são negativas.

Um monte de coisa interfere. Se tu tem um produtor inteligente, que conhece de cinema, essa interferência, esse palpite, pode ser ótimo. As pessoas, às vezes, dizem: “ah, o produtor vai se meter e sempre vai dizer merda”. Quem disse? O cara pode ser inteligente e te ajudar. Eu não tenho nenhum problema em ter meus trabalhos criticados enquanto tão sendo realizados. Se o cara me diz uma coisa, eu vou pensar no que ele tá dizendo. Agora, outra coisa é eu me submeter a qualquer coisa que o cara pense. “Então faz teu filme, amigo!” Então tem produtores inteligentes que sabem ter uma relação com o diretor, o roteirista e o diretor, excelente. Isso não é problema.

Nesse ponto, fica claro que o trabalho cinematográfico é resultado de negociações dos diretores com outros membros da equipe, distribuidores e produtores. Essa relação, para Gerbase, não necessariamente vai ser negativa nem ferir o produto final do trabalho. Uma sintonia entre esses agentes sociais pode ser resultado de que as empresas distribuidoras tendem a participar da execução do filme a partir do momento do roteiro pronto – isto é, antes das filmagens – e, já nesse instante, apostar na viabilidade comercial do filme.

No que diz respeito ao papel ocupado pelo cinema feito no Rio Grande do Sul, em termos de longas, Gerbase possuía até pouco tempo a impressão de que o cinema local houvesse sido ultrapassado por outros estados. Porém, para ele, a questão é que obras realizadas nos outros estados que disputam o “terceiro polo” de produção nacional, muitas vezes ganham editais maiores e são mais organizados politicamente.

O que eu tenho notado é que a gente [Rio Grande do Sul] ganha poucos editais, comparados com Nordeste, Brasília, etc. Nós temos digamos assim, *pouca sorte*. Eu não acredito em pouca sorte. Acredito em política. Nós estamos politicamente frágeis. Nós não temos ganhado o número de editais que nós deveríamos ganhar. Isso aí é trabalho político. As nossas associações têm agora que trabalhar politicamente pra reverter isso aí. Isso é a formação do júri, quem que chama, que tipo de gosto tem o júri, como é que acontece a reunião do júri. É uma série de coisas que a gente sabe como é que funciona e que nós estamos mal.

Percebe-se, nesse trecho, a menção a questões de ordem política que envolvem o agraciamento de projetos cinematográficos em editais. Isso indica possíveis influências na hora de premiar determinado projeto em face das ligações prévias, como formação das bancas avaliadoras e suas apreciações estéticas. De forma mais ampla, o cineasta atribui isso à falta de organização política da categoria no Rio Grande do Sul.

Em síntese, Carlos Gerbase, realizador oriundo da geração do Super-8, já passou por diversos modelos de produção cinematográfica. Durante a década de 2000, realizou películas por meio do modelo predominante de financiamento das Leis de incentivo, buscando o direcionamento dos impostos devidos por empresas privadas e de economia mista para a produção cinematográfica. Contudo, entende que esse modelo já está em decadência, sendo substituído por outro, o do Fundo Setorial Audiovisual, em que os editais se tornam as regras e o governo federal tende a recuperar o dinheiro público investido.

No referente às relações dos cineastas com o mercado, Gerbase expressa uma visão parecida com Brito no sentido de entender que existe dificuldades grandes de inserção de um produto “autoral”, quando de baixo orçamento, num mercado monopolizado por comédias românticas, ainda que sua opinião não seja pautada pelo mesmo teor crítica do jovem cineasta. Ao mesmo tempo em que observa a importância da associação com uma distribuidora internacional, Gerbase não acha que atualmente haja tanto espaço para cineastas que não se apresentem ao mercado como “produtos do mercado”, isto é, sejam mais “autorais”.

Considerações Finais

Este trabalho se tratou de uma pequena aproximação ao campo empírico da produção de cinema em Porto Alegre, baseando-se principalmente em entrevistas abertas com dois cineastas gaúchos de gerações distintas. O objetivo do trabalho foi apresentar o ponto de vista desses agentes sociais acerca da viabilização de longas-metragens, a qual se dá através da intersecção das esferas culturais, mercantis e estatais.

Buscou-se enfatizar as opiniões dos agentes sociais sobre a relação dos cineastas com o mercado e com o Estado. Ficou evidente a importância que ambas as esferas apresentam para a produção cinematográfica. A necessidade de formação de redes com o mercado perpassa o discurso dos dois entrevistados, assim como a dependência do cinema brasileiro das leis de incentivo e de editais, ainda que o financiamento realizado a partir das isenções de impostos esteja cada vez mais escasso, na opinião de um deles.

Em termos de autonomia do campo cinematográfico gaúcho, pode-se inferir que ele se encontra na posição intermediária entre os extremos da esfera de bens ampliada e esfera de bens restrita. Isso porque os cineastas buscam um caminho autoral e liberdade estética, porém pensando em dialogar com o público amplo e anônimo. Isso se deduz também das instâncias de legitimação: há um desejo de legitimação frente aos pares (ser premiado em festivais e mostras) e, ao mesmo tempo, atingir o mercado consumidor – buscando-se, por vezes, a transferência do reconhecimento interno ao campo para o externo. A dificuldade se encontra exatamente em concorrer com filmes que buscam legitimidade exclusivamente através da lógica de mercado (as comédias românticas, por exemplo).

Além disso, ambos os diretores creditam boa autonomia estética e artística na efetuação de seus trabalhos, buscando trilhar um caminho mais autoral. Acreditam que faz parte do jogo negociações com outras esferas, como os produtores e distribuidores e não se sentem submissos a eles. O que parece ser um divisor de águas, entretanto, é a inserção do produto no mercado, muitas vezes – no caso do jovem Brito – buscando estratégias pragmáticas de lançamento – fora do período do Oscar – e de exploração das salas e canais de TV mercado alternativos.

Esses são esboços iniciais da pesquisa, que precisa ser aprofundada com vistas a responder com mais densidade os questionamentos de partida acerca da intersecção entre Estado, mercado e “cultura”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANCINE, 2015. Tabela extraída de:
<http://oca.ancine.gov.br/media/SAM/DadosMercado/2103-22052015.pdf>

BECKER, Howard. "A cultura de um grupo desviante: o músico de casa noturna". In: *Outsiders: Estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo, Perspectiva, 2005.

BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: Gênese e estrutura do campo literário*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

ELIAS, Norbert. *Mozart: sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

MATTA, João Paulo. "Políticas públicas federais de apoio à indústria cinematográfica brasileira: um histórico de ineficácia na distribuição". In: MELEIRO, Alessandra (org.). *Cinema e Mercado*. São Paulo: Escrituras Editora, 2010.

ORTIZ, Renato. *A Moderna Tradição Brasileira: Cultura Brasileira e Indústria Cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

YÚDICE, George. "Las industrias culturales: más allá de la lógica puramente económica, el aporte social". *Pensar Iberoamérica*, Madri: OEI, n. 1, 2002.

ZELIZER, Viviana A. Dinheiro, poder e sexo. *Cadernos Pagu*. Campinas, n. 32, p. 135-157, 2009.

Arte e cidade: novas configurações sócio espaciais na era pós-industrial

Carolina Gallo Garcia¹

O fenômeno da ocupação do espaço e as relações sociais impressas em territórios específicos têm enfrentado uma vasta gama de problemas, sobretudo àqueles referentes à degradação ou valorização do tecido urbano. O reconhecimento desses desafios são, comumente, verificados tanto na delimitação de áreas de preservação do patrimônio cultural já instalado (material físico), como na ocupação por artistas de antigas áreas industriais de grandes cidades, geralmente buscando resgatar algum valor estético. O presente estudo visa compreender tal processo, especialmente a partir da análise de condutas orientadas à criação, e/ou assimilação de valores simbólicos que motivam o deslocamento de atividades econômicas pautadas pela expressividade artística nas cidades contemporâneas. O procedimento metodológico para realização da pesquisa fará uso de, a) técnicas de pesquisa exploratória, a partir de levantamento quantitativo de estabelecimentos comerciais e culturais instalados em determinado bairro de Porto Alegre; b) pesquisa documental em fontes secundárias; c) definição de categorias analíticas deduzidas da revisão bibliográfica; e, finalmente, d) entrevistas em profundidade com atores locais. Partindo dessa abordagem, será produzida uma análise dedicada a apontar particularidades contextuais na valorização econômica e cultural de determinados espaços da cidade.

Palavras-chaves: Economia Criativa; Cidade Criativa; Arte; Gentrificação

Tema

O reconhecimento de mudanças que se produzem a partir da instalação de artistas em antigas áreas industriais de grandes cidades tem tomado a frente em diversas discussões no campo da economia criativa. Ao estabelecer residência e local de trabalho em determinadas regiões, percebe-se que um processo de reabilitação e valorização simbólica do território é posto em marcha. Através de ressignificações no sentido de lugar e alinhadas a novas apropriações do espaço pelo capital, as dinâmicas urbanas são profundamente modificadas.

As conexões entre ocupação de artistas e transformações transcorridas no espaço têm sido centrais nos discursos sobre gentrificação por décadas, uma vez que estes grupos foram, historicamente, os primeiros a recolonizar os distritos pós-industriais e, ao

¹ Especialista em Economia da Cultura (PPGE-UFRGS), Mestranda em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR-UFRGS) e bolsista CAPES

produzirem uma nova conjuntura de *habitus* e estética no tecido urbano, suplantados por empresas e novos moradores de maior capital econômico (HUTTON, 2015). Para Hamnett (BIDOU, 2006) este seria um fenômeno de gentrificação, que pode ser melhor compreendido como uma manifestação sócio-espacial típica da transição da economia industrial para a economia pós-industrial, baseada em serviços financeiros, criativos, comerciais e promovendo transformações no estoque de moradias, no mercado fundiário, bem como na estrutura de classe, ocupação e novas práticas de consumo cultural.

Harvey (1989) sinaliza que os fenômenos de gentrificação são um efeito do regime de acumulação do sistema capitalista de mercado associado à uma acumulação primitiva de capital simbólico, os quais se materializam na cidade contemporânea pela reprodução de capital econômico. O período que coincidiu com o início de gentrificações generalizadas ao redor do mundo assistiu à uma valorização acentuada de capital cultural, devido à convergência de várias tendências sociais na qual a lógica econômica intensificou sua presença no âmbito cultural, bem como a economia tornou-se mais aculturada (SCOTT, 2000). Hoje, os debates acerca do tema “cidade criativa” se dividem entre considerá-la um meio de resgate socioeconômico e cultural *versus* um meio de acumulação econômica, uma vez que a dinamização de espaços urbanos atrai, inevitavelmente, novos investimentos habitacionais e empresariais.

A maneira como se configuram as relações espaciais e econômicas em torno artes evidencia que as políticas públicas de fomento à cultura se tornaram um caminho central no planejamento urbano, sobretudo de cidades globalizadas. Como aponta Arantes (2002:33)

à medida que a cultura passava a ser o principal negócio das cidades em vias de gentrificação, ficava cada vez mais evidente para os agentes envolvidos na operação que era ela, a cultura, um dos mais poderosos meios de controle urbano no atual momento de reestruturação da dominação mundial.

A fim de elucidar nosso entendimento sobre tais processos, tomamos por referência para este estudo o emblemático caso do bairro SoHo² de Nova Iorque, um antigo distrito de pequenas indústrias sediadas em edifícios compostos por lofts disponíveis no mercado imobiliário a partir da dispersão das atividades manufatureiras para bairros periféricos.

² SoHo é a abreviação de “South of Houston”, referindo-se à região ao sul da Rua Houston, no sul da ilha de Manhattan.

Uma vez criada a oferta, a área foi tomada por artistas que, atraídos pelos baixos aluguéis, transformavam lofts em espaços híbridos de residenciais e ateliês, recapitulando uma antiga vitalidade urbana.

A revitalização destes edifícios a partir da ocupação artística foi a chave para um novo movimento urbano de retorno ao centro da cidade, onde artistas instauraram novos referenciais estéticos, de estilos de vida e padrões de domesticidade, cuja aceitabilidade pelo *mainstream* emergiu de novos conjuntos de valores sociais e culturais da cidade, que se refletiam em mudanças paradigmáticas no consumo residencial. O habitar dos lofts nova-iorquinos se iniciou como uma tendência, virou um movimento e finalmente, transformou o mercado imobiliário (ZUKIN, 1982:12).

No decurso desta revitalização e estetização espacial, o lócus dos artistas passa a ser uma referência cultural para classe média, especialmente no que tange ao diálogo com a apreciação artística e preservação histórica que até então se localizavam no domínio das classes superiores (ZUKIN, 1982:58). Além disto, tais atributos passaram a ser celebrados pelos meios de comunicação de massa através de retóricas de “renovação” que fomentavam a aceitação destes novos padrões: a imagem do bairro transpôs os estigmas negativos para suscitar curiosidade e interesse. Percebe-se, como afirma Bourdieu (1984:231) que toda mudança no sistema de mercadorias induz a uma mudança de gostos que, por sua vez, induz direta ou indiretamente uma transformação do campo de produção: o gosto é, em si mesmo, produto da produção.

O SoHo passava a representar uma expressão da civilização pós-industrial: de lócus de produção a objeto de consumo cultural, a conversão do industrial ao residencial simbolizava a queda definitiva da produção industrial intra-urbana e marca, em termos espaciais, um novo terreno de disputas entre grupos sociais diversos que concorriam por sua ocupação (ZUKIN, 1982:3). Ao considerarmos que “não há espaço, em uma sociedade hierarquizada, que não seja hierarquizado” (BOURDIEU, 1997:160) se evidencia que “o consumo mais ou menos ostentatório do espaço é uma das formas por excelência da ostentação de poder” (*ibid*).

Neste cenário, não tardou para que o mercado imobiliário se interessasse pela região. O efeito deste interesse resultou na valorização fundiária e conseqüente deslocamento dos artistas - afastados da área que haviam revitalizado. Assim, a mercantilização da esfera da arte marca um processo de transformação que se reflete na

economia urbana, evidenciando um "compromisso histórico entre cultura e capital" (ZUKIN, 1982). Estabeleceram-se, portanto, as bases para um determinado tipo de desenvolvimento urbano impulsionado pelo capital simbólico oriundo da classe artística, que promovia a transformação radical de uma paisagem urbana de produção em uma paisagem de consumo (LEY, 2003).

É importante destacar como a ocupação destes lofts pode ser relevante para o presente estudo. O habitar de antigas estruturas industriais marcam uma nova percepção de espaço e tempo, bem como uma nova relação (e aproximação) entre arte e indústria, onde essas tomam uma posição central no simbolismo cultural de um mundo cada vez mais mercantilizado. Em sentido estrito, produziram-se novos valores sociais e culturais que se refletiam em padrões habitacionais e, sobretudo, de consumo de espaço. Como reconhece o crítico de arte Calvin Tomkins, a arte dos anos 1960 fez o SoHo possível (ZUKIN, 1982:84).

Assim, aqui vamos buscar argumentar que a presença da arte no espaço urbano é atraente por razões simbólicas mas que o simbolismo também está intimamente conectado à mecanismos de poder (*ibid*). Nota-se que as classes artísticas frequentemente tomaram a frente nestes processos de ressignificação e legitimação simbólica de áreas pós-industriais, o que terminou por evidenciar o valor econômico de suas atividades na transição da era industrial para a economia do conhecimento, apoiada no setor de serviços e de produtos com alto valor agregado. O capital cultural portanto, torna-se cada vez mais intercambiável com o capital econômico (BOURDIEU *apud* RUPERT, 2006).

Objetivos

Os objetivos centrais desta pesquisa se dedicam a: (a) contribuir para o entendimento da dinâmica sócio-espacial produzida no processo de valorização simbólica a partir da instalação de artistas e classe criativa em determinados bairros; (b) buscar a incidência deste tipo de fenômeno de valorização fundiária e/ou simbólica na cidade de Porto Alegre.

Assim, sugerem alguns objetivos específicos a serem desenvolvidos, como:

- Debater as relações entre arte, estetização e mercantilização nas paisagens da cidade criativa;

- Analisar possíveis incidências de conversão de valores simbólicos em valores econômicos;
- Entender quais mecanismos de legitimação se articulam para a valorização de uma área em revitalização, elencando evidências empíricas que dialoguem com as teorias da sociologia do território;
- Compreender os mecanismos que produzem tais cenários no lócus pesquisado, buscando o entendimento de aspectos socioeconômicos, culturais, políticos e históricos;
- Entender criticamente o papel dos poderes público e privado na revitalizam de bairros através de cultura e arte;
- Desenvolver um arcabouço teórico que contribua para o desenvolvimento do planejamento urbano a fim de evitar efeitos de gentrificação e segregação espacial.

Justificativa

Os processos de interdependência entre local e global que se dão a partir da intensificação dos fluxos mundiais de informação e capital produzem rompimentos na associação imediata entre identidade local e território (HAESBAERT, 2007). Há, contudo, complexos mecanismos de resignificação no nível local que se originam como resposta à uma suposta anulação de diferenças destes efeitos globalizantes. Para Santos (2002), todos os fenômenos tendem à transescalaridade: a escala local surge num contexto global. Assim, ainda que a associação entre arte e gentrificação represente um processo característico de grandes cidades globais, pretendemos compreender se este fenômeno ocorre em cidades latino-americanas e quais suas idiosincrasias locais.

O presente projeto se ocupa em refletir a gentrificação não somente enquanto valorização do solo, mas também como um campo produtor de novas práticas e relações espaciais, que presume a criação de um *habitus* urbano. Sabe-se que as práticas de gentrificação não se referem apenas a empreendimentos econômicos que visam otimizar o potencial de investimentos em áreas centrais; referem-se, sobretudo, à afirmação simbólica do poder (LEITE, 2005: 136). Assim, visamos compreender os processos catalisados por artistas na transformação de paisagens urbanas industriais em paisagens de consumo a partir do estabelecimento de novas práticas onde a reprodução do capital cultural fixa novos sistemas simbólicos.

Ao interpretar como as forças sociais e comerciais do capitalismo tardio estão redefinindo as cidades contemporâneas, nossa abordagem aqui se propõe menos a identificação de uma "nova economia" em si para se debruçar sobre a investigação de configurações cada vez mais híbridas de espaços econômicos que assumem diversas formas - sociais, espaciais e técnicas - no modo de produção (HUTTON, 2004: 90).

A valorização econômica de estoques de capital é intrínseca às relações de domínio da cultura. Bourdieu (1997) argumenta que a reprodução de capital se institui pela localização: o lugar também é mecanismo de reprodução das condições socioeconômicas. Neste contexto, percebe-se que o capital cultural é associado àqueles que afirmam proximidade política e geográfica com a classe artística. Um dos motores da gentrificação, segundo Ley (2003), seria a afirmação desta posição dos agentes no campo, onde o capital cultural acumulado de um lócus pode ser permutado por capital econômico, convertendo antigas margens urbanas em novos centros.

Ao entendimento da complexidade do campo, a posse e exercício de diferentes formas de capital pelos atores tem implicações práticas importantes para o estudo da gentrificação. Não se trata, portanto, de inferir uma dominação do capital cultural pelo econômico, mas entender como ambos operam juntos e produzem espacializações diversas para propor uma complexa discussão sobre as materializações urbanas de tais disputas.

Metodologia

O senso comum da literatura de cidades criativa aponta para a hipótese de sua instrumentalização como catalisadora do desenvolvimento econômico e social no âmbito urbano. A fim de debater tal senso comum, a pesquisa realizará uma discussão apoiada em fontes de dados variadas, de natureza teórico-empírica. Inicialmente, realizar-se-á uma revisão bibliográfica das teorias do planejamento urbano relacionadas às cidades criativas, revisitando *cases* de revitalização, que produziram algum efeito de gentrificação, a fim de possibilitar não uma análise comparativa entre Porto Alegre e outras localidades, mas sim a identificação de traços do fenômeno a partir de características análogas.

Tais subsídios teóricos pretendem formar um discurso crítico para, posteriormente, debater-se a hipótese de polarizações urbanas relacionadas ao fenômeno da gentrificação proveniente das relações entre artes e sua mercantilização, mesmo que

essa não se produza unicamente na valorização fundiária. Os lócus do estudo de caso ainda serão definidos, priorizando áreas da cidade que detenham, reconhecidamente, alto capital cultural ou encontrem-se em processo de valorização simbólica, a ser determinado a partir de uma prévia pesquisa nos meios de comunicação locais e seus discursos sobre as regiões. Alguns bairros possíveis para tal abordagem empírica são os bairros Floresta, Bom Fim, Centro Histórico e Cidade Baixa.

Posteriormente, a pesquisa realizará um mapeamento de mudanças na dinâmica econômica de cada bairro, partindo de um levantamento quantitativo de estabelecimentos comerciais e culturais existentes que possam evidenciar incrementos na oferta de equipamentos e novas dinâmizações em marcha em decorrência da revitalização.

Por fim, um estudo etnográfico será desenvolvido a partir do método de entrevistas em profundidade, que permitam-nos compreender a apreciação simbólica de cada bairro estudado no imaginário dos habitantes da cidade, buscando elaborar um panorama apreciável da influência do capital cultural na valorização destas áreas. Doravante este arcabouço analítico, realizaremos uma leitura comparativa que evidencie sobreposições e consolidações de fenômenos de valorização nas referidas regiões de Porto Alegre.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, Otília. “Uma estratégia fatal: A cultura nas novas gerações urbanas”. In: ARANTES, Otília, VAINER, Carlos, MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: Desmanchando consensos**. 3ª Ed. Petrópolis: Editora Vozes. 2002.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas, SP: Papius, 1994.

BECKER, H. **Métodos de pesquisas em ciências sociais**. Tradução Marco Estevão e Renato Aguiar. 4.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

BIDOU-ZACHARIASEN, C. **De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas públicas de “revitalização” dos centros urbanos**. 1.ed. São Paulo: Annablume, 2006.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Editora perspectiva, 1982.

_____. **Efeitos do Lugar**. In BOURDIEU, P. (Org.) Petrópolis: Vozes, 1997, pp 159 a 166.

- _____. **Distinction**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1984
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Arte de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994
- FLORIDA, R. **A ascensão da classe criativa**. Tradução Ana Luiza Lopes. Porto Alegre, RS: L&PM, 2011.
- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2006.
- HAESBAERT, R. (Org.); ARAUJO, F. G. B. (Org.). **Identidades e Territórios: Questões e Olhares Contemporâneos**. 1. ed. Rio de Janeiro: Access, 2007.
- HAMNETT, C. **Gentrification and residential location theory: a review and assessment**. In: _____; HERBERT, D.T.; JOHNSTON R.J. (ed). *Geography and the Urban Environment, Progress in Research and Applications*. v. 6, p-283-319, 1984.
- HUTTON, Thomas A. **Cities and the Cultural Economy**. London: Routledge, 2015.
- LANDRY, C. **Creativity, Culture & the City: A question of interconnection**. Forum D'Avignon. Paris, nov 2011.
- LEY, David. **Artists, Aestheticisation and the Field of Gentrification**. Urban Studies, v.40. No. 12, 2527-2544, 2003.
- MARZULO, E. **O espaço dos pobres. Identidade social e territorialidade na modernidade tardia**. 2005. Tese de doutoramento, IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.
- RUPERT, Evelyn Sharon. **The Moral Economy of Cities: shaping good citizens**. Toronto: University of Toronto Press, 2006
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Edusp – Editora da Universidade de São Paulo, 2002.
- SCOTT, Allen J. **The Cultural Economy of Cities**. London: Sage, 2000.
- SMITH, Neil. **A Gentrificação Generalizada: de uma anomalia local à “regeneração” urbana como estratégia urbana global** In: BIDOUC-ZACHARIASEN, Catherine. *De volta à cidade: dos processos de gentrification às políticas públicas de “revitalização” dos centros urbanos*. São Paulo: Annablume, 2006.
- VALIATI, L. **Valor, Espaço e Cultura: A dimensão não-quantitativa da valoração econômica na reabilitação de centros urbanos**. Dissertação de mestrado, PROPUR/UFRGS, Porto Alegre, 2009

Como pensar o desenvolvimento? Considerações epistemológicas sobre o processo de investigação.

Pedro Frizo
Wagner Nascimento

Longe de incitar um debate taxionômico sobre o desenvolvimento, nos propusemos neste artigo a delimitar as fronteiras conceituais e epistemológicas das mais variadas perspectivas analíticas sobre o desenvolvimento, a fim de clarificar as características e limitações investigativas de cada corrente. A partir de uma releitura das principais referências relacionadas ao tema do desenvolvimento, observa-se que os principais trabalhos nas ciências sociais podem ser agrupados sob a ótica das Teorias Liberais, da Teoria da Modernização, das Teorias Neomarxistas – estas três de viés substancialista/essencialista sobre o desenvolvimento –, o Pós-Desenvolvimento, a Teoria do Ator-Rede, a Perspectiva Orientada aos Atores, a Análise de Redes e a Teoria dos Campos – estas últimas de viés relacional. Realizaremos uma breve contextualização das análises substancialistas, as quais, em termos analíticos, oferecem “pontos de chegada” saturados, estabelecidos em um consenso exaurido e incompletos em sua capacidade explicativa dos novos processos de desenvolvimento observados na realidade social. Em seguida, exemplificaremos como um processo de desenvolvimento pode ser analisado na perspectiva da Teoria dos Campos, seguindo uma abordagem relacional e que leve em consideração a dimensão política imbricada na lógica destes processos.

Palavras-chave: Desenvolvimento, sociologia relacional, empreendedorismo.

Introdução

Em instantes anteriores à confecção de um estudo, constelações de variáveis se debruçam sobre os cientistas sociais e a forma de manipulação de cada uma delas orienta as rotas da investigação a uma direção – e ponto de chegada – *sui generis*. A existência de rotas justapostas implica, na maioria dos casos, na inexistência do diálogo e da confrontação aberta entre autores imersos em diferentes correntes do pensamento. No que tange os estudos sobre o desenvolvimento, o resultado de tamanho abismo investigativo entre os autores implica em representações caricatas sobre perspectivas outras. Por exemplo: não é raro constatar observações simplistas sobre os principais pontos argumentativos dos teóricos do pós-desenvolvimento, reduzindo-os a meras bandeiras a favor do “nobre selvagem”, estiradas por acadêmicos “niilistas” (KIELY, 1999); assim como, do outro lado, parte dos defensores desta linha de pensamento enquadram diversos projetos e formas de atuação externa em comunidades locais sob a alcunha de um “discurso ocidental”,

incutindo, para formas de atuação distintas, uma dimensão analítica única (LATOUCHE, 1993).

Traçar como cada constelação de variáveis é manipulada dentro da área de estudos sobre o desenvolvimento permite-nos delimitar diferentes perspectivas investigativas e os limites inerentes apresentados a cada um dos caminhos forjados. Em última instância, uma clarificação de conceitos e epistemes apresenta-se como fato necessário para o debate profícuo entre perspectivas, para posicioná-las em justa e franca contraposição e delimitar suas fronteiras investigativas.

Como conduzir, então, um processo sólido de clarificação de epistemes e métodos investigativos sobre o desenvolvimento? Não sustentamos o ineditismo deste estudo tão somente por sua tentativa de diferenciação entre as escolas de pensamento do desenvolvimento. Trabalhos consagrados já conduziram algum tipo de esquematização sobre as correntes dessa área das ciências sociais (ESCOBAR, 2005; NEDERVEEN-PIETERSE, 2010; RIST, 2008).

Acreditamos que este trabalho inova ao principiar o processo de diferenciação das escolas de pensamento do desenvolvimento sobre o eixo das abordagens sociológicas *substancial* e *relacional* (EMIRBAYER, 1999). Dito de outra maneira, tentaremos sustentar que embora permeiam significativas diferenças epistemológicas entre estas escolas de pensamento, tais distinções, em um primeiro momento, podem ser agrupadas em dois grandes grupos: o grupo das abordagens substancialistas do desenvolvimento e o grupo das abordagens relacionais. Demonstrar-se-á que o monopólio da abordagem substancialista sobre os princípios causais do desenvolvimento oferecem “pontos de chegada” saturados, estabelecidos em um consenso exaurido e incompletos em sua capacidade explicativa dos novos processos de desenvolvimento observados na realidade social. Em outras palavras, a insuficiência das escolas de pensamento sobre o desenvolvimento a serem apresentadas neste artigo reside na própria manipulação que aí se faz dos elementos da realidade social na modalidade exclusiva de substâncias.

Veremos, então, que no que tange as abordagens substancialistas, as variáveis incutidas nos estudos operam como *princípios causais do desenvolvimento*, à medida que são tratadas de forma isolada dos atores sociais, com significativo poder explicativo da realidade social estudada. Do outro lado, no que diz respeito às abordagens relacionais, as variáveis incutidas nos trabalhos são manipuladas como *princípios relacionais do*

desenvolvimento, dado que são pensados sempre de maneira relacional e como variáveis explicativas que somente emergem como tal enquanto que tomadas em sua dimensão conectiva entre diferentes atores.

As colaborações reais deste artigo, no entanto, não se resumem a elucidar a possível – e consolidada – interface entre a abordagem sociológica relacional e a temática do desenvolvimento, dada a quantidade significativa de estudos anteriores que não somente defenderam esta orientação investigativa, mas como também apresentaram trabalhos empíricos segundo esta ótica (SCHMITT, 2011; SCNHEIDER e GAZOLLA, 2011; CARNEIRO, 2012). Partiremos, em um segundo momento, entre as perspectivas relacionais, a agrupá-las em correntes que leem os processos de desenvolvimento como processos indissociáveis da dimensão política – e que, por isso, têm como componente principal de análise a dinâmica de poder imbricada nestes processos – e em correntes que se distanciam desta dimensão em suas respectivas análises.

Não é objetivo deste artigo estimular um debate taxionômico sobre o desenvolvimento. Sabemos que as citações não operam somente à lógica da ciência moderna, acumulativa, que avança sustentavelmente sobre achados e colaborações científicas prévias. Ao contrário, por quantas vezes referenciam-se a autores enquanto estratégia para conceder autoridade inabalável a um determinado tipo de argumento, sem haver a menor necessidade do autor problematizar o ponto que sustenta. Dessa maneira, nos opomos a qualquer possível utilização deste artigo enquanto possível citação que leia os pontos aqui debatidos sob o viés taxonômico e classificatório: pois, longe de empregar qualquer categoria nossa, seja ela qual for, para classificar e nomear inúmeros trabalhos e diferentes formas de abordagem sobre o desenvolvimento, nos propusemos somente – e esperamos haver sucedido neste intento – a delimitar, de maneira realista¹, as fronteiras conceituais e epistemológicas dos mais variados campos de estudos sobre o desenvolvimento, os quais trazem intenso debate entre os autores imersos em cada campo e reduzida reverberação de suas colaborações em campos outros. Em resumo, cada perspectiva de pensamento do desenvolvimento traz um conjunto epistemológico e conceitual que não se traduz nas outras perspectivas. Quiçá o presente estudo seja a primeira tentativa – talvez quixotesca, talvez não – de principiar um debate profícuo entre

¹Bourdieu (1989) discorre sobre as abordagens realistas ou normativas para a delimitação das fronteiras do campo. É neste sentido que empregamos a palavra “realista”.

as diferentes tradições existentes sobre os estudos do desenvolvimento, clarificando que as rotas investigativas sustentam-se, em última instância, na linguagem epistemológica adotada por cada uma.

Breve contextualização da abordagem substancialista

Há inumeráveis autores na sociologia que trabalham com o tema do “desenvolvimento” em seus estudos seguindo clássicas linhas de investigação, como a Teoria da Modernização e as Teorias Neomarxistas (aqui, neste artigo em específico, elas englobam a Teoria da Dependência e a do Sistema-Mundo) – para uma tipologia profunda, ver Rist (2008).

Há incontáveis autores que alinham o tema do “desenvolvimento” com a perspectiva das Teorias Liberais. É o caso de autores como Joseph Stiglitz (2015), Douglass North (2007) e Ricardo Abramovay (2012), que veem o “desenvolvimento” como um processo indissociável de certas mudanças econômicas, políticas e sociais, como redução das desigualdades de renda e riqueza; redução dos níveis de corrupção; consolidação da democracia; e “sustentabilidade” ambiental. Para estes autores, sociedades que observam transformações na realidade social, mas não direcionadas a estes aspectos não estão se desenvolvendo. Em resumo, desigualdade e democracia, por exemplo, aparecem como categorias avaliativas sobre a validade do “desenvolvimento” ou não.

Dentre esta corrente, destacam-se outros autores nas ciências sociais com concepções normativas muito mais restritas sobre o desenvolvimento. Por exemplo: a Escola das Capacitações, representada principalmente por Martha Nussbaum (2011) e Amartya Sen (2013), veem o “desenvolvimento” como algo estritamente relacionado à expansão das liberdades individuais. No livro *“The Handbook of Development Economics”*, Sen (1998) oferece no primeiro capítulo um “norte” aos estudos do desenvolvimento, defendendo que cientistas e formuladores de políticas devem adotar um conceito de desenvolvimento como um processo que vise conceder as capacidades necessárias aos indivíduos expandirem as suas opções de escolha e liberdade individual. Sociólogos, como Peter Evans (2005), elevaram as proposições da escola das capacitações a um nível institucional, defendendo conceitos como as “capacidades sociais”.

Em comum, cada uma das perspectivas acima mencionadas, em que pese trabalham com diferentes princípios causais do desenvolvimento, todas tomam elementos sociais tais como capital social, capital humano, capital econômico, tecnologia, instituições sociais e políticas e mercados como substâncias de caráter determinístico sobre o nível e a natureza do desenvolvimento. Em outras palavras, enquanto variáveis estoque, cada local/região apresenta uma quantidade específica destes princípios, capaz de *estruturar* a realidade econômica e determinar a sua transformação. A explicação do desenvolvimento a partir de suas estruturas causais se faz, assim, objetivo principal destas correntes de pensamento.

A Abordagem Relacional: o exemplo da Teoria dos Campos

A palavra “desenvolvimento” vem do francês antigo *desveloper*, que significa “desembrulhar”, “abrir” (“*des*”, movimento contrário, “*veloper*”, embrulhar). Em última instância, a palavra aparece como um movimento de descobrimento de partículas antes “embrulhadas”, isto é, escondidas por detrás de “cortinas”. Mas, quais seriam essas “cortinas”? No que diz respeito ao espaço social, quais seriam as “cortinas” que se desvanecem em um processo de “desenvolvimento”, ou melhor, de “*desembrulhamento*”?

Para descobri-las, este artigo parte do pressuposto adotado pela Teoria dos Campos acerca da constituição do espaço social, baseando-se principalmente nas colaborações dos sociólogos Pierre Bourdieu (1989, 2007, 2008) e Neil Fligstein (1996, 2007, 2013). Assim, mobilizamos três conceitos chave para a tarefa de caracterizar o espaço social e determinar, antes, o que é “embrulhado” e por consequência “liberado” nos processos de desenvolvimento, e quais são as “máscaras” derrubadas nos processos de desenvolvimento.

Os conceitos mobilizados para caracterizar o espaço social – aqui doravante chamado de “campo” – são (I) as instituições, formais e não formais, (II) as disposições/hábitos a elas referentes e (III) as práticas/ações sociais².

Tanto as disposições/hábitos, quando as práticas/ações, são referentes ao conjunto institucional regulador do campo. Não à toa, as palavras “hábito” e “hábil” possuem o mesmo radical (*hab*, “ter”, em latim). Ou seja, o hábito é o *savoir-faire*, é ter as condições cognitivas necessárias que permite posicionar-se no momento certo e agir de maneira

²Vale recordar que o presente artigo trabalha com a ideia da ação econômica como uma derivação da ação social. Isto é, não se pode pensar o agir econômico de maneira desassociada ao social.

apropriada segundo as “regras do jogo”: estas, determinadas pelas regras, valores e normas do campo (instituições), compartilhadas entre os agentes e organizações nele inseridos. A ação social no campo, por consequência, é mediada pelas disposições que são estimuladas pelo conjunto de instituições predominantes no campo.

No entanto, em termos de referencial teórico, a Teoria dos Campos de Neil Fligstein se mostra mais apropriada ao estudo do tema do “desenvolvimento” do que o arcabouço teórico trabalhado por Bourdieu. Isto porque se este oferece uma perspectiva teórica valiosa para compreender a reprodução dos campos, Fligstein traz colaborações importantes para o estudo da transformação do campo. E os processos de “desenvolvimento” são, em última instância, processos de transformação da realidade social.

As colaborações de Fligstein à Teoria dos Campos pode ser traçada a um debate iniciado pelo autor na década de 80 com as correntes neoinstitucionais da sociologia e da economia. No âmbito da sociologia, destacavam-se os trabalhos de DiMaggio e Powell (1983) e Scott e Meyer (1983), de cunho estruturalista. Do lado oposto, no âmbito das ciências econômicas, destacavam-se os trabalhos de Williamson (1975) e Douglass North (1990), mais aproximados da vertente teórica da “escolha racional” e sustentados pelo individualismo metodológico.

Imerso em um debate metateórico historicamente central e sensível nas ciências sociais, Fligstein soma-se a outro conjunto de autores contemporâneos, como o próprio Bourdieu, além de Anthony Giddens (1979) e Norbert Elias (1995), os quais buscaram superar o dilema ação e estrutura social na pesquisa sociológica. No que tange ao tema relacionado à transformação dos campos, será, segundo Fligstein, no conceito de “habilidades sociais” que reside a sua principal colaboração para a superação desta dualidade teórica.

As “habilidades sociais” trazem consigo uma tentativa de recuperar a capacidade de reflexividade e ação transformadora do indivíduo, aproximando-se de alguns pressupostos da teoria da escolha racional, mas ao mesmo tempo fundando esta capacidade transformadora sobre aspectos sociais. Em outras palavras, é no interacionismo simbólico³ que Fligstein irá sustentar, sociologicamente, as bases para o conceito de “habilidades sociais”.

³O conceito de “enquadramento interpretativo”, por exemplo, foi derivado de Goffman (1992).

Em linhas gerais, o autor define as “habilidades sociais” como um conjunto de habilidades em mobilizar a cooperação com outros agentes para instaurar o controle sobre o campo, seja este controle a reprodução da dominação ou a crítica e transformação das estruturas objetivas do campo. O termo “cooperação”, para Fligstein, assume condições políticas, isto é, não pode ser lido sem se ter em mente que se trata de uma coalizão política entre agentes e/ou organizações, com objetivos políticos. Neste sentido, a cooperação entre agentes e/ou organizações distintas se dá com fins a reproduzir ou abalar a estrutura de dominação dos campos.

O conceito de “habilidades sociais” claramente possui influências das principais teorias sobre movimentos sociais, principalmente da Teoria do Conflito Político⁴. Elementos conceituais como “enquadramentos interpretativos” (*framing*) e “identidades” ocupam posições centrais em ambas as linhas teóricas.

Os enquadramentos interpretativos aparecem como um dos principais fatores em Fligstein que concede bases sociológicas à ação transformadora dos campos, distanciando-se do individualismo metodológico da ação racional. É através da comunicação e sustentada pela capacidade dos desafiantes em comunicarem suas críticas e reivindicações a diferentes grupos sociais imersos no campo que a cooperação será induzida para a transformação da realidade social. Por exemplo: substantivos, como “justiça social”, “igualdade” ou mesmo “sustentabilidade”, serão enquadrados de maneiras distintas pelos grupos dominantes e dominados, visando a mobilização de específicos grupos sociais.

Para o autor, a capacidade de enquadrar as críticas referentes às instituições reguladoras do campo é estratégia crucial aos agentes desafiantes para a criação de uma identidade entre os mais variados grupos imersos no campo. A criação de uma identidade entre esses grupos estimula o engajamento e a coalizão política em torno de um projeto de crítica, de desestabilização do campo e de reinstitucionalização deste.

No caso das vertentes sobre desenvolvimento, mencionadas no começo deste artigo, teremos assim vários enquadramentos interpretativos sobre a ideia de “desenvolvimento” dentro das ciências sociais. Em outras palavras, neste campo acadêmico e de políticas públicas, autores e escolas de pensamento irão disputar a dominação sobre o que significa desenvolvimento e como os cientistas sociais do campo acadêmico e formuladores de políticas públicas o devem pensar.

⁴Ver, por exemplo, McAdam et al (2001).

Por exemplo: defensores da escola das capacitações irão propor críticas mais severas a instituições como o sistema democrático, educacional e de saúde pública, ao passo que os defensores do “desenvolvimentismo” pedirão instituições monetárias e fiscais mais expansivas e de ampla atuação. Em comum, ambos os tipos de agentes buscam remodelar instituições reguladoras do campo acadêmico e de políticas públicas, que desembrulhem um conjunto de disposições e ações sociais constrangidas pelo atual arcabouço institucional do campo.

Fligstein também discorre sobre a relevância do conjunto de recursos detidos pelos agentes e/ou organizações proponentes de críticas e anseios de reinstitucionalização do campo. Tanto os grupos dominantes quanto os dominados utilizarão de seu capital econômico, social, cultural ou simbólico para instituir um conjunto de regras, normas e valores compartilhados que instauram o controle sobre o campo.

Fica claro, então, ver que o conjunto de disposições e as ações não acionadas pelo campo são as partículas a serem “desembrulhadas” em um processo de desenvolvimento, e que as instituições são as “cortinas” que embrulham e constroem o conjunto de disposições e ações possíveis dentro do campo. Ver o “desenvolvimento” como “*desembrulhamento*” é ver como mudanças de escala institucional acionam novas disposições e novas práticas sociais. Dessa forma, a ideia de “desenvolvimento” passa a representar um processo de social de conflito, de associação, de mobilização e articulação entre diferentes grupos sociais contra um conjunto institucional específico.

Em última instância, o “desenvolvimento é um processo social de transformação institucional; um ato de “desembrulhar” ações sociais não acionadas pelo conjunto de disposições referentes às instituições reguladoras do campo. Dito isto, temos uma implicação direta de que conhecer, pesquisar e estudar os processos de desenvolvimento será pesquisar as mudanças institucionais do campo, quais são os atores que mobilizam esse processo, como se criam representações e mobilizações coletivas para tanto e quais são as disposições e ações sociais “desembrulhadas” ao final deste processo.

Conclusões

Em que pese o presente artigo demande uma contínua complexificação do pensamento substancialista sobre o desenvolvimento e a comparação deste com outras

abordagens relacionais – como a Teoria Ator-Rede e a Perspectiva Orientada aos Atores – esperamos ter apontado para futuras investigações que caminhem na direção da consolidação da distinção proposta.

Sugerimos que a continua complexificação se dê na ilustração de como princípios causais do desenvolvimento são abordados epistemologicamente de maneira distinta por cada escola do pensamento do desenvolvimento. Princípios como “capital”, “instituições” e “tecnologia” são, comumente, trabalhados como variáveis dependentes dentro de um modelo de explicação causal sobre a natureza e nível de desenvolvimento de determinado local. Identificar como essas variáveis são manipuladas pelas escolas se faz, assim, etapa crucial na busca pela distinção clara e objetiva entre as formas de pensamento existentes.

Por fim, a priorização da abordagem relacional nos estudos sobre os processos de desenvolvimento passa pela identificação de exemplos empíricos de processos que fogem à lógica das escolas de pensamento substancialistas. Em outros termos, a articulação da sociedade civil na construção colaborativa de projetos de desenvolvimento local se faz um fenômeno cada vez mais frequente na realidade social, demandando uma aproximação dos teóricos relacionais destes fenômenos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. “Muito Além da Economia Verde”. São Paulo: Planeta Sustentável, 2012.

BOURDIEU, P. O Poder Simbólico. Lisboa: Difel, 1989;

_____. A Distinção: crítica social do julgamento. São Paulo: Editora Zouk, 2º ed., 2007;

_____. Razões Práticas: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus Editora, 8º edição, 2008.

CARNEIRO, M: “Práticas, discursos e arenas: nota sobre a socioantropologia do desenvolvimento”. Sociologia & Antropologia, v. 2, n.4, pp. 129-158, 2012.

CARRERO, G. C.; FEARNSIDE, P. M. Forest clearing dynamics and the expansion of landholdings in Apuí, a deforestation hotspot on Brazil’s Transamazon Highway. Ecology and Society, v. 16, n. 2, art. 26, 2011.

CARRERO, G; ALBUJA, G; FRIZO, P. G. A.; HOFFMANN, E; ALVES, C; BEZERRA, C. Caracterização da cadeia produtiva de carne bovina no Amazonas com ênfase no município de Apuí. Manaus: Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas, 2014.

COTANDA, F, C. A Polissemia dos Conceitos e suas Implicações para a Sociologia: os usos do termo “sistema”. *Revista Educação & Sociedade*, Campinas, v.35, n° 128, pp. 829-842, jul-set, 2014.

DiMAGGIO, P; POWELL, W. The Iron Cage Revisited. *American Sociological Review*, v. 47, pp. 147-160, 1983.

ELIAS, N. *O Processo Civilizatório*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

ESCOBAR, A. El postdesarrollo como concepto y práctica social. In: MATO, D (org.). *Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización*. Caracas: Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, Universidad Central de Venezuela, pp. 17-31, 2005.

_____. *La Invención del Tercero Mundo: construcción y deconstrucción del desarrollo*. Caracas: Fundación Editorial El Perro y la Rana, 2007.

EMIRBAYER, M. “Manifesto for a Relational Sociology”. *The American Journal of Sociology*, v. 103, n. 2, pp. 281-317, set/1997.

EVANS, P. The Challenges of the “Institutional Turn”: New Interdisciplinary Opportunities in Development Theory. In: NEE, V; SWEDBERG, R. *The Economic Sociology of Capitalism*. Princeton: Princeton University Press, pp. 90-116, 2005.

FLIGSTEIN, N. Markets as Politics: A Political-Cultural Approach to Market Institutions. *American Sociological Review*, v. 61, n. 4, pp. 656-673, ago./1996;

_____. *Habilidade Social e a teoria dos campos*. *Revista de Administração de Empresas*, v. 47, n. 2, pp. 61-80, abr/jun, 2007;

_____. Understanding stability and change in fields. *Research in Organizational Behavior*, v. 33, pp. 39-51, 2013.

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL. *Manual de Uso*. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

GIDDENS, A. *Central Problems in Social Theory: Action, Structure and Contradiction in Social Analysis*. Londres: Macmillan, 1979.

GOFFMAN, E. *Estigma. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

HOEFLE, S, W. Beyond carbon colonialism: Frontier peasant livelihoods, spatial mobility and deforestation in the Brazilian Amazon. *Critique of Anthropology*, v. 33, n. 2, pp. 193-213, 2013.

KIELY, R. The last refuge of the noble savage? A critical assessment of post-development theory. *The European Journal of Development Research*, v. 11, n. 1, 1999.

LATOUCHE, S. *In the wake of the affluent society: an exploration of post-development*. London: Zed, 1993.

McADAM, D; TARROW, S; TILLY, C. *Dynamics of Contention*. Nova York: Cambridge University Press, 2001.

- NEDERVEEN-PIETERSE, J. *Development Theory*. London: Sage Publications, second edition, 2010.
- NORTH, D. *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. Cambridge, Cambridge University Press, 1990.
- NUSSBAUM, M. *Creating capabilities: the human development approach*. Cambridge: Belknap Press, 2011.
- RIST, G. *The History of Development: from western origins to global faith*. London & New York: Zed Books, third edition, 2008.
- SALLUM Jr. "O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo". *Tempo Social: revista de sociologia da USP*, v. 11, n.2, 1999.
- SCOTT, R, W; MEYER, J. *The Organization of Societal Sectors*. In: SCOTT, R, W; MEYER, J (org.). *Organizational Environments: Ritual and Rationality*. Beverly Hills: Sage, pp. 129-153, 1983.
- SCHMITT, C, J. *Redes, atores e desenvolvimento rural: perspectivas na construção de uma abordagem relacional*. *Revista Sociologias*, ano 13, n. 27, pp. 82-112, mai.ago/2011.
- SEN, A. "Desenvolvimento como Liberdade". São Paulo: Companhia de Bolso, 2013.
- _____. *The Concept of Development*. In: CHENERY, H.; SRINIVASAN, T, S (org). *The Handbook of Development Economics*. New York: Elsevier, 1988.
- STIGLITZ, J. *La Grand Fracture*. Paris: Les Liens que libèrent, 2015.
- VALEVERDE, O. *O quadro físico*. In: *A problemática da Amazônia*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, p. 65-90, 1971.
- WILLIAMSON, O, E. *Markets and Hierarchies: Analysis and Anti-trust Implications*. New York: Free Press, 1975.

Desafios da governança urbana na modernidade líquida. A Modernidade que ameaça a Cidade da Cidadania

Milton Cruz¹

O artigo aborda a cidade no contexto do desenvolvimento da economia capitalista globalizada e pensa criticamente os desafios da governança urbana na perspectiva da sustentabilidade social e ambiental. Busca-se averiguar em que medida o desenvolvimento da economia globalizada deixa espaço para a tomada de decisão, com autonomia, aos gestores públicos e atores da sociedade civil local. A (boa) governança urbana recomenda estimular a participação nas decisões que impactam no desenvolvimento da cidade e na preservação da cultura local. A cidade protagonista da modernidade líquida precisa criar instrumentos de participação capazes de: - ressignificar o que foi deixado pelas gerações anteriores; - desenvolver inovações apoiadas na cultura local; - e promover o sentimento de cidadania nos espaços públicos. O artigo faz uma reflexão crítica do planejamento em Porto Alegre, nos últimos 20 anos, e da “revitalização” proposta para o Cais Mauá, localizado no Centro Histórico da cidade. As principais referências são: (Sassen, 2010), sociologia da globalização, (Boaventura de Souza Santos, 2000; Cohen e Arato, 2001; Habermas, 1989, 1996), sociedade civil e participação, Jessé de Sousa (2010), cidadania, (Harvey, 1992; Giddens, 2005), modernização, e (Bauman, 2001, 2003), modernidade líquida.

Palavras-chave: Governança urbana, cidade, modernidade líquida, globalização

A modernização da sociedade pode ser representada, segundo Bauman (2003), pela sua liquidez, uma característica de um período histórico no qual tudo o que parecia sólido se desmancha assumindo uma nova forma, como se fossem fluídos que se moldam ao novo contexto produzido pelas transformações geradas pela economia capitalista. A percepção de tempo e de espaço, a ética do mundo do trabalho, os valores comunitários, a subjetividade, e o sonho da emancipação individual e coletiva são ressignificados gerando novas instabilidades e incertezas que problematizam as promessas de uma sociedade próspera e geradora de oportunidades para todos.

Giddens (2005) resume essas transformações apresentando dados dos anos 1970 e 1980 que mostram a tendência do sistema ocupacional na Inglaterra como: a diminuição

¹ Observatório das Metrópoles/Núcleo Porto Alegre; UNISINOS/Curso Cidade e planejamento territorial

do emprego na produção e aumento no setor de serviços, em áreas que exigem mais tempo de estudo dos trabalhadores (crescimento da economia do conhecimento baseada em tecnologias da informação), o aumento da diversificação de tipos de empregos (cerca de 20 mil quando nas sociedades tradicionais não passava de 30 ofícios), a produção flexível que substituiu o taylorismo e o fordismo, a maior participação das mulheres no trabalho (60% das mulheres casadas tem um emprego), o aumento do emprego de meio turno, a disparidade salarial de gênero, a maior participação dos homens no trabalho doméstico, a flexibilização dos horários de trabalho para atender aos filhos, o desemprego estrutural (maior entre os jovens, 13% em 1998), o aumento da insegurança no trabalho, a perda de referências baseadas na lealdade, no compromisso, nas metas de longo prazo (“A corrosão do caráter” de Richard Sennett), e a diminuição da classe trabalhadora tradicional. Giddens cita André Gorz (sociólogo francês) para quem estamos caminhando para uma sociedade dual em que, de um lado, temos a produção e a administração organizadas para a maximização da eficiência e, de outro, uma variedade de atividades orientadas para a realização pessoal.

A leitura de Bauman (2001, 2003) sugere que a ideia de progresso (aqui abordado como um avanço civilizatório), na modernidade líquida, é um desafio permanente e não pode se sustentar na autoconfiança e na crença do desenvolvimento como um processo natural e automático. A nova ordem social imposta pela modernização prometia melhoramento, progresso, e o uso da razão contra a “superstição” e as “irracionalidades”. Este processo foi chamado pelos teóricos de “destruição criativa” que desenraiza o velho para reenraizá-lo de outra forma. Mas, na modernidade tardia, o sonho de um admirável mundo novo a nível global e perceptível por todos como tal, como se desenhava nas décadas de 1930 até o início dos anos 1970, não parece ser mais possível. Para Bauman (2001, 2003), a modernidade entrou numa fase acelerada de privatização e individualização e criou uma cisão entre a construção individual da vida e a construção política da sociedade. Emergem os processos de desregulamentação política, social e econômica e de expansão livre dos mercados mundiais, enfraquece o engajamento coletivo (como o de classe) e cresce o esvaziamento do espaço público.

Habermas (1989, 1996) nos alerta para a possibilidade da razão e o conhecimento técnico serem instrumentalizados pelo sistema econômico e políticos cujo objetivo central é o lucro e não a construção de um sentido humano para a vida.

Nossa percepção de tempo e espaço se modifica com a introdução de novas tecnologias da informação e comunicação, de meios de transporte modernos que reduzem os tempos de deslocamento e conectam as pessoas a uma velocidade nunca vista anteriormente, e, praticamente, em todas as partes do mundo. O tempo e o espaço se emancipam dos limites existentes no início da revolução industrial e ocorre uma significativa redução dos tempos necessários para a realização de processos de produção e de tomada de decisão. Este processo de encurtamento do tempo e alargamento do espaço no qual a economia capitalista passa a operar implica no fenômeno chamado pelos pesquisadores de globalização (Sassen, 2010). A globalização se caracteriza pela rede hierárquica que conecta as cidades do mundo, pela qual circulam pessoas, mercadorias, e informações. Na rede de cidades globalizadas o capital intelectual e a inovação adquirem um papel estratégico no desenvolvimento do território local. Do ponto de vista da boa governança e do planejamento urbano que organiza a cidade para os novos desafios dever-se-ia esperar que as instituições políticas e de gestão pública acompanhassem as novas exigências colocadas pela modernização. Mas será que é isso que estamos observando na realidade das cidades brasileiras?

A rapidez das transformações, em muitos casos, faz desaparecer referências importantes do patrimônio histórico e cultural deixado pelas gerações anteriores e cria a sensação de que estes espaços-testemunho da criação cultural local não têm ou têm pouco valor. O capital imobiliário em busca de valorização crescente e utilizando-se da justificativa do progresso e da modernização destrói espaços ricos pela sua especificidade cultural e acaba criando uma cidade que aponta para a homogeneidade, como aquelas cidades cuja identidade se afirma pelos shoppings, pelas torres, pelos condomínios fechados, grandes arenas de espetáculos, e aeroportos internacionais. Estes parecem ser os tipos ideais de projetos construtivos que garantem maior retorno econômico ao empreendedor de grandes obras urbanas, mas também são projetos que podem deixar um grande problema para a gestão pública local e para a cidadania resolver, além de destruir espaços ricos culturalmente e de intensa convivência urbana.

Para ilustrar como a modernização pode operar como processo que gera resultados positivos (como a geração de empregos) no curto e médio prazo e problemas graves no longo prazo (desemprego e degradação urbana) vamos analisar os casos dos shoppings e da cidade de Detroit localizada nos Estados Unidos.

Hoje, os shoppings que já representaram o modo de vida norte-americano caracterizado pelo alto padrão de consumo, se tornaram obsoletos em muitas cidades dos Estados Unidos, cuja tendência de crescimento estancou. Em meados dos anos 90, surgiam 140 novos shoppings por ano no país. Esta tendência de crescimento mudou em 2007, o primeiro ano em quase meio século em que nenhum desses centros foi construído. (Fonte: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/12/141219_vert_cul_fim_shopping. Acesso em 15/09/2016). A cidade norte-americana de Detroit é a sede mundial da General Motors e já foi a capital da indústria automobilística americana. Na região metropolitana de Detroit também se localiza a sede da Ford Motor Company. Detroit entrou em decadência tornando-se uma “cidade assustadora e escura” em que apenas 40% de todo o equipamento de iluminação pública estava funcionando. Ela sofreu um êxodo sem precedentes em que a população da cidade caiu de 2 milhões, em 1960, de habitantes para os atuais 700 mil. E, há um ano e meio, as autoridades de Detroit declararam a cidade falida. Hoje, é muito difícil, senão impossível, acreditar que a cidade voltará a ser o motor econômico do oeste dos Estados Unidos. (Fonte: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/02/150206_detroit_ressurreicao_lgb. Acesso em 15/09/2016). A cidade que já foi exemplo de pujança econômica na década de 1960 vive hoje uma crise sem precedentes. A produção de automóveis que a tornou um dos motores da economia americana não foi capaz de sustentar o seu desenvolvimento em longo prazo.

Apesar desse novo contexto, a cidade de Porto Alegre continua apostando em shoppings inclusive em locais cuja localização é altamente problemática e questionável devido aos problemas de trânsito intenso de automóveis como a região do Cais Mauá, localizado no centro histórico, e ao impacto na alteração da imagem da cidade (Skyline ou horizon line of citie) que, neste local, se destaca pela presença do rio Guaíba que aparece na memória da população como a grande identificação da cidade. Segundo o estudo de Paulo Ricardo dos Santos Meira (UFRGS) Porto Alegre tinha, em 1998, 14 shoppings em operação e a previsão de construção de mais 5. (Fonte: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/2171/000227282.pdf?sequence=1>. Acesso em 15/09/2016).

Mesmo com a perda de atratividade dos shoppings nos Estados Unidos, os governantes que decidiram sobre qual o projeto para a região do Cais Mauá, que

detalharemos adiante, parecem ainda acreditar no shopping center como símbolo do *American way of life* que deve ser reproduzido na cidade, sem a necessidade de um estudo socioeconômico detalhado.

Estes exemplos da ação devastadora da modernização “criativa” poderiam desencadear entre os governantes e representantes do setor privado iniciativas que buscassem a formação de opinião mais consistente sobre o tipo de investimento e projetos que mais contribuem para alavancar o desenvolvimento da cidade no contexto atual da globalização. Esses projetos deveriam levar em consideração as especificidades econômicas, sociais e culturais da cidade (identificadas através de pesquisas e estudos) e fazer uma detalhada análise do contexto atual da globalização visando selecionar investimentos que se mostrem capazes de gerar desenvolvimento sustentável (em longo prazo), isto é, um desenvolvimento que se assenta nas competências dos atores locais e que se enraíza nas práticas das instituições demandando delas respostas inovadoras que a economia do conhecimento requisita. Este não é o caso como mostraremos a seguir.

O Consórcio Cais Mauá do Brasil é um empreendimento privado que em 2010 venceu a concorrência com o objetivo de apresentar e implementar um projeto para a Orla do Guaíba, no trecho localizado entre a Rodoviária e a Usina do Gasômetro, capaz de “revitalizar” a região do Centro Histórico da cidade. As conclusões aqui apresentadas são o resultado do estudo do relatório apresentado pelo Consórcio através dos volumes RIMA REV 25.6.15, EIA VOLUME 1, EIA VOLUME 2, VOLUME 3 - ANEXOS 3A, 3B, e 3C, disponibilizados na SMAM (Secretaria do Meio Ambiente de Porto Alegre) e disponíveis em “<http://vivacaismaua.com.br/eia-rima/>”. O estudo utilizou o referencial teórico que trata dos temas da modernização da cidade e da globalização, da legislação urbana federal e municipal, das propostas dos planos setoriais e dos estudos sobre o desenvolvimento, da nova concepção sobre o ambiente urbano construído, e do aprendizado acumulado pelos atores locais nos processos do planejamento e do orçamento participativo de Porto Alegre. Nessa perspectiva de análise se esperaria que o EIA/RIMA apresentasse estudos e pesquisas que mostrassem qual a dinâmica atual do Centro Histórico (bairro que se desenvolveu com as atividades do porto Cais Mauá) em termos econômicos, sociais e culturais, quais as tendências esperadas para o futuro e como o empreendimento (formado por um Shopping, três edifícios corporativos — torres e garagens) irá dinamizar a região e promover a qualificação do seu desenvolvimento.

Os estudos dos processos de planejamento urbano realizados através do acompanhamento da revisão do PDDU (Plano Diretor) de 1979 e elaboração e aprovação do PDDU (Plano Diretor) de 1999, por nos realizados e sistematizados em Dissertação e Tese (UFRGS), e as recomendações apresentadas pelos campos do conhecimento que tratam da ambiência urbana, da mobilidade urbana e do clima global, fizeram com que analisássemos o EIA/RIMA a partir do seguinte desafio: Como transformar a “Revitalização” do Cais Mauá em um projeto que beneficie a cidade? Que elementos podem qualificar a relação da população com o Rio Guaíba e sua paisagem e reinventar um novo uso de uma região que não é mais portuária?

O **Centro Histórico** já tem uma dinâmica própria que o torna um dos bairros com maior poder de atração da cidade. Ali estão localizadas a sede do Governo Estadual e Municipal, a Assembléia Legislativa e a Câmara Municipal. Também conta com a maioria dos bancos presentes no estado, o Mercado Público, o Museu de Artes do Rio Grande do Sul - MARGS, o Santander Cultural, a Casa de Cultura Mário Quintana, a Usina do Gasômetro, o Anfiteatro Pôr do Sol, comércio de rua bastante diversificado. Além disso, conta com a **infraestrutura de transporte** que contempla o Aeroporto Internacional Salgado Filho, o trem metropolitano (Trensurb), o transporte hidroviário de turismo e de passageiros (Catamarã, Cisne Branco, o “city tour” da Prefeitura), a estação rodoviária (que recebe ônibus de todo país, do **MERCOSUL** e interior do estado) por onde passam as linhas municipais de quase todos os bairros da cidade, além da paisagem natural que permite aos porto-alegrenses contemplar a beleza do **pôr do sol** sobre as águas do Guaíba, este um dos elementos mais fortes da identidade da cidade, juntamente com outros como o hábito de tomar chimarrão nos parques e a Feira do Livro.

O **EIA/RIMA** não apresentou em seu diagnóstico socioeconômico estudos relacionados com essas especificidades e o lugar dessas potencialidades em um novo ciclo de desenvolvimento em que o novo Cais assumiria papel de âncora ou de elemento propulsor de um projeto de cidade que se prepara para os desafios colocados pelo processo de globalização que conecta em rede, via tecnologias da informação, todos os maiores centros urbanos do mundo.

O **EIA/RIMA** também não apresentou as **alternativas de revitalização** que foram implementadas nas áreas portuárias de outras cidades e o seu resultado econômico e social, o que ajudaria a buscar ideias para a elaboração de um projeto que mais se ajusta à

realidade de Porto Alegre. Várias cidades no mundo sofreram com a perda de função de seus portos e tiveram de buscar novas alternativas para eles, como ocorreu com **Boston** nos anos 1950, **Nova York** em 1960, **Baltimore** em 1970, **Roterdã** em 1980, **Buenos Aires** e **Barcelona** em 1990, e **Belém** em 2000.

Como resultado da análise do EIA/RIMA apresentado pelo Consórcio, apresentamos seis conclusões que se relacionam com a legislação, a governança, o paradigma da mobilidade urbana, o processo de planejamento, implantação e gestão do empreendimento, assim como os instrumentos de regulação e controle da Revitalização e Ressignificação do Centro Histórico, e a fragilidade da opinião pública.

Primeira conclusão: o projeto vem tramitando em desacordo com o que prevê a legislação urbana local, o Plano Diretor de Porto Alegre, para um projeto de tipo especial, como é o caso. Conforme o Estatuto da Cidade, Lei Federal 10.257, que garante a participação popular em todas as suas etapas – incluindo a participação do público usualmente frequentador do espaço, não foi respeitada. Houve apenas a realização de uma Audiência Pública que funcionou como espaço de apresentação da proposta, pelo Consórcio, e de protestos pelas representações da sociedade. As proposições encaminhadas pela sociedade civil não foram incorporadas ao projeto elaborado pelo Consórcio. As mais importantes eram a não construção do shopping ao lado da Usina do Gasômetro e das três Torres próximas da Rodoviária que gerariam intenso fluxo de automóveis. Diferentemente de um espaço de troca de ideias e de negociação a Audiência Pública foi realizada para cumprir uma formalidade legal indicando que a tendência atual é de recuo em relação à década de 1990 que incentivou a participação da sociedade no planejamento da cidade e resultou na Lei Federal 10.257, o Estatuto da Cidade. Ainda hoje não conseguimos, como pesquisadores, ter acesso às respostas da Secretaria do Meio Ambiente, órgão responsável pelo recebimento e análise do EIA/RIMA, aos questionamentos apresentados na Audiência Pública, mesmo com a solicitação forma de um vereador. Esse processo tem características que se diferenciam do proposto pela legislação que surgiu após as intensas mobilizações sociais que culminaram na Constituição de 1988 e as novas Leis Orgânicas Municipais que valorizaram a participação no planejamento urbano de um modo a dar mais autonomia para as entidades da sociedade civil quando se compara com o período do regime militar. Nesse sentido, as consolidações das novas práticas institucionais de governança e planejamento urbano que se esperaria resultassem da regulamentação da Constituição de

1988 não estão ocorrendo e parece que estamos assistindo ao retorno das práticas tradicionais das negociações de gabinetes e centralização das decisões, agora recicladas e adaptadas ao novo contexto.

Segunda conclusão: ausência de uma visão estratégica de planejamento urbano para o longo prazo e baixa qualidade na gestão pública. O EIA/RIMA lembra que o Centro Histórico de Porto Alegre teve, historicamente, atividades de comércio e serviços relacionadas com o Cais Mauá e que este passou a ter estas funções esvaziadas à medida que foi priorizado o modal de transporte rodoviário, que, em nossa perspectiva, passou a significar modernização para os tomadores de decisão. O intervalo de tempo decorrido entre esta perda da função portuária e a resposta dos governos visando a ressignificação da área central da cidade indica uma baixa capacidade de governança. Outras cidades iniciaram a revitalização nos anos 1950 (Boston), 1960 (Nova York), 1970 (Baltimore), 1980 Roterdã, 1990 (Buenos Aires, Barcelona), e 2000 (Belém). Segundo o EIA/RIMA, em Porto Alegre, somente a partir de 2005 se tomam iniciativas para a modernização localizando-se as atividades logísticas no porto fluvial (Cais Navegantes), mas deixando-se o Cais Mauá subutilizado e abandonado.

Terceira conclusão: o projeto do Consórcio Cais Mauá insiste no velho paradigma da cidade do automóvel que aumenta o conflito urbano. A cidade do lazer, da cultura, das caminhadas, da bicicleta e do transporte coletivo é tornada invisível no relatório do EIA/RIMA. Ele prioriza a cidade do trabalho, dos negócios e do automóvel.

O estudo de Impacto de Tráfego elaborado pela Matricial Engenharia Consultiva – 23, contratada pelo Consórcio, diz: “O sistema viário da área do entorno é consolidado, com fluxo elevado durante os dias úteis e sem movimento durante os finais de semana e à noite [...] e existe sobra de capacidade viária”. O relatório desconsidera a animação cultural e de convivência da Rua da Praia, da Praça Brigadeiro Sampaio e o fato de que aos sábados, domingos e dias de atividades culturais e de lazer o trânsito de automóveis, bicicletas e pessoas é significativo e tende a aumentar. A cidade não é mais organizada (orientada) apenas para as atividades do trabalho, mas crescem as atividades culturais e de lazer em praças, na Orla do Guaíba e a ocorrência de grandes eventos como a Feira do Livro, a Semana Farroupilha, os Shows no Teatro Por do Sol e Usina do Gasômetro. Nos fins-de-semana é difícil encontrar uma vaga de estacionamento no Parque da Redenção e na Usina do Gasômetro, duas áreas de lazer próximas do empreendimento.

O estudo que prioriza a análise do impacto do automóvel (serão criadas 4.784 vagas de estacionamento) na região simplesmente não avalia o impacto positivo da qualificação dos outros modais de transporte como: o Tensurb, o Catamarã, o Ônibus (como o BRT, o novo terminal junto à Rodoviária e a linha especial da Carris que liga o aeroporto aos hotéis do centro) e a bicicleta. No projeto se prevê 347 vagas de estacionamento de bicicletas e apenas se aponta a necessidade da construção de 8,7 quilômetros de ciclovias. O estudo poderia dizer de quanto seria a redução do automóvel nas vias (o que traria mudanças no comportamento das pessoas) se medidas fossem tomadas para integrar esses modais de transporte. Apresentam-se propostas de qualificação do sistema viário (ampliação de vias, organização dos cruzamentos, sinalização), mas não se utiliza o mesmo critério para o transporte coletivo, cicloviário e a pé. O estudo também não cita a linha de turismo de POA e a linha seletiva Aeroporto-Hotéis da Carris, tampouco o Projeto Viva o Centro a pé que percorre o Centro Histórico com a orientação de guias especializados. Estes projetos da Prefeitura já estão em funcionamento a um bom tempo e são importantes para o desenvolvimento turístico e cultural da cidade e a formação da cidadania que valoriza o patrimônio histórico-cultural.

O empreendimento ao acrescentar novas atividades, como cafés, bares, e restaurantes, ao Centro Histórico, em que as pessoas frequentam após o horário de trabalho (happy hour), (movimento que vem aumentando no Centro - Rua dos Andradas) indica que o pico de viagens atraídas pelos setores Gasômetro e Armazéns nas sextas, sábados e domingos, principalmente no final da tarde, irá carregar significativamente o sistema viário com agravamento dos atuais congestionamentos. O estudo não indica essa possibilidade e não se apóia em nenhuma pesquisa que investigue o hábito cultural, de lazer e consumo da população.

Matérias de jornais, como a de ZH Notícias, de 22/10/2011, que dizem “Com o constante crescimento da frota, Capital não tem mais uma hora do pico, e sim inúmeros momentos do dia em que o fluxo de veículo para”, exemplificam a situação atual do trânsito nos momentos de maior exigência do sistema viário pelo modal de transporte privado (o automóvel) e sugere que precisamos urgentemente mudar de paradigma sobre a mobilidade urbana incluindo neste as possibilidades da implementação dos demais modais e o aperfeiçoamento de sua integração e gestão.

Quarta conclusão: ausência de Plano Participativo de Planejamento, Implantação e Gestão. O centro multimídia, que se projeta implantar nos armazéns, o prédio do antigo frigorífico, e a área do Shopping que a proposta apresenta para ser ocupada pelos comerciantes do centro são aspectos relevantes que a participação dos setores cultural e comercial, e a população usuária do centro e moradores pode contribuir para que o empreendimento assuma a diversidade e a qualidade das atividades que a cidade já desenvolveu. Às potencialidades dos atributos naturais (lago Guaíba, pôr-do-sol), culturais (Feira do Livro, Bienais, Usina do Gasômetro, MARGS, Casa de Cultura Mário Quintana), comerciais (bancos, lojas, Mercado Público) e de infraestrutura (acessos rodoviário, hidrovial, metrô e cicloviário) se agregará um ambiente com menos ruído e projetado para o convívio de acordo com as exigências contemporâneas (preocupação com a paisagem, com a geração de lixo, com a economia de energia, o conforto térmico, a organização de espaços que estimulam o encontro, as caminhadas, etc.) e melhor integrado ao Centro Histórico que o atual.

Mas, resta ainda definir o Plano de Planejamento, Implantação e Gestão Participativos, com participação da sociedade civil, do empreendedor, e do governo, que garanta a pactuação das propostas, a implantação do idealizado no projeto e a sua sustentabilidade no tempo. O estudo do EIA/RIMA não resgata a experiência participativa de Porto Alegre em termos de planejamento urbano e priorização dos investimentos no território e ao não dialogar com a sociedade traz um grande risco de termos um projeto para o Cais Mauá que continue afastando a população da Orla do Guaíba.

Quinta Conclusão: ausência de Instrumentos para planejamento, regulação e controle da Revitalização e Ressignificação do Centro Histórico. O Centro Histórico passa atualmente por um processo de ressignificação em que a sociedade, o governo e os empreendedores privados buscam desenhar um novo Centro para a Cidade que se assenta na infraestrutura, nas atividades econômicas e culturais organizadas desde o final do século XIX e início do século XX. O bairro Centro organiza a Feira do Livro de Porto Alegre, uma das mais antigas do País, cuja primeira edição ocorreu em [1955](#). Esse evento, assim como os museus e centros culturais da região, não aparecem como constituintes do projeto e de um processo de integração do centro cultural com o rio Guaíba. Esse processo poderia indicar as potencialidades que favorecem na definição da nova identidade do Centro e da Cidade, pois o centro é das principais referências para a apresentação de Porto Alegre (pôr-

do-sol, Guaíba, Usina do Gasômetro, Armazéns do Cais, Mercado Público, MARGS, Casa de Cultura Mário Quintana, Santander).

Apesar dos avanços na legislação e no processo de participação da sociedade local (Porto Alegre já viveu as experiências do Orçamento Participativo e do Planejamento Participativo) ainda não temos instrumento adequado para o planejamento, regulação e controle da Revitalização (Ressignificação) do Centro Histórico que deveria envolver poder público, agentes privados e a cidadania.

Por outro lado, a **Lei Complementar nº 627/2009** permite, por meio de uma parceria entre o poder público e o setor privado, criar alternativas de financiamento para a organização do transporte coletivo, ampliação dos espaços públicos, implantação de programas habitacionais de interesse social ou mesmo a melhoria da infraestrutura e do sistema viário da região onde é realizada. (Fonte: SMURB, Secretaria da Prefeitura de Porto Alegre). Nesta perspectiva, a Lomba do Pinheiro, um bairro da zona leste da cidade, vem implementando um projeto-piloto de Operação Urbana Consorciada. Esta experiência compreende um conjunto de intervenções e medidas coordenadas pela Prefeitura, por intermédio da Secretaria do Planejamento Municipal, com a participação de proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e valorização ambiental na área. Esta Lei cria o Comitê de Desenvolvimento da Operação Urbana Consorciada Lomba do Pinheiro, com atribuições de formular, implementar, acompanhar e controlar os planos e os projetos urbanísticos. O Comitê de Desenvolvimento da Operação Urbana Consorciada Lomba do Pinheiro tem em sua composição 1/3 (um terço) de representantes do Município, 1/3 (um terço) de representantes da comunidade local, e 1/3 (um terço) de representantes da sociedade civil organizada. Porto Alegre passou a ser a primeira Capital brasileira a propor a realização de uma Operação Urbana Consorciada nos moldes preconizados no Estatuto da Cidade, ou seja, com enfoque essencialmente social. (Fonte: SMURB)

Sexta conclusão: fragilidade da opinião sobre os impactos do Cais Mauá. O relatório do EIA/RIMA afirma que foram realizadas entrevistas com responsáveis por estabelecimentos localizados no Centro Histórico. Entretanto, percebe-se a ausência de uma questão perguntando “O que você conhece sobre a revitalização do Cais Mauá?” Os empreendedores do Consórcio pressupõem que os entrevistados têm pleno conhecimento

dos objetivos e das propostas contidas no projeto Cais Mauá. A ausência dessa pergunta não permite avaliar se a opinião majoritariamente positiva obtida pela pesquisa sobre a vinda do empreendimento está fundamentada em informações consistentes sobre este projeto ou não. O EIA/RIMA também não apresenta dados (Como os dados da FEE/RS, do IBGE, e pesquisas das Universidades) sobre a evolução econômica do Centro para embasar a crença de que a revitalização proposta irá dinamizar e potencializar as atividades comerciais, culturais e de lazer na região.

Agora vamos voltar ao início dos anos 2000, período da última revisão do Plano Diretor, Lei ainda vigente, e apresentar algumas conclusões sobre o processo de planejamento praticado em Porto Alegre, que estão em nossa Tese de Doutorado (ver bibliografia). Durante o período de revisão do PDDUA (2003 – 2009), o Executivo excluiu do debate com os representantes da sociedade civil (Fórum de Entidades) os grandes projetos do governo e a discussão sobre a mobilidade urbana, temas relacionados com a Copa de 2014. A troca de governo em 2005, com a posse do Prefeito José Fogaça do PMDB (coligação de partidos como o PDT, PTB, PPS, liderados pelo PMDB), indicou a mudança de ênfase que antes se localizava na ampliação da participação social e agora se orienta para os grandes projetos como elementos estruturantes da cidade do futuro. Nesta gestão, o Legislativo assumiu a liderança na discussão sobre o futuro da cidade, realizando seminários e oficinas abertas ao público, durante o ano de 2008, evento denominado de “Porto Alegre, uma visão de futuro”², cujos resultados foram apresentados na forma de publicação, em 2009. O governo agilizou a votação de projetos de interesse privado como o Pontal do Estaleiro, o Cais do Porto, e a ampliação das alturas no Plano Diretor, muito criticados pelo Fórum de Entidades que conseguiu sensibilizar e alertar a opinião pública sobre os “riscos da privatização” do projeto Pontal do Estaleiro (localizado na Orla do Guaíba), alterando sua configuração inicial. Nas gestões municipais anteriores (coligação de partidos liderados pelo PT), diferentemente, foi o Executivo que tomou a iniciativa de debater o futuro da cidade, dando prioridade para a participação.

Esta mudança de ênfase parece indicar que a representação que o governo e sua base de apoio no Legislativo têm do planejamento da cidade se orienta pelo gerenciamento

²PORTO ALEGRE. Câmara Municipal de Porto Alegre. Porto Alegre, uma visão de futuro: ciclo de eventos sobre o futuro da cidade. 2009.

administrativo que segue as necessidades e interesses do mercado ³ e que teve na Copa de 2014 um mote de apoio para investimentos em grandes obras e a abertura de espaço local para a venda de serviços e produtos relacionados com os grandes eventos esportivos.

A concepção de participação dos anos 1990, que abriu espaço para a sociedade civil e o mercado, foi se redesenhando nos governos dos anos 2000 (dos partidos PMDB, PDT, e PPS), partidos que fizeram oposição aos governos do PT. Segundo um membro do Conselho do Plano Diretor e representante de uma das regiões de planejamento de Porto Alegre

O comentário que te faria é que nas últimas administrações da Prefeitura estão cada vez mais retirando atribuições da SPM (Planejamento), para outras secretarias especiais (planejamento estratégico, orla, calçadas, etc.), esvaziando sua finalidade. Passou a ser um órgão burocrático para aprovar projetos, refletindo tudo isto no CMDUA. Soma-se a isto, o não repasse da parcela do solo criado (venda de índices), dos quais 10% seriam para equipar e modernizar a SPM [...] e o restante dos recursos [iriam] para as moradias de baixa renda. (Resposta recebida, através de e-mail, em 19 de março de 2012).

Esta percepção reforça a ideia de que a partir de 2005 as gestões municipais estão priorizando o processo de planejamento que fortalece o papel do governo (do Prefeito e seus Secretários) na tomada de decisão sobre os aspectos estruturantes da política urbana e dos grandes projetos, criando, para isso, órgãos especiais que detém o controle da decisão sobre a elaboração dessa política pública. Esta modalidade de organização do processo de planejamento urbano tem quatro consequências: 1) a fragmentação dos atores e do debate sobre a cidade, que se submetem à racionalidade e aos interesses dos agentes políticos; 2) o enfraquecimento da participação social como prevista no sistema de planejamento do Plano Diretor, já que esta se envolve em ritos burocráticos que não alteram as decisões estratégicas do governo; 3) a criação de arenas que beneficiam os representantes do

³Segundo o referencial teórico deste estudo os governos teriam como possibilidades de planejamento da cidade diferentes instrumentos para a gestão administrativa: a ênfase estatizadora, a mercadológica e a participativa. Como exemplo da terceira tendência destaca-se o Orçamento Participativo que “no mínimo abre a discussão sobre a publicização do dinheiro público e sua utilização, além de possibilitar a inclusão de novos atores sociais no processo de discussão orçamentária.” (FERRARI, 2002, p. 41). Os governos teriam como possibilidades de escolha metodologias que priorizam a qualidade da gestão (eficiência e eficácia na prestação dos serviços), um melhor posicionamento da administração local num contexto de disputa por investimentos e mercados, a participação ativa dos atores da sociedade civil visando à construção da cidadania, ou uma combinação destas metodologias. Cada um dos métodos prioriza e possibilita uma participação dos atores que se diferencia tanto em grau (consulta ou direta) como no objetivo do envolvimento (buscar legitimidade, qualificar serviços ou transformar a realidade social).

mercado que tem acesso privilegiado às informações, aos políticos e ao governo e que reduzem seus “custos e desgastes” colocados pelas arenas que exigem justificação perante as entidades organizadas da sociedade civil; 4) e o adiamento da criação de um aparato burocrático-administrativo organizado por uma cultura institucional baseada em debates públicos sobre a política de planejamento urbano (cujos princípios fundamentais sejam a busca do consenso e o reconhecimento da diversidade e legitimidade da participação da sociedade civil) que se submete ao julgamento da opinião pública.

Esta é uma modalidade de organização do processo de planejamento urbano que fortalece o governo e incorpora a participação social como componente assessorio, submetendo-a as rotinas e práticas da estrutura burocrática do Estado. Ela subordina a resolução dos problemas urbanos aos objetivos políticos do governo, se submete à racionalidade do mercado (como no caso dos projetos da Copa 2014), e *ressignifica a concepção de participação dos anos 1990*. Como resultado pode-se esperar, num primeiro momento, a redução da percepção (pela opinião pública) do conflito entre a sociedade civil, o mercado e o Estado (pois os representantes da sociedade civil são incorporados pela cultura burocrática e clientelista), o desestímulo da ação contestatória organizada, e o agravamento dos problemas urbanos e da qualidade de vida na cidade. Nesta representação de planejamento, a ação se orienta a partir da ideia de governo que centraliza a tomada de decisão sobre as questões que estruturam o projeto de cidade que é implementado. Nela, o processo de planejamento deve se ajustar e se submeter à lógica da política. Os órgãos estatais (e sua burocracia) se ajustam às decisões dos agentes da política (as instâncias e os técnicos considerados contrários ou prejudiciais são temporariamente imobilizados) que impõe a visão dos partidos no governo sobre como deve ser o processo de planejamento e a construção da cidade.

O controle exercido por estes agentes políticos sobre o tipo de interação que ocorre entre atores estatais, do mercado e da sociedade civil, desfavorece a ação autônoma das entidades da sociedade civil que são colocadas no papel de auxiliares do governo e fortalece as entidades do mercado que “precisam” da autorização estatal para implementar seus projetos na cidade. Os atores do mercado detém o recurso que é fundamental para o financiamento das campanhas políticas e para a reprodução dos partidos e das carreiras políticas (o recurso econômico), o que lhes permite exercer pressão sobre o comportamento e as decisões dos políticos no Legislativo e no Executivo. Os movimentos

sociais e entidades da sociedade civil contam com o recurso da mobilização da opinião pública, que exerce pressão sobre o eleitor durante o processo de escolha do novo governo e dos vereadores.

A prioridade dada pelo governo que sucedeu o PT pode ser exemplificada através do tratamento dado aos temas apresentados pelo o Fórum de Entidades, que representou as entidades da sociedade civil no processo de revisão do Plano Diretor. Temas como as Áreas de Interesse Cultural (encaminhado para a discussão de grupos de trabalho), e o estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) (tramitando há dois anos no Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano – CMDUA) não puderam ser aprovados juntamente com os temas das alturas, dos afastamentos e da área livre permeável, explicitando a ausência de isonomia no tratamento dos temas de interesse da sociedade civil e os do mercado. O Executivo também vetou emendas apoiadas pelo Fórum de Entidades como: a que previa uma faixa mínima de preservação de 60 metros ao longo da orla do Rio Guaíba; um programa de revitalização do Porto com aproveitamento diferenciado e de multiuso das estruturas do Cais Mauá (implantação de transporte coletivo de passageiros por via fluvial); e o Programa de Reciclagem de Resíduos Sólidos (integração das ações de regularização fundiária, habitação e geração de renda).

As justificativas do Prefeito foram, respectivamente: “a matéria já é regulada pela legislação ambiental que define as atividades que podem ser instaladas nas áreas de preservação permanente, a área do porto é de competência da União Federal, e a matéria é exógena ao Plano Diretor e deveria integrar programas e planos sociais” (FONTE: OFÍCIO nº 979/GP, de 04 de setembro de 2007. <http://www.camarapoa.rs.gov.br/>. Revisão do Plano Diretor. Acessado em 12.3.2012).

A justificativa do Prefeito, que entende a proposta de integrar ações de regularização fundiária, habitação e geração de renda como “matéria exógena ao Plano Diretor”, ainda reproduz, nos anos 2000, a representação de planejamento urbano dos governos das décadas de 1950, 1960, 1970 e 1980, que ao secundarizar estas demandas da sociedade penaliza os estratos sociais que demandam por regularização urbana, habitação de baixo custo e geração de renda próximo ao local de moradia. O acionamento da estratégia que fragmenta os atores e os desconecta do debate de um projeto de cidade foi utilizado nos debates das Regiões de Planejamento. A metodologia utilizada pelas Comissões do Legislativo colocou em um mesmo nível propostas individuais e propostas

de entidades e tratou como iguais regiões da cidade muito desiguais criando um desequilíbrio entre as regiões de planejamento, pois a Região de Planejamento 1 (central) apresentou 59 propostas (69% do total), enquanto que as regiões RP2, RP4, RP7 e RP8 apresentaram 21%, e as RP3, RP5 e a RP6 nenhuma proposta.

A experiência do Planejamento Participativo e do Orçamento Participativo de Porto Alegre mostrou a possibilidade real da participação social no planejamento urbano e a prestação de contas em uma cidade com mais de um milhão de habitantes (antes desacreditada) e da criação de espaços comunicativos (Habermas, 1996) que favorecem a troca e a mudança de opiniões, e o reconhecimento do outro, isso se houver vontade política, de um lado, e habilidade técnica e infraestrutura, de outro. Mas, os agentes que controlam a economia e a política, apesar de submetidos ao regime da destruição criativa, resistem às mudanças e buscam regular e controlar o processo de transformação sem alterar o *status quo*.

A participação social na construção do projeto de cidade pode ser vista como uma nova arquitetura da democracia representativa (a representação ressignificada e fortalecida) que, ao contribuir para a crítica e desmonte das ilusões criadas pelo *status quo* quando este apresenta imagens idealizadas da cidade do futuro que jamais se tornarão realidade (como as “revitalizações urbanas” que produzem a gentrificação, expulsando indivíduos de baixa renda e ampliando o território urbano e as necessidades de investimento público), disponibiliza para a sociedade um instrumento necessário nos tempos da sociedade de risco (Ulrich Beck).

O fortalecimento do espaço público (espaço de construção da opinião e da identidade cidadã - necessário para o enraizamento cultural e a constituição do sentimento de pertencimento) na cidade da modernidade tardia, diante da ação dissolvente e invasora dos representantes do *status quo* (poder político tradicional, grande mídia, poder econômico), se apresenta como desafio e necessidade. A cidade que deseja evitar a destruição da memória e do patrimônio histórico, cultural e social que ela construiu e integrar essas *invenções da cultura local* em um projeto dotado de sentido humano, que seja reconhecido, principalmente, pelos jovens como um projeto seu, precisa mobilizar talentos, recursos, experiências vividas e o conhecimentos acumulados para reinventar um novo modo de planejar e governar nossas cidades.

A governança tradicional acumula tensões e conflitos e se mostra incapaz de realizar a promessa do projeto civilizatório moderno que acena para o indivíduo com a liberação de todas as amarras que o prendiam aos compromissos “sufocantes” impostos pelas sociedades tradicionais. A cidade com suas luzes, diversidade e energia da juventude emerge como espaço social privilegiado para a realização das promessas de liberdade individual (e coletiva), mas, para isso, pede a ação transformadora necessária para a construção do projeto emancipatório, hoje travado por aqueles que não querem mudança e que recorrem ao recurso da construção do (grande) medo que paralisa a ação. Esse projeto da cidade “fermento cultural” disputa espaço com a cidade “tela gigante” que ofusca e hipnotiza plateias de consumidores que são induzidos a se envolver exclusivamente com discursos e objetos produzidos pelo mercado. A cidadania ativo-participativa é substituída pelo espectador/consumidor que assiste a uma sequência interminável de eventos produzidos por especialistas do marketing, da moda, e pelos organizadores de grandes eventos.

Portanto, a experiência participativa em políticas públicas de cidades da modernidade tardia em tempos de crítica pós-colonial ⁴ (cidades com um grande contingente populacional) se insere como crítica prática possível na perspectiva de Bauman (2001), isto é, na possibilidade da ação emancipadora ressignificar o espaço público como espaço de ação coletiva e de construção do pensamento e da sensibilidade cidadã, qualidades estas protetoras contra o desengajamento e a ilusão de liberdade do indivíduo como consumidor. A cidade eclética, descrita por Harvey (1992), alerta para o perigo que este projeto de cidade, que tem grande poder de atrair e encapsular os indivíduos em ambiências⁵ agradáveis e sedutoras (como os shoppings, condomínios

4A Crítica Pós-colonial, ou Estudos Pós-Coloniais, problematiza o processo histórico da colonização empreendida pela Europa nos demais continentes e efetua a leitura desconstrutora de textos colonialistas de diversas ordens (literários, científicos, filosóficos, políticos, jurídicos, jornalísticos, de cunho religioso, etc.), neles destacando as representações européias a respeito dos nativos das colônias e a conseqüente fabricação do “sujeito” colonial. É uma crítica que aponta para a construção social de um projeto com autonomia. Fonte: <http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/critica-pos-colonial-em-questao-de-heloisa-toller-gomes/>. Acesso em 25/05/2016.

5Ambiência é o espaço arquitetonicamente organizado e animado que constitui um meio físico, estético e psicológico preparado para as atividades humanas. A Ambiência é a subjetivação do ambiente objetivo. A ambiência urbana envolve dados objetivos (ar, água, solo, verde, ambiente construído) e dados subjetivos (afetividade, práticas sociais, participação, relações sociais, percepção ambiental). Esta definição é utilizada pelo Laboratório de Psicologia Socioambiental e Intervenção (LAPSI)/USP e pela Rede de Pesquisa Internacional sobre Ambiências (CNRS, França; Université de Toulouse Le Mirail, França; UFRJ, Brasil; UFRN, Brasil; LABORATORIO URBANO, UFBA; LABEURB, UNICAMP). Fontes: http://www.asc.fau.ufrj.br/ev_ambiencias.html; http://www.asc.fau.ufrj.br/ev_ambiencias_prog.html. Acessado em 22 de fevereiro de 2012.

fechados, prédios corporativos), de destruir os espaços que estimulam a solidariedade e a responsabilidade cidadã.

A cidade projetada para a convivência cidadã busca superar as patologias do espaço público da cidade-mercadoria, como o esvaziamento e a decadência da arte do diálogo e da negociação, e a substituição do engajamento e mútuo comprometimento pelas práticas do desvio e da evasão. A cidade-cidadã se contrapõe à cidade-amedrontada apresentada pela mídia (que reforça a todo instante os perigos nela existentes e nos apresenta a solução do isolamento em condomínios fechados com tecnologias e serviços de “segurança”) ao reforçar práticas de solidariedade, cooperação e comprometimento entre os moradores do bairro.

Buscou-se investigar as possibilidades e a coerência das propostas apresentadas pelos agentes envolvidos com o projeto de modernização da sociedade e da cidade concluindo-se que os avanços prometidos pela Constituição de 1988, principalmente a participação social como instrumento de qualificação da tomada de decisão em políticas públicas, apesar do ensaio representado pelas experiências de planejamento e orçamento participativo, não se transformaram em cultura institucional e novas práticas de planejamento e gestão. A concepção fordista de modernização da cidade, da política como espaço de negociação entre elites e de atendimento de demandas de clientelas ainda resiste e impõem o seu modo de operar, gerando exclusão, fragmentação, alienação e passividade. O sonho de uma modernização mais participativa e emancipada de manipulações continua presente no horizonte, mas foi adiada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBANO, Maria Tereza Fortini. **O processo de formulação do 2º Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre**. Ruptura, Reunião de Fragmentos, Inovação ou Manutenção de uma Tradição Secular? UFRGS. Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional: Porto Alegre, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

_____. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

BYRNE, David. **Diários de bicicleta**. SP. Manole, 2010. 320 p.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. O homem e a cidade. A cidade e o cidadão.

De quem é o solo urbano? Contexto: São Paulo, 1992.

COHEN, Jean L. e ARATO, Andrew. **Sociedad Civil y Teoría Política**. Ed. Fondo de Cultura Económica. México. 2001

CRUZ, Milton. **A representação de cidade e de planejamento urbano em Porto Alegre: Estado, mercado e sociedade civil em disputa pela representação legítima**

Tese de doutorado. UFRGS. 2010.

_____. **O impacto da Participação Social no processo de elaboração da Política de Planejamento Urbano de Porto Alegre**. Uma análise comparativa entre o processo de formulação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (1º PDDU, 1979) e o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA, 1999). Dissertação de Mestrado. UFRGS. Porto Alegre. 2006.

D'AVILA, Naida. **DEMAHB: Com ou sem tijolos, a história das políticas habitacionais em Porto Alegre**. Unidade Editorial: Porto Alegre, 2000. 155p.

DURKHEIM, Émile. **Pragmatismo e sociologia**. Ed. UFSC. Florianopolis. 2004. 221p.

FAORO, Raymundo. **A questão nacional: a modernização**. SciELO. *Estud. av.* [online]. 1992, vol.6, n.14, pp. 7-22. ISSN 0103-4014.

FEDOZZI, Luciano. **Orçamento Participativo: Reflexões sobre a experiência de Porto Alegre**. Tomo Editorial: Porto Alegre. 2001. 3ª ed.

FREITAG, Bárbara. **Habermas e a teoria da modernidade**. Cad. CRH. Salvador, n.22. p.138-163, jan/jun.1995.

FREY, Klaus. Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. In: **Planejamento e Políticas Públicas**. IPEA. n. 21 – junho. 2000. p. 211 – 259. www.ipea.gov.br/pub/ppp/ppp21.html. 2005

HABERMAS, Jürgen. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; 1989.

_____. **Racionalidade e Comunicação**. O que é a pragmática universal? Edições 70. Lisboa. Portugal. 1996. p. 10-11

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo. Edições Loyola. 1992. 349 p.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo. Martins Fontes. 2001. 510 p.

[JOVCHELOVITCH, Sandra. Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil](#). Petrópolis. Vozes. 2000. 232 p.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. São Paulo. Ed. Centauro. 2001.

MARSHALL, T. H.. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967

MURTA, Anamaria Sant'Anna. **Por um Plano Diretor Participativo**. UFMG/Califórnia State University/PUC-MG/Universidade de Bolonha. 2005.

PORTO ALEGRE. Câmara Municipal de Porto Alegre. **Porto Alegre, uma visão de futuro: ciclo de eventos sobre o futuro da cidade.** 2009.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental.** Secretaria do Planejamento Municipal. PDDUA. Lei Complementar 434/99 e Atualizações até 31 de março de 2001.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental.** Secretaria do Planejamento Municipal. PDDUA. Lei Complementar 434/99 e Atualizações até 31 de março de 2001.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal. SPM. **A Trajetória do Projeto Cidade Constituinte e a Reformulação do Plano Diretor.** Outubro, 1999.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal. **A necessária reeleitura da cidade. 2º PDDUA.** Secretaria do Planejamento Municipal. Março, 1998.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal. **Diretrizes para Porto Alegre.** Porto Alegre Mais – Cidade Constituinte. Dezembro, 1993.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal. **Lei Orgânica Do Município De Porto Alegre (LOM).** Promulgada em 03.04.90. Publicada no DOE em 04.04.90. Retificada em 17.05.90.

SASSEN, Saskia. **Sociologia da globalização.** Artmed. Porto Alegre. 2010. 240 p.

SILVA, Marcelo Kunrath. **Sociedade Civil e democratização da gestão pública no Brasil.** Processo decisório e implementação de políticas públicas no Brasil: novos tempos, novas perspectivas de análise. UFRGS: Porto Alegre, Agosto de 2004.

_____. **Cidadania e exclusão: os movimentos sociais urbanos e a experiência de participação na gestão municipal de porto Alegre.** Ed. UFRGS: Porto Alegre, 2002.

SOUZA, Jessé. **A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro.** Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 2000. 276 páginas.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do Desenvolvimento Urbano.** 2ª. Ed. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 2005.

XAVIER, Fernando Weiss. **Conflito versus Consenso no Contexto do Planejamento Participativo - o Caso da Revisão do Plano Diretor de Porto Alegre.** PROPUR – UFRGS. 2011.

A mobilidade urbana nas perspectivas da cidade-mercadoria e da cidade- inclusiva

Laura Machado¹

Face à crise ambiental e urbana, a abordagem de "cidade sustentável" tornou-se parte do discurso político hegemônico para competir por investimentos. O urbanismo neoliberal vende a imagem de uma cidade ideal, reconfigurada, reformada, revitalizada através de rankings de melhores cidades. Entre as pautas da requalificação urbana está a mobilidade. Walkability, livability, bikefriendly são algumas dessas representações. Porém, as consequências sociais advindas desse processo não estão sendo discutidas. Na eminência da elaboração dos planos de mobilidade nas cidades brasileiras, este artigo analisa o crescente interesse na mobilidade urbana sob três abordagens: o investimento em grandes obras de infraestrutura para a mobilidade por ocasião da Copa do Mundo no Brasil, o processo de gentrificação devido às medidas de mobilidade nas cidades americanas e o crescente número de rankings de cidades que se utilizam de características da mobilidade urbana para competir.

Palavras-Chave: Gentrificação; Mobilidade sustentável; Planejamento estratégico, Competitividade.

Introdução

A globalização, acentuada pelos avanços tecnológicos, possibilitou conexões mais rápidas (transporte de bens e pessoas; transmissão de informações), ampliou a quantidade de pessoas envolvidas e alavancou a influência das dimensões econômica, política, social, cultural e ambiental das cidades². A competição, que antes ocorria entre nações, passou a ser entre cidades pois é nelas que se dá a geração da riqueza do planeta - as 100 maiores cidades respondem por 50% do PIB mundial³. Uma das representações da competitividade é o crescimento no número de rankings de melhores cidades: dos 39 existentes em 2008, em 2013, ultrapassaram a marca de 150⁴. Rankings são uma estratégia de marketing criada para posicionar as cidades no cenário global classificando-as em função de características

¹Arquiteta e Urbanista, Mestre em Planejamento Urbano e Regional, doutoranda no Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção (PPGEP-UFRGS) em Sistemas de Transporte

²Coehn, 2015.

³Begg, 1999; Dobbs et al., 2011; Oliveria Júnior, 2012.

⁴Moonen e Clark, 2013.

que ofereçam a maior quantidade ou a melhor combinação de atrativos como: espaços verdes, habitabilidade (*livability*), educação, transporte, empregos e infraestrutura⁵. Ao mesmo tempo, as agendas de desenvolvimento, os protocolos e acordos internacionais sobre o clima (do Protocolo de Kyoto ao Acordo de Paris), pressionam as cidades a ser protagonistas das mudanças em direção à sustentabilidade e à qualidade de vida. Sustentabilidade e competitividade são os eixos estratégicos em torno dos quais os gestores pautam o planejamento para construir e vender a imagem de uma cidade aprazível.

A sustentabilidade urbana passa a ser um *commodity* e, a cidade, tratada como mercadoria. Projetos pontuais de recuperação urbana e de infraestrutura para megaeventos, possibilitados pela flexibilização da legislação e dos planos diretores, são oferecidos como “solução única” para a superação da estagnação econômica. A requalificação urbana é uma estratégia de valorização imobiliária que vem acompanhada do processo de gentrificação. Sob essa perspectiva, é pertinente assinalar a interlocução entre a recuperação das áreas públicas e as estruturas de mobilidade ativa relativas ao caminhar e andar de bicicleta, uma vez que a produção de tais estruturas pretende traduzir o novo paradigma da mobilidade, centrada nas pessoas, mas que permanece articulada à apropriação do espaço pelas elites. Nesse sentido, a análise da aplicação de tais medidas de mobilidade sustentável emerge como outro elemento para a compreensão da cidade neoliberal⁶.

Paradoxalmente, mas alinhando-se às orientações internacionais⁷ relativas ao novo paradigma da mobilidade, o governo brasileiro reorientou sua política de transporte, ao promulgar a Lei de 12.587/2012 que estabeleceu as Diretrizes da Mobilidade, focada na inclusão social, no transporte público e nos modos não motorizados⁸, diretrizes que devem estar refletidas nos Planos de Mobilidade Urbana municipais⁹. Porém, a literatura aponta que, nas experiências internacionais as ações em prol da mobilidade ativa objetivam

⁵OECD, 2006; World Bank, 2013.

⁶O neoliberalismo, a nova roupagem do capitalismo, é uma argumentação teórica que restaura o mercado como instância mediadora societal elementar e insuperável e uma proposição política que repõe o Estado mínimo como única alternativa e forma para a democracia (Netto apud Souza, 2006; p.35-36).

⁷CEC, 2001.

⁸Brasil, 2007.

⁹Segundo a Lei nº 12.587/2012, que instituiu as Diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, todo município - com mais de vinte mil habitantes, pertencentes à Regiões Metropolitanas ou cidades de interesse cultural - devem elaborar o Plano de Mobilidade Urbana sob pena de não receber recursos da União para este fim (Brasil, 2012).

alcançar ganhos ambientais (redução das emissões)¹⁰ e/ou econômicos (valorização imobiliária)¹¹. O avanço em relação a uma mobilidade mais sustentável não vem se refletir em um ganho social enquanto espaços urbanos mais igualitários que gerem oportunidades reais às parcelas excluídas da população. Isto é, na cidade neoliberal, medidas voltadas à mobilidade são incorporadas à estratégia de competição urbana. Há um *gap* social que não está sendo discutido pelos planejadores, o que demonstra a necessidade desta investigação. O objetivo deste artigo é trazer à luz as relações entre o planejamento estratégico empresarial, a gentrificação¹² e as medidas de mobilidade urbana.

O planejamento estratégico empresarial e o processo de gentrificação

A globalização é um fenômeno político e ideológico que se reflete na questão urbana. A vitória da ideologia neoliberal trouxe a flexibilização das leis urbanísticas que asseguraram às forças do mercado o fim do intervencionismo, da burocratização, do autoritarismo e das certezas¹³. Nos anos 1970 e 1980 autores como Manuel Castells e David Harvey denunciavam o planejamento urbano modernista por ser um instrumento a serviço da manutenção do *status quo* do sistema capitalista, refletido na ausência de resultados positivos das intervenções prometidas pelo Estado. Nos anos 1990, planejadores e arquitetos continuaram a dar suporte aos interesses do mercado avaliando positivamente projetos estratégicos de reformas e revitalizações urbanas¹⁴. Foram além, criando projetos de remodelação de áreas delimitadas como o centro de Barcelona, Rio de Janeiro, Caracas, etc., cidades onde os prefeitos não se intitulam representantes da política de Estado, mas gestores urbanos¹⁵.

Antes de prosseguir, é preciso esclarecer que, embora o planejamento estratégico tenha sido associado à perspectiva mercadológica, eles não são sinônimos. O planejamento estratégico situacional, proposto por Carlos Matus, é um planejamento politizado, longe de ser conservador, está bem próximo do ideário da reforma urbana que inspirou, inclusive, a experiência de Porto Alegre com o orçamento participativo. Por outro lado, o

¹⁰Korver et al, 2012.

¹¹Flanagan, et all. 2016; Stehlin, 2015; Stein, 2011; Checker, 2011; Kushto & Schoefer, 2008.

¹²A gentrificação é a expulsão da população local devido à valorização imobiliária decorrente da requalificação de áreas públicas (Zuk et al, 2015).

¹³Maricato, 2002.

¹⁴Abramo, 2007.

¹⁵Secchi, 2013

planejamento estratégico empresarial segue uma linha conservadora, apolítica e acrítica, um processo onde “as alianças são condicionadas por um viés que é o peso enorme dos interesses empresariais na definição da agenda”¹⁶. A crítica que se faz aqui é, portanto, ao planejamento estratégico empresarial conservador.

O conceito de gestão urbana possui um significado negativo que não deve ser subestimado: o favorecimento e a subordinação às tendências do mercado dado pelos interesses do capital privado, a vitória do imediatismo, da administração dos recursos e problemas “aqui e agora”, respostas de curto e médio prazos, combinados com a desregulamentação e a política do Estado mínimo¹⁷.

No caso brasileiro, o processo político de exploração econômica construiu uma das sociedades mais desiguais do mundo. Apesar do Estatuto da Cidade ter estabelecido a função social da cidade e da propriedade, a população de baixa renda somente se apropria do solo urbano quando se sujeita aos interesses do mercado imobiliário. Na medida em que o Estado não desenvolveu uma política habitacional e tampouco urbanística voltada a essa população¹⁸, a regulamentação da posse do solo urbano pelo mercado, na cidade capitalista, gerou a segregação sócio espacial.

É necessário esclarecer que não foi por falta de planos e planejamentos urbanísticos que as cidades brasileiras apresentam os graves problemas atuais, mas sim porque seu crescimento se deu para além destes, seguindo interesses da política local e de grupos ligados ao governo. Muitas vezes, os planos diretores ajudaram a encobrir o mecanismo que comanda os investimentos urbanos: o capital imobiliário que não obedece a legislações ou planos, os manipulam a fim de obter maiores rendimentos¹⁹. A exclusão social e as iniquidades urbanas estão refletidas na ausência dos serviços essenciais – ou inacessíveis em maior ou menor grau – em determinadas áreas da cidade. O caos aparente faz parte da lógica da cidade capitalista e é estrategicamente construído como principal problema para o governo, deslocando a análise das reais causas do crescimento urbano (especulação imobiliária) e seus impactos vistos na desorganização das atividades, bens e serviços.

Se o planejamento urbano se remetia a temas como crescimento desordenado, reprodução da força de trabalho, equipamentos coletivos, movimentos sociais urbanos,

16 Souza, 2013, p.138

17 Souza, 2013.

18 Ibid.

19 Maricato, 2002.

racionalização do uso do solo, atualmente está focado em como alcançar melhores resultados em uma competição global por (i) investimentos, tecnologia e expertise gerencial; (ii) novas indústrias e negócios; (iii) preços e qualidade de serviços; (iv) atrair força de trabalho qualificada²⁰. Os neo-planejadores veem a cidade como um agente econômico que atua no contexto de um mercado e que encontra neste mercado a regra e o modelo do planejamento e execução de suas ações. O conceito de cidade torna-se meramente gerencial ou, nas palavras de Vainer:

[...] é o conjunto da cidade e do poder local que está sendo redefinido. O conceito de cidade, e com ele, os conceitos de poder público e de governo da cidade são investidos de novos significados, numa operação que tem como um dos esteios a transformação da cidade em sujeito/ator econômico ... e, mais especificamente, num sujeito/ator cuja natureza mercantil e empresarial instaura o poder de uma nova lógica, com a qual se pretende legitimar a apropriação direta dos instrumentos de poder público por grupos empresariais privados²¹.

A cidade neoliberal - produto do capital instituída pela crise do fordismo urbano do início da década de 1980 - inviabilizou o financiamento do estado de bem-estar e dos serviços coletivos. Neste contexto toma forma o planejamento estratégico empresarial, mercadológico ou gerenciamento urbano, um contraponto ao planejamento funcional modernista - que pensava a cidade em setores, pretende dar respostas competitivas aos desafios impostos pela globalização. Na questão urbana, estes desafios são dados por locais depreciados economicamente e que, através de renovações urbanas - também chamadas de revitalizações, reabilitações, recuperações - se quer criar vantagens competitivas com consequente revalorização do solo, elitização dos moradores, atração de turistas com consequente expulsão da população de baixa renda²².

Se na década de 1960, as ideias do planejamento estratégico foram importadas do âmbito militar para as corporações e empresas, no final da década de 1970, passaram a ser utilizadas em cidades norte-americanas e europeias e, mais recentemente nos países latino-americanos²³. Este tipo de planejamento é embasado pelo método SWOT (*Strengths, Weaknesses, Opportunities e Threats*) que busca a identificação das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças de uma empresa, ou cidade, no caso, em relação ao

20 Vainer, 1999.

21 Ibid pp.7.

22 Arantes, 2002.

23 Gonçalves et al, 2009.

seu ambiente de ação. Deste modo são determinadas as metas e as estratégias que permitirão atingi-las. As estratégias são as diretrizes que ajudam a eleger as ações (objetivos) adequadas para atingir as metas (fins) da organização.

Foram os economistas que propuseram uma abordagem urbana do planejamento estratégico dada por quatro objetivos: (i) elaborar a mistura de usos de atração e de serviços da comunidade; (ii) estabelecer incentivos atraentes para os atuais e possíveis compradores e usuários de seus bens e serviços; (iii) fornecer produtos e serviços locais de uma maneira eficiente e acessível; (iv) promover os valores e a imagem do local de uma maneira que os possíveis usuários conscientizem-se realmente de suas vantagens diferenciadas²⁴.

Nas cidades brasileiras esse processo reforça a exclusão social pois “a produção e a apropriação do espaço urbano não só reflete as desigualdades e as contradições sociais, como também as reafirma e reproduz”²⁵. As iniquidades sociais estão refletidas no território enquanto distribuição desigual das áreas verdes, dos equipamentos culturais, dos serviços públicos e dos equipamentos urbanos. O mesmo acontece com a mobilidade, dada a estreita relação entre deslocamento e renda²⁶ e entre o incremento da acessibilidade e a majoração dos valores imobiliários²⁷. Mais, a predominância histórica de incentivos governamentais para o transporte individual em detrimento do transporte público e dos modos não motorizados aprofunda a segregação e a exclusão sócio-espacial²⁸.

A Copa do Mundo realizada no Brasil em 2014 é uma exemplificação que ilustra esse processo. O país, submetido às exigências da Federação Internacional de Futebol, investiu mais de 25 bilhões de reais em infraestruturas para sua realização, valor relativamente superior ao que foi investido na África do Sul e Alemanha, países que sediaram as duas últimas copas. Deste total, oito bilhões foram direcionados para a execução de 45 obras de mobilidade urbana²⁹ agrupados e oito grupos (Tabela 1).

24 Ibid.

25 Maricato, 2002, pp.170.

26 Itrans, 2004.

27 Revyngton, 2015.

28 Santos Junior et all., 2011

29 Santos Júnior et all., 2015.

Tabela 1 Tipos, quantidade e valores previstos para os empreendimentos de mobilidade

Tipo de empreendimento	Quantidade	Valor previsto (R\$)	Valor previsto (%)
BRT/Viário	14	3.273,2	40,8
Viário	15	2.211,3	27,6
VLT	2	1.853,0	23,1
Terminais e estações	5	293,6	3,7
Corredores exclusivos/Viário	3	150,1	1,9
Centros de controle	3	113,6	1,4
Reurbanização/Viário/Pedestre	1	109,6	1,4
Pedestre	2	20,6	0,3
Total	45	8.025,1	100

Fonte: Adaptado de Santos Júnior et al., 2015

Na relação dos empreendimentos apenas 1,7% do valor foi previsto para o transporte ativo e estes se referem a projetos específicos para acesso aos estádios. Os 70,3% dos investimentos para obras viárias denota o viés rodoviarista, ainda que para a construção de BRTs e corredores exclusivos, pois exigem tanto a abertura e alargamento de vias como a construção de viadutos e túneis. Além disso, a ampliação de eixos viários está associada à remoção da população local na execução num primeiro momento e, em um segundo momento³⁰ como consequência da revalorização dessas áreas ao reforçarem centralidades e o interesse do mercado imobiliário.

A mobilidade e a competição urbana

A mobilidade não é um fim em si, mas uma demanda das pessoas para alcançar os diversos destinos da cidade e exercer atividades recreativas, culturais, sociais, para além das viagens obrigadas (trabalho, escola, saúde). Se, nas cidades medievais, as distâncias podiam ser percorridas a pé, por ruas tortuosas e estreitas, atualmente, adaptadas ao automóvel, as cidades industrializadas viram seus limites aumentar drasticamente entre freeways e viadutos. O crescimento exponencial das taxas de motorização trouxe consigo importantes impactos sobre o ambiente urbano (poluição, acidentes, espraiamento urbano, congestionamentos) que vem sendo combatidos para alcançar a sustentabilidade urbana³¹.

³⁰ Haubrich, 2014.

³¹ Litman, 2008.

Assim, minimizar o uso do automóvel, primeiramente frente à crise do petróleo nos anos 1970 e, a partir dos anos 1980, frente aos problemas ambientais (poluição, aquecimento global, desertificação, efeito estufa) tornou-se um dos desafios colocados aos governos e aos planejadores. Nos anos 1990, iniciaram-se investigações para encontrar soluções de mobilidade urbana dentro de um novo paradigma para buscar soluções inovadoras focadas nas pessoas e na acessibilidade. Essas soluções perpassam por medidas de redução do uso do automóvel, apoio aos modos não-motorizados, incentivo ao transporte público, uso de novas tecnologias, gerenciamento da demanda, gerenciamento da mobilidade, planejamento integrado e logística de mercadorias³².

Com o objetivo de promover e compartilhar soluções de mobilidade, a Comunidade Europeia investiu mais de 300 milhões de euros na iniciativa CIVITAS (City-VITALity-Sustainability) a qual oferece suporte técnico e financeiro para que cidades adotem estratégias de transporte sustentável. Desde 2002 mais de 730 medidas foram implementadas em quatro edições da iniciativa que acompanharam quinze diferentes projetos em 69 cidades (Tabela 2)³³.

Tabela 2 - Iniciativas CIVITAS, projetos e cidades participantes

CIVITAS I (2002-2006)	CIVITAS II (2005-2009)	CIVITAS Plus (2008-2012)	CIVITAS Plus II (2012-2016)
19 cidades	17 cidades	25 cidades	8 cidades
4 Projetos: Miracles, Tellus, Trendsetter e Vivaldi	4 Projetos: Caravel, Mobilis, Smile e Success	5 Projetos: Archimedes, Elan, Mimosa, Modern e Renaissance	2 Projetos: Din@mo e 2Move2
Custo total dos projetos			€ 300 milhões

Fonte: Adaptado de Roojen & Nesterova, 2013.

Nas iniciativas CIVITAS, há uma ênfase no desenvolvimento de combustíveis e automóveis “verdes”, na restrição de automóveis em centros históricos, no incentivo ao uso da bicicleta e na qualificação espaços peatonais. As altas cifras investidas nessas medidas de requalificação podem ser entendidas como uma estratégia para atrair investimentos

³² CEC, 2001.

³³ Rooijen & Nesterova, 2013.

para as cidades. Em uma rápida pesquisa foram encontrados 14 rankings de cidades globais que qualificam as cidades em relação a sua oferta de mobilidade (Tabela 3):

Tabela 3 -Rankings que pontuam as cidades em relação às questões da mobilidade

Categoria avaliada	Nome do ranking	Fonte
Acessibilidade	Top 20 Most Livable U.S. Cities for Wheelchair Users	Christopher & Dana Reeve Foundation, 2015
Bicicletas	The Copenhagenize Index	Copenhagenize Design Company, 2015
Bicicletas	The world's top 10 best cities for cycling	Traveller, 2015
Bicicletas	Top 10: Bicycle-Friendly Cities	Askmen, 2015
Bicicletas	Bike Friendly Cities	Walkscore (a), 2015
Pedestres	Walk Score	Walkscore (b), 2015
Pedestres	Hpe's Walkability Index	HPE, 2015
Transporte público	10 Best Cities for Public Transportation	U.S. News, 2015
Transporte público	America's 10 Best Cities for Commuting on Public Transit	Wired, 2015
Transporte público	Best U.S. Cities for Public Transit	Walkscore (c), 2014
Transporte público	Ten Cities Have The Best Public Transit In The World	Jalopnik, 2014
Segurança	Safest and Most Dangerous U.S. Cities	Infoplease, 2014
Congestionamento	Urban Mobility Scorecard	Inrix, 2015
Congestionamento	TomTom Traffic Index	Tomtom, 2015

Nesses rankings as cidades são pontuadas quanto à acessibilidade, à infraestrutura para bicicletas e para pedestres, ao transporte público, à segurança no trânsito e aos níveis de congestionamento (Tabela 4). Não há referências de rankings que mensurem melhorias nas questões sociais de acessibilidade da população mais vulnerável ou que explicitem medidas aplicadas em bairros periféricos. Ou seja, uma cidade que apresenta melhores condições de mobilidade torna-se um chamariz para atrair investimentos e turistas.

Exemplifica-se essa tese usando as cidades ranqueadas pelo Copenhagenize Index³⁴ como referência para comparar com os resultados rankings de cidades mais verdes, mais inteligentes, mais caras para os turistas e com maior custo de vida (Tabela 4).

Tabela 4 - Posicionamento das cidades em relação aos rankings (2015)

Posição	Rankings de cidades
----------------	----------------------------

³⁴ Ranking que classifica as cidades europeias que mais incentivam o uso da bicicleta

o no rankin g	Copenhageni ze Index*	Greener cities**	Smarts cities***	More expensive to travel ****	Cost of living**** *
1º	Copenhagen	Copenhag en	Copenhage n	Zurich	Zurich
2º	Amsterdam	Stockholm	Amsterda m	Bergen	Geneva
3º	Utrecht	Oslo	Vienna	Londres	Bern
4º	Strasbourg	Vienna	Barcelona	Veneza	London
5º	Eindhoven	Amsterda m	Paris	Helsinki	Copenhagen
6º	Malmö	Zurich	Stockholm	Amsterdam	Oslo
7º	Nantes	Helsinki	London	Stockholm	Paris
8º	Bordeaux	Berlin	Hamburg	Copenhagen	Dublin
9º	Antwerp	Brussels	Berlin	Oslo	Milan
10º	Seville	Paris	Helsinki	Interlaken	Vienna

Fonte: (*Copenhagenize Design Company, 2015; **Siemens, 2015; ***COHEN, 2013; ****Forbes, 2014; *****Mercer, 2015)

Ao analisar a tabela, percebe-se um certo protagonismo de algumas cidades - com algumas alternâncias na posição dos rankings. É interessante observar que as cidades mais cicláveis, mais verdes e mais inteligentes também são as mais caras para visitantes e moradores, evidenciando uma correlação entre qualidade de vida e renda. Infere-se, portanto, que a *livability* urbana, recuperada pelo uso da bicicleta, é, neste caso, uma estratégia de marketing. É um indicador de que há uma pressão das empresas e dos governos por oferecer mais qualidade de vida urbana, com mais espaços verdes, mais ciclovias, etc., para cidadãos de alto poder aquisitivo. Ainda que seja um avanço em relação à cidade-fordista onde a prioridade eram os subúrbios conectados por meios de transporte de massa e vias expressas onde o automóvel era protagonista, o cidadão comum, de baixa renda parece aliado desta proposta. A Tabela 5 mostra a comparação entre o ranking das cidades consideradas mais cicláveis pelo Copenhagenize Index com sua distribuição modal:

Tabela 5. População e distribuição modal das cidades ranqueadas pelo Copenhagenize Index em 2013³⁵

Posição	Cidade	Populaç	Distribuição modal (%)
---------	--------	---------	------------------------

35 Foi considerado o ranking de 2013 para fins de comparação com os dados de distribuição modal e populacional de 2012.

no ranking		ão	A pé	Bicicleta	Automóvel	Transporte Público
1º	Amsterdã	559.000	20	22	38	20
2º	Copenhague	583.348	20	26	33	21
3º	Utrecht	312.634	17	26	41	16
4º	Seville	271.782	37	6	35	22
5º	Bordeaux	216.157	21	3	67	9
6º	Nantes	313.000	27	5	52	16
7º	Antwerp	287.845	20	23	41	16
8º	Eindhoven	239.157	13	40	42	5
9º	Malmö	514.432	15	22	42	21
10º	Berlin	703.206	30	13	31	26

Fonte: EPOMM, 2015

Observa-se que não há de fato uma correspondência entre a distribuição modal e o posicionamento das cidades no ranking (segundo a distribuição modal Eindhoven deveria estar em 1º lugar das cidades mais cicláveis), o que reforça o viés marqueteiro dos rankings e, no mínimo, questionar a metodologia adotada. Ainda há que se observar os altos percentuais de uso do automóvel nas cidades listadas. Em Bordeaux, quinto lugar no Copenhaguenize, 67% das pessoas usam o carro como principal modo de deslocamento. Ao mesmo tempo, os dados da distribuição modal sugerem, que essas cidades – em sua maioria de médio porte - criaram postos de trabalho próximo das residências, investiram na infraestrutura para ciclistas e pedestres e no transporte coletivo.

O discurso aparentemente progressista a favor da sustentabilidade e de inclusão social percebida pelo ciclismo não está imune às desigualdades históricas presentes nas cidades³⁶. O mercado também se utiliza deste diferencial com o objetivo de construir uma marca, um diferencial para a cidade no contexto da rede de cidades globais. O uso da bicicleta aliado à habitabilidade estão associados à gentrificação e levanta sérias perguntas sobre a promoção e o investimento público para a bicicleta e a caminhada que são as formas mais democráticas e socialmente justas de acessar a cidade³⁷. A denominada “gentrificação ambiental” acompanha ou é acompanhada por medidas relacionadas à

³⁶ Hoffmann & Lugo, 2014.

³⁷ Stehlin, 2015.

mobilidade que proporcionam melhoria da qualidade de vida³⁸. A pergunta que se faz é: Quem está sendo beneficiado com a sustentabilidade urbana, com a habitabilidade, com as soluções para a mobilidade?

Considerações finais

A globalização, ao elevar as cidades a um patamar que prescinde do Estado, desencadeou um processo de competição a partir de um modelo que transpôs o planejamento estratégico empresarial para a realidade urbana. O conceito social da cidade foi deslocado para uma visão mercadológica em um processo alicerçado em soluções que vendem a cidade como imagem, ignorando regulamentos e a função social do solo. As administrações públicas, ao priorizarem investimentos de requalificação urbana em centros históricos ou bairros de alta renda continuam reforçando as desigualdades sócio-espaciais. A cidade não é tratada como um todo para todos. Os padrões de investimentos e o processo excludente de tomada de decisões perpetuam as disparidades existentes ao atender de forma desproporcional às necessidades e desejos da classe privilegiada.

Investimentos em medidas de mobilidade urbana também entram neste “pacote” de políticas de recuperação. Em cidades europeias e norte-americanas projetos de requalificação de espaços públicos incorporam características como *livability*, sustentabilidade e qualidade de vida que trazem consigo uma consequência subjacente - ou uma intenção velada - que poucas vezes é colocada em discussão: a gentrificação, um processo de elitização do espaço urbano e expulsão de grupos vulneráveis.

Para acirrar a disputa por capitais e investimentos elaboraram-se rankings de melhores cidades para as pessoas: mais cicláveis, mais caminháveis, ou aquelas que possuem o melhor transporte público. Cidades europeias vendem a imagem da cidade sustentável, verde, limpa, de baixas emissões dentro de uma estratégia ambiental. Nas cidades norte-americanas a gentrificação está associada às medidas de mobilidade. A qualidade do deslocamento e do espaço público são tratados como estratégias de marketing. Espaços públicos requalificados e todas as facilidades advindas dessas ações são oferecidas apenas a uma elite que pode pagar o privilégio de morar perto do trabalho, de áreas verdes e de poder deslocar-se a pé ou de bicicleta.

Estas reflexões são importantes no momento em que as cidades brasileiras

³⁸ Checker, 2011.

elaboram as possibilidades de aplicação da política de mobilidade na forma dos Planos de Mobilidade Urbana (PMU). As diretrizes dessa política seguem orientações globais de sustentabilidade e de incentivo à mobilidade ativa e ao transporte público. Porém, como foi visto, também trazem *per se* um viés de gentrificação, ao prover acessibilidade a determinadas áreas. Nesse sentido, é importante que o PMU, persiga o equilíbrio sócio-espacial em suas proposições e objetivos. Pensar a política de mobilidade deve começar por atender a necessidade das pessoas que sempre estiveram a margem das políticas públicas. Ao propor critérios de justiça social que façam cumprir a função social da cidade o PMU poderá ser um agente de transformação dos espaços urbanos em realidades mais igualitárias e que gerem oportunidades reais às parcelas excluídas da população. A questão é: ainda que se planeje para uma sociedade injusta como a capitalista, porque excluir, *a priori*, a possibilidade de o planejamento contribuir para a superação da injustiça social?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Pedro. A cidade com-fusa. A mão inoxidável do mercado e a produção da estrutura urbana nas grandes metrópoles latino-americanas. **Revista brasileira de estudos urbanos e regionais**. ANPUR. v. 9. n. 2., p. 25-53, 2007.

ARANTES, Otilia Beatriz Fiori. Uma estratégia fatal. A cultura nas novas gestões urbanas. **A cidade do pensamento único**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2002.

ASKMEN. **Top 10: Bicycle-Friendly Cities**. Askmen. Disponível em: <http://www.askmen.com/top_10/travel/top-10-bicycle-friendly-cities.html>. Acesso em: 27 set. 2015.

BEGG, Iain. Cities and Competitiveness. In: **Urban Studies**. South Bank University, London, UK. 1999. Disponível em: <<http://www.kulturplan.lixnet.dk/pdf/litteratur/city-competitive-begg.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2015.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Programa brasileiro de mobilidade por bicicleta – bicicleta Brasil**. Caderno de referência para elaboração de Plano de Mobilidade por Bicicleta nas Cidades. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana, 2007.

BRASIL. **Lei n. 12.587, de 3 de janeiro de 2012**. Dispões sobre as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_0F/_ato2011-201MF/2012/lei/12587.htm>. Acesso em: 10 ago. 2015.

CEC. Commission of the European Communities. **White Paper**. European transport policy for 2010: time to decide. Bruxelas: CEC, 2001.

CHECKER, Melissa. Environmental Gentrification and the Paradoxical Politics of Urban Sustainability. **City & Society**. v. 23, p. 210–229, dez 2011.

CHRISTOPHER & DANA REEVE FOUNDATION. Top 20 Most Livable U.S. Cities for Wheelchair Users. **Christopher & Dana Reeve Foundation**. Disponível em: <www.christopherreeve.org/site/c.mtKZKgMWKwG/b.6150343/k.F282/Top_20_Most_Livable_US_Cities_for_Wheelchair_Users.htm>. Acesso em: 20 set. 2015.

COHEN, Boyd. The Smartest Cities Methodology. **Fast Company**. Disponível em: <<http://www.fastcoexist.com/3021661/the-smartest-cities-methodology>>. Acesso em: 27 set. 2015.

COPENHAGENIZE DESIGN COMPANY. The 2015 Copenhagenize Index. Bicycle-friendly cities. **Copenhagenize design company**. Disponível em: <www.copenhagenize.eu>. Acesso em: 20 ago. 2015.

DOBBS, Richard; SMIT, Sven; REMES, Jaana; MANYIKA, James; ROXBURGH, Charles; RESTREPO, Alejandra **Urban World Mapping the Economic Power of Cities**. Chicago, USA: McKinsey Global Institute, 2011.

EPOMM. **European Platform on Mobility Management**. TEMS -The EPOMM Modal Split Tool. Disponível em: <<http://www.epomm.eu/tems/index.phtml>>. Acesso em: 30 out. 2015.

FLANAGAN, Elizabeth; LACHAPELLE, Ugo; EL-GENEIDY, Ahmed. Riding tandem: does cycling infrastructure investment mirror gentrification and privilege in Portland, OR and Chicago, IL? In: **Transportation Research Board 95th 40 Annual Meeting**. Washington, D.C.: TRB, jan. 2016.

FORBES. European Backpacker Index for 2014. **Forbes**. Disponível em: <<http://www.forbes.com/sites/tanyamohn/2014/01/05/europes-most-and-least-affordable-city-s-from-the-european-backpacker-index-for-2014/>> Acesso em: 20 ago. 2015.

GONÇALVES, Raquel Garcia; PAIVA, Ricardo Viana Carvalho de; BARBOSA, Francisco Vidal. Planejamento Estratégico: Quando o Discurso da Guerra e da Empresa Invade a Administração Pública. **Reuna**. v. 14, n. 1, p. 29-43. Belo Horizonte, MG: Centro Universitário UMA, 2009.

HAUBRICH, Alexandre. Copa do mundo. Legado a que Custo? **Espaço: arquitetura urbanismo cidade cultura**. nº 01. Porto Alegre, RS: IAB, 2014.

HOFFMANN, Melody Lynn e LUGO, Adonia. Who is “world class”? Transportation injustice and bicycle policy. **Urbanities: Journal of Urban Ethnography**. v. 4. n. 1, maio 2014.

HPE. HPE's Walkability Index. **Hall Planning & Engineering, Inc**. Quantifying the Pedestrian Experience. Disponível em: <<http://www.hpe-inc.com/walkability-index.html>> Acesso em: 20 ago. 2015.

INFOPLEASE. Safest and Most Dangerous U.S. Cities. Inrix. 2015 Urban Mobility Scorecard. Texas A&M Transportation Institut. **Infoplease**. Disponível em: <<http://www.infoplease.com/us/cities/safest-dangerous-cities.html>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

INRIX. INRIX 2015 Traffic Scorecard. **Inrix Driving Intelligence**. Disponível em: <<http://inrix.com/scorecard/>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

ITRANS. **Mobilidade e pobreza**. Relatório final. 2014.

JALOPNIK. Ten Cities Have The Best Public Transit In The World. **Jalopnik**. Disponível em: <<http://jalopnik.com/these-ten-cities-have-the-best-public-transit-in-the-world-610824583>> Acesso em: 20 ago. 2015.

KORVER; Wim; STEMERDING, Marc; VAN EGMOND, Patrick; WEFERING, Frank. **CIVITAS Guide for the urban transport professional**. Results and lessons of long term evaluation of the CIVITAS initiative. Austria: Civitas Catalist, 2012.

KUSHTO, Emily; SCHOFER, Joseph L. **Travel and Transportation impacts of urban gentrification: Chicago, Illinois case study**. Unpublished. Disponível em: <http://www.iti.northwestern.edu/publications/schofer/Kushto_and_Schofer-2008-Travel_and_Transportation_Impacts_of_Urban_Gentrification_Chicago_Illinois_Case_Study.pdf> Acesso em: 20 jul. 2015.

LITMAN, Tod. Sustainable Transportation Indicators. A Recommended Research Program for Developing Sustainable Transportation Indicators and Data. **Transportation Research Board Annual Meeting**, 2008. Disponível em: <<http://www.vtpi.org/sustain/sti.pdf>> Acesso em: 14 jul. 2015.

MARICATO, Erminia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. Em: **A Cidade do Pensamento Único**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MERCER. Cost of Living City Rankings. **Mercer**. Disponível em: <<https://info.mercer.com/Cost-of-living-Ranking-2015.html>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

MOONEN, Tim e CLARK, Greg. **The Business of Cities 2013. What do 150 city indexes and benchmarking studies tell us about the urban world in 2013?** Jones Lang LaSalle, Chicago, IL, USA. Disponível em: <<http://www.jll.com/Research/jll-city-indices-november-2013.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

OECD. Organisation for Economic Co-operation and Development. **Competitive Cities in the Global Economy**. Paris, França: OECD, 2006.

OLIVEIRA JÚNIOR, João Alencar. Princípios, diretrizes e objetivos da Lei 12.587/2012: por um pacto social em prol da mobilidade urbana. **Revista UFG**, n. 12, p. 18-27, Ano XIII, São Paulo: julho 2012.

REYNGTON, Nick. Gentrification, transit and land use: moving beyond neoclassical theory. **Geography Compass** 9/3. p.152-163, 2015.

ROOIJEN Tariq van e NESTEROVA, Nina. **Applied framework for evaluation in Civitas Plus II**. CIVITAS. Cleaner and better transport in cities. D4, maio 2013.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos; Gaffney, Cristopher; Ribeiro, Luiz Cezar de Queiróz (org). **Os impactos da copa do mundo 2014 e das olimpíadas 2016**. Observatório das metrópoles. Rio de Janeiro, RJ: E-papers, 2015.

SECCHI, B. **La ciudad de los ricos y la ciudad de los pobres**. Madrid: Catarata, 2013.

SIEMENS. European Green City Index. **Siemens**. Disponível em: <<http://www.siemens.com/entry/cc/en/greencityindex.htm>> Acesso em: 21 ago. 2015.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e a gestão urbanos**. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O batismo de fogo: a reforma neoliberal do governo Lula na previdência dos servidores públicos em um contexto de crise e restauração burguesa**. 2006, 199 f. Dissertação (Mestrado em Economia), Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, 2006.

STEIN, Samuel. Bike lanes and gentification. New York City's shades of green. **Progressive Planning**. n. 188. p.33-37, 2011.

STEHLIN, John. Cycles of investment: bicycle infrastructure, gentrification, and the restructuring of the San Francisco Bay Area. **Environment and Planning A**. v.47, p. 121-137, 2015.

TOMTOM. Tomtom Traffic index. **Tomtom**. Disponível em: <http://www.tomtom.com/en_gb/trafficindex/>. Acesso em: 22 ago. 2015.

TRAVELLER. The world's top 10 best cities for cycling. **Traveller**. Disponível em: <<http://www.traveller.com.au/the-worlds-top-10-best-cities-for-cycling-371ps>>. Acesso em: 22 ago. 2015.

U.S.NEWS. The 10 Best Cities for Public Transportation. U.S. News. Disponível em: <<http://www.usnews.com/news/slideshows/the-10-best-cities-for-public-transportation>>. Acesso em: 22 ago. 2015.

VAINER, Carlos. B. **Pátria, Empresa e Mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano**. VIII Encontro Nacional da ANPUR, V.8, 1999.

WIRED. America's 10 Best Cities for Commuting on Public Transit. **Wired**. Disponível em: <<http://www.wired.com/2014/10/americas-10-best-cities-commuting-public-transit/>>. Acesso em: 21 ago. 2015.

WALKSCORE (a). Bike score. **Walkscore**. Disponível em: <<http://www.walkscore.com/bike-score-methodology.shtml>>. Acesso em: 21 ago 2015.

WALKSCORE (b). **Walkscore**. Disponível em: <<http://www.walkscore.com/>>. Acesso em: 22 ago. 2015.

WALKSCORE (c). New Ranking of Best U.S. **Cities for Public Transit 2014**. Redfine. Disponível em: <http://blog.walkscore.com/2014/01/new-ranking-of-best-u-s-cities-for-public-transit/#.Vk91W78l_T9>. Acesso em: 22 ago. 2015.

WORLD BANK. **Planning, Connecting, and Financing Cities-Now: priorities for city leaders**. Washington DC, USA: The World Bank Group, 2013.

ZUK, Miriam; BIERBAUM, Ariel H.; CHAPPLE, Karen; GORSKA, Karolina; LOUKAITOU-SIDERIS, Anastasia; ONG, Paul; Thomas, Trevor. **Gentrification, displacement and the role of public investment: a literature review**. Center for Community Development Investments. Working Paper. Federal Reserve Bank of San Francisco: California, 2015.

O poder público de Jaguarão/RS e as orientações de desenvolvimento do Governo Federal

Dianine Censon¹

Estado, compreendido aqui a partir das definições de Bourdieu (2014) e Elias (1993; 1994; 2006), entende-se como uma "ficção coletiva", capaz de organizar determinadas sociedades em um processo dual de interiorização e exteriorização de ações e discursos. Partindo dessa definição, as diretrizes orientadas pelo Estado brasileiro vêm sinalizando certa preocupação com o desenvolvimento da nação, em sintonia com as analogias ao planejamento estratégico urbano de Vainer (2000), que descreve três possíveis papéis sendo desempenhados pelas cidades na corrida pela competitividade urbana: a cidade-produto, a cidade-empresa e a cidade-pátria. Dentro dessas diretrizes ao desenvolvimento, programas de integração de regiões historicamente afastadas do centro econômico do país vêm tendo destaque. Dentre esses programas, o Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, do Ministério da Integração Nacional, orienta a favor da busca por opções e oportunidades ao desenvolvimento da região fronteira, permeada por tensões e disputas inerentes às suas condições geográfica e social inusitadas. Assim, nesse texto buscar-se-á descrever as noções de Estado e desenvolvimento que parecem pertinentes à pesquisa que se pretende colocar em prática na cidade de Jaguarão - RS, com o propósito de compreender como vem se configurando um debate sobre desenvolvimento no poder público local da cidade em questão.

Palavras-Chave: Estado; Desenvolvimento Regional; Políticas de Integração.

Argumentos Iniciais

Quando se pensa no termo Estado e qual o seu significado nas práticas cotidianas em meio à sociedade, muitas vezes este é confundido ou enunciado como sinônimo de nação, território, país ou governo. Para Bourdieu (2014) há, primeiramente, a noção de nação, espaço territorial, composto por cidadãos e suas relações. A partir disso, se configuram as instituições burocráticas, as práticas de governo e as relações de poder que estão intrínsecas na administração desse espaço social (BOURDIEU, 2014). O autor denomina o Estado como "ficção coletiva" que, no entanto, tem efeitos bastante reais, figurando não simplesmente como um conjunto de instituições que compõem os campos

¹Mestranda no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas, bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

políticos e administrativos que organizam o espaço, mas também, e principalmente, como a dimensão suscetível a jogos de luta e poder para se fazer valer o conjunto de subjetividades que esta pode representar (BOURDIEU, 2014).

Essa compreensão de Estado como dependente e resultante da união na noção territorial e de agentes com o sentido de governo parece dar conta da explicação de Estado como instituição social, capaz de organizar-se e dar suporte a si mesmo de dentro para fora, ou seja, não como algo exterior e independente à vida social, mas sim como parte dela e para ela (ELIAS, 1993). No entanto, ainda que essa definição possa ser tomada como verdadeira, não pode-se desconsiderar que a noção de Estado se mantém, dentre outros motivos, porque dispõe de um poder simbólico que age principalmente dentro do imaginário coletivo, como produto e resultado da sua própria trama de significações, em um constante exercício de afirmação das suas dimensões e poder (BOURDIEU, 2014) ².

Se levar-se em conta a extensão do território brasileiro e, unindo-se a isso, a heterogeneidade social dentro desse espaço, parece óbvia a dificuldade em uniformizar as ações do Estado frente às diferenças encontradas dentro dele próprio. Como espaço de interações e relações, ele é também espaço de poderes, estando suscetível a uma série de enfrentamentos e disputas que moldam cada realidade específica e clamam por ações que atendam a essas especificidades. No entanto, parece haver certa generalização da forma como o Governo Federal³ enxerga o território brasileiro ou, mais diretamente, na forma como se planeja o Estado brasileiro, que se baseia em uma noção de desenvolvimento e integração muitas vezes homogêneos.

Esse desenvolvimento, talvez, possa ser pensado aqui como ferramenta para a integração, como veremos adiante. A princípio, entendendo desenvolvimento como mudanças (novas combinações) que se iniciam internamente na sociedade, abrangendo fatores diversos, que não necessariamente relacionam-se diretamente com a economia, mas que acabam por alterar a lógica econômica (SCHUMPETER, 1988), pode-se tentar entender o esforço do Estado brasileiro em equiparar o desenvolvimento de seu território. Tal esforço não é recente, mas a todo o momento vem se reformulando e rerepresentando

² Somando-se essa capacidade de estruturar pensamentos e a organização administrativa, a noção de Estado pressupõe determinada ordem baseada no consenso das ações pela extensão do território a que se refere.

³ Neste trabalho, usar-se-á publicações oficiais do Governo Federal como forma de situar historicamente um debate, bem como compreender as falas dessa instância frente à realidade brasileira. Não se pretende, de forma alguma, naturalizar o que é apresentado nestes documentos, mas sim demonstrar como ele vem sendo apresentado, a fim de construir as reflexões desta pesquisa.

em formas de políticas e ações de governo. Um dos frutos dessa reformulação foi a criação, em 1999, a partir de uma série de fusões e transferências de outras competências, o Ministério da Integração Regional (BRASIL, 2011)⁴. Dentro das atribuições do Ministério é institucionalizada, em 2007, a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), que se propõe à “redução das desigualdades de nível de vida entre as regiões brasileiras e a promoção da equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento (...)” (BRASIL, 2007, s/p), bem como uma criação de ambiente favorável ao estímulo da competição entre as regiões como forma de acesso a essas oportunidades e incentivo ao crescimento (BRASIL, 2012a).

Regiões historicamente esquecidas ou desfavorecidas fazem parte dos objetivos da PNDR, a fim de promover inclusão social, produtividade, sustentabilidade ambiental e competitividade econômica (BRASIL, 2007). Alguns dos argumentos da Política versam sobre a ‘injustiça’ de se nascer ou viver em um local historicamente desfavorecido socialmente por, entre outros motivos, sua distância dos centros administrativos e financeiros do país, causando a exclusão frente à sociedade nacional que gera desvantagem competitiva frente a localidades melhor inseridas nessa lógica (BRASIL, 2007; 2012a). Pensando nessa urgência em integrar regiões com essas características de esquecimento e exclusão, são exemplos de programas desenvolvidos pela PNDR, o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia, o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste e, que será foco neste trabalho, o Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF).

O Programa, lançado em 2009, vem acompanhado da definição de uma Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira (CDIF), em 2010. Os objetivos do PDFF, em consonância com as atribuições da CDIF, versam sobre a organização e o aperfeiçoamento das políticas públicas como forma de criação de oportunidades para a integração da faixa de fronteira ao cenário de desenvolvimento nacional (BRASIL, 2009; 2010; 2011⁵). Frente a essa importância dada às fronteiras brasileiras, e partindo deste conceito para a definição deste trabalho, faz-se necessário compreender como se entenderá aqui a definição de fronteiras.

4 Disponível em <<http://www.mi.gov.br/historico>>. Acesso em 10 de fevereiro de 2016.

5 Disponível em: <<http://www.mi.gov.br/web/guest/comissao-permanente-para-o-desenvolvimento-e-a-integracao-da-faixa-de-fronteira>>. Acesso em 10 de fevereiro de 2016.

Marcadas por tensões e disputas, as fronteiras são entendidas neste trabalho como um espaço marcado por características específicas, decorrentes de suas limitações geográficas (SENNETT, 2011; 2013), uma vez que dada a extensão territorial observada em países como o Brasil, acabam por figurar como espaços de limites, menos relacionados com as características da nação a qual fazem parte e mais compreendidos como barreiras imaginárias aos países com que fazem divisa. Dadas suas peculiaridades, sendo espaços permeados por conflitos, nem sempre explícitos, onde as limitações geográficas trazem à tona elementos antes pouco considerados pelo Estado (SENNETT, 2011; 2013). Considerando a definição de Sennet (2011; 2013) e pensando na realidade brasileira, as fronteiras passam a integrar, com as ações do Ministério da Integração e as políticas e planos desenvolvidos por este, um espaço de oportunidades valiosas para se fazer valer discursos orientados ao desenvolvimento e à integração regional.

Ao buscar integrar essas regiões no cenário de desenvolvimento nacional, as justificativas do PDFF versam sobre a atenção às identidades culturais e econômicas fronteiriças, como forma de afirmação dos princípios básicos de i) autonomia, ou descentralização; ii) cooperação vertical e horizontal; iii) coordenação e; iv) equidade, ou solidariedade (coesão) regional que permeiam o sistema federativo brasileiro (BRASIL, 2012a). Nenhum dos princípios, no entanto, parece dar opção de não seguir a orientação pró-desenvolvimento, não integrar às políticas de desenvolvimento regionais nacionais e, mais, optar pela continuidade das atividades locais em satisfação com o cenário atual vivido pelo espaço em questão.

Frente a isso, o Governo Federal apresenta tem a sua própria forma de entender como a fronteira se configura, mas especificamente ao contexto brasileiro, descrevendo-a como

(...) uma região pouco desenvolvida economicamente, historicamente abandonada pelo Estado, marcada pela dificuldade de acesso a bens e serviços públicos, pela falta de coesão social, pela inobservância de cidadania e por problemas peculiares às regiões fronteiriças. (BRASIL, 2009, p. 8)

Essa definição, em sintonia com o que já foi aqui abordado, leva a pensar na ideia de desenvolvimento que vem sendo articulada pelo Estado. Ideia essa que sinaliza não só uma preocupação ao desenvolvimento social desses espaços, mas sim em um conjunto de

noções de desenvolvimento convergentes à discussão econômica, de mercado e, como a própria PNDR insiste em deixar claro, incentivo à competitividade entre diferentes localidades.

Em busca da identificação desses espaços ‘esquecidos’, a PNDR reuniu características regionais passíveis de justificação das suas propostas e orientações. Dentro do PDFF, então, houve a sub-regionalização da Faixa de Fronteira, a fim de se pensar separadamente cada realidade. Uma dessas sub-regiões é o Arco Sul, que abrange as fronteiras internacionais dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, cada qual também inserido em importantes especificidades inter-regionais (BRASIL, 2009). No Rio Grande do Sul e, especificamente, na sub-região referente à metade sul do estado, as características apontadas pela Cartilha da Faixa de Fronteira dizem respeito ao alto grau de urbanização dos municípios, pela grande extensão destes, e a produção especializada em bovinocultura, ovinocultura e rizicultura, voltada tanto para o abastecimento do mercado nacional e internacional (BRASIL, 2009). Ainda assim, por uma série de acontecimentos históricos, a região é compreendida como pouco integrada ao cenário nacional, necessitando de novas atenções e oportunidades para o desenvolvimento.

Considerando o que foi apresentado e, a partir de outras pesquisas externas e conhecimentos prévios da situação fronteiriça do Rio Grande do Sul, uma série de reflexões e inquietações convergiram para a criação de uma problemática de pesquisa de dissertação de mestrado que pauta-se por buscar entender de que forma o governo de Jaguarão/RS, a partir das diretrizes do Governo Federal, respaldado pelo Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, vêm configurando⁶ desde 2009, um debate de desenvolvimento regional? O governo de Jaguarão, aqui representado pelas secretarias de Planejamento e Urbanismo, Administração, Desenvolvimento Econômico e Cultura e Turismo, e pelo Gabinete do Prefeito, entendidos como essenciais para a compreensão das ações desenvolvidas em prol do ideal de desenvolvimento nacional e; o PDFF a partir de seu lançamento, em 2009.

De forma a se pensar as movimentações do poder público de Jaguarão, convém destacar que determinados governos vêm, historicamente, pautando suas políticas em prol

⁶O conceito de configuração será mais bem detalhado no decorrer deste trabalho. No entanto, como forma de não se cair em uma naturalização do termo neste espaço, é importante deixar claro que a noção de configuração de Norbert Elias aplica-se ao proposto neste problema de pesquisa, figurando como a relação interdependente e complexa entre os atores, as ações, as dinâmicas, ou seja, a combinação das relações sociais dentro daquele espaço específico, naquele momento específico (ELIAS, 1999).

da busca ao desenvolvimento. Para Furtado (2009), esse discurso é permeado pela ideia de progresso, pela busca da racionalidade instrumental e pela emergência de reprodução da sociedade capitalista. Em sintonia com o descrito por Furtado, e pensando no papel que a cidade de Jaguarão ocupa em relação ao Estado brasileiro, neste trabalho usar-se-á a discussão de Vainer (2000), ao tratar de uma estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. Para o autor, as cidades vêm sendo passíveis de desempenhar três posturas: a cidade-produto, onde as suas orientações visam sua comercialização pela lógica do mercado; a cidade-empresa, onde ao invés de cidade administrada ela passa a ser empresarizada, e as relações e interações sociais são pautadas por aspectos empresariais e econômicos e; a cidade-pátria, que passa a ser pautada quando, vendo os benefícios conquistados pelas outras duas formas da cidade, cria-se uma relação de dependência àqueles modelos.

As três analogias constitutivas da cidade apresentadas por Vainer (2000) convergem em ações específicas justificadas pelo lema do desenvolvimento. É interessante pensar na discussão de cidades de Vainer relacionando-a à já exposta PNDR. A cidade-produto, que utiliza das forças locais, da produtividade, da exacerbação das características únicas daquele espaço, alia-se ao modelo de competitividade proposto pelo delineamento da Política, que incentiva ao uso das especificidades regionais como forma de inserção e visibilidade a atração de atenções, deixando implícito que aquela localidade específica precisa se destacar para além das demais para ter algum destaque. Essa competição, quando bem trabalhada e resultando na integração dos atores locais, torna-se geradora de desenvolvimento social, e traz consigo marcas da cidade-empresa, eficiente, favorável ao livre-mercado e por que não, ao neoliberalismo. Com isso, as diretrizes de coesão e equidade propostas pelo Ministério da Integração tomam forma na cidade-pátria, que se transforma em um espaço unificado, coletivo e confiante.

Com base na relação dessas analogias com o que vem ocorrendo na fronteira de Jaguarão, o objetivo geral dessa pesquisa ainda em andamento é compreender de que forma as diretrizes pró-desenvolvimento do Governo Federal configuram o debate recente sobre desenvolvimento regional no poder público da cidade de Jaguarão/RS.

Da noção de fronteira à cidade de Jaguarão/RS

Além da já explicitada definição de fronteira como espaço de características específicas, decorrentes das limitações geográficas e da multiplicidade de agentes em convivência no mesmo espaço (SENNETT, 2011; 2013), cabe destacar o entendimento de territórios de fronteira de Haesbaert (2004), que trabalha com duas lógicas de fronteira: a “lógica territorial tradicional”, onde o foco é no espaço geográfico que legitima as identidades sociais a partir das políticas territoriais e, também a “lógica espacial”, que envolve as relações de especificidades tanto dos agentes do espaço quanto do histórico de redes de relação para além da linha limite denominada “fronteira” (HAESBAERT, 2004). A articulação dessas noções de fronteira explicita a dificuldade em determinar o que é e, principalmente, o que toma forma nesse espaço. Ainda, reforça-se a preocupação com as políticas de integração em curso e a aparente desconsideração dessas especificidades, utilizando-se de um modelo de desenvolvimento que tende a generalizar o espaço fronteiriço como, apenas, mais um espaço esquecido pela administração pública por anos a fio.

Para dar conta dessa discussão, como foi apresentado no primeiro capítulo desta pesquisa, o debate sobre desenvolvimento da faixa de fronteira será baseado nas analogias constitutivas de Vainer (2000). Parece haver certa relação entre a cidade-produto, a cidade-empresa e a cidade-pátria e as justificativas e objetivos tanto da PNDR quanto do PDFF, bem como em demais programas e políticas que tomam parte Brasil afora. O que interessa nesta pesquisa, ao fazer essa relação, é observar como o descrito por Vainer parece se reproduzir inclusive nas fronteiras, localidades onde as mais distintas descrições ressaltam particularidades e especificidades tão grandes.

Para Dittrich (2012), as fronteiras constituem realidades bastante complexas, uma vez que as suas materialidades são diferentes daquelas concepções e representações praticadas em espaços não fronteiriços. Nesses locais é fácil enganar-se considerando apenas o aspecto geográfico como limitador, uma vez que a fronteira da civilização, a fronteira espacial, a fronteira de cultura, de visões de mundo de etnias, de história e a fronteira do humano (DITTRICH, 2012) são aspectos igualmente importantes na configuração das dinâmicas do espaço, da relação dos indivíduos para com ele e das ações desenvolvidas ali. Para Prado (2014), toda a gama de conceitualização de “fronteira”, ainda

encontra-se de certa forma incompleta, “e não atende aos objetivos dos estudos envolvendo as dinâmicas econômicas, migratórias, políticas, sociais e culturais” (PRADO, 2014, p. 4).

A fronteira Brasil-Uruguai, além disso, têm dimensões próprias bastante específicas. Golin (2002, p. 52) fala em um “espaço social construído historicamente”, uma vez que pelas características socioeconômicas, culturais e geográficas compartilhadas entre os municípios fronteiriços dos dois países, não parece correto classificar esses espaços apenas jurídica e territorialmente, não levando em conta os aspectos subjetivos encontrados ali. Tais especificidades, inclusive, motivaram a Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE) do Rio Grande do Sul, em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, amparados pelo Acordo de Cooperação Técnica a realizarem um estudo de mapeamento das atividades econômicas do Rio Grande do Sul com os países vizinhos, a saber, Uruguai em sua maioria e Argentina (FILHO, SEVILLA, AVILA, 2012).

Nos estudos, os autores trabalham com as áreas como o planejamento do espaço, a legislação fronteiriça, o desenvolvimento regional, os projetos de governo, o setor econômico (relacionando-se com a aduana e os *free-shops*, a agricultura e o polo naval), a infraestrutura e o setor energético, bem como as universidades da região (FILHO, SEVILLA, AVILA, 2012). Ali, faz-se uma catalogação dos principais aspectos que compõem a formação da região fronteiriça do Rio Grande do Sul, mas desconsidera-se a influência cultural que as cidades recebem tanto da tradição uruguaia quanto da argentina. Esse esforço se faz necessário quando se procura entender o desenvolvimento regional fronteiriço e, além, quando se procura compreender as relações dentro daquele espaço.

Com relação ao desenvolvimento, no estudo de Tomazzoni e Costa (2012) sobre o papel das universidades no desenvolvimento do turismo das cidades gêmeas entre Brasil e Uruguai tratam sobre as potencialidades e estratégias dessas cidades para a configuração de uma realidade turística competitiva. Há um considerável esforço para caracterizar o desenvolvimento da região, e em vários momentos lembra-se que as formas como o desenvolvimento é medido, seja econômica, competitiva ou produtivamente, são equivocadas. No entanto, valoriza-se a ideia de turismo como vetor de contribuição ao desenvolvimento dessas cidades, chegando-se a falar, em determinado momento, que “o incentivo ao desenvolvimento do turismo nos municípios fronteiriços pode ser alternativa de diversificação econômica para estas áreas de baixa densidade demográfica e baixo índice de desenvolvimento” (TOMAZZONI E COSTA, 2012, p. 12). Essa crença é problemática em

diversas medidas, que serão abordadas mais a frente, mas é também bastante difundida seja pelas instâncias públicas quanto pelos setores privados da atividade.

As diversas facetas do contexto local

Apesar de, para o senso comum, a noção de fronteira internacional ser entendida como a localidade de divisão de dois ou mais países, na divisão territorial brasileira entende-se como “os espaços compreendidos em até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres (...)”⁷. Dentro dessa definição, tem-se a “linha de fronteira”, composta pelos municípios que fazem divisa com os países vizinhos, e as “Cidades Gêmeas”, referente às cidades que possuem ligação direta com um ou mais vizinhos (CARGNIN, 2011). No Rio Grande do Sul, dada a ocupação do território e as características regionais, tem-se 10 cidades gêmeas (Santana do Livramento, Chuí, Jaguarão, Porto Xavier, Aceguá, Barra do Quaraí, Itaqui, Quaraí, São Borja e Uruguaiana), um número bastante elevado frente aos demais estados brasileiros, sendo a sua maioria pertencente à Metade Sul do Rio Grande do Sul.

Para se compreender o processo de ocupação e integração da Metade Sul do Rio Grande do Sul ao restante do território nacional seria necessário um resgate histórico que não parece pertinente neste momento⁸. No entanto, esse processo acabou por resultar em um cenário regional de aparente “atraso”, onde não só a economia parece estagnada como as próprias desigualdades sociais, culturais, ambientais, etc., chamam atenção a um espaço teoricamente “esquecido” pelo Estado (SEHN, 1999). Ao pensar-se nas diretrizes que deram embasamento a PNDR, parece clara a significância da participação de regiões do Rio Grande do Sul nas ações da PNDR. Somando-se a situação do estado com a já descrição das regiões de fronteira, feita no capítulo anterior, entende-se que de diversas formas diferentes esses espaços vieram sendo pormenorizados frente às atenções nacionais e, com as políticas do Ministério da Integração, parecem estar ganhando atenção.

Para Cargnin (2011), no entanto, essa divisão do estado do Rio Grande do Sul entre norte desenvolvido e sul subdesenvolvido é repleta de problemáticas, uma vez que se faz necessária a compreensão das especificidades de cada localidade para entender o processo de desenvolvimento (ou não) em curso. Fatores como a imigração diferenciada no norte e

7 Conforme estabelecido no § 2º do art. 20 da Constituição, dada pela Lei Federal nº 6.634/79, regulamentada pelo Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980.

8 Para saber mais, indica-se Alonso, 1986; Pesavento, 1985; Quevedo e Tamanquevis, 1990.

no sul, a ocupação em propriedades pequenas e industriais e grandes e pecuárias/agrícolas, respectivamente, são constantemente resgatados como justificativas à estagnação da Metade Sul (CORONEL, ALVES, SILVA, 2007). No entanto, Rocha (2000) tem uma visão alternativa sobre o assunto. Para o autor, um dos motivos da estagnação da Metade Sul foi a falta de motivação dos produtores, uma vez que não havia a necessidade de se produzir e vender essa produção a grandes mercados se a situação econômica e social das famílias naquele momento atendia satisfatoriamente aos anseios pessoais das mesmas.

Nas fronteiras do Rio Grande do Sul, a economia local acompanha determinado padrão, tendo sua base na agricultura, pecuária e nos serviços (FILHO, SEVILLA, AVILA, 2012; PINTO e PINTO, 2010). Somando-se isso com a distância dos centros financeiros do país, tem-se o cenário ideal para o esquecimento no tempo. A fronteira de Jaguarão com Rio Branco (Uruguai) é uma das mais movimentadas do Estado, distante 393km de Porto Alegre, sendo também a mais próxima da capital, o que contribui para a facilidade ao seu acesso. A cidade de Jaguarão tem sua fundação a partir de acampamentos militares em vias da expansão do domínio português e espanhol ao continente sul-americano. Em 1833 Jaguarão foi instituído município e em 1855 tornou-se cidade. Dez anos depois a cidade sofreu invasão e ataque uruguaio, resistindo. Esse histórico contribuiu para a diversidade de sítios arquitetônicos observados na cidade, com destaque aos casarões datados dos séculos XIX e XX (PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÃO, 2016)⁹. Atualmente a cidade possui 28 mil habitantes¹⁰, sendo a economia local muito parecida com a observada nas demais fronteiras do Rio Grande do Sul, relacionada à agronomia, pecuária e serviços, além da parcela de turismo proveniente dos visitantes ao país vizinho.

Além disso, a construção da Ponte Internacional Barão de Mauá, em 1930, que liga a cidade de Jaguarão a Rio Branco, a abertura dos *free-shops* uruguaio em Rio Branco em 2003 e a abertura de um campus da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA em 2006 são momentos marcantes para a história da cidade, não só pelo simbolismo destes acontecimentos em uma região tão extrema do país, mas também pela dinamização das atividades e do fluxo de pessoas naquele espaço.

A ponte, resultado de um acordo de dívidas entre Brasil e Uruguai, acabou por fortalecer a relação entre as populações das cidades em questão (MATOS, 2008),

9 Para saber mais: História de Jaguarão, Rio Grande do Sul, Brasil. Disponível em <http://www.jaguarao.rs.gov.br/?page_id=364>, acesso em 10 de março de 2016.

10 De acordo com o Censo 2015 do IBGE.

funcionando como elo de integração onde antes se observava apenas a existência de um rio (o rio Jaguarão) como divisor. Neste ponto, a reflexões de Sennett (2011, 2013) a respeito do conceito de fronteiras torna-se um resgate importante, visto que o autor se preocupa em descrever tais espaços como interacionais, relacionais, dependentes de subjetividades que ultrapassam os limites geográficos e políticos. Além disso, serviu aos propósitos da integração econômica dos dois países, estabelecendo um novo caminho para a circulação de importações e exportações, o que se leva a pensar sobre a descrição de desenvolvimento schumpeteriana (1988).

Os *free-shops* uruguaios, instituídos pelo governo em 1986, tiveram sua primeira abertura nos municípios de Chuy (divisa com Chui-BR) e Rivera (divisa com Santana do Livramento-BR), caracterizam-se pela venda de produtos com isenção fiscal ao consumidor estrangeiro, não sendo permitida a compra para uruguaios (PINTO e PINTO, 2010). Em Rio Branco, a primeira loja teve sua abertura em 2003, e hoje a cidade tem a terceira maior concentração de lojas da fronteira uruguaia, ficando atrás somente de Chuy e Rivera. Miranda (2010) descreve a abertura dos *free-shops* uruguaios como uma solução econômica genuína que deu vida a um setor peculiar, primeiramente tido como a grande oportunidade de desenvolvimento local e, posteriormente, revelando-se um efeito paliativo no crescimento do país (MIRANDA, 2010). Poderia ser feita aqui uma relação com os processos de desenvolvimento do Brasil, mas optou-se por manter essa construção em suspenso, à espera dos dados a serem coletados na cidade de Jaguarão.

Finalmente, a abertura de cursos da Unipampa em 2006¹¹ na cidade se dá, primeiramente, pelo processo de expansão das universidades públicas no Brasil¹², também característico dos ideais de desenvolvimento já debatidos neste texto. No entanto, mesmo parte desse processo nacional, o site oficial da universidade descreve sua abertura como um esforço “para minimizar o processo de estagnação econômica onde está inserida, pois a educação viabiliza o desenvolvimento regional, buscando ser um agente da definitiva incorporação da região ao mapa do desenvolvimento do Rio Grande do Sul” (UNIPAMPA,

¹¹ A saber: a Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA tem a sua criação oficial datada de 2008, pela Lei nº 11.640, de janeiro de 2008. No entanto, anteriormente a isso as cidade de Jaguarão contava com uma extensão da Universidade Federal de Pelotas – UFPel, desde 2006. Com a institucionalização da UNIPAMPA, o campus Jaguarão muda de nome e administração.

¹² Ver BRASIL/MEC, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>>.

2016)¹³. Atualmente a cidade dispõe dos cursos de Produção e Política Cultural, Letras, História, Pedagogia e Tecnólogo em Turismo.

Esse contexto leva à fala de Tarso Genro (2013)¹⁴, quando governador do estado do Rio Grande do Sul, em entrevista à Rádio Pelotense. Na ocasião, o então governador afirmou que “a metade sul do estado enfrenta novos problemas, que são o do desenvolvimento; e não mais o do descaso e abandono” (PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÃO, 2013). Assim, cabe refletir sobre o significado da fala do governador frente à corrida pelo desenvolvimento que veio tomando forma no município, bem como as falas dos demais atores locais da cidade frente às já explanadas diretrizes do Governo Federal.

A cidade de Jaguarão a partir de duas visitas exploratórias

Antes de adentrar-se às visitas à Jaguarão, parece ser pertinente contextualizar o cenário político local. O atual prefeito da cidade, Claudio Martins, está no seu segundo mandato consecutivo. O primeiro aconteceu de 2009 a 2012 e o atual, 2013 a 2016. O partido do prefeito, bem como de seu vice, Lisandro da Silva Lenz, é o Partido dos Trabalhadores (PT), o mesmo partido em vigência no Governo Federal desde 2003¹⁵, fator que pode ter significância quando e se forem observadas semelhanças nas ações e discursos proferidos pelo poder público local em comparação com as diretrizes do Governo Federal.

Anteriormente à definição da problemática desta pesquisa, foram feitas duas visitas exploratórias à cidade de Jaguarão-RS. Na primeira, em setembro de 2015, buscou-se informações sobre o processo de abertura de *free-shops* no lado brasileiro das fronteiras internacionais, a ser melhor explicado no decorrer do capítulo. A segunda, em março de 2016, fez parte de uma série de visitas às fronteiras do Rio Grande do Sul com o Uruguai, com o Grupo de Estudos e Pesquisas Para-Formal na Fronteira, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas.

¹³ Disponível em: <<http://novoportal.unipampa.edu.br/novoportal/universidade>>. Acesso em 15 de maio de 2016.

¹⁴ Em 18 de setembro de 2013 o então governador do Rio Grande do Sul Tarso Genro visitou a cidade de Jaguarão para conhecer os 11 projetos contemplados pelo PAC Cidades Históricas em Jaguarão. Também foram contempladas pelo PAC as cidades gaúchas de Pelotas, Porto Alegre e São Miguel das Missões e, na ocasião, o governador concedeu entrevista à Rádio Pelotense de forma a falar sobre o assunto.

¹⁵ Não cabe, neste momento, um detalhamento minucioso do atual cenário político brasileiro, com o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff e a gestão do vice-presidente Michel Temer (Partido do Movimento Democrático Brasileiro). No entanto, essa temática provavelmente figurará no momento de análise da pesquisa, posteriormente às próximas entrevistas.

O acontecimento de setembro de 2015 pode ser classificado não só como a primeira visita com intenções de pesquisa em Jaguarão, mas sim como, literalmente, a primeira visita desta pesquisadora à cidade. Nesse momento, e em março de 2016, alguns conhecimentos prévios pautaram as entrevistas exploratórias. A saber, a 1) a sanção, em 2012, da lei nº 12.723, que autoriza a instalação do comércio de *free-shops* nas cidades brasileiras de fronteira e estabelece algumas diretrizes para essa atividade (BRASIL, 2012b); 2) o envolvimento da cidade com o Programa de Aceleração ao Crescimento - PAC¹⁶ (PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÃO, 2013). Assim, em um primeiro momento, foram essas temáticas que pautaram as entrevistas com representantes da Secretaria de Planejamento e Urbanismo e da Secretaria de Cultura e Turismo, totalizando cinco entrevistas, a saber: em setembro de 2015, com o secretário de Planejamento e Urbanismo, em uma conversa de cerca de 20 minutos; com a turismóloga, o historiador e o produtor cultural da Secretaria de Cultura e Turismo, em conversas de, respectivamente, 10, 30 e 40 minutos cada. Finalmente, em março de 2016, foi entrevistada a secretária de Cultura e Turismo, em uma conversa com duração de 20 minutos.

O primeiro fato que chama a atenção são as formações diversas dos representantes das secretarias. Dentre os cinco entrevistados, apenas o historiador e a turismóloga da Secretaria de Cultura e Turismo têm formação relacionada diretamente à área onde atuam (História e Turismo, respectivamente). Os secretários de Planejamento e Urbanismo e o secretário de Cultura e Turismo, bem como o produtor cultural, apesar da experiência dentro do serviço público nas áreas de atuação, não possuem, necessariamente, formação acadêmica relacionada às temáticas. Esse fator parece importante para a pesquisa no momento da análise das falas desses atores, de forma a tentar compreender discursos e ações que não sejam inerentes, talvez, à profissão (de planejador, de produtor cultural, etc.), e sim à posição ocupada dentro do poder público. Outro detalhe interessante é a predominância de Cargos de Confiança¹⁷ nas secretarias visitadas, totalizando três dos

¹⁶ O PAC é um programa nacional, criado em 2007, buscando o “planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, contribuindo para o seu desenvolvimento acelerado e sustentável”, que abrange projetos de Mobilidade Urbana, Saneamento, Infraestrutura Turística, Educação, Saúde, Cidades Históricas e de diversas outras áreas que necessitam de intervenção pública para infraestrutura. O PAC Cidades Históricas, que vem contemplando o município de Jaguarão, tem como proposta “preservar o patrimônio brasileiro, valorizar a cultura nacional e promover o desenvolvimento econômico e social com sustentabilidade e qualidade de vida para os cidadãos (...)” (BRASIL, 2007). Para saber mais: <http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>, acesso em 10 de novembro de 2015.

¹⁷ Cargos de Confiança são comuns no serviço público, quando determinados postos são assumidos por pessoas que possuem, como o próprio nome denota, confiança de seus superiores, havendo a indicação para

cinco entrevistados, bem como a proximidade dos representantes com o Gabinete do Prefeito e as decisões lá desenhadas, o que talvez também possa sinalizar a aparente homogeneidade dos discursos e ações.

Na Secretaria de Planejamento e Urbanismo abordou-se, principalmente, a situação do processo de abertura dos *free-shops* brasileiros. Os entrevistados falaram sobre a legislação municipal, datada de 2014¹⁸, que criou um Grupo Técnico para a regulamentação do empreendimento. A principal preocupação destacada versa sobre a construção de um zoneamento para a implementação das lojas, visando a integração deste comércio à zona urbana da cidade, onde destacou-se o exemplo de Rio Branco. Na cidade uruguaia os *free-shops* encontram-se distantes do núcleo urbano, o que acarreta, em primeiro lugar, em uma passagem superficial de visitantes ao espaço urbano e, conseqüentemente, uma zona deserta e perigosa no período noturno, após o fechamento do comércio. Para os representantes da secretaria, ainda, essa situação faz com que o visitante dos *free-shops* não se hospede em Rio Branco, uma vez que a proximidade do centro urbano de Jaguarão é maior do que a da própria cidade uruguaia. Assim, a cidade brasileira já dispõe de infraestrutura (principalmente hotéis e restaurantes) de forma a atender os visitantes da cidade vizinha. Quando questionados sobre a procura de empresários locais, no entanto, os representantes da secretaria afirmaram que esse vem sendo o maior problema. Mesmo com a participação do Sindicato do Comércio Varejista (Sindilojas), da Câmara de Dirigentes Lojistas e do Sindicato dos Empregados no Comércio, apenas uma empresa procurou a secretaria para mais informações sobre o processo.

Tal informação remete a questionamentos já levantados anteriormente neste texto. A fala dos representantes do poder público, quando questionados sobre o interesse privado do processo, parece denotar, na realidade, a falta de interesse. No entanto, curiosamente, durante os anos de 2014 e 2015 uma série de assembleias e audiências públicas tomaram curso nas cidades fronteiriças, com o intuito de debater a temática, o que leva a pensar que há interesse, mas talvez não haja integração ou, até mesmo, esperança no processo. Em julho de 2015, inclusive, ocorreu o maior destes eventos, em Jaguarão, onde o prefeito local (gestão 2013-2016) foi escolhido como coordenador do Fórum de Prefeitos de Cidades Gêmeas do RS, sendo porta voz das demais cidades e responsável também por redigir a

essas funções, sem a necessidade de concurso público para assumirem seus cargos. Essa é uma prática que se observa em todo o cenário brasileiro, não exclusivamente no caso observado.

¹⁸ Lei Orgânica Municipal nº 6.008 de 28 de agosto de 2014.

Carta de Jaguarão, documento que expressa os interesses dos envolvidos no processo a ser direcionado aos governos Estadual e Federal (PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÃO, 2015).

Uma vez na Secretaria de Cultura e Turismo, a questão dos *free-shops* foi abordada em conjunto com as recentes transformações no patrimônio da cidade a partir das verbas do PAC. Os representantes dessa secretaria, no entanto, eram mais divergentes em suas falas. Enquanto alguns consideravam primeiramente a necessidade do reconhecimento do morador local às belezas da cidade, outros achavam que a vinda dos *free-shops* brasileiros auxiliaria no processo de promoção da cidade ao turismo. Falas como “nós precisamos vender a cidade!” e “vamos qualificar o nosso patrimônio para receber os visitantes” sinalizam certa semelhança às analogias constitutivas de Vainer (2000), já destacadas anteriormente neste texto, em referência à necessidade de transformar Jaguarão em um produto interessante e qualificado, capaz de conquistar atenções externas. Também, essa urgência em trazer atividade turística qualificada à cidade une-se aos ideais de desenvolvimento nacional, uma vez que se vem pensando nas “contribuições do setor para o desenvolvimento econômico, social e a erradicação da pobreza” no Brasil (BRASIL, 2013, p. 8). Outro momento interessantíssimo foi a menção ao PAC Cidades Históricas como “uma oportunidade incrível que o Governo Federal vem dando às cidades” o que, aparentemente, é o convencimento do sucesso das políticas do Estado direcionadas ao crescimento (como o próprio nome do programa diz) dos espaços, teoricamente, necessitados.

As falas referentes à requalificação do patrimônio não só material, mas também inconsciente dos moradores, remetem à ilusão da cidade-pátria (VAINER, 2000), onde tem-se um discurso harmonioso que acaba por servir aos propósitos, mais uma vez, da promoção do espaço. A fala da Secretaria de Planejamento e Urbanismo sobre o zoneamento dos *free-shops* brasileiros, também, une-se ao discurso da Secretaria de Cultura e Turismo, onde se espera que o espaço dedicado a esses empreendimentos continue a ser o espaço dedicado ao centro comercial, onde também se situa o centro histórico e, assim, os atrativos da cidade.

Considerações finais

Por mais que exploratórias, ambas as visitas contribuíram para a reflexão da situação fronteiriça no Rio Grande do Sul e, obviamente, na cidade de Jaguarão. Foi a partir dessas entrevistas iniciais que se passou a pensar que o poder público da região fronteiriça parecia estar integrando às cegas um discurso de desenvolvimento proveniente do Estado, que desconsidera as particularidades do espaço em questão. Assim, há neste momento a necessidade de aprofundar tais entrevistas, bem como abordar novos momentos do processo de busca ao desenvolvimento da cidade, buscando conhecer novos atores dentro do espaço político e novas visões acerca da realidade local.

Para isso, planeja-se dar continuidade às entrevistas, abordando agora as secretarias de Administração, Desenvolvimento Econômico e o Gabinete do Prefeito. Finalmente, uma vez realizadas tais entrevistas, poder-se-á obter um panorama mais abrangente de como vem se configurando o debate sobre desenvolvimento dentro do poder público de Jaguarão, podendo-se, assim, refletir acerca dos argumentos e da teoria desta pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. *Sobre o Estado*. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional: Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional. 2007. *Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6047.htm. Acesso em: 11 de abril de 2016.

_____. Ministério da Integração Nacional: Secretaria de Desenvolvimento Regional. 2009. *Faixa de Fronteira: Programa de Promoção da faixa de Fronteira - PDFF*. Disponível em: <<http://www.mi.gov.br/web/guest/comissao-permanente-para-o-desenvolvimento-e-a-integracao-da-faixa-de-fronteira>>. Acesso em 8 de abril de 2016.

_____. Ministério da Integração Nacional: Secretaria de Desenvolvimento Regional. 2010. *Bases para uma proposta de desenvolvimento e integração da Faixa de Fronteira*: Grupo de Trabalho Interfederativo de Integração Fronteiriça. Disponível em: <<http://www.mi.gov.br/web/guest/comissao-permanente-para-o-desenvolvimento-e-a-integracao-da-faixa-de-fronteira>>. Acesso em 15 de maio de 2016.

_____. Ministério da Integração Nacional: Secretaria de Desenvolvimento Regional. 2012a. *I Conferência Nacional do Desenvolvimento Regional*: Documento de Referência. Disponível em: <<http://www.mi.gov.br/desenvolvimento-regional/publicacoes>>. Acesso em 11 de abril de 2016.

_____. Lei nº 12.723, de 9 de outubro de 2012. *Dispõe sobre bagagem de passageiro procedente do exterior, disciplina o regime de entreposto aduaneiro, estabelece normas sobre mercadorias estrangeiras apreendidas e dá outras providências, para autorizar a instalação de lojas francas em Municípios da faixa de fronteira cujas sedes se caracterizam como cidades gêmeas de cidades estrangeiras e para aplicar penalidade aos responsáveis dos órgãos da administração direta ou indireta que dolosamente realizarem importação ao desamparo de guia de importação.* 2012b. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12723.htm>. Acesso em: 13 de julho de 2015.

_____. Ministério do Turismo. *Plano Nacional de Turismo 2013-2016: O Turismo fazendo muito mais pelo Brasil.* Brasília, DF, 2013.

CARGNIN, Antonio Paulo. *Políticas de Desenvolvimento Regional no Rio Grande do Sul: vestígios, marcas e repercussões territoriais.* Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, 2011.

CORONEL, Daniel Arruda; ALVES, Fabiano Dutra; SILVA, Mariangela Amaral. Notas sobre o processo de desenvolvimento da metade sul e norte do estado do Rio Grande do Sul: uma abordagem comparativa. *Perspectiva Econômica*, v. 3, n. 2, p. 27-43, jul-dez, 2007.

DITTRICH, Ivo José. Apresentação, representação e metaforização das fronteiras: reflexões interdisciplinares. In: *Textos&Debates*, Boa Vista, n.22 p. 31-45, jul./dez. 2012.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: Formação do Estado e Civilização.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993, v. II.

FILHO, Camilo Pereira Carneiro; SEVILLA, Gabriela Garcia; AVILA, Róber Iturriet. Faixa de fronteira do Rio Grande do Sul: economia, infraestrutura e gestão do território. In: *Textos para Discussão FEE*, nº 107, out. 2012. Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã, Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 2012.

FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento.* Rio de Janeiro: Centro Celso Furtado / Contraponto, 2009.

GOLIN, Tau. *A fronteira: governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina.* 2ª ed. (Coleção Documentos Brasileiros). Porto Alegre: L&PM, 2002.

HAESBAERT, Rogério C. *O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

MATOS, Everton Coelho. *Brasil e Uruguai: uma dívida que virou ponte.* Monografia (Graduação em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Uruguaiana, 2008.

MIRANDA, Adrián Rodríguez. La frontera Uruguay-Brasil y el desarrollo local. *Nóesis: Revista de Ciencias Sociales y Humanidades/Universidad Autónoma de Ciudad Juárez*, Instituto de Ciencias Sociales y Administración, v. 19, n. 37, enero-junio, 2010.

PINTO, Andler Kimura; PINTO, Vinicius Lacerda. O consumidor dos Free Shops: Estudo de caso do perfil consumidor em Rio Branco/Uruguai. In: ENG 2010 - XVI Encontro Nacional dos Geógrafos: Crise, prais e autonomia: espaços de resistência e de esperanças. *Anais...*, Porto Alegre, 2010.

PRADO, Henrique Sartori de Almeida. Lojas francas, a fronteira e as perspectivas para as cidades-gêmeas brasileiras. In TELES, Reinaldo Miranda de Sá e PIERI, Vitor Stuart Gabriel. *Turismo e Paradiplomacia das Cidades*. Rio de Janeiro: Cenegri, 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÃO. *Pac Cidades Históricas destina 40 milhões para valorização do patrimônio de Jaguarão*, 22/08/2013. Disponível em: <<http://www.jaguarao.rs.gov.br/?p=3365>>. Acesso em 25 de março de 2016.

_____. *Público lota Biblioteca para debater a implantação dos free-shops nas cidades brasileiras de fronteira*, 01/07/2015. Disponível em <<http://www.jaguarao.rs.gov.br/?p=10738>>. Acesso em: 18 de julho de 2015.

ROCHA, Jefferson Marçal. As raízes do declínio econômico da "Metade Sul" do Rio Grande do Sul uma análise da racionalidade econômica dos agentes produtivos da região. *Primeiras Jornadas de História Regional Comparada*. Porto Alegre, 2000.

SCHUMPETER, Joseph Alois. *A Teoria do Desenvolvimento Econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico* São Paulo: Nova Cultural, 1988.

SEHN, Pedro Selomar. O atraso da Metade Sul do Rio Grande do Sul em relação à Metade Norte: uma análise dos aspectos históricos e da estrutura fundiária. *Economia e Desenvolvimento*, v. 10, p.1-10, 1999.

SENNETT, Richard. Boundaries and Borders. In: *Living in the Endless City*. Ricky Burdett, Deyan Sudjic (orgs). London: Phaidon Press, 2011. p. 324-331.

_____. *The Open City*. Lecture transcription of the Understanding Society: Centre for Research in the Arts, Social Sciences & Humanities, University of Cambridge, 2013. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=ouyHey4QuUE&feature=youtu.be>>. Acesso em: 28 de novembro de 2014.

TOMAZZONI, Edegar Luis. COSTA, Luciana de Castro neves. *As Cidades-Gêmeas Entre Brasil e Uruguai e a Atuação das Universidades Brasileiras no Desenvolvimento do Turismo Transfronteiriço Regional*. In: IX Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo. Anais. São Paulo: APTUR, 2012.

VAINER, Carlos Bernardo. Pátria, empresa e mercadoria – Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In Arantes, O. Vainer, C. Maricato, E. *A cidade do pensamento único / desmanchando consensos*. Petrópolis, Editora Vozes, 2000.

Economia global do crime: uma breve análise das consequências da mundialização da economia para a África

Arcénio Francisco Cuco¹

A economia em rede é uma onipresença no mundo global. A questão é como os países economicamente fracos estão sendo integrados nesta economia global? Quem se beneficia com a economia global? Por que alguns países, mesmo com a mundialização da economia, continuam pobres? Como países extremamente ricos em recursos minerais e energéticos, como muitos países africanos, passados mais de 50 anos das suas independências, crescem a um ritmo muito lento? A partir de revisão bibliográfica, procuramos neste texto responder a estas indagações. Embora o trabalho se foque a África como um todo, para uma questão de compreensão procuramos reduzir a análise à experiência de integração de Moçambique na economia global. Este trabalho será constituído por duas partes: a discussão do conceito sobre a economia global do crime, na qual procuramos trazer uma ideia geral do conceito e como se manifesta, em termos gerais, em África; e, em seguida, procuramos analisar de forma específica manifestações deste conceito no contexto moçambicano, tomando-se como base a dívida pública de Moçambique despoletada pelo FMI, no primeiro semestre de 2016, que posteriormente, precipitou a suspensão, por todos os doadores, do apoio financeiro ao país. Elegemos como objeto de uma breve discussão, neste Seminário, a primeira parte. Porque a segunda parte demanda uma pesquisa com uma certa acuidade, não será abordada neste seminário.

Palavras-chave: África, crime, economia global, integração.

Introdução

Quando era deputado na assembleia nacional do meu país, tinham nos apresentado um projeto de lei sobre as privatizações acompanhadas de uma nota do governo a dizer: “Se não votam esta lei, não teremos o crédito que esperamos de uma instituição financeira.” Era como se dissessem: votem ou morre...

Ki-Zerbo, 2006

¹ Doutorando em Ciência Política pela UFRGS. Mestre em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Integrante do Grupo de Pesquisa Direito à Verdade e à Memória e Justiça de Transição e do Grupo de Pesquisa em Criminologia (GEPCRIM). É membro do Conselho Editorial da Revista Direito & Inovação do Curso de Direito da URI/FW. Bolsista da Capes. País de residência: Brasil. E-mail: arcuco@yahoo.com.br

A economia em rede é uma onipresença no mundo global. A questão é como os países economicamente fracos estão sendo integrados nesta economia global? Quem se beneficia com a economia global? Por que alguns países, mesmo com a mundialização da economia, continuam pobres? Como países extremamente ricos em recursos minerais e energéticos, como muitos países africanos, passados mais de 50 anos das suas independências, crescem a um ritmo muito lento? A partir de revisão bibliográfica, procuramos neste texto responder a estas indagações. Embora o trabalho se foque a África como um todo, para uma questão de compreensão procuramos reduzir a análise à experiência de integração de Moçambique na economia global.

O nosso argumento no texto é de que a África é integrada na economia global de uma forma que se pode considerar de “criminosa”, na medida em que, pese embora continue sendo um espaço de disputa entre as superpotências mundiais, a sua posição é apenas de subserviência. Este argumento encontra sustentação na forma como maior parte dos países do continente, ao longo do tempo, continuam dependentes de ajuda externa e continuam acumulando dívidas quase impossíveis de saldar. É uma economia global do crime porque ela permite a perpetuação da marginalização dos países economicamente fracos propiciando o surgimento de problemas como a fome, epidemias, violência, guerras civis, êxodo em massa e caos social e político. Como não se pode chamar de economia global do crime quando credores de forma irresponsável emprestam bilhões de dólares a líderes que eles mesmos consideram corruptos sem garantia de que esse débito será pago?

Entretanto, não é menos verdade que existem fatores internos que concorrem para o subdesenvolvimento do continente africano. Mas que variáveis de natureza externa têm maior relevância e influência para explicar o estágio de empobrecimento que os países africanos se encontram hoje em dia, parece indubitável. Argumentos dominantes como, por exemplo, “países pobres são pobres em virtude de condições geográficas ou culturais; que seus líderes ignoram políticas capazes de enriquecer seus cidadãos”, tendem a ser postergado por autores como Daron & Robinson (2012). Novas explicações para os problemas dos países pobres ganham espaço. Para Castells (1999), a África está sendo marginalizada das redes globais. Ou seja, embora o continente seja um espaço de disputa das superpotências mundiais, continua sendo um peão no sistema internacional através desse isolamento. Ki-Zerbo (2000), Moyo (2009), Adebajo (2013) entre outros, apontam algumas instituições preponderantes no mundo da economia globalizada, tais como o FMI

e o Banco Mundial, bem como multinacionais como determinantes e incentivadoras de políticas econômicas que marginalizam países economicamente fracas (ao exemplo de vários países africanos) em conluio com seus líderes. Uma das principais armas para o efeito, consiste no endividamento aparentemente irresponsável (quer dos credores quer dos países do destino desses créditos) dos países economicamente fracos.

Este trabalho será constituído por duas partes: a discussão do conceito sobre a economia global do crime, na qual procuramos trazer uma ideia geral do conceito e como se manifesta, em termos gerais, em África; e, em seguida, procuramos analisar de forma específica manifestações deste conceito no contexto moçambicanos, tomando-se como base a dívida pública de Moçambique despoletada pelo FMI, no primeiro semestre de 2016, que posteriormente, precipitou a suspensão, por todos os doadores, do apoio financeiro a Moçambique. Elegemos a primeira parte do trabalho para uma breve discussão neste Seminário. Porque a segunda parte demanda uma pesquisa com uma certa acuidade, não será abordada neste seminário.

Parte-se do conceito de *economia do crime global* desenvolvido por Castells para se estabelecer o conceito de *economia global do crime*. O conceito de Castells é fundamental na medida em que, o conceito de *economia global do crime* é inspirado naquele.

Economia do crime global & economia global do crime

O conceito de *economia do crime global* é desenvolvido por Manuel Castells na sua trilogia “A era da informação: economia, sociedade e cultura”. O autor trabalha esta ideia no terceiro volume desta trilogia, “Fim de Milênio”, publicado no Brasil em 1999. A importância de trazer este conceito, reside no fato de ter sido a inspiração para o conceito *economia global do crime* que se procura desenvolver neste trabalho.

Para Castells, a globalização do crime seria caracterizada pela formação de redes entre poderosas organizações criminosas em que suas atividades são compartilhadas, acabando por afetar de forma profunda a economia internacional e nacional, a política, a segurança e, em última análise, as sociedades em geral. Essas redes de crime se aproveitam da globalização econômica e das novas tecnologias de comunicações e transportes para desenvolver as suas atividades numa conexão perversa entre a economia e o crime. A estratégia dessas organizações criminosas:

Consiste em instalar suas funções de gerenciamento e produção em áreas de baixo risco, nas quais detêm relativo controle do meio institucional e voltar a atenção, como mercados preferências às áreas com a demanda mais afluyente, de modo que possam cobrar preços mais elevados. (ex: cartéis de droga, comércio ilegal de armamento ou no tráfico do material radioativo).

As receitas que resultam dessa atividade são globalizado, através da lavagem do dinheiro recorrendo-se ao mercados financeiros internacionais. O uso seletivo de violência e corrupção de funcionários do governo banqueiros, burocratas e responsáveis pela fiscalização do cumprimento da lei, são o meio para lograrem sucesso na realização de acordos dentro dessas economias de baixo risco.

Como se pode depreender, neste conceito, o autor faz uma correlação das organizações poderosas do crime com a globalização da economia, no sentido de que as organizações criminosas se aproveitam deste advento para expandirem as suas atividades bem como para a lavagem do dinheiro proveniente dessas atividades. Sendo que, os países economicamente fraco, são os mais vulnerais à atuação dessas organizações criminosas, aproveitando-se da fraqueza das suas instituições política, econômica e social para atuarem a seu bel-prazer e, em algum momento com a participação de algumas elites públicas desses países.

Entretanto, nesta definição o autor deixa de lado outro tipo de ações que resultam da globalização da economia que também têm um caráter criminoso, na qual os Estados e multinacionais assim como algumas organizações internacionais são os principais protagonistas. Nestas ações, Estados economicamente fortes ao lados de multinacionais e algumas organizações internacionais, atuando dentro de uma aparente legalidade e em nome de promoção de desenvolvimento e crescimento econômico criam um caos político e social nos países economicamente fracos e muitas das vezes em conluio com algumas lideranças desses países. E uma das principais armas que tem sido usados para esse efeito é o endividamento absurdo dos Estados, tornando-as impagáveis, ao mesmo tempo que se perpetua a dependência pelas doações externas. Por que dizer “em algum momento em conluio com as lideranças desses países” e não dizemos de forma pragmática, “em conluio com essas lideranças”? Porque, essas lideranças nem sempre dispõem de alternativas que permitam que estejam numa posição de negar condições que lhes são impostas por essas

potências econômicas. É justamente isto, que vai nos levar a classificarmos esta forma de integração de países economicamente fracos, na economia global, de criminosa.

Assim, a economia global do crime consistiria no envolvimento de diferentes Estados, organizações internacionais e multinacionais, não envolvendo necessariamente organizações criadas com objetivo de prática de crime, mas que se aproveitam da sua força para sufocar países cujas economias são fracas. Os países menos desenvolvidos seriam as principais vítimas da economia global do crime. A economia global é traçada e estruturada no sentido de submeter, sufocar e marginalizar as economias fracas, tornando as subservientes e, provocando um caos político e social nos seus países, hipotecam o futuro de milhões de milhares dos cidadãos desses países, em acordos, não do conhecimento do público, contando com o conluio dos governos locais. E os países africanos não escapam da ação da economia global do crime, sendo os mais privilegiados.

Alguns autores como o próprio Castells, associam a letargia no crescimento dos países economicamente fracos, em particular os africanos, ao fato de a maioria dos seus governantes serem corruptos. Sem querermos menoscabar essa tese, a verdade é que esta não é a resposta para os problemas que levam os países africanos a um desenvolvimento lento. Uma das primeiras respostas pode estar associado, ainda, à Conferência de Berlim, que permitiu o retalhamento da África pelas outrora principais potências colonizadoras. É que mesmo como o advento das independências dos países africanos, poucas foram as potências favoráveis à estabilidade política e econômica da África.

Como sublinha Ngoenha (2011), as independências dos países africanos só foram possíveis porque os vencedores da II Guerra Mundial forçaram as antigas potências coloniais a libertarem as suas colônias. Desde lá, o continente africano vem conhecendo instabilidades. Estratégias foram engendradas, por estas potências, no sentido de impedirem o acesso das colônias à liberdade. Essas estratégias foram desde a guerra à tentativa de transformar as colônias em territórios ultramarinos. E os países que se negaram sofreram retaliações. Outros países tiveram que assinar acordos militares que permitiram uma presença militar estrangeira mais forte do que as forças do país ocupado, a exemplo do que a França catalogou de “France-Afrique”.

Outro elemento fundamental é que não se vislumbra uma alternativa que se possa considerar solução para esses países. Adebajo (2013) mostra que mesmo os países emergentes (novos ricos como a Coreia do Sul, Singapura, a China e a Índia) que poderiam

ser visto como alternativas as ex-potências coloniais, em vários aspectos convergem com os interesses dos países ricos e industrializados do norte e divergem muito com os dos países pobres. Outro aspecto, é o *apartheid tecnológico*, uma teoria bastante desenvolvida por Castells mas que foi diagnosticada nos meados da década 70 por Rodney (1975).

Rodney afirma que, até ao século XV, a tecnologia europeia não era absolutamente superior à das outras partes do mundo, embora houvesse certos setores específicos que eram avançados na Europa, como por exemplo, o setor de construção naval e o de armamento. No comércio com a África, a Europa teve de lançar mão dos bens de consumo asiáticos e africanos, o que, para o autor, é a prova de que o seu sistema de produção não era em absoluto superior. O fato de, durante este período, os europeus comprarem quantidades maiores de tecido indiano para venderem em África e adquirirem também tecidos em várias regiões da África Ocidental para comercializar em outras regiões, fez com que, a África, entrasse no período colonial concentrado quase que exclusivamente na exportação de algodão em rama, importando, em troca, roupas de algodão. Essa forma de trocas comerciais criou uma estagnação tecnológica na África enquanto a Europa avançava. Ou seja, a Europa atuou no sentido de estrangular a indústria do continente africano bem como de outros pontos do mundo como a Índia:

A Europa saiu beneficiada tecnologicamente dos seus contatos comerciais externos, enquanto a África nada ganhou, quiçá perdeu. As inovações vitais apareceram na Inglaterra nos fins do século XVIII após terem sido investidos os lucros do comércio externo. Na verdade a nova maquinaria representou o investimento do capital originariamente acumulado na troca e na escravatura. O comércio com a África e a Índia fortaleceu a indústria britânica, a qual, em contrapartida, sufocou toda a indústria existente no que hoje se chama países “subdesenvolvidos” (RODNEY, 1975, p.147).

A diferença entre a ideia de Rodney e de Castells reside no fato de que, para o primeiro, o *apartheid tecnológico* se refere às tecnologias de produção, ao passo que para o segundo se cingiria às tecnologias da informação como vetor da economia global. Para Castells, a África estaria excluída da revolução da tecnologia da informação, cuja capacidade de utilização e adaptação apresentam-se como um fator crítico para a geração de riqueza, poder e conhecimento, bem como para o acesso a esses atributos. E, a África estaria a ser excluída dessa revolução da tecnologia da informação devido a contumácia das

suas lideranças em manter uma política de monopólio detido por empresas nacionais, causando atraso no processo de modernização. O autor associa, também, a esta ideia, a falta de infraestruturas de produção e comunicações, assim como de capital humano; e políticas econômicas incorretas que prejudicam os investimentos e as exportações por causa de empresas locais favorecidas por suas relações com a burocracia estatal, o que faz com que “de maneira geral, investir em África é uma empresa altamente arriscada, capaz de desencorajar até mesmo os mais ousados capitalistas (CASTELLS, 1999, p115)”.

Como se pode ver, Castells insiste em colocar toda a culpa à situação de subdesenvolvimento dos países Africanos aos próprios africanos. Entretanto, os dados que o autor apresenta no seu livro parecem mostrar que a atribuição da culpa de subdesenvolvimento apenas aos países africanos seja equivocada, mesmo se retirado da análise o fator colonização. Sob uma perspectiva histórica, o autor mostra que, de 1870 a 1970, durante a incorporação da África à economia capitalista, as exportações africanas tiveram crescimento acelerado, com sucessivos aumentos da participação no total de exportações dos países em desenvolvimento. Segundo o autor, em 1950, a África respondia por mais de 3% das exportações mundiais, mas em 1990, por 1,1%. Em 1980, a África era o destino de 3,1% do total das exportações mundiais, em 1995, esse número caiu para 1,5% e as importações de produtos africanos sofreram redução de 3,7% em 1980 para 1,4% em 1995. A questão que subsiste e que precisa de resposta, tomando-se como base estes dados, é a seguinte: por que a partir de algum momento os países africanos pararam de crescer?²

Outros dados importantes apresentados pelo autor, remetem-nos aos commodities. É que as exportações africanas mantiveram-se restritas a commodities primário, constituindo 92% do total de exportações, sendo os principais agrícolas (cacau e café), que foram responsáveis por cerca de 76% da receita de exportação em 1989-1990. A razão entre exportação de bens manufaturados sobre total de exportações caiu de 7,8% em 1985 para 5,9% em 1985, ao mesmo tempo em que em lugares como o sul e sudeste asiático e a América Latina aumentou. Entretanto, como essas commodities primárias dependem do preço e desde meados de da década 70 têm sofrido quedas sucessivas, essa situação deteriora as relações comerciais, resultantes da composição das exportações, causando enormes

² Procuraremos responder a esta questão ao longo do desenvolvimento do trabalho.

dificuldades ao crescimento da África dentro de um modelo econômico voltado para o exterior.

Neste último caso, parece que podemos buscar resposta na ideia anterior do Rodney, quando ele afirma que, a África, entrou no período colonial concentrado quase que exclusivamente na exportação de algodão em rama, importando, em troca, roupas de algodão. Quer dizer, a partir do século XV em que se desenvolvem relações comerciais com a Europa, a África deixou de se preocupar em transformar, dando maior atenção a trocas comerciais baseados em commodities primárias. E isso foi agravado quando a Europa passa a deter o controle efetivo dos territórios africanos naquilo que podemos considerar como tendo sido o primeiro passo para a *economia global do crime*.

Como Ki-Zerbo (2006) bem identificou, o “pacto colonial” queria que os países africanos produzissem apenas produtos em bruto, matérias-primas a enviar para as indústrias europeias e o papel desses países era bem claro: fornecer matéria-prima.

O advento das independências em nada valeu para mudar a situação, já que pelas razões evocadas anteriormente, as antigas potências coloniais continu(ar)am, de alguma forma, impondo os seus interesses às ex-colônias. E nem mesmo os programas de ajustamento econômico que são impostos pelo FMI e Banco Mundial contribuem para alterar essa situação. Pelo contrário, a situação tende a agravar porque,

As verdadeiras estruturas que decidem do nosso futuro não dependem do fato de o nosso orçamento ter um desequilíbrio de alguns pontos. Mas dependem, por exemplo, dos preços das matérias-primas. Obrigam-nos (...) a produzir algodão para ganhar dólares. No entanto, o problema é que ao longo da fileira do algodão, os circuitos de produção, de distribuição e de fixação dos preços nos escapam. Ninguém fala em mexer na estrutura que fixa o preço do algodão, do cacau ou do café: essa é intocável. Para o nosso mercado, não se trata de uma variável. Trata-se de um dado (KI-ZERBO, 2006, p.30, 31).

Estas palavras justificam a queda sucessiva dos preços das commodities primárias, algo que está fora do controle dos países africanos. Esta estrutura de economia leva a que a maioria das economias africanas sejam dependente de ajuda internacional e empréstimos externos, por parte dos governos de outros países, e da boa vontade doadores humanitários. Este constitui o ponto mais alto da *economia global do crime*: a dívida.

DÍVIDAS E A SUBSERVIÊNCIA

O endividamento dos países economicamente fracos é a principal característica *da economia global do crime*. Como nos referimos anteriormente, a sobrevivência da maioria dos países africanos passou a depender de ajuda externa. De acordo com os dados apresentados por Castells,

Em 1990, a África recebeu 30% do montante destinado ao auxílio financeiro no mundo todo. Em 1994, a ajuda financeira internacional representou 12,4% do PNB da África, comparada a 1,1% para os países de baixa média em renda tomados em conjunto. Em vários países, essa ajuda responde por uma parcela substancial do PNB (por exemplo, 65,7% em Moçambique e 45,9% na Somália), (CASTELLS, 1999, p. 110, 112).

O que chama atenção é que esses doadores estão cientes da impossibilidade de os países africanos pagarem essa dívida. Mas, mesmo assim, continuam de forma cíclica a disponibilizar essas doações mesmo naqueles casos em que eles têm ciência de que os valores em causa vão cair em mãos de ditadores e corruptos. A questão é: por que razão os doadores continuariam apoiando alegados ditadores africanos e corrupto? Talvez a resposta se encontre no próprio Castells, quando afirma que os credores dos governos e as instituições internacionais valem-se da dependência financeira para impor políticas de ajuste sobre os países africanos, exigindo subserviência em troca do perdão parcial da dívida ou de sua renegociação.

O resultado disso é a crônica dependência dos países africanos aos doadores e prisão aos modelos transplantados da Europa e EUA, que pouco contribuem para o desenvolvimento do continente. Como Moyo (2009) sublinha, a África vive uma “cultura de ajuda”, na qual aqueles que estão em melhor situação comungam – tanto mental assim como financeiramente – a ideia de que dar esmolas aos os pobres (África) é a coisa certa a fazer. Fazem acreditar, aos africanos, que: “the rich should help poor, and the form of this help should be aid”. A ideia de “ajuda” para o continente infesta até a indústria de entretenimento:

In the past decade alone, on the back of Live 8, Make Poverty History, the Millennium Development Goals, the Millennium Challenge Account, the Africa Commission, and the 2005 G7 meeting (to name a few), millions of dollars each year have

been raised in richer countries to support charities working for Africa. (MOYO, 2009, p.xix)

A autora estima que em mais de 50 anos, mais de um trilhão de dólares em ajuda relacionado com o desenvolvimento foram transferidos para a África pelos países desenvolvidos, mas esse valor, quase em nada contribuiu para diminuir o subdesenvolvimento. Pelo contrário, a “ajuda” ajudou a tornar os pobres mais pobres e a crescerem lentamente. A miséria e a pobreza não acabaram, pelo contrário, aumentaram:

E enquanto o número de população e a proporção de pessoas no mundo vivendo em extrema pobreza caiu depois de 1980, a proporção de pessoas, na África Subsaariana, que vivem em extrema pobreza aumentou para quase 50 por cento. Entre 1981 e 2002, o número de pessoas no continente que vivem na pobreza quase dobrou, deixando a média de Africanos mais pobres hoje do que há duas décadas. E olhando para frente, o relatório de 2007 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano prevê que a África subsaariana será responsável por quase um terço da pobreza mundial em 2015, contra um quinto em 1990 (este em grande parte devido aos avanços dramáticos no desenvolvimento sendo feito em outros lugares ao redor do mundo emergente) (MOYO, 2009, p.5).

E hoje, a África que nos é apresentada, é uma África que jaze em caos político e social, desempenhando, os seus países, o papel de figurantes na economia global. Entretanto, raramente, se questiona as razões de a África não ser sujeito da sua própria história. Ninguém percebe, como defende Ki-Zerbo, que tudo está na relação de forças, onde os países economicamente fortes desempenham um papel de mundializadores e os economicamente fracos o papel de mundializado. É uma questão de pegar ou largar, sobre o risco de se ser excluído no processo de mundialização.

Aliás, para garantir o empréstimo é necessário que o país se mostre leal aos mundializadores, pois caso não o seja a possibilidade de desempenhar o papel de figurante, também vira uma miragem. Mas, é preciso sublinhar que, também, existem africanos que pelo seu estatuto social ou pelo seu papel nas organizações internacionais desempenham fazem parte dos mundializadores como seus parceiros de equipa. A este, Adebajo, chama-os de vendedores de sistemas de desenvolvimento, enquanto os regimes políticos africanos (os mundializados) são os compradores, “ambos têm lucrado e estão lucrando com esse comércio enquanto as populações africanas continuam permanentemente perdedores do

sistema (ADEBAJO, 2013, p.71)”. Eis aí, a característica aparentemente legal da *economia global do crime*.

Como resultado, são bilhões de dólares em armas para países como Angola, Moçambique, Etiópia, Somália e Libéria que protegem os interesses dos mundializadores em detrimento dos interesses dos povos desses países. E os princípios básicos como democracia e desenvolvimento são ignorados ou focados de forma paroquial para justificar a perpetuação de governantes leais aos mundializadores. Enquanto critica-se ditadores desleais como Mugabe, Kadafi entre outros, ditadores sanguinários como Omar al-Bashir do Sudão, Obiang da Guiné Equatorial, José Eduardo dos Santos, de Angola, que baniram nos seus países todo o tipo de oposição e acusado frequentemente de violação de direitos humanos continuam sendo privilegiados a receber empréstimos dos mundializadores e endividando os seus povos. E, pior, não permitem o fluxo desse capital nos seus país, mas depositam em contas pessoais e em lucrativos investimentos internacionais em todo o mundo, para benefícios exclusivo de alguns indivíduos ricos, evidenciando uma acumulação substancial de capital privado que não é reinvestido no país onde a riqueza é gerada, como sublinha Castells. Ao mesmo tempo, promovem o consumo de grande volume de bens importados caros, inclusive produtos alimentícios do ocidente e roupas da moda internacional, mostrando que o sistema comercial desenvolvido no século XV que Rodney muito bem o descreveu, está muito bem enraizado.

Existiria alguma alternativa para esta situação? A resposta a esta pergunta parece simples, também. E pode ser apresentada em forma de uma outra pergunta como, por exemplo, Ki-Zerbo o faz: “Como remediar isto num mundo em que o poder do dinheiro, o poder do saber e o poder militar estão concentrados nas mãos da mesma minoria por todo mundo? Ou se é cúmplice, ou se é adversário ou mesmo inimigo. De qualquer modo, quem não entra no jogo será excluído. Ou então será incluído à força antes de ser excluído parcialmente (KI-ZERBO, 2006, p. 37)”. Esta resposta permite-nos, inclusive, refutar a ideia de Castells de que os países africanos são subdesenvolvidos devido a políticas econômicas incorretas. Pelo contrário, é pelas imposição das potências mundializadoras, numa ação que une o legal e o crime. Aliás, a questão de “políticas incorretas”, também foi refutada por Daron Acemoglu e James Robinson (2012). Este é um tema que poderemos discutir ao longo do desenvolvimento deste projeto. Por enquanto, a ideia central é de que não existe uma alternativa para que os países africanos mudem este cenário, senão procurarem tirar

algum proveito da subserviência na qual estão mergulhado. Nem a o surgimento de novas potências de cooperação com o continente (China, Índia, Brasil, etc.), reverterá este cenário.

Conforme Ki-Zerbo defende, nem com a campanha internacional para a anulação da dívida é válida, pelo menos, a curto prazo, pois, a longo prazo, ela não é válida porque se dirige não à causa do subdesenvolvimento, mas a um efeito do sistema. E enquanto este mesmo sistema existir, a dívida renascerá das cinzas. Para o autor, a dívida está estruturalmente incluída no pacto colonial em que uns têm todo o valor acrescentado dos produtos e outros não têm quase nada: “a dívida é o filho natural deste tipo de estrutura e, pior ainda, deste gênero de sistema (KI-ZERBO, 2006, p. 33)”.

Considerações preliminares

Podemos dizer que, a ideia em discussão ainda demanda uma pesquisa que nos possa permitir produzir dados para sustentar a maioria das ideias que são aqui defendidas. Entretanto, não é dúvida para ninguém que a África precisa de se reinventar para poder tirar algumas vantagens da globalização e passar de um figurante na hierarquia do sistema internacional para um ator importante. Não basta que a África continue a ser um grande campo de disputas entre as potências internacionais e, por via disso, também um campo fértil para a economia global do crime, é necessário que a África se torne sujeito da sua própria história; é necessário que seja dono do seu próprio destino.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACEMOGLU, Daron. ROBINSON James. *POR QUE AS NAÇÕES FRACASSAM: as origens do poder, da prosperidade e da pobreza*. Editora Campus, São Paulo, 2012.

ADEBAJO, A. *The Curse of Berlin*. Columbia University Press. New York, 2013.

CASTELLS, Manuel. *Fim de Milênio: A era da Informação: economia, sociedade e cultura*. Vol. III. Editora Paz e Terra, São Paulo, 1999.

HARRISON, G. *The World Bank and Africa*. Routledge. Lond and New York, 2004.

KI-ZERBO, Joseph. *Para Quando África Entrevista Com René Holenstein*. Editora Campo das Letras. Porto, 2006

MOYO, D. *Dead Aid: Why Aid Is Not Working and How There Is a Better Way for Africa*. Farrar, Straux & Giroux; New York, 2009.

NGOENHA, Severino. *Intercultura, alternativa à governação biopolítica?* PubliFLX. Maputo. Dezembro de 2013.

_____. *Das Independências às Liberdades: Filosofia Africana.* Editora Paulinas, Maputo, 2014.

RODNEY, Walter. *Como a Europa Subdesenvolveu a África.* Editora Seara Nova. Lisboa, 1975.

Grupo de Trabalho
Minorias Sociais:
estigmatização, discriminação,
desigualdade e resistência

A inserção das mulheres no Café Aquários: uma análise interseccional de gênero em um espaço historicamente marcado pela homosociabilidade masculina

Juliana Lima Castro¹

O presente trabalho pretende compreender a inserção das mulheres no espaço social do Café Aquários, localizado na cidade de Pelotas, no sul do estado do Rio Grande do Sul. A cafeteria é marcada historicamente pela homosociabilidade masculina, onde em sua maioria os frequentadores eram homens, brancos e de classe social elevada. Ocorre que, com o passar dos anos o local passou a ser frequentado por um público variado que inclui mulheres, indivíduos de diversas faixas etárias, classes sociais, raças, o que justifica analisá-lo diante de uma perspectiva interseccional de gênero. Nesse sentido, a pesquisa objeto de dissertação de mestrado em andamento, busca analisar a transformação do público do Café com a inserção dos grupos acima mencionados.

Palavras-Chave: Gênero, Mulheres, Interseccionalidades.

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo central investigar a inserção das mulheres como público frequentador do Café Aquários, um espaço social, localizado no centro da cidade de Pelotas, no sul do Estado do Rio Grande do Sul, por ser marcado historicamente pela homosociabilidade masculina e fazer parte da rotina de grande parcela de pelotenses há muitos anos.

Nesse sentido, a partir do espaço social aludido e da homosociabilidade histórica que era característica inerente ao local, temos como questão que norteia este estudo: como se deu a inserção das mulheres no espaço social, que era caracterizado historicamente pela homosociabilidade masculina, do Café Aquários em Pelotas e como elas percebem essa inserção e as relações de gênero na cafeteria? busca-se então compreender a transformação do espaço social historicamente de homosociabilidade masculina, com a entrada das mulheres passando a frequentá-lo.

¹ Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

O Café Aquários, conforme mencionado acima, constitui um ponto de encontro habitual para a população da cidade, onde sujeitos realizam diariamente diversas relações de sociabilidade, sendo nesse aspecto um lugar peculiar por ser um espaço de lazer que sempre esteve muito vinculado a política e negócios, ou seja, poder atrelado a um histórico de público masculino marcante. Desse modo, em decorrência da questão de gênero ser cada vez mais discutida atualmente e nos mais variados cenários, surgiu à indagação de como a mulher adentrou no espaço social em tela, originando o empenho em realizar este trabalho que constitui uma dissertação de mestrado em construção, que pretende trazer ao ambiente acadêmico importantes discussões.

O nome atual se deve ao fato de ele sempre ter possuído enormes janelas envidraçadas parecendo verdadeiras vitrines, permitindo aos frequentadores uma conexão com o lado de fora, onde os grupos de homens se reuniam, para através delas, entre outras coisas, exaltar a beleza das moças bonitas que passavam na calçada, as quais eram chamadas de “peixões”. Dessa forma, fazendo uma analogia das janelas a um aquário e das mulheres aos “peixões”, surgiu à ideia do nome de Café Aquários.

A partir da origem do seu nome é possível perceber e questionar o pensamento da época, pois é evidente a objetificação feminina no cenário estudado, que também demonstra preliminarmente, um dos motivos pelos quais as mulheres demoraram a fazer parte da sociabilidade do Café, assinalado por ser um espaço de lazer, mas ao mesmo tempo de poder tanto econômico, quanto político e que também reflete a hierarquia masculina e o discurso machista característico daquele contexto histórico.

Atualmente, ainda que o público masculino seja majoritário, o Café também é frequentado por diversas mulheres que aos poucos foram conquistando espaço no referido ambiente. Desse modo, visa-se pesquisar de que forma se deu a entrada das mulheres e como elas concebem essa inserção e as relações de gênero no Café. Para tanto, é necessário compreender sociologicamente a construção social das masculinidades no referido espaço, pois conforme aludido, era caracterizado pela evidente homosociabilidade, ou seja, pela presença masculina, pela relação predominante entre indivíduos do gênero masculino.

Frise-se, que além da presença masculina ainda marcante, outro fator que se deve destacar é o de ser constituído em sua maioria por homens brancos, de classes sociais aparentemente médias e altas, constituindo um clássico ponto de encontro entre grupos de pelotenses de diversas faixas etárias, logo, fundamental analisar referidos aspectos

juntamente com a inserção de gênero feminino no Café. Sendo assim, além da construção das masculinidades, para que o objeto de pesquisa seja construído é essencial abordar a questão de gênero e sua intersecção com outras dimensões que também fazem parte das características do público que lá se reúne, tais como: classe social, faixa etária, raça, pois são dimensões que também evidenciam as desigualdades de poder e dominação sociais.

Diante da problemática proposta e antes de adentrarmos na discussão de gênero e outros conceitos fundamentais para a construção teórica do objeto de pesquisa, foi traçado um breve histórico acerca do movimento feminista a fim de situar o assunto num referencial de tempo e espaço e contextualizar a emergência do conceito gênero explorando a entrada da mulher no espaço público, pois ele foi um movimento também marcado pelas tensões dessas divisões acerca da ocupação da mulher no espaço público e privado. Para essa construção estão sendo utilizadas autoras como Joana Maria Pedro e Adriana Piscitelli.

O conceito e a discussão sobre gênero são eixos centrais no delineamento desta pesquisa, para que se possa analisar as dinâmicas sociais do Café, bem como o aspecto histórico da homosociabilidade masculina e a inserção das mulheres nele, essencial abordar gênero e suas relações no contexto da sociedade pesquisada, para isso estão sendo utilizadas como referências principais autoras como Joan Scott, Judith Butler e Adriana Piscitelli.

Importante mencionar o conceito de espaço social, que conforme PASSERON (1994) é aquele que se opõe ao espaço cartesiano, levando em conta a localização dos agentes sociais e as identidades que o constituem.

Logo, oportuno explicar o conceito de homosociabilidade fundamental neste trabalho, que segundo LECHAKOSKI e ADELMAN (2011) foi um neologismo criado em relação ao conceito de homossexual, mas para dele se distinguir, tendo por objeto diversas atividades formadas pela relação de pessoas do sexo masculino. Assim, pode ser entendido como sociabilidades masculinas que se formam em determinados espaços, onde personagens masculinos desenvolvem relações de amizade, rivalidade, competição, entre outras. Muito embora o conceito possua estreita ligação com o termo de homossexualidade, também pode se relacionar com espaços e discursos que simplesmente excluem as mulheres, característica essencial para a construção de laços sociais entre os homens e que não se referem a laços sexuais nem eróticos.

Tendo em vista o presente trabalho ser um recorte de dissertação de mestrado em andamento, vale frisar que a elaboração do referencial teórico ainda se encontra em construção, assim como outros autores também estão sendo utilizados.

Movimento feminista

Na efervescência do movimento feminista se deu o desenvolvimento do conceito de gênero, fundamental na construção do objeto deste trabalho. Portanto, abordaremos primeiramente, os aspectos principais sobre referido movimento.

O feminismo constitui um movimento marcado por diversas fases, dentre elas a chamada primeira onda que teve início no final do século XIX caracterizada pela luta por direitos políticos, mais precisamente pelo voto, e ainda direitos sociais e econômicos como trabalho remunerado, propriedade, entre outros (PEDRO, 2005).

Mais precisamente no início do século XX das décadas de 20 e 30 as mulheres mobilizadas começaram obter importantes direitos principalmente no que tange à cidadania e direitos políticos, como direito a propriedade, voto, acesso a educação, entre outros. (PISCITELLI, 2002).

A segunda fase do movimento surgiu após a Segunda Guerra Mundial conforme elucida Joana Maria Pedro:

O feminismo chamado de “segunda onda” surgiu depois da Segunda Guerra Mundial, e deu prioridade às lutas pelo direito ao corpo, ao prazer, e contra o patriarcado – entendido como o poder dos homens na subordinação das mulheres. Naquele momento, uma das palavras de ordem era: “o privado é político”. (PEDRO, 2005, p.22)

Assim, diante desse movimento – articulado entre práticas feministas e desenvolvimento teórico - em prol da igualdade de direitos, surgiu um questionamento norteador e central no pensamento feminista a partir de 1960, qual seja: como surgiu a injusta subordinação da mulher e como ela permanece? (PISCITELLI, 2002)

Esse movimento foi marcado por pensamentos feministas de diversas vertentes, mas a partir da década de 60 alguns temas centrais foram compartilhados, como no que tange a política, em que consideravam as mulheres subordinadas aos homens politicamente. (PISCITELLI, 2002)

Nesse sentido, referida subordinação é questionada no tocante a sua naturalização, pois se a naturalização é decorrente do fato de a mulher ser construída socialmente e toda construção social ser passível de modificação, então através da alteração da percepção em relação às mulheres seria transformado também o espaço social por elas ocupado. Por isso, ao mesmo tempo em que reivindicavam a igualdade do exercício de direitos questionavam a origem cultural dessas assimetrias. (PISCITELLI, 2002)

Nesse diapasão, as feministas reivindicavam direitos pelo fato de considerarem a sociedade universalmente masculina de modo que não incluía as demandas femininas, direcionando todas as lutas para as mulheres e não para os homens, denominadas de diferencialistas ou essencialistas que buscavam a partir da diferença de gêneros como algo fundamental implantar uma cultura feminista, ao contrário das igualitaristas que buscavam a igualdade de direitos entre os homens e as mulheres (PEDRO, 2005).

A vertente das feministas socialistas, segundo Adriana Piscitelli apoiava-se na ideia:

de que a divisão de trabalho baseada no sexo implicou desigualdade ou opressão sexual no momento em que surgiram as classes sociais baseadas na propriedade privada. As formas da opressão sexual, tais como as formas de parentesco e família, teriam uma base material na estrutura de classes. A opressão das mulheres, assim como a exploração de classe, poderiam ser superadas através da instauração de uma forma de organização social mais desenvolvida, numa sociedade sem classes, por exemplo, no socialismo. (PISCITELLI, 2002, p.3)

Percebe-se com o explanado acima, que o feminismo socialista baseava-se no capitalismo para justificar as desigualdades existentes entre homens e mulheres, diferentemente das chamadas feministas radicais que além de darem origem a categoria “mulher”, acreditavam que a opressão feminina se dava em decorrência do aparelho reprodutivo feminino, ou seja, em questões biológicas, que segundo esta corrente e os ensinamentos de Adriana Piscitelli:

o feminismo radical entende de maneira diferente as causas da opressão das mulheres. Shulamith Firestone, uma das principais pensadoras desta corrente, afirma no livro *A dialética do sexo* que as origens da subordinação feminina estão visivelmente localizadas no processo reprodutivo. Segundo essa autora, os papéis desempenhados por homens e mulheres na reprodução da espécie são fatores fundamentais de onde derivam as características que tornam possível a dominação de que os

homens exercem sobre as mulheres. As diferenças entre os papéis sociais e econômicos de homens e mulheres, poder político e a psicologia coletiva são resultado da forma como se reproduzem os seres humanos. De acordo com Firestone, o papel das mulheres no processo reprodutivo – uma vez que são os únicos seres humanos capazes de engravidar e amamentar e dado que os bebês humanos têm um período extraordinariamente prolongado de dependência física – as torna prisioneiras da biologia, forçando-as a depender dos homens. (PISCITELLI, 2002, p.3)

Após aludidas considerações acerca do feminismo socialista e do radical, importante ressaltar que foi baseado nos ideais deste último que emergiu a centralidade da categoria mulher, e partir da sua concepção de total dominação masculina sobre a mulher que originou-se o que chamamos de patriarcado, concepção que designa poder e percebe a relação homem/mulher como uma relação política (PISCITELLI, 2002).

Diante da discussão que envolvia poder, subordinação e opressão, conforme explicitado acima, surge a discussão sobre gênero que acaba gerando também a categoria “mulheres”, entendida aqui no plural e como categoria coletiva. A crítica a essa categoria se dá pelo fato de que as reivindicações de algumas podem não englobar outras, logo existem diversas formas de opressão e subordinação que não são iguais para todas. Em outras palavras, a categoria mulheres universaliza as experiências feministas sem considerar o que é ser mulher e como ser mulher varia historicamente, não levando em conta também outros aspectos de interseccionalidade ao gênero (PISCITELLI, 2002).

Finalmente, após traçar este breve panorama do movimento feminista e contextualizar as conquistas femininas ao longo do tempo, cumpre adentrar na questão de gênero, abordando sua discussão e seu conceito na visão de autoras como Joan Scott e Judith Butler, a fim de possibilitar o enfoque das relações de gênero na cidade de Pelotas e no Café Aquários, objeto de estudo do presente trabalho, conforme veremos no tópico seguinte.

Gênero

O conceito e a discussão sobre gênero são eixos centrais no delineamento desta pesquisa, para que se possa analisar as dinâmicas sociais do Café, bem como o aspecto histórico da homossociabilidade masculina e a inserção das mulheres nele, essencial abordar gênero e suas relações no contexto da sociedade pesquisada, o que será feito no presente tópico.

Vale sublinhar ainda, que gênero neste trabalho, e especificamente pela natureza do ambiente analisado, não pode ser considerado sem levar em conta outros marcadores sociais como classe social, raça e faixa etária.

No que se refere ao conceito de gênero, Joan Scott aduz que o conceito foi primeiramente abordado por feministas americanas, que levavam em conta o caráter social na sua distinção de sexo, onde gênero se opunha ao determinismo biológico que era aliado a noção de sexo e diferença sexual. O conceito era caracterizado de forma relacional onde as mulheres e os homens eram diretamente relacionados e recíprocos não sendo possível pensar num sem o outro. (SCOTT, 1989). Ou seja, já que escreviam através de um discurso pós-estruturalista, buscavam conceitos através da gramática, que desvinculassem gênero de qualquer perspectiva biológica, atribuindo a ele um sentido amplo e cultural frisando o caráter relacional entre o masculino e o feminino de modo a compreender as relações e organizações sociais entre os sexos.

Segundo Scott (1989) as historiadoras ao conceituar e definir gênero ficaram adstritas ao tradicionalismo inerente às ciências sociais, limitando a ideia que o conceito ensejava, pois eram baseadas em ideias amplas e universais que simplificavam e retiravam a complexidade da causa, e que também prejudicaram a ideia de mudança das feministas que se apoiavam nessa corrente. Ou seja, a crítica da autora era pela falta de precisão quando da definição de gênero, pois ela traz a ideia de que muitas vezes as pessoas usam gênero, mas não trabalham ele como uma categoria analítica, definindo mulheres de forma universal. Nesse sentido, a autora aduz que gênero deve ser estudado através de uma perspectiva analítica, percebendo a masculinidade e a feminilidade como construções discursivas que variam de um período para outro, não podendo universalizar, mas sim historicizar.

Desse modo, referida historiadora acreditava que era necessário modificar o referencial teórico para estudar gênero, pois não bastava que fosse analisado somente a partir de alguns setores e algumas perspectivas, mas sim de forma a abandonar a análise descritiva e investigar como se dão as relações entre os gêneros, como elas ocorrem, como se transformam e como se constroem, ou seja, através da relacionalidade entre eles e sob a perspectiva analítica.

Nesse diapasão, o objetivo do presente estudo consiste em analisar e compreender, entre outros aspectos, como se dão as relações entre homens e mulheres no Café, como se construíram e como se transformaram, bem como identificar a influência de fatores como raça, classe e faixa etária nessas construções.

Assim, podemos compreender que segundo Scott é possível abarcar gênero em uma perspectiva feminista, pois é um elemento que compõe as relações entre homens e mulheres historicamente, culturalmente, identificando os padrões de comportamentos sociais e culturais das masculinidades e feminilidades conforme os padrões da sociedade, e desse modo em decorrência da relacionalidade entre os gêneros e da dinâmica entre eles, o conceito de gênero está sempre em processo de resignificação.

Nesse sentido, essencial compreender o conceito de gênero na pesquisa em tela, pois para analisar a inserção da mulher e ainda em um ambiente historicamente de homosociabilidade masculina, essencial abordar a construção das sociabilidades no espaço social do Café e verificar as mudanças de comportamentos que foram ocorrendo e permitindo que a figura feminina adentrasse no cenário pesquisado.

Joan Scott (1989), afirma que mesmo quando a categoria de gênero é vislumbrada de forma coesa, lógica e fixa, ainda assim apresenta-se instável, pois são identidades de distinção e por isso possuem caráter subjetivo, ou seja, devem estar sempre superando contradições, lacunas e antagonismos a fim de que sejam compreendidas por todos de forma clara e coerente.

Conforme o exposto, e de acordo com Joan Scott (1989) até o século XX existiam somente teorias que de certa forma tentaram teorizar sobre gênero diante de diversas perspectivas, como a oposição do binômio masculino/feminino, a identidade sexual subjetiva, mas nunca partindo da noção de gênero como uma categoria central de análise.

No debate mais atual, Judith Butler é uma referência, a qual critica o binômio sexo/gênero visto de uma perspectiva essencialista, fixa, imutável, propondo que através da genealogia se estude a origem de ambos os sexos, sendo gênero o meio de produção discursiva e cultural do sexo que é, portanto culturalmente produzido e pré-discursivo. Além disso, ela afirma que gênero é um meio de intersecção com outras identidades como classe, raça, entre outros, e por isso não tem como separá-lo de questões políticas e culturais de onde ele é originado, não podendo ser visto de forma sempre coerente, já que se verifica em diversos momentos da história. (PISCITELLI, 2002).

Por isso, a importância de abordá-la no presente estudo, pois as ideias da autora estão totalmente afinadas com o propósito do objeto de pesquisa que constitui analisar a questão de gênero em um ambiente que foi muito marcado pela homosociabilidade masculina e que

perpassa juntamente fatores de interseccionalidades, que segundo ela são identidades que se constroem de forma conjunta e simultânea.

Portanto, Butler discorda que somente gênero seja abarcado pela teoria social e que sexo teria como base apenas os aspectos naturais e biológicos. Desse modo, defende o caráter histórico de sexo na tentativa de diluir a dicotomia existente entre sexo e gênero, levando ao limite a ideia construcionista de gênero.

As relações de gênero na cidade de Pelotas

No início do século XX a cidade de Pelotas era considerada uma das cidades mais ricas do estado do Rio Grande do Sul, onde devido à indústria saladeril se tornou um dos maiores centros fornecedores de charque no Brasil. Consequentemente, muitas fortunas foram originadas, despertando um crescimento demográfico acentuado e ocasionando uma intensa vida social e cultural pelotense (PERES, 1998).

Com a solidificação da economia da cidade, a acumulação de riquezas e a potencialidade política e cultural que dispunha, tornou-se também um grande centro escravista, sendo um dos maiores locais de consolidação de escravos no estado.

Sendo assim, a composição da referida sociedade nessa época era marcada por uma expressiva heterogeneidade, pois devido ao intenso crescimento econômico cada vez mais se necessitava de mão de obra, que era então composta pelos ainda escravos, pelos que já haviam conquistado sua liberdade, pelos imigrantes que lá foram trabalhar, de maneira que as composições sociais se complexificavam cada vez mais se tornando zonas de tensão e conflitos (PERES, 1998).

A partir da contextualização do cenário do espaço social pelotense, é possível identificar e visualizar as dinâmicas entre os sujeitos sociais e, portanto compreender como elas ocorrem no Café Aquários, sendo que para isso discutir gênero constitui uma tarefa essencial na medida em que ele foi fortemente marcado apenas pelas sociabilidades masculinas em dado momento e ainda pelo objeto de estudo ser a inserção da mulher, o que implica o estudo de ambos os gêneros pois são categorias relacionais, em que abarcar um significa necessariamente englobar o outro, sem esquecer que a dimensão de gênero é um elemento que compõe as relações sociais.

A história pelotense, assim como as demais na mesma época, foi marcada pelo protagonismo masculino em praticamente todas as searas sociais, refletindo também em locais como o Café onde até mesmo a origem do nome atual destaca claramente a objetivação das mulheres pelos homens na época. Isso porque, conforme já mencionado alhures, a denominação remete a analogia da arquitetura com um aquário onde as mulheres que por ali passavam eram denominadas de “peixões” e alvo de comentários do grupo “já comi” que naquela esquina se encontravam todos os dias para apontá-las como seus objetos de satisfação.

A invisibilidade da feminilidade no Café nessa época se explica pelos homens serem os ordenadores do mundo social, onde a hegemonia masculina era evidente na organização social de ambientes públicos, privados, culturais, políticos, econômicos e religiosos; e o papel da mulher se restringia a ser dona de casa, cuidar dos filhos, do marido e receber ordens dele, demonstrando a cultura do patriarcado de forma muito clara.

O documentário “Vítreo Habitat: Café Aquários e suas Histórias” criado em 2014 sobre o Café, é composto por diversas entrevistas que retratam de certa forma aspectos fundamentais para este trabalho, desde a época em que foi criado até os dias atuais e que será utilizado aqui como forma de entrada no campo de pesquisa para perceber as concepções, interpretações e representações do espaço social e dos sujeitos da pesquisa.

Os próprios entrevistados alegam que antigamente a cafeteria não era frequentada por negros nem pobres, e que as mulheres que frequentavam eram poucas e somente entravam acompanhadas de seus maridos, destacando a predominância do homem branco e de classes elevadas. Logo, corrobora através da exclusão de negros, pobres e mulheres num dado momento, a evidência do preconceito e do conservadorismo na sociedade de Pelotas, assinalada pelo marco escravocrata e pela cultura do patriarcado.

Ainda segundo relatos do documentário, foi mencionado que com o passar dos anos e a popularização do meio social, a mulher demorou a se inserir no contexto social do Café, tendo em vista a esquina do “já comi” que despertava o medo de serem faladas pelos homens, apontando a clara dominação masculina mesmo que simbólica dos homens sobre as mulheres ali.

Outros três fatores interessantes que aparecem no documentário e que ilustram a necessidade de analisar outros marcadores sociais juntamente com gênero, são: primeiro a entrevista com uma representante do gênero feminino aduzindo que fazer parte daquele

espaço social atualmente representa uma vitória e uma igualdade entre as mulheres e os homens, logo se percebe claramente a hierarquia evidente nos tempos passados.

O outro fator é em relação a um dos participantes comentar que os sujeitos sociais começam a frequentar o lugar com 17, 18 anos e de lá não saem mais, o que justifica imbricar a questão de gênero com a categoria faixa etária devido a diversidade de gerações que constituem o público do Café, o que conseqüentemente vai influenciar no modo como as relações sociais lá se desenvolvem. Isso porque, conforme observações preliminares realizadas que serão abordadas mais adiante no tópico da pesquisa exploratória, as sociabilidades são predominantemente entre senhores de idade avançada que frequentam a cafeteria há décadas e que transmitiram esse hábito para seus sucessores, todavia há também um público jovem adentrando no espaço como os que participaram do curta metragem aludido.

E por fim, o depoimento de um negro denunciando que há alguns anos eles não podiam adentrar no estabelecimento, pois era um ambiente onde somente os homens brancos podiam frequentar, denunciando de forma direta o preconceito existente na sociedade pelotense, pois segundo ele, além do Café não podiam conviver em muitos outros locais também, o que mais uma vez justifica a análise do objeto juntamente com a categoria de raça.

Diante de todas essas abordagens no tocante à questões históricas e conceituais acerca de gênero e seus desdobramentos, e das dinâmicas no Café que constitui objeto do trabalho, importante também mencionar os aspectos sobre a construção das masculinidades e o que vem a ser a homosociabilidade que se fez presente no ambiente em tela e que fazem parte da justificativa desta pesquisa, que serão feitas a seguir.

Metodologia

A pesquisa será do tipo qualitativa, tendo em vista a necessidade de aprofundar determinadas questões, como compreender a dinâmica social e as lógicas relacionais que se desenvolvem no Café Aquários em decorrência da homosociabilidade masculina que constitui uma característica histórica da cafeteria, mas que se modificou com a inserção das mulheres no espaço social.

Diante da diversidade de dimensões metodológicas que podem ser utilizadas pelas ciências sociais, optamos por realizar o estudo através da articulação entre a pesquisa bibliográfica como aporte do referencial teórico sobre os temas pertinentes, e a aplicação das

técnicas metodológicas da observação não participante, da entrevista e da análise documental.

Primeiramente, serão utilizadas as referências acima mencionadas a fim de embasar teoricamente o trabalho, fundamentando as questões centrais do trabalho.

Antes de entrarmos em contato diretamente com as mulheres que frequentam o Café, foi realizada uma pesquisa exploratória para compreender a dinâmica social do espaço, bem como analisar o público frequentador e seus desdobramentos. Desse modo, através da técnica da observação não participante, foram realizadas observações em horários diversos, a fim de construir uma aproximação junto ao ambiente e ao público que nos permita posteriormente realizar as entrevistas que viabilizarão os resultados da pesquisa.

Destaca-se que a análise documental utilizada baseia-se no documentário “Vítreo Habitat: Café Aquários e suas Histórias” que contribuiu e contribuirá para compreender as dinâmicas sociais do espaço e que serviu como forma de entrada no campo, conforme já mencionado, pois relata toda a história do local bem como traz depoimentos que colaborarão com a construção do objeto de pesquisa. E ainda, a utilização da internet para acessar o site do Café Aquários que forneceu informações relevantes, como a parte histórica e de surgimento do mesmo, e a página do estabelecimento nas redes sociais que também permitiu identificar alguns frequentadores do espaço e considerações acerca do mesmo.

Conforme aludido anteriormente, o objetivo do trabalho é compreender a transformação do espaço social com a inserção das mulheres, desse modo, optou-se pela realização de entrevistas, por consistir em uma dimensão metodológica que permite uma aproximação com a realidade social que buscamos analisar.

As entrevistas serão do tipo semiestruturadas e realizadas entre os meses de outubro e novembro do corrente ano, tendo como sujeitos de pesquisa somente mulheres e entre elas as que frequentam o Café há algumas décadas, ou seja, aquelas que acompanharam o processo de inserção das mulheres e transformação do público do espaço social, bem como as jovens que se incluíram no público do Aquários há menos tempo. Assim, o objetivo é traçar um comparativo entre os dados de ambos os grupos de mulheres, a fim de perceber as diferenças de percepção entre eles, no tocante a alteração do ambiente social em relação a seus frequentadores.

Considerações finais

Assim, de acordo com pesquisa exploratória realizada através de observações não participantes, constatamos provisoriamente que o Café Aquários, ambiente histórico de homosociabilidade masculina, passou por transformações nas lógicas relacionais ao longo dos anos, onde mulheres, negros, classes mais baixas e jovens passaram a frequentá-lo, todavia ainda reproduz um cenário de assimetrias e hierarquias.

Percebeu-se também que as transformações das lógicas relacionais ainda reproduzem hierarquias que ocasionam tensões na dinâmica social do espaço de poder consolidado e que espaço social embora tenha se aberto à inserção da mulher como público frequentador, ainda traduz comportamentos que se remetem a origem do nome do local em decorrência de a objetivação da mulher ainda se fazer presente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUÁRIOS, Café. Disponível em: <<http://www.cafeaquarios.com/Site/Content/Home/>>.

Acesso em: 25 Mar 2016.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução, Renato Aguiar. – 5ª Ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

BUTLER, Judith. Regulações de gênero. **Cadernos Pagu**, nº 42, Campinas Jan./June 2014.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n42/0104-8333-cpa-42-00249.pdf>>. Acesso em: 23 Set 2015.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

DOCUMENTÁRIO "VÍTREO HABITAT: CAFÉ AQUÁRIOS E SUAS HISTÓRIAS". Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=RSMcohF322E>>. Acesso em: 04 Abr 2016.

LECHAKOSKI, Leandro.; ADELMAN, Miriam. O homem cordial: modernização do Brasil e homosociabilidade. In: Seminário Nacional da Pós-Graduação em Ciências Sociais UFES, Vitória, 2011, Anais do Seminário Nacional da Pós-Graduação em Ciências Sociais - UFES.

PASSERON, Jean-Claude. **O raciocínio sociológico: o espaço não-popperiano do raciocínio natural**. Petrópolis: Vozes, 1994.

- PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História** [online]. 2005, vol.24, n.1, pp.77-98.
- PERES, Eliane Teresinha. História e educação: as relações de gênero em Pelotas no final do século XIX e início do século XX. **Revista História da Educação**, Porto Alegre nº 3, v.2, 1998. Disponível em: < <http://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/30719/0> > . Acesso em: 12 Abr 2016
- PISCITELLI, Adriana. Recriando a (categoria) Mulher?. In: Leila Algranti (org.) “A prática Feminista e o Conceito de Gênero”. **Textos Didáticos**, nº 48. Campinas, IFCH-Unicamp, 2002, pp. 7-42.
- SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Porto Alegre: Educação e Realidade, 1995.

Mulheres na rua: experiências práticas e desafios

Caroline Silveira Sarmiento¹

O trabalho explora as especificidades das mulheres em situação de rua nos espaços que ocupam. A partir do método etnográfico, o objetivo é mapear as principais demandas e desafios enfrentados por mulheres em situação de rua, observando como isso se reflete nas relações empreendidas em espaços por elas frequentados. A reflexão proposta está inserida num projeto maior, de Extensão universitária, e tem por intuito observar os circuitos de atenção às pessoas em situação de rua na cidade de Porto Alegre/RS. A pesquisa foi realizada no Jornal Boca de Rua, que é totalmente elaborado por pessoas em situação de rua. Desde o início do contato com a população em situação de rua, observou-se que a participação feminina no jornal era diferente em relação à masculina, em termos de iniciativa, voz nas discussões e representação em espaços externos. A partir disto, foram mobilizados esforços para identificar as possíveis origens desta diferença. Percebendo que as demandas femininas focavam-se em questões de saúde e assistência, procurou-se mapear as políticas públicas voltadas às mulheres em situação de rua, identificando as principais lacunas. Resultados preliminares indicam que, à exceção do pré-natal, não existem políticas públicas para estas mulheres, fato confirmado pelas interlocutoras e que sugere uma minimização das questões femininas por parte do Estado, o que talvez reflita na própria atuação delas nos espaços que ocupam.

Palavras-Chave: População em situação de rua, Mulheres, Políticas públicas.

Apresentação

As pessoas em situação de rua, suas dinâmicas, especificidades e particularidades têm recebido atenção de pesquisadores nos últimos anos, em que pese continuar sendo uma população invisibilizada por boa parte da sociedade em geral. Este apagamento se dá também por parte do poder público que, a despeito de haver uma Política Nacional para a População de Rua, ainda mantém uma postura de descaso, sendo agente de violações de direitos e mantendo a população de rua afastada das práticas que essa política prevê. No intuito de colaborar no sentido de lançar luz e visibilidade para as pessoas em situação de rua esta pesquisa se desenvolve.

¹ Bibliotecária e bacharela em Ciências Sociais na UFRGS.

Ao realizar o recorte de gênero e firmar o objetivo de pesquisar as mulheres em situação de rua pretende-se compreender como se dão suas relações e como é ser mulher e viver na rua. Considerando que historicamente o espaço público foi negado à mulher, como seria ocupá-lo integralmente, para viver e sobreviver? De que modo(s) a mulher em situação de rua lida com o fato de ter que fazer da rua o seu espaço privado? Essas eram algumas das questões que se colocavam quando do início da inserção no projeto de extensão intitulado “Direitos Humanos, Moralidades e Subjetividades nos Circuitos de Atenção às Pessoas em Situação de Rua”, que posteriormente foram sendo revistas e reelaboradas até chegar ao presente trabalho.

É importante ressaltar que esta é uma pesquisa em andamento e que, por essa razão, seus objetivos e discussões estão em constante análise e sob vigilância de modo que se mantenham em consonância com os interesses dos sujeitos pesquisador e pesquisado. Prevê-se ainda a possibilidade de que, feitos os ajustes necessários e verificadas sua relevância e exequibilidade, esta pesquisa possa tornar-se um Trabalho de Conclusão de Curso para o ano de 2017.

Objeto

O campo da pesquisa se desenvolve no Jornal Boca de Rua, que é uma publicação trimestral elaborada por pessoas em situação de rua na cidade de Porto Alegre. Pioneiro neste formato, o jornal tem mais de quinze anos de atuação e conta atualmente com cerca de quarenta integrantes, entre jornalistas, estudantes e pessoas em situação de rua, esses últimos são a grande maioria. A inserção se deu tanto nas reuniões de pauta do jornal – que são semanais – quanto nos diversos outros espaços para os quais o Boca de Rua é convidado a participar, como por exemplo, palestras em escolas e semanas acadêmicas; e ainda nos locais de reivindicações próprios das pessoas em situação de rua como manifestações, reuniões e eventos que envolvam questões referentes a essa população. A participação ocorre de modo intermitente e permeia também a construção do próprio jornal, através de apoio à elaboração de matérias, entrevistas e textos para a publicação.

Desde o princípio optou-se por concentrar o olhar nas mulheres que compunham o jornal, visto que até então o Projeto de Extensão – que já existia há cerca de três anos – ainda não havia se voltado para essa questão. Tão logo teve início a participação nas reuniões do Boca de Rua, observou-se que as mulheres atuavam de modo diferente dos homens, tanto nos

encontros de pauta quanto nos espaços externos. As mulheres, em geral, se mantinham mais distantes das discussões e das tarefas que exigiam iniciativa, como sugerir pautas. Quando havia convite para participar de alguma atividade externa, poucas mulheres se candidatavam e quando ocorria, muitas das vezes, não compareciam.

Ao perceber essa diferença na atuação das mulheres em comparação aos homens no que se refere a questões como iniciativa, voz nas discussões e representação em espaços externos, mobilizaram-se esforços para compreender essa diferença. Na convivência com as mulheres foi possível observar uma quantidade significativa de denúncias e reclamações acerca da dificuldade em acessar atendimento médico e tratamento de saúde. Várias mulheres relataram também, reforçando o discurso geral dos homens, casos de precárias condições nos serviços de acolhimento (albergues, abrigos e Centros Pop) fornecidos pela FASC – Fundação de Assistência Social e Cidadania, órgão gestor da política de assistência social do município de Porto Alegre. De posse dessas denúncias e na busca de compreender a diferença da atuação feminina em relação à masculina, procurou-se investigar as políticas públicas de saúde e assistência voltadas às mulheres em situação de rua em Porto Alegre, identificando as possíveis lacunas.

Aporte teórico

Como forma de exemplificar um pouco do que as pesquisas acadêmicas têm produzido acerca do tema, torna-se relevante citar alguns trabalhos que têm cooperado para compor este campo de estudos, particularmente desde a virada do século. No dossiê “Categorizações deformantes” (2011), Delma Pessanha Neves discutiu o patrimônio de gestão dos pobres, mendigos, vagabundos e população em situação de rua. Claudia Turra Magni (2006) e Simone Miziara Frangella (2004) realizaram etnografias sobre moradores de rua, respectivamente nas cidades de Porto Alegre e São Paulo. Eduardo Martinelli Leal (2008) faz uma abordagem sobre a situação de rua como outro nome para a pobreza, também numa perspectiva antropológica. Patrice Schuch e Ivaldo Gehlen escrevem sobre as explorações conceituais em torno das pessoas em situação de rua, no sentido de ir além de determinismos (2012). Tiago Lemões, em livro (2013) publicado a partir de sua dissertação de mestrado, fez uma etnografia da construção de vínculos entre homens e mulheres em situação de rua. Priscila Pinto Calaf, em sua dissertação de mestrado (2007) escreveu sobre infância e sexualidade de meninos e meninas de rua. Já Helena Patini Lancellotti em seu trabalho de conclusão de curso (2013) se

dedicou a falar sobre a população carcerária feminina que teve trajetória de rua. Esse último trabalho se aproxima de modo mais direto da intenção da presente pesquisa já que tange às mulheres.

Importante ressaltar que o breve referencial teórico citado se concentrou na área das Ciências Sociais, especialmente no debate antropológico, entretanto é possível encontrar produções científicas sobre a população de rua, em particular também sobre mulheres, em diversas áreas do conhecimento como saúde, psicologia, educação, serviço social, etc.

A partir de algumas leituras preliminares de produções científicas, como as citadas no parágrafo anterior e outras - teses, dissertações, trabalhos de conclusão de curso, artigos, etc. - percebeu-se uma variedade de motivações que levaram os autores a se debruçarem sobre o tema, desde participação em projetos voltados a esse público até leituras ocasionais. Também é possível constatar alguns resultados positivos no que tange à criação/efetivação/melhoria de políticas públicas a partir desses estudos, em que pese esse não ser o objetivo inicial dos/das pesquisadores/as. Nesse sentido, o foco do presente trabalho nas mulheres em situação de rua torna-se relevante para tentar contribuir para a visibilidade dessa população, que muitas das vezes fica à sombra dos homens, tanto em questões de protagonismo político-social quanto no que concerne às políticas públicas de assistência e saúde.

O eixo teórico desta pesquisa é composto também pela temática do gênero e seus debates. Para circunscrever a questão da mulher na discussão sobre população de rua torna-se necessária a referência à Joan Scott, como forma de contribuir para o argumento em torno da definição de gênero como elemento constitutivo das relações baseadas na diferença e dar significado às relações de poder. Pretende-se ainda buscar demais referências acerca das questões de gênero, dominação masculina e patriarcado para subsidiar a discussão teórica em torno do tema.

Considerando que parte fundamental deste trabalho consiste em investigar as políticas públicas dirigidas às mulheres em situação de rua, faz-se necessário que o referencial teórico acolha as políticas públicas enquanto conceito a ser discutido, em especial políticas públicas coadunadas ao debate de gênero. No artigo intitulado “Gênero e políticas públicas”, Marta Farah (2004, p. 47) afirma que a incorporação da perspectiva de gênero por políticas públicas é um tema ainda pouco explorado. Mesmo tratando-se de texto escrito há mais de 10 anos, é importante considerar a afirmação até mesmo para perceber como ocorreu – e se ocorreu –,

na história recente, a preocupação com o recorte de gênero na elaboração de políticas públicas.

Discussão

Os estudos sobre as pessoas em situação de rua têm despertado maior interesse nos pesquisadores nos últimos anos, seja na comunidade acadêmica ou por parte do poder público. As pesquisas de cunho quantitativo na cidade de Porto Alegre, por exemplo, vem demandando esforço por parte da prefeitura em contratar consultoria especializada para efetivá-las, particularmente nos últimos dez anos. Muitas das vezes os consultores selecionados para este trabalho são também aqueles profissionais, antropólogos e sociólogos, que se dedicam ao tema da população de rua em suas pesquisas acadêmicas, como foi o caso do Cadastro da População Adulta em Situação de Rua na Cidade de Porto Alegre, lançado em 2012. Resultado de um extenso trabalho que envolveu dezenas de pessoas, esse cadastro teve como consultores os professores da UFRGS Ivaldo Gehlen, sociólogo e Patrice Schuch, antropóloga, pesquisadores que têm interesse também acadêmico pelo tema. O aumento do interesse pelos estudos sobre pessoas em situação de rua por parte do poder público possivelmente está vinculado ao fato do aumento dessa população e o objetivo seria contabilizá-la para a partir de então promover políticas públicas eficientes.

Considerando a quantidade muito superior de produções científicas na área da Antropologia - e também de políticas públicas - voltadas para a população de rua em geral, sem o recorte de gênero, optou-se por utilizar o caminho ainda pouco percorrido e dedicar esforços para falar da população feminina de rua. É objetivo também deste trabalho a tentativa de combater as pré-noções de que as pessoas em situação de rua - em especial, as mulheres - são seres da falta e da carência, e não pessoas ativas e protagonistas de suas experiências.

Nesse sentido, no que se refere à autonomia da mulher na criação de vínculos, pode-se citar o artigo de Rosa e Bretas sobre as mulheres em situação de rua na cidade de São Paulo que diz:

Ao contrário do que imaginávamos encontrar, as mulheres não relataram iniciar um relacionamento no intuito de terem alguém que as protegesse, para isso, cunhavam apenas amigas. Relacionavam-se sexualmente quando se sentiam atraídas,

quando eram conquistadas ou conquistavam, quando sentiam desejo. (ROSA; BRETAS, 2014, p. 280)

A informação trazida pelos autores instiga porque contradiz o argumento comum com o qual usualmente as mulheres em situação de rua são retratadas, como alguém que carece da proteção de um parceiro afetivo para se manter na rua de forma segura. Tal fato também foi percebido entre as mulheres do Boca de Rua, quando da construção da matéria de capa da edição nº 59 – assunto tratado com mais detalhes na sequência do texto – , na qual elas relataram a importância de ter um homem por perto, seja parceiro afetivo ou um amigo de confiança para se sentirem seguras dos riscos da vida na rua.

Considerando as particularidades do tema, esta pesquisa se desenvolve na intercessão entre os estudos sobre os modos de governo, as pessoas em situação de rua e os debates sobre questões de gênero. A relevância dessa pesquisa está também no fato de lançar luz às discussões específicas sobre as mulheres em situação de rua, como um recorte realizado em uma população que também é considerada minoria social e bastante estigmatizada.

Ainda que grande parte dos trabalhos já realizados sobre pessoas em situação de rua seja direcionada para a população como um todo, se sabe que nem sempre quando se fala em pessoa, as mulheres estão incluídas. Por essa razão, optou-se por trazer o conceito de gênero segundo Scott (1995, p. 86) definido como “um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e [...] é uma forma primária de dar significado às relações de poder”.

Importante ressaltar que, a despeito de serem minoria, as mulheres em situação de rua existem e fazem parte do mesmo mundo sexista de todas as outras e estando em situação de vulnerabilidade são colocadas ainda mais na sombra e na invisibilidade. Ainda como argumento para reforçar a relevância dessa pesquisa cabe trazer novamente a fala de Joan Scott (1995, p.73) quando diz que “talvez o mais importante, “gênero” era um termo proposto por aquelas que sustentavam que a pesquisa sobre as mulheres transformaria fundamentalmente os paradigmas”. Nesse sentido, urge a necessidade de pesquisar sobre mulheres, no caso as mulheres em situação de rua, na ânsia de transformar realmente os paradigmas, no caso os paradigmas essencialistas e preconceituosos que veem as mulheres da rua como seres sem autonomia e sem agência.

Justificativa(s)

A inspiração para pesquisa sobre pessoas em situação de rua se deu inicialmente por uma motivação pessoal, visto que a autora deste trabalho possui interesse por essa população há muitos anos, tendo, inclusive, idealizado um projeto social que contemplava escuta empática, atividades interativas de entretenimento e disponibilizava alimento junto à população de rua de uma praça na zona central de Porto Alegre. O interesse por gênero enquanto categoria possível de pesquisa existe também há alguns anos e foi por causa dele que a autora ingressou no curso de Ciências Sociais. Formada em Biblioteconomia e atuando no mercado de trabalho, sentiu a necessidade de estudar algo que lhe instigasse e envolvesse, o que não havia ocorrido no curso anterior. Considerando que esse envolvimento se daria de alguma forma que abordasse mulheres, feminismo e gênero, a autora pesquisou cursos que lhe possibilitariam estudar esses temas e decidiu por Ciências Sociais.

Posteriormente, já no 3º semestre do curso de Ciências Sociais, a autora se inseriu no projeto de extensão da antropologia já citado na apresentação deste texto e pôde ter outro tipo de contato com a população de rua, que não o do projeto social. De início levou para o grupo de extensão a disposição e interesse em voltar o olhar para as mulheres e sua demanda foi prontamente acolhida. A partir de então ocorreu o ingresso em campo, no Jornal Boca de Rua, e a pesquisa começou a ser delineada e executada.

A produção desta pesquisa se justifica, então, como importante ferramenta no sentido de suscitar os debates acerca das mulheres em situação de rua. Ambiciona-se contribuir para dar visibilidade a essa população tão marginalizada e por vezes criminalizada, e quiçá fornecer subsídios para possíveis políticas públicas que visem atenuar as dificuldades pelas quais essas pessoas se deparam cotidianamente e garantir ações que colaborem no sentido de promover a autonomia e empoderamento das mulheres em situação de rua.

Metodologia

A realização da pesquisa ocorre de duas formas: etnografia no Jornal Boca de Rua e o mapeamento das políticas públicas. Conforme já citado o Boca de Rua é uma publicação desenvolvida – pauta, matérias, reportagens e comercialização – por pessoas em situação de rua em Porto Alegre e já tem mais de 15 anos de existência. A atuação ocorre ininterruptamente desde maio de 2015 e a participação se dá nas reuniões de pauta do jornal, que acontecem uma vez por semana, na realização das matérias, seja por meio de reportagens,

entrevistas, fotografias e nos espaços externos que o jornal participa. Essa atuação é um apoio às ações das próprias pessoas em situação de rua, que são os jornalistas. Assim como a autora, outros estudantes também cumprem essas atividades de apoio, e todos eles são considerados e chamados colaboradores do jornal.

A investigação acerca das políticas públicas realizou-se em um primeiro momento buscando informações nos sites institucionais da saúde e assistência do município. Não encontrando nenhum dado relevante, realizou-se entrevista com o responsável pelo Consultório na Rua, que afirmou que, à exceção do pré-natal não existem políticas públicas de saúde específicas para as mulheres em situação de rua. No entanto, ele afirmou que às mulheres é ofertado atendimento quando precisam e que elas podem retirar anticoncepcional oral e preservativo. Foi realizada também entrevista com o presidente da FASC, Marcelo Soares, que confirmou a inexistência de políticas de assistência específicas para as mulheres em situação de rua. Afirmou ainda não ter certeza da relevância dessas políticas devido a um debate dos próprios profissionais da área de políticas públicas sobre ser ou não necessário haver políticas específicas, já que as mulheres podem acessar as políticas para o público feminino em geral.

Foram realizadas visitas aos equipamentos de acolhimento, próprios e conveniados com a FASC, albergues, abrigos e Centros Pop. Nesses espaços foi possível verificar a inexistência de políticas específicas para as mulheres ao mesmo tempo em que elas têm prioridade na entrada nos locais, assim como idosos, pessoas transexuais e pessoas com deficiência.

No desenvolvimento desta metodologia, de um lado a etnografia no Boca de Rua e de outro o mapeamento das políticas públicas, estima-se realizar uma pesquisa sobre, com e para a população de rua. Uma pesquisa-intervenção, realizada em conjunto com a população estudada, conforme afirma Boaventura de Sousa Santos:

Intervenção comprometida a dar uma contribuição efetiva para a construção de uma sociedade mais digna, burlando os moldes iluministas que perseguem a neutralidade, a objetividade e a verdade embasada em uma postura apolítica e racional. (SANTOS, 2002)

Uma pesquisa que não prescinda ou se pretenda neutra, imparcial e objetiva, mas que seja engajada e militante das causas políticas da população de rua, esse é o intuito. Pretende-

se com essa pesquisa contribuir de algum modo para a população de rua, e procura-se com isso aproximar os saberes da academia com os saberes da rua e o feminismo acadêmico com o feminismo periférico.

Análise

A partir da percepção de que o tipo de participação das mulheres nas reuniões, discussões e espaços externos é diferente da dos homens, houve a mobilização para tentar compreender essa diferença. Ao realizar a investigação sobre as políticas públicas voltadas às mulheres em situação de rua, verificou-se que, à exceção do pré-natal, são inexistentes.

Enquanto a pesquisa se desenvolvia, surgiu no Boca de Rua como sugestão de pauta realizar pela primeira vez uma matéria especial sobre as mulheres. A sugestão foi dada pela jornalista editora-chefe com o argumento de que nunca se havia feito uma matéria sobre as mulheres porque não existiam tantas mulheres na rua antes como existem atualmente.

Diferente do que acontecia nas edições anteriores - a divisão dos grupos para realizar as matérias (cada edição do jornal possui cerca de três matérias, em doze páginas) era de acordo com o interesse de cada integrante - dessa vez todas as mulheres do jornal ficaram no grupo que ia fazer a matéria especial. A autora desta pesquisa ficou como responsável pela escrita da matéria e por propor, junto com a editora-chefe, as questões levantadas para o texto. Eram cerca de quinze mulheres envolvidas em um trabalho de mais de dois meses de discussão e construção da matéria. Debateram-se as dificuldades de ser mulher e viver na rua, as motivações que a levaram para a rua, as estratégias de sobrevivência e segurança e muitos outros temas.

A construção desta matéria suscitou diversas denúncias por parte das mulheres, desde a dificuldade de acessar equipamentos por falta de vagas, passando pelo precário atendimento dos profissionais desses espaços, até a impossibilidade de retirar anticoncepcionais orais - facilmente acessíveis nos postos para mulheres em geral - e preservativos femininos no Consultório na Rua ao mesmo tempo em que os masculinos são facilmente distribuídos. Muitas mulheres relataram casos de violência física e sexual, tanto advindas da situação de rua quanto do convívio familiar enquanto viviam em residências.

Denúncia delicada e quase unânime entre as mulheres que já foram mães está o fato de não poderem ficar com seus filhos após o parto. Possivelmente esteja aí a importância do pré-natal como única política de saúde para as mulheres. Há relato de internação hospitalar

compulsória de gestante por duas semanas anteriores ao parto, a busca ocorreu com ambulância escoltada por viatura da brigada militar. Ao mesmo tempo em que a proteção à gestação (à criança mais precisamente) é efetuada, o direito à maternidade é violado quando a mãe não pode jamais sair do hospital com seu filho. Há uma audiência enquanto ela ainda está internada e o bebê é tutelado a terceiros. Houve ainda relatos de retirada dos filhos no hospital sem fornecer qualquer informação ou satisfação à mãe, sem que ela soubesse o paradeiro da criança. Uma mulher relatou que estava gestante de cinco meses e realizando pré-natal quando sentiu fortes dores que resultaram em um aborto. Ela afirmou que junto da criança estava um DIU (dispositivo intrauterino) que ela não sabia da existência e que foi o causador do aborto. Ela disse que o DIU provavelmente teria colocado no seu último parto, doze anos atrás, quando era menor de idade com a permissão de sua mãe.

Relatos como esses reforçam a urgência de dar atenção às mulheres em situação de rua e discutir suas demandas e necessidades, tanto de saúde e assistência, quanto de educação, trabalho e renda. Quanto aos espaços de acolhimento para mães e seus filhos existe apenas um Abrigo de Famílias em todo o município de Porto Alegre, que hospeda quatro famílias ou vinte pessoas por cada período. É evidente que não contempla a demanda existente e, desse modo, o Estado é grande responsável pela falta de estrutura e descaso percebidos no decorrer desta pesquisa. Não propiciar abrigagem às mulheres que tem interesse em permanecer com seus filhos e ainda retirá-los de seu convívio com tamanha violência demonstra o despreparo em lidar com essa questão feminina que é a maternidade. Outrossim, as demais questões referentes às mulheres são completamente invisíveis para o poder público.

Conclusões preliminares e desafios futuros

O apagamento - invisibilidade das mulheres e proteção somente à gestação - se reflete nas práticas de governo que demonstram um descaso com relação às mulheres em situação de rua, tanto pela impossibilidade de acesso às políticas públicas destinadas às mulheres em geral, quanto pela falta de políticas públicas específicas para essa população. Ainda que a porcentagem de mulheres em situação de rua seja de 17,1% em relação ao todo, segundo dados do Cadastro da População Adulta em Situação de Rua na Cidade de Porto Alegre (2012) já citado anteriormente, não se justifica a ausência de tutela por parte do Estado. O poder público precisa assumir sua responsabilidade, nos três níveis, em respeito à Política Nacional

para a População em Situação de Rua, instituída em 2009 que tem como princípios a igualdade e equidade, além do respeito à dignidade da pessoa humana.

Atentando ao fato de que este é um trabalho em andamento, faz-se necessário refletir acerca de várias questões especialmente no intuito de encaminhá-lo para um possível Trabalho de Conclusão de Curso. É fundamental realizar mais pesquisas visando ampliar o aporte teórico, mesmo considerando a permanente construção do referencial teórico na medida em que avança a produção da escrita, é imprescindível buscar mais referências, especialmente no eixo de discussão sobre gênero e políticas públicas.

Pretende-se refletir no sentido de assimilar as questões colocadas acima como desafios para garantir um projeto de pesquisa mais conciso e contundente, para que por meio dele se possa efetivamente discutir as questões relevantes pertinentes às mulheres em situação de rua, suas experiências, suas práticas e desafios que a elas se colocam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CADASTRO DA POPULAÇÃO ADULTA EM SITUAÇÃO DE RUA NA CIDADE DE PORTO ALEGRE - 2011. Fundação de Assistência Social e Cidadania. Relatório. Porto Alegre, 2012. Disponível em: <[http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu_doc/relatorio_final_fasc19mar\[1\].pdf](http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu_doc/relatorio_final_fasc19mar[1].pdf)>. Acesso em: 10 junho 2016.

CALAF, Priscila Pinto. *Criança que faz criança: (des)construindo infância e sexualidade com meninos e meninas de rua*. 2007. 164 f. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília. 2007.

FARAH, M. F. S. Gênero e políticas públicas. *Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 47-71, jan./abr. 2004. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21692>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

FRANGELLA, Simone Miziara. *Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo*. 2004. 361 f. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2004.

LANCELLOTTI, Helena Patini. *Do povo da rua à população carcerária: mulheres, rua e prisão*. 2013. 62 f. Trabalho de Conclusão de Curso - Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

LEAL, Eduardo Martinelli. *O outro nome da pobreza: a “situação de rua” na perspectiva antropológica*. In: LIMA, Kant de (org.). *Antropologia e Direitos Humanos*. Brasília; Rio de Janeiro: ABA; Booklink, 2008.

LEMÕES, Tiago. *A família, a rua e os afetos: uma etnografia da construção de vínculos entre homens e mulheres em situação de rua*. Novas Edições Acadêmicas, 2013.

MAGNI, Claudia Turra. *Nomadismo Urbano: uma etnografia sobre moradores de rua em Porto Alegre*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

NEVES, D. P. Dossiê: Categorizações deformantes: patrimônio de gestão dos pobres (mendigos, vagabundos, população em situação de rua). *Antropolítica*. Niterói, n. 29, p. 9-35, 2010.

PORTAL da Saúde. Consultório na rua. Disponível em: <http://dab.saude.gov.br/portaldab/ape_consultorio_rua.php>. Acesso em: 01 jun. 2016.

ROSA, Anderson da Silva; BRÊTAS, Ana Cristina Passarella. A violência na vida de mulheres em situação de rua na cidade de São Paulo, Brasil. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*. 01/2015, 19(53), p. 275-285. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/icse/v19n53/1807-5762-icse-19-53-0275.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. Porto: Afrontamento, 2002.

SCHUCH, Patrice; GEHLEN, Ivaldo. A Situação de rua para além de determinismos: explorações conceituais. In: DORNELES, Aline; OBST, Júlia e SILVA, Marta (Orgs). *A Rua em Movimento: debates acerca da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre*. Belo Horizonte: Didática Editora do Brasil, 2012, v. 1, p. 11-25.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

Violência Sexual: um estudo sobre o processo de categorização policial de agressores e vítimas na Delegacia de Defesa da Mulher da cidade de Araraquara/SP

Jéssica Fernandes Maia

Esta pesquisa busca compreender e interpretar, a partir do discurso policial e do universo da Delegacia de Defesa da Mulher – DDM, de que maneira e a partir de quais conceitos prévios se dá o processo de categorização e definição policial de agressor, vítima e da relação agressor/vítima, em casos de violência sexual, no processo de construção dos fatos jurídicos. Identificar qual o entendimento policial sobre os crimes sexuais com os quais lidam nesse processo e entender o contexto das queixas, as motivações das/dos queixosas/os e das agentes policiais (punição, negociação, conciliação). Traçar estatisticamente o perfil social de agressores e agredidas (os) envolvidos em casos de violência sexual. Serão coletadas informações sobre o grau de relacionamento com as pessoas vitimadas (quando o perpetrador é conhecido) e dados socio-demográficos a partir de entrevistas semi-estruturadas e de documentos presentes na DDM como registros de ocorrências e inquéritos e documentos do Fórum. No processo de construção do fato jurídico, os agentes policiais utilizam as tipificações presentes no código penal, suas experiências no processo de socialização na profissão e as recorrências dos tipos de casos e noções de senso comum, como instrumentos para realizarem as interpetações das ocorrências, as classificações de crimes e criminosos e para direcionarem suas atividades investigativas.

Palavras-Chave: Processo de categorização policial, Vitimização, Violência sexual.

Introdução

Os movimentos feministas e de mulheres, ao constituírem a violência sofrida pelas mulheres como uma de suas principais bandeiras de luta nas décadas de 1970 e 1980, acabaram por contribuir para a naturalização de lugares marcados de agressor e vítima que foram incorporados nos discursos oficiais do Estado e de diversos setores e instituições da sociedade que lidam com esse problema. Como apresenta Soares (2002) a vitimização é um artifício utilizado para a sensibilização dos agentes do Estado e para se distanciar do movimento cotidiano de culpabilização das mulheres em situação de violência desempenhado tanto pelos agentes como pela sociedade em geral. É necessário considerar o caráter sempre relacional da violência e da categoria gênero e as diversas facetas com que o fenômeno se apresenta, não limitando-se à assimetria homem/mulher.

Nesse sentido se faz necessário delimitar em que termos será trabalhada a categoria mulher, isto é, passando ao largo de essencialismos e vitimização. A categoria mulher sempre esteve presente, ao longo da história, como sujeito principal das lutas e teorias feministas. Porém, com o desenvolvimento intelectual dessas teorias, as categorias patriarcado e mulher foram problematizadas, pois facilmente caíram ao mesmo tempo num essencialismo e esvaziamento ao colocar o fator biológico como determinante absoluto, afirmando um caráter universalista, trans-histórico e trans-geográfico do patriarcalismo. Nesse contexto de crítica a alguns dos conceitos centrais dos estudos sobre mulheres, surgiu a categoria gênero. O texto de Gayle Rubin “O Tráfico das Mulheres: Notas sobre a Economia Política do Sexo” é apontado como um dos marcos na sua conceitualização e utilização.

Na esteira da corrente de pensamento pós-estruturalista, desconstrutivista ou pós-moderna, na década de 1990, o conceito de gênero e seus pressupostos vem sendo debatidos e reformulados. As noções de corpo, sexo e natureza passam a ser problematizadas e pensadas enquanto saberes produzidos, objetos do conhecimento e de discursos. Contestam a linha de pensamento de sistema sexo/gênero, muito pautada pela metafísica ocidental e seus binarismos, cujas categorias são entendidas como um dado intocável, um apriori incontestável. O gênero não deve ser apreendido como organizado, pensado, construído, produzido simplesmente por causa ou a partir de fatores biológicos.

Donna Haraway é uma autora importante nas discussões dessas questões. Ela afirma a necessidade de uma teoria da “diferença”¹ que fuja dos modelos de pensamentos binários e universalizantes, do tipo natureza/cultura, mesmo porque: “O valor de uma categoria analítica não é necessariamente anulado pela consciência crítica de sua especificidade histórica e de seus limites culturais” (HARAWAY, p. 211, 2004). Nesse sentido, sexo, assim como natureza, é uma categoria, ou seja, um conceito. O que subentende construção de conhecimento, uma condição de cultura e, na medida em que houve constante reafirmação e demasiada atenção na ideia de gênero como uma edificação social, a categoria sexo foi deixada longe de problematização. Nas palavras da autora, não foi relativizada e historicizada, nem inclusive os alicerces epistemológicos que sustentam tal sistema sexo/gênero.

O trabalho de Judith Butler, uma referência nos estudos Queer, também problematiza o pressuposto epistemológico do sistema sexo/gênero. De modo que se entenda gênero como

¹ Haraway se refere ao refutamento ou afastamento de padrões totalizante e não ao sentido do chamado feminismo de diferença, em que a palavra diferença faz referência à ênfase na perspectiva feminina e permanece pautado num sistema totalizante sexo/gênero.

“o meio discursivo/cultural através do qual...” (PISCITELLI, p. 15, 2001) a categoria sexo é formulada como pré-discursiva, dado imutável ou um inquestionável da natureza. Para Butler, nos termos do sistema sexo/gênero se fixa a identidade de gênero, e é imposta uma coerência da sexualidade e do desejo baseado na heteronormatividade, a heterossexualidade como norma, que não abarca a realidade das descontinuidades de gênero ou da complexidade dessas relações que abrangem as interações entre gênero, sexualidade e desejo. Butler, ao levantar a questão de que o termo gênero foi criado para romper com uma noção essencialista de feminilidade e masculinidade, mostra que, se não for levada em consideração que a própria ideia de sexo é questionável enquanto um dado natural, a categoria gênero e a cultura se tornam um fatalismo, uma determinação cultural sobre os corpos. Nas palavras da autora:

Em algumas explicações, a ideia de que o gênero é construído sugere um determinismo de significados do gênero, inscritos em corpos anatomicamente diferenciados, sendo esses corpos compreendidos como recipientes passivos de uma lei cultural inexorável. Quando a “cultura” relevante que “constrói” o gênero é compreendida nos termos dessa lei ou conjunto de leis, tem-se a impressão de que o gênero é tão determinado e tão fixo quanto na formulação de que a biologia é o destino. Nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino. (BUTLER, p. 26, 2010).

Nesses termos da problematização, de cunho desconstrutivista da categoria gênero, o embate entre ativismo político e teorização se torna mais acirrado. Teóricos do pensamento desconstrutivista, na sua busca pela (des)essencialização da mulher são criticados, por autoras feministas, de desestabilizar, deslocar, dissolver o sujeito político que pressupõe a categoria mulher. De distanciar a reflexão teórica do movimento político-social, inferindo que esse modelo desconstrutivista dificultaria a prática política feminista, já que esta tem construído historicamente sua ação política voltada para a transformação social em suas situações de opressão ou subordinação das mulheres. Isto é, o movimento feminista compreende a mulher, um sujeito político, por isso muitas(os) autoras(es) exitaram em estender as críticas ao pensamento binário à distinção sexo/gênero, já que este sistema era muito útil para combater os determinismos biológicos recorrentes cotidianamente no imaginário social. Se apresenta, portanto, um impasse e limite político para a ação feminista.

Dessa forma, a re-criação da categoria mulher proposta por Piscitelli (2001) e outra(os), faz uma adição substancial para tal discussão. Enfatiza-se seu caráter e uso político, conciliando, assim, as muitas críticas às visões essencialistas a um projeto político feminista.

Considera-se a contribuição do pós-estruturalismo que nega todo essencialismo à noção de mulher, evidencia o aspecto discursivo do social e dá conta do caráter complexo e difuso do poder, ou das relações de poder. Porém, em oposição ao abandono da categoria mulher, esta é, nesses termos, historicizada, tornando viável a reflexão sobre as diferenças entre as mulheres em seus contextos específicos (cultural e social), e também sobre suas semelhanças, sem inviabilizar a prática política, (PISCITELLI, 2001) “...já que a identidade de 'mulher' é simultaneamente exigida e desconstruída.” (HARAWAY, 2004, p. 246).

Não se pretende dar ênfase aqui à vitimização feminina, mas, considerando-se os altos índices de violência contra a mulher, pretende-se trabalhar com a categoria mulher, uma categoria política, sem perder de vista seu caráter relacional.

Revisão bibliográfica

O problema da violência sexual é grave e apresenta elevada taxa de incidência. Após muitas reivindicações sociais por parte dos movimentos de mulheres e feministas, foi reconhecido pelo Estado e por vários setores sociais – saúde, segurança pública, jurídico, etc. – que se trata de um problema social, e que demanda tratamento multidimensional e articulado, em rede de serviços, tanto no atendimento às pessoas vítimas de violência, quanto na sua prevenção e erradicação.

Os movimentos feministas e de mulheres da segunda metade do século XX, também chamado de “segunda onda”, no contexto do pós-guerra em que o número de mulheres trabalhando fora de casa aumentou em grande medida, trouxe para o âmbito do debate público questões antes referenciadas somente em âmbito privado – tais como controle de reprodução, contracepção, aborto, trabalhos domésticos, etc. – que, tomando força política, questionaram um paradigma profundamente estabelecido e enraizado: a separação público/privado. A esfera privada se tornou política também, e o tema da violência sexual e doméstica contra mulher passou a ser a principal bandeira de luta dos movimentos de mulheres.

Vários são os motivos que levam a maioria dos casos a não serem registrados em delegacias ou em serviços de atendimento prestados às vítimas. Ainda que no Brasil existam 397 delegacias de defesa da mulher² e 1500 serviços de apoio, sua distribuição é desigual e

² W. Pasinato; C. M. Santos. Mapeamento das Delegacias da Mulher no Brasil, Campinas: Pagu/Unicamp, 2008, p. 13.

insuficiente pelo país e muitas vezes as mulheres que procuram por atendimento de saúde ou social não oficializam denúncia contra o agressor, principalmente quando perpetrada por conhecido. As principais causas desse fenômeno são o medo de retaliação por parte do perpetrador (43%), a intenção de evitar exposição pública (75%), o sentimento de culpa pelo ocorrido (60%) e a vergonha (74%). (Oshikata et al; 2011). Por isso é difícil precisar com exatidão a real incidência desse crime, tanto em dados nacionais como internacionais. No entanto, estima-se que 12 milhões de mulheres no mundo sofrem com esse problema todo ano. (LABRONICI et al; 2010).

A primeira política do Estado em relação a violência contra a mulher se deu por meio de uma perspectiva criminal, com a criação das Delegacias de Defesa da Mulher (DDMs) que são parte importante da rede de atendimento. As DDMs são delegacias especializadas para o registro de ocorrências, investigação, instauração de inquéritos referentes aos crimes de violência contra mulher, violência doméstica e familiar. Assim como as demais delegacias, as DDMs estão sob a Delegacia Geral de Polícia Civil de cada estado, e são a principal política de combate à violência contra mulher no país.

O contexto social e político de sua criação é contemporâneo ao movimento feminista e de mulheres que vinha se expandindo no país desde a década de 1970 juntamente com as lutas de resistência ao governo militar e pela redemocratização. Nesse processo de abertura política, o governo do estado de São Paulo criou, em 1985, a primeira delegacia especializada na defesa da mulher, atendendo às reivindicações desse período. (PASINATO, W; SANTOS, C. M; 2008).

Na primeira década do século XXI é relevante citar três grandes avanços: a criação da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM) com característica ministerial e objetivo de integrar em rede os serviços prestados às mulheres em situação de violência – os quais incluem as áreas de: saúde, segurança, justiça, social e psicológica e articulação política –, como também de combate e prevenção; a reforma no código penal com a definição e criação, respectivamente, do termo penal “assédio sexual” e “violência doméstica”; a criação da Lei 11.340/2006 (Lei “Maria da Penha”), que reconhece a violência doméstica a partir da perspectiva de gênero e como um problema social. Tais mudanças são resultados significativos das lutas feministas que desde a década de 1980 já faziam essas reivindicações.

Diversas iniciativas de capacitação das(os) policiais e profissionais das delegacias da mulher têm sido realizadas em todo o país, sempre em parcerias com ONGs, Universidades,

grupos feministas e de mulheres, para a elaboração de materiais, execução de cursos, seminários, palestras e disciplinas. Tais parcerias, entretanto, não tem caráter institucional, e estima-se que o alcance dessas iniciativas ainda seja insatisfatório, além de ficarem restritas a policiais que atuam nessas delegacias. (PASINATO, W; SANTOS, C. M; 2008).

Mesmo com toda essa movimentação institucional e política que reflete ganhos substantivos, Gregori mostra que ainda há um forte trabalho a ser feito com respeito ao paralelismo e isolamento que acometem as DDMs no Brasil. Além de sua distribuição desigual, ainda não há consenso no interior dessas delegacias especializadas sobre o seu objeto ou sobre o conceito do tipo de violência que tem por objetivo combater e prevenir. Por vezes se classifica como violência doméstica ou familiar, ou violência contra a mulher, ou violência de gênero. Dessa forma, as diversas concepções implicam em maneiras diferentes de intervenção policial na sociedade. Está presente ainda dentro da corporação policial uma desvalorização do trabalho desempenhado pelas delegacias da mulher e suas/seus agentes, pelo fato de os crimes de sua atribuição representarem, no universo policial e também social, baixo poder de dano à sociedade. Isso se deve também ao pouco treinamento e capacitação para o entendimento de uma perspectiva de gênero para toda a corporação policial, e não somente aos agentes das DDMs. (GREGORI, 2006)

Definição do problema

Ao constituírem a violência sofrida pelas mulheres como uma de suas principais bandeiras de luta nas décadas de 1970 e 1980, os movimentos feministas e de mulheres acabaram por contribuir para a naturalização de lugares marcados de agressor e vítima. Em geral, a violência é entendida não por meio do ato violento em si, mas através da identificação da vítima como alguém a quem se atribui vulnerabilidade (mulheres, crianças e idosos). Esse entendimento é compartilhado principalmente pelo discurso médico e da área da saúde (SARTI, 2006).

Quando se trabalha com o tema da característica das incidências de violência sexual e doméstica – maioria contra mulheres e perpetradas por homens – faz-se necessário considerar o caráter sempre relacional da violência e da categoria gênero, e as diversas facetas com que o fenômeno se apresenta, não limitando-se à assimetria homem/mulher.

Para além desse estereótipo de vítima carregado pelas mulheres, Mireya Suárez et al. publicaram um artigo³ a respeito de uma enquete realizada com 243 pessoas em Brasília no ano de 1994, tendo por objetivo uma pequena aproximação sobre o imaginário popular referente ao tema crime sexual. É relevante ressaltar algumas características dos entrevistados: quase a mesma porcentagem de homens e mulheres, maioria jovens, brancos, solteiros e católicos⁴. A maioria das percepções em relação ao que seria um crime sexual, o situam fora da ordem social regular. Praticamente não estão presentes nas respostas a noção de violação de lei passível de pena, referente a qualquer crime e infração dos direitos da pessoa. Apenas o conceito indiscriminado de violência. Não há o questionamento e reflexão do crime sexual e da infração dos direitos sexuais e humanos. (SUÁREZ et al. 1999)

Mais de 70% dos entrevistados responderam afirmativamente em relação à ideia de existência de um tipo de pessoa que caracteriza um perpetrador e de um tipo de pessoa vítima. Há a caracterização do agressor como alguém “anormal”, seja por seu contexto de exclusão social, por seu distúrbio psicológico ou mental, ou por sua falta de caráter. Com relação ao tipo de vítima, a classificação confere uma co-responsabilidade à(ao) agredida(o), seja por seu comportamento desviante do ponto de vista moral ou por suas “...circunstâncias de vida, como ser mulher bonita ou trabalhar a noite...” (SUÁREZ et al; p. 45, 1999). Essas personagens construídas revelam a distância com que é tratado o tema e os estereótipos que culpabilizam a pessoa vítima.

No universo da delegacia está presentes diversos sujeitos – policiais, delegada, queixosas, testemunhas etc – com diversos interesses muitas vezes conflitantes. Até 2006 a maioria das policiais não acreditavam na solução penal para maioria dos casos. Durante a década de 1990 com a criação dos Juizados Especiais Criminais para crimes menores houve a tendência de se considerar a violência contra mulher como crime de baixo potencial ofensivo, só poderia abrir inquérito se houvesse agressão considerada grave (como uma fratura, por exemplo). Então muitos crimes, que poderiam ter alto potencial ofensivo foram considerados crimes menores e agressores acabavam cumprindo penas leves. Entretanto, nesse contexto anterior à Lei Maria da Penha, havia vários casos de mulheres que faziam e retiravam queixas inúmeras vezes. Muitas vezes a mulheres não querem penalização de seus maridos e companheiros, por serem pais de seus filhos, por exemplo, mas usam a queixa como um

3 Mireya Suárez et al, “A noção de crime sexual”, In Mireya Suárez e Lourdes Bandeira (orgs.), Violência, gênero e crime no Distrito Federal, Brasília: Paralelo 15, Editora Universidade de Brasília, 1999.

4 Idem, p. 31 .

artifício para a renegociação de sua posição na relação e também como uma forma de negociação de conflito. Também, essa situação em alguns casos se tornou argumento para policiais muitas vezes não fazerem registro de ocorrência com a expectativa de retirada da queixa.

Com criação da lei Maria da Penha, a retirada da queixa se torna possível apenas na presença do juiz, o que dificulta essa manobra demandada, e, não raras vezes, a possibilidade de prisão do acusado se tornou motivo para mulheres não registrarem queixa com incentivo de policiais (LIMA, 2009) Entretanto, é evidente que uma legislação específica é um grande avanço pois, proporciona um suporte legal muito maior às mulheres em situação de violência e uma possibilidade mais efetiva de punição à esses crimes, visto que o exemplo de Maria da Penha revelava não um caso isolado mas, um padrão da negligencia do Estado em reconhecer essa violência como crime e problema social e em punir tais crimes. Segundo

Sinhoretto (2014), existem, no estado de São Paulo, quatro estratégias estatais de administração do conflito e controle do crime: combate militarizado, administração judicial clássica, programas de prevenção e segurança municipal, justiça restaurativa e programas de mediação e conciliação. Na prática essas estratégias coexistem entre tensões e disputas, nas suas perspectivas muitas vezes contrárias, e articulações. As delegacias de defesa da mulher se encaixam na estratégia de administração judicial clássica bem como pode se encaixar na de práticas alternativas de administração de conflito, visto que além dos procedimentos comuns das delegacias e da polícia civil em geral, no campo específico das DDM muitas vezes busca-se medidas alternativas como conciliação e mediação de conflitos.

De acordo com a autora é necessário compreender a coexistência de estratégias tão diversas, num cenário em que há, ao mesmo tempo, um crescimento dessas práticas alternativas, do encarceramento massivo e do combate militarizado.

No processo de transformação de um acontecimento de quebra de regra em fato jurídico os agentes policiais utilizam as tipificações presentes no código penal, suas experiências no processo de socialização na profissão e as recorrências dos tipos de casos e noções de senso comum, como instrumentos para realizarem as interpretações das ocorrências, as classificações de crimes e criminosos e para direcionarem suas atividades investigativas (VARGAS, 2000):

... são as referências a conhecimentos de senso comum, presentes nos diálogo, que conferem sentido e continuidades às interações.

Também são dessa natureza os conhecimentos que oferecem os esquemas de interpretação utilizados pelas policiais para identificar e categorizar objetos, indivíduos e comportamentos. (VARGAS, p. 63, 2000).

A autora também demonstra como as agentes policiais podem privilegiar o exercício de um direito voltado para a defesa da segurança social em detrimento da defesa dos direitos fundamentais. As concepções de direito empregadas pelas policiais podem influenciar as ações policiais com relação tanto às vítimas quanto aos acusados e influenciar o processo de categorização e de construção do fato jurídico.

Joana Vargas (2000) mostra como a categoria cor do indiciado influencia em todo fluxo do sistema de justiça desde a fase policial até a da condenação ou absolvição. É de grande relevância um estudo que leve em consideração a cor no processo de categorização empreendido pelas policiais no momento da queixa, tanto em relação ao agressor quanto em relação as pessoas em situação de violência. Esses procedimentos são: "... muito mais ancorados em rotulações e estereótipos (...) bem como em tipificações do senso comum..." (VARGAS, p. 158, 2000).

Como mostra Becker (2008) a classificação de alguma conduta como desviante e o grau de gravidade com que é tratada depende de variáveis como raça/cor, classe, gênero de quem infringiu ou é considerado desviante e também depende de quem se sentiu atacado ou prejudicado:

O grau com que um ato será tratado como desviante depende também de quem o comete e de quem se sente prejudicado por ele. Regras tendem a ser aplicadas mais a algumas pessoas que a outras. Estudos de delinquência juvenil deixam isso muito claro. Meninos de áreas de classe média, quando detidos, não chegam tão longe no processo legal como os meninos de bairros miseráveis (...) Essa variação ocorre ainda que a infração original da norma seja a mesma nos dois casos. De maneira semelhante, a lei é diferencialmente aplicada a negros e brancos. Sabe-se muito bem que um negro que supostamente atacou uma mulher branca tem muito maior probabilidade de ser punido que um branco que cometa a mesma infração. (BECKER, 2008, p. 25).

Esse trecho exemplifica bem como que o processo de rotulação e a imposição de regras e sanções ou punições variam de acordo com as diferentes categorias de pessoas e os desequilíbrios de poder entre os grupos sociais. Assim como mostra Vargas a influência da

categoria cor no fluxo do sistema de justiça, como que determinados sujeitos são considerados mais potenciais suspeitos de crimes sexuais do que outros.

Então, na delegacia – espaço onde estão presentes diferentes sujeitos em relações desiguais de poder – durante o processo de categorização policial de quem é vítima e que é agressor, a policial pode rotular, classificar outros como desviantes. E tais classificações não estão isentas das influências de noções sociais estereotípicas, muitas vezes essencialistas ou naturalizantes, sobre o papel de homem e mulher ou de masculino e feminino.

A questão do estigma ou da estigmatização se refere a um ou mais atributos que identifica uma pessoa ou um grupo de pessoas que, por isso, sofrem descrédito dos demais. O processo de estigmatização se relaciona com o conceito de estereótipo, ideia generalizante sobre algo, que está presente no imaginário popular e no senso comum como mostra a pesquisa de Suárez (1999) sobre a ideia de um tipo de pessoa vítima e de agressora. Segundo Goffman: “Um estigma é, então, na realidade um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo (...) há importantes atributos que em quase toda a nossa sociedade levam ao descrédito.” (GOFFMAN, 2013, p. 13).

Dessa forma, de acordo com o estereótipo de mulher, ou seja, ideia generalizante sobre a mulher, ela é estigmatizada em relação ao homem porque se lhe atribui características depreciativas ou de descrédito em relação ao homem. Em uma noção dual agressor/vítima, da mulher se espera certo comportamento e atributos, isto é, que obedecem à um estereótipo de passividade, se não houver correspondência entre a queixosa e esse estereótipo, ela pode não ser considerada vítima de um crime, estigmatizada como não vítima. Considerando o estereótipo de homem e de mulher, o homem nunca é vítima de algo e a mulher não pode ser ativa.

Por isso, há o mecanismo de culpabilização da mulher agredida, se se considera algum elemento de atividade na vítima no momento da agressão mesmo que não tenha de fato relação com o ocorrido, algo que ela fez (quem faz algo não está passivo) como por exemplo sua roupa, ou determinado profissão desempenhada, se justifica de certa forma a agressão e a agredida não é mais vítima, ou é uma vítima menor.

Como apresenta Soares (2002) a vitimização é um artifício utilizado para a sensibilização dos agentes do Estado e para se distanciar do movimento cotidiano de culpabilização das mulheres em situação de violência desempenhado tanto pelos agentes como pela sociedade em geral. A vitimização utilizada pelas feministas das décadas 1970 e

1980 foi se mostrando problemático e contraditório, se, contribuía para a denúncia e politização do problema, ao mesmo tempo, também revelava ser um impasse ao empoderamento das mulheres e ao reconhecimento destas enquanto sujeitos autônomos, necessário como condição para o rompimento com a violência (SOARES, 2002).

Maria Filomena Gregori (1989) faz uma análise sobre a narrativa da queixa, em que, segundo sua interpretação, contraditoriamente ao mesmo tempo que é uma ação de resistência contra a violência é também uma construção discursiva que opera em uma lógica dual, na qual a pessoa que sofreu a violência posiciona os papéis sociais de vítima e agressor. Assim, na queixa se reitera os pressupostos simbólicos da desigualdade que são causa da violência, estabelece dicotomicamente o lugar de vítima e de agressor. Na queixa o que vale é o poder de persuasão e de convencimento da pessoa em situação de violência (GREGORI, 1989), e esse par de opostos ativo/passivo é um instrumento que dá sentido e credibilidade à narrativa.

Para a autora, é preciso relativizar esse modelo de pensamento dicotômico para se entender o contexto em que acontece a violência. Classificar a violência contra a mulher somente enquanto ação criminosa e sob essa chave dualista, deixa de considerar a dimensão das ambiguidades de uma relação: motivações, interesses, jogos, etc.

Dessa maneira, esta pesquisa busca compreender e interpretar, a partir do discurso policial e do universo da Delegacia de Defesa da Mulher – DDM, de que maneira e a partir de quais conceitos prévios se dá o processo de categorização e definição policial de agressor, vítima e da relação agressor/vítima, em casos de violência sexual, no processo de construção dos fatos jurídicos. Identificar qual o entendimento policial sobre os crimes sexuais com os quais lidam nesse processo e entender o contexto das queixas, as motivações das/dos queixosas/os (punição ou negociação) e das agentes policiais.

A pesquisa pretende, também, traçar estatisticamente o perfil social de agressores e agredidas (os) envolvidos em casos de violência sexual. Serão coletadas informações sobre o grau de relacionamento com as pessoas vitimadas (quando o perpetrador é conhecido) e dados sociodemográficos – sexo, estado civil, situação ocupacional, profissão, escolaridade, faixa etária, cor/raça – a partir de entrevistas semi-estruturadas e de documentos presentes na DDM como registros de ocorrências e inquéritos e documentos do Fórum.

É importante o levantamento do perfil social de pessoas que perpetraram a agressão. Nas últimas décadas foram publicadas muitas pesquisas sobre o tema da violência de gênero.

Entretanto, apesar de estudos referentes ao perfil das pessoas vítimas, às circunstâncias da ocorrência, aos tipos de crimes e às articulações dos diversos atores sociais, pouco foi explorado sobre o perfil social de agressores. Perfil que leve em conta características sociodemográficas, isto é, que demonstre a forma de inserção e posição de agressores no meio social, e que contribua para a evidência do caráter socio-cultural de suas ações.

Por fim, o levantamento desses dados, considerando principalmente as categorias gênero/sexo, raça/cor e classe social, tanto de pessoa vítima como da agressora, é útil para se entender qual a influência dessas informações no processo de categorização policial, visto que pesquisas como a de Vargas (2000) apontam para a influência da categoria cor para o indiciado em todo fluxo do sistema de justiça e que, também, são escassos os estudos que consideram essa influência na classificação policial da pessoa vítima.

Ao compreender o trabalho de categorização policial de vítimas e agressores em crimes sexuais no processo de construção de fatos jurídicos e ao identificar o perfil social de perpetradores e vitimadas (os), é possível elucidar como se dá a estratégia de administração judicial clássica articulada à de práticas alternativas de administração de conflito. Desmistificar, também, os papéis de agressor/vítima fixados previamente na produção discursiva social, e o estereótipo de anormalidade construído em torno do perpetrador e de passividade em torno da pessoa vítima.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECKER, H. *Outsiders. Estudos de sociologia d desvio*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CORRÊA, Mariza. O sexo da dominação. In. *Novos Estudos CEBRAP*, no. 54, julho 1999, pp. 43- 53. _____. Sobre a invenção da mulata. In. *Cadernos Pagu* (6-7), 1996: pp.35-50.

DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva, 2008.

FOUCAULT, Michel. *The History of Sexuality Volume I: An Introduction*. New York: Pantheon Books, 1978. _____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GIDDENS, Antony. Modernidade e identidade. São Paulo: Ed. da UNESP, 1993. _____. A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

GOFFMAN, Erving. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 2013. GREGORI, Maria Filomena. Cenas e queixas: mulheres e relações violentas. In. NOVOS ESTUDOS No 23 — MARÇO DE 1989, pp. 163-175.

_____. “Delegacias de Defesa da Mulher de São Paulo e as instituições: paradoxos e paralelismos”. In DEBERT, Guita G; GREGORI, Maria Filomena; e PISCITELLI, Adriana (orgs.). Gênero e Distribuição da Justiça: as delegacias de defesa da mulher na construção das diferenças. Coleção Encontros. Campinas: Pagu/Unicamp, 2006, p. 57-87.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

HARAWAY, Donna. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. In. Cadernos Pagu (22), 2004: pp. 201-246.

LABRONICI, L. M; FEGADOLI, D; CORREA, M. E. C. Significado da violência sexual na manifestação da corporeidade: um estudo fenomenológico. In. Rev Esc Enferm USP, 2010; 44(2):401-6.

LIMA, Lana Lage da Gama. As práticas de administração de conflito de gênero no cotidiano das Delegacias de Polícia. In. DIMENSÕES, 2009, vol. 23, pp. 117 – 139.

_____. A intervenção policial na violência de gênero no Estado do Rio de Janeiro: da criação das Delegacias Especializadas à Lei Maria da Penha. In. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho 2011.

_____. O tribunal do santo ofício da inquisição: o suspeito é o culpado. In. Revista de Sociologia e Política. Curitiba, 13: p. 17-21, nov. 1999. LOURO, Guacira Lopes Louro. Teoria Queer – uma política pós-identitária para a educação. Teoria Queer – uma política pós-identitária para a educação. In. Revista Estudos Feministas, 2001, vol.9, no.2, p.541-553.

MISKOLCI, Richard. Não ao sexo rei: da estética da existência Foucaultiana à política queer. Luiz Antônio Francisco de Souza, Thiago Teixeira Sabatine e Boris Ribeiro de Magalhães, organizadores. – Marília. : Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

- OSHIKATA, C. T; BEDONE, A. J; PAPA, M. S. F; SANTOS, G. B; PINHEIRO, C. D; KALIES, A. H. Características das mulheres violentadas sexualmente e da adesão ao seguimento ambulatorial: tendências observadas ao longo dos anos em um serviço de referência em Campinas, São Paulo, Brasil. In. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 27(4):701-713, abr, 2011.
- PASINATO, Wânia. Lei Maria da Penha. Novas abordagens sobre velhas propostas. Onde avançamos? In. Civitas, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 216-232, maio-ago. 2010.
- PASINATO, Wania; SANTOS, Cecília MacDowell. Mapeamento das Delegacias da Mulher no Brasil. Campinas: Pagu/Unicamp, 2008. P
- ASINATO, Wania; SANTOS, Cecília MacDowell. Violência contra as Mulheres e Violência de Gênero: Notas sobre Estudos Feministas no Brasil. In. a E.I.A.L. Estudios Interdisciplinarios de América Latina y El Caribe, da Universidade de Tel Aviv, 2005
- PISCITELLI, Adriana. Re-criando a (categoria) mulher? Campinas: Pagu/Unicamp, Novembro de 2001.
- SARTI , C. A; BARBOSA , R. M; SUAREZ, M. M. Violência e Gênero: Vítimas Demarcadas. In. PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 16(2):167-183, 2006.
- SCHIENBINGER, Londa. O feminismo mudou ciência?. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2001.
- SCOTT, Joan. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In. Educação & Realidade. Porto Alegre, 1995, vol. 20, no. 2, jul./dez; p. 71-99
- SEGATO, Rita Laura. A estrutura de gênero e a injunção do estupro. In. SUÁREZ, M; BANDEIRA, L. (orgs.) Violência, gênero e crime no Distrito Federal. Brasília: Paralelo 15, Editora Universidade de Brasília, 1999.
- SINHORETTO, Jacqueline. Controle social estatal e organização do crime em São Paulo. In. DILEMAS - Vol. 7 - no 1 - JAN/FEV/MAR 2014 - pp. 167-196.
- SOARES, Barbara Musumeci. A Antropologia no Executivo: Limites e Perspectivas”. In: Corrêa, Mariza (org.). Gênero & Cidadania. São Paulo, PAGU/Núcleo de Estudos de Gênero, UNICAMP, 2002, p. 31-45.

SUÁREZ, M; SILVA, A. P. P. M. S; FRANÇA, D. J; WEBER, R. A noção de crime sexual. In. SUÁREZ, M; BANDEIRA, L. (orgs.) Violência, gênero e crime no Distrito Federal. Brasília: Paralelo 15, Editora Universidade de Brasília, 1999.

SUDÁRIO, S; ALMEIDA, P. C; JORGE, M. S. B. Mulheres vítimas de estupro: contexto e enfrentamento dessa realidade. In. Psicologia & Sociedade, 17 (3), 73-79; set/dez: 2005.

VILLELA, W. V; LAGO, T. Conquistas e desafios no atendimento das mulheres que sofreram violência sexual. In. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 23(2):471-475, fev, 2007.

A herança patriarcal como impulsionadora do elevado índice de mulheres HIV+ no distrito de Xai-Xai em Moçambique

Nosta da Graça Mandlate¹

As mulheres moçambicanas são as mais infetadas pelo HIV/SIDA no país, sendo Gaza, onde está localizado o distrito de Xai-Xai, a província que apresenta o maior índice de seroprevalência. As mulheres desta província são educadas a serem submissas aos seus parceiros. Os modelos de educação baseados no patriarcado influenciam a violência baseada no género e impossibilitam a negociação para a prática do sexo seguro. Neste texto analisamos duas práticas culturais, Kutchinha e lovolo, e suas implicações na maior propagação da doença com maior contaminação da mulher. A prática magico-religiosa kutchinga que consiste em envolvimento sexual com a vista a purificação da casa, bens, filhos e viúva/viúva, e a prática lovolo que é o pagamento do dote pelo homem a família da sua futura esposa. Com o lovolo a mulher passa a ser propriedade exclusiva do seu marido e quando ele perde a vida ela deve ser purificada e tornar se esposa de um dos irmãos do seu falecido marido e se ela se recusar perde o direito dos bens que construiu com o falecido marido.

Palavras-Chave: HIV/SIDA, kutchinga, lovolo, mulher, violência e vulnerabilidade.

O texto que segue resulta de reflexões e da etnografia realizada no distrito de Xai-Xai na Província de Gaza no sul de Moçambique sobre a problemática do HIV/SIDA, buscando analisar as influências culturais para o elevado índice de seroprevalência com maior incidência entre as mulheres.

No sul de Moçambique sobretudo na província de Gaza os modelos de educação informal privilegiam o homem em relação a mulher. Nas zonas rurais muitas raparigas não tem acesso a educação formal e onde podem acede-lá as oportunidades são reduzidas em relação ao homem, tanto pela maior responsabilização da rapariga em tarefas domésticas também por se conceber que o homem será o futuro responsável pela família e pelo seu sustento.

¹ Mestranda em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Apresentamos aqui duas práticas culturais que contribuem em grande medida para a submissão da mulher e a consequente infeção pelo vírus. A prática magico-religiosa kutchinga que consiste em envolvimento sexual com a vista a purificação da casa, bens, filhos e viúva/viúva, e a prática lovolo que é o pagamento do dote pelo homem a família da sua futura esposa. Com o lovolo a mulher passa a ser propriedade exclusiva do seu marido.

Decorrente dos papéis que a cultura tsonga confere a mulher, ela não detém de poder negociar a prática do sexo e muitas vezes não informam aos seus parceiros quando descobrem que são portadores do HIV, temendo a atribuição da culpa de terem trazido o vírus para o lar mesmo. Para a elaboração deste texto selecionamos oito entrevistadas.

Quadro 1: Perfil das entrevistadas

Entrevistada	Escolaridade	Profissão	Idade	Estado Civil
Açafrão	Ensino Fundamental Incompleto	Do lar	59 anos	Viúva
Beladona	Ensino médio completo	Do lar	32 anos	Casada
Camélia	Ensino Fundamental Incompleto	Do lar	42anos	Viúva
Acônito	Ensino Fundamental Incompleto	Vendedeira	39 anos	Viúva
Cardo	Graduação Completa	Professora	35 anos	Casada
Glicínia	Graduação Completa	Professora	32 anos	Casada
Cacto	Graduação em andamento	Do lar	32 anos	Casada
Goivo	Ensino técnico médio completo	Técnica da Farmácia	25 anos	Casada

Fonte: elaboração própria.

A prática Kutchinga

Kutchinga é uma prática entre os tsonga, residentes do sul de Moçambique que exige a realização da purificação quando ocorre um falecimento, esta prática é realizada essencialmente por via sexual e atualmente devido a problemática do HIV/SIDA algumas famílias tem adotado o uso de ervas. A prática de purificação pós a morte é também realizada entre os sena, tewe e nyungwe no centro de Moçambique nas províncias de Sofala, Tete e Manica com outras particularidade e se denomina de pita-kufa.

Kutchinga é antropologicamente designado levirato, pode se observar este ritual no posto administrativo de Catandica, na Província de Manica a partir da etnografia realizada por Palmeri e Sterne,

Lerirate. According to the custom of levirate, a widow should marry a brother of her deceased husband. This kind of marriage is relatively frequent in Matundu. Local people say that the custom of levirate is to preserve family land within the family itself. In fact, a wife usually receives from her husband a plot of land with the agreement that it will be transferred to the children and not used to the benefit of a "foreigner" or other relatives of the wife (PALMERI; STERNE 2006, p.59).

No sul de Moçambique compreende-se que quando ocorre a morte de um membro da família tudo que faz parte da casa, a casa, os bens, os filhos e os familiares onde decorreu o falecimento torna-se impuro. Pois antes da realização deste ritual ninguém dos membros pertencentes à família deve praticar relações sexuais. Os bens e outros utensílios não podem ser deslocados para outros domicílios. A realização deste ritual tem em vista a purificação da casa e dos bens e liberação dos membros da família para a prática das suas atividades normais.

Se um dos membros da família praticar relações sexuais antes da realização deste ritual ou por engano os bens ou utensílios da família em luto serem deslocados para um outro domicílio e os membros dela se relacionarem sexualmente um dentro do casal irá contrair kooklola, uma doença tradicional que tem mesmas manifestações que a tuberculose quando diagnosticada pela biomedicina.

Entre os tsonga este ritual tem suas particularidades podendo ser realizado de diversas formas, pode ser realizado pelo casal se o morto tiver sido um dos filhos do casal. Se o morto tiver sido o chefe da família ou a dona da casa, o filho do casal mais velho com a sua esposa ou namorada faz a purificação. Este ritual de purificação da casa, dos bens e dos filhos deve ser feito até ao sétimo dia pós o falecimento. Quanto à purificação da viúva ou do viúvo pode ser feita depois de seis meses ou mais tempo dependendo do que se decidir na assembleia familiar, se se trata do viúvo não há grande necessidade de realização da assembleia, pois com a conclusão efetiva do lovolo o homem ganha uma irmã mais nova da sua esposa, que quando crescer se ele quiser pode-lhe tornar sua esposa.

Quanto à mulher se torna viúva deve casar com um dos irmãos do seu falecido marido, independentemente dele ter já uma esposa e família. A decisão sobre com qual cunhado a viúva deve realizar o ritual e se casar é obtida em assembleia familiar. Se o falecido

não tiver irmãos o ritual pode ser realizado por um primo ou neto, e se surgirem descendentes a partir desta união pertencem e ganham o nome do falecido. Em algumas regiões de Moçambique existem purificadores natos que são contratados para a realização desta cerimónia caso não exista pessoas dentro da família.

Se a mulher se recusar a realizar ritual é deserdada de todos os bens que construiu com o seu falecido marido.

Em Moçambique em pelo menos 10 mortes ocorridas no país 7 são provocadas pelo HIV/SIDA, apesar disso para a realização deste ritual não se averigua quais foram as razões biomédicas que fizeram com que houvesse o falecimento, porque as doenças são representadas pelos tsonga como manifestação do descontentamento dos espíritos sobre os violadores de regras e ainda no sul de Moçambique, onde está localizado o distrito de Xai Xai, os sintomas do HIV/SIDA muitas vezes se relacionam a casos de feitiçaria e também são interpretados como sendo cobranças ou retaliação feitas pelos antepassados devido a desobediência as leis e as normas sociais vigentes (PASSADOR, 2011, p. 4).

Com a problemática do HIV/SIDA introduziu se a realização da purificação com o uso de ervas, mas existe ainda adesão da realização deste ritual por via sexual, sobretudo pela consciência dos agentes e parálem da pressão social que sofrem para a adesão do ritual sob pena de consequências nefásticas para a família se se não realizar o ritual.

Em Schutz “a consciência, é compreendida como resultado de um conjunto de operações de abstração, uma contagem de simultaneidade pela qual se torna possível a representação simbólica do espaço e do tempo, e dessa forma e interpretação... das qualidades do mundo quantificáveis e qualificáveis” (CASTRO, 2012, p.56).

Uma das mulheres entrevistadas de 42 anos de idade, viúva, em tratamento antiretroviral-Tarv, que ficou doente e detetada HIV+ três anos apos o falecimento do seu marido teve que ser purificada para proteger os seus filhos.

Pesquisadora: Foi purificada após a morte do seu marido?

Camélia vermelha: Sim, fui lá em dengue, lá mesmo em Utsopi, onde eu vivia com meu marido, antes dele falecer (**Camélia vermelha**).

Pesquisadora: Foi alguém da família do seu marido?

Camélia vermelha: Haaa nada, não. Procurei fora, meu marido antes de falecer havia dito que não queria ninguém da família. Procurei fora, ele não queria ninguém da sua família, porque depois podia haver confusão, devia procurar alguém fora (**Camélia vermelha**).

Pesquisadora: Foi voce que procurou essa pessoa?

Camélia vermelha: Eeee, lá entre nós na minha zona, quando alguém perde marido, deve procurar alguém, que depois de dois meses para te purificar, procuras alguém, homem para te fazer o que os costumes da nossa zona preconiza, para que seus filhos, sua casa, todas coisas que existem na família sejam purificados, e sobretudo os seus filhos não tenham medo de si, e eu fiz por insistência da igreja, porque sempre que eles me visitavam, me pergutavam se já havia feito, e eles falavam que estava a deixar meus filhos a deriva (**Camélia vermelha**).

Uma mulher que se tornar viúva entre os tsonga, por mais que não queira mais se casar é necessário que seja purificada, pois ela não pode morrer com dzaka, impura. Uma senhora de 59 anos de idade, viúva, também em tarv, teve que ser purificada para que não tivesse consequência da permanência de impureza no seu organismo, mas que não revelou o segredo pois não se devia compartilhar tais segredos com as crianças.

Pesquisadora: É de costume, após a morte fazer a purificação?

Açafrão: Em casa tem o costume de chamar alguém para fazer a purificação da casa, para que os filhos se sintam livres em casa. Porque ainda vivia com todos os meus filhos e eles deviam entrar nas suas casas com suas esposas e fazerem sexo, e sem purificação eles não podem entrar livremente. E deve se procurar alguém que conhece medicamentos tradicionais para banhar a casa e os filhos e a dzaka, aquela de ter perdido o marido essa vai ficar contigo que é a viúva. Lá na nossa zona procuramos pessoa para purificação da casa e das crianças, no terceiro dias após o funeral chamamos o bruxo para purificação (**Açafrão**).

Pesquisadora: E a dzaka da viúva?

Açafrão: A dzaka da viúva, quem sabe é ela, e quem vêem purificar, costuma dizer quando achar que já choraste o seu marido, vais procurar alguém (**Açafrão**).

Pesquisadora: E você foi purificada?

Açafrão: Procurei naquele tempo (**Açafrão**).

Pesquisadora: Isso é obrigatório fazer?

Mas a lei diz que as pessoas devem ser purificadas, só se for velha (**Açafrão**).

Pesquisadora: E se não fizer o que acontece?

Açafrão: Tem muitas leis (**Açafrão**).

Pesquisadora: Quais são?

Açafrão: Não posso te dizer, és criança, isso não apraz as crianças ouvirem (**Açafrão**).

Pesquisadora: E estão juntos até agora com essa pessoa?

Açafrão: Ainda vem, só que é marido de dono, é marido de dono, mas ainda vem, vem uma vez por mês (**Açafrão**).

Nas culturas moçambicanas acredita-se que a morte pode ser provocada pela feitiçaria e muitas vezes as mulheres são culpadas pela morte dos seus esposos e por conta disso são arrancadas os bens que herdaram do marido pelos familiares.

As mulheres são sempre vistas como potencialmente más: através de supostos malefícios voluntários perpetrados pela feitiçaria, colocam em risco homens e mulheres por colocarem em risco sua integridade como pessoas, por isso são temidas e objeto de desconfiança permanente (PASSADOR, 2010).

Uma das entrevistadas disse que ela e sua rival não puderam estar com o esposo quando ele começou a adoecer e não souberam que doença ele tinha.

Oooh, como quem seguia o tratamento era a mãe, não sei o que disseram, porque ela é quem saía para as tais consultas e ela trazia os medicamentos. Eu e minha rival, não sabíamos de nada e não nos incluíam disso. Talvez chegaram a pensar que nos é que sabíamos. Mas no fim Descubriram que tinha sido haambanissado com uma amante dele que tinha fora, com quem havia feito um filho que morreu e depois, aquela mulher se metiu com outro homem e por fim voltou para o nosso marido, daí contraiu a doença, mas que não conseguiram tratar. E se calhar ele sintia essas doença e escondeu (**Acônito**).

Palmeri e Sterne (2006:59) afirmam que entre os tewe existem consequências se a viúva recusar a casar com um dos familiares do seu falecido esposo.

If a widow decides to marry someone outside the family of her deceased husband she must leave her house and all the property her deceased husband, including land. She will keep children if they are still under 8-10 years old; if the children are older, they will remain within the family of their deceased father. The widow will go and live elsewhere with her new husband who will be responsible of providing land and everything else for his new spouse and her new house.

Lovolo, o dote para se ter esposa

Em moçambique a mulher não tem parte na partilha de herança, o que faz com que ela dependa exclusivamente do seu marido. A dependência da mulher no sul do país é muito elevada sobretudo entre os changana, habitantes de Xai-Xai, que é agravada com a prática do lovolo, um ritual local em que a família do noivo tem de pagar um dote a família da sua noiva para a concessão da sua mão em casamento.

O lovolo é um ritual simbólico que é praticado um pouco por todo país.

Em Moçambique, o lovolo constitui uma prática importante na sociedade urbana. Isso deve-se ao facto de o lovolo permitir estabelecer uma comunicação entre os vivos e os seus antepassados e a criação ou o restabelecimento da harmonia social. Ele inscreve o indivíduo numa rede de relações de parentesco e de aliança tanto com os vivos como com os mortos. O lovolo faz parte da identidade individual e colectiva, ligando seres humanos e mortos numa rede de interpretações do mundo e num conjunto de tradições em contínuo processo de transformação (BAGNOL, 2008, p.251).

Em algumas regiões do país, em caso da ocorrência da morte da esposa sem que o esposo tenha realizado o lovolo as cerimónias fúnebres não podem ocorrer antes que se pague o dote a família da malograda para que esta possa informar aos seus antepassados do sucedido, tanto do seu falecimento tanto de ter pertencido e gerado filho noutra família. A não realização deste ritual em vários pontos do país sobretudo na província de Gaza pode ser o vetor de graves problemas na família, desde o desintendimento entre o casal até a má sorte para os filhos, pois se pensa que a sorte venha da parte materna e sem a realização deste ritual os defuntos não tem como proteger os netos.

Atualmente esta prática perdeu aquele simbolismo, passou a ser vista como um ato comercial em que os familiares da noiva exigem muitos bens para a realização do ritual. Desde cedo a província de Gaza sempre foi tida como modelo na cobranças de lovolo, uma vez que a pastorice era abundante e o dote era feito através de um x número de cabeça de gado. E com a escasseis de gado e devido a vida urbana ele passou a ser pago em valores monetários.

As modificações na cobrança de valores elevados no dote, agravou a concepção de que com o pagamento do lovolo a mulher passa a ser propriedade exclusiva do seu esposo e da sua família. E daí entre os tsonga, a mulher não participa na tomada de decisão e inclusive acerca dos seus problemas conjugais não dialoga direto com o seu esposo, informa a sogra e esta faz chegar ao seu marido. E tem sido a sogra quem procura remédios do amigo ou da lua, remédios da lua são ervas tradicionais, que podem ser recebidas em banhos ou ingeridas pelas crianças para que não contraíam as doenças da lua, a eplepsia, o extrambismo e a hidrocefaleia. E em situações em que reside no mesmo domicílio com a nora e o filho é ela quem cuida do recém nascido.

A administração de medicamentos tradicionais é proibido em crianças que nasceram de mães de HIV+, mas muitas vezes tem sido difícil cumprir com essas recomendações, pois muitas mulheres não revelam que são HIV+ as suas sogras e inclusive aos seus maridos.

Uma jovem de 25 anos de idade que está em tarv e que acedeu a Prevenção da transmissão Vertical-ptv que mora ainda com a sogra afirmou que:

Goivo: Quem faz tudo é minha sogra, logo que amanhece ela lhe dá banho e lhe dá todos os medicamentos (**Goivo**).

Pesquisadora: Contaste para a sua sogra que és portadora do HIV?

Goivo: Não (**Goivo**).

A situação torna-se diferente em caso em que as mulheres têm o seu próprio domicílio, assim ela pode receber o medicamento e não administrá-lo à criança. Uma mulher de 32 anos de idade, em tarv e que também acedeu a pvt, que devia ter efetuado a toma dos medicamentos de lua no seu filho porque nos olhos de todos que iam à sua casa para conhecer o filho detetavam que a criança tinha contraído a doença ainda no seu ventre.

Pesquisadora: E essa doença do amigo, a criança nasce com ela?

Glicínia: Posso dizer que sim, esta criança por exemplo, nasceu e no dia seguinte ele começou a se assustar, mas como devia seguir o que se disse no hospital eu não podia fazer nada, mas quando começou a tomar o xarope isso passou aos poucos (**Glicínia**).

Pesquisadora: E as pessoas que viam não diziam nada?

Glicínia: E as pessoas vinham e diziam, porque as pessoas nunca deixam de falar, mas tu a mãe é que deves saber o que fazer com a criança, mesmo a própria minha sogra vinha e dizia, mas eu dizia ok, mama vou dar e eu não dava, e ela não sabia se dou ou não porque ela mora na casa dela e eu na minha (**Glicínia**).

A exclusão da mulher na tomada de decisão ocorre mesmo quando ela ainda não se casou. Ainda sob os cuidados dos seus pais ela é ensinada a realizar atividades que garantirão com que ela seja uma boa esposa e não envergonhe e desonre a família. Paulina Chiziane, afirma que quando nasce uma menina grita-se de alegria e dizem *atinguene tinpondo*, que significa que venha o dote e quando nasce um menino diz-se *hoyo hoyo mate*, que significa que por meio do pagamento do dote entrará uma nora na família e é mais um diferencial na mão de obra (CHIZIANE, 2013, p. 8, grifos da autora).

Devido a essas representações sociais a mulher não detém de poder para negociar com o homem e sobretudo para a prática do sexo seguro, tornando-as vulneráveis.

“A desigualdade de poder entre mulheres e homens nas relações sociais de género, ao restringirem a autonomia do exercício da sexualidade das mulheres ao mesmo tempo que naturalizam a liberdade sexual dos homens, contribuem para aumentar a vulnerabilidade das mulheres ao HIV” (WOMEN AND LAW IN SOUTHERN AFRICA, 2007, p. 175).

A prática de violência baseada no género no distrito de Xai – Xai, influencia na propagação do HIV- SIDA, na medida em que a violência fragiliza e vulnerabiliza as mulheres, debilitando assim as suas capacidades de poder negociar a sua protecção contra a transmissão de ITS/HIV/SIDA. Uma jovem de 35 anos de idade também em tarv e pvt, questionada acerca do uso do preservativo, afirmou que:

Não posso pedir isso para o homem, se a mulher pedir que se use o preservativo ela é tida como aquela vulgar, que vai a cama com todos ou porque ela está doente, por mais que a gente queira eles não aceitam e também na nossa cultura o homem dita tudo a se fazer (**Cardo**).

As desigualdades de poderes entre mulheres e homens nas diferentes faixas etárias, nas relações familiares, comunitárias, assim como nos domínios social, económico, cultural, religioso e político, que outorga às mulheres uma posição de subordinação. Segundo Arthur (2004) estas desigualdades de poderes vigentes nas relações sociais entre homens e mulheres, é suportado por um modelo de dominação que é legitimado por um sistema simbólico e por relações de poder, isto é, ideologias e estruturas que violam os direitos humanos das mulheres e concorrem no sentido da sua manutenção e reprodução.

HIV/Sida representado pela cara Feminina

Em Moçambique as mulheres são culpadas por todos problemas sociais, se os jovens se desviam as mães são responsáveis por esse mau encaminhamento dos filhos e afirma se que não desempenharam bem o papel de educadora e essa concepção tem sido mais difundida atualmente que a mulher tem saído para trabalhar fora de casa. Quando o HIV/SIDA é diagnosticado no lar muitas vezes ela é acusada de ter sido infiel, por conta dessas interpretações elas abandonam ou não buscam pelo tratamento.

A feminização do Sida é a designação que se convencionou atribuir ao processo, produto de diversos e simultâneos factores, que tem culminado com um número cada vez maior número de mulheres infectadas e que continuam a infectar se a um ritmo

mais acelerado do que os homens na mesma faixa etária (WOMEN AND LAW IN SOUTHERN AFRICA, 2007, p. 18).

Algumas pacientes afirmaram que a não adesão tem sido pelo fato de temerem que os seus parceiros saibam que elas estão em tarv e algumas que sabem que os seus parceiros são HIV- e por conta disso pensam que se eles souberem que elas são seropositivas podem lhes abandonar.

Muitas vezes as mulheres mesmo tendo conhecimento de que os seus esposos mantêm relacionamentos extra-conjugais continuam se relacionando com eles desprotegidas e quando são diagnosticadas HIV+ nas consultas pré natais não informam aos seus esposos e fazem o tratamento escondido e em alguns casos preferem não aceder ao tarv e ptv por temerem ser acusadas de terem sido elas as vetoras de entrada do vírus no lar.

Pesquisadora: Como achas que contraíste esta doença?

Beladona: Iiii, eu não sei porque eu marido anda muito, agora ai...
(**Beladona**, violência simbólica).

Pesquisadora: Anda muito?

Beladona: Ele namora muito, tem muitas namoradas. Eu desde sempre fazia teste anti-HIV de três em três meses, porque eu era ativista e educadora de pares, dna matéria de HIV/Sida, andava de aldeia em aldeia educando as pessoas e visitando aquelas pessoas que anbonaram o Tarv, e sempre eu levava as pessoas das aldeias para o hospital para fazer teste, e mesmo quando que me conheci com o pai destes aqui eu fazia teste ainda (**Beladona**).

Pesquisadora: Já levaste a ele alguma vez para fazer o teste?

Beladona: Até a ele lhe disse para fazermos o teste, que não devia ter medo, mas ele nunca aceitou fazer teste comigo, não sei se ele já fes teste sozinho, comigo nunca aceitou. mas até eu também passei a ter medo de fazer o teste, porque o meu marido anda muito. E quando fiquei grávida daquela ai, fiz teste não tinha nada e nesta deste meu último filho já tinha esta doença e iiii. E sempre que lhe digo para fazermos o teste, ele diz que não está doente (**Beladona**).

Algumas não informam aos esposos que são HIV+ por temerem ser rejeitada e elas preferem que os seus esposos adoeçam e nesse momento descobrirão que estão doentes. Em outras situações as mulheres após serem diagnosticadas HIV+ preferem que os serviços de saúde mandem chamar o esposo e serem submetidos os dois ao teste.

Ele é chato, nem contei. Porque nós as mulheres é difícil por causa da reação dele, porque eu estou com ele desde 2010, e ele ficou doente recentemente teve problema da vista e ele quando está doente vai a clínica e lá lhe fazem teste sempre e lhe fizeram o teste e sempre vejo deu negativo, e isso me toca mais. E os meus comprimidos eu deixo na bolsa e ele nunca mexe nas minhas coisas, e também nunca pega o cartão da criança, acho melhor assim. Eu acho que na hora que ele ficar doente infetam terá que fazer e aí vai me mandar fazer então ninguém vai culpar o outro (Cacto).

Os modelos de educação patriarcal influenciam em grande medida para a maior propagação do vírus HIV no distrito de Xai-Xai em Moçambique e atingindo em grande medida as mulheres na medida em que elas não detem de poder de negociar com os seus parceiros o sexo seguro. São muitos fatores que influem na maior infecção da mulher, as representações sociais existentes no distrito acerca da mulher, as práticas culturais, a dependência económica das mulheres em relação ao homem, entre outros perpetuam a violência contra a mulher que muitas vezes ela não só ocorre protagonizada apenas pelo homem, a própria mulher participa deste processo de forma ativa, na medida em que para além de se submeter educa os filhos com vista a assumirem esta postura. Esta submissão é observada também em mulheres instruídas e empoderadas.

Entre os tsonga o número de mulheres que um homem tem determina o seu poder e a sua masculinidade. Em Xai-Xai apesar do elevado índice de seroprevalência muitos homens ainda mantém relacionamentos abertos e fixos com mais de uma mulher, para além dos relacionamentos extraconjugais secretos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARTHUR, Maria José (2004) Não sofrer caladas. Violência Contra Mulheres e Crianças: denúncia e gestão de conflitos, in Women and Law in Southern Africa (WLSA) Moçambique.
- BAGNOL, Brigitte, Lovolo e espíritos no Sul de Moçambique, in Análise Social, vol. XLIII (2.º), 2008.
- CASTRO, A Sociologia Fenomenológica de Alfred Schutz, Ciências Sociais, 2012.

CHIZIANE, Paulina. Eu mulher... por uma nova visão do mundo. Abril, Rio de Janeiro, 2013.
PALMERI, Paolo; STERNE, Chase, Aids and Land Tenure in Africa: Two case studies in Mozambique and Tanzania, Cleup, Padova, 2006.

PASSADOR, Luiz Henrique, As mulheres são más: pessoa, gênero e doença no sul de Moçambique in Cad. Pagu no. 35 Campinas Dec. 2010. *On-line version* ISSN 1809-4449 <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332010000200007>

PASSADOR, Luiz Henrique, Guerrear, Casar, Pacificar, Curar: O universo da Tradição e a Experiência com o HIV/AIDS no Distrito de Homoine, Sul de Moçambique, 2011.

WOMEN AND LAW IN SOUTHERN AFRICA (WLSA) MOÇAMBIQUE, Representações e práticas da sexualidade entre os jovens e a feminização do Sida em Moçambique, Relatório 2007.

Agenciamentos e protagonismo nos coletivos Dulcinéia Catadora e Sopapo de Mulheres

Luiza Abrantes da Graça¹

A partir de duas produções artísticas localizadas em uma posição fronteiriça às artes visuais, à mídia e à política, o artigo abordará questões como representação, silenciamento e protagonismo dos agentes nestes dois projetos. O primeiro, o coletivo Dulcinéia Catadora, uma *cartonera* atuante desde 2007 em uma cooperativa de catadores de materiais recicláveis na cidade de São Paulo, e o segundo, a rádio Ruídos Urbanos, projeto conduzido desde 2014 pelo coletivo Sopapo de Mulheres no Ponto de Cultura Quilombo do Sopapo, em Porto Alegre, ambos compostos por mulheres, conduzirão a análise que, embora enraizada nas Artes Visuais, é permeada por indagações de outras arenas, como a sociologia. O artigo levantará questões como o fim da autonomia da arte e sua afetação por outras áreas do conhecimento; a apresentação de indicadores que possibilitam o progressivo crescimento de trabalhos artísticos realizados em periferias de cidades brasileiras; e, como questão central, os mecanismos e agenciamentos presentes nos dois trabalhos que integram a análise, indagando como as integrantes dos coletivos pautam ativamente as produções artísticas e como se fazem protagonistas nestes processos. Buscando diálogo com autores como Bruno Latour, Jacques Rancière e Néstor Canclini, o artigo trará resultados e indagações presentes na dissertação “Margens silenciadas: arte colaborativa e a busca por protagonismo”, em vias de conclusão.

Palavras-chave: Protagonismo, Dulcinéia Catadora, Sopapo de Mulheres.

O sociólogo Néstor Garcia Canclini abre *A Sociedade sem Relato: Antropologia e Estética da Iminência* (2012) revendo a relação das artes, sobretudo as artes visuais, com outras áreas do conhecimento, como o design, a comunicação, as ciências sociais e a economia. Se no século XX, a sociologia, por exemplo, mostrou a necessidade de entender as produções artísticas e seus movimentos com os processos sociais e políticos, hoje as outras áreas, também, se deparam com outras questões suscitadas pela arte: obras que alavancam a economia, artistas que se inserem na mídia e nas propagandas publicitárias e, o que se apresentará aqui, obras e artistas que se inserem em outras arenas e espaços, muitos deles distantes do sistema artístico, do qual se apresenta ainda histórica e majoritariamente fechado e excludente.

¹ Mestre em Artes Visuais (ênfase em História, Teoria e Crítica) pelo Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais/UFRGS.

O que vem acontecendo com uma parcela da produção moderna e contemporânea da arte é a fusão entre arte e movimentos sociais, fazendo agora a arte ser “pós-autônoma”, ou seja, vem acontecendo um deslocamento das práticas artísticas baseadas em objetos para práticas baseadas em contextos, até chegar a inserir as produções de arte nos meios de comunicação, espaços urbanos, redes digitais e formas de participação social. Se a modernidade, com a figura central do artista como criador – que no seu atelier produzia obras dos quais seu ponto de partida era basicamente seus embates pessoais –, e do espaço da galeria como meio de exposição, silencioso e alheio ao mundo exterior a ele, o questionamento a essa “privatização da arte” passa, de algum modo desde os anos 1960, a um lançamento dos artistas em outros espaços e dialogando com atores algumas vezes distantes dos espaços protegidos da arte, iniciando um processo de “mundanização”, conforme elabora Oliveira (2009). O autor acredita que não se deve olhar esta produção de forma corriqueira, pois elas tencionam e redistribuem reflexões e posicionamentos dentro do sistema da arte, como: a recusa de se produzir um objeto colecionável, na maior parte dos casos; ao questionar o mito do artista individual, revendo a noção de autoria e, em alguns casos, rejeitando a assinatura do artista, afirmando agora a produção como coletiva; a afirmação da arte como podendo ocorrer em qualquer lugar; e, o que muito interessa aqui, a consciência de que estas produções são escolhas políticas, que enfrentam o sistema das artes, comumente restritos aos já iniciados.

As produções, que se serão denominadas aqui como *trabalhos colaborativos em arte*, diferentemente de trabalhos de arte contemporânea cuja feitura são executados por terceiros – processo usual na produção recente-, buscam, através de produções coletivas, o diálogo e afetações por estas alteridades. Estas produções são diversificadas em seus resultados – desde vídeos, pinturas, livros, programas de rádio, até encontros ou rodas de conversa – e também em sua ampliação criadora: trabalhos colaborativos podem acontecer entre artistas, que colaboram uns com as produções dos outros, com espectadores de exposições ativando obras, ou então, com pessoas que têm suas realidades e vidas distantes do sistema da arte enquanto propositoras. É nestas últimas que esta análise será centrada.

No contexto brasileiro mais recente, diante a proliferação de bienais e grandes mostras coletivas e a também crescente adesão ao incentivo à cultura via editais de fomento viabilizados pelo Estado, o sistema da arte vem gradativamente se deparando com outros modos de se produzir e consumir arte. Trabalhos artísticos que mais parecem projetos, que

são conduzidos por atores além de um artista, que *acontecem* em espaços para além dos muros dos museus e das academias manifestam-se como propostas de artes visuais, comunicação, teatro, dança, e algumas vezes, produções das quais estas nomeações tornam-se fronteiriças.

Nesta breve análise será abordado duas produções de teor colaborativo ocorridos de maneiras bastante distintas, mas que elucidam a abordagem no contexto brasileiro atual, a partir dos coletivos: Dulcinéia Catadora (2007 até o presente), de São Paulo, e Sopapo de Mulheres (2013 até o presente), de Porto Alegre. Embora suas práticas sejam autônomas, têm em suas matrizes incentivos advindos de exposições – no caso, a Bienal de São Paulo – e de edital de fomento à produção cultural, respectivamente.

A partir da metade dos anos 2000 houve um crescente investimento em leis de incentivo a produções culturais em território nacional. Sobretudo a partir do *Programa Arte, Cultura e Cidadania- Cultura Viva*, implementado em 2004, da qual promoveu projetos como Ação Griô e Pontos de Cultura, houve um crescente descentramento de produções artísticas – ligados às artes visuais, música, dança, cinema e teatro –, propagando em pequenas e grandes cidades brasileiras o oferecimento de oficinas de arte e produções de teatro e cinema principalmente em localidades fora dos centros e distantes dos locais usuais das artes “institucionalizadas”, como os museus, os teatros e as universidades. O projeto Pontos de Cultura foi o mais amplamente disseminado em periferias e zonas rurais brasileiras, discutindo a partir de centros culturais questões como cultura, educação popular e mídia livre. A partir de editais, os Pontos de Cultura viabilizam projetos em diferentes frentes das artes, possibilitando não apenas o diálogo de produtores culturais e artistas nas periferias como, e sendo o principal objetivo do projeto, fazendo emergir as produções artísticas realizadas por moradores daquelas localidades.

Criado em 2008, com a intenção de discutir negritude em Porto Alegre, o Ponto de Cultura Quilombo do Sopapo – localizado na zona sul da cidade – desenvolveu atividades como teatro de bonecos, oficinas de fotografia e percussão durante seus anos de atividade, formando oito coletivos que tiveram ou têm o Ponto de Cultura como sede. Dentre eles, o coletivo Sopapo de Mulheres, surgiu da vontade de criar dentro daquele espaço um grupo formado apenas por mulheres trabalhadoras e/ou frequentadoras do Ponto. A artista visual e arte educadora Clarissa Silveira participou da consolidação do Quilombo do Sopapo e em 2009, a partir de um edital da Funarte (*Prêmio Interações Estéticas em Pontos de Cultura*),

realizou naquele espaço, junto com o coletivo do qual fazia parte, o Casa Tierra, o projeto *Arte Bioconstruída*, que consistiu em mutirões que promoveram a construção de um jardim, a produção de um mural no pátio do Ponto de Cultura e, por fim, a bioconstrução de uma casa, com o intuito de abrigar uma rádio com fins comunitários. Em 2013, Diane Barros, Marion Dos Santos, Cristina Nascimento e Saionara Silva, mulheres atuantes no Quilombo do Sopapo como trabalhadoras e participantes de núcleos e coletivos, a fim de firmar sua autonomia e identidade dentro do Ponto, decidiram enviar um projeto sob sua autoria para o edital *Funarte Mulheres nas Artes Visuais* e assim, convidaram Clarissa para integrar o grupo. Surgiu desta união – entre as mulheres ativas no Ponto de Cultura e moradoras do bairro Cristal e arredores, onde o Ponto se localiza, e a artista visual Clarissa Silveira – o coletivo Sopapo de Mulheres. O projeto do coletivo, a rádio Ruídos Urbanos, não foi contemplado pelo edital nacional, mas, pouco tempo depois, o foi pelo edital *Fundo de Apoio a Cultura do Estado do Rio Grande do Sul*.

Ruídos Urbanos é uma *rádiovizual*, conforme o coletivo o define, que desde 2014 propõe programas de rádio divididos em duas partes: entrevistas conduzidas pelas integrantes do coletivo Sopapo de Mulheres com temas referentes às suas realidades, recebendo a cada programa convidadas para debates; e, na segunda parte, uma *peça sonora*, ou seja, uma *decupagem* de sons captados pelas integrantes do coletivo contendo referências sonoras do tema de cada programa. O projeto da rádio surgiu de um questionamento: o que seria arte para cada uma destas mulheres? A arte, que ultrapassa instituições e objetos, para elas, é a arte de viver, é estar constantemente agindo e agregando novos modos de inserção em seus meios, seja no Ponto de Cultura, seja com a comunidade do Cristal. A rádio contabiliza nove programas até o momento, discutindo os seguintes temas: remoções, mundo do trabalho, experiências do cárcere, a prática tamboreira entre mulheres, maternidade, democratização da cultura, o legado da escravidão na autoestima da mulher negra, ocupações e juventude e poder.

Embora inúmeros trabalhos colaborativos em arte ocorram de forma autônoma, ou seja, independentes de agendas de editais ou mostras, no contexto brasileiro a ascensão de projetos educativos em espaços expositivos, sobretudo em bienais, ampliam a partir de projetos pontuais, algumas vezes como integrantes de projetos educativos das mostras, ou por buscarem, a partir dos curadores e artistas, uma aproximação mais ampla com os agentes daquela cidade, seja Curitiba, Porto Alegre, São Paulo. Em 2006, sob o título *Como viver*

junto, a 27ª Bienal de São Paulo contou com a participação de projetos que pretendiam mesclar com potência arte e vida. O coletivo Eloísa Cartonera, da Argentina, objetivava desenvolver dentro do pavilhão da Bienal livretos com papel coletados por aqueles que, durante a mostra, também montariam diante dos espectadores da Bienal os objetos. O grupo argentino contou com a ajuda da artista paulista Lucia Rosa que firmou o contato dos artistas com o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). A Bienal acabou, mas alavancou a fundação, em 2007, da *cartonera* paulistana Dulcinéia Catadora.

Do papelão, umas das matérias prima do trabalho de 38 catadores de material reciclável integrantes da cooperativa Cooper Glicério (Cooperativa de Catadores da Baixada do Glicério) na cidade de São Paulo surgem livros que integram hoje exposições de arte e coleções de arte contemporânea pelo Brasil. Coletivo composto por quatro mulheres, os livros lançados por Dulcinéia Catadora perpassam o campo da editoração alternativa – buscando uma via outra, para além de editoras renomadas –, livros de artista e geração de trabalho e renda para as integrantes do coletivo. Fazendo pareceria principalmente com novos escritores e autores que de alguma forma encontrariam barreiras no mercado editorial, assim como a participação de artistas visuais, Dulcinéia Catadora produz as capas das obras literárias e visuais. Pode-se dividir a produção de Dulcinéia em cinco segmentos: 1) em parceria com escritores – poetas, cronistas, romancistas – quando o coletivo confecciona as capas das obras literárias; 2) em parceria com artistas visuais e quando elas apenas confeccionam as capas dos livros de artistas; 3) em parceria com artistas visuais, quando o livro tem não somente as capas produzidas pelo coletivo como também todo seu conteúdo visual e conceitual; 4) o livro totalmente pensado e produzido pelo coletivo; 5) e por fim, livros produzidos em outros contextos, com outras pessoas, a partir de oficinas conduzidas pelas integrantes.

Tendo como matéria prima parte do papelão coletado pela Cooper Glicério, os livros são envoltos pelo material descartado, ganhando cores e encadernação artesanal. Para cada publicação é feita algumas dezenas de tiragens e a renda é revertida às integrantes do coletivo. Em 2016, após ter publicado cerca de 120 livros de poesia, contos, não-ficção, livros infantis, livros de artista e entrevistas, o coletivo tem a participação da artista Lucia Rosa e das catadoras de material reciclável e cooperadas da Cooper Glicério Eminéia Silva Santos, Andreia Ribeiro Emboava – também secretária e administradora da cooperativa Cooper Glicério – e Maria Aparecida Dias da Costa – presidente da cooperativa. Embora a prática de Dulcinéia Catadora se estabelece através da feitura de capas para obras literárias ou visuais de

outros, integrantes do coletivo têm produções próprias, das quais não apenas confeccionam as capas, como pautam e criam publicações próprias, como o livro *Catador* (2012) – composto por uma série de entrevistas das componentes do grupo com cooperados da Cooper Glicério -, *Por-Sobre* (2013), livro de fotografias de Maria Dias com intervenções gráficas da artista visual Maíra Dietrich, e o livro de desenho de Andreia Emboava, *Passagem* (2015).

Vozes ecoantes: a busca por protagonismo

Em entrevista cedida, uma das componentes do coletivo Sopapo de Mulheres, Diane Barros, ao referir-se à sua posição dentro do grupo, afirmou estar em um papel de “protagonista”. Frente a esta afirmação, alguns questionamentos foram necessários serem lançados a fim que se discutisse a maneira como estes inúmeros agentes se fazem presentes nestas práticas colaborativas em arte: 1. Há a preocupação por parte dos artistas em que os participantes ou colaboradores exerçam um protagonismo nas escolhas no projeto, pautando sobre ele e os modificando? 2. Quais mecanismos são empregados para que os participantes exerçam sobre o trabalho este protagonismo?

Diante essa afirmação de Diane, minha pesquisa de mestrado traçou novos rumos, passando a induzir que um trabalho em arte colaborativa rompe com a figura central de um artista quando existe um protagonismo dos atores participantes, ou seja, quando também eles pautam aquele fazer. A partir daí, é o termo protagonismo que passa a permear a análise, colocando, aqui, estes atores não como apenas informantes de suas realidades, mas agentes que, conforme elabora Bruno Latour (2012), são aptos não apenas a informar suas realidades, como as interrogar. Cabe aqui destacar a fala de Diane sobre o coletivo Sopapo de Mulheres, a rádio Ruídos Urbanos e de que modo ela se vê neste processo:

O coletivo Sopapo de Mulheres vem com o amadurecimento dessas mulheres que começam a contribuir no Quilombo do Sopapo. Porque até então eu me via de uma outra maneira aqui no Quilombo do Sopapo. Eu sempre gostei de trabalhar aqui, e gosto, mas ao mesmo tempo eu não me via protagonista. Por mais que eu tivesse participando assiduamente, indo nas comunidades, fazendo caminhada, eu não tinha me dado esse estalo de que eu poderia estar propondo um projeto aqui dentro também. [...] Começamos a debater sobre várias coisas: quem era a Diane dentro do Quilombo do Sopapo? Foi um momento da gente se encontrar aqui dentro. [...]. Foi um momento em que a Cissa

[Clarissa Silveira] também trouxe essa indagação, porque eu lembro de que quando a gente começou a discutir o nosso currículo, a Cissa falou que a gente era artista!!! Nunca me esqueço disso! Como assim? Eu não sou artista! [...] E artista não é só aquele lá que faz escultura e pinta quadro e não sei o que. Artista é aquele que também faz protagonismo dentro da comunidade, aquele que propõe ações dentro da comunidade.

A partir das conversas, ora em entrevistas, ora espontâneas, evidenciou-se como as componentes de cada coletivo, ao atuarem como partes integrantes, compõem um todo comum, rearranjando partilhas e modos de inserção já estabelecidos acerca do que Jacques Rancière chama de *partilha do sensível*:

Denomino partilha do sensível o sistema de evidências sensíveis que revela, ao mesmo tempo, existência de um *comum* e dos recortes que nele definem lugares e partes respectivas. Uma partilha do sensível fixa portanto, ao mesmo tempo, um *comum* partilhado e partes exclusivas. Essa repartição das partes e dos lugares se funda numa partilha de espaços, tempos e tipos de atividades que determina propriamente a maneira como um *comum* se presta à participação de uns e outros tomam parte dessa partilha. (RANCIÈRE, 2012, p. 15)

Em outras palavras, quando uma mulher catadora de material reciclável passa a atuar como criadora de trabalhos artísticos em espaços legitimados e legitimadores da arte estamos diante um quadro de mudanças de escalas e papéis, passando elas a assumir outras posições em partilhas comuns. Deste modo, elas passam não somente a ser pautadas, mas passam a pautar sobre ele, agindo ativamente sobre o mesmo. Com seus referenciais culturais e conhecimentos de catadoras, ou como acontece em Sopapo de Mulheres, como mulheres negras e militantes, suas realidades e conhecimentos próprios passam a fazer parte ativamente de um comum partilhado. O protagonismo reside nesta partilha comum: quando seus legados, historicamente invisibilizados, agem ativamente sobre o coletivo.

O termo “protagonismo” pode também ser dado concomitantemente pelo que Jacques Rancière (2013) chama de *emancipação*. Rancière parte do pedagogo Joseph Jacotot para criticar o que ele chama de sociedade pedagogizada, que é a relação, no livro, professor e aluno, mas podendo também ser aplicada na arte, de colocar o aluno, ou o “não artista”, na busca constante – e infinita – de alcançar o conhecimento de seu mestre ou, aqui, do “não artista” almejar acessar aqueles códigos do artista, numa pressuposta hierarquia de conhecimentos.

Esse encontro de conhecimentos heterogêneos pode, portanto, significar dois pontos apostos: confirmar ou reforçar o estigma historicamente dado aos “não artistas” de uma incapacidade em produção ou, inversamente, “forçar uma capacidade que se ignora ou se denega a se reconhecer e a desenvolver todas as consequências desse reconhecimento. O primeiro ato chama-se embrutecimento e o segundo, emancipação.” (RANCIÈRE, 2013, p. 12). Isso significa, por outras palavras, a igualdade das inteligências e eternização das desigualdades, uma vez que uma inteligência é diferente da outra. Frente ao debate de protagonismo, embrutecimento e emancipação, atravessam constantemente meus questionamentos lançados a trabalhos colaborativos quanto ao caráter: 1. Salvacionista que alguns trabalhos em arte colaborativa podem se enquadrar; 2. A exaltação de um artista como provedor de um estar/ter; 3. A criação de um artista com caráter de representar a fala de outrem, como um representante mais apto a fazê-lo.

A respeito destes questionamentos, Walter Benjamin, em *O autor como produtor* (2012), acredita que o autor deveria interpelar-se sobre o proletariado mas, para Hal Foster (2014), esta representação do “outro”, pondo o artista como mecenas ideológico, é um risco, uma representação que deve ser combatida constantemente pelo que ele denomina de “artista-etnógrafo”. O problema de representação, ou melhor, quando isto se torna uma questão, é o foco de *Pode o Subalterno Falar?* (2010), de Gayatri Chakravorty Spivak, quando, de antemão parte de uma pergunta, e não uma afirmação: o subalterno tem o direito de falar? Ou, o subalterno tem ferramentas para falar por si?

Embora Benjamin, Foster e, agora, Spivak lidem com temas próximos, trazer a autora indiana para discussão é voltar-se para o outro lado, é fazer o caminho inverso de Foster e Benjamin. Spivak, que tem sua matriz nos estudos pós-coloniais, dedicando-se aos estudos subalternos, apresenta episódios dos quais estes “outros” (termo constantemente enfatizado por Benjamin e Foster) têm sua voz representada por outrem, geralmente advindo do Primeiro Mundo. Spivak direciona seu texto para os atuais esforços dados no Ocidente em problematizar e representar o que ela chama “sujeito do Terceiro Mundo”. Todavia, esta problematização se dá por uma via distanciada, que acabou sendo, como nos casos que para ela são claros – de Foucault e Deleuze – reducionistas, por afirmarem que todo desejo por parte do “sujeito do Terceiro Mundo” tem o potencial de romper qualquer poder, e como se os locais de enunciação de Foucault e Deleuze, por exemplo, fossem neutros e aptos e vislumbrar toda relação de poder entre “subalternos” e “sistema hegemônico”. Conforme Foster, o artista

pode ser solicitado como informante deste grupo com o qual se propõe o diálogo. A representação não é uma postura por completo combatível, uma vez que, por exemplo, é Lucia Rosa quem acessa os espaços da arte e é a partir dela que esse diálogo entre as catadoras e curadores, por exemplo, são firmadas. Realisticamente, poderiam as catadoras, por elas mesmas, firmarem diálogos dentro desses espaços sistêmicos da arte, uma vez que não têm nenhum contato prévio com estas instituições e estes agentes? É esta crítica que Spivak faz a Deleuze e Foucault, uma vez que eles veem “repressão” e a “representação” de forma muito simplista, sempre combatível.

A partir da perspectiva psicanalítica, Frantz Fanon (2008) lança críticas aos estudos de Monseur Mannoni, quando este, ao propor dedicar-se ao processo colonial dos malgaxes, ignora como os processos de colonização se fazem através da criação de um colonizado, primeiro, dependente de um colonizador, segundo, da construção incessante de que suas diferenças, colonizado e colonizador, se estabelecem e se reforçam de maneira hierarquizada. Fanon, então critica que nos estudos de Mannoni:

[...] após ter realizado uma análise unilateral de sua visão de mundo, após ter descrito o malgaxe em ambiente fechado, após ter pretendido que o malgaxe mantém relações de dependência com seus ancestrais, características altamente tribais, o autor, desprezando qualquer objetividade, aplica suas conclusões a uma conclusão bilateral – ignorando deliberadamente que, desde Galliéni, o malgaxe não existe mais. (FANON, 2008, p.91).

Permeia este capítulo de *Pele negra, máscaras brancas* críticas à visão de que, ao colonizado, caberia apenas aceitar a já “incorporada” inferioridade diante o estrangeiro, no caso, os brancos. Retomando aos malgaxes, eles apenas se descobriram enquanto “homens”, segundo Fanon, quando europeus chegaram a Madagascar. Ali, naquele contato do qual o homem estrangeiro reforçou constantemente as diferenças, entre nativos e estrangeiros, brancos e negros, os nativos se viram denominados pela primeira vez como “malgaxes” – ou seja, os malgaxes só existiam *para os brancos*, só foram nomeados a partir de sua chegada – e se viram constantemente obrigados a ser reconhecidos em sua humanidade, “humanidade” esta, estrangeira. O processo de colonização, então, e por isso a crítica a Mannoni, é o reconhecimento de que se instaura uma relação de sobreposição, de constante diferenciação entre nativo – vistos como primitivos – e o estrangeiro, honorário e evoluído, e, por

consequência, de silenciamento e uma construção de si como “outro”, de si como dependente daquele que constantemente lembra que é marcado pela diferença.

Trazer a construção de Fanon referente à análise de Mannoni para esta discussão e em diálogo com os questionamentos de Spivak acerca da (auto) autorização daqueles designados como “outros” ou até mesmo “subalternos” ou “oprimidos” coloca questões acerca da arte colaborativa na arena também dos debates sobre colonização. Muito embora a arte contemporânea esteja, cada vez mais, atenta a um mundo onde os relatos são múltiplos, com figuras complexas e conscientes de suas posições de sujeito – de raça, gênero, geração, localidade geopolítica, orientação sexual-, ainda é visível, em inúmeros trabalhos em arte a construção destes sujeitos como “outros” – por vezes como de primitivos – como se faz presente na escrita de Foster.

O modo como se nomeiam estes atores que, no caso de minha pesquisa de mestrado, adentram espaços específicos da arte a partir de trabalho que buscam a colaboração, é uma tomada de posição por parte não somente dos artistas e instituições, mas também do pesquisador que se propõe a discutir este fenômeno na arte. O que é, afinal, ser o outro? Quando Foster delimita quem são estes novos sujeitos que passam agora a produzir uma arte institucionalizada, ele os chama de “outro cultural”. Começando, Spivak acredita que uma dentre tantas violências epistêmicas que englobam o sujeito colonial é a sua construção como “outro”. Desta construção intelectual do *Outro*, ela acredita que na sombra desse outro está o Eu (Self), ou seja, são vistos como seres inominados, que não possuem identidades próprias, mas vivem sob medidas e parâmetros dos que ela chama sujeitos do Primeiro Mundo. Aqui fica claro dois discursos que embora convirjam para o mesmo ponto, partem de lados opostos: enquanto Foster localiza estes atores que pertencem “às margens” dentro de trabalhos de arte, Spivak localiza estes sujeitos intelectualizados dentro destes espaços marcados pelos silenciamentos. Deste modo, propõe-se a substituição de “outro” para “atores”, agentes ativos e conscientes.

É possível a relação entre os conceitos de emancipação/embrutecimento de Rancière (2013) e representação trazida por Spivak (2014). Quando o autor traz como foco de debate os experimentos pedagógicos de Jacotot e as constantes tentativas de ruptura entre conhecimentos hierarquizados, o mesmo se vê na abordagem da autora indiana, quando critica a sobreposição de discursos do intelectual sobre o proletariado. É também possível relacionar alguns métodos utilizados por Jacotot com as práticas dos dois coletivos aqui em

debate. Primeiramente, o pedagogo questionava a necessidade de alguém que explique conteúdos, uma vez que todo o conhecimento de um dado conteúdo – um livro, por exemplo – estaria contido nele mesmo. Quando Jacotot, ao precisar ensinar francês para um grupo de holandeses, fez uso de um dispositivo, um objeto a ser explorado: um livro em francês. Os holandeses, todavia, não contaram com a ajuda de do professor, que os deixou abandonados a si mesmos, com seus conhecimentos particulares. Quando Lucia Rosa salienta que nunca ofereceu oficinas de pintura para as mulheres catadoras componentes de Dulcinéia Catadora, percebe-se uma abordagem similar. Explorar não somente as tintas, como o papelão ou o plástico, matéria prima do trabalho das catadoras, como potencialidades plásticas e gráficas – como foi feito no livro *Por-Sobre* – faz da prática de Dulcinéia uma prática emancipadora.

Em outro momento, Jacotot propôs aos seus alunos a aprenderem, juntos, algo que ambos os lados desconheciam, ignoravam, fosse a prática da pintura ou do piano. Caberia agora a esse mestre (agora ignorante) e a esse aluno (emancipado) ter sua relação agora igualitária selada por um objeto (ou um fazer). Na rádio Ruídos Urbanos, nenhuma das integrantes do coletivo tinha experiência com a produção de rádio. Em um dado momento, elas sentiram a necessidade de se capacitar para viabilizar o trabalho, por elas mesmas, sem precisar terceirizar a produção dos programas. Para tanto, elas apontam a importância da presença de Denise Flores e Janaína Dela Veccia no coletivo. Denise Flores, desde os anos 90 é militante de inúmeros movimentos sociais e desde lá se insere em projetos de rádios comunitárias, como o Ponto de Cultura na Quebrada na Restinga e projetos de mídia livre. Com a sua entrada no coletivo, a partir do terceiro programa – *Experiências do cárcere, memórias do corpo* –, ela passou não apenas a montar a rádio e a colocá-la no ar, mas a capacitar suas companheiras de coletivo na prática da rádio, fazendo de sua prática um conhecimento que integra o comum partilhado, mais uma vez retomando o que Rancière denomina *partilha do sensível*.

Entretanto, esta partilha não é configurada a partir de relações consensuais, mas de uma pluralidade de atividades humanas, heterogêneas que, entrelaçadas, formam um comum. Com este entrelaçamento de conhecimentos, tornando o comum partilhado composto por inúmeros fazeres heterogêneos, não se nivelam conhecimentos, mas se evidenciam enquanto pluralidades. A presença de Denise evidencia isto, assim como de Clarissa como artista visual, arte educadora, psicóloga, mãe; assim como também de Diane, como trabalhadora de um Ponto de Cultura, de moradora da periferia e militante de causas

negras; com Cristina, como produtora de vídeos, com sua aproximação com a poesia, com a fotografia, e militante do Levante Popular da Juventude; do mesmo modo com Saionara, como mãe e militante do Levante e Marion, como bonequeira, agente da FASE e mãe. Embora as cooperadas da Cooper Glicério Maria, Eminéia e Andreia perambulem, através da Dulcinéia Catadora por entre espaços da arte e na própria feitura das capas dos livros elas integrem um coletivo de arte, elas não deixam de ser, em qualquer momento, catadoras. Ao estarem dentro destes espaços da arte, é a sua profissão diária que particulariza o trabalho, e que muitas vezes se sobrepõe. Lucia comenta em entrevista que os espectadores das exposições das quais participam ficam surpresos quando tomam conhecimento que tais livretos são feitos por catadoras de materiais recicláveis. E nisto pode-se enxergar dois lados: é a profissão de catadora que viabiliza que o trabalho a partir do lixo seja realizado, mas ao mesmo tempo, uma surpresa de espectadores diante trabalhos de catadoras no espaço da arte, evidencia como há deslocamentos polêmicos, de papéis, nestes processos.

Estes trabalhos redistribuem essas partilhas a partir de uma lógica de dissensos, por não serem redistribuições dadas. Dissenso não é, para Rancière, conflito de ideais ou sentimentos, mas um conflito de vários regimes de sensoridade e de partilhas no comum. Ele acredita que é neste ponto que a arte toca a política:

Política não é, em primeiro lugar, exercício do poder ou luta pelo poder. Seu âmbito não é definido, em primeiro lugar, pelas leis e instituições. A primeira questão política é saber que objetos e que sujeitos são visados por essas instituições e essas leis, que formas de relação definem propriamente uma comunidade política, que objetos essas relações visam, que sujeitos são aptos a designar esses objetos e discuti-los. A política é a atividade que reconfigura os âmbitos sensíveis nos quais se definem objetos comuns. Ela rompe a evidência sensível da ordem 'natural' que destina os indivíduos e os grupos ao comando ou à obediência, à vida pública ou à vida privada, voltando-os sobretudo a certo tipo de espaço ou tempo, a certa maneira de ser, ver e dizer. (RANCIÈRE, 2012, ps. 59-60)

Deste modo, é a política que rompe a ordem das relações, que distribui e redistribui quem pode falar e ver. Ela redesenha o espaço das coisas comuns. A política acontece, em sua relação pautada pelos dissensos, quando seres “destinados” a permanecer em um determinado lugar e desempenhar determinados papéis passam a existir em outros espaços, passam a se fazer escutar em outros meios, não mais como ruídos. É neste momento que a

estas relações, que nos casos que se trouxe aqui, são trabalhos de *ficção*. Ficção não é um mundo imaginário, não é uma separação do mundo real, mas é o modo de atores relacionarem-se em seus meios a partir de outras escalas, outros ritmos, apresentando-se de outro modo.

A partir destes deslocamentos, dos quais ruídos se fazem presentes, pois há deslocamentos de cartografias, que reside o perigo da construção daquelas alteridades, nos espaços legitimados e legitimadores da arte enquanto homogêneos e estereotipados. Frente a isso, mostra-se potente o conceito de “devir” trazido por Félix Guattari (1982). Por devir, Guattari (1982) compreende toda cartografia subjetiva que nos compõem: existe o devir mulher, que é plural em atuações e formas de ser, o devir militante, o devir catadora, o devir mulher negra. Acaba que, conforme se apresentou, é muitas vezes através destas práticas, voltadas para as artes visuais, para a literatura e para a comunicação que as integrantes dos coletivos tornam estes devires, tão amplos, evidenciados. Não que independentemente destas produções suas particularidades não se façam presentes cotidianamente, mas evidencia-se como há um reconhecimento pelas audiências – pelos meios de inserção – de que estas mulheres desempenham papéis e agenciamentos múltiplos, corporizados nestas produções.

Quando Maria produz uma série de fotografias para integrar um livro e quando Andreia publica um livro de desenho, estas mulheres extrapolam a “identidade” catadora, expondo outros devires, devir fotógrafa, devir desenhista e pintora. Esses inúmeros devires são permeados também em todos os programas do Ruídos Urbanos, por seus modos de estar no mundo se mostrarem nas cartografias com inúmeros papéis e, que se corria o risco de encaixá-las como “mulheres-negras”, mostrou-se como esse termo, esses devires, são compreendidos de maneiras muito diferentes entre cada uma. A micropolítica reside aí, conforme elabora Guattari: “Para mim, o problema da micropolítica é, justamente, o de nunca usar um só modo de referência” (GUATTARI, 1986, p. 132), e completando “A questão micropolítica é a de como reproduzimos (ou não) os modos de subjetividade dominante” (1986, p. 133). Em termos de macropolítica, podemos localizar a assimilação ligeira destas mulheres como catadoras, moradoras da periferia, artistas, militantes. Entretanto, com seus devires plurais é que suas identidades mostram-se não reducionistas – o ser mulher, o ser militante, o ser catadora – mas plurais. Essa pluralidade, por sua vez, se faz presente através de reorganizações polêmicas, de partilhas outras, com resistências constantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENJAMIN, W. O autor como produtor. In: *Magia e técnica: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 2012.

CANCLINI, Néstor García. *A Sociedade sem Relato: Antropologia e Estética da Iminência*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

CATADORA, Dulcinéia. *Catador*. São Paulo: Dulcinéia Catadora, 2012.

Cultura viva : as práticas de pontos e pontões / Ipea, Coordenação de Cultura.- Brasília : Ipea, 2011. Disponível em: http://semanaculturaviva.cultura.gov.br/linhadotempo/pdf/publicacoes/SCC/Cultura_Viva_Praticas_Pontos_Pontoes_IPEA_2011.pdf

DIETRICH, Máira; CATADORA, Dulcinéia. *Por-sobre*. São Paulo: Dulcinéia Catadora, 2013.

EMBOAVA, Andreia; CATADORA, Dulcinéia. *Passagem*. São Paulo: Dulcinéia Catadora, 2015.

FANON, Frantz. *Pele negra, mascaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

FOSTER, Hal. O artista como etnógrafo. In: *O Retorno do Real*. São Paulo: Cosacnaify, 2014.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1986.

LATOURETTE, Bruno. *Reagregando o social: uma introdução à teoria do Ator-Rede*. Salvador: Edufba, 2012; Bauru: Edusc, 2012.

OLIVEIRA, Luiz Sérgio. A mundanidade da arte. In: *ARS*. Vol. 10, nº 20, 2012. Programa de Pós Graduação em Artes Visuais/USP. São Paulo: Edusp, 2009.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo: EXO experimental, 2009.

_____. *O espectador emancipado*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

_____. *O mestre ignorante- cinco lições sobre a emancipação intelectual*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

Gênero e ensino superior: a presença feminina nos cursos de graduação da UFRGS entre 1970-2015

Priscila Trarbach Costa¹

O presente trabalho busca refletir sobre a presença da mulher no ensino superior brasileiro, focando o contexto específico da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), no período de 1970 a 2015/1. Analisando-se o percurso histórico trilhado pelas mulheres na luta pelo direito à educação, percebe-se que elas permaneceram por um longo tempo à margem dos processos educacionais, sobretudo no que se refere ao ensino superior brasileiro, tradicionalmente caracterizado como um espaço de formação exclusivamente masculino. Inúmeras barreiras, sobretudo políticas, sociais e culturais, tiveram de ser rompidas para que as mulheres pudessem aceder a esse nível de ensino que, num primeiro momento, restringiu a presença feminina a áreas específicas, contribuindo para a disseminação de concepções errôneas e estereotipadas (porém ainda vigentes) de que a capacidade intelectual feminina se reduziria a determinadas áreas do saber, principalmente àquelas relacionadas às Ciências Humanas e Sociais. Dessa forma, tomando o contexto específico da UFRGS, este trabalho se propõe a investigar, considerando as oito grandes áreas do conhecimento em que são classificados os cursos de graduação, a presença feminina na Universidade ao longo do período elencado, bem como refletir sobre as desigualdades de gênero presentes nas diferentes áreas do ensino superior e os possíveis fatores que mantêm homens e mulheres restritos em áreas específicas do saber.

Palavras-Chave: Gênero, Ensino Superior, UFRGS.

Durante muito tempo a instrução formal, a encargo da Escola, foi uma exclusividade masculina baseada no pressuposto de que o conhecimento científico não caberia às mulheres, uma vez que suas funções sociais (de esposa e mãe), restritas ao espaço privado, lhes exigiriam conhecimentos e habilidades inatos. A instrução seria, portanto, “contrária tanto ao papel das mulheres quanto a sua natureza: feminilidade e saber se excluem”, pois “uma mulher culta não é uma mulher” (PERROT, 2015, p. 93).

A Escola primou, assim, pela formação daqueles que realmente iriam exercer uma função social relevante, isto é, primou-se pela formação intelectual de sujeitos do sexo

¹ Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEdu/UFRGS).

masculino, oriundos, sobretudo, de camadas sociais elevadas, negando-se à mulher o acesso à instrução ou oferecendo-se-lhe uma educação superficial e diferenciada.

Justificava-se essa instrução diferenciada para as mulheres sob o argumento de que a instrução feminina serviria unicamente para que as mulheres pudessem desempenhar suas funções sociais e aprimorar seus dotes inatos: excluía-se, pois, do currículo feminino as aulas de aritmética e geometria, por exemplo, e entravam em cena as aulas de culinária e bordados.

Dessa forma, a cultura acadêmica, veiculada pela instituição escolar, nos seus mais diferentes níveis de ensino e em suas “variáveis tanto literárias ou filosóficas quanto médicas ou jurídicas, nunca deixou de encaminhar, até época recente, modos de pensar e modelos arcaicos” que privilegiam a figura masculina como sendo o princípio ativo e a figura feminina, ao contrário, como um elemento passivo (BOURDIEU, 2005, p. 104).

Nesse sentido, Louro (2013), assim como Perrot (2015), afirmam que as concepções e formas de educação das mulheres, apesar de apresentarem diferenças e peculiaridades culturais ao longo do tempo e do espaço, sustentaram, de forma hegemônica e nos diferentes grupos sociais, que as mulheres deveriam ser mais *educadas* do que *instruídas*, ou seja,

[...] para elas, a ênfase deveria recair sobre a formação moral, sobre a constituição do *caráter*, sendo suficientes, provavelmente, *doses pequenas* ou *doses menores* de instrução. Na opinião de muitos, não havia porque *mobilizar* a cabeça da mulher com informações ou conhecimentos, já que seu destino primordial – como esposa e mãe – exigiria, acima de tudo, uma moral sólida e bons princípios (LOURO, 2013, p. 446).

Assim, conforme aponta Rosemberg (2012, p. 338), “ao observar o percurso da educação das mulheres no Brasil no sistema educacional, é possível apreender que as mudanças de regime – Colônia, Império, Primeira República – pouco afetaram a paisagem”. Ou seja, parece haver se prendido à mulher uma determinada concepção que, cristalizada nas mentalidades através de diferentes meios e instituições, atravessou séculos, orientando não apenas os comportamentos femininos, como, também, as práticas educativas direcionadas às mulheres.

No entanto, as mulheres, através do emprego de diferentes estratégias, sempre buscaram formas de contestação, resistência e luta contra os valores culturais e sociais que as privavam do acesso ao saber. De acordo com Perrot (2015, p. 96), “cada grau conquistado para

um novo nível de saber, cada ingresso num novo tipo de estudos se caracterizaram por verdadeiras batalhas de pioneiras [...]. muitas vezes a intervenção do poder e da lei foi necessária, quando era preciso modificar o direito”.

Nesse sentido, percebe-se que o acesso da mulher ao ensino superior brasileiro, a partir de 1879, insere-se num contexto de contestação e luta empreendido por uma minoria que há muito reivindicava o direito à instrução feminina em todos os níveis de ensino, incluindo o nível superior, até então restrito aos homens.

Conforme destaca Hahner (2003, p. 134), no Brasil, a educação superior servia para preparar rapazes para profissões de prestígio, sobretudo Direito e Medicina, razão pela qual “uma mulher não podia entrar na academia porque o que esta oferecia era um conhecimento dirigido, um currículo destinado a preparar os homens para a sobrevivência no mundo político”. O acesso ao ensino superior significava, ainda, “um aprendizado sério”, “um rito de puberdade exclusivamente masculino limitado a um número restrito de predestinados pelo berço, pela riqueza, ou quase sempre, por ambas as coisas” (HAHNER, 2003, p. 134).

Assim, como consequência dessas concepções errôneas que restringiam a presença feminina e a sua atuação no mundo acadêmico, o acesso das mulheres nas universidades brasileiras deu-se de maneira tardia e em áreas específicas, ligadas, principalmente, à Medicina e à Enfermagem (fazendo jus à vocação inata das mulheres para o “cuidado”) e nas áreas de Farmácia e Odontologia, consideradas “as profissões médicas de menor prestígio” (BESSE, 1999, p. 128).

Posteriormente, a partir da segunda metade do século XX, muitas mulheres oriundas dos cursos secundários de formação para o magistério passaram a ingressar em cursos superiores que preparavam para a docência a nível secundário ou em cursos ligados às Ciências Humanas e Sociais (Letras, Filosofia, Sociologia etc.).

Rosemberg (1994) atenta, no entanto, que, se outrora as mulheres eram excluídas do ensino superior, na segunda metade do século XX, sobretudo a partir da década de 1970, no entanto, houve um movimento de “guetização sexual” dos cursos superiores que restringiu a presença feminina a determinadas áreas do conhecimento. As Ciências Sociais e Humanas passaram a acolher um maior número de mulheres ao passo que as Ciências Exatas mantiveram-se como espaço masculino.

Cabe destacar, contudo, que por trás dessas “escolhas” sempre houve um complexo sistema de valores sociais exercendo forte influência sobre a subjetividade dos indivíduos,

delimitando espaços e posturas a serem adotadas por ambos os sexos. E, nesse sentido, o ambiente acadêmico, a despeito dos avanços inclusivos verificados nas últimas décadas, aparece como um espaço que ainda conserva características que remontam um passado e uma tradição acadêmica excludente e desfavorável às mulheres.

No entanto, é possível perceber que a temática do acesso da mulher à instrução esteve, até recentemente, sendo tratada como uma temática de importância menor. E, assim, dados e informações que contemplam essa temática, e que poderiam contribuir para se desenvolver uma reflexão sobre o acesso da mulher ao ensino superior, deixaram de ser considerados como variáveis passíveis de análise e, portanto, desconsideradas em muitas pesquisas sobre a Universidade.

Aliás, conforme pontuam Blay & Conceição (1991, p. 51), “a chamada ‘questão da mulher’” é temática relativamente recente na sociedade brasileira e está fortemente ligada ao movimento feminista emergente, sobretudo a partir da década de 1970. A constatação de que a mulher ocupava uma posição social subalterna e de que as desigualdades de gênero impunham-se em diferentes espaços (incluindo o espaço escolar e acadêmico), delimitando espaços e determinando as condutas ditas “femininas”, conduziram um grande número de mulheres a se organizarem em movimentos de luta e resistência contra os mecanismos de dominação e subordinação.

Como consequência desse movimento de luta e do engajamento de mulheres oriundas de diferentes classes sociais e níveis de instrução (acadêmicas, sindicalistas, donas de casa, mulheres ligadas às igrejas, a partidos políticos, a grupos negros e feministas), “a sociedade foi forçada a refletir sobre os problemas apontados e induzida a incorporar soluções” e “a universidade, neste contexto como parte integrante da sociedade, não pode ter ignorado o conjunto das demandas sociais” (BLAY & CONCEIÇÃO, 1991, p. 51).

Nessa conjuntura, passou-se a dar maior atenção às relações de gênero no ambiente acadêmico, e muitas questões, que anteriormente passavam despercebidas, começaram a ganhar maior visibilidade, como, por exemplo, a questão da mulher nas disciplinas acadêmicas, de sorte que as questões de gênero ou relativas à mulher passaram a ser abordadas pelas disciplinas acadêmicas, o que teve grande impacto na formação acadêmica dos estudantes, tanto do sexo feminino quanto masculino.

Ademais, a intensificação da presença feminina em muitos cursos de graduação, sobretudo a partir da década 1970 e ligados à área de Ciências Humanas e Sociais, possibilitou

que muitas mulheres se dedicassem à pesquisa acadêmica. As mulheres passaram, pois, através de seus estudos e pesquisas a lançar um olhar reflexivo sobre a própria condição, ou seja, eram mulheres que produziam trabalhos procurando identificar e combater as desigualdades entre os sexos, seja no ambiente acadêmico ou profissional (ROSEMBERG, 2012).

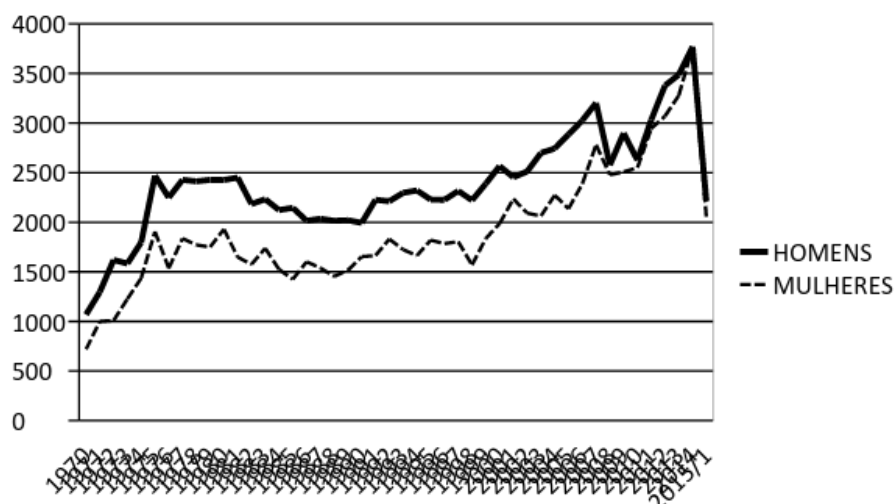
Como resultado das ações e trabalhos empreendidos por essas mulheres pioneiras na pesquisa acadêmica, atualmente a perspectiva de gênero se constitui em importante indicador a ser considerado em qualquer pesquisa que pretenda refletir sobre a situação educacional brasileira e principalmente sobre o ensino superior, pois, apesar dos grandes avanços verificados nas últimas décadas, o universo acadêmico ainda conserva características que remontam a um passado e uma tradição acadêmica excludente e desfavorável às mulheres, assim como às minorias.

Atentando-se para essa trajetória e suas implicações, procurou-se refletir sobre a presença da mulher nos cursos de graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), no período de 1970 a 2015/1. A partir dos dados fornecidos pela Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD/UFRGS), foi possível sistematizar e analisar o número de alunos ingressantes por curso e sexo (homens/mulheres), num total de 77 cursos de graduação.

Numa análise global dos dados (Gráfico 1), percebe-se que, no período que se estende de 1970 a 2015/1, houve um crescimento constante no número de ingressantes nos cursos de graduação da UFRGS, tanto do sexo masculino como do feminino. No entanto, a proporção de homens manteve-se, em praticamente todo esse período, significativamente maior em relação ao número de mulheres ingressantes na Universidade.

Foi somente a partir de 1998 a 2000 que a desigualdade de gênero passou a apresentar sinais claros de redução, chegando, inclusive, as mulheres a atingir nível de participação igual ao dos homens em alguns dos últimos anos do período, conforme demonstra o Gráfico 1.

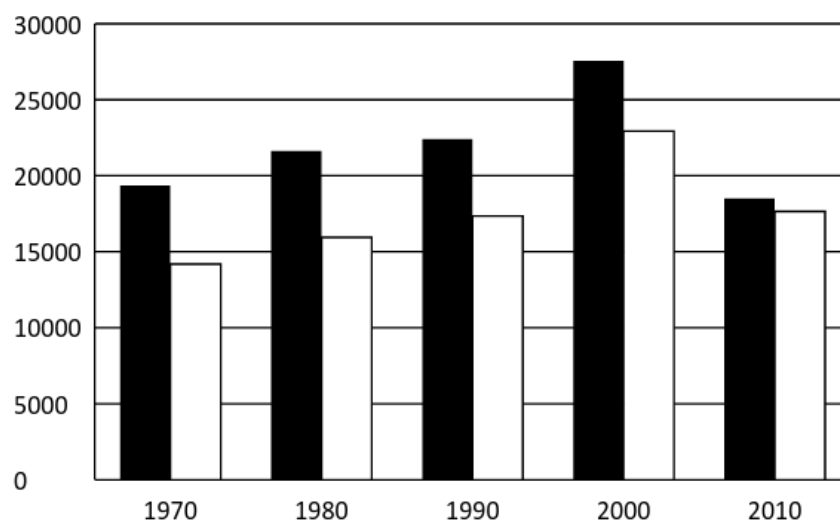
Gráfico 1 – Ingressos na UFRGS, proporção entre sexos de 1970 a 2015/1



FONTE: PROGRAD, 2015.

Ainda considerando os dados de maneira geral, compreendendo todos os 77 cursos de graduação da UFRGS, o Gráfico 2, que representa o número absoluto de alunos ingressantes por década (a última década incompleta), mostra, de um lado, que houve uma expansão continuada da matrícula tanto masculina como feminina, e de outro, que houve algum encurtamento da desigualdade entre os sexos em termos de acesso à UFRGS, especialmente na década 2000.

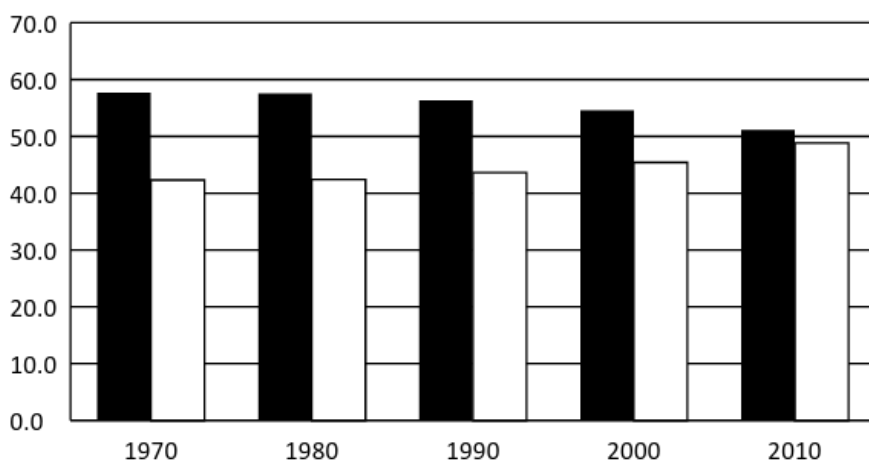
Gráfico 2 – Ingressos na UFRGS em números absolutos, por sexo e por década (1970-2010)



FONTE: PROGRAD, 2015.

Em termos percentuais, é possível perceber que, a partir de 1970, o número relativo de homens ingressantes na UFRGS se manteve sempre superior ao de mulheres, mas com tendência à redução da desigualdade a partir das décadas de 1990 e 2000 e, mais fortemente ainda, na década de 2010. Com efeito, o confronto entre os percentuais masculinos e femininos do Gráfico 3 mostra que a superioridade masculina, que atingia 15,4 e 15,2 pontos percentuais nas décadas de 1970 e 1980, baixou para 12,8 e 9,2 pontos percentuais nas décadas de 1990 e 2000, respectivamente, e finalmente para apenas 2,4 ponto percentuais na década 2010.

Gráfico 3 – Ingresso na UFRGS em números relativos, por sexo e por década (1970-2010)



FONTE: PROGRAD, 2015.

Uma vez analisados os dados referentes aos 77 cursos de graduação em seu conjunto, partiu-se para uma análise mais detalhada, procurando investigar, nas diferentes áreas do conhecimento, a relação entre ingressantes homens e mulheres e quais áreas que acolheram, ao longo dos anos, maior número de mulheres. Utilizou-se, para tanto, a mesma classificação que a UFRGS utiliza para agrupar seus diferentes cursos, classificando-os em 8 grandes áreas do conhecimento, conforme demonstra a Tabela 1.

Tabela 1 – Cursos de Graduação da UFRGS, classificação por grande Área do Conhecimento

ÁREA DO CONHECIMENTO	CURSOS
ARTES	Artes Visuais; Dança; História da Arte; Música; Teatro.
BIOLÓGICAS, NATURAIS E AGRÁRIAS	Agronomia; Bacharelado em Desenvolvimento Rural Biotecnologia; Ciências Biológicas; Ciências Biológicas – Ceclimar; Ciências Biológicas – Ensino a Distância; Ciências Biológicas para Professores Leigos; Ciências para Ensino Fundamental; Educação do Campo – Litoral; Educação do Campo – Porto Alegre; Engenharia Ambiental; Engenharia Cartográfica; Engenharia de Alimentos; Geografia; Geologia; Medicina Veterinária; Química; Zootecnia.
COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO	Arquivologia; Biblioteconomia; Comunicação Social; Museologia.
ECONOMIA, GESTÃO E NEGÓCIOS	Administração; Administração Pública e Social; Ciências Atuariais; Ciências Contábeis; Ciências Econômicas.
ENGENHARIA E ARQUITETURA	Arquitetura e Urbanismo; Design; Engenharia Civil; Engenharia Elétrica; Engenharia Física; Engenharia Mecânica; Engenharia Hídrica; Engenharia Química; Engenharia de Computação; Engenharia de Controle e Automação; Engenharia de Energia; Engenharia de Materiais; Engenharia de Minas; Engenharia de Produção.
EXATAS E TECNOLÓGICAS	Ciência da Computação; Estatística; Física; Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia; Matemática.
HUMANAS E SOCIAIS	Ciências Jurídicas e Sociais; Ciências Sociais; Filosofia; História; Letras; Letras – Inglês – Ensino a Distância; Pedagogia; Políticas Públicas; Relações Internacionais; Serviço Social.
SAÚDE	Biomedicina; Educação Física; Enfermagem; Farmácia; Fisioterapia; Fonoaudiologia; Medicina; Nutrição; Odontologia; Psicologia; Saúde Coletiva.

Ao se analisar as 8 principais áreas do conhecimento que englobam os cursos de graduação da UFRGS, ao longo do período que se estende de 1970 a 2015/1, foi possível

perceber quais foram as áreas do saber que acolheram um maior contingente de ingressantes do sexo feminino e a relação estabelecida entre as áreas do conhecimento e a variável sexo, conforme demonstra a Tabela 2, a seguir.

Tabela 2 – Ingressos na UFRGS, números absolutos por área do conhecimento, entre as décadas de 1970 a 2010

Áreas do conhecimento		Décadas				
		1970	1980	1990	2000	2010
ARTES	H	670	987	622	1121	719
	M	1571	1481	909	1564	1009
BIOLÓGICAS, NATURAIS E AGRÁRIAS	H	2316	2230	2350	3640	2388
	M	1298	1520	2035	3502	2776
COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO	H	446	665	851	1115	631
	M	887	1158	1289	1797	1161

ECONOMIA, GESTÃO E NEGÓCIOS	H	4385	4542	3963	4553	2671
	M	1188	1354	1720	2256	1715
ENGENHARIA E ARQUITETURA	H	4923	5237	5383	6445	4461
	M	1042	1092	1530	2273	2076
EXATAS E TECNOLÓGICAS	H	1567	2126	2728	3582	2282
	M	833	1145	1119	1178	840
HUMANAS E SOCIAIS	H	2292	2970	3641	4274	3409
	M	4110	4355	4391	5353	4286
SAÚDE	H	2729	2884	2864	2827	1939
	M	3260	3836	4353	5011	3787

FONTE: PROGRAD, 2015.

Verificou-se que a mulher conseguiu adentrar em todas as áreas do conhecimento, porém, esse acesso não se deu de maneira homogênea. Algumas áreas, como a de “Artes”,

“Comunicação e Informação”, “Humanas e Sociais” e da “Saúde” (excluindo-se o curso de Medicina) apresentaram, desde o início do período analisado, isto é, desde 1970, um número de ingressantes mulheres maior do que o de homens, enquanto que nas demais áreas analisadas a presença masculina superava a feminina em vários pontos percentuais.

Foi possível observar, também, que em áreas do conhecimento de tradição predominantemente masculinas, como as áreas de “Economia, Gestão e Negócios” e de “Engenharia e Arquitetura”, as mulheres, apesar de permanecerem em número inferior ao de homens ingressantes ao longo de todo o período analisado, foram, paulatinamente, alcançando níveis percentuais cada vez mais elevados. Nessas áreas foi possível perceber que, a partir da metade da década de 1990, houve uma pequena diminuição dos percentuais masculinos e um leve, mas progressivo aumento dos percentuais femininos.

Cabe destacar, ainda, que houve áreas analisadas em que a presença feminina manteve-se, ao longo do período contemplado na análise (de 1970 a 2015/1), significativamente inferior, como é o caso da área de “Exatas e Tecnológicas”, fato que sugere que a tradição escolar excludente que privava as mulheres dos conhecimentos matemáticos, em favor de uma educação voltada para suas “vocações naturais”, ainda produz reflexos na atualidade e nas escolhas profissionais femininas, seja de maneira consciente ou inconsciente.

Por fim, sem, contudo, esgotar as possibilidades de análise, foi possível perceber que, a partir da segunda metade da década de 1990 e início dos anos 2000, houve um grande crescimento do número de alunos ingressantes em todas as áreas do conhecimento, tanto no que se refere ao público masculino quanto feminino.

E, nesse contexto, foi possível perceber, em algumas áreas do conhecimento, que não foram apenas as mulheres que adentraram em áreas outrora majoritariamente masculinas, como, por exemplo, a Medicina, mas que os homens, por sua vez, também passaram a acessar áreas até então majoritariamente femininas, como a de “Artes” e “Ciências Humanas e Sociais”, onde foi possível observar um encurtamento progressivo da distância entre os percentuais de ingressantes homens e mulheres.

Dessa forma, o presente trabalho, que se propôs a investigar como se deu o acesso da mulher ao ensino superior na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), trouxe alguns aportes significativos para se pensar o espaço universitário na atualidade. Num contexto em que são empreendidos esforços no sentido de garantir às minorias raciais, étnicas

e de gênero o acesso à educação pública e de qualidade, refletir sobre a temática levantada neste trabalho é tarefa imprescindível.

A análise aqui apresentada foi breve e restrita às grandes áreas do conhecimento, mas, além de evidenciar a pertinência da temática na conjuntura atual e de apontar certas desigualdades entre os sexos que se mantêm no ambiente acadêmico, abriu a possibilidade de um aprofundamento futuro, em estudos posteriores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BESSE, Susan K. **Modernizando a desigualdade**: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940. São Paulo Edusp, 1999.

BLAY, Eva Alterman; CONCEIÇÃO, Rosana R. da. **A mulher como tema nas disciplinas da USP**. In: Cadernos de Pesquisa. São Paulo: p. 50-56, fevereiro 1991.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

HAHNER, June Edith. **Emancipação do sexo feminino**: a luta pelos direitos da mulher no Brasil. 1850-1940. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORI, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2015.

ROSEMBERG, Fúlvia. A Educação de Mulheres Jovens e Adultas no Brasil. In: SAFFIOTI, Heleieth; MUÑOZ-VARGAS, Mônica (Orgs.). **Mulher brasileira é assim**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos: NIPAS: Brasília, D.F.: UNICEF, 1994.

O racismo cultural contra os imigrantes haitianos no Rio Grande do Sul, um estudo a partir do caso de Lajeado

Fernando Diehl¹

Existem diversas correntes teóricas nas ciências sociais para a compreensão do fenômeno social da raça. Este trabalho pretende apresentar o conceito de raça, racismo, etnicidade e principalmente a assim chamada novas formas de racismo, ou racismo cultural, a partir do preconceito sofrido por novos imigrantes, os haitianos no Brasil através da interação social dos indivíduos, partir de análise de fontes jornalísticas e entrevistas realizadas. Apresentará inicialmente um resgate da noção de raça e racismo como construções sociais que atravessam as questões dicotômicas entre biologia e cultura. Os conceitos de raça, racismo e etnicidade apresentam-se como construídos na interação, demonstrando assim como determinados grupos sociais sofrem preconceitos. Compreendendo que existem traços físicos na qual despertam um preconceito contra um grupo étnico específico. Este trabalho pretende discutir como, uma construção social - a de raça - é ressignificada para estigmatizar um grupo social recentemente migrado e quais traços que geram o preconceito contra este grupo.

Palavras-Chave: Racismo, Estigmatização, Imigração Haitiana, Teorias Raciais

Acerca dos conceitos de etnicidade, raça e racismo

Existem diversas formas e correntes teóricas na sociologia para a compreensão de um fenômeno social, este artigo pretende apresentar a construção social dos conceitos de raça, racismo e etnicidade a partir do preconceito sofrido por novos imigrantes no Brasil através da interação dos indivíduos. Para isso, apresentará um resgate da noção de raça e em que medida fatores biológicos e culturais - que são sobrepostos aos indivíduos variando conforme o contexto social a qual estão inseridos - podem ser consideradas como linguagens construídas na interação. Deve-se considerar que estes novos imigrantes sofrem preconceitos raciais, por serem negros, o racismo na população brasileira é expresso contra eles, mas de uma maneira diferente, ressignificada contra este novo grupo. Desta maneira, demonstrando que existem traços físicos, que geram simbolicamente um preconceito contra um grupo social, este

¹ Mestrando em Sociologia UFRGS.

preconceito é o que é construído socialmente. Portanto, levando em consideração que “muitos cientistas naturais e a grande maioria dos cientistas sociais concordam que as raças são construções sociais. A ideia de raça é justamente isso, uma ideia” (WADE, 2000 p. 21). Cabe verificar em que medida esta ideia, interpõe a interação entre dois grupos étnicos distintos, fazendo com que um possa subjugar o outro através de ações, gestos e falas consideradas racistas.

Partindo do pressuposto de que a sociedade é construída a partir dos símbolos de linguagem que os indivíduos utilizam em suas vidas, pois “a vida cotidiana apresenta-se como uma realidade interpretada pelos homens e subjetivamente dotada de sentido para eles na medida em que forma um mundo coerente” (BERGER; LUCKMANN, 2013, p. 35). Isto significa que é na interação cotidiana que o mundo real é construído a partir dos símbolos, que surgem através da linguagem e interação, isto significa que a “linguagem marca as coordenadas de minha vida na sociedade e enche esta vida de objetos dotados de significação” (Id. Ibid., 2013, p. 38). É pertinente a compreensão de que os significados dos símbolos presentes na construção social da realidade em cada sociedade surgem no processo de interação social cotidiana. Por símbolos entende-se “alguns signos que transmitem informação social podem ser acessíveis de forma frequente e regular, e buscados e recebidos habitualmente; esses signos podem ser chamados de símbolos” (GOFFMAN, 2013, p. 53). E por signo,

objetos ou ocorrências perceptíveis por visão, audição, tato e olfato, como luzes de diferentes cores, elementos de vestimenta, letreiros, declarações orais, tons de voz, gestos, expressões faciais, perfumes e assim por diante (BAUMAN; MAY, 2010, p. 207).

Isso significa que traços, objetos, percepções sociais, geram sentidos e significados para os diversos grupos existentes. Porém, isso não significa uma interpretação pessoal isolada das demais. Ao longo do processo histórico, alguns símbolos em destaque foram gerando um significado constante e igual, a repetição dos significados de tais símbolos construiu uma compreensão subjetiva de uma grande parte da população, tal experiência conseqüentemente “pode ser compartilhada por outra pessoa que não a vive” (FANON, 2008, p. 86).

Utilizando-se de um exemplo para ilustrar esta questão, a construção social das categorias raciais pode ser ilustrada mediante o contraste entre América do Norte e América do Sul. Na primeira, a categoria de negro inclui supostamente qualquer pessoa com a conhecida “gota de sangue negra”, assim, este fator assimilará a identidade étnica do ser negro.

Já na América Latina, a situação é apresentada de outra forma, há uma grande quantidade de categorias raciais, elas são autodeclaradas ou como os outros veem estes sujeitos, e só se identificam como “negras” as pessoas com aparência muito parecidas com o fenótipo e a tipificação do africano, em nosso senso comum, ou seja, a partir da pigmentação (WADE, loc. Cit.).

Alguns traços fenotípicos utilizados para definir a raça, foram originados e ressignificados historicamente de acordo com interesses de grupos sociais. Traços como a pigmentação de pele, formato do rosto, nariz, cabelo, cor dos olhos, foram símbolos usados para a definição de raça de acordo com os interesses dos grupos dominantes. Portanto,

não podemos deixar de nos lembrar sempre que o conceito de “raça”, tal como é empregado na linguagem cotidiana de senso comum, para significar características conexas e comuns em relação ao tipo e à ascendência, é uma invenção relativamente recente e absolutamente moderna (GILROY, 2007, p. 52).

Este artigo busca discutir como o conceito de raça ainda se perpetua na sociedade, quais traços que são usados como signos marcadores de raça, o preconceito contra um grupo social e como ela se ressignifica para gerar uma discriminação específica, no caso, contra a nova imigração de haitianos no Brasil.

A etnicidade também é outro conceito utilizado ao se tratar das questões étnico-raciais, costumeiramente para descrever os processos de organização das relações sociais e formas de atribuir categorias entre grupos étnicos a partir de diferenças culturais presumidas como essenciais (PUTIGNAT; STREIFF-FENART, 2011, p.17). Visto que a etnicidade é um elemento cultural que ganha existência através de significados compartilhados ela é produzida e reproduzida na interação social (JENKINS, 1997). Já o conceito de racismo, parte-se da compreensão de que ele é construído socialmente e que se diferencia não apenas na ordem de “excluir, mas adicionalmente na ordem de marginalizar uma coletividade social com a particular questão de relações de dominação” (MILES, 1993, p. 101). Isto significa que os conceitos, de raça, etnicidade e racismo são construídos a partir de interesses de determinados grupos, para manter sua legitimação ou dominação sobre outros grupos.

Não se pode desconsiderar de que existe uma grande crítica para esta perspectiva social teórica. O cerne desta crítica é que, se as questões sociais – como etnicidade, raça e racismo propostos neste trabalho – são construções sociais surgidas no processo de interação, então seria na própria interação social cotidiana que eles seriam modificados ou até mesmo

eliminados, pois não existiria uma “estrutura” ditando as regras de forma objetiva sobre os indivíduos. Acerca desta questão, Blumer (1986, p. 58) coloca que por “estrutura” deve-se compreender pessoas interligadas em suas respectivas ações. Ou seja, existe um grupo que detém o poder de gerar os significados de símbolos e estes perpassam na interação cotidiana dos indivíduos. Logo, tal visão, não nega a existência de instituições que regem a vida do indivíduo, ela não é negligenciada. As instituições e organizações devem ser vistas pelo processo de interpretação da ação dos participantes. Isto significa que:

A coisa importante a enfatizar é que grupos étnicos, de fato todos os grupos são instituições, padrões de prática social identificando pessoas que se tornaram estabelecidas sobre o tempo de como as coisas são feitas em um contexto particular local, sendo que as pessoas neste local estão conscientes disso (JENKINS, op. Cit., p. 61).

Deve-se salientar que a questão étnico-racial não se pode pensar apenas como um discurso de significado, pois existem fatores externos à linguagem que tornam constante o cerne da questão étnico-racial, quanto a isso é importante compreender a “cor de pele como um determinante ativo de relações sociais” (MILES, op. Cit., p. 87), isto é um traço determinante construído simbolicamente. Todavia, este fenótipo, esta cor (uma questão biológica) é compreendido e explicado através de uma relação de linguagem e significados, isto quer dizer que é na interação que tais traços biológicos são significados para os sujeitos que estão envolvidos na ação, portanto, deve-se sair desta dicotomia de traço biológico e cultural para compreender que ambas são linguagens construídas na interação social.

A raça na História e sua relação com a biologia e a cultura

Os conceitos raça e etnia são considerados como construções sociais, que foram ganhando seus respectivos significados ao longo da História, pois os mesmos não são termos que tenham referentes fixos (Id. Ibid., 2000, p. 11), a palavra racismo por exemplo não existia durante os séculos XVIII e XIX (MILES, Op. Cit., p. 81). Nestes termos, “Elias mostra que a burguesia a partir do século XVI começa a ver seus valores e maneiras mais como uma questão de herança do que uma construção social” (Id. Ibid., p. 90). Tais valores começam a gerar um significado na ação dos indivíduos que futuramente vão tomar a forma de racismo. Ou seja, comportamentos e condutas paulatinamente deixam de ser algo construído socialmente por

seu grupo, para se tornar uma herança, algo herdado, pertencente de maneira inata ao grupo, como uma “raça”.

No século XVIII, a palavra *raça* era primeiramente usada para a descendência comum de um conjunto de pessoas; as suas características distintivas eram dadas por assentes e a categoria *raça* usava-se para explicar como as conseguiram. No século XIX, *raça* tornou-se um meio de classificar as pessoas por essas características (BANTON, 1979, p. 39).

A palavra *raça* tem o seu significado modificado por volta do início do século XIX. Anteriormente, o termo era utilizado no sentido de linhagem; as diferenças entre as “raças” ocorriam em circunstância de suas histórias (Id. Ibid., p. 29). Já no decorrer do século XIX, com o advento do pensamento darwinista, mais especificamente o darwinismo social, o termo *raça* veio a significar uma qualidade física inerente. “Os outros povos passavam ser vistos como biologicamente diferentes” (Id. Ibid., p. 30). Ou seja, *raça* se tornou um conceito para classificar certos grupos sociais. Ao longo do decorrer histórico existiam os clãs e outros grupos que faziam este papel, mas o conceito de *raça* foi de maneira processual sendo ressignificado e se tornando um importante elo simbólico de classificação de grupos sociais, seja por qualidades ou estigmas, de um grupo social sobre o outro. A partir destes novos significados, podem-se explicar alguns dos processos de racismo ao longo da história moderna. Tal tarefa, contudo, não é o objetivo deste artigo.

Deve-se salientar que descrever e compreender a *raça* como uma construção social não significa que por ser uma ideia, o simples fato de esquecer ou suplantar outra ideia vai apagar uma herança histórica de desigualdade e preconceito. Como Fanon escreveu, “o branco, incapaz de enfrentar todas as reivindicações, se livra das responsabilidades” (FANON, Op. Cit., p. 98), ou seja, “o mito do negro-ruim faz parte do inconsciente da coletividade” (Id, Ibid., p. 90). Isso não quer dizer, procurar uma ferramenta para se livrar de nossas responsabilidades históricas, mas sim partir de uma compreensão fenomenológica de questões sociais, analisando as questões postas como elas são, no caso, analisar a *raça* como uma ideia construída em um determinado contexto. Tratar os conceitos de *raça*, *etnicidade* e *racismo* como construções sociais não significa tirar a culpa, mas compreender de que maneira se originaram – nos aspectos cotidiano da vida social – não como algo existente para além dos indivíduos, como uma estrutura objetiva, mas que é algo presente na subjetividade

em muitas das ações sociais realizadas pelos indivíduos, pois são símbolos herdados e aprendidos através de nossas interações.

Os conceitos de etnicidade, raça e racismo sendo ideias surgidas em um determinado contexto histórico, significa que os seus significados não são estáticos elas se modificam ao longo do tempo, logo, hoje podemos entender que “estamos vivendo uma profunda transformação na maneira pela qual a ideia de “raça” é entendida e praticada” (GILROY, Op. Cit., p. 29). Pois

A ideia de “raça” perdeu muito de sua credibilidade de senso comum, porque o elaborado trabalho cultural e ideológico voltado para a sua produção e reprodução é mais visível do que nunca, porque ela tem sido despida de sua integridade moral e intelectual, e porque há uma chance de impedir sua reabilitação. [...] a “raça”, tal como foi definida no passado, também se tornou vulnerável às reivindicações de uma biologia muito mais elaborada e menos determinista (Id., Ibid., p. 50).

Ou seja, após eventos ocorridos na história recente a ideia de raça até então concebida, perde a sua credibilidade, porém ainda mantendo elos simbólicos significantes, principalmente acerca do racismo que grupos étnicos minoritários sofrem por parte dos grupos dominantes, como no caso brasileiro sendo o racismo deixado no inconsciente coletivo da população, sendo manifestado abertamente e também de maneira inconsciente.

Os traços biológicos foram ao longo da história sendo construídos culturalmente como desencadeadores do racismo a partir dos aspectos físicos que diferenciavam grupos sociais entre si, portanto, os mesmos foram usados – muitas vezes de forma exagerada – para a diferenciação de grupos étnicos. Atualmente, Wiewiorka (2006), apresentaria o racismo através da diferença cultural, centrado em uma hierarquização destas diferenças, Isto significa que “o problema é que tanto os atributos ‘culturais’ e ‘biológicos’ significam sugerir a existência de auto-reprodução de coletividades sociais que são distintas em si” (MILES, Op. Cit., p. 100). Isso significa que:

A ideia moderna de raça favoreceu uma escala específica de representação e funcionou dentro dos mais estritos limites perceptuais, que as marcas, os órgãos e as feições distintivas tenham sido descobertas na superfície externa do corpo, quer tenha se pensado que eles residissem em algum lugar em seu interior, onde se imaginava que as propriedades escondidas do sangue, dos ossos e dos nervos, diferenciados racialmente,

regulassem as manifestações sociais e culturais (GILROY, 2007, p. 58).

Traços físicos como o fenotípico, traços faciais, cabelo, cor dos olhos podiam representar a raça. Portanto, o aspecto biológica dos indivíduos, foi utilizado como atribuição de significados culturais radicalizados, hierarquizados e estigmatizadores, sobre os aspectos biológicos foi instrumento de dominação de um grupo sobre o outro, demonstrando assim, a diferenciação entre grupos sociais distintos. O corpo tornou-se um objeto físico de representação identitária, ou seja, mostrando a qual grupo étnico o indivíduo pertencia. Nos tempos atuais, tal análise biológica é questionada, principalmente a partir das modificações corporais possibilitadas pela medicina estética moderna.

os corpos podem ainda ser os mais significativos determinantes para fixar a ótica social da “raça”, porém, os corpos negros são vistos agora – simbolizados e imaginados – diferentemente. Graças ao Adobe Photophop e tecnologias de processamento de imagens similares, os tons de pele podem ser manipulados, com mais facilidade do que os músculos marcados de forma indelével que vendem produtos para transpiração de grifes (GILROY, 2007, p. 43).

Nesta questão, Gilroy apresenta as diferenças que a tecnologia hoje proporciona, isto acarretam em uma mudança na identidade e ser dos indivíduos, porém, mesmo podendo mudar drasticamente a coloração da pele em fotos ou em cirurgias, alguns estigmas permanecem pois entra a questão da identidade dos grupos sociais e como tais traços exercem influência sobre eles, por exemplo, a internalização de um signo referente ao formato do nariz por parte de um grupo social, “o grupo categorizado é exposto a termos no qual outro grupo define e assimila tal categorização, seja total ou em parte, em sua própria identidade” (JENKINS, Op. Cit., p. 70). Em consequência desta significação da dominação através de traços biológicos em determinados grupos, sejam eles visíveis aos olhos ou através de questões simbólicas, para além dos traços físicos, sendo “invisíveis”, surgem diferenças através de relações de poder. Sobre esta questão, considerando que a

identificação interna e auto-identificação, seja por indivíduos ou grupos, no entanto não é o único “mecanismo” para formação de identidade étnica. As pessoas nem sempre estão em posição de ‘escolher’ quem elas são ou o que sua identidade significa em termos de consequências sociais (JENKINS, 1997, p. 47).

Portanto, não significa desconsiderar os aspectos biológicos em prol dos culturais para a análise do racismo, na verdade, uma definição coerente de racismo não pode se basear na

distinção entre fenótipo e cultural, deve-se considerar racismo a partir de uma relação de dominação de um grupo étnico sobre outro grupo étnico estigmatizado (MONSMA, 2016). Esta relação de dominação contribui para que “certas modalidades de racismo podem jogar um papel central na instigação e/ou reprodução de uma estrutura de dominação com a formação social, mesmo ela não sendo de origem colonialista/colonizada” (MILES, Op. Cit., p. 102). Ou seja, não podemos tratar o racismo como uma herança histórica da escravidão e o colonialismo, ou um produto direto do colonialismo europeu, como algumas vertentes pós-coloniais tentam tratar da questão racial, mas sim que deve ser analisado a relação de dominação entre grupos étnicos. Portanto, o racismo é uma ferramenta de subjugação de outro grupo étnico ressignificado constantemente na interação social para um grupo exercer dominação sobre o outro, destacando que esta dominação não significa apenas uma luta política ou um conflito, mas sim dominação nas mais diversas esferas sociais.

Existe um outro lado desta questão de relação de poder e de subjugar o outro, pois o grupo estigmatizado, muitas vezes pode utilizar-se dos signos de discriminação, e os ressignificarem como algo em prol de sua identidade social. Ou seja, mesmo com o grupo sendo estigmatizado, tais símbolos são ressignificados e gerando assim, o próprio signo que o define como um grupo, construindo a sua identidade com signos que até então eram utilizados de maneira pejorativa, criando elos de ligação com uma identidade e um grupo social.

Com essas transformações dos conceitos de raça, racismo, etnicidade, assim como os seus respectivos signos, compreende-se então, que hoje “a pele não é mais privilegiada como o limiar da identidade ou da particularidade. Há boas razões para supor que a linha entre o interno e o externo passe em outro lugar. As fronteiras da ‘raça’ ultrapassam o limiar da pele. Elas são celulares e moleculares” (GILROY, Op. Cit., p. 70). Isto significa que para Gilroy, atualmente deve-se considerar a existência de uma nova forma de racismo, este novo racismo estaria pautado em uma “corrente de persuasão deixava claro que não se sentia à vontade com a ideia de que a “raça” pudesse ter bases biológicas. Em vez disso, a consciência de ‘raça’ era vista como intimamente ligada à ideia de nacionalidade” (GILROY, Op. Cit., p.53).

A partir desta questão do nacionalismo pode-se compreender o racismo contra os imigrantes haitianos, que são uma minoria social que vem ganhando destaque em manchetes de jornais, devido ao fato da recente migração de muitos haitianos para cidades brasileiras. Os imigrantes são minorias étnicas nos Estados na qual eles migram, portanto:

Se as nações são populações que convergiram ou que estão dispostas a convergir em Estados-nações, as minorias étnicas são grupos que, possuindo atributos nacionais, desejam viver em Estados que não têm como base os seus costumes, língua, religião e valores. As noções de raça vieram a envolver-se tão estritamente com os problemas de minorias étnicas que é frequentemente improdutivo tentar demarcar o estudo das relações raciais no respeitante ao estudo das relações étnicas. A investigação da história de muitas minorias mostra que é impossível separar a influência de fatores como raça, etnicidade, classe, religião, e assim por diante, como se fossem fatores de uma equação algébrica. A história humana não é assim tão simples (BANTON, Op. Cit., p. 18).

Os Imigrantes haitianos

É a partir desta questão das minorias compreendendo a transformação ou ressignificação dos conceitos de etnia, raça e racismo que será abordado a imigração haitiana recente no Brasil e a estigmatização contra eles. Primeiro, através de um aspecto que foi apresentado anteriormente, que o racismo deve ser compreendido como elos físicos e culturais, muitas vezes subjetivos, utilizados por um grupo étnico para dominar outro grupo étnico minoritário. Muitos desses imigrantes podem vir a ser considerados pelos moradores das cidades como “incapazes de se integrarem às normas e linguagens preferidas pelas populações dominantes” (SCOTT, 2010, p.123), justamente pelo fato de serem “estrangeiros”, o que configura o racismo a partir da diferenciação cultural, sendo este grupo minoritário como detentor de uma cultura inferior a dos dominantes. O grupo dominante utiliza este subterfúgio como uma ferramenta para exercer a exclusão do grupo dominado, alegando que os mesmos são incapazes de se integrarem às normas vigentes na vida cotidiana daquele espaço social.

Acerca da questão de estigmatização, Goffman (2013, p.13) a conceitua como “um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos. Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é, em si mesmo, nem honroso nem desonroso”. Para uma melhor compreensão, Goffman descreve três tipos de estigma,

Em primeiro lugar, há as abominações do corpo – as várias deformidades físicas. Em segundo, as culpas de caráter individual, percebidas como vontade fraca, paixões tirânicas ou não naturais, crenças falsas e rígidas, desonestidade, sendo essas inferidas a

partir de relatos conhecidos de, por exemplo, distúrbio mental, prisão, vício, alcoolismo, homossexualismo, desemprego, tentativas de suicídio e comportamento político radical. Finalmente, há os estigmas tribais de raça, nação e religião, que podem ser transmitidos através de linhagem e contaminar por igual todos os membros de uma família (GOFFMAN, Id. Ibid., p.14).

Isso quer dizer que o indivíduo que de alguma maneira teria sido aceito em uma interação social cotidiana facilmente, se possui um traço que pode ser considerado como estigma, pode impor sobre ele uma forma de atenção afastando os outros que ele encontra, muitas vezes, desconsiderando outros possíveis atributos seus. Isto significa que o estigma é um signo utilizado por um grupo ou indivíduo para exercer dominação sobre outro. Essa dominação pode ocorrer de diversas formas, desde agressão física, a sanções sociais (neste fator pode-se caracterizar questões econômicas, políticas e culturais) e de caráter simbólico. No cotidiano podem-se verificar questões existentes no que tange à sociedade.

A questão racial é muito pertinente no que tange a construção do estigma contra os chamados novos imigrantes (no caso deste artigo, os haitianos), pois em alguns casos apresentam-se como um dos principais desencadeadores da discriminação vivenciada pelos imigrantes. Pode-se dizer que o racismo significa uma “atitude que predispõe uma pessoa a pensar, perceber, sentir e agir de maneira favorável ou desfavorável em relação a integrantes de determinado grupo” (GIL, 2011, p. 132), gerando os signos contra tais grupos, que são constituídos por “descrições exageradas aplicadas a cada pessoa que integra determinada categoria” (GIL, Id. Ibid., p. 133), estas atitudes e estigmas constituem uma estigmatização contra este grupo social.

Uma forma de apresentar o racismo contra os imigrantes haitianos - diferente em relação àquele contra o negro brasileiro - é devido à língua materna. Como há muitos haitianos que apenas falam o *creolo* ou o francês, ocasiona que a comunicação se torna uma barreira entre ambos os grupos, tangenciando a discriminação de habitantes estabelecidos, na qual falam abertamente contra os imigrantes, utilizando-se de palavras de baixo calão contra os imigrantes haitianos, justamente pelos mesmos não entenderem a língua que o morador estabelecido está comunicando. O que impossibilita de terem contatos e interagirem entre si. O idioma é usado para a discriminação contra o grupo dominado, a partir de fofocas e redes de interação, os desqualificando.

O preconceito contra tais imigrantes pode apresentar-se de maneira sutil, como em casos recentes de pequenas cidades do interior, importando mão-de-obra emigrada para trabalhar em frigoríficos ou na construção civil – nos cargos mais baixos da hierarquia de trabalho destes locais - e mesmo assim, existindo um preconceito tangente contra tais trabalhadores novos.

O exagero quanto ao estigma que um grupo dominante exerce contra outro grupo dominado, muitas vezes é construído simbolicamente em nossas mentes e interações, a partir do “Outro Generalizado”, que seria “a atitude de toda a comunidade” (MEAD, 1967, p. 154). Isso significa que o grupo que detém o poder de gerar significado constrói a identidade de um grupo social, no caso o outro - muitas vezes, de maneira pejorativa e discriminatória - fazendo assim com que um indivíduo de um grupo seja a tipificação de toda uma comunidade.

Muitos dos moradores de uma cidade, mesmo jamais entrando em contato com um imigrante, veem com maus olhos os imigrantes, por construírem símbolos de estigma contra eles existentes por causa do racismo. Ou seja, o racismo contra o negro é reapropriado em uma nova forma, neste caso anexando as questões xenofóbicas de medo do desconhecido, ameaça de “roubar empregos” como também possíveis formas de agredir os imigrantes sem se preocupar em ser repreendido pelo seu superior. Logo, o imigrante haitiano é visto da mesma maneira pejorativa que o negro é visto na sociedade brasileira, porém, com algumas diferenças. Uma a ser destacada, aparenta ser a questão acerca da escravidão. Enquanto os negros brasileiros ainda guardam os resquícios do preconceito e discriminação oriundas da herança histórica que foi a escravidão brasileira, os imigrantes haitianos, não vivenciaram tal escravidão, na verdade, são herdeiros históricos de seu passado escravocrata mas também a identificação de sua luta em prol da emancipação e liberdade, tornando-se a primeira República Negra das Américas. Logo, como esses negros (imigrantes) não se “colocam” no devido lugar que os negros devem estar, para os brancos dominantes, essa ruptura de roteiro de como deveriam agir, causa um desconforto pelos dominantes, o que ocasiona seus atos de racismo contra os imigrantes haitianos.

Devido às consequências dos desastres ocorridos no Haiti, como o terremoto em 2010 e as constantes crises político-econômica do país, muitos haitianos considerados profissionalmente qualificados, com curso superior, emigraram a outros países em procura de empregos, no quais não são exigidos muitos anos de estudo. Constituindo uma cultura de Diáspora presente na identidade do ser haitiano. Em consequência disto, surgem casos de

haitianos com nível educacional superior, trabalhando em setores na qual é exigido uma baixa escolaridade, justamente pela grande oferta de empregos nestas cidades. Como a entrevista de um haitiano, mostrada no *site G1*, na qual um haitiano formado em Matemática, só conseguia emprego como operário. O mesmo constata o racismo de que são vítimas. O haitiano diz: “*encontro muitas injustiças. Muitos brasileiros ou brasileiras consideram os haitianos, nas empresas, como escravos*”. Esta constatação mostra a ressignificação do racismo contra os novos imigrantes, e mais alarmante, uma reconfiguração de uma forma escravagista de trabalho. Não mais da maneira legal como foi no período brasileiro até 1888, mas reconfigurada a partir de redes de negociações entre os empresários, na qual eles alocam o lugar na qual os haitianos vão morar, assim como em quais estabelecimentos comerciais eles podem comprar seus mantimentos.

As pessoas que convivem com os novos imigrantes em suas cidades, muitas vezes atribuem a eles características, como sendo barulhentos, mal cheirosos, ou que estão trazendo para o país, tais características são fantasiosas, pois pouco se relacionam com eles, portanto, tais informações são distribuídas entre as pessoas através de redes de fofocas, o que corrobora para a disseminação do preconceito contra os imigrantes, pois sem ter interação com os imigrantes, os mesmos não conhecem de fato quem eles são. Junto a isso o elo simbólico oriundo de signos racistas existentes na sociedade brasileira, ocasiona na discriminação contra os imigrantes haitianos, pois constroem um Outro Generalizado, ou seja, um imigrante haitiano como uma identidade fixa, na qual desagrade à população estabelecida. Da mesma forma que Gilroy (Op. Cit) escreve em seu trabalho, o conceito de racismo é modificado conforme o desejo de um grupo manter a legitimação de seu discurso e sua forma de ver o mundo.

Considerações Finais

Os signos de estigmas que são gerados contra os imigrantes, para manterem seu monopólio e dominação do sentido de visão de mundo que tal grupo quer que seja o “verdadeiro”, pode acarretar em casos extremos de discriminação, na qual ocorre violência física contra os imigrantes. Como no caso ocorrido na cidade de São Paulo, na qual seis haitianos foram baleados e, segundo notícias vinculadas ao acontecimento, antes dos disparos os agressores teriam dito “*haitianos, vocês roubam nossos empregos*” (sic). Este caso

demonstra a falta de informação junto ao preconceito racial construído socialmente no cotidiano.

Devemos analisar quem são os agressores que fizeram isso e o que seria estes “nossos” empregos que estão sendo “roubados”, pois os haitianos – seja qual for o grau de instrução – vieram ao Brasil ocupar cargos profissionais que até então eram desocupados, haviam vagas em aberto, nas funções como operário em frigoríficos ou construção civil. Constata-se claramente que, os agressores em si, não estavam “perdendo” seu emprego por causa dos imigrantes haitianos. Era um claro caso de racismo e xenofobia – a ressignificação do racismo que este trabalho vem apresentando – contra uma minoria étnica. A matéria mais adiante, demonstrando mais claramente o racismo e xenofobia, relata que os haitianos precisaram passar por duas unidades de saúde até serem atendidos, e segundo os mesmos, não foram atendidos por causa de racismo.

Algo a ser questionado quanto a esta configuração de racismo ocorre em frente à outras formas de imigração, que muitas vezes não se apresentam em pauta ou nas manchetes de jornais, são os imigrantes oriundos de países da Europa ou da América do Norte, o que tange esta questão é que, muitas vezes, tais imigrantes são de cor branca, cabelos e olhos de coloração clara. Logo, o fato de serem imigrantes não é um problema, pelo contrário, muitas vezes no cotidiano é algo a ser exaltado (quando oriundo da Europa ou América do Norte), ou inexpressivo, mas por se tratarem de imigrantes que possuem uma cultura diferente da dos moradores dominantes, torna-se portanto uma ameaçada e desencadeadora de possíveis conflitos étnicos.

Deparamos no Rio Grande do Sul com a comum imigração de uruguaaios habitando em cidades do estado e não ser vinculadas notícias pela mídia sobre uma constatação significativa, no sentido de discriminação ou preconceito contra estes grupos de imigrantes. Pelo contrário, são os assim chamados “amigos”, “*hermanos*”... Logo, isto pode demonstrar que, o racismo e discriminação contra grupos imigrantes têm como um dos seus grandes focos de destaque, a questão racial ressignificada a partir dos novos elos étnico-culturais.

Este artigo apresentou, alguns traços do racismo existente na sociedade brasileira, corroboraram para a discriminação contra os imigrantes haitianos, porém este racismo foi ressignificado, construindo novos signos que não existiam no racismo vigente (até então) pois os imigrantes haitianos possuem diferenças culturais significativas dos negros brasileiros, entre elas, a própria comunicação. Considerando apenas os aspectos culturais, o primeiro é

que, o imigrante haitiano não foi escravo no Brasil, ele não passou por uma herança histórica de subjugação do seu ser e sua identidade, ao menos não como o negro brasileiro. Isto pode gerar ao dominador uma raiva, pois o mesmo não se submete à estas normas construídas historicamente mas não ditas de maneira clara, logo, o imigrante haitiano não “sabe o lugar dele”, por isso é alvo de preconceito contra agentes de um grupo que querem manter uma determinada visão de mundo vigente.

Pode-se considerar que, por um lado, apesar de o preconceito contra o negro brasileiro não ser dito claramente por brancos, ele está presente de maneira sutil nas questões existentes do cotidiano. Por outro lado, a discriminação contra o imigrante haitiano muitas vezes é dita de maneira aberta por indivíduos em seus espaços de interação e até mesmo escritos palavras de preconceito nos *sites* das assim chamadas “redes sociais” como *Facebook* ou *Twitter*. Justamente pela falta de comunicação, sendo que tais imigrantes não se comunicam em português. Assim como também, segundo os dominantes, tais grupos podem deter de uma cultura incapaz de se assimilar com os “valores dominantes” e que alguns deles podem considerar como sendo os únicos e certos para se viver. Cabe, portanto, à pesquisa sociológica averiguar quais são estes signos e como eles se desenvolvem em contextos sociais específicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BANTON, Michael. *A ideia de raça*, Lisboa, Edições 70, 1979.
- BAUMAN, Zygmunt; MAY, Tim. *Aprendendo a pensar com a Sociologia*. Rio de Janeiro, Zahar, 2010.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. Petrópolis, Vozes, 2013.
- BLUMER, Herbert. *Symbolic Interactionism: Perspective and Method*. Los Angeles, University of California Press, 1986.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro, Zahar, 2000.
- FANON, Frantz. *Pele negra, mascaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.
- GILROY, Paul. *Entre campos: Nações, culturas e o fascínio de raça*. Sao Paulo: Annablume, 2007.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro, LTC, 2013
- JENKINS, Richard. *Rethinking ethnicity: arguments and explorations*. Londres: Sage Publications.

MEAD, George Herbert. *Mind, Self & Society: from the Standpoint of a Social Behaviorist*. Chicago, University of Chicago Press, 1967.

MILES, Robert. *Racism after 'race relations'*. Londres e Nova York: Routledge, 1993.

MONSMA, Karl Martin. *A reprodução do racismo: fazendeiros, negros e imigrantes no oeste paulista, 1880-1914*. São Carlos, EDUFSCar, 2016.

WADE, Peter. *Raza y etnicidad en Latinoamérica*. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2000.

POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade*. São Paulo, Unesp, 2011.

SCOTT, John. *Sociologia: conceitos-chave*. Rio de Janeiro, Zahar, 2010.

WIEVIORKA, Michel. *Em que mundo viveremos?* São Paulo, Perspectiva, 2006.

O desaparecimento de Alain: movimento e pertencimento na vida de um migrante

Lucas Cé Sangalli¹

O artigo reconstrói o sentimento de pertencimento de um migrante haitiano em três tempos: sua chegada ao Brasil (2013), seu desaparecimento e afastamento do núcleo familiar (2014) e seu retorno para casa (2015). Teoricamente fundamentada na tradição da Sociologia de orientação fenomenológica (A. Schütz), da Sociologia do conhecimento (P. Berger; T. Luckmann) e da Sociologia dos processos e figurações (N. Elias), a pesquisa utilizou o método de entrevista narrativa biográfica de matriz alemã (F. Schütze; G. Rosenthal) para reconstruir os processos de construção do pertencimento na biografia de um indivíduo migrante. Com isso, foi possível fornecer conhecimento empiricamente fundamentado a respeito da constituição dos sentimentos de pertença em sua trajetória de vida, bem como sugerir a existência de um tipo de migrante que, a despeito de vivenciar sociedades diversas, forjou um sentimento de retorno em relação ao seu país natal. Os resultados da investigação esclarecem a constituição processual dos sentimentos de pertencimento e enfatizam a dimensão do movimento na biografia do indivíduo, colocando em perspectiva questões raciais e de pertencimento derivadas das vivências nas diversas figurações sociais pelas quais se deslocou, em países como Haiti, Equador, Peru e Brasil.

Palavras-Chave: Sociologia das Figurações; Sociologia de Orientação Fenomenológica; Migração; Pertencimento; Imigração Haitiana.

Esse artigo analisa a construção do pertencimento e sua relação com as movimentações na vida de um migrante haitiano que viveu no Equador, Peru e Brasil. A partir de uma abordagem biográfica, dados empiricamente fundamentados foram levantados para esclarecer a quais agrupamentos um indivíduo que vivencia figurações sociais em diversos países se sente parte (BOGNER e ROSENTHAL, 2009) e quais as motivações para seus processos de movimentação.

A noção de migração proposta no trabalho é uma que, para fins de análise teórica, divide-se em movimento e pertencimento. A divisão é meramente teórica e, empiricamente, o fenômeno apresenta-se indissociável. Com isso, o fenômeno migratório é compreendido nos termos de um movimento desempenhado, em sua dimensão biográfica, por um indivíduo que

¹ Mestre em Ciências Sociais (PUCRS).

se desloca – física e socialmente – de um lugar para outro. A dimensão principal desse deslocamento é seu caráter processual, ou seja, o foco da análise não recai apenas na partida ou na chegada do indivíduo em um lugar, mas em todo o processo de gênese e transformação dessa movimentação. Essas chegadas e partidas de um lugar para outro devem levar em consideração a noção de pertencimento, segunda dimensão da migração analisada no trabalho. A ideia de pertencimento busca dar conta da dinâmica existente entre indivíduo e agrupamento, como tentativa compreensiva dos balanceamentos no nível individual àquilo que é tão caro à sociologia de Elias: a constituição mútua entre indivíduo e sociedade (ELIAS, 1994).

Daí que movimento e pertencimento sejam indissociáveis nesse estudo, uma vez que a sensação do não-pertencimento individual a um agrupamento pode servir como uma razão, dentre tantas, para a pessoa deixar um lugar em direção a outro. Após o deslocamento e a chegada em outro lugar, o pertencimento ganha, mais uma vez, importância, já que há a necessidade de compreender se o indivíduo se sente ou não parte dos agrupamentos nas novas figurações sociais que passa a vivenciar (BOGNER e ROSENTHAL, 2009; ROSENTHAL e KÖTTIG, 2009).

Estabelecer qual a sensação predominante na gênese da motivação do ator individual – se a sensação de não-pertencimento ou a vontade de deslocamento em si mesma – é uma tarefa complexa, mas não impossível. Pelo uso do método narrativo-biográfico, procura-se ganhar conhecimento a respeito da gênese da motivação do entrevistado para sair não apenas de seu país, mas dos agrupamentos nos quais foi socializado (como sua família), bem como o contexto das figurações que tornaram essas movimentações possíveis.

A abordagem biográfica e as questões colocadas nesse artigo servem como alternativa à ênfase dos estudos migratórios das ciências sociais nacionais nas questões de identidade, desterritorialização das culturas e descrição dos lugares (RIBEIRO, 1993; ALBUQUERQUE, 2009; SPRANDEL, 2000; GRIMSON, 2002; JARDIM, 2007; SILVA, 2008; GONÇALVES *et al.*, 2012; OLIVEIRA, 2007). Apesar de estudos substanciais sobre etnicidade (SEYFERTH, 2011) e a memória na abordagem de migrantes (GUÉRIOS, 2008), o foco dos estudos permanece essencialmente demográfico (FERNANDES *et al.*, 2014). Por sua vez, as pesquisas sobre migração haitiana no Brasil têm-se atido no levantamento de dados estatísticos e demográficos (FERNANDES *et al.*, 2013; ZAMBERLAN *et al.*, 2014; FERNANDES e CASTRO, 2014; CARRERA, 2014; METZNER, 2014; FERNANDES e CASTRO, 2014), na descrição de rotas

(SILVA, 2014; VÁSQUEZ, BUSSE e IZAGUIRRE, 2014) e na condição jurídico-legal dos haitianos no Brasil (GODOY, 2011; FERNANDES *et al.*, 2013; REDIN e BARBOSA, 2014). São poucos os esforços no sentido de questionar categorias já difundidas no estudo das migrações (COGO, 2013).

A reconstrução do caso empírico feita nesse artigo desafia noções de diversos estudos sobre migração e pertencimento, tais como a ideia de que migrantes haitianos vieram para o Brasil motivados pelo abalo sísmico ou a que escolheram o país como destino definitivo de sua movimentação. O caso em questão demonstra, ao contrário, uma vontade muito forte não só do entrevistado principal, mas de todos os seus familiares, de retornar ao Haiti. Além disso, coloca o Brasil não como destino principal do fluxo, mas acessório (a família já havia morado em outros países anteriormente à entrada no Brasil).

A análise da constelação familiar indica, ainda, motivações fortes relacionadas à família e não exclusivamente ao indivíduo no que tange a decisão de migrar. Deste modo, percebe-se que o caso empírico revela limitações da produção científica a respeito da migração haitiana com destino ao Brasil. Em consonância com outros estudos de natureza biográfica que têm colocado em questão noções centrais da abordagem transnacional da migração (BRANDHORST, 2014), essa reconstrução sugere o aprofundamento de discussões sobre as abordagens da migração pelas ciências sociais brasileiras, bem como a respeito dos métodos de coleta e análise de dados utilizados para tanto.

Em um primeiro momento, o artigo apresenta o resultado da discussão sobre o movimento na vida do entrevistado com base na reconstrução do caso empírico para, em um segundo momento, expor as considerações finais a respeito da discussão. Os dados utilizados no trabalho foram levantados em três entrevistas narrativas biográficas de acordo com a proposta de Gabriele Rosenthal (2014), durante as quais os princípios de uma etnografia focada (KNOBLAUCH, 2005) também foram implementados. A primeira delas ocorreu com Alain e seus irmãos na casa da família em uma cidade no interior do sul do Brasil no final de 2013, onde viviam desde 2012, após virem do Acre para o Sul. Meses após o primeiro encontro com Alain, ele desapareceu. O ato de desaparecer, nesse caso específico, deixar a família depois da relativa acomodação desta em um país estrangeiro, só é passível de entendimento se buscarmos o que ocorre no espaço entre indivíduo e sociedade. É impossível desaparecer para si próprio. O desaparecimento pressupõe a existência não só do indivíduo absoluto, mas sua presença e entendimento em relação aos outros. Desaparece-se perante os outros.

Dessa constituição mútua da natureza do desaparecimento, misto de fluxo daquele que se movimenta para fora do agrupamento de convivência, surge também a questão da memória daqueles que ficam e relembram a imagem que têm (e que se atualiza constantemente) do indivíduo desaparecido. Nesse sentido, o desaparecimento é ponto de encontro entre biografia e sociedade, já que os agrupamentos (a família e a comunidade) devem-se reorganizar em torno da ausência de alguém até então presente. O lugar e a participação do indivíduo no agrupamento deve ser preenchido pelos que permanecem. A decisão individual de fugir conflita com as expectativas do agrupamento, obrigado a buscar um sentido para a ausência. Com isso em mente, foi realizada uma entrevista com os familiares de Alain enquanto ele estava desaparecido, de modo a compreender como o agrupamento se rearticulou em sua ausência.

A seguir, são apresentados os principais pontos da biografia de Alain, como forma de situar o leitor sobre questões discutidas na próxima seção. Alain nasceu no interior do Haiti em uma família que produzia para sua subsistência. Ele estudou no interior do país e, mais velho, foi fazer um curso de comunicação social na região metropolitana de Porto Príncipe. Após sua formação, abriu um instituto cultural na região, destruído pelo abalo sísmico de 2010. Após ficar um período no Haiti, Alain deixou o país e foi viver com um tio e um primo em Quito, onde trabalhou em uma padaria. Quando estava estabilizado na cidade, seus irmãos mudaram-se para viver com ele. Após alguns meses, seus pais foram para Quito visitar os filhos, mas, ao perceberem a situação na qual se encontravam, decidiram ficar com eles e migrar para o Peru. A família de Alain não gostou do Peru, o que culminou com sua entrada no Brasil pela região de Assis Brasil (Acre). Em Rio Branco, Alain conheceu Ana, brasileira que engravidou dele. Temeroso da reação de seus pais, evangélicos, sobre a gravidez fora do casamento, decidiu mudar-se com toda a família para o sul do Brasil, onde trabalharam em uma empresa.

Após um período no sul do Brasil, Alain entrou em contato com uma haitiana para arranjar seu casamento. A família da pretendente enviou o pai da noiva para viver na casa com a família de Alain no sul. O pai da noiva e a família de Alain entraram em conflito, de modo que Alain abandonou seus familiares sem falar nada sobre o assunto como forma de evitar que sua família expulsasse o pai de sua noiva de casa. Apesar do desaparecimento de Alain, o pai de sua noiva mudou-se para outro estado brasileiro, onde veio a falecer. Durante seu desaparecimento, Alain não manteve contato com seus familiares. Ele viajou até o Rio de

Janeiro, onde morou por um breve período de tempo e cogitou o suicídio. Desiludido com a sua situação no Brasil, decidiu retornar ao Haiti, mas foi impedido ao chegar na fronteira (Assis Brasil/Iñapari), uma vez que estava sem seus documentos. Enquanto estava vivendo na região de fronteira, a mãe de sua filha, Ana, descobriu onde ele estava e foi encontrá-lo. Alain retornou para a capital do Acre para conhecer sua filha e restabeleceu seu relacionamento com a brasileira. Influenciado por Ana, Alain retornou para a casa de sua família no sul do Brasil. A segunda entrevista com Alain foi realizada na casa de sua família, logo após seu retorno. Os resultados da discussão sobre a reconstrução biográfica da vida de Alain são expostos a seguir.

A gênese do movimento na vida de Alain

A análise dos dados provenientes da reconstrução da biografia de Alain coloca diversas questões sobre a gênese do movimento em sua vida. A principal delas está relacionada ao método utilizado na análise dos dados, que enfatiza a natureza processual do movimento migratório na vida de Alain. O fato de a reconstrução biográfica abranger um período longo da vida de Alain torna impossível fundamentar uma explicação satisfatória para o caso em questão com base em categorias determinadas, como uma que sugerisse o foco em apenas uma das movimentações desempenhadas ao longo de seus 27 anos de idade.

Tendo em mente que a gênese do movimento de saída do Haiti não pode ser compreendida exclusivamente com base na análise do momento em que Alain de fato sai de seu país de origem, deve-se considerar a totalidade dos movimentos executados por Alain e que estão atrelados a sua figuração familiar e ao seu contexto de nascimento (ROSENTHAL e KÖTTIG, 2009). A análise total dessas movimentações é possibilitada pelo uso do método narrativo biográfico (ROSENTHAL, 2014), que evita o foco em um único movimento na vida do biografado, permitindo a reconstrução *gestáltica* do movimento na vida do migrante.

Alain nasceu em uma família de fé evangélica, bastante atuante na comunidade em uma região rural do Haiti. Grande parte da população haitiana é praticante do vodu, de modo que Alain nasce inscrito em uma “ilha” evangélica em um universo mágico influenciado majoritariamente por crenças vodus. Durante sua infância, Alain sofreu um acidente durante uma brincadeira. Seus pais levaram-no ao médico, que indicou a morte iminente do menino, segundo relato de Alain.

Desolados com a sentença médica, ele e seus pais foram para casa, “aguardando por sua morte”, como relata. No entanto, um contraponto à perspectiva médica foi “revelado” a sua mãe através de uma mulher “tocada por Deus”, que deu para ela uma profecia a respeito da vida de Alain, e o colocava como alguém diferente dos outros e que estava destinado a grandes feitos, como o de ser um grande político da nação haitiana. A profecia dizia que Alain seria um explorador, que abriria caminhos pelos quais sua família e outras pessoas seguiriam posteriormente. A ideia da profecia é importante na exposição da biografia de Alain porque atua como elemento que dá coesão e sentido à exposição de sua vida. Além disso, evidencia a centralidade da compreensão mágico-religiosa na conferência de significado na vida de Alain.

O acidente que ocorre durante sua infância e a profecia sobre sua vida recebida por sua mãe parecem ser determinantes fortes associadas à primeira movimentação biograficamente relevante na vida de Alain: a saída do interior do Haiti em direção à região metropolitana da capital. A história a respeito da profecia sobre sua vida foi-lhe repassada por sua mãe, o que pode servir como indicador da força que um relato transmitido por um familiar tem sobre a constituição do sentido para Alain ao longo de sua trajetória (RIEMANN e SCHÜTZE, 1991).

A leitura que Alain faz da situação na qual ele e sua família viviam no interior do Haiti parece estar atrelada à percepção que seus pais tinham do contexto familiar, apresentado aos filhos como uma vida dura de trabalhos no campo. Nesse sentido, pode-se sugerir forte influência da figuração familiar não apenas no que diz respeito à questão religiosa e de crença, mas à percepção sociocultural transmitida a Alain por seus familiares (ROSENTHAL, 1997).

Em conjunto com a formação de mundo vinculada ao contexto religioso e à percepção sociocultural que seus pais perpetuam, Alain percebe na saída do país uma alternativa ao seu contexto de nascimento desde muito cedo, desde quando seu irmão foi morar na França com 14 anos. As condições que possibilitam a saída do irmão do núcleo familiar estão atreladas às motivações dos diversos irmãos da mãe de Alain que também deixaram o país na mesma época, o que se poderia chamar de uma “cultura de diáspora” relacionada a figurações sociais específicas a esse período da história do Haiti, quando diversos indivíduos e famílias foram viver no exterior (STEPICK, 1998; LINSTROTH *et al.*, 2009).

Com isso, tem-se que Alain incorpora questões atreladas a suas figurações familiar e social durante a infância (ROSENTHAL e KÖTTIG, 2009). A primeira questão diz respeito à crença religiosa e aos hábitos e práticas de matriz evangélica que atravessam Alain e

determinam sua visão de mundo (*Weltanschauung*) e construção de sentido (SCHÜTZ, 1964b). Disto decorre a importância da profecia a respeito de sua vida, que reforça o contato mágico com a divindade e conduz seu olhar sobre sua realidade desde muito cedo. A leitura biograficamente traumática que Alain associa à profecia – o acidente e a possibilidade de morrer – parece potencializar e constranger alternativas à vida no interior, as quais vai, gradativamente, aproximando de si e assimilando (HALL, 2006), a ponto de compreendê-las como questões pessoais relacionadas exclusivamente a uma decisão individual que toma: sair do interior para estudar na região metropolitana da capital.

O primeiro movimento executado por Alain – a ida diária até a região metropolitana da capital para estudar durante sua adolescência – é central à compreensão adequada de sua saída do Haiti. Esse movimento reforça conteúdos da profecia a respeito de sua vida, de modo que o situa de fato como um explorador em relação àqueles pertencentes às figurações atreladas ao seu contexto de nascimento. A importância do reforço dessa percepção é o papel determinante que a profecia sobre sua vida terá na leitura que Alain faz de sua saída do Haiti.

No momento em que ele decide deixar o Haiti, já havia-se configurado socialmente como um explorador, como aquele que abriria caminhos pelos quais sua família seguiria. Apesar de essa compreensão estar atrelada a uma dimensão intangível de sua vida, sua relação com Deus, as possibilidades de perceber a saída de seu país como uma alternativa já estavam presentes nessa “revelação”. Aliado a isso, a saída de parentes do país (e a presença de familiares em Quito) e o ensejo de seus pais para que procurasse alternativas desde cedo atuam em conjunto com as condições de vida no Haiti após o terremoto como determinantes da segunda movimentação em sua trajetória.

O terceiro movimento na vida de Alain – sua saída de Quito em direção à tríplice-fronteira entre Peru, Brasil e Bolívia – remete a elementos presentes nas movimentações anteriores, mas vincula-se, principalmente, à vontade de seu núcleo familiar. Os pais de Alain, insatisfeitos com a vida que seus filhos levavam na capital do Equador, sugerem e, posteriormente, exigem a mudança. Novamente, Alain responsabiliza-se pela movimentação, apesar de ter vivido por mais de um ano no Equador e não ter saído do país, o que pode ser visto como um indicador da centralidade da presença de seus pais na ocorrência dessa mudança. Mais que isso, o fato de responsabilizar-se, em um nível individual, pelos caminhos a serem abertos por ele pelos quais sua família o seguirão, reforça conteúdos previstos na profecia de sua vida. Em conjunto com os projetos que seus pais tinham para seus filhos,

deve-se considerar ainda as figurações sociais equatorianas, de onde emergem a imposição a Alain e seus familiares de práticas cotidianas que enfatizam a cor de sua pele.

O reflexo das questões raciais sobre a trajetória de Alain deu-se em diversos planos. Em um primeiro momento, sofreu preconceito ao procurar emprego no Equador. Após iniciar seu trabalho como padeiro, foi discriminado por clientes equatorianos. Ao tentar, e conseguir, emprego mais qualificado, sofreu preconceito por parte dos pais de seus alunos. Não obstante, esteve exposto durante todo o período em que viveu em Quito a situações nas quais se sentiu discriminado, como nos episódios em que sofreu ameaças ao pedir informações, ao utilizar o transporte público e quando pedestres atravessaram a rua como forma de evitá-lo. Essas percepções servem como reforço à criação de um sentimento de não pertencimento: Alain percebe-se como um estrangeiro em terras exteriores (SCHÜTZ, 1964a).

Os sentimentos de não pertencimento e o distanciamento social advindo deles, permitem que Alain adote uma postura compreensiva em relação ao preconceito racial que sofreu no Equador, justificando que, de fato, os negros equatorianos estão associados à criminalidade. Mais que isso, coloca que, quando os equatorianos são informados de que são haitianos, a forma como são tratados é outra, indicando uma variação na própria compreensão racial presente na sociedade equatoriana. Apesar da postura que procura justificar a discriminação sofrida em Quito, esta parece ter sido um fator que influenciou Alain ao aceitar a sugestão de seus pais para deixar a cidade.

Em consonância com as influências sobre a decisão de Alain de sair de Quito, pode-se colocar o percurso percorrido por seu tio paterno, fundamental não apenas ao movimento de saída de Alain em direção ao Equador, mas também à decisão de Alain ir até a fronteira com o Brasil. Em Iñapari (Peru), Alain situa-se em uma região de fronteira, fortemente caracterizada pelo fluxo de bens e pessoas. É importante atentar para a existência fática dos estados nacionais nesse ponto, uma vez que Alain não entra no Brasil porque precisa de uma autorização legal da Polícia Federal brasileira. Com isso, vive em uma zona juridicamente indeterminada, em cidades aquém dos controles aduaneiros, ou seja, no espaço de sobreposições (GLICK SCHILLER *et al.*, 1995; PRIES, 2001) das cidades de Iñapari (Peru), Bolpebra (Bolívia) e Assis Brasil (Brasil).

As relações cotidianas desenvolvidas sobre esse território não são, no entanto, indeterminadas (SANTOS, 2011). Pelo contrário, os referenciais que Alain estabelece em relação à região são bastante claros para si em sua narrativa. Do mesmo modo, as relações

sociais estabelecidas com habitantes da região são retomadas e servem como ponto de retorno para Alain em outro momento de sua biografia. Com isso, percebe-se que, a despeito das indefinições jurídicas, há a formação clara de um espaço social transnacional (PRIES, 2001) atrelado à região, em relação ao qual Alain executa suas movimentações.

Na fronteira, Alain entra em contato com nacionais de distintos países, bem como com agentes especializados na travessia da fronteira. É a primeira vez em seu processo de movimentação que ele está exposto à influência de indivíduos que fazem do tráfico de pessoas e do atravessamento da fronteira uma profissão juridicamente informal, mas com respaldo prático. A zona de fronteira é caracterizada ainda pelas redes de agentes multinacionais que detêm informação a respeito de questões jurídicas e práticas da travessia desses territórios. Nesse sentido, a decisão de Alain de entrar no Brasil é feita com base em uma série de informações específicas que adquire ao vivenciar o cotidiano na zona de fronteira. Com o conhecimento adquirido na região e pelo acionamento dos agentes adequados, Alain executa a movimentação que passa por Brasileia (Acre) e termina em Rio Branco. Essa movimentação também reforça o pioneirismo prescrito por sua profecia de vida, enfatizando a leitura mágica a respeito das movimentações em sua trajetória.

A quarta movimentação da vida de Alain, a saída do norte em direção ao sul do Brasil está atrelada a diversos fatores. Dentre eles, pode-se mencionar a insatisfação de seus pais com a cidade de Rio Branco. Mais uma vez, a chegada dos pais para conviver com Alain e os irmãos atua como desencadeador de uma movimentação em sua vida. Seu relacionamento com Ana (a brasileira que Alain engravidou) e seu emprego na pizzaria dela pareciam ser bastante satisfatórios para Alain, dadas as condições nas quais vivera no Equador e no Peru. Entretanto, a chegada dos familiares coloca um novo conflito, uma vez que Alain acreditava que seus pais não aceitariam a gravidez de Ana.

Nesse sentido, o caráter da movimentação entre o norte e o sul do Brasil não pode ser compreendido nos mesmos termos dos deslocamentos anteriores. Tal se deve principalmente ao fato de que Alain estava lidando com uma questão essencialmente pessoal – a gravidez de sua parceira – que entrava em conflito com as expectativas que ele tinha de seus pais. O temor da autoridade paterna, a dificuldade para expressar com familiares suas angústias e a presença de enviados das empresas do sul do Brasil buscando mão de obra configuram o impulso que serve ao deslocamento, em conjunto, de Alain e sua família para o sul.

A chegada no sul acontece com um conflito latente, o fato de não ter revelado aos seus pais a gravidez de Ana. Alain explicita que, quando saiu de Rio Branco, sua intenção era de acompanhar a família até o sul, ajudar em seu estabelecimento e retornar ao norte para viver com Ana. Entretanto, a relação de Alain com Ana acaba deteriorando-se e ele conversa com seus pais a respeito da gravidez da ex-parceira. Quando esse conflito é equacionado, Alain sente-se confortável para retomar planos para casar-se com uma haitiana, ação relacionada ao seu quinto movimento, seu desaparecimento.

Alain assumiu compromissos em relação à união com sua noiva haitiana perante seus familiares e perante a família da noiva. O convívio cotidiano de seu futuro sogro com sua família desencadeia uma série de oposições entre ambos. As oposições refletem-se na polarização entre os familiares de Alain e o sogro, em um tensionamento que situa Alain entre o compromisso assumido com a noiva e o desejo de sua família de excluir o pai da noiva do convívio familiar. Os constrangimentos colocados à ação de Alain por parte de seus familiares, que exigem seu posicionamento em relação à saída do futuro sogro, e por parte do pai da noiva, que se opõe abertamente ao casamento, culminam no abandono da situação por parte de Alain. Ele move-se para fora do conflito, uma vez que era a única forma satisfatória pela qual conseguiu, àquele momento, equacionar a questão. A existência de alternativas à solução do que via como um problema à época fica clara na análise de seu curso de ação (ROSENTHAL, 2014), mas Alain não as percebeu naquele momento.

Com isso, o quinto movimento na vida de Alain, seu desaparecimento, está relacionado a sua dificuldade para solucionar um conflito pessoal atrelado ao seu núcleo familiar e ao de sua noiva. Essa característica processual do conflito fica clara no fato de que, no quinto movimento, Alain não sai de um ponto definido para chegar em outro, mas envolve uma dimensão de odisséia, pela qual a jornada se torna mais central do que os lugares ao equacionamento da perda de sentido que acomete o ator que se desloca. A quinta movimentação de Alain não tem sentido claro em sua gênese, mas adquire sentido ao longo da trajetória. Essa característica explicitamente distinta dessa movimentação de Alain em relação às anteriores serve como indício da necessidade de uma análise total das movimentações na vida de um migrante como forma de compreender a gênese da ação individual (ROSENTHAL e KÖTTIG, 2009).

Após uma série de chegadas e partidas, Alain vê aquilo que compreendia por problema ser desfeito por constrangimentos maiores, como a morte do sogro. O equacionamento da

questão, aliado à influência de Ana, mãe de sua filha, atuam como motivadores para o sexto movimento, o retorno para sua família no sul do Brasil. Alain retorna para a casa de seus pais bastante diferente. O deslocamento pelo Brasil, o período que passa na fronteira e o convívio com Ana e sua filha impactam seus projetos futuros, reorganizando prioridades e acentuando preferências (SCHÜTZ, 1964b).

Seu retorno para casa acontece, deste modo, em caráter provisório, dado seu desejo de completar a profecia de sua vida e de trabalhar com música. Em um contínuo de movimentações, que não se encerram em seu retorno, Alain planeja mudar-se para o Rio de Janeiro para viver como músico e, posteriormente, executar outro retorno a fim de efetivar a grande previsão da *sua* profecia de vida: retornar ao Haiti para poder ser presidente do *seu* país. Fica clara a noção de que o processo de movimentações continuará ocorrendo em sua vida. Ele desloca-se entre lugares, pessoas e agrupamentos que referencia como *seus*. São referenciais, tangíveis ou não, que conduzem a construção do significado em sua trajetória, como o retorno para o seu país e sua profecia de vida, que remetem aos sentimentos de pertencimento que Alain constitui em relação a ser haitiano e ser evangélico. Tornar-se haitiano e tornar-se evangélico (*devenir*) são processos constituídos ao longo das movimentações.

Na biografia de Alain, o Haiti remete a sua família, atrelada a um microcosmo evangélico em um universo majoritariamente vodu. Daí que todas as coisas relacionadas à família, à religião, ao Haiti (como sua política) e à música apareçam, na narrativa de Alain, como partes integradas de si. Suas movimentações acontecem em relação a esse conjunto atrelado ao seu núcleo familiar, presente na figuração social na qual nasceu e cresceu no interior do Haiti. Na narrativa de Alain, a métrica para todas as coisas próximas relaciona-se a sua gênese de menino do interior, “coloniero” (colono), em suas palavras.

O retorno ao sul é percebido por Alain como um retorno para sua casa, reforçando a centralidade de sua família em sua trajetória. No sul, Alain planeja seu retorno ao Haiti tendo em mente a articulação de um sentimento de comunidade entre os imigrantes haitianos na região. Manifesta sua preocupação em não centralizar decisões em si, uma vez que pretende que esse sentimento permaneça mesmo em sua ausência. Essa compreensão advém, em grande medida, da percepção desenvolvida após seu desaparecimento. O impacto de sua saída da comunidade recaiu não apenas sobre seu núcleo familiar, mas sobre todos aqueles que se beneficiavam das articulações promovidas por ele, como o diálogo com a empresa e a

organização de eventos de confraternização em torno de sua banda de música. O sentimento de responsabilidade que Alain assume ante a comunidade haitiana na região é semelhante àquele que assume perante aquilo que define como “povo haitiano” em sua narrativa, sugerindo seu pertencimento étnico-nacional ao seu país de origem. Nesse sentido, compreende-se a articulação entre todas essas dimensões de seu pertencimento que a profecia de sua vida encerra ao prever seu retorno ao seu Haiti.

Pode-se sugerir, deste modo, um condicionamento forte da noção de pertencimento ao Haiti em Alain, que faz com que ele tenha planos futuros atrelados à presidência de *seu* país, compreendido, em seus termos, como uma comunidade dispersa pelo mundo (a noção a respeito do Haiti que Alain sugere é uma de uma comunidade pouco atrelada a noções territoriais da ilha). Nesse sentido, Alain planeja sua ação de retorno em relação a um Haiti distante, presente fortemente nas crenças que ele constrói em relação à nação e ao seu povo.

Considerações Finais

- *As movimentações na vida de um migrante devem ser compreendidas processualmente e em sua totalidade.* Apesar de todas as movimentações fazerem referência a elementos presentes já na primeira movimentação de Alain – a saída da região rural –, cada uma corresponde a fatores distintos. Com isso, tem-se que a análise de uma só movimentação deve ser vista meramente como a análise de uma movimentação e não como explicação para todo o movimento na vida de um migrante. O processo migratório deve ser compreendido em sua multiplicidade e respeitando a co-ocorrência de influências distintas em momentos variados da vida do migrante. Nesse sentido, deve-se atentar para movimentações que ocorreram ainda dentro de seu país de origem (migrações) e que têm forte relação com a decisão de sair de seu país.

- *A noção de biografia pode ser uma alternativa ao conceito de identidade.* A reconstrução da vida de Alain leva em consideração referenciais atrelados a seu passado, presente e futuro, o que confere uma dimensão processual ao estudo do pertencimento. Como sugerido por Rosenthal (1997) e Fischer-Rosenthal (2005), a noção de biografia possibilita que o foco recaia não apenas nas diferenciações ocorridas ao longo de sua trajetória de vida, mas na articulação destas diferenciações provenientes da análise geral de sua biografia.

- *O “grupismo” deve ser evitado.* Como sugerido por Brubaker (2004), a imposição automática por parte do pesquisador dos sentimentos de pertencimento ao entrevistado deve

ser afastada. A definição dos agrupamentos aos quais se sente parte deve ser buscada com base em um método fundamentado nos preceitos da abertura, que permita ao entrevistado apresentar seus referenciais de pertencimento. Com isso, evita-se a imposição, por parte do pesquisador, de suas noções identificatórias, quais sejam, categorias atreladas à teoria corrente a respeito do tema. Deve-se não só ouvir as pessoas que são parte do objeto de estudo, mas respeitar seus posicionamentos e percepções cotidianas.

- *Questões socioculturais, como a música e a religião, não devem ser menosprezadas na compreensão da gênese da ação individual.* A importância de questões culturais, relacionadas às figurações sociais nas quais os indivíduos são socializados, não devem ser menosprezadas perante determinantes diversas, sejam elas econômicas, geográficas ou políticas. No caso específico de Alain, o tratamento adequado das relevâncias determinadas pelo entrevistado devem ser entendidas como fonte da sua conferência de sentido às atividades cotidianas. O sentido prático disso é que essas dimensões devem ser levadas em consideração quando da implementação de políticas voltadas a essas populações (políticas voltadas ao desenvolvimento de um sentimento de comunidade).

- *A compreensão da influência da religião sobre o fenômeno migratório deve ser aprofundada.* O caso analisado evidencia que explicações essencialmente políticas ou econômicas do processo migratório seriam insuficientes para compreender algumas movimentações do migrante. O papel do universo mágico atrelado à visão de mundo do migrante deve ser compreendido em detalhe e de forma cuidadosa a fim de expor a gênese de suas movimentações. Nesse sentido, outros estudos que aprofundem a discussão a respeito da presença de haitianos evangélicos no fluxo migratório recente para o Brasil podem ser sugeridos como forma de dar conta dessa lacuna nos estudos sobre a migração haitiana para o Brasil.

- *A biografia deve ser compreendida em sua constituição mútua entre indivíduo e sociedade.* A forma como o espaço social individual é constituído biograficamente explicita justamente o caráter social presente nas biografias individuais. Como sugerido por Bogner e Rosenthal (2009), mais que mero produto da articulação individual com a linguagem social, a biografia contém elementos representativos das figurações sociais pelas quais o indivíduo atravessa e nas quais materializa sua ação. A vivência cotidiana da realidade está presente nas narrativas contadas pelos indivíduos, de modo que esse caráter social constitutivo da biografia individual serve como fundamento para uma sociologia. Como apresentado, os sentimentos

de pertencimento e a gênese dos movimentos não estão separados das figurações sociais nas quais sua ação é desempenhada. Essa constatação desvela não só o valor sociológico das biografias individuais, mas sua importância como forma de acesso a processos e mudanças supostamente intangíveis, indeterminados e multirreferenciados, os quais são efetivamente materializados cotidianamente nas vivências pessoais.

- *O estudo de um tipo de migrante de retorno com pretensões políticas em relação ao seu povo deve ser aprofundado.* Novos estudos empíricos devem ser realizados a fim de consolidar ou refutar a tipologia proposta no trabalho. Outros estudos biográficos devem ser encorajados no sentido de descobrir outros tipos de migrantes relacionados ao fluxo migratório recente de haitianos para o Brasil. Esse tipo de trabalho pode auxiliar no planejamento de políticas mais adequadas a essa população. A identificação tipológica de um migrante de retorno leva em consideração especificidades desse tipo de migrante, uma vez que aborda o fenômeno migratório em sua diversidade.

Figura 1. Mapa 1 – Movimentações.



Fonte: Lucas Cé Sangalli (2015).

O mapa sintetiza graficamente algumas movimentações de Alain. A segunda, da região metropolitana de Porto Príncipe – Quito, passando pelo Panamá. A terceira, desde Quito até a Rio Branco, passando por Iñapari. A quarta, desde Rio Branco até o Sul do Brasil. Os países em tons mais escuros são aqueles pelos quais Alain e sua família passaram.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, José Lindomar. “A dinâmica das fronteiras: deslocamento e circulação dos ‘brasiguaios’ entre os limites nacionais”. In: **Horizontes Antropológicos**, n. 31, p. 137-166, Porto Alegre, 2009.

APITZSCH, Ursula; SIOUTI, Irini. **Biographical analysis as an interdisciplinary research perspective in the field of migration studies**. York, 2007.

BOGNER, Alfred.; ROSENTHAL, Gabriele (eds.). **Ethnicity, belonging and biography**. Berlim: Verlag, 2009.

BRANDHORST, Rosa María. “Transnational families in Cuba and Germany: on the intersection between isolation, restrictions and agency”. In: **Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies**, 2014.

BRODWIN, Paul. “Pentecostalism in translation: religion and the production of community in the Haitian diaspora”. In: **American Ethnologist**, v. 30, n. 1, p. 85-101, 2003.

BRUBAKER, Rogers. **Ethnicity Without Groups**. Cambridge: Harvard University Press, 2004.

CARRERA, Gabriela. “Por qué migrar? Algunos apuntes sobre las viejas y nuevas heridas de Haití”. In: **La migración haitiana hacia Brasil: características, oportunidades y desafíos**. Cuadernos Migratorios 6. Organización Internacional para las Migraciones, 2014.

COGO, Denise. “Comunicação e migrações transnacionais – o Brasil (re)significado em redes migratórias haitianas”. In: **REU**, v. 40, n. 2, p. 233-257. São Paulo, 2014.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FERNANDES, D.; CASTRO, M; RIBEIRO, C. “Migração haitiana para o Brasil: Minas Gerais como destino, a fala dos haitianos”. In: **XVI Seminário sobre Economia Mineira/CEDEPLR/UFMG**. Diamantina, 2014.

FERNANDES, D.; CASTRO, M. **Estudos sobre a migração haitiana ao Brasil e diálogo bilateral** [Relatório de pesquisa]. Belo Horizonte, 2014.

FERNANDES, D.; MILESI, R.; PIMENTA, B. “Migração dos haitianos para o Brasil”. In: **Cadernos de debates Refúgio, Migrações e Cidadania**, v.8, n.8. Brasília: Instituto Migrações e Direitos Humanos, 2013.

FISCHER-ROSENTHAL, Wolfram. "The problem with identity". In: **Biographical Research Methods**. London: Sage, 2005.

GLICK SCHILLER, N.; BASCH, L.; BLANC-SZANTON, C. "From Immigrant to Transmigrant: Theorizing Transnational Migration". In: **Anthropological Quarterly**, v. 68, n. 1, p. 48-63, 1995.

GODOY, Gabriel. "O caso dos haitianos no Brasil e a via de proteção humanitária complementar". In: CARVALHO RAMOS, A. *et al.* (eds.). **60 Anos de ACNUR: perspectivas de futuro**. São Paulo: Editora CLA Cultural, 2011.

GONÇALVES, M.; HERÉDIA, V.; MOCELLIN, M.. "Migrantes da fronteira: entre dois mundos". In: **MÉTIS: história & cultura**, v. 11, n. 22, p. 141-159, 2012.

GRIMSON, Alejandro. "Vivências do Estado como alteridade – Imagens cruzadas na fronteira argentino-brasileira". In: FRIGERIO, Alejandro; RIBEIRO, Gustavo Lins. **Argentinos e Brasileiros – Encontros, imagens e estereótipos**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

GUÉRIOS, Paulo. "As condições sociais de produção das lembranças entre imigrantes ucranianos". In: **MANA**, v. 12, n. 2, p. 367-398, 2008.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

JARDIM, Denise. "Famílias palestinas no extremo sul do Brasil e na diáspora – experiências identitárias e aduaneiras". In: **Cadernos Pagu**, n. 29, p. 193-225, Campinas, 2007.

KNOBLAUCH, Hubert. "Focused Ethnography". In: **Forum: Qualitative Social Research**, v. 6, n. 3, 2005.

LINSTROTH, J. P. *et al.* "Conflicting Ambivalence of Haitian Identity-Making in South Florida". In: **Forum: Qualitative Social Research**, v. 10, n. 3, 2009.

- RIBEIRO, Gustavo Lins. **Ser e não ser: explorando fragmentos e paradoxos das fronteiras da cultura**. Brasília: UnB, 1993.
- RIEMANN, Gerhard; SCHÜTZE, Fritz. "Trajectory' as a basic theoretical concept for analyzing suffering and disorderly social processes". In: MAINES, D. (ed.). **Social organization and social processes: essays in honor of Anselm Strauss**. New York: de Gruyter, 1991.
- ROSENTHAL, Gabriele. "National identity or multicultural autobiography?". In: **The narrative study of lives 5**, p. 21-39. Thousand Oaks: Sage, 1997.
- ROSENTHAL, Gabriele. **Pesquisa social interpretativa: uma introdução**. Porto Alegre: Edipucrs, 2014.
- ROSENTHAL, Gabriele.; KÖTTIG, Michaela. **Migration and questions of belonging**. In: Forum Qualitative Social Research, 2009.
- SANGALLI, Lucas Cé. **O desaparecimento de Alain: movimento e pertencimento na vida de um migrante**. Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2011.
- SCHÜTZ, Alfred. "The Stranger". In: SCHÜTZ, A. **Collected Papers II – Studies in Social Theory**. The Hague: Martinus Nijhoff, 1964.
- SCHÜTZ, Alfred. "The Homecomer". In: SCHÜTZ, A. **Collected Papers II – Studies in Social Theory**. The Hague: Martinus Nijhoff, 1964.
- SEYFERTH, Giralda. "A dimensão cultural da imigração". In: **RBCS**, v. 26, n. 77, 2011.
- SILVA, Paloma. **Seguindo rotas: reflexões para uma etnografia da imigração haitiana no Brasil a partir do contexto de entrada pela tríplice fronteira norte**. Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília. Brasília, 2014.
- SILVA, Regina. "Reordenação de identidades de imigrantes árabes em Foz do Iguaçu". In: **Trab. Linguística Aplicada**, Campinas, 47, p. 357-373, 2008.
- SPRANDEL, Marcia. "Brasiguayos. Una identidade de frontera y sus transformaciones". In:
- GRIMSON, Alejandro (org.). **Fronteras, naciones e identidades. La periferia como centro**. Buenos Aires, Ediciones CICCUS-LA CRUJÍA, 2000.
- STEPICK, Alex. **Pride against Prejudice: Haitians in the United States**. Boston: Allyn and Bacon, 1998.

VÁSQUEZ, T.; BUSSE, E.; IZAGUIRRE, L. “La migración haitiana en Perú y su tránsito hacia Brasil”. In: **La migración haitiana hacia Brasil: características, oportunidades y desafíos**. Cuadernos Migratorios 6. Organización Internacional para las Migraciones, 2014.

ZAMBERLAN, J.; CORSO, G.; BOCCHI, L.; CIMADON, J. M. **Os novos rostos da imigração no Brasil – Haitianos no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Solidus, 2014.

Senegaleses em Caxias do Sul: o passado encontra o presente

Michel Houli Filho¹

Este trabalho versará sobre o recente fluxo migratório de senegaleses destinado à cidade de Caxias do Sul/RS e algumas das relações que se descortinam a partir desse novo contexto. O município foi escolhido para a pesquisa por apresentar características específicas no que diz respeito a sua identidade cultural que se manifesta através de celebrações, monumentos e religiosidade, além de valores e significados socialmente compartilhados. Essas características se referem a um conceito tratado por *italianidade*, que engloba de forma genérica diversos aspectos da identidade coletiva, como as questões hereditária, étnica, laboral e religiosa. Esse é o contexto encontrado pelos imigrantes senegaleses que passaram a chegar à cidade com maior intensidade nos últimos três anos. Ao longo da pesquisa, o foco da análise estará sobre as estratégias de resistência e legitimação adotadas pelos senegaleses frente ao contexto cultural no qual estão imersos, sobretudo identificar quais são essas estratégias, de que forma e em que momentos são acionadas. A hipótese elencada inicialmente é a de que os novos imigrantes acionam as semelhanças de sua trajetória com a dos imigrantes italianos do final do século XIX, enaltecendo a busca pelo trabalho a fim de justificar sua presença e permanência.

Palavras-chave: migração, senegaleses, Caxias do Sul, trabalho, legitimação.

Introdução

Este trabalho abordará o recente fluxo migratório de senegaleses na cidade de Caxias do Sul na serra gaúcha, sobretudo os dispositivos elaborados por esse grupo como estratégias de resistência, justificativa e permanência, valendo-se para essa análise, também, de perspectivas pós-coloniais tratadas por Spivak (2010). Espera-se que reflexões da produção da autora indiana acerca do ritual de autoimolação de viúvas hindus sob circunstâncias específicas e seus múltiplos significados frente a dominação inglesa permitam um olhar a partir de um prisma menos dominador e colonizador neste estudo que ainda se encontra em fase pré exploratória. As noções encontradas mais pertinentes para o desenvolvimento dessa análise são as de local de fala e apropriação de lógicas dominantes.

1 Mestre em Sociologia pela UFRGS.

Inicialmente farei uma breve descrição acerca da simbologia que permeia os valores e significados dispersos na identidade coletiva da cidade, que é atravessada por questões hereditárias, étnicas, raciais e religiosas. Essa identidade está diretamente relacionada ao “ser imigrante” (SANTOS, 2014; KANAAN, 2011) que assume significados diferentes a partir de quem é que “migra”, em qual grupo se insere, sua ascendência e sua cor. O jogo vivido encontra substrato de comparação na dualidade estabelecidos e *outsiders* (ELIAS, 2000), que nem sempre apresentam características socioeconômicos demasiadamente distintas, mas cujas identidades simbólicas revelam absoluta disparidade dentro da disputa pelo poder local.

Após, tratarei de estudo realizado por Spivak (2010) que entendo como pertinente para as relações que se pretende analisar na cidade em questão. Apesar de a autora ter como foco as formas de submissão patriarcal e imperialista a que estão sujeitas mulheres na Índia e sua consequente impossibilidade de fala, o pensamento desenvolvimento traz preceitos que, espera-se, permitirão que esse estudo amplie o espectro de análise, observação e fala.

Por fim, procurarei relacionar as estratégias de fala que vêm sendo desenvolvidas pelo coletivo de migrantes senegaleses em Caxias do Sul vinculadas à identidade que a cidade guarda enquanto lógica de submissão dos *outsiders*. Uma vez que esses indivíduos se encontram em situação desprivilegiada no contexto municipal, considerarei sua condição como subalterna de forma a permitir o uso da teoria desenvolvida por Spivak (2010), pois conforme utilizam o “discurso de imigração” enquanto ferramenta para distinção, se valem da lógica dominante para essa finalidade, reforçando-a e condicionando suas possibilidades a essa posição. Resta serem verificadas inúmeras perspectivas desse campo que através de diversos atravessamentos gera possibilidades de fala mas também de opressão.

Ser imigrante em caxias do sul

A cidade de Caxias do Sul/RS na região da serra gaúcha, nordeste do estado, tem desde a sua formação a recorrente presença de fluxos migratórios na composição de sua população (HERÉDIA, 2011; MOCELLIN, 2011). Notadamente o que produziu marcas mais profundas e duradouras na identidade cultural da cidade foi aquele de imigrantes italianos do final do século XIX e início do século XX. Impulsionados por incentivos do governo brasileiro que tinha por intuito promover o “branqueamento” da população e povoar áreas com indivíduos que não fossem negros ou índios, grande contingente de pessoas deixou regiões que hoje

pertencem ao norte da Itália com destino à América. Os primeiros desses imigrantes enfrentaram condições extremamente adversas, devido à ausência de infraestrutura na região para o desenvolvimento de atividades agrícolas ou comerciais. Acrescido a isso, a distribuição dos lotes de terra se dava por ordem de chegada no Brasil, não existiu preocupação em reproduzir proximidades geográficas presentes nas regiões de origem entre os grupos familiares e regionais, logo os núcleos coloniais eram significativamente heterogêneos quanto a seu local de origem. Após esse fluxo migratório houve outros ao longo do século XX, provenientes de outras regiões do Rio Grande do Sul, como a metade sul e a metade oeste, devido sobretudo a processos de industrialização que demandavam mão-de-obra em quantidade superior ao que a região era capaz de proporcionar.

Os imigrantes que aportaram no Brasil no final do século XIX não se identificavam enquanto italianos, mesmo porque esse ainda era um Estado em formação e suas regiões de origem divergiam, vênets, lombardos, trentinos e friulanos. Essa identidade passou existir a partir do momento de sua chegada, ao passo que foram diferenciados dos demais devido a sua origem. Conforme enunciado por Elias (2000) a identidade de um grupo se constitui em contraposição a outro, a fim de se diferenciar e destacar, logo, existe na medida em que entra em contato com indivíduos pertencentes a outras coletividades, não pode se constituir sem algo a se opor.

O processo de constituição da identidade de imigrantes italianos, ou simplesmente de “italianos” também se deu dessa forma na região em tela. Ao longo do desenvolvimento dessa identidade, os membros desse grupo passaram a utilizar essa identificação recíproca de forma a se diferenciarem dos demais imigrantes que acorriam à região oriundos sobretudo de outras partes do estado (KANAN, 2011). Esse processo desenvolveu outra questão também abordada por Elias (2000), a das características positivas autoatribuídas supostamente intrínsecas ao grupo. Em seu estudo no povoado de Winston Parva, o sociólogo identificou que apesar de não possuírem diferenças evidentes quanto a condições materiais, os “estabelecidos” acionavam mecanismos de distinção positivos para seus próprios comportamentos, relegando aos *outsiders* idiosincrasias depreciativas que por vezes não eram verificáveis. Da mesma forma, Kannan (2008) verificou na cidade de Farroupilha/RS, limítrofe a Caxias do Sul e que compartilha história e origens semelhantes, a delimitação através de fatores hereditários e étnicos que por sua vez identificariam traços morais inerentes aos indivíduos, a isso chamou *italianidade*. As características que a *italianidade* abrange se

tornaram fator de distinção dos descendentes de italianos em relação aos demais, ao passo que o não pertencimento a esse grupo pode desencadear termos e atitudes de cunho pejorativo.

Os migrantes que acorrem à região, posteriormente aos imigrantes italianos, sem que tenham atravessado nenhuma fronteira nacional, estadual ou linguística, encontram-se em situação de estrangeiros dentro de seu próprio país. Estes são frequentemente chamados de 'brasileiros', 'pelos-duros', 'pretos', por aqueles que se consideram 'italianos' e se atribuem virtudes as quais os tornam os únicos responsáveis pelo progresso deste pedaço da 'Europa no Brasil'.

A superioridade de poder reivindicada pelo grupo dos descendentes de imigrantes italianos em Farroupilha não se atém a evidentes vantagens materiais ou econômicas. A supremacia do grupo estabelecido frente aos novos migrantes também não está assentada somente no fato da permanência anterior ou mesmo na ideia de fundação do lugar. Além desses fatores mencionados, a superioridade dos primeiros imigrantes sobre os últimos, recém-chegados, está sendo mantida através do acionamento de virtudes auto-atribuídas pelos indivíduos do primeiro grupo e que estão presumidas como ausentes nos grupos recém-chegados. (KANAAN, 2011. p.95-96.)

As virtudes citadas pela antropóloga referem-se principalmente ao apreço pelo trabalho, a religiosidade, o progresso material e até mesmo à avareza, que compõem em linhas gerais a *italianidade*. Apesar de não ser possível verificar a ausência dessas características nos *outsiders* do quadro social descrito, a identidade cultural naturalmente não se atém a isso, pois assume como inerentes somente aos pertencentes ao seu grupo essas vantagens. Dessa forma tem-se um conceito do 'nós' que se apropria da imigração tanto como um valor indicativo de superioridade, no caso dos descendentes de italianos, como um fator negativo, para aqueles advindos de outras cidades. O que varia é o uso do discurso e do "mito do pioneiro" na reprodução de estruturas de poder simbólicas (SANTOS, 2014) de um imaginário popular internalizado pelo grupo que, neste espectro, poderia ser chamado de "estabelecidos". Os estabelecidos supervalorizam o seu sucesso e de seus antepassados, mitificam sua história, contrastando-a com as características negativas que tendem a verificar com mais afinco no outro grupo, de *outsiders*.

Ser um imigrante em Caxias do Sul é diferente de ser imigrante em contextos sociais em que essa característica não tem um significado tão presente no imaginário coletivo. Os

movimentos populacionais que geraram as distinções percebidas por Kanaan (2008) e Santos (2014) foram perpetrados por outros brasileiros, em sua maioria também gaúchos, que sem deixar seu território nacional se encontram na condição desprivilegiada de estrangeiro “subalterno” em uma região em que ironicamente o mito de origem da identidade cultural trata de um fluxo transnacional de trabalhadores pauperizados.

A condição do imigrante apresenta uma dualidade quanto a sua permanência no local de destino (SAYAD, 1998) que está diretamente relacionada às virtudes atribuídas à *italianidade*, pois ao mesmo tempo em que sua presença é considerada apenas temporária, incerta, dependente de fatores sociais, econômicos e burocráticos, ela também é supostamente permanente enquanto força de trabalho necessária. Sobretudo devido à inconstância de sua condição os imigrantes precisam justificar a todo momento a sua presença como sendo benéfica na relação economicista entre vantagens e desvantagens e sua justificativa é seu trabalho.

O trabalho é acionado como justificativa para a presença e permanência do imigrante em situação de vulnerabilidade em seu local de destino e ao mesmo tempo como virtude atribuída à italianidade. Esse uso duplo da noção de trabalho evidentemente é atravessado por questões diversas que estão diretamente relacionadas às relações de poder em disputa no campo social, como o viés hereditário, econômico, étnico e racial. A mesma dualidade se aplica à condição de imigrante, os “italianos” enquanto privilegiados na estrutura em tela se valem dos desse símbolo para atribuir significados positivos quando relacionado a sua trajetória e depreciativo com relação aos *outsiders*.

Pode o subalterno falar?

Neste tópico tratarei de forma resumida algumas perspectivas apresentadas por Spivak (2010) no ensaio que leva o mesmo nome, principalmente aquelas que julgo mais pertinentes ao trabalho que me proponho a realizar em relação aos migrantes em Caxias do Sul. A autora vai ao encontro da “corrente” pós-colonial das ciências humanas nessa obra ao tratar das múltiplas formas de opressão a que estão submetidas mulheres indianas, pela cultura patriarcal local e pelo imperialismo inglês. Através dessa temática, ela explora a violência epistêmica da narrativa eurocêntrica das formas de pensar “o” outro e “do” outro, exemplificando esse tipo de apropriação com a célebre frase “homens brancos estão salvando

mulheres de pele escura de homens de pele escura”. A sentença desenvolvida pela autora ilustra as relações de poder imbricadas no sistema que ela analisa, pois demonstra a pretensa superioridade britânica ao tornar a prática do sati ilegal a partir de sistemas lógicos e simbólicos europeus, ao mesmo tempo que expõe a submissão vivida por essas mulheres através do machismo pulverizado em todas as escalas da vida social. Ainda é possível depreender a impossibilidade de fala dessa mulher subalterna que, quer seja silenciada pelo conquistador inglês, quer seja pelo homem indiano, será sempre silenciada, seu lugar de fala não existe.

(...)No entanto, a pressuposição e a construção de uma consciência ou de um sujeito sustentam tal trabalho e irá, a longo prazo, se unir ao trabalho de constituição do sujeito imperialista, mesclando a violência epistêmica com o avanço do conhecimento e da civilização. E a mulher subalterna continuará tão muda como sempre esteve. (SPIVAK, 2010, p. 86).

A autora traz ainda o relato da história de uma jovem que cometeu suicídio em Calcutá na década de 20 e as formas diferentes a que o discurso que era a sua morte foi associado. A jovem, membro de um grupo que lutava pela independência da Índia, é incumbida de realizar um assassinato político que se vê incapaz de efetivar e de forma a concretizar o protesto termina por suicidar-se. A primeira questão importante trazida pela autora é que a jovem em tela teve o cuidado de tirar a vida quando estava menstruada, a fim de que seu ato não fosse justificado por uma possível gravidez indesejada. Entretanto, descartada essa possibilidade a atitude é dada como um ato de loucura, um momento de privação do estado racional de consciência. Novamente se vê reproduzida a impossibilidade de fala da mulher subalterna, que, invariavelmente, acaba por ter sua voz silenciada.

Possibilidades de fala dos imigrantes senegaleses em Caxias do Sul

Tendo como cenário o contexto de disputas de poder simbólico no meio social de Caxias do Sul, em meados de 2010 surgiu um novo ciclo migratório na cidade, dessa vez protagonizado por senegaleses e haitianos. Neste trabalho serão enfocados os imigrantes senegaleses com o intuito de realizar uma análise mais atenta de suas estratégias de resistência, associação e protagonismo no meio em que estão inseridos. Os imigrantes oriundos do Senegal em sua maioria se deslocam por razões econômicas e apesar de

pleitearem o refúgio ao chegarem no Brasil não obtêm esse status, sua condição portanto é a de um imigrante típico (ONU, 2014). Para se ter uma dimensão mais adequada desse fluxo, a pesquisa de Brignol e Costa (2016) apresentou dados disponibilizados pelo Centro de Atendimento ao Migrante da cidade, entidade mantida pela Congregação Escalabriana, apontando que no período de 2010 a 2014 foram feitos os cadastros de 1.856 senegaleses, de grande maioria homens com idades entre 21 e 35 anos. Além disso, sua mão de obra é destinada sobretudo à construção civil e à indústria de alimentos, em especial frigoríficos, e eventualmente alguns trabalham como vendedores ambulantes informais para complemento da renda ou durante situações de desemprego.

As barreiras à presença e permanência dos senegaleses na cidade são diversas, a começar pelo idioma, pois ao chegarem não dominam o português além disso, as características da identidade simbólica do município, atravessadas pelo racismo e pela xenofobia, já tão marcantes quando direcionadas a brasileiros provenientes de outras regiões tendem a ser ainda mais perniciosas em relação a esse grupo. Em breve pesquisa exploratória de campo, que antecede aquela que de fato agregará dados para a dissertação a ser realizada sobre essa temática, foi evidente que os senegaleses de forma geral sofreram com atitudes racistas, xenofóbicas e preconceituosas de forma mais ampla desde a sua chegada ao Brasil, que vão desde palavras e atitudes, até truculência policial quando em abordagens para apreensão da mercadoria que eventualmente vendem no centro do município e agressões físicas. Percebe-se, novamente, a necessidade do imigrante em situação de vulnerabilidade de justificar a sua permanência no local de destino através de uma lógica objetiva e principalmente, que possa estar inserida no conjunto de significados dessa sociedade (SAYAD, 1998), o trabalho como justificativa nesse grupo social, ao menos aparentemente dignifica sua presença, pois remete à própria simbologia da *italianidade*.

“Qual será então essa definição? Afinal o que é um imigrante? Um imigrante é essencialmente uma força de trabalho e uma força de trabalho provisória, temporária, em trânsito. Em virtude desse princípio, um trabalhador imigrante (sendo que trabalhador e imigrante são, neste caso, quase um pleonasma), mesmo se nasce para a vida (e para a imigração) na imigração, mesmo se é chamado a trabalhar (como imigrante) durante toda a sua vida no país, mesmo se está destinado a morrer (na imigração), como imigrante, continua sendo um trabalhador definido e tratado como provisório, ou seja, revogável a qualquer momento. A estadia autorizada ao imigrante está inteiramente sujeita ao

trabalho, única razão de ser que lhe é reconhecida: ser como imigrante primeiro, mas também como homem – sua qualidade de homem estando subordinada à sua condição de migrante. (SAYAD, 1998, p. 55)

A forma de tratar, falar de e observar o grupo de senegaleses em foco transparece um reducionismo absoluto da complexidade e heterogeneidade desses indivíduos, logo a objetificação de suas vidas e trajetórias. Eu mesmo, enquanto pesquisador, traduzo suas palavras para um artigo científico, expresso suas demandas e as reduzo como a um bloco monolítico, explicando-as a partir de minha própria rede lógica de prioridades, valores e significados. De forma semelhante a dos italianos do final do século XIX, a identidade do grupo ora em tela é fortalecida a partir da contraposição com outros indivíduos (ELIAS, 2000) que diminui as divisões internas precedentes, logo a forma como os *outros* os veem reforça a forma como eles próprios se identificarão.

Podemos pensar que, além da identidade senegalesa (certamente também múltipla e diversa), o que os imigrantes dessa nacionalidade constroem na internet é um espaço onde possam partilhar um mesmo sentido de pertença (com o Senegal) e parte de suas experiências migratórias (relacionadas à residência no Rio Grande do Sul, Brasil). (BRIGNOL; COSTA, 2016, p. 97).

A menção à internet presente na citação acima se refere às páginas na rede social *Facebook* da Associação de Senegaleses em Caxias do Sul e do coletivo Ser Legal, Ser Negão, Senegal, ambas geridas e presididas por senegaleses. Esses grupos têm se constituído como a principal forma de associação, resistência e convívio entre esses imigrantes, além de assumir protagonismo na expressão de demandas do grupo frente ao restante do meio social. Algumas ações chamam atenção para a forma de apropriação dos símbolos e significados locais a fim de atingir suas demandas e como os convertem em instrumentos de resistência. Em dois casos dessas ações temos a presença desse uso de códigos pertencentes ao conjunto de significados local com vistas à legitimação, o primeiro a ser mencionado é uma produção visual em que o líder do coletivo supracitado é fotografado com trajes característicos dos imigrantes italianos do final do século XIX, segurando uma enxada e um cacho de uvas, sobre os dizeres “A busca por uma vida melhor não escolhe raça, idioma ou país”. Os elementos presentes na imagem produzida em parceria com a Prefeitura Municipal da cidade comunicam com aqueles presentes na identidade cultural marcado pela italianidade, a fim de legitimar também esse

fluxo migratório assim como aquele do século passado. Contudo, isso também faz aparentar que as possibilidades de legitimação e, por consequência, de fala dos senegaleses em Caxias do Sul estão diretamente dependentes de serem condizentes com as formas de poder e autoridade já legitimadas pelo meio local. Essa afirmação, evidentemente carece de verificações empíricas mas já está consideravelmente ilustrada através de campanhas como aquela citada anteriormente. Claramente eivada de “boas intenções” como os britânicos que desejavam salvar da imolação as mulheres indianas, a prática está, irremediavelmente marcada pela violência epistemológica.

Considerações Finais

Neste trabalho busquei tratar frentes diferentes de análise para o fenômeno que se desenrola atualmente na cidade de Caxias do Sul. Para isso utilizei estudos já realizados acerca da composição da população local e seu desenvolvimento ao longo da história da cidade (HERÉDIA, 2011; MOCELLIN, 2011), mas principalmente da pesquisa de Kanaan (2008; 2011) na cidade de Farroupilha, que acredito passível de ser utilizada para essa finalidade, ao menos, neste momento de desenvolvimento deste trabalho, tendo em vista as similaridades que as duas cidades apresentam, além de sua proximidade geográfica. Após, tratei brevemente de algumas noções abordadas por Spivak (2010) que julguei serem pertinentes a essa temática no trecho em que a autora versa sobre o ritual de autoimolação de mulheres hindus. Apesar da larga diferença histórica e geográfica entre os dois contextos estudados, os conceitos da teoria pós-colonial que a autora indiana traz são aplicáveis para o desenvolvimento do estudo em tela, principalmente ao passo que entendemos os imigrantes senegaleses na condição em que se encontram como subalternos em relação aos dominadores do discurso do meio dominante. É a partir dessas bases que desenvolvi os argumentos principais da reflexão que este artigo buscar gerar.

A especificidade deste caso de encontro e consequente tensionamento de grupos socioculturais distintos oriundo de um fluxo migratório é justamente a identidade cultural daqueles em posição privilegiada estar pautada em grande medida num processo migratório anterior, qual seja o de seu antepassado que é assumido enquanto detentor de características míticas. Somado a isso, temos os estudos de Sayad (1998) acerca de imigrantes argelinos na França. O autor entende que dada a condição inconstante do migrante, ele necessita justificar

a todo momento sua presença e sua permanência em seu país de destino através de uma lógica que seja válida para aqueles que dominam o meio no qual ele está inserido e essa justificativa se dá através do trabalho. Ocorre que o apreço ao trabalho também é um dos traços característicos da *italianidade* identificada por Kanaan (2008) na região estudada neste trabalho. Sendo assim, a especificidade deste caso reside sobretudo nas semelhanças entre a identidade compartilhada pelo grupo em posição dominante e os imigrantes que atualmente podem ser vistos como subalternos.

Apresentado o panorama geral das relações que se desenham entre esses grupos sociais no caso estudado, o foco da análise reside nas estratégias de legitimação e resistência adotadas pelos imigrantes senegaleses frente aos desafios cotidianos que enfrentam além daqueles já apontados por Sayad (1998). Para que esse estudo não sucumba a chavões demasiadamente genéricos e colonizadores, o prisma pós-colonial, aqui representado por alguns conceitos de Spivak (2010), será utilizado ao tratar dos imigrantes senegaleses e principalmente ao verificar o que os mesmos falam, como falam, da onde falam e para quem falam. Apenas dessa maneira, será possível construir uma análise que respeite esses participantes e toda a sua capacidade de ação.

Fluxos migratórios sejam nacionais ou internacionais, acrescentam participantes ao cenário de disputa por poder simbólico, social e econômico nas cidades que têm por destino, e o caso analisado neste artigo não é diferente. Evidentemente, que os participantes recém-chegados, nesse caso, partem de uma posição desprivilegiada, entretanto, suas ações crescem às possibilidades de mudança e pluralização da cidade. Apesar dessa posição desprivilegiada, os atores senegaleses já se organizam a fim de fortalecer suas demandas e passam a elaborar estratégias de legitimidade, muitas delas pautadas pelos símbolos e significados já presentes no meio social dominante na cidade. A análise a ser feita ainda é vasta para uma melhor compreensão das estratégias que são desenvolvidas e os diferentes atravessamentos que permeiam essa organização, contudo, certamente as perspectivas trazidas por Spivak (2010) devem pautar esse trabalho, no cuidado de não limitar ou subestimar as múltiplas formas de fala senegalesa que ainda serão percebidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRIGNOL, Liliane Dutra; COSTA, Nathália Drey. *Migração e usos sociais do Facebook: uma aproximação à webdiáspora senegalesa no Rio Grande do Sul*. REMHU, Brasília, Ano XXIV, n.46, p. 91-108, jan/abr. 2016. Disponível em <<http://www.csem.org.br/remhu/index.php/remhu/article/view/579>>. Acesso em 30 jul, 2016.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro. Zahar, 2000.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. *Migrações internas e suas dinâmicas: O caso de Caxias do Sul*. In: HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti; MOCELLIN, Maria Clara; GONÇALVES, Maria do Carmo Santos (Org.). *Mobilidade humana e dinâmicas migratórias*. Porto Alegre. Letra&Vida, 2011. p. 65-77.

KANAAN, Beatriz Rodrigues. *Migrantes em terra de imigrantes: um olhar antropológico sobre jogos identitários na região industrializada de Farroupilha/RS*. In: HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti; MOCELLIN, Maria Clara; GONÇALVES, Maria do Carmo Santos (Org.). *Mobilidade humana e dinâmicas migratórias*. Porto Alegre. Letra&Vida, 2011. p. 93-104.

_____. *Imigrações contemporâneas e italianidade: um estudo sobre jogos identitários na região industrializada de Farroupilha/RS*. 2008. 173 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. UFRGS. Porto Alegre. 2008.

MOCELLIN, Maria Clara. *Percurso de migrantes urbanos recentes em Caxias do Sul: expectativas de trabalho e redes familiares*. In: HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti; MOCELLIN, Maria Clara; GONÇALVES, Maria do Carmo Santos (Org.). *Mobilidade humana e dinâmicas migratórias*. Porto Alegre. Letra&Vida, 2011. 79-92.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. *Refúgio no Brasil: uma análise estatística janeiro de 2010 a outubro de 2014*, 2014. Disponível em <http://www.acnur.org/t3/fileadmin/scripts/doc.php?file=t3/fileadmin/Documentos/portugues/Estatisticas/Refugio_no_Brasil_2010_2014>. Acesso em 22 out, 2015.

SANTOS, Miriam de Oliveira. *A emergência discursiva do conceito de “Pioneiro Italiano” como marcador identitário e delimitador de fronteiras étnicas*. Tessituras, Pelotas, v.2, n.1, p.40-52, jan/jun. 2014. Disponível em <<http://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/tessituras/article/view/2557/3245>>. Acesso em 22 out, 2015.

SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

Tendências contemporâneas da migração brasileira e venezuelana na fronteira norte do Brasil: Impressões sobre a construção da fronteira cultural

Alessandra Rufino Santos¹
Karl Martin Monsma²

A proposta deste trabalho consiste em descrever parte dos resultados parciais da pesquisa de doutorado sobre a migração de brasileiros e venezuelanos na fronteira Brasil-Venezuela, estabelecida pelas cidades de Boa Vista e Pacaraima, no lado do Brasil, e Santa Elena de Uairén, no lado da Venezuela. Dentro dessa dinâmica, é importante levar em consideração os mecanismos de interação das relações sociais estabelecidas nas distintas esferas do cotidiano da fronteira em questão. Diante disto, o conceito de fronteira utilizado nesta investigação subsidia a interpretação de que a cultura pode ser discutida como um fenômeno em movimento que se modifica e que faz parte dos processos de aprendizagem construídos no cotidiano da vida na fronteira. Assim, o cotidiano na fronteira Brasil/Venezuela revela a existência de inúmeros empréstimos entre brasileiros e venezuelanos. Nessa lógica, interação nesse espaço os sistemas simbólicos do Brasil e da Venezuela, apresentando como resultado da diversidade ali existente a prática de empréstimos culturais que passam a dominar os códigos de linguagens que primeiro são ensinados na família e depois formam canais de informações sobre o mercado de trabalho, locais de lazer e outras atividades que proporcionam interação social.

Palavras-chave: Fronteira; interação social; migração.

Introdução

“Estar no mundo hoje, é conviver com a mobilidade e a migração, e todas as suas implicações”. Esta afirmação de Marandola Júnior e Dal Gallo (2009, p.407), que oferece a tônica das sociedades do século XXI, permite compreender que o ser humano, por estar em constante movimento, tem a especificidade de buscar a satisfação das suas necessidades pessoais. Deste modo, pensar as migrações contemporâneas, sobretudo em contextos

¹ Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

² Professor Doutor do PPGS/UFRGS.

fronteiriços da Amazônia, implica, entre outras coisas, agrupar perspectivas teóricas diversas sobre o fenômeno das fronteiras no mundo contemporâneo para abrir novos caminhos de compreensão sobre a experiência migratória.

Posto isto, salienta-se que este trabalho propõe-se estudar um contexto complexo, marcado pelas mudanças contemporâneas que estão ocorrendo na fronteira do Brasil com a Venezuela, especificamente nas cidades de Boa Vista e Pacaraima, no lado do Brasil, e Santa Elena de Uairén, no lado da Venezuela, a partir da migração de brasileiros para Pacaraima e Santa Elena de Uairén e de venezuelanos para Pacaraima e Boa Vista. Para um melhor entendimento deste contexto de complexidade, este artigo pretende perceber o jogo identitário (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2005) que os grupos étnicos (BARTH, 1998) constroem em situações do cotidiano, bem como o modo de vida em cada Estado-nação (ANDERSON, 1989).

Dentro dessa lógica, a prática migratória de brasileiros e venezuelanos na fronteira norte do Brasil cria a noção de fronteira cultural (BARTH, 1998), possibilitando a socialização do modo de vida, para ambos os lados da fronteira. Na compreensão dessa dinâmica, torna-se necessário destacar que os povos da fronteira estão interligados por relações de parentesco que ao longo dos anos estreitaram amizades, criaram grupos familiares que ultrapassam os limites geopolíticos e tornam menos impactante o estranhamento da ordem cultural do “outro” quando os conflitos culturais se fizerem presentes. Isso é possível porque é por meio das relações familiares que iniciam-se os processos educativos da linguagem simbólica de cada cultura; possibilita-se a incorporação dos elementos culturais das diferentes culturas, socializando-os primeiro na família; forma-se um canal de informações sobre o mercado, o câmbio, além de outras atividades; criam-se “lugares etnicizados” onde a identidade contrastiva se impõe.

Diante disso, a sociabilidade (SIMMEL, 1983), enquanto categoria mediadora na construção identitária em espaço urbano presente nas ritualizações da vida cotidiana, é acionada pelos migrantes brasileiros e venezuelanos na tentativa da adaptação, pois representam um tipo de conexão entre as regiões e de articulação social, ou seja, elas que passam as informações e transmitem as oportunidades, possibilitando o movimento migratório que ocorre de maneira coletiva e não de maneira individual, marcado pela circulação do capital social (BOURDIEU, 2000). Assim sendo, torna-se possível compreender que os fluxos migratórios de brasileiros e venezuelanos, que ocorrem na fronteira norte do

Brasil, intermediados através das redes de relações sociais, especialmente as relações familiares e de amizades, se justificam não apenas pelos fatores econômicos, mas também pelos fatores culturais, pois os sujeitos que formam essa trama agem coletivamente a fim de transformar o território em espaços já produzidos.

Tendo por base as observações sobre a migração no contexto fronteiriço amazônico, para além do movimento físico de indivíduos dentro de sistemas sociais, o presente trabalho distancia-se dos estudos migratórios clássicos, nos quais segundo Singer (1972), costuma-se abordar a migração considerando-se os fatores de expulsão e atração. Sendo assim, a migração será entendida a partir dos estudos de autores como Menezes (1976); Durham (1973;1984) e Cardoso (1978) que entendem a migração como um processo caracterizado por seqüência de decisões parciais interligadas que, transcende os fatores de ordem estrutural e que se constitui uma estratégia de sobrevivência de um grupo social que possui condicionantes históricos.

Em termos gerais, na perspectiva de Rocha-Trindade (1995), a migração constitui-se em ação social decorrente do contexto historicamente determinado que propicia diferentes oportunidades e motivações para os agentes sociais nele atuantes. É, na verdade, um processo que se desenvolve em um campo de conflitos, permeado por afirmações identitárias, no qual ocorre a quebra e a recriação de padrões culturais e comportamentais.

No caso a ser estudado, o agente social da mudança são os migrantes brasileiros e venezuelanos que, no campo social complexo do ambiente fronteiriço, sofrem a influencia de diferentes modos de vida, concepções e valores culturais. Como demonstra Martine (2005), a análise dessa situação requer que seja abordada a alteração das relações sociais e dos conflitos que aparecem nas afirmações identitárias dos migrantes e a população nativa no meio social de destino. Conforme o mesmo autor, tal realidade pode ser percebida na etnicidade, meio formativo cultural comum que indica pertencimento e desfiliação e faz transparecer conflitos que se desenvolvem no âmbito da cultura.

Com efeito, torna-se evidente que a migração produz a mudança de padrões culturais e comportamentais tanto para o migrante, quanto para a comunidade que o recebe. No que diz respeito à temática referente a esta investigação, Rodrigues (2009) afirma que após a consolidação do fluxo migratório de brasileiros e venezuelanos na fronteira norte do Brasil, a partir da década de 1970, para os brasileiros, e anos 2000, para os venezuelanos, as conseqüências para a população migrante e a população nativa foram: alteração nas relações

sociais, quebras nos padrões tradicionais de comportamento, acirramento da competição e das disputas, tanto por oportunidade de emprego, quanto pelo uso de bens públicos.

Para além dessas características, o espaço social que acolhe os migrantes brasileiros e venezuelanos pode ser melhor entendido através da noção de transnacionalismo, utilizada por Ribeiro (2000). Esse conceito implica na relação de populações de diferentes territórios que desenvolvem inúmeros arranjos socioculturais e políticos que, por sua vez, orientam as maneiras como as pessoas representam o pertencimento a unidades socioculturais, políticas e econômicas. Nessa visão, a fronteira não pode mais ser descrita apenas como algo que divide, mas como zonas permeáveis e porosas onde os processos de interculturalidade se acentuam.

Logo, na medida em que a fronteira do Brasil com a Venezuela é entendida como espaço social transnacional, é interessante destacar que o grande interesse das migrações para essa região é a busca por trabalho. Diante dessa perspectiva, Hériidia et all. (2011, p.143) reconhece que “o trabalho tem sido o elemento principal de atração e da mobilidade ocupacional e mostra que aqueles que migram o fazem em busca, sobretudo, de trabalho e sobrevivência”.

Dessa maneira, analisar as migrações a partir da concepção da mobilidade do trabalho requer compactuarmos com a seguinte reflexão de Gaudemar (1977, p.194): “A circulação das forças de trabalho é o momento da submissão do trabalhador às exigências do mercado”. Como consequência dessa ação, o trabalhador modifica suas relações sociais, iniciando um constante processo de adaptação. Essa realidade nos propõe pensar as articulações entre a cultura e a identidade dos migrantes brasileiros a partir de uma ótica que privilegia as redes de relações sociais presentes no processo de interação social e cultural entre brasileiros e venezuelanos.

Diante dessa realidade, torna-se possível reconhecer que os migrantes brasileiros e venezuelanos modelam o espaço no qual se inserem, através das características dos indivíduos e dos grupos que constituem a fronteira norte do Brasil, manifestando a cultura brasileira e venezuelana em ações como a realização de festas, a prática de danças e o exercício da culinária. Nesse processo, os brasileiros e venezuelanos interagem a partir das redes de relações sociais, podendo criar vizinhanças, acessos e afetividade. No entanto, as redes de relações sociais também podem levar ao desligamento, ao distanciamento dos indivíduos e de grupos sociais da sociedade receptora.

Supostamente, esse cenário permite traçar algumas premissas que subsidiam o estudo em questão, decorrente de outros estudos anteriores (RODRIGUES, 2006; NEWMANN, 2008; CRUZ, 2012; VASCONCELOS & RODRIGUES, 2012). Entre elas estão as concepções de que a fronteira norte do Brasil tem sido local de migrações contínuas e que para cada período que caracteriza o crescimento econômico dessa região, os fatores de atração estão atrelados ao mercado e à necessidade de força de trabalho.

Essas premissas mostram, no entanto, que as sociedades da fronteira norte do Brasil caracterizam-se pelo condicionamento cultural da sociedade nativa. Isso significa que a partir do momento em que a prática migratória de brasileiros e venezuelanos é consolidada, ocorre a ampliação das redes de relações sociais e alteração do estilo de vida predominante. Diante dessa lógica, Pereira (2006) afirma que também é comum acontecer a alteração de posições pessoais, decorrendo daí o acirramento de conflitos de natureza socioculturais causados dos empréstimos culturais ali existentes e do modo como o Estado interfere nas relações sociais. Essa realidade revela que o Estado se impõe na fronteira por meio de projetos de construção da identidade da nação, desconsiderando a existência das minorias nacionais.

Tomando por base essas considerações, o presente estudo pretende responder os seguintes questionamentos: Como se explica a migração de brasileiros e venezuelanos na a fronteira norte do Brasil? Que fatores existentes nessa fronteira atraíram esses migrantes? Como são formadas as redes de relações sociais que envolvem os migrantes brasileiros e a população venezuelana? Quais papéis essas redes desempenham no território fronteiriço? O que há de contrastivo e ideológico nas redes de relações sociais que moldam a vida na fronteira?

Para responder estas questões, propõe-se a realização de um referencial teórico que contemple um debate sobre fronteira, migração e redes de relações sociais, contribuindo com a análise do fluxo migratório de brasileiros e venezuelanos para a fronteira norte do Brasil a partir da sua especificidade sociológica.

O desenho da fronteira a partir de Boa Vista, Pacaraima e Santa Elena de Uairén

Somada à condição de fronteira das cidades de Pacaraima e Santa Elena de Uairén, Lemos (2012) ratifica que ambas apresentam em suas composições um aspecto comum: são formadas por uma população migrante e por uma grande população indígena, o que as torna

muito parecidas. Isso significa que são caracterizadas por uma presença demográfica relativamente importante e por uma estrutura social complexa.

Dentro desse contexto, Fernandes Neto (2002) informa que a cidade de Pacaraima foi criada em 1995 e instalada em 1997, na antiga localidade conhecida como BV-8, em alusão ao marco Brasil-Venezuela n.º 8. Santos (2010) complementa que Pacaraima, exceto a sede, está inserida nas reservas indígenas de São Marcos e Raposa Serra do Sol. Também faz parte de Pacaraima a Vila Surumu e trinta e cinco comunidades indígenas.

Conforme o último censo realizado, em 2010, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pacaraima possui uma população de 10.433 habitantes, sendo 5.785 indígenas. Sua renda é baseada no serviço público e na produção de alguns produtos agrícolas. No caso das comunidades indígenas, o potencial produtivo concentra-se na criação de gado bovino de corte e na agricultura baseada nos produtos básicos. Além disso, Braz (2010) destaca que o comércio turístico é entendido pelos brasileiros que vivem na cidade como a atividade econômica de maior importância.

Cabe acrescentar que dados do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE/RR, 2011) revelam que 23 empresas formais estão cadastradas em Pacaraima, no ramo de mercearia, vestuário, farmácias, materiais de construção, açougue, comércio de armarinho, comércio varejista de gás, comércio varejista de artigos importados, papelaria, restaurantes, lanchonetes, bares, hotéis, venda de passagem terrestre e locadora de vídeo. Ainda segundo o SEBRAE/RR (2011), a atividade industrial neste município se desenvolve nos ramos de construção civil, panificação e fabricação de móveis em madeira.

Neste contexto, a maioria da população, segue o padrão de outras cidades pequenas, empregando-se no mercado de trabalho informal, bastante significativo, que é composto tanto por brasileiros quanto por venezuelanos que montam suas barracas na rua principal, através da qual se chega à fronteira com a Venezuela. Apesar da distância de aproximadamente 15 km entre Pacaraima e Santa Elena de Uairén, existe um intercâmbio muito grande entre as duas cidades. Um exemplo é que o comércio de Pacaraima aceita o Bolívar (moeda venezuelana) e o comércio de Santa Elena de Uairén aceita o real (moeda brasileira). Além disso, os taxistas venezuelanos trabalham no Brasil e vice-versa.

Quanto a localização geográfica, pode-se destacar que Pacaraima localiza-se ao Norte do Estado de Roraima, fazendo fronteira com cidade venezuelana de Santa Elena de Uairén. Limita-se ao Sul com os municípios de Boa Vista e Amajari, ao Leste com Normandia e

Uiramutã e ao Oeste com o município de Amajari. Sua geografia caracteriza-se por suas serras, rios, cachoeiras, corredeiras, florestas e savanas.

No que diz respeito a história de Pacaraima, Oliveira (2003) argumenta que o referido município surgiu em 1948 com o lucrativo comércio de venda de gado nos limites do Brasil com a Venezuela. Nesse período não havia nenhuma estrada. O que havia era apenas linha chamada de divisor, pois era o marco divisório entre o Brasil e a Venezuela. Esse comércio era feito por pessoas que compravam o gado no ex-Território do Rio Branco (atual Estado de Roraima) e revendiam na Venezuela, entregando-os em Santa Elena de Uairén e regiões de garimpo. Como não havia estrada, o transporte do gado era feito pela mata, percurso este que levava entre cinco e seis dias para chegar com o rebanho em Santa Elena de Uairén. Somente na década de 1970 foi aberta a estrada BR-174 fazendo a ligação entre Boa Vista, capital de Roraima, e a Venezuela.

Nos dias de hoje, uma característica marcante de Pacaraima é a sua diversidade lingüística, pois além do português, língua oficial, a população que lá reside ou circula fala o espanhol, língua da Venezuela, e algumas línguas indígenas, como o Taurepang, o Makuxi, o Arekuná e o Wapixana. Outra característica é que a presença de brasileiros de várias regiões do Brasil, principalmente nordestinos, e de hispanos, sobretudo venezuelanos, faz com que os povos interajam em situação diária de convivência, proporcionando-lhes escolhas de desenvolvimento profissional nas cidades fronteiriças de Pacaraima (Brasil) e Santa Elena de Uairén (Venezuela).

Diante da contextualização já realizada, é importante evidenciar que as informações sobre Pacaraima precisam ser complementadas com informações sobre Santa Elena de Uairén, capital de Gran Sabana, que é município do Estado de Bolívar. Segundo Fernandes Neto (2002), a referida cidade foi fundada em 16 de setembro de 1923 por Lucas Fernandez Peña, atraído pelo auge diamantífero do território. Localiza-se no Sul da Venezuela, fazendo fronteira com Sifontes e Piar ao Norte; com Pacaraima ao Sul; com a República Cooperativa da Guiana ao Leste; e com Bolívariano Angostura a Oeste. De acordo com os dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Estadística (INE, 2014), sua população está estimada em 36.423 habitantes, dos quais cerca de 8 mil são brasileiros. Os dados também demonstram que tal população é composta não só por venezuelanos, mas também por brasileiros, chineses, japoneses e outras nacionalidades hispano-americanas, além de etnias indígenas. A sua economia consiste na atividade do comércio, turismo ecológico e extração de minério.

Peiter e Fernandes Neto (2001) ressaltam que Santa Elena de Uairén pertence a grande região conhecida como La Gran Sabana onde se localiza a Reserva Nacional de Canaima, considerada muito importante na Venezuela. Esse é um dos motivos para que atualmente a cidade viva quase que exclusivamente em função do fluxo de turistas que vem do mundo todo para conhecer o Parque de La Gran Sabana.

No ano de 1999, Santa Elena de Uairén foi declarada “puerto libre”, isto é, zona franca. No entanto, o processo de ajuste para esse fim tem sido lento e trabalhoso. Guimarães e Alves Júnior (1997) apontam que poucos produtos estão acoplados inteiramente dentro desse regime jurídico do comércio. A cidade em questão possui uma rede de comércio e serviços mais estruturada que em Pacaraima: Existem alguns bancos, há farmácias, restaurantes, telefonia fixa e móvel, têm supermercados, pizzarias, hotéis com todos os recursos, acampamentos ecológicos, igrejas e bombas de gasolina, inclusive uma que atende somente a brasileiros. Apesar disso, com a recente crise econômica e política pela qual tem passado a Venezuela, muitos estabelecimentos comerciais fecharam. Há também hospitais relativamente bons e que por vezes recebem moradores de Pacaraima para atendimento. Em decorrência disso, no ano de 2010, foi estabelecido um convênio entre as prefeituras de Pacaraima e Santa Elena de Uairén no que diz respeito ao atendimento médico.

Para maiores esclarecimentos sobre as informações básicas de Santa Elena de Uairén, seguirá adiante alguns dados obtidos pela pesquisadora em uma pesquisa exploratória realizada na fronteira do Brasil com a Venezuela, entre os dias 09 e 13 de fevereiro de 2015:

Uma das informações consideradas relevantes é que a fronteira do lado venezuelano abre das 7:00 às 22 horas, todos os dias da semana. No que se refere ao fuso horário, Santa Elena de Uairén possui um fuso horário de meia hora a menos que o horário de Boa Vista, capital de Roraima, e de 1 hora e 30 minutos em relação a Brasília. Durante o horário de verão brasileiro o fuso horário passa a ser de menos 2 horas e meia em relação ao horário de Brasília.

O idioma local falado é o espanhol. O português também é utilizado normalmente e não há problemas de comunicação entre brasileiros e venezuelanos. Como já foi ressaltado, existe um posto internacional de combustíveis (gasolina e óleo diesel) para abastecimento exclusivo de veículos brasileiros, na fronteira, do lado venezuelano, cujo preço do litro da gasolina em real varia de R\$ 0,20 a R\$ 0,50. Em Boa Vista, capital de Roraima, o litro da gasolina custa entre R\$ 3,49 e R\$ 3,55. De acordo com a avaliação do Sindicato dos Postos de Combustíveis de Roraima (SINDIPOSTOS-RR), a enorme disparidade de valores fez surgir em

Roraima um mercado negro de venda de gasolina que causa prejuízos mensais de pelo menos R\$ 5,8 milhões ao empresariado do setor.

O mercado de venda de gasolina funciona da seguinte forma: Traficantes de combustíveis que moram ou vão à Venezuela, enchem o tanque do carro, descarregam a carga do lado brasileiro em galões, retornam ao país vizinho e abastecem novamente. Repetem a operação dezena de vezes ao longo do dia. À noite e de madrugada, a fim de fugir de um eventual patrulhamento da Guarda Nacional Bolivariana e da Polícia Federal brasileira, voltam à capital roraimense para abastecer depósitos ilegais, onde o litro é vendido por um valor que varia de R\$ 2,00 a R\$ 2,50.

Em entrevista ao jornal Estadão, no ano de 2012, o presidente do Sindicato dos Postos de Combustíveis de Roraima (SINDIPOSTOS-RR), Abel Mesquita Júnior, avaliou que os postos de combustíveis de Roraima deixaram de vender, por causa da concorrência da gasolina venezuelana, algo entre 1,8 milhão e 2 milhões de litros mensais de combustíveis.

Ainda sobre o funcionamento do posto internacional de combustíveis de Santa Elena de Uairén, cabe destacar que o mesmo funciona de segunda à sexta-feira, das 9:00 às 17:00 horas, e ao sábado e domingo, das 9:00 às 12:00 horas. Segundo informações fornecidas pelo vice-cônsul do Brasil em Santa Elena de Uairén, Ubiraci Bastos, em entrevista concedida a pesquisadora no dia 12 de fevereiro de 2015, na Venezuela existe uma lei específica que proíbe estrangeiros de abastecerem veículos nos demais postos da cidade, que praticam preços baixíssimos e que são subsidiados pelo governo.

Entretanto, é possível encontrar nas ruas de Santa Elena de Uairén um grande número de pessoas, sobretudo, de nacionalidade venezuelana e brasileira, oferecendo ilegalmente a venda de combustível adquirido nos postos oficiais, a preços inferiores aos praticados pelo posto internacional e superiores aos preços cobrados nos demais postos de combustíveis da cidade. Tal oferta é totalmente desaconselhada pelo Vice-Consulado do Brasil em Santa Elena de Uairén, uma vez que tal procedimento é considerado crime federal inafiançável, com prisão imediata e encaminhamento do cidadão preso para o sistema prisional de Ciudad Guayana, localizado a cerca de 700 km de Santa Elena de Uairén. É importante lembrar que no lado brasileiro, na cidade de Pacaraima, não há posto de combustível.

Com relação ao turismo, Bastos (2015) afirma que recentemente a prática turística em Santa Elena de Uairén sofreu um grande golpe, já que foi publicado pelo governo venezuelano um decreto que transforma em crime federal a compra de produtos considerados de primeira

necessidade e em falta na Venezuela. Trata-se, na verdade, de uma grande lista que abrange quase tudo que existia em disponibilidade no mercado venezuelano.

Após dura repressão iniciada em novembro de 2014, a presença brasileira que chegava a dobrar nos finais de semana de Santa Elena de Uairén caiu a quase zero, causando duro golpe na economia da cidade. Com isso, embora os produtos brasileiros disponíveis no outro lado da fronteira sejam considerados caros para o poder aquisitivo venezuelano, a falta generalizada de alimentos em Santa Elena de Uairén faz com que os cidadãos desta cidade utilizem suas economias para se abastecerem no mercado brasileiro, contribuindo para o melhoramento da economia da cidade de Pacaraima. Atualmente, nos fins de semana, é comum encontrar os comércios de Pacaraima cheios de venezuelanos fazendo compras.

Como já foi destacado, a única maneira de se chegar a Santa Elena de Uairén, procedente do Brasil, é por via terrestre pela rodovia BR-174. Partindo da fronteira com o Brasil a estrada que leva a Santa Elena de Uairén é com, com sinalização razoável e o percurso até o centro da cidade é feito em aproximadamente 15 minutos. Neste trecho, além do controle aduaneiro e de autoridades migratórias, é normal as pessoas que cruzam a fronteira serem paradas para verificação de documentos por agentes da Guarda Nacional ou do Exército venezuelano. Há pelo menos duas barreiras neste percurso. Na parte urbana da cidade o trânsito é bom, sem contratempos de engarrafamentos, exceto nos finais de semana quando a população quase dobra com a presença massiva de brasileiros procedentes de Boa Vista e demais cidades de Roraima, e de Manaus (Amazonas).

Conforme dados fornecidos pelo Vice-Consulado do Brasil em Santa Elena de Uairén (2015), em matéria de segurança Santa Elena de Uairén apresenta uma relativa tranqüilidade aos seus cidadãos. Os poucos registros de pequenos roubos, quase sempre por arrombamentos de carros não chegam a comprometer a citada relativa tranqüilidade vivida na cidade. Porém, há que se atentar para casos de extorsão e pedidos de propinas praticados por alguns agentes públicos venezuelanos. Em todos os casos, quando solicitado, o Vice-Consulado do Brasil em Santa Elena de Uairén, através do seu acesso jurídico, o senhor Rafael Acevedo Sarlat, dá atendimento consular aos cidadãos brasileiros.

O Vice-Consulado do Brasil em Santa Elena de Uairén (2015) também forneceu as seguintes informações sobre os requisitos básicos de entrada na Venezuela: Para os cidadãos brasileiros que entram na Venezuela com destino a Santa Elena de Uairén não há qualquer

exigência para pessoas e nem para veículos que adentrem seu território num raio de até 50 km da linha de fronteira. Portanto, a entrada e saída do território venezuelano é livre.

Já os requisitos exigidos de brasileiros que adentrem o território venezuelano num raio de até 50 km da linha de fronteira são os seguintes: O cidadão brasileiro está isento de visto de turista e deve apresentar carteira de identidade expedida pelos órgãos de segurança pública estaduais ou passaporte válido por 6 meses. O prazo de permanência como turista brasileiro em território venezuelano é de 90 dias, podendo ser renovável por até 180 dias, no período de 12 meses. Não são admitidos outros tipos de documentos. O mesmo procedimento é aplicado aos menores de idade, inclusive para as crianças não é aceito como documento de identidade a Certidão de Nascimento.

É importante mencionar que sanções são aplicadas a turistas que excedem o prazo de permanência na Venezuela. Caso isso aconteça, uma multa é aplicada de acordo com o tempo em que o cidadão estiver ilegal no país e ao infrator é exigida a saída imediata do país. Quanto a permanência definitiva na Venezuela, a Ley de Extranjería y migración, de 24 de maio de 2004, define que são considerados migrantes permanentes, os que possuem autorização para permanecer por tempo indeterminado no território venezuelano. De acordo com a mesma lei, para a permanência no território venezuelano o migrante deve portar um passaporte válido e vigente, e um documento que comprove a atividade que exerce no país.

A experiência migratória de brasileiros e venezuelanos na fronteira norte do Brasil

De acordo com os estudos de Vasconcelos (2013), a migração de brasileiros e venezuelanos para a fronteira norte do Brasil varia entre final da década de 1970 a meados da década de 2000. Os motivos pelo ato de migrar são os mais diversificados: Reunificação familiar; fim de relacionamentos afetivos no Brasil; fuga de relações violentas; e, principalmente, a atividade laboral relaciona a mineração, a atividades turísticas e ao comércio, e marcada pelas alterações cambiais entre o Brasil e a Venezuela.

Em geral, os migrantes brasileiros e venezuelanos que vivem na fronteira do Brasil com a Venezuela vivem em um lado da linha nacional e trabalham no outro. No caso dos que moram em Santa Elena de Uairén, muitos ficam temporariamente irregulares no país, renovando o visto de turista duas vezes ao ano. Em outros casos, permanecem sem renovação de vistos. Esses acontecimentos indicam que a proximidade geográfica entre o Brasil e a

Venezuela faz com que a condição de indocumentado não tenha tanta centralidade para permanência e subsistência no país, uma vez que a qualquer momento podem recorrer a uma rede de ajuda do outro lado da fronteira ou, dependendo da pressão institucional, podem simplesmente renovar o visto de turista.

Vasconcelos (2013) enfatiza que a migração de brasileiros e venezuelanos na fronteira norte do Brasil se caracteriza como migração fronteira, tendo em vista que os brasileiros e venezuelanos permanecem na rota dos países de fronteira, se deslocando apenas alguns quilômetros até o país vizinho. A autora reforça ainda que o mercado de trabalho disponível para os migrantes brasileiros e venezuelanos na fronteira norte do Brasil se divide entre setor de mineração, comercial e serviços. Logo, nesse cenário, grande parte das mulheres migrantes se concentra no setor de comércio e serviços, enquanto os homens no setor de transporte e mineração. Quanto ao perfil desses migrantes, Rodrigues (2013) esclarece que são homens e mulheres oriundos de camadas populares brasileiras e venezuelanas, com grau de estudo que varia entre alfabetizado e ensino médio, embora haja profissionais liberais com graduação, tais como médicos(as) e enfermeiros(as), que, na sua maioria, possui dupla nacionalidade em virtude de pertencerem a articulações familiares transnacionais ou pertencerem a segunda geração de família de migrantes na fronteira norte do Brasil.

Já com relação a idade em que migraram, Vasconcelos (2013) explica que se dividem entre 16 a 43 anos, sendo que a maior incidência está entre as pessoas maiores de 20 anos e menores de 40 anos. De maneira geral, a autora observou em seus estudos que entre os brasileiros há decréscimo do ritmo migratório à medida que há um aumento na idade. Essa característica também é investida quando se observa a motivação de retornar ao local de origem, isto é, quanto mais idoso o migrante menor é a motivação de retornar ao local de nascimento.

Outro aspecto importante dos migrantes brasileiros e venezuelanos na fronteira norte do Brasil diz respeito a circularidade migratória, visto que, predominantemente, são de origem de centros urbanos menores, emergentes de uma trajetória de migração laboral interna no Brasil e tiveram a fronteira do Brasil com a Venezuela como primeira experiência de migração fronteira. Diante disso, o uso das redes de relações sociais de apoio para inserção no mercado de trabalho articulado ao processo migratório é um mecanismo acionado por grande parte dos migrantes.

Rodrigues (2013) destaca que existe entre os migrantes brasileiros e venezuelanos uma possível estratificação social dividida da seguinte forma: 1) Comerciantes, com estratégias de integração na vida econômica local; 2) Profissionais liberais, que atuam na área da saúde e que possuem dupla nacionalidade; 3) Trabalhadores do ramo da mineração, agricultura e transporte; 4) Empregados no setor comercial; 6) Trabalhadores que atuam nas atividades ilícitas (como o descaminho de combustível, venda de produtos alimentícios e cambio ilegal).

Essa possível estratificação social entre os migrantes brasileiros e venezuelanos torna-se importante para pensar como as nomeações de classe, que posicionam os indivíduos em uma estrutura econômica, se associam com aquelas que definem a migração e a nacionalidade. Servem ainda para reforçar que os brasileiros pertencem a diferentes classes sociais e estão presentes em vários setores da economia da fronteira, embora essa presença seja mais marcante nas atividades comerciais e nas atividades de mineração. Por último, contribuem com o entendimento de que parte dos migrantes brasileiros, que ascendeu socialmente ao longo das últimas décadas, controla setores da economia e da cultura local.

Entretanto, apesar dessa característica, a fronteira do Brasil com a Venezuela não pode ser tratada apenas como um lugar privilegiado das oportunidades de ascensão social, através do trabalho. Deve ser pensada também como um espaço de contradições, uma vez que muitos migrantes, que não obtiveram êxito econômico, retornaram ao local de origem.

As redes de relações sociais

Na visão de Peixoto (2004, p.28), as “teorias mais propriamente sociológicas que explicam as migrações, segundo uma perspectiva macro, dialogam intimamente com teorias das redes de relações sociais”. No âmbito desta teoria, os migrantes não atuam isoladamente, nem no ato de reflexão inicial, nem na realização dos percursos concretos, nem nas formas de integração no destino. Eles estão inseridos em redes de conterrâneos, familiares ou, inclusivamente, agentes promotores da migração, que fornecem a informação, as escolhas disponíveis, os apoios e à fixação definitiva.

O argumento de Peixoto (2004) é fortalecido por Portes (2004), que define as redes de relações sociais como redes construídas pelo movimento e contato de pessoas que apóiam a migração ao longo do tempo. Segundo esta definição é a inserção das pessoas nestas redes que

ajuda a explicar propensões diferenciais à migração e o caráter duradouro dos fluxos migratórios.

Soares (2002), por sua vez, conceitua redes de relações sociais como um conjunto de pessoas, organizações ou instituições sociais que estão conectadas por algum tipo de relação. Esta definição traduz que as redes de relações sociais na migração possuem um papel fundamental na formação dos fluxos e ritmos migratórios e até mesmo nos percursos da mobilidade social dos migrantes na área de destino, por serem fundamentais na adaptação e na interação dos migrantes no mercado de trabalho local.

Em regiões de fronteiras, por exemplo, a identidade étnica e a identidade nacional a todo o momento se impõem uma a outra, exigindo maiores esclarecimentos sobre a forma como as redes de relações sociais contribuem com os processos de interação social entre a população migrante e a população nativa. Nesse contexto, a identidade étnica e a identidade nacional podem ser analisadas segundo a noção de identidade que Cardoso de Oliveira (2005) formulou e também segundo a discussão conceitual sobre grupo étnico de Barth (1998).

Os grupos étnicos são um tipo de organização social que, segundo Barth (1998), pode-se entender quando os membros de um grupo se utilizam da identidade étnica para definirem a si e aos outros, o que pressupõe um certo conjunto de regras e valores sociais que se estabelecem no processo de interação. Com esse olhar é possível entender as especificidades das interações sociais na fronteira, tendo claro que, no estudo da fronteira do Brasil com a Venezuela, esses grupos étnicos marcam suas identidades com base na relação com o lugar de origem, na descendência e nos fenótipos.

No entanto, para apontá-los como substrato dessa realidade, é importante situar o significado de fronteiras étnicas em que Barth (1998) ressalta o sentido de fronteiras sociais para melhor explicar como se atualizam as identidades, mesmo quando os integrantes de um grupo se relacionam com os de outro grupo, ocasiões em que se revelam limites de inclusão e de exclusão nos representativos grupos.

Na fronteira do Brasil com a Venezuela o cotidiano dos grupos étnicos e nacionais desenha-se segundo um movimento de deslocamento diário e transnacional. Em consequência disso, uso das redes de relações sociais torna-se importante para discutir e interpretar os modos de vida dos moradores da fronteira em situação de pluralidade étnica e transnacionalidade. Logo, a ideia que surge é a de interpretar a cultura local e as redes de relações sociais que ali se constroem nas relações que se estabelecem através das relações de

vizinhança, de parentesco, de comercialização, de oferta e procura por trabalho, de religião, de busca por serviços públicos e lazer.

O recurso de entender o papel das redes de relações sociais na inserção do migrante na fronteira do Brasil com a Venezuela e interpretá-las como contexto e situações que expressam a cultura local, serve à intenção de reforçar o entendimento do trânsito transnacional de itens culturais da população que vive na fronteira e das nacionalidades ali presentes. Cabe notar que, as redes de relações sociais, que se constroem no trânsito transnacional, podem ser observadas por meio do câmbio, da constituição de grupos de amigos e vizinhança, das fofocas e estereótipos da vida social local, dos casamentos transnacionais, das campanhas públicas de saúde e de educação; das relações de saber e aprendizagem; das atividades de lazer; do comércio de mercadorias; da inter-relação de diferentes festas e ritmos musicais; do modo de viver as religiosidades, enfim, da ressignificação das construções culturais de que se apropriam os grupos étnicos e as sociedades nacionais.

Nesse caso, o conceito de redes de relações sociais usado por Barnes (1987, p.163), torna-se um instrumento importante para captar a vida social em sua totalidade, pois tem em vista a análise e descrição dos processos sociais que envolvem conexões que transpassam os limites de grupos e categorias. Para o mesmo autor, “as conexões interpessoais que surgem a partir da afiliação a um grupo fazem parte da rede social total tanto quanto aquelas que vinculam pessoas de grupos diferentes. Por isso, uma análise da ação em termos de uma rede deve revelar, entre outras coisas, os limites e a estrutura interna dos grupos”.

Portanto, as redes de relações sociais ajudam a interpretar, no caso da fronteira norte do Brasil, como os migrantes brasileiros e venezuelanos estabelecem processos de comunicação e interação com a articulação de interesses comuns dada a realidade em que se inserem. Isso faz, muitas vezes, com que as relações estruturadas e as relações não-estruturadas se inter cruzem, ao mostrarem o reflexo de atitudes de companheirismo, rixas, bloqueios, empréstimos, enfim, situações que facilitam ou emperrem os processos comunicativos e culturais.

Considerações finais

A relação dos migrantes brasileiros e venezuelanos é cheia de ambiguidades. De uma forma bem esquemática, pode-se dizer que esses migrantes ao se inserirem em um processo

de mobilidade social ascendente, na fronteira norte do Brasil, criam diversas estratégias de sobrevivência para prolongar a permanência neste local. Além destas situações, no caso do reagrupamento familiar acontece outro fenômeno importante: os filhos dos migrantes, sobretudo, as crianças e os jovens, que conseguem se inserir no sistema escolar brasileiro e venezuelano, criam grupos com outras crianças e jovens da sociedade fronteiriça.

Esta explicação está relacionada ao fato de o projeto migratório se construir dentro de uma determinada sociedade e cultura, tornando-se viável devido os migrantes brasileiros e venezuelanos assegurarem a viabilidade de seus projetos de mobilidade social de acordo com os padrões culturais das regiões de que são originários. Por outro lado, não podemos esquecer que em todo processo de mudança sociocultural, o migrante, independente da nacionalidade, passa por um permanente desgaste de confronto ou coerência entre comportamentos e valores adquiridos no país de nascimento.

Estas questões expostas reforçam o entendimento de que a cultura aparece como um espaço simbólico em constante transformação e movimento, onde se colocam em evidência os sentidos da diferença, da diversidade, das similaridades, das desigualdades. Desse modo, Gonzales (1980) evidencia que é por meio da cultura que se originam e se formam as identidades.

Aguirre (1997, p.31) explica que a relação entre identidade e cultura sustenta-se no fato de que esta última dispõe aos indivíduos e aos grupos os sistemas referenciais construtores da primeira. Apesar desta relação, Barth (1998, p.80) destaca que “a identidade se relaciona somente com alguns elementos da cultura, de maneira que se sustenta em símbolos do povo que compartilha essa identidade, e não necessariamente com toda a sua cultura”.

Conforme essa explicação, a identidade existe por identificar-se com o sistema de valores e crenças determinados, que por não serem necessariamente compartilhados por todos os seus membros, tornam-se incertos em uma cultura. Essa explicação sugere ainda que a identidade pode ser definida como uma construção simbólica de identificação ou diferenciação produzida em relação a um marco de referência determinada, podendo se referir ao território, ao gênero, a idade, a classe, entre outros.

Dessa maneira, as formas sociais do passado são reproduzidas, apropriadas, transformadas nas práticas e nas interações da vida cotidiana dos indivíduos. Cuhe (1999) completa esta argumentação comentando que as estratégias de identidade, mesmo que modifiquem uma cultura, quase não terão nada em comum com o que ela era antes.

Hall (1996) reconhece que a identidade cultural de um indivíduo ou de um grupo se transforma ao longo do processo civilizatório. Esta afirmação nos estimula reconhecer que a sociedade em que o indivíduo vive, seja ela de origem ou de destino, o transforma e o fragmenta, fazendo com que assuma várias identidades. De acordo com esta explicação, podemos afirmar que os migrantes brasileiros e venezuelanos assumem identidades variadas em diferentes momentos. Tais identidades são afetadas principalmente pelos processos de socialização.

A partir deste enfoque, Garrido (2004, p.35) chega a seguinte conclusão: “a identidade, por ser um processo socialmente construído, estimula o indivíduo a buscar referência de si mesmo em seu entorno”. Segundo Laurenti e Barros (2000), com esta interação, o indivíduo passa a buscar o reconhecimento de si mesmo no outros, aqueles que considera iguais a ele.

Garrido (2004) comenta também que além da interação e identificação do indivíduo com seu entorno, este busca o reconhecimento de si em um coletivo maior, em um grupo social que defina a si e ao seu grupo em função das experiências compartilhadas no passado.

Conforme Brown (1972), a construção da ideia de nação é um exemplo do reconhecimento que um indivíduo possui com um grupo maior. Para este autor, a nação é uma ideia que articula um “nós coletivo”, e este constitui uma relação de identidade por se tornar regra de semelhança, e também um critério para demarcar a diferença com os “outros”. Já para Smith (1999, p.28) “a ideia de nação pode ser definida como uma determinada população humana, que partilha um território histórico, mitos, memórias comuns, uma cultura pública de massas, uma economia comum e direitos e deveres comuns a todos os membros”. O autor completa que a ideia de nação como identidade coletiva tem muita relevância no processo de objetivação e na distinção da vida social: trata-se da distinção entre o “eu” e o “outro” em seu sentido mais amplo.

Segundo Pascual (1995) o sentimento de pertença a uma nação é nato, não há possibilidade de opção. Contudo, a identidade nacional é um poderoso meio para definir e posicionar pessoas individualmente no mundo, através da memória, da personalidade coletiva e de sua cultura distinta.

De qualquer forma, no mundo contemporâneo as identidades cultural e nacional estão se tornando desintegradas, o que torna difícil para o indivíduo compreender a característica de espaço-tempo que acelera os processos globais. Neste enfoque, Hall (1996) que os fluxos culturais entre as nações criam possibilidades de identidade partilhadas,

formadas dentro e fora da noção de origem. É a partir de então que as identidades étnicas surgem no momento em que a descendência é questionada, não como nação de origem, mas como parte da cultura específica dentro de uma nação.

Quando falamos em identidade étnica, estamos considerando uma necessidade de distinção, muitas vezes reforçada a partir da experiência da migração. Trata-se de um processo no qual são acionadas formas de reconhecimento a partir de elementos culturais compartilhados por certos coletivos que, entre muitas formas de identificação, se reúnem a partir de um imaginário construído em torno de seu país de nascimento ou de um grupo cultural. Barth (1998) entende que, muitas vezes, a própria concepção de etnia é construída a partir de uma ideia de nação, quando o grupo étnico é definido pelo país de nascimento. Considera, entretanto, o processo de autoidentificação do grupo étnico de pertença, mais do que os atributos que externamente possam ser referidos aos sujeitos.

Todos esses apontamentos nos proporcionam a seguinte reflexão: se alguém decide ir viver num outro país e numa outra sociedade, deve ter todo o direito de manter a sua cultura, mas também deve estar pronto a aceitar minimamente as regras da maioria, especialmente no aspecto jurídico e na convivência cotidiana. Do contrário, serão formadas sociedades onde todos, formalmente, serão cidadãos sujeitos as mesmas regras, mas onde, na prática, cada grupo vive como quer, com os inevitáveis conflitos que poderão surgir.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIRRE, A. **Cultura y identidad cultural**: Introducción a la Antropología. Barcelona: Bardenas, 1997.

ANDERSON, Benedict. **Nação e Consciência Nacional**. São Paulo: Ática, 1989.

BARNES, J. A. Redes Sociais e Processo Político. In: FIELDNAN-BIANCO, Bela (org.). **Antropologia das Sociedades Contemporâneas**. São Paulo: Global Universitária, 1987.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade**: Seguindo de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. Tradução: Elcio Fernandes. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1998.

BASTOS, Ubiraci. (Vice-Cônsul do Brasil em Santa Elena de Uairén – Venezuela). **Entrevista sobre as condições de vida dos brasileiros na fronteira Brasil/Venezuela**. Santa Elena de Uairén: Entrevista concedida a Alessandra Rufino Santos, 12 de fevereiro de 2015.

- BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Bertrand Brasil, 2000.
- BRAZ, Evódia de Sousa. **Línguas e identidades em contexto de fronteira Brasil/Venezuela.** (Dissertação de Mestrado). Campinas: UNICAMP, 2010.
- BROWN, R. **Psicologia Social.** Mexico: Siglo XXI Editores, 1972.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Introdução. _____; BAINES, Stephen Grant (Orgs). **Nacionalidade e etnicidade em fronteiras.** Brasília: Editora Universitária de Brasília, 2005.
- CUCHE, D. **A noção da cultura nas Ciências Sociais.** Bauru: Edusc, 1999.
- CRUZ, Ana Paula Teixeira. **Migração laboral transnacional: Uma análise das relações sociais de brasileiros na Venezuela (Santa Elena de Uairén).** (Monografia de Graduação). Boa Vista: UFRR, 2012.
- DURHAM, Eunice R. Durham, E. R.(1973) **A caminho da cidade: A vida rural e a migração para São Paulo.** São Paulo: Perspectiva/EDUSP, 1973.
- _____. **A caminho da cidade.** São Paulo: Perspectiva, 1984.
- FERNANDES NETO, Pedro. **Caracterização da Faixa de Fronteira Norte do Brasil.** (Monografia de Graduação) Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.
- GARRIDO, L. M. **La construcción de la identidad nacional desde el discurso de genero en la historiografia conservadora chilena.** Universidad de Chile, 2004.
- GAUDEMAR, J. P. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital.** Lisboa: Stampa, 1977.
- GONZALES, É. N. **A migração de trabalhadores no Brasil.** (Tese de Doutorado). São Paulo: USP, 1980.
- GUIMARÃES, Edson P.; ALVES JÚNIOR, José. Impactos para o Brasil de um Acordo de Livre Comércio com a Venezuela. Texto para Discussão, IPEA, n.521, Rio de Janeiro, 1997.
- HALL, S. **Identidade cultural e diáspora.** In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Nº 24, 1996.
- HERÉDIA, Vania B. M.; MOCELLIN, Maria Clara; GONÇALVES, Maria do Carmo (Org.). **Mobilidade humana e dinâmicas migratórias.** Porto Alegre: Letras & Vida, 2011.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/>. Acesso em: 29/03/2016.
- LAURENTI, C.; BARROS, M. **Identidade: Questões conceituais e contextuais.** In: Revista de Psicologia. n.1. v.2. jun.2000.
- MARANDOLA JÚNIOR, Eduardo; DAL GALLO, Priscila Marchiori. Ser migrante: implicações territoriais e existenciais da migração. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais,** Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 407-424, jul./dez. 2010.

MARTINE, George. **A globalização inacabada migrações internacionais e pobreza no século 21**. São Paulo: São Paulo em Perspectiva, vol.19. n.3. Jul/set, 2005.

MENEZES, Cláudia. **A mudança: análise da ideologia de um grupo de migrantes**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

NEWMANN, Elisa. **La otra cara de las remesas: La familia transnacional**. Brasília: REMHU, 2008.

OLIVEIRA, Reginaldo Gomes de. **A herança dos descaminhos na formação do estado de Roraima**. (Tese de Doutorado). São Paulo: USP, 2003.

PASCUAL, A. S. **Identidades étnicas versus identidades cívicos-territoriales como “tipo ideales” de identidad nacional**: Discursos, actudes y bases sociales. Tese (Doutorado em Sociologia). Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 1995.

PEIXOTO, João. **As teorias explicativas das migrações**: Teorias micro e macro-sociológicas. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 2004.

PEREIRA, Mariana Cunha. Processos migratórios na fronteira Brasil-Guiana. **Estudos Avançados**. São Paulo: EDUSP, 2006, p. 197-207. pp. 209-219.

PORTES, A. Convergências teóricas e dados empíricos no estudo do transnacionalismo imigrante. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. n. 69, 2004. pp. 13-93.

RIBEIRO, G. L. **Cultura e Política no Mundo Contemporâneo**: paisagens e passagens. Brasília: editora da UnB, 2000.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz et al. **Sociologia das Migrações**. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.

RODRIGUES, Francilene dos Santos. Migração transfronteiriça na Venezuela. **Estudos Avançados 20**. São Paulo: EDUSP, 2006, p. 197-207.

_____. Configuração migratória no lugar Guayana: Uma análise da migração na tríplice fronteira Brasil-Venezuela-Guiana. In: ARAGÓN, Luis E. **Migração internacional na Pan-Amazônia**. Belém: NAEAUFPA, 2009.

_____. **Migração e (re)configuração social da transfronteira Brasil/Venezuela**. XXIX Congresso da Associação Latinoamericana de Sociologia (Alas). Santiago: Facso, 2013.

SEBRAE/RR. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de Roraima. **Relatório da gestão de 2011**. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/>. Acesso em: 04/05/2014.

SIMMEL, Georg. Sociologia. Organização de Evaristo de Moraes Filho. São Paulo : Ática, 1983.

SINGER, P. **Economia Política da Urbanização**. São Paulo: HUCITEC, 1972.

SOARES, Weber. **Da metáfora a substância**: redes sociais, redes migratórias e migração nacional e internacional em Valadares e Ipatinga. (Tese de Doutorado). Belo Horizonte: UFMG, 2002.

VASCONCELOS, Iana dos Santos. **Articulações familiares transnacionais**: Estratégias de cuidado e manutenção familiar na fronteira Brasil/Venezuela. (Dissertação de Mestrado). Recife: UFPE, 2013.

_____; RODRIGUES, Francilene dos Santos. Nem rosas, nem espinhos: a construção da identidade de gênero das trabalhadoras transfronteiriças. In: RODRIGUES, Francilene dos Santos; PEREIRA, Mariana Cunha (Orgs.). **Estudos transdisciplinares na Amazônia setentrional**: fronteiras, migração e políticas públicas. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012.

VICE-CONSULADO do Brasil em Santa Elena de Uairén. **Informações sobre Santa Elena de Uairén (Venezuela)**. Documento fornecido em: 12/02/2015.

(Des)territorialização camponesa e hidroelétricas no leste de Antioquia Colômbia

José Anibal Quintero Hernández¹
Claudia Patricia Zuluaga Salazar
Flavia Charão Marques

Na Colômbia, o Leste de Antioquia e uma das regiões do estado de Antioquia compreendem 23 municípios. Tem dentro de suas principais características os enclaves industriais e uma das maiores riquezas hídricas dos país, situação que da possibilidade de ter uma cadeia de barragens que fornecem 33% da energia do país. Ditos projetos tem grandes impactos na região, enfrentando camponeses e empresas hidrelétricas. Assim esta pesquisa pretende identificar e analisar os processos da (dês)territorialização mediante uma metodologia qualitativa onde foram feitas entrevistas semiestructuradas y observação participante com lãs comunidades camponesas em quatro municípios do Leste de Antioquia. Em procura de analisar o processo da (des)territorialização esta pesquisa tem em conta a noção de desterritorialização de Claude Raffestin e Rogeiro Haesbaert. Identifica-se na pesquisa que os camponeses têm enfrentado uma disputa pelo território com as empresas hidrelétricas que em seu origem na década dos setentas hasta hoje e os camponeses e sua população urbana dos quatro municípios estão sumidos na desterritorialização não em tanto as hidroelétricas se territorializam criado territórios funcionalistas e utilitários.

Palavras chave: (dês)territorialização, deslocalmientto, Leste de Antioquia, hidroeletricas.

Introdução

Na Colômbia, o Leste do Departamento de Antioquia tem sido palco da implantação de grandes projetos financiados por parcerias público privadas baseados na exploração intensiva de recursos naturais e minerais. A lógica desses grandes projetos é reproduzida, hoje, em diferentes escalas que abrangem a todas as regiões do território Colombiano. A nomenclatura se modifica: projeto de desenvolvimento, modernização, revitalização, entre outros, porém, o discurso sustentado é o do progresso e do desenvolvimento, lido apenas

1 Doutorandos do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da UFRGS.

como crescimento econômico. Neste contexto, grupos subalternizados e historicamente invisibilizados surgem como protagonistas de movimentos de luta contra os degradantes processos nos âmbitos social, econômico e ambiental, estabelecendo ações e estratégias que buscam fissurar as estruturas hegemônicas extremamente coercitivas que os circundam e destituem suas formas dignas de reprodução socioeconômica.

No leste de Antioquia na Colômbia, tem o complexo Hidroelétrico com 5 barragens que provocaram serias confrontações entre as populações atingidas por barragens e o setor elétrico; na década de 70 e 80, surgiu o “movimento regional cívico popular” de pessoas atingidas por barragens. Mais depois os líderes do movimento foi violentamente agredido com sua desapareção violenta e morte de seus principais líderes, alguns deles fortaleceram as bases das guerrilhas. A identificação dos municípios como espaço de violência se confirma em no imaginário coletivo ainda constituinte da memória social da região.

Os municípios de Granada, San Luis, San Carlos e Cocorná fazem parte da bacia da hidrelétrica Calderas na poção Leste de Antioquia, eles representam, na atualidade, alguns dos municípios representativos no que se refere a riqueza do água para a produção de energia. Porém, os camponeses dos municípios têm sido ameaçados pela possibilidade de construção de novas barragens, justificada pela disponibilidade hídrica da região, incluindo outros municípios limítrofes.

Um processo que reúne inúmeras irregularidades antigas com a hidrelétrica Calderas, somadas às surgidas com as novas barragens, gera polêmica na região e evidencia a perversidade do modelo desenvolvimentista que, atrelado ao capital privado, sustenta discursos em favor da efetivação de projetos que interessam e privilegiam grupos hegemônicos.

Compreendemos, portanto, existir um conflito entre diferentes formas de apropriação do espaço, materializado num processo de territorialização das hidroelétricas e da desterritorialização dos camponeses. De um lado, a verticalidade das hidroelétricas, com uma só forma de ver-ser o mundo, munida dos poderes hegemônicos do capital e com escolta do estado; de outro lado, estão as relações horizontais entre os camponeses, estes que, a partir das relações sociais que conseguem manter, tentam construir organizações e desenvolver suas próprias formas de agência. Neste contexto, acreditamos que a noção de desterritorialização passa a ser de fundamental importância para entendermos o conflito nesta região.

Assim, este artigo parte de uma metodologia qualitativa para compreender o processo de desterritorialização, que pode ser explicado a partir da trajetória dos sujeitos que vivenciam tais processos, considerando fundamentalmente a experiência e a subjetividade que emana da relação entre o mundo social e o mundo material objetivo que os circunda. Para tanto foram realizadas entrevistas semiestruturadas e observação participante com nos quatro municípios. Foram observadas, especialmente, expressões de diferentes domínios da existência, levando em consideração o conjunto de relações estabelecidas no território.

Ao referir os sujeitos dessa investigação, os trataremos por *camponeses*, uma vez que assim se definem e que reúnem características históricas essenciais para a definição deste grupo: a posição de sujeição em relação à sociedade mais ampla na qual estão inseridos; a posse dos meios de produção; a utilização de mão de obra familiar (sobretudo, mas não exclusivamente); a busca por autonomia (que supõe a ideia de evitar riscos); a defesa de uma “ética da subsistência”. De certa forma, são sujeitos que vivem na permanente contradição entre a sujeição e a busca por autonomia, entre a produção para a subsistência e a necessidade de inserção no mercado.

O artigo se divide-se em quatro seções, além dessa introdução. A primeira seção busca esclarecer a base teórico de forma a permitir uma apropriação das categorias a serem analisadas. A segunda apresenta o contexto das barragens e do conflito no Leste de Antioquia, de maneira particular, a central hidroelétrica Calderas. A terceira seção trata da análise do processo do desterritorialização, encaminhando o texto para as considerações finais.

Território e desterritorialização: um breve debate

O processo de transformação do território dado pela apropriação do espaço para a construção de empreendimentos hidrelétricos, territorializa a barragem hidrelétrica e gera um processo de desterritorialização dos camponeses. Na defesa desta ideia, alguns conceitos se sobressaem e, por isto, procuramos compreendê-los. São eles: território e desterritorialização.

Para Raffestin, o território é colocado como uma relação político administrativa do espaço com suas linhas de fronteira. Assim, o autor entende o território como sendo:

[...] um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. [...] o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Pautados na síntese das visões simbólicas e materiais da questão o esforço para compreendermos a territorialidade camponesa no Leste de Antioquia parte da proposto de Haesbaert (2006) sobre a “perspectiva integradora” dada na acepção do conceito de território, a qual se caracteriza pela presença tanto das dimensões ideais, simbólicas e culturais quanto da importância que a natureza tem para a reprodução destes grupos.

Dessa forma, acreditamos que a compreensão das territorialidades em tensão deve se pautar no esforço conceitual de superação da dicotomia homem-natureza (ideia-matéria). Sendo assim, o território desdobra-se ao longo de um contínuo que vai da dominação político-econômico mais concreta e funcional à apropriação mais subjetiva e/ou cultural simbólica (HAESBAERT, 2006, p.96). Pressupões, então, tanto questões políticas (inerentes à ideia de conflito), quanto questões que envolvem a dimensão ambiental, uma vez que ele não só é a materialização das relações de poder colocadas, como também a tensão que envolve a luta pela apropriação da natureza.

Haesbaert (2011), em sua discussão sobre a desterritorialização, apresenta uma concepção de território de particular interesse. Segundo esse autor,

Poderíamos dizer que o território, enquanto relação de dominação e apropriação sociedade-espaço, desdobra-se ao longo de um contínuo que vai da dominação político-econômica mais “concreta” e “funcional” à apropriação mais subjetiva e/ou “cultura-simbólica”. Embora seja completamente equivocado separar estas esferas, cada grupo social, classe ou instituição pode “territorializar-se” através de processos de caráter mais funcional (econômico-político) ou mais simbólico (político-cultural) na relação que desenvolvem com os “seus” espaços, dependendo da dinâmica de poder e das estratégias que estão em jogo (HAESBAERT, 2011, p. 95-96).

A partir dessa concepção de território, multidimensional e multiescalar, Haesbaert (2011) consubstancia sua crítica às interpretações (eurocêtricas) que indicam o fim dos territórios pela intensificação dos processos de desterritorialização. Partindo de uma

perspectiva ontológica, mostra que esses processos não são absolutos, pois “o que chamamos de território ou de processo de territorialização constitui algo imanente ao ser, do homem e do mundo, sendo um dos componentes indissociáveis da existência (HAESBAERT, 2011, p. 371).

Segundo Haesbaert (2011, p. 251), “muitos grupos sociais podem estar 'desterritorializados' sem deslocamento físico, [...] bastando para isso que vivenciem uma precarização das condições básicas de vida e/ou a negação de sua expressão simbólico-cultural”. Assim, para o mesmo autor, tal como mobilidade espacial, necessariamente, não significa desterritorialização, imobilidade tão pouco significa, obrigatoriamente, territorialização.

Entendida nesses termos, a noção de desterritorialização permite refletir sobre as implicações sócio-espaciais da Hidrelétrica Calderas no Leste de Antioquia em uma perspectiva multiescalar e multidimensional, permitindo reconhecer as implicações dessa hidrelétrica não apenas sobre a reprodução imaterial de quem já se deslocou (ou está se deslocando) da área da obra, como também sobre as condições de existência de quem ainda persiste no entorno do 'grande objeto geográfico', mas em condições territoriais marcadas pela instabilidade.

Camponeses e Hidrelétricas em Conflito

O Leste de Antioquia tem um total de 23 municípios, mas se poderia dizer que existem duas áreas, uma articulada para o centro da região, ou seja, perto da capital Medellín, que está relacionada com a sub-região do Altiplano. Ali, prevalece o chamado desenvolvimento urbano e industrial, o setor de serviços a uma maior circulação de bens. A outra área, que corresponde a este estudo, se caracteriza pela presença de muitos reservatórios de água e áreas com florestas, se pode dizer que trata-se de uma porção territorial com 'vocaç o camponesa' na produ o de caf , rapadura (de cana-de-a car), horticultura, cacau e cria o em pequena escala de gado, entre outras. De modo geral, esta  rea oferece uma baixa qualidade de vida e tem sido severamente afetada pela marginaliza o de sua popula o.

A segunda zona tem uma trajet ria complexa, pois, as a o es empreendidas t m uma orienta o extrativa e de desvaloriza o do pr prio do lugar, de sua gente e de outras riquezas naturais. Devido a alta pluviosidade caracter stica, a regi o fornece 33% da energia do pa s,

após a construção de cinco barragens, dentre elas, a Hidrelétrica Calderas, com um potencial de 16 MW. O complexo fornece um total de 2400 MW, e tem como proprietários empresas como ISAGEN, ISA e Empresas Públicas de Medellín (Quintero, 1997).

Estas grandes barragens provocaram sérias confrontações entre as populações atingidas por barragens e o setor elétrico, na década de 1970 e 1980, surgiu o “movimento regional cívico popular” de pessoas atingidas por barragens. Posteriormente, o movimento foi violentamente desmobilizado, em função da desapareição e morte de seus principais líderes, alguns deles fortaleceram as bases das guerrilhas das FARC (Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia) e do ELN (Ejercito de Liberación Nacional) hoje, em negociação com o governo da Colômbia na busca de um armistício. A identificação dos municípios como espaço de violência se confirma em no imaginário coletivo ainda constituinte da memória social da região. Os municípios ainda enfrentam situações de confronto entre facções que buscam o controle do território.

Atualmente, o país vive a privatização do setor hidrelétrico, com empresas estrangeiras (consórcio Canadense brookfield Asset Management) e do setor privado impulsionando uma nova fase de projetos de barragens. Esse crescente número de projetos têm tido menos visibilidade política, porém, estão em curso, pelo menos, 53 solicitações de licenciamento ambiental para a construção de pequenas hidroelétricas, das quais 35 tiveram licenças outorgadas e quatro já se encontram em construção (CORNARE, 2016).

Territorialidade da hidroelétrica e desterritorialização camponesa

As hidrelétricas constituem aquilo que Santos (1995) chama de grandes objetos, grandes coisas artificiais, que implantadas nos leitos de rios constituem verdadeiras “próteses”. Todavia, conforme Silva (2010), as compensações financeiras recebidas pelas famílias deslocadas rapidamente se volatilizam, e as tradições culturais, bem como os elos familiares são desestruturados, não mais contribuindo para a manutenção das condições de vida anteriores.

Por sua parte consideramos também o que Haesbaert (2006) denomina de “território rede”, com o que o território das hidroelétricas do Leste de Antioquia faz parte de uma complexa rede de influências, que envolve atores de todo o globo, transformando o espaço da região para a lucratividade econômica. Por outro lado, o "território camponês" se conforma

desde outros processos, sendo breves, se pode mencionar a reciprocidade e a co-evolução com o ambiente circundante.

Diante de lógicas tão distintas de uso e apropriação do espaço, o conflito se torna iminente. O que encontramos é uma desigualdade de forças, onde os camponeses buscam lutar e resistir aos processos estranhos ao lugar, mas contam com uma aliança com o Estado.

El agua Dios la puso para el servicio de la humanidad, yo no entiendo porque los gobiernos quieren apropiarsen de todo, dejar al pueblo sin nada (CAMPEÑO MUNICIPIO DE GRANADA, Entrevista Enero de 2016).

Assim, com a chegada das hidroelétricas, na década de 1980, a relação das empresas com as comunidades tem múltiplos enfrentamentos, as comunidades não têm participação na construção dos projetos que são impostos.

Lo que decían en ese momento, el de la construcción de los embalses, era de que a nosotros nos iba a ir muy bien [...] apareció el movimiento cívico con la comunidad organizada y comenzó a reclamar los derechos cuando vieron las mentiras que ellos estaban haciendo [...] en las propuestas se reclamaban los derechos a las tierra, viendo que había mucha gente que había salido y prácticamente se había gastado la plata del territorio que le habían vendido [...] entonces la gente salía a protestar porque le estaban violando los derechos humanos (CAMPEÑO MUNICIPIO DE GRANADA, Entrevista 2003).

O “movimiento cívico”, como tem denominado a organização regional, confronta as hidroelétricas e se converte na maior força organizativa neste processo histórico de protestos, mas, ao fim da década de oitenta, os grupos armados paramilitares vieram a matar os líderes.

El que se oponía a la construcción de los embalses lo mataban, después de una protesta a los líderes les dejaban una boleta bajo la puerta de su casa, los asesinaban en la plaza del pueblo o en la propia casa (CAMPEÑO MUNICIPIO DE SAN LUIS, Entrevista 2003).

Na mesma época, o Leste de Antioquia foi marcado pela chegada das guerrilhas das FARC e o surgimento de uma das frentes do ELN, que empreenderam uma forte luta contra a força pública e estabeleceram um controle de morte contra aqueles considerados como tendo

vínculos com o Estado ou com a força pública. Muitos dos líderes do movimento cívico acabaram por se juntar aos grupos armados em diferentes momentos.

[...] de hacer parte del concejo (Municipio de San Luis) por el movimiento cívico...generaron cada vez más presión sobre mí, entonces, viene la orden de los paramilitares de Ramón Isaza de matarme, en últimas, me di cuenta es que nos iban a matar, de hecho mataron a algunos. Muchos de nosotros en el Carlos Alirio (1989 ELN), nos mantuvimos [...] por odio a los paramilitares, por el maltrato que hacían, porque el ejército hacía masacres y demás (GUERRILLERO PRESO, entrevista en Vélez, 2015).

Assim, as comunidades camponesas até hoje têm convivido em meio do conflito armado, com ocupações guerrilheiras em zonas urbanas dos municípios, boicotes das eleições municipais; com o sequestro de representantes das instituições nacionais e internacionais.

Na década e noventa, novamente há confrontação dos camponeses com as hidrelétricas, agora, devido à construção por parte das empresas hidroelétricas das novas torres que transmitem a energia. Algumas organizações na zona rural fazem greves e bloqueios das estradas contra as empresas de energia, tentando um processo de negociação e demandando sua apoio com projetos econômicos. Este movimento não logra ter resultados importantes em sus demandas, mas boa parte de seus líderes foram assassinados anos mais tarde pelos grupos paramilitares.

“mataban a los más líderes que reclamaban las promesas de unos cultivos...les mandaron un par de sicarios, llamados paramilitares y lo mataron para que no hubiera quien presionara. A la señora que lideraba el proyecto de heliconias también la mataron porque ella era una persona muy luchadora por la comunidad” (CAMPEÑO MUNICIPIO DE SAN CARLOS, Entrevista, 2003).

Foi em meados de 1998, que os grupos paramilitares estabeleceram barracas em prédios das barragens no Município de San Carlos, conforme contam os moradores do município. Assim, em, 23 de março de 1988, perto de uma das barragens em San Carlos, ocorreu um primeiro massacre de cinco pessoas, marcando o início do enfrentamento dos grupos paramilitares com as guerrilhas, mas também com a participação do exército colombiano. Com isto, se intensifica o deslocamento e a morte de líderes camponeses e prefeitos. Em geral, toda a população vulnerável a condição da guerra, morte a bombeiros.

Explosões da infraestrutura elétrica, de infraestrutura das estradas e pontes, bloqueios do estradas Medellín Bogotá.

Todas las torres de allá las volaron, las levantaban y las volvían a volar, nos tocaba ver cuando caían al suelo, uno sentía la explosión y ahí mismo salía a mirar y claro era una torre y la veíamos caer, como quedaban tan cerquita de donde nosotros. (CAMPESINO MUNICIPIO DE GRANADA, entrevista enero de 2016)

Este panorama, brevemente descrito aqui, dá uma noção da diversidade de recursos utilizados para fazer frente aos processo impetrados contra o 'território camponês'. Ou seja, não se trata do estratégias homogêneas, as guerrilhas centraram suas estratégias em ataques contra a infraestrutura de estradas e de condução da energia, com mortes seletivas, com o rapto de pessoas, com ataques contra postos da polícia. Já, os paramilitares realizaram massacres, mortes em massa, como uma de suas principais estratégias, mas também o assassinato seletivo, o bloqueio do abastecimento de alimentos para os camponeses, além de saques e torturas principalmente nas zonas urbanas dos municípios que controlavam, gerando terror na população. O exército e a polícia participaram de forma similar aos paramilitares, também resultando na morte da população, e no bloqueio do abastecimento de alimentos.

Na informação oficial do município de Granada, fica evidente que, entre 1997 e 2005, o total das vítimas do deslocamento pode chegar a 14.389 (72%), tendo em conta que o total da população, em 1988, era de 20.000 pessoas, e que, entre 500 e 600 pessoas, foram assassinadas, que houve onze massacres, com 67 pessoas assassinadas. Além disto, houve 49 vítimas com execuções extrajudiciais, 81 casos de desapareições forçadas, 77 vítimas de minas terrestres (das quais 20 foram mortas), 136 casos de saques contra a propriedade privada, com tudo isto somam-se, ao final, 128 órfãos. O panorama é muito similar ao município de San Carlos que, em 1985, tinha 29.156 pessoas e, em 2013, um total de apenas 13.000 habitantes. Em San Luis, em 1993, eram 15.402 habitantes e, em 2005, 11.009. E, no município de Cocorná, em 1993, se encontravam 22.999 pessoas, diminuindo, em 2005, para 15.119 (GOBERNACIÓN DE ANTIOQUIA, 2013).

No caso em estudo, o capitalismo e o estado desterritorializam os atores. Ao contrário do que Haesbert (2007) aponta, não ocorreu o processo de desterritorializar com uma mão e reteritorializar com a outra. No caso do Leste de Antioquia, ocorreu a 'desterritorialização

com ambas as mãos', a mão do interesse econômico, representado pelas barragens, e a mão violenta da repressão aos movimentos sociais e a intensificação do conflito armado como resposta aos protestos dos camponeses, não restando 'nenhuma mão' para reteritorializar as comunidades. É necessário que se diga, que uma reteritorialização total tornou-se impraticável, até mesmo porque as particularidades do lugar são impossíveis de recriar depois de tantas perdas humanas, das estruturas sociais e das características do espaço, agora, tomado pela água das barragens.

No caso dos populações que voltaram aos quatro municípios, possivelmente, estejam fazendo parte de uma espécie de reteritorialização precária, deficitária, incompleta, frágil e provisória. Muitos grupos sociais podem estar desterritorializados, sem deslocamento físico, sem níveis de mobilidade espacial pronunciados, bastando para isto que vivenciem uma precarização das suas condições básicas de vida e ou a negação de sua expressão simbólica cultural (HAESBAERT, 2007, p.251). Este é o caso dos quatro municípios em estudo, podemos afirmar que a desterritorialização continua, na medida em que muitas das condições de vida seguem sendo negadas. No caso do Leste de Antioquia, na atual conjuntura, muitos camponeses estão desterritorializados.

Porém, a partir da inconformidade, também, os camponeses reagem, busca formas de reconstituir suas vidas, uma vez que têm um forte sentido de pertencimento, construído a partir das práticas cotidianas com a natureza e com os próprios sujeitos e são reforçadas pela memória de um passado comum e pelas relações parentais que foram construídas historicamente, se transformando de alguma maneira em uma estratégia de reconstrução do território.

A população dá importância à qualidade de vida que se leva na comunidade, valorizando seus modos de vida, suas propriedades, suas casas, a paisagem natural. As pessoas consideram que a desarticulação da comunidade e os laços de vizinhança contribuem para o enfraquecimento da produção agrícola, fundamental para sua sobrevivência. É assim que vêm se esforçando para retomar uma identidade territorial, com organização social, partindo do reconhecimento e da necessidade de defender o território, tem sido necessário demonstrar porque vale a pena continuar naquele território; porque lutar contra um empreendimento que poderia modificar toda a existência simbólica e material dos agricultores no local.

Considerações Finais

No leste de Antioquia se tem um processo que reúne inúmeras irregularidades antigas com a hidrelétrica Calderas, somadas às surgidas com as novas barragens, e evidencia a perversidade do modelo desenvolvimentista que, atrelado ao capital privado, sustenta discursos em favor da efetivação de projetos que interessam e privilegiam grupos hegemônicos.

Existe um conflito entre diferentes formas de apropriação do espaço, materializado num processo de territorialização das hidroelétricas e da desterritorialização dos camponeses. De um lado, a verticalidade das hidroelétricas, com uma só forma de ver-ser o mundo, munida dos poderes hegemônicos do capital e com escolta do estado; de outro lado, estão as relações horizontais entre os camponeses, estes que, a partir das relações sociais que conseguem manter, tentam construir organizações e desenvolver suas próprias formas de agência.

A territorialização dos camponeses dos quatro municípios do leste de Antioquia é uma incerteza. É claro que num processo de deterritorialização sempre ocorre uma territorialização. Contudo, isto não explica em dizer que a territorialização seja completa, ela é precária, insuficiente, incompleta.

O progresso não tem o mesmo significado para todos. O chamado desenvolvimento não chega a todos os locais ao mesmo tempo e nem com a similar intensidade. A reterritorialização completa não aconteceu ainda, podem existir sujeitos conformados com a situação atual em que vivem, mas o conformismo não é algo satisfatória na maioria. A nova leva de pequenas centrais hidroelétricas novamente em processo de desterritorialização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CORNARE – Corporación Autónoma Regional de los Rios Rionegro y Nare. (2016). Expediente Generación de Energía. Disponível em: <http://www.cornare.gov.co/>. Consulta julho de 2016.

GOBERNACIÓN DE ANTIOQUIA. (2013) Anuário Estadístico de Antioquia, 2013.

HAESBAERT, R. (2006). O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 400 p.

HAESBAERT, R. (2007). Identidades Territoriais. Entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou hibridismo cultural à essencialização das identidades). In: ARAÚJO, FREDERICO G, BANDEIRA de; HAESBAERT, Rogério (Orgs). Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos. Rio de Janeiro: ACCESS, 2007. p. 33-56.

HAESBAERT, R. (2011). O Mito da Desterritorialização: do “fim” dos territórios à multiterritorialização. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

QUINTERO, J. (2007). Efectos de las políticas públicas del sector eléctrico en la participación de las organizaciones comunitarias del Oriente Antioqueño - estudio de caso - Asociación Campesina del Oriente Antioqueño - ACOA. En: Cuadernos de Desarrollo Rural. No 58, p101-127, 27p. 2007

RAFFESTIN, C. (1993). Por uma geografia do poder. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, M. (1995). Os grandes projetos: sistema de ação e dinâmica espacial. In: EDINA, C.; MOURA, E, F.; MAIA, M. L. S. (orgs.). Industrialização e Grandes Projetos: desorganização e reorganização do espaço. Belém: Gráfica Editora da Ufpa, 1995. p. 13-22.

Política contra e a partir do Estado: uma etnografia com o jornal Boca de Rua em Porto Alegre/RS

Bruno Guilhermano Fernandes¹

Este estudo propõe a análise de discursos, interlocuções e práticas envolvidos em processos de mobilização política e de produção do jornal Boca de Rua, feito e vendido por pessoas em situação de rua, na cidade de Porto Alegre/RS. As problematizações desta pesquisa são direcionadas pelos envolvimento dos integrantes do jornal em determinados contextos e por seus modos de atuação pública. O objetivo deste trabalho é duplo: de um lado, refletir sobre como regulamentações estatais e práticas de governo repercutem na vida da população em situação de rua; de outro, partindo de experiências pela cidade e de colaboração com o jornal, analisar compreensões dos seus integrantes sobre a relação entre os contextos que transitam e a sua maneira de conceber a política. Valorizando as interlocuções com pessoas em situação de rua, esta pesquisa etnográfica caracteriza-se pela realização de observação participante, de entrevistas e conversas informais e pela análise documental. Os seus resultados são parciais. Apontam para a compreensão de formas através das quais essas pessoas elaboram as suas mobilizações (“contra e a partir do Estado”) e compreensões específicas sobre a política, e, também, à identificação da influência do jornal Boca de Rua na reivindicação de direitos pela população em situação de rua, juntamente a outros movimentos sociais.

Palavras-chave: Pessoas em situação de rua, jornal Boca de Rua, mobilização política.

Aproximações com formas de operar a política

As palavras que tecem o título deste texto mediam a enunciação de um campo de experiências políticas e etnográficas. No dia 8 de junho de 2016, o jornal e mídia eletrônica Sul 21, noticiou um evento, que surpreendia as pessoas que passavam, ou trabalhavam, no centro de Porto Alegre/RS: *Moradores em situação de rua protestam contra atrasos no aluguel social pela Prefeitura.*

Midiaticamente, era uma das primeiras vezes que esse jornal empregava o termo “moradores em situação de rua”, para se referir àqueles que protestavam publicamente

¹Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

naquela manhã de quarta-feira. A partir de uma perspectiva etnográfica, aponto, de início, que o termo foi midiaticizado pela junção de duas categorizações usuais – difusora de uma versão impactante dos fatos-, que tratam de sujeitos de um grupo populacional específico: de “moradores de rua” com “pessoas em situação de rua”.

As lutas em torno das formas de definição desta população vêm envolvendo atores em arenas públicas e institucionais específicas. Neste campo, o trabalho de Lemões (2014) ganha destaque, por balizar a compreensão de dinâmicas políticas em que diferentes atores, incluindo pessoas em situação de rua, envolvem-se na disputa por significados e pelo poder de enunciação, principalmente em torno das formas de compreensão e intervenção sobre a problemática da “situação de rua”. Neste trabalho, ressaltam-se formas de articulação do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), sobretudo a partir do decreto 7.053 de 2009 e de regulamentações estatais aprimoradas em contextos locais.

A reportagem do jornal Sul 21 também gerou visibilidade às lutas deste movimento social. Em seu conteúdo, divulgava a manifestação promovida pelo MNPR, que reivindicava respostas à Prefeitura de Porto Alegre, pelo atraso de vários meses nos repasses do chamado Aluguel Social, ação vinculada à política habitacional do município. Tendo como mote o Aluguel, divulgou-se que os manifestantes reclamavam da ausência de programas sociais e de habitação concretos pela Prefeitura para a população em situação de rua. Expondo relatos breves de pessoas em situação de rua e militantes do MNPR, algumas críticas à referida ação habitacional foram ressaltadas. Também, destaca-se a participação de apoiadores, como trabalhadores da Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC).

Em frente ao Paço Municipal, sede do gabinete do prefeito, os militantes e apoiadores enunciavam canções e discursavam contra o prefeito José Fortunati e seu vice, Sebastião Melo, se utilizando de instrumentos de percussão e do apoio de um carro para a projeção de som e de microfone. Eles anunciavam uma oposição aos governantes municipais e aos seus modelos de gestão.

Dias depois, encontrei dois participantes do protesto noticiado. Era uma terça-feira, dia 21 de junho de 2016, um pouco depois das 16h da tarde. Depois da reunião semanal do Jornal Boca de Rua, dialoguei com Cícero e José Luís, que são integrantes do jornal e militantes do MNPR. Ambos possuem uma longa trajetória de vida, de relações e vivência nas ruas de Porto Alegre. Frequentam semanalmente as reuniões desse jornal e possuem redes de sociabilidade plurais em diferentes lugares da cidade.

Na calçada da Rua dos Andradas, centro da cidade, sentamos e conversamos sobre o ato que havia ocorrido no dia 8 de junho. José e Cícero, reflexivos, deram suas opiniões sobre o assunto, enfatizando as suas preocupações com certas formas linguísticas que são empregadas pelos gestores públicos e, inclusive, nas pesquisas acadêmicas. Com explicações e experiências, queriam elucidar que a “linguagem da rua é diferente”. A marcação desta distinção entre uma “linguagem da rua” e a “linguagem deles”, a de políticos, em certos contextos, parece estar posicionada como um pressuposto à elaboração de discursos sobre a vida nas ruas. A linguagem específica de quem viveu ou está em situação de rua, contudo, não bloqueia a articulação política e as estratégias de produção de visibilidade pública dos que se encontram nesta situação.

Com muitas pessoas mobilizadas e “fazendo barulho” em frente à prefeitura, os dois presenciaram uma reunião breve, concedida de última hora, com o vice-prefeito Sebastião Melo, candidato à prefeitura nas eleições municipais em 2016. Na porta do Paço Municipal, uma comissão de seis pessoas foi formada para dialogar com o vice-prefeito. Segundo José Luís, que estava na comissão, esta conversa com o representante político havia durado menos de 15 minutos. Relatou-me: “ele ficou furioso com o barulho que a gente estava fazendo lá na frente. Disse que não sabia que os aluguéis estavam atrasados, tá bom. Ele pediu pra que o presidente da FASC resolvesse isso”. E seguiu: “Mas falamos pra ele que o problema era com o DEMAHB e não com a assistência social. No final, conseguimos uma reunião, pra falar com ele e o pessoal do DEMAHB no mês de julho. Aí sim, quero ver o que eles vão dizer.”

Atento ao companheiro, Cícero complementou, querendo elucidar aspectos que caracterizam a sua maneira de conceber e fazer política: “nós não fazemos política, não temos vínculo com políticos. Em seguida, perguntei-lhe: “Isso não é outra forma de fazer política?”. Ele respondeu: “Isso, fazemos outra forma de política. Nós fazemos política pública, política social. Não essa política com partidos. Essa política que está aí, ela está sufocando.”

Depois de mais um tempo de diálogo, José expôs a ideia de fazermos uma reportagem, para o Boca de Rua, sobre os candidatos a prefeito de Porto Alegre. Através do jornal, ele indicava a necessidade de buscar interações com o “tempo da política” (PALMEIRA & HEREDIA, 2010) e com os candidatos, “mediadores de alianças e intérpretes culturais” de uma população (KUSCHNIR, 2000). Esta sugestão reforça sua mobilidade em diferentes arenas políticas em torno dos direitos da população em situação de rua?

Antes de levantar esforços acerca dessa mobilidade, aponto como inserções específicas contribuem para o trabalho etnográfico sobre a política.

Da “política” na experiência etnográfica

No início de 2014, ao me aproximar da pesquisa com pessoas em situação de rua, identifiquei dinâmicas políticas distintas em dois grupos. O jornal Boca de Rua e o MNPR operam como coletivos com objetivos específicos, ligados à defesa e promoção de direitos da população em situação de rua em âmbito local e nacional. Pelo “engajamento etnográfico”, observei que esses coletivos apresentam distinções nos seus modos de funcionamento, operando com diferentes formas sociais e constituindo mecanismos próprios de articulação política, relações sociais e mediações institucionais (FERNANDES & SCHUCH, 2015).

Assumindo a função de colaborar no processo de produção do jornal, bem como a de apoiar o MNPR, organizando e promovendo debates com os seus integrantes e construindo registros diversos, no intuito de contribuir com a produção de visibilidade às suas causas políticas e às suas reivindicações de direitos, iniciei reflexões acerca das formas de politização da etnografia, seguindo as indicações de Otávio Velho (2008). De forma análoga, considerei a proposição de Márcio Goldman (2006), que situa como característica fundamental da etnografia o estudo das experiências humanas a partir de experiências pessoais.

Com efeito, para este trabalho direciono o foco analítico às experiências de produção de uma das edições do jornal Boca de Rua, que pude acompanhar pela posição de colaborador e de pesquisador, nos meses de maio, junho e julho de 2016. Nessa edição, lançada no início de julho desse ano, temáticas como a conjuntura política do país, as ocupações urbanas residenciais e os movimentos de ocupações de escolas públicas foram pautas destacadas, que se desdobraram em reportagens e textos escritos *com e pelos* integrantes do jornal.

Assim, neste texto, privilegio as experiências de deslocamentos e de mobilizações políticas com um grupo de jornalistas do Boca de Rua, a qual resultou em entrevista e encontro com estudantes que ocupavam, com estratégias diversas, uma escola pública do centro da cidade. Ao acompanhar pessoas em situação de rua e identificar suas inserções e conexões com outros sujeitos, ampliei uma compreensão do funcionamento de suas redes e articulações políticas. A *política* apareceu, em diferentes momentos, como categoria mobilizada nas discursividades produzidas nos contextos analisados.

Deste modo, meu objetivo com essa experiência é duplo: por um lado, partindo de deslocamentos pela cidade e vínculos com o jornal Boca de Rua, conhecer e analisar compreensões dos sujeitos sobre a relação entre os contextos que transitam e a sua maneira de conceber e operar a *política*. De outro, refletir sobre como regulamentações estatais e práticas de governo repercutem na vida da população em situação de rua. A análise em torno desta segunda dimensão não será priorizada neste trabalho, mas abordada com objetividade.

Contudo, é relevante a percepção de que os grupos analisados conhecem regulamentações e políticas que incidem sobre suas vidas e os serviços estatais que utilizam. Ao saberem disso, revelam ao analista como as suas formas de interpretação sobre o funcionamento dinâmico da política repercutem em modos de ação específicos.

“Vozes de uma gente invisível”: o jornal Boca de Rua e a “situação de rua”

Com o contexto de redemocratização e abertura política no Brasil pós-1988, a retórica dos direitos humanos passou a ser importada e empregada por diferentes organizações e esferas de governo, como forma de mobilizar ações e discursos em torno da defesa de direitos de grupos sociais em situação de vulnerabilidade, como adultos e crianças em situação de rua, população negra, indígenas, entre outros (FONSECA & CARDARELLO, 1999).

O jornal Boca de Rua, coordenado pela Agência Livre para Comunicação, Cidadania e Educação, conhecida como ONG ALICE, foi criado em 2000 e lançado em 2001, durante o I Fórum Social Mundial. O seu objetivo principal era o de produzir um espaço de promoção e acesso ao direito humano à comunicação, principalmente para a expressão da realidade de quem vive ou habita as ruas (JAENISCH, 2007). Após o seu surgimento, o impresso passou a ser feito pelos próprios “moradores de rua”, com o apoio de estudantes universitários, movimentos sociais, entidades sindicais e de colaboradores da própria ONG ALICE. Em minhas observações, pude notar que, em média, 50 pessoas em situação de rua participam da produção de cada edição, sendo que esse número varia em cada reunião.

Em certos momentos, procurei acompanhar e me deslocar por determinados contextos com os interlocutores da pesquisa. Durante mais de dois anos frequentando as reuniões e realizando incursões diversas, pude notar uma preocupação de alguns integrantes, em fóruns, encontros e interlocuções públicas, em enfatizar o caráter relativamente autônomo do jornal, ao afirmarem que não possui vínculo com “nenhum partido e nenhum político”. Da mesma

forma, tem-se como recorrente a exposição de histórias da vida dos seus integrantes, produzindo percepções da “rua” como um lugar habitado e identificado, isto é, mais do que geometricamente instituído, um espaço onde ora onde relações sociais e simbólicas são viáveis, e ora ontologicamente representado, contudo, como de exclusão social por excelência (SCHUCH & GEHLEN, 2012).

As categorias para compreender o fenômeno “situação de rua” variam entre os sujeitos e são múltiplas, sendo *pessoa em situação de rua*, e *morador de rua*, as mais utilizadas e que também carregam uma incipiente superação do uso de expressões como *mendigo* e *sem-teto*. Eventualmente, essas últimas são empregadas, quando se opta pela propagação de imagens de carência econômica e pobreza a essas pessoas. Mencionei, ainda, no início deste texto, o uso midiático da expressão “moradores em situação de rua”, que complexifica ainda mais as formas de definição desta população.

Em artigo específico à temática, Schuch & Gehlen (2013) criticam dinâmicas que conjugam percepções essencialistas e deterministas para se referir ao fenômeno. Para eles, as chamadas pessoas em situação de rua estão situadas em “um conjunto de populações diversas que circulam pelas ruas e fazem dela seu local de existência e moradia, mesmo que temporariamente, e/ou utilizam serviços diversos destinados à sua proteção e à promoção de direitos” (SCHUCH & GEHLEN, 2012, pág. 13).

Os autores se posicionam de modo a demonstrar que multicausalidades provocam a existência desse fenômeno e a evidenciar que a rua pode ser visualizada enquanto um espaço existencial com trocas de diferentes níveis. O fenômeno “situação de rua” é visto como resultante de processos sociais e históricos, tecnologias de governo específicas e certas práticas e concepções dos sujeitos. Com efeito, enfatiza-se a exposição da rua enquanto um lugar ocupado por sujeitos com agência política.

A análise dos fatos e agência política que determinam a mobilização dos sujeitos amplia a percepção das formas pelas quais eles procuram reverter visões negativas sobre a sua situação e pretendem solucionar problemas sociais específicos que compartilham. Trabalhos acadêmicos, como os de Tiago Lemões (2014; 2015; 2016) e de Tomás Melo (2013), vêm destacando a análise da agência de pessoas em situação de rua e das formas de articulação do Movimento Nacional da População de Rua, em contextos locais.

Com a ampliação de políticas públicas para esse segmento, proliferadas no Brasil a partir de 2009 com o decreto 7.053 - que institui a Política Nacional para a População em

Situação de Rua-, essa população reforça-se enquanto constituidora de territórios permeados por relações políticas e por discussões críticas acerca de procedimentos e racionalidades do Estado, bem como sobre seus modelos de gestão.

Neste sentido, o jornal Boca de Rua vem ressaltando, nos últimos anos, a politização da “situação de rua”, considerando “aquilo que a ‘sociedade’ não vê” e produzindo contextos para a enunciação dos sujeitos envolvidos, que objetivam constituir representações próprias de sua situacionalidade. Opera, ainda, como uma espécie de mediador, que estimula a aproximação de sujeitos, a partir de espaços de elaboração de discursos sobre certas temáticas. Os integrantes, por sua vez, são críticos da realidade e anunciam modos de mobilização social e de análise da política.

A abordagem etnográfica sobre a política e um modo de ação peculiar

Karina Kuschnir (2007) situa a abordagem da política pelas ciências sociais em torno de formas analíticas que ressaltam como os atores sociais compreendem e experimentam a política, ou seja, “como significam os objetos e as práticas relacionadas ao mundo da política” (KUSCHNIR, pág. 163, 2007). Em termos de discursos e práticas, possibilita considerar as diferentes formas de compreensão da política em uma análise.

Para a autora, esta abordagem exige dois pressupostos básicos: primeiro, considerar que a sociedade é formada por redes sociais associadas a múltiplas percepções da realidade; segundo, que a política não é um dado *a priori*, encontrado em um campo definido, e sim que precisa ser investigado a partir de formulações de atores sociais em contextos particulares.

Contextualizando o surgimento da análise da política pela antropologia, Karina Kuschnir destaca, no contexto brasileiro, o surgimento da antropologia da política na década de 1990. Neste período, os estudos enfatizavam a relevância de se considerar *a política como sendo uma categoria etnográfica*, discutindo a influência de ideologias modernas ocidentais na percepção da política como esfera social limitada.

O estudo etnográfico não teria como objetivo julgar as práticas políticas. Como sugere Abélés (1997), busca compreender a maneira pela qual as relações de poder emergem numa situação determinada, adquirindo significado para os atores sociais. Para isso, torna-se relevante partir do pressuposto de que a “democracia” é um modelo teórico e idealizado, e que, portanto, não existe de forma concreta.

Em Kuschnir (2007), a grande contribuição da antropologia para o debate sobre a política seria o estudo relacionado *não ao que a política deve ser, mas ao que ela é* para um determinado coletivo, em um contexto histórico e social específico. Para isso, apostaria no *ponto de vista do nativo* para a compreensão de práticas e discursos, que podem gerar certos “incômodos necessários ao analista” (Kuschnir, pág. 166, 2007), e ampliam as possibilidades de examinar o funcionamento do sistema político mais amplo.

Por outro lado, torna-se instigante, também, uma compreensão da política não apenas baseada em modelos de funcionamento e de classificação ocidentais, como se encontra na obra de Pierre Clastres (1988). Tendo como foco as *sociedades contra o Estado* – sociedades que anulam o poder coercitivo e o poder político - na América do Sul, Clastres oxigena o campo de estudos sobre a política, ao refletir sobre as técnicas sociais e mecanismos de evitação do surgimento do Estado entre os índios *Guayaki*. Com isso, estabelece uma determinação positiva na apresentação de algumas sociedades não-ocidentais, dessubstancializando o Estado e percebendo como o poder político precede a constituição de classes sociais economicamente fundadas.

Com efeito, no capítulo final de *A Sociedade Contra o Estado* (1988), o autor apresenta uma concepção crítica em torno do poder, desmanchando dois axiomas que, supostamente, parecem guiar a marcha da civilização ocidental: o primeiro determina que a sociedade civilizada desenvolve-se precisamente sob a proteção do Estado; o segundo enuncia, imperativamente, que é necessário trabalhar e produzir economicamente. Como contraponto as essas afirmações, apresenta dados etnográficos de sociedades indígenas, que desestabilizam as formas hegemônicas de compreensão da economia e da política no ocidente e que apostam na inexistência de um corpo de poder político hierarquizado e racionalizado.

Ao refletir sobre as sociedades não-ocidentais, também possibilita a percepção de elementos críticos na formação das sociedades com Estado. Pela força dessas análises, estudos mais contemporâneos tomam de empréstimo algumas de suas abordagens para refletir sobre os efeitos do poder no ocidente, enfatizando também as práticas de governo e o controle estatal em determinadas populações.

Em artigo sobre as formas de inscrição política de pessoas em situação de rua e da legibilidade como um dos problemas centrais nas práticas de formação do Estado, abordagem influenciada pela obra de James Scott (1998), Patrice Shuch (2015) enfatiza aquilo que concebe como um modo de ação política e forma de inscrição bastante peculiar, sendo

realizado simultaneamente *contra e a partir do Estado*. Para isso, expõe o caso em que uma pesquisa censitária, realizada por um órgão estatal de assistência social, acabou sendo apropriada por pessoas em situação de rua, para embasar juridicamente uma ação pública contra esse mesmo órgão.

Com Clastres, a autora reflete sobre as forças de contraposição ao Estado, exercidas por pessoas em situação de rua, que atuam, inclusive, a partir de suas tecnologias de governo; simultaneamente, considera também a oposição às forças de atração estatais, através de discursividades críticas às suas formas de atuação e seus instrumentos. Nesta direção, elucida o modo de atuação *contra o Estado* em certos contextos. Aqui, abre-se um campo analítico, onde é possível discutir lógicas que embasam essas formas de atuação.

Contudo, a influência da obra de Michel Foucault também guia as suas análises, e que não considera necessariamente as pessoas em situação de rua como produtoras imparciais de mecanismos e táticas coletivas para a negação do poder político. A oposição ao Estado torna-se possível, em sua visão, a partir das relações simultâneas de poder e resistência, pensadas pelo modelo dinâmico sugerido por Michel Foucault (1995). Ao se tratar de uma população em situação de rua, as técnicas e tecnologias de governo, que inscrevem e regulamentam a intervenção nesta população, são objetos de estudos a serem considerados, na medida em que influenciam a produção de práticas e discursos sobre a própria política.

A visão de Foucault (1995) acentua a necessidade de se analisar os sujeitos como sendo formados discursivamente por tecnologias que entrecruzam saberes e poderes, coprodutoras de processos de subjetivação, que permitem desenvolver éticas de existência e estilos de vida singulares. Com a biopolítica contemporânea (FOUCAULT, 2005), a assunção da vida pelo poder vem acompanhada de um conjunto de processos e tecnologias, que regulamentam populações, disciplinam corpos e garantem a soberania estatal.

A partir de entrelaçamentos das obras de Pierre Clastres e Michel Foucault, torna-se relevante compreender como o modo de ação política e forma de inscrição *contra e a partir do Estado* possibilita a análise da produção de um ponto de vista nativo sobre a política - que revela a maneira como ela é operada e pensada, em um contexto histórico e social específico.

“Agente não gosto de partido político”: indo até a ocupação

Antes de ocorrerem os eventos narrados na introdução deste texto, na terça-feira, 31 de maio, outros fatos marcaram a produção de mais uma edição do jornal Boca de Rua. Neste dia, uma equipe do jornal, daria sequência às saídas e incursões, para a realização da reportagem sobre as ocupações de escolas públicas, na cidade de Porto Alegre.

Numa tarde nublada, fomos diretamente ao Colégio Estadual Paula Soares, localizado no Centro da cidade. Acompanhando os integrantes do jornal, e seguindo seus itinerários com a intenção de realizar um primeiro contato com as pessoas daquela ocupação, introduziu-se a proposta de realizar uma entrevista com os estudantes. Felizmente, “não perdemos a viagem”, como afirmou o integrante José Luís aos demais envolvidos. No total, oito jornalistas vivenciaram esta experiência.

Durante o caminho da escola, no entanto, uma cena chamou-me atenção: a resultante da relação de alguns integrantes com a chamada Praça da Matriz. Ao redor da praça, a paisagem tornou-se emblemática: conta com a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, com o chamado Palácio Piratini (do governo do estado), ao lado da Catedral Metropolitana; em oposição a ela, do outro lado, o antigo Theatro São Pedro, prédios vinculados ao poder judiciário e outros, com finalidades diversas, como a sede do Partido Progressista (PP), uma escola de Filosofia e prédios residenciais. Em um mesmo instante o olhar é capturado pelas edificações relacionadas aos três poderes estatais, fazendo da cidade um lugar “onde convivem diversas tradições culturais e visões de mundo” (KUSCHNIR, pág. 10, 2000).

A identificação dos integrantes do Boca de Rua com aquela paisagem e território gerava explicações, por parte deles, de três locais onde comumente dormiam e habitavam: nas escadarias da catedral; nos canteiros da praça; e, por fim, na famosa “aba da Assembleia”. Nesta última, me explicaram que as pessoas dormem protegidas da chuva e do frio, sob a condição de acordarem e saírem da entrada desta instituição ao nascer do dia, isto é, antes dos parlamentares iniciarem as suas atividades.

Com aqueles relatos, principalmente expostos por Carlos, comecei a refletir sobre como as decisões do poder político influenciavam na rotina das pessoas em situação de rua. Mas, segundo ele, “quem realmente libera o pessoal para dormir em frente à assembleia são os brigadianos”, representantes da polícia militar do Rio Grande do Sul, responsáveis pela segurança. Se, neste caso, o poder coercitivo do Estado aparece por sua permissividade - ao

liberar o uso do espaço público para certos grupos dormirem -, em outros, aparece como “principal inimigo”, violador de direitos e disciplinador dos corpos em situação de rua.

Chegando ao colégio, após a passagem na Praça da Matriz, todos se depararam com estudantes próximos a um dos portões da instituição, que controlavam a circulação por ali. Essa cena anunciava que a rotina da instituição estava sendo alterada, ou melhor, subvertida por fatos políticos e acontecimentos específicos. Em seguida, a equipe conversou com dois jovens, antes de entrar no pátio da escola. Os integrantes do Boca de Rua explicaram seus objetivos e solicitaram conversar com alguns representantes do movimento estudantil, para realizar uma entrevista sobre o que acontecia naquele local.

Em poucos minutos, a entrevista com quatro jovens foi iniciada, na parte de dentro do auditório da escola. Sem estabelecer nenhum roteiro de perguntas prévias, os jornalistas levantaram questões que totalizaram quase 40 minutos de interação com os estudantes. Ao etnógrafo, coube a tarefa de registrar em áudio os “pontos de vistas” e diálogos, no sentido de contribuir para a elaboração do texto sobre a visita no local, quanto para fomentar reflexões à própria pesquisa. Assim o fiz. Gravei e registrei algumas notas, acompanhando aquele encontro entre pessoas em situação de rua com quatro jovens.

Na entrevista, surgiram questões sobre diferentes aspectos da ocupação: como havia sido o seu início; como era a reação e relação dos familiares com os estudantes; o número de estudantes na ocupação (que não foi revelado pelos entrevistados, por decisão política de todos); as suas dinâmicas de organização, como a alimentação, questões sobre a merenda escolar, limpeza e assembleias; acerca de suas mobilizações e suas principais pautas; a cobertura midiática dos fatos da ocupação; debates sobre o direito à educação de qualidade; entre outras. A conjuntura política do país foi um tema enfatizado em vários momentos.

No questionamento sobre o número de ocupantes, a resposta foi objetiva, dada por Rafael, um dos jovens que mais apresentou as suas opiniões naquele encontro: “A gente não pode falar. Isso foi uma coisa que foi decidida na nossa assembleia”. Neste ponto, são precisas também as contribuições de Pierre Clastres (1988). Para o autor, um dos mecanismos indígenas de evitação do Estado se refere, fundamentalmente, a fragmentação populacional produzida por certos agentes, o que dificultava uma alta densidade demográfica das comunidades e, conseqüentemente, gera o desconhecimento da quantidade de indivíduos encontrados naquela população. De modo análogo, a preocupação dos estudantes em omitir o número de ocupantes, dificultava a ação estatal direcionada àquela escola. Ocultar o número

emerge, deste modo, como estratégia política elaborada coletivamente, que enfraquece tentativas de controle de uma delimitada “população” ocupante por atores externos.

Após o relato de dois estudantes sobre como estava sendo a relação dos ocupantes com a mídia local, o encontro foi permeado por compreensões sobre a política, pelo ponto de vista nativo (KUSCHNIR, 2007). O estudante Wallace, de 16 anos, comentou como um canal de televisão havia feito uma matéria, sobre um conflito que ocorreu entre familiares e alunos: “O que eles gravaram hoje, eles não vieram falar com a gente, só com os pais revoltados. Aí, o que eles vão passar pra televisão, a gente não sabe.”. Identificando-se com a situação, o jornalista Carlos, comentou: “(...) Então, eu quero complementar: vocês estão passando a mesma situação que o morador de rua passa com a imprensa. Eles vêm, filmam e tiram fotos, e passam e falam outras coisas”. A confrontação discursiva refletia quadros de exercício do poder e de resistência dos sujeitos, nos termos de Michel Foucault. Num tom de indignação, Carlos continuou: “(...) Tu falou antes de partido político, vocês não tem partido político, vocês não gostam de partido?”. Em seguida, os quatro estudantes retornaram: “não, não!”.

O interlocutor, rapidamente, prosseguiu: “Então o Boca de Rua está junto com vocês, porque a gente não gosta de partido político”. Imediatamente, uma cena marcante: todos os presentes bateram palmas consentindo as ideias contidas em suas palavras. Carlos, empolgado com o retorno do grupo, ainda complementou: “Porque partido político, onde ele está ele quer tirar o morador de rua e tocar pro outro lado, para o lixo. Então a gente também não gosta de partido político”. Carlos prosseguiu perguntando aos estudantes sobre a aproximação deles com partidos e abordando questões sobre o período eleitoral, analisando como o *tempo da política* (PALMEIRA E HEREDIA, 2010) estava pra chegar e, por isso, as relações de fidelidade e de troca entre políticos e eleitores passavam a dominar certos cenários. Tal fato, à ele, seria algo a ser considerado pelos estudantes, já que “os políticos começam a pedir votos agora” e todos estavam muito próximos a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

Depois do término da entrevista com os estudantes pelos integrantes do Boca de Rua, registros fotográficos sobre a ocasião foram produzidos. Considerei as colocações de Carlos como fundamentais, para refletir, analiticamente, sobre a compreensão da *política* pelas pessoas em situação de rua, em sincronia com suas posições em movimentos sociais e atividades relacionadas ao Estado.

Algumas considerações

Descrições etnográficas, que retratam experiências políticas, compuseram parte desse texto. Primeiro, o encontro com José Luís e Cícero, que enunciaram suas compreensões sobre a diferença entre a política partidária e aquela que buscam praticar, denominada “política pública”. Por fim, o encontro dos estudantes com integrantes do jornal Boca de Rua, onde Carlos expressou a incompatibilidade entre a situação daqueles que circulam, ou vivem nas ruas, com uma maneira mais ampla de analisar o funcionamento de partidos políticos.

Os três possuem em comum a participação no Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) e no jornal Boca de Rua. Carlos, porém, atua também como quadro temporário da FASC, na função de facilitador social, que lhe permite trabalhar diretamente em abordagens com pessoas em situação de rua. Com isso, o seu modo de entender a política, que concentra um ponto de vista crítico em relação a certas tecnologias e práticas de governo, também, está vinculado a sua atuação no próprio Estado.

No primeiro relato, Cícero e José Luís distinguem a “linguagem da rua” de outras formas de linguagens, como a “linguagem dos políticos”, aquela que é enunciada principalmente em anos eleitorais, e, inclusive, em outros momentos. A manipulação de uma “linguagem da rua” configura modos específicos de pensar a política, percebidos quando pessoas em situação de rua relatam detalhes de uma mobilização no Centro de Porto Alegre. Cícero, convicto sobre o tema, havia afirmado: “não fazemos política, não temos vínculo com partidos políticos”. Aderindo às orientações de Kuschnir (2007), e às noções clássicas de Max Weber (1996), retenho a compreensão “nativa” da política como permeada por uma visão de mundo específica, que pensa a prática política a partir das atividades feitas pelos profissionais da política. Contudo, considera-la neste âmbito, não reduz a intencionalidade, por parte dos sujeitos, de participar dessa prática e de significá-la de outro modo. Assim, o que fazem é “política pública”, afirmação que serve como indicador de suas participações e afetações em arenas públicas de reivindicação de direitos.

Com o deslocamento pela cidade, pude analisar diferentes compreensões dos sujeitos sobre a relação entre os contextos que transitam e a sua maneira de conceber a política. Isto se torna perceptível, por exemplo, quando Carlos elabora uma narrativa acerca dos seus modos de vivenciar os espaços urbanos próximos à Praça da Matriz. Além do envolvimento em coletivos, a percepção sobre a espacialidade também delimita certas definições.

Ao participar do encontro com estudantes na escola, Carlos também procurou demarcar a sua insatisfação às atividades partidárias, sendo aplaudido pelos presentes quando se posicionou sobre o assunto. Frequentando as reuniões do jornal e realizando incursões diversas, pude notar uma preocupação, por parte de alguns integrantes - em fóruns, encontros e interlocuções públicas-, em enfatizar o caráter relativamente autônomo do jornal, que não possui vínculo com “nenhum partido e nenhum político”, isto é, ele “é feito só por moradores de rua e seus apoiadores”.

Este distanciamento de partidos políticos não representa, no entanto, o distanciamento de pessoas em situações de rua com as discursividades e práticas do Estado. Sendo militante do MNPR, ou jornalista do Boca de Rua, Carlos amplia as possibilidades de realização da análise em torno de um modo peculiar de compreensão da política: atuando simultaneamente *contra o Estado* (Clastres, 1988) e *a partir dele* (Schuch, 2015). A sua atuação potencializa redes, discursividades e práticas, coprodutoras de processos de subjetivação específicos (como sugere Michel Foucault), aparentemente ambíguos, mas repletos de significação diante das formas de operar e compreender a política pelas pessoas em situação de rua.

Desta maneira, ao estar no colégio com os estudantes, ele apresenta não somente a política “do ponto de vista nativo”, como também discursividades produtoras de relações de troca e de distanciamento daqueles que operam a política em partidos, isto é, dos que estão na *disputa faccional* em um processo eleitoral. Essas trocas, mais do que materiais, mobilizam diferentes representações da vida de quem está em situação de rua e de como funciona a própria política. Têm, como consequência material mais evidente, a produção de uma reportagem, que irá registrar e objetivar a experiência dos jornalistas com os estudantes. Em consonância, a exposição da evitação da política partidária aparece como estratégica, e, por isso, “partido político, onde ele está, quer tirar o morador de rua e tocar pro lixo”.

O lixo, aquilo que pode ser jogado fora, descartável - que, em última instância, surge como algo a ser exterminado-, é associado à “situação de rua” pelo interlocutor. Trata-se de uma representação que traz à tona um sistema de classificação que separa os humanos dos não-humanos (FONSECA & CARDARELLO, 1999). Sugere a busca de um status *mais humano* como luta política de fundo por aqueles que são tratados como lixo.

Com efeito, a luta política de pessoas em situação de rua não se caracteriza pela negação absoluta do Estado, tal como Pierre Clastres descreveu para as sociedades indígenas

que estudou. A luta se dá, assim, por espaços de enunciação, de participação e inscrição política no Estado, tendo, como prática de crítica e contestação, o distanciamento dos partidos políticos, que engendram uma maneira específica de operar a política e, conseqüentemente, o próprio Estado e suas tecnologias de regulamentação de uma população. Aqui, o termo “luta”, como define Andrade (2013), aparece recorrentemente nos discursos dos sujeitos, referindo-se à agência possível da população que está inferiorizada hierarquicamente em relação a outras e que precisa estar em constante atrito, em arenas públicas, com outros setores da sociedade que lhe são desfavoráveis.

Operar uma inscrição política *contra e a partir do Estado* evoca a enunciação de uma luta política por direitos, sem criar laços clientelistas com governos. Também, sugere a apropriação de mecanismos de exercício do poder, por um grupo demograficamente minoritário. Neste sentido, as formas próprias de enunciação e de participação na esfera da promoção de direitos, favorecem as pessoas em situação de rua a se lançarem publicamente enquanto merecedoras de direitos de cidadania.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABÉLÈS, M. “Political anthropology: new challenges, new aims”. *International Social Science Journal*, ed. 153, p. 319-332, 1997.

ANDRADE, Inácio Dias de. “A gente já nasce lutando”: a desocupação do Pinheirinho, a política entre o formal e o informal. In: *Revista de Antropologia da USF*, São Paulo, v. 56, n. 1, p. 45-79, 2013.

CLASTRES, Pierre. “A sociedade contra o estado”. In: *A sociedade contra o Estado*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1988, p. 132-152.

EVANS-PRITCHARD, E. E. “O sistema político”. In: *Os Nuer: Uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota*. São Paulo, Perspectiva, 1978, p. 151-200.

FERNANDES, Bruno Guilhermano e SCHUCH, Patrice. Enunciações, intervenções e tensões: a experiência de engajamento em coletivos vinculados à população em situação de rua em Porto Alegre/RS. *Revista Novos Debates*. ABA, v. 2, n. 1, p. 38-44, 2015.

FONSECA, Cláudia; CARDARELLO, Andréa. Direitos dos mais e menos humanos. *Horizontes Antropológicos*. PPGAS UFRGS, v. 10, p. 83-122, 1999.

FORTES, Meyer e EVANS-PRITCHARD, E.E. Sistemas políticos africanos. “Introdução”. In: LLOBERA, J. R. (org.) *Antropologia política*. Barcelona: Anagrama, 1979, p. 85-105.

FOUCAULT, Michel. “O sujeito e o poder”. In: DREYFUS, H. e RABINOW., Paul Michel *Foucault, uma trajetória filosófica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-249.

_____. “Aula de 17 de Março de 1976”. In: *Em Defesa da Sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 285-315.

FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. In: *Caderno de Campo*, n.13, 2005, p. 155-161.

GOLDMAN, Márcio. Uma teoria etnográfica da democracia: a política do ponto de vista do movimento negro de Ilhéus, Bahia, Brasil. In: PALMEIRA, Moacir; BARREIRA, Cesar (org.). *Política no Brasil: visões de antropólogos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002, p. 203 – 228.

_____. Alteridade e experiência: antropologia e teoria etnográfica. In: *Revista Etnográfica*, Lisboa, v.10, n.1. p.159-173, 2006.

JAENISCH, Samuel Thomas. Vozes de uma gente invisível: o jornal Boca de Rua como um espaço de mediação. In: FLEISCHER, Soraya; SCHUCH, Patrice; FONSECA, Cláudia. (Org) *Antropólogos em ação - experimentos de pesquisa em direitos humanos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. p. 121-132.

KUSCHNIR, Karina. “Antropologia e política”. *Revista brasileira de Ciências Sociais (RBCS)*. [online]. vol.22, n.64, pp.163-167, 2007.

_____. “Introdução”. In: *O cotidiano da política*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2000.

LEMÕES, Tiago. “População em situação de rua e a linguagem dos direitos: reflexões sobre um campo de disputas políticas, definições de sentidos e práticas de intervenção”. In: *Anais da RBA*. Natal, UFRN, 2014 (mimeo).

_____. O sangue das ruas: sobre agência e normatividade na mobilização política de pessoas em situação de rua. *Cadernos de campo*, n. 24, p. 315-336, São Paulo, 2015.

_____. Entre visibilidades condicionadas e condutas legítimas: direitos, gestão e agência de pessoas em situação de rua. In: *Novos Debates: Fórum de Debates em Antropologia*. v.2, n.2, 2016.

MELO, Tomás. “Apontamentos sobre a trajetória de formação e organização do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR): desafios identitários e políticos”. In: *Anais da Jornada do PPGA*, UFF, 2013.

PALMEIRA, Moacir. e HEREDIA, Beatriz. *Política Ambígua*, Rio de Janeiro, Relume-Dumará/NUAP. 2010. 198p.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Política Nacional para a População em situação de rua, Decreto n. 7.053, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos2007-2010/2009/Decreto/D7053.html

SCHUCH, Patrice; GEHLEN, Ivaldo. A situação de rua para além de determinismos: explorações conceituais. In: DORNELES, Aline; OBST, Júlia; SILVA, Marta (Org's.). *A Rua em Movimento: debates acerca da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre*. Belo Horizonte: Didática Editora do Brasil, 2012. p. 11-25.

SCHUCH, Patrice. A Legibilidade como gestão e inscrição política de populações: notas etnográficas sobre a política para pessoas em situação de rua no Brasil. In: FONSECA, Claudia e MACHADO, Helena (Org's.). *Ciência, Identificação e Tecnologias de Governo*. Editora da UFRGS/CEGOV, p. 121-145, Porto Alegre, 2015.

SCOTT, James. *Seeing Like a State. How Certain Schemes to Improve the Human Condition Have Failed*. New Haven/London: Yale University Press, 1998.

VELHO, Otávio. A Antropologia e o Brasil, hoje. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 66, p. 5-9, fev. 2008.

WEBER, Max. "A Política como vocação". In: *Ciência e Política, Duas Vocações*. São Paulo: Editora Cultrix, 1996. p. 53-124.

As práticas do ativismo feminino popular: as Promotoras Legais Populares no SIM-Tudo Fácil

Thaís da Rosa Alves¹

O presente trabalho pretende analisar as práticas de ativistas femininas populares – as Promotoras Legais Populares (PLPs) – a partir de uma etnografia realizada no Serviço de Informação à Mulher (SIM), localizado no Centro de Serviços ao Cidadão, Tudo Fácil, no Centro de Porto Alegre. Para tanto, foi utilizado o método etnográfico de pesquisa, através do acompanhamento aos atendimentos, reuniões e atividades de formação ocorridas no período do trabalho de campo junto às PLPs. As PLPs são líderes comunitárias de bairros da periferia de Porto Alegre que receberam, através de um projeto de uma organização não-governamental feminista, formação em direitos humanos das mulheres. Após a formação, as mesmas atuam em espaços especializados com a função de democratizar o acesso à justiça. Observar estas ativistas que receberam formação de direitos implicou em não desassociar o trabalho comunitário realizado em suas comunidades, proporcionando uma experiência analítica sobre a militância de mulheres da periferia de Porto Alegre e como esta dinâmica é potente para a produção e reprodução de concepções de direitos e exercício da cidadania em localidades construídas socialmente às margens do Estado.

Palavras-Chave: Promotoras Legais Populares. Ativismo feminino popular. Antropologia do Direito.

Introdução: conhecendo o projeto das Promotoras Legais Populares

O presente artigo apresenta uma análise das práticas das Promotoras Legais Populares – PLPs – que são ativistas femininas populares que receberam um curso de capacitação legal sobre os direitos humanos das mulheres. Após a formação, as PLPs passam a atuar em espaços especializados, como o Serviço de Informação à Mulher (SIM), com a função de democratizar o acesso à justiça.

O contexto do surgimento do curso de formação de Promotoras Legais Populares se conecta com a busca do reconhecimento da mulher como sujeito de direitos e os entraves que

¹ Mestranda em Ciências Sociais na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (CAPES/PROSUP) e graduanda em Ciências Sociais - Bacharelado na UFRGS.

dificultavam o exercício da cidadania e conquista de direitos sociais. (BONETTI; FONTOURA; MARINS, 2009). As mulheres organizadas no movimento feminista e de mulheres pressionaram instituições nacionais e internacionais para a criação de uma agenda que buscasse promover a efetivação dos direitos humanos das mulheres visando-as como sujeitos de direitos, esse processo resultou na criação de ONGs feministas no país (VIEIRA, 2013).

Essas ONGs converteram-se em referências relevantes ao desenvolver suas estratégias de ação baseadas no gênero e no direito. (JELIN, 1994). A partir deste contexto de efetivação dos direitos surgiu a ONG Themis. Criada em 1993 por um grupo de advogadas e cientistas sociais feministas, a ONG tinha como principal objetivo o enfrentamento da discriminação contra as mulheres no sistema judiciário, promovendo a ampliação ao acesso à justiça através de experiências já realizadas pelo Comitê Latino Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos das Mulheres (CLADEM) em países da América do Sul. (DORA, 1999).

O objetivo do projeto de formação legal era de construir redes femininas de informação acerca dos direitos, bem como, multiplicar os conhecimentos adquiridos por essas mulheres durante a formação. (BONETTI, 2000). As mulheres que realizam o curso de formação o fazem porque são lideranças comunitárias ou por conta de suas redes pessoais, buscando não apenas ajudar aos outros com o conhecimento adquirido como também a se defenderem. (FONSECA, C.; BONETTI; PASINI, 1996). A partir dessa participação na comunidade é que as mesmas vão se aproximando das causas públicas, pois, “As lideranças comunitárias não são feministas, não constituem uma corrente teórica de estudos de gênero. É um grupo popular no movimento de mulheres, dando realce no feminino, que condena a discriminação de modo empírico, não teórico”. (SILVEIRA; BRUM, 1999, p. 33).

No curso, que possui 60 horas/aula, as alunas apreendem noções básicas de direitos e leis por meio de conteúdos distribuídos em módulos que tratam de diversos temas dentro de gênero, feminismo e os direitos humanos das mulheres (BONETTI et al., 2002).

De acordo com Fonseca, L., (2012), aprender sobre as leis desmistifica as burocracias presentes nos órgãos públicos ao mesmo tempo em que sensibiliza as pessoas que trabalham na área do direito, que participam do curso como facilitadores, compondo assim uma rede de apoio. O conhecimento adquirido sobre as leis e os códigos empodera as mulheres na busca pelos seus direitos.

Após a formação, as PLPs passam a atuar em seus bairros e no Serviço de Informação à Mulher (SIM). Os SIMs foram criados a partir da iniciativa de algumas PLPs que exerciam

influência em seus bairros e “[...] não queriam apenas trabalhar individualmente, e sim constituírem-se como grupo capaz de encaminhar as demandas de violação de direitos da mulher em suas comunidades.” (SILVEIRA; BRUM, 1999, p. 29).

De acordo com Bonetti (2000), os SIMs representam legitimidade e reconhecimento na atuação destas mulheres. Nos SIMs são analisados os casos e, se necessário, encaminhados para diferentes locais. Os casos de violação aos direitos humanos das mulheres são redirecionados para a assessoria jurídica da ONG, consolidando assim uma rede feminina de informação.

O atendimento prestado nos SIMs consiste em informar as mulheres sobre seus direitos, principalmente em casos envolvendo “[...] questões familiares, tais como reconhecimentos de paternidade, violência doméstica, pensões alimentícias, guarda de filhos, entre outros.” (BONETTI, 2000, f. 18).

O trabalho desempenhado pelas PLPs é voluntário, ou seja, as PLPs não são remuneradas para realizar os plantões no SIM e recebem apenas uma ajuda de custo para alimentação e transporte. Os primeiros SIMs foram criados nas regiões da Restinga e Zona Leste, no ano de 1996. No ano seguinte, foi criado o SIM Partenon. O projeto foi expandido para outros municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre. (BONETTI, 2000).

No ano de 2014, por meio da extinta Secretaria de Políticas para as Mulheres do Estado do Rio Grande do Sul (SPM/RS) em parceria com a Associação de Promotoras Legais Populares (APLP), foi inaugurado o SIM – Tudo Fácil, no Centro de Serviços ao Cidadão Tudo Fácil. O SIM foi incorporado à rede de enfrentamento à violência contra as mulheres do estado – a Rede Lilás RS – que conta com demais secretarias do Estado para a articulação de ações em diversas áreas para o atendimento de mulheres. (FAMER, 2014).

Nos atendimentos, além das informações sobre acesso à justiça e sobre os direitos das mulheres, as mesmas realizavam encaminhamentos para o Centro Estadual de Referência da Mulher Vânia Araújo (CRMVAM), Centro Atendimento de Referência da Mulher de Porto Alegre (CRAM/POA) e para o Centro de Referência em Direitos Humanos da Defensoria Pública do Rio Grande do Sul (CRDH/DPE).

A principal diferença do SIM-Tudo Fácil para os SIMs anteriores relacionava-se com o seu funcionamento. Enquanto os outros SIMs funcionavam uma vez por semana e apenas com as PLPs do bairro, no Tudo Fácil o SIM funcionava diariamente e as PLPs provinham de

várias regiões de Porto Alegre. O espaço esteve em funcionamento até o mês de agosto de 2015.

Metodologia

A metodologia empregada para a construção deste trabalho caracteriza-se em um estudo de cunho etnográfico que consiste em um “[...] exercício do olhar (ver) e do escutar (ouvir).” (ROCHA; ECKERT, 2008). A coleta de dados ocorreu a partir do trabalho de campo realizado no SIM – Tudo Fácil, as técnicas utilizadas para a composição do diário de campo foram observações e entrevistas individuais.

A observação consiste em uma das técnicas imprescindíveis para a compreensão de fenômenos que não podem ser traduzidos apenas em questionários, através dela pode-se realizar um “mergulho” na realidade das PLPs, a fim de se “[...] compreender o ponto de vista do nativo e sua relação com a vida, perceber a sua visão do seu mundo.” (MALINOWSKI, 1976, p. 36). A técnica foi realizada no espaço especializado e também em duas reuniões que contaram com a presença de (quase) todas as PLPs que atuavam no SIM – Tudo Fácil.

As entrevistas individuais contaram com o consentimento verbal das entrevistadas, seguindo os princípios da prática antropológica de negociação do objeto de pesquisa, tanto com os atores pesquisados quanto na construção da pesquisa (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2003; FONSECA, C. 2010). As entrevistadas foram escolhidas aleatoriamente, embora algumas PLPs “indicaram” quem deveria e quem não deveria ser entrevistada. As entrevistas foram realizadas no SIM durante quatro plantões realizados no turno da manhã.

Os dados coletados nas observações e entrevistas compuseram o diário de campo elaborado para a posterior análise etnográfica, que consiste na realização de uma descrição densa. De acordo com Geertz (1978), fazer etnografia é tentar ler, com sentido de “[...] construir uma leitura de, um manuscrito estranho, desbotado, cheio de incoerências, emendas suspeitas, escritas algumas vezes por exemplos transitórios de comportamento modelado.” (GEERTZ, 1978, p. 7).

Sendo assim, escolha pelo método etnográfico deve-se ao fato de que esse, conforme Magnani (2002) baseia-se em uma compreensão, permitindo a organização de dados apreendidos de maneira fragmentada em uma nova ordem que não corresponde nem mais do nativo nem do pesquisador, mas de ambos por ser mais completa que a interpretação dos

informantes e mais densa que o delineamento inicial do pesquisador resultante do contato com o “concreto vivido”.

Conhecendo as Promotoras Legais Populares

Para compreender as práticas das PLPs que atuam no SIM-Tudo Fácil, necessita-se abordar sobre algumas características visíveis nas suas ações que localizam-se no universo do ativismo feminino popular e são atravessadas pelo campo político e as relações de gênero.

A maioria das PLPs possui uma trajetória política marcada pelo popular, essa característica se constituiu a partir do cenário político porto-alegrense nos anos de 1990, com criações de espaços de participação cidadã, como o Orçamento Participativo. A maioria das PLPs ingressou na liderança comunitária a partir desses canais políticos populares (BONETTI, 2000).

Embora esta configuração política tenha passado por algumas mudanças, ainda é marcante a presença deste apelo popular no atual grupo que atua no SIM. A composição do grupo varia com relação ao tempo de realização do curso de formação e as motivações que as levaram a realizar o curso.

Vale ressaltar que esta mesma gestão política que inseriu a participação popular, foi a que, anos depois, possibilitou que o SIM passasse a integrar a rede de atendimento estadual para enfrentamento à violência contra as mulheres.

Apesar de que a maioria das ativistas tenha realizado a formação por conta de suas relações com diferentes espaços políticos e de realizarem trabalho comunitário, algumas PLPs frequentam a Universidade, em cursos como Direito e Serviço Social, esta formação acadêmica pode ser vista não apenas como uma maneira de ingressar no campo político, mas como uma profissionalização ou formação de experiências curriculares para quando forem exercer a profissão (FONSECA, C.; BONETTI; PASINI, 1996).

O grupo de PLPs é heterogêneo, como Bonetti (2007) enfatizou em sua pesquisa sobre o ativismo feminino popular em Recife, pois as práticas políticas das mulheres de base são distintas e carregadas de tensões que foram acessados durante o campo.

A primeira diferenciação percebida foi com relação ao ano de formação das PLPs. Existem algumas PLPs que realizaram a formação nas primeiras turmas, ainda nos anos de 1990, essas mulheres puderam frequentar alguns espaços de gestão pública, por meio de filiações partidárias que tinham esta característica popular e assim, adquirir uma

profissionalização no campo político do município, ou seja, “[...] a participação política está associada a aspirações de mudança de status social e a busca pela realização de projetos individuais.” (BONETTI, 2003, p. 181).

Outras realizaram o curso recentemente, por conta disso, ainda se consideram mais ligadas ao trabalho comunitário do que com o trabalho como PLP, não desassociando suas vivências nas comunidades e nos espaços nos quais as reivindicações comunitárias são pautadas, como Conselhos Municipais e no próprio Orçamento Participativo, com a questão dos direitos das mulheres.

Essa diferenciação temporal acaba por provocar algumas tensões entre as mulheres que estão há mais tempo com as *novatas*, pois há claramente uma disputa de poder em que o tempo de trabalho comunitário e a quantidade de títulos que possuem (conselheiras, delegadas, presidentas, etc.) classifica quem realmente é popular das que apenas “querem aparecer”.

Este tensionamento ficou visível durante a minha interação com as pesquisadas, através de rumores presentes nas situações cotidianas. Esses rumores configuravam-se em indicações de quem eu deveria ou não entrevistar para a pesquisa, de acordo com as próprias PLPs. Segundo Bonetti (2003), estas estratégias compõem o jogo político e são fundamentais para seus vínculos, funcionando como negociações das articulações de poder das PLPs nos espaços políticos que frequentam.

O ativismo feminino popular no SIM – Tudo Fácil

Após conhecer o grande grupo que atuava no SIM – Tudo Fácil foram realizadas entrevistas individuais com algumas PLPs a fim de aprofundar algumas questões que envolvem o universo do ativismo feminino popular dentro do serviço especializado.

Para a presente análise foram utilizadas entrevistas realizadas com três PLPs: Rosa, Simone e Sandra. As entrevistadas realizaram o curso em períodos diferentes e cada uma apontou uma motivação para o trabalho que exercem como PLPs.

A PLP Rosa foi convidada a participar do curso de formação em 2014 por já exercer um trabalho comunitário no seu bairro, o Morro da Polícia. Para ela a motivação para fazer o curso foi a ampliação da sua rede de contatos, gerando assim, uma maior visibilidade ao seu trabalho comunitário e conseqüentemente, poder auxiliar mais mulheres que estão em situação de risco social.

Já a PLP Simone participou da primeira edição do curso em 1993, foi convidada a realizar a formação por já ter um envolvimento com movimentos sociais locais, principalmente com o Orçamento Participativo (OP) no bairro Bom Jesus. A realização do curso possibilitou a Simone uma profissionalização, ou seja, ela transformou a sua militância em trabalho.

Sandra realizou o curso em 1998, foi convidada para realizar o curso por participar no Conselho Escolar da escola de seus filhos, desde então atua como PLP na Restinga e no SIM. A capacitação que Sandra recebeu possibilitou a sua saída da condição de dona de casa, ao qual a mesma não se encontrava satisfeita.

Mesmo sendo um grupo heterogêneo, as PLPs compartilham alguns marcadores, sendo o principal o *popular*. A característica de popular para estas mulheres relaciona-se com a simplicidade, a prática comunitária e o conhecimento das reais necessidades das mulheres. Ao ser questionada sobre o que considerava importante em ser uma PLP, foram evidenciadas essas características na fala de Rosa:

“São mulheres que trabalham lá na ponta, mulheres que têm o conhecimento, que são simples, que se deparam com a mesma igualdade. [...]. Nós aqui somos mulheres que não têm estudo, mas nós somos delegadas, advogadas, assistentes sociais, psicólogas. Nós não temos a formação, mas nós temos muito mais que um caninho (diploma) na mão, nós temos o conhecimento da vida”. (Diário de Campo, doravante DC, 18.03.15).

Ao ser questionada sobre a importância de ser uma PLP, Simone apontou para o ser reconhecida como tal, “*O curso abre muitas portas para a gente, por conta do conhecimento as pessoas te procuram muito, porque a nossa assinatura – como promotora legal – tem peso sim e muito forte*”. (DC, 09. 03. 15).

Além dos atritos encontrados dentro do próprio grupo, outro ponto de tensão se concentra com relação ao Estado, principalmente, com as instituições que lidam com as leis e os direitos. As três entrevistadas se posicionaram criticamente ao falarem da rede de acolhimento às mulheres que buscam o atendimento:

“Se uma mulher não é atendida eu vou atrás e quero saber por que não foi, nas delegacias é aonde nós temos a maior dificuldade, com os juízes também, porque depende da interpretação. Até a gente chegar na cabeça dessas pessoas e fazer cumprir a lei e dizer que eles são obrigados a fazer, sensibilizar essas criaturas para

atender os direitos das mulheres é ainda um grande entrave”. (DC, 09. 03. 15).

A situação apontada por Simone na fala acima foi reafirmada pela Sandra “*As mulheres que procuram aqui (SIM), já recorreram a tudo e encontraram as portas fechadas, elas vêm aqui e são bem recebidas*”. (DC, 04. 03. 15).

Esta situação revela que, mesmo inseridas à Rede Lilás, as PLPs mantêm uma expectativa em tornar o SIM reconhecido como a DEAM, pois mesmo com a incorporação do serviço pelo Estado, são visíveis as fragilidades enfrentadas para a efetivação das funções do SIM, como a falta de recursos para a realização do trabalho das PLPs, que apenas recebem um auxílio para a realização do trabalho voluntário.

Outro ponto que marca o ativismo feminino popular dessas mulheres girou em torno de suas concepções sobre a violência. Visto que o trabalho que desempenham como PLPs está em defender os direitos humanos das mulheres e sendo o combate à violência contra as mulheres uma bandeira do feminismo brasileiro, o mesmo que oportunizou o curso de formação, conhecer como estas mulheres pensavam a violência a partir de suas experiências fez-se fundamental para compreender suas práticas dentro do SIM – Tudo Fácil.

Na narrativa das PLPs observou-se a utilização de conceitos como “violência psicológica” e “violência sexual” para contextualizar as formas de violência contra as mulheres, mas também, ao serem questionadas sobre como elas concebiam este tipo de violência, apareceram nas suas falas situações vividas especificamente pelas mulheres de periferia, como a falta de acesso a serviços públicos e o mau atendimento recebido nas instituições de segurança pública e justiça, como citou Rosa:

“Elas (mulheres pobres) são vítimas também de não poderem ir sentar em uma praça, não poder ir a um posto por não terem o cartão do SUS, porque não tem como comprovar o endereço. Agora a maioria está querendo cuidar mais do seu corpo, elas têm direito a laqueadura, ao adesivo contraceptivo, que até então era negado para elas, porque na comunidade quanto mais filhos melhor, mais dentro de casa, mão de obra barata”. (DC, 18.03.2015).

Sendo assim, a compreensão de violência contra as mulheres pelas PLPs percorre concepções feministas introduzidas a partir da capacitação legal e a vivência proporcionada pelo trabalho comunitário, que de acordo com Vieira (2011), estão localizadas em uma perspectiva além da dimensão de direitos individuais centrada na violência propostos nos cursos de formação.

Um dos objetivos da prática das PLPs corresponde a eliminar barreiras que até então, eram impenetráveis para as mulheres das camadas populares, como o acesso à justiça e o conhecimento sobre direitos, como explicou Rosa

“Eu me emociono, porque é o que eu respiro: levar o conhecimento para essas mulheres e a conscientização dos direitos. A gente conscientiza essas mulheres que estão lá, deprimidas, com medo, que vivem naquele mundinho delas”. (DC, 18. 03. 15).

Ainda dentro da dimensão de mudanças que o trabalho que as PLPs fazem na rede de atendimento e na humanização dos agentes do direito, o curso de formação foi apontado por elas como um empoderamento. Sandra narrou que, antes da formação, ela não conhecia os seus direitos e de que já havia passado por situação de violência, mas não soube identificar, porém, após o curso ela mudou:

“Eu mudei. Eu mudei o jeito de falar, o jeito de ser, o jeito de tratar meus filhos. Tudo eu mudei. Quando a gente descobre e passa, a saber, dos nossos direitos, parece que o mundo todo se abre. Hoje em dia eu bato perna, exijo meus direitos e grito. Não adianta, enquanto não me derem os meus direitos eu vou gritar sempre, protestar sempre”. (DC, 04.03.2015).

A ação dessas mulheres acabou modificando suas realidades e com isso, trouxe uma nova forma de compreender a justiça ao aproximar suas experiências com a teoria do curso, ou seja, rompeu com barreiras impostas por um sistema excludente e desigual.

A análise acima apresentou algumas particularidades do ativismo feminino popular das PLPs no SIM – Tudo Fácil. As práticas dessas ativistas, que não se restringe apenas ao espaço de atendimento, consistem em uma nova configuração de ativismo feminino popular que não corresponde mais ao modelo feminino estereotipado a partir de uma maternidade militante. (BONETTI, 2007).

Considerações finais

O objetivo deste trabalho foi analisar as práticas do ativismo feminino popular – das PLPs – dentro de um serviço de atendimento especializado, o SIM – Tudo Fácil.

Para a realização deste trabalho, de cunho etnográfico, foram realizadas entrevistas, observações e realização de diários de campo com as PLPs que atuavam no SIM-Tudo Fácil. O

método utilizado conjuntamente com material coletado possibilitou acessar as ações que envolvem o universo do ativismo feminino popular contemporâneo dentro deste contexto.

As práticas das PLPs são permeadas por características que vão desde reivindicações individuais, como emprego, ascensão social, recursos materiais, etc., até a preocupação com questões mais voltadas para os direitos humanos das mulheres, como no caso das mulheres que buscam o atendimento no SIM e seus desfechos dentro da rede de atendimento.

No campo foi possível acessar as tensões recorrentes da ação política das PLPs com o Estado, que compõe a experiência diária dessas mulheres, como a expectativa pelo reconhecimento de suas atividades assim como os demais espaços de atendimento especializado presentes na Rede Lilás, visto as fragilidades para a efetivação das funções do SIM que acarretou no seu desligamento.

Buscou-se compreender suas práticas através da narrativa de suas vivências no espaço de atendimento especializado, as relações que são sobrepostas ao exercício como ativistas dos direitos humanos das mulheres e suas estratégias atribuídas ao trabalho que realizam como lideranças comunitárias implicam em um ativismo feminino popular contemporâneo que é composto por uma ressignificação de práticas feministas apreendidas durante o curso de formação.

Sendo assim, observar a prática dessas ativistas implicou em não desassociar o trabalho comunitário realizado em suas comunidades, proporcionando uma experiência analítica sobre a militância de mulheres da periferia de Porto Alegre e como esta dinâmica é potente para a produção e reprodução de concepções de direitos e exercício da cidadania em localidades construídas socialmente às margens do Estado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BONETTI, A.L. **Entre feministas e mulheristas**: uma etnografia sobre Promotoras Legais Populares e novas configurações da participação política feminina popular em Porto Alegre. 2000, 195 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Curso de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2000. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/79146/174287.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 15 ago. 2014.

_____.et al. Percurso da cidadania: da capacitação legal à promoção e garantia dos direitos humanos das mulheres. In: DORA, D.D. (Org.). **Direito e mudança social**: projetos de

promoção e defesa de direitos apoiados pela Fundação Ford no Brasil. Rio de Janeiro: Renovar: Fundação Ford, 2002, p. 241-275.

_____. **Entre femininos e masculinos**: negociando relações de gênero no campo político. **Cadernos pagu**, Campinas, n. 20, p. 177-203. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n20/n20a07>>. Acesso em: 15 ago. 2014.

_____. **Não basta ser mulher, tem que ter coragem**. Uma etnografia sobre gênero, poder, ativismo feminino popular e o campo político feminista de Recife-PE. 2007, 261 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2007. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?view=vtls000430418>>. Acesso em: 19 jan. 2015

_____.; FONTOURA, N.; MARINS, E. Sujeito de direitos? Cidadania feminina nos vinte anos da constituição cidadã. In: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **Políticas Sociais**: acompanhamento e análise. Brasília- DF, v. 3, n. 14, p. 199-257, 2009.

CARDOSO DE OLIVEIRA, L. R. **Pesquisa em vs. Pesquisa com seres humanos**. Brasília-DF: UNB, 2003. (Série Antropologia, 336).

DORA, D. D. Themis e acesso à justiça. In: FONSECA, C.(Org.). **Themis**: gênero e justiça. Porto Alegre: Themis - Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero, 1999, p. 5-12. (Direitos Humanos: acesso à justiça).

FAMER, V. **Serviço de informação à mulher é inaugurado no Tudo Fácil**. Porto Alegre, 7 maio 2014. Disponível em: <<http://www.radioguaiba.com.br/noticia/servico-de-informacao-a-mulher-e-inaugurado-no-tudo-facil/>>. Acesso em: 17 set. 2014.

FONSECA, C. **Família, fofoca e honra**. Etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

_____. O anonimato e o texto antropológico: dilemas éticos e políticos da etnografia “em casa”. In: SCHUCH, P. VIEIRA, M. S.; PETERS, R. (Org.). **Experiências, dilemas e desafios do fazer etnográfico contemporâneo**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010, p. 205-227.

_____.; BONETTI, A. L.; PASINI, E. Novas formas de liderança: um olhar antropológico sobre o projeto Themis: promotoras legais populares. In: FONSECA, C. (Org.). **Programas de capacitação legal**. Porto Alegre: Themis, 1996. Disponível em: https://sistema.planalto.gov.br/spmulheres/textos/THEMIS/novas_formas.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2014.

FONSECA, L. G. D. **A luta pela liberdade em casa e na rua**: a construção de direitos das mulheres a partir do projeto promotoras legais populares no Distrito Federal. 2012. 171 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade de Brasília (UNB), Brasília – DF, 2012.

GEERTZ, C. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

JELIN, E. Mulheres e direitos humanos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 117-149, 1994.

MAGNANI, J. G. C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. V. 17, n. 49, jun. 2002.

MALINOWSKI, B. **Os argonautas do pacífico ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia. São Paulo: Abril Cultural, 1976.

ROCHA, A. L. C.; ECKERT, C. Etnografia: saberes e práticas. In: PINTO, C.R.J; GUAZZELLI, C.A.B. (Org.). **Ciências Humanas: pesquisa e método**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

SILVEIRA, S.; BRUM, S. Implementação do Serviço de Informação à Mulher. In: FONSECA, C.(Org.). **Themis: gênero e justiça**. Porto Alegre: Themis - Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero, 1999, p. 29-36. (Direitos Humanos: acesso à justiça).

VIEIRA, M. S. **Categorias jurídicas e violência sexual**: uma negociação com múltiplos atores. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

_____. Processos de significação em contraste: violência contra as mulheres no Brasil e em Cabo Verde. **Revista de Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 49, n. 1, p. 90-96, jan./abr. 2013. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/csu.2013.49.1.11/1498>. Acesso em: 20 jun. 2014.

Faces da pobreza rural em comunidades quilombolas de São Lourenço do Sul/RS

Karin Peglow¹
Márcia Cristina de Lima Cabral²

O presente estudo analisa indicadores sociais de famílias quilombolas em situação de extrema pobreza, na zona rural do município de São Lourenço do Sul, incluídas no Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, instrumento do Programa Brasil Sem Miséria no meio rural e executado pela Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater-RS. O objetivo é caracterizar e identificar privações, bem como os principais anseios dos quilombolas na perspectiva da multidimensionalidade do fenômeno da pobreza. A partir da pesquisa por levantamento, utilizaram-se questionários e entrevistas para observação de características da amostra, que envolveu trinta famílias beneficiárias do programa, de três comunidades quilombolas do município, de um universo de cento e cinquenta e duas famílias incluídas no programa. Os resultados obtidos permitem identificar elementos comuns a realidade social, acesso a políticas públicas e anseios das famílias, contribuindo para a reflexão sobre as condições de vida e privações, as possibilidades de expansão das liberdades e capacidades, e para a formulação e execução de políticas públicas de enfrentamento à pobreza rural.

Palavras-Chave: Pobreza Rural, Quilombolas, Políticas Públicas.

Introdução

A pobreza não é um fenômeno recente no Brasil, tem suas raízes desde seu processo de formação econômica, tornando-se mais consistente a partir da década de 1980 após as sucessivas crises econômicas. Como resultante da forma de ocupação e formação econômica do país, do rápido processo de industrialização e urbanização que aliou a contradição de promover grande expansão econômica com resultados sociais danosos, esse modelo de desenvolvimento institucionalizou também a pobreza rural, através de mecanismos como a concentração fundiária, o uso intensivo de tecnologias modernas que liberam mão de obra,

¹ Mestranda do Programa de Pós Graduação em Extensão Rural da UFSM/RS.

² Socióloga, Extensionista Rural da EMATER/RS-ASCAR, Especialista em Gerenciamento Ambiental.

relações precárias de trabalho e a urbanização acelerada que esvazia o meio rural (ZIMMERMANN; GRISA; TECCHIO; LEITE; BONNAL; DELGADO; MALUF; MATTEI, 2014).

Partindo do reconhecimento de que o fenômeno da pobreza vai além da simples restrição à renda, mas envolve também a privação de outros recursos materiais e o acesso aos bens e serviços públicos essenciais, tais como saúde, educação, alimentação, trabalho, habitação, saneamento básico e lazer (SEN, 2000), outros determinantes históricos da pobreza rural no Brasil somam-se a estes, tais como restrições no acesso à terra, limitações de acesso à educação, acesso aos mercados, privações de acesso a serviços básicos e deficiências de infraestrutura em várias áreas (ZIMMERMANN, 2014).

Nesse sentido, políticas públicas de combate a pobreza ganham novo significado para o desenvolvimento, pois podem contribuir para amenizar uma situação adversa em período curto de tempo e servir de impulso para a sua superação em longo prazo, reduzindo as desigualdades sociais (SILVA e SCHNEIDER, 2015). Uma dessas políticas públicas é o Plano Brasil Sem Miséria (PBSM), lançado em 2011, tendo como foco reduzir a extrema pobreza no país, utilizando a perspectiva da multidimensionalidade, combinando ações de transferência de renda, melhoria das condições de vida e acesso a oportunidades de ocupação e renda no meio rural (MDS, 2014). Em 2012, o governo do estado do Rio Grande do Sul (RS), firma um Acordo de Cooperação Técnica com os Ministérios de Desenvolvimento Agrário (MDA) e Desenvolvimento Social (MDS) para execução do PBSM no meio rural, através do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, pela Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater-RS. Inicialmente sessenta municípios do estado foram incluídos, sendo um destes, São Lourenço do Sul, que possui o maior número de famílias quilombolas incluídas no programa.

As políticas públicas desenvolvidas para os quilombolas são recentes no RS, tendo como referência o “Diagnóstico das Comunidades Negras Rurais Remanescentes de Quilombos do Estado do Rio Grande do Sul” publicado em 2005 pela Secretaria Estadual da Agricultura e Abastecimento e Emater/RS, que teve como objetivo oferecer subsídios para uma atuação específica junto às comunidades negras rurais, inserindo o quilombola como público especial a ser atendido em políticas públicas, desencadeando algumas ações direcionadas à geração de renda e melhoria nas condições de vida dessas comunidades, como possíveis beneficiárias de políticas de combate à pobreza no meio rural, evidenciando

também algumas recorrências quanto às formas de organização e estratégias de resistência desses coletivos (RUBERT, 2005).

Este contexto e o conjunto de esforços e políticas públicas voltadas para o enfrentamento do fenômeno da pobreza rural, embasa a relevância do presente trabalho que tem como objetivo apresentar e analisar alguns indicadores sociais de famílias quilombolas em situação de extrema pobreza, em três comunidades quilombolas rurais no município de São Lourenço do Sul que estão incluídas no Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, no sentido de caracterizar e identificar privações, bem como os principais anseios dos quilombolas, trazendo à tona “faces” da pobreza rural em comunidades quilombolas do município.

Revisão Bibliográfica

Para aprofundar a análise sobre a pobreza brasileira atual e dos mecanismos que vêm sendo desenvolvidos para seu enfrentamento, as referências principais dizem respeito à forma de concepção e explicação do contexto onde a pobreza está inserida. A pobreza como expressão de relações sociais vigentes na sociedade capitalista, remete à busca pela explicação dos processos de acumulação contemporâneos que têm como suporte os interesses do capital financeiro.

A partir de estudo desenvolvido sobre a caracterização da pobreza em seis territórios brasileiros, Zimmermann (2014) aponta que a ligação da pobreza está relacionada com o processo de industrialização e de urbanização ocorrido na segunda metade do século XX, onde o contexto histórico de formação dos espaços geográficos dos territórios remete a alguns elementos estruturais que atuaram e ainda atuam no sentido de manter a pobreza em níveis elevados. Destaca que uma das principais privações é a dificuldade histórica de parte importante da população residente nesses territórios de ter acesso à terra, o que produz resultados comuns presentes em todos os territórios: os elevados índices de concentração da posse da terra e a grande quantidade de conflitos agrários, concluindo que desses problemas fundiários derivam parcelas expressivas das populações pobres, pois historicamente a propriedade privada da terra foi um elemento determinante das relações sociais agrárias e das próprias condições de vida degradantes no espaço rural. Decorrente desse modelo agrário aponta que o processo de desenvolvimento agrícola do país tornou-se um instrumento de propagação da pobreza, pois ao longo do tempo, as formas agrícolas tradicionais foram

praticamente esquecidas pelas políticas públicas, tendo sido dada prioridade à agricultura de larga escala e voltada para as exportações.

Segundo Amartya Sen (2000), a pobreza pode ser definida como uma privação das capacidades básicas de um indivíduo e não apenas como baixa renda. A privação de capacidades elementares pode refletir-se em várias outras deficiências, como analfabetismo, subnutrição, morte prematura, entre outras. Segundo Sen, é importante ter em mente que a redução da pobreza de renda não pode ser o único objetivo de políticas de combate à pobreza. A pobreza deve ser entendida como a privação da vida que as pessoas realmente podem levar e das liberdades que elas realmente têm. Ao abordar o desenvolvimento como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam, contrastando o enfoque das liberdades humanas com visões mais restritas do desenvolvimento com crescimento de renda, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social, o autor destaca que a partir de oportunidades sociais adequadas, os indivíduos podem definir seu próprio destino. O processo de desenvolvimento centrado na liberdade é em grande medida uma visão orientada para o agente reconhecendo aí o papel positivo da condição de agente.

Com base no Censo de 2010, a distribuição da extrema pobreza entre os meios rural e urbano apresenta valores próximos: 47% no rural e 53% no urbano. Porém a incidência da extrema pobreza no campo é de uma em cada quatro famílias; enquanto 5% da população urbana pode ser caracterizada como extremamente pobre, 25% da população do campo encontrava-se nesta situação (MDS, 2014). No RS, a situação da pobreza rural pode ser expressa por três indicadores principais a partir de dados do MDS e do Censo de 2010, em que 171.100 famílias estão inscritas no Cadastro Único, 83.644 famílias rurais recebem Bolsa Família e 76.854 estão enquadradas como de extrema pobreza (EMATER/RS, 2013).

A persistência do fenômeno da pobreza levou o governo federal a criar o PBSM, tendo por objetivo geral promover a inclusão social e produtiva da população extremamente pobre, tornando residual o percentual dos que vivem abaixo da linha da extrema pobreza. São seus objetivos específicos: Elevar a renda familiar *per capita*; ampliar o acesso aos serviços públicos, ações de cidadania e bem-estar social; ampliar o acesso às oportunidades de ocupação e renda por meio de ações de inclusão produtiva nos meios urbano e rural. A partir de três eixos desenvolvidos, a garantia de renda, a inclusão produtiva e acesso a serviços públicos, estão sendo buscados a ampliação de oportunidades e o desenvolvimento de capacidades (MDS, 2014).

No meio rural, a estratégia do PBSM se efetiva através do Programa Fomento Produtivo Rural, visando a inclusão social e produtiva das famílias rurais, como no caso das famílias quilombolas em situação de extrema pobreza, através de recursos financeiros para a implantação de projetos de estruturação produtiva e ações de inclusão social e acesso a políticas públicas. São beneficiários do Programa, agricultores familiares e os demais beneficiários que se enquadrem nas disposições da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que simultaneamente encontram-se em situação de extrema pobreza e inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico. Através da Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER para as famílias, visa acompanhar e estruturar a produção de alimentos para autoconsumo e para comercialização do excedente e geração de renda.

No RS é desenvolvido pela Emater/RS, junto à população em situação de extrema pobreza no meio rural, tendo como eixos de atuação: Cidadania e garantia de direitos; Contribuições para a promoção da qualidade de vida no meio rural; Contribuições para a inclusão produtiva. A partir do diagnóstico de cada unidade de produção familiar, é elaborado um projeto de estruturação produtiva e social, com tecnologias adequadas à realidade local, ao perfil do público beneficiado e à sustentabilidade ambiental. O projeto de estruturação produtiva destina-se à aplicação do recurso do programa, no valor de R\$ 2.400,00 por família, através da transferência direta de recursos financeiros não reembolsáveis, com a mesma estrutura de pagamento já utilizada pelo Programa Bolsa Família. Cabe aqui destacar que na execução do Programa os beneficiários definiram as atividades produtivas conforme suas aptidões e anseios, bem como as capacitações nas suas áreas de interesse (hortaliças, panificação, atividade leiteira, avicultura, etc).

Conforme Silva e Schneider (2015), programas direcionados aos pobres do meio rural, como o Programa de Fomento Produtivo, que proporciona crédito a fundo perdido para atividades produtivas de beneficiários do Programa Bolsa Família, tenderão a ser exitosas, já que tais famílias apresentam restrições para participar do Programa Nacional de Crédito para a Agricultura Familiar (Pronaf), como falta de documentação, pouca disponibilidade de terra e acesso à informação, entre outros fatores, incluindo a falta de interesse em investir na produção através de financiamentos. Destacam ainda que ações desse tipo, que envolvem o crédito e capacitação para as atividades produtivas, tem maior potencial para viabilizar renda para as famílias, bem como a ampliação das liberdades que a perspectiva seniana de desenvolvimento propõe.

Na execução do Programa no RS, iniciado em 2012, os municípios foram agrupados seguindo critérios de concentração de pobreza, proximidade, área e número de agricultores familiares, critérios que organizam as prioridades do governo do estado na época, voltadas para o enfrentamento da pobreza nas áreas rurais. No âmbito do Território Zona Sul (TZS) foram apresentadas diretrizes, para execução do programa e seleção das famílias beneficiárias, pelo Colegiado de Desenvolvimento Territorial (CODETER), a priorização do público quilombola e a agroecologia. Porém cabe ressaltar que o Programa não dispõe de nenhuma abordagem específica para o público quilombola.

No TZS existem mais de 40 comunidades quilombolas já identificadas, com uma trajetória de marginalização dos processos de desenvolvimento modernizantes, pois vivenciaram diversos processos que conduziram para a produção ativa de sua “ausência” como agentes sociais dignos de reconhecimento e de direitos humanos fundamentais, gerando uma série de privações (CAPA, 2009).

Os quilombolas têm sua origem como população subordinada e escrava no espaço estancieiro, tendo sido sua relação de invisibilidade reforçada pelos processos de colonização por imigrantes europeus e com a modernização da agricultura (RUBERT, 2009). A diversidade dos processos de formação dos territórios de quilombos certamente relaciona-se com o tipo de relação social que se estabeleceu, a escravidão permeada pela servidão, conforme Rubert (2009) a complexidade relacionada à gênese do que vem a ser entendido como quilombo, surgindo daí diferentes estratégias de territorialização como local de refúgio e esconderijo; áreas doadas em testamento pelo antigo senhor estancieiro; aquisição através de compra paga com trabalho ou outros bens; recompensa em revoluções o simples “apossamento” de terrenos impróprios às atividades produtivas dominantes.

Em pesquisa realizada no Rio Grande do Sul (RUBERT, 2005) foram identificadas 58 comunidades, onde todas apontaram ascendência negra, não necessariamente escrava, mas também indígena, brasileira, espanhola, portuguesa e polonesa, o que revela um pouco da relação destas comunidades com uma condição, não apenas uma etnia. Nessas comunidades, quanto ao acesso à terra, 55,2% possuem menos de 3 ha, além de 29,3% entre 3 e 10 ha, considerando então 80% com menos de 10 ha, em áreas comumente de relevo íngreme e solo pedregoso, com baixa aptidão para agricultura. Mesmo assim, como autoconsumo a agricultura é importante em um conjunto de cultivos, mas não tanto como fonte de renda dos núcleos familiares, visto que na combinação de estratégias de sobrevivência 100,0% tem como

fonte aposentadoria e pensões, 91,4% o trabalho diarista, 60,3% a agricultura, 31,0% o emprego formal, 24,1% a criação de animais, e na faixa de 10% ou menos o artesanato, extrativismo e horticultura. Demonstrando que há uma conjugação de atividades para alcançar os meios de sobrevivência, o que não envolve permanecer apenas nas comunidades, na medida em que o trabalho temporário se dá em 53,4% que trabalham nas redondezas, 25,9% nos centros urbanos e 8,6% em outras comunidades.

De acordo com dados da Fundação Cultural Palmares, existem 2474 comunidades quilombolas certificadas no país, 106 no Rio Grande do Sul (RS) e 5 em São Lourenço do Sul. Cabe ressaltar que São Lourenço do Sul é o segundo município do estado em número de comunidades quilombolas, estando nessa posição juntamente com Porto Alegre e Piratini, que também possuem cinco comunidades certificadas (FCP, 2015).

Materiais e Métodos

O presente trabalho foi realizado no município de São Lourenço do Sul que possui uma população de 43.111, é caracterizado pela predominância de pequenas propriedades na sua zona colonial (59,05% estabelecimentos com até 100ha), com 43,78% das pessoas residentes em área rural. Em relação a faixa de renda, 1.310 encontravam-se em situação de extrema pobreza, com renda domiciliar per capita abaixo de R\$ 70,00. Isto significa que 3,0% da população municipal viviam nesta situação. Do total de pessoas extremamente pobres, 628 (47,9%) viviam no meio rural e 682 (52,1%) no meio urbano. Do ponto de vista da questão étnico racial, 20,5% se classificaram como brancos, 17,0% como pretos, 3,5% como pardos e 0,6% das pessoas se declararam amarelos ou indígenas (IBGE, 2010).

A implementação do Programa Fomento às Atividades Produtivas Rurais no município a partir de 2012, beneficiou 152 (cento e cinquenta e duas) famílias de agricultores familiares em situação de extrema pobreza, sendo que destes, 61 (sessenta e uma) famílias são quilombolas, oriundas das cinco comunidades existentes no município. Inicialmente foi constituído um Comitê Gestor do Programa, envolvendo além da Emater/Rs, representantes das Secretarias Municipais de Desenvolvimento Social e Desenvolvimento Rural, Conselho Municipal de Assistência Social, representantes de organizações da agricultura familiar e dos quilombolas. Com base nos dados do Cadastro Único foi elaborado um mapa dos aglomerados rurais com maior concentração de famílias em extrema pobreza, que coincidiu

fortemente com a localização das comunidades quilombolas. O atendimento das famílias no Programa se deu por etapas. Na primeira etapa, os extensionistas da Emater/RS fizeram um diagnóstico das famílias a partir de um questionário do MDA com suas características sociais e produtivas. Na segunda etapa, com base nesse diagnóstico, a família e os técnicos elaboraram um projeto para organizar e/ou ampliar a produção ou outras atividades de geração de renda, sendo liberada nessa etapa a primeira parcela do fomento, mantendo-se os serviços de ATER para as famílias durante o desenvolvimento do projeto produtivo.

Do conjunto das famílias beneficiárias do Programa Fomento no município (152 famílias), o recorte que compõem a amostra do presente trabalho é composta por 30 (trinta) famílias quilombolas, equivalendo a 49% da população quilombola total no Programa em São Lourenço do Sul, abrangendo 3 comunidades quilombolas (Monjolo, Torrão e Coxilha Negra) do total de 5 existentes no município. Utilizou-se uma amostragem não aleatória, no sentido de abranger maior número de comunidades e pelas condições da logística de deslocamento das pesquisadoras, a amostra é composta por 50% das famílias beneficiárias, de três comunidades distintas, totalizando 30 (trinta) famílias. Correspondem a 100% dos beneficiários do Programa nestas comunidades.

A metodologia utilizada nesse estudo constituiu-se por pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, além da experiência em atividades de extensão rural no município por parte das autoras. Na pesquisa de campo, o instrumento utilizado foi o modelo de formulário fornecido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário para o Diagnóstico da Unidade de Produção Familiar (UPF), tendo sido realizado em 2012 quando da realização do diagnóstico nas UPF's, etapa inicial do Programa Fomento, através de visitas nas mesmas. Em 2015 foi efetuada a tabulação a partir dos questionários, em função do volume de informações geradas, optou-se por utilizar apenas um recorte deste conjunto de dados, adequado ao propósito da pesquisa. As informações selecionadas foram organizadas de tal forma a permitir a análise e confrontação com o objetivo proposto, sendo tratados através do programa estatístico "Statistical Package for Social Sciences" (SPSS), um dos softwares mais usados para análises estatísticas, sendo um recurso referencial na análise de dados em ciências sociais (BRUNI,2009).

Resultados E Discussões

As famílias que compõem a amostra deste estudo, são oriundas das comunidades quilombolas Torrão (56,7%), Monjolo (26,7%) e Coxilha Negra (16,7%). Este percentual da amostra relacionado ao número de famílias residentes, demonstra que na comunidade do Torrão, corresponde a 89,47% do total de famílias da comunidade, Monjolo 32% e Coxilha Negra 16,66%, evidenciando que entre as três comunidades, Torrão concentra maior número de famílias em situação de extrema pobreza. Sendo Torrão também a comunidade mais distante da sede do município, localizada a 60 Km, Monjolo a 50Km e Coxilha Negra a 20Km.

Em relação ao integrante da família que respondeu o questionário quando da aplicação do instrumento, estão distribuídos quanto ao gênero em sua maioria feminino correspondendo a 53,3% e, 46,7% masculino. Quanto à idade dos entrevistados, a média é 39,73 anos, tendo como idade mínima 25 anos e máxima de 60 anos. Em relação ao grau de escolaridade dos entrevistados, 63,35% possuem o ensino fundamental incompleto e 26,7% são analfabetos, índice que revela a grande carência educacional nestas comunidades. Conforme Maluf e Mattei (2010), um dos determinantes históricos da pobreza rural no Brasil são as “capacidades”, onde se destaca o papel fundamental da educação na elevação da renda das pessoas e das próprias famílias, mas também como fator que contribui para a cidadania. Desta maneira, podemos refletir acerca dos serviços educacionais que essas famílias quilombolas tiveram possibilidade de acessar, quando os tiveram. Porém, devido ao leque de políticas públicas na área da educação, bem como ao atrelamento do Programa Bolsa Família à comprovação da frequência escolar, as perspectivas futuras tenderão a uma mudança nesse perfil.

Em relação à área das Unidades de Produção Familiar (UPF) onde residem as famílias, uma característica comum nas comunidades é que 100% da amostra está na condição de “posseiro”, ou seja, não possuem documentação da terra, na perspectiva do que Rubert (2009) aponta como característica das comunidades quilombolas, onde a autora inclui que em grande parte são terras de difícil acesso aliadas a difíceis condições de trabalho e uso para a produção. Quanto à área ocupada, possuem uma Média de 1,41 hectares, tendo como máximo 6 hectares e Mínimo 0,10 hectares. Porém 50% das famílias investigadas possuem áreas menores que 1 (um) hectare (ha), 47% de 2 (dois) à 3 (três) ha e somente 1 (uma) família com 4 (quatro) há. Em relação ao número de integrantes da família, estas possuem em média 3

integrantes, variando entre o mínimo de 1 e o máximo de 7 integrantes. Já em relação ao número de filhos residentes, as famílias possuem em média 1,5 filhos, variando entre nenhum filho residente e o máximo de 5 filhos.

Em relação às condições de habitação, 80% das moradias são de alvenaria, as condições da moradia são, em grande parte, de regulares a ruins (86%), quanto ao número de cômodos da casa a média é de 2,7 cômodos, porém, chama a atenção a Moda, em relação às duas variáveis, pois a quantidade de cômodos que mais se repete é 1 cômodo, para a casa e para dormir. Em relação à energia elétrica 93,3% possuem este serviço e, quanto ao acesso às propriedades, 60% destas expressaram condições ruins ou muito ruins. Essa dificuldade de acesso além de ser uma barreira física, acaba contribuindo para o isolamento, conforme Rubert (2009), gerando exclusão social e invisibilidade dessas comunidades.

Em relação às condições de saneamento das famílias entrevistadas, 57% não possuem banheiro; em 67% das habitações o destino do esgoto é a “céu aberto”, 30% utilizam a “fossa negra” e apenas 3% a fossa séptica. A água para consumo das famílias é oriunda de cacimba, sem nenhum tipo de tratamento, 63% das famílias possuem água insuficiente para o consumo e 17% parcialmente suficiente. Além de todas as carências já citadas, a falta de água é mais um indicador que demonstra as fragilidades à que estas populações estão expostas.

Outro indicador investigado, é relativo aos Bens Duráveis que as famílias possuem, sendo estes agrupados em Equipamentos Eletrônicos (DVD, celular, aparelho de som, parabólica, computador, TV), Eletrodomésticos (fogão à lenha, fogão à gás, freezer, geladeira, máquina de lavar roupas, máquina de costura, micro-ondas) e Meios de Transporte (bicicleta, motocicleta e automóvel). Quanto aos bens duráveis classificados como eletrônicos, observa-se que a maioria não possui computador (96,7%) e a maioria (86,7%) possui TV; 36,7% possuem aparelho de DVD, 93,3% das famílias possuem aparelho de som e, quanto a telefone celular, 20% das famílias não possuem, enquanto que 36,7% possuem mais de um telefone na família. Quanto aos eletrodomésticos, 90% possuem fogão à lenha e 60% possuem fogão à gás; 76,7% não possuem freezer e 40% não possuem geladeira, enquanto que 30% das famílias possuem máquina de lavar roupas. Quanto aos meios de transporte que mais famílias possuem, destaca-se a motocicleta (43,3%) e o automóvel menor número de famílias têm (6,7%), enquanto que bicicleta 30% das famílias possuem para deslocamento.

As formas de organização e integração social das famílias, expressa também a inserção dos quilombolas na sociedade. A partir da distribuição de frequência dos tipos de integração

social, observou-se que apenas “Associação” é a mais citada (26,7%), seguida de apenas “Cooperativa” com 3,3%; “ONG+Associação+Igreja” com 40%, “Igreja+Associação” com 16,7%, “Organização Não Governamental (ONG)+Associação” 10%, e “Associação+ONG+Cooperativa+Igreja” com 3,3%. Associação é a mais citada, tanto individualmente como associada a outras formas de integração social, certamente decorrente do processo de Certificação das comunidades, desenvolvido a partir de demanda da setorial quilombola junto ao CODETER pela ONG Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA). Portanto as famílias quilombolas estão inseridas em algum tipo de integração social, com destaque para as Associações, a Igreja e a integração com ONG. Pinheiro (2014) aponta que estas associações foram a estratégia utilizada pelos quilombolas para entrarem na esfera da legalidade, principalmente em relação ao Estado, em relação aos processos de titulação coletiva da terra das comunidades.

Quando da realização do diagnóstico, as famílias entrevistadas foram questionadas quanto aos seus anseios para a vida futura da família. Não como algo que o Programa Fomento fosse dar conta, porém para nortear a ação extensionista e a articulação de políticas públicas para as famílias. A figura 1 expressa a síntese destes anseios.

Figura 1 – Representação gráfica da distribuição de frequências dos entrevistados quanto aos



Fonte: Dados da Pesquisa

Ao avaliar os principais anseios das famílias as “faces da pobreza” se escancaram novamente, sendo a habitação o “sonho” mais lembrado. O problema habitacional no meio rural é um dos cerne para a não permanência das famílias nesse meio, pois as mesmas necessitam dispor das mínimas condições de vida, dentre as quais se destaca como fundamental a habitação. Cabe destacar que na época do diagnóstico (2012) a maioria das famílias estava encaminhando projetos para construção ou reforma de casas através do [Programa Nacional de Habitação Rural](#) (PNHR). O programa foi criado pelo Governo Federal no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, com a finalidade de possibilitar ao agricultor familiar, trabalhador rural e comunidades tradicionais o acesso à moradia digna no campo. Em segundo lugar é lembrada a essencial e vital água, necessidade tão básica e direito incontestável de cada cidadão. Contrastando com os dados anteriormente apresentados, das limitações de acesso à água, a situação pode ser semelhante ao que Zimmermann (2014) apresenta, de que a privação do acesso a água é um elemento determinante para manutenção da condição social de pobreza dessas famílias. Nesse caso não pode ser identificada nenhuma política pública que estivesse sendo desenvolvida para solucionar essa situação.

O acesso ao bem mais precioso – a terra vem em terceira posição. Como apresentado por Rubert (2009), os elementos constitutivos dos territórios negros atuais são oriundos de posse, doação por testamento, a compra através de dinheiro ou trabalho, entre outros. O dado apresentado anteriormente, de que 100% das famílias entrevistadas utilizam sua área na condição de posseiros, aponta o longo caminho a percorrer, como reforça Pinheiro (2014) de que a normatização estatal para a titulação dos territórios negros possui muitos entraves, embora estes tenham sido historicamente expropriados, terão ainda que enfrentar a burocracia e o acirramento de conflitos locais pela legalização de seu território.

Considerações Finais

Este artigo buscou apresentar algumas faces da pobreza rural entre famílias quilombolas, através de sua caracterização evidenciada nos dados e análises apresentadas, reforçando a concepção teórica relativa às privações que a situação de extrema pobreza expõe as famílias. Estas privações e anseios demonstram necessidades quanto a recursos materiais e financeiros, acesso aos bens e serviços públicos essenciais como no caso da habitação e

saneamento, mas também o enfrentamento quanto a outros determinantes históricos da pobreza rural no Brasil, tais como restrições no acesso à terra, limitações de acesso à educação, deficiências de infraestrutura, bem como a superação de limites que privam estas famílias da vida que as pessoas realmente podem levar e das liberdades que elas realmente têm.

Destaca-se também que, na perspectiva da multidimensionalidade da pobreza, é fundamental a intersetorialidade da ação governamental através de diferentes políticas públicas, contribuindo para ampliar as oportunidades e as capacidades desenvolvidas pelos sujeitos sociais que estão em condição de pobreza, nesse caso as famílias quilombolas.

Nesse sentido desperta interesse em aprofundar pesquisas e análises, envolvendo outros indicadores relacionados às privações, bem como capacidades e oportunidades que o Programa oportuniza ou condiciona a essa categoria social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRUNI, A. **SPSS aplicado à pesquisa acadêmica**. São Paulo. Atlas, 2009

CAPA. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: território da cidadania Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul**. Pelotas, 2009.

EMATER/RS-ASCAR. **Programa de Fomento à Inclusão Produtiva para Agricultores (as) Familiares e Indígenas em Situação de Extrema Pobreza no RS**. Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, 2013. 58 p.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. Disponível em <http://www.palmares.gov.br>. Acesso em: 12 out. 2015

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. 2010. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br> Acesso em: 29 ago. 2015

MALUF, R.; MATTEI, L. Elementos para a construção de uma agenda de políticas públicas para o enfrentamento da pobreza Rural. In: **V Fórum Internacional de Desenvolvimento Territorial: Estratégias de Combate a Pobreza Rural**, 11., 2010, Pernambuco. Anais... Brasília: IICA, 2011.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A POBREZA. **Plano Brasil Sem Miséria – Resultados no meio rural 2011 a 2014**. Brasília, 2014.

PINHEIRO, P. S. Comunidades quilombolas na região das antigas charqueadas: territórios negros e políticas públicas no município de São Lourenço do Sul, RS. In: **Cadernos do Lepaarq**, v. XI, n. 22, 2014.

RUBERT, Rosane Aparecida. Comunidades negras no RS: o redesenho do mapa estadual. In: SILVA, Gilberto Ferreira et al. (Orgs) **RS negro**: cartografia sobre a produção do conhecimento. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

RUBERT, Rosane Aparecida. **Comunidades negras rurais do RS**: um levantamento socioantropológico preliminar. Porto Alegre: RS Rural, IICA, 2005. 173 p.

SEN, Amartya K. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, C. B. C, SCHNEIDER, S. Pobreza rural e o Programa Bolsa Família – desafios para o desenvolvimento rural no Brasil. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

ZIMMERMANN, S. A., GRISA, C., TECCHIO, A., LEITE, S. P., BONNAL, P., DELGADO, N. G., MALUF, R. J., MATTEI, L. Desenvolvimento territorial e políticas de enfrentamento da pobreza rural no Brasil. In **CAMPO-TERRITÓRIO**: revista de geografia agrária, v. 9, n. 17, abr. 2014.

ZIMMERMANN, S. A. A abordagem territorial nas políticas públicas brasileiras e a pobreza rural: um olhar a partir de estudos de caso. In **CAMPO-TERRITÓRIO**: revista de geografia agrária, edição especial XXI ENGA-2012, jun. 2014.

Resistindo as remoções forçadas da Copa do Mundo na cidade de Porto Alegre: possibilidades e obstáculos à crítica pública

Gabrielle Oliveira de Araujo

Com este artigo pretende-se refletir sobre as possibilidades à emergência de processos de contestação nas arenas públicas brasileiras. Mais especificamente, foca na dinâmica de ações de resistência às remoções forçadas no contexto de realização da Copa do Mundo FIFA na cidade de Porto Alegre, buscando discutir os obstáculos políticos, morais e institucionais à ação política de grupos subalternos. Neste sentido, baseia-se nos resultados da pesquisa de dissertação em sociologia, a qual investigou a construção da disputa política em torno dos significados da Copa decorrente da definição de projetos urbanos estatais que implicaram numa política de remoção de milhares de famílias. Tal pesquisa abordou o processo de conflito a partir de uma perspectiva etnográfica da política vivida embasada na abordagem teórica do pragmatismo crítico. Como resultados apontam-se, por um lado, para a diversidade de pontos de vistas, dinâmicas de ações e interações dos sujeitos envolvidos no conflito e, por outro, para um processo de produção de extrema violência estatal que incide diretamente não apenas na agência política de grupos subalternizados, mas, sobretudo, nos seus corpos e nas suas condições (presente e futura) de vida.

Palavras-Chave: conflito, remoções forçadas; crítica pública; Copa do Mundo.

Introdução

Tudo aquilo que construímos com relatórios, dossiê, intervenções do ministério público e defensoria, tudo isso é documentado e demonstra as violações de direitos humanos que não servem para as comunidades. [...] O que resultou? Nenhuma resposta. O governo está sendo omissivo. Não ficou constatado? Com certeza ficou. Só não enxerga quem não quer ver.

O trecho acima é parte de uma fala do seu Zé, morador da Vila Cruzeiro na cidade brasileira de Porto Alegre. Ela foi proferida em meados de 2014, momento em que os jogos da Copa do Mundo FIFA 2014 (Copa 2014) já haviam iniciado, e expressava a constatação da ineficácia da luta por direitos humanos travada com as instituições públicas brasileiras responsáveis pelo planejamento do megaevento no país.

Durante quatro anos ele esteve à frente de uma batalha pela moradia de famílias ameaçadas pelo avanço de grandes obras urbanas para a Copa 2014 sobre territórios populares. Sendo um dentre os milhares de brasileiros que tiveram os seus planos de vidas interrompidos, ele se tornou símbolo da luta pelo direito à moradia em Porto Alegre. Este reconhecimento resultou do seu engajamento intenso com o Comitê Popular da Copa desta cidade (CPC/POA), participando de ações em arenas públicas locais, nacionais e internacionais.

O CPC/POA foi à principal rede organizada de resistência local que atuou na mobilização coletiva contestatória aos efeitos sócio-urbanos do planejamento urbano especial formulado pelo poder público local para a realização dos jogos na cidade. A emergência deste coletivo integrou e expressou um processo crítico de disputa na construção de um espaço de enunciação pública das remoções forçadas da Copa 2014.

Apropriando-se da linguagem dos direitos humanos, particularmente, do direito à cidade e à moradia digna, a qual foi referência de uma cidadania ampliada na década de 1980 (TELLES, 2000), o CPC/POA passou a interpelar os agentes governamentais e demais autoridades acerca dos significados e legitimidade das intervenções estatais através dos efeitos concretos para um setor específico da sociedade: os moradores de vilas e favelas. Deste modo, o coletivo visou colocar em conflito a perspectiva dominante que passou a se configurar como referência da produção dos territórios urbanos em direção a um suposto desenvolvimento futuro da cidade tendo a Copa 2014 como elemento definidor desta “nova” realidade urbana.

Neste engajamento crítico em fazer emergir as remoções forçadas como um problema público, ampliando a esfera de discussão sobre os efeitos do evento esportivo na produção urbana e nas condições de vida, as ações do CPC/POA traçaram uma trama complexa de conexões e vínculos que conectaram moradores, moradia, avenida, região, instituições públicas, organizações sociais locais e internacionais, acadêmicos e muitos outros. Contudo, o conjunto de ações coletivas por direitos não conseguiu encontrar um terreno fértil que deslocasse a problemática das remoções da Copa de um domínio privado e individual para o âmbito das injustiças sociais. Como constatado por seu Zé, os relatos, falas e depoimentos dos moradores acerca da situação de violação vivida quando chegavam aos escritórios públicos pareciam figurar uma espécie de prisão documental.

A problemática dos limites enfrentados pela crítica pública das remoções forçadas durante o evento da Copa 2014 compõe parte dos resultados da pesquisa dissertação em

Sociologia, a qual abordou o processo de construção do conflito pela moradia popular no tempo da Copa 2014 partindo do contexto específico de experiência do CPC/POA entendido como o espaço do qual emana a crítica pública. A delimitação deste universo empírico, contudo, não restringiu a análise as operações críticas deste coletivo, mas, antes tentou a partir delas estabelecer pontos de conexão com significados, pontos de vistas e formas de atuação diversas envolvidos cotidianamente pela situação de conflito.

Neste sentido, realizou-se uma pesquisa etnográfica da política vivida (QUIRÓS, 2014) ancorada na perspectiva pragmatista da sociologia da crítica (BOLTANSKI, 2000; 2011; 2013) e da sociologia dos problemas públicos e mobilizações coletivas (CEFAI, 1996; 2009). A interlocução com estes autores objetivou deslocar a análise do plano normativo para a ênfase descritiva de caráter processual das dimensões constitutivas da dinâmica de mobilização contestatória e dos sentidos da ação política para os sujeitos envolvidos na situação de conflito pela moradia popular.

Entre idas e vindas, o campo de pesquisa compreendeu um período de quatro anos em contato com os integrantes do CPC/POA. Ao segui-los nos desdobramentos da situação problemática de ameaça de remoções forçadas até o início da efetivação da política pública que culminou na retirada das famílias, a pesquisa acompanhou de perto algumas das experiências vivenciadas pela diversidade de moradores em meio às mudanças impostas aos seus cotidianos. Deste modo, seguir a construção da crítica pública possibilitou o contato com outras redes políticas locais, às quais se buscava mobilizar, aliar ou contestar e, ao mesmo tempo, era estar presente em situações circunstanciais desdobradas pelas intervenções do poder público municipal.

Este conjunto de elementos nos possibilitou complexificar o entendimento acerca da dinâmica de publicização da crítica nas arenas públicas e, de maneira mais ampla, da agência dos grupos subalternos no controle e participação dos processos decisórios envolvendo suas trajetórias de vidas. Com efeito, propõe-se uma reflexão analítica dos limites políticos, morais e institucionais enfrentados em processos de resistência coletivos e/ou individuais que emanam dos territórios populares no Brasil. Como resultados apontam-se, por um lado, os esforços do poder público municipal para conter a crítica pública e efetivar o projeto urbano prioritário para a Copa 2014 na cidade, e, por outro, para a diversidade de pontos de vistas envoltos no conflito da moradia popular.

O texto está estruturado em quatro sessões. Primeiro discutimos a emergência da crítica as remoções forçadas da Copa 2014 a partir do contexto de experiência do CPC/POA. Em seguida, apresentamos a dinâmica interativa entre a crítica e as justificativas do poder público local no processo de publicização da problemática das remoções nas arenas públicas. Na terceira sessão exploramos duas situações que pluralizam os pontos de vista no conflito. Por fim, as considerações finais trazem uma reflexão sobre os obstáculos enfrentados pela crítica pública no processo de resistência as remoções da Copa 2014.

A emergência da crítica das remoções forçadas da Copa 2014

A situação específica que deu origem à constituição do CPC/POA foi o anúncio, em meados de 2010, pelo poder público municipal do Plano Urbanístico Av. Tronco/Cruzeiro como projeto urbano prioritário vinculado à realização da Copa 2014 na cidade. Este compreendia um complexo projeto de engenharia viária envolvendo a duplicação de uma avenida numa extensão de mais de 5 km. O argumento de sua relevância referia-se, por um lado, pelas proximidades da avenida ao estádio oficial dos jogos e, neste sentido, a obra era dita como central a organização do tráfego viário durante o evento esportivo. Por outro, a oportunidade de obter recursos junto ao Governo Federal para realizar um projeto estruturador do sistema viário da cidade que estava previsto no Plano Diretor desde 1959 que, até então, não tinha havido condições administrativas e financeiras para realizá-lo.

Contudo, o amplo traçado da via atravessava três bairros da zona sul de Porto Alegre, tendo sido projetado sobreposto a terrenos aonde se localizavam oito conglomerados de vilas imersas num tecido urbano consolidado com acesso a equipamentos e serviços públicos. Cerca de 1500 famílias habitavam, há décadas, os núcleos de assentamentos informais transformados agora em áreas de interesse especiais para os projetos da Copa 2014. Neste sentido, ao projeto viário foi associado um projeto social que visava, segundo o poder público local, “um resgate urbano-ambiental de uma ampla área de vulnerabilidade social”. Em outras palavras, significa a necessidade de retirar e realocar as famílias para outros locais de moradia.

Nos termos institucionais, o projeto social fora argumentado como mais uma das oportunidades do momento, pois possibilitaria prover moradias regularizadas para um amplo contingente populacional. Contudo, este suposto “benefício” era delimitado, por um lado, pela inevitabilidade do deslocamento das famílias de sua região de origem sob o argumento de

que não havia terrenos disponíveis para moradias populares. Por outro, pela urgência de efetivar o projeto viário prioritário na medida em que seus recursos e execução estavam atrelados ao cronograma dos jogos esportivos. Esta perspectiva implicou no desenho de uma política habitacional de caráter jurídico e temporal excepcional.

Em termos concretos, decretou-se uma lei complementar que alterou uma das principais conquistas local acerca dos programas habitacionais de interesse social que determinava que no mínimo 80% da demanda de habitação deveriam ser atendidas na própria região. Com o decreto, esta garantia foi suspensa para “os casos de reassentamento de famílias em função da Copa 2014”. Deste modo, foi criada uma situação legal que deu autonomia para a prefeitura decidir quais os mecanismos seriam utilizados para efetivar a política de remoção das 1500 famílias.

O delineamento desta situação de excepcionalidade em que obras viárias e política habitacional implicavam na quebra de fluxo de trajetórias de vida foi o alvo principal da emergência do processo de crítica pelo Comitê Popular de Porto Alegre (CPC/POA). Deste ponto de vista, as histórias de vida construídas naquela região a partir do estabelecimento de suas moradias e/ou trabalho deveriam ser consideradas pela política pública garantindo o direito das famílias de permanecerem na região e de participarem nos processos decisórios que envolviam suas condições de vida. Para enfrentar esta situação de excepcionalidade, produzindo rupturas na política estatal de remoção o CPC/POA inicia uma disputa pública em torno do direito à moradia digna se definido pelo caráter de luta coletiva não-estatal.

A luta coletiva pelo direito à moradia

Uma das especificidades do CPC/POA foi integrar uma rede nacional de comitês populares com o objetivo de unificar as lutas locais de resistência aos projetos urbanos da Copa 2014. A Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (ANCOP) foi o principal protagonista das mobilizações contestatórias nas arenas públicas brasileiras que colocou em disputa a perspectiva dominante acerca dos significados do evento para o país. A aliança com esta rede definiu uma agenda comum de narrativas e ações na esfera dos direitos humanos. Deste modo, a situação de remoção foi interpretada como uma situação problemática que implicava em violações de direitos humanos. Ademais, as famílias que, do ponto de vista institucional, compunham um “público alvo” dos projetos urbanos da Copa eram alçadas a

sujeitos de direitos, reelaborando-se simbolicamente os termos de referência da intervenção estatal nos territórios urbanos.

No âmbito local, o CPC/POA formou-se a partir da parceria entre alguns moradores em situação de remoção e representantes de organizações sociais engajados em lutas políticas numa das regiões impactada pelo projeto viário. Esta rede local vai dar origem a um núcleo de resistência organizada localizado numa das pontas da avenida, no Bairro Cristal, tendo como ponto de referência um Ponto de Cultura que desenvolve atividades comunitárias e atua na defesa da regularização fundiária das vilas desta região.

Neste espaço, ocorriam reuniões semanais de construção da luta pelo direito à moradia. Um elemento recorrente era o caráter do grupo definido como uma nova forma de organização política que se diferenciava dos canais estatais de participação e das associações de moradores tradicionais. A ênfase em particular remetia a dimensão de autonomia do coletivo frente as amarradas partidárias e aos recursos e negociações institucionais. Neste sentido, a luta coletiva não estatal era interpretada como possibilidade de construir ações de resistência com efeitos reais no cenário forjado.

Embora, o CPC/POA encontrasse organizado apenas com uma pequena parte das comunidades impactadas pela duplicação da avenida, o coletivo tinha como objetivo formar uma frente unificada que consolidasse um ambiente de convergência entre as vilas e uma força política capaz de incidir sobre os rumos da política habitacional.

Estas características demarcaram um ponto de vista singular do CPC/POA em relação a diversidade de trajetórias sociais, políticas, culturais e materiais envoltas pelo mesmo processo político de intervenção.

A crítica das remoções forçadas em ação

O primeiro embate do CPC/POA com o governo local foi sobre a justificativa de que não havia terrenos disponíveis na região para a construção de moradias populares, a qual fundamentada a suspensão de garantias constitucionais as famílias. Para contrapor a este argumento, o CPC/POA formou uma comissão de moradores que identificou diversas áreas possíveis de desapropriação e demarcação como Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS) para o atendimento da demanda habitacional das famílias a serem removidas. A ação gerou

um documento entregue ao poder municipal para avaliação técnica. No entanto a situação de remoção seguiu latente.

A omissão de informações concretas sobre o plano habitacional a ser executado e os obstáculos a participação das famílias nos processos decisórios do Plano urbanístico resultaram na articulação de um “ciclo de audiências públicas populares”. Deu-se início, assim, a um conjunto de denúncias públicas a instituições governamentais buscando dispor de um espaço de fala dos moradores e da intervenção de autoridades para mediar o diálogo com a prefeitura. Nas audiências foram encaminhados denúncias, documentos e propostas à prefeitura municipal, ao Ministério Público Estadual, ao Ministério Público Federal, à defensoria pública do RS, à Assembléia Legislativa Estadual e à Câmara de Vereadores de Porto Alegre.

As denúncias públicas tinham como núcleo central a noção “remoções forçadas”, caracterizada pela intervenção vertical do poder público, que não conta com a participação das comunidades nas decisões. O argumento em torno desta noção mobiliza mecanismos jurídicos que garantem o direito à moradia das famílias. Neste sentido, a política de remoção é traduzida para a linguagem jurídica de modo a colocar a luta dos moradores num registro de sentido legítimo nas arenas públicas. Contudo, o poder administrativo seguiu omissos as demandas dos moradores, negando-se a dialogar com as famílias.

Para pressioná-lo, o CPC/POA junto com as demais famílias decidiu incidir sobre o cadastro sócio-econômico, etapa de definição formal do público-alvo da política habitacional. A compreensão da importância deste instrumento para que a prefeitura pudesse avançar no cronograma de execução das obras viárias resultou na proposição estratégica de barrá-lo até que o prefeito fosse pessoalmente à região ouvir os moradores, prestar esclarecimento às dúvidas sobre a política habitacional e se comprometer com as demandas das famílias.

A ação foi exitosa. O prefeito deslocou-se finalmente até a região de conflito. Neste encontro, moradores articulados com o CPC/POA puderam interpelá-lo face-a-face sobre a importância da obra, as ordens de prioridades entre projeto viário e projeto social, as violações de direitos que estavam sendo cometidas e sobre informações da política habitacional expressando a angústia que as incertezas provocavam na continuidade do cotidiano.

Embora, já tivesse se passado mais de um ano do anúncio do Plano Urbanístico, ainda não havia respostas concretas do poder municipal sobre as medidas de provisão das moradias. A justificativa era de que estas informações dependiam da realização do cadastro e para

convencer os moradores a respondê-lo o prefeito garantiu verbalmente que as famílias seriam respeitadas e indenizadas de forma legal e justa. Conquanto estas afirmações institucionais tenham sido criticadas pelo CPC/POA como mera retórica para imposição dos interesses do poder administrativo – o que se confirmou na prática –, para as famílias a fala do prefeito adquiriu outro significado: as possibilidades reais de obter a moradia. Era preciso confiar naquele que detinha os meios para que este fato se concretizasse.

Ainda neste encontro emergiu fortemente o embate sobre a criminalização pelas autoridades públicas da luta do CPC/POA como forma legítima de participação no processo político. Integrantes do coletivo questionaram o prefeito acerca de uma entrevista em uma rádio local sobre as obras da Copa 2014, momento em que ele argumentou, referindo-se ao CPC/POA, que havia “pessoas baderneiras contra o progresso da cidade”. Criticando a fala, os moradores afirmaram veementes de que a luta pela moradia não era uma luta contra o “progresso”, mas, sim por direitos.

Esta disputa argumentativa em torno dos sujeitos legítimos de participação e reivindicação no processo político figurou também no âmbito societário. Em grande medida, a mídia local utilizou o termo “invasores” para designar as famílias nas suas reportagens sobre os projetos da Copa 2014. De modo semelhante, esta problemática esteve presente na ação que culminou na demanda pela desapropriação dos terrenos identificados pelo CPC/POA. A possibilidade real de construção de moradias populares na região foi confrontada com um abaixo-assinado da classe média do bairro com cerca de duas mil assinaturas contra a permanência das famílias. O encontro entre representantes comunitários, representantes da classe média e poder público local para discutir esta situação foi marcado por fortes acusações contra as famílias. Como relato por uma das moradoras das vilas a serem removidas, estas foram apresentadas como o “lixo do cristal”, com argumentos como *“se ele (o prefeito) gosta tanto de pobre, que leve para a casa dele”*; *“comprei isso a dois anos porque me garantiram que iam tirar esses pobres*.

Frente a estes argumentos acusatórios, o registro da luta nos termos dos direitos humanos possuía um papel simbólico importante que visava inverter a acusação de que eles seriam invasores para torná-los sujeitos desprovidos de um direito humano básico. Neste processo de construção dos moradores como sujeitos de direitos, a visita de Rolnik - relatora do direito à moradia adequada da ONU - a Porto Alegre desempenhou a função de fundamentar e certificar as reivindicações articuladas a partir do CPC/POA, a qual geraria um

relatório final das violações de direitos humanos na cidade. Contudo, Rolnik enviou uma carta às autoridades brasileiras pedindo para que se pronunciassem sobre as denúncias de violações de direitos humanos documentadas e não obteve resposta. O descaso levou a relatora da ONU a se utilizar da estratégia de comunicado de imprensa internacional. Só neste momento o governo brasileiro instituiu um grupo institucional para acompanhar os impactos do evento esportivo nas moradias populares, passando a reconhecer a rede de comitês populares neste processo.

A agenda de visitas de Rolnick a Porto Alegre demarcou o fim da atuação institucional do CPC/POA. A ineficácia das denúncias em provocar uma ação interventiva de autoridades públicas no caráter de violação de direitos que a excepcionalidade do plano urbanístico provoca nas condições de vida das famílias resultou no deslocamento das ações de resistência para o fomento de mobilizações coletivas - marchas de ruas e ações diretas - e articulação com advogados populares. Também fez parte desta dinâmica a participação em seminários acadêmicos e as ferramentas de comunicação, como blogs e boletins.

Em meados de 2012, o contexto começou a se modificar. A prefeitura anunciará o início das obras viárias e para tanto precisava desocupar os terrenos. Para efetivá-la, foi instalado um escritório nas proximidades da região para intermediar as negociações com as famílias na provisão das moradias. As modalidades definidas legalmente para a oferta das habitações corresponderam ao bônus moradia, na forma de indenização ao processo de remoção, e, ao aluguel social para aqueles que desejassem obter uma das unidades habitacionais nos terrenos identificados pelo CPC/POA na região. Contudo, a inexistência do plano habitacional e, conseqüentemente, de informações concretas sobre a construção das unidades habitacionais, o bônus passa a ser a única solução para os moradores.

Frente a esta situação, o CPC/POA construiu junto a famílias a campanha “Chave por Chave” a qual expressava a decisão de que os moradores só deixariam suas casas quando tivessem a chave da casa nova em mãos. O “Chave por Chave” operava uma crítica na definição do aluguel social como opção de política pública habitacional e no valor de concessão do bônus moradia muito abaixo do valor de mercado na região. Desta perspectiva, ambas as modalidades são percebidas como mecanismos de vulnerabilização social, pois, provocavam, por um lado, a migração “forçada” dos moradores para bairros distantes e cidades vizinhas (bônus moradia) e, por outro, deixava as famílias a mercê dos interesses públicos (o aluguel social). Contra as definições do poder municipal, a campanha simbolizava

que não seriam por quaisquer casas que as famílias deixariam os seus terrenos, assim, se as obras viárias eram tão necessárias que o governo garantisse uma reparação justa que possibilitasse a continuidade de suas vidas em locais com a mesma oferta de infraestrutura.

A crítica a modalidade do bônus moradia foi confrontada pela decisão da prefeitura de que diferentes famílias poderiam unificar suas indenizações para a compra de uma única moradia. Na prática isto significou a utilização da política habitacional para a produção de novas coabitações habitacionais. Com a urgência para a realização da obra viária artimanhas como estas passaram a ser cada vez mais utilizadas para garantir a desocupação dos terrenos.

Com a decisão de algumas famílias pelo bônus moradia, a paisagem e as relações sociais na região de intervenção começaram a se transformar radicalmente, produzindo um cenário de intenso constrangimento e violência. Na prática, a concessão do bônus moradia garantia a demolição imediata das casas como modo de garantir que não fossem reocupadas. Para os que resistiam ao processo de remoção das vilas, este procedimento estatal significou um cotidiano de convivência com um progressivo acúmulo de entulhos, lixos, proliferação de ratos e uma estética de intensa demolição. Outra consequência foi uma forte presença de usuários de crack que passaram a ocupar os escombros para se refugiar e fazer uso de drogas e que nos relatos dos moradores evocavam um sentimento de “ameaça” aos mecanismos de convivência social, pois se atribuía a eles o início de ocorrências de pequenos furtos nas paradas de ônibus.

A concretização da situação da ameaça de remoção revelava a configuração de um contexto de progressiva violência institucional. Aos poucos a presença de máquinas para demolir as casas, dos caminhões para a mudança e das grandes máquinas para a obra viária foram se tornando um elemento familiar da região. Com a chegada e permanência destes equipamentos, as narrativas dos moradores passaram a ser permeadas pela insegurança com as “rachaduras”, “vazamentos” e “alagamentos” da ruptura de canos e demolição de paredes que transformavam as moradias em verdadeiros “canteiros de obras”. Aflitos muitos recorriam ao CPC/POA na busca de alguma alternativa.

No entanto, o avanço das obras coincidiu com certo esvaziamento das reuniões e atividades do CPC/POA. Parte significativa dos moradores que compunham a rede de resistência organizada foi se afastando na medida em que o sentimento de coação pelo cenário imposto aumentava e entrando em negociações burocráticas com a prefeitura para garantir a obtenção da moradia.

A sensação de insegurança expressa pelo cenário de demolição que demarcava o fim das vilas e o início da nova avenida era intensificada por diversas outras situações de constrangimentos físicos, mas, sobretudo, emocional: boatos de que as máquinas iriam passar por cima das casas ocupadas, as queixas das ações de coação e negligência que emanavam dos representantes do escritório, referenciado localmente como “escritório violador de direitos”; as ordens de despejos com prazo extremamente curto de desocupação; o tratamento desigual entre as famílias que não apresentavam resistência e muitos outros.

Numa tentativa de reagir criticamente a este processo, o CPC/POA passa a se utilizar da estratégia do vídeo-ativismo para denunciar e difundir as violações de direitos que estavam ocorrendo, provocando um constrangimento público as autoridades brasileiras. As filmagens com relatos dos moradores tinham como alvo principal o governo federal, ente responsável pelo financiamento das obras, visando mobilizá-lo à suspensão dos recursos com o objetivo de barrar a duplicação da avenida até que fosse garantida uma política habitacional que atendesse efetivamente as famílias no seu direito à moradia digna. Ao final, o vídeo produzido teve a função de divulgação pública das violações, sem efeitos práticos nas decisões governamentais.

Contudo, no final de 2013, o prefeito José Fortunati anunciou a retirada de todas as obras da Copa dos programas de financiamento federal, incluindo o projeto de duplicação da avenida, admitindo as dificuldades da prefeitura em realizá-las dentro do cronograma do evento esportivo. Embora, isto tenha significado a retirada do projeto habitacional de uma temporalidade excepcional da Copa 2014, grande parte das possibilidades e limites acerca das condições de vida das famílias já estavam dadas.

Pontos de vistas plurais

“Graças a deus, graças a deus. A mãe tá deixando amanhã, graças a deus. Mas foi difícil para ela, porque ela ficou sem água, quando eles vieram demolir, porque eu saí da minha casa [...] e eles já passaram o trator. O que aconteceu: arrebentou os canos e ela ficou sem água lá dentro, aqui ficou um empossado de água, ficou um caos total”.

O “alívio” de Rita referia-se à mudança de sua mãe Dona Maria que finalmente fora marcada, tendo como destino Viamão, uma cidade da região metropolitana de Porto Alegre, numa casa próxima à nova morada de sua filha.

Dona Maria era uma das moradoras em situação de remoção por conta da duplicação da avenida. Com 65 anos e viúva, ela estava com os dias contados para deixar para trás uma vida que iniciou em 1975 quando ela se mudou para a região. Assim como ela, seus cinco filhos, genros, noras e netos, com os quais dividia o terreno que habitava, tiveram que seguir um novo rumo.

Na época em que conversamos as obras da avenida já haviam iniciado e a casa de Dona Maria fazia parte do cenário de destruição que, segundo ela, era “a prática da prefeitura para pressionar os que ficaram a sair logo”. Esta “prática estatal” pode ser ilustrada no relato de Rita sobre o seu processo de mudança da vila:

A minha casa aqui primeiro, quando eles vieram para demolir a casa do vizinho e quebraram todo o meu telhado, eu fiquei dois meses com a chuva em cima, eu perdi roupeiro, perdi vários móveis, porque eu fiquei com chuva, pedindo o meu pagamento e não saía, não saía.

O “alívio” ganhava cada vez mais sentido nos relatos da situação na qual Dona Maria se encontrava em decorrência do processo remoção: a perna enfaixada por conta de um tombo “horrrível” nos escombros, o banho que agora tinha de ser de “canequinha” e o bico do neto comido pelos ratos. Esta situação “horrorosa” era associada à falta de respeito com as famílias por parte dos representantes da prefeitura responsáveis pelo atendimento das demandas para a obtenção de uma moradia em outro local. Nas palavras de Rita:

Fui embora porque a avenida é um traçado da Copa e a prefeitura pediu. Não gostei do jeito que eu fui embora [...] a negociação com o DEMHAB foi muito truculenta. Eles deixavam os papéis vencerem, eles não te liberavam, ficou muito tempo papel parado e a gente esperando. Daí eu comprei uma casa em Viamão, longe para dedeu. Eu trabalho aqui, meus filhos estudam aqui, tá sendo difícil porque não é exatamente o que eu queria. Eu queria ficar, não digo na região, o pessoal todo pede para ficar na região, mas pelo menos em Porto Alegre. [...] Eu queria sair, queria sair, não posso dizer que eu não queria, da minha parte não teve nenhum empecilho de tirarem a minha casa.

Do cenário as falas, o contexto de extrema violência institucional que ia sendo delineado provocou-nos indignação. Imbuídos do discurso dos direitos questionamo-la se não tinham acionado algum advogado, pois a situação que sua família vivia se configurava em uma “violação de direitos humanos”. A resposta de Rita surpreendeu: depois de ligar diariamente para o DEMHAB pedindo informações, sem respostas, elas acionaram “o Mota”, apresentador de um programa popular de televisão e que com a sua intervenção conseguiu pressionar a prefeitura a liberar o recurso da moradia e autorizar a mudança de Dona Maria.

A descrição desta cena traz explícita a tensão entre a luta por direitos e o espaço do judiciário e a percepção particular de sujeitos afetados por políticas estatais acerca das alternativas existentes para solucionar as demandas e os desejos das famílias. A resposta de Dona Joana à “oferta” de uma solução jurídica, amparada em preceitos jurídicos universais, revelava outra lógica, pessoalizada, que orientava suas ações na solução da problemática que envolvia a sua moradia e revelava o papel de outras instituições como mediadoras percebidas na sua eficácia de lidar com a situação presente. Assim, gostaria de chamar atenção para o que este caso parece evidenciar em relação ao engajamento na luta por direitos: não há uma passividade das famílias por não aderirem à luta por direitos, mas diferentes lógicas e ações empregadas por parte dos moradores como resposta num processo de resistência cotidiana frente ao cenário de extremo constrangimento que estão passando.

Uma segunda questão refere-se aos interesses em jogo que circunscrevem os sentidos da moradia e que tensionam a reivindicação por permanência. Permanecer na região implicava necessariamente em alteração do fluxo cotidiano e das condições de vida, as quais nem todos compartilham da mesma perspectiva. Ignorar o desejo pela casa própria frente à inevitável mudança, mesmo que a migração de cidade seja elemento de insatisfação, seria uma “violência interpretativa” (Quiros, 2009). Neste sentido, o que Rita e Dona Maria demandavam não era a permanência, mas o *respeito*:

“Eu só queria que o DEMHAB tivesse mais consideração e a negociação tivesse mais jeito para tratar com o pessoal. Porque tem pessoas aí que estão sem saber o que fazer e eles não dão o menor apoio. Te vira, meu bem!”. [Rita]

Conversando com Ana Lúcia

Ana Lúcia participou durante um tempo ativamente do CPC/POA, mas aos poucos foi se distanciando. Acabamos por reencontramo-la numa palestra sobre direitos humanos na Copa 2014 proferida pela defensora pública do estado do RS.

A fala da palestrante era sobre os resultados do acompanhamento da defensoria dos efeitos do evento esportivo na cidade de Porto Alegre a partir da demanda dos moradores em situação de remoção pela duplicação da avenida. Em seu relato, a defensora confirmou que as denúncias dos moradores - a falta de informações, as angústias de não saber para onde ir, a perda dos processos por parte da prefeitura - estavam realmente acontecendo, sendo necessária uma intervenção efetiva da defensoria pública. A qual foi proposta via mediação de conflitos por meio de uma ação extrajudicial que visa obter um acordo entre as partes em conflito. Desta perspectiva, a moradia não se configurava como um elemento processual e jurídico, mas um problema que deveria ser resolvido com uma política pública concreta na busca de diálogo com o poder executivo municipal. A ação judicial não trazia, na visão dela, efeitos práticos, pelo contrário, piorava a situação, pois podia levar mais de dez anos para ser deferida.

Ao término da fala foi aberto um espaço para discussão. A primeira pergunta foi feita por um dos integrantes do CPC/POA, o qual questionava a legitimidade jurídica da prefeitura estar ofertando às famílias opções de provisão de moradia que não estavam presentes no cadastro socioeconômico, o que dificultaria a permanência das famílias na região, um desejo que seria da maioria delas. Como resposta a defensora fez novamente um relato sobre a constatação do cenário de violações que fora estruturado a partir da instalação do escritório da prefeitura nas vilas, o qual, a partir de sua dinâmica de atuação, provocou alterações nas condições de permanência das famílias de modo que, muitas que no primeiro momento queriam ficar, estariam agora reivindicando para sair. Neste sentido, o papel da defensoria seria o de informar e orientar as famílias sobre as implicações das suas decisões em torno da moradia. Este momento de diálogo afetou Ana Lúcia produzindo um sentimento de esperança, o qual ela compartilhou com o público presente:

Hoje vejo uma luz. Eu participei do início do Comitê, mas desisti da batalha, pois haviam as coisas que eu não queria. Nós tínhamos tido uma conversa com o prefeito e com o [então governador] Tarso e que tinham dito que teria casa e apartamentos. Mas depois disseram que as casas era só para família de mais de seis filhos e depois essa opção sumiu. As pessoas não querem morar em apartamentos, vai ter gente de todos os cantos da vila e as pessoas não querem ter que conviver juntas. Por que vamos lutar se só existem as opções que não queremos? Hoje vejo uma luz.

Ana Lúcia proferiu as últimas palavras em lágrimas. A sua emoção expressava a possibilidade de obter a moradia própria sem se submeter às arbitrariedades da prefeitura.

Mas, sobretudo, sua fala explicitava a tensão entre a oportunidade de realizar este desejo e as reivindicações articuladas em torno da moradia pelo CPC/POA. Ela estava disposta a lutar pela moradia e queria permanecer na região, no entanto, aos poucos a construção da permanência produzida nas disputas adquiriu contornos que se distanciavam dos objetivos que a tinham levado a participar da luta pelo direito à moradia.

O que a fala dela coloca em jogo, portanto, são as referências que dão sentido à luta pela moradia na situação específica. O conflito entre a saída e a permanência colocava em primeiro plano de disputa a região e, neste sentido, tanto sair quanto permanecer produzia uma realidade de mudanças para as famílias. É sobre as formas e condições de moradia possíveis em torno da mudança inevitável que a fala de Ana Lúcia se refere: permanecer na região passou a significar a mudança da sua casa para um condomínio de apartamentos, o que provocava também alterações na dinâmica cotidiana em torno da sua moradia.

Considerações Finais

Após quatro anos de batalha com o poder local as expectativas pela efetivação do direito à moradia digna se esgotaram. Como tentamos explicitar nas descrições, mesmo com todos os esforços em torno das denúncias de remoções forçadas e ações de mobilização coletiva contestatória no âmbito local, nacional e internacional, o que prevaleceu foi um cenário de forte violência institucional que afetou diretamente as condições de vida das famílias.

Neste sentido, o processo de elaboração da crítica em termos jurídicos expressou os obstáculos, por um lado, de convencimento das autoridades públicas e da população de que a situação representava de fato uma injustiça (BOLTANSKI, 2000). Por outro, do próprio reconhecimento das famílias na eficácia dos usos dos direitos e tribunais para mediar o conflito pela moradia. Conquanto alguns moradores tenham se apropriado desta linguagem nas ruas reivindicações, *a reelaboração das famílias em situação de remoção como sujeitos de direitos envolve uma construção* histórica e cultural imbricada em lutas políticas e dinâmicas específicas (SCHUCH, 2009).

E aqui é importante frisar de que não são quaisquer famílias, mas são aquelas que moram nos espaços da cidade denominados de vilas, caracterizadas por serem os setores sociais mais empobrecidos e que não possuem a titulação legal dos terrenos onde construíram suas casas. Neste sentido, estas famílias habitam um território social movediço subordinado constantemente a operações morais e intervenções externas. Esta situação de ameaça latente é atualizada concretamente com os processos decisórios estatais em torno do evento esportivo e com a dinâmica de intervenção do poder público para efetivar o projeto viário.

As justificativas em torno das oportunidades da realização da Copa 2014 para o planejamento urbano da cidade autorizam o poder público municipal a reivindicar, simbólica e materialmente, a gestão da ilegalidade do território de forma excepcional, sobrepondo os interesses do Estado e de outras instituições as trajetórias de vida de milhares de famílias. Deste modo, as “remoções forçadas” são amparadas juridicamente no argumento de um suposto interesse maior. Para assegurá-lo, o poder público se utiliza dos recursos institucionais, políticos e morais visando conter as operações críticas e preservar a ordem de realidade imposta.

Segundo Boltanski (2009), a crítica se caracteriza por questionar e desestabilizar a “realidade” posta em funcionamento pelas instituições. Contudo, a capacidade da crítica de impactar os mundos sociais e políticos enfrenta diferentes formas de embates com as instituições que visam contê-la e, deste modo, preservar uma determinada ordem de realidade confirmando que “*o que é, realmente é*”.

Neste sentido, a narrativa simbólica, os recursos financeiros e o aporte jurídico engendrados pelo evento esportivo vão sendo costurado ao argumento da ausência de terrenos, a omissão de informações, o bloqueio da participação nos processos de definição da política e na criminalização aos processos de resistência. Esta dinâmica estatal para estabilizar

a situação de ameaça efetivando a política de remoção vai produzindo um contexto de insegurança para as famílias acerca dos seus destinos ao mesmo tempo em que revela fronteiras morais que obstaculizam o reconhecimento das ações políticas por direitos.

Do ponto de vista institucional a moradia popular é envolta numa produção discursiva que mobiliza categorias como “benefícios”, “resgate”, “vulnerabilidade”, “irregularidade”; “invasores”; “pobreza”. Este repertório de adjetivações associado ao território das vilas é estendido aos seus moradores demarcando os tipos de comportamentos e condições de fala política. A tentativa de reelaborar estas categorias enfrenta disputas argumentativas que encontram legitimidade no âmbito societário e, assim, às narrativas institucionais somam-se os meios de comunicação e a classe média do bairro. Deste modo, a mobilização negativa da condição de irregularidade fundiária e de pobreza impõe obstáculos a construção das famílias como sujeitos de direitos e do reconhecimento a situação de remoção como uma violação de direitos humanos.

Esta violência simbólica amparada institucionalmente expressou-se com força na medida em que as denúncias, feitas as diversas autoridades públicas, se mostraram ineficazes em produzir uma intervenção concreta que legitimasse a luta por direitos. Assim, a dinâmica de disputas entre a crítica e o poder público revelava aos poucos as assimetrias de poder enfrentadas na circunscrição da luta pela moradia popular na esfera de direitos, o que dificultava a mobilização das próprias famílias no processo de resistência pública. E aqui é importante reforçar que os limites vinculados ao lugar de onde falam (a vila, o irregular) envolvem custos para as famílias se associarem a luta por direitos, pois é preciso provar a violação e deste modo expor suas vidas e sofrimento a avaliação de um público externo.

Com o início das obras viárias, o sentimento de insegurança das famílias acerca dos seus destinos é acentuado pelas estratégias de pressão, coação e constrangimentos que, no limite, se apresentam como violências físicas. O cenário de arbitrariedades, desrespeito e demolição que vai sendo construído torna a permanência no local uma alternativa insuportável. Resistir no desdobramento deste contexto passa a significar a possibilidade de mudança rápida evitando o sofrimento físico e psicológico da interação com o poder público municipal. Em resposta a produção deste cotidiano violento, os moradores associam-se a lógicas e ações variadas de reivindicação pela moradia popular.

A trama destes elementos explicita que a falta de mobilização na luta coletiva por direitos não significou uma passividade das famílias com a situação de remoção. Neste

sentido, buscamos pluralizar os pontos de vistas que expressam a existência de uma dinâmica ativa de crítica das famílias afetadas pela situação de ameaça de remoção que complexificam e tensionam a luta pela moradia em situações sociais de conflito entre indivíduos e autoridades públicas em contextos de periferia. Destacamos que estas considerações resultam da opção por uma abordagem pragmatista, que aposta na instabilidade do social e na existência de uma pluralidade de formas de interpretar situações de disputa. Assim, embora as narrativas reforcem um mesmo contexto de violência institucional, isto não significou que elas compartilhassem de uma mesma situação. Nesse sentido, concordo com Boltanski (2011) quando este sugere que “as pessoas diferentes que caracterizam o que poderia ser considerado como um mesmo contexto não estão, assim, imersas na mesma situação, porque elas interpretam o que acontece de forma diferente e fazem uso diferente de recursos disponíveis”.

Neste sentido, o encontro com a família de Dona Maria e a conversa com Ana Lúcia expressaram a convergência com a perspectiva crítica elaborada pelo CPC/POA das práticas de respeito com os moradores forjando uma situação de arbitrariedade e forte violência. No entanto, as possibilidades em torno das condições de vida proporcionadas pela nova moradia são interpretadas a partir de outro registro de sentido e de ação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, Gabrielle. Mobilizando os direitos humanos: a denúncia pública do Comitê Popular da Copa de Porto Alegre e suas implicações.

ARAUJO, Gabrielle. Por que criticam? Etnografia do conflito pela moradia em tempo da Copa do Mundo FIFA na cidade de Porto Alegre. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2015.

BOLTANSKI, Luc. (2000). El amor y la justicia como competencias: três ensayos de sociologia de la acción. Buenos Aires, Amorroutu.

BOLTANSKI, Luc. On Critique – A Sociology of Emancipation. Cambridge: Polity Press, 2011, 191 pp.

BOLTANSKI, Luc. Sociologia da crítica, Instituições e o Novo Modelo de Dominação Gestionária. Sociologia & Antropologia. Rio de Janeiro, v.03.06: 441-463, novembro de 2013.

CEFAI, Daniel. La constuction des problèmes publics: definitions de situations dans àrenes publiques. In: Réseaux, 75, 1996, pp. 43-66.

CEFAI, Daniel. Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. In: Dilemas, 2009.

QUIRÓS, Julieta. Política e economia na ação coletiva: uma crítica etnográfica às premissas dicotômicas. Mana, vol.15, nº1, Rio de Janeiro, 2009.

QUIRÓS, Julieta. Etnografiar Mundos vívidos. Desafios de trabalho de campo, escritura y enseña em Antropologia. Revista Publicar, Nro. 17, Diciembre 2014, En prensa.

SCHUCH, Patrice. (2009). Entre o “real” e o “ideal”: a Antropologia e a construção de enunciados sobre “direitos humanos”. In: Patrice Schuch; Práticas de justiça. Antropologia dos modos de governo da infância e juventude no contexto pós-ECA. Porto Alegre, UFRGS.

TELLES, Vera. A modernização vista de baixo: precarização e violência na cidade de São Paulo. Texto apresentado no Colóquio “Mondialisation économique et gouvernement des sociétés: l’Amérique latine, un laboratoire?”, Paris, juin/2000.